00100.194153/2017-37

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. A AO Nº 196, QUARTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 8

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2017 60

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 94

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2017 156

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 157

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 229

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 285

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2017 (em conjunto com a 43ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 82ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) 303

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2017 331

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2017 362

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 387

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 409

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 420

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017 441

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017 461

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 481

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 518

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 532

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 570

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 607

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 612

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 613

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 659

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2017 660

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 745

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2017 813

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 814

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 43ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2017 (em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 82ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 840

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 874

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 904

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 931

Ata da 51ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de dezembro de 2017 (em conjunto com a 100ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) 968

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2017 997

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 1012

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 1055

Ata da 82ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2017 (em conjunto com a 43ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais)

Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2017 1057

Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2017 1059

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 1061

Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 1063

Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 1115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2017 1201

Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 1203

Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 1204

Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 1206

Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2017 1256

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2017 1258

Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 1259

Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 1261

Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017 1262

Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2017 1264

Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 1266

Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 1267

Ata da 100ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de dezembro de 2017 (em conjunto com a 51ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Ata da 101ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 1269

Ata da 102ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 1271

Ata da 103ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2017 1272

Ata da 104ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 1328

Ata da 105ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 e 14 de dezembro de 2017 1330

Ata da 106ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017 1385

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2017 1476

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2017 1507

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2017 1546

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2017 1591

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2017 1624

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017 1660

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 1696

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 1760

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2017 1772

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 1773

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 1774

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 1793

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 1832

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2017 1850

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 1866

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 1913

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017 1915

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 1968

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 1970

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 1994

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 2001

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017 2017

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2017 2043

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017 2044

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2017 2083

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2017 2111

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2017 2117

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 2128

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 2138

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2017 2140

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 2193

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 2208

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2017 2277

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 2296

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 2368

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 2409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2017 2424

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2017 2425

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2017 2427

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2017 2428

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 2429

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2017 2437

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 2478

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017 2509

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017 2520

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017 2571

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dois minuto do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra Coelho e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Romero Jucá, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Dalirio Beber, José Agripino, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Vicentinho Alves e Roberto Muniz. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião, em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício SGP nº 1676/2017, de 11 de setembro de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando moção no sentido de apelar para que seja empreendido esforços e marcada posição contra a importação de café, pela valorização do campo, do produtor rural e da cafeicultura brasileira. O expediente será encaminhado aos membros desta Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO** para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." Do Senador Ricardo Ferraço, avocado pelo Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o relatório nos termos dos artigos nºs 99-A, 393-A e 393-F do Regimento Interno do Senado Federal, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas. Em 24/10/2017 foi lido o relatório. Fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) José Pimentel, Armando Monteiro, Jorge Viana e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as emendas nºs 1, 2, 3 e 4 – CAE, por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016 - Terminativo -** que: "Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 a 5-CRA. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, com as emendas nºs 1 a 5 - CRA/CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O Senador Cristovam Buarque solicita seja consignado seu voto favorável à matéria. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. O Senador Elmano Ferrer assume a Presidência para que o Senador Garibaldi Alves Filho possa relatar o próximo item. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." **Autoria:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DITRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** 1 - A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador Garibaldi Alves Filho reassume a Presidência. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Dalírio Beber, Ataídes Oliveira e Jorge Viana. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, lido pelo senador Fernando Bezerra Coelho, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 3 – CAE (Substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 15). **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo –**que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Tramita em conjunto com o - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2016 - Não Terminativo –** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, lido pelo senador Valdir Raupp, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo) e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016. **Observação:** 1 - A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Eliene Lima. **Relatoria:** Sen. Lúcia Vânia. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1 - A Matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA." **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Sen. Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao projeto com as emendas 1 a 4-CDH. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 - CDH/CAE. **Observação:** 1 - A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 151 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 747 de 2015, que "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional”." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 151/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 152 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, um aditamento ao Requerimento n.° 148/2017 da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para debater as disposições constantes da Resolução nº 400, da Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC, a inclusão dos nomes abaixo, para participarem do debate da respectiva Audiência Pública. • Sr. Mansueto Facundo de Almeida Junior - Secretário de Acompanhamento Econômico-SEAE • Sr. Rogério Coimbra- Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil- SAC" **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 152/2017 - CAE. Após a leitura e aprovação do último item o Presidente da Comissão propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 48ª Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ausência do Presidente Tasso Jereissati, eu faço um apelo aos Senadores e Senadoras que possam vir nos prestigiar aqui na Comissão, porque temos importantes matérias para deliberar. São matérias, inclusive, que exigem um quórum qualificado, o que significa dizer que estamos precisando realmente da presença de todos, uma vez que as primeiras matérias que estão na pauta são aquelas que exigem mesmo esse quórum

Agradeço à Senadora Vanessa.

Vamos ler aqui a correspondência que chegou à nossa Comissão.

Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que tomou o nº 1676, de 2017, encaminhando moção no sentido de apelar para que sejam empreendidos esforços e marcada posição contra a importação do café, pela valorização do campo, do produtor rural e da cafeicultura brasileira.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O item 1 da pauta diz respeito à apreciação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 99-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Apreciação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 99-A do Regimento Interno do Senado Federal.

A tramitação da matéria é a seguinte:

– Em 24/10/2017, lido e relatório e concedida vista coletiva da matéria.

O relatório foi avocado pelo Presidente, Senador Tasso Jereissati.

Da matéria, repito, foi concedida vista coletiva. Portanto, passaremos à sua discussão e votação, sendo que a decisão respectiva é terminativa, o que leva à necessidade de quórum qualificado. (*Pausa.*)

O item 2 da pauta, que também exige quórum qualificado, dispõe sobre relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para a condução da política monetária e dá outras providências.

O Relator é o Presidente Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas.

Também foi concedida vista coletiva da matéria.

O item 3, também terminativo, altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, 8.001, de 13 de março de 1990, e 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Foi lido o parecer pelo Relator *ad hoc*, Senador Fernando Bezerra.

Trata-se do Item 3 da pauta, Senador Fernando Bezerra, de que V. Exª foi o Relator *ad hoc*, e o relatório foi pela rejeição do projeto.

A matéria está, portanto, aguardando discussão e votação. (*Pausa.*)

Eu creio que nós poderíamos, como não temos o quórum qualificado, passar à apreciação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O nosso universitário, que é muito mais versado do que eu no Regimento, me adverte de que o item 10 da pauta está pronto para ser lido. O Relator é Senador Cristovam Buarque. Eu gostaria de que o Senador Fernando Bezerra pudesse ser Relator *ad doc* do item 10 da pauta. Faço esse apelo a ele.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015

- Não terminativo -

Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 2-CE.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 747 de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, decorrente da Sugestão nº 5 de 2013, do Programa Senado Jovem Brasileiro.

O projeto é composto por três artigos. O art. 1º estabelece a destinação de parte dos *royalties* do petróleo para a educação básica pública e para o ensino profissional. O art. 2º determina a destinação de 80% dos *royalties* e das participações na exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos para o desenvolvimento de programas e projetos de melhoria da educação básica pública no País, sendo que 35% desses valores devem ser aplicados em programas de melhoria e expansão da educação profissional técnica de nível médio, devendo os percentuais serem reavaliados no prazo de dez anos. Já o art. 3º prevê a vigência imediata da futura lei.

O autor justifica que tais aperfeiçoamentos tornarão mais produtivo o aproveitamento dos recursos financeiros da lavra dos hidrocarbonetos e destaca que a educação profissional técnica é prioritária para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O projeto foi remetido inicialmente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, estando agora na CAE, e, ao final, será apreciado pelo Plenário desta Casa.

Na Comissão de Educação, apresentamos duas emendas, mas retiramos a primeira, para dar prioridade à Emenda nº 2-CE, a qual prevê que, dos recursos citados destinados à educação, pelo menos 30% serão aplicados em programas e projetos de melhoria da educação básica pública; 25% irão para programas de melhoria e expansão da educação profissional e tecnológica; e 10% serão direcionados a programas de educação de qualidade à pessoa com deficiência.

Nossa emenda naquela Comissão prevê ainda prazo de dez anos após a vigência da futura lei para reavaliação desses percentuais.

Assim o fizemos porque a atual Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que trata da destinação para a educação e a saúde de parcela dos resultados da exploração de petróleo e gás natural, estabelece apenas uma preferência de alocação de recursos na educação básica, sendo, portanto, necessário, especialmente diante dos indicadores que temos observado, que o Congresso Nacional reavalie essa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 6 de junho de 2016, a Comissão de Educação aprovou o relatório do ilustre Senador Romário, que, com as alterações da nossa Emenda nº 2-CE, passou a constituir o parecer daquela Comissão. Na CAE, não foram apresentadas emendas até o momento.

Conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE apreciar os aspectos econômicos e financeiros da presente matéria.

Conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE apreciar os aspectos econômicos e financeiros da presente matéria. Além disso, por ser esta a última Comissão do despacho do Presidente da Casa, e tendo em vista que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não está analisando a matéria, esta Comissão opinará também sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

O projeto, Sr. Presidente, atende à constitucionalidade, pois compete à União legislar sobre seus próprios bens, segundo o art. 20 da Constituição Federal (CF), sendo matéria de lei ordinária a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, conforme o §1º do mesmo artigo. Não há, ademais, vício de iniciativa na proposição, como estabelece o art. 61 da Constituição Federal. Inexistem tampouco vícios de juridicidade ou de regimentalidade.

Quanto à técnica legislativa, há pequeno reparo a fazer. O art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, norma que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, estabelece que, em geral, o mesmo assunto deve ser disciplinado pela mesma lei. Por isso, é aconselhável que a matéria em questão seja inserida na citada Lei nº 12.858, de 2013, a qual já cuida do assunto.

O art. 2º dessa Lei estabelece que serão destinados exclusivamente à educação pública, com prioridade para a educação básica, e também à saúde: I) os recursos dos entes federativos referentes a determinadas parcelas dos *royalties* do petróleo ali citadas; II) 50% do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 até que sejam atingidas as metas no Plano Nacional de Educação, fundo que, aliás, tem por uma de suas fontes de financiamento também os *royalties* de petróleo; e III) as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção de petróleo de que trata o art. 36 da mesma Lei.

No mérito, a proposição pode contribuir muito para o desenvolvimento sustentável do País, pois estabelece critérios sólidos para a utilização dos recursos do pré-sal na educação básica pública. Não se trata tão somente de direcionar os recursos, mas de alocá-los em áreas cujas necessidades são de grande monta e cuja evolução pode impactar os índices escolares da educação básica e aumentar a inserção das pessoas destinatárias da regra na sociedade e no mercado de trabalho.

O projeto está em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), cuja Meta 11 prevê a triplicação das matrículas da educação profissional técnica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível médio, com pelo menos 50% da expansão no segmento público. Segundo dados de 2015 do Observatório do PNE, atualmente há quase 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) alunos matriculados e, para atingir a meta, seriam necessárias mais de 5.200.000 (cinco milhões e duzentas mil) vagas. Vale mencionar ainda que, das vagas existentes, apenas cerca de 6% são da rede pública.

O projeto também pode facilitar, por meio do aporte de novos recursos financeiros, a inclusão de crianças e jovens na educação básica, pois, apesar da vigência da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), menos de 1% dos matriculados no ensino médio são pessoas com deficiência, segundo pesquisa de 2016 do Instituto Unibanco. Esse percentual é de menos de 3%

... segundo pesquisa de 2016 do Instituto Unibanco. Esse percentual é de menos de 3% nos primeiros anos do ensino fundamental. Cite-se ainda que a Meta 4 do PNE prevê, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, a universalização do acesso à educação básica e do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Finalmente, é interessante destacar que, atualmente, o §3º do art. 2º da Lei nº 12.858, de 2013, prevê que, dos recursos que serão destinados exclusivamente para a educação e a saúde, serão aplicados majoritariamente na área de educação (75%) apenas os valores previstos nos incisos I e II desse artigo, que trata de certas receitas dos entes federativos quanto aos *royalties* de petróleo. A aplicação do montante do inciso III, que se refere a 50% do Fundo Social, não está claramente definida, apesar de haver previsão de que seja aplicado em educação até o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Por meio de Nota Técnica solicitada à Consultoria Legislativa desta Casa, verificamos que a metade dos recursos do Fundo Social (inciso III) é mais expressiva para a educação do que os referentes aos *royalties* de petróleo pertencentes aos entes federados (incisos I e II). Estimativas da Consultoria Legislativa apontam que, em 2017 e 2018, estes nem sequer gerarão valores significativos, ao passo que os 50% do Fundo Social representarão cerca de R$8 bilhões. Apenas a partir de 2022 é que a soma dos valores dos dois primeiros incisos começa a se aproximar do montante dos 50% do Fundo Social, sendo que, em 2024, o primeiro montante foi projetado em 6,8 bilhões, e o segundo, em 9,8 bilhões.

Nota técnica da Consultoria de Orçamentos desta Casa comprova a maior expressividade dos recursos do Fundo Social: na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, há previsão de R$3,66 bilhões para o referido fundo, enquanto os *royalties* destinados aos entes federativos totalizam R$1,9 milhão (inciso I) e R$319,24 milhões (inciso II).

Assim, para que a educação seja efetivamente priorizada com os recursos citados, é fundamental que o art. 2º da Lei nº 12.858, de 2013, preveja que os recursos do Fundo Social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinados à educação serão aplicados em áreas específicas e prioritárias para o efetivo cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, o voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 747 de 2015 e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo a seguir.

Como já foi distribuído, eu me dispenso de fazer a leitura do substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço, mais uma vez, ao Senador Fernando Bezerra Coelho e faço novamente um apelo aos Senadores desta Comissão para que possam nos prestigiar nesta reunião de hoje. Temos muitas matérias importantes, e algumas delas exigem o quórum qualificado; outras não o exigem, mas exigem um quórum que, na verdade, nós ainda não alcançamos. Daí por que

Outras não o exigem, mas exigem um quórum que nós ainda não alcançamos, na verdade. Daí por que o projeto que acaba de ser lido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho está em discussão, mas não pode ser objeto ainda de votação, em função desse problema do quórum. O quórum continua baixo. Daí o meu apelo para que nós possamos ter um quórum que permita a votação dessas matérias tão importantes.

Vamos passar aqui, dentro do que... (*Pausa.*)

Temos uma informação com relação ao item 5. Desse projeto a Relatora é a Senadora Vanessa Grazziotin. Tinha sido designado como Relator *ad hoc,* na reunião passada, o Senador José Pimentel, mas, agora, com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já poderíamos deliberar se o quórum permitisse.

Entretanto, Senadora Vanessa, esse quórum permanece imobilizado, está parado. A Relatora é V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E a votação, como o projeto é terminativo, tem de ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu faço um apelo, em nome de V. Exª, que tem mais prestígio do que eu, para que os Senadores...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, senhor. Se V. Exª não o consegue, imagine eu! Acho que poderíamos pedir aqui para o Senador Fernando Bezerra que pudesse nos ajudar nisso. Temos de nos mobilizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não!

O Senador Fernando Bezerra, o Senador Valdir Raupp...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O Senador Beber.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...o Senador Dalirio Beber, estamos contando com eles. Mas só podemos votar com 14 Senadores presentes, com seus nomes no painel de votação.

Então, vamos passar ao item 11 da pauta.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a Camex a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público e a disponibilizar ao Tribunal de Contas da União a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.

Autoria: Senador Aécio Neves

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a Camex a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.*

Na ausência do Senador Cristovam Buarque, nós vamos apelar para um Senador que possa ser Relator *ad hoc*. Fazemos esse apelo agora ao Senador Valdir Raupp. Trata-se do item 11 da pauta.

O item 11 da pauta, Senador Valdir Raupp, trata, como eu já disse, de um projeto não terminativo que altera a Lei nº 9.818

O item 11 da pauta, Senador Valdir Raupp, trata, como eu já disse, de um projeto não terminativo que altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a Camex a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação por operação de crédito em sítio público e disponibiliza ao Tribunal de Contas da União a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.

A autoria é do Senador Aécio Neves.

Eu concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para que ele possa exercer essa relatoria *ad hoc*, uma vez que o Senador Cristovam Buarque ainda não pôde fazê-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado, PLS, nº 747, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, decorrente da Sugestão nº 5, de 2013, do Programa Senado Jovem Brasileiro.

O projeto é composto por três artigos. O art. 1º estabelece a destinação de parte dos *royalties* do petróleo para a educação básica pública e para o ensino profissional. O art. 2º determina a destinação de 80% dos *royalties* e das participações na exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos para o desenvolvimento de programas e projetos de melhoria da educação básica pública no País, sendo que 35% desses valores devem ser aplicados em programas de melhoria e expansão da educação profissional técnica de nível médio, devendo os percentuais serem reavaliados no prazo de dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp, parece que nós nos equivocamos aqui, tanto eu como V. Exª.

Trata-se do item 11.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Onze?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É o item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Está certo, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 11, Projeto de Lei do Senado nº 134.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 299, de 2016, do Senador José Pimentel, vêm a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em tramitação conjunta, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nos 134 e 135, ambos de 2016 e de autoria do Senador Aécio Neves.

As duas proposições têm por objeto alterar a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e dá outras providências, com vistas a dar maior transparência à concessão de seguro de crédito à exportação, para estabelecer que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) divulgue informações em sítio público sobre as operações aprovadas no âmbito do FGE.

O art. 1º do PLS nº 134, de 2016, acrescenta os §§1º a 4º ao art. 5º da referida lei. O §1º dispõe que a Camex disponibilizará, para acesso do Tribunal de Contas da União (TCU), arquivo com o valor do custo fiscal da concessão de seguro à exportação para cada operação de crédito. Deverão ser apresentados, no mesmo arquivo, os parâmetros e a metodologia utilizados para o cálculo do custo fiscal.

Os §§2º e 3º estabelecem que o custo fiscal do seguro deverá considerar em seu cálculo a diferença

Os §§ 2º e 3º estabelecem que o custo fiscal do seguro deverá considerar em seu cálculo a diferença entre o valor cobrado à instituição financeira pelo seguro de crédito e o valor justo ou o valor de mercado do seguro, sendo este calculado tendo por base, no mínimo, o risco de crédito do importador e a qualidade das contragarantias oferecidas pelo importador ao FGE.

O § 4º estabelece que o custo fiscal, por cada operação, será disponibilizado, no mínimo semestralmente, em sítio público de fácil acesso ao cidadão, respeitando-se as regras de proteção das informações sigilosas e pessoais previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

O art. 2º do projeto estabelece o início da vigência da futura lei 180 dias após sua publicação.

Por sua vez, o PLS nº 135 de 2016 adiciona parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 9.818, de 1999, dispondo que a Camex publicará, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, em até quinze dias, as decisões sobre as operações aprovadas no âmbito do FGE, com informações acerca dos parâmetros e das condições para concessão de seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União, respeitando também as regras sobre informações sigilosas e pessoais da Lei de Acesso à Informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º desse projeto prevê o início da vigência da futura lei na data de sua publicação.

O autor justifica as proposições invocando as necessidades de aumentar o grau de transparência e eficiência dos programas de financiamento à exportação, de resguardar o direito dos cidadãos brasileiros ao acesso à informação e do respeito ao princípio da publicidade.

As matérias foram encaminhadas em tramitação conjunta a esta Comissão e seguirão depois para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental inicial de cinco dias úteis a nenhum dos projetos. Tampouco houve emendas às matérias no âmbito desta Comissão.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134 de 2016 e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 135 de 2016, nos termos do substitutivo a seguir.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente, relativamente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Ao tempo em que submeto a matéria à discussão, faço a constatação de que agora nós temos 10 Senadores. Precisamos da presença, no painel, de mais 4 Senadores para que possamos votar pelo menos as matérias não terminativas. Faço, portanto, este apelo: os Senadores, mesmo em outras comissões, poderiam dar sua presença às comissões nas quais estão presentes...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Já que estamos aguardando a presença de companheiros para que possamos alcançar o quórum, eu queria fazer um registro.

para que a gente possa alcançar o quórum.

Eu queria fazer um registro das manchetes dos principais jornais do País na manhã de hoje. O *Correio Braziliense* destaca: "País volta a crescer e abre mais vagas que o previsto." O *Estado de S.Paulo*: "Criação de empregos surpreende e chega a 76,6 mil." E, finalmente, *O Globo*, que diz que a criação de vagas é a maior em quatro anos.

Na realidade, as manchetes dos jornais hoje destacam uma coisa que está surpreendendo o mundo político e o mundo econômico que é a volta do emprego. Todos já sabiam que a economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vinha se recuperando: os indicadores de crescimento do PIB já estavam dados, o Banco Central e o Ministério da Fazenda já apontavam para um crescimento do PIB neste ano de 0,73%. Mas muito se falava que esse crescimento era em cima de uma base muito baixa, tendo em vista que, nos últimos três anos, o País enfrentou a sua maior recessão econômica da história, que o emprego iria demorar a voltar, e que isso certamente iria continuar machucando os milhões de brasileiros que foram postos na rua da amargura. Foram quase 14 milhões de brasileiros desempregados por essa brutal crise. Então, nós estamos constatando, já nesses últimos quatro meses, com a publicação dos dados do Caged, que o emprego está voltando mais rapidamente do que se previa.

Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, nós já acumulamos a criação de 1,46 milhão novos empregos. Existem previsões, Sr. Presidente, de que, até setembro do próximo ano, a economia brasileira poderá estar produzindo 3 milhões de novos empregos. Isso também é fruto das mudanças que ocorreram aqui no Congresso Nacional, com o apoio do Congresso Nacional, medidas que foram muito polêmicas, medidas muito debatidas, medidas muito contestadas, medidas que ainda hoje são contestadas por setores da nossa política. Mas o fato concreto é que o Brasil dá cada vez mais sinais de que nós deveremos ter, no ano de 2018, uma recuperação econômica muito mais forte do que a que previámos.

O Ministério da Fazenda corrigiu a previsão do crescimento do PIB para 2018 para 2,5%, mas já há consultorias econômicas e bancos de investimentos apostando que o crescimento da economia do Brasil em 2018 poderá ultrapassar 3,5%.

Portanto, esses são dados extremamente positivos, e eu queria fazer o registro de o que é hoje destaque nas principais capas dos jornais em circulação no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu agradeço a V. Exª...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mais dados importantes, contribuindo com a fala do Senador Fernando Bezerra: no início do Governo Temer, a inflação era de 9,28%; hoje, está em 2,54%. Olhem só: 2,54%! Abaixo de 3%! A taxa básica de juros era de 14,25%; agora está em 7,5%, quer dizer, também pela metade.

Quer dizer, também pela metade. A produção industrial era de -9,8% e, hoje, já está em 1,6% positivo. A produção de veículos, que era de -24,3%, hoje está em 28,5% positivos. Então, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indicadores... A safra de grão, que era de 185 milhões de toneladas, hoje está em 242 milhões de toneladas. O saldo da balança comercial era de US$19 bilhões e, hoje, está US$58 bilhões.

Então, são mais dados... Tenho mais dados, mas vou parar por aqui. São muitos os dados positivos, de modo que eu também concordo com o Senador Fernando Bezerra quando afirma que nós devemos crescer mais de 3%, algo em torno de 3,5%, este ano. E isso quem nos disse foi o Ministro Meirelles aqui, nesta Comissão, ou seja, que a expectativa é de um crescimento acima de 3% do PIB. Esse é um crescimento forte para quem vinha apresentando crescimento fortemente negativo e, agora, apresenta um crescimento fortemente positivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Realmente, são notícias auspiciosas essas que são trazidas pelos jornais – e não é apenas a manchete de um jornal, mas as manchetes dos três jornais de maior circulação no País. São três jornais que dão como manchete – e realmente merece manchete – o fato de o País estar recuperando os empregos que perdeu. É muito importante que possamos continuar nessa marcha, nessa caminhada, nessa trilha, visando criar ainda mais empregos ou recuperar mais empregos.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu até não iria falar para que pudéssemos dar continuidade à pauta, mas, diante dessas manifestações, eu me vejo obrigada a também expressar aqui a minha opinião acerca de tudo que se passa no País.

Primeiramente, quero deixar claro que V. Exªs, aqui, cumprem uma determinação do Palácio do Planalto. A imprensa publicou que o Presidente Michel Temer chamou os seus líderes ao Palácio do Planalto para lhes dar um puxão de orelhas dizendo que estavam defendendo muito pouco o Governo e que era preciso que ocupassem, todos esses membros da Base Aliada, os Parlamentares, os microfones do plenário, os microfones das comissões para defender e sustentar o Governo.

Então, em primeiro lugar, eu quero deixar claro que o que nós estamos vendo aqui, essas manifestações, esses registros, tudo isso faz parte... Não há nenhum problema quanto a isso. Esse é o jogo da política; a política é assim. Mas isso faz parte de um jogo estratégico do Governo para tentar melhorar a sua performance perante a opinião pública, que, como todo o Brasil sabe, não alcança sequer 3% de aprovação da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo objetivo é tentar também crescer para viabilizar a aprovação da reforma previdenciária.

Então, Sr. Presidente, quando eu ouço falarem aqui em recuperação da economia, eu me lembro de que, na época da Presidenta Dilma – e alguns ainda estavam participando do governo da Presidenta –, alguns usavam o mesmo discurso de que a crise era passageira e que, logo, logo, seria debelada. Mas, infelizmente, uma parcela significativa do Parlamento brasileiro não atuou para contribuir para que a crise fosse superada.

São inerentes ao sistema capitalista essas crises cíclicas: do jeito que elas vêm, elas vão também. Elas não duram eternamente. Agora, elas vêm e vão, mas que saldo deixam, Sr. Presidente?

Então, eu quero ler a outra parte do que a imprensa vem divulgando e que não se fala aqui. Para tanto, vou pegar o jornal *Valor Econômico* de hoje, que, aliás, em matéria um pouco mais abaixo, fala exatamente desse início de recuperação, tímida ainda, mas que, obviamente, vem e virá....

... desse início a recuperação tímida ainda e que, obviamente, vem e virá. Poderia ter vindo antes não fosse a crise política que criaram, que irresponsáveis – irresponsáveis! – criaram neste País.

Mas o que diz uma das manchetes do jornal *Valor Econômico* de hoje? "Lucro de empresas cresce 30% no 3º trimestre". Então, será que nós estamos debelando a crise econômica para elevar os ganhos das empresas, para elevar os lucros das empresas, principalmente das grandes transnacionais? Porque não é o trabalhador que está tendo ganho com isso; pelo contrário. Está aqui: a medida provisória vergonhosa editada por Michel Temer em relação à reforma trabalhista em grande parte piora ainda mais a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Eu pego o exemplo das mulheres gestantes e lactantes. Eles dizem que cabe à mulher decidir se quer ou não continuar trabalhando em lugar insalubre, mas a que não trabalhar em lugar insalubre não receberá o adicional. Tenha a santa paciência! Isso é um desrespeito à humanidade, isso é um desrespeito à condição humana! A mulher, que é quem carrega a função de gerar uma criança para manter a espécie humana, é tratada desse jeito, de forma desrespeitosa.

O trabalhador intermitente também, Sr. Presidente. A medida provisória proíbe o seguro-desemprego do trabalhador intermitente, e ele terá de complementar, se quiser ter o direito ao seguro da previdência social, até o nível do salário mínimo, a contribuição previdenciária. É isso que diz.

Então, para quem a gente vai recuperar? A diferença é que nós queremos a recuperação econômica do País não para benefício de uma meia dúzia...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Estou concluindo. Não para o benefício...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Eu peço a atenção...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... daqueles que deveriam estar ouvindo o pronunciamento de V. Exª, mesmo contrariados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço a V. Exª. Por isso que V. Exª tem um grande respeito de todos seus pares. V. Exª, mesmo não concordando com grande parte do que eu falo aqui, me permite esta manifestação.

Mas é isso, Sr. Presidente. O que nós precisamos discutir é a recuperação econômica. A recuperação viria, virá, todos nós sabemos, com Dilma ou quem quer que seja. O Brasil é um grande país. Agora, virá de que forma e em benefício de quê? O Brasil está voltando para o mapa da fome.

Essa reforma trabalhista que estão fazendo – e a cada medida provisória que fazem a pioram – é uma reforma trabalhista nefasta para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros.

A reforma da previdência está aqui também em outra manchete: "Trabalhador teria de contribuir 44 anos para ter teto de aposentadoria" – 44 anos! –, enquanto as empresas privadas, de acordo com o *Valor* de hoje, manchete de capa, elevam seus lucros em 30%.

Estão entregando o Brasil para o capital internacional. O projeto que Temer aplica ao Brasil não é nem um projeto neoliberal; é de uma nova colônia, Sr. Presidente. Estão transformando o Brasil em uma colônia, estão empobrecendo o povo brasileiro.

Então, quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras: eu acho que, em relação à reforma trabalhista, o que há é uma grande enganação. A medida provisória, primeiro, foi editada alguns dias depois de a lei entrar em vigor, em alguns dias. Poderia ter sido editada exatamente no momento da sanção, quando ele deveria ter feito os vetos, como prometeu aos senhores – não a mim, mas aos senhores. E a promessa foi pública; então acabou sendo uma promessa para todo o Brasil.

E a promessa foi pública. Então, acabou sendo uma promessa para todo o Brasil. Prometeu, e não cumpriu. Portanto, não merece o respeito nem a credibilidade nem do Parlamento, nem da população brasileira. E depois, quando edita a medida provisória, o que diz imediatamente o Presidente da Câmara? Ela não será aprovada – não será!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhem os dois movimentos que nós estamos tendo: a grande oportunidade de o Brasil se recuperar economicamente, reforçar esses recursos para aplicação em projetos e programas sociais. O pré-sal, para a educação. Tiraram a Petrobras da operação exclusiva e agora querem mudar o marco.

Então, não adianta esse tipo de crescimento. Esse tipo de recuperação econômica não é aquela que esperava o povo brasileiro, porque essa só contribui para elevar o lucro de uns poucos e coloca na miséria... E eu não estou fazendo discurso, não; estou pegando exemplos muitos claros. Olhem a reforma trabalhista, olhem a reforma previdenciária, o teto de gastos. Para que temos a recuperação? A Emenda Constitucional nº 95 está aí. Só pode gastar o que gastou o ano anterior, acrescido da inflação, em segurança, em saúde, em educação, em tudo.

Então, vejam, tomaram o Brasil de assalto, eu lamento dizer isso, e exatamente para colher. Plantaram e agora estão colhendo os frutos que favorecem uma meia dúzia de pessoas, de empresas estrangeiras, inclusive, e prejudicam, põem, jogam na miséria um número cada vez maior da população brasileira.

Então, infelizmente eu não vejo muito o que comemorar – não vejo. Porque recuperar a economia para dar o ganho, o lucro ao mercado, aos grandes empresários, não serve ao Brasil, tampouco ao povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Vanessa, mas discordo dela, porque, na verdade, o que interessa é que o País está crescendo, está criando novos empregos.

O Senador Cristovam Buarque já está conosco. Isso significa dizer que os dois projetos de que S. Exª é o Relator, o 747, do Senado, e o 134, assim que tivermos o quórum... Aliás, o quórum agora está dependendo apenas de um Senador, de um salvador da Pátria, já que nós estamos com algumas matérias que poderiam ser votadas sem o quórum qualificado.

Então, faço um apelo novamente àqueles que estão ausentes ou em outras Comissões para que possam comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer os Senadores que leram o meu relatório de cada um dos dois projetos, de forma *ad hoc*, estava em outras atividades, e dizer que no Projeto nº 747, de 2015, tive oportunidade de ler, de analisar um projeto de origem dos chamados jovens Senadores. Eu fico muito feliz quando cai nas minhas mãos para analisar um projeto que vem dessa juventude, que passa aqui um ou dois dias. Nesse período, eles, funcionando como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fossem Senadores, apresentam projetos de lei. Desse eu, com mais prazer ainda, fiz o relatório, porque ele busca privilegiar a educação básica pública e o ensino profissional na

... privilegiar a educação básica pública e o ensino profissional na distribuição dos *royalties* do pré-sal vinculados à educação.

O projeto traz grandes amarras para isso, e eu acrescentei um substitutivo que amarra ainda mais, dirigindo *royalties* do petróleo aos entes federativos, e os 50% do Fundo Social ficariam destinados à educação da seguinte forma – antes isso estava solto –: 40% para a educação básica pública; 25% para a educação técnica e profissional, nos termos do novo ensino médio; e 10% para garantir educação de qualidade a pessoas com deficiência.

Mas eu queria acrescentar algo na linha da sua última fala, quando se referiu a emprego e crescimento. Os *royalties* não chegam à educação se o petróleo continuar debaixo do mar. O petróleo no fundo do mar, debaixo das camadas do sal, é uma lama. Esse petróleo só se transforma em riqueza se for recolhido, transportado, transformado e vendido. Enquanto o petróleo estiver escondido, ele não é uma riqueza real; é uma riqueza em potencial, dependendo da capacidade de investimentos para retirá-lo lá debaixo.

Por isso, eu vejo com satisfação o esforço atual da Petrobras de fazer parcerias para poder ter os recursos necessários para explorar o que está embaixo da camada de sal, ou seja, o petróleo que está no pré-sal, e trazê-lo para a superfície, transformá-lo, vendê-lo, e, com o que for apurado disso, uma parte virar *royalty*, e desse *royalty* uma parte ir para a educação de base.

Volto a insistir, petróleo enterrado é apenas uma hipótese de valor e com um risco: não vamos ter que esperar muitas décadas para que o petróleo deixe de ser o principal combustível usado no transporte. Países como a China, a Inglaterra, a Alemanha já determinaram prazo para a substituição de todos os seus motores movidos a fóssil por motores movidos a energia elétrica. Parte dessa energia até pode ser térmica, o que vai exigir ou carvão ou petróleo, mas grande parte virá ou da energia hídrica ou do que hoje começa a crescer cada vez mais, que são a energia solar, a energia eólica ou mesmo, com alguns cuidados, a energia nuclear.

Portanto, eu quero o máximo de recursos do petróleo para a educação. Por isso, eu quero que o petróleo seja explorado da maneira mais rápida possível, desde que de forma transparente, com a contabilidade bem analisada, para que esses recursos, que são *royalties*, não sejam disfarçados com aquela velha ideia de contabilidade criativa, diluídos nos custos de produção, e nos enganem. Então, a análise cuidadosa da contabilidade das empresas parceiras poderá ser extremamente positiva para gerar recursos para o Brasil, inclusive esses que irão para a educação.

Então, a análise cuidadosa da contabilidade das empresas parceiras poderá ser extremamente positiva para gerar recursos para o Brasil, inclusive esses que irão para a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer mais ainda que, além disso, esses investimentos e essa exploração vão tirar aquelas regiões do Rio de Janeiro de uma recessão profunda, gerando emprego. Calcula-se que, em cinco anos, seriam 500 mil empregos. Não sei quantos seriam, mas hoje há uma massa imensa de trabalhadores desempregados por conta da crise em que a Petrobras foi jogada nos últimos anos, sobretudo pela corrupção, pelo tabelamento do preço do combustível abaixo do que deveria ser posto e por ineficiências. Felizmente, isso está sendo superado. Espero que os recursos sejam bem utilizados, que não sirvam apenas para o lucro dessas empresas, mas que, com a fiscalização da contabilidade, parte desse lucro vire *royalty* e parte desse *royalty* vá para a educação. É preciso transformar um combustível fóssil que se extinguirá numa riqueza permanente, que é a inteligência no cérebro de nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. V. Exª tem total razão com relação aos recursos não renováveis, com relação à produção de petróleo no nosso País.

Eu solicitei ao Senador Elmano Férrer que assumisse a Presidência dos trabalhos, porque nós vamos agora apreciar o PLC 99, de 2017, de que sou o Relator.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

2. Em 24/10/2017, foi concedida vista coletiva da matéria.

Ele será o Presidente. Espero que ele não tome tanto gosto como o que estou tomando.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – É uma honra ter o gosto de V. Exª.

Informo que o relatório já foi lido e que já foi concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Lembro que se trata do PLC 99, de 2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Elmano Férrer.

Vamos agora passar à apreciação de projetos terminativos, fazendo um apelo para que os Senadores compareçam ao plenário, porque só poderemos votar os projetos terminativos se tivermos o número de 14 Senadores presentes no plenário, que é o que temos agora no painel.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – E há oito no plenário só.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há oito no plenário. Necessitaríamos de mais seis Senadores para votar. Nós temos um acumulado aqui de oito matérias terminativas, que só podem ser apreciadas e votadas com esse quórum.

Então, faço novamente o meu apelo, o apelo de todos nós que estamos aqui, para que outros Senadores

Então, faço novamente o meu apelo, o apelo de todos nós que estamos aqui, para que outros Senadores venham se somar a nós aqui no plenário e possamos ter a apreciação dessas matérias.

Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

E vamos passar à apreciação do item 10. Projeto de Lei do Senado nº 747, de 2015, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cuja relatoria é do Senador Cristovam Buarque.

O relatório já foi lido.

Agora eu concedo a palavra para se discutir a matéria. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador se dispõe a discuti-la, a matéria está em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, ele passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 3, substitutivo.

A matéria vai, portanto, ao plenário do Senado.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu queria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Para agradecer ao Senador Fernando Bezerra, que fez a leitura, durante a minha ausência, e para dizer que isso mostra, no que eu insisti muito aqui, algum tempo atrás, que é possível encontrarmos recursos para a educação, mesmo com o teto para os gastos. É questão de buscarmos fontes alternativas e lutarmos por ela, como estamos fazendo aqui ao aprovar esse projeto, que, eu quero, mais uma vez, reconhecer, não foi originado por nenhum de nós; foi originado pelos Jovens Senadores. Nos deram uma lição de como buscar mais recursos para a educação dentro das restrições que existem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se os Jovens Senadores permanecerem assim, nós estamos ameaçados aqui. (*Risos.*)

Porque eles certamente se sentirão tentados, convocados a participar da vida pública. Mas isso eu digo em forma de brincadeira. Temos um imenso respeito por essa iniciativa do Senado de criar, incentivar o Senador Jovem. E a prova, como o Senador Cristovam Buarque acaba de nos oferecer, a prova disso é a aprovação de uma matéria como essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, só para registrar o trabalho do Senador Cristovam Buarque. Na realidade, o Senado Jovem trouxe a ideia, mas foi o relatório substitutivo do Senador Cristovam Buarque que foi preciso, objetivo, no sentido de identificar, no fundo social, o instrumento necessário para anteciparmos a chegada de mais recursos para a educação e sobretudo para o ensino médio e para o ensino profissionalizante. No Plano Nacional de Educação, se prevê triplicarem-se as vagas do ensino profissionalizante, que hoje é de apenas 1,8 milhão de jovens brasileiros, e nós queremos chegar a mais de 5,4 milhões. E, quanto a esse projeto, esse substitutivo, o conhecimento, a dedicação, o amor, a paixão que o Senador Cristovam Buarque tem para a causa da educação é que permitiram a aprovação unânime do projeto

...que permitiu a aprovação unânime do projeto nesta tão importante comissão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero aqui registrar a dedicação, mais uma vez, à causa da educação, que é sempre promovida e defendida pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero me associar a V. Exª e conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É só para pedir urgência para a votação no plenário e dizer ao Senador Fernando Bezerra muito obrigado por demonstrar mais uma qualidade dos pernambucanos: a generosidade, pelo menos com os conterrâneos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador fez justiça. Ele, na verdade, não foi tão generoso, a despeito de ser uma pessoa generosa. Ele fez justiça ao desempenho do Senador Cristovam Buarque. Quando se fala em educação no nosso País, o nome que vem à mente de todos é o do Senador Cristovam Buarque. Essa é a verdade.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria me associar a essa homenagem, não apenas como conterrâneo do Senador Cristovam, mas como alguém que nesta Casa sempre se aconselha e se orienta, sobretudo na discussão de alguns temas, pelas opiniões do Senador Cristovam, que é uma referência neste País. E assim é não apenas por ser, no campo da educação, alguém que sempre teve uma posição missionária, alguém que ficou no debate nacional durante longo tempo, de forma quase monotemática, sempre colocando a questão da educação no centro da agenda nacional – e essa questão tem que ter uma centralidade irrecusável mesmo.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade, até com a presença aqui dos nossos pares, para dizer que amanhã o Senado Federal vai receber aqui – e isso é motivo de grande alegria para nós todos – o grupo de jovens que representou o Brasil no último torneio internacional de formação profissional, o World Skills, que foi realizado este ano em Abu Dhabi, no qual o Brasil se sagrou vice-campeão, suplantando inclusive países que têm nesse campo uma tradição, como, por exemplo, o Japão, a Coreia do Sul etc. Então, nós vamos receber amanhã, aqui no Senado Federal, às 15 horas, no gabinete do Senador Eunício Oliveira, essa delegação de 58 jovens brasileiros que puderam nos representar, e bem representar, nessa olimpíada de formação profissional. Setenta países participaram e, mais uma vez, o Senai, que é uma instituição de referência no mundo nesse campo – é o maior complexo de educação e formação profissional da América Latina –, ofereceu uma contribuição muito importante para que o Brasil pudesse ter esse resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço isso também homenageando o Senador Cristovam, que esteve conosco em Abu Dhabi e pôde testemunhar esse desempenho excepcional do Brasil nesse certame. Por isso, Sr. Presidente, eu faço este registro com satisfação, ao tempo em que também me manifesto tributando ao Senador Cristovam o meu reconhecimento pela contribuição que ele tem dado neste País a essa grande causa, que é a causa da educação *lato sensu* e da educação profissional...

que é a causa da educação *lato sensu* e da educação profissional especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro, ao mesmo tempo em que faço das palavras de V. Exª as minhas e me incorporo à convocação que V. Exª faz para que possamos estar amanhã no plenário do Senado homenageando esses nossos atletas.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado e nos acompanham pela Rádio Senado, eu fiz questão de vir do meu gabinete para votar esta matéria. Eu quero votar esta matéria aqui como Senador da República e não só como Líder do Governo.

Normalmente, os governos não gostam de vincular receitas. Normalmente, os governos gostam de ficar livres na questão das vinculações, mas eu acho que, neste caso, eu vou encaminhar favoravelmente, Sr. Presidente, porque entendo que é fundamental que esses *royalties* do petróleo possam efetivamente... O petróleo é um bem finito, é um bem que vai passar na cadeia tecnológica, Senador Cristovam, e daqui a um momento não estará mais nessa linha de, vamos dizer assim, alto consumo. É importante, enquanto essa riqueza puder ser explorada, que ela possa financiar uma riqueza muito mais forte e muito mais perene que é o saber, que é a educação.

Falam que, às vezes, o petróleo traz maldição a alguns países. A Venezuela está aí vivendo essa dificuldade hoje. Outros países do mundo viveram essa questão do *boom* da exploração do petróleo e se desagregaram em nível de cadeia econômica. Então, eu espero, se o petróleo tiver alguma maldição, que essa maldição do petróleo possa ser o financiamento de uma benção para o Brasil que é a educação.

Sr. Presidente, eu quero dizer, com muita tranquilidade, que voto favoravelmente, que aplaudo esse projeto do Senador Cristovam e que, no plenário, defenderei esse projeto para que nós possamos votar rapidamente essa matéria, que é simbólica, é emblemática. Se nós temos de fazer hoje no País uma luta, é uma luta pela educação. Essa luta pela educação demanda recursos, demanda prioridade política. O Senado, ao aprovar esta matéria, Senador Cristovam, explicita uma prioridade política, explicita um desejo, uma vontade da República, uma vontade da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero votar favoravelmente e registrar que, se pudermos mandar esta matéria o mais rapidamente possível ao plenário, Sr. Presidente, seria extremamente importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há necessidade apenas de um requerimento para que possamos votá-lo ainda hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu faço o requerimento, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não é de fácil compreensão a matéria. Eu preciso – até porque estamos discutindo aqui o possível requerimento de urgência para ser votado no plenário – de que tenhamos todo o entendimento agora.

Eu imaginei conversar posteriormente com o Senador Cristovam, mas, se V. Exª permitir, Senador Garibaldi, eu gostaria de dirigir alguns questionamentos ao Senador Cristovam. O que nós temos, na realidade, é a Emenda 95, que limita todos os gastos públicos, fora os gastos financeiros, naquilo que se gastou no ano anterior, acrescido de inflação.

O que vemos no projeto é que os recursos dos *royalties* do petróleo irão para a educação como forma de fortalecimento o segmento educação. Mas, como virá isso? Isso virá fora daquela regra do limite

... mas como é que virá isso? Isso virá fora daquela regra do limite ou nós não estaríamos trocando a fonte Orçamento da União pela fonte *royalties*, e, na prática, isso não ampliaria em 1% sequer os recursos que a educação tem possibilidade de receber hoje no Brasil.

É esse o entendimento que estou tendo, ou seja, o entendimento de que, apesar da garantia dos recursos dos *royalties* irem para a educação, eles irão, em decorrência da Emenda nº 95, em substituição ao que já está estipulado no Orçamento Geral da União. Ou seja: na prática, não haveria acréscimo nenhum para a educação.

Então, eu me dirijo ao Senador Cristovam para que S. Exª confirme essa nossa análise, feita, inclusive, com a ajuda da nossa assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, durante o debate dessa PEC, eu insisti em mostrar que lá há exceção para a educação.

Educação pode aumentar desde que saia de outra rubrica, independentemente desse projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não; mas, aí...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Deixe-me continuar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... a segurança também pode ser aumentada, contanto que se diminua a saúde ou se diminua o transporte...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – As mordomias do Senado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... da Câmara...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Qualquer segmento pode aumentar contanto que se diminua em outro lugar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E isso é positivo.

Nesse caso, entretanto, não há necessidade de se tirar de nenhum outro lugar, porque já estão como fonte orçamentária os recursos que virão dos *royalties*. Então, não tem nem que sair de nenhum outro lugar, e a PEC não impede o aumento de recursos para gastos em educação.

Então, não há a necessidade de se tirar de nenhum outro lugar os recursos que vierem dessa fonte orçamentárias, que é o Fundo Social, cujos recursos são originados nos *royalties* do pré-sal. Ou seja: dentro da PEC é perfeitamente possível aumentar esses recursos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque, veja bem, Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... eu queria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador, é só para...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É para ajudar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É isso; é isso!

Então, a compreensão continua a mesma. Na realidade, o que nós estamos garantindo é uma fonte de recursos para a educação, mas essa nova fonte está também sujeita ao teto estabelecido pela Emenda nº 95. Aí diz o Senador Cristovam: "Mas a educação pode ter os seus recursos ampliados". É certo, como a saúde também pode ter os seus recursos ampliados, como o esporte ter os seus recursos ampliados, ou o turismo, contanto que saia de algum outro lugar. Então, na prática, não há – e é isso que eu quero que fique claro...

Eu voto a favor, Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu voto a favor. V. Exª sabe o quanto nós sempre lutamos.... Aliás, por nós, queríamos – e temos que – cuidar dessa ameaça que querem fazer de acabar com o marco da partilha. Acabando com o marco da partilha, acaba-se com os recursos para a educação também. É com isso que nós temos de tomar cuidado.

Então, nós defendemos, mas não podemos nos iludir: não está havendo ampliação para os recursos da educação. Zero ampliação! Zero! Então, esse projeto não amplia nada; ele apenas garante uma fonte dentro daquele limite estipulado, que pode ser...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... aumentado, contanto que se retire de outros segmentos que, socialmente, são muito importantes também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, antes de passar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O ideal, Senador Cristovam, é que os recursos fossem tirados dos juros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senadora Vanessa, deixe-me fazer aqui uma sugestão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É porque eu entendo que todos nós queremos mais recursos para a educação e nós temos, a partir...

... e nós temos, a partir da PEC do teto dos gastos, um limitador no teto geral de gastos do Executivo. O Senador Cristovam tem razão quando diz que o recurso que for colocado pode ser gasto a mais, porque não há um subteto para a educação; há um gasto geral para o gasto público.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não há um subteto para a educação.

Mas eu queria propor algo além, mais ousado. Queria que o Senador Cristovam fosse autor de uma emenda à Constituição – e eu vou assinar esta emenda à Constituição com V. Exª – para que a gente propusesse que o recurso dos *royalties* que vai para a educação fosse extrateto do gasto, ou seja, seria um dinheiro a mais acima do teto do gasto da educação, porque a receita é uma receita extraordinária, mas, na hora em que a receita extraordinária entra no Orçamento, passa a ser submetida ao teto do gasto. E, claro, isso iria levar mais dinheiro para a educação, mas iria comprimir outras despesas de outros Ministérios como da Saúde, Educação ou qualquer outro.

Então, eu queria que V. Exª preparasse uma emenda à Constituição, dizendo que os recursos específicos dos *royalties* que serão colocados estarão extrateto do gasto do limite do teto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas aí teria de entrar, Senador, em uma PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Seria uma emenda à Constituição. E nós seríamos signatários dessa emenda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito. Então, é correto isso que nós estamos levantando. Perfeito. É uma PEC.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É uma lei. V. Exª já coloca mais dinheiro para a educação, mas eu quero que esse dinheiro para a educação impacte...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não é mais dinheiro nessa lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... o resto das despesas se não houver uma luta interna dentro do Governo para substituir fonte, como a Senadora Vanessa está dizendo. E a ideia não é substituir fonte; é ter fonte a mais. Então, essa PEC será, efetivamente, um adendo nesta luta de V. Exª e na nossa luta para colocar mais dinheiro para a educação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente, eu queria manifestar o meu apoio à sugestão do Senador Romero Jucá, mas procurando também esclarecer que esta PEC só é possível porque os *royalties* são uma receita extraordinária> Na realidade, essa emenda do Senador Cristovam Buarque também só é possível porque, com a volta da produção de petróleo no pré-sal e com as expectativas crescentes dessa produção e dessa exploração nos próximos cinco ou seis anos, nós estaremos, sim, assegurando recursos adicionais para a educação, para a educação profissionalizante. Essa PEC que o Senador Romero sugere vem a calhar, porque nós não estaremos fazendo nenhuma concessão com a política de rigor na aplicação dos gastos, do equilíbrio fiscal, porque se trata de uma receita extraordinária que vai desaparecer quando a produção de petróleo começar a cair.

Portanto, apoio a iniciativa e quero dizer que também me alinho para ser subscritor dessa proposta de emenda à Constituição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu queria fazer um apelo. Essa discussão é relevante, acontece que o quórum também é de uma relevância muito grande e acaba de ser alcançado. Então, para que nós não tenhamos o dissabor de ver esse quórum desfeito, eu faria um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apelo àqueles que querem discutir a matéria, que sei que é uma matéria que envolve uma discussão ampla, profunda...

Então, com a palavra o Senador Dalirio Beber...

Então, com a palavra o Senador Dalirio Beber. E eu faria esse apelo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Queria um minuto, Sr. Presidente, só para falar da proposta do Senador Jucá.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Rapidamente. Apenas para parabenizar pela iniciativa o Senador Cristovam Buarque, por esta importante matéria, uma vez que disciplina a destinação dos *royalties* do petróleo para melhorar e qualificar o ensino no Brasil.

Por outro lado, acho que é importante a gente também lembrar que a exploração desse petróleo, que é essa riqueza, vai ser potencializada ou já está sendo potencializada em função da alteração de uma legislação da partilha que foi produzida, digamos, aqui na Comissão e no Senado Federal, ou seja, de iniciativa do nosso Senador José Serra, que permite que efetivamente nós ampliemos a exploração de petróleo e a transformação dessa exploração em *royalties* que vão financiar importantes atividades na área social.

Por outro lado, me preocupa quando se fala em eventualmente aprovar uma PEC justamente como uma receita extraordinária que possa estar vinculada ao gasto em nível de base de cálculo de pessoal. Por quê? Porque sendo uma receita extraordinária, ela, com certeza, é finita. E nós temos hoje Estados e Municípios que estruturaram a sua operação, no que diz respeito, digamos, ao financiamento da folha de pagamento nessa receita extraordinária, e hoje sofrem.

Eu tenho uma PEC rodando aqui no sentido de disciplinar essa questão do *royalty*, tanto de petróleo quanto de energia elétrica, apenas em investimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu concedo a palavra ao Senador Ataídes, que já havia solicitado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bem rápido, Sr. Presidente.

Quero parabenizar, Romero Jucá, por essa sugestão ao Senador Cristovam Buarque dessa PEC do extrateto, dos *royalties* do petróleo para educação; quero lhe parabenizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria um pouquinho mais, Senador Cristovam: não só para a educação, mas também para saúde e segurança pública. Essa é a minha recomendação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, Presidente, Presidente eu gostaria que V. Exª...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu peço a compreensão dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro. Em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin, mas por apenas dois minutos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não. Eu falo menos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... para que possamos votar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, muito rapidamente. Eu acho que o Senador Cristovam traz, em muito boa hora, um projeto que estabelece sobretudo a linha de que recurso finito como é o do petróleo, não renovável, tem que se constituir, especialmente num País como o nosso, num fundo intergeracional. Ou seja, você tem que estabelecer um processo em que você aplica em algo que possa concorrer para mudar o perfil do País estruturalmente. Isso não se faz sem o foco prioritário na educação, porque evidentemente o grande desafio é desenvolver competência, formar capital humano. Não há investimento mais nobre do que esse.

E quero também dizer que esse projeto, de alguma maneira, se conecta, da melhor forma, com esse projeto do Senador Dário Berger, que traz aqui uma questão fundamental. Vejam o Rio de Janeiro, a experiência do Rio de Janeiro, desse desastre fiscal do Rio de Janeiro

... desse desastre fiscal do Rio de Janeiro foi produto em grande medida de uma expansão extraordinária do gasto corrente, calcado em uma receita extraordinária e, portanto, uma receita que ao final se revelou não estável.

Portanto, o projeto do Senador Cristovam e o projeto do nosso Dalirio Beber conectam-se extraordinariamente. Ou seja, se algum gasto deve merecer, pelo seu caráter reprodutivo, prioridade absoluta, é o da educação. E peço vênia ao nosso querido Senador Ataídes para dizer que, na hora em que se abrir para a saúde, sem querer desmerecer a importância dessa área, nós vamos aí realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrir para que se possa fazer o gasto corrente em outras áreas, e aí, sim, se desvirtua verdadeiramente esse sentido, que é o de priorizar a educação.

Portanto, quero fazer este registro e quero dizer ao Senador Dalirio Beber que esse seu projeto é fundamental para evitar que ocorra novamente algo assemelhado ao que aconteceu no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores. Eu vou abrir o painel para a votação do item 2 da pauta, que é terminativo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, só falta a minha fala, e eu vou falar em um minutinho. Eu apenas quero dar uma sugestão. Depois V. Exª abre o painel!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, eu concedo a palavra para um minutinho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Um minuto.

Nós estamos avançando muito, Sr. Presidente. Primeiro, já fica claro que o projeto em si só não ajuda muito. Ele é importante, mas não ajuda, porque não acrescenta nem garante novos recursos à educação. Isso só poderá vir com um projeto de emenda à Constituição.

O projeto originalmente aprovado na Comissão de Educação – e o Senador Cristovam sabe disso – já tinha um dispositivo, uma emenda que previa esses recursos como extrateto. Então, já que há o compromisso do Governo de que será feita uma emenda constitucional, e aprovaremos a emenda constitucional, garantindo que esses recursos virão extrateto, eu sugeriria que nós incluíssemos a redação que veio da Comissão de Educação já nesse projeto de lei, porque aí, sim, os recursos dos *royalties* do petróleo viriam somar-se àqueles que estariam de acordo com o teto, porque eles não seriam computados para o teto. E aí, obviamente, isso seria plenamente regulamentado com a emenda constitucional. Eu acho que essa é a melhor forma de nós amarrarmos os nossos compromissos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, fazendo um apelo para que ele seja breve.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Certamente. E eu acho muito importante que votemos essa matéria. Mas eu preciso reforçar um pouco os argumentos da Senadora Vanessa e esclarecer para os colegas, aproveitando a presença do Senador Jucá e do autor, o colega Senador Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa é absolutamente perfeita e precisa do apoio de todos nós. Mas, Senador Cristovam, nós precisamos entender melhor os limites que o Congresso criou com a proposta de estabelecer teto de gasto público. Nós estamos vivendo um drama! V. Exª está com a iniciativa perfeita de aportar mais recursos para a educação, mas só vamos estar mudando a fonte: em vez de o dinheiro da educação vir de um lugar, virá de outro. Por quê? Por causa do teto. É claro que, na área da educação, é o mínimo que se gasta. Mas, como o Senador Jucá falou ainda há pouco, nós precisamos fazer uma alteração para que os recursos da educação possam vir como extrateto de fontes como essa que V. Exª está sugerindo; a mais para a educação. Esse é um problema real que nós estamos tendo. Não se trata de má vontade.

Eu vou dar um exemplo concreto, para encerrar.

Esse é um problema real que nós estamos tendo. Não se trata de má vontade.

Vou dar um exemplo concreto, para encerrar. Na Funai, no ano que vem, nós vamos viver um drama. A Funai tem R$100 milhões e aí consegue uma doação da Noruega de R$30 milhões. Ela tem de tirar, dos R$100 milhões, R$30 milhões para receber os outros R$30 milhões, porque não pode haver extrateto. Essa foi uma falha. Isso deveria ter ficado aberto, para, quando não comprometer orçamento, quando não comprometer recursos públicos, nós termos esse tipo de possibilidade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Isso seria extraordinário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente! É exatamente isso que estou propondo.

Nós precisamos fazer isso urgentemente, nada que comprometa os recursos orçamentários das fontes que nós já conhecemos. Mas precisamos abrir para extrateto quando tivermos fontes como essas que são fontes extraorçamentárias. Era isso que eu queria pôr.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador, a matéria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senão, vamos trocar seis por meia dúzia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria lembrar que a matéria já foi aprovada. Ela já foi aprovada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – No plenário, nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos ao item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária e dá outras providências.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas.

Observações: *1. Em 24/10/2017, foi concedida vista coletiva da matéria.*

Peço à nossa assessoria que possamos iniciar a votação, com a abertura do painel. (*Pausa.*)

Os Senadores já podem votar, por gentileza.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu vou votar com aquele compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu faria um apelo para que os Senadores permanecessem no plenário, porque há mais sete itens terminativos, que se acumularam. Eu gostaria de que pudéssemos votá-los hoje. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos votar o do Roberto Muniz, do qual eu fui o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Qual é o número? É terminativo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – É. Eu já o li. É só votar. É o item 7. Mas é importante que a gente vote esse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Todos os Senadores já votaram?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Estou pondo o meu código aqui, e está aparecendo V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É uma iniciativa da minha Presidência agora.

Senador Elmano...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – V. Exª está onipresente. Botamos o nosso código, e aparece V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Estamos votando no Garibaldi.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – V. Exª está dando um golpe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos corrigir rapidamente isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Esse é um *handicap* para a gente aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sabia da estima dos Senadores, eu tinha ideia da estima dos Senadores, mas não tanto assim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador José Pimentel chegou aqui numa hora importante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador José Pimentel chegou numa hora importante.

Item 2. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O resultado: tivemos SIM, 16; NÃO, zero.

Abstenção nenhuma.

A foto ajudou. Tomara que ajude no próximo ano! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 99-A, combinado com os artigos 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência desta Comissão, a designação de grupo de Senadores para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Observações:

Apreciação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário.

Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 99-A do Regimento Interno do Senado Federal.

COORDENADOR: SENADOR TASSO JEREISSATI

1. Tramita vinculado ao RQE 11/2017 (Plano de Trabalho).

2. Ver artigos 99-A, 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Em 09/05/2017, realizada audiência pública com a presença dos Senhores

Bernard Appy, Centro de Cidadania Fiscal - C.CiF; Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; e José Roberto Rodrigues Afonso, Professor de

Mestrado do Instituto Brasiliense de Direto Público - IDP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Em 11/07/2017, é aprovada a prorrogação do prazo para a apresentação do relatório final da avaliação periódica do sistema tributário nacional, pelo tempo necessário para que o relator possa concluir os trabalhos, conforme art. 393-C, § único

do Regimento Interno do Senado Federal.

5. Nos termos do art. 393-F, o relatório será submetido à deliberação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômico, em caráter terminativo.

6. Em 24/10/2017, lido e relatório e concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão, depois de vista coletiva. Vamos, portanto, ter uma nova votação. E quem quiser discuti-la, pode fazê-lo. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Ainda faltam quatro matérias terminativas. Daí o meu apelo para que possamos permanecer em plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Armando Monteiro, Senador Pimentel.

Estou apenas fazendo um apelo para apressar a votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio, para ouvir o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... tem uma série de itens quanto aos quais temos profunda divergência. O primeiro deles é a crítica que ele faz ao MEI (Micro Empreendedor Individual). Este é um dos programas que o Brasil desenvolveu nos últimos anos que é mais elogiado pelos países que acompanham a nossa economia e pelas entidades que atuam na formalização dos negócios e na oportunidade para a geração de mais trabalho. O MEI hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem mais de 6 milhões de pessoas formalizadas incluídas na Previdência Social, contribuindo para a Previdência Social, com o seu CNPJ, e se transformando em formalizadas, e, com isso, contribuindo para ...com isso contribuindo para a diminuição da sonegação fiscal, que era muito forte nesse setor quando o empreendedor individual comprava da média e da grande empresa e, como ele não tinha CNPJ, ele terminava também não pedindo a nota fiscal. O relatório faz uma profunda crítica ao MEI. Por isso, Sr. Presidente, eu divirjo muito desse relatório.

Segunda questão. Ele trata o incentivo à micro e à pequena empresa como uma política de perda de receitas. Não é verdade. Se nós pegarmos esses 10 anos de existência da micro e da pequena empresa, veremos que tivemos um crescimento de 78% na arrecadação tributária da União, dos Municípios e dos Estados. Esse sistema permitiu a formalização de mais de 4 milhões de micro e pequenas empresas com arrecadação crescente.

Eu estou, Sr. Presidente, terminando de fechar um relatório, por determinação desta Comissão, sobre as políticas públicas que a CAE executa, um estudo muito profundo sobre isso, e ele tem profunda divergência com este relatório que hoje nós estamos aqui votando. Por isso, Sr. Presidente, vejo-me forçado a votar contra essa matéria discriminatória...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação. O painel já está aberto...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ...discriminatória e sem fundamento, principalmente quando se leva em conta o que tem sido elaborado no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Falta apenas um Senador votar.

Senador Flexa Ribeiro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Só peço a paciência de todos para anunciar o resultado da votação. O Senador Jorge Viana ainda está exercendo o direito do voto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos fornecer o resultado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Isso não é razão para impugnar o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que tenho muito respeito pelo trabalho que o Senador Ferraço fez. Foi um dos grupos constituídos aqui, no âmbito da CAE, para oferecer uma contribuição, sobretudo em relação à necessidade de aperfeiçoar o sistema tributário nacional. Acho que, no conjunto, o relatório é extremamente positivo, mas eu também me associo à preocupação trazida pelo Senador Pimentel no que diz respeito à forma como algum regime especial, como o Simples, é tratado no relatório.

Eu lembro que há um comando constitucional em relação à questão da pequena e da média empresa. O artigo 170 da Constituição preconiza um tratamento especial à pequena e à média empresa. Em qualquer lugar do mundo, essa política diferenciada em favor da pequena e da média empresas tem uma dimensão, que é a questão de um tratamento tributário favorecido. Não há como fazê-lo senão dessa forma.

Então, o que eu gostaria de dizer? Que o Senador Ferraço foi feliz quando, por exemplo, tratou do tema da substituição tributária, que vem contribuindo para prejudicar fortemente o setor empresarial e, mais do que isso, as pequenas e médias empresas neste País. A substituição tributária é um instrumento cuja utilização vem sendo perigosamente alargada, penalizando extraordinariamente as pequenas empresas.

Essa ressalva o Senador Ferraço faz em boa hora, mas, ao fazer este registro...

Senador Ferraço faz em boa hora, mas, ao fazer esse registro, ele também considera que o Simples é um regime tratado como uma renúncia fiscal e equiparado a qualquer outro.

Então, eu quero dizer que voto favoravelmente ao relatório, mas me sinto no dever de fazer essa ressalva, do mesmo modo que acho que a MEI, embora existindo desvios relacionados à questão da pejotização, etc, é um instrumento de cidadania empresarial, indiscutivelmente.

Quero fazer este registro: não deixarei de votar favoravelmente ao relatório, mas faço questão de consignar aqui, de registrar aqui essas observações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos dar a palavra ao Senador Jorge Viana e vamos abrir o painel para fornecer o resultado da votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Armando Monteiro está votando agora.

Pode, pode.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria concordar com a opinião do colega Pimentel, que tanto trabalha nessa questão, que vem com a contribuição do Senador Armando também. Mas eu acho que o relatório do Senador Ferraço é um bom relatório para a CAE para que tenhamos aqui a consciência de que nós temos muita injustiça tributária no Brasil. Há um levantamento dele... Eu concordo com a preocupação com a micro e pequena empresa, que não podem ser vistas da maneira com que estão sendo. Mas eu queria concluir dizendo que o próprio o relatório traz que só o Brasil e a Estônia não tributam distribuição de lucros e dividendos, gente. É muito injusto isso! Isso funcionava no Brasil até 1995. No governo Fernando Henrique, foi retirado, foi desonerado. E nós, prefeitos, governos, ficamos reclamando. Ora, em distribuição de lucros e dividendos? No mundo inteiro, há taxação da pessoa física. O Brasil abre mão disso e faz injustiça tributária, tributando o assalariado nos percentuais que tributa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso, parabenizo o Senador Ricardo Ferraço, mas acho que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deveria ter – neste ano, nós não debatemos isso – como prioridade discutir injustiça tributária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e vamos encerrar a votação e fornecer o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, 1 Senador; Nenhuma abstenção.

Agradeço o prestígio que os Senadores me deram, mas eu tenho uma audiência urgente agora e solicitei ao Senador Fernando Bezerra Coelho que continue a presidir esta reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Fernando Bezerra, V. Exª vai continuar na direção dos trabalhos?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu só gostaria, mesmo tardiamente, se V. Exª me permitir, porque esta é uma matéria que nós acabamos de votar... Sinceramente, eu não tinha chegado à página 41, Presidente, e vejo que há uma análise sobre a Zona Franca de Manaus, da qual eu discordo, porque fala que a teia de isenções tributárias, como a da Zona Franca, o Simples, Programa de Desoneração de Folha, foi estabelecida sem que houvesse estudos que justificassem a relação custo-benefício. Isso não procede em relação à Zona Franca de Manaus, que é um modelo, Presidente, de mais de 50 anos, e os benefícios, em relação aos custos,

É um modelo de mais de 50 anos, Sr. Presidente, e os benefícios em relação aos custos têm sido muito importantes.

Era apenas para deixar registrado em ata.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Pois não; vai constar em ata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Eu chamo para votação o Projeto de Lei do Senado nº 379, de autoria do Senador Roberto Muniz e que tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016

- Terminativo -

Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

Autoria: Senador Roberto Muniz.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 a 5-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com parecer favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 5-CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 07/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

O relatório já foi lido e foi encerrada a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Vamos colocar em votação o projeto, nos termos do parecer do Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação do projeto com as emendas de nºs 1 a 5, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Vou abrir o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – A Senadora Vanessa deseja...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Voltou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É que nós estamos votando agora o item 7, que também é um projeto terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nós pulamos o item 5, que também é terminativo. E eu estou aqui porque fui reconduzida à condição de Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – É que desse projeto eu pedi vista e ainda não devolvi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas não precisa devolver a vista. A vista é por uma semana, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Eu pediria a sua compreensão. Nós estamos tentando um entendimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – ... para ser apreciado na próxima reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, Senador Fernando Bezerra. Vamos concluir aqui e vamos voltar ao item 5, um projeto importante do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Eu vou deixar essa decisão com o Presidente, que vai reassumir os trabalhos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Posso encerrar a votação?

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

Votaram "sim" 14 Srs. Senadores. Nenhum voto "não".

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto e as Emendas de nºs 1 a 5, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senador Garibaldi. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Temos que votar o item 5, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Fazemos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o item 5, Sr, Presidente. Pularam, sem aprovação, do item 5 para o 7.

O item 5, Sr. Presidente, é o projeto que eu relato, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Penso que a gente reconstitui o quórum rapidamente se V. Exª abrir a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nos vamos, então, anunciar o resultado...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Há requerimento de minha autoria que está sobre a mesa. Peço, se possível, que seja colocado em votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não, Acir. Vamos atendê-lo.

Item 5 da pauta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O quórum caiu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu me descuidei e não votei no último projeto. Eu gostaria de pedir que meu voto seja registrado como favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O voto de V. Exª será registrado em ata. Não há dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Com meus parabéns ao Senador Roberto Muniz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, V. Exª acabou de anunciar que não poderíamos votar o item 5 por falta de quórum. Eu encaminharia um pedido a V. Exª: que fosse esse o primeiro item da pauta da próxima reunião, Sr. Presidente, porque houve claramente aqui... Eu estava atendendo a outras demandas aqui e fui enrolada, Sr. Presidente. Enrolada literalmente, porque eu só sei fazer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. V. Exª não foi enrolada; foi imolada...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Fui enrolada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... em sacrifício.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pularam do item 5 para o item 7 sem aprovação do Plenário, sem absolutamente nada. Então, que o item 5 seja o primeiro item da pauta da reunião que vem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço desculpas e vou atender a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não era V. Exª que estava na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas acho que a responsabilidade foi minha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação a urgência solicitada para a votação em plenário do item 10, PLS 747, de 2015.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.

Autoria: Senador Aécio Neves

Já foi lido o relatório.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, ao PLS já mencionado, com a Emenda nº1-CAE, substitutiva, e pelo arquivamento do PLS nº 135, de 2016.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

De autoria do Senador Acir Gurgacz:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, um aditamento ao Requerimento nº 148/2017 da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater as disposições constantes da Resolução nº 400, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, a inclusão dos nomes abaixo, para participarem do debate da respectiva Audiência Pública.
> - Sr. Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário de Acompanhamento Econômico (Seae);
> - Sr. Rogério Coimbra, Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil (SAC).

Em votação o Requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2014

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Eliene Lima

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria voltará à Comissão de Serviços Infraestrutura, para apreciação da Emenda nº 1-PLEN.

A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que está chegando, segundo fui informado. (*Pausa.*)

Já agora, contando com a presença honrosa da Senadora Lúcia Vânia, vamos conceder a palavra a ela.

Item 12, Projeto de Lei da Câmara nº 1.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Sr. Presidente, submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 1, de 2014, doravante tratado, neste parecer, apenas como PLC, que altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao Poder concedente, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC é composto por três artigos que não vou ler, Sr. Presidente, porque os Srs. Senadores já têm em mãos.

Análise.

O PLC propõe alterações na legislação do setor elétrico com o intuito de incentivar a instalação de centrais hidrelétricas de pequeno porte. A proposição altera o art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para aumentar o limite máximo da potência instalada das centrais hidrelétricas que dispensam concessão, permissão ou autorização do Poder concedente, que passaria de "inferior a 1.000 kW", na época da apresentação da proposição, para "inferior a 3.000 kW". Contudo, a Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, já estabeleceu esse limite em "inferior a 5.000 kW".

... de novembro de 2016, já estabeleceu esse limite em "inferior a 5.000kW". Da mesma forma, modificações mais abrangentes que as propostas pelo PLC para o inciso VI e o §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, também foram inseridas pela Lei nº 13.360, de 2016.

Assim, as inovações legislativas presentes no PLC restringem-se às alterações no inciso I e no §6º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996. Essas aumentam o limite superior da faixa de potência instalada, de "inferior a 30.000kW" para "inferior a 50.000kW", o que permitiria às centrais hidrelétricas serem classificadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e usufruírem de descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, respectivamente, a Tust e a Tusd.

Nesse ponto, entretanto, o PLC, apesar de suas boas intenções, agrava distorções existentes na tarifação do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Como os concessionários de transmissão e de distribuição do setor elétrico devem ser remunerados pelos serviços prestados toda vez que se cria ou amplia um desconto na Tust ou na Tusd, outros agentes do SEB, principalmente geradores não beneficiados e consumidores das distribuidoras, devem pagar pela benesse. Ou seja, o desconto na Tust e na Tusd é um subsídio cruzado. Dos mais perversos, diga-se, pois provoca efeitos distributivos indesejáveis, podendo fazer, por exemplo, com que consumidores residenciais arquem com parte do custo da energia elétrica de grandes consumidores, como *shopping centers*.

Em suma, parte do PLC ficou prejudicada pela legislação superveniente e, no que diz respeito à ampliação do leque de empreendimentos que podem receber descontos na Tust e na Tusd, o PLC provocará aumento da tarifa para maioria dos consumidores.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PLC nº 1, de 2014.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O relatório da Senadora Lúcia Vânia está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia com relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 1.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aprovado o relatório, pela rejeição, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à discussão e tramitação na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2014

- Não terminativo -

Disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável ao projeto com as emendas 1 a 4-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto com as emendas 1 a 4-CDH.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

A relatoria é da Senadora Lúcia Vânia, a quem concedo a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2014, de autoria da Senadora Ana Rita, que visa à consolidação da estrutura normativa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A proposição se compõe de 30 artigos e, conforme justifica a autora,

A proposição se compõe de 30 artigos e, conforme justifica a autora, busca "aperfeiçoar e cristalizar na lei o sucesso das medidas adotadas pelo Governo Federal" na execução do programa instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tratado também nos arts. 16 a 24 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, alterada pelas Leis nºs 12.873, de 2013, e 13.465, de 2017.

O art. 1º do PLS em discussão estabelece entre os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a) o acesso à alimentação; b) a inclusão econômica e social no campo; c) o abastecimento alimentar; d) a constituição de estoques públicos de alimentos; e) o apoio à formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e camponesa; e f) a produção agroecológica.

Análise.

A CAE analisa a matéria, em conformidade com as determinações do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui competência à Comissão para opinar sobre proposições pertinentes, entre outros temas, ao aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão e ainda quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Quanto ao mérito, ressaltamos que os dispositivos da proposição se harmonizam com os princípios estabelecidos na Lei nº 11.346, de 24 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), ao almejar o acesso à alimentação, a inclusão econômica e social no campo, o abastecimento alimentar, a constituição de estoques públicos de alimentos e o apoio à formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.

Nesse sentido, ao buscar assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio de estímulos à agricultura familiar e à melhor organização das ações governamentais, a proposição se mostra adequada e oportuna, tanto pelo aspecto social, da mais alta relevância, quanto pela racionalização e aprimoramento da gestão pública.

Portanto, Sr. Presidente, pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 240, de 2014, com o acolhimento das Emendas nºs 1 – CDH a 4 – CDH.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação agora o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser apreciada, eu gostaria de submeter à apreciação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores a ata da reunião anterior, colocando-a em votação e propondo a dispensa da leitura. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da 48ª Reunião.

Quero agradecer o quórum, que chegou a 24 Srs. Senadores e Senadoras no dia de hoje.

Agradeço, portanto, a presença de todos.

Agradeço a ausência do Senador Tasso.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador José Serra, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Dalírio Beber, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 150/2017, de autoria do Senador José Serra e do Senador Tasso Jereissati. **Finalidade:** Debater a crise fiscal brasileira em sua dimensão federativa e a importância de se aperfeiçoar a coordenação fiscal intergovernamental no país. **Participantes:** Bhajan Grewal, Professor do Victoria Institute Of Strategic Economic Studies, Austrália; Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (Senado Federal); Leonardo Ribeiro, Assessor do Senado Federal e especialista em contas públicas. Fernando Rezende, Professor da Fundação Getúlio Vargas. O Presidente concede a palavra aos convidados para suas exposições. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Serra

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Audiência pública interativa com a finalidade debater a crise fiscal brasileira em sua dimensão federativa e a importância de se aperfeiçoar a coordenação fiscal intergovernamental no País.

Os convidados são:

- Bhajan Grewal, professor do Victoria Institute Of Strategic Economic Studies, Austrália;

- Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente (Senado Federal);

– Leonardo Ribeiro, Assessor do Senado Federal e especialista em contas públicas; e

- Fernando Rezende, professor da Fundação Getúlio Vargas e um dos nossos grandes especialistas na matéria.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular desta forma: os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram na mesa. De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado, a Presidência vai adotar as seguintes normas:

Cada convidado para sua exposição terá 15 minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos e pelos demais integrantes assistentes da reunião, em sua maior parte técnicos ligados ao Senado. A palavra aos Senadores, Senadoras e aos demais será concedida por ordem de inscrição.

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Bhajan Grewal, que é professor da Universidade de Victoria, na Austrália.

Vou fazer algumas considerações introdutórias, em primeiro lugar, citando o Prof. Grewal, num texto de 2004. É muito interessante, transcorridos 13 anos, nós atentarmos para a acuidade do professor ao analisar o caso brasileiro na época.

Ele dizia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Está claro que as novas medidas ligadas à reforma fiscal do ano 2000 são desenhadas para enviar um sinal claro e positivo aos Estados, que terão que ser responsáveis por equilibrar seus orçamentos.
> Dados os recentes episódios em que a União precisou salvar as finanças estaduais, entretanto, a credibilidade desses sinais terão de ser colocadas à prova.
> É importante notar que as aposentadorias do setor público colocam uma camisa de força nos Estados, dado o elevado aumento das despesas com pessoal. A Constituição exige que os servidores públicos sejam recrutados em um regime jurídico que permite a eles receber proventos de aposentadoria iguais a 100% do último salário recebido antes de se aposentar.

É interessante que nesse texto de 13 anos atrás o professor tocou numa questão essencial do quadro fiscal brasileiro.

Quero dizer também, embora pareça óbvio, que o Brasil, a Austrália e os Estados Unidos têm uma problemática fiscal muito peculiar que é a dos países federativos. Essa é uma questão crucial.

Um país como o Chile, que é centralizado, não tem dimensão federativa na política fiscal, não tem política fiscal autônoma. Nós temos inclusive graus de autonomia elevados, tanto na parte do gasto quanto na parte da receita, uma vez que Estados e até Municípios no nosso caso têm a capacidade de mexer em impostos, têm os seus próprios impostos e tributos.

Pois bem, a Lei de Responsabilidade Fiscal deu os primeiros passos para uma espécie de maioridade fiscal do País, uma vez que tentava exatamente, ou tenta, disciplinar a questão fiscal nas três esferas.

Quero dizer que essa lei só foi possível devido a um dispositivo que nós pusemos na Constituição – eu pessoalmente – que previa uma lei de responsabilidade fiscal, que não era chamada assim, era uma lei geral de finanças públicas, que permitia que uma lei federal disciplinasse finanças públicas nas três esferas de governo. Essa deu a base constitucional para a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque nós tínhamos em mente que algo deveria haver nesse sentido.

Como eu dizia, com a LRF, a Federação brasileira deu os primeiros passos para a maioridade:

1º) Todo governo é igual perante a Lei de Responsabilidade Fiscal, seja federal, sejam os estaduais, sejam as prefeituras.

2º) Todos os entes ficam sujeitos às mesmas normas, limites e condições.

3º) A União não mais poderá assumir dívidas dos governos estaduais e municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4º) A proposta não foi contestada radicalmente por nenhum dos governadores – isso é interessante –, revelando, até certo ponto, um razoável grau de maturidade nacional em matéria de contas públicas, pelo menos no entendimento intelectual do assunto.

A crise fiscal dos últimos anos põe um questionamento para a efetividade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde 2010, as receitas estaduais mantiveram-se praticamente estáveis, como fatia do PIB. Mas as despesas com pessoal e custeio, que o professor já apontava no caso de pessoal, em conjunto, avançaram 10,2 pontos percentuais sobre a receita disponível para os Estados.

Esse ajuste ocorreu com a queda, evidentemente, do investimento de 6,7 pontos percentuais e do aumento de 5 pontos percentuais de atrasos e de deficiências. Em particular as despesas com previdência, que em 2010 eram inferiores aos investimentos, tornaram-se o dobro desses em 2016. Ou seja, hoje gasta-se o dobro em previdência do que se investe, e a uma proporção que era inversa, digamos, praticamente inversa no começo dessa década. O aumento dos gastos correntes obrigatórios além de comprimir os investimentos públicos foi a causa real de desequilíbrio dos Estados.

Outro aspecto que eu queria sublinhar é que até hoje a LRF não foi completamente regulada e implantada, falta a aprovação dos limites das dívidas da União e do Conselho de Gestão Fiscal. Falta aprovação dos limites das dívidas e a criação do Conselho de Gestão Fiscal – quando eu disse aprovação, quis dizer criação, no caso.

Ao conselho caberá acompanhar e avaliar a gestão fiscal no âmbito dos três entes da Federação, com vistas a promover uma gestão harmonizada e coordenada entre os entes federados. Deverá pressupor a normatização das contas orçamentárias e fiscais, a padronização da prestação de contas, a divulgação de estatísticas fiscais dos governos subnacionais e um fórum para o debate das questões federativas.

Agora, se eu tivesse no plano federativo que falar sobre a crise fiscal, a lei de responsabilidade, o que é necessário fazer, eu diria:

Primeiro, são necessárias medidas para enfrentar a crise fiscal e a coordenação da política fiscal mediante a revisão das vinculações de receitas e das indexações sobre gastos que retiram eficiência na aplicação dos recursos geridos por Estados e Municípios.

Segundo, aprovar o Conselho de Gestão Fiscal.

Terceiro, aprovar o Projeto de Lei 428, de minha autoria, que cria um processo institucionalizado de revisão de despesas na Administração Pública Federal, que pode reduzir a rigidez orçamentária dos orçamentos. É um processo institucionalizado, praticamente anual, de revisão das despesas.

E o Conselho de Gestão Fiscal já tem uma proposta apresentada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Senador, nós temos, no Congresso, hoje, em tramitação, nove projetos, sendo que quatro estão no Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do Conselho de Gestão Fiscal?

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Sim, sobre o Conselho de Gestão Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O ideal, aí, é pegar a relatoria e concentrar em um Senador.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – O projeto do Senador Collor e o da Senadora Lúcia Vânia, que tratam do Conselho de Gestão Fiscal, estabelecendo composição e funcionamento, estão apensados hoje na CCJ aguardando relator.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Talvez o Senador Dalirio pudesse cometer a ousadia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, mas, aí, entra por uma semana, pega e...

Bem; agora é inegável que a rigidez orçamentária do Brasil é fora da curva. É uma situação que tende a se repetir nos orçamentos federal e subnacionais, ou seja, estaduais e municipais.

Tenho uma tabela aqui – não sei se podemos projetar lá – que mostra os gastos obrigatórios com um percentual do gasto total.

Pode-se ver que o Brasil é o mais alto de todos aqui. Depois vêm Colômbia, Chile, México. Peru e Uruguai, que é o que tem, entre os países aqui – Uruguai e Chile –, o menor grau de gastos obrigatórios com um percentual do total.

É interessante ver que os gastos obrigatórios, nos Estados Unidos, são razoavelmente elevados para o padrão de um país desenvolvido. Isso, naturalmente, também está associado à natureza federativa do sistema fiscal.

Em suma, federação é uma complicação, mas ainda não se inventou uma maneira de se organizar a administração governamental, o sistema de poder em um país continental que não seja pela via federativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, feita essa introdução, ocupando um tempo maior do que eu pretendia, passo a palavra ao Prof. Bhajan Grewal.

Como disse, nós havíamos alocado cerca de 15 minutos para as diferentes falas, mas, no caso do professor, poderiam ser 20 minutos, até porque, bem ou mal, ele viajou dias para chegar da Austrália ao Brasil, enquanto que os outros ou são daqui, ou moram perto.

Muito obrigado, Professor.

O SR. BHAJAN GREWAL (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador. Obrigado pelas palavras introdutórias.

Eu me sinto privilegiado por estar aqui e compartilhar das minhas visões com vocês e os outros especialistas em federalismo aqui presentes.

Eu devo dizer que não sou um especialista em federalismo brasileiro, mas eu sinto, depois dessas observações, que eu conheço muitos problemas que o senhor mencionou e posso dizer que eles não são exclusivos do Brasil. A Austrália também já teve muitos problemas no passado.

Então, eu vou delinear a minha apresentação na história da Austrália e vou tentar fazê-lo nos 20 minutos que me foram alocados – e obrigado pelos 20 minutos. Talvez, no fim, nós toquemos em assuntos relevante para a situação brasileira.

Eu começaria com a atribuição constitucional das funções dos poderes fiscais e das transferências fiscais na Austrália. Mencionaria os princípios subjacentes dessas atribuições e também falaria sobre o federalismo australiano na prática, hoje em dia. É um sistema bastante diferente do sistema original. Também vou dizer algumas palavras sobre como essas mudanças aconteceram e também mencionar algumas inovações que a Austrália desenvolveu para a coordenação fiscal. E vou terminar com uma avaliação geral e falando sobre como a experiência australiana poderia ser interessante para o Brasil.

A Austrália se tornou uma federação em 1901, quando as seis colônias autônomas britânicas decidiram criar um sistema federal de governo. E dois territórios australianos – os territórios do norte e o ACT – também ganharam *status* de estados posteriormente. Então, houve oito governos de nível estadual e também existem três níveis de governo na Austrália: o federal, o estadual e o municipal.

A constituição atribuiu somente um número limitado de funções para o nível federal – Seção 51 da constituição. Por exemplo, questões de defesa, moeda, relações comerciais internacionais e algumas outras atribuições ou poderes mencionados na constituição, O que não foi mencionado na constituição permaneceu com os estados, como já era antes de 1901.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A constituição também tem uma seção que delineia como a constituição pode receber emendas, se ela precisar de emendas. É a Seção 128, que menciona que o governo federal vai realizar um *referendum* com uma proposta de emenda à constituição, e essa proposta deve receber o apoio com uma condição de dupla maioria: não só a maioria dos eleitores, mas também a maioria dos estados. E essa segunda condição foi colocada para proteger os interesses dos quatro estados menores, porque, do contrário, seria possível, em princípio, que os dois estados maiores conseguissem aprovar as emendas que quisessem.

Esse princípio da dupla maioria também tornou difícil a aprovação de propostas. Então, em todos esses anos, desde 1901, a constituição australiana só recebeu seis emendas, isto é, só foi emendada seis vezes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BHAJAN GREWAL – É; nós temos mais de seis mil, ou seja, mais de seis mil propostas, mais de seis mil tentativas.

Hoje, o federalismo australiano é bem diferente do que foi proposto inicialmente, constitucionalmente, e isso levanta uma questão sobre como essas mudanças ocorreram, já que a Constituição não sofreu tantas emendas, quando surgiu esse equilíbrio do poder no âmbito da Constituição. A resposta é que a Suprema Corte da Austrália, que tem a última palavra para interpretar a Constituição, acabou mudando o equilíbrio a favor do Estado federal. Ou seja, a Suprema Corte excluiu os estados de vários campos de tributação e tornou-os muito dependentes das transferências fiscais do âmbito federal.

No caso dos estados, 45% das receitas vêm do governo federal. No norte existem as transferências fiscais específicas e as gerais. Existe o princípio de equalização fiscal – eu gostaria de falar mais sobre isso depois. O restante são transferências para fins específicos, como saúde e educação, que são distribuídos conforme acordos intergovernamentais.

Um dos fatores que ajudou o governo federal a ter a precedência no caso australiano foi que o partido trabalhista australiano, um dos dois maiores partidos da Austrália, sempre se opôs à ideia da federação, desde o início. Os líderes do partido trabalhista várias vezes proclamaram o desejo de abolir os estados por considerar o sistema ineficiente. Hoje pelo menos eles também aceitam a ideia de federalismo, mas não de estados com muita força.

Aqui nós temos alguns números sobre as receitas fiscais de acordo com o nível de governo. Nós vemos que, em 2016/2017, o governo federal arrecadou 382 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 80% do total das receitas fiscais da Austrália; os estados arrecadaram cerca de 16,5%; e os governos locais arrecadaram 3,5%. Essas percentagens são bastante estáveis, não variam muito de ano para ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A composição é de tal forma que o governo federal arrecada mais da metade dos seus impostos via imposto de renda pessoal. Há também o imposto sobre serviços e outros impostos alfandegários, 10%. Então, existem outros impostos também.

Os estados dependem dos impostos sobre terra e recursos naturais, impostos sobre salários, impostos sobre seguros, impostos sobre jogos, veículos automotivos, selos, ao passo que os governos locais, municipais, dependem simplesmente dos impostos prediais, os impostos imobiliários.

As percentagens atuais das receitas fiscais estão em torno de 81% no nível federal, 15% no estadual e 3% em nível local.

A estrutura tributária na Austrália. Ela é considerada ineficiente, porque a reforma fiscal nos anos 80... Mas agora várias outras questões surgiram, comissões de especialistas por exemplo.

A Austrália arrecada 90% de suas receitas tributárias de somente 10 impostos e existem outros 115 impostos que são pequenos, arrecadam somente 10% das receitas fiscais. Uma reforma fiscal é necessária, mas, nos últimos 10 ou 15 anos, nós também tivemos, na Austrália, alguma instabilidade no governo. Consequentemente, as reformas fiscais continuam sendo adiadas indefinidamente.

As transferências fiscais, como mencionei antes, acontecem de duas formas principalmente. Há as transferências gerais, que podem ser gastas pelos estados da forma que eles desejarem. Há transferências sem restrições e com restrições.

Existe o princípio da equalização fiscal, e esse princípio foi implementado por um órgão independente, que é a Comissão Federal de Concessões. Eles são responsáveis por distribuir as percentagens aos estados – vou mostrar mais tarde essas percentagens.

Agora nós temos um exemplo da distribuição das transferências gerais em 2016/17. Na primeira coluna nós vemos os nomes dos estados e a percentagem da população. Como nós vemos, New South Wales e Victoria ainda continuam a ser os estados dominantes em termos de população. Queensland... Nós vemos 10% no caso da Austrália Ocidental; Tasmânia: muito pequena, somente 2%; Território do Norte, só 1%; ACT, que é o Distrito Federal da Austrália, conta com só 1,67% da população.

Na segunda coluna nós vemos as percentagens de equalização, assim como toda a receita total é distribuída.

Na coluna seguinte, na terceira coluna, apresento qual seria a percentagem se o total fosse distribuído *per capita,* conforme uma filosofia *per capita.*

Nós vemos a diferença na última coluna. Na última coluna nós vemos que New South Wales contribui com 1,8 bilhão para essa equalização fiscal; Victoria contribui com 1,4; e Queensland com cerca de 2 bilhões; a Austrália Ocidental contribui com mais de 4 bilhões de dólares. Assim, New South

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Wales, Victoria e Austrália Ocidental são os três estados que mais contribuem. Os outros estados são os estados que se beneficiam desse princípio de equalização fiscal.

A ideia é que esses estados sejam auxiliados pelos outros estados e também que os estados que tenham custos mais altos para serviços... Assim, eles não poderiam prestar os serviços.

Algo a notar é que o Território do Norte só tem cerca de 1% da população da Austrália, mas recebe a maior percentagem de transferências. Devido ao sistema de equalização fiscal, recebe 2,5 bilhões de dólares. Por quê? Por causa do turismo, é uma área muito grande, também a população é muito grande e, assim, a dispersão da população em diferentes áreas dificulta para se providenciar serviços de saúde e escola.

A segunda coisa é que o Território do Norte tem uma grande percentagem de população aborígene, e os aborígenes ainda estão tentando acompanhar os padrões de moradia, de saúde e de educação do restante da população. Eles estão atrasados em relação ao restante da população. Assim, no princípio de equalização fiscal, esse estado recebe auxílios adicionais para acompanhar o ritmo dos demais estados.

Os pagamentos com fins específicos são principalmente para educação, saúde, transporte e comunicação, mas existe uma série de outras transferências específicas também, que são decididas pelos conselhos de saúde, de educação e assim por diante.

Aqui eu tenho alicerces teóricos do federalismo fiscal. Existem duas ou três publicações dos anos 50 sobre a teoria do federalismo. No final dos anos 60 também houve outros estudos defendendo a descentralização fiscal para torná-la mais eficaz. Teorias de segunda geração começaram nos anos 90 defendendo um federalismo no qual os princípios sejam... A ênfase agora diz respeito a restrições orçamentárias para auxiliar os estados.

Na última coluna nós temos uma teoria positiva que diz que, se a natureza do federalismo fiscal for levada em conta, pode ser comparada com incentivos mais eficazes para administrar a futura distribuição fiscal. As restrições orçamentárias rigorosas para a eficiência são importantes, porque, do contrário, se os estados receberem... No caso da Austrália, haveria o risco de um incentivo perverso, de se tornarem sempre dependentes; os estados seriam sempre dependentes da federação, do governo federal. É por isso que é importante que, se houver transferências fiscais, elas não sejam discricionárias, mas baseadas em protocolos. Ou seja, deve haver uma regulação.

Em termos de coordenação, é importante ter algumas instituições ou organizações que coordenem os diferentes níveis de governo. O federalismo fiscal não funcionaria com departamentos estanques e independentes, porque as decisões de um nível de governo sempre têm consequências nos outros níveis de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na Austrália, nós temos três ou quatro organizações para a coordenação fiscal: o Conselho de Empréstimos Australianos, estabelecido em 1927, cujo propósito era o de coordenar os empréstimos entre o governo federal e os governos estaduais. Assim, durante boa parte dos anos 30, 40 e 50, o governo federal tomava empréstimos em nome dos estados e, depois, distribuía os fundos. Essa experiência não foi muito bem sucedida, porque os estados sempre estavam tentando se furtar dos acordo. Agora, os estados fazem os empréstimos em seu próprio nome e cada estado é avaliado por organizações independentes, ou seja, agora existe uma disciplina maior nos Estados.

É interessante notar os experimentos de um sistema centralizado. Agora, a Austrália está descentralizando, com avaliações independentes, o que está funcionando melhor.

E já foi mencionada também a Comissão Federal de Concessões, que é uma organização independente estabelecida em 1933. Muitos cidadãos locais reclamam da complexidade do sistema, e parte da metodologia não é muito clara, não é muito objetiva; contudo, a maioria dos governos, incluindo os governos que mais doam, que mais contribuem, não questionam o princípio da equalização fiscal.

Temos também a Conferência dos *Premiers*, que hoje se chama COAG – Conselho dos Governos Australianos, que também já existe há muito tempo. Todos os primeiros-ministros dos governos estaduais participam dessa conferência para coordenar os seus esforços, com recomendações de outras comissões que podem ser retificadas depois.

Listei também a Cúpula Nacional Fiscal, que é um exemplo de um dos esforços de coordenação, que foi iniciado em 1985 para se chegar a um consenso sobre uma reforma fiscal. A cúpula convidou pessoas do meio empresarial, os governos estaduais, acadêmicos, enfim, todos tiveram oportunidade de se pronunciar e defender as suas posições, e, ao final, preparou-se um relatório.

Foi uma experiência interessante, embora não tenha sido tão bem sucedida assim. A ideia era introduzir uma proposta, e o governo... Mas, no final, essa proposta foi minada pelos sindicatos. Mas, no final, a proposta foi minada pelos sindicais. Houve uma posição dos sindicatos, e o Governo acabou cedendo a essa pressão. Mas, ainda assim, eu diria que a experiência foi bem-sucedida, no sentido de que muitos assuntos úteis e importantes foram discutidos em nível federal e a necessidade de uma reforma fiscal foi debatida e reconhecida.

Então, essa Conferência dos Primeiros-Ministros Especiais ocorreu entre 1990 e 1991, e a ideia era remover alguns impedimentos que ainda restavam e que não permitiam um mercado único comum não só para mercadorias, mas também para habilidades. Por exemplo, as pessoas, no caso, eletricistas, corretores ou bombeiros, de um governo estadual não eram reconhecidas por outros Estados. Então, a mobilidade desses profissionais era muito difícil antes. A ideia dessa Conferência era obter um acordo no qual houvesse o reconhecimento mútuo dessas profissões. Se um Estado deu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diploma, o outro Estado deveria reconhecer esse diploma. Isso ajudou a mobilidade dos profissionais entre um Estado e outro dentro da Austrália, criando um mercado único não só para mercadorias, mas também nesse campo profissional.

Vou pular esse próximo eslaide. Vou para a Coordenação.

Essa Coordenação foi avaliada pela Comissão Nacional de Auditoria, que foi estabelecida em 2013, para fazer recomendação sobre os papeis e as responsabilidades. E a Comissão considerou que essa estrutura tinha se tornado muito difícil, muito volumosa. Havia seis acordos nacionais com os Estados. Era uma burocracia que tinha se tornado muito grande e complicada. Depois das recomendações dessa Comissão Nacional, esse conselho de auditoria foi abolido, e houve a criação de um instituto independente de especialistas do campo econômico.

Aqui há uma posição que é muito influente, porque foi expressada em 2008 por alguém conhecido, que fez esses comentários e disse que o federalismo cooperativo está ao lado da Constituição, está acima da Constituição, ou seja, ele é motivado por imperativos políticos e produz resultados numa base consensual que vão muito além dos que são alcançáveis pelo exercício legislativo federal ou pelo exercício separado dos Estados. Mas, ainda que seja uma cooperativa, ele contribui para a centralização, porque, para cada assunto que é tratado como nacional, ele se torna potencialmente um assunto que, em algum momento ou outro, pode ser questionado no nível federal.

Muitas vezes, são, inicialmente, uma ação cooperativa, mas, depois, os Estados se reúnem com o auxílio da Federação, e há muitos governos envolvidos. Por que não dar a responsabilidade, então, para o nível federal?

Então, eu acho que é o que nós vimos na Austrália: existe um federalismo cooperativo que termina com uma centralização devido à dificuldade de coordenação.

A Comissão Nacional relatou que a melhor maneira de resolver os problemas do federalismo australiano seria tornar o Estado mais poderoso em termos de arrecadação fiscal, dando ao Estado mais poderes nos Impostos de Renda e em outros impostos, o que significaria que os Estados se tornariam mais independentes nos empréstimos e seriam também mais responsáveis, ou seja, os Estados teriam mais responsabilidade. Eu tive o privilégio de participar das discussões quando essa proposta foi feita inicialmente, essa proposta de devolver competências fiscais aos Estados, no caso, o Imposto de Renda e também o Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias.

Eu gostaria de concluir, dizendo que o poder sobre as receitas fiscais é muito importante no federalismo fiscal, porque determina quem tem a precedência na coordenação e também na administração das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui uma situação de alguém que se tornou o Primeiro-Ministro. Ele disse que a administração econômica teve de se desenvolver do poder do âmbito federal, o que é algo muito claro, ou seja, admite-se muito claramente que o Governo Federal acha que a dependência dos Estados da Federação é uma boa coisa.

Outro aspecto que eu gostaria de mencionar antes de concluir, se nós voltarmos, é que antes nós tínhamos na Austrália uma série de centros independentes e de instituições realizando pesquisas sobre o federalismo. No Canadá e nos Estados Unidos, ainda há organismos semelhantes, mas, na Austrália, todos esses organismos foram fechados. Ou seja, atualmente, não há fontes independentes para discutir, para levantar questões e pesquisas sobre os temas. Isso existe somente no nível do Governo. Não existem mais instituições independentes que estudam essas questões. O argumento para o fim desses institutos é o de que foi para uma economia de dinheiro. Nem eram tão custosos assim, tão caros assim.

Eu vim, em 1973, para a Austrália, por exemplo, e trabalhei num centro de pesquisa sobre questões fiscais que era financiado pelo Governo Federal. Era um esforço cooperativo também com o auxílio dos governos estaduais. Mas, como o Governo Federal parou de financiar, os governos estaduais também pararam de financiar. Então, foi bastante triste. Eu acho que deveria haver pesquisas independentes que continuariam... O propósito não era só economizar dinheiro, mas talvez economizar discussões.

Também existe um desequilíbrio fiscal vertical que talvez se aplique ao Brasil, embora o desequilíbrio fiscal vertical no Brasil não seja tão forte quanto na Austrália. A equalização fiscal é outra questão de interesse. Se houver uma comissão independente que, num período longo de tempo, construa certa credibilidade e imparcialidade, o que, na Austrália, é o caso... Há concessões com restrições. Ao começarmos nessa direção, acho que vamos terminar tendo muitos casos de concessões com restrições. Seria difícil evitar uma duplicação de papéis, e isso também criaria uma prestação de contas muito opaca.

Na Austrália, se houver uma falha nos resultados, a Federação vai culpar os Estados, e os Estados culpam o nível federal. Ninguém assume a responsabilidade. Eu creio que, apesar da experiência do Conselho, a coordenação se tornou muito burocrática. Eu acho que a coordenação deve ser mais uma vez incentivada, e isso é algo que o Brasil deveria levar em conta. Isso é algo que está faltando no âmbito fiscal do Brasil, na estrutura fiscal do Brasil, e acho que isso deveria ser levado em conta.

Com essas observações, eu gostaria de encerrar.

Eu ficarei feliz em responder às perguntas que vocês fizerem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Prof. Grewal.

Vamos conceder a palavra para o nosso Presidente, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, que pertence ao Senado Federal, Felipe Salto.

O SR. FELIPE SALTO – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Felipe, o teto aqui... O Professor tomou 15 minutos, em vez de 20 minutos. Então, vocês tomam 12 minutos.

O SR. FELIPE SALTO – É claro! Pode deixar.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador José Serra por estabelecer este debate, que é essencial. Nós estamos vivendo uma crise fiscal e econômica no Brasil sem precedentes. Estudar experiências como a da Austrália e fazer comparações, tudo isso pode nos ajudar a ter luzes para tentar encontrar saídas para isso, sobretudo com o Senador Serra, que foi um dos artífices das regras e instituições fiscais que temos em funcionamento, sobretudo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero cumprimentar o Prof. Bhajan também – é uma honra estar aqui na mesma Mesa que ele –, assim como com o Prof. Fernando Rezende e o Leonardo.

Eu vou traçar um panorama do que nós estamos vivendo hoje em termos de crise econômica e fiscal e também trazer alguns dados estaduais do caso brasileiro, o que nos permite fazer alguma comparação com a questão de outros países.

O contexto é bastante difícil. Nós já passamos por uma evolução institucional bastante significativa na década de 80: a criação da Secretaria do Tesouro Nacional; a separação das funções de fomento, que antes eram coordenadas pelo Banco Central; a questão da conta de movimento, que existia e que foi extinta; e outros avanços que já ocorreram ainda antes dos anos 90. Todo esse processo foi coroado com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que gerou, de fato, uma mudança importante nas estatísticas, nos resultados dos Estados. A dívida dos Estados, como eu vou mostrar, caiu bastante nos últimos 20 anos, e agora nós recomeçamos a ter problemas, porque o nível de todas as regiões, em termos de dívidas sobre receitas, caiu, mas já parou de cair há pelo menos três anos e meio. Vários Estados já apresentam aumento dessa relação dívida sobre receita, com o agravante de que os investimentos vêm sendo significativamente penalizados pelo ajuste, porque há um grau de rigidez muito grande, os salários e a previdência ocuparam um espaço crescente, e isso acaba fazendo com que o ajuste recaia, no curtíssimo prazo, no curto prazo, sobre os investimentos.

Hoje nós temos, em termos gerais – aqui nós estamos falando em setor público consolidado, que são os dados que incluem Municípios, Estados e Governo Federal –, um déficit nominal de 9% do PIB, que é o déficit total, incluindo os pagamentos de juros sobre a dívida; um pagamento de juros de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,6 pontos percentuais do PIB; e um déficit primário de 2,4%. Quando comparamos com 2013, por exemplo, que é o primeiro ponto do gráfico, nós aumentamos o déficit nominal em cerca de 3 pontos percentuais do PIB, aliás de 6 pontos do PIB, sendo que 2 pontos desses 6 correspondem a uma piora do déficit primário, e o restante é uma piora da conta de juros.

Em perspectiva comparada, o Brasil possui o 12º pior déficit nominal, quando tomamos todos os 154 países classificados como economias emergentes pelos dados do último *outlook* do FMI de outubro de 2017. Então, é um déficit que, pela conta do FMI, encerrará 2017 em torno de 9,2%. Nós estamos hoje com 9%, pelos dados do Banco Central.

A dívida pública vem crescendo rapidamente. Nós estamos com uma dívida, no caso da curva azul, que é a dívida bruta, de 74% do PIB, e a dívida líquida, mais baixa, mas as duas em trajetória crescente.

A composição dessa dívida também é muito ruim. Então, nós estamos mal no fluxo e estamos mal no estoque. Quando olhamos a composição do estoque, também há um problema sério, que é o alto grau de indexação da dívida à Selic. Quase metade da dívida, na curva azul clara, quando incluída a dívida do Banco Central, corresponde à dívida indexada ao próprio instrumento de gestão da política monetária, que é a Selic.

Os dados da economia também são muito negativos. Nós temos um hiato do produto, como mostra o gráfico da esquerda, que já alcançou de 5,5% a 6% negativo; quer dizer, a distância que nós temos do PIB, observado para o PIB potencial, é de quase 6 pontos percentuais, o que mostra que ainda estamos numa situação de profundo problema do ponto de vista de dinâmica de crescimento econômico, ainda que os dados de alta frequência já mostrem, no caso da PMC, que é a pesquisa de comércio, da produção industrial, alguma recuperação já em curso.

A taxa de investimento, no gráfico da direita embaixo, é a menor taxa da série histórica do IBGE: 15,5% do PIB, quando a média de países emergentes e de países comparáveis ao Brasil é de mais de 20% do PIB.

O lado positivo dos nossos dados é o de que, do ponto de vista externo, nós temos uma situação controlada. São dados que mostram que nós temos uma dívida externa de US$150 bilhões, *vis-à-vis* reservas de US$370 bilhões a US$380 bilhões. Esse indicador nas barras verdes mostra que nós temos uma razão, uma relação reservas sobre necessidades de financiamento externo que é bastante confortável: algo de 2 a 2,5 vezes reservas em relação às necessidades de financiamento externo. Por essa razão é que, apesar da deterioração fiscal dos últimos, nós conseguimos passar por essa tempestade sem maiores problemas, digamos assim, a não ser a questão do crescimento.

Isso fica refletido nesse gráfico que combina o Embi, que é o risco país, o câmbio real e a taxa de juros. Não há um descontrole, desse ponto de vista de variáveis macro. Quando avaliamos a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do risco, elas estão relativamente controladas, e o juro real, inclusive, vem caindo rapidamente. Nós tínhamos uma taxa de juros real de 7,3% em setembro do ano passado e, agora, de 2,9%, que ainda é muito alta, mas que já representa um patamar bem inferior ao que nós tínhamos um ano atrás.

Na IFI, nós temos feito as projeções, os cenários, tentando avaliar todo o setor público, inclusive os Estados, e aqui estão as premissas. Basicamente, o quadro, no cenário básico, é de um crescimento em torno de 2% a 2,5% com juro real, que, no longo prazo, no período de 2019 a 2030, na última coluna, deve ficar em torno de 2% a 2,5% com juro real de 4% a 4,5%. Esses dois pontos são importantes, porque eles afetam fortemente a dinâmica da dívida.

Nos cenários alternativos, o otimista considera um pouco mais de crescimento, e o pessimista, um pouco menos de crescimento com juro real mais alto. Essas pequenas variações geram efeitos importantes do ponto de vista do endividamento.

O ajuste, no curto prazo, tem sido feito com base em aumento de receitas atípicas, receitas de concessões, receitas extraordinárias, que podem ver vistas nessa tabela no círculo destacado em vermelho. Nós tivemos até agosto algo como R$30 bilhões em receitas atípicas, num orçamento total que é de algo como R$1,2 trilhão e numa meta fiscal que está fixada neste ano, que é um rombo de R$159 bilhões.

A outra perna do ajuste de curto prazo – e isso já era esperado – é o corte dos investimentos das despesas discricionárias, que fica refletido nesse quadro com o corte por Ministério. Os investimentos, por exemplo, estão caindo 45% nessa base de comparação. Isso acontece dado o elevado grau de rigidez orçamentária. Então, os investimentos, quando olhamos a média no gráfico da direita, oscilaram nos últimos anos, mas sempre nessa faixa de 0,5% a 1% do PIB, no caso do Governo Federal. Quando considerada a esfera subnacional, os Estados e os Municípios, isso vai para no máximo 2% do PIB. Então, o nível de investimento do setor público no Brasil é muito baixo.

Nós temos no Brasil hoje duas regras centrais, que é a meta para o resultado primário e o chamado teto de gastos. Uma série de outras regras, no caso dos governos estaduais e municipais, também está fixada na Lei de Responsabilidade Fiscal e proporcionou avanço, sobretudo no âmbito local, mas, hoje, nós estamos diante de uma situação que vai demandar não necessariamente criação de novas regras, mas uma gestão fiscal e uma recuperação daquele espírito de responsabilidade fiscal que, no final dos anos 90 e início de 2000, até meados dos anos 2000, permitiu ao Brasil ter apresentado uma melhora fiscal.

O teto de gastos hoje incide sobre despesas, ali no primeiro gráfico da esquerda, que totalizam R$1,214 trilhão, só para ter um número na cabeça, dos quais as obrigações, aquilo em que não dá para mexer num tempo pequeno, de R$1,1 trilhão, e a margem fiscal, em que dá para mexer, de R$114 bilhões. Quando a gente abre essa margem fiscal, no gráfico do meio, metade corresponde ao custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, no terceiro gráfico, do custeio, metade corresponde a serviços terceirizados. Quer dizer, nós estamos falando que, se houvesse uma economia de 20% a 30%, na parte que dá para cortar e especificamente no custeio, seria um ajuste de R$8 bilhões a R$10 bilhões por ano. Nós estamos com uma meta de déficit de R$159 bilhões. É algo importante, mas não é algo que vai salvar o resultado, que vai gerar de fato uma mudança estrutural.

Projetando essa margem fiscal para frente – peço que olhem o gráfico da direita também –, a curva azul mais escura mostra que, ao longo dos anos, a margem fiscal vai precisar ser zerada rapidamente, e ela passa para o campo negativo em 2023. Se nós fizermos um cálculo considerando que, dentro dessa margem, há um pedaço fixo que é difícil de comprimir, porque não dá para apagar a luz dos Ministérios e mandar todo o pessoal de limpeza e segurança, então, há um pedaço ainda dentro daquela margem que a gente chama de incomprimível. Aí aquela seta vermelha vem para 2019. Quer dizer, o teto de gastos já começa a ficar em xeque em 2019.

As trajetórias da dívida derivadas dos cenários que a gente está apresentando são estas: o verde é o cenário básico, mais provável, em que, com alguma mudança no gasto obrigatório, por exemplo, na previdência ou no gasto com pessoal, daria para a dívida se estabilizar em torno de 90% a 94% do PIB, em 2025, e aí sim começaria a cair. Agora, isso exige mudanças estruturais no gasto obrigatório. O otimista pressupõe mudanças mais intensas, e o pessimista, um quadro com menos crescimento, quase nenhuma mudança no gasto obrigatório, e aí a dívida entra numa trajetória de insolvência. O mais provável é o cenário do meio hoje, na visão da IFI.

Os dados dos Estados, que, talvez, sejam os que mais nos interessam, mostram também uma preocupação, ensejam uma preocupação, mas não tão grande ainda. Agora, é um quadro que, provavelmente, vai demandar também ações por parte do Governo central, sobretudo de arbitrar conflitos e buscar saídas para aumentar receita e conter o gasto também no âmbito local. Por quê? Porque, quanto à dívida que está aqui neste gráfico, por região, nas cinco regiões, a gente observa que houve um ganho importante. Todas as regiões apresentaram queda no final dos anos 2000, quando veio a Lei 9.496, em 1997, que permitiu a renegociação, até 2012, 2013, a partir de quando todas as regiões pararam de cair ou começaram a aumentar. Aqui sempre é a dívida dividida pela receita.

Esse é o filme. A fotografia, quando a gente olha o finalzinho de 2016, para os 27 Estados, é esta aqui. Então, nós temos um gráfico de dispersão: no eixo horizontal, há os fluxos, o resultado primário, e, no eixo vertical, a dívida. É claro que a gente sabe que aqueles três Estados lá em cima, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, são os casos mais preocupantes, mas o que mais preocupa é o terceiro quadrante, em que um grupo de oito a dez Estados já tem uma combinação ruim, uma dívida relativamente média alta, de 50% a 70% da receita, com déficit de 5% a 10%, a maioria em torno de 5% de déficit. Então, essa combinação, ao longo do tempo, se nada for feito, vai fazer com que esses Estados do terceiro quadrante sejam fortes candidatos a terem problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a atual estrutura de gastos, com as regras fiscais e tudo mais, o que acontece é o que nós vemos no resumo deste gráfico aqui, em que a gente tem os investimentos dos Estados, hoje em torno de 0,4% do PIB, em relação a dois ou três anos atrás, quando esse percentual era de quase 1% do PIB. Então, houve uma queda importante nos investimentos, e o resultado primário, que era deficitário em 0,2% do PIB, passou hoje já a ser superavitário em torno de 0,2% a 0,25%. Quer dizer, todo ajuste vem recaindo sobre os investimentos, que são as despesas discricionárias, o mesmo padrão que se observa no caso da União. Isso se deve ao fato de que a despesa com pessoal cresceu muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SALTO – Aqui, neste gráfico, já caminhando para o final, no gasto com pessoal, todos os Estados apresentam um valor muito próximo do limite, que é 60% da receita, ali na linha vermelha, tanto no dado oficial quanto no dado ajustado pela Secretaria do Tesouro.

O que poderia ser feito? Nós fizemos uma simulação por região, mostrando que, para os próximos anos, se houvesse adoção de uma regra similar ao teto de gasto no caso dos Estados, com controle do fluxo de despesas, sobretudo de pessoal e previdência, daria para haver, aplicando essa regra do teto de gastos, que é o controle pela inflação passada, um reequilíbrio da situação fiscal por região, o que, na melhor das regiões, que é a Nordeste, aconteceria entre 2020 e 2021 e, na Sudeste, com peso grande no Rio de Janeiro, só aconteceria em torno de 2024 e 2025. A referência utilizada no exercício é um resultado primário positivo de 9% a 10%. Quanto tempo essas regiões demorariam para ter esse nível de superávit, que é necessário para fazer com que a dívida fique numa trajetória estável ou descendente?

O fato é que, em termos de regras fiscais, o Brasil já vem avançando bastante nisso. No ano de 1985, 30 anos atrás, com dados do FMI também, poucos países tinham regras fiscais, seja para dívidas, para o gasto, limites que envolvem metas para a receita, como se pode ver neste gráfico aqui de 1985. Em 2015, fica visível que o grosso dos países começou a adotar novas regras ou até a combinar duas ou três regras fiscais. O Brasil também, em 2015, tinha duas principais, agora tem uma terceira, que é o teto de gastos. Isso não significa necessariamente que a situação fiscal melhora, mas que os países, ao longo do tempo, vão adotando e combinando regras diferentes para conseguir atingir o resultado principal, que é dar uma mínima sustentabilidade para razão dívida/PIB. Em resumo, o que precisa ser feito é bastante claro, quer dizer, a receita do bolo é conhecida, e os ingredientes também.

Como é que a gente vai conseguir colocar esse resultado em prática? Nós temos já a possibilidade de, mantido o programa de ajuste fiscal, conseguir voltar a gerar superávit, pelo cenário da IFI, em torno de 2024, o que parece bastante longe, mas isso vai exigir um esforço tremendo, e a medida desse esforço pode ser feita numa conta simples, que está ali no item 5: para estabilizar uma dívida de 90% do PIB, com o crescimento do PIB em torno de 2% e com juros reais em torno de 3,5% a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4%, precisa de um esforço primário de 2% a 2,5% do PIB. Hoje nós temos um déficit de 2,5%. Quer dizer, nós estamos falando de um esforço fiscal que chega a quase 5 pontos do PIB.

Então, isso vai envolver uma agenda fiscal ampla. Os Estados, nós temos discutido pouco, e também vai demandar uma ação coordenada, porque não dá para esperar que, individualmente, os Estados reajam do ponto de vista de produzir resultados melhores.

Então, encerro por aqui. Essa é a contribuição que a gente trouxe, com dados, para o debate desta tarde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Passo a palavra agora para o Prof. Fernando Rezende.

O SR. FERNANDO REZENDE – Boa tarde a todos!

Eu queria cumprimentar todos os presentes na pessoa do preclaro Senador José Serra e do nosso convidado Bhajan e fazer alguns comentários, procurando fazer um contraponto entre o que a gente vê, no caso do Brasil hoje, e alguns pontos que foram ressaltados aqui na palestra do nosso colega Bhajan.

Primeiro, eu queria ressaltar o seguinte: por que mudou tanto nos últimos 30 anos quase? Porque, em 1988, a intenção era fortalecer a Federação e desenvolver um regime de políticas muito apoiado no reforço do federalismo. Quer dizer, houve uma forte ampliação das responsabilidades do Estado, mas, ao mesmo tempo, em um primeiro momento, uma descentralização das receitas em favor de Estados e Municípios. Depois, por fatos conhecidos – eu posso explicar isso na sequência, mas vai me demandar muito tempo –, esse processo foi sendo revertido ao longo do caminho, muito em função da importância atribuída ao uso das contribuições sociais para fazer o ajuste fiscal, que era o que podia ser feito naquele momento. Em 1998, com a crise daquela época, o Brasil teve de fazer um forte ajuste fiscal para sustentar a estabilidade da moeda, e, daí em diante, esse modelo de sustentação do ajuste fiscal se reproduziu ao longo do tempo. Isso teve sérias repercussões na Federação, na qualidade do regime tributário e na rigidez orçamentária, que são múltiplas faces da crise fiscal que nós vivemos hoje. O que aconteceu? Nós recentralizamos as receitas, recentralizamos o poder sobre as principais políticas públicas no plano do Governo Federal e ampliamos as enormes disparidades verticais na Federação – um ponto que foi muito ressaltado na palestra do nosso convidado. Lá, segundo ele, o desequilíbrio fiscal cresceu a partir da intervenção do Judiciário, das cortes, e adotou-se, posteriormente, uma série de medidas para tentar lidar com essa realidade, medidas que se concentraram na instituição de um regime de equalização fiscal bastante interessante, que agrega não só a equalização fiscal *per capita*, mas também a equalização fiscal levando em conta custos de provisão de serviços pelos diferentes Estados, e também de um regime de transferências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que nós chamaríamos de vinculadas, ou seja, transferências associadas a programas específicos na área da saúde, na área da educação e outros. Curiosamente, se eu entendi bem a conclusão, ele leva à conclusão de que todos esses regimes que foram adotados para lidar com o problema do equilíbrio fiscal vertical acabaram promovendo também uma indesejável centralização no plano central, de todas as decisões relevantes em matéria de políticas públicas.

E aí há uma discussão nas várias vertentes das mudanças teóricas que buscam explicar o federalismo, que estariam agora defendendo a necessidade de reforçar o poder dos Estados de tributar, pela via da atribuição aos governos estaduais de aplicar um imposto sobre a renda. Ele não disse isso, mas eu creio que isso se dá muito à semelhança do governo canadense, em que você tem uma espécie de alíquota estadual que incide sobre a legislação nacional do imposto sobre a renda.

Curiosamente – o Senador Serra foi responsável por isso na Constituinte, vai lembrar –, também tinha sido proposto um imposto estadual sobre a renda como um complemento e uma adição ao imposto federal para lidar com a crise federativa.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu apresentei no meio, mas fui derrotado.

O SR. FERNANDO REZENDE – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Era um Imposto de Renda estadual.

O SR. FERNANDO REZENDE – Para fazer essa breve referência, o que eu queria destacar aqui? Onde está o grande vilão nesse retrocesso das intenções de 1988? Foi a criação dessa figura chamada de contribuições para a seguridade social. Criou-se no Brasil uma dualidade de regimes tributários que não existe no mundo, não que eu conheça. As intenções eram muito boas: criar um regime exclusivo de financiamento para programas sociais, porque, na época, alegava-se que as receitas da previdência eram utilizadas para financiar, por exemplo, a construção de Brasília, a hidrelétrica de Itaipu e por aí afora. Então, a palavra de ordem, pelo que eu me lembro, da Constituinte era: temos de blindar os recursos da área social. Só que a blindagem aplicou-se a um pequeno segmento da seguridade social, que, no fundo, foi a universalização do antigo INPS, que fazia saúde, previdência e assistência só para os seus segurados. Isto teria de ser direito de cidadania: previdência, saúde e assistência.

Mas a Constituição Federal, lá nos seus dispositivos transitórios, diz o seguinte: a saúde deverá ter 30% desses recursos, até que uma nova lei complementar decida sobre as regras. Essa lei nunca foi editada, e, desde então, a saúde só vem perdendo espaço na seguridade social e acabou, agora, recentemente, sendo expulsa do condomínio, porque a vinculação à saúde já não tem mais nada a ver com a receita da seguridade, um percentual da Receita Corrente Líquida da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que isso acarretou? Um enorme desequilíbrio no atendimento das prioridades sociais.

A expansão dos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais engessou o Orçamento. A saúde e, junto om ela, a educação, o transporte, a segurança e o saneamento foram sendo expulsos do nosso Orçamento. Todas elas são responsabilidades importantes dos governos estaduais e municipais, que se veem hoje pressionados a atender as demandas dos grandes centros urbanos para resolver duas prioridades: saúde e segurança. Há uma dificuldade muito grande de lidar com esse problema.

Sigo um pouco adiante.

Esse gráfico eu gosto muito de mencionar, eu o chamei de "efeito cremalheira". Os mais jovens aqui não vão nem saber o que é o uma cremalheira. Os antigos trens que subiam montanhas em Campos do Jordão – era um caso particular – tinham um dispositivo que engatava o trem nos trilhos para evitar que, se a força se perdesse, ele não recuasse. Então, o efeito cremalheira é assim: assim que as receitas das contribuições sociais foram crescendo, inclusive para bancar o ajuste fiscal, os gastos com a seguridade social foram junto. Aqui está a raiz do engessamento do Orçamento, do desequilíbrio federativo e da deterioração da qualidade do nosso regime tributário, porque nós ressuscitamos uma série de impostos que haviam sido extintos com a reforma de 1965 e, inclusive, fizemos o quê? Nós ampliamos a competição fiscal pelas mesmas bases tributárias. Os Estados, por um lado, fizeram uma opção equivocada, de concentrar sua arrecadação naquilo que eles ganharam de novas bases em 1988 – os impostos únicos sobre combustíveis, energia e telecomunicações. Com isso, a base do ICMS foi se estreitando, de tal maneira que o ICMS hoje arrecada, em porcentagem do PIB, a mesma quantia que arrecadava em 1973, quando não havia nem combustíveis, nem energia e nem telecomunicações na base do imposto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ou seja, hoje se arrecada, em percentagem do PIB, o mesmo que se arrecadava em 1973, incidindo agora – o que na época não acontecia – sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis.

O SR. FERNANDO REZENDE – Exatamente. Além disso, a inclusão dos impostos únicos na base do imposto estadual naquele momento forneceu a grande munição para a expansão da guerra fiscal, porque quem não tinha indústria não arrecadava ICM, então não dava incentivo e ficava com a receita dos impostos únicos.

Eu poderia me estender aqui, mas não temos tempo.

Em paralelo, o que aconteceu? Uma enorme dinâmica socioeconômica. O processo de urbanização no Brasil foi um dos mais rápidos do mundo, e foi uma urbanização associada à concentração da pobreza no entorno das grandes cidades. Ora, isso também gerou um caldo político propício para que as expansões dos programas de renda associados à pobreza tivessem ganhado muito espaço no Orçamento e na Federação e, inclusive, criou o mecanismo que algumas pessoas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciência Política chamavam de funcionamento do presidencialismo de coalizão, um mecanismo de transferência de recursos não mais com as transferências constitucionais, mas com as transferências orçamentárias, que antigamente a gente chamava de voluntárias, mas que deixaram de ser voluntárias porque passaram a fazer parte de convênios e dos chamados sistemas nacionais de políticas públicas.

E aqui há um paralelo muito interessante com a palestra do nosso convidado, porque ele, de certo modo, mencionou a mesma coisa, ou seja, na medida em que você tenta fazer coordenação de políticas no âmbito federativo, a coordenação de políticas acaba gerando um efeito perverso, a centralização acaba ocorrendo na esteira dessa proposta de coordenação.

O modelo do SUS que foi idealizado lá atrás foi sendo replicado na segurança, em habitação, sempre com a mesma cara e sempre com o mesmo efeito, gerando centralização das decisões e criando um ambiente um pouco estranho, porque as decisões são centralizadas, mas a gestão é descentralizada. Aí há o problema do impacto disso na qualidade da gestão pública. Por quê? Porque não há garantia de que as transferências de recursos, que não são obrigatoriamente determinadas pela Constituição, ocorram como previsto, o fluxo dos recursos não é garantido. O cidadão que está no governo do Estado administrando um hospital do SUS não conhece o seu fluxo de caixa. Para usar uma palavra mais comum, ele sabe que tem um dinheiro no convênio, que ele vai receber, mas ele não sabe se vai receber, quando vai receber e, se quando receber, ele terá tempo para cumprir toda a burocracia que é exigida para realizar o gasto.

Eu quero passar para a parte final dizendo o seguinte: por que a crise do federalismo requer hoje medidas diferentes das adotadas no passado? No passado sempre foi assim. Na transição dos regimes autoritários para regimes democráticos, as demandas dos Estados e Municípios se juntavam para descentralizar as receitas. Foi assim em 1988. Em 1988, tanto quanto eu me lembro, não se discutiu como ia ser a repartição dos encargos entre Governo Federal, Estados e Municípios. Foi relegado a uma lei complementar definir isso, uma lei que nunca chegou a ser efetivamente elaborada.

E o que nós estamos agora esquecendo? Nós precisamos agora do seguinte: voltar o foco para as responsabilidades. Quais são as responsabilidades que a Constituição atribui ao Estado brasileiro hoje? Como o exercício dessas responsabilidades está sendo comprometido por todos esses episódios que aconteceram desde então? Rigidez do Orçamento, centralização de recursos, desequilíbrios federativos e assim por diante. E o que isso nos ensina e nos fornece como um diagnóstico para rediscutir a construção de um novo modelo de federalismo fiscal? Não se trata só de discutir a reforma tributária, nem a reforma orçamentária, nem a reforma do federalismo; se trata de discutir um novo modelo. Qual o novo modelo que vai conseguir conciliar e lidar com o tamanho da crise?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez, eu chamei isso de novelo fiscal, mas eu não vou me estender sobre um novelo fiscal aqui – se for o caso, conversamos nos debates. E o que seria a essência de um novo modelo? Eu quero ressaltar que esse modelo, com as devidas diferenças... O desenho desse novo modelo, seu arcabouço, estava no trabalho elaborado na Fundação Getúlio Vargas em 1963, por uma comissão que foi criada pelo então Ministro da Fazenda – acho que era San Tiago Dantas na época –, no Governo João Goulart, mas, como ele foi implantado em 1965, na Emenda Constitucional 18, ele foi visto nos debates políticos como uma obra do regime militar e, então, sendo uma obra do regime militar, não devia ser coisa muito boa.

Agora, ele combinava o quê? Ele combinava quatro coisas. Recuperar a essência de um sistema tributário nacional – um sistema, pois nós não podemos falar que temos um sistema. Esse sistema dividia as competências tributárias na Federação. A expressão utilizada, inclusive, no texto da Constituição era "distribuição constitucional das competências tributárias". O Governo Federal ficava com o Imposto de Renda e com o então IPI, o imposto de base mais ampla na época, que era o Imposto de Circulação de Mercadorias, transformado no ICM, para adotar a moderna técnica do valor agregado, e os...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO REZENDE – ... Municípios ficavam com o imposto sobre de prestação de serviços.

E se criou naquela época também o arremedo de um modelo de equalização fiscal, com o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, com regras que buscavam se aproximar de um fundo de equalização, com a diferença de que não se dispunha das estatísticas suficientes naquele momento para adotá-lo como proposto, por exemplo, pelo modelo indiano.

É preciso aperfeiçoar o regime de garantias dos direitos sociais. Nós não podemos ter no Brasil garantias que são permanentes. Vinculações à educação estão desde a Constituição de 1934 e foram crescendo. Garantias devem existir, sim, mas por prazos determinados, e devem ser renovadas periodicamente em função da variação de resultados, que é o que se pratica em boa parte do mundo.

E há uma última coisa que nós nos esquecemos de discutir: uma política nacional de desenvolvimento regional. O Brasil abandonou a política de desenvolvimento regional, e isso gerou espaço para a expansão da chamada guerra fiscal, num contexto em que o que sobrou para o governador do Estado agir politicamente era a caneta para dar benefício do imposto estadual.

Tudo isso são elementos que precisam ressuscitar a discussão das virtudes do regime federativo: conciliar a diversidade de situações com a unidade de propósitos. Foi o lema de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conferência muito importante na Índia em 2007: unidade na diversidade. No Brasil, nós criamos uniformidade na diversidade. Não podia dar muito certo, e não deu.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Repete o...

O SR. FERNANDO REZENDE – O lema da conferência na Índia é este aqui. Aliás, foi o parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Unidade na diversidade...

O SR. FERNANDO REZENDE – ... de um texto muito interessante de dois luminares do federalismo: John Kincaid e Ronald Watts. Era o lema da conferência de 2007 na Índia. E o uso da preposição "na" – eles ressaltaram isso... Eles ressaltaram que a diversidade pode contribuir para a unidade, e a unidade não deve dissolver a diversidade na homogeneidade; unidade e diversidade não são contraditórios. E nós não prestamos atenção a essa questão.

Eu concluo.

Eu acho que a palestra do nosso convidado chama atenção para essas questões, num contexto que, obviamente, não é o nosso, mas que é muito parecido, com o aumento dos desequilíbrios verticais, com a diferença de que aqui nós não fizemos nada para tentar... Pelo contrário. O que nós mantivemos? Nós mantivemos, em 1989, congelados os coeficientes dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, num contexto em que a dinâmica demográfica mudou a população de lugar, mas, não obstante, os recursos continuaram sendo distribuídos daquela maneira.

Então, há muitos bons ensinamentos. Nós não temos tempo para aprofundar isso aqui, mas podemos talvez aprofundar nos debates.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Prof. Fernando Rezende.

Passo agora a palavra ao Leonardo Ribeiro, que é assessor do Senado Federal e especialista em contas públicas.

Eu pediria ao Senador Dalirio Beber que pudesse presidir a reunião nesta última fala. Bom, como o Leonardo esteve na Austrália durante meses, ele tem a obrigação de fazer uma análise comparativa dos dois países, não só em razão da exposição do Professor, mas por tudo que estudou lá. (*Risos.*)

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade, e parabéns pela iniciativa de preparar um evento como este.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com a palavra o nosso convidado Leonardo Ribeiro, que é assessor do Senado Federal e especialista em contas públicas. Como foi dado aos outros palestrantes, são 12 minutos para a sua exposição.

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Tudo bem, pessoal? Boa tarde.

Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Senador José Serra o convite de participar desta audiência e cumprimentar o Senador Dalirio.

Eu e o Bhajan trabalhamos juntos no primeiro semestre. É um prazer revê-lo no Brasil. Eu espero que você aproveite os dois dias que vai ter aqui, em Brasília.

Agradeço a presença do ilustre Prof. Fernando Rezende. Eu sou economista e estudei os livros do Professor. Tenho, inclusive, na mesa do gabinete alguns deles.

Felipe Salto, amigo, parabéns pela apresentação recheada de números. Eu acho que o Senado Federal ficou mais preparado para o futuro com a Instituição Fiscal Independente.

Minha apresentação reflete o estudo que eu, no primeiro semestre, realizei com o Professor. E a pesquisa foi "Um conselho para a coordenação da política fiscal no Brasil: os benefícios, os custos e a experiência australiana."

Pode passar.

Austrália e Brasil estão em polos distintos no que se refere a resultados econômicos. O Brasil está enfrentando a sua pior crise econômica da história, e a Austrália está batendo recordes de crescimento econômico, com 26 anos de crescimento ininterrupto. No entanto, os dois países hoje enfrentam desafios similares. Na verdade, como o Prof. Bhajan destacou e o Prof. Rezende também, há um movimento de centralização nos dois países. Então, não é uma questão de resultado econômico, é uma questão de tendência que acontece nas duas nações. E a Austrália, mesmo com um modelo institucional extremamente robusto, tem dificuldades para enfrentar essa recentralização que hoje acontece – lá, devido a decisões do Judiciário e, como eu vou mostrar aqui, devido a outras razões.

A crise está aí diante de nós e oferece uma janela de oportunidades. O Ministério da Fazenda, o Governo hoje tem na mesa uma agenda de reformas. E nada melhor que discutir nesse contexto, por exemplo, o aperfeiçoamento da coordenação da política fiscal no País.

Relativamente à responsabilidade pela estabilização macroeconômica, a literatura ensina que cabe ao governo nacional, mas a coordenação não deixa de ser relevante também, porque, no federalismo, você tem entes autônomos e, para cada localidade com demandas diferentes, nada melhor do que um sistema federal coordenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um dos países mais descentralizados do mundo quando analisamos receita e despesa em poder dos Estados e Municípios em relação ao total – eu vou mostrar para vocês depois essa comparação da OCDE –, porém o sistema foi se tornando bastante centralizado, especialmente depois da reforma de 2000, quando a LRF impôs regras fiscais *top-down*, de cima para baixo, e hoje a própria Constituição também define uma série de competências. Estados e Municípios, apesar de terem bastantes recursos, não têm autonomia para tomar as decisões e satisfazer as demandas locais.

Um conselho fiscal no Brasil poderia ser interessante. Na minha opinião é a chave do sucesso para tentarmos resolver alguns problemas federativos. No entanto, coordenação não é de graça, não é uma *free commodity*. Nós temos literatura canadense, Breton, que eu vou mostrar mais à frente, mostrando que existem custos. Então, discutem-se muito hoje, ou se discutiram mais no passado, os benefícios do conselho de gestão fiscal, mas temos que entender também que existem custos, inclusive o órgão, como o Professor explicou, na Austrália, na verdade foi encerrado, porque simplesmente se esvaziou o órgão com cortes orçamentários. Aconteceu a mesma coisa nos Estados Unidos. Então, custo é um ponto importante. Por exemplo, ao criar um conselho, é preciso definir quem é que vai financiá-lo. As contribuições virão de Estados, de Municípios, da União? Haverá independência? Enfim, o *budget* de um órgão para coordenar também é importante ser discutido.

Por fim, nós pesquisamos também a longa e extensa experiência da Austrália com conselhos, percebendo que há virtudes e fraquezas também na Austrália. Isso nos mostra que o processo de coordenação é complexo, desafiante, mas necessário.

O Felipe já recheou com bastantes números o nosso encontro. Basicamente, eu diria que, de 2014 a 2016, tivemos uma queda de 8,7% no PIB *per capita*. O Brasil tem uma taxa, uma carga tributária de 32,6%, basicamente próxima aos países da OCDE e bem superior aos países da América Latina. O nosso déficit público hoje é de 9%, comentou o Felipe – quando eu fiz o estudo, estava em 10,7%. E nós temos hoje uma dívida bruta elevadíssima. O último gráfico mostra que somos quase campeões em dívida bruta entre os países em desenvolvimento.

A crise fiscal, de fato, tem uma dimensão federativa. Os dez maiores devedores subnacionais constituem 91% da dívida hoje e, desde 2011, percebemos que o primário tem caído vertiginosamente. Cai a receita, o orçamento é rígido, com aumento de despesas de pessoal e aposentadorias no serviço público. Alguns Estados já enfrentam dificuldades para pagar o serviço da dívida e alguns não estão pagando nem salários. Isto torna a situação mais delicada ainda: estamos deixando de pagar salários de funcionários públicos.

Existe uma dificuldade de liquidez em muitos Estados afetados pela queda do ICMS. Há uma queda real significativa. Com o aumento da despesa de pessoal, como já havia dito, muitos Estados aumentaram o ICMS, cortaram despesas discricionárias e estão postergando despesas, adotando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive, a securitização, em alguns casos, para levantar recursos, quer dizer, a dificuldade fiscal não só está no Governo Federal, mas também nos governos subnacionais, e é grave.

O gráfico... Eu tinha pedido para testar antes a apresentação...

Na verdade, o gráfico mostrava justamente essa discussão da recentralização que há hoje no Brasil. A primeira tabela mostrava as contribuições sociais crescendo em percentual do PIB. O segundo gráfico mostrava, na verdade, gastos com saúde: por exemplo, antes, se a União gastava mais do que Estados e Municípios, hoje, a parte que cabe a Estados e Municípios já está bem mais elevada. Então, existe, sim, esse problema da recentralização, e isso cria um conflito federativo muito importante hoje.

O primeiro gráfico mostra o percentual, as receitas que são arrecadadas no nível estadual, e, na primeira *pizza*, percebemos que o ICMS corresponde à maior parte dos recursos que são arrecadados no nível estadual. Mas, no caso dos Municípios, eles dependem muito das transferências constitucionais previstas na Carta Magna. Porém, mesmo no nível estadual, percebemos que muitos Estados ainda dependem das transferências, especialmente os Estados do Norte e Nordeste. Ao mesmo tempo, a Constituição define...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO RIBEIRO – ... também as despesas e temos aí um *overlap* de despesas muito acentuado no País.

Como percebemos, o Brasil, nesse gráfico, é um dos países mais descentralizados do mundo. Comparar a receita e a despesa que estão nas mãos dos entes subnacionais é relevante, porém estudo recente da OCDE coloca o Brasil como um federalismo de cooperação. Na verdade, Estados e Municípios têm recursos, bastantes recursos disponíveis com as transferências, mas não têm autonomia para gastar. A Constituição define o que têm que gastar com saúde, com educação. Eles não têm autonomia sobre gastos com pessoal e, com isso, você tem uma dificuldade enorme para gerenciar. Nós fomos eleitos no estudo da OCDE de 2016 o país com regras mais incoerentes num grupo de 15, 16 países estudados, quer dizer, damos recursos, mas os Estados não têm autonomia para gastar. A União, como o Prof. Rezende destacou, regula o que deve ser feito em educação e saúde e os Estados acabam sem poder de decisão na hora de fazer o gasto.

FMI e OCDE estão destacando a importância de você ter um conselho de gestão fiscal no Brasil para justamente coordenar a política fiscal. Então, nos relatórios recentes de 2017, agora, do FMI e da OCDE, está claro que precisamos estabelecer o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos experiências na Alemanha, na Austrália, nos Estados Unidos, no México, não faltam experiências para estudarmos e aplicarmos com conhecimentos aqui na hora de discutir o Conselho de Gestão Fiscal, projeto que hoje está parado na Câmara dos Deputados, que foi apresentado pelo Governo FHC, no final do último mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poucos países hoje apresentam conselhos para a coordenação da política fiscal, conselhos fiscais independentes, e o modelo alemão é muito importante, acho interessante no debate nós estudarmos as reformas que foram feitas na Alemanha recentemente, porque, para...

Já estou indo para o final da minha apresentação. Quantos minutos ainda tenho? Já estourou, não é? (*Pausa.*)

Nos Estados Unidos, o problema foi que o órgão de coordenação... Na verdade, o Conselho de Gestão Fiscal foi inserido na Lei de Responsabilidade Fiscal inspirado no ACIR, que era um órgão norte-americano que foi encerrado, assim como na Austrália. E o problema foi justamente a falta de independência e cortes orçamentários, que foram, na verdade, inviabilizando o órgão. O problema que eu vejo é que você tinha um *staff* independente para fazer análises, mas nós sabemos que federalismo é interesses e ideias. Então, há interesses políticos e isso foi, na verdade, enfraquecendo o órgão ao longo dos anos, provavelmente também aconteceu na Austrália – nos Estados Unidos, é bem claro.

O modelo alemão é interessante porque eles têm um conselho com participação mais política e uma unidade independente para realizar os estudos. Discute-se muito hoje que o Conselho de Gestão Fiscal é muito amplo, tem uma composição muito grande, então isso dificulta na hora de você regulamentar o conselho e tirá-lo do papel. Mas eu destaco isto: o que nós deveríamos fazer aqui é, de certa forma, deixar o conselho extenso, com uma composição representativa, inclusive com membros da sociedade civil, como está lá na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, de algum modo, anexar ao conselho uma unidade independente, como a Alemanha fez agora em 2009. Ela criou um conselho para a estabilidade, com representantes de todos os Estados e, ao mesmo tempo, destacou uma unidade independente para realizar os estudos. Ela colocou de baixo do mesmo teto interesses e ideias, separando. Nos Estados Unidos isso deu problema. Se hoje nós tivermos, por exemplo, o Conselho de Gestão Fiscal com análises independentes e política ao mesmo tempo, não funcionará. A experiência já mostrou. Rapidamente, para fechar, Senador.

Coordenação exige custos. Nós temos de discutir essa questão. Você tem o desafio, por exemplo, de monitorar as finanças subnacionais. O Tesouro tem feito um trabalho interessante nessa área, porém eu acredito que um órgão dedicado a isso, com orçamento, seria muito mais efetivo e eficiente.

Então, temos de discutir o Conselho de Gestão Fiscal pensando não só nos benefícios, mas também nos custos. Quem vai bancar o Conselho de Gestão Fiscal? Os Estados? A União? A experiência mostra que contribuições de todos os entes funciona. Agora, você tem de garantir independência para o orçamento para evitar os cortes e evitar o que aconteceu na Austrália e nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando da Austrália, Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – São caros?

O SR. LEONARDO RIBEIRO – Não são caros, não são caros. A gente levantou o custo dos Estados Unidos – eu não tenho aqui o número. Não é relevante, porém tem de garantir independência, porque senão você pode correr um risco de enfraquecimento. É o que a doutrina, na verdade, indica no caso das instituições fiscais independentes. Você, de fato, tem um orçamento para que você não corra riscos políticos no esvaziamento do órgão com a questão orçamentária.

A Austrália tem uma longa e extensiva tradição de relações intergovernamentais, uma coordenação forte. Você tem um modelo institucional bastante inovador, como o Professor mostrou bastante. Nós temos conselho para harmonizar a equalização fiscal, conselho para harmonizar as operações de crédito, conselho para discutir relações fiscais, políticas públicas. Temos conselhos para tudo, mas o principal problema que eu percebo na Austrália, Professor, é a questão da independência do COAG, que é o principal órgão.

Na literatura, você encontra muitas críticas em relação a esta tendência para a centralização e a influência política no conselho. Por isso é que eu acho que o modelo alemão... A Alemanha é um país referência em instituições independentes. Eu acho que temos de olhar para esse caminho; temos de tentar garantir de alguma forma a independência no Conselho de Gestão Fiscal para harmonizar a política fiscal.

Por fim, a frase do Prof. Bhajan, que foi destacada pelo Senador Serra no início de sua apresentação. Em 2004, o Professor já estava prevendo o que estava para acontecer aqui, no nosso País. A LRF representou um sinal positivo de organização das finanças, mas a rigidez orçamentária no nível estadual, nos orçamentos no Brasil como um todo, impossibilita que você consiga operar a lei. Teremos de rediscutir isso, e um fórum interessante seria, talvez, o Conselho de Gestão Fiscal, por exemplo, no nível federativo. Inclusive, Prof. Rezende, há essa questão de você discutir um novo modelo federativo: poderia, sim, ser discutido numa esfera, num fórum como o Conselho de Gestão Fiscal, como foi feito nos Estados Unidos, no órgão que inspirou o CGF na Lei de Responsabilidade.

Bom, eu me estendi um pouco na minha apresentação, mas eu queria destacar justamente essa importância da coordenação no País. Para a política fiscal, na minha opinião, o Conselho de Gestão Fiscal representa uma saída importante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom, gostaria de dizer da honra, em primeiro lugar, de estar aqui na presidência, momentaneamente, desta nossa audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, que foi oportunamente requerida pelo nosso Senador José Serra, trazendo essa contribuição dos Professores Bhajan, Felipe Salto, Fernando Rezende e Leonardo Ribeiro, que nos brindaram com informações precisas, importantes. E muito nós poderíamos tirar já de imediato dessas manifestações aqui a partir do Prof. Bhajan. Nós precisamos, primeiro, acreditar, de fato, em instituições que tragam ao público informações e dados precisos para orientar o presente, mas sobretudo fazer com que nós possamos planejar o futuro do Brasil.

Nós tivemos períodos longos de desorganização das contas públicas e, felizmente, na década de 90, graças ao esforço de inúmeros brasileiros dos dois governos do nosso Presidente Fernando Henrique, houve a oportunidade daquele mínimo de organização para permitir que nós pudéssemos continuar avançando. Essa descontinuidade que nós vivenciamos, ao longo destes últimos 12, 13, 14 anos, fizeram com que o Brasil tivesse perdido preciosos anos, momentos para dar continuidade nesse planejamento de forma equilibrada.

A Austrália traz também as suas dificuldades em função de uma centralização praticamente excessiva, mas o órgão de equalização, aí sim, se estiver permanentemente ativo, analisando as questões de cada momento, permite que se diminuam as injustiças e que a ponderação entre regiões seja atendida de forma muito mais justa. Então, acho que a tarde de hoje foi uma tarde preciosa.

Agora volta aqui quem, de fato, digamos, deveria estar aqui de forma permanente, que é o nosso Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Queria agradecer ao Senador Dalirio, um homem que tem representado muito bem o seu Estado, Santa Catarina, um homem preparado, um homem público como poucos no País e que se envolve, inclusive, nessas questões de natureza fiscal, o que não é comum no meio político. Em geral, as questões fiscais são tidas como dados e olhadas sempre do ângulo do curto prazo.

Eu tive uma experiência vasta nessa matéria porque comecei minha vida pública como Secretário de Economia e Planejamento do governo de Franco Montoro, em São Paulo, que foi o primeiro eleito depois de 20 anos de regime autoritário.

Chegamos ao governo com as contas públicas fora de controle, com uma inflação de mais de três dígitos ao ano. Vocês podem imaginar as expectativas da população com relação a um governo eleito pela primeira vez em 20 anos, as aspirações, inclusive, dos funcionários públicos de todos os setores – diante de um governo ainda autoritário no plano nacional – e tendo que arrumar a casa. Mas nós fizemos isso no caso de São Paulo, a ponto de, inclusive, termos ganhado a eleição, o próprio PMDB ganhou a eleição que se sucedeu à do governo Montoro.

Minha segunda experiência importante foi na própria Constituinte, quando, assessorado, muito bem-assessorado, conseguimos esboçar algumas ideias que permanecem até hoje em matéria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questões fiscais. O grupo básico que nos deu essa assessoria era comandado pelo Fernando Rezende, que aqui está e quem eu considero, entre os professores de Economia, o maior especialista que nós temos no assunto, porque ele vem da vida acadêmica. Muitas vezes os especialistas da área vêm mais na vida governamental; ele é uma das exceções importantes nessa área, é uma referência para nós e para mim particularmente.

Bom, foram anos tumultuados. E aí a gente tem que fazer face às pressões. Como nunca, fiquei conhecendo, tendo que lidar com pressões de natureza federativa por um lado e, por outro, de natureza regional. No Brasil, as pressões regionais têm um papel determinante: aparecem via lado fiscal, mas têm uma dinâmica própria; nada pode ser compreendido em matéria fiscal se não se compreender a dinâmica política inclusive do desenvolvimento regional. Eu não sei como é na Austrália, mas, aqui no Brasil, têm um papel determinante. Inclusive, na Constituinte, havia uma frente parlamentar que congregava a maioria dos Constituintes, que era do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste – excluía-se o Sul e o Sudeste –, no sentido de defesa de interesses considerados comuns que tinham tradução no voto e que passavam por cima dos partidos ou mesmo de tendências ideológicas e tudo mais.

Bem, foi uma experiência vastíssima, que depois ainda continuou quando fui Ministro do Planejamento e Orçamento do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique, em que praticamente centralizávamos as questões fiscais, em matéria de políticas, de definições de orientações, inclusive algumas delas que culminaram, anos depois, com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas, finalmente, tive que lidar com a questão fiscal como operador no sentido Executivo. No caso uma prefeitura, que é a de São Paulo e, no caso, o Governo do Estado de São Paulo. E aí lidamos com as coisas práticas também, procurando o sucesso a curto prazo, sem comprometer o longo prazo, um equilíbrio dificílimo de ser feito. E aí, inclusive, a gente pode se dar conta de quais são as tentações em matéria de responsabilidade ou irresponsabilidade fiscal.

Aliás, o próprio Estado de São Paulo foi vítima de irresponsabilidade fiscal com vista à maximização de benefícios políticos a curto prazo, e não no meu Governo, que foi o oposto, ou no do Governador do Mário Covas, que também foi o oposto, mas, dependendo de quem foi governador em determinado período, tivemos essa fase.

Agora, eu quero fazer um comentário a respeito de relações pós-Constituinte em matéria de poder central e Estados e Municípios. Quem responde pela política econômica do País é o Governo central, e o seu desempenho é avaliado pelos indicadores que refletem o conjunto da economia e o conjunto da sociedade. Agora, a redistribuição que a Constituição fez para Estados e Municípios foi fortíssima. Eu era o Relator. Se eu não fosse o Relator na Constituinte, teria sido muito maior, porque, na verdade, o que eu fiz foi resistir às pressões ao longo daqueles anos. Por quê? Por causa das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancadas, das pressões das Bancadas. Mas o aumento foi fortíssimo para Estados e principalmente para Municípios.

As avaliações que eu mesmo fiz posteriormente, em trabalhos com José Roberto Afonso, que é outro economista ligado a questões federativas, mostraram que houve uma explosão de gastos de custeio por parte de Estados e Municípios, uma explosão quase atômica de gastos. Na verdade, aquele trabalho, que parece que foi tudo o que se que fez de descentralização na Constituição, acabou sendo comprometido pelo avanço do custeio desproporcional em matéria de taxas de salários e de volume de salários e também pelos efeitos que foram acontecendo – mas isso é só *a posteriori* – das regras de aposentadoria, das novas regras que não tiveram impacto a curtíssimo prazo; estão tendo agora de longo prazo.

E essa é uma questão relevante no Brasil. Estado e Município na média – não estou falando de todos; há exceções, enfim – têm que sempre ser encarados como entes que estão a fim de aumentar o custeio, com boas intenções de políticas sociais, de salários do pessoal e outras condições; mas realmente têm essa propensão. Isso no exercício da política federal, da política econômica federal tem sempre que ser levado em conta.

Bem, a finalidade do nosso primeiro seminário creio que foi bastante preenchida pela qualidade dos expositores e pela, diria, novidade do tema. É raro ver esse tema sendo tratado dessa maneira, Dalirio – é raro! E eu acho que nós temos um desafio aqui no Congresso, e os dois Senadores aqui, de tocar esse trabalho para diante, inclusive com vista à elaboração de uma proposta de reforma fiscal do porte daquelas que o Fernando mencionou – e que foram esboçadas já em 1963, no primeiro semestre, por Santiago Dantas, que foi Ministro da Fazenda por seis meses – e às mudanças havidas – mesmo no começo do regime militar, que, em parte, absorveu essas e as que tentamos fazer na Constituinte e depois no governo Fernando Henrique. Mas nós temos que ter uma proposta a esse respeito com profundidade e coragem. E eu creio que temos a base técnica para isso e temos o Senado, que tem capacidade ociosa nessa matéria. Então, é um desafio nosso.

Queria agradecer muito ao Prof. Bhajan Grewal e dizer que o consideramos um parceiro do nosso futuro conselho, do nosso futuro trabalho e das propostas que apresentaremos. *You are considered our partner*.

Muito obrigado pela atenção. Eu creio que, pelo horário, já não há mais tempo. A menos que alguém tenha uma questão pontual mais precisa, já não há mais tempo para muito debate, dado o horário. E já temos duas horas de reunião.

Marcos.

O SR. MARCOS KÖHLER – Se o senhor autorizar uma pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim. Então, uma e ponto.

O SR. MARCOS KÖHLER – O.k.

O comentário pode ser feito por qualquer um dos expositores.

Olhando o Brasil retrospectivamente nas suas tentativas de gerar instituições fiscais hígidas, nós podemos ir bem para atrás: a criação do Banco Central, a criação da Secretaria do Tesouro, a transferência da gestão da dívida para o Tesouro, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, a renegociação das dívidas dos Estados em 1997, com a extinção dos bancos estaduais. Ou seja, nós temos uma coleção de medidas que tiveram essa intenção.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Devo dizer, obra minha particularmente a extinção dos bancos estaduais, a política que levou à extinção dos bancos estaduais.

O SR. MARCOS KÖHLER – Exatamente.

Mas, quando a gente olha esse inventário de medidas que foram tomadas, a gente pode perceber o seguinte: efetivamente duas delas mexeram, operaram mudanças nos fluxos de endividamento de despesas do Estado. Então, a renegociação de 1997 foi extremamente engenhosa, porque tornou os Estados e Municípios parceiros na geração de superávits. Foi um modelo muito bom, gerou um controle interfederativo da despesa pública geral. A extinção dos bancos estaduais também foi fundamental, nuclear, porque eles eram minibancos centrais independentes, e você não tinha jeito de fazer política monetária no Brasil. A política monetária do Banco Central é toda passiva, com a cobertura dos déficits.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas não era só isso; eram fontes de gasto fiscal.

O SR. MARCOS KÖHLER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Porque a minha tese era: por que um governo de Estado tem que ter um banco?

O SR. MARCOS KÖHLER – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Porque é só dor de cabeça. Eu tive que nomear uma diretoria de banco – é dor de cabeça! Ora, a menos que você queira aproveitar politicamente. Se aproveitar politicamente, é má gestão. Então, não fazia sentido existirem banco estaduais, era uma fonte de dor de cabeça do ponto de vista de condições legais. Até hoje uma crise do Banespa, do Banco do Estado de São Paulo, que houve no começo dos anos 90, tem envolvidos até hoje. Gente honesta que apenas estava na diretoria disso ou daquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS KÖHLER – Mas ainda que não houvesse...

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas o interessante é que se conseguiu – se conseguiu!

O SR. MARCOS KÖHLER – Sim, isso realmente foi uma mudança efetiva naquilo que gera déficit público e gera dívida pública, porque nós temos nesse inventário também um conjunto de medidas, vamos chamar assim, de metamedidas. Então, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites máximos ou agora com o teto constitucional, a regra do teto que foi trazida também, são metacontroles, ou seja, eu digo: "Não pode passar daqui." Mas, por outro lado, o que gera esse conjunto de despesas que vai acabar batendo nesse limite? É como uma panela de pressão que está no fogo. A temperatura vai aumentar, e eu coloco uma tampa nela. Mas, se a temperatura continuar a aumentar, não adianta eu ter essa tampa, não adianta eu ter o limite de gasto nem da responsabilidade fiscal, nem do teto constitucional.

Então, qual é o grande enigma que eu vejo hoje, uma vez que a gente se livrou de bancos centrais independentes estaduais, que eram os bancos estaduais, e se criou um mecanismo, via renegociação da dívida de 1997, para trazer superávits primários em Estados e Municípios? É, de fato, a criação de direitos subjetivos, que são juridicamente garantidos de longuíssimo prazo. Eu estou falando do que aqui? De salário e aposentadoria.

Então, não adianta ficar criando metacontroles se a panela de pressão continua sendo aquecida em baixo; uma hora ela estoura. Então, realmente é necessário parar de fazer metacontroles e fazer como se fez: extingua-se o banco estadual, obriga-se Estado a fazer superávit primário. E agora nós temos que cuidar do quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS KÖHLER – Reforma da previdência e ajuste salarial. É só isso. É o único caminho que vai poder levar a gente para uma estabilidade fiscal de longo prazo. Fora isso, a gente ficar criando mais controles, por mais que isso sofistique a gestão fiscal, esses instrumentos acabam sendo supérfluos, porque a força dos direitos subjetivos – ou seja, cada um tem o direito de ir ao guichê do Governo e pegar o dinheiro – é muito maior do que os metacontroles que se façam. Eu acho que esse é um ponto fundamental.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embora haja um sopro de pessimismo na sua intervenção, eu acredito que todos os que estão na Mesa concordam, têm a mesma preocupação. Mas foi muito bem posta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Tem que diminuir a chama que aquece essa panela de pressão.

O SR. PRESIDENTE (José Serra. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

Queria ressaltar aqui também a participação da Consultoria do Senado, que tem muito bom nível no Brasil, inclusive porque pagam bem; há estabilidade e pagam bem. É verdade. Então, muita gente boa, inclusive no plano acadêmico, vem para a Consultoria, faz o concurso, que é difícil. E temos um bom time, embebido de espírito público e de vontade de fazer coisas serem modificadas, de fazer coisas acontecerem.

Muito obrigado.

E até a próxima a iniciativa que vamos continuar tomando! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Dalirio Beber, José Agripino, Sérgio de Castro, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, José Medeiros, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Wilder Morais e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Rose de Freitas, Valdir Raupp, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 49ª e 50ª Reunião, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ministério da Fazenda - AVS 38 de 2017 (Ofício Externo nº 1 de 2017 – MF), de 20 de novembro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando informações ao Senado Federal no contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de outubro de 2017. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão, por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação do relatório sobre reformas microeconômicas**. **Finalidade:** Apreciação do relatório do Grupo de Trabalho de reformas microeconômicas, destinado a identificar os principais obstáculos que compõem o chamado "Custo Brasil" e oferecer soluções que "facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda". Coordenador: Senador Armando Monteiro. 1) Apreciação do relatório em decorrência do Requerimento nº 7/2017 - CAE, criação do grupo de trabalho; e do Requerimento nº 10/2017 - CAE, plano de trabalho do Coordenador. 2) Em 19/04/2017, foi realizada a 1ª audiência pública do Grupo de Trabalho, com o tema: Apontar um diagnóstico sobre o processo de estagnação da produtividade no Brasil. Participaram da referida audiência os Senhores Marcos Lisboa, Diretor-Presidente do INSPER; João Manoel Pinho de Mello, Chefe de Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda; Samuel de Abreu Pessoa, Professor da FGV/IBRE - Instituto Brasileiro de Economia; e Júlio Gomes de Almeida, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. 3) Em 03/05/2017, foi realizada a 2ª audiência pública do Grupo de Trabalho, com o tema: "Spreads" bancários. Participaram da referida audiência os Senhores Flavio Pinheiro de Castelo Branco, Gerente Executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Everton Correia, Superintendente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas – CNDL; Christiano Arrigoni Coelho, Professor do Ibmec; Murilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portugal, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; e Túlio José Lenti Maciel, Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil. 4) Em 22/08/2017, foi realizada a 3ª audiência pública do Grupo de Trabalho, com o tema: Papel da concorrência, das microempresas e da inovação sobre a produtividade. Participaram da referida audiência o Senhor Guilherme Afif Domingos, Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; e a Senhora Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. 5) Em 27/09/2017, foi realizada a 4ª audiência pública do Grupo de Trabalho, com o tema: Contribuição do setor produtivo e do governo para as reformas microeconômicas. Participaram da referida audiência a Senhora Zabetta Macarini, Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados - GETAP; e os Senhores João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda; Renato Agostinho da Silva, Secretário de Comércio Exterior Substituto do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; e José Augusto Coelho, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, José Pimentel, Sérgio de Castro, Ana Amélia, Dalírio Beber, Garibaldi Alves Filho e Pedro Chaves. **Resultado:** A comissão aprova o relatório apresentado pelo Senador Armando Monteiro. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Estado Presente"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Sérgio de Castro e Omar Aziz. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 15). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para determinar que as instituições financeiras que realizam operações remuneradas com base na Taxa de Juros de Longo Prazo obedeçam a protocolo de monitoramento e avaliação e publiquem o Relatório de Efetividade de Políticas de Crédito de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1-CTFC,com uma emenda apresentada, e contrário à emenda 2-CTFC. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 – CTFC/CAE e 5 – CAE. **Observação:** 1 - A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com duas subemendas apresentadas. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Cidinho Santos. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ/CAE (Substitutivo) e as Subemendas nºs 1 e 2 – CAE. **Observação:** 1 - A Matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços de assistência técnica e extensão rural." **Autoria:** Senador Assis Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como projeto de lei ordinária e posterior apensamento ao PLS 381 de 2012 e ao PLS 790 de 2015, para que tramitem em conjunto na forma do requerimento apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Observação:** 1 - A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 153 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 70, de 2017, que "Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Estado Presente"." **Autoria:** Senador Sérgio Rogério de Castro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 153/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 154 de 2017** que: "Nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a realização de Audiência Pública, em data a ser definida, com vistas à avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo local nas indústrias das áreas de defesa." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 154/2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 49ª e 50ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para seu conhecimento: Ministério da Fazenda. Aviso nº 38, de 2017.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão, por meio de ofício circular. (*Pausa.*)

Eu consulto o Plenário para uma inversão de pauta, apenas em relação ao item 2, que trata de um empréstimo para o Estado do Espírito Santo – o item 1, aliás –, antes do importantíssimo relatório do Senador Armando

do Senador Armando Monteiro.

Concorda?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Não posso deixar de concordar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2017

- Não terminativo -

Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Estado Presente".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta

Observações:

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos ao relatório.

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Espírito Santo, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o Projeto Estado Presente, que tem como objetivo geral contribuir para a redução dos elevados índices de crimes violentos, homicídios e roubos, em Municípios do Estado do Espírito Santo.

Os objetivos específicos do projeto são: aumentar a efetividade da Polícia Civil e da Polícia Militar no controle e investigação de crimes violentos; segundo, incrementar as oportunidades de inclusão social dos jovens de 15 a 24 anos em condições de risco à violência; e, terceiro, reduzir a reincidência da população jovem em conflito com a lei.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, estando suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA 700768.

O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na Libor trimestral, acrescida de margem variável a ser definida pelo BID.

Da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com o Parecer 376, de 26 de setembro de 2017, complementado pelo Parecer 427, de 26 de outubro de 2017, ambos da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado do Espírito Santo atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

Destaque-se que essa operação de crédito deverá ser contratada com garantia da União.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Espírito Santo apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na Nota Técnica nº 83, de 14 de junho de 2017, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado do Espírito Santo, conforme os termos da Lei Estadual nº 10.186, de 28 de março de 2014, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 134, de 4 de agosto de 2017, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Estado do Espírito Santo possui capacidade de pagamento B, sendo, assim, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para fins de concessão de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado do Espírito Santo não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado do Espírito Santo, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Do voto.

Ante o exposto, a mensagem em questão.

Do voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Espírito Santo para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte – e aí vem a lei:

> Art. 1º É o Estado do Espírito Santo autorizado a contratar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares), de principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Projeto Estado Presente".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado do Espírito Santo;

II - Credor: Banco Interamericano;

III – Garantidor: República;

IV – Valor: até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares);

V – Desembolso Estimativo: US$ 1,360 [milhão] em 2017; US$ 7 [milhões] em 2018; US$ 15 [milhões] em 2019, US$ 16.070.000,00 em 2020 e US$ 15.629.800,00 em 2021;

VI – Amortização: [em] até 222 (duzentos e vinte e dois) meses, [com uma] carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII – Taxa de juros: baseada na LIBOR trimestral, denominada em dólares, mais margem variável determinada periodicamente pelo BID;

VII – Demais encargos e comissões: comissão de compromisso de até 0,75% a.a., cobrada a partir de sessenta dias a contar da data de assinatura do contrato e encargo de inspeção e supervisão de até 1% [sobre o] valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Espírito Santo na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Espírito Santo [também] celebre com a União contrato para a concessão de contragarantias [...]

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Espírito Santo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento substancial das condições de primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalírio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

Senador Sérgio de Castro, gostaria de saudar a sua presença aqui, substituindo o Senador Ricardo Ferraço, certo de que vem abrilhantar e enriquecer, com sua experiência, os trabalhos desta nossa Comissão.

E nós colocamos este item, em primeiro lugar, em homenagem a V. Exª, ao Senador Ricardo Ferraço e – por que não? – ao trabalho desenvolvido pelo Governador Paulo Hartung.

Com a palavra Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Tasso Jereissati, Srs. Senadores, eu vou pedir aos Senadores para que aprovem este empréstimo para o Espírito, primeiro porque o Espírito Santo é um bom pagador, está em boa condição financeira felizmente, mas por uma característica especial da destinação deste empréstimo.

A destinação deste empréstimo é para reduzir a insegurança, para aumentar a segurança do cidadão

segurança para aumentar a segurança do cidadão do Espírito Santo e ele trabalha não reforçando o efetivo da polícia, não comprando armamento; ele trabalha nas comunidades carentes e trabalha na prevenção da violência, da criminalidade. E ele tem uma história de eficácia. Ele tem sido eficiente nisso. Tem ajudado a reduzir os índices de criminalidade do Estado do Espírito Santo. E tem uma segunda característica que acho que todos nós desejamos que aconteça nas nossas prefeituras, nos nossos Estados e no nosso Governo Federal. Inclusive, está chegando aqui com o nome de Estado Presente, que é nome que ele ganhou num governo passado. O governo atual manteve o projeto. Só mudou o nome. Mas manteve o projeto. Então, esse projeto se transformou não num projeto de governo, mas num projeto de Estado, o que é uma aspiração de todos nós.

Por esses motivos, eu peço aos Srs. Senadores que aprovem este projeto. Por esses motivos também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Sérgio.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou votar favorável, Senador Sérgio. Mas não posso deixar de fazer alguns comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, esse recurso é para custeio. Não é para investimento em obras físicas. É para custeio de um programa que o Espírito Santo tem na área de segurança, de prevenção de segurança pública. Isso é preocupante, porque, a partir do momento em que esse recurso termina, o programa pode sofrer solução de continuidade. Mas voto favorável. Acho que o Governador deve ter o seu *upgrade* para dar continuidade a esse programa, que é importante, volto a repetir.

E hoje há um projeto que o Governo é contra, que está hoje pautado para ser votado no Senado, que retira também a área de segurança pública dos compromissos de lei que são estabelecidos para repasse para os Municípios. Os Municípios precisam também de recursos do Governo Federal. E muitas vezes eles não recebem esses recursos por inadimplência não dos prefeitos que assumiram agora, mas que já vêm há alguns anos. Mesmo inadimplentes os Municípios, a saúde, a educação e a área social, o Estado, o Governo Federal pode repassar esses recursos para esses Municípios. E eu estou inserindo também, além desses três, a segurança pública, que é uma coisa que atormenta qualquer cidadão brasileiro.

Mas, voltando à questão do Espírito Santo, voto favorável. Mas, se o Senador Ricardo Ferraço estivesse aqui, com certeza iria fazer críticas, porque ele é um crítico em relação aos empréstimos. Eu, quando estava aqui aprovando um empréstimo para a cidade de Manaus, o Senador Ricardo Ferraço foi muito duro nas suas críticas. Quando aprovamos um recurso para o Estado do Amazonas, ele também foi muito duro.

Eu queria hoje que o Senador Ricardo Ferraço estivesse aqui para ele ser também muito duro em relação ao governo do Espírito Santo, que está pegando esse recursos emprestados, como outros Estados que se socorrem desses recursos. Veja bem: estamos aqui aprovando um recurso para o Espírito Santo de custeio, Senador Armando. Não é de investimento para fazer obras. É para custeio. E recurso de custeio nós sabemos muito bem que é finito. Uma obra, não. Você faz investimento numa ponte, você faz investimento num hospital, você faz investimento numa escola.

ela vai servir por anos àquela cidade, àquele cidadão que mora no Município. Então, voto favoravelmente porque eu não sou contra nenhum tipo de empréstimo e nenhum socorro de que os Estados e Municípios brasileiros possam se socorrer principalmente relacionados aos juros que são cobrados de uma forma diferenciada, que são juros praticamente subsidiados.

Diferente: hoje quando o Estado se socorre do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica está pagando juros bancários, os juros normais a que o Estado recorre desses juros. Então, vou votar favorável, mas não posso deixar de registrar a postura que meu amigo – é meu amigo e gosto muito dele –, Senador Ricardo Ferraço, tem em relação aos empréstimos que são concedidos aos Estados e aos Municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Sérgio de Castro.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Omar Aziz, quero dizer o seguinte: o Senador Ricardo Ferraço, presente aqui, com certeza, votaria a favor deste empréstimo, não ia votar conta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Claro, claro, claro. Então, acompanho, faço parte do mandato do Senador Ricardo Ferraço. Eu acompanho.

O Senador Ricardo Ferraço não é contra empréstimos, a preocupação do Senador Ricardo Ferraço tem sido com o excesso, a preocupação de um endividamento excessivo. Essa tem sido a preocupação dele, mas o Senador não é contra Estado nenhum, cidade nenhuma deste País.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Veja bem. Eu não disse que o Senador Ricardo Ferraço é contra. Eu estou dizendo que ele tem um comportamento aqui sobre isso literal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com coerência.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É a coerência dele. Ele não é a favor de um ou de outro. Com certeza, ele votaria. Vai votar contra o Espírito Santo? Não vai votar nunca, mas eu estou colocando um adendo em relação a esse empréstimo.

Vejam bem: nós estamos aprovando – e vou votar favorável, Senador Sérgio –, estamos emprestando recursos para o Estado para custeio. Prestem atenção no que estou falando!

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Para investimento também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não sei qual é o investimento. Eu só ouvi falar em programa de prevenção à segurança pública. O Programa de Prevenção à Segurança Pública é feito através de recursos humanos e esses recursos humanos têm um custo, é um custeio, mas eu não estou aqui para debater a questão do Estado estar certo ou não.

Eu estou dizendo o seguinte: voto favorável ao Estado do Espírito Santo como voto favorável a qualquer empréstimo, mas não podia deixa de registrar, Senador Tasso e Senador Sérgio, é que existe, sim, uma postura crítica do Senador Ricardo Ferraço, que é do Espírito Santo, que eu respeito e ele não é contra o estadual a ou b. Ele tem esse comportamento literal em relação a qualquer tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimo que os Estados ou Municípios queiram adquirir aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Só uma lembrança, Senador Omar, que é importante: o Estado do Espírito Santo é um Estado reconhecido pelo seu desempenho fiscal ao longo dos últimos 15, 20 anos, o que é muito importante de ser lembrado quando é discutida aqui a questão dos empréstimos.

Encerrada a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Dalírio.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Presidente, eu gostaria de solicitar regime de urgência para a tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em discussão o pedido de urgência do Senador Sérgio.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de regime de urgência do projeto relatado pelo Senador Dalirio Beber.

Voltamos, então, à primeira parte desta reunião, que se dedicará à apreciação do relatório do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, destinado a identificar os principais obstáculos que compõem o chamado Custo Brasil e oferecer soluções que facilitem a atividade empreendedora empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda. Coordenador: Senador Armando Monteiro.

Eu gostaria de lembrar que, no início deste ano, nós criamos dois grupos de trabalhos principais, um destinado a fazer uma análise-diagnóstico da questão tributária nacional, que já foi relatada pelo Senador Ricardo Ferraço, e hoje nós estamos fazendo o relatório final do trabalho desenvolvido pelo grupo liderado pelo Senador Armando Monteiro, que tem como objetivo fazer um levantamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daquilo que é sempre levantado em todas as discussões econômicas como fundamental para a competitividade e a produtividade nas empresas brasileiras, que é o chamado Custo Brasil.

Portanto, chamo a atenção para a importância desse relatório que o Senador Armando Monteiro fará neste momento.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós todos reconhecemos que o Brasil precisa crescer mais e melhor. No entanto, isso dependerá crucialmente, nos próximos anos, da nossa capacidade de elevar a produtividade da economia brasileira.

Há um preocupante déficit de atenção sobre a questão da produtividade e sobre a natureza das políticas que concorrem para o seu agravamento no Brasil. De um lado, são construídas políticas que geram distorções e aumentam custos de transação; de outro, há uma inércia em se fazer avançar a agenda de melhoria do nosso ambiente de negócios, ou melhor, do ambiente de operação das empresas.

Nós últimos 30 anos a produtividade no Brasil cresceu muito pouco. Pode-se até dizer que há um quadro de relativa estagnação, o que também explica por que não crescemos de forma sustentável ao longo desse período.

Nós podemos identificar três razões que explicam a pouca atenção dada às questões da produtividade no Brasil. A política econômica, ao concentrar-se nos desafios da estabilidade macroeconômica, sobretudo no controle da inflação e no enfrentamento de crises externas, não deu a mesma atenção aos problemas de produtividade. Estabilidade macroeconômica é uma condição necessária mas não suficiente para o crescimento. A isso se some o

não suficiente para o crescimento. A isso se some o desenho de políticas industriais e de comércio exterior com escassa preocupação sobre o tema e desalinhadas entre si.

Em terceiro lugar, o Estado brasileiro apresenta problemas de governança que dificultam o enfrentamento de temas horizontais e espalhados em várias áreas do Governo.

Estudos sobre processos de crescimentos ressaltam que as nações mais prósperas são aquelas que foram capazes de construir um ambiente institucional e legal que estimulam o empreendedorismo e facilitam a produção, a geração de riqueza, o emprego e a renda. O ambiente microeconômico em que as empresas operam é um determinante fundamental da produtividade e da competitividade do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a Comissão de Assuntos Econômicos, em muito boa hora, por uma iniciativa de V.Exª num requerimento que também pude subscrever, criou o Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, com o objetivo de identificar os principais obstáculos que compõem o chamado "Custo Brasil" e oferecer soluções que facilitem, que desembaracem a atividade empreendedora no nosso País.

No início desse século, particularmente na primeira década, o Brasil experimentou um ciclo de crescimento que foi fortemente apoiado no crescimento da demanda interna - oriundo do aumento da renda, mas sobretudo da incorporação de um grande contingente populacional no mercado de trabalho e de consumo – e da demanda externa, em função do *boom* das *commodities*.

Depois da crise de 2008, entretanto, esse modelo parece ter perdido a capacidade de, isoladamente, impulsionar o crescimento.

Como agravante, a trajetória do investimento, mesmo antes da crise econômica, não foi diferente do seu patamar histórico das últimas décadas, nível esse insuficiente para sustentar um crescimento de longo prazo da economia.

Nesse cenário o tema da produtividade é uma agenda central e prioritária para criar as condições para um novo ciclo de crescimento no País.

Diagnóstico recente do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas aponta que a complexidade do tema "não permite respostas fáceis, nem únicas: de fato seria ingênuo supor que existe uma bala de prata para acelerar a alta da produtividade."

O baixo crescimento da produtividade resulta de uma "complexa combinação de fatores institucionais, características do ambiente de negócios, escasso capital humano, baixas taxas de investimento fixo, fraqueza intermitente da demanda – pois a produtividade também é pró-cíclica – e mudança estrutural em favor de atividades em que o crescimento da produtividade é lento ou está num nível baixo".

Uma dessas dimensões é o chamado "Custo-Brasil" representado por uma série de ineficiências, disfuncionalidades e custos sistêmicos, como o excesso de burocracia, ineficiências de infraestrutura, carências na educação, regulação de má qualidade, deficiências

regulação de má qualidade, deficiências regulatórias, portanto, e insegurança jurídica.

Outro referencial dessa questão é a pesquisa *Doing Business,* produzida pelo Banco Mundial, que analisa 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa.

Na pesquisa mais recente, entre 190 economias, o Brasil ocupa apenas a 125ª posição no *ranking* geral, o que denota como estamos distantes da fronteira dos países que oferecem um melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente de negócios. Por outro lado, esse cenário demonstra que há um espaço enorme para que possamos obter ganhos de competitividade por meio de reformas microeconômicas que melhorem o ambiente de negócios e estimulem a nossa capacidade empreendedora.

A agenda da produtividade e da redução do Custo Brasil é multifacetada e atinge diversos aspectos que dificultam o dia a dia dos empreendedores do País. Nesse sentido, ela alcança os ambientes tributário, das relações do trabalho, do comércio exterior, do financiamento, da inovação e dos investimentos, sobretudo em infraestrutura.

Também é importante destacar a preocupação do Governo e de entidades vinculadas ao setor produtivo na identificação dessa agenda como fundamental para o crescimento. Por exemplo, no âmbito do Ministério da Fazenda, tem sido anunciada uma série de medidas que buscam melhorar as condições de crédito – a reforma do cadastro positivo, a instituição da duplicata eletrônica e da letra imobiliária garantida, o aperfeiçoamento da legislação de alienação fiduciária –, de redução da burocracia e de automatização e de integração dos registros no âmbito do sistema do e-Social, que é o sistema para pagamento de tributos trabalhistas, e do próprio SPED, que é o Sistema de Escrituração Contábil, e da Nota Fiscal Eletrônica, além dos avanços na implantação do chamado Portal Único do Comércio Exterior.

Um tema que tem merecido atenção do Banco Central são os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital, que são desproporcionalmente elevados no Brasil e que representam uma grande preocupação dessa Casa. Isso se levarmos em conta qualquer padrão de comparação internacional. O Banco Central reconhece a importância de se reduzir substancialmente os *spreads* bancários e admite que uma queda estrutural e sustentável do custo do crédito contribuiria para o aumento da eficiência e da produtividade. Por isso, defende uma agenda de incentivo à adimplência e a execução de garantias, promoção da queda dos custos administrativos e, sobretudo, de estímulo à concorrência.

Já a CNI, apresentou no ano passado um conjunto de propostas que visam criar um melhor ambiente de negócios por meio de ações desburocratizantes e de melhoria da qualidade regulatória. Um detalhe importante: todas as propostas têm um elemento comum – custo fiscal zero. Ou seja, essa agenda é uma agenda que não tem impacto fiscal. São medidas no ambiente regulatório, são medidas de desburocratização, de simplificação.

Na mesma linha, o Grupo de Estudos Tributários Aplicados, o Getap, uma instituição sem fins lucrativos

Aplicados (Getap), uma instituição sem fins lucrativos que tem hoje mais de 60 empresas associadas de grande porte de 34 segmentos da economia, propõe medidas de redução de obrigações acessórias que não afetam a carga tributária global da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, a UNECS, formada por entidades que, em conjunto, são responsáveis por mais de 20% dos empregos formais e quase 65% das vendas por meios de cartões de crédito e débito no Brasil apresenta como pauta prioritária: a simplificação tributária, modernização nas relações de trabalho e a regulamentação e melhoria do ambiente dos meios de pagamentos, referindo-se a cartões de crédito, débito e outros tantos.

Portanto, essas são algumas evidências que denotam que essa é uma agenda irrecusável para ajudar o País a melhorar o ambiente de negócios, garantir previsibilidade e segurança jurídica e estimular investimentos essenciais para retomada do crescimento.

Fazemos aqui, Sr. Presidente, um brevíssimo resumo das audiências públicas que foram realizadas por esse grupo.

Com o intuito de subsidiar os trabalhos do grupo de reformas microeconômicas, a Comissão de Assuntos Econômicos realizou ao longo deste ano quatro audiências públicas para debater o tema da produtividade, inclusive com a apresentação de propostas para a redução do chamado "custo Brasil", assim discriminadas:

A primeira audiência, que se realizou em abril, trouxe um diagnóstico sobre o processo de estagnação da produtividade no Brasil.

A segunda audiência focou exclusivamente no tema do *spread* bancário.

A terceira audiência se voltou para a discussão dos temas da defesa da concorrência e do empreendedorismo para a produtividade.

Finalmente, uma última audiência realizada em setembro, cujo foco foi a contribuição do setor produtivo e do próprio Governo para a proposta de uma agenda para a formulação de uma agenda de reforma microeconômica.

O relatório contém um detalhamento das principais discussões, inclusive, com a definição de áreas críticas e propostas para o enfrentamento dessa agenda.

Nesse sentido, com base nas exposições das audiências, no âmbito do grupo de trabalho e de um estudo recente nos permitiram identificar algumas evidências a respeito da produtividade no Brasil.

A despeito da desaceleração do crescimento da produtividade, sobretudo após a eclosão da crise financeira internacional, o Brasil não foi capaz de reduzir a distância em relação a esses países. A produtividade do trabalho brasileira que era de cerca de um quarto da norte-americana, em 1950, chegou a quase 40% em 1980, e retornou, recuou aos níveis de 25% de 2007 em diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período mais recente, o Brasil tem apresentado desempenho da produtividade inferior à média da América Latina e de alguns países emergentes, como China e Índia, tanto em termos de produtividade do trabalho como quando consideramos a produtividade total dos fatores que medem a eficiência geral da economia.

Os níveis de produtividade setoriais brasileiros são bem inferiores à média dos países

setoriais brasileiras são bem inferiores à média dos países desenvolvidos. Mesmo considerando uma agricultura moderna e de exportação no conjunto do setor agropecuário, ela ainda é substancialmente inferior. Na indústria, duas vezes e meia. E nos serviços, três vezes menor. Ou seja, trata-se de um problema sistêmico e não algo que se localiza apenas em setores específicos.

Existe uma grande dispersão da produtividade entre as empresas brasileiras quando comparadas internacionalmente. Além disso, há uma parcela tipicamente elevada na proporção de empresas com baixa produtividade. Esse resultado sugere que as nossas empresas não estão adotando métodos de produção similares e que há dificuldade de grande parte delas em absorverem novas tecnologias, o que, portanto, afeta a produtividade agregada.

Os baixos níveis de poupança, inclusive das empresas, têm afetado a capacidade de investimento, por exemplo, no caso da indústria, a modernização do parque fabril. Nós temos uma idade média de máquinas, de bens de capital no parque fabril no Brasil que se aproxima de 20 anos. É algo muito defasado se compararmos com qualquer padrão internacional, que hoje se situa na faixa de oito anos, mais ou menos, a idade média dos equipamentos.

A defasagem educacional do País, indicada no mal posicionamento em exames internacionais,como o Pisa, e o baixo nível de investimento em educação básica no século passado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... refletem-se também na formação do nosso capital humano, com efeitos expressivos sobre a produtividade do trabalho. Além disso, a despeito do aumento da escolaridade média do trabalhador brasileiro ter crescido, em 1992, de 5,3 para 8,8 anos de estudo, em 2014...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu peço silêncio aos assessores principalmente, por obséquio. Está sendo lido um relatório importantíssimo, fundamental para os trabalhos desta Comissão deste ano e de profunda relevância para os nossos interesses.

Portanto, peço respeito à leitura do Senador principalmente aos assessores que estão aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, como me referi, apesar do aumento da escolaridade média do trabalhador brasileiro, que foi significativa nestes últimos anos, isso não tem se refletido em maiores ganhos de produtividade, porque temos alocado essa mão de obra em setores tradicionais, com menor capacidade de converter essa expansão de capital humano em produtividade.

Com relação aos principais determinantes ou fatores que influenciam esse quadro, destacamos, no ambiente tributário: a carga tributária é elevada para o nosso nível de desenvolvimento, tanto em termos de renda *per capita* como em relação ao IDH. Além disso, apresentou uma tendência de crescimento nas seis décadas. Em 1947, era 14% do PIB a carga; em 1994, situava-se em 25% do PIB, o que demonstra um limite para expansão dessa variável no Brasil. Hoje, é 35%.

Além disso, a complexidade da legislação tributária. E essa parafernália de obrigações acessórias gera um custo imenso... de obrigações acessórias geram um custo imenso de conformidade para as empresas.

Segundo dados do estudo já referido do *Doing Business*, uma empresa de médio porte no Brasil despende, em média, 1.958 horas por ano para preparar, arquivar e pagar impostos. A título de comparação, a média da América Latina é de 332 horas, e, dos países da OCDE, 160 horas. Em *ranking* com 190 países, o Brasil situa-se, Senador Tasso Jereissati, em último lugar nesse quesito, ou seja, o tempo que as empresas despendem para poderem ficar conforme o que diz respeito ao pagamento de tributos. Ou seja, o grande número de obrigações acessórias, a forma como são duplicadas, os Estados exigem informações, que, de resto, já estão contidas em algumas plataformas, como, por exemplo, a do SPED. Então, precisamos – e aqui há uma proposta concreta – levar esse tema ao Confaz para se produzir um amplo acordo no Brasil de redução das obrigações acessórias.

Segundo pesquisa do Grupo de Estudos Tributários, o Getap, cada estabelecimento empresarial de grande porte gasta 4.700 horas somente no atendimento das obrigações tributárias estaduais – somente no atendimento das obrigações tributárias estaduais. Temos um sistema fortemente apoiado na tributação de bens e serviços formado por impostos indiretos com diferente forma de incidência e uma profusão de regimes especiais, alícotas e bases de cálculo que provocam uma série de distorções, inclusive no que diz respeito à própria concorrência interempresarial. Essas distorções geram cumulatividade, que oneram os investimentos e as exportações. O Brasil é um dos poucos países que ainda tributa os investimentos. Nós ainda nos damos ao luxo de tributar o investimento. Portanto, é algo que está completamente fora de linha.

Portanto, essas distorções, como eu já referi, oneram ainda investimentos e as exportações e induzem a verticalização da produção. Dessa forma, o sistema tributário inibe ganhos de produtividade oriundos da expansão do capital e modernização do parque fabril, da maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição com o mercado externo e da eficiência oriunda com a terceirização dos serviços e das etapas da produção, que definem uma melhor organização do processo produtivo.

Além disso, o uso indiscriminado do mecanismo da substituição tributária – e aqui queria fazer referência à preocupação que o Senador José Pimentel sempre teve com esse tema, que penaliza fortemente as pequenas empresas –, esse instrumento tornou a vida da administração fazendária muito fácil, mas virou um inferno para os contribuintes. E esse instrumento foi extraordinariamente alargado, o que significa dizer que as empresas são obrigadas, por exemplo, a antecipar o recolhimento de tributos, o que é absolutamente incompatível com o ciclo de financiamento, inclusive das operações das empresas.

Além disso, como já referi, o uso indiscriminado desse mecanismo definido pela cobrança

...indiscriminado desse mecanismo, definido pela cobrança antecipada (sobretudo o ICMS) em uma etapa da cadeia produtiva o imposto devido em todas etapas subsequentes até a venda do consumidor – distorce os preços relativos e afeta negativamente a produtividade. Isso ocorre porque são arbitradas, inclusive, margens de valor agregado que são as mesmas, independentemente de como está organizada a cadeia de distribuição e comercialização dos produtos, afastando-se de um modelo clássico de um Imposto de Valor Agregado (IVA), que experiência internacional consagrou. Ou seja, cria-se um desestímulo à uma organização mais eficiente e com menores custos de comercialização. Além disso, as empresas sujeitas a esse regime são muitas vezes surpreendidas por critérios discricionários estabelecidos pelos fiscos estaduais, ampliando a carga tributária muitas vezes e elevando os custos de conformidade.

Finalmente, uma outra marca do nosso sistema tributário é o elevado grau de litigiosidade. Segundo estimativa do especialista Bernard Appy, o contencioso tributário ativo alcança mais de um terço do PIB, ou cerca de R$2,2 trilhões. Segundo Appy, os fatores que explicam esse elevado contencioso é exatamente a complexidade da legislação tributária e a excessiva constitucionalização das matérias tributárias com a demasiada existência de divergências de interpretação entre os contribuintes e o fisco. Esse cenário é agravado por deficiências dos processos administrativos de consulta dos contribuintes ao Fisco, dos critérios de retroatividade das autuações e dos processos de solução de conflitos, no estágio ainda das cobranças administrativas. Muitas vezes, as mudanças de interpretação e de jurisprudência são aplicadas retroativamente, o que colide com um princípio básico da irretroatividade tributária. Existem elevados custos associados a esse quadro de litigiosidade com desperdícios de recursos e fuga de investimentos que afetam negativamente a produtividade.

Vale ressaltar que vários pontos desse diagnóstico também foram corroborados pelo Relatório do grupo de avaliação da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço, que foi aprovado nesta comissão na 49ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, passamos agora ao tema do custo do financiamento no Brasil.

A importância desse tema reside na necessidade de se estabelecer um novo padrão de financiamento para economia brasileira com custos e prazos compatíveis com os padrões internacionais. Por exemplo, a taxa média de juros nas operações de crédito alcançou em setembro último 27% ao ano (47% com recursos livres), enquanto que os *spreads* no Brasil estão em torno de 22 pontos percentuais em 2017. Mesmo com a redução mais recente, esse nível representa quatro vezes a média mundial que se situa ao redor de 6 pontos percentuais.

Além disso, apesar de o Brasil ter avançado na expansão do...

Além disso, apesar de o Brasil ter avançado na expansão do crédito, passando de 25,6% do PIB, no início dos anos 2000, para 47% do PIB em 2017, isso representa ainda cerca da metade dos níveis médios das principais economias da OCDE.

As empresas menos capitalizadas e de menor porte são as mais prejudicadas, porque sofrem com a dificuldade do acesso ao crédito pelo seu custo e o excesso de exigências de garantia, limitando sua possibilidade de expansão e, portanto, condicionando também de maneira negativa esse quadro da produtividade.

Segundo levantamento do Banco Central para o período 2011 a 2016, cerca de 77% dos *spreads* são determinados pela inadimplência, custos administrativos, impostos diretos e indiretos e obrigações, como recolhimento compulsório e o Fundo Garantidor de Crédito. Por outro lado, os lucros representam também parcela expressiva das margens de intermediação.

Os elevados níveis de risco e inadimplência determinam a necessidade de provisionamento, que aumentaram de R$97 bilhões, em março de 2011, para R$209 bilhões, em março de 2017. Além disso, apenas 16% dos créditos garantidos são recuperados no Brasil em casos de falência, quando comparado com uma taxa média de recuperação de 69% num grupo de países desenvolvidos e emergentes.

Por outro lado, observa-se um elevado nível de concentração bancária no País, e isso tem sido objeto de frequente debate nesta Comissão: 80% das operações de crédito são realizadas por cinco instituições financeiras com evidências de integração vertical nos segmentos de seguros e nos mercados de cartão de crédito e débito. Historicamente, o Banco Central optou por um modelo regulatório que priorizou a solidez do sistema. Entretanto, mais recentemente a instituição reconhece a importância de estimular a concorrência como fator de redução dos *spreads* bancários. Com isso, passou a exercer uma regulação proporcional ao porte das instituições financeiras, o que tende, se essa regulação vier a ser efetivamente implantada, a favorecer os pequenos e médios bancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também existem evidências de que o custo do crédito direcionado afeta as taxas de juros e os *spreads* dos recursos livres numa espécie de subsídio cruzado. Vale ressaltar que uma maior parcela do crédito livre permite uma maior potência da política monetária e aderência dos juros básicos com juros finais para os tomadores de forma mais ampla. Há de se assinalar a decisão recente no que diz respeito à TJLP.

Finalmente, instabilidades macroeconômicas e políticas que elevam os níveis de incerteza na economia também contribuem para o aumento dos *spreads*.

3.3 Burocracia, Regulação e Ambiente de Negócios

O problema da burocracia manifesta-se não apenas no pagamento de tributos, mas em diversas outras etapas da vida empresarial.

Esses problemas podem ser constatados por meio de uma série de indicadores. Para exemplificar algumas

... a partir de uma série de indicadores. Para exemplificar algumas dessas questões, utilizaremos novamente os dados do relatório do Banco Mundial.

A análise completa do ambiente de negócios pelo Banco Mundial leva em conta 10 indicadores (cada um deles dividido em diversos subindicadores). Todos os indicadores são classificados de 0 a 100. Como se depreende dos mesmos, no que tange ao ambiente de negócios, o Brasil encontra-se, atualmente, na 125ª posição. Em somente três indicadores (obtenção de eletricidade, proteção de investidores minoritários e execução de contratos), o País encontra-se acima da 48ª posição, ou seja, no extrato dos 25% melhores. Por outro lado, em três indicadores (abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção e pagamento de impostos), o Brasil encontra-se abaixo da 143ª posição e, portanto, no extrato mais baixo da pesquisa desse relatório.

Desde o momento da abertura da empresa, a excessiva burocracia se faz presente. Calcula-se que, para abrir uma empresa no Brasil, são necessários, em média, 102 dias, tempo no qual se deve realizar, em média, 11 procedimentos. Na América Latina, de maneira geral, demoram-se, em média, 32 dias, e são necessários 8 procedimentos; na OCDE – pasmem –, apenas 9 dias e 5 procedimentos.

Outro exemplo é a burocracia envolvida na obtenção de alvarás para construção. Para avaliar esse indicador, o Banco Mundial registra os procedimentos necessários para que uma empresa do setor de construção edifique um depósito, bem como o tempo despendido. No Brasil, são necessários 19 procedimentos, e o tempo médio é de 432 dias; na média da América Latina, são 16 procedimentos e 192 dias; e, nos países da OCDE, são 155 dias, condicionados por 13 procedimentos.

A solução, nesse caso, passa por uma desburocratização, fixação de prazos para resolução de certos procedimentos, unificação de procedimentos entre órgãos federais, estaduais e municipais e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso da internet e da tecnologia da informação para facilitar e agilizar os procedimentos burocráticos, além de diminuir os custos associados a esse processo.

Sr. Presidente, embora sendo um tema vasto, nós não poderíamos deixar de fazer, rapidamente, referência à questão da infraestrutura, que é uma dimensão crítica dessa questão da produtividade.

Esse setor proporciona serviços e insumos utilizados praticamente por todas as empresas, de maneira que falhas no seu funcionamento, má qualidade e custos elevados terão impacto fortemente negativo na produtividade e em todo o ambiente econômico.

O Relatório de Competitividade Global publicado pelo Fórum Econômico Mundial posicionou a qualidade da infraestrutura global do Brasil na 116ª posição entre 138 países, sendo os indicadores...

O Relatório de Competitividade Global de 2016-2017, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, posicionou a qualidade da infraestrutura global do Brasil na 116ª posição entre 138 países, sendo os indicadores mais críticos: a qualidade das rodovias, das ferrovias e dos portos.

A origem dos problemas está no baixo nível dos investimentos e em instabilidades regulatórias aliados à ausência de um sistema estável de planejamento de médio e longo prazo dos projetos de investimento e à baixa capacidade de seleção e análise adequada desses projetos. Além disso, entraves burocráticos e obstáculos no processo de licenciamento ambiental dificultam o andamento dos empreendimentos e a atração dos investidores privados.

A solução para melhorar a qualidade da infraestrutura, particularmente em um momento de crise fiscal, quando diminui ainda mais a capacidade de investimento do Estado brasileiro, reside nas concessões ao setor privado nos diversos segmentos.

Infelizmente, contudo, devido à baixa capacidade de execução do Governo brasileiro, a agenda de concessões tem caminhado a uma velocidade aquém da desejada.

Propostas de lei e infralegais convergentes com a agenda da produtividade.

Diante desse diagnóstico, que já é sumarizado neste relatório – o relatório propriamente dito é um relatório mais alentado –, elecamos uma série de proposições legislativas, que já estão em andamento ou que poderiam ser apresentadas, para que o Congresso Nacional possa contribuir para a redução do custo Brasil e para o aumento da produtividade. Também recomendamos, neste relatório, várias iniciativas ao Poder Executivo que são convergentes com essa agenda.

Ambiente tributário.

No ambiente tributário, as proposições legislativas e infralegais têm como objetivo a simplificação tributária e do processo administrativo fiscal, com um maior equilíbrio na relação Fisco-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuinte, com o objetivo de reduzir a litigiosidade e a insegurança jurídica, além de buscar a redução da cumulatividade, que é uma das distorções do nosso sistema tributário, especialmente quando onera fortemente os investimentos e as exportações.

Medidas Infralegais.

Redução de Obrigações Acessórias: unificar e integrar a forma de prestação de informações contábeis e tributárias da União e dos Estados na plataforma do SPED. Com isso, poderíamos eliminar ou simplificar pelo menos 31 obrigações acessórias estaduais, que hoje são redundantes.

Proposições Legislativas.

Em termos de proposições, recomenda-se avançar com os seguintes projetos:

- PLS 298/2011 – Código de Defesa do Contribuinte –, que tem o intuito de regulamentar direitos e garantias do contribuinte frente aos interesses arrecadatórios do Estado. Com isso, busca reforçar a posição do contribuinte, reduzindo uma excessiva fragilidade deste nas relações com o Fisco. Eu diria, Sr. Presidente, que, em certa medida, a redemocratização que ocorreu no Brasil não chegou a essas relações, ou seja, o Estado está cheio de prerrogativas em face do cidadão, e o cidadão está absolutamente desprotegido nessa relação, absolutamente desigual com o Fisco, o que termina redundando em grande prejuízo da segurança jurídica quanto às obrigações e aos direitos tributários e, consequentemente, de investimentos no setor produtivo brasileiro. A matéria, o Código de Defesa do Contribuinte, tramita na própria CAE. - PLS 406/2016, que altera o Código Tributário Nacional para tratar sobre a exigência de obrigação acessória no mesmo exercício, definindo que obrigação acessória que implique sanção somente poderá ser instituída por lei. Fixa ainda normas para fiscalização, que deverá ser precedida de ordem fundamentada e específica expedida pela administração tributária, sob pena de nulidade do procedimento – tramita na CCJ.

Compensação tributária: a legislação, ou seja, o Código Tributário Nacional deve prever a compensação ampla e plena entre créditos próprios com quaisquer débitos de tributos e contribuições administrados pelo órgão arrecadador, sem qualquer limitação de valor, espécie ou destinação do tributo objeto de recolhimento. Essa mudança legislativa é necessária para viabilizar a proposta do Governo que visa a unificar os sistemas do SPED e do eSocial e a devida possibilidade de compensação. O PL 3.268, de 2012, de origem do Senado, que tramita na Câmara, atende a esse objetivo.

Não incidência de ISS nas exportações de serviços: uma definição clara sobre o conceito de exportação de serviços para fins de não incidência do ISS, prevista no inciso I do art. 2º da Lei Complementar 116, com base no critério do local onde o benefício ou utilidade do serviço é verificado, independentemente do local onde o serviço é realizado, conjuntamente com o critério de ingresso de divisas no País, traria maior segurança jurídica para os contribuintes, além de conferir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estímulo às exportações desejado para o desenvolvimento da economia brasileira. Por isso, sugere-se a apresentação de um projeto de lei que enderece, de forma adequada, a solução dessa questão.

Adoção do crédito financeiro para o PIS-Cofins: o Governo tem uma proposta que está paralisada de migração da sistemática de apuração do PIS-Cofins com o conceito do crédito físico para o crédito financeiro. Nesse sentido, sugere-se a imediata apresentação do projeto de lei para discussão no Congresso Nacional.

Na realidade, esse sistema de crédito físico desfigura o sistema de valor adicionado, porque só gera crédito para a empresa aquilo que se incorpora ao produto, o que significa dizer, por exemplo, que custos relacionados à atividade administrativa, o que, em qualquer lugar do mundo, tudo que é empresa adquire, em princípio, geram crédito no sistema de valor adicionado.

Substituição Tributária: em 2014, o Congresso aprovou uma lista de setores ou atividades – o Senador Pimentel acompanhou bem esse processo, e eu tive a oportunidade de atuar nessa matéria e de relatá-la –, após negociação com os Estados, que estariam sob substituição tributária somente na hipótese de uma escala industrial relevante. Entretanto, ao regulamentar esse dispositivo, através do Convênio ICMS nº 149, o Confaz estipulou que empresas com receita bruta acima de R$180 mil, em um período de 12 meses, possuem escala industrial relevante. Dessa forma, a imensa maioria dos micro e pequenos fabricantes dos produtos listados ficarão, portanto, sujeitos a essa incidência.

Aliás, Sr. Presidente, isso é algo muito próprio da realidade brasileira. Quando o Congresso aprova algo que se constitui em um avanço, a burocracia reage na regulamentação, fazendo uma espécie de contrarreforma. Portanto, há de se reconhecer que o Brasil tem uma burocracia quase sempre hostil ao ambiente de negócio.

Dessa forma, a imensa maioria dos micro e pequenos fabricantes ficam sujeitos a isso. Faz-se necessário, por meio de uma proposição legislativa, ampliar os valores da receita bruta, ou seja, sujeitos ao regime de substituição tributária, para cerca de R$4,8 milhões ao ano – que é, inclusive, o limite máximo para enquadramento do Simples em 2018 – para definição do conceito de escala industrial relevante. No mínimo, tem de ser esse limite.

Certidão Negativa de Débitos: a exigência de Certidão Negativa de Débitos Tributários constitui um dos maiores óbices ao desempenho de certas atividades, especialmente daquelas que envolvem contratações com o Poder Público. Inúmeros são os casos em que o contribuinte se vê liquidado a pagar débitos, mesmo que os considere indevidos, apenas porque, sem tal quitação, não poderá continuar exercendo sua atividade. Também não são incomuns os casos em que o contribuinte é prejudicado em sua atividade empresarial por conta de questões burocráticas, quando, na verdade, nem é devedor de tributo algum, apenas porque não consegue obter a certidão em tempo hábil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório traz uma solução, uma proposta de solução legislativa: redução do custo do financiamento e dos *spreads* bancários. Vale ressaltar que, mais recentemente, essa agenda tem se movido, inclusive com iniciativas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Esse tema pode ser enfrentado, fortalecendo três grandes áreas:

1. incentivo à adimplência e garantias;

2. redução de custos administrativos;

3. incentivo à concorrência com um olhar sobre a questão dos subsídios cruzados.

No que toca ao incentivo à adimplência e garantias na área de meios de pagamentos, é preciso buscar a redução do prazo de devolução das instituições financeiras para os setores produtivos no cartão de crédito, que hoje gira em torno de 30 dias; para o cartão de débito, é preciso definir uma taxa por operação, ao invés do sistema *ad valorem*, que é o que existe no Brasil.

No Senado, existem dois projetos de lei: o PLS 400 e o PLS 401, que tratam desses dois temas. Os projetos são meritórios, porque chamam a atenção para a importância do assunto. No entanto, temos a convicção de que essas condições podem ser mais bem reguladas por medidas de natureza infralegal.

Letra imobiliária garantida (LIG). É preciso completar a regulamentação desse instrumento e impulsionar o uso da Letra Imobiliária Garantida, que é uma fonte complementar de financiamento para o setor imobiliário.

Aperfeiçoamento do cadastro positivo. Foi aprovada no Senado essa importante matéria, Senador Sérgio, que agora tramita na Câmara. É o PLP 414. É fundamental a alteração desse marco legal, para que possamos viabilizar uma redução dos juros para os bons pagadores.

Melhoria da Lei de Recuperação Judicial. Está para ser enviada ao Congresso Nacional proposta do Executivo que deverá conter os seguintes pontos:

a) possibilidade que os credores poderão apresentar no plano de recuperação judicial, ou seja, os credores poderão apresentar o plano de recuperação. Hoje a iniciativa é exclusiva dos controladores. Os objetivos seriam reduzir o custo financeiro das empresas em vias de entrar em recuperação ou acelerar o tempo de permanência no regime.

b) Estímulo para que o bancos credores possam oferecer crédito às empresas dentro do regime de recuperação, que é um dos grandes problemas hoje que tornam a lei de recuperação pouco efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) Possibilidade de abatimento de imposto cobrado quando as empresas negociam redução do estoque de dívida. Esse é um caso curioso. No regime de recuperação, quando a empresa consegue reduzir uma dívida na negociação, isso é tributado, essa diferença é tributada pelo fisco, que alega que isso é um ganho de capital, mesmo quando a empresa está sujeita ao processo de recuperação judicial. Portanto, é algo impressionante. O Fisco entende essa redução como ganho de capital e tributa em até 30%. Assim, estuda-se utilizar créditos de prejuízos fiscais ou instituir um parcelamento para esses tributos nesse regime de recuperação.

d) A nova legislação deve ainda prever que quem comprar uma empresa do grupo não assumirá dívidas de todo o grupo. Isso poderá estimular a venda de ativos de *holdings*, sobretudo de empresas também envolvidas nesse processo que ocorreu aí, que possuem participações saudáveis em outros negócios.

e) Estabelecimento de mecanismo para limpar mais rapidamente o nome de pequenas empresas em recuperação.

Simplificar e criar instrumentos para a utilização de garantias no acesso ao crédito. Por exemplo, o setor de comércio e serviços hoje detém praticamente R$700 bilhões de recebíveis de cartão de crédito e R$50 bilhões de *vouchers* alimentação, que poderiam ser utilizados para o financiamento do capital de giro.

Também é objeto de proposição legislativa a permissão de denominada "garantia guarda-chuva", constituída para assegurar a abertura do limite global de crédito, que é o PLS 141. Também foram recebidas contribuições que podem ser transformadas em projeto de lei, a exemplo da busca e apreensão extrajudicial de bens móveis alienados fiduciariamente, que permite ao credor fiduciário exercer a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusulas de alienação fiduciária de bens móveis, principalmente veículos, sem a necessidade de ajuizamento de ação de busca e apreensão.

Redução de custos administrativos. Também seria importante que o Banco Central avançasse com a simplificação das regras do compulsório e com o aprimoramento da contratação de operações por meios eletrônicos.

Incentivo à concorrência e redução dos subsídios cruzados. É importante fomentar a participação de outros *players* para ampliar a concorrência e estimular a oferta de crédito: cooperativas de crédito, *fintechs*, que são hoje plataformas inovadoras na área de serviços financeiros, e Empresas Simples de Crédito, que é algo que o Sebrae e o movimento da micro e pequena empresa vêm sugerindo, que são empréstimos que se realizam apenas com capital próprio para pequenas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, a Alemanha é um dos países com maior expressividade no cooperativismo financeiro, responsável por quase 20% dos depósitos. São mais de 30 milhões de clientes, dos quais 17,7 milhões são sócios dos bancos cooperativos, em um país com uma população de 82 milhões de pessoas. Assim, tem-se mais de 30%, 35% da população operando com um banco cooperativo. As cooperativas alemãs participam com 50% no crédito rural e com 35% nos créditos para pequenas e médias empresas.

Na linha de reduzir barreiras à entrada no mercado financeiro, propomos a supressão de um dispositivo que dispensa a exigência de um decreto do Poder Executivo para que as instituições financeiras possam funcionar no País. Essa proposta está contida no substitutivo ao PLS 102. Ou seja, hoje, para uma instituição financeira estrangeira operar, precisa de um decreto presidencial no Brasil. Isso é do tempo em que se via essa coisa como uma ameaça à soberania etc. Essa é uma decisão que, de resto, tem de ser analisada no âmbito do Banco Central e à luz de critérios que possam ser definidos de forma transparente.

Além disso, define-se a competência compartilhada entre o Cade e o Banco Central nos processos de fusões, aquisições e atos de concentração no sistema financeiro, quando não houver risco sistêmico. O substitutivo ao PLS 102 também insere essa inovação, assim como o PLS 350.

No que diz respeito à melhoria do ambiente e à desburocratização, é preciso reduzir os custos de transação e a burocracia nas diversas etapas do ciclo corporativo, de modo a estimular o empreendedorismo e o investimento, com regras claras e estáveis.

Adoção de um marco mais amplo para Desconsideração da Personalidade Jurídica (PLC 69/2014), que defina de forma clara e precisa quando e como os bens particulares dos sócios podem ser acionados em ações judiciais ou em processos administrativos. Ou seja, é possível aprimorar o que hoje está previsto no novo Código de Processo Civil.

É preciso avançar com o PL 7.064, que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi aprovado pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Instituição de um marco legal que estabeleça normas para proteção, tratamento e uso de dados pessoais (PLS 330/2013). A proposta define regras para instituições que coletam, tratam, armazenam dados coletados de pessoas físicas e jurídicas e assegura ao cidadão a garantia de acesso a informações, sobretudo de como são utilizadas. Atualmente, a proposição tramita na CAE.

É preciso promover a reestruturação do INPI com o objetivo de garantir uma redução consistente do prazo de exame de patentes. Isso é algo crítico hoje no Brasil. Há uma necessidade de combinar alguns aspectos ainda da regulação, com mais cooperação internacional, com revisão de processos internos, para que se reduza o prazo de exame de patentes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso ainda garantir a plena implementação da REDESIM, sistema que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas, por meio da integração das autoridades dos três entes da Federação, com a simplificação dos procedimentos e redução de burocracia. O objetivo é garantir que o processo de regularização de empreendimentos esteja sujeito a uma entrada única de dados e documentos e evite duplicidade de exigências.

Conclusão das etapas do Portal Único do Comércio Exterior, que unifica todos os sistemas dos órgãos envolvidos nos processos de exportação e importação no País, simplificando extraordinariamente as operações de compra e venda de bens. A meta final do programa é reduzir o prazo de exportação de 13 para 8 dias e o de importação de 17 para 10 dias. Isso está absolutamente em linha com o que a OMC preconizou no acordo de Bali, sobretudo quando focou a questão de facilitação de comércio.

Infraestrutura.

Definição de marcos legais que garantam segurança jurídica e estabilidade regulatória para atração de investimentos.

Nesse sentido, destaco as proposições que estão tramitando na Câmara, inclusive já votadas pelo Senado, a exemplo do novo Marco Legal das Agências Reguladoras (PL 6.621/2016) e da nova Lei de Licitações (PL 6.814/2017) – o Senador Fernando Bezerra teve uma atuação destacada nesse tema – , além de uma série de recomendações ao Executivo no sentido de melhorar os instrumentos de planejamento, seleção e avaliação de processos.

Sr. Presidente, eu já me encaminho para as conclusões. Eu pediria uma especial atenção para este último tema, que me parece o mais importante, sobretudo porque vai envolver esta Comissão e o Poder Executivo numa sugestão do que seria um melhor modelo de governança para administrar essa agenda que é tão multifacetada e que demanda muita coordenação intragovernamental.

A agenda da produtividade envolve vários e diferentes atores com interesses nem sempre convergentes. Muitas vezes, requer inovações no desenho ou na forma de ação das iniciativas ou reformas que viabilizem sua adequada implementação. Essas dificuldades são amplificadas pela estrutura decisória setorizada e fragmentada do setor público brasileiro.

É preciso que essa agenda seja uma prioridade para o Executivo num esforço de coordenação e articulação intragovernamental e com outros Poderes da República e o próprio setor privado. Deve ser realizado um monitoramento periódico dos resultados com transparência e *accountability*.

O desafio último da governança é tornar a busca pela produtividade uma bandeira da sociedade e uma atribuição perene do Estado, quaisquer que sejam os partidos políticos envolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implantação dessa agenda pode trazer consigo resistências. Por isso, a governança deve se preocupar em ter uma estratégia de comunicação que possibilite dialogar com a população informando os seus efeitos benéficos para o crescimento e geração de renda.

Nesse caso, queremos oferecer uma contribuição com a apresentação de um projeto de resolução que objetiva que o Chefe da Casa Civil possa prestar contas semestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos das ações e da evolução da agenda da produtividade e de redução do custo Brasil.

A escolha da Casa Civil deve-se ao fato de ser uma estrutura governamental com vínculo direto com a Presidência da República, tendo como competências assistir imediatamente o Chefe do Executivo na coordenação e na integração das ações governamentais; na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal.

Portanto, as competências definidas pela Lei 13.502/2017 atribuem um papel de coordenação e articulação à Casa Civil, condição imprescindível para se monitorar e se avançar na agenda da produtividade.

Finalmente, Sr. Presidente, o crescimento sustentado do País depende fundamentalmente de elevarmos os nossos níveis de produtividade, o que irá definir o nosso potencial de desenvolvimento futuro. A economia brasileira tem hoje, por assim dizer, uma propensão a crescer pouco se não enfrentarmos essa agenda da produtividade.

Observando as últimas décadas, mostramos que existe um processo de preocupante estagnação da produtividade brasileira que atinge todos os setores da economia. Esse cenário mostra que estamos perdendo competitividade fortemente em relação aos países emergentes.

Sr. Presidente, a agenda da competitividade é extensa, multifacetada, com resultados difusos e graduais. Envolve vários ambientes, como o tributário, financiamento, *spreads*, ciclo de vida das empresas, infraestrutura, relações do trabalho, entre outros.

Precisamos criar condições para melhorar o ambiente de negócios com estabilidade e qualidade regulatória, desburocratização de processos, redução dos *spreads*. Mostramos que existe uma série de proposições legislativas e de medidas infralegais que deveriam ser priorizadas para movermos essa agenda.

O desafio para enfrentarmos essa agenda é exatamente o da governança. Há muitos problemas e soluções identificadas, mas faltou, aos diversos governos, a capacidade de persegui-las com método e com persistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A dificuldade de o Brasil dar sequência a ações para enfrentar a agenda do ambiente de negócios, como a presente no *Doing Business*, é ilustrativa. Por muito tempo, faltou aos governos estratégia e planos para enfrentar os problemas identificados. Perdeu-se mais tempo criticando os indicadores que atuando sobre os problemas da agenda.

É com base nesse diagnóstico que enfatizamos os problemas de governança e apresentamos uma proposta de resolução para o que o Chefe da Casa Civil apresente, de forma periódica, à CAE, uma prestação de contas da evolução da agenda da produtividade e de redução do custo Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos um longo e duro caminho a percorrer. Por isso, é fundamental ter um sentido de direção e urgência. Parafraseando o economista, o Brasil precisa caminhar nessa direção. Não há outro caminho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muto obrigado, Senador Armando Monteiro, pelo seu trabalho brilhante, minucioso, profundo, abrangente, que merece, de todos nós, os elogios desta Casa.

Eu costumo dizer que, nesta Casa, há dias que a gente sai daqui com a consciência pesada, porque acha que passou o dia aqui, mas, no final do dia, não fez nada. Hoje, com o trabalho de V. Exª, ao contrário desses dias, a gente sai daqui com a consciência tranquila de que a gente está fazendo um trabalho realmente que pode ter e deve ter consequências diretas para a vida dos brasileiros.

Parabéns pelo seu trabalho!

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero, em primeiro lugar, dizer que façam minhas as palavras que o Presidente disse há pouco sobre o relatório, apesar de um ponto ao qual, depois, eu voltar, meu caro Armando.

Eu não vi, pode ter sido um descuido, a palavra "educação" citada. E produtividade é quase igual à educação com menos burocracia e com mais competitividade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas está citada. Foi um descuido meu, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o documento – que, reputo aqui, é um dos melhores que eu já ouvi –, eu gostaria de trazer uma consideração. Para mim, todo esse aparato em crise que nós temos, de que o Senador Armando falou tão bem, deve-se ao atraso nosso nas relações entre Estado, empresa e sociedade. Nós não resolvemos ainda isso.

Comecemos pelo Estado. O nosso Estado conseguiu acabar com uma ditadura e criou milhões de ditadores. O Brasil hoje é gerido por milhões de pequenos ditadores, cada um na sua área. Cada um na sua área quer impor a sua interpretação das leis ou até mesmo a sua própria lei, a sua própria maneira de ver as coisas. E o Estado, ao intervir – vou voltar a isso também e gostaria até de ouvir a opinião sobretudo do meu querido Lindbergh –, termina levando ineficiência, quase sempre. Às vezes, evita a ineficiência, mas é uma tendência do Estado provocar a ineficiência, sobretudo por essa corporativização que temos no Brasil em que cada um se sente o pequeno ditador na hora de exercer a sua tarefa em nome do Estado.

Segundo, falo sobre os empresários. Os empresários no Brasil se acostumaram a reclamar do Estado quando ele atrapalha, mas a recorrer ao Estado quase sempre. Os empresários adoram protecionismo contra as empresas estrangeiras mais eficientes. E aí, por um lado, é positivo, porque gera possibilidade de deslanche de uma empresa brasileira, mas, ao mesmo tempo, no longo prazo, isso limita a capacidade competitiva. O protecionismo, como sabemos até com as crianças, termina impedindo de crescer. E as empresas brasileiras são muito dependentes de incentivos fiscais, de medidas protecionistas, como antigamente eram as cotas para exportação, as taxas muitas altas aos bens importados e os subsídios fiscais, o que chegou a uma verdadeira orgia em alguns momentos da nossa história.

E, quanto aos representantes dos trabalhadores, entre os quais eu me incluo, como militante político, nós temos um vício do passado, que vem do século XIX e da metade do século XX, em que se buscava fazer justiça dentro da economia e da empresa. Isso era correto no tempo de Marx e de outros. Mas, modernamente, a justiça deve ser feita fora da empresa. O papel de uma empresa é ser eficiente. Se eu digo empresa, eu digo a economia. Com essa eficiência, nós vamos ter lucro, salários e impostos, mas distribuídos de maneira que não quebre a eficiência. O salário, se subir muito por imposição de lei, quebra a eficiência. Os impostos, se subirem muito, por causa de ganância do Estado até para fazer boas coisas, tiram a eficiência. E o lucro, nós sabemos, se for exagerado, graças a protecionismos ou graças a uma redução do salário muito forte, termina também sendo ineficiente.

Essa ideia de que temos de intervir na empresa e na economia no micro e no macro para buscar justiça é uma coisa arcaica. A empresa, a economia tem de estar embaixo de algumas regras éticas, não técnicas, como não haver escravidão, como não destruir a natureza, como não enriquecer produzindo drogas ilícitas. Ou seja, são coisas éticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnicamente, a única coisa que a gente precisa discutir é o grau da progressividade no imposto. A carga fiscal tem de ser uma relação técnica para a deficiência. Agora, dentro da carga fiscal, sobre quanto pagam os mais ricos e os mais pobres tem de haver uma análise técnica, porque, se nós jogarmos – aí há um pouco de injustiça – em cima dos pobres, estamos sacrificando-os; se jogarmos em cima dos ricos, eles vão embora e levam o dinheiro, como acontece em muitos países da Europa onde há a social democracia. Do ponto de vista ético, é completamente correto aumentar os impostos, mas isso trouxe consequências técnicas negativas para a eficiência, o crescimento, e as empresas foram embora.

Então, eu tenho a impressão de que o documento do Senador tem de ser impresso e distribuído ao máximo de pessoas para provocar um debate. Eu sugiro que comece distribuindo aos candidatos a Presidente, e, se o meu Partido quiser, basta jogar um aqui para trás que eu já recebo. (*Risos.*)

Embora eu não tenha muita...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, com a desistência do Huck... Agora, o Huck já desistiu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Embora eu saiba das dificuldades e da impossibilidade disso, seria mais fácil me entregá-lo de qualquer maneira.

Eu creio que esse documento tem de ser divulgado, mas eu gostaria de fazer uma análise, com essa tentativa de trazer o atraso da relação Brasil-Estado-emprego-sociedade, que alguém pode buscar no tempo da escravidão, no tempo do protecionismo dos anos 30, que foi necessário. Mas não tenho dúvida de que este é o debate que a gente precisa fazer no Brasil ao lado de todos problemas atuais, como violência, corrupção. Mas este é o problema: a produtividade.

E uma coisa a mais, Senador, que eu gostaria de ver tratada é a inovação. Nós precisamos de produtividade, mas precisamos também de inovação. Não basta produzir mais por trabalhador; é preciso produzir produtos novos, sem o que a gente não vai ter a competitividade necessária. E aí também eu creio que os nossos empresários não são muito fanáticos por inovação. Às vezes, acho que muitos deles têm certa aversão à inovação, sobretudo no produto; até gostam de inovação na maneira de produzir, mas não no produto.

Aliás, abro um parêntese sobre isso: incomodou-me profundamente, como brasileiro, ver uma das revistas desta semana com a capa dos novos ricos brasileiros, que são advogados. No resto do mundo, os novos ricos são produtores de alta tecnologia, são inventores de computados, de *software*. Aqui, não! Aqui são os do capital financeiro, que especulam, e advogados. É um negócio que mostra como nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Que protegem esses setores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Que protegem, inclusive, esses setores. É verdade que a culpa, talvez, seja nossa, porque deixamos brechas nas leis, e aí eles vão nas brechas como abutres, como urubus, e engordam com essas brechas.

Mas é uma prova do atraso brasileiro. Podemos comparar os nomes dos nossos grandes ricos e os nomes dos grandes ricos em Israel, por exemplo, ou nos Estados Unidos.

Pois bem, Senador Armando, eu o parabenizo, mas eu gostaria de ver – foi um descuido meu não ter visto a palavra "educação" – um capítulo a mais sobre a qualificação da mão de obra, e o senhor tem tudo para fazer isso pelo seu trabalho no Senai, quando era Presidente da CNI. Imaginem a produtividade se não fosse o Senai, como ela estaria lá embaixo! Mas o Senai não basta, é preciso botar no ensino fundamental nossos meninos aprendendo regras de três e outras coisas, sem as quais eles não vão ser operários, operadores como são hoje, com alta produtividade.

Parabéns!

Estou de acordo, Senador Tasso Jereissati, de que esta é uma manhã que nos gratifica estar aqui.

Sugiro a publicação, a divulgação e uma complementação sobre essa ideia. Por trás de tudo isso, há um certo atraso até mental de nós todos: os políticos, que fazem o Estado; os empresários, que executam, que agem; os sindicatos e os políticos que defendem os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pela sua importante contribuição.

Com a palavra o Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo também cumprimentando e parabenizando o Senador Armando Monteiro pelo denso relatório aqui apresentado. Reconheço a sua dedicação, o seu esforço e a sua preparação ao longo das quatro audiências públicas que ele sugeriu e promoveu, com o apoio da Presidência da nossa Comissão. Agora, apresenta um brilhante relatório, que não apenas faz um completo diagnóstico, mas também ousa, com iniciativas a serem adotadas por esta Comissão, por este Senado Federal, e até mesmo com uma sugestão que atravessa a Praça dos Três Poderes e rebate no Poder Executivo. Portanto, quero cumprimentar o meu colega de Pernambuco, o Senador Armando Monteiro, pelo relatório apresentado.

Ouvi, ontem, na imprensa, que, um tempo atrás, Mário Covas sugeria o choque do capitalismo e que o Senador José Aníbal estava propondo, agora, o choque do planejamento. O relatório do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Armando Monteiro propõe o choque da produtividade. Essa proposta parece aproximar mais as forças políticas. Na realidade, o que foi aqui sugerido, parece-me, perpassa por uma preocupação de partidos à esquerda e à direita.

Isso tem muito a ver com a observação feita, aqui, nas audiência públicas, de que, embora o Brasil vá recuperar o crescimento econômico, em função da sua baixa produtividade, vamos conviver com o crescimento econômico e ainda com o alto desemprego. Há cinco ou seis anos, conseguíamos crescer em taxas superiores a 4%, a 5%, e a taxa de desemprego chegava a 6%. Agora, os indicadores já apontam para um crescimento, no ano que vem, superior a 3%, mas vamos sempre bater na trave, em função da baixa produtividade da economia brasileira. Alguns especialistas já apontam que vamos ter de conviver com taxas de desemprego na faixa de 8%, de 9%.

Portanto, eu gostaria de dizer à Presidência desta Comissão, ao Senador Tasso Jereissati, reconhecendo nele uma liderança política inconteste e a sua capacidade de conciliar, de buscar o consenso, de atrair forças aqui do Senado Federal, que poderíamos ousar um pouco mais, para que a proposta do choque da produtividade, apresentada pelo Senador Armando Monteiro, não fosse remetida apenas, como sugeriu o Senador Cristovam Buarque, para o debate da campanha presidencial. É importante que o relatório seja remetido a todos os candidatos a Presidente. Mas penso que há um sentido de urgência na fala do Senador Armando Monteiro.

A gente pode fazer mais. Este Senado pode fazer mais. Esta Comissão pode fazer mais. Há muita coisa já identificada, há muita coisa já debatida. Há muita coisa, o que falta é atitude e iniciativa política.

Portanto, eu queria aqui, se me permitir o Senador Armando Monteiro, propor que esse relatório fosse trazido pelo Senador Tasso ao Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, e que vocês três atravessassem essa praça e fossem ao Presidente Michel Temer.

A imprensa pergunta: o que o Congresso vai votar no ano que vem? Há matérias que nos dividem aqui. Há uns que dizem que a reforma da previdência não é urgente, que ela pode esperar. Há outros que dizem que é preciso corrigir aquilo que passou na reforma trabalhista. Mas penso que essa reforma da produtividade ou esse choque da produtividade não vai encontrar resistência política em nenhum dos campos com representação no Congresso Nacional. Nós poderíamos propor, em cima do relatório, em cima do que fizemos, ao Presidente Michel Temer e ao Ministro da Casa Civil, que, agora, no mês de janeiro, durante o recesso, que o Governo identificasse 10, 12, 15 medidas e que, quando a gente voltasse do recesso, em fevereiro, a agenda do Senado Federal fosse a agenda do choque da produtividade. Por que esperar? Por que este Congresso e este Senado Federal não podem deliberar sobre tantas matérias que foram aqui definidas e identificadas? Umas até já se encontram na Câmara e precisam ser aprovadas; outras estão aqui, na Comissão, e podem merecer um texto novo, um texto de consenso, para que possam ser levadas ao Plenário e para a outra Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, quero dizer da alegria, como V. Exª observou, de ter vivenciado este dia, de ter participado aqui da Comissão, de ter acompanhado o trabalho que foi feito pelo Senador Armando Monteiro e pelo Senador Ricardo Ferraço. Estamos chegando ao final deste período legislativo, e esta Comissão tem, de fato, coisas objetivas e concretas a apresentar à sociedade brasileira.

Agora, vamos colocar luz nisso, não vamos adiar isso, não vamos deixar para algo no futuro, para que o Chefe da Casa Civil do próximo governo, de seis em seis meses, venha aqui. Por que não? Por que não pedir isso ao Governo atual, ao Governo que se diz "o Governo das reformas"? E cabe a nós aqui provocarmos isso. Vamos provocar! Vamos propor a agenda legislativa para este Governo para o próximo semestre! Que este Governo abrace a agenda do choque da produtividade e possa identificar, entre tantas proposituras aqui colocadas pelo Senador Armando Monteiro, colocadas durante as audiências públicas, e definir cinco, seis, sete, oito, nove, dez projetos de lei complementar que possam melhorar esse ambiente de negócios no Brasil!

Estou convencido de que, se o Brasil não jogar pela janela esta oportunidade, nós vamos, sim, iniciar um novo ciclo de crescimento econômico, que será forte e vigoroso. Mas isso vai depender da coragem que esse Legislativo tenha para tomar atitudes e iniciativas. Acho que temos de aprofundar a reforma da previdência. Não podemos adiar. Acho que a reforma trabalhista vai merecer o reconhecimento da sociedade brasileira dentro de muito poucos meses, independentemente das polêmicas inauguradas no Congresso Nacional e que ainda persistem no seio da sociedade brasileira.

Mas faço um apelo para que, em cima dessa proposta, em cima desse excelente trabalho que foi produzido, a gente ouse mais e possa ter aqui o sentido da urgência. Estou falando isso porque isso significa emprego. Se essas medidas de melhoramento do ambiente econômico, se essa agenda microeconômica for aprovada e deliberada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre do ano que vem, antes de irmos para praça pública atrás de votos, isso vai contribuir de forma decisiva para que o crescimento, que vai voltar forte no ano que vem, possa ser sustentável e para que a gente possa, oxalá, oferecer aos brasileiros três, quatro, cinco anos ininterruptos de crescimento acima de 3% ou 3,5%, para que o Brasil volte a crescer e possa ser menos desigual! Num país desigual como o nosso, desigual do ponto de vista regional, desigual do ponto de vista social, carregado ainda de fortes preconceitos, por que esperar? É preciso ter o sentido da urgência, para que a gente possa deliberar questões que atendam de perto o interesse nacional.

Portanto, encerro minhas palavras aqui, parabenizando o Senador Armando Monteiro, mas parabenizando o Senador Tasso Jereissati, pela felicidade da escolha dos dois Senadores, dos dois membros da Comissão que se dedicaram, cada um na sua área – um, no sistema tributário; o outro, no ambiente de negócio –, à agenda microeconômica e que deram grande contribuição nas audiências públicas que esta Comissão vivenciou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas espero que a gente possa continuar tendo atitudes. Não vamos esperar. Nós temos pressa, nós temos urgência de fazer com que as coisas possam acontecer neste País. Penso que o relatório do Senador Armando Monteiro inaugura um amplo consenso entre as diversas forças políticas com representação nesta Casa, para que a gente possa ver o ambiente de negócios no Brasil melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Coelho.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, quero começar parabenizando o relatório do Senador Armando Monteiro, que, para nós, que acompanhamos o seu mandato, a sua vida como gestor da iniciativa privada, também colaborando com as várias políticas municipais, estaduais, assim como a nacional, não é surpresa. Acompanho o seu mandato desde a Câmara Federal. Ficamos muito tempo na Comissão de Finanças e Tributação discutindo várias saídas para reduzir o custo Brasil, para resolver a questão do *spread* bancário, para dar segurança jurídica aos vários setores da nossa economia, e esse relatório é uma consolidação dessa série de demandas que o Senador Armando Monteiro tem desenvolvido ao longo dos seus mandatos, seja na Câmara ou agora aqui, no Senado Federal.

Nesse parecer, conforme já foi destacado, há uma série de sugestões. Parte dele, Sr. Presidente, refere-se à governabilidade, da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Para esses projetos de lei aqui identificados, sem prejuízo de outros, V. Exª, se assim entendesse, deveria designar o Senador Armando Monteiro para relatá-los, até porque é uma continuidade do diagnóstico já feito nesse trabalho, nas audiências públicas, de maneira que, em nosso retorno em fevereiro, nós pudéssemos pautá-los e votá-los.

A ida ao Presidente do Senado é decisiva, porque aqui nós temos uma série de medidas que passam pela Presidência da Casa, e, ao mesmo tempo, temos de dialogar com a Presidência da Câmara dos Deputados para que aqueles projetos já votados que lá estão pudessem ter certa prioridade.

Eu sei que os 513 Deputados Federais têm muitas demandas, mas há temas que são comuns aos interesses dos 594 Congressistas, aos interesses da economia brasileira. Esses temas aqui abordados poderiam ser objeto também da pauta de uma reunião envolvendo o Presidente da CAE, o Senador Armando Monteiro e os dois Presidentes da Câmara e do Senado, para que pudesse haver celeridade naqueles projetos que lá estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, em nosso retorno, em fevereiro e em março, nós poderíamos dedicar a nossa agenda da CAE aos dois relatórios já apresentados, o do Senador Ricardo Ferraço e o do Senador Armando Monteiro.

Hoje, Sr. Presidente, protocolei o terceiro relatório, objeto de deliberação desta Comissão e coordenado por V. Exª, que é a avaliação dos dez anos do Simples Nacional, que soma com o que aqui está sendo elaborado. Há também uma série de recomendações. Eu sei que V. Exª não o pautou porque eu só o entreguei hoje, mas, nas próximas reuniões, deveremos discutir. Ele vai no mesmo sentido de aumentar os negócios do Brasil, de dar mais segurança jurídica e de contribuir com o nosso crescimento econômico, com inclusão social e com distribuição de renda.

Eu chamaria essa agenda da produtividade de argamassa para o futuro, porque aqui efetivamente vai nos permitir cimentar um tecido social, econômico, jurídico e político para que o Brasil possa crescer.

E, para aqueles que avaliam tanto essa necessidade imperiosa da reforma da previdência, é bom registrar que todos os cálculos ali foram feitos com um crescimento econômico de 1,67% nos próximos 20 anos. No primeiro ano após esse diagnóstico, já se demonstra que o crescimento deverá estar acima do ali previsto. Portanto, Sr. Presidente, aquele diagnóstico, conforme comprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito, após um ano de debates, de estudos e de diagnóstico, é falho, porque é falho em seus indicadores. E é por isso que ele foi aprovado por unanimidade.

Por isso, não podemos ter tanta pressa nessa reforma, porque ela foi feita na Emenda nº 20, em 1998, e na Emenda 41, em 2003, quando foi complementada. E, de lá para cá, o planejamento que foi feito, os Ministros que passaram pelo Ministério da Previdência e pelo Ministério do Planejamento têm acompanhado esses números, que vão nesse sentido.

Evidentemente, num período de grave crise econômica em 2015, em 2016 e em 2017, esses números pioraram, mas é uma curva fora da média, porque o crescimento econômico nesses três anos foi negativo, mas, na proporção em que o crescimento volte para a casa de 2% ao ano, essa previdência será financeiramente equilibrada, como foi de 2009 a 2014.

Por isso, Sr. Presidente, quero parabenizá-los por essas iniciativas aqui apresentadas de ir ao Poder Executivo para dialogar sobre essa agenda, de provocar o Banco Central a dar celeridade, de ir ao Ministério da Fazenda e ao Confaz para tratar dessa desburocratização, que não tem nenhum impacto na parte arrecadatória. Nós devemos fazê-lo.

Eu deixaria isso para a avaliação dos nossos pares, para que, no início de fevereiro, a nossa agenda fosse o resultado desses dois relatórios. Se o nosso for aprovado, que sejam os três relatórios objeto de discussão na próxima reunião, com a anuência e a concordância de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Sérgio de Castro.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero juntar-me aos que parabenizaram o Presidente por essa iniciativa e quero registrar que, apesar de eu estar aqui recentemente, não tive surpresa nenhuma ao ouvir o brilhante relatório do Senador Armando Monteiro. Da convivência com o Senador Armando Monteiro privo, felizmente, há muitos anos. E nada mais fez do que aquilo que tenho visto S. Exª fazer ao longo desses anos, de forma brilhante.

Quero falar como empreendedor. Estou Senador por um período curto, estou exercendo essa titularidade, apesar de que eu sou parte do mandato do Senador Ricardo Ferraço, acompanho de perto o mandato do Senador Ricardo Ferraço. Como empreendedor, estou muito feliz de, nesta condição de Senador, participar desta reunião e de participar, provavelmente, de providências de implementação do que aqui foi proposto hoje pelo Senador Armando Monteiro e também pelo Senador Ricardo Ferraço, quando tratou do sistema tributário nacional. Para um empreendedor isso é um alento. Ficamos com a esperança de que empreender, no Brasil, vai ficar mais fácil, vai ficar melhor, mais gratificante, porque hoje é muito difícil. O empreendedor insiste por vocação.

Como Senador, minhas palavras seriam: tenho 80 dias de atividade, porque é uma licença de 120 dias, com 40 dias de recesso. Pensei, planejei, o que fazer nesses 80 dias. Aqui veio a palavra do Senador Fernando Coelho, e eu precisava inserir no meu planejamento o senso de urgência que ele recomenda para as providências que esta Comissão deve tomar.

Realmente, o que ouvi confirma alguma coisa da minha reflexão sobre o meu planejamento: as propostas e os projetos já existem no Congresso em quantidade até excessiva, no meu modo de entender; o que nos precisamos, para dar a urgência de que o País necessita, de que os empreendedores necessitam, é pinçar os bons projetos e estabelecer, como o Senador Armando Monteiro citou aqui, uma governança para a gestão desses projetos, para que eles tenham agilidade, para que eles tramitem com agilidade, para que os Presidentes pautem os projetos e indiquem os relatores, para que os relatores sejam ágeis no seu trabalho, para que sejam discutidos e votados os projetos.

Perguntam-me perguntam às vezes: "Qual o projeto que o senhor deixou para esse exercício?" Eu falo "Eu não tenho projeto nenhum; eu sou parte de um mandato." Desde o primeiro dia do mandato, todas as ideias que eu tinha eu levei para o mandato, e no Congresso existe um número de propostas mais do que suficiente e até difícil de operar. Por isso que a proposta de governança para essa agenda da produtividade, que é uma agenda síntese do que se deseja para gerar bem-estar, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar mais equidade, mais justiça social no nosso País, essa proposta da governança avança, no que eu tenho visto aqui, no Congresso, de propostas – propostas boas, como existem muitas, mas que se perdem na execução.

Então, como empreendedor e como Senador, quero parabenizar e quero manifestar a minha alegria e a minha esperança de que, realmente, nós tenhamos urgência na realização, na execução, na transformação de bons projetos em realidade, na geração de mais bem-estar para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Antes de passar a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Senadora Ana Amélia, eu queria...

Eu tive oportunidade de participar da leitura, eu ouvi atentamente a leitura do relatório do Senador Armando Monteiro. Foi um trabalho de fôlego, feito por quem é do ramo, com muita competência, e que tem que sair do papel para a prática, como colocou o Senador Sérgio de Castro.

Eu, por exemplo, tenho vários projetos que objetivam estimular o empreendedorismo. Agora, sem você mexer nos pontos que o Senador Armando Monteiro coloca, e que são o nó górdio do deslanche, por exemplo, da pequena empresa do Brasil, para não falar na média empresa e na grande, que também reclamam muito; dos muitos pontos que aqui foram afetados, é preciso que esses pontos que estão levantados com competência e com objetividade sejam objeto de debate e de apreciação por parte das Casas do Congresso, para que você venha a facilitar a vida do empreendedor, para que esse elenco de iniciativas signifique, na verdade, o grande estímulo ao empreendedor. Porque hoje o empreendedor é um acuado; ele tem medo de empregar, com medo das sanções que as atuais leis impõem ao empreendedor. Bom é ser empregado; ser empreendedor é corda no pescoço. E é preciso que, no regime capitalista que nós vivemos, se invertam as coisas e se possibilite que o empreendedor gere a maior quantidade possível de postos de trabalho. Na verdade, o Brasil precisa de empreendedores que empreguem as pessoas, claro que garantindo os direitos trabalhistas, mas sem que isso signifique a penalização do empreendedor, sem que isso signifique o empreendedor ficar permanentemente sob o risco de quebrar – por ações, por dificuldades, por carga tributária, enfim, por um mundo de razões e motivos que inibem hoje a atividade empresarial no Brasil, como muito bem colocou o Senador Armando Monteiro. Ele feriu com muita precisão, com precisão cirúrgica, aquilo que é preciso e tem que ser feito.

Obrigado a V. Exª pela contribuição que dá a este debate.

Com muito prazer, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Devolvo, com prazer, a presidência ao Senador Tasso Jereissati, o legítimo Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada ao Presidente interino e ao Presidente titular, Tasso Jereissati, pela gentileza. Não faço parte desta Comissão, mas eu não podia deixar de estar aqui para cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Uma iniciativa dessa natureza, Senador, precisa ser implementada ontem, ontem.

Estive, na sexta-feira, em Passo Fundo, na região do planalto médio do meu Estado, debatendo exatamente, num fórum sobre desenvolvimento regional, quais eram os óbices para o empreendedor. Aí vêm três níveis: burocracia, burocracia e burocracia. E quanto custa a burocracia? Muito, custa muito.

Ainda vivemos num Estado que não é bem um Estado de direito pleno, porque, quando nós aprovamos aqui uma legislação para modernizar – modernizar – a legislação trabalhista, hoje nós vemos instituições que deveriam respeitar o que nós decidimos se insurgindo, dizendo que não vão acatar o que esta Casa decidiu num discurso absolutamente democrático. Que país é este? Que instituições são essas? Que democracia é essa, em que nós temos autoridades desafiando outra instituição que deliberou, usando as suas prerrogativas?

Aí há outro ponto que não foi necessário V. Exª ter abordado no seu maravilhoso trabalho, trazendo o que, no dia a dia, é preciso fazer: um preconceito muito grave à atividade do empreendedor. Quando se discutiu a reforma trabalhista nesta Casa, o empreendedor foi tratado como escravagista. Nós estamos no século XXI, em que as redes sociais, o controle social das próprias instituições que representam os trabalhadores, os sindicatos responsáveis, estão aí para fazer essa defesa.

Agora, o discurso que foi feito aqui pela oposição, era... Eu ficava assim: "Mas como?" É como se fosse o adversário fosse... Não, todos estão violentamente atacados, e isso cria uma insegurança para o empreendedor, que quer o quê? Criar mais empregos. Ele sozinho não faz nada, a não ser que ele seja um criador da Microsoft ou um que crie um Facebook ou que crie um aplicativo fantástico que vá dar um resultado com pouca gente trabalhando. Mas não, o empreendedor no Brasil precisa ralar muito para sobreviver a esta selva de incompreensões e, sobretudo, de preconceitos que ainda são alimentados por uma visão equivocada.

Eu acho que há um capitalismo correto. Hoje, você está vendo aqueles países que derrubaram a cortina de ferro...O Vietnã é um país absolutamente aberto, com um partido comunista mandando ainda, com uma economia centralizada, planejada, mas em que o empreendedor tem liberdade para agir. Ou seja, nós não estamos enxergando o que a Ásia está fazendo. Então, eu queria registrar mais a atualidade dessa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Armando Monteiro. É claro: uma matéria certa nas mãos certas. É do que o Brasil mais precisa. Aí vai ser um país diferente, com mais empregos, com mais distribuição de renda para todos.

Muito obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Tem a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria de inicialmente cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos por ter criado, digamos, essas comissões que tinham como responsabilidade estudar as questões do custo Brasil. Eu acho que ninguém melhor do que o Senador Armando Monteiro para coordenar todo esse trabalho. Vejo que, depois da leitura desse importante relatório, a nossa responsabilidade, como Parlamentares, aumentou enormemente, até porque, com certeza, aqueles que estão acompanhando o desenvolver das atividades desta Comissão e, sobretudo, a leitura do relatório produzido pelo Senador Armando Monteiro, veem que, se nós, de fato, conseguíssemos aprovar essas medidas para melhorar a condição da microeconomia, muitos resultados se refletiriam, de imediato, para melhorar a condição de vida dos brasileiros. Isso está nas nossas mãos. Portanto, a partir do relatório produzido, sequenciando, digamos, medidas e ações que deveriam ser implementadas pelo Congresso através do Senado e da própria Câmara, nós podemos melhorar a condição de vida dos brasileiros.

Esse relatório não pode ficar, agora, somente como uma peça muito bem produzida, pensada, estudada, equilibrada. Além de comemorarmos que tivemos uma manhã muito produtiva após um trabalho intenso, relatado pelo Senador Armando Monteiro, nós precisamos, de fato, começar a produzir agora os resultados, fazendo acontecer essas alterações na legislação.

Muitos Parlamentares tomaram a iniciativa de apresentar projetos de lei que, agora, nesse trabalho árduo e sequencial, foram elencados como projetos de lei que, se aprovados, vão fazer a diferença para a economia brasileira.

Então, eu vejo que a nossa responsabilidade aumentou. Se ficarmos, única e exclusivamente, no relatório do Armando Monteiro... Investimos numa manhã produtiva, ouvindo e parabenizando-o, mas agora nós temos que ter a coragem, através das ações da própria Comissão de Assuntos Econômicos, através da ação junto ao Presidente do Senado, Eunício, e junto ao Presidente da Câmara, de fazer acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um tempo, eu dizia: se 20 Senadores, os mais experientes em função da sua vida, da sua trajetória, da sua biografia, se reunissem para – cada um deles – elencar cinco iniciativas que gostariam de ver implementadas, seria impossível – totalizando cem – que não houvesse, pelo menos, 30, 40 que são consenso, que são convergentes. Se nós as implementássemos, já teríamos um ganho, um avanço considerável.

A mesma coisa está acontecendo em nível de Câmara Federal. Ou seja, a expectativa da sociedade brasileira é que, de fato, essas questões aconteçam na velocidade da necessidade imperiosa. Mário Covas falava, em 1989, do choque de capitalismo. Vivemos uma Constituinte, em 1987, 1988, que se tornou realmente uma peça desejada por todos os brasileiros, mas faltava, digamos, à Nação brasileira condições de ter riqueza para partilhar e produzir os bens e os benefícios da nossa Constituição.

Passaram-se os anos – já são 28, 29 anos –, e nós estamos discutindo muitas matérias que, com certeza, foram preocupação dos Parlamentares da época.

Por isso, vem agora o desafio. A ousadia está no relatório do Senador Armando Monteiro, e o desafio, agora, é conseguirmos implementá-la no curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio Beber.

Não havendo mais...

Senador Garibaldi e, sem seguida, Senador Pedro Chaves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero, neste instante, Sr. Presidente Tasso Jereissati, cumprimentá-lo pela iniciativa de criar essas duas comissões e dizer ao Senador Armando Monteiro que ele fez um diagnóstico profundo da nossa economia e que esse trabalho, como foi dito aqui, não pode ficar apenas no âmbito desta Comissão.

Este trabalho tem que, realmente, fazer com que o Senado possa assumi-lo. Também concordo que a própria Câmara dos Deputados seja acionada no sentido de que possamos ter aqui essa agenda da produtividade.

Eu quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro, sobretudo porque ele aponta soluções que não dependem de gastos, que não dependem de investimentos, que dependem de gestão, que dependem da conscientização de que nós podemos promover o nosso desenvolvimento. Nós temos condições para isso, o Brasil tem potencial para isso e nós não podemos mais adiar, retardar esse encontro com o desenvolvimento.

Parabenizo o Senador Armando Monteiro pelo seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

O Senador Pedro Chaves tem a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

Inicialmente eu gostaria de parabenizar o nosso querido Senador Armando Monteiro pelo brilhante trabalho microeconômico, porque, na verdade, a visão do Brasil hoje, infelizmente, quando vem do Planalto, é sempre uma visão macroeconômica, esquece-se muito do problema das empresas, que é muito delicado.

Eu, como empresário, sofri exatamente todos esses pontos que foram elencados pelo Senador, desde problemas de alvará, problemas de fiscalização, problemas de Habite-se, todos esses problemas de construção civil e problemas de outra natureza, o problema de uma fiscalização injusta muitas vezes, tributos exagerados, bitributação, tritributação, quer dizer, é necessário que a gente repense o custo Brasil.

Nós deixamos de ser competitivos exatamente por causa disso, porque nós realmente negligenciamos pontos que são substanciais.

Agora nós vamos ter que vencer muitas barreiras. É óbvio que o Senado e a Câmara farão o seu trabalho, mas haverá forças ocultas, principalmente no entorno, como pessoas que ajudam o Executivo na execução do seu trabalho, que vão tentar interferir para evitar que nós façamos o nosso trabalho. Armando, você não tenha dúvida quanto a isso, mas nós temos que resistir heroicamente e fazer com que o seu trabalho seja uma cartilha nossa aqui no Senado, porque ela, na verdade, vai permitir que o Brasil seja muito mais competitivo, e nós temos dificuldades quanto a isso.

O nosso problema não é só o problema da legislação trabalhista, há problemas outros também que são tão graves quanto esse. Então, é necessário que a gente cerre fileiras nesse sentido, que a gente esteja unido e que considere esse trabalho como um trabalho até preliminar, porque ele, embora extremamente profundo, ainda tem muitos pontos a serem detalhados.

Lembro-me de que, quando Hélio Beltrão foi Ministro da Desburocratização, teve uma tremenda dificuldade. Na época não precisava nem tirar reconhecimento de firma, nada disso. Ele tentou tornar o Brasil um país leve, tranquilo, mas foi obstaculizado por forças ocultas. Então, nós teremos essa mesma dificuldade.

Então, nós temos que, na verdade, cerrar fileiras em função da nossa função institucional de fazer a legislação, tornar realmente as empresas mais leves. Hoje, para você conseguir um alvará, na verdade, são mais de cem dias. Por isso é que existe um sem número de construções irregulares. Hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos dificuldade... Para obter um Habite-se, então, é quase impossível, você precisa realmente fazer uma negociação com as próprias prefeituras, elas dificultam tremendamente.

Então, é necessário que haja uma verdadeira união entre nós, e que nós evitemos, na verdade, qualquer tipo de obstáculo. E não vamos permitir que isso ocorra, como ocorre com a própria legislação trabalhista – o próprio Judiciário está dizendo que não vai cumprir parte do que foi aprovado pelo Congresso, o que é inaceitável sob esse ponto de vista. É necessário que nós possamos continuar a trabalhar nesse sentido.

Eu quero louvar mais uma vez o Armando Monteiro e dizer que todos os problemas que foram elencados eu sofri na minha empresa durante 30 anos, e isso acontecia todos os anos, sistematicamente. Até para um alvará de funcionamento havia necessidade de rever a legislação. Era engraçado, porque você fazia um tipo de construção – eu tinha uma universidade –, e janela tinha de ser de tal altura, o piso de tal estrutura, o banheiro em área tal. Aí eles pegavam uma legislação nova e exigiam a adaptação de tudo isso.

Para você tirar uma certidão do Corpo de Bombeiros, então, é praticamente impossível. Com o Corpo de Bombeiros, depois que ocorreu o problema no Rio Grande do Sul, nós estamos com uma dificuldade tremenda. O forro, por exemplo, para você tirar qualquer tipo de documento, você tem uma tremenda dificuldade hoje. Quer dizer, o Corpo de Bombeiros, com a tal da licença, torna-se impossível.

Então, precisamos simplificar. Não que eu queira realmente facilitar nem evitar que haja proteção contra acidentes, mas é necessário que nós desburocratizemos o País, aumentemos a nossa produtividade, que ela é muito baixa, como nós falamos. O nosso trabalhador hoje tem menor produtividade do que em 1970, o que é muito grave. Então, é necessário que realmente possamos aliviar...

Então, mais uma vez, parabéns ao nosso querido Senador. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, Armando com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Só queria registrar aqui, agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... a manifestação aqui dos companheiros, que é uma coisa que nos estimula, na medida em que ficamos aqui, pelo menos se tivermos aqui uma preocupação de dar um foco a esse trabalho... E tudo aquilo que ele consolida é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto de contribuições que já existiam, eu diria, dispersas, e, portanto, nós tivemos aqui a preocupação de poder considerar uma série de trabalhos que são uma referência nessa questão.

É pena que o Senador Cristovam não esteja mais, mas, com relação a esse aspecto cultural – ele fala de algumas características culturais da empresa brasileira –, de aversão ao risco, do que ele sugere ser uma espécie de capitalismo de compadrio, nós estamos aqui defendendo posições que vão na direção oposta: defesa da concorrência, revisão da estrutura tarifária no que diz respeito às importações, inclusive para que você possa ter mais oferta no sentido da concorrência, referências à questão de subsídios cruzados.

Então, eu acho que nós estamos na linha de poder construir as bases de um capitalismo mais moderno, mais concorrencial etc.

Na questão da educação, há registros, sim, que foram feitos. Agora, nós não pretendemos fazer uma coisa mais exaustiva nessa área porque, de resto, a Comissão de Educação e outras áreas já têm um acervo de propostas. Mas eu quero agradecer muito a manifestação de todos os colegas aqui. E agora, a depender da manifestação da votação do relatório, trata-se de definir – e aí o Presidente vai nos orientar – quais são os passos que a gente deve dar agora, lembrando ao Presidente que o Senador Eunício fez uma manifestação pública há poucos dias dizendo que gostaria muito de incorporar à agenda do Senado essas propostas que estavam sendo gestadas aqui.

Portanto, seria muito importante, se viermos a aprovar o relatório, que a gente possa levar ao Presidente da Casa – evidentemente o senhor, como Presidente da Comissão – para que, efetivamente, a Casa possa acolher isso e transformar isso numa agenda do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu gostaria, mais uma vez, de salientar o trabalho do Senador Armando Monteiro e propor que nós pudéssemos, se não hoje, amanhã talvez, para já definirmos o que é o principal desafio desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, que é tornar concretas essas providências sugeridas, seja através de lei, seja através de iniciativas e recomendações ao Executivo.

Quem sabe... Eu não sei se isso é possível, mas esse projeto de resolução que V. Exª propôs, que eu acho uma excelente ideia... Para que haja uma governança sobre o acompanhamento, sobre o andamento dessa agenda: não sei se é uma iniciativa aqui da CAE ou se teria que ser do Plenário.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Eu sugiro, quanto a esse projeto de resolução, que nós já pudéssemos votá-lo na semana que vem. Se todos aqui estão de acordo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

Então sugiro que tomemos as providências necessárias para que nós possamos votar, já que, inclusive, houve aqui quase uma unanimidade, se não me engano, em torno da proposta de V. Exª. Inclusive, nós, mais os técnicos da CAE, a Secretaria da CAE, faríamos uma reunião para avaliarmos os próximos passos.

Fica, então, aprovado o projeto, e vamos dar andamento a essas ideias aqui construídas. (*Pausa.*)

Passaria ao item 9. Já que nós não temos quórum, ficaríamos com os projetos não terminativos. Há o item 9... O Senador Armando Monteiro, que já trabalhou bastante hoje, vai ter direito a hora extra hoje.

É um projeto do Senador... O PLS nº 489 é de autoria do Senador Cristovam Buarque e tem como Relator o Senador Armando Monteiro – aproveito aqui a sua presença, Senador Armando Monteiro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, depois gostaria, se possível, de relatar o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

Vamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-CTFC,com uma emenda apresentada, e contrário à emenda 2-CTFC.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com parecer favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, esta matéria, que se traduz no PLS, tem dois artigos, e o objetivo é criar um selo de identificação, nas cores vermelha, amarela e verde, para aposição nos rótulos das embalagens dos alimentos.

A futura lei entrará em vigor, pela proposta, 180 dias após a sua publicação.

Na justificação do PLS, argumenta-se que a falta de tempo e a carência de informação adequada levam as pessoas a consumirem um série de produtos, como refrigerantes e sanduíches, em vez de pratos mais ricos sob o ponto de vista nutricional, o que tem contribuído para o aumento da obesidade no País. A mudança de hábitos é importante para reverter essa tendência e, de acordo com o autor do projeto, a identificação por meio de um selo de cores diferenciadas conforme o conteúdo nutricional irá auxiliar a população a optar pela ingestão de produtos mais saudáveis.

Lembro que a matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, tendo recebido parecer favorável, com duas emendas.

A primeira visa a aperfeiçoar a redação da ementa do projeto, e a segunda tem o condão de subtrair da proposta a decisão quanto às cores a serem empregadas na identificação, remetendo a definição das cores e do valor diário de referência para a regulamentação.

A matéria foi encaminhada, portanto, a esta Comissão, após a apreciação da Comissão de Transparência, e ainda será remetida à Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós compartilhamos, Sr. Presidente – passando à análise – do entendimento de que a proposição é oportuna, por tratar de tema relevante para o Brasil. Ao longo dos últimos anos, as estratégias de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas no País possibilitaram maior acesso regular a alimentos por parte de brasileiros hipossuficientes, o que permitiu ao País sair do Mapa da Fome, não obstante os riscos recentemente constatados que podem proporcionar ao Brasil o retorno a esse mapa.

Cumpre destacar, contudo, que, não obstante a ampliação das possibilidades de consumo de alimentos no Brasil, permanece latente o desafio de promover mais qualidade a esse consumo. Para o alcance desse objetivo, devem-se desenvolver estratégias de educação alimentar e nutricional, campo de conhecimento intersetorial e de prática contínua e permanente, destinado a promover o hábito de alimentação saudável, materializando o direito humano à alimentação adequada, em convergência com os objetivos do PLS 489. educação alimentar e nutricional, campo de conhecimento intersetorial e de prática contínua e permanente, destinado a promover o hábito de alimentação saudável, materializando o direito humano à alimentação adequada, em convergência com os objetivos do PLS 489.

O autor ressalta que o principal objetivo, como já foi referido, é esse crescimento vertiginoso da prevalência da obesidade e das doenças crônico-degenerativas a ela associadas. Dessa forma, constata que grande parte do problema se deve à alimentação inadequada, sobretudo ligada à falta de tempo para se alimentar e da insuficiência das informações nutricionais.

Consideramos, portanto, importante a proposta para o novo modelo de rotulagem que atenda não só as mudanças nos hábitos alimentares, mas principalmente à demanda por clareza sobre ingredientes e valores de referência para composição de uma dieta equilibrada.

A necessidade de reformulação do modelo existente pode ser atribuída a um conjunto de fatores, entre eles o fato das normas vigentes há mais de dez anos. Nesse tempo, registre-se, ocorreram inúmeras transformações, tanto na realidade dos alimentos, com avanços tecnológicos, como na postura dos consumidores, que demandam cada vez mais informações e estão mais questionadores sobre os alimentos que consomem.

Diante do exposto, acatamos a emenda da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. Entretanto, não nos parece adequado acatar a Emenda nº 2, a qual visa a subtrair da proposta a decisão quanto às cores a serem empregadas na identificação, remetendo sua definição para regulamentação. Consideramos que essas cores devem constar dos rótulos para destacar as informações nutricionais dos produtos, especialmente em relação ao percentual total de sódio, açúcares totais e gorduras saturadas desses produtos, medidas importantes para promover mais saúde com a prevenção de doenças associadas à diabete, hipertensão, obesidade, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, apresentamos emenda para definir um modelo que atenda, oriente e auxilie o consumidor a realizar suas escolhas nutricionais de forma mais adequada para composição de uma dieta equilibrada. Tal modelo traz ícone de sódio, açúcares totais e gorduras saturadas de forma colorida em verde, amarelo e vermelho, cores essas de entendimento universal. Com esse modelo, evita-se avaliar um alimento isoladamente; ao contrário, inclusive, insere o alimento no contexto de hábitos de vida saudáveis.

Por fim, cumpre registrar que, em 27/11, o PLS 489 recebeu mais duas emendas no âmbito da CAE de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Entendemos que essas emendas ampliam excessivamente e, portanto, desvirtuam o objetivo original do projeto em tela, razão pela qual entendemos não serem oportunas em seu mérito.

Pelo exposto,...

Recebemos até uma comunicação da Senadora de que ela vai se reservar para apresentar que ela vai se reservar para reapresentar essas emendas na CAS.

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Transparência, com a rejeição da Emenda nº 2 e das Emendas nº 3 e 4, e com a apresentação de uma emenda.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a se constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e à Emenda 1, da CAE, com a Emenda 3, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com duas subemendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para proferir parecer.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado 750, de 2011, do Senador Blairo Maggi, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências.

Relatório.

Em análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos, encontra-se o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências.

A proposição é formada por vinte artigos, distribuídos em cinco capítulos.

O capítulo I – "Das Disposições Gerais" – contém os arts. 1º ao 6º e está subdividido em quatro seções.

A seção I, intitulada "Das Definições", contém dois artigos. O *caput* do art. 1º estabelece o significado do bioma Pantanal, enquanto o parágrafo único desse artigo diz que a delimitação do Pantanal brasileiro está definida conforme estudos da Embrapa/Pantanal, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) localizada em Corumbá. O art. 2º do PLS nº 750, de 2011, em seus 27 incisos, traz as definições dos termos utilizados na proposição.

A seção II, intitulada "Do Objetivo e dos Princípios da Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal", contém apenas o art. 3º. No *caput*, está definido o objetivo da Política de Gestão e Proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Bioma Pantanal, enquanto os princípios orientadores dessa política estão dispostos nos 14 incisos do artigo.

A seção III, denominada "Das Diretrizes", contém apenas o art. 4º, com 11 incisos nos quais estão relacionadas as diretrizes da Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal.

A seção IV – "Das Atribuições" – descreve as incumbências do Poder Público, nos 11 incisos do art. 5º, e a competência dos órgãos estaduais de meio ambiente, nos incisos do art. 6º.

O capítulo II, intitulado "Das Áreas Protegidas", compreende os arts. 7º ao 10 e dispõe de duas seções: a seção I, denominada "Das Áreas de Preservação Permanente", contendo o art. 7º, no qual são especificadas as áreas consideradas de preservação permanente na planície alagável da Bacia do Rio Paraguai; e a seção II, denominada "Das Áreas de Conservação Permanente", contendo os arts. 8º ao 10.

Conservação Permanente", contendo os arts. 8º ao 10. No art. 8º, são relacionadas as áreas consideradas de conservação permanente na planície alagável do Pantanal.

O art. 9º estabelece que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Conservação Permanente na área alagável do Pantanal somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na proposição.

O art. 10 determina que o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente é permitido para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

O Capítulo III, intitulado "DAS RESTRIÇÕES DE USO", estabelece, nos cinco incisos do art. 11, vedações a atividades nos limites da planície alagável da Bacia do Rio Paraguai.

O Capítulo IV, intitulado "DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA PLANÍCIE ALAGÁVEL DO PANTANAL", compreende os arts. 12 a 15, que normatizam o referido licenciamento. O art. 12 estabelece que o empreendimento ou a atividade localizada na planície alagável do Pantanal e em faixa marginal de 10km deverá, obrigatoriamente, ser vistoriado pelo órgão ambiental, antes da emissão de parecer técnico conclusivo do processo de licenciamento. O art. 13 permite que, na limpeza de pastagem, haja a supressão das espécies vegetais listadas, para fins da pecuária extensiva. O art. 14 permite o licenciamento da piscicultura e da criação de animais silvestres, desde que as espécies sejam naturais da Bacia do Rio Paraguai. Já o art. 15 determina que a navegação comercial nos rios da Bacia do Rio Paraguai deve ser compatibilizada com a conservação e a preservação do meio ambiente e veda o transporte de materiais potencialmente perigosos.

Por fim, o Capítulo V, intitulado "DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS", contém os arts. 16 a 20. O art. 16 estabelece moratória por cinco anos nos rios do Pantanal brasileiro para a pesca profissional e amadora, devendo o Governo Federal instituir um programa de apoio aos pescadores profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existentes no Pantanal. O art. 17 determina que os órgãos estaduais de meio ambiente identifiquem, dentro de cinco anos, as barragens, diques e aterros existentes na planície alagável do Pantanal e fixem aos responsáveis, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, prazo para remoção ou adequação, se constatado que as obras causam significativos danos ao ecossistema do Pantanal.

O art. 18 estabelece que o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos estaduais de meio ambiente promoverão a realização de plano de manejo para as Unidades de Conservação existentes na planície alagável do Pantanal, no prazo de cinco anos. O art. 19 determina que seja observada a dinâmica hidrológica no uso e construção de estradas na planície alagável da Bacia do Rio Paraguai, visando à minimização dos impactos de represamento. O art. 20 contém a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor lembra que, como Governador do Estado de Mato Grosso, liderou a discussão de uma lei de proteção ao Pantanal com a participação de vários segmentos interessados no tema Pantanal, resultando na publicação da Lei 8.830, de 21 de janeiro de 2008. Segundo o autor, o PLS 750, de 2011, tem o objetivo de completar uma lacuna da legislação federal específica para o bioma Pantanal, que possui uma grande importância cultural, social, econômica e ecológica, e de dar tranquilidade jurídica para o uso sustentável daquela região, proporcionando assim a certeza de proteção e conservação desse bioma.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – atualmente denominada Comissão de Meio Ambiente (CMA), após alteração no Regimento Interno do Senado Federal. Cabe à CMA a decisão terminativa sobre a proposição.

A proposição foi objeto de relatório apresentado pelo Senador Eduardo Lopes, designado o primeiro relator da matéria na CCJ, ainda no transcorrer da Legislatura passada, que concluía com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado. Entretanto, esse relatório não chegou a ser apreciado. Em 31 de maio do ano corrente, a Comissão aprovou o relatório do Senador Cidinho Santos, que está aqui do meu lado, que passou a constituir o parecer da CCJ, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A decisão pela apresentação do substitutivo decorreu da necessidade de consolidar os muitos ajustes necessários ao aperfeiçoamento da matéria.

As alterações realizadas por meio do substitutivo visaram a sanar algumas falhas existentes no texto inicial. Alguns dispositivos da proposição – o parágrafo único do art. 1º, o art. 6º, o inciso I do §7º do art. 7º e os arts. 17 e 18 – incorrem no vício de inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da separação dos Poderes, como também afrontam o Pacto Federativo, ao impor atribuições aos Estados por meio de norma federal.

Também foram introduzidas mudanças para que o projeto seja compatibilizado com os acordos internacionais ratificados pelo Brasil. Para adequar a proposição às previsões do Código Florestal, o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2º, que estabelece diversas definições, foi suprimido, adotando-se os conceitos da legislação ambiental.

Foram feitos ajustes para adequar a proposição às Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Lei da Aquicultura e Pesca), nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), além da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que estabelece as competências para o licenciamento ambiental.

Finalmente, o substitutivo aprovado pela CCJ realizou correções de técnica legislativa para ajustar o PLS nº 750, de 2011, ao estabelecido na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise da matéria.

Conforme estabelece o art. 99, inciso I, do RISF, cabe à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

A CCJ já se pronunciou sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, além da análise do mérito. Foram propostas diversas alterações para adequar o projeto às normas referentes à elaboração de leis e aos aspectos de juridicidade, assim como para corrigir aspectos de inconstitucionalidade. Os ajustes necessários foram consolidados no substitutivo apresentado pelo relator, que passou a constituir o parecer da CCJ. É oportuno ressaltar que as alterações sugeridas no referido parecer representam uma grande contribuição para o aperfeiçoamento do PLS nº 750, de 2011.

A proposição estabelece princípios legais para limitar a interferência humana no bioma Pantanal, de maneira a garantir que o desenvolvimento de atividades econômicas na região não resulte em degradação ambiental.

Quanto aos aspectos econômico e financeiro da proposição, não foram encontradas limitações, visto que não há criação de novas despesas aos entes públicos.

O PLS nº 750, de 2011, tem o mérito de procurar garantir a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais da região, permitindo que as atividades econômicas locais possam ser mantidas no longo prazo. permitindo que as atividades econômicas locais possam ser mantidas no longo prazo.

É importante ressaltar que a proposição está em sintonia com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Código Florestal, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

O art. 10 da Lei supracitada permite a exploração ecologicamente sustentável dos pantanais e planícies pantaneiras, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo. A proposição trata justamente de estabelecer regras para viabilizar a utilização dos recursos do bioma Pantanal em consonância com o disposto nesse artigo do Código Florestal.

Consideramos, entretanto, que falta ao PLS nº 750, de 2011, um instrumento para facilitar a disponibilidade de recursos necessários para tornar efetivas as ações de fiscalização ambiental e gestão de áreas protegidas, entre outras constantes da proposição. Para preencher essa lacuna, por meio da inclusão de um artigo, propomos a criação do Fundo Pantanal, que apoiará os projetos de gestão de áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; atividades socioeconômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável dos recursos naturais; pesquisa para conservação e uso sustentável da biodiversidade; recuperação de áreas desmatadas e degradadas, bem como o pagamento por serviços ambientais.

Além disso, para conferir maior segurança jurídica à matéria, propomos o aperfeiçoamento da regra que delimita o bioma Pantanal contida no parágrafo único do art. 1º do Substitutivo da CCJ, para especificar que a unidade de gestão é a bacia do Alto Paraguai.

Finalmente, entendemos que devem ser explicitadas na proposição as regras sobre a possibilidade de exploração ecologicamente sustentável nos pantanais e planícies pantaneiras, conforme previsto no Código Florestal vigente.

Em função dessas observações, apresentamos duas Subemendas à Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo).

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com as seguintes subemendas:

Subemenda nº 1 - CAE
(à Emenda nº 1 - CCJ Substitutivo ao PLS nº 750, de 2011)
Dê-se ao parágrafo único do art. 1º da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1º .....
Parágrafo único. O bioma Pantanal integra uma área de uso restrito situada nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, correspondente às planícies aluviais inundáveis periodicamente, formadas pela bacia do Alto Paraguai."
Subemenda nº 2 - CAE
(à Emenda nº 1 - CCJ Substitutivo ao PLS nº 750, de 2011)
Acrescentem-se os seguintes arts. 15 e 16 à Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, renumerando-se o atual art. 15 como art. 17.
"Art. 15. Nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com

alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo.
Art. 16. Fica criado o Fundo Pantanal, constituído por recursos provenientes de doações, percentual de medidas compensatórias, financiamentos de projetos e programas desenvolvidos nos limites do Bioma Pantanal e remunerações líquidas da aplicação de suas disponibilidades financeiras dos saldos ainda não desembolsados, tendo por finalidade o financiamento de atividades agrossilvipastoris e investimentos não reembolsáveis, contemplando as seguintes ações:
I – gestão de áreas protegidas;
II – controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
III – atividades socioeconômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável dos recursos naturais;
IV – pesquisa para conservação e uso sustentável da biodiversidade;
V – conservação e recuperação de áreas desmatadas e degradadas;
VI – conservação, prevenção e combate à degradação dos recursos hídricos;
VII – pagamento por serviços ambientais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII – implementação das medidas previstas no artigo 8º; e
IX – outras iniciativas que contribuam para a obtenção dos objetivos previstos nesta lei.
Parágrafo único. A gestão do Fundo Pantanal será definida pelo Poder Executivo, na forma do regulamento.

Sala das comissões. Senador Pedro Chaves, Relator. É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

A matéria está em discussão.

Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Presidente, eu primeiramente quero elogiar o relatório do Senador Pedro Chaves. Fui Relator deste projeto na CCJ. A contribuição do Senador Pedro Chaves, com a criação do fundo e o pagamento dos serviços ambientais, realmente é importante, porque isso vai incentivar a conservação do Pantanal. Não tem como você falar em conservação em propriedade particular se a pessoa não tem um incentivo, uma remuneração sobre isso.

Então, eu quero parabenizar... Temos uma divergência, Senador Pedro Chaves, que podemos corrigir depois lá na CMA, que está agora em uma audiência pública discutindo justamente esse tema em relação à compensação ambiental em áreas do Pantanal.

Isto hoje já existe no seu próprio Estado do Mato Grosso do Sul: produtores rurais adquirem áreas no Pantanal para fazer a compensação ambiental. Eles estavam alegando que isso não estava sendo permitido no seu relatório e questionando se haveria, então, uma divergência entre ele e o que já está acontecendo – o Mato Grosso do Sul já faz essa atividade –, o que poderia prejudicar até os processos com CAR.

Se não pudermos corrigir agora – se isso realmente for verídico –, podemos corrigir depois lá na CMA, para que nós tenhamos a segurança jurídica de que os processos que já foram efetuados ou que possam vir a ser tenham a mesma validade e sustentabilidade.

Era só isso. Meus parabéns pelo seu relatório. O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do Senador Pedro Chaves. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer do Senador Pedro Chaves, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCJ/CAE, substitutivo, e com as Emendas 1 e 2 da CAE.

Eu gostaria aqui de retificar no Item 9: quando eu me referi à Emenda nº 3 da CAE, na verdade era a Emenda nº 5 da CAE.

Há mais um projeto que eu gostaria de... Item 10... Item 14, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, cuja Relatora é a Senadora

de autoria do Senador Ronaldo Caiado, cuja relatora é a Senadora Simone Tebet.

O Senador Cidinho aceitaria ser o Relator ad hoc?

Então, item nº 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A matéria será relatada hoje aqui pelo Relator *ad hoc* Senador Cidinho Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 354, de 2017, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que faculta ao contribuinte pessoa física, cuja declaração do imposto sobre a renda tenha sido retida na malha fina, apresentar documentação e comprovar a regularidade das informações sem prévia intimação, sendo-lhe assegurada prioridade na revisão pelo órgão fazendário.

O projeto compõe-se de dois artigos.

O art. 1º acresce os §§ 4º e 5º ao art. 74 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, dispositivo que cuida da revisão da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF). O novo § 4º faculta ao contribuinte que teve a DIRPF retida para revisão pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) apresentar a documentação e expor a regularidade das informações, independentemente de qualquer intimação pelo órgão fazendário. O § 5º assegura ao contribuinte a prioridade na revisão da declaração pelo órgão fazendário.

O art. 2º é cláusula de vigência. Dispõe que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor assevera que, a cada ano, as declarações de milhares de contribuintes são retidas na denominada malha fiscal, tecida a partir de critérios estabelecidos exclusivamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Afirma que parcela considerável dessas declarações são objeto de averiguações simples, como falhas de digitação ou erros cadastrais, mas que a insuficiência de servidores para analisar essas inconsistências acarreta o decurso de longo período até que a fiscalização tributária intime o contribuinte a apresentar a documentação.

Aduz que a demora na intimação do contribuinte com direito à restituição do imposto equivale a constrição indireta em seu patrimônio, pois fica sem acesso a dinheiro que certamente lhe faria falta na manutenção de gastos familiares.

Invoca o art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal (CF), que assegura a todos, no âmbito administrativo, a duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade na sua tramitação. Traz igualmente à colação o art. 37 da CF, que enuncia expressamente o princípio da eficiência como norteador da administração pública.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O projeto será posteriormente apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, IV e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos e assuntos correlatos, como é o caso do procedimento administrativo

como é o caso do procedimento administrativo de revisão da declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

O PLS nº 354, de 2017, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da CF), quer quanto à competência da União para legislar sobre direito administrativo.

Como se sabe, o princípio federativo outorga competência plena a cada ente da Federação para legislar sobre direito administrativo, desde que a Constituição Federal não imponha restrições (como o faz no caso de licitações). No caso vertente, não há condicionantes previstas na Carta Magna.

O projeto está articulado em boa técnica legislativa, em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O projeto não cria ou altera despesa obrigatória, nem dá causa à renúncia de receita. É adequado do ponto de vista orçamentário e financeiro.

No mérito, o PLS nº 354, de 2017, de autoria do Senador Ricardo Caiado, como visto, faculta ao contribuinte pessoa física, cuja declaração do imposto sobre a renda tenha sido retida na malha fina, apresentar documentação e comprovar a regularidade das informações sem prévia intimação, sendo-lhe assegurada prioridade na revisão pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O projeto tem o condão de evitar que a Receita Federal efetue lançamento tributário em desfavor do contribuinte, sem que esse tenha sido previamente intimado a apresentar informações.

Com efeito, o §1º do art. 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 958, de 15 de julho de 2009, que estabelece procedimentos para revisão da DIRPF, dispensa o Fisco de intimar o contribuinte a apresentar documentos no caso de a infração à legislação tributária ter sido constatada exclusivamente por meio de informações constantes das bases de dados da Receita Federal. Basta ao Fisco emitir notificação de lançamento e dar ciência ao contribuinte da exigência de imposto, multa e juros. Essa desagradável surpresa será evitada pelo contribuinte que usar a faculdade de antecipar a entrega dos documentos, propiciada pelo projeto sob exame.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Simone, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Cidinho Santos.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Antes de encerrar, vou fazer a leitura e, se o Plenário concordar, a votação de um requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Lindberg Faria, no sentido de:

Nos termos do art. 58, da Constituição Federal, c/c art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a realização de audiência pública, em data a ser definida, com vistas a avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo local nas indústrias das áreas de defesa.

Nesse sentido, requeiro que sejam convidados:

- o Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha;

– o Tenente Brigadeiro Egito, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;

Dr. Marco Antonio Raupp, Diretor-Geral do Parque Tecnológico de São José dos Campos e ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação;

- Sr. Carlos Frederico Aguiar, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de... Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança; Dr. Sami Hassuani, Presidente da Akaer, ex-Presidente da Avibras e ex-Presidente da ABIMDE; Ronaldo Carmona, cientista social e pesquisador da área de geopolítica, que exerceu funções de planejamento estratégico junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao Ministério da Defesa; um representante da Embraer; e o General Decílio de Medeiros Sales, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Coloco em votação, e pergunto se o Plenário concorda em votar. Nós temos uma praxe de só votar na reunião seguinte à da leitura, mas, em se tratando dos últimos dias que nós temos de Comissão, com o Plenário concordando, coloco em votação o requerimento da Senadora Vanessa.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria que os que estão requerendo estivessem presentes na audiência pública. Não vem ocorrendo isso. A pessoa pede a audiência pública e não está presente para participar. É a única restrição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Tem toda a razão, Senador Pedro Chaves. Isso tem acontecido com muita frequência.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É a única restrição que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 154/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. **Finalidade:** Avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo local nas indústrias das áreas de defesa. **Participantes:** Brigadeiro-do-Ar Paulo Eduardo Vasconcellos, Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; Contra-Almirante (EN) André Luis Ferreira Marques, Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM). Luciana Acioly, Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. A Presidente concede a palavra aos convidados para suas exposições. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Vanessa Grazziotin

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Humberto Costa, José Pimentel, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Dalirio Beber, José Agripino, Ataídes Oliveira, Sérgio de Castro, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, José Medeiros, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: **Ofício "S" nº 72 de 2017 (Ofício Externo nº 48/MF),** de 20 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em atendimento ao disposto no art. 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, o relatório, em caráter confidencial, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, referente ao terceiro trimestre de 2016; **Ofício "S" nº 73 de 2017 (Ofício SEI nº 9/2017/SE-MF),** de 20 de novembro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; **Aviso nº 35 de 2017 (Aviso nº 272/MF),** de 20 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em atendimento ao disposto no art. 12 da Resolução nº 50 do Senado Federal, o relatório, em caráter confidencial, sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, referente ao quarto trimestre de 2016 e **Correspondência** da **Comissão de Direito Agrário da OAB/SC** e outras Associações, manifestando contra cobrança do Funrural aos produtos rurais. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação do relatório de avaliação de política do Simples Nacional**. **Finalidade:** Deliberação do relatório de avaliação de política pública sobre o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, no tocante aos seus impactos sobre a geração de empregos, a redução da informalidade na atividade econômica, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação. (Art. 96-B

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Regimento Interno do Senado Federal). Relator: Senador José Pimentel. 1) Apreciação do relatório em decorrência do Requerimento nº 16/2017 - CAE, Avaliar a política pública nos termos do art. 96-B do RISF; e do Requerimento nº 18/2017 - CAE, plano de trabalho do Relator. 2) Em 25/04/2017, foi realizada a 1ª audiência pública com os convidados: Guilherme Afif Domingos, Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Jose Ricardo Veiga, Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Sergio Gustavo Silveira da Costa, Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV; e Jorginho Mello, Deputado Federal. 3) Em 09/05/2017, foi realizada a 2ª audiência pública com os convidados: Francisco Honório Pinheiro Alves, Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas – CNDL; Luigi Nesse, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional de Serviços – CNS; João Emílio Padovani Gonçalves, Gerente Executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sen. José Agripino. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, lido pelo Senador Armando Monteiro. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista da matéria ao Senador Otto Alencar, nos termos regimentais. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural." **Autoria:** Senador Assis Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como projeto de lei ordinária e posterior apensamento ao PLS 381 de 2012 e ao PLS 790 de 2015, para que tramitem em conjunto na forma do requerimento apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria e pela sua reautuação como projeto de lei ordinária. À SLSF. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para redefinir os critérios de distribuição dos recursos do Fundo." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Tramita em conjunto com o - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 2014 - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Tramita em conjunto com o - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2014 - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para permitir aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação o exercício das competências do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS- Fundeb) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)." **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Tramita em conjunto com o - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2015 - Não Terminativo -** que: " Altera as Leis nos 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para dispor sobre a responsabilidade da União na remuneração docente." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao PLS 163/2014, nos termos do substitutivo de sua autoria, pelo arquivamento do PLS 164/2014 e do PLS 364/2014; pela desapensação do PLS 338/2015; e pela apresentação de requerimento de informações quanto ao impacto orçamentário e financeiro do PLS 338/2015. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, Favorável ao PLS 163/2014, nos termos da emenda nº 1 - CAE (Substitutivo); pelo arquivamento do PLS 164/2014 e do PLS 364/2014; pela desapensação do PLS 338/2015; e pela apresentação de requerimento de informações quanto ao impacto orçamentário e financeiro do PLS 338/2015. Ficam aprovados os Requerimentos nºs 156, 157 e 158 de 2017 - CAE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Itens 17, 18 e 19). À SLSF. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho e Armando Monteiro. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Observação:** 1) A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de radiocomunicações em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que sua utilização seja exigida por lei." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Lasier Martins. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). **Observação:** 1) A Matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2017 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Autorização para contratação de operação de crédito externo, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 16). **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 155 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 73, de 2017, de "Autorização para contratação de operação de crédito externo, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná'"." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 155/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 156 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 338 de 2015, que altera as Leis nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para dispor sobre a responsabilidade da União na remuneração docente, seja desapensado das demais proposições que tramitam em conjunto e passe a ter tramitação autônoma." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 156/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 157 de 2017** que: "Requeiro nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com fundamento no art. 117, § 1º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO), nas disposições do art. 113 do ADCT e do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, a elaboração da estimativa de impacto anualizado da implementação das regras contidas no PLS nº 338 de 2015." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 157/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 158 de 2017** que: "Requeiro nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com fundamento no art. 117, § 1º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO), nas disposições do art. 113 do ADCT e do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, a elaboração da estimativa de impacto anualizado da implementação das regras contidas no PLS nº 338 de 2015." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 158/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 159 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 46 de 2017, que "altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que a autoridade do Poder Executivo Federal comparecerá semestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre as ações da agenda de competitividade"." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 159/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 160 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 475 de 2017, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer critérios para isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre as exportações de serviços para o exterior do País"" **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 160/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 161 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 476 de 2017, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera legislação correlata, para restringir a aplicação do regime de substituição tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)"." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 161/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 162 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 477 de 2017, que "altera o art. 205 da Lei nº 5. 172, de 25 de outubro de 1966, para simplificar as exigências relativas à verificação de regularidade do contribuinte"." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 162/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 163 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 478 de 2017, que "dispõe sobre o procedimento facultativo do credor fiduciário para a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária de bem móvel, por meio do uso do instituto da busca e apreensão extrajudicial de bens móveis"." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 163/2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/05

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Ofício "S", do Senado Federal, nº 72, de 2017.

Aviso nº 35, do Senado Federal, de 2017.

Ministério da Fazenda, Ofício "S" nº 73, de 2017.

Correspondência. Comissão de Direito Agrário da OAB/SC e outras associações, manifestando-se contra a cobrança do Funrural aos produtores rurais.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Consulto o Plenário se podemos incluir extrapauta a Mensagem do Senado Federal nº 73, de 2017: autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Estado

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2017

- Não terminativo -

Autorização para contratação de operação de crédito externo, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com que o relatório seja colocado extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e será lido pelo Senador Garibaldi Alves, como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a satisfação de ler o parecer e o relatório da Senadora Lúcia Vânia nos seguintes termos:

A Mensagem nº 73, de 2017, da Presidência da República, de nº 504, de 4 de dezembro de 2017, na origem, ora sob análise desta Comissão contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo com garantia da União do Estado do Paraná junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, destinam-se ao financiamento parcial do Programa Estratégico de infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná.

O programa tem como objetivo geral ajudar no aumento da eficiência e da competitividade produtiva, bem como do desenvolvimento de infraestrutura de transporte sustentável e da integração regional.

Sr. Presidente, tendo em vista a presença da nossa Relatora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não, não. Eu me sentei aqui para fazer companhia a V. Exª. Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Posso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu também.

Nós preferimos a sua voz.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Como Relatora.) – O programa em questão foi considerado como possível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo, na forma da Recomendação 01.0118, de 8 de novembro de 2016, homologada pelo Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 1º de dezembro de 2016.

A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o regime de operações financeiras, TA 808.347, de 28 de agosto de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário.

No Parecer nº 472, de 2017, Copem/Surin/STN/MF, de 10 de novembro de 2017, o órgão se manifestou favorável

No Parecer SEI Nº 472/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, de 10 de novembro de 2017, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura do contrato de garantia, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/Nº 1799/2017, de 21 de novembro de 2017, não apresenta óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas normas constam das Resoluções nos 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 25, 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Eu não sei, Sr. Presidente, como os Srs. Senadores estão com o relatório em mão, se eu precisaria ler tudo ou se iria já direto ao voto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode ir direto ao voto, Srª Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Posso ir direto ao voto?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está no sistema aqui.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Voto.

Em suma, o pleito encaminhado pelo Estado do Paraná, encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida com garantia da União, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017

> Autoriza o Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o caput destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Paraná;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI – prazo de desembolso: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US$20.863.978,50 em 2017; US$51.706.531,00 em 2018; US$61.674.389,50 em 2019; US$48.496.325,50 em 2020; US$34.961.632,00 em 2021; e US$17.297.143,50 em 2022. contar com a anuência do garantidor;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US$20.863.978,50 em 2017; US$51 milhões em 2018; US$61 milhões em 2019; US$48 milhões em 2020; US$34.961.632,00 em 2021; e US$17.297.143,50 em 2022.

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na Libor para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XII – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros bem como as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Paraná, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Paraná e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório,

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, eu estou solicitando urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Os Senadores que concordam com o pedido de urgência do Senador Pimentel permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai para o Plenário em regime de urgência.

Item 1.

Deliberação do relatório do Senador José Pimentel como um dos relatórios de política pública da nossa Comissão para este ano de 2017.

Relatório de avaliação da política do Simples Nacional.

Deliberação do relatório de avaliação de política pública sobre o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional, no tocante aos seus impactos sobre a geração de empregos, a redução da informalidade na atividade econômica, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação.

O Relator é o Senador José Pimentel, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, este trabalho é parte das deliberações da nossa Comissão por unanimidade, que teve sua avaliação do Sistema Tributário Nacional já aprovada e teve como Relator o Senador pelo nosso Espírito Santo Ricardo Ferraço. Tivemos o relatório do Senador Armando Monteiro, que trata da microeconomia, e este é uma parte da microeconomia.

Portanto, trata-se de relatório de avaliação da política pública Simples Nacional, regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao que dispõe a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, e o Requerimento nº 16, desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu vou ler parte do relatório. A outra parte vou dar como lida, particularmente o capítulo que trata das audiências públicas. Esse capítulo tem 25 laudas e, como ele já foi distribuído previamente, eu vou pedir aos nossos pares que me dispensem da leitura dessa parte, até porque há um conjunto de projetos de lei muito importante na pauta para nós deliberarmos hoje.

Quero primeiro manifestar a minha satisfação em realizar o trabalho de avaliação dessa importante política pública que é o Simples Nacional. O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi criado pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Porém, por necessidade de adequação dos sistemas da Receita Federal, o Simples Nacional somente entrou em funcionamento em julho de 2007, tendo completado dez anos de vigência. Para quem acompanhou todas as discussões no Legislativo e no Executivo com vistas à aprovação desta lei, observou sua entrada em operação e, depois, articulou os sete aperfeiçoamentos, relatar esta matéria na CAE gerou a oportunidade de fazer o encontro do passado com o futuro.

O Simples Nacional é um instrumento importante de fortalecimento das micro e pequenas empresas. Além disso, é uma poderosa estratégia para o desenvolvimento local, expansão das cadeias produtivas e valorização do mercado interno...

O Simples Nacional é um instrumento importante de fortalecimento das micro e pequenas empresas. Além disso, é uma poderosa estratégia para o desenvolvimento local, expansão das cadeias produtivas e valorização do mercado interno, cujas consequências são visíveis para a geração de emprego e renda.

Neste estudo, verificamos que a decisão de simplificar a arrecadação para o contribuinte e a redução da carga tributária, na proporção do faturamento, foram fundamentais para o êxito do sistema. Mas não apenas isso. Fazer parte do Simples Nacional abre diversas possibilidades permitidas pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. São exemplos de oportunidades o acesso às compras governamentais, ao crédito e à inovação. A possibilidade de realização de consórcios para compra e venda de bens e serviços é outra motivação para o crescimento, a custos compartilhados.

Na contramão da burocracia, o sistema especial simplificou procedimentos, encurtou prazos, removeu obstáculos, abriu avenidas. Com isso, incentivou a criação de empregos formais de norte a sul e de leste a oeste do País, aumentou a mobilidade social, permitiu a geração de renda e a realização de milhões de sonhos de homens e mulheres, vocacionados ao empreendedorismo.

A redução da carga tributária representada pela desoneração parcial das microempresas e das empresas de pequeno porte desempenhou papel igualmente importante nesse processo, especialmente no que diz respeito aos microempreendedores individuais e às microempresas. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

progressividade tributária, presente desde o início do Simples e aperfeiçoada recentemente pela Lei Complementar nº 155, de 2016, garante que os empreendimentos nascentes sejam tributados na medida da sua capacidade de contribuição e lhes permite sobreviver e crescer. Não é surpresa ver confirmado pelas estatísticas disponíveis um fato que já era conhecido na prática: as empresas optantes pelo Simples têm expectativa de sobrevida superior à das não optantes, criam mais empregos e tendem a prosperar mais.

Além disso, a adesão ao Simples representa incentivo à realização de novas ideias e, portanto, de novas formas de atender o público, de produzir e de criar valor para a sociedade. Em uma palavra, representa incentivo à inovação.

Ao mesmo tempo, o Simples tem combatido com eficácia a informalidade, que deixava à margem do sistema de proteção social milhões de trabalhadores sem carteira assinada. Hoje, o microempreendedor individual pode aderir à previdência social mediante o pagamento de uma contribuição compatível com sua realidade financeira. Que outro fato poderia simbolizar melhor o caráter inclusivo do Simples Nacional?

Nesses dez anos, reduzimos prazos exigidos para criar e para dar baixa em empresas, universalizamos a abrangência do Simples, proibimos aplicação de multas na primeira visita do fiscal e proibimos a cobrança indevida de boletos por instituições financeiras oficiais. Em suma, desobstruímos o caminho do empreendedor.

A flexibilidade criada pelo Simples Nacional é, inegavelmente, fonte de criação (...)

(...) criada pelo Simples Nacional é, inegavelmente, fonte de criação de empregos e de formas mais modernas de interação econômica, fundamentais na conjuntura internacional atual. As transformações econômicas estruturais que vivemos hoje, decorrentes, em grande parte, da emergência da economia chinesa, forçam a mudança da composição da economia brasileira e exigem ganhos de produtividade e maior personalização dos produtos e serviços. Essas mudanças não cabiam nos moldes ditados pela legislação anterior.

Nesse contexto, o Simples atende, com grande êxito, as demandas de uma economia cada dia mais complexa, dinâmica e instável, na qual o capital humano, a iniciativa e a capacidade de inovar são fundamentais. A diferença de desempenho verificado nas pequenas e microempresas, em relação às empresas de médio e grande porte, no que diz respeito à criação e manutenção de postos de trabalho na crise atual, é só um dos indicadores que reafirma o acerto das reformas realizadas.

A hora é de comemorar, mas também de refletir. Muitas das dificuldades corajosamente enfrentadas e superadas nessa década de Simples Nacional, e que remontam à década de 1990, quando o sistema foi inicialmente instituído, de forma mais restrita, sugerem determinação e unidade de ação frente aos problemas e desafios que o futuro nos reserva. O caminho do Simples será longo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exigirá renovação constante da legislação. Ainda temos importantes questões a resolver, conforme foi apurado nas audiências públicas realizadas sob os auspícios da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, que apontaram também diversas propostas.

Os resultados da avaliação realizada reforçam nossa convicção de que o Simples Nacional tem sido um sistema extraordinário. Esses resultados revelam a força que a desburocratização tem sobre a atividade econômica e o efeito virtuoso da desoneração sobre a receita pública, que ganha com o estímulo à produção e à renda. E o Simples Nacional aparece como o mais audacioso programa de inclusão social, com resultados que não podemos descrever de outra forma senão como espetaculares.

Quero aqui registrar o importante papel desempenhado pela Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas – uma associação suprapartidária, que reúne parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em prol do fortalecimento do setor por meio da construção, articulação e aprovação de medidas legislativas. E também ressaltar o papel do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) nessa caminhada histórica, sempre apresentando estudos e soluções para as demandas necessárias ao desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil.

Sr. Presidente, em seguida, eu faço um pequeno histórico resgatando os passos que o Simples fez nessa caminhada.

A história do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas (...)

de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o novo Simples Nacional, remonta ao ano de 1979, quando foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro das Micro e Pequenas Empresas. A década seguinte trouxe uma vitória importante, ainda que, a princípio, simbólica: os arts. 170 e 179 da Constituição Federal de 1988 mencionam, pela primeira vez, a obrigação de conceder tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte e de simplificar suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

Dos membros da nossa CAE, Sr. Presidente, muitos participaram desta construção. E quero registrar aqui o papel do Senador Armando Monteiro, seja como empreendedor, como dirigente classista da CNI e posteriormente como Parlamentar nessa construção, sem demérito de cada um dos Senadores e das Senadoras que aqui estão e daqueles que ontem foram Constituintes. Evidentemente que só a juventude do Garibaldi Alves Filho nos permite fazer essas referências, e estou dizendo da juventude acumulada, igual a minha, viu, Garibaldi? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 1996, nasceu a primeira versão da lei do Simples – a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa lei do Simples Federal foi um primeiro passo importante. No entanto, restringiu-se aos tributos e às obrigações das empresas junto à União. Essa primeira versão, abrangia apenas alguns setores, e não cobria as obrigações das pequenas e das microempresas frente ao Fisco e à burocracia estadual, municipal e distrital.

Em outras palavras, havia um fator impeditivo para que a lei do Simples Federal se espalhasse por todo o País. O Congresso Nacional havia aprovado uma lei ordinária, que não vinculava Estados, Municípios e o Distrito Federal. A consequência prática desta decisão foi a necessidade de adesão de cada ente do Pacto Federativo, o que não ocorreu. O Simples, então, ficou restrito à esfera federal.

Mas como os grandes avanços se fazem passo a passo, numa construção permanente, o ano de 2003 foi fundamental para que a experiência, ainda limitada, do Simples Federal fosse estendida posteriormente para todos os entes da Federação. A Emenda Constitucional nº 42, de 2003, promulgada pelo Congresso Nacional, que alterou, entre outros dispositivos, o art. 146 da Carta Magna, criou a possibilidade de estabelecer, por lei complementar, tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, mediante recolhimento unificado e centralizado de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com adesão opcional para o contribuinte.

Amplas discussões no Congresso Nacional e na sociedade civil precederam a aprovação da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sancionada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como consequência imediata da maioria parlamentar que emergiu do processo eleitoral e de sua reeleição. A nova lei complementar alçou o Simples de experiência restrita ao âmbito federal para um regime verdadeiramente nacional. Por isso, o Simples é conhecido atualmente como Simples Nacional.

Por isso, o Simples é conhecido atualmente como Simples Nacional.

Com a integração de todos os níveis de governo, a micro e a pequena empresa encontraram a proteção e o incentivo de que necessitam para prosperar, gerar empregos e inovar.

Um grande avanço da Lei Complementar nº 123, de 2006, foi consolidar oito tributos, dos quais seis federais – Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) – um estadual – o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – e um municipal – o Imposto sobre Serviços (ISS).

Todos esses tributos são pagos em uma única guia de recolhimento, na mesma data de vencimento, com base de cálculo proporcional ao faturamento e alíquota facilmente identificada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tabelas contidas no anexo da lei. Após efetuado o pagamento pela micro ou pequena empresa, o sistema da Receita Federal do Brasil se encarrega de fazer a partilha da arrecadação com os entes federados, conforme os percentuais destinados a cada um e estabelecidos na lei.

Senador Armando Monteiro, esta era uma das principais preocupações do Confaz lá nos anos de 2005 e 2006: como seria feita essa distribuição da arrecadação, para evitar o chamado "passei" dos tributos? Essa construção teve o papel da CNI, como um dos articuladores, ao lado do Sebrae, para que nós chegássemos a essa forma de fazer, que atendeu os Municípios, atendeu os Estados e o Distrito Federal, e deixou confortável a União para ser a operacionalizadora desse importante sistema.

Com essa metodologia de partilha automática da arrecadação com os entes federados, verifica-se que o Simples Nacional beneficiou não apenas o contribuinte. Os Estados também ganharam, porque o custo de arrecadação ficou imensamente reduzido. E as prefeituras foram beneficiadas duplamente, tanto pela formalização de milhões de negócios que antes do Simples operavam na informalidade e não recolhiam tributos, quanto pela inibição à guerra fiscal, decorrente da fixação das alíquotas do ISS na Lei Complementar.

O gráfico que nós trazemos demonstra exatamente essa participação do Simples Nacional na arrecadação total dos tributos federais. Consequentemente, em 2007, no primeiro ano do Simples Nacional, nós tivemos uma arrecadação correspondente, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, a 4,2% de toda a arrecadação federal. Em 2016, apesar da crise de 2015 para cá, já representou 7,9% de toda a arrecadação federal; ou seja, é um processo crescente. Saiu de 4,2 e, nesses dez anos, já foi de 8,1%. Mas, com a crise de 2015 e 2016, houve uma pequena redução para 7,9%. Neste 2017, a tendência dos números que nós temos é da estabilização com um viés de crescimento novamente, demonstrando que, no mundo da arrecadação – e vou mostrar mais à frente –, não houve nenhum prejuízo nem para os Municípios, nem para os Estados e nem para a União; muito pelo contrário, o crescimento da massa de arrecadação nesse setor é superior

... o crescimento da massa de arrecadação, nesse setor, é superior, em valores reais, do lucro real e do lucro presumido.

Portanto, é um sistema exitoso, porque focou muito mais naqueles que estavam na informalidade, trazendo-os para a formalidade, trazendo-lhes segurança jurídica e, ao mesmo tempo, fazendo-os participar da arrecadação.

Esses números, Sr. Presidente, são muito animadores para que, nas reformas microeconômicas que o Senador Armando Monteiro deverá, na próxima semana, trabalhar no Plenário do Congresso Nacional, nós possamos fortalecer e ajudar a Câmara a enviar ao Senado o projeto de lei com a oitava atualização do Simples Nacional que ali está em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, novas etapas de aperfeiçoamento da lei ainda estavam por vir. Tivemos a Lei Complementar nº 127/2007, que incluiu novas atividades no Simples e facilitou o acesso ao crédito. Depois, em 2008, houve mais um avanço gigantesco: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Complementar nº 128, criando o microempreendedor individual (MEI), que integrou os pequenos empreendimentos com faturamento de até R$ 60 mil por ano.

O recolhimento dos tributos do microempreendedor individual é ainda mais simples em relação à microempresa e à empresa de pequeno porte. O microempreendedor individual paga "zero" de imposto para o governo federal. A contribuição para a Previdência Social cai de 20% para 5% do salário mínimo e ele passa a ter direito a aposentadoria por idade – 60 anos para a mulher e 65 anos para o homem –, com o benefício de um salário mínimo e recebe também auxílio-doença e salário-maternidade. A família também fica protegida com a pensão por morte quando Deus leva o seu provedor.

Ao ingressar no sistema e manter os recolhimentos em dia, o MEI tem a certeza da regularidade perante a Lei e o Fisco.

O desafio que está posto para nós – vou mostrar à frente – é a saída do MEI para a micro e a pequena empresa, que têm algumas travas que nós precisamos, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, ajudar a tirar, construindo uma solução.

Este MEI, que em 2006 era zero, em 2008 é criado, e nós saímos de zero, em 2008, para 7,608 milhões de MEIs em outubro de 2017. Portanto, em pouco mais de 10 anos, são 7,608 milhões microempreendedores individuais que saem da informalidade e vêm para a formalidade, passam a ter acesso ao crédito e passando a exigir de quem lhes vende, dos seus fornecedores, o recolhimento dos impostos, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais; e, ao mesmo tem, com a certeza de que eles vão crescer, saindo da informalidade.

Esses números são muito fortes para um período que foi conjugado com a crise crescente da economia internacional com impacto no Brasil: a primeira grande crise, em 2008, e o seu aprofundamento com a crise das *commodities,* a partir de 2013, da qual estamos, felizmente, saindo nesse processo gravíssimo.

Em 2009, veio a Lei Complementar nº 133, que estendeu o sistema para diversas atividades, dentre elas, as produções artísticas, culturais, audiovisuais e cinematográficas, a chamada "economia criativa". Na sequência de aprimoramento da lei... Na sequência de aprimoramentos da lei, o Congresso aprovou a Lei Complementar nº 139/2011, sancionada pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, que ajustou os limites de enquadramento, permitindo que um número maior de empresas fosse beneficiado pelo sistema diferenciado de tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei viva do Simples Nacional registrou uma nova vitória para as micro e pequenas empresas com a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, sancionada também pela ex-presidenta, Dilma Rousseff. A nova lei avançou na simplificação de procedimentos, em especial relativos à criação e à baixa de empresas, e na universalização do regime, que eliminou praticamente todas as barreiras setoriais à opção e limitou o critério de adesão ao faturamento da empresa. Profissionais liberais, que muitas vezes não conseguiam abrir suas empresas, encontraram a partir de então uma forma de regularizar sua atuação.

No que toca ao registro de novas empresas, ficou no passado a demora de 150 dias ou mais. Com a Lei Complementar nº 147, de 2014, foi instituído o cadastro nacional único, que reduziu o procedimento a menos de uma semana.

Nós tivemos, Sr. Presidente, uma experiência muito positiva aqui no Distrito Federal, com um projeto piloto em que eles estão trazendo para quatro dias úteis a formalização da empresa, a regularização da empresa naquelas localidades em que é área de ocupação e que não tenha escritura de propriedade, com o apoio do Sebrae e com a construção do Tribunal de Contas da União nas compras governamentais, uma experiência fantástica. Na semana passada, no 8º Fórum de fomento, promovido pelo Sebrae, o secretário desse setor, aqui do Distrito Federal, fez uma exposição para todo o Brasil. A gente espera que aquelas inovações, Senador Armando Monteiro, feitas aqui em Brasília a gente possa universalizar nos 5.570 Municípios do Brasil.

No caso da baixa, em geral o empresário não gasta mais do que uma hora para completar o procedimento.

Portanto, nós transferimos as obrigações tributárias da pessoa jurídica para o controlador. Com isso, a empresa dá baixa e evita aquele conjunto de certidões, de declarações e de multas acessórias que inviabilizam todo e qualquer negócio após a sua paralisação.

A mesma lei protegeu as empresas do Simples de cobranças indevidas de boletos que lhes eram enviados como se os pagamentos fossem obrigatórios e proibiu que a fiscalização multasse a empresa na primeira visita.

Aqui eram dois problemas gravíssimos. Nós tínhamos um conjunto de espertos que emitiam boletos, faziam convênios com os bancos públicos, esses boletos chegavam ao empreendedor individual, as pessoas do Simples, e ingenuamente eles pagavam, achando que eram obrigatórios. Da mesma forma, quando o fiscal da Fazenda, seja municipal, estadual ou federal, visitava a empresa do Simples Nacional, era para multar, muitas vezes, pela falta de conhecimento. Nós proibimos a remessa dos boletos pelos bancos públicos e também a primeira visita, por sugestão, inclusive, do Senador Armando Monteiro. Pelos debates que nós fazíamos, ela se transformou em visita. A multa só pode ocorrer na segunda visita. Isso diminuiu muito os custos que antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pode ocorrer na segunda visita e isso diminuiu muito os custos que antes, Senador Tasso, eram presentes nesse setor.

Isso é importante porque a abordagem no caso de empresas do Simples deve realçar o caráter pedagógico da fiscalização e evitar que o microempresário que está começando o seu negócio seja apenado por faltas menos graves que eventualmente tenha cometido, desde que ausentes o dolo e a fraude.

Outro grande avanço foi instituir um tratamento prioritário para as micro e pequenas empresas nas compras públicas municipais, estaduais e federal. Com o texto aperfeiçoado pela Lei Complementar 147/2014, o gestor público pode realizar licitações dirigidas às MPEs em compras de até R$80 mil e priorizar as empresas locais e regionais em licitações gerais, criando condições especiais para o desenvolvimento local, a geração de empregos e a circulação de recursos na região.

Levantamento do Sebrae, com base nos dados do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mostra que de 2010 a setembro de 2017 o Governo Federal realizou 1.812.020 compras públicas, envolvendo uma despesa de R$674,1 bilhões. As MPEs participaram de 1.034.486 licitações e fecharam contratos com o Governo Federal no valor de R$227,6 bilhões – o que representa 33,7% de participação no total de compras governamentais no âmbito federal.

No âmbito municipal, Sr. Presidente, nós temos muito por avançar. O Sebrae desenvolveu um sistema e está dialogando com cada prefeitura sobre o que essa prefeitura está comprando da merenda escolar, da alimentação hospitalar, dos fardamentos, da limpeza pública, desse conjunto de itens que a prefeitura compra. Está dialogando com o empreendedor daquele território, daquele Município sobre o que eles podem fornecer com preço competitivo, com qualidade e com pontualidade. Desse arranjo entre a prefeitura e o empreendedor, que negócios novos podem gerar.

Nesse 8º Fomenta que foi feito na semana passada, coordenado pelo Sebrae, veio um prefeito do Paraná, de Ponta Grossa, apresentar as experiências daquele Município. Diz ele que a alavancagem dos negócios que ele tem feito nos últimos quatro anos – é um prefeito reeleito – após o apoio do Sebrae e das compras governamentais é fantástico. Essa é uma experiência que nós precisamos intensificar porque o dinheiro fica no Município, circula gerando mais negócios. Acredito que essa é uma das formas que nós podemos ter para ajudar a tirar o Brasil da crise com um custo bem menor, diminuindo a angústia das nossas famílias.

A alteração mais recente é a Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, que entra em vigor na sua maior parte agora, no dia 1º de janeiro de 2018. O faturamento do empreendedor individual sai de 60 mil para 81 mil. Será um impacto muito forte. Ainda há uma série de outros itens que essa lei está regulamentando.

(...) série de outros itens que essa lei está regulamentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As alterações efetuadas por essa Lei são importantes e numerosas. Os limites anuais de receitas foram elevados, de forma que o Simples Nacional passou a abranger empresas com faturamento de até R$ 4,8 milhões. Até agora é 3,6 milhões; Foi de 3,6 milhões para 4,8 milhões, no dia 1º de janeiro de 2018.

Além disso, com a nova redação, a Lei Complementar nº 123, de 2006, passou a incorporar parte do ramo de produção de bebidas alcoólicas, a chamada produção caseira. Nós temos, na área da cachaça, lá no nosso Ceará, vários produtos. Em Viçosa, que o Senador Jereissati visita bastante e eu também tenho o privilégio de estar ali... Viçosa do Ceará, porque tem Viçosa em Minas Gerais, com outro padrão. E temos vários refrigerantes.

Aqueles que atuam nesse setor passam agora, a partir de 1º de janeiro, também a fazer parte do Simples, com acompanhamento da Receita Federal, dos órgãos de controle de qualidade, para que não tenha qualquer deterioração. E quem mais defendeu isso aqui, Senador Armando Monteiro, foram os mineiros, por conta das chamadas cachaças mineiras, que hoje são marca internacional, sem esquecer da Ypióca, que é do nosso Ceará e também é marca internacional.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – A Ypióca foi vendida, não é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi adquirida pelos ingleses.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pelos ingleses.

O nosso... Como é no nome dele? É o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Everardo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Everardo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A gente se empolga aqui com essas matérias, Sr. Presidente, por isso termina fugindo um pouco do texto.

Para formar uma ideia do longo caminho que foi percorrido e da importância das sucessivas alterações da legislação, sobretudo com a criação do Simples Nacional, em 2006, basta dizer que antes de o sistema entrar em vigor, em julho de 2007, havia cerca de 1,3 milhão de micro e pequenas empresas formais, no Brasil. Hoje são 12,5 milhões de micro e pequenas empresas formais, no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. De 2010 a 2017, foram criadas e formalizadas, em média, mais de um milhão de empresas por ano.

Esta Lei Complementar que entra em vigor no dia 1º de janeiro, agora vai permitir que o agricultor familiar que tem o seu agronegócio, que vende para o Poder Público, possa ter o seu CNPJ. Com isso, ao vender, irá emitir a sua nota fiscal e não precisará mais comprar a nota fiscal na prefeitura. Com essa forma de venda – para o Poder Público – de quando ele não tinha o seu CNPJ, era preciso que a prefeitura fornecesse essa nota fiscal, e muitas vezes o Ministério Público questionava se essa nota fiscal era válida ou não.

Por meio dessa forma construída por unanimidade no Congresso Nacional, esse agricultor familiar poderá se formalizar e não perde a sua condição de agricultor familiar, seja para o crédito, seja para o seu enquadramento e para as questões previdenciárias.

Portanto, hoje nós temos 12,546 milhões de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais formalizados no Brasil. Desse montante, sete milhões (...)

Empreendedores individuais formalizados no Brasil. Desse montante 7,6 milhões são empreendedores individuais e 4,938 milhões são micro e pequenas empresas. Dados de outubro de 2017.

Mais do que isso: o Simples detém atualmente mais da metade dos empregos do Brasil; 54% de todos os empregados formalizados no Brasil estão aqui, e 52%, Senador Armando Monteiro, deles, dessa massa salarial, estão nas empresas do Simples. Portanto, mais da metade da massa salarial no Brasil está com as empresas do Simples.

No entanto, eles têm apenas 27% do Produto Interno Bruto, eles têm uma margem muito grande para crescer. E é esse o desafio que está posto para o Congresso Nacional, para o Senado Federal e para aqueles que acreditam que a microeconomia pode contribuir com a nossa economia. E esta Comissão de Assuntos Econômicos também produziu, por meio do Relator, Senador Armando Monteiro, um excelente trabalho. E é este o desafio que está posto para nós.

Estudo do Sebrae sobre a evolução da arrecadação do Simples Nacional mostra o crescimento de 280% na arrecadação dos Municípios a mais, tendo como base cem lá em 2007; 115% na arrecadação federal e 33,9% na arrecadação dos Estados, isso tendo como base cem em 2007, enquanto as empresas do lucro presumido e do lucro real cresceram apenas 12% nesse período, ou seja, há crescimentos reais com base em cem lá em 2007.

Volto a registrar, a União cresceu 115%, as empresas do lucro real e do lucro presumido neste mesmo período cresceram 12%. É verdade que as empresas do lucro real e do lucro presumido foram muito atingidas pelas crises econômicas de 2008 e de 2013, 2014, 2015 e 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas informações que aqui aparecem de forma sintética foram expostas, de forma mais detalhada, pelos participantes das audiências públicas na CAE e da sessão especial realizada no plenário do Senado Federal, no dia 5 de outubro.

As contribuições dos convidados nas audiências públicas foram fundamentais para avaliar os resultados alcançados pelo Simples Nacional e identificar os principais desafios do regime simplificado no atual momento. As avaliações realizadas são unânimes em apontar os efeitos benéficos do tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas sobre as principais variáveis econômicas, como criação de empregos, arrecadação de tributos, inclusive as contribuições previdenciárias, sobrevivência e prosperidade de pequenos negócios e formalização de empresas e de vínculos trabalhistas.

Entretanto, os avanços já obtidos não são razão para ignorar os problemas ainda existentes. Os convidados foram muito precisos ao levantar uma série de questões que o Congresso Nacional não pode deixar de analisar e às quais deve responder com a devida agilidade.

Quanto aos problemas diagnosticados, alguns já estão sendo devidamente enfrentados pelo PLP nº 341, de 2017, ora

Quanto aos problemas diagnosticados, alguns já estão sendo devidamente enfrentados pelo PLP nº 341, de 2017, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, além de outros pontos levantados pelos participantes nas audiências públicas que devem ser objeto de análise e proposição de soluções pelo Poder Legislativo.

Entre os pontos que podem ser aprimorados na Lei Complementar nº 123, de 2006, destacamos os seguintes:

1. Atualização dos limites de receita bruta do Simples Nacional (art. 3º);

2. Atualização do limite de receita bruta dos Sublimites do Simples Nacional;

3. Regulamentação da Empresa Simples de Crédito, com o esclarecimento de que o Simples é um regime geral tributário e não constitui renúncia fiscal.

Eu diria, Sr. Presidente, que esse é um dos temas mais importantes que nós precisamos enfrentar, ou seja, essa questão de que o Simples faz parte do Sistema Tributário Nacional e não pode ser tratado como uma política temporária e de caráter subsidiado.

Continuando:

5. Autorização para que as pequenas e as microempresas recebam incentivos fiscais para exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é a maior barreira que as empresas do Simples encontram no mundo da exportação, porque elas não podem se creditar dos benefícios que o setor de exportação oferece às empresas do lucro real e do lucro presumido.

Ainda:

6. Limitação da alíquota relativa à substituição tributária.

Este é outro item que nós precisamos enfrentar de modo a construir uma saída.

O Senador Armando Monteiro, em 2014, nos ajudou muito criando uma lista que reduziria em 80%, mais ou menos, essa substituição tributária. Lamentavelmente, o Confaz baixa uma resolução que neutralizou a decisão unânime do Congresso Nacional, No relatório da microeconomia, o Senador aprofunda muito essa matéria.

Eu acho, Senador Armando, que, se V. Exª puder, nessa agenda da microempresa, deveria trazer esse capítulo. Nós não estamos criando legislação nova; nós estamos evitando a burla – e o termo é esse, embora duro: burla – que o Confaz fez em desrespeitar a legislação federal.

7. Criação de Sistema Nacional de Fomento do Empreendedorismo, no qual o BNDES, bancos de desenvolvimento, bancos públicos e cooperativas de crédito terão linhas especiais para os pequenos empreendedores;

8. Correção automática dos valores associados às faixas do Simples Nacional.

Veio às audiências públicas, mas essa é uma preocupação com a indexação da nossa economia. Nós precisamos, Srªs e Srs. Senadores, nos debruçar mais sobre essa sugestão.

9. Redução do valor do depósito recursal na Justiça do Trabalho, que impede os MEIs de fazer a sua defesa;

10. Estímulos para o investidor anjo por meio de isenção do ganho de capital e compensação de prejuízo;

11. Extinção do duplo regime tributário com o recolhimento do ICMS na sistemática do Simples Nacional para empresas com receita bruta anual superior a R$ 3,6 milhões e igual ou inferior a R$ 4,8 milhões;

12. Parcelamento de débitos do SIMPLES Nacional com redução de multas e juros.

O que nós queremos é que o mesmo tratamento dado às empresas do lucro presumido e do lucro real, ou seja, as empresas do Simples, seja aqui incluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive informação, na Frente Parlamentar, de que a Fazenda aceitou esse item, e eles querem, por toda essa... de que a Fazenda aceitou esse item. Eles querem, por toda essa semana, aprovar esse ponto na Câmara Federal, e nos mandar. Aí, nós, Presidente, precisamos fazer um esforço muito grande na CAE junto à Mesa do Senado Federal para que a gente aprove antes do recesso esse parcelamento.

São mais de 600 mil micro e pequenas empresas que já foram notificadas pela Receita Federal que, se não regularizarem a sua situação tributária serão excluídas em janeiro de 2018 do Simples Nacional. Mas quero registrar que esse ponto foi acolhido pela Fazenda exatamente para dar uma oportunidade a essas mais de 600 mil micro e pequenas empresas que estão na chamada marca do pênalti para serem expulsas do Simples Nacional.

Cadastro Positivo Fiscal oferecendo benefícios às empresas do Simples Nacional.

Regime de Transição do MEI para que ele possa ser micro e pequena empresa.

Ampliar o tratamento favorecido para as MPE em relação ao uso do poder de compra pelos entes federados.

Ou seja, criar os instrumentos para que esses que vendem para o Poder Público tenham a certeza de que vão receber. Dada a dificuldade orçamentária, fiscal dos Municípios e dos Estados, nós temos assistido a alguns atrasos nesses pagamentos e precisamos construir uma saída para esse problema.

Em relação à posição do Simples no Sistema Tributário Nacional, gostaria de reiterar que o Simples já superou, há muito, sua fase experimental e deve assumir caráter de política permanente de Estado. Não há razão para que seja de outra forma. O Simples Nacional deve ser posicionado no mesmo patamar dos Regimes do Lucro Presumido e do Lucro Real, como uma regra, e não como uma exceção ou um benefício fiscal transitório.

Coerentemente com a classificação do Simples Nacional como Regime Geral Tributário, o Projeto de Lei 341 trata dessa matéria.

Quanto à Empresa Simples de Crédito, a nossa expectativa é de que venha a representar um passo fundamental para desafogar as finanças dos pequenos negócios. Na mesma direção, aponto a garantia de linhas de crédito aos pequenos negócios em instituições financeiras oficiais que, por seu peso e sua capilaridade, podem contribuir de forma mais intensa com o desenvolvimento do setor.

Entendemos a solução apresentada pelo Projeto de Lei, criando a empresa Simples de Crédito como forte instrumento para nos ajudar nessa política de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saída do Simples implica uma elevação brusca e expressiva tanto da carga tributária quanto das exigências burocráticas. Chegou o momento de discutir um regime de transição para empresas com faturamento acima de R$ 4,8 milhões anuais. A proposta da CNI pode servir como ponto de partida, mas nada impede o estudo de outras formas de transição suave.

Essa proposição a CNI apresentou nas audiências públicas.

Quanto à faculdade de criação de sublimites estaduais, reconhecemos que foi um ponto importante para garantir a aprovação da Lei Complementar nº 155, de 2016.

Quanto à faculdade de criação de sublimites estaduais, reconhecemos que foi um ponto importante para garantir a aprovação da Lei Complementar nº 155, de 2016. Mas, na prática, a criação de sublimites não tem sido uma experiência positiva, tanto pela complexidade que os sublimites introduzem na operação das empresas, cujos faturamentos anuais os ultrapassam, quanto em termos de isonomia para fins de concorrência com empresas de outras unidades da Federação. São justamente as empresas localizadas em Estados de menor dinamismo econômico as que mais sofrem com esse mecanismo. Esse fato tende a dificultar o desenvolvimento local. O efeito é, portanto, inverso ao desejado. Do ponto de vista da arrecadação, a medida não se justifica.

Quanto à questão do acesso ao crédito e do custo de capital, uma das dificuldades é a apresentação de garantias pelo tomador, tema que merece ser estudado com o máximo de cuidado, de forma a prever um leque de opções factíveis aos pequenos empreendedores e aceitáveis pelos potenciais financiadores. As sociedades garantidoras e os fundos garantidores são opções razoáveis, mas é necessário investigar se há outras formas viáveis, como, por exemplo, a criação de programas de adimplência premiada para os optantes do Simples, no qual empresas em dia com seus tributos poderão ter acesso a linhas de crédito especiais financiadas pelo BNDES, ou, até mesmo, melhores incentivos para os investidores anjos.

Para garantir o acesso ao crédito aos pequenos negócios é essencial o envolvimento dos bancos públicos. Também é imperativo que se promova simplificação na legislação que permita menores taxas de juros e condições mais favoráveis para que esses pequenos empreendedores tenham acesso efetivo a linhas próprias que permitam tomada de crédito orientado e produtivo.

Igualmente importantes seriam o aperfeiçoamento do cadastro positivo e a revisão da lei de falências, de forma a adaptar esses institutos à realidade das pequenas empresas, por meio da redução de burocracias, do aumento da agilidade e da consolidação da segurança jurídica.

Outro ponto de suma importância seria fornecer melhores condições para que os optantes do Simples possam financiar seus débitos em atraso. Esse item foi acolhido pelo Ministério da Fazenda e, dependendo da Câmara Federal, eles querem votar nesta semana essa matéria para dar tempo ao Senado Federal minimamente se debruçar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, vou dar como lido o resultado das audiências públicas e vou para as conclusões, na p. 61. Estou chegando ao final. O restante eu dou como lido como forma de a gente ganhar tempo.

Conclusão, Sr. Presidente.

Estamos vivenciando no Brasil uma grave crise econômica, aliada a uma crise política. Em qualquer situação, mas, especialmente, diante de um quadro de desalento, a força dos pequenos negócios é capaz de iluminar o caminho. A experiência acumulada nestes dez anos de existência (...)

(...) iluminar o caminho. A experiência acumulada nesses dez anos de existência do Simples Nacional nos permite dizer que todo e qualquer plano de governo municipal, estadual e federal que busca o desenvolvimento com geração de emprego e renda precisa necessariamente incluir políticas públicas para o microempreendedor, as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Por isso, é importante avançar no fortalecimento do Simples Nacional. É necessário aperfeiçoar o sistema, melhorar a sua percepção junto aos contribuintes e à sociedade. Apoiar os investimentos e a capacitação em todas as esferas, para expandir os efeitos benéficos dessa política.

O Governo Federal, por meio da Receita Federal do Brasil, precisa compreender melhor os efeitos dessa política, a sua importância para a sociedade brasileira e para nossa economia. E os gestores públicos, especialmente os prefeitos e governadores, devem discutir o assunto com suas equipes, instituir ações e programas dirigidos a este público.

É inegável a contribuição do Simples Nacional para o empreendedorismo. O sistema simplificado de tributação facilitou a realização de milhões de sonhos, oportunizando ao cidadão e à cidadã a abertura do seu próprio negócio; contribuiu para aumentar a concorrência, beneficiando os consumidores; formalizou empresas e vínculos trabalhistas, ampliou o acesso e a cobertura da previdência social; elevou a arrecadação de tributos, beneficiando as contas públicas.

Foram 11 milhões de empregos a mais gerados pelo Simples Nacional nesses dez anos, evitando que a crise que vivemos desde 2015 assumisse gravidade maior.

Apesar do imenso rol de conquistas, a Lei Complementar nº 123, de 2006, é uma lei viva, que demanda atualizações constantes. E o Congresso Nacional deve corresponder às demandas da sociedade brasileira, aperfeiçoando a legislação para que resulte em prosperidade para todos e todas. Pois o valor da democracia se consolida numa sociedade verdadeiramente aberta, com oportunidades para todos. E o Simples Nacional se converteu na maior máquina de criação de oportunidades econômicas para todos, em todo o território nacional.

A bandeira do apoio às pequenas e às microempresas não é a bandeira de um grupo, de um setor, de um partido ou de uma região; pelo contrário, ela é uma bandeira que une Parlamentares, empreendedores, trabalhadores e Governo. É uma bandeira que é e deve continuar sendo do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje e sempre. Não é à toa que a Bancada da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa é a maior do Congresso Nacional.

O Simples Nacional é fruto de uma conjugação de forças e propósitos, em que todos ganham: os contribuintes, os consumidores, a sociedade, o Brasil e os agentes públicos, determinados a mudar a realidade de suas regiões e de seus Municípios.

Sr. Presidente, este é o relatório que submetemos à apreciação dos nossos pares.

Muito obrigado pela paciência, devido à quantidade de informação que aqui existe.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro, para discutir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria me congratular com o Senador Pimentel, que fez aqui um alentado relatório (...)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria me congratular com o Senador Pimentel, que fez um alentado relatório, como não poderia deixar de ser, tendo em vista essa trajetória muito densa do Simples, do regime Simples.

Sr. Presidente, sempre tive o entendimento de que o ideal era que o Brasil tivesse um ambiente tributário que permitisse que todos os empreendedores, independentemente de tamanho, pudessem operar nas melhores condições possíveis. Um dos graves problemas do sistema tributário nacional, além da complexidade e do alto nível de litigiosidade, é exatamente a profusão de regimes especiais, o que torna o ambiente tributário muito complexo. Mas é exatamente por conta da complexidade desse sistema e da elevada carga tributária que temos que nós tínhamos a obrigação de atender a um ditame constitucional, que é o que está expresso no art. 170 da Constituição, e de oferecer às pequenas empresas um melhor ambiente de operação. Então, o Simples nada mais foi do que isto, uma resposta dada a esse ambiente tão complexo e tão hostil que existe no País sobretudo para aqueles que empreendem.

Sr. Presidente, houve muitos avanços nessa trajetória, como a universalização do regime, a eliminação de restrições setoriais para a adoção, a criação do Micro e Pequeno Empreendedor Individual, a revisão das faixas de enquadramento e a adoção da chamada rampa tributária, para que o Simples não fosse, ao final, um regime que desestimulasse o crescimento da empresa. Este é um grave problema nesse ambiente: é que você termina, de certo modo, condicionando a empresa a continuar pequena, quando, na realidade, deve haver um sistema que também estimule a empresa a crescer, para que, ao crescer, ela não seja penalizada como era com o sistema de morte súbita, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que sair daquele limite rigidamente, ainda que de forma irrelevante, Senador Tasso, perde todo o regime de incentivo.

Então, muitos aperfeiçoamentos ocorreram ao longo do tempo, e quero destacar a contribuição, a militância, a dedicação do nosso Senador José Pimentel nesse processo.

Eu queria só, para concluir, Senador Tasso, dizer que há um ponto que está sublinhado no relatório do Senador Pimentel e que aquele nosso relatório também contempla, que é a necessidade de responder a uma medida que o Confaz impôs e que, na prática, praticamente consagra esse regime de substituição tributária, que penaliza fortemente as pequenas empresas. Nós trabalhamos aqui, há algum tempo, num relatório que pretendia praticamente excluir as pequenas empresas desse regime de substituição tributária. E o que é que fez o Confaz? Estabeleceu o critério de escala industrial relevante. Veja como a burocracia, quase sempre, se vinga dos legisladores! E sabe qual é essa escala industrial relevante? São R$180 mil por ano! Então, o que é que acontece?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Qualquer valor acima disso está fora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Todo mundo ficou submetido ao regime da substituição.

Então, é necessário agora resgatar, Senador Pimentel, através de um novo projeto, e restabelecer o conceito que era o de não penalizar as pequenas empresas.

Senador Tasso, a substituição tributária impõe à pequena empresa a necessidade de antecipar o recolhimento dos tributos. Então, quem já não tem capital de giro tem de pagar o imposto muito antes do ciclo de venda da empresa, consequentemente antes de o giro financeiro se completar. do ciclo de venda da empresa e, consequentemente, do giro financeiro se completar.

Além disso, a administração fazendária fixa margens – e margens que são artificiais – para poder definir o processo de tributação.

Então, Senador Pimentel, eu quero dizer que o relatório de V. Exª enriquece, em grande medida, e se incorpora a esta agenda microeconômica, e eu tenho certeza de que vamos poder avançar.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O relatório continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerro a discussão, mas, antes de colocar em votação, queria parabenizar o Senador José Pimentel pelo trabalho minucioso, profundo, detalhado que ele fez para esta Comissão, e, como disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Armando Monteiro, V. Exª tem sido um verdadeiro militante da causa da pequena e média empresa, que são essenciais e fundamentais à geração de empregos no nosso País. Eu queria parabenizá-lo por este trabalho.

Em votação o relatório do Senador Pimentel.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A maioria dos projetos aqui na pauta é terminativo já lido; o próximo não terminativo é da Presidência da República, de autoria do Senador José Agripino, tendo como Relator o Senador José Agripino, Item nº 6.

Senador Armando Monteiro se disporia a ler como Relator *ad hoc* do Item nº 6, para que a gente possa dar vazão a esses projetos que estão aqui?

Tem o número 6, de autoria da Presidência da República...

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, como já foi dito, a Mensagem nº 41 da Presidência da República encaminha, nos termos do art. 6º, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acompanha esta Mensagem a Exposição de Motivos nº 21, do Banco Central, que submete a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.

O resultado nominal do setor público, que agrega o resultado primário e os juros nominais apropriados, registrou déficit de 123,7 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017 (deficit de 104,3 no mesmo período de 2016). Considerados intervalos de 12 meses, o déficit nominal

período de 2006.

Considerados os intervalos de 12 meses, o déficit nominal atingiu 9.18% do PIB. Com isso, a dívida mobiliária federal interna atingiu a cifra de 3.1 trilhões em abril de 2017, ou seja, 49.2 do PIB, elevando-se 2.5 do PIB, em relação a janeiro, e 5.1 percentual do PIB em 12 meses.

Esses dados apontam o desequilíbrio da trajetória de gastos que vinha demonstrando alguma melhora de acordo com os relatórios anteriores. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4 situaram-se nos intervalos estabelecidos pela programação monetário para o primeiro trimestre de 2017.

No campo prospectivo, que é um aspecto mais importante, o relatório destaca o cenário de estabilização e perspectiva de retomada gradual da economia, amparados pela trajetória recente dos principais indicadores econômico.

Todavia, alerta que a manutenção por tempo prolongado de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade, que ainda segue operando com alto nível de ociosidade, dos fatores de produção, refletidos nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego.

Ademais, a mensagem encaminhada ressalta que o cenário externa tem-se mostrado favorável em virtude do melhor desempenho da atividade econômica global, o que tem mitigado os efeitos de possíveis mudanças da política econômica nos países centrais.

Nesse ambiente, o comportamento da inflação permanece favorável, com destaque para a desinflação dos preços de alimentos e de preços industriais, o que pode favorecer recuos adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia.

Passamos agora, rapidamente à análise.

Cabe, portanto, emitir parecer sobre essa programação monetária. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no inciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Com efeito, as autoridades monetárias, além de audiências públicas em comissões, nas duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente, têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a programação monetária para cada trimestre do ano civil.

Ademais, devida à adoção do regime de metas de inflação, a partir de 99, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária, para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

Do ponto de vista metodológico, a programação contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas de evolução e descrição das

metas indicativas de evolução e descrição das perspectivas da economia.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2017 mostra projeções tecnicamente consistentes.

Assim, para o terceiro trimestre de 2017, estimou a expansão, em doze meses, de 4,5% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1, de 4,7% para a base monetária restrita, bem como de 9,4% no conceito de M4 e de 10,9% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está até abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária, nos termos do seguinte:...

Então, vem o Projeto de Decreto Legislativo que consubstancia essa aprovação.

Era esse o Parecer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Otto Alencar pede vistas.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*.

Não vendo quem queira discutir, vistas ao Senador Otto Alencar.

Senador Armando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Gostaria de saber se seria possível fazer uma inversão de modo que possamos ler aqui o Item 13 que é um importante projeto da agenda microeconômica que é aquele tema do Código de Defesa do Contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Plenário concordando com a solicitação do Senador Armando Monteiro de inversão de pauta.

Item nº 13, de autoria da Senadora Kátia Abreu cujo Relator é o Senador Armando Monteiro.

Item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2011

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, esse projeto estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esse projeto está dividido em seis capítulos. O Capítulo I que regula as disposições preliminares, é o art. 1º. As normas fundamentais estão previstas no Capítulo II que, por sua vez, disciplina os direitos do contribuinte, ou seja, os arts. 16 a 29. As consultas e matérias tributárias são tratadas no Capítulo IV e o Capítulo V regula os deveres da Administração Fazendária e no Capítulo VI, as disposições finais.

Sr. Presidente, esse projeto é extenso, foi aprovado já na CCJ com o substitutivo que apresentamos à época e gostaria de dizer aqui aos nossos pares que esse projeto se inspira na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência internacional. Vários países do mundo, por exemplo, dispõem de códigos de defesa: a Espanha, temos o exemplo da Itália, da França, do México, do Canadá Nós temos exemplo da Itália, da França, do México, do Canadá, da Austrália e do Peru, e também, Sr. Presidente, vários Estados da Federação, Senador Otto, já têm Código de Defesa do Contribuinte; Estados aqui, por exemplo, Minas, São Paulo, Goiás, Paraná. E por que isso é necessário? Porque, no Brasil, essas relação ainda são relações muito desiguais. Ou seja, há uma hipertrofia que dá ao Fisco uma série de prerrogativas, e o cidadão contribuinte ou a empresa ficam inteiramente inferiorizados nessa relação.

Eu diria até que a abertura não chegou. O Brasil se redemocratizou, mas as relações Fisco-contribuinte permanecem tendo a marca do autoritarismo e, eu diria, que, dessa posição, quase sempre unilateral do Fisco.

Então, há de se estabelecer de forma equilibrada um novo marco, um estatuto que garanta relações mais civilizadas. A necessidade, portanto, é de harmonizar sob condições de igualdade jurídicas os interesses individuais e coletivos em face do Estado. O ambiente institucional brasileiro ainda seria marcado por indesejável insegurança jurídica e, no campo tributário, por um sistema caracterizado pela sua complexidade, carga excessiva, má qualidade, que onera a produção e inibe os investimentos. Desse modo, deveriam ser adotadas medidas voltadas diretamente para o reforço da segurança jurídica dos contribuintes e para a simplificação das suas obrigações acessórias.

O projeto, como eu já disse, tramitou na CCj, onde foi aprovado parecer favorável com substitutivo, de modo a incorporar os dispositivos do projeto de lei no Código Tributário Nacional.

Atualmente se encontra na CAE, e foi evidentemente aqui distribuído. Ao longo do ano de 2015, a matéria foi redistribuída ao Senador Douglas Cintra, que apresentou relatório seguindo as mesmas diretrizes, mas que não chegou a ser apreciado nesta Comissão.

Em 09 de junho deste ano, o projeto foi novamente distribuído a este Relator.

Nos termos do inciso IV do art. 99, compete à CAE opinar sobre normas gerais de Direito Tributário.

Muito bem. Eu já citei as experiência dos países, os exemplos que alguns Estados da Federação nos apontam...

Do outro lado, o Brasil, embora não tenha um Código de Defesa do Contribuinte, tem o Código Tributário Nacional. O Código Tributário Nacional, Senador Pimentel, todavia, é de 1966. Ele tem mais de 40 anos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Alteramos os acordos e conseguimos alterar o Código.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É um código qualificado, que durou mais de quatro décadas, sem ter qualquer dos seus dispositivos declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal, mas, obviamente, Senadora Vanessa, com o transcurso do tempo, com a advento da nova Constituição e com a modificação das relações entre o Fisco e contribuinte, é absolutamente necessário que haja uma modificação com novas normas gerais.

Veja que, no plano da legislação social, Senador Pimentel, após a Constituição de 88

Veja que, no plano da legislação social, Senador Pimentel, após a Constituição de 1988, várias coisas foram conquistadas, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial, mas só o contribuinte brasileiro ainda se ressente de uma lei que garanta minimamente os seus direitos. Não bastassem todas as dificuldades que já são identificadas nesse ambiente, nós temos problema de ausência de transparência, e o contribuinte é tratado, como eu já me referi, de forma muito desigual.

Apesar de parte do conteúdo do projeto de Código de Defesa do Contribuinte já estar regulada pelo Código Tributário Nacional (CTN), é importante que a defesa do contribuinte seja regulada em um ato normativo distinto. Por isso, propomos o substitutivo anexo, que retoma a concepção inicial de um código específico.

Analisamos com maior atenção a matéria e concluímos que o substitutivo aprovado pela CCJ retira o simbolismo de uma norma específica. O ideal é a elaboração de uma legislação autônoma para as questões envolvendo a relação entre o contribuinte e o Fisco, seguindo a linha já adotada por alguns Estados e Municípios que, como eu já me referi, dispõem também de um Código de Defesa do Contribuinte. Aproveitamos, assim, o conteúdo dos dispositivos aprovados pela CCJ e os organizamos na forma do PLS original.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo.

Seguindo a orientação e justificativa já aprovadas na CCJ, não serão utilizados o conteúdo dos seguintes artigos do texto original: 5º; 7º, parágrafo único; 18 e 19, por serem inconstitucionais. Devem ser remetidos a leis diversas os arts. 10, §1º, e 43. Além do mais, existem dispositivos que não tratam de matéria tipicamente de legislação tributária, especialmente os que dispõem sobre regras de processo administrativo: arts. 23, 27, 30, 31 e 37 a 41. Nesse ponto, é importante destacar que já existe projeto de lei – o PLS nº 222, de 2013, do Senador Vital do Rêgo –, já aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata de normas gerais de processo administrativo fiscal. Por essa razão, não haveria de se incluir, no corpo dessa proposta, esta matéria, que está, a meu ver, tratada de forma muito adequada nesse outro projeto. Por isso, seria redundante tratar do mesmo assunto no projeto ora em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomamos o art. 1º do PLS, na medida em que a ideia com o novo substitutivo da CAE volta a ser redigir uma lei específica. Incluímos nesse artigo os deveres dos contribuintes. Este é um ponto importante, Senador Pimentel: como o nome do Código é Código de Defesa do Contribuinte, fica parecendo que não há os deveres do contribuinte.

de Defesa dos Contribuintes, fica parecendo que não há os deveres do contribuinte. Então, para equilibrar essa proposta, também nós fazemos referência e incluímos deveres do contribuinte, para que possa ser uma proposta equilibrada, e eu espero que isso também possa ajudar o trânsito da proposta nesta Casa.

Com relação ao art. 2º do PLS no primeiro substitutivo, havíamos inserido o inciso IV em substituição ao conteúdo do art. 3º. Com a inserção anteriormente proposta, o prazo de vencimento do crédito tributário passaria a ser reserva de lei.

Entretanto, no substitutivo ora apresentado ao final deste relatório, optamos por um novo caminho. Foi suprimido o referido inciso IV em decorrência de nova avaliação acerca do engessamento em lei de eventuais mudanças a serem realizadas no prazo de vencimento dos tributos. Entendemos que atende com mais propriedade a fixação em lei apenas de um prazo mínimo, facultando, então, ao Poder Executivo alterar os prazos de vencimento, desde que respeite o mínimo fixado em lei.

Nesse sentido, no novo substitutivo que apresentamos agora, optamos por inserir novo dispositivo, que é o art. 5º, fixando em 60 dias esse prazo mínimo. Cabe aqui esclarecer que os prazos de pagamento dos tributos foram encurtados ao longo da década de 80 devido à espiral inflacionária que afetava o poder de compra da moeda, com vista a salvaguardar o valor dos tributos. A inflação eu não diria que foi vencida, mas diminuiu e os prazos jamais foram alongados, ou seja, foram encurtados e ficaram assim desde sempre, penalizando, portanto, o contribuinte. Essa medida de exceção, com prazos muito curtos, não é compatível com o fluxo de capital comum dos negócios. Assim, superado o problema inflacionário, faz-se recomendável restabelecer os prazos de pagamento dos tributos mais adequados.

Em relação ao art. 6º, o PLS prevê que, para se cobrar o tributo, não basta que a lei tenha sido publicada no *Diário Oficial*, é necessário que o jornal oficial circule e que tenha ficado à disposição do público. Todavia, a redação deve ser adaptada, para incluir, além da anterioridade do exercício, a anterioridade nonagesimal, que é o art. 4º do substitutivo anexo.

Relativamente ao *caput* do art. 7º e aos arts. 8º, 12 a 17, 29, 33 a 35 e 44 a 46 do PLS, aproveitamos o conteúdo aprovado pela CCJ, seguindo as mesmas justificativas, apenas com pequenos ajustes na redação. Entre os direitos do contribuinte, propomos um pequeno ajuste de redação no inciso IV do art. 13. Na redação aprovada pela CCJ, havia a previsão de vista dos processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administrativos na condição de interessado, que possui um alcance mais amplo do que a situação de parte. Essa alteração é importante para evitar que terceiros que não sejam parte Importante para evitar que terceiros que não sejam parte tenham acesso a dados sigilosos do contribuinte. No concernente ao art. 9º do PLS, adotamos a base da redação aprovada pela CCJ, com pequenas modificações. Excluímos os juros de mora e o impedimento da atualização da base de cálculo do tributo na hipótese de a lei concessiva de benefício fiscal ser considerada inconstitucional. Essas alterações apenas procuram compatibilizar o texto com o disposto no parágrafo único do art. 100 do Código Tributário Nacional, que afasta os acréscimos legais pela simples observância de atos infralegais, de modo que, com maior razão, a exclusão é devida pela observância de lei, o que visa preservar a segurança jurídica e a boa-fé do contribuinte, que estava dispensado de recolher o tributo.

Foi inserido nesta nova versão de relatório dispositivo para assegurar aos contribuintes a garantia de que ação penal para apuração de crime tributário que pressuponha a supressão ou redução de tributo somente seja proposta após o encerramento do respectivo processo administrativo, que passa a ser requisito para a propositura da ação penal (art. 13 do substitutivo anexo). Trata-se de reproduzir no texto legal o que já vem sendo aplicado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – e aí cabe fazer alusão à Súmula Vinculante nº 24.

Entre os fundamentos para a simplificação do sistema tributário, estamos também incluindo novo dispositivo (inciso III do art. 15) para prever a consolidação anual da legislação tributária e de sua interpretação fiscal, de modo a tornar mais acessível e previsível o conteúdo das normas tributárias.

Os arts. 22, 23, 24 e 27 tratam de normas relativas ao processo administrativo tributário, não cabendo, por isso, sua inserção no Código de Defesa do Contribuinte. Ademais, como já afirmado, o assunto está regulado em outro projeto a que já me referi.

Entendemos que o art. 25 do PLS (atual art. 17 do substitutivo) deve ser mantido por uma razão de justiça. Esse dispositivo garante o devido ressarcimento aos contribuintes que obtiveram êxito no Poder Judiciário, incluindo o reembolso do custo das fianças e outras garantias ofertadas em juízo.

O art. 26 do PLS permite a utilização de benefícios e incentivos fiscais na hipótese de existência de crédito com exigibilidade suspensa. Além disso, de acordo com o parágrafo único do art. 26 da redação original do projeto, a existência de débito constituído não impedirá o acesso ao crédito oficial, tampouco participação em licitação. É relevante destacar que a dispensa da apresentação de certidões tributárias com efeito de negativa pode comprometer a livre concorrência.

Por regular a compensação tributária, o conteúdo do art. 28 foi acrescido ao capítulo que trata dos direitos dos contribuintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecida ao capítulo que trata dos direitos dos contribuintes. Sugere-se a alteração da redação do *caput*, pois o contribuinte que não possui crédito tributário pode possuir crédito originado de tributo recolhido indevidamente.

São acrescentados dois parágrafos ao dispositivo, para proibir qualquer restrição à compensação tributária, e a imposição de penalidades somente pode ser aplicada pela fiscalização nas hipóteses de declarações falsas ou fraudulentas.

Incluímos, também, nessa nova versão de relatório dispositivo para esclarecer, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que as multas fiscais, inclusive as decorrentes de obrigações acessórias, não podem ser superiores ao montante do tributo, sob pena de caracterização de multa confiscatória, salvo nos casos de crimes fiscais.

Já os arts. 30, 32 e 47 regulam a consulta, matéria afeta ao processo administrativo fiscal, por isso não foram incluídos no substitutivo.

Adotando o entendimento proferido pela CCJ sobre a necessidade de equilibrar o projeto conforme sugestão da Receita Federal, mantivemos a inserção do capítulo, Senadora Vanessa Grazziotin, relativo aos deveres do contribuinte.

No entanto, excluímos quatro incisos: os incisos III, V, X e XII do art. 127 do CTN, na forma do substitutivo aprovado pela CCJ.

Nesse caso, destaco a supressão do inciso III, que se relaciona ao planejamento tributário também considerado aqui como elisão fiscal.

No entanto, a norma antielisiva já está prevista no parágrafo único do art. 16 do CTN, que ainda está pendente de regulação por meio de lei ordinária federal. Desse modo, não caberia nova disposição no Código de Defesa do Contribuinte.

Já a supressão do inciso V procura evitar que os contribuintes sejam penalizados ou impedidos de retificar as declarações nos casos de erros e de dúvidas na interpretação da legislação tributária.

Por sua vez, o inciso X prevê uma punição: consideração de receita para as despesas de investimento em pessoas jurídicas sediadas em países com tributação favorecida, para os casos de o contribuinte não identificar o quadro societário das pessoas jurídicas investidas.

Entretanto, não se consideram as sociedades anônimas ou outros tipos societários existentes em outros países que não possibilitam o acesso dos contribuintes ao quadro societário. Cria-se, assim, mais uma obrigação acessória ao contribuinte, extremamente difícil de ser cumprida e de ampla interpretação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao art. 29 do substitutivo que ora apresentamos, que trata das vedações à administração fazendária, foi inserido parágrafo para garantir que o contribuinte terá acesso a todas as informações que

ORADOR NÃO IDENTIFICADO –

garantir que o contribuinte terá acesso a todas as informações que o Fisco obtiver a seu respeito, bem como aquelas relativas ao responsável e substituto tributário, sem necessidade de interposição de *habeas data*.

No artigo 30 do Substitutivo foram inseridos dois novos parágrafos para prever o cancelamento ou a suspensão da inscrição em dívida ativa, mediante prova da ilegalidade posteriormente ao ato de inscrição, ainda que já esteja proposta a execução fiscal. Complementarmente é prevista a regra de responsabilidade do Estado e do agente que descumprir essas determinações.

Relativamente ao art. 45 do PLS fizemos um pequeno ajuste em comparação ao texto aprovado pela CCJ. Reduzimos o prazo máximo de fiscalização para 12 meses, mas possibilitamos a prorrogação, desde que devidamente justificada. Também inserimos nesse dispositivo novo parágrafo para estabelecer que o contribuinte tem direito de receber, por escrito, os pedidos que o fisco lhe fizer ao longo do procedimento de fiscalização, e também que o contribuinte disponha de prazo razoável para atender a essas solicitações.

Estou me encaminhando aqui já no fim, suprimimos muitas coisas aqui na leitura, mas é que a matéria é uma matéria extensa e complexa.

Com a alteração do artigo 138 do CTN, estende-se o instituto da denúncia espontânea às obrigações acessórias e impede-se a aplicação de multa de mora. Essa medida é recomendável, na medida em que o conceito de infração à legislação tributária está relacionada aos ilícitos tributários oriundos do descumprimento de obrigações principais e acessórias. Ao estabelecer expressamente tal possibilidade, a legislação estará em conformidade com os princípios penais de intervenção mínima e estimulará a correção das infrações praticadas pelos sujeitos passivos.

A alteração proposta no art. 160 do CTN visa promover adequação daquele diploma ao proposto no artigo 5º do novo substitutivo anexo, promovendo melhor disciplina da matéria no nível das normas gerais para uniformização das legislações dos entes tributantes, mas também respeitando suas autonomias. Assim a alteração proposta define parâmetros mínimos para fixação dos prazos de vencimento de tributos, dentro da finalidade de padronizar a tributação apenas em seus aspectos essenciais.

A alteração do art. 205, por seu turno, propõe que a certidão negativa de débito tenha força declaratória de regularidade fiscal, alcançando as hipóteses de concessão de benefícios fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais procura estabelecer: I) que a verificação de regularidade do contribuinte seja realizada levando-se em consideração os fatos existentes na data do pedido de emissão da certidão; II) prazo de validade de seis meses para o documento. Com a modificação serão diminuídas as exigências da Fazenda Pública em relação ao contribuinte que já possua a certidão negativa dos débitos.

No que diz respeito à Emenda nº 2 da CAE, apresentada pelo Senador

... No que diz respeito à Emenda nº 2 – CAE, apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, entendemos que a sugestão representa importante aprimoramento ao projeto, na medida em que altera o *caput* do art. 18 do primeiro substitutivo (atual art. 20 do substitutivo anexo), promovendo a supressão de parte do dispositivo, para se evitarem dúvidas quanto ao reconhecimento do débito indevido, podendo permitir a falsa conclusão de que o contribuinte deve se remeter obrigatoriamente a processo administrativo fiscal ou judicial para que tenha o direito de pedir a compensação. Nesse sentido, acolhemos a referida emenda.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 298, de 2011 – Complementar e da Emenda CAE nº 02, na forma do substitutivo apresentado.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu sei que o Senador Armando Monteiro não vai me perdoar, porque, após esse substitutivo brilhante que ele apresentou ao projeto da Senadora Kátia Abreu, eu vou pedir vista, pedindo a compreensão do Senador Armando Monteiro e parabenizando-o pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu concedo, então, vista coletiva do projeto da Senadora Kátia Abreu, com relatório do Senador Armando Monteiro, lembrando apenas que esse projeto está entre os itens prioritários da Comissão, incluído naquele grande processo da agenda de reformas microeconômicas proposto aqui pelo Senador Armando Monteiro e pela própria Comissão, a CAE.

Portanto, vista coletiva.

Nós votaremos esse projeto na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu tenho certeza de que o Senador Garibaldi vai dar uma contribuição nesse prazo exíguo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu não quero criar grande expectativa junto ao Senador Armando Monteiro, mas vou procurar colaborar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu tenho certeza de que V. Exª fará isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item nº 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer contrário ao projeto.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Senador Otto Alencar, Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem para a análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2016, que aumenta a parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) destinada ao Município de Ferreira Gomes, no Amapá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Olhe a compostura, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, mas a sigla

Não, mas a sigla é esta mesmo: CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). V. Exª extrapolou no grau de maldade, Presidente. Sinceramente eu não vou mais, então, pela sigla, eu vou por Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. V. Exª aceita? (*Pausa.*)

É melhor.

A proposição insere §7º no art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, criando regra diferenciada para as usinas hidrelétricas com reservatórios no mencionado Município.

A regra diferenciada pelo PLS 425, de 2016, para o Município em questão destinaria do montante recolhido pela Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, excluído o percentual destinado à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 80% para o Município de Ferreira Gomes e 10% para o Estado do Amapá.

Na justificação, o autor defende a regra diferenciada em razão dos enormes prejuízos ambientais e sociais causados ao Município de Ferreira Gomes pelas usinas hidrelétricas de Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão.

O PLS nº 425, de 2016, foi despachado às Comissões de Serviços de Infraestrutura, CAE e de Meio Ambiente, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na CI, foi aprovado, em 13 de junho de 2017, o relatório do Senador Flexa Ribeiro pela rejeição da matéria, que passou a constituir parecer daquela Comissão.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 91, I, combinado com o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, objeto da proposição, está prevista no §1º do art. 20 da Constituição Federal e é devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando a exploração ocorrer em seus territórios, bem como a órgãos da Administração Direta da União.

A repartição dessa compensação aos diversos destinatários é regulada pela Lei 8.001, de 1990. Seu art. 1º estabelece que, do valor arrecadado, excluído o percentual destinado à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme inciso II do §1º do art. 17 da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, 45% irão para os Estados; 45%, para os Municípios; e 10%, para órgãos da Administração Direta da União.

A proposição em análise trata, de maneira especial, o Município de Ferreira Gomes, aumentando o percentual de arrecadação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos a ele destinado, de 45% para 80% da parcela a que se refere o art. 1º da Lei 8.001. Em compensação, o percentual destinado ao Estado do Amapá referente às três usinas com reservatórios localizados em Ferreira Gomes seria reduzido de 45% para apenas 10%, indo de encontro totalmente, ao arrepio da lei anterior.

Não há dúvida de que as usinas em questão trazem impactos ambientais locais. Problemas como perda de capacidade produtiva das terras inundadas, deslocamento de populações ribeirinhas, mortandade de peixes e assoreamento de rios são comuns a essas áreas que abrigam usinas hidrelétricas em todo o País.

O autor afirma, O autor afirma, na sua justificação, que em alguns casos, efetivamente, as comunidades são adequadamente compensadas pelos impactos ambientais, e a compensação chega a responder pelo maior montante entre as receitas do ente municipal. Entretanto, algumas regiões sofrem impactos mais danosos do que outras e não são devidamente compensadas por essa ação. Esse é o caso do município de Ferreira Gomes, no Amapá.

Embora possa ser verdade que o Município de Ferreira Gomes esteja sendo especialmente prejudicado pelas usinas, o Senador Randolfe Rodrigues não aponta evidências mais concretas que justifiquem um favorecimento tão marcante em relação aos demais municípios do Estado e do restante do País.

Por outro lado, se o Município tem uma área tão grande atingida, também é beneficiário de um montante significativamente maior da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Em 2016, três Municípios do Estado do Amapá foram contemplados por essa compensação. Ferreira Gomes recebeu R$3,7 milhões e os outros dois Municípios em conjunto receberam R$ 2,1 milhões. Naquele ano o Governo do Estado recebeu R$5,8 milhões. Em 2017, até setembro, Ferreira Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia recebido R$3,2 milhões, os outros Municípios, R$1,9 milhões, e o Estado do Amapá, R$5,1 milhões.

O estabelecimento de condições que favoreçam um determinado Município, ainda que este esteja sendo prejudicado pelo impacto das usinas, sem que se estabeleçam critérios que possam ser aplicados de modo geral e hipotético para situações semelhantes, pode levar ao tratamento desigual de outros Municípios País afora que estejam submetidos a condições iguais ou até mais prejudicados do que o Município de Ferreira Gomes.

Acreditamos que, se o Município está sendo tão duramente atingido, o mais razoável e justo é solicitar ao Governo do Estado do Amapá que utilize parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos a ele destinada para ajudar a mitigar esses impactos.

Sabemos que os impactos causados por usinas hidrelétricas não se restringem aos Municípios alagados por seus reservatórios. Retirar parcela substancial da receita da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos destinada ao Estado impediria que este ente federado pudesse utilizar tais recursos para mitigar os impactos negativos incidentes sobre Municípios que não fazem jus à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Malgrado a intenção louvável de compensar os danos sofridos pelo Município de Ferreira Gomes, há que se reconhecer ainda que a proposição fere o art. 19, inciso III, da Constituição Federal, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar preferências entre si.

Nesse sentido, concordamos com o parecer proferido na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que frisou que as regras de compensação fixadas pelo legislador são genéricas e que a introdução de um tratamento diferenciado para um Município específico constitui quebra do princípio da isonomia consagrado no art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, entendemos que o PLS nº 425, de 2016, é injurídico, na medida em que lhe faltam os atributos da generalidade e da abstratividade. A lei deve ser aplicável a destinatários indeterminados, ou seja, a qualquer um que se enquadre nas regras prescritas. Também deve ser abstrata, destinando-se a situações hipotéticas. Havendo um caso concreto, a lei será a ele aplicada. Não se admite, no nosso ordenamento jurídico, lei que se aplique a apenas um ou mais casos específicos sem abranger reiteradas situações semelhantes.

Concluímos, portanto, que a proposição não deve ser acolhida por esta Comissão.

Diante do exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Rejeitado, portanto, o relatório...

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de radiocomunicações em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que sua utilização seja exigida por lei.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, na justificação, o autor aponta ser do interesse público que alguns locais, como os estabelecimentos prisionais, estejam excluídos da cobertura das redes de telefonia móvel celular, a fim de coibir a atuação de quadrilhas desde dentro dos estabelecimentos de reclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembra ainda que, embora diversos Estados tenham tomado a iniciativa de aprovar leis determinando que as prestadoras de serviços de telecomunicações instalem equipamentos bloqueadores, tais normas têm sido consideradas inconstitucionais, pois tal obrigação é do Estado e não das empresas.

Por fim, observa que o Fistel tem sistematicamente apresentado grande saldo de recursos não aplicados, que poderiam ser utilizados para o fim proposto.

A matéria foi distribuída à CAE e à CCT, cabendo à última a decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

De início, gostaríamos de consignar nossa concordância com o mérito do projeto em tela. A questão da segurança pública é uma das que mais preocupa a sociedade brasileira e, já há mais tempo do que devido, o acesso de criminosos à rede de comunicação móvel celular de dentro de presídios ou penitenciárias tem-se revelado um ponto vulnerável nos esforços de fazer valer a lei e a ordem.

A proposição parte do pressuposto correto de que cabe ao Estado prover os meios e os recursos necessários à consecução da política de segurança. Tal entendimento deriva do próprio posicionamento do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade de leis estaduais que pretenderam impor às provedoras de serviços de telefonia a responsabilidade por instalar os mecanismos de bloqueio de sinais de telecomunicações em unidades prisionais.

Posto isso, pedimos vênia ao nobre autor, que chegou agora à nossa Comissão, o Senador Lasier Martins, para discordar da atribuição ao Fistel da incumbência de prover os recursos necessários à tarefa em tela. Instituído pela Lei nº 5.070, de 1966, esse fundo tem a clara finalidade, conforme o art. 1º da citada norma, de prover recursos para cobrir despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização de serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução.

Nesse sentido, a nova alínea proposta ao art. 3º do referido diploma seria, por assim dizer, um corpo estranho ao seu espírito geral e a seus propósitos específicos. Entendemos, portanto, que tal medida, conquanto meritória, não se afigura a mais adequada em termos formais, mormente em face da plena vigência da Lei Complementar (LCP) nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que criou – essa, sim, parece ser a fonte mais adequada – o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Conforme o seu art. 1º, a citada lei complementar tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional.

Os recursos do Funpen devem ser aplicados, entre outros, na construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais (inciso I), na manutenção dos serviços e realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimentos nessa área, inclusive em informação e segurança (inciso II), e no financiamento e apoio a políticas e atividades preventivas, inclusive da inteligência policial, vocacionadas à redução da criminalidade e da população carcerária (inciso XVII).

A rigor, portanto, os recursos do Funpen já podem ser usados para a finalidade de instalar, custear e manter o bloqueio de sinais de telecomunicações em estabelecimentos penitenciários. Não obstante, em consonância com a correta intenção do PLS nº 285, de 2017, somos da opinião de que cabe dotar a referida legislação de disposições específicas nesse sentido, de modo a torná-la mais explícita quanto a esse objetivo.

Do ponto de vista financeiro, compreendemos a motivação do nobre Senador Lasier Martins, que bem observou a sistemática subutilização dos recursos do Fistel ao longo dos anos. No entanto, é importante alertar que a simples inclusão do dispositivo ora pretendido na Lei nº 5.070, de 1966, não seria nenhuma garantia de que as dotações orçamentárias sofressem menos contingenciamentos. Aliás, dada a atual realidade fiscal, é alta a probabilidade de que a nova regra tenha pouca ou nenhuma efetividade.

Por outro lado, vale lembrar que a recém publicada Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, convertida da Medida Provisória nº 781, de 2017, determinou – e, por isso, o Funpen nos parece ser o instrumento, a fonte mais adequada – que é vedado o contingenciamento de recursos do Funpen.

Nesse aspecto, embora o referido fundo tenha uma gama maior de obrigações, tem maior respaldo formal para garantir o direcionamento de verbas orçamentárias para o objetivo que aqui se pretende.

Então, Sr. Presidente, cumprimentando, mais uma vez, o nobre autor, o Senador Lasier Martins, por este oportuna iniciativa e reafirmando aqui o nosso entendimento dos indiscutíveis méritos da proposição, nós somos pela aprovação, na forma da emenda substitutiva.

Era esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Tasso Jereissati.

Em primeiro lugar, louvo o trabalho do Senador Humberto Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Armando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perdão. Armando. É a correria, porque eu estava aqui, fui lá, votei, venho aqui, falo e voto lá de novo. Então, são aqueles momentos atordoados que vivemos constantemente. Perdoe-me. O senhor sabe da grande admiração que eu tenho por V. Exª.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Tá bom.

Senador Armando Monteiro, eu louvo o seu trabalho. V. Exª não apenas se deteve a uma análise meticulosa deste projeto, mas buscou uma outra solução, porque há, Sr. Presidente Tasso Jereissati, um enorme clamor público por este Brasil com relação à criminalidade. E hoje não há mais dúvidas de que grande parte dessa criminalidade que se espalha pelo Brasil vem de dentro dos presídios. No meu Rio Grande do Sul, há um comandante do policiamento militar que afirmou outro dia, num programa de televisão, que 60% se deve à orientação dos criminosos em serviço externo e aos que orientam de dentro do presídio.

Então, se impõe, há uma premência para se bloquear o telefone celular nos presídios e penitenciárias do Brasil, que são mais ou menos 1.400 estabelecimentos. Essa é a razão de ser deste projeto.

Agora, observou muito bem, outro dia, aqui no Senado, o Senador Armando Monteiro que o Fistel está sujeito hoje, como vem ocorrendo, ao contingenciamento. Eu fui buscar uma informação há poucos dias e tomei conhecimento do vulto financeiro que representa o recolhimento desse Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anda em torno, este ano, de R$4 bilhões. Mas para onde vai esse dinheiro? Vai para o superávit primário.

Então, qual é a vantagem que o Senador Armando Monteiro observou? É que o Funpen, o Fundo Penitenciário, não se sujeita a esse contingenciamento. O Senador Armando Monteiro foi mais prático, mais inteligente. Ele veio colaborar com o projeto.

Nesses termos, eu não apenas apoio, mas louvo a alternativa encontrada por ele. E acho que nós temos de tomar essa providência. Depois, diligenciar junto ao Funpen para que ele disponibilize verba para isso, porque, conforme projeto do Governo, o Governo atribui às operadoras de celulares o custo da instalação. Ora, é elementar que esse custo será repassado ao usuário, ao consumidor. Então, nós temos que encontrar alguma alternativa que não sobrecarregue o já sacrificado consumidor de impostos e taxas. E se nós levarmos para o Funpen, que tem recursos, embora em menor quantidade que o Fistel, mas tem recurso, apenas se precisa diligenciar junto a eles para que assumam esse custo. É por isso que estamos aqui discutindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado mais uma vez ao meu prezado Senador Armando. Perdoe-me por trocar o nome, mas se deve a esta correria, que, no futebol, é: a gente cobra o escanteio, cabeceia na área, busca a bola no fundo da goleira e leva para o centro do campo. É o que nós fazemos aqui muitas vezes!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lasier. Eu o parabenizo pela iniciativa do projeto. Sem dúvida nenhuma é extremamente oportuno. Parabéns pelo projeto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutiva).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Votação do Item nº 7, de autoria do Senador Assis Gurgacz, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp. Teremos, como Relator *ad hoc*, por gentileza e com a boa vontade de sempre no trabalho, o Senador Garibaldi.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2012

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Autoria: Senador Assis Gurgacz

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela reautuação da matéria como projeto de lei ordinária e posterior apensamento ao PLS 381 de 2012 e ao PLS 790 de 2015, para que tramitem em conjunto na forma do requerimento apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Relator *ad hoc* o Senador Garibaldi Alves, o grande Gariba.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, é uma satisfação funcionar aqui como Relator *ad hoc* deste projeto do Senador Assis Gurgacz, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp.

Em exame nesta Comissão, conforme V. Exª já delineou, este projeto que altera as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural. A proposição, Sr. Presidente, contém cinco artigos. O art. 1º do Projeto de Lei altera o art. 3º da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, conhecida como Lei do Crédito Rural, para incluir entre os objetivos específicos do crédito rural o financiamento da contratação de serviços privados de assistência técnica ou extensão rural aos produtores rurais ou suas organizações legalmente instituídas, através de linha de crédito subsidiado específica para esse fim.

Já o art. 2º altera o art. 20 da mesma Lei do Crédito Rural para determinar que o Conselho Monetário Nacional, anualmente, na elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclua dotação destinada ao custeio da contratação de serviços de assistência técnica e de extensão rural aos beneficiários do crédito rural. Tais recursos deverão ser alocados em linha de crédito exclusiva para a contratação desses serviços, e independerá da alocação de recursos destinados à contratação de serviços assistência técnica, obrigatórios ou não, relacionados a outras linhas de crédito ou programas, sejam de custeio ou de investimento.

O art. 3º adiciona inciso ao art. 48 da Lei nº 8.171, conhecida como Lei Agrícola, para também incluir, entre os objetivos do crédito rural, o financiamento da contratação de serviços públicos ou privados de assistência técnica ou extensão rural aos produtores rurais.

E o art. 4º adiciona parágrafo ao art. 48 citado, para determinar que o crédito rural para contratação de serviços privados de assistência técnica e extensão terá juros zero, quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, podendo ainda ser concedidos rebates, conforme o regulamento.

O último artigo trata da vigência da lei.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu peço licença aqui aos colegas da Comissão para passar a ler o último parágrafo da análise, em que se diz: nada mais adequado, portanto, que aproveitar as milhares de agências bancárias existentes e a instituição de linhas de crédito específicas para a contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural. Tais serviços, inclusive, servirão para a elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos técnicos (e para o acompanhamento da sua execução) que antecipadamente se adéquem às exigências dos agentes financeiros para a contratação de outras linhas de crédito rural de custeio e/ou investimento.

A proposição em questão atualiza ainda a referida Lei Agrícola, que também tem um capítulo dedicado ao Crédito Rural, para que os serviços de assistência técnica e extensão rural estejam entre as finalidades do crédito, e para que seja garantida taxa de juros zero e a concessão de rebates para os agricultores familiares.

Diferentes formas de financiamento são, portanto, fundamentais para se promover a universalização do acesso dos produtores rurais.

Sendo assim, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 318, de 2012 - Complementar e pela sua reautuação como projeto de lei ordinária, com fulcro no art. 136, inciso V, alínea "d", do RISF. É o nosso voto, Sr. Presidente, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Relator *ad hoc,* Senador Garibaldi.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para redefinir os critérios de distribuição dos recursos do Fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para permitir aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação o exercício das competências do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS- Fundeb) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Autoria: Senador Pedro Simon

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para dispor sobre a responsabilidade da União na remuneração docente.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PLS 163/2014, nos termos do substitutivo de sua autoria, pelo arquivamento do PLS 164/2014 e do PLS 364/2014; pela desapensação do PLS 338/2015; e pela apresentação de requerimento de informações quanto ao impacto orçamentário e financeiro do PLS 338/2015.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Peço ao Senador Armando Monteiro para, na ausência do Senador Cristovam...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Minha voz já cansou pela intensa participação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sua voz de barítono.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas eu não posso me furtar de...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Cristovam avisou que está chegando, foi só votar.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, então, a matéria dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Como é sabido, o Fundeb representa uma vinculação de 20% de uma cesta de impostos e transferências.

A intenção do PLS em tela é remover os parâmetros quantitativos fixados na lei, quais sejam os limites mínimo e máximo.

Olhem, o nosso Relator chegou. Eu sei que é uma matéria cara a ele.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um parecer não muito normal porque diz respeito a três projetos do Senador Cássio.

O primeiro é o Projeto nº 163, de 2014, que regulamenta o Fundeb, para dar maior flexibilidade aos critérios de distribuição dos recursos do Fundo, algo que, há muito tempo, é necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundeb – todos sabem – representa uma vinculação de 20% de uma cesta de impostos com transferências à educação. Cada Estado possui seu próprio Fundo, que distribui os recursos entre as redes estadual e municipal, em conformidade com o número de matrículas existentes em cada rede.

Pelas regras vigentes, é conferido peso 1 para os anos iniciais do ensino fundamental urbano. As demais categorias de ensino têm peso 0,7 e 1,3.

A intenção do PLS nº 163, de 2014, é remover os parâmetros quantitativos fixados na lei, quais sejam os limites mínimo e máximo de ponderação (de 0,7 e 1,3, respectivamente). Isso ampliará a margem de manobra da citada Comissão Intergovernamental para adequar aqueles pesos às reais necessidades financeiras de cada categoria de ensino.

O autor do projeto argumenta – e eu estou de acordo com ele – que a estreita amplitude dos pesos fixada em lei não permite que os custos reais de oferecimento de cada etapa sejam levados em consideração.

Os parâmetros propostos agora para orientar a definição dos pesos pela Comissão Intergovernamental seriam:

a) relação adequada entre o número de estudantes por turma e por professor;

b) infraestrutura escolar e insumos adequados para cada etapa e modalidade de ensino;

c) qualificação e remuneração dos profissionais da educação;

d) oferecimento de jornada parcial ou integral.

Não foram apresentadas emendas.

O segundo, Projeto nº 164, de 2014, prevê que a complementação da União será de, no mínimo, 20% do atual recurso de impostos de transferências. Atualmente – eu lembro – esse percentual é de 10%, no mínimo.

O Projeto também prevê que esse percentual será implementado gradativamente.

Na justificativa, o autor lembra que a União será obrigada a complementar os fundos estaduais que não alcançarem, em cada ano, o valor mínimo por aluno estabelecido anualmente.

No entanto, a complementação do Fundeb seria ainda insuficiente diante dos desafios da educação brasileira. Um desses desafios consiste em garantir a oferta de educação básica para a faixa etária dos quatro aos dezessete anos, que é obrigatória a partir de 2016, por força da Emenda Constitucional nº 59.

Não foram, tampouco, apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro e último projeto é o PLS nº 364, de 2014, em que o Senador Pedro Simon visa facultar aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação o exercício de competências dos colegiados de controle social do Fundeb e de alimentação escolar.

Para tanto, o Senador autor do PLS insere o §14 no art. 24 da mencionada Lei nº 11.494, de 2007 (art. 1º), e acrescenta o §2º ao art. 19 da Lei nº 11.947, de 2009 (art. 2º).

Ao justificar a iniciativa, o autor afirma que há dificuldades para a criação dos conselhos de controle social no âmbito dos Municípios. A meu ver, não bastasse a multiplicidade dos colegiados de fiscalização de políticas públicas, os Municípios menores apresentam visível carência de massa crítica com disponibilidade e conhecimento para formar tais conselhos, com o que se justifica ainda mais a proposta do Senador.

Eu tinha dito que eram três projetos, mas são quatro, na verdade. Há o quarto projeto, do Senador Fernando Bezerra Coelho, aqui ao lado, em que se propõe elevar de 60% para 70% a fatia do Fundeb vinculada à remuneração dos profissionais da educação. Ademais, altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, de minha autoria, que fixou o piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica. A proposta do Senador Fernando Bezerra tem por objetivo determinar que a União complemente as verbas do Fundeb sempre que o ente federativo despender mais de 70% dos recursos do fundo com o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. É um projeto de lei fundamental, porque a Lei nº 11.738 nem sempre está sendo cumprida, por impossibilidade fiscal e financeira dos Municípios e dos Estados. Com a proposta do Senador Fernando Bezerra, essa dificuldade será diminuída.

Eu considero ainda sobre cada um dos projetos, no caso dos primeiros que citei, os de nºs 163 e 164, que o projeto traz também o mérito de dar mais flexibilidade à alocação orçamentária dos recursos do Fundeb.

O maior poder que será concedido à Comissão Intergovernamental pela nova lei poderia vir a ser um problema se o Governo Federal dominasse o poder decisório de tal comissão. Nesse caso, os interesses estaduais e municipais poderiam ser colocados em segundo plano. Essa não é, contudo, a realidade. A Comissão possui representantes dos secretários estaduais e municipais de cada uma das cinco regiões do País.

Por fim, quero dizer que a proposta não tem impactos no orçamento do Governo Federal, visto que não cria ou altera despesa obrigatória ou provoca renúncia de receita.

No caso do segundo projeto, este propõe a alteração da Lei nº 11.494, de 2007, a fim de elevar de 10% para 20% o percentual mínimo de complementação da União incidente sobre o total dos recursos de impostos e transferências vinculados a esse Fundo. A elevação deve ocorrer de forma gradativa, o que não vai pressionar as contas públicas de maneira que não a permita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º do projeto estabelece um aumento gradativo, e, no primeiro exercício, teríamos um impacto de apenas R$2,8 bilhões, perfeitamente adotados.

Eu coloco aqui algumas análises sobre a evolução gradativa e peço licença para não lê-las, tendo em vista que é puro número, o que não vai agregar muito.

O projeto altera as Leis nºs 11.494 – estou falando do terceiro agora –, de 20 de junho de 2007, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para permitir aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação o exercício das competências do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e do Conselho de Alimentação Escolar.

Concordo, no mérito, com essa proposta e os argumentos apresentados pelo seu autor. De fato, a multiplicidade desses conselhos tem criado grandes dificuldades na maioria dos Municípios. É um projeto facilitador, coisa de que nós precisamos muito na realidade econômica e na realidade da Administração Pública brasileira.

No quarto projeto, eu creio que é importante dizer que a elevação do comprometimento mínimo dos recursos do Fundeb com o pagamento dos profissionais de magistério, de 60% para 70% do total do fundo, é, em princípio, meritória e concordamos com os argumentos apresentados pelo Senador Fernando Bezerra.

Ocorre, porém, que a proposta cria despesa obrigatória de caráter continuado e, nesta condição, requer a estimativa do impacto orçamentário e a indicação da fonte de recursos que cobrirá a nova despesa, em atendimento ao disposto nos arts. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para a realização de tal estimativa, é necessário conhecer o gasto de cada ente subnacional com a despesa do piso salarial dos professores de sua rede pública.

Por outro lado, não devemos e não podemos atrasar a tramitação dos outros três projetos de lei mantendo sua tramitação conjunta com um projeto que depende de informações a serem prestadas pelo Poder Executivo. Portanto, nosso entendimento é no sentido de que o PLS nº 338, de 2015, deve ser desapensado dos demais – apesar do imenso mérito que ele tem –, a fim de que tenha tramitação autônoma. Além disso sugerimos a apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Fazenda para obter a estimativa do impacto orçamentário.

Ante o exposto, votamos:

I – pela desapensação do PLS nº 338, de 2015;

II – pelo encaminhamento do requerimento de informações quanto ao impacto orçamentário e financeiro desse projeto; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2014, e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 164 e 364, de 2014, nos termos do substitutivo a seguir.

Aqui, Sr. Presidente, eu anexo um substitutivo, que eu não sei se devo ler ou não, tendo em vista que está bem claro. São artigos que substituem os dois sem prejudicá-los.

Esta é a posição, Sr. Presidente: desapensar o 363 e substituir os outros por um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLS 163, de 2014, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo), pelo arquivamento do PLS 164 e do 364, de 2014, pela desapensação do PLS 338, de 2015, e pela apresentação de requerimentos aos Ministérios da Fazenda e da Educação quanto ao impacto orçamentário e financeiro do PLS nº 338, de 2015.

A matéria vai à Comissão de Educação Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Item 9, que também tem como Relator o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Wilson Matos esteve aqui por pouco tempo, mas deixou excelentes projetos de lei. Um deles eu considero que é este.

Eu ouvi dizer que vai haver pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela Liderança do Governo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... pela Liderança do Governo. Então não tenho muito o que falar.

Mas, de qualquer maneira, sem ler o parecer, eu quero dizer que este é um projeto positivo. É um projeto, Senador Tasso, que oferece um 14º salário aos professores da escola que tiver ascensão no Ideb. É um incentivo. Temos que criar incentivos para os que têm mérito, para os dedicados.

E aqui tem uma vantagem. Não vai individualizado ao professor, vai a todos os professores daquela escola. Vai servir como instrumento de solidariedade pelo melhor desempenho de cada professor. Eu creio que é extremamente positivo esse projeto, fiz meu parecer favorável, mas vai haver um pedido de vista e eu me resguardo então para ler o parecer depois de ver o que os representantes, Senadores do Governo, trouxerem.

Eu creio que neste caso vai haver uma surpresa grande. O Governo, que é tão criticado pelos sindicatos, vai estar de acordo com os sindicatos, porque os sindicatos tendem a ser contra ter salário diferenciado conforme o mérito do professor. Eles acham que tem que ser isonômico, independente da dedicação e do mérito.

Eu sou defensor sim de que haja incentivo a mérito. No Brasil quem pula distante, quem salta alto recebe medalha de ouro. Professor que se dedica mais não recebe nenhum incentivo quando se compara com outro que não consegue dar muitos resultados.

Mas eu me resguardo a dar o parecer definitivo depois de saber o que o Governo tem a dizer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Na realidade, Sr. Presidente, quero manifestar, primeiro, que quanto ao mérito me parece que é o melhor caminho mesmo oferecer uma remuneração de acordo com o mérito, de acordo com o desempenho, de acordo com a *performance*. Acho que com isso a gente vai estimular muito mais os nossos professores para que possamos melhorar os nossos indicadores educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, a assessoria técnica da Liderança do Governo nesta Casa diz que estudos preliminares apontam para um impacto financeiro da proposta que está sendo trazida à análise da ordem de R$1 bilhão a mais por ano.

Então eu vou me aprofundar nessa matéria com o compromisso de a gente poder devolvê-la o quanto antes, para que o Senador Cristovam Buarque possa finalizar e apresentar uma proposta que possa vir a merecer o apoio, o respaldo desta Comissão, inclusive da liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu acho que seria R$1 bilhão muito bem investido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Isso que eu iria dizer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Desculpe, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não. Fico feliz, Senador. É melhor a sua palavra de Presidente até.

Quero dizer que não sou tão otimista de que vai custar tanto, porque eu acho que subir no Ideb não está sendo tão comum. Então, lamentavelmente, não vai custar.

De qualquer maneira, temos que ter responsabilidade fiscal. Então, sou favorável, sim, que estudemos, pelo menos como cenários, de quanto seria. De repente, se é muito, temos que repensar. Tudo de bom está limitado à aritmética. Não tem jeito de fugir da aritmética.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concordo. E dando opinião, quanto mais fosse, até um pouco mais de um bilhão, em função de resultados melhores no Ideb, seria melhor ainda, porque é um investimento que tem retorno. Este tem, sem dúvida nenhuma, retorno.

Mas dou vista coletiva ao Senador Fernando Bezerra.

Nada havendo mais...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Queria pedir – havia listado aqui – urgência, fazer pedido de urgência para aquelas matérias que integram o relatório de reforma microeconômica. Eu já fiz o requerimento que está sobre a mesa de V. Exª. Há o Projeto de Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 46, o Projeto de Lei nº 475, o Projeto 476, o de nº 477 e o Projeto nº 478, cujas matérias estão aí descritas.

Há aqui, e já fui informado, uma proposta do Senador Fernando Bezerra, uma proposta de emenda que ele vai justificar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª, hoje, está... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, essa agenda microeconômica, essa agenda da produtividade é uma agenda que apoio e respaldo. Inclusive, pronunciei-me em plenário, apoiando a iniciativa de V. Exª, como Presidente da CAE, sobretudo o trabalho dedicado do Senador Armando Monteiro, que coordenou esse debate aqui na CAE, a realização de quatro audiências públicas, sobretudo quando da apresentação do seu relatório.

Fui informado, agora há pouco, dessa iniciativa de votarmos aqui um requerimento de urgência, para que todas essas propostas, que foram feitas pelo Senador Armando Monteiro, pudessem merecer uma votação ainda neste período legislativo, incluindo em bloco todas as matérias por ele aqui sugeridas.

Gostaria de trazer aqui uma pequena variação da proposta que o Senador Armando Monteiro traz. Ele propõe um projeto de resolução no sentido de definir, digamos, duas audiências públicas ao ano, convocando o Ministro-Chefe da Casa Civil que, na visão do Senador Armando Monteiro, seria o coordenador dessa agenda da competitividade, da produtividade. Foi-me chamada a atenção para o fato de que um projeto de resolução do Senado não pode impor atribuição de competências aos Ministros do Poder Executivo. Propus a ele aqui uma redação alternativa. Ele concordou.

Estou apresentando uma emenda, para que possa ser incorporada a esse projeto de resolução que estamos prontos para poder apoiar, votar o requerimento de urgência, levar a Plenário, deliberar sobre esse projeto de resolução, que é um dos itens da pauta. Mas o Senador apresenta outros projetos de lei, que precisariam ser votados, inclusive o projeto que trata do Código de Direito do...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Desse o Senador Garibaldi pediu vista hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Já pediu vista por orientação da Liderança do Governo.

Mas nós gostaríamos de fazer uma proposta a V. Exª, como nosso Presidente, e ao Senador Armando Monteiro. Parece que há um conjunto de seis a sete projetos de lei que estão sendo apresentados, para serem, digamos assim, tramitados em regime de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Há outro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em urgência, aqui, são cinco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – A informação que a Liderança do Governo recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Uma interrupção, Senador Fernando Bezerra.

Parece-me que o Senador Armando Monteiro não fala em convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, fala em convite para audiência pública. Não é uma convocação. Tentando chegar a um acordo, é uma função que simplesmente já existe em relação ao Presidente do Banco Central, que tem tem *status* de Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mas, como matéria específica, já está como atribuição do Banco Central, que é a coordenação da política monetária.

No caso específico, não existe uma atribuição, uma definição fixada de qual área do Governo é responsável pela agenda da produtividade ou pela agenda da competitividade. Então, a proposta... Para não ficar uma coisa muito rígida, a proposta que apresentei à redação oferecida pelo Senador Armando Monteiro é a de que a Comissão promoverá duas audiências públicas por ano com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou com autoridade com *status* ministerial competente, para expor sobre as ações que buscam o incremento da produtividade e a melhoria do ambiente de negócio. Isso porque o Poder Legislativo não pode impor ao Poder Executivo, porque é a Casa Civil da Presidência da República que vai tratar dessa agenda.

Então, essa foi a sugestão que fiz ao texto apresentado ao Senador Armando Monteiro nessa resolução. Essa agenda interessa ao Poder Executivo. O Poder Executivo tem interesse em que ela possa caminhar celeremente. Acredito, falando pela Liderança do Governo no Senado Federal, que essa agenda deve merecer a atenção desta Casa durante o primeiro semestre do próximo ano.

E a nossa proposta, portanto, só para encerrar esta minha breve participação, é a de que, com todas essas sugestões, a gente pudesse definir dois projetos, afora esse projeto de resolução – mais dois projetos que fossem sugeridos pelo Senador Armando Monteiro –, para rapidamente entrarmos em consenso, aprovarmos o requerimento de urgência, pautarmos para votá-los ou amanhã ou na próxima semana. E, quanto aos demais projetos, teríamos o compromisso de aprovar pelo menos dois projetos da agenda da competitividade a cada mês, no próximo ano – dois em fevereiro, dois em março, dois em abril –, no sentido de mostrar o compromisso do Governo com a melhoria do ambiente de negócios e com o avanço da agenda da produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a nossa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, veja bem, nós não podemos também deixar de considerar essa preocupação do Senador Fernando, embora eu queira esclarecer que esse requerimento de urgência se relaciona com projetos novos, ou seja, com novas proposições legislativas, que são esses que estão aí. Agora, a pauta inclui projetos que já tramitam aqui no Senado. Portanto, o número é maior.

Então a questão é: não pode ser um acordo numérico, a gente aprova dois e depois mais dois e mais dois. É preciso saber o seguinte: qual é efetivamente a importância, a sensibilidade e a importância de cada matéria para um exame nosso, porque não é uma questão de dizer que aprovou dois, ou aprovou, não é? Então é preciso conhecer exatamente o que o Governo considera que seria aceitável para uma aprovação imediata. No entanto, eu não quero fazer acordo nessa área, porque não me compete fazer.

De qualquer forma, o Senador Tasso, como Presidente da Comissão, poderá evidentemente analisar, porque a essa altura, Senador Tasso, o próprio Presidente Eunício, na quinta-feira, leu na mesa do Senado, manifestou publicamente já a incorporação dessa agenda. Então um acordo dessa natureza, se vier a ser feito, deve envolver necessariamente o Presidente da Casa, porque ele assumiu já a agenda, no sentido de que possamos ter uma garantia de que esses projetos que serão aprovados depois venham efetivamente a ser aprovados. Porque o sistema a gente sabe como é. Quer dizer, o Governo, vamos dizer, resolve essa pressão imediatamente, e depois essa coisa se perde. Eu sei que o Senador Fernando, o que ele assumir conosco, ele vai efetivamente honrar, mas o Governo, às vezes, tem as suas próprias razões. E aí, portanto, a gente não pode interceder.

Agora, com relação à questão da emenda específica sobre o projeto de resolução, eu tenho a impressão de que se disser que mantém o Ministro-Chefe da Casa Civil, e se há essa preocupação aí de que amanhã essa agenda possa estar afeta a outro ministro expressamente ou a autoridade com *status* ministerial, a quem tenha sido expressamente delegada essa competência ou essa missão. Porque vamos admitir que o Governo delegue ao Ministro da Fazenda. Não me parece que fosse próprio inteiramente. Por quê? Porque há pontos, essa agenda tem interface com infraestrutura, com vários ministérios setoriais.

Então nós achamos que a Casa Civil é que está vocacionada para fazer essa coordenação. Inclusive é bom lembrar que, nas competências da Casa Civil, está aqui que ela é responsável pela coordenação e integração das ações governamentais. Há uma parte expressa na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais. E finalmente, na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal. Então não há dúvida de que a Casa Civil tem competência sobre toda essa coordenação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se há um entendimento de que nós estamos querendo dizer ao Governo que é a Casa Civil que tem que tratar disso e que está parecendo ao Senador Fernando uma intromissão indevida, podemos manter o Ministro-Chefe da Casa Civil no requerimento, dizendo: "ou autoridade com *status* ministerial a quem tenha sido expressamente delegada essa agenda." Não sei se aí seria aceitável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Acho que sim. Também não vejo problema do outro lado, porque é um acompanhamento, é uma audiência de quem tem uma visão global das matérias, e não uma coisa impositiva de cobrar. Enfim, acho que é essa é a questão.

Agora, as outras questões, Senador Fernando Bezerra, eu conheço V. Exª e até pelas suas posições já levantadas, V. Exª é um entusiasta desse projeto, é preciso cuidado, porque há uma tendência em todos os governos de ver fantasmas onde não existem, porque a gente percebeu aqui que em todas as matérias que foram colocadas na pauta, que nós colocamos como prioritárias, houve pedidos de vista pelo Governo, desde a anterior. Portanto, dá uma sinalização para nós todos e para todos que estão nos ouvindo de uma certa má vontade do Governo, que não está vendo com bons olhos o que está acontecendo, quando não existe impacto fiscal em nenhuma dessas matérias. É um processo basicamente de desburocratização e de tirada de poder da burocracia. Não há nenhum impacto fiscal.

Então, é preciso V. Exª, com a visão que tem, alertar o Governo que não veja fantasma onde não há.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu queria, Sr. Presidente, afastar a possibilidade de que exista algum tipo de resistência do Governo em relação a essa agenda. Muito pelo contrário. O que vim propor, até porque as matérias foram aqui lidas, sugeridas e apresentadas pelo Senador Armando Monteiro na semana passada, quando ele fez a apresentação do seu relatório, a informação que recebemos é de que haveria sugestão para que fossem debatidas, levadas a plenário para serem aprovadas ainda este ano sete matérias. O Governo então está sugerindo que até a semana que vem, a critério do Relator, a critério desta Presidência, se definam três: a resolução e mais dois projetos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por que dois?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não, estou sugerindo aqueles que sejam considerados mais importantes. Vocês vão indicar as matérias que são mais importantes...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Apelo a V. Exª, ao seu bom senso, Senador. Se nós tivermos dez importantes, aqui são sete, mas vamos supor que sejam dez importantes, que não têm impacto fiscal, por que não? Por que restringir a um número aleatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Porque foram apresentadas na semana passada. A Liderança do Governo, a estrutura do Governo está se debruçando sobre essas propostas a serem aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Se a Liderança do Governo é V. Exª, V. Exª tem capacidade para, em duas horas, ter entendimento completo de toda...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não, mas a Liderança do Governo consulta as áreas: Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Casa Civil. O que estou dizendo é que são matérias densas, não são matérias simples. Concordo: não há impacto fiscal, mas existe uma série de discussão em relação, por exemplo, à questão das obrigações acessórias. É uma coisa importantíssima. Eu luto muito por isso. E é uma das matérias que nós gostaríamos de eleger para ser votada agora.

Não quero, digamos assim, definir quais seriam as duas primeiras prioritárias, mas o compromisso da gente é poder de fato enfrentar essa agenda, e avançar nessa agenda.

Então, a informação é de que eram sete matérias e que nós poderíamos avançar na resolução e em mais dois projetos de lei, ficando os projetos mais polêmicos, como aquele de que o Senador Garibaldi Alves Filho pediu vista, para serem apreciados no próximo ano, para dar tempo. É o Código de Defesa do Contribuinte.

como daquele que o Senador Garibaldi Alves pediu vista, para ser apreciado no próximo ano, que é para dar tempo. É o Código de Defesa do Contribuinte.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Está sob análise do Senador Garibaldi.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Do Senador Garibaldi, porque esse é mais complexo mesmo. A Receita Federal tem que ser ouvida, tem que se manifestar. Então, não dá para a gente ter uma posição daqui até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dá, Senador. Dá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso já foi discutido. Não exatamente esse ponto, mas...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não. Eu tenho que aqui me posicionar de forma muito transparente, muito segura, firme.

A proposta que está sendo apresentada merecerá uma reflexão e uma análise que não dá para deliberar na próxima semana, na última semana dos trabalhos legislativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso compromisso é até tratar essa matéria como prioridade e, na volta, em fevereiro, a gente poder pautá-la e votá-la aqui, no Senado Federal.

Estou querendo, dentro da urgência que essa agenda requer, que a gente também possa...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Essa matéria está na pauta de terça-feira aqui, na CAE. V. Exª está dizendo que, no plenário, não?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Daqui não estou falando. Aqui, ela pode ser debatida. Mas o intuito é de aprovar aqui e levá-la para ser discutida no plenário, já para deliberação final.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Esse requerimento é para que essas proposições sejam apreciadas já aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não. Não. Então, se for aqui, não tem nenhum problema. Podem ser votadas todas elas. Retiro o que eu disse. Estou entendo é que é para deliberar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vão direto a Plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Vão direto para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Já estão no plenário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Já estão?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já estão na Mesa, aguardando o prazo de emenda.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Quais as que estão?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Essas cinco aqui já estão na Mesa aguardando o prazo de emendas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Já estão indo a Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já estão na mesa, aguardando prazo de emendas, para o recebimento de emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Só para lembrar, quando o relatório foi encaminhado à Mesa, na Secretaria-Geral da Mesa, aí o Presidente, o Eunício, já leu, dando curso ao processo de tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele leu?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Na quinta-feira. Eu estava presente. Na quinta de manhã. Ele deu o *start*, vamos dizer, já iniciou o processo. Então, tem prazo já com emendas. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O requerimento de urgência é para suprimir o prazo de emendas, para as emendas serem feitas em plenário. Esse requerimento de urgência que se quer votar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Isso aqui é para garantir a inclusão na pauta, porque já está...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já está em prazo de recebimento de emendas. Não suprime, não. Já está no prazo de recebimento de emendas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu só gostaria de saber se entendi, se compreendi de forma equivocada.

O que está se propondo, o que o Senador Armando Monteiro está propondo é que essas cinco ou seis matérias possam ser apreciadas, pelo Plenário do Senado Federal, ou amanhã ou na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso. É isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pois é essa a ponderação que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª está pedindo que não sejam as cinco, sejam só três?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Exato. A proposta é que, em vez de nós levarmos todos os projetos que foram aqui sugeridos – para um já foi feito o pedido de vista, no sentido de não ir a plenário, que é o do Código....

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não, não. Não está incluído aqui. Ele não é proposta nova. O do Código já passou pela CCJ e está vindo para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Então, está fora. Mas é uma das propostas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É uma proposta, mas não está nesse rol dos cinco.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não é em uma semana. Ele já passou e foi discutido

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não é em uma semana. Ela já passou e foi discutida na CCJ. A do Código do Contribuinte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu sei. Mas ela não está pronta para ser votada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Tramita aqui há anos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, eu sei que V. Exª está em tremenda dificuldade, porque está como Líder do Governo. Mas o senhor não acredita nisso que está dizendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não diga isso.

O que estou querendo é encontrar um denominador comum no sentido de darmos a urgência que esta agenda requer, mas sabendo que há uma proposta que é apresentada e que envolve seis, sete matérias.

Então, para poder facilitar a vida dos assessores de Governo das várias áreas do Governo, poderíamos tentar levar para o Presidente da Mesa do Senado Federal, com o apoio da Comissão, fora a resolução, mais duas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há uma solução sobre a qual podemos conversar melhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós aprovamos o requerimento de urgência e, junto ao Presidente do Senado, ao Presidente da Mesa, nós conversamos sobre aquelas que seriam votadas ou não imediatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E, quanto às emendas, há prazo de recebimento também. O Governo pode apresentá-las.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Há que se tentar fazer um entendimento, um acordo, para que possamos deliberar sobre essas matérias que são importantes.

Eu concordo com o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – São cinco requerimentos de urgência: para o PLS 46, de 2017; PLS 475, de 2017; PLS 476, de 2017; PLS 477, de 2017; PLS 478, de 2017.

Coloco em votação em globo de todos os cinco requerimentos de urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam com os requerimentos de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais... (*Fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – A minha emenda foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A sua emenda?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Com a emenda que apresentei ao projeto resolução.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A secretaria está me informando que essa emenda deve ser apresentada em plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Trata-se da emenda em relação ao projeto de resolução.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O projeto não está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não. Está com a Mesa. Pode apresentar porque já está com a Mesa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Bom, não havendo mais a tratar, fica encerrada...

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, o Senador Armando está chamando a atenção para o fato de que, na realidade, são cinco matérias novas, mas há muitos outros projetos que já tramitam aqui no Senado Federal há algum tempo e que também fazem parte da proposta dele, dentro dessa agenda da produtividade, da competitividade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Como o do Código de Defesa do Contribuinte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Inclusive, o Código de Defesa do Contribuinte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Quanto ao Código de Defesa do Contribuinte, eu pedi vista, e o Senador Armando Monteiro, eu fui informado, concordou com esse pedido de vista.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Não é que eu concordei. Eu disse que faríamos a leitura do item, e o pedido de vista poderia ser feito. É regimental.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Quantas matérias envolvem essa agenda da produtividade, fora essas cinco?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há emendas aqui, no Senado, em várias Comissões; na Câmara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não. Eu sei. Quero falar do Senado. Quantos projetos no Senado compõem a proposta do Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – São 15 projetos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou pedindo à secretaria que imprima todos os projetos que estão em andamento e os envie aos membros da Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Para que possamos fazer o entendimento junto com o Presidente Eunício, para que possamos tentar ver quais projetos...

fazer um entendimento junto com o Presidente Eunício, de tentarmos ver quais projetos que levaríamos à deliberação do Plenário neste ano e quais os que ficariam para o próximo ano, porque poderíamos entrar em consenso nos projetos que fossem considerados mais prioritários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não, os que estiverem na Câmara, tudo bem. Não é...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Mas só estou dizendo que no relatório tem um número maior, porque você tem inclusive propostas que estão na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E seria...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – ... e essas matérias novas, os projetos novos são em cinco e tem mais aí um número, não sei se sete ou oito propostas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na Câmara?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mas quantos existem ao todo?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Na Câmara são oito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na Câmara são oito. Então, Senador Fernando Bezerra, já que nós estamos todos com um objetivo comum, seria interessante que tomasse conhecimento dos da Câmara também...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... até para que o Governo pudesse concordar na Câmara, para que desse a urgência necessária.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não tenha dúvida, agilizar. Correto!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pronto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – A minha preocupação que é que possamos entrar em consenso das matérias que vamos levar ao Plenário e cumprir com as obrigações do Senado em relação a essa agenda. Então, parece-me aí, a única preocupação é essa. Tendo em vista as informações que a assessoria técnica da Liderança do Governo recebeu, dificilmente vamos conseguir esgotar essa agenda daqui para a próxima semana, mas existe o compromisso do Governo de se esforçar para ampliar o maior número de projetos dessa agenda e criar um compromisso de deliberar sobre o restante dos projetos em fevereiro e em março. Esse é o compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou confiando na palavra de V. Exª, porque eu sempre confiei e sempre confiarei.

Então, nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Armando Monteiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Romero Jucá, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Dalirio Beber, José Agripino, Ataídes Oliveira, Sérgio de Castro, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Otto Alencar, Omar Aziz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Cidinho Santos, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Serra, Ronaldo Caiado, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 53ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: **Aviso nº 42 de 2017 (Aviso 78/2017-BCB na origem),** de 27 de novembro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas e **Correspondência,** da Assembleia Legislativa do Estado Santa Catariana, de 24 de outubro de 2017, encaminhando moção nº 05/2017, originário da Câmara de Vereadores de José Boiteux-SC. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo." **Autoria:** Deputado Hugo Leal. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. O Presidente registra a presença dos Governadores Pezão e Fernando Pimentel. Lido o relatório. **Resultado:** A comissão aprova o projeto por 15 votos favoráveis, 2 votos contrários e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. Lido o relatório. **Resultado:** O presidente eventual da comissão, senador Armando Monteiro, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais (art. 383, II, b). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o §

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CI. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Evandro Gussi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A SLSF em virtude de aprovação do Requerimento de Urgência no Plenário do Senado Federal no dia 07 de dezembro de 2017. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo." **Autoria:** Tribunal Superior Eleitoral. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto. Lido o relatório. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 24). **ITEM 7 - MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. Lido o relatório em 05 de dezembro de 2017. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 5 - CAE (Substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 25). **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Simone Tebet, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Sérgio de Castro. O relator acata a sugestão da Senadora Simone Tebet e apresenta relatório reformulado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 16 - CAE (Substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 23). **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. Lido o relatório. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), por 12 votos favoráveis, 1 contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. A presença do Presidente da Comissão conta para efeito de quórum. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. Lido o relatório em 07 de dezembro de 2017. Fez uso da palavra o Senador Eduardo Braga. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 – CAE, por 13 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção. A presença do Presidente da Comissão conta para efeito de quórum. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. Lido o relatório em 07 de novembro de 2017. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 – CAE, por 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A presença do Presidente da Comissão conta para efeito de quórum. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2011 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 1º- A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º - A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios - FPM e dos Estados - FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador." **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CCT e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 - Terminativo -** que: "Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)." **Autoria:** Deputado Geraldo Resende. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Cristovam Buarque, Cidinho Santos, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Omar Aziz e Romero Jucá. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com voto contrário do Senador Cristovam Buarque. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 22). **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 164 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 164 de 2017, que "Institui o Programa Especial de Regularização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)"." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 164/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 165 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2016, que "Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação"." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 165/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 166 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 163 de 2017, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País"." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 166/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 167 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2011 - Complementar, que "Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte"." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 164/2017 - CAE. **2ª Parte - Deliberação relatório de avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do relatório de avaliação de políticas públicas de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes. (Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) RELATOR: SENADOR LINDBERGH FARIAS 1) Apreciação do relatório em decorrência do Requerimento nº 17/2017 - CAE, Avaliar a política pública nos termos do art. 96-B do RISF; do Requerimento nº 23/2017 - CAE, plano de trabalho do Relator; RQE 133/2017 - CAE, seminário na cidade do Rio de Janeiro; e RQE 154/2017 - CAE, audiência pública. 2)Em 22/09/2017, foi realizado Seminário destinado a avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo nacional nos setores de petróleo e gás natural, sob a presidência do Senador Lindbergh Farias, no Clube de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação do Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia; David Kupfer, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Bruno Plattek de Araújo, Representante da Associação de Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES; José Velloso Dias Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ; Luiz Pinguelli Rosa, Cooppe/UFRJ e Ex-Presidente da Eletrobrás; Fátima Giovanna Covielo Ferreira, Diretora de Economia da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; Renato Corona Fernandes, Gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP - Decomtec; Luiz Miguel Falcão, Representante do Ministério da Industria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; Edson Carlos Rocha da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; Jesus Cardoso, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Sindimetal Rio; Jandira Feghali, Deputada Federal - PCdoB/RJ; Arthur Ragusa Guimarães, Diretor de Formação do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo - Sindipetro SP; Manoel Sales, Diretor-executivo de Formação Política e Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis; Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, Deputado Federal - PT/RJ; Sérgio Luiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Camacho Leal, Secretário-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - SINAVAL; e Marcel Silvano, Vereador PT - Macaé. 3) Realizada, em 04/12/2017, audiência pública com a presença dos senhores Brigadeiro-do-Ar Paulo Eduardo Vasconcellos, Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; Contra-Almirante (EN) André Luis Ferreira Marques, Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); e Luciana Acioly, Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Resultado:** Adiado. O Presidente propõe a aprovação da Ata desta Reunião, que é aprovado e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos.

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/12

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 53ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Ministério da Fazenda, Ofício "S" nº 42, de 2017.

Correspondência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de 24 de outubro de 2017.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo.

Autoria: Deputado Hugo Leal

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Eu pediria ao Senador Armando Monteiro para presidir a reunião para que eu possa relatar.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Passo a palavra ao Relator, Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Como Relator.) – Relatório.

Submete-se à Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 161, do Deputado Hugo Leal, que altera a Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo.

O autor do projeto buscou disciplinar o repasse de recursos obtidos com *royalties* e participação especial entre a União e os demais entes federativos que tenham direito, acrescendo regime específico no caso de alienação, antecipação ou transferência a particulares dos direitos de Estados e Municípios sobre os *royalties* do petróleo, a fim de que o creditamento de valores fosse feito diretamente em conta de titularidade do particular que celebrou a operação com o Estado. O seu objetivo é estabelecer garantias àqueles que contratam com o Estado, antecipando ou alienando direitos sobre pagamentos futuros decorrentes da compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei tramitou nas Comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo aprovado nos moldes do substitutivo apresentado na CCJC.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do que dispõe o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O Projeto de da Câmara nº 161, de 2017, se propõe a alterar os arts. 47 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com o objetivo de alterar o modo de pagamento de *royalties* e participação especial de titularidade dos Estados e Municípios, possibilitando-se o seu uso para pagamento com despesa de pessoal, inclusive de benefícios previdenciários, bem como limita a incidência da Lei Complementar nº 159, de 2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Sob o aspecto de constitucionalidade, avalia-se que o projeto está em conformidade com a Lei Fundamental. Nos termos do art. 22, incisos VII e XII da Constituição Federal, o assunto da proposição encontra-se no âmbito da competência legislativa privativa da União. Desse modo, conforme o art. 48 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a matéria.

Quanto à técnica legislativa, constata-se que a proposição está adequada às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

No mérito, mostra-se imprescindível conformar a proposição com os termos da Lei Complementar nº 159, de 2017, que, recentemente, instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, a fim de que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal não afete a transferência dos recursos provenientes dos pagamentos dos *royalties* e das participações especiais para as contas bancárias dos investidores, assegurando-se o oferecimento de alternativas de financiamento aos entes federados bem como o cumprimento de contratos já firmados, propiciando-se a efetividade do princípio da segurança jurídica, que deve ser intrínseca aos contratos firmados entre os entes da Federação e particulares.

O presente projeto, ademais, possibilita o direcionamento dos *royalties* e participação especial devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o pagamento de folha de pessoal e dívidas previdenciárias, o que contribuirá para facilitar a composição de solução para situações de calamidade em que se encontram entes da Federação, alguns com sérios problemas para arcar com despesas fundamentais para a manutenção de serviços públicos pelos quais são responsáveis. Em casos mais extremados, têm-se verificado a falta de pagamento a fornecedores de produtos e serviços e o atraso de pagamento de servidores públicos, inclusive de aposentados, muitos em condição de penúria.

Com efeito, a autorização legal para que o ente da Federação subnacional use receitas de *royalties* e participação especial para fazer frente a gastos com pessoal, em possível prejuízo de seu uso em investimentos, não parece ideal, especialmente por seu caráter permanente. No entanto, a situação por que passam alguns desses entes, gerando instabilidade institucional e promovendo a deterioração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da prestação de serviços para a população local, que em última análise é a destinatária de serviços e a maior prejudicada, torna a proposição meritória.

Voto.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2017.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Relator, como esse projeto é matéria terminativa, eu sugiro, enquanto não temos aqui o quórum, que passemos ao item seguinte, que é o item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

V. Exª está com a palavra para relatar a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, mediante a Mensagem nº 76, de 2017, o Presidente da República submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §4º do art. 6º da Lei nº 12.529, de 2011, o nome da Srª Paula Farani de Azevedo Silveira para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

A Srª Paula Farani Azevedo da Silveira é bacharel em Direito pelo UniCEUB (2006) e Mestre em Direito Internacional pela Georgetown University Law Center.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi advogada do escritório Trench Rossi Watanabe Advogados entre 2008 e 2011. Foi também advogada do escritório Veirano Advogados entre 2011 e 2016, tendo voltado ao Trench Rossi Watanabe Advogados em setembro de 2017. Nas três posições a Srª Paula Farani Azevedo da Silveira sempre trabalhou com temas relacionados ao comércio exterior e à defesa da concorrência.

Paula Farani Azevedo da Silveira também foi Coordenadora-Geral de Análise de Infrações nos Setores de Agricultura e Indústria da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça entre julho de 2007 e setembro de 2008. Nessa posição, ela participou de investigações de cartel, abuso de posição dominante, litigância de má-fé e fraude a licitação. Também foi Chefe do Ministério da Justiça, no âmbito do Mercosul para assuntos referentes a Concorrência, Serviços e Propriedade Intelectual.

Seu currículo e sua argumentação escrita também informam que ela recebeu o prêmio Best Lawyers Trade Law 2018 e Who is Who Legal Trade & Customs – 2015 a 2017, além de ter ficado em segundo lugar do prêmio de monografias Victor Nunes Leal do UniC.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a indicada apresentou, além do *curriculum vitae*, os seguintes documentos, que foram entregues à Comissão dentro do prazo previsto:

– Declaração de que seu cônjuge, André Luiz Souza da Silveira, atuou pontualmente no Cade entre 2002 e 2010, mas que atualmente não possui outros parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade no Cade.

– Declaração de que atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente a dezembro de 2017, como advogada privada em juízos e tribunais, e que não atuou, no mesmo período, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras federais.

– Declaração de que participou como sócia dos escritórios Trench Rossi Watanabe Advogados (setembro de 2017 a dezembro de 2017) e Veirano Advogados (outubro de 2011 a agosto de 2016) e que atua como sócia minoritária, sem poderes de gestão, da empresa Luísa Farani Confecções Ltda.

– Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

– Declaração de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte das Justiças Federal e Distrital.

Informa, ademais, em declaração assinada e datada de 11 de dezembro do corrente ano, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheira do Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Srª Paula Farani de Azevedo Silveira para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, da alínea "b", do Regimento Interno, concedo vista coletiva da presente matéria.

Qual é o dia da sabatina?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Primeira semana de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Quando é que a gente pode fixar?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Primeira semana de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Primeira semana.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Esclareço que no dia 6 de fevereiro será realizada a da Srª Paula Farani de Azevedo Silveira para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – É sobre o item 4, Sr. Presidente, que trata da aprovação da Política Nacional de Biocombustíveis. Queria saber se V. Exª poderia chamar, para que a gente pudesse fazer a leitura do relatório. Essa matéria já tramita em regime de urgência e será apreciada hoje no plenário do Senado Federal, já com quórum.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Ainda não temos quórum para o item 1, não é?

Vamos seguir, então, com os não terminativos.

Concedo essa inversão de pauta, até levando em conta que o Senador também é Relator do item 3. Portanto, fica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O item 3 eu estou pedindo para retirar de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Está pedindo para retirar. Muito bem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Para poder analisar melhor o relatório, tendo em vista manifestação contrária da Liderança do Governo em relação ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Estamos aprofundando. Portanto, gostaria de chamar o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CI.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável à matéria, com a Emenda nº 1-CI.)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências.

Autoria: Deputado Evandro Gussi

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra o Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem para análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o PLC nº 160, de 2017 (PL nº 9.086, de 2017, na origem), de autoria do Deputado Federal Evandro Gussi, cujo objetivo é estabelecer a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que permitirá a ampliação da participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional, com o oferecimento de energia a partir de fontes renováveis, além de criar meios para que o País atenda às metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEEs) que se comprometeu a cumprir em acordos internacionais.

O Capítulo I institui a Política Nacional de Biocombustíveis, prevendo seus objetivos (art. 1º), fundamentos (art. 2º), princípios (art. 3º) e instrumentos (art. 4º). Traz as definições pertinentes no Capítulo II, metas de redução de emissões na matriz de combustíveis no Capítulo III, monitoramento de biocombustíveis e combustíveis (Capítulo IV), crédito de descarbonização (CBIO), no Capítulo V, certificação de biocombustíveis (Capítulo VI) e disposições gerais no Capítulo VII.

Ao instituir a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o PLC estabelece metas de redução de emissões de gases causadores de efeito estufa para a matriz de combustíveis e cria o mercado de crédito de descarbonização a partir de biocombustíveis certificados. Nos termos da proposição, o RenovaBio tem por objetivos:

I – contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

II – garantir a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis, incluindo mecanismos de avaliação de ciclo de vida;

III – promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – assegurar previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.

Entre os princípios do RenovaBio, podem ser destacados:

I – previsibilidade para a participação dos biocombustíveis, com ênfase na sustentabilidade dessa indústria e na segurança do abastecimento;

II – proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;

III – eficácia dos biocombustíveis em contribuir para a mitigação efetiva de emissões de gases causadores do efeito estufa e de poluentes locais;

IV – potencial de contribuição do mercado de biocombustíveis para a geração de emprego, renda e para o desenvolvimento regional, bem como para promoção de cadeias de valor relacionadas à bioeconomia sustentável;

V – avanço da eficiência energética com o uso de biocombustíveis em veículos, máquinas e equipamentos; e

VI – impulso ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, visando a consolidar a base tecnológica, a aumentar a competitividade dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a acelerar o desenvolvimento e a inserção comercial de biocombustíveis avançados e de novos biocombustíveis.

Conforme consta da justificativa, além do objetivo de caráter ambiental, como uma contribuição para conter o avanço do aquecimento global por meio de medidas de desenvolvimento econômico que geram emprego e renda, há a necessidade de se garantir o adequado abastecimento do mercado doméstico de combustíveis, em bases sustentáveis, no presente e no futuro. Segundo o proponente, a segurança energética do País estará em risco caso não sejam criadas condições para uma retomada de investimentos no setor de biocombustíveis.

O projeto visa a definir as bases para a certificação de biocombustíveis, que propiciará ao produtor a emissão de um ativo financeiro, na forma de Crédito de Descarbonização (CBIO), a ser negociado em bolsa, em condição de livre mercado, conferindo transparência e equidade a todos os agentes envolvidos. A essa certificação estará aliado o estabelecimento de metas de redução de emissão de gases causadores de efeito estufa através de combustíveis, a serem cumpridas pelas empresas distribuidoras, que a cada ano deverão comprovar o atingimento de suas metas individuais com a aquisição de créditos de descarbonização.

Na Câmara dos Deputados, o PLC em análise foi aprovado com três emendas pelo Plenário daquela Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, a matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para análise. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, tendo gerado 27 bilhões de litros de etanol e 4,2 bilhões de litros de biodiesel em 2017. O etanol é utilizado em mistura com a gasolina na proporção de 27% em volume em todo o País, bem como combustível único na forma de etanol hidratado nos carros *flex fuel*, que representam mais de 65% da frota atual de veículos leves. O biodiesel é adicionado ao diesel fóssil na proporção de 8%, e já foi aprovada elevação dessa mistura para 10% a partir de março de 2018.

Apesar desses números expressivos, Sr. Presidente, o Brasil nunca possuiu uma política específica para todos os biocombustíveis, de forma conjunta. Tampouco foram criadas as bases para o desenvolvimento sustentado dessa atividade, com previsibilidade para os agentes públicos e privados, como bem registrado na justificativa do projeto. No cenário atual, investimentos para a expansão da produção de biocombustíveis encontram-se paralisados pela falta de objetivos claros sobre a sua participação na matriz, que ainda não reconhece suas vantagens ambientais e de promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável.

Ademais, não se trata de uma proposição que abrangerá apenas o etanol e o biodiesel. Existe um potencial notável para a inserção comercial de novos biocombustíveis na matriz energética, como o biogás, o biometano (biogás purificado) e o bioquerosene de aviação. Também há o potencial de novas gerações de biocombustíveis. Todos os biocombustíveis, líquidos, gasosos ou sólidos, presentes e futuros, estão contemplados no âmbito do RenovaBio.

Desse modo, será uma política pública que, pela primeira vez, objetiva traçar uma estratégia conjunta para estimular e reconhecer o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto no que se refere à sua contribuição para a segurança energética, com previsibilidade, quanto para mitigação de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa no setor de combustíveis.

Esse estímulo aos biocombustíveis não será pautado em medidas artificiais, como a criação de subsídios, créditos presumidos ou os chamados impostos sobre o carbono. A solução da escolha dos biocombustíveis. A solução da escolha dos biocombustíveis vencedores será dada pela própria sociedade, a partir de mecanismos de mercado, mais eficientes para estimular a competitividade com previsibilidade. Em essência, o estímulo do RenovaBio será, assim, assegurado por mecanismos técnicos voltados para reconhecer a capacidade de cada biocombustível para redução de emissões, a partir dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes instrumentos principais: metas nacionais de redução de emissões para combustíveis; certificação da produção eficiente de biocombustíveis; Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis.

A certificação da produção por avaliação de ciclo de vida é uma metodologia com forte base científica, padronizada pelas normas ISO 14040 e 14044 e empregada em diversas normativas internacionais, para distintos produtos. Inclusive, já é aplicado a vários produtores de biocombustíveis brasileiros, quando exportam para outros países. Essa certificação atribuirá notas diferentes para cada produtor de biocombustíveis. Maior será a nota de certificação para o produtor que produzir maior quantidade de energia limpa, com menores emissões de CO_2, no ciclo de vida, independentemente da espécie do biocombustível.

Dessa forma, a nota refletirá exatamente a contribuição individual de cada usina para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil. Quanto maior a nota, maior será a quantidade de Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis. Esse crédito consistirá em um ativo financeiro, a ser negociado em balcão organizado (bolsa de valores), emitido pelo produtor de biocombustível. Ou seja, para cada litro de biocombustível vendido, o produtor ganha o direito de ir à bolsa e emitir uma determinada quantidade de Créditos de Descarbonização. A demanda por esses créditos virá de diversos setores, como o das distribuidoras de combustíveis, setor de aviação, fundos de investimento "verdes" de instituições financeiras e demais agentes que precisam adquirir créditos de descarbonização em contrapartida pela emissão de carbono de suas atividades produtivas. Inspirado na experiência norte-americana, não é possível a venda direta, mas somente por intermédio do balcão organizado.

Já as metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis deverão ser definidas para um período de 10 anos. São importantes para assegurar previsibilidade, em termos de emissões que, por sua vez, traduzem-se em necessidades volumétricas de combustíveis (fósseis e renováveis) ao longo do tempo. Isso é fundamental para permitir que os agentes privados façam seus planejamentos e análises de investimento em um ambiente com menos incertezas.

As metas nacionais, Sr. Presidente, serão desdobradas em metas individuais, anualmente, para os distribuidores de combustíveis, conforme sua participação no mercado de combustíveis fósseis. Os distribuidores comprovarão o atingimento da suas respectivas metas a partir da quantidade de Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis adquiridos em bolsa de valores. Esse mecanismo financeiro contribuirá também para trazer maior segurança para a fiscalização do mercado de combustíveis.

Com base nesses instrumentos, cuja base legal está na presente proposta, a Política Nacional de Biocombustíveis estimulará de maneira notável o aumento da competitividade e da sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos no Brasil. Estimulará a melhoria do desempenho ambiental, com ênfase em eficiência energética e redução de emissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre observar que a mais avançada produção de biocombustíveis não somente reduz as emissões de gases causadores de efeito estufa, em relação aos combustíveis fósseis, mas vai além: já há casos onde a produção eficiente de biocombustíveis anula as emissões relativas de CO_2 e dos combustíveis fósseis e, mais do que isso, poderá ainda reter mais carbono do que gerou ao longo de todo o processo de produção e uso do renovável, no ciclo de vida. Ou seja, é o que se chama de "sequestro de carbono", a partir de uma atividade produtiva e competitiva, que gera emprego e renda para o Brasil. O que precisamos, então, é induzir que mais casos desses aconteçam no mundo real.

A indução à eficiência energética e ambiental objetivada pelo RenovaBio contribuirá para mover toda a indústria de biocombustíveis, com previsibilidade, nessa direção de reversão do acúmulo de gases de efeito estufa. O avanço tecnológico dos biocombustíveis e a expansão da sua produção em bases sustentáveis contribuirão para isso.

Em síntese, o PLC oferece uma solução que estimula o mercado a partir de mecanismos de mercado; estimula eficiência, competitividade, desempenho ambiental; induz a redução de custos de produção; agrega valor com menor dependência externa; gera emprego e renda; contribui para o compromisso no Acordo de Paris; e, finalmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é fundamental para a segurança energética do abastecimento de combustíveis.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do PLC nº 160, de 2017.

Antes de encerrar o meu relatório, chegou, um pouco antes da minha leitura, uma emenda, que pretende ser uma emenda de redação, apresentada pelo Senador...

É uma sugestão do Senador Cidinho e eu vou aqui conversar com ele, porque nessa minha primeira leitura, eu entendo que não se faria necessária a mudança da palavra "produtores" para "agricultores", tendo em vista que a remissão que aparece no texto é para a lei da agricultura familiar, que é a Lei nº 11.326. Mas eu pediria só....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Então, está retirada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Só um segundinho.

A matéria está em discussão.

Para discutir, a Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Prometo que não será discussão, apenas aplausos e elogios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu gostaria de parabenizar o autor do projeto e o Relator, Senador Fernando Bezerra, que sempre que convocado ou conclamado, vem e dá uma resposta positiva e urgente ao Senado e ao Brasil.

Eu digo isso, Senador Fernando Bezerra, porque admiro a competência de V. Exª e a capacidade de V. Exª de ser ágil nas questões que realmente são relevantes para o interesse do País.l

Embora parabenize o projeto, esse plano nacional de biocombustível e energia renovável, nós não podemos deixar de mencionar que esse plano vem com pelo menos duas décadas de atraso. São pelo menos vinte anos que o setor luta para colocar o setor de biocombustível na agenda nacional.

Eu me lembro de que, no primeiro mandato do Presidente Lula, houve uma grande campanha, se não me engano, comandada pelo Ministro Roberto Rodrigues, no sentido de colocar o setor principalmente do etanol no seu papel de destaque. Somos o segundo maior produtor de biocombustível. O meu Estado é hoje o terceiro produtor no setor do etanol, mas, infelizmente, nós não tínhamos e não temos políticas constantes.

V. Exª foi muito feliz no seu parecer quando falou previsibilidade, que é o que falta ao País, que falta ao investidor e ao setor privado. Sem previsibilidade e segurança jurídica, ninguém investe no Brasil.

Eu venho desse setor. Na minha propriedade rural, eu tenho produção de cana e sei que, se crescemos de 2003 a 2008, 2009 10% ao ano, hoje não se cresce 1%. Nós, depois que foi descoberto o pré-sal, infelizmente – uma riqueza do futuro –, esquecemos a riqueza do presente, como se fossem duas coisas distintas. Poderíamos ter continuado com a política de investimento e de incentivo a esse setor. Hoje, nós temos, no mínimo, 50 usinas de álcool em processo falimentar; nós temos o produtor desestimulado, justamente porque faltava aquilo que hoje vamos consagrar no Senado Federal: um plano nacional direcionado a esta questão do biocombustível.

Eu quero parabenizar, portanto, e dizer que nós estamos falando aqui não só da questão econômica, geração de emprego e renda, e desenvolvimento, mas também da questão ambiental. Segundo informações que nós temos, sabemos que a palha que hoje é queimada nas caldeiras só nos Estados de Minas Gerais e São Paulo é capaz de produzir energia de uma Belo Monte. Com isso, eu não preciso dizer mais nada. Há importância ambiental, há importância para o futuro, há importância para a economia e há importância para as próximas duas décadas. Provavelmente, até 2030, se nós tivermos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

partir do plano, programas e metas concretos, nós poderemos estar falando em geração de mais um milhão de empregos diretos e indiretos somente nesse setor.

Parabéns a todos os produtores que acreditaram e que ainda acreditam na cana, no etanol e no biocombustível! Parabéns ao autor e parabéns ao relator!

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, ao projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, é só a solicitação de urgência para votar em plenário. Já há o requerimento de urgência aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Já há requerimento de urgência aprovado. Então, a matéria segue direto para o plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, a Câmara Federal aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos micro e pequenos empresários.

O Congresso Nacional já o tinha aprovado por unanimidade, mas era um projeto de conversão, e, constitucionalmente, tem de ser lei complementar. Por isso, o Senhor Presidente o vetou. Aquilo que já havia sido aprovado pela Câmara e pelo Senado foi repetido nesse projeto de lei, único ponto. Foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Federal na semana passada, está aqui na CAE, e eu estou pedindo a sua inclusão extrapauta, para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu submeto ao Plenário da Comissão a proposta do Senador José Pimentel de incluir na pauta o PLC nº 164, de 2017, que é complementar e que institui o Programa Especial de Regularização Tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples.

Aqueles que aprovam a inclusão em pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está incluída na pauta a matéria do Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, se eu puder relatar, serei rapidinho, farei só um ligeiro resumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Há um ponto aqui: o item 1 da pauta é terminativo. O relatório havia sido lido, e estamos agora com quórum. Logo em seguida, o Senador vai relatar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, diante da importância do projeto que já foi relatado aqui pelo nobre Senador Tasso Jereissati, que é o PLC 161, de 2017 – o Senador Tasso já o relatou, e precisamos votar –, um projeto que vai, de alguma forma, ajudar os Estados brasileiros, sobretudo o Estado do Rio de Janeiro e outros Estados que enfrenta problemas nessa questão da securitização, eu pediria a V. Exª que pudesse abrir o painel, para que se votasse logo, para que começássemos a votar, até atingir o quórum. Já temos quase o quórum qualificado. Depois disso, teremos de participar de reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Então, vai ser difícil permanecer aqui daqui a meia hora ou daqui a uma hora.

Então, V. Exª podia abrir o painel, para que começássemos a votar.

Convidamos os Senadores que estão também interessados em ajudar na aprovação desse projeto, que acho da maior importância, bem como tantos outros projetos que vamos votar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, tenho de colocar a matéria em discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo, então...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, apenas quero registrar, com alegria, a presença dos nossos Governadores Pezão e Fernando Pimentel, que abrilhantam com suas presenças a nossa Comissão, demonstrando, portanto, a importância da aprovação desse projeto de securitização. Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem, vamos votar!

Fica, então, aberta a votação. Vamos iniciar a votação.

Está aberto o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores podem iniciar a votação.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente. (*Pausa.*)

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu consulto V. Exª sobre a possibilidade de, após o projeto do nosso Senador José Pimentel, irmos para o item 15, dos Municípios em áreas alagadas, o PLS 317, cujo Relator é o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não. Logo depois do relatório do Senador Pimentel sobre esse item que foi incluído na pauta. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Davi, por favor.

Senadores Garibaldi e Cristovam, vamos votar? (*Pausa.*)

Davi, votou?

Cristovam, vamos votar? (*Pausa.*)

Podemos encerrar?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Por favor, Senadora Regina. (*Pausa.*)

Muito bem. Podemos encerrar?

Vamos encerrar a votação.

Falta o Senador Garibaldi. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

Vou proclamar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votaram SIM 15 Srs. Senadores; NÃO, 2 Senadores.

Portanto, a Comissão aprova o projeto. O projeto está aprovado.

Eu peço ao Senador Tasso que retome os trabalhos, com a leitura do relatório do PLC nº 164.

Por favor, Senador Pimentel, para relatar o item que foi incluído extrapauta, que é o PLC nº 164. Por favor.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2017

- Não terminativo -

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).

Autoria: Deputado Geraldo Resende

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 164, de 2017 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 171, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Geraldo Resende, aprovado por unanimidade naquela Casa, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (PERT-SN).

A proposição está estruturada em três artigos apenas. É instituído, no art. 1º, o referido programa, que permite parcelamento de débitos apurados no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e redução de juros, multas e encargos legais incidentes sobre a dívida, nos mesmos critérios em que foi feito para as demais empresas.

Em síntese, o projeto exige pagamento em espécie de, no mínimo, 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. O débito remanescente pode ser quitado pelo devedor por meio da escolha entre uma de três modalidades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª) liquidação integral, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora, 70% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;

2ª) parcelamento em até 145 parcelas mensais e sucessivas, com redução de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios; ou

3ª) parcelamento em até 175 parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% dos juros de mora, 25% das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

Análise.

Quanto à constitucionalidade, inexistem vícios na proposição, tanto em relação à iniciativa da matéria, que não se insere entre aquelas privativas de outros Poderes, quanto no tocante à espécie legislativa, uma vez que cabe à lei complementar, nos termos da alínea "d" do inciso III do art. 146 da Constituição, a definição de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

No tocante à juridicidade, verifica-se a presença dos atributos de inovação legislativa, generalidade, compatibilidade e harmonização com o ordenamento jurídico brasileiro.

Relativamente à técnica legislativa, foram atendidas as normas regimentais e as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito, a proposição aprovada pela Câmara dos Deputados é de extrema relevância, visto que confere aplicação substancial aos arts. 146, inciso III, alínea "d", e 170, inciso IX, ambos da Constituição Federal, que apregoam tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, inclusive como princípio geral da atividade econômica.

De fato, pelas normas recentes, os devedores constituídos como microempresas ou empresas de pequeno porte não têm sido contemplados em programas especiais de refinanciamento de dívidas que autorizem redução do montante devido, como é o caso do PERT, instituído pela MPV nº 783, de 2017, convertida na Lei nº 13.496, de 2017, em face de lei ordinária, e só poderia ser lei complementar.

Pelo referido programa, os débitos de natureza tributária e não tributária, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de abril de 2017, poderão ser pagos pelos devedores aderentes de forma facilitada, inclusive com redução de juros e multas a depender da modalidade de adimplemento escolhida pelo devedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, foram excluídos do PERT os débitos apurados no âmbito do Simples Nacional, como expressamente previu a Administração Tributária por meio do inciso III do §4º do art. 2º da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, e do inciso I do parágrafo único do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho 2017.

Restam às microempresas e às empresas de pequeno porte apenas o parcelamento convencional de débitos, de que trata o §16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 2006, cujo limite máximo é de 60 prestações.

É comum que os parcelamentos convencionais, também conhecidos como ordinários, não tenham previsão de perdão de parte da dívida, a exemplo daquele estatuído no art. 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, aplicável aos débitos em geral para com a Fazenda Nacional.

É grave, não obstante, a criação de programa especial de parcelamento aos devedores em geral, com previsão de redução de juros, multas e encargos, sem que haja regra similar para os devedores constituídos como microempresas e empresas de pequeno porte, não só pelo descumprimento da orientação constitucional indicada acima, como também pelo efeito negativo de exclusão de devedores inadimplentes da sistemática do Simples Nacional. A previsão, Srs. e Srªs Senadoras, é de que 600 mil micro e pequenas empresas deverão ser excluídas a partir de janeiro de 2018, caso o Congresso Nacional não aprove esse projeto de lei complementar.

A exclusão do Simples Nacional representa, não raro, o fim da empresa devedora, que não terá como arcar com a tributação aplicável às demais pessoas jurídicas, seja em razão da elevada carga tributária seja em decorrência da complexidade imposta pelo sistema.

Com o fim das atividades promovidas pelas empresas excluídas, perde a economia nacional, pois há aumento do desemprego e diminuição da arrecadação de tributos. Vale lembrar que cerca de 70% das empresas brasileiras, dados até 2013, hoje são 97%, conforme divulgado pela Secretaria da Receita Federal no Brasil, o que, por si só, demonstra a importância das microempresas e das empresas de pequeno porte no conjunto da atividade econômica nacional.

Não por outro motivo, esta Comissão, no Relatório nº 7, de 2017, de que tive o privilégio de ser o autor, relativo à avaliação da política pública consubstanciada no Simples Nacional, destacou, entre os pontos que demandam aprimoramento na lei de regência, o parcelamento de débitos do Simples Nacional com redução de multas e juros, aprovado por unanimidade nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Cabe destacar que o art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 2016, embora tenha melhorado temporariamente as condições de parcelamento de débitos apurados no Simples Nacional, não resolveu o problema atual dos devedores, pois não promoveu redução de juros, multas e encargos, como foi feito na renegociação das médias e grandes empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de todos esses aspectos, pode-se concluir que há inversão da lógica constitucional, que determina tratamento mais benéfico às microempresas e às empresas de pequeno porte, o que, a nosso ver, abrange os programas de refinanciamento de dívidas.

De sorte a afastar o tratamento não isonômico, é importante aprovar o PLC nº 164, de 2017– Complementar. Com sua entrada em vigor, as empresas sujeitas ao Simples Nacional que estejam em dificuldade financeira poderão quitar dívidas tributárias, com redução de juros, multas e encargos, e evitar a exclusão do programa.

Voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2017 – Complementar, e, no mérito, por sua aprovação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – A matéria está em discussão.

Pela ordem, já está inscrito o Senador Cristovam e, em seguida, o Senador Cidinho.

Senador Cristovam, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós estamos votando aqui um projeto que faz parte de um conjunto que dá a impressão de que precisamos de uma camisa de força para nós todos.

Estamos votando uma reforma da previdência sem a qual este País se acaba, os aposentados ficam sem salários. É óbvio que temos que aprovar essa reforma da previdência – e ela ainda não é suficiente para recuperar a sustentabilidade da previdência ao longo das próximas décadas e fazer justiça contra um sistema injusto que nós temos –, mas tudo indica, pelo que se fala, que, para aprovar, temos que fazer coisas como esta, que vai reduzir as finanças e aumentar o déficit do nosso Governo.

Este é um projeto de sacrifício fiscal. Claro que vai beneficiar as microempresas, sem dúvida alguma. Claro que é necessário fazer gestos para os Deputados votarem uma medida que reduza o déficit, mas se cria novo déficit – menor, é verdade. É uma insanidade o que a gente está fazendo! Nem estou dizendo que é uma insanidade sem a qual possamos viver – muitas vezes temos que cometer insanidades para continuar vivos –, mas um dia a gente vai ter de parar com essas insanidades, buscar uma lógica para que as coisas funcionem coerentemente.

Eu creio que este projeto não é coerente com o que precisamos fazer para reduzir o sistemático, estrondoso, fantástico e abismal déficit que temos, parte vindo da crise da insustentabilidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência. Eu vou votar contra. Eu vou votar contra, porque acho que é incoerente com tudo o que a gente está fazendo.

E, se o Presidente está fazendo para ter os votos, então ele pode dizer aos Deputados que fez a parte dele, insana, para poder ter os votos. Mas diga que aqui pelo menos um votou contra, porque acho que é incoerente esse projeto com o que estamos fazendo para justificar uma necessária reforma da previdência.

O problema é que não é o único. Há pouco, nós votamos aqui – e creio que só eu e o Senador Sérgio votamos contra – o uso de *royalties* de petróleo para pagar custeio. Um recurso finito, um patrimônio que se acabará, nós estamos depredando para pagar custeio de irresponsabilidades que tantos de nós alertamos que estavam sendo cometidas naquela época.

Eu voto contra e lamento muito que estejamos fazendo mais um retalho numa colcha de retalhos que vai se rompendo, porque as linhas não são suficientes para segurar os recortes. Vai estourar! Estão estourando na previdência. Estamos fazendo um gesto que vai estourar por outro lado. Colcha de retalho não tem longa vida.

Nós precisamos, aqui nesta Comissão – e o senhor tem sido um dos grandes defensores, o Tasso tem sido outro –, de uma política coerente que sirva a médio e a longo prazo. Isso aí não serve! É mais – desculpe a palavra meio grosseira – um acochambrar para tentar tapar um buraco criando outros buracos.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

Senador Cidinho, pela ordem. Em seguida, o Senador Fernando Bezerra, já inscrito.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Por favor, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu queria, com todo respeito ao Senador Cristovam Buarque, uma pessoa que eu admiro muito, discordar da posição dele. Primeiro, essa questão do Refis das micro e pequena empresas. Nós já havíamos incluído, na medida provisória e, como disse o Relator, o Senador Pimentel, não foi possível, porque na medida provisória não se encaixaria esse tipo de projeto. Então, o Presidente vetou e encaminhou esse mesmo atendimento dado às médias e grandes empresas às micro e pequenas empresas.

E, quando se fala no Refis, sempre se tem essa impressão de que se está perdoando a dívida, parece que o Governo está perdoando a dívida. E, na verdade, não está perdoando nada! O que existe é que precisamos fazer, então, a mudança de que o Senador Cristovam fala, que é uma mudança que deve partir até daqui desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você atrasar hoje o INSS, uma empresa não conseguir pagá-lo hoje e for pagá-lo amanhã, tem 20% de multa. Essa multa é lá do tempo em que a inflação era altíssima. Como uma empresa que não consegue pagar hoje uma parcela, amanhã tem mais 20% de multa, fora os juros?

Então, temos de começar a rever essa questão das multas e de uma taxa de juros que seja real, para que, se a empresa não consiga pagar este mês, mas o mês que vem irá pagar, não pague uma exorbitância dessas de multa, porque 20% é muito caro para quem não conseguiu pagar em dia. Então, quando estamos falando em fazer um Refis para micro e pequenas empresas é para tirar essa multa exorbitante – e nem toda ela, parece que é só 70%, pelo que o Senador Pimentel falou – e os juros de mora, porque além da multa há os juros de mora. Se os juros de normalidade são 1% ao mês, os juros de mora são 2%, 3%, 4% ao mês.

Então, é uma condição para que as pequenas e microempresas, que passaram pela crise forte que o País atravessou e ainda atravessa, possam se normalizar, ter as suas certidões para fazer negócios com órgãos públicos, poder emitir nota fiscal para fazer a sua comercialização.

Acredito que a oportunidade dada para as médias e grandes empresas, o Refis que já aprovamos aqui, está-se dando agora para as micro e pequenas empresas, o que é mais do que justo. Acho que era mais importante até termos feito o contrário: primeiramente para as micro e pequenas empresas. Então, eu acho que é bem-vindo.

Não tenho nenhum conhecimento de que essa matéria tenha sido discutida como moeda de troca pela aprovação da reforma da previdência. Eu entendo que seja uma questão necessária e justa para com as micro e pequenas empresas. Acho que nós fazemos isso em boa hora não para que eles possam ter o perdão das duas dívidas... Quando se fala em Refis, parece perdão de dívidas. Não! É se ter desconto nos juros de mora, que são juros exorbitantes, e também desconto nas multas. Mas a dívida a empresa vai ter de pagar da mesma forma.

Era só isso, Presidente.

Meu voto é favorável. Parabéns ao relatório do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Passamos ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – De forma rápida, Sr. Presidente, apenas para manifestar o meu apoio à posição do Senador José Pimentel.

Acho que os argumentos para apoiar o relatório do Senador José Pimentel já foram aqui muito bem colocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos apenas fazendo justiça com as micro e pequenas empresas. Essas condições que estão sendo dadas no âmbito do Refis às micro e pequenas empresas foram as mesmas que foram dadas às médias e grandes empresas.

Pode-se até questionar – e eu concordo com o Senador Cristovam – se é correto se utilizar de sucessivos Refis. Acho que, de fato, ao apelarmos para sucessivas renegociações, termina-se estimulando o contribuinte normal a não arcar com as suas obrigações fiscais e tributárias, mas já que nós adotamos a política em função dessa crise econômica muito forte, muito grande, que desempregou 14 milhões de pessoas e que levou ao fechamento de milhares de empresas, é importante que os instrumentos de recuperação posam ser oferecidos de forma equânime a todos os empreendedores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Nós queríamos ouvir o Senador Fernando Bezerra. Eu peço às assessorias que, por favor, nos permitam dar sequência ao debate.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Eu chamo a atenção de que mais de 60% dos empregos gerados neste País vêm das micro e da pequena empresa.

É importante, portanto, ressaltar que essa iniciativa já foi aprovada aqui pelo Congresso Nacional, Câmara e Senado, através de uma medida provisória, só que o instrumento estava equivocado e foi muito bem visto pela assessoria legislativa da Casa Civil da Presidência da República. Isso teve de se transformar em um projeto de lei complementar para que os objetivos dele possam ser alcançados.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que nós estamos inaugurando um novo momento neste País. Estamos vivendo a menor taxa de juro real da nossa economia. E a surpresa que está ocorrendo pelo lado do investimento? Nesse último trimestre, a grande surpresa dos indicadores macroeconômicos foi a volta do investimento, que se dá pelo setor privado e pelo pequeno negócio.

Outra razão para se apoiar a iniciativa do Senador José Pimentel é que, sem essa iniciativa do Refis, estamos ameaçando desclassificar, dentro do contexto do Sebrae, quase 600 mil pequenas empresas, que deixariam de ter esse tratamento, porque nós temos políticas públicas no Brasil que conferem benefícios concretos para que o brasileiro possa realizar o seu negócio, possa empreender.

Portanto, compreendo a manifestação do Senador Cristovam e acho que ela nos remete a uma reflexão. Temos de, após este período legislativo, pensar em qualquer iniciativa de renegociação de dívida tributária. Acho que esgotamos esse tipo de política. Temos de suspender isso durante um bom tempo, mas não podemos promover uma injustiça. Se isso foi dado para o médio e para o grande, não é correto que não se estendam os benefícios do Refis para o micro e pequeno empreendedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, eu aqui me posiciono não como Vice-Líder do Governo, mas me posiciono como Senador de Pernambuco. Eu defendo o microempreendedor, o pequeno empresário, porque sei do papel relevantíssimo que ele tem na economia nacional e, de forma particular, na economia do meu Estado, sobretudo nos Municípios do Semiárido nordestino, no setor de serviços, no setor do comércio e no setor da pequena indústria.

Portanto, está de parabéns o Senador José Pimentel, que, ao lado de V. Exª, Senador Armando Monteiro, é um intransigente defensor do empreendedor brasileiro. De forma particular, vocês dois, Senador Pimentel e Senador Armando Monteiro, constituem-se uma voz ativa em defesa do pequeno negócio no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, quero cumprimentar V. Exª, Presidente, e o Senador Pimentel pela presteza e pela rapidez em pautar uma matéria que reputo ser muito importante.

Vejam que, quando esta Casa aprovou o Refis para as grandes e médias empresas, ninguém fez nenhuma argumentação vinculando isso ao fato de que estávamos fazendo uma votação em troca de votação de qualquer uma das reformas.

O Senador Cristovam sabe do respeito que tenho por ele, da admiração que tenho por ele, mas quero dizer que, aqui, nesta matéria especificamente, estamos tratando de dar oportunidade aos micro e pequenos empresários de terem os mesmos direitos que nós demos, há alguns meses, aos médios e grandes empresários no Programa Especial de Recuperação Fiscal, que foi aprovado nesta Casa. E, naquela altura, nós não fizemos nenhum comentário que denegrisse a iniciativa. Ao contrário, houve muito esforço para que nós pudéssemos aprovar. Fizemos, inclusive, uma emenda para o Supersimples, para que, portanto, o micro e o pequeno empresário pudessem ter acesso. No entanto, como essa era uma matéria alheia à medida provisória, ela acabou sendo vetada e transformada em projeto de lei.

Nós estamos aqui aprovando exatamente a mesma coisa, dando ao micro e ao pequeno empresário, que geram emprego, que pagam impostos, que tiveram no Supersimples um programa para que eles saíssem da economia informal e pudessem vir para a formalidade, criando, portanto, uma série de benefícios para a macroeconomia brasileira... O microempresário, quando está na informalidade, não contribui para a previdência, e aí aumenta o déficit da previdência. Quando ele está na informalidade, ele cria um descontrole na economia, porque ele desarranja o sistema de arrecadação municipal, o sistema de arrecadação estadual e federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui manifestar a minha posição favorável à aprovação desse projeto de lei, que nada mais é do que a aprovação do Refis para o micro e pequeno empresário; micro e pequeno empresário esse que tem um papel fundamental na retomada da geração de empregos na economia brasileira.

Países como a Itália, países como Portugal, países como a Espanha, países como a França têm exatamente no micro e no pequeno empreendedor, seja da agricultura, seja do agronegócio, seja dos serviços, seja do comércio, seja do turismo, seja da indústria, a base da sua economia.

Portanto, eu quero aqui manifestar o meu voto favorável ao relatório do Senador José Pimentel e cumprimentar V. Exª e a Comissão de Assuntos Econômicos por pautar essa matéria.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª que, terminada essa votação, nós pudéssemos pedir prioridade para a votação do item 12, um projeto de minha autoria, com parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, que já estava pautado há várias semanas aqui, para que a gente possa votá-lo a seguir.

Agradeço a V. Exª, com a compreensão dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, eu fui citado e queria só dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É para dizer que eu fui coerente. Eu votei contra no momento das grandes empresas. Nada contra as pequenas empresas – ao contrário, deveríamos trazer mais benefícios para as pequenas empresas –, mas sacrificar o equilíbrio fiscal vai contra as pequenas, as grandes empresas e o Brasil inteiro no médio prazo.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, eu estou sendo coerente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Pela ordem, o Senador Omar Aziz e, em seguida, o Senador Romero Jucá.

Por favor, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu vou votar favoravelmente, mas há de se analisar que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quando o Senador Cristovam coloca a sua posição, ele está correto, porque, veja bem, a gente mal terminou um Refis, e já foi feito outro Refis. Faz-se um Refis para ser pago em 60 vezes; não terminam nem aqueles 60 meses e já há outro Refis aqui para as mesmas pessoas que estão no primeiro Refis. E quem está no primeiro Refis, se as regras forem melhores, já entra nesse segundo. Nós tínhamos que ter um critério no Brasil.

É lógico que nós passamos por um momento de recessão, todos nós aqui queremos que a economia volte a crescer, que se gere emprego, que se gere renda, que se deem condições às pequenas, micro e grandes empresas de trabalhar. E a reclamação de todo empresário é aquela de que se paga uma alta quantidade de tributos no Brasil, e muitas vezes acontece. Mas, veja bem, isso é do Município ao Governo Federal. O Município faz Refis do IPTU, faz Refis do IPVA, faz Refis do ISS, faz Refis do alvará, de tudo; o governo do Estado faz Refis do ICMS, faz Refis de outros tributos; e o Governo Federal também faz esses Refis. Nós tínhamos que ter um critério.

Acho que, no ano que vem, nós teríamos que discutir aqui e não fazer isso de dois em dois anos, de governo em governo. Agora mesmo há aqui uma matéria do Senador José Serra – e eu acho muito temerário a gente discutir essa matéria ainda este ano – em relação a você pegar e ter crédito no final de um governo para entregar para o outro governo com dificuldades. Nós temos que ter coerência também.

Então, eu vou votar favoravelmente, mas lhe digo com sinceridade, Sr. Presidente: você, como empresário, já foi presidente de uma entidade, representante dos empresários, sabe das dificuldades. Mas nós tínhamos que ter um critério. Porque senão fica aquela coisa: você beneficia o mau pagador fazendo Refis, parcelando em meses, e o bom pagador, que se esforça para pagar, ele, não; ele não tem benefício nenhum. A verdade é essa.

Mas como vivemos um momento atípico da nossa economia, colocaram bem o Senador Eduardo Braga e outros Senadores aqui, com mais de 12 milhões de desempregados, nós temos que fazer um esforço conjunto aqui não só para as grandes empresas, mas também para as pequenas e microempresas, para que a gente possa dar oportunidade a essas pessoas de se regularizarem na praça.

Vejam só: o Ministro da Fazenda esteve, semana passada, em Manaus. E lá estava o Dr. Rachid, da Receita Federal, e o superintendente, que fica em Belém. Simplesmente a Receita está em greve.

Uma empresa do distrito industrial, se faltar um *chip*, não consegue fazer a montagem e a produção de um aparelho eletroeletrônico, faltando um equipamentozinho. Ali não tem esse negócio de que dá para fazer uma gambiarra, não, se não tem na prateleira. São *micro systems*, são importados que têm tecnologia avançada. E aí você fica à mercê. Uma empresa dessas, por exemplo, que está sendo prejudicada neste momento porque não consegue retirar a sua mercadoria da Receita Federal para produzir num momento desses de Natal, quando se vende mais, no final do ano sempre se vende mais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã ou depois, será penalizada não por causa dela, será penalizada por terceiros. E isso não é levado em consideração na hora de pagar seus impostos. Ela não vai chegar lá e dizer: "Olha, eu não vou pagar isso, já que realmente eu não vendi porque a Receita Federal estava em greve." Chegou a data, ela tem de pagar, tanto a iniciativa privada, todo o setor empresarial, como a pessoa física. É do mesmo jeito.

Eu voto a favor da matéria, por acreditar.

Mas eu acho que chegou o momento, Senador Armando Monteiro, de a gente discutir regras que não sejam mudadas a cada governo e a cada mandato.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, rapidamente, não vou repetir aqui a importância desse projeto, porque vários oradores já falaram, mas eu queria apenas fazer uma reflexão. Nós estamos mudando a economia do Brasil, taxa de juros, inflação, nível de atividade econômica crescente. Então, é muito importante que as microempresas do Simples, que não tiveram direito a fazer o parcelamento do Refis, que acabou agora, tenham essa oportunidade. Senão a gente estaria tratando diferentemente dois tipos de empresas. As pequenas, médias e grandes tiveram oportunidade de se reformular, e as microempresas do Simples não teriam essa capacidade. E o Senador Fernando registrou aqui o nível de emprego que é criado pelas microempresas do Brasil.

Então eu quero aqui, em nome do Governo, da Liderança do Governo, encaminhar o voto "sim", favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

Está encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria com o voto contrário do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Por favor, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu tinha pedido inversão de pauta para o item 15, mas eu quero retirar o meu pedido, primeiro porque há uma discordância em relação ao relatório que, na verdade, não é do Senador Fernando Bezerra, que está como Relator *ad hoc*; é um projeto do Senador Blairo Maggi e o Relator titular é o Senador Benedito de Lira. Então, eu gostaria de retirar o meu pedido de inversão, mesmo porque nós temos o item 6, de que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes é o Relator e que interessa muito ao Governo de Mato Grosso, aos Estados exportadores, que trata do FEX, que é o Fundo de Auxílio Financeiro aos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu vou passar ao Presidente Tasso Jereissati que vai retomar os trabalhos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu estou pedindo urgência no PLC 164. O requerimento está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Nós submetemos ao Plenário então o requerimento de urgência do Senador José Pimentel.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada então a urgência.

Eu passo ao Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu gostaria de sugerir que fosse dado prioridade, aproveitando este momento em que nós temos quórum, para votar os terminativos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

Senador Eduardo Braga.

O item 12 já encerrou, inclusive, a discussão. Já foi lido o relatório, já...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já está nas prioridades.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Já podemos votá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, vamos ao item 12, que é de autoria do Senador Eduardo Braga e que teve como Relatora...

Já foi discutido, é só votação. Já foi discutido neste plenário e entra em votação, terminativo, que trata da tarifa social de água e esgoto, de autoria do Senador Eduardo Braga, e a Relatora foi a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 07/11/2017, foi lido o relatório e concedida vista ao senador Fernando Bezerra Coelho.

O Senador Fernando Bezerra Coelho já liberou.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação.

A votação é nominal. Então, informamos aos Srs. Senadores que podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, enquanto os Srs. Senadores estão votando, gostaria apenas de agradecer a V. Exª e aos companheiros do Senado.

Acho que a aprovação deste projeto trará justiça a milhões de brasileiros que estão em programas sociais, habitacionais e que, a partir deste projeto de lei, passarão a ter acesso a uma tarifa social em alguns Estados, porque, em outros, já têm. O Estado de Minas Gerais já tem essa tarifa, o Estado do Espírito Santo já tem, o Estado do Ceará já tem e vários outros Estados já possuem, mas alguns Estados não têm essa tarifa social, e isso trará, efetivamente, um equilíbrio entre aquilo que o mutuário está pagando, a família beneficiada está pagando num programa, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida, de forma subsidiada e cujo sistema de água e de esgoto foi construído também com recurso subsidiado e que acaba sendo cobrado pelas concessionárias municipais como se elas tivessem feito os investimentos e como se elas tivessem direito à taxa de retorno plena sobre esses investimentos. Então, agradeço, porque acho que faz justiça a milhões de brasileiros esse projeto.

E, sem abusar da boa vontade de V. Exª e dos companheiros, o item 13 da pauta também é um item que está pronto para ser votado, já encerrada a discussão, e é um item que trata de um outro tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que é o Fistel. Se V. Exª acreditar que temos possibilidade, eu faço também um apelo a V. Exª sobre o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador Cristovam, está faltando um voto... Está faltando um voto.

O Senador Cristovam já votou? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram?

O Senador Omar já votou?

O Senador Sérgio de Castro já votou? (*Pausa.*)

Fica encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 13 votos; NÃO, 0.

Há mais o Presidente, deu quórum.

Fica aprovado o projeto do Senador Eduardo Braga. A Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1 da CAE.

Vamos aproveitar o quórum, pedindo aos Srs. Senadores que fiquem, porque nós temos exatamente 14 votos, e há mais um... Senador Eduardo Braga, há o item 11, que é terminativo, que o Senador Garibaldi já tinha pedido para relatar.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pendente de relatório.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Econômicos Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, que objetiva vedar a todas as instituições de crédito, públicas ou privadas, a concessão de empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em que haja repasse de órgãos oficiais. Tal vedação constante da vigente Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, limita essa concessão às instituições oficiais de crédito.

A proposição, Sr. Presidente, dá nova redação ao art. 1º da referida lei para estender a proibição aos demais similares nas operações que envolverem recursos decorrentes de repasses oficiais.

O autor, Senador José Pimentel, argumenta que a principal preocupação é conferir tratamento isonômico a todas as instituições financeiras, resguardando a competitividade dos bancos públicos. Ao ampliar o alcance daquela vedação, impõem-se às instituições privadas as mesmas restrições de suas congêneres públicas, respeitados os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

Além disso, observa ele, em reforço a sua iniciativa, que o art. 173, § 2º, inciso II, da Constituição da República sujeita as empresas públicas ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis.

Sr. Presidente, tendo em vista a premência do tempo e o fato de estarmos com quórum suficiente, qualificado, eu queria dizer que apresentamos um substitutivo a essa propositura.

O projeto e o substitutivo igualam as instituições de crédito oficiais e privadas quanto à exigência de apresentação de certidão de regularidade junto ao FGTS pelo tomador – só as instituições privadas estavam desobrigadas. O substitutivo prevê que, se o financiamento se destinar a saldar débito com o FGTS, a empresa estará apta a pleiteá-lo, e a instituição, a concedê-lo.

O projeto e o substitutivo restringem essas exigências a apenas quando se tratar de empréstimo com lastro em recursos públicos. O substitutivo promove essa restrição por meio de novo parágrafo, enquanto o projeto o faz no *caput* do artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo, diferentemente do projeto, altera também a Lei do FGTS para não haver disparidade entre ela e o substitutivo.

Por isso, Sr. Presidente, o relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

Votação nominal. Vamos abrir a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, já foi pedida vista dessa matéria? Ou ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, ainda não, mas já foi iniciada a votação. (*Pausa.*)

Todos os Senadores já votaram?

Todos os Senadores já votaram. Fica encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 12; NÃO, 01.

A Comissão aprova o projeto, nos termos do substitutivo apresentado pelo Senador Garibaldi.

Item nº 13.

Eu peço novamente aos Srs. Senadores que fiquem, porque nós estamos exatamente com 14 presenças, para que possamos votar o item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 07/11/2017, foi lido o relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

A matéria vai à votação.

Está aberto o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerra-se a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 13 votos; NÃO, 0 voto.

A matéria está aprovada, com a Emenda nº 1, da CAE.

Acho que o Senador Omar saiu. Não temos mais quórum para votar os terminativos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, não havendo mais quórum, vamos votar o projeto de que o Senador Romero Jucá é o Relator, o da securitização.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, como estava combinado, é o item 6, não é?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Certo, mas nós temos urgência num projeto aqui, com a presença do Governador Pimentel, de Minas Gerais, que é de extremo interesse, e se V. Exª concordar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ele é o segundo mais interessado no FEX. O primeiro é Mato Grosso, e o segundo é Minas Gerais. Depois, vem Rio de Janeiro... Enfim...

Mas não há problema. Eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Então, Senador Romero Jucá, item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1.Foram apresentadas em Plenário as emendas nºs 1 a 15-PLEN.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu serei conciso, até porque o relatório já foi distribuído.

Eu quero apenas usar da palavra para registrar e não deixar dúvida sobre o texto do art. 1º, que é o item 39-A, porque, no relatório anterior, nós estávamos restringindo o tipo de securitização apenas para créditos que estavam em parcelamento. Aqui, nós entendemos que não deve ser só isso. O texto do 39-A é:

> Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, que tenham sido objeto de parcelamento administrativo ou judicial, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todos os créditos, em tese, podem ser objeto desse tipo de negociação. Vale dizer que isso é só para créditos que existem. Nós não estamos vendendo o futuro; estamos tentando receber o passado, o que é extremamente salutar.

E também, no §6º do mesmo artigo, nós estamos, com um acordo feito com o Ministério da Fazenda, restringindo e colocando que se destinarão pelo menos 50% do montante das despesas associadas a regime de previdência social. Ou seja, negociamos com o Governo Federal para que, do resultado dessa securitização, pelo menos 50% sejam destinados a despesas associadas a regime de previdência social, portanto, ajudando no enfrentamento do déficit previdenciário de Estados e Municípios, Sr. Presidente.

Dito isso, o último artigo, o art. 3º convalida as operações que foram feitas anteriormente, até porque havia uma situação nebulosa se seria ou não autorizado. Alguns Estados fizeram; outros não fizeram. Existem ações que estão tramitando. E essa legislação nova regula também as ações; ela retroage para definir o escopo das ações que foram realizadas.

Dito isso, peço a aprovação do meu relatório da forma como foi entregue hoje, Sr. Presidente.

Obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone, Senador Fernando. Evidentemente, a preferência é da Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu lamento dizer, mas gostaria de pedir vista deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone Tebet pede vista do projeto do Senador José Serra.

Concedo vista...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O pedido de vista pode ser em até cinco dias. Eu queria ver se era possível V. Exª dar 24 horas de vista, porque essa matéria é extremamente importante para que os Estados e os Municípios possam fechar o ano. Algumas operações estão em andamento. Então, se pudéssemos conceder vista por 24 horas e votar essa matéria amanhã pela manhã aqui, esse seria um esforço que estaria respaldado na necessidade dos Estados e dos Municípios. Eu queria saber se é possível fazer esse tipo de concessão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – V. Exª é o Presidente.

Eu, infelizmente, não concordo com o projeto. Esse é um projeto polêmico. Nós já tínhamos avançado para restringir o projeto em relação apenas à alienação definitiva dos créditos tributários constantes em dívida ativa. Agora, isso se estendeu novamente também para os créditos tributários que não constam em dívida ativa, ou seja, para os parcelamentos constantes. Com esse projeto, nós resolveremos, temporariamente, em curto prazo, problemas financeiros dos atuais governadores, jogando para o futuro uma bomba atômica. Entendo a posição do Senador e até a boa vontade do Relator, o Senador Romero Jucá, mas estamos falando de inviabilizar investimentos no futuro.

Esse projeto chega ao ponto de estabelecer que os atuais governadores poderão vender ou alienar definitivamente esses créditos – e nós nem sabemos se isso caracteriza ou não a operação de crédito, o Tribunal de Contas tem divergência em relação a isso – até os últimos quatro meses do seu mandato. Nós vamos receber antecipadamente, vamos poder, é claro, pagar até 50% desse valor em relação aos déficits previdenciários, mas nós sabemos – e quem já foi gestor municipal e estadual sabe disto – da importância de se contar todo mês com os parcelamentos mensais que vêm de créditos tributários e não tributários. É importante dizer aqui que nós estamos falando de dívida ativa e de crédito tributário e não tributário. Portanto, estamos falando de multas, de despesas processuais, de indenização, de todos os recursos que entram mensalmente nos cofres dos governos.

Sei que houve uma mudança no art. 39-A, uma mudança apenas semântica. Mudaram-se aqui dispositivos. Mas continuo dizendo que esse projeto vai inviabilizar as futuras gestões.

Nós não podemos esquecer que, nos últimos dois anos, Presidente, com toda a boa vontade, já fizemos tudo o que podíamos – e continuaremos a fazer – pelos governadores e pelos Estados. Não vamos esquecer que nós aprovamos, ainda no ano passado, a possibilidade de os governadores levantarem até 40% dos depósitos judiciais que constavam e que resolveram problemas financeiros imediatos. Aprovamos hoje a securitização em relação aos *royalties*, aos Estados, portanto, que têm crédito em relação aos *royalties* do petróleo e do pré-sal. E já votamos a securitização, ainda este ano, pelo menos mais duas vezes.

Eu estou muito preocupada realmente com esse aspecto, um pouco na linha do Senador Cristovam Buarque, com o que estaremos fazendo no futuro com as futuras gestões que se avizinham.

Se V. Exª entender que 24 horas é tempo suficiente, nós acataremos. Mas, de qualquer forma, é um tema polêmico. O Senador Eduardo Braga, que estava ao meu lado, tem a mesma dúvida, bem como o Senador Omar Aziz. E, no plenário, há três meses, quando esse projeto constou, ele veio para cá, porque, justamente, da forma como estava, ele não passaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ver se o Relator poderia, nessas 24 horas, restringir pelo menos a questão da securitização em relação à dívida ativa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Romero, que é o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... eu queria só fazer uma observação, até para que não pareça que efetivamente se está comprometendo o futuro.

Estamos tratando aqui da securitização de créditos que já existem, de dívidas. Nós não estamos vendendo aqui o futuro. Nós estamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não. Nós estamos tentando receber o passado. E, no momento em que tivermos mecanismos efetivos de cobrança e de recebimento – porque o Estado é ruim para cobrar, o Estado não cobra bem –, na hora em que o contribuinte souber que vai amanhã ser cobrado por uma entidade ou por uma instituição mais firme na cobrança, esse contribuinte provavelmente vai pagar imposto no dia em vez de ficar devendo. Então, o que nós estamos fazendo aqui é resolver para trás e criar uma regra de cobrança mais firme para frente. Os atuais governadores poderão negociar, até 120 dias antes de terminar o mandato, desde que a cobrança não incida nos quatro anos seguintes do novo governo. Então, nós estamos colocando a ressalva aqui.

Agora é muito importante nós dizermos o seguinte: nós estamos procurando meios de receber, com atraso, dívidas, porque há uma crise fiscal nos Estados e Municípios. Nós estamos aqui... Esse mecanismo já deveria existir há mais tempo, porque, efetivamente, o estoque que têm o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais de dívidas não pagas, se pudesse ser resolvido isso, daria um alívio imenso à área fiscal de Estados e Municípios.

Então, eu defendo essa lei. Acho que isso é um remédio para trás que resolve o presente e é algo que vai formular novas formas de cobrança para o futuro, para os novos governos. Isso não inviabiliza os governos futuros; ao contrário, na minha avaliação dá mecanismos para os governos futuros. Qualquer governador sabe que o recebimento de parcelamento de dívida atrasada não entra em uma conta de receita correta para fazer o custeio da máquina pública. Não dá para contar com recebimento de dívida. E, na hora em que nós tivermos esse mecanismo, passará a constar efetivamente o cálculo de recebimento de dívidas.

Então, eu apelaria para que nós pudéssemos dar vista até amanhã, pudéssemos votar essa matéria amanhã e, se possível, levá-la para o Plenário antes do recesso dos trabalhos da Casa, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, a Senadora Simone está extremamente coberta de razão. Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa é uma bomba atômica. Todo remédio paliativo de dores tem uma bula dizendo "se o sintoma não sumir, procure um médico". Ora, nós vamos colocar nas mãos das instituições financeiras, que já estão baludas de Cofins etc., de benefícios do Governo Federal, as dívidas do nosso cidadão? O Estado não tem competência de cobrar? Não tem competência é a gestão desse Estado.

Nós não podemos aqui comprometer futuras gestões. Sim! Os péssimos governadores que estão saindo ou prefeitos têm que trabalhar com essa receita de que eles têm previsão. Ora, se eles queriam tanto, por que não cobraram? Por que as instituições vão ter mais capacidade do que o Estado ou o Município de cobrar? E para isso a gente tem, amanhã, no futuro, de estar aí fazendo... Olhe só, há essa dívida hoje, que aparentemente está impagável ou está com essas dificuldades, e amanhã nós vamos estar aí abonando receitas, liberando receitas, prejudicando as futuras gerações. Sem nenhuma dúvida, esse projeto é extremamente prejudicial. Nós não podemos trabalhar de emergência. Quem trabalha de emergência o faz porque não tem competência. Não tem competência!

Então, é da maior importância que se dê para as gerações futuras... E o Brasil vai mudar, sim, agora, eu acredito nisso; que a dor dos brasileiros... O meu Estado, principalmente, vai fazer isso. É hora de limpar a corrupção. Eu não tenho dúvida nenhuma de que quem errou no passado, quem não teve competência de cobrar as suas receitas não pode comprometer as futuras gerações, que vão entrar com o sonho e a esperança do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria aqui trazer o meu apoio ao relatório do Senador Romero Jucá e pedir vênia à Senadora Simone Tebet para discordar das colocações que ela aqui fez em relação a essa iniciativa.

Eu queria registrar aqui um aspecto fundamental desta proposta que é que não pode haver, em nenhuma hipótese, qualquer tipo de coobrigação do cedente em relação aos créditos cedidos. Isso quer dizer o seguinte, Sr. Presidente: se o valor efetivamente arrecadado com os créditos cedidos não for suficiente para pagamento das obrigações, o risco é todo do investidor, não havendo, portanto, a hipótese de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios arcarem com qualquer inadimplência que se verifique no decorrer da operação de securitização. Eu quero enfatizar isso, porque a securitização não é uma operação de crédito, apesar de haver questionamentos no Tribunal de Contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da União, mas é a venda de patrimônio público, classificando-se, portanto, essa operação como receita de capital.

Uma outra informação que eu julgo importante passar para os Srs. Senadores é que a cessão não poderá ser feita sobre montantes do crédito tributário que pertençam, por regra de repartição constitucional, a outros entes, como é o caso, por exemplo, da parcela do ICMS devido aos Municípios. Assim, do total dos créditos, apenas o percentual que efetivamente ficará com o Estado ou a União poderá ser objeto de securitização, preservando-se a receita a ser repartida no momento do efetivo recebimento do tributo ao Estado ou ao Município, conforme o caso.

Finalmente, quero me associar a umas colocações que foram feitas pela Senadora Simone Tebet. Nós, Senadores, aqui aprovamos diversas iniciativas que melhoraram o ambiente fiscal dos Estados e dos Municípios brasileiros, porque nós reconhecemos que a crise afetou, sim, as finanças públicas dos entes federados. Foram diversas iniciativas: a renegociação das dívidas, as receitas de precatórios. E eu queria chamar a atenção para o fato de que essa iniciativa da securitização é importante do ponto de vista fiscal, sobretudo para alguns Estados brasileiros que estão muito sofridos, machucados com a crise. Vejam o caso do Rio de Janeiro, a situação: até agora o Estado do Rio de Janeiro não pagou o décimo terceiro do ano passado, não é nem deste ano. É uma situação de muita precariedade.

O Senado Federal é a Casa dos Estados. Aqui deve reinar o espírito da Federação. Nós temos três Estados brasileiros que estão nas cordas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, me permite, Senador Fernando? É que estou sendo avisado de que o Presidente do Senado está mandando encerrar as reuniões em função...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Vou concluir, Presidente.

Mas eu queria chamar atenção para três Estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Eles serão fortemente contemplados com essa iniciativa, mas o meu Estado também. O Estado de Pernambuco poderá obter de receitas quase R$500 milhões.

Ontem realizamos um grande evento da oposição lá no nosso Estado. E o Governador dizia que a oposição deveria, em vez de criticar, fazer coisas concretas. A gente salvou o Estado de Pernambuco em diversas iniciativas, aqui nesta Casa, e o que já foi transferido para o Estado de Pernambuco deu mais de R$2 bilhões. É por isso que, como Senador do meu Estado, eu entendo que, embora esta matéria vá beneficiar os Estados mais ricos, como é o caso de São Paulo, e sobretudo os Estados que estão numa situação mais crítica, como é o caso de Rio, Minas e Rio Grande do Sul, eu acho que nós devemos aqui deixar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – O Rio Grande do Norte também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O Rio Grande do Norte também está numa situação difícil.

Eu acho que nós deveríamos aqui deixar que o espírito federativo prevaleça e possamos apoiar esse instrumento, que é um instrumento válido, correto, para que a gente dê fôlego às finanças públicas dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, se é difícil discordar de um pernambucano, imagine de dois ao mesmo tempo!

Mas eu estou de acordo com a Senadora Tebet e com o Senador Telmário. Talvez não precise nem de 24 horas, Senador Jucá. Eu só tenho uma pergunta para me fazer antes de decidir o voto: quem vai ganhar e quem vai perder com esse projeto? Essa é a pergunta para a qual não tive ainda respostas. Primeiro, quem vai ganhar ao recolher esse dinheiro? Quanto vai para as empresas que cobrarão, ou seja, as seguradoras, chamemos assim? Quanto fica para o Governo e o que o Governo vai fazer com isso? Vai para investimento, vai para custeio? Vai para custeio de Bolsa Família ou vai para o custeio dos juízes e dos Parlamentares do Estado? Eu, sinceramente, acho positivo pedir vista para analisar isso. Esse deságio vai ficar em quanto, para quem e quem perde com isso? Eu sei que, se não for pago, perdeu-se tudo, mas, na hora de pagar, graças a uma dívida de contribuintes com o Estado, quem vai ganhar com esse projeto? Eu só tenho essa pergunta, Senador Jucá.

Se a gente puder fazer uma análise, em poucos minutos, com seriedade e com convicção de quem ganha e quem perde, tudo bem, votamos hoje. Se não, eu apoio a Senadora Tebet.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, respondendo rapidamente. Quem ganha são os Estados, quem ganha é a população, são os servidores que estão com os salários atrasados; enfim, são aqueles que não estão podendo ver o Estado cumprir suas obrigações. Quem perde? Quem perde são aqueles que estão devendo ao Erário, estão devendo à Fazenda Pública, e não estão pagando, por uma série de motivos, quer seja pela inoperância da Fazenda, quer seja por algum tipo de proteção interna no sistema de cobrança. Ou seja, quem ganha hoje é quem não paga as suas contas, diferentemente de quem paga.

Como é que vai ser essa legislação? Cada operação terá que ser aprovada pelas Assembleias Legislativas. E, nessa aprovação das Assembleias Legislativas, será colocado transparentemente qual é o deságio. Não há no projeto de lei um deságio marcado, porque vai ser negociação entre as partes, e isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será aprovado pela Assembleia Legislativa. Tem de haver lei. Portanto, haverá transparência e haverá acompanhamento e fiscalização do Ministério Público, do Tribunal de Contas e tudo mais.

Eu entendo que esta é uma operação que precisa ser feita. Nós temos de saber cobrar os ativos, nós temos de saber cobrar as dívidas públicas, e esta operação é um passo inicial na direção deste tipo de cobrança.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para ver como o projeto ainda não está maduro para ser votado. O Relator comentou aqui, *data venia*, de que quem perde são os devedores que hoje não pagam.

É importante dizer apenas que o próprio Relator colocou no projeto, e foi alteração dele, e não poderia ser diferente até pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que não será a iniciativa privada que vai cobrar. Não é. A prerrogativa da cobrança não poderia ser diferente. É dos órgãos da Administração Pública, da Fazenda Pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que...

Então, vejam o que nós estamos fazendo. Nós estamos permitindo, dando um cheque em branco para que os Estados, através das suas Assembleias Legislativas, estabeleçam qual é o deságio. É isso mesmo, é autonomia do ente federado, não poderia ser diferente, mas nós temos que dizer, até porque, respondendo à pergunta do Senador Cristovam, nós não temos como estabelecer qual vai ser o deságio.

Nós estaremos antecipando uma receita que vai faltar no futuro para investimentos nos próximos governos – este é um ponto importante – e quem vai continuar ainda com a responsabilidade dessa cobrança é a própria Procuradoria Nacional da Fazenda, no caso federal, ou as Procuradorias do Estados.

A cobrança é do Estado. Portanto, esta discussão: agora os devedores vão ter de pagar, porque o Estado é mau cobrador... Vai continuar sendo mau cobrador, porque ele vai continuar cobrando.

Então, essas questões precisam ser colocadas.

Eu quero apenas dizer que eu não sou contra o projeto em si, mas o projeto como está. Antes nós discutimos este projeto aqui; ele foi reformulado para o plenário; no plenário, eu não sei se sofreu emenda; ele voltou com uma série de dispositivos que não existiam antes. Nós estamos permitindo tudo neste projeto: dívida ativa; não ativa; parcelamento administrativo; parcelamento judicial. Nós estamos permitindo que qualquer crédito tributário ou não tributário possa ser recebido antecipadamente, faltando até quatro meses antes do término de um mandato de um governador. E se ele estiver indo para reeleição? O que vai ser desse recurso? O que ele vai destinar? Nós não estamos estabelecendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até porque não poderia, o percentual para ser investido. Vai ser para pagamento de custeio, vai ser para pagamento de despesa, fluxo de caixa...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – No mínimo 50% para despesa de previdência social.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas o restante? Nós estamos falando que vai sobrar 250 milhões no Governo de Pernambuco.

Então, o que eu estou dizendo apenas é que o projeto não está maduro para ser votado neste ano.

Acho que é um projeto importante, de repente para os próximos governadores. Nós já atendemos os Estados este ano e no ano passado, para terminar até 2018, com uma série de projetos relevantes, estaremos aprovando outros; o Fundo de Participação dos Municípios, com esses quase 2 bilhões relatados no substitutivo do Senador Armando Monteiro, também vai ser um alívio para os caixas dos Municípios. Nós estamos falando só dos Estados, porque temos aqui dois governadores nesta Comissão, mas não podemos esquecer também que este projeto, de uma certa forma, beneficia, sim, os Municípios. Mas temos outros projetos relevantes, maduros e prontos que já estamos votando a favor desses governos.

Preocupa-me, realmente, a forma como estamos aprovando e até possíveis questionamentos judiciais se aprovarmos com essa possibilidade ampla. É quase que um cheque em branco para se fazer o que quer em relação às finanças públicas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, só rapidinho, Sr. Presidente.

O Plenário está chamando lá para a gente, inclusive, votar as precatórias, que são mais um benefício para os Estados e Municípios – talvez mais rápido do que este, porque já está em plenário.

E quem vai cobrar? Essa história de dizer que o Estado é ineficiente... O Estado vai cobrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Só concluindo, só concluindo.

Aqui também foi colocado, Sr. Presidente, o caso do Estado do Rio de Janeiro. Realmente, este Senado é federativo, mas não na corrupção. Três governadores presos? Eles erraram na gestão deles.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, é só para uma questão de ordem. Eu e o Senador Wellington estamos aguardando aqui a questão do FEX. Infelizmente se colocou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão dos Estados primeiro e acabamos ficando para trás porque abriu a sessão. A minha assessoria me informa que V. Exª poderia encerrar esta reunião e pedir uma extraordinária só para votar o FEX, que é um minuto, e depois ainda encaminharia para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu combinei...

Permita-me responder essa sua pergunta em seguida, porque, se houver concordância no sentido de que o pedido de vista da Senadora Simone seja de 24 horas, nós aproveitaríamos, conforme conversei com o Senador Wellington, e ficaria essa proposição amanhã também em sessão extraordinária.

Antes, o Senador Armando Monteiro, que parece que queria...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, é só um esclarecimento. É que o projeto, agora nessa nova versão, vincula 50% para a previdência, lembrando que nós temos um déficit atuarial hoje de R$2,4 trilhões nos Estados e é necessário fundear esse passivo com ativos – nesse caso, securitizados e, eventualmente, outros ativos. Então, acho isso importante. E a outra parcela tem de estar vinculada a investimento. Eu peço esclarecimento ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... Romero porque, pela informação que tenho, havia uma vinculação a investimento. Essa abertura de custeio foi dada em relação à previdência, a déficit previdenciário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não está vinculado a investimento exatamente porque, como é receita corrente das prefeituras dos Estados, essa receita corrente, em tese... Hoje ele já tem alguma receita corrente, porque ele paga custeio. Se você cortar a receita corrente de hoje e disser que ele não pode pagar nada, isso deixa de ser uma condição de ele colocar as contas em dia. Na verdade, a ideia é que ele possa ter 50% ou menos de despesa corrente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – E o que fosse para a previdência seria custeio, essencialmente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ela é custeio, mas ela é específica. Alguns Estados vão ter efetivamente substituição de receita, alguns Estados não terão. Então, os Estados que estão mais equilibrados farão efetivamente ativo para a previdência. Agora, você pegar toda a receita corrente que ele recebe hoje ou pode receber e transformar em investimento e desconhecer que os Estados não têm condição hoje de pagar o custeio... Porque o que está sacrificando o Estado hoje não é investimento, é custeio. O que está atrasado é salário, o que está atrasado é uma série...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É, então nós deixamos liberado porque entendíamos que 50% pelo menos... O Governo do Estado tem que ter o discernimento de aplicar naquilo que for mais importante para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Consulto o Plenário se 24 horas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quer dar uma palavra, Senador Sérgio?

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Tasso, acho que, especialmente no meu caso, o assunto é muito importante, muito relevante, muito complexo. Eu entendo que deveria ser dado um prazo normal de vista para o processo. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou fazer o seguinte. Apesar de alguns me chamarem de coronel, eu gostaria de colocar em votação aqui.

Quem aceita o prazo de 24 horas levante a mão. (*Pausa.*)

Um, dois, três, quatro, cinco!

Há quantos Senadores presentes? (*Pausa.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Quem quer mais tempo?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem quer mais tempo? (*Pausa.*)

Senador Cristovam, Senadora Simone, Senador Sérgio... Quatro!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, num consenso, haveria a possibilidade, se o Relator permitisse... Não sei se haveria a possibilidade. A minha preocupação, volto a dizer, é que o projeto foi alterado depois que veio do plenário para cá em relação justamente à questão do investimento. A preocupação que nós temos é... Os governadores poderiam até fazer essa securitização no ano que vem, fariam a licitação, pensando em investimentos para o futuro, e não haveria problema. Nós não poderíamos voltar a estabelecer, uma vez que o Senador Armando, aqui nos socorrendo, disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os 50% já são para custeio, porque previdência é custeio... Então, haverá uma folga de caixa, os Estados terão uma folga de caixa, uma vez que não precisarão cobrir esse rombo com déficit...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Permita-me, no interesse do debate, dizer que eu estava vendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa receita é receita de capital, por excelência. É receita de capital. O art. 44 da LRF diz: "Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente [...]".

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – É claro! É isso que estou falando!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu faço uma proposta, para que a gente troque para investimento, para que possamos aprovar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como é?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu faço uma proposta para que a gente possa transformar os 50% em despesa de capital, em investimento, para que possamos...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – E colocar... Exatamente!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... aprovar hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone concorda?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Porque aí vamos ao encontro do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pronto!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não haveria divergência e discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só quero lembrar...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – E deixamos a questão da operação de crédito para o Tribunal de Contas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Não pode, pela LRF. Pela LRF, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, com licença! Estamos com certa pressa, porque estamos com a Ordem do Dia.

A Senadora concorda com essa posição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, colocaremos em votação imediatamente.

Quem concorda fique como está. (*Pausa.*)

Com o aditivo, a emenda colocada pelo Senador Romero Jucá que obriga que a receita de 50% seja para investimento.

O.k., Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica, então, aprovado.

Essa matéria...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A urgência foi pedida pelo Senador Romero Jucá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vamos votar o FEX, não é, Sr. Presidente? Vamos votar!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos votar o FEX.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E ainda há uma vantagem: inibe o Refis.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos direto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Direto, mensagem e voto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: favorável ao projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos direto à análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame. Ademais, o art. 99 atribui à CAE competência específica para analisar as proposições quanto a seus aspectos econômicos e financeiros.

Convém frisar que faculdade do Presidente da República para apresentar a presente matéria está insculpida no art. 61 da Constituição Federal, *in verbis*:

> Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à juridicidade, não temos reparos a fazer ao PLC nº 163, de 2017. O projeto implica inovações efetivas na legislação vigente por meio de instrumento legislativo próprio, cujo conteúdo não fere os princípios norteadores do ordenamento jurídico brasileiro. Da mesma forma, não fazemos qualquer objeção à técnica legislativa empregada, uma vez que são cumpridos os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação ao mérito, também merecem destaque as informações contidas na Exposição de Motivos (EM) nº 126.

E seguimos, Sr. Presidente.

Quanto à juridicidade... Acerca do impacto financeiro, combinando-se o montante alocado com os coeficientes definidos, tem-se que os Estados, com seus Municípios, receberão os valores a seguir discriminados – é uma tabela que está aqui muito clara.

Os coeficientes em questão foram apurados na forma do Protocolo ICMS nº 69, de 4 de julho de 2008, firmado no âmbito do Confaz, que dispõe sobre os critérios para partilha de recursos entregues aos Estados e Distrito Federal pela União a título de compensação do ICMS desonerado nas exportações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de produtos primários e semielaborados e nos créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, e de fomento às exportações.

Portanto, Sr. Presidente, o voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 163, de 2017.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

Aqueles que concordam e que votam com o Relator fiquem como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar que está aqui conosco o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, representando também a Confederação Nacional dos Municípios, o nosso companheiro Neurilan, que sempre lutou – inclusive, foi através da AMM...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É um prazer a sua presença aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que fizemos o Projeto de Lei 288.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É uma honra a sua presença. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E essa questão da regulamentação do FEX também é um assunto que a gente precisa debater, no próximo ano, dada a importância que isso representa para os Estados exportadores das matérias-primas e de semielaborados.

Também quero pedir aqui a urgência, Sr. Presidente, para que a gente possa votar também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, requer urgência.

Coloco em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E eu acrescento o papel aqui também dos três Senadores de Mato Grosso – eu, José Medeiros e Cidinho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocamos também o item 8.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Item 8, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 8, da Senadora Kátia Abreu, cujo Relator é o Senador Armando Monteiro.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2011

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

2) Em 05/12/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Já foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já foi lido o relatório.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3, da CAE.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu peço urgência para o item 7, que já foi aprovado – eu fui o Relator –, para que ele possa ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Urgência para o item 7...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – É o 11!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Urgência para o item 11.

Aqueles que concordam... (*Pausa.*)

Fica aprovado o requerimento urgência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, peço também urgência para o item 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência para o item 8.

Está encerrada a reunião. (*Pausa.*) (*Falha na gravação.*)

... a leitura e aprovação da Ata desta 54ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores, que são aprovadas. A presente Reunião destina-se à realização da Primeira **Audiência Pública Interativa (RAS 131/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 131/2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e RAS 19/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Primeira Audiência Pública para instruir a avaliação, pela CAS em 2017, da Política Pública: Programa Mais Médicos. **Participantes:** Deputado Federal Jorge Solla; Antônio Ferreira Lima Filho, Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento, do Ministério da Saúde; Wilames Freire Bezerra, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems e Secretário Municipal de Saúde de Pacatuba do Estado do Ceará. Justificam ausência o Conselho Nacional de Secretários de Saúde; e o Senhor Renato Tasca, Coordenador da Unidade Técnica de Sistemas e Serviços de Saúde da OMS/OPAS Brasil. Usam da palavra a Senadora Lídice da Mata, o Senador Humberto Costa e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata de reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização da primeira audiência pública destinada a instruir a avaliação da política pública Programa Mais Médicos, conforme art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 131, de 2017, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores Antônio Ferreira Lima Filho, Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, responsável pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde – muito bem-vindo –; Willames Freire Bezerra, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Secretário Municipal de Saúde de Pacatuba do Estado do Ceará – muito bem-vindo –; o Deputado Federal Jorge Solla, que se encontra a caminho.

Justificam a ausência o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Renato Tasca, Coordenador da Unidade Técnica de Sistemas e Serviços de Saúde da OMS/Opas Brasil.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para fazer as suas considerações iniciais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, toda a mídia que nos acompanha, trata-se de uma primeira audiência pública destinada ao nosso relatório de avaliação da política pública do Mais Médicos. Essa é uma atribuição que o Senado dá às suas comissões, que escolhem, cada uma delas, uma política que seja atribuição sua. Na nossa, de Assuntos Sociais, onde temos um vasto universo de trabalho, foi escolhida pelo Presidente da Casa a avaliação do Programa Mais Médicos .

Portanto, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao nosso requerimento, passaremos a ouvir os senhores, no sentido de que possa cada um apresentar a sua avaliação da eficácia e das consequências do Programa Mais Médicos no nosso País.

Para que os senhores possam responder, quero saudar o Deputado Jorge Solla, pela Bahia, que foi também Secretário Executivo do Ministério da Saúde sob a gestão do Ministro Humberto Costa, nosso colega, e também Secretário de Saúde da Bahia por oito anos. Portanto, com muito conhecimento e efetividade quando se implantou o Programa Mais Médicos, no Brasil.

Então, é com essa observação, para que V. Exªs e V. Sªs possam iniciar suas falas, que nós gostaríamos de conhecer os posicionamentos todos, cada um olhando do seu ponto de vista, no caso, o Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); o Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, e o Deputado Solla, como já explicitei.

Na quinta-feira próxima, nós teremos uma audiência pública em que ouviremos as entidades representativas, como o Conselho Nacional de Medicina, os conselhos regionais, as associações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicas e as entidades cujas oitivas foram consideradas pelos Senadores da nossa Comissão como indispensáveis.

Então, eu gostaria de fazer aqui algumas perguntas para que nós pudéssemos discutir.

Quando o programa foi criado, ele foi pensado em três eixos: provimento, formação e estrutura. Os três foram importantes para dar suporte à atenção básica?

Qual o retorno que os senhores, como secretários de saúde do Estado e dos Municípios, receberam dos pacientes em relação ao Programa Mais Médicos? E dos Prefeitos?

Sobre os médicos intercambistas estrangeiros: houve muitos relatos de dificuldade de comunicação?

Financeiramente, esse apoio ajudou o Município?

Conseguem ter uma avaliação dos resultados dessa política?

Quanto ao planejamento e orçamento, qual foi o custo do Programa Mais Médicos?

O senhor enxerga como gasto ou investimento esses recursos que foram empregados para o Programa Mais Médicos?

Qual a expectativa quanto à atuação dos novos médicos a partir da reestruturação na formação profissional?

Na avaliação dos senhores, o programa está em risco?

Após a mudança de governo, os acordos têm sido cumpridos?

Acho que, com essas perguntas, dá para os senhores fazerem uma abordagem inicial. Se eu considerar necessário, farei outras.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Lídice.

Acredito que, com essas perguntas, realmente vamos ter um panorama que poderá ser complementado pelos outros Senadores e por V. Exª.

Vamos começar com o Deputado Federal Jorge Solla.

Vamos dar dez minutos para cada palestrante, prorrogáveis por mais cinco, no máximo.

Com a palavra o Deputado.

O SR. JORGE SOLLA – Obrigado, Senadora.

Queria, primeiro, agradecer a iniciativa da Senadora Lídice da Mata, agradecer o convite e a oportunidade de participar, na CAS, no Senado, dessa avaliação de uma das políticas públicas, Senadora Marta, que eu diria ser das mais importantes que o Estado brasileiro gestou nos últimos anos e com um impacto social muito grande.

Eu preparei uma apresentação. Não tinha nem tido a oportunidade de conversar com a Senadora Lídice...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É verdade.

O SR. JORGE SOLLA – ... para conhecer, de antemão, as perguntas dela, mas algumas perguntas foram alvo da nossa apresentação, justamente nessa expectativa de uma avaliação, de um balanço acerca do programa.

Quero saudar também os nossos colegas que estão aqui na Mesa representando o Ministério da Saúde e o Conasems.

Bom, qual era o cenário em 2013? Apesar de alguns questionamentos, o número de médicos por habitante no Brasil, sem sombra de dúvida, é muito aquém do dos principais países que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poderíamos tomar como referência, como os da América do Sul – os vizinhos Uruguai e Argentina –, os países europeus que têm sistemas de saúde públicos e universais e até a média dos países da OCDE – vocês podem comparar.

É sempre bom chamar a atenção para o fato de que as nossas principais referências são de países que têm um horizonte de sistema de saúde semelhante ao nosso. Eu destacaria Portugal, Espanha e Reino Unido por quê? Porque são países que, assim como o Brasil, assumiram o desafio de ter um sistema de saúde público, universal, gratuito e com cobertura para toda a população, desde a atenção básica até a alta complexidade. Então, são sistemas de saúde mais facilmente comparáveis. Mas mesmo os nossos vizinhos aqui da América do Sul, que não têm sistemas tão robustos quanto o nosso, têm um número de médicos por habitante muito superior. E, no nosso Nordeste, Senadora Marta – eu sou da Bahia –, sofremos ainda mais: nós temos apenas um médico por mil habitantes. Isso é quase metade da média nacional.

O número de vagas em curso de Medicina por habitante também é menor do que o dos países vizinhos e a média da OCDE. Em geral, inclusive, os opositores ao programa fazem uma comparação inadequada: eles comparam o número de cursos, o número de faculdades.

Nós temos, no Brasil, uma lógica de haver cursos com poucas vagas. Vou pegar o exemplo do nosso Estado, Senadora Lídice. As nossas universidades estaduais têm número de vagas de 20 alunos, 30 alunos. Então, quando se compara o número de cursos, parece que o Brasil está bem pautado, mas, quando se vai para o número de vagas e se compara com o de outros países, também o número de vagas para a formação de novos médicos está aquém nessa comparação.

Além disso, nós temos a concentração no eixo sul-sudeste e nas capitais. Um dado interessante que nós pudemos levantar foi que, entre 2003 e 2012, ou seja, a partir do Governo Presidente Lula até 2012, o mercado de trabalho formal, no Brasil, abriu 143 mil novas vagas de emprego médico.

É bom lembrar que nós estamos falando do mercado de trabalho formal, não estão computados aí os plantões não cobertos pela formalidade contratual, que são muito frequentes, as contratações de pessoas jurídicas, que são muito utilizadas no meio do trabalho médico. Enquanto isso, nesse período, as escolas médicas formaram 93 mil médicos.

Então, nesse período, em cerca de 10 anos, pouco mais de 10 anos, nós tivemos um déficit de 50 mil médicos – lembro: usando o parâmetro de mercado de trabalho formal, porque, se a gente for pegar toda a informalidade do meio do trabalho do médico, o déficit é muito superior.

Aproveito para chamar a atenção para outra coisa. Às vezes perguntam: "Desapareceram os médicos no Brasil?" Não, mas é que a partir de 1988, quando colocamos na Constituição que iríamos construir um sistema de saúde dessa natureza, todos os esforços foram sendo pautados e ampliados. Nós temos, outro dia estava lembrando, Senadora Marta, a terceira maior cidade da Bahia, Vitória da Conquista, na qual fui Secretário de Saúde. Lá nós tínhamos um centro de saúde que era conhecido como "o centro de saúde", porque o número de unidades de serviço era um por centro de saúde no grande Município. Salvador, quando a Senadora Lídice foi prefeita e recebeu a cidade, se não me engano, havia 12 ou 15 unidades, mais ou menos, naquela época.

A rede cresceu muito. Nós criamos muitas vagas, muita oferta, muito acesso e, obviamente, essa abertura de novos postos de trabalho não teve a mesma correspondência com o número de profissionais médicos formados para dar conta desses novos postos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma na pós-graduação e nos cursos de residência, vagas insuficientes e mal distribuídas, e apenas quatro mil médicos especialistas em família e comunidade na formação para atenção básica no Brasil inteiro.

Dou outro exemplo. Psiquiatras: o Brasil tem 4,5 por 100 mil, e a média dos países da OCDE e de 15,6. A distribuição nacional, como é diferenciada: no Maranhão temos apenas 0,5 e, no Rio Grande do Sul, 12.

A meta, do ponto de vista da formação, um dos três eixos que a Senadora Lídice lembrou que pautou o programa, esse é outro destaque importante. São raras as políticas públicas em nosso País que conseguem debruçar-se sobre um resultado, sobre uma medida emergencial e, ao mesmo tempo, construir uma medida estrutural para, no futuro, ter uma resposta mais efetiva. O Programa Mais Médicos tem, entre outras virtudes, essa natureza. Ele não se debruça e busca responder somente a uma situação emergencial, mas ele combina um provimento emergencial com um processo de formação, de estruturação, a médio e longo prazos, para suprir as necessidades e, portanto, a meta principal do programa, que é sair de 380 mil médicos para 600 mil em 2024, chegando àquele patamar de 2,7 médicos por mil habitantes.

Bom, para isso, a ação emergencial. Nós tivemos investimentos de 5,6 bilhões para a execução de 26 mil obras em mais de 5 mil Municípios. Isto foi um grande investimento na rede básica, Senadora Lídice: construção de unidades, equipamento. Isso deu um outro patamar... Quem tem viajado... Eu tenho rodado o interior do nosso Estado, e é uma satisfação ver como hoje a rede básica já tem uma robustez, já tem uma cobertura de unidades – inclusive, grande parte delas é recente, foi construída há poucos anos a partir desse investimento.

O provimento emergencial de médicos. Aí é sempre bom chamar a atenção, apesar de que já foi inúmeras vezes registrado: todos os editais de chamamento para a contratação de médicos seguiram, rigidamente, as seguintes etapas. Primeiro, para os médicos brasileiros formados aqui; depois, as vagas que sobravam para médicos estrangeiros ou brasileiros formados no exterior; e, por último, as vagas que não eram preenchidas em hipótese alguma iam para a cooperação com a Opas e o governo cubano.

Nas medidas estruturais, a ampliação da oferta de vagas de graduação e residência, com a meta de ampliar 11,5 mil vagas de graduação e 12 mil vagas de residência, com uma prioridade de descentralização regional, a interiorização, e a reorientação da formação, colocando a residência de família e comunidade como a especialização prioritária para preparar os médicos para uma boa atenção básica.

Os investimentos: R$5,6 bi para executar 26 mil obras em mais de 5 mil Municípios (mais da metade foi concluída antes do golpe de Estado; a outra metade está ainda em fases as mais diversas).

Provimento emergencial com editais de chamadas nacional e internacional + cooperação Opas. Qual é o resultado parcial até o momento? Foram mais de 18 mil médicos contratados para a atenção básica. Isso significa 65 milhões de brasileiros. Eu sempre tenho brincado, Senadora Lídice, que 65 milhões de brasileiros passaram a ter um médico para chamar de seu, no seu bairro, no seu posto de saúde, na sua cidade, onde não havia. É a primeira vez que todos os distritos sanitários indígenas conseguiram ter assistência médica, e olha que é a população mais excluída da atenção médica neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de consultas aumentou 33%. Nos Municípios em que não havia médicos, no estudo de impacto feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – É o meu tempo, né? Vou acelerar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não sei se está dez ou quinze...

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Obrigado, Senadora.

Então, a avaliação mostrou que o índice de internação caiu 20% e, em uma pesquisa, 14 mil usuários deram nota 9 para o Programa Mais Médicos.

Então, respondendo também à Senadora Lídice sobre avaliação: pesquisas com usuários mostraram avaliação positiva, impacto na redução de internação hospitalar – mostrou avaliação positiva –; o impacto na redução de internações hospitalares mostrou avaliação positiva; aumento do número de consultas e procedimentos de atenção básica; e também avaliação dos gestores – prefeitos especialmente, não só os secretários municipais.

O Cadastro Nacional de Especialistas foi criado. Inclusive, como Deputado, eu já participei de uma polêmica na aprovação desse cadastro. Tentaram fazer de tudo para derrubá-lo, para evitar o conhecimento da real existência de profissionais. Depois vamos mostrar a situação atual. Mas conseguimos aprovar aqui no Congresso Nacional o Cadastro Nacional.

Ampliação da oferta de graduação e residência com critério regional. Até a mudança de governo, criamos 6 mil vagas de graduação e 6,5 mil vagas de residência. É importante chamar a atenção para o fato de que essas 6 mil vagas de graduação são basicamente públicas, porque, quanto às privadas, eu vou comentar à frente, sofreram dificuldades na sua abertura.

O Mais Médicos chegou a ter – agora, vamos ver os resultados atuais, rapidamente – 18.240 médicos. Hoje temos menos de 16 mil, conforme o último dado a que tivemos acesso nos relatórios do Ministério da Saúde. Antes, eles estavam em 4.058 Municípios. Atualmente, estão em 3.800 e poucos Municípios. Cerca de 200 Municípios estão no momento sem médico do programa.

Então, estimamos que cerca de 7,7 milhões, daqueles 65 milhões de brasileiros que tinham médico atendendo nos postos de saúde pelo Mais Médicos, deixaram de ter e estão sem ter essa cobertura atualmente.

Essa é a página do Cadastro Nacional de Especialistas. Está fora do ar. A informação que nós temos é que, atendendo a pressões de entidades médicas, a página não está regularmente em funcionamento. É bom lembrar, inclusive, que o Cadastro foi aprovado na Câmara, no Senado, no Congresso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – O que seria?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – É um cadastro em que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Por que seria?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – O que ficou claro no debate, Senadora, é que as entidades não têm interesse em que se torne pública a informação de quem são os especialistas e quantos são. Se você não sabe quantos são, sempre o questionamento quanto à necessidade de mais profissionais é mais fácil de acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para não esquecer, Senador: isso é uma boa observação para o seu relatório.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Sabemos que o diagnóstico, até como médico, é o primeiro passo para um bom tratamento. Se temos dificuldade para ter um bom diagnóstico, o resultado...

Bom, atraso na abertura das novas vagas de graduação.

Aqui, um parêntese rápido: além do investimento nos novos cursos federais, nosso Estado, Senadora Lídice, foi contemplado na Federal do Oeste, Federal do Sul, Federal do Recôncavo, Federal do Vale do São Francisco. Só falta o da Unilab entrar em funcionamento. De todos os federais que estavam programados, o único que ainda não entrou em funcionamento foi o da Unilab, em São Francisco do Conde, que, espero, ano que vem venha a abrir. Já estivemos com o Ministro Mendonça Filho cobrando dele o cumprimento desse cronograma.

Mas, além dos federais, foi aberto também um processo para novos cursos privados e, pela primeira vez no Brasil, o processo é planejado.

Houve, Senadora Marta, a definição de quais os Municípios que não tinham ainda os cursos, que tinham um caráter de polo regional e que tinham uma rede potente o suficiente para espaço de prática. Houve um edital, esses Municípios foram aprovados. No caso da Bahia, Senadora Lídice, foi Juazeiro, Eunápolis, Guanambi, Itabuna, Alagoinhas e Jacobina.

Esse edital foi publicado, foram aprovados os Municípios. E um segundo edital foi aprovado depois para selecionar mantenedoras, as instituições de ensino que iam oferecer o curso nesses locais.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – São federais?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Não, privados. Aí são os privados.

Infelizmente ficou paralisado pelo TCU e atrasou muito, somente mais recentemente houve a liberação. Então, os Municípios do primeiro edital vão começar agora, finalmente, a iniciar os cursos que já deveriam ter começado desde 2015, em função dessa paralisação imposta pelo TCU.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Dificuldade em manter a ocupação de vagas abertas e a necessidade de indução – estou concluindo – pública na questão do Fies.

Eu não consigo entender, Senadora Marta, porque fazemos um esforço para abrir um curso privado de Medicina e colocamos uma vaga para o Fies. Uma vaga num curso que tem 60 vagas, uma bolsa do Fies! A gente não quer abrir sessenta vagas para Medicina sem criar a oportunidade de disputar uma vaga para quem não tem condição de pagar a mensalidade. Então, a revisão do Fies que está acontecendo, com a MP 785, é uma oportunidade que a gente tem para priorizar isso. Está em discussão na Câmara de Deputados, e nós pedimos o apoio desde já aqui da CAS e do Senado para que possamos aproveitar a MP da mudança do Fies para estimular prioritariamente bolsas para esses cursos, que são um investimento caro para a sociedade brasileira.

Próximo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sobre isso eu até teria uma pergunta. Sei que estamos tumultuando aqui, porque não é hora de fazer pergunta, mas permita-me.

Com o curso de Medicina... V. Exª falava que é um absurdo abrir um curso de Medicina com vinte vagas, e eu concordo plenamente, mas eu fico pensando que a gente vê muito mais curso de Medicina no Sul e Sudeste, que são áreas mais abonadas no País do o Norte e o Nordeste. Eles abrem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas vinte vagas porque não há quem pague? Pergunto porque sei que um curso privado de Medicina hoje é uma fortuna.

Então, concordo com V. Exª que essa história de só ter uma vaga do Fies é um absurdo, mas eu queria saber por que abrem só vinte. É porque não há gente que vai poder pagar o que se cobra? Procura tem que ter...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Solla. PT - BA) – Infelizmente nossos cursos com poucas vagas são os cursos públicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pior ainda!

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Exatamente. Os cursos privados, para garantir economia de escala e bancar o custo do curso... Eles sabem dosar isso. Então, eles fazem curso com sessenta, oitenta, noventa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lídice, mais uma observação para o seu relatório.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Vou dar um exemplo para a senhora, Senadora. O curso de Medicina que tem a mensalidade mais barata do Brasil, Senadora Lídice, é o da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, porque é um curso que tem duzentas vagas. Tem escala, e é uma instituição que tem histórico já de experiência acumulada. É o curso com a mensalidade mais barata no Brasil. Você não consegue manter uma unidade com uma mensalidade barata com cinquenta vagas, trinta vagas, vinte vagas, tem que ter escala.

Então, essa questão do Fies é um ponto importante.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Deputado, só uma pergunta: V. Exªs chegaram a alguma proposta na Câmara de percentual ou alguma coisa nesse nível?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Não, não chegamos. Está em debate ainda.

Agora concluo mesmo, Senadora – obrigado pela compreensão. O orçamento de 2017 foi de R$3.311.560.000,00. O orçamento previsto para 2018 é de R$3.328.000.000,00. Ou seja, não recuperou a inflação, está um pouco abaixo do valor deste ano mais a inflação.

Nós fizemos uma emenda que foi aprovada na LDO 2018, que é não permitir o contingenciamento da ação do Mais Médicos. Ela não era contingenciável, mas foi tornada contingenciável por uma portaria no Ministério do Planejamento. Fizemos uma emenda na LDO 2018 para não permitir que ela seja contingenciada, foi aprovada por esta Casa, mas, infelizmente, o Presidente vetou. Isso está na sessão do Congresso de hoje, é um dos vetos que vai ser apreciado. Aproveito, obviamente, para pedir o apoio para que a gente possa derrubar esse veto e impedir o contingenciamento – veio bem a calhar esta audiência hoje, Senadora Marta.

E outro veto foi à meta de 22.240 profissionais para o Programa Mais Médicos. A LDO colocou a meta de chegarmos a 22.240 médicos no programa. Também está vetado, ou seja, estamos sem meta no programa para o próximo ano.

Muito obrigado e desculpem-me por ter me estendido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, acho que foi muito interessante. Agradeço.

Passo a palavra a Antônio Ferreira Lima Filho, que é o Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde. Dez minutos, cinco de prorrogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO – Boa tarde.

Eu cumprimento a Mesa na pessoa da Presidente Senadora Marta Suplicy, do Deputado Jorge Solla e do Vice-Presidente do Conasems, Sr. Willames Freire.

Meu nome é Antônio Ferreira. Eu sou diretor de programa e hoje respondo também pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da SGTES, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que é a responsável pela coordenação do Programa Mais Médicos. Sou servidor de carreira lá do ministério já há mais de vinte anos. Trabalhei com o Deputado Jorge Solla também, quando a Secretária era a Drª Maria Luiza Jäger, e continuei lá até hoje. Semana passada eu recebi a indicação para estar aqui e apresentar os gastos do Programa Mais Médicos com foco no provimento emergencial.

Todos sabem que o Programa Mais Médicos é composto de três eixos: ampliação e melhoria da infraestrutura; a parte de formação do SUS, em que entra toda a oferta de graduação, residência médica e reorientação de formação; e a parte do provimento emergencial, que são os editais de chamada nacional e internacional, e também a cooperação internacional com a Opas.

Peguei estes dados atualizados ontem com o departamento responsável pela execução do programa: nós temos ativos hoje 18.136 profissionais.

Existem, no Programa Mais Médicos, cerca de cinco perfis de profissionais: são os médicos participantes do Provab; os médicos cooperados, que são os cubanos; os médicos brasileiros com CRM Brasil; os médicos brasileiros intercambistas, que são os brasileiros formados no exterior; e os intercambistas que são médicos de todas as outras nacionalidades. Então hoje nós estamos com 18.136 profissionais ativos, e já há a previsão de uma nova chamada, ainda agora na primeira quinzena de novembro, para suprir as vagas. As vagas autorizadas para o Programa Mais Médicos hoje são 18.240 vagas.

Peguei aqui todo o orçamento do Programa Mais Médicos desde 2013, quando ele foi instituído. Todo o orçamento aprovado dá em torno de 12,2 bilhões, sendo que, a partir de 2016 e 2017, no orçamento existe uma ação específica, a ação 214U, que é a implementação do Programa Mais Médicos.

De 2013 a 2015, nós utilizávamos dois programas de trabalho: o Programa de Trabalho de Educação em Saúde e o Programa de Trabalho da Atenção Básica, ligado ao Departamento de Atenção Básica. Então o orçamento geral do Programa Mais Médicos de 2013 até hoje é de 12,2 bi. Já foi empenhado, desse valor, o total de 11,8 bilhões; e foram pagos, desse valor, até hoje, 11 bilhões.

Aqui eu coloquei um gráfico para ter uma representação melhor. Vocês podem verificar que praticamente todo o orçamento que é aprovado para o Programa Mais Médicos é empenhado e pago. Em 2017, como ainda temos dois ou três meses para o final do ano e trabalhamos com o pagamento... A maior parte das despesas, como coloquei aqui, é referente ao pagamento de bolsas, e bolsas a gente paga por competência. Então, todo mês é gerada a folha e encaminhada para o pagamento. Por isso é que 2017 ainda tem um recurso a ser pago.

De um modo geral, todos esses 11 bilhões que já foram gastos com o Programa Mais Médicos estão representados da seguinte forma: 64% foram para a Opas, para o Termo de Cooperação nº 80, que é responsável por todas as despesas dos médicos cooperados, que até hoje representam ainda o maior número de profissionais atuantes no Programa Mais Médicos; 33,35% representam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagamento de bolsas e ajuda de custo – isso para os profissionais brasileiros e intercambistas e os Provab.

Esse aqui é o resumo de todos os recursos já repassados para o TC 80, que é o termo de cooperação com a Opas e o Ministério da Saúde, que é responsável pela operacionalização e execução de todas as despesas referentes aos médicos cooperados.

Até hoje já foram repassados cerca de bilhões para a Opas dos termos aditivos que foram pactuados com a Opas. Praticamente, a partir de 2014, quando assumiu a gestão o Dr. Heider, a gente passou a fazer um termo de ajuste por ano. Em 2013 – vocês podem observar ali – foram feitos uns três, em 2014 mais dois. Então, decidiu-se fazer praticamente um termo aditivo por ano para não ter o problema de descontinuidade do programa. Essa regra vem sendo seguida. Então, todo ano é feito um termo aditivo ao octogésimo termo de cooperação técnica com a Opas.

O percentual dos gastos referentes à cooperação: 90,8% de todos os gastos da cooperação são referentes a bolsas e à ajuda de custo aos médicos cooperados e 9,2% são referentes a acolhimento. O que seria esse acolhimento? Todos os médicos – no caso aí, dos médicos cooperados, dos cubanos – passam por um acolhimento de três semanas – agora, nós últimos dois anos – que é realizado em Cuba. São três semanas de treinamento. Eles têm aulas sobre o SUS, sobre a legislação vinculada ao SUS e também aulas de Português lá em Cuba. Esses acolhimentos ocorrem lá em Cuba.

Essa aqui é uma foto que coloquei para explicar melhor como ocorre o reajuste da bolsa de formação que cada um dos médicos recebe. O reajuste anual está sempre vinculado ao reajuste do teto de contribuição do INSS. A alíquota é sempre de 11%. Então, a cada ano, o Ministério da Fazenda solta uma portaria reajustando o teto de contribuição. A gente calcula 11% sobre esse teto. Aí, sim, se tem o reajuste da bolsa do médico.

Então, por exemplo, temos o seguinte. No último ano houve um reajuste do teto de contribuição de 6,58%. Onze por cento desse valor representam 608. Esse valor é somado ao valor da bolsa.

Esse valor é somado ao valor da bolsa. Hoje, o valor da bolsa fica em 11.520. Porém, o Ministério também tem que pagar a parte patronal, 20% em cima desse valor. Então, hoje o valor da bolsa do Mais Médicos está saindo para o Ministério da Saúde 13.824 por profissional, exceto para os médicos da cooperação. Para os médicos da cooperação, não é pago a patronal. Aí, são 11.520 por profissional, e esse recurso o Ministério Repassa para OPAS.

Aqui eu listei as principais despesas que a gente tem com os profissionais do Mais Médicos até então. Eu separei as despesas aí e coloquei também por perfil de profissional do Mais Médicos, porque não são todas as despesas que abrangem todos os tipos de perfis. Por exemplo, os médicos participantes do Provab recebem uma especialização e também a Bolsa-Formação. Então, hoje, com o acolhimento, já foram gastos 395 milhões; com passagens, todas as passagens, deslocamento, recesso, fim de missão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO – ...a que os médicos têm direito. Depois de 11 meses de trabalho, eles têm direito ao recesso. As especializações e segundo ciclo formativo, 136 milhões. Auxílio moradia, que é responsabilidade do Ministério da Saúde, dos profissionais que estão lotados nos DSEIS – hoje, são algo em torno de 342 médicos lotados nos Distritos Sanitários Especiais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde Indígena. Ajuda de custo, 373 milhões. O gasto com Bolsa-Formação, 8,795 bi. Custos operacionais do TC80, 353 milhões. A Residência Geral da Família e Comunidade, em que nos dois últimos anos a gente já tem cerca de 2 mil profissionais ativos, 117 milhões. E as outras despesas, somando 203 milhões.

Bom, era isso que eu queria demonstrar.

Quanto aos gastos, respondendo a Senadora Lídice, todos os gastos do programa Mais Médicos estão colocados aí.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu agradeço a colaboração, Sr. Antônio Ferreira Lima Filho.

Senadora Lídice, gostaria de fazer alguma pergunta?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Apenas uma avaliação.

Esse custo, em uma avaliação do próprio Ministério, tem sido um custo que corresponde a um serviço que está sendo bem prestado à população brasileira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO – Sim.

Conforme o Deputado Solla colocou, o Mais Médicos hoje consegue alcançar populações que nunca tinham um médico em seu Município. Então, hoje, com 18.240 médicos distribuídos pelo País, estamos levando assistência básica em saúde para todos esses cerca de 68 milhões da população brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigado.

Agora, com a palavra o Willames Freire Bezerra, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Secretário Municipal de Saúde de Pacatuba do Estado do Ceará.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas. Eu queria inicialmente cumprimentar a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, a Senadora Lídice da Mata, o Professor Deputado Solla, o Antônio, enfim cumprimento todos.

Agradeço o convite feito ao Conasems e a mim pessoalmente. É a primeira vez que venho ao Senado e me sinto muito honrado em participar desta audiência.

Eu vou fazer uma apresentação na visão municipalista, naquilo que a gente compreende, naquilo que a gente entende na nossa vida de Secretário Municipal de Saúde.

Contextualizando, na realidade, já há alguns trabalhos feitos e alguns programas feitos no mundo. Em todo o mundo, o sistema de saúde tem passado por profundas mudanças, fruto de transições demográficas, epidemiológicas e econômicas. Em seus 27 anos, o SUS possibilitou o importante aumento aos cuidados de saúde para a população brasileira.

Hoje, no SUS, nós temos uma cobertura de mais de 100 milhões de brasileiros; e, até 2020, a tendência é serem criados 43.707 postos de trabalhos médicos, no Brasil, dentro do Sistema Único de Saúde. Entretanto, a gente ainda tem no País diversas comunidades, que vivem em situações vulneráveis e que têm dificuldades de acesso aos Serviços de Saúde, principalmente na Região Norte, na Região Nordeste, que são comunidades vulneráveis e que têm dificuldade de acesso aos serviços de saúde promovidos pelo SUS.

Foi baseado nisso que, em 2013, nós tivemos o programa lançado pela Frente Nacional de Prefeitos, naquele encontro que houve aqui em Brasília, onde os prefeitos chegaram a levar um crachá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escrito "Cadê o médico?" pela dificuldade que nós tínhamos naquele momento, que os Municípios tinham de ter acesso à contratação do profissional médico, principalmente nos centros interioranos do Nordeste, do Norte, pela dificuldade de acesso a esse profissional.

É interessante a gente fazer alguma contextualização com relação às experiências anteriormente já ocorridas no Brasil com relação à interiorização de profissionais. Nós tivemos o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (Piass), que foi lançado em 1976, que tinha o objetivo de interiorizar profissionais médicos e outros profissionais de saúde. Tivemos também um Programa de Interiorização do SUS (Pisus), que foi lançado em 1993, com o mesmo objetivo. Tivemos também o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (Pits), lançado em 2001, que tinha o objetivo, igual também, de interiorizar o profissional médico e outros profissionais também, como enfermeiro, da área de saúde. Também tivemos o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), lançado em 2011, objetivando também interiorizar o profissional médico.

Os programas contribuíram para atrair profissionais para as áreas mais remotas, mas nenhum conseguiu a magnitude necessária para suprir as demandas dos Municípios. Todos esses problemas tiveram o foco de interiorizar médicos. Avançaram, mas não supriram as demandas que existiam nos Municípios brasileiros. Foi por meio do Programa Mais Médicos para o Brasil que o recrutamento e a locação de médicos tiveram a dimensão necessária para atender a demanda dos Municípios. Pelo menos em sua grande maioria, nós tivemos muitas vagas preenchidas, mas não sua totalidade. A Lei 12.871, de outubro de 2013, como foi falado anteriormente aqui já pelo Antônio e pelo Prof. Solla, teve três eixos de ação: investimento e melhoria da infraestrutura da rede de saúde, particularmente das Unidades Básicas de Saúde – aí os Municípios tiveram a oportunidade de reformar suas unidades, ampliar e construir novas unidades básicas, melhorando a sua infraestrutura, como foi relatado aqui, e aí deu ao Município a possibilidade de fazer um planejamento de reorganização da sua rede de atenção básica; ampliação e reformas educacionais nos cursos de graduação em Medicina e residências médicas – e aí nós vamos apresentar um pouco mais, daqui a pouco, para vocês, a nossa visão municipalista com relação a essa política que, a nosso ver, até agora, não surtiu o efeito que quereremos que ela surta; e o Programa Mais Médicos, para o Brasil, que foi justamente o provimento de médico emergencial em áreas vulneráveis e desassistidas, justamente atendendo à necessidade das áreas mais vulneráveis do Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste e periferia das capitais das grandes cidades brasileiras. Esse é o principal objetivo do programa e é aquilo que nós visualizamos também como necessidade para podermos desconcentrar o médico dos centros urbanos.

Ampliação de vagas, priorizando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com maior escassez de médicos, ou seja, como apresentou aqui o Prof. Solla também, são essas regiões em que a gente tem a menor concentração de médicos por habitante. Então, nós entendemos que a lei e o programa vieram, necessariamente, dar cobertura a essas regiões pela necessidade da maior presença desses profissionais.

Processo de autorização de novas escolas de medicina privadas, no primeiro edital que foi lançado – e aí vai uma crítica nossa com relação a isso: foram 39 Municípios beneficiados. Como o edital não obedeceu, acredito eu, ou, se obedeceu, obedeceu pouco à questão da necessidade do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dessas 39, salvo engano, 20 escolas foram para Municípios em São Paulo. E o segundo edital veio corrigindo um pouco essa distorção do primeiro edital, que mapeou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais ou menos, os Municípios, e aí nós tivemos a oportunidade de ter as universidades já mais no interior do Norte, Nordeste e Centro Oeste. Mas são processos que estão em curso ainda, em ritmo lento. Até agora, nós não tivemos nenhum vestibular ainda e, salvo engano, foram liberados agora, não há o registro ainda, 20 cursos, que foram autorizados a fazer vestibular e ainda não tiveram nenhum vestibular. Então, de acordo com a nossa projeção e a nossa visão em formar médicos e substituir os "intercambistas" baseados nesses dois editais, observamos que ainda temos um longo caminho a percorrer.

A nossa visão de gestor municipal, feita durante um levantamento que nós fizemos na nossa revista, a visão dos gestores é que ainda que o Programa Mais Médicos tenha enfrentado de modo corajoso a questão do provimento de médicos, ainda falta muito para a gente poder atingir o art. 27 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que, estratégico para o sistema, segue esquecido e o SUS segue sem uma política de recursos humanos formalizada e executada, articuladamente, pelas três esferas de governo. Por mais que o programa venha a suprir a necessidade que nós temos de recursos humanos, de médicos, ainda falta a gente avançar bastante para poder obedecer a esse artigo da Lei 8.080, para haver uma política articulada entre as três esferas de governo para suprir essa necessidade de recursos humanos no Sistema Único de Saúde.

O posicionamento dos gestores municipais de saúde frente ao Programa Mais Médicos revela sua responsabilidade com a organização da Atenção Básica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA – ... assim como a percepção da importância da pauta de formação, nesse caso, do médico, mas certamente estendida a todos os profissionais de saúde do Município. Ou seja, nós não podemos focar uma política de formação somente na questão da preparação do médico; nós temos todo um contexto referencial de formação de uma categoria que trabalha no contexto da saúde pública. A gente precisa também pensar na relação de formação desse pessoal dentro da própria equipe.

Como pistas para o fortalecimento do Programa Mais Médicos, segundo os achados acerca do posicionamento dos secretários municipais de saúde e secretários identificados na revista no período circunscrito de maio de 2013 a março de 2017, fica a proposta de valorização do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (Coapes) e um trabalho árduo de disseminação e apoio à construção desses acordos Brasil afora, apoiado pelos três Entes federados, todos gestores do SUS. A gente deixa essa mensagem aqui para todos.

É no Município que o cidadão reside e a vida é vivida; é no Município que está a Rede de Atenção à Saúde local, e é onde o SUS se concretiza. Portanto, é este espaço de protagonismo o território da gestão municipal. Então, todo o planejamento inicial deságua lá na nossa atuação municipal, na relação do gestor municipal com seu sistema de saúde, no seu planejamento local, com a sua ação direta na população.

O processo de diálogo da construção coletiva em todos os atores que discutem a integração ensino-serviço deve ser um processo de empoderamento de todos e fortalecimento da luta por respostas às necessidades que a rede do SUS tem na especificidade de cada território.

Eu queria só fazer aqui uma ponderação, antes de terminar, com relação ao financiamento do programa. Há algumas questões, Antônio, que eu queria colocar. Primeiro, o financiamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Mais Médicos, parte do financiamento, foi deduzido do piso da Atenção Básica dos Municípios. Ou seja, se nós temos parte do financiamento da Atenção Básica tirada da Atenção Básica dos Municípios ou do Saúde da Família dos Municípios, então era um recurso financeiro que já pertencia ao sistema de saúde, à Atenção Básica, às gestões municipais que já trabalhavam no Saúde da Família. Então, de R$12 bilhões que você colocou aí, parte desses recursos já pertencia ao orçamento da Atenção Básica. Fica caracterizado que não é um dinheiro novo que entrou e foi colocado dentro do orçamento ministerial, dentro do orçamento da saúde pública. Respondendo a uma pergunta que eu gostei muito, da Drª Lídice, com relação à percepção do usuário, é lógico que nós temos uma pesquisa – eu não tenho ela aqui – da Universidade Federal de Minas Gerais, que demonstra que mais de 70% dos usuários aprovaram o Programa Mais Médicos, e se sentem contemplados. Nós tivemos, nessa pesquisa, uma análise bem focada que realmente demonstra que o programa não tem mais como retroceder, a não ser que a gente consiga substituir o médico que lá está por um profissional que venha de carreira do Município, de alguma forma, mas não dá mais para a gente retroagir.

Nós temos as questões das ações de monitoramento e avaliação. Nós entendemos que precisamos aprofundar um pouco mais. Eu falo "nós" – "nós", Municípios. Nós temos essa avaliação. Esse GT, o grupo de trabalho do Ministério da Saúde, faz isso com muita competência, mas nós precisamos focar um pouco mais dentro dos Municípios, para a gente poder ter a nossa avaliação municipal com relação ao monitoramento e à avaliação do desempenho, do trabalho e da evolução desse programa no próprio âmbito da gestão municipal.

No mais, quero agradecer e dizer que a gente está à disposição para o debate. Agradeço pelo espaço e a oportunidade do Conasems estar aqui, Drª Marta, debatendo e apresentando nossa visão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigado, Freire Bezerra, Vice-Presidente do Conasems e Secretário Municipal de Saúde de Pacatuba, no Estado do Ceará.

Estão abertas as perguntas. Eu já fiz as minhas. Creio que a Senadora Lídice também.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Humberto, gostaria de se colocar?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, inicialmente, pedir desculpas pelo meu atraso. Eu estava marcado para falar no plenário e terminou demorando, mas pelo menos peguei ainda uma parte da fala do Dr. Wilames. Não sei também quais as perguntas que a Senadora Marta e a Senadora Lídice já fizeram, mas o que eu queria, especialmente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela iniciou com as perguntas. Antes de falar do relatório, ela iniciou as perguntas, então eles foram respondendo à medida que cada um teve seu direito à fala.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alô? (*Pausa.*)

O que eu queria principalmente saber é o que diz respeito aos investimentos do Programa Mais Médicos, seja do ponto de vista dos investimentos em infraestrutura, esse crescimento da rede de unidades básicas de saúde, e por outro lado também saber o que não diretamente se relaciona necessariamente a custeio, mas aquela proposição do Governo, e que está na previsão orçamentária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano que vem, de que recursos do Programa Mais Médicos poderiam ser contingenciados, quando nós entendemos que isso não seria adequado, não seria correto e nem possível.

Então, sobre esses dois pontos eu queria ter um pouco mais de informação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Algum dos palestrantes gostaria de tecer uma consideração?

O representante do Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO – Boa tarde, Senador... Ministro, não é? É de Ministro que tenho o costume de chamar o senhor, porque o senhor trabalhou lá muito tempo, com a gente.

Enfim, o que foi pedido para eu relatar aqui foi o orçamento do Mais Médicos referente ao provimento. Eu coloquei que foi da ordem, até hoje, desde a instituição do programa, de R$12 bilhões, pagos até o momento cerca de R$11 bilhões. Quanto ao investimento em infraestrutura, eu não tenho aqui comigo no momento. Não foi colocado. Foi pedido para eu fazer a explanação aqui do investimento só do eixo do provimento emergencial.

Eu queria até ressaltar para o Vice-Presidente do Conasems que, quando colocamos que, de 2013 a 2015, era utilizada uma ação do DAB, do PAB variável, é porque o programa foi criado em meados do ano de 2013. Então, foi solicitado um crédito adicional e inserido... Como não havia uma abertura para criar uma nova ação do Mais Médicos na Lei Orçamentária que já estava em vigor, foi criado um PO, que é uma figura orçamentária que existe, um Plano Orçamentário, dentro da ação do DAB, que era a Ação 20AD. Então, foi só criado um PO para inserir esse crédito adicional que entrou no Ministério em meados de 2013, com a criação do Programa Mais Médicos. Desde então, foi sendo trabalhado nesse PO, foi um dinheiro já adicional ao PAB. A partir de 2016, sim, foi criada uma ação própria de implementação do Programa Mais Médicos nas Leis Orçamentárias dos anos subsequentes.

Quando ao contingenciamento, dentro da SGTES, questionamos também o porquê de a ação específica do Mais Médicos não ter sido uma ação obrigatória, mas, desde então, conforme eu demonstrei aqui, Senador, todo o Ministério da Saúde tem envidado esforços para empenhar e dar continuidade a todas as ações do Mais Médicos, tanto é que o orçamento, desde então, chega a cerca de 100% dos recursos empenhados ano a ano.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Eu quero saudar nosso companheiro Senador Humberto Costa e só complementar sobre a preocupação com essa questão da mudança da ação obrigatória para contingenciamento.

É muito estranho o esforço que o Governo está fazendo para tornar contingenciável essa ação. Foi feita uma portaria no Ministério do Planejamento, que, na ocasião, foi muito questionada. Inclusive, nós chegamos a entrar com uma PLC para derrubar a portaria aqui, nesta Casa. E, mesmo que não tenha gerado contingenciamento no ano de 2017 até agora, nós entramos com emenda para que, na LDO 2018, voltasse a ser uma ação obrigatória. Foi aprovada. E, agora, o Presidente veta! Se não houvesse interesse em contingenciar, para que todo esse esforço em tornar contingenciável uma ação? Segundo, o orçamento para o ano que vem não recuperou nem a inflação deste ano. E, terceiro, ele vetou – mais cedo, apresentei aqui – a meta de aumentar o número de médicos. A meta aprovada na LDO era de vinte e dois mil e poucos médicos, e o Governo vetou. Para que vetar essa meta se não houvesse interesse em reduzir a abrangência do programa, não é? Então, são aspectos que nos deixam preocupados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que está passando ao largo, que a gente já teve oportunidade, anteriormente, de questionar, mas não conseguimos reverter, é a questão da pontuação para as provas de residência médica. Foi retirado do último edital do Ministério da Saúde, Senadora Marta. Essa foi uma das ações mais efetivas do ponto de vista de atrair profissionais médicos para o programa. Como muitos programas são bastante concorridos, o médico dedicando um ano na atuação na atenção básica, ganhava pontuação extra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Está corretíssimo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Isso mobilizou o esforço muito grande de profissionais médicos que se dedicaram durante um período.

O edital que o Ministério da Saúde publicou – falei na ocasião e repito – é ilegal. O argumento do Ministro, na audiência que teve conosco na Seguridade Social e Família, é de que bonificação é do Provab, o programa anterior, e não do Mais Médicos, mas era só ele ir à lei do Mais Médicos. A lei do Mais Médicos está bem clara, pois diz que enquanto não tivermos no País uma vaga de residência para cada vaga de graduação, é obrigatória a disponibilidade dessa bonificação como forma de estimular os profissionais a participarem da atenção básica. Está na lei do Mais Médicos. Então, não pode um edital, uma portaria do Ministério atropelar, passar por cima de uma lei aprovada aqui nesta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Parece que vai ao contrário. Nós estávamos até comentando a necessidade de mais vagas e como a própria federal não consegue abrir mais vagas. Depois, na hora em que podemos realmente preencher vagas necessárias, com médicos interessados pelo aporte que vão ter de pontos, nós vemos isso retirado. É muito difícil mesmo não entender como uma vontade de acabar com o programa. Eu também acho que vai nessa direção, infelizmente, porque é uma das coisas boas que aconteceram.

Bem, não havendo mais quem queira perguntar...

Pois não. O senhor ainda quer dar uma palavrinha?

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA – Com a sua permissão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com prazer.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA – Deixo aqui alguns encaminhamentos que nós achamos pertinentes, Antônio, para melhoria do programa.

Primeiro, entendemos que na área de investimento é necessária uma priorização para que os Municípios consigam construir mais Unidades Básicas de Saúde e com isso melhorar a sua infraestrutura. Nós tivemos um avanço muito grande no início da lei, mas agora temos dificuldades em cadastrar as propostas para ampliar a nossa rede de atenção básica. Então, entendemos que precisa haver um avanço e uma reabertura desse programa, para que possamos, de forma espontânea, colocar as demandas em sistema, desde que haja um planejamento, tudo direitinho e aprovado, e com isso o Município tenha acesso a esse financiamento para ampliar sua infraestrutura, independentemente da ampliação do número de médicos. É a ampliação do programa, pois o programa em si já diz que não é só o provimento de médicos, existe também a questão do investimento. Então, precisamos de mais suporte para aumentar nossas equipes do Saúde da Família e melhorar a cobertura, mas para isso precisa da abertura do próprio sistema de investimento.

Cremos que hoje seja necessário um replanejamento, porque o sistema está fechado para cadastramento de novos Municípios. Ou seja, nós temos mil e poucos Municípios no Brasil que não conseguiram. Uns não se adequaram aos editais lançados para se cadastrar e fazer adesão ao sistema;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outros, naquele momento, por deficiência de gestão, não conseguiram fazer o seu cadastro. E, como nós tivemos uma mudança de gestão muito grande durante esse período, hoje muitos Municípios têm procurado o Conasems no sentido de fazerem e a sua adesão e com isso terem acesso aos profissionais médicos. Nós não tivemos ainda facilidades no sentido – dentro do perfil que a lei permite – de esses Municípios terem cadastro. Então, eles não têm nenhum médico e nem têm adesão ao programa, porque o sistema está fechado e não permite a adesão de nenhum Município.

E precisamos também do aumento do número de vagas de profissionais. Nós temos uma condição, muitos Municípios têm condições de ampliar os seus profissionais. Não ampliam porque há a Lei de Responsabilidade Fiscal que trava o Município na contratação médica. Eles têm a infraestrutura, têm as Equipes de Saúde da Família funcionando, mas não há o profissional médico nessas equipes porque não têm a condição de contratar. Então, a gente solicita também o encaminhamento no sentido de ampliar o número de vagas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pelo que eu entendi do que o senhor está colocando, foi uma lei geral exatamente para coibir construção de Unidade Básica sem haver depois médico para atuar. Só que foi geral e aí atrapalha aqueles que têm condições e não conseguem contratar médicos. Não é fácil, o problema é enorme.

Vamos mudar um pouco de assunto, mas continuando nessa área. Recebi uma demanda de alguns prefeitos que até faz sentido. É triste, mas faz sentido. Nós temos hoje, no Brasil – isso o próprio Ministro já tinha comentado – centenas de UPAs fechadas que, no governo anterior foram construídas. Parece que o prefeito dizia: "Quero uma." E lá ia uma. Às vezes, não comportava, mas num grande número de vezes, o Município não tem condição de custeio da tal da UPA. Eu mesma andei no interior paulista – acho que na região de São Carlos – passei, vi um prédio lindo, bonito, fechado. Era na estrada. Perguntei ao prefeito que estava ao meu lado: o que é? "Uma UPA." Falei: mas está pronta? "Pronta, mas não tenho condição de abrir. Vamos ver quando vou ter."

Só comento isso, mas outros têm chegado – não sei se o Senador Humberto, a Lídice ou o Deputado já escutaram esse problema de que eles não têm condição e, muitas vezes, esses prefeitos que estão entrando não vêm por que ter, por que eles precisam de unidades básicas. Então, eles estão propondo ao Ministério... Eles têm que devolver o recurso. Eles estão propondo um parcelamento para devolver porque eles não têm como devolver aquele recurso de UPA de uma vez, porque são cidades às vezes bem pequenas também. Outros estão propondo que, se eles transformarem em Unidade Básica, não tenham que devolver o recurso. Eu não achei uma ideia tão ruim, pelo menos vão usar, está lá tudo fechado. Em uns casos, não estão acabadas, as construções não estão terminadas. Agora, um grande número delas está terminado e fechado. Então, é uma possibilidade de não acontecer coisa do tipo que o Secretário de Saúde está relatando. A gente tem que olhar os detalhes do que está acontecendo, não é? Mas isso eu vou levar ao Ministro, porque acho que é uma coisa muito importante, foram muitos os prefeitos que trouxeram à consideração. E a gente tem que pensar que o Brasil não é único. O Brasil é gigantesco, com mil necessidades diferentes. Essas UPAs estão paradas e as pessoas precisando de lugar para a atenção básica e de recursos para fazer a UPA funcionar.

Deputado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Mais um registro, porque eu queria aproveitar o que a senhora falou aqui. Para a avaliação chegar ao Ministério, no Ministério da Educação, como eu comentei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente, ficou um período parado o edital das escolas privadas em função da paralisação no TCU. Só que o segundo edital, como o Secretário, Vice-Presidente do Conasems comentou aqui, pegou Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse segundo edital já fez a avaliação dos Municípios, mas está sustado desde então.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas quanto: dois anos, três anos, um ano?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Três anos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É inacreditável: três anos parado no TCU.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – O primeiro edital ficou quase três anos no TCU. O primeiro edital já foi liberado. Os Municípios já tinham sido definidos, as entidades mantenedoras também e já estão agora na fase de autorizar os cursos.

O segundo edital estava na fase de seleção de Municípios. Concluíram a avaliação, mas não publicaram, em função da posição do TCU, entendeu? Então, o primeiro edital foi destravado, mas o segundo edital o MEC ainda não publicou, a avaliação dos Municípios, e não tem razão para não ter feito ainda essa providência, porque não há mais nenhum óbice do Tribunal de Contas da União.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso fica para o relatório da Senadora Lídice, inclusive, talvez até uma visita nossa da Comissão de Assuntos Sociais ao TCU para ver o...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ao TCU e ao MEC.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ao MEC e ao TCU também para ver o que está acontecendo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – O TCU já tirou todos os óbices...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, não tem mais nada, então? Então ao MEC para ver o que está acontecendo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu acho que sim.

Só uma última consideração para o Sr. Antônio: já que, na sua exposição, não foi possível trazer aqueles dados, se fosse possível enviá-los para que nós possamos incluir no relatório... Precisamos ter acesso a eles.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O gasto com a infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada esta audiência pública.

Agradeço a presença das Srs. e dos Srs. Senadores e dos ilustres debatedores.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (43ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (53ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (82ª REUNIÃO), EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Elmano Férrer, Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 49/2017, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, RAS 132/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RDH 132/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. **Finalidade:** Debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados". **Participantes:** Alexandra Déprez, Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal; Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; Formadora certificada ADBB (Alarme Détresse BéBé); Marie Garrigue-Abgrall, Doutora em Filosofia; Professora Titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e Psiquiatria Infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Maria da Penha Oliveira, Psicóloga; Psicoterapeuta de Criança, Adolescente e Adulto, com especialização em Clínica Interdisciplinar de Transtornos Psicopatológicos da Criança e do Adolescente; Consultora em Processos de Acolhimento Institucional e Adoção; Supervisora Técnica do Projeto Novos Vínculos/Aconchego. Jairo Werner Júnior, Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense e Psiquiatra do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Doutor em Saúde Mental pela Unicamp. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/25

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 49/2017, da Comissão de Educação, de minha autoria; 132/2017, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Marta Suplicy; e 132/2017, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Senadora Regina Sousa, para realização de audiência pública destinada a debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados".

A Audiência está inserida na programação da X Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

Inicio as minhas palavras apresentando os nossos convidados:

Alexandra Déprez, doutora em Psicologia Clínica, com especialização em Psicopatologia Perinatal; mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente, formadora certificada ADBB (Alarme Détresse BéBé); Marie Garrigue-Abgrall, doutora em Filosofia, Professora Titular na Universidade de Paris, educadora em Pediatria na Primeira Infância e Psiquiatria Infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Maria da Penha Oliveira, psicóloga, psicoterapeuta de criança, adolescente e adulto, com especialização em Clínica Interdisciplinar de Transtornos Psicopatológicos da Criança e do Adolescente, consultora em processos de acolhimento institucional e adoção, supervisora técnica do Projeto Novos Vínculos/Aconchego; Jairo Werner Júnior, Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense e psiquiatra do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, doutor em Saúde Mental pela Unicamp.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença de todas as pessoas aqui, das entidades aqui representadas e das organizadoras deste evento.

Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados; demais participantes desta audiência, nesta abertura de audiência pública conjunta para debatermos os temas centrais que norteiam a primeira infância, com especial ênfase na qualificação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos anos iniciais de nossas crianças, quero tecer algumas considerações a respeito do papel do professor.

Uma educação de qualidade, inclusiva e plural é o melhor presente que podemos dar para os nossos filhos e netos, se quisermos construir um futuro melhor para todos. Entre os assuntos mais importantes sobre os quais fomos convidados a refletir este ano, está o Plano Nacional de Educação 2014/2024, com suas 20 metas, das quais 5 dizem respeito diretamente aos professores. No PNE, fica clara a determinação de melhorar a qualidade do ensino por meio do aperfeiçoamento dos docentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimulando-os a buscar formação continuada e valorizando-os por meio de melhorias salariais e de planos de carreira consistentes.

Acredito realmente que o investimento no professor é um dos caminhos mais seguros para a mudança que queremos na educação. Em cada sala de aula, em cada escola deste País, precisamos de profissionais comprometidos com a constante revisão da eficiência do processo ensino-aprendizagem bem formados e bem remunerados.

Infelizmente, o que deveria ser senso comum ainda é um plano, uma ideia, que, embora expressa em planos nacionais e leis, não se tornou realidade. A apatia do Poder Público diante da contínua desvalorização dos profissionais da educação ajuda a explicar os resultados negativos dos nossos estudantes em exames internacionais. O desempenho dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), na sigla em inglês, divulgado em 2016, foi pior do que o alcançado na edição anterior do teste nas três áreas verificadas.

Embora alguns avanços tenham sido registrados no campo da educação no Brasil em anos recentes, como o aumento expressivo no número de matrículas e consequente melhora nos índices de escolarização, além da distribuição mais eficiente de material didático, um aspecto fundamental para o sucesso da educação tem sido sistematicamente negligenciado. Especialistas analisaram o resultado do Pisa e apontaram que, se quisermos promover mudanças no nosso sistema de ensino, precisamos investir principalmente na formação e na valorização dos professores. Lembremos que, desde o lançamento do PNE 2014/2024, já sabíamos que este seria o caminho.

A história recente de Singapura, país que apresentou os melhores resultados no Pisa, corrobora a análise dos especialistas, Estado-nação que decidiu mudar seu destino por meio da educação, em meados dos anos 90. Na ocasião, perceberam que havia pouco respeito das pessoas pelos docentes e que, por isso, o número de estudantes que almejavam ser professores era cada vez menor. Perceberam também que, sem bons mestres nas salas de aula, seria impossível mudar a realidade da educação no país. Decidiram atrair os melhores profissionais, equiparando-lhes os salários aos de engenheiros e contadores no início de carreira.

Além de investimento constante na formação continuada, o Estado passou a fazer uma campanha de divulgação do trabalho desses profissionais, de forma a mostrar para as pessoas o quanto são importantes. Sempre que um professor propunha uma nova metodologia para ensino de crianças com necessidades especiais, por exemplo, divulgava-se a conquista amplamente na mídia. Anos depois, em pesquisa nacional para saber qual profissão as pessoas consideravam que mais havia contribuído para a construção da nação, os professores apareceram em primeiro lugar. No Pisa, os resultados frutificaram ostensivamente. Singapura recebeu as melhores notas em todas as disciplinas.

Não quero soar pessimista, tampouco passar a impressão de que estamos com braços cruzados. O ano de 2017 tem sido especialmente dinâmico no Parlamento no que diz respeito à educação. Falamos do Plano Nacional de Educação, aprovamos a reforma do ensino médio e estamos em pleno debate da Base Comum Curricular. A sociedade civil, os educadores e representantes de diversos órgãos e entidades ligadas à educação têm participado ativamente. As contribuições em cada audiência pública são fartas e preciosas. Com esforço coletivo, estou certa, conseguirá criar um ambiente institucional favorável ao êxito do processo do ensino-aprendizagem em sala de aula, oferecendo aos professores os subsídios necessários para melhor desempenhar sua profissão. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preciso discutir a educação. É preciso encarar os resultados negativos como indicadores de que a mudança tão necessária precisa acontecer logo. É preciso reconhecer que o professor é a ponta de lança desse processo e merece todo o apoio que o Estado e a sociedade possam dar.

Era o que tinha a dizer.

Passo agora a palavra à Senadora Marta Suplicy.

Muito obrigada a todos. Mais uma vez, obrigada pela presença de cada um. (*Palmas.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. V. Exª fez um excelente resumo da situação que vivemos no Brasil, então eu vou passar a falar um pouco mais de experiência pessoal, porque eu acho que posso também contribuir.

Primeiro, agradeço a presença dos ilustres palestrantes aqui. Eu acredito, como psicanalista, que a formação dos primeiros três anos é fundamental para a criança, não só em virtude do desenvolvimento do cérebro, mas principalmente pelo desenvolvimento dos afetos. E isso vai ter uma permanência durante muito tempo na vida das pessoas.

Tendo essa consciência, não dava, como Prefeita de São Paulo, para aceitar que as professoras que tratavam das creches na cidade – e era um número bastante alto – estivessem no departamento de assistência social. Essa foi a primeira providência, porque educação é uma área que não é de assistência social. É uma área de educação. A primeira coisa foi transferi-las para a área de educação, com uma rebeldia generalizada da área de educação.

Outra surpresa foi, quando fomos investigar a formação que tinham, ver que a maioria – a maioria não, acho que metade – não tinha curso fundamental, o que também era um susto. Ao mesmo tempo, várias estavam naquela profissão há 15, 20 anos e muitas eram absolutamente adequadas no seu carinho, no seu aconchego, o que, às vezes até, é o mais importante, além de ser uma qualidade *sine qua non* para professor de criança pequena.

Então, o que fizemos? Providenciamos um curso na USP (Universidade de São Paulo) para que esses 20 anos, 15 anos, 10 anos que cada uma tivesse fossem reconhecidos de alguma forma e houvesse um complemento – eu não lembro se foi um ano e meio, um ano. Era um curso robusto para que elas tivessem o diploma. Isso caminhou muito bem; tão bem que várias, alguns anos depois, chegaram a fazer o curso universitário; e não foram poucas que foram fazer o curso universitário.

Mas, nesse período, enquanto faziam o curso, pela minha formação, eu tinha muito interesse em saber como estavam indo e comecei a perguntar o que acontecia naquelas creches, como elas estavam indo e tal. Aí surgiu um problema que foi, de certa forma, inesperado – muito esperado, mas inesperado – em que os supervisores chegaram a mim e disseram: "Olha, Prefeita, há uma coisa muito problemática: elas não sabem lidar com a sexualidade das crianças. Então, se elas pegam uma criança de quatro ou cinco anos se masturbando, elas batem na mão da criança. Se veem uma criancinha de quatro, cinco anos, uma olhando ou tocando a outra, elas põem de castigo. Chegou a um ponto de uma chamar a mãe dizendo que tinha um menino taradinho na escola, e nós não sabemos o que fazer, porque nós não temos formação nenhuma para lidar com isso." Aí, nós resolvemos fazer – era muita gente – grupos em cada escola, com os professores – eu não me lembro se eram grupos de 12 – e começar a ensinar um pouquinho o que era a sexualidade infantil. Era um susto para as professoras, mas foi melhorando. Só que, de repente, quando nós começamos a ensinar algumas coisas e as deixamos falar livremente sobre a sexualidade, elas acabaram falando da delas. É óbvio que isso ia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer, mas nós não tínhamos planejado. E aí nós percebemos que algumas estavam muito confusas e que isso iria atrapalhar o que elas poderiam estar fazendo. Assim, foi desenvolvido um programa: para cada hora que elas passavam na discussão, elas tinham depois uma supervisão de duas horas – para cada hora que elas falavam com as crianças. Isso acabou ajudando, encareceu o programa porque elas passaram a ter uma supervisão mais de perto, os grupos eram pequenos para fazer a supervisão dos problemas, porque, de repente, ela tinha de falar para a criança, mas ela não sabia como explicar para a criança, e aí também havia a questão dos pais. Nós tivemos de chamar os pais, porque, na hora em que você começa a colocar uma professora fazendo uma intervenção... Enquanto a intervenção é bater na criança ou dizer que não pode, não chega aos pais, mas, na hora em que você começa a dizer outras coisas para a criança, explicar como veio ao mundo, a criança chega em casa e conta para o pai e para a mãe, a casa cai, porque a mãe não conseguiu explicar e a mãe nem acha que a criança deveria saber.

Então, quanto a essas questões, eu acredito, Senadora Lúcia Vânia, a partir do relato tão cuidadoso de V. Exª, que nós estamos anos-luz de poder fazer, porque, na própria Prefeitura de São Paulo, isso acabou sendo desativado. Nós temos de pensar, e eu adoraria se alguém pudesse se pronunciar também sobre essa questão, porque é uma questão que acaba não sendo fácil. A gente fala de tudo, mas da sexualidade da criança e como essas pessoas que cuidam das crianças vão se portar nós acabamos não falando. Então, apreciaria muito se alguém pudesse fazer algum comentário.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço a Senadora Marta Suplicy e passo, agora, a palavra aos nossos convidados.

Em primeiro lugar, a Srª Marie Garrigue Abgrall, Doutora em Filosofia – vou repetir o currículo dela: Professora Titular da Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e Psiquiatria Infantil. Atualmente, ela participa do Departamento Geral de Val de Marne.

Com a palavra a Srª Marie.

A SRª MARIE GARRIGUE ABGRALL (*Tradução simultânea.*) – Obrigada.

Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu agradeço pelo convite para participar desta audiência pública. Eu agradeço o interesse e a presença de todos.

Eu vou lhes apresentar um dispositivo francês chamado Protection Maternelle Infantile, criado em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para lutar contra mortalidade infantil e repovoar o país. Foi a missão inicial da PMI.

Essa PMI está presente em todo território nacional francês e, em cada departamento, há um polo infância-família no qual está a direção da criança e da educação infantil, direção das creches e da própria PMI. Então, vejam aqui o organograma. A proteção materno-infantil depende de uma lei nacional. É algo importantíssimo. Houve uma lei de 18 de dezembro de 1989, que dava a missão e as atribuições da PMI, favorecendo uma dinâmica que respeitava a cultura e o conhecimento do outro – estabelecer uma relação com os profissionais e usuários e os parceiros.

Recentemente houve a revogação da lei de 5 de março de 2007, que tratava da proteção da criança, salientando o papel da PMI, sobretudo em ações precoces na gravidez, com ações a partir de quatro meses de gravidez e balanço das crianças com quatro anos de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A missão principal da PMI são: a perinatalidade; o monitoramento das crianças de menos de 6 anos; o planejamento de educação familiar; os modos de acolhimento, isto é, creches, multiacolhimentos, berçários etc. Ela tem uma missão de saúde pública e epidemiológica e obviamente uma missão de capacitação dos profissionais envolvidos.

Com relação à perinatalidade, trata-se de garantir uma vigilância regular do bom desenvolvimento da gravidez, preparando para chegada do bebê, com duas dimensões: médica e psicossocial, algo global, como os senhores percebem.

Com relação às atividades em perinatalidade, há consultas pré-natais, consultas pós-natais mais visitas em domicílio. É preciso saber que na França a mãe fica na maternidade de 2 a 3 dias. Depois, volta para casa sem muito saber o que fazer com relação ao aleitamento, à guarda de leite, com um parto mais ou menos doloroso. As visitas em domicílio são necessárias para garantir um melhor acolhimento tanto da mãe quanto do bebê recém-nascido.

Há um trabalho importante que se faz em rede, com PMI, maternidade, psiquiatria e pediatria, tudo isso junto. Psiquiatria porque há psicoses, depressões graves pós-parto. Trata-se também de acompanhar as crianças de menos de 6 anos, como eu falei – medidas de prevenção médicas, psicológicas, sociais e de educação para a saúde, ações de prevenção e de testagem de deficiências com crianças de menos de seis anos. Trabalha-se muito com relação à prevenção da obesidade e também cuidados bucodentários. Há ligações com serviço de saúde escolar, assim como uma participação nas ações de prevenção, de proteção da infância e maus-tratos, a partir de famílias que se tratam em situação de vulnerabilidade, maus-tratos, violência doméstica.

Essas famílias são objeto um acompanhamento mais amiúde, com equipes pluridisciplinares para verificarmos quais tipos de ajuda podemos fornecer a essas famílias, sobretudo ajuda psicoeducativa em domicílio. Se se tratar de um assunto mais grave, então tiramos as crianças do seio dessa família. Com relação às atividades de PMI, os centros de PMI são centros de saúde próximos à população. Há acolhimentos paramédicos, dos quais vou falar um pouco mais depois, consultas pediátricas, com – claro – vacinas e acompanhamento pediátrico dessas crianças, mas também consultas psicológicas, visitas em domicílio, como eu falei, e um apoio à parentalidade. E aqui eu também vou detalhar, posteriormente, sala de espera e outros acolhimentos.

Há também correlação com centros de saúde de PMI – não todos –, o planejamento e a educação familiar. Trata-se de atividades agrupadas no mesmo centro, e isso visa à prevenção e à promoção da saída em matéria de sexualidade, vida afetiva, contracepção, aborto – interrupção voluntária da gravidez –, mas também com relação às infecções das doenças sexualmente transmissíveis. É preciso sabermos que, no caso do planejamento e educação familiar, a enfermeira e a conselheira conjugal se deslocam até colégios e escolas junto a alunos do quarto ano para tratar, com esses alunos, do que é a relação entre meninos e meninas, prevenção sexual, para refletirmos com relação ao respeito ao outro e prevenir as violências domésticas e conjugais. Há um acolhimento paramédico, consultas com ginecologistas, consultas conjugais, mas também coordenação de grupos de formação e capacitação, como lhes disse no início.

Os modos de acolhimento, então. A PMI tem uma missão de perícia e expertise com relação à criação de estruturas de acolhimento para crianças e jovens com extensões necessárias. Ela participa da elaboração dos projetos de instalação, controle e monitoramento das estruturas da primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infância. Ela garante também a capacitação das assistências de maternidade, que são os profissionais que cuidam das crianças em domicílio. Os profissionais trabalhando nessas instâncias têm que ter uma formação obrigatória de 60 horas e, para um segundo nível, de 120 horas; e eles podem cuidar, no máximo, de quatro crianças, com condições prévias estabelecidas.

Portanto, na missão de saúde pública e de epidemiologia da PMI, há o observatório da saúde da mãe e da criança; em seguida, uma compilação de informação em relação à ação de saúde pública e de prevenção.

A capacitação. O departamento, que equivale aos Estados na França, é um departamento com projeto piloto em que a política de primeira infância é muito importante com relação aos outros departamentos franceses. Portanto, nesse departamento onde eu trabalho, a PMI participa da capacitação dos auxiliares de saúde, estagiários e estagiárias. Recebemos também estagiárias educadoras de creches e de ensino primário no centro de capacitação contínua. Inclusive, eu participo como instrutora nesse centro. Os meios são os meios pessoais. Vou entrar nos detalhes mais tarde. Nos departamentos, temos 81 centros de PMI, 51 centros de planejamento e educação familiar, e 20 serviços de PMI. Trata-se, portanto, dessas circunscrições de ações sanitárias e sociais de que lhes falei no início. As diferentes profissões que fazem parte das equipes de PMI. Isso é importantíssimo, porque se trata de capacitações complementares importantíssimas, ricas para nós. Há auxiliares de puericultura, cuja formação é um ano, enfermeiras especializadas, com formação de cinco anos, enfermeiras generalistas, médicos, clínicos gerais e parteiras. Elas garantem todo o acompanhamento pré-natal, mas também fazem as visitas em domicílio após o parto – educadoras das crianças, cuja formação é de três anos, secretárias, que trabalham em todos os centros, uma conselheira conjugal, uma psicóloga ou psicólogo que apoia as equipes, claro, mas que também é responsável pelo acolhimento das crianças que apresentam dificuldades de desenvolvimento ou educacionais, que também recebem em consultas os pais, e um agente de entrevistas.

Aí está um mapa do meu departamento. Infelizmente, não temos muito tempo de nos atermos a isso. Eu agradeço pela atenção. Desculpem a rapidez, mas eu vou agora apresentar-lhes, mais especificamente, o que acontece no interior de um centro de PMI, sobretudo com relação a tudo o que diz respeito ao acolhimento. Acolher é o primeiro passo de prevenção. É fundamental receber bem para criar uma aliança e uma confiança com as famílias, e poder finalmente fornecer os cuidados e o tratamento às crianças.

Na nossa PMI, temos uma população cuja mistura social é importantíssima. Há muitos imigrantes, famílias que vêm de todos os países do mundo, com trajetórias traumáticas, países em guerra e que vivem rupturas de laços afetivos, laços culturais. Não falam a língua francesa, então há problemas linguísticos. A tudo isso, acrescentam-se carências, ausência de transmissão, tudo que diz respeito à maternagem e à educação. Podemos falar, nas PMIs, de alegria e de prazer, de satisfação de trabalharmos, porque a PMI é uma espécie de refúgio para essas famílias. É um lugar de acolhimento e de hospitalidade para essas famílias oriundas de traumatismos, como eu falei, mas que têm na PMI consultas, um tempo de acolhimento organizado pelas equipes, onde as famílias encontram atenção e até carinho, digamos assim. Portanto, é um lugar de vocação universal, isto é, ela não tem a vocação de tratar apenas das crianças das famílias desfavorecidas. A missão é tratar de todas as crianças, e eis algo muito importante, porque, em todos os meios, os pais podem ter dificuldades de tratar com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suas crianças – problemas de saúde, uma história familiar difícil, ou problemas educacionais. Então, é um lugar de acompanhamento, maternagem para a educação, para a cultura, para o aprendizado das primeiras regras de socialização, mas também dos primeiros perigos. Há muitas ações de prevenção de acidentes domésticos, por exemplo. É um lugar para conhecermos, de mediação, de brincadeiras, jogos, palavra, e não atingir a integridade de cada um.

Há diferentes tipos de acolhimento. As enfermeiras e as puericultoras fazem uma primeira entrevista para constituir o prontuário antes da consulta pediátrica. Durante essa entrevista, elas coletam informações a respeito da constituição da família, do contexto sociocultural, como se deu a gravidez, como aconteceu o parto, mas também coletam informações a respeito da saúde da criança e da mãe. Há uma grande liberdade durante essas entrevistas, para que elas possam se expressar bem, falar de suas dificuldades e das questões mais sensíveis. Esse primeiro acolhimento acontece antes das consultas.

Nesses acolhimentos de pesagem feitos pelas enfermeiras e puericultoras, não precisa marcar encontro. As famílias chegam quinta-feira, segunda-feira de manhã, sem marcar uma consulta, e saindo da maternidade, isto é, a partir de que a criança tenha dois, três ou quatro dias. Elas vêm para esse acolhimento de pesagem. Então, há também, nesse momento, todas as questões com relação ao aleitamento, desmame, despertar, como é o sono, atividades que são propostas em função da idade, das capacidades de cada criança, de cada mãe, em função dos acontecimentos vividos pela família. Pode-se tratar de preocupações, falar das preocupações, como se deu a chegada do bebê nessa família, do contexto psicossocial dessa família. Esse acolhimento, que é feito pelos membros dessa equipe, pode se dar cotidianamente, se as famílias precisam desse serviço, de ser reconfortadas, se precisam ser cercadas, e pode acontecer até que as famílias tenham suficientemente confiança em si mesmas e na capacidade do seu bebê em crescer e se desenvolver.

Um outro tipo de acolhimento é o acolhimento em sala de espera. Durante consultas pediátricas, a educadora das crianças fica na sala de espera, junto às famílias. A sala de espera é organizada com brinquedos, jogos, um tapete para os bebês, mesinhas onde as crianças podem desenhar, manipular instrumentos, brinquedos, construir, com brinquedos psicomotores. Há um pequeno tobogã. Isto é, as crianças, ficam livres para circular na sala de espera. Há livros em todas as línguas. Ainda que estejamos na França, as crianças vão ter uma língua em casa, e muitas vezes não é a língua francesa. Elas têm que adquirir essa capacidade linguística, razão pela qual os livros estão em várias línguas, para que a língua materna seja transmitida e a criança aprenda o francês, evidentemente, depois.

Portanto, a educadora cuida para que haja uma atmosfera de segurança, de paz, de tranquilidade nessa sala de espera, isto é, se houver dificuldades, conflitos, vai intervir para acalmar, compreender o que está acontecendo, acalmar a atmosfera e o ambiente, para que seja um lugar de tranquilidade, de calma, em que as crianças possam ter uma experiência baseada no brinquedo e na segurança afetiva. Há também brinquedos de casa, jogos simbólicos, brincadeiras de médico, para que crianças se preparem para a consulta pediátrica.

Nesse mesmo espaço, uma vez por semana, propomos um acolhimento pai-criança, que é feito pelas duas auxiliares e uma educadora, uma manhã por semana, em que as famílias vêm sem marcar hora para ter uma experiência de primeira socialização, primeiro contato das crianças entre si,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

primeiro lugar onde eles possam falar livremente, intercambiar, trocar, falar de suas experiências. E aí, nós estamos favorecendo, o máximo possível, a socialização das crianças, para que elas possam brincar, apoiando a iniciativa delas e, evidentemente, favorecendo também a troca também entre os pais.

Isso possibilita tecer laços entre famílias que vivem muito isoladas e depois vão juntas à biblioteca, à feira, ao mercado, ao supermercado, buscar as crianças na escola, juntas. Entreajudam-se; é uma solidariedade que se estabelece entre as famílias muito importante.

E, muitas vezes, as famílias são alojadas longe, em hospedagens sociais, por três, quatro dias, uma semana, um mês, dois meses num hotel, depois em outro. Então, essa PMI é um lugar fixo para essas famílias, como se fosse um segundo lar, uma segunda família. E essas famílias vêm de muito longe e ali encontram acolhimento humano caloroso, como se fosse um segundo lar, uma segunda família.

Nesses acolhimentos pais/crianças, uma vez por mês, há uma supervisão garantida de psicólogos e de puericultoras, para elaborarmos juntos situações, encontros, com relação às carências ou às dificuldades que as crianças manifestem com relação ao desenvolvimento, que se manifestam precocemente, ou seja, o que nós podemos fornecer a essas crianças. Durante essas reuniões de supervisão, retomamos a trajetória dos acolhimentos para ajustar, adaptar orientações e cuidados psicossociais, médicos e psicossociais, de modo a orientar muito cedo esses tratamentos, favorecendo, em seguida, a integração tanto na família quanto socialmente.

Quando nós identificamos uma família particularmente em dificuldade, cheia de carências, nós propomos acolhimentos individuais, isto é, eu recebo, como educadora, crianças durante uma hora, cada semana, e trabalhamos. Geralmente tratam-se de crianças de menos de três anos, e nós vamos trabalhar com atividades livres, brinquedos, jogos. Isso vai nos permitir ver juntos a organização, como é o quarto, se há uma televisão que está ao lado da cama, se essa televisão fica ligada dia e noite. Então, o que a gente pode reordenar, como reorientar essas famílias para, de fato, ajudá-las numa prevenção e numa melhoria do meio dessa criança em casa, inclusive.

Neste contexto, as mães vão falar muito mais facilmente se se tratar de um acolhimento com outras famílias. Acrescentem-se a isso patologias psiquiátricas que vêm dos pais ou problemas graves de desenvolvimento da criança. Nesse caso, propomos acolhimento em binômio, com educadores e psicólogos, em torno de brincadeiras e crianças.

Esses facilitadores para as famílias vêm para brincar, jogar. Então, não dão medo, não assustam as famílias, nem as crianças e permitem melhorar os cuidados progressivamente. Nós integramos a essas atividades atividades culturais. Há uma grande parceria com a biblioteca da cidade de L'Haÿ-les-Roses. Há uma leitora que vem, nessa sala de espera, para ler histórias para as crianças.

Há músicos que vêm, na sala de espera, cantar, tocar, em diferentes línguas, de novo, porque se trata aí das primeiras ferramentas que permitem a mãe e a criança entrarem em relação, em interação e buscarem essa memória primeva das canções de ninar, etc.

Em conclusão, para participar de todas essas atividades de acolhimento, temos que salientar a formação desses profissionais que vão permitir essa interação, sobretudo com relação à comunicação não verbal. Além disso, bons conhecimentos com relação a saúde do bebê, desenvolvimento psicomotor, psicoafetivo e cognitivo, tudo isso é necessário para propormos capacitações que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender as necessidades de cada família. A PMI oferece um leque de cuidados específico, como não deixar uma mãe sozinha, porque ela não vai conseguir lidar com essas dificuldades. E, se ela não conseguir fazê-lo, vai acarretar maus-tratos oriundos de sofrimento que ela também tem, ignorância etc.

Um outro ponto forte – e eu vou concluir – para implantar esse conjunto de apoios perenes, temos que pensar com relação à observação tanto oral quanto redigida, aos tempos de intercâmbio em equipe, em que o papel da formação de cada profissional é fundamental e possibilita uma adaptação maior junto as famílias. É preciso saber que o aliado maior é sempre a criança, porque é a criança, quando ela é acolhida dessa maneira, que mostra o seu bem-estar, a sua adesão e uma evolução do seu desenvolvimento. E isso é o que nos incita e o nos motiva.

Muito obrigada pela atenção de todos e de todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Drª Marie Garrigue Abgrall. Quero cumprimentá-la pela exposição. Ficou bem claro para todos nós que a centralidade e o sucesso do trabalho está na capacitação dos profissionais.

Eu quero informar que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: o Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Quero ainda registrar a presença honrosa do Sr. Wolney Queiroz, Secretário de Direitos Humanos de Olinda; da Salama Queiroz, representando a Secretaria de Direitos Humanos de Recife; Lisle Heusi de Lucena, Presidente da Comissão da Primeira Infância e Cultura da Paz, responsável pela organização da X Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz – quero, na oportunidade, cumprimentá-la pelo êxito deste evento –; equipe da comissão, Solange Palmeira, Fabíola Sena e Rita Parente. Registro ainda a presença da Profª Jaqueline Wendland, psicóloga, Doutora em Psicopatologia do Bebê, professora titular de Psicopatologia da Parentalidade da Primeira Infância da Universidade Paris Descartes; Dr. Laurista Correa Filho, pediatra e neonatologista, especialista em Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade de Paris.

Passo, agora, a palavra à Drª Alexandra Déprez, Doutora em Psicologia Clínica, com especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris; Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse BéBé).

Passo a palavra à Drª Alexandra Déprez.

A SRª ALEXANDRA DÉPREZ (*Tradução simultânea.*) – Bom dia a todos.

Muito obrigada pelo convite para me apresentar aqui nesta audiência pública. Eu agradeço a presença de todos.

Após a superapresentação da minha colega Marie sobre a PMI, eu gostaria de subir um pouco e irmos ao nível teórico, para apresentar-lhes o que eu chamo de função aloparental. Eu não sou a única a falar disso; eu não sou a única a chamar assim; os senhores verão que tem ligação com o que minha colega Marie acabou de falar.

Por que função aloparental? Porque é assim que eu concebo meu trabalho de psicóloga junto às famílias e junto aos bebês, claro. E também porque eu acho que, ao tratar dos profissionais, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho muito com a capacitação e formação desses profissionais que trabalham com a primeira infância, e eles têm essa função aloparental também.

Vamos voltar à origem; vamos ver uma perspectiva de psicologia evolucionista; e vamos voltar à origem do que é a espécie humana. Trata-se de uma espécie à parte no reino animal, porque nós nascemos altamente vulneráveis e ficamos totalmente dependentes durante muito tempo; e é o que nos caracteriza enquanto espécie. É um trunfo, porque nos dá uma flexibilidade imensa para nos adaptarmos ao nosso meio, inclusive em contextos dificílimos, e também, ao mesmo tempo, é uma grande vulnerabilidade. Por isso os três primeiros anos são importantíssimos; é nessa etapa que será construído o bebê. Ele vai ter que se adaptar ao meio que o cerca.

A consequência é que nós só vivemos porque somos seres sociais, porque somos muito vulneráveis. Somos especificamente – e isso são os antropólogos que nos dizem e também os psicólogos evolucionistas – uma espécie de reprodução cooperativa. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que nós não podemos educar sozinhos nossas crianças. Contrariamente a outros mamíferos, como os cavalos, os cães e os gatos, os humanos não podem educar sozinhos as suas crianças; eles precisam de ajuda. Uma mãe ou um pai sozinhos com um bebê em boa saúde psíquica é como se fosse um bebê sozinho. Isso não existe. É preciso haver várias pessoas em torno desse bebê para educá-lo.

Ora, a questão que vai se colocar é: quem vai nos ajudar a educar o nosso bebê? É aí que vem o conceito de "alopais": são indivíduos que vão dar cuidados ao bebê, que vão cuidar do bebê; não são necessariamente os pais biológicos. Isto é, são todas as pessoas que vão cuidar do bebê com exceção dos pais biológicos. Não há necessariamente elos biológicos. Trata-se de profissionais que não estão ligados biologicamente a esse bebê, mas têm ligações com esse bebê. Fala-se também desses "alopais" naturais, que são os pais, os avôs, as avós, os irmãos, as irmãs, os tios, as tias... Então, tudo isso são aloparentes naturais, a família ampliada, de que precisamos para educar o nosso bebê. E na nossa cultura, infelizmente, pelo menos no hemisfério Norte, isso tende a desaparecer, e os pais ficam cada vez mais isolados.

Eu trabalho num país chamado Luxemburgo, e nesse país há um nível socioeconômico muito elevado, um nível de educação elevadíssimo. Entretanto, no meu gabinete de consulta, as mães e os pais estão sozinhos. Não têm tios, não têm avós, porque vieram ao país para encontrar trabalho, casaram-se em Luxemburgo, seus maridos não têm raízes. Não há em torno deles avós, tias, tios. E os maridos trabalham muito, elas próprias trabalham muito, e o resultado é que tanto um quanto o outro se encontram sozinhos. Isso não é bom, tampouco para os bebês.

O segundo tipo de aloparentes são profissionais como eu, como Maria, é o pessoal das creches, das escolas, dos berçários, os profissionais da saúde – médicos e paramédicos – que vão cercar, acompanhar as famílias e os pais quando eles têm um bebê.

Eu vou me concentrar um pouco mais hoje sobre esses aloparentes profissionais, e para isso vou mostrar vídeos. De qualquer forma, o que é preciso sabermos é que há muitas pesquisas nesse sentido, e há um efeito real demonstrado dos aloparentes sobre a vida física desses bebês. Há menos mortalidade infantil, e a espécie tem sobrevivido melhor porque nos organizamos em sociedades que consideram e levam em conta esses cuidados aloparentais. Entretanto, a questão é: há um impacto sobre a sobrevida psíquica dos bebês com relação a esses aloparentes? É uma pergunta que a mim me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

afeta muito, porque a gente fala muito dos profissionais da primeira infância, da importância de fornecermos lugares e possibilidades de acolhimento, creches, apoio. Mas constatamos, e os pequenos vídeos vão mostrar isso... Eu trabalho muito em pesquisa clínica, com creches, casas de acolhimento, berçários, e eu acompanho, monitoro esses profissionais da primeira infância. Constatamos que é uma profissão difícil; é uma profissão cansativa, exaustiva. E como muitas vezes é mais importante ver com os próprios olhos do que ouvir falar, eu proponho aos senhores e às senhoras aqui assistirmos a alguns vídeos.

Por favor, o primeiro vídeo. Podemos colocar? É dos anos 60 esse vídeo, não é novo, para mostrar a todos os senhores e senhoras que é uma problemática real até hoje. Por favor, o primeiro vídeo.

É um trecho do filme que os senhores conhecem, de Johny e o berçário; é um trecho. Vejam que essa profissional desse berçário está cercada de bebês e deve atender esses bebês simultaneamente. Ela é muito bem capacitada, formada; ela cuida muito bem, mas é muito difícil atender a esses bebês ao mesmo tempo. Então, isso foi em 1960, nos anos 60. Evidentemente, as coisas evoluíram. Entretanto, eu vou compartilhar com vocês trechos de vídeos de berçários em Luxemburgo, objeto de minha atividade clínica e de pesquisa.

Por favor, o outro vídeo.

Vejam que aqui há também uma educadora, bem disponível. Um, dois, três, quatro... Sete bebês em torno dessa profissional – vejam! Então, como ela pode realmente, fisicamente, atender às necessidades desses bebês em termos de contato físico, visual, sincronia, atender às suas necessidades? Finalmente, os bebês desenvolvem, graças a Deus, uma autonomia, mas há uma outra pergunta: psiquicamente, na relação com o outro, o que será desenvolvido, finalmente? São vídeos de berçários onde as crianças ficam quando estão confrontadas com vulnerabilidades e perigos em sua família, diferentemente das creches. Berçários não são creches na França.

Eu proponho agora assistirmos a duas cenas em creches – equipes que eu acompanho – durante a refeição. Vejam.

Aqui também são pessoas, profissionais capacitados e num país rico. Então, elas acompanham a refeição de três bebês ao mesmo tempo. Têm menos de 18 meses esses bebês; vejam que eles são bastante autônomos. Eu não diria muito autônomos, mas... Enfim, vejam que não é fácil para ela atender às necessidades desses três bebês. Vejam que para desenvolver a linguagem não será fácil; para que todo mundo tenha comido em seu ritmo, sem ser forçado, também não será fácil. É preciso muita disponibilidade, muita capacitação, não é? E, mais uma vez, trata-se de uma creche bem organizada, rica, supervisionada por profissionais capacitados e formados, psicólogos, psicólogas etc. E, claro, os adultos não podem comer ao mesmo tempo em que os bebês, isso seria impossível.

Vamos ver uma outra refeição, mas por outro ângulo, com crianças que não podem ainda segurar a colher, que estão ainda com mamadeira. Vejam: há uma educadora para três bebês. Eu diria aos senhores e senhoras que é um pessoal dedicado; são profissionais dedicados.

Há esses bebês que estão esperando – vejam! Com uma colher... Não podemos nos enganar nem de colher nem de bebê, não é? Por causa dos micro-organismos. Então, a profissional tem que estar muito concentrada, e os bebês estão esperando. Eles são pacientes, não é? Vejam. Mas será que realmente ela pode atender à necessidade desses bebês? Ela está dando o melhor de si, é fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, trata-se de cenas em que está tudo bem. Há dias em que as crianças vão ficar gritando, chorando. Ela percebeu que o outro tem fome, então ela teve que mudar de prato e de colher. Ela vai verificar a temperatura do prato. Não sei se os senhores podem imaginar a carga mental para essa profissional para que ela fique bem atenta, preste atenção. Vejam que esses bebês estão até bastante calmos.

Por favor, pode passar o próximo vídeo. O próximo vídeo.

O próximo vídeo é um trecho de crianças maiores. É numa escola maternal particular, que os pais pagam, em condições excelentes. Porém – porém –, vejam a pequena criança que está um pouco mais agitada, um menino. Ele está de pé, porque faz um bom tempo que ele está esperando a vez dele. Ele tem três anos e meio, e a instrutora, a professora, não está disponível. Existem dez outras crianças. Estão em vigilância, em uma atividade livre, e ela deve, apesar de tudo, prestar atenção ao que está acontecendo, para que ninguém bata em ninguém. E ele está esperando a vez dele, ele está impaciente. Embora tente ficar calmo, ele não está conseguindo. E, se ele se agitar muito, ele vai ser punido.

Bom, vamos voltar ao nosso PowerPoint, à nossa apresentação.

São os vídeos a que nós assistimos.

Então, a questão que eu sempre faço, e é a questão que eu vou transferir a vocês, é: será que nós não invertemos o crescimento dos bebês? Há um ditado que diz que é preciso uma cidade para criar uma criança. No lugar disso, temos uma cidade com crianças e muito poucos profissionais. E quais as consequências disso para o desenvolvimento das crianças e, no longo prazo também, para o funcionamento de nossa sociedade futura?

Há dados oriundos de pesquisas. Isso são questões que dizem respeito às consequências. Isto é, se os bebês vão sobreviver fisicamente, o.k., mas vão sobreviver psiquicamente? Eles terão as condições para que desenvolvam a empatia, a generosidade, a criatividade, o sentido de justiça? E, se eles sobreviverão, o que será da saúde mental deles? Eles não terão sintomas diversos e variados, inclusive com relação aos adultos que os cercam?

Nós sabemos que há profissionais ultraocupados, que têm que lidar com *burnout*; há profissionais que, apesar do fato de serem dedicados, bem capacitados, têm dificuldade para ler os sinais do bebê. Há equipes instáveis. Os profissionais ficam cada vez mais doentes. E tudo isso complica a continuidade do serviço. Há bebês que serão mais retraídos, que não vão olhar, vão evitar, vão desenvolver dificuldades e problemas de comportamento que serão interpretados finalmente como dificuldades de ordem psicológica, mas não! Têm origem no meio esses problemas. Finalmente, são bebês que não vão desenvolver seguranças básicas, ou, se o fizerem, vão fazer mal.

Há os estudos de Jay Belsky, que mostram que os berçários e creches levam a um desenvolvimento social mais pobre, a comportamentos mais agressivos; levam a elos, vínculos inseguros, porque os cuidados são menos sensíveis. E os riscos principais desse tipo de educação, em creches e berçários, aparece a partir da décima hora semanal no primeiro ano de vida. Mas todos esses serviços apresentam problemas.

Aqui eu coloquei essa imagem, mas eu convido todos a consultarem os estudos de Bruce Perry sobre a negligência extrema que acontece nos orfanatos. Não chegamos ainda a esse nível nos países do Norte, mas talvez seja o caso dos países do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vejam a tomografia de uma criança normal, de uma criança de dois anos que teve uma vivência em berçários de orfanatos. E vejam que isso impacta a estrutura do cérebro.

Podemos falar de problemas, mas é preciso falar de solução. Eu vou propor algumas soluções com relação a isso. E vimos, com relação à Maria e com relação à PMI, de que ela falou, que a solução é termos políticas públicas de promoção dessa profissão aloparental. A aloparentalidade diz respeito a todos nós. É preciso haver mais aloparentes em torno do bebê, em torno das famílias, para ajudar os pais, para ajudar as crianças. Porque não é assim que a espécie humana vive; é assim que a espécie humana sobreviveu, ou seja, temos que apoiar a aloparentalidade, sobretudo nos primeiros anos da criança de tipo PMI. Isso é importantíssimo, essa relação adulto-criança, educá-las menos nas creches, berçários e orfanatos.

É complicado cuidar de um bebê numa estrutura como essa. É uma pessoa para cuidar de três, quatro, cinco bebês. E muitas vezes um adulto para dez bebês! Então, quando há um que chora, grita, ele tem necessidade de ser segurado no braço, como vamos fazer? Claro, temos que apoiar os profissionais, capacitá-los. E, quando eu digo capacitar, é dar os modos, o conhecimento para que eles possam entender, ler os sinais do bebê, e não perceber esse pessoal, esses profissionais como incompetentes. Eles não o são.

E o ponto essencial é evitarmos a institucionalização. Não é da raça humana sermos institucionalizados. Nós somos seres sociais. Nós não somos seres institucionalizados. Somos seres sociais. Portanto, temos que nos desenvolver em meios sociais, mas não em meios formatados, impessoais. Isto é, temos que promover as famílias aloparentais para acolher essas crianças.

Isso custa caro. Um Estado e um país que não cuidar disso não terá futuro. É rentável? Então, eu convido todos os senhores e as senhoras a consultar – talvez alguns de vocês já conheçam – o resultado desse Prêmio Nobel de Economia, que mostrou que, quanto mais nós investirmos na função aloparental, ajuda prematura e precoce, mais as crianças se desenvolverão e mais essa sociedade será economicamente rentável. E essa curva é interessante, porque ela mostra: mais investimentos precocemente nos primeiros anos da vida da criança, mais haverá um rácio de rentabilidade importante no seio desta sociedade, muito superior com relação a outros investimentos, inclusive na bolsa. Eis um dado econômico interessante, não é?

Muito obrigada, senhoras e senhores, pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Drª Alexandra Déprez e a parabenizo pela exposição. Sem dúvida nenhuma foi uma exposição enriquecedora, mais uma vez reforçando a necessidade da formação dos profissionais que lidam com as crianças.

Passo a palavra agora ao Prof. Jairo Werner Júnior, Professor Titular de Psiquiatria da Infância e do Adolescente da Universidade Federal Fluminense.

O SR. JAIRO WERNER JÚNIOR – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Marta Suplicy.

Senadoras, Senadores, senhores e senhoras, eu queria começar já agradecendo à Presidente da Comissão de Valorização da Primeira Infância, a Lisle Lucena, por esta oportunidade de estarmos aqui neste importante momento para a criança brasileira, ouvindo aqui experiências, sempre muito ricas, da França, da Senadora Marta, falando também da sua experiência, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de dizer que é muito importante ver essa relação. As minhas antecedentes maravilhosas são também da área da Psiquiatria, da Psicopatologia, como a Jaqueline, enfim, mas nós queremos dizer que nós estamos aqui não no lugar do psiquiatra, mas no lugar do educador, do cuidador, como se referiu a própria antecessora e a anterior. Então, nós estamos nesse singular papel, e eu queria hoje resgatar essa nossa função. Eu me sinto também um educador e vou explicar que não é só no sentido afetivo, mas no sentido de uma participação, desde a minha graduação em Pediatria, com uma das principais educadoras brasileiras, a Heloísa Marinho, com quem eu pude aprender a observar a criança, a sentar no chão, aprender a alfabetizar. Então, eu vou explicar como isso é importante hoje na nossa formação, porque não adianta os nossos planos se nós não tivermos pessoas, braços. Nós vimos aí o desafio que é trabalhar com a primeira infância.

A Heloísa Marinho, que é a educadora a quem eu vou me referir, falava que quem precisa realmente ter doutorado é quem vai trabalhar com a criança pequena, porque, para quem trabalha na universidade, os universitários têm como se defender, mas essas crianças precisam realmente de pessoas muito preparadas, muito comprometidas.

Próximo.

Eu queria falar, então, da nossa experiência no laboratório didático em Pedologia. Essa palavra não é muito... É como "aloparental". Nós vamos falar da Pedologia, que é a ciência do desenvolvimento infantil, para que a gente ultrapasse um pouco as áreas específicas. Então, essa é a nossa prática dentro de um currículo mais vivencial. E este é o nosso plano aqui hoje: conversar um pouco sobre a maneira como nós podemos realmente desenvolver uma ciência do desenvolvimento infantil aqui entre nós.

Objetivos. Um deles é estabelecer um currículo teórico-prático para a formação e o desenvolvimento da criança e a educação infantil; consolidar base conceitual e prática comuns para os alunos de diferentes cursos – no caso, oriundos dos cursos de graduação em Pedagogia, Medicina, Educação Física, Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Serviço Social. A cada ano nós temos em torno de 70 alunos dessas diversas áreas para trabalhar a questão do desenvolvimento da criança. Prossigo: uma parceria com a creche universitária da nossa universidade, para desenvolver formação em Pedologia, visando contribuir para melhorar a qualificação dos cuidadores de creche, em diferentes graus, seja comunitário, técnico, graduação, pós-graduação – à tarde nós vamos falar um pouco mais dessas modalidades –; e oferecer melhores condições de atuação e valorização dos trabalhadores do sistema educacional que trabalham em creches, dentro da Política Nacional de Formação de Professores.

Recentemente agora, dia 18 de outubro, foi lançado um Plano Nacional de Formação de Professores, com algumas ideias que ainda estão aqui para ser debatidas, como, por exemplo, a residência em Pedagogia. Depois, se houver alguém aqui para debater, vai ser importante.

Mas o que nós precisamos aqui é: qual é a fundamentação dessa Pedologia, que foi o termo praticamente difundido a partir dos trabalhos de Vygotsky. É interessante. Aqui nós estamos colocando dois grandes pesquisadores da mesma década, a década de 30. Infelizmente, aqui no Brasil, a gente tem que começar tudo de novo. Quando a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIRO WERNER JÚNIOR – Como a Senadora Marta Suplicy falou, é "aquela experiência". Acaba não havendo continuidade. E nós temos perdido muito essa continuidade, como eu vou mostrar.

Então, eu queria fazer um paralelo entre esses dois pesquisadores da Pedologia, a quem temos muito pouco acesso, não só a cada um deles, mas principalmente à interlocução que eles podem nos trazer.

A base geral para criar a Pedologia como ciência independente é justamente reconhecer a realidade objetiva do processo geral do desenvolvimento infantil, que é o seu objeto principal. Então, aqui nós não vamos falar de psicologia do desenvolvimento, pediatria... Não; o desenvolvimento da criança é que é o objeto. O que é o desenvolvimento? É o processo no qual a personalidade, o indivíduo é formado, pelo aparecimento de novas qualidades a cada passo do caminho, novas formações especificamente humanas, que são preparadas por todo o prévio trajeto desenvolvimental, embora não sejam nele contidas de forma pronta nos estágios iniciais do desenvolvimento – isso é para a gente mostrar que isso é diferente do pré-formismo, que acha que já está tudo dado, ou do determinismo ambiental, que acha que a criança vai apenas ser fruto daquelas experiências ambientais e que ela não tem uma relação mais ativa com esse processo.

Para Vygostky, a meta seria unificar os diferentes métodos pedológicos, termos e fatos na ideia única, o que deveria ser feito para tornar a Pedologia uma ciência independente, ciência do desenvolvimento da criança, e não mera justaposição ou associação artificial de disciplinas científicas. Apesar da diferença entre todas as disciplinas, como Fisiologia – isso já na época dele, dentro do sistema nervoso –, Endocrinologia, hoje a Neurociência, Genética, Medicina, Antropologia, Psicologia, ele visava justamente criar um modelo capaz de incluí-las de maneira singular. Então, não é uma mera justaposição.

Dentro dessa visão, algumas características desse processo do desenvolvimento infantil: a integralidade do processo; a unidade de diferentes aspectos e linhas de desenvolvimento; a existência de uma regularidade, que muitas vezes se confunde com universalidade, vinculada a uma unidade intersistêmica. No desenvolvimento há não só mudanças quantitativas, mas também qualitativas; há desníveis do desenvolvimento global, ou seja, mudanças de tempo ou velocidade; heterocronia e desproporcionalidade do desenvolvimento de diferentes linhas – por exemplo, diferentes partes do corpo, glândulas endócrinas – quando funções psicológicas se desenvolvem também em diferentes velocidades.

Hoje nós estamos aí discutindo muito a questão de ideologia de gênero – há uma sexóloga aqui na Mesa, não é? E ainda há muita confusão, porque as pessoas não têm uma bagagem científica do desenvolvimento da criança para entender essa heterocronicidade.

Prossigo: o aparecimento de neoformações, talvez acompanhadas por regressão, involução de conquistas prévias, não é só uma questão progressiva; o desenvolvimento é caracterizado por mudanças estruturais, que são relacionadas à diferenciação de estruturas prévias e de velocidade de desenvolvimento das diversas partes do todo do sistema; a existência dos períodos ótimos do desenvolvimento de diferentes partes do corpo e da personalidade.

A grande questão é a totalidade. Vygotsky enfatizou dois tipos de análise dos fenômenos: pode ser por elementos ou por unidades de análise. Então, isso é importante, por exemplo, quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chega para estudar um organismo a partir da célula. A célula é a menor unidade que conserva as propriedades do organismo. Por exemplo, já entrando dentro da ideia da Heloísa Marinho, justamente a Pedologia dela estabelece a linguagem, a fala. E é importante – vocês vão ver – que o primeiro trabalho dela, publicado em 1935, é da linguagem na formação do eu, justamente para mostrar a fala como uma unidade, a palavra como uma unidade importante, não só do pensamento, mas da constituição das funções psíquicas superiores. Então, esse é um ponto importante para a gente fazer o balanço da hereditariedade, do que é hereditário, do que é meio, do que é ambiental, quando as funções psíquicas superiores são essencialmente constituídas nos processos interativos.

Só para a gente ter um resgate histórico – e eu vou mostrar depois a ligação com o momento atual –, nós temos aí, no início da década de 30, com o Centro de Desenvolvimento da Criança, justamente num momento em que a educação brasileira era uma educação que contava com pessoas como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, quer dizer, um grupo de educadores, da Escola Normal como um instituto superior, em que a educação tinha o seu destaque. E nós passamos para uma visão tecnicista, rasa, superficial, em que nós não damos conta dessa ciência do desenvolvimento da criança.

Então, a gente vê a fala como unidade do pensamento; ela trabalhando a observação das regularidades dos processos subjacentes; a relação fala, pensamento e ação, como isso constitui as funções psíquicas superiores. E, da observação da criança, a construção dessas regularidades, nós temos já alguns trabalhos – por exemplo, de 1941, *A linguagem na idade pré-escolar*; em 1944, *O vocabulário da criança de sete anos*.

Em 1940, houve a criação do primeiro curso de formação de professores pré-escolares. Até hoje se debate qual é essa modalidade. E uma coisa interessante: em 1967, houve a formação do professor primário em nível superior; e, em 1975, o curso de especialização em desenvolvimento humano, do qual eu sou oriundo, justamente mostrando – e a experiência é muito interessante – que, independentemente de eu já ser pediatra, não em 75, mas depois, dentro dessa linha do curso, eu tinha que sentar no chão, observar a criança, eu tinha que ir para a cozinha, eu tinha, junto aos colegas de diferentes áreas, que ter essa visão propedêutica de que, antes de sermos especialistas, tínhamos que ter uma base comum em termos de desenvolvimento da criança. Senão, nós construímos uma série de profissionais muitos especialistas, mas que no fundo não têm essa base propedêutica do desenvolvimento da criança, que não é uma junção de teorias, de informações, de coisas que não estão integradas num modelo adequado.

Passando para a nossa visão atual – quer dizer, esse "atual" meu já faz décadas –, temos um currículo vivencial a partir de pesquisa participativa em formação e desenvolvimento humano. E aqui a gente coloca o nosso departamento, que é um departamento materno-infantil da universidade e que tem na creche um dos seus laboratórios importantes. Então, a ideia é a formação junto à criança. A Heloísa Marinho sempre criticava muito: como nós vamos formar pessoas, professores, educadores sem crianças? É a mesma coisa que formar médicos sem ter o paciente. E nós temos essa falha.

A outra coisa é a ideia de que para trabalhar com criança basta apenas a prática ou então aqueles cursos que só ficam na teoria. Tanto a teoria é importante quanto a prática, mas para nós é muito importante uma base conceitual, e isso nós vamos mostrar mais ou menos como fizemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente faz? A nossa ideia na formação das pessoas que vão trabalhar com criança – e, aí, eu vou generalizar, são os cuidadores num sentido amplo, que vai desde a família, como foi bem colocado aqui... Nós vimos a dificuldade que temos de atender num espaço coletivo, e a própria Heloísa Marinho colocava isso. Este aqui é um dos livros dela. Ela colocava que o trabalho da mãe, a complexidade crescente da vida moderna criou o problema da educação da criança pequena em maternais e jardins de infância. Ela observava as crianças, esfaimadas por um pouco de atenção e carinho – como vimos nesses vídeos –, e mediu-lhes o vocabulário, que apresentava uma dificuldade maior, atividade manual atrasada e consequências trágicas da carência do afeto, instabilidade motora e afetiva e atraso mental.

Nisso nós estamos atrasados em décadas, porque isso tem sido colocado de uma forma muito contundente por aquela estirpe de pesquisadores, de educadores, e simplesmente nós interrompemos a sua influência sobre a formação atual dos cuidadores da criança.

Partindo da observação da criança e dos seus desenhos, por exemplo, verifica-se a importância da fala na formação das funções psíquicas superiores principalmente da relação oral/gráfica entre fala, pensamento e ação na microgênese dessas funções como atenção, cognição e autocontrole, que são as funções de execução, funções executivas.

Então, nós não vamos falar de tudo isso, mas esse é um dos exemplos. Nós temos as aulas, com conteúdo teórico, porque não podemos perder a dimensão também do acesso à teoria, mas com uma disponibilidade. Então, para vocês terem uma ideia, as pessoas vão trabalhar com as crianças; elas não vão ficar... Uma solução para essa dificuldade às vezes de se dar atenção às crianças é que nós temos uma gama muito grande de alunos de diversas áreas que podem atuar nas creches, nas escolas. Nós desperdiçamos um grupo muito interessado e qualificado, que pode realmente... Diferentemente talvez dos países mais desenvolvidos, nós temos essa possibilidade de ter mais pessoas junto às crianças. Nós desprezamos os alunos dos cursos de formação, desde o nível técnico até o nível de pós-graduação. E essa é uma característica também importante.

Para vocês terem uma ideia, esse é um formulário de análise das observações feitas – eu coloquei ali, mas não tem muita nitidez – em três de setembro de 1939. Quer dizer, observa-se a criança, depois se analisa, e aí se consegue criar o que eu acho mais importante, que é a base conceitual. Nós nunca vamos ter duas situações, duas crianças, duas famílias exatamente iguais. Então, nós precisamos ter uma base conceitual muito bem formada.

Como é que era feito na época da Heloísa Marinho? De manhã, as pessoas estavam numa creche, numa instituição de educação infantil ou de séries iniciais; e, de tarde, estavam reunidas discutindo a parte teórica, a relação com aquela realidade. E o outro grupo fazia o inverso: de manhã, estava discutindo o que tinham visto com as crianças anteriormente. É mais ou menos dentro dessa linha. Então, nós vamos trabalhando, por exemplo, recolhendo esses dados e analisando com os estudantes, apresentando os resultados nas aulas do que eles trabalharam no cotidiano.

Nós temos vários resultados que discutimos com eles sobre, vamos dizer assim, essa formação das funções psíquicas superiores. Por exemplo: a questão do grafismo, a importância da relação oral/gráfica. Tudo isso, em vez de serem simplesmente aulas teóricas, eles conseguem, na prática, fazer essa análise. E, a partir daí, há algumas categorias: temos a estrutura gráfica, estabelecemos as categorias empíricas, depois o que está por trás dessas categorias – o que está por trás, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de quando a criança fecha uma célula, de quando ela descobre a forma, e como isso tem importância depois na expressão gráfica da própria alfabetização. Tudo isso nós vamos construindo com os alunos em vários níveis, desde o nível técnico até o nível de pós-graduação. Quer dizer, não só as áreas são diversas, mas os níveis também são diversos.

Então, nós não estamos aqui... Eu sei que às vezes é muito difícil misturar áreas, misturar níveis, mas na verdade nós temos essa experiência e a riqueza desse processo.

Este é um exemplo do grafismo infantil. Essa é uma das fichas para observar esse desenvolvimento na creche. Vocês vejam: há pessoas que estão atuando com as crianças, e os outros alunos de diferentes áreas estão observando. Aqui, para vocês verem, há alunos de Medicina, de Psicologia e de Educação analisando, depois, o que eles observaram, o que eles trabalharam com as crianças.

Por exemplo, esse é um aluno observando um garoto de dois anos dessa creche realizando atividades de desenho. Ele conversa com a criança e faz uma pergunta observadora: "Olhe aqui o giz", dirigindo-se a João. E a professora está ali também: "Ana, senta direito!" O observador: "O que você está fazendo?" Está desenhando. Alguns minutos depois, ele fala: "uma coba". "O quê?" – ela não tinha entendido. Era uma aluna de Medicina, que nem deveria perguntar dessa forma. Mas aí o João: "Uma coba." "Uma cobra, é?" E, aí, ela observa que outra criança também está fazendo a rabiscação. "Você está fazendo uma cobra também?" A Ana diz: "É." "Por que você está riscando a cobra, João?" – porque ele continuava na atividade. "Eu estou riscando uma coba." Algum tempo depois, quando as crianças entregam os desenhos à professora da turma, ela pergunta ao João: "Que desenho é esse?" E ele responde: "É uma baleia grande."

Então, essa aluna de Medicina, vivendo essa experiência, quer dizer, entendendo que ela interferiu, ela transformou o significado, porque aquela criança não estava nem preocupada em representar. Então, este é o plano que a gente quer que quem trabalha com criança entenda: é o plano microgenético.

Bem, do pensamento e da fala nós vamos criando. O pensamento prático se transforma no pensamento verbal, e a fala emocional se transforma numa fala intelectual. Isso é bastante conhecido, do Shore; a ideia de como, a partir de redes de neurônios que não estão conectados, do interpessoal ao intrapessoal, vamos construindo redes neurais importantíssimas, que são justamente as representações das nossas funções psíquicas, humanas superiores. Não vou falar aqui de cérebro, mas, em resumo: do interpessoal, o apego – que foi muito bem falado anteriormente pela Professora Déprez –, a interação, a linguagem, a interregulação vai constituir o temperamento, vai constituir todos os processos de afetividade, as funções psíquicas superiores, as funções executivas. Por isso é que quem trabalha com essa faixa etária tem que ser um grande especialista em desenvolvimento infantil. Nós estamos constituindo esse sujeito, as bases desse sujeito de uma maneira muito clara.

Como nós trabalhamos também as diferentes concepções? Os modelos científicos, muitas vezes hegemônicos, vêm a criança como uma simples máquina ou como um mero ser vivo, mas nós trabalhamos com eles a ideia da criança como um ser simbólico, como um ser da linguagem. Então, essa base conceitual é que vai evitar que a interação seja uma mera estimulação e vai transformar essa apropriação desse ser simbólico de uma maneira em que isso venha a se constituir nas funções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

psíquicas superiores. Então, isso vai sendo trabalhado no sentido de constituir essa base conceitual a partir de uma relação teórica e vivencial.

Após a realização das atividades, discute-se todo esse material, interpretando os resultados obtidos e a correlação desses com os processos psíquicos subjacentes.

Para análise do material coletado são utilizadas categorias, estrutura gráfica, relação oral/gráfica e, sumariamente, categorias analíticas que nós vamos trabalhando, desde a questão da inteligência, da percepção, da cognição, para que eles possam realmente trabalhar nessa dimensão.

Está-se estabelecendo parceria contínua com a creche universitária, o nosso grande centro formador. Nas atividades, os alunos podem interagir diretamente com as crianças e, dessa forma, desenvolvem atividades práticas e consolidam seus conhecimentos teóricos. Eles participam e avaliam positivamente a importância de estarem nesse tipo de didática, de metodologia. Considera-se, finalmente, a importância de se fornecer uma base conceitual em linguagem interdisciplinar para a compreensão dos processos de desenvolvimento infantil.

Eu queria dizer da importância de nós resgatarmos a própria, vamos dizer assim, produção, que foi interrompida durante muito tempo, e valorizar cada vez mais os profissionais que vão atuar junto à criança, dar a todos eles uma base comum.

Para terminar, o que nós trabalhamos muito é o olhar. E eu queria terminar apresentando duas citações de uma publicação que nós fizemos aqui há alguns anos junto com o Ministério da Saúde. Vou citar o Eduardo Galeano em *O Livro dos Abraços*:

> Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai, me ensina a olhar!

E, para terminar mesmo, cito Santo Agostinho, porque eu gosto muito dessa citação dele:

> Também não se pode dizer com exatidão que os tempos sejam três: passado, presente e futuro. Dever-se-ia dizer mais propriamente que há três tempos: um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras... O presente das coisas idas é a memória [que nós estamos tentando resgatar aqui com todas essas experiências]. O das coisas presentes é o olhar [que também estamos trabalhando aqui neste momento]. E o presente das coisas futuras é a esperança.

Eu acho que é nessa dimensão que a gente traz um pouco da experiência que eu aprendi com uma educadora, Heloísa Marinho, uma educadora de crianças que, apesar de ter estudado nas melhores universidades, na Universidade de Chicago, dizia que nada substituía o livro que é a própria criança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Prof. Jairo Werner Júnior e quero cumprimentá-lo pela exposição.

Acho que ele ressaltou aqui com muita ênfase a importância da base conceitual sólida dos cuidadores, sem, contudo, perder de vista a importância do contato direto com a criança. Ressalta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a importância do aproveitamento de alunos na formação dessas crianças. Portanto, quero agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela exposição.

Passo a palavra agora à Drª Maria da Penha Oliveira, psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, do adolescente e do adulto.

A SRª MARIA DA PENHA OLIVEIRA – Bom dia a todos – acho que já é boa tarde.

Antes de começar, acho que eu gostaria mesmo era de estudar francês e de fazer PMI, de ganhar essa experiência. Vou trazer uma experiência em que tudo falhou, a experiência de uma criança que está em acolhimento institucional, em que todas as políticas falharam. As políticas de acompanhamento à família, à gestação, aos adolescentes, tudo falhou, e essa criança está no acolhimento. Ela chega sem aviso prévio, sem preparação, sem uma sala de brinquedos para poder elaborar essa separação do seu lugar, do seu *locus nascendi*.

Iniciei a minha prática, dentro das instituições de acolhimento, atendendo, em psicoterapia, essas crianças pequenas, de 3, 4 anos. Durante algum tempo, percebi que o trabalho não andava. E as crianças também levavam suas cuidadoras, experiências das cuidadoras, como cuidadoras que passaram pela mesma situação delas, por situação de acolhimento. Na escuta da cuidadora, quando ela ia falar sobre a criança, ela também me falava que tinha passado por essa situação. Então, diante disso, conversando com a coordenação da instituição em que trabalhava, iniciamos um trabalho de grupo com as cuidadoras.

Esse trabalho se iniciou com alguns temas próprios de cuidados de qualidade com a criança, porém transformou-se num grupo não psicoterapêutico, mas em um grupo terapêutico. Elas tinham muitas dificuldades, muitas angústias, até porque a maioria delas já tinha vivenciado situação de abandono, situações de violência doméstica, de separações. E elas realmente não sabiam... Aliás, cada cena dessa criança atualizava a própria cena dela. Nesse sentido, a gente falou: bem, então vamos ouvir essas cuidadoras.

Crianças acolhidas. O acolhimento é uma medida provisória excepcional; é uma forma de transição, de reintegração familiar, recolocação, adoção e que não implica privação de liberdade (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 101).

No Brasil existem 4.215 serviços de acolhimento institucional, segundo dados do CNJ agora de outubro. Nesses 4.215 serviços existem 47.645 crianças e adolescentes acolhidos. Quase 30% dessas crianças têm idade inferior a 6 anos, ou seja, 12 mil crianças com idade inferior a 6 anos estão em situação de acolhimento institucional. Não estão aí os dados de famílias acolhedoras.

Quando vemos crianças no acolhimento estamos falando aqui de primeira infância, estamos falando de cuidados essenciais na primeira infância para o desenvolvimento humano. A gente vê que elas estão ali porque a família delas falhou nos seus cuidados, mas a família da família delas também falhou. Essas mães não abandonam porque querem, elas simplesmente não largam os seus filhos porque desejam. Elas não largam exatamente; elas não sabem cuidar, elas não são apoiadas, elas não têm políticas para que possam, realmente, ser acompanhadas. Quer dizer, políticas existem, não existe o cumprimento das políticas para que elas sejam acompanhadas antes que abandonem os filhos. E o abandono acontece gradativamente, gradualmente. Lentamente, elas os vão abandonando, e muitas vezes a criança já chega à instituição com todo o seu sistema psíquico, que estaria em desenvolvimento, congelado, numa apatia. É o que vemos normalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os motivos de acolhimento, geralmente, são: negligência da família; pais ou responsáveis dependentes químicos e alcoolistas; abandono pelos pais ou responsáveis; violência doméstica; situação de rua; carência de recursos materiais da família ou responsável. Claro que a carência de recursos, está no Estatuto da Criança, não deve ser levada... A criança não deve ser acolhida pela pobreza. Porém, na maioria das nossas instituições de acolhimento, o acolhimento é feito por essa significativa e relevante situação que é a pobreza ou a miséria.

Então, como eu disse, elas chegam à instituição sem aviso prévio, sem preparação e precisam se adaptar imediatamente. Elas deixaram a sua comunidade, seus pais, sua família e seus professores, deixaram a rua – ainda que morassem na rua –, deixaram o conhecido e foram para uma instituição onde as pessoas são desconhecidas, onde várias pessoas falam de coisas diferentes, pessoas com cheiros diferentes, com vozes diferentes. Elas são obrigadas a experimentar sabores que nunca experimentaram, e a gente exige que elas se adaptem logo, que chorem menos, que fiquem felizes, porque agora elas têm um espaço onde estão sendo cuidadas. Mas a gente está se esquecendo de toda a história dela e de tudo o que ela vivenciou antes de chegar a essa instituição.

Cada contato novo, cada contato que ela tem com o novo, com uma pessoa, é um esforço emocional para responder. Ela não tem... Nas suas habilidades, é exigido dela que responda a essa cuidadora, a essa coordenadora, ao técnico da Vara da Infância, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, cada um falando uma linguagem. Então, fico imaginando como é ouvir várias pessoas falando ao mesmo tempo.

É preciso mediação. É preciso pessoal qualificado, engajado, com linguagem adequada, receptiva e afetiva para essas crianças. E nós temos isso? Não. Também acho que não.

Os documentos que estão aí – desde o Estatuto da Criança e do Adolescente – vêm nos formando que a gente faça capacitações, qualificações, formação de cuidadores, para que a gente faça uma boa seleção. As Orientações Técnicas, em 2009, fazem todo um trabalho, um passo a passo de como fazer um bom trabalho dentro de uma instituição de acolhimento. Ela fala sobre seleção, sobre capacitação, supervisão; ela sugere que a formação mínima dessas cuidadoras seja de nível médio; que é desejável que tenham experiência em atendimento a crianças/ que elas devem prestar cuidado individualizado; devem participar e ter a opinião ouvida nas decisões tomadas sobre a vida da criança; devem desempenhar um papel com autonomia para que sejam reconhecidas como figuras de autoridade da criança e do adolescente – é tão fácil! Além disso, elas têm de organizar toda a casa, elas têm de planejar, organizar a vida de pelo menos 10 a 15 crianças por dia e cuidar de todas essas especificidades que a gente sabe que a criança precisa. Ela precisa ter a clareza de seu papel, precisa se vincular afetivamente às crianças atendidas e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, se apossar da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta.

Então... Parece realmente muito fácil. Basta gostar de crianças. Basta chegar lá e dizer: "Eu gosto de crianças". Mas não se vê isso. São mulheres que sofrem muito, tanto as mulheres que cuidam como as suas supervisoras, a coordenação, como a equipe técnica de psicólogos e assistentes sociais, que trabalham com o tempo esgotado, trabalham emitindo relatórios para os serviços da Justiça, e com pouco tempo para esse olhar singular para a criança, que é um cuidado essencial. Mas são tantas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobranças às equipes que elas realmente não têm tempo para desenvolver um projeto, uma metodologia de atendimento às crianças e adolescentes que estão nas instituições de acolhimento.

Aí há uma coisa interessante. Cobra-se muito das instituições que as cuidadoras devem ter formação, ou a própria orientação técnica nos fala que elas têm de ter, no mínimo, o ensino médio. Como a Senadora Marta Suplicy falou, quando a gente vai olhar, a maioria dessas cuidadoras, às vezes, sabe ler muito pouco. Já fiz capacitações com cuidadoras de instituições de acolhimento e precisei de ajuda, de pessoas que me ajudassem para que elas lessem todo o material que a gente estava trabalhando. Eram pessoas com pouca formação. O.k., era uma boa cuidadora? Sabia cuidar? Sabia, mas faltavam algumas coisas elementares nessa cuidadora.

Olhando para a lei que rege o profissional do cuidado nas instituições de acolhimento, eu encontrei que ainda se trata da Lei 7.644, de 1987. É uma lei que dispõe sobre a atividade da mãe social. O art. 1º dela diz que:

> As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

E diz que mãe social, para efeito dessa lei, é aquela que: "dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema das casas lares".

Depois dessa lei, nós tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, levando a criança como sujeito de direitos e não mais como menor abandonado.

Outros documentos, como as Orientações Técnicas, o Plano de Convivência Familiar Comunitária e outros documentos, dos quais no momento não me recordo, também falam que uma cuidadora não deve ser uma mãe, deve ser uma cuidadora, porque a ideia é que os laços com os seus familiares sejam preservados. Ora, se ela chega em uma instituição e tem outra mãe, o que pode acontecer? Ainda que ela não retorne à família de origem, a gente pensa que essa criança deva ser colocada em uma família por adoção. Mas a mãe social, como mãe, é uma figura que talvez banalize essa figura de mãe cuidadora, mãe que materna.

Então, pergunto: como esses profissionais, diante dessa fragilidade legal, diante da fragilidade de sua formação, podem desenvolver o trabalho de qualidade que é exigido em todos os documentos, inclusive, agora, na lei que trata da primeira infância? É um trabalho que exige habilidade, manejo, autoridade, afeto e capacidade, que proteja; e que, acima de tudo – e é uma expectativa que todos nós temos –, esse bebê ou essa criança, quando chegar à instituição, tenha não só um cuidado de proteção, mas tenha um cuidado reparador desses traumas todos que a criança sofreu.

Sabemos que as pessoas que vão para a creche, como eu disse, geralmente são pessoas sem formação, que gostam de crianças – para creches, não; para as instituições de acolhimento. E são contratadas independentemente de qualquer coisa, porque é urgente. A rotatividade é muito grande, as crianças não podem ficar sem cuidadoras – eu tiraria a palavra cuidadora –, sem uma pessoa que vigie essa criança, que esteja de olho nessa criança. Aí se contrata, realmente, com muita rapidez, sem uma avaliação melhor e sem uma formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até trouxe o exemplo de uma cuidadora que fala comigo numa capacitação. Ela dá um depoimento em que diz o seguinte:

> Eu cheguei ao abrigo quando tinha 4 anos de idade. Não conheci meus pais, não sei se tenho irmãos. Durante muitos anos, todos os dias, eu acordava e pensava que alguém ia chegar e me levar de volta. Não sei para onde, mas achava que isso ia acontecer. Alguém me esperava em algum lugar. Isso nunca aconteceu. Eu cresci. Fugi muitas vezes de onde morava. Tive contato com as drogas, mas eu não gostei muito. Achei que perdia o meu controle. Aí eu voltava para a instituição e dizia para mim mesma que nunca mais eu ia fugir. Mas eu tinha tanta vontade de ir para a rua porque achava que lá eu ia encontrar alguém, e, de um momento para o outro, eu já estava na rua.
>
> Adolescente, eu não gostava de estudar, tinha pouca vontade para isso. Comecei a ajudar a tia do abrigo. Então, eu levava os meninos menores para tomar banho, eu dava comida, levava para a escolha e fui ficando mais tranquila. Essa tia dizia que eu era muito boa, que eu seria uma mãe muito boa, dizia que eu levava jeito. Pela primeira vez, achei que minha vida poderia ser diferente.

Ela encontrou ali uma forma de viver.

> Quando completei 18 anos, eu tive de ir morar sozinha, mas o abrigo me contratou como mãe social e eu trabalhava como folguista. De lá para cá trabalhei em vários abrigos. Fiz alguns cursos que ensinavam os direitos das crianças. Eu acho que sou uma boa mãe social, gosto muito de cuidar de criança, mas sempre que uma vai embora eu fico muito triste. E muitas vezes eu nem vejo, nem quero vê-la sair. Eu cuido, mas faço tudo para não me apegar. Porque dói.

Então, diante do que essas especialistas aqui falaram e do que a gente conhece, como cuidar sem se apegar? Como separar-se sem se vincular? Não pode.

Mas também não vamos criticar essa pessoa... (*Palmas.*) Não vamos criticar essa cuidadora porque ela não consegue. Porque dói. Ela não quer viver isso. Dói por ela, dói pela história dela, dói pela história da criança. É muita dor. E, se ela não tem um espaço onde ela possa trabalhar isso, realmente é impossível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DA PENHA OLIVEIRA – Exatamente. Exatamente.

Então, cuidar sem se apegar. O apego é necessário, a gente já sabe, na constituição do sujeito; a independência de um sujeito passa pela experiência da dependência, todos aqui sabem, somos especialistas. Da mesma forma, pertencimento, sentimento de pertencimento é uma peça chave para eu buscar o meu próprio lugar. A construção de vínculos saudáveis é um requisito fundamental para o desenvolvimento do sujeito.

Essa é uma pequena mostra de como as cuidadoras vão chegando às instituições de acolhimento.

Eu coloco como pensar. Há outras várias coisas que os senhores podem pensar, que a legislação pode olhar, que os legisladores podem olhar, que os pesquisadores podem ver. Nós estamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente, muito longe de um processo como o que nos foi colocado aqui, de cuidados realmente de qualidade.

Nós estamos tentando, é verdade. Com a ONG, nós do Aconchego trabalhamos muito para que isso seja alterado, mas a gente não tem recursos, a gente trabalha realmente com pessoas que têm conhecimento, que têm todo esse aprendizado de criança e adolescente, mas que não têm recursos para se desenvolver somente com isso. Trabalhamos em outras áreas.

Então, eu penso que a gente precisa rever primeiro a legislação. Como alguém pode ser mãe social? O que é isso? Diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, existir ainda uma lei que diz que é a mãe social que vai cuidar das crianças acolhidas? Então, eu acho que é preciso rever isto: rever melhor o papel e a função dessas profissionais; qualificação e segurança para oferecerem um cuidado suficientemente bom, como dizia Winnicott – um bom que permita que essa criança vá, bom que não substitua a mãe dessa criança, apenas suficientemente bom. Elas precisam de escuta, de apoio, de supervisão, capacitação continuada. Isso aqui é unânime. E precisam, realmente, de reconhecimento profissional. Sem o reconhecimento profissional, acho muito difícil que elas saiam. Elas vão continuar sendo pessoas que organizam tarefas e organizam a casa onde essas crianças estão. Vão continuar trabalhando apenas para dar a mamadeira, dar a comida, dar a roupa, mas não vão cuidar daquilo que é essencial, que é o seu desenvolvimento psicoafetivo.

Eu teria outras coisas, mas acho que vou ficar por aqui. Acho que a gente precisa de boas metodologias de trabalho. Acho que há algumas, mas a gente precisa compreender mais. Acho que já há muita coisa desenvolvida. A gente não precisa reinventar a roda; ela já existe. É preciso prática, é preciso recurso, é preciso vontade política também. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Drª Maria da Penha Oliveira. Quero cumprimentá-la pela sua exposição, principalmente pelo seu envolvimento com a questão. Acho que demonstrou isso aqui de forma muito bonita.

V. Sª coloca também, como os demais expositores, a importância da qualificação profissional, a importância do reconhecimento do profissional cuidador, e, sem dúvida nenhuma, eu acho que foi a tônica de todas as exposições que nós tivemos aqui. Respondeu bem ao tema desta audiência pública, "Acolher, cuidar e educar na primeira infância", e principalmente respondeu a essa pergunta: "Por que precisamos de profissionais mais qualificados?" Acho que essa pergunta foi extremamente colocada e enfatizada aqui por todos os expositores que nos brindaram com suas falas e com suas experiências.

Mas, antes de finalizar, eu gostaria de passar a palavra para a organizadora deste evento, que, sem dúvida nenhuma, merece todo o nosso reconhecimento, o nosso aplauso. Ela tem feito isso constantemente, e acho que nesse papel, como servidora do Senado, ela honra esta Casa com sua atuação e, principalmente, com sua dedicação.

Então, eu passo a palavra à Lisle Lucena, para que ela possa falar um pouquinho desse trabalho.

A SRª LISLE HEUSI DE LUCENA – Eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade à Senadora Lúcia Vânia e a todos aqui presentes, que colaboraram com essas falas tão ricas; e falar também da minha experiência de um trabalho que eu tenho há muitos anos também, um trabalho social, junto às entidades de acolhimento. Por isso eu me sensibilizei muito, porque eu vejo exatamente o que a nossa querida Penha falou. Aqui no Brasil, há tantas cuidadoras, muitas com boa vontade, até com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicação, com amor, mas sem o conhecimento necessário de como lidar com aquelas crianças maltratadas, abusadas sexualmente. Como elas precisam de apoio, de uma formação nesse sentido!

Então, a ideia, realmente, desta audiência, deste evento é juntar essas experiências maravilhosas, do que já está funcionando na França, por exemplo, onde a professora Jaqueline Wendland tem um trabalho belíssimo, gratuito, que dá assistência às cuidadoras, às mães, às famílias; tudo gratuitamente, um trabalho muito bonito.

Agora estamos num momento de ação, realmente. Por que não juntar, então, a boa vontade, a receptividade dessas Senadoras que já estão tão sensibilizadas com a causa, como a nossa querida Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Marta Suplicy e outros que estão trabalhando – também Deputados, que já fazem parte da frente parlamentar –; por que não juntar esses Senadores, esses políticos do bem, vamos falar assim, para essa causa, agora, para começarmos a agir? Por exemplo: que sejam apresentados, que façam reuniões talvez mensais, que tomem alguma atitude nesse sentido com esses profissionais, para que sejam feitos projetos de lei para começar realmente a mudar essa lei e começar a beneficiar. Nós temos que mudar o País. E a gente só consegue mudar o País se a gente, realmente, agir. Porque as leis existem, mas precisam ser transformadas. E a ação é muito importante, porque a criança vai ser no futuro um adulto, e ela só poderá ser um adulto voltado para a paz se ela receber esse afeto, esse carinho, nessa fase da vida tão importante, que é da barriga da mamãe aos seis anos. Então, fica aqui o meu apelo nesse sentido, para que vocês possam formar grupos.

Eu lembrei que a professora Jaqueline foi convidada, depois que começou a vir ao nosso evento, pela USP de São Paulo, e ela está fazendo um trabalho junto às creches municipais de São Paulo. Por que, então, não fazer isso aqui dentro do Congresso, com essas Senadoras maravilhosas, que já estão com esse trabalho, com essa intenção de mudar alguma coisa? Porque somente agindo agora a gente vai conseguir ter um mundo melhor, sem violência, com educação para todos. A educação pública deveria ser... A gente pode até pensar nisso também, os Senadores – enfim, eu falo aqui apenas como organizadora do evento.

Então, eu queria agradecer a todos a oportunidade de estar aqui hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Antes de encerrarmos a nossa audiência pública, eu quero colocar aqui uma participação, da Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, que pergunta: "Depois de tantas informações, o que os Senadores poderiam fazer para qualificar melhor os cuidadores?" O papel dos Senadores – respondendo a essa pergunta – é, exatamente, promover ações como essa que está sendo feita hoje; melhorar e procurar, através das informações adquiridas nesses embates, corrigir os gargalos da lei.

É preciso que a gente deixe muito claro que nós estamos apenas engatinhando nessa questão da primeira infância. Mesmo porque, até recentemente, essas creches eram vinculadas à assistência social. Só a partir de 1974, 1975, aliás, de 1984, 1985, é que nós tivemos a assistência social como uma política pública, e agora, recentemente, a educação infantil anexada à rede regular de ensino. Então, tudo é muito novo. Nós estamos nos preparando para esses embates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o professor colocou muito bem aqui uma iniciativa que eu acho que, num país como o nosso, é de fundamental importância, que é o aproveitamento dos nossos alunos universitários que estão com formação já adequada e que poderiam colaborar enormemente para que a gente possa fazer essa formação.

Eu achei e acho que todos entenderam perfeitamente o que está sendo feito na França, que é uma coisa fantástica, com centros de capacitação. Eu acho que isso é de fundamental importância, porque vai construindo multiplicadores para todo o país. O Brasil é um país enorme, um país de muitas dificuldades, um país heterogêneo. É preciso que haja um centro realmente qualificador para que a gente possa multiplicar essas ações que foram tão bem colocadas aqui.

Nada mais havendo a tratar, eu gostaria de cumprimentar e agradecer todos os expositores. Acredito que todos os especialistas que aqui estão sairão daqui, realmente, com informações muito importantes. Agradeço a presença de todos.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Marta Suplicy, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Pimentel, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da Segunda **Audiência Pública Interativa (RAS 131/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 131/2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e RAS 19/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Segunda Audiência Pública para instruir a avaliação, pela CAS em 2017, da Política Pública: Programa Mais Médicos. **Participantes:** Felipe Proenço de Oliveira, Professor Assistente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Professor Assistente da Universidade de Brasília – UnB; Lincoln Lopes Ferreira, 2º Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; Alceu José Peixoto Pimentel, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM; e Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senadora Lídice da Mata, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública destinada a instruir a avaliação da Política Pública: Programa Mais Médicos, conforme art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento ao Requerimento nº 131, de 2017, CAS, de minha autoria, como Relatora do programa.

Convido a compor a Mesa os ilustres oradores Felipe Proenço de Oliveira, Professor Assistente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); o Sr. Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Professor Assistente da Universidade de Brasília (UnB); o Sr. Lincoln Lopes Ferreira, 2º Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) – se não me engano ele está chegando; o Sr. Alceu José Peixoto Pimentel, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM), e o Sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O Sr. Alceu também está chegando, já esteve aqui, já deu presença e precisou sair rapidamente.

Eu explico aos senhores convidados se tratar da segunda audiência pública para que nós possamos instruir o relatório desta Comissão de avaliação do Programa Mais Médicos.

Na semana passada, nós já recebemos os representantes do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Secretários Estaduais.

Além disso, tivemos também a presença do Deputado Jorge Solla, que foi Secretário de Saúde do Estado da Bahia durante sete anos e antes Secretário-Executivo do Ministério da Saúde quando da implantação do Programa Mais Médicos, que fez também a sua apresentação.

Portanto, trata-se de dar continuidade a esse processo de oitiva de personalidades e instituições a respeito do Programa Mais Médicos.

Por sugestão do Senador Moka, foram acrescentadas as personalidades que foram ouvidas na semana passada, também aqui as representações das associações médicas e do Conselho Federal de Medicina.

Nós estamos com a presença do Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina, o Doutor Alceu José Peixoto Pimentel, e continuamos no aguardo do Sr. Lincoln Lopes Ferreira, representante da Associação Médica brasileira.

Então, como na reunião anterior, concederei a palavra a cada um dos senhores por dez minutos. Vou chamar na ordem dos que chamei para a mesa, para que a gente tenha apenas algum rito de início.

Então, se não houver nenhum posicionamento em contrário, eu chamaria para falar o Sr. Felipe Proenço de Oliveira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ah, é verdade. O Secretário da Mesa está me lembrando aqui que, na outra, eu fiz uma série de questões que serviam como referência até para além das apresentações que já haviam sido preparadas. Os expositores introduziram um pouco do conteúdo do que eu perguntei, do que eu formulei.

Então, como o foco de nossa audiência hoje é a atuação profissional e o papel dos médicos para a atenção básica, sendo que o programa, quando foi criado, foi pensado em três eixos – o provimento, a formação e a estrutura –, eu queria perguntar, primeiro: os três foram importantes para dar suporte à atenção básica? Primeira questão.

A segunda: uma vez que são mais de 14 mil profissionais neste caso, o Programa Mais Médicos, houve relatos ou denúncias significativas de erros profissionais? Lembrando que os editais são claros na prioridade aos médicos brasileiros, pergunto: os profissionais "estrangeiros", entre aspas, tiraram alguma vaga dos brasileiros?

Terceira pergunta: quais os principais aspectos da formação médica do programa?

São três questões que servirão para a nossa sustentação e desenvolvimento de raciocínio. Como, em particular, nesta audiência pública nós vamos poder analisar mais a questão da atuação profissional e o papel dos médicos no programa, eu sugiro que, se vocês puderem, também respondam a essa questão, que muitas vezes já está introduzida na própria avaliação.

Portanto, com a palavra o Dr. Felipe pelo tempo de dez minutos. Claro que, se houver uma necessidade, nós o estenderemos um pouco mais.

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Queria cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e agradecer pelo convite para participar desta audiência.

Pensei hoje, neste tempo para a primeira rodada de discussões, e contemplando também as perguntas da Senadora, que acho extremamente pertinentes, em falar rapidamente sobre o contexto global de escassez de médicos, sinalizar que isso não é um problema só no Brasil, trazer alguns dados do contexto do Brasil, por mais que, na audiência de terça-feira, isso tenha sido tratado com bastante relevância.

Então, vou passar rapidamente por isso e falar sobre o programa, principalmente para responder a essa questão dos três eixos, das dimensões que constam no programa, e, principalmente, minha fala vai centrar-se no que a gente tem de estudos que têm sido elaborados, que têm sido publicados, o que a gente tem do ponto de vista científico de resultados do Programa Mais Médicos.

Então, vou trazer para vocês tudo o que já está em revistas, em periódicos, reconhecidos nacional e internacionalmente, de resultados do programa. Acho que são dados importantes nesse sentido para, no final da minha fala, brevemente colocar questões quanto às perspectivas do programa, o que, do ponto de vista das universidades, de quem tem acompanhado e analisado o programa, a gente tem analisado de possíveis próximos passos.

Então, os dados da escassez de médicos são internacionais. A Organização Mundial da Saúde, por exemplo, ao mesmo tempo que sabe que 25% somente da força de trabalho na área de saúde se encontram em áreas rurais, ela estima que 50% da população mundial vivem nessas áreas. Então, isso já demonstra a lacuna da presença de profissionais nas localidades geralmente de maior necessidade, e é por isso que muitos países têm buscado alternativas, têm feito políticas públicas, no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ampliar a cobertura, principalmente da atenção primária, pois nós sabemos da sua resolutividade e da sua importância, inclusive na equidade de melhores resultados de saúde da população.

E essa é uma referência fundamental para nós pensarmos políticas públicas nessa área, que são as recomendações da Organização Mundial de Saúde para atrair e manter profissionais em áreas remotas. Então, o que é dito pela Organização Mundial de Saúde? Que não existe uma iniciativa só que vai dar conta dessa problemática, que é complexa, e que ela estimula ações em pelo menos quatro áreas: ações educacionais – e aí vou deixar mais para o Prof. Vinícius falar sobre essa área, mas é uma preocupação importante do programa; ações regulatórias, que preveem inclusive a ideia do trabalho multiprofissional e o compartilhamento de tarefas, além do reembolso de empréstimo estudantil, como vem sendo praticado aqui no Brasil desde 2012 – o estudante beneficiado pelo Fies que vai trabalhar em área vulnerável, na atenção básica, tem o abatimento da dívida; incentivos financeiros – então você vê, por exemplo, que no Mais Médicos o valor da remuneração é acima da média nacional de remuneração na Saúde da Família; e suporte profissional e pessoal – condições de vida no interior ou mesmo redes entre profissionais, para que eles não possam se sentir isolados, mas apoiados. E o Vinícius vai falar também da questão da supervisão acadêmica, que eu acho uma parte fundamental do projeto.

Internacionalmente, as críticas são veementes à formação médica. Diversos países não estão contentes com a situação em está a sua formação médica.

Esse é um relatório publicado numa revista de renome internacional, em 2010, por uma comissão de especialistas, mostrando que os currículos de Medicina estão fragmentados, desatualizados e estáticos, e não respondem às necessidades de saúde dos sistemas de saúde, das populações, e, portanto, pensar em reformas educacionais é um tema fundamental, bem como pensar questões regulatórias.

Então, vejam que uma série de países trabalha com a ideia de regulação da graduação e da formação de especialistas. O que isso significa? Ter políticas públicas e ações estatais, para pensar a distribuição dos profissionais, o tipo de formação que eles devem ter e, principalmente, qual é a necessidade pública e qual é a necessidade do sistema de saúde.

Esses países também nos ajudaram a analisar e a pensar o Programa Mais Médicos. Então, vejam que países como Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Coreia do Sul, Holanda, Polônia, Portugal, Eslovênia e Espanha – essa coluna – são países que pensam, então, onde é que os médicos devem estar; a residência é obrigatória para o exercício profissional? Então, somente se tiver essa formação especializada, o profissional pode estar atuando.

E, a partir do momento em que essa formação é disponibilizada pelo Estado, ele também regula qual é a necessidade de especialistas nesses países. Então, eu acho que são exemplos importantes.

Vindo para a realidade do Brasil, em 2013, foi feito um diagnóstico bastante aprofundado e abrangente da situação do mercado de trabalho médico, e penso que pelo menos três evidências foram fundamentais num País de uma conjuntura, na época, ainda de regulação incipiente, por mais que a lei que regulamenta a Constituição, as leis que regulamentam o Sistema Único de Saúde falem que o SUS é ordenador da formação de recursos humanos. Então, há esse papel de planejamento e regulação de recursos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vejam que o contexto, na época do lançamento do programa, é de pleno emprego na Medicina, com uma série de postos de trabalho não preenchidos e melhor remuneração e proteção social, quando comparado com outras profissões de carreira universitária. Número de médicos por habitante abaixo da média da OCDE. Então, é uma comparação com países vizinhos, com países com sistemas públicos – o que já foi trabalhado na terça-feira –, e na época um período de expansão de serviços públicos de saúde.

Então, à medida que aumentavam os serviços de atenção básica, por exemplo, havia a necessidade de mais profissionais num contexto de uma desigualdade importante: 22 Estados no País com menos que a média nacional, que já era insuficiente na época, de 1,8 médicos a cada mil habitantes.

Esse gráfico demonstra que se criavam postos de trabalho, e, na comparação da linha azul, que são os postos de trabalho, com a linha vermelha, que são os egressos dos cursos de Medicina, demonstrava insuficiência, realmente, então, de egressos dos cursos para preencher esses postos de trabalho. E isso penalizava, principalmente, as regiões mais vulneráveis, com maior parte da população em situação de extrema pobreza.

Esse é um índice da Universidade Federal de Minas Gerais, que demonstra Municípios que não conseguiam ter médico de segunda-feira a sexta-feira. Não estamos falando no quantitativo total, não estamos falando em ter médico no fim de semana, eles não conseguiam ter médico de segunda-feira a sexta-feira. E é um dado que demonstra as localidades como um todo, mas se a gente for olhar, por exemplo, para a periferia das grandes cidades, esse índice de escassez fica ainda mais evidente.

Então, é nesse sentido que é importante essa conjunção de três eixos do Programa Mais Médicos: ampliação, melhoria da infraestrutura e formação para o SUS. Então, eixos de longo prazo, eixos que conseguem vislumbrar um cenário de sustentabilidade, de a gente ter a quantidade e a formação necessária de médicos aqui no País. Mas, ao mesmo tempo, uma situação emergencial de grande escassez, e, portanto, de necessidade de, emergencialmente, atrair médicos.

E foi dessa forma que o Programa Mais Médicos atraiu 18.240 médicos em 4.058 Municípios e 34 distritos indígenas. Pela primeira vez, os distritos indígenas puderam contar com a quantidade mínima de profissionais atuando nessas localidades. E 63 milhões de brasileiros beneficiados.

Esse mapa é interessante porque, se vocês olharem, esses Municípios que estão no marrom mais escuro são Municípios em que todos os médicos da atenção básica são médicos do Programa. Ou seja, evidentemente Municípios que não tinham profissionais nessa área e que passaram a contar, através do Programa. Então, vejam importantes regiões de vulnerabilidade no Norte, no Sertão do Nordeste.

É inclusive por isso que o programa tem resultados tão interessantes, por ter tido um critério fundamental de equidade na distribuição dos médicos. Os médicos foram para áreas bastante vulneráveis: Municípios com mais de 20% da população em extrema pobreza; periferias de capitais; Municípios do G100; Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano baixo ou muito baixo, e uma série de critérios de equidade, de vulnerabilidade para onde esses profissionais foram. E profissionais de diversos países. O programa atraiu profissionais de 49 nacionalidades. Claro que contando com a presença maior – em alguns momentos chegou a ser de 70% – de profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cubanos, mas atraiu profissionais também de outros países. Esse mapa é interessante para visualizar isso.

E aí concentrando nessa parte final, trazendo os resultados do programa e tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – ... o que já foi publicado com relação aos efeitos dele.

Expansão da cobertura da atenção básica da saúde da família; ampliação do acesso da oferta das ações de saúde do escopo de práticas e resultados já na melhoria da saúde da população, por mais que a gente saiba que quatro anos ainda é um período curto para a gente conseguir avaliar do ponto de vista das ações universitárias como que o programa tem sido efetivo.

Um dos dados interessantes é esse. Com o programa, houve um aumento importante do percentual de médicos em todos os Estados. Esse aqui é o resultado da intervenção.

Se o programa não tivesse ocorrido, seria esse mapa mais à direita, onde a gente vê Estados pintados de vermelho, laranja e amarelo. O que isso significa? No período entre 2013 e 2015, se não houvesse o programa, alguns Estados teriam diminuindo a quantidade de médicos – no mapa, os exemplos mais destacados são Roraima e Acre. E com o programa esses Estados chegaram a ter incremento, por exemplo, de até 14% no seu número de médicos.

Outro efeito. Onde aumentou mais o número de médicos por mil habitantes? Aumentou mais nos Municípios com mais de 20% da população em extrema pobreza.

Esse é um estudo publicado também em uma revista nacional, demonstrando que nessas cidades aumentou 0,17 médicos a cada mil habitantes. Essa é uma média, mas imaginem o efeito disso em cidades de 5, 10, 15 mil habitantes. Então, a presença do médico do programa nessa cidade foi fundamental.

Em que região houve maior aumento de médicos por mil habitantes com o programa? Nas Regiões Norte e Nordeste. Norte, na ordem de 0,12, e Nordeste, na ordem de 0,11 médicos a cada mil habitantes, para uma média no Brasil de 0,09.

Então, esses componentes de equidade, de pensar onde havia a maior necessidade e o efeito da distribuição dos médicos são cada vez mais evidentes nesses dados.

Vejam que, com relação à carga horária, o tempo trabalhado e vinculado de médicos nos estabelecimentos da atenção básica, também houve um aumento no Brasil inteiro em virtude da presença de profissionais do programa. Nos Municípios não aderidos, que são a linha vermelha, chegou a haver variações, em alguns momentos até, de perdas de médicos em Municípios não aderidos. Mas nos Municípios aderidos é chamativo como aumentou o número de médicos nessas localidades, nesse gráfico, da ordem de 14%. E isso no período entre 2012 e 2015, quando houve a chegada de médicos.

Isso fez a cobertura de atenção básica em algumas regiões do País, como por exemplo no Norte, aumentar de 66% para quase 80%. Então, havia uma dificuldade de contar com o profissional médico na atenção básica. Não se criavam novas equipes em virtude disso e com a presença do profissional do programa passaram a ser criadas novas equipes e se expandiu a cobertura. E, portanto, o atendimento da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse é o dado geral também da cobertura de atenção básica nessas localidades, um aumento, em virtude do programa, de 31%. Então, é evidente que a presença dos médicos fez aumentar a cobertura e, portanto, o acesso da população.

E digo acesso porque essa é uma comparação – também uma publicação do pessoal do Estado do Amazonas – em que se demonstrou que a quantidade de consultas nas unidades atendidas por profissionais do programa é maior do que a quantidade de consultas nas unidades que não têm profissionais do programa.

Então, esses gráficos acima são todos de Municípios aderidos ao programa e esses gráficos que ficam abaixo são de Municípios não aderidos. O que tem de comum entre os dois são as quedas no mês de dezembro, em que realmente os profissionais estão de recesso, férias. Então, cai o número de consultas, mas em ambos os gráficos aumenta o número de consultas com o programa.

Taxa de internações. A presença do profissional do Programa Mais Médicos fez evitar aquela internação que a atenção básica pode resolver. Então, aquele diabético que tinha um problema de descompensação da sua doença e internava por causa disso, a partir do momento em que foi manejada a sua situação na atenção básica, ele deixou de internar.

Outro exemplo: Região Nordeste. Um estudo feito pela Universidade Federal de Pernambuco. Em virtude disso, o número de crianças com diarreia, que internavam muito, caiu em 35%. Ou seja, foram atendidas no posto de saúde e tiveram seu problema resolvido no posto de saúde.

E sobre as pesquisas de satisfação o Ronald vai falar também. Acho que são muito significativas. Vejam essa com mais de 14 mil pessoas atendidas do Sistema Único de Saúde. Agora há atendimento médico todos os dias. Médicos atenciosos, médicos capacitados e competentes. E 55% das pessoas atendidas deram a nota 10 para os profissionais, sendo que a média foi nove no geral.

Vejam esse estudo da Universidade de Brasília, que palavras aparecem, quando perguntam para as pessoas atendidas pelos médicos do Programa: bem atendido, presença do médico, atenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA – Enfim, para finalizar, esse estudo, que é um estudo do Boletim da Organização Mundial de Saúde, que foi publicado, da Universidade de Brasília, que também demonstrou, entre aqueles Municípios que estavam em laranja e em vermelho pela escassez de médicos, com a presença do Programa, boa parte deles teve uma mudança significativa.

O último eslaide, em virtude do tempo, para finalizar e terminar de dialogar com as perguntas da Senadora, demonstra que a presença de um número significativo do programa teve uma satisfação importante.

Então, me parece que, frente a isso, relatos de erros, por exemplo, foram mais pontuais, mais localizados e acompanhados pelo programa, pela própria supervisão acadêmica, que tem o papel de acompanhar os profissionais.

As vagas foram ofertadas primeiro para brasileiros. Então, todas as vagas que foram preenchidas por profissionais estrangeiros o foram porque os profissionais brasileiros não quiseram ocupá-las. Então, acho que isso é um dado importante.

Finalmente, é importante o programa continuar, para manter e ampliar esses resultados na atenção. Os estudos agora estão se debruçando, por exemplo, sobre a queda da mortalidade infantil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a queda da mortalidade geral – que o programa tem possibilitado. Então, são estudos que precisam de mais tempo, mas mesmo assim o programa tem conseguido isso.

Segue sendo importante a presença de médicos cubanos nos Municípios mais vulneráveis. São localidades em que, sem a presença desse profissional... Nos editais, o que a gente tem conseguido pesquisar pelas universidades, com as informações fornecidas, é que se segue, não havendo procura de brasileiros ou que, quando os brasileiros procuram, vão lá e ficam pouco tempo, então não suprem a necessidade da população de atenção continuada.

Houve recentemente a publicação de uma nova Política Nacional de Atenção Básica, e a avaliação que as universidades têm feito é a de que ela enfraquece possibilidades como o Programa Mais Médicos, que fortalece a atenção básica e o Sistema Único de Saúde.

Então, acho que há pontos importantes nessa política que precisam ser revistos, para o programa continuar tendo esses resultados importantes.

E um ponto que também gostaria de deixar para debate, acho que até para o Prof. Vinícius falar também: a falta de apoio para a dimensão educacional. Se não se seguir com a expansão de vagas de graduação e de residência médica que foram previstas no início do programa e cujas metas terminam neste ano de 2017, esta questão de o provimento ser emergencial, então, de a necessidade de médicos estrangeiros ser durante um período e ser emergencial, vai ficar cada vez mais duradoura, se não houver a quantidade necessária de médicos formados no Brasil, no interior, próximo das comunidades que têm mais necessidade.

Então, não há como discutir essa questão do provimento, sem discutir também as outras dimensões do programa.

Para um primeiro momento era isso, e sigo à disposição para o debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Passo adiante, até para informar ao Senador Moka, que é um Senador muito participativo nesta Comissão, que ontem, pelo testemunho também dos outros debatedores, ficou colocado que, quanto à liberação de cursos particulares de médicos em universidades particulares, o segundo edital ainda está paralisado no MEC. E se tirou a necessidade de uma ida da Comissão, do Ministério de Educação, para ver se nós conseguiríamos adiantar isso através da Presidente da Comissão encaminhando.

Dando continuidade e já registrando a presença aqui entre nós do Sr. Lincoln Lopes Ferreira, que é o 2º Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), eu passo a palavra ao Sr. Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Professor Assistente da Universidade de Brasília.

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA – Primeiramente, bom dia para todos, para todas. Sou Vinícius Ximenes, sou médico de família e comunidades, sanitarista, sou professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília.

Eu tentei organizar, diante do tempo, com o Felipe, um pouco das nossas falas de forma complementar, e de certa forma nós vamos conseguir também aqui dialogar, pelo menos com os pontos 1 e 3 que foram trazidos pela Senadora Lídice da Mata, do ponto de vista de o meu enfoque da apresentação ser muito focado na discussão sobre as mudanças na formação médica, que na verdade toma a maior parte do espaço da redação da Lei 12.871, de 2013, que é a Lei do Mais Médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei do Mais Médicos tem uma organização em quatro capítulos. Praticamente três desses capítulos têm um enfoque bastante proeminente na discussão sobre mudanças na formação médica no Brasil, apesar de que um desses capítulos, no caso o que fala das ações de provimento emergencial, talvez elas que tenham um maior destaque, porque obviamente elas também trazem resultados um pouco mais imediatos.

É muito importante entender que o Mais Médicos também dialoga com uma questão que dentro das políticas públicas é bastante cabal. O tempo das necessidades de saúde e o tempo das políticas de formação, elas têm tempos diferentes. A formação é uma coisa que você planta hoje. Você vai plantar, por exemplo, na formação de um médico, e daqui a 6, 8, 10 anos, que é o tempo que você demora do ponto de vista de formar um médico, especializar um médico, e ele estar plenamente qualificado dentro do mercado de trabalho.

O tempo da escassez de médicos, como o Felipe trouxe muito bem para a gente, é um tempo para já, para agora.

Então obviamente alguns estudos têm conseguido mostrar um melhor impacto em torno de quatro anos de execução do Programa Mais Médicos, porque obviamente havia necessidades muito urgentes, muito proeminentes, e elas têm conseguido ter uma resposta, digamos assim, no melhor dos seus aspectos.

Nesse sentido, eu queria mostrar um pouco para vocês – o Felipe trouxe um artigo – desse grupo hoje de especialistas na área de educação médica, talvez seja um dos grupos mais qualificados do mundo hoje. É um grupo multicêntrico, coordenado pelo Prof. Julio Frenk, de Harvard, que tem discutido novas diretrizes para a formação médica no mundo.

Então, o mundo todo hoje tem se debruçado do ponto de vista da necessidade de mudanças no perfil de formação dos médicos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a gente começou um momento, nas escolas médicas em nível mundial, de muita mudança do ponto de vista de metodologias ativas na formação de médicos. Desde os anos 50 e 60, vem-se rediscutindo que esse modelo de formar médico meramente de uma forma teórica, dentro da sala de aula, de forma vertical, do ponto de vista do ensino, isso não é suficiente para formar médicos de qualidade. Vários lugares do mundo têm feito mudanças expressivas desde os anos 60.

O Brasil pegou essa onda um pouco depois, digamos que no final dos anos 90 que a gente conseguiu acompanhar esse movimento mundial que outros países do mundo começaram lá nos anos 60.

Mas hoje o mundo todo tem um consenso em relação à mudança da formação de médicos, em que não adianta só haver metodologias ativas de ensino.

Se a gente não tem um grau de exposição desses médicos de formação nos cenários concretos, do ponto de vista do mundo do trabalho, a gente não consegue impactar a mudança da formação médica. Então, muitas vezes, dentro da escola médica, mesmo com a metodologia ativa, a gente simula, simula, simula tudo aquilo que a gente quer trabalhar como competências para a formação, quando esses médicos vão para o cenário real de formação no mundo de trabalho, eles não conseguem lidar com esse mundo real da questão do trabalho. Então, eles têm dificuldade do ponto de vista atitudinal, eles têm dificuldades do ponto de vista de habilidades e, muitas vezes, eles têm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enfoque de conhecimento que não necessariamente acompanha aquelas necessidades de saúde que são mais prevalentes dentro da população.

Então, de certa forma, a Lei do Mais Médicos, a Lei 12.871, vem fazer um alinhamento do ensino médico brasileiro com o terceiro ciclo de reformas da educação médica mundial.

Dentro do que foi previsto da Lei do Mais Médicos, um aspecto importante dentro da lei foi o apontamento do ponto de vista de mudanças nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Medicina. As nossas diretrizes dos cursos de Medicina eram de 2001. De 2001 até 2014, quando foram implementadas as novas diretrizes curriculares nacionais, a partir de um bom debate, construído a partir do Conselho Nacional de Educação, baseado na Lei do Mais Médicos, muitas mudanças ocorreram do ponto de vista das políticas de saúde e de educação.

Do ponto de vista das políticas de saúde, toda uma organização de serviços de saúde, de ações de saúde, a partir de uma lógica de rede de atenção à saúde, de diversificação de serviços do ponto de vista da garantia do acesso às pessoas aconteceu. E, ao mesmo tempo, do ponto de vista da educação, nós tivemos um franco processo de acesso, inclusão e expansão do ensino superior, de mudanças na avaliação, principalmente a partir de 2004, mas os cursos de Medicina a partir de 2007, a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Então, nesse sentido, a Lei do Mais Médicos e as diretrizes curriculares que foram aprovadas em 2014 conseguiram fazer um realinhamento da formação médica com tudo que nós tivemos de mudança na política de saúde e na política de educação. Então, nesse sentido, a partir da Lei do Mais Médicos, os cursos de Medicina mantêm uma formação em seis anos, mas, dentro do seu período de estágio final, é fundamental uma carga horária mínima de 30% dessa formação no estágio final voltada para área de atenção básica em saúde, com enfoque principalmente na área de conhecimento da Medicina de família e comunidade e, ao mesmo tempo também, um enfoque importante para discussão das urgências e emergências, que obviamente são dois importantes mercados de trabalho e cenários de atuação de médicos egressos das escolas de Medicina. Então, pelo menos 30% da formação do estágio final têm que ser voltados a essas áreas.

O estudante, terminando os seis anos de graduação, a formação médica brasileira, a partir do Mais Médicos, continua sendo terminativa, ou seja, eu termino o curso de Medicina, eu tenho o meu diploma e posso atuar onde eu quiser; eu tenho autonomia profissional. Mas, se você quiser entrar para o sistema de formação a partir de especialidades médicas, com o padrão ouro que é a residência médica, é necessário um pré-requisito de um a dois anos de estágio em programas de residência de medicina de família e comunidade.

A medicina de família e comunidade não é nada mais, não é diferente do que outros países do mundo chamam de clínica geral. Os ingleses chamam de *general practice*; os espanhóis chamam de medicina familiar; os portugueses, de medicina geral familiar; os cubanos, de medicina geral integral. Cada país do mundo tem uma denominação diferente para essa especialidade. Então, a formação desse pré-requisito... Do mesmo jeito que, se eu quero ser um cardiologista, eu tenho que fazer dois anos de pré-requisito em clínica médica para fazer cardiologia, para você fazer qualquer especialidade, há um pré-requisito zero, que seria a medicina de família e comunidade, para você poder seguir para outros troncos da formação de especialista, que também é um aspecto que a Lei do Mais Médicos inova, dizendo que não adianta só a gente mexer na graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se a gente mexe na graduação, mas descuida do ponto de vista da regulação e do perfil que a gente quer para a residência médica, obviamente a residência médica, inclusive, pode concorrer e competir com aquela tentativa de formação, de mudança de formação que nós fizemos na graduação. Então, é importante os dois sistemas – de graduação e de pós-graduação e residência médica – estarem integrados.

Nesse sentido, são importantes os parâmetros internacionais, que o Felipe trouxe muito bem para a gente. Vários países do mundo, a partir do período que seria equivalente ao que seria a graduação no Brasil, fazem momentos, digamos, intermediários para você ter a formação terminativa de especialistas. A maior parte desses países do mundo, vale a pena registrar, trabalha numa lógica de estágios compulsórios. Não é nem como o Mais Médicos. O Mais Médicos coloca assim: você se formou, você pode trabalhar; mas, se você quiser fazer a residência médica, existe uma série de pré-requisitos que precisam ser realizados. Em outros países do mundo é obrigatório – você termina o curso, você precisa estagiar dentro da clínica geral ou da medicina de família por um determinado período de tempo para depois concluir a formação de especialista.

Então, é muito importante esse debate, porque uma séria crítica que foi feita a essa mudança na formação de especialistas do Programa Mais Médicos é: num País onde já existe uma escassez, digamos, no provimento de médicos e, obviamente, a escassez de formação de várias especialidades é muito maior, nós estaríamos retardando o tempo de liberação desse médico especialista para atuação no mercado de trabalho. Na verdade, nós estamos mostrando que esse período de oito anos de formação para ter um especialista, que é o que alguns países aqui fazem, a partir do parâmetro que a gente trouxe, não é algo, digamos, fora de uma lógica razoável. Por exemplo, no Reino Unido, se eu quero ser um pediatra ou um psiquiatra, eu vou fazer cinco anos, que seria o equivalente à nossa graduação, mais dois anos, o que seria o treinamento no Foundation Programme, que vai ser uma formação em medicina de família, em clínica geral, e ainda vou fazer praticamente mais cinco anos de formação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA – ... para ser um pediatra ou um psiquiatra. Então, não foge dos parâmetros internacionais, a gente está bem aquém disso do ponto de vista do que a gente propôs dentro da Lei do Mais Médicos.

É importante dizer que a Lei do Mais Médicos, também nessa lógica de mudar a formação de especialistas, coloca que para as chamadas áreas básicas é necessário somente um pré-requisito de um ano em medicina de família e comunidade; para outros programas de residência, dependeria de um a dois anos, a partir de uma definição da Comissão Nacional de Residência Médica; e em algumas especialidades novas, especialidades de muito baixa procura, não se teria esse pré-requisito da medicina de família e comunidade.

É importante – eu vou deixar essa apresentação disponível para a Comissão –, mas há uma série de competências em que a medicina de família e comunidade é capaz de dar uma maior capacidade clínica, uma maior humanização na formação e uma melhor perspectiva do ponto de vista da formação atitudinal dos médicos. Por isso esse pré-requisito nesses programas é bastante importante. Existe toda uma série de consensos internacionais hoje, do ponto de vista de responsabilidade social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das escolas médicas, que colocam para a gente – vou só passar bem rapidamente esses trechos – que você dar um enfoque na atenção primária para a formação dos médicos tem um impacto fundamental do ponto de vista das mudanças da formação. Então, vou passar um pouquinho esses eslaides, mas estão disponíveis para a Comissão.

Esse consenso internacional é categórico ao falar da importância da atenção primária à saúde para a formação dos médicos. E aí houve uma série de estratégias que esse terceiro ciclo de reformas na educação médica no contexto brasileiro – que vem a partir da Lei do Mais Médicos – trouxe para a gente. De forma bem breve, eu só vou comentar em que estágio cada um desses aspectos da política se encontra hoje.

Como o Felipe colocou, é muito importante um vigor do ponto de vista do eixo educacional do programa. Por que, pessoal? Porque, se a gente não conseguir fazer esse investimento de forma qualificada na mudança da formação, o Brasil não será autossuficiente em quantidade e qualidade de garantir os médicos que precisa para movimentar o seu sistema de saúde e o mercado de trabalho.

Então, nesse sentido, desde 2014, nós temos diretrizes curriculares nacionais nos cursos de graduação em Medicina, que estão em implementação em diversas escolas médicas do País. Isso já está num certo estágio avançado na maior parte das escolas médicas. Nós temos uma comissão de especialistas em acompanhamento e avaliação das escolas médicas, que assessora esse processo de implantação de novas diretrizes curriculares, especialmente nos cursos e universidades federais. O trabalho dessa comissão de especialistas hoje se encontra paralisado. E esses especialistas são fundamentais do ponto de vista de conseguirmos fazer políticas de acompanhamento da implantação de novas escolas de Medicina no País. É importante colocar isso.

Existe uma lógica de um mestrado profissional em saúde da família que está em curso hoje do ponto de vista de a gente garantir uma maior quantidade de mestres do ponto de vista da docência médica, porque a docência médica hoje é um gargalo no nosso País. Há poucos mestres e doutores médicos para a demanda de expansão da educação médica que está sendo feita hoje no País. Então, esse mestrado profissional voltado para a área da saúde da família tem buscado responder a parte dessa demanda.

Nós temos a necessidade de uma mudança no sistema de formação de especialistas, que é aquela mudança dos pré-requisitos para o acesso às especialidades médicas. Esse processo hoje se encontra paralisado na Comissão Nacional de Residência Médica. Ou seja, a meta do programa colocava que, em 2018, era fundamental a universalização de residência médica no Brasil, para que façamos essa mudança no pré-requisito de acesso à formação de especialidades. Esse processo se encontra paralisado na Comissão Nacional de Residência Médica.

É importante uma expansão robusta de vagas de Medicina de família e comunidade porque, sem isso, a gente não consegue fazer a universalização de vagas de residência médica. O que é a universalização de vagas de residência médica? É para a cada egresso de um curso de graduação de Medicina, eu ter uma vaga de residência médica. Claro que a definição de quais áreas vão ter mais ou menos vagas depende das necessidades de saúde do País para que seja organizado. Mas essa universalização de vagas é importante.

Desde o ano passado, a gente não tem, por exemplo, no sistema das universidades federais, expansão de vagas de Medicina de família e comunidade. A queda do aumento de vagas foi bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

expressiva nos últimos dois anos. Ou seja, possivelmente em 2018, de acordo com o que está previsto na lei, nós não vamos alcançar a meta. E isso é uma questão bastante impactante e uma questão bastante preocupante, porque, como o Felipe colocou, quanto mais a gente não consegue avançar nas ações de formação, mais a gente fica dependente das ações de provimento.

Além disso, temos mudanças na avaliação. Nós já começamos um processo de implantação de uma avaliação bianual dos estudantes de Medicina no País. Isso vai ajudar a qualificar o acompanhamento da formação médica no cenário de expansão que está sendo feito. Nós temos uma lógica de mudança nos instrumentos de avaliação externa a partir dos sinais. Esse processo se encontra paralisado dentro do Inep. Ou seja, no Inep, havia um novo instrumento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA – ... para a avaliação das escolas médicas. A partir das novas diretrizes curriculares, esse processo foi praticamente revogado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, foi paralisado e foi revogado o instrumento de avaliação nas escolas, que é um importante mecanismo de indução e de implantação das novas diretrizes curriculares.

A Lei do Mais Médicos diz que, até o ano de 2018, tem que ser feita uma auditoria nos cursos de Medicina do País para ver se aquele mínimo de 30% na atenção básica do ponto de vista de cumprir ou não as novas diretrizes curriculares está sendo implementado nesse processo também, e não houve nenhuma viabilização.Além disso, a queda de financiamento para os Municípios do ponto de vista da política de saúde e da atenção básica trouxe um grande prejuízo do ponto de vista de garantia de cenários de prática para essa expansão da atenção básica.

Dentro da lei do Mais Médicos está prevista uma lógica do que se chamam Contratos Organizativos de Ação Pública em Ensino Saúde. O que é essa lógica? É organizar, em todo o País, sistemas de saúde/escola baseados no SUS do ponto de vista de garantia de cenário de formação. E esse processo, obviamente, por essa certa paralisação da expansão da atenção primária e da qualificação que a gente tem enfrentando a partir de 2016 tem trazido alguns prejuízos com a implantação de novos cursos de Medicina.

Nesse contexto, a crítica que foi feita – Senadora, só preciso de mais dois minutinhos para poder concluir a minha fala, se possível –, um certo debate do ponto de vista de que a gente vai ter um estouro de formação de médicos no País, o que, obviamente, vai trazer um inchaço no mercado de trabalho, não procede. As necessidades de saúde são crescentes num País com envelhecimento da população, com crescimento de doenças crônicas.

O Brasil, na época do Mais Médicos, no início do Mais Médicos, estava numa lógica de 1,8 médicos para mil habitantes do ponto de vista de seu contexto de demografia médica. Em 2026, com todo esse esforço de implantação de novos cursos, ele chegaria a 2,6 médicos para mil habitantes. Já em 2013, a média dos países da OCDE de demografia médica é de 3,2 médicos por mil habitantes, ou seja, todo esse esforço de criar 11.447 vagas a partir do Programa Mais Médicos para formação ainda vai trazer para a gente parâmetros do que seriam parâmetros internacionais satisfatórios de demografia médica. Ao mesmo tempo, a média internacional de egressos de cursos de Medicina para cada cem mil habitantes – também são dados da OCDE em 2013 – era de 10,6 médicos para cada cem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil habitantes. O Brasil tinha sete médicos para cada cem mil habitantes, e nós chegaríamos perto do parâmetro da OCDE em 2026.

É importante destacar que o Brasil, apesar de ter uma grande quantidade de escolas médicas optou, desde os anos 70, por um modelo que é um modelo caro e que concentra cursos de Medicina nas áreas mais ricas do País, ou seja, nós criamos uma lógica de cursos de Medicina com poucas vagas de oferta por escola médica. Se se pegar os ingleses, eles têm em torno de 30 cursos de Medicina mais uma relação de egressos para cada cem mil habitantes muito melhor do que a nossa. Então, é importante colocar que esses dados comparando o Brasil com a Índia, com a China em relação ao número de escolas médicas não é o melhor indicador para se poder avaliar se temos uma quantidade adequada de vagas em escolas de Medicina ou não. Nós temos muitas escolas de Medicina no Brasil, mas com poucas vagas por escola.

Nesse sentido, o Mais Médicos melhorou a distribuição de vagas em cursos de Medicina nas diversas regiões do País, e, ao mesmo tempo, a gente teve uma lógica de implantar cursos de Medicina em universidades federais que seriam, casos índices, *cases* nossos de se poder implementar plenamente outra lógica de formação. Alguns desses cursos: em Caicó, no Rio Grande do Norte, mais de 60% dos estudantes desse curso de Medicina são oriundos de escola pública e da própria região do Semiárido nordestino numa lógica de argumentos de inclusão regional, que é uma política complementar às cotas de se incluírem estudantes da própria região em curso de Medicina; em Caruaru, que também goza de uma política semelhante lá no Agreste pernambucano; na Universidade Federal do Sul da Bahia, em Teixeira de Freitas, mais de 80% dos estudantes do curso de Medicina em Teixeira de Freitas são pobres e da própria região do Sul da Bahia. Ou seja, a lógica desses novos cursos de Medicina é baseada na evidência internacional em que, se se abre um curso de Medicina em áreas com importante vulnerabilidade social do ponto de vista da questão da saúde e provenho que pessoas da própria região possam entrar nesses cursos de Medicina e se especializar nessa própria região, a capacidade de se induzir a fixação desse profissional na região se torna bastante importante, bastante alta.

Vi vários outros cursos em Barreiras, na Bahia; Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Jataí, Imperatriz, Pinheiro, Alfenas, Diamantina, Teófilo Otoni, Lavras, São João del-Rei, Três Lagoas, Rondonópolis, Sinop, Parnaíba, Foz do Iguaçu, Passo Fundo, Arapiraca, Chapecó, Araguaína, e vários outros cursos que foram criados.

Esses cursos têm sofrido uma grande dificuldade, porque, na política de cortes que foi feita, havia todo um pacote que se tinha pactuado dentro do MEC, que era um enxoval para esses novos cursos: matriz específica de recursos, matriz específica de docentes e técnicos administrativos. Esses cursos têm passado várias dificuldades do ponto de vista de uma despriorização da política de educação superior em relação a esses cursos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA – Nesse sentido – é meu último eslaide –, toda a lógica de expansão de vagas e residência de família e comunidade, pensando na parte de portes populacionais, o que é possível na criação dessas vagas, que são mais de 16 mil vagas em programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de residência e Medicina de Família. E posso falar que alcançamos, em 2017, em torno somente de 30% a 40% da meta de vagas de residência em Medicina de Família e Comunidade.

É fundamental uma rediscussão do ponto de vista do Poder Público de o que será feito para se garantir um elemento tão importante para o desenvolvimento da política de saúde no País, que é uma mudança da qualidade da formação dos seus especialistas.

Era isso o que tinha para trazer. Obviamente, a gente fica à disposição para eventuais perguntas e questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

Dando continuidade, só para informar que nossa audiência pública é interativa, através do portal e-Cidadania do Senado Federal, e nós recebemos aqui já comentários:

Omar Ramos, de Pernambuco, reproduz o art. 5º da Constituição: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade."

Outro, Ricardo José, que fala que o convênio deveria ser também com outros países. Certamente, isso pode ser abordado por vocês.

E Artur Cury diz: "Programas interessantes que melhoraram os atendimentos do SUS devem ser mantidos e ampliados.

Novamente, um outro comentário de Márcia Carvalho, que vai na mesma direção dos demais.

Não vou comentar todos, mas, se forem chegando comentários, vamos registrando pelo menos o nome das pessoas.

Vou passar a palavra agora ao Dr. Lincoln Lopes Ferreira.

Nós estamos dando continuidade à lista de presença inicial.

O SR. LINCOLN LOPES FERREIRA – Senadora, bom dia.

Cumprimentando o Senador Moka, eu gostaria de agradecer em nome da Associação Médica Brasileira a oportunidade de nos expressar.

Não tenho uma apresentação específica, mas já trago com uma razoável clareza a nossa visão da questão do Programa Mais Médicos.

A população brasileira foi às ruas juntamente com as entidades médicas desde a criação do SUS, em 1988. As primeiras manifestações remontam acerca de 1990 em termos de um financiamento adequado e do estabelecimento das carreiras profissionais. Isso vem ocorrendo ao longo dos anos. Era perfeitamente possível que a chamada Emenda 29, que preconizava 10% da Receita Corrente Bruta da União para a saúde... Ela foi discutida ao longo do tempo, ficou pronta para ser sancionada, e foi efetivamente sancionada em dezembro de 2011, vetando essa questão que implicaria, naquele momento, algo entre R$36 bilhões e R$40 bilhões, o que nos possibilitaria, hoje, ao final de cinco anos, estarmos completando o ciclo virtuoso da saúde pública. A saúde pública, obviamente, tem intrinsecamente uma questão de financiamento e, na sequência, outros problemas como o de gerenciamento, de gestão, de inadequação de alocação de recursos. Mas não podemos fugir nunca do eixo principal que é a questão da falta do financiamento inadequado.

Os dados do Ministério da Saúde de 2015 mostram que a saúde pública recebeu financiamento federal da ordem de R$111 bilhões, o que, numa somatória, dá cerca de 43% do financiamento global

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da saúde. Se somarmos Estados e Municípios, chegaremos a algo em torno de R$246 milhões, mas o Governo Federal, enquanto maior ente arrecadador de impostos, contribuiu com R$111 bilhões.

A saúde privada, que está em torno de 25% dos brasileiros, em números aproximados, tem um financiamento de R$119 bilhões. É como se, para nos sentarmos em uma determinada cadeira, tivéssemos de colocar três pessoas, três brasileiros. Já citada aqui a Constituição, somos todos iguais e todos temos direitos, independentemente de onde habitemos, nesses 5,7 mil Municípios, nos 8,547 mil quilômetros quadrados. Consequentemente, algo está errado.

A população brasileira foi às ruas clamando por seu direito constitucional, pelo direito a uma saúde decente e cidadã. E nós tivemos como resposta essa lei do Mais Médicos. A lei do Mais Médicos traz, em si, muitas implicações, que aqui foram colocadas. Eu vou entrar no eixo das perguntas, mas a principal implicação dela foi a de que, pela primeira vez, no Brasil – e que me conste em nenhum outro país –, permitiu-se ou autorizou-se que pessoas reputadas como médicos, sem a validação dos seus diplomas, pudessem atuar na qualidade de treinandos, como se fossem fazer um curso de aperfeiçoamento.

O TCU, em um relatório de 2014, ao final, avalia que foram gastos cerca de até então R$10 bilhões, e que certamente esse dinheiro seria mais bem empregado – palavras do TCU – em aperfeiçoamento de profissionais brasileiros, já que a maioria foi para profissionais estrangeiros por intermédio de um convênio com a Opas, chamados de intercambistas.

Essa situação gerou algo inusitado. Primeiro, as entidades sendo acusadas de xenofobia, e não há absolutamente nenhuma xenofobia. A nossa questão é em relação, especificamente, ao diploma, porque, na primeira pergunta: uma vez que são cerca de 14 mil profissionais, houve relato de denúncias? Existem alguns desses profissionais que estão inscritos nos conselhos aonde chegam as denúncias. A maioria nem sequer está inscrita. Não existe controle em relação a isso. E, sim, nós que somos da área temos relatos de inúmeras denúncias, inúmeros descumprimentos à legislação brasileira, como, por exemplo, ofertar bebida alcoólica a menor de idade. Nós médicos sabemos que o álcool é um sedativo da tosse e que, de fato, pequenas doses de conhaque podem sedar a tosse. Isso é prática existente em outros países, mas é proibido no Brasil.

Nós temos relatos de agressões a esses médicos por parte da população. Cito a cidade de Ibiá, no Alto Paranaíba, no meu Estado, que tiveram de remover, ante a falta completa de capacidade de atender às demandas da população. As receitas, os pedidos abundam na internet, gerando, inclusive, um termo jocoso, "cubanadas", porque o pessoal prescrevia nome de laboratório, pedia exames de maneira absolutamente inadequada, doses inadequadas, mostrando que uma grande parte dessas pessoas seguramente tinha algum tipo de treinamento voltado para os cuidados primários, mas, aparentemente, nenhum tipo de treinamento voltado para terapia e voltado para as necessidades de uma população de 207 milhões de pessoas, que envelhece rapidamente e que tem suas necessidades próprias por causa da nosologia prevalente no nosso País.

A Associação Médica Brasileira é uma entidade de classe de característica civil. Nós não recebemos denúncias para médicos, mas isso é exposto amplamente na internet, isso é exposto amplamente nas mídias sociais, e, seguramente, alguns casos tiveram outros tipos de conotação além desses que eu estou citando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

São 14 mil profissionais. Existe prioridade, teoricamente, para os médicos brasileiros. Há aqui um grupo, hoje, enorme de médicos que questiona, que há 15 mil médicos brasileiros, nesse momento, inscritos para atuar no Programa Mais Médicos, esperando uma vaga. São 15 mil jovens profissionais, ou seja, essa questão de dizer que não existe mais a demanda por parte dos médicos brasileiros já não é mais real, não mais faz parte de um contexto real.

Agora, existe uma diferença: o médico brasileiro está sujeito a uma legislação, ao Código Civil e Penal, que não mudou nesse período todo. Entrou a lei do Mais Médicos, modifica-se a formação, mas a nossa responsabilidade civil e criminal não muda. Consequentemente, um médico brasileiro com diploma validado, com CRM, ao ser colocado em um local onde não existe condição para que ele possa exercer dignamente as suas atividades e que possa, inclusive, ser acusado penal e civilmente por estar atuando como médico, como pessoa gabaritada legalmente, de fato, não fica. Não fica.

Assim, nós temos ali um grande problema. Os mapas foram brilhantemente demonstrados, e eu, particularmente, tive oportunidade de estar em São Gabriel da Cachoeira, lá na Cabeça do Cachorro, onde nós fomos estudar *in loco* as condições e as necessidades para o estabelecimento de uma carreira médica de Estado, esta, sim, do nosso ponto de vista, a solução para se colocar médico nos 5.700 Municípios brasileiros. Nós temos de tirar o médico dos humores políticos das prefeituras.

O que nós temos hoje, na grande maioria, são colegas que têm contratos precários. Os contratados das prefeituras normalmente têm salários baixíssimos. Basicamente, existem tentativas de contratos precários com pessoas jurídicas, essas pessoas têm pagamento irregular, e, quando muda o secretário de Saúde ou muda o prefeito, elas são simplesmente demitidas. Então, não há como fixar a maioria dos Municípios nessa condição.

Portanto, trazer profissionais cuja qualidade não conhecemos e tentar fixá-los mediante uma lei... Foi colocado aqui, muito claramente, que todo estrangeiro no Brasil, como membro da OIT, que tem contrato de trabalho aqui dentro tem direitos iguais. Alguns não têm, não recebem pelo que fazem, têm trajeto e relacionamento controlado, numa afronta à Constituição brasileira. Isso não nos parece solução adequada.

Formação de médicos. Dois terços das escolas são escolas particulares, voltadas para o lucro. Nós realmente não temos mestres nem doutores. Aquele número apresentado já mudou. O Brasil hoje forma 14,7%, neste momento, pelo número de escolas, de médicos por cem mil habitantes, o que é maior do que todos da OCDE; é inusitado no mundo e não se sabe o resultado disso, inclusive pela carência do ponto de vista ético e humanístico que essas pessoas trazem.

Considerando que o médico atua por cerca de 43 anos,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINCOLN LOPES FERREIRA – ... o custo social, em termos de diagnósticos errados, tratamentos errados e consequências erradas a serem suportadas pela população brasileira, é enorme.

Portanto, nesse aspecto a Associação Médica Brasileira entende que é fundamental: uma moratória na abertura de novos cursos de Medicina. Nós não temos mais nem estrutura hospitalar ou estruturas de saúde para abrigar os nossos egressos; que nós temos de repensar o funcionamento das escolas atuais em termos de qualidade, em termos de conteúdo; e, finalmente, a instituição da carreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de médico de Estado, pois aí, sim, nós vamos ter uma solução permanente que vai propiciar o atendimento do citado art. 5º da Constituição brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, inclusive, pela objetividade.

Passo a palavra ao representante do Conselho Federal de Medicina, Dr. Alceu José Peixoto Pimentel.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL (*Fora do microfone*.) – Eu podia falar em pé, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Claro. Pode fazer como o senhor quiser, com apresentação, em pé...

O SR. LINCOLN LOPES FERREIRA – Senadora, objetivado inclusive porque parece que a voz, como se está vendo, não está boa. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – De nada.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Bom dia a todos.

Cumprimento a Senadora Lídice e agradeço a ela. Cumprimento os colegas da Mesa. Agradeço ao Senador Moka o requerimento que nos proporcionou a participação nesta Mesa.

Colocarei alguns números que são um pouco diferentes dos que foram colocados aqui. Esta é a lei do Mais Médicos – o apontador estava funcionando, mas não está mais –, que introduziu regras que afetam... Nós já vimos isso aqui.

Mas uma coisa importante é o objetivo. O objetivo dessa lei era prover e fixar médicos, em sua maioria, intercambistas na área de atenção básica. O projeto aponta como prioritárias as regiões carentes (distantes, pobres, etc). Mas a gente vê, na distribuição inclusive desses médicos pelo Brasil, colocando no mapa, que existe uma forte presente desses médicos em capitais, em Municípios desenvolvidos e onde já existia um número importante de médicos. Aí eu vou falar um pouco sobre auditoria do TCU, que é de março de 2015, Lincoln. Dos 13.790 inscritos, quatro mil trezentos e poucos – 31% – não possuem supervisores indicados. Nós estamos falando de um programa que se diz um Programa de Educação Continuada, um programa de especialização, e vemos que 30% desses não tinham supervisores. Esses supervisores trabalhavam em limites acima dos parâmetros legais – 10% desses supervisores já acompanhavam mais de dez participantes, e outros dez tinham carga de atividade acima de 81 horas.

As referências de maior gravidade surgiram quando quase 20% desses médicos supervisionados, ao entrarem em contato com seus supervisores para dirimir dúvidas, admitiam que a falta de conhecimento de protocolo clínico conturbou diagnósticos e terapêuticas. Isso é falta de tutoria adequada. Então, o que nós temos é um programa de transferência de trabalho médico, e não um Programa de Educação Continuada e de especialização.

Respondendo a uma primeira pergunta sua, Senadora, num cenário como esse, os erros são totalmente possíveis; eles existem e são muitos, porque as denúncias não chegam à AMB, mas chegam aos Conselhos de Medicina. Nós podemos fornecer à senhora centenas de denúncias que chegam aos Conselhos de Medicina sobre os erros. Não estou nem culpando os colegas médicos cubanos que estão aqui, porque eles não conhecem os nossos protocolos e nem estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

orientados para isso. É preciso que se avalie. Os Conselhos de Medicina têm recebido essas denúncias e as têm encaminhado para o Ministério Público, porque nós não temos autonomia sobre esses médicos. Então, já respondendo a uma pergunta sua, ainda um pouco sobre a auditoria do TCU – e estes não são dados do Conselho Federal de Medicina; é bom deixar isso bem claro –, 34% dos supervisores afirmaram que os médicos formados no exterior enfrentaram obstáculos devido ao desconhecimento de protocolos. Disso eu já falei.

Destaco aqui que a auditoria mostra que, em metade dos primeiros locais atendidos pelo programa, ao receberem os bolsistas, ocorreu a dispensa de médicos contratados anteriormente. E, respondendo a uma segunda pergunta sua, Senadora, em agosto de 2013 – este não é um dado do CFM; é um dado do TCU –, nesses Municípios com redução da oferta de serviços médicos, havia 2.630 médicos, que, somados aos 262 profissionais que chegaram pelo Mais Médicos, totalizavam 2.892. Um ano depois, porém, contabilizaram-se, nesses Municípios, apenas 2.288 médicos. É fácil entender isso. Os Municípios estão com despesas enormes, ultrapassando os limites constitucionais. Se eu recebo médicos de graça, eu dispenso aqueles a quem estou pagando. Essa é uma lógica de administração, que, do ponto de vista administrativo, nós entendemos. Então, houve, sim, Senadora, dispensa dos médicos brasileiros que trabalhavam nesse programa nesses Municípios.

As novas diretrizes do Mais Médicos foram instituídas com uma publicação, no que diz respeito à questão das especialidades. Destaco que não houve debate para o aperfeiçoamento das regras curriculares – as regras foram impostas sem uma discussão democrática e ampla. O projeto de lei que foi apresentado e debatido nesta Casa não foi discutido com a comunidade acadêmica, não foi discutido com as entidades médicas; foi um programa imposto, copiado por um grupo de técnicos iluminados que não fizeram um debate com as pessoas que realmente entendem de educação médica neste País, que é a comunidade acadêmica deste País.

No que diz respeito à especialização, a lei do Mais Médicos... O primeiro decreto que foi apresentado para regular especialidades no Brasil destruía o sistema que nós temos há décadas e que é considerado padrão-ouro, que é a questão da... Nós temos hoje especialização de médicos através de residência médica e através dos títulos que são fornecidos pela AMB.

Historicamente, esse programa criaria a possibilidade de especializações de 360 horas, 400 horas, o que não dá condições a um médico trabalhar como especialista, porque uma especialidade hoje tem, no mínimo, duas mil horas de estudo. E esses seriam especialistas para quê? Para que a gente mostrasse para a sociedade que nós temos bastantes especialistas, não importando a qualidade que nós ofereceríamos para aquela parte da população a quem a sociedade brasileira deve mais, do ponto de vista de dívida histórica.

E este Parlamento resgatou isso. O novo projeto do decreto presidencial não só mantém as coisas do jeito que estão como também ratifica que quem define especialidade médica no Brasil é a Comissão de Especialidade Médica do Conselho Federal de Medicina, que é composta pelo CFM, AMB e Comissão Nacional de Residência Médica.

Os números da população – e essa não é pesquisa do CFM; é pesquisa da CNT. Sobre o Programa Mais Médicos. Quando a gente pergunta se o programa está cumprindo os objetivos, 25% acham que cumpre, 25%, um quarto. Se você juntar os dois últimos números, setenta e tantos por cento, 75% acham que apenas parte ou consideram que o programa não está atingindo objetivo. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não é a fala dos técnicos, dos gestores; essa é a fala da população, que eu acho que a gente precisa escutar também.

Quando a gente pergunta para a população: Considera que o Programa Mais Médicos foi capaz de melhorar as condições de saúde para o Brasil? Quarenta por cento acham que melhorou, e 41% acreditam que não melhorou. Então, metade da população brasileira que está sendo atendida acha que o Mais Médicos não melhorou nada.

Mais ainda um pouco.

Expectativa para a situação do País para os próximos seis meses: A saúde vai melhorar? Um quarto da população acha que vai melhorar com o Mais Médicos. Se nós juntamos os que acham que vai ficar igual e os que acham que vai piorar, vão dar os outros três quartos da população.

Esses são números que são tirados da população, lá de quem está recebendo o serviço; não são números que estão sendo trazidos aqui pelo Conselho Federal de Medicina, pela AMB, nem pelos gestores. São números que estão sendo tirados da população.

E aí surgem outros problemas. Não são só os médicos que estão insatisfeitos com o Mais Médicos, não é só a população que está insatisfeita com o Mais Médicos. Aqui a população demonstra isso claramente, lá, de onde vêm os números maravilhosos do Mais Médicos, de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A questão do atendimento continua do mesmo jeito. E por que isso continua? Porque o atendimento médico no SUS não passa exclusivamente por uma questão de se resolver problemas de recursos humanos, mas passa basicamente também por financiamento, por reestruturação do sistema. Só resolver problemas de recursos humanos pode até gerar um efeito político importante, mas para a população não chega lá o que deveria ser em termos de qualidade.

Não são só a população e os médicos que estão insatisfeitos com o programa. Os médicos cubanos, por exemplo, estão assim também. Eles estão trabalhando, estão reclamando de escravidão – aí está uma cópia do contrato que eles fazem em Cuba com a tal Sociedade Mercantil Cubana Comercializadora de Serviços. Eles são trazidos para o Brasil através da Opas e recebem 25% do que deveriam receber. Esses médicos trabalham no Brasil. Esses médicos deveriam estar sendo submetidos às leis brasileiras. Isso é uma quebra de soberania da legislação brasileira. Eles recebem 25%! Isso é uma vergonha que o Brasil vai ter que colocar em sua história; os médicos, não, porque nós sempre falamos contra.

E aí vem mais.

Médicos cubanos entram na Justiça, estão insatisfeitos. Eu não estou falando só dos cubanos. Aqui estão mais manchetes de *O Globo*, da *Gazeta do Povo*, mostrando a insatisfação dos profissionais que estão vindo para cá, porque eles não têm o direito que nós temos de fazer esse debate que nós estamos fazendo aqui com respeito à autonomia, com respeito ao pensamento de cada um e de forma dialética.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – E aí vai. Eu vou passar mais depressa.

"Cubanos movem ações: 'cansa ser escravo.'" Médicos estão aqui e cadê as condições de trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou mostrar para os senhores aqui as condições de trabalho das emergências brasileiras. Isso aí é a realidade no Brasil inteiro. Não adianta a gente ficar discutindo aqui de forma superficial. A realidade em que os médicos trabalham é essa. Isso é emergência e obstetrícia.

Aí alguém vai me dizer: "Mas os médicos não trabalham aí." Não, mas eles trabalham aqui, na atenção básica. E os números no Brasil são os piores dos últimos anos. Se a gente for olhar, por exemplo, a questão de hanseníase, há uma incidência de 30 a 35 novos casos. Onde é que resolve isso? Na atenção básica. Onde é que identifica, onde é que trata? Na atenção básica.

Em 2012, foram registrados 71 mil casos novos de tuberculose; 4,6 mil óbitos de trabalhadores, mulheres, jovens, pessoas produtivas, na sua imensa maioria. Dengue: o Brasil registrou 178 mais casos de dengue em 2015 do que em 2014, com 843 mortes de jovens, de homens trabalhadores, mulheres. Isso é o que a gente tem de ver. É aqui que os intercambistas trabalham, que os médicos do Programa Mais Médicos trabalham, na atenção básica. E os números são esses.

Para completar o absurdo, Senador Moka, estamos com uma epidemia de sífilis hoje no Brasil, e o neonatal, que é um absurdo. Por quê? Porque o pré-natal é de baixa qualidade, não há captação de pré-natal; porque as mulheres identificam sífilis em época muito tardia; porque não há VDRL para fazer o diagnóstico; porque não há Benzetacil; porque não há uma tecnologia que é de um valor irrisório, não há. Isso é na atenção básica.

Recursos humanos só resolvem? Não resolvem. Tem de se pensar o SUS de uma forma bem mais ampla do que isso. Não faltam médicos – estou já terminando, Senadora – no Brasil. Sempre discutimos essa tese de que não falta médico e quem provou isso para mim foi o Ministro, quando mostrou o 13º ciclo do Mais Médicos. Oitenta por cento das vagas foram ocupadas por brasileiros. Isso foi em uma reunião da Tripartite apresentada pelo Ministro, e eu fiz a foto. Então, 80% do Mais Médicos está ocupado hoje por médico com CRM. Não falta médico brasileiro para ocupar vaga do Mais Médicos.

O que houve, sim, nas primeiras fases de inscrição do Mais Médicos foi uma dificuldade, uma dificultação, se é que essa palavra existe, proposital para que os médicos brasileiros não se inscrevessem, para que fossem privilegiados os médicos importados, os intercambistas. Hoje, a realidade não é mais essa. Os médicos brasileiros estão sendo priorizados e está se mostrando que os médicos brasileiros estão, sim, com vontade e dedicados para trabalhar no Sistema Único de Saúde. A verdade é essa.

Nunca houve preconceito com médico estrangeiro. Temos muitos colegas estrangeiros que renovaram seus diplomas e hoje são colegas que participam, inclusive, das entidades médicas. Eles são bem-vindos. O que nós defendemos é o Revalida, que é uma avaliação do Governo. Nenhum país do mundo que se preze aceita médico para trabalhar que não comprove minimamente que tem condições técnicas para atender a sua sociedade. Aqui nós aceitamos. Agora, não é a população que é atendida no Sírio-Libanês, não; é a população que é atendida no interior do meu Estado de Alagoas. Todos aqui devem conhecer a realidade do Nordeste.

O programa não rendeu, não há milagres. O CFM fez uma pesquisa com médicos que estavam no dia da inscrição aqui, 16.323 médicos. Se as condições fossem iguais, onde eles prefeririam trabalhar? No setor público. Isso mostra a vocação do médico de trabalhar no setor público, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lincoln já falou do envolvimento dos médicos na construção histórica, no processo de construção histórica do Sistema Único de Saúde.

Aqui é o substrato para uma carreira médica, Senador Moka, porque esses são vocacionados. E outra coisa: alguém disse que os médicos são perdulários. Olhe qual é o primeiro item que os médicos colocam, entendendo que nós somos obstáculo com mais relevância: condições de trabalho. O médico não coloca salário, remuneração como o primeiro item, para dizer "eu quero trabalhar aqui, dependendo da remuneração". Nós observamos principalmente as questões de condições de trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Então, Senador Moka, finalizando, a proposta dos médicos é esta: uma carreira de Estado, porque a saúde no Brasil precisa ser tratada com seriedade; a saúde no Brasil precisa ter recursos humanos que sejam perenes. Não podemos tratar a saúde no Brasil com programas que são temporários, que têm tempo para vencer e que têm, no seu início, um cunho eleitoral fantástico. O Programa Mais Médicos no Brasil não pode ser considerado como um remédio definitivo para resolver o problema dos recursos humanos no SUS.

O que é uma carreira médica? Carreira de Estado para o médico do SUS é bom para a saúde e é bom para o Brasil. Você ter médicos com vínculo com o Estado e com ingresso por concurso público, com regime de dedicação exclusiva, com prevenção de ascensão funcional, com acesso a Programa de Educação Continuada e com remuneração digna para a função. Essa é a situação em que os médicos brasileiros querem trabalhar, porque os médicos brasileiros não trabalham sem ter condições, até porque eles vão responder para o Conselho Federal de Medicina, e eles não querem fazer isso.

Há poucos anos, quando o Ministro Temporão era Ministro da Saúde, foi gestada, dentro do Ministério da Saúde, uma carreira médica para enfermeiro, médico e dentista, para esses locais que são chamados locais de difícil provimento. Essa carreira foi barrada no Governo em função da questão financeira.

Agora, dinheiro para o Mais Médicos, que é um programa temporário, tem bastante? Essa é uma pergunta que eu faço, e assim eu termino, Senadora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada pela contribuição e presença.

Passo a palavra ao Sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Bom dia, Senadora Lídice, Senador Moka. Bom dia Felipe, Vinícius, Alceu, Lincoln, todos os que estão aqui acompanhando. Para o Conselho Nacional de Saúde, neste momento, em particular neste dia, estar aqui, no Senado Federal, participando e trazendo alguma contribuição para a avaliação do Programa Mais Médicos reúne um conjunto de características especiais: o fato de que o Programa Mais Médicos surge – e eu vou apresentar aqui qual é o olhar do Conselho Nacional de Saúde sobre o Programa Mais Médicos – justamente no sentido de enfrentar um dos mais sérios problemas que o Sistema Único de Saúde teve ao longo dos seus 29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anos que foi a resolutividade, a estruturação e o fortalecimento da porta de entrada do Sistema Único de Saúde, que é a atenção básica.

Eu faço esse recorte porque hoje, 26 de outubro de 2017, neste mesmo momento em que o Senado Federal se reúne aqui, nesta Comissão, reúne-se para discutir o Mais Médicos, está reunida a Comissão Intergestores Tripartites, que reúne secretários estaduais, secretários municipais e o Ministério, que, em tese, iria discutir ou iria rediscutir – como o Ministro da Saúde se comprometeu – a revisão da Política Nacional de Atenção Básica, que, no olhar da academia, do Conselho Nacional de Saúde, daqueles que produzem, daqueles que estudam, a nova Pnab, que inclusive aqui já foi apresentada, traz sérios retrocessos à estruturação do direito constitucional à saúde a partir da atenção básica, dentre eles, retirando a estratégia da família como central no processo de incentivo, retirando o papel dos outros demais profissionais, como é o caso dos agentes comunitários de saúde, como é o caso de não pactuar com os usuários trabalhadores.

Então, discutir o Mais Médicos, trazer o olhar do Conselho neste dia, neste momento, é muito importante, até porque nesta Casa, Senador e Senadora, o Senador Cássio Cunha Lima apresentou um projeto de decreto legislativo solicitando a suspensão dessa portaria, da mesma forma que, na Câmara dos Deputados, o Deputado Mandetta também apresentou, com mais de 20 lideranças partidárias, a retirada, a suspensão dessa portaria sem que enfrentasse esses problemas apontados pelo Conselho Nacional de Saúde, pelos próprios Parlamentares de diversas entidades. Então, estar aqui, trazendo esse olhar neste dia, neste momento, ganha um especial significado para o Conselho Nacional de Saúde.

É importante nós destacarmos de onde estamos falando, de que lugar o Conselho Nacional de Saúde está falando. O Conselho Nacional de Saúde é um órgão vinculado, composto por representantes de entidades, movimentos representativos de usuários e entidades representativas de trabalhadores, governos e prestadores, sendo o seu Presidente eleito entre os membros do Conselho Nacional de Saúde. O Conselho Nacional de Saúde está vinculado ao Ministério da Saúde, da mesma forma que o Tribunal de Contas da União está ligado ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados. No entanto, é um espaço da conquista do povo brasileiro, da democracia participativa, com algumas prerrogativas que esta Casa, que o Legislativo brasileiro, na Constituição e na organização do Sistema Único de Saúde, deu a ele para cumprir algumas tarefas. O seu Presidente – no caso, este que vos fala aqui – é eleito em votação secreta entre os mais de 40 conselheiros nacionais que têm essa representação.

A Mesa Diretora, da mesma forma, é composta por representante da gestão, representante de usuários e representante de prestadores e gestores. Dispomos ainda, no Conselho Nacional de Saúde, de 18 comissões com a responsabilidade de discutir o conjunto das políticas, entre elas a de recursos humanos; a de saúde indígena, que nos dá base para discutir as questões de acesso; a de vigilância e saúde; a de saúde das mulheres... O Conselho Nacional de Saúde é estruturado no sentido de, ao analisar o conjunto das políticas, olhar para o sistema como um todo, e tem cumprido e avaliado, com esse olhar, além de produzido suas opiniões, não a opinião de uma entidade, mas a opinião de um órgão colegiado do Estado brasileiro, que expressa regimentalmente suas manifestações através de três instrumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Nacional de Saúde não tem outro instrumento senão as resoluções, as moções e as recomendações. É a forma pela qual é expressa a opinião do Conselho Nacional de Saúde. As diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde não estão vinculadas a uma opinião deste ou daquele. Ele é um órgão colegiado cujas manifestações são objeto de deliberação num espaço, num fórum democrático. Isso é importante a gente ter claro. Uma das principais tarefas colocadas é justamente ser um guardião da nossa Constituição e do principal contrato civilizatório que o povo brasileiro, que esta Casa ofereceu ao povo brasileiro, que é a Constituição, que elevou a saúde à condição de direito de todos e dever do Estado, esculpiu e escreveu na Constituição quais são esses princípios, organizou a forma como se deve estruturar isso e não colocou em qualquer lugar. Está na Constituição a prerrogativa desse espaço, do Conselho Nacional de Saúde de participar, opinar e intervir de forma democrática no que se decide a respeito da saúde. O art. 198 da Constituição orienta qual o formato deste nosso sistema de saúde, no qual a participação da comunidade é um dos elementos.

E mais, nesse debate em particular, a Constituição também deixou bastante claras as atribuições do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde no que diz respeito a esse debate, que é o debate a respeito da ordenação e da formação de recursos humanos. Referenciado nisso, o Conselho Nacional de Saúde tem tomado suas posições e tem exercido suas atividades e também se referenciado nas Leis 8.080 e 8.142, que organizaram esse sistema de saúde no Brasil e que também apontaram as responsabilidades, o desenho e os princípios gerenciais e organizacionais desse sistema cuja responsabilidade é do Conselho Nacional de Saúde. Ou seja, a estrutura do Sistema Único de Saúde delega a esse órgão, que não tem fugido a sua responsabilidade de analisar as mais diferentes políticas, inclusive a discussão do Mais Médicos.

O Programa Mais Médicos surgiu como política pública em resposta a fragilidades identificadas no processo de reformulação da Política Nacional de Atenção Básica. Por isso, essa preliminar que abro aqui em função da importância dessa data para o Conselho Nacional de Saúde trazer esse debate e posicionar o debate a respeito da avaliação do Mais Médicos com o processo que vive hoje o Sistema Único de Saúde. Aqui foi falado – e há um acordo, tenho certeza, entre todos os oradores aqui – do problema do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, crônico, permanente, e que já em 2011 também era um dos elementos que apontava a fragilidade da atenção básica, mas esse não é só da atenção básica. O subfinanciamento é um drama que sofre a estruturação, a garantia desse direito, desde o seu nascedouro – ou seja, os 11 anos que nós levamos, até 2000, para aprovar a Emenda nº 29; e os outros 11 anos que levamos até conseguirmos a Lei Complementar nº 141.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Junto com o CFM, junto com diversas entidades, colhemos dois milhões de assinaturas para apresentar aqui no Congresso Nacional o enfrentamento do problema do subfinanciamento. E, pelo contrário, esse debate ganha relevância hoje porque o esforço que todos fizeram em torno do financiamento está indo para o caminho contrário. Duas emendas constitucionais vão na direção oposta: a Emenda Constitucional 86 e a Emenda Constitucional 95. Mas, no debate do Programa Mais Médicos, com o olhar do Programa Mais Médicos, além da questão do financiamento, há também a necessidade de enfrentar os problemas concretos da atenção básica. Então, surge o Programa Mais Médicos. Havia alguns problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

identificados, como quantidade insuficiente de médicos, necessidade de ampliação do acesso a serviços de saúde, redução do tempo de espera, necessidade de melhoria da infraestrutura das unidades básicas, e necessidade de qualificação profissional para a atenção básica. Foi criado pela Medida Provisória 621, foi regulamentado pela Lei 12.871, no governo da Presidente Dilma, quando o Ministro Aloízio Mercadante estava à frente da Educação e o Ministro Alexandre Padilha à frente da Saúde. Três eixos centrais nos foram apresentados, nos quais o Conselho Nacional de Saúde se debruçou: contratação emergencial de médicos, levar médicos para regiões onde há escassez; expansão do número de vagas para os cursos de Medicina e residência médica em várias regiões do País; complementação de novo currículo, com foco na valorização da atenção básica por meio da qualificação e informação.

Ações voltadas para a infraestrutura das unidades básicas de saúde. Já foram apresentados os dados pelos oradores e qual era o cenário que se tinha, da escassez, e os programas que vinham sendo desenvolvidos. A distribuição também já foi bastante apresentada aqui, e não vou me deter.

Qual é o olhar, nesse processo, do Conselho Nacional de Saúde? Como eu falei, a forma de o Conselho Nacional de Saúde, como órgão, uma instituição do Estado brasileiro, se manifestar é através das suas possibilidades regimentais – resolução, recomendação ou moção –, que são submetidas ao Plenário. É em torno delas que nós estamos autorizados a apresentar às diversas instituições, sejam do Legislativo ou do Judiciário, o pensamento, o olhar do Conselho Nacional de Saúde.

Em 2003, o pleno do CNS publicou a Recomendação 15, de 7 de agosto de 2013, declarando apoio à política do Mais Médicos, tendo como consenso que o SUS necessita de urgentes mudanças que definitivamente fossem estruturantes para sua consolidação com o sistema público, universal e integral de qualidade. Recomendou que o Ministério envidasse todos os esforços junto ao Governo no Congresso para aprovação do projeto de lei de iniciativa popular, cuja coordenação – inclusive, tive a oportunidade de estar aqui algumas vezes com o Senador Moka – ficou sob a responsabilidade deste Conselheiro e do Conselho Nacional de Saúde, o Saúde+10, que redundou na PEC 01, aprovada por 400 votos a 1 na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, mas lá parou, e há necessidade de se resgatar esse debate. Ainda: que o MS formulasse, implantasse e consolidasse um plano de cargos, salários e carreiras para todas as profissões da saúde como estratégia eficaz de provimento e fixação dos profissionais de saúde em todo o País, ou seja, nós estamos de acordo aqui com as entidades médicas, porque entendemos que é além das carreiras para os médicos, uma vez que o SUS necessita de uma carreira para os profissionais de saúde. Lá, nós já apontávamos como recomendação; que o MS exija que as diretrizes curriculares para a formação dos profissionais de saúde sejam implementadas rigorosamente em todas as escolas de formação, tendo o SUS como referência da prática da formação não só dos profissionais médicos. Esse esforço está acontecendo. Neste ano, resultado desse esforço do Conselho Nacional de Saúde, foram já publicadas pelo Conselho Nacional de Educação diretrizes nacionais para os cursos de Farmácia, para os cursos de Saúde Coletiva, para os cursos de Enfermagem, e vários outros estão indo nessa direção; que fosse desencadeado um processo de formação dos profissionais de saúde que incluísse a construção de estrutura necessária à ampliação de mais vagas na graduação em Medicina e em outras áreas da saúde, com centralidade nas instituições públicas, contemplando uma reforma curricular cujos objetivos estejam vinculados ao cumprimento dos princípios do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda: que o MS ampliasse a participação das entidades dos profissionais nas negociações acerca da revalidação dos diplomas dos profissionais de saúde formados no exterior, dando transparência aos critérios adotados, de forma que permitam o atendimento das necessidades e urgências da população, mas que também garantam a qualidade e a segurança das pessoas; que o Ministério da Saúde garantisse a gestão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ... pública da saúde no Brasil, promovendo o fortalecimento do setor público e, nesse sentido, recomendando que a EBSERH – já que o Conselho Nacional de Saúde tem uma posição contrária à instituição dessa estrutura no Estado brasileiro – não fosse estruturante no Programa Mais Médicos; que o MS definisse a próxima década para resolver de forma definitiva todas as pendências relacionadas a recursos humanos do SUS, envidando esforços no sentido da manutenção dos vetos presidenciais à Lei do Ato Médico; que o MS garantisse o monitoramento da qualidade contínua do trabalho dos profissionais de saúde por meio de estratégias e metodologias diversificadas, como a utilização do Cartão SUS para identificação e registro das ações realizadas pelos serviços, auditorias, estudos por amostragem, entre outras; que o MS garantisse a participação dos Conselhos de Saúde no acompanhamento dos programas ministeriais, particularmente o Programa Mais Médicos.

E, ainda, agora, recentemente, em 2016, também o Conselho Nacional de Saúde se manifestou através da Moção de Apoio nº 10, que reconheceu que o Programa Mais Médicos para o Brasil possibilitou a democratização do acesso ao SUS, a ampliação da atenção básica, a superação gradativa dos vazios assistenciais e da concentração de médicos nas capitais e grandes cidades.

O CNS reconheceu que o Programa Mais Médicos levou profissionais médicos para as periferias das grandes cidades, comunidades rurais e indígenas, Municípios do interior do País, lugares que não conseguiam fixar médicos brasileiros.

O CNS respaldou e apoiou o Programa Mais Médicos por entendê-lo como uma medida importante para a consolidação e fortalecimento do SUS como sistema público, universal, integral e de qualidade, nos moldes constitucionais.

O CNS manifestou apoio e o mais profundo agradecimento aos mais de 11 mil médicos e médicas cubanas, que prestaram atendimento à saúde da população brasileira, nos mais longínquos lugares deste Brasil ainda tão desigual.

E, ainda, o CNS defende a presença de médicos cubanos no Programa Mais Médicos, dada a contribuição desses profissionais na assistência à saúde da população brasileira. Ele reforça a necessidade de estudo sobre o impacto e as mudanças qualitativas que estão ocorrendo com a presença dos médicos do Programa Mais Médicos nos Municípios; vê a necessidade de tornar mais transparente o processo de pontuação nos editais. Ainda há um descompasso entre o número de médicos formados no Brasil e a oferta de vagas em residências médicas.

Reforçar a expansão das vagas públicas para residência, e não só para residência, mas também para os cursos de graduação. Este é um compromisso do conselho, o reforço às vagas públicas, não para atender interesse de mercado da educação. Essa é uma posição do Conselho Nacional de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Governo deve cumprir o plano de expansão de escolas e vagas públicas, democratizando de fato o acesso à fixação dos trabalhadores de saúde.

Para além das questões aqui apontadas, há uma agenda política que o Conselho Nacional de Saúde está colocando em curso e que tem algumas questões centrais que é importante compartilhar neste momento de reflexão. Uma, que é a principal, é a questão do financiamento. Nós podemos ter a mais bela política pública, a mais bela das intenções, mas, se não aportarmos recursos suficientes, vão ser meras intenções. E, com um volume de recursos que hoje o Estado brasileiro – sejam Estados, Municípios e União – disponibiliza para garantir o direito constitucional, Alceu, esqueça a carreira médica, esqueça o fortalecimento da atenção básica, porque, com esse volume de recursos, é impraticável qualquer política pública, até mesmo a própria continuidade do Programa Mais Médicos.

A discussão do modelo de atenção. O modelo de atenção contratado na Constituição tem na equipe, tem no território, tem na saúde os seus elementos centrais diferentemente do que vemos aceleradamente em curso no Brasil hoje, um enfrentamento e com declarações em que se entende que o mercado deve ser responsável por enfrentar o problema do subfinanciamento, passando a conta para o bolso das famílias, através de algumas propostas exóticas, como, por exemplo, os planos populares de saúde, em que a conta do subfinanciamento vai direto para o bolso das famílias.

E temos também a questão dos recursos humanos. Há a necessidade central de não apenas se debruçar sobre a profissão da Medicina, mas o conjunto das profissões que estejam no seu processo de formação, atendendo não às necessidades do mercado e, sim, às necessidades de saúde pública da população brasileira. Essa compõe a agenda política do Conselho Nacional de Saúde, que se materializa em um conjunto de ações.

Agora, mais proximamente, de 28 novembro a 1º de dezembro, vamos realizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ... depois de 30 anos, para concluir, a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. É fundamental neste momento oferecermos, presentearmos o povo brasileiro, no ano em que o Sistema Único de Saúde completa 30 anos, com uma Política Nacional de Proteção, porque, ao longo desses últimos 30 anos, o centro da discussão sempre foi a questão da doença, da assistência, os elementos daquele velho ditado popular que a nossa avó já dizia de que é melhor prevenir do que remediar. Não houve da formulação da política do nosso País uma política que desse conta da proteção, da promoção à saúde. E é isso que queremos oferecer. São ações fundamentais para garantir que o objetivo do Programa Mais Médicos, que o objetivo do Sistema Único de Saúde dê conta de atender às necessidades da população.

Nós colocamos três elementos centrais nesse debate, oferecendo para o povo brasileiro... Já mais de 150 mil brasileiros participaram das etapas estaduais e municipais da Conferência de Vigilância em Saúde, tendo três palavras-chave como centro: a questão da democracia, a questão da proteção e a questão do território, principalmente num momento como o que estamos vivendo hoje, em que assistimos ao derretimento do Estado brasileiro.

Discutir território é discutir, sim, o saneamento que estamos propondo para a Conferência discutir. É discutir o saneamento, é discutir o zika, é discutir o agrotóxico, mas é discutir também o fato de a Nação brasileira estar com a sua estrutura, o seu território, o seu Estado nacional sendo derretido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos oferecendo esta possibilidade para discutir a democracia, o território e a proteção, o que é preciso fazer para se desenvolver na proteção.

E mais: queria convidar cada militante, queria convidar o Senador Moka também, para reforçar, já que foi um grande entusiasta do Saúde+10.

Senador, nós continuamos aqui a nossa batalha, acreditando enfrentar o problema do subfinanciamento. E estamos lançando, agora, já desde o início do segundo semestre, um abaixo-assinado eletrônico. Nós queremos entregar ao STF, ao Supremo Tribunal Federal, um abaixo-assinado com mais de três milhões de assinaturas de amigos e amigas da causa da inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 95. Ela confronta princípios pétreos da nossa Constituição, como aquele que garante que as garantias de direitos fundamentais não podem sofrer retrocesso. Essa é a questão principal.

Nós já estamos... Já está na rua. Convido a aqueles que estão também assistindo a acessar. É só colocar em qualquer busca "O SUS não pode morrer", que vai acessar a petição para a qual estamos colhendo assinaturas.

Mas, para encerrar mesmo, nesse caminho, hoje, 26 de outubro, o Supremo Tribunal Federal está – hoje, a partir das 14h, iniciou ontem – julgando também algo que nós consideramos fundamental na defesa do Sistema Único de Saúde, que é a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 86, que reduziram os recursos que a União deveria aplicar, no ano de 2016, na saúde.

Em 2014 e 2015, a União aplicou 14,2% e 14,7% das receitas correntes líquidas em saúde. Em 2016, a emenda constitucional preconizava 13,2%, o que representa uma redução das garantias de direitos fundamentais.

O Ministro Ricardo Lewandowski já proferiu, já deferiu uma liminar, atendendo a uma demanda do Ministério Público Federal, e vai ser julgada no dia de hoje pelo STF essa cautelar.

Os números de subfinanciamento podem não representar muito, mas representarão R$1,2 bilhão a mais no Orçamento da União, em 2017. E é importante porque os números de 2017 vão servir de referência para os próximos 19 anos.

Então, além dessa luta da Emenda nº 95, há a luta de hoje, 26/10, em que o Conselho Nacional de Saúde está presente, buscando, junto com o esforço teve o Programa Mais Médicos, enfrentar não só um problema, mas o conjunto dos problemas que a saúde do povo brasileiro enfrenta e que o Conselho Nacional de Saúde tem se dedicado a acompanhar, a debater, envolvendo usuários, gestores, trabalhadores e prestadores na resolução desses problemas.

Era isso.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada pela presença de todos os convidados.

Eu vou passar agora a palavra ao Senador Moka para que ele possa fazer suas perguntas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, senhores convidados, eu fiz questão de que as entidades médicas pudessem estar aqui presentes porque senão fica um debate unilateral e eu acho que isso não contribui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Lídice da Mata é Relatora. Todo ano nós fazemos isto: pegamos uma política pública e fazemos uma série de audiências. No final, ela vai apresentar um relatório e vai colocar isso como contribuição. É a forma que o Senado tem de avaliar várias políticas públicas. Neste ano, foi escolhido o Programa Mais Médicos, que sempre foi um programa polêmico desde o seu nascedouro.

Quem me acompanha sabe que eu sou um convergente. Eu era o Presidente da CAS e fiz várias reuniões no meu apartamento com o Ministro – na época, Padilha – e com os outros ministros. Chamava representantes, tanto os que defendiam como os contrários. Fizemos várias. Por mais que a gente tentasse, conseguíamos um meio-termo, na época.

Eu sempre soube... Eu sou de uma geração de médicos que não tinha SUS, nessa época. Ou o sujeito tinha condição de pagar, ou ele tinha o antigo Inamps, ou ele era tratado como indigente, essa é a palavra. O Dr. Alceu deve ser meu contemporâneo. Indigente! Eles eram tratados num porão, normalmente eram colocados lá.

As pessoas não reclamam do atendimento do SUS, elas reclamam do acesso, porque, quando elas conseguem ter o tratamento de um médico, elas normalmente – não estou dizendo que isso é regra geral e nem estou defendendo um atendimento aqui que muitas vezes é precário – reclamam de estar em corredor, em maca esperando vaga. Mas, quando ele é atendido, ele sai de lá normalmente satisfeito. São coisas diferentes.

Agora, quanto a essa questão do Mais Médicos, depende do ponto de vista mesmo. Um grupo que não foi perguntado, ninguém falou dele aqui, é o dos estudantes de Medicina. Ora, você não pode pegar um estudante de Medicina e falar para ele: "Você terminou o seu curso médico e você vai fazer dois anos de atendimento básico." Não se pode fazer isso. Na Medicina, se ele concluiu o sexto ano, ele está apto a exercer a profissão. Agora, eu não conheço nenhum programa de residência em que, antes de fazer a sua especialidade, ele faça dois anos de Clínica Médica. Eles fazem dois anos de Clínica Médica para, depois, fazerem mais dois anos da sua especialização. Eu falo isso de cadeira, porque eu tenho uma filha que fez dois anos de Clínica Médica na Santa Casa de São Paulo e está fazendo dois anos da sua especialização em Nefrologia. Então, eu conheço isso. Na minha época, não. Você, no quinto ano, já era colocado lá. Não havia residência. No sexto ano, você já era o doutorando, você já operava, você já fazia tudo. Dali 60% da turma já saíam diretamente fazendo gesso, fazendo cesariana. Hoje, o cara termina o sexto ano e só vai realmente fazer algum tipo mais... Depois ele tem o R1, o R2, o R3 e o R4. Na verdade, hoje, um curso de Medicina dura dez anos no mínimo para quem quer fazer uma especialização.

Agora, eu acho que há gente que tem vocação para isso, e por isso eu defendo o plano de carreira, porque, no plano de carreira, aí, sim, nós vamos fazer... O médico vai começar lá no Município de difícil acesso, mas ele vai ter uma remuneração e saber que está numa carreira ascendente. Dali a dois anos, ele vai poder ter o espaço para fazer uma especialização; vai poder ir a uma cidade maior, se quiser, ou continuar na mesma cidade; e vai ter uma assistência ali. É verdade isso que nós estamos falando. Eu conheço cidades que saíram dessa situação criando fundações. Eles criam fundações que não são da prefeitura. A fundação contrata profissionais, especialistas, médicos, e a prefeitura repassa o dinheiro para aquela fundação, mas quem contrata e quem lida com isso é a fundação. É uma forma. Mas eu, particularmente, defendo a questão da carreira médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ronald sabe que eu fui um dos... Essa coisa de 10% aqui é antiga. O primeiro projeto disso aqui foi do hoje Governador do Acre, Tião Viana, irmão do Jorge Viana, que não conseguiu. Eu sempre lutei, Ronald. Eu sempre quis os 10% e disse que essa emenda que está aí tiraria dinheiro da saúde, como, de fato, tirou.

Acho que são pontos de vista diferentes, mas nós tínhamos de fazer o possível para unir o Conselho Nacional de Saúde, as pessoas que defendem isso, minha cara Presidente Lídice da Mata, e fazer uma reunião. Acredito muito mais nisso, porque reuniões públicas, abertas dificultam, às vezes, o entendimento. Tenho visto isso. Por exemplo: eu estou agora numa subcomissão tratando de doenças raras. Vocês sabem o que isso significa? Nós temos 13 milhões de brasileiros com doenças raras. Há gente que morre sem saber o diagnóstico, e isso é importante. Então eu fiz questão de trazer... Eu não tenho pergunta, não tenho crítica. Eu defendo sempre que é possível a gente trabalhar.

Agora, em uma coisa nós todos estamos de acordo: nós criamos um sistema universal de saúde e esquecemos que esse sistema universal de saúde ia precisar de muito mais recursos do que ele tem. Não é hoje, é de muito tempo, tanto que o Tião Viana, há oito, dez anos, já defendia esses 10%. Aqui nós tivemos duas ou três oportunidades de votar os 10%. Eu sempre votei a favor, mas, lamentavelmente, nós nunca conseguimos fazer passar os 10% para a saúde. Do que nós precisamos é um financiamento de saúde.

O fato de estar limitado o orçamento não significa que está limitado o orçamento da saúde. Está limitado o valor, mas nós podemos colocar mais recursos na saúde, porque há um equívoco. As pessoas dizem: "Agora vai faltar dinheiro para a saúde e para a educação." Não. É claro que você vai ter de fazer uma opção: para aumentar o dinheiro na saúde, alguém vai ter de ter menos dinheiro, mas será que há alguma coisa mais importante que a saúde? Talvez a educação ou as duas juntas. Mas isso é importante.

A Senadora Lídice da Mata ouviu os dois lados. Servirá para ela ter uma dimensão na hora de fazer o seu relatório, que será votado aqui no plenário. Eu fiz questão de trazer o Dr. Vinícius e o Dr. Felipe, os colegas também que representam a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina, porque eu acho que isso iria enriquecer o nosso debate.

Muito obrigado a todos os senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada. Essa intervenção do nosso Senador Moka foi muito importante, até porque, como ele ressaltou, o que nós vamos fazer é um relatório de avaliação. Toda avaliação pressupõe pontos negativos e pontos positivos, porque não há nenhuma política perfeita.

Nosso relatório também, Senador, não se resumirá a essas oitivas. Nós também temos uma parte de pesquisa, ouvindo o Tribunal de Contas da União, e de pesquisa da própria Consultoria e de outros especialistas que estão enviando contribuições para o nosso debate, para o nosso relatório. E até mesmo a interatividade, porque muitos dos que interagem e que acompanham através dos meios de comunicação da Casa enviam suas contribuições próprias. Então, a ideia é de que a gente possa fazer uma avaliação e, se for o caso, também algumas sugestões.

Sem dúvida nenhuma, existem muitos médicos na Comissão de Assuntos Sociais, que abrange tanto a área de saúde como outras áreas, área trabalhista e outras áreas da atividade da sociedade brasileira. Talvez eu tenha sido escolhida justamente porque não sou médica, para que eu pudesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair um pouco da área da passionalidade num debate que sempre foi tão polêmico entre os profissionais de saúde. Então, eu vou tentar, com uma visão não de profissional médico, mas com essa visão e com a visão que nós temos também como políticos, ao ter contato com a população e ouvir segmentos da população, estudantes de Medicina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois é. O conselheiro também não é médico.

Também podemos dar uma contribuição. Espero que eu consiga fazer. Não tenho dúvida do esforço e da dedicação que teremos para com esse assunto.

Quero agradecer, portanto, a participação de vocês e dizer que a participação dos senhores não se encerra aqui. Se sentirem necessidade de enviar novos dados, podem enviar dados dentro dos próximos 15 dias para que possamos elaborar o nosso relatório antes do fim do ano, antes do encerramento dos trabalhados deste ano deste Plenário. Eu me coloco também à disposição.

Não havendo mais nada a ser tratado nesta audiência pública, eu quero dar por encerrada esta nossa reunião, agradecendo enormemente a participação dos que estão aqui e dos internautas que nos acompanharam através do Portal e-Cidadania, em especial o Senador Moka, que nos permitiu a presença e esse choque de ideias.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Romário e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.033, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2093/2017, acompanhado da instrução realizada pela Secretaria de Controle Externo da Saúde, referente à Auditoria Operacional na Terceirização dos Recursos Públicos na Área de Saúde, com o objetivo de analisar se os entes governamentais desempenham suas funções de forma a garantir que os serviços de saúde terceirizados para entidades privadas atendam aos requisitos do SUS e a minimizar os riscos de desvios de recursos públicos. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício Nº 732/17, da Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina, que encaminha Moção de Apelo nº 141/17, no sentido de que seja aumentado o valor de repasse de recursos dos Serviços de Proteção Social Básica, da Estruturação dos Serviços de Proteção Social Básica, do AcesSuas Trabalho, do Serviço de Proteção Social de Média Complexidade, do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e da Estruturação dos Serviços de Proteção Social Especial e nas atividades de Apoio à gestão; Moção de Apelo 200/17, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo que encaminha Moção de Apelo nº 200/17, no sentido de que seja proibido as empresas privadas e o setor público Municipal, Estadual e Federal a não contratação de trabalhadores com restrição cadastral no Serviço de Proteção ao Crédito- SERASA. Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - AVISO Nº 4, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS." **Autoria:** Ministro de Estado da Saúde. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva à matéria nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância." **Autoria:** Deputado Valdir Colatto. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 – Complementar - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 136 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados: ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central; FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Maximiliano Kolbe Nowshadi Santos, Advogado, Especialista em Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constitucional e Administrativo. Professor de Direito Constitucional e Membro da Comissão de Fiscalização de Concursos Públicos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccionado do Distrito Federal; Lucieni Pereira, Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - AUD-TCU e Diretora da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil – ANTC; Representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES Federação; Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional." **Autoria:** Senador Paulo Paim, Senador Airton Sandoval Santana e Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado texto final do Requerimento. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 137 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Paulo Rocha e Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Waldemir Moka, Maria do Carmo Alves, Regina Sousa e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de 13 itens não terminativos, 7 itens terminativos e à deliberação de requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1033, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 2.093, de 2017, acompanhado da instrução realizada pela Secretaria de Controle Externo da Saúde, referente à auditoria operacional na terceirização dos recursos públicos na área de saúde, com o objetivo de analisar se os entes governamentais desempenham suas funções de forma a garantir que os serviços de saúde terceirizados para entidades privadas atendam aos requisitos do SUS e a minimizar os riscos de desvios de recursos públicos.

Comunicamos o recebimento das seguintes manifestações: Ofício 732, de 2017, da Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina, que encaminha a Moção de Apelo 141, de 2017, solicitando o aumento do valor do repasse de recursos dos serviços de proteção social básica, da estruturação dos serviços de proteção social básica, do Acessuas Trabalho, do serviço de proteção social de média complexidade, do serviço de proteção social especial de alta complexidade e da estruturação dos serviços de proteção social especial e nas atividades de apoio à gestão.

Segundo, a Moção de Apelo 200, de 2017, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, para que seja proibida às empresas privadas e ao setor público municipal, estadual e federal a não contratação de trabalhadores com restrição cadastral no Serviço de Proteção ao Crédito (Serasa).

Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Nós estamos aguardando o Senador Paim e a Senadora Vanessa, que Relatores os primeiros dois itens da pauta. São os itens não terminativos. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momentinho, Senadora, que saiu o painel, mas V. Exª pode ler e, tendo quórum, a gente já vota.

Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos sete, vamos precisar de onze para votar, mas V. Exª pode ler o primeiro item da pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senadora Marta, por ter aguardado a minha chegada para que eu pudesse ler o relatório.

Por meio do Aviso do Senado Federal nº 4, de 2014, o então Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, ...

Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Tem que anunciar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aviso nº 4.

ITEM 1

AVISO Nº 4, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS.

Autoria: Ministro de Estado da Saúde

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora.

Portanto, o Ministro Padilha dirigiu-se ao Presidente do Congresso Nacional para apresentar o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do SUS, de acordo com a legislação brasileira, §5º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento anexado ao Aviso, identificado como 2º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas – Maio a Agosto 2013, relativo, portanto, ao segundo quadrimestre daquele ano, foi recebido pelo Serviço de Protocolo Legislativo em 16 de janeiro de 2014.

O Ministro da Saúde informou, no Aviso, que, em 2013, participou das seguintes atividades e audiências públicas no Congresso Nacional: no Senado Federal, e aqui têm várias audiências públicas listadas, e na Câmara dos Deputados, da mesma forma.

O relatório que integra o Aviso nº 4, de 2014, contém 107 páginas e o seu conteúdo está dividido nas seguintes partes: Introdução; Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira; Desembolso Financeiro; Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC; Indicadores (Resultado Cumulativo); Resultados Qualitativos das Diretrizes do PAS – 2º Quadrimestre/2013.

O Aviso foi autuado, também, como Aviso do Congresso Nacional nº 2, de 2014, cuja apreciação coube à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização.

Em 16 de julho de 2015, a Comissão Mista de Orçamento aprovou o Parecer nº 47, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, cujo voto foi no sentido de a Comissão tomar conhecimento e determinar o seu arquivamento. Além disso, por meio do mesmo parecer, a Comissão Mista de Orçamento apresentou proposta para normatizar a realização de audiências públicas alternadas entre as comissões pertinentes (a Mista de Orçamento, Assuntos Sociais e Fiscalização Financeira – CSSF), a fim de evitar apresentações repetidas sobre o mesmo relatório.

A proposta originou o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8, de 2015, que aguarda pareceres dos Relatores designados em cada Casa, Senador Romero Jucá, no Senado Federal, e Deputado Waldir Maranhão, na Câmara.

Passo à análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito às competências do Sistema Único de Saúde. Dessa maneira, a apreciação por este Colegiado do relatório que compõe o Aviso nº 4 coaduna-se com as disposições regimentais.

A apresentação de relatório de gestão do SUS ao Congresso Nacional cumpre o que determina a Lei Complementar 141, de 2012, editada em atendimento ao que dispõe o §3º do art. 198 da Constituição Federal.

Aí, eu cito aqui trechos da legislação, Srª Presidente.

Por sua vez, o §5º do mencionado art. 36 determina que o relatório seja apresentado até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na tramitação do Aviso nº 2, de 2014, consta o recebimento de mensagem – de autoria do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde e enviada no dia 7 de julho de 2015 – informando que o então Ministro da Saúde Arthur Chioro não poderia comparecer à reunião de audiência pública agendada pela CMO para o dia seguinte, 8 de julho de 2015.

A determinação legal é que o relatório seja apresentado em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

Além disso, há três Comissões temáticas competentes para apreciar os relatórios quadrimestrais do Ministério da Saúde – eu já citei todas elas.

Assim, é relevante estabelecer regras para a realização dessas audiências públicas. O texto do Projeto de Resolução nº 8, de 2015, optou por uma alternância entre as Comissões, atribuindo, Senadora Marta, à CAS a realização da audiência no mês de fevereiro; à CSSF, no mês de maio; e à CMO (Comissão Mista de Orçamento), no mês de setembro. A proposta determina que, independentemente do órgão responsável pela realização da audiência, os membros das demais Comissões poderão dela participar.

Assim, como forma de racionalizar a tramitação dos relatórios quadrimestrais do Ministério da Saúde, é recomendável que a CAS incentive a aprovação do Projeto de Resolução nº 8, de 2015, requerendo urgência na sua tramitação.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso 4 e determine seu arquivamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo a ler o item 2?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momento. Tenho que anunciar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, certo. Só que, como eu cheguei atrasado...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância.

Autoria: Deputado Valdir Colatto

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paim para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, passo, então, a fazer a leitura desse projeto do Deputado Valdir Colatto.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 82, de 2017, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

O Projeto tem por escopo a regulamentação do exercício profissional do condutor de ambulância, estabelecendo as condições para esse exercício.

A matéria, ao ser recebida pelo Senado Federal, foi encaminhada a esta Comissão, onde fomos designado como Relator. Até o presente momento, não recebeu qualquer emenda.

Regimentalmente, é atribuída à CAS a competência para apreciar, deliberar a respeito de matérias que versem sobre Direito do Trabalho. Adequada, portanto, a sua distribuição terminativa à Comissão. O Direito do Trabalho, particularmente a regulamentação do exercício das profissões, é matéria tipicamente afeta à competência do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, XVI, e 48 da Constituição Federal. Particularmente, ressalte-se, trata-se de matéria cuja iniciativa pertence aos Congressistas, inexistindo invasão de competência reservada a outros Poderes da União.

A matéria tem por objeto regulamentar o exercício da atividade de condutor de ambulância. Para tanto determina que o condutor deva ser:

– maior de 21 anos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– possuidor, ao menos, de diploma de ensino médio;

– habilitado para condução de veículos na categoria D (condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista) ou E (condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares);

E demonstrar haver recebido o treinamento especializado e reciclagem em cursos específicos a cada cinco anos, conforme estabelecido no art. 145-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

A matéria se insere na forte corrente legislativa dos projetos de lei de regulamentação das profissões e do exercício profissional, decorrente do anseio social generalizado pelo reconhecimento da legislação das mais diversas profissões e ofícios, para fins de classificação estatística e fins previdenciários, sobretudo.

Nesse sentido, é sempre importante verificar, em projetos dessa natureza, se seu texto não traz elementos contrários ao direito ou ao interesse social, presentes, sobretudo, em disposições que estabeleçam indevida reserva de mercado ou que criem embaraços ao ingresso de interessados em exercer a profissão ou, ainda, que onerem de forma descabida os profissionais que a exercem ou o Erário.

O presente projeto não contém, em nossa opinião, disposições desse tipo, tratando-se, antes, de uma adequada e justa regulamentação de uma profissão muito importante e insuficientemente regulada, sobre a qual, inclusive, já nos debruçamos em projeto de lei que estende a esses valorosos profissionais o direito à aposentadoria especial.

Assim, orientamo-nos pela aprovação do projeto, ressalvando, contudo, que houvemos por bem oferecer duas emendas de redação, a fim de melhor conformá-lo aos cânones da redação legislativa.

A primeira diz respeito ao seu art. 1º, que se limita a parafrasear a ementa da proposição em decorrência de interpretação excessivamente literal do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1995.

Efetivamente, o art. 1º de uma lei deve conter o objeto e o âmbito de aplicação de uma Lei, o que no caso deve ser interpretado como sendo o comando principal dessa lei, sendo desnecessária a reiteração da explicação de seu conteúdo, que já se acha na ementa.

A segunda diz respeito à redação do art. 3º, que estabelece que é obrigatório o acompanhamento do condutor de ambulância nos atendimentos, o que pode gerar interpretação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equívoca, dado que, a rigor, o motorista de ambulância não participa dos atendimentos. Assim, oferecemos emenda que torna mais clara a intenção do projeto. Devido a isso, Presidenta, o meu voto é pela aprovação do PLC nº 82, de 2017, do nobre Deputado Valdir Colatto, com as emendas de redação que seguem abaixo.

Eu altero, então, a redação do art. 1º do PLC nº 82, de 2017, renumerando-se os subsequentes, e a emenda específica no art. 3º, dizendo apenas o seguinte:

> Art. 3º Aplica-se o disposto no art. 2º a todo profissional que exerça, de forma constante, a condução de ambulância, ainda que acumule outra função, no âmbito de equipe de saúde.

Esse é o relatório, Srª Presidente. Fui o mais rápido possível.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nem precisava, porque não poderemos votar, faltando duas presenças.

Mas vou aproveitar o ensejo deste momento do relatório que V. Exª apresentou para dizer o que, por várias vezes, nós, aqui nesta Comissão – acho que ano passado, retrasado – conversamos sobre a regulamentação de profissões. Acaba se tornando muito difícil a sua aprovação pelo Plenário, não chegando nem a ser votada muitas vezes, porque os Presidentes da Casa geralmente são contrários. E entendo o porquê: porque a instalação depois da regulamentação da profissão, sempre incide em ônus para o Erário.

Muitas vezes são profissões – como, por exemplo, essa do condutor da ambulância, por cujo profissional eu tenho o maior respeito – que implicam vários detalhes que vão realmente qualificá-la. E temos, hoje, uma questão seriíssima – e houve a do gerontólogo, semana passada, outra profissão que realmente tem um sentido, mas com a qual vai acontecer o mesmo problema: acho que nós temos, pelo menos, duas ou três profissões, por mês, aqui.

Então, eu queria conversar com os membros da Comissão sobre a possibilidade de talvez fazermos uma visita, não aproveitando o convite ao Ministro do Trabalho, que será para tratar de outro tema – aliás, a CCJ e a CDH também chamaram o Ministro para discutir sobre o trabalho escravo –, e eu acho que não deveríamos misturar as estações, mas poderíamos fazer uma visita ao Ministro do Trabalho, já o informando bem da pauta, que houvesse uma equipe para isso, para que nós pudéssemos aprofundar sobre o que fazer. Por quê? Nós acabamos gastando muita energia nisso, desapontamos seriamente os interessados porque as nossas comissões geralmente não se atêm à avaliação de custo, a nada disso. Nós nos atemos ao mérito – e não há por que ser contra o mérito –, só que depois as pessoas ficam muito indignadas porque nada acontece, e não acontece porque é complicado acontecer, levando-se em conta a questão da crise financeira. E, mesmo sem crise financeira, será que é realmente necessário?

Então, eu quero saber se todos estão de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, a sua proposta é encontrar uma saída. De fato, tanto a Câmara como o Senado... V. Exª tem razão, acho que, durante um mês, três, quatro profissões são debatidas e aprovadas, ou ficam na fila da Câmara e do Senado. E a sua proposta é interessante, porque a tendência sempre é o Ministério e o Governo, independentemente de quem seja – eu me lembro dos anos todos –, não darem aval a essas regulamentações.

A gente faz essa reunião para ver qual é o caminho e como é que a gente pode, então, atender a todos ou dizer que não é possível.

Eu acompanho V. Ex.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Os outros se manifestam da mesma forma.

Então, acho que sim: vamos tentar marcar uma conversa com ele – talvez até no horário da nossa Comissão – para que um maior número de membros possa participar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, só para dizer que, na minha época de Presidente, eu tentei fazer isso, chegamos a suspender a apreciação dos projetos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E aí?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E não conseguimos.

Eu queria reunir aqui o Ministro do Trabalho e os outros Ministros que decidem sobre isso – o da Previdência, por exemplo –, porque isso tem a ver também com o Ministério da Previdência. E todos os projetos que nós aprovamos aqui, todos, literalmente, foram vetados.

Então, eu acho que V. Exª tem razão: vamos a esta tentativa. Eu acho que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª acha melhor fazer uma audiência com mais gente ou...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não. Eu acho que a sua ideia de a gente ir lá...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... uma conversa em uma mesa com os técnicos?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... e fazer uma visita ao Ministério é melhor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Que tenha técnicos, porque não é uma visita de cortesia, é uma visita de trabalho mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque nós marcamos, aí não podia, não vinha, não coincidia... Um podia, outro não podia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou marcar, então. Vou marcar para o ano que vem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, eu acho que é melhor a sua sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O.k..

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De fato, para a sociedade que paga a conta, aparentemente é bom você valorizar algumas profissões, muitas profissões. Só que o sistema, a modernização e a tecnologia estão excluindo profissões.

Eu diria assim: agente de viagem. Hoje você não vai mais a uma agência de viagem, porque com o sistema de tecnologia de que você dispõe, você sozinho vai ao sistema, marca o hotel, marca a passagem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A viagem inteira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

Então, o que eu quero dizer é que nós, quando vamos fazer isso, temos que pensar nas mudanças que o futuro está reservando em relação às profissões. Ademais, cada vez que se regulamenta uma profissão e que ela é aprovada, são criados os conselhos regionais profissionais. Há o conselho regional e o conselho federal. E isso é ônus do Estado, é o Estado que paga – o Estado, no caso, a União.

Então, é preciso também ter em conta para a sociedade esse aspecto que V. Exª, *en passant*, abordou: o custo que tem a criação dessas estruturas que são das categorias correspondentes. E isso é pago pelo Estado brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – São muito importantes as suas ponderações, Senadora: a do custo e a da mudança, porque nós vamos engessar profissões, mesmo essa da ambulância. Quem disse que vai precisar de motorista daqui a cinco anos? Pode precisar de um enfermeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No caso mesmo, veja: eu sou jornalista formada, Senadora. Há uma PEC... O Supremo Tribunal Federal... Eu questiono um pouco se dispensar o diploma universitário para jornalista. Então, qualquer um pode ser jornalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Você tem o sindicato, tudo, porque já vem a categoria anterior da decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas nós tivemos...

Enfim, os jornalistas não têm... Há uma PEC para voltar o diploma de jornalista. Eu, até por coerência – por ter me formado em uma universidade, em um excelente curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Rio Grande do Sul –, sou favorável à exigência do diploma para o exercício profissional. Mas o entendimento do Supremo Tribunal Federal não é esse.

Então, veja, também há uma mudança de conceitos sobre certas profissões.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E também a tecnologia vai vir para mudar. Na verdade, na área da comunicação, hoje, qualquer cidadão é um jornalista, porque, se ele opera uma rede social, faz o seu blogue, ele se transforma em uma pessoa conhecidíssima, não tendo curso de Comunicação, não tendo diploma. É simplesmente uma pessoa que tem sintonia, está ligada aos tempos modernos e sabe se comunicar. Então, são dilemas que a gente precisa enfrentar com realismo.

Com certeza, como disse V. Exª, muitos motoristas de ambulância são hoje grandes candidatos. Por quê? Porque têm prestígio junto à comunidade, não é? O Senador Paim conhece. Eu conheço vários. Elegem-se vereadores ou deputados e começam uma carreira política, porque têm uma habilidade no trato com as pessoas. E na hora em que a pessoa mais precisa, que a pessoa está doente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas eu não tinha pensado nisso. Engraçado. Eu nem sabia dessa possibilidade, e nem me ocorreu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas é, há muitos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tinha pensado que nós teríamos tudo de forma tecnológica, movido por tecnologia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Daqui a pouco não vai haver motoristas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Uber e táxi. A gente gastando horas discutindo uma situação real hoje, mas daqui a dez anos, quem diz que vão ser operados por pessoas?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os carros, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, os carros. Até ambulâncias. Está mudando muito rápido tudo, e a gente fica engessando, engessando, engessando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para concluir, me permita. Eu já de pronto digo que concordo com sua proposta, mas só para não deixar dúvida, porque muita gente está assistindo a nós neste momento, grande parte das profissões regulamentadas não precisam de conselho. O gasto é zero para o Estado. Por exemplo, condutor de ambulância, se fosse o caso. Eu não estou querendo aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quanto a ambulâncias?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não haveria, não é? Eu regulamentei a profissão de comerciários. Essa foi aprovada e foi sancionada. Os comerciários hoje têm a profissão regulamentada em todo o País; não precisou de conselho. Então algumas precisam, outras não precisam. Mas até devido a isso, procede a proposta de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos começar a pensar. Essa de comerciário, o que eles ganharam com a regulamentação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Data base.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Data base.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Regulamentação do piso; horário de trabalho; aquela questão que negociamos, de trabalho no domingo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aí é bem importante a regulamentação no caso do comerciário. Foi vital.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. O comerciário, foi um gol de placa para eles.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas aí pode começar o mesmo argumento para ambulância, para o motorista. É difícil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, claro. Por isso que eu não estou querendo atualmente aqui discordar de ninguém.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lembro até, Senador Paim, que fui Relatora de um projeto, acho que era seu, do historiador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do historiador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, eu fui Relatora, e foi aprovado. Mas eu acho que o Plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no Plenário da Câmara.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está no Plenário até hoje, na Câmara, exatamente. Isso foi uns quatro anos atrás.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, isso. Até hoje não foi aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, talvez um dos critérios seja o que muda para a categoria no sentido de benefício, sem ônus. Agora, há vários critérios que nós vamos poder aprofundar.

Já temos quórum.

Está em discussão o projeto, primeiro item da pauta, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Ah, foi pedida vista.

Então vamos para o segundo.

Agora o de condutor de ambulância pode ser votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos votar simbolicamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, a discussão já foi feita, eu acredito.

Então a discussão já foi feita, e não havendo mais quem queira discutir, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma dúvida, Senador Paim, mesmo para o que já foi votado, no caso, na própria lei está escrito que não haverá conselho regional ou federal da categoria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não haverá porque não cabe, não há nenhuma lógica. Eles têm inclusive o seu sindicato já. Eles têm sindicatos estaduais e a federação nacional. Sindicato, porque conselho cabe em algumas situações. Conselho médico, conselho... Por exemplo, nós regulamentamos a profissão do professor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E se eles quiserem inventar conselho?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pode, não pode, aqui não há como, não há a mínima chance. Não há razão nenhuma. É como sindicato começar a inventar conselho agora, para a própria diretoria. É criar um problema para eles mesmos nesse caso.

Eu regulamentei, quer dizer, fui autor da regulamentação do professor de educação física. Fui Relator. Ali, sim, lá atrás. Ali há conselho, porque é toda uma abrangência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi criado?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nas categorias específicas, não há a mínima condição. É como se eu fosse criar um sindicato para o sindicato de metalúrgicos. Não há jeito. Tem uma diretoria constituída, Presidente, vice, conselho fiscal.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O conselho é a diretoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. É o caso deles, é o mesmo, igual.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, mas agora a gente está avançando em algumas coisas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Mas eu já agradeço a todos porque, simbolicamente, aprovamos, mas vamos aprofundar esse debate antes da votação final.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Os Senadores que discordam...

Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Peço vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O projeto já foi aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não foi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foi.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não foi. Não. Não foi. Eu comecei a falar, e vocês interromperam. Eu fiquei quieta. Aí vocês continuaram a discussão. Não foi não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vista. Voltamos na próxima.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Coletiva.

Então, vamos ao próximo item.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Já está, já foi...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Requerimento?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu sou Relatora da regulamentação das esteticistas. É uma matéria que já foi encaminhada à Secretaria e já foi publicada inclusive. É uma matéria que foi bem articulada. Então, se V. Exª entender e havendo condições, porque tenho receio, pois, na outra semana, há um feriado, se puder entrar na pauta na semana que vem, seria o ideal. Eu faria esse pedido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode entrar no dia 08.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu fui comunicado agora pelo Senador Otto Alencar de que ele vai precisar se ausentar do Senado por duas semanas. Eu sou o 1º Vice-Presidente. E o horário coincide. Então, eu queria já, de antemão, justificar a minha ausência nesta Comissão, porque estarei, ao mesmo tempo, presidindo a CCT.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Será uma perda para a nossa Comissão por duas semanas. Depois, volta com tudo.

Nós vamos ler alguns requerimentos.

Esse aqui já foi lido. É para votar.

O Requerimento nº 136 foi lido, foi acordado na reunião de 18/10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à leitura do texto do requerimento, com a modificação no número de convidados, promovida pelo autor, Paim.

Obrigada, Senador, por ter enxugado o número de convidados.

> Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados:
> 1) Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;
> 2) Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central;
> 3) Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital;
> 4) CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
> 5) Sinafresp – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo;
> 6) ANFFA – Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários...

Senador, posso fazer uma perguntinha? São seis. Há alguém contra? Porque parece que está todo mundo do sindicato. Só vai defender um lado. De que adianta para a gente? Nós temos que construir. Aqui é para construir uma ideia. Se está todo mundo de um lado só, que ideia nós vamos construir?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu só, antes, por uma questão apenas de justiça, volto ao tema anterior. Tanto tinha já aprovado que eu estava agradecendo aos Senadores por terem votado. Eu só peço, então, que a gente olhe as notas taquigráficas, porque o pedido de vista só foi feito depois que já tinha aprovado. Eu estava agradecendo aos Senadores. Foi uma votação simbólica, já que vamos aprofundar o debate, mas a matéria já tinha sido aprovada no tema anterior a essa aqui. Não cabe mais pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Que matéria? Ambulância?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dos motoristas de ambulância. Eu estava agradecendo a votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não estava aprovado nada, e eu acho que não está. Bom, a Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos olhar as notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Estava não. Pode olhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. Não... Eu só estou ponderando que eu vou olhar a nota taquigráfica, que pode ter havido uma confusão aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não houve confusão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu estava agradecendo já a votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeceu antes da hora.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você agradeceu, Paim, mas não chegou a ser votado, você disse que poderia haver uma votação simbólica...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeceu antes da hora.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E você agradecia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quando eu ia começar a votação, pediram a palavra. Talvez até V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, mas vou voltar a isso aqui, porque isso aqui não está correto, porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá. Para mim não há problema nenhum, Presidenta, eu sou o que menos complica. Para mim não há problema nenhum. Esses nomes todos eu apresentei...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas os nomes são ótimos. Só que nós temos que ter gente do outro lado também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ok, Presidente, isso aqui foi lido e aprovado na última reunião. V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Era um monte de nomes, eu pedi para enxugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Exª pediu que eu tirasse dois.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu retirei os dois.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tirou os dois que eram do outro lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, tanto faz, aqui todos têm uma posição semelhante. V. Exª: "Paim, é muito, dá para tirar dois?". Eu disse dá. Peguei e tirei e mandei para cá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas, Senador, convenhamos, para que serve uma audiência pública? Ela serve para construir o nosso parecer. Se o senhor indica seis pessoas que pensam homogeneamente, é muito difícil nós podermos... Aí acredito que alguns têm posição consolidada e ideológica. Muitos não têm. Muitos querem pensar, muitos querem avaliar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu mesma gostaria de entender melhor. Agora, se vêm seis pessoas para falar a mesma coisa aqui, eu não sei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, no momento em que eu apresentei o requerimento, ninguém apresentou um único nome. A única coisa que V. Exª me pediu: "Olha, são muitos nomes, dá para retirar dois?" Eu retirei dois, dos oito que eu havia indicado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Paim...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se alguém quiser indicar, indique, não há problema nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para ficar oito de novo?

O que eu sinto é que fica para a plateia, fica para a televisão, porque para nós que temos que votar seriamente, não fica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, não tem problema, Presidenta. Faça...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Porque nós não vamos nos enriquecer com essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, eu já vi que aqui a gente decide uma coisa, depois volta atrás, mas tudo bem.

Isso foi combinado e votado na última sessão. Ninguém fez uma alteração aos nomes que nós indicamos. Pediram que oito era muito. Pediram que eu tirasse dois. Tirei dois. Se quiserem, eu tiro uns quatro, tiro cinco, tiro três, tirei três. Se quiser que eu tire todos, eu deixo um só. Não há problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Airton Sandoval, acho que estava vendo no gabinete, vai apresentar quatro nomes com posição diferente. Então, eu vou pedir para V. Exª tirar três. Não, ele vai trazer quatro? Então, fica com quatro. Vamos votar oito. Mas eu prefiro oito que tenha posições.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ok, ok. Está acordado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, o senhor escolhe quatro e ele vai trazer quatro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ok. Não tem problema, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pronto. Vamos para o próximo.

Requerimento nº 137. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, mas nós vamos aprovar, e ele ainda não escolheu os que vão ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E faltam os quatro dele também, né?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E faltam os quatro. Fazemos isso depois.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 137, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

- Lido em 18.10.2017.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento nº 137 aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir, Presidente, em relação ao requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante dizer que, hoje, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República abriu um processo de investigação contra o Ministro em relação a essa proposta que praticamente autoriza o trabalho escravo.

Por isso a importância desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho o requerimento extremamente importante. Parabenizo V. Exª pelo requerimento. Acho que todos nós ficamos surpresos e indignados com essa portaria, e a CCJ e a CDH também estão convidando o Ministro e já haverá um pedido para fazermos essa audiência em conjunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Outra coisa, Presidente, é que me chegou aqui a relação por parte dos indicados. Dos quatro que estão sendo indicados, e não por mim, pelo que eu vejo aqui, no mínimo três são favoráveis ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, parece que todo mundo é favorável. Não vou discutir mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém quer vir aqui depor contra o projeto. (*Risos.*)

A favor do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esses indicados são de quem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui informado agora aqui. Do Relator, do próprio Relator.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Do Senador Airton.

Bom, então, não há nada que eu possa fazer. Já tentamos fazer o que estava dentro dos meus limites.

Vamos lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos indicar esses aí. Por mim, não há problema algum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, há quatro, e V. Exª me diz os quatro que quer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quais são os quatro primeiros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos votar os nomes indicados pelo Senador Paim: Anfip, Sinal, Fenafisco e CSPB.

Eu só estou lendo os do Senador Airton Sandoval, porque os de V. Exª eu já li: : Maximiliano Kolbe Nowshadi Santos, advogado, especialista em Direito Constitucional e Administrativo. professor de Direito Constitucional e Membro da Comissão de Fiscalização de Concursos Públicos da OAB; Lucieni Pereira, Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União e Diretora da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC); representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federal de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação); e representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

Os Senadores que concordarem com esses nomes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu deixo, então, para fecharmos o acordo, os quatro primeiros mesmo, e saem os dois últimos, que são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu já li os que ficam. V. Exª já havia me indicado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Temos quórum? (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 137, do Senador Paulo Rocha e do Senador Paulo Paim.

Bom, é uma pena, porque nós temos 13, mas não dá para votar os terminativos. As leituras já foram feitas.

Não havendo mais nada a declarar... Eu estou para encerrar a presente reunião, caso nenhum membro queira prosseguir.

Obrigada pela presença.

Está encerrada.

(*Iniciada às 09 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores.. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Exposição do Presidente do TCU**, atendendo ao requerimento RAS 116/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Debater os relatórios sistêmicos de fiscalização em diversos setores, contendo informações sobre políticas públicas responsabilidade do Governo Federal, encaminhados por meio do Aviso nº 555, de 2017, do Tribunal de Contas da União. **Participantes:** Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União; e Marcelo André Barboza da Rocha Chaves, Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Eduardo Amorim, Dalirio Beber, Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dalirio Beber

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se ao comparecimento, em atendimento ao Requerimento nº 116, de 2017, de autoria da Presidência desta Comissão, do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, S. Exª o Sr. Raimundo Carreiro, para debater os relatórios sistêmicos de fiscalização em diversos setores, contendo informações sobre políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal, encaminhados por meio do Aviso nº 555, de 2017, do Tribunal de Contas da União.

Convido o Sr. Presidente, Ministro Raimundo Carreiro, para fazer parte da mesa. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398, combinados com o art. 92 do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ministro, terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos à fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra, mais uma vez agradecendo a sua presença, ao Sr. Ministro, Presidente do TCU, Ministro Raimundo Carreiro.

Mais uma vez, obrigado, Ministro, pela sua presença, pela sua contribuição no momento tão especial desta Comissão, o senhor que conhece tão bem esta Casa e, com certeza, esta Comissão. Mais uma vez, seja bem-vindo.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Eduardo Amorim, o Senador Dalirio Beber, a Senadora Maria do Carmo, que eu já cumprimentei aqui, cumprimento também todos os meus colegas daqui do Senado, meus colegas servidores, e também cumprimento, Sr. Presidente, o nosso Secretário de Saúde do Tribunal, o Sr. Marcelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre é uma grande satisfação retornar a esta Casa, onde eu servi por 39 anos. Aqui, no Senado, eu comecei a minha vida funcional pela Gráfica do Senado, em 1968. No ano que vem, já vou completar 50 anos de atividade pública, dos quais 39 foram aqui, dentro do Senado. Aqui eu exerci todos os degraus da administração pública, dentro do Senado, de chefe de seção, chefe de serviço, assessor, diretor de secretaria, assessor da Mesa e Secretário-Geral da Mesa. Nesse cargo de Secretário-Geral da Mesa, eu fiquei por 12 anos e servi a sete Presidentes do Senado. Em 2007, eu fui escolhido por todas as Lideranças Partidárias do Senado, de acordo com o decreto legislativo que trata do assunto, para ocupar uma vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga destinada ao Senado.

Eu sou muito grato ao Senado, que, generosamente, aprovou o meu nome, a minha indicação por unanimidade. Eu não tive um voto "não" e nenhuma abstenção. Dos 73 Senadores presentes àquela sessão, todos foram unânimes quando da indicação do meu nome para o Tribunal. Lá eu estou há 10 anos – vou completar 11 anos agora, em março de 2018 – e continuo servindo ao meu País com o mesmo propósito com que eu servi ao Senado, trabalhando em benefício do meu País, defendendo as causas mais nobres do nosso País, que são as causas da nossa população, principalmente daqueles mais carentes. E é com esse propósito que eu estou aqui, hoje, nesta Comissão.

No Tribunal, nós empreendemos nossas fiscalizações sistêmicas e, entre essas fiscalizações que nós fizemos, nós incluímos a área de saúde. Então, nós temos várias fiscalizações na área de saúde que atingem mais profundamente aquelas populações mais carentes, mais necessitadas, como mamografias e tantas outras questões que os senhores vão ter oportunidade de tomar conhecimento aqui.

Eu estou aqui, atendendo ao convite que a Presidente me fez, a Senadora Marta Suplicy, através do Requerimento nº 150, de 2017, e compareço a esta audiência pública com a finalidade de apresentar um panorama dessas auditorias e também apresentar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os nossos colegas auditores: Marcelo Chaves, que é o Secretário de Saúde lá do Tribunal; Lisaura Pereira, que está ali; Messias Trindade, Rodrigo Schafhauser; e o Vinícius Guimarães. Eles farão a exposição sobre o relatório sistêmico de fiscalização da saúde, com informações sobre a implementação e os resultados de políticas públicas no setor de responsabilidade do Governo Federal, encaminhado à Casa em julho de 2017, por meio do Aviso nº 555, desta Presidência.

Coincidentemente, quem preside esta audiência pública é exatamente um médico, o Senador Eduardo Amorim. Então, os senhores estão aqui em boas mãos, serão, realmente, muito bem recebidos e o debate será rico. Digo também que o Tribunal de Contas da União, sensível às demandas prioritárias da sociedade, vem dedicando relevantes esforços na realização de fiscalizações na área de saúde pública, inclusive em parceria com órgãos fiscalizadores, como tribunais de contas estaduais e municipais, diante da natureza descentralizada das políticas de saúde, e também o Ministério Público e a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também adotamos, Senadores, um critério de fiscalização não como um trabalho isolado do Tribunal de Contas da União, mas nós envolvemos todos os órgãos de fiscalização. Chamamos, para essas auditorias os tribunais de contas dos Estados e temos feito um trabalho excelente nessa área de saúde, e em outras também, mas sempre em parceria, não é um trabalho isolado.

Ao longo dos últimos anos, fiscalizamos diversos programas e ações relacionadas à saúde pública, mas não nos restringimos a atuar informalmente em fiscalização que pode ser considerada o dia a dia do controle externo.

Adicionalmente, avançamos em ações para o estímulo e suporte ao controle social, tais como: cartilhas, cursos a distância e acordo de cooperação para treinamento de auditores sociais com entidades do terceiro setor atuantes no controle da qualidade do gasto e da ética no trato da coisa pública, bem como a troca de informações.

Com a colaboração dos Tribunais de Contas estaduais e municipais, entre outros achados, foram realizadas auditorias sobre gestão de atenção básica na área de saúde no Brasil em 23 secretarias estaduais e 317 municipais, e pesquisa eletrônica em 5.577 secretarias municipais e 14 estaduais, além do próprio Ministério da Saúde.

Essas avaliações, apreciadas pelo Plenário do Tribunal em 2015, mediante o Acórdão nº 1.714, cujo Relator foi o Ministro Benjamin Zymler, mostraram que, infelizmente, o número de pessoas internadas em decorrência de problemas de saúde que poderiam ter sido solucionados no nível de assistência básica está muito acima dos índices considerados aceitáveis pelo Ministério da Saúde, e, consequentemente, pela Organização Mundial da Saúde.

Ainda em parceria com 26 Tribunais de Contas, realizamos levantamento nacional para obter e sistematizar informações sobre governança e gestão relativas à área de saúde em organizações estaduais e municipais a fim de promover a divulgação dos temas governança e gestão entre os envolvidos, identificar pontos de vulnerabilidade induzindo a melhorias e contribuir para o planejamento das ações de controle de cada Tribunal de Contas partícipe.

Nós vemos pela televisão os noticiários – e os senhores conhecem a realidade de seus Estados e dos Municípios de seus Estados – e se fala muito na falta de recursos para a saúde. Mas eu tenho uma percepção de que os recursos realmente são poucos, são parcos; agora, eles precisam ser bem gastos. O que precisa é de gestão e governança, e nós também atuamos nessa área com essas ações que eu acabei de relatar aqui.

De 11.228 organizações convidadas a participar, foram obtidas respostas de 78% das secretarias municipais de saúde, das sete superintendências regionais do DF; 73% dos conselhos municipais e 100% das organizações estaduais e distritais – conselhos e secretarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados coletados no aludido levantamento permitiram o cálculo do Índice de Governança e Gestão em Saúde e a constatação de que 54% das instituições se encontram em estágio inicial de governança e gestão.

Pelo menos é uma boa notícia essa de que está em início.

O primeiro resultado obtido da auditoria apreciada por meio dos Acórdãos nºs 1.130, de 2017, e 1.840, também de 2017, ambos do Plenário, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, foi a edição, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Resolução nº 554/2017, que incorporou recomendação feita pelo Tribunal de Contas da União acerca da proibição de acúmulo das funções de gestor da saúde com a de presidente dos conselhos estadual e municipal de saúde, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Vejam bem: os Conselhos, como os senhores sabem, são órgãos de controle social. Mas só que o Presidente do Conselho, por exemplo, é o gestor... (*Risos.*)

Ou seja, ele vai fiscalizar os próprios atos. Então, isso são achados das nossas auditorias. É por isso que nós encaminhamos para as Comissões e pedimos que se tragam esses gestores aqui para dentro das Comissões para discutir esses assuntos.

Felizmente, o Ministério da Saúde foi sensível a essa questão e, como eu disse aqui, já baixou uma portaria exatamente fazendo a segregação de funções.

A propósito, o atual Relatório Sistêmico de Saúde Pública, o FiscSaúde, é o terceiro elaborado pelo TCU – vejam bem: esse já é o terceiro FiscSaúde, como nós chamamos a fiscalização sistêmica de todo o setor de saúde –, um dos principais motivadores desta audiência pública.

Registro que se trata de levantamento que abrange diversos aspectos da saúde pública no Brasil, desde a evolução das transferências de recursos federais, por esfera de governo, até considerações sobre as 27 principais fiscalizações efetivadas pelo TCU no biênio 2015/2016 concernentes ao tema.

O relatório também apresenta um sumário sobre as publicações elaboradas no biênio e a situação da saúde a partir de indicadores de desempenho, de estrutura e de determinantes da saúde.

O FiscSaúde 2015/2016, apreciado pelo Tribunal por meio do Acórdão nº 1.070, de 2017, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, ainda evidencia a crescente descentralização da execução orçamentária federal, na função saúde, aos Municípios, de forma que, em 2016, 47,05% do total foi executado por esses entes federados.

Dados levantados em relatórios sistêmicos anteriores abordaram temas de grande relevância e que ensejam a necessidade de atenção pelos gestores da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No relatório sistêmico de 2013, por exemplo, o FiscSaúde 2013, apreciado mediante o Acórdão nº 623, de 2014, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, foi realizado um levantamento sobre assistência hospitalar em 116 hospitais gerais com mais de 50 leitos em todo o Brasil, com o objetivo de obter diagnóstico amplo identificaram os principais problemas existentes.

Verificou-se, por exemplo, que 47% dos leitos disponíveis, o equivalente a 1.121 leitos, têm como causa a falta de profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e outras pessoas das áreas afins de saúde.

Ainda no FiscSaúde 2013, o TCU identificou dado preocupante quanto ao aumento de incidência de novos casos de Aids no Brasil.

Esse ponto aqui é interessante para esta Comissão.

Eu posso fazer uma breve pausa aqui para fazer o registro de que, nos idos de 1995/1996... O senhor sabe, exatamente quando o problema da Aids afetou diretamente o País. Lembro-me de que, naquela época, foi uma calamidade pública, era uma questão de saúde pública a AIDS. O governo não sabia como lidar com isso. Naquela época, era uma coisa nova, uma doença que havia chegado, vamos dizer, de repente no País e não se tinha uma política para isso. E eu me recordo de que, naquela época, o Presidente do Senado era o Presidente José Sarney, e ele, sensível a essas questões, chamou-me, juntamente com a Consultoria Legislativa, e pediu que fosse elaborado um projeto de lei para ajudar o governo a enfrentar esta questão. Então, nós nos reunimos várias vezes – o Fernando César Mesquita também, que era o Secretário de Comunicação Social – e foi elaborado um projeto de lei para o Presidente Sarney apresentar ao plenário para ser discutido.

Bom, mas aí a questão, Senador, girou em torno da forma desse projeto, porque, como se tratava de uma ação do Executivo, a única ação que o Legislativo poderia fazer era um projeto autorizativo. Ocorre que já havia decisões do Supremo Tribunal Federal dizendo que o projeto autorizativo era inconstitucional. Então, os consultores legislativos, à época, desaconselharam o Presidente Sarney a apresentar o projeto, porque não ficaria bem para o Presidente do Senado apresentar um projeto que, com certeza, seria considerado inconstitucional pela Comissão de Justiça, pois se tratava de um projeto autorizativo.

E isso ficou nessa discussão que não chegava ao fim e finalmente, até que um dia o Fernando César me convidou para uma dessas reuniões com vistas a finalizar essa questão, porque o Presidente estava cobrando essa solução.

Quando cheguei à reunião, a discussão girava em torno exatamente de se tratar de um projeto autorizativo. E eu fiquei, com toda a minha humildade – eu posso dizer isso –, estarrecido com a discussão em torno de uma questão que não tinha nada a ver com o mérito do projeto. Assim, indaguei deles: "Mas, escuta, a questão é só a ementa do projeto que diz 'autorizo o Poder Executivo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar isso'? Então, vamos fazer o seguinte: muda e põe 'dispõe sobre o fornecimento de medicamento para o tratamento...'." Pronto! Aí a questão foi resolvida.

Esse projeto tramitou aqui no Senado com rapidez. Foi para a Câmara. A Câmara também foi rápida. E, finalmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei. Foi então quando nós começamos a ter uma política pública do trato da Aids. O senhor sabe disso, Senador. Estou dizendo aqui apenas para registro, mas eu sei que os senhores sabem disso. Hoje, essa política é reconhecida mundialmente como um dos programas mais eficazes na área de combate a Aids.

E, voltando para a minha fala, foi identificado nas nossas auditorias que a doença está voltando. Quer dizer, na minha visão, está havendo um descaso por parte do Governo, inclusive de divulgação do tema e de conscientização das pessoas. Ela regrediu; deve ter ficado esquecida. E essas auditorias identificaram essas questões.

Como eu disse aqui, comparações com a taxa de incidência de Aids com países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) demostram que, no exercício de 2010, nosso País possuía a maior taxa de incidência entre os países que integram aquele organismo. Tal fato enseja a criação de novas estratégias – aqui foi onde entrou a nossa sugestão – por parte dos gestores da saúde para reforçar medidas preventivas, de tal sorte que a doença não assuma proporções endêmicas, ou seja, exatamente como ela começou.

Então, a nossa percepção e de qualquer cidadão dever ser que ela ficou um pouco esquecida. A parte preventiva ficou esquecida.

Além dos prejuízos humanitários para a sociedade, o avanço da doença certamente terá grande impacto financeiro para o já comprometido orçamento do SUS.

Já finalizando, informo que se encontram em andamento certas medidas. Eu fiz um panorama breve – os nossos auditores vão aprofundar essa questão – das fiscalizações que estão em andamento, todas na área de saúde, e os senhores vão ver como nós estamos cumprindo o nosso papel de ser um auxiliar do Congresso Nacional no controle externo, com os temas que eu vou expor para os senhores que nós estamos empreendendo.

Encontram-se em andamento no Tribunal várias fiscalizações relativas à saúde pública, das quais destaco:

- auditoria em 10 Estados e no Ministério da Saúde para avaliar a regularidade de aquisições de medicamentos com recursos federais. Esse processo está sendo relatado pelo Ministro Augusto Nardes;

– auditoria na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre a regularidade do processo de registro de medicamentos. O Relator é o Ministro Nardes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei, Senadores, agora em fevereiro, de um Seminário Internacional de Investimentos, promovido pelo Governo Federal e Fiesp lá em São Paulo, por esses órgãos de alto nível do País. Compareceram lá 47 países e cerca 347 empresários internacionais, sem falar daqueles do nosso País. Eu participei de um dos painéis que trata do Ato Regulatório aqui no nosso País e por parte do Tribunal.

Naquela oportunidade, eu assisti lá à palestra do Presidente da Siemens aqui no Brasil, quando ele expôs sobre os produtos de que eles querem registrar aqui em nosso País. Ele disse que é uma coisa absurda. Não conseguem. A demora é inexplicável, chegando a sete anos para fazer o registro de um medicamento. Então, essa é uma questão que nos preocupa e que está sendo analisada pelo Tribunal e certamente chegará a esta comissão em breve.

Ainda:

- auditoria baseada em risco na concessão de Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, instrumento assegurador da isenção de contribuições para a seguridade social de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Esse processo também está sendo relatado pelo Ministro Augusto Nardes;

- acompanhamentos sobre: a execução da política de combate ao *Aedes aegypti*. Agora as chuvas recomeçaram, e o senhor vai verificar, pelo País afora, a epidemia que vai acontecer, que é muito mais uma questão local do Município, que não cuida da limpeza, do que de uma área global. O Relator Ministro Bruno Dantas; e

– a implantação da Hemobras, cujo Relator também é o Ministro Nardes; e do Programa Mais Médicos, Relator Ministro Benjamin Zymler.

Temos outro aqui:

- auditoria sobre a atuação da Agência Nacional de Saúde na fiscalização dos reajustes dos planos de saúde. Nós nos batemos todos os dias com essa questão, principalmente aqueles mais carentes e os idosos.

– auditoria no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), cujo Relator também é o Ministro Augusto Nardes;

Por último, está em andamento uma auditoria para avaliar a eficiência na atuação da Anvisa e de outros órgãos nos portos brasileiros.

Mas o que têm portos a ver? Têm muito a ver. O senhor sabe que são portas de entrada no País...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Exatamente. Têm muito a ver; aliás, só têm a ver.

Então, Srs. Senadores, este é o panorama que eu trouxe. Os senhores vão debater aqui com o nosso Secretário e com os nossos auditores.

Eu agradeço aos Senadores e à Presidência da comissão esta valiosa oportunidade de comparecer a esta Comissão com o intuito de contribuir para a melhoria da saúde pública oferecida a nossa sociedade, bem como para prestar contas ao Congresso Nacional acerca das atividades que o TCU vem desenvolvendo sobre esse assunto da mais alta relevância para todos nós.

Assim, ficam com esta Comissão, Sr Presidente e Srs Senadores, os nossos auditores, que farão a exposição e responderão todos os questionamentos que lhe forem dirigidos sobre este tema.

Eu tenho um compromisso agora no Interlegis com o Presidente do Senado, mas trouxemos o nosso secretário e os nossos auditores para debaterem com os senhores essas questões da saúde pública.

Agradeço a todos e desejo um bom trabalho para todos os Srs. Senadores e servidores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Antes de chamar o Secretário de Controle Externo de Saúde do Tribunal de Contas, o Sr. Marcelo André, gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Presidente, Ministro Raimundo Carreiro, pela sua parcela de contribuição.

Como ele já disse, colegas Senadores, ele não poderá ficar, mas deixará aqui os servidores, à assessoria do Tribunal, para que tenhamos a oportunidade fazer os questionamentos, enfim, o debate. Mas a gente vê aí muita disposição e muita vontade por parte da instituição Tribunal de Contas realmente de contribuir, de ajudar, como tem feito ao longo da sua história.

No mais, Ministro, mais uma vez, muito obrigado. Venha sempre a esta que é a sua Casa, que o senhor conhece como ninguém. Eu acho que ninguém aqui o desafiaria a dizer que a conhece mais do que o senhor. O senhor, profissionalmente, pela sua história, nasceu aqui, criou-se aqui e daqui saiu para dar uma contribuição muito maior a esta tão importante instituição do nosso País, que é o Tribunal de Contas.

Mais uma vez, agradeço e lhe concedo um tempo para que o senhor possa fazer suas considerações finais, mesmo sabendo que o Presidente Eunício já o está esperando.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Só para agradecer, Senador, as suas palavras; agradecer aos Senadores aqui presentes esta oportunidade, como eu já disse, de estarmos aqui prestando contas ao Congresso Nacional do nosso trabalho de auditoria e de controle externo e, especialmente de uma área tão sensível para o nosso País como a saúde.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Convido o Secretário de Controle Externo de Saúde, Sr. Marcelo André, para que possa fazer parte desta mesa e para que possamos lhe fazer alguns questionamentos.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Eduardo Amorim, eu gostaria de solicitar, com a aquiescência de V. Exª e consultados nossos colegas, se poderia ser incluído extrapauta o relatório da indicação para a Anvisa da Srª Alexandra Bastos Soares, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Se V. Exª assim entender, eu submeto a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Nenhuma objeção de nossa parte, Senadora Ana Amélia, desde que os colegas Senadores concordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sei, já entendi.

Eu sei, Senador. A Secretaria me informa que se trata de uma reunião especial para tratar da questão do relatório de avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Mas logo em seguida...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... mas eu queria aproveitar o intervalo para fazer esta solicitação. Sei que este tema só virá depois, na sessão deliberativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Então, passo a palavra ao Sr. Marcelo André Barbosa Chaves, para que possa fazer a sua exposição.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Obrigado, Senador Eduardo Amorim. Agradeço a oportunidade de apresentar aqui os trabalhos.

Gostaria de cumprimentar os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, o público que nos assiste, o pessoal que está vendo pela Internet.

A gente tentou condensar em 30 *eslaides* o resultado desses três trabalhos, que, como o Presidente mencionou, a gente vem fazendo desde 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo desses relatórios foi o de tentar apresentar uma visão consolidada da função saúde com base nos principais trabalhos que o Tribunal vem fazendo e também com base em indicadores, alguns dos quais calculamos, outros nós buscamos no Ministério da Saúde e em organizações, como a OCDE, e o objetivo disso tudo foi tentar simplificar o entendimento de fragilidades identificadas na execução das políticas que fiscalizamos. Com isso, a gente espera poder subsidiar o trabalho do Legislativo, que é o nosso principal cliente, e também do sistema de controle, tanto externo quanto interno, fazendo com que a política de saúde fique mais eficiente.

A área da saúde, segundo o Orçamento de 2016, é a área que tem o terceiro maior orçamento, e esse orçamento tem uma característica interessante. A forma de execução dele, como o Presidente destacou em seu discurso... Na sua evolução, como a gente está vendo ali, a partir de 2003, a maior parte desses recursos tem sido descentralizada para Estados e Municípios, e não poderia ser diferente. A execução da política de saúde é grande parte feita lá, na ponta. Então, esse é um comportamento que exige do TCU, como órgão fiscalizador, a adoção de algumas estratégias para que a gente possa efetivamente fiscalizar o que está acontecendo lá.

Daí, fazendo um gancho, há a necessidade de a gente fazer acordos de cooperação com outros Tribunais de Contas para a realização de trabalhos em parceria, para que a gente possa ter a capilaridade necessária para fiscalizar esses programas.

Como se vê ali, 47%; a execução de aplicação direta pelo Ministério, 33%...

Os Relatórios Sistêmicos de Saúde têm mais ou menos essa estrutura. A gente apresenta os dados da execução orçamentária e financeira; um capítulo em que a gente apresenta indicadores para avaliar o sistema público e privado; e uma seção em que a gente apresenta o resultado dos trabalhos feitos pelo TCU.

No caso de 2013, a gente conseguiu fazer uma fiscalização específica para esse relatório. A gente visitou 116 hospitais gerais e prontos-socorros em todos os Estados e Distrito Federal, o que corresponde a 18% das unidades com mais de 50 leitos; isso equivaleria a, aproximadamente, 27 mil leitos, 8,6%.

Esse levantamento que foi feito permitiu a gente identificar uma série de problemas que todos nós vemos no dia a dia pela televisão, mas a gente quantificou isso. Por exemplo, não está mencionado aí, mas um dos principais motivos para que um leito não esteja disponível para a população é justamente a falta de profissionais – médicos, profissionais de saúde em geral, enfermeiros, técnicos.

Os detalhes estão todos no relatório; agora o tempo não permite detalhá-los.

A gente decidiu que, anualmente, sempre que se for fazer o relatório sistêmico, sempre a gente vai abordar esses temas, que são temas que já foram fiscalizados pelo TCU e que a gente vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acompanhando, porque a gente entende que esses são temas estruturantes e temas importantes para o desempenho da função saúde, que é a questão da atenção básica, a questão do projeto do Cartão SUS, a questão do ressarcimento que os planos de saúde têm que fazer ao SUS. Nesse caso, quando um paciente tem a cobertura de um plano e é atendido no hospital público para aquela cobertura que ele já teria no seu plano, existe uma lei que prevê que, nesses casos, o plano de saúde tem que ressarcir o SUS. Então, esse é um grande trabalho que a gente vem fazendo há bastante tempo. A área de medicamentos é uma área sempre relevante. A questão da Hemobrás é um trabalho que a gente vem fazendo desde que ela foi criada – existem diversos trabalhos, tanto pontuais quanto de longo prazo. E também há trabalhos na atenção oncológica e de mamografias.

Nesse ano, nesse mesmo relatório, nós elencamos 19 outras fiscalizações feitas pelo TCU, nas quais a gente destaca, novamente, um trabalho feito na área de medicamentos; outro sobre a segunda porta do SUS, que é, para que todos entendam, aquele caso em que um hospital público, um hospital universitário faz um atendimento privado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – E também a questão de terceirização das ações e dos serviços públicos de saúde por meio organizações sociais.

Em 2014, a mesma estrutura. Os temas de grande relevância se mantiveram, mas 23 fiscalizações foram feitas em 2014.

A gente destacou aqui a auditoria feita no Programa Mais Médicos e a auditoria feita com 30 Tribunais de Contas brasileiros sobre a atenção básica. Eu pedi para o pessoal da secretaria distribuir, num *kit*, um sumário executivo desse trabalho, que está disponível na internet para as pessoas que estão nos assistindo poderem fazer o *download*.

Fizemos um trabalho sobre a avaliação da governança interfederativa, intergovernamental do SUS – como é a relação União, Estado e Município na questão da governança do SUS –, com achados importantes, como, por exemplo, uma grande quantidade de normas, de gestão do SUS. Felizmente, o Ministério, atualmente, está com um projeto já finalizado de enxugamento dessas normas. São números estonteantes – somente no gabinete do Ministro existiam 17 mil portarias. Como se consegue gerenciar bem um serviço de saúde, falando de maneira geral, que é tão complexo, por natureza, ainda tendo que ter o conhecimento de 17 mil portarias? Então, isso foi levantado lá, nesse trabalho.

Fizemos também auditorias sobre Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, que são parcerias entre o Ministério e empresas privadas para transferência de tecnologia, cujo objetivo é o barateamento na aquisição de medicamentos e de materiais especias – próteses, órteses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, no relatório de 2014, a gente faz um resumo do que foi a Operação Sanguessuga, que foi um grande escândalo que houve, anos atrás, na aquisição de ambulâncias. O Tribunal, junto com a CGU, junto com a Polícia Federal, se organizou para dar um tratamento célere às investigações relacionadas a esse caso. De forma que, no âmbito do Tribunal, foram julgados mais ou menos mil processos dessa natureza. O Tribunal aplicou cerca de R$5 milhões em multa aos responsáveis e levantou danos da ordem de, se não me engano, R$35 milhões.

Rapidamente, o nosso tempo...

Eu já estou na prorrogação?

Esse é só para dizer como foi o sistema que nós utilizamos para criar os indicadores que a gente tem utilizado. Basicamente são indicadores que avaliam a estrutura do sistema de saúde, como a questão do financiamento, da força de trabalho, da infraestrutura em equipamentos e indicadores que analisam o desempenho do serviço de saúde, como o acesso a medicamentos, o acesso às ações e aos serviços de saúde. A gente vai apresentar alguns desses indicadores, a seguir.

Esses indicadores permitiram que a gente pudesse fazer uma comparação internacional para a gente se situar. Essa comparação internacional se deu no âmbito dos países que compõem e OCDE. Nós procuramos usar, mais ou menos, a sistemática que eles adotam, com alguma adaptação. A gente destacou alguns casos aqui como, por exemplo, o número de médicos por habitantes na OCDE. O Brasil está lá em cima com 1,84, mas quando você – aqui no meu não aparece o detalhe – analisa o número de médicos por habitantes nas capitais e no interior vê que se a gente fosse analisar só na capital o Brasil iria estar ali juntinho com países como a Dinamarca, por exemplo. Então, há uma má distribuição dos médicos no País.

Aí fazendo um *link* com um outro trabalho que nós fizemos, do programa Mais Médicos, cujo objetivo foi justamente tentar levar os médicos para os rincões do Brasil, a gente está acompanhando que, de certa forma, os números têm mostrado que houve uma evolução. O gráfico ao lado demonstra justamente a questão da quantidade de médicos disponíveis para a população. A gente percebe que o Brasil está, mais ou menos, numa mesma taxa de crescimento, mas numa quantidade bem inferior a esses países ricos que foram analisados.

Número de consultas médicas por habitante. Para a gente não entrar em muitos detalhes, só queria ressaltar aquele número de planos de saúde privados e da população dependente do SUS. Você vê que quem tem um plano de saúde privado tem um acesso – se a gente considerar como um indicador a consulta médica - bem maior do que a população dependente do SUS. A média ficou em 3.99. Mas se você fosse considerar os planos de saúde privados, a gente estaria um pouquinho melhor nesse *ranking*. A mesma coisa com o número de internações hospitalares, a mesma tendência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o número que o Presidente Carreiro destacou no seu discurso e que chamou a atenção. O Brasil, fazendo as comparações, se destacou negativamente como o que tinha a maior taxa de incidência de Aids. O Tribunal nunca fez uma auditoria a respeito do programa do fornecimento de medicamentos para quem tem a doença. A gente ouve os especialistas afirmarem que é um programa muito eficiente, mas esse número chama a atenção porque é importante que as ações preventivas, as ações educativas sejam destacadas, sejam implementadas. Olhando do lado do orçamento da saúde, que é um orçamento, muito enxuto, sem querer entrar na discussão de haver ou não recursos, o fato é que se a gente tiver menos doentes, vai-se gastar menos, além, é claro, da questão humanitária. É importante que haja uma atenção para isso.

A gente percebe, no gráfico ao lado, que o Brasil não foi sempre o campeão de taxa de incidência. Chama atenção ali a evolução da taxa de incidência, por exemplo, dos Estados Unidos, onde houve um declínio muito grande. Esse é um assunto muito importante.

Esses são números de um outro trabalho que nós fizemos sobre a mamografia, em que a gente analisou a produtividade dos números de exames feitos por mamógrafos no Brasil inteiro. Esse trabalho já foi julgado. Após esse trabalho o Tribunal fez dois monitoramentos para saber como estava a evolução do programa de mamografia. Houve uma sensível melhora nas mamografias registradas. Auditando os sistemas do Ministério da Saúde, a gente percebe isso.

O último monitoramento que foi feito neste ano demonstrou que houve uma ligeira queda no número de mamografias. É interessante perceber que esse trabalho demonstrou que o Brasil tinha, época do trabalho, um número acima da média recomendada pela OMS de aparelhos disponíveis para a população. No entanto, o número de exames feitos era baixo. E a gente foi tentar ir atrás das causas disso, Senador, e as causas são aquelas a que todos nós estamos acostumados a ver nos jornais, na televisão: falta de instalação. Você tem o equipamento, compra o equipamento, mas não há instalação física para o equipamento. Você tem o equipamento instalado, mas não tem o técnico para operar ou não tem o médico para dar o laudo. Então, após o trabalho, o Ministério, com muito êxito, criou um programa de qualidade da mamografia e conseguiu melhorar bastante a produtividade, adotando, inclusive, uma estratégia de telemedicina, de análise dos resultados dos exames por médicos via internet. Então, esse é um caso bem interessante e que foi analisado lá por nós.

Um outro que chamou bastante atenção também e foi um trabalho que nós fizemos sobre a política nacional de atenção oncológica. Vários problemas foram identificados, como insuficiência de estruturas, carência de médicos patologistas. Destaco a questão do atendimento intempestivo, das necessidades de cirurgia e quimioterapia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Enfim, com fundamento nesse trabalho houve a proposta, foi sancionada uma lei chamada de Lei dos Sessenta Dias, que criou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo, um limite entre o diagnóstico da doença e o início do tratamento, que não passassem mais de 60 dias. Esse trabalho a gente está monitorando.

Um trabalho também que eu gostaria de destacar, que foi feito em 2013 e que a gente vem monitorando até hoje, é sobre a política de regulação de preços de medicamentos na CMED. Eu já tive oportunidade de comparecer ao Senado em outra oportunidade para apresentar detalhes desse trabalho, e aqui eu gostaria de destacar apenas alguns números que chamaram muito a atenção.

Dos 50 princípios ativos mais comercializados no País naquele exercício, 43 deles estavam acima da média internacional. A gente comparou com cerca de outros oito países ricos. A gente conseguiu retirar, inclusive, a carga tributária nos países de origem para comparar com o Brasil. A questão cambial àquela época era mais favorável do que a atual, mas os números, mesmo assim, não deixaram de impressionar.

Desses 43 acima da média, 15 eram até 50% maiores que a média, 18 estavam entre 50% e 100% acima, oito mais que o dobro, um mais que o triplo e outro mais que o quádruplo; e somente em três era o menor preço. Há várias explicações para isso, a gente não tem tempo para detalhar. A gente resolveu apresentar esse eslaide só para mostrar a importância dessa política de regulação de preços de medicamentos para o SUS, para a gente conseguir fazer com que mais pessoas tenham acesso a medicamentos, fazendo com que os custos baixem, não é?

E aqui, alguns exemplos de alguns medicamentos em que a gente fez essa comparação: eu destaco ali o Trastuzumabe, que é um medicamento para câncer de mama. Foi um medicamento que, a época do trabalho, não estava incorporado ao SUS. Atualmente ele foi incorporado, e esse preço caiu abaixo da média.

Já no último relatório que nós fizemos, de 2015-2016, além da questão orçamentária, a gente fez uma correlação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ODSs, e o setor da saúde, e também destacamos algumas publicações, como por exemplo, Senador – eu deixo com o senhor aqui dois exemplares das *Orientações para conselheiros de saúde*. Infelizmente, eu só tinha dois disponíveis. A gente já editou mais ou menos 15 mil exemplares, e todos distribuídos. Há um grande interesse, ele está disponível para *download* no *site* do tribunal também, e o *Sumário Executivo*, que é o resumo dessa auditoria que foi feita com os 30 Tribunais de Contas, dos principais achados de auditoria.

Em relação às fiscalizações, gostaria de destacar um trabalho julgado este ano sobre a judicialização na saúde – é um importante tema, de certa maneira polêmico; um trabalho que foi feito sobre órteses, próteses; um grande trabalho feito no Sistema Nacional de Auditoria do SUS, que tem uma função fundamental na eficiência e na efetividade da função saúde. A gente percebeu que, ao longo dos anos, não está havendo uma renovação do quadro dos auditores do SUS, e isso, de certa forma, nos preocupa, porque são esses profissionais que estão lá, na linha de frente, verificando se a prótese foi realmente implantada no paciente, e coisas dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro trabalho interessante que foi feito no TCU foi a questão do controle pós-registro de medicamentos na Anvisa. E o objetivo foi avaliar... Esse trabalho foi feito, inclusive, por meio de uma solicitação aqui do Congresso Nacional. E agente constatou, por exemplo, que a Anvisa ainda não adotou uma prática eficaz de conseguir fazer a análise pós-registro de todos os medicamentos que são registrados no País.

O que é essa análise pós-registro? É verificar se as condições que o fabricante apresentou à época do registro se mantêm após o registro. Inclusive, Senador, em relação à composição química do fármaco.

Há aquela celeuma, em alguns casos, sobre os genéricos: se eles não funcionariam tão bem quanto os de referência. E a gente não identificou nada dessa natureza. No entanto, Senador, a gente não pode garantir que isso não ocorra ao mesmo tempo, porque nós analisamos uma amostra e vimos que não há um procedimento distinto para esse controle pós-registro de genéricos para medicamentos de referência. Mas é um assunto de extrema relevância que a gente vai continuar o monitorando.

Destaco também um trabalho que foi feito sobre resíduos sólidos que tem uma grande correlação com a questão do acompanhamento do *Aedes aegypti*. E por quê? Porque, quanto à questão dos resíduos sólidos, há um estudo da OMS que correlaciona uma redução da quantidade de aterros sanitários, de lixões, com uma diminuição do número de doenças transmissíveis por vetores como o mosquito *Aedes*.

Mais à frente eu destaco um pouco o que a gente encontrou.

Esse trabalho foi feito na Funasa, que é responsável por essa política nos Municípios de até 50 mil habitantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – O.k.

E também fizemos a análise do perfil de governança e gestão em todas as secretarias estaduais e municipais do País.

Vou acelerar em função do nosso tempo...

Esse eu queria destacar, Senador: a Funasa tinha disponível, entre 2012 e 2016, uma dotação inicial, para esse programa, de R$862 milhões. Foi autorizado um valor até superior; foi empenhado um valor muito inferior, mas nada foi liquidado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: nada foi liquidado por uma série de motivos. Muitas vezes, ter o dinheiro não é o suficiente para você ter efetividade na política.

O último trabalho que eu vou mostrar para os senhores foi um trabalho feito com outros 26 tribunais de contas estaduais e municipais.

Foi uma avaliação de controles de gestão e de governança em que foram convidados 11.228 organizações, das quais a gente obteve 100% de resposta dos conselhos estaduais; 100% das comissões intergestoras bipartites; 73% dos conselhos municipais; 78% dos das secretarias municipais de saúde e 100% das secretarias estaduais.

Dois acórdãos distintos, um para área de governança e outro para a área de digestão.

Vou destacar alguns números.

A gente classificou os estágios de implementação em Inicial, intermediário e aprimorado. Por exemplo, nesse caso, a capacidade de governança das comissões intergestoras bipartites, 70% ainda está na fase intermediária; na fase inicial, 30%.

Deixe-me procurar um número interessante aqui também, Senador, para concluir...

Conselhos estaduais... Não; vou passar.

Esse número reforça um pouco o que o Presidente Carreiro mencionou.

A gente encontrou cerca de 1,3 mil Municípios em que o Presidente do Conselho Municipal era ou o secretário de saúde ou um representante do governo. Isso gera várias distorções e a gente encontrou um caso prático para isso. Felizmente, houve uma resolução recente do Conselho Nacional de Saúde criando uma diretriz para que isso não ocorra.

Aqui é a parte da gestão. Chamo a atenção para a questão da atenção básica que, na política de saúde, tem uma função fundamental. Nas secretarias municipais analisadas cerca de 80% ainda estão na fase inicial ou intermediária.

Só concluindo, Senador. Trabalhos em andamento: aquisições de medicamentos; o registro na Anvisa; a concessão do Cebas; a política de combate ao Aedes; a atuação da ANS na fiscalização dos reajustes; uma auditoria no programa que é decorrente do Cebas, de desenvolvimento institucional do SUS, que é uma renúncia de receitas; e a atuação da Anvisa em outros órgãos, nos portos.

Vou passar essa parte, também, para a gente concluir. Isso aí a gente inseriu para refletir sobre a necessidade de se conhecer, priorizar, avaliar e propor medidas com base em critérios efetivos. Aqui é um pouco da propaganda dos nossos relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, para finalizar – agora de verdade –, pediria a sua licença para apresentar um vídeo em que há uma analogia interessante. Esse vídeo eu recebi por WhatsApp e achei interessante, porque ele demonstra a importância de você ter confiança nos procedimentos que o órgão cria ao fiscalizar, ao propor novas leis.

Deixe-me ver aqui.

Esses são engenheiros que projetaram um sistema de freios de um tanque alemão. Eles estão fazendo um teste para demonstrar a eficiência do controle desse tanque que está vindo ali atrás.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Parou, não é! Eles ficaram preocupados.

Então, Senador, é só para dizer que a gente trabalha no TCU tentando adotar essa postura.

Agradeço a oportunidade de apresentar esses trabalhos e estou à disposição das Srªs e dos Srs Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Marcelo, a gente agradece, em nome da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta Suplicy, que, infelizmente, não pode estar presente, senão, com certeza, estaria aqui presidindo e interagindo tanto consigo quando com o Ministro Raimundo Carreiro.

Temos a presença da nossa Ana Amélia Lemos, que está sempre muito interessada nessas questões. Acho que, quando se fala em saúde, todos nós, brasileiros, temos enormes preocupações a respeito, porque essa é uma das áreas que mais impactam a vida dos brasileiros. Afinal de contas, no ano passado, foram dispendidos R$246 bilhões para sustentar o Sistema Único de Saúde; e, destes, R$106 bilhões foram investidos, ou seja, dispendidos pelo Governo Federal. Os Estados brasileiros dispenderam R$63 bilhões e os Municípios brasileiros, R$76 bilhões. Ou seja, os Municípios estão a cada dia assumindo mais essa responsabilidade e não por vontade própria, mas por uma necessidade imperiosa, uma vez que lá é que acontece a doença.

Em 1987/88, o Congresso Nacional Constituinte debateu muito a questão da partilha, a repartição da arrecadação entre os três entes federados. À época, imaginava-se que os Municípios poderiam atender as suas necessidades com 20% do bolo tributário; os Estados, em torno de 30%; e a União, com os 50% restantes. Lamentavelmente, nesses 29 anos que se seguiram à nossa Constituinte, houve uma omissão gradativa por parte da União no que diz respeito ao financiamento do Sistema Único de Saúde. Nós tivemos épocas em que a União respondia por quase 60% de tudo que era investido para sustentar o Sistema Único de Saúde. No ano passado, nós fechamos o ano com aqueles R$106 bilhões de que falei há pouco e que representam apenas 43%. Ou seja, alguém, um outro ente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

federado assumiu essa diferença em função desse afastamento, desse descolamento da União. E não foram os Estados. Com certeza, foram os Municípios brasileiros.

Portanto, toda e qualquer ação por parte do Tribunal de Contas da União no sentido de fazer as auditorias, levantar essas situações vai permitir que os recursos... Conforme foi dito aqui também pelo Presidente Raimundo Carreiro, dinheiro existe, e o que deve existir agora é a preocupação com a otimização do uso dos recursos destinados à saúde para que eles, de fato, atinjam os objetivos de dar uma assistência de qualidade e eficiência a todos os brasileiros.

Vendo agora a apresentação que vai fazer parte dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais e que estará disponibilizada para todos os nossos Senadores e Senadoras, acho que ela, com certeza, vai contribuir para que mostremos a nossa responsabilidade e o nosso comprometimento com relação a essa questão.

Há uns dois anos, a Senadora Ana Amélia apresentou uma emenda à Constituição exatamente com essa preocupação de fazer com que nenhuma outra obrigação fosse transferida ou criada para ser gerida, gestada pelos Municípios, sem que a União desse a fonte de recursos, porque, hoje, nós temos Municípios grandes que estão com mais de 35% da Receita Corrente Líquida sendo dispendida em atividades para manter a saúde pública nas suas respectivas áreas. Mas, em média, com certeza, nós estamos muito próximos dos 25%, quando, na verdade, a obrigação constitucional é de apenas 15%.

Os desafios são grandes, e o Tribunal de Contas da União, com certeza, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, presta um grande serviço à medida que faz as auditorias, aponta as dificuldades e sugere aos próprios Parlamentares que encaminhem projetos de lei, quando necessários, para permitir que essas questões possam ser resolvidas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Presidente Dalírio Beber, caro Secretário Marcelo Chaves, senhor fala, Senador Dalírio, como ex-prefeito que sente as dores, parece um ex-prefeito sentindo as dores de um prefeito. A lei, de fato, fala em 15% da Receita Corrente Líquida do Município em saúde. Os Estados, em geral, não aplicam, ou usam rubricas que tomam como saúde, mas não são saúde – saneamento, por exemplo –, como se fossem investimentos em saúde, para cumprir a lei, que é 12% do gasto da Receita Corrente Líquida dos Estados. Então, isso sobrecarrega.

Eu tenho Municípios lá no Rio Grande do Sul, Panambi, por exemplo, em que o prefeito aplicava – até faleceu o nosso prefeito, que tinha uma grande atenção com saúde – mais de 30% da Receita Corrente Líquida em saúde, porque, como o Estado não faz e a União está num momento de escassez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica também comprometido. Eu concordo com V. Exª, porque sou, como V. Exª, uma Senadora municipalista. Nós temos essa...

Mas, Secretário, existem algumas coisas... Primeiro, por que a CMED – e V. Exª se referiu à questão do escândalo de órteses e próteses – não precifica órteses e próteses? Essa é uma verdadeira floresta de irregularidades. Agora mesmo, uma operação da Polícia Federal chamada Marcapasso pegou uma falcatrua na mesma área em que, há dois anos, começou no Rio Grande do Sul e que lesava muito – 20% das despesas de planos de saúde, de operadoras, e do próprio SUS dizem respeito a fraudes praticadas nesses sistemas. Então, primeiro: por que a CMED não precifica órteses e próteses?

Segundo: veja só, eu tenho aqui um dado, Secretário, que não sei se foi visto pelo TCU, de que no mercado, no atacado, o preço de um medicamento para enjoo é R$0,55 e, na tabela oficial – aqui fala Anvisa, mas é CMED –, é R$60,28. Sabe qual é a diferença? É de 10.960,7% a mais do valor real. Queria saber se isso foi visto nesse relatório e como se controla esse tipo de distorção, que lesa não só os cofres do cidadão que vai comprar, mas especialmente do próprio setor público de saúde, que tem de fazer as compras para fornecer aos hospitais públicos.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Senadora, obrigado pelas questões.

Em relação à precificação das órteses, nesse trabalho que eu mencionei há pouco, a gente identificou essa falha. A CMED realmente não regula os preços de órteses, próteses e materiais implantáveis. Eles argumentam que, como eles ainda não têm nenhuma padronização, nenhuma descrição do que cada prótese faz, eles teriam uma dificuldade. A gente está monitorando isso junto à Anvisa e...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe, Secretário. Essa explicação o convenceu?

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – A gente entende que não haver uma padronização é um fato impeditivo. Agora, daí a dizer que seria impossível se fazer uma precificação é outra coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro.

A tecnologia está aí, Secretário. Quais são as mais recorrentes órteses? Stents? De fêmur? Alguma coisa nesse sentido? Há uma estatística sobre as órteses e próteses usadas que estão aí. Existe uma aferição estatística sobre as mais usadas e sobre os preços relativos dessas órteses e próteses mais usadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, eu não sou economista, não sou consultora e nem auditora do TCU, mas é algo apenas de senso comum, é uma coisa lógica. Falar com a indústria nacional, com a indústria estrangeira que opera no mesmo sistema. Qual é o preço médio disso?

Sinceramente, eu acho que... Talvez, como dona de casa, eu esteja falando...

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Não, imagine, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não me parece impossível fazer isso. Aliás, elementos há vários, Secretário.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Senadora, a notícia que a gente tem é de que o Ministério implantou junto com a Anvisa um grupo de trabalho para implementar efetivamente isso.

A gente vai acompanhar e manter o Senado informado a respeito do andamento lá desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Sobre a questão do preço do medicamento que a senhora mencionou, nesse trabalho que a gente fez, a gente avaliou isso, sim.

O problema, Senadora, é que o sistema de regulação dos medicamentos no País é um sistema que eles chamam de *Price Cap*. O que significa isso? Significa dizer que você registra um medicamento x e você vai dizer para a Anvisa, com base em números de comercialização – são informações até sigilosas –, qual vai ser o limite de preço que será cobrado.

Inclusive, a lei diz, Senadora, que, se esse medicamento for ofertado em uma licitação com valores superiores a esse limite, a Anvisa pode, por meio da CMED, suspender a autorização para venda, para a comercialização daquele medicamento.

A gente viu vários tipos de comportamento. Por exemplo: quando o medicamento tem patente, normalmente o limite, o valor que está registrado na CMED é o valor que é cobrado. Quando há uma concorrência grande, esse preço abaixa.

A gente detectou uma série de possibilidades de melhoria da política de regulação que geraram, inclusive, algumas recomendações. A gente vem acompanhando o que a Anvisa está fazendo. Eles estão preocupados com essa questão também, estão tentando melhorar algumas distorções que existem na política, mas esse é um problema que, de fato, ocorre.

Se a senhora me perguntar por que eu acho que isso acontece, eu acredito que essa é uma forma que os fabricantes encontraram de, entre aspas, "se protegerem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é muito comum, por exemplo, a gente ver um medicamento registrado, chega-se à farmácia para comprar o medicamento, e perguntam: "Você tem convênio? Está registrado no programa do fabricante?" "Estou." Aí o preço cai bastante. Então, por que não se registra já com esse preço, não é verdade? É um assunto complexo que nos preocupa bastante também lá no tribunal. A gente está acompanhando de perto isso, Senadora, e a gente se compromete a mantê-la informada sobre o que está acontecendo lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mais alguma pergunta, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, estou contente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Deixamos a palavra livre para as suas considerações finais, uma vez que temos, na sequência, uma reunião deliberativa. Ao mesmo tempo, agradecemos V. Sª.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOZA DA ROCHA CHAVES – Agradeço, para terminar, a oportunidade. Quero dizer que o tribunal, além das fiscalizações, tem tentado implementar a questão do controle social, que é muito importante. Neste exato momento, a gente está elaborando um curso a distância gratuito para qualquer cidadão, para o gestor de saúde no sentido de tentar disseminar conhecimentos sobre a gestão da saúde em si e sobre a gestão da governança. Tão logo esse curso fique pronto, daremos notícia ao Senado, porque a gente acredita que esse é um importante meio de se conseguir que a saúde atinja seus objetivos de ser universal e integral.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradeço a S. Exª o Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, bem como ao Sr. Marcelo André Barboza da Rocha Chaves, Secretário de Controle Externo de Saúde do Tribunal de Contas da União. Em especial, o nosso agradecimento, em nome também da Senadora Marta Suplicy, que é a Presidente desta Comissão, e em nome das Srªs e Srs. Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais, pela contribuição que nos ofereceram nesta audiência pública, com as palavras do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União e de V. Sª, Marcelo André. Muito obrigado.

Convoco a reunião deliberativa para imediatamente a seguir.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Telmário Mota, Dário Berger e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 9.338, de 2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, com Moção de Repúdio nº 26, de 2017, frente aos Governos Estadual e Federal pela, segundo a referida Moção, inércia em tomarem medidas efetivas para a preservação da vida de policiais militares; Ofício nº 138, de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, com Moção de Apoio, às Universidades Públicas Federais e Repúdio, aos cortes orçamentários sofridos pelas instituições de ensino; Moção de Repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social de Belmonte, Bahia, contra a decisão do Governo Federal em cortar recursos da assistência social, proporcionando assim, segundo a referida Moção, o desmantelamento do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, em todo o país. Os documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. **ITEM 1 - AVISO Nº 4, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS." **Autoria:** Ministro de Estado da Saúde. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista Coletiva. A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado Parecer pelo arquivamento da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética." **Autoria:** Deputada Soraya Santos. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 3. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância." **Autoria:** Deputado Valdir Colatto. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista Coletiva. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 – Complementar - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso I do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." **Autoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão nos termos do artigo 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 138 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater o "Bullying". Para tanto, como debatedores, sugerimos os seguintes convidados: Prof. Hugo Monteiro Ferreira - Departamento de Educação - Universidade de Pernambuco; Sr.ª Tânia Paris – presidente da Associação pela Saúde Emocional das Crianças (ASEC) especialista em educação emocional ASEC; Sr. Luciano de Castro - coordenador pedagógico do ensino médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha (São Paulo – SP); Sr. Fernando Tiago; Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia; Ângela Uchoa Branco; Professora aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e coautora do livro Bullying - escola e família enfrentando a questão; Isabella Bana; Procuradora do Município de Planaltina do Paraná e autora do livro "Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas"." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e Senador Dalirio Beber. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os seguintes Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Ana Amélia e o Senador Dalirio Beber, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dalirio Beber

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e oito itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 950, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acordão de nº 2.404, de 2017, acompanhado da instrução realizada pela Secretaria de Controle Externo da Saúde referente à auditoria operacional na terceirização dos recursos públicos, que teve por objetivo avaliar a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, com enfoque especial na função de controle a ser exercida por estes no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como V. Exª falou dos itens que já estavam previstos na pauta quando o Senador Eduardo Amorim estava presidindo, a gente aceitou...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim; fica aceita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só porque não é deliberativa; é só a leitura do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É só a leitura do relatório para que seja, na próxima semana, feita a sabatina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Até para agilizar os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, é muito oportuno esse seu requerimento.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1) Ofício nº 9.338, de 2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, com Moção de Repúdio nº 26, de 2017, frente aos governos estadual e federal pela inércia, segundo a referida moção, em tomarem medidas efetivas para a preservação da vida de policiais militares.

2) Ofício nº 138, de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, com moção de apoio às universidades públicas federais e repúdio aos cortes orçamentários sofridos pelas instituições de ensino.

3) Moção de Repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social de Belmonte, Bahia, contra a decisão do Governo Federal em cortar recursos da Assistência Social proporcionando, assim, segundo a referida moção, o desmantelamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Consulto o Plenário quanto à inclusão extrapauta da Mensagem nº 68, de 2017, de indicação de diretora para a Anvisa.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão de item extrapauta requerida pela Senadora Ana Amélia.

O referido item extrapauta é de decisão não terminativa.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Informo que, nos termos do art. 383, II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou por meio do Alô Senado no número 0800-612211.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura de seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para proferir parecer.) – Obrigada, Presidente Dalirio Beber.

A indicada, Srª Alessandra Bastos Soares, é farmacêutica, graduada pela Universidade Metodista de Piracicaba no ano 2000. Seu *curriculum vitae* indica formação complementar em auditoria interna e sua carreira profissional restringe-se à área privada, de acordo com o *curriculum vitae* apresentado. Entre os anos 2000 e 2002, atuou como Gerente de Assuntos Regulatórios e Qualidade da UNIMED de Piracicaba, Estado de São Paulo. Nos três anos seguintes, 2003 a 2005, atuou no suporte regulatório do escritório Habib e Pinheiro Advogados Associados e como Gerente de Assuntos Regulatórios e Qualidade, agora da Glanz Comércio Exportação e Importação.

A partir de 2004, a Srª Alessandra Soares assumiu uma terceira atividade profissional, qual seja a de Gerente de Assuntos Regulatórios e Qualidade da Promédica Produtos Hospitalares. Permaneceu nessa atividade até 2008, quando assumiu o posto de Gerente de Novos Produtos do Laboratório Gross.

No ano seguinte, passou a atuar exclusivamente como Gerente de Assuntos Regulatórios e Qualidade das empresas Leister Comércio e Importação de Produtos Hospitalares e Nutoth Pharma Indústria e Comércio. A partir de julho de 2011 até janeiro de 2014, o *curriculum vitae* da indicada registra apenas a atividade de Gerente de Assuntos Regulatórios e Qualidade da empresa Medivax

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indústria e Comércio. Não constam informações sobre sua atuação profissional, desde então até a presente data.

Dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades acadêmicas e profissionais da indicada e atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não há, contudo, menção a publicações de sua autoria, conforme especifica o item 2 do mesmo dispositivo do RISF.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do RISF.

Nesse sentido, a indicada declara:

i. a inexistência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional;

ii. sua participação, como sócia administrativa, da empresa MA Morgado Comércio de Roupas Ltda., no período de 10 de abril de 2016 a 5 de outubro de 2017, data em que foi protocolada alteração contratual que a desvincula da empresa;

iii. situação de regularidade fiscal perante as três esferas de governo;

iv. inexistência de ações judiciais em curso em que figure no polo passivo ou ativo da lide; e

v. não participação em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e na direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome da Srª Alessandra Bastos Soares para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Este é o relatório, informando que a indicada vai se submeter a uma sabatina que será agendada conforme o calendário da Comissão.

E eu gostaria, Sr. Presidente, porque, como eu tenho um compromisso nesta semana... A semana tem um feriado – acho que a maior parte, até a semana que entra – e, em seguida, estarei numa missão da Marinha brasileira. Então, se não houver nenhum contratempo em agendar essa sabatina para o dia 29 de novembro, seria o ideal. Não sei se nós temos sessão nesse dia 29, se é uma quarta-feira... Se for, melhor, porque aí há condição, inclusive, de avaliação do currículo pelos demais colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos gestionar junto à Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão, no sentido de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... viabilizar essa data do dia 29, para a sabatina da Srª Alessandra Bastos Soares, que é candidata ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente, está incluído na pauta um projeto da Deputada Soraya Santos que regulamenta a profissão de esteticista, sobre a qual nós fizemos uma audiência pública muito rica aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paim, na semana passada, teve aqui um problema na questão de regulamentação de uma profissão e suscitou até um debate que o senhor levou ao Plenário. De novo, há argumentações, de parte do Poder Executivo, a respeito dessa questão. Eu pedi, inclusive, que fosse consultada a autora, a Deputada Soraya Santos, que é muito combativa. Ela trabalhou muito nesse projeto. Para ela, esse projeto tem uma relevância, pela profissão.

Nós fizemos uma audiência aqui, com as esteticistas de vários lugares: do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro especialmente, e fizemos um amplo debate.

Mas existem alguns conflitos que nós observamos em outras profissões, como nas dos fisioterapeutas, dos dermatologistas especialmente, e dos cirurgiões plásticos – estes, em menor escala. E, aí, essas divergências do Poder Executivo e essas dificuldades na regulamentação de uma nova profissão... Então, nós vamos pedir... Eu quero retirar de pauta, hoje, para entrar na pauta possível da semana do dia 29, também, porque, no meu caso, sendo as duas coisas, ficaria melhor.

Penso que é melhor esperar um pouco mais e fazer algo que seja ajustado à realidade do que discutir agora, pedir vista, que seria o mesmo procedimento. Então, já se retira de pauta. E se V. Exª aquiescer, como há concordância da Presidente, que seja para o dia 29.

Eu lembro que pedi urgência para incluir nesta semana. Pedi à Senadora Marta que foi muito atenciosa, pela insistência da autora, a Deputada Soraya Santos. Mas diante desses conflitos, é preferível aparar essas arestas e no dia 29 nós apresentamos.

Então, agradeço duplamente à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Antes de irmos para o outro item, só para finalizarmos as formalidades do processo anterior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, sim. Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Então, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede automaticamente vista coletiva aos membros da Comissão da mensagem de indicação da Srª Alessandra Bastos Soares.

A matéria retornará à pauta em data oportuna, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação de Alessandra Bastos Soares ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria ver se poderíamos apreciar o item 3. É um relatório que eu já fiz. Nós estávamos em pleno processo de votação. Eu cheguei a fazer uma questão de ordem no plenário, mas não vou retomar esse tema aqui.

Eu nunca vi, em pleno processo de votação... Digamos: abre-se o painel, as pessoas estão votando e, daí, um sujeito qualquer pede vista. Como é que se faz isso? Felizmente, o Plenário me respondeu a contento. Enfim, não vou entrar com a questão de ordem. Eu só peço que a gente conclua, então, a votação no dia de hoje. Só isso e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

A Senadora Vanessa Grazziotin está aí, ainda, ou não? Para o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Está na ligação?

Então, vamos pular e, na sequência, já o primeiro... Como houve a retirada do item 2 por parte da Senadora Ana Amélia, nós vamos então direto ao item 3, para finalizar essa operação da última reunião da Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância.

Autoria: Deputado Valdir Colatto.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 1º.11.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva do projeto nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva formulado em 1º de novembro de 2017. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório ao Projeto de Lei nº 82, de 2017.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2017, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Vamos aguardar um pouco, porque acho que esse seria o último item desta nossa reunião da CAS – não é isso?

Senadora Vanessa Grazziotin: é uma união de Santa Catarina com Amazonas. (*Pausa.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu vou aproveitar esse pequeno espaço aqui. Existe um requerimento apresentado pela Senadora Marta Suplicy que eu subscrevo exatamente em função da sua ausência aqui.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 138, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater o "Bullying".

Para tanto, como debatedores, sugerimos os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Prof. Hugo Monteiro Ferreira, do Departamento de Educação - Universidade de Pernambuco;

• Srª Tânia Paris, presidente da Associação pela Saúde Emocional das Crianças (ASEC) especialista em educação emocional ASEC;

• Sr. Luciano de Castro, coordenador pedagógico do ensino médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha (São Paulo – SP);

• Sr. Fernando Tiago, Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia;

• Ângela Uchoa Branco, Professora aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e coautora do livro "Bullying – escola e família enfrentando a questão";

• Isabella Bana, Procuradora do Município de Planaltina do Paraná e autora do livro "Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas".

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem.

O Senador Telmário já havia pedido.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já se aproxima o final do ano e nos preocupa muito a quantidade de projetos que nós temos, terminativos, muitos deles já lidos, prontos para serem votados. Então, acho que seria importante a Presidência fazer uma convocação, um reforço com os demais companheiros Senadores e Senadoras no sentido de, na próxima semana ou na outra, a gente formar um quadro completo aqui, que possa realmente colocar essas matérias em votação.

Eu queria fazer esse apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Acho que é bastante oportuna a lembrança, afinal de contas são vários os projetos que já estão prontos para serem votados. Poderíamos fazer um esforço, logo depois do feriado do dia 15, no sentido de também, naquela audiência da arguição da candidata à Anvisa, nós termos uma preliminar exatamente com o intuito de fazer com que esses oito ou nove projetos já relatados, terminativos, possam ser votados.

SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – E, inclusive, Sr. Presidente, para colaborar no mesmo sentido, lembro que há um projeto muito interessante do Senador Telmário Mota, do qual sou Relator – e segui a sua orientação na íntegra –, sobre o educador social.

Há uma expectativa enorme em todo o País a respeito. Fizemos audiências públicas sob a orientação do Senador autor do projeto, fizemos debates até que chegamos a um grande entendimento. Havia ali, com o setor mais ligado aos evangélicos, uma certa discordância, mas o Senador Telmário concordou que eu fizesse a adaptação necessária. Então, virou uma unanimidade. Só não dá para votar porque...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Porque não há número.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... não temos quórum.

Então, eu faço o mesmo apelo que ele fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que na Comissão de Direitos Humanos temos o mesmo problema e vamos fazer o mesmo apelo lá hoje também.

Se V. Exª permitir, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu já ia até convidar V. Exª, Senador Paim, para fazer a leitura *ad hoc* do projeto que foi relatado pela Senadora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... uma vez que ela está ocupada. Não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ela chegar em tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Ah! Já foi lido e houve vista coletiva. Perdão.

Então, com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Então, pela ordem, Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, pedir a esta Comissão que, dentro do possível, insistisse com o Sr. Ministro do Trabalho, Ministro Nogueira, no sentido de que ele aceite o convite. Eu sou contra a convocação. Mas ele havia já acertado conosco, inclusive com esta Comissão e com a Comissão de Direitos Humanos, que viria falar sobre aquela portaria, condenada por céus e terra, que facilita, digamos, abre mais espaço para aqueles que têm homens de mulheres sob o regime de escravidão. Tanto é que o Supremo deu uma liminar já suspendendo isso. Enfim, há um movimento na sociedade brasileira e até em nível internacional contra essa portaria que já está suspensa. Ele havia combinado conosco de vir hoje falar sobre isso na Comissão de Direitos Humanos. Entendi eu também que podíamos fazer, inclusive, essa reunião conjunta com as duas Comissões.

Então, eu apelo à Presidência para que faça contato novamente com o Ministro para que ele venha falar sobre a portaria que ele editou, embora tenha sido dito a nós outros que ele seguiu ordens do Palácio. Então, ele não teria, digamos, capacidade política para revogar a portaria. Gostaria que ele viesse aqui e dissesse que, se é mesmo com o Presidente da República, nós iríamos nos dirigir a ele de forma direta para que a portaria fosse revogada, coisa que já foi feita com inúmeras portarias no passado, não só neste Governo.

Então, o apelo é que a gente revogue essa portaria. Assim, a presença dele é fundamental, ou aqui, ou na Comissão de Direitos Humanos, ou mesmo na CCJ, porque ele foi convidado nas três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos fazer com certeza, Senador Paim, esse apelo no sentido de que ele atenda o convite para poder esclarecer tanto para os membros da Comissão como para todos aqueles que vão estar sintonizados conosco, porque acho que é importante a explicação do titular da Pasta onde se originou, digamos, o documento, ou seja, a portaria.

Eu gostaria de aproveitar, antes de finalizar, para nós votarmos o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não está presente a Senadora Vanessa e já foi feito o pedido de vista e não houve nenhuma apresentação de voto em separado, gostaria de transferir a relatoria *ad hoc* ao Senador Paim, para nós, logo na sequência, já aprovarmos o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 1
AVISO Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS.

Autoria: Ministro de Estado da Saúde.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Observações:

- Em 1º.11.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva à matéria nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, V. Exª está coberto de razão, pois, para efeito regimental, como a Senadora não está aqui... Ela já leu o relatório. Eu assino embaixo de tudo que ela já falou e advogou. Assim, V. Exª estaria em condições regimentais de colocar em votação o relatório, constando, naturalmente, que eu sou o Relator *ad hoc*, respeitando na íntegra o trabalho feito pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É que essa matéria já poderia ter sido votada na semana passada, mas infelizmente não o foi em função do pedido de vista. E, hoje, digamos, era o primeiro item da pauta, exatamente porque se queria dar agilidade.

Então, foi lido o relatório e a matéria já foi discutida.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pelo arquivamento do Aviso nº 4, de 2014.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os Senadores e as Senadoras que fizeram parte da reunião de hoje.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e José Medeiros. A Presidência registra a presença do Senador Sérgio de Castro. Justifica ausência o Senador Hélio José. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício. nº 476, de 2017, da Secretária Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que informa sobre o encaminhamento do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Esclarece que o Relatório Final da Comissão de Inquérito poderá ser acessado por intermédio do link http://bit.ly/2gd4o0N, para conhecimento e providências porventura cabíveis. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício 1.647, de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que encaminha Moção de Apelo nº 13, de 2017, para que sejam tomadas as providências necessárias para a preservação da imunidade fiscal das entidades beneficentes de assistência social, especialmente as de educação e de saúde; Ofício 596, de 2017, da Assembleia Legislativa, do Estado de Santa Catarina, que encaminha Moção nº 195.8, de 2017, manifestando contrariedade às alterações propostas na minuta de Portaria que irá substituir a Portaria nº 296, de 2009, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 – Complementar - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica." **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." **Autoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 138 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater o "Bullying". Para tanto, como debatedores, sugerimos os seguintes convidados: Prof. Hugo Monteiro Ferreira - Departamento de Educação - Universidade de Pernambuco; Sr.ª Tânia Paris – presidente da Associação pela Saúde Emocional das Crianças (ASEC) especialista em educação emocional ASEC; Sr. Luciano de Castro - coordenador pedagógico do ensino médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha (São Paulo – SP); Sr. Fernando Tiago; Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia; Ângela Uchoa Branco; Professora aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e coautora do livro Bullying - escola e família enfrentando a questão; Isabella Bana; Procuradora do Município de Planaltina do Paraná e autora do livro "Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas"." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e Senador Dalirio Beber. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Elmano Férrer, Dalirio Beber, Sérgio de Castro, Vanessa Grazziotin, Garibaldi Alves Filho e Rose de Freitas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente Eventual Garibaldi Alves Filho e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Deveríamos, neste momento, aprovar a ata, mas não temos...

Agradeço aos Senadores Vanessa Grazziotin e Sérgio de Castro a presença.

A presente reunião destina-se à apreciação de itens da pauta que já foi distribuída previamente. Consta um item não terminativo, onze itens terminativos e um requerimento.

Vou ler também o expediente. A Senadora Marta Suplicy nos fez um apelo para que nós pudéssemos iniciar esta reunião.

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 476, de 2017, da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que informa sobre o encaminhamento do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai), e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esclarece que o relatório final da Comissão de Inquérito poderá ser acessado por intermédio do *link* – e temos aqui o número do *link* –, para conhecimento de providências porventura cabíveis. O documento ficará à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Também queremos comunicar aos Senadores que a Presidência desta Comissão recebeu o Ofício nº 1.647, de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que encaminha Moção de Apelo nº 13, de 2017, para que sejam tomadas providências necessárias para a preservação da imunidade fiscal das entidades beneficentes e de assistência social, especialmente as de educação e de saúde.

Recebemos também o Ofício nº 596, de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 195/8, de 2017, manifestando contrariedade às alterações propostas na minuta de portaria que irá substituir a Portaria nº 296, de 2009, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Seguro Social.

Esses documentos ficarão igualmente à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Temos aqui, em mãos, o Item 13, que trata de um requerimento. Vamos lê-lo, mas não podemos deliberar porque ainda não temos o quórum necessário.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 138, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater o "Bullying".

Para tanto, como debatedores, sugerimos os seguintes convidados:

• Prof. Hugo Monteiro Ferreira - Departamento de Educação - Universidade de Pernambuco;

• Sr.ª Tânia Paris – presidente da Associação pela Saúde Emocional das Crianças (ASEC) especialista em educação emocional ASEC;

• Sr. Luciano de Castro - coordenador pedagógico do ensino médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha (São Paulo – SP);

• Sr. Fernando Tiago; Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Ângela Uchoa Branco; Professora aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e coautora do livro Bullying - escola e família enfrentando a questão;

• Isabella Bana; Procuradora do Município de Planaltina do Paraná e autora do livro "Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas".

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

- Lido em 08.11.2017

Logo que tivermos o quórum necessário, faremos a apreciação desse requerimento.

Eu gostaria de fazer um apelo aos Senadores desta Comissão no sentido de que pudessem nos prestigiar, inclusive a mim, que estou aqui apenas como substituto da Senadora Marta Suplicy.

Mas estou aqui no intuito de vermos o funcionamento desta Comissão naturalmente, normalmente se desenrolando. Graças ao empenho da Senadora Marta isso vem acontecendo.

Eu quero até registrar aqui os meus parabéns à Senadora Marta porque, segundo a Patrícia, nós só temos um item não terminativo nesta Comissão para apreciação, que é justamente o item 1 da pauta. Os outros todos são terminativos e ocorre o que eu venho verificando – eu já sou um Senador de terceiro mandato aqui –, o que há é a concorrência das comissões. Ocorrem reuniões, Senador Sérgio de Castro, que nos dá a honra de sua presença – ele que está aqui substituindo, como suplente do Senador Ricardo Ferraço –, nós temos reuniões de comissões no mesmo horário, e isso não permite, muitas vezes, que os Senadores possam dar o quórum desejado pelas comissões, ou o quórum necessário.

Eu gostaria também de dizer que deve estar já em mão dos Srs. Senadores o informe desta Comissão em que se registra que o Conselho Federal de Medicina pode participar como observador na avaliação de cursos. Os Senadores da Comissão podem votar o projeto que trata da participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos dessa área. Há inclusive o projeto de nº 312, do Senador Cássio Cunha Lima, de 2015, que defende a participação do CFM como supervisor nessas avaliações.

Temos também informação, contida neste jornal da Comissão, a respeito de rótulos de bebidas alcoólicas – informação de calorias, aliás, em rótulos de bebidas alcoólicas. Trata-se de um requerimento já aprovado por esta Comissão, ou já aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que, depois de aprovado nessa comissão, veio até a Comissão de Assuntos Sociais. O projeto de lei em análise é de autoria do ex-Senador Ruben Figueiró, e tem por objetivo ajudar no controle da obesidade, pois os consumidores não costumam saber que as bebidas alcoólicas têm alto valor calórico.

No boletim distribuído pela Comissão consta também a notícia de que o prazo para o salário maternidade pela Previdência não poderá ultrapassar 30 dias, mas é ainda uma decisão terminativa que poderá ocorrer nesta Comissão.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Após V. Exª fazer a leitura, a informação das informações, eu pediria a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O projeto estabelece prazo de 30 dias para a concessão do salário maternidade pela Previdência Social.

Mas eu vou dar a palavra, com muita satisfação, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, nós estamos aguardando o quórum e, como se percebe, já está bem avançada a presença das Srªs e Srs. Senadores.

V. Exª também dirigia, no dia de ontem, a CAE, e, quando imaginávamos que a reunião seria encerrada sem nenhuma votação, conseguimos um quórum até significativo.

Então, enquanto esperamos, Sr. Presidente, eu tenho dois projetos que relato em pauta. Um deles é o item 6, Projeto 312; V. Exª já leu a notícia de que está pautado para hoje. É aquele que trata da participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina. Então, eu pergunto a V. Exª se não seria prudente fazermos a leitura do relatório. O relatório não foi feito; apenas a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Podemos ter hoje a leitura do relatório e a deliberação posteriormente.

Então, V. Exª tem a palavra para ler o relatório.

Aliás, já foi lido?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não. A informação que...

O relatório que eu li é relativo ao Projeto 292, que é o item 4 da pauta. O item 6, o 312, eu não me recordo de ter lido. Então, seria bom ver com a Secretaria. A Secretaria está comunicando que eu li, mas eu não estou me recordando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Só há uma hipótese, a de ter sido lido por um outro Senador de forma *ad hoc*, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É.

Não foi lido, não, porque senão estaria registrado aqui que o relatório foi lido, teria havido pedido de vista, ou apenas lido...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, a Senadora pode ler o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, não foi lido. Então, não foi a nossa memória que falhou, não é? Foi outro tipo de falha.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª está muito jovem, ainda, para ter falhas de memória.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observações:

- Em 10.05.2016, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado 312, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, como V. Exª já leu, que tem por objetivo conferir ao Conselho Federal de Medicina a atribuição de supervisionar as avaliações dos cursos de graduação em Medicina e dos programas de residência médica.

Para isso, a proposição promove, por meio do art. 1º, a modificação da redação do §2º do art. 9º da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis 8.745, de 1993, 6.932, de 1981, e dá outras providências.

O art. 2º determina que a lei eventualmente originada pelo projeto de lei do Senado passará a viger na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que houve um crescimento expressivo do número de escolas médicas no Brasil, nos últimos anos, muitas delas de qualidade questionável, o que gera preocupação com a qualificação dos egressos dessas instituições de ensino. Seria necessário, portanto, reforçar a avaliação dos cursos de Medicina com a supervisão do Conselho Federal de Medicina, de modo a garantir a oferta de médicos qualificados à sociedade brasileira.

O Projeto de Lei do Senado 312, de 2015, foi inicialmente distribuído à apreciação exclusiva desta Comissão, para decisão em caráter terminativo. No entanto, por força da aprovação do Requerimento 659, do Senador Romário, a proposição foi encaminhada à audiência prévia da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Naquele colegiado, o projeto foi aprovado na forma de uma emenda substitutiva (Emenda nº 1 - CE), oferecida pelo relator, Senador Donizeti Nogueira. De acordo com o texto aprovado pela Comissão de Educação, caberá ao Conselho Federal de Medicina apenas o papel de observador no processo de avaliação dos cursos de Medicina.

Análise.

A competência da CAS para apreciar esse referido projeto é regimental. No caso, a proposição sob análise trata da competência do SUS, conferida pelo inciso III do art. 200 da Carta Magna: "ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A competência para decidir terminativamente sobre o projeto, por sua vez, também encontra respaldo no Regimento Interno da Casa.

A Lei 12.871, de 2013, oriunda da Medida Provisória 621, de 2013, instituiu o Programa Mais Médicos com os seguintes objetivos:

- reduzir a carência de médicos em regiões prioritárias para o SUS;
- fortalecer a atenção básica em saúde;
- aprimorar a formação médica;
- aprofundar a inserção dos médicos na realidade de saúde do País;
- fortalecer a integração ensino-serviço;
- promover a troca de conhecimentos e experiências entre médicos formados no Brasil e no exterior;
- ampliar a participação dos médicos nas políticas públicas de saúde e no funcionamento do SUS; e
- estimular a realização de pesquisas no âmbito do SUS.

Para a consecução desses objetivos, foram implementadas três ações:

I) reordenamento da oferta dos cursos de Medicina e de vagas na residência médica, de forma a conferir prioridade às regiões com menor relação de vagas e médicos por habitante, desde que possuam condições de oferecer a estrutura correspondente;

II) estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica;

III) promoção do aperfeiçoamento dos médicos em regiões prioritárias do SUS, por meio da integração ensino-serviço, inclusive do intercâmbio internacional.

Vê-se que o Programa não se preocupa apenas com o aumento da quantidade de médicos disponíveis para o atendimento da população, mas também com a qualidade do atendimento. E a qualidade da atenção à saúde depende fundamentalmente da qualidade da formação dos profissionais por ela responsáveis.

Por isso, o referido diploma legal contém diversos dispositivos relacionados ao controle de qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação em Medicina, com destaque para o art. 9º, que institui a avaliação desses cursos.

Nesse sentido, julgamos que a medida proposta pelo Senador Cássio Cunha Lima se conforma aos objetivos do Programa Mais Médicos, visto que pretende reforçar o componente avaliativo dessa política pública, com a participação de uma autarquia federal cuja atribuição é a de fiscalizar a atuação profissional dos médicos.

É razoável que o Conselho Federal de Medicina inicie seu trabalho de promoção do bom desempenho dos médicos antes mesmo que eles ingressem no mercado de trabalho. Melhor intervir precocemente na formação do médico do que se limitar a punir os profissionais despreparados mais tarde.

Entendemos, por conseguinte, que a Emenda nº 1 – CE não deve ser acolhida por este colegiado, visto que relega o Conselho Federal de Medicina à condição de mero observador, função que, salvo melhor juízo, poderia até mesmo ser exercida por qualquer entidade ou cidadão brasileiro, em respeito ao princípio da publicidade da Administração Pública, sem necessidade de edição de lei específica para esse fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante o mérito do Projeto de Lei do Senado 312, identificamos falha de redação que poderia comprometer a eficácia da medida por ele veiculada. Ademais, o artigo a ser modificado contém comandos legais conflitantes. Para esclarecer o problema, transcrevemos a seguir o texto vigente do art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013:

Art. 9º É instituída a avaliação específica para curso de graduação em Medicina, a cada 2 (dois) anos, com instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes, a ser implementada no prazo de 2 (dois) anos, conforme ato do Ministro de Estado da Educação.

§1º É instituída avaliação específica anual para os Programas de Residência Médica, a ser implementada no prazo de 2 (dois) anos, pela Comissão Nacional de Residência Médica.

§2º As avaliações de que trata este artigo serão implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no âmbito do sistema federal de ensino.

Tratemos, primeiramente, do conflito interno de comandos legais. Enquanto o §2º determina que a avaliação tanto dos cursos de graduação em medicina quanto dos programas de residência médica será implementada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o §1º dispõe que a Comissão Nacional de Residência Médica também implementará a avaliação dos programas de residência médica. Evidente, portanto, o conflito normativo entre os §§1º e 2º do mesmo artigo.

A segunda questão a ser abordada decorre do fato de a avaliação a ser implementada pelo Inep abranger apenas o sistema federal de ensino, aspecto não modificado pelo PLS 312, de 2015. Destarte, ficaram excluídas do processo avaliativo e da participação do Conselho Federal de Medicina as instituições de ensino mantidas por Estados e Municípios.

Considerando que não há justificativa plausível para sequer prever a possibilidade de os cursos médicos mantidos por instituições estaduais serem avaliados nos mesmos moldes que os demais, inclusive com a participação do Conselho Federal de Medicina, propomos emenda substitutiva para corrigir os óbices acima apontados.

Por fim, destaque-se que não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Voto.

Em visto do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 312, de 2015, na forma do seguinte substitutivo.

Aí vem o substitutivo, Sr. Presidente.

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 9º .....
> § 2º A avaliação de que trata o caput será implementada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito do sistema federal de ensino.
> § 3º Às instituições de ensino não pertencentes ao sistema federal de ensino é facultada a adesão à avaliação implementada pelo Inep.
> § 4º As avaliações de que trata este artigo contarão com a participação do Conselho Federal de Medicina."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Presidente, este é o relatório que passo a apresentar.

O voto é favorável porque temos o entendimento de que o que fará o Conselho é apenas participar da avaliação. Não há uma decisão sendo delegada ao Conselho Federal de Medicina.

E eu aqui ressalto que todos esses aspectos em relação à ampliação das vagas das escolas médicas brasileiras têm sido feitos com muito cuidado e com muito critério, levando em consideração, Senadora Rose de Freitas, principalmente os locais de maior carência de profissionais médicos no Brasil.

Vejam, nós não podemos fugir da seguinte realidade: o Brasil ainda não dispõe do número, determinado pela Organização Mundial de Saúde, relativo entre médicos e pacientes. O número que temos no Brasil é inferior àquele orientado pela Organização Mundial de Saúde. Segundo, além de termos um número insuficiente de profissionais no Brasil, esses profissionais estão concentrados nos grandes centros, Sr. Presidente. É lamentável que isto aconteça: concentrados nos grandes centros. E nos grandes centros ainda há uma concentração nos bairros e nas localidades em que há maior poder aquisitivo. Isso significa dizer, em outras palavras, que os médicos não estão indo atender as comunidades mais carentes, aquelas que efetivamente precisam de assistência.

O Programa Mais Médicos nasceu com a atribuição de levar médico onde não havia. E o meu Estado do Amazonas é um grande exemplo. Não há médicos nas comunidades, não há médicos nas aldeias indígenas, não há médicos sequer nos Municípios do País. Então, o Mais Médicos veio para isto: para suprir, Senador Paim, a necessidade de médicos, mas veio também para ampliar a formação médica, tanto é que, tal qual vários Estados no Brasil, nós do Estado do Amazonas fomos contemplados com mais uma universidade médica pública em Coari. E eu falo isso por quê? Porque simplesmente agora o Ministro da Saúde está suspendendo a ampliação de vagas ou a criação de novas universidades, mesmo aquelas que já se iniciaram, o que é lamentável. O Estado do Amazonas tem a previsão de uma nova universidade no Município de Coari, que é um importante Município, um polo regional importante, e agora estamos na iminência de perdermos essa que foi uma grande conquista.

Então, para não parecer que há divergência com o que aprovou a Comissão de Educação – o que eu sugiro ser aprovado agora aprovando o projeto do Senador Cássio Cunha Lima –, eu deixo claro que o que nós estamos votando aqui é apenas a participação do Conselho Federal de Medicina nos processos de avaliação dos cursos médicos.

Ao mesmo tempo, lamento que, enquanto nós estamos votando isso, Srs. Senadores, o Governo Federal está suspendendo uma parte importante, que é a ampliação da formação dos profissionais médicos no nosso próprio País. É lamentável isso, porque quem mais sofre é a população.

Entendo que nós não deveríamos apenas ficar no discurso denunciando, mas deveríamos efetivamente, principalmente nós que somos do Norte e Nordeste, deveríamos atuar no sentido de que essa medida não fosse adotada pelo Ministério da Saúde, ou seja, que não fosse restringida a criação de novas vagas, sobretudo nas universidades públicas, sejam federais ou estaduais, nos cursos médicos, uma área tão carente ainda no nosso Brasil e de que tanto a nossa população necessita.

É o relatório, Srª. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Muito bem. Em substituição ao Presidente, que teve de sair...

Nós temos aqui vários itens – não sei se alguém gostaria de discutir –, embora não possamos votá-los por falta de quórum. A palavra está franqueada para aqueles que queiram fazer considerações sobre o relatório.

Senador Sérgio, do meu Estado do Espírito Santo.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Gostaria de saber da Senadora Vanessa por que o Conselho de Medicina não tem as mesmas prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil? Há algum impedimento, há alguma razão para que o Conselho seja limitado a participar, a só acompanhar, mas não ter uma posição decisiva, como tem a Ordem dos Advogados quando faz o exame da Ordem?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Na verdade, Senador Sérgio, com exceção da Ordem dos Advogados do Brasil, do curso de Direito, que, na realidade, não é bacharelado, há uma prova da Ordem para que os profissionais da área recebam efetivamente o diploma de advogado e a possibilidade de exercer a profissão como advogados e não somente como bacharéis. Com exceção desse, não há outro curso, principalmente na área da saúde – eu sou da área da saúde, sou profissional farmacêutica –, em que exista uma decisão definitiva, uma função que dê aos conselhos profissionais uma decisão sobre a possibilidade do exercício ou não da profissão ou da avaliação nessas possibilidades.

Nós temos o entendimento... O Inep, que é o Instituto de Pesquisas... Nem todas as categorias na área da saúde têm algo assim, mas é algo fundamental. Ele já é habilitado para fazer esse tipo de avaliação, conta com a participação múltipla dos profissionais da área da saúde. Então, seria um avanço importante garantir em lei a participação dessa entidade na avaliação. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, a partir desse daí, todas as demais categorias também, por meio de seus respectivos conselhos, reivindicarão.

Nós já temos um instituto. O avanço que temos aqui é garantir por lei a participação, mas não dar ao Conselho a atribuição de promover a avaliação, como faz a Ordem dos Advogados do Brasil, mesmo porque nós temos vários elementos que dialogam com a questão.

Por exemplo, no Brasil, quem definia a quantidade de profissionais das áreas especializadas ainda eram as associações médicas vinculadas à área de especialidades. Por exemplo, a associação dos oftalmologistas definiu a quantidade de vagas na área de residência. Isso está sendo modificado aos poucos, porque não é apenas um interesse médico, mas um interesse da saúde pública. Tanto é que, na Comissão de Educação, o parecer dado e aprovado ao projeto era no sentido de que eles seriam apenas observadores – o Conselho Federal de Medicina –, e nós avançamos para que eles possam participar efetivamente, acompanhar efetivamente e participar, o que, no meu entendimento, é um avanço.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Eu quero até compartilhar da reflexão da Senadora Vanessa. O Brasil chegou ao ponto de ter o Programa Mais Médicos exatamente pelas falhas cometidas anteriormente: falta de planejamento; concentração de informações dentro do Ministério; muitas vezes, quando se tinha iniciativa de querer aprovar outros cursos de medicina em outros locais, nós chegamos ao ponto de não ter residência, que era uma exigência e uma obrigatoriedade e, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, nós ficamos sempre no déficit, e o déficit só arrebenta para o mesmo lugar, na área dos pobres, dos mais pobres, mais necessitados, aqueles que não podem recorrer a uma clínica, a um hospital privado.

Vimos hoje a matéria do Bom Dia. Quem prestou atenção percebeu que é o absurdo dos absurdos que se feche um pronto-socorro, uma unidade, uma clínica pediátrica, a única que atendia em uma região de São Paulo. E hoje descobre o Secretário de Saúde do Município que, por estar inscrito no ... Ele não poderia nem receber naquele momento o recurso que ele iria pagar para fazer funcionar aquela unidade de saúde pediátrica.

Então, o Brasil tem uma dívida com os mais pobres que é muito grande. Há falta de planejamento no Brasil, que pretendia frequentar o Primeiro Mundo, o universo do Primeiro Mundo, se portar como Primeiro Mundo, e falar no nível de desenvolvimento a que nós chegamos sem olhar essa balança da absoluta dívida social que se tem com os mais pobres e mais carentes.

Portanto, eu registro a preocupação com a iniciativa, Senadora, de fazer pensar e encontrar mecanismos que possam aprimorar todo esse processo de avaliação e, consequentemente, oferecer à opinião pública dados mais relevantes sobre a questão da saúde no Brasil.

Eu queria fazer uma observação. Nós estamos com nítida falta de quórum para votar. Temos 12 projetos terminativos. Apenas um não foi lido. Acho que poderíamos ler o 12º item, do Senador Dalirio Beber, para avançarmos na pauta, até que possamos chegar a um quórum e votar alguma coisa.

Nós vamos, então, adiar a discussão da matéria colocada pela Senadora Vanessa.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2017
- Terminativo -

Altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão.
Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Pois não, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Vamos ao nosso relatório do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2017, do Senador Paulo Bauer, que altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão.

Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 161, de 2017, de autoria do Senador Paulo Bauer, altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o auxílio-inclusão. Atualmente, esse dispositivo apenas prevê que o auxílio-inclusão será pago à pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o benefício de prestação continuada e passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência Social. Conforme prevê a proposição, o auxílio também será devido à pessoa com deficiência que tenha recebido o Benefício de Prestação Continuada nos últimos cinco anos e exerça atividade remunerada nesses moldes.

O autor justifica sua iniciativa explicando que a falta de regulamentação relativa à avaliação da severidade das deficiências impede o pagamento do auxílio-inclusão, que deve beneficiar apenas as pessoas com deficiência moderada ou grave. Menciona que falta, também, definir o valor do auxílio, previsto apenas nominalmente. Dessa forma, o auxílio-inclusão existe apenas como moldura legal incompleta, inexistindo quaisquer condições para o seu efetivo pagamento. Além dessas questões, quanto ao mérito, o autor argumenta que muitas pessoas com deficiência podem ter receio de buscar emprego e, com isso, perder o recebimento do Benefício de Prestação Continuada, que é uma renda pequena, mas segura, ao passo que estariam sujeitas a perder o novo emprego e ficar sem o salário e sem o benefício.

O PLS nº 161, de 2017, preenche as lacunas indicadas pelo autor ao justificar a proposição: declara que o auxílio inclusão tem caráter indenizatório, impedindo a incidência de encargos sobre os valores recebidos; fixa seu valor em 10% do valor do Benefício de Prestação Continuada recebido pela pessoa com deficiência; determina que o pagamento do BPC seja suspenso quando a pessoa com deficiência passe a exercer atividade remunerada que permita o recebimento do auxílio-inclusão; estabelece como condição para que comece o pagamento do auxílio a comprovação, pelo interessado, do início de atividade remunerada; estabelece o prazo de um ano para a duração do pagamento desse auxílio, a menos que o BPC seja reativado antes do decurso desse prazo; autoriza a reativação do BPC suspenso caso a pessoa com deficiência perca a atividade remunerada, dispensando a realização de perícia caso a reativação do BPC seja solicitada a menos de dois anos da última revisão desse benefício; determina que o pagamento do auxílio–inclusão seja custeado com recursos do orçamento da seguridade social; prevê a vigência dessas regras a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da publicação da lei resultante desta proposição.

O PLS nº 161, de 2017, foi distribuído apenas a esta Comissão de Assuntos Sociais para análise em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

Da análise.

Preliminarmente, é necessário mencionar que não identificamos, no PLS nº 161, de 2017, qualquer afronta às normas constitucionais que estabelecem limites ao poder de legislar, à competência da União para dispor sobre a matéria nele veiculada, ou à reserva de iniciativa. Também não há ressalvas quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

A iniciativa é meritória, pois trata de dar condições para que o auxílio-inclusão, até hoje apenas previsto, comece a ser pago, estimulando as pessoas com deficiência beneficiárias do BPC a buscar sua inclusão laboral, conquistando autonomia sem motivos para temer a perda da garantia do mínimo vital que o BPC representa. Para as pessoas com deficiência que tenham recebido o BPC nos últimos cinco anos e exerçam atividade remunerada, o auxílio-inclusão vem como um pequeno complemento de renda, ajudando a cristalizar a conquista da autonomia.

Sem prejuízo de reconhecermos o mérito da proposição, temos a possibilidade de suprir, nesta oportunidade, duas lacunas que identificamos no seu texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas é a falta de critérios para avaliação das pessoas com deficiência, já que, conforme prevê o *caput* vigente do art. 94 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o auxílio-inclusão deve ser pago apenas às pessoas com deficiência moderada ou grave. Há critérios esparsos em decretos, portarias e em publicações médicas para avaliação do grau de severidade de deficiências, contudo nenhuma dessas fontes abrange todos os tipos de deficiência, além de serem limitadas para fins específicos, como a obtenção de aposentadoria especial.

Esses critérios, além de serem nebulosos, fragmentados e não automaticamente aproveitáveis para fins de concessão do auxílio-inclusão, podem ter sua validade jurídica questionada, por incompatibilidade com a Lei nº 13.146, de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O §2º do art. 2º dessa lei diz que "O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência", enquanto o §1º do mesmo artigo determina que a avaliação "será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar", levando em consideração aspectos como "impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo", "fatores socioambientais, psicológicos e pessoais", "limitação no desempenho de atividades" e "restrição de participação". Os instrumentos que a lei expressamente demanda ainda não foram criados, de modo que o pagamento do auxílio-inclusão, sendo submetido à aplicação de um critério inexistente, seria letra morta.

Propomos, então, eliminar a menção à gradação da deficiência no *caput* do art. 94 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois esse requisito, além de ser impossível de preencher sem que o Poder Executivo defina os critérios para avaliação do grau de severidade da deficiência, é incongruente com os critérios adotados para concessão do BPC, pertinentes somente à condição de pessoa com deficiência e ao limite de renda familiar mensal *per capita* estabelecidos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A segunda lacuna consiste no fato de que a proposição apenas menciona que o pagamento do auxílio-inclusão será custeado com recursos do orçamento da seguridade social. O art. 195 da Constituição proíbe que qualquer benefício ou serviço da seguridade social seja criado, majorado ou estendido sem a indicação de fonte de custeio total. Ademais, a falta de previsão de impacto orçamentário e financeiro está em desacordo com o que demanda o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de afrontar o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Isso dificulta a aprovação da matéria ainda no Legislativo e dá fundamento para veto presidencial, caso a matéria seja aprovada sem tais requisitos, ou para questionamento judicial de sua constitucionalidade e de sua juridicidade, caso seja sancionada.

Para suprir essa lacuna, juntamos à proposição as informações prestadas pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. A Nota Técnica da Conorf 145, de 2017, que tratou do impacto orçamentário e financeiro do PLS 161, de 2017, que "altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão", considera ser plausível a hipótese de que, com o advento das regras, o projeto consiga aumentar em, pelo menos, 11,11% a taxa de desligamento dos beneficiários deficientes por inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, pode-se concluir que o projeto não trará impacto orçamentário e financeiro, estando compatível com as regras do §5º do art. 195 da Constituição; do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, temos uma pequena sugestão para evitar possíveis interpretações limitantes do disposto no §6º que o PLS 161, de 2017, acrescenta ao art. 94 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse dispositivo diz que: "Na hipótese de encerramento da atividade remunerada, a pessoa com deficiência poderá voltar a receber o benefício de prestação continuada suspenso, mediante requerimento e comprovação do encerramento da atividade". Propomos substituir a palavra "poderá" por "terá direito de", de modo que não reste dúvida de que o restabelecimento do Benefício de Prestação Continuada é um direito condicionado apenas à vontade da pessoa com deficiência, mediante requerimento.

Do voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2017, com as seguintes emendas.

Primeira Emenda:

> Dê-se ao *caput* do art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conforme previsto no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 94. Terá direito a auxílio inclusão a pessoa com deficiência que:"

Segunda Emenda:

> Dê-se ao § 6º do art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conforme previsto no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2017, a seguinte redação:
> "§6º Na hipótese de encerramento da atividade remunerada, a pessoa com deficiência terá direito de voltar a receber o benefício de prestação continuada suspenso, mediante requerimento e comprovação do encerramento da atividade."

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Quero ressaltar novamente que não temos quórum para deliberar. As matérias que estão sendo lidas são terminativas. Fica adiada a votação e a discussão da matéria.

Eu queria apenas ressaltar que temos o item 13 da pauta, que é um requerimento que já foi lido. É apenas uma votação simbólica. É um requerimento da Marta Suplicy e do Senador Dalirio Beber.

Se todos estiverem de acordo, vou colocar em votação.

De acordo? (*Pausa.*)

Trata-se do item 13 da pauta, o Requerimento nº 138, de 2017.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos dois requerimentos aqui em pauta.

Nós temos um requerimento de um Senador presente que será lido oportunamente.

Senador Elmano Férrer, pergunto se gostaria de fazer a leitura do item 9 da pauta, de que V. Exª é o Relator. É o 362, de 2016.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Pois não. Posso lê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde.

Autoria: Senador Wellington Fagundes
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 362, de 2016, do Senador Wellington Fagundes, tem por objetivo estabelecer diretrizes sobre a regulação do acesso à assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. A proposição é constituída por dois artigos. O primeiro deles promove alterações nos arts. 15 a 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a Lei Orgânica da Saúde.

O art. 15 do referido diploma legal é acrescido de um inciso, de nº XXIII, que atribui às três esferas de governo a responsabilidade pela regulação do acesso à assistência à saúde, nos serviços próprios, contratados ou conveniados que integram o SUS. O parágrafo único, também inserido nesse artigo, traz o detalhamento de como será feita a regulação do acesso, que deverá ser fundamentada em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização.

A regulação proposta no PLS nº 362, de 2016, deverá abordar:

I. no caso do atendimento de emergência, a regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar;

II. administração da disponibilidade de leitos hospitalares e das agendas de consultas e procedimentos;

III. estabelecimento de mecanismos de referência entre unidades de saúde de diferentes níveis de complexidade;

IV. divulgação, na internet, de informações referentes à disponibilidade e à utilização dos recursos assistenciais do SUS, respeitando-se a privacidade e o sigilo das informações dos pacientes.

As modificações propostas para os arts. 16, 17 e 18 têm por finalidade atribuir competências à União, aos Estados e aos Municípios, respectivamente, em relação à regulação de acesso de que trata a proposição.

À União caberá normatizar e coordenar nacionalmente a regulação do acesso à assistência à saúde e prestar cooperação técnica e financeira aos demais entes.

Os Estados devem coordenar e estabelecer normas, em caráter suplementar, para a regulação do acesso à assistência à saúde em seu âmbito administrativo e também prestar cooperação técnica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira aos seus Municípios. Por fim, o inciso acrescido ao art. 18 atribui aos Municípios a responsabilidade por organizar, coordenar e normatizar complementarmente a regulação do acesso à assistência à saúde em seu âmbito administrativo.

O art. 2º do PLS nº 362, de 2016, confere prazo de cento e oitenta dias para que a lei eventualmente originada pela proposição entre em vigor.

Na justificativa do projeto, o autor informa que seu principal objetivo é conferir eficiência e transparência ao acesso dos pacientes aos recursos oferecidos pelo SUS em todas as esferas de governo, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e da impessoalidade.

A proposição foi distribuída à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão em caráter terminativo. Não foi objeto de emendas.

Análise.

A distribuição do PLS nº 362, de 2016, para a apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere ao Colegiado a competência para opinar a respeito de matérias que versem sobre proteção e defesa da saúde e sobre competências do SUS. O caráter terminativo da decisão, que dispensa a competência do Plenário, é conferido pelo inciso I do art. 91 do mesmo Regimento.

O objetivo precípuo da proposição sob análise é conferir efetividade, no âmbito do SUS, ao princípio da publicidade da Administração Pública. Também tem por escopo tornar mais eficiente e equânime a prestação de assistência à saúde da população brasileira pelo sistema.

Cumpre salientar que a regulação da atenção à saúde tem o papel de organizar o funcionamento geral do SUS e deve pautar-se por mecanismos que garantam a visibilidade e a transparência perante a sociedade. A ação regulatória é o elemento ordenador e orientador dos fluxos assistenciais, sendo responsável pelo mecanismo de relação entre a gestão e os vários serviços de saúde, assim como da relação entre esses serviços.

É por meio da ação regulatória, realizada por profissional de saúde competente, que se busca organizar os serviços de forma a disponibilizar a possibilidade assistencial mais adequada a cada caso, de acordo com sua necessidade e com os protocolos estabelecidos. Assim consegue-se maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no SUS, encaminhando o paciente para um serviço capaz de oferecer o tratamento adequado ao caso.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde editou a Política Nacional de Regulação do SUS, por meio da Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008. Essa política foi desenhada em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

A política insere-se como importante componente da gestão do SUS e está centrada em três eixos estruturantes: I) garantia de recursos financeiros para a implantação e o custeio dos Complexos Reguladores da Assistência; II) desenvolvimento de instrumentos para a operacionalização dos Complexos Reguladores; e III) desenvolvimento de programas de capacitação permanente de recursos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No modelo instituído no País, as Centrais de Regulação atuam em áreas assistenciais inter-relacionadas, como a assistência pré-hospitalar e inter-hospitalar de urgência e as internações, além das consultas e procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade e são classificadas em:

- Central de Regulação de Urgência, que regula o atendimento pré-hospitalar de urgência realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);

- Central de Regulação de Internações Hospitalares, responsável pela regulação dos leitos hospitalares dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, próprios, contratados ou conveniados, ou seja, leitos das diversas clínicas hospitalares, de UTI e de retaguarda aos prontos-socorros;

- Central de Regulação de Consultas e Exames, responsável pela regulação do acesso dos pacientes às consultas especializadas, aos Serviços de Apoio, Diagnose e Terapia (SADT), bem como aos demais procedimentos ambulatoriais;

- Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade, que regula o acesso de pacientes aos serviços e ações de alta complexidade em todo o País, a exemplo de procedimentos em oncologia e neurocirurgia.

Para o gerenciamento de todo esse complexo regulatório, foi criado o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg). O Sisreg é uma ferramenta tecnológica disponibilizada pelo Ministério da Saúde para a operacionalização de Centrais de Regulação, que tem como objetivo dar agilidade e transparência ao processo regulatório.

Mesmo com todo o arcabouço normativo e de infraestrutura oferecido pelo Ministério, há inúmeros Municípios e até Estados que não adotam esse modelo regulatório. Por esse motivo, as falhas na regulação do acesso aos serviços do SUS têm sido apontadas como um sério problema em auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

No âmbito de ação civil pública ajuizada pelo Procurador da República em Blumenau João Marques Brandão Neto, foi argumentado que o MPF pretende não é decidir sobre questões relativas à prioridade de pacientes ou alterar a ordem da lista de espera. O MPF pretende, apenas, que as listas de espera sigam critérios impessoais e transparentes, e que seja documentada a decisão sobre pacientes prioritários e sobre a alteração da ordem da fila de espera.

Podemos concluir, destarte, que apesar de já existirem instrumentos adequados à regulação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, é necessário definir em lei a obrigatoriedade de os entes federados aderirem de fato aos mecanismos de regulação. A definição em lei das diretrizes do sistema de regulação e da divisão de competências e responsabilidades entre as esferas de governo dará mais força à efetiva implementação da Política Nacional de Regulação do SUS.

Ressalte-se que a redação do projeto em tela conforma-se às regras da boa técnica legislativa. Não há óbices também quanto à sua constitucionalidade, visto que é competência da União legislar sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No que concerne à juridicidade, por fim, o projeto se mostra irretocável, porquanto: I) o meio eleito (edição de lei) é o adequado; II) a matéria inova o ordenamento jurídico; III) cumpre o quesito da generalidade e IV) revela-se consentâneo com os princípios gerais do Direito.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2016.

Era esse, Srª Presidente, o nosso relatório, no que tange a este projeto.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Parabenizo V. Exª.

Também em virtude de quórum, nós não teremos condições de discutir a matéria ou colocá-la em votação.

Apenas faço uma observação de cunho pessoal.

Eu ressaltei aqui, neste relatório, como nos outros que eu tenho lido, inúmeras siglas, todas elas, aparentemente, com a intenção de aperfeiçoar o atendimento à saúde, ordenar, aperfeiçoar a gestão. Nós temos uma sigla nova e, mais uma vez, temos toda a capacidade de centralizar e não distribuir atendimento adequado.

Portanto, o relatório de V. Exª é perfeito, mas ainda obedece essa pirâmide nacional, eu digo de desajustes, que não atendem ao princípio melhor, que é o de distribuição de atendimento na questão da saúde pública prontamente e de maneira eficaz.

Eu vejo que o Ministério da Saúde ainda não conseguiu enfrentar todos. Não é falta de recurso mais. Nós temos acompanhado o orçamento da saúde tanto quanto da educação. Nós pretendemos ver que, ainda em 2018, com o Brasil se recuperando, todos esses mecanismos de defesa que as leis constroem para propiciar um atendimento adequado... Realmente, conhecendo V. Exª, como conheço, sei que tudo isso é para o aperfeiçoamento do atendimento à saúde no País.

Então, parabenizo V. Exª. Não temos capacidade de – fica adiada – votar a matéria. Não podemos discuti-la. Fica adiada. Então, adiada essa matéria.

Nós temos uma ata cuja leitura proponho que seja dispensada.

Pois não, Senador, V. Exª queria fazer uso da palavra? Não?

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, como é de praxe nesta Comissão.

Se todos estiverem de acordo, vou colocar em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Portanto, nós vamos encerrar.

Nada mais havendo a tratar, nós vamos encerrar os trabalhos.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Pois não.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu sei que, lamentavelmente, não temos o quórum necessário. Entretanto, nós teríamos aqui o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2014, que trata da regulamentação da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências.

É um projeto de iniciativa ainda do Walter Pinheiro que tem a nossa colega Vanessa Grazziotin como Relatora. Lamento a falta do quórum necessário, de acordo com o Regimento, porque nós temos hoje aqui a presença de vários profissionais e líderes dessa categoria profissional de despachantes documentalistas, que vieram para cá de vários Estados convictos de que essa matéria seria votada hoje.

Então, nós lamentamos isso e esperamos que, provavelmente na próxima reunião, coloquemos em votação o item 4, o Projeto de Lei do Senado nº 292.

É apenas um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Eu não sei se consigo justificar. Acho que não conseguirei, mas tentarei.

A Casa está com várias comissões com matérias urgentes. Como sempre acontece no Congresso Nacional – estou aqui há 30 anos –, na última hora a pauta acaba precedendo aquilo que corriqueiramente teríamos que fazer a tempo e horas, inclusive respeitando a presença daqueles que estão neste plenário.

Então, peço desculpas a todos, e esperamos que na próxima reunião consigamos fazer essa votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não diga "pelo amor de Deus" a mim. Estou aqui e, se pudesse colocar em votação com um, eu colocaria.

Quero até registrar um fato aqui. Em decorrência de tudo isso que está acontecendo aqui agora e em outras salas, eu apresentei um projeto de resolução que diminui o quórum para que possamos ter votação. A mim não interessa, como Parlamentar, que 15 Parlamentares estejam em outra comissão, porque o assunto lá é mais importante, quando tudo o que tramita nesta Casa é importante.

Já foi votado, já foi publicado. Eu vou pedir que as comissões coloquem em prática esse projeto de resolução, porque cansei de presidir comissão em que tínhamos dois, três. Então, se tivermos dois, três, votaremos com dois, três, e não mais ficaremos adiando discussão dessa natureza.

Está encerrada a reunião. Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Escolha de Autoridade - Anvisa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, aprova Parecer favorável à indicação do nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, por 13 (treze) votos SIM, 2 (dois) votos NÃO e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Hélio José, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à arguição pública da Srª Alessandra Bastos Soares, indicada pela Presidência da República, conforme a Mensagem nº 68, de 2017, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Reitero que, logo após essa reunião, teremos nossa reunião deliberativa, a 60ª, com muitos assuntos não-terminativos e terminativos.

Quero agradecer aqui a presença do Diretor-Presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, e dos Diretores Fernando Mendes, Renato Porto e William Dipp.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Em 08.11.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (artigo 383, II, "b", RISF).*

A votação será realizada por escrutínio secreto (artigo 383, VI, RISF).

Já está à Mesa dos trabalhos a indicada, a Srª Alessandra Bastos Soares, e, logo após o pronunciamento da Srª Alessandra, nós abriremos para votação.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para suas considerações iniciais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero apenas agradecer à Presidente Marta Suplicy pelo atendimento aos requisitos regimentais e penso, Senadora, que a sabatina permitirá, na exposição que a Drª Alessandra fará, um conhecimento maior da sua habilidade para a indicação feita pela Presidência da República.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com certeza, Senadora.

Então, a indicada tem 20 minutos para fazer sua exposição, para depois ser questionada pelos Senadores. Pode ser entre 15 e 20 minutos, como a senhora desejar.

A SRª ALESSANDRA BASTOS SOARES – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exma Srª Senadora Marta Suplicy, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; Exma Srª Senadora Ana Amélia Lemos, que é Relatora desta Comissão; Exmos Srªs e Srs. Senadores que compõem esta Comissão, demais autoridades, senhoras e senhores, bom dia.

Compareço diante desta digna Comissão na condição de indicada ao cargo de Diretora da Anvisa, submetendo-me ao crivo desta instituição com consciência, entusiasmo e verdadeiro contentamento.

Ao apresentar-me, expresso minha profunda gratidão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhor Michel Temer, pela confiança e deferência ao meu nome depositados ao indicar-me à apreciação deste Senado para concorrer ao cargo mencionado.

Agradeço ainda aos profissionais da saúde com os quais atuo e atuei em minha caminhada profissional de mais de 20 anos no âmbito da saúde, seja no setor privado ou no setor público. Por fim, agradeço aos senhores e senhoras aqui presentes pela disposição em conhecer minhas experiências, expectativas e propostas para a Diretoria da Anvisa, à qual sou indicada.

Sou farmacêutica generalista e tenho de vivência laboral o mesmo tempo de existência dessa tão conceituada agência. Em 26 de janeiro de 1999, pela Lei nº 9.782, instituiu-se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e, no mês de julho do corrente ano, tive minha formação concluída e minha inscrição no Conselho Regional de Farmácia, o que me tornara apta a assumir as responsabilidades impostas pela profissão que com muita paixão abraçara.

Anteriormente à minha formatura, já atuava como técnica de Farmácia em uma unidade básica de saúde, no bairro ermo da Vila Cristina, em Piracicaba, no interior de São Paulo. Já nessa ocasião, acreditava que minha dedicação profissional seria mais proveitosa à coletividade se os meus procedimentos e os da equipe à qual integrava fossem embasados no que preconizava a recém-formada agência, quando apresentava como sua missão a promoção e a proteção da saúde pública. Assim, tendo como mentora profissional uma profissional farmacêutica já habilitada, foquei os meus esforços para compreender e implementar na labuta diária as recentes diretrizes apresentadas pela Anvisa.

O esforço foi reconhecido, não somente pela menção do então Prefeito Humberto de Campos, em explanação pública, em que citou nossa unidade e o trabalho desenvolvido pelo setor de dispensação de medicamentos da referida unidade como exemplar, mas principalmente pela população atendida por essa unidade, que sentiu sua saúde ainda mais resguardada pelo atendimento e cuidado à saúde aplicados na ocasião.

Já habilitada como profissional farmacêutica pela Universidade Metodista de Piracicaba e tendo boas referências pelo serviço público prestado com dignidade, respeito e motivação, entendi ter acertado em minha escolha, não somente por minha vocação, mas pelas habilidades dia a dia desenvolvidas. Destacando-me nas atividades realizadas, ainda na aprazível cidade de Piracicaba, fui convidada pela presidência de uma renomada prestadora de serviços médicos e hospitalares a assumir a responsabilidade técnica e a gestão da assistência farmacêutica na unidade implantada na cidade, para atender comercialmente cooperados e usuários, fornecendo medicamentos e produtos para a saúde a preços reduzidos.

O destaque dessa unidade de saúde se deu em função de um projeto por mim elaborado em parceria com laboratórios farmacêuticos fornecedores e com o corpo médico dessa rede de assistência à saúde. A interação multidisciplinar alcançada entre os diferentes profissionais envolvidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcionou a possibilidade de controlarmos e atendermos individualmente pacientes crônicos dependentes de medicamentos de uso contínuo.

Possibilitamos aos nossos assistidos melhora significativa na qualidade de vida, confirmando assim a premissa instituída pela agência: é responsabilidade de todo profissional da saúde a promoção e a proteção da saúde de todo indivíduo. De igual maneira, esse projeto reverteu positivamente para a instituição, que alcançou crescimento em número de usuários em função do atendimento e do cuidado diferenciados. Nesse processo e desde o primeiro trabalho efetivo na profissão que abracei, pude incluir a pauta regulatória.

Retornando à cidade do Rio de Janeiro no ano de 2002, servi inicialmente às empresas do setor privado de importação de medicamentos, cosméticos e produtos para a saúde, onde empenhei esforços para assisti-las em seus processos, desde o licenciamento e respectivas autorizações de funcionamento, assim como a certificação de boas práticas conforme o pleito, até o registro de toda a diversidade de produtos por elas pretendidos e enquadrados pela agência no arsenal de vigilância sanitária.

Nesse ínterim, de 2003 a 2008, tive no meu escopo de trabalho a responsabilidade de enquadrar as empresas atendidas nos mais vastos âmbitos legais, fosse na organização e atualização documental para atender processos licitatórios no abastecimento de produtos de toda a rede hospitalar pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, fosse no desenvolvimento de manuais de normas de boas práticas, de armazenagem e distribuição das mais variadas classes de produtos, incluindo os termossensíveis, fotossensíveis ou produtos críticos da cadeia fria.

No estudo de viabilidade regulatória, assim como fornecendo embasamento científico e principalmente regulatório para a construção de planos de *marketing* para a cadeia de distribuição dos mais variados tipos de produto em todo o Território Nacional, todo o trabalho realizado sempre foi pautado nas normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Nessas empresas, tive a oportunidade de lançar produtos inovadores, como a linha de higiene oral à base de enzimáticos, atendendo ao importante plano de saúde preventiva, tão fortemente estimulada por nossas políticas públicas. Com essa inovadora linha de produtos, foi-me proporcionada a oportunidade de participar das discussões iniciais dos serviços de saúde sobre higiene oral em pacientes hospitalizados, mais especificamente pacientes dos setores de terapia intensiva, pré e pós-cirúrgicos e cirurgia cardíaca, dependentes ou não de ventilação mecânica. Como procedimento preventivo às infecções nosocomiais, principalmente as relacionadas às vias respiratórias, foi possível realizar nos setores citados de diversos hospitais públicos e privados atendidos o controle de tais infecções, resultando numa comprovação de decréscimo dos custos hospitalares por pacientes atendidos e o resguardo à vida de inúmeros pacientes.

Com essa linha, ingressei ainda no renomado Instituto Nacional do Câncer, Inca, expandindo a aplicação da referida linha, das práticas aplicadas aos pacientes da oncologia, inicialmente nos setores de odontologia e cirurgia de cabeça e pescoço, ondei treinei e capacitei profissionais da saúde envolvidos no atendimento desses pacientes para realização da adequada higiene bucal.

Naquela ocasião, foi possível criar grupos de cuidadores familiares para orientação sobre a importância desse procedimento, o que acarretou mudanças significativas na qualidade de vida desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa mesma grade de produtos, atendi ainda pacientes da reumatologia, especialmente os portadores da Síndrome de Sjögren, à época doença pouquíssimo conhecida, atuando como parceiros da Associação Brasileira de Portadores da Síndrome de Sjögren. Ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, levei o citado projeto para o cuidado de portadores de pênfigo bolhoso, acompanhados pelo setor de dermatologia do referido hospital. Já no Hospital Gafrée e Guinle, fui responsável por prospectar as possibilidades da utilização e benefícios de uso dos produtos dessa linha e da organização de grupos de educação continuada para instrução sobre a adequada higiene oral e seus benefícios aos portadores e pacientes de HIV.

Participar de todo o processo dessa linha, desde o estudo de viabilidade regulatória e comercial, assim como os registros e a implementação do projeto de saúde bucal, foram alguns dos principais trabalhos por mim realizados, permitindo-me atuar como palestrante e instrutora em inúmeras instituições públicas e privadas, como hospitais, postos de pronto-atendimento, universidades, colégios, associações de cuidadores, dentre outros, por longo período de tempo.

Outros projetos que cito com satisfação ocorreram entre os anos de 2005 e 2013, quando estive à frente de uma proposta elaborada para o setor de distribuição e logística de produtos para a saúde importados, ambos de tecnologia inovadora e considerados produtos críticos pela especificidade e sensibilidade exigidas no transporte, armazenagem e distribuição dos mesmos. O empenho foi desenvolver e implantar um procedimento que garantisse todas as exigências pontuadas pelos laboratórios internacionais fabricantes e pela própria Anvisa, já que se tratava de produtos de altíssimo custo e de relevância nos segmentos e setores onde foram implementados.

Em 2005, abracei os cuidados com a linha de produtos para análise sanguínea, utilizando a tecnologia *Point of Care*, desenvolvido por renomado laboratório instalado no Brasil. O perfil do produto e os benefícios por sua utilização registrados me impulsionaram a criar um sistema de extensão do controle de qualidade da armazenagem dos produtos junto aos clientes parceiros, processo estruturado na aproximação de empresas com foco na mitigação de riscos inerentes à inobservância dos cuidados necessários que garantiriam a integridade do material dispensado desde a sua aquisição até o momento de sua utilização nos setores específicos.

Naquela ocasião, capacitei e treinei equipes internas na empresa por mim assistida, como os setores comercial, de armazenagem e de transporte, assim como as equipes dos setores de armazenagem, que é a farmácia hospitalar, centros de terapia intensiva e centros cirúrgicos nos clientes parceiros. Desses, posso citar as principais redes de serviços médicos e hospitalares da cidade do Rio de Janeiro e interior do Estado, assim como os principais hospitais federais, estaduais e municipais do Estado do Rio de Janeiro, incluindo os hospitais das Forças Armadas. Até os dias atuais, essa gama de produtos garante, com a acurácia necessária, que muitos procedimentos, principalmente os cirúrgicos de alto risco, sejam bem sucedidos, aumentando assim a possibilidade de salvar vidas.

Já em 2013, tratei de uma linha de *kits* para diagnóstico desenvolvidos pela tecnologia biomolecular, o que me exigiu estudo aprofundado sobre a cadeia fria do transporte, armazenagem e distribuição desses produtos, que possuem exigência de temperaturas extremas, de menos 10 a menos graus centígrados negativos. Naquela época, realizei com minha equipe estudo empírico sobre o gelo seco e variados materiais de acondicionamento e transporte para desenvolver o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adequado para que os *kits* fossem importados, armazenados, transportados e distribuídos em absoluta segurança em todo o Território nacional.

Hoje, continuo o meu trabalho como consultora e assessora em assuntos regulatórios em empresas de importação e distribuição do Estado do Rio de Janeiro.

Toda minha vivência sempre foi enriquecida com minha participação e, quando oportuno, contribuição em congressos, *workshops*, cursos, palestras nas esferas públicas e privadas, em ambientes empresariais e acadêmicos nas áreas de saúde, gestão e assuntos regulatórios. Em todas as oportunidades que me são apresentadas, tenho discorrido sobre a minha experiência profissional com o objetivo de apontar aos futuros profissionais da saúde, em especial aos meus colegas farmacêuticos, as diversas possibilidade de atuação, sempre tendo como referência a responsabilidade técnica por nós exercida.

Entendo que a via legal é fundamental para atender as minhas expectativas profissionais e as de todos aqueles que de minha equipe fazem ou fizeram parte. Os assuntos de regulação são complexos. Contudo, sob o olhar da sensatez, aliando conhecimentos necessários da dinâmica do setor e dentro dos parâmetros estabelecidos, é possível alcançar patamares cada vez mais elevados no plano internacional. O Brasil hoje ocupa um lugar de relevância frente aos mercados de Primeiro Mundo no que se refere à regulação em saúde. As agências reguladoras internacionais são uma referência de peso, pelo tempo de existência e pela importância no trabalho desenvolvido, mas o Brasil hoje pode orgulhar-se da atuação da Anvisa nos processos sanitários de assuntos de saúde e de regulação.

Reconheço o vulto das atividades exercidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, seus propósitos desde a sua idealização, seu empenho em acompanhar a dinâmica evolução normativa e, por fim, seus infinitos desafios e estou certa de que a Anvisa percorre o caminho correto, buscando melhorias no marco regulatório, como preconizado no planejamento estratégico da agência, com prazo de conclusão para 2019. Do lugar de onde aprecio essa agência, percebo que a Anvisa construiu-se no gabaritado desempenho de seus idealizadores, gestores e servidores e segue ampliando seu raio de ação, tudo isso em prol de um elevado nível de resolutividade, de demandas em todas as esferas onde atua, regendo cada atividade.

Em sua essência, o trabalho da Anvisa define muitos rumos em nosso País: a saúde pública assegurada em qualidade e rigor em produtos e serviços, o mercado e a economia que devem assegurar saúde financeira ao País, já que regula, ao menos, 25% do PIB brasileiro e a acessibilidade da população ao sistema de saúde. A representatividade da autoridade nacional em portos, aeroportos e fronteiras e suas ações fiscalizadoras, assim como seu posicionamento frente aos avanços acadêmicos e tecnológicos nos âmbitos nacionais e internacionais exigem mais do que nunca o comprometimento de seus gestores em manter o patamar pela Anvisa alcançado.

Defino-me, Srªs e Srs. Senadores, como legalista e fiel cumpridora da lei, seja a constitucional ou as regulamentações que norteiam as atividades que escolhi para realizar-me profissionalmente.

E, por esta razão, desde a minha primeira possibilidade de intervenção, decidi atuar em conformidade à legislação com anuência das empresas, empresários, comunidades e, sobretudo, dos órgãos do Poder Público pelos quais passei.

Julgo, enfim, ter facilidade de trânsito tanto na área pública quanto na esfera privada.

Enxergo nessa possibilidade de atuação com a função ora indicada muito além do que reconhecimento pela dedicação e empenho empregados nesses últimos 20 anos, mas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade única e preciosa de prestar serviço à saúde pública e à coletividade, integrando essa instituição tão conceituada que se tornou a Anvisa.

Ciente da responsabilidade de V. Exªs, incumbidas de aprovar os profissionais que dirigem essa agência reguladora, devo afirmar para subsidiar os fundamentos da decisão que irão tomar que conheço e compreendo os mecanismos e as ações de vigilância sanitária.

Sinto-me honrada por estar sendo apreciada e avaliada nesta ocasião para compor o conceituado corpo de gestores da Anvisa.

O compromisso que ora assumo sendo aprovada minha indicação é fazer jus a tamanha seriedade que representa e desempenha essa agência no Brasil e no mundo, resultado direto e da competência irrepreensível do trabalho por todos os seus servidores prestado, servidores esses que de forma titânica têm mantido o padrão de excelência da atuação dessa agência em atuar de forma tão imperativa nos mais variados âmbitos da saúde pública.

Por fim, nobres Srªs e Srs. Senadores, por tudo já mencionado, por minha formação técnica, profissional e intelectual, por manter-me idônea nas condutas profissionais e pessoais, considero me apta e capacitada para assumir o cargo para o qual fui indicada.

Registro o meu agradecimento a todos os presentes, aos servidores desta Casa, que tornaram possível a minha presença nesta sabatina.

Agradeço ainda aos meus pais pelo apoio incansável e aos meus filhos por fomentarem em mim o desejo de manter-me inquieta frente ao que é possível mudar e melhorar.

Coloco-me à disposição neste momento para arguição desta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada.

A indicada colocou o seu currículo amplo e bastante diversificado, que poderá ser interessante para a Anvisa.

E eu passo a palavra agora à Relatora, Senadora Ana Amélia, para o seu questionamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy, nossa Presidente,

Caros colegas Senadores, gostei, Drª Alessandra, do adjetivo usado por V. Exª, do esforço titânico do corpo de servidores da Anvisa.

Eu, como Senadora, estou aqui desde 2011, sou testemunha da evolução que a agência reguladora vem fazendo.

Aqui presentes o Dr. Jarbas Barbosa e toda a equipe da diretoria da agência, que tem sido exemplar no esforço titânico, como V. Exª se referiu, para atualizar os procedimentos, para agilizar a demanda, que é cada vez maior, em função do complexo grau de prerrogativas e responsabilidades que tem essa agência reguladora.

Então, não será pequeno o seu desafio. Espero que a sua habilitação profissional como farmacêutica, de prática, e os conhecimentos gerais que tem contribuam dentro do quadro já muito qualificado da Anvisa para ampliar esses procedimentos.

Olhando, como a senhora disse, quando a senhora se formou estava nascendo a Anvisa. Então, a senhora, certamente, por estar numa área ligada à regulação pela própria agência reguladora, no caso de medicamentos, olhando de fora, quais são os pontos que percebe que podem ser modernizados, aperfeiçoados? Ou algum procedimento que, em seu entendimento, possa ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem alguns temas polêmicos dos quais estamos tratando. Um deles, que veio para esta Casa – o Senador Moka acompanhou, o Senador Cidinho Santos, a própria Senadora Marta –, foi a aprovação de um projeto que foi sancionado para a Presidente para um "medicamento" chamado fosfoetanolamina sintética. A "fosfo", porque é muito comprido o nome. Foi um debate aqui suscitado.

O Dr. Jarbas, lembro-me perfeitamente bem – foi na sala de Constituição e Justiça, cheia, lotada –, teve, diria até a coragem, de mostrar, do ponto de vista científico, o que era preciso para fazer uma comprovação clínica, um teste clínico, da eficácia desse dito medicamento. Então, queria saber se a senhora tem algum ponto de vista sobre esse assunto e sobre a atitude tomada pela Anvisa em relação a essa matéria.

Há uma outra iniciativa desta Casa – e aqui está o Senador Moka, que foi um companheiro extraordinariamente valioso, bem como o Senador Walter Pinheiro. Nós produzimos um projeto para agilizar a pesquisa clínica no Brasil. Hoje, com o tempo que demora um registro, doenças como câncer e o mal de Alzheimer são doenças que têm pressa. O paciente, dependendo do tipo de tumor, não pode esperar muito tempo. Essa proposta legislativa, já aprovada pelo Senado – está agora na Câmara –, trata de criar um ambiente para o paciente. Nossa preocupação primeira é com o paciente. A segunda é com a possibilidade de que nossos médicos pesquisadores, de que nossos cientistas da área de Medicina, tenham, sim, capacidade e condição de terem, junto com os países até da América Latina, um tempo aceitável para iniciar os grupos de pesquisa com as pessoas portadoras dessas doenças, que são cada vez mais insistentes e repetidas em nosso País.

Ontem celebramos o Dia de Combate ao Câncer. Seiscentos mil casos de câncer foram registrados de 2016 a 2017. Não é um número desprezível. É uma questão grave sobre a qual precisamos agir. Como a senhora vê a questão da pesquisa clínica e da agilização dos procedimentos? Nessa questão da desburocratização, a própria Anvisa nos auxiliou muito. A questão era de competência, de estabelecer a quem cabe fazer isso. Se fosse só apenas a Anvisa estaríamos ainda ampliando mais, mas ela é multidisciplinar. Ela tem o CEP, que é o Comitê de Ética em Pesquisa, na própria instituição médica, no hospital, na universidade. Depois há mais outros órgãos, que são os órgãos reguladores que tratam disso. Queremos é que nisso haja uma harmonização das competências sem invadir nem prejudicar ninguém, mas que o maior beneficiado seja o paciente.

Então, em princípio, são essas questões. E se a senhora acha que a complexidade de responsabilidade que a Anvisa tem hoje, que vai de alimentos a defensivos agrícolas, que vai de medicamentos a outros tipos de produtos – de higiene pessoal, por exemplo –, se isso não cria também um acúmulo de responsabilidades, e, com a estrutura que tem a agência hoje, nem sempre é possível responder adequadamente no tempo.

Só para terminar, ontem, Senador Moka, que coordena uma subcomissão da CAS para tratar de doenças raras e da evolução que tem, fiquei muito animada, confortada, com a informação do Dr. Jarbas Barbosa e do diretor responsável por isso, pela Anvisa, nos aeroportos, de que a liberação do medicamento para doenças raras, que é importado pelo Ministério da Saúde, a Anvisa libera imediatamente, assim que o produto chega ao aeroporto. Eu queria também cumprimentar a Anvisa por essa... O grupo de pessoas que padecem de doenças raras exige medicamentos difíceis de acesso, de compras e de preços. Então, eu queria destacar o trabalho do Senador Moka e também essa iniciativa da Anvisa, de ter essa preocupação, pela emergência dos casos de doenças raras e de outros.

Obrigada, esses são os meus questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Eu quero avisar que o painel para votação já está aberto, os Senadores já podem votar.

E agora passo a palavra à candidata.

Podem votar, está aberto. O Senador Moka gostaria também de fazer já o seu questionamento; ela responde já aos dois, eu acho que talvez seja melhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Drª Alessandra, Srª Presidente Senadora Marta Suplicy, cumprimento também aqui o Presidente da Anvisa, Dr. Jarbas Barbosa. Eu não quero subestimar ninguém nem quero prejulgar os outros, mas a verdade é que, após a assunção do Dr. Jarbas Barbosa, a Anvisa teve um salto de qualidade. E é preciso reconhecer isso.

Nós aqui – eu também parabenizo os outros presidentes que lá passaram e se esforçaram, mas o Dr. Jarbas realmente... É claro que é a equipe como um todo; ele não é, sozinho, a Anvisa, mas ele, de alguma forma, conseguiu essa convergência, e nós temos tido a prova disso. Eu já fiz duas audiências públicas e fiz duas reuniões no meu gabinete, Senadora Presidente, e no gabinete fica só uma pergunta, porque há muita desinformação, e é preciso que o pessoal também, como um todo, entenda a dificuldade das entidades, daqueles que representam os portadores de doenças raras. Muita coisa, já, na prática, tem sido resolvida.

Eu quero aqui até brincar: o Daniel, vocês devem conhecer bem, porque ele está sempre lá, sempre é ele que... Sobram para ele as respostas; eu o chamo de "Marmitão", porque, quando ninguém quer responder, eu falo assim: "Então o Daniel vai responder." Agora, na verdade, a Anvisa é muito elogiada hoje lá, muito elogiada. E a gente tem que reconhecer isso. Então, o simples fato de você ter a indicação do Presidente da Anvisa e de uma Relatora que eu considero... É impossível a Senadora Ana Amélia não fazer alguma coisa bem-feita, com critério.

Portanto, eu queria apenas agradecer a sua presença aqui e dizer que, da minha parte... É claro que temos que avançar mais, mas eu me lembro disso. Eu fui Relator do projeto do Senador José Serra. Os prazos, Senadora Marta Suplicy, eram uma coisa absurda. Hoje, encolheu tudo. E essa informação de ontem de que, ao chegar o remédio, ele vai ser liberado, para quem tem uma doença rara e que sofre, que depende daquele medicamento, – nossa! – é uma notícia muito boa.

Então, quero agradecer e dizer que eu, pelo menos, me sinto muito satisfeito com a atuação da Anvisa. É claro que existem críticas, mas o que a Anvisa já melhorou, nesses últimos tempos, justifica aqui o fato de saudá-los. Entendam isso como um estímulo no sentido de melhorar ainda mais o atendimento daqueles que sofrem, porque quem precisa do medicamento está sofrendo. E não são só eles, mas também uma família inteira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka.

Realmente a iniciativa de V. Exª de fazer a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras foi excelente e já está produzindo frutos.

Corroboro também os elogios a Jarbas Barbosa, que é realmente unanimidade em relação à Anvisa – parabéns! –, e também a toda a equipe. Nós sentimos as portas abertas para discussão, resolução, competência e ouvimos os elogios das pessoas – não só dos Senadores – que se sentem bem atendidas, principalmente porque acompanhamos as dificuldades da Anvisa – e são muitas – de trabalho, de possibilidades. É um trabalho de excelência. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algum Senador gostaria de fazer algum outro questionamento? Senão eu faço algumas perguntas que eu também tenho, e aí a senhora responde tudo junto.

Bom, eu queria saber a sua prioridade na diretoria colegiada da Anvisa, caso o seu nome seja aprovado. Eu sei que a pergunta fica um pouco estranha, porque a senhora não está lá dentro – quando a gente chega a um lugar, muda muito o que a gente faria –, mas, até agora, com as informações que tem, qual seria, mais ou menos, o projeto?

Nós temos sempre um questionamento sobre algo que melhorou muito na Anvisa, mas ainda há reclamação, que é a concessão do registro de medicamentos. Qual é a sua opinião sobre regras, processos, procedimentos relativos a registros sanitários vigentes? E outra: quais são suas ideias para aprimorar esses procedimentos?

Em relação às doenças raras – eu acabei de comentar que houve uma belíssima iniciativa na Comissão em relação ao tema –, qual é a sua opinião sobre os procedimentos de registro de medicamentos órfãos direcionados ao tratamento dessas doenças? Eles deveriam ser alterados? Tais medicamentos devem receber atenção prioritária na análise e na concessão do registro ou V. Sª concorda com o jeito que está?

Senador Elmano, gostaria de fazer alguma pergunta?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, minha estimada Alessandra, inicialmente queria, Senadoras e Senadores, fazer minhas as palavras do Senador Moka com relação à atual administração e gestão da Anvisa, principalmente após o Jarbas ter assumido essa missão. Faço minhas as palavras que ele pronunciou aqui com relação ao grande avanço nessa agência.

Em segundo lugar, aqui eu queria me dirigir, pela oportunidade que me é dada, e tirar alguma dúvida, considerando que a nossa Alessandra é da área de Farmacologia, com relação a uma doença rara, de que eu tive a oportunidade de tomar conhecimento dela na semana passada. Trata-se da Atrofia Muscular Espinhal (AME), que tem quase 8 mil cadastrados, quer dizer, identificados com essa doença rara, que ceifa a vida, quer dizer, ceifa a vida da pessoa aos cinco anos. Até os cinco anos, passa um pouco mais. E eu tive conhecimento através de um portador dessa doença rara, o Jelres de Freitas, que é de Sumaré, em São Paulo, que está acompanhado de três vereadores, os pais, etc., fazendo uma sensibilização e mobilização nacional, com vistas a essa doença, que está preocupando a todas as instituições, etc.

Mas a grande preocupação, a maior é com o custo de um medicamento, me parece, já registrado na Anvisa, que é uma ampola, sendo que o tratamento, no primeiro ano, são seis ampolas vezes 350, me parece que é mais ou menos isso. Quer dizer, um custo elevadíssimo. E um medicamento que já tem, segundo consta, alguns resultados positivos em termos de um tratamento, um prolongamento da vida.

E o que mais me impressionou é que ele é um dos que ainda tem, aos 22 anos, toda a vitalidade – embora só daqui para cima, que é totalmente, uma parte, imobilizada – e concluindo o curso de Direito. E está nessa grande, digamos, meritória campanha com vistas a sensibilizar a todos nós, Parlamentares. Aqui ele esteve com a Mara Gabrilli, e para mim foi uma coincidência também estarmos juntos nessa oportunidade.

Então eu gostaria de saber da senhora: com relação, digamos, ao registro já realizado e se a senhora teria informações a acrescentar, porque é a primeira oportunidade que estou tendo após esse contato feito quinta-feira da semana passada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho a convicção e a certeza, pelo seu currículo, pela riqueza, pela experiência nessa área, que a senhora vai dar uma contribuição muito grande à atual gestão e vai contribuir para o desenvolvimento dessa área em nosso País. Era só.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Passo a palavra então à candidata para fazer as suas respostas.

A SRª ALESSANDRA BASTOS SOARES – Eu vou tentar aqui sintetizar, porque algumas perguntas são próximas.

Então, de fato estar dentro dos hospitais, estar convivendo com o doente, tanto no local da dispensação, tanto do medicamento, como do produto para a saúde que talvez ele utilizasse, sendo assistido pelas instituições públicas e, às vezes, privadas. Isso enriqueceu muito a minha visão sobre doenças raras. E é uma dor que não é só do paciente, é uma dor familiar, é extensivo.

Então, o medicamento é um item de uma problemática, porque existe o medicamento, o cuidado, o tratamento, o suporte. Então, são de fato muitos itens a serem verificados e muitos desses passam pela agência porque necessitam de um registro, da mensuração de um custo.

Então, o que me deixou muito feliz ao chegar à Casa, até estar aqui hoje, foi perceber e ver, primeiro, a conversa aberta, franca e saudável que existe entre a agência e o Senado, que é o lugar onde as pessoas vêm para colocar suas dores. Vocês representam a população que precisa do trabalho da agência.

Então, eu fiquei muito satisfeita em ver que isso ocorre e de uma maneira muito efetiva, muito dinâmica. O que eu entendo hoje, de onde eu vejo, é que, de fato, precisamos ter mais cuidado ao olhar esse paciente, porque é muito difícil.

Esse caso que o senhor citou, dessa patologia, é muito complexo, porque é dolorido demais e já nos primeiros anos de vida. Então, é um comprometimento da família, é um custo alto de muitas coisas.

Então, que bom que existe a CAS, que bom que existe essa subcomissão. É sensacional saber que existe e que está trabalhando com afinco, porque a discussão é praticamente semanal, se não diária, sobre esses assuntos. E, dentro da agência, o que eu já consegui verificar, foi um posicionamento favorável a, de fato, priorizar, ha já um desenho de um projeto para que esses medicamentos recebam outro tratamento para registro, para liberação, parar precificação. Então, isso é muito bom, porque vai agilizar isso tudo.

Aí, estamos falando de acesso. A agência está empenhada em promover acesso a essas pessoas, que, de 100 mil, 65 têm uma doença rara, mas são quantas doenças raras? São muitas, inúmeras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ALESSANDRA BASTOS SOARES – Exatamente, e coisas que ainda são diagnosticadas, porque na questão do diagnóstico, não só o medicamento, mas para diagnosticar essas doenças é preciso muito empenho, muito estudo.

Então, o que eu vejo hoje é que finalmente estamos todos – profissionais da saúde, Senado, a agência, a política, de uma forma geral e todos os profissionais da saúde, tanto do mercado, tanto do público como do privado – olhando para esse assunto com mais cuidado, para que de fato agilize e melhore a vida dessas pessoas, não só dela, do indivíduo, como da família inteira, porque são todos envolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Ana Amélia colocou sobre modernização; e aí, a Senadora Marta, quais são os projetos. Falamos aqui de tempo de registro.

A agência, de fato, tem um corpo muito qualificado, muito criterioso, muito exigente, e isso é indiscutível. É titânico o esforço, porque quando olhamos para outras agências, o número destinado de pessoas para cuidar de cada assunto é um número expressivamente maior. A agência cuida, que me recorde, são pelo menos nove frentes distintas, e cada uma com a sua particularidade, com a sua exigência, com a sua peculiaridade. Então, é muito esforço de uma agência para olhar para um cenário muito dinâmico, porque que bom que a ciência avança dia a dia, que bom que as novidades chegam e a globalização coloca isso para nós a cada minuto, o que está sendo feito, o que está sendo publicado, quais são as possibilidades que são geradas.

É uma agência nova, é uma agência que ainda não completou 20 anos. Então, quando falamos de regulação de saúde, recordamo-nos isso. Temos que pensar, porque é o mínimo detalhe, é o fino, é estudar como dizer, como normatizar deste a fábrica, desde a pesquisa do insumo, até a distribuição em uma drogaria, seja ela abastecida pelo Governo, como hoje nós já temos, seja ela particular, porque é todo um cuidado!

Então, o meu empenho será, sendo agraciada com essa oportunidade na agência, de entregar à agência a minha vivência, o que eu vive dentro de cada centro cirúrgico, dentro de cada setor hospitalar, dentro das empresas que cuidam para que não só os medicamentos, mas como produtos para a saúde, produtos de higiene pessoal, que olhamos... Hoje aqui todos com certeza já utilizaram os serviços da Anvisa várias vezes, com certeza, para começar o dia escovando os dentes. Então, tudo isso é apreciado pela agência.

O meu intuito é entregar à agência a minha vivência, as dificuldades da leitura, para ver o que pode ser acelerado. É uma leitura mais ágil, mas sem comprometer segurança e eficácia, porque isso é indiscutível, com isso não brincamos. Não podemos relegar a um segundo plano o que lá na frente vamos ter que talvez resolver de novo, porque se não cuidamos antes do que estamos entregando a um paciente, vamos ter que cuidar depois, e isso é muito oneroso, é um ônus muito alto.

Sobre a fosfoetanolamina sintética, que a Senadora colocou, eu gostaria infinitamente de que, de fato, ela fosse a promessa, mas nós precisaríamos analisar essa substância como medicamento. Então, seria necessário que fosse protocolada uma solicitação de pesquisa, a pesquisa clínica, e, posteriormente, uma solicitação de registro.

Parece que isso não aconteceu. Então, é difícil para a Agência julgar uma coisa que não está exposta, que não foi solicitada. Esse movimento de solicitação é de quem deseja o registro do produto. Então, a casa está à disposição. E se de fato houver não só – bom dia, Senador! – essa substância, mas que outras substâncias cheguem com essa proposta de cuidar do câncer, que é uma doença devastadora. Também, não é só o caso do paciente, mas eu vivi o Inca diariamente durante muitos anos na minha vida, e é uma dor sem tamanho. Então, não é só o paciente, é a família, é um custo familiar.

Então, assim, sobre a fosfoetanolamina o que eu tenho a dizer é que eu gostaria de que ela fosse, tivesse de fato um caminho que tem que seguir, que é o trâmite comum da Anvisa.

Sobre o PL 200, de 2016, que fala da pesquisa clínica, é sensacional ver que, aí, sim, estamos falando do sujeito da pesquisa. É uma pessoa que tem dor, e ela vai ser olhada e ela vai ser resguardada. Então, eu entendo como um ganho sem precedentes para a pesquisa e espero que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto vá à frente, que tudo corra bem e que consigamos de fato essa convergência para que os processos sejam agilizados, lidos com tanto rigor, não só pela agência, mas pela Comissão de Ética em Pesquisa, que a agência tenha um entendimento melhor, uma harmonização desses tempos, para que a coisa caminhe a contento.

Deixem-me ver se há alguma outra pergunta.

Tempo de concessão do registro é uma coisa que sempre se comenta, entre os profissionais inclusive, mas eu entendo que a agência já vem, desde 2016... Houve a publicação da Lei nº 13.410 e da nº 13.411, que já colocam novos prazos, já é um novo esforço para que seja revisto esse prazo.

Então, o meu entendimento mesmo agora é o empenho, não só da casa, dos profissionais que já estão lá fazendo esse trabalho, terem cada vez mais suporte e apoio para que esses processos sejam lidos e agilizados. E o que eu vivi, a minha leitura, o que eu pretendo, se for possível, é entregar exatamente essa visão de um outro ângulo para que revejamos os processos que puderem ser revistos, não só com medicamentos, mas as licenças sanitárias e tudo o mais.

Então, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Amorim está com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Srª Presidente.

Bom dia! Bom dia a todos. Bom dia, Drª Alessandra.

Eu teria apenas algumas perguntas, como um profissional da área da saúde, com muito orgulho, Drª Alessandra, farei apenas alguns questionamentos, já que a Anvisa é realmente um lugar estratégico para a nossa área.

A primeira pergunta que faço é a seguinte. Até o momento, a Anvisa tem feito muito pouco em relação a políticas de fronteiras, por exemplo. Como a Anvisa tem agido em relação ao nosso processo migratório, especialmente pelas fronteiras na Região Norte do País, completamente abertas? Será que a Anvisa está preparada para ações de saúde, de urgência, emergência.

Enfim, segundo questionamento que eu faço. É verdade que, como a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka propuseram aqui, precisamos mudar, melhorar, aperfeiçoar, principalmente, agências, e a Anvisa, mais do que nunca.

Por exemplo, a Anvisa, como os demais órgãos da Administração, tem uma corregedoria que deve manter isenção para apurar possíveis faltas cometidas no exercício profissional por servidores e gestores do órgão, por exemplo. Geralmente, os corregedores têm um mandato de dois anos, mas o que nos consta e o que acontece é que o cargo é exercido pelo mesmo corregedor há mais de 12 anos na Anvisa, Senador Moka. Já está lá há mais de 12 anos. Os diretores da agência têm três anos de mandato, podendo haver uma recondução por mais três anos. No presente caso, o mandato de corregedor da agência supera o dobro de qualquer mandato. Qual é a opinião da senhora sobre isso?

E finalizo com uma terceira pergunta: não consta no seu currículo quaisquer publicações científicas. É lógico que isso não é critério impeditivo, sem sombra de dúvida. A senhora tem algum tipo de atuação acadêmica? Eu sei que pelo currículo da senhora aqui, relatado pela Senadora Ana Amélia, a vida profissional da senhora foi sobretudo no mundo privado, ligado a empresas, talvez com pouca experiência no mundo público. Também não é nenhum impeditivo quando se quer contribuir, quando se quer ajudar. A senhora, como eu disse, não tem nenhuma experiência pública. Vai ser um mundo novo para a senhora, numa agência extremamente importante e desafiadora. O que a senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anseia, com o que a senhora espera contribuir, se os colegas Parlamentares concordarem que o seu nome seja aceito?

Finalizo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Hélio José gostaria também de fazer as suas perguntas, aí já respondemos todas. E já aviso aos colegas aqui presentes e aos que estão nos assistindo que nós vamos mudar de sala.

Até passou a funcionar agora, estou sentindo um ventinho. Não é, a janela abriu... Está? Bom, então, vamos esperar mais um pouco. Nós estamos com um problema de ar-condicionado aqui já há duas audiências. Nós íamos mudar a sala, já está preparada a número 15, mas parece que começou a funcionar. Vamos dar um tempo, às vezes ocorre.

Então, Senador Hélio José, V. Exª está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero cumprimentar S. Exª a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão, e demais membros da Comissão, agradecer a Alessandra Bastos Soares, que esteve no meu gabinete, estava viajando ao Catar. A minha assessoria a recebeu, conversou muitos assuntos com você. Então, agradecido pela visita, pela exposição. Viu, Alessandra? Desejo muito sucesso nessa nova caminhada, nessa nova empreitada. Soube que a conversa lá com a minha assessoria foi bastante produtiva. E fico agradecido a você.

O *curriculum vitae* apresentado pela Srª Alessandra Soares informa que ela é farmacêutica e evidencia uma brilhante carreira profissional desde a graduação até o ano de 2014, construída na iniciativa privada, tendo ocupado cargos gerenciais e de apoio técnico em empresas operadoras de planos privados de saúde, em escritório de advocacia, em empresas de exportação e importação ou de diversos tipos de produção médico-hospitalar. Então, a senhora traz uma experiência muito grande de ver o outro lado. É fundamental para a agência poder funcionar ter esse entendimento de como é que funciona, quem produz, quem comercializa, quem faz as questões. Em função disso, minha primeira questão é a seguinte: o que essa experiência poderá gerar de benefícios para a Anvisa?

Nobre Petecão, Senador do Acre, não sei se a senhora conhece.

Então, o que essa experiência grande que a senhora tem poderá gerar benefícios para a Anvisa? Como a senhora pretende trazer o que aprendeu nessa experiência da iniciativa privada para a sua gestão na Anvisa?

Quero avisar para a senhora que, pela simpatia e por tudo o que a senhora demonstrou à minha assessoria, já votei favorável a V. Sª. E dizer que sou servidor público concursado. Nós estamos sendo massacrados por algumas medidas que estão sendo encaminhadas para cá para agradar banqueiro ou para agradar pessoas que são inimigas do Estado, os servidores públicos. Aqui, o comum é a gente apoiar servidor público.

Já votei apoiando V. Sª porque eu creio que a senhora, além de ser uma pessoa que demonstrou ser bastante humana, conhecedora de uma área importante para a operação da Anvisa, tem todas as condições para poder ser diretora dessa importante Agência. Mas eu gostaria muito de ouvir sua opinião sobre a importante tarefa daqueles que abdicaram de ser empresários, de ficar ricos, de ter oportunidades para ter uma vida regrada e média, de classe média baixa, que são os servidores públicos deste País e que hoje estão sendo perseguidos e massacrados, porque deram a sua vida para poder seguir o ramo público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a Lei 8.112 e a Constituição brasileira, como todo cidadão, para respeitar. E, hoje, muitos já no final das suas vidas laborais, já não têm mais tempo de rever a sua posição, pois poderiam ter sido empresários brilhantes lá atrás, e se dedicaram a essa questão pública. E vêm um monte de medidas para tentar perseguir e prejudicar a importante função do funcionalismo público.

A senhora está indo exatamente gerir uma instituição em que o funcionalismo público é grande, fundamental para o serviço que a senhora vai executar. Então, é muito importante para nós, servidores públicos, ouvir a opinião da senhora sobre essas questões, como vai ser o trato, já que a senhora é uma pessoa da sociedade, que não é do meio nosso, do serviço público, como a senhora encara essas questões.

E o seguindo ponto: o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos foi criado pela Lei 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para o rastreamento dos medicamentos, desde a produção até a prescrição e dispensação. Sobre esse sistema, pergunto: como farmacêutica, que é a profissão da senhora, qual a opinião sobre esse sistema de rastreamento de medicamentos? A senhora já chegou a se debruçar sobre isso? E que opinião a senhora traz para nós? Como a senhora avalia a atuação da Anvisa na implementação do sistema de rastreamento de medicamentos, já que, segundo a lei, a implementação e a coordenação desse sistema são de responsabilidade da Anvisa?

Finalizando, a Senadora Ana Amélia já perguntou sobre a fosfoetanolamina sintética. A senhora já colocou que teria uma expectativa de ver uma solução sobre esse tema. Nós mesmos, nesta Comissão, no ano passado, este ano e ano retrasado, tivemos vários debates com o Presidente da Anvisa, diretoria da Anvisa, com todo mundo, e os grupos das pessoas atingidas pela fosfoetanolamina sintética, e a esperança que representa essa questão.

Então, já que há uma inércia, como a senhora coloca, que não houve o pedido público, oficial, para o registro dos remédios e como já se trata de uma coisa de domínio público, já se tornou até folclórica essa questão, por que, então, a Anvisa não toma uma posição de solicitar que os seus técnicos façam realmente a análise completa dessa situação e deem um *feedback,* um retorno à sociedade brasileira de forma definitiva sobre a situação desse fármaco, porque todo dia é uma esperança que nasce nessa questão, e as pessoas ficam frustradas, porque não há uma posição definitiva sobre essa situação. Entendeu?

E o último é o canabidiol. É um fármaco que vem da erva *Cannabis*, que tem todos os problemas que a *Cannabis* traz com relação a outras questões, mas há a questão das famílias que seriam atingidas pelo canabidiol. Como é que faremos essa exceção? Como a senhora, como farmacêutica, verificaria uma forma de a gente poder separar o joio desse trigo e poder permitir que aquelas famílias que precisam, de fato, desse fármaco possam utilizá-lo sem cometer uma contravenção?

Muito obrigado e sucesso, Alessandra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se me permite, o Senador Flexa Ribeiro gostaria de fazer uma arguição? Pois não, está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Marta Suplicy, Drª Alessandra Bastos Soares, indicada para a Anvisa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, até o presente momento, a sua carreira profissional restringiu-se à área privada. Qual a razão da sua guinada para o setor público?

Antes de a senhora ser indicada para o cargo, foi indicado o Sr. Roberto Campos Marinho, com grande repercussão negativa; antes dele, o Sr. João Abukater Neto, cuja indicação também causou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

amplo descontentamento. Os dois nomes foram posteriormente retirados. Como a senhora pretende conduzir a sua gestão à frente da agência para afastar quaisquer insinuações de aparelhamento político na direção das agências reguladoras?

Qual a sua experiência com relação ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a saúde pública? Quais são as suas propostas para melhorar a relação da autarquia com o setor regulado? Quais serão as prioridades de sua gestão frente à Anvisa? Em que medida a sua experiência profissional junto ao setor regulado poderá contribuir para aprimorar a regulação sanitária no Brasil? No entendimento da senhora, como a Anvisa deveria se posicionar acerca da pesquisa clínica? Entende que para petições de alto risco e complexas deveria ter o seu enquadramento na categoria prioritária, a mesma prevista na Lei 13.411, de 2016? Qual é a posição da senhora sobre a política de desenvolvimento em pesquisa clínica no Brasil? Como a Anvisa pode contribuir para o avanço nesse aspecto? E, por último, Drª Alessandra, a senhora ainda participa do conselho fiscal do Clube dos Girafas? A senhora sabia que um dos patronos do clube, o Sr. Odilon Costa, foi pego na Operação Boca Livre por fraude na Lei Rouanet? Tomou alguma providência em relação a esse caso?

São essas, Presidente, as questões para a Drª Alessandra Bastos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra a candidata Alessandra Bastos Soares.

A SRª ALESSANDRA BASTOS SOARES – O Senador Eduardo Amorim pergunta sobre a política de fronteiras. A Anvisa sempre se posicionou com muito rigor sobre a questão da fronteira, portos e aeroportos. E acredito que a agência esteja no empenho para melhorar toda a sistemática das avaliações de entrada e saída de tudo aquilo que é da competência da agência.

Sobre o tempo da corregedoria, o que eu entendo – para ser honesta, foi uma novidade, é uma informação nova para mim – é que renovar é bom. Renovar é sempre bom. Não cabe a mim neste momento qualquer julgamento ou colocação, mas acredito que a renovação... Eu acho que eu sou um caso vivo do quanto eu acredito na renovação.

O Senador Hélio José questionou-me sobre o que eu poderia levar para a agência. São os meus 20 anos de trabalho diário dentro dos hospitais públicos do Rio. Então, acredito até que sirva para responder ao Senador Flexa Ribeiro qual é a minha vivência, qual a minha experiência de SUS. Eu estive diariamente... Eram três hospitais na parte da manhã e mais dois hospitais na parte da tarde, verificando dentro dos setores o andamento de todo o material que era entregue, que era dispensado, todo o critério que o hospital aplicava ao receber todo esse material e esse medicamento. Então, a minha vivência foi essa, foi de olhar tanto o empenho dos hospitais em trabalhar dentro daquilo que se preconiza na via política pública e as dificuldades que existem, que são verdadeiras, que são reais.

Como eu posso contribuir para a agência são esses 20 anos. Então, as melhorias que eu posso entregar à agência, dia a dia, são o meu olhar sobre cada assunto em que eu tenho hoje capacidade para entregar a minha vivência e entender que... Porque a agência já mostrou isso em vários casos aqui, e se coloca sempre aberta à conversa, inclusive em audiências públicas, em consultas públicas. Não é toda agência que se coloca dessa forma ao público. Então, é entregar à agência a minha vivência e baseada na minha leitura, que é a leitura de uma classe, na verdade, que é a leitura do profissional da saúde que vive o dia a dia, a dificuldade e a alegria de estar ali na ponta com o paciente, com o "de fato".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regular é fundamental – é fundamental. É fundamental regular tanto a empresa que fabrica, que registra o produto, que dispensa, que distribui, como o profissional de saúde que utiliza tudo o que a agência acolhe e domina. Todo esse sistema acata o que a agência coloca. Então, o cuidado dos profissionais que estão lá hoje regulamentando para um dia a dia é tamanho e, talvez, a minha visão do dia a dia acrescente ao pensador dessas regras como melhorar.

Sobre a rastreabilidade, o sistema de rastreamento de medicamento, é fundamental, ideia brilhante, funciona. E muitos problemas nós só conseguimos de onde estamos... E aí, como responsável técnica que sempre fui nas empresas onde atuei, eu sempre assumi a responsabilidade técnica de todas as coisas que eu fiz. Sem o sistema de rastreamento, é praticamente impossível que nós pudéssemos assumir essa responsabilidade, porque uma vez que sai da minha porta, eu não tenho mais o domínio. Por isso, a ideia de estar também, de extravasar a empresa e estar no cliente para verificar se o que a agência preconiza está sendo cumprido pelo órgão público, que é o hospital público, ou pelo privado. Então, isso é fundamental.

E há uma grande parceria nisso, porque é conhecimento trocado o tempo todo. Então, isso é muito rico, levar para aqueles profissionais que no dia a dia usam tantos produtos que demandam tantos cuidados, poder levar isso e entregar a eles é muito rico, foi muito bom fazer isso. E, hoje, é o inverso, é levar para a agência tudo o que eu vivi – a dificuldade de ler às vezes uma norma e entender como será possível uma adequação, seja num sistema de controle de qualidade, seja num parque fabril, seja como melhorar as boas práticas daquela empresa, se enfrenta algumas dificuldades, às vezes, geográficas. Então, eu me sinto muito estimulada em entregar à agência a minha vivência, que foi muito rica.

Sobre o canabidiol, o mundo hoje conversa sobre isso. A *Cannabis* é um fitoterápico conhecido, em culturas antigas já se falava disso. Existe já o registro de um medicamento aqui, mas a questão das famílias a gente entende o que é dor. Há necessidade fundamental de organizar como isso poderá ser feito e de quem será essa responsabilidade, porque uma vez que se tem... E aí a gente está falando de plantio, que são outras searas, e aí seriam envolvidos a Casa Civil, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, outros órgãos competentes nesse âmbito.

Como eu, agência, poderei ou poderia garantir a essa família a qualidade, por exemplo, dessa semente? Porque nós sabemos, e estudamos isso na faculdade, que cada tipo... Existem subespécies. E para cada tipo de patologia é específica uma subespécie. Então, como garantir isso? É uma discussão que eu entendo que é muito séria, muito grave, porque existe a via ilícita, e a gente lamenta, e não é isso que a gente deseja, mas a gente quer dar o direito às pessoas de terem acesso ao que entendem ser bom. Então, é a classe médica, é o acadêmico que está debruçado sobre esse assunto, trazendo informação para a gente, rica nisso, a agência, com a boa vontade que tem em olhar o assunto, porque ela entende que isso é urgente, e os demais órgãos competentes envolvidos nesse processo. Então, esse é o meu posicionamento. É um assunto que demanda muita conversa.

Sobre a questão dos servidores públicos – e aí eu estendo a toda a dificuldade que existe. É um assunto muito delicado. Eu nunca fui servidora, mas entendo todas as dificuldades. Tenho certeza de que o empenho dos Srs. Senadores, assim como de todos os Parlamentares... Existe um empenho em chegar a um senso comum, e eu torço para que tudo corra a contento, e que a vida de cada brasileiro, seja ele funcionário público ou do setor privado, enfim, que a nossa vida seja uma vida bonita, seja uma vida leve, seja uma vida boa – as dos senhores a as de todos os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há perguntas aqui. Sobre a fosfoetanolamina, a agência de fato só pode avaliar e analisar aquilo que lhe é colocado. Ela não tem o poder de dominar esse... Porque isso está na mão de alguém que precisa cuidar para que seja avaliado pela agência. Então, ela só pode avaliar o que lhe é solicitado. Eu gostaria muito que isso fosse feito.

Respondendo a algumas perguntas do Senador Flexa Ribeiro, como eu já falei, o meu empenho, vindo do mercado, de fato é ventilar o olhar da Anvisa à leitura dos procedimentos, principalmente daqueles que requerem mais celeridade neste momento. A minha experiência de SUS e de público foi todos esses anos frequentando as casas, porque não só os hospitais públicos e as unidades básicas de saúde, mas as vigilâncias sanitárias – as municipais, as estaduais... Há muito que fazer. E são pessoas muito comprometidas, e é uma cultura que não tem 20 anos. Então, lamentavelmente, ainda há profissionais que entendem que o agente fiscalizador é um grande inimigo, e não é; e não é. Ele nos aponta por onde caminhar, ele nos aponta como fazer o certo. E a agência está ali para mostrar, escrever e publicar o que devemos fazer. Então, levar os meus óculos para a agência... Eu me sinto muito agradecida à vida por estar aqui hoje, tendo essa oportunidade, se for bridada com o "sim" dos Senadores.

Aprimoramento sempre há.

Sempre há o que aprimorar no meu trabalho, no trabalho de todos os colegas, na vida de todas as pessoas, em todas as instituições. Eu creio que qualificação e aprimoramento são palavras-chaves para todo sucesso. "Ah, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária alcançou patamares internacionais e é bem-vista, está harmonizada." Sim, mas há o que melhorar. Sempre há o que melhorar; sempre há. E é o mercado que nos aponta o que temos de rever.

Pesquisa clínica. A agência, como eu já falei... O PL 200, de 2016, foi um ganho sem precedentes e acredito que a gente consiga harmonizar esses tempos com a comissão que também avalia todos esses pedidos de pesquisa. Acredito que as coisas melhorem, mesmo. A agência está muito disposta a cuidar disso com cuidado e celeridade.

Sobre o Clube dos Girafas, o que eu tenho a dizer é o seguinte: eu fui convidada, sim, pelo Sr. José Maurício Alecrim, que é uma pessoa, no Estado do Rio de Janeiro, conhecida pelo seu trabalho. Ele tem mais de 50 anos de vida no setor farmacêutico, e foi ele que me convidou a participar desse clube, que treina profissionais de propaganda ética. Em 2014, eu fiz a formação em *coaching* na Sociedade Brasileira de *Coaching* e fui muito feliz, realizando vários treinamentos com várias equipes – equipes de visitação ética, equipes de profissionais dentro de hospitais, enfim –, e fui convidada, por um pedido de amigo, para compor um quadro de pessoas, porque ele estava assumindo a presidência desse clube. É um clube sem fins lucrativos. Eu de fato desconheço, até não conhecia a figura que o senhor citou, e o que eu tenho a dizer é isso. Eu nunca tive atuação nesse clube. Já houve, inclusive, uma nova... Fui informada de que houve uma nova eleição para a diretoria, então eu não consto mais desse quadro. E foi de fato... Peço desculpas pelo meu esquecimento, porque, como nunca atuei nesse clube, de fato foi uma coisa que caiu no esquecimento. É o que eu tenho a dizer. Eu estou aberta a qualquer dúvida ou esclarecimento; estou documentada, inclusive. Então estou muito tranquila sobre isso.

Espero ter atendido às perguntas que foram feitas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Os Senadores estão satisfeitos com as respostas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu só queria uma tréplica rápida.

Eu queria cumprimentar pela elegância das respostas, Drª Alessandra, e dizer, em nome dos servidores públicos – eu sou um servidor público federal concursado –, que a senhora vai ter lá um sem-número de especialistas, analistas e técnicos com um trabalho histórico ao longo da vida na Anvisa; com certeza, 95%, 98% das pessoas que vão trabalhar com a senhora são servidores públicos concursados. Então, é muito importante a sinceridade da senhora e o olhar realmente fraterno, cordial e compreensivo com o grande trabalho que vem sendo prestado pelos servidores públicos.

Muito obrigado à senhora pela elegância das respostas. Parabéns e sucesso!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão e, agora, declaro também encerrado o processo de votação.

Vamos iniciar a apuração eletrônica dos votos, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fim da apuração.

Foi aprovada a Srª Alessandra Bastos Soares, com 13 votos "SIM", 02 votos "NÃO".

Nenhum voto em branco.

O total de votos: 15.

Parabéns! A senhora agora entrou na Anvisa. (*Palmas.*)

A Comissão de Assuntos Sociais aprova parecer favorável à indicação da Srª Alessandra Bastos Soares para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre a escolha de autoridade será incluído em série no final da Ordem do Dia.

Antes de terminar essa parte da nossa audiência, eu queria dar uma notícia que me deixou muito satisfeita. Houve um empenho muito grande desta Comissão em relação ao que eu vou dizer. É a autorização do Ministério do Planejamento para a nomeação dos 78 candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos de técnico administrativo da Anvisa, e a nomeação vai ocorrer até o dia 31 de dezembro. Vamos comemorar, Presidente da Anvisa, que tanto se empenhou também! (*Palmas.*)

Agora nós vamos mudar de assunto. Aqui terminou a nossa sessão.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. E, de imediato, nós vamos começar uma outra reunião, em que a Senadora Ana Amélia vai ler o seu... Já foi até lido, mas vai ler, acho, o seu relatório sobre as esteticistas.

Vamos dar um intervalo de dois, três minutos, e recomeçamos.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 20, de 2017, do Departamento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que encaminha Moção de Apoio à modernização da legislação trabalhista, a Lei 13.467, de 2017. A referida Moção foi elaborada por entidades do setor privado, integrantes do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; Ofício Circular nº 113, de 2017, da Câmara de Vereadores de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apoio nº 15/2017 à destinação de emenda parlamentar da Bancada Gaúcha para Universidades Federais Gaúchas, com o objetivo de garantir a permanência e combater a retenção e a evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social; Ainda da Câmara de Vereadores de Palmeira das Missões, Ofício Circular nº 114, de 2017, que encaminha Moção de Apoio nº 16, de 2017 à ampliação ou manutenção dos investimentos em ensino superior no orçamento da União para o exercício financeiro de 2018; Ofício nº 669, de 2017, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha Moção de Apelo nº 390, de 2017, pela isonomia dos agentes penitenciários aos demais membros da segurança pública, incluindo a categoria na Reforma Previdenciária de forma especial, nos moldes das demais forças policiais; Ofício nº 3.919, de 2017, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, São Paulo, que encaminha Moção de Apelo nº 129, de 2017, ao Senado Federal, para que reflita e aja no sentido de providências visando à recuperação da imagem do político brasileiro; Moção de Apoio nº 10/17, Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim, Santa Catarina, ao Projeto de Lei nº 3.722/12, para que sejam revistas e modernizadas as regras relacionadas à aquisição e porte de armas de fogo e munição no Brasil, bem como, para que seja dada agilidade à tramitação do referido projeto; Ofício 1.801, de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com Moção de Apelo nº 45, de 2017, para que esta Casa empreenda esforços no sentido de incluir na Lei Federal nº 12.319, de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), disposições que regulem a jornada de trabalho. Os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. A Presidência comunica o recebimento de publicação do Tribunal de Contas da União intitulada *Previdência Social no Brasil: situação financeira, estrutura e gestão dos regimes federais*, contendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principais conclusões que resultaram no Acórdão nº 1.295, de 2017, do Plenário daquele tribunal; e informa que exemplares da referida publicação ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética." **Autoria:** Deputada Soraya Santos. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 3. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." **Autoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 137 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017. Em Reunião conjunta com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha, Senador Paulo Paim e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado o aditamento, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, para que o convite a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Trabalho ocorra no âmbito de Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 139 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras - CASRARAS até o término da quarta sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 140 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre os critérios utilizados para a revisão de preços de medicamentos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED; Dr. Paulo Roberto de Oliveira Webster – Diretor Operacional da Unimed Federação RS; Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Senhor Martim Schutze – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul – Coordenador do Comitê Estadual de Saúde do RS; Representante do Ministério Público Federal – Representante dos Consumidores." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 141 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Assédio sexual, assédio moral e psicológico no trabalho", alusiva à campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para a MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2017." **Autoria:** Sen. Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovada a apresentação, perante o Plenário do Senado Federal, de minuta de Requerimento de Urgência para a MSF 68/2017. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia, Hélio José, Eduardo Amorim, Otto Alencar e a Senadora Marta Suplicy, Presidente testa Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de um item não terminativo e de onze itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler neste momento.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1) Ofício nº 20, de 2017, do Departamento de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que encaminha moção de apoio à modernização da legislação trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017). A referida moção foi elaborada por entidades do setor privado integrantes do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2) Ofício Circular nº 113, de 2017, da Câmara de Vereadores de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apoio nº 15, de 2017, à destinação de emenda parlamentar da Bancada gaúcha para universidades federais gaúchas, com o objetivo de garantir a permanência e combater a retenção e a evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

3) Ofício Circular nº 114, de 2017, ainda da Câmara de Vereadores de Palmeira das Missões, que encaminha a Moção de Apoio nº 16, de 2017, à ampliação ou manutenção dos investimentos em ensino superior no Orçamento da União para o exercício financeiro de 2018.

4) Ofício nº 669, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha a Moção de Apelo nº 390, de 2017, pela isonomia dos agentes penitenciários aos demais membros da Segurança Pública, incluindo a categoria na reforma previdenciária de forma especial, nos moldes das demais forças policiais.

5) Ofício nº 3.919, deste ano, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, São Paulo, que encaminha a Moção de Apoio nº 129, de 2017, ao Senado Federal, para que reflita e aja no sentido de providências visando a recuperação da imagem do político brasileiro.

6) Moção de Apoio nº 10, de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim, Santa Catarina, ao Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, para que sejam revistas e modernizadas as regras relacionadas a aquisição e porte de armas e munição no Brasil, bem como para que seja dada agilidade à tramitação do referido projeto.

7) Ofício nº 1.801, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a Moção de Apelo nº 45, para que esta Casa empreenda reforços no sentido de incluir na Lei Federal nº 12.319, de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), disposições que regulem a jornada de trabalho.

Os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento de publicação do Tribunal de Contas da União intitulada *Previdência Social no Brasil: situação financeira, estrutura e gestão dos regimes federais*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contendo as principais conclusões que resultaram no Acórdão nº 1.295, de 2017, do Plenário daquele tribunal.

Informo que exemplares da referida publicação ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Temos dois requerimentos.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 139, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras - CASRARAS até o término da quarta sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Quer dizer, até o final do ano que vem, não é, Senador Moka? Eu acho que é uma subcomissão que deu certo, então acho que todo mundo vai votar a favor.

A autoria é do Senador Moka. Concedo a palavra ao autor, para encaminhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para encaminhar.) – Senadora Marta Suplicy, durante esse processo todo nós estamos optando por fazer conversas com, primeiro, técnicos de todo o pessoal envolvido, junto com as entidades, e acompanhados aqui de um consultor jurídico, que, para a nossa alegria e satisfação, é médico. Ele é advogado, mas é médico. Então, é uma coisa importante.

E nós temos compartilhado. Nós fazemos reuniões internas, com um número menor de entidades, mas sempre com representantes do Governo. E fazemos audiências públicas, para dar exatamente informações e abrir o debate para todas as entidades.

O que aconteceu é que o nosso Relator, o Senador Ronaldo Caiado, teve um acidente. Eu o consultei, e ele me pediu... Porque a verdade é que a Assessoria dele tem acompanhado, e ele também, e ele gostaria de permanecer. Então, para fechar isso... Eu, evidentemente, estou prorrogando para o ano que vem, por uma questão de precaução. Mas eu não acredito. Eu acho que nós vamos ter o recesso, logo depois do recesso – mais um, dois meses – vai estar terminado todo esse trabalho, e é claro que, antes de submeter a qualquer coisa, nós vamos discutir isso aqui, junto com a Comissão, e, se a Comissão quiser acrescentar alguma coisa, ela, evidentemente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de dar uma sugestão, caso V. Exª ache correto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós estamos todos muito curiosos para saber como está indo. Nós só sabemos que está indo bem. Mas eu acho que na próxima reunião – e se houver uma segunda, porque eu não sei se vamos ter ou não – não vai dar tempo, porque a pauta já está lotada. Mas, talvez na primeira reunião, depois do recesso, poderíamos separar uns 15, 20 minutos, para que nós pudéssemos estar a par... Aí, também, o Senador Caiado já vai estar de volta, ele também poderia participar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... mas por uma coisa mais pública, televisiva, para as pessoas, porque há muita gente interessada na questão das doenças raras e ainda vai demorar mais um ou dois meses para haver um relatório mais completo. E, aí, nós já vamos também compartilhando as experiências e informações que os senhores estão tendo. Está bem?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu aceito isso e acho muito procedente a sugestão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta na próxima semana para ser deliberada.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre os critérios utilizados para a revisão de preços de medicamentos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Para tanto sugiro que sejam convidados:

• Representante do Ministério da Saúde;

• Representante da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED);

• Dr. Paulo Roberto de Oliveira Webster, Diretor Operacional da Unimed Federação RS.

• Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma);

• Sr. Martim Schutze, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Coordenador do Comitê Estadual de Saúde do RS.

• Representante do Ministério Público Federal – Representante dos Consumidores.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à autora, para encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Esse requerimento foi apresentado em setembro, Senadora Marta, e, claro, a nossa Comissão está assoberbada com muitas atividades de competências. Então, eu gostaria de... A matéria, evidentemente, está todo dia nas manchetes: abuso de cobrança de preços, essa irregularidade.

O Supremo Tribunal Federal criou um comitê especial na questão relativa à judicialização na área da saúde, e o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros a ter esse comitê de judicialização, que é integrado por membros do Poder Judiciário do Estado, do Poder Judiciário Federal, do Ministério Público Federal e Estadual e também pelos órgãos relacionados à prática da área da saúde pública.

Então, o objetivo exatamente é esse, ou seja, fazer a revisão dos medicamentos na Câmara de Regulação, a CMED.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A ideia é ótima, Senadora, mas preciso dizer que acabei de cobrar à nossa assistente aqui por que é que não tinha sido lido, porque não há requerimento aqui que entre e não seja lido e votado. E disse algo que eu tenho que lembrar a todos os Senadores: o requerimento é feito, mas ele só é lido se o Senador que o apresenta faz essa demanda, e parece que isso não foi feito. Então, não foi lido. V. Exª tem vários requerimentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu peço, agora, então, à minha Assessoria que tenha mais atenção em relação a esses temas também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta, para votação na próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu tenho, Senadora Marta... Eu pediria a aquiescência...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho um ainda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Faz parte disso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. Esse já encerrou. Eu quero só... Eu queria ponderar a V. Exª e aos colegas Senadores de incluir um item extrapauta de um tema que já está na Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Hoje?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, extrapauta.

Trata-se de um tema a respeito do qual o Senador Paulo Paim fez uma solicitação, para a presença do Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para tratar aqui da questão do trabalho forçado, jornada exaustiva, condições análogas. Como existem três outras comissões que estão tratando do mesmo assunto, eu estou fazendo a proposta de fazermos conjuntamente, e o requerimento é para tratar disso. Como é matéria que já está em andamento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ótimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... vamos fazer conjuntamente, para... Nós estamos no final do ano, e acho que seria mais produtivo pegar a CCJ, a CDH e a CAS, e fazer numa outra...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que já está até marcada essa data lá.

É ótimo esse requerimento.

Já está aqui a data deles?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, esse convite ao Ministro do Trabalho já foi aprovado na nossa Comissão. Então, a única coisa que nós temos que fazer agora é aprovar que a reunião seja conjunta com as outras duas Comissões, no dia 6, que é o pedido de V. Exª.

Então, vamos votar.

Se todos concordam... (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vai ser dia 6, às 11h, em seguida à nossa deliberativa, que é a primeira.

Muito bem.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 141, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Assédio sexual, assédio moral e psicológico no trabalho", alusiva à campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Encaminhando... Bom, já encaminhei. Já está indo para...

É porque nós temos 16 dias de ativismo contra essa questão do assédio. O Senador Hélio José, o Senador Amorim, o Senador Airton Sandoval – o Sérgio também está aí? Não sei se já saiu... Está aí o Sérgio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Sérgio de Castro está atrás.

A Procuradoria aqui do Senado – a Procuradoria da Mulher – está tendo um empenho muito grande em realizar atividades, e a CAS não poderia ficar de fora. Então, nós aprovamos aqui também uma audiência sobre a questão.

Vai ser aprovado na próxima.

Então, agora, nós vamos a um projeto muito esperado, a respeito do qual há muita gente na torcida para que passe, que é a regulamentação da profissão de esteticista. É um projeto que veio da Câmara.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2016

- Não terminativo -

Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

Autoria: Deputada Soraya Santos.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 3.

Observações:

- Em 18.04.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria.

- Em 12.09.2017, o Senador Hélio José apresentou as Emendas nºs 1 a 3.

- Votação simbólica.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para proferir parecer.) – Eu vou tentar fazer um resumo, Senadora Marta Suplicy, caros colegas Senadores, primeiro porque a integralidade da matéria já foi publicada no *site* da Comissão.

Eu queria cumprimentar as esteticistas, cumprimentar o Conselho Federal de Fisioterapia, o Conselho Federal de Medicina, seja na Medicina destinada à Dermatologia ou à cirurgia plástica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar o movimento formado... Nós fizemos várias reuniões, criamos um grupo de trabalho, fruto da audiência pública desta Comissão, extremamente produtiva, e este grupo de trabalho ajustou algumas divergências pontuais em relação ao assunto.

Na audiência realizada aqui na CAS, para instruir esse PLC 77, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de esteticista, os representantes dos fisioterapeutas, dermatologistas e esteticistas demonstraram preocupação com alguns pontos do projeto original, entre os quais os cursos livres, cursos com pouca carga horária, realizados em salão de beleza, em instituições sem reconhecimento do MEC, e também por EAD, que é o ensino à distância, sem a prática visual – aquilo apenas virtualmente –; procedimentos invasivos praticados por esteticistas – exemplo: aplicação de botox, preenchimento facial, *peeling* químico –, procedimentos que podem lesionar ou agravar lesões na pele; utilização de equipamento vindo da China sem registro na Anvisa; tipos de procedimentos e equipamentos utilizados pelas esteticistas; invasão de competências já atribuídas a outros profissionais, como fisioterapeutas, dermatologistas e também cirurgiões plásticos.

Durante as reuniões do grupo de trabalho proposto na audiência pública, procuramos debater todos os tópicos preocupantes que envolvem, sobretudo, a saúde da população, mas não houve um consenso das categorias no parecer final apresentado.

De qualquer modo, eu recebi... Porque, como o texto já foi disponibilizado, muitas esteticistas, líderes, inclusive do meu Estado, o Rio Grande do Sul, ficaram ligando, cumprimentando e agradecendo pelo texto. Entendi que havia uma aquiescência sobre isso.

Então, eu vou direto à análise, apenas resumindo alguns pontos principais, porque vou depois direto ao voto, em relação a esse tema.

Eu queria cumprimentar também o empenho de V. Exª nesse assunto, especialmente da autora desse projeto, Soraya Santos, na Câmara. Ela foi insistente, ela, muitas vezes, me procurou... A Soraya Santos foi, digamos assim, uma guerreira. Ela tomou isso como uma das suas bandeiras mais importantes no mandato como Deputada Federal.

E aqui nós temos a responsabilidade de, digamos, juntar, tentar fazer uma composição dos consensos e dos dissensos em relação a matéria tão importante.

Essa proposta, na análise do meu relatório, dialoga com a evolução das profissões, especialmente no segmento da estética e da cosmetologia.

Registramos, por oportuno, que toda e qualquer regulamentação profissional é sempre restritiva do mercado do trabalho, pois impõe limites ao seu exercício e exige qualificações específicas que não são alcançadas pelo cidadão comum.

Por outro lado, não há dúvida de que a área da estética e da cosmetologia é amplamente capilarizada em todo o nosso País, podendo a aprovação deste PLC impactar o mercado de trabalho de milhares desses profissionais, impossibilitando, ainda, a formação de outros profissionais que não tiverem à disposição os cursos necessários a sua habilitação.

Por esta razão, o esforço é no sentido de que a aprovação deste projeto de lei não impacte negativamente o mercado de trabalho nem restrinja, sem amparo constitucional, a oferta de serviços para a sociedade.

Aqui fala sobre os cursos superiores de bacharelado que já existem no País, e eu vou seguir aqui já na página nove.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente que a exigência do interesse público não é pela especificação ou reserva de direitos para um determinado segmento econômico-profissional, e sim pela imposição de deveres em favor dos consumidores de seus serviços que, se prestados por pessoas sem um mínimo de conhecimentos técnicos e científicos especializados, poderiam acarretar um sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física, à saúde, à educação, ao patrimônio e ao bem-estar dos cidadãos.

Aí há vários comentários de especialistas, que a Consultoria fez, a respeito dessa matéria. Então, muitas manifestações de magistrados... E vou já à página 12.

Em face de todas estas considerações, tivemos o cuidado de organizar diversas reuniões com todos os atores profissionais envolvidos na discussão desta matéria, especialmente profissionais da área da Medicina, da Fisioterapia e de representantes dos esteticistas.

Durante o debate de pontos desta proposição, ficou evidente a necessidade de se promoverem ajustes de redação que afastassem sobreposições relativas às habilitações específicas de cada profissão, além de se assegurar uma separação de competências, uma vez que parte significativa delas exige prévia prescrição médica e adoção de cautelas específicas para proteção ao paciente.

Assim, por mais que desejássemos a aprovação da matéria sem alterações de mérito, isso se demonstrou desaconselhável. Houve consenso entre os atores profissionais envolvidos de que ajustes seriam necessários, embora nem todas as alterações tenham obtido, como eu disse, a unanimidade.

Foi alterado o parágrafo único, alteramos a ordem dos arts. 5º e 6º...

Dentre as competências do estetacosmetólogo, acrescentamos a obrigação de observar, quando for o caso, a prévia prescrição médica apresentada pelo cliente ou solicitar, após avaliação da situação, prévia prescrição médica ou fisioterápica.

Para o técnico em estética, da mesma forma, acrescentamos disposição semelhante. No art. 8º mantivemos a regra que obriga os profissionais a zelar pela biossegurança e condições sanitárias adequadas no seu ambiente de trabalho e no atendimento ao cliente.

O art. 9º foi suprimido, em virtude de suas disposições já estarem contempladas no contexto do projeto, e uma nova redação lhe foi atribuída, para estabelecer que o regulamento disporá sobre a fiscalização e a adequação do disposto na lei oriunda desta proposição.

Importante salientar que, sobre este aspecto específico da fiscalização profissional, uma vez mantida a natureza autárquica dos Conselhos Profissionais, a partir do julgamento da ADIn nº 1.717-MC/DF, a iniciativa da matéria, no que concerne à criação de novos Conselhos, é privativa do Presidente da República, a teor do que dispõe o art. 61, §1º, inciso II, "e", da Constituição Federal, ficando vedada a iniciativa parlamentar em relação a este ponto.

A regulamentação profissional nem sempre reclama a instituição de um conselho corporativo. Todavia, na hipótese deste projeto de lei, o art. 9º do substitutivo transfere ao regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo as normas relativas à fiscalização do exercício da profissão, observadas as disposições previstas na futura lei.

Na página 14, que eu continuo, no relatório:

Recebi, também, do grupo de trabalho interdisciplinar que analisou este PLC, a solicitação para a inclusão de anexos que listassem procedimentos e equipamentos que poderiam ser utilizados por profissionais esteticistas de nível superior ou técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, após análise detida deste pedido, entendi que o mesmo não faz sentido. O ambiente de desenvolvimento científico e tecnológico dos dias atuais não pode ser desconsiderado ou negligenciado.

Restringir a estes profissionais ou a quaisquer outros a incorporação de novas tecnologias e inovações seria absolutamente despropositado.

Aí, nesse caso, eu explico: se você define, num anexo, um determinado tipo de equipamento, amanhã haverá um outro moderno... Então, já fica desatualizada a própria lei. Então, você tem que estar permanentemente atualizado, e os órgãos competentes precisam fazer a análise desses novos equipamentos.

Contudo, para evitar risco à saúde humana, estabelecemos como condição para a sua utilização o registro dessa tecnologia pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que só é possível com a apresentação do certificado de conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) ou um relatório consolidado de testes.

Além disso, importa consignar que o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, fixa a competência do Poder Executivo para regulamentar e expedir decretos para fiel execução das leis ordinárias aprovadas pelo Congresso Nacional.

Assim, permite-se ao Poder Executivo promover a regulamentação desta lei e adequá-la, sempre que for necessário, para a incorporação de novas tecnologias, mantendo-a atualizada.

No âmbito desta Comissão – aqui está o Senador Hélio José –, foram apresentadas três emendas de autoria do Senador.

A Emenda nº 1, da CAS, acrescenta parágrafo único ao art. 1º do PLC, para dispor que a lei não compreenderá as atividades em estética médica, nos termos definidos no art. 4º da Lei nº 12.842, de 2013.

Argumenta-se, neste caso, que o vernáculo "estética" se refere a diversas áreas do saber, como filosofia, arte, ética, lógica, beleza, saúde, dentre outras.

No contexto da área médica, está relacionado a procedimentos estéticos invasivos como aplicação da toxina botulínica de preenchimentos, *peelings* químicos de profundidade média e profunda e procedimentos cirúrgicos com fins estéticos, dermoabrasão, *laser* ablativo, entre outros procedimentos que não compreendem, em nenhuma hipótese, o rol de atividades desenvolvidas pelos profissionais esteticistas.

A Lei nº 12.842, de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina e trata do ato médico, estabelece, em seu art. 4º, os atos que são privativos dos médicos.

Assim, argumenta-se que a introdução de um parágrafo único no art. 1º do PLC, como proposto pelo Senador, deixará claro que o projeto não trata das atividades da estética médica, mas sim de atividades atribuídas aos esteticistas graduados e aos técnicos, por intermédio de cursos regulares avaliados, orientados e autorizados pelo Ministério da Educação.

Na verdade, a inclusão de tal disposição soa redundante, uma vez que o art. 4º da Lei 12.842, de 2013, versa sobre atos privativos dos médicos.

De qualquer forma, poder-se-ia, em algum caso, entender que determinado procedimento fixado em lei posterior, decorrente da aprovação deste PLC, implicasse em derrogação de algumas das atribuições relacionadas como privativas de médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a sugestão visa apenas o esclarecimento de atribuições profissionais, não vislumbro embaraço à sua aprovação.

A Emenda nº 2, CAS, pretende alterar a redação do inciso II do art. 6° do PLC e estabelecer que a direção, a coordenação, a supervisão e o ensino de disciplinas específicas da profissão de esteticistas e cosmetólogo, em nível superior, e de técnico em estética, observadas às leis e normas regulamentadoras da atividade docente.

Segundo o autor, a formação do profissional esteticista e cosmetólogo e de técnico em estética compreende vários saberes da área de saúde. Aduz que a nova redação se justifica na medida em que esclarece que as disciplinas específicas da profissão, como a estética facial, corporal e capilar, devem ser ministradas exclusivamente por docentes graduados na área de estética e cosmética.

De igual modo, a nova redação proposta suprime a preposição "desde" constante no texto tal aprovado na Câmara dos Deputados. Trata-se, conforme antes explicitado pelo autor, de providência que objetiva dar precisão ao texto de modo a tornar inequívoco que a atividade de docente dos profissionais de estética e cosmetólogo deve observar às leis e normas regulamentadoras da atividade de docência.

A emenda proposta contém algumas imprecisões. Uma delas é que se refere ao ensino de disciplinas específicas da profissão de esteticista e cosmetólogo. O termo profissão é inadequado, pois qualquer pessoa pode se interessar em frequentar curso em nível de graduação, ou mesmo técnico. Os estudantes frequentam cursos, que, uma vez concluídos, asseguram-lhe um diploma ou certificado que os habilita ao exercício da profissão, observados os requisitos legais para tanto.

Assim, informo que a emenda é acatada em parte, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º do meu substitutivo, uma vez que houve uma inversão da numeração dos arts. 5º e 6º.

Ressalto que, em cursos de formação dessa natureza, é provável que professores da área de química, médica, enfermagem, direito, sociologia, psicologia, línguas e tantas outras concorram para a formação técnica ou acadêmica de um bom profissional.

A Emenda nº 3, da CAS, também de autoria do Senador Hélio José, sugere o acréscimo de um novo inciso III, ao art. 6º, renumerando-se os demais incisos desse mesmo artigo, para dispor que as disciplinas não específicas dos cursos a que se refere o inciso II poderão ser ministradas por profissionais graduados na área de saúde, inclusive por graduados em estética e cosmética, observadas às leis e normas regulamentadoras da atividade docente.

Argumenta o eminente autor que fazem parte da formação do profissional esteticista e cosmetólogo e de técnico em estética disciplinas correlatas que irão fundamentar o conhecimento e práticas específicas da profissão, como anatomia, biologia, microbiologia, biofísica, entre outras. Estas poderiam ser ministradas por outros profissionais graduados na área de saúde, além dos graduados em estética e cosmética.

Como já aduzimos anteriormente, este PLC trata da regulamentação de profissão. A formação técnica e acadêmica é matéria que deve ser disciplinada pela legislação própria e pelos regulamentos expedidos pelo Ministério da Educação e pelas universidades.

Lembramos, que a autonomia universitária está consagrada no texto constitucional, em seu art. 207, *in verbis*: "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, não compete ao Poder Legislativo invadir competência que não é dele, pois se trata de atribuição afeta ao Poder Executivo e às universidades dispor sobre as disciplinas que comporão um curso de graduação ou até mesmo um curso técnico de formação profissional. Assim, mesmo respeitando a sugestão do autor, Senador Hélio José, opinamos pela rejeição da Emenda nº 3.

Por fim, esclarecemos, que como se trata de um PLC já aprovado pela Câmara, qualquer alteração agora aprovada levará a um novo percurso legislativo naquela Casa, mas os profissionais envolvidos estão cientes disso e, inclusive, sugeriram alterações, agora incorporadas ao substitutivo.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLC 77, de 2016, pela aprovação da Emenda nº 1, pela aprovação parcial da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA (SUBSTITUTIVO) Nº 77, DE 2016

Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Estetocosmetólogo, e de Técnico em Estética.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício das profissões de Esteticista, que compreende o Estetacosmetólogo e o Técnico em Estética.

Parágrafo único. Essa lei não compreende as atividades em estética médica, nos termos definidos no art. 4º da Lei nº 12.842, de 2013.

Art. 2º O exercício das profissões de Estetocosmetólogo e de Técnico em Estética é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º Considera-se Técnico em Estética o profissional habilitado em:

I - curso técnico com concentração em Estética, oferecido por instituição regular de ensino no Brasil;

II - curso técnico com concentração em Estética, oferecido por escola estrangeira, com revalidação de certificado ou diploma pelo Brasil, em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O profissional que possua prévia formação técnica em estética, ou que comprove o exercício da profissão há pelo menos três anos, contados da data de entrada em vigor desta Lei, terá assegurado o direito ao exercício da profissão, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 4° Considera-se Estetacosmetólogo o profissional:

I - graduado em curso de nível superior com concentração em Estética e Cosmética, ou equivalente, oferecido por instituição regular de ensino no Brasil, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - graduado em curso de nível superior com concentração em Estética e Cosmética, ou equivalente, oferecido por escola estrangeira, com diploma revalidado no Brasil, por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º Compete ao Estetacosmetólogo, além das atribuições do art. 6º:
I - a responsabilidade técnica pelos centros de estética que executam e aplicam recursos estéticos, observado o disposto nesta Lei;
II - a direção, coordenação, supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos com concentração em Estética ou Cosmetologia, desde que observadas leis e as normas regulamentadoras da atividade docente;
III - a auditoria, consultoria e a assessoria sobre cosméticos e equipamentos específicos de estética com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
IV - a elaboração de informes, pareceres técnico-científicos, estudos, trabalhos e pesquisas mercadológicas ou experimentais relativos à Estética e à Cosmetologia, na sua área de atuação;
V - a elaboração do programa de atendimento ao cliente, observado o quadro apresentado, estabelecendo as técnicas a serem empregadas e a quantidade de aplicações necessárias;
VI - observar a prescrição médica apresentada pelo cliente, ou solicitar, após avaliação da situação, prévia prescrição médica ou fisioterápica.
Art. 6º Compete ao Técnico em Estética:
I - a execução de procedimentos estéticos faciais, corporais e capilares, utilizando como recursos de trabalho produtos cosméticos, técnicas, e equipamentos com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
II – solicitar, quando julgar necessário, parecer de outro profissional que complemente a avaliação estética;
III - observar a prescrição médica ou fisioterápica apresentada pelo cliente, ou solicitar, após exame da situação, avaliação médica ou fisioterápica.
Art. 7º O Estetacosmetólogo e o Técnico em Estética, no exercício das suas atividades e atribuições, devem zelar:
I – por princípios éticos;
II - pela relação de transparência com o cliente, prestando-lhe o atendimento adequado, e lhe informando sobre técnicas, produtos utilizados e orçamento dos serviços;
III - pela segurança dos clientes e demais pessoas envolvidas no atendimento, evitando exposição a riscos e potenciais danos.
Art. 8º O Estetacosmetólogo e o Técnico em Estética devem cumprir e fazer cumprir as normas relativas à biossegurança e à legislação sanitária.
Art. 9º O regulamento disporá sobre a fiscalização e a adequação do disposto nesta Lei.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Srª Presidente, para dar ideia da complexidade que foi preparar esse relatório.

Quero agradecer a minha equipe, à Jaqueline da minha assessoria, mas sobretudo à Consultoria Legislativa do Senado Federal, que foi exemplar no auxílio para elaboração e construção desse relatório.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma informação que V. Exª pôs no relatório que eu acho que talvez, pela rapidez, não foi lida – e talvez muita gente esteja interessada – é que o profissional que possua prévia formação técnica em estética e que comprove o exercício da profissão há pelo menos três anos, contados da data da entrada da lei em vigor, terá assegurado o direito ao exercício da profissão na forma estabelecida em regulamento. Isso está na p. 19 do seu relatório. Não sei se deu para ler agora, mas é importante porque muitos estão perguntando o que vai acontecer com quem já está trabalhando.

Então, eu vou dar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está muito clara a sua fala. Só não foi falado e estão querendo saber. Mas isso vai estar disponível...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi lido na íntegra o voto. A p. 19 começa com a leitura do voto. E o voto foi lido inteiro agora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, eu é que peço desculpa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi lido inteiro, na íntegra. Esse é o voto. Eu tinha que ler o voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu é que peço desculpa.

O Senador Hélio José já tinha pedido a palavra; depois o Senador Amorim; e podemos ir à votação, encerrada a discussão.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

A palavra ao Senador Hélio José, que foi o primeiro a se inscrever.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Para discutir.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Senadora Ana Amélia, nossas nobres esteticistas e esteticistas masculinos Brasil afora, eu quero, em primeiro lugar, agradecer aos vários representantes que estiveram no nosso gabinete, que estiveram aqui trabalhando, como a Srª Noemia Martins, tecnóloga e cosmetóloga estética; a Srª Eulina Menezes, que trabalhou bastante nesse processo; a Srª Rosaline Kelly; a Srª Rosane Marina; o Sr. Paulo de Andrade Júnior; um mutirão; um sem-número de pessoas que nos procuraram; também a Srª Sandra Piccolo, Presidente da Associação Estadual de Estética e Cosmética do Rio Grande do Sul, que teve uma atuação forte, Senadora Ana Amélia, nessa situação. Foi uma discussão muito profícua e positiva desse projeto.

Eu peço a gentileza da nossa Presidente para essas breves considerações sobre esta matéria, que considero de grande importância. Em primeiro lugar, quero destacar o excelente e célere trabalho da Senadora Ana Amélia na produção do parecer exaustivo, que concluiu por um substitutivo que aperfeiçoa o projeto da nossa nobre Deputada Soraya Santos e que também mostra que a Deputada trouxe importante contribuição a dar ensejo a este projeto.

A Senadora Ana Amélia recebeu e ouviu especialistas e representantes das várias categorias profissionais, incorporando, nos limites de competência e de iniciativa do Congresso Nacional, as várias sugestões.

Em Brasília, temos excelentes profissionais da área que prestam serviço de grande importância para as pessoas, gerando impactos muito positivos sobre a saúde física e mental da população que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recorre ao serviço de estética. Citei alguns profissionais de Brasília – de várias dessas eu, inclusive, já falei aqui, como da Eulina e de outras – que representam muito bem esse trabalho.

Eu quero dizer, Senadora Marta Suplicy, que este projeto é de um alcance muito grande neste momento que a gente vive de dificuldade de trabalho, de dificuldade de colocação e de dificuldade até de autoestima das pessoas. Com toda essa crise, com toda essa opressão sofrida na sociedade, é muito importante a pessoa se sentir bem, ter condição de ser bem atendida por profissional desse naipe, que transforma as pessoas, que aumenta o astral das pessoas.

Então, eu fico muito agradecido a nossa nobre Senadora Ana Amélia por ter encaminhado, ter proferido e aceito as duas emendas. A terceira emenda é compreensível pelas argumentações que ela aqui colocou da autonomia universitária na discussão.

Só quero desejar que a gente tenha um célere procedimento de agora para frente neste projeto. Agora ele vai ter ainda que ir ao plenário do Senado e depois voltar à Câmara, por causa das adaptações e modificações que aqui fizemos.

Eu gostaria, para não ter que usar novamente a fala depois da votação, caso seja aprovado, que a gente pedisse urgência desta matéria para que a gente tentasse votá-la no plenário o mais breve possível, para a gente dar uma tranquilidade maior a todos os nossos profissionais do Brasil dessa importante área.

Muito obrigado a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Hélio José.

Com a palavra o Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Srª Presidente, colegas Senadores, vejo que a Senadora Ana Amélia, como sempre – isso não é uma surpresa –, teve o cuidado de estudar, de detalhar, de se aperfeiçoar para construir o seu relatório. Isso me deixa muito seguro. Reconheço que o projeto é extremamente meritório, mas, Srª Presidente, eu peço paciência aos colegas, eu vou pedir vista. Peço vista.

Digo que, a princípio, não sou contra. Eu acho que é necessário. E digo que é para me debruçar um pouco mais, para ver um pouco mais detalhado. Na próxima semana, com toda certeza, na quarta-feira, trarei a minha opinião sobre isso. Desde já, digo que não sou contra. Eu acho que é extremamente meritório, mas quero talvez contribuir um pouco mais, sendo um profissional da área.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu queria só pôr vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva ao projeto. Colocaremos na pauta como primeiro item na próxima semana.

Eu também gostaria de pedir vista coletiva para o nome da Anvisa porque não foi pedido naquele momento.

Desculpa! Não é vista; é urgência. Não há urgência para o da esteticista; há vista coletiva. E, para o da Anvisa, há a urgência.

Se todos os Senadores aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a urgência para o nome da Srª Alessandra Bastos Soares para o plenário hoje.

Ficam adiadas a discussão e a votação dessa matéria.

Agora vamos ao Senador Otto Alencar, que vai ler um projeto que é o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 03.08.2016, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

- Em 09.10.2017, o Senador Eduardo Amorim apresentou 1 (uma) Emenda.

- Em 17.10.2017, o Senador Otto Alencar apresentou novo Relatório acolhendo o conteúdo da Emenda do Senador Eduardo Amorim.

- Votação nominal.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Otto, para proferir a leitura do seu novo relatório, e depois, se tivermos número, votaremos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para proferir parecer.) – Eu agradeço à Presidente, Senadora Marta Suplicy.

Eu já havia lido este relatório anteriormente e, depois da leitura, foram apresentadas emendas. Então, eu vou ler apenas as emendas que serão acolhidas para que o relatório fique completo agora com as emendas que foram apresentadas. Ficará, depois de lido, pronto para votação quando tivermos quórum qualificado para tanto. É isso que eu peço a V. Exª.

Então, as emendas: "Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015, do Senador Reguffe...

Eu acredito que é um projeto meritório, até porque isso vai, de alguma forma, acabar com indicações nas filas do Sistema Único de Saúde para as cirurgias eletivas. Hoje é um problema seríssimo porque são todos acompanhados pelo Ministério Público.

Eu tenho até um caso que eu vou citar aqui. Eu tenho um filho que é cirurgião ortopedista, como eu fui, não sou mais. Agora estou sendo operado pelos ortopedistas. Fiz uma cirurgia do túnel do carpo. Ele dirige um hospital de ortopedia e segue religiosamente essa fila de cirurgias eletivas pela chegada do paciente, pelo número de chegada do paciente. Às vezes, há uma pressão muito grande, pela classe política até, para que ele mude. E ele não pode mudar, até porque, se ele mudar, o Ministério Público vem e entra com uma queixa contra ele por ter favorecido alguém dentro da lista. Ele nunca fez isso e, às vezes, fala: "Meu pai, vê se aprova o projeto do Reguffe [que eu passei ao conhecimento dele] para acabar com essa situação que passará a ser lei e ninguém vai mais me pressionar nesse sentido."

EMENDA Nº – CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades privadas de saúde conveniadas que realizam cirurgias médicas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigados a publicar, em seus sítios oficiais na internet, as listas de pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas em entidades de saúde por cuja gestão sejam responsáveis.

§1º As listas a que se refere o caput deste artigo deverão ser divididas por especialidade médica.

§ 2º As filas de espera para realização de cirurgias eletivas serão submetidas a processos de regulação do acesso instituídos pelos gestores competentes do SUS.

.....

EMENDA Nº 3 – CAS

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015:

"Art.3º.....

Parágrafo único. Poderão ser efetuadas modificações na lista referida no *caput* com base em critério médico devidamente fundamentado e registrado."

Vou explicar por que.

Às vezes, o paciente está numa lista de espera de cirurgia eletiva com uma hérnia inguinal, e essa hérnia inguinal passa, por um movimento do paciente, a ser uma hérnia encarcerada. Ela sai e fica encarcerada e passa a ser urgência. Então, se o médico identificar que essa cirurgia eletiva passou a ser urgência, ele pode, depois de um relatório, colocar como urgência e operar. Às vezes, o paciente tinha uma hérnia inguinal, que está contida por uma funda, que se usa muito até hoje, ainda se usa, mas ele faz um esforço, ela rompe esse tecido, entra na região escrotal, e esse passa a ser um caso de emergência, e você tem que operar o paciente, para que ele não tenha uma necrose que evolua até a óbito. Pode acontecer.

Então, nesse caso, a emenda diz que o médico, preparando um relatório, mostrando que evoluiu de eletiva para de urgência, pode estabelecer, com isso, uma cirurgia imediata para salvar a vida do paciente.

Essa foi a emenda que eu coloquei aqui, porque pode acontecer, e eu trabalhei muitos anos em ambulatório e sei que pode sair de eletiva para de urgência. Então, foi essa emenda que foi acolhida.

A outra emenda, do Senador Eduardo Amorim, é uma emenda, muito correta, que dá ao art. 2º ao Projeto de Lei nº 393, a seguinte redação:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I - o número do Cartão Nacional de Saúde do paciente, ou, caso ele ainda não tenha sido emitido, de documento oficial de identificação, vedada a divulgação do nome e da imagem do paciente, de forma a preservar seu direito de personalidade e sua privacidade.

II - data do agendamento do procedimento cirúrgico eletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - posição ocupada pelo paciente no agendamento da especialidade médica pertinente. ”

Então, são essas três emendas que eu acolho, que passam agora a fazer parte do relatório definitivo do Projeto de Lei nº 393, do PLS que o Senador Reguffe apresentou. Portanto, fica lido e pronto para, quando tivermos o quórum qualificado, aprovarmos esse projeto, que julgo de interesse dos pacientes e também muito próprio para este momento, nobre Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Concordo. É um projeto que vai fazer muita diferença para os que furam a fila exatamente por indicações políticas, a maioria, mas que vai pôr ordem.

Vamos, então, na próxima deliberativa... Já conversei com o Senador Reguffe. Ele não sai da pauta. Ele estará sempre presente, e, na primeira reunião deliberativa em que houver quórum qualificado, nós votamos o projeto.

Em virtude da falta de quórum neste momento, não vamos começar a discussão do projeto, o que seria inadequado, e a votação da matéria também não poderá ser feita.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 138/2017), atendendo ao requerimento RAS 138/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Dalirio Beber. Finalidade: Debater o "Bullying". Participantes: Isabella Bana, Procuradora Municipal de Planaltina do Paraná e autora do livro "Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas"; Angela Uchôa Branco, Doutora em Psicologia pela USP, Professora Emérita da Universidade de Brasília e coautora do livro "Bullying - escola e família enfrentando a questão"; Tania Paris, Presidente da Associação pela Saúde Emocional de Crianças - ASEC; Hugo Monteiro Ferreira, Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Fernando Tiago de Sousa Santos, Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia (Brasília-DF); e Willian Petelincar Pedro, Professor de Filosofia e Ensino Religioso do Colégio Salesiano Santa Teresinha (representante de: Luciano Ishihara Castro, Coordenador Pedagógico do Ensino Médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha). Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Usam da palavra o Senador Dalirio Beber, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 138, de 2017, de iniciativa desta Presidência e do Senador Dalirio Beber, para debater o *bullying*.

Convido para compor a Mesa a ilustre oradora Isabella Bana, Procuradora Municipal de Planaltina do Paraná e autora do livro *Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas.*

Muito prazer! Seja bem-vinda! (*Pausa.*) Convido a Drª Angela Uchôa Branco, Doutora em Psicologia pela USP, Professora Emérita da Universidade de Brasília e coautora do livro *Bullying – escola e família enfrentando a questão.* (*Pausa.*)

Convido a Srª Tania Paris, Presidente da Associação pela Saúde Emocional de Crianças (Asec).

Muito prazer! Seja muito bem-vinda! (*Pausa.*)

Convido o Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Hugo Monteiro Ferreira. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Fernando Tiago de Sousa Santos, Diretor da Escola Classe 45 da Ceilândia (Brasília-DF).

Estamos todos querendo ouvir a sua experiência.

Convido o Sr. Willian Petelincar Pedro, Professor de Filosofia e Ensino Religioso do Colégio Salesiano Santa Teresinha, representante de Luciano Ishihara Castro, Coordenador Pedagógico do Ensino Médio do Colégio Salesiano Santa Teresinha, que também terá experiências para nos contar.

Onde ele está? Prazer em recebê-lo! (*Pausa.*)

Nós vamos conceder a palavra por dez minutos a cada orador, mas, antes disso, vamos fazer uma consideração sobre o porquê desta audiência pública. Nós temos tido uma preocupação na CAS com os casos que têm acontecido no País sobre a questão do *bullying*. Nós sabemos que essa é uma questão muito ampla e complexa. Não adianta dar uma ordem na secretaria da escola, não é assim que se resolve. Então, ficamos muito felizes de contarmos hoje com a participação de tantas experiências diversas e de pessoas tão conceituadas, que nos podem dar algum encaminhamento. A gente tem de discutir, tem de entender mais, mas sou muito dos encaminhamentos. O que a gente pode, de fato, fazer para diminuir essa provocação que é o *bullying*, que provoca tanto sofrimento, tanta dor?

Então, como somos muitos, vamos tentar dar dez minutos.

Depois, falarão a Senadora Ana Amélia e o Senador Dalirio, que também já estão presentes.

E não se espantem, porque essa frequência não quer dizer que não estão nos assistindo, porque as pessoas ficam nos gabinetes também fazendo coisas ao mesmo. A reunião passa depois na televisão. Nós temos uma ótima audiência televisiva e temos o e-Cidadania, que também já passa a se pronunciar durante a conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá! Que tenhamos luzes ao final deste debate!

A primeira a ter a palavra é a Srª Isabella Bana.

V. Sª tem a palavra.

A SRª ISABELLA BANA – Bom dia a todos e a todas!

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa, todos os demais debatedores. É uma honra compor a Mesa com os senhores.

Também estendo meus cumprimentos a todos os membros desta Comissão, à nossa Presidente, Senadora Marta Suplicy, pela indicação do requerimento acerca de uma temática tão importante, e ao Sr. Senador Dalirio Beber também pela indicação da temática e pelo convite exposto. Também estendo meus cumprimentos a todos os presentes e demais autoridades.

Antes de adentrarmos a temática *bullying*, que é o objetivo desta audiência pública, é importante que façamos algumas considerações iniciais, principalmente no momento atual em que vivemos, no momento atual que a mídia nos expõe em relação aos acontecimentos pela prática de *bullying* dentro das escolas.

Inicialmente, coloquei alguns noticiários que aconteceram tanto no ano de 2014 quanto no ano de 2017. O primeiro deles se deu no interior do Piauí, onde uma criança de 10 anos sofreu violência psicológica e violência física tão somente por usar óculos, e acarretou, em 2014, essa prática. Já as duas últimas duas notícias se deram em 2017, são bastante atuais. A primeira ocorreu em Goiânia, como nós evidenciamos, que resultou na prática de homicídio; um adolescente de 14 anos praticou homicídio e lesão corporal em face de os colegas... E, por último, também não menos recente, em 2017, uma criança, um adolescente de 12 anos vinha sofrendo desde os 9 anos de idade a prática do *bullying*, por três anos. Foi uma intimidação sistemática contínua por três anos. Ela sofreu os atos agressivos do *bullying,* que resultaram em níveis de depressão, em três colégios em Belo Horizonte. Em decorrência disso, atualmente, ela vem se tratando do quadro depressivo.

Essas notícias, associadas a uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2010, em que o Distrito Federal aparece com um nível, demonstram as oito cidades brasileiras com os maiores níveis de *bullying* dentro das escolas. O Distrito Federal, em 2010, apareceu no *ranking* em primeiro lugar. Porém, em 2016, foi feita uma nova pesquisa pelo IBGE, em que São Paulo assumiu essa posição de liderança. Então, ambas as notícias, ambos os dados, tanto as notícias quanto os dados fornecidos pelo IBGE nos preocupam no sentido de demonstrar as consequências, num primeiro momento, que são niveladas – é um tipo de violência nivelado, silencioso, que só se manifesta quando as consequências já são nefastas –, e, num segundo momento, o aumento desse *bullying*, dessa violência escolar.

Associando todos esses dados que eu trago aqui, na presente exposição, sugiro que nós façamos uma reflexão acerca da nossa legislação. Na legislação brasileira, foi instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, no ano de 2015; a Lei Federal nº 13.185, que dispõe sobre esse dever, essa responsabilidade das escolas no combate e na prevenção da prática da intimidação sistemática.

Logo no art. 5º da presente lei, é possível visualizar que é um dever das instituições de ensino assegurar medidas de conscientização e de prevenção. Porém, na prática, nós percebemos que, infelizmente, ainda há, por parte das instituições de ensino, um total desconhecimento da própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação que se encontra em vigor. E, além disso, esse dever jurídico de tutela não vem sendo respeitado porque as instituições não aderiram a qualquer tipo de programa que faça esse tipo de coibição, de prevenção.

Então, o próprio art. 5º da lei federal dispõe sobre esse dever, que também é ratificado no art. 227 da Constituição Federal, muito embora lá se trate de uma responsabilidade compartilhada. Não é um dever único e exclusivo das instituições de ensino, mas vejam que o Brasil possui uma legislação específica que institui um programa de combate à intimidação sistemática, mas que, na prática, não é efetiva. Atualmente, são poucas as escolas brasileiras que aderem ou que possuem um programa de combate à intimidação sistemática. Além disso, quando possuem algum tipo de medida de conscientização ou de prevenção, são medidas pontuais em razão do próprio dano, ou seja, o dano já está instaurado, já está acontecendo, não há nada que se faça anteriormente à prática desse dano. Então, esse é o principal problema de uma legislação que infelizmente se encontra como uma lei morta.

Logo no art. 1º, §1º, há um conceito. É uma evolução muito grande dentro do Direito brasileiro nós termos um conceito jurídico de *bullying*, o que, até então, antes de 2015, nós não possuíamos. Então, é um marco jurídico essa legislação. O art. 1º, §1º, trata sobre o conceito de *bullying,* e, logo no conceito, nós podemos perceber também um equívoco, pois se dispõe que o *bullying* é uma violência física ou psicológica, repetitiva, intencional, que ocorre sem motivação evidente. Ainda que o *bullying*, ou o agressor, ou a vítima, ou o espectador, que são os envolvidos ali na relação, tivesse uma motivação evidente, isso não autorizaria a prática do *bullying*. Então, há um equívoco na própria legislação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – É o contrário.

A SRª ISABELLA BANA – Há um equívoco na própria legislação em retratar sem motivação evidente, até porque o Direito brasileiro não permite a lei de talião. Já se extinguiu, há algum tempo, o olho por olho, dente por dente. Então, a violência não é permitida ainda que houvesse uma motivação evidente.

Outro artigo relevante também na Lei 13.185, de 2015, é o art. 4º, que traz os objetivos. Então, esse programa elenca, no seu art. 4º, os objetivos da instituição, desse tipo de programa de conscientização e prevenção a esse tipo de violência. E, mais especificamente no inciso V, fala-se em dar uma assistência jurídica, psicológica e social às vítimas e aos agressores. Infelizmente, na prática, as instituições escolares não possuem qualquer tipo de suporte psicológico ou social relativo tanto às vítimas quanto aos agressores e aos próprios espectadores também da relação, que estão na relação de intimidação sistemática.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELLA BANA – Se dependermos tão somente dos serviços sociais no que se refere à saúde e à própria assistência social, nós também vemos uma decadência aí.

Para finalizar a breve exposição, nós percebemos que há uma falta de efetividade da norma. Então, a norma não é eficaz, não está efetiva, não está sendo cumprida. Logo o art. 6º, no próprio artigo, impõe a emissão de relatórios por parte dos Estados e dos Municípios que, até então, nós não sabemos onde estão sendo publicados e se estão sendo feitos. Então, o art. 6º requer o cumprimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da legislação e da emissão de relatórios, e, até o momento, não há a emissão, o cumprimento da legislação. Então, o que se carece é da fiscalização e do cumprimento da legislação que já se encontra em vigor.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi muito interessante. Eu agradeço. Já estou com muitas questões para a senhora, mas vamos esperar. Obrigada pelo cumprimento do horário.

Agora vamos à Drª Angela Uchôa Branco.

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – Bom dia a todos!

É com muita satisfação que eu estou aqui hoje. Agradeço o convite. Estou muito honrada. Agradeço especialmente a oportunidade de poder compartilhar alguns dos resultados e dos conhecimentos que, na Psicologia, nós temos tido oportunidade de investigar, ao longo de todos esses anos, acerca das interações entre as crianças. E o *bullying* se trata de um tipo de interação entre as crianças que se tornou um problema gravíssimo em nosso País. Eu gostaria de agradecer à Isabella pela apresentação dela, porque eu acho que ela conseguiu situar o panorama do *bullying* no Brasil.

Infelizmente, nós sabemos que essa legislação de 2015 foi uma excelente iniciativa, mas não foi suficiente. Ela apenas orienta, mas não é suficiente.

Eu gostaria de apresentar para vocês um pouco o que nós pensamos em termos de compreensão de por que esse *bullying* acontece na nossa sociedade, por que esse tipo de coisa acontece nas escolas, e o que nós poderemos pensar em termos de ações concretas, como a Senadora já mencionou, que eu acho que é o mais importante no momento.

Creio eu que exista uma convergência muito grande de todos nós aqui de que chega de *bullying*, tolerância zero. Mas o que fazer?

Inicialmente, eu gostaria de colocar para vocês que nós concebemos a questão do *bullying* nas escolas como uma questão basicamente de valores e práticas da cultura e de valores e práticas das nossas instituições educativas. E aí eu incluo a família também, não só as escolas, mas as famílias, enfim a nossa cultura de forma geral. Então, a transformação desses valores culturais através das práticas dos educadores, para mim, seria aquilo que faria mais sentido e que teria mais eficácia na direção de resolver o problema do *bullying*. Veja só, quando falamos em prevenção do *bullying,* na verdade, nós queremos estimular outros tipos de interação entre as crianças e entre as pessoas em geral. Não é só uma questão de "vamos prevenir a violência". Não, vamos promover uma interação que faça sentido, uma interação respeitosa, democrática, empática entre as pessoas.

Aqui destacamos o papel central da cultura no próprio desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e de todos nós, que resulta das práticas sociais e das crenças e valores que nós cultivamos. Nós entendemos cultura como práticas sociais e como valores que estão engendrados nessa prática, que, por sua vez, também vão gerar novas práticas sociais compatíveis com esses mesmos valores. Tudo isso tem um impacto fundamental sobre o desenvolvimento.

A cultura, que, portanto, são as práticas sociais e os valores que nós praticamos, atualmente atua mediante a canalização de padrões de comportamento, de interações sociais, o que leva à internalização de crenças e valores, que se tornam, então, pessoais. A criança e o adolescente vão internalizando, incorporando aquela vivência daquelas crenças, valores e práticas que eles experimentam em suas casas, que eles experimentam na interação com os seus colegas, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

professores e com os adultos nas escolas. Só que a pessoa humana não é apenas um produto do meio ambiente, pois é também ativa. Entretanto, esse poder da canalização cultural é comprovadamente central, fundamental. Em nossa cultura, tanto em nível macro, em termos de sociedade, quanto em nível micro, o da família e das escolas, nós verificamos conflitos de toda ordem, desigualdade, injustiça, intolerância, agressão, competição, individualismo. Enfim, isso tudo de que nós estamos falando, infelizmente, essas práticas, esses valores são geradores de vários tipos de violência. Essas violências, por sua vez, canalizam práticas, crenças e valores de igual natureza. Então, temos como resultado preconceitos, egocentrismo, competição, agressividade, individualismo e isto que verificamos muito no caso do *bullying*, que é a busca por popularidade e poder à custa dos outros.

Quanto aos princípios básicos da Psicologia, a pessoa e a cultura se constituem mutuamente por meio dessas interações sociais que são matizadas pela qualidade afetiva das relações e das experiências que acionam esses processos de canalização cultural. Só que nós não somos fadados a viver dessa maneira. Nós não precisamos nos desenvolver – nem cultura, nem sociedade, nem as pessoas – para sempre nessa direção. Por quê? Porque nós somos sistemas vivos, nós podemos nos transformar, nós podemos desenvolver nós próprios e as instituições das quais nós participamos. Isso se chama desenvolvimento humano.

Aqui, quero só mostrar para vocês que realmente o sujeito é totalmente inserido nos vários sistemas da sociedade, ao longo do tempo, e é necessário, portanto, que a gente passe a melhor planejar e a melhor considerar o que é que nós estamos promovendo em termos de desenvolvimento. Será que nós estamos reforçando a socialização no sentido da violência, da agressividade, da competição e do individualismo? Ou estamos criando condições novas que gerem outros tipos de relação entre as pessoas, de relações, portanto, de qualidade pró-social? Nossa cultura, portanto, é extremamente violenta, vamos dizer assim. E, em todos esses contextos, as crianças, as famílias, enfim todos nós, infelizmente, experimentamos muitas situações e experiências de violência.

O *bullying* é violência? Sim, não há dúvida. Há desprezo, hostilidade, humilhação, perseguições sistemáticas vindas de pares. É uma violência brutal. E aí nós temos uma relação de tudo que o *bullying* pode gerar: isolamento social; baixa autoestima, que é uma tragédia; dificuldade de aprendizagem; evasão; depressão; automutilação; ideias e ações indutoras de suicídio ou homicídio; psicopatologia diversa; irritação; agressividade. Por aí vai. É uma lista infindável e não muito interessante, infelizmente, para constatarmos.

O *bullying* no Brasil é um problema, como a Isabella já colocou. E o que pode ser feito? Eu diria rapidamente – o tempo é curto – que a desconstrução de mitos é fundamental, bem como a promoção de reflexão, transformação, internalização de crenças e valores humanos no sentido da paz e a nossa atuação de cada um em sua competência no sentido de desenvolver práticas sociais e pedagógicas comprometidas com estes valores democráticos: justiça, respeito, empatia e solidariedade.

O primeiro mito é o de que o ser humano é agressivo. Isso não é a verdade. Nós não somos biologicamente agressivos, não. É a cultura que faz a diferença.

O segundo mito é o de que o agressor, aquele que implica, é um sujeito agressivo por natureza, tem uma personalidade agressiva. Esse é outro mito. Muitas vezes, ele é vítima em outros contextos, muitas vezes na família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro mito é o de que a vítima é sempre parte de um grupo minoritário. Como a Isabella colocou, ao usar óculos, a pessoa não faz parte de um grupo minoritário, não é?

E o quarto mito é o de que se deve deixar o menino experimentar isso porque ele vai ficar mais forte e vai aprender a se comportar diante de situações difíceis. Não!

Finalmente, como promover a transformação na escola e na família? Gente, vamos ouvir as nossas crianças e adolescentes, construindo relações afetivas de respeito, de cuidado e de orientação diariamente. Escola e família, vamos atuar em cooperação, dando exemplo de que a colaboração é o melhor caminho para a resolução dos conflitos. Na escola, deve haver atenção e monitoramento contínuo. É o que a Isabella também colocou. Isso não é feito, isso é muito da boca para fora. Existem muitos projetos que ficam na superfície, dando aula de como não se deve ser agressivo com o coleguinha, e isso não leva a lugar nenhum.

Então, deve haver atenção e monitoramento contínuos e fóruns sistemáticos de discussão entre professores e educadores, para avaliar como estamos socializando as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Finalmente, o mais importante, pelo menos na minha perspectiva, é que os cursos de formação de professores têm de incluir, de verdade, o que dizem que incluem, mas não incluem. A formação desses professores para o magistério deve levá-los à conscientização de que eles têm de se responsabilizar também, não só a família, pela socialização e pelo desenvolvimento de valores humanos, capacitando os educadores para lidar com problemas como o *bullying* e tantos outros. Então, essa é a questão mais importante.

Em termos de conclusão, aqui está: a chave é levar escola e professores a assumirem a responsabilidade pela socialização dos alunos e prevenir o *bullying*...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – ...mediante a imediata intervenção, a conversa, o debate, a negociação e atividades escolares efetivas, visando a incentivar entre essas crianças e entre esses adolescentes a empatia e cooperação. Enquanto as escolas não assumirem essa responsabilidade, vai ficar praticamente impossível a gente trabalhar na direção de um mundo melhor e mais democrático, onde as pessoas convivam e sejam felizes nesse processo educativo.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço à Drª Angela, que é coautora do livro *Bullying – escola e família enfrentando a questão*.

Quero dizer que eu concordo em gênero, número e grau: o foco é a formação de professor. Não tenho nenhuma dúvida disso. Só que eu acabei de ler no jornal, hoje, que a questão da sexualidade estará no currículo de Religião. Quer dizer, fora colocar Religião como matéria igual a Matemática e a Português, que estava como opção... E falo isso para a Senadora Ana Amélia e para o Senador Dalirio, porque é um espanto colocar Religião, primeiro, como matéria, porque somos um País laico, e, depois, com uma importância obrigatória nas escolas, objetiva. E, agora, querem introduzir sexualidade na aula de Religião. Quer dizer, é tudo ao contrário do que se tem de fazer em educação. É um espanto! Eu nem vou entrar nos detalhes, porque é um desastre, mas eu acho que nós vamos ter de nos manifestar, porque há um limite da loucura para a qual se está caminhando, de radicalização, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido errado. Se a gente está ouvindo falar de *bullying* como um problema seriíssimo hoje, imagine do jeito que vai ficar?

Desculpando o arroubo, vamos lá!

Agora, eu vou dar palavra à Presidente da Asec, que é a Srª Tania Paris.

A SRª TANIA PARIS – Bom dia!

Muito obrigada pelo convite. Estou muito satisfeita por participar de um grupo de debate sobre o tema.

O que eu trago aqui é a nossa experiência nos últimos 14 anos na transformação de ambientes educativos, justamente fazendo referência ao que a Angela falou agora: capacitar educadores para que transformem seus espaços educativos em espaços emocionalmente seguros, onde o *bullying* não tenha vez.

Eu pensei muito para falar sobre combater, mas eu queria falar principalmente sobre erradicar o *bullying*. Acho que uma postura é a gente cuidar depois que ele acontece, e outra é não dar espaço para que ele se desenvolva.

Eu queria falar isso, chamando a atenção dos presentes para aquilo que eu entendo como nó. Existem dois nós nesse processo: o primeiro nó é a questão de detectar o *bullyin*g. A característica do processo é um agressor destituído de empatia, geralmente com baixa autoestima, usar ou depreciar um terceiro para tentar se sentir melhor, para se sentir superior. Ele, geralmente, usa uma fragilidade da vítima: pode ser uma diferença, pode ser um defeito, pode ser qualquer outra coisa. E o processo é normalmente acompanhado de ameaça. O que acontece é que a vítima, geralmente, assume merecer o que está acontecendo. O fato de usar uma fragilidade dela leva a vítima, muitas vezes, no início do processo, a não qualificá-lo como injusto, a temer a ameaça e, como consequência, a não delatar. O processo se estendendo leva a autoestima a ser corroída: parece que entra num buraco.

A gente fala tanto em combate ao *bullying,* mas eu queria chamar a atenção para detectá-lo primeiro. Geralmente, ele é detectado quando o processo já está acontecendo por longo tempo e quando a vítima tem muita dificuldade em contar para alguém o que está acontecendo.

A terceira figura, que são as testemunhas, geralmente, teme represálias, e a sua postura, de forma ou de outra, estimula o agressor, seja através da risada, seja através da participação ou mesmo do silêncio, que é o silêncio-cúmplice.

Pondo um foco maior na vítima, no fato de ela não buscar ajuda, ela acaba acreditando que ninguém pode ajudar. Ela não sabe como pedir ajuda. Pode ser falta de habilidade ou falta de ouvidos compreensivos, quando ela começa a relatar pelas bordas o problema. Usualmente se conta só um pedacinho, para ver se vai haver eco. E a vítima vai ficando gradativamente sem perspectivas, ou seja, sem a perspectiva de que o sofrimento dela possa terminar. E se instala o desespero, a desesperança. E daí vem a questão da agressão, que é a ponta do *iceberg*, a hora em que se descobre que, por muito tempo, aquilo já está acontecendo.

E essa agressão, eu diria, tem a mesma raiz: é a agressão contra o agressor ou é a agressão contra si mesmo. Nós falamos num caso como o de Goiás, em que a agressão ao agressor é visível, mas vamos olhar as estatísticas de automutilação e de suicídio e verificar o quanto muitas das vítimas agem agredindo a si mesmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer duas considerações. O agressor nitidamente tem dificuldade de lidar com algo. Quer dizer, sem entrar na análise do problema, eu queria pôr o foco em que a gente enxerga o agressor como o grande vilão. Podemos ver que muitas vezes o agressor é vítima em outros processos, mas, mesmo de forma bastante simplificada, vamos dizer, ele está agindo dessa forma, que não é prazerosa nem para ele, porque está com alguma dificuldade que não está sendo resolvida. Esse foco ajuda a encaminhar soluções para o problema.

O outro ponto é o ambiente de convívio. O ambiente de convívio está sendo percebido como um ambiente competitivo. Acho que, num ambiente cooperativo, isso é desmontado. E o grande desafio é transformar espaços em ambientes cooperativos, que não sejam espaços onde alguém tem de sobreviver. E o foco nosso sempre foi o de olhar se ele é emocionalmente seguro. O *bullying* se desenvolve em espaços que não são seguros.

Quanto a se combater o *bullying,* acho que a gente pode olhar por duas vertentes. Usando imagens da saúde, a gente pode falar em prevenção, e prevenir o *bullying* é eliminar fatores de risco. Mas a gente também pode olhar esse combate pela questão da promoção, e promoção é prover fatores de proteção, é trabalhar para o fortalecimento das pessoas. Isso é muito mais permanente do que a intervenção nos fatores de risco, que tem toda a problemática da detecção. A grande questão da promoção é que, ao prover fatores de proteção, nós temos uma sociedade mais forte emocionalmente, que repele esse tipo de iniciativa.

O fator de proteção que advogo é o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais; em outras palavras, a Angela falou em valores e cultura. Elas pressupõem, essas habilidades, nos alunos, que isso seja possível o mais cedo possível e para todos. Não estamos falando em educação e desenvolvimento para a vítima se defender; estamos falando também em que as testemunhas não sejam omissas e também em que os agressores consigam resolver suas dificuldades de maneiras mais sadias.

Aqui também há o ponto que acabou de ser abordado: a educação dos educadores, para que transformem o seu ambiente educativo.

Eu não vou entrar nesse gráfico, obviamente. Ele é da Casel, uma associação americana que estuda o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais e o impacto delas no processo acadêmico. A Casel reuniu 317 estudos do mundo inteiro, com mais de 300 mil alunos, sobre o que ela está falando de impactos no ambiente escolar.

Eu vou destacar aqui que a Casel chama de Programa de Aprendizagem Emocional e Social aqueles programas que atendem ao que ela define como S.A.F.E.. Ele precisa ser sequenciado e precisa ser ativo. Não é blá-blá-blá. São, na verdade, atividades em que os alunos possam perceber seus comportamentos, em que possam dramatizar situações. Ele precisa ser focado, com tempo suficiente para desenvolver habilidades emocionais e sociais. E aqui faço um contraponto ao que a Senadora Marta acabou de falar: não se trata de a gente pregar nada, mas de desenvolver a habilidade de empatia, de percepção, de lidar com as dificuldades. E ele precisa se explícito, no sentido de enfatizar habilidades sociais específicas. Com isso, desenvolve-se a autoconsciência, a consciência social, o autocontrole, a autogestão, a habilidade de relacionamento e, sobretudo, a tomada de decisão responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele pressupõe exatamente que isso seja desenvolvido em ambientes participativos, cooperativos, seguros. Isso fornece aos alunos a oportunidade de serem recompensados pelo comportamento positivo, e não pela competição. E isso traz inevitavelmente uma maior ligação e engajamento com a escola, ou seja, a redução, inclusive, de evasão escolar, porque é óbvio que o ambiente com *bullying* é o ambiente em que a criança não quer estar, em que ela faz todo o esforço para não estar.

E o ponto crucial é a capacitação dos educadores, para que eles ressignifiquem o seu papel. Eles não estão ali para dar uma lição, para dizer "é assim que se faz", mas para despertar nos alunos essa consciência, para instrumentalizá-los para o apoio emocional. Quando uma vítima começa a relatar um *bullying*, é um processo muito dolorido para ela. Ela precisa ser estimulada e amparada.

A instrumentalização é para que eles possam lidar com comportamentos que são decorrentes de dificuldades emocionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª TANIA PARIS – O que, durante 14 anos, os educadores que participaram de processos assim sempre disseram é que eles sentem que crescem como pessoa.

Nós não tivemos esta oportunidade, quando crianças, de desenvolver as nossas habilidades.

Numa forma muito simples, eu queria dizer que uma situação difícil na vida de qualquer um leva a sentimentos e que nós temos necessariamente de lidar tanto com a situação quanto com o sentimento. E esse lidar interfere um no outro, ou seja, melhorando a situação, melhora o sentimento, mas também, conseguindo lidar com sentimentos complexos, nós nos tornamos mais eficazes no trato com a situação.

Quanto a esse lidar, de fábrica, a gente veio com impulsos. Nossa impulsividade leva para a agressão, para a fuga ou para a paralisia. E o que nós buscamos sempre é que o lidar seja um processo consciente, seja um processo de escolha, mas escolha pressupõe que tenhamos estratégias.

Então, na verdade, os programas com os quais nós trabalhamos nesses anos todos – eu estive comentando aqui que acho que não vai ser o momento de falar sobre programa para adolescentes neste espaço, mas que é uma propositura – visam a desenvolver habilidades de criar estratégias positivas, que vão tornar então possível se desembaraçar de problemas ou de sentimentos difíceis de forma positiva, sem prejudicar um terceiro.

A política pública para combater e prevenir o *bullying* precisa coibir. Eu acho que a Isabella foi muito feliz em comentar sobre isso, e aí eu passo de volta à questão da detecção, que é complexa, e à orientação sobre como agir para interromper e evitar que se repita. Mas eu vou advogar que também a política precisa erradicar o *bullying,* e isso é feito com educação emocional para todos, incluindo vítimas e incluindo agressores, para que eles tenham habilidades para lidar com aquilo que é desafiante para eles.

O último eslaide traz o segundo nó. Eu entendo que o programa para erradicar o *bullying* tem muito a ver com o modo como se olha para erradicar doenças. A necessidade é visível. A solução está numa prevenção de base. É como enterrar tubos, e, depois, a doença não apareceu mais, e a gente nem lembra que foi o tubo enterrado que proporcionou a higiene necessária para que aquilo não acontecesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª TANIA PARIS – Espero, de coração – estou disposta ao que for na colaboração –, que esta Comissão faça o que precisa ser feito para efetivamente prevenir e erradicar.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Srª Tania Paris.

Nós estamos vendo a reafirmação sempre focada no professor; eu acho que isso está ficando aqui meio evidente.

Não vou deixar de fazer um comentário sobre o que a senhora disse: quando o professor se engaja em alguns tipos desses programas, ele também cresce como pessoa. A senhora gostaria de ter feito mais essa experiência para saber isso, mas eu tenho essa experiência em São Paulo. Quando fizemos a educação sexual nas escolas, nós não sabíamos o que ia acontecer com o professor. Eles foram capacitados, mas era acontecendo e fazendo. Só que isso mexeu tanto com eles, que a gente teve de fazer, para cada... Primeiro, a sexualidade é um pouco diferente de *bullying,* mas nem tanto, porque *bullying* pode ser pelos óculos, mas pode ser por 300 questões que remetem ao psiquismo da professora.

Então, por isso, é tão complexo, porque, para cada hora de aula na sala de aula, era preciso haver duas horas de supervisão com o grupo de professores, porque isso mexe muito. Eu tenho a certeza de que o *bullying* remete à vida das pessoas também. Por isso, é tão difícil nas escolas também que todos os professores estejam engajados, porque há as histórias pregressas que cada um leva para sua sala de aula. Mas nós vamos ter de lidar com isso, não é? E há escolas que já lidaram com isso.

Mas, antes, nós vamos conversar com o Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Prof. Hugo Monteiro Ferreira.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Bom dia a todas! Bom dia a todos!

Eu quero saudar a Mesa, numa presença ausência, que é exatamente a presença ausência das crianças e dos adolescentes e das adolescentes. Acho que são efetivamente os protagonistas e as protagonistas sobre os quais e as quais nós nos detemos nesta audiência.

Quero agradecer o convite que me foi feito, de modo muito especial, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de compor esta Mesa e poder falar um pouco sobre as minhas experiências como escritor, pesquisador, professor, como pai, como irmão e, infelizmente também, como vítima de *bullying*.

Em 1982, eu tinha 11 anos de idade, iniciava o que nós chamamos hoje de ensino fundamental, e a escola que, até aquele momento, havia sido para mim um espaço de brincadeira, de alegria, um espaço de aprendizagem, tornou-se um inferno, um inferno que me levou a pensar em morrer durante um ano. Todos os dias, quando eu chegava a casa, eu entrava no banheiro e ligava o chuveiro, não me molhava, ficava escutando a água e pedindo a Deus que me tirasse a vida, porque eu não aguentava mais aquela perseguição. Era uma perseguição intensa. Eu não sabia me defender, não conseguia falar com meus pais sobre aquilo, e não havia na escola nenhum adulto que pudesse me ouvir.

Eu não sei dizer exatamente a vocês em que momento eu consegui sair daquela situação, mas eu sei dizer a vocês que isso me deixou marcas, marcas físicas, marcas psicológicas, que me conduziram e me conduzem até os dias de hoje. Talvez, por isso, sem que eu saiba explicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

racionalmente também, eu pesquise e investigue há dez anos tudo aquilo que se relaciona a sofrimento de crianças e adolescentes, talvez porque eu me sinta exatamente um sujeito que conseguiu sobreviver.

Então, a minha fala aqui vai nesse sentido. Está bom?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu lhe agradeço, sobretudo, porque é um testemunho muito contundente. Nós estamos vendo uma pessoa que passou e sobreviveu a tudo isso. Quero lhe agradecer pelo depoimento, que nos enriquece a todos. É claro – aí já falo como psicanalista – que esse interesse é fruto do que aconteceu e é uma elaboração da dor e do sofrimento. Isso é muito bom, porque é uma forma de sublimação extraordinária, porque permite uma elaboração interna e, para a comunidade, para todos nós, um trabalho que o senhor desenvolve intelectualmente.

Muito obrigada pelo depoimento.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – O.k., Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora, eu chamo para sua fala...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, eu achei que ele já tinha falado!

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpa! (*Risos.*)

Eu já estava tão encantada com o que o senhor falou antes. Desculpa mesmo! Vamos continuar, então. É claro que vamos descontar o tempo da minha fala, porque realmente eu gastei um minuto e pouco aí falando.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Então, eu intitulei a apresentação de "Bullying e Cyberbullying".

Eu sou Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordeno um grupo de pesquisa sobre estudos da transdisciplinaridade da infância e da juventude. Esse grupo de pesquisa é reconhecido e certificado pelo CNPq. Atualmente, eu oriento dissertações e teses sobre as temáticas em relação às quais eu falei.

Então, só para a gente iniciar, eu digo que o *bullying* não é um brinquedo, sobretudo não é uma brincadeira. Ele faz sofrer. Portanto, você está falando de algo que provoca sofrimento e, se provoca sofrimento, provoca dor, provoca dilaceração, provoca marca, faz marca, deixa marca, provoca muito mal. Portanto, eu categorizo o *bullying* como um fenômeno em que há muita maledicência, muita perversidade, muito desrespeito aos direitos humanos, muito aviltamento e, sobretudo, muita ausência do que eu chamo de amorosidade.

Então, você vai sentir, nessas duas imagens, o que eu tento dizer por elas, que estão disponíveis na internet e, portanto, são passíveis de publicação. Numa, eu vejo crianças rindo, rindo entre elas, e, na outra, eu vejo uma criança usando o WhatsApp, com o telefone na mão, e outras atrás mostrando que aquilo que, aparentemente, seria bom não é bom. Ou seja, a convivência não é boa.

O *bullying* é, sobretudo, um fenômeno de convivência. As pessoas não conseguem conviver entre elas de forma dialógica, de forma compreensiva, de forma não comparativa. Então, confundir *bullying* com brincadeira... Eu escuto muitas pessoas dizendo "olha, eu fui vítima de *bullying*, era uma brincadeira que se dava na escola". Para mim, há um atraso completo neste País. Na verdade, o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está muito atrasado no que diz respeito à pesquisa em relação a esse fenômeno. Nós estamos ainda tentando provar que ele existe. Quer dizer, ainda estamos num momento de tentar provar que ele existe, embora haja legislação sobre isso. No meu Estado, há uma legislação, inclusive anterior à legislação federal. No entanto, como já foi dito aqui nesta Mesa, quando a gente vai observar a operacionalização, a execução da legislação, a gente vê o quanto ainda há fragilização. Quando eu vou para as escolas – eu tenho muita pesquisa de campo sobre esse fenômeno –, eu escuto muitos colegas meus de profissão dizerem que o fenômeno não existe, que o fenômeno, portanto, é algo inventado. Isso me parece muito preocupante numa sociedade em que há um índice alarmante de *bullying*.

Não há alegria no *cyberbullying*. O sofrimento é a sua meta. O seu objetivo é provocar dor, angústia, agonia, medo, ansiedade, submissão, humilhação. Então, uma coisa que eu percebo muito é que, no ambiente em que há o *bullying*, o sentimento de alegria é muito pouco visitado, é muito pouco experimentado. O humor é muito pouco trabalhado. Eu acho que é uma questão importante, porque o humor produz leveza. Eu acho que os programas de formação de professores, assim como a maioria dos programas que a gente tem, são tomados de uma seriedade equivocada, de uma sisudez equivocada. Eu acho que a gente precisa de leveza, de uma sociedade humorada, uma sociedade que possa observar o outro como sujeito passível de falha, e não um sujeito passível de dominação.

Esse exemplo que eu trago para vocês e que está disponível também na internet mostra o caso de um garoto que ficou conhecido internacionalmente, o Vijay Singh. Ele escreveu, na última página do seu diário, em 1997, o seguinte. Olhem o percurso da semana dele, o que me remete muito ao percurso da semana em que eu vivia: "Eu devo me lembrar para sempre, nunca irei esquecer. Segunda-feira: meu dinheiro é tomado. Terça: me ofendem verbalmente. Quarta: meu uniforme é rasgado. Quinta: meu corpo encharcado de sangue. Sexta: está terminado. Sábado: liberdade." Então, essa é mais ou menos uma agenda de sofrimento do *bullying*.

Eu queria só chamar a atenção, porque o Vijay diz que, no sábado, há liberdade. Isso ocorre se você considerar o *bullying*; se você considerar o *cyberbullying*, não. O *cyberbullying* potencializa a violência de um jeito impressionante. Com as redes sociais, você quase não tem controle. Você simplesmente deixa a vítima como se ela fosse ser abatida, como se ela fosse ser levada para um abatimento geral. Então, há muitas pesquisas que apontam o medo das crianças quando elas estão em casa. Ou seja, o sábado não é mais liberdade, o domingo não é mais liberdade. Agora, imaginem isso na cabeça de uma menina, na cabeça de um menino, durante quase 24 horas por dia, efetivamente. As consequências psiquiátricas são terríveis. As consequências psicológicas são terríveis. E os dramas... Por exemplo, há pesquisas hoje que apontam que o *bullying* deixa você com marcas que podem ficar na sua vida cinco anos depois do término do *bullying*. Agora, imaginem isso no que diz respeito ao *cyberbullying*.

A meu ver, existe uma profunda relação com a chamada lógica disciplinar. Isto não tem a ver com cumprir regras, normas, com saber viver em coletivo, respeitar, compreender. Então, é preciso que a gente saiba viver em coletivo, é preciso que a gente saiba vivenciar regras, normas, compreensão. Mas o que eu chamo de lógica disciplinar é aquilo que a sociedade moderna estabeleceu como sendo dominação, separação, hierarquização, superioridade, inferioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as vezes em que converso... Eu converso com muitas crianças, eu converso com muitos adolescentes, e, todas as vezes em que eles me dizem que são vítimas ou que são agressores, embora eu não goste muito dessa dicotomia, porque vejo muitos agressores e muitas agressoras como verdadeiras vítimas e também vejo as vítimas como potencialmente agressivas... Essa é outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção. A gente não pode esquecer que, quando há homicídio provocado pelo *bullying*, aquele homicídio foi planejado, arquitetado minuciosamente. Há uma potência de agressividade que precisa ser compreendida. Eu não posso encarar a escola como um espaço do não conflito. Eu tenho de encarar o real como real. A escola é conflituosa, assim como este ambiente aqui é conflituoso, mas, pelo fato de ser conflituoso, não precisa ser eliminador, não precisa ser excludente, não precisa ser segregador, não precisa ser impeditivo, não precisa ser não dialógico, não precisa ser opressivo, não precisa ser intimidador, não precisa ser assassinador, criando essa palavra. Não precisa matar nem a si nem o outro.

Esse é um menino de Recife que dizia para mim assim: "Diziam que eu não era igual a eles e que eu era pior do que eles e que eles eram melhores do que eu. Diziam que eu não merecia ficar com eles, porque eles eram superiores." Isso era o que ele ouvia na escola.

Em Belo Horizonte, disse uma menina: "Me prenderam dentro de uma sala e fizeram uma roda. Eu fiquei tipo bem no meio da roda. Aí, ficaram gritando que eu era ruim, era péssima, que eu era a esculhambação da escola e que eu não prestava."

Esses são depoimentos colhidos nas cidades de Recife, de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, onde eu desenvolvi uma pesquisa que durou três anos.

A lógica disciplinar, aquilo que não é transdisciplinar, promove a segregação porque tende a negar/excluir a diferença. Isto é, aquilo que não se parece comigo eu rejeito ou eu nego ou eu destruo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Há outro depoimento, de Diego, do Rio de Janeiro: "Cara, eu não suportava aquele jeito de *gay* dele. A coisa ficou muito complicada. Homem é para ter jeito de homem, saca? Uma coisa é ver, outra é ficar perto dessa gente."

"Eu não curto, assim, tipo ficar muito junto, saca? Aí, sei lá, vai que eu fico igual. Tipo, respeito, mas quero distância. Não tenho preconceito. Só não quero ter contato. Bom..."

Eu queria só chamar a atenção para o fato de que um dos *bullyings* mais sérios que eu encontrei nas minhas pesquisas é o chamado *bullying* homofóbico, em que as crianças são geralmente vítimas e em que elas têm mais dificuldade de chegar a casa e dizer para os pais. Imagina um menino de 14 anos chegar para o pai e dizer "pai, eu sofro isso e isso na escola porque eu sou *gay*".

Quando se nega o outro, evoca-se uma revolta, silenciosa ou ruidosa, explícita ou implícita, mas uma espécie de revolta: violência contra ou si ou contra o outro, mas sempre violência. Mas o que se pode fazer? No meu entendimento, existem muitas saídas. Porém, todas elas, sem exceção, fundamentam-se na construção de uma cultura amorosa, o que implica a desconstrução de uma cultura odiosa.

Eu queria chamar a atenção, porque acho que o Brasil tem caminhado para uma cultura odiosa, em que as pessoas não dialogam, em que as pessoas se dicotomizam, em que as pessoas ficam uma de um lado e outra do outro e esquecem que a gente, no final das contas, precisa um do outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugiro: cuidemos da família. Adoecida, ela adoece crianças e adolescentes. Para mim não se pode tratar desse fenômeno, sem se tratar da família.

Cuidemos da escola. Do modo como se encontra, ela tem sido um terreno fértil para a emergência da violência sistemática, assimétrica, não motivada.

Pensemos nestas palavras: diálogo, compreensão, compaixão, não comparação e amorosidade. Acho que essas palavras são fundamentais e tenho atualmente desenvolvido um programa em que utilizo muito da cultura budista tibetana aplicada em escolas públicas do meu Estado, para tentar minimizar e por vezes erradicar aquilo que chamo de construção do ódio entre as pessoas.

Então, a minha sugestão nesta Mesa é a de que a gente pense que a escola precisa ser revisitada a partir dos preceitos da discussão, da amorosidade, e não da negação, da segregação e do preconceito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pelo sensível depoimento e por ter trazido o *cyberbullying*, porque, se já tínhamos um problema no *bullying* normal, agora esse *cyberbullying* está sendo muito também creditado por suicídios, depressões.

E agora há leis também que já estão punindo mais severamente – não sei se já estão aprovadas ou não – a questão do *bullying* virtual, principalmente com adolescentes ou com qualquer adulto que filme. Isso também ocorre com adultos. Nós estamos falando do *bullying* com crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis, mas há toda a questão do *bullying* adulto, principalmente homens que filmam mulheres em situações de sexo em sua intimidade e que depois as expõem e provocam danos, da mesma forma como se provocam em relação a crianças.

Vamos dar a palavra ao Diretor de Escola Fernando Tiago de Sousa Santos.

Vamos a uma experiência, parece-me.

O SR. FERNANDO TIAGO DE SOUSA SANTOS – Inicio minha fala, saudando o Prof. Amarildo. Amarildo Nunes é o Vice-Diretor da escola, aquele cearense baixinho que está ali, com o qual partilho a gestão dessa unidade pública de ensino. E, também, com especial deferência, saúdo os professores aqui presentes.

Em nome da comunidade escolar da Escola Classe 45, cumprimento fraternalmente os membros da Mesa, a Senadora Marta e a audiência da Câmara e das mídias sociais.

Venho aqui, hoje, para partilhar com vocês a experiência da Escola Classe 45 no enfrentamento diário ao *bullying*, fenômeno esse que tem causado grande preocupação entre estudiosos de todas as áreas do conhecimento, especialmente porque tem atingido pessoas de todas as idades nos quatro cantos do mundo e está se refletindo sobremaneira em episódios violentos nas nossas escolas.

Represento aqui todas as escolas do Distrito Federal. Falo em nome, portanto, de uma das mais novas redes de ensino do País.

Planejada, a cidade de Brasília também teve sua educação pensada para ser referência para o resto do País, e nomes como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro fazem parte dessa nossa história.

Na década de 1960, JK avalizou o sonho de Anísio Teixeira, que propunha para a nova Capital uma escola pública diferente, gratuita e acessível a todos, que iria da educação infantil à universidade. Além disso, as escolas seriam espaços de convivência democrática, onde o filho do Senador estudaria com o filho do operário, com espaços físicos planejados; com estrutura para as demandas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedagógicas mais modernas, onde estudantes permaneceriam em tempo integral; com escolas equipadas com infraestrutura completa de material e com pessoal qualificado, entre professores e auxiliares.

Nascia o sonho de educação a ser copiado pelo País. O tempo passou e hoje, 2017, o que restou de tudo isso? A Secretaria de Educação do Distrito Federal tem 673 escolas, 465 mil alunos e 28 mil professores e é financiada em parte com recursos do Fundo Constitucional.

A Escola Classe 45 faz parte desse conjunto de escolas. Conta com três modalidades de ensino – educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e a educação especial –, atendendo 673 estudantes, em dois turnos, sendo 80 deles com necessidades especiais; 53 professores; 14 auxiliares de ensino; 24 educadores sociais e voluntários.

Com 37 anos de fundação, essa escola já é uma senhora madura. E o que faz da Escola Classe 45 uma escola diferente, convidada para estar aqui? Em primeiro lugar, acredito que a proposta política e pedagógica da escola, que foi construída e aperfeiçoada pelo conjunto dos membros de sua comunidade escolar, contempla aquilo que todos sonhamos para a educação do País: o ensino público de qualidade.

Apesar de estar situada geograficamente na periferia, próxima a uma das maiores favelas do País, o Sol Nascente, e socialmente considerada uma área de risco devido à violência urbana, nós nos posicionamos entre as melhores escolas da cidade do DF pelos indicativos de avaliação do MEC e da Secretaria.

Ao longo desses anos, aprendemos que a gestão em um equipamento público tão importante quanto a escola para uma comunidade só seria eficiente se fosse edificada sob a ótica pedagógica. Para isso, buscamos a participação coletiva nas decisões, o planejamento sistemático e a formação continuada dos seus professores. Sob esses três pilares, construíram-se as bases para que ganhássemos o respeito dos pais e estudantes, dos moradores das cercanias, que nos apontam na rua com deferência, das escolas vizinhas, além da comunidade acadêmica local.

Nasce daí o sentimento de pertencimento, que deriva do fato de todos, de alguma forma, se sentirem responsáveis uns pelos outros, e, como consequência, tudo diz respeito a todos na escola. O cuidado pelo outro nas relações são uma norma. O abraço, o aconchego, a afetividade se fazem presentes no contato diário entre trabalhadores, estudantes e pais.

O processo de ensino-aprendizagem para ser efetivo tem de ser gradual, em longo prazo. Deve ser encarado de forma profissional, evitando-se improvisações. Dessa forma, é possível perceber erros, mudar rumos e reforçar estratégias assertivas.

Para chegar a esse estágio, é necessário formação continuada e avaliação permanente. Isso só é possível nas escolas do Distrito Federal, porque existe um espaço de coordenação para os professores na sua jornada semanal de trabalho.

Então, nós temos 25 horas de regência e 15 horas para planejamento no nosso sistema. Aprendemos a valorizar ao máximo essa conquista do nosso sistema educacional.

Mudar a postura só é possível se o indivíduo for convencido interiormente disso através de estudo individual e partilha com seus pares. Isso só é possível dentro do espaço da coordenação pedagógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mudança de postura, esse amadurecimento se reflete no acolhimento de 80 estudantes com necessidades educacionais especiais. Hoje, somos referência no ensino especial, e essas crianças mudaram definitivamente a relação entre professor e seus estudantes, entre as crianças e a comunidade. No DF, toda escola é inclusiva, respeitando-se o direito a igualdade de acesso e permanência com sucesso de todos na escola. A inclusão aqui veio como um *tsunami* para chacoalhar e redesenhar as relações dentro das escolas. Antes, trancados em casa e nos centros especiais, esses estudantes chegaram a nós e todos tivemos de repensar nossas práticas. As instalações físicas das escolas tiveram de ser adaptadas. A Secretaria teve de investir na contratação de pessoal especializado, organizando-os em equipes multidisciplinares em todas as unidades escolares.

Essas equipes são compostas por pedagogo, orientador educacional e professores especializados em salas de recursos. Entendemos que é necessário avançar ainda mais para que nessas equipes sejam acrescidos profissionais da área de Psicologia e Fonoaudiologia.

Esses estudantes especiais causaram uma mudança de postura nos seus colegas, os estudantes regulares, que aprenderam a conviver e a entender as limitações dos seus colegas especiais e a ser mais solidários e cuidadosos uns com os outros. Essa lição eles estão ensinando em suas casas a parentes e amigos.

Outro fator que considero importante no enfrentamento ao *bullying* foi enfatizar no currículo estratégias para a promoção da cultura da paz, uma vez que a cultura da grade é muito forte nas nossas casas, ruas, comércios e edificações do setor onde se localiza a 45, e essas grades entraram e se enraizaram também nas escolas. Salas de aulas gradeadas, cadeados, trancas por todas as dependências administrativas, muros de três metros de altura, é esse o desenho das nossas escolas aqui, no Distrito Federal. E as pessoas se acostumaram e começaram a achar tudo isso normal. Muitas reflexões, discussões e estudos fizeram uma mudança enorme. Hoje, estamos em um processo de retirada gradual dessas amarras. Passamos a entender que as grades, na verdade, estão dentro de nós, que os limites não são definidos fisicamente, mas que todos devemos conhecer a nossa posição e responsabilidade, ou seja, o nosso espaço, e também respeitar o espaço do outro. Foi dessa forma que combatemos essa violência silenciosa que nos atinge e ainda nos esforçamos para nos libertarmos, definitivamente, das amarras que nos aprisionam dentro desses muros.

A promoção da cultura da paz há de fazer ruírem esses muros que nos escondem da paisagem urbana do nosso setor, há de descortinar o passado para vislumbrar um futuro mais solidário e pacífico. A sociedade brasileira vai ter de enxergar para além dos muros da escola.

Finalizo, chamando a imprensa à responsabilidade. Não é possível e não é admissível que a escola seja alvo diário e constante de ataques no *mass media*. Digo isso por entender que as programações dos principais meios de comunicação veiculam muito mais aspectos negativos do que positivos sobre educação. Quem é minimamente informado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO TIAGO DE SOUSA SANTOS – ...sabe que, após a proclamação da República, no século XIX, tínhamos 90% de analfabetos no País e que, apesar dos poucos investimentos nos anos subsequentes, hoje temos todas as crianças na escola. Temos o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo, o maior programa de alimentação escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Enem é tido como um programa de sucesso e elogiado mundo afora. As universidades e os Institutos de Educação são os que fazem toda a pesquisa científica no País. Nunca vi isso ser exaltado.

Não somos os bárbaros que certos âncoras de telejornais nos querem fazer crer. Temos muitos desafios a superar, mas a responsabilidade social sobre a educação é de toda a sociedade e o quarto Poder tem de dar maior contribuição.

Não tenho inveja das reportagens sobre educação na Finlândia, na Suíça, na Coreia. Pelo contrário, a cada dia, concordo mais com nosso saudoso Darcy Ribeiro, quando dizia que não há na história da humanidade uma civilização como a brasileira, no sentido mais patriótico que o seu pensamento sobre o Brasil poderia ter.

Ora, também não posso deixar de citar o grande mestre Paulo Freire, que nos deu uma grande lição: "Apenas o homem livre é capaz de escrever sua própria história."

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu agradeço ao Prof. Hugo, porque ele nos deu uma experiência concreta.

O SR. FERNANDO TIAGO DE SOUSA SANTOS (*Fora do microfone*.) – Sou o Fernando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o Diretor. Desculpa! É o Diretor da Escola de Ceilândia, Fernando Tiago de Sousa Santos, que nos deu uma experiência concreta de algo que muitos dizem que é impossível, que não vamos conseguir nunca, e essa questão em relação às crianças especiais também é um exemplo do que nós podemos fazer.

Acho que ele está reiterando aqui o que achei muito bonito, que é essa questão da segurança emocional. A primeira coisa que tem de haver na escola é o respeito, a segurança emocional, para poder criar o clima, porque, sem clima, nada é possível.

Vamos agora a outra experiência, que é a do Prof. Sr. Willian Petelincar Pedro.

O SR. WILLIAN PETELINCAR PEDRO – Muito bom dia a todos!

Quero agradecer também o convite, em nome do Prof. Luciano, que é coordenador do colégio onde eu trabalho, o Colégio Salesiano Santa Teresinha. Em nome dele, quero agradecer o convite da Senadora Marta e do Senador Dalirio.

Para mim é uma honra fazer parte também da Mesa, representando o Prof. Luciano, com tantas pessoas capacitadas e interessadas em discutir a questão do *bullying*.

Só alguns apontamentos, na verdade, eu faço sobre a prática que nós vivemos em um colégio que apresenta outra realidade daquela da Escola Classe 45, que é um colégio de classe média, um colégio localizado na Região Sudeste, em São Paulo. Então, é um colégio com outra realidade, mas também com o mesmo desafio, se não igual, até maior nesse sentido, por conta do acesso à questão que foge ao colégio, que é a questão do *cyberbullying*, questão que foge do alcance da escola e dos muros da escola também.

Durante as falas, eu fui associando, na verdade, a um trabalho que a gente já realiza na escola, não só no Colégio Salesiano Santa Terezinha, mas também em toda a Rede Salesiana de Escolas, que é um trabalho feito a partir do fundador, que é Dom Bosco, um santo da Igreja, que, aliás, tem até uma particularidade com a história também da construção de Brasília e que, no século XIX, já propunha uma pedagogia diferenciada, que é a pedagogia da alegria e a pedagogia da presença, sobretudo a presença não punitiva ou a de vigilância, mas a presença amiga. E os educadores do Colégio Salesiano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santa Teresinha são motivados a estarem presentes em momentos de pátio, em momentos de convivência na escola etc., inclusive, com a participação também da família.

A Senadora Marta falou sobre a questão do ensino religioso, e eu sou professor dessa disciplina. É claro que há outras questões que a gente pode tratar do ensino religioso, mas em toda a Rede Salesiana de Escolas há um material didático próprio de ensino religioso não ligado à questão confessional, porque existe um outro setor do colégio que já faz essa questão de catequese etc. Mas as aulas de ensino religioso têm uma proposta voltada para três dimensões de relacionamento: a dimensão do indivíduo como ele mesmo, que é a questão do autoconhecimento, e através de estratégias e dinâmicas a gente busca essa relação; a relação com o outro, saber conviver, saber se portar, saber respeitar, conviver com a diferença; e a relação espiritual, que, inclusive, não está ligada à religião. Todos nós sabemos que espiritualidade é diferente de religião. É claro que na nossa disciplina a gente usa as religiões como exemplo para falar de espiritualidade.

Foi dito, se não me engano, pela Isabella ou pela Drª Angela, a respeito da questão da prevenção e da promoção. Dom Bosco elaborou o sistema preventivo, ou seja, trata-se de, através da educação, prevenir certo tipo de situações para que não gerem aí violência, desrespeito, etc. Mas nós trabalhamos, inclusive na disciplina de ensino religioso, a questão da promoção: a promoção do respeito, da diversidade, da cooperação. O colégio promove trabalhos solidários com os alunos, o que faz minimizar a questão do *bullying.* A própria questão do esporte também é muito valorizada no colégio. Então, a cooperação que o esporte oferece faz cumprir aí também essa questão da amizade, de estar junto, de saber conviver e de saber lidar com frustrações, com a perda de jogos, etc.

Essas habilidades são desenvolvidas através do ano letivo, com todos os alunos, sobretudo pautadas na questão dos valores humanos. A questão dessas estratégias e dessa pedagogia, que é salesiana – não é própria do colégio onde eu atuo, não é minha, mas é própria de um sistema de pedagogia –, a intenção é gerar um ambiente afetuoso, um ambiente onde as pessoas são respeitadas, onde as pessoas possam se sentir acolhidas. Não vou dizer que não há casos de *bullying* na escola, há muitos. Inclusive, eu fui coordenador pedagógico durante três anos e atendi várias questões sobre *bullying*, questões ligadas também a *cyberbullying.* De várias maneiras essas questões chegam até nós – ou através de outros alunos ou através da família –, mas um grande dificultador no colégio, no ambiente escolar, como a Tânia mencionou, é a questão do diagnóstico, da identificação, de saber o que é *bullying* e o que é uma brincadeira, enfim, de identificar o *bullying* e aí atuar. Mas, como foi dito também, nós só atuamos depois dessa identificação, quando há realmente a efetivação do *bullying*. Mas todos esses projetos ajudam a prevenção. E é claro que isso faz com que se minimizem os dados, o índice de *bullying* nos colégios.

A pedagogia da presença, a pedagogia da alegria faz com que os próprios educadores se sintam corresponsáveis na educação emocional também do aluno. Então, há essa presença amiga nos pátios. E o colégio promove muitas questões de cooperação, em que há bastante convívio harmonioso entre os educadores, o que faz minimizar também essa questão da hierarquia e da autoridade, porque muitas vezes os casos de *bullying* não são detectados por causa de o agressor não contar para ninguém ou não se sentir à vontade para expor isso, e, numa presença amiga, certamente se minimiza também essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi citada pelo Prof. Hugo a questão da amorosidade, e eu remeto novamente aí ao fundador do Salesianos Dom Bosco, que tinha o tripé da Pedagogia, que é a razão, a religião – por ser um santo da igreja, por ser um padre – e a questão de uma palavra italiana que é *amorevolezza*, traduzida para o português como afeto ou a questão do amor e do carinho, que faz com que se torne, de uma maneira eficaz, um minimizador para que aconteça o *bullying* no ambiente escolar.

Com isso, encerro, então.

Muito obrigado pela oportunidade.

Fico à disposição também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço ao Prof. Willian pela exposição.

E nós vimos aqui a diferença: uma escola laica, pública, e uma escola católica, ambas exitosas no sentido de preservar o ambiente emocionalmente sadio para suas crianças.

O comentário que eu fiz antes foi de que no Brasil nós temos a laicidade. O Brasil é um País laico. Então, parece-me que juntar religião obrigatoriamente com sexualidade é um desastre absoluto. Depois, religião obrigatoriamente também me parece... Se for para fazer, o que eu acho que não deveria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... imposto também é um desastre. Deveria ser – se é que vai ter que colocar religião – opcional. Aí, as escolas públicas que desejarem o farão. E os pais que desejam ter uma educação religiosa – e podem manter – vão às escolas judaicas, católicas, evangélicas. Nós temos escolas de todas as religiões, umas mais fortes, outras menos fortes, mas isso é uma escolha.

E eu acredito que nós temos aí um impasse, sim, e seria muito bom se o Senado se pronunciasse. É uma responsabilidade seríssima. Nós temos aqui a Comissão de Educação, nós temos esta Comissão, e eu acredito...

Bem, todos já se apresentaram, então nós vamos... Como norma, os que pediram a audiência têm a palavra. Somos aqui a Presidência que pediu e o Senador Dalirio. Vou dar primeiro a palavra para o Senador Dalirio, para ele fazer suas perguntas, depois eu faço as minhas perguntas, depois a Senadora Ana Amélia faz as perguntas dela, e nós responderemos de uma forma única cada um.

Eu acho que dá para dar cinco minutos para cada um fazer as suas respostas.

Senador Dalirio Beber tem a palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito rapidamente, Senadora Marta, primeiro quero dizer que, na verdade, a iniciativa da solicitação desta audiência pública, para tratar de um tema tão importante quanto esse com que vocês nos presentearam com suas contribuições, foi uma inciativa da Senadora Marta. Eu apenas estava numa das reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos e, para dar agilidade e fazer com que esta audiência acontecesse ainda no exercício de 2017, subscrevi o requerimento da Senadora Marta. Portanto, os méritos são da Presidente desta Comissão, a Senadora Marta Suplicy.

De qualquer forma, ouvi com atenção as manifestações de todos os seis que palestraram durante o tempo que foi proporcionado. Eu sei que todos vocês teriam condições de dissertar sobre a matéria por um longo período, mas acho que foi o suficiente para que todos nós, em nível de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão, em nível de Senado, atentássemos para a realidade dessa temática, que hoje é tão discutida, especialmente nos estabelecimentos de ensino.

Tem-se que em torno de 10% a 12%, 13%, talvez até mais, das crianças das nossas escolas têm sofrido algum tipo de *bullying*. Vejo aqui, até em função da própria manifestação do Fernando, do Hugo e do Willian, que há experiências de escolas onde, com certeza, essa interação entre a escola e a família tem proporcionado talvez resultados muito mais promissores que o comum.

Mas pergunto: dentro dessas estatísticas, verificou-se por que esses jovens são opressores, ou seja, praticam *bullying* contra outras pessoas? É em função da falta de atuação da própria escola, do professor, de ausência do professor? O professor hoje é um trabalhador que transfere o conhecimento da sua matéria, mas ele interage realmente na formação desse jovem, dessa criança que está ali? Ou seja, a própria presença dos professores no pátio, que é onde acontecem, na maioria das vezes, as questões do assédio, da opressão; a presença do professor, do educador talvez iniba. E a própria questão da família, ou seja, os pais têm que estar informados do que acontece na escola, porque aceitar que uma criança faça isso com outra pessoa, com o seu semelhante, vai fazer com que este cidadão, ao chegar à idade adulta, também não seja diferente no seu dia a dia. E, de opressor, ele passa a ser também vítima de tudo aquilo que virá como consequência na sua existência.

Hoje, nós falamos de crianças na faixa de 8 até 17, 18, 20 anos, mas depois nós temos uma vida longa. A perspectiva de vida dos brasileiros chega aí a 75, 76, 78, quem sabe até a muitos mais anos, e esse jovem que, infelizmente, não teve, durante a oportunidade da formação, a pressão necessária, a orientação necessária no sentido de que ele mudasse de comportamento, vai incorporar isso como um traço da sua característica, do seu caráter de vida, o que vai talvez levá-lo a comportamentos, na fase adulta, que vão fazê-lo vítima da sua própria atuação como opressor durante a juventude.

Então, a pergunta é o seguinte: esse percentual é em função da falta de atuação da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... escola, ou seria em função da falta também de atuação mais clara, decisiva da família, e da presença, com certeza, do professor durante os períodos de folga dos alunos, que acontece no pátio, durante o recreio?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio Beber. Nós temos aqui algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania, mas são várias, e eles selecionaram duas.

Uma é de Thiago Mendes: "É necessária a atuação mais precisa e incisiva de leis que protejam as crianças que sofrem com este tipo de assédio. Mas principalmente ensinar as nossas crianças que o ser diferente é normal. Torná-los cidadãos de bem e que consigam conviver com as diferenças".

Essa não é uma questão, e sim uma afirmação. Então, vale um comentário.

A outra é de Artur Alvim Cury: "Esse problema é antigo na sociedade! Não é de hoje! Só mudou a conotação do problema mas ele sempre existiu! E hoje é mais divulgado! Seu combate passa pela valorização do professor, da educação, distribuição de renda, políticas sociais e da mudança de postura dos pais!!".

Há um que não foi selecionado, sai totalmente do âmbito da escola, mas eu achei muito interessante. É de Sergio Luis Peixoto: "No metrô de São Paulo os operadores de trem que ficam traumatizados com atropelamentos na via são enviados para trabalhar nos pátios de manobras. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom, mas os colegas e até chefes costumam referir-se com desdém a esses operadores, chamando-os de 'asas-quebradas'. [Isso é] *bullying*??".

Vejam que *bullying* acontece em tudo que é canto.

Mas eu também vou fazer as questões que eu tenho. A primeira é: ficou evidente que a lei existe e que não é cumprida. Então, vamos para os encaminhamentos como eu dizia. O que temos que fazer para fazer que se cumpra a lei?

Eu pensei em uma coisa, mas pode ser complicado: os pais podem entrar na Justiça contra a escola. Eu não estou vendo... Por isso eu gostaria que vocês dessem outras ideias.

Porém, isso não pode ser chamado... Ser chamado, não; pode virar algo pior que o *bullying*, que é o patrulhamento. Então, a escola pode ficar receosa, e nós vamos criar uma confusão enorme.

Eu gostaria da opinião de vocês, que têm vivência, que são especialistas sobre isso, sobre como podemos encaminhar e sobre se esse ativamento dos pais em relação à escola – ou ao professor, até personalizando – poderia ser uma das formas. Eu acho que talvez não seja a melhor, mas eu precisava entender melhor, saber como vamos achar um jeito.

A outra é que tramita no Senado Federal o PLC 76/2011, para o qual foi apresentado um substitutivo que oferta apoio e acompanhamento técnico, psicológico, individual ou coletivo, provido por psicólogo habilitado ou por equipe multidisciplinar, com a presença também do profissional de psicologia e profissionais de educação básica no âmbito dos sistemas de ensino. Por quê? Porque, quando estamos falando do *bullying*, o professor tem que ter um apoio. Mas ele tem que ter primeiro nessa formação que ele seja capaz de identificar algumas coisas, porque nós podemos falar de vários tipos de *bullying*.

E uma questão que foi colocada aqui, acho que pelo Prof. Fernando, que falou sobre a escola, é que há um tempo de planejamento e de coordenação psicológica. Nesse grupo dessa coordenação é que pode haver uma pessoa, um professor e depois uma equipe maior ou multidisciplinar, se a escolar puder, que converse com os seus professores sobre o que está acontecendo na sala de aula.

Aquele menino que começa com muita gritaria na sala de aula, na verdade, a gritaria é porque ele está querendo se sobressair. São várias as possibilidades de por que ele está querendo se sobressair. Agora, se há uma reunião onde o professor pode dizer: "Tem o fulaninho". O outro diz: "Na minha aula também". O outro: "É, mas..." Conversa-se sobre aquela criança, e se faz uma intervenção de se chegar perto daquela criança, de se visitar aquela criança, aquela família.

Então, isso pode ser um caminho concreto que a gente pode pensar para ter uma resposta. Agora, nem todas as escolas – as particulares, cada uma vai fazer do seu jeito, e muitas já fazem –, as públicas, têm essa possibilidade de ter esse período de coordenação.

Eu vi – corrijam-me se eu estiver errada no tempo –, eu acho que o senhor falou em 25 horas de regência para 15 de planejamento. Isso é uma maravilha! Por isso que a escola tem esse nível. Agora, que escola tem isso? Muitas particulares não chegam a isso. E isso é que faz a diferença, porque você trabalha também o que cada professor está sentindo, provoca a reflexão e tudo mais. Bem, eu queria saber se vai por aí – é o que eu estou pensando – e o que vocês acham disso.

Acho que eu tinha mais uma. Esperem aí.

Há casos em que professores são agentes diretos de *bullying*. Como as escolas devem proceder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as perguntas. Passo agora à Senadora Ana Amélia para fazer as suas perguntas e considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente Marta Suplicy, caro Senador Dalirio Beber, quero cumprimentá-los pela iniciativa deste debate, que não é o primeiro feito por esta Casa – a CDH várias vezes o fez –, e fazer algumas observações.

Ouvi todos com atenção e me parece que faltou uma referência. Nós estamos tratando de crianças como se fossem ETs que saíram de algum lugar, mas não dizemos de onde eles saíram, e foram para a escola. E a escola tem que resolver o problema. Eu vou simplificar com o jeito da linguagem jornalística. As crianças saem de um ambiente, que é um ambiente de educação, que é a família. Pouca gente falou da família aqui. E, se uma criança está num ambiente de violência na família, de pai que briga, de mãe que briga, ou de desatenção e de desamor, essa criança já sai impactada desse ambiente hostil, para dentro de um outro ambiente mais hostil ainda ou muito complicado. Então, esse é o primeiro ponto.

Prof. Hugo, prestei muita atenção. A sua voz e a sua forma de falar são muito semelhantes à voz que usa – eu cuido muito disso – o Senador Randolfe Rodrigues, e até a linguagem que eu aprecio muito do Senador Randolfe Rodrigues. O senhor falou que faltam aqui os principais protagonistas, que são as crianças. Não sei se foi apenas uma figura de retórica, mas a legislação em vigor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, protege a criança disso. Inclusive, na imprensa, não pode sair uma criança menor; o rosto dela tem que sair com uma tarja. Então, expor aqui, numa audiência pública no Senado, as crianças a revelarem os seus sofrimentos, eu diria, a repetirem... Porque isso cabe num ambiente individual do orientador, da família, para que ela não sofra.

Mas eu sugeriria para a Senadora Marta, com a aquiescência também do Senador Dalirio, que aqui está a avó – portanto, uma pessoa adulta –, servidora desta Casa há muito tempo, a Rose, que perdeu uma neta por suicídio, vítima de *bullying*. Ela pode relatar isso. Ela pode mostrar o que foi feito, ela está aqui presente.

O Prof. Fernando Tiago falou... E eu pergunto talvez como jornalista, Prof. Fernando. O senhor falou muito da mídia. O que é natural? O cachorro morder o homem ou o homem morder o cachorro? Esse é um velho exemplo, jargão até nas nossas aulas de comunicação no começo. Talvez tenha mudado isso, porque as redes sociais alteraram toda a convivência social, inclusive.

Na verdade, eu também fui professora. Quer dizer, eu fiz o curso do magistério no interior do Rio Grande do Sul. E, quando fiz o estágio, eu tratei os meus alunos... Eu nunca fui para a sala de aula com os professores tomar café ou fazer merenda, conversar com os professores. Eu nunca deixei os meus alunos, brincando com eles, jogando futebol. Sempre usei uniforme para ir à aula, para ficar igual a eles. Nunca fui de roupa diferente, porque achava que aquela era uma forma também de ter uma identificação com as crianças.

Era uma turma de crianças vinda de um ambiente hostil. Eram 13 alunos, um número interessante – 12 meninos e uma menina apenas. E eu consegui ter convivência com eles fazendo práticas de levá-los a conversar com o prefeito municipal. Porque à época, nos currículos do primeiro ano, havia o Município, depois se examinava o Estado, depois o País – os currículos de antigamente eu achava muito bons. Então, eu os levava para falar com o prefeito, para eles terem uma valorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, a essas crianças, não fiz nada mais do que a obrigação de dar a elas a segurança. Então, era normal eu receber lá na minha casa, num bairro pobre, de Lagoa Vermelha...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... receber abóbora, receber uma dúzia de ovos – porque era a vida do interior, era a remuneração – ou uma flor que ele colhia do jardim da sua casa e trazia para mim.

Então, nessa relação e nessa questão da cobrança da mídia, eu, como jornalista, reconheço que existem alguns excessos, mas o normal é todos fazerem o seu dever, cumprirem o seu papel e o fazerem corretamente. É claro que o reconhecimento... Acho que ninguém faz para receber prêmios, mas o reconhecimento é importante, porque é encorajador. Vale para um professor e vale para o um político, como nós aqui nesta Casa, que somos atacados todos os dias. Hoje, está aí: o pior Congresso é o que está aí; 60% da população não gostam.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É *bullying*!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É *bullying*! Eu não tomo, porque a minha consciência está limpa. Eu estou fazendo o meu papel. Eu não quero ficar preocupada com isso, eu quero continuar trabalhando. Às vezes, dá vontade de ir embora. É claro que dá! O que eu estou fazendo? Se eu estou fazendo, e é assim, todo mundo é, e você joga tudo numa vala comum... Este, sim, é um risco: a generalização.

Então, o extraordinário é o que acontece num evento de uma criança desmaiar de fome numa escola ou de um aluno com uma arma atingir outro colega. Isso é extraordinário. O normal é que a escola conviva num ambiente de paz. Acho também que esse elemento de que o Prof. Hugo falou, do ambiente, de mais alegria, mais convivência social, mais música, mais esporte para essa meninada do que ficar presa nesse negócio aqui. Você vai a um restaurante hoje, em qualquer nível, não é só na periferia, em qualquer nível, de cima a baixo, médio, onde for, está todo mundo na mesa, cada um com seu celular: pai, mãe, filho, parentes, amigos, ou entre amigos, jovens e adolescentes. Estão com isso aqui se comunicando. Com quem? Ninguém conversa, ninguém fala.

Então, eu acho que a sociedade está um pouco doente... Bastante doente, a nossa sociedade brasileira. Não sei se excessivamente consumista, mas ela está precisando ser tratada também, sobretudo as famílias, que mandam os filhos para as escolas. E aí o professor, além da responsabilidade de fornecer o conhecimento, o saber, tem que educar a criança, quando ela já devia ter vindo de casa educada. Então, não estamos pensando nisso.

E sugeri, com o episódio que aconteceu, com o suicídio dessa menina, dessa adolescente, a avó da menina, que cuidava dela, estar presente nesta audiência.

Obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Podemos dar a palavra à senhora, que é a avó da criança, por cinco minutos, se quiser se manifestar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Entendo perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Entendo perfeitamente. Obrigada.

Vamos, então, dar cinco minutos para cada expositor. Vamos começar pela Srª Isabella e seguir a ordem que tivermos. Aliás, deixem-me perguntar: aqui, geralmente, se dão cinco minutos ou três, e cada um responde. Eu gosto muito da interação. Então, se nós pudéssemos... Eu começo com a Srª Isabella, mas quem quiser entrar também entra. Então, nós temos ainda meia hora de debate. Por favor, sintam-se livres para interromper, e aí nós podemos fazer uma conversa que talvez possa ser interessante.

Então, vamos assim.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu tenho a Comissão de Meio Ambiente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, V. Exª gostaria da sua resposta...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não, não... Não há necessidade. Eu só vou pedir para me retirar, mas não é nenhuma desconsideração a todos vocês que estiveram aqui hoje conosco.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está certo. Mas eu esqueci que nós tínhamos perguntas, inclusive eu. Então, não vai dar certo. É porque eu gosto muito mais quando troca.

Tudo bem, vou ter que voltar ao método de sempre: vamos dar cinco para cada um. Mas se sintam livres para interagir, mesmo que a gente acabe um pouquinho mais tarde.

Vamos dar cinco minutos para a Isabella; depois, vamos seguir a ordem dos cinco. E vamos tentar ter a liberdade de interação também.

A SRª ISABELLA BANA – Considerando os apontamentos dos Senadores, inicialmente, sobre os principais motivos, o que leva a esse índice, a esse aumento na prática do *bullying*. Como a Drª Angela expôs, é claro que isso não está só associado efetivamente à escola. Nós não estamos culpando a escola pela prática do *bullying*. É claro que isso tem a ver com a questão da família, como a Senadora Ana Amélia expôs. Também está associado à questão da família, mas isso nós não deixamos de tratar, porque se trata de uma responsabilidade compartilhada. E a própria Constituição nos traz uma gestão democrática, em que devem atuar tanto o Estado, como a sociedade e a própria família.

Mas, em termos de motivos, a meu ver, eu atribuo na verdade essa existência exacerbada em pontos, em consequências drásticas, como é o que vem acontecendo atualmente – não é um assunto atual, mas cada vez mais visível e cada vez mais preocupante – da falta de implementação do programa. E não só a implementação de um programa que combata, que previna a intimidação sistemática, mas que execute e mantenha esse programa. Porque a lei fala em instituir, e a escola, em sua grande maioria, não instituiu, até porque algumas desconhecem a própria legislação e de que forma tratar esse problema, esse fenômeno. E não só na sua instituição, na sua implementação, mas de que forma ela pode executar e manter o programa. É claro que na manutenção é que vêm as intervenções, as mediações, quando há a prática do *bullying*. Então, nós não devemos esperar a prática do *bullying*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão da Senadora Marta, especificamente. Ela pergunta de que forma, então, nós devemos agir, já que temos uma legislação que é ineficaz, é ineficiente. Como nós podemos atuar nesse campo? Eu entendo que é com uma medida administrativa, havendo uma fiscalização, e que haja uma punição, não no campo da responsabilidade civil, porque a própria lei não traz a responsabilidade civil das escolas, em que os pais devem agir, pleitear ações indenizatórias em razão dessa reparação civil, mas na esfera administrativa. Que haja uma sanção às instituições pela não implementação do programa, pela não manutenção e execução do programa; e do próprio Estado, pela falta de relatórios. Os Municípios não emitem os relatórios que a própria lei torna obrigatórios, os relatórios com índices de prática de *bullying*.

A respeito, de um modo bem resumido, de tudo isso, como o Prof. Hugo expôs muito bem, há até a questão do *bullying* homofóbico, em que a vítima, além de não poder contar com a exposição do que está se passando, não pode falar desse motivo, o que a levou a sofrer o *bullying*, que é por se tratar de uma expressão do seu direito fundamental à sexualidade.

Este ano nós tivemos a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, em que expressões ligadas à sexualidade foram extintas. Então, nós vemos uma contradição entre aquilo que se quer garantir, que é o direito fundamental à educação, e aquilo que se quer promover, uma sociedade justa e democrática; e nós estamos tratando de *bullying* e de como combatê-lo, mas o próprio Ministério da Educação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABELLA BANA – ... não está efetivamente cumprindo seu papel.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concordo plenamente.

Agora, a palavra é da Drª Angela.

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – Bem, mais uma vez eu concordo com tudo que a Isabella colocou.

E quero mais uma vez lembrar, também, que esse fenômeno do *bullying* é um fenômeno multidimensional. Então, ele é multinível. Nós temos que pensar em todos os níveis que precisam ser trabalhados. Eu acho que, nessas questões que foram colocadas, estão embutidos procedimentos e possíveis respostas a essas questões em diferentes níveis.

Eu gostaria, em primeiro lugar, porque eu acho que é o mais importante – a gente poderia falar aqui muito tempo sobre esse tema, porque, como eu falei, ele é multidimensional, há muito que ser tratado –, de falar sobre a questão de implementação de programas e projetos. Eu acho isso fundamental, concordo plenamente. Agora, eu me assusto um pouco, porque a nossa experiência de fazer pesquisa e investigação no contexto das escolas tem demonstrado que muitas vezes as escolas procuram implementar um programa, um projeto, mas de uma maneira tão formal, tão formal, que não chega aonde deveria chegar; não trata da questão e não altera em muito aquilo que a escola já faz no seu dia a dia – ou seja, nada – em relação a essa preocupação, de um planejamento e uma responsabilidade com relação à socialização, ao desenvolvimento emocional, enfim, dos seus alunos.

E aí há alguns mitos, outra vez, que eu gostaria de tratar. Um deles é que só a família educa. Isso não é verdade. A família educa e também a escola, e também todas as interações que esse sujeito em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento vai ter ao longo da sua vida. Nós todos somos responsáveis pela educação dos outros. Obviamente, os nossos pais em primeiro lugar, os responsáveis; em segundo lugar, esses professores. Mas é inadmissível que um professor diga que o menino tem que vir educado de casa. Não! O menino está sendo educado sempre, até morrer nós estamos nos desenvolvendo, estamos sendo educados, uns pelos outros. Então, a escola tem também de assumir a responsabilidade pela educação dessas crianças.

Por que eu falo isso? Porque as escolas muitas vezes se colocam, está lá nos documentos oficiais, a questão de "vamos formar cidadãos; vamos formar sujeitos autônomos, responsáveis". Há uma série de coisas que formam um discurso muito bonito, mas, quando se trata do vamos ver, a escola está preocupada com os índices da Matemática, do Português, da Geografia, se passou na tal prova, se entrou no vestibular, enfim. Então, os critérios de avaliação da educação são muito restritos à questão da cognição do sujeito.

Ora, esses casos de *bullying* não estão diretamente vinculados à questão da cognição e desenvolvimento intelectual do sujeito, não; têm a ver com a questão da emoção e da socialização, de como ele enxerga os outros, se ele aceita a diversidade de fato, se ele realmente é um sujeito democrático, se ele está cultivando e está conseguindo desenvolver uma visão pró-social, a favor do outro – vamos trabalhar em cooperação, em colaboração. E para isso pouco a escola se volta no sentido de planejar. A escola não planeja isso. Ela acha lindo que o aluno seja cooperativo, mas, ao mesmo tempo, quando o aluno chega e quer ajudar o outro, diz: "Fica sozinho, faça o seu dever, você não tem nada que se meter no dever do seu colega." É isso que a gente ouve nas escolas sempre, diariamente.

Então, o investimento das escolas continua sendo na individualização excessiva, no individualismo, digamos assim, e na competição: "Quem fez mais bonito levanta o braço"; "Vamos ver o fulaninho"; "Façam como o fulaninho". Os meninos ficam até preocupados: "Gente, eu não quero receber prêmio porque aí eu vou sofrer *bullying*, meus colegas vão ficar com raiva de mim, porque toda hora é o queridinho da professora". Não dá! Enfim, a escola não se responsabiliza e não leva a sério o seu planejamento com relação à questão do social e do emocional. Ela apenas vê os índices em termos de resultado de prova, de teste de conhecimentos. E eu acho que está na hora de a gente realmente assumir a coisa do desenvolvimento do cidadão. A escola precisa fazer isso. Nós precisamos assumir que isso não é só feito na família.

E por que a gente fala tanto da escola e fala, talvez, menos da família, como a Senadora colocou? Eu acho que é porque a gente vê que a escola pode ser um ponto de partida importante, inclusive para atingir a família. Não é que a escola sozinha vá fazer tudo isso que a gente está propondo. A escola tem que encontrar formas de construir pontes para trazer a família para junto colaborar nesses processos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – ... de socialização da criança. Então, esse é um ponto fundamental. Vamos ver a natureza dos programas e projetos para que eles não fiquem apenas no discurso, nas aulas expositivas, mas que mude a dinâmica das atividades, para que as atividades sejam cooperativas e não só individuais e competitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu queria reforçar a ideia da equipe com um psicólogo escolar realmente atuando, e aproveitar esse espaço da coordenação, que foi mencionado aqui pelo professor, como um espaço para que os professores discutam casos concretos, e não apenas fiquem lá fazendo individualmente seus planejamentos de aula. Que eles discutam com os colegas e possam encontrar estratégias para resolução de conflitos e resolução de casos de *bullying*, enfim, que seja feito um trabalho cooperativo entre os próprios professores, que muitas vezes são... "Ah, porque eles são autônomos; o professor deve fazer da própria cabeça." Não é bem assim que se passa a questão da autonomia. Autonomia e cooperação não são incompatíveis. Vamos promover os dois, e a gente acaba podendo chegar lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Como a Profª Angela falou dessa questão que eu abordei, da educação, eu vou dar um exemplo concreto.

Drª Angela, o que a senhora acha – e aí a senhora faz uma autocrítica também dos professores, tenho que reconhecer – de quando um aluno agride um professor, e o pai vai lá e apoia o seu filho?

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – Uma coisa horrorosa! É uma coisa horrorosa.

Uma das coisas que a gente insiste muito na Psicologia é que você tem que dar o exemplo. Como é que eu vou dar o exemplo para o meu filho ser uma pessoa de bem, que saiba considerar os outros, respeitar os outros, se eu, como adulto, como responsável por essa criança, não sou capaz de fazer isso nem com o professor do meu filho? Isso é muito grave.

Quando a senhora falou da questão de a sociedade estar doente, é aquilo que a gente estava dizendo anteriormente: a nossa cultura estaria doente por conta desse excesso de hostilidade, esse excesso de violência que existe nas relações.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se me permite, eu vou entrar também na conversa, porque eu acho o tema muito bom.

Esse exemplo é perfeito, Senadora Ana Amélia. Nessa família nós não vamos ter muita condição de intervenção. A esperança desse menino é exatamente a escola. Na hora em que esse menino for agregado num grupo de reflexão sobre o que é *bullying*, o que é a questão de gênero – homem e mulher, desigualdade entre homem e mulher, porque essa criança deve ver a mãe apanhar o tempo inteiro, o pai chegar sei lá de que jeito –, então, quando se começar a discutir isso na escola é que nós teremos a chance de transformar a sociedade. E é por isso que é um acinte tirar a questão de gênero, porque acham que sei lá o quê vai acontecer. Vai acontecer é que nós vamos discutir exatamente o que não querem – uma sociedade patriarcal – discutir, que é a relação homem-mulher e o lugar que a mulher aos poucos vem assumindo na sociedade. Porque não tem volta.

A gente vai um pouco, vai para a frente, vai para trás, vai para a frente, vai para trás, mas a senhora, que também é uma mulher que lutou muito para chegar onde está hoje, e é uma Senadora brilhante, sabe que nós estamos chegando. Agora, isso está provocando uma contraofensiva, que misturam com religião e com milhares de outras coisas que não têm a ver, na minha avaliação. É isso.

Desculpe, de novo. É essa a consideração.

A SRª ISABELLA BANA – Só a título de intervenção, com relação à questão de gênero – já que o livro que eu publiquei no meu mestrado é relativo à questão da homofobia, do *bullying* homofóbico –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tratando mais uma vez da responsabilidade civil das escolas, na verdade a educação, toda a base curricular, a nossa base curricular está voltada a valores que afirmam, que ratificam o machismo, como a Senadora expôs, e o gênero feminino em situação, em patamar de inferioridade. E não só relativo ao gênero; à questão da orientação afetivo-sexual, à questão da comunidade LGBT e ao machismo, e a esse binarismo. As práticas pedagógicas são todas binárias. Nós tratamos, na própria Educação Física, esportes masculinos, como o futebol, condicionados à questão do rosa e do azul... Não que isso tenha que ser totalmente desconstruído. Ninguém está exigindo que isso seja feito, mas nós precisamos construir uma sociedade mais livre, então, com valores mais livres.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, mas a questão é que a desinformação – e, por isso, essa onda fundamentalista – é que, se você colocar nas escolas que meninas possam praticar futebol ou meninos possam fazer sei lá que outro esporte, você vai estar criando, entre aspas, "homossexuais". É uma desinformação, uma ignorância, mas existe. E por isso é que está havendo essa briga toda.

Na verdade, eu acho que usam isso, porque uma parte da população acredita que isso possa ocorrer, que alguém possa virar homossexual, chegar à quarta-feira e dizer: "Vou virar homossexual". Isso não existe, mas tentam impingir isso. Agora, na verdade, repito, não é isso; trata-se de uma mudança que nós estamos vivendo, como nunca vivemos no mundo, da relação homem e mulher. Essa reação patriarcal é que está fazendo essa mudança. Nós temos agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Na verdade, eu só queria comentar a partir do tema porque posso refletir e contribuir.

Eu não acho que exista escola sem família. Para mim, essas duas instituições estão completamente inter-relacionadas. Todas as vezes em que, na história da educação no Brasil, desde 1549, a gente tentou fazer uma escola como se ela fosse purista, neutra, a gente não conseguiu alcançar exatamente a família. No entanto, existem responsabilidades que são específicas da escola e existem responsabilidades que são específicas da família. Nós temos duas instituições sociais que precisam ser olhadas com muito cuidado. Não podemos absolutamente confundi-las, mas elas precisam estar em interação constante.

Nesse movimento, Senadora Ana Amélia – eu acho que a sua pergunta é muito pertinente –, as minhas pesquisas têm apontado que, todas as vezes em que eu detecto *bullying*, também detecto algum problema familial, mas aí eu acho que a Senadora Marta tem razão de que o Estado, na intervenção com a família, tem um movimento; e, o Estado, na intervenção com a escola, tem outro movimento. E esse outro movimento precisa ficar claro.

Um desses movimentos que precisa ficar claro é essa onda equivocada de que você pode ter uma escola neutra. Não existe escola neutra. Toda escola é tomada de pensamento; toda escola é tomada de conflito, é tomada de ideias, é tomada de diversidade. Todas as vezes em que a gente tenta fazer uma escola em que a diversidade é excluída, a gente cai nesse equívoco de, por exemplo, achar que orientação sexual é alguma coisa que se aprende; a gente cai no equívoco de achar que, de fato, existe uma superioridade, por exemplo, de gênero. Uma sociedade que acredita que machos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

superiores é uma sociedade fomentadora de *bullying*, é uma sociedade violenta, é uma sociedade perigosa, é uma sociedade, a meu ver, assassina. Então, a gente tem que pensar isso com muita seriedade. O Estado brasileiro precisa acordar para isso, porque, do contrário, a gente vai caminhar para antes de 1549, quer dizer, antes de a Companhia de Jesus chegar ao Brasil.

Precisamos de uma escola que acolha. E uma escola que acolhe todo mundo como todo mundo é, como todo mundo pode ser. E todo mundo não pode ser do jeito que eu gostaria que todo mundo fosse. Então, é preciso que a gente alerte para isso, para a gente não ir num caminho de que a escola não cumpre o seu papel. De fato, ela não cumpre o seu papel. Eu acho que a escola contemporânea precisa ser revisitada, mas ela não cumpre o seu papel porque o projeto societário no qual ela está incluída também não esclarece qual é o seu papel.

E aí eu acho que a gente tem que alertar para uma coisa. Eu falo como professor. Os professores também são vítimas. As professoras também são vítimas. Então, para mim, não é uma questão de culpabilizar nem de criminalizar; para mim, é uma questão de acolhimento. E, para acolhimento, é preciso que haja diálogo. Agora isso efetivamente não nega que as famílias estão adoecidas, mas elas estão adoecidas por questões multidimensionais, multirreferenciais, e o Estado brasileiro também precisa acordar sobre isso. Então, acho que a família precisa ser cuidada e a escola também precisa ser cuidada. E ela precisa ser cuidada, no meu entendimento, nessa perspectiva da amorosidade, na perspectiva da compreensão, da não comparação.

Eu acho que a gente ratifica o que todo mundo disse. Na minha compreensão – vou aproveitar essa oportunidade para dizer –, é um equívoco a gente tentar querer uma escola conteudista. Ela não deu certo. Isso não quer dizer que não haja uma escola de conteúdo, mas uma escola conteudista, positivista não funcionou neste continente e não funciona em continente nenhum.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta, não é essa a minha afirmação aqui.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Eu só quis esclarecer esse ponto da escola.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A minha posição não é essa, absolutamente!

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Sim, eu entendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma absoluta integração entre família e escola. É diferente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ficou claro, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não sou uma pessoa, como é que se diz, desfocada e desatualizada desses conceitos. Eu entendo a interação. Agora você tem que ter também a compreensão de que, se você está num ambiente familiar complicado e hostil, você vai para uma escola levando toda essa sua, digamos, carga emocional, que é a da violência, que vai levar e vai contaminar o outro ambiente. É isso.

Agora a escola ligada com a família é a coisa mais fundamental que existe. Eu lembro muito – agora não sei como funciona – as associações de pais e mestres. O que era aquilo? Era exatamente esse permanente falar. Os pais vão à escola hoje com a frequência que iam no passado? Não. Não vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque estão ocupados para ir ao *shopping*, a mãe quer ir ao *shopping* e não sei o que, e esquecem-se de ir lá ver como está o filho, como está se comportando, de ajudar, dar contribuição, melhorar, ver se a escola está limpa, está arrumada, essas coisas.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Dou a palavra à Srª Tania Paris e depois ao senhor.

A SRª TANIA PARIS – Eu queria aproveitar, em continuação ao que o Hugo colocou e ao que a própria Senadora mencionou agora, e dizer que acho que nós pusemos o foco na escola, que é o local onde a diversidade aparece com mais ênfase.

Eu queria introduzir o termo padrão de comportamento. Eu acho que a senhora está colocando exatamente o aspecto de que a criança está convivendo com adultos que têm um determinado padrão de comportamento e tende a absorvê-lo de forma completamente natural. A criança chega à escola com o comportamento do pai ou da mãe. Ele é resultado de preconceitos, ele é resultado de vivência e ele é resultado da falta de recursos internos para dar rumo à própria vida.

Então, eu acho que a discussão que a gente está tendo aqui é por onde começa. A família já está com comportamento, com padrão de comportamento consolidado, e crianças pequenas ainda estão maleáveis para serem educadas para comportamentos positivos, para comportamentos eficazes. O pai que espanca o filho num momento de raiva ou de algo inconsequente está tendo um padrão de comportamento que não é eficaz. Então, o que eu acho que a gente precisa é promover o aumento dos recursos das crianças para que elas transformem a sociedade.

Eu queria dar um exemplo muito simples: nós tivemos um caso de uma mãe que estava discutindo com uma adolescente, e a discussão estava escalando: simplesmente uma gritava com a outra, e a outra gritava de volta. E, de repente, o menino, que estava no processo de educação emocional, levantou a mãozinha – como ele aprendeu que a gente pede para falar – e aí ele disse: "Vocês sabiam que existem outras formas de resolver isso?". E nós soubemos disso porque o pai foi à escola dizendo: "Eu também quero aprender!". Na verdade, nós estamos dizendo que existem muitas formas de resolver problema, e que essa forma impulsiva, que é natural, vem do nosso instinto de sobrevivência, não precisa ser escolada, e ela campeia solta.

Eu queria só fazer mais um aparte, que é sobre essa questão de se a gente combate o *bullying* de fora para dentro ou de dentro para fora. Quando a gente faz de fora para dentro, passa pela detecção, e detectar o *bullying,* muitas vezes, é complicado. A gente tem uma experiência de 14 anos com aulas em que a gente aborda esse assunto, e 80% dos professores dizem: "Na minha classe não existe". Não existe porque ele não vê, não existe porque está embaixo da linha de visibilidade dele. E, depois que entra exatamente esse ambiente amoroso em que a questão pode ser discutida sem estar sendo punida, mas, sim, para a resolução, eles retornam e falam: "Acabei de descobrir que havia". Então, quando a gente vai só para contexto de responsabilizar a escola, a gente passa pela problemática da detecção. Ao contrário, quando a gente reforça os indivíduos para que eles criem seus espaços de convívio saudável, as testemunhas, que têm um papel tão relevante, não conseguem ficar caladas nessa hora; elas se manifestam dizendo: "E o outro? Isso não é agradável. Isso não é bom".

Eu queria terminar a minha fala registrando uma experiência muito forte que a gente teve no ano passado. A gente implementou um programa para adolescentes chamado "Passaporte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilidades para a vida", e nele os jovens são estimulados a encontrar muitas alternativas para resolver problemas – muitas, infinitas. Quanto mais... É mais eletrizante encontrar muitas. E, numa vivência com *bullying,* eles já haviam encontrado 14 alternativas no papel de testemunha sobre o que poderiam fazer. Só que, quando eles encontraram 14, eles descobriram...

(*Soa a campainha.*)

A SRª TANIA PARIS – ... que, no jogo que eles estavam fazendo, eles precisavam de mais uma, eles queriam mais uma. E, de dentro para fora, da discussão entre eles, eles chegaram à conclusão de que eles queriam buscar ajuda para o agressor, porque ele só pode estar fazendo isso porque está com algum problema. E, quando é o jovem que tem essa convicção – e nós não estamos falando isso para ele, mas despertando a análise do problema –, a detecção não passa a ser problema, porque, exatamente, quando ninguém está vendo, eles estão sentindo e estão tomando posição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, o seu exemplo está tão bom para este final de audiência – nós vamos dar a palavra para quem não se manifestou ainda. Porque eu acho que começou quando a Drª Angela citou que essas aulas de "bom comportamento" – entre aspas – ou de cidadania não adiantam de coisa nenhuma – também concordo. E aí esses casos mostram, por exemplo, a questão da negociação. O que vai ajudar a criança a exatamente ter uma aula em que se vivencia uma negociação? Por exemplo, se o professor quer usar o pátio numa hora em que a diretoria não quer: vamos discutir, vamos negociar diretoria e alunos.

Ou essa outra questão que a senhora colocou que é maravilhosa...

A SRª TANIA PARIS – Vamos fazer simulação e vamos ver como é que eu me percebo, como é que eu falo aquilo que é tão difícil de falar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É isso.

Agora, a outra questão que sobra é a seguinte – e eu acho que aqui todo mundo concordou com as suas palavras –: como é que nós vamos fazer um curso de formação que leve o professor a ter essa formação? Para que ele saiba lidar com esses instrumentos e perceba que é por aí o caminho de poder criar o clima, como foi colocado aqui, emocionalmente seguro; que é o respeito, que é básico, não é?

A SRª TANIA PARIS – O programa completo pressupõe uma formação em que o próprio exercício de aplicar as aulas para as crianças leva o professor a adotar essa postura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É exatamente isso. É muito semelhante ao que a gente fez, que é a vivência do professor, para ele poder depois aplicar.

E eu até gostaria, depois, se a senhora pudesse me enviar...

A SRª TANIA PARIS – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Talvez a gente leve isso ao MEC e dê uma luz lá no programa de formação. (*Risos.*)

Dou a palavra ao Prof. Willian.

O SR. WILLIAN PETELINCAR PEDRO – É bem rapidinho, Senadora. É só para elucidar aqui com alguns exemplos também.

Claro que todos sabem, mas vale a pena dizer, que a escola não está isenta da sociedade. Então, eu não vou para a escola apenas para aprender Matemática, Química, Física – aprendo e volto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa. A escola faz parte de um cenário também social onde acontece a convivência, e, portanto, essa educação emocional e o saber conviver também se fazem necessários.

Concordando com a Drª Angela, não se trata de uma questão burocrática, de cumprir um plano, um planejamento de "vamos criar um projeto do *bullying,* e agora todos devem fazer assim, todos não devem ser agressores". Isso nunca daria certo por uma questão de que talvez até reforçaria no sentido pejorativo: os alunos iam ridicularizar, iam na verdade tomar isso de uma maneira pejorativa, fazendo acontecer o *bullying* por causa justamente do projeto. Então, eu acredito, até concordando também com a Tania, que é para ser algo naturalizado. A questão do respeito, a questão da cooperação, a questão de promover tudo isso, como a doutora falou, deve ser natural; deve-se criar estratégias para que isso seja natural.

E só uma questão sobre a família. A gente não pode esquecer também que não é só uma questão familiar da carência da presença dos pais ou da carência de uma questão afetiva, que talvez não exista em casa, mas o excesso também de zelo e de superproteção atrapalha nessa autonomia do aluno, fazendo com que ele não se desenvolva nesse sentido. Isso é só para contribuir nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Professor...

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu ia dar a palavra ao Fernando, mas...

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – É que eu não respondi uma questão da Senadora Ana Amélia em relação à presença das crianças, e eu só queria concluir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em relação a quê?

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – À presença das crianças. Eu falei sobre a presença e a ausência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, pois não. Sim.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Senadora, eu coordenei a primeira especialização em direitos da criança e do adolescente no Brasil. Ela aconteceu na Universidade Federal Rural de Pernambuco. E nós, nessa coordenação, formamos 42 conselheiros tutelares e conselheiros de direito. Então, eu compreendo o que a senhora disse em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas eu só queria esclarecer que, quando eu falo da ausência das crianças e dos adolescentes aqui, eu quero dizer que nós temos uma sociedade adultocêntrica, e essa sociedade adultocêntrica costuma negar voz à criança. E talvez seja isso o que aconteça na família. Eu tenho detectado nas minhas pesquisas que as famílias não escutam as crianças, as famílias não escutam os adolescentes. Uma pesquisa que eu fiz com mil adolescentes me deixou claro que os adolescentes, na contemporaneidade, ocupam os quartos, vivem dentro dos quartos, ligados a... Por isso, eu estou escrevendo um livro cujo título é *Geração do Quarto*. Eu acho que as famílias precisam atentar para isso. Os pais e as mães, por n razões, ficaram sem presença nas casas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Babá eletrônica.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Exatamente. É preciso também entender que houve uma reconfiguração das famílias, e nós não podemos pregar uma espécie de família única, porque ela não existe. É outra falácia. A família é múltipla, é diversa. Se nós não a compreendermos assim, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos negá-la. E, enquanto estivermos negando a realidade, vamos projetar coisas que só nos levaram à violência.

Então, eu só queria alertar sobre isto e ratificar: uma sociedade adultocêntrica costuma negar o direito da voz da infância. E todos nós aqui temos infância, o que eu chamo de infância ferida. E ela geralmente se manifesta na hora do *bullying*. Por isso que também pode acontecer *bullying* nesse espaço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E pedofilia no quarto, no computador.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Boa observação.

Agora o Prof. Fernando, que é da escola aqui da Ceilândia.

O SR. FERNANDO TIAGO DE SOUSA SANTOS – Isso, Escola Classe 45.

Eu queria dizer, para concluir minha fala, Senadora, que a educação é um direito de todo cidadão, um dever do Estado e da família. Nós, lá na Escola Classe 45, servidores públicos concursados, estamos nos sentindo atingidos com as propagandas que estão sendo veiculadas na televisão, quando dizem que nós somos o problema do País hoje. Eu fico muito triste por isso, porque a gente trabalha muito, diariamente, para combater todas essas questões e essas mazelas do nosso País.

Fico entristecido também quando vocês aqui aprovam leis que diminuem o dinheiro para a educação. Como se faz educação sem dinheiro? Não é possível a gente marchar, nesses próximos 20 anos, com a falta de tudo nas escolas públicas. A organização do espaço escolar é fundamental para que a gente consiga combater essas mazelas.

Eu escrevi algo aqui e queria até ler, porque acho que contempla o que eu penso.

Agradeço à Senadora Marta a oportunidade que nos foi dada de participar desta audiência pública. Em nome da nossa comunidade, da Escola Classe 45 de Ceilândia, reitero nosso compromisso, o nosso sonho de trabalhar incessantemente para mudar o mundo a partir da escola. Cada pequeno passo que damos diariamente nesse sentido significa uma grande vitória para todos nós, para toda a nossa sociedade. Todo dia grandes exemplos nos asseguram que esse é o caminho. Veja o caso daquela paquistanesa, a Malala. Ela foi capaz, no seu sonho, de arrastar um monte de gente para o seu pensamento. Quantos heróis anônimos mundo afora enfrentam a violência apenas munidos de sonhos e generosidade?

Meus queridos, minhas queridas, a não violência foi capaz de fazer revolução. Imaginem vocês como seria o Brasil de hoje se o sonho dos Sete Povos das Missões, lá no Brasil colonial, tivesse tido um final feliz. Imaginem como seria o Rio de Janeiro hoje se o lema "Brizola faz escola" tivesse tido prosseguimento e os morros cariocas tivessem sido invadidos por escolas.

Para finalizar, evoco uma imagem fotográfica muito famosa. Enquanto fugia de um bombardeio na guerra da Coreia, uma criança pequena carregava uma outra nas costas. O fotógrafo, perplexo, então perguntou: "Não é pesado?" E a criança respondeu: "Não é pesado, não. Esse é meu irmão."

Então, eu agradeço a participação nesta audiência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, professor.

E, agora, para finalizar, a palavra está com a Drª Angela.

A SRª ANGELA UCHÔA BRANCO – Eu pedi a palavra aqui só para dizer uma frase que, para mim, é bastante importante. Eu acho que todos nós, hoje, aqui presentes, comungamos de um valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundamental, que é a questão da democracia. É uma palavra muito gasta, etc., etc., mas a democracia exige que nós tenhamos uma postura de aceitação e quase que de celebração da diversidade humana.

Então, eu acho que toda a nossa discussão hoje foi, mais ou menos, neste sentido: vamos promover o diálogo entre essa diversidade; vamos construir pontes; vamos cooperar; vamos aceitar uns aos outros como nós somos, como falou o professor. Eu acho que nós não podemos nunca esquecer essa dimensão de que a democracia não é uma coisa etérea, um estado; a democracia é uma coisa que se constrói, um processo durante o tempo.

Então, se nós queremos trabalhar nessa direção e construir uma sociedade democrática, nós precisamos, realmente, transformar as nossas escolas em ambiente de aceitação e não só de tolerância, mas de aceitação e celebração, respeito profundo à diversidade.

Era isso que eu queria falar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem, não podia ter terminado a nossa fala aqui de uma forma mais bonita.

Eu gostaria de dizer que achei interessante ter sido levantada por vários aqui a questão do agressor, porque sempre nos esquecemos do agressor. E, nesta audiência, nós colocamos também um foco de como ele pode ser ajudado, e deve ser, porque ele também é igualzinho, em termos de problemas, ao outro. O que está sendo vitimizado tem, às vezes, consequências mais graves, mas a consequência grave já está no agressor. Ele já tem uma consequência grave de história para fazer o que está fazendo. Então, foi muito interessante deixar essa clareza.

Eu estava perguntando se a gente podia ter algum encaminhamento. Eu achei que deu para termos alguns encaminhamentos. Primeiro, ficou evidente que nós todos aqui temos um consenso de que a formação de professor é o principal; sem isso, nós não criamos o ambiente emocional necessário para que a criança possa ter – eu adorei essa palavra – uma aceitação. Não é tolerância, é aceitação e respeito. É muito diferente. E aceitação, também já dizendo para os opositores aqui, na Casa, não quer dizer que eu quero ser igual; quer dizer que eu respeito que você não seja igual. É isso que significa.

Então, chegamos à conclusão de que é na formação que nós temos de fazer intervenção. E temos de ver uma forma de interferir, conversar com o MEC, para saber como é que nós podemos ter essa possibilidade, a partir do que está ficando claro nas mudanças que estamos vivendo, nessas últimas décadas, de que a formação do nosso professor está muito aquém do necessário.

E, depois, a outra questão que eu achei – acho que foi a Procuradora Isabella que deu a sugestão – interessante: nós podemos fazer algum tipo de relatório. É preciso ver se podemos fazer lei ou não, ou como é, mas tem de haver um relatório. Porque, por exemplo, vai haver um censo agora obrigatório sobre feminicídio. É a própria PGR, a Procuradora-Geral Raquel Dodge, que está encabeçando isso. E isso vai ser muito importante para que nós possamos ter clareza do número de mulheres que são mortas porque são mulheres; se fossem homens, não seriam assassinadas. E eu acho que, para a gente ter a dimensão do problema do *bullying* e de que tipos que ocorrem, tudo, seria muito importante a gente ter alguma coisa nessa direção. Agora estou tendo a ideia de que talvez a própria procuradoria poderia fazer isso.

A SRª ISABELLA BANA – Inclusive, até com relação a essa emissão de relatórios, a própria lei, a legislação do *bullying,* já obriga tanto o Estado quanto o Município à emissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E chegamos ao mesmo problema: obriga, mas não cumprem.

A SRª ISABELLA BANA – Porém, não se tem qual é o órgão competente a emiti-lo: se é a secretaria municipal que ficará responsável, se é a secretaria estadual, se são as procuradorias que ficarão responsáveis pela emissão e de que forma será feita a divulgação, porque até então...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade.

A SRª TANIA PARIS – Mas lembrando que o relatório só vai acusar os casos detectados, que geralmente não são muito mais do que 20% dos existentes.

A SRª ISABELLA BANA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só o meu aparte, desculpe-me.

O próprio feminicídio deve estar muito aquém do que realmente ocorre. Mas é assim que começa. O que é que nós vamos fazer? O que está dando é para ver a dimensão do problema que nós estamos vivendo, de quanto a gente ignora sobre o problema, porque nós pegamos seis pessoas distintas, sete, e mais alguns que estão nos assistindo e vamos aqui... Todo mundo sabe de alguma questão de *bullying*. Então, não é tão incomum, não; é muito próximo e muito terrível.

Está tão bom que ninguém quer parar. Eu já entendi. Mas vamos fazer a...

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Senadora, em relação ao relatório, a 13.185, como a Isabella colocou, de fato já orienta nesse sentido. Mas eu só queria alertar para uma questão que eu acho fundamental: uma coisa é orientar a escola, e a escola atuar de forma assertiva no combate ao *bullying*; outra coisa é culpabilizar a escola. Eu acho que a escola brasileira não precisa mais de culpa, a escola brasileira precisa de cuidado, senão nós vamos cair em um caminho de que eu tenho tido muito receio atualmente, que é o caminho de culpabilizar a escola e de torná-la um equívoco. Isso já aconteceu em 60 e em 70, quando tentaram desescolarizar a Europa, por exemplo. Então, cuidado para a gente não incorrer nesse erro. Acho que a escola precisa de cuidado, e o cuidado implica dizer: como é que nós... Aí entra formação docente, entra...

Uma sugestão que eu queria dar e que eu tenho visto funcionar em alguns países é que as escolas precisam criar núcleos, núcleos do cuidado. Esses núcleos do cuidado têm abordagem uma transdisciplinar. Um fenômeno como *bullying* é tão complexo, no sentido de ser tão cheio de variáveis, que, se você tratar, por exemplo, só no campo da terapêutica psicológica, você não consegue dar conta; se você tratar só no campo pedagógico, você não consegue dar conta; no campo do currículo, você não consegue; das variáveis que constituem uma escola. Você tem que trabalhar isso no núcleo. E aí esse núcleo – eu queria só ratificar – envolve a família.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Daí porque é importante esse projeto, o PLC 76, de 2011, porque ele fala exatamente desse tal núcleo. É o núcleo para o qual é preciso achar um momento na escola, que pode ser essa coordenação psicológica, esse momento juntos, em que vai haver o psicólogo, vai haver o professor que se poderia chamar até de professor radar, que é o que fica...

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – A participação...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele não dá aula, ele é o radar dos problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Eu tenho percebido que, quando nós incluímos as crianças e os adolescentes... Porque eles detectam muito. Às vezes, os adultos não percebem, mas as crianças e os adolescentes percebem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Então, a gente precisa – uma palavra que é usada comumente – empoderar essas crianças e esses adolescentes dentro das escolas, ou seja, ouvi-los também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o que foi colocado pela Tania.

O SR. HUGO MONTEIRO FERREIRA – Senão, a gente não vai conseguir. Não adianta fechar nos adultos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, você vai ser o último, porque senão nós vamos ficar aqui a tarde inteira, porque cada um aqui podia dar uma aula sobre o assunto. Então, desculpe.

Faça a sua consideração final...

O SR. FERNANDO TIAGO DE SOUSA SANTOS – A minha consideração foi que a senhora achou muito interessante o fato de nós termos 15 horas para coordenação na nossa rede. Isso custa muito caro. O governo local tem o desejo enorme de acabar com isso. Então, foi uma luta enorme para que a gente permanecesse com a coordenação. É nesse espaço que se é capaz, na escola, de detectar todas essas questões, porque existem coordenações individuais e coletivas. Então, a gente partilha, semanalmente, diariamente, essas questões na escola.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas eu acho que, no final, fechamos que as crianças têm que ser ouvidas também. Foi um belíssimo aporte que veio de Pernambuco. É isso mesmo, as crianças têm que ser ouvidas nas escolas. E aí tivemos colaboração nesse sentido também.

Eu agradeço a cada um que se deslocou para vir aqui, que usou a sua manhã para essa discussão, porque para nós foi extremamente útil. Eu acho que foi útil para nós legisladores, para pensarmos possibilidades, mas talvez seja útil também para as pessoas que vão nos assistir, porque isso fica na TV Senado e, depois, é repetido. Isso também deve estar no YouTube da TV Senado. É difícil haver uma discussão em que tantos aspectos foram levantados e em que se chegasse a um consenso de encaminhamento por pessoas de tantas áreas diferentes e com tanta experiência. Então, agradeço a cada um que aqui esteve conosco. Muito obrigada.

Está encerrada a nossa audiência pública. Está encerrada a audiência na Casa hoje.

(*Iniciada às 09 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e doze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e a Deputada Federal Soraya Santos. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." **Autoria:** Deputado Luis Carlos Heinze. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética." **Autoria:** Deputada Soraya Santos. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 3. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 4-CAS (Substitutivo). Prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, tendo sido seus conteúdos acolhidos pela Relatora em seu Relatório. Rejeitada a Emenda nº 3. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." **Autoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 139 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras - CASRARAS até o término da quarta sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 140 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre os critérios utilizados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a revisão de preços de medicamentos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED; Dr. Paulo Roberto de Oliveira Webster – Diretor Operacional da Unimed Federação RS; Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Senhor Martim Schutze – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Coordenador do Comitê Estadual de Saúde do RS; Representante do Ministério Público Federal – Representante dos Consumidores." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 141 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Assédio sexual, assédio moral e psicológico no trabalho", alusiva à campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 142 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre o aproveitamento da membrana amniótica da placenta como tratamento alternativo de queimaduras. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Eduardo Chem – Diretor do Banco de Pele da Santa Casa de Porto Alegre; Dr. Luiz Philipe Molina Vana – Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e Sra. Mira Falchi - Presidente do Instituto Pró-Queimados." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 143 de 2017** que: "Nos termos do art. 90, inciso XI e do art. 101, inciso I e V, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, requeiro a esta Comissão de Assuntos Sociais, que formule consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais, ficando a deliberação dessas proposições pendentes de análise nesta Comissão de Assuntos Sociais até a manifestação daquele colegiado." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. Usam da palavra a Deputada Soraya Santos e os Senadores Eduardo Amorim, Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da CAS da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa, a leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens não terminativos, de dez itens terminativos e de três requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2016

- Não terminativo -

Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

Autoria: Deputada Soraya Santos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 3.

Observações:

- Em 18.04.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria.

- Em 12.09.2017, o Senador Hélio José apresentou as Emendas nºs 1 a 3.

- Em 29.11.2017, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

Já foi lido na Comissão de Assuntos Sociais com a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Hélio José já teve as Emendas nºs 1 a 3, de 12/9, apreciadas.

Dia 29/11 foi lido o relatório e a Presidente concedeu vista coletiva ao projeto nos termos regimentais.

A votação é simbólica.

Lido já o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira se manifestar, encerro a discussão.

Agora, vamos à votação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2016, com a Emenda nº 4, da CAS, Substitutivo. Acolhidas no Substitutivo da Relatora, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2.

Rejeitada a Emenda nº 3.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo a Senadora Ana Amélia pelo longo trâmite e discussão aqui que nós tivemos sobre o projeto.

Antes de encerrar, gostaria de saber se V. Exª quer fazer mais alguma consideração sobre este projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas, Senadora Marta, dizer que uma das coisas importantes é o reconhecimento. Agradeço muito pelo trabalho do Consultor José Pinto, especialista na área de Direito do Trabalho. Ele também me ajudou muito num projeto de lei que está em vigor, o 606. Foi uma proposta que foi muito importante e que tratava do pagamento das indenizações trabalhistas. Então, quero agradecer a ele e também à Jaqueline Sendrovski, do meu gabinete, pois, juntos, fizeram todo o trabalho de Comissão.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sei que foi um trabalho bastante dedicado. E está sendo esperado com muita ansiedade na Câmara pela Deputada Soraya, que agora vai poder aprová-lo. E as esteticistas vão poder ter o seu reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, temos alguns requerimentos.

Todos já foram lidos. Estão para a aprovação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu pedi vista da outra vez. Sei que já passou um tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sobre?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sobre este projeto de relatoria...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – É um comentário positivo. Não sei se...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Já passou, mas acho que não há problema em V. Exª...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Até para justificar o meu pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Claro. Já foi aprovado, mas tudo bem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Se for possível, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Acho que temos todos o interesse.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Olhando com muito detalhe, com muito afinco, como gosto de fazer, percebi o grande esforço da Senadora Ana Amélia em buscar realmente a melhor forma, a melhor condução para que este projeto pudesse vir a ser aprovado – como está sendo aprovado.

Então, quando pedimos vista foi para ajudar, quem sabe, a encontrar alguma coisa e aprimorar. Como foi feito com muito esmero, com muito cuidado, não encontramos absolutamente nada.

Parabenizo, mais uma vez, o seu cuidado, a sua dedicação.

Portanto, se eu tivesse oportunidade de votar, Senadora, eu votaria "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabenizo a grande relatoria, o grande esforço. Para mim, não é nenhuma surpresa. Mas entenda que, como um profissional na área, eu acho que cabia a nós realmente ter buscado esse cuidado de ter pedido vista naquele momento. Mas foi bom porque só confirmou o que imaginávamos, com certeza, o que é da sua índole, o que é do seu caráter e do seu cuidado aqui nesta Casa.

Parabéns à Senadora Ana Amélia pela relatoria.

Parabéns, Presidente, pelo encaminhamento.

E obrigado pela oportunidade.

Meu voto seria "sim".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho que valeu a pena escutá-lo. Acho que todos nós nos sentimos confortáveis com a aprovação. E, agora, na Câmara, eles farão as observações de promulgação da lei.

Vamos aos requerimentos que já foram lidos. É só para aprovação.

Este é um requerimento da Senadora Ana Amélia que foi lido em 29/11.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre os critérios utilizados para a revisão de preços de medicamentos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

• *Representante do Ministério da Saúde;*

• *Representante da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED;*

• *Dr. Paulo Roberto de Oliveira Webster – Diretor Operacional da Unimed Federação RS.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• *Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma;*

• *Senhor Martim Schutze – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Coordenador do Comitê Estadual de Saúde do RS.*

• *Representante do Ministério Público Federal – Representante dos Consumidores.*

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

- Lido em 29.11.2017.

Trata-se de realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater sobre os critérios utilizados para revisão de preços de medicamentos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

Já li a lista de convidados. A lista de convidados já foi aprovada. São vários requerimentos e devem ser todos de audiência pública. Para este ano, nós só temos mais uma reunião aqui. Nós vamos aprovar, mas não para este ano.

Então, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado este Requerimento nº 140, da Senadora Ana Amélia.

Temos o Requerimento nº 139, que é do Senador Moka.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 139, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras - CASRARAS até o término da quarta sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Observações:

- Lido em 29.11.2017.

Ele já foi lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Subcomissão tem feito um grande trabalho. Está aprovado.

Requerimento nº 141, que é meu.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 141, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Assédio sexual, assédio moral e psicológico no trabalho", alusiva à campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Lido em 29.11.2017.

Já foi lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Também está aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há mais um meu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há mais um. Sobre o uso...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para leitura. A aprovação fica para a semana que vem.

Eu leio e depois V. Exª encaminha.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 142, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre o aproveitamento da membrana amniótica da placenta como tratamento alternativo de queimaduras.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

• *Representante do Ministério da Saúde;*

• *Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina;*

• *Dr. Eduardo Chem – Diretor do Banco de Pele da Santa Casa de Porto Alegre;*

• *Dr. Luiz Philipe Molina Vana – Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e*

• *Sra. Mira Falchi - Presidente do Instituto Pró-Queimados.*

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à autora, para encaminhamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Senadora Marta, muito obrigada. Obrigada pela aprovação do requerimento da audiência pública sobre a questão do preço dos medicamentos. A questão dos remédios é sempre uma dúvida e muitas fraudes acontecem exatamente por não haver uma regulação adequada sobre a questão. Então, essa audiência pública será muito valiosa. Claro, o meu ano já terminou. Vamos fazê-la no início de 2018, com grande produtividade.

Essa agora, da questão do aproveitamento da membrana amniótica da placenta, para você ter no banco de pele... Agora aconteceu um episódio gravíssimo, aquele incêndio naquela escola. Estávamos falando sobre *bullying* na escola. Houve aquela coisa triste naquela escola em Minas Gerais. Então, é você ter um recurso sempre. É melhor prevenir do que remediar.

Existe uma especialização no Rio Grande do Sul, especialmente na Santa Casa, com o Dr. Eduardo Chem, cujo pai era um especialista que faleceu naquele acidente do Airbus da Airfrance. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava junto – ele, a mulher e uma filha –, esse médico que era o principal responsável pelo banco de peles do Rio Grande do Sul e especialista em queimados.

Eu penso que essa audiência vai ter também esse rigor. Está aqui o nosso querido Eduardo Amorim, que é médico, sabe disso, conhece bem. Então, é mais para você fornecer as condições de fortalecer o banco de peles, usando uma técnica que é possível e de que a legislação e a saúde precisam tanto.

Obrigada, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma bela iniciativa, Senadora, que parabenizo.

Foi lido. Na próxima reunião, na quarta-feira que vem, aprovamos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E também ficará para o ano que vem. Já temos... Não sei quantos... Sobraram algumas audiências neste ano...?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há só um outro também, extrapauta como esse, para leitura, Senadora Marta. Não sei se V. Exª tem. Foi até um tema que V. Exª levantou nesta Comissão, num debate com o Senador Paulo Paim, sobre as nossas competências de criar profissões. Não estou me referindo ao que nós discutimos agora. Eu não sei se a Mesa, a Secretaria já recebeu.

Seria uma consulta que a CAS faria à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre os limites constitucionais legais e também do processo legislativo na apreciação de propostas de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais, ficando a deliberação dessas proposições pendente de análise desta Comissão de Assuntos Sociais até a manifestação daquele Colegiado. Esse é o *caput* da proposta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não chegou oficialmente. Nós podemos dar como lido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É isso.

Se V. Exª enviar ainda hoje, sendo que V. Exª acabou de explicar, nós daremos como lido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. É simplesmente isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Envie hoje. Eu dou como lido. Já entendemos, vamos aprovar... Quem está... O Senador presente, que é o Senador Amorim, concorda que demos como lido. A Senadora envia hoje à tarde. Na outra semana, aprovamos, porque essa... Só uma coisa que não entendi, Senadora Ana Amélia. Vai ser em conjunto com a CCJ?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não em conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em todas as decisões que nós tivermos que tomar quando se vai criar uma nova profissão, você aguarda a deliberação da manifestação da CCJ. A CCJ tem que dizer...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senão, você vai aprovar uma lei, que tramita e gera expectativa, perde-se tempo, e, ao chegar lá, o Presidente diz que é inconstitucional. E para evitar isso... Isso é um desgaste. Isso é um desgaste nosso, porque estamos fazendo algo que nós sabemos que pode esbarrar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois é, mas, agora, eu quero até levantar um ponto. O que eles dizem da inconstitucionalidade é que nós temos realmente ter um parecer deles sobre essa questão... Não adianta fazermos um projeto aqui, dizendo que eles têm que fazer o parecer antes, porque, muitas vezes, isso não é nem questão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque eles não passam pela CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é questão da inconstitucionalidade ou não, é porque o Ministério do Trabalho não quer fazer mais profissão, pois isso implica criar conselho, criar despesa federal – em alguns casos, em outros não. Então, ponderando com V. Exª, será que não seria melhor chamarmos o Ministério do Trabalho para explicar, para ter um entendimento do que poderemos fazer de forma que fosse palatável? Quais são os critérios? É isso. Quais são os critérios das profissões para que nós utilizemos o nosso tempo discutindo? V. Exª tem toda a razão, gastamos reuniões aqui discutindo uma profissão, fazemos audiência pública e tal, e depois levamos "não" na CCJ. Nós vamos continuar levando "não" na CCJ, mas, agora, se tivermos um entendimento do Ministério do Trabalho sobre os critérios, aí nós temos outro empoderamento aqui, para poder aí fazer o projeto ou uma discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que V. Exª acha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esperem. Ele está trazendo um aporte. Vamos ver o que V. Exª acha. Aí, seria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – É um regramento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fazer um regramento. Mas é um regramento... Está aqui: Assuntos Sociais.

É outra coisa, então, Senadora.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 143, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 90, inciso XI e do art. 101, inciso I e V, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, requeiro a esta Comissão de Assuntos Sociais, que formule consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais, ficando a deliberação dessas proposições pendentes de análise nesta Comissão de Assuntos Sociais até a manifestação daquele colegiado.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

Quer dizer, nós provocaríamos a CCJ e, aí, eles que teriam que fazer uma reunião com o Ministério do Trabalho. Eu acho melhor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, porque a prerrogativa é da CCJ não é nossa. A nossa é simplesmente avaliar mérito; agora, a constitucionalidade é da CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que V. Exª, como está escrevendo essa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certo. Preparar o texto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Seria bom. Eu gostei desse texto. Eu acho que poderia dar até para a Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k.

Presidente, eu queria saudar a presença da Deputada Soraya Santos, que V. Exª há pouco mencionou sobre a questão da autoria daquilo que aprovamos com o voto também do Senador Eduardo Amorim aqui, que, na última sessão, havia pedido vista.

Então, ela está aqui. Queremos saudar a Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria... Talvez dizer uma palavra, se V. Exª quiser se pronunciar.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Senadora Marta, nossa Presidente, eu queria muito agradecer, agradecer também à Senadora Ana Amélia, a cada membra desta Comissão. É um sonho de mais de 74 anos de existência da profissão de esteticista. O cuidado de fazer esse recorte, porque trata, sim, da nossa saúde.

E eu sei, Senadora Ana Amélia, o quanto V. Exª se esforçou para que houvesse uma conciliação na convivência harmônica de todas as profissões. Em especial, Senadora Marta, V. Exª me ouviu, muitas vezes, pedindo que a gente pudesse pautar e teve a generosidade de ter colocado em pauta para que a gente possa virar o ano de 2017 com uma pílula muito doce para essas guerreiras e esses guerreiros que cuidam da profissão de esteticista e cosmetólogo.

Então, aqui a minha palavra de agradecimento a cada um de vocês.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vem a calhar o tema que estamos discutindo, porque não adianta a gente aprovar tudo aqui. Pode ser vetado também exatamente em relação a essa delimitação de número de profissões e posições que acontecem.

Então, vamos encaminhar desta forma, Senadora Ana Amélia: foi lido e, na sessão seguinte, votamos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Dário Berger, Telmário Mota, José Medeiros, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 141/2017), atendendo ao requerimento RAS 141/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Debater o tema "Assédio sexual, moral e psicológico no ambiente de trabalho", em participação à campanha mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Participantes: Janete Vaz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin e Sócia–Fundadora do Laboratório Sabin; Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Sandra Gomes Melo, Delegada-Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher - DEAM; Maria Gabriela Prado Manssur, Promotora de Justiça do Estado de São Paulo; Luiza Sousa Cruz, Diretora de Articulação da ONG ULTRA – União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais, DF e Entorno; Lourdes Maria Bandeira, Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília - UnB. Usa da palavra a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que tenham acordo com essas propostas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento 141, de iniciativa desta Presidência, para debater o assédio sexual, moral e psicológico no ambiente de trabalho, em participação da campanha mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Convido, para compor a Mesa, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (*Palmas.*)

Muito bem-vinda, Procuradora.

Maria Gabriela Prado Manssur, Promotora de Justiça do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Muito bem-vinda.

Sandra Gomes Melo, Delegada-Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher. (*Palmas.*)

Janete Vaz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin e Sócia-Fundadora do Laboratório Sabin. (*Palmas.*)

Luiza Sousa Cruz, Diretora de Articulação da ONG Ultra (União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais), do Distrito Federal e Entorno. (*Palmas.*)

Nós estamos esperando – ela já chegou, mas está caminhando para cá porque não tinha onde parar – a Lourdes Maria Bandeira, Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Aliás, há uma entrevista ótima dela hoje no *Correio Braziliense*. Eu acho que é uma pesquisa dela.

Vamos abrir nossa audiência pública dando um boa-tarde a todos vocês. As pessoas podem nos acompanhar pela TV, pelas redes sociais do Senado, também no meu perfil nas redes sociais, pois nós estamos divulgando. O canal e-Cidadania do Senado, pela internet, está aberto a participações. Contamos com isso. Participem.

Sejam, portanto, todos muito bem-vindos e acolhidos neste ambiente presencial e de interação *on-line* da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Nosso principal objetivo é identificar vácuos na legislação brasileira para a apresentação de projetos de combate a assédios no ambiente de trabalho. Outro objetivo é fortalecer o ativismo social feminista.

Saúdo a equipe da Procuradoria da Mulher do Senado Federal, nossa parceira, e já cumprimento o empenho da Senadora Vanessa Grazziotin. São muitos os projetos e os debates. A Vanessa tocou muito bem com a equipe toda uma edição da campanha 16 Dias do Ativismo de Combate à Violência contra a Mulher, com a participação igualmente ativa e fundamental da ONU.

Houve atividades acontecendo entre o dia 20 de novembro e 10 de dezembro. E esta audiência decorre desse processo. Consideramos também que, em 25 de novembro, houve o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Assim, na esteira de todos esses movimentos, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos hoje diante de uma bela oportunidade para reunir convidadas com uma grande experiência, com muito a contribuir para nossa pauta. Todas muito gentilmente nos atenderam para compartilhar informações e fazer uma reflexão conosco sobre possíveis caminhos.

Nós procuramos equilibrar esta Mesa, dando a palavra a cada segmento importante que tem interface com a questão do trabalho e da mulher. Nós vamos tentar focar no trabalho.

Entre as muitas preocupações e dados de dificuldades que nós vamos ouvir, vislumbramos que seria necessário um contraponto. E já sinto isso ao trazer aqui uma experiência bem-sucedida e de acolhimento na área que emprega, como Janete Vaz. Tenho certeza de que, depois de ouvirmos várias questões complicadas, o bom exemplo nos será muito útil.

Sobre a questão da promoção de justiça, trazer a Drª Gabriela Manssur teve um propósito, que, eu espero, nos ajude muito, porque foi em uma reunião da PGR que eu ouvi pela primeira vez falar desse projeto. E eu achei realmente uma coisa incrível, que é a ressocialização de empresas, empreendimentos e chefias em comportamentos inadequados, diríamos assim, de homens. Então, em vez de só pagar uma multa ou ter qualquer punição, além disso, eles fazem uma ressocialização que eu espero que a Drª Maria Gabriela vá nos contar – porque eu ouvi lá, mas não era a senhora que estava contando – exatamente como isso é feito, porque isso pode ser expandido para muitas empresas. Eu achei o máximo.

Bom, ela também vai falar sobre outros assuntos no meio disso. Eu estou muito interessada nesse projeto, porque isso eu acho que não é fácil de replicar, mas é uma ideia muito inovadora.

Luiza Cruz é um perfil que visamos dar a voz à mulher trans. A visibilidade de trans é muito importante, pois nós temos a mulher excluída, de uma maneira que pouco acúmulo tem em debates públicos. Serão da maior importância os seus relatos, tenho certeza, porque nós temos que nos unir, nós temos que agregar, nós temos que ser um corpo feminino, um corpo feminino e feminista, vamos juntas lutar pelos nossos direitos e respeito.

A Delegacia de Atendimento à Mulher do DF é uma referência. Lá temos concentradas as atenções, as diversas formas de violência contra a mulher. Muito simbólica, pois estamos na Capital do Brasil. E ouvir sua exposição nos vai dar uma medida boa do Brasil, porque aqui é a Capital, onde nós temos Norte, Sul, Sudeste. Está todo mundo aqui, né? O fluxo migratório é muito grande. Então, nós estamos muito curiosas para ouvir a Drª Sandra Gomes Melo.

A Drª Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro tem um olhas crítico sobre a reforma trabalhista recém-concluída que está em vigor. Abrimos espaço para ouvir suas considerações contra a proteção jurídica trabalhista e mais considerações que tiveram que fazer. A reforma trabalhista foi feita, ela pode ser sempre mexida, e no que acharmos que dá para mexer, nós ouviremos com muito cuidado.

A Drª Lourdes Maria Bandeira, que deve, como eu mencionei, estar chegando, o olhar necessário da sociedade, da sociologia da academia, com a vivência de executar políticas públicas para as mulheres, quer pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher da UnB, quer como Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, ela certamente vai abrilhantar esse momento, pois o Parlamento precisa ouvir a sociedade, os desafios dos gestores. Ela tem uma experiência ímpar, e fiquei muito satisfeita de ela ter aceitado o nosso convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como vocês viram, é uma Mesa bastante plural, com inquietações profundas, consistentes e gente que tem muito a contribuir e que eu espero que nós saiamos daqui com várias ideias de como podemos melhorar essa questão.

Então, eu vou passar primeiro a palavra à Drª Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Boa tarde a todos e todas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espera aí. O tempo está calculado como? Quanto? Dez minutos.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Quero primeiro, na pessoa da Senadora Marta Suplicy, agradecer o convite, cumprimentar todas as componentes da Mesa, agradecer por este convite e pela oportunidade de discutir um tema tão pujante, tão necessário, cujo debate é tão necessário para a sociedade brasileira. Parabenizo pela escolha das componentes desta Mesa, porque, pelos nomes que vejo aqui e pelas qualificações, tenho certeza de que será um debate riquíssimo.

E, em nome do Ministério Público do Trabalho, sou Procuradora do Trabalho, e também da entidade associativa que ora represento, sou Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, venho trazer aqui um pouco da experiência do Ministério Público do Trabalho nessa questão de combate aos assédios, o assédio moral, o assédio sexual.

Como V. Exª colocou aí, nós participamos muito ativamente do processo legislativo da reforma trabalhista, mas, com relação a esse tema aqui, não me parece que haverá qualquer mudança com relação ao combate e à atuação que nós temos feito firmemente pela promoção da igualdade e do combate à discriminação. Então, o meu viés será trazer a atuação do MPT à luz da Constituição, que é o que efetivamente nos garante promover direitos efetivamente para mulheres, para homens, para todos da sociedade, enfim.

Então, eu quero começar dizendo que esse tema da promoção da igualdade, do combate à discriminação é caríssimo ao Ministério Público do Trabalho, e, inclusive, nós temos uma coordenadoria própria para isso, que se chama Coordigualdade, que tem vários projetos nesse sentido. Foi criado um grupo de trabalho, neste ano de 2017, chamado GT Gênero, justamente para abordar essas questões relativas à igualdade de gênero e ao combate à discriminação em razão de gênero.

Desse grupo foi extraído um trabalho muito interessante, que resultou em uma cartilha de assédio sexual no trabalho, perguntas e respostas, que foi realizada em convênio com a OIT. Então, o texto aqui foi produzido basicamente pelo Ministério Público do Trabalho, mas também... E aí passo às mãos da Senadora agora essas cartilhas e, como eu digo, foi produzida pelo MPT, em convênio com a Organização Internacional do Trabalho. E o objetivo dessa cartilha, que vem em formato de perguntas e respostas, é colocar, de forma muito objetiva, clara, como essa questão deve ser definida, como ela deve ser reconhecida no meio social e, sobretudo, nos ambientes de trabalho, e como se faz para combatê-la, que é o nosso objetivo primordial, do Ministério Público do Trabalho. E aí essa cartilha, Senadora, inclusive tem esse conjunto de adesivos, que são frases produzidas por pessoas ligadas ao combate aos assédios – assédio moral, assédio sexual do trabalho –, pessoas de várias instituições, várias vertentes. Frases sugeridas para campanhas de combate, sobretudo ao assédio sexual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa cartilha, eu trouxe impressa em poucos volumes aqui, porque foi produzida em pequena escala. E hoje se evita muito a impressão em papel, mas ela está plenamente acessível no *site* do Ministério Público do Trabalho – mpt.mp.br – e também no *site* da Organização Internacional do Trabalho. Então, colocando no Google "cartilha assédio moral, MPT, OIT", ela vai aparecer. É facílimo de baixar e de imprimir também a quem interessar. Ela pode ser impressa livremente e distribuída.

Já agradeço pela oportunidade – mesmo que eu não viesse falar mais nada – de divulgar esse trabalho aqui, que para nós teve muito suor e muito valor. A gente acredita muito nele como instrumento de propagação da mensagem contra o assédio sexual.

Bom, aí eu já começo falando sobre os assédios propriamente ditos.

Segundo a Constituição Federal, lá no art. 7º, todo trabalhador urbano e rural, além de outras melhorias das suas condições de trabalho, tem direito a um ambiente de trabalho saudável, a um ambiente de trabalho livre de opressão, de adoecimento, a um ambiente de trabalho que o possibilite desenvolver plenamente suas capacidades e o seu trabalho, de forma a garantir a sua sobrevivência e a se realizar plenamente, considerando que o trabalho em si já é um direito social. Então, o trabalho digno é um direito social, digamos, qualificado, porque todo trabalho tem que ser digno e tem que ser saudável.

Bom, nessa perspectiva de que todo empregador, considerando o que está garantido na Constituição, tem a obrigação de manter o ambiente de trabalho sadio, acessível e inclusivo, é que nós verificamos que a situação do assédio, seja moral, seja o sexual, tem que ser firmemente combatida.

Começo rapidamente – e aí não vou realmente entrar numa definição, porque a gente precisaria de muito mais tempo para desenvolver isso – situando aqui, como faço nas minhas audiências, por exemplo, de investigação. Quando vou perguntar para uma pessoa se ela está sendo assediada, eu digo para ela o que se entende por assédio, de uma forma bem genérica, para que nós, Ministério Público, possamos atuar.

Então, eu digo assim: "Olha, para começar, assédio seria aquela situação de intimidação, humilhação e perseguição no ambiente de trabalho. São situações que não cabem em ambiente de trabalho algum. Ainda que se apresente justificativa, não cabem." Por sua vez ressalto, de uma forma bem genérica e bem superficial, que o assédio sexual, por sua vez, seria também essa reiteração de insistência impertinente de perseguição, de humilhação, de intimidação, aí já com a conotação sexual. Ambas as situações merecem a nossa atenção, todo o nosso repúdio e combate, como também a reparação para quem se sente assediado.

No caso de que estamos tratando aqui, que é o das mulheres, por que destaque para as mulheres? O assédio moral e o sexual tanto podem ser praticados em face de homens quanto de mulheres. Mas é fato – e aí nós temos alguns números, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, alguns números da Organização Internacional do Trabalho, que revelam que, a maior parte dos assediados, das vítimas de assédio sexual, são mulheres.

Então, esse recorte é muito interessante e faz com que nós pensemos como direcionar nossas ações para que esse efeito discriminatório do assédio não recaia, de forma tão forte, sobre as mulheres.

As mulheres, então, estão sujeitas a diversas lesões de ordem psicológica, como já venho falando, como assédio moral, assédio sexual, coação, intimidação. Todo tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A que se atribui isso, de alguma forma? A mulher, desde o início do século XX, vem se firmando, nos espaços públicos, pelo trabalho. Então, na medida em que vem avançando nos espaços públicos, sobretudo no mercado de trabalho, ela vem também sendo exposta a um tipo de discriminação que resvala, muitas vezes, nesse tipo de assédio, nesse tipo de perseguição, sobretudo com conotação sexual.

Acho que o fundamental aí é deixar claro que as mulheres, tanto quanto os homens, têm direito ao acesso à educação, como estão tendo e como estão se destacando, e têm direito ao trabalho. Em razão das suas condições – das roupas que usam, ou da forma como se manifestam, ou da forma como elas se portam –, não há qualquer justificativa nunca para que elas sejam vítimas de qualquer tipo de abuso, de violência ou de assédio, seja ele moral ou sexual.

Aí a gente, no Ministério Público, trata essa situação do assédio sexual como....

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – ... efetivamente como discriminação em razão de gênero. Por quê? Porque acontece em grande número com relação às mulheres e acontece também muito em atividades própria... Não digo próprias, porque isso em si já é uma visão discriminatória, mas em algumas atividades que acolhem muitas mulheres. Aí cito algumas: *telemarketing*, em que há muitas mulheres e onde existem situações escandalosas de assédio moral e sexual.

Cito até aqui uma experiência do Ministério Público do Trabalho.

Em 2015, por intermédio de uma ação...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Por telefone?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim. Mas é porque esses *call centers* concentram um grande número de pessoas. E ali, naquele ambiente da grande concentração de pessoas, nos seus boxes, é que a coisa normalmente acontece.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quer dizer que é dentro do ambiente do trabalho? Não é de gente que vem assediando.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Pode acontecer também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas é dentro do ambiente do trabalho?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – É, dentro do ambiente do trabalho é mais comum. Mas é comum também de... Depois vou até relatar outra situação. O tempo já está acabando.

O que quero dizer é que o nosso recorte, no Ministério Público do Trabalho, tem sido com relação à discriminação em razão de gênero. Tem-se tratado de assédio sexual também como situação de discriminação. Assim, nós temos tentado combater, por intermédio de campanhas, da nossa atuação tradicional que é investigação, ações judiciais, além de pedir também a implementação de políticas públicas.

Rapidamente, Senadora, para não tomar muito tempo, vou só colocar mais um pouquinho aqui do Ministério Público.

Consequências para a vítima, para o assediador e para o empregador. Para a vítima, normalmente, gera adoecimento, porque a pessoa que fica ali no trabalho, sentindo-se assediada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo moralmente, sendo sexualmente, ela vai ali entrando num estado de adoecimento e de situação emocionalmente perturbadora.

Para o assediador. O assediador pode ser tanto o superior hierárquico... Embora a lei que conceitua assédio sexual, que é o art. 216-A, do Código Penal, coloque como elemento do crime que o assediador seja o superior hierárquico, para fins trabalhistas, não. O assediador pode ser o colega que se senta do lado. O colega que se senta do lado, se ele for o assediador, chegando essa notícia ao empregador, vai ser cobrado desse empregador que, pelo menos, tome a atitude de mudar aquela pessoa do ambiente, do transferi-la de estabelecimento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – ... ou, quem sabe até, uma justa causa. Se ele for o próprio empregador, cabe uma rescisão indireta, que é a justa causa do empregador. A empregada ou o empregado pode pedir a rescisão desse contrato na Justiça, tendo todos os direitos, como se tivesse sido dispensada por iniciativa do empregador.

E a prova do assédio moral. A prova do assédio moral é difícil? É, mas não é impossível. Todo assediador deixa um rastro – manda um WhatsApp, deixa alguém ouvir. Então, é preciso que essa pessoa que se sente assediada peça a ajuda de alguém. Se a empresa tiver – é difícil, mas acontece – uma ouvidoria, uma comissão, ela dê notícia disso, ou ela peça de alguém que ela conheça do ambiente de trabalho. É muito complicado, mas não é impossível. É preciso que haja algum indício para que se possa agir, porque é complicado também partir para criminalizar uma pessoa sem ter o mínimo de indício.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Seu tempo está terminando.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Está bom.

Agora, só finalizando então, coloco que o Ministério Público do Trabalho, nessa atuação, tanto tradicional quanto nessa... Este debate aqui representa um grande instrumento para que a gente fale sobre o tema, e cada vez mais torne isso comum. Mas a nossa intenção é deixar claro para toda a sociedade que é preciso denunciar, e realmente pedir ajuda para os órgãos competentes.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Procuradora. É muito bom escutar que os procuradores estão com essa preocupação, e essa cartilha é realmente uma coisa muito boa. Acho que até vamos deixar – a Rita está aí? – encaminhado à Procuradoria aqui do Senado, que tem essas possibilidades de impressão, para que pudesse, como está livre a impressão, expandir a publicação, que é limitada e que poderíamos fazer para mais pessoas.

Queria chamar à mesa a Drª Lourdes Maria Bandeira, que é a chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Vou pedir para todos virem um pouquinho para cá. Vamos nos apertar um pouquinho, para ela ficar mais confortável.

Já estão chegando as perguntas e observações do e-Cidadania, do Fabiano Souza, do João Estevo – esses são de São Paulo – e do Leonir Sousa, do DF. Depois, nós vamos ler.

Então, vou passar a palavra agora para Maria Gabriela Manssur.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – Boa tarde a todas e todos! Gostaria de cumprimentar todas as minhas colegas de mesa, na presença da Senadora Marta Suplicy. Muito me enaltece estar sentada ao lado de V. Exª, Senadora, que não deixa de ser um ícone, não só do feminismo, mas como mulher e como profissional. Receba meus cumprimentos, de todo o Ministério Público de São Paulo, minha gratidão e meu respeito.

Queria agradecer também porque soube que a Senadora mencionou o meu projeto e o meu nome em uma reunião do Conselho Nacional do Ministério Público, onde estavam presentes colegas minhas, e muito nos honrou, porque nós fazemos parte de uma comissão de combate à violência contra a mulher em todo o Brasil e, quando há o reconhecimento de um projeto ou de qualquer tipo de trabalho que nós desenvolvemos, é muito gratificante e nos mostra que vale a pena encarar essa luta.

Muito obrigada.

Como a minha colega do Ministério Público do Trabalho, a Ana Cláudia, mencionou a parte mais técnica do assédio moral e do assédio sexual, eu quero trazer algumas questões do que está sendo feito de mais novo no Ministério Público Estadual e também nas ONGs, nas empresas, para o combate à violência contra a mulher; mais especificamente, como é o tema do nosso debate, ao assédio moral e ao assédio sexual não só nas empresas, Senadora, como também nas universidades, pois os princípios são os mesmos.

A minha especialidade é na violência contra a mulher, na violência doméstica e familiar contra a mulher. Faço parte do grupo de atuação especial do Ministério Público, já atuando há 14 anos nisso, mas vários casos de assédio sexual nas empresas chegam para nós. Hoje em dia, a cada três mulheres, uma sofre algum tipo de violência. A cada hora e meia, uma mulher é morta no Brasil, o que faz com que nós sejamos o quinto país do mundo com o maior índice de violência contra a mulher, principalmente – aqui também eu chamo a atenção desse recorte – as mulheres negras, tanto do assédio sexual e moral nas empresas; e também nós temos, a cada 15 segundos, uma mulher que sofre algum tipo de violência no Brasil.

Eu pergunto para vocês e faço essa reflexão: onde a mulher sofre mais violência? Existem dois lugares – dois lugares. O primeiro lugar é dentro de casa, onde nós estamos mais seguras, ou seja, onde nós deveríamos nos sentir mais seguras. E o segundo lugar é o trabalho. É dentro do trabalho que as mulheres sofrem mais violência, seja internamente ou seja no transporte entre a casa e o trabalho, ou na porta do trabalho, onde o agressor sabe que a vítima irá percorrer naquele local.

Nós temos aqui alguns casos emblemáticos que deram voz às mulheres, e esse, hoje em dia, para mim, é um dos principais pilares do combate à violência contra a mulher, a voz que as mulheres ganharam. Agora o próximo desafio qual é? Fazer com que essas vozes sejam ouvidas. Nós temos aqui o caso do José Mayer, e eu quero chamar a atenção para vocês de cinco ou seis partes:

1ª) Como foi abordado pela mídia;

2ª) Qual é a natureza da ação penal. E, como eu sou promotora de penal, de combate à violência, promotora criminal, eu falo aqui da natureza da ação penal.

3ª) A vitimização do autor: o autor, o agressor, via de regra, ele escreve uma carta se desculpando. Como se isso fosse, de alguma forma, diminuir o sofrimento das vítimas de assédio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moral, e assédio sexual, principalmente; porque o assédio sexual é aquele, a violência sexual é aquela que mais causa danos à vida e à personalidade, à dignidade da mulher.

4ª) A revitimização da mulher não só pelo sistema de Justiça, pelas instituições, como também pela própria sociedade. Muitas pessoas falaram que ela só denunciou porque queria aparecer ou queria dar um salto na carreira. Quantas de nós mulheres não sofremos algum tipo de violência e nos sentimos intimidadas a denunciar, por sermos, de alguma forma, julgadas pela sociedade?

5ª) A violência institucional que a mulher sofre ao denunciar; o julgamento social, e mais, que é o mais importante, que eu falei que é o lado positivo: ela deu voz para outras mulheres. Olha só o que eu falei: como sai na mídia: "Figurinista [como se nós mulheres não tivéssemos nomes] acusa José Mayer ["acusa" José Mayer] de assédio sexual; ator nega."

A abordagem da vítima, qualquer tipo de violência contra a mulher, de alguma forma, já nos desvaloriza. Aqui eu trago outra forma de violência, que é a psicológica. Como nós estamos falando de assédio moral e assédio psicológico, que é aquela violência que não deixa marcas aparentes. É difícil, como bem disse a Procuradora de Trabalho, de provar, mas não é impossível. Nós estamos tendo um avanço nas provas e no sucesso de condenações por violências psicológicas. São aquelas que não deixam marcas, mas isolam, desqualificam moralmente, intelectualmente a mulher, humilham, depreciam em público. Ele comete uma verdadeira desmoralização dessa mulher, seja na vida privada, seja na vida profissional.

Eu quero lembrar aqui um caso que eu peguei na semana retrasada em que, insatisfeito com as investidas sexuais do homem contra a mulher dentro do ambiente de trabalho, ele acabou divulgando os *nudes*, as fotos íntimas em todo o *e-mail* institucional dessa empresa, trazendo um prejuízo inestimável para essa mulher, que estava em franca ascensão profissional.

Aqui eu chamo atenção também para como nós evoluímos. A personalidade do ano da revista *Time* do ano passado foi Donald Trump; deste ano, foram as mulheres que denunciaram os assédios sexuais nos Estados Unidos e criaram a *hashtag*, uma das mais acessadas e mais compartilhadas *hashtag* #MeToo.

Até quando nós mulheres vamos falar "eu também": "Eu também fui vítima de assédio moral, de assédio sexual ou de algum tipo de violência"? Nós precisamos e estamos mudando esse jogo, fazendo com que não só as empresas como todas as autoridades públicas se comprometam no combate a todo tipo de violência contra a mulher.

Aqui o que é o assédio moral e sexual, que já foi falado.

Mas eu quero chamar a atenção também rapidamente para alguns motivos que levam as mulheres, as alunas a não denunciarem.

Culpabilização da vítima: ela estava com roupa curta; ela deu atenção; ela queria ser promovida; ela não se dá ao respeito; ela se insinuou.

Medo de represália: expulsão da faculdade, da escola, do emprego; isolamento, o *cyberbullying* que é feito com ela; falta de apoio da universidade, da empresa, da escola; também a falta de confiança da mulher no sistema de justiça; a sensação de impunidade.

Justificativa da violência sexual: ele gostava de você; ele é um jovem, um empresário em ascensão; ele está sofrendo pressão; ele está passando por sérios problemas, justificando a violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ela também tem vergonha de ser tratada como vítima.

A falta de informação das mulheres, principalmente em empresas: para quem falar; com quem falar; o que vai acontecer?

E o efeito silenciador: a violência, muitas vezes, num primeiro momento, silencia, paralisa, congela a mulher. Depois que ela se dá conta e tem acesso, tem apoio, pode ser tarde demais, porque, como eu disse, a ação penal nos crimes de assédio sexual, que é o art. 216-A do Código Penal, é de ação pública condicionada à representação, o que significa que a mulher tem seis meses para oferecer a representação, para falar: sim, eu quero processar. E esses seis meses, muitas vezes, é um tempo curto para a mulher ter coragem, romper o silêncio, a vergonha e ter o apoio da sociedade para essa denúncia.

Aqui nós já falamos.

Como é a postura das empresas e universidades hoje em dia? Não incentiva a denúncia, e sim a silenciar. Abafar o caso. Oferecem muitas vezes uma indenização para a vítima, podem até mandar embora, mas sem a participação do agressor. E ele vai ficar lá, na empresa, convivendo com outras mulheres e cometendo provavelmente violência contra a mulher, porque 65% dos agressores são reincidentes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – O prejuízo é muito grande para a instituição, prejuízo moral e financeiro.

Como tem de ser? Tem de haver um canal de denúncias nas empresas, com um RH especializado e preparado. Eu tenho feito a capacitação de RHs de empresas voluntariamente, para acolhimento das mulheres em situação de violência, com acolhimento psicológico e jurídico, parceria com órgãos públicos para investigação e apuração dos fatos. É um dos objetivos do desenvolvimento sustentável a erradicação de qualquer tipo de violência, o ambiente de trabalho saudável. Envolvimento dos sindicatos, campanhas informativas e a capacitação dos funcionários.

Aqui eu vou pular, porque quero rapidamente passar.

Tempo de Despertar. Eu tenho um minuto para falar sobre isso. É um projeto que foi citado pela Senadora de ressocialização do autor de violência e engajamento dos homens. Esse autor está repetindo comportamento aprendido numa sociedade que trata a mulher com desigualdade e inferioridade, e ele precisa mudar, modificar esse comportamento. Nós fizemos esse projeto por conta da reincidência da violência contra a mulher, que é de 65%. Eles precisam se responsabilizar, se conscientizar, refletir e se arrepender, de forma que não cometam mais esses fatos.

Nós tivemos sucesso nesse projeto. Na primeira edição, nós tivemos 2% de reincidência. De 65%, nós diminuímos para 2%. Na segunda edição, nós diminuímos para 1%. Na terceira edição, para 1%. E na quarta edição, nenhum dos homens envolvidos voltou a reincidir, zero de reincidência.

Aqui algumas fotos desses projetos. Foi com muito sacrifício que nós fizemos. É um projeto ousado, inovador e corajoso, Senadora. Eu comecei sozinha, com apoio do estagiário, e hoje esse projeto é lei municipal em Taboão da Serra, é lei municipal na cidade gaúcha, é lei estadual aguardando a sanção do Governador de São Paulo, já virou lei municipal agora sancionada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito Doria em São Paulo, é obrigatório o trabalho com os autores de violência. E existe uma lei aqui no Senado Federal para ser aprovada, eu já vim aqui debater algumas vezes.

Por fim, nunca é tarde para viver uma vida livre de violência. Eu quero só chamar a atenção, o Magazine Luiza, da Luiza Trajano, está envolvido nessa causa, está investindo na sua empresa. Ela é uma das pioneiras para que as empresas se engajem na luta contra a violência da mulher e no atendimento das vítimas dentro das empresas.

Aqui, por fim, todas as campanhas.

Eu quero deixar uma pergunta para vocês, para a gente debater.

Virada Feminina, Casa da Mulher Brasileira, campanhas de reflexão, informação para as mulheres. Essa cartilha também do Conselho Nacional do Ministério Público – Assédio Moral e Sexual: Previna-se – é muito boa e também pode ser baixada *on-line* do *site* do Conselho Nacional do Ministério Público.

Uma pergunta para vocês: a falta de representatividade feminina nas empresas, nos órgãos públicos, também é uma forma de assédio moral e psicológico?

Vou só passar algumas fotos para vocês. Reuniões, reuniões, eventos, reuniões, eventos, eventos, posses, posses, posses. Aqui há uma esperança. Na França, o concurso de ingresso na magistratura é uma mulher.

Alguma dúvida de que o futuro é feminino? Nós podemos e devemos estar lá.

Aqui eu faço uma homenagem à Senadora Marta Suplicy. Ela sempre foi uma das minhas inspirações, quando eu era criança, ao lado da Marília Gabriela. Inspirada nelas, eu fui convidada para participar do programa Debatendo com a Marília Gabriela, na reprise da TV Mulher. Então, dedico essa foto a V. Exª.

Por fim, era uma menina que tinha um sonho, que era viver uma vida livre de qualquer tipo de violência e ser aquilo que ela pudesse ser. E, inspirada em mulheres como vocês, que debatem a violência contra a mulher, como a Senadora, ela conseguiu esse sonho. E agora, como promotora de justiça, ela quer uma vida livre de violência para todas as mulheres.

Muito obrigada. Sempre é tempo de despertar. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada. Foi muito simpática.

Eu concordo que a TV Mulher foi realmente um marco. Que bom que ajudou várias mulheres a se conscientizarem, várias meninas a pensarem: "Eu posso fazer alguma coisa." É o resultado prático, bom.

Agora vou dar a palavra à Delegada-Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher, Sandra Gomes Melo.

A SRª SANDRA GOMES MELO – Boa tarde a todas e a todos. Eu quero iniciar os meus cumprimentos na pessoa da Senadora Marta Suplicy, que muito me honrou com o convite, assim como a minha Polícia Civil do Distrito Federal, em nome de quem eu gostaria de cumprimentar todas as colegas participantes da Mesa, algumas das quais inclusive parceiras da Delegacia da Mulher já de longa data, como a nossa querida Profª Lourdes Bandeira, também a Drª Janete Vaz, uma grande parceira.

Falar de violências contra a mulher, de modo geral, e aqui nós vamos focar a questão da mulher no trabalho, as violências que ela sofre no trabalho, nos impõe uma pequena reflexão, que eu sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gosto de fazer quando tenho oportunidade de alguma fala, que é exatamente isto aqui: o mundo dividido entre o rosa e o azul. Essa, sem dúvida, é a causa, é a grande origem das violências que nós sofremos por séculos e séculos. Os papéis que nos são desenhados desde a nossa existência: o papel da mulher, um papel voltado para uma segunda colocação na sociedade, uma forma de ser vista como um ser de segunda categoria social, ainda assim, apesar de tantas lutas e de grandes conquistas, nós ainda temos esse grande reflexo do que é essa divisão de poder na nossa sociedade.

Falar de violência sem falar de gênero realmente é um conceito que surge grandiosamente nos anos 70, com os movimentos feministas, que buscavam nos fazer entender o porquê dessas desigualdades entre homens e mulheres e o porquê dessa situação de dominação a que nós ainda somos submetidas.

Logo, ao falar de gênero, a gente tem que se remeter a essa tentativa de compreender como essa subordinação feminina tem sido reproduzida ao longo do tempo nos espaços de poder, na sociedade, e, ainda assim, a gente tem que reafirmar que essa dominação masculina ainda se apresenta de maneiras múltiplas na nossa sociedade. E uma das maneiras como ela se representa, sem dúvida, é essa violência contra a mulher nos espaços de trabalho, não só no espaço público como no espaço privado.

A gente tem conseguido avançar. A Lei Maria da Penha tem sido uma ferramenta muito importante para nós operadores da lei, no que se refere à violência praticada no espaço familiar, nas relações afetivas. Ela nos trouxe muitos instrumentos importantes, mas, quando a gente chega na questão da violência contra a mulher, quer o assédio sexual, quer o assédio moral, quer as violências psicológicas experimentadas no nosso dia a dia, as ferramentas ainda nos são muito tímidas. Daí o meu contentamento como delegada da mulher, como uma pessoa que tem se dedicado a estudar essa questão de como eu poderia trabalhar a proteção das mulheres vítimas de crime, essa oportunidade é de grande importância porque nós não temos, por exemplo, uma lei que incrimine o assédio moral. Isso é uma grande dificuldade para as vítimas que nos procuram numa delegacia, porque mesmo o assédio sexual previsto na legislação traz uma certa confusão, porque muitas mulheres ainda acham que qualquer tipo de importunação de natureza sexual estaria dentro do assédio sexual, o que não é verdade. Para a grande problemática das mulheres que sofrem importunação ofensiva nos meios de transporte, por exemplo, eu não posso aplicar o art. 216, que é do assédio sexual, porque o assédio sexual está previsto no 216-A como constrangimento no intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual de alguém, quer dizer, a vítima pode ser homem ou mulher, o autor desse fato pode ser tanto homem como mulher, desde que se prevaleça da sua condição de superior hierárquico com ascendência inerente ao exercício de cargo, emprego ou função.

Então, eu volto porque eu quero muito provocar uma reflexão. Nós temos o Código Penal de 1940, temos a Lei de Contravenções Penais, de 1941, e a gente tem um certo avanço em 2009, quando a legislação brasileira passou a dizer: nós vamos proteger agora não nos comportamentos sexuais que são admitidos ou não socialmente. Ou seja, uma menor tem como consentir, não tem, em que idade? Não, nós passamos a proteger a dignidade da pessoa humana e a sua liberdade sexual. É daí que surge para nós o 216-A, um primeiro reconhecimento na legislação brasileira de que uma pessoa, numa relação de trabalho, numa relação de emprego, pode sofrer um constrangimento, uma perseguição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma insistência para algum favorecimento sexual em relação ao seu superior. Aí, o que me resta, como delegada de polícia? Se eu não consigo enquadrar naquela situação exatamente, se eu tiver uma situação de violência ou grave ameaça, para que se chegue à conjunção carnal ou outro ato libidinoso qualquer – por exemplo, uma passada de mão, um beijo lascivo, um toque libidinoso... Se eu não tiver uma violência ou uma grave ameaça, porque já tive essa situação na delegacia, de o superior hierárquico trancar a funcionária no espaço de um depósito de roupas da lavanderia e violentá-la à força, mas ele já vinha cometendo contra ela o assédio sexual, dizendo: "Você podia sair comigo, a gente podia ter alguma coisa; olha, que eu te transfiro; olha, que eu dou um jeito de você ser demitida" – porque ela era terceirizada – "ou, na melhor das hipóteses, eu te transfiro para outro lugar". Só que ele não se contentou. Ela não denunciou o 216-A, e ele acabou chegando a uma situação de estupro. Aí, sim, ela resolveu nos procurar e nós procedemos como devíamos. Vale dizer que, nesse caso do assédio sexual, se for uma situação de uma menor de 18 anos, nós vamos ter um aumento de pena.

Agora, para o que eu quero chamar a atenção? É que o 216-A tem uma pena máxima de dois anos. Significa que cabem as famosas transações penais, e isso nos deixa tão indignados quanto as vítimas, porque ela vai chegar a uma audiência. Se a gente realmente não tiver profissionais muito envolvidos com essa causa, vai acabar se fazendo uma composição, em que, quando muito, vai se pagar uma cesta básica. Então, isso traz muita indignação à vítima, e com toda a razão.

O que eu quero colocar? Situação de estupro de vulnerável, se acontecer desse emponderamento sexual se dar em uma situação... Menor de 14 seria muito difícil, mas se por algum motivo a vítima não tiver livre o seu discernimento para a prática do ato, se ela não puder oferecer resistência por algum motivo, inclusive uma situação de uma pessoa, por exemplo, com deficiência mental... Ela pode estar em uma situação de trabalho, sim, mas se ficar provado que em razão dessa deficiência mental ela não podia discernir, consentir essa prática de uma forma livre e consciente, assim como a bebida alcoólica também, dependendo da situação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SANDRA GOMES MELO – Então, podemos até enquadrar aí, e teríamos um inquérito com penas maiores.

Temos a situação do ato obsceno, quando às vezes a pessoa que está assediando pode apenas se mostrar, mostrar o órgão genital. Não toca, mas pode mostrar. Aqui também nós temos uma situação de termo circunstanciado. Não vai haver um inquérito. Não posso autuar em flagrante. A questão do escrito obsceno, se ele deixa esse material circulando lá pelo trabalho...

Aqui eu estou mostrando alguns tipos penais que podem estar além do crime de assédio.

E aí a famosa Lei de Contravenções Penais. Quando tudo aquilo eu não posso enquadrar, eu posso ter uma importunação ofensiva ao pudor, cuja pena é apenas de multa, ou a perturbação de tranquilidade, quando molesta alguém, perturba a tranquilidade por acinte ou motivo reprovável, que também é prisão de até 15 dias.

Então, eu acho superimportante nós colocarmos essa situação, porque nós ainda estamos sob o reflexo de uma legislação que não acompanha os nossos dias atuais, não acompanha esse grande entendimento a que a sociedade está se abrindo, que é a questão da mulher, essa invisibilidade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violências que nós sofremos no dia a dia. É de suma importância que possamos fazer alguma adaptação na legislação.

Eu fico pensando: por que o art. 216-A não trouxe no *caput* o assédio sexual de um modo geral, inclusive para o caso de meio de transporte, e por que não o assédio sexual no trabalho como uma qualificadora do crime, com uma pena maior? Seria de uma grande valia para nós, Senadora. Se a senhora pudesse abraçar essa causa, nós teríamos mais instrumentos para trabalhar.

Aí, só finalizando, nós também podemos enquadrar subsidiariamente as questões das relações de trabalho nos crimes de calúnia, quando se imputa um crime à pessoa; de difamação, quando lhe ofende a reputação; e de injúria, quando lhe ofende a honra subjetiva, o conceito que ela tem de si mesma.

O constrangimento ilegal é mais difícil, porque tem que haver uma violência ou uma grave ameaça, mas pode acontecer quando ele obriga a pessoa a fazer alguma coisa que ela não tem que fazer ou o contrário – mas tem que haver violência ou grave ameaça para isso.

E ameaça, que é muito comum: "Vou demiti-la." "Vou pô-la na rua." "Vou transferi-la." Mas se ele não estiver usando o constrangimento para o favor sexual, aí trazemos só para esse crime, que também é termo circunstanciado.

Eu quero finalizar dizendo da criação das delegacias de mulheres – e sei que a nossa Senadora participou ativamente disso. A primeira Delegacia da Mulher foi inaugurada em 1985 na cidade de São Paulo. A nossa Deam/DF foi criada em 1986 e inaugurada em 1987. Já conta com 30 anos de existência.

Isso foi em 2010. Ela era muito pequena. Nós propusemos uma alteração em toda a sua estrutura, que respeita o acolhimento, espaços apropriados e reservados para atendimento. Hoje temos essa estrutura. Foi considerada em 2010 a melhor Delegacia da Mulher do Brasil.

Temos um grande compromisso com o compartilhamento do conhecimento dos direitos da mulher através de campanhas. Nós fazemos grandes campanhas, inclusive com os parceiros aqui presentes, e temos uma grande preocupação com que os nossos servidores policiais estejam preparados para acolher e receber essa mulher. Então, a disciplina de violência de gênero é parte obrigatória nos nossos cursos de formação e também toda a Polícia Civil trabalha com protocolos de feminicídio, de atendimento à violência contra a mulher e também da violência sexual.

Então, eu quero agradecer imensamente a oportunidade de aqui estar e dizer que a nossa Delegacia da Mulher e a Polícia Civil estão à disposição. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, delegada.

Nós temos aqui a primeira notícia daquele homem que molestou uma mulher no ônibus. Eu fiz um projeto de molestamento, e o Senador Humberto Costa também fez. O dele é restrito a meios de transporte e o meu é molestamento em todas as áreas.

Então, está aqui e já está rolando. Vamos, porque aqui demora um pouco. É preciso ver. Aqui tem tido uma característica que mostra, às vezes, a limitação e o momento em que as mulheres sempre acabam arrumando um jeito de chegar a alguma coisa.

Quando nós temos o mês da mulher, realmente é o mês em que conseguimos passar todos os projetos que estão "encalhados" – entre aspas – em relação à mulher. E outro momento é também no final do ano, que é quando conseguimos passar bastante coisa. Agora, com esses dias de ativismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é uma forma de constrangimento aos Senadores e aos Deputados que não querem que não entre na pauta – é uma briga muito grande para entrar na pauta.

Então, estou pensando agora, falando em voz alta, você repara que se criou, primeiro... Aproveitar o Dia da Mulher, dia que virou mês, quando passamos as coisas – e, depois, nas comissões. Depois, agora, são os 16 Dias de Ativismo, em que nós conseguimos também fazer as coisas.

Mas é um jeito equivocado, porque, assim como nós aqui somos muito menos do que na população em geral, acabamos tendo que brigar muito para que os projetos de mulher entrem em votação, no sentido de que nunca são prioridades, não são considerados importantes, mas acabam sendo votados em virtude dessas circunstâncias. A mulher, às vezes, consegue fazer as coisas acontecerem, mas não é do jeito como um dia vamos conseguir fazer a coisa acontecer.

Vou passar a palavra agora à Srª Janete Vaz, que é Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin e sócia fundadora do Laboratório Sabin.

A SRª JANETE VAZ – Boa tarde a todos.

Agradeço pelo convite. Fiquei muito honrada na hora em que eu olhei o título – até me assustei um pouco, porque realmente é um assunto muito pesado. Quero parabenizá-la e cumprimentar a Mesa em seu nome.

Senadora Marta, ninguém quer colocar esse assunto, ninguém quer trazer a bordo esse assunto. Temos carregado essa bandeira da mulher não só porque viramos uma inspiração para as mulheres, mas porque fazemos parte, desde o início, do Mulheres do Brasil, daquelas primeiras 40 mulheres. Junto com a Heloísa Helena, temos movimentado agora não só o Brasil mais. Nós acreditamos que quem vai fazer a situação mudar somos nós mesmas.

Eu gostei demais de ouvir cada uma. A Sandra eu já conheço há muito tempo. Nós, como instituto Sabin, temos tentado dar uma participação nesse assunto também, mas vou trazer o lado viável, o lado possível e o lado de que nem tudo precisa ser dessa forma. E, para que isso aconteça, precisamos, às vezes, ter algumas ferramentas que nos mostrem como fazer.

Então, quem somos? Somos um laboratório de análise clínica que começou há 33 anos, eu e a Sandra – a Sandra está aqui. Começamos com um sonho, como eu falo. (*Palmas.*)

Hoje nós estamos em todos as regiões do Brasil, em 225 unidades de negócio.

Mas eu trouxe isso aqui para mostrar que, daqueles três colaboradores com que começamos com aquele sonho, nós somos 4,2 mil colaboradores, sendo 77% mulheres. Muitas empresas até têm muitos homens, mas, quando se chega na liderança, aí afunila e ficam normalmente compostas de liderança masculina. Na nossa, 74% de liderança feminina.

Então, isto é o que é mais importante para nós: abrir esse espaço, falar abertamente, porque eu falo que é uma empresa de alma feminina e isso facilita realmente. Da mesma forma como nós conduzimos os nossos lares, nós queremos conduzir as nossas organizações.

E nós acreditamos que é possível desenvolver as pessoas no sentido de buscar a sua felicidade, falar do assédio psicológico, dizendo que ele costuma vir pela ausência e pela cobrança. Isso não tem gênero. É a cobrança de metas, a cobrança acima da capacidade da pessoa. Então, o que nós trabalhamos ali é que todo mundo tenha a liberdade de pensar, de falar, de fazer. É essa a liberdade que tira o medo das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é nisso que nós trazemos essa busca do clima organizacional mensurado. Nos quatorze últimos anos, estamos entre as melhores empresas para trabalhar. Mas nós temos auditoria, nós trabalhamos, nós temos ferramenta no sentido de trazer todos esses indicadores de imparcialidade, de respeito, de confiança, de credibilidade, de orgulho e de camaradagem.

Sempre foi assim? Não. A primeira vez que nós participamos foi a primeira vez que nós fomos nos conhecer. Então, quais desses indicadores nós precisávamos trabalhar? Nós buscávamos ali os menores indicadores e começávamos a trabalhar em cima de cada um deles. Por isso que é um processo viável de desenvolver e de você fazer com que ele possa acontecer.

A primeira vez, estava acima da média, mas era o nosso menor ponto: imparcialidade. Naquele ano, nós trouxemos um monte de trabalho de identificação de onde estava essa imparcialidade, com processos educativos mesmo, trabalhando a liderança, porque ela que fazia isso acontecer. No ano seguinte, nosso trabalho foi tão bom que, quando houve a classificação das melhores no quesito imparcialidade, nós tiramos o primeiro lugar.

Então, isso é só para demonstrar que qualquer anomalia que você percebe ou qualquer dificuldade que a empresa tenha, é só você criar ferramentas e trabalhar aquele aspecto individualmente.

Esse é o nosso modelo de gestão.

O nosso RH é um RH muito forte; é um RH que tem metodologia. Então, desde o processo da atração das pessoas – é o atrair, desenvolver, desafiar, reconhecer, recompensar e comemorar. Então, dentro desse modelo, nós temos diversos benefícios em que nós patrocinamos o clima organizacional. Nós desenvolvemos as pessoas, no sentido de elas terem não só metas para trabalhar, mas também com os desafios e também com as recompensas que elas têm.

Olhamos muito a família, no sentido de trazer a família para dentro de casa. Não queremos que nenhum colaborador não goste da segunda-feira, vibre pela sexta-feira, mas que ele entenda que a vida dele é o um processo contínuo e que na casa ou na família, em todos os dois lugares, eu gosto muito de estar. Eu tenho prazer e alegria de estar nesses dois ambientes, porque eles são todos os dois importantes para a gente.

Eu trouxe ali só alguns dos benefícios. Para cada um, nós temos. Mas eu trouxe alguns específicos para as mulheres. Além de ter salão de beleza, além de ter algumas coisas que fazem com que a mulher se sinta confortável também. Ela estuda à noite, mas, dentro do ambiente de trabalho, ela tem benefícios que a ajudam.

No meu aniversário agora, uma das meninas foi me abraçar e me apertava, apertava, e falava assim: "Doutora, tem seis meses que trabalho na sua empresa, e o que a sua empresa trouxe para mim foi segurança." Aquilo me trouxe muita reflexão, porque, em um período de demissões, ela fala em segurança; em um período de assédio, ela fala em segurança. Essa palavra é profunda. Eu fiz muita reflexão sobre isso, porque o que todas as pessoas precisam ter, nas organizações, é segurança. É isso o que vai garantir o seu desenvolvimento, o seu crescimento, a sua liberdade de fazer opções, de mudar de setor, de buscar promoção. Então, tudo isso é importante.

E alguns fatores a gente traz para o benefício das mulheres mesmo.

Nós estamos agora, entre grávidas e de licença, com 104 mulheres. A gente acredita que... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, a Drª Valéria Guimarães falou que nós temos uma capacidade de trabalhar TPM nas mulheres que a gente nem percebe, porque são 77% de mulheres. Mas isso não faz diferença nenhuma para nós, porque a gente tem o respeito das pessoas e aprendemos a respeitar os limites de cada uma.

- Programa Gestação, em que trazemos uma médica todos os meses;

- o dono da fralda. Nossas grávidas não compram fraldas. Algumas fazem doação de fraldas em creches;

- auxílio babá, em que pagamos uma babá do 4º até o 12º mês;

- espaço beleza;

- se os dois trabalham na empresa, nós fazemos o casamento super bem feito;

– o censo social. Em 2010, desenvolvemos o censo social, porque queríamos conhecer o perfil dos nossos colaboradores. Ali nós vimos que máquina de lavar 19% das mulheres não tinham. Se nós estávamos incentivando o estudo, patrocinando o estudo, e 19% não tinha máquina de lavar, nós fizemos uma parceria e conseguimos fazer não só com que comprassem a sua máquina, mas que trocassem toda a linha branca.

Casa própria, para trazer conforto mesmo. Quem compra a casa? É o homem. Pois as nossas mulheres compram casa também, viu! Para 77% de mulheres incentivamos a compra da casa própria. Eu falo: "Aqui, quem compra a casa própria são as mulheres mesmo."

E fazemos a educação financeira. Normalmente se alega que os homens entendem mais de finança e de economia e que as mulheres não entendem disso. Então, nós trabalhamos a educação financeira, para que ela possa realizar seus sonhos, para que ela possa comprar a sua casa, o seu carro, para que ela entenda de negócio, para que ela saiba administrar o seu próprio dinheiro.

Essas são as ferramentas de garantia do Programa de Integridade. Nós temos uma apresentação que a Drª Lídia faz de integridade e de *compliance*. Eu digo que nós falamos de *compliance*, quando nem existia *compliance*, porque nós já falávamos sobre isso na empresa.

Mas a integridade, quando nós lançamos a SA 8000 na empresa e ali, todos os anos, nós temos o responsável eleito por eles mesmos, como representante deles na organização, em que ele vai poder ouvir qualquer queixa que não a trabalhista. Mas se ele sentir que está sendo prejudicado em qualquer promoção ou se tiver qualquer coisa que o deixe desconfortável, ele pode ir ao representante e fazer a sua queixa.

Assim também nós temos um correio eletrônico, que é o Liberdade para Todos; o amigo oculto, uma caixa postal no correio, em que ele pode fazer uma denúncia anônima; a ouvidoria interna, que é um canal de comunicação dentro do RH; os *feedbacks* e tudo isso.

E o Cuidando das Flores nasceu pelo programa que você mostrou, Maria Gabriela, da Heloísa Helena. Quando ela lançou aquele programa dela, nós lançamos um. Ela incentivou todas a fazerem isso nas empresas. Nós criamos os *folders e* pegamos todas as datas do Ministério da Saúde. Ali nós temos, além da orientação para a mulher que sofre algum abuso dentro da casa dela, que ela tenha coragem de falar, que ela tenha canais para falar e que ela seja alertada de que ela pode e deve fazer isso e, para os nossos homens, que eles evitem e tenham também conhecimento. Então, é o desenvolver, é o escutar que é importante, criar canal de escutar.

Um dos papéis da nossa liderança ali... Tudo acontece com a liderança, porque ele é que tem essa capacidade de desenvolver e de fazer acontecer dentro de casa. Então, nós temos vários projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de desenvolvimento de liderança para que ele tenha as ferramentas e as condições de fazer acontecer tudo isso aí.

Uma vez me perguntaram o que eu fazia com aquele líder que batia na mesa. Eu até assustei, porque eu nunca ouvi falar que, no Sabin, em 33 anos, alguém bateu na mesa, porque essa pessoa jamais vai chegar à liderança. Uma pessoa que tem esse perfil jamais vai chegar a ter um cargo de liderança dentro da empresa.

Estes são os nossos resultados: índice de absenteísmo – pessoas felizes produzem mais e melhor; essa é a nossa crença, e, por isso, nós trazemos tudo isso aí –; *turnover* baixíssimo – na saúde, ele é, em média, de 30%. E há dois indicadores que eu coloco em vermelho, porque eles são muito importantes para nós. O primeiro é a garantia do nosso exame, a qualidade daquele nosso contrato...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JANETE VAZ – ... de entregar resultar com excelência: 98% dos nossos exames são entregues com assertividade máxima. São quase 4 mil colaboradores no Brasil – esse indicador é de Brasília, quase 3 mil colaboradores –, e sete processos trabalhistas nos últimos 17 anos. Isso é respeito e dignidade com as pessoas. Essa é a garantia de que aqueles projetos, aquele processo, aquela forma, o jeito Sabin de ser... Nós temos um livro – eu trouxe um para você, Marta – sobre o jeito Sabin de ser em que estão os 23 mandamentos do Sabin. Aqui está descrito como é esse nosso jeito, o que nós queremos, quais são os valores. O nosso propósito é inspirar pessoas para cuidar de pessoas. Isso já começa desde o momento em que uma pessoa chega à empresa; ela já sabe que precisa se alinhar a isso. Todos os líderes são alinhados à ideologia da empresa, e os resultados são esses.

Também há o resultado do Great Place to Work, que eu gosto de trazer, sobre a diversidade: as pessoas aqui são bem tratadas, independentemente da idade, 98%; da etnia, 98%; do gênero, 97%; da orientação sexual, 98%; e tratamento justo, 89%.

E os reconhecimentos vêm. Neste ano, nós tivemos mais de 50 premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais. Ontem, nós estávamos em São Paulo. Fomos a empresa indicada de Brasília para Líder do Lide e, na semana passada, nós ficamos em primeiro lugar no de sustentabilidade. Neste ano, na revista *Exame*, nós fomos a empresa do ano, a melhor das melhores, e a empresa também foi reconhecida como a melhor para a mulher trabalhar. Foi a primeira vez que o Great Place realizou esse exame, fazendo investigação apenas para as mulheres. Então, essa resposta foi o seu diferencial.

Eu queria só terminar, deixando esta passagem de Dorival Caymmi – eu fui falar de diversidade em Salvador e busquei um baiano, mas eu gostei tanto que eu deixei o baiano continuar:

> Gostar de si mesmo, sem egoísmo. Apreciar as pessoas em volta. Cuidar da saúde mental e física. Gostar dos seus horários. Não ficar melancólico, mas guardar na lembrança as melhores coisas da vida. E não abrir mão de ser feliz. A busca da felicidade já justifica a existência.

Então, é isso que procuramos para todos os colaboradores quando nós os encontramos no corredor, quando são promovidos. Nos eventos, a pergunta que nós fazemos sempre é: "Você é feliz?", porque aqui nós buscamos a felicidade das pessoas. Eu acho que isso é possível, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse assunto, para nós, é muito delicado. Nós temos filhas... Eu tenho uma filha, uma neta, e está nascendo outra neta; eu tenho dois netos homens e dois filhos homens.

E eu acho que a gente precisa educar os nossos filhos para que eles possam entender o futuro, para que a gente não permita que outras mulheres continuem passando pelo que a nossa geração está passando.

E venho de uma geração de mulheres fortes. Minha avó ficou viúva aos 18 anos, mãe de dois filhos e grávida do terceiro. Pela minha mãe, morei em fazenda até os 10 anos de idade. Por causa da coragem da minha mãe, uma mulher extremamente tímida, eu estou aqui hoje, porque as primas ficaram todas na fazenda.

Então, eu gosto de citar esses exemplos de mulheres que, há cem anos, tiveram a coragem de pegar a bandeira das mulheres, seguir em frente e cuidar sozinhas das suas vidas. Eu acho que nós podemos estimular, incentivar e ajudar outras mulheres.

Parabéns, Marta, por abrir este espaço e fazer isso acontecer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, Janete: "*Yes, we can*". Olha, um exemplo exatamente de que a gente pode... É realmente muito bonito esse depoimento. E eu queria fazer um comentário: quando você disse dessa funcionária que falou que lá ela sentia segurança, uma das coisas mais importantes na escola é o ambiente ter segurança emocional. E o que eu pude perceber é que na sua empresa é exatamente isso. É a isso que ela se refere: segurança emocional – aqui eu tenho respeito, eu tenho segurança para me desenvolver, para fazer, para ir, para falar se eu não estou satisfeita. E como isso é importante, como é difícil conseguir.

A gente sempre acha que a gente está puxando a sardinha para as mulheres, mas, realmente... Não sei... Quer dizer, eu sei: por vários anos, séculos, cuidando de criança, de doente, de idoso, nós adquirimos uma *expertise*, diríamos, em cuidar das pessoas mais fragilizadas e ter essa sensibilidade. O importante é que a gente consiga ascender aos postos mantendo isso, que é aí que é a grande revolução. Por isso, eu quero lhe parabenizar, porque é exatamente levando todas as qualidades que a gente não pode jogar fora, porque muitas a gente... Ninguém hoje necessariamente cuida de idoso, porque todo mundo trabalha. Antes, sobrava para a filha solteira. Hoje, a filha solteira não quer.

Eu sei que tudo mudou, mas essa sensibilidade temos tempo de não deixar ir embora, porque senão nós não vamos conseguir dar esse avanço, que é um avanço que não tem... Quer dizer, não é que não tem treino, até teve das nossas bisavós, mas você não nasce sabendo, você tem que construir, aprender e depois levar para os seus espaços, cada espaço de nós todos, diferentemente.

Bom, agradeço esse depoimento, que foi muito interessante.

Agora, passo a palavra à chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Drª Lourdes Maria Bandeira.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Bem, inicialmente, gostaria de cumprimentar todas e todos aqui, agradecer a Senadora Marta Suplicy pelo convite, pela importância deste debate, no momento em que não só no plano nacional, mas internacional, nós temos uma avalanche de denúncias. Também queria cumprimentar uma grande amiga, a Drª Sandra, com quem já trabalhamos há décadas essa questão. Certamente, por falar depois e, como eu sou socióloga, preparei alguma coisa também no âmbito da legislação, mas isso vou deixar, porque as pessoas aqui da mesa são bem mais competentes, da área do Direito, e sabem muito melhor do que eu sobre essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas um viés um pouco sociológico, talvez me repita em algumas situações, mas... O conceito muitas vezes não é claro. É um pouco ambíguo o conceito de assédio. Então, existem muitas formas de assediar alguém. Mas é necessário considerar aquele e aquela, porque o assédio pode ocorrer tanto em relação ao sexo feminino como em relação ao sexo masculino. Ambos podem ser assediadores e podem ser assediados.

Quem assedia o outro, busca submetê-lo ou submetê-la sem trégua a ataques repetidos, com insistência, com atos que deixam – estou usando "vítima" entre aspas, exatamente porque é uma crítica sobre essa categoria – o sentimento de ter sido maltratada, desprezada, humilhada e rejeitada.

Esse é um conceito bastante atual do dicionário da infâmia, o *Dicionário Feminino da Infâmia*. Não sei se vocês conhecem, mas recomendo, porque é uma publicação que está disponível na internet, feito por feministas, que tem toda uma reflexão sobre a violência contra a mulher, feito pela Fiocruz. Quem organizou foi a Profª Stela, da Fiocruz.

Por assédio também se entende toda e qualquer forma de conduta abusiva que se manifesta em comportamentos, palavras, gestos, escritos, em presença e/ou pelas redes sociais, que possam trazer danos à personalidade, à dignidade e à integridade física ou psíquica da pessoa. Então, é fundamental que, às vezes, o assédio não é presencial, mas não significa que ele tenha menor importância.

Bem professoral. Eu ponho o texto, não ponho figuras. Desculpem-me, é um pouco cansativo.

Mas os assédios são diferentes formas de violência – é para isso que eu quero chamar atenção –, diferentes formas de violência contra a mulher que ocorrem nos ambientes públicos e de trabalho. E essas são expressões do poder ou do domínio masculino. É essa a questão fundamental, que se materializa na presença de relações desiguais, de gênero, características de uma sociedade patriarcal, onde mulheres e homens são "valorados", entre aspas, ontologicamente, de maneira diferenciada. E, como já foi dito aqui pelas colegas da mesa, nós continuamos sendo mulheres de segunda, nós não somos mulheres de primeira.

E aqui eu queria trazer um exemplo pessoal. Desculpem-me, mas muito rápido. Eu tenho uma filha que se casou este ano, no dia 18 de abril, no civil. E, quando terminou o casamento, o juiz de paz disse: "Bem, então, Natália, agora, depois das declarações de amor, etc., é só assinar para ter a certidão de casamento assinada, para finalizar." Aí, ele tira uma caneta, ele tem a faixa da República. Ele dá a caneta, a Natália vai se abaixar para assinar e ele diz: "Atenção, assine na segunda linha." Quem assina na primeira linha? Então, o patriarcado simbólico está posto. Quer dizer, você é uma mulher de segunda, você assina na segunda linha.

Aí, eu cutuquei meu ex-marido, que estava do lado, e ele: "Ai, Lourdes, até aqui você é feminista." Eu digo: "Mas, gente, não dá para não registrar." Nós somos sempre mulheres de segunda, não importa quem nós sejamos, onde nós estejamos, nós somos mulheres de segunda. E aí ficou configurada a que não deixa de ser uma violência institucional do ponto de vista simbólico.

Então, as primeiras, as mulheres, são destinadas às tarefas da reprodução e dos cuidados, como a Senadora colocou. Os segundos são preparados, socializados e constroem sociabilidades para as tarefas de expansão do poder.

Assim, ao tratar do assédio sexual, destaque-se que primordialmente o assédio não se restringe apenas à sexualidade. Ele se manifesta na sexualidade, o assédio sexual, mas é uma situação, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de poder predominantemente masculina. Não significa que ele também não possa ocorrer com o outro sexo. Mas, predominantemente, ele é masculino – 52% das mulheres já tiveram uma situação de assédio, diz a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Então, a naturalização da disponibilidade do corpo feminino no espaço público, expressão da presença de uma "cultura do estupro", entre aspas, enraizado no Brasil permite que muitos homens não compreendam ou, mais ainda, não respeitem a negativa feminina, a ausência de reciprocidade frente a uma tentativa de aproximação sexual. Eles não compreendem, eles não entendem. É um "sim" que quer dizer "não"; é um "não" que quer dizer "sim". É um jogo de poder que é alimentado.

A bibliografia de referência em relação ao assédio distingue, no geral, dois tipos de assédio: pela natureza das ações, do teor, da intenção, que é o assédio sexual e que é o assédio moral, o assédio psicológico. A Organização do Trabalho, como eu falei, define como assédio sexual no trabalho as ações como insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresente uma das características: ser condição clara para dar ou manter o emprego, influência nas promoções da carreira do (a) assediado (a), prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima.

Bem, aqui tem o Ministério do Trabalho, cuja definição eu até trago, mas já foi falado. Então, vou passar para a próxima.

Então, de acordo com os dados da OIT, 52% das mulheres já sofreram assédio em algum momento da sua vida laboral. Ou seja, no Brasil não há estatísticas mais precisas em relação a esse tipo de violência. A gente tem uma série de ausências em termos de estatísticas.

Eu me lembro que há alguns anos eu vim ao Congresso, na televisão aqui. Eu tinha orientado uma tese sobre o desaparecimento de pessoas, a deserção de pessoas, não pelo tráfico, de pessoas civis que foram à esquina comprar uma revista e nunca mais voltam etc. Naquela época, em 2008, havia uma estimativa de 250 mil pessoas desaparecidas. Nem a Receita Federal tinha esse dado. E, na banca, veio um procurador da Justiça que ficou muito impressionado, porque tinha a estatística dos carros desaparecidos. Então, como o patrimônio tem mais valor que a condição humana...

Aí, vieram as mães, equivalente movimento da Praça de Maio, que são as Mães da Cinelândia etc., e se começaram a pensar nas estatísticas. Então, nós não temos estatísticas sobre o tipo de assédio, pois se trata de uma violência pública e privada. Isso significa dizer que o corpo da mulher ainda não é considerado pertencente ao espaço público, porque toda vida que ele circula no espaço público ele se torna vulnerável a práticas do assédio.

E a violência sexual no ambiente de trabalho talvez possa ser o mais agudo exemplo da relação entre o controle exercido sobre corpo feminino que reforça a divisão sexual no mercado de trabalho, de manter as mulheres na sua condição de subordinação, responsáveis pela área de reprodução social, envolvendo todas as formas de cuidado, e os homens no exercício do poder.

Então, as características do assédio no ambiente de trabalho– por exemplo, durante jornadas prolongadas –, no exercício das funções, seriam: pedidos de favores, inclusive sexuais, por superior hierárquico; promessa de tratamento diferenciado em caso de aceitação por parte do subordinado; ameaça de represália em caso de recusa de convite ou proposta; risco de perda de emprego pela negação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – ... insinuações sexuais; comentários grosseiros, humilhantes; apalpadelas, beliscões, etc.

Eu digo isso porque esse é o resultado de uma pesquisa que nós fizemos. Então, saíram todas aquelas...

E o assédio pode se dar por intimidação. Há duas formas, basicamente: por intimidação ou por chantagem.

Por intimidação, não exige hierarquia nas relações de trabalho. Ou seja: pode começar com cantadas e insinuações, evoluir para um convite para sair e etc., entre parceiros, entre colegas do mesmo grupo, sem necessariamente ser hierarquicamente.

E por chantagem, que exige a hierarquia, não é? Ou seja: consiste na abordagem, repetida ou não – dependendo de sua gravidade, de uma pessoa em relação a outra –, com intenção de obter favores sexuais, mediante imposição de sua vontade... Ou seja, vale lembrar que, aqui, a hierarquia passa a ter um peso extremamente importante.

Um exemplo.

A pesquisa realizada pelo Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo – vou passar bem rapidinho, porque eu queria passar mais umas coisinhas – demonstra que 25% de suas filiadas foram assediadas por seus chefes.

Contratações sempre balizadas pela "preferência", entre aspas, quase compulsória por profissionais do sexo feminino. Você praticamente não vê secretário do sexo masculino. Você só vê secretária, do sexo feminino.

As explicações para o alto índice de violência se dariam pelo local de trabalho ser isolado de outros setores.

Nesse mesmo sentido, é sabido que, ainda que subnotificados, os casos de assédio sexual a empregadas domésticas são bastante numerosos.

Aí, o assédio moral.

Embora, no plano jurídico, não haja uma lei específica que lida com o assédio moral no Brasil, pois trata-se de um conceito relativamente novo, em sua designação, o assédio moral pode ser definido como exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, sobretudo no ambiente de trabalho.

A atitude de constranger desestabiliza a outra pessoa, forçando-a a agir de acordo com os desejos e as intenções daquele que assedia.

No geral, são identificados três elementos que identificam – eu repeti aí. Desculpem-me – o assédio moral: a repetição, a persistência, a violência psicológica e a finalidade destrutiva.

Bom, aí há uma definição do Ministério do Trabalho, que eu não vou repetir, porque certamente já foi dita. Eu só queria chamar a atenção aqui para umas pesquisas:

Oito por cento (8%) das mulheres trabalhadoras (o equivalente a 12 milhões de pessoas), segundo a OIT, já foram vítimas de assédio – isso, em termos do mundo ocidental.

Estudo feito em 97 empresas no Estado de São Paulo concluiu que 42% das trabalhadoras sofreram assédio moral (na *Folha de S.Paulo* de 2012).

Estimativa da OIT – já falei, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Margarida Barreto, que é uma pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, afirma que "as mulheres são as maiores vítimas de assédio moral, sendo que 65% das entrevistadas têm histórias de humilhação, contra 29% dos homens". Aqui há um dado importante, sobre o qual temos que ter clareza: a pessoa que é vulnerável ao assédio provavelmente é portadora de uma experiência de violência no seu processo de socialização, ou porque foi violentada, ou porque sofreu violência; ou porque presenciou a violência, no convívio doméstico... Ou seja, não é um determinante 100%, mas é um elemento importante, o de que a vulnerabilidade, para ser assediada, ou ela se submete, ou ela reage. Então, esse não é um elemento desprezível, não é?

Os sintomas:

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Estresse emocional, sentimento de culpa, etc.

Então, só vou passar... Aqui há uma figura que é bem... Quem assedia e quem é assediado. Quer dizer: é a ideia da humilhação.

Depois: "Por que as mulheres são as vítimas preferenciais." As mulheres... Por que elas são? Não são as exclusivas, mas são as vítimas preferenciais. Por quê? Exatamente por essas histórias de humilhações, e etc., que elas têm... Porque também há o estresse emocional; porque elas têm uma dificuldade, muitas vezes, de enfrentar autoridade... Muitas mulheres são profissionais qualificadas e etc., mas elas têm uma dependência emocional e, muitas vezes, elas são submetidas a isso.

Aqui temos "danos causados pelo assédio moral"... Eu vi que aqui já foram colocados.

Aqui é só uma pesquisa, no Ministério Público do Trabalho de São Paulo, que mostra que houve, de 2009 a 2014, mais de 100% de aumento do assédio das chefias e o assédio moral.

E: "o que fazer?"

Bem, as advogadas sabem muito melhor do que eu o que fazer, apesar de que está dito aqui, mas aqui eu trouxe aquela cartilha, porque estive lá no lançamento, mas, para o que eu queria chamar a atenção... Eu não vou chamar a atenção para a legislação. A Drª Sandra já colocou sobre isso aqui. Eu só quero chamar a atenção para a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, que é a base da Lei Maria da Penha, de 2006, que é a base que também vai possibilitar compreender a violência emocional e psicológica. Então, essa é uma decisão importante, porque, até então, na Lei Maria da Penha, ela é nominada, não só a violência sexual...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – ... a violência física e a violência patrimonial, como a violência psicológica.

E, finalmente, eu queria chamar a atenção para essas duas citações de uma advogada trabalhista e dizer que, nas universidades, nós temos as ouvidorias. E, nas universidades que têm as ouvidorias, estão sendo criados os comitês de ética – e eu explico o que é uma ouvidoria, o que é uma comissão de ética.

Eu queria voltar, só para dizer aqui... Depois eu posso deixar aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que a ouvidoria e o comitê de ética vão servir, necessariamente, para construir uma cultura auditiva, para nós podermos escutar. E eu tenho uma experiência bastante longa nessa questão da violência contra as mulheres, e ainda há, tanto no sistema de Justiça quanto na segurança pública, um problema: há uma escuta, mas não há uma credibilidade. As mulheres não são críveis.

Eu acompanhei dezenas de audiências, acompanhei dezenas de pessoas na delegacia, e, necessariamente, as mulheres não são credíveis, não têm o crédito.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – E eu concluo com essas duas frases.

Por fim, a Drª Isadora Martinatti Penna, advogada trabalhista, afirma:

"Ademais, outro elemento que colabora para a subnotificação é o receio de represália no ambiente laboral. Levando-se em conta que hoje, por conta do posicionamento doutrinário e jurisprudencial, no sentido de que a universalização do FGTS aboliu a estabilidade no emprego e que o STF, há mais de duas década, se omite a pôr fim aos debates acerca da aplicabilidade da Convenção 158 da OIT no País, há um temor de que a queixa ou denúncia de assédio acarrete em sua dispensa."

Ainda: "Seja em qual ambiente de trabalho for, nossa condição de mulheres em uma sociedade patriarcal é colocada à prova a todo tempo, exposta a olho nu. Precisamos nos empoderar dos mecanismos legais e dos serviços já existentes, para publicizar, politizar e romper essa situação de violência e, paralelamente a isso, lutar coletivamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – ... por uma verdadeira rede de enfrentamento à violência contra a mulher e, na utopia desejada e alcançável, por uma sociedade livre de quaisquer opressões."

E aí temos a Constituição Federal, que já nos assegura e nos garante a equidade entre mulheres e homens.

Obrigada.

Desculpem-me ter passado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Drª Lourdes Bandeira. Foi muito interessante.

Só para corroborar os seus exemplos, eu fui, recentemente, participar de uma Mesa, para discutir a questão da mulher em geral. Era uma empresa importante. E, aí, o que aconteceu? A sócia da empresa comentou que, quando acontecia de haver alguém que visitasse a empresa ou que houvesse uma coisa muito importante e eles tivessem que sair – havia um outro sócio, mas era ela com o sócio –, ela não existia. Eram duas cadeiras: aqui, o dono da empresa, e a interlocução era com o homem. Os dois são sócios. Aliás, às vezes, ela é mais importante que ele.

Aqui nós vemos isso também, no Senado. (*Risos.*)

E há outra coisa de que eu lembrei também: uma pessoa, um brasileiro, que foi adquirir um banco no exterior. E era uma coisa para a qual ele tinha que ver os documentos, eram muitos documentos, e foi chegando 6, 7h, estavam com muita fome, havia uma pessoa ainda trabalhando – acho que ficou a secretária executiva da empresa, não sei –, e eles pediram: "A senhora poderia buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sanduíche para nós, porque nós vamos passar a noite?" E ela falou assim: "Não. Vocês parem um minutinho e vão comprar seu sanduíche."

Quer dizer: é automático. Se fosse um homem ali... Mas eles nunca pediriam para o cara sair dali e ir comprar um sanduíche. Quer dizer, é nas pequenas coisas que a gente vê...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, no caso da subnotificação, existe mesmo, mas, com essa grande avalanche que houve nos Estados Unidos e aqui, eu acho que vai melhorar. Mas eu vou deixar uma pergunta, para o final também. Vou pedir para vocês fazerem alguma reflexão.

Se chegou mais alguma pergunta do e-Cidadania você me traz, Rita, por favor?

Agora, a palavra com Luiza Sousa Cruz, Diretora de Articulação da ONG Ultra (União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais, DF e Entorno).

Com a palavra, Luiza Cruz.

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar a Mesa e agradecer pelo convite para estar aqui.

Eu gostaria de começar a minha fala dizendo que este é um lugar muito opressor para mim, que sou mulher trans, que sou negra, que sou preta, que sou periférica, pobre.

E falar de assédio relacionado à população trans dói, porque a primeira e principal forma de assédio que a gente sofre é que a gente não tem acesso ao mercado. O mercado de trabalho não abre as portas para a gente, e isso é visível. Há tantas meninas aí se prostituindo, porque não têm acesso ao mercado de trabalho. E, quando a gente tem algum acesso ao mercado de trabalho, são subempregos – não desvalorizando quem trabalha nesses empregos, mas, para a gente, só há isso.

Eu conheço meninas que estão pós-graduadas e estão na prostituição, porque não têm acesso ao mercado de trabalho. Então, isso é uma forma de assédio moral muito grande, assédio esse que a sociedade cria quando ela impõe padrões, impõe regras absurdas com relação a tudo. Aí, a gente acaba sendo muito marginalizada por causa disso, porque, automaticamente ao não ter acesso ao mercado de trabalho, a gente vai para a prostituição: como todo mundo, a gente precisa comer, a gente precisa de um teto para dormir. Aí, o que nos resta são subempregos, como eu falei, e prostituição.

E, quando a gente arruma esses subempregos, as formas de discriminações são as piores. Eu posso citar exemplos por que eu passei em empresas em que eu trabalhei: a dona da empresa apontar o dedo na minha cara praticamente, me agredir fisicamente, e eu não poder fazer nada, porque, se eu tivesse algum tipo de reação, aconteceria comigo o que aconteceu com a travesti Verônica: ela agrediu uma senhora, e a Justiça acatou só a voz da senhora, não quis nem ouvir o que a travesti tinha para falar. Acabou que ela está presa, foi muito espancada no presídio, inclusive por policiais que gravaram as cenas.

Eu me lembro de uma vez em que eu trabalhava numa pousada, e uma senhora da pousada falou para mim que, no Brasil, quem vai para a cadeia é pobre, negro e analfabeto. Quer dizer, eu posso fazer o que eu quiser com você, porque não vai acontecer nada comigo.

Eu falo essas coisas, mas eu sinto uma dor tão grande. Estar aqui hoje, tendo este momento de fala, e poder desabafar, porque essa é uma forma de desabafar as coisas que acontecem com a gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que talvez a maioria das pessoas não saibam, não conheçam ou não queiram saber... Então, é muito importante estar aqui hoje para falar sobre isso em um país que é tão preconceituoso, que mata a cada dia.

O Brasil é o País que mais mata transexuais no mundo. Só neste ano, foram 170 mulheres trans assassinadas – esses são os casos que foram registrados, que tiveram ocorrência policial, mas a gente que foram bem mais. E essas 170 que foram noticiadas não foram mortas porque estavam roubando ou porque estavam fazendo algo de errado; elas foram mortas por serem transexuais, por serem mulheres, por serem travestis.

E eu até... É difícil falar. Eu fico muito triste com tudo isso e eu me emociono um pouco também às vezes. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Obrigada pelas palmas.

E aí, falando sobre tudo isso, eu me lembro de um caso que aconteceu no começo do ano com a travesti Dandara, que foi morta a pauladas no meio da rua, todo mundo gravando, rindo. E passou um ano já, e nada aconteceu. Mas a gente tem esperança de que... (*Pausa.*)

Desculpa, gente. Estou muito nervosa.

Mas a gente tem esperança de que algo possa mudar e possa melhorar.

Eu dei uma entrevista agora há pouco, e o entrevistador me perguntou o que é que poderia ser feito para melhorar a nossa situação. E aí, por impulso eu falei para ele que talvez se criassem leis que nos protegessem seria uma boa saída. Mas aí depois eu fiquei pensando: há tantas leis, a Lei do Racismo foi aprovada há quanto tempo, e ainda existe tanto racismo.

Então, só leis não adianta, leis sem estrutura, sabe? Eu acho que há que se começar lá desde o comecinho mesmo, de criancinha, educar, fazer com que ela entenda que nós somos pessoas, que nós existimos, que nós temos sentimentos, que nós amamos e que nós queremos viver, nós não queremos ser mortas. Nós queremos viver. Apesar de todo o preconceito, de toda a discriminação, de todo esse assédio, da falta de trabalho, a gente quer viver mesmo assim. A gente quer viver. (*Pausa.*)

E hoje eu faço parte de uma ONG que se chama Ultra, que é União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais, que atua no DF e Entorno. A ONG foi criada meio com o intuito de abordar esses assuntos mesmo, de trabalho, de assédio, de prostituição, que são temas que nos rodeiam e que... (*Pausa.*)

Estar aqui hoje falando para esse tanto de pessoas que não conhecem ou que talvez não queiram conhecer as nossas histórias, que não sabem nada sobre nós, é muito importante, representando toda uma população que é oprimida, que é jogada à margem por culpa da própria sociedade mesmo. Como eu disse, a sociedade cria normas e padrões que têm que ser seguidos e, se você estiver fora desses padrões e dessas normas que essa sociedade cria, se nós não nos encaixamos, nós somos jogadas à margem. E aí, o que acontece? (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Desculpa, gente. Mas eu já vou encerrar.

Eu só gostaria de agradecer mais uma vez à Senadora pelo convite. É muito bom estar aqui, apesar de ser um lugar muito opressor, é muito bom estar aqui. Eu agradeço o convite. Desculpem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meu nervosismo, mas é a primeira vez que eu falo assim para tantas pessoas e tão abertamente. Eu geralmente sou muito tímida, sou muito retraída, sou muito calada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – E que não seja a última.

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Que seja a primeira de muitas, não é?

Então é isso. Obrigada a todos e tenham uma boa tarde. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer alguns comentários, Luiza. Nós vamos depois dar a palavra para cada um falar alguma coisa.

Primeiro, obrigada pela manifestação pessoal. A sua manifestação tem tanto mais valor do que qualquer um de nós, porque você traz a sua vivência. E uma história muito dura. As pessoas não se expõem, e é muito bom que milhares de pessoas assistam tudo isso que você colocou, inclusive essa dificuldade de poder falar, porque é de sofrimento, é seu, não é? E eu acho que dá muita credibilidade, é verdadeiro, e as pessoas têm que entender isso. E foi muito bom você poder se colocar e fazer a sua exposição.

A outra questão é uma boa notícia. Eu deveria ficar mais contente, mas eu sei o quão difícil é aprovar. Há um projeto de lei meu para mudar o nome das pessoas trans. Não o nome social; mudar na carteira de identidade, sem nem colocar nada e sem haver necessidade de cirurgia. Esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça daqui. Ele já foi pautado várias vezes, e nós não conseguimos ainda votar.

Aqui é uma Casa, como você falou, opressora, mas às vezes ela não é opressora só para você; às vezes, eu me sinto desacorçoada de estar aqui também, no sentido de que a gente não consegue aprovar coisas que são fundamentais de direitos humanos. Por exemplo, o projeto que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo está na pauta há duas semanas, e há todo tipo de confusão; é muito difícil chegar à pauta. Ele está, mas aqui se argui para não ser votado. E não sevai fazer nada mais do que pegar o que foi aprovado no Supremo Tribunal Federal, equiparando a união estável heterossexual, equiparando o homossexual com o heterossexual em todos os direitos. Só que há, como disse o Ministro do Supremo à época, Cezar Peluso, um vazio legislativo sobre isso. Então há que haver uma lei, porque senão isso pode mudar, pode cair, pode haver um juiz que implique. Então há que se mudar no Código Civil que o casamento não é mais entre homem e mulher, mas entre pessoas. Bom, está na pauta. Ele já entrou na pauta, ele sai da pauta, ele volta. É muito, muito difícil. Nós conseguimos aprovar na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, só com uma abstenção. Isso já foi um gol. Mas agora está nessa situação. Agora, o importante é que está aí, a gente está fazendo, está na luta, está brigando.

Esta semana e a passada para mim foram muito difíceis nesse sentido de... É como se fosse, mas fica sempre parado; as pessoas vão embora na hora de votar. Quer dizer, elas não têm nem a capacidade de fazer um discurso de enfrentamento, dizer: "Eu não quero votar isso", apesar de o Supremo ter feito. Não, elas saem. Então, não dá quórum, cai. Então, é muito. Esse outro, da trans, também está, e vamos avançando. É assim.

Estamos aqui, em uma Mesa, falando de assédio; nós não estamos falando, só dizendo, "queixas", entre aspas. Nós estamos falando de coisas concretas, de progresso, entendeu? O que ouvimos em uma empresa brasileira, de uma mulher contar o nível de satisfação, de empreendimento, de produção aumentada, de satisfação, isso é muito bom, é muito a nosso favor. E percebemos que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coisas não serão como eram mais, nem no caso de trans e nem no caso das mulheres em situação de assédio. Não serão mais. Vai demorar um pouco, mas está começando.

A pergunta que eu vou deixar para você já ir pensando: o que fazer? Você disse que a lei, você não sabe... Lei é bom. A Lei Maria da Penha mudou muito, ajudou muito. Claro, não há delegacias suficientes, não tem isso, não mudou muito.

Em relação ao racismo – outra coisa que achei boa – claro que há pessoas racistas ainda, mas veja o que acontece com quem faz comentários racistas na televisão. Acontecia isso antes? Há uma onda de as pessoas não admitirem mais esse politicamente incorretíssimo. Então, está mudando, e isso tem que dar muita esperança, porque sabemos que pode não ser hoje ou amanhã, mas vai ser, não tem volta.

E isso teve muito a ver também com um novo feminismo, com a internet, que saímos da jaula branca e heterossexual, com a entrada das negras, com a entrada das LGBT. O feminismo teve uma certa turbulência com essa entrada, porque estava muito arrumadinho, mas, de repente, ficou muito mais forte. Hoje nós temos muitas mulheres, de todas as classes sociais começando a pensar que nós não queremos ser tratadas assim. Seja rica, pobre, negra, branca, nós não queremos mais isso. E isso eu acho que está dando uma força, que é muito positiva.

A pergunta que eu deixo para você pensar: eu não vi a novela, mas onde eu estava, eu liguei a televisão, e estava passando uma cena, que era uma mulher jovem, muito bonita, sem maquiagem. Ela começou a explicar uma coisa para a outra, e era uma explicação do que é ser trans, mas não tinha uma palavra difícil, uma palavra científica. Ela estava explicando sobre ela. Eu falei: "Credo!" Era a novela do horário nobre. Eu não lembro o nome da novela, mas acabou agora.

E eu acredito, como foi quando fizemos o primeiro projeto de casamento *gay*, faz uns 17 anos – para se ter uma ideia de quanto tempo demora –, começaram a discutir o assunto, porque esse não era um assunto que se discutia na mesa. Começou a se discutir, a televisão foi a primeira que incorporou nas novelas homossexuais. Tudo esteriotipado, ficávamos muitos desconfortáveis do jeito que eles figuravam, mas as pessoas começaram a discutir. E depois eles foram incorporando pessoas que não tinham nenhum esteriótipo como homossexuais. Agora houve essa novela.

Eu queria que você me fizesse uma reflexão, que talvez sirva para todas nós, sobre quais os instrumentos que a gente tem. Eu ando pensando muito sobre como é que a gente pode lidar com a questão de gênero e eu fiquei felicíssima com o que a Janete colocou. Quando você colocou nível, não sei se era de reclamação ou de satisfação ou não, você pôs orientação sexual, você pôs identidade, você pôs todas as formas que são. Ninguém acha que é assim aqui, no Senado. É uma confusão quando você tenta mudar uma lei que vem a palavra sexo. O sexo não transmite mais hoje qual é o problema, e a gente vê o movimento que eu acho que serve para a gente pensar.

Nós todas aqui falamos de como nós estamos progredindo, a Maria Gabriela falou do curso, falou dos projetos que a promotoria está fazendo. Cada uma aqui colocou muito bem os progressos, só que a reação aos nossos progressos é extraordinária e vem na forma... Vem por quê? Porque nós estamos desmontando o patriarcado. É isso que está acontecendo. Então, quando eles não querem que vá a questão de gênero na escola, não tem nada a ver com aquela história que vai ensinar menino brincar de boneca ou que vai dizer que as crianças vão virar homo ou trans. É uma bobagem, e eles sabem perfeitamente. O que não se quer discutir é – eu acho que foi a representante da Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Brasília que colocou, se não me engano – que a questão de gênero fala exatamente da desigualdade entre homens e mulheres. Isso que é o cerne. Por isso, eles proíbem nas câmaras municipais. Tem nada a ver com virar homem, virar mulher, nada disso. É desmonte do patriarcado.

Então, isso quando eu percebi, falei: "Bom, nós estamos indo bem!" A primeira coisa é uma grande satisfação; depois, nós não podemos deixar a peteca cair, porque o movimento está muito sério.

Quando eles ficam aqui e não deixam votar a questão do casamento homoafetivo, também é isso.

Aquela manifestação em relação ao Queermuseu – aquela exposição que eles não deixavam, diziam que estava nu, não sei o quê, uma bobajada que dava vergonha aquilo lá – também é isso, é o mesmo grupo, são as mesmas cabeças, é o conservadorismo brigando conosco, mulheres.

Então, eu acho que nós temos que continuar levando as nossas mensagens, porque quanto mais a gente se empoderar mais virá a reação.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – E quebrar as relações de poder. Desculpe-me a interromper. Eles não admitem perder o poder.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, vamos começar com a sua observação.

Agora vai ficar meio livre. Aqui eles não fazem muito isso, mas eu gosto, porque é uma coisa mais de mulher. Quem quiser, entra e dá palpite.

Vamos começar.

Você começou a falar, agora fale.

Quem quiser, interromper...

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Eu só ia dizer que essa relação, a quebra de uma hegemonia historicamente construída que se mantém pelo patriarcado, que é a relação de poder, coloca em risco o masculino, porque todas as estruturas sociais da nossa sociedade, todos os poderes da nossa sociedade estão construídos em cima de relações estruturais do poder masculino, e, quando isso vem a sentir um abalo ou mesmo nem um abalo, quando isso passa a ser colocado à risca, aí a reação é forte. Então, o processo vai ficar engavetado, seja aqui, seja no Judiciário.

Eu vou só dar um exemplo e, com isso, eu me calo para outras colegas colocarem, considerando que a Mesa aqui tem muitas colegas da área jurídica.

A Lei Maria da Penha foi aprovada no dia 7 de agosto de 2006, na presença do Presidente Lula. Eu assisti ali no Palácio do Planalto, juntamente com uma... A Lei Maria da Penha entrou em vigor em setembro. Ela foi imediatamente questionada e só no dia 12 de fevereiro de 2012... Portanto, ela ficou seis anos sendo questionada como inconstitucional no Supremo Tribunal: só no dia 12 de fevereiro de 2012 é que ela foi não considerada inconstitucional e que ela foi aceita com todas as mudanças.

Então, essa reação mostra que é uma perda de poder, ela mostra o risco que nós corremos quando estamos aqui, em espaço de poder, em espaço público de visibilidade. É porque eles estão perdendo poder sobre nós, sobre a nossa mente, sobre o nosso corpo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito bem, é isso mesmo.

Agora, a Drª Maria Gabriela Manssur.

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria colocar e complementar humildemente, porque sou grande admiradora do trabalho da Profª Lourdes Maria Bandeira, que a Lei Maria da Penha é tão moderna – é a terceira lei mais moderna do mundo – que ela traz esse conceito de unidade familiar, de união entre pessoas. Ela é a primeira lei brasileira que fala de união entre pessoas e também fala de orientação sexual.

Já estão falando que orientação sexual já está *démodé,* que agora é sexualidade. Mas, já é um grande avanço uma lei trazer a expressão "orientação sexual". E mais, ela traz todos os conceitos de violência, ainda que seja aplicada no âmbito familiar, em relações íntimas de afeto, ela é uma lei que traz todas as formas de violência contra a mulher sob a perspectiva de gênero. Ela traz também a palavra "gênero", que é um avanço para nós.

Nessa linha de raciocínio também, como a Professora e a Senadora Marta falaram, quanto mais nós avançamos – isso eu percebo no dia a dia, nos processos –, é como se a violência nunca diminuísse. Quanto mais poder a mulher adquire, conquista ou exerce, seja no seu ambiente privado, seja no seu ambiente de trabalho, no seu ambiente de poder, aumenta a violência. É impressionante como a violência não diminui, pelo contrário, a violência aumenta. Quanto mais poder as mulheres tem, maior é a violência, porém, maiores também são os mecanismos de enfrentamento dessa violência, da qual faço parte diuturnamente.

Queria só mencionar também mais duas coisas. Gostei muito da fala da Luiza. Luiza, você tem minha admiração, meu respeito. Faço muito trabalho com as mulheres trans, sempre as convido para os meus debates, as minhas palestras, porque acredito que tornar qualquer mulher invisível é uma forma de violência. Não podemos nos compactuar com isso.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, o próprio Ministério Público tem avançado muito nessa questão e o TJ tem dado várias decisões favoráveis à alteração e modificação de nome, independentemente de cirurgia, independentemente de qualquer exigência. O simples fato de a mulher se identificar com o gênero feminino e assim querer ser reconhecida socialmente já lhe dá o direito de ter o nome que ela queira ser chamada.

Então, deixo aqui essa visão do tribunal e mais, a minha luta e de outras promotoras também para aplicação da Lei Maria da Penha para as mulheres trans. Mulher trans que sofre violência é protegida e abrangida pela Lei Maria da Penha. Isso também é um avanço e uma conquista.

E, por fim, eu queria falar que, na questão do assédio moral, Delegada, fiz uma avaliação, e é a mesma coisa da violência psicológica, por isso trouxe um exemplo. É claro que a violência psicológica está prevista na Lei Maria da Penha, que não tem nenhum tipo penal, mas fazemos aí a remissão e a adequação ao tipo penal adequado. E não temos um tipo próprio para o assédio moral e para a violência psicológica.

Porém, consegui algum sucesso fazendo essa tipificação com o art. 129, §9º, segunda parte do Código Penal, com a lesão à saúde de outrem, ou seja, a saúde psíquica, a saúde social e a saúde moral dessa mulher. Se qualquer ato cause um dano à saúde dessa mulher, a gente pode tipificar – e já consegui decisões nesse sentido – a violência psicológica ou assédio moral como o art. 129, §9º, segunda parte do Código Penal, que é importante por dois aspectos: primeiro, ação penal pública incondicionada, independe da vontade da vítima; segundo, a pena é mais alta e não pode aplicar a transação penal ou a suspensão condicional do processo, o que é um avanço e que vai ao encontro dos objetivos da Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não aceitamos nenhum tipo de acordo com a vida, com a integridade sexual, com a integridade moral e física de nenhuma mulher. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você poderia me dar algumas dessas sentenças da questão de trans?

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – Sim, passo todas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para eu poder escolher uma para poder comentar.

Já vou passar a palavra, só vou ler aqui, do e-Cidadania, algumas observações, que mais ou menos estão sendo respondidas. Mas, como as pessoas tiveram o trabalho de escrever para cá, a gente vai veicular.

Fabiano Negreiros Alves de Souza. Ele diz que é um assunto muito importante, mas que deve ser analisado com muito cuidado. Existe um liminar entre o assédio, elogio e brincadeira.

Acho, Fabiano, que hoje a gente não acha mais que tem tanto assim, porque é a coisa pessoal que faz assédio depois diz que era brincadeira. Se alguém que for falar agora quiser comentar. Está bem, então, responde ao Fabiano.

"Devemos ser duros quanto ao assédio sexual, porém, estabelecer o que é o quê." Bom, isso a Drª Ana Cláudia vai lhe responder.

João Marcos Estevo: "Boa tarde! Não adianta apenas fazer encontros, *workshops* pra tentar minimizar este problema." Mais ou menos, porque a Drª Manssur já mostrou que adianta sim, que a ressocialização funciona. "O Ministério do Trabalho juntamente com os órgãos competentes relativos ao trabalho, deveria ouvir mais o trabalhador nestes casos de assédios e pressão psicológica."

Temos um terceiro de São Paulo, José Augusto Araújo Pudenzi: "O assédio tem que ser diuturno, e testemunhado em pelo menos uma ocasião." Por quê? Tem? Não, tem que ser no trabalho. Tem trabalho noturno e diurno.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO (*Fora do microfone.*) – Ele quer dizer que tem que ser constante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – "Assim caracterizado, esta prática deve ter os efeitos legais. As empresas adotam muito o assédio moral para 'fritar' os funcionários indesejados para forçar a que peçam demissão."

Quer comentar junto isso também, Ana?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Pode ser.

A SRª JANETE VAZ – Queria só pedir um minutinho, porque eu adiei uma reunião às 14h...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você vai ter voo?

A SRª JANETE VAZ – Às 17h vou precisar sair.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, faz o seu comentário. Depois, eu acabo de ler. Não quero que você não fale.

A SRª JANETE VAZ – Só quero dar parabéns aqui para toda a nossa composição: só mulher inteligente demais. Eu fico super-honrada de estar aqui no meio.

Mas eu queria falar para a Luiza. Luiza, você me fez lembrar o primeiro dia em que eu fui fazer uma palestra, que foi no TJDF. Eu nunca tinha pegado antes em um microfone. Então, eu imagino que você tenha ficado sofrendo até a última falar, mas é muito importante que você tenha essa coragem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vir, porque muitas pessoas certamente hoje vão se espelhar na sua coragem de se manifestar e de falar.

A Marta falou daquele nosso indicador, que é uma pesquisa, em que 75% da empresa respondeu, e é uma pesquisa em que não é preciso colocar nome. Então, é sem identificação, e podemos ver que todos os indicadores nossos de diversidade são acima de 95%. Então, eu acho que o que me dá tranquilidade de estar aqui hoje é saber que todos os que responderam convivem com muita liberdade, com muito respeito, com todos, todos, dentro da organização, independentemente da etnia, do gênero, da classe social.

Eu falo que o médico tem para nós o mesmo valor. E, também, todos os benefícios que a organização dá para a menina da limpeza, para o motorista, dá para o médico. Então, ela se sente valorizada quando sabe que o filho do médico está recebendo o mesmo presente que o filho dela. Isso é uma inclusão muito grande, é uma forma de respeitar e valorizar as pessoas. Por isso, temos aqueles indicadores ali.

E a Luiza está de parabéns. Você se saiu muito bem. Essa parte da sensibilidade, isso você supera também. (*Risos.*)

Eu acho que a gente precisa ser cada vez mais forte para ter coragem de pegar essa bandeira, seja ela qual for. Hoje, a única bandeira que o homem respeita é a Lei Maria da Penha, e a gente precisa ter outras bandeiras de respeito também.

Por isso eu falo que é independente. Nós vamos para reuniões muitas vezes... Já estive em reuniões com 98 homens. Nós éramos 100: 98 homens e 2 mulheres, ou a maioria só de homens. Então, isso é um momento de mudança, e cada um representa a sua classe. Cada um precisa entender que chegou o nosso momento de ir à luta e de continuar a fazer a Luiza subir aos palcos e falar tudo o que tiver vontade. Parabéns.

Obrigada, Marta, pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada pelas palavras, Janete.

Janete Vaz tem que se retirar agora. Muito obrigada. Foi muito bom.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não terminou.

Vou dar a palavra agora à Ana Cláudia, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Bom, vou começar falando que aprendi muito aqui com vocês hoje. E, de todas as falas, extraem-se coisas muito interessantes. Eu tentei anotar aqui, mas não vou pontuá-las para não ser repetitiva. Vou, dentro da resposta que eu pretendo dar a quem fez os questionamentos, trazer alguma do que vocês disseram.

Foi perguntado se o elogio e a brincadeira vão ser sempre confundidos com o assédio.

O assédio se caracteriza como violência mesmo. Quer dizer, é tanto a ação de quem pratica quanto o sentimento de quem é atingido por aquela ação. Então, se a pessoa, com um comentário de conotação sexual, se sente atingida, é assédio, sim, ainda que a intenção tenha sido brincar.

É muito diferente de um elogio, de que todas nós gostamos, como "Você está bonita hoje" ou "Você emagreceu". E nós adoramos isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como a gente está na televisão, eu não queria perder essa oportunidade. É que a pessoa não acha graça, mas ela não fala.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, fala um pouquinho sobre isso.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Está bem. Certo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Porque ela tem de falar, pois o cara acha que está na maior graça, ou...

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Não, não está. É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Tem que colocar.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – É verdade. Isso, assim, embora seja com intenção de gracejo, de brincadeira, ou de elogio, ofende aquela pessoa que está ouvindo. Muitas vezes ela não se manifesta porque, dentro da relação de trabalho, já existe uma relação de poder muito forte. Então, é aquela pessoa que está lá vendendo a sua força de trabalho, e a outra que compra. Então, ela vai se arriscar, reclamar, e vai dizer "Não, você me ofendeu" e se arriscar a perder uma posição?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim, se arriscar a perder uma posição no trabalho ou ser dispensada? Não vai.

E há outra coisa muito importante que eu não consegui falar no primeiro momento, mas agradeço pela oportunidade agora: é que o silêncio da vítima ou do assediado não consolida aquela situação, ele não desfaz o assédio, digamos assim. Ele não consolida aquela situação de assédio como normal. Então, o fato de o silêncio acontecer é por isto, é porque as relações de poder estão aí, e a pessoa, nessa tensão de forças, ela tem que optar: "ou eu fico com o meu emprego ou eu...".

Mas aí, os caminhos foram colocados aqui, e é preciso a empresa ter mecanismos para ouvir as pessoas, e as pessoas também terem conhecimento de que precisam denunciar, sim, e não tomar isso como normal, não engolir – desculpe a expressão –, não engolir sapo como se isso fosse a única solução para ela. É preciso achar... Nós estamos evoluindo, como a Senadora e as colegas aqui já disseram. Então, nós temos que aproveitar essa onda e gritar contra isso.

Quanto à questão de ouvir mais o trabalhador. Aí eu vou falar como Ministério Público do Trabalho que, até a gente ingressar com uma ação judicial ou a gente chamar a empresa para a gente tentar celebrar um termo de ajuste de conduta com relação a assédio moral, a gente faz uma investigação intensa: a gente ouve muitas pessoas.

Em uma investigação de assédio, raramente se ouve menos de seis pessoas, menos de seis testemunhas. Muito raro. Isso porque, primeiro, é preciso estarmos convencidos, até para tirar dessas situações: "Ah, é a convivência ali", ou o emprego...

Há muitas situações também, com relação ao assédio sexual, em que a primeira resposta que se dá para contrapor a denúncia é dizer: "Ah, não, aí havia envolvimento amoroso." Então, é complicadíssimo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não se faz uma investigação simples. Há sempre uma investigação rigorosa. E ouve-se, sim, o trabalhador. Esse, sim, é o primeiro a ser ouvido para que ele traga o maior número, a maior quantidade de elementos possível para que a gente possa fazer uma investigação eficaz.

Foi dito também que o assédio tem que ser diuturno e presenciado. Aí eu vou discordar porque, muitas vezes, uma única situação configura, sim, um assédio moral gritante. Imaginem isso... Eu já vi, não vou nem imaginar, porque é uma situação que eu já vivenciei, já vi em procedimento investigatório. Uma pessoa que é humilhada na reunião da empresa ou, como acontece demais, Senadora, nessas confraternizações de final de ano, demais, demais: o pessoal se altera, bebe um pouco e começa a humilhar aquele que é mais...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A ridicularizar.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – A ridicularizar e aí solta: "Olha, você é incompetente" ou "Você trabalha devagar" ou "Você faz isso, faz aquilo". Então, assim, um ato como esse, não tenho dúvida, esse ato, sim, é assédio moral.

Já vi também procedimento, um convite do chefe... Aliás, um de que tive conhecimento agora, há pouco tempo, e uma colega da Bahia está conduzindo, o dono de um posto de gasolina em que o uniforme das empregadas frentistas tinha que ser necessariamente *short* e em que o dono incentivava que elas tomassem cerveja para ficarem mais soltas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O que é isso...

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – É! Então, é preciso mais alguma coisa? Se o empregador diz: "Você tem que usar *short* aqui e você pode tomar cerveja à vontade aí, contanto que você fique solta e atenda bem os meus clientes." Era essa a mensagem.

Então, não me parece que precise de mais nada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele foi denunciado por uma das moças?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Foi. Já houve um processo e foi bem-sucedido.

Com relação a fritar o empregado. Fritar o empregado é uma das consequências do assédio também. Muitas vezes, o assédio é motivado, como a Profª Lourdes falou muito bem aqui, para que a pessoa atinja uma meta, para que aquela pessoa peça dispensa. Então, isso está no contexto e tem que ser combatido na situação completa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o assédio moral aí, não é?

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim. Assédio moral.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Moral e psicológico.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Sim, sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai cobrando coisas impossíveis, humilhando a pessoa, destrói a autoestima da pessoa.

A SRª ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Isso, exatamente.

Aí, Senadora, só para finalizar, quero dizer que, no contexto todo que colocamos, em que há, sim, avanços, apesar de a situação ser bastante complicada, lá no Ministério Público do Trabalho, nós temos tido várias ações vitoriosas. Temos conseguido, contra grandes empresas, condenações, no sentido de que essas empresas mudem a sua realidade e o seu contexto de tratamento interpessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não é fácil. Isso é uma mudança de mentalidade. Mas na medida em que a gente vai avançando, seja por lei, seja por decisão judicial, é sempre importante esse passo à frente.

Aí vou pedir só mais um minutinho para falar com relação à Luiza.

Luiza, permita-me a expressão, você arrasou, porque você verbalizou o que muitas pessoas gostariam de falar, o que muita gente não sabe e o que muita gente não quer ouvir. Então, conte com o meu apoio! Nós também, do Ministério Público do Trabalho, temos um trabalho voltado, um GT de gênero, que não é só para mulheres, mas para toda a questão do gênero.

No ano que vem, vou fazer – já me inscrevi e o meu projeto foi aprovado – mestrado na Universidade Católica de Brasília. O meu tema é: acesso ao mercado de trabalho e igualdade, ou... Igualdade não, parâmetro mínimo de condições de trabalho como as da mulher para as mulheres trans. Então, é um objeto grande de estudo. Ainda vou conversar muito com você.

Senadora, mais uma vez, muito obrigada por essa oportunidade. Coloco-me à disposição, como Ministério Público do Trabalho, como ANPT.

Faço votos de que esse esforço aqui produza bons frutos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Procuradora. (*Palmas.*)

Vou dar a palavra para a Sandra Gomes Melo, Delegada-Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher.

Antes, vou ler uma... Não sei se é uma provocação que veio, mas, em todo o caso, se puder responder...

João Natalino Martins, de Santa Catarina: "No meu entender, no Brasil, isso não vai funcionar. Vai ter muita acusação falsa, pois é um povo, em sua maioria, sem ética e sem moral. Por outro lado, tem também maus patrões. Mas, em sua maioria, existem muitos aproveitadores com interesses em obter vantagem econômica."

A SRª SANDRA GOMES MELO – Já vou começar, então, respondendo a esse participante.

As pessoas precisam entender que investigação e processo judicial são coisas sérias e que têm parâmetros técnicos. É óbvio que quando você fala dessas violências que são tão invisibilizadas, que são tão aprisionadas, a palavra da vítima é de suma importância a assim deve ser. Mas é bom lembrar que a investigação, que o processo trabalham com uma série de outras informações. Trabalham com perícias, com testemunhas. Na verdade, é um quebra-cabeça que a gente vai formando. Posso dizer, com conhecimento de causa, com a vivência de 22 anos como delegada de polícia: a gente tem conseguido, sim, fazer boas investigações e mostrar que esses casos – e ainda são poucos os que nos chegam, as denúncias – são casos verdadeiros, são importantes. Essas mulheres têm profundo sofrimento. Uma prova disso aqui, hoje, é o que a gente ouviu da Luiza, ao externar quanto essa violência, ao longo de uma vida, causa dor. Aqui, Luiza, você receba realmente todo o nosso respeito em se tratando também de um órgão que é tão masculino como a polícia.

Quero colocar que nós também, mulheres que trabalhamos na causa de outras mulheres, nós profissionais, quando trabalhamos em instituições que são tão masculinas, ainda somos desafiadas a ter de provar a nossa capacidade, a ter de provar que essa luta não é uma luta em vão.

Lembro-me de quando fui fazer um curso no Japão, a única brasileira selecionada, a única mulher policial selecionada para fazer um curso no Japão, de quase 4 meses. É interessante como a todo o tempo as pessoas me olhavam com uma certa dúvida. "Mas você é policial? Você usa arma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você usa uniforme de polícia?" Porque a nós não é dado o direito de estarmos em espaços que culturalmente se convencionou serem masculinos. Mas a gente tem provado que não são, que nós temos toda a condição, todo o preparo para estar nesses espaços.

É impressionante como a gente carrega a dificuldade. Fico até de certa forma confortada, Senadora, quando a senhora traz o seu depoimento como mulher, como uma mulher de tradição na luta da causa feminista, de uma vida. A senhora traz esse conforto para nós que estamos, no dia a dia, nesta causa, falando de suas dificuldades ainda hoje. Daí a importância... Porque eu também ouvi: "Ah, esses encontros, esses *workshops*..." Não, isso aqui é um espaço de discussão profunda de pessoas que estão, no dia a dia... Lembro-me de que, quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, eu estava à frente da Deam. Fui mandada para lá para implantar a Maria da Penha, fiquei de 2007 a 2011. Voltei agora depois de várias andanças e outras vulnerabilidades tratadas. Lembro-me de como eu era desafiada: "Por que uma lei para as mulheres?"

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É como o feminicídio. Saibam que hoje há um projeto de lei acabando com o feminicídio.

A SRª SANDRA GOMES MELO – Mas não vai acabar. Não vai porque nós não vamos deixar. Sabe por que nós precisamos de leis especiais? Porque nós temos ainda, neste País, grupos sociais que são vulneráveis. Somos uma maioria qualitativa da população brasileira, mas uma minoria quantitativa em termos de direitos, em termos de igualdade.

Nós temos a questão da população LGBT que ainda carece, sim, de uma lei específica para proteger e promover essa igualdade que, por si só, não se consegue. Nós precisamos ter uma lei para o idoso, precisamos ter uma lei para a criança? Sim. Precisamos ter uma lei para a pessoa com deficiência? Sim, porque, infelizmente, a sociedade não consegue promover uma igualdade natural. Então, vamos, sim, usar mão de todos os instrumentos que forem necessários para que nós possamos proteger esses grupos vulneráveis, dentre eles as mulheres. Não me agrada fazer essa colocação de que como mulher estamos, sim, em um grupo socialmente vulnerável, ainda. Mas eu trabalho diuturnamente junto com uma equipe muito abnegada.

É importante dizer – a Luiza certamente sabe disso, mas quero colocar para os outros – que nós tivemos uma luta muito importante dentro da Polícia Civil do DF e conseguimos implantar uma delegacia especial para o tratamento dessas questões, dessas demais intolerâncias. E com relação à mulher trans, a Delegacia da Mulher também recebe e recebe com muito cuidado, com muito respeito e com muito carinho, porque uma sociedade sadia precisa ver as outras pessoas, as pessoas precisam se ver com respeito. Isso é o suficiente e o bastante.

Então, acho que temos de continuar a nos fortalecer. Acho que essa foto que foi feita aqui diz muita coisa. Ela mostra como nós estamos engajadas nessa causa e também a participação do homem, que é um homem à frente do seu tempo, o homem moderno, que consegue enxergar, que consegue ter a grandeza de enxergar que a nossa sociedade precisa ser cuidada e que esse cuidado começa a partir da proteção daqueles que estão mais em risco.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada.

Com a palavra a Luiza Cruz. Agora você não vai chorar!

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi tão aplaudida! Foi muito bem mesmo.

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Nossa, quantos elogios!

Queria mesmo só agradecer os elogios. Estou levando choque aqui. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Verdade?

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Sério. Está dando choque!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, meu Deus do Céu!

A SRª LUIZA SOUSA CRUZ – Agradeço todos os elogios.

Quero dizer à doutora que conheço a Decrin. A gente conhece a delegada, conheço a Drª Gláucia.

Quero só agradecer mesmo a todos. É isso. Estamos aí na luta sempre.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, novamente, por ter comparecido.

Acho que esta Mesa mostra que nós estamos falando sério.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Queria fazer mais uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Claro! Aí eu encerro. Tenho um comentário engraçado sobre as perguntas.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – É um comentário final sobre essa frase que nos foi encaminhada: "Não vai funcionar."

Acho que é importante que a gente tenha a clareza de que quando essa afirmação genérica se espalha significa que há uma desqualificação, que há um descrédito e que há uma desconsideração do outro. Ou seja, não é possível que não vá funcionar. Quer dizer, é uma desqualificação, de alguma maneira, nossa, que estamos aqui fazendo alguma coisa extremamente séria...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É também: "Eu não quero que funcione!"

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Exatamente.

...competente, para o bem do outro ou da outra, que seja. Então, isso eu acho que a gente tem de combater.

Finalmente, também queria dizer que a violência, na forma em que se manifestar, em assédio ou de qualquer outra maneira, tem de ser nominada e denunciada. A nominação é um ato político e a denunciada é um ato de responsabilidade social que a gente demanda que o Estado tome conta, através dessas pessoas tão capazes e competentes aqui presentes e de outras mais, que faça alguma coisa pelas mulheres brasileiras.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ler mais um. É do Leonir Luiz de Souza, do DF. Ele diz que é preciso definir o que é assédio sexual, moral e psicológico. Como já chegou há algum tempo essa afirmação dele, o assunto aqui foi amplamente discutido. Acho que ficou mais claro. Ele também quer mais divulgação com vídeos e folhetos em geral, penas mais duras e julgamentos rápidos, sem penas alternativas de prisão. Foi muito boa a afirmação.

Agora há uma coisa engraçada que eu queria falar. Nós tivemos uma participação razoável pelo e-Cidadania. Faço uma observação para a gente pensar em casa e para você, ouvinte, que está nos escutando. Não tivemos a manifestação, no e-Cidadania, de nenhuma mulher. No e-Cidadania, que é uma possibilidade de interação, só homens mandaram mensagens. Segundo a Rita, nossa assessora aqui, eles estão preocupados. Está muito interessante, não é? A gente está falando do desmonte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patriarcado e tem alguns, como o Leonir Luiz de Souza, que já acha, mais ou menos, que temos de fazer folhetos e de falar mais. E há outros que dizem que não vai adiantar, que não servir para nada. A discussão está na pauta e é muito boa.

Muito obrigada a cada uma que deu seu tempo e a você que está nos assistindo.

Obrigada a todos.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quatorze minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Rose de Freitas, Paulo Paim, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, José Medeiros, Acir Gurgacz, Cássio Cunha Lima, Ataídes Oliveira e Roberto Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registram presença as seguintes Entidades: Associação Carioca de Distrofia Muscular; Organização Brasileira de Apoio às Pessoas com Doenças Neuromusculares e Raras; Associação Goiana de Esclerose Múltipla Nacional; Associação Piauiense de Fabry; Associação Cearense de Doenças Raras; Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; Associação Goiana de Esclerose Múltipla Nacional; Associação Unidos pela Cura da AME; Associação Brasileira de Família e Amigos portadores de CCHS ou Síndrome de Ondine; Associação Brasileira de Homocistinúria; Grupo Mães Metabólicas e Associação Catarinense de Pacientes e Amigos de Gaucher. A Presidência registra a presença dos seguintes Secretários do Ministério da Saúde: Marco Antônio Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Omar Ali Abdallah, Assessor Técnico do Núcleo de Judicialização. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento do Ministro de Estado da Saúde**. **Finalidade:** Comparecimento espontâneo de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, para expor e explicar sobre o tratamento de Doenças Raras no Brasil (CF, art. 50, § 1º e RISF, art. 397, § 1º). **Participantes:** Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde; e Marco Antônio Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. **Resultado:** Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Cássio Cunha Lima e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/13

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se ao comparecimento espontâneo do Ministro de Estado da Saúde, S. Exª o Sr. Ricardo Barros, nos termos do art. 50, §1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado, para expor e explicar sobre o tratamento de doenças raras no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Moka, que é o Presidente da Subcomissão de Doenças Raras. Não se trata de uma audiência isso. O Ministro veio espontaneamente depois de várias conversas com a Subcomissão. Então o Senador Moka pode brevemente nos dar uma ideia dos trabalhos da Subcomissão. Depois, S. Exª o Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição, e abriremos a fase interpelação pelas Srªs e Srs. Senadores inscritos. E, da plateia, quem quiser já mandar alguns questionamentos pode enviar, que serão todos aqui colocados e oralmente respondidos pelo Sr. Ministro.

Por favor, Patrícia.

Quem vai buscar as falas?

Quem já estiver a fala escrita pronta levante a mão, que começaremos a atender.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Bem, vocês percebem que esta audiência é diferente, porque é regimental.

A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, preside a sessão, e venho fazendo reuniões com vocês, na condição de Presidente de uma Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já expliquei para algumas pessoas que me procuraram; era normal, nas nossas audiências, o pessoal perguntar para os componentes da Mesa. Como é uma audiência pública oficial da Comissão – já falei –, nós vamos receber as perguntas e fazê-las aqui. Os Senadores estão aqui, e eu mesmo posso fazer a pergunta para o Ministro Ricardo Barros.

Quero, em nome do Ministro Ricardo Barros, primeiro agradecer. Nós fomos ontem, uma comissão de Senadores, e convidamos o Ministro para estar aqui. Então, ele está aqui na forma de convidado. Ele veio espontaneamente, não foi convocado, não houve requerimento para trazê-lo aqui. Ele veio por vontade. Ele poderia dizer que só poderia ter essa data no ano que vem. Enfim, ele teve a máxima boa vontade, e quero registrar isso.

Costumo dizer o seguinte: nós temos que ter uma posição em que temos de oferecer soluções conjuntas. Nós não podemos partir para enfrentamentos, porque isso não leva a lugar nenhum, pelo menos esse é o meu posicionamento. Acho que tem que haver soluções comuns.

Eu sei o drama que cada um de vocês que representa as entidades ou mesmo a paciente que esteve aqui comigo... Já fiz questão de relatar para o Ministro: ela é portadora de uma doença rara, faz uso contínuo e neste momento não tem o remédio. Ela diz o seguinte: "Estou aqui em busca de uma solução". Se ela não tiver o remédio, é claro, a tendência dela é cada vez ficar pior, e Deus sabe o que pode acontecer.

Então, acho que essas coisas é importante dizer.

Eu pediria a vocês que a gente se organize

Está aqui a Marilene, e há outros funcionários, que vão receber os questionamentos, e nós vamos, na medida do possível, lê-los aqui, para que vocês obtenham resposta do próprio Ministro da Saúde.

Ele convocou um grupo de auxiliares, inclusive há médicos aqui presentes do Ministério da Saúde, para que possam também, numa pergunta de mais profundidade ou de conhecimento técnico, o próprio médico possa responder.

Então, Marta, seria isso de imediato.

Devolvo a palavra a S. Exª a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Essa Subcomissão tem prestado um serviço relevante, tem escutado as pessoas e, principalmente, tem estado perto dos ouvidos do Ministro. Ele tem recebido, tem conversado, tem pensado soluções.

Nós sabemos que a situação é gravíssima, pessoas têm falecido, pessoas têm passado por dificuldades enormes. Ao mesmo tempo, o Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contas da União diz que os gastos da União e dos Estados cresceram 1.300% devido às demandas judiciais por fornecimento de medicamentos entre 2008 e 2015.

Eu acredito que nós estamos realmente numa situação difícil, porque temos o sofrimento das pessoas, temos a dificuldade de não ter recursos para tudo. E há um impasse. Hoje, eu estava comentando com o Ministro, que também vi hoje na televisão, de manhã, um senhor que faleceu no hospital, podendo fazer um transplante, porque não havia cateter, não tinha fio e não tinha não sei o quê. Então, o Brasil é enorme, com enormes possibilidades de demandas, e nós vemos que a saúde é a mais difícil. Quer dizer, é a área em que o Governo, as Prefeituras e a União têm o maior desafio.

Nós temos um Ministro que está tentando fazer face a tudo. Algumas coisas ele já conseguiu superar em termos de economia ministerial, em gastos que podiam ser reduzidos, e agora a gente tem que entender bem como é que nós vamos fazer, dar resposta para as pessoas, que são centenas nesse País, que vivem a não possibilidade de ter o remédio.

Então, com a palavra, o Ministro, por 30 minutos.

Nós já recebemos algumas perguntas pelo e-Cidadania, e as perguntas de vocês devem estar chegando, que eu darei a para o Senador Moka ler. Eu lerei essas aqui. Depois teremos as perguntas dos Senadores também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Os Senadores, que às vezes têm uma afinidade podem perguntar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, para os Senadores está sempre aberto, a qualquer momento.

Com a palavra, o Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Quero saudar a nossa Presidente, Marta Suplicy, o Senador Waldemir Moka, que nos ligou semana passada, ou retrasada, perguntando se poderíamos estar presentes aqui. Nós, com o maior prazer, temos sempre estado abertos ao debate. Já, inclusive, fizemos uma reunião com algumas Lideranças, sobre as doenças raras, no Gabinete da Liderança do PMDB, por solicitação de outros Parlamentares, Senador Cássio Cunha Lima, a Senadora Marta estava lá também. Outros participaram desse debate.

Saúdo o Senador Elmano Férrer, Garibaldi, Dalirio Beber também, companheiros que estão aqui prestigiando esse evento e demonstrando seu apreço e sua prioridade para este assunto, na medida em que existem várias agendas ao mesmo tempo aqui, no Senado, e eles demonstram a sua preocupação e a sua prioridade nesse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Omar Abdallah, que está aqui, conosco, é médico, junto com Rafael Nakamura e Carlos Botelho, que estão ali, são três médicos que formam parte do nosso grupo, da nossa junta médica que dá pareceres médicos nos processos judiciais, porque antes nós não tínhamos esta avaliação médica dos processos.

Os senhores sabem que é dever do Poder Público recorrer de ofício das decisões judiciais, e nós agora temos – antes só tínhamos farmacêuticos trabalhando nesta área – uma junta médica, para que tenhamos mais segurança dos encaminhamentos que são feitos para o cumprimento das decisões judiciais.

Eu queria chamar o Secretário Marco Fireman – com licença, Presidente –, Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, para que venha nos acompanhar aqui na Mesa.

Vou fazer uma rápida apresentação sobre o tema que está presente nesta audiência para depois fazermos o debate, os esclarecimentos, o aprendizado necessário que temos feito, recebendo, sucessivamente, no nosso gabinete, associação de doentes. E nós pudemos encontrar, debater, discutir e avançar no que foi possível. (*Pausa.*)

Alguém me ajuda a passar, porque o passador não está funcionando.

Pode passar a próxima.

Temos cerca de 8 mil doenças raras no mundo, e nem todas têm protocolos. Portanto, a gente tem uma dificuldade de organizar o atendimento para todas essas variáveis de doenças raras. Oitenta por cento são questões genéticas. Então, nós temos que focar muito na questão genética. Por isso, a exigência do exame genético nos processos de dispensação dos medicamentos para doenças raras. Nós temos uma quantidade razoável: 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. Portanto, temos um volume significativo de pessoas atingidas por doenças raras.

O tratamento das doenças é um desafio para o SUS porque é uma questão muito complexa. Precisamos de profissionais altamente capacitados. Vocês que sabem que o problema é diagnóstico, até que se acerte o diagnóstico, as pessoas sofrem tentando encontrar da forma correta a indicação do tratamento. No Brasil, são 267 geneticistas. São poucos, mas são os que nós temos para ajudar nesse processo.

A Política Nacional de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Raras foi criada em 2014 e garante a atenção básica a essas pessoas. Temos os Centros de Referências, os Serviços de Referência em Doenças Raras no Brasil. Nosso interesse e até uma solicitação do Senador Moka é ampliarmos os serviços de referência para facilitar o diagnóstico, o acesso das pessoas ao tratamento, a segurança de que o paciente precisa e deve ter para o atendimento da sua necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós incorporamos 15 exames para diagnóstico de doenças raras, sete procedimentos e o aconselhamento genético. Então, o SUS está incorporado e, portanto, disponibilizando a todos os brasileiros o acesso à possibilidade do diagnóstico.

Estão aí os procedimentos incorporados no SUS que estão disponíveis.

Eu vou deixar um pouco mais de tempo para vocês lerem, mas são os exames que permitem, inclusive, como eu disse, a confirmação da necessidade do paciente daquele medicamento que é solicitado, para que tenhamos a segurança de ministrar o medicamento adequado para os nossos usuários do SUS ou para os que demandam judicialmente.

Medicamentos incorporados para doenças raras: nós temos alguns que foram já incorporados e, portanto, estão disponíveis no SUS para todos, com livre acesso.

Temos 36 protocolos clínicos de doenças raras e temos mais alguns que estão sendo finalizados. E aí estão disponibilizados os protocolos para que vocês tenham uma ideia do que já está em atendimento.

O Ministério está trabalhando em nove novos protocolos, inclusive entre eles a mucopolissacaridose, que é uma das doenças que está mais demandada judicialmente. E estamos incluindo dois medicamentos novos que passaram na Conitec: idursulfase e também laronidase. E há mais um que está apresentado e que nós pretendemos aprovar brevemente.

Como uma solução para a questão, eu propus o pré-nupcial no SUS para todas as pessoas que pretendam ter filhos. Nós colocamos exames pré-nupcial porque é de mais fácil entendimento para as pessoas, mas poderia ser pré-concepcional ou qualquer coisa assim. Nem sempre as pessoas casam para ter filhos. Mas coloquei esse nome porque é o mais fácil de as pessoas entenderem. Então, as pessoas que pretendam ter filhos poderão procurar o SUS. Nós estamos terminando de formatar esse programa e vamos anunciá-lo. E vão, inclusive, fazer o exame genético, porque há pessoas que têm propensão genética já familiar para algumas questões e outras poderão ter pela associação genética do casal que se apresenta. Então, haverá o exame pago pelo SUS para os casais. Assim, nós pretendemos orientar esses casais no sentido do risco que eles correm na decisão de ter filhos. O Ministério gastou 1,2 bilhão com a compra de quinze medicamentos judicializados, investimos muito nisso. Aí estão os medicamentos que nós compramos, os mais judicializados: o eculizumab é ainda o mais judicializado. No ano passado, foram os R$600 milhões no Soliris, o chamado eculizumab; o galsulfase, que é uma que está sendo analisada na Conitec, será apresentada na Conitec; atalureno – este medicamento foi reprovado no FDA. Ele pediu o registro no FDA dos Estados Unidos e foi reprovado. No entanto, aqui há, por decisão judicial, a indicação. É uma questão que nós vamos discutir, porque eu acho que precisamos... Não foi à toa que ele reprovado no FDA. Então, nós temos que ter um olhar para essa questão, encontrar um outro caminho que seja mais seguro para os pacientes e que dê mais tranquilidade para nós também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós é que estamos patrocinando o fornecimento de um produto que foi reprovado. E estão aí os demais que nós estamos processando.

Senador Cássio Cunha Lima, como eu falei anteriormente, solicitou-nos em outra oportunidade, uma audiência, e a fizemos lá no gabinete da Liderança do PMDB.

Então, temos as doenças negligenciadas. Nós publicamos agora uma chamada pública, e amanhã vou anunciar o resultado de alguns medicamentos desses que poderão ser objeto de PDPs – Parceria para o Desenvolvimento Produtivo. Ou seja, serão fabricados no Brasil em parceria com o detentor da tecnologia, com o dono da patente, para reduzir custos e para agregar conhecimento aos nossos técnicos e pesquisadores. Então, 740 milhões de compras que são feitas serão possíveis objeto dessa parceria. Amanhã nós teremos o resultado da primeira chamada feita de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo. Como ela é tecnológica ou *offset*, que são os modelos que criamos para trazer a tecnologia, produzir no Brasil com 30% abaixo do preço do mercado internacional, temos várias vantagens nesse processo.

O Spinraza é um medicamento que começou a ser muito judicializado também, a R$420 mil o preço de mercado da ampola. Nós fizemos o registro na Anvisa do preço da CMED, e o preço da CMED ficou em R$209 mil a ampola. São seis ampolas no primeiro ano de tratamento, e depois, quatro ou três, dependendo da prescrição. Em relação a esse medicamento, as liminares que estavam colocadas estão, com a nossa junta médica que foi criada, estão avançando para a solução. Então, nós temos procurado facilitar o acesso.

O Soliris também reduziu 50%. Desde que eu cheguei ao Ministério até agora, o preço caiu 50% em negociações com o fornecedor, mas nós precisamos avançar. Quanto ao Spinraza, por exemplo, há quatro tipos de atrofia muscular espinhal, e ele é indicado apenas para o tipo 1, para os pacientes que ainda não necessitam de assistência ventilatória. Então, é preciso entender isso. Atrofia muscular espinhal tem um universo de incidências, mas, na pesquisa clínica desse medicamento, o estudo foi feito unicamente para a atrofia tipo 1 e só para aqueles clientes que não estão em assistência respiratória. E também, claramente informando, o medicamento não melhora as pessoas; ele apenas impede o avanço da atrofia, mas não recupera a atrofia que já foi estabelecida.

Então, nessas questões estou sendo muito claro, porque nós precisamos... A sociedade tem que entender que esses medicamentos são, a maioria, experimentais. Alguns, com o tempo de pesquisa, demostraram resultados para um grupo muito específico, e a judicialização alcança a todos. Então, as pessoas que tem qualquer tipo de atrofia muscular judicializam o Soliris, que não tem estudos, evidências de melhorar o tratamento dessas pessoas.

Então, é nesse sentido que a nossa junta médica está trabalhando. Nós estamos informando as pessoas. Criamos o Núcleo de Judicialização no Ministério da Saúde, e há o pessoal da Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atenção à Saúde, da SCTIE, do jurídico. Estão todos no mesmo local de trabalho agora, e vocês poderão ter acesso a esse local, conversar com as pessoas, sem prejuízo – pediu-me o Senador Moka – de estabelecer uma área do Ministério que orientará as pessoas com doenças raras.

Então, teremos um departamento, na SAS ou na SCTIE, que vai ser o ponto focal de vocês para dialogar com o Ministério, está certo? – Senador Capiberibe, bem-vindo a nossa audiência. Então, vamos ter um ponto focal, vamos estabelecer uma gerência, uma diretoria para aonde vocês poderão se dirigir e pedir informações sobre como acessar os medicamentos.

Então, aí está a questão do Spinraza, que nós reduzimos o preço em 50%. Esperamos poder atender com mais tranquilidade. Quanto ao Soliris, das 414 liminares, nós tivemos 362 localizados – o Denasus visitou cada um dos detentores de liminares: 28 não foram localizados, 5 não residem no endereço, 6 se recusaram a prestar informações e 13 tinham falecido. Então, vocês imaginem que havia 52 pessoas que estavam recebendo um tratamento que custava um 1,5 milhão por paciente/ano, e esses medicamentos não voltavam para o Ministério. A pessoa morria, o medicamento ia e não voltava mais. Então, nós precisamos cuidar da gestão da judicialização, porque estamos falando, só nesse caso, em R$70 milhões, que estavam sendo aplicados indevidamente.

Então, falo isso no sentido da gestão. Por que Polícia Federal, fraude? Porque 80% das liminares estavam no mesmo escritório de advocacia, e a Polícia Federal entendeu que poderia haver algum indício de ligação entre o laboratório, porque os exames que comprovam a doença têm o carimbo de um convênio do laboratório que fabrica com o laboratório de análises que produz o laudo. Então, o laudo que comprova a necessidade da doença é pago pelo fabricante do medicamento. Tudo isso criou uma situação e houve o início de uma investigação.

Nós fizemos uma negociação já com o fabricante, reduzimos 29% e depois reduzimos mais 15%, de modo que hoje esse medicamento está 50% de quando nós assumimos, um ano e meio atrás.

No Conselho Nacional de Justiça, nós fizemos um acordo para preparar laudos, notas técnicas de médicos sobre cada um dos medicamentos mais judicializados. Os 50 mais judicializados já têm uma nota técnica do núcleo de avaliação de novas tecnologias do Conselho Nacional de Justiça. Portanto, esses dados estão depositados no Conselho Nacional de Justiça, e o juiz que pretenda dar uma sentença poderá, se desejar, consultar, ou o parecer padrão para cada uma das doenças ou um caso específico. Se ele pedir, receberá desse grupo; são professores universitários que fazem parte desse grupo. São todos ligados a instituições públicas os consultores do CNJ que produzem os pareceres para que o juiz possa dar a sua sentença.

Nós pactuamos também, na Comissão Tripartite, que todos os Estados e Municípios e a União utilizarão o S-Codes, que é um gerenciador de judicialização criado, desenvolvido pelo Estado de São Paulo, que cedeu a fonte para o Ministério. Então, todos os Estados e Municípios e a União terão o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo gerenciador de judicialização, de modo que poderemos identificar quando uma pessoa demanda contra o Estado, o Município e a União a mesma demanda e, às vezes, recebe dos três o medicamento. Então, isso acontece, mas nós não tínhamos ainda o controle de como uma mesma pessoa demanda contra vários entes da Federação.

Então, é essa a apresentação que eu queria fazer. E, a partir da apresentação, já antecipadamente peço desculpas a algum eventual desconforto que o sistema de controle da judicialização instalado no Ministério tenha gerado.

O núcleo de judicialização se instalou. Todos estão numa mesma sala. Temos três médicos na junta médica, temos farmacêuticos, temos advogados que estão procurando proteger o Erário, o dinheiro público das fraudes que comumente são praticadas nessa área.

Inclusive, no dia que eu fui visitar as novas instalações, uma servidora nossa me relatou, na hora lá... Falou:

> Olha, Ministro, acabei de receber uma ligação aqui de uma senhora que está me pedindo para cancelar o medicamento que nós estamos comprando para ela, que é um medicamento caro, custa R$7 mil a ampola, porque ela foi abordada por um advogado que disse a ela que parentes dela tinham uma doença, e quando um parente tem, todos têm; pediu a ela para fazer um exame, esse exame deu um resultado positivo, ela assinou uma procuração, começou a receber o medicamento; mas ela não se sentia doente, ela não tinha a sensação de que precisava tomar aquele medicamento. E ela fez o exame particularmente e não comprovou a doença. Então, na verdade, ela foi abordada por um advogado que forjou um resultado de uma análise clínica que comprovou uma doença que ela não tinha e que provocou, então, a compra pelo Poder Público desse medicamento caro que ela tomava sem necessidade. E ela ligando, pedindo para mudar, evidentemente, para a nossa alegria, nos orientou sobre as pessoas que estavam promovendo aquele modo de agir contra o interesse público e contra o interesse dela, porque ela estava tomando um medicamento que ela não precisava tomar, e isso poderia ter outras consequências para ela. Então, só para vocês entenderem o contexto.

Eu, como gestor do Ministério, reconheço na judicialização um direito que a Constituição nos dá de acesso à saúde, que está lá na Constituição com a integralidade e com a universalidade, que são conceitos contraditórios. Se há limite de recursos, porque há limite na capacidade contributiva do cidadão, então a universalidade e a integralidade se opõem neste processo. Ou você atende a todos, ou você atende a alguns com muito e vai faltar para outros.

Nós, na gestão, estamos cumprindo as determinações judiciais. O Supremo Tribunal Federal está julgando dois recursos: um sobre medicamento de alto custo e outro sobre necessidade de registro na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa para aquisição de medicamentos judicializados. Já temos três votos neste processo; está no momento com o Ministro Alexandre de Moraes a vista que foi pedida pelo Teori Zavascki, ainda Ministro. Então, nós esperamos que, ao término desse julgamento, nós tenhamos mais clareza de qual é a missão do SUS, que, para nós, é a de dispor a todos os brasileiros os 5,8 mil procedimentos e os 1.060 medicamentos que foram incorporados e que estão disponíveis a todos os brasileiros.

É assim que a gente pode avançar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Vou abrir agora a palavra, primeiramente, aos Senadores para suas perguntas, que serão respondidas em bloco pelo Ministro, e depois eu tenho já mais algumas outras perguntas que chegaram.

Então, com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ministro, nas audiências públicas que fizemos anteriormente, evidentemente que ajudado pelos presidentes que representam aqui as entidades de portadores de deficiências raras, nós identificamos, pelo menos, três problemas que eu poderia dizer que são os principais gargalos; não que fiquem só nesses três, mas que são os principais gargalos.

O número um é o seguinte: paciente que toma um remédio de uso contínuo – ele vem tomando remédio de uso contínuo. De repente, há um desabastecimento. Ele para de receber o remédio, sem ter sido avisado que pararia de receber a medicação, e a falta de uso dessa medicação contínua vai piorar o estado geral, e Deus sabe o que pode acontecer em um breve espaço de tempo se essa medicação não for retomada. Esse é um problema.

Junto com esse, há uma preocupação: o Congresso entra em recesso; vai-se fazer um orçamento, que só vai ser aberto em março; e, nesses meses de dezembro, janeiro e fevereiro, eu não sei se vão ser permitidas, antes de se abrir o orçamento, novas compras de medicamento. Então, era preciso se pensar, planejar e já fazer licitação que pudesse cobrir pelo menos esses três meses antes que o orçamento pudesse ser aberto, para que não haja um desabastecimento de medicamentos.

Esse seria o principal problema. A maioria das pessoas aqui estão querendo exatamente saber quando isso vai ser possível e quando isso vai ser retomado, principalmente as pessoas que precisam. Há aqui pacientes portadores de doenças, e uma pessoa disse a mim particularmente que veio aqui hoje para saber se vai continuar vivendo ou não. Foi a expressão que ela usou para mim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Bom, desculpe, Marta, mas eu ainda não terminei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo problema: seria muito importante que pudéssemos – e V. Exª já respondeu – criar uma secretaria, um departamento que pudesse juntar pessoas especializadas no sentido de estabelecer realmente um lugar a qual principalmente os representantes das entidades pudessem dirigir-se e ser informados, e estimular todos os Estados, se possível – eu sei que isso não depende de V. Exª, mas V. Exª pode contribuir, e cada um de nós, Senadores, aqui também –, no sentido de construir um centro de referência em cada Estado, para onde possamos realmente encaminhá-los.

E o terceiro ponto é a questão da regulação. Nós achamos, e eles acham, que, por exemplo, um colega médico experimentado pode fazer um diagnóstico de que a pessoa é portadora de uma doença rara. Aí, ele a encaminha para o centro de regulação, mas o outro colega, às vezes não tão especializado, acha que não é o caso e começa a tratar o paciente de outra doença.

Nós achamos que isso tinha de ser invertido. Feito o diagnóstico, havendo uma suspeição muito clara de que o paciente tem uma doença rara, isso tem de ser invertido. Ele tem de ir para um centro de referência. Aí, se no centro de referência, onde há profissionais altamente capacitados, falar que não tem, ele, então, volta para o centro de regulação. Mas, se ele tiver, ele já inicia ali o tratamento necessário. Eu acho que essa é até uma questão de bom senso. Não sei se os colegas médicos que estão aqui concordam, mas eu acho que essa seria a melhor forma de resolver o problema de uma maneira mais sensata.

E, terminando, para finalizar os meus questionamentos, evidentemente nós sabemos que o SUS tem limite e que existem várias outras pessoas por outros motivos, que não por doenças raras, também fazem uso de medicamentos e também precisam de um olhar do Ministério da Saúde. Isso ninguém desconhece.

O que nós estamos pedindo aqui, de uma forma respeitosa, é que o Ministério da Saúde... E V. Exª já tem demonstrado sensibilidade para isso. Eu quero parabenizar os técnicos tanto da Anvisa quanto da Conitec e o pessoal do Ministério da Saúde que participou de outra audiência pública, porque eles foram responsáveis, responderam. Foi um debate muito civilizado, e eu queria, neste momento, aproveitar e agradecer. Eu tenho certeza de que essa orientação parte de V. Exª.

Mas a verdade é que nós precisamos de um olhar diferenciado para os portadores de doenças raras, porque essa doença rara, além de atingir o paciente, atinge a família toda. Às vezes, em uma família só existem dois ou três casos da mesma doença, porque, como V. Exª mesmo já disse, elas, na maioria das vezes, são transmitidas geneticamente.

Quero parabenizar pela iniciativa do exame pré-nupcial e quero lembrar também o exame do pezinho, que, se for feito, pode resultar em um diagnóstico precoce e pode evitar... Quanto mais cedo começar o tratamento, menos efeitos danosos vão ter esses pacientes.

Paro por aqui, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que V. Exª já colocou muito do que as pessoas presentes aqui têm como prioridade, exatamente por ter havido tantas reuniões. Foi muito produtivo, porque as questões estão bem colocadas pelo Ministro.

Mas eu vou passar a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima e aos outros Senadores.

Eu tenho também três perguntas do Senador Romário, que está recebendo uma comenda e não pôde estar presente. Ele está muito desgostoso com isso, mas mandou por escrito perguntas que depois eu vou colocar.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Marta, Senador Moka, Ministro Ricardo Barros, Dr. Marco Antonio, Dr. Omar, Senadores aqui presentes, telespectadores da TV Senado, a minha saudação a todos os representantes dos pacientes com doenças raras presentes a esta Comissão.

Sr. Ministro, V. Exª já, de forma muito gentil, registrou nosso último encontro na Vice-Presidência do Senado, onde manifestamos preocupações em relação ao tema, dos brasileiros e brasileiras que são portadores de doenças raras. Naturalmente, todos nós reconhecemos o esforço de V. Exª e do Ministério da Saúde no que diz respeito à racionalização dos gastos, à economicidade, como determina a nossa Constituição, na despesa pública e, naturalmente, ao combate à fraude.

Ninguém aqui está para defender fraude, tampouco gasto que seja excessivo ou desnecessário. Portanto, toda iniciativa de negociação que foi relatada por V. Exª há poucos instantes recebe o nosso aplauso e recebe o nosso reconhecimento.

Ocorre, Sr. Ministro, que está acontecendo algo que precisa, de fato, de uma solução, que é o desabastecimento. Enquanto a negociação ocorre, o desabastecimento leva à morte. Ontem mesmo nós tivemos, infelizmente, mais um óbito de uma conterrânea nossa do Ceará, conterrânea como nordestina, claro. A Srª Antônia Lucinda da Silva, portadora de HPN, faleceu porque estava há quatro meses sem receber o medicamento. Infelizmente, fez quatro paradas cardíacas e veio a óbito. Não faz muito tempo que, na Paraíba, Mateus Queiroz de Farias, de 21 anos, faleceu, como portador de MPS.

Então o fato é que está havendo entre a disposição, a luta, que nós sabemos que é árdua, do Ministério no que diz respeito à aquisição dos medicamentos, e um *gap*, uma separação em relação à efetiva entrega.

Então a pergunta que lhe faço, pedindo desculpas porque eu estava numa outra audiência no Banco do Brasil e quando cheguei o senhor já tinha iniciado sua fala, é de fato sobre esses medicamentos, especificamente. Está em falta a normalização da entrega, e essa é um uma reivindicação constante dos portadores de doenças. No caso da MPS, especificamente na Paraíba, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado que eu aqui represento com muita honra, nós já estamos há vários meses sem medicação, temos pacientes com tratamento descontinuado.

E, por fim, o cumprimento das próprias decisões judiciais. Nós estamos recebendo notícias dos pacientes de que muitas decisões judiciais, ordens judiciais, não estão sendo cumpridas pelo Ministério, e isso leva também a um sofrimento e a uma angústia maior.

Então a pergunta que faço é: qual a providência que o Ministério está tomando, sem abandonar a necessidade de combate à fraude, sem se distanciar da negociação que leve ao barateamento do custo dessas medicações, mas a providência efetiva para evitar o desabastecimento? É o desabastecimento, a descontinuidade nos tratamentos que traz angústia, sofrimento, dor, desesperança e morte.

É isso que tem acontecido no Brasil. Então, é preciso que o Ministério, sob o comando de V. Exª, possa nos trazer uma palavra neste instante de tranquilidade em relação à regularização desse fornecimento para que nós possamos abrandar, minimizar a dor de todas essas pessoas portadoras da doença e dos seus familiares. Como se não bastasse ter uma doença que é rara, de difícil tratamento, de difícil convivência, ainda vem uma angústia suplementar, é uma dor a mais que essas pessoas passam a sofrer: a incerteza se amanhã estarão vivas.

Então é o clamor que fazemos mais uma vez, o apelo, confiando na sensibilidade de V. Exª, na dedicação da equipe que o senhor comanda, para que nós possamos ter em caráter definitivo, Sr. Ministro, uma resposta sobre esse problema do desabastecimento que leva desesperança e morte a muitos brasileiros.

Solicitar ainda que, dentro dos planos de ação do Ministério, V. Exª possa adotar providências no sentido de disponibilizar no Sistema Único de Saúde os exames que são necessários para o diagnóstico das doenças raras que nem sempre estão sendo disponibilizados pelo SUS, assim como a sequência de exames para o devido tratamento terapêutico.

E, por fim, uma reivindicação que também é antiga da formulação de um cadastro único dos doentes raros do Brasil. O Ministério não tem ainda essas informações, e seria de grande utilidade. Resolveria boa parte dos problemas de judicialização se, no Sistema SUS, com os instrumentos de informática que estão disponíveis hoje, pudéssemos iniciar um processo de cadastro, um cadastro único dos doentes raros brasileiros, desde o seu diagnóstico.

Eu tive a felicidade, e vou concluir Senadora Marta, de ser pai há 15 dias. Há 15 dias nasceu o Vinícius. E eu fiquei impressionado porque fui pai. No tempo de ser avô eu fui pai. E fiquei impressionado porque, na hora em que fui fazer o registro civil de nascimento do Vinicius... Ele já tem um CPF. É impressionante, quer dizer, para se ter o CPF, que naturalmente virá para cobrar imposto, o Brasil, o Estado brasileiro sabe fazer. Então, a essa altura, com 15 dias de vida, o pequeno Vinícius já tem um CPF. É preciso que o Estado brasileiro tenha a mesma eficiência que tem para cobrar imposto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvar vidas, para cuidar do nosso povo, para cuidar da nossa gente. Que possamos ter a mesma eficácia para cadastrar a pessoa física para pagar imposto para identificar uma doença rara, para salvar vidas, para cuidar do nosso povo, para cuidar da nossa gente.

Então, é o apelo que faço a V. Exª, para que possa haver também esse cadastro único, que salvará muitas vidas no nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Uma ideia bastante positiva essa do cadastro único. Acho que ele pode dar um diagnóstico, inclusive, das doenças com maior incidência, o que é importante.

Vou ler as perguntas do Senador Romário.

Qual a razão do descumprimento de decisões judiciais perante a ação de pessoas com doenças raras e graves que estão sem medicamento, sob risco de morte?

A segunda: quantos pacientes com doenças raras estão sem medicamento para tratamento adequado?

É isso, sem cadastro não vamos saber quantos. Mas vamos ver, talvez o Ministro tenha alguma ideia.

Quem responderá cível e criminalmente pelas mutilações, perda de órgãos ou funções e mortes de pacientes com decisão judicial e sem o remédio, depois de regular período de tratamento?

Essas são as perguntas do Senador Romário, que não pôde estar presente aqui, hoje.

Há mais algum Senador que queira perguntar?

Senador Garibaldi, então, com a palavra, para fazer as suas perguntas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Marta Suplicy; o Presidente da Subcomissão de Doenças Raras, Senador Waldemir Moka; o Dr. Omar, o Dr. Marco Antônio. E quero cumprimentar o Ministro da Saúde, Dr. Ricardo Barros, que espontaneamente veio até aqui, para prestar essas informações, esses esclarecimentos.

Se as minhas perguntas redundarem em alguma repetição, peço perdão. Mas o que eu teria para perguntar é se, nos protocolos para atendimento de pacientes com doenças raras, está prevista a dispensação de medicamento de alto custo, normalmente produzido fora do País.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, é se esses protocolos preveem a atenção a familiares de pacientes com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto à terceira, pela exposição do Ministro, acho que ela está pelo menos quase respondida: existe por parte do Ministério da Saúde incentivo à pesquisa em doenças raras do ponto de vista de capacitação de profissionais de saúde da rede pública e do desenvolvimento de novas terapias?

Agradeço à Presidente a oportunidade de fazer essas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Garibaldi.

Com a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu queria cumprimentar a Senadora Marta Suplicy, que preside a Comissão de Assuntos Sociais. E, em especial, também cumprimento o Senador Waldemir Moka, que sugeriu a formação de uma Subcomissão exatamente para tratar de um assunto tão delicado e tão importante para a vida de 13 milhões de brasileiros.

Desta apresentação do nosso Ministro Ricardo Barros, a gente sabe que o atendimento àqueles que hoje são portadores é extremamente importante, porque, de fato, mexe-se com a permanência de qualidade de vida, uma vez que, muitas vezes, a cura é impossível.

No entanto, digamos, quero crer que, tendo em vista que 80% das doenças raras são de origem genética, esta iniciativa do Ministério da Saúde no sentido de fazer com que o exame pré-nupcial seja oferecido pelo Sistema Único de Saúde é uma medida extremamente importante.

O resultado virá já no curto prazo, uma vez que, se é possível evitar-se o nascimento de pessoas em função da relação entre marido e mulher na procriação, nós podemos, lá na frente, diminuir consideravelmente, digamos, o sofrimento dos que são portadores de doenças raras, de suas famílias e da própria sociedade, que, neste momento está empenhada no sentido de encontrar soluções para esse grave problema.

Então, eu gostaria de perguntar ao Ministro se será feita, digamos, uma grande campanha, no sentido de fazer com que se informe aos casais da possibilidade e da necessidade imperiosa de fazerem esse exame pré-natal, pré-nupcial, porque ele é, de fato, a grande ação no sentido de diminuirmos o contingente de brasileiros acometidos por doenças raras.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, posso fazer minha rápida intervenção?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio.

Com a palavra, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Presidente dessa Comissão. Faço-o também na pessoa do nosso Moka, Presidente da Comissão Especial de Doenças Raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento, especialmente, o nosso querido e estimado Ministro Ricardo Barros, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais técnicos e assessores do Ministério da Saúde.

Eu queria, meus colegas, Senadores, apenas fazer um registro. Há pouco mais de três semanas nós recebemos aqui o Jelres, de Sumaré, em São Paulo, que está aqui, na cadeira de rodas, o primeiro sobrevivente, com 22 anos, da AME, Atrofia Muscular Espinhal. Dois irmãos partiram, e ele sobrevive, aos 22 anos. Está fazendo um movimento nacional de mobilização, sensibilização em todos nós, autoridades, Parlamentares etc.

O Ministro foi muito feliz na exposição dele, inclusive, quando deteve-se um pouquinho mais sobre a AME, respondendo parte do que eu teria a colocar aqui. Entretanto, o Jelres, pela segunda vez, nesses últimos 20 dias, vem aqui, a Brasília, e o sonho dele era ter uma conversa com o Ministro. Mas eu pediria, digamos, à Mesa, à Presidência da Comissão e da Subcomissão Especial, que, após os Senadores, nós ouvíssemos, em cinco minutos, um testemunho que o Jelres daria aqui para todos os presentes. Creio que dessa forma ele externaria muito mais preocupações, aliás, problemas bem-focados com relação a essa doença rara, a AME.

Então, esse é um apelo que eu faço. Eu poderia me estender mais, mas cederia o meu restinho de tempo seria para o Jelres.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Ministro está sugerindo algo que eu acho que pode ser mais especial: que ele possa ser recebido no seu gabinete. Eu acho que aí poderá ser mais profundo.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone*.) – Será a audiência que ele pediu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Será a audiência que já foi solicitada e que poderá ... V. Exª tem alguma ideia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Hoje.

Então, eu acho que vai ser mais profícua essa conversa.

Algum Senador ainda deseja fazer uso da palavra?

O Senador Cássio se lembrou de alguma pergunta.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu recebi uma solicitação para três perguntas. Eu vou fazer a leitura delas de forma muito objetiva. Acredito que o Ministro poderá respondê-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Everton, que é o pai do Patrick ... O Patrick é uma referência na luta dos portadores de doenças raras, assim como também o Dr. Marcelo Queiroga, que me enviou as perguntas.

Ministro, o senhor considera que a incorporação de medicamentos órfãos deveria obedecer a uma lógica própria de avaliação ou deveria ser objeto de uma avaliação similar aos medicamentos usados para as doenças prevalentes?

A pergunta é se deveria haver uma lógica específica.

A segunda pergunta: tramita no Senado o PLS nº 415, de 2015, que versa sobre a avaliação de tecnologias em saúde. Esse projeto determina, entre outras providências, que se determinem os parâmetros de custo e efetividade que deveriam ser considerados para incorporação de tecnologias no Brasil. Com base nessas premissas, gostaria de saber se, na opinião de V. Exª, a incorporação dos medicamentos órfãos deveria ter uma razão de custo e efetividade incremental mais elevada para a sua inclusão no SUS.

E a última pergunta: quanto o Estado brasileiro estaria disposto a pagar para manter um portador de doença rara livre de internações e de eventos graves durante um ano? Se existe um parâmetro de limite de gasto por paciente de doença rara.

Agradeço, Presidente Marta, pela disponibilidade dessas três perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Passo a palavra agora ao Ministro Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Primeiro, agradeço profundamente aqui a presença das pessoas. Eu não tinha recebido ainda a sua solicitação de audiência. Mas já recebi vários, inclusive, o Patrick no meu gabinete umas três vezes, e em uma delas acompanhado pelo Senador Cássio Cunha Lima, que já foi várias vezes ao meu gabinete tratar dessa questão. Eu estou sempre à disposição. A nossa equipe é muito interessada em procurar entender cada vez melhor as necessidades que têm as pessoas com doenças raras.

O Senador Moka propõe... Primeiro, quero fazer aqui um elogio ao Senador Moka, porque ele teve a oportunidade de receber em seu gabinete diversas associações, de discutir longamente a questão com técnicos nossos, do Ministério, da Conitec, da Anvisa. E a discussão é objetiva no sentido das dificuldades, das condições legais de atendimento, das condições técnicas de atendimento. Na verdade esse é o debate produtivo, Senador Moka. Então, queria fazer um elogio a essa sua dedicação de tempo para que as associações e os técnicos discutam esse assunto, porque isso terá a ver com a velocidade da incorporação, da disposição dos medicamentos e do efetivo entendimento da área técnica do Ministério de que aquela dispensação, de fato, vai ajudar a pessoa a ter ou mais qualidade de vida ou a cura, eventualmente, de uma doença. (*Pausa.*)

Eu tenho uma audiência com o Presidente às 10h30, mas vou me atrasar um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso contínuo. Você falou das pessoas que têm uso contínuo. Então, de fato, quando nós criamos o Núcleo de Judicialização, houve uma revisão de todos os processos, e as associações de doentes que frequentam o nosso Núcleo de Judicialização nos estabelecem prioridades. Então, a nossa equipe – o Dr. Abdallah sabe – trabalha revisando todos os processos, mas atende as prioridades que as associações colocam sempre com a celeridade possível. Então, nós ouvimos as associações para poder dar agilidade a determinados processos em que a situação do paciente necessita.

Orçamento para compras antecipadas. Nós, em tese, agora adquirimos os medicamentos – antes adquiríamos para um ano – para um período menor, porque nós temos percebido que, infelizmente, nem todas as liminares se sustentam. Então, nós estamos comprando para um período menor. Nós fazemos remanejamento de estoque de medicamentos para atender as demandas. Há um impedimento que nós estamos discutindo, uma orientação da AGU de que só pode comprar para uma determinada... Porque cada decisão judicial tem que ter uma compra de medicamento específica. Você não pode comprar um volume e ir atendendo conforme chegam as determinações judiciais. Eu discordo disso. Eu acho que nós temos que ter uma capacidade de gerenciar, de ter estoque, de ter disponibilidade do medicamento, de ser ágeis na medida do possível e de ter também o retorno daqueles medicamentos que, eventualmente dispensados a uma pessoa, são recolhidos ou porque não fizeram o efeito devido ou porque a pessoa faleceu ou por qualquer razão. Sempre que há o óbito de alguém que está recebendo um tratamento contínuo de medicamentos de alto custo, esse medicamento, esse saldo de medicamento que permanece na casa do paciente é de valor econômico muito elevado e pode proporcionar um atendimento ágil de outro paciente que recebe uma decisão.

Então, Senador, dentro da nossa burocracia portuguesa, nós temos que poder gerenciar o conjunto da demanda de judicialização, e não ficar presos. Cada paciente ter um processo de compra separado, uma compra separada, isso não ajuda o processo nem de compra de escala para abaixar preço e aumentar o acesso... O Ministro não busca abaixar o preço por outra razão que não poder atender a mais pessoas. Quanto mais barato o medicamento mais pessoas são atendidas.

Então, nós temos um problema burocrático que precisa ser superado para que a nossa capacidade de ter estoques desses medicamentos e dispensar livremente o medicamento possa ser usada. Há até quem entenda na nossa Advocacia-Geral da União que o medicamento que um paciente não utilizou porque foi a óbito ou por alguma outra razão não pode ser destinado a outro, porque para aquele que ganhou uma liminar tem que ter a compra específica. Isso não me cheira bem até, mas, infelizmente, são regras que nós precisamos, eventualmente, até legislativamente, alterar. Eu estou procurando negociar uma maneira de avançar na gestão.

Quanto ao ponto focal que o Senador Moka coloca, nós vamos disponibilizar. Já temos um ponto focal, que é o Núcleo de Judicialização, porque lá eles entendem de tudo sobre isso. Mas vamos ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

local administrativo a que as associações possam se dirigir e debater, discutir, agilizar o acesso a essas questões.

A regulação é outra questão importante, mas, honestamente, Senador Moka, diagnóstico de doença rara é mesmo uma romaria. É difícil diagnosticar uma doença rara. Então, as pessoas vão a um médico, vão a outro, vão a outro. Têm vários diagnósticos diferentes até acertarem o diagnóstico, conseguirem o exame, até o médico pedir o exame certo, que vai comprovar de fato aquela necessidade.

Nós temos uma dificuldade, porque, como você viram, nós temos só 267 geneticistas no cadastro nacional de profissionais do Brasil para atender toda a demanda dos 13 milhões que o Senador Dalirio falou.

Então, há de fato uma dificuldade na confirmação do diagnóstico, mas, da nossa parte, a regulação será proposta dentro da segurança que deve ser necessária para esse encaminhamento.

Quanto ao pré-nupcial e ao teste do pezinho, nós estamos ampliando o teste do pezinho para 56 diagnósticos, de modo que possamos ter mais segurança para as nossas crianças. O pré-nupcial, então, incluirá exames genéticos, pagos pelo SUS preventivamente. O SUS paga hoje desde que haja uma indicação médica. Nesse caso, será feito preventivamente.

O Senador Cássio esteve várias vezes em nosso gabinete. A lista de prioridades, Senador, nós negociamos com as associações na velocidade da revisão da gestão dos processos.

Você falou que teve mais um óbito. Quando estivemos no seu gabinete, no gabinete da Liderança do PMDB, a seu pedido, também, naquele dia, foi relatado que havia ocorrido um óbito. E a Drª Maria Inez Gadelha, nossa servidora do Ministério, uma referência como oncologista, uma referência nessa interlocução com todos sobre este assunto, foi muito clara naquele momento dizendo que: "Claro, pode haver uma relação, mas não necessariamente." Então, não se pode simplesmente dizer que esse óbito aconteceu por esse evento específico.

Senadora Rose de Freitas, tudo bem?

Mas isso é uma questão sobre a qual ela, médica, técnica, interveio naquela oportunidade, falando sobre isso.

As compras, como eu falei, por estimativa e não por demanda, precisam ser viabilizadas para que tenhamos a flexibilidade.

O cumprimento das decisões judiciais está sendo feito dentro de uma ordem adequada. Para nós, evidentemente, do Núcleo de Judicialização, com a devida conferência dos elementos necessários para o cumprimento da demanda de judicialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É comum, Senador, que a dosagem proposta de uma determinada medicação venha muito alta, fora do padrão da bula. Então, isso também é avaliado, porque estamos tratando de doença rara, de medicamentos de alto custo. E, aí, vem o médico e manda dar três vezes o que a bula recomenda. Então, isso também acaba gerando uma conferência no sistema de cumprimento da judicialização.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Ministro, por gentileza.

O SR. RICARDO BARROS – Sim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Só um esclarecimento. Permita-me.

Pelo que eu entendi, V. Exª disse que uma das dificuldades para atender as demandas judiciais é uma recomendação da AGU de não permitir que o Ministério faça estoque e atenda *per si,* caso a caso.

O SR. RICARDO BARROS – Cada decisão judicial é uma compra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Cada decisão judicial tem de ser feita uma compra?

O SR. RICARDO BARROS – Exatamente. Para cada decisão tem que ser feita a compra para aquela decisão.

Senador Amorim...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O senhor não pode ter um estoque daqueles medicamentos que tem mais demanda?

O SR. RICARDO BARROS – Exatamente. E quando a gente recebe de volta de algum paciente que não utiliza mais, também eles acham que nós não podemos utilizar aquele medicamento para atender outra demanda.

Eu estou dizendo porque nós enfrentamos isso dentro do nosso dia a dia.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Vou pedir a ajuda do Ministério, inclusive, para que possamos, com iniciativa legislativa nossa, resolver este problema, porque é um absurdo você ficar tendo que atender cada demanda.

Então, eu acho que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que a Comissão poderá...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... a Comissão poderá propor uma solução legal para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... organizar.

O SR. RICARDO BARROS – A nossa equipe está à disposição, os médicos estão aqui e os advogados para relatarem a dificuldade, não é a dificuldade, a regra para o cumprimento.

O Secretário Marcos Fireman quer fazer um adendo por favor.

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Senador, os medicamentos que são judicializados é porque o laboratório não pede o registro na Anvisa nem a incorporação dentro do SUS. Todos os medicamentos de doenças raras que foram registrados na Anvisa e que pediram incorporação ao SUS foram incorporados. Não houve uma única negativa. E também a gente simplifica o processo na Conitec quando não analisa a relação custo-benefício em relação a outros medicamentos, porque geralmente ele é único naquela doença. Então, é muito mais rápido.

Este ano, os medicamentos que foram incorporados ao SUS foram por uma busca proativa nossa em cima de uma pressão da indústria farmacêutica para que ela registrasse na Anvisa e fizesse o pedido ao SUS para incorporação. E por que muitas vezes não acontece isso? Porque com doenças raras são poucos pacientes no mundo, e, quando ela precifica aqui no Brasil, esse preço do medicamento baixa para o mundo inteiro. Então, eles preferem ficar na clandestinidade utilizando a Justiça do que entrar na legalidade via Anvisa e Conitec e ser submetido à precificação no Brasil.

Então, a lei diz que o que não é incorporado ao SUS, nós não podemos comprar administrativamente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Qualquer laboratório que solicitar a incorporação será atendido?

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Passando pela Anvisa primeiro será atendido.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sim, claro, com os ritos. Está bem.

Essa é uma declaração importante de V. Exª, porque eu tenho informações de laboratórios que tentam a incorporação e não conseguem.

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Eu posso lhe garantir que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Todos os de doenças raras que foram pedidos foram incorporados. Todos os de doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sua declaração é muito importante. Está consignada.

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Não houve nenhuma negativa até hoje na história da Conitec, em cinco anos, de rejeitar um medicamento de doenças raras.

Agora, não podemos comprar administrativamente quando o medicamento não está legalizado no Brasil. Então, a compra é judicial, e é feito, a cada caso, um processo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já estamos com vários progressos aqui de encaminhamentos.

Continuando, Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Vamos lá. Eu determinei urgentemente a compra dos processos que recebem as decisões judiciais, mas eu reconheço que há uma determinação de conferência dos requisitos necessários para o cumprimento da decisão.

A pessoa que obtém uma decisão judicial, ela não necessariamente, essa decisão, foi tomada com os requisitos necessários que comprovam a necessidade daquele medicamento para aquele doente, e por isso é que há, eventualmente alguém que tenha uma decisão judicial que não foi cumprida.

Isso porque, como vocês sabem, é dever de ofício do Poder Público recorrer de qualquer decisão contra o Erário. Nós não fazemos isso quando percebemos que o processo está absolutamente completo, formatado, mas precisamos, evidentemente, garantir a segurança do paciente quando disponibilizamos o medicamento.

O cadastro único foi uma sugestão do Senador. Vamos avaliar a possibilidade. Como estamos informatizando todo o sistema e todos terão a sua biometria, todo o seu histórico, todos os medicamentos que recebem, isso vai ser automaticamente viabilizado com o prontuário eletrônico que nós estamos implantando para todos os brasileiros.

A Anvisa, inclusive, nesta semana, aprovou uma resolução dando um rito especial para o registro de medicamentos de doenças raras. Houve uma negociação, e a Anvisa aprovou uma resolução, semana passada, dando esse rito especial para a aprovação desses...

Por que isso? Porque muitas vezes não há o estudo científico, não há o teste clínico, não há a comprovação efetiva do resultado da medicação. Então, essa é a grande questão da medicação de doenças raras. Eles são caríssimos, em alguns casos experimentais, e não têm a evidência clínica comprovada do resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para o Poder Público e para o paciente há que se ter todo o cuidado porque isso pode representar um risco também. Não apenas um risco de melhora, mas também um risco de piora.

O Senador Romário pergunta do porquê do descumprimento. Não há descumprimento. Há a revisão da necessária estruturação do processo, dos requisitos do processo. Não há descumprimento de decisão judicial.

Quanto aos que estão sem medicamento, como eu disse, as associações dos doentes têm nos solicitado prioridade para alguns casos em que o processo anteriormente estava autorizado, na revisão se verificou a falta do laudo ou a falta de algum elemento importante da confirmação do requisito, e aí, enquanto se procura regularizar o processo, alguns doentes que a associação nos informa como prioritários estão sendo atendidos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ministro, desculpe-me interromper.

Há uma pergunta que veio de Renato Trevellin, da Associação Unidos pela Cura da AME. É a medicação Spinraza, que V. Exª já colocou.

Estou interrompendo porque ele disse que já houve perícia médica, inclusive com a presença da funcionária do Ministério da Saúde Clarice Petramale, que atestou que ele possui a doença e que a medicação, que já possui registro na Anvisa, é a única chance de manter o filho dessa pessoa vivo.

E há um processo judicial. Vou encaminhar para V. Exª.

O SR. RICARDO BARROS – Se já houve a determinação, nós determinaremos a compra, sem dúvida nenhuma.

O Senador Garibaldi fala do PCDT. Nós temos, como falei, já 36 protocolos de diretrizes clínicas, nove estão em andamento.

Sobre os incentivos à pesquisa, temos algumas pesquisas sobre doenças raras no Brasil. Evidentemente, dentro daquelas chamadas da Finep, do CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia e recursos nossos também do Ministério da Saúde. Projetos apresentados nesse sentido são aprovados e estão em andamento.

O Senador Dalirio fala em manter a qualidade de vida dos pacientes. De fato, a continuidade da entrega do medicamento é importante e se dá sempre após a verificação, e o que se propõe aqui é que se mantenha o atendimento enquanto se faz a auditoria.

O Senador Elmano fala do Jelres, que estará conosco à tarde no Ministério. Um bilhão e seiscentos, Senador Elmano, é o que nós, Governo Federal, cumprimos de decisões judiciais. Mas no total de Estados, Municípios e União são R$7 bilhões. Então, nem nós, Governo Federal, somos os mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicializados. E temos feito um esforço nosso, claro, como aconteceu com o Spinraza, dá-se o registro, dá-se preço CMED, baixou para metade do preço, e há demandas contra os Estados também para este medicamento. Evidentemente que, nessas decisões que estão contra os Estados, também há um benefício do preço CMED, que é o preço máximo a ser praticado no Brasil.

Finalmente, o Senador Cássio aditou mais perguntas sobre a incorporação, e eu já falei que a Anvisa estabeleceu um *fast track*, e o custo/efetividade é avaliado, claro, para todos os medicamentos. Porque quando se incorpora um medicamento no SUS você está dispondo dele universalmente para todos que demandarem. Então há que haver previsão orçamentária para a incorporação desse medicamento no SUS. Por isso, as duras negociações que fazemos para ajustar um preço que seja possível ser assimilado no Orçamento da União.

E o limite de gasto por paciente não existe. Não existe limite de gasto por paciente. Uma vez que é iniciado um tratamento, enquanto houver a determinação judicial, nós estamos cumprindo. E nos casos de incorporação também. As pessoas que estão recebendo medicamentos que são incorporados no SUS, enquanto estiverem solicitando através do nosso atendimento descentralizado em Estados e Municípios – e quero lembrar que o atendimento do SUS é descentralizado; Estados e Municípios é que praticam as ações de saúde, nós apenas suportamos e rateamos o custo –, nós mantemos o atendimento sem limite de gasto por paciente, porque isso não está previsto na legislação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Uma notícia boa para o Senador Cássio, da pergunta que veio via celular. Nesse projeto de lei que é de 2015, de autoria de V. Exª, e que altera a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo/efetividade utilizado na análise da solicitações de incorporação de tecnologia e determinar a aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise, o relatório, que é da Senadora Ana Amélia, já foi entregue dia 9 deste mês e poderá ser pautado – esta é a última do ano –, na próxima audiência, nós poderemos pautá-lo. Isso já é uma boa resposta do andamento.

Agora nós temos as perguntas...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone*.) – Presidente, quero pedir a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Elmano.

Senadora Rose...

Pois não, Senador Amorim. Depois a Senadora Rose e as perguntas do pessoal que está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Presidente, colegas Senadores. Ministro, seja bem-vindo mais uma vez a esta Comissão.

Ministro, aqui é o Senador Eduardo Amorim.

O SR. RICARDO BARROS – Estou ouvindo, Senador Amorim. Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – O senhor tem falado praticamente desde o início da sua gestão do prontuário eletrônico. Nós, como médicos – não é, Moka? –, sabemos da importância de um instrumento como este, Senadora Rose, porque assim vamos saber quantos somos, onde estamos, o que temos, que tipo de doença vamos ter, o que usamos, qual o custo, enfim.

Com certeza será muito mais fácil não só para o Ministério gerenciar todas essas situações e com certeza atender de forma mais rápida e eficiente todos esses pacientes, sobretudo os de doenças raras, em que o número não é tão gigantesco assim, se comparado aos de outras doenças comuns.

Eu lembro que desde o início da sua gestão, o senhor tem falado muito do prontuário eletrônico. Eu sempre ressaltei essa importância. Eu tenho dito que, no dia em que o agente de saúde tiver um celular, um computador conectado a um posto de saúde, conectado ao seu secretário, ao secretário estadual, municipal, ou quem sabe ao Ministério, tudo talvez seja muito mais fácil, Moka, porque saberemos de tudo em tempo real. Teremos, na verdade, um senso não só daqueles hígidos, dos brasileiros hígidos, mas também e sobretudo daqueles que têm algum tipo de doença neste País. E, com certeza, facilitando, diminuindo custo e evitando sofrimento.

A minha pergunta vai nessa direção: quando, Ministro? Quando, finalmente, esse sonho do prontuário eletrônico, dessa conexão, estará disponível para todos nós, brasileiros? Quando o Ministério efetivamente terá isso sendo utilizado dia a dia? Qual a abrangência disso? Vem dos Municípios? É conectada uma rede? Qual modelo o Ministério tem pensado para isso?

Eu acho que com certeza, no dia em que tivemos isso, vai ser muito mais fácil, Senador Garibaldi, porque saberemos onde está o paciente com determinado tipo de doença: "Olhe, ele está lá no interior da Bahia, ele está lá no interior do Sergipe, está no interior do Mato Grosso, do Rio Grande do Norte; ele precisa disso..."

O Ministério não fará o planejamento se não quiser, mas saberá quem tem aquele tipo de doença e vai precisar daquele medicamento. Porque hoje em dia é apagando incêndio o tempo todo. E apagando incêndio quando dá, porque muitos ficam pelo caminho... Quer dizer, ficar pelo caminho significa perder suas vidas.

Mas quando, efetivamente, o Ministério vai disponibilizar? O senhor acredita que até o término da sua gestão isso estará disponível, Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Rose de Freitas, por favor.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ministro, antes de mais nada quero saudá-lo. Eu tenho a visão bem firme do trabalho que executa à frente do Ministério. Eu o considero um dos melhores Ministros do Governo, proativo, atende a todas as demandas com respostas.

Eu tenho uma dúvida que queria esclarecer, até porque me ocorre, nesse momento, através da nossa imprensa local e do diretor do hospital infantil, que V. Exª atendeu no nosso Estado. A questão desse cadastro sobre os frascos dos medicamentos que são necessários para tratamento de câncer infantil – um exemplo –, que é remédio insubstituível, necessário... Não tem um cronograma? Porque muitas vezes a notícia vem na televisão, imediatamente o Estado denuncia: "Não recebi." Aí o Ministério responde: "Nós estamos mandando periodicamente o medicamento." E não temos como aferir esse resultado. E no meio disso estão as vidas.

Agora acabo de receber, aqui. Está aqui uma manchete. Há dois frascos para acabar, dentro do hospital infantil, que trata da questão da... Dactinomicina?

O SR. RICARDO BARROS – Dactinomicina.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, está certo.

E nós temos aí essa luta que o senhor presenciou, acompanhou. Eu queria saber se não poderia haver um cadastro racional: tantos pacientes entram, tantos medicamentos são necessários, o Ministério divulga antecipadamente que está liberando medicamento. Porque, quando você vai discutir a solicitação feita pelo hospital, se foi atendida, eles afirmam que não foi, o Ministério afirma que foi, e o paciente é que está no meio da luta pela vida.

E a outra coisa que eu queria dizer a V. Exª: eu já lhe apresentarei isso posteriormente, mandei uma cópia à Mesa, é sobre essa questão da Anvisa. Só o médico, e aqui há alguns, pode prescrever um medicamento para o Will, por exemplo? Este medicamento não tem nenhum similar no Brasil. É preciso ser adquirido lá fora. O que acontece quando a Anvisa diz que ele tem que obedecer ao registro interno, é um prazo, Ministro, insuportável de se absorver. Porque, quando se cai na regra das exigências, muitas vezes quem faz a exigência, por mérito do caráter legal das coisas, não olha o tempo de vida que ele tem – não estou querendo matá-lo, não, Will; só estou exemplificando –, o tempo de vida que ele tem, a necessidade daquele medicamento, quando ele tem que ser ministrado. E, se ele não for ministrado naquele tempo, já morreu.

E hoje nós vimos uma matéria terrível: que a falta de um medicamento, em determinado lugar do Brasil, levou a óbito uma pessoa que teve quatro corações à disposição para o implante. Entendeu?

Conhecendo a sua dinâmica e a sua maneira de ver, não como Parlamentar somente, mas como foi o Relator diligente do Orçamento, é Ministro diligente... O maior entrave de tudo isso é vermos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergarmos, ouvirmos e tomarmos as providências todas – e eu acho que não é possível tomarmos todas ao mesmo tempo, mas o mais rápido possível –, para que a gente possa responder à demanda que é pior, que é a demanda da luta pela vida, que é a demanda da saúde. E confio muito que V. Exª possa fazer isso no tempo e na hora. Vi o combate da febre amarela no meu Estado, em que V. Exª esteve presente. Então, eu queria apenas recorrer aí aos auspícios da sua diligente administração.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso.

O SR. RICARDO BARROS – Vamos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, então, eu vou ler as perguntas que vieram aqui da plateia.

Pergunta da Associação Carioca de Distrofia Muscular e da Organização Brasileira de Apoio às Pessoas com Doenças Neuromusculares e Raras: "O ataluren foi reprovado pela FDA, agência americana, mas aprovado pela EMA, agência europeia. O Ministério da Saúde ouvirá as duas agências?"

Pergunta da Associação Carioca de Distrofia Muscular: "Ministro, o senhor considera que a incorporação de medicamentos órfãos deveria obedecer a uma lógica própria de avaliação ou deveria ser objeto de uma avaliação simular a dos medicamentos usados para as doenças prevalentes?"

Terceira, pergunta da Associação Goiana de Esclerose Múltipla nacional: "Por que não antecipar a compra dos medicamentos para evitar o desabastecimento geral nos primeiros três meses do ano, devido à dotação orçamentária ser aberta em abril, prejudicando as contas?"

Quarta, pergunta da Associação Piauiense da Doença de Fabry: "Sr. Ministro, quanto aos nossos pacientes em tratamento contínuo com Replagal para tratamento da doença de Fabry, podemos ficar tranquilos que esse medicamento será comprado regularmente para que não falte como agora?"

Eu vou parar por aqui, são as que vieram da plateia. Depois nós temos as do e-Cidadania, que são várias, mas eu vou ler duas ou três, e as outras vou encaminhar a V. Exª.

O SR. RICARDO BARROS – Está bem.

Eu vou responder...

Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Permita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Permita-me interromper o Ministro, porque nós temos aqui, na plateia, três Vereadores de Sumaré, em São Paulo, que estão perguntando: "Sabemos que, para um medicamento ser incorporado ao SUS, é necessário ter o aval da Conitec, sendo para isso necessária a sua aprovação. No caso do Spinraza, qual a possibilidade dessa aprovação partir do próprio Ministério?"

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Ministro.

O SR. RICARDO BARROS – Senador Garibaldi, esse medicamento já foi aprovado na Conitec.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BARROS – Não, não foi aprovado na Conitec. Teve registro na Anvisa e teve preço CMED. Não foi aprovado na Conitec ainda. Ele deverá ser apresentado ainda.

Foi apresentado já?

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Quanto a esse medicamento, Senador, o Brasil foi o terceiro país no mundo a registrá-lo e ele é um medicamento para o qual está sendo preparado o dossiê para apresentar na Conitec.

Como a gente acredita que o preço dele – a gente conseguiu baixar de 400 mil a ampola para 200 mil a ampola – deve cair internacionalmente à medida que outros países irão registrar, a gente está aguardando um pouco para ver se consegue com essa baixa de preço levá-lo à Conitec, mas isso não vai ser impeditivo para aquisição.

E eu quero registrar aqui que a associação de pacientes da AME nos ajudou bastante a segurar a judicialização até que a gente conseguisse fechar o preço com o...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que o problema que está acontecendo – desculpe-me – é que, enquanto não vem a compra, as pessoas não têm o remédio. Como é que se pensa em lidar com isso?

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Mas os pacientes que têm essa doença, ou qualquer doença rara e precisam de medicamentos não incorporados, só têm um meio: a judicialização para adquirir o medicamento. Nós não temos outra forma dentro da nossa legislação.

O SR. RICARDO BARROS – Nós só podemos comprar o que está incorporado administrativamente, o resto é decisão judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – Mas o laboratório até agora não pediu a incorporação. Não entrou na...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, eu acho que um dos encaminhamentos desta audiência, Senador Moka, e vai ficar nas suas mãos como Presidente da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, é que nós tenhamos uma outra forma de comprar tudo isso, porque esse jogo de laboratório realmente está tornando impossível a situação no Ministério e, pior ainda, para as pessoas que precisam do remédio.

O SR. MARCO ANTONIO FIREMAN – R$400 mil uma ampola é difícil a gente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu entendo. O Ministro está negociando; de 400 para 200 é uma diferença enorme, mas nós temos de ter outra forma também.

O SR. RICARDO BARROS – Muito bem.

A Senadora Rose de Freitas falou dos remédios para câncer.

Esses remédios, Senadora, são pagos no tratamento. Então, quando a gente credencia um tratamento de câncer, naquele procedimento que é pago para o tratamento, o medicamento já está incorporado.

O medicamento dactinomicina tem de ser comprado pelo hospital, não pelo Ministério.

Nós centralizamos a compra da dactinomicina recentemente porque houve uma manifestação dos hospitais que estavam com dificuldade de adquirir. O que acontece na prática é que produtos que são sem patente, de livre produção e baixo custo, os laboratórios tendem a descontinuar para substituí-los por um produto com patente, muito caro, como aconteceu com a asparaginase, que, vocês sabem, é um outro produto para câncer infantil, que nós compramos centralizado também, embora nós tenhamos pagado o procedimento, e que a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica nos sugeriu comprar a PEG-asparaginase, que custa 4.000% mais caro, obviamente com o mesmo efeito. Nós não podemos fazer isso. Mas há, então, um movimento da indústria em descontinuar a produção desse medicamento, que é mais barato, para conseguir colocar no mercado um medicamento mais caro.

A dactinomicina já foi centralizada. Haverá o abastecimento, mas não era nossa a responsabilidade; é responsabilidade dos hospitais.

Cada vez que a indústria faz um movimento de desabastecimento... Por isso nós temos as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, encomendas tecnológicas e laboratórios públicos oficiais, que podem suprir, eventualmente, essa produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às perguntas sobre ataluren, que eu falei que foi reprovado pela FDA, posso dizer que é um assunto que nós vamos avaliar. Vocês estão dizendo que foi aprovado na União Europeia. Nós vamos avaliar. Estou apenas alertando para o fato de que é um assunto que tem de ser olhado com a devida atenção.

Quanto ao Replagal, se estiverem as liminares em ordem, será comprado dentro da programação, bem como todos os medicamentos judicializados. Não há caso específico.

O Spinraza, como pediu o Senador Garibaldi, não está ainda com solicitação de incorporação.

A pergunta do ataluren eu já respondi.

Quanto à pergunta sobre a incorporação de medicamento órfãos, a Conitec tem uma regra geral. Nós vamos fazer uma... Nós estamos com alguns procedimentos especiais para doenças raras, mas, na política como um todo, elas serão tratadas dentro da regra que está estabelecida.

A pergunta da Associação Goiana sobre o desabastecimento geral nos primeiros três meses do ano já havia sido feita. Eu já respondi ao Senador Cássio. Nós compramos, nós fazemos compras para um período, e não mês a mês.

A pergunta da Associação Piauiense de Pacientes de Fabry sobre o Replagal eu também já respondi.

Não há nenhuma razão para haver desabastecimento, gente. O que há é uma necessária conferência do real cumprimento dos requisitos no processo de compra de medicamentos judicializados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Moka, V. Exª pediu a palavra?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone*.) – V. Exª não respondeu a minha pergunta.

O SR. RICARDO BARROS – Desculpa! Eu me esqueci de responder ao Senador Amorim.

Senador, nós já publicamos o cadastramento das empresas que fornecerão às prefeituras *tablets*, computadores, conectividade, treinamento de pessoal, biometria do usuário, biometria do funcionário e instalarão a infraestrutura para a transmissão dos dados.

Às prefeituras que já têm os seus sistemas, desde que se adaptem ao nosso padrão, que tem necessariamente de ter a biometria do funcionário e do usuário, nós pagaremos o equivalente a 50% do custo dessa estrutura de informatização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As que escolherem uma das empresas credenciadas... Podem ser centenas. Na audiência pública, havia 120 empresas que se apresentaram para informatizar Unidades Básicas de Saúde. Nós estabelecemos um preço fixo e as empresas se habilitam. O prefeito escolhe uma empresa – é ele que escolhe –, faz o contrato e nós pagaremos por essa informatização, descontando 50% no PAB do Município.

Então, existem os dois modelos: ou a gente ajuda o Município, ou o Município patrocina a nossa informatização.

A nossa expectativa é de que, daqui até o final do ano de 2018, todas as Unidades Básicas de Saúde do Brasil estejam informatizadas, 40 mil Unidades Básicas de Saúde. Hoje, 17 mil têm prontuário eletrônico; eram 920 quando assumimos a gestão. O senhor falou que eu comecei a falar disso desde que iniciamos a gestão. É verdade. Então, de 920, já temos 17 mil unidades com prontuário eletrônico e vamos a 41 mil unidades com prontuário eletrônico brevemente.

O Registro Eletrônico de Saúde (RES) também já foi licitado e está contratado. E temos o barramento, que lê todos os tipos de sistemas – os Municípios têm sistemas próprios de informatização, alguns Estados desenvolveram sistemas próprios – e padroniza as informações que serão fruto dessa avaliação. Nós, com essa informatização, teremos a maior base de dados de epidemiologia do mundo e uma integração muito eficiente. Investiremos 3,5 bilhões por ano em informatização. A expectativa nossa é economizar R$20 bilhões por ano, economizando com a duplicação de exames, consultas e entrega de medicamentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Moka pediu a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Gostaria de dizer ao Ministro que, junto com os outros Senadores... Mas antes vamos conversar também com V. Exª ou com quem V. Exª determinar para ajudarmos na pressão junto à AGU, porque comprar especificamente para um paciente é extremamente... É falta de bom senso isso! Não há por que isso continuar.

Outra coisa: eu queria que V. Exª, por exemplo, pelo menos garantisse que, antes de encerrar o ano orçamentário, a gente tivesse um planejamento no sentido de fazer as compras. O desespero das pessoas é se ficar por três meses sem comprar o medicamento, porque, no fundo, no fundo, todo mundo que está aqui só pensa em uma coisa: vai faltar o medicamento no mês de janeiro ou no mês de fevereiro.

Eu acho que tem de haver realmente uma pressão política no sentido de ajudar V. Exª, ainda que seja na área econômica. Mas nós temos que dizer a esse pessoal: "Olha, nós vamos regularizar o abastecimento." Essas pessoas precisam disso, elas estão lutando por isso, porque, na verdade, quando há um óbito, são elas que vão lá confortar a família ou são elas que recebem a queixa e, às vezes, até os maus-tratos; às vezes, são injustamente culpadas por não providenciar a medicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que a fala pode parecer agressiva, mas V. Exª sabe o respeito e a amizade... Nós fomos Deputados juntos, por 12 anos, e eu fui visitá-lo quando ainda era Prefeito de Maringá, para levar, naquela época, o que V. Exª já fazia de diferente em Maringá pela população. Eu tenho certeza de que as pessoas que estão aqui querem saber isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Tenho algumas perguntas aqui, mas vou passar a palavra ao Ministro para responder exatamente a essa questão.

O SR. RICARDO BARROS – Senador Waldemir Moka, nós não temos esse *gap* de três meses de orçamento, mas também não é essa a questão. As compras estão sendo feitas dentro de períodos de compra, então, nós compramos para 150 dias, compramos para 120 dias. Normalmente, 150 é o nosso padrão de compras para ter um abastecimento, aí iniciamos nova compra. Por que nós não compramos por um ano, dois anos? Porque a cada compra nós compramos mais barato. Nós montamos uma operação de guerra em cima da indústria farmacêutica, e cada compra nós compramos mais barato. Cada vez que nós compramos mais barato, podemos atender mais brasileiros.

E é essa lógica que está estabelecida. Claro que, por conta da pressão e da consequência do nosso modo de negociação, alguns laboratórios provocam o desabastecimento para criar uma pressão maior para ver se a gente cede na negociação.

Quero lembrar aos senhores que nós estamos tratando, por exemplo, a hepatite C: em 2015, nós tratamos 24 mil pessoas. Aí depois, 35 mil com o mesmo dinheiro, 42 mil com o mesmo dinheiro e agora vamos tratar todos os pacientes de hepatite C, vamos erradicar a hepatite C no Brasil, comprando o tratamento, e não o medicamento. A indústria vai se responsabilizar pela qualidade do produto, pela eficiência do produto, pela regularidade da tomada do medicamento, porque nós só vamos pagar o atestado de cura. E eram US$9 mil quando eu cheguei no Ministério um tratamento de hepatite C, e agora são US$3 mil o tratamento de hepatite C.

Então, eu quero pedir a compreensão dos senhores no sentido de que a ampliação do acesso a todos é a nossa meta. E para que possamos dar acesso a todos, nós necessariamente precisamos reduzir as margens extraordinárias que os laboratórios têm na venda de medicamentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu parabenizo essa ação, mas isso está tendo, como consequência, um hiato de falta de remédio. O resultado dessa ação correta do Ministério vai propiciar um aumento incrível de pessoas atendidas. Agora, a gente só tem que ver para não deixar esse pedacinho de tempo ser tão difícil para as pessoas.

Há mais algumas perguntas da audiência aqui.

Pergunta da cidadã Margareth Maria Araújo, portadora de hemoglobinúria paroxística noturna e porta-voz dos pacientes dessa doença no Brasil. Ela diz que o Ministro alegou que houve dispensação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medicamento para paciente que não teria a doença, mencionando uma possível fraude. "Ele se referiu ao paciente, se referiu ao advogado, mas não falou sobre o médico que deu o diagnóstico." Ela pergunta: "O médico foi inquirido?"

Outra pergunta, agora da associação cearense de doenças raras: "Qual a previsão de compra da medicação para tratamento de mucopolissacaridose tipo II, que está em atraso de dois meses, pois na última reunião foi informado que a compra seria publicada, e até agora, nada."

Seguinte, pergunta da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves: "Quais as especialidades dos médicos que auxiliam o Ministro da Saúde? A pesquisa do DENASUS está disponível para o público? Onde podemos ter acesso?"

Última pergunta, da Associação Goiana de Esclerose Múltipla nacional: "Por que não incorporar as medicações judicializadas ao SUS?"

Umas foram respondidas, mas algumas, não.

Essas outras, V. Exª...

O SR. RICARDO BARROS (*Fora do microfone.*) – Se quiser, fique à vontade. Já perdi a audiência que eu tinha. Vamos lá! Pode fazer, e encerramos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Simone Arede, Presidente da Associação Brasileira de Homocistinúria e Coordenadora do grupo Mães Metabólicas: "Nos erros inatos do metabolismo, que fazem uso de fórmula nutricional, o Ministério da Saúde já fez uma Portaria 44, em janeiro de 2007, e outra em maio de 2012, para disponibilizar fórmulas nutricionais para esses pacientes. Até hoje, nada. Então, todos esses pacientes foram obrigados a entrar na Justiça. Nesse processo, o que o Ministério da Saúde tem a dizer, já que está estudando o caso há dez anos? Não estamos falando das fórmulas para alergias alimentares, que estão em consulta na Conitec, são para os erros inatos do metabolismo."

Segunda pergunta da mesma associação: "O Ministério da Saúde disse que está elaborando o protocolo da homocistinúria, uma dessas doenças, só que já se passaram oito anos. Esse tempo não foi suficiente para resolver o problema?" Parece que o senhor pegou coisas andando, não é?

Agora vem a pergunta de Roseana Vilarim Pimentel, advogada e Presidente da Associação Brasileira de Família e Amigos Portadores de CCHS, ou síndrome de Ondine. "A síndrome de Ondine ou CCHS é uma doença ultrarrara, acomete um bebê para cada 200 mil nascimentos, é uma doença órfã invisível, visto que para essa síndrome não existem ainda tratamentos ou remédios, mas manutenção da vida através de respiração mecânica. Por isso, é indispensável para o portador adquirir os equipamentos para sair do hospital e ter o direito de viver em casa com a família. Existem muitos bebês esperando decisão da Justiça para obter esses equipamentos. Manter essas crianças no hospital é muito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispendioso para o Poder Público do que fornecer os equipamentos para viverem em suas casas. A sua gestão, Ministro Ricardo Barros, tem sido marcada pelo aperfeiçoamento da gestão e economia de recursos. Nesse sentido, sabendo-se que é mais econômico fornecer o equipamento aos portadores da síndrome de Ondine para tratamento domiciliar, há alguma previsão ou estudo sobre o tema no âmbito do Ministério da Saúde?"

A última. Cristiane Simone Hamman, Presidente da Associação Catarinense de Pacientes e Amigos de Gaucher (ACBAG), gostaria de saber por que até agora o contrato que foi feito para compra da medicação de imiglucerase para os pacientes de Gaucher no Brasil não foi assinado. E por que os 7.745 frascos que estão no Governo não foram entregues nos Estados?

Nós temos também 11 perguntas que não vou ler, do e-Cidadania, entre elas uma do DF, uma de Minas Gerais, uma do Paraná, duas do Rio de Janeiro e duas de São Paulo. Elas são sobre remédios específicos. Há o nome da pessoa, e eu vou encaminhar para o Ministério.

O SR. RICARDO BARROS – Muito bem, eu vou responder a questão da Margareth Maria Araújo. Evidentemente, toda vez que identificamos uma fraude, nós buscamos todos os responsáveis, inclusive o médico. Mas essa é uma ação administrativa da nossa AGU, que, após a constatação da fraude, toma as providências legais necessárias. Todos os envolvidos são responsabilizados.

Sobre a pergunta sobre a questão da compra da medicação da mucopolissacaridose tipo II que estaria em atraso de dois meses, eu vou verificar exatamente qual é a questão. Como eu disse a vocês, nós temos feito a compra por processo. Quando o Senador Moka falou sobre a questão da compra... "Por que tem de comprar um para cada decisão judicial?" Porque nós não podemos comprar o medicamento que não está incorporado no SUS.

Há uma pergunta que fala da pesquisa do DENASUS, se ela está disponível para o público. Quais são os especialistas e os médicos que auxiliam o Ministério da Saúde? Eles estão presentes aqui. Eu já os apresentei. Inclusive, vocês podem procurá-los aqui, ao final da reunião.

Há uma pergunta da Associação Goiana: "Por que não incorporar as medicações judicializadas?" Normalmente, porque o laboratório não pede a incorporação, porque prefere vender o judicializado por um preço muito mais alto.

A Roseana, da Associação dos Amigos dos Portadores da Síndrome de Ondine, fala da questão de nós comprarmos respiradores. Acho que é esse o caminho. Nós temos o programa Melhor em Casa, um programa de desospitalização. Nós buscamos fazer ao máximo a desospitalização, inclusive, de pessoas que estão em Unidades de Terapia Intensiva.

Então, peço que você procure a nossa equipe técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Secretário Marco Fireman poderia fazer um contato com ela, para a gente tratar do fornecimento do respirador, para a criança poder ficar em casa, e não hospitalizada. É evidente que isso é mais econômico para o Poder Público e mais confortável para a família.

"Por que os 7.745 frascos ainda não foram entregues nos Estados?" Não sei por quê, mas, se você sabe que são 7.745 frascos, é sinal de que nós temos uma boa relação de transparência do Ministério com a associação.

E finalmente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Tem de descobrir por que eles estão lá.

O SR. RICARDO BARROS – Eu vou verificar, mas eu estou apenas demonstrando que há o acesso das pessoas à situação de fornecimento do medicamento do Ministério, que há uma relação de transparência.

Aqui, há a questão que fala dos PCDTs, a questão dos inatos do metabolismo e da homocistinúria. Nós temos, de fato, vários Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas que estão em andamento, que estão em negociação, desde muitos anos atrás. Eu tenho feito uma relação muito objetiva com a Sociedade de Especialistas. Desde que assumi, a Sociedade de Especialistas indica o especialista que participa do debate sobre os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Antes, a nossa equipe escolhia um especialista e o convidava. Agora, há um representante da sociedade, oficial, para defender a visão e o interesse da sociedade como um todo.

Então, nesse sentido, eu agradeço muito, Senadora Marta Suplicy, a oportunidade do debate.

Atenderei, à tarde, o nosso companheiro que pediu a audiência e também mais alguma associação que queira. Eu tenho alguns compromissos externos à tarde, mas estarei no Ministério. Minha última audiência será às 21h30. Vocês poderão... Tento intercalar vocês, ou vocês chegam um pouquinho depois, que eu os atendo.

Quero agradecer também ao Senador Moka, que fez um esforço muito grande para estruturar este debate. Já previamente, as reuniões que foram feitas entre a Conitec, a Anvisa e os técnicos do Ministério, certamente, foram úteis para o esclarecimento e para a integração maior da nossa equipe com as associações dos portadores de doenças raras.

Estou reafirmando aqui o meu compromisso, dentro da visão de gestão, de oferecer o maior acesso possível a todos vocês, para que possam ter os medicamentos que, efetivamente, melhorem a qualidade de vida ou propiciem a cura desses doentes.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ministro, quanto à questão da regulação, eu acho que os médicos do Ministério da Saúde que estão aqui concordam com essa questão de que é melhor ir ao centro de referência. Se o centro de referência julgar que não é o caso, voltar à regulação.

Eu queria pedir a V. Exª pelo menos essa...

O SR. RICARDO BARROS – Eu vou propor, Senador Moka, na Comissão Tripartite, esse debate, porque o Ministério não executa essas ações, nós não temos os centros de referência. Eles são do Município ou do Estado. Não há como nós impormos um modo de gestão neste nosso modelo de entes da Federação autônomos. Mas eu farei a proposta para a Comissão Tripartite – Estados, Municípios e União – para que, havendo esse entendimento, aí, sim, por uma adesão ao entendimento, isso possa se repercutir lá na ponta, nos nossos centros de especialidades.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quero parabenizar o Senador Moka pela dedicação, que tem sido contínua, dinâmica e profícua nesta reunião aqui em relação às doenças raras. Acredito que nós vamos fazer alguns encaminhamentos bem importantes.

Agradeço a presença espontânea do Ministro Ricardo Barros. Parabenizo-o pela dedicação ao Ministério. Todos nós nos regozijamos muito com a diminuição dos preços dos remédios. Esperamos conseguir viabilizar tudo que foi falado aqui porque interesse de V. Exª há, sabemos que é difícil, mas estamos vendo progressos. Às vezes o progresso causa esse hiato de falta do medicamento para atender as pessoas.

Acredito que hoje valeu muito. Espero que o senhor consiga chegar na sua audiência – não sei se ainda vai conseguir. Aqui foi muito bom para todos, que se sentiram muito acolhidos nas suas preocupações e, às vezes, nos seus até desesperos. Nós sabemos que estamos sendo ouvidos.

Agradeço imensamente.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco imediatamente a abertura da próxima reunião, a 65ª, deliberativa.

Muito obrigada!

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e treze minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Rose de Freitas, Paulo Paim, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Roberto Rocha, José Medeiros, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." **Autoria:** Deputado Luis Carlos Heinze. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." **Autoria:** Deputado Jorge Tadeu Mudalen, **que tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011 - Não Terminativo**. " **Autoria:** Senador Vital do Rêgo; **e com PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015 - Não Terminativo.** " **Autoria:** Deputado Milton Monti. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do PLC 104/2015 na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta; e pela prejudicialidade do PLS 483/2011 e do PLC 214/2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a isenção da tarifa de pedágio nas vias federais, exploradas direta ou indiretamente, pelos veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos motoristas de ambulância." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Emenda nº 1 da Senadora Ângela Portela. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." **Autoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 142 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater sobre o aproveitamento da membrana amniótica da placenta como tratamento alternativo de queimaduras. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Eduardo Chem – Diretor do Banco de Pele da Santa Casa de Porto Alegre; Dr. Luiz Philipe Molina Vana – Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; e Sra. Mira Falchi - Presidente do Instituto Pró-Queimados." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 143 de 2017** que: "Nos termos do art. 90, inciso XI e do art. 101, inciso I e V, ambos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, requeiro a esta Comissão de Assuntos Sociais, que formule consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais, ficando a deliberação dessas proposições pendentes de análise nesta Comissão de Assuntos Sociais até a manifestação daquele colegiado." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Avaliação de Política Pública do Poder Executivo em 2017 (Artigo 96-B do RISF)**. **Finalidade:** Discussão e votação do Relatório da avaliação da Política Pública "Programa Mais Médicos" em 2017 - RAS 19/2017. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta Reunião, a 65ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que é aprovada. Usam da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e as Senadoras Rose de Freitas e Marta Suplicy Presidente desta Comissão. Por determinação do Presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de cinco itens não terminativos, dez itens terminativos, dois requerimentos. Infelizmente, nós tivemos a chamada para o Congresso hoje, então vamos fazer uma reunião muito curta.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir a inversão da pauta, uma vez que os relatores dos três primeiros projetos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acabo de ser informada de que o Senador Eunício pediu para todos nós irmos ao plenário, e tudo que aqui for aprovado não terá validade, pois há um Congresso em exercício.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É a informação.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O Congresso está contando apenas como presença ainda ou já entrou na Ordem do Dia?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que ele está querendo a presença para poder abrir. Não está conseguindo.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mas enquanto isso, se V. Exª me permite a sugestão, V. Exª pode votar. Temos aqui um relator, outro relator. Na hora – eu vou verificar pelo painel – em que estiverem faltando três, quatro, nós saímos para dar o quórum. Todos estarão na Casa. Isso é o normal a fazer, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sei. Mas nós vamos votar as coisas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Vamos! Vamos votar o que der para votar. Esta é praticamente a última semana de funcionamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Infelizmente, Senadora Rose, eu também adoraria fazer isso, porque a nossa pauta está extensa, mas não vamos ter condições de fazer. Vai-se tornar sem efeito o que nós deliberarmos aqui.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ele anunciou que tornará sem efeito?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Anunciou.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pediu que se suspendessem todas as...?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pediu. Então, acho que nós não podemos...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, V. Exª está coberta de razão.

Eu só queria deixar o pedido de que fosse inserido na próxima pauta exatamente um dos projetos que foi apresentado aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aquele do Caiado?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Exatamente, o projeto do qual o Senador Caiado carinhosamente elaborou o parecer e, por impossibilidade física, não estará aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A gente coloca na pauta entre os três primeiros, Senadora.

Pronto, está feito.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está encerrada a reunião. Devido à abertura do Congresso, não podemos continuar.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 65ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta. Registra a presença o Senador Ataídes Oliveira. A Presidência registra a presença dos Senhores: Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT e Secretário-Geral da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); Evandro Magal Abadia Correia e Silva, Prefeito de Caldas Novas-GO, e Vando Vitor Alves, Prefeito de Palmeiras de Goiás-GO. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 71/2017, de autoria do Senador Edison Lobão. Finalidade: Avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, com ênfase no panorama da segurança pública do País e nas principais dificuldades à implementação da referida Política Pública. Participantes: Sr. MOZART MANUEL MACEDO FÉLIX, Delegado de Polícia Civil e Associado da Adepol (representante de: CARLOS EDUARDO BENITO JORGE, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol); Sr. EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR, Secretário de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal; Sr. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA, Presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra); Sr. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA, Promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Sr. LEANDRO CERQUEIRA LIMA, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Roberto Requião, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Marta Suplicy, Rose de Freitas, Jorge Viana, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Humberto Costa, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Wilder Morais, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Magno Malta, Cidinho Santos, Vicentinho Alves e Roberto Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, José Maranhão, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Benedito de Lira, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Lopes. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 48ª Reunião Extraordinária e da 49ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: “Tipifica o porte de arma branca.” Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Em 22/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Valdir Raupp (Ad hoc), substituiu Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: “Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).” Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 21 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. Observação: Em 22/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Lindbergh Farias. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com a emenda nº 1-CCJ (de redação). ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin (Ad hoc), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017 - Não Terminativo - que: "Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)." Autoria: Deputado João Arruda. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH, 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo). Observação: Aprovado o RQJ nº 87, de 2017, de Urgência para a matéria. A Presidência registra a presença da Senhora Rose Leonel, que iniciou a discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2017, na Câmara dos Deputados. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014 e pela rejeição das Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66 e da Emenda nº 67 apresentada na CCJ; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 55 e 56 e da Emenda nº 68 apresentada na CCJ; prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada." Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental." Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2017 - Não Terminativo - que: "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento." Autoria: Senador Wilder Morais e outros. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Randolfe Rodrigues e Magno Malta, nos termos regimentais. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2013 – COMPLEMENTAR - Não Terminativo - que: "Acresce o art. 11-A à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para estabelecer a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, de 2007 - Não Terminativo - que: "Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semi-elaborados e estabelece a possibilidade do contribuinte se creditar do imposto pago para efeito de compensação com tributos federais devidos." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Rose de Freitas (Ad hoc), substituiu Sen. Antonio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Armando Monteiro e Lasier Martins, nos termos regimentais. ITEM 42 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 1, de 2012 AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2003 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Rose de Freitas (Ad hoc), substituiu Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao SCD nº 1, de 2012 com três emendas de redação que apresenta e contrário ao artigo 3º. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao SCD nº 1, de 2012, com as Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ (de redação) e contrário ao artigo 3º. ITEM 43 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 118, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição da República, para vedar o contingenciamento dos recursos orçamentários destinados a fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência." Autoria: Senador Pedro Taques e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, de 2015 - Não Terminativo - que: "Inclui incisos no art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, provendo recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o serviço telefônico de recebimento de denúncias e para a premiação em dinheiro por informações que auxiliem nas investigações policiais; dispõe sobre esse serviço telefônico; e dá outras providências." Autoria: Deputado Beto Mansur. Relatoria: Sen. Rose de Freitas (Ad hoc), substituiu Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 45 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 199, de 2015 - Não Terminativo - que: "Regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha." Autoria: Deputado Leopoldo Meyer. Relatoria: Sen. Ângela Portela (Ad hoc), substituiu Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer favorável ao Projeto com a emenda nº 1-CCJ. ITEM 46 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 47 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 48 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 49 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CIDADANIA Nº 87, de 2017 - "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 50 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 88, de 2017 que: "Requeiro, nos termos do artigo 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimento, nesta Comissão, juntamente com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, e Assuntos Sociais - CAS, que já aprovaram requerimentos de mesmo teor, sobre a Portaria do Ministério do Trabalho Nº 1129, de 13/10/2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PIMTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016"." Autoria: Senador Valdir Raupp e Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 48ª Reunião, Extraordinária, e da 49ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 48.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a inversão do item 29, a inversão de pauta. Já li o relatório na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se o Plenário desta Comissão estiver de acordo, faremos a inversão. (*Pausa.*)

Está feita a inversão.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, DE 2009

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH).

Autoria: Deputado Chico da Princesa

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: - *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;

- em 08/11/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Antonio Anastasia e Wilder Morais nos termos regimentais.

Os Senadores Antonio Anastasia e Wilder Morais, até o momento, não se manifestaram.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, quero, primeiramente, agradecer a V. Exª pela disposição de ter pautado esse projeto de interesse dos Municípios brasileiros.

São 727 Municípios no Brasil, o que corresponde a uma população de 40 milhões de habitantes, que foram prejudicados pelo fato de, em áreas cultiváveis desses Municípios, terem feito a construção de usinas hidrelétricas, sendo que a compensação financeira é pouca ou representa quase nada em função de tudo que eles perderam e também das questões sociais que todos esses empreendimentos trouxeram.

Hoje nós temos aqui, no nosso plenário, prefeitos e prefeitas de todo o País que aguardavam com ansiedade a aprovação desse projeto aqui na CCJ. Então, agradeço a V. Exª, que prontamente nos atendeu, atendeu os prefeitos. Agradeço aos demais Senadores.

Nós temos um requerimento de urgência para dispensá-lo de outras comissões e levar esse projeto diretamente ao Plenário. Vamos, então, marcar audiência com o Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, para que o nosso requerimento de urgência seja votado e, assim, a matéria não precise passar por outras comissões, como já passou nesta Comissão de Constituição e Justiça, que é a principal comissão desta Casa, e, com isso, possamos finalmente ter esse projeto aprovado.

Agradeço mais uma vez a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passemos ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015

- Terminativo -

Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Autoria: Senador Romero Jucá.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015

- Terminativo -

Tipifica o porte de arma branca.

Autoria: Senador Raimundo Lira.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Relator para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão para análise, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2015, de autoria do Senador Romero Jucá, e nº 320, de 2015, de autoria do Senador Raimundo Lira. As proposições tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 932, de 2015, em 25 de agosto de 2015, e visam tipificar o crime de porte de arma de branca, com o fim de cometer crime, com poucas distinções de mérito.

Enquanto o PLS nº 311, de 2015, visa alterar o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca, com pena de um a seis meses de detenção, e a agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o PLS nº 320, de 2015, visa criar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação esparsa e oferece tratamento mais rigoroso ao tema ao fixar pena de um a três anos de detenção.

Antes do requerimento de tramitação em conjunto, o PLS nº 311, de 2015, chegou a ter relatório apresentado pela Senadora Simone Tebet, não apreciado por esta Comissão, que concluiu pela aprovação do projeto.

Até o presente momento, não foram oferecidas emendas às proposições.

Análise.

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites formais e materiais constitucionais. Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade nos projetos.

Como bem observou a eminente Senadora Simone Tebet, em seu relatório ao PLS n° 311, de 2015, os projetos se revelam necessários, diante da onda de violência que acomete as cidades brasileiras, com a utilização frequente das chamadas armas brancas, como é o exemplo das facas, estiletes, canivetes e punhais.

A utilização crescente de armas brancas para o cometimento de crimes revela a necessidade de endurecimento do tratamento penal dado à matéria. Atualmente, o delito não é livre de sanção, pois está previsto como contravenção penal no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Todavia, entendemos que a conduta de porte de arma, ainda que branca, apresenta grave potencial lesivo incompatível com a criminalização por meio de mera contravenção penal.

Comparando o texto dos projetos, verifica-se que ambos são tecnicamente adequados para a criação do tipo penal, todavia, cremos ser o PLS nº 320, de 2015, sutilmente superior.

Com efeito, referida proposição não modifica o Código Penal e cria legislação esparsa, preservando-se, assim, a sequência e estabilidade dos tipos penais já previstos no Código. Igualmente, a previsão do parágrafo único do art. 2º do PLS nº 320, de 2015, que informa que "é lícito o porte de artefato perfurante, cortante ou contundente para emprego em ofício, arte ou atividade para o qual foi fabricado", se revela necessária para garantir o uso profissional de referidos instrumentos, ilidindo eventuais interpretações contrárias e traduzindo segurança jurídica.

Entretanto, consideramos ser oportuna uma adaptação da pena conferida ao crime pelo PLS n° 320, de 2015 - de um a três anos de detenção, e multa - porquanto demasiadamente elevada. De fato, trata-se da mesma reprimenda prevista para crimes muito mais graves, como o homicídio culposo.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 311, de 2015, e pela aprovação do PLS n° 320, de 2015.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Como se trata de um projeto de caráter terminativo, tão logo haja o quórum devido, voltaremos a essa questão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Autoria: Deputado Rubinelli.

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto.

Não estando presente a Senadora Simone Tebet, nomeio o Senador Valdir Raupp como Relator *ad hoc* e concedo a S. Exª a palavra para leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 140, de 2017 (Projeto de Lei nº 2.862, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Federal Rubinelli, que altera os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 34 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

O projeto, na forma da redação final encaminhada a esta Casa, acaba com benefícios atualmente concedidos ao agente que, na data do crime, tenha entre 18 e 21 anos de idade. Assim, deixam de ser previstas a atenuante genérica, que consta do inciso I do art. 65, e a regra da contagem do prazo prescricional pela metade, prevista no art. 115, ambos do CP. Além disso, a proposição prevê a possibilidade de o ofendido menor de 18 e maior de 16 anos exercer o direito de queixa sem estar representado por pessoa maior de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que se depreende da justificação apresentada na origem, o autor da proposta mostra-se preocupado, por um lado, com o aumento do número de crimes bárbaros praticados por crianças e adolescentes, não só no Brasil, como em diversos países do mundo, e, por outro, com os benefícios concedidos aos que, na data da sentença, são maiores de setenta anos. Em razão desse quadro, e como forma de reduzir a impunidade, argumenta que a revogação do art. 115 do CP eliminaria privilégios. A proposição, todavia, teve seu objeto modificado pelo plenário da Casa iniciadora, que entendeu por revogar somente os benefícios concedidos ao agente com idade entre 18 e 21 anos, e permitir que o indivíduo entre 16 e 18 anos de idade tenha o direito de apresentar queixa, independentemente de estar representado por um maior.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Então, vou para o voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Que os favoráveis permaneçam como estão e que os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Autoria: Deputado João Arruda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 24/08/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3 de autoria do Senador Roberto Rocha.

- Em 08/11/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Armando Monteiro e Antonio Anastasia nos termos regimentais.

Com a palavra a Relatora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, nós já lemos o relatório na reunião passada. Houve um pedido de vista, e hoje nós faríamos a discussão.

Eu quero fazer um apelo à Comissão para que possamos fazer a discussão e o debate, aprovando este projeto. Ele é muito importante, Senador Requião. Só para relembrar do que ele trata, ele tem o objetivo de atualizar a legislação que está em vigor para enfrentar a violência contra a mulher também na chamada vingança pornográfica, na qual o agressor, valendo-se das relações de intimidade, divulga nos meios de comunicação, especialmente nas redes sociais, cenas privadas de nudez, violência ou sexo para causar constrangimento, humilhar, chantagear ou provocar o isolamento social da vítima.

Esse projeto de lei teve a iniciativa do Deputado João Arruda, porque quem foi responsável pela sua existência, ou seja, pela sua apresentação, foi uma paranaense, que está aqui, inclusive, no plenário, que é a Rose Leonel, de Maringá. Ela sofreu com isso, teve fotos divulgadas na rede social.

Não tínhamos nenhuma tipificação para coibir esse comportamento, porque a pessoa vale-se da relação íntima com a outra. Por isso, nós estamos alterando a Lei Maria da Penha. Tem a ver com as relações domésticas também.

E a Rose Leonel teve uma grande batalha para que nós chegássemos a esse projeto de lei. O Deputado João Arruda apresentou na Câmara dos Deputados. Passou por uma série de alterações. Eu relatei esse projeto na Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado e também relatei aqui na CCJ.

Nós fazemos a alteração na Lei Maria da Penha, que é de aproveitar já o inciso II do art. 7º da Lei Maria da Penha, que define a violência psicológica, para acrescentar na descrição da conduta a violação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da intimidade da mulher, passando a ser esse também um meio de se produzir violência psicológica contra a mulher. E também há alteração no Código Penal. Mantivemos a decisão da CDH de reposicionar a nova tipificação na parte especial do Código Penal, no título VI, que retrata dos crimes contra a dignidade sexual. Acatamos uma emenda da CCJ de autoria do Senador Roberto Rocha, para alterar o nome do novo tipo penal, passando de "divulgação de cena de nudez", ou de "ato sexual de caráter privado", para "divulgação não autorizada da intimidade sexual". E mantivemos a decisão da CDH de criar um novo capítulo dentro do Título VI, que passa a ser o Capítulo 1-A, Da Exposição da Intimidade Sexual. Acolhemos uma parte da emenda que aumenta a pena para reclusão de dois a quatro anos e multa. E acolhemos também uma sugestão de emenda para equiparar na mesma tipificação aquele que permite ou facilita por qualquer meio o acesso de pessoa não autorizada ao produto desse crime.

É bom registrar aqui, Senador Requião, que nós tivemos já suicídio, vários suicídios, principalmente de adolescentes que foram vítimas de exposição de fotos de sua intimidade na rede social. Então, é muito importante que esta CCJ aprove esse projeto.

E eu quero pedir licença a V. Exª para solicitar que a Rose Leonel possa entrar aqui no plenário. Ela está, eu acho, já na audiência aqui atrás. Que ela possa entrar e ficar aqui conosco durante essa discussão!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Está convidada a Srª Rose Leonel para participar no plenário.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Com a palavra, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em seguida, o Senador Humberto Costa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar a Senadora Gleisi não só pelo relatório, mas pela militância efetiva que tem tido no sentido da defesa das mulheres. Nós somos uma bancada pequena aqui no Congresso. Neste momento, estamos aqui eu, além da Senadora Gleisi, a Senadora Ângela e a Senadora Rose de Freitas. Somos em torno de 12%, 13% somente nesta Casa. Mas temos nos dedicado muito ao tema, Sr. Presidente, que tem infelizmente trazido tantas notícias ruins pelo Brasil afora. Nós temos uma realidade no Brasil que destoa da realidade mundial. Se é fato que a violência contra a mulher acontece no mundo inteiro, no Brasil ela acontece de forma ainda muito mais significativa, infelizmente.

Nós tivemos a preocupação, Sr. Presidente, de fazer uma análise, Senador Valdir Raupp, relacionando a questão da violência com a questão do empoderamento da mulher. E veja, Senador Requião, qual é a realidade brasileira: enquanto o Brasil, no quesito participação de mulheres na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política, ocupa a 154ª posição, no quesito violência ocupa a 5ª posição no mapa mundial. Ou seja, isso significa dizer que a violência está diretamente ligada à falta de empoderamento da mulher, porque a falta de empoderamento da mulher não apenas retira dela a possibilidade de atuar na legislação, atuar nos locais de tomada de decisão, mas também faz com que ela não seja um ser respeitado como deva ser, efetivamente, perante a sociedade, sobretudo perante os homens, que, quando se casam ou iniciam um namoro, acham que estão adquirindo uma nova propriedade e dispõem da mulher da forma como bem entendem. E hoje é exatamente o Banco Mundial que apresenta um relatório mostrando que, para enfrentar a pobreza, a fome, a miséria, é necessário empoderar as mulheres.

Lembro também, Presidente, que nós estamos agora... Ontem, segunda-feira, dia 20, Dia da Consciência Negra, nós iniciamos no Brasil a campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Então, nada mais justo do que aprovar, Senadora Gleisi, um projeto de tamanha importância e de tamanho impacto perante a sociedade brasileira.

Então, o que eu queria sugerir – tenho certeza absoluta de que nós devemos aprovar esse projeto agora – é que seja feito, e já o faço, um pedido de urgência para que possamos, imediatamente, votá-lo no plenário do Senado Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria dizer que sou totalmente favorável a essa proposta. Eu acho que esse é um tipo de crime que tem sido feito de maneira quase generalizada. Ele leva a um processo de exposição das mulheres que me parece absolutamente inaceitável, é uma forma de constrangimento e de violência que tem destruído várias reputações de mulheres, produz um desrespeito absurdo, é uma das formas mais agressivas de machismo, e eu sou inteiramente favorável à aprovação de uma legislação dura para que nós possamos eliminar esse tipo de prática.

Agora eu tenho uma dúvida. Eu não tive a oportunidade de ler o projeto e queria perguntar algo à Relatora ou à própria Senadora Gleisi Hoffmann. Existem situações que não são exatamente a divulgação de relações sexuais ou de atos libidinosos. Houve um exemplo triste há dois anos, e já vi outras situações na internet em que, por exemplo, há um flagrante não da relação sexual, mas da saída de um casal de um motel, e aí vem toda aquela agressividade, aquele *bullying*. Estaria coberto por essa lei esse tipo de situação? Não sei quem poderia responder nesse caso. Acho que deveria ser coberto. São vários casos, como o do marido traído que chega ao motel, filma, bate e não sei o quê. Acho que devia ser inteiramente coberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pergunto à Senadora Gleisi se ela pode responder se isso faz parte ou não, para eu poder votar essa matéria. Eu acho que deveria compreender esse tipo de situação também e outros que são assemelhados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Humberto, não tenho aqui de pronto a resposta. Agora, tenho uma preocupação com a questão de imprensa e de matéria jornalística.

Conversei agora com o Senador Raupp. Como o projeto vai ao Plenário, eu queria pedir por parte dos Senadores que a gente pudesse discutir essas questões, inclusive a que V. Exª está levantando e as que a gente vê no projeto, bem como essa sugestão do Senador Raupp, no momento da discussão em plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Poderemos aproveitar para apresentar emendas?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, podem, é claro!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o autor, o Deputado João Arruda, e a Relatora, a Senadora Gleisi Hoffmann, que tem sido uma militante na causa das mulheres brasileiras, no combate à violência doméstica e familiar.

Sem dúvida alguma, a violação da intimidade das mulheres deve estar prevista na Lei Maria da Penha com sanção severa.

Quero aqui apontar algo que é de extrema relevância. Aqui, em todas as nossas falas, as Senadoras e as Deputadas que lutam contra essa violência contra a mulher têm apontado aspectos do machismo, do patriarcalismo, da sociedade conservadora. Todos esses aspectos são de extrema relevância, sem dúvida alguma, e são argumentos que nós utilizamos com muita frequência. Mas há um ponto que é muito objetivo e muito prático: se nós não trabalharmos para incluirmos recursos orçamentários para que os Estados e os Municípios possam fortalecer a rede de proteção à mulher vítima de violência, nós não teremos, de forma prática, condições e recursos para implementar a Lei Maria da Penha lá na base, nos Estados e nos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, nós temos cobrado com muita insistência o projeto que foi implantado no governo da Presidenta Dilma, que é a Casa da Mulher Brasileira. Em muitos Estados, a Casa da Mulher Brasileira está praticamente pronta, mas há a necessidade de um reconhecimento do atual Governo Federal para repassar os recursos para a conclusão, para a compra dos equipamentos da Casa da Mulher Brasileira, porque é lá que a mulher vítima de violência vai ter direito à assistência médica, à assistência psicossocial, à assistência de saúde, à proteção de uma rede que está ali disponível para diminuir os altos índices de violência contra a mulher em nosso País.

Então, eu queria destacar este ponto, que é fundamental: recursos orçamentários para implementar a Lei Maria da Penha em nossos Estados e em nossos Municípios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, a minha fala seria para pedir a V. Exª que me permitisse fazer a leitura do item 39, mas, como estamos no debate, vamos deixar terminar o debate. Depois posso lhe pedir a palavra para fazer a leitura do item 39.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação do relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão

, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4-CCJ, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de agradecer a esta Comissão em meu nome, como Relatora, também em nome do Deputado João Arruda e em nome de Rose Leonel, que está aqui conosco participando desta sessão, que foi uma das motivadoras da apresentação deste projeto de lei.

Tenho certeza de que esta Casa deu um passo importantíssimo para que possamos coibir a violência contra a mulher nas redes sociais e nos meios de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer muito também a V. Exª, que colocou na pauta essa matéria.

Rose Leonel não pode se manifestar aqui porque nós não estamos em sessão de audiência pública, mas ela trouxe um discurso, algumas palavras, que nós gostaríamos que fosse entregue à Mesa e fizesse parte da ata da sessão da Comissão de Constituição e Justiça e da votação desta importante matéria.

Gostaria também de solicitar a V. Exª que colocasse em votação o requerimento de urgência relativo a essa matéria feito pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann pelas palavras e pela iniciativa que teve, pela participação sempre evidente e produtiva neste plenário, assim como agradeço a Drª Rose Leonel por sua luta e por toda a sua ação em torno dessa causa meritória.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião, a quem também agradeço por ter me substituído na Presidência em minha ausência, competente e experiente Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pela ordem.) – Só uma observação, Presidente.

A observação é o cumprimento devido ao Deputado João Arruda, à participação de vários Deputados da Câmara Federal e, hoje aqui, no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, à participação da Relatora Gleisi Hoffmann.

Ressalto que o Senador Humberto Costa fez uma observação extraordinariamente pertinente. Nós estamos praticamente em comum acordo votando a urgência para que vá ao Plenário, onde a observação do Senador Humberto provavelmente se transformará numa emenda extraordinariamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço pela comunicação.

Antes de passarmos ao item 39, ouço o Senador Petecão, que havia solicitado a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, como o item 39 é não terminativo, vamos aqui ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a esta Comissão para exame com base no art. 101...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Petecão, é preciso apregoar o projeto anteriormente ao seu relatório, o que farei, e em seguida darei a palavra a V. Exª.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2017

- Não terminativo -

Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento.

Autoria: Senador Wilder Morais e outros

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Senador Sérgio Petecão, concedo a V. Exª agora a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Grato, Presidente.

Relatório.

Vem a esta Comissão, para exame com base no art. 101, II, c do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 175, de 2017, de autoria do ilustre Senador Wilder Morais, que convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento.

A proposta é para a consulta popular ocorrer simultaneamente às eleições gerais de 2018, eleições do ano que vem, momento em que o eleitorado responderá “sim” ou “não” a três questões, com vistas à produção ou não de nova legislação sobre armas de fogo:

> 1) Deve ser assegurado o porte de armas de fogo para cidadãos que comprovem bons antecedentes e residência em área rural?;
> 2) O Estatuto do Desarmamento deve ser revogado e substituído por uma nova lei que assegure o porte de armas de fogo a quaisquer cidadãos que preencham requisitos objetivamente definidos em lei?;
> 3) O Estatuto do Desarmamento deve ser revogado e substituído por uma nova lei que assegure a posse de armas de fogo a quaisquer cidadãos que preencham requisitos objetivamente definidos em lei?;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2017.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em razão do pedido de vista, concedo vista coletiva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Coletiva? Só ele quem pediu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Magno Malta por alguma razão também pediu vista. É vista coletiva.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

ITEM 41

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, de 2007

- Não terminativo -

Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semielaborados e estabelece a possibilidade do contribuinte se creditar do imposto pago para efeito de compensação com tributos federais devidos.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Não estando presente o Relator, Senador Antonio Anastasia, nomeio a Senadora Rose de Freitas Relatora *ad hoc*, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Relator Antonio Anastasia traz em relatório a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2007, cujo signatário é o Senador Flexa Ribeiro, e que se compõe de três artigos.

O art. 1º dá nova redação à alínea a do inciso X do §2º do art. 155 da Constituição Federal e acrescenta inciso XIII ao §2º citado.

O art. 2º revoga a alínea e do inciso XII do citado §2º e também o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Essas alterações serão descritas em pormenor na análise do mérito da proposição.

O art. 3º é a cláusula de vigência da emenda constitucional resultante da PEC. Dispõe que a emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação, mas produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao ano da publicação da lei que regular a compensação de créditos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação com débitos de impostos federais.

Na justificação, os autores da PEC recordam que a desoneração das exportações brasileiras se deu em dois momentos distintos. No primeiro, os produtos industrializados foram desonerados pela Constituição Federal de 1988. Essa desoneração foi resolvida, satisfatoriamente, do ponto de vista federativo, de tal sorte que não se registrou, ao longo do tempo, conflito entre a União e os Estados acerca do respectivo ressarcimento.

Relatam que, no segundo momento, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, desonerou também os produtos primários e semielaborados. Embora se entendesse que as unidades federadas seriam ressarcidas, pois a própria Lei (art. 31 e Anexo) estabeleceu os mecanismos de compensação, pela União, das perdas de arrecadação daí decorrentes, os Estados vêm tendo perdas consideráveis não ressarcidas, totalmente, pela União.

Afirmam que a questão nunca foi adequadamente equacionada e se tornou motivo permanente de conflito, chegando-se a um paradoxo: todo o País é beneficiado com as exportações, mas os Estados exportadores são prejudicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, como decorrência lógica, defendem que:

a) o ICMS torne a ser devido nas exportações de produtos primários e semielaborados, que têm baixo valor agregado, para que os Estados e os Municípios não sejam privados dessa importantíssima fonte de recursos;

b) os exportadores sejam compensados do ICMS pago, para que as exportações desses produtos, de que o País ainda não pode prescindir, não sejam prejudicadas;

c) a União arque com a totalidade dos custos.

A PEC nº 37, de 2007, foi arquivada, Sr. Presidente, em dezembro de 2014, mas voltou a tramitar ante a aprovação pelo Plenário do Senado Federal do Requerimento nº 72, de 2015, que propugnava o seu desarquivamento.

Não foram apresentadas emendas.

Eu faço aqui a análise que foi apresentada, que nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, como é o caso da PEC ora em análise.

A PEC nº 37, de 2007, atende aos pressupostos constitucionais estabelecidos no art. 60 para sua tramitação. Foi firmada por 35 Senadores, mais de um terço dos membros do Senado Federal. Não há intervenção federal em nenhuma unidade da Federação, nem foi decretado, no País, estado de defesa ou de sítio. A PEC não contém dispositivos tendentes a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.

Do ponto de vista, Sr. Presidente, orçamentário e financeiro, contudo, a PEC é inadequada, por estar desacompanhada da estimativa da renúncia de receita que causaria aos cofres da União, em descumprimento ao art. 113 do ADCT, acrescido pela EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal).

Essa inadequação será adiante superada mediante a exclusão do novel inciso XIII ao §2º do art. 155 da Constituição Federal, que propugna a compensação de créditos de ICMS com débitos de impostos federais.

A PEC está vazada em boa técnica legislativa, consoante a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Para facilitar a decisão sobre o mérito de matéria tão sensível, vamos a seguir aplicar um contraste às modificações propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o retorno da incidência do ICMS nas exportações de produtos primários e semielaborados, modificação que pretendemos acolher, o texto atual da alínea a do inciso X do §2º do art. 155 da Constituição Federal que se quer alterar, proveniente da EC nº 42, de 19 de dezembro de 2003, determina que o ICMS, Sr. Presidente, não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

O texto proposto pela PEC, de autoria do Senador Flexa, nº 37, de 2007, determina que o ICMS não incidirá sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semielaborados, definidos em lei complementar, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior. Essa redação reproduz, na sua essência, o texto original da Carta Magna, segundo o qual o ICMS não incidirá sobre produtos industrializados, excluídos os semielaborados definidos em lei complementar.

A alteração tem como efeito restaurar a incidência do ICMS na exportação de produtos não industrializados (primários) e semielaborados, definidos em lei complementar. Essa incidência vigorou até 16 de setembro de 1996, data a partir da qual foi eliminada pela Lei Kandir (arts. 3º, inciso II, e 32).

É chegada a hora, Sr. Presidente – e falo isso com certa alegria –, de sepultarmos essa desoneração provocada pela Lei Kandir, porque a União nunca ressarciu a contento os Estados das perdas dela decorrentes. Mesmo agora, no âmbito da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, criada com a aprovação pelo Congresso Nacional do Requerimento nº 2, de 2017, a União não demonstra boa vontade para tratar do assunto e trabalha para manter a ausência de regras claras. A única forma de preservar a autonomia federativa dos Estados é suprimir a desoneração do ICMS prevista na Lei Kandir mediante emenda constitucional, como ora é proposto, sobre a qual o Poder Executivo não dispõe de poder de veto.

Em relação, Sr. Presidente, à segunda modificação alvitrada pela PEC nº 37, de 2007, o inciso XIII aditado ao multicitado §2º prevê que o ICMS pago na exportação de produtos primários e semielaborados definidos em LCP, nos termos previstos em lei, com impostos federais, cuja arrecadação não seja compartilhada com Estados, Distrito Federal e Municípios, ou com o pagamento, em moeda corrente, pelo Tesouro Nacional.

Assim, o contribuinte não poderá abater seus débitos referentes aos impostos sobre: (1) renda e proventos de qualquer natureza (Imposto de Renda); (2) produtos industrializados (IPI); (3) propriedade territorial rural (ITR) e o imposto – dito residual – que a União venha a instituir com fulcro na competência residual conferida pelo art. 154, I, da Constituição Federal. O exportador, Sr. Presidente, só poderá, pois, abater seus débitos referentes aos impostos de importação e de exportação e ao IOF não vinculado ao ouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com escopo tão angusto, já que os três impostos não têm cunho arrecadatório, mas regulatório (extrafiscal), essa regra de compensação não deverá prosperar, sobretudo ante a burocracia exigida para a compensação de tributos ou o ressarcimento em moeda. Por essa razão, somos pela supressão do novel inciso XIII e, em consequência, pela exclusão do parágrafo único do art. 3º da PEC, que vincula a produção de efeitos à lei que vier a regular a compensação ora afastada.

Passo seguinte, os dispositivos que o art. 2º da PEC quer revogar preveem que:

a) lei complementar poderá excluir da incidência do ICMS, nas exportações, serviços e outros produtos além dos mencionados na alínea "a" do inciso X – a revogação reforça a regra inscrita no art. 151, inciso III, da Constituição Federal, que veda à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

b) a União entregará aos entes descentralizados, nos termos definidos em lei complementar, recursos financeiros com vistas ao que se convencionou chamar – entre aspas – "ressarcimento" pelas perdas de receita do ICMS decorrentes da desoneração das exportações e do creditamento dos bens do ativo permanente. Tais benefícios, Sr. Presidente, foram inaugurados pela Lei Kandir (arts. 3º, II e parágrafo único; 20 e §§3º e 5º; 25, §1º; 33, III).

As revogações se mantêm necessárias e serão preservadas no substitutivo apresentado ao final.

Por fim, é preciso adaptar a redação da cláusula de vigência (*caput* do art. 3º da PEC), a fim de que respeite o princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) ínsito no art. 150, III, "c", da Constituição Federal, a que o ICMS está subordinado.

O voto, portanto, é o seguinte, Sr. Presidente.

Historicamente, essa PEC modifica as relações que tanto escravizaram os Estados e os subordinaram à União.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da PEC nº 37, de 2007, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2007

Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não industrializados e semielaborados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º O §2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155.
.....
§2º .....
X – .....
a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semielaborados, definidos em lei complementar, nem sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Armando Monteiro, peço-lhe para desligar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora não concluiu ainda o relatório.

O seu microfone está ligado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ah, desculpe-me!

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Continuo:

a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semielaborados, definidos em lei complementar, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;
....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados a alínea "e" do inciso XII do §2º do art. 155 da Constituição Federal e o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Essa emenda constitucional entrará em vigor, evidentemente, na data de sua publicação, surtindo os efeitos ansiosamente esperados no ano subsequente e após 90 (noventa) dias a partir dessa data.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para a discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A vista é concedida a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Independentemente do pedido de vista do nosso eminente Senador Armando Monteiro, seria possível discutir um pouquinho? A situação de São Paulo é diferente da de outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, a discussão, nesse caso, já que houve o pedido de vista, fica transferida para a próxima semana...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Vamos aguardar, então.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... quando ouvirei, com todo o prazer, e a Comissão também, ambos embevecidos, a palavra de V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Há dois itens terminativos, item 8 e item 12. Eu gostaria de ler os relatórios, mesmo não havendo quórum, para que a gente possa, num segundo momento, fazer a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Atenderei V. Exª logo após o exame do item 4, que agora anuncio.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, DE 2009

- Não terminativo -

Altera o §8º do art. 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: favorável à proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator é o Senador Ivo Cassol, a quem concedo a palavra para a leitura de seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, ainda sobre o projeto que foi lido pela Senadora Rose, eu pediria a V. Exª que concedesse vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 52, de 2009, visa possibilitar que as guardas municipais possam atuar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ao contrabando e ao descaminho, mediante convênio com a Polícia Federal, nas faixas de fronteiras interestaduais.

Nesse sentido, promove mudança no § 8º do art. 144 da Constituição Federal (CF), que passaria a ter a seguinte redação:

"§8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações e, mediante convênio com a Polícia Federal, participar das ações referidas no inciso II do §1º nas faixas das fronteiras interestaduais dos respectivos territórios."

A título de esclarecimento, o dispositivo a que remete o §8º do art. 144 da CF, na forma da PEC, diz respeito à competência da polícia federal para prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

Na justificação, os autores da PEC argumentam essencialmente a necessidade de as forças municipais unirem-se às polícias estaduais e federais no combate à criminalidade. Ressaltam que a população, em geral, não compreende essa aparente indiferença das Guardas Municipais quanto a essas batalhas urbanas, principalmente quando é o povo circunstante o alvo certeiro das balas perdidas; não sabe, porém, que há um impeditivo legal que obsta a ação dessas Guardas em tudo que ultrapassar os limites constitucionais que as destinam, apenas, "à proteção dos bens, serviços e instalações" do Município.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vislumbramos inconstitucionalidades ou vícios relacionados à juridicidade na proposta em exame.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à proposta.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2009.

Esse é o meu voto como Relator, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É a vez da Senadora Ângela Portela.

Já com a prévia aprovação do Plenário, coloco em discussão a leitura do Projeto de Lei do Senado 397, de 2013.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A proposição é composta de dois artigos. O art. 1º acrescenta os parágrafos 5º e 6º ao art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), para determinar que será exigida, para a concessão do horário especial, a emissão de comprovação da frequência do servidor estudante pela instituição de ensino pública ou privada reconhecida pelo Ministério da Educação. Além disso, determina-se que o estudante que comprovar a frequência às aulas não sofrerá nenhuma espécie de prejuízo salarial e nem perda da possibilidade de promoção no âmbito da repartição em que estiver servindo.

O art. 2º do projeto veicula a cláusula de vigência da Lei, a partir da data de sua publicação.

Análise.

Na análise da constitucionalidade do projeto, não identificamos qualquer obstáculo à sua aprovação. Com efeito, trata-se aqui da disciplina da concessão de horário especial a servidores públicos federais, matéria inscrita no âmbito de competência da União e sujeita, portanto, à apreciação pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, nos termos do *caput* do art. 48 da Constituição Federal.

Tendo em vista que a disciplina dos direitos e deveres dos servidores públicos federais deve ser levada a efeito por lei ordinária federal, afigura-se adequado o instrumento – projeto de lei – adotado na proposição em lume.

No plano da juridicidade, podemos asseverar que as modificações propostas à Lei nº 8.112, de 1990, mostram-se plenamente compatíveis com as demais normas veiculadas naquele diploma legal, bem como com o ordenamento jurídico de uma maneira geral. Quanto à regimentalidade do projeto, registramos que sua tramitação atendeu a todos os requisitos pertinentes.

No mérito, somos favoráveis ao projeto. A determinação do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990, para que seja concedido horário especial ao servidor estudante, no caso de incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo e com respeito à duração semanal do trabalho, constitui medida de justiça, que tem permitido que muitos servidores concretizem suas aspirações de aperfeiçoamento educacional, com evidentes benefícios para a administração e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade de uma forma geral. A proposição em análise promove ajustes nesse arranjo, que acentuam ainda mais suas vantagens para os servidores, a administração e a sociedade em geral.

A garantia de que o servidor estudante não tenha prejuízos remuneratórios nem se veja excluído de possibilidades de promoção reforçará os benefícios proporcionados pela concessão de horário especial, tornando mais atrativo o caminho da educação. A exigência de comprovação de frequência, por seu turno, assegurará que o benefício do horário especial esteja, efetivamente, vinculado à finalidade que justifica a sua concessão.

As alterações redacionais promovidas pela Emenda nº 1 da Comissão de Educação aperfeiçoam a proposição, merecendo integral acolhimento.

Voto.

O nosso voto, diante do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2013, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Por se tratar de um projeto de caráter terminativo, a votação fica transferida para um momento oportuno.

Item nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009

- Terminativo -

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ângela Portela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ângela para proferir o seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Vamos direto à análise do projeto.

Tendo tido a honra de ter sido designada relatora da presente proposição, apresentei o meu relatório a esta Comissão, a quem compete, por força do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e sobre ela emitir parecer, pela sua aprovação com duas emendas.

O relatório considerava, de um lado, que me parecia que a proposição se enquadrava na competência constitucional da União, na forma do art. 22, XXIV, da Lei Maior, que lhe atribui, de forma privativa, o poder de editar normas sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Quanto ao mérito, ombreamos com a Comissão de Educação, que entendeu, em seu parecer, tratar-se de providência das mais importantes, na direção de se buscar solução para o grave problema da falta de professores em exercício nas escolas públicas do País.

Entretanto, no debate da matéria ocorrido na 28ª Reunião Ordinária desta Comissão, ocorrida no dia 30 de setembro de 2015, alguns colegas trouxeram novos e consistentes argumentos em torno da questão.

Naquela oportunidade, a Senadora Simone Tebet e os Senadores Antonio Anastasia, Aloysio Nunes e Omar Aziz levantaram questões envolvendo a constitucionalidade e mesmo o mérito da matéria.

No tocante à constitucionalidade, argumentou-se que a proposição apresenta o risco de se extrapolar os limites de uma lei geral, terminando por afetar a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impondo-se promover alterações em seu texto para prevenir esse risco.

Quando ao mérito, os ilustres Parlamentares expuseram a sua preocupação com o fato de que a exigência posta pelo PLS nº 532, de 2009, poderia afetar as finanças dos entes subnacionais, obrigando-os a admitir servidores que acabariam ficando ociosos na maior parte do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, indiscutivelmente, de argumentos que têm que ser considerados, tendo em vista o seu próprio conteúdo, como a experiência, a representatividade e o conhecimento daqueles que os proferiram.

Impõe-se, então, buscar conciliar essas pertinentes observações com o meritório objetivo pretendido pelo ilustre autor da proposição, que é uma das maiores autoridades em educação do País.

Nesse sentido, para preservar os limites impostos à União no tema, assegurando a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, ao mesmo tempo, sinalizar a necessidade de não haver solução de continuidade nas atividades de ensino, propomos que se estabeleça a obrigação de as redes públicas de ensino adotarem medidas administrativas, inclusive nos editais de concurso público, para garantir a presença de professores substitutos para as hipóteses de afastamento temporário do docente, sem fixar parâmetros quantitativos para tal.

Assim, caberá às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, considerando as necessidades e as capacidades de cada ente, tomar as providências pertinentes para atingir o objetivo de garantir que os alunos não ficarão privados de seus cursos, no caso do afastamento temporário de seus mestres.

Com isso, com certeza, poderemos conciliar o texto constitucional, o objetivo da proposição e as legítimas demandas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ
Dê-se à ementa do PLS nº 532, de 2009, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer a obrigação de os sistemas de ensino adotarem medidas administrativas, inclusive nos editais de concurso público, para garantir a presença de professores substitutos para as hipóteses de afastamento temporário do docente."

EMENDA Nº – CCJ
Dê-se ao art. 1º do PLS nº 532, de 2009, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:
'Art.67.
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º Os sistemas de ensino adotarão medidas administrativas, inclusive nos editais de concurso público, para garantir a presença de professores substitutos para as hipóteses de afastamento temporário do docente. (NR)'"

É este o nosso relatório, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria fica adiada para momento oportuno.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, pela ordem.

Era para votar o requerimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento do Senador Romero Jucá, nos seguintes termos.

EXTRAPAUTA

ITEM 50

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 88, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimento, nesta Comissão, juntamente com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, e Assuntos Sociais - CAS, que já aprovaram requerimentos de mesmo teor, sobre a Portaria do Ministério do Trabalho Nº 1129, de 13/10/2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PIMTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016".

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª, Senador Valdir Raupp, com a palavra para discutir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para discutir.) – Tendo em vista que o Ministro se comprometeu... V. Exª poderia já fazer o convite para o dia 6/12 para ele vir à CCJ, agregando-nos a outras Comissões que já tinham feito convite e algumas até convocações, no caso da CDH. Então, que possa ser feito tudo aqui em conjunto através da aprovação desse requerimento, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta Presidência fará tratativas junto às demais Comissões para acertar a sala da Comissão, o dia e o horário.

Item nº 42.

ITEM 42

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2012

- Não terminativo -

Dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao SCD nº 1, de 2012 com três emendas de redação que apresenta e contrário ao artigo 3º.

Como a Relatora, Senadora Simone Tebet, não se encontra presente – por razões explicadas –, nomeio a Senadora Rose de Freitas como Relatora *ad hoc*, a quem concedo a palavra.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, que dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares e dá outras providências.

Pergunto, Sr. Presidente, se todos concordarem, se eu posso partir direto para a análise, em vez do contexto do relatório como um todo, e depois partir para falar sobre a emenda. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – De acordo, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não.

Análise.

A matéria versa sobre normais gerais de organização das polícias militares e corpos de bombeiros militares, segurança pública, serviço militar e defesa civil, estando abrangida no âmbito da competência legislativa da União, sendo admitida, neste caso, a iniciativa por membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, XXI e XXVIII, e 61, *caput*, da Constituição Federal, não havendo, portanto, inconstitucionalidade formal.

Há, no entanto, inconstitucionalidade material no art. 3º do SCD, que pretende fazer com que a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares valha como serviço alternativo ao serviço militar obrigatório, isto é, prestação ("civil") alternativa.

De acordo com os arts. 5º, VIII; 15, IV; e 143, §1º, da Constituição Federal, o serviço alternativo deve ser prestado às Forças Armadas e não às forças auxiliares. A prestação voluntária de serviços às forças auxiliares não pode suprir o serviço militar obrigatório nem o serviço alternativo, a não ser que se altere a Constituição Federal. As forças auxiliares não podem quitar a situação militar de ninguém.

Logo, o art. 3º do SCD deve ser rejeitado.

No mérito, feita essa ressalva, a proposição é conveniente e oportuna.

A ampliação do prazo do serviço voluntário prolonga a oportunidade de ocupação do isento, do dispensado e do egresso do serviço militar obrigatório ou do serviço alternativo, afastando-o do ócio e da cooptação pelo crime organizado, atende aos que desejam prestar sua contribuição pessoal por mais tempo e propicia que os órgãos da área de saúde e de defesa civil contem com o apoio de pessoas mais experientes, dada a prorrogação do prazo em que é prestado o serviço voluntário.

Por um lado, Sr. Presidente, o setor público é sabidamente carente de pessoal em determinadas áreas. Por outro lado, os Estados vivem enorme crise fiscal, que obsta a contratação de servidores. Diante desse quadro, a ampliação do prazo de serviço voluntário pode desafogar gargalos em setores específicos do serviço público, como nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, o SCD merece emendas de redação, no sentido de que a ementa e o art. 1º expliquem o objeto da proposição, para que o *caput* do art. 3º da Lei nº 10.029, de 2000, não mencione incisos revogados, e para que os certificados citados no parágrafo único desse dispositivo sejam listados em incisos.

Cabe observar que, de acordo com o art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado. Admitem-se, portanto, emendas de redação e emendas supressivas.

Voto.

Sr. Presidente, pelo exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, exceto o art. 3º, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA - CCJ

Dê-se à ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para ampliar para dois anos, prorrogável por igual período, o prazo de duração da prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e exigir que os voluntários do sexo masculino estejam quites com o serviço militar obrigatório ou o serviço alternativo."

EMENDA - CCJ

Dê-se ao art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, a seguinte redação:

> "Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, para ampliar para dois anos, prorrogável por igual período, o prazo de duração da prestação voluntária de serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e exigir que os voluntários do sexo masculino estejam quites com o serviço militar obrigatório ou o serviço alternativo."

EMENDA - CCJ

Dê-se art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, na forma do art. 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, a seguinte redação:

"Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços auxiliares de que trata esta Lei cidadãos maiores de 18 (dezoito) e menores de 23 (vinte e três) anos, de ambos os sexos.
Parágrafo único. Os homens deverão possuir um dos seguintes certificados referentes ao serviço militar [as mulheres também prestam serviço militar]:
I – certificado de isenção;
II – certificado de dispensa de incorporação;
III – certificado de reservista;
IV – certificado de isenção de serviço alternativo;
V – certificado de prestação alternativa ao serviço militar obrigatório; ou
VI – certificado de dispensa de prestação do serviço alternativo."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e, contrário ao art. 3º, a matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 44

ITEM 44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, de 2015

- Não terminativo -

Inclui incisos no art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, provendo recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o serviço telefônico de recebimento de denúncias e para a premiação em dinheiro por informações que auxiliem nas investigações policiais; dispõe sobre esse serviço telefônico; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Beto Mansur

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

A Senadora Simone Tebet não se encontra presente, pelas razões que já mencionei. Nomeio a Senadora Rose de Freitas como Relatora *ad hoc*.

Srs. Senadores, esses projetos fazem parte de um conjunto de medidas que estamos votando, tendentes a combater a violência em nosso País. São as leis que dizem respeito à segurança civil do povo brasileiro.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Faço a mesma pergunta: eu poderia passar à leitura da análise do texto e, em seguida, ao voto, que aprecia o mérito?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, apesar de ter quórum.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Relatora.) – De acordo com o art. 101, inciso II, alíneas *c* e *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre, quanto ao mérito, sobre matérias que versem sobre segurança pública e direito processual penal.

A matéria trata de *notitia criminis*, estando relacionada, portanto, com direito processual penal, que se insere no campo da competência legislativa privativa da União, sendo admitida, neste caso, a iniciativa por membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 61, *caput*, da Constituição Federal, não havendo, portanto, inconstitucionalidade formal.

Também não se observam óbices relativos à constitucionalidade material do PLS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Inspirado no *Crime Stoppers* norte-americano, que, segundo estimativas, já possibilitou mais de 500 mil prisões e a recuperação de mais de 4 bilhões de dólares desde 1976, o Disque-Denúncia foi implantado no Rio de Janeiro em 1995, como um serviço de atendimento telefônico, parceiro do Estado e não subordinado à polícia, que permite ao cidadão, de modo sigiloso, deixar de lado a inércia e o medo de retaliação para denunciar a prática de crimes.

O sucesso desse modelo, Sr. Presidente, fez com que praticamente todos os demais Estados o adotassem. Até hoje, o Disque-Denúncia carioca já recebeu mais de 2,3 milhões de denúncias.

A disseminação dos serviços de Disque-Denúncia, associada ao estabelecimento de premiação, inclusive em dinheiro, no caso de informações que levem à elucidação de crimes e principalmente ao salvamento de vítimas, é medida indiscutivelmente necessária e benéfica, pois implica efeito de capilaridade do aparato de combate ao crime.

Para se ter uma ideia do valor dessa ferramenta, o serviço “Disque 100”, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou mais de 20 mil casos de violações de direitos da população infantojuvenil, apenas no primeiro trimestre de 2015, sendo que, desses, 4.480 casos foram de violência sexual.

Em Minas Gerais, o Disque-Denúncia leva uma média de 63 pessoas para a cadeia por dia. Em 2016, o serviço possibilitou a apreensão de 129 mil pedras ou porções de crack, 94 mil tabletes ou buchas de maconha e 79 mil pinos e porções de cocaína.

Em Mato Grosso do Sul, o Disque-Denúncia do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), 0800-647-6300, entrou em operação em 2001 e já recebeu mais de 300 mil ligações desde então. Apenas em 2015, o serviço auxiliou a apreensão de 53 armas de fogo, 3.400 munições e 47 toneladas de drogas de abuso.

Não temos dúvida, Sr. Presidente, como consta do relatório da Senadora Simone Tebet, portanto, de que esse serviço é imprescindível e sua implantação deve ser estimulada.

Sendo certo que nos Estados existem serviços de Disque-Denúncia específicos para algumas espécies de crimes – como violência contra a mulher, pedofilia, exploração sexual, trabalho infantil, trabalho escravo, etc –, convém deixar claro, por meio de emenda, que a divulgação pode ser dentre qualquer um dos serviços existentes.

Não obstante concordarmos com os termos da proposição, apresentamos duas emendas, para aprimorar a redação do PLC.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CCJ
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 1º .....
I – a expressão "Disque-Denúncia", dentre as diversas modalidades existentes, com o respectivo número telefônico de acesso gratuito;
II – expressões de incentivo à colaboração da população e de garantia do anonimato, na forma do regulamento desta Lei."

EMENDA Nº -CCJ
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 3º O informante que se identificar terá assegurado, pelo órgão que receber a denúncia, o sigilo dos seus dados."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lido o relatório, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação do projeto com as duas emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria vai ao plenário.

Item nº 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Relatora para proferir o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

V. Exª já fez um relato do que se trata a matéria. Vou direto à análise do meu parecer.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria de competência legislativa da União.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que estão atendidos. Em conformidade com o disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva temática a respeito. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o PLS nº 50, de 2015, está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ressalvada a emenda de redação proposta ao final.

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998. Ambas dispõem sobre a legislação de trânsito.

Note-se ainda que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, merece ser louvada a iniciativa da ilustre Senadora Ângela Portela, uma vez que contribuirá tanto para a qualificação de trabalhadores para ocupar postos de trabalho vagos, quanto para tornar o trânsito mais seguro.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2015, e no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CCJ
> Dê-se à ementa do PLS nº 50, de 2015, a seguinte redação [e aí é a redação da ementa apenas ao PLS e não ao corpo do projeto de lei. É apenas a ementa, que passa a vigorar da seguinte forma]:
> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre as destinações dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - Funset o financiamento da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoas de baixa renda, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para estabelecer que a aplicação dos recursos do Funset ocorrerá prioritariamente em ações direcionadas para regiões e Municípios que apresentem altos índices de tráfego e de acidentes de trânsito.

É o relatório e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Por se tratar de um projeto de caráter terminativo, fica adiada a sua votação nominal para um momento mais oportuno.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a relatoria da Senadora Gleisi e dizer que esse projeto é muito importante, porque destina recursos do Funset para qualificar motoristas, visando à diminuição dos índices de acidentes de trânsito em nosso País.

Obrigada, Senadora Gleisi.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 45.

ITEM 45

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 199, de 2015

- Não terminativo -

Regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha.

Autoria: Deputado Leopoldo Meyer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Não estando presente a Senadora Simone Tebet, solicito à Senadora Ângela Amin, digo Ângela Portela – Ângela Amin já foi prefeita inclusive, foi Deputada várias vezes e quis ser governadora – para que relate esse projeto como Relatora *ad hoc*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ainda vai ser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vai ser.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já é uma premonição.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno. É compreensível a preocupação do autor da proposição, na origem.

O uso de balas de borracha disparadas por armas de fogo pode não ser letal, mas apresenta alta probabilidade de causar lesão corporal irreversível, como no caso, por exemplo, de atingir um dos olhos da vítima do disparo.

Além disso, nem sempre há necessidade de se fazer uso de armas com balas de borracha, pois muitas vezes a atuação do policiamento ostensivo com o emprego de cassetetes e escudos poderá ser eficaz.

Hoje, como não há um regramento para a utilização de balas de borracha, há risco de excessos por parte da polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É prudente, então, o estabelecimento das condições previstas no art. 2º do PLC, relacionadas com (i) treinamento dos policiais, (ii) uso progressivo da força, (iii) avaliação da necessidade e utilidade do uso das balas de borracha e (iv) justificativa do uso, que deve ser apresentada ao superior hierárquico.

Também é desejável que as balas de borracha (munições de elastômero) e as armas que as disparam sejam controladas pelo Comando do Exército.

Cabe registrar que a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o Território nacional, mas o faz genericamente, de modo que, se a modificação legislativa proposta pelo PLC se operasse na referida lei, haveria necessidade de, também nela, regular o uso de outros instrumentos dessa natureza. Em vista disso, consideramos conveniente a produção de lei específica.

Enfim, do nosso ponto de vista, o PLC aperfeiçoa o ordenamento jurídico, no que tange à segurança pública. Não obstante, apresentaremos emenda que, sem alterar o escopo da proposição, pode ser considerada como de mera redação.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei da Câmara com a emenda apresentada.

[...]
"Art. 2º .....
I – pessoal treinado para o manejo das armas e para a realização do disparo;
.....
III – criteriosa avaliação dos bens jurídicos ameaçados, considerando a moderação, necessidade, proporcionalidade, oportunidade e conveniência, dentro dos limites legais.
....."

Esse é o relatório da Senadora Simone Tebet.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Wilder Morais, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Benedito de Lira, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Registram a presença os Senadores Wellington Fagundes, Pedro Chaves e José Medeiros. Usa da palavra o Senador Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 71/2017, de autoria do Senador Edison Lobão. Finalidade: Avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, com ênfase no panorama da segurança pública do País e nas principais dificuldades à implementação da referida Política Pública. Participantes: Sr. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); e Sr. JOSUÉ FILEMON PEREIRA, Diretor-Geral Substituto do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (representante de: JEFFERSON DE ALMEIDA, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) - Ministério da Justiça). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins e Antonio Carlos Valadares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 50ª Reunião Extraordinária e da 51ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM)." Autoria: Senador Raimundo Lira e outros. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. Observação: - Aprovado o RQJ nº 89, de 2017, de calendário especial para a matéria. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE)." Autoria: Tribunal Superior Eleitoral. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). Observação: - Aprovado o RQJ nº 90, de 2017, de urgência para a matéria. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica." Autoria: Deputado Claudio Cajado. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 3. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Humberto Costa e Antonio Anastasia nos termos regimentais. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: “Tipifica o porte de arma branca”. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Aprovado o PLS nº 320, de 2015 e rejeitado o PLS nº 311, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 118, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição da República, para vedar o contingenciamento dos recursos orçamentários destinados a fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência." Autoria: Senador Pedro Taques e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena." Autoria: Deputado Alberto Fraga. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Humberto Costa e Wilder Morais, nos termos regimentais. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada." Autoria: Deputado Pedro Paulo. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CE-CCJ. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin (Ad hoc), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROPOSTA DE EMENDA À

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: - Em 29/11/2017, o Senador Eduardo Lopes lê seu Voto em Separado e a discussão fica encerrada. ITEM 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 23 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta e à Emenda nº 1, nos termos da subemenda nº 1-CCJ. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. Observação: Em 29/11/2017, foi apresentado relatório reformulado pelo Senador Flexa Ribeiro com voto pela aprovação do Projeto, com a Subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T, e pela aprovação da Emenda nº 2-T. ITEM 27 - EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014 e pela rejeição das Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66 e da Emenda nº 67 apresentada na CCJ; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 55 e 56 e da Emenda nº 68 apresentada na CCJ; prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 29/11/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 75 e 76, de autoria do Senador Roberto Rocha (dependendo de relatório). ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada." Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental." Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2017 - Não Terminativo - que: "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento." Autoria: Senador Wilder Morais e outros. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Observação: Em 29/11/2017, foi apresentado Voto em Separado do Senador Humberto Costa, contrário ao Projeto; Em 29/11/2017, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto; Em 29/11/2017, foi apresentado Voto em Separado do Senador Lindbergh Farias, contrário ao Projeto. ITEM 43 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - que: "Acresce o art. 11-A à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para estabelecer a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, de 2007 - Não Terminativo - que: "Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semi-elaborados e estabelece a possibilidade do contribuinte se creditar do imposto pago para efeito de compensação com tributos federais devidos." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 45 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 46 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 47 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 48 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2017 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. Observação: Em 29/11/2017, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. ITEM 49 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2014 - Terminativo - que: "Inclui os §§ 1º e 2º no art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas de fogo do acervo de colecionadores deverão ser mecanicamente inaptas para efetuar disparos." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 50 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 51 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 567, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores de arrecadação e aplicação das multas de trânsito." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 52 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015 - Não Terminativo - que: "Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 89 de 2017 - "Requeiro calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2017 a fim de que a matéria conste na Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas." Autoria: Senador José Pimentel. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 90 de 2017 - "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2017." Autoria: Senador José Pimentel. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 51ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 52.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Autoria: Senador Raimundo Lira e outros

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta

Concedo a palavra ao eminente Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da nossa Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, cujo primeiro signatário é o Senador Raimundo Lira. A proposição eleva o percentual da distribuição de recursos tributários da União em prol dos Municípios.

Para tanto, o seu art. 1º modifica a redação do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (CF), para elevar de 49% para 50% o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) distribuído pela União. Além disso, acresce a alínea "f" a esse inciso, definindo a entrega desse um ponto percentual adicional ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ser realizada no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 2º da PEC nº 29, de 2017, trata da cláusula de vigência, com a Emenda Constitucional entrando em vigor na data de sua publicação, e produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro subsequente.

Na justificação, os autores argumentam que a proposição é meritória em função da atual situação de fragilidade fiscal em que se encontram os Municípios brasileiros, notadamente neste período de crise, e da importância que o rateio do FPM tem sobre a economia municipal, principalmente daqueles de menor porte, que são mais dependentes dos repasses. Também expõem que, em termos anuais, as transferências do FPM sofrem sensível redução no período de agosto a outubro, devido à restituição do IR aos contribuintes, o que justifica o repasse adicional pretendido.

Apresentada em 4 de setembro de 2017, a PEC nº 29, de 2017, foi encaminhada a esta Comissão nessa mesma data. Em 26 de outubro último, fui designado Relator da matéria, que até o momento não recebeu nenhuma emenda.

No tocante à regimentalidade, o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

No que se refere à constitucionalidade, a matéria é apoiada por 47 senadores, estando obedecida a regra constitucional que exige, no mínimo, o apoio de um terço dos membros da Casa do Congresso Nacional iniciadora da alteração constitucional. Também é respeitada a proibição de que a Lei Maior não será emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, pois inexistem no presente essas restrições.

Além do mais, as cláusulas pétreas são observadas, isto é, a PEC nº 29, de 2017, não versa sobre a abolição: da forma federativa de Estado; do voto direto, secreto, universal e periódico; da separação dos Poderes; e dos direitos e garantias individuais. Adicionalmente, a matéria sob exame não constou de proposta rejeitada ou prejudicada nessa sessão legislativa. Em síntese, estão cumpridas as condições constantes do art. 60 da CF.

Em relação à juridicidade, há que se observar a inovação do ordenamento jurídico, a escolha da espécie normativa adequada e a coercibilidade de suas disposições. Do ponto de vista da técnica legislativa, a PEC nº 29, de 2017, está condizente com as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da Carta Magna.

Quanto ao mérito, importa destacar que essa PEC vai ao encontro da efetivação do princípio da autonomia dos Municípios, expresso no artigo 18 de nossa Carta Magna, cujo fortalecimento é dever do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, a grave retração do Produto Interno Bruto nos anos de 2015 e 2016 afetou gravemente a sustentabilidade das contas municipais. De um lado, verificou-se menor ritmo de crescimento de suas receitas próprias e das transferências recebidas. Especificamente, a soma da arrecadação do IR e do IPI cresceu nominalmente 15,2% entre 2014 e 2016. Levando-se em conta a taxa de inflação acumulada de 17,6% nesse período, medida pelo IPCA, conclui-se que a base de cálculo do FPM sofreu redução real de 2,1% de 2014 a 2016.

Por outro lado, a rigidez da despesa pública observada na esfera federal também tem sido observada nas esferas estaduais e municipais. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, mesmo com uma política de contratação de pessoal prudente, as despesas com pessoal na esfera municipal cresceram 19,6% entre 2014 e 2016, passando de R$224,8 bilhões para R$268,8 bilhões nesse intervalo de tempo.

O crescimento do gasto com pessoal é reflexo dos pisos salariais profissionais, como o do magistério, e da municipalização de políticas públicas, em que os custos arcados pelos Municípios são insuficientemente cobertos por transferências voluntárias da União. A queda das receitas e a elevação de gastos foram responsáveis pelo “estouro” por parte de 26,1% dos Municípios do limite de despesas com pessoal ao final de 2016, Senador Anastasia. Nos termos estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, esse limite é fixado em 60% da Receita Corrente Líquida.

Em segundo lugar, de acordo com o Índice Firjan de Gestão Fiscal 2017, 81,7% (ou 3.714) dos Municípios brasileiros, com população média de 9 mil habitantes, não geraram nem 20% de suas receitas em 2016. Em oposição, apenas 136 Municípios no Brasil, com população média de 130 mil habitantes, conseguiram gerar mais de 40% de suas receitas.

Diante disso, nota-se que, de um modo geral, os Municípios de pequeno porte dependem fortemente das transferências de outros entes federados, em especial dos recursos do FPM. Isso porque uma menor população implica menor capacidade de consumo e, consequentemente, reduzida participação municipal na distribuição da arrecadação do ICMS.

Menos habitantes também é uma característica dos Municípios que desenvolvem menos atividades ligadas ao meio urbano em suas jurisdições. Isso, por sua vez, reflete-se na menor arrecadação dos principais tributos municipais, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Logo, os repasses do FPM funcionam como transferências equalizadoras, ao reduzirem as disparidades intermunicipais em termos de receitas totais, e proveem recursos que contribuem para o equilíbrio das contas municipais.

Em terceiro lugar, observa-se uma queda expressiva da participação da soma do montante arrecadado com o IR e o IPI na arrecadação bruta da União ao longo das últimas décadas. Em 1992, a soma da arrecadação do IR e do IPI correspondia, Senador Cidinho, a 60,1% do montante tributário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadado pela União, salvo as contribuições previdenciárias destinadas ao pagamento exclusivo de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social. Em 2016, esse percentual caiu para 46,4%.

Os fatos que contribuíram para essa situação estão ligados à elevação da arrecadação de tributos não partilhados com os demais entes federados, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e à concessão de diversos incentivos fiscais vinculados ao IR e ao IPI, sobretudo como instrumentos de política anticíclica em resposta à crise financeira internacional de 2008.

Embora os incentivos concedidos tenham elevado a produção e as vendas e sustentado o nível de emprego por determinado período, houve reflexos adversos sobre as transferências constitucionais. A propósito, utilizando metodologia do Tribunal de Contas da União, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estimou que, entre 2008 e 2014, as desonerações do IR e do IPI alcançaram a cifra de R$516,8 bilhões, Senadora Simone Tebet, reduzindo o potencial de repasses do FPM na ordem de R$122,7 bilhões. Basicamente a cada R$100 de renúncia concedida pela União relativamente a esses impostos, R$24 potencialmente pertenceriam aos Municípios.

Em quarto lugar, os repasses de recursos do FPM oscilam ao longo do ano, em função do ciclo econômico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...com mínima no período de agosto a outubro nos últimos anos. Por exemplo, em 2016, dos R$79,9 bilhões distribuídos pelo Fundo, 17,8% (ou R$14,2 bilhões) foram repassados entre agosto e outubro, com a menor transferência em setembro, no valor de R$4,1 bilhões. Por isso, a opção do repasse adicional neste mês.

Vale ressaltar que a sazonalidade dos repasses do fundo prejudica a gestão administrativa dos Municípios, que não sabem se podem ou não expandir a prestação de serviços públicos na ausência de fontes estáveis de financiamento. A dificuldade em atender à demanda da sociedade por mais e melhores serviços é ainda mais acentuada na atual conjuntura econômica, na qual, em face da redução da renda familiar, as famílias têm trocado a escola particular pela pública e os planos de saúde privados pelos postos de saúde das prefeituras.

Além disso, convém notar que a PEC nº 29 não interfere no funcionamento do Teto de Gastos, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, visto que as transferências constitucionais previstas no art. 159 da Constituição Federal são excetuadas da base de cálculo e dos limites do Novo Regime Fiscal, nos termos do inciso I do § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, por exigência do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, qualquer proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória necessita estar acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Embora a PEC nº 29 não contenha inicialmente essa avaliação, estimamos que a matéria, acrescida de emenda a seguir comentada, elevará as transferências aos Municípios via FPM em R$ 1,1 bilhão, R$ 1,2 bilhão, R$ 2,6 bilhões e R$ 5,6 bilhões, respectivamente, em 2018, 2019, 2020 e 2021.

Essa estimativa de impacto orçamentário-financeiro baseia-se nas bases de cálculo do FPM disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, na elasticidade unitária da carga tributária em relação ao PIB e nas medianas das expectativas de mercado para o IPCA e o PIB, constantes do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, relativas à data de 3 de novembro de 2017.

A emenda que propomos busca conciliar a necessidade de se ampliar a autonomia financeira dos Municípios com a importância de se reduzir a trajetória dos déficits primários para os próximos anos.

Segundo o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo central, que é composto pela administração direta e indireta federal, inclusive o Banco Central e inclusive as empresas estatais, tem como meta prevista de déficit primário para os anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, R$ 159 bilhões, R$ 139 bilhões e R$ 65 bilhões, nesse triênio.

A redução gradual do déficit primário nos anos seguintes é condição imprescindível para a diminuição do ritmo de crescimento da dívida bruta do Governo geral, que alcançará, em proporção do PIB, os seguintes valores de final de exercício: 75,7% em 2017; 78,7% em 2018; 80,6% em 2019; e 81,1% em 2020. Com isso,...

Sr. Presidente, eu pediria um pouquinho de silêncio, porque nós não conseguimos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – V. Exª tem toda razão, é um pedido reiterado.

E aproveito para saudar a chegada do nosso Presidente, que me determinou que continue em exercício da sua função, já que do próximo item S. Exª é o Relator. Então, com expressa designação e delegação do Senador Lobão, eu continuo na Presidência.

E peço às assessorias o silêncio respeitoso ao relatório do eminente Senador Armando Monteiro, que continua com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, com isso, ou seja, com essa elevação, essa trajetória que aponta para a elevação da dívida bruta, é fundamental assegurar que ela possa caminhar para uma trajetória sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa sustentabilidade da dívida pública é condição necessária para a redução efetiva das taxas de juros reais, com efeito benéfico sobre o investimento produtivo e o crescimento econômico de longo prazo, que, entre outros aspectos, reverte-se em elevação das transferências aos entes subnacionais. Isto é, o acréscimo de transferências de recursos via FPM precisa ser gradual para não afetar o ajuste fiscal vigente e os benefícios futuros dele decorrentes.

Nesse sentido, é sugerido que a União entregue ao FPM, no primeiro decêndio do mês de setembro do produto da arrecadação do IR e do IPI montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) nos exercícios de 2018 e 2019, 0,5% (cinco décimos por cento) em 2020 e, somente a partir de 2021, é que teríamos, então, a integralidade do aumento de 1%, que está sendo proposto.

Essa solução é similar à adotada quando da promulgação da EC nº 84, de 2 de dezembro de 2014, que aumentou os recursos do FPM em um ponto percentual, para repasse no primeiro decêndio de julho de cada ano. Apenas, devido ao cenário fiscal atual da União, a transição agora terá duração de quatro anos, em vez de dois anos, como ocorreu com a Emenda nº 84.

Convém observar que, em 2018, o impacto fiscal da aprovação da PEC nº 29, de 2017, com a emenda sugerida, é inferior... Essa observação me parece relevante. Com essa implementação gradual da elevação do acréscimo do FPM, a aprovação com a emenda sugerida é inferior ao saldo da margem líquida de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado de R$13 bilhões, o que faz parte da LDO para 2018.

Supondo que a referida margem líquida está inserida na previsão das despesas primárias constante do Anexo de Metas Fiscais dessa lei, concluímos que a elevação do percentual da destinação dos recursos tributários da União em benefício dos Municípios não prejudica o alcance das metas de resultado primário em 2018.

Passamos, então, ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2017, com o acréscimo da emenda que segue aqui no texto.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Vamos colocar em discussão. Já estão inscritos o Senador Cidinho Santos e o Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria parabenizar o Senador Raimundo Lira pela iniciativa e também o Senador Armando Monteiro pelo relatório, muito preciso, pela aprovação.

Na verdade, os Municípios brasileiros necessitariam de uma reforma do Pacto Federativo. Na Constituição de 1988, os Municípios chegaram a ter 22% do bolo tributário nacional. Ao longo do tempo, com os incentivos, com as contribuições que foram criadas e que não foram compartilhadas com os Municípios, nós chegamos a ter aí, em um passado bem recente, 14% do bolo tributário nacional. Depois de alguns ajustes – de 1%, que já foi concedido anteriormente, mais algumas concessões que foram feitas –, hoje os Municípios estão aí com 15%, 16% do bolo tributário nacional, e todas as responsabilidades cada vez aumentaram mais para os Municípios, todas as descentralizações de programas sociais, de programas de saúde; tudo passou para os Municípios. Então, hoje nós temos uma situação em que a União tem concentrados 65% dos recursos, 25% vão para os Estados e apenas 15% vão para os Municípios, para fazerem frente a todas as demandas que existem na municipalidade. Então, realmente é muito pouco. E as prefeituras vivem, realmente, uma situação de penúria. Como muito bem colocado aqui pelo Senador Armando, esse período de junho até setembro, outubro, é o período mais crítico das prefeituras, que é quando se está fazendo a devolução do imposto de renda, e nessa devolução é retirada a parte dos Municípios. Então, praticamente os Municípios ficam em uma situação bastante complicada, principalmente aqueles pequenos Municípios que não têm um planejamento anual de sua receita.

Então, acredito que esse projeto é bem-vindo. Eu entendo que mais importante seria nós pensarmos na reforma do Pacto Federativo, com a reforma tributária, e podermos trazer os Municípios àquela condição que eles tiveram no passado, de 22% a 25% do bolo tributário nacional, porque aí teriam condições de fazer, realmente, um enfrentamento maior das suas necessidades. Porque, quando a pessoa precisa de saúde, ela procura o Município; se precisa de limpeza urbana, é o Município; nos programas sociais que existem, como o Bolsa Família e outros, quem faz o cadastramento e faz o acompanhamento é o Município. Então, eles têm essa responsabilidade e essa despesa e não têm a contrapartida financeira.

No final ano passado, os prefeitos tiveram a felicidade de que, com recursos da repatriação, o Presidente Michel Temer concedeu, primeiramente, a parte aos Municípios, que nós aprovamos aqui, e depois a parte das multas, que também foram transferidas aos Municípios. Então, esse momento foi importantíssimo para que eles pudessem fechar as contas no ano passado, principalmente aqueles prefeitos que estava saindo e tinham o compromisso de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este ano, nós temos uma situação mais difícil ainda. Não há previsão da receita da repatriação, e os Prefeitos já estão pedindo ao Presidente uma antecipação de R$2 bilhões para fechar as contas deste ano. Essa PEC do Senador Raimundo Lira, com relatório, pela aprovação, do Senador Armando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monteiro, vem em boa hora para atender aos Municípios. Evidentemente seria muito importante que esse 1% já viesse de forma integral em 2018, mas, como o nosso Relator é uma pessoa da economia e entende as dificuldades, fracionou isso ao longo dos próximos anos, e vamos ter de entender dessa forma.

Então, o meu voto é favorável, entendendo que, cada vez mais, temos de buscar fazer justiça fiscal com os Municípios.

Inclusive, Presidente, ontem protocolamos um requerimento de urgência para que fosse votado pelo Plenário um projeto de lei da minha autoria. Nós aprovamos aqui a cobrança do ISS sobre o cartão de crédito e sobre o *leasing* nos locais de origem, e havia um desentendimento entre os bancos e os Municípios. Houve entendimento para a formalização dessa cobrança, e é preciso formalizar isso através de um projeto de lei. E apresentei esse projeto de lei e apresentei, com a assinatura dos Líderes, um requerimento de urgência, para que possamos aprovar isso até o final do ano aqui no Senado e também na Câmara, porque essa cobrança começaria efetivamente a partir de 1º de janeiro. Se não aprovarmos esse ano, só vai começar a partir de 1º de janeiro de 2019.

Eram só essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou pedir novamente que haja um pouco de silêncio, seguindo a orientação do nosso Presidente, Senador Lobão.

É interessante, Presidente. Quando a gente pede, na hora vem o silêncio. Passados três minutos, a coisa volta redobrada. É um ioiô, com efeito bumerangue. Eu, que estou aqui, mal escutava o Senador Cidinho.

Então, eu faço esse apelo mais uma vez para que se respeite a palavra dos Srs. Senadores.

Agora, com a palavra o Senador Lindbergh, inscrito para discutir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Creio que temos de aprovar essa PEC por unanimidade.

Eu fui Presidente em outro momento da história. Fui prefeito entre 2005 e 2010, e a Senadora Simone Tebet também. Eu me lembro de que eu era prefeito e fiz para o Município um pacote de obras de urbanização, de saneamento, mas era outro momento na história do País. A economia estava crescendo, havia Presidente Lula com o PAC, que colocava dinheiro de investimento nos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho visto uma situação diferente agora. Eu ando pelo Estado do Rio de Janeiro, e no Município de Nova Iguaçu, cujo Prefeito é Rogério Lisboa, um aliado nosso, a luta é só pagar salário, Presidente. O prefeito que paga salário hoje é um bom prefeito. Ele não consegue investir nada. Eu, sinceramente, fico olhando e não vejo saída.

Então, essa ajuda aqui é importantíssima, e eu acho que dá para aprovar por unanimidade. Agora, é preciso redesenhar o pacto federativo no País, é preciso que apresentemos um outro modelo. O País não vai voltar a crescer se os Municípios continuarem estrangulados dessa forma.

E aqui entrou um problema de orientação política: enquanto continuarmos com a política de austeridade fiscal radical, com essa Emenda Constitucional 95, não vai haver salvação para os Municípios brasileiros. Estou falando isso, porque digo... Os senhores sabem que sou do PT, e tenho conversado muito com o Presidente Lula. O Presidente Lula se comprometeu a apresentar um novo redesenho do pacto federativo até março. Ele tem dito, com razão, que o Brasil não cresce se os Municípios não recuperarem sua capacidade de investimento.

Mas, neste momento, eu quero dizer que a iniciativa do Senador Raimundo Lira é importante. O relatório, muito bem feito... Aliás, como sempre, tudo que o Senador Armando Monteiro relata aqui é muito consistente.

Assim, eu acho que a gente tem a oportunidade, neste momento, de todos os partidos desta Casa se unirem, dando uma demonstração de que o Senado Federal tem respeito aos Municípios brasileiros.

Dá para discutir o calendário especial com o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, para que a gente aprove esta PEC no dia de hoje e aprove também, ainda este ano, esta PEC, que é uma pequena saída para os Municípios em uma situação de desespero como esta.

Parabéns, Senador Armando Monteiro!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o terceiro inscrito, Senador Garibaldi Alves.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr, Presidente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas a palavra de um suplente – eu sou suplente nesta Comissão –, mas eu tenho o dever de dizer que os Municípios estão passando por uma situação muito difícil. Isso foi trazido na semana passada aqui, quando tivemos uma nova marcha de prefeitos. E, na oportunidade, os prefeitos, alguns do meu Estado, fizeram questão de dizer que estão recebendo zero do Fundo de Participação, ou seja, a conta do Fundo de Participação vem zerada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta é uma situação muito aflitiva, de modo que eu quero comungar com a preocupação do Senador Armando Monteiro, que fez um parcelamento razoável, realista e de implementação segura. Então, eu louvo a preocupação do Senador Armando Monteiro, como louvo também a iniciativa do Senador Raimundo Lira. E quero ainda me incorporar aos oradores, com exceção do que disse há pouco – não de tudo o que S. Exª disse, mas do que disse... S. Exª fez um discurso político dizendo que o País está passando pelo pior momento. O País está passando pelo seu pior momento, mas há sinais de crescimento, há sinais de reabilitação, há sinais de recuperação, e contra números, Sr. Presidente, não há argumentos.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

A próxima inscrita é a Senador Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero até pedir desculpas por ter chegado há pouco, mas é que estava em uma audiência pública que discute a crise hídrica no Brasil. Aliás, este é um assunto que interessa especialmente ao Estado de V. Exª, que é uma grande caixa d'água para o Brasil e para o Rio São Francisco. E eu não podia deixar de estar presente a essa discussão, em função do impacto que ela tem para a Bahia e para todos os Estados nordestinos, especialmente neste momento quando se anuncia a privatização da Chesf como contrapartida de um pagamento de R$350 milhões para a revitalização do Rio São Francisco, o que é uma verdadeira esmola para a necessidade real de investimentos para a revitalização do rio. Trata-se de uma proposta que nenhum nordestino nem o povo mineiro pode aceitar, porque ela é destruidora; enfim, mantém a destruição do Rio São Francisco.

Mas, Sr. Presidente, eu quero parabenizar... Eu vim correndo porque está aqui presente, inclusive, o nosso presidente da UPB, a União dos Prefeitos da Bahia, o Prefeito Eures Ribeiro, prefeito da cidade de Bom Jesus da Lapa, uma cidade que conhece todos esses problemas que nós estamos vivendo e que mobilizou mais de 350 prefeitos, na última manifestação, na Bahia, em torno da pauta municipalista.

Esta PEC, portanto, é uma PEC extremamente importante não para resolver, mas para diminuir a situação muito difícil por que passam os Municípios brasileiros.

O Senador Raimundo Lira foi de uma sensibilidade imensa ao fazer essa Proposta de Emenda à Constituição, e o senador Armando Monteiro, com a competência que lhe é peculiar, também, em relatar esta matéria.

É necessário, sem dúvida, que nós possamos aprovar esta matéria ainda hoje aqui, imediatamente, na Comissão, e que possamos, no Colégio de Líderes e junto ao Presidente da Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer a negociação para que ela seja votada hoje em plenário, para garantir um alívio no Natal dos prefeitos do Brasil inteiro, em prefeituras que já vivem pressionadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ontem nós aprovamos também uma matéria aqui buscando retirar as medidas impeditivas de receber recursos para a segurança pública. A proposta é que nós deixássemos fora dos impeditivos de repasses voluntários recursos para a segurança pública para os Municípios, e hoje nós completamos aqui, com a votação dessa PEC, essencial para que nós possamos, como disse o Senador Lindbergh, iniciar um grande debate, no Brasil, de recomposição das finanças dos Municípios brasileiros.

É preciso entender que este País não poderá se desenvolver com a continuidade, Senadora Simone, da concentração de recursos no Governo Federal, no Poder central. É preciso descentralizar, de fato, os recursos da União para a mão daqueles administradores que regem a vida real das pessoas nos Municípios.

Eu acompanho um pouco essa discussão municipalista desde o período da Constituinte e não tenho dúvida de que há um certo preconceito, uma certa ideia de que os prefeitos não teriam condição de gerir realmente com seriedade os recursos que precisam estar nas suas mãos. E essa concentração vai se encontrando com interesses políticos dos mais diversos e se mantendo o poder dos prefeitos eleitos diretamente pelo povo submetido ao poder do Congresso Nacional, do Presidente da República, das diversas instâncias de poder, que obrigam que o prefeito viva praticamente de pires na mão.

Eu quero encerrar dizendo que os prefeitos da Bahia contarão com o voto da nossa Bancada hoje em plenário, se conseguirmos imediatamente votar e aprovar aqui, aprovando também ainda hoje em plenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

A próxima inscrita é a Senadora Fátima Bezerra. Com a palavra V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero também aqui expressar, Senador Armando Monteiro e Senador Raimundo Lira, todo o nosso apoio, já inclusive mencionado aqui pelo Líder da nossa Bancada, até porque a proposta aqui apresentada, relatada pelo Senador Armando, de elevar a contribuição para os Municípios de 49% para 50%, além de sensata, é extremamente justa, é extremamente necessária, especialmente nestes tempos em que nós estamos vivendo, quando os Municípios, especialmente os pequenos e médios, atravessam uma das mais graves e mais sérias crises ao longo da sua existência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, nós recebemos os prefeitos e as prefeitas do Brasil aqui, em Brasília, quando eles apresentaram toda a agenda deles, a pauta de reivindicações. Portanto, neste momento, o Congresso Nacional tem de se posicionar, e uma forma prática de o Congresso Nacional apoiar a agenda em defesa dos Municípios é a de, neste exato momento, aqui na CCJ, aprovar exatamente essa proposta de emenda à Constituição.

Senador Anastasia, foi divulgado um documento em que mais de 51% dos Municípios brasileiros, especialmente os pequenos e médios, estão numa situação de falência tão grande do ponto de vista fiscal, que, se não for garantido um auxílio financeiro a esses Municípios, eles não terão como fechar suas contas agora, até o dia 31 de dezembro. Há, inclusive, muitos prefeitos e prefeitas agoniados, angustiados, correndo o risco de responder por atos de improbidade administrativa. Há a folha de décimo terceiro salário, a folha de dezembro a ser paga. Há um custeio mínimo a áreas essenciais, como educação e saúde.

Então, vejam bem: ao aprovarmos essa proposta de emenda à Constituição, pelo menos estamos dando uma sinalização concreta de que, em curto e médio prazos, poderemos dar essa contribuição para, enfim, fortalecer os Municípios do ponto de vista das prerrogativas e das atribuições que eles têm.

Nos Municípios, como disse aqui a Senadora Lídice, cresceram muito os encargos. A nossa Constituição de 1988 foi muito feliz, sim, quando descentralizou, até porque é no Município que a vida acontece, é lá que as pessoas moram, mas, infelizmente, ao longo desse período, não houve o devido acompanhamento do ponto de vista da garantia de recursos para que os Municípios pudessem fazer jus, repito, aos desafios e às enormes atribuições que eles têm como entes federados. Muito pelo contrário, o que se viu foi o bolo tributário cada vez mais concentrado nas mãos do Governo Federal.

Concluo aqui, Senador Anastasia, dizendo da nossa frustração, quando, na semana passada, depois de ter dado as costas aos prefeitos e às prefeitas do Brasil, o Presidente acabou recebendo uma comissão de prefeitos. Diante de uma reivindicação básica, imperativa, que é o auxílio financeiro aos Municípios orçado em apenas, Senador Lindbergh, R$4,2 bilhões, o que foi que o Governo ilegítimo fez? Apresentou uma promessa de apenas R$2 bilhões, uma esmola. É uma esmola! Repito: os Municípios estão cobrando, estão exigindo R$4,2 bilhões agora, no final do ano, para poder ajudá-los a fechar as suas contas, e o Governo acena com uma promessa que, no fundo, no fundo, é uma esmola.

O mesmo Governo que nega apoio ao povo brasileiro, através da reivindicação legítima e justa trazida aqui pelos seus representantes, que são os prefeitos e prefeitas, patrocinam festival de benesses, de benefícios, enviando medidas provisórias para anistiar, para perdoar multas, como a recente Medida Provisória 795, que simplesmente abre mão quando isenta as empresas petrolíferas de pagar os impostos nas áreas de atuação da exploração do pré-sal. O Governo brasileiro para atender a Shell. Tanto é que a medida provisória é chamada de emenda da Shell, que está isentando – repito –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas empresas petrolíferas de pagar impostos, que significa, em dez anos, uma renúncia de 400 bilhões; em 20 anos, de 800 bilhões; e em 25 anos, de cerca de um trilhão.

Então, é inaceitável que o Governo, até o presente momento, tenha acenado para os prefeitos e as prefeitas do Brasil com uma esmola de dois bilhões. Por isso, a CCJ tem aqui o compromisso de dizer "sim" à pauta dos Municípios, de aprovarmos essa Proposta de Emenda à Constituição relatada aqui pelo Senador Armando.

Os prefeitos e as prefeitas do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil contem com o apoio da Senadora Fátima Bezerra e da Bancada do Partido dos Trabalhadores

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

O próximo inscrito é o Senador José Pimentel. Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão; nosso Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia.

Eu quero iniciar parabenizando o Senador Raimundo Lira pela iniciativa de apresentar uma emenda constitucional com essa qualidade e com esse conteúdo. E principalmente o fundamentado voto do Senador Armando Monteiro, em que nos traz uma série de subsídios para que aprovem essa emenda constitucional por unanimidade.

Eu lembro que quando nós vivemos a crise econômica de 2008, os Municípios foram as grandes vítimas, porque fizemos ali o início de um processo de desoneração da carga tributária, com impacto principalmente no Imposto de Renda e no IPI. Naquela época, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional, a pedido das entidades municipalistas, uma emenda constitucional criando o 13º FPM, que é pago sempre em dezembro, para fazer frente ao 13º salário.

Em 2013, com a crise das *commodities*, com a necessidade de alavancar novamente os recursos para os Municípios, a Presidenta Dilma, acolhendo reivindicação das mesmas entidades, encaminhou outra Proposta de Emenda à Constituição criando o 14º FPM, que é pago sempre no mês de julho. Neste 2017, os prefeitos tiveram a necessidade de fazer uma compensação por parte do Tesouro Nacional no que diz respeito ao ajuste de contas do Fundeb e terminou absorvendo, neste 17, a parcela do 14º FPM.

Nessa marcha que nós tivemos na semana passada, o pedido das entidades e dos prefeitos era de R$4 bilhões, exatamente o montante de um FPM. E essa Proposta de Emenda à Constituição vem para criar o 15º FPM.

Nós fizemos questão de registrar, naqueles fóruns, na semana passada, e nos encontros anteriores com as entidades municipalistas, que a saída seria a criação do 15º FPM, e essa proposta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Raimundo Lira vem exatamente acolher essa reivindicação. Esse é o item em que o Congresso Nacional pode dar a sua contribuição. Temos a nossa governabilidade e espero que a gente aprove por unanimidade.

E, ainda hoje, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nós deveríamos começar a colher assinatura de 49 Senadores para ter a urgência e a quebra do interstício, e votar, se possível, hoje ainda, no plenário do Senado Federal, para que ela possa ir à Câmara e, nas duas semanas restantes de dezembro, possamos aprovar e com isso ajudar, com esse calendário. A derrubada do Veto 30 era um dos pedidos, e fizemos por unanimidade. Esse é outro pedido que eu acredito que a Casa, o Congresso Nacional, tem condições de assim aprovar.

Por isso, parabenizo o nosso Relator, Armando Monteiro, e não só voto favorável, mas principalmente quero ajudar na coleta das assinaturas, para que nós tenhamos a urgência e a quebra de interstício, não como ato de um ou outro Senador, mas como uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça na tramitação dessa emenda constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

O próximo inscrito é o Senador Vicentinho. Com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Para discutir.) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve, porque todos já se manifestaram e a gente observa a unanimidade desta Comissão com relação a esta matéria.

Mas eu quero apenas registrar, como ex-prefeito da minha cidade de Porto Nacional, que fui, como ex-presidente da Associação Tocantinense de Municípios, entidade que também tive a honra de presidir, a importância do que nós pudermos fazer para os prefeitos do Brasil e particularmente do meu Tocantins. Nós devemos fazê-lo, porque a dificuldade é enorme para os gestores. São fundamentais gestos como esse, de que o primeiro signatário foi o Senador Raimundo Lira, com mais 40 outros colegas Senadores e Senadoras subscrevendo, com relatoria do eminente Senador Armando Monteiro, esse grande amigo e dos mais qualificados aqui no nosso meio também.

Eu quero apenas dizer que esse parcelamento, mesmo que em quatro anos, já ajuda; e com isso não estamos ajudando apenas o prefeito. Esse recurso vai andar e movimentar a economia de cada Município. Então, nós estaremos ajudando os cidadãos daquele Município. Essa é a realidade. É o pedreiro, é o carpinteiro, é o comerciante, principalmente dos Municípios menores, como no caso do nosso Estado do Tocantins, que depende muito desses recursos daqui de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu voto favorável nessa matéria e acompanho a linha de que tão logo nós aprovemos essa PEC, seja apresentado pela Mesa ou por algum Parlamentar, Senador ou Senadora, o requerimento de urgência, quebrando os interstícios, para que a gente, à tarde, vote esse projeto de suma importância, naturalmente atendendo aos Municípios brasileiros

Quero homenagear todos os nossos prefeitos e prefeitas do Tocantins, que com muita honra represento aqui, no Senado Federal, através do Presidente Jairo Mariano, atual Presidente da Associação Tocantinense de Municípios.

Portanto, a minha posição, o nosso encaminhamento e o nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Vicentinho.

A próxima inscrita é a Senadora Regina Sousa.

Com a palavra V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero só endossar tudo que foi dito.

Fico apreensiva, porque todo mundo concorda, mas todo mundo quer dar a sua palavrinha para os seus prefeitos, e eu queria pedir para votar. Eu tenho que presidir uma comissão agora. Então, que a gente vote. Todo mundo concorda, não há um reparo a fazer. Que a gente vote, peço urgência. Vamos votar, minha gente! Os prefeitos estão aflitos esperando. Eles sabem que todos nós estamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senadora Regina, mas aos inscritos eu tenho de conceder a palavra.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa, que estava sentado ali, mas eu acho que se ausentou.

Então, na sua ausência, eu indago se o Senador Lobão, nosso Presidente, vai se manifestar.

Depois dele, colocaremos em votação.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Para discutir.) – Serei rápido, Sr. Presidente. Só para dizer algumas poucas coisas. Primeiro, da minha completa solidariedade aos Municípios. Sempre fui um municipalista, madruguei nessa luta, mas é preciso que se diga, como observação, para que a opinião pública não culpe, não responsabilize a atual geração de prefeitos pelas dificuldades que existem, que tais dificuldades vêm sendo construídas por desmandos do passado. Recorde-se – e eu não ouço ninguém falar sobre isso – que, quando o Brasil era um país ainda pobre, há 30, 40 anos, os Municípios recebiam algo em torno de 9%, Senador Armando Monteiro; 9% da fatia que lhes cabia na distribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Fundo de Participação. De lá para cá, isso vem sendo elevado, exatamente pelo conceito de que o Município necessita ser melhor atendido, até chegarmos à Constituição de 1988 e à situação atual: mais de 20%.

O Senador Pimentel acaba de nos informar – e isso todos nós sabíamos – que os Municípios recebem o 13º, o 14º e o 15º Fundo de Participação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Que será esse.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Que será esse.

O que está acontecendo, então, é que os prefeitos anteriores, pretéritos foram enchendo a folha de pessoal, elevando suas despesas, a questão da previdência, acumulando dívidas e mais dívidas, e tudo isso foi contribuindo para arruinar a situação fiscal dos Municípios.

Note-se que, por uma decisão legal, tomou-se a iniciativa de criar o Fundeb, que é uma ajuda substancial do Governo Federal à parte de educação dos Municípios. Todavia, nada é suficiente.

Note-se que, por uma decisão legal, tomou-se a iniciativa de criar ao Fundeb, que é uma ajuda substancial do Governo Federal à parte da educação nos Municípios. Então, nada é suficiente, nada é suficiente.

Portanto, a meu ver, não se fale aqui em perseguição do Governo Federal nem em ilegitimidade do atual Governo, porque ele não é ilegítimo; para mim, ele é legítimo.

Vamos votar essa PEC. Ela tem o meu voto, o meu entusiasmo, mas é bom que fique registrado que não se trata de responsabilidade ou de irresponsabilidade dos atuais gestores municipais essa situação de descalabro fiscal a que nós chegamos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Humberto Costa acaba de voltar e reitera o pedido de palavra. Então, concedo a palavra a V. Exª, o último antes de nós deliberarmos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Serei rápido.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente parabenizar pelo esforço tanto o autor, Senador Raimundo Lira, quando o Relator, Senador Armando Monteiro, e reafirmar que as distorções que temos hoje no pacto federativo exigiriam, sem dúvida... E todos esperamos que, depois das eleições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do ano que vem, a partir de 2019, abra-se uma discussão mais aprofundada para um ajustamento estrutural desse pacto, uma rediscussão da divisão dos recursos arrecadados, bem como da divisão das tarefas que cabem aos Estados, aos Municípios e ao Governo Federal.

Concordo com o Senador Pimentel com que nós devemos, urgentemente, garantir a votação dessa PEC aqui e na Câmara, para que, no próximo ano, os benefícios dessa decisão já possam estar garantidos aos diversos Municípios brasileiros, especialmente porque o Orçamento do ano que vem para os Municípios é uma tragédia.

Nós vimos cortes acentuados em todas as áreas, especialmente nas áreas sociais, onde recursos estão sendo cortados. O que vai acontecer é que as ações terão de ser realizadas, e sobre quem vai cair a responsabilidade, o desgaste e o prejuízo? Vai ser exatamente em cima das Prefeituras, dos Prefeitos, que terão de oferecer saúde, educação, assistência, etc, com os mesmos recursos, em alguns casos até com menos recursos dos que são destinados hoje.

Segundo, apesar da aprovação dessa medida, ela só terá efeito no ano que vem, e a crise é hoje. Por isso, todos nós já nos solidarizamos com o movimento feito pelos Prefeitos semana passada, quando estiveram com o Presidente da República, solicitando a liberação de R$4 bilhões, e o Governo decidiu estudar a possibilidade de R$2 bilhões e, até o presente momento, não temos resposta. Mas isso tem de ser feito, e feito urgentemente. Eu não acredito que os Prefeitos aceitem o argumento de que há recurso, já que basta somar os recursos sobre os quais houve renúncia por conta do Refis, os diversos... (*Pausa.*)

Quando se fala de Temer, ele manda...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu acho que foi a Senadora Regina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, dizendo que os Prefeitos não podem aceitar esse discurso que está sendo feito.

Quer dizer: de um lado, abre-se mão das receitas; de outro lado, argumenta-se que não é possível atender as demandas dos Municípios, que, na verdade, são demandas da população.

Então, eu queria fazer esse registro e votarei favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador.

O Senador Paulo Rocha pediu a palavra eu não posso deixar de lhe conferir a palavra.

Com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É um minuto, Sr. Presidente, apenas para me somar aqui à posição dos nossos Senadores e Senadoras, ainda porque eu não poderia estar ausente dessa discussão, uma vez que represento um Estado que é daquele tamanho e cujos Municípios são ainda maiores proporcionalmente.

Nós sabemos que, dentro da estrutura federativa do Brasil, hoje, no processo, digamos assim, de justiça da distribuição dos recursos, os Municípios são os primos pobres nessa divisão. Ocorre que, com os avanços das políticas que foram municipalizadas nos últimos tempos, o Governo Federal investiu muito em infraestrutura, deixando o custeio para os nossos Municípios, sem alocar a correspondente transferência no FPM.

Então, é justo que a gente aprove essa questão do FPM e, além disso, Sr. Presidente, que a gente aprove também a urgência para o Plenário, a fim de que a gente faça justiça e dê respostas a essa situação calamitosa por que passam os nossos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Nós amos votar, mas, antes disso, informo ao Plenário que já há sobre a mesa um requerimento do Senador Pimentel solicitando calendário especial para a matéria. Então, tão logo votemos o mérito, vamos submeter à apreciação do Plenário o requerimento de calendário especial.

Desse modo, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta com uma emenda apresentada pelo eminente Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Eu submeto agora o requerimento...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É o calendário especial, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente.

De autoria do Senador José Pimentel, que requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2017, a fim de que a matéria conste da Ordem do Dia das sessões deliberativas a serem convocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto, portanto, essa proposta às Srªs e aos Srs. Senadores, que, estando de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de calendário especial ao Plenário do Senado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos agora ao item 2.

Eu permaneço na Presidência, a pedido do Presidente, já que S. Exª é o Relator.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2017

- Não terminativo -

Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral.

Relatoria: Senador Edison Lobão.

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao nosso Presidente, Senador Edison Lobão, para proferir o relatório.

Antes disso, solicito mais uma vez ao nosso Plenário a gentileza e a boa educação necessárias para ouvirmos o nosso Presidente agora na leitura do seu relatório.

Agradeço a atenção de todos.

Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), de acordo com o art. 2º, será regido por ato normativo específico aprovado pelo Plenário do TSE, podendo firmar convênios para gestão deste centro.

O art. 3º elenca rol de objetivos dele. Trata-se de rol exemplificativo, uma vez que o *caput* do artigo faculta o estabelecimento de outros objetivos administrativamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parágrafo único do mencionado art. 3º faculta ao CCJE, para consecução de seus objetivos, contar com parcerias de outros entes, nas modalidades ali enumeradas, bem como obter recursos de fundos de incentivo à cultura.

O art. 4º assegura a garantia por parte do TSE, de recursos humanos e materiais suficientes para o cumprimento dos objetivos do CCJE.

O art. 5º assegura que as despesas decorrentes da aplicação da lei resultante correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Tribunal.

Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência da lei em que o projeto vier a se converter, prevendo o início da vigência para a data de publicação.

A proposição foi distribuída a esta Comissão em caráter não terminativo. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à CCJ, nos termos do que preceitua o Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como emitir parecer quanto ao respectivo mérito.

No que diz respeito à constitucionalidade formal da proposição, inexiste qualquer vício.

No mesmo diapasão, a via eleita, qual seja, projeto de lei, é adequada.

Tampouco vislumbramos qualquer mácula no tocante à constitucionalidade material da proposição, que não viola qualquer princípio ou regra insculpida em nossa Lei Maior.

Ainda a respeito da conformidade do projeto de lei à Constituição, não se aplica o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo fato de inexistir criação de despesa obrigatória, tampouco renúncia de receita.

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa e à redação empregadas, o texto do projeto se conforma perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Entendemos, Sr. Presidente, cabível apenas, diante do que foi exposto, pequeno aprimoramento na redação do projeto. O parágrafo único do art. 2º estatui que o TSE poderá estabelecer convênios para a gestão do CCJE. Devemos ressaltar que os convênios são firmados por pessoas administrativas entre si, ou entre elas e entidades particulares, com vistas a alcançar determinado objetivo de interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Configura, portanto, vínculo jurídico fundado na manifestação dos participantes. O termo “estabelecer”, por sua vez, pressupõe ato unilateral.

Configura, portanto, vínculo jurídico fundado na manifestação dos participantes. O termo "estabelecer", por sua vez, pressupõe ato unilateral. Propomos, destarte, emenda de redação que substitua "estabelecer convênios" por "firmar convênios".

Voto.

Pelo exposto, pugnamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2017:

"Art. 2º. .....

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o TSE poderá firmar convênios para a gestão do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE)."

Esse, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Colocamos em discussão a matéria.

Já se inscreveu o Senador José Pimentel, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Anastasia, quero registrar a importância desse projeto de lei que cria esse centro cultural que estrutura a história da Justiça Eleitoral brasileira, principalmente porque o custeio dessa estrutura sai do próprio orçamento do TSE e também porque não há contratação de pessoas. São pessoas já do próprio TSE que serão adequadas para essa função. Por isso, o meu voto é favorável.

Parabenizo o Relator pela clareza do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação que foi apresentada.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (De Redação).

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu requeiro, Sr. Presidente, urgência para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Plenário está de acordo com o requerimento de urgência? (*Pausa.*)

Aprovado, igualmente.

A matéria vai, com o pedido de urgência, ao nosso Plenário.

Eu cumprimento o Presidente e devolvo a Presidência ao nosso eminente Presidente, Senador Edison Lobão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica.

Autoria: Deputado Claudio Cajado

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: - *em 22/11/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, de autoria do Senador Lasier Martins.*

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O relatório é longo. Se os colegas permitirem, eu vou aqui fazer um resumo do relatório e ir direto para a análise.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – A campainha está concordando comigo que deve ser breve, Sr. Presidente.

Trata-se de um projeto, como V. Exª disse, não terminativo, da Câmara dos Deputados, que altera a LEP e o Código Penal, para limitar a concessão do benefício da saída temporária aos presos do regime semiaberto.

É importante aqui... Eu gostaria de esclarecer aos colegas que nós estamos falando apenas da restrição da saída temporária, portanto o saidão, daqueles que já estão em regime semiaberto, ou seja, eles permanecem fora dos presídios no período da manhã e devem retornar à noite.

Foram sugeridas pela Câmara quatro alterações ao Código Penal e à Lei de Execução Penal. A primeira alteração se refere à autorização concedida por ato motivado do juiz de execução, ouvido o Ministério Público e a administração penitenciária. Quando se dá essa autorização para o saidão? Depende de quatro requisitos: comportamento adequado; cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e de um quarto, se for reincidente; e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Qual é a primeira alteração, Sr. Presidente, do projeto? Ele busca alterar esse requisito temporal mínimo. Ou seja, no caso do reincidente – apenas do reincidente, não do primário – que está em regime semiaberto, para que ele passe a ter direito ao benefício, passa-se de um quarto, ou seja, dos atuais 25% do cumprimento da pena, para metade da pena. A partir daí, ele passa a ter direito, no semiaberto, ao saidão.

Segunda alteração. Restringe-se ainda mais esse requisito temporal para os condenados de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, drogas e afins, e terrorismo. Neste caso, se for primário, ele terá de cumprir no mínimo 40% da pena para ter direito ao saidão. Se for reincidente, ele terá de cumprir três quintos, ou seja, 60% da pena, para ter direito ao saidão.

Terceira alteração, Sr. Presidente. Como se dá esse saidão, essa saída temporária, hoje? É de sete dias por até cinco vezes ao ano, num total de 35 dias no ano. O que se está reduzindo agora? Em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem sete dias por saída, serão quatro dias por saída, renovando-se apenas por mais uma vez, portanto, oito dias por ano.

Volto a repetir, antes de concluir, Sr. Presidente: nós estamos falando não daqueles presos em regime fechado; nós estamos falando daqueles presos que já cumprem o regime em liberdade durante o dia.

Por fim, a última alteração é em relação ao Código Penal, para acrescentar duas agravantes: quando o beneficiário da saída temporária cometer crime neste período, isso é uma agravante para a pena; ou quando esse agente comete crime durante o cumprimento de pena no presídio ou em concorrência com pessoa presa, isso também passa a ser uma agravante.

Da análise.

Não vimos óbice constitucional, regimental nem jurídico. No mérito, o projeto é oportuno e conveniente.

Nós apenas ilustramos aqui alguns casos que comprovam a necessidade deste projeto. Em 2015, a polícia prendeu um homem que se dedicava, durante as saídas temporárias da prisão, a praticar estupros...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... na Região de Pederneiras. Em 2016, em Brasília, a polícia prendeu um beneficiário da saída temporária que furtava carros e invadia apartamentos para roubar. Em caso recente, uma jovem de Guapiaçu, em São Paulo, foi morta após dar carona a um presidiário que se evadiu durante a saída temporária. Em 2017 ainda, por conta deste crime, houve um abaixo-assinado virtual, que, em apenas um mês, já havia coletado 40 mil assinaturas para a extinção do benefício da saída temporária.

Achamos que a extinção seria uma medida extremamente radical, uma vez que a saída temporária é um instrumento de ressocialização do preso, assim como a progressão para o regime menos gravoso. A simples extinção desse benefício representaria óbice à ressocialização, com ofensa ainda que indireta ao princípio da individualização da pena, previsto na Constituição Federal.

Não obstante, a alteração veio em boa hora. Quanto a esta modificação, fizemos duas modificações apenas regimentais, e foram apresentadas três emendas do Senador Lasier.

A primeira estabelece como falta grave a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida por monitoramento eletrônico ao condenado. Nós estamos rejeitando esta emenda, porque não há obrigação de este preso sair com tornozeleira eletrônica, o que tornaria difícil fazer o monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos rejeitando a Emenda nº 2. Observo que a liberdade condicional e a prisão domiciliar são categorias perenes, que perduram até o término do cumprimento da pena, enquanto a saída temporária é uma excepcionalidade de curta duração, após a qual o condenado retorna à situação de encarceramento. Essa, portanto, é que causa preocupação, pois o receio da sociedade é ter de conviver com alguém que, se não fosse esse benefício efêmero, estaria atrás das grades. Por isso é que nós estamos rejeitando a inclusão dessa restrição em relação à liberdade constitucional e à prisão domiciliar, por entendermos que são penas muito rigorosas.

Da mesma forma e por fim, estamos rejeitando Emenda nº 3, pois o aumento de um sexto para dois terços, ou seja, de 13% para 66% do requisito temporal para a progressão do regime de cumprimento da pena restritiva de liberdade para dois terços tornaria o critério mais rigoroso do que o previsto para o condenado primário por crime hediondo, que só pode progredir de regime após o cumprimento de dois quintos, ou seja, 40% da pena, nos termos da própria lei.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2017, com duas emendas de redação – de cuja leitura eu declino porque são apenas emendas de redação que já mencionamos anteriormente, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Presidente, eu queria primeiro colocar que eu acho que infelizmente até se justificam, pelo fato da violência que existe hoje, no País, tantas preocupações de ampliar o tamanho da população prisional, de reduzir benefícios, de trabalhar em termos de política penitenciária, dizendo que estamos trabalhando em termos de segurança pública. Na verdade, eu acho que essas duas coisas não são a mesma coisa. Por isso mesmo, eu tenho uma certa preocupação com esses tipos de projetos que elevam o encarceramento ou que retiram as possibilidades de progressão ou de benefícios. Eu acho que isso exigiria uma discussão mais aprofundada.

Eu vejo, por exemplo, o sistema penal do meu Estado, que, na verdade, é uma fábrica de bandidos. E, a permanecer a política que nós temos hoje no nosso País, isso vai se agravar, até porque hoje, até por razões de sobrevivência, presos que cometem crimes não tão agressivos à pessoa terminam por se tornar soldados de organizações criminosas pela necessidade da própria sobrevivência.

Então, eu queria – não desconhecendo o mérito do relatório da Senadora Simone Tebet – que nós pudéssemos discutir um pouco mais. Eu peço a V. Exª vista desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa, a sua solicitação é perfeitamente regimental. Todavia...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Todavia, há um esforço no Congresso Nacional, dirigido pelo Presidente do Senado e pelo Presidente da Câmara e por esta Comissão, no sentido de se garantir celeridade, durante esta semana, à votação desses projetos que dizem respeito à segurança pública em nosso País.

Eu havia solicitado isso à Senadora Simone Tebet, e a ela entreguei todos os projetos que havia aqui na Comissão de Justiça sobre essa matéria. S. Exª trabalhou em fins de semana, inclusive, em tempo integral, para cumprir aquilo que havíamos solicitado dela. S. Exª realmente fez isso, um gesto meritório, está com todos os seus pareceres conclusos, e há esse esforço da Comissão no sentido de votá-los.

Mas, se V. Exª solicita e mantém o pedido de vista, eu não tenho outro caminho a não ser concedê-la.

Vista concedida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, temos quórum para votar matéria terminativa?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ainda não, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, mas tenho fundadas esperanças de que em um futuro próximo isso seja possível.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu perguntaria se há algum na frente do 23. O Senador Acir está pronto aqui para relatar o item 23, não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há alguns.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 118, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição da República, para vedar o contingenciamento dos recursos orçamentários destinados a fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável à Proposta

Observações:

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Este relatório é mais simples. Acredito que não vá haver polêmica.

É uma PEC do Senador Pedro Taques que, como V. Exª mesmo disse, veda na Constituição o contingenciamento dos recursos orçamentários destinados a fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência – é o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Eu vou aqui também fazer um resumo rápido do relatório.

A iniciativa tem o objetivo de vedar, portanto, esse contingenciamento, porque entende, segundo os autores, que a segurança pública é hoje um trauma coletivo. O Poder Público tem se mostrado incapaz de enfrentar a contento esse assunto, e uma das razões é a falta de verbas. Ou seja, essa é uma das causas socioeconômicas, não a única. Nós sabemos que a raiz de todo o problema está na falta de educação e em uma série de mazelas do País, mas uma das causas está intimamente ligada à falta de recurso público ou à sua não distribuição a contento. Infelizmente, os poucos recursos que são destinados à segurança pública no País são objeto de contingenciamento.

Não foram apresentadas emendas.

Não há nenhum óbice constitucional, legal...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... ou regimental. E, quanto ao mérito, o projeto é mais do que oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto a alguns exemplos e números.

Primeiro, o Fundo Nacional de Segurança Pública existe para dar apoio aos Estados para a compra de equipamentos, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; os sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; além da estruturação e modernização da polícia técnica e científica; e os programas de polícia comunitária. Há um conselho gestor que dá prioridade em relação a esses recursos.

O problema – já estou na p. 4 do meu relatório – é que os projetos habilitados para receberem recursos do fundo não podem prazo superior a dois anos. Esse tempo é insuficiente para que os projetos apresentem resultados práticos. Por quê? Durante os últimos anos, os recursos estão sendo contingenciados.

Vamos ilustrar de 2012 para cá. Em 2012, foram autorizados R$814 milhões na Lei Orçamentária da União, e apenas empenhados 45% desses recursos; em 2013, foram empenhados apenas 57% dos recursos colocados na LOA; em 2016, 66%; e, agora, em 2017, até mês, foram empenhados apenas 30% dos recursos destinados ao fundo. Resumindo, de 2012 para cá, foram colocados no Orçamento R$4,4 bilhões, e apenas foi empenhado R$1,9 bilhão. Conclusão: esse contingenciamento prejudica muito os investimentos relacionados à segurança pública nos Estados.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da PEC, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada.

Autoria: Deputado Pedro Paulo

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Da mesma forma, vou ser objetiva, mas, se os Senadores e colegas quiserem, estou à disposição para algum esclarecimento.

Como V. Exª disse, é um projeto da Câmara que altera o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.

No art. 1º, dispõe que dados e informações agora devem padronizados e categorizados; no art. 2º, coloca também a obrigatoriedade da inclusão de informações relativas à taxa de elucidação de crimes; e, no art. 3º, estabelece que esses dados devem ser divulgados na internet, com ampla transparência.

Na justificação, o autor argumenta que a análise das estatísticas criminais é fundamental para gestão de segurança pública; menciona, e com razão, que os principais problemas enfrentados na consolidação dessas estatísticas são a omissão de dados, a categorização divergente e a baixa qualidade dos dados; e ressalta que a taxa de elucidação dos crimes é, talvez, o único indicador de eficiência da polícia.

Não foram apresentadas emendas.

Compete a esta Comissão a análise da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Não vejo óbice em relação a isso.

Compete à Comissão também emitir parecer, quanto ao mérito, sobre a matéria.

Não foi encontrado também nenhum óbice em relação à regimentalidade.

O projeto, portanto, é jurídico, constitucional e regimental.

Quanto ao mérito, a proposição é conveniente e oportuna, porque procura eliminar os problemas de inconsistência, falta de uniformização e não fornecimento de dados de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um dado relevante para o qual eu quero chamar a atenção dos nobres colegas: hoje, cada unidade da Federação tem critérios próprios de classificação de crimes. Por exemplo, em alguns Estrados, os homicídios dolosos entram na categoria "outros crimes com resultado de morte". O tratamento dado à "resistência seguida de morte", que são os autos de resistência, também varia de um Estado para outro. Quanto a mortes de policiais, alguns Estados informam quantos morreram em serviço; outros, quantos morreram durante a folga; já alguns Estados englobam esses dados em um único item. Portanto, passa a haver uma dificuldade em fazer essa análise em relação à quantidade de policiais mortos em serviço. E há também Estados que levam em conta as mortes naturais de policiais, prejudicando o mapeamento das mortes em confronto.

O projeto também busca quantificar as taxas de resolução de crimes, que hoje não são confiáveis. Cada pesquisa aponta um valor distinto. Os percentuais estimados de crimes esclarecidos costumam ser bastante baixos, na faixa de 5% a 8%. A apuração desse importante parâmetro permite não só um diagnóstico, mas também que saibamos onde estamos errando e onde alocar os poucos recursos que temos. Ou seja, informação é fundamental.

Não vou ler todos os casos, mas é importante lembrar que nós temos um projeto, capitaneado pela Senadora Lídice, que trata exatamente desse ponto que vou relatar aqui. Na Câmara também há um projeto de lei de autoria da CPI destinada a apurar as causas, as razões, consequência, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil, que também pretende incluir os dados e informações relativos à elucidação desses crimes nesse sistema. Nesse caso, entre os dados, passa a ser obrigatório incluir idade, sexo, raça, cor, endereço da vítima, local do fato, tipo da arma utilizada, circunstâncias, motivo e autos do crime. E, na Câmara, também há outro projeto parecido.

Eu encerro o meu voto lembrando, Sr. Presidente, que, graças a um projeto da Bancada Feminina no Senado, foi aprovado, por unanimidade, tanto na Câmara como no Senado, a tipificação do ato de matar uma mulher em razão de ser mulher como crime de feminicídio. Agora, nós estamos presenciando as Secretarias de Segurança Pública dos Estados colocarem, exatamente nos seus dados, quando ocorre o homicídio doloso em relação a uma mulher, separando o feminicídio de qualquer outro crime doloso contra a vida. E, por isso, nós já temos estatísticas um pouco mais confiáveis em relação a esse crime.

Nós queremos que crimes como esses, todos eles, tenham essa elucidação, tenham esse detalhamento, essa transparência, a fim de que nós possamos ser mais eficientes na aplicação dos recursos públicos, não só por parte da União, mas, principalmente, por parte dos Estados.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto,

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Seria possível nós lermos o item 23 da pauta, já que agora acabaram os terminativos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É duplamente possível: primeiro, porque V. Exª solicita; segundo, porque já está previsto aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 23.

ITEM 23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 25/11/2015, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Vicentinho Alves;

- Em 08/06/2016, a Presidência concedeu vista do relatório ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em 31/05/2017, foi aprovado o Requerimento nº 21, de 2017, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, que solicitou a dispensa da audiência pública para instruir a matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável à proposta, e a Emenda nº 1, com uma subemenda que apresenta.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1, nos termos da sua Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 29.

ITEM 29

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007

- Não terminativo -

Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 80, de 2007, cujo primeiro signatário é o Senador Cristovam Buarque.

A PEC pretende acrescentar o §4º ao art. 208 da Constituição Federal, que trata do dever do Estado para com a educação. O novo parágrafo, nos termos propostos, estabelece a obrigatoriedade de pronunciamento anual à Nação, na primeira quinzena de janeiro, pelo Presidente da República, com o objetivo de apresentar balanço dos resultados educacionais alcançados no ano anterior e as metas a serem alcançadas no ano vigente. O pronunciamento deverá, ainda, tratar da importância da educação para o futuro do País e de cada indivíduo.

A cláusula de vigência determina que a emenda constitucional resultante da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor enfatiza a importância de que o Presidente da República lidere o conjunto da sociedade no comprometimento necessário com os temas educacionais, mobilizando pais, mestres, meios de comunicação e empresas no início do ano letivo, quando costumam ocorrer os períodos de matrícula escolar.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da PEC em exame, bem como sobre o seu mérito, conforme dispõem os arts. 101, inciso I, e 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há óbice relativo a regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade formal a indicar na PEC nº 80, de 2007.

Da mesma forma, a proposição não fere nenhuma das cláusulas pétreas firmadas no §4º do art. 60 da Constituição Federal, de modo que tampouco se divisa inconstitucionalidade material.

A técnica legislativa empregada na proposição é satisfatória, não exigindo reparos.

Quanto ao mérito, julgamos que a matéria enseja iniciativa de importante valor simbólico. De fato, a prioridade que precisa ser dada à educação em âmbito nacional seria reforçada por meio de pronunciamento anual do Chefe de Estado, destinado a prestar contas dos avanços educacionais obtidos no ano anterior e a conclamar a Nação a um engajamento efetivo nessa tarefa.

O momento sugerido para esse pronunciamento – primeira quinzena de janeiro – parece-nos sumamente oportuno. O início do ano é ocasião propícia para a realização desse tipo de balanço, para a apresentação das metas a serem alcançadas, para a mobilização social em favor delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De certa forma, a Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional no início de cada sessão legislativa cumpre o papel de prestação de contas e apresentação de desafios e metas, não só no campo da educação, mas em todas as áreas de atuação governamental. No entanto, o pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão tem alcance muito maior e, portanto, maior potencial de envolvimento e sensibilização junto a toda a sociedade brasileira.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2007.

Esse é o voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta; Senador Benedito de Lira, em seguida.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu pediria inversão de pauta para dois projetos de que sou relatora. Eles são terminativos. Seria só para leitura, se V. Exª achar que seria o momento. São o 22 e o 51. Um é da Senadora Sandra Fraga, e o outro é do Senador Eduardo Amorim, sobre multas e aplicar na saúde. São interessantes.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço urgência para o item 23.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Urgência concedida.

Senador Benedito de Lira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, consta da pauta da reunião de hoje o Projeto de Lei nº 186, de 2014, que trata da regulamentação, ou melhor, da regularização dos jogos no País. Após a leitura do meu relatório, Sr. Presidente, apareceram mais de 13 emendas. Logicamente, vou precisar de mais tempo para fazer uma análise com um maior detalhamento. Por essa razão, eu requeiro a V. Exª o adiamento dessa matéria, se possível, para o próximo dia 6 de dezembro. É o que requeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fica adiada a votação dessa matéria, a pedido de V. Exª, Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passamos à próxima matéria, com tramitação conjunta.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015

- Terminativo -

Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015

- Terminativo -

Tipifica o porte de arma branca.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação do PLS nº 320, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 22/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar uma votação única para os projetos, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

A votação é nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa, vamos votar!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu tenho de marcar a presença. Agora é que vi que não o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faça-o, portanto. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Se todos os Srs. Senadores já votaram...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente, já faz três reuniões aqui que há um projeto de minha autoria, o item 33. Como ele é terminativo – aproveitando que temos quórum – e já foi lido o relatório, é só votar. É sobre a multipropriedade. Creio que há consenso de todos; poderíamos fazer a votação hoje. É o item 33.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder, nós estamos seguindo uma sequência de determinada ordem de projetos, e o de V. Exª entrará em seguida.

Vou encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tivemos o seguinte resultado: SIM, 8; NÃO, 5.

O projeto foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2015, e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2015.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

Autoria: Deputado Alberto Fraga

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017, do Deputado Alberto Fraga, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

A proposição prevê que o condenado por crime a que se refere o inciso I-A do art. 1º da Lei de Crimes Hediondos – isto é, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... (art. 129, §2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, §3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição – deverá cumprir a pena integralmente em regime fechado.

Também se altera o §2º do art. 2º da Lei de Crimes Hediondos para que a progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes ali previstos, passe a se dar após o cumprimento de metade da pena, se o apenado for primário, e de dois terços, se reincidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor aponta que:

> A Lei de Crimes Hediondos em sua redação original dispôs que a pena dos condenados pelos crimes desta lei deveria ser cumprida integralmente em regime fechado. O Supremo Tribunal Federal, porém, se manifestou sobre a redação por meio do Habeas Corpus (HC) 82.959 e decidiu que a previsão feria princípios constitucionais, declarando inconstitucional [...]. Portanto, neste caso a Suprema Corte se prestou a legislar, função que não faz parte de suas atividades típicas de Estado, ferindo dessa forma o sistema de freios e contrapesos que o ordenamento jurídico brasileiro adota. No intuito de sanar o equívoco citado anteriormente, apresenta-se essa proposição, possuindo legitimidade para legislar sobre o tema.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Vamos à análise.

O direito penal é matéria de competência exclusiva da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – No mérito, as alterações pretendidas revelam-se singelas, mas extremamente necessárias...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço silêncio ao Plenário!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... máxime se considerarmos o atual estágio que a violência alcançou em nosso País.

Não podemos negar que o sistema de segurança pública atravessa uma crise sem precedentes. O dado noticiado de forma corrente nos meios de comunicação revela que temos por ano cerca de 60 mil assassinatos no Brasil, números comparáveis aos de uma guerra civil.

Neste cenário, destacam-se as mortes e lesões contra os policiais, civis e militares, agentes de segurança pública que arriscam sua vida e de sua família para oferecer um serviço público em favor de todos. Todavia, também somos sabedores de que o Poder Público oferece apenas condições precárias de trabalho a esses agentes, o que eleva a probabilidade de serem atingidos de forma letal em confronto com criminosos. Não por outra razão, na cidade do Rio de Janeiro, em 2017 – não está atualizado aqui; certamente já passou disso desde quando foi escrito o relatório –, 119 militares tiveram suas vidas ceifadas de forma definitiva, segundo dados noticiados pela imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não entendemos ser desproporcional ou desarrazoada a iniciativa da proposição em epígrafe.

Temos que o crime previsto no inciso I-A do art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), deve realmente possuir um tratamento diferenciado. No caso de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função, ou contra seus parentes, não deve existir, de fato, a previsão de progressão de regime. Dada a evidente gravidade da conduta, o criminoso deverá cumprir a pena em regime integralmente fechado.

É dever nosso, como membros do Poder Legislativo, instância com competência para inovar o ordenamento jurídico, corrigir interpretações constitucionais equivocadas, ainda que as levadas a efeito pelo Supremo Tribunal Federal. Não podemos permitir que o Poder Judiciário tome essa atribuição para si, sob pena de permitirmos o esvaziamento das nossas próprias competências.

No mesmo sentido, mas dessa vez em previsão que se aplica a todos os crimes hediondos, temos como razoável elevar um pouco as frações existentes para a progressão de regime de cumprimento de pena.

Atualmente, a progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, à prática de tortura, ao tráfico ilícito de entorpecentes e ao terrorismo, dar-se-á após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de três quintos, se reincidente. Concordamos com o autor da proposição e entendemos que as frações devem ser um pouco maiores, à razão de metade da pena, se o apenado for primário, e de dois terços, se reincidente.

Trata-se de pequena elevação do tempo de cumprimento de pena no regime anterior, mas que tem o condão de sinalizar para a sociedade brasileira que o Parlamento verdadeiramente repudia a ação desses criminosos e que compreende que eles devem ser extirpados do convívio social, pelo maior tempo possível.

Diante desse quadro, não temos dúvidas quanto ao acerto das inovações propostas pelo PLC nº 143, de 2017.

Apenas sugerimos uma pequena emenda de redação quanto à repetição pelo PLC do texto do art. 1º, parágrafo único, da Lei de Crimes Hediondos, em decorrência de evidente erro material. Trata-se de artigo que não buscava ser alterado pelo autor da proposição, mas apenas renumerado para um §1º.

Assim, a menção integral deveu-se a equívoco material. Ademais, a emenda se faz necessária, uma vez que, entre a apresentação da proposição na Câmara dos Deputados (05/09/2017) e sua análise pelo Senado Federal, o referido artigo teve seu texto modificado pela Lei nº 13.497, de 26/10/2017 – lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, da qual eu fui Relator aqui no Senado. Insistir na reprodução do dispositivo iria, portanto, modificar o texto recentemente alterado pelo legislador.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Suprima-se no art. 2º do PLC nº 143, de 2017, o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, mantendo-se a renomeação do dispositivo e a redação vigente.

Esse é o relatório, a análise e o voto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, V. Exª não se manifestou sobre a inversão de pauta do 22 e do 51. Quero saber se há algum óbice para colocar essa inversão, porque nós temos terminativos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Excelência, nós estamos seguindo a ordem dos projetos que têm caráter terminativo – já que estamos com quórum suficiente – e que já tiveram as discussões encerradas. É o caso desses que estão na ordem. Em seguida, cuidaremos da proposição de V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para poder constar também na inversão de pauta. Depois do encaminhamento que V. Exª deu, eu também gostaria que constasse o 41, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consideraremos na época devida.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para entender. Nós vamos agora dar continuidade aos terminativos que foram lidos e, para aproveitar o quórum, vamos votar; em seguida, voltamos à ordem dos projetos terminativos que não foram lidos na sequência ou quando houver o Relator presente; em seguida, faremos a inversão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para tentar colaborar, eu vi o pedido de vista do meu colega Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª sempre colabora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... nesse PL 143.

Eu apresentei uma emenda à Constituição, porque há um conflito entre as decisões do Supremo e a legislação, sempre vinculado ao fato de ser uma lei. Eu estou propondo uma alteração na Constituição – acho que isso poderia ser parte da discussão – para aclarar definitivamente, porque o Supremo pegou duas leis e disse que eram inconstitucionais. Eu estou propondo uma mudança na Constituição para que, no caso de crimes hediondos, possa iniciar-se o cumprimento de pena em regime fechado.

Eu só quero que isso possa ser considerado quando a Comissão for analisar essa minha proposta de emenda à Constituição. Senão, nós teremos mais outro problema: vamos ter uma nova lei e uma nova decisão do Supremo dizendo que é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Em 22/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar nominalmente.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – O meu está com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ah! Está com defeito. Sugiro... A ata registrará o voto de V. Exª.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM, 16 votos; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O projeto foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – São 17.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É só para agradecer aos Senadores e às Senadoras que apoiaram o projeto. Obrigado, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CE-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2009

- Terminativo -

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5%(cinco por cento) das vagas por disciplina.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Em 22/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram, vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou proclamar o resultado: SIM, 16; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O projeto foi aprovado e também as Emendas de nºs 1, da CCJ, e 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente;

- Em 08/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão;

- Votação nominal.

O Relator, Senador Valdir Raupp, será substituído *ad hoc* pela Senadora Vanessa Grazziotrin.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar uma votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foram 15 votos a favor do projeto; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, da CCJ, e 2, também da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016

- Não terminativo -

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para proferir o seu relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes, item 15. Relator. (*Pausa.*)

Os assessores são muito fortes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra desde cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A palavra de V. Exª havia sido antecedida pela da assessora.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A proposição é o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2016, do Deputado Lincoln Portela, que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

A proposição amplia a aplicação da causa de aumento de pena para os casos em que o feminicídio for praticado contra pessoa com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; na presença virtual de descendente ou de ascendente da vítima; ou em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha.

Em sua justificação, o autor do projeto assevera que as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor são, na maioria das vezes, descumpridas e, em muitos casos, culminam na morte da ofendida. Afirma ainda que, nessas situações, a reprovabilidade da conduta é maior, e a imposição de punição mais severa fará com que os agressores pensem duas vezes antes de descumprirem as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Não foram oferecidas emendas perante esta Comissão até o momento.

Análise.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal.

Não identificamos no projeto vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade. No mérito, a proposição demonstra-se relevante.

A tipificação do feminicídio no Código Penal ocorreu por meio da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Trata-se de matéria recente em nossa legislação penal, de modo que eventuais aprimoramentos se mostram necessários, a fim de melhor adequar o novo tipo penal à nossa realidade social.

As novas hipóteses de incidência da causa de aumento de pena incorporadas aos incisos II e III do §7º do art. 121 do Código Penal, na forma do PLC nº 8, de 2016, complementam o regramento já existente, pois trazem outras situações de maior reprovabilidade, que devem ser punidas com maior rigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto agrega ao inciso II outras situações em que a vítima de feminicídio tem sua capacidade de defesa reduzida, especificamente os casos de deficiência ou de doença degenerativa que cause limitação ou maior vulnerabilidade física ou mental. Ademais, em sintonia com as novas tecnologias da informação, corretamente amplia a abrangência do inciso III para abarcar o feminicídio praticado na presença "virtual" de descendente ou ascendente da vítima.

Já o novo inciso IV prevê a incidência da causa de aumento de pena para os casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha. Sabemos que os agressores, na maioria das vezes, descumprem essas medidas proibitivas e voltam a atemorizar as vítimas. Infelizmente, muitos casos de violência doméstica terminam somente com a morte da ofendida.

De acordo com o Instituto Avante Brasil, uma mulher morre a cada hora no Brasil. Quase metade desses homicídios são dolosos e praticados em situação de violência doméstica ou familiar, por meio do uso de armas de fogo. As estatísticas apontam ainda que 34% dos óbitos são causados por instrumentos perfurocortantes (facas, por exemplo) e 7% por asfixia decorrente de estrangulamento, representando os meios mais comuns nesse tipo ocorrência.

Trata-se, portanto, de uma importante proposição que deve ser aprovada com a maior brevidade possível.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Esse é um projeto... Eu, geralmente, não sou a favor de projetos que aumentam penas, porque acho que não é isso que vai inibir; é muito mais uma questão de educação sobre a questão de gênero, os direitos da mulher e coisas que tais que vão ter impacto. Mas vou votar a favor, Senador Lopes, porque hoje, na Comissão de Direitos Humanos, à tarde, nós vamos ter um debate com a presença da advogada Luiza Eluf, que publica hoje um ótimo artigo na *Folha de S.Paulo*, na sessão de debates, falando exatamente, ou melhor, questionando a sugestão que nós estamos vendo, acho que na Câmara, da exclusão do feminicídio do Código Penal.

Então, o projeto do Senador Lopes vai exatamente na contramão do que está sendo proposto por algumas pessoas que não entendem por que se fez uma lei em relação a uma criminalização do feminicídio, que realmente é o crime em que você mata uma pessoa porque a pessoa é mulher, porque, se ela fosse homem, ela não seria morta. Então, existe um porquê: o número de mulheres hoje que são mortas exatamente pela questão de gênero é que exige que esse projeto permaneça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou votar a favor, porque acho que o aumento de pena... Tenho uma posição divergente: não acredito que realmente é por aí que vai se aumentar essa questão. Mas é um projeto que eu entendo que possa ser meritório, principalmente diante da discussão que hoje existe.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu ia pedir vista, mas abro mão: vou votar favoravelmente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem. Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – É apenas para deixar os colegas Senadores tranquilos, inclusive o Senador Humberto Costa, pois sei e comungo com ele dessa preocupação com o aumento de pena, como se isso fosse a solução dos problemas. V. Exª já disse exatamente isso. Essa é apenas uma entre as inúmeras medidas que temos que tomar.

Quero só para deixar claro para os colegas o seguinte: primeiro, hoje o Código Penal, que prevê o crime de feminicídio com uma pena maior, já diz que a pena de feminicídio é aumentada de um terço à metade quando durante a gestão da mulher, quando a mulher está grávida ou mesmo depois de três meses após o parto; já diz que esse aumento existe contra menores de 14 ou quando a vítima for maior de 60; e também com deficiência. O que o projeto faz apenas é estender essa deficiência, dizendo que o aumento de pena não só se dá quando a mulher é deficiente, mas portadora de doenças degenerativas que limitam a sua condição de defesa, quando ela está, por exemplo, com uma doença degenerativa e já perdeu parte dos seus movimentos.

Da mesma forma, a lei já previa esse aumento de pena quando acontece o homicídio na presença de descendentes ou ascendentes. O que o projeto faz apenas é dizer o seguinte: não só na presença física, mas também virtual, porque hoje, infelizmente, acontecem crimes em que a pessoa faz questão de ligar a câmera de um computador e *on-line* mostrar para o ascendente ou descendente o que está fazendo com a genitora, enfim.

Então, na realidade, o que esse projeto faz não é aumentar a pena. Ele simplesmente estende, nos casos já previstos, atualizando o Código Penal, que é de 1940, a situações mais modernas, seja na parte de informática, da internet, seja no caso dessas doenças degenerativas cada vez mais constantes na vida não só da mulher, mas, enfim, do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, para ser justo, deixe-me contar – eu vim correndo para falar sobre este tema e cheguei ofegante.

Eu tenho me levantado aqui muito contra aumento de penas, porque nós já somos a quarta população carcerária do mundo, Senador Eduardo Lopes. E isso não tem adiantado. Colocamos mais gente nas cadeias por mais tempo, o sistema prisional é dominado por facções, e eu, sinceramente... É claro que não votaria contra, Senadora Simone Tebet, Senadora Marta Suplicy...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não vai aumentar a pena.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, tudo bem.

Eu vou dizer o seguinte: eu ia fazer uma crítica a nós da esquerda, porque há também na esquerda um populismo penal de esquerda. Quando são causas sociais, a gente vai aumentando pena. Eu não ia votar contra, mas ia fazer questão de registrar. As senhoras me alertaram, mas eu faço questão, porque isso está virando aqui... Em cada dia, em cada reunião da CCJ, a gente aumenta pena, aumenta pena, aumenta pena, e isso não resolve problema algum; só agrava o problema desse sistema carcerário totalmente falido.

Era essa a minha opinião.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permitir, Presidente... Eu acho que o Relator poderia esclarecer o Senador Lindbergh de que não trata de aumento de pena o projeto.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ouço V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Só para... Senador Lindbergh...

Senador?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Senador Lindbergh, como V. Exª disse, veio correndo, chegou ofegante, mas perdeu, eu acredito, a grande explicação da nossa Senadora Simone.

Na verdade, não há um aumento de pena. Aumenta-se aquilo que vai ser incorporado ao que já existe na lei, que é a questão de deficiência, a questão da incapacidade...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, eu vi. Mas fiz questão só de registrar uma questão mais geral sobre minhas posições nessas votações.

Eu conversava até com o Senador Magno Malta, que acredita na recuperação das pessoas. Então, não adianta só ficarmos nisso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas acredito também que quem comete crime... É melhor a cadeia cheia do que esses vagabundos na rua.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, mas ninguém está falando em cadeia; é só aumento de pena.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Observações:

- Em 13/09/2017 a Presidência concedeu vista à Senadora Simone Tebet e ao Senador Wilder Morais.

Os Senadores que pediram vista até o momento não se manifestaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, consulto os Srs. Senadores...

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Brevemente, Presidente.

No dia em que a Drª Raquel Dodge veio aqui submeter-se à sabatina, argumentei com ela sobre a falta de proteção na área rural e o aumento da criminalidade contra o patrimônio e contra a vida dos próprios...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio à Comissão, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dos próprios pequenos agricultores, que sofrem as consequências da desatenção do Estado e estão proibidos de ter uma possibilidade de autodefesa. Abordei esse tema, e ela, da forma como se manifestou, disse que tinha que haver no Estatuto do Desarmamento uma excepcionalidade de tratamento para casos específicos e que a realidade está mostrando dessa forma.

Têm aumentado extraordinariamente os casos de violência na área rural, e, quanto a essa desproteção, nós temos que ter atenção, especialmente, como eu digo, para não se impedir que o pequeno agricultor, para defender sua família, possa fazer uso de uma arma. Aí é específica a licença para ele ter o direito de ter arma. Ele deve se identificar e se cadastrar para ter o porte de arma. Então, esse é o meu ponto de vista a respeito dessa matéria.

Na Câmara já há um projeto também, do Deputado Afonso Hamm, que está em exame por conta das medidas de combate à violência no País.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, na verdade, é só para reforçar o que a nossa Senadora Ana Amélia diz. Eu sou o Relator e fiz questão de ouvir a população, ouvir nossos produtores rurais, e hoje é por unanimidade... Eu vou me ater à minha região, a Região Amazônica, ao Acre. Nós temos uma deficiência muito grande. Essas pessoas querem ter o porte de arma não é para andar com arma, não, mas para sua defesa. Esses índices de violência aumentaram muito, e essa população rural virou uma espécie de presa fácil. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bandidos sabem que as pessoas não têm uma arma em casa, e por isso os índices de assalto, de invasão de propriedade aumentaram muito. Então, eu não vou me alongar. Eu tenho certeza de que a maioria aqui vai votar a favor, até porque nós estamos aí fazendo justiça com o nosso produtor rural.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Naturalmente, nós somos frontalmente contra essa verdadeira mania que se está criando no Brasil de ampliar o direito de pessoas portarem armas, etc. Acho que isso é totalmente inefetivo para a segurança pública; ao contrário, aumenta o risco de termos mais violência na sociedade. E essa discussão de concessão de porte de arma indiscriminadamente, usar arma, eu acredito que não é o caso.

Entretanto, é importante ressaltar que este projeto se apresenta de acordo com os critérios do próprio Estatuto do Desarmamento. Não é uma negação do Estatuto do Desarmamento. E, como houve aqui o compromisso do Senador Wilder de não colocar em votação a proposta do plebiscito para as eleições do ano que vem, eu voto com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, essa proposta... Eu sou um dos caras que foi a vida inteira contra arma. E trabalhei muito a favor do Estatuto do Desarmamento. Mas o Brasil ganhou níveis de violência que não dá para calcular e colocar em livro nenhum, Sr. Presidente. Nada! A violência no Brasil é algo, assim, surreal. E aí você pega um homem do campo, que não pode portar uma arma.

Eu tive um entendimento e criei uma figura para mim mesmo, Senador Rocha, para eu poder fazer o entendimento que tenho hoje. Um homem do campo ter uma arma, Senador Cidinho, é como um indivíduo que põe um cadeado na bicicleta dele. Se o cara compra uma bicicleta e põe na porta da casa dele, sem um cadeado, o ladrão olha, monta na bicicleta e leva embora. Se ele colocar um cadeado, o ladrão olha para a bicicleta e fala: "está com o cadeado". Se ele cismar de levar, ele sabe que tem que botar na cabeça. E será esquisito alguém na esquina encontrá-lo com a bicicleta na cabeça. Alguma coisa errada vai dar. Ele vai pensar dez vezes. Então, uma arma na mão de um homem do campo é como um cadeado numa bicicleta. O vagabundo sabe que ele tem uma arma; ele vai pensar dez vezes. O vagabundo sabe que ele não tem uma arma; ele não pestaneja: ele entra e toca o terror.

E é o mesmo argumento que eu tenho hoje para essa questão do armamento. Não discuto, não incentivo, não sou a favor de que o indivíduo tenha três, quatro, cinco, seis armas dentro de casa, que a coisa ocorra nos níveis dos Estados Unidos. Mas hoje, quando um vagabundo assaltante, matador, chega no vidro de um carro, de uma mulher ou de um homem, que parou no sinal – o que é uma coisa errada neste País violento, às dez horas da noite –, põe no vidro e diz "baixe o vidro ou eu vou te matar", com 38 na mão, o indivíduo baixa o vidro e entrega o carro. E, ao sair, ele ainda atira nele. Mas, se ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

souber que, na hora em que ele colocar no vidro do carro a arma, nos outros carros que estão parados atrás todo mundo tem um 38 também, ele vai pensar dez vezes antes de fazer isso.

Então, é cadeado na bicicleta. Por isso eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu sou um Parlamentar cuja origem é na fronteira do Brasil com o Paraguai, e as propriedades, no caso da minha cidade... É você atravessar um rio; um rio que não seja difícil de atravessar.

Imaginem esses produtores que têm propriedade na fronteira, e os outros, do outro lado, sabendo que eles não podem ter e não têm arma para se defenderem... Então, a coisa mais comum são essas propriedades serem invadidas. Levam trator, levam o produto e, muitas vezes, cometem violência com a mulher do produtor rural.

Então, só por isso, justifica-me votar que o produtor rural seja diferente, porque ele está no campo e, muitas vezes, bem distante da proteção da polícia ou de quem possa fazer essa defesa.

Então, o meu voto, por conta disso, de uma forma coerente, por ser da fronteira, por ser um homem que entende isso, por não querer estimular o armamento, mas, sim, proteger aquele que está indefeso, enquanto, de um outro lado, há aquele que pode cometer a violência, seja para roubá-lo, seja mesmo por qualquer outra questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meu voto é "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Roberto Rocha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Palavra, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Queria pedir a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª já está registrado. Não poderíamos deixar de ouvir a palavra de V. Exª.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, se eu pudesse, iria não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Não entendi. Estou pedindo a palavra para me pronunciar. Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não. Estou falando com o Senador Lindbergh.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Está falando com outro?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está falando com outro paraibano. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, em um minuto, vou fazer aqui dois testemunhos.

Lá no Maranhão, no nosso Estado, houve recentemente um caso, numa propriedade, em que, Senador Wilder, invasores entraram na mesma, pegaram o gerente, colocaram na estrada de ferro, e o trem passou por cima.

Recentemente, e aqui eu faço também deste testemunho um desagravo ao ex-Prefeito da cidade de Codó, Biné Figueiredo, conhecido e amigo meu e do Lobão, ele teve recentemente a sua prisão decretada – é claro que pode haver aí um componente político –, porque o seu gerente tinha uma espingarda bate bucha na casa da fazenda, e a polícia foi lá, pegou a espingarda, prendeu-o, o ex-Prefeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Porque ele estava com uma arma na propriedade, na fazenda, e é ilegal. O que se pretende é tornar legal essa possibilidade de o caseiro se proteger.

É apenas esse testemunho que queria dar, fazendo, ao mesmo tempo, um desagravo a uma importante figura do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh e, em seguida, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu sou muito prático. O que estimula o porte de arma é o porte de arma ilegal: aquele que as autoridades policiais e outras até alfandegárias, porque as armas estão entrando aí no contrabando, não têm capacidade de coibir. É evidente que um marginal está sempre na vantagem em relação ao cidadão comum, porque este só teria uma arma se legalmente permitida pelas autoridades policiais, mas o marginal não vai pedir licença para usar a arma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu acho que o projeto é razoável. Evidentemente, não vai diminuir como também não vai aumentar a criminalidade, os assaltos, os assassinatos etc. Mas eu continuo dizendo o que estimula o porte de arma é a falta de fiscalização. E as autoridades policiais no Brasil, as autoridades de segurança são inteiramente incapazes de coibir esse tipo de arma irregular. O resultado é que há uma população desarmada e indefesa e uma população armada, que é a população marginal, aquela que comete os crimes.

De maneira que eu acho que esse projeto não vai resolver em si o problema da criminalidade, mas pode dar um pouco mais de segurança a quem vive sem proteção de qualidade nenhuma, a quem não tem proteção das autoridades de segurança nem de si mesmo. Essa é a realidade.

Então, acho razoável esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Senhores, eu queria trazer aqui outros argumentos, porque, vejam bem, as pessoas se reúnem aqui, e a discussão é assim: "Puxa, é a pessoa que está no campo e o assalto, o assaltante?" Só que a gente vê... Eu fui prefeito de Nova Iguaçu, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E bom prefeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E nós fomos discutir a violência em Nova Iguaçu. Uma parte grande da violência e dos assassinatos ocorria sabem quando? Nos bares, de onze da noite às três da manhã. A pessoa se desentendia e, naquela hora, sob o efeito do álcool, acabavam ocorrendo homicídios.

Houve um projeto em Diadema extremamente exitoso – a Senadora Marta deve conhecer – que era um projeto que tratava justamente desses focos. Os senhores não percebem que por esse projeto uma pessoa do campo pode comprar uma arma, ir à sua diversão, lá no bar, e beber. Lá ele briga e mata a outra...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – É posse. Ele não pode andar com arma, é posse.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O projeto não permite isso, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas vocês acham que isso acontece no mundo real?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos falar aqui.

Os senhores acham que isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – De 2003 a 2010.

Os senhores acham que isso acontece no mundo real? Que esse cidadão quando briga e se descontrola não vai em casa e não pega a arma? É claro que sim. Senhores, vejam bem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é exceção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está difícil aqui.

Esse é o maior problema. Você sabe que, quando a campanha do desarmamento teve força em 2004, 2005, caiu muito o número de homicídios, porque as pessoas estavam entregando as armas, porque a consequência direta é essa. Os senhores pensam só na situação: "Ah, não! O assaltante está entrando em casa e eu tenho que ter uma arma!" Não é isso. Os efeitos colaterais os senhores não estão analisando. Nós estamos desestruturando uma política correta que foi feita pelo Estatuto do Desarmamento.

Então, eu vou votar contra. A minha política é essa. Eu vou votar contra, Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é o que mais acontece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é exceção. A regra de homicídios no Brasil, se vocês estudarem a fundo, a regra de homicídios no Brasil...

Eu só queria concluir. Eu só queria concluir.

Eu quero dizer que a regra de homicídios...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está difícil falar, Sr. Presidente. Está difícil falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu faço um apelo aos Srs. Senadores que permitam ao Senador concluir o seu raciocínio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é verdade, Senador. (*Risos.*)

Só queria acabar, gente.

Eu proponho, Senador Lobão... Vocês sabem que saiu um atlas com o resultado do número de homicídios no País. Eu acho que seria importante esse pessoal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública vir aqui expor. O maior número de homicídios no Brasil não é de assaltante matando cidadão, nem de cidadão matando assaltante; são essas coisas que acontecem no dia a dia. Seria muito importante, Senador Lobão, que eles viessem aqui expor, porque o debate está muito em cima dessa questão. São crimes passionais, são crimes que envolvem situações de que eu falei. Essa é a maioria.

Então, faço esse apelo. Posso até apresentar um requerimento mais à frente para que a gente traga esses especialistas aqui, porque eu acho que podem ajudar a gente na votação de vários outros projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o último inscrito, Senador Flexa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Depois eu quero falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lobão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a posse de armas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvir o Flexa. Vamos ouvir o Flexa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – A posse de armas já existe, só que de forma ilegal. O projeto do Senador Wilder é para legalizar a posse – legalizar a posse –, não o porte de arma. Porte de arma é outra coisa – é outra coisa. A posse de arma de forma legalizada eu acho correto você permitir até para que você tenha...

Os exércitos, em cada Nação, têm uma função de estarem preparados para a guerra, mas não é para guerrear, é para manter a paz. A força militar nas nações é para manter a paz. Então,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exatamente. Então, para isso existem os exércitos.

No caso aqui do projeto do Senador Wilder, é para que possa diminuir não só as armas irregulares, mas a forma de... Se você sabe que naquela propriedade já se tem o direito de ter a posse, vão pensar duas vezes para fazer o que hoje, lamentavelmente, é feito e de que a gente tem notícia diariamente pelos jornais: assassinatos, às vezes, sem motivo nenhum. Você chega a ler nos jornais que o sujeito matou outro por R$10. É um absurdo um negócio desses.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Maranhão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Wilder.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. Para discutir.) – Está havendo uma certa paixão nessa discussão. Essa questão não é uma questão ideológica, absolutamente. Não é uma questão ideológica. Essa é uma questão de segurança. E o Senador Flexa Ribeiro foi muito feliz. O que se quer legalizar é a posse da arma, não é o porte de arma indiscriminado para se usar em qualquer situação.

Ora, o Senador Lindbergh, com a sua justa paixão, tem opinião ideológica sobre essa questão, e eu respeito, falou, deu como exemplo uma discussão em um bar. O sujeito vai em casa e pega uma arma. E, se essa arma não estiver registrada, isso evitaria de ele pegar a arma? E a outra parte, o que não registra em hipótese nenhuma, que é o marginal? Isso evita que a sua vítima, aquele que, por respeito à lei, por respeito à cidadania, não tem uma arma para sua defesa, para se defender? Não.

Sobre o porte de arma, o projeto de lei é muito claro e fala em "ter em casa, num sítio rural, uma arma para sua defesa e defesa da sua família". Não é o porte de arma indiscriminado. Eu também sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contra as pessoas entrarem num bar e matarem. Mesmo que tenha porte de arma, não pode usar. Até o policial, quando está fora de serviço, não pode andar armado. Ele andar armado caracteriza um crime, e ele responde perante a sociedade, perante as autoridades constituídas, as autoridades civis, e responde também às autoridades policiais, os seus superiores. Policial não pode andar armado.

Eu acho que neste País ninguém deve andar armado. Ninguém deve portar uma arma, porque essa exibição inclusive agride as pessoas. Via-se isto no passado: o sujeito andar armado.

Como nós vimos nesse episódio lamentável que aconteceu nos Estados Unidos, até o cantor, que estava cantando, estava armado e verificou que não dava para ele usar uma arma, um 38 – não sei qual era a arma que ele estava usando, mas a imprensa registrou isso – contra alguém que estava entrincheirado usando um verdadeiro arsenal de armas automáticas.

Desse modo, eu acho razoável o projeto que está sendo proposto, porque, ora, se o aparelho policial não tem condições de assegurar garantias de vida ao cidadão comum, ao cidadão que mora inclusive na zona rural, que ele tenha em casa essa arma para sua defesa e defesa de sua família.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O projeto prevê porte de arma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... posse de arma, porque no Estatuto do Desarmamento já existe essa autorização. O que ele está propondo é reduzir de 25 para 21; ou seja, é mais arma na mão do cidadão, na sociedade. Então, somos contra isso. Já existe autorização no Estatuto.

Então, o que está aqui colocado é o seguinte... E aqui nós temos de nos quedar a isso, todos, e todos aqueles que já passaram pelo governo. Essa situação é a ausência de Estado. Pobre de uma sociedade em que se tem de colocar mais armas nas mãos do povo, para que se defenda, para que tenha autodefesa.

O que acontece, principalmente no meu Estado? O Senador Roberto deu o exemplo de um prefeito lá na sua propriedade, etc. Lá no Pará, Roberto, nós temos mil, o Flexa sabe disso, o Senador Flexa – desculpa, falo Flexa por causa da nossa intimidade –, o Senador Flexa sabe disso, dos grandes problemas lá. Matam mais nos conflitos de terra do que essa coisa da autodefesa. Estão aí os índices. Então, colocar mais armas no campo? Ao que me parece aumenta mais a matança no campo, exatamente por causa dos conflitos de patrimônio, conflitos de terra etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós não devemos colocar mais armas na mão do povo, essa coisa que mata muito jovem na periferia das grandes cidades. É por causa da droga e, no campo, é por causa dos conflitos do campo. Colocar mais arma não significa proteger mais o cidadão na sua autodefesa. Aumenta a matança, porque o cidadão lá vai pegar a arma para defender a sua propriedade ou, nos conflitos, defender o seu poder.

Então, nós temos que buscar outra saída para o problema da segurança pública que não é essa, pelo que eu sei, pelas experiências de outros países e de outros povos, dar mais armas na mão do povo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha, a arma mencionada pelo Senador Roberto Rocha era o bacamarte.

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu corroboro com o discurso do Senador Paulo Rocha e do Senador Lindbergh. Acredito que mais armas vai aumentar a criminalidade. Pessoas com 21 anos com arma considero, também, mais temeroso do que 25 anos, e posse significa que você pode ter a arma na sua casa, e a gente tem muito crime em relação ao feminicídio. E ter uma arma, assim, em casa, logo uns vão dizer: "Ah, mas pode dar facada, pode dar..." Pode, mas é mais um instrumento na hora da passionalidade que ajuda a matar. Discussão entre pai e filhos também pode se tornar violenta. E, quanto ao porte de armas, temos esse menino de 13 ou 14 anos, que matou colegas e deixou paraplégica uma outra, que tinha uma arma em casa. A mãe era policial e escondia a arma em cima do armário.

Então, por todas essas questões, eu acho perigoso e que aumenta a criminalidade e votarei "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Atenção, Secretaria.

Está aberto o painel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram, vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Presidente, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Moka nunca está nervoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há aí um auxiliar ao lado de V. Exª. (*Pausa.*)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM, 11 votos; NÃO, 05.

O projeto foi aprovado com uma abstenção.

Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa Diretora para as providências cabíveis.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- Em 14/02/2017, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da Senadora Marta Suplicy;

- Em 08/03/2017, foi apresentado Memorando de autoria da Senadora Marta Suplicy, de retirada da Emenda nº 1;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 08/03/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Lopes nos termos regimentais;

- Em 09/05/2017, foi apresentado voto em separado do Senador Eduardo Lopes pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta;

- Votação nominal.

Senadora Marta Suplicy é a Relatora *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para proferir o seu voto em separado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vamos votar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ainda não.

Senador Eduardo Lopes.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu sou Relatora. Quem fez o voto separado está presente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havia pedido vista. Vamos ouvir o voto.

Em seguida, V. Exª se manifestará.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para voto em separado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório, meu voto em separado.

Em linhas gerais, a autora informa, em sua justificação, que, embora a Constituição Federal tenha como fundamento a dignidade da pessoa humana e como objetivo a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação, ainda existem pessoas que ofendem mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Assim, propõe que injúria praticada por razões de gênero seja punida de modo mais severo.

A Senadora Rose de Freitas foi inicialmente designada para relatar o projeto, mas na reunião ocorrida no dia 8/3/2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada Relatora *ad hoc*. O relatório é pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do PLS nº 291, de 2015, com emenda, visando ampliar a qualificação do crime de injúria para os casos de ofensa praticada por razões de orientação sexual e identidade de gênero.

Na análise, a Relatora frisa que o novo dispositivo tem por objetivo a proteção do princípio da dignidade humana, bem como ressalta que o Estado tem o dever de proteger o indivíduo contra ofensas e humilhações. Argumenta que a punição mais severa da injúria praticada por razões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero seria medida necessária, para desestimular a prática de comportamento que gera grande indignação, constitui violência moral e, não raro, constitui prenúncio de ofensas mais graves.

Vou à análise.

A proposição em epígrafe e a emenda apresentada pela relatoria têm por objetivo o agravamento da pena daquele que pratica injúria por razões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Em linhas gerais, a inovação é conveniente e oportuna, não obstante se faz necessário aprimorar a terminologia utilizada no projeto e respectiva emenda, haja vista que a utilização das expressões "gênero", "orientação sexual" e "identidade de gênero" mostra-se imprecisa e carece de maior discussão.

Inicialmente, cumpre assinalar que na tipificação de um delito é preciso buscar termos precisos, certos e restritos, a fim de que não se abram margens a interpretações equivocadas.

Todos sabemos que o Direito Penal é a forma mais agressiva de intervenção do Estado na vida das pessoas. Por essa razão, inclusive, só deve ser acionado residualmente, nas hipóteses em que outras áreas do direito sejam ineficazes ou ineficientes. E nesses casos, a redação de tipos penais incriminadores deve primar-se sempre pela clareza e precisão, com absoluta fidelidade aos princípios da legalidade e da segurança jurídica, já que as consequências da prática de um ilícito penal são as mais graves do ordenamento.

Aliás, a doutrina é pacífica no sentido de que a legalidade penal não se esgota na exigência de lei formal, prévia e escrita. Significa, também, a proibição de leis indeterminadas, bem como o uso de termos ou expressões ambíguas, vagas, incertas, confusas ou vazias de conteúdo, que impeçam ou dificultem a determinação do real alcance do preceito normativo, uma vez que isso daria margem ao arbítrio do juiz, em detrimento da segurança jurídica, elementar no Estado democrático de direito.

Da forma como está, a proposição não atende essa exigência. Embora de uso recorrente por determinados segmentos sociais, a terminologia pretendida não está suficientemente consolidada para ingressar na legislação penal.

Além disso, nossa Constituição a ignora. É notória que ela contém um avançado sistema de proteção individual. Tanto que foi apelidada de Constituição cidadã, pelo sempre lembrado Ulysses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guimarães. No entanto, não há nela qualquer referência a "gênero", "orientação sexual" ou "identidade de gênero". O texto constitucional usa apenas os termos "sexo" e "homens e mulheres". Assim está, por exemplo, nos arts 3º, inciso IV; 5º, incisos I e XLVIII; 7º, incisos XX e XXX, e na parte reservada aos direitos previdenciários.

Até atos internacionais relacionados com a proteção dos direitos humanos a evitam. A Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, que tem força supralegal entre nós, por exemplo, não a acolhe, preferindo os termos "homem" e "mulher". De outra parte, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, promulgado no Brasil através do Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, faz referência a "gênero" (art. 7º, letra “h”), mas o próprio texto esclarece que o termo "abrange os sexos masculino e feminino [...], não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado" (art. 7º, item 3). Na ONU, o Comitê de Direitos Humanos já proclamou que a proibição com base no sexo, prevista no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, refere-se também à orientação sexual.

Enfim, além de se equivalerem à terminologia já consagrada interna e externamente, são expressões ainda não consolidadas no plano normativo e que ainda encontram resistência em significativa parcela da sociedade brasileira.

Esse o contexto, eventual ofensa preconceituosa irrogada por razões relacionadas ao sexo da vítima, ou seja, pela sua condição de homem ou mulher, deve ser assim entendida. Não há por que trazer para o texto do Código Penal (CP), expressões como "gênero", "identidade de gênero" ou "orientação sexual", de difícil compreensão, até porque, em caso de eventual aprovação do projeto de lei, passa a existir a presunção geral de que o novo crime é do conhecimento de todos.

Lembramos que são vários os registros de proposições que iniciaram a sua tramitação com a terminologia "gênero", mas com o amadurecimento das discussões terminaram por eliminá-la.

O principal exemplo, a nosso sentir o mais importante, é o do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal vigente. Essa proposição fazia menção aos termos “gênero” e/ou “identidade de gênero” nos arts. 77, III; 121 §1º, I; 459; 468, "c"; e 472. Porém, quando da apresentação do parecer do Senador Pedro Taques, aprovado em 17/12/2013, todas as referências ao termo “gênero” foram suprimidas.

Ainda pode ser citado o PLS nº 292, de 2013, que tipificou o crime de feminicídio e originalmente o conceituava como homicídio praticado “contra a mulher por razões de gênero”. Perante a Câmara dos Deputados (onde passou a tramitar como Projeto de Lei (PL) nº 8.305, de 2014), em vez de “gênero”, optou-se por utilizar o termo “condição de sexo feminino”. Aliás, essa foi, inclusive, a terminologia aprovada ao final, quando da elaboração do conceito de feminicídio, e que constou da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que modificou o Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo ocorreu com o PL nº 8.035, de 2010, que tratou da aprovação do Plano Nacional de Educação (PLC nº 103, de 2012, nesta Casa). Essa proposição, inicialmente elencava entre as diretrizes do Plano Nacional de Educação a igualdade de "gênero" (art. 2º, inciso III), mas, em sua redação final e naquela adotada no texto posteriormente aprovado, optou-se por mencionar tão somente a "erradicação de todas as formas de discriminação".

Todos esses registros apontam que as expressões "gênero" e "identidade de gênero" devem ser mais bem debatidas antes de serem utilizadas. E, no caso do PLS nº 291, de 2015, a solução que nos parece mais adequada é evitar essa terminologia, por não se revestir da clareza e precisão próprias dos tipos penais.

Dessa forma, sem desprestigiar a essência da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 291, de 2015, nos termos das emendas apresentadas em anexo, que mantém o espírito e os efeitos desejados pela proposição, sem apelar para construções com resultado prático incerto e duvidoso.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ
Dê-se à ementa do PLS nº 291, de 2015, a seguinte redação:
"Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do §3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de sexo."

EMENDA Nº – CCJ
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 291, de 2015:
"Art. 1º O §3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar com a seguinte alteração:
'Art. 140.....
.....
§3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, sexo ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:
Pena - reclusão de um a três anos e multa.' (NR)"
Esse é o relatório, esse é o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy, não temos o quórum para votação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu sei. Vamos fazer a discussão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu proporia a V. Exª, uma sugestão apenas, que V. Exª como Relatora, ficasse para ter a sua manifestação registrada na próxima semana, quando então votaremos o projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A gente suspenderia agora?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu suspenso agora. Está encerrada a discussão. E V. Exª terá a palavra garantida na próxima reunião.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, apelo a V. Exª para esse item ser o primeiro da pauta na próxima reunião, já que...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Apelo a V. Exª para que este item seja levado ao primeiro da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu posso assumir com V. Exª o compromisso e com a Senadora Marta de colocar este item entre os primeiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Proposta de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

ITEM 44

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, de 2007

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semi-elaborados e estabelece a possibilidade do contribuinte se creditar do imposto pago para efeito de compensação com tributos federais devidos.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 22/11/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Armando Monteiro e Lasier Martins

Estes Senadores até o momento não se manifestaram.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, substitutivo.

A matéria vai ao plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, nessa matéria, registre a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abstenção do Senador Randolfe Rodrigues.

Peço ao Senador Anastasia que me substitua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, me desculpe, Presidente, revogue a minha abstenção. (*Risos.*)

Presidente, me desculpe, revogue a minha abstenção. Voto favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência registra a revogação do voto do Senador Randolfe, que agora vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Dando continuidade à reunião, teremos agora alguns projetos da área de segurança pública que foram entregues à relatoria competente da Senadora Simone Tebet, e eu vou fazer o enunciado coletivo de todos, e aí a Senadora tomará o tempo necessário para fazer o seu relatório, caso queira até em conjunto. Os itens são: item 45.

ITEM 45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016

- Terminativo -

Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

- Votação nominal.

O segundo é o item 46.

ITEM 46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017

- Terminativo -

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

O próximo é o item 47, Projeto de Lei do Senado 320, que altera... Desculpem-me. Vamos saltar o 47.

Vamos ao 48.

ITEM 48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2017

- Terminativo -

Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

O item 49.

ITEM 49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2014

- Terminativo -

Inclui os §§ 1º e 2º no art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas de fogo do acervo de colecionadores deverão ser mecanicamente inaptas para efetuar disparos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Todos são terminativos.

A eminente Senadora tão somente fará a leitura do relatório para ganharmos tempo no momento oportuno da sua votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para encerrar a discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite, eu gostaria de solicitar vista do item 46, que é o Projeto de Lei 210, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos dar vista coletiva a todos, porque, como eles vão ser só lidos agora, nós teremos uma semana ainda para a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – O item 26, de autoria de V. Exª, é terminativo também. E eu sou o Relator. V. Exª gostaria que eu fizesse leitura?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da Senadora Simone Tebet, agradeceria muito a V. Exª essa gentileza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ficaria faltando só a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Seria uma leitura sumária, bem rápida.

Com a palavra a eminente Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Fazendo, então, aqui a relatoria, lendo só o que é importante, coloco-me à disposição dos nobres pares.

Em relação ao item 45, trata-se do projeto do Senador Wilder Morais, que altera o Estatuto do Desarmamento e traz as seguintes mudanças: ele elimina a necessidade de elaboração de laudo pericial e juntada aos autos, no caso da doação de armas apreendidas que não mais interessam ao processo penal, para serem doadas e utilizadas tanto pelas Forças Armadas quanto pela segurança pública da União e dos Estados. Limita a destruição somente aos casos das armas obsoletas e inservíveis. Ainda estabelece que a reserva será de 50% das armas apreendidas para o próprio órgão cuja apreensão se deu. A doação de armas históricas iria para os museus das Forças Armadas e órgãos de segurança pública.

E justifica no seu projeto, muito bem fundamentado, que infelizmente hoje o Estado paralelo possui armas, que o Estado oficial não as detém justamente por falta de recursos para adquiri-las e que seria um desperdício, como acontece hoje no Brasil, se destruírem tantas armas, muitas vezes armas que poderiam ser utilizadas.

Este projeto passou pela CRE. Foi emitido um parecer muito bem fundamentado pelo Senador Armando Monteiro, que fez algumas modificações: primeiro, previu que é preciso, sim, laudo pericial para se verificar se a arma está apta ou não a ser utilizada; inclui a possibilidade de o Distrito Federal receber também essas armas; altera a reserva de 50% para 70% das armas para os órgãos de segurança pública que apreenderam essas armas; e, por fim, esclarece que as armas de fogo de valor histórico, obsoletas ou inservíveis bem como as artesanais ou sem numeração original não poderão ser doadas para uso operacional, devendo ser encaminhadas a um museu.

Quanto à análise, não estamos vendo nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno, porque é um desperdício destruir armas apreendidas se elas podem ser aproveitadas pelas Forças Armadas e órgãos de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer tem mais de sete laudas. Eu já vou ao final apenas para dizer o seguinte: o estatuto originalmente prevê apenas a destruição dessas armas. Em 2008, veio uma lei prevendo que, mediante um laudo e, se não houvesse mais interesse, o juiz poderia encaminhar em 48 horas ao Comando do Exército, não só para a destruição, mas para a doação para os órgãos. O que aconteceu de 2008 para cá? Veio um decreto de 2016 e o decreto, a nosso ver até de forma ilegal, restringiu os termos da lei. Então, o decreto, restringindo a lei, estabeleceu que a doação dessas armas só poderia ser de carabina, espingarda, fuzil e metralhadora.

Para evitar que decretos possam vir a restringir a doação dessas armas é que o Senador Wilder Morais apresenta o projeto. E já, na pág. 6, justifica com números. O destino final hoje e sempre dessas armas é o Exército, que destruiu, em 2015, 73 mil armas. Só a última informação, agora saiu o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, comprovando que foram aprendidas 112 mil armas. Então, imaginemos, hoje apenas 5% delas são utilizadas, que apenas 40% pudessem ser reutilizadas! Cinquenta mil armas, a uma média de R$1 mil por arma nós estaríamos falando de uma economia anual para os cofres públicos de R$50 milhões.

Diante de todo esse exposto, nós somos pela aprovação do projeto com apenas uma emenda de redação para incluir aqui o Distrito Federal na ementa, porque só tinha sido feito no artigo.

O item 46, que já houve aqui um pedido de vista, que é do Senador Magno Malta, é muito simples. Ele altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer a identificação, mediante registro de impressão plantar e digital de recém-nascido e da impressão digital da mãe, que terá que ser informatizada e poderá ser acessada pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial.

Na justificação ele traz um caso que aconteceu aqui no Paranoá, em Brasília, em que, à falta de identificação, precisou ser feita por DNA, um processo mais caro e demorado, justamente porque a polícia, o Ministério Público não tinham esses dados para acelerar o processo muitas vezes envolvendo, quando se fala de criança e recém-nascido, de homicídio e tráfico de seres humanos.

Não foram apresentadas emendas, não há óbice nenhum. No mérito é conveniente e oportuno, nós somos, portanto, favoráveis à proposição, não obstante apresentamos apenas uma emenda para assegurar que o acesso aos dados de identificação pela polícia e pelo Ministério Público dependerá de processo administrativo previamente instaurado, para não permitir que qualquer promotor de justiça ou qualquer autoridade policial tenha acesso sem autorização judicial a essas informações.

E aqui vem a emenda de redação nesse sentido, Sr. Presidente.

E por fim são quatro, faltam dois, o item 48, projeto do Senador Wilder Morais, que disciplina o uso de veículos não tripulados pelos órgãos de segurança pública, chamados Vants. De acordo com o projeto, deve-se dar prioridade ao emprego de Vants capazes de armazenar e transmitir imagens nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades de investigação e de policiamento ostensivo respeitada a vida, a integridade física, a intimidade, a privacidade e a imagem das pessoas.

No §1º, do art. 2º, prevê que sempre que o uso de Vants por agente se der, violar a vida ou a integridade, será assegurada a imediata prestação de assistência e socorro médico. Ainda no §2º, sempre que isso ocorrer será assegurado o direito de indenização pelo dano moral ou material.

E no §3º proíbe que esses Vants sejam dotados de armamento ou sejam totalmente autônomos.

Não foram apresentadas emendas.

E, já indo, portanto, à análise, não há óbice de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Não foi encontrado, portanto, nenhum vício aqui.

A matéria é de nossa competência.

Quanto ao mérito, é conveniente e oportuno. Esse uso está cada vez mais frequente, a utilização deve ser estimulada tanto no patrulhamento quanto na investigação e deve-se respeitar, claro, a segurança e a privacidade das pessoas. A principal inovação é a proibição de Vants armados ou independentes. Além disso, todo agente de segurança pública deve receber tratamento para operar esses Vants.

Cabem, no entanto, três emendas, uma para juntar as disposições previstas nos §§1º e 2º do art. 2º em um só texto, renumerando-se o §2º; outra, para alterar o art. 4º, apenas facultando aos Estados o uso de *drones*, obedecendo-se aos requisitos de regulamentação e fornecimento em quantidade e qualidade suficientes; e a última para modificar o §5º, concedendo vigência imediata à lei.

Em face do exposto, somos pela aprovação do projeto, com as três emendas apresentadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu queria propor à Senadora uma emenda nesse Projeto nº 167, que ela acabou de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Como ela está lendo o relatório, vai ser dada vista coletiva por uma semana. Vamos fazer a discussão na semana que vem, e V. Exª pode formalizar para que seja apresentada na semana da apreciação da eminente Relatora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas já posso, com a vênia de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... receber, porque poderei, na semana que vem,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ao tempo que quiser. Já trazer acolhido.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... já trazer o parecer com o acolhimento ou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... eventual rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, é só terminar a leitura, e V. Exª passará ao conhecimento dela a emenda a esse projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – E o item 49, que é o último, de autoria do Senador Eduardo Amorim, para estabelecer que as armas de fogo do acervo de colecionadores deverão ser mecanicamente inaptas para efetuar disparos.

O projeto prevê que o Comando do Exército verificará essa inaptidão. Além disso, aqueles casos de armas para colecionadores cuja autorização já foi concedida devem ser renovados perante o Comando do Exército, no prazo de 90 dias após a publicação da lei para essa inaptidão.

Na justificação, ele cita levantamento da ONG Viva Rio, segundo o qual, em 2010, cerca de 57% dos 17,6 milhões de armas em circulação no Brasil eram consideradas ilegais; 93% eram provenientes do tráfico interno de armas; e 63% foram vendidas de forma ilegal antes de entrarem no mercado negro.

O autor lamenta a falta de conexão ou interligação entre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), mantido pela pelo Exército e pela polícia os dois sistemas de informação, Sinarm e Sigma.

Lembra ainda que uma das conclusões de uma investigação realizada em 2001 pelo Comando Militar do Leste do Exército foi de que alguns traficantes de armas se registram como colecionadores para terem facilidade de compra de armas e munições.

Análise.

Não foram apresentadas emendas. O projeto não tem nenhum vício de natureza constitucional, legal ou regimental e, também no mérito, é conveniente e oportuno, pelos números inclusive já elencados

Há uma portaria do Comando Logístico do Exército que prevê que as armas explosivas colecionadas sejam descarregadas, mas faltava ainda uma complementação, que é o que o projeto faz: coíbe que os traficantes de armas se passem por colecionadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe, no entanto, apenas uma emenda ao art. 2º do projeto, para aumentar de 90 para 180 dias o prazo para que os colecionadores renovem o registro e a autorização de porte de trânsito de suas armas e o Comando do Exército verifique se elas estão inaptas para atirar, porque 90 dias é um tempo muito exíguo para que o Comando possa fazer toda essa operação em relação ao armamento que vai ser entregue.

Também a redação do parágrafo único deve ser alterada, para deixar claro que a gratuidade na renovação se limita aos documentos ainda válidos depois de transcorridos os 180 dias da publicação da lei.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do projeto, com a emenda que nós já explicamos e de cuja leitura declino em função do tempo, que já se alonga.

Muito obrigada, Presidente.

São as quatro relatorias de que me incumbiu o Presidente Edison Lobão no que se refere à questão da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senadora Simone, meus cumprimentos. Agradeço muito a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Conforme foi combinado, nós daremos vista coletiva até a próxima reunião.

Com a palavra o eminente Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu encaminharei minha emenda neste momento ou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agora. Pode encaminhar, porque passará à análise...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É muito simples, Presidente.

Com relação ao PLS 167, de 2017, a emenda diz o seguinte:

> Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2017, o seguinte art. 5º, renumerando-se os demais:
> "Art. 5º O disposto nesta lei deverá ser regulamentado pela autoridade de telecomunicações, pela autoridade de aviação civil e pela autoridade aeronáutica."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a emenda que eu encaminho e passo à Senadora Relatora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Será encaminhado a registro na Secretaria e encaminhado à eminente Relatora para seu relatório oportunamente.

Vamos ao item 26, terminativo, também tão somente para a leitura do relatório.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T.

Observações:

- Em 20/08/2015, foram recebidas as Emendas nº 1-T e 2-T, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;

- Votação nominal.

Com a palavra o eminente Senador tão somente para a leitura, e teremos também vista coletiva por uma semana, conforme fizemos agora há pouco.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Antonio Anastasia, inicialmente quero parabenizá-lo pela apresentação desse projeto, que é importantíssimo, porque vem ao encontro da necessidade da transparência que todos nós estamos sempre cobrando.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão decidir terminativamente sobre o presente projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria, recordamos que cabe ao Congresso Nacional, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

No caso específico trata-se de legislar sobre o acesso a informações sob a guarda do Poder Público.

O art. 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, estabelece que todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Já o art. 37, §3º, inciso II, preceitua que a lei disciplinará o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.

Por seu turno, o art. 216, §2º, estabelece que cabem à Administração Pública, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Com fundamento nesses dispositivos constitucionais veio a lume a Lei de Acesso à Informação, diploma legal que a proposição em pauta pretende alterar.

Conforme nos parece, o PLS nº 529, de 2015, pretende dar mais efetividade ao direito de informação e, em face do acima exposto, é plenamente constitucional, como também as duas emendas a ele apresentadas.

Por outro lado, quanto à conveniência e oportunidade da proposição, entendemos que ela deve ser acolhida.

Com efeito, as duas alterações propostas aperfeiçoam o direito da cidadania a informações sob a guarda do Poder Público.

Assim, ao deixar expresso que não cabe à Administração recusar imotivadamente o recebimento de documentos e estabelecer que o servidor responsável deverá orientar o interessado quanto ao suprimento de falhas de outra natureza, contribui para tornar mais efetivo o direito ao acesso à informação.

Já quanto ao próprio servidor sanar eventuais irregularidades contidas na solicitação, ainda que formais, parece-nos ser atitude que deve ser evitada, até para que não venha depois ser acusado de alterar o documento original apresentado pelo interessado.

Nesse sentido, entendemos que a Emenda nº 1 deve ser acolhida. Entretanto, é importante observar que o documento é o próprio pedido de acesso à informação, razão pela qual propomos uma submenda à Emenda nº 1, substituindo o termo "documento" pelo termo "pedido de acesso a informação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra parte, quanto à questão do direito de recorrer de decisão que negar acesso à informação solicitada, a nova redação proposta aperfeiçoa o diploma legal, ao estabelecer que o recurso seja interposto perante a própria autoridade recorrida.

Sem embargo, cabe registrar que a Emenda nº 2 aprimora ainda mais o dispositivo ao estabelecer que, uma vez encaminhado o processo para a autoridade superior, essa também deverá se manifestar no mesmo prazo de cinco dias.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 529, de 2015, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a Emenda nº 2-CCJ e com a seguinte Subemenda à Emenda nº 1-CCJ:

> SUBEMENDA À EMENDA N° 1-CCJ
> Dê-se a seguinte redação ao art. 11-A da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2015:
> "Art. 11-A. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de pedido de acesso à informação, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas."

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Flexa Ribeiro.

Concedida vista coletiva para deliberação na próxima semana, havendo quórum.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Hélio José, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros, Sérgio de Castro e Wellington Fagundes. Usa da palavra o Senador Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves e Antonio Carlos Valadares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 52ª Reunião Extraordinária e da 53ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica." Autoria: Deputado Claudio Cajado. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº4, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3 e 5. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e à Emenda nº 4-CCJ (de redação), com as Emendas nº 6-CCJ e 7-CCJ (de redação) e contrário às Emendas nºs 1 a 3 e 5. Observação: - Em 05/12/2017, foram recebidas as Emendas nºs 4 e 5, de iniciativa do Senador Humberto Costa. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015 - Não Terminativo - que: "Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Cidinho Santos, nos termos regimentais. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena." Autoria: Deputado Alberto Fraga. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: - Em 06/12/2017, foi recebido Voto em Separado do Senador Humberto Costa, que conclui pela inconstitucionalidade e antijuridicidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração de jogos de azar em todo o território nacional." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto; contrário às Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; favorável parcialmente às Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29; contrário às Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66; contrário às Emendas nºs 67 e 69 a 78, apresentadas na CCJ; favorável parcialmente às Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; favorável às Emendas de Plenário nºs 55 e 56; favorável à Emenda nº 68, apresentada na CCJ; restando prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Humberto Costa, Magno Malta e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CRE-CCJ e a Emenda nº 2-CCJ. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2017 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ. Observação: - Em 06/12/2017, foi recebido relatório reformulado pela Senadora Simone Tebet, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº1, com três Emendas que apresenta. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2014 - Terminativo - que: "Inclui os §§ 1º e 2º no art. 9º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas de fogo do acervo de colecionadores deverão ser mecanicamente inaptas para efetuar disparos." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Matéria retirada de pauta para atender Requerimento de retirada definitiva da matéria, de iniciativa do autor, Senador Eduardo Amorim. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo – que: “Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).” Autoria: Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T, e pela aprovação da Emenda nº 2-T. Resultado: Aprovado o Projeto com a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-T-CCJ e aprovada a Emenda nº 2-T-CCJ. ITEM 22 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com oito emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a 8-CCJ. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório. Observação: - Em 06/12/2017, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4. Resultado: Adiado. Observação: - Em 05/12/2017, foi recebido Relatório do Senador Cidinho Santos, com voto pela rejeição da Emenda nº 4. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada." Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental." Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta. ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2017 - Não Terminativo - que: "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento." Autoria: Senador Wilder Morais e outros. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Observação: - Em 05/12/2017, foi recebido Voto em Separado reformulado pelo Senador Humberto Costa. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - que: "Acresce o art. 11-A à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para estabelecer a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências”, para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 567, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores de arrecadação e aplicação das multas de trânsito." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM EXTRAPAUTA Nº 41 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2017 que: "Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão contrário à Emenda nº 1-PLEN. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Srs. Senadores, consta da pauta de hoje o PLS nº 186, de 2014, que autoriza a exploração de jogos de azar em todo o Território nacional.

O tema é de grande relevância, pois, não obstante a proibição, os jogos são amplamente praticados em nossa sociedade. De fato, estima-se que as apostas clandestinas movimentem hoje, no Brasil, aproximadamente R$58 bilhões por ano, o que comprova que as pessoas, em regra, não deixam de apostar nesses jogos pelo fato de serem proibidos.

Diante dos malefícios causados pela prática de apostas clandestinas, bem como dos benefícios econômicos resultantes da legalização dos jogos de azar, como a geração de empregos e a elevação da arrecadação tributária, 75% dos países membros da Organização das Nações Unidas já regulamentaram a atividade.

O PLS 186, de 2014, já recebeu parecer favorável da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e nesta Comissão possui relatório favorável do Senador Benedito de Lira, na forma de substitutivo.

O substitutivo autoriza a exploração, no Brasil, das seguintes modalidades de jogos: jogo do bicho; videobingo e videojogo, *on-line* e presencial; jogos de bingo; jogos de cassinos em complexos integrados de lazer; jogos de apostas esportivas e não esportivas, *on-line* e presenciais; jogos de cassino *on-line*.

Com o objetivo de proibir a prática de lavagem de dinheiro, o substitutivo determina a inclusão das empresas autorizadas a realizar jogos na lei de lavagem de dinheiro, obrigando-as a cadastrar os clientes e a informar operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Também é digna de destaque a previsão de instituição de uma contribuição social sobre a receita daqueles que exploram jogos nas mesmas condições.

Do valor total arrecadado, a União entregará 30% aos Estados e ao Distrito Federal e 30% aos Municípios, para serem aplicados, obrigatoriamente, em saúde, previdência e assistência social, educação básica e segurança pública. Estima-se que a legalização dos jogos resulte em um aumento de arrecadação tributária da ordem de R$12 a R$18 bilhões por ano.

Evidenciada a pertinência da matéria, verifica-se que o debate sobre a legalização dos jogos é uma medida que se impõe, não obstante eventuais discussões de cunho moral ou religioso.

Eu faço essas observações, exatamente pela ausência, ainda, do Relator, Benedito de Lira, que está quase chegando à Comissão para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, Srs. Senadores, nós colocaremos a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 53ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica.

Autoria: Deputado Claudio Cajado

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

Observações:

- Em 22/11/2017, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 3, de autoria do Senador Lasier Martins;

- Em 29/11/2017, A Presidência concedeu vista aos Senadores Humberto Costa e Antonio Anastasia nos termos regimentais;

- Em 05/12/2017, foram apresentadas as Emendas nº 4 a 5, de autoria do Senador Humberto Costa (dependendo de relatório).

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, para proferir sobre as Emendas de nºs 4 e 5.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como V. Exª bem mencionou, nós já lemos o nosso relatório. Após a leitura, foi solicitada vista coletiva, e o Senador Humberto Costa apresentou as Emendas nºs 4 e 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 4 é uma emenda de redação que nós vamos acatar por justiça, até porque, no dia 27 de setembro, esta Comissão, num relatório *ad hoc* do Senador Anastasia, havia já feito a alteração e aprovado já a LEP, a nova Lei de Execuções Penais, nos moldes da emenda apresentada pelo Senador Humberto Costa, que foi aprovada, inclusive, pelo Senado no dia 4 de outubro de 2017. Portanto, acatamos a emenda de redação para deixar como hoje está o *caput* do art. 123.

Infelizmente, em relação à outra emenda (Emenda nº 5, de mérito), por ser uma emenda que restringe os limites mais rigorosos em relação aos chamados crimes hediondos... Permanecem rigorosos os critérios em relação a alguns crimes hediondos, mas ele retira a questão do tráfico de drogas e afins, favorecimento de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. Assim, infelizmente, por ser uma questão de mérito, restringindo um rigor maior em relação aos chamados crimes hediondos, nós não temos condição de acatar a emenda.

Então, acatamos a Emenda de nº 4 e rejeitando a Emenda de nº 5, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 6-CCJ e 7-CCJ, também de redação, e contrário às Emendas de nºs 1 a 5.

A matéria vai ao plenário.

Eu convido o Senador Anastasia a assumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015

- Não terminativo -

Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha.

Relatoria: Senador Edison Lobão.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao eminente Presidente da nossa CCJ, Senador Edison Lobão, ora Relator, para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, segundo anunciado por V. Exª, o projeto está estruturado em 14 artigos.

Por meio de seu art. 1º, identifica-se o objeto da proposição.

O art. 2º, o território da Zona de Processamento de Exportação de São Luís.

O art. 3º dispõe que as mercadorias estrangeiras ou nacionais serão destinadas exclusivamente às empresas autorizadas a operar nessa área.

O art. 5º determina que as importações de mercadorias estarão sujeitas, no desembaraço aduaneiro, aos procedimentos normais de importação.

De acordo com o art. 6º, a compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na Zona de Processamento por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do Território nacional será considerada importação normal.

Da análise.

Cumpre destacar, de início, que compete à CCJ, por força do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Registre-se, dessa forma, que não há óbice de natureza constitucional ao PLS nº 319, de 2015. Isso porque compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior e, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal.

No tocante ao mérito, é imperioso enaltecer a importância da proposição e o acerto do Senador Roberto Rocha em tratar da matéria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – De maneira convergente com o que afirma o autor do projeto, entendemos que a Ilha de Upaon-Açu apresenta características geográficas que a habilitam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir uma área de livre comércio, especialmente pelas condições logísticas que favorecem a entrada de insumos e o escoamento da produção para o exterior.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do substitutivo que já foi publicado.

Esse é o meu parecer e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu já havia tocado a campainha enquanto S. Exª o nosso Presidente lia o seu parecer. Peço, por gentileza, um pouco mais de silêncio aos nossos convidados, para darmos sequência aos trabalhos.

Feita a leitura do relatório, nós colocamos em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Quero fazer um pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A vista da matéria fica concedida à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Apresento um pedido de vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A vista coletiva está concedida.

Devolvo a Presidência ao eminente Senador Edison Lobão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

Autoria: Deputado Alberto Fraga

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: - *em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Humberto Costa e Wilder Morais nos termos regimentais.*

Os Senadores Humberto Costa e Wilder Morais, até o momento, não se manifestaram.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não! Estou aqui com o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª, em seguida, para a sua manifestação.

Em 29/11/2017, deu-se, portanto, o que a Presidência anunciou.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, apresento aqui, neste momento, o nosso voto em separado, para tratar do Projeto de Lei da Câmara 143, de 2017, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena.

A proposição prevê que o condenado por crime a que se refere o inciso I-A do art. 1º da Lei de Crimes Hediondos – isto é, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, §2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, §3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição – deverá cumprir a pena integralmente em regime fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator nesta Comissão, Senador Eduardo Lopes, dá parecer favorável ao projeto.

Na justificação, o autor aponta que:

> A Lei de Crimes Hediondos em sua redação original dispôs que a pena dos condenados pelos crimes desta lei deveria ser cumprida integralmente em regime fechado. O Supremo Tribunal Federal, porém, se manifestou sobre a redação por meio do Habeas Corpus (HC) 82959 e decidiu que a previsão feria princípios constitucionais, declarando inconstitucional [...]. Portanto, neste caso a Suprema Corte se prestou a legislar, função que não faz parte de suas atividades típicas de Estado, ferindo dessa forma o sistema de freios e contrapesos que o ordenamento jurídico brasileiro adota. No intuito de sanar o equívoco citado anteriormente, apresenta-se essa proposição, possuindo legitimidade para legislar sobre o tema.

Análise.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre as proposições em exame, nos termos do art. 356 e seguintes, do Regimento Interno da Casa.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

O Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017, é flagrantemente inconstitucional, haja vista que o Supremo Tribunal Federal já enfrentou esse debate e concluiu de forma definitiva, editando a Súmula Vinculante nº 26:

> Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Apenas para efeito argumentativo, no acúmulo desse debate, que sempre surge de tempos em tempos, a jurisprudência da Corte Suprema se consolidou no sentido de que a Constituição Federal, ao criar a figura do crime hediondo, não fez menção nenhuma a vedação de progressão de regime, como tampouco receitou tratamento penal mais severo, quer no que tange ao incremento das penas, quer no tocante à sua execução.

Evidente, assim, que, perante a Constituição, o princípio da individualização da pena compreende a proporcionalidade entre o crime praticado e a sanção abstratamente, cominada no preceito secundário...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... da norma penal, a individualização da pena aplicada em conformidade com o ato praticado por agente em concreto (dosimetria da pena), a individualização da sua execução, segundo a dignidade humana e o comportamento do condenado no cumprimento da pena (no cárcere ou fora dele, no caso das demais penas que não a privativa de liberdade) e à vista do delito cometido.

Esse entendimento abriu passagem para o entendimento sedimentado de que a fixação do regime prisional – mesmo nos casos de crimes hediondos e equiparados – seja devidamente fundamentada, como ocorre nos demais delitos dispostos no ordenamento e não definida *a priori* em lei ordinária. Desse modo, é necessária a indicação dos elementos concretos e individualizados aptos a demonstrar a necessidade da prisão do paciente em regime fechado, impondo-lhe o regime mais severo mediante fundamentação adequada, nos termos do que dispõe o art. 33, *caput* e parágrafos, do CP. Esse é um *habeas corpus*, cujo Relator foi o Ministro Dias Toffoli, da Primeira Turma.

Quanto aos fundamentos do autor, Deputado Alberto Fraga, que compõe na Câmara dos Deputados a Bancada que é conhecida como "Bancada da bala", de que cabe nova lei para enfrentar o que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que teria legislado, é preciso que se diga que, no nosso ordenamento jurídico, o controle de constitucionalidade de uma norma ou ato normativo significa analisar se o seu conteúdo é compatível com a Constituição, ou seja, não contraria preceito constitucional. Foi o que fez o Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados, até aprovar a Súmula Vinculante nº 26.

Exceto pelo poder constituinte originário, não cabe, portanto, ao Congresso Nacional, legislar sobre matéria considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, máxime se já objeto de Súmula Vinculante.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela inconstitucionalidade e antijuridicidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto se prende à análise, única e exclusivamente, da constitucionalidade do projeto, sem introduzir a discussão sobre o mérito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão a matéria.

Senador Eduardo Lopes com a palavra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para discutir.) – Como Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na análise do projeto, inclusive a minha emenda é uma emenda de redação por constatar um erro material, o que já foi aprovado e sancionado pelo Presidente da República, pois o porte de armas de uso restrito já é considerado como crime, ilegal. Da maneira como foi feito o projeto pelo Deputado, ele mantinha o original. Então, a minha emenda era para que constasse o novo texto que foi sancionado pelo Presidente. Então, o voto em separado rejeita o projeto. Se isso acontecer, vai permanecer o nosso projeto que já foi sancionado pelo Presidente. Então, a minha emenda foi de redação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu não ouvi exatamente a questão, mas queria reafirmar aqui que nós nos atenhamos à preocupação com esse projeto e com a inconstitucionalidade já declarada. Quer dizer, nós não precisamos votar e aprovar desnecessariamente algo que será objeto de questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal.

Eu não questiono nem o mérito. Eu acho até que um crime que se comete contra um agente público responsável pela área de segurança pública, etc., é algo que precisa ter um tratamento diferenciado, mas não pode ser feito dessa forma, em cima do que se está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Eu não sei se caberia aqui um acordo entre os colegas, uma sugestão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se realmente há essa súmula vinculante – eu não sei se há; eu acredito obviamente na palavra do Senador Humberto Costa –, nós podemos estar novamente diante de uma questão de que nós já tratamos este ano mais de uma vez que é no sentido da questão do princípio da separação dos Poderes. A súmula vinculante faz leis não só entre as partes, mas em relação a todos os processos. É uma decisão já definitiva do Poder Judiciário, no caso, da mais alta Corte, que é o Supremo Tribunal Federal.

Independentemente de concordar ou não no mérito em relação ao assunto, acho que essa é uma questão delicada num momento em que nós estamos justamente finalizando o ano de 2017 e com grandes embates entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Está havendo cada vez mais uma identidade embaralhada, em que, de vez em quando, o Legislativo se julga no direito de analisar julgados do Supremo Tribunal Federal e, em contrapartida, de forma errada, a meu ver, o Poder Judiciário entra na esfera do Senado Federal, do Congresso Nacional e legisla, embora de forma inconstitucional, no lugar do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, se a súmula existe, o que eu queria sugerir ao Senador Eduardo Lopes é, se nós não pudéssemos manter no projeto as outras alterações, principalmente a que altera o tempo de progressão do crime hediondo,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... no caso de reincidente, de dois quintos para a metade, e, no caso do primário, de três quintos para dois terços, altera a questão do crime hediondo, retirando a questão do porte de arma ilegal de crime hediondo, e deixaríamos esse item para ser discutido novamente pela Câmara. Até lá teríamos, inclusive, quem sabe, um posicionamento da própria consultoria da Câmara dos Deputados em relação a essa questão da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Se me permite, eu acho que esse é o objetivo. Na verdade, esse é o objetivo da proposta do Deputado, porque já, como foi citado aqui, é conhecido como da "bancada da bala".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, no caso, haveria uma reformulação do parecer? Como seria?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – A retirada do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Isso ou acata ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo. Para a Presidência, não está muito claro o que se está propondo neste momento aqui na Comissão. O Senador Humberto Costa tem uma observação profunda àquilo que se propõe e ao relatório de V. Exª. A Senadora Simone Tebet, por sua vez, acrescenta sugestões e faz uma análise da súmula vinculante já existente sobre a matéria. A Mesa, então, vai retirar da pauta para que os três ilustres Senadores possam, de fato, chegar a uma conclusão final a respeito do que parece ser a eles, que, em seguida, submeterão ao Plenário desta Comissão, a melhor solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., Presidente, concordo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2017

- Terminativo -

Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- Em 29/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 1 de autoria do Senador Flexa Ribeiro (dependendo de relatório);

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Em 6/12 foi apresentado o relatório reformulado pela Senadora Simone, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório final.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O relatório já foi lido, mas houve uma emenda do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Então, vamos direto à análise dessa emenda.

Trata-se da Emenda nº 1, do Senador Flexa Ribeiro, que merece ser acolhida.

A exemplo do projeto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica, deve-se prever a regulamentação técnica dos VANTs pelas Agências Nacionais de Aviação Civil e Telecomunicações (Anac e Anatel) e pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que qualquer VANT, mesmo de segurança pública, voe, ele deverá, entre outros requisitos, ter seu radiotransmissor homologado pela Anatel, ter autorização da Anac para operar e ter autorização de voo do Decea.

Cabem, no entanto, outras três emendas:

– a primeira, para juntar os §§ 1º e 2º do art. 2º em um só texto, renumerando-se o §3º como §2º, portanto emenda de redação;

– a segunda, para alterar o art. 4º, apenas facultando aos Estados o uso de *drones*, obedecidos os requisitos de regulamentação e fornecimento em quantidade e qualidade suficientes; e

– a terceira, para conceder vigência imediata à Lei.

Então, diante de todo exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2017, com a Emenda nº 1, do ilustre Senador Flexa Ribeiro, com as emendas que acabei de elencar.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Nós adiaremos por alguns minutos a votação, até que o quórum desta Comissão esteja pleno. A votação será nominal. (*Pausa.*)

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 548, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que visa alterar a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, acrescentando mais um parágrafo ao seu art. 1º, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual, preservada a competência da Justiça estadual para o processamento e julgamento dos delitos.

Passando diretamente para a análise, não verificamos vícios de inconstitucionalidade, porquanto a matéria trata de Direito Processual Penal, cuja competência para legislar é da União, por qualquer membro do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição da República.

No mérito, Sr. Presidente, a proposta é conveniente e oportuna.

A repartição de competências entre as Polícias Civil e Federal busca otimizar os resultados das investigações que estes órgãos realizam. No caso da apuração de crimes cometidos pelas milícias, no entanto, deve-se observar que, frequentemente, trata-se de grupos criminosos compostos por integrantes das polícias locais, daí porque não se mostra adequado que a polícia civil esteja à frente das investigações.

É cediço que a proximidade (familiar ou profissional) entre investigador e investigado compromete ou, no mínimo, traz dúvidas sobre a imparcialidade dos trabalhos. Assim, transferir para a Polícia Federal a competência para apurar crimes cometidos pelas milícias é medida necessária. Dessa forma, não se corre o risco de se colocar um colega de trabalho investigando outro, o que pode possibilitar algum tipo de interferência no trabalho investigativo.

Importa salientar que o projeto reforça conceitos já incorporados no ordenamento jurídico. No processo penal, situações de proximidade entre julgador, defensor e partes, por exemplo, em conformidade com o que dispõe os arts. 252 e 254 do Código de Processo Penal, podem ensejar a suspeição do magistrado. E o fundamento desse afastamento é semelhante ao do proposto pelo projeto, ou seja, assegurar a lisura e a imparcialidade do processo.

Por essas razões, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 548, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, está em votação a matéria.

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, a votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro, vamos votar?

Senador Moka. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Vamos votar, Senador Benedito de Lira.

Senador Vicentinho, Senador Cidinho.

O Senador Benedito de Lira está precisando de uma assessoria?

Não; votou.

Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Votaram SIM 14 Srs. Senadores.

Portanto, aprovado à unanimidade.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

- Votação nominal.

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, encerro essa fase, ficando a votação para o momento em que contarmos com o quórum necessário para a deliberação de matéria em caráter terminativo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017

- Terminativo -

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

A votação, quando houver quórum, será nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Vamos ao item 4, que trata do Projeto de Lei do Senado...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida, Senador, concederei a palavra a V. Exª.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável ao Projeto; contrário às Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; favorável parcialmente às Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29; contrário às Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66; contrário às Emendas nºs 67 e 69 a 78, apresentadas na CCJ; favorável parcialmente às Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; favorável às Emendas de Plenário nºs 55 e 56; favorável à Emenda nº 68, apresentada na CCJ; restando prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 08/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores Lindbergh Farias, Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;

- Em 09/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 69, de autoria da Senadora Ana Amélia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 13/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 70, de autoria do Senador Jader Barbalho (dependendo de relatório);

- Em 21/11/2017, foram apresentadas as Emendas nº 71 e 72, de autoria do Senador Wilder Morais (dependendo de relatório);

- Em 21/11/2017, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues contrário ao Projeto;

- Em 21/11/2017, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Magno Malta contrário ao Projeto;

- Em 28/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 73, de autoria da Senadora Ana Amélia (dependendo de relatório);

- Em 28/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 74, de autoria do Senador Jader Barbalho (dependendo de relatório);

- Em 29/11/2017, foi apresentada as Emendas nº 75 e 76, de autoria do Senador Roberto Rocha (dependendo de relatório);

- Em 29/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 77, de autoria do Senador Lindbergh Farias (dependendo de relatório);

- Em 05/12/2017, foi apresentada a Emenda nº 78, de autoria do Senador Roberto Rocha (dependendo de relatório).

Em 06/12/2017, é reformulado o relatório do Senador Benedito de Lira.

Antes de conceder a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir seu relatório, ouço o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado. Sr. Presidente, após a apreciação do item 6 da pauta, eu solicito de V. Exª uma inversão de pauta para o item 30, Projeto de Lei 341, que estabelece a quarentena para membros do Ministério Público Federal. O relatório já foi lido no dia 8 de novembro. Portanto, eu pediria a V. Exª e também ao Plenário desta douta Comissão essa inversão de pauta após a apreciação do item em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Plenário se está de acordo com a proposta. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faremos, então, a inversão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas eu chamo a atenção do Senador Ataídes: o Relator do projeto, que é o Senador Ronaldo Caiado, não se encontra presente, embora se possa indicar um *ad hoc*.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já foi lido. Relator *ad hoc* foi o Senador Anastasia. Já foi lido *ad hoc* pelo Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente, era esta a informação que eu ia prestar: embora não estando presente o titular da relatoria, o Relator *ad hoc* já fez a leitura, portanto o projeto está em plenas condições de ser examinado, votado e decidido.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir seu relatório final.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 8 próximo passado nós fizemos a leitura do nosso relatório e, consequentemente, do voto ao Projeto de Lei nº 186, de 2014. Cria esse projeto de lei um marco regulatório dos jogos no Brasil.

Em função exatamente desse período do pedido de vista até a sessão de hoje, apareceram várias emendas, que já foram, inclusive, elencadas por V. Exª, mas nós vamos fazer as análises e consequentemente dar continuidade a essa matéria.

Pois bem, foram apresentadas as Emendas 69 a 78, de diversos Senadores. Considerando que, na sua maioria, as ações já teriam sido efetivadas no que diz respeito às solicitações feitas pelos Srs. Senadores, nós passaremos, Sr. Presidente, a fazer a análise em virtude de algumas alterações que nós propusemos ao projeto.

A primeira modificação do relatório reside na questão do jogo do bicho. Entendemos que os Municípios não devem receber a competência para credenciamento e fiscalização de jogo do bicho, sem prejuízo do repasse dos 30% dos recursos previstos neste projeto, isso porque tais competências poderiam mesmo causar atribuições na condução municipal, muitas vezes desaparelhada para tal função não especificada.

A solução que propomos, em alteração aos arts. 7º e 8º do substitutivo, devolver à União a atribuição plena de credenciamento de fiscalização de jogos do bicho, o qual será credenciado para exploração em áreas geográficas coincidentes com os limites do Município.

A segunda modificação do relatório está na necessidade de proibir a exploração de videojogo fora do ambiente de cassinos. A ideia clara é a de proibir caça-níqueis e assemelhados em hipódromos e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casas de bingo. Tais máquinas estarão restringidas a funcionar apenas em cassinos. A exploração de videobingo, porém, continua com suas regras próprias e inalteradas.

A terceira modificação do relatório reside na retirada da destinação dos recursos tributários oriundos da contribuição que se cria dos campos de segurança pública e da educação, porque essa destinação tornar-se-ia inconstitucional, uma vez que contribuições sociais apenas se destinam à seguridade social composta por previdência, assistência e saúde, como anota o art. 195, inciso III, da Constituição.

A quarta modificação do relatório busca restringir a atividade dos hipódromos efetivamente praticada nos dias de hoje, com especial proibição para que hipódromos possam operar cassinos ou caça-níqueis.

A quinta modificação buscou aumentar as penas para os tipos penais previstos neste projeto, a fim de garantir tanto a prevenção geral contra o delito bem como a sua reprovação concreta. Penas de reclusão de três a cinco anos e multas são aplicadas a quem explorar o jogo de forma sem autorização legal e a quem fraudar resultado de jogo de fortuna ou mesmo não pagar o seu prêmio nos termos exigidos pela lei.

O mero ingresso de menor de 18 anos em recinto destinado a jogo de fortuna, mesmo que dele não participe, será tratado como crime, com pena de detenção de três meses a dois anos e multa.

Agora passamos a analisar as novas emendas apresentadas após a leitura do relatório anterior.

A Emenda nº 69, de autoria da Senadora Ana Amélia, foi rejeitada porque o §4º do art. 34 da emenda substitutiva, ao final apresentada, já contempla o repasse, pela União, de 30% para os Estados e o Distrito Federal, e de 30% para os Municípios, do montante de arrecadação da contribuição, para aplicação em saúde, previdência e assistência social, educação pública e segurança pública. Não há necessidade, a nosso ver, destacar o percentual de 12% para o Fundo Nacional de Segurança. Modificamos o relatório para destinar os recursos arrecadados à seguridade social, visto que a Constituição Federal, no inciso III do seu art. 195, exige essa destinação.

A Emenda 70, de autoria do Senador Jader Barbalho, foi rejeitada, porque entendemos que os jogos de fortuna podem ser explorados em todo o Território nacional, bem como porque acreditamos que o montante repassado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios do produto da arrecadação da União deve ser aplicado em saúde, previdência e assistência social, nos termos da Constituição.

A Emenda 71, de autoria do Senador Wilder Morais, foi também rejeitada, porque entendemos que o texto da emenda substitutiva é claro sobre aproveitamento dos espaços físicos já existentes para a implantação dos complexos integrados de lazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 72, de autoria do Senador Wilder Morais, foi também rejeitada, porque acreditamos que o montante repassado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios do produto da arrecadação da União deve ser aplicado em saúde, previdência e assistência social, nos termos da Constituição.

A Emenda 73, de autoria da Senadora Ana Amélia, foi rejeitada, porque o espírito do projeto é o de autorizar cassinos apenas em grandes complexos de lazer, entretenimento, e que não se identifica com a estrutura de hipódromos.

A Emenda 74, de autoria do Senador Jader Barbalho, foi rejeitada, porque é inconstitucional destinar o produto da arrecadação da contribuição social à segurança pública e também porque será melhor tratar em regulamento os mecanismos de combate à evasão fiscal operada com o uso de cartões de crédito estrangeiros.

As Emendas 75 e a 76, de autoria do Senador Roberto Rocha, foram rejeitadas, porque o tema será mais bem tratado em regulamento, inclusive todo o tema jogo de fortuna deverá ser objeto de regulamento, dado que a lei que resultará desse projeto, se aprovado, dependerá de minuciosa regulamentação em todos os campos de análise do tema.

A Emenda 77, de autoria do Senador Lindbergh Farias, foi rejeitada, porque a alíquota de 30%, a meu ver, é exagerada e excessiva.

A Emenda 78, de autoria do Senador Roberto Rocha, foi rejeitada, porque primeiro, com a revogação do art. 171 da Constituição, o capital nacional e o capital estrangeiro gozam de isonomia jurídica no Brasil, o que impede a estipulação da exigência mínima de 30% de capital nacional. Eis que a exploração de jogos de fortuna não constitui imperativo de segurança nacional, nos termos do art. 173 da Constituição. Segundo, não é razoável, para fins de controle e prevenção à fraude, à lavagem de dinheiro, que se permita o uso de dinheiro em espécie, em bingos e cassinos. Por fim, é necessário lembrar que os jogos sempre fizeram parte do imaginário da civilização, encontram-se na origem da cultura. Desse modo, o jogo não está fora da natureza humana, sendo dela parte integrante. Ademais, o longo período de proibição do jogo no Brasil, cerca de 75 anos, acabou por rotular equivocadamente esta atividade como uma questão de moral, inclusive contaminando o debate sobre a legislação dos jogos.

A medida proposta, portanto, pretende retirar os jogos da informalidade e ilegalidade, permitindo que os operadores passem a ser empresários e possam contribuir com a atividade econômica brasileira, ao mesmo passo que se promoverá o incremento da arrecadação de impostos para o País.

Vamos agora ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014; pela rejeição das Emendas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 55 e 56 e da Emenda nº 68; pela rejeição das Emendas nºs 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78, na forma da seguinte emenda substitutiva, prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão.

Aqui, então, aparece o substitutivo, que já está à disposição de S. Exªs os Srs. Senadores e Senadoras.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, visto que o Senador Benedito de Lira produziu alterações no seu relatório, cabe vista. Peço vista mais uma vez.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Eu queria só, antes de ser concedida a vista, pedir a palavra por um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Eu queria, Senador Benedito de Lira...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço vista também, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senador Benedito de Lira, eu apresentei três emendas e eu queria, antes de a vista ser concedida, apenas fazer uma consideração com V. Exª a respeito da Emenda 78. Ela tem dois pontos tratando de duas questões.

Primeiro, em relação não aos cassinos, que envolvem muito dinheiro, mas às outras atividades: uma participação de pelo menos 30% de capital nacional. V. Exª rejeitou essa parte da emenda, e a gente pode discutir isso em outro momento, até mesmo na regulamentação. No entanto, há outra questão, que está no art. 12, em relação à qual eu queria chamar a atenção de V. Exª para que fosse mais bem esclarecida. O texto estabelece que a pessoa, quando for jogar e acabar o crédito, vá ao caixa para repor o seu cartão. Ocorre que isso só funciona, na América Latina, no México. Isso não tem sentido, na minha opinião, porque o cliente, na hora em que ele sai da frente da máquina e vai lá no caixa pegar uma fila, simplesmente vai embora. Então, você tem uma perda de, pelo menos, 30% na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

arrecadação. E o que a gente está propondo? O mesmo sistema *cashless*, ou seja, não envolve dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Não. Mas é evidente. Estou apenas facilitando. Isso é um negócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Nós não estamos fazendo atividade social. Isso é um negócio. E o empresário não visa ao lucro; é ao máximo de lucro. Então, estou propondo que continue o sistema *cashless*, ou seja, não envolve dinheiro, mas que na máquina a pessoa possa repor o cartão, desde quando identificado o nome do jogador em conta única, ou seja, não há nenhum tipo de problema. Aliás, isso funciona em qualquer canto do mundo. Talvez atualmente ainda remanesça essa situação que está no texto original apenas no México, onde também está sendo alterada.

Era apenas essa sugestão que eu queria trazer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu recebo a reclamação do nobre Senador Roberto. Logicamente que o intuito do projeto, Presidente, foi exatamente evitar circulação de espécie, dinheiro, nos ambientes de jogos. O *cashless* continua. Agora, a meu ver, nós entendemos que seria interessante que nós não permitíssemos que houvesse circulação em moeda corrente dentro do ambiente de jogo. Mas será objeto de uma nova verificação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Benedito...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu também, da mesma forma como o Senador Roberto Rocha, apresentei três emendas, e o Senador Benedito de Lira não as acatou. Desde que nós estávamos discutindo, com o parecer do Senador Fernando Bezerra e antes do Senador que está no TCU agora...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... Vital do Rêgo, eu venho sempre discutindo que as autorizações para os cassinos devem estar restritas às áreas em desenvolvimento: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E o Senador Benedito de Lira não acatou a emenda.

Então, como foi pedida vista, e será dada vista coletiva, nós vamos ter oportunidade de, novamente, conversar com o Senador Benedito de Lira, que é da Região Nordeste, para acatar as emendas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, V. Exª...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... promove um desgaste despiciendo nas suas cordas vocais. (*Risos.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Só para dar uma informação ao eminente Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Benedito de Lira, nós vamos conceder...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Nós estamos trabalhando um projeto que é o marco regulatório dos jogos. Os detalhes, a miudeza, o varejo será colocado exatamente na regulamentação, que, sinceramente, vai ser uma coisa extraordinária.

Eu estive observando alguns regulamentos de outros países onde existe a regularização dos jogos. É um pacote como isso aqui, de mais de 500 páginas, para regulamentar. Então, vai caber ao Poder Federal, o Executivo Federal, a regulamentação dessa matéria. E logicamente que será objeto de carinho e tratamento especial a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero fazer uma observação aqui, neste momento, para dizer ao Senador Magno Malta e ao Senador Benedito de Lira, sobretudo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – A esposa de Benedito é contra o relatório dele.

Ela falou que é contra o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou concluir.

Senador Benedito de Lira, já havia sido concedida vista coletiva desse projeto. Portanto, nós deveríamos tê-lo votado hoje. Sucede que V. Exª, que também poderia ficar, segundo as recomendações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguísticas do Senador Requião, adstrito ao proferimento de um parecer sobre as emendas, preferiu elaborar um novo relatório. Daí, abrimos as portas, as comportas e os pórticos para novo pedido de vista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim; porteira aberta.

Assim, fica concedida vista coletiva.

Na próxima reunião, quando vamos examinar esse projeto, se V. Exª outra vez fizer um novo relatório, haverá novo pedido de vista. Se ficar, portanto, adstrito às emendas, não será concedida nova vista e votaremos então o projeto.

Era apenas a lembrança, não advertência, que gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

Item nº 30...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria dar uma informação a V. Exª.

Na verdade, quando do pedido de vista, nós fizemos uma reanálise e constatamos a necessidade de algumas alterações no relatório. Ou seja: foi aquilo que nós retiramos, como o jogo do bicho. Os Municípios brasileiros não estão preparados para credenciar, fiscalizar e, ao mesmo tempo, cuidar dessa atividade. Então, retiramos de lá e colocamos sob a responsabilidade do ente federal. E, assim, surgiram outras modificações para melhorar, para aperfeiçoar, para dar maior visibilidade e, ao mesmo tempo, maior autenticidade ao parecer.

Mas garanto a V. Exª que não haverá mais razões para alteração do relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, como há quórum, vamos votar os itens terminativos que já foram lidos pela Senadora Simone, para acelerarmos e não perdermos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos fazê-lo; porém, vamos, agora, examinar o item 30 em razão de decisão do Plenário, que se sobrepõe à do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017

- Terminativo -

Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

- Em 08/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Relatório já lido; a leitura do relatório foi feita pelo Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia.

Em discussão a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Ataídes, autor do projeto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Pode discutir depois, senão vai cair o quórum.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu só queria dar uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Eu queria dar uma informação muito rapidamente aos nossos colegas.

Esse projeto, Sr. Presidente e colegas, é de fundamental importância. Acabamos de assistir, e é o que já apuramos na CPMI da JBS, que eu estou presidindo: o ex-Procurador da República Sr. Marcello Miller, quando ainda no exercício de sua função, exerceu advocacia paralela aos irmãos Batista. No dia 9 de fevereiro deste ano, ele já estava em tratativas com os irmãos Batista. Isso durou por alguns meses até a homologação da superdelação premiada, já conhecida por todos nós, no início do mês de abril.

Sr. Presidente, é necessária essa quarentena, obedecendo à nossa Carta Maior, para que casos como este do ex-Procurador Marcello Miller não venham a ocorrer mais no País. Portanto, eu só queria fazer esse registro. Vejo que é necessário que nós aprovemos esse projeto o mais rápido possível. Agradeço a V. Exª e aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

A votação é nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Para encaminhar.) – O PR vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Para encaminhar.) – O PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião...

Consulto o Plenário se todos os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dezesseis votos SIM; nenhum voto NÃO.

Foi aprovado à unanimidade.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, agradeço ao Relator e aos demais colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016

- Terminativo -

Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CRE com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

- Votação nominal.

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Enquanto os colegas votam, sabendo que alguns estão perguntando do que se trata: é um projeto muito simples que modifica o Estatuto do Desarmamento para desburocratizar a doação de armas apreendidas do crime. Uma vez que não mais interessem à persecução penal, o juiz encaminha ao Comando do Exército. Hoje há uma burocracia muito grande. As informações que nós temos do Anuário de Segurança Pública é de que hoje apenas 5% dessas armas apreendidas, que são mais de 115 mil, são reutilizadas, devido à burocracia. Passou pela CRE; o Senador Armando Monteiro foi muito feliz ao fazer duas emendas que não só melhoraram o projeto mas o tornaram efetivo realmente.

Então, nada mais faz esse projeto que tentar garantir uma economia para os cofres públicos, que pode chegar até a R$50 milhões por ano se nós utilizarmos 50% dessas armas, e desburocratizar essa doação de armas, que iriam para o Comando do Exército e para as Secretarias de Segurança Pública dos Estados que apreenderem essas armas.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem. O autor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente, só para se ter uma ideia, nós temos mais de 100 mil armas de fogo apreendidas que poderiam estar na mão das nossas Polícias, armas pesadas. Então, esse projeto é importante. Em vez de destruir, vamos equipar as Polícias do Brasil inteiro. Era essa a minha colocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pergunto aos Srs. Senadores se todos já votaram.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Uma preocupação que eu já levantei numa reunião anterior: a polícia tem armas padronizadas, calibres padronizados, que facilitam a identificação dos autores, dos responsáveis por acidentes que venham a ocorrer. O que estamos propondo é uma anarquia geral na distribuição de armas e calibres.

Na qualidade de ex-governador e, como tal, comandante da Polícia Civil e Militar, eu voto "não" porque não tem nenhum sentido essa desordem de calibres e de equipamentos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para tranquilizar o Senador Requião. Eu entendo o posicionamento dele, ainda mais como governador de um Estado, tem mais experiência do que nós em relação ao assunto. Mas o projeto também prevê que essas armas – e nós sabemos – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam doadas apenas para a atividade, mas para a própria escola da Polícia Civil e Militar, porque eles têm lá os treinamentos; e também essas armas, uma vez apreendidas, serão novamente cadastradas com número/série, uma vez que o tiro sai e nós saberemos de que arma se trata e quem era o autor ou aquele que detinha a posse dessa arma. É apenas para tentar tranquilizar o Senador Requião.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Eu acho que é aquela história, nós estamos andando de Fusca e prendemos uma Mercedes, mas nós não podemos andar com ela não, porque o brasileiro não está preparado para isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Catorze votos SIM; 2 votos NÃO.

O projeto foi aprovado.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores e da CCJ, e nº 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Quero agradecer aos colegas Senadores pelo entendimento positivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2017

- Terminativo -

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Em 06/12/2017 foi encerrada a discussão.

Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, enquanto os colegas votam... Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Eu sou o autor desse projeto. Enquanto os colegas votam, eu quero já dar a minha palavra agradecendo o relatório da Senadora Simone.

Esse é um grande avanço para a identificação plantar de uma criança recém-nascida. E essa identificação vai coibir não digo 100%, porque crime é crime, mas em mais de 90% o tráfico de crianças no Brasil.

Então, o mérito desse projeto é dos mais lindos, significativos, para a proteção de nossas crianças, no Brasil

Agradeço à Senadora Simone o relatório que fez. Penso que o Brasil, as nossas famílias e o futuro reconhecerão o mérito de um projeto que parece tão simples, mas esse reconhecimento plantar, assim chamado, ou seja, essa identificação, ainda na maternidade, vai evitar tudo de bárbaro que nós temos visto, de tráfico de crianças no Brasil.

Fico muito feliz e agradecido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, só para apoiar publicamente, fortalecer a iniciativa do Senador Magno Malta num projeto que considero também importante para que nós possamos, cada dia mais, dar segurança às famílias na defesa das suas crianças. É um projeto importante para as crianças brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos encerrar a votação.

Senador Pimentel. (*Pausa.*)

O Senador Requião não votou ainda. (*Pausa.*)

Senador Pimentel. *Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dezesseis votos favoráveis e uma abstenção.

O projeto foi aprovado e a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2017

- Terminativo -

Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- Em 29/11/2017, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Flexa Ribeiro (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Em 06/12, foi recebido o relatório reformulado pela Senadora Simone Tebet. Ainda em 06/12, foi encerrada a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs. Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Alguns colegas estão perguntando do que se trata. Então, enquanto os colegas votam, só para esclarecer o Senador Requião e os demais Senadores, é um projeto do Senador Wilder que apenas disciplina o uso dos VANTs; não são *drones*, são esses veículos um pouquinho maiores (*Fora do microfone.*) ...não tripulados, mais baratos do que a aeronave, não precisam do piloto. O Senador Wilder teve o cuidado de dizer que esses veículos não poderão conter nenhum tipo de arma dentro, apenas para que possam fiscalizar especialmente as nossas fronteiras no combate ao narcotráfico, ao tráfico de drogas, ao descaminho. Enfim, é um projeto da mais alta relevância.

O Senador Flexa apresentou uma emenda importante, que nós acatamos, dizendo que esses VANTs, obviamente, só poderão transitar no espaço aéreo depois de homologado pela Anatel, autorizado pela Anac e autorizado o voo, no caso diário, pelo Decea.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente, a razão de ser desse projeto é a necessidade de regulamentar e fortalecer o uso policial dessa tecnologia para garantir mais segurança para os policiais, principalmente os de fronteira, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma aeronave não tripulada que pode fazer uma varredura, dando segurança aos nossos homens, aos nossos policiais que atuam no combate às drogas e à entrada de armas em nosso País.

É um projeto importante que, com certeza, coloca a tecnologia a serviço do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dezesseis votos favoráveis; nenhum voto contrário.

O projeto foi aprovado, assim como as Emendas nºs 1 a 4, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis e devidas.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 22/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

A votação será nominal por se tratar de matéria de caráter terminativo.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que nós estamos seguindo a ordem dos projetos terminativos. Há um projeto de minha autoria, o PLS nº 54, que dispõe sobre o regime jurídico de multipropriedade...

Estou consultando o nosso Presidente. Se estiver seguindo a ordem, eu sigo a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder, V. Exª é autor da maior parte... Mais de 50% dos projetos aprovados hoje são de autoria de V. Exª...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Estamos mostrando serviço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... e de relatoria da Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Foram três.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Deixe o homem trabalhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço a V. Exª por ter retirado, portanto, a solicitação inicial.

Se todos já votaram, encerrada a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dezessete votos favoráveis; nenhum contrário.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012

- Terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;

- Em 07/06/2017, foram apresentados pelo Senador Ronaldo Caiado a Emenda nº 1 (dependendo de relatório) e o Voto em Separado pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade.

- Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir o relatório sobre a Emenda nº 1.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório do projeto já foi lido; foi feita a discussão, mas não encerrada.

Foi apresentada a Emenda nº 1 pelo Senador Caiado. Estou rejeitando essa emenda, porque desfigura totalmente o projeto de lei de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Por isso, Sr. Presidente, mantenho o parecer na sua globalidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra, para discutir, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Eu vou ser muito objetiva.

Eu entendo o mérito do projeto, a ideia, a visão do interesse público quanto à não paralisação de certas atividades, seja prestação de serviços públicos, seja em relação às obras, mas eu tenho uma preocupação específica aqui em relação aos gestores, não só prefeitos e governadores, mas também secretários e chefes de licitação.

Não adianta não paralisar a obra em função de vício preexistente no projeto executivo e, depois, esses gestores terem que responder junto ao Tribunal de Contas através de ações populares, ação civil pública. Acho temerário em relação àquele que hoje busca prestar um bom serviço público e que se presta a ir às urnas, colocar seu nome à disposição da sociedade e concorrer a um mandato eletivo; e mesmo em relação a um servidor concursado nomeado.

Então, em função disso, apenas, embora entendendo o mérito e a nobreza do projeto, o meu voto vai ser contrário, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia, para discutir.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Obrigado.

Com o coração partido, ouso, pela primeira vez, discordar da eminente Senadora Simone Tebet.

Parece-me que a proposta do Senador Acir, relatada, com brilho, pelo Senador Pimentel, é bem-vinda, porque, na verdade, determina que o contrato administrativo licitado não deve ser paralisado por razões preexistentes. Ou seja, prestigia o planejamento. Como nós aprovamos aqui o nosso projeto, inclusive com a relatoria da Senadora Simone, de minha autoria, da segurança jurídica, que já foi aprovado na Câmara e está em fase final, esse projeto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É, ele vigerá daqui a poucos dias, Deus queira. Esse projeto dá cobertura plena, porque determina que a interpretação prevalecerá a favor do servidor. Então, confiando na sanção desse projeto, em que confio, que foi aprovado aqui e lá, e na boa intenção e na adequação e necessidade de dar segurança jurídica e celeridade às obras públicas, votarei a favor do projeto e do relatório do Senador Pimentel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores estão de acordo em que se faça votação única, no caso, nos termos do parecer do Relator.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM, 15; NÃO, 1.

O parecer do Relator foi aprovado, o projeto, e rejeitada a Emenda nº 1.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria vai à Mesa para as providências devidas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Só para agradecer aos colegas a aprovação desse projeto. Entendo que é importante. Trará uma economia muito grande para o País, não paralisando mais as obras que já tenham feita a licitação, com planejamento, com projeto feito. Eu entendo que é um projeto muito importante. Agradeço a atenção dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto do Senador João Capiberibe, que, na minha opinião, não prejudica nada. Ele faculta ao Partido. Se o Partido quiser decidir que só fará campanha por internet, ele pode decidir isso.

Ora, em tese, hoje, essa pode ser até uma decisão de um candidato só. Lá na Bahia, por exemplo, sou Presidente Regional do Partido, conheço dois candidatos que decidiram que não iam fazer campanha real, gastando recursos para fazer folheto, etc. Fizeram só na internet. É verdade que os dois perderam a eleição, tenho que dizer. Mas esse processo vem crescendo. A adesão à internet vem crescendo. Pode ser que algum Partido se sinta na condição de assumir essa posição.

Em sendo assim, não vejo que a lei prejudique em nada o processo eleitoral e permite, faculta a possibilidade de se decidir sobre isso, de um Partido tomar a decisão de que não vai fazer campanha com papel. Pode ser, por exemplo, algum partido ambientalista, que não queira gastar recursos com papel ou coisa que o valha, e decida por fazer a campanha só na internet.

Então, é esse o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, é votação nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Benedito de Lira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos votar. (*Pausa.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

Com a palavra o Senador Wilder, enquanto alcançamos o quórum

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Esse projeto que nós estamos votando, Presidente, a partir do momento em que nós o aprovarmos, as campanhas serão só via internet. Se alguém, um dia, fizer qualquer papel ou panfleto, está fora. Inclusive, cassa-se a eleição dele. É para deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós estamos agora só nos comentários, porque a discussão já foi encerrada.

Se a Senadora Lídice quiser fazer algum comentário.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Se você fizer um comício, você vai ser cassado. É só pela internet, na sua casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, o projeto é claro. O primeiro aspecto é que é facultativo. Está aqui a primeira palavra do projeto: "para facultar partidos ou coligações". O voto é livre. O Senador pode votar errado, pode votar "não", mas é facultativo. O projeto é facultativo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Roberto Rocha não votou ainda. Precisamos chegar a 14, seja pelo "sim", seja pelo "não". Quem falta votar ainda?

Senador Roberto Rocha não votou ainda.

Senador Magno Malta, V. Exª ainda não votou nesse.

Nós precisamos chegar a 14.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, há outro adendo para deixar mais claro ainda. O projeto reserva facultativamente 30% das vagas aos candidatos dispostos a realizar suas campanhas exclusivamente pela internet. Então, 30% que quiser. Isso no projeto dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu relatório, reduzo para 20%, inclusive, aqueles que queiram fazer só pela internet.

E quero dizer mais: eu já tive essa experiência. Na campanha de vereador passada, não a de 2016, mas a de 2012, dois vereadores do PSB em Salvador, mesmo que a lei assim não determinasse, disseram que só iam fazer campanha por internet. Negaram-se a receber qualquer papel que o Partido pudesse lhes dar para ajudar nos folhetos. Disse também aqui o resultado: todos os dois perderam a eleição, mas há companheiros que acreditam que a internet trará possibilidades muito grandes no futuro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu mesmo acredito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Quero lembrar a própria posição do Senador Cristovam Buarque, há pouco tempo, defendendo que se reduzisse o custo de campanha, porque ele achava que não há mais necessidade de televisão, porque a internet resolveria esse problema. São pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso, Senadora.

Eu agradeço muito.

Todos já votaram.

Encerrada a votação.

Vamos fazer agora a abertura do resultado. Peço a Secretaria que o faça.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Doze SIM; 1 NÃO.

Uma abstenção.

Foi aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Só lembrando também às Srªs e aos Srs. Senadores que, por ser matéria eleitoral, só vigerá nas eleições municipais de 2020.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T, e pela aprovação da Emenda nº 2-T

Observações:

- Em 20/08/2015, foram recebidas as Emendas nº 1-T e 2-T, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;

- Em 29/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós passamos à votação.

Por se tratar de matéria terminativa, teremos votação nominal.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto, para as emendas e para as subemendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Trata-se de matéria terminativa, com votação nominal.

As senhoras e os senhores já podem votar.

(*Procede-se à votação.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu faria um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores, se pudessem permanecer mais uns 10 a 15 minutos no máximo. Temos ainda mais dois projetos terminativos com quórum.

Aí agradeceria muito, porque teríamos uma manhã muito produtiva, o que alivia a pauta para a próxima semana, que é a última.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém mais falta votar?

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço a apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Treze votos favoráveis; e 1 NÃO.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria será encaminhada à mesa para as providências cabíveis.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015

- Terminativo -

Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com oito emendas que apresenta.

Observações: *Votação nominal*

Concedo a palavra à eminente Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apesar do relatório longo, oito páginas, vou fazer uma análise bem sucinta e me coloco à disposição dos colegas.

O projeto busca prever que, quando a decisão administrativa depender da participação de três ou mais entes ou entidades, será adotado o procedimento da decisão coordenada. Esta decisão não poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser aplicada aos processos legislativos, nem aos relacionados ao poder sancionador, ou entre Poderes distintos.

A finalidade da modificação é trazer maior celeridade aos trâmites administrativos federais, em especial quando a decisão dependa da manifestação de vontade de diversas instituições do Poder Público.

Não foram apresentadas emendas.

Cabe a esta Comissão analisar o presente projeto. Não há vício de constitucionalidade e regimentalidade.

Quanto à boa técnica legislativa, a proposição obedece às normas legais, com apenas pequenos reparos, que iremos mencionar.

Quanto ao mérito, é inegável a conveniência e a oportunidade da aprovação do projeto.

Já, na p. 3, ao final, nesse sentido, não seria exagero afirmar que o PLS encontra-se afinado com o que há de mais moderno no processo administrativo mundial.

Não se trata, contudo, de uma figura completamente nova no Direito brasileiro, a exemplo da realidade em nível estadual, especialmente em Minas Gerais, terra que adotou a inovação ora proposta pelo Senador Anastasia, na época em que S. Exª governou aquele Estado. Os resultados são reconhecidos como positivos pela unanimidade da doutrina do Direito Administrativo e da Administração Pública.

Essa adoção dessa decisão vem efetivar o comando constitucional no art. 5º, que assegura a todos o direito à razoável duração do processo. Quando se substitui a tramitação sucessiva do processo administrativo em vários órgãos por uma só decisão coordenada, têm-se óbvias a aceleração dos trâmites processuais e a diminuição da burocracia.

Entretanto, estamos apenas apresentando algumas emendas, praticamente todas redacionais, que passo a ler, para encerrar o relatório: a de nº 1, renumerando o novo capítulo, é a inserção na lei como capítulo 11-A; a segunda, a previsão, no *caput* do art. 49-A, de que a decisão poderá ser utilizada, tornando-a discricionária, a fim de não impor ônus excessivos à Administração; a terceira é a alteração redacional também de incisos do citado artigo; a quarta modificação, também redacional, é a do §1º do art. 49-A, para adequar o conceito de decisão coordenada também aos casos que envolvam não necessariamente mais de um órgão, mas também mais de uma autoridade; a quinta alteração é a do *caput* do art. 49-B, também meramente redacional; a sexta é a supressão, no *caput* do art. 49-C, da referência ao princípio da flexibilidade; ainda, a inclusão de um §3º no art. 49-J, para determinar a publicação da ata da decisão coordenada; e, por fim, uma modificação meramente redacional no *caput* do art. 49-F, no parágrafo único do art. 49-H, no *caput* do art. 49-I e nos incisos e parágrafos do art. 49-J.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela aprovação, nos termos das emendas que mencionei.

Encerro meu relatório, Sr. Presidente, não sem antes parabenizar V. Exª pela iniciativa.

Aqui, qualquer elogio a V. Exª é redundância, pela sua capacidade e pelo quanto V. Exª tem inovado no ordenamento jurídico, em especial na ordem do Direito Público, com o objetivo principal de atender ao interesse público, de desburocratizar e, principalmente, de atender o interesse da sociedade, do cidadão, que tem, antes de tudo, o direito a um processo administrativo mais célere.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço sobremaneira as palavras tão carinhosas e gentis da Senadora Simone e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Havendo aquiescência, em votação.

Trata-se de matéria terminativa, a votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Indago se todos...

O Senador Maranhão chegou para votar. (*Pausa.*)

Todos já votaram.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria para abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Catorze votos SIM, nenhum voto NÃO.

O projeto está aprovado e as Emendas nºs 1-CCJ a 8-CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

Autoria: Senador Roberto Muniz

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.

Observações: *Votação nominal*

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O Item 27, Presidente. O 27 é terminativo. O senhor pulou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Secretaria está perseguindo V. Exª com o nosso desagrado. Por isso mesmo, vamos pegar o 27 imediatamente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Muito bem, Presidente. Já foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foi lido.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É só votar. E é um projeto importante. Multipropriedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A explicação, eminente Senador Wilder Morais, é que só fomos pegando com os relatores presentes e ele não está. Mas, como já foi lido, nós vamos colocar em votação. Mas me informam, Senador Wilder, que há emenda para relatar. O relatório não foi completado. Há uma emenda apresentada. E, com a ausência do Senador Cidinho e do Relator, como há emenda a ser relatada, nós não temos como fazer aqui a apreciação, neste momento, em razão da sua ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, não tem como alguém ler *ad hoc*? Porque é importante isso para nós. O senhor poderia indicar, para essa emenda.

Já foi lida a emenda, é só votar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A dificuldade que temos, de fato, é que aí ficaria confuso. E eu estou percebendo que o quórum, de fato, já está se esvaindo.

Então, vamos ao não terminativo, presente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, não terminativo, item 34, gostaria que V. Exª pusesse para eu poder fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas vamos antes ao item 26, depois seguiremos nesse, Senador.

Senador Acir, V. Exª será Relator do item 26, não terminativo, já que o nosso quórum se esvaiu.

Então, se V. Exª estiver de acordo, vamos ao item 26.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral.

Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou ao exame do Senado Federal a proposição legislativa que ora esta Comissão aprecia, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação criminosa com finalidade eleitoral.

A inovação legislativa se realiza mediante o acréscimo de um artigo ao Código Eleitoral, em seu título respectivo às disposições penais, no capítulo pertinente aos crimes eleitorais, topograficamente situado após a tipificação do ilícito penal eleitoral da injúria eleitoral.

Consoante o art. 326-A, constitui denunciação caluniosa eleitoral "dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral".

A pena cominada é de dois a oito anos de reclusão, e multa. Essa pena pode ser aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto. Entretanto, a pena pode ser diminuída de metade se o ato imputado constitui contravenção.

Finalmente, incorre nas mesmas penas aquele que, ciente da inocência do denunciado, também com finalidade eleitoral, divulga ou propala, por qualquer meio ou forma, o ato ou fato falsamente atribuído ao candidato.

A proposição inaugural, de autoria do Deputado Félix Mendonça Júnior, propunha a inserção do mesmo tipo ao Código Penal. Entretanto, o parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, de lavra do Deputado Mendonça Filho, optou por alterar o Código Eleitoral, em suas disposições penais.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Registro que esta matéria foi objeto, no ano passado, de relatório da lavra do Senador Walter Pinheiro, que não chegou a ser votado. O seu texto é recuperado, entretanto, pelo presente parecer.

Análise.

Compete ao Congresso Nacional, e de forma privativa, logo, indelegável a qualquer ente de outro Poder da República, legislar sobre direito eleitoral. A inovação legislativa nesse campo, portanto, pertence exclusivamente ao Poder Legislativo.

Quanto ao mérito, entendemos que a matéria é oportuna e conveniente, pois, como assinala o seu autor, na justificação, "é reiterada a proliferação de atos irresponsáveis aplicados com finalidade eleitoral, com o fim de violar ou manipular a vontade popular e de impedir a ocorrência de diplomação de pessoas legitimamente eleitas pela vontade do povo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, argumenta, “esse crime, mesquinho e leviano, pode causar prejuízos concretos às pessoas, como impedir o acesso a um cargo público ou a um emprego, razão pela qual a pena deve ser proporcional à gravidade desse delito”.

O parecer da CCJC da Câmara dos Deputados, além de contextualizar a alteração legislativa no Código Eleitoral, altera parcialmente a disposição pertinente à comunicação falsa de crime de modo a que a liberdade de informação permaneça incólume.

Voto.

Sr. Presidente, em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2014, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 34.

ITEM 34

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao eminente Senador Hélio José para proferir o relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores nesta reunião, meus cumprimentos.

Vem para o exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 7, de 2016, que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito ao acesso à terra e à água no rol dos direitos sociais elencados no art. 6º de nosso documento constitucional.

A redação proposta é a seguinte:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e o acesso à terra e à água, na forma desta Constituição.

Em suas justificações, os autores – 28 Senadores e Senadoras de diversos partidos e orientações políticas igualmente várias –, chamam a atenção para uma série de documentos internacionais e nacionais nos quais o conteúdo normativo consolidado na PEC em exame já se mostrava presente, de modo a fazer compreender que a atitude legislativa representada pela PEC nº 7, de 2016, não é senão a consolidação de um consenso amplo entre diversos segmentos da sociedade nacional e internacional, bem como, acrescentam os autores, um ditame da razão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Após seu exame por esta CCJ, a proposição seguirá para exame definitivo pelo Plenário desta Casa.

Análise.

Os termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal estabelecem, pacificamente, a competência desta Comissão de Constituição e Justiça para o exame das propostas de emenda à Constituição.

Quanto à constitucionalidade, a proposição trata de matéria que pode ser objeto de deliberação, pois não se encontra entre aquelas elencadas no §4º do art. 60 da Carta Magna. Ademais, a iniciativa satisfaz a exigência do inciso I do *caput* do mesmo art. 60, ao ser assinada por 28 Senadores, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfez o terço minimamente necessário para a sua propositura. Ainda mais importante, do ponto de vista formal, é o fato de que a PEC nº 7, de 2016, em momento algum choca-se com o estabelecido na Constituição acerca das matérias "terra" e "água". Ao contrário, a PEC parece trazer à luz o fato de que seu conteúdo já vivia na Constituição, ínsito a seu espírito.

Vai na mesma direção da conclusão do parágrafo anterior o arrolamento, pelos autores, da série de textos normativos de direito internacional dos quais o Brasil é signatário, tenham eles natureza de norma jurídica internacional, como, por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ou natureza de compromisso a desdobrar a legislação nacional de acordo com princípios acordados nacional ou internacionalmente.

Assim, quanto ao plano internacional, os autores lembram a homogeneidade das conclusões quanto à terra e à água que se encontram na Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em 1979; as Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, aprovadas em 2004, e na Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), de 2006; as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, aprovadas em 2012. No plano nacional, os autores apoiam-se na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada de 3 a 6 de novembro de 2015, bem como na necessidade de negar, de uma vez por todas, o espírito da Lei nº 601, a Lei de Terras, de 1850.

Quanto ao mérito, não há como negar que proposição de tal natureza, Srªs e Srs. Senadores, já se fazia tardar, dadas as condições contemporâneas da história mundial, que estão a aproximar a globalização e o uso intensivo e mais democrático da água às adversidades climáticas. A resposta do legislador constitucional brasileiro será, no caso, simples, precisa e fundamental, como sói ser em casos semelhantes. A rigor, o legislador, a nosso ver, não está criando um novo direito constitucional, mas trazendo à tona um direito que já existe no espírito de nossa lei constitucional.

O voto, Excelência.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2016.

Sala da Comissão, Relator, Senador Hélio José, pela aprovação da matéria do nobre Senador Lindbergh Farias e mais 28 colegas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório favorável à proposta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016

- Terminativo -

Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações: *Votação nominal*

O Projeto de Lei do Senado nº 459 é terminativo, por isso mesmo, tão somente a sua leitura. A votação será nominal, no momento oportuno.

Com a palavra a eminente Senadora Simone Tebet, para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Aproveitando a leitura da ementa, feita por V. Exª, já vou direto ao final do relatório, antes da Análise. A celebração do contrato de desempenho pode ensejar a ampliação de autonomia gerencial, orçamentária e financeira do supervisionado. Em contrapartida, o supervisionado se compromete a atingir metas de desempenho durante a execução do contrato.

Basicamente, é sobre isso que dispõe o projeto de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º do projeto preceitua que o contrato deve prever metas de resultados mensuráveis de forma objetiva e por determinado período.

Em seu art. 5º, o projeto elenca as finalidades essenciais desse contrato de desempenho, destacando: o aperfeiçoamento do controle de resultado da gestão pública; a compatibilização das atividades do supervisionado com as políticas públicas; e a fixação de responsabilidade de dirigentes quanto aos seus resultados.

O art. 6º especifica quais as flexibilidades e autonomias que podem ser conferidas ao supervisionado pelo contrato, a saber: gerenciais, orçamentárias e financeiras. E depois elenca o que seria essa autonomia gerencial, essa autonomia orçamentária e, por fim, essa autonomia financeira.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Da análise.

Cabe a esta Comissão a análise da matéria.

O projeto versa sobre normas de contratação na Administração Pública, bem como sobre direito financeiro e orçamentário.

Nos termos constitucionais, compete à União legislar sobre o assunto e também nos termos constitucionais compete concorrentemente à União, aos Estados e aos Municípios legislar sobre a matéria.

Portanto, este projeto de lei é formalmente constitucional. Não estamos vendo nenhum óbice de natureza jurídica.

Do ponto de vista do mérito, o projeto nos parece conveniente e oportuno.

A proposição tem a virtude de concretizar o modelo gerencial de administração no setor público. A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, contemplou a criação de novo mecanismo funcional que permite a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho.

Já na p. 4: A Constituição não precisou, contudo, os limites dessa ampliação. Essa norma, portanto, não tem eficácia plena. É preciso a criação de lei, que V. Exª neste momento apresenta.

Mesmo após quase 20 anos da promulgação da emenda, ainda não houve regulamentação. Ante a ausência de norma, os contratos de gestão até então celebrados pela Administração extraíam seu fundamento de validade diretamente da Constituição Federal ou de decretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os contratos de gestão, muitos autores, entre eles a Prof. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, têm se manifestado favoravelmente a trazer esse instrumento, que a princípio é de Direito privado, à luz e, portanto, às normas e às regras do Direito público.

O projeto resolve essa problemática ao conceder flexibilidade e ampliar esta autonomia.

Já na p. 5: a flexibilização das regras constitucionais que tratam de orçamento e de finanças públicas decorre de autorização do próprio texto constitucional.

Já o art. 12 condiciona a liberação dos créditos orçamentários à conformidade com o plano plurianual e com lei orçamentária anual.

É pertinente esclarecer que o presente projeto não prevê nenhum tipo de flexibilização quanto ao regime de licitações.

Em resumo, portanto, pode-se dizer que o PLS é merecedor de aprovação, por permitir, de forma legítima e respeitando os limites constitucionais, a concretização do modelo gerencial de administração no setor público.

Do voto.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 459, de 2016, e no mérito, por sua aprovação, parabenizando, mais uma vez V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet. Agradeço a qualidade, como sempre, superior do relatório de V. Exª.

A matéria foi lida e ficará para discussão em momento oportuno.

Vamos agora ao item 40, também para leitura.

ITEM 40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2017

- Terminativo -

Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador José Pimentel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações: *Votação nominal*

Concedo a palavra ao eminente Senador José Pimentel para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem a exame deste Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2017, de autoria parlamentar, que altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, para estipular prazo de vigência e criar fundo de reserva nas parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Preliminarmente, anota-se que a técnica legislativa e a formulação vernacular do projeto sob exame não demandam qualquer espécie de correção, apresentando-se em conformidade com as normas que regulam esses aspectos do processo de formulação das leis.

Complementarmente, não se divisa inconstitucionalidade, quer formal, quer material, a contaminar a proposição, inclusive por não ser incidente hipótese de reserva de iniciativa e por situar-se a matéria, de forma clara e inequívoca, no campo da competência legislativa da União.

Quanto ao mérito, temos a providência não só como necessária à segurança jurídica da atuação conjunta entre Poder Público e organizações civis, mas como corolário de importantes princípios constitucionais, quer expressos, como o da eficiência, quer reconhecidos, como o da segurança jurídica e o da proporcionalidade.

Efetivamente, o fundo de reserva sugerido terá o importante efeito de atuar como atenuante de eventuais situações que comprometam o adimplemento completo dos termos e acordos, resguardando a entidade em cooperação e a própria sociedade contra inconsequências danosas aos fins pretendidos.

Igualmente, a providência de estabelecer limites à vigência desses acordos resulta na impossibilidade de uma perenização desses acertos.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente.

É esse o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Colocando em discussão a matéria, indago se algum eminente Senador gostaria de discuti-la. (*Pausa.*)

Não havendo, nós encerramos a discussão, mas aguardaremos a votação para um momento de quórum, já com a discussão encerrada.

Item 31, terminativo, também para leitura.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014

- Terminativo -

Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta

Observações: *Votação nominal*

A votação nominal será no momento oportuno.

Concedo a palavra à eminente Senadora Simone Tebet, para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu quero parabenizar o Senador Jayme Campos pela iniciativa. Acredito que este seja um dos projetos da mais alta relevância para a Ordem dos Advogados do Brasil, porque, basicamente, trata-se de economia de dinheiro dessa nobre entidade.

Para se ter uma ideia, hoje, dados da própria Ordem dos Advogados, só o gasto com publicação em *Diário Oficial* dos processos administrativos – portanto, não tem nada a ver com processo judicial – pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados, só o gasto com publicações na imprensa oficial gira em torno de R$500 mil por ano, o que significa que, nesses últimos anos, últimos seis anos, foram mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$3 milhões gastos, fora os gastos das seccionais, ou seja, dos 27 Estados da Federação brasileira, que não temos como avaliar.

O projeto é simples, ele simplesmente ajusta o Estatuto da Ordem dos Advogados aos novos tempos, dizendo que os atos e decisões emanados dos órgãos da Ordem dos Advogados que hoje teriam a obrigação de ser publicados no *Diário Oficial* poderão agora ser publicados no Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados. Portanto, nada mais faz o projeto que criar o Diário Eletrônico da Ordem.

Ao projeto não foram apresentadas emendas. Não estamos vendo nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade. O projeto se ajusta à boa técnica legislativa.

Portanto, quanto ao mérito, como eu já disse, é da mais alta relevância atualizar o estatuto aos novos tempos modernos da internet. Além de tudo e principalmente, o projeto visa economia para a Ordem dos Advogados.

Eu faço aqui todas as observações.

Eu vou direto ao voto, porque, como disse, o projeto é singelo, apenas com uma emenda de redação estabelecendo, no local de "OAB", para harmonizar com o próprio Estatuto da Ordem dos Advogados, o nome por extenso: Ordem dos Advogados do Brasil.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do projeto de 2014, com a emenda que acabamos de mencionar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone. Cumprimento V. Exª pelo relatório.

Nós colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação se dará no momento em que tivermos o quórum necessário.

ITEM 38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações: *Votação nominal*

Solicito *ad hoc* a gentileza da eminente Senadora Simone Tebet para leitura do relatório, que é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

No momento oportuno, será feita a votação.

Com a palavra a eminente Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, como Relatora *ad hoc*, eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim. Eu tive a oportunidade de ler o objetivo e certeiro parecer do nobre Senador, que, na realidade, relata um projeto do Senador Romário, que atribui fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Os parágrafos a serem acrescidos a esse artigo têm o seguinte propósito: o §1º, o de também atribuir validade, para todos os fins de direito, em todo o Território nacional, às carteiras de identidade funcionais dos Parlamentares emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, no curso da legislatura; o §2º, o de tornar obrigatória a restituição da identidade pelo Parlamentar, no caso de renúncia, perda de mandato ou afastamento para exercício em outro Poder, sob pena de crime de falsidade ideológica o seu uso indevido; e, por fim, o §3º, o de estender as regras estabelecidas nos §§1º e 2º aos servidores efetivos ou comissionados, no que couber.

Não foram apresentadas emendas.

A proposição trata de identificação civil, matéria, portanto, afeita às relações de cidadania.

Cabe à esta Comissão, portanto, a relatoria, e, ao Congresso Nacional, tratar dessas matérias de competência da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vejo óbice de condicionalidade e juridicidade, e a proposição está em conformidade com a boa técnica legislativa.

No mérito, estamos certos de que a matéria merece louvor, pois não consideramos razoável que o Parlamentar, cujo documento de identificação funcional é emitido pelo Congresso Nacional, não possa dele se utilizar em todo o Território nacional.

Além do mais, deve ser considerado que os documentos de identidades funcionais dos agentes políticos de outros Poderes também desfrutem de fé pública.

A propósito, entendemos que as medidas nele apresentadas deveriam se estender aos membros das assembleias legislativas e das câmaras, razão pela qual consideramos oportuna a apresentação de emenda nesse sentido.

Outrossim, sugerimos garantir que a Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), que representa os deputados estaduais em todo o País, possa emitir o documento em parceria com as casas legislativas respectivas.

Todavia, no que concerne ao §3º, por intermédio do art. 2º do projeto de lei no sentido de que a mesma regra se estenda também a servidores efetivos e comissionados, acreditamos que tal medida desvia-se dos louváveis propósitos embutidos na matéria, haja vista que a principal razão de ser da proposição legislativa em análise é, como salienta o autor, a questão de imunidade de que gozam os Parlamentares, razão pela qual opinamos pela supressão desse dispositivo, na forma da emenda que o Senador Paim apresenta.

É o relatório do nobre Senador Paulo Paim, Senador Anastasia, que leio neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito a gentileza de V. Exª na função *ad hoc* e coloco em discussão a matéria.

Já inscrito o Senador José Maranhão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou ser breve, até porque a questão do mérito da proposição ficou muito bem ressaltada no parecer que acabou de ser lido pela Senadora Simone Tebet.

Realmente, dentro do bojo desse projeto, a emenda de autoria do Senador Paulo Paim me parece absolutamente pertinente.

Essa é uma falha que tem ocorrido no que respeita à identidade parlamentar. Infelizmente, eu não sei qual é a utilidade da identidade parlamentar da forma como ela é interpretada por alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos públicos ou entidades privadas, como, por exemplo, as companhias de aviação. É comum as companhias de aviação recusarem de forma peremptória a identidade parlamentar. Então, pergunta-se: qual é a finalidade da identidade parlamentar?

Se, por razões de segurança pública, possam se exigir outros controles das autoridades policiais e também de entidades privadas, de empresas privadas, que se submeta a identidade parlamentar ao crivo dos registros dos órgãos de segurança nacional.

Eu acho que isso seria um exagero, porque não haverá de se admitir que um Parlamentar não tenha uma ficha limpa perante os órgãos policiais, os órgãos de segurança nacional, até porque, quando isso ocorre, o próprio Poder a que pertence o Parlamentar tem atribuições, tem competência constitucional para outros procedimentos que resultariam na perda do mandato.

De forma que eu considero absolutamente pertinente a emenda que foi apresentada e o projeto em si mesmo é um projeto altamente meritório. É evidente que nós podemos discuti-lo agora e não vamos votar por falta de quórum qualificado, mas aqui já fica o meu voto e o meu compromisso com a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador José Maranhão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós encerramos a discussão e deixaremos a votação para o momento oportuno do quórum.

Por último, nós temos:

EXTRAPAUTA

ITEM 41

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Autoria do Projeto:

Relatoria da(s) Emenda(s): Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN

Observações: Em 22/11/2017 a comissão aprovou o relatório que passou a constituir o parecer favorável ao projeto.

Em 30/11/2017, em Plenário, foi apresentada a Emenda nº 1, tendo como primeira signatária a Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como V. Exª mesmo já mencionou, nós já aprovamos essa matéria aqui na CCJ, foi para Plenário e a ilustre Senadora Regina Sousa apresentou duas emendas.

Nós infelizmente não podemos acatar as duas emendas porque elas simplesmente extinguem o projeto. Na realidade o projeto ele elimina a atenuante genérica para aqueles jovens que cometeram crime, que têm mais de 18 e menos de 21 e também extingue a contagem do prazo prescricional pela metade.

Eles entram numa regra comum porque depois de tantos anos da edição do Código Penal, nós constatamos na realidade que hoje o jovem de 18 anos tem o mesmo discernimento que um jovem de 24 ou de 25 anos. As duas emendas, portanto, por tirarem toda a essência do projeto, que já foi aprovado pela CCJ, não merecem ser acolhidas e na realidade, como é questão de mérito, cabe no plenário cada Senador e Senadora votar de acordo com a sua consciência, com aquilo que entende necessário, favorável ou contra o projeto.

Portanto, nós somos contrários à Emenda de Plenário nº 1 do Projeto de Lei da Câmara nº 140 de 2017, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à eminente Senadora Simone Tebet, que proferiu o seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório contrário à Emenda de Plenário nº 1.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda de Plenário nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao plenário para a sua deliberação final no plenário do Senado Federal.

Não havendo nada mais a tratar, eu encerro esta reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e treze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Armando Monteiro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Usam da palavra os Senhores: Gustavo de Medeiros Melo, membro do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro; Moreira Mendes, Ex-Deputado Federal; e a Senhora Selma Maria Ferreira Lemes, associada do Comitê Brasileiro de Arbitragem. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 85/2017, de autoria do Senador Armando Monteiro. Finalidade: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29/2017 que dispõe sobre normas de seguro privado, revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e dá outras providências. Participantes: Sr. CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO, Advogado e Presidente da Comissão Especial de Direito Securitário da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. ERNESTO TZIRULNIK, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS); Sr. CARLOS ROBERTO DE ZOPPA, Vice-Presidente da Terra Brasis Resseguros (representante de: PAULO EDUARDO DE FREITAS BOTTI, Presidente da Associação Nacional das Resseguradoras Locais (ANRE)); Sr. JOÃO MARCELO MÁXIMO RICARDO DOS SANTOS, Advogado da Fenaber (representante de: PAULO PEREIRA, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber)); e Sr. BRUNO MIRAGEM, Ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON (representante de: MARILENA LAZZARINI, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Omar Aziz, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Magno Malta, Cidinho Santos, Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores José Medeiros, Ataídes Oliveira e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 54ª Reunião Ordinária e 55ª Reunião Extraordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015 - Não Terminativo - que: "Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 71 de 2017 – que: "Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ selecione, para avaliação, a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública." Autoria: Senador Edison Lobão. Relatoria: Sen. Wilder Morais. Resultado: Aprovado o Relatório. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a progressão de regime de cumprimento de pena." Autoria: Deputado Alberto Fraga. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. Observação: Em 12/12/2017, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Eduardo Lopes, com voto contrário ao Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto; contrário às Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; favorável parcialmente às Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29; contrário às Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66; contrário às Emendas nºs 67 e 69 a 78, apresentadas na CCJ; favorável parcialmente às Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; favorável às Emendas de Plenário nºs 55 e 56; favorável à Emenda nº 68, apresentada na CCJ; restando prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, nos termos do Substitutivo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 12/12/2017, foi reformulado o Voto em Separado pelo Senador Magno Malta, contrário ao Projeto. ITEM 5 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências”, para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 16 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2017 - Não Terminativo - que: "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento." Autoria: Senador Wilder Morais e outros. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - que: "Acresce o art. 11-A à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para estabelecer a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 567, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores de arrecadação e aplicação das multas de trânsito." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências." Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2012 que: "Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal." Autoria: Deputado Leonardo Picciani. Relatoria: Sen. Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Emenda n° 3-PLEN e contrário às Emendas n° 2-PLEN e n° 4-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os Municípios do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, e Municípios do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)." Autoria: Deputado José Fernando Aparecido de Oliv. Relatoria: Sen. Aécio Neves. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 07/12/2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Amorim (dependendo de relatório). ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 54ª Reunião, Ordinária, e da Ata da 55ª Reunião, Extraordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal chega ao final da presente Sessão Legislativa com a certeza de ter alcançado novamente os altos objetivos a que se propôs em seu início, contribuindo, como é seu mister, para a alta produtividade do Legislativo federal ao longo deste ano.

Nesta segunda oportunidade em que tenho a honra de presidi-la, posso afirmar, com orgulho, que, circundado pelos meus pares, dentro dos quais destaco meu Vice-Presidente, o Senador Antonio Anastasia, mostramo-nos inabaláveis perante a atual turbulência política e avançamos consideravelmente no processo legislativo.

Em uma gestão democratizada, pudemos apreciar, com detalhes, a legalidade, a regimentalidade e a constitucionalidade das matérias que aqui tramitaram ao longo de 56 reuniões.

Realizamos sabatinas de 27 autoridades, com destaque para as presenças do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, da nova Procuradora-Geral da República Raquel Dodge, do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Breno Medeiros, além de integrantes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

No que diz respeito à apreciação de proposições, esta Comissão se debruçou sobre 500 matérias ao longo de suas 56 reuniões, merecendo destaque a sua manifestação sobre itens como o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, a chamada reforma trabalhista, a qual foi aprovada na Comissão após 14 horas de reunião e duas audiências públicas. Igualmente relevante foi a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 280, a chamada Lei do Abuso de Autoridade, a qual foi aprovada por unanimidade pela Comissão após ampla discussão, seguida essa a audiências públicas, com a presença de vários especialistas; mediante entendimento entre os Srs. Senadores, seguiu ao plenário em regime de urgência.

Ademais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou outras matérias de elevada importância, entre as quais destaco: a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, que altera a Constituição Federal, inseridos os incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa: o direito de revogação e o veto popular; a Proposta de Emenda à Constituição nº 67, que determina a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de eleição direta aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República na hipótese de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial; a Proposta de Emenda à Constituição nº 02, que torna imunes à tributação os medicamentos destinados a uso humano; o Projeto de Lei do Senado nº 612, que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, que extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Também merece destaque a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, que garante 1% a mais do repasse da União relativo à arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados; do Projeto de Lei do Senado nº 116, que cria regras para demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho, aplicáveis a todos os Poderes nos níveis federal, estadual e municipal; da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, que estabelece o voto distrital misto no País, sistema a ser adotado nas eleições para Deputado Federal e Deputados Distritais e Estaduais, e do Projeto de Lei do Senado nº 664, que tipifica como crime induzir jovens à automutilação.

Um dos temas que mereceram atenção especial desta Presidência nesta Sessão Legislativa foi o da segurança pública. Nesse sentido, destaco a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 513, a chamada reforma da Lei de Execução Penal; da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública; da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, que torna imprescritíveis os crimes de estupro; do Projeto de Lei do Senado nº 310, que estabelece que os condenados monitorados eletronicamente passem a arcar com o custo da tornozeleira, e do Projeto de Lei do Senado nº 740, que versa sobre assédio sexual em transporte público.

Acerca da segurança pública, congratulo-me também com a Senadora Simone Tebet, à qual foi confiada a relatoria de mais de 30 projetos nessa área, tarefa da qual desincumbiu-se com brilhantismo, e com o Senador Wilder Morais, responsável por primorosa análise sobre a Política Nacional de Segurança Pública, trabalho respaldado em várias audiências públicas e na consulta a especialistas sobre o tema.

Quero, por fim, nestas breves palavras, agradecer a cooperação das Srªs e dos Srs. Senadores para a consecução dos resultados apresentados e reiterar a fé e a esperança manifestos quando do início de nossos trabalhos de que Deus nos ajudará no ano que se avizinha, ciosos que estamos de que muito esforço precisará ser envidado para atendermos às altas expectativas que sobre nós tem a sociedade brasileira.

Nós realizamos, durante a Sessão Legislativa de 2017, 55 reuniões, 13 audiências públicas. Projetos de lei do Senado foram votados 58 em caráter terminativo, e 21 não terminativos; propostas de emendas à Constituição, 47; projetos de lei da Câmara, 1; e dezenas e dezenas de outras proposições examinadas também nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, o item 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha e que tem este Senador por Relator. Ele cria a zona de processamento de exportação no Estado do Maranhão.

Este projeto já vem sendo discutido há vários meses. Como se trata de uma proposição de alta envergadura, temos tido, tanto o Senador Roberto Rocha quanto o Relator que vos fala, o cuidado e a prudência de não impor açodamento a esta votação. Afinal, o parecer da Comissão de Justiça foi emitido, lido nesta Comissão e colocado como item 1 da reunião de hoje.

Todavia, em razão de ponderações do Senador Eduardo Braga, entendimento com o Senador Roberto Rocha, do pedido de vista da Senadora Vanessa Grazziotin e de outras ponderações, preferimos adiar o exame desta matéria para o início do próximo ano, quando, então, novos entendimentos se processarão a fim de que se estabeleça um texto que seja adequado tanto aos interesses legítimos do Maranhão quanto às ponderações também legítimas do Estado do Amazonas.

Fica, portanto, adiada a votação deste projeto.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015

- Não terminativo -

Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

- Em 06/12/2017, a Presidência concedeu vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Cidinho Santos nos termos regimentais.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Pela ordem.) – Mais uma vez, V. Exª comprova não só aos membros da CCJ, mas ao povo brasileiro que nos assiste neste momento a experiência, a maturidade e a liderança que V. Exª exerce nesta Casa e nesta Comissão, de forma ponderada e de forma construtiva.

Quero aqui cumprimentar o Senador Roberto Rocha, que abriu o diálogo, abriu o debate.

Gostaria de dizer desde já que não sou contra nenhum projeto que possa estabelecer o desenvolvimento regional. Nós temos de tomar alguns cuidados e alguns zelos.

E, para contribuir neste debate, quero destacar que três pontos, Sr. Presidente, precisam ser analisados pelo autor e pelo Relator para que possamos, em fevereiro ou março, ter esta matéria em pauta para ser deliberada aqui na CCJ e, depois, na CAE.

No projeto de lei ora apresentado, permitem-se algumas vedações que se chocam com a Constituição, permitem-se algumas criações de mecanismos inovadores do ponto de vista monetário, do ponto de fiscal e do ponto de vista cambial que se chocam ou com a política monetária nacional ou com a política fiscal nacional ou com tratados internacionais que o Brasil subscreve e que têm força de lei dentro do Território nacional, como é do conhecimento de V. Exª.

Então, eu queria destacar aqui alguns pontos: 1) dispensa de exigência de percentual mínimo de receita bruta relacionado à exportação de bens e serviços; 2) possibilidade de transferências de plantas industriais instaladas em outras regiões.

Imagine, Senador Lobão, uma empresa instalada na Zona de Exportação de Pecém, no vizinho Estado do Ceará...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Ou no Acre.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... ou no Acre. Mas vamos falar de Pecém, porque tem características mais similares ao que poderemos ter na Zema. Ora, a Zema, com as características apresentadas no projeto de lei, permitiria que a planta dessa fábrica que está em Pecém, no Ceará, fosse simplesmente transferida do Ceará para o Maranhão, o que a Constituição não permite, o que a lei complementar que cria as ZPEs também não permite.

Há outra questão: condições menos burocráticas relativas ao controle aduaneiro. Ora, Zonas de Exportação não podem deixar de ter áreas delimitadas pela Receita Federal como áreas que tenham o seu alfandegamento. Usando a característica de que São Luís é uma ilha, a intenção da lei é transformar a ilha toda numa área alfandegada, o que, obviamente, contraria não só a legislação, mas também as resoluções da Receita Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Quero só encerrar, Presidente, para demonstrar a sensatez de V. Exª. Estou fazendo essas contribuições para que o Senador Roberto Rocha e V. Exª possam se debruçar sobre isso e discutir com os técnicos, reafirmando a sensatez de V. Exª ao adiar a votação desse projeto.

Livre fabricação, sem que haja a necessidade de ato autorizativo emanado do Poder Executivo, salvo nos casos não permitidos às demais ZPEs. Ora, isso significa dizer que aqueles tratados internacionais que nós criamos, seja o tratado com o Mercosul, seja o tratado que nós estamos na iminência de fechar com a União Europeia, poderiam ser descumpridos aqui. Essa é uma brecha na legislação de Zonas de Exportação no sistema brasileiro, coisa a que, com certeza, o Governo brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores, a OMC, etc., se colocariam contra.

Além disso, há a questão da renúncia fiscal, que, pela nova legislação brasileira de controle de gastos públicos – inclusive, há um projeto de resolução que regulamenta essa matéria tramitando no Senado, que diz respeito aos arts. 112 a 116 do ADCT –, precisa estar prevista nesse projeto de lei.

Portanto, quero cumprimentar V. Exª, quero parabenizá-lo, reconhecendo, mais uma vez, como a experiência e o conhecimento de V. Exª fazem bem a esta Casa e a esta Comissão, adiando este debate e permitindo aqui adentrar em alguns pontos em que me coloco à disposição do Senador Roberto Rocha e da sua assessoria para que a gente possa discutir nos próximos dias e dar tratos a essa matéria.

Cumprimento mais uma vez V. Exª pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradecendo a...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, eu não vou fazer um discurso. Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós já adiamos, Senadora. Já adiamos essa matéria. O próprio Senador Roberto Rocha, como autor, deseja falar sobre o assunto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas eu acho que, se V. Exª me garantir um minuto apenas antes do Senador Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu só faço um apelo a V. Exª para não falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Acho que é um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Nós apenas estamos começando a manhã, o Natal se aproxima, Presidente. Acho que a paciência tem que tomar conta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu agradeço muito, Presidente, mas lamento por ter que insistir tanto para ter a palavra. Eu lamento muito que isso aconteça.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, vou poder falar ou não? (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se é desgastante para V. Exª, para nós é muito mais. Tenha certeza absoluta disso, Presidente.

Eu não vou fazer nenhum discurso, acho que o Senador Eduardo Braga nos representou nessa longa, mas necessária, fala que acabou de fazer.

Apenas solicitei a palavra, Senador, para reforçar o cumprimento a V. Exª e o cumprimento ao Relator da matéria. Sou testemunha, desde a hora em que pedi vista... O Relator da matéria é o Senador Roberto Rocha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Desculpem-me, o Relator é o Lobão, o autor é o Senador Roberto Rocha, ambos do Maranhão.

Desde a primeira hora em que solicitei vista do processo – o Senador Roberto Rocha me pediu muito para não solicitar a vista, e eu disse que precisamos debater a matéria –, acertamos um diálogo que acabou acontecendo hoje. Aliás, eu tive conversa com ele anteriormente, que me passou uma série de materiais que eu li com muito cuidado.

Apenas cumprimento tanto o autor da matéria como V. Exª, Presidente e Relator, pela sensibilidade de permitir esse diálogo, que será um diálogo não bom para nós que estamos aqui representando um Estado que vive de uma Zona Franca, mas bom para o Brasil e bom para o Maranhão. O acordo a que nós queremos chegar é no sentido de que tenhamos uma integração todos para defender um projeto que sabemos que é bom para o Maranhão. Mas, para ser bom para o Maranhão e possível de ser aprovado, não pode criar qualquer tipo de atrito com demais unidades da Federação. Então, eu apenas reconheço essa sensibilidade dos senhores. Tenho certeza absoluta de que isso vem também para o bem do Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a V. Exª as palavras.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, só para dar um bom dia a V. Exª e ao Senador Roberto Rocha.

Quero me congratular com V. Exª e com o Senador Roberto Rocha. É um assunto tão sério que eu acho que a discussão por mais um pouco é muito importante.

Obrigado, Senador.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senador Lobão, Presidente, Senadores, especialmente os colegas Senadores do Estado do Amazonas, nós conhecemos bem, Senadora Vanessa, o mecanismo que faz funcionar a Zona Franca de Manaus. Manaus tem tido sempre a solidariedade e o apoio do povo brasileiro representado na Câmara, assim como dos Estados do Brasil aqui, especialmente do Maranhão.

O Maranhão, de algum modo, participa para a sobrevivência daquela Zona Franca. Eu já disse a V. Exª numa ocasião e peço aos Senadores do Estado do Amazonas que compreendam que o Maranhão tem que aproveitar a sua condição geográfica. O Maranhão está na periferia do mapa do Brasil; mas o Piauí também está. Só que a capital do Piauí está no meio do mapa do Estado, e a capital do Maranhão está também na periferia do mapa do Estado. Aquilo que a gente pode considerar problema, no Japão eles chamam de oportunidade. Nós queremos fazer isto: criar oportunidade de mecanismo que possa desenvolver não só o Estado do Maranhão, mas toda aquela região.

Eu penso que... Como o Senador Lobão conhece muito bem, o que São Luís faz, Senador Eduardo Braga? No Porto do Itaqui essa hora deve haver 30 navios. É o melhor porto que existe nas Américas, com calado natural de 27m, produtos primários e semielaborados – primário, que é a soja; e semielaborados, que são o minério, que vem do Pará, e o alumínio. O que é o alumínio? Energia líquida. Então, faz-se uma linha de transmissão de Tucuruí até São Luís, e só a Alumar consome duas vezes e meia o que consome o Estado do Maranhão inteiro de energia.

Ou seja, nós temos o Estado com a menor renda *per capita* do Brasil. E esta semana o IBGE divulgou que o maranhense vive dez anos menos do que o catarinense, cinco anos em média a menos do que o brasileiro, tem a menor perspectiva de vida do País. Por quê? Porque o Maranhão vem, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

longo do tempo, explorando politicamente sua pobreza. Esse projeto faz com que o Maranhão explore economicamente a sua riqueza.

Nós temos uma situação inédita e muito particular que é ter o lugar mais fundo, o porto, e o lugar mais alto, que é Alcântara, um de frente para o outro.

Então, eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que nós, maranhenses, estamos há longos anos discutindo e buscando aperfeiçoar esse assunto. Esse assunto – eu repito – não é de interesse só do Maranhão. E, se fosse, estava bom, porque os Estados Unidos têm 50 Estados; quando um está muito para trás, cria-se algum mecanismo para desenvolver aquele Estado, não para atrapalhar o outro.

A Zona Franca de Manaus custa R$28 bilhões por ano de renúncia fiscal. Isso é duas vezes e meia a receita corrente líquida do Estado do Maranhão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, Senador Roberto Rocha. A Zona Franca não custa isso, não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Custa 26, então...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Nem 26; não faça isso, Senador Roberto Rocha. Então, nós vamos botar uma zona franca lá no Maranhão para custar mais 40 milhões? Se a Zona Franca custa agora 28, vai custar quanto no Maranhão?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – A nossa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Presidente, para concluir.

A nossa é, única e exclusivamente, para exportação. Nós estamos apenas propondo um mecanismo para agregar valor ao produto dentro do Brasil. O Brasil tem 11,5% do PIB na política de exportação contra 29% da média mundial. Nós estamos propondo aumentar a política de exportação no Brasil pela melhor porta, que é exatamente o Porto de Itaqui.

Mas, tudo bem. Nós estamos hoje na última reunião da CCJ deste ano. Nós vamos deixar essa votação para o ano que vem.

Eu, Presidente, espero sinceramente que a gente possa não apenas na hora da votação, mas foi o que aconteceu e efetivamente é o fato, que a gente consiga, ao longo do dia, Senador Eduardo Braga, hoje ou na semana que vem, amanhã ou depois de amanhã, discutir e aperfeiçoar esse projeto, que é de importância para o Matopiba – Maranhão, Piauí, Tocantins e até Pará.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a V. Exª.

E manifesto a minha esperança, Senador Roberto Rocha, de que os nossos irmãos do Amazonas deverão nos ajudar nessa iniciativa que temos, para também retirar o Maranhão do estado de subdesenvolvimento em que se encontra.

Item nº 2. Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas por ter sido citado, em um minuto eu concluo, e agradeço desde já.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, primeiro, dizer que nós, amazonenses, somos a parte pobre do Brasil, tal qual o Maranhão. Então, nós sabemos o quanto é importante para os nossos Estados termos políticas de desenvolvimento regional. Portanto, nós não temos em nenhum momento um posicionamento contrário à tese de termos uma Zona de Processamento para Exportação. O que nós queremos é poder contribuir para que todos saiamos ganhando, que o Maranhão saia ganhando, que a Região Norte saia ganhando, que o Nordeste saia ganhando, que nós não estabeleçamos, por exemplo, uma competição ruinosa entre a Zema e a ZPE de Pecém, porque isso seria matador para um dos dois Estados, o que causaria uma grande desordem.

E quero dizer que, quando nós fazemos exportação, nós também fazemos renúncia fiscal. Portanto, as Zonas de Processamento de Exportação também são zonas de renúncia fiscal. Por isso, nós precisamos estabelecer os tetos. O caso do Amazonas é que nós fazemos importação para substituir importações. Enquanto há uma renúncia de R$28 bi, nós geramos nada mais, nada menos do que 75% de todos os tributos federais recolhidos à União na Região Norte, o que mostra que aquele projeto, tal qual os projetos que temos esperança de vermos instalados em vários Estados são positivos para o Brasil e ajudam a tirar os nossos Estados e os nossos Municípios de IDHs vergonhosos, como nós estamos vivendo. Dos vinte piores IDHs do Brasil, dez ainda, lamentavelmente, ainda estão no meu Estado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 71, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ selecione, para avaliação, a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador Wilder Morais

Observações:

- Em 19/09/2017, 21/11/2017 e 28/11/2017, foram realizadas audiências públicas destinadas a avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para proferir o seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Para proferir parecer.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores da imprensa, demais convidados, público que nos assiste pela TV Senado. Quero, primeiro, agradecer a confiança que V. Exª depositou em mim, talvez pela matéria mais importante dos últimos anos. Dessa matéria, nosso Presidente Eunício determinou a abertura da Comissão Especial para análise.

Ao longo deste ano, trabalhamos em um extenso relatório sobre esse grave problema, realizamos várias audiências públicas, ouvindo diversos especialistas na área. Cuidamos da questão prisional, das drogas, do crime organizado e do funcionamento das nossas polícias, com muitas participações do Governo e de entidades da sociedade. Desse trabalho, resultou um relatório com 51 páginas, com oito diagnósticos e soluções que buscamos ouvir dos principais especialistas da área. Meu relatório ataca principalmente três pontos, Sr. Presidente: primeiro, temos que agir na sede central das facções e no controle do crime organizado; o segundo item, militarizar o controle do tráfico nas fronteiras brasileiras; e o terceiro é instituir uma política para revogação do estatuto do desarmamento. Se fizermos isso de maneira eficiente, com certeza o número de assassinatos e violência vai cair exponencialmente.

Estas são as minhas soluções para a segurança pública brasileira, Sr. Presidente.

O primeiro grande problema, que está entre as páginas 8 e 13 do nosso relatório, é que não temos uma política de segurança pública de Estado nos planos de governo, o que nunca tornam realidade. É impossível fazer uma segurança séria sem informação de qualidade, confiável e rápida. Para mudar isso, nós precisamos fortalecer o Sistema Nacional de Estatística e Segurança e incluir na Constituição a competência da União para tratar dessa matéria.

Em se tratando do poder da União, vemos nosso segundo problema: é nosso estilo de federalismo. Os Estados têm as atribuições, mas não têm recursos e a liberdade para propor suas políticas de segurança. A União quer pensar no Brasil daqui de Brasília. A União não pode tentar fazer uma política genérica para todo o Brasil. Isso é um erro do nosso federalismo. Estamos fazendo um federalismo de cabeça para baixo, tentando trazer todas as informações que possuem os Estados, e nós tentarmos fazer a política pública para os Estados. É preciso fortalecer o Fundo Nacional de Segurança Pública, com recurso fundo a fundo, menos burocracia e mais fluidez para os Estados, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contingenciamento, garantindo recursos de impostos diretamente ao Fundo na Constituição. Temos que ter liberdade para os Estados traçarem as políticas estaduais de segurança pública. A União tem que cumprir o seu papel de cuidar das fronteiras, de cuidar da soberania nacional.

Esse tema das fronteiras é o que trato nas páginas 20 a 27 do meu relatório. Hoje, pela Constituição, quem deveria cuidar dos 18 mil quilômetros de fronteira seca e 9 mil quilômetros de fronteira marítima é a Polícia Federal, que tem hoje 15 mil agentes de nível superior, preparados para investigação, e não para patrulhamento. Se botássemos a Polícia Federal inteira na fronteira, não teríamos um agente para cada quilômetro de extensão. Claramente, é impossível que essa política dê certo. Por isso, temos que esclarecer e aumentar o papel das Forças Armadas na fronteira. Elas estão lá com postos de fronteiras, com pessoal e com quase 200 mil homens, precisando ser equipados, ser valorizados, para que possam ter eficiência as Forças Armadas nas fronteiras. Hoje o Exército não tem sequer combustível para abastecer seus carros nos postos de fronteira. Isso é inadmissível.

Como podemos pensar o Brasil, se não fizermos o básico? Temos que assumir essa responsabilidade já.

Dito isso, o Brasil precisa caminhar na verdade, para a criação de uma polícia especializada em fronteiras, bem estruturada, com tecnologia, capaz de operar com *drones*, com equipamentos que também eu defendo e já defendi aqui, no PLS 167, de 2017, que aprovamos na semana passada. Hoje não há dinheiro para isso, mas devemos pensar, para podermos avançar no futuro.

Hoje, o crime organizado está com tecnologia muito superior à das polícias. Isso não pode continuar. Temos que liberar de uma vez a Polícia Federal para a investigação das organizações criminosas, dos crimes de colarinho branco, da corrupção, como ela vem fazendo de forma muito bem feita.

Este quadro de falência do Estado nos leva ao quinto ponto, que é muito importante, tratado nas pp. 28 e 32 do meu relatório. Precisamos garantir o direito da população de se defender. O Estatuto do Desarmamento não reduziu as mortes. Pelo contrário: dispararam, em 22%, no Brasil, e quase em 100% em alguns Estados. No meu Estado de Goiás não é diferente. Já chegamos a 60 mil mortes, em 2016, e vamos chegar, este ano, a 70 mil, que é um caos completo. As armas seriam para quem tivesse condições técnicas, psicológicas, morais, e em condições de serem utilizadas.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que a segurança pública é muito mais complexa. Depende de condições sociais, de condições de emprego e de renda de cada um dos seus Estados, demanda várias ações de que nós tratamos em itens anteriores, como a liberação, hoje, das fronteiras, onde entram drogas e armas, em todo o nosso Território.

Nós também devemos devolver aos homens e mulheres de bem o seu direito de defesa, de defender a sua família e a sua integridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o Brasil vive, hoje, uma guerra que nós tentamos ignorar. O crime organizado usa nossas fronteiras para o tráfico internacional de drogas e, assim, domina o território, gerando conflitos e mortes em todo o País. Em Goiás, 35% dos homicídios envolvem o Comando Vermelho, lá do Rio de Janeiro. Recebemos ordens das prisões, das favelas, que hoje comandam não só o Rio de Janeiro, mas o Brasil inteiro.

O Rio de Janeiro é um item central também do meu relatório. Temos que enfrentar e vencer essa guerra contra as facções. Nós estamos perdendo para o papel, pela burocracia, enquanto o crime é ágil, é eletrônico e é veloz. Temos que reconhecer que estamos em guerra. Eu, que conheço bem o Rio de Janeiro, entendo que precisamos resolver a criminalidade pública que lá se instala, os homicídios que voltaram a patamares de 2008, com mais de 125 PMs mortos, coronéis mortos, três governadores presos, presidente do Tribunal de Contas preso, presidente da Assembleia preso.

Sr. Presidente, o Estado não consegue pagar nem os aposentados. A saúde está falida, os Correios não têm acesso nem para entregar as suas encomendas nos bairros. Para fazer isso têm que ter o apoio da polícia, escolta. Metade das viaturas da PM estão paradas por falta de manutenção.

O Rio de Janeiro está de joelhos diante do crime. Esse caos é terreno fértil e um abrigo para as facções comandarem todo o Brasil. Não podemos achar isso normal, fazer o mesmo que se faz há dez anos: operações de sempre, que já consumiram R$850 milhões, e não conseguiram reduzir nada. De vez em quando, vai a Força Nacional, dizem que invadiu o morro. Isso não tem eficiência nenhuma.

A Constituição, Sr. Presidente, prevê instrumentos para esses momentos. Intervenção, estado de defesa são ferramentas constitucionais para fazermos valer a lei, retomarmos o nosso Território, para garantirmos a paz e o direito dos cidadãos.

Sr. Presidente, a vida me ensinou que temos de jogar duro com os bandidos, ser firmes e corajosos. Não podemos ter medo. Precisamos de coragem para enfrentar os problemas e de usar os remédios, mesmo que sejam amargos. Temos de acertar as facções diretamente nos seus comandos, que hoje controlam diretamente do Rio de Janeiro todo o País.

A Constituição está aí. Vamos pensar, vamos agir.

Por tudo isso, proponho que seja declarado estado de defesa para salvar o Rio, e aí estamos salvando o Brasil. Hoje o comando que toca todo o terror no Brasil inteiro sai do Rio de Janeiro.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente, de acordo com a minha consciência. Não vou aceitar ficar calado diante de um absurdo que acontece hoje não só no Rio de Janeiro, mas que afronta o Brasil inteiro.

Por fim, Sr. Presidente, o meu relatório trata de toda complexidade da segurança pública brasileira. No entanto, acredito que nós temos que ter coragem para propor medidas duras, urgentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que precisam ser feitas. Estou propondo, Presidente, neste relatório, três itens importantes: a decretação de estado de defesa no Rio de Janeiro, a revogação do Estatuto do Desarmamento e a militarização das fronteiras, porque hoje entra tudo no nosso País, desde droga e armamento, fomentando o crime organizado em todo o nosso País.

Era esse, Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Presidente. Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Primeiro o Senador Magno Malta. Em seguida, o Senador Anastasia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Para discutir.) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre o relatório do Senador Wilder, a questão da segurança pública abandonada, nós colhemos os louros desse abandono ao longo dos anos no Brasil, onde todos os limites toleráveis já foram superados, arrebentados, violentados e nós vivemos, de fato, na segurança pública deste País, um Estado de exceção.

A questão do Rio de Janeiro extrapolou. E não existe fábrica de material bélico no morro. O morro não tem plantação de papoula, nem plantação de cocaína, não tem fazenda de maconha.

O nosso drama, a priori, é um País de fronteiras abandonadas. Senador Wilder, só com o Paraguai, nós temos 1,1 mil quilômetros de fronteira abandonada; 700, abertos com a Bolívia, onde passam todas as cabriteiras, Senador Anastasia; por onde os carros roubados do Brasil são evadidos. Se é carro usado, vale 1kg de pasta pura de cocaína; se é carro novo, 4kg de pasta, que podem virar até 100kg de cocaína com componentes de mármore, de maisena, de uma série de desgraças que é colocada para poder aumentar o volume e aumentar o número de mortandade e de loucura.

Nós temos mais de três mil no entorno da Amazônia – o Senador Eduardo Braga, que foi governador, sabe disso – abertos. E, pasmem os senhores, a Argentina, Senador Benedito, tem 34 milhões de pessoas e 48 mil homens na Polícia Federal. Nós temos 206 milhões; e nós não temos 12 mil homens operacionais na Polícia Federal. Nós temos 34 policiais federais em 1,1 mil quilômetros abertos com o Paraguai.

Aí criou-se a Força Nacional. Na minha visão, Força Nacional tinha que ser chamada Força de Fronteira, para estar debaixo da orientação da Polícia Federal na fronteira. Mas a Força Nacional é deslocada para o Rio, para o Paraná, para o Espírito Santo, toda vez que acontece alguma coisa – com todo o respeito –, com soldados despreparados para enfrentar o tráfico, armas de grosso calibre. E a Força Nacional brasileira não é nada mais, nada menos, Senador Wilder, do que um Band-Aid para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar em cima do câncer. O câncer, a violência, está no Rio; traz a Força Nacional – pega o Band-Aid e coloca lá – e finge que estancou. Os ratos se escondem por 15, 20 dias, o povo tem uma sensação de que a paz voltou, vão embora, e as armas de grosso calibre voltam. O que a Nação ganha com isso? Nove meses depois que a Força passou, uma série de crianças nascem no local, diariamente, e há problemas sem resolver.

A Força Nacional tinha que ser um projeto de governo, para ela virar força de fronteira. Chegamos a esse limite da apresentação feita pelo Senador Wilder, e, se uma atitude radical como essa não for tomada, certamente não há perspectiva para se minimizar a violência do Rio. Sem segurança pública não há turismo, sem segurança pública não há escola, sem segurança pública não há saúde.

Eu sei, porque a polícia do meu Estado entrou em greve por 30 dias, Senador Wilder. Senador Requião, nos 30 dias em que eles ficaram aquartelados – 30 dias –, o povo ficou encarcerado dentro de casa, e a bandidagem nas ruas, de moto, com armas de grosso calibre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... e fazendo saque em todos os lugares.

Fica uma lição para aqueles que pregam que a polícia não vale nada porque lá só existe bandido. Bandido existe em todo lugar; onde há trigo, há joio. E os homens de bem que fazem polícia de forma sacerdotal pagam o preço. Assim é em todo lugar: os do mal são tão atrevidos que levam os bons para a vala comum. É assim na política, é assim na OAB, é assim na sociedade, é assim na igreja, em qualquer lugar.

Pois bem. Nós ficamos trancados dentro de casa, no meu Estado, sem a polícia nas ruas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sem a polícia nas ruas, Senador Wilder. E vejam que no Brasil, onde a polícia é mal remunerada e desrespeitada, no Rio de Janeiro, o índice de mortandade de policiais... Até porque são intimidados: policial não pode sacar, policial não pode atirar e, se atirar, paga a bala que atirou. Aonde é que nós vamos chegar? Então, o policial agora tem que chamar bandido de "sim, senhor"? "O senhor me desculpe ter pegado forte no braço do senhor." E, se tiver 17 anos, chama de "meu senhor", porque a denúncia de um bandido de 17 anos ecoa mais forte do que a de um bandido velho de 30, 40. Aonde é que nós chegamos? Onde é que nós vamos parar? Uma autoridade sem sangue no olho, sem capacidade, sem coragem de emparedar vagabundo neste País e com políticas públicas que deveriam ser efetivadas, como a questão das fronteiras, porque nada nasce no morro.

Ninguém quer tomar atitude!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wilder, V. Exª tem em mim... Se todos os votos fossem meus, eu lhe daria o respaldo, até porque eu estou dando um retrato, não estou falando de utopias. Este é o Brasil! Este é o Rio, o Rio da bala perdida! Você está dirigindo por uma avenida e não sabe se tem de se abaixar, mesmo sem ver nada na sua frente, porque uma bala pode entrar na sua cabeça.

Onde é que nós vamos parar? Ou a gente toma uma atitude e sai dessa viagem... Porque nós não estamos vivendo no país de Alice! Há alguns que fazem discursos como se estivessem em *O Fantástico Mundo de Bobby*, mas o Brasil não é *O Fantástico Mundo de Bobby*! O Brasil é um país em que a violência é avassaladora em função do abandono da segurança pública, do sucateamento e do desrespeito às polícias.

Há ainda os discursos de esquerdopatas no sentido de que, em nome dos direitos humanos, onde os humanos não têm direitos, os bandidos têm que ser tratados com doce e queijo. Mas é o cidadão de bem que paga o queijo e o doce, e paga com a vida.

Então, eu acho que é hora de uma reação da Nação brasileira.

Parabéns a V. Exª pelo seu relatório!

Se todos os votos eu tivesse, todos os votos eu daria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, a minha primeira palavra, naturalmente, é de cumprimento ao Senador Wilder Morais pelo trabalho realizado abordando um tema tão complexo e tão difícil como esse.

Não há dúvida alguma, Sr. Presidente, de que, nos dias de hoje, no Brasil, o tema que mais suscita discussões e preocupa a opinião pública nacional é o tema da segurança pública, que o Senador Wilder abordou de maneira tão adequada no seu relatório.

Acabamos de ouvir aqui as ponderações do Senador Magno Malta, também lúcidas, com a preocupação que tem sobre esse assunto.

Eu acho que não há hoje, no País, do Oiapoque ao Chuí, de leste a oeste, um só cidadão que se sinta seguro. Além das questões estatísticas, nós temos a famosa sensação subjetiva de insegurança. Então, são os pais que veem os filhos saírem, o marido, a esposa, todos nós ficamos preocupados com a questão da segurança. Como enfrentá-la?

Eu acredito que, lamentavelmente, o que claudica hoje, no País, o que nós não temos no País, hoje, é exatamente uma política nacional de segurança pública. Nós não tivemos ainda a coragem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enfrentar, de modo claro, através da União federal, o comando central de uma política vigorosa, corajosa, ousada, dispendiosa que deverá ser, para reverter não só os indicadores, mas, sobretudo, a sensação subjetiva de insegurança.

Nós temos, hoje, Sr. Presidente, que os arquivos das polícias não se comunicam. Os cadastros não se comunicam entre os Estados e, dentro dos Estados, entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Eu fui secretário de segurança em meu Estado, depois fui governador, e constatei a luta que é para se fazer essa integração. Vários aqui foram colegas governadores e sabem disso.

Nós temos de fazer uma modificação profunda na essência da ação das instituições policiais, da Magistratura e do Ministério Público, para potencializar e otimizar, dentro de um plano nacional hemorrágico, emergencial de segurança pública, porque, do contrário, nós caminhamos quase para uma guerra civil, que, aliás, já existe, uma vez que o número de mortes apontado pelo Senador Wilder é maior do que o verificado na Síria, e as pessoas não percebem isso, porque aquilo acontece no dia a dia, de maneira, assim, pouco concentrada.

É gravíssima a situação! É gravíssima!

Se o próximo Governo não tiver a certeza, a bandeira, a serenidade de colocar como prioridade absoluta a questão da segurança pública, nós veremos ainda milhares de brasileiros morrendo.

Existem soluções, mas havia de se ter coragem para enfrentá-las, e o Senado Wilder as aponta de maneira muito proficiente, pelo que quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo relatório e a V. Exª, também, pela escolha do tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Anastasia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para discutir.) – Meu caro Presidente, Senador Lobão, meu caro Relator, Senador Wilder, primeiramente cumprimento o Relator pelo belo relatório apresentado, que traz conclusões importantes para que nós possamos debater. Mas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu volto a fazer alguns questionamentos com relação à Política Nacional de Segurança Pública, complementando o parecer do Senador Wilder.

Veja, segurança pública sem recursos públicos não existe. É inexistente. Quem governou sabe que não se faz segurança pública sem modernização das polícias, sem inteligência, sem planejamento, sem técnicas policiais modernas, sem ações que não sejam esporádicas e, sim, sistemáticas para o combate ao crime organizado – não apenas uma ação eventual de tomada de um determinado ponto da cidade que é uma mancha vermelha de crime. Fica-se lá um mês, dois meses, três meses, e, quando sai, o crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

volta e volta mais forte, porque migrou e se associou com outras correntes de crime; volta mais forte ainda para aquela mesma área geográfica.

Sr. Presidente, salta aos olhos, algumas conclusões saltam aos olhos.

Vamos falar do Funpen, que já foi inclusive razão de decisão do Supremo para liberação dos recursos. Vejam só: em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 – apenas para tomar de 2011 para cá –, o que foi aplicado desses fundos foi absolutamente irrisório. Transformamos os recursos que eram para fazer investimento no sistema prisional em praticamente uma década em reserva primária para fazer superávit fiscal. Enquanto isso, estamos amontoando presos, e não temos nenhuma capacidade de reabilitá-los. Aí veio o Supremo, que tomou a decisão de liberar R$1,429 bilhão no final de 2015, Sr. Presidente. Nós estamos em 2017. Fica aqui uma pergunta para o acompanhamento da política pública: quanto desse R$1,429 bilhão que foi liberado para construção de novos presídios se transformou, praticamente dois anos depois, em novas vagas prisionais? Salvo melhor juízo, nenhum, por informação do Tribunal de Contas da União.

Mas, Sr. Presidente, se nós analisarmos também o Fundo Nacional de Segurança Pública, o que nós vimos ao longo dos anos é um amontoado de recursos que acabam sendo autorizados, mas que acabam não sendo pagos nem transformados em restos a pagar. Isso gerou, nesses últimos seis anos, entre 2011 e 2016, a pequena bagatela de 3,3 bilhões de superávit primário.

Enquanto isso, as polícias não têm sequer bala para fazer treinamento, os seus coletes à prova de bala estão vencidos e não são capazes a resistir mais a tiros de fuzil. Nós estamos com uma polícia preparada para atuar à base de um armamento que é de .40 enquanto enfrenta uma criminalidade que está usando fuzis. Portanto, Sr. Presidente, eu queria aqui destacar, na mensagem conclusiva do nosso eminente Relator, a quem quero cumprimentar, que aqui há uma observação que eu queria pinçar e parabenizar o Wilder por suas colocações. Existem outras, obviamente, em relação às quais nós podemos ter algum ponto para discutir quanto ao mérito, mas, neste ponto, nós estamos 100% alinhados com o que disse o Relator:

> [...] objetivo tornar clara a competência constitucional das Forças Armadas para exercer as funções de polícia marítima e de fronteiras, de modo conferir segurança jurídica à atuação conjunta dos militares com a força policial na execução de tais atividades, na forma da legislação infraconstitucional. Entendemos que referida alteração poderá desonerar os efetivos da Polícia Federal mobilizados nas fronteiras, permitindo sua realocação no combate a outros ilícitos, sobretudo no exercício da função de polícia judiciária, quando poderá, por exemplo, concentrar esforços no combate a crimes de "colarinho branco", possibilitando uma atuação mais efetiva em áreas nas quais a atividade policial se mostra indispensável.
> Paralelamente, é necessário iniciar estudos para viabilizar um órgão policial nacional dedicado exclusivamente ao patrulhamento de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, para concluir.

Ora, Sr. Presidente, a grande produção de armas que entra para o crime organizado no Brasil entra pelas nossas fronteiras, assim como a grande produção de drogas e de narcóticos. Protegê-las resolverá, seguramente, boa parte dos problemas de suprimento desse mercado. Agora, sem recursos para modernizar as nossas polícias e modernizar as nossas Forças Armadas e sem recursos para termos um sistema prisional que recupere seres humanos, nós estaremos caminhando para um caos na segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Senador Wilder Morais, permita-me fazer suas as minhas palavras e dizer que, de tudo o que li de seu relatório, o que me chamou muito a atenção e que objetiva, talvez, todo o problema em relação à segurança pública, que teremos que enfrentar, principalmente na pauta de 2018 do Senado Federal, está à página 37.

Abro aspas:

> O quadro alarmante da segurança pública em nosso país, em que o número de homicídios aumenta a cada ano, o tráfico de drogas impõe "toque de recolher" nas favelas e a corrupção se alastra nos diversos escalões da República, associado a disputas internas e externas entre as polícias ostensiva e investigativa, à baixa eficácia na solução de crimes, a policiais recebendo baixos salários e atuando sem estrutura adequada, dentre outras mazelas [incluo o descaso, e V. Exª mencionou as nossas fronteiras como a raiz de todos os males no que diz respeito a essa questão], recomenda fortemente a reestruturação do modelo de policiamento vigente.

Quero parabenizar V. Exª e dizer que comungo da opinião de meus colegas. O Senador Anastasia foi feliz quando falou que falta um plano nacional de segurança pública, mas, mais do que isso, nós estamos diante da boa gestão às avessas, ou seja, da má gestão, quando estabelecemos metas, programas sem haver planos. Aí gastamos o pouco dinheiro que há de forma ineficiente e ineficaz. O dinheiro escorre pelo ralo sem nenhum resultado ou produtividade.

Nossas cadeias, superlotadas. Hoje, no Brasil, nossas crianças e jovens são os que mais matam no mundo e também os que mais morrem. Infelizmente, a violência no Brasil tem a cara do jovem negro das periferias, o que significa que também nós temos que atacar o principal mal que é a questão da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que com este relatório nós damos mais um passo rumo à luz, que significa, a partir principalmente de 2018, com este belíssimo relatório debaixo do braço, podermos exigir do Governo, do Executivo, que não contingencie mais os recursos do Orçamento, que nós colocamos, e aprovar, quem sabe, em regime de urgência, a PEC do Senador Pedro Taques, que proíbe o contingenciamento de recursos relacionados à segurança pública. Porque dinheiro, como o Senador Eduardo Braga disse, é o primeiro passo. Sem recurso público não se vai adiante.

Segundo, que esse dinheiro, que é pouco, seja aplicado na raiz dos problemas não só na favela da Rocinha, com a força armada, mas também nas nossas fronteiras: onze Estados com fronteira seca com os principais produtores de droga no País, de onde vem a arma, de onde vem o narcotráfico, de onde surge a violência.

Por fim, a partir daí, com recursos, com gestão eficiente, com essa distribuição mais igualitária dos recursos federais, inclusive na mão dos Estados para fazer segurança pública, quem sabe aí poderemos estar discutindo a reestruturação das polícias.

Eu encerro, Sr. Presidente, também, agradecendo V. Exª pela honra que tive de relatar 36 projetos. Quero dizer que dos 36 já devolvi todos os projetos que teriam ou que têm parecer favorável. Ficaram apenas, para a primeira semana de fevereiro, a entrega dos projetos que terão aí, de alguma forma, parecer contrário, pela rejeição total ou ainda parcial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências devidas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ouvirei V. Exª, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, considerando que daqui mais algum tempo nós estaremos suspendendo a reunião da Comissão e o Projeto 186 está pronto para ser votado, já houve as vista pedida, então gostaria que V. Exª antecipasse a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, por considerações finais, agradeço aos colegas e digo que o nosso relatório, na verdade, é uma ferramenta.

Eu discordo um pouco quando falam que o Governo não tem dinheiro para investir na segurança pública. Eu acho que a gente tem que ter prioridade de investimento. Hoje, nós investimos quase 40, 50 bilhões em ferrovias que não foram terminadas; fizeram uma estria no Brasil inteiro e não houve eficiência nenhuma. Hoje, nós temos investimento em saneamento pulverizado no Brasil inteiro, onde se faz rede de esgoto, e não há estação de tratamento. Como esse é um tema relevante para o Brasil inteiro, a questão, Presidente, é que o Governo possa colocar isso como prioridade.

Esse é um item em que eu agradeço os Senadores por aprovarem o nosso projeto.

Obrigado, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, valendo-me da minha autoridade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, apresentei esse requerimento que foi distribuído ao Senador Wilder Morais para o devido relatório, antecedido pelas providências que tomou, entre as quais diversas audiências públicas.

O que se fez aqui na Comissão foi um grito de angústia no que diz respeito à segurança pública neste País. Estamos vivendo, realmente, momentos dramáticos na segurança. Eu ouvi atentamente um ex-Governador, o Senador Antonio Anastasia, que foi também Secretário de Segurança; o Senador Eduardo Braga, que foi Governador de Estado; a Senadora Simone, que mergulhou no exame e no estudo dessa matéria; o Senador Wilder, a quem agradeço, que também se dedicou em tempo integral à realização de um trabalho que dignifica esta Comissão.

O que estamos oferecendo ao Plenário do Senado agora é um caminho, uma luz, uma vereda para se tentar resolver a questão da segurança pública. Se não conseguimos resolvê-la, pelo menos, amenizar os efeitos dramáticos do que tem havido em matéria de violência neste País.

Eu agradeço, portanto, pelo cumprimento desta missão, ao Senador Wilder; pela aprovação unânime, à Comissão de Constituição e Justiça, ao tempo em que faço um apelo a todo o Senado para que se junte à Comissão no sentido de encaminhar essa solução aqui proposta em favor da segurança pública e, portanto, contra a violência.

Srs. Senadores, o Presidente do Senado e agora Presidente do Congresso realiza neste instante uma sessão do Congresso e faz um apelo para que possamos nos encaminhar imediatamente para lá. E até declara que, se dentro de poucos minutos as comissões não encerrarem suas atividades, ele, Presidente do Congresso, não considerará o resultado que aqui tiver sido obtido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, cumprimentando todos os Srs. Senadores e servidores pelo Natal que se aproxima.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Flexa Ribeiro, José Agripino, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Roberto Muniz, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Justifica ausência o Senador Hélio José. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Roberto Muniz Observações: - Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 31/2017-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 20/06/2017. - O Relator da matéria, Senador Roberto Muniz, procederá à leitura do Relatório, sendo facultado aos membros da Comissão pedir vista da matéria ou proceder diretamente à deliberação do Relatório, mediante votação simbólica. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2016 - Terminativo -** que: "Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido"." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação constante do OF. SF/1231/2017, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Magno Malta, para retirada definitiva da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino." **Autoria:** Deputado Sandes Júnior. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2- PLEN. **Resultado:** Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006 - Terminativo -** que: "Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização". " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Comenda do Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol, a ser conferida pelo Senado Federal a pessoas jurídicas, atletas, dirigentes e demais profissionais que tenham se destacado em competições esportivas ou na promoção do futebol." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Exportador." **Autoria:** Deputado Alex Canziani e Deputado Diego Garcia. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). E a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 2 a 14.

Informo que, em virtude de solicitação de retirada em definitivo do PLS 193, de 2016, pelo autor, Senador Magno Malta, o item 1 da segunda parte da reunião é retirado de pauta. O mesmo, quero informar, com relação ao item 6 também: pela ausência da Senadora Ana Amélia neste recinto, está sendo solicitada a sua retirada de pauta. Itens 1 e 6 retirados de pauta.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2016
- Terminativo -

Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006
- Terminativo -

Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização".

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:

1 - Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Em 31/10/2017, o relatório foi lido, e foi adiada a discussão e a votação.)

Avaliação de política pública: apresentação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

deliberação da Comissão em cumprimento do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Roberto Muniz.

Observações:

– Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 20/06/2017.

– O Relator da matéria, Senador Roberto Muniz, procederá à leitura do Relatório, sendo facultado aos membros da Comissão pedir vista da matéria ou proceder diretamente à deliberação do relatório, mediante votação simbólica.

– Em 25/09/2017 e 11/10/2017 foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Senadora Lúcia Vânia, Senadores aqui presentes, eu quero, primeiro, dizer que fiquei muito honrado em poder fazer esse trabalho e trazê-lo aqui, no âmbito da Comissão de Educação, para que seja avaliado por todos vocês.

Queria agradecer também, Presidente, a confiança que a senhora me deu para fazer a tramitação e também a elaboração deste relatório através de um formato não convencional, podemos dizer assim, ao trazer os consultores aqui da Casa junto com consultores de outras instituições a um plano de debate direto, para que nós pudéssemos, ao fim, trazer um material que eu reputo, Senadores, importantíssimo.

O relatório traz cinco partes, ou melhor, o relatório é composto de cinco partes, sendo que, na primeira parte ele aborda a educação profissional no Brasil numa perspectiva histórica, além de suas normas e desafios; na segunda, apresenta as linhas básicas do Pronatec, seu funcionamento; na terceira e na quarta, trata dos grandes desafios do Pronatec e da identificação das demandas e ofertas.

E aí eu quero fazer o registro de como nós concebemos o debate quando trouxemos, na primeira reunião feita aqui em audiência pública, a discussão sobre as demandas e sobre os demandantes, como são formados a demanda e os demandantes, como é formada a pactuação, também a oferta de cursos e os indicadores.

Acho que isso nos fez aperfeiçoar muito esse relatório, porque a educação profissional faz parte da Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece que a educação profissional deve ser "desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho". O art. 39 da referida lei estipula que os cursos de educação profissional e tecnológica podem organizar-se por eixos tecnológicos, com a construção de diferentes itinerários formativos. Eu acho que isso fez com que o Pronatec tivesse tanta importância, porque ele é um enfrentamento a esse desafio de política pública de propor ao Brasil um ensino técnico de qualidade. Nesse sentido, ele tem uma possibilidade de fazer com que a LDB seja cumprida em duas questões: na educação profissional técnica de nível médio e também na formação inicial e continuada da qualificação profissional.

Então, é importante, para todos ficarem na mesma página, que existem basicamente dois tipos de modalidade no Pronatec: o curso de formação inicial e continuada, que tem uma carga horária de 160 a 400 horas – quero registrar, Presidente, que esse limite mínimo de 160 horas, que depois foi fruto de um debate extenuante durante as reuniões, tem uma duração de apenas três a seis meses – e os cursos técnicos, que também fazem parte do Pronatec, têm uma carga horária de 800 a 1.200 horas e têm duração de um a três anos. Aí a gente começa a perceber que, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com todo esse esforço que nós estamos fazendo de melhoria, e o Pronatec fez esse esforço da melhoria da ampliação do ensino técnico, a gente percebe que o Brasil ainda ocupa um espaço muito pequeno para sua educação na composição de ensino médio integrado à educação profissional.

Eu quero destacar aqui uma tabela da p. 11, na qual a gente percebe que países como a Alemanha têm 47,8% de alunos no ensino médio com educação profissional de forma simultânea; a Áustria, 70%; a Espanha já tem 34%; a Finlândia, 70%; a Itália, 56%; Portugal, 46%; e o Chile, aqui muito próximo, já tem 40% dos alunos tendo ensino médio ao mesmo tempo da educação profissional. Infelizmente, Srs. Senadores, aqui no Brasil nós temos apenas 9,3% dos alunos do ensino médio com educação profissional. Isso tira a possibilidade da inserção social e principalmente da ampliação da capacidade produtiva das pessoas e da nossa economia. Então, esse ponto é importante destacar, quando a gente se viu dentro desse ambiente globalizado com o ensino técnico não sendo valorizado em nosso País. E aí é importante que destaquemos uma coisa que nos surpreende. Há um estudo feito por Neri em 2012 que revelou que, entre os jovens de 15 a 29 anos que nunca frequentaram um curso de educação profissional, 63,83% não o fizeram por falta de interesse; 18,25%, por falta de recursos; e 13%, por falta de oferta. Ao se considerar a população com 10 anos ou mais de educação que nunca frequentou um curso de educação profissional e com mais de 7 anos de estudo, a falta de interesse em frequentar cursos de modalidade atingiu 72%. Com isso, fica claro que, apesar da vontade do Governo ou dos governantes e por mais que a política estabeleça isso como prioridade, isso ainda não faz parte da agenda da sociedade. A sociedade ainda não dá a esses cursos o valor social, a relevância social que esses cursos merecem. Eu quero dizer que fui além aqui, no relatório, e registrei que uma pesquisa feita pela CNI revelou que 90% dos entrevistados concordaram total ou parcialmente que quem faz curso de educação profissional tem mais oportunidades no mercado de trabalho que os que não os fazem. Então, todos percebem, mas não dão importância, a relevância que esses cursos têm, simplesmente olhando, é óbvio, para os cursos universitários como algo mais importante.

Eu quero também destacar o belo levantamento que foi feito pelos técnicos, pelos Consultores desta Casa, de que nós participamos, que eu acho que tem algo fundamental que é a perspectiva histórica. Como é que a mentalidade do brasileiro chega ao ponto de hoje entender que há possibilidade de ampliar a empregabilidade fazendo curso, mas de não dar a relevância social necessária? Vejam só o que traz aqui uma das publicações de Sérgio Buarque de Holanda: o "trabalho mental, que não suja as mãos e não fadiga o corpo" como "ocupação digna de antigos senhores de escravos e de seus herdeiros" tendeu a tornar-se "norma ideal de conduta": "estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade da casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes". Então, isso não nasce de um desejo de hoje das nossas cidades, Senadores e Senadoras, é um inconsciente coletivo, que vem traduzindo essa nossa relação econômica, com uma visão do trabalho que gera um baixo aproveitamento, uma baixa vontade de se capacitar na parte da educação voltada para o trabalho.

É importante, se todos puderem, ler. É extenso, mas ele traz todo o histórico de como foi formada a educação profissional no Brasil, chegando aos dias de hoje, ao Pronatec. Eu acho que esse trabalho aqui tem uma relevância muito grande, porque ele tem também esse sentimento de pesquisa.

E a gente percebe a ampliação de alguns números de matrículas da educação profissional: de 1999 até 2016, nós saímos de 716 mil e fomos para 1,775 milhão matrículas realizadas no Brasil.

Uma outra questão que é muito importante é que a educação profissional é sempre vista como sendo seu maior mérito a questão da empregabilidade. Nós queremos que seja destacado também que o Pronatec traz em si alguns projetos que têm o olhar de cunho social, de inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

social. E aí, eu posso destacar o Pronatec Prisional, que foi lançado em 2013, e o Pronatec Ambiental, que tem a ver com o Pronatec Bolsa Verde e apoia as cadeias produtivas sustentáveis. O Pronatec Prisional oferece vagas e cursos profissionalizantes para pessoas que estão em regime fechado, semiaberto e aberto. Então, ele olha essa questão, ele faz também o recorte do Pronatec Mulheres Mil, Pronatec que tem um olhar na qualificação profissional das mulheres pobres; tem o Pronatec Campo, que se volta à inclusão social de jovens e trabalhadores. Então, é um projeto que, além de ter esse viés de buscar a melhor capacitação dos nossos trabalhadores, tem também esse viés inclusivo.

E aqui eu trago alguns números para que a gente tenha a dimensão dos investimentos que foram feitos pelo Pronatec. Apesar de ser incorporado o acordo de gratuidade do Sistema S ao Pronatec, nos relatórios não foram identificados, no surgimento, na formação do Pronatec, esses recursos como fazendo parte da política pública – não foram –, mas de qualquer maneira em todos os relatórios constava também o acordo de gratuidade com o Sistema S, e isso nos leva a números mais ou menos próximos, entre 2011 a 2016, de investimentos de R$38 bilhões. Esse é um dado que nos faz surpresos pelos investimentos, dos quais R$18 bilhões fazem parte desse acordo de gratuidade. Mas o que mais salta aos olhos é a questão da Bolsa-Formação, que teve matriculados 4,657 milhões de alunos e na qual foram investidos R$11,3 bilhões. Então, se nós olharmos a magnitude dos investimentos, Senador Pedro, nós veremos que nós precisamos ter uma avaliação realmente mais criteriosa sobre como esses recursos foram usados.

Então, quero aqui destacar isso e também fazer com que vocês tenham uma ideia de que, na parte do MDS – basicamente eram dois Ministérios que demandaram com mais força: o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Indústria e do Comércio – nós vimos que havia duas estratégias completamente diferentes. É por isso que eu quero destacar isso, para que vocês tenham a magnitude dos valores: R$11 bilhões. E foi por isso que nós destacamos o olhar da avaliação do Pronatec para esse recorte dos R$11 bilhões, a questão de que havia dois demandantes que tinham o maior peso – quase 60%, 70% das demandas ao MEC eram feitas por esses Ministérios –, e que havia toda essa conotação, há essa conotação social de estabelecer a não prioridade desses investimentos como algo relevante para o Brasil.

Então, eu quero passar as considerações finais, para que a gente possa fazer um debate. Espero que isso fique à disposição dos Senadores e que estes possam contribuir ao máximo sobre isso. Quero dizer que essa elaboração possibilita que a gente tenha um aprimoramento na política pública do futuro, e que primeira questão é que nós precisamos é rever a meta – talvez isso fique como uma coisa para o ano – do PNE, que é prever triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, assegurada a qualidade da oferta, com pelo menos 50% da expansão no segmento público. Isso está muito distante de ser alcançado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Roberto, 38 bilhões... São 11 bilhões para o Ministério da Ação Social?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, 11 bilhões são dos cursos FICs, ou seja, os cursos do Bolsa-Formação – técnico e FIC. Só do Bolsa-Formação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – São 11 bilhões.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – São 11,8 bilhões. Certo?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O restante é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Daí, 18 bilhões são do acordo de gratuidade do Sistema S, o funcionamento todo do sistema S, porque, mais uma vez, o Pronatec se apropriou desse número, na verdade, acho, para ampliar a quantidade de números, basicamente, porque são recursos completamente diferentes mas com objetivos parecidos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Mas esse recurso não era do Sistema S.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Repassado do Tesouro para o Sistema S.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Esses R$18 bilhões que são do Sistema S. O Bolsa-Formação...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Do orçamento do Sistema S.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É passado para eles?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Além...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não. Esse acordo de gratuidade são recursos do Sistema S, que o Pronatec incorporou para ampliar a quantidade de matrículas – para inchar. Na verdade, esses recursos não estavam na origem do Pronatec. Mas o mais importante é que os outros 20 bilhões... Porque esse aqui já tem um histórico, o Sistema S já faz isso, historicamente, com todos os cursos que ele oferta. Então, esse é o recurso do Sistema S.

Dos outros 20 bilhões, 11,3 bilhões são do Bolsa-Formação – aí, sim, são recursos oriundos do MEC – e 6,5 bilhões foram usados para expansão da rede federal, ensino técnico e FICs, que são os IFs. Então, foram colocados esses outros 20 bilhões nessas duas questões: ampliação das escolas federais técnicas e 11,3 bilhões na Bolsa-Formação.

Então, a questão é: nós temos aí o PNE, que precisa ser reavaliado, e isso vai ser uma coisa para o futuro, porque, com o quadro decrescente da quantidade de matrículas que o Pronatec está tendo, dificilmente nós vamos alcançar esses números.

Outro aspecto que nos faz reconhecer, desde o início, a importância da tarefa que assumimos é a questão da formação inicial e continuada. Por isso é que nós focamos: já que, dos 20 bilhões, 11,8 bilhões são dos FICs, que foram oriundos do Ministério da Educação, apresentamos, no percurso do relatório, que há muito a avançar também nessa seara.

Dados significativos de estudos variados indicam que nossa produtividade é baixa, e esse índice decorre, em boa medida, da formação deficitária do trabalhador brasileiro. Atuar nas políticas públicas de educação profissional e tecnológica incide positivamente, não somente nos índices educacionais, mas também no próprio desenvolvimento do País.

Ciente do desafio que se apresentava, optamos por adotar a metodologia descrita. E aí quero destacar, dentro dessa metodologia, a participação dos nossos consultores e também dos relatórios de auditoria a que tivemos acesso, o do TCU e um estudo feito pelo Ipea. Então, foram dois documentos importantíssimos.

Também quero destacar, de novo, a possibilidade que a Senadora Lúcia Vânia nos deu, desde o primeiro momento em que encampou essa ideia de tornar mais dinâmicas essas questões.

Então, a primeira coisa que nós vimos é que era muito gritante a ausência de indicadores que dessem solidez ao desempenho da política pública. Não havia um foco preciso nem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pontaria certeira. Não era um projeto que foi desenhado com um foco preciso; ele tinha uma boa intenção, mas faltava o foco.

E houve momentos no debate, para vocês terem uma ideia – e a Senadora Ana Amélia estava aqui presente e ficou perplexa –, quando nós tínhamos índices distintos para um fenômeno tão claro, que nós dissemos: "Olha, não é possível você ter indicadores com números completamente divergentes." Dissemos isso quando nós começamos a perceber que não havia uma base sólida de indicadores para avaliação. Então, quando nós fomos falar sobre evasão, tínhamos um mínimo que você pode ter de acompanhamento de qualquer projeto ou qualquer programa da educação. Nós tínhamos números que beiravam os 16% e outros, 76%, porque não havia esses indicadores estabelecidos para as diversas instituições que estavam fazendo essa oferta dos cursos.

Em várias circunstâncias, durante a elaboração do relatório, estivemos às voltas com essa ausência de informação e com critérios instáveis, que geraram insegurança e ineficácia. O caso da pactuação, conforme descrito neste relatório, é uma dessas situações instáveis. No processo, havia algumas questões abordadas, como o momento de você construir o mapa da demanda, que é, em tese, a focalização melhor que você tem, ou seja, colocar recursos para quem realmente precisa. E depois, tudo isso ia para uma pactuação, e não havia elementos suficientes para estabelecer como eram feitos – a ordem de priorização. Era uma pactuação feita numa mesa, democraticamente, mas que carecia de instrumentos que hierarquizassem claramente as necessidades de quem poderia acessar aquele recurso. Então, era um misto, muitas vezes, de quem tem condições de ofertar mais e de quem necessita de mais curso para adequar a sua capacidade financeira de fazer uma quantidade de cursos em uma determinada região no interior do nosso País.

Então, a gente percebeu que com essas condições aqui que a gente precisa fazer uma melhoria nos nossos sistemas decisórios coletivos. Isto é uma coisa que salta aos olhos: nós não temos pactuado parâmetros para fazer decisões em ambientes decisórios coletivos. Essa hierarquização, Presidente, não foi colocada nem foi demonstrada. Não quer dizer que as pessoas não foram atendidas; elas foram atendidas, mas, talvez, não as pessoas que mais precisassem e que pudessem dar resultados de empregabilidade de melhor monta para o nosso Brasil.

Uma outra característica que o Pronatec compartilha com outras políticas públicas é o início – que a gente coloca – açodado. Por quê? Porque, como você não tem esse marco zero, como você não estabelece esses alvos prioritários, é óbvio que há um movimento muito mais pela intenção e pela boa vontade. E aí a gente percebe nos objetivos do programa que há uma quantidade de objetivos que são nobres, todos são nobres, mas, ao sair dos objetivos nobres para chegar a metas quantificáveis, eles passam por um processo de completa... É como se eles desaparecessem, como se houvesse uma pulverização desse processo, porque surgem com objetivos nobres e não constroem objetivamente metas quantificáveis e focalização. E isso cria uma perda enorme de recursos, do esforço físico e de recursos, tanto humanos quanto financeiros.

Então, isso é muito importante. E isso é percebido por uma curva ascendente do número de matrículas. A gente percebe que você não tinha condição mínima de estabelecer, durante aquele período, uma capacidade gerencial que sustentasse a quantidade de recursos que estava sendo investida. Então, quando você pega a curva, ela é uma curva ascendente, muito ascendente, com muito recurso, mas não havia capacidade gerencial de acompanhamento, principalmente dos indicadores macro. E é claro que isso ficou a cargo de cada ofertante. Quem tinha maior capacidade gerencial, os ofertantes que tinham maior capacidade gerencial tinham mais focalização do seu produto para encontrar as pessoas que realmente necessitavam. Então, essa é uma questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre proposições, só para avançar, eu penso que é importante... Hoje saiu até uma matéria muito interessante na *Folha de S.Paulo* que fala que é preciso haver mais engenheiros, porque nós temos boas intenções, mas precisamos fazer o desenho processual. Esse desenho processual é onde você tem o melhor desempenho. Então, a primeira questão que eu trago para que a gente possa não misturar é se a gente tivesse a possibilidade de criar, dentro do mesmo Pronatec, dois focos, que são tão nobres, mas que não podem estar misturados. Um seria o "Pronatec Tecnológico", com aspas, não necessariamente esse nome, que visa atender as demandas de mercado. Então, com as demandas de mercado e das mudanças do mundo do trabalho, a gente teria de ter esses indicadores focados no que o mercado deseja, precisa, qual o mercado de hoje e qual mercado de trabalho estará à disposição dos brasileiros amanhã, que impacto isso pode gerar. E outro, também dentro do Pronatec, que tivesse a visão de um "Pronatec Social", de inclusão, porque esses indicadores não conversam principalmente porque há uma falha gritante no nosso sistema brasileiro de planejamento: a gente não encontra indicadores para empregabilidade no sistema informal. E há alguém aqui no Brasil que desconheça a grande informalidade que a gente tem na economia? Não há. A informalidade é uma realidade. A gente coloca os cursos à disposição da sociedade, na hora de fazer avaliação, a gente faz o recorte só pelo setor formal, e isso, é óbvio, diminui a quantidade de pessoas que conseguiram emprego depois do seu curso. Então, objetivamente, essa separação pode trazer melhor focalização e melhores indicadores.

Outra questão que quero destacar é o mapa da demanda. É impossível ter políticas públicas em que a gente não tenha objetivamente para quais pessoas vamos ofertar os serviços. Então, o mapa da demanda é importante e é feito já por algumas instituições. Há um mapa da demanda realizado pelo setor da indústria, e acho que o Governo brasileiro deveria solicitar que a agricultura e o comércio fizessem, nos mesmos moldes que a CNI faz, esse mapa da demanda, para impulsionar esses trabalhadores para o curso correto, para haver empregabilidade. Eu trago algumas ponderações e sugestões sobre essas questões. O MDS: acolher melhor as demandas oriundas dos Municípios que reflitam a realidade e a necessidade do mercado local – não aquele levantamento superficial, muitas vezes abarrotando pequenas cidades de um curso, onde, com certeza, não haverá empregabilidade; o Senai colocou: melhor identificar a demanda, melhor integrar o programa à agenda de combate ao desemprego e valorizar a articulação entre os demandantes; o TCU: aperfeiçoar o foco e rever as formas de pactuação e de definição da demanda, ajustar a utilização do Pronatec no âmbito do seguro-desemprego, estudando a possibilidade de dar prioridade para esse público, ou, caso não seja possível, de revisar a legislação.

Sobre a oferta, temos que fazer essa mensuração, de forma adequada, dos índices de evasão do programa. Então, isso é fundamental, e a gente acolhe também diversas sugestões dos debates. O MDIC pensa que é melhor adequar os cursos à necessidade do mercado e realizar um nivelamento inicial, de modo a alinhar o aluno ao curso mais adequado. Muitas vezes, Senadores, o aluno vai até o curso, e, no meio, quer dizer, no começo do curso, ele percebe que não tem a capacidade de acompanhar aquele curso. Então, se pudéssemos ter um curso de nivelamento, não é um curso para tirar a oportunidade, é para que ele possa acompanhar melhor o curso técnico, fazer um curso preparatório de nivelamento. É essa a sugestão. Ou seja, não se trata de uma seleção que crie barreira de entrada – não é isso –, mas de reforçar o aprendizado do aluno com um curso preparatório específico.

Outra questão na oferta é criar a possibilidade de curso com carga horária inferior a 160 horas, nem que seja em uma linha diferente. Existem profissionais... Por exemplo um pedreiro: ele já é pedreiro, ele já tem na sua vida a especialização de pedreiro; ele precisa de um curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

capacitação para aquela nova tecnologia, mas ele não precisa passar pelas 160 horas. Então, é uma coisa que precisa ser avaliada. Não necessariamente abrir para todos os cursos, mas, principalmente, para esses cursos de restrição, de foco mais técnico.

O Ipea coloca questões interessantes, como realizar alguns exames de aptidão para definir qual o curso é mais adequado para pessoa. Muitas vezes, a vontade de voltar a estudar faz com que você entre na primeira porta e na primeira mão de oportunidade que lhe é dada. Então, essa questão que o Ipea coloca diz que pode visar e pode construir uma menor evasão, e eu concordo. E, na verificação final, avaliar a aprendizagem. E alocar vagas – e aí eu acho que também é um fator importante – por sorteio. Esse critério é um critério mais justo, Senadora Lúcia Vânia, porque tira aquela possibilidade do uso, da manipulação política do processo, que tanto a gente tem visto que é danosa para a educação e para qualquer questão no Brasil. Então, acho que essas questões que o Ipea traz no sentido da oferta são fundamentais.

O MEC colocou revisar o valor da hora/eixo tecnológico do curso, porque ficou muito homogêneo. Então, o custo da hora ficou muito homogêneo, e cursos que exigem mais tecnologia estão muito próximos aos custos dos cursos mais administrativos. E o MDS coloca que se deve planejar e cumprir o cronograma de execução das ações previstas no Pronatec.

Com relação à avaliação, tentamos auditar ou fiscalizar os mapas de demanda de oferta. Deveria ser esse o foco do MEC. O MEC deveria olhar esses mapas de demanda de oferta. O único acompanhamento que efetivamente se deu referiu-se à evolução do número de matrículas. Então, eu acho que a gente tem que propor ao MEC que olhe de uma forma diferente, para que a gente tenha uma possibilidade de melhores indicadores finais.

As outras sugestões são: avaliar o programa em termos de empregabilidade e renda, reavaliar a participação do MDS como demandante no formato anteriormente adotado, considerando o universo do público-alvo da sua diversidade, da capilaridade dos equipamentos públicos de assistência social, com experiência acumulada no programa. E eles disseram que estão fazendo isso. O Ipea sugere avaliar o impacto de empregabilidade no mercado informal. Essa é uma das coisas importantes, e o Ipea pode ser um parceiro fundamental para que a gente tenha essa política pública.

As parcerias são importantes. Há a questão dos ajustes de estrutura logística e de tecnologia, mas é importante destacar que ficou claro que a coordenação do MEC, Presidente, é de fundamental importância para que o Pronatec não perca essa alma da importância da educação profissional, para que não seja simplesmente algo em que o recurso seja para alguém capacitar de qualquer forma. O MEC é o coordenador desse programa, e a gente entende que ele necessita continuar sendo. Às vezes dá vontade de pulverizar esses recursos, de estabelecer que cada Ministério tenha a sua própria proposta, mas acho que o MEC é um guardião do espírito de levar educação de qualidade a todos os brasileiros.

Então, finalizando, em relação aos ajustes necessários, eu sugiro o estabelecimento de um grupo de trabalho com representantes tanto de demanda quanto da esfera de ofertas, para que sejam avaliadas todas essas questões que foram colocadas para vermos como essas questões podem ser aproveitadas no novo Pronatec.

Quero dizer que seja o mesmo Pronatec aperfeiçoado ou mesmo outro programa para a educação profissional, entendemos que essa iniciativa é essencial para o Brasil. Sobretudo em termos de retomada econômica, essas sugestões e recomendações podem ser aproveitadas como ponto de partida para que se possa desenvolver um olhar sobre a educação profissional e tecnológica que não se esgote no campo dos saberes e fazeres empíricos – chega de empirismo no Brasil! –, mas que se estruture como política de Estado e que dê resultados não somente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

curto prazo, mas também uma dimensão estratégica de longo alcance por meio de um plano de crescimento sustentável.

Acreditamos, inclusive, que exatamente por ser emblema vivo das políticas públicas educacionais brasileiras que o programa talvez seja *locus* adequado para que realmente se planeje, execute e avalie, a partir de referências consistentes, tais como a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade, sem que haja desperdício de trabalho e de recursos financeiros.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos desta Comissão e dizer que, como subproduto, além disto aqui, nós estamos juntos com os consultores desta Casa e com os consultores e funcionários do TCU também, modelando um projeto de lei com um olhar na qualificação das políticas públicas do Estado brasileiro.

É uma lei um pouco ambiciosa, mas essa ambição é trazer para dentro desta Casa o debate não simplesmente eleitoreiro ou midiático de se fazer uma política pública e um programa, mas que ele guarde minimamente as condições de poderem ser avaliados durante o processo e, ao final, que a gente possa ter a certeza de que os recursos foram bem usados.

Queria agradecer a todos os consultores que participaram e quero pedir licença aqui para destacar a participação dos Consultores Drª Issana, de Carlos Murilo, de Jeane Arruda, de Juci, de Marcelo de Castro, e do Consultor-Geral Danilo Aguiar. Agradeço ao Secretário da Comissão, Willy, e à sua assessoria, assim como a todos que participaram junto conosco do TCU – Dr. Ismar, Dr. Marcelo, Dr. André Geraldo e Dr. Almir –, do MEC – Secretária Eline, Drª Jussara, Dr. Geraldo Oliveira. Agradeço também ao Secretário Marcos Vinícius, do MDIC; ao Dr. Lucas Mation, do Ipea; ao Secretário Vinícius Botelho e à equipe do MDS; ao Presidente da CNI, ao Diretor Rafael Lucchesi e ao Felipe. A todos que aqui estiveram, um agradecimento especial. E que essa seja uma matéria e um material para um bom debate para o futuro do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Roberto Muniz.

Quero dizer, Senador, da importância desse relatório e quero cumprimentá-lo pela disciplina, pela aplicação e, acima de tudo, pelo comprometimento que V.Exª teve à frente desse trabalho.

Eu tenho certeza que esse trabalho exercido por V.Exª é um orgulho para esta Comissão e acredito que ele veio ao encontro daquilo que o Senador Cristovam solicitou aqui, que era uma fiscalização em relação ao Pronatec. Foi uma sugestão do Senador Cristovam e que V. Exª cumpriu com muito gabarito, com muita atenção e, acima de tudo, com muita aplicação.

Em discussão a matéria.

A Senadora Rose de Freitas e, posteriormente, o Senador Cristovam.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Fátima também pede inscrição.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir.) – Srª Presidente, ouvi tanto quanto possível com bastante atenção o relatório do nosso Senador Roberto Muniz e com algumas preocupações.

Eu me lembro, no Plenário da Câmara, brigando para que pudessem aprovar, já estava na pauta há algum tempo, o programa Pronatec, que é um belo programa. Mas, se ele, ao mesmo tempo, teve 38 bilhões de recursos, uma quantia vultosa, houve erros homéricos.

Eu só não estou de acordo com o nosso Relator – estou absolutamente acordada com ele na questão do estudo de mercado, quanto à falta de foco, de capacidade gerencial, na questão dos métodos, da oferta para o mercado, dos cursos ali propostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu levei muitos cursos para o meu Estado, defendi a tese, briguei. O Ifes entrou junto. E não houve gratuidade para quem recebia o curso. Para quem ministrava, não houve nenhuma gratuidade. Não é verdade que o Sistema S ofertou gratuitamente. Não é verdade. O Governo pagou por esses cursos, todos. Então, há um equívoco talvez de uma fonte que tenha colocado isso, porque também pensei em determinado momento. E quero dizer que jamais vi essa quantia para um programa educacional, mas ela existiu.

E eu muitas vezes vi coisas, Senador... Por exemplo, no meu Estado era muito comum pegar um pacote de cursos e ofertar em determinada região onde eram importantes outros cursos para o mercado que ali estava a precisar daquela mão de obra e até mesmo para a capacitação dos que queriam entrar em determinado nicho do mercado.

Eu vi, por exemplo, em Piúma, uma cidade que tinha um teatro e que precisava de um cenógrafo, ofertarem 50 vagas. Eu colocava a mão na cabeça todo dia, eu sentava toda vez para discutir isso com o Sistema S, mesmo dentro do Ifes e com outras escolas e instituições educacionais foram conveniadas com o objetivo de preparar essa mão de obra para o mercado. Houve grandes equívocos, grandes distorções. Esse é o resultado, não tenho dúvida nenhuma, de uma falta de planejamento, da capacidade de dotar tantos recursos para quem precisa dessa oportunidade para trabalhar.

Por exemplo, em relação a cuidador de idosos, ofereço ao senhor o levantamento do que foi ministrado no meu Estado, e o senhor vai se assustar.

Agora, o Governo teve tanto recurso e, paralelamente a isso, foi declarada a falência de várias escolas públicas que não tinham um centésimo desse recurso que foi para esse programa, belo programa, que pelo qual eu briguei.

Eu tenho os elementos que o senhor me forneceu sobre o percentual de cada aplicação em cada segmento desse programa, e vejo que é o retrato fiel do Brasil. O Brasil cria um programa e não se preocupa com a essência do programa. O objetivo do programa está claro, mas a essência do programa, não. O planejamento do programa, não. A questão gerencial, não.

Quanto à questão do mercado, que o senhor citou várias vezes, é importantíssimo saber: "Puxa, eu tenho recurso para capacitar mão de obra." É só manicure? No caso do setor elétrico, por exemplo, no meu Estado há várias empresas nesse ramo. Para conseguirmos algumas vagas em cursos e arranjarmos professores para fazer algum curso no setor elétrico, há uma dificuldade imensa. Até o soldador, com curso de curta duração, sabe que há mercado para ele, que há possibilidade de ele conseguir imediatamente um emprego e daí poder crescer nessa profissão.

Então, essas distorções existem no Brasil em várias áreas. Quando o senhor fala de gratuidade, isso me dói. Isso não existiu. Gratuidade é para quem recebeu, mas o governo pagou, e pagou bem – pagou bem. Não sei se um percentual desses investido no salário do professor e nas escolas públicas teria tido um resultado melhor do que teve o Pronatec. E o Pronatec foi importante. Eu advogo que exista o Pronatec novamente, mas que haja, pelo amor de Deus, pessoas estudando. Quem vai se formar para ser colocado naquele mercado de trabalho? Que mão de obra é necessária para que seja aproveitada? Porque quem entra...

Eu me lembro da questão dos tratoristas também. Havia obra em Viana, e nunca vi tanto tratorista na minha vida. Ficava todo mundo com um papel dizendo que era tratorista e procurando onde havia vaga de tratorista, porque, em determinado momento, havia oito vagas em determinada obra.

Então, a falta de estudo é uma falta de percepção, que está ligada, no meu entendimento, à questão da sensibilidade de quem constrói um programa e sabe que não pode deixar uma broxa e uma escada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, os filhos do Pronatec estão espalhados pelo Brasil inteiro com uma documentação na mão dizendo que eles são capacitados para tal fim, quando nem o mercado teria a possibilidade de abrigar essa pequena formação profissional.

Eu estou aqui com o pré-relatório de V. Exª. Vou estudá-lo mais, porque eu acho que nós temos de ter um objetivo nesse debate. Não é só a constatação cruel de que muitas distorções levaram ao desperdício de dinheiro público. Eu acho que nós temos de cuidar da formação e dar continuidade a um programa dessa natureza, com um objetivo claro: formar para quê? Qual é o mercado que está abrigando essa formação? Se há oferta, há demanda? Se há demanda, vamos construir a oferta.

Então, é isso.

Eu quero parabenizar V. Exª e lhe agradecer, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Rose.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, pela inscrição...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Em primeiro lugar, Presidente, eu quero dizer da minha satisfação de ter sugerido esse tema e de a senhora ter indicado o meu amigo Senador Muniz para fazer o relatório, um relatório bastante amplo, benfeito, sólido. Por isso, merece ser estudado.

Eu gostaria de pedir vista do projeto para poder estudar e escrever até uma avaliação da avaliação. E, ao mesmo tempo, eu estou querendo fazer também uma análise da avaliação que foi feita na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o Ciência sem Fronteiras. Eu acho que são dois programas que se parecem muito: duas boas intenções, muito dinheiro para os dois, mas com resultados pequenos. E merecem ser estudados não para dizer que não se deve repetir essas intenções, mas que se deve transformar as intenções em coisas bem concretas e reais.

O documento do Senador Muniz mostra diversas vantagens, qualidades e alguns defeitos que a gente precisa analisar com cuidado. No caso do Ciência sem Fronteiras, os resultados nem de longe chegam perto dos recursos que foram usados.

Além disso, como esse também, eu acho que há uma ênfase que nós temos dado à universidade em geral, é a ideia de que esses programas são para a escada social da pessoa que recebe, e não uma alavanca do progresso para o País inteiro. Essas duas alternativas mudam completamente a maneira de fazer um programa. Toda universidade é uma escada social para quem entra, mas não pode ser só escada social, tem de ser uma alavanca para o País inteiro, sobretudo na hora, Senadora Rose, de se falar em gratuidade. Eu entendi que, quando ele diz que o curso é gratuito, é porque o aluno não paga. Agora, alguém paga. Tudo alguém paga.

Eu sempre brinco, quando eu estou no lugar, quando eu digo: "Olha, essa água aqui é de graça para mim, mas vocês que estão assistindo pela televisão pagaram para essa água chegar aqui, porque alguém foi buscar, há o salário, há tudo. Não há nada que surja gratuitamente. Agora, há coisas que chegam gratuitamente a quem usa. Na universidade, a gente tem de fazer essa reflexão. Nos cursos profissionalizantes, a gente tem de fazer essa reflexão. No Ciências sem Fronteiras, temos de fazer essa reflexão. O resultado para quem foi, às vezes, é bom, mas para o País, às vezes, não é bom ou não é tão bom. Além disso, sem empregabilidade, nem para pessoas é suficientemente bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Todo curso é bom. Vou radicalizar: mesmo que não sirva para nada, todo curso é bom, porque ilustrou, você teve até o tempo ali, conheceu gente, foi bom, mas o resultado para o País tem de ser analisado, já que os recursos são públicos.

Por isso, se for para votar, eu voto a favor contente e não peço mais nenhum dia, mas eu gostaria de analisar e tentar dar até uma opinião sobre o relatório, já que a sugestão de esse tema ser o escolhido foi uma sugestão minha.

Era isso, Srª Presidente. Eu lamento não continuar o debate, porque tenho um compromisso e já me atrasei muito, mas a minha intenção é fazer um comentário sobre a avaliação. Farei de qualquer maneira para o Senador Roberto Muniz, mas, se for adiada a votação, eu trarei como uma proposta complementar.

Era isso.

Parabéns, Senador Muniz! Ficou um trabalho que a gente precisa divulgar.

Eu queria recomendar outra coisa aqui: que seja publicado. Nós nos acostumamos a fazer esses relatórios, que ficam para dentro. Esse é um relatório que a gente precisa publicar e divulgar, como eu estou, depois de três anos, Senadora Ângela, publicando aquele relatório da comissão em que a senhora foi Presidente, e eu fui o Relator, sobre financiamento da educação. Eu decidi publicar agora.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Já recebi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Já recebeu. Demorei muito para publicar. Este aqui eu acho que a gente deveria publicar rápido.

Era isso, Srª Presidente.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, só...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A vista está concedida, mas antes eu passaria a palavra para a Senadora Fátima.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, quero dizer que sobre essa sugestão do Senador Cristovam já estávamos conversando com a equipe, com os consultores, para que pudéssemos realmente fazer uma publicação, haja vista a importância do tema e também a profundidade de algumas abordagens que foram feitas aqui. Eu só quero destacar que a gratuidade que ele colocou é realmente para os alunos. Não há gratuidade, não há almoço de graça, tudo é através de impostos. É importante as pessoas saberem disso, mas a oferta que eu falei em relação... Chama-se Acordo de Gratuidade para as pessoas que tiveram acesso a esse programa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu quis registrar isso, porque o senhor falou da oferta do Sistema S. O Sistema S, percentualmente, foi o que mais teve convênio do Governo Federal para oferecer o Pronatec. Foram bilhões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia, eu quero, inicialmente, também aqui me somar ao Senador Cristovam, que pede vista. Considero extremamente oportuno, porque nós não estamos tratando aqui de um programa qualquer, mas de um programa de grande magnitude.

E louvo aqui todo o esforço e a dedicação do Senador Roberto Muniz na avaliação desse programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É um programa, repito, de grande magnitude, programa, como ele mesmo destacou, que envolvia ações, Senadora Lúcia Vânia, que iam desde a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica até Bolsa-Formação, passando por um programa muito importante, que é o Rede e-Tec Brasil, e pelo Brasil Profissionalizado, que foi uma ação que o Governo Federal criou, inclusive com financiamento do Bird, em parceria com os Estados, para criar condições para que os Estados também pudessem implementar suas redes estaduais de formação profissional e tecnológica. E há o Acordo de Gratuidade também que ele colocou.

Eu creio que um programa dessa dimensão, é claro, vai ter falhas, imperfeições. Agora, o que nós não concordamos é que essas imperfeições, falhas ou distorções que o programa tenha sirvam de justificativa para o desmonte, para o desinvestimento, que é o que está acontecendo exatamente. Infelizmente, o Pronatec desapareceu do mapa da gestão do Governo que aí está. Daí por que, Senadora Lúcia Vânia, veja bem, quando falamos, por exemplo, do Pronatec, repito, ele tem distorções? Tem. Tem falhas? Tem. Vamos fazer o debate, vamos analisar, vamos ver o que é necessário corrigir, o que é necessário aperfeiçoar. Agora, nós não podemos esquecer aqui que, entre as ações do Pronatec, uma delas é considerada uma das ações mais exitosas e mais virtuosas da história da educação brasileira, que foi exatamente a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi um período em que a rede vivenciou exatamente a sua maior expansão.

Infelizmente, o governo anterior aos governos Lula e Dilma tinha tomado outro caminho, de que nós discordamos. Qual foi o caminho que o governo FHC tomou à época? Ele tomou o caminho de terceirizar para Estados, Municípios, empresas e organizações não governamentais a expansão da oferta da educação profissional, inviabilizando a expansão da oferta.

O que foi que nós fizemos nos governos Lula e Dilma? Fizemos o contrário: "Não, vamos agora trabalhar numa linha em que o Estado brasileiro assuma o seu papel, inclusive constitucional, que é o de ampliar a oferta educacional para a nossa juventude." E assim foi feito. Todo mundo sabe aqui, por exemplo, que, no período de 1900 a 2002, foram construídas apenas 140 escolas técnicas pelo País afora. De 2003 a 2016, foram construídas mais de 500 novas unidades, totalizando 644 *campi* em funcionamento. São 38 institutos federais presentes em todos os Estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Então, eu quero dizer que isso aqui também é Pronatec. Essa é uma das fotografias do Pronatec que mais retrata a luta pela cidadania da nossa juventude, pelo caminho exatamente da oferta da educação. Isso é Pronatec!

Quem é que não tem orgulho dos institutos federais que chegaram aos seus Estados, às suas regiões, pela qualidade do ensino que essa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica oferece? Tanto é que, disparadamente, são os estudantes dos institutos federais os que mais se destacam em todos os exames de avaliação e de certificação que são feitos pelo Brasil afora, repito, dada a consistência e a qualidade da rede, que tem um corpo de servidores, um corpo de professores extremamente especializados, preparados, e as condições de trabalho dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica pelo País afora. Infelizmente, hoje, esses institutos, inclusive, estão ameaçados, em função do contingenciamento brutal de recursos.

Então, eu concluo, Senadora Lúcia Vânia, louvando o esforço do Senador Roberto Muniz na preparação dessa avaliação. É importante que nós tenhamos tempo de avaliar melhor, porque, repito, um programa dessa grandiosidade tem seus acertos, tem suas falhas. Ele tem muitos acertos, inclusive esse que eu acabei de mencionar, que foi a maior expansão que a educação profissional e tecnológica vivenciou, graças exatamente ao Pronatec.

É só, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Fátima.

Pergunto ao Senador Roberto se ele quer fazer algum comentário.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar, eu acho que o papel desse relatório, o objetivo desse relatório é realmente colher o olhar de todos os Senadores. Eu acho que isso é que é importante. Aqui é um recorte. O programa, o Pronatec, pode ser avaliado de várias formas, tanto é que, se você se debruçar sobre a avaliação do TCU, ele não é feito desta forma, com este recorte que está sendo feito. A avaliação do Ipea é também feita de forma diferente. E nós vamos ter aqui tantas formas quanto avaliadores houver.

O maior problema que nós temos no Brasil é que, antes de se fazer um programa, era preciso haver esses indicadores de avaliação, para que, em vez de ser uma avaliação do Senador Roberto Muniz ou de qualquer outro Senador ou de qualquer técnico desta Casa, fosse realmente uma avaliação oriunda do planejamento do programa. Então, a falta desses indicadores vai fazer com que cada um tenha um recorte.

Quero ressaltar que ninguém há de chegar a esta Casa ou a qualquer lugar e de ser contra um programa que teve oportunidade de levar quase dez milhões de pessoas para a sala de aula. Não há nenhum louco, nenhum incapaz que possa pensar que alguém vá chegar aqui e dizer: "Vamos destruir!" Não! O Pronatec e, mais do que o Pronatec, a Política Pública de Educação Profissional é uma necessidade, é uma realidade. Há pontos positivíssimos. Há coisas importantes, mas elas só são importantes se a gente puder avaliar.

Quero destacar que nós convidamos inclusive o pessoal do IF para estar aqui. Eles não estiveram aqui. Tivemos um desejo de entrar um pouco nessa avaliação, mas há falta de números que fossem indicadores preestabelecidos. Senão, seria um desserviço eu chegar aqui e dizer que não valeu a pena o que valeu a pena. É óbvio que é muito melhor abrir uma escola do que abrir qualquer outra coisa no nosso País.

Eu acho que essa é uma vitória que o Pronatec traz, com esses investimentos na recriação dos Institutos Federais. Há uma abertura e a possibilidade de fazer com que a educação profissional fique mais próxima do cidadão. Lá na Bahia nós tivemos uma expansão enorme. Nós temos lá mais de 30 instituições. E a gente fica feliz pelo fato de que isso tenha acontecido, pois, num momento lá atrás, isso não era uma realidade no Brasil. Mas já que é, como é que nós vamos fazer essa avaliação, como é que nós vamos olhar a política de educação profissional para o futuro? Eu acho que é este o debate que está aqui. Não o fiz com o olhar de dizer: "Ah, temos de acabar!" Não acho que é isso, muito pelo contrário.

Eu quero só reafirmar uma coisa: o Pronatec, ou qualquer programa de educação profissional, tem de estar no MEC. Isso é um pilar que a gente não pode abandonar. Agora nós precisamos olhar o custo-benefício, se está atendendo, se é uma política de focalização ou de universalização. Os objetivos são importantíssimos, mas precisam ser acompanhados de um planejamento e de metas.

Só para a senhora ter uma ideia, para finalizar, o sistema que avalia para o MEC é um sistema que o próprio MEC diz que é defasado para fazer uma avaliação. O sistema dos programas da parte de TI (Tecnologia da Informação), o próprio MEC diz que é um sistema que está defasado em relação à magnitude que se tornou o Pronatec. Então, precisamos nos debruçar também sobre essas questões estruturais de que um programa precisa para que possa ter bom desempenho gerencial.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado aos Senadores pelas palavras.

Eu acho que este é o bom debate que esta Casa precisa fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, eu só indago a V. Exª... Eu estou na lista como recordista das relatorias e ultimamente tenho percebido que nós não temos quórum para deliberar essas questões.

Eu sou autor, então, de três relatorias. De uma já fiz a leitura, já debatemos a respeito do assunto. Tenho mais dois projetos a relatar. Indago a V. Exª se faço a leitura e discutimos hoje ou se deixamos para uma próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pode fazer a leitura.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Posso fazer a leitura?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Srª Presidente, eu também tenho uma relatoria, que é o Item 2. Eu gostaria também de fazer a leitura, considerando que não é terminativo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O projeto não é terminativo. Nós teríamos condições de aprová-lo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidenta, eu queria dar conhecimento a V. Exª e aos demais colegas de uma resolução que foi aprovada por unanimidade, agora nessa segunda-feira, na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul, que integro. Essa resolução lá aprovada, Srª Presidenta, vem contra as investidas para retirar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação. Inclusive, isso foi objeto de debate aqui na nossa Comissão há cerca de 15 dias. V. Exª não estava aqui, estava em outra atividade.

Igualmente, o Plenário da Comissão de Educação se manifestou majoritariamente contra, repito, essa iniciativa em curso, que, infelizmente, vem de um movimento ultraconservador que quer "desomenagear" Paulo Freire através de uma sugestão legislativa, Senadora Lúcia Vânia, que se encontra neste exato momento tramitando na Comissão de Direitos Humanos, que é presidida pela Senadora Regina. Fui designada Relatora. Vou apresentar, inclusive, meu parecer na próxima semana, quando nós lá realizaremos, inclusive, uma audiência pública. Achei por bem, como integrante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia do Mercosul, Senador Dário, levar esse assunto também para o conhecimento da Comissão.

Quero dizer a V. Exª da minha alegria porque, por unanimidade, a Comissão do Parlamento do Mercosul se posicionou exatamente de forma contrária. Eu peço, inclusive, a V. Exª que possa fazer constar nos *Anais* da nossa Comissão de Educação a moção, ou seja, a declaração, repito, que vem na linha de reafirmar Paulo Freire como o Patrono da Educação.

Rapidamente, eu pediria a V. Exª só para destacar dois trechos da declaração que foi aprovada no Mercosul:

> O Parlamento do Mercosul declara:
>
> I. sua sincera e irrestrita admiração à obra inovadora e revolucionária da Paulo Freire, sobre a qual estão fundadas as melhores práticas de aprendizado do mundo, que inspiram políticas educacionais de muitos países, com destaque para as dos Estados partes do Mercosul;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

II. seu claro entendimento de que os métodos educacionais de Paulo Freire contribuíram e contribuem decisivamente para os processos de emancipação das populações historicamente excluídas dos benefícios do desenvolvimento, configurando sociedades mais justas, humanas e progressistas;

III. sua visão de que o legado humanista de Paulo Freire inspira o processo de integração do Mercosul, o qual almeja, em última instância, a construção de um mercado comum fundado no atendimento aos direitos das populações de todos os países, com destaque para o direito emancipador e libertador da educação;

IV. seu repúdio às iniciativas que, motivadas por finalidades políticas torpes e interpretações apequenadas e distorcidas da grande obra de Paulo Freire, tentam menosprezar seu legado inspirador para o Brasil, o Mercosul e o mundo.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2017.

Foi esse o teor, portanto, Senadora Lúcia Vânia, da moção de minha autoria, aprovada por unanimidade na comissão do Parlamento do Mercosul. Vou passar uma cópia na íntegra, solicitando a V. Exª que faça constar nos *Anais* da nossa Comissão, até porque a nossa Comissão também, por unanimidade, colocou-se contra essa iniciativa de "desomenagear" Paulo Freire.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu lhe agradeço, Senadora Fátima. A solicitação de V. Exª será constada em ata. Esse assunto foi aqui abordado na reunião passada, há três semanas. Todos os Senadores presentes se manifestaram contrariamente à retirada do título de Paulo Freire. Portanto, V. Exª teve o apoio unânime desta Comissão.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Autoria: Deputado Sandes Júnior
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: favorável à Emenda nº 2- PLEN.
Observações: *a matéria constou da Pauta da Reunião de 07/11/2017.*

Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Vamos diretamente à análise do projeto, que tem o substitutivo do Senador Paulo Paim.

O PLC nº 28, de 2012, foi submetido à decisão terminativa no âmbito desta Comissão, onde recebeu parecer favorável e subsequente aprovação, nos termos de substitutivo (Emenda da Comissão de Educação nº 1). No entanto, após a deliberação da Comissão de Educação, o Senador Paulo Paim e outros Senadores interpuseram, no prazo regimental, recurso para apreciação da matéria pelo Plenário.

No tocante à análise do mérito, impõe-se reafirmar a relevância da leitura metódica e orientada como recurso auxiliar ao aprendizado e à ampliação do conhecimento acadêmico e geral dos alunos. De fato, para muitos estudantes de nossas escolas públicas da educação básica, essas bibliotecas, nem sempre apoiadas em um espaço físico, representam uma das poucas oportunidades de contato com a leitura fora do ambiente de sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, seriam alentadoras as medidas de qualificação das atividades dessas bibliotecas, expressas por meio da previsão de disponibilidade de profissionais com formação adequada para gerir esses equipamentos e fornecer orientação de leitura e estudo aos alunos.

Com efeito, caso a proposição envolvesse efetiva inovação no ordenamento vigente, a iniciativa encerraria, em sua origem, oportunidade ímpar para a implantação de bibliotecas nas escolas do País. Sendo assim, era de se esperar que o projeto lograsse acolhida nesta Casa Legislativa.

Ao oferecer a presente manifestação à matéria, no entanto, cumpre-nos apontar aspectos da iniciativa que reputamos omitidos na primeira apreciação, além de outros de oportunidade de implementação discutível, em razão de deliberações supervenientes do Senado Federal sobre matérias que apresentam interface com o objeto do PLC.

Essas decisões mais recentes do Senado, sobretudo, suscitam, a nosso juízo, reformulação do parecer sobre ele proferido por este Colegiado em 3 de setembro de 2013.

Preliminarmente, ao historiar a tramitação e seu teor, verificamos que o projeto, na versão recebida da Câmara dos Deputados, obriga os sistemas de ensino de todos os entes federados responsáveis pela oferta de educação básica a criar e manter bibliotecas escolares em todas as escolas públicas, além de provê-las com profissionais capacitados em um prazo de cinco anos a contar da publicação da lei em que se transformar. Para tanto, a proposição acrescenta os arts. 27-A e 27-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. O art. 27-B impõe a todos os entes federados, por sua vez, a obrigação de contratar bibliotecários formados em nível superior, admitindo, no entanto, que um mesmo profissional possa ser responsabilizado por mais de uma biblioteca.

À ocasião de sua apreciação nesta Casa, em 3 de setembro de 2013, a proposição recebeu parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, mediante a qual as disposições do projeto foram realocadas para os arts. 9º a 11 da LDB, que tratam das incumbências dos entes federados em matéria de educação escolar básica. No que tange ao conteúdo, as novas disposições flexibilizaram a contratação de bibliotecários, permitindo que as bibliotecas fossem "assistidas" por bibliotecários ou por profissionais de educação com capacitação específica para o trabalho. Além disso, reduziu-se o prazo de cinco para três anos para a adaptação dos sistemas de ensino à realidade imposta pela lei eventualmente aprovada.

É forçoso salientar que, na apreciação do PLC nº 28, de 2012, a manifestação da Comissão de Educação passou ao largo da vigência da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que prevê a universalização das bibliotecas escolares até o ano de 2020. Essa lei, frise-se, é originária do Projeto de Lei nº 1.831, de 2003, de iniciativa do Deputado Lobbe Neto, que tramitou na Câmara dos Deputados de 2003 a 2009 e que, enviada ao Senado, foi definitivamente aprovada em 13 de abril de 2010.

A propósito, cumpre consignar que, na Câmara dos Deputados, o PL nº 1.831, de 2003, que deu origem à Lei nº 12.244, de 2010, teve tramitação simultânea à do PL nº 3.044, de 2008. Todavia, inobstante o objetivo comum de instituir bibliotecas escolares, os dois projetos foram apreciados em distintas ocasiões naquela Casa. Por conta desse tratamento processual, quando o PL nº 3.044, de 2008, teve sua análise definitivamente concluída na Câmara, a citada lei de universalização das bibliotecas escolares já se encontrava no terceiro ano de vigência.

Ora, nitidamente, o objetivo do PL nº 3.044, de 2008, conformava-se muito mais ao escopo da Lei nº 12.244, de 2010. Tivesse seguido a recomendação da boa técnica legislativa prescrita pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, na adequação do texto final do PL nº 3.044, de 2008, a Câmara não teria optado por inserir a matéria na LDB. Todavia, a remissão do projeto à então recente Lei nº 12.244, de 2010, abrangente a ponto de alcançar todos os estabelecimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de ensino do País, poderia ter dado margem ao questionamento da perda de oportunidade do PL nº 3.044, de 2008, que, por sinal, se restringiria tão somente à educação básica pública.

Dessa forma, tanto naquela, quanto nesta Casa Legislativa, deixou-se de observar a existência de matéria sobre o assunto em discussão, em diferentes estágios. Na Câmara, perdeu-se a oportunidade de apreciação conjunta das matérias. Nas duas Casas do Congresso Nacional, o conhecimento da existência de lei sobre a mesma matéria ensejaria, sob a ótica estrita da técnica legislativa, no mínimo, a reformulação do conteúdo do projeto sob exame e sua incidência sobre a Lei nº 12.244, de 2010.

Nesse diapasão, o retorno da matéria à Comissão de Educação, provocado por iniciativa do Senador Paulo Paim, estabelece a possibilidade de nova análise que considere essa situação. A emenda fixa a garantia de que toda escola, independentemente de sua natureza administrativa e dimensão em atendimento, disponha de um bibliotecário para dirigir sua biblioteca, conforme dispositivo a ser inserido na LDB.

Ainda que, alternativamente, admita que as bibliotecas escolares sejam dirigidas por outro profissional da educação, a Emenda Paim estabelece que tal profissional tenha formação em nível superior, além de capacitação específica em biblioteca escolar e atuação sob a supervisão de um bibliotecário.

Feitas essas considerações, julgamos oportuno, e merecedor de ações para a sua viabilidade, o tema da qualificação das bibliotecas escolares, esposado no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

A estratégia 7.20 do PNE é exemplar a respeito da qualificação. Por ela, todas as escolas públicas da educação básica do País deverão ser providas de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente de aulas. Além disso, contempla previsão de criação de mecanismos para implementação das condições para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

Nosso voto, Srª Presidente, diante do exposto, é pela aprovação da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo), oferecida pelo Senador Paulo Paim ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012.

Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Srª Presidente, primeiro, quero parabenizar a Senadora Ângela Portela pela relatoria.

Também parabenizo o Deputado Sandes Júnior por trazer um instituto tão importante para a educação, que é a possibilidade do acesso à leitura através das bibliotecas. Acho que isso é relevante.

Mas eu só quero destacar um pouco do que eu acho, do que eu penso, um pouco com uma visão mais de método, sobre a questão.

Hoje, eu estou pegando na internet números talvez antigos ainda: apenas 36% das escolas têm biblioteca. Ou seja, olhando isso, nós temos aí 64% de bibliotecas a construir. Mas, quando olhamos isso, quando olhamos a biblioteca e, simultaneamente, o que é a educação profissional, no novo momento que as redes sociais e o mundo digital estão nos impondo, colocar dinheiro para biblioteca sem pensar em dar acesso à internet de alta velocidade e de alta qualidade ao estudante... Se eu fosse priorizar, eu priorizaria hoje dar internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a gente faz um projeto como esse, em que a gente busca a universalização... Não sei se isso ocorre em outros Estados, mas há cidades e Municípios na Bahia onde há escolas com duas ou três salas de aula. Ao achar que essas escolas vão receber uma biblioteca, a gente faz uma lei que é inócua, porque não haverá recursos para colocar nisso, já que apenas 36% têm biblioteca. A gente cria uma expectativa – a sociedade toda está nos vendo –, a gente não quantifica um valor e estabelece uma obrigatoriedade que vai ao Poder Público sem a melhor forma.

Então, é claro que, no mérito, eu sou a favor e espero que todas as escolas tenham bibliotecas. Mas, entre colocar recursos para a construção de uma escola e dar internet e um *tablet* na mão de um aluno, hoje, eu, votaria em relação a esse acesso.

Então, acho que esse foi o debate que eu quis trazer com o Pronatec. É claro que todos os projetos nesta Casa que vêm do Governo Federal têm boa intenção, têm objetivos que são magnânimos, mas a gente precisa ter focalização nas políticas públicas. E a gente precisa universalizar, mas, para universalizar, a gente precisa saber quanto custa. Não há orçamento público que caiba nos nossos sonhos. Eu digo que o maior desafio do gestor público é fazer com que o sonho caiba dentro do orçamento público. É difícil. Nós temos uma quantidade enorme de coisas que nós precisamos fazer, e, se não usarmos os recursos de forma adequada.... Então, são algumas questões.

Só para destacar, eu sempre dizia: ampliar não torna a casa mais limpa ou mais confortável ou é a melhor forma de você fazer com que funcione a sua casa. Então, a gente precisa identificar... Há a necessidade, é óbvio, de ampliar a possibilidade de leitura dos nossos alunos. Agora, não sei se a estratégia de obrigar todas as escolas a terem uma biblioteca é a ideal.

Se a gente tem condições de bancar esse projeto... Estou tendo uma coragem que pode até ser desvirtuada, porque hoje é assim: "É contra!" Não! Eu sou a favor. Quero deixar muito claro que sou a favor de que haja isso. Mas não sei se essa é a prioridade número 1. Se a gente tivesse um recorte de escolas que são regionais, até para que haja uma biblioteca com capacidade, com peso, com uma quantidade de livros muito grande...

Mas eu estou colocando isso, porque é fruto de um debate que eu sempre trouxe na minha vida pública, mas quero dizer que, no mérito, esse é o Brasil que a gente enfrenta na política.

Então, é meritório, tem valor. Eu sou a favor desse projeto, mas espero que algum dia o nosso País trate essas decisões de forma muito mais qualificada do que simplesmente pelo objetivo e pelo mérito. Eu gostaria que as políticas públicas tivessem realmente consequência, para que a gente pudesse dizer: "Tenho o dinheiro, e, daqui a cinco anos ou daqui a dez anos, todas as nossas escolas públicas terão uma biblioteca de qualidade ou terão acesso à internet de qualidade."

Então, quero parabenizar a Senadora e o Deputado Sandes Júnior, que fez esse projeto que acho importantíssimo, mas espero que a gente possa algum dia ter uma forma diferente para traduzir as necessidades e as possibilidades do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir.) – Senadora, eu gostaria de enfatizar que esse projeto foi amplamente discutido e aprovado aqui na Comissão de Educação, e o Senador Paulo Paim propôs uma emenda em que estabelece que, nas bibliotecas, o profissional formado em Biblioteconomia, o bibliotecário, possa também ser substituído por um profissional de nível superior com capacitação específica em biblioteca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui não se trata de a gente tornar obrigatória a construção de bibliotecas em todas as escolas do País. É especificamente o poder de substituição de um bibliotecário para orientar a leitura, para fazer aquele trabalho didático para a criança ou o jovem conduzir o seu processo de aprendizagem numa biblioteca, para que seja um profissional formado, com nível superior, com capacitação específica. Aqui, a gente não está propondo a construção em todas as escolas públicas do País.

E há outra coisa: no Plano Nacional de Educação, a meta 7.20 do PNE já estabelece esse objetivo, essa estratégia de qualificação das bibliotecas. Então, por mais que vivamos no mundo moderno, de tecnologia, de inovações, esse processo de aprendizagem do aluno em contato com o livro, com uma leitura orientada, com um professor capacitado, é fundamental para o seu desenvolvimento, para a sua aprendizagem, para a sua compreensão do mundo.

Era isso.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizar a Senadora Ângela. Como o próprio Senador Roberto colocou, é claro, o projeto é muito meritório. A Senadora Ângela fez um destaque aqui muito importante.

Vejam bem, o projeto que nós estamos discutindo neste exato momento, Senadora Lúcia Vânia, na verdade, propõe uma mudança na Lei 12.244, de 2010, que foi a lei que tratou da universalização das bibliotecas escolares, que estabelece um prazo e prevê a universalização das bibliotecas escolares até o ano de 2020.

A Senadora Ângela Portela, aqui, está dando um parecer a uma proposição do Senador Paim, que, até para ajudar na viabilização dessa meta, que é a universalização das bibliotecas escolares até o ano de 2020, na hipótese de não haver um profissional formado em Biblioteconomia... Não é isso, Senadora Ângela?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – É isso mesmo. O projeto, na essência, é esse.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na essência, é este: na hipótese de não haver um profissional formado em Biblioteconomia, que é o ideal, que é o desejável, outro profissional da educação pode assumir, desde que tenha também preparo e a orientação necessária para atuar como agente mediador de leitura.

Isso é muito importante porque, veja bem, não basta a gente apenas abrir bibliotecas, não se trata disso. É preciso que as bibliotecas tenham, além de um acervo adequado, um acervo atualizado, também pessoas preparadas para atuar no âmbito da biblioteca, para estimular os estudantes, para orientar os estudantes.

Esse é um debate que já vem sendo travado no Brasil, ainda bem, inclusive superando aquela visão que a gente tinha no passado: a biblioteca escolar não existia; quando existia, quem é que a gente mandava para a biblioteca escolar? Era o professor que estava com problema para atuar em sala de aula. Então, a biblioteca escolar era como um depósito. Lembra-se disso, Senador Dário?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Lembro-me, lembro-me.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era como um depósito para abrigar os professores que estivessem com algum problema de incapacitação etc. e tal, o que era um crime, desvirtuando por completo o papel que deve ter uma biblioteca escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa lei, que foi aprovada em 2010, que estabelece o prazo de dez anos para universalizar as bibliotecas escolares é uma lei bem-vinda. Por quê? Porque ela, pelo menos, recolocou esse tema na ordem do dia, para que a gente possa continuar lutando para que esse sonho um dia seja concretizado, porque é inaceitável, é inconcebível que uma instituição de ensino, seja uma instituição de ensino da pré-escola ou da universidade, não tenha, não disponha de uma biblioteca escolar. E pasmem os senhores e senhoras: foi preciso essa lei, porque, em pleno século XXI, em 2018, nós temos ainda instituições de ensino espalhadas pelo País afora, Senadora Lúcia Vânia, que não dispõem de biblioteca escolar.

Por isso, eu, inclusive, fico muito feliz, porque tenho militado também nessa área. Recentemente, inclusive, a Comissão de Educação aqui aprovou por unanimidade o nosso projeto de lei que vai instituir, pela primeira vez no Brasil, a Política Nacional de Leitura e Escrita, como uma estratégia permanente para fomentar o acesso à biblioteca, à literatura, à escrita etc. Inclusive, o projeto está na Câmara dos Deputados neste exato momento, na última comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu queria apenas me somar na defesa do relatório da Senadora Ângela, que tem o meu apoio.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação a matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à Emenda nº 2, de Plenário.

A matéria será encaminhada à Mesa.

Item 13 da pauta, não terminativo.

ITEM 13
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, DE 2017
- Não terminativo -

Institui a Comenda do Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol, a ser conferida pelo Senado Federal a pessoas jurídicas, atletas, dirigentes e demais profissionais que tenham se destacado em competições esportivas ou na promoção do futebol.

Autoria: Senador Roberto Muniz
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.*

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Presidente Lúcia Vânia, considerando que esse relatório já foi publicado e está à disposição dos Srs. Parlamentares, eu peço licença a V. Exª para reduzir um pouco a minha apresentação do relatório, não fugindo, evidentemente, da essência dele, do qual o autor é o destacado Senador Roberto Muniz, que se encontra presente, inclusive, nesta reunião.

O PRS, como V. Exª bem mencionou, é composto por sete artigos. O primeiro deles propõe então a Comenda do Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol, destinada a atletas, dirigentes, pessoas jurídicas e outros profissionais que tiverem amplo destaque em competições ou na promoção do futebol.

O art. 2º estabelece que a homenagem será limitada a um número de cinco por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O seu art. 3º complementa o anterior, estabelecendo que a entrega será realizada em uma sessão do Senado Federal.

O art. 4º, por sua vez, define que as indicações poderão ser realizadas por Senadoras e Senadores, acompanhadas da devida justificação do mérito.

O art. 5º define que o procedimento de apreciação dos nomes concorrentes deve ser realizado por um conselho, constituído especificamente para esse fim, composto por um Senador e uma Senadora de cada partido com representação no Senado Federal, renovado a cada dois anos.

O art. 6º estabelece que os nomes dos candidatos agraciados serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

O art. 7º determina que entre em vigor na data de sua publicação.

Bem, essa é a essência. E acho que fica bem nítido para os Srs. Parlamentares o fato que aconteceu com o acidente da Chapecoense, que vitimou 71, se não estou equivocado, jogadores de futebol, dirigentes, jornalistas e outros que acompanhavam aquela delegação em Medellín, na Colômbia. Isso, inclusive, trouxe uma comoção muito grande não só em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro.

Penso ser muito apropriada essa condecoração. Por isso, quero louvar a iniciativa do Senador Roberto Muniz e quero agradecer a V. Exª por me designar Relator, uma vez que esse clube é um clube de Santa Catarina que tem um destaque nacional hoje. É um projeto eminentemente singelo e simples, mas com um alcance social de um reconhecimento muito grande.

Portanto, eu passo à análise propriamente dita.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno, compete à Comissão de Educação opinar sobre esses temas.

O futebol é, sem sombra de dúvida, o esporte que desperta as maiores paixões em nosso País.

As campanhas vitoriosas da seleção nacional, em 1958 e 1962, contribuíram significativamente para a popularização do esporte e para o início do reconhecimento do Brasil como um dos protagonistas. À época se fortalecia o movimento das torcidas organizadas, conhecidas pelo apoio incondicional aos seus clubes e pelo acirramento da rivalidade entre equipes.

Se, por um lado, o futebol separa, por outro, une. E os maiores exemplos de união em torno do futebol foram vistos após a tragédia ocorrida com a queda do avião que levava a equipe catarinense da Associação Chapecoense de Futebol para a final da Copa Sul-Americana de futebol, na busca de seu primeiro título em uma competição internacional.

Após o acidente, um divisor de águas aconteceu na história do futebol brasileiro e internacional: clubes com rivalidades históricas, torcedores, jornalistas e os mais diversos atores do mundo futebolístico se uniram em torno de homenagens ao clube, que vinha se destacando devido ao seu modelo de gestão e sua rápida ascensão no cenário nacional.

Torcidas organizadas rivais se uniram, grandes atletas mostraram-se solidários, e até mesmo o rival daquela partida, o Club Atlético Nacional, de Medellín, realizou o nobre gesto de abrir mão do título de campeão da Copa Sul-Americana de futebol para que este pudesse ser concedido à equipe brasileira. O gesto do "abraço" ao redor do Estádio do Pacaembu, realizado pelas quatro torcidas organizadas dos quatro maiores clubes de São Paulo, também merece destaque.

A Comenda de que trata o projeto em análise é uma forma de eternizar o reconhecimento e o respeito de todos os brasileiros pela Chapecoense e de homenagear os jogadores e demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais do esporte que perderam suas vidas na tragédia, seus familiares e os torcedores do clube.

Ressaltamos, por fim – e isso é de minha autoria, Senadora Lúcia Vânia –, a sugestão do autor do projeto à comissão futuramente criada para a escolha dos agraciados, de conceder, preliminarmente, ao Club Atlético Nacional S.A, da cidade de Medellín, na Colômbia, o primeiro prêmio da Comenda. É uma sugestão que eu mesmo faço, como Relator deste importante projeto de lei.

Portanto, consideramos, pois, meritório o projeto e parabenizamos o autor.

Passemos ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 1, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão, a matéria.

Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para agradecer pelo brilhante e emocionado relatório do Senador Dário, principalmente por estar próximo àquelas famílias que sentiram pessoalmente esse desastre, e dizer que a ideia é que a sociedade se mova por ações e também por gestos.

Esse é um gesto que não repara a dor das famílias, mas que torna, de novo, o futebol engrandecido pela passagem deles nos campos de futebol, de todos os atletas, de todos que estavam àquela noite – já vai fazer um ano, Srª Presidente, no dia 29 de novembro. Ou seja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É; foi na noite, na madrugada.

E quero dizer que esse projeto revela essa simbologia de trazer o futebol para o local que sempre teve, que é o do congraçamento, do abraço, do festejar, da alegria, para que todos possam entender a grandiosidade do que o futebol é e significa para o povo brasileiro.

Esse é um sentimento de perda, mas, ao mesmo tempo, a Chapecoense, o povo de Chapecó, o povo daquela cidade de Chapecó – eu não os conheço, Senador Dário –, deu um exemplo de solidariedade – e também o povo de Medellín – e de que o futebol não é feito para que as torcidas briguem – nós temos visto tanta violência nos campos, nos estádios –, mas, principalmente, para que seja um congraçamento.

Então, essa homenagem simboliza esse congraçamento e esse abraço às famílias das vítimas, mas, acima de tudo, dá esperança aos filhos daqueles atletas, aos jornalistas de que o esporte, o futebol faz muitas pessoas felizes. Acho que esse é o sentimento que nos movimentou para podermos colocar à disposição desta Casa essa oportunidade.

Parabenizo o Senador Dário pelo brilhante relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação a matéria.

Antes de colocar em votação, quero comunicar que o acidente com a equipe da Chapecoense completa um ano no dia 22, na próxima terça-feira. Portanto, essa homenagem é muito bem-vinda, numa data importante.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pediria ao Senador Dário, já que é o Relator oficial aqui, e ao Senador Roberto também que estivessem presentes – é o último –, porque há uma solicitação do Deputado Alex Canziani para colocar em votação esse projeto.

Eu pediria a um dos dois que relatasse para mim – pode ser o Senador Dário, que já está com a mão na massa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Qual é o número?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Institui o Dia Nacional do Exportador.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Exportador.
Autoria: Deputado Alex Canziani e outros
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para relatar o projeto como Relator *ad hoc*.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito bem, Srª Presidente. Eu o faço com muito prazer, sobretudo porque tenho grande estima ao Senador Telmário Mota também, que é o Relator original desse projeto.

Eu o faço, também, pedindo licença a V. Exª para ir resumindo, na medida do possível, uma vez que esse relatório já está disponibilizado nos *Anais* da Comissão.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, os autores da matéria alegam que a iniciativa tem por objetivo homenagear os que se dedicam à atividade exportadora e contribuir para o fortalecimento do comércio exterior brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 4.580, de 2016, foi aprovado nas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Veio, então, ao Senado através do PLC nº 8, de 2017, e foi distribuído para apreciação da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias desta natureza.

O comércio internacional ou comércio exterior é a troca de bens e serviços através das fronteiras internacionais ou territórios. Na maioria dos países, ele representa uma grande parcela do Produto Interno Bruto. É nesse aspecto que se dá a sua vital importância para qualquer país.

O Brasil iniciou sua jornada comercial em terras estrangeiras logo após o descobrimento, com o pau-brasil; continuou no período das capitanias hereditárias com o açúcar como principal produto até meados do século XVII, quando o ouro mineiro passou a dominar o mercado. Após a independência, o café se tornou a grande estrela, equivalendo a 70% de toda a exportação.

Outros produtos brasileiros se destacaram no exterior, e até a década de 1960 as exportações ficaram restritas a produtos primários como cacau, algodão, fumo, açúcar, madeiras, carnes, minérios, principalmente o ferro e o manganês. Produtos industrializados e manufaturados correspondiam a apenas 5% do total exportado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse cenário mudou com o avanço industrial, com o processo de globalização e com o surgimento de corporações multinacionais. Num mundo de economia globalizada, é inegável que as reduções da desigualdade e da miséria e o desenvolvimento econômico e social do Brasil não serão possíveis sem o comércio exterior.

Conforme ressalta o Plano Nacional de Exportações 2015-2018, um setor exportador forte gera melhores resultados para a balança comercial e para a conta de serviços; permite maior sustentabilidade ao balanço de pagamentos e daí por diante.

Contudo, como bem lembram os autores da matéria: a representatividade do comércio exterior de bens e serviços no sistema produtivo brasileiro ainda é modesta em relação ao seu potencial e aos grandes desafios que o crescimento econômico nos impõe. Dessa forma, destacam eles, o comércio exterior brasileiro precisa de todo estímulo para continuar crescendo e competindo no mercado externo.

Diante disso, concluem os autores do PLC nº 8, de 2017, que a medida ora proposta pretende se somar às ações e políticas vigentes que buscam fornecer à atividade exportadora o fomento e o apoio de que ela necessita para progredir.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, geralmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que se refere à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais.

Quanto à juridicidade, não se vê óbice.

Portanto, em atendimento a essa determinação, os autores da matéria apresentaram cópia da ata da reunião do dia 17 de fevereiro de 2016, ocorrida na Câmara dos Deputados, no Plenário 16 das comissões, na qual foi realizada consulta aos segmentos interessados a respeito da significação da homenagem proposta e a data escolhida para tal.

De acordo com os Deputados, autores da matéria, os segmentos consultados foram unânimes em reconhecer a alta significação da homenagem.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e também jurídica.

Diante disso, então, Srª Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Percebo o adiantado da hora, mas eu ainda tenho aqui um projeto que presta uma homenagem ao ex-Senador Luiz Henrique da Silveira. Se não estou equivocado, é o item 9, que é terminativo aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Quer ler?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Vamos deixar para ler, então, na próxima reunião.

Consulto V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O.k.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não vejo...

Vamos fazer um esforço para que, na próxima reunião da Comissão, nós tenhamos quórum para desovar, vamos dizer assim, os projetos que continuam aprovados e que estão pendentes nesta Comissão.

Parabenizo e agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Convoco para amanhã, 22 de novembro, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o tema: violência nas escolas públicas, em atendimento aos Requerimentos nºs 45 e 48, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

Documento a que se refere a Senadora Fátima Bezerra em anexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes

PARLAMENTO DO MERCOSUL

MERCOSUR/PM/CE/INF 45/2017
-1-

Montevideo, 13 de noviembre de 2017.

Honorable Plenario:

Vuestra comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes os pone a consideración **el informe por la aprobación, MEP/492/2017 – Propuesta de declaración** presentada por la Parlamentaria Fátima Bezerra por la cual el Parlamento del MERCOSUR declara su sincera e irrestricta admiración a la obra innovadora y revolucionaria de Paulo Freire, sobre la cual están fundadas las mejores prácticas de aprendizaje del mundo, que inspiran políticas educacionales de muchos países, con destaque para los Estados Parte del Mercosur.

En tal sentido, teniendo a la vista el informe producido por esta Comisión y por los fundamentos que expondrá el miembro informante la Sra. Parlamentaria Fátima Bezerra, esta Comisión os aconseja la aprobación de la citada propuesta.

Parl. Benedita Da Silva
VicePresidenta

Parl. Concepción Cubas de Villalta
Presidenta

Parl Ricardo Oviedo

Parl. Constante Mendiondo

Parl. Fátima Bezerra

Parl. Oscar Laborde

RECIBIDO
13 NOV. 2017
MEP/493/2017
Secretaría Parlamentaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes

PARLAMENTO DO MERCOSUL

MERCOSUR/PM/CE/INF 45/2017
-1-

Montevideo, 13 de noviembre de 2017.

Honorable Plenario:

Vuestra comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes os pone a consideración **el informe por la aprobación, MEP/492/2017 – Propuesta de declaración** presentada por la Parlamentaria Fátima Bezerra por la cual el Parlamento del MERCOSUR declara su sincera e irrestricta admiración a la obra innovadora y revolucionaria de Paulo Freire, sobre la cual están fundadas las mejores prácticas de aprendizaje del mundo, que inspiran políticas educacionales de muchos países, con destaque para los Estados Parte del Mercosur.

En tal sentido, teniendo a la vista el informe producido por esta Comisión y por los fundamentos que expondrá el miembro informante la Sra. Parlamentaria Fátima Bezerra, esta Comisión os aconseja la aprobación de la citada propuesta.

Parl. Benedita Da Silva
VicePresidenta

Parl. Concepción Cubas de Villalta
Presidenta

Parl Ricardo Oviedo

Parl. Constante Mendiondo

Parl. Fátima Bezerra

Parl. Oscar Laborde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes

PARLAMENTO DO MERCOSUL

MERCOSUR/PM/CE/INF 45/2017
-1-

Montevideo, 13 de noviembre de 2017.

Honorable Plenario:

Vuestra comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Deportes os pone a consideración **el informe por la aprobación, MEP/492/2017 – Propuesta de declaración** presentada por la Parlamentaria Fátima Bezerra por la cual el Parlamento del MERCOSUR declara su sincera e irrestricta admiración a la obra innovadora y revolucionaria de Paulo Freire, sobre la cual están fundadas las mejores prácticas de aprendizaje del mundo, que inspiran políticas educacionales de muchos países, con destaque para los Estados Parte del Mercosur.

En tal sentido, teniendo a la vista el informe producido por esta Comisión y por los fundamentos que expondrá el miembro informante la Sra. Parlamentaria Fátima Bezerra, esta Comisión os aconseja la aprobación de la citada propuesta.

Parl. Benedita Da Silva
VicePresidenta

Parl. Concepción Cubas de Villalta
Presidenta

Parl Ricardo Oviedo

Parl. Constante Mendiondo

Parl. Fátima Bezerra

Parl. Oscar Laborde

RECIBIDO
13 NOV. 2017
MEP/493/2017
Secretaría Parlamentaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROPOSTA DE DECLARAÇÃO Nº , DE 2017

• CONSIDERANDO que o grande pedagogo e filósofo Paulo Freire concebeu método revolucionário e inovador de educação, o qual permitiu e permite um processo de aprendizado muito mais eficiente que o tradicional, pois se funda na realidade cognitiva dos educandos e de suas comunidades;

• DESTACANDO que a característica principal de seu método educativo e de seu pensamento é o profundo humanismo, uma vez que Paulo Freire acredita que o processo de aprendizado deve estar baseado numa relação dialógica entre professor e aluno, na qual o saber do aprendiz é tão valorizado quanto o do mestre;

• OBSERVANDO que a crítica de Paulo Freire ao que ele denominava de "educação bancária", na qual o aluno é visto como mero receptáculo vazio a ser preenchido pelos conhecimentos do professor, foi de relevância crucial para a concepção de processos dialéticos e humanistas de alfabetização, adotados, com grande sucesso, em todo o mundo;

• COLOCANDO EM RELEVO que o pensamento de Paulo Freire foi inspirado em fontes diversas, entre as quais se incluem os filósofos da Grécia clássica, pensadores socialistas e autores existencialistas, configurando, dessa forma, uma teoria plural e aberta ao diálogo com ideologias de todos os matizes políticos;

• CONSIDERANDO que, devido ao sucesso de seu método e ao seu pensamento inspirador, Paulo Freire é visto, com inteira justiça, como um dos maiores pedagogos do mundo;

• CONSTATANDO que, face ao seu enorme prestígio, Paulo Freire, em seu longo período de exílio, foi professor nas melhores universidades do planeta, entre as quais destacamos Harvard e Cambridge, tendo recebido ainda 29 títulos de doutor honoris causa, tornando-se o acadêmico brasileiro mais homenageado da história;

• CONSTATANDO, da mesma forma, que pesquisa recente realizada pela prestigiada universidade London School of Economics revelou que Paulo Freire é o terceiro autor mais citado no mundo, na área de ciências sociais, o que dá a dimensão exata da sua gigantesca influência;

• ENFATIZANDO que, devido à sua envergadura intelectual, moral e humana, Paulo Freire foi nomeado, em 2012, Patrono da Educação Brasileira, título que faz inteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

justiça a um homem que dedicou toda a sua vida à emancipação cognitiva e social das massas excluídas do planeta;

• E CONSIDERANDO, por último, que o Mercosul Educacional, que se funda na concepção da educação como um direito humano e um bem público e social, deve muito às ideias e concepções de Paulo Freire;

O PARLAMENTO DO MERCOSUL DECLARA:

I. Sua sincera e irrestrita admiração à obra inovadora e revolucionária de Paulo Freire, sobre a qual estão fundadas as melhores práticas de aprendizado do mundo, que inspiram políticas educacionais de muitos países, com destaque para as dos Estados Partes do Mercosul.

II. Seu claro entendimento de que os métodos educacionais de Paulo Freire contribuíram e contribuem decisivamente para os processos de emancipação das populações historicamente excluídas dos benefícios do desenvolvimento, configurando sociedades mais justas, humanas e progressistas.

III. Sua visão de que o legado humanista de Paulo Freire inspira o processo de integração do Mercosul, o qual almeja, em última instância, a construção de um mercado comum fundado no atendimento aos direitos das populações de todos os países, com destaque para o direito emancipador e libertador da educação.

IV. Seu repúdio às iniciativas que, motivadas por finalidade políticas torpes e interpretações apequenadas e distorcidas da grande obra de Paulo Freire, tentem menosprezar seu legado inspirador para o Brasil, o Mercosul e o mundo.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2017

Parlamentar Fátima Bezerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Roberto Muniz**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Sérgio Petecão, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Wilder Morais e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Justifica ausência o Senador Hélio José. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 45/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e RCE 48/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater o tema "Violência nas Escolas Públicas". **Participantes:** Pollyana Gama, Deputada Federal; Siro Darlan de Oliveira, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Denise Paiva, Ex-Gerente do Programa Paz nas Escolas; Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação; Aura Liane Pessanha de Souza, Representante da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Ester Ambrósio Shiraishi, Gerente de Orientação e Apoio à Aprendizagem da Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Roberto Muniz

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/22

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 45 e 48, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para realização de audiência pública destinada a debater o tema Violência nas Escolas Públicas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Quero dar boas-vindas a todos e a todas que estão chegando e que fazem parte da Mesa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-61221, e e-Cidadania por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Então, estamos todos ligados com o Brasil, e o Brasil ligado a todos nós.

Quero saudar inicialmente, agradecendo sua presença, a Deputada Federal Pollyana Gama, do Estado de São Paulo. É um prazer muito grande estar aqui ao seu lado.

Vamos ter um desafio muito grande, Deputada, que é substituir o Senador Cristovam Buarque – claro que não vamos conseguir substituí-lo, mas, pelo menos, cobrir essa lacuna –, pela impossibilidade de ele estar hoje aqui. E ele pede desculpas a todos os convidados, mas disse que vai ver depois toda a apresentação de vocês e poderá fazer, depois, comentários pessoais e ampliar esse debate pessoalmente com todos que estão aqui.

Quero saudar também o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan Oliveira, agradecendo a presença de V. Exª; Ester Ambrósio Shiraishi, Gerente de Orientação e Apoio à Aprendizagem da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação; Denise Paiva, ex-Gerente do Programa Paz nas Escolas – é um prazer muito grande estar de novo com você, Denise; e a representante da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Aura Liane Pessanha de Souza. É um prazer muito grande, Áurea, tê-los aqui.

Eu queria, inicialmente, antes de passar às palavras dos convidados, ler a justificação que o Senador Cristovam fez aqui na Comissão de Educação para solicitar, através do Requerimento nº 45, a possibilidade de esta audiência pública para debater um tema tão importante dos nossos dias, que é o tema da violência nas escolas públicas.

> Mais da metade dos educadores de escolas públicas no Brasil afirma ter presenciado agressões físicas ou verbais de alunos a funcionários e professores no ambiente escolar. Entre todos os diretores, 55% relataram que caso como o que ocorreu com a professora de Português na escola em Indaial, Santa Catarina, onde teve seu rosto dilacerado, é exemplo de uma situação generalizada no País. Além disso, 11% dos diretores e 9% dos professores disseram ter sofrido ameaças de algum aluno. Os dados do questionário da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Prova Brasil 2015, aplicados a diretores, alunos e docentes do 5º e delação premiada 9º ano do ensino fundamental de todo o País, mostram que mais de 22,6 mil professores foram ameaçados por estudantes e mais de 4,7 mil sofreram atentados à vida nas escolas. Entre os próprios estudantes, a violência escolar apresenta índices ainda maiores: 76% dos diretores e 71% dos professores relataram ter havido agressão verbal ou física de alunos a outros alunos da escola.

Um número alarmante. Quase dois terços das pessoas presenciaram agressões.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Brasil é líder em violência contra docentes. Segundo pesquisa da OCDE, 12,5% dos professores brasileiros disseram sofrer violência verbal ou intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana.

Nunca será demais, portanto, ressaltar a importância desse debate, principalmente por estar-se ampliando cada vez mais a realidade de violência nas escolas, que não se resume a agressões físicas, mas abarca também as violências psicológicas, patrimoniais e morais e que deixam no corpo docente marcas tão dolorosas e profundas.

Então, eu queria iniciar com essas palavras do Senador Cristovam, dizer que entendemos muito grave essa situação que sofrem as escolas, e fica sempre uma pergunta: será que a violência realmente nasce nas escolas? Será que a violência realmente nasce nos alunos?

A essas perguntas nós vamos aqui ouvir de vocês algumas respostas, alguns caminhos, para que este debate possa, como um farol, iluminar os caminhos da educação no Brasil, porque existem várias formas de violentar o ambiente escolar, e é isto que nós queremos prevenir para podermos ter alunos que tenham o prazer e tenham a vontade de estar ao lado de outros colegas e fazer da escola realmente não só um local de aprendizado, mas um local da construção da felicidade coletiva.

E que a gente possa trazer para essas escolas esse ambiente de paz que nós não conseguimos ainda colocar nas ruas do nosso Brasil.

Então a questão, dentre muitas questões que vão ser feitas aqui, com a participação dos nossos ouvintes, dos nossos espectadores é: Qual o futuro da escola? Será que teremos realmente uma escola sem violência no amanhã?

E para iniciar eu queria dizer a todos que nós vamos ter oito minutos de fala e mais dois minutos de tolerância completando os 10 minutos. E até pela Deputada ter uma votação lá na Câmara Federal, às 11 horas, nós vamos iniciar por ela e depois vamos passar a palavra para outros convidados. Então com a palavra a Deputada Federal Pollyana Gama.

A SRª POLLYANA GAMA – Bom, primeiramente, bom dia a todos.

Quero cumprimentar todos que compõem a Mesa comigo aqui, na pessoa do nosso Senador Roberto Muniz, do Estado da Bahia. Mesmo eu sendo de São Paulo, a Bahia é um Estado muito querido, do meu coração.

Com relação à questão da violência escolar no Brasil, tanto aqui no Senado... É importante registrar essa possibilidade de discussão a respeito do tema por meio da Comissão de Educação. E também na Câmara Federal, na Comissão de Educação, estaremos discutindo a respeito do tema, amanhã.

Então, acredito que o que eu puder aproveitar deste momento aqui com vocês, do que vocês mostrarão aqui em termos de conhecimento a respeito desse tema, será muito importante para nós também na Comissão de Educação, por conta do nosso evento amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, eu fiz aqui uma tomada de notícias a respeito do tema, para que a gente refrescasse um pouco a memória, embora alguns registros tenham sido bastante recentes.

Essa questão da violência, quando a gente faz uma busca relacionada na imprensa por meio de notícias, a gente verifica que é algo que tem tomado conta de todo o território nacional.

Então, no Norte, trouxemos dois casos recentes. Casos de *bullying* em escolas em Manaus cresce em dois anos. Professores trabalham com medo, por conta da violência nas escolas do Pará.

No Nordeste, mais de 130 professores do Rio Grande do Norte afirmam ter sofrido atentado contra a vida; também em Salvador, escolas da capital baiana registram uma ocorrência policial por dia.

Centro-oeste. Aqui nós temos que, em Mato Grosso, dados mostram aumento nos casos de agressão no ambiente escolar. Depois, aluno atira em colegas dentro de escola em Goiânia e mata dois. Muito recente essa situação.

Sudeste. Também aluno agredido por colegas em escolas do Rio. Em São Paulo, o registro de três agressões por dia.

Sul também. Alunos relatam casos de abuso e agressão em Escola Municipal, e em Santa Catarina, professora denuncia aluno de 15 anos por agressão na escola. "Dilacerada".

Enfim, quando olhamos para os dados que nós temos, sobre o que, inclusive com o Senador Cristovam Buarque, por sermos do mesmo Partido, pudemos conversar um pouco a respeito, nós temos esses percentuais, os dados mais recentes, de 2015: 55% afirmam que acontecem – dos diretores de escolas – agressões verbais e físicas de alunos a professores ou funcionários da escola; 76% afirmam que aconteceram agressões verbais ou físicas de alunos e outros alunos da escola; 11% afirmaram ter sido ameaçados por algum aluno; 3% afirmaram ter sido ameaçados também por algum aluno.

Depois, aqui, de acordo com professores das escolas, 51% afirmaram que aconteceram agressões verbais ou físicas de alunos a professores ou funcionários da escola; 71% afirmaram que aconteceram agressões verbais ou físicas; 9% afirmaram ter sido ameaçados por algum aluno; 2% afirmaram ter sido ameaçados também por algum aluno.

E, quando a gente começa a pesquisar a temática e busca referências, nós sentimos que ainda há muito pouco em termos de pesquisas a respeito da temática da violência nas escolas. Então, eu trouxe também, aqui, algumas contribuições do Gonçalves e Sposito, de 2002, onde se têm como causas o reflexo da violência da sociedade na qual ela está inserida, a desigualdade social e econômica, diferenças culturais, incapacidade de dialogar, preconceito e discriminação, que é algo que nós temos vivenciado, infelizmente, no nosso cotidiano, ainda mais nos dias de hoje, em que algumas posturas extremistas acabam incentivando mais esse discurso muitas vezes de ódio, preconceituoso, de discriminação e, claro, isso repercute em nossas escolas.

Algumas ações nós já temos também identificado. Aí, eu trago algumas ações que eu identifico no Estado de São Paulo, nas cidades onde tive a oportunidade de conhecer ações para a redução de violência escolar. Isso passa por criação de espaços de participação da comunidade, incentivo à participação de diferentes atores sociais – isso é muito importante –, e elaboração de proposta pedagógica com eixos temáticos sobre violência e práticas de convivência.

É claro que para acontecer tudo isso, a gente precisa ter um corpo de educadores, na escola, engajados, devidamente valorizados e em sintonia com a comunidade escolar para fomentar a participação e, claro, estabelecer um rito de ações do qual a gente tenha bons resultados, e resultados que sejam atingidos não em 20 anos, mas que se possam colher de uma forma mais rápida, embora a educação seja um processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, com filho... Pelo menos eu ouvia isso da minha mãe, que educação é um investimento a longo prazo, porque com o filho da gente, só vamos saber se está tudo direitinho lá para os 30 anos. E, mesmo assim, a gente continua criança. Pelo menos, em casa, as três filhas já são adultas, mas para a mãe da gente, a gente continua criança.

Continuando, eu trouxe aqui algumas possibilidades para que a gente pense juntos a respeito disso. Até porque, é claro, os Municípios com os quais eu fiz contato têm feito o que podem para amenizar essa situação e para realmente ter um resultado mais promissor, mais fraterno, um ambiente mais saudável de ensino. Mas creio que algumas dessas possibilidades que eu trago aqui para a gente pensar juntos exigirão investimentos, recursos públicos. Entendo que a União precisa ser mais presente nesse sentido.

Nós sabemos que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – ....daquilo que é recolhido – posso mais dois minutos, não é? – a União fica com a maior parte, e o Município, que é onde as pessoas vivenciam e têm hoje a maior obrigação com relação à educação pública, principalmente na etapa do ensino fundamental, educação infantil, fica com a menor fatia desses recursos.

Então, nós entendemos que precisamos olhar para essas possibilidades, mas também exigir da União e fazer um grande esforço para que a União realmente ofereça maior aporte de recursos, para que a gente desenvolva algumas ações. Será interessante constituirmos para as nossas escolas públicas – e garantirmos a presença – o psicólogo escolar para desenvolver esse trabalho em grupo, junto com os alunos, junto com a comunidade. Seria interessante desenvolver também um trabalho de alfabetização emocional com os nossos alunos. Eu acredito que o psicólogo escolar poderia ajudar muito nesse trabalho, em conjunto com os professores, porque muitos são os professores que chegam à sala de aula e carecem também de uma formação voltada para esses aspectos emocionais, de desenvolvimento emocional do ser humano.

Outra sugestão: introdução de práticas da Justiça Restaurativa, abordagem sistêmica.

Amanhã nós teremos a Prof. Mestra Helen, na Comissão da Câmara Federal, para falar sobre essa abordagem sistêmica. Com relação a práticas da Justiça Restaurativa, isso é algo que está sendo proposto em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A Câmara Municipal de lá tem avaliado isso e já realizou audiências nesse sentido. Nós entendemos que o sistema de punição não tem dado conta, de fato, de restaurar as pessoas e de promover a humanização dessas pessoas.

Então, cada vez mais eu insisto que quando fazemos essa proposta de alfabetização emocional, de inteligência interpessoal para desenvolver a inteligência interpessoal...

(*Soa a campainha.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – ...essa abordagem sistêmica, Justiça Restaurativa é no sentido de colaborarmos de fato com o desenvolvimento da comunidade, para que nas suas ações no dia a dia tenha essa capacidade de se colocar no lugar do outro e com isso avaliar os caminhos. É claro que nesse caso, o diálogo entre as partes é essencial para esse trabalho ser positivo e conferir resultados mais saudáveis à nossa população.

Eu espero ter contribuído. É claro que cada sugestão aqui merece uma outra audiência pública, para que a possamos debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que possamos hoje aqui semear essas sementes e aprimorar para que floresçam, e para que o Poder Público ofereça uma estrutura para uma realidade mais promissora no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu quero parabenizar a Deputada Federal Pollyana. É importante quando há uma apresentação que já ilumina caminhos de solução.

Saúdo a Senadora Lídice da Mata, uma militante no setor de educação, uma Senadora da Bahia. Nós temos muito orgulho de fazer parte da Bancada com ela. É a nossa Líder da Bancada. Lidera todo esse debate da educação. Nós temos nela a principal voz, que faz com que nós, tanto eu como o Senador Otto, possamos acompanhá-la nesses debates.

Então a saúdo e saúdo o Senador Pedro, que está aqui conosco.

Antes de passar a palavra ao Daniel Ximenes, Diretor de Políticas de Educação e Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação, quero colocar umas questões para você também nos ajudar a refletir, Dr. Daniel.

Em entrevista ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal, a pesquisadora Miriam Abramovay sintetizou assim uma visão sobre a violência escolar: existe uma violência da sociedade que reflete dentro das escolas, como o tráfico de drogas ou brigas de gangues, mas a principal forma de violência é aquela cotidiana, a homofobia, o racismo, as agressões verbais e físicas, a aversão aos pobres, as regionalizações, a aversão aos nordestinos, aos nortistas, muitas vezes aos sulistas. Assim como adultos não sabem lidar com jovens, eles próprios não sabem lidar com a diversidade nem com os próprios sentimentos.

Então, queria que o senhor nos ajudasse, aproveitando também a fala da Deputada: o que há de errado nos currículos escolares? Como os currículos escolares podem colaborar para que tenhamos uma percepção de paz maior dentro das nossas escolas?

E sobre a questão da psicóloga escolar, que foi trazida pela Deputada Federal e que também considero fundamental, e a questão da alfabetização emocional? Como o MEC está lidando com essas temáticas, tendo em vista esses números tão alarmantes colocados sobre violência urbana no Brasil?

Com a palavra o Dr. Daniel Ximenes.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Bom dia, todos e todas. Cumprimento o Senador Roberto Muniz e a Deputada Pollyana Gama, todos os demais da Mesa, os aqui presentes. É uma satisfação estarmos aqui discutindo com vocês um tema tão necessário, tão importante.

A indagação do Senador Roberto Muniz é muito pertinente e dá margem para refletir e trazer aqui algumas questões que entendemos. E estamos atuando no MEC para lidar com este assunto.

Primeiro, é importante destacar que, neste tipo de assunto, ao trazer estas temáticas para os ambientes educacionais, nós temos que considerar que é fundamental, dentro dos ambientes educacionais, aprender a conviver e aprender a dialogar. Isso é essencial como elemento formativo no ambiente educacional, até porque, se pararmos para analisar com calma, o art. 205 da nossa Constituição Federal bem salienta que a formação do educando é para o mundo do trabalho, para a formação da cidadania e para o pleno desenvolvimento da pessoa. Então, nós temos que observar muito bem, dentro dos ambientes educacionais, que não é apenas para formação do trabalho ou formação cognitiva de conteúdos, também é, seja na escola de educação básica ou nas universidades, aprender a conviver, aprender a dialogar, lidando com as diferenças, respeitando as diversidades. Isso é essencial dentro dos ambientes educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre essa premissa, portanto, Senador, gostaria de comentar que o Ministério da Educação tem, sobre esta perspectiva, uma atuação na educação superior e na educação básica, haja vista que a interpretação é a mesma tanto nas escolas como nas universidades. Justamente por conta, como o senhor bem comentou, da questão das violências, dos preconceitos, da discriminação, da homofobia, do racismo, enfim, da violência contra a mulher e de tantas formas de preconceitos, violências e discriminação que nós temos nesses ambientes. Portanto, a atuação na perspectiva formativa é importante.

Rapidamente, até porque aqui o objeto não é educação superior, mas uma vez que essa mesma abordagem nós estamos trabalhando na educação superior e na educação básica, nós temos, na educação superior, 330 universidades e faculdades em todo o Brasil que aderiram à iniciativa e estão desenvolvendo belíssimos planos de trabalho em todo o Brasil. Nós temos o pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos. Foi lançado em 24 de novembro do ano passado e estamos muito perto de completar um ano dessa iniciativa.

Faremos um evento de um ano do pacto, em cinco e seis de dezembro próximos. Teremos a presença de mais de cinquenta universidades e faculdades de todo o Brasil no evento. E nessa inciativa, nós temos o desenvolvimento de atividades no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e na convivência, sobre essa temática do enfrentamento aos preconceitos e discriminações, tendo dois conceitos como centrais: o respeito à diversidade e a cultura da paz.

Não há como imaginar a cultura da paz no ambiente educacional se não houver o respeito à diversidade, até porque é da essência de todos nós aqui as diferenças, e, portanto, a diversidade. Nesta nossa plateia aqui, nesse nosso grupo, todos temos nossas especificidades, nossas opções, nossas questões, nosso perfil religioso, de sexualidade, de gênero, político, ideológico, regional, e a convivência humana e a relação que nós temos para com a convivência humana é justamente nessa pluralidade.

Então, na educação superior, nós temos esta iniciativa já em curso, com bastante êxito. Estamos celebrando um ano dessa iniciativa no evento que teremos agora, cinco e seis de dezembro, na Capes. Todos estão convidados para esta iniciativa, Deputada, Senador e demais presentes.

Na educação básica, nós entendemos que temos que trabalhar esses elementos formativos também. Estamos tendo vários casos recorrentes, a Deputada mostrou vários exemplos, tivemos o exemplo trágico de Goiânia há pouco tempo, enfim, volta e meia nós temos essas notícias, e o MEC tem um objetivo de formação: como trazer esta temática do respeito à diversidade, o enfrentamento aos preconceitos, às discriminações, o enfrentamento ao *bullying*, violências. Como o MEC pode colaborar para a sociedade e para o País, para as escolas, nessa temática. Esse é o desafio muito importante, e, à luz da pergunta do Senador Roberto Muniz, a gente, então, reflete sobre isso.

No caso da educação básica, que possui duzentas mil escolas, cem vezes mais que universidades e faculdades, uma iniciativa como o modelo do pacto não caberia porque é uma rede imensa, gigantesca. Outra estratégia teríamos que estabelecer.

A estratégia que nós estabelecemos foi trabalhar essas temáticas – inclusive a Professora Míriam Abramovay é uma das nossas consultoras –, trabalhar uma plataforma aberta para toda a sociedade brasileira, para todas as escolas, para toda a comunidade escolar. Uma plataforma de educação e direitos humanos que vai abordar fortemente a temática do *bullying*, do preconceito, da violência e da discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que entender que "formação" não é só estar em um curso e ter o certificado. Formação é isso que nós estamos fazendo aqui também, isso também é formação. Processos formativos ocorrem de diversas maneiras dentro da sociedade, espaços e possibilidades.

O MEC tem que propiciar conteúdos, referências materiais que possam propiciar que a sociedade absorva isso e possa desenvolver atividades formativas. Então, essa plataforma de educação e direitos humanos, em cujo andamento nós já estamos em mais da metade, será lançada em abril do próximo ano com contextualização, com mídias, com tecnologia, uma coisa mais moderna que possa agradar mais aos jovens, à comunidade escolar.

Não será uma plataforma acadêmica, será uma plataforma em que esses assuntos serão tratados com jogos, com mídias, com áudios, com vídeos, com textos, de modo bem dinâmico, para que as escolas possam se apropriar desses materiais e fazer discussões na sala de aula sobre o tema; para que os diretores de escolas possam fazer semanas pedagógicas com seus docentes e tratar a temática; para que secretários de educação possam desenvolver atividades formativas com seus professores e diretores no início de um semestre letivo; para que uma secretaria de educação possa fazer cursos de formação sobre essa temática na medida da sua disponibilidade e interesse.

Então, essa plataforma terá três módulos em que estarão dispostas reflexões sobre a essência do que significa educação e direitos humanos, porque a essência é isso, como o senhor bem comentou e também a Deputada Pollyana: é o respeito à diversidade, é saber conviver, saber dialogar. Isso porque na educação – e aí entra a questão do currículo que o Senador bem comentou – nós temos que desenvolver também na formação dos alunos, no currículo tanto de educação básica como de educação superior; a questão da convivência, de lidar com as emoções, de lidar com os conflitos. Os conflitos existem e existirão sempre. Eles não podem ser colocados embaixo do tapete, eles têm que ser colocados como espaço de aprendizado.

E, nesse ponto, do ponto de vista de currículos, a Base Nacional Comum Curricular, a nossa referência para educação básica, estabelece, e nós vamos estar muito atentos a isso, a ênfase também nas competências socioemocionais. No currículo tem que constar isso. As crianças têm que aprender a conviver. E nas universidades também, os estudantes...

Então, as competências socioemocionais são uma referência muito importante para o aprendizado dos alunos, do ponto de vista de currículo. Nós estamos muito atentos a isso, para que a base possa melhor desenvolver isso e possa ser um elemento de conexão para a educação e direitos humanos, para a questão do respeito ao outro, do respeito à diversidade.

Será uma referência importante do ponto de vista de currículo e, portanto, essa plataforma tem esses três módulos: educação e direitos humanos, nesta concepção de saber conviver, saber respeitar o outro e, portanto, aprender com essa diversidade. Porque isso tem que ser posto com muita importância para as escolas e para as universidades que, ao lidar em uma sala de aula com nordestinos, com público LGBT, com pessoas com deficiências, com negros, com brancos, com evangélicos, com umbandistas e católicos, aprender com essa diversidade. Isso é muito bom para a formação do aluno. Para o aluno de educação básica ou de educação superior, ao se lançar para a vida como adulto, como profissional, ter essa formação para a pluralidade da vida é muito bom, como profissional e como cidadão.

Eu falo isto para os dirigentes de faculdades quando a gente fala do pacto universitário: que o profissional formado nas faculdades e universidades que tiver essa perspectiva é melhor para a faculdade, porque ela vai ter um profissional de mais sucesso na vida política, social e profissional, porque a vida é feita de diversidade. Embora tenhamos intolerâncias, tenhamos tantas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – ... situações de violência, para a essência do adulto e do profissional – só vou usar mais um ou dois minutos –, isso é essencial para a formação do educando.

Essa plataforma terá um módulo de educação em direitos humanos, um módulo sobre o enfrentamento concreto de situações de *bullying*, violência, preconceito e discriminação, e terá um módulo de mediação de conflitos, porque não há como lidarmos com essas situações se não estabelecermos a capacidade da escola, da universidade, de todos nós, de todas as instituições, de lidar com os conflitos. Os conflitos existem; existem e têm de ser tratados. Deve ser um momento de aprendizado.

Essa plataforma estará disponível para toda a comunidade escolar, para todo professor, para todo diretor, para todo secretário de educação, para todo pai de aluno, para todo membro de conselho escolar, enfim, para qualquer cidadão. Essa será uma oportunidade em que o MEC colocará ênfase na questão formativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – ...e colocará ênfase na questão do enfrentamento aos preconceitos e discriminações.

Então, a gente acredita que, dessa maneira, na educação básica, o MEC dará uma excelente contribuição, propiciando para dentro de cada possibilidade, cada situação – porque 200 mil escolas, cinco mil e tantos Municípios, cada localidade tem seu jeito de tratar e lidar. Ao disponibilizar uma plataforma dessa natureza, o MEC entende que pode contribuir num tema tão importante, tão necessário, como foi bem colocado aqui.

Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Daniel.

Temos certeza de que essa plataforma irá colaborar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ...tão pouco da minha experiência em relação a isso. Eu acho que – a Senadora Lídice sabe que eu fui prefeito, como ela também foi prefeita da cidade de Salvador – quando a gente apartou a cultura e o esporte da escola, a gente perdeu essa capacidade de trabalhar em grupo, coletivamente. O esporte e a cultura permitem essa possibilidade de a gente enfrentar os desafios de ganhar e de perder, de cooperar. O esporte permite isto: você ganha em time, você perde em time, individualmente... Então, o esporte e a cultura são uma porta, uma plataforma – que não é digital, mas uma plataforma humana – que a gente precisa disponibilizar para as escolas cada vez mais.

Eu acho que a educação passa prioritariamente... Lembro-me de um jogador que foi técnico de futebol, Senadora Lídice, lá da Bahia, que faleceu agora, o Francisco de Assis, o Chiquinho. O Chiquinho me disse uma vez – e foi isso que me motivou a fazer um programa de esporte na cidade, o Esporte Cidadão – que, ao meio-dia, ele com um apito pendurado no pescoço, colocava 50 garotos ao sol a pino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele passava duas horas falando; e ele passaria ali qualquer instrução, porque, com certeza, os alunos ou aqueles meninos que queriam jogar bola, com o apito e a bola debaixo do braço, estavam ali para assistir, para aprender. E sabemos das dificuldades, hoje, ao se colocar uma criança dentro de uma sala de aula, principalmente se esta não for motivadora para que ela esteja ali.

Então, penso que este seja o momento de começarmos a pensar nessas competências socioemocionais, usando plataformas como esta que vocês vão disponibilizar, mas também nunca esquecer que a educação passa pelo esporte e pela cultura. Penso que isso seja importante.

Para complementar esse primeiro bloco, queria convidar a Drª Ester Ambrósio, que é Gerente de Orientação e Apoio à Aprendizagem, da Secretaria de Educação, e perguntar a ela como se pode avaliar o papel das autoridades educacionais na articulação entre a escola e a família dos alunos, para combater essas manifestações de violência em ambiente escolar, como uma proposição para iniciarmos esse debate.

A SRª ESTER AMBRÓSIO SHIRAISHI – Bom dia a todos. É muito bom estar aqui. Sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e, atualmente, estou na Gerência de Orientação Educacional e Apoio à Aprendizagem.

O que é essa gerência? Ela coordena o trabalho dos orientadores educacionais no Distrito Federal e das equipes especializadas de apoio à aprendizagem. Essas equipes são compostas por pedagogos e psicólogos.

Então, até foi apontada aqui a necessidade do psicólogo escolar, e contamos com esses profissionais já, só que contamos com um número menor do que realmente precisaríamos.

Diante do que já foi dito aqui, queria abordar o seguinte: eu vim a esta Comissão com a pergunta já colocada pelo Senador. Será que a violência nasce na escola? E estamos lá na ponta, na escola, devido ao nosso papel e ao nosso espaço, e em interface com a sociedade, com a família.

Assim, percebemos de onde vem a violência que está dentro da escola. Sabemos de onde ela vem. Podemos não ter tantos estudos, como a Deputada aqui disse, mas sabemos que, para quem está lá na ponta da escola, onde está essa violência, como ela chega até nós, ou seja, como ela chega até a escola.

Aí, queria destacar a importância do papel do orientador educacional, do psicólogo escolar e do pedagogo, que são esses profissionais, essas equipes que temos na Secretaria, que fazem essa atuação e desenvolvem um trabalho dentro das escolas pautado na cultura de paz, de respeito e de ética.

Nós percebemos, no momento, que a escola não dá mais conta de fazer isso sozinha. Penso que a sociedade precisa colocar para si a seguinte questão: temos que olhar para o espelho e encarar que a nossa sociedade é violenta.

Quando a Deputada apresentou aqui alguns dados, falando da fonte da violência, da sua causa e origem, estes trazem a questão da intolerância. E esta perpassa todas as questões de violência que acontecem dentro da escola.

A fonte, às vezes, é o *bullying*. E o que pauta o *bullying* é a intolerância à diferença. É o não respeito. E esse não respeito vem de onde? Ele não é de dentro da escola, porque a escola trabalha...

Se vocês saírem daqui agora e forem à primeira escola mais próxima daqui, do Senado, vocês vão chegar à escola e perguntar assim: "Falem-me de um projeto que vocês desenvolvem aqui." Esse projeto vai estar pautado na cultura de paz, de respeito e de ética. Seja qual for. Seja um livro infantil para educação infantil, ou para os anos iniciais, ou para os anos finais, ou para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ensino médio. A escola trabalha a cultura de paz e respeito. Então, a violência não está dentro da escola. Nós fazemos o enfrentamento à violência.

E esse trabalho tem um profissional que é fundamental. Ele é mais extenso e mais intenso dentro da escola que conta com esse profissional – psicólogo escolar, pedagogo e orientador educacional. Ele é mais extenso e mais profundo quando nós temos essa equipe completa e menos extenso quando nós não contamos com esses profissionais. E nós, da Gerência de Orientação Educacional, estamos numa campanha, num grande empenho em aumentar o número desses profissionais no espaço da escola, porque nós sabemos do resultado do trabalho desses profissionais dentro da escola.

Eu costumo dizer que a escola atual... Às vezes, a gente diz assim: "A escola se tornou complexa." Eu diria que não. Ela sempre foi, porque ela coloca, dentro de um mesmo espaço, sujeitos muito diferentes. Só que houve um tempo em que a gente podia colocar essa complexidade do lado de fora. Houve um tempo em que a escola podia expulsar aluno, fazer transferência compulsória, e hoje a gente evoluiu. Isso nunca resolveu. Por isso eu digo que a gente acha que a escola é complexa hoje.

Na verdade, hoje a gente não tem mais essas prerrogativas, e a gente tem que lidar com essas questões. E eu acho que a gente tem que encarar isso sim. Eu acho que a sociedade brasileira precisa se ver no espelho, precisa se perceber, e eu fico imaginando assim – eu queria fazer essa pergunta aqui: a gente vai todo dia para a escola... Eu estou dizendo que vou todo dia para a escola porque eu estava na escola até junho. Eu vim para essa gerência, desenvolver um trabalho, a partir de julho.

Continuando: e, quando a gente vai para a escola, a gente sai todo dia pensando como é que a gente vai desenvolver essa cultura de paz, sim, de respeito. A gente trabalha pautado nessas premissas. É a base do trabalho.

E, hoje, na gerência, o que a gente faz? A gente pensa com os profissionais e elabora projetos pautados na cultura de paz e de respeito. Só que há escolas em que a gente conta com um diretor e os professores, e eles estão lá, na interface com esses alunos que chegam. Alunos que vêm de uma sociedade que convive com a violência, que lida com a violência. E, aí, eles têm que lidar com isso. Às vezes você só tem o professor ali e o diretor.

Por isso a gente destaca a importância de criar uma equipe dentro da escola que possa dar suporte a esse trabalho. Muito interessante a plataforma do Daniel, que vai tratar dessas questões. Mas, para a escola, efetivamente, a gente precisa do profissional que vai desenvolver, que vai fomentar essa ação dentro da escola. A formação é necessária e a gente a leva muito a sério. Mas a gente precisa do profissional para fomentar isso dentro da escola. E pensamos assim: quando a gente solicita o profissional, nos é dito que não há recurso. A gente tem contenção de gastos.

Esses dias a gente tem desenvolvido um projeto aqui em Brasília que é o Viva Brasília, que iniciou com foco nas escolas em situação de vulnerabilidade, de violência e social, e agora vai ampliar-se. É um projeto intersetorial que vai precisar contar com esse número maior de profissionais. Em uma das reuniões intersetoriais com a segurança, apresentaram-nos uma pesquisa descrevendo quando os nossos jovens entram para o crime e de que forma eles praticam o crime. Quando a gente cruzou os dados da segurança com os da educação, a gente teve a seguinte situação: nós perdemos nossos alunos nos anos finais, por volta de 14, 15 anos, quando eles deixam a escola, eles evadem. E, quando a gente olhou o quadro da segurança, os alunos entram para o crime na mesma faixa etária. Então, quando a escola começa a falhar, esses sujeitos não desaparecem, eles continuam na sociedade, eles aparecem lá nos dados da Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pública. O Estado tem que investir nos seus sujeitos e tem que escolher se ele vai investir nesses sujeitos na área da educação ou na área da polícia. Então, a gente está num ponto que vai precisar decidir.

Eu sou gerente nesse espaço hoje, mas estou falando mais como professora do que como gerente, uma professora de mais de vinte anos de carreira, que sempre esteve nesse espaço da escola, lidando com essas famílias. Sempre fui professora de escola pública. A gente sabe que a violência não está só na escola pública. Ela faz parte da escola privada também. Mas esse debate lá é outro. A gente está nessa escola e precisa pensar que ou investe em educação– e eu considero que qualquer dinheiro aplicado na educação é investimento – ou a gente gastará em segurança pública. Precisamos decidir isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É a fala do chão da fábrica, de quem está com a mão na massa, quem está trabalhando diretamente com o problema.

A senhora traz uma questão importante para que todos que estão nos assistindo possam pensar: é possível existir uma escola com paz em uma sociedade em guerra? Essa é uma pergunta. Será que, ao passar as portas da escola, o aluno sai do éden, do paraíso, e entra no inferno urbano? Será que é possível fazer isso? Será que essa cultura de paz não está atrelada também ao nosso dia a dia, às mensagens do WhatsApp, às reações pessoais, ao cotidiano que nós temos em sociedade?

Então, eu queria passar a palavra para a Drª Aura, que representa aqui a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E aproveito para deixar uma pergunta que fica evidenciada com a fala de todos que me antecederam, doutora: quanto aos profissionais de educação básica – particularmente docentes e outros profissionais das escolas públicas –, o que o Estado está fazendo para lidar com a qualificação desses profissionais, tendo em vista esse ambiente que nós estamos tratando aqui de violência na sociedade e violência dentro das escolas?

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Nós, dentro do Rio de Janeiro, estamos divididos em 11 coordenadorias, regiões. E na maioria dessas regiões nós somamos cerca de 475 unidades escolares que se encontram em áreas de conflito. Então, diariamente, nós temos uma dificuldade muito grande do ingresso desses profissionais para fazer o exercício da sua função.

E o que acontece? Assim que o Secretário Municipal de Educação, César Benjamin, iniciou a sua trajetória, nós percebemos que em meados de maio o funcionamento dessas escolas, de 1.537 unidades, todas só funcionaram oito dias, até maio. E como estava o impacto desses profissionais? Aí, a gente resolveu começar uma estratégia diferenciada, porque, na verdade, como outros já falaram, a questão da violência está além dos muros da escola. A escola é simplesmente o lugar onde se reflete toda essa ação.

E começamos uma trajetória, uma cultura da paz. E, assim, lançou-se a campanha Aqui É um Lugar de Paz, onde se fez necessário que, para que a gente desempenhasse as atividades pedagógicas, para que esses profissionais pudessem estar até qualificados para isso, o espaço tivesse que ser um espaço quase que imaculado, neutro. Como tornar uma escola neutra num momento de tanta violência?

Iniciamos, então, uma campanha com todas as unidades escolares, em que foi colocado para os nossos alunos a necessidade de uma postura, um comportamento de empatia, discutir-se direitos e deveres, porque culturalmente buscam-se os direitos, mas não se sabem os deveres. E, quando você inicia uma cultura de paz, a gente fala da questão de empatia, de se colocar no lugar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do outro. Iniciando essa campanha de paz, nós começamos também a estabelecer um protocolo de segurança: como esses professores poderiam estar capacitados, ou trabalhar, ou ter uma questão de estresse minimizada, se eles não conseguissem ter o acesso a essas unidades? E aí desenvolvemos, com parceria com a Cruz Vermelha, protocolos de segurança para essas 400 unidades escolares.

Atualmente, nós estamos em fase de conclusão de 259 unidades escolares, onde foram concretizados esses protocolos, porque, inicialmente, para se desenvolver qualquer coisa, o profissional e o aluno precisam estar nas unidades escolares. Essas unidades escolares não podem se manter fechando.

A partir do momento que a gente consegue colocar protocolos de segurança, eles entram na escola. E o que fazer nessa escola? Essa escola tem de se tornar uma escola viva, uma escola plural, uma escola que tenha oportunidades para essas crianças, visto que o impacto externo é que faz com que eles levem as posturas violentas.

A partir do momento que ingressamos nessa questão, conseguimos entrar nessas unidades escolares, – o.k. –, temos de transformar essas unidades em espaços vivos. De que forma? Nas parcerias que são baseadas exatamente em quê? Educação e cultura.

Então, atrás disso, vieram projetos de música, meio ambiente, esporte, porque a única forma de se ter uma escola com base e propostas que ampliem universos e façam os nossos alunos saírem da zona de conforto, descobrirem que têm potencial, é exatamente mostrando para eles que a educação vai muito além de apenas propostas pedagógicas, mas, sim, de propostas que os tornem cidadãos.

Nessas parcerias, hoje, nós estamos concretizando orquestras dentro de espaços onde são extremamente violentos. Hoje, no Rio de Janeiro, nós temos orquestras sinfônicas onde meninos de Cidade de Deus, de Rocinha, de Serrinha, de todos os lugares descobrem culturas plurais, ampliando os seus horizontes.

Atividades esportivas.

E os nossos profissionais? Os nossos profissionais... Porque, quando a gente fala de violência, a gente pensa no aluno, no reflexo dessa família que não teve base para enfrentar, para ter esse enfrentamento da violência, nas condições do meio ambiente dele, mas a gente tem de estar alerta à questão desses profissionais. Então, juntamente com isso, veio uma questão da gestão do estresse, onde o Proinape e o Niap, que são braços da Secretaria da Educação, cuidam da questão do estresse desse profissional. Esse profissional também tem a sua autoestima elevada para que eles não abandonem essas áreas violentas, para que eles consigam integrar todas as propostas pedagógicas e também humanizar esses espaços escolares.

Frente a isso, capacitações com esses profissionais; a busca por uma alfabetização mais viva, voltada para elementos que consigam reduzir os impactos pedagógicos e dar-lhes propostas para que eles avancem. Nesse momento, toda a Secretaria Municipal de Educação... Porque você falar de educação e falar de violência sem conhecer os espaços de violência e esses profissionais, fica uma dualidade.

Então, dessa forma, toda secretaria hoje tem um acompanhamento direto com esses profissionais e os capacita não só dentro da secretaria, mas nos espaços, porque só nos espaços a gente pode realmente fazer uma prática voltada ao que é necessário para os nossos alunos.

Hoje nós temos fóruns em que se quebra um paradigma, porque o nosso secretário e a secretaria falam diretamente com o professor, com o agente educador,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – ...com toda a base da escola, com capacitação e com escuta, para que as propostas internas não saiam da secretaria para o espaço escolar e sim saiam do espaço escolar para a secretaria e sejam disseminadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Aura.

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – Professor é assim, professor tem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Disciplinada. A disciplina também é algo importante, conviver e ter disciplina.

Eu queria parabenizá-la. Você traz algumas questões importantíssimas. Muitas vezes, no cotidiano, no debate, a gente não percebe algumas dificuldades que até a política pública tem que enfrentar de como levar o professor até a escola?

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – É muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É muito difícil.

Então, esta é uma questão: será que podemos criar essas escolas neutras com a violência urbana que estamos vivendo? Na construção, também acho que é importante que haja um olhar pelas coisas positivas que estão acontecendo. Muitas vezes, somos encharcados cotidianamente de exemplos negativos. Parece que a grande maioria dos jovens não está produzindo algo positivo para suas vidas ou para a coletividade.

Eu acho que vamos precisar também ter um debate grande, Senadora Lídice, no futuro, de como preencher os espaços da comunicação social com coisas positivas. Hoje ficou na moda falar mal do Brasil, mas nós podemos falar bem de brasileiros. Existem muitos jovens que estão sendo multiplicadores nas suas comunidades, muitos jovens que têm alertado, têm participado junto com as suas comunidades de uma evolução da pacificação. Eu acho que nós precisamos trazer esses exemplos positivos.

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – O que acontece? Todas as vezes que... A gente percebe exatamente isto: todas as vezes em que uma criança, um aluno, uma comunidade só escutam o lado negativo dessa comunidade, desses espaços, sem perceber, nós estamos reforçando a cultura e a questão de que vocês não podem, vocês não conseguem, não existe forma de transformar, precisa-se de muito para transformar. Na verdade, a transformação da cultura da violência é exatamente propagar essa questão de que o espaço é violento. A violência existe, existe uma série de vertentes para o contra, mas eles podem sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Há saída.

A SRª AURA LIANE PESSANHA DE SOUZA – E cada vez que você diz que eles podem, eles conseguem, a gente consegue abrir portas para que esses alunos, para que esses espaços e para que esses professores percebam o bom trabalho que fazem e não queiram sair dessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Essa valorização social desses exemplos positivos e dos profissionais que estão colocados na luta de criar esse ambiente de pacificação é fundamental.

Então, queria passar a palavra para a ex-gerente do Programa Paz nas Escolas, a Drª Denise Paiva, que tive a honra de conhecer através do Senador Cristovam e que poderá contribuir muito para este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DENISE PAIVA – Muito bem.

Quero parabenizar o Senador Roberto Muniz pela excelente condução desta Mesa, e saudar aqui a Lídice, que para mim sempre foi uma referência no Cidade Mãe, quando ela foi Prefeita na Bahia – eu acho que é um exemplo de política de integração –, e o meu eterno amigo, ícone das políticas de direito da infância, Desembargador Siro Darlan, e toda a Mesa.

Quero pedir licença, Deputada Pollyana, para começar a minha fala usando uma coisa sua: a União precisa estar mais presente de forma sistemática, em forma de diretrizes e recursos, no enfrentamento a esse fenômeno. E aqui eu vou ter uma fala do passado, mas um passado que eu creio que pode iluminar o presente e o futuro. E parece até, Senador, que a gente combinou, porque eu vou descer no lado mais luminoso, no lado mais dos pontos de luz que a gente tem neste nosso País. E é isto que realmente eu vou tentar trazer e valorizar: uma experiência que nasceu em 1999 e que depois acabou como programa em 2004, mas que teve resultados muito positivos: o Programa Nacional Paz nas Escolas.

Eu vou me colocar menos como uma profissional, como uma assistente social que foi responsável pelo desenho e pela gestão desse programa durante esses anos – sob a idealização do Secretário e depois Ministro José Gregori –, mas como integrante de um movimento que quer realmente resgatar esse projeto.

Eu até, Daniel, posso cometer alguma injustiça: talvez vocês no MEC, hoje, tenham uma plataforma com tantas ações, talvez até preenchendo uma lacuna de uma ação federal, mas eu acho que a gente precisa de um pouco mais em termos de articulação, principalmente com a área do Ministério dos direitos humanos, porque eu acho que ele ficou muito ausente dessa discussão.

Então, o que foi o programa? Eu quero mostrar para vocês o pouco que esse programa tinha em termos de perspectiva, de conceituação de diretrizes, e como é que em pouquíssimo tempo, com recursos federais, diga-se de passagem.... Nós começamos esse programa com R$2 milhões, sendo que R$1 milhão para a Secretaria de Direitos Humanos apoiar projetos, e R$1 milhão para o MEC construir os parâmetros curriculares de ética e cidadania.

Uma das propostas que eu trago aqui para a Comissão é de que esse programa seja retomado e que, inclusive, a Comissão proponha que imediatamente se destinem recursos para isso. É de fundamental importância uma coordenação nacional, que defina claramente. Por exemplo, a questão da ética e da cidadania como parâmetro curricular, Daniel, foi colocada muito no âmbito do ensino fundamental. Você colocou uma coisa que me entusiasmou: nós precisamos ter a ética e a cidadania em todos os níveis do sistema educacional, desde a escola superior até a pré-escola, a desconstrução dessas questões ligadas ao machismo. Não estou discutindo questões complexas, não. Sabe, o menino tem que respeitar a menina! Nós temos que ter um amor pelo negro em uma relação de convívio, de afeto. Aí é que nós vamos desconstruir essas questões todas, ligadas à violência simbólica. Isso tem que começar lá.

Eu me lembro muito de uma professora, que trabalhava com a Iara Prado no ensino fundamental. Ela morreu, infelizmente, muito jovem. Ela dizia assim: "gente, nós não podemos ensinar só matemática e português. Nós temos que ensinar valores". Nós temos que ensinar. Isso tem que ser aprendido, vivido no cotidiano. Isso tem que ser aprendido, vivido. Eu acho que é um pouco o que o Rio de Janeiro hoje está tentando: incorporar essas questões, realmente. Enfrentar! O menino que nós perdemos pelo tráfico, eu tenho que ir lá e buscar de volta. Eu não posso perder a nossa juventude. Identificar isso... Ela colocou coisas fantásticas. Hoje eu estou vivendo no Rio de Janeiro. Só se fala mal do Rio de Janeiro: o Rio é um horror, nada funciona. Realmente é complicado, mesmo, não vamos também tapar o sol com a peneira. Mas quantos pontos de luz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existem naquela cidade! Só no Morro do Alemão, eu sei que existem mais de mil projetos sociais. Mas existe uma desarticulação. É aí que eu penso que há ausência do Poder Federal. Não é para ficar trazendo receita de prato feito. O brasileiro tem horror a prato feito. As pessoas gostam de participar, mas nós precisamos ter lideranças, nós devemos ter diretrizes muito claras. O Ministério dos Direitos Humanos tinha que enfocar isso. Não essa visão setorizada, mas ter uma visão clara, integrada, das questões. E aí há essa parceria com o MEC.

Então eu estou propondo aqui, Senador... Eu não sei se vai ser uma posição até um pouco... Não sei, você me desculpe, mas eu acho que a gente deveria ter uma secretaria extraordinária, uma assessoria especial no MEC para discutir ética e cidadania, perpassando... e nós tínhamos que retomar claramente esse programa nacional, Paz na Escola, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos. Nós temos aqui uma história muito bonita. Esse programa foi criado sob o impacto do massacre de Columbine, em 1999, nos Estados Unidos, no Colorado. Aquilo foi um impacto mundial; só que nós precisamos olhar para dentro também.

Então, eu estou aqui realmente colocando para vocês como a coisa foi. Foi um programa criado não a partir dos gabinetes, não a partir de uma visão autoritária. Mas como ele foi criado? Nós fizemos uma interlocução na PUC de São Paulo. Chamamos os especialistas, fizemos um jornal vivo, na época. E lá nós chamamos as pessoas e falamos assim: como a gente vai enfrentar esse problema naquilo que estaria sob a nossa governança, naquilo que estaria nas nossas possibilidades?

Foi um debate muito rico. E uma senhora...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE PAIVA – Eu nem sei como ela chegou lá. Estou terminando. A Srª Vitória Brasília, uma Coronel da PM, uma senhora negra, muito bacana, falou assim: "Gente, isso tudo que vocês estão falando aí já existe. Vocês podem visitar a Escola Renato de Arruda Sampaio, no Jardim Carumbé, lá em Brasilândia. Nós fomos, e realmente era aquela escola em que, no recreio, um menino tinha matado outro menino por conta do tênis Nike, por causa da briga. Olha o elemento de consumo e de reificação de consciência.

Aconteceu que nós fomos lá, e eu trouxe, inclusive, Senador, um depoimento dessa escola e a história dessa escola para esta Comissão, Pollyana, o que é uma coisa muito importante. Quais são os ingredientes?

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE PAIVA – Como se transforma uma escola de guerra numa escola de paz?

Eu pedi ao meu querido e brilhante gestor de carreira Alberto, que trabalhou comigo, para entregar à Comissão todos os projetos que foram feitos – são mais de cem projetos – com financiamento do Governo Federal, durante quatro anos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Parabéns, Drª Denise. Agradeço as palavras. Acho que a senhora coloca uma questão que é fundamental: nós não podemos perder os nossos jovens para o tráfico. Isso é uma coisa sobre a qual precisamos ter um debate muito claro.

Por isso, eu quero passar a palavra para o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Dr. Siro Darlan, e quero fazer algumas provocações, Dr. Siro: até que ponto cabe afirmar que uma melhor articulação entre as autoridades educacionais e os órgãos de segurança pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode contribuir para o combate ao fenômeno da violência no ambiente escolar e no entorno das escolas?

A outra questão, também de vários participantes aqui, através do e-Cidadania, do Senado interativo: como é que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) se relaciona diretamente com essa questão da violência nas escolas? Como podemos levar esse Estatuto da Criança e do Adolescente e fazer, também dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse debate tão importante que nós estamos tendo aqui, para fazer o enfrentamento e a diminuição desses indicadores da violência na escola?

Para finalizar, algo um pouco mais difícil para o debate, mas que não podemos deixar de enfrentar: como nós vamos minimizar o efeito do tráfico e o efeito das drogas? Será que tráfico e droga precisam caminhar juntos na sociedade? Será que não são coisas diferentes? Será que nós podemos diminuir o tráfico mudando o nosso olhar sobre as drogas? Como é que o senhor pode nos ajudar nessa cultura de mediação que também a Justiça precisa incorporar cada vez mais?

Eu queria passar a palavra ao Desembargador Siro Darlan e agradecer sua presença. **O SR. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA** – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer ao Senador Roberto Muniz e ao Senador Cristovam Buarque pela honra de poder estar aqui, nesta manhã, no Senado, em companhias tão nobres, para aprender com a Deputada Pollyana, as ilustres professoras, a quem rendo as minhas homenagens.

Srª Senadora Lídice da Mata, Srs. Parlamentares, eu queria começar com uma frase do Mandela, esse ícone dos direitos humanos. Ele diz assim:

> Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele ou por sua origem ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, mas jamais extinta.

Essa frase de Mandela perpassa por todos os discursos que foram aqui colocados. A Deputada Pollyana apresentou dados importantes, números importantes que, se ela tirasse a palavra escola, nós continuaríamos com esses dados, porque são dados da nossa sociedade. Eles apenas se reproduzem dentro da escola porque esse é o tema que nós estamos aqui abordando neste momento.

Senador Roberto Muniz, V. Exª falou na palavra-chave que eu já estava aqui me preparando para utilizar, que é a lei que este Congresso Nacional aprovou há 27 anos: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que durante muito tempo é ainda abominado por uma parcela da nossa sociedade. E lamentavelmente, entre os profissionais dessa parcela, estão os profissionais da Justiça – o Judiciário é um dos que abominam e que rejeitam a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente – e, por incrível que pareça, o campo educacional.

Eu falo isso porque fui Juiz da Infância e da Juventude logo no início – durante 15 anos – da vigência do estatuto, em 1990, e eu fui fazer muitas palestras nas escolas, para professores, para estudantes, para que eles conhecessem essa boa nova que o Congresso Nacional aprovou e que é respeitado no mundo inteiro como uma legislação de vanguarda. E, pasmem os senhores, eu também faço muitas palestras em presídios, em escolas de adolescentes envolvidos com ato infracional, e eu nunca tinha levado uma vaia como eu levei num momento em que fui falar do Estatuto da Criança e do Adolescente para professores. Eu fui extremamente vaiado naquela ocasião.

É evidente que o tempo passa, e hoje já essa vaia não ecoaria. Hoje nós temos professores mais afinados com a cidadania, com os direitos humanos, e uma melhor compreensão dessa lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, no seu Capítulo IV, Senador, trata de alguns temas que V. Exª aqui mencionou. Por exemplo, que "a criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". É isso o que diz o art. 53, mas para que isso se torne realidade é preciso dar voz aos adolescentes e às crianças. E essa voz nós ainda não damos.

Nós ainda não incluímos, por exemplo, o direito dos adolescentes, dos estudantes de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores. Nós ainda temos a imposição autoritária de currículos que não são debatidos com os estudantes, que não são debatidos com o corpo de pais de alunos, como a lei impõe que seja feito.

O direito de organização e participação em entidades estudantis. Por ocasião da paralisação que houve no Rio de Janeiro, no ano passado, com o programa... Quando os próprios alunos reagiram ocupando escolas, fui ao encontro desses meninos e perguntei se eles estavam ocupando escolas. Aliás, a palavra era totalmente inadequada: "invadindo" escolas. Eles me responderam que não estavam invadindo escolas, pois a escola era deles. Eles estavam ocupando aquilo que pertenciam a eles.

Esse era o discurso daqueles estudantes. "Mas por que vocês estão ocupando escolas?", perguntei. Visitando essas escolas, encontrei, por exemplo, Senador, milhares – não estou exagerando – de livros, distribuídos pelo MEC para serem entregues aos alunos, depositados nessas escolas sem a devida distribuição. Isso é um crime! É um crime inclusive patrimonial!

Encontrei diversos aparelhos de ampliação de voz – os professores sabem como sofrem, para se esgoelarem, quase 24 horas por dia, para darem as suas aulas –, também comprados pelo Poder Público, que estavam depositados ali, estragando, em várias escolas do Rio de Janeiro visitadas por mim.

A ausência, por exemplo, de bibliotecas; laboratórios, também fechados; as cozinhas, malcheirosas e sujas. Aí, cabe a pergunta que foi feita por vários companheiros da Mesa: Quem violenta primeiro quem? Onde nasce a violência? Quem são as vítimas dessa violência?

Neste momento em que esta Casa está debatendo a redução da maioridade penal, cabe também esta pergunta: Esses adolescentes, a quem se atribuem prática de atos infracionais, estão agindo ou estão reagindo à violência que sofrem?

Então, é preciso conhecer melhor esses estudantes, esses adolescentes, porque também os pais destes têm o direito de ter ciência do processo pedagógico e participar da definição de propostas educativas. Isso não se vê na prática. Essa é uma lei que está em vigor há 27 anos.

Como V. Exª falou, Senador Muniz, também é papel, sobretudo dos Municípios, apoiar, estimular e facilitar destinação de recursos, de espaços para programações culturais, esportivas e de lazer, isso dentro do ambiente escolar. Também encontrei vários ginásios fechados, todos sem material para a prática desportiva, onde os adolescentes me diziam, me denunciavam que não estavam utilizando por falta de material esportivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA – Mas, para concluir, já que fui informado, queria reiterar o que a Deputada Pollyana disse, no sentido de ser importante implementar a justiça restaurativa nas escolas. Restaurar a paz, através dos próprios adolescentes, dos professores e dos familiares.

Eu conheci, na Argentina, um programa, que a Denise disse já ter existido aqui no Brasil, e é política pública naquele país: escola para a paz, onde crianças, ainda no primeiro período da escola, aprendem a construir a paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando há um conflito na escola, quando há um ato de violência na escola, não se chama o Conselho Tutelar, não se chama a polícia, não se chama a Justiça. Aliás, polícia e Justiça, respondendo, Senadora, à sua pergunta, têm de ficar distantes da escola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA – A escola tem de ter autoridade pedagógica para resolver os seus conflitos, e a resolução dos conflitos tem de partir do próprio ambiente escolar. Os alunos, as crianças, os jovens têm de ser educados para resolver os seus próprios conflitos sem intervenção externa. Isso é política pública dos nossos *hermanos* argentinos, que implantaram como política pública a Escola pela Paz, onde eles treinam os alunos, treinam os professores, treinam os familiares para a resolução dos seus próprios conflitos através não só da justiça restaurativa, como também da mediação escolar.

Então, deixo aqui essas sugestões. Nós podemos aqui... É só atravessar a fronteira do Sul do Brasil para ver que isso é uma realidade. E olhem que nós conhecemos os argentinos, que são os nossos piores adversários dentro do campo de futebol. Mas eles têm essa prática na busca pela paz, e nós precisamos aprender muito com eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Parabéns, Dr. Siro!

Eu só queria aproveitar para pedir licença a vocês e dar um tempo extra para o senhor, para o senhor nos trazer o olhar de quem está num Estado tão importante e tão emblemático para o nosso País.

Acho que nós temos vários sonhos. Acho que um sonho nós conseguimos dar a todos, Senadora Lídice, porque, como o Brasil foi descoberto pela Bahia, todos os brasileiros são baianos. Então, nós não temos nenhum problema em dizer isso. Agora, não podemos negar a beleza do Rio, o orgulho que temos do Rio de Janeiro, como Estado, pelas belezas naturais, pelas pessoas.

Então, o senhor poderia, rapidamente, falar um pouco sobre a questão do tráfico e da descriminalização das drogas. Isso tem a ver ou não com todo este debate que nós estamos fazendo aqui? Será que haverá a possibilidade de, aumentando a força, da mesma forma com que estamos tentando combater o tráfico, sermos vitoriosos? Será que isso se dará com mais polícia nas ruas? Será que haverá mais Justiça? Será que, com mais força física e bélica, nós vamos derrotar a economia do tráfico? Como vamos fazer esse enfrentamento?

Então, eu queria aproveitar a sua presença aqui e pedir a paciência um pouco dos convidados e dos Senadores, para que a gente pudesse ouvir as suas palavras.

O SR. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador. Eu fico muito orgulhoso de o senhor me dar esta oportunidade.

Nós gostamos tanto da Bahia, que nós nascemos e criamos a nossa cidade ao redor de uma baía, a Baía de Guanabara, mas é justamente por essa inspiração que nós temos e por essa adoração que nós temos pelo povo baiano.

Senador, nós vivemos uma guerra às drogas que não é uma guerra às drogas, é apenas um pretexto para guerrearmos contra os indesejáveis da nossa sociedade, que, lamentavelmente, ainda são os pobres e os negros. Esse é o pretexto que a guerra às drogas utiliza para excluí-los da sociedade. Os nossos presídios estão aí com 70% de presos, com 70% de crimes ligados às drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa guerra não é nossa; essa guerra foi importada do império norte-americano, e nós compramos essa guerra, nós a compramos inocentemente. Fomos levados a fazer essa guerra, e essa guerra tem trazido só miséria, só violência, só genocídio para a nossa sociedade.

A única maneira de combatermos as drogas é através da educação. É preciso mostrarmos, através do processo, que nós somos capazes, e provamos isso quando fizemos aqui a campanha de esclarecimento dos portadores de HIV, e hoje o Brasil é exemplo, é referência disso; quando combatemos o tabaco, não através da criminalização do tabaco, mas através de programas de conscientização dos malefícios do tabaco.

Nós podemos também fazer campanhas igualmente eficazes para mostrar os malefícios das drogas, mas, com a legalização do comércio e da venda das drogas. Se nós conseguirmos dar esse passo além, se o Estado assumir a venda das drogas nas drogarias, nas farmácias para aqueles que ainda têm o vício e nós conseguirmos fazer uma tributação muito elevada das drogas ilícitas e direcionar esse tributo para a educação, para a saúde e para o resgate daquelas pessoas que estão infelicitadas pelo uso das drogas, nós seremos uma outra sociedade.

Esse combate às drogas causou, até hoje, no Rio de Janeiro – e ainda não acabamos o ano – a morte de 121 policiais militares. Se contabilizarmos aqueles chamados traficantes, que traficantes não são; são apenas chamados assim, porque a mídia escolheu, elegeu... São pessoas que procuram a sua própria sobrevivência, como não há possibilidade no mercado formal, na venda das drogas ilícitas, assim como se vende muito bem, com muito boa aceitação, o *chopp*, como se vende a cerveja, como se vende o vinho. E essas coisas usadas com parcimônia não matam e não fazem mal a ninguém.

Nós temos o exemplo dos países que deram esse passo à frente, como Portugal, que há 15 anos não tem uma morte por overdose; como os nossos queridos *hermanos* do Uruguai, que também, desde que implantaram essa política de tolerância e de fiscalização do comércio das drogas, também não têm nenhuma morte por overdose. Porque nós sabemos que o que mata não é a droga; o que mata é a guerra às drogas. É uma guerra fratricida. E nós precisamos acabar com essa forma de enfrentarmos a discriminação, o preconceito que temos contra as pessoas, porque os que estão sendo presos são os pobres, são os negros. E essa guerra é o instrumento que a sociedade utiliza para aprisionar os negros, aprisionar os pobres e matá-los.

Por isso, esta é a minha posição. Desculpem aqueles que têm uma posição diferente, mas nós precisamos debater, precisamos dar um passo à frente nessa guerra às pessoas, e não na guerra às drogas. Guerra às drogas se faz com educação, com cabeça, com raciocínio, com publicidade positiva, mostrando os malefícios das drogas, e não nos matando mutuamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Queria agradecer essas suas palavras finais, que são esclarecedoras para que haja um debate mais aprofundado sobre essa questão. Eu acho que nós não vamos conseguir resolver o problema das escolas se a gente não resolver o problema da sociedade e vice-versa. A escola é a solução para a sociedade, e a sociedade é a solução para a escola. Não pode haver essa separação.

Então, eu queria aqui demonstrar e agradecer a todos que estão participando pelo e-Cidadania. São dezenas de participações parabenizando todos que estão expondo. Quero aqui só ler, antes de passar a palavra para a Senadora Lídice, a participação de Anne Lima, que coloca que: "As demandas que surgem nas escolas, incluindo a violência, requer uma equipe profissional que vá além dos educadores. Nesse caso, as escolas já deveriam ter como obrigatoriedade um assistente social para mediar conflitos, que muitas vezes são gerados por fatores sociofamiliares."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Deve-se criar política mais focada à proteção do professor [disse Ricardo Dias], com a criação de uma ouvidoria, que receberá a denúncia da agressão e encaminhará o aluno para uma avaliação psicológica e uma avaliação das condições familiares e também, ver a necessidade da família pela assistência social."

Carmelo Suzarte dos Santos: "Criar um regulamento legal para disciplinar o funcionamento comportamental dentro do ambiente escolar que vise à promoção do respeito recíproco na comunidade escolar e ao combate à violência escolar, sobretudo as agressões contra os profissionais da educação."

Então, queria, lendo esses comentários, dizer que estão em convergência com todo o debate.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, que tem, como aqui foi lembrado pela Drª Denise, o DNA dessa cultura de paz quando foi prefeita. Eu acho que o seu projeto, Senadora, transpassou governos. Claro que todos não deram a mesma magnitude que ele merecia e que a sociedade soteropolitana e os baianos precisam, pois já era um projeto que deveria estar em todo o Estado da Bahia. Mas eu tenho a convicção de que a sua semente permanece, e esse sonho, que não é só seu, hoje é um sonho de muitos brasileiros. Então, com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu peço também inscrição logo após a Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Está bom, Senadora Fátima.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Roberto. Obrigada, meu companheiro de Bancada – por isso tão generoso comigo! Tenho uma experiência de prefeito na nossa vizinha cidade, que quase não era uma cidade, era uma extensão de Salvador, eram terras de Salvador que foram doadas para constituir depois essa grande cidade que é Lauro de Freitas e que teve no nosso Senador Roberto um prefeito muito dedicado, correto. Roberto tem também uma tradição: foi Secretário de Desenvolvimento Social do Estado da Bahia e tem muita essa relação com os temas sociais. É um valoroso homem público.

Eu queria, portanto, agradecer as palavras de Roberto, as palavras da nossa querida Denise, em relação ao que foi a Fundação Cidade Mãe. Depois eu peço um tempinho e falo sobre a Fundação Cidade Mãe rapidamente, mas quero me dirigir ao tema central deste debate que é a violência na escola pública, estimulado aqui pelo Senador Cristovam, que foi o autor do requerimento. Acho que o conjunto dos oradores já disse o fundamental, mas é apenas para dizer a minha concordância com a tese.

Nós não estamos falando de uma escola que vive no ar, um avião fora do território e que ali é mantido em um ambiente de paz. Nós falamos de uma escola pública que vive em um território determinado, numa cidade determinada, numa situação político-social, econômico-social também conhecida e determinada.

Eu acho interessante que a gente fala assim da escola pública, alguém falou, acho que foi o Senador Roberto, da situação do Brasil e o seu complexo de inferioridade.

Se você for olhar os filmes, inúmeros, trezentos, quatrocentos, quinhentos, milhões, mil filmes que passam no Brasil, americanos, e for ver os filmes que passam sobre escola pública todos falam da violência na escola pública, todos falam disso. Em geral são filmes que falam sobre casos de superação, são meninos negros ou meninos latinos que de alguma maneira conseguem se safar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da onda de violência do entorno, da violência social em que eles vivem. Muitas vezes têm como estimulador daquele exemplo de superação justamente um professor. Há filmes famosos, americanos, que tratam desse assunto.

No Brasil além de a gente não ter um fortalecimento da nossa indústria cinematográfica, só mais recentemente que estamos tendo essa possibilidade, pouco falamos da nossa escola. É quase como se a gente tivesse vergonha da escola pública no Brasil. A nossa geração ainda foi uma geração que participou da escola pública.

Eu, como venho do interior, sempre digo, quem vinha do interior para Salvador naquele tempo, como eu fui de Alagoinhas para Salvador, disputava qual era a escola pública que a gente iria ficar, se era o Severino ou o Central que eram os dois grandes colégios, famosos. Hoje todos os dois quase sem número de alunos. E essa questão está numa base de uma ideia de escola nossa que sempre foi de cima para baixo, do nível superior para a escola privada. Então, nós queremos garantir universidades públicas para todos, mas a escola de base esta pode ser privada, esta pode ser privada.

Cada vez mais surge, nas grandes cidades brasileiras, a escolinha privada do bairro. E o motorista, o operário, o trabalhador deixa de querer botar o seu filho na escola pública para botar naquela escolinha privada do bairro, com ensino muitas vezes inferior ao que ele tem na escola pública, por uma razão muito simples, porque a nossa escola pública já está estigmatizada como uma escola pública incapaz, incompetente.

Os dados demonstram isso, estatísticas, etc., como se fosse uma responsabilidade da escola os dados sofríveis, estatísticos, que nós temos, e não da política educacional do Brasil ou dos políticos, ou dos gestores: governadores, Presidentes da República, prefeitos etc. Fosse única a responsabilidade do diretor da escola e dos professores.

E mais recentemente os professores, então, deixaram de querer ensinar, "têm preguiça", alguns chegam a dizer isso, entre aspas, está aqui dizendo. Quer dizer, é a inversão daquilo que realmente acontece na escola pública. A escola pública é sustentada pelos professores e diretores. Se ela não tiver um bom diretor e um corpo docente estimulado e comprometido, ela não tem nenhum futuro, não vai adiante. E, lá na Bahia, eu quero até ressaltar que o Governador tem sido um exemplo de compromisso com essa ideia da escola pública. Rui tem, na sua visita aos Municípios, feito um périplo pela escola pública; vai à escola do Estado, discute, visita. Já fui com ele a muitas. Muita gente até não quer ir nessa parte, porque ele demora na escola, mas ele vai dando uma noção de cobrança e de resolutividade dos problemas por que a escola passa naquele Município.

Nós criamos a utopia que é ter uma sociedade violenta, violentíssima, como é a sociedade brasileira... E nós já superamos esta ideia de que somos um país de paz. Há mais de 60 mil assassinatos por ano no Brasil. Os dados demonstram isso. E é numa realidade como esta, em que o País tem mais assassinatos que em países que estão em guerra, que nós queremos uma escola limpa, absolutamente em paz, como se isso fosse possível acontecer.

Ora, basta ver onde estão localizadas as nossas escolas públicas, diferentemente até dos países desenvolvidos economicamente, que muitos usam como referência, como os Estados Unidos, onde a escola pública é obrigatória ou pelo menos alguém que vai botar o seu filho numa escola privada vai ter que trabalhar muito, porque ela é caríssima, ela é realmente uma coisa da elite da elite. Então, nós temos essa escola estigmatizada e transformada na responsável por todas as mazelas que vivem a sociedade brasileira e a educação no Brasil. A escola pública tem violência, porque ela está registrada num território de violência e ela não pode ser de outra forma. O menino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai para aquela escola está convivendo com a violência na sua porta e dentro da sua casa. Como é que ele pode ser de outra maneira?

E há outra questão essencial. É claro que nós precisamos de programas que tratam disso, nós precisamos de profissionais preparados dentro da escola, nós precisamos de assistente social, nós precisamos de psicopedagogo. Nós precisamos de tudo isso, mas nós precisamos de políticas que combatam a desigualdade racial e a desigualdade social. Não haverá escola em paz se nós não compreendermos que o racismo é fundante na violência brasileira.

E se atribui a Jorge Amado a frase de que, na Bahia, branco, branco mesmo, sem sangue de negro, como dizem, só tinha mesmo o Embaixador da Suécia, porque, no resto... Na minha família, eu tenho, entre os sobrinhos e sobrinhos-netos, de brancos de olhos claros e cabelos lisos e loiros a negros. É assim na maioria das famílias na Bahia.

Então, por que a violência persiste e o racismo é tão forte nessa sociedade? Porque ela não é vista. O menino negro e a menina negra não se identificam, não se veem no espelho desta sociedade. Então, mesmo que ele conviva num espaço em que ele tenha primos, tios brancos e de todas as cores e ele possa se sentir, no seio da família, um pouco mais acolhido, ele vive numa sociedade que o discrimina, em que, saindo daquele ambiente familiar, ele vai se bater na porta de um *shopping*, na porta de um restaurante, na porta de um ambiente mais elitizado na sua sociedade de forma travessa, vai ter que, a todo momento, provar que ele pode estar naquele lugar, porque assim é a sociedade brasileira.

Então, eu gostaria de dizer que, se nós não tivermos um projeto claro na sociedade brasileira – não digo nem para superar, porque, neste momento, é uma utopia grande demais – para diminuir rapidamente as desigualdades sociais e para incluir, abrir as comportas de oportunidade aos meninos e meninas negras deste País, nós vamos continuar tendo uma escola pública agressiva e uma escola pública violenta.

Aí, entram – vou tentar finalizar – os despreparos do contexto profissional. Eu mesma convivi com isso há uns dois ou três anos. Umas amigas minhas do Nordeste me diziam: "Olhe, as professoras querem falar com você, porque lá eles não entendem esse negócio do ECA. A professora que essa história do ECA só existe para proteger marginal, jovem infrator e ela agora está lá preocupada, porque o ECA pode prendê-la se ela não tratar o menino." Aí, eu disse: "Mas de onde essa professora tirou esse assunto?"

Aí, fizemos – informalmente convocamos quem atua nessa área, um companheiro do conselho tutelar – uma reunião com mais de 200 professores e demos um curso sobre o que é o ECA. Mas o ECA tem que ser discutido dentro das escolas formadoras de profissionais de educação, dentro dos cursos de Pedagogia você tem que ter o debate do ECA, porque ali é a mão de obra que se prepara para a escola pública do País.

Mas o ECA nasceu estigmatizado, nasceu estigmatizado. É no Poder Judiciário que ele é estigmatizado, é no Congresso Nacional que ele é estigmatizado. É uma das leis que foram feitas para a qual existiu imediatamente uma barreira para dizer: "Nós precisamos botar esta lei para não pegar." E é dia e noite a batalha aqui, para não se mudar o ECA, porque, se fosse pela vontade de alguns, já tinha sido derrubado há muito tempo, como retorna sempre essa discussão da maioridade penal.

Finalizando, eu creio que um contraponto nos vem nessa discussão da escola pública: e a escola privada é em paz? E a escola privada está fora da discussão das drogas? Ora, eu tenho amigas que tiveram seus filhos... Hoje a ideia de que não se expulsa mais menino da escola não é tão verdadeira assim: ela não pode formalmente expulsar, mas eles são levados a sair da escola. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não precisa ir a algumas escolas particulares, nem está relacionado com droga – aliás, há uma relação muito mais violenta do que na escola pública com a relação do jovem com a droga. Basta um menino, Senador Roberto, não ter um bom desempenho naquela escola que quer botar os *outdoors* no fim do ano sobre aprovação dos seus alunos para o Enem ou, antes, para o vestibular. Basta o menino começar a ser um menino – entre aspas – "difícil" de aproveitamento para que ele seja naturalmente levado a sair daquela escola.

Então, nós temos uma escola violenta no sentido de como ela trata os jovens adolescentes nessa situação. Aí a gente vê acontecerem mortes como aconteceram em Goiânia, há um mês. Ali é até fora da curva, porque geralmente acontece em relação ao ciúme de um menino desprezado pela namorada etc., numa classe média, que não ensina os seus filhos a viverem com a frustração e com a rejeição neste País, porque nós vamos criando na escola os espaços de contenção da criança. As escolas públicas se tornaram isso; as de elite vão formando elite, meninos que vieram do colegiozinho x que passam para o colegiozinho y e que nunca tiveram contato com a realidade da sociedade e que vão ser a elite da sociedade: os médicos, os doutores, os juristas e que com essa realidade eles nunca tiveram a convivência real.

Eu concordo integralmente com o Desembargador no que diz respeito à política de drogas neste País. Fico com o coração, às vezes, partido. Eu que sou uma pessoa que também milito na área do turismo, que vou passando e vejo lá o *outdoor*...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – "Uma pedida de caranguejo e cerveja dobrada; uma pedida de caranguejo [aí nem quero discutir a questão ambiental dos caranguejos, o período do defeso, nada disso], a pedida de caranguejo e 'roska' triplicada." Nós vivemos numa sociedade que faz um elogio à droga, ao álcool permanente como política. E queremos combater as drogas ilícitas desta forma como se álcool não matasse neste País.

Eu tenho – já tenho alguns anos, não sou tão jovem assim...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Mas está disfarçando bem, viu? A senhora está disfarçando bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Nem tanto, Senador.

Já tenho registro de... Eu já perdi amigos, muitos, no interior onde a gente não tinha outra coisa para fazer, a não ser beber, jovem. É o único estímulo que se há, porque você não tem estímulo à cultura, não tem estímulo a outro tipo de lazer; é beber. E aquele que não bebe já é visto como... Um menino que estuda já é visto: "Ah, esse é CDF, é um chato!" Esta é a cultura do Brasil.

Então, ou se muda isso, e isso tem que ser uma mudança de política de Estado, ou não venham responsabilizar a escola pública como a única vertente fomentadora de violência neste País, porque não é, porque não é! Ela é vítima. A escola pública é vítima dessa violência.

Nós precisamos ter instrumentos para combatê-la, mas combatê-la com formação, com preparação e principalmente com política pública de combate à desigualdade social e de inclusão da maioria pobre, negra deste País numa escola de qualidade e em políticas de oportunidade social.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito bem, Senadora Lídice. É sempre brilhante a sua participação.

E uma coisa que talvez vocês não conheçam, a Senadora Lídice tem uma coisa que eu acho que é muito bonita: ela fala com a alma, ela fala com o coração. Então, ela está integrada a sua própria palavra. Isso eu acho muito bonito: a integridade do político com a forma como pensa a sociedade. Acho que a senhora representa muito bem isso. E a Bahia fica muito feliz de tê-la como uma política com uma carreira de sucesso em nosso Estado.

Eu queria passar a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

Antes só queria registrar a presença do Prefeito de Conceição do Almeida, Ito de Bêga, o do Secretário e Vereador Lui Almeida.

E quero dizer que também, Dr. Siro, eu tenho um pedacinho do meu coração lá nas terras do Rio Grande do Norte. O meu pai é potiguar, da cidade de Pedro Avelino. E aqui estou divido entre a Bahia e o Rio Grande do Norte. Eu sou nordestino por essência.

Então, passo a palavra à Senadora Fátima, que também faz um trabalho muito focado na área de educação. Aqui na Comissão, ela é sempre uma voz altiva em prol e na luta pela melhoria da educação no Brasil. Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero logo agradecer ao Senador Roberto Muniz as palavras generosas. De fato, ele tem essa vinculação. O coração dele é norte-rio-grandense também. Conheço a cidade de Pedro Avelino, na nossa região central.

Quero inicialmente aqui saudar os nossos convidados, Pollyana, Deputada Federal; Ester; Daniel; Denise; Aura Liane. Quero aqui saudar o Desembargador Siro Darlan de Oliveira.

E quero destacar a importância desse debate. Vou na mesma linha que a Senadora Lídice da Mata já apontou. Faço a mesma reflexão que ela acaba de fazer quando discutiu o tema violência nas escolas. Principalmente nos tempos de hoje, a gente tem que partir dessa premissa, desse pressuposto do que ela aqui apontou, no sentido de que a escola não é uma ilha, a escola reflete a sociedade.

E, aqui, por exemplo, eu cito Mirim Abramovay, que é coordenadora na área de estudo sobre juventude, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, quando diz, Senadora Lídice, abre aspas: "A escola não é uma torre de marfim. Ela também reproduz as próprias loucuras da nossa sociedade", fecha aspas.

Sendo assim, Desembargador, de repente, a gente faz a seguinte pergunta: é possível a gente construir uma cultura de paz, tolerância, respeito à diversidade no interior de escolas que estão inseridas em territórios, em locais, como aqui falou a Senadora Lídice, em cidades extremamente violentas?

Veja bem, os números da violência no Brasil, como ela também aqui chamou a atenção, são números de países em guerra, países em guerra mesmo: 59 mil brasileiros foram assassinados durante o ano de 2015. De cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Mais da metade das vítimas de homicídios é de jovens.

O Brasil ocupa o sétimo lugar no *ranking* dos países que mais matam jovens. Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do Planeta. E há quem defenda – inclusive aqui no Congresso Nacional – que se deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prender mais, encarcerar mais. Acham que a solução é essa. Seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois presos, dos quais metade são jovens e mais da metade são negros.

Então, entendemos que tratar da temática, da problemática da violência nas escolas públicas, exige, em primeiro lugar, que nós tratemos do genocídio da juventude pobre, negra, deste País. Tratar do encarceramento dessa juventude, da fracassada guerra contra as drogas, da militarização da polícia, da cultura punitivista, da espetacularização da violência e da campanha de ódio promovida pela grande mídia empresarial através, inclusive, dos programas policialescos. Ou seja, é preciso, claro, que ao lado disso tudo se trate, sobretudo, do abismo de desigualdades sociais existentes em nosso País que o dividem – não é Pollyana? –, entre os que têm muito e têm privilégios, os que têm pouco e os que não têm exatamente quase nada.

Então, veja, esse é o retrato do País, um retrato, inclusive, que nos amedronta, que nos preocupa muito, porque, do ponto de vista social, essa situação, inclusive, está se agravando cada vez mais. Infelizmente! Nós estamos vendo aí o Brasil voltando ao mapa da fome, ao mapa da miséria. Quanto mais miséria, quanto mais desigualdade social, quanto mais falta de oportunidades – não é Dr. Siro? –, maiores serão os problemas que vão afetar, inclusive, a nossa juventude e que vão se refletir, exatamente, Senador Roberto, na escola. Volto a dizer: ela não é uma ilha, ela é parte, exatamente, desta sociedade em que nós vivemos.

Penso que em debates como esses é importante que nós não só tracemos o diagnóstico, mas que possamos, também, alertar a sociedade e cobrar deste Parlamento, deste Congresso Nacional, cobrar dos Parlamentos pelo Brasil afora. Às vezes, ao invés de ajudarem, tomam iniciativas que fazem é atrapalhar, que fazem é piorar a situação. Vou dar um exemplo aqui. Sou professora. Como disse o Senador Roberto, milito na área da educação há muito tempo. Isso aqui que tenho em mãos é o Plano Nacional de Educação. Essa aqui é a agenda mais importante, a agenda mais importante que tem a ver, inclusive, com o debate que nós estamos fazendo aqui. Por quê? Porque essa agenda trata, aqui, do presente e do futuro das nossas crianças, dos nossos jovens, dos homens e das mulheres deste País.

O Plano Nacional de Educação é uma agenda, diga-se de passagem, pactuada, porque foi fruto de um debate apaixonado, durante quatros anos, de 2010 a 2014, que envolveu os mais variados segmentos da sociedade brasileira. Ao final, nós saímos com essa agenda aprovada, que, em síntese, coloca o seguinte: expandir a oferta educacional, no sentido de mais escola, mais creche, mais universidade, mais escola técnica, mais educação em tempo integral – que tem tudo a ver com o tema que nós estamos tratando aqui – e traz também, aqui, o Plano Nacional de Educação, uma meta muito importante, voltada para a qualidade da educação, algo que passa pela formação inicial e continuada dos nossos professores, por salários dignos, por condições justas de trabalho.

Pois bem. Infelizmente esse Plano Nacional de Educação hoje está totalmente ameaçado em função dos tempos que nós estamos vivendo: uma política de austeridade que foi adotada após o golpe parlamentar de 2016, que tem como símbolo uma emenda à Constituição, a 95, que congelou os gastos públicos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos.

Isso não é um tema qualquer. Isso está se refletindo já no orçamento, que está tramitando, inclusive, aqui no Congresso Nacional. Os senhores sabiam que o orçamento destinado para, nada mais, nada menos, o SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, foi cortado em 95%, comparando com os anos anteriores? Que o orçamento, por exemplo, para um programa chamado Educação de Qualidade para Todos foi cortado em 48%? As nossas universidades, os nossos institutos federais, esse ano, agonizaram em praça pública em decorrência de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contingenciamento brutal de recursos que houve. Então, é preciso a gente cuidar dessas coisas, porque senão, Senador Roberto, nós não vamos dar passos para que tenhamos uma escola que promova a paz.

Falando ainda do Plano Nacional de Educação, por exemplo, não só eu, como aqueles que lutam em defesa da escola pública laica, de qualidade, lamentamos muito que, à época, apesar de todo o debate e toda a mobilização...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que foi feita, entre os princípios, os objetivos que regem esse Plano de Educação, nós não tenhamos conseguido colocar como um dos objetivos que a escola deveria olhar e cuidar da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Infelizmente, a bancada chamada fundamentalista aqui no Congresso Nacional na época teve um peso muito grande, e não ficou essa formulação no Plano Nacional de Educação, Dr. Siro; ficou assim.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Perfeito, mas nós deveríamos acrescentar no Plano Nacional de Educação a palavra "promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual". Porque não adianta escamotear isso. Escamotear isso é a gente contribuir com a cultura de violência dentro das nossas escolas. Porque a escola tem que tratar da vida como ela é. E, na vida, como ela é, lá fora, há violência sexual e doméstica. Na vida, lá fora, como ela é, há homofobia, porque as pessoas não respeitam aquelas que têm uma orientação sexual diferente. Na vida, lá fora, como ela é, há a criminalização da população negra, o genocídio, inclusive, da nossa juventude negra, pobre e de periferia. Por isso, repito, a escola tem a obrigação e o dever de discutir esses temas com toda a seriedade, com toda a responsabilidade e dedicação que isso exatamente exige.

Então, é isso, Senador Roberto.

Quero cumprimentar V. Exª e o Senador Cristovam, também, pela propositura.

Quero, como sempre faço, deixar aqui a minha mensagem de esperança. Como discípula de Paulo Freire que sou, nunca perdi nem nunca vou perder a fé na luta e a capacidade de ter esperança e, portanto, de lutar e de resistir.

Acho que, neste momento, o Dr. Siro, os demais convidados e a sociedade, mais do que nunca, têm que estar com os olhos muito abertos para barrar os retrocessos – barrar os retrocessos. A gente tem que ter este foco: barrar os retrocessos, e barrar os retrocessos – concluo mesmo, Senador Roberto – de uma forma bem concreta. Por exemplo, a gente deve lutar para revogar a Emenda 95. Barrar os retrocessos, por exemplo, é lutar agora para que o orçamento que está tramitando no Congresso Nacional seja redefinido, porque, se ele sair do que jeito que aqui chegou, vai significar exatamente o quê? A falência de políticas sociais fundamentais, principalmente no campo da educação, da segurança e da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Fátima, eu queria parabenizá-la pela sua participação sempre combativa, brilhante. É uma voz em favor da educação, uma voz que sempre deve ser escutada por todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós temos diversas formas de lutar, mas o que não podemos é perder o objetivo maior, que é tentar dar educação de qualidade para todos os jovens, porque, assim, conseguimos construir um futuro melhor.

Então, já partindo para o encerramento, eu queria, primeiro, agradecer à Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço também aos colaboradores do Senado, aos funcionários.

Agradeço ao Senador Cristovam, que me deu a honra de conduzir os trabalhos – mais uma vez, peço desculpas, em seu nome, pela impossibilidade de ele estar aqui hoje.

Agradeço à Deputada Federal Pollyana, principalmente pela possibilidade de trazer algumas tentativas de solução, como a questão da alfabetização emocional, do psicólogo na escola, a introdução da justiça restaurativa, a realização de uma abordagem sistêmica – isso tudo compõe o quadro de um futuro com mais esperança, caso essas questões possam ser implementadas nas nossas escolas.

Agradeço as palavras ao Dr. Daniel Ximenes, aqui representando o MEC. Estamos muito esperançosos com a plataforma que pode levar para as escolas uma mensagem sobre direitos humanos, sobre mediação de conflitos, e, pelo que eu ouvi aqui, parece que será no próximo ano, lá para abril do próximo ano. Então, estaremos aqui, eu e a Senadora Fátima, cobrando para que isso realmente aconteça, acho que é importante.

Queria agradecer à Drª Ester, dizendo que a senhora traz uma reflexão muito importante, que é a questão de que a nossa sociedade é violenta e que nós precisamos enfrentar essas violências que vêm das ruas, dentro das casas, que tiram a paz das famílias. Nós precisamos ver a violência da televisão, da internet, ver a questão de deixar espetacular a violência. Então, as famílias, durante duas horas, durante o almoço, estão sendo bombardeadas pelos crimes mais grotescos que existem, enquanto temos professores abrindo as portas da sala de aula para receber os alunos, e eles não aparecem lá.

Eu só quero dar um exemplo. Eu tive a oportunidade agora de fazer uma viagem com o Senador Cristovam, Senador Armando Monteiro e Senador Ricardo Ferraço. Nós fomos para o WorldSkills, que são as olimpíadas da educação profissional. Foi em Abu Dhabi. Estavam lá presentes 1,3 mil jovens, até 23 anos, e 60 delegações de 60 países diferentes. O Brasil teve a oportunidade de levar 60 jovens para lá. O Brasil foi vice-campeão mundial da WorldSkills – vice-campeão da WorldSkills!

E o que é a WorldSkills? O que é a olimpíada da educação profissional? É a possibilidade de jovens competirem sobre habilidades no campo do trabalho, desde colocar azulejos em uma parede, a questão da panificação, produzir pães, arrumar uma mesa para o ambiente do trabalho de bares, hotéis, fazer uma cama, a questão da computação, a robótica, consertar um equipamento como um helicóptero, fazendo o conserto do seu motor. Então, você tinha competição de tudo, 1,3 mil jovens e, na abertura, havia mais de 10 mil pessoas.

E, infelizmente, o Brasil veio com estas medalhas, veio com este troféu, perdemos apenas para Rússia e o nosso orgulho é que a equipe do Senai saiu daqui para treinar os alunos russos, ou seja, nós temos um pedacinho do primeiro lugar, e isso não se divulga, isso não é manchete, isso não gera, dentro daqueles 60 jovens, a possibilidade de ser alguém que seja um multiplicador, para ter esse orgulho em dizer: "Olha, existem saídas e as saídas estão na educação."

Então, eu quero agradecer também à Aura, que deu o seu depoimento sobre a dificuldade que é tornar essa escola, esse espaço neutro, dentro desse território de violência, e a luta para tentar construir empatias; à Denise, que deixa uma frase luminar, que devemos todos os dias ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pensando: "Nós não podemos perder nossos jovens para o tráfico." Quando perdemos para o tráfico, o Brasil está perdendo o seu futuro. Então, precisamos deixar isso. Agradeço também, Denise, a sua presença.

Agradeço imensamente as palavras do Desembargador Siro Darlan. Digo que V. Exª traz questões importantíssimas, que vão desde o funcionamento real da escola, e isso eu tenho um pouco também de... Eu sou militante. Eu digo que nos almoxarifados da educação existe um outro país. Se abrir os almoxarifados da educação, existe um país que pode melhorar o funcionamento. São livros, são computadores, são diversos equipamentos que estão lá abandonados. É o que nós, eu e o Cristovam, temos discutido.

Alguns crimes de corrupção neste País. Todo mundo fala da corrupção: simplesmente pegar o dinheiro público, mas a corrupção da prioridade é uma realidade. A corrupção da compra equivocada é outra prioridade, é outro tipo de corrupção. Então, nós precisamos ter um olhar sobre a escola. Temos que ter um olhar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazer com que essa lei seja, de fato, uma lei que ilumine as condições do futuro.

Muito importante o seu depoimento, Desembargador, sobre a questão da descriminalização das drogas no País. Nós vamos ter que fazer esse enfrentamento aqui, no Brasil. Não vamos nos acovardar. Não há mais ambiente.

Aí quero agradecer à Senadora Fátima Bezerra, quando ela diz, junto com a Senadora Lídice, que não é possível ampliar mais cadeias, colocar mais jovens dentro das cadeias, porque o que está levando os garotos para o tráfico não é a droga, é a capacidade de construir um futuro, um futuro com o dinheiro que a sociedade está negando a esses jovens. Então, quando o tráfico captura o jovem, ele não captura pela droga; ele captura pelo dinheiro, pelo salário, pela capacidade de poder dar a ele um sustento ou um sonho de futuro que ele não tem.

Então, nós temos que encarar essa situação. Nós precisamos identificar esses pontos no nosso País e precisamos também estabelecer junto com a sociedade de paz uma sociedade de consumo responsável. Nós não podemos vender aos nossos jovens a possibilidade de que um tênis, ou uma calça, ou uma caneta, ou um colar de ouro vai transformá-lo em mais bonito ou mais feio do que é. O que transforma as pessoas em melhores é a sua capacidade de conviver, poder gerenciar seus sentimentos e poder levar para outras pessoas o sentimento de felicidade que ele tem dentro dele.

Nós precisamos enfrentar essa questão da educação emocional como algo fundamental no nosso País. E isso não é uma questão, Dr. Siro, que é da educação básica, não. Nós estávamos discutindo essas questões na educação profissional. É necessária a mobilização da educação profissional também para ambientar e possibilitar que aquele jovem, ao entrar no ambiente de trabalho, possa saber conviver em grupo, se relacionar em grupo e tomar decisões em grupo.

Saiu agora mesmo uma pesquisa em que o Brasil está muito mal ranqueado em trabalhos coletivos dentro da escola. Saiu agora recentemente, nesses últimos dias. E por que isso? Por que é que nós nos sentimos capazes de nos relacionarmos em comunidade, e não conseguimos produzir conjuntamente? Esse problema não é só da educação básica; é também hoje um problema da educação profissional e também um problema do ambiente de trabalho.

Então eu queria finalizar, agradecendo aos Senadores que passaram por aqui, à Senadora Lídice da Mata, à Senadora Fátima Bezerra e ao Senador Pedro Chaves; a todos os que nos viram pela televisão, que estão acompanhando os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo, já encerrando a nossa audiência pública, que convoco para o dia 28 de novembro, terça-feira, em caráter excepcional às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Wilder Morais e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Deliberação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec", em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Roberto Muniz Observações: - Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 31/2017-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 20/06/2017. - O Relator da matéria, Senador Roberto Muniz, realizou a leitura do Relatório na Reunião de 22/11/2017, e concedeu-se vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. - O Relatório será deliberado mediante votação simbólica. **Resultado:** Aprovado o Relatório. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras." **Autoria:** Deputado Ságuas Moraes. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006 - Terminativo -** que: "Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização". " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Eubiose." **Autoria:** Deputado Bruno Covas. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Obriga os livreiros a dar ampla divulgação a obras literárias brasileiras nos locais que especifica." **Autoria:** Deputado Veneziano Vital do Rêgo. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Contrário ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, inc. II e 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de representantes dentre o rol de convidados elencados no RCE nº 141, de 2015, para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol: Jorge de Amorim Campos - ex-jogador e treinador de futebol; André Dias de Oliveira Fernandes – Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro e Renato Gaúcho - ex-jogador e treinador de futebol." **Autoria:** Senador Romário e Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). E a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 15.

Avaliação de política pública.

Deliberação do relatório com conclusões de avaliação da política pública do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para deliberação da Comissão, em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Roberto Muniz.

Observações:

- Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 31/2017-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 20/6/2017.

- Em 25/9/2017 e 11/10/2017, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

- Na reunião de 22/11/2017, o Relator da matéria, Senador Roberto Muniz, realizou a leitura do relatório e concedeu-se vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

- O relatório será deliberado mediante votação simbólica.

Coloco em discussão a matéria, inicialmente consultando as Srªs e os Srs. Senadores sobre a eventual manifestação decorrente de pedido de vista e, posteriormente, concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz para as suas considerações.

Pergunto à Senadora Lídice se ela gostaria de fazer alguma consideração sobre o relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, pelo que conheço da temática e do Relator, acho que V. Exª não poderia ter escolhido alguém mais apropriado para fazer o relatório, que imagino da melhor competência. Desde a semana passada, ele discute comigo os resultados desse relatório. Então, eu só posso apoiar integralmente esta relatoria.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Lídice e passo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Senadora Lúcia Vânia, inicialmente quero agradecer a todos os Senadores a oportunidade de me aprofundar nessa temática tão importante principalmente para a juventude do nosso Brasil e também para os trabalhadores, num momento tão difícil de retomada dos empregos. Precisamos capacitar e fazer com que tenhamos um desempenho cada vez melhor dentro das empresas.

Mas queria, em especial, agradecer a V. Exª, como Presidente, que teve a coragem de nos dar a oportunidade de fazer de forma diferente a construção desse relatório.

Eu queria, mais uma vez, de público, parabenizar os consultores desta Casa, em nome do Consultor-Geral Danilo Aguiar, todos os consultores que participaram, Issana Rocha, Carlos Murilo, Jeane Arruda, Juci Melim, Marcelo Castro; o Secretário da Comissão, Willy, que esteve sempre presente; os técnicos do TCU e do Ipea e todos que participaram também através do MEC e dos outros ministérios.

Quero destacar no TCU a presença do Dr. Ismar, do Dr, Marcelo, do Sr. André Geraldo e do Dr. Almir; no MEC, da Secretária Eline, da Drª Jussara, do Dr. Geraldo Oliveira; no MDIC, do Secretário Marcos Vinícius; Lucas do Ipea; no Ministério do Desenvolvimento Social, o Secretário Vinícius Botelho e toda a equipe, e também da CNI/Senai, Rafael Lucchesi e Felipe, agradecendo a todos e dizendo que é óbvio que poderíamos ter ampliado o olhar desse trabalho, mas, infelizmente, Presidente, nós temos um vácuo, um vazio legislativo, que é como modulamos e desenhamos a política pública no Brasil.

Nós tratamos a política pública muito mais pela intenção e pelos objetivos do que pela métrica, com um olhar mais qualificado para a avaliação, propondo metas específicas, propondo indicadores padrões, propondo o acompanhamento, que deveria ser um fato cotidiano na gestão pública brasileira, mas que não é real. Nós temos políticas públicas que se iniciam sem se saber muito bem a focalização dessa política, sem o entendimento de quem seriam mais apropriadamente as pessoas beneficiadas, os beneficiários. Temos uma cultura de tentar universalizar alguns direitos, pensando que, com isso, estamos melhorando a situação brasileira. Conseguimos, às vezes, dar direito a quem não tem direito e tirar direito de quem tem a necessidade.

Eu acho que esse é um tema que se abriu, e todos esses consultores, junto com outros consultores da Casa, estamos debatendo e já finalizando uma proposta para trazer ao Senado e ao Congresso Nacional, para que criemos essa possibilidade de termos mais responsabilidade ao produzir uma política pública e, consequentemente, os seus programas e os seus projetos.

Que toda a gestão pública, Senadora Lídice, deixe muito claro quais são os objetivos, que responsabilidades, de quem é a responsabilidade, quem é o público alvo, quanto se vai gastar, qual é essa curva de crescimento, porque, senão, temos diversos programas e projetos, e é lá no TCU onde deságua a ineficiência do Estado brasileiro, onde existem muitas boas intenções que ficam paradas no papel ou fazendo com que o parco recurso brasileiro do orçamento público esteja a serviço de quem não necessita e de quem não precisa.

Um dos graves problemas, Presidente Senadora Lúcia Vânia, deste País, além da famigerada corrupção, é a destruição dos recursos públicos através da ineficiente da gestão. Esse talvez seja um dos graves problemas que se arrasta na história do Brasil. A história do Brasil é recheada por programas e projetos que se iniciam e não terminam; gestores que não dão continuidade às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas. Há indicadores mal elaborados que fazem com que políticas públicas não possam ser redirecionadas, revistas durante o processo de execução.

Eu acho que esse é um tema que o Brasil e o Senado Federal... Acho que esta é a Casa em que se pode fazer um Brasil melhor. E o Brasil só será melhor quando nós tivermos políticas públicas de qualidade.

O Senado Federal, com essa proposta de ficar visitando e revisitando políticas públicas, fazendo avaliação, poderá dar para o futuro do Brasil um novo marco.

E é por isso que nós estamos debruçados, Presidente, sobre esse trabalho, que espero, antes do final do ano, apresentar aqui ao Senado para que possamos juntos fazer uma força-tarefa dentro da própria esteira que o Governo Federal já mandou para o Congresso Nacional, com uma proposta de um projeto de lei para regulamentar as políticas públicas no Governo Federal.

Então, eu queria agradecer a todos os Senadores e a V. Exª a confiança que teve ao me indicar; parabenizar a Senadora Ana Amélia por ter escolhido um tema tão importante e, mais uma vez, ressaltar que, na semana passada, nós tivemos aqui a presença dos 60 jovens que representaram o Brasil nas Olimpíadas da Educação Profissional em Abu Dhabi, em que nós estivemos presentes – eu, o Senador Cristovam, o Senador Ferraço e o Senador Armando Monteiro, de Pernambuco.

Quero destacar que os nossos jovens ficaram em segundo lugar, foram vice-campeões. Há dois anos, o Brasil foi campeão das Olimpíadas da Educação Profissional. Infelizmente, conseguimos ver na imprensa, nas primeiras páginas, muitas coisas ligadas aos jovens, mas, na sua grande maioria, exemplos negativos. Nós gostaríamos de registrar a presença deles aqui. Eles trouxeram a sua medalha, mas, mais do que isso, trouxeram o compromisso deles com o futuro do Brasil. Eu acho que essa é, sem sombra de dúvida, a maior taça, a maior medalha que o jovem pode ter, que é confiar no seu próprio futuro e no futuro da nossa Nação. Mais uma vez, quero agradecer a esses jovens, parabenizando-os, bem como todos os jovens que tiveram a oportunidade de fazer esse curso.

Também quero ressaltar... Não sou muito de fazer essas reflexões políticas, mas acho que a política do Pronatec resgata um momento em que o Brasil deu as costas para política nacional de educação profissional. Eu acho que não precisávamos ser tão rápidos, mas também não precisávamos ser esquecidos, como fomos durante mais de uma década, sem investimento.

Até como sugestão – porque talvez não estarei aqui no próximo ano –, Senadora Lídice da Mata, acho que deveríamos aprofundar muito a questão da presença dos IFIs, dos institutos federais. Qual é o papel dos institutos federais em relação a isso? O desenho dos institutos federais está alinhado com o novo momento desse novo mercado brasileiro? O que nós vamos fazer com essas instituições que receberam um aporte de recursos muito grande nos últimos anos para construir, para fazer a retomada da educação profissional? Acho que carece de o Senado Federal – antes que isso se torne uma letra morta – rever, redesenhar, qualificar, e permanecer com o que é bom que hoje está sendo feito nos institutos federais.

Para o ano, com esse trabalho que está aqui, se pegarmos os institutos federais que ficaram à margem dessa avaliação como um dos grandes investimentos que foram feitos nos últimos anos, acho que isso pode complementar um olhar mais crítico sobre a educação profissional.

Eu queria agradecer aos Senadores a aprovação do nosso relatório.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria à Senadora Regina se ela quer se pronunciar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu estava com os Jovens Senadores no plenário e tive de vir correndo. Portanto, não ouvi a discussão anterior.

Eu estive aqui também no final da leitura na semana passada. Acho que não dá para fazermos um julgamento muito severo, porque há uma parte subjetiva muito importante. Por exemplo, o Ciência sem Fronteiras foi muito importante. Conversem com os jovens do Ciência sem Fronteiras para ver como eles estão se sentindo, como está a autoestima e o que eles trouxeram de bagagem. Há um menino na Universidade Federal do Piauí que me apresentou um projeto, ontem, lá no meu escritório no Piauí, que é fantástico. Trata-se de reaproveitamento de coisas – eles aprenderam lá – para fazerem obras de arte. Coisas lindas! Em Teresina, nós temos uma ponte muito bonita, chamada Ponte Estaiada. Eles fizeram uma miniatura da ponte e já estão com um pequeno quiosque vendendo as coisas. São estudantes da Universidade Federal do Piauí que foram para o Ciência sem Fronteiras. Conversando com eles, sentimos a autoestima. Aprenderam uma língua – não estão ainda falando fluentemente, mas aprenderam o suficiente para se virar. Então, precisamos também fazer essa avaliação mais subjetiva.

Há também a questão do curso profissionalizante. O ideal seria atender ao mercado, mas, neste momento, ainda não é possível. Então, não vamos deixar de profissionalizar, porque temos de exatamente preparar para quando o mercado vier. No Piauí, nós não tínhamos energia eólica ou solar. De repente, veio uma demanda imensa, e o Piauí não tinha as pessoas preparadas. Se as tivesse preparado antes, a partir de uma perspectiva do que estava acontecendo no Brasil... Então, é preciso também haver esse preparo prévio para não chegar mão de obra de fora, porque lá a gente não tem. Há acertos a serem feitos, mas eu acho que é muito importante manter o programa.

Há outra questão também que é, inclusive, uma ideia que eu tenho colocado como... É o Pronatec, a profissionalização. Mas, no relatório, eu falava também um pouco do Ciência sem Fronteiras, dos programas para a educação como um todo, que temos de avaliar realmente. Não estou dizendo que não temos de avaliar.

No Pronatec, na profissionalização, eu defendo, por exemplo – é uma coisa que sempre debati, desde o Ministério do Trabalho, naquele Programa de Qualificação Profissional... A gente qualifica o menino para ser de oficina mecânica, mecânica de moto, mas, se a gente não der para ele uma caixa de ferramentas para começar, ele vai ficar lá. Se houver uma oficina que o empregue, tudo bem; se não houver, ele fica... Eu acho que a gente podia incorporar isso. Ensinam-se as moças a costurar, elas fazem curso de corte e costura, mas, quando saem, elas precisam ter uma máquina para começar a costurar para a família, para os vizinhos. Então, eu acho que a gente podia incorporar isso aos programas de qualificação também e não só ensinar e jogar no mercado. O mercado não vai absorver essas costureiras, não vai absorver esses mecânicos. Que ele possa começar a ter um negocinho próprio. Hoje nós estamos vivendo a era do empreendedorismo, mas, se ele sair e não tiver um empurrãozinho, pelo menos com uma caixa de ferramentas, vai continuar desempregado; dificilmente todos vão ser absorvidos pelo mercado.

Agora, a gente não vai deixar de fazer. O importante é que em uma hora vai aparecer um trabalho para aquela costureira, em uma hora vai aparecer um trabalho para aquele mecânico.

Acho que os cursos profissionalizantes do Sistema S são muito respeitados. Eles têm qualidade. Só é preciso ver a questão dos custos. Mas o Sistema S tem uma fama de... Não conheço ninguém que diga que os cursos do Sistema S não sejam bons. Se há alguns que não são tão bons,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há que se qualificar as escolas. Eu sei que as escolas públicas têm mais dificuldade para fazer esses cursos a partir das condições objetivas das nossas escolas públicas, mas acho que a gente tem de continuar com a proposta, aperfeiçoando-a.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Senadora, quero só ressaltar aqui a fala do Senador Roberto, que, no último momento, destacou a necessidade de incluir também, Senadora Regina, as novas profissões.

Eu sou testemunha de que... Agora, Roberto, nesse fim de semana, discutíamos – porque participei da nova inauguração das escolas culturais que o Governo do Estado está fazendo, transformando algumas escolas em escolas culturais, que interligam a arte com a educação – também os novos cursos técnicos voltados para economias regionais. No caso, por exemplo, do curso de técnico em chocolate no sul da Bahia, existe uma dificuldade enorme de você ter, na universidade, alguém que ensine a fazer chocolate.

Então, para realizar esse curso técnico na Bahia, a nossa escola pública, a direção da escola e a Secretaria de Educação tiveram de buscar os profissionais do setor não formalizados, ou seja, não os professores de nível superior para dar curso sobre isso, mas, sim, o chocolateiro, mas, sim, aqueles que tinham já uma especialidade naquela questão. É claro que um estudante de engenharia de alimentos pode, sem dúvida nenhuma, dar uma contribuição a isso, um professor de engenharia de alimentos, mas eles não existem à disposição em cada uma das regiões. Há necessidade de se fazerem cursos voltados para essas capacidades de desenvolvimento regional.

Não tenho dúvida de que, no nosso pedaço nordestino – quem diria? –, hoje nós temos uma necessidade de técnicos voltados para energias renováveis, de maneira especial a energia eólica – energia solar também, mas energia eólica com muito vigor. Nós temos hoje um grande parque eólico no Rio Grande do Norte; depois, na Bahia; depois, no Piauí, com grandes possibilidades de sucesso, ou melhor, já com sucesso, já gerando renda, mas principalmente impactando na geração de energia limpa no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Quero só complementar, Presidente, que fico feliz por esse tema tão candente.

É claro que lembramos os mestres, que são pessoas de notório saber. Muitas vezes, não damos valor a essas pessoas que conhecem a arte do fazer; muitas vezes, elas não têm a arte do ensinar, mas têm a capacidade do fazer, e, ao fazer, ensinam. Assim são algumas profissões. Algumas já se perderam no tempo. Eu me lembro do ourives, das pessoas que consertam relógios, o relojoeiro. Eram pessoas que não entravam numa faculdade, mas eram tão importantes para a sociedade quanto as pessoas que chegam à universidade.

Só para destacar uma das questões levantadas aqui no nosso relatório, eu estava percebendo, em outro dia, Presidente, como chamamos o ensino universitário: nós o chamamos de ensino superior, quase que desqualificando os outros ensinos. Eu acho que não existe nada mais superior do que o ensino básico. Se eu pudesse, eu mudaria e diria que, se algo é superior, primeiro é se alfabetizar, é ter a possibilidade de entender, de ser alfabetizado tanto na técnica da leitura quanto na técnica da escrita e na alfabetização emocional também. Talvez essa questão de chamar de ensino superior venha desses primórdios da desqualificação que se tinha dos afazeres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eram, muitas vezes, manuais e feitos por pessoas simples, pessoas pobres, que não tinham visitado as cadeiras e as mesas das universidades.

Mas acho que o Brasil começa a rever essas questões e acho que a aproximação que o Governo da Bahia está fazendo através da Secretaria de Educação, criando essas escolas culturais, traz de volta um pouco para esse alinhamento com a força da cultura popular.

Há um trabalho novo e muito interessante do escritor Jorge Caldeira, Senadora Lídice e Senadora Lúcia Vânia; um livro em que ele trata das riquezas do Brasil e em que coloca uma questão interessante: ele acha que a nossa história será completamente repaginada. Por quê? Como eram feitas, eram escritas as histórias anteriores nos livros? Através de uma pesquisa feita por um pesquisador com o seu grupo de pesquisadores e com um olhar específico de alguns documentos. Com a digitalização desses documentos históricos, nós vamos ter como revisitá-los e tratar essa quantidade de informações de uma outra maneira.

Ele coloca duas questões que são muito interessantes. Ele diz que a primeira questão que teremos de reavaliar é a nossa relação com o Estado de força que, muitas vezes, nós tivemos aqui, como o Império, a República Nova. Nós temos uma das democracias locais mais duradouras do mundo. Então, mesmo nas ditaduras, a gente escolhia o nosso representante local. Claro que com distorções históricas imensas, principalmente lá no Nordeste, nessa luta do intendente, do cangaço, da volante. Isso tudo impactava, mas havia uma escolha local.

E a outra questão é sobre a capacidade empreendedora do brasileiro, advinda dessa população mais humilde. Ele traça o perfil desse crescimento, dessa capacidade empreendedora do Brasil a partir dessas pessoas mais humildes que têm o saber do fazer.

É um debate muito interessante.

Finalizando, eu queria agradecer a todos aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu cumprimento o Senador Roberto Muniz. Quero dizer, Senador, da admiração desta Presidência com o trabalho de V. Exª; um trabalho meticuloso, aplicado. V. Exª teve a paciência de estabelecer um cronograma de trabalho e cumpri-lo disciplinadamente. Ouvindo as pessoas e tomando por base o relatório do TCU, fez um trabalho primoroso, que será destaque nesta Comissão.

Vamos mandar publicar e encaminhar ao MEC esse estudo, para que outras pessoas tenham condições de fazer a avaliação. O livro também será distribuído a todos os Secretários estaduais e municipais, para que eles possam sentir a importância dessa avaliação e sentir a importância de como qualquer política pública, como V. Exª coloca aí, precisa ser acompanhada, fiscalizada, medida e, principalmente, de que seja feita a avaliação do custo-benefício. Às vezes a intenção é muito boa, mas o custo vai muito além daquilo que se pode fazer. Isso faz com, na escassez de recursos que temos, alguns setores fiquem prejudicados em função dessa universalização sem controle e sem avaliação.

Portanto, receba os nossos cumprimentos e receba, principalmente, a admiração desta Comissão pelo trabalho de V. Exª. Muito obrigada.

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Secretaria que encaminhe para publicação o referido trabalho.
Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2017
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.

Autoria: Deputado Ságuas Moraes
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, para proferir o relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 91, de 2017 (nº 4.613, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Ságuas Moraes, que altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.

Chega para a análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 91, de 2017 (nº 4.613, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Ságuas Moraes, que altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.

Assim, na redação proposta pelo art. 2º do PLC ao art. 13 do mencionado decreto-lei, fica estipulado que a radiodifusão educativa se destina à divulgação de programas educacionais e culturais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras, seminários e debates, programas musicais e outros que veiculem ou divulguem manifestações culturais, permitida a interação do público externo. Ademais, fica estabelecido que a televisão educativa não tem caráter comercial, embora seja permitida a divulgação dos apoiadores culturais nos programas educacionais transmitidos.

Já para o art. 14 do decreto-lei, o PLC estabelece que apenas podem executar serviço de radiodifusão educativa: 1) a União; 2) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; 3) as instituições brasileiras de ensino superior públicas e privadas, bem como suas mantenedoras, inclusive na forma de associações; e 4) as fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Fica estabelecido, ainda, que as instituições de ensino superior, bem como suas mantenedoras e as fundações, deverão comprovar a posse de recursos próprios para o empreendimento. Além disso, a outorga de canais para a radiodifusão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no art. 34 da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º da proposição dispõe sobre a cláusula de vigência, que é estabelecida para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra que, no âmbito das instituições de ensino, podem executar serviços de radiodifusão apenas as universidades e, por força de portaria e com fins exclusivamente educativos, os centros universitários e as faculdades. Assim, defende o Deputado que todas as instituições de educação superior e suas mantenedoras tenham essa prerrogativa.

A matéria será enviada a seguir para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre assuntos correlatos à educação, como é o caso da proposição em análise.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou simplesmente LDB, enumera, em seu art. 43, oito finalidades da educação superior: 1) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; 2) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; 3) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; 4) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; 5) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; 6) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; 7) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; e 8) atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Ora, as instituições de educação superior, no seu conjunto, buscam, por meio de diversas ações e em graus distintos, atingir essas finalidades, cuja relevância salta aos olhos. Dessa forma, afigura-se pertinente que todos os estabelecimentos de educação superior, inclusive suas mantenedoras, possam, por força de lei, executar serviço de radiodifusão educativa, cujo fim – a saber, a "divulgação de programas educacionais e culturais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras, seminários e debates, programas musicais e outros que veiculem ou divulguem manifestações culturais" – concerne apenas a uma parcela das nobres finalidades que a educação superior busca atingir.

Naturalmente, deve valer para as instituições de educação superior a exigência que atualmente a lei estipula para as fundações, que é a de comprovação de que possuem recursos próprios para o empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De resto, o PLS promove algumas atualizações nos arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, como a permissão para que a radiodifusão educativa divulgue os apoiadores culturais nos programas transmitidos, assim como a menção ao Distrito Federal e a supressão dos Territórios como entes que podem executar serviço de radiodifusão educativa.

Dessa forma, julgamos que a matéria deve ser acolhida pela CE, nos termos de sua competência regimental.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2017 (nº 4.613, de 2016, na Casa de origem).

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – O item 15 é um requerimento – portanto, é não terminativo – do Senador Romário, em que ele, na verdade, inclui o nome de algumas pessoas, alguns convidados para participar de uma audiência pública, já aprovada aqui na Comissão, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2005, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de treinador profissional de futebol. Ele acrescenta o nome de três treinadores ou representantes para esse debate.

Eu queria solicitar a V. Exª que pudesse votar logo esse item, já que é não terminativo – nós estamos com uma pauta carregada de projetos terminativos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vamos colocar em votação o requerimento, que S. Exª já leu.

Eu gostaria de saber se alguém quer discutir o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Romário.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos dos arts. 90, inc. II e 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de representantes dentre o rol de convidados elencados no RCE nº 141, de 2015, para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol: Jorge de Amorim Campos - ex-jogador e treinador de futebol; André Dias de Oliveira Fernandes – Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro e Renato Gaúcho - ex-jogador e treinador de futebol.

Autoria: Senador Romário e outros.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, eu entendo que agora será...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O item 13 da pauta, não terminativo.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Eubiose.

Autoria: Deputado Bruno Covas

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Deputado Bruno Covas institui o Dia Nacional da Eubiose.

O art. 1º do PLC define o dia 10 de agosto como o Dia Nacional da Eubiose. Já o art. 2º traz a cláusula de vigência da lei em que o projeto se transformar, que será a data de sua publicação.

O autor justifica o projeto pela finalidade do reconhecimento do trabalho realizado pela Sociedade Brasileira de Eubiose, instituição que há 90 anos contribui com o desenvolvimento cultural e espiritual da sociedade brasileira com seus ensinamentos e suas ações no campo social.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada e aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça.

Com a documentação apresentada, sabe-se que o tema foi debatido em audiências públicas, com participação de especialistas no assunto em diversas oportunidades, em Câmaras Municipais e em Assembleias Estaduais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Eu lembro que, em 1969, a antiga Sociedade Teosófica Brasileira, fundada em 1924, passou a denominar-se Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE).

A Sociedade Brasileira de Eubiose é uma entidade que existe desde 1953 em diversas localidades do País. É possível ver o trabalho dedicado e voluntário dos seus membros.

Não há dúvida, portanto, de que a proposição em tela é extremamente meritória.

O dia 10 de agosto foi escolhido por ser a data em que, no ano de 1924, foi fundada a Sociedade Teosófica Brasileira, denominação inicial da Sociedade Brasileira de Eubiose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requisitos constitucionais relativos à competência da União foram obedecidos.

No que diz respeito à juridicidade, tendo em vista as audiências públicas realizadas, a matéria atendeu aos requisitos previstos na Lei nº 12.345.

Em relação à técnica legislativa, o PLC nº 125, de 2017, do Deputado Bruno, está redigido em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Dito isso, o meu voto, observados mérito, juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 125, de 2017, que na Câmara era o Projeto de Lei nº 6.034, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016
- Terminativo -

Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 31/10/2017.*

Essa votação é nominal, mas vou conceder a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório, uma vez que não temos quórum para deliberação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Trata-se, como V. Exª bem mencionou, do Projeto de Lei nº 1, de autoria do Senador Dalirio Beber, que homenageia o ilustre e saudosa amigo e correligionário Luiz Henrique da Silveira, com a sua disposição de denominar Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Como todos nós sabemos, preliminarmente já mencionado, o Senador Luiz Henrique foi um dos protagonistas, se não protagonista principal da discussão e do empenhamento que teve para ver aprovado o Código Florestal, que trouxe, na minha opinião, inúmeras vantagens ao desenvolvimento sustentado de Santa Catarina e do Brasil. Portanto, essa questão é extremamente interessante, e a lembrança por parte do Senador Dalirio Beber é de inteira justiça e merecedora do nosso aplauso.

O relatório, Srª Presidente.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senador Dalirio Beber que propõe denominar essa lei, em caráter suplementar, Código Florestal Luiz Henrique da Silveira.

A proposição tem dois artigos: o primeiro deles estabelece a referida homenagem, e o segundo propõe que lei entre em vigor na data da sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificativa, o autor da matéria afirma que Senador Luiz Henrique da Silveira faz-se merecedor da homenagem por todo o seu empenho no longo esforço de reformulação do Código Florestal Brasileiro.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa aqui na Comissão de Educação.

A ela não foram apresentadas emendas.

Análise.

Como se diz sempre e tradicionalmente, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, com é caso do projeto em tela.

O novo Código Florestal, editado pela Lei nº 12.651, de 2012, se mostra bastante inovador, tendo-se fundamentado na necessidade de alcançar o avanço tecnológico e os novos objetivos do mundo globalizado.

A reforma do Código visou, assim, superar a defasagem legislativa do antigo diploma. Nesse sentido, a reformulação objetivou garantir o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entre as principais mudanças trazidas pelo novo código estão a ampliação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as alterações no âmbito da Reserva Legal (RL). Assim, o legislador ordinário inseriu na reforma do citado diploma os parâmetros de sustentabilidade que vêm sendo implementados para melhorar a situação mundial no sentido de que ao menos se deixe um ambiente razoavelmente habitável para as gerações futuras.

Como lembra o autor da matéria, o Senador Luiz Henrique da Silveira foi o Relator do projeto de lei sobre o novo código no Senado Federal nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Com a convicção, a experiência e o conhecimento de quem já havia realizado um trabalho bem-sucedido em seu Estado natal, Santa Catarina, o Senador Luiz Henrique tornou-se elemento fundamental no andamento das discussões, no sentido de viabilizar a obtenção de uma lei que atendesse os interesses dos diferentes segmentos envolvidos e, ao mesmo tempo, representasse um avanço no âmbito da proteção ambiental.

Nas Comissões em que atuou, o Senador Luiz Henrique, além de compatibilizar a nova lei com os princípios e dispositivos constitucionais, buscou implementar modificações substanciais, tendo como diretriz principal a busca da conciliação da preservação ambiental com a produção agrícola.

Por essas razões, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de conferir o nome do nobre e distinto Senador Luiz Henrique da Silveira ao Código Florestal resultante da lei que ele tanto contribuiu para que se tornasse realidade.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que refere à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa. Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica legislativa e também jurídica.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Dário.

O relatório é dado como lido e ficam adiadas a discussão e a votação.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2016

- Não terminativo -

Obriga os livreiros a dar ampla divulgação a obras literárias brasileiras nos locais que especifica.

Autoria: Deputado Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Roberto Muniz

Relatório: Contrário ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz, para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Senadoras e Senadores aqui presentes, com o objetivo de incentivar a produção literária nacional, o PLC nº 49, de 2016, (PL nº 1.942, de 2015, na Casa de origem), obriga os livreiros a dar ampla divulgação a obras literárias brasileiras em seus estabelecimentos. Para tanto, estabelece que os livreiros deverão destacar em suas livrarias, postos de vendas e sítios na internet ao menos 30% (trinta por cento) do espaço reservado à divulgação de seus produtos literários para a exposição de obras literárias de autores nacionais.

O projeto define livreiros como a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros, bem como todo e qualquer estabelecimento que comercialize livros, obras literárias e assemelhadas.

Em caso de descumprimento, o infrator deverá pagar multa de dez salários mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência.

O projeto isenta da obrigação: (i) os estabelecimentos especializados em literatura, em títulos técnicos e em títulos científicos estrangeiros, exceto se comercializarem obras literárias de autores nacionais; e (ii) pequenos postos de vendas de jornais, revistas, livros e demais periódicos.

Srª Presidente, a motivação do projeto é para que a gente entenda o impacto que isso pode gerar no mercado. A gente resgatou algumas motivações na apresentação na Câmara dos Deputados. O PLC nº 49, de 2016, é oriundo da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 1.942, de 2015, do Deputado Veneziano Vital do Rêgo. Em sua justificação, o autor destacou que:

> O hábito de leitura certamente ainda é um grande desafio a ser alcançado no Brasil, em particular a leitura de autores brasileiros. Este recorte específico das obras literárias é ainda mais desafiador em nosso País, pois comumente é objeto de obrigação escolar e não de opção voluntária de lazer, ao contrário de obras estrangeiras, sobretudo *best-sellers*, não importando para quais idades e públicos sejam direcionados.
>
> [...]
>
> Observa-se, portanto, o quanto é necessária uma proteção do mercado de autores brasileiros. A constituição do mercado editorial de livros é caracterizada por perfil tipicamente oligopolista, no qual poucos grupos controlam parcela maciça das editoras existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor do projeto identifica as editoras como um agente com poder de mercado responsável pela situação. No entanto, o texto do projeto foca a ação nas livrarias.

Ademais, a justificação cita entrevista de Júlio Silveira, editor brasileiro, o qual destaca o fato de nenhum escritor contemporâneo nacional conseguir se comunicar com uma grande parcela do público jovem.

Nós fizemos um levantamento sobre os dados do setor editorial e pegamos a pesquisa "Produção e vendas do setor editorial brasileiro", com ano base de 2015, que apresenta os dados mais recentes sobre as vendas de livros no Brasil, bem como a participação dos autores nacionais. Trata-se de "uma estimativa, elaborada a partir dos dados de uma amostra de editoras, da *performance* do setor editorial e de seus subsetores".

Com relação ao lado da oferta, a Tabela 1 apresenta os dados sobre os títulos editados e exemplares produzidos no Brasil, tanto de livros traduzidos quanto de autores nacionais, para os anos de 2014 e de 2015.

Os dados mostram que 90,8% dos títulos produzidos em 2015 foram de autores nacionais, o que correspondeu a 95,5% dos exemplares. Trata-se de uma participação expressiva dos autores nacionais no montante de livros editados.

Vou pegar os números dessa tabela.

Em 2015, 426 milhões de exemplares foram de autores nacionais contra apenas 47.646 títulos. Já dos traduzidos, foram 19 milhões de exemplares, com 4.781 títulos traduzidos. Ou seja, resguarda que 10% do valor dos títulos são traduzidos, contra 90% dos autores nacionais. Essa proporção, em termos de exemplares, também configura um valor muito diferente da proposta que foi feita pelo projeto de lei.

Quando comparamos com dos dados de 2002/2003, percebemos que a participação dos autores nacionais na produção de títulos e de exemplares era próximo de 90%, ou seja, a mesma verificada atualmente. Assim, não existe queda da participação dos autores nacionais no mercado de livros no Brasil, que continua muito elevada percentualmente. Se forem pegar estes dados aqui também desses outros anos, ela fica mais ou menos nesse mesmo patamar. Portanto, os dados apresentados demonstram que os autores brasileiros não estão em desvantagem em relação ao percentual de títulos editados anualmente. Ao contrário, os títulos nacionais representam a maioria absoluta.

Quanto ao lado da demanda, ressaltamos que os dados não apresentam as informações consolidadas por nacionalidade. Dessa forma, para ter uma noção dos números, consultamos a relação dos livros mais vendidos no Brasil. E é interessante, Senadores, o quanto é revelador. Na lista dos 20 livros mais vendidos no Brasil, em todas as categorias, 12 são de autores nacionais. Eu até me surpreendi positivamente. Na categoria de autoajuda, 16 são de autores nacionais, e 15 na de não ficção. Apenas na categoria de ficção os escritores nacionais não possuem maior destaque, porque é a categoria que mais rivaliza com os *best-sellers*, o que será discutido mais adiante.

Está aqui uma tabela interessante. Dos *top* 20, dos melhores 20 livros, dos 20 livros mais vendidos no Brasil, no geral, 12 são títulos nacionais; na autoajuda, nós crescemos para 16; 15 são de não ficção; na categoria infato-juvenil, nós caímos para 9; e, na ficção, nós temos apenas 4.

Possíveis consequências econômicas do PLC nº 46, de 2016, e custo regulatório.

Quando uma obra estrangeira chega ao País já passou por uma seleção prévia dentre os milhares de livros lançados a cada ano em todo o mundo. As editoras investem muito na tradução, no *marketing* e na distribuição de livros que têm um potencial elevado de gerar lucros para sustentar a sua atividade econômica e alavancar os negócios. A escolha de títulos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obtendo sucesso no mercado internacional faz, assim, parte de uma estratégia empresarial legítima.

De acordo com Carlos Andreazza, editor de literatura brasileira e de não ficção da Record, "os títulos de fora já vêm impulsionados pela publicidade e, não raro, adaptações cinematográficas [...] É uma cadeia já desenhada." E a gente não sabe – já abrindo aspas – o que começa primeiro, se nasce o livro e depois o filme, e, muitas vezes, a gente assiste ao filme e depois vai buscar o livro. "Esses títulos *blockbusters* estrangeiros são destinados a um público já existente e formado, que é o de leitores [específicos desse tipo de obra] de *blockbusters*."

Assim, é preciso reconhecer que a produção literária nacional conta com algumas desvantagens nesse caso. Inicialmente, as editoras nacionais não possuem a mesma infraestrutura de escolha de obras dentre as inúmeras que chegam às suas mãos para avaliação, revisão e editoração. Ademais, enfrentam uma concorrência com o que há de melhor e de maior apelo comercial produzido no resto do mundo.

Mesmo assim, conforme demonstrado na seção anterior, a produção literária nacional é expressiva, possui a maior parcela de títulos editados anualmente e figura com destaque nas listas dos mais vendidos.

Dessa maneira, buscando solucionar um problema que não foi identificado, por ter partido de uma percepção que, após analisada em suas minúcias, percebemos que não condizia com os dados do setor, acreditamos que o projeto tem potencial para gerar consequências negativas para a sociedade.

Em primeiro lugar, o projeto não indica como seria efetivada a regulação dessa atividade, pois não determina quem a fiscalizaria. Mesmo que o tivesse feito, isso representaria um custo regulatório a ser diluído para toda a sociedade. Seria necessário contratar funcionários, ou deslocar os atuais de suas funções, e manter uma estrutura administrativa para fiscalizar os livreiros periodicamente para verificar a correta aplicação da lei proposta, que estabelece a questão dos 30% de autores nacionais nas prateleiras.

Ademais, a penalidade estipulada (multa de dez salários mínimos) afetaria economicamente apenas os pequenos livreiros, podendo-os levar a sérias dificuldades financeiras em caso de descumprimento. Por outro lado, essa penalidade não afeta em absolutamente nada os grandes varejistas, que poderiam descumprir a norma, pagar a multa e continuar com suas estratégias de vendas. Assim, o projeto tem potencial de coerção apenas sobre os livreiros mais vulneráveis economicamente.

Tal regra poderia, sim, levar a uma maior concentração de mercado, prejudicando os consumidores e privilegiando as grandes livrarias.

Destacamos ainda que o projeto interfere nos negócios privados, limitando a liberdade de escolha das estratégias de vendas, constituindo uma afronta ao fundamento da livre iniciativa.

Conforme o inciso IV do art. 1º da Constituição, o valor social da livre iniciativa apresenta-se como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Ademais, o art. 170 afirma estar a ordem econômica fundada na livre iniciativa e concorrência. Ao Estado cabe, sim, regular o mercado, mas quando sua interferência gere claro e concreto aumento de bem-estar social.

Assim, é assegurada constitucionalmente ao empreendedor a liberdade de gerir uma atividade econômica.

Entendemos, dessa forma, que a decisão acerca de alocação de espaços de destaque nos locais de vendas de livros cabe, de forma irrestrita, aos livreiros. Impor condições de dar ampla

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

divulgação a obras literárias de autores nacionais constitui interferência abusiva do Poder Público na esfera privada.

Quanto às manifestações da sociedade civil organizada, nós também buscamos ouvi-las. Ressaltamos, ademais, que nenhuma instituição se manifestou favoravelmente ao projeto, que contou apenas com manifestações contrárias, as quais destacamos: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Associação Nacional de Livrarias (ANL), Liga Brasileira de Editoras (Libre), Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu) e Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR).

Nas manifestações enviadas pelas entidades supracitadas, elas teceram comentários coincidentes com os apresentados neste relatório e ainda apresentaram o dado de que apenas 11% dos leitores – isto é realmente interessante – escolhem o livro pela capa, sendo, portanto, certo que a medida proposta, além de ter suas premissas equivocadas, ainda sugere tratativa não eficiente.

Reiteraram também que o setor já sofreu um encolhimento de 17% nos últimos dois anos e que qualquer regulação que prejudique os negócios do setor pode desencadear retração ainda maior no ramo.

A conclusão, Srª Presidente e demais Senadores, é que a premissa do projeto é a de que a produção literária nacional é preterida pelos títulos estrangeiros e precisa de incentivo por meio de uma espécie de reserva de mercado.

Em nossa análise, concluímos que a premissa do projeto está equivocada. A participação dos autores nacionais no mercado de livros editados anualmente está próxima de 90%. Ademais, a demanda por livros de autores nacionais é mais elevada que a de livros estrangeiros em quase todas as categorias literárias, mesmo sendo uma concorrência com o que há de maior sucesso no mundo, os chamados *best-sellers*, que contam com filmes e ampla divulgação.

Consideramos que a eventual transformação do projeto em lei geraria consequências negativas para o público leitor, diante da possível concentração de mercado resultante. Prejudicaria, ainda, autores nacionais, que contam com os pequenos livreiros especializados para a sua divulgação.

Por fim, Srª Presidente, acho que é notória a boa intenção do Deputado, porque a ampliação da quantidade de leitores é, sem sombra de dúvida, um objetivo de qualquer Ministro da Educação, de qualquer ente, de qualquer pessoa que esteja à frente da responsabilidade de melhorar a educação no Brasil. Mas acho que o instrumento que foi disponibilizado por esse projeto de lei não alcança esse objetivo. Em vez de propor e de colocar à disposição mais livros, mais livrarias... Nós temos uma quantidade muito pequena de livrarias no Brasil. Se formos comparar com o que há de livrarias *per capita* num país como a Argentina, nós veremos que há um déficit muito grande.

Se nós formos ver as dificuldades que temos hoje no setor de audiovisual para construir os roteiros, na busca de roteiristas, isso é, sem sombra de dúvida, fruto da não existência de muitos roteiristas no Brasil de sucesso na área do audiovisual e do cinema. Isso se restringe a poucos, porque nós temos o pouco hábito da leitura. Mas o que a gente entende é que o hábito da leitura não está diretamente ligado à quantidade de exemplares que estão divulgados nas prateleiras das livrarias. Tentamos buscar ver se, diminuindo essa quantidade, isso iria impor a melhoria do projeto, para tentar aproveitá-lo, mas, infelizmente, os números nos mostram – e foi o que todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas entidades que participaram perceberam – que isso não geraria esse alcance, o objetivo que o nobre Deputado tentou.

Por fim, pequenos livreiros que atendessem à exigência do projeto poderiam ver suas receitas e lucros diminuírem, levando os mais vulneráveis à falência. De acordo com a teoria econômica, a redução do número de ofertantes, tende a levar a um aumento dos preços dos produtos.

Por essas questões que aqui enumerei, votamos pela rejeição do PLC nº 49, de 2016, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O relatório é pela rejeição.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu solicitaria ao Senador Dário Berger que lesse para nós o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2014, terminativo. É o item 10 da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014
- Terminativo -

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 17/10/2017.

O projeto é terminativo. Estamos acelerando todos os terminativos, para, numa única reunião, podermos votar todos.

Então, eu pediria ao Senador que, como Relator *ad hoc*, pudesse relatar esse projeto.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório do Senador Anastasia como Relator *ad hoc*.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Srª Presidente, eu o faço com muito prazer e já solicito a aquiescência de V. Exª e dos demais membros desta Comissão para partir diretamente para a análise, uma vez que V. Exª, preliminarmente, já sintetizou o relatório.

O PLS nº 299, de 2014, envolve matéria com impacto no campo da educação, encontrando-se, dessa maneira, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação (CE), consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, a proposição não apresenta óbices de ordem material ou formal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição também se insere, sob a perspectiva material, adequadamente no ordenamento jurídico infraconstitucional que estabelece a obrigação de a União "assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino", conforme o art. 9º, inciso VI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Ideb é um indicador estatístico da qualidade da educação, que combina informações de rendimento escolar de estudantes do ensino fundamental e médio (taxas de aprovação, calculadas a partir do Censo Escolar) com informações de desempenho obtidas em exames que integram o Saeb. Atualmente, o Saeb é composto por três avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

Até 2015, a Aneb foi aplicada de maneira amostral, com a participação de alunos das redes pública e privada do País, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A Prova Brasil, cujos resultados são disponibilizados por escola e por ente federado, foi aplicada de forma censitária para os estudantes do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental matriculados exclusivamente em escolas públicas com no mínimo 20 alunos.

O Ideb, embora tenha sido criado por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, foi posteriormente referenciado em lei, com a edição da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa norma estabeleceu como Meta 7 o avanço nas médias do Ideb em cada etapa do ensino básico ao longo dos próximos dez anos. A proposição em análise alça explicitamente o referido índice ao *status* de lei, dando maior efetividade e sustentabilidade na sua execução.

No que concerne à transformação do Saeb em avaliação censitária, recentes alterações na sistemática do exame, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 564, de 19 de abril de 2017, vão exatamente nesta direção. Com base nesse normativo, o MEC aplicará o Saeb na seguinte forma: escolas públicas de zonas urbanas e rurais com dez ou mais alunos matriculados em cada uma das etapas de 5º e 9º anos do ensino fundamental e de 3ª ou 4ª série do ensino médio; amostra de escolas privadas de zonas urbanas e rurais...

Chegou aqui agora o eminente Relator, e até me sinto relativamente constrangido pela sua capacidade, por tudo que já representou e continua representando, como um dos Senadores mais brilhantes e mais atuantes do Senado Federal. Para mim, é um privilégio dar continuidade, então, à leitura do relatório, que é relativamente amplo, mas bastante abrangente.

Vamos em frente, então!

Prossigo: amostra de escolas privadas de zonas urbanas e rurais com dez ou mais alunos matriculados em cada uma das etapas de 5º e 9º anos do ensino fundamental e de 3ª ou 4ª séries do ensino médio – eu já tinha lido, inclusive –; mediante adesão, escolas privadas de zonas urbanas e rurais com dez ou mais alunos matriculados na 3ª série ou na 4ª série do ensino médio.

Portanto, o Ministério está ampliando a população alvo do Saeb, tornando a avaliação censitária no ensino médio das redes públicas e permitindo o mesmo para a rede privada por meio de adesão.

O projeto em análise torna o Saeb censitário, incluindo todas as escolas públicas e privadas, com exceção das exclusivamente de educação especial. Dá, portanto, um passo a mais do que a recente portaria do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, acreditamos que os técnicos do Ministério da Educação têm melhores condições de definir, em termos qualitativos, quais os dados que devem ser colhidos para avaliação. O critério adotado pela recente Portaria nº 564, de 19 de abril de 2017, por exemplo, foi estabelecido por questões metodológicas, pois hoje não há condições de se avaliar escolas com menos de dez alunos sem comprometer a precisão do estudo.

Por essa razão, apresentamos um pequeno ajuste, conferindo ao Poder Executivo a competência de definir critérios. Ressalta-se que a possibilidade de regulamentação pelo Poder Executivo permite uma maior atualização do sistema de avaliação.

Também propomos alterações à forma do art. 3º do PLS.

Primeiro, limitamos o dispositivo ao Saeb, pois o Censo Escolar, em cumprimento ao disposto nos arts. 5º, inciso I; e 9º, inciso V, da LDB, já é realizado cobrindo todas as escolas do País.

Segundo, substituímos a menção direta à Lei nº 13.005, de 2014, pela menção ao "Plano Nacional de Educação", uma referência genérica que não apresenta o problema de citar uma lei cuja vigência é por prazo determinado.

O voto é o seguinte, Srª Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 299, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CE

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2014, a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada."

EMENDA Nº -CE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 3º As avaliações que compõem o SAEB serão feitas obrigatoriamente para estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada, nos termos de regulamento, observado o disposto no Plano Nacional de Educação."

Este é o relatório do Senador Antonio Anastasia, que, por coincidência, encontra-se ao meu lado.

Com muito prazer, tive a honra de fazer a leitura do relatório e aproveito para cumprimentar, mais uma vez, o Relator desta matéria, Governador que foi e tendo exercido inúmeros cargos relevantes, ninguém, certamente, teria melhores condições de fazer um relatório dessa envergadura e dessa importância.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Dário.

O relatório é dado como lido.

Pergunto ao Senador Anastasia se gostaria de fazer algum comentário.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Queria agradecer as palavras tão carinhosas e gentis, fruto do coração extremamente amigo do Senador Dário Berger, e a gentileza de ter lido o relatório, que nós reapresentamos em razão de tratativas com o Governo do projeto de autoria do Senador Ferraço.

Como foi colocado agora, aparentemente a matéria está redonda, inclusive com o Ministério da Educação, e trata-se de um tema muito importante, que é exatamente colocar, de modo público e transparente, as notas de avaliação para o ensino nas escolas, inclusive particulares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aí todos terão conhecimento e poderão saber como aquela escola está. E haverá uma regulamentação que vai detalhar a forma de fazê-lo. Então, acho que é um avanço na nossa educação.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Agradeço mais uma vez ao Senador Dário pela gentileza e, a V. Exª, por inserir na pauta um assunto dessa relevância. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Anastasia.

Quero solicitar o empenho dos Senadores, porque na próxima reunião nós vamos fazer uma força-tarefa para aprovar esses projetos, uma vez que já estamos no final do ano e precisamos limpar a nossa pauta. Então, eu pediria que, na próxima semana, os Senadores estivessem presentes.

Vamos ler mais um para facilitar a votação na próxima semana.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações: *1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 26/09/2017.

Peço ao Senador Anastasia que leia o relatório do Senador Vicentinho como Relator *ad hoc*.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Pois não, Srª Presidente.

Como se trata de uma matéria singela – denominação de rodovia –, se V. Exª me permitir, sendo o parecer conhecido, eu vou logo à análise, que determina que compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emissão de parecer sobre proposições referentes a homenagens cívicas, caso da proposição que ora examinamos.

Em seu art. 1º, o projeto sob análise observa plenamente os critérios estabelecidos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. São admitidas, para esse fim, "designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade".

Já o art. 2º tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Museu Nacional de Rodovias. Trata-se, portanto, de dispositivo de natureza autorizativa, uma vez que, de acordo com o art. 61, I, "b", da Constituição da República, são de iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização administrativa.

No que se refere aos projetos autorizativos, no âmbito do Senado Federal, o Plenário da Casa, em decisão de 17 de dezembro de 2015, a respeito do Parecer nº 903, de 2015, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), assim prescreveu:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse poder.

Dessa forma, esse dispositivo, presente na proposição, não merece seguimento por vício de inconstitucionalidade.

No que diz respeito ao mérito, a carreira de Bernardo Sayão é marcada por uma série de iniciativas relevantes e pioneiras e, sobretudo, voltadas para o desenvolvimento da região central do País. Engenheiro agrônomo, foi Governador de Goiás e foi convidado por Juscelino Kubitschek para liderar a construção do trecho sul da rodovia Belém-Brasília. Sua morte prematura ocorreu no cumprimento dessa missão, quando o barracão que ocupava foi atingido por uma árvore derrubada nos trabalhos de abertura da mata.

Por sua competência profissional e pelo exemplo de dedicação ao Brasil que representa, Bernardo Sayão foi homenageado pelo Decreto nº 47.763, de 5 de fevereiro de 1960, que deu seu nome ao trecho da Rodovia BR-010 que liga a Capital Federal a Belém (PA). Como esta rodovia nunca foi concluída, na prática os trechos da BR-153 que fazem essa ligação passaram a ser conhecidos pelo mesmo nome.

Porém, uma vez que o aludido decreto foi revogado em 1991, faz-se necessária uma lei para retomar a justa homenagem. É, portanto, meritório o projeto.

Ressalvadas as observações acerca do art. 2º, não identificamos outros óbices à aprovação da proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Voto.

Pelas razões expostas, e verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, com a emenda que se segue:

> EMENDA Nº – CE
>
> Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, renumerando-se o atual art. 3º para art. 2º.

É o relatório do Senador Vicentinho Alves apresentado a este projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador Anastasia.

O relatório é dado como lido e ficam adiadas a sua discussão e a sua votação.

Não havendo mais nada a tratar, convoco para o dia 5 de dezembro, terça-feira, em caráter excepcional às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Comunico aos Srs. Senadores que, na semana passada, em nome desta Comissão, o Senador Cristovam Buarque participou de seminário junto aos conselhos estaduais e municipais de educação e, hoje, eu, em nome da Comissão, participei do seminário sobre a avaliação do Plano Nacional de Educação, pela manhã, no Indeb.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2014

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015

- Terminativo -

Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 07/06/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 17/10/2017, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e a votação.*

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *Em 07/06/2017, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e a votação.*

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006

- Terminativo -

Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Quinquênio da Alfabetização".

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1 - Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2- Em 31/10/2017, o relatório foi lido, e foi adiada a discussão e a votação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos.

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 31/10/2017, o relatório foi lido, e foi adiada a discussão e a votação.*

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 26/09/2017, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e a votação.*

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações: *1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 26/09/2017.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 31/10/2017.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Senadores Antonio Anastasia e Dário Berger pela presença.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Edison Lobão, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Ângela Portela, Paulo Paim, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para ampliar o prazo de impedimento de que trata o art. 39-A, estender sua incidência a atos praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos e instituir novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas." **Autoria:** Deputado Andre Moura. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa." **Autoria:** Deputado Rubens Otoni. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com três subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três com emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Lídice da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mata, para reexame. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 5, de 2014, nos termos de substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 321, de 2014, e do PLS nº 94, de 2015. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2017 - Terminativo -** que: "Denomina a Usina Hidrelétrica de Belo Monte de Usina Hidrelétrica de Belo Monte Engenheiro Nicias Ribeiro." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Arivaldo Angelo Pancera o viaduto transversal localizado à BR-282, no Município de Catanduvas, que liga os bairros Centro-Oeste e Sayonara ao centro da cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Maçã." **Autoria:** Deputado Ronaldo Benedet. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Atibaia, Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Morango." **Autoria:** Deputado Roberto Alves. **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 62 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 229/2007, que dispõe sobre o financiamento das Universidades Estaduais e Privadas pela União, com a presença dos seguintes convidados: Diretor de Políticas e Programas de Graduação (SESU/MEC); Diretor da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior – ABRAES; Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU; Representante do Ministério da Fazenda; Representante da UERJ; Representante da Andifes; Representante do Conselho de Reitores." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a Reunião, a pedido dos Senadores Fátima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bezerra e Cristovam Buarque, foram incluídos como convidados um representante da Andifes e um representante do Conselho de Reitores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senadora Fátima Bezerra

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/05

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 22 da pauta.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que, como o item 6 já está na pauta há várias semanas, fizesse uma inversão de pauta para que possamos votá-lo agora, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É um item terminativo. Vai só fazer a leitura, não é?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos um pedido da Senadora Fátima, que já está aqui na mesa, do item 1, que é não terminativo. Gostaria de saber se a Senadora permite que o Senador Lobão leia o dele.

O seu relatório já foi lido, Senador, e não temos quórum para deliberar, porque é terminativo.

Então, a Senadora Fátima, item 1... Vamos começar com o item 1 da pauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pela ordem, Srª Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Hélio, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Eu tenho aqui nesta Casa o PLS 410, de que já falei aqui. Eu gostaria que V. Exª deliberasse sobre a passagem desse projeto à Senadora Fátima Bezerra, para que ela relate esse projeto importante, que trata da isenção de taxas do Ecad para as rádios comunitárias do Brasil.

Como urge essa questão, porque várias rádios estão fechando por não terem recursos para o funcionamento, por causa dessa cobrança altíssima das taxas do Ecad das rádios comunitárias. Elas fazem um serviço de apoio à cultura, de divulgação das músicas populares brasileiras, e não têm recurso nenhum para elas.

Então, eu gostaria... Já conversei com a Senadora Fátima Bezerra. Ela topa fazer um relato breve para que, ainda quem sabe neste ano, a gente possa ler na próxima sessão esse projeto, o PLS 410, da minha autoria, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de ler, se fosse possível, há um item em pauta de que sou Relator, um projeto terminativo, não sei o número.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou começar com o da Senadora Fátima, enquanto ele localiza aqui para mim o do Senador Hélio.

A distribuição é a cargo da Presidência. Eu estou aqui abrindo, mas a Presidenta bem. A distribuição do projeto é com a Presidência, mas eu acredito que não haja nenhuma objeção de que a Senadora Fátima seja a Relatora.

Então, vamos começar com item 1.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um minutinho, Senadora. Só para ler a ementa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *A matéria constou da Pauta da Reunião de 28/11/2017.*

Concedo a palavra à Senadora Fátima para proferir seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado, como é o caso aqui do PLC nº 91, de 2014.

A primeira lei federal de incentivo à cultura no Brasil foi a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, popularmente chamada Lei Sarney. Por seu intermédio, introduziu-se no arcabouço legislativo pátrio o mecenato, modalidade de investimento em cultura e, desde então, mecanismo obrigatório em todas as demais normas que a ela se seguiram.

Na década de 1990, com a extinção dos órgãos públicos integrantes do sistema, a revogação dos incentivos fiscais federais e a drástica redução do orçamento federal para a área cultural, uma nova regra de incentivo fiscal foi gestada, com o propósito de eliminar os gastos públicos diretos: a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também conhecida como Lei Rouanet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio dessa lei foi instituído o Pronac, que é o Programa Nacional de Apoio à Cultura, com o objetivo exatamente de captar recursos para o setor cultural mediante mecanismos do Fundo Nacional de Cultura, do Fundo de Investimento Cultural e Artístico e da renúncia fiscal para patrocínios e doações a projetos culturais – o novo mecenato.

Em sua concepção moderna, o mecenato se consubstancia na concessão de incentivos fiscais, mediante apoio obtido de pessoas físicas contribuintes de Imposto de Renda e de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, a fim de beneficiar uma atividade cultural de interesse público.

A obtenção dos benefícios de incentivo fiscal do Pronac se inicia a partir da submissão, pelo proponente – pessoa física ou pessoa jurídica, pública ou privada, com comprovada atuação na área cultural –, de programas, projetos ou ações culturais à apreciação do Ministério da Cultura.

Obtida a manifestação favorável do órgão, o proponente estará, então, autorizado a captar os recursos perante os incentivadores.

Tanto a Lei Sarney quanto a Lei Rouanet foram criadas em um contexto de reforma administrativa do Estado, no qual, em linhas gerais, o papel de política pública de fomento à cultura passou a ser desempenhado pelas leis de incentivo, e o de financiamento estatal, pela renúncia a uma parcela dos tributos captados. Todavia, o incentivo à cultura, nos moldes da legislação hoje vigente, não esgota o papel do Estado nem como financiador da produção cultural, nem como implementador de uma política de democratização do acesso à cultura.

O livre acesso à cultura está previsto no art. 215 da Constituição Federal, que determina que o Estado deve assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, princípio reiterado na própria Lei nº 8.313, de 1991.

Ainda que não faça menção explícita à democratização do acesso à cultura, a Lei Rouanet estabelece, como condição primeira, que apenas se beneficiarão do programa projetos culturais cujos produtos possam ser usufruídos por qualquer pessoa, sem distinção, quando gratuitos, ou pelo público pagante, quando cobrado ingresso, vedada a concessão de incentivo àqueles restritos a coleções particulares que estabeleçam limitação de acesso.

Por ocasião da regulamentação da Lei Rouanet, com a edição do decreto, estipulou-se que, na execução do programa, receberiam fomento os projetos que apoiassem a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais. Em referência expressa à "democratização do acesso aos bens e serviços resultantes" dos projetos incentivados, total ou parcialmente, o diploma determinou a previsão de formas de tornar mais acessíveis, à população em geral, os preços de comercialização de obras ou de ingressos, além da sua distribuição gratuita.

O entendimento é de que o preço dos bens culturais produzidos com recursos oriundos de financiamento estatal não pode se consubstanciar em fator de limitação da fruição pública. Assim, a democratização do acesso compreenderia disponibilizar à sociedade obras ou ingressos a preços mais acessíveis, sendo a distribuição gratuita apenas uma de suas formas.

A partir de 2010, o Ministério da Cultura deu início à publicação de instruções normativas com as regras operacionais do Pronac. A democratização do acesso da sociedade aos produtos, bens e serviços resultantes do apoio recebido encontrava-se não apenas prevista, mas deveria atuar como parâmetro na fixação dos preços de comercialização de obras ou de ingressos – ainda que não estivesse definida a forma pela qual se daria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas com a publicação da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura, com o propósito de assegurar a democratização do acesso, passou-se a exigir da proposta cultural o quantitativo e o custo unitário dos ingressos ou produtos culturais, com a definição de limites para a distribuição gratuita e de critérios para a comercialização a preços populares.

Ampliar o acesso à produção cultural implica, nesse contexto, a implementação de medidas que promovam acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais "visando a atenção às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação".

No cenário atual, de aumento sistemático do investimento de recursos públicos em projetos culturais selecionados pela iniciativa privada, torna-se primordial rediscutir os papéis exercidos por esta e pelo Estado. As políticas culturais devem ser regulamentadas e as leis de incentivo, aperfeiçoadas, a fim de impor ao mecenato a prestação de uma contrapartida social.

Reputa-se, portanto, louvável o aperfeiçoamento que a proposição ora analisada almeja fazer na Lei nº 8.313, de 1991, ao buscar a ampliação do acesso aos bens, produtos e serviços culturais resultantes dos projetos fomentados com recursos oriundos de renúncia fiscal.

Contudo, algumas modificações merecem ser feitas como forma de aprimoramento de tão meritório projeto.

De forma, Srª Presidente, que nós pedimos aqui a aprovação do projeto na forma do nosso substitutivo argumentando que os mecanismos de contrapartida social propostos pelo Projeto de Lei nº 91, de 2914, podem ser enquadrados nas formas de democratização de acessos já existente na legislação que regulamenta o apoio aos projetos culturais. As normas vigentes, inclusive, contemplam um rol de dispositivos mais amplo do que o da proposição sob análise. Nesse sentido, propôs-se a inserção de dispositivos que, ao mesmo tempo em que se harmonizam com o objetivo original do autor da proposta, procuram adaptar práticas já consagradas na legislação de referência.

Pedimos, portanto, o apoio ao projeto de lei sob a forma do substitutivo que apresentamos, Senadora Regina, saudando a iniciativa do Deputado Onofre Santo Agostini.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CE, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Senadora Fátima, você poderia sentar aqui? Eu vou votar no... É só um voto que está dependendo de quórum na CRA.

Ela vem aqui. Vai presidir um pouco aqui. Ela vai...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar para o item 11, me permito aqui...

Por favor, eu pediria à Assessoria que fizesse a entrega aos nossos Senadores de um documento que foi divulgado agora, elaborado pela Andifes, que é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, cujo título é "Universidades federais, patrimônio da sociedade brasileira".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Andifes me ligou, pedindo exatamente que fosse entregue aqui aos demais Senadores. É um documento, Senador Lobão, que vale a pena ler, feito com muita seriedade.

Eles fazem aqui exatamente um resumo acerca do papel das nossas universidades federais, que são, como eles mesmos apresentam, patrimônio da sociedade brasileira. E aqui eles traçam todo um resumo em que falam o sistema público das universidades federais, as contribuições do sistema público de universidades ao desenvolvimento econômico e social, o reconhecimento social da qualidade e da importância do sistema público de universidades federais, as políticas de Estado para a educação, as metas do Plano Nacional de Educação e o desenvolvimento do sistema público de universidades federais, a descontinuidade nas políticas de financiamento das universidades federais e, por fim, exatamente as propostas da Andifes para o financiamento das universidades federais.

Eles colocam, inclusive, aqui, no documento, a evolução do sistema público das universidades federais, quando:

> A proporção de docentes com mestrado e doutorado cresceu de 49%, em 1995, para 91%, em 2015. A proporção do número de alunos de pós-graduação passou de 6%, em 2005, para 11%, em 2015, não obstante a duplicação das vagas na graduação no mesmo período.
>
> O número de programas de pós-graduação [...] [segundo o documento da Andifes] passou de 714, em 1998, para 2.147, em 2015. O Índice Geral de Cursos das Universidades Federais passou de 3,70, em 2007, para 3,94 [Senador Cristovam, exatamente], em 2015. O conceito médio dos Programas de Pós-Graduação passou de 4,00, em 2000, para 4,34, em 2016.
>
> Não há, no Brasil, um sistema de formação de recursos humanos, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à sociedade e promoção da cidadania comparável ao Sistema Público de Universidades Federais. Em outras nações que contam com sistemas com as mesmas características, as instituições são, como regra, também públicas, sob a responsabilidade direta do Estado.

Eles ainda trazem um dado muito interessante no documento, quando constatam que mais da metade dos estudantes que frequentam as universidades públicas são oriundos dos estratos, das camadas populares, das famílias cujo salário está em torno de um salário e meio.

Sei que posso, em nome de toda a Comissão de Educação, parabenizar a Andifes pelo competente e consistente documento que eles acabam de divulgar, falando exatamente sobre o papel das universidades. É muito importante falar sobre isso, principalmente nesses tempos de tanto retrocesso, que afetou muito, inclusive, as nossas universidades, os nossos institutos federais, dado o contingenciamento brutal de recursos que elas enfrentaram ao longo do ano, o que expressa claramente que o problema das universidades não é questão de gestão, como eles dizem. Na verdade, o problema central que as universidades enfrentaram neste ano foi o problema da descontinuidade do ponto de vista das políticas de financiamento. O Ministro foi muito infeliz quando, neste ano, diante da crise, chegou a dizer que o problema das universidades públicas era um problema de gestão. Imaginem as universidades que tiveram, neste ano, o investimento cortado em mais de 60% e o custeio cortado em mais de 40%! Chegaram a um momento em que tiveram que demitir terceirizados, cortar programa de bolsas; enfrentaram problemas até para pagar água, luz, energia. Então, nós temos que ter muita responsabilidade. Não se trata de problema de má gestão, repito. Infelizmente, houve uma descontinuidade do ponto de vista de uma política de financiamento violenta, que afetou duramente a vida das universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero aqui dizer do meu repúdio à posição do Banco Mundial, que, de repente, lança um documento, propondo, inclusive – no fundo, no fundo –, o fim do ensino gratuito no Brasil. Eu acho isso um atrevimento. É uma posição que afeta até a questão da nossa soberania. Esquecem o déficit de escolarização que temos no País; esquecem os dados que começam a ser revelados, destruindo, inclusive, aquele mito que dizia que 80%, 90% dos alunos que frequentavam a universidade pública eram da classe média alta.

Foi assim no passado; não está sendo mais, felizmente. Hoje, mais de 50%. Aliás, o documento da Andifes, para ser mais preciso, atesta que 65% dos nossos estudantes que estão na universidade pública são oriundos das famílias das classes populares, cujos salários variam de um salário a um salário e meio. Por isso que, enfim, repudio essa declaração do Banco Mundial, e que nós possamos prosseguir cada vez mais na defesa da educação como um direito humano e como um bem universal e público. É essa a concepção que eu entendo que nós devamos continuar defendendo no nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sobre esse assunto: primeiro, quero dizer que comparto com sua crítica ao documento do Banco Mundial. Eu acho que ficou superficial. Mas eu acho que esta Comissão devia fazer um debate sobre se queremos uma universidade escada para quem entra nela, ou alavanca para o progresso do País. Eu tenho impressão de que nós nos acostumamos, Senador Lobão, Senador Anastasia, com a ideia de que a universidade é uma escada social, que existe, Senador Flexa, para beneficiar cada um de nós. Eu me considero parte disso. É claro que a universidade é uma escada social, mas não pode ser só, nem sobretudo, uma escada social; ela tem que ser uma alavanca do progresso. E aí, o que a gente deve discutir é, primeiro, a qualidade dela: ela está servindo a isso? Ou apenas dando diplomas para que a gente use como um passaporte para a promoção individual?

Segundo, quem está pagando por ela está recebendo retorno? Porque nós não podemos abrir mão da ideia de que a universidade pública tem que ser paga pelo público, pelo povo – o que a gente chama de gratuidade. Até porque não existe nada gratuito. Eu sempre cito, quando eu estou aqui, esse copo d'água: não vou pagar nada por ele, mas alguém pagou. Essa água não chegou aqui gratuitamente. Ela chegou porque alguém pagou o tratamento da água, a coleta da água. Eu não sei se é o Sr. Antônio ou qual é dos garçons que me trouxe aqui e recebeu um salário, eu não vou pagar o salário dele. Então, a gratuidade é para mim, não é para o Brasil. E isso tem que ser uma reflexão sobre todos os serviços que o Estado oferece, e nem sempre oferece ao público.

Mas quando eu digo "ao público", eu não falo aos indivíduos que entram na universidade, mas à sociedade que vai receber o retorno. Eu sempre faço a pergunta. O que é fundamental: todos os filhos de pobres terem um bom médico para servir a eles, ou o filho de um ou outro pobre poder ser médico? O ideal são as duas coisas – embora eu ache que, para o filho do pobre ser médico, é preciso a educação de base ser de qualidade, esse que é o verdadeiro caminho: a educação de base tem que ser boa. E o documento do Banco Mundial dá pouca atenção à educação de base. Para mim, esse é um dos defeitos dele, que é onde está o grande problema brasileiro. Não está na universidade, está na educação de base sem qualidade. Então, talvez seja o caso, Senadora Fátima, de a gente fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

debate aqui: universidade escada ou universidade alavanca? Escada para quem está nela ou alavanca para todo o povo? E como é que ela pode ser as duas coisas. O futebol, por exemplo, resolveu isso. O futebol é a escada para os craques e é alavanca para o prazer do povo brasileiro quando assiste ao jogo porque o jogo é ofertado para todos pela televisão e a escada é fruto do talento de cada um dos jogadores, mas, para isso, foi preciso inventar bola redonda para todos.

Eu não sei como a elite brasileira não teve a imaginação perversa aplicada ao futebol para colocar pobre para jogar com bola quadrada e rico para jogar com bola redonda, embora, no começo do futebol, fosse uma questão de elite. Dizem que aquele negócio de pó de arroz que diziam de alguns times do Rio era porque pintavam os negros, botavam pó para parecerem brancos porque era um esporte dos ricos. Imaginem quantos craques não teríamos perdido se continuasse assim até hoje: o esporte futebol dos bancos. Mas é assim que fazemos com a inteligência, é coisa ainda para quem pode pagar uma boa escola, salvo um ou outro que consegue algumas das boas escolas públicas.

Nós estamos continuando com o pó de arroz na escola. Às vezes, o pó de arroz se chama Prouni; às vezes, o pó de arroz se chama bolsas, mas estamos ainda – não é, Lobão? – ofertando igualmente para todos como uma bola redonda, uma escola redonda.

Então, eu queria propor um debate sobre universidade, dois pontos: escada ou alavanca, escada para quem entra ou alavanca para o País. Não sei como é que seria. Uma audiência? Podemos propor uma audiência sobre isso?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sem dúvida. Pois eu vou propor uma audiência para o próximo ano...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos, sim. Vamos fazer o debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... para debater isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu concordo, até porque esse debate é o debate mais importante, é o debate que o Brasil deveria olhar com um olhar mais especial, Senador Cristovam. Está entendendo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Estou de acordo. É isso mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, acho importante que a Comissão de Educação, de repente, se coloque sobre isso porque, volto a dizer, eu acho de um atrevimento o Banco Mundial fazer uma sugestão dessa natureza, desconsiderando, inclusive, o enorme déficit de escolarização, a exclusão violenta que nós temos ainda no que diz respeito ao direito à educação, inclusive da nossa juventude.

V. Exª sabe que, tudo bem, houve um esforço nesses últimos anos, a gente saiu de 14% para 16%, mas temos, inclusive, um desafio que é chegar a 33%, conforme meta do próprio Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, estamos todos muito assustados e preocupados diante da política de austeridade em curso, a chamada Emenda 95, que congelou os gastos públicos. Entendeu?

O fato é que V. Exª, melhor do que ninguém, sabe que sem educação país nenhum, nação nenhuma no mundo vai chegar ao estágio civilizatório de desenvolvimento, de emprego, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

distribuição de renda, ou seja, desenvolvimento com sustentabilidade e com justiça social. Não tem como.

Daí por que, Senador Cristovam, eu entendo que também não dá para tratar educação de forma fragmentada.

Estive ontem em Minas Gerais. Fui lá fazer o debate da PEC da qual eu sou Relatora, de autoria da Senadora Lídice da Mata. E eu saí de lá ontem muito feliz. Por que feliz? Porque muita gente – entidades representativas dos gestores, entidades representativas dos professores – veio falar de educação e conversar exatamente sobre o Fundeb, até porque falar sobre o Fundeb não é falar sobre um tema qualquer. Nós estamos falando do destino de mais de 50 milhões de pessoas, de jovens, de crianças contemplados na educação básica, o Fundeb, que, a meu ver, não foi uma mudança apenas de nome, mas de conceito, porque ele substitui o Fundef, fazendo uma mudança de conceito ousada, que é trazer o seu caráter universal: em vez de olhar só para o ensino fundamental, vai olhar da creche, do berço, até o ensino médio.

E assim penso, sabe, Senador Cristovam? Eu sou daquelas que acha que temos de avançar cada vez mais para superar aquela visão de uma falsa dicotomia. De repente, é o seguinte: "Não, investe-se na educação básica, e não se investe no ensino superior". Aliás, durante muito tempo, o Brasil não fez uma coisa nem outra. Até porque entendo que não adianta cuidar da universidade se também não se cuidar da base. E vice-versa: não adianta cuidar da educação básica se não se cuidar também do ensino superior.

Mas o Senador Hélio José está aqui me reclamando...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. *Fora do microfone.*) – É porque eu tenho de sair.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Cristovam, vamos, no próximo semestre, apresentar os requerimentos para realização desses debates. Quanto mais falarmos sobre educação, melhor para este País, sobretudo nesses tempos que estamos vivendo, de tantos retrocessos.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o relatório acerca do Projeto de Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.
Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 31/10/2017.*

Com a palavra o Senador Hélio José.

Item 11.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS – DF. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª, Senadora Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena, porque eu estava querendo falar na presença do nosso nobre Senador Lobão, aniversariante do dia de hoje, para homenageá-lo nesta importante Comissão, ele que é o Presidente da CCJ.

E também gostaria de comentar rapidamente essa questão do relatório da Andifes, que acho um relatório muito importante, para dizer que essa proposta de debate colocada pelo Senador Cristovam é uma proposta importante. Eu acho que, sem educação de base, ninguém terá oportunidade. Eu sou um dos sobreviventes da sociedade, e consegui entrar numa universidade pública, a UnB – sempre estudei em áreas públicas. E me formei em Engenharia Elétrica no ano de 1982. Sei da importância do acesso à universidade pública pelo nosso povo, principalmente pela sociedade mais carente. Muitos avanços têm sido feitos, mas precisamos avançar mais nessa tese.

Agora, esta Comissão é de educação, de cultura e de esporte. Vamos conversar um pouquinho sobre a cultura; sobre a gratuidade do ingresso nos museus.

Esse projeto de lei é de autoria do nobre Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin. Coube a mim a satisfação de relatá-lo. Vamos lá.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 49, de 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin, que propõe alterar a Lei nº 11.904, de 13 de janeiro de 2009, no sentido de dispor sobre a gratuidade de ingresso em museus, nobre Senador Anastasia, o senhor que é um homem que sempre apoiou a cultural.

Em seu art. 1º, a iniciativa propõe que a referida Lei nº 11.904, de 2009, passe a vigorar acrescida do art. 34-A, o qual estabelece, em seu *caput,* que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus seja gratuito aos estudantes de artes, aos estudantes de museologia, aos estudantes de arquitetura, aos estudantes de audiovisual, aos estudantes de música, de *design* e de moda.

O dispositivo a ser inserido propõe, também, em parágrafo único, que a comprovação para o acesso gratuito seja feita por meio da apresentação da Carteira de Identificação Estudantil.

No art. 2º da proposição, consta a cláusula de vigência, a qual prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, os autores da matéria, nobre Presidente, argumentam que o acesso, com gratuidade, dos estudantes de artes e áreas afins aos museus constitui oportunidade para que eles passem a valorizar mais essas instituições e, como futuros profissionais, contribuam para a formação das novas gerações de apreciadores de museus.

A matéria foi distribuída para a análise exclusiva e terminativa da CE.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise da proposta.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que tratem de normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

A Lei nº 11.904, de 2009, institui o Estatuto de Museus. Vale enfatizar que, entre os princípios fundamentais dos museus estabelecidos por essa lei, destacam-se o cumprimento da função social e a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural (art. 2º, incisos III e V), nobre Senador Flexa Ribeiro, o senhor também que é um incentivador da cultura.

Além disso, cumpre observar que a referida lei também possui dispositivos que estabelecem papel educativo para os museus:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.
>
> Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Nesse contexto, não se pode deixar de considerar que propiciar acesso gratuito aos museus aos estudantes de artes, de museologia, arquitetura audiovisual, música, *design* de moda, como propõe o projeto de lei em análise, insere-se no escopo da referida Lei nº 11.904, de 2009, e está em consonância com os seus propósitos.

Com bem enfatizam os autores da matéria, a abertura dos museus a esses estudantes é fundamental, pois são eles os futuros mediadores de acesso à cultura comunicada pelos museus, seja como professores, seja como técnicos ou ainda como artistas.

Por essas razões, a iniciativa ora proposta é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória.

Tendo em vista, nobre Presidente, o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos da constitucionalidade e de juridicidade da proposta.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, nobre Senador Anastasia e nobre Senador Cristovam, a matéria também obedece aos pressupostos do ordenamento jurídico nacional.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não vislumbramos óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 49, de 2009.

Sala da Comissão.

Relator: Senador Hélio José.

Esse é o projeto, Excelência. Gostaria muito, em homenagem aos estudantes de museologia, de artes visuais e a todos os afins, que possamos aprovar esse importante projeto.

Finalizando minha fala, Srª Presidente, eu queria pedir para pautar o PLS 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano, já na próxima sessão deliberativa. O autor desse importante projeto do Estatuto do Cigano é o Senado Paulo Paim, e o Relator sou eu. E nós já fizemos as audiências públicas necessárias, e esse projeto se encontra aqui, com relatório pronto para deliberação. Então, gostaria de solicitar a pauta do PLS 248, de 2015.

E, com relação a esse PLS que ora acabei de ler, como não há quórum para a sessão deliberativa nesse momento, que nós o pautássemos para deliberação na próxima sessão deliberativa.

Esse é o voto, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Hélio. O Relatório é dado como lido, e fica adiada a discussão e a votação para a próxima.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador – eu faço confusão com os dois – Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senadora Regina.

Por gentileza, eu solicitaria a retirada de pauta do item nº 15. Tendo em vista a solicitação que tive, é um parecer que engloba três projetos, e um deles de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que me solicitou alguns esclarecimentos, que, como Relator, é claro, tenho todo o interesse em fazê-lo. Então, peço a retirada de pauta por fineza.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item número?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Quinze.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, retirada de pauta do item nº 15, a pedido do Relator.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É pela ordem. Você é pela ordem também?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então vá, pela ordem, depois eu vou.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Srª Presidente, é para, na mesma direção, solicitar a retirada de pauta do projeto que eu relato, o PLS, o item 14, porque esse projeto foi feito e apresentado, e a minha relatoria também, antes da reforma do ensino médio. Ele agora, necessariamente, precisa de uma adaptação frente a essa reforma.

Eu pediria, portanto, que tirasse de pauta, para que nós pudéssemos corrigir.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está retirado de pauta o item 14...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... a pedido da Relatora, a Senadora Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Flexa, a Senadora Fátima tinha pedido pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ser ele, então?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode ser.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, pode ser a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – O.k.

Então, Senadora Regina, apenas aqui para renovar o convite aos colegas aqui, Senadores, integrantes da nossa Comissão de Educação para participarem da audiência pública, aliás, conjunta, Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que vai tratar do lançamento da Conape, a Conferência Nacional Popular de Educação. Essa presente audiência pública foi requerimento de minha autoria e de autoria de V. Exª.

Nós vamos... Já confirmaram presença aqui, amanhã, mais de 20 entidades, que são as entidades que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação. Então, nós vamos ter aqui a presença da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da UNE e de diversas outras entidades.

Eu quero apenas aqui lembrar que essa audiência pública, no nosso entendimento, tem um caráter muito importante, no sentido de trazer aqui, para o Congresso Nacional, essa realidade que nós enfrentamos dentre os retrocessos na área de educação, em decorrência do golpe de Estado consumado em 2016. Um desses retrocessos foi exatamente a interlocução com a sociedade, ou seja, o Fórum Nacional de Educação foi criado com a Lei nº 13.005, que instituiu o Plano Nacional de Educação e trouxe exatamente o Fórum Nacional de Educação.

O principal papel do Fórum Nacional de Educação, qual é, Senadora Regina? É exercer esse papel de interlocução social com a sociedade. O que foi que aconteceu? Quando o Ministro Mendonça assumiu, por decreto, ele interveio na composição do Fórum, de forma que desfigurou por completo o próprio perfil do Fórum, sequestrando inclusive aquela que era a principal prerrogativa do Fórum Nacional de Educação, que era o diálogo com a sociedade.

O Fórum Nacional oficial virou um fórum chapa-branca. Infelizmente, repito, perdeu o seu sentido, que é fazer o debate com a sociedade. Por isso, não restou outra alternativa às entidades representativas da área da educação senão se desligarem exatamente do Fórum.

Aliás, o Fórum já vinha sendo totalmente desprestigiado por parte do Governo, Senadora Regina. Lembre-se de que no debate da reforma do ensino médio, o Fórum não foi ouvido. Lembre-se de que no debate da Base Nacional Curricular Comum, o Fórum também não foi ouvido, bem como em diversas outras iniciativas, infelizmente. Eu lamento profundamente isso, porque quem perde é a educação e a sociedade brasileira.

As entidades não vão abrir mão jamais do seu compromisso de lutar em defesa da educação brasileira. Por isso, com muita resistência, com muito esforço criaram o Fórum Nacional Popular de Educação, que convocou a própria Conferência Nacional Popular de Educação, até porque é a conferência oficial de educação, prevista inclusive em lei, a qual instituiu o próprio Plano Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação, que está ameaçada diante de todo esse desmonte do Fórum Nacional de Educação, do esvaziamento.

De forma que teremos, amanhã, exatamente isto: as entidades convocando aqui a Comissão de Educação, a Comissão de Direitos Humanos, e convocando o Congresso, para apoiar e participar das iniciativas do Fórum Nacional Popular de Educação, especialmente no que diz respeito à agenda em curso, que são as conferências municipais e estaduais, que precederão a Conferência Nacional Popular de Educação.

Então, fica aqui o nosso registro, ao mesmo tempo renovando o nosso convite aos demais integrantes da Comissão de Educação, para essa audiência pública, amanhã, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senadora Regina Sousa; Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Peço a V. Exª, Senadora, se pudermos, para fazermos a leitura e a discussão do item 17. Ele é terminativo. Deixaríamos para votar na próxima semana, que creio ser a última das reuniões antes do recesso. Então, peço que V. Exª indique um Relator *ad hoc*. O projeto é consensual, não é polêmico, ele apenas faz justiça ao Engenheiro Nicias Ribeiro, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal pelo Pará, faleceu em setembro último e foi um lutador, como engenheiro elétrico que era, pela execução da Hidrelétrica de Belo Monte, pelo linhão que levou energia de Tucuruí até o oeste do Pará, em Santarém. Então, foi um Parlamentar da melhor qualidade, aqui no Congresso Nacional, representando o Estado do Pará. Então, eu peço a V. Exª que indique um Relator *ad hoc* para avançarmos com o PLS.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. É o item 17, que é terminativo. Então vamos fazer a leitura.

Pergunto ao Senador Anastasia se faria a leitura do relatório?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como Relator *ad hoc* o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com todo o prazer.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passemos, então, ao item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2017

- Terminativo -

Denomina a Usina Hidrelétrica de Belo Monte de Usina Hidrelétrica de Belo Monte Engenheiro Nicias Ribeiro.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Passo diretamente à análise, pois se trata de um projeto, apesar de muito relevante no mérito, singelo na sua forma.

Na análise, o Senador Wellington Fagundes, diz que, nos termos do que estabelece o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre projetos que tratam de homenagens cívicas.

Nascido em Belém do Pará em 9 de maio – mesmo dia que eu, Senador, veja que coincidência – de 1948, o engenheiro, físico e matemático Nicias Ribeiro dedicou sua vida à atuação política em prol de seu Estado. Ao longo de mais de duas décadas, foi vereador, deputado estadual, deputado federal e, mais recentemente, exercia o cargo de Secretário Especial para Assuntos de Energia do Governo do Pará e figurava como suplente do Senador Flexa Ribeiro.

Conhecido como um grande apaixonado pela Região Amazônica e pela ilha de Marajó, Nicias Ribeiro teve sua vida parlamentar marcada por sua luta pela instalação da Usina de Belo Monte. Foi o responsável, junto com o então Governador Almir Gabriel, pelo pedido ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso para que autorizasse a retomada dos estudos de viabilidade de Belo Monte.

No pedido, Nicias Ribeiro demonstrava preocupação ímpar acerca dos impactos ambientais e sociais da obra, prezando pela sua mitigação, propondo inclusive a criação da Vila Permanente, integrada ao centro da cidade de Altamira, no Pará.

A trajetória de Nicias Ribeiro em prol do desenvolvimento do Pará e da Amazônia e sua ativa colaboração para a construção da Usina de Belo Monte justificam essa justa e merecida distinção. É, portanto, meritório o projeto.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria também obedece aos pressupostos do ordenamento jurídico nacional.

Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2017.

É o voto do eminente Senador Wellington Fagundes que tive a honra de ler por designação de V. Exª.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Anastasia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quórum.

Na próxima semana, certamente, nós a votaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um item não terminativo para o qual também precisamos de um relator. O Relator atual pediu...

Trata-se de um item não terminativo. Nós o leríamos para criar um conjunto de relatórios prontos para serem votados na próxima semana, se houver quórum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, há um requerimento de minha autoria, para dar subsídios a um projeto de que sou Relator. Como eu tenho de ir à Comissão de Economia, eu queria saber de V. Exª se seria possível invertermos a pauta. É só para eu encaminhar o requerimento e ver se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras estão de acordo.

Tem até a ver com o assunto, embora não diretamente, sobre o qual falávamos há pouco: o financiamento das universidades.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Cristovam solicita inversão de pauta para votarmos um requerimento de sua autoria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 62, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 229/2007, que dispõe sobre o financiamento das Universidades Estaduais e Privadas pela União.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento,

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF.) – Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidente, como V. Exª acaba de apregoar, requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS nº 229, de 2007, que dispõe sobre o financiamento das universidades estaduais e privadas pela União.

Para tanto, eu sugiro os seguintes convidados:

- Diretor de Políticas e Programas de Graduação (SESU/MEC);

- Diretor da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES);

- Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM);

- Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU);

- Representante do Ministério da Fazenda;

- Representante da UERJ, do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria aditar ao requerimento do Senador Cristovam Buarque convite à Andifes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Aceito, com muito prazer, um representante da Andifes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aceita a inclusão da Andifes no conjunto de convidados, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E aí eu sugiro também, embora fosse meu, um representante do Conselho de Reitores.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Representante do Conselho de Reitores acrescido pelo autor do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E a Andifes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E a Andifes, sugerida pela Senadora Fátima.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Cristovam.

Então, vamos para o item...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Há quórum?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, mas este é não terminativo. Eu gostaria de pedir que ... Eu queria designar para a Senadora Fátima, se puder, a leitura do relatório *ad hoc*, é do Senador Dário Berger, é o item 19.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2016

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Arivaldo Angelo Pancera o viaduto transversal localizado à BR-282, no Município de Catanduvas, que liga os bairros Centro-Oeste e Sayonara ao centro da cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Jorginho Mello

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

A Senadora Fátima vai ler o relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Bom, vamos aqui ao voto, Senadora Regina Sousa.

No que concerne à constitucionalidade e regimentalidade do projeto, não identificamos óbices à aprovação da proposição.

Quanto à técnica legislativa, a proposição se mostra em consonância ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Assim, passemos à análise do mérito da proposição.

Arivaldo Angelo Pancera, popularmente conhecido por Pita, nasceu em 27 de setembro de 1947, no Estado de Santa Catarina.

Em 1979, passou a residir na cidade de Catanduvas, no centro-oeste catarinense, onde desempenhou papel preponderante no desenvolvimento e na consolidação da cidade como polo industrial.

Em Catanduvas, casou-se com Rosite Weiser Pancera, com quem teve quatro filhos. A família sempre participou ativamente da vida comercial do Município, em especial no desenvolvimento da indústria madeireira, e ajudou a construir a história da cidade.

A intensa participação na vida econômica da cidade nunca impediu Pita de lutar por melhorias para a comunidade. A travessia da BR-282 sempre o afligiu pois via, diariamente, as crianças arriscarem suas vidas nos horários de chegada e saída da escola em razão do intenso fluxo de veículos.

Em 2006, contando apenas 67 anos de idade, Pita faleceu, mas deixou aos demais munícipes um grande legado.

Entendemos, portanto, como apropriada a homenagem ora proposta a Arivaldo Angelo Pancera, o Pita, cidadão brasileiro que, mediante seu trabalho, sua dignidade e o amor por sua terra, contribuiu para o desenvolvimento econômico e social da cidade, da região e do próprio País, atribuindo-se seu nome ao viaduto transversal localizado à BR-282, que liga os bairros Centro-Oeste e Sayonara ao centro do Município de Catanduvas, no Estado de Santa Catarina.

Conforme a argumentação exposta, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2016, de autoria do Deputado Jorginho Mello e que o Senador Dário Berger como Relator.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório item 19, Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2016, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Estão faltando quatro Senadores ou Senadoras para completarmos o quórum e podermos votar os terminativos. Então, estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo um esforço para trazer os Senadores que estão na Comissão de Agricultura ou na de Assuntos Econômicos para que venham aqui votar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há alguém fazendo esse trabalho?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, poderíamos trabalhar com outro item terminativo. Eu convidaria o senhor para fazer o relatório *ad hoc,* Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Há um terminativo. Depois, a gente passa para o de relatoria *ad hoc*.

Item 4, que tem a Senadora Lídice como Relatora.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 17/10/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.*

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, para suas ponderações, lembrando que o relatório já foi lido.

V. Exª gostaria de falar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Srª Presidente, trata-se um projeto do Senador Romário que é autoexplicativo: institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras.

Essa é uma batalha das mais dignas em que o Senador Romário se envolveu. Ele está à frente, tanto aqui quanto na CAS, dessa discussão. Inclusive, foi formada na CAS uma Subcomissão Especial que trata de doenças raras.

Acho que esse projeto vai ao encontro do desejo da população e do Parlamento brasileiro, que está buscando, especialmente o Senado Federal, dar uma contribuição mais efetiva àqueles portadores de doenças raras no Brasil.

Portanto, somos pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos abrir o painel para iniciar a votação do item terminativo e aproveitar a presença dos Senadores. Depois, se der, a gente vota outro item não terminativo.

Vamos começar por esse que a Senadora Lídice acabou de defender?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senador Humberto, é o projeto que institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras. S. Exª, como médico... É o item 4 da pauta, Projeto nº 40.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se alguém quiser, durante a votação, falar sobre a matéria, está em discussão. A Relatora é a Senadora Lídice. Já está aberto para votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – A tentativa é de um esforço concentrado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos votar só mais um aqui, aproveitando o quórum.

É o item 17, que já foi lido e que denomina a Usina Hidrelétrica de Belo Monte de Usina Hidrelétrica de Belo Monte Engenheiro Nicias Ribeiro.

Podemos abrir o painel. (*Pausa.*)

Já foi lido.

Alguém ainda quer discutir? (*Pausa.*)

Vamos abrir o painel para votação. (*Pausa.*)

Está em votação o item 17, que denomina a Usina Hidrelétrica de Belo Monte de Usina Hidrelétrica de Belo Monte Engenheiro Nicias Ribeiro.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Lúcia Vânia está a caminho também. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O Senador Cristovam está vindo, ele está aqui na CAE terminando de ler o parecer e já está vindo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos abrir o painel.

Aprovado com 13 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Convoco para amanhã, dia 6 de dezembro, às 9h, reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em forma de audiência pública, destinada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape 2018, em atendimento aos Requerimentos 33 e 36 de 2017, da CE, e 74 de 2017, da CDH, de autoria das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

Abaixo, documento a que se refere a Senadora Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Universidades Federais
Patrimônio da Sociedade Brasileira

ANDIFES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

Diretoria Executiva

Gestão 2017 a 2018 – Eleita em 28/7/2017

Presidente **Emmanuel Zagury Tourinho** (UFPA)

1º Vice-presidente **José Arimatéia Dantas Lopes** (UFPI)

Suplente **Rui Vicente Oppermann** (UFRGS)

2º Vice-presidente **José Roberto Soares Scolforo** (UFLA)

Suplente **Myrian Thereza de Moura Serra** (UFMT)

Secretário Executivo **Gustavo Henrique de Sousa Balduino**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Reitores(as) | Universidades

Ana Lúcia de Assis Simões (UFTM)
Anastácio de Queiroz Sousa (UNILAB)
Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN)
Angelo Roberto Antoniolli (UFS)
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (UFPE)
Ari Miguel Teixeira Ott (UNIR)
Carlos Henrique Figueiredo Alves (CEFET-RJ)
Cláudia Aparecida Marliére de Lima (UFOP)
Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)
Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)
Dagoberto Alves de Almeida (UNIFEI)
Eliane Superti (UNIFAP)
Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA)
Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG)
Francisco Roberto Brandão Ferreira (IFMA)
Gilciano Saraiva Nogueira (UFVJM)
Gustavo Oliveira Vieira (UNILA)
Henry de Holanda Campos (UFC)
Iracema Santos Veloso (UFOB)
Jaime Arturo Ramírez (UFMG)
Jaime Giolo (UFFS)
Jefferson Fernandes do Nascimento (UFRR)
Joana Angélica Guimarães (UFSB)
João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA)
José Arimatéia Dantas Lopes (UFPI)
José de Arimatea de Matos (UFERSA)
José Roberto Soares Scolforo (UFLA)
Julianeli Tolentino de Lima (UNIVASF)
Klaus Werner Capelle (UFABC)
Liane Maria Calarge (UFGD)
Lúcia de Campos Pellanda (UFCSPA)
Luis Eduardo Bovolato (UFT)
Luiz Alberto Pilatti (UTFPR)
Luiz Pedro San Gil Jutuca (UNIRIO)
Marcel do Nascimento Botelho (UFRA)
Marcelo Augusto Santos Turine (UFMS)
Márcia Abrahão Moura (UnB)
Marco Antonio Fontoura Hansen (UNIPAMPA)
Marcus Vinícius David (UFJF)
Margareth de Fátima Formiga Melo (UFPB)
Maria José de Sena (UFRPE)
Maria Valéria Costa Correia (UFAL)
Maurílio de Abreu Monteiro (UNIFESSPA)
Minoru Martins Kinpara (UFAC)
Myrian Thereza de Moura Serra (UFMT)
Nair Portela Silva Coutinho (UFMA)
Nilda de Fátima Ferreira Soares (UFV)
Orlando Afonso Valle do Amaral (UFG) Paulo Afonso Burmann (UFSM)
Paulo Márcio de Faria e Silva (UNIFAL)
Pedro Rodrigues Curi Hallal (UFPel)
Reinaldo Centoducatte (UFES)
Renato da Anunciação Filho (IFBA)
Ricardo Luiz Lange Ness (UFCA)
Ricardo Luiz Louro Berbara (UFRRJ)
Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR) Roberto Leher (UFRJ)
Rui Vicente Oppermann (UFRGS)
Sérgio Augusto Araújo Cerqueira (UFSJ)
Sidney Luiz de Matos Mello (UFF)
Silvio Luiz de Oliveira Soglia (UFRB)
Soraya Soubhi Smaili (UNIFESP)
Sylvio Mario Pulga Ferreira (UFAM)
Ubaldo César Balthazar (UFSC)
Valder Steffen Júnior (UFU) Vicemário Simões (UFCG)
Wanda Hoffmann (UFSCar)

Universidades Federais
Patrimônio da Sociedade Brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANDIFES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO SUPERIOR

Copyright © 2017 Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior

Setor Comercial Sul (SCS) Quadra 1, Bloco K, nº 30, salas 801, 802, 803 e 804, 8º andar.
Edifício Denasa – Brasília-DF-Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CEP: 70398-900
+55 (61) 3321-6341
ANDIFES@ANDIFES.ORG.BR

O SISTEMA PÚBLICO
DE UNIVERSIDADES FEDERAIS

A exemplo de muitas nações no mundo, o Brasil conta, para o seu desenvolvimento econômico e social, com um Sistema Público de Universidades Federais. Esse sistema é constituído por sessenta e três instituições, às quais se vinculam trezentos e vinte e oito *campi*, distribuídos por todas as regiões do país.

Além do ensino de graduação, mestrado e doutorado, para um contingente de cerca de um milhão e duzentos mil alunos, as Universidades Federais são, também, responsáveis por uma rede de equipamentos públicos e serviços que atendem à população nas mais diversas áreas, incluindo: quarenta e seis hospitais universitários de alta complexidade (em muitos casos, únicas alternativas em suas áreas de atuação no Sistema Único de Saúde); clínicas e laboratórios; museus; teatros; cinemas; escolas de música, teatro e dança; agências de inovação; incubadoras de empresas de base tecnológica e parques de ciência e tecnologia; clínicas de direitos humanos; escritórios de assistência jurídica à população carente; serviços de atenção à saúde mental e escritórios modelo. Educação, ciência, arte, cultura e cidadania são resultados diretos do trabalho das Universidades Federais. Ao longo da última década, o Sistema Público de Universidades Federais expandiu-se em todas as direções.

O número de alunos dobrou. Novas universidades, novos *campi* e novos cursos foram criados, em sintonia com o processo de desenvolvimento do país. A atividade de pesquisa contribuiu para, em uma década, levar o Brasil da 23ª para a 13ª posição entre as nações que mais produzem ciência.

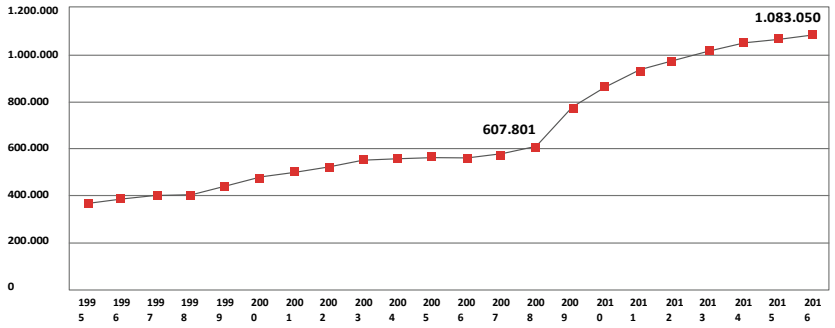
O sistema também evoluiu qualitativamente. A proporção de docentes com mestrado e doutorado cresceu de 49%, em 1995, para 91%, em 2015. A proporção do número de alunos de pós-graduação passou de 6%, em 2005, para 11%, em 2015, não obstante a duplicação das vagas na graduação no mesmo período. O número de programas de pós-graduação recomendados pela Capes passou de 714, em 1998, para 2.147, em 2015. O Índice Geral de Cursos das Universidades Federais passou de 3,70, em 2007, para 3,94, em 2015. O conceito médio dos Programas de Pós-Graduação passou de 4,00, em 2000, para 4,34, em 2016.

Não há, no Brasil, um sistema de formação de recursos humanos, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à sociedade e promoção da cidadania comparável ao Sistema Público de Universidades Federais. Em outras nações que contam com sistemas com as mesmas características, as instituições são, como regra, também públicas, sob a responsabilidade direta do Estado.

Figura 1 – Expansão das Universidades Federais na Graduação

Evolução no número de alunos de graduação

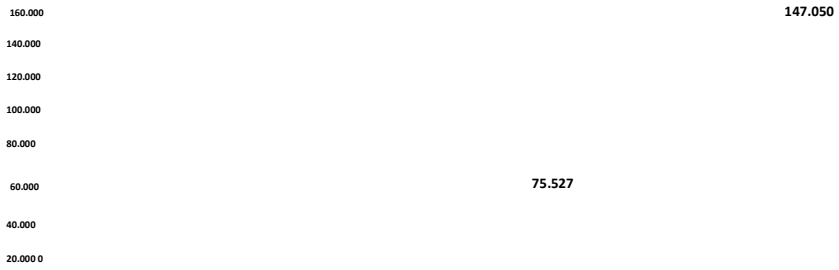
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior 2016 (www.inep.gov.br).

6

Figura 2 – Expansão das Universidades Federais na Pós-Graduação *Stricto Sensu* Evolução no número de alunos de mestrado e doutorado



Fonte: Capes. Portal Geocapes (www.geocapes.capes.gov.br).

AS CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA PÚBLICO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na pós-graduação e na pesquisa, as Universidades Federais respondem por mais da metade dos cursos e dos alunos de mestrado e doutorado do país. Produzem a maior parte da ciência nacional. Dos seus laboratórios saem contribuições de enorme impacto para a economia do país, como as tecnologias para a exploração de petróleo em águas profundas (inclusive no pré-sal), para a produção de grãos em condições de competitividade internacional, para o desenvolvimento da indústria naval, para o crescimento da indústria aeronáutica, para a construção de hidrelétricas e outras obras de engenharia complexa. Há ainda que se mencionar os avanços na produção de fármacos, no combate a doenças, na atenção à saúde. Na Amazônia, é nas Universidades Federais que se concentram a maior parte dos estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas. E esses são apenas alguns exemplos do que fazem essas instituições.

A interiorização das Universidades Federais tem contribuído com a redução das assimetrias regionais, com a descentralização das atividades econômicas e com a fixação de recursos humanos qualificados nos municípios menos populosos. Políticas de ação afirmativa, adotadas na última década, possibilitaram a inclusão de grupos sociais até então à margem do

O RECONHECIMENTO SOCIAL DA QUALIDADE E DA IMPORTÂNCIA DO SISTEMA PÚBLICO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS

desenvolvimento econômico e social no país. Negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, jovens de baixa renda das periferias das cidades hoje podem frequentar cursos superiores de alta qualidade e vislumbrar horizontes promissores de vida para suas famílias e suas comunidades. Mais da metade dos alunos das Universidades Federais vêm de famílias com renda bruta de até dois salários mínimos. Quase 80% dos discentes vêm de famílias com renda *per capita* que não ultrapassa dois salários mínimos.

Nos municípios que abrigam *campi* das Universidades Federais, têm sido desenvolvidas ações para a qualificação da educação básica, para o incremento da economia local e para a conservação ambiental. Em todas as unidades da federação, as Universidades Federais mantêm cooperações com governos estaduais na concepção, na captação de recursos federais e no desenvolvimento de políticas públicas para a educação, saúde, saneamento, habitação e muitas outras áreas. De forma resumida, pode-se afirmar que as Universidades Federais se tornaram vetores importantes do desenvolvimento regional em todo o país.

As Universidades Federais contribuem, ainda, de modo muito especial e direto para a qualificação da educação básica, seja preparando profissionais de alto nível, inclusive com programas de formação continuada, seja elaborando e executando

soluções pedagógicas apropriadas ao ambiente educacional brasileiro. Isto é, disponibilizam para a sociedade aportes científicos e tecnológicos que são indispensáveis a projetos que visem qualificar a Educação Básica no Brasil. Essa atuação das Universidades Federais está em consonância com a experiência internacional, que reconhece a necessidade de ações integradas na educação, abrangendo todos os níveis de formação, da educação infantil à pós-graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

AS POLÍTICAS DE ESTADO PARA A EDUCAÇÃO: METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS

A qualidade das Universidades Públicas Federais, elevada no mesmo passo da expansão de suas atividades, tem sido atestada por processos de avaliação governamentais (do Inep, para a graduação; da Capes, para a pós-graduação) e não governamentais (a exemplo de *rankings* de instituições e de cursos brasileiros), pela procura por seus quadros para o exercício de funções de liderança na sociedade (em governos, órgãos de controle e organismos de governança internacional, por exemplo) e pela procura prioritária dos candidatos a cursos superiores no país.

Empresas públicas e privadas, de todos os setores da economia nacional, premiam e buscam apoio das Universidades Públicas Federais, visando ganhar eficiência e competitividade. Está nas Universidades Federais a mais ampla e eficiente rede de Núcleos de Inovação Tecnológica, em apoio à verticalização e incorporação de tecnologia de ponta nas cadeias produtivas nacionais.

Os resultados que as Universidades Federais entregam à sociedade decorrem, também, da qualidade das equipes gestoras das instituições, que trabalham amparadas em sistemas colegiados de deliberação e referenciadas por Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs). Não sem razão, ex-gestores das Universidades Federais são, com frequência, convidados para o exercício de muitas outras funções públicas.

A credibilidade das Universidades Federais as torna parceiras prioritárias de todos os entes na sociedade que buscam o reconhecimento de seu compromisso com a competência e com a qualidade de suas ações. Parlamentos estaduais e municipais têm prestado seguidas homenagens às Universidades Públicas Federais, e solidarizam-se com as instituições ante as dificuldades que elas enfrentaram e enfrentam em diversos momentos de sua história.

Para a sociedade brasileira, não há dúvida: o Sistema Público de Universidades Federais é um patrimônio incomparavelmente valioso e motivo de orgulho para o país. Acompanham esse reconhecimento a demanda por expansão do sistema, para atender parcelas ainda maiores da população, e a defesa de sua integridade e desenvolvimento à luz dos interesses nacionais.

> O Brasil destina, anualmente, por matrícula (em todos os níveis de ensino), um valor não comparável ao das nações desenvolvidas, nem ao de algumas nações em desenvolvimento. Proporcionalmente, temos muito mais alunos a atender, com muito menos recursos investidos por aluno. Estamos atrás da Coreia do Sul, do Chile, da Noruega, da Alemanha, da França e de muitas outras nações. Com o gasto por aluno realizado pelo Brasil, nenhum desses países teria alcançado maior qualidade e maior cobertura de seu sistema educacional.
>
> A fim de enfrentar os desafios da educação no país, o Congresso Nacional aprovou, em 2014, por unanimidade (posteriormente sancionado sem vetos), o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). Entre as metas que visam, até 2024, diminuir a diferença existente entre os indicadores educacionais brasileiros e aqueles das nações membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constam as metas de elevar a 10% do PIB o investimento público em educação (Meta 20) e expandir a Educação Superior para atender a, pelo menos, um terço dos jovens entre 18 e 24 anos, com destaque para o sistema público de universidades (Meta 12).

Para o Sistema Público de Universidades Federais, o cumprimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação implica a abertura de cerca de novecentas mil novas vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até 2024, uma expansão equivalente a 75% da oferta atual. A experiência recente de expansão das Universidades Federais mostra que é possível o cumprimento da meta, desde que pactuados e executados planos específicos com esse fim. Um novo programa de expansão das Universidades Públicas Federais, incluindo a graduação e a pós-graduação, que tire proveito da experiência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e que aperfeiçoe estratégias já experimentadas, poderá representar, se respeitado o seu planejamento, um novo salto de qualidade e de oportunidades na Educação Superior pública brasileira. Também deve ser propósito de uma nova iniciativa de expansão das Universidades Públicas Federais a consolidação em patamares de excelência internacional do sistema de pós-graduação. A Andifes, autora do projeto de expansão e reestruturação que deu origem ao Reuni, está aberta ao diálogo para a construção e implementação de mais um programa com esse propósito.

Tabela 1 – Investimentos em Educação no Brasil e outros Países da OCDE

País	% PIB em Educação	Investimento por matrícula/ano (US$/PPP)
Brasil	**6,0**	**3.439,49**
Chile	4,8	4.325,39
França	5,5	9.825,24
Alemanha	4,9	12.826,56
Coreia do Sul	4,6	8.159,24
México	5,2	3.347,41
Noruega	7,4	20.508,13
EUA	4,9	11.775,64

Fonte: The World Factbook (www.cia.gov).

The World Bank Data (https://data.worldbank.org).

Tabela 2 – Expansão necessária para atender a Meta 12 do PNE 2014–2024

Esferas Administrativas	Matrículas em 2015	Matrículas em 2024	% de Acréscimo de matrículas
Federal	**1.214.635**	**2.128.656**	**75**
Estadual	618.633	1.084.159	75
Municipal	118.877	208.333	75
Privado	6.075.152	8.278.657	36
TOTAL	8.027.297	11.699.805	46

Fonte: Inep. Censo da Educação Superior 2016 (www.inep.gov.br).

IBGE. Projeções da População até 2030 (www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao).

A (DES)CONTINUIDADE NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Como em muitas outras áreas de atuação das instituições governamentais brasileiras, faltam à área de educação, em particular à Educação Superior no país, políticas de Estado que estejam à altura dos desafios nacionais e que tenham estabilidade e continuidade ao longo de sucessivos mandatos executivos e legislativos. Não é falta de planejamento, ou mesmo de consensos nacionais (a exemplo do Plano Nacional de Educação), mas a descontinuidade das políticas públicas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compromete a execução de programas estratégicos para o desenvolvimento nacional.

A cada mudança governamental no Brasil, desconsideram-se investimentos pactuados, mudam-se os nomes e características fundamentais de programas estruturantes, criam-se regras que inviabilizam trajetórias de sucesso das instituições. Isso é o que vem sendo experimentado pelo Sistema Público de Universidades Federais, que, após grande esforço de expansão e qualificação, é forçado a conviver com orçamentos a cada ano menores e com decisões que conflitam com a sua autonomia, definida no Artigo 207 da Constituição Federal. A interrupção do apoio a projetos ainda não consolidados, a exemplo do que se vê em diversos *campi* ainda em construção por todo o Brasil, apenas reforça o quadro descrito, além de frustrar toda uma geração de docentes, técnicos e discentes que acreditaram num país melhor e veem seus sonhos e projetos comprometidos.

As Universidades Públicas Federais são mantidas, principalmente, com recursos orçamentários do Tesouro Nacional, a elas destinados nas Leis Orçamentárias Anuais, e com recursos para a pesquisa, captados junto às agências de fomento do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. De todas as fontes, as instituições têm enfrentado restrições crescentes nos últimos anos.

Em valores corrigidos monetariamente, o orçamento de custeio para 2017 das Universidades Públicas Federais correspondeu a, aproximadamente, 80% dos recursos de custeio alocados em 2014. Em relação aos recursos de capital, a situação é ainda mais crítica, pois o orçamento de 2017 é, aproximadamente, 60% menor que o de 2014. Aos cortes se somam contingenciamentos, que comprometem o planejamento institucional e a execução dos compromissos orçamentários e financeiros das universidades. Para 2018, a situação é de agravamento, considerando-se a Proposta de Lei Orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal. Por essa proposta, os valores de custeio ficam congelados nos valores defasados de 2017 e os valores de capital sofrem novos cortes, chegando agora a, aproximadamente, 10% daqueles destinados às instituições em 2014.

O aporte, por agências de fomento, de recursos para a pesquisa científica e tecnológica nas Universidades Públicas Federais apresentou cortes ainda mais acentuados, com a redução drástica do investimento federal em ciência e tecnologia. A medida ameaça comprometer todo o sistema, construído nos últimos anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

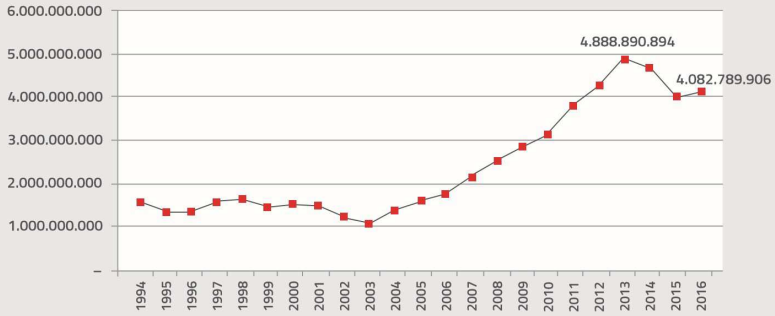
que colocou o Brasil entre as nações mais aptas a trabalhar na fronteira do conhecimento. Como resultado, laboratórios das universidades estão cancelando projetos, equipamentos estão sendo descartados por falta de manutenção, equipes de pesquisa estão sendo desfeitas e alguns pesquisadores começam a deixar o país em busca de oportunidades no exterior.

Acresce às dificuldades já relatadas a decisão do Governo Federal de abater dos repasses do Tesouro Nacional os valores captados diretamente pelas Universidades Federais, medida que inibe o esforço institucional de captar recursos e chega mesmo a impossibilitar convênios com governos estaduais e municipais para atendimento de demandas do setor público.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que congela os gastos com despesas primárias (pessoal, investimentos e outras despesas correntes) do Poder Executivo e não estabelece limite para o crescimento dos gastos financeiros, o cenário para as próximas duas décadas é de intensificação de um processo que poderá levar ao comprometimento definitivo do Sistema Público de Universidades Federais, com impactos desastrosos para o desenvolvimento econômico e social do país, para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade e, enfim, para a soberania nacional. Não haverá futuro para o Brasil com a manutenção dessa medida. É urgente, portanto, que a sociedade brasileira unifique esforços com vistas a alterar esse cenário em favor da destinação de mais recursos públicos para as áreas sociais.

Figura 3 – Evolução dos Orçamentos para Manutenção das Universidades Federais

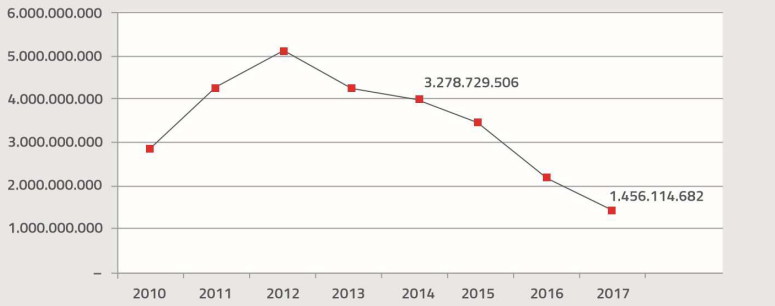
Custeio – Efetiva Manutenção



Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal 1994-2016 (www.camara.gov.br).

Figura 4 – Evolução dos Orçamentos de Capital das Universidades Federais

Investimento, todas as fontes



Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal 1994-2016 (www.camara.gov.br).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROPOSTAS DA ANDIFES

PARA O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O Sistema Público de Universidades Federais é, hoje, mais do que em qualquer outro tempo, indispensável a um projeto de nação baseado na formação de uma inteligência nacional, no domínio do conhecimento de ponta, na superação da pobreza e da desigualdade, na soberania, na cidadania e na democracia. Precisa continuar cumprindo a sua missão e expandindo as suas atividades. Para seguir contribuindo com o desenvolvimento brasileiro em todas as frentes, as Universidades Públicas Federais propõem:

a) atualizados monetariamente e corrigidos pela taxa de A recomposição dos seus orçamentos aos valores de 2014, expansão do sistema;

b) O respeito integral à autonomia das Universidades, em particular na gestão dos recursos financeiros, em observando o que dispõe a Constituição Federal, consonância com os seus Planos de Desenvolvimento Institucional,

c) A construção, junto com Governo Federal e sociedade, de um novo programa de expansão, pautado pela Meta 12 do PNE, que seja tratado como política de Estado, de um lado, com a garantia de recursos e de pessoal docente e técnico-administrativo e, de outro, com metas quantitativas e qualitativas sintonizadas com as necessidades do país;

d) A atualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil, compatível com a dimensão e o perfil socioeconômico atual do corpo discente das Universidades Públicas Federais; e

e) A recomposição dos orçamentos das agências de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, às instituições dos recursos do Fundo Nacional de à pós-graduação e à inovação. O repasse integral às instituições dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, hoje retidos pela área econômica para o pagamento de juros ao mercado financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Setor Comercial Sul (SCS)
Quadra 1, Bloco K, nº 30,
salas 801, 802, 803 e 804, 8º andar.
Edifício Denasa – Brasília-DF-Brasil
CEP: 70398-900
+55 (61) 3321-6341
ANDIFES@ANDIFES.ORG.BR

WWW.ANDIFES.ORG.BR

/andifes0

@Andifes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (100ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (51ª REUNIÃO), EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, **sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra**, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Ataídes Oliveira e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDH 74/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa, RCE 33/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa, e RCE 36/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** "Realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018". **Participantes:** Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação – FNPE; Adércia Hostin, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE; Mario Magno, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes – UNE; Miriam Fábia Alves, Professora - Segunda Secretária da Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd. Guilherme Barbosa, Diretor de Políticas Educacionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES. **Resultado:** Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Nós vamos começar, porque nós temos outra audiência pública para ouvir o Ministro do Trabalho. Vocês já estão convidados, porque ele vai explicar aquela portaria sobre o trabalho escravo.

Eu vou abrir, mas, depois, a Senadora Fátima vai chegar e conduzir aqui. Hoje eu amanheci atacada de rinite, sinusite. Eu só vim mesmo porque tinha esse compromisso, mas não estou boa para dirigir nada aqui hoje.

Declaro aberta a 100ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, conjunta com a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 74, de 2017, da CDH, de minha autoria, e dos Requerimentos nºs 33 e 36, de 2017, da Comissão de Educação, também de minha autoria e da Senadora Fátima Bezerra, respectivamente, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) 2018.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós não precisamos nem historiar, até para ganhar tempo, a razão de ser dessa conferência. Todo mundo aqui acompanhou, já tivemos grandes debates aqui. É praticamente a dissolução do Fórum Nacional de Educação, que era permanente, que tinha mandato, mas o Ministro entrou, deu o seu tom e colocou em risco a realização da Conferência Nacional de Educação. Por isso, os setores dos movimentos ligados à educação resolveram fazer a conferência popular. E nós tivemos um momento aqui de apresentação e agora vamos ter o lançamento da conferência, porque nós vamos ter a conferência, independentemente de governo.

Isto que é importante: independente de governo, nós vamos ter a Conferência Nacional de Educação, em caráter popular, como a gente sempre fez, como sempre gostamos de fazer.

Então, eu vou compor a mesa com os convidados que já se encontram aqui para a gente ir começando. Quando chegarem outros, a gente vai formando. Começar com o Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação. Desculpe a minha rinite, que ela é séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adércia Hostin, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); Mario Magno, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE); Miriam Fábia Alves, ainda não chegou, mas confirmou. Então, deve estar a caminho. Elizabeth Guedes, que também deve estar a caminho. E o Daniel Cara, que também deve estar a caminho.

À medida que chegarem vão se incorporando à mesa, mas a gente começa por conta de outras audiências que estão acontecendo hoje. Infelizmente, neste Senado tudo é na quarta-feira. Aí se atropelam. A Fátima está lá na CDR, passando a Presidência – ela é a Presidente – para alguém ficar lá e ela vir para cá. A quarta-feira é o dia de funcionamento real do Senado, infelizmente.

Nós podemos começar no Heleno, que coordena e vai lançar aqui as bases da conferência? Heleno Manoel Gomes Araújo, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senadora Regina Sousa. Já cumprimento e agradeço, através do Fórum Nacional Popular de Educação, a iniciativa, junto com a Senadora Fátima Bezerra, de criarmos mais este momento de debate e de discussão sobre a Conferência Nacional Popular de Educação.

Muitos aqui presentes compõem o Fórum Nacional...

Nossa Senadora chegando... Onde ela vai?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Refaz o tempo do Heleno, porque eu vou pedir à Fátima para vir. Hoje estou atacada de rinite, não era nem para ter vindo. Está doendo o rosto inteiro, mas eu vim, porque tenho dois compromissos importantes, um é este aqui. Eu quero ficar ali, Fátima. Venha aqui presidir, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero dar meu bom-dia, cumprimentar aqui e saudar a Adércia, nossa representante da Contee; Mário, representante da UNE; Prof. Heleno, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação; Miriam, por favor, aqui, sente aí, representando a ANPEd; Guilherme, da Ubes, por favor.

Bom, o Prof. Heleno com a palavra.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Eu estava justamente saudando e...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, estou lhe devolvendo a palavra. Você estava com a palavra. (*Risos.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – ... e agradecendo por mais este momento de debate e reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Heleno, só um momentinho.

Quero registrar aqui também a presença, com muita alegria, da Senadora Lídice, que divide comigo a Presidência do Colegiado da Comissão de Desenvolvimento Regional, por meio da qual nós estamos realizando um ciclo de debates acerca de um tema fundante, um tema muito importante para os destinos da educação brasileira, que é o Fundeb. Ela é autora da PEC do Fundeb, para tornar o Fundeb permanente e ampliar a participação financeira da União. É um grande desafio, mas estamos realizando bons e representativos debates pelo Brasil afora. Apenas para registrar, porque a Senadora Lídice tem um mandato muito presente na luta em defesa da Educação.

E quero agradecer à Senadora Regina. Dispensa comentários o papel que Regina tem desempenhado na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, junto com o Senador Paim. A Comissão mais do que nunca se apresentou como uma trincheira muito importante na defesa, literalmente, dos direitos humanos, dos direitos sociais, na defesa da educação. Então, Senadora Regina, quero dizer da minha alegria de compartilhar esta iniciativa com V. Exª, porque a presente audiência pública foi de inciativa nossa, na Comissão de Educação, e apresentada também pela Senadora Regina na Comissão de Direitos Humanos.

A audiência tem o objetivo, Senadora Lídice, neste momento, de, no âmbito do Congresso Nacional, fazer o lançamento de uma agenda muito importante para o País, que é exatamente o lançamento da nossa Conferência Nacional Popular da Educação. Olha o tamanho da ousadia e responsabilidade dessas entidades que historicamente têm um compromisso muito forte com a luta em defesa da educação pública gratuita e inclusive de qualidade!

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Perfeito.

Então, já agradecemos à Senadora Fátima Bezerra, à Senadora Regina Sousa. Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata também, como a Senadora Fátima Bezerra já citou, na luta junto conosco para garantir esse direito humano e social à educação pública como um dever do Estado, como direito de todo cidadão e de toda cidadã.

Nós estamos aqui, no início desta audiência, com diversas entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação, e as entidades iam confirmando presença, Senadora Fátima Bezerra, na audiência, e me perguntavam: "Mas vai haver espaço de fala? Qual é o tempo?" E eu digo: "Olha, prepare-se. A Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Regina Sousa, coordenando a Mesa, colocam todo mundo para falar." Então, com certeza, vão estar aqui fazendo uma saudação breve neste lançamento da Conape 2018. Mas as demais entidades que estão aqui presentes, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Regina Sousa, Senadora Lídice da Mata, os vários representantes dos fóruns estaduais também aqui presentes, de várias regiões do País, podem também relatar para a gente como está a dinâmica da Conape em cada Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa iniciativa é importante porque nós todos aqui, acredito, somos conhecedores de duas medidas que vão na contramão daquilo que historicamente estávamos construindo neste País, que era a discussão da política educacional de forma participativa.

A comissão organizadora da Coneb, em 2006, ampla como foi pensada, com a participação do setor público, do setor privado, de todos os movimentos envolvidos nas questões educacionais e a capacidade do nosso Coordenador na época, Prof. Francisco das Chagas, de articular essa efetiva participação, levou-nos a organizar uma Coneb em 2007 e 2008, que foi um sucesso. O sucesso foi tão grande que, além de produzir um documento final, com relação às políticas educacionais para a educação básica, aprovou-se, de imediato, a realização da Conae (Conferência Nacional de Educação), que é uma bandeira histórica dos movimentos na educação em nosso País.

Em 2009 e 2010, vivenciamos a Conae, que teve também, com um anexo debate, a estrutura de um novo plano nacional de educação, porque entramos numa organização de conferência, entendendo que a conferência da educação organizada pela sociedade civil e financiada pelo Poder Público ainda não tem o poder deliberativo, não tem o poder de decidir coletivamente e colocar na prática, ou seja, fazer com que o Poder Executivo execute as políticas discutidas por aqueles e por aquelas que executam essas políticas. Essa é a característica das conferências. A etapa municipal, a etapa estadual e a etapa nacional são um processo de acúmulo em que o documento referência serviu para o debate inicial partir do local de trabalho.

Eu represento, no fórum, a CNTE, e nós indicamos, na nossa Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que o documento referência das conferências fosse levado para as escolas para leitura e debate, para que os delegados, representantes daquela escola na etapa municipal, já tivessem conhecimento e discutissem com os companheiros e as companheiras, com os estudantes, com os pais quais as emendas necessárias para o documento referência para consolidar uma política daquilo que nós defendemos como política pública para a educação.

Essa construção e esse avanço na participação social nos levaram a discutir um plano nacional de educação aqui nesta Casa, onde recebeu quase 3 mil emendas, num debate como deve ser. A estrutura inicial do Plano Nacional de Educação foi apresentada pelo Ministro Fernando Haddad ao Fórum Nacional de Educação, antes do envio para esta Casa, como defendemos esse processo. Que o fórum tenha a oportunidade de participar, que as entidades que representam os diversos setores e segmentos pudessem opinar sobre o documento inicial.

Isso não quer dizer que o MEC acatou todas as propostas colocadas pelo fórum ou que o fórum acatou todas as propostas colocadas pelo MEC. Nós fizemos um debate, uma disputa de ideias e de conteúdos no fórum. O Ministro fincou pé em algumas metas com que nós não concordamos, como, por exemplo, a Meta 4, a Meta 7, a Meta 19, mas enviou assim mesmo. E a disputa se fez nesta Casa, com quase 3 mil emendas sendo apresentadas, fruto desse trabalho de participação social intenso. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documento final da Coneb, um documento final da Conae de 2010 são dois documentos que serviram de referência. Como o PNE passou quatro anos – quase quatro anos – sem ser debatido nesta Casa, simultaneamente estavam discutindo na Conae 2013/2014, debatendo também um plano. Então é um processo de participação que nos levou a afirmar que na lei – que aí, sim, deveria ser deliberativa, deveria ser cumprida e infelizmente não é neste País –, ali, de 20 metas, 17 têm as nossas digitais, têm as nossas marcas, têm as nossas reivindicações ali apresentadas.

Então, essa construção é que foi destruída; foi destruída quando toda a mobilização que o Fórum Nacional de Educação fez para Conae 2018 recebeu um decreto presidencial, do Poder Executivo, de 26 de abril, agora, de 2017, passando por cima de todas as deliberações do Pleno do Fórum Nacional de Educação. Então é um processo, é uma aberração que atropelou tudo aquilo que politicamente e coletivamente estávamos construindo para a etapa da Conae 2018. E no dia seguinte, houve a desconfiguração do Fórum Nacional de Educação: de 42 entidades da sociedade civil, ficaram apenas 18; e o Governo querendo ser maioria dentro do fórum. Então, esse decreto de 26 de abril e essa Portaria 577 são os instrumentos que golpearam a participação social, que golpearam a Conae 2018 e o Fórum Nacional de Educação.

É por isso que – as entidades comprometidas com a educação pública em nosso País – decidimos resistir e reagir, criando o instrumento que é o Fórum Nacional Popular de Educação; e, para a mobilização nacional, a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), que está em pleno andamento, um belíssimo andamento desse processo.

Hoje recebi a ligação do Acre – só faltava o Acre e Roraima estarem engajados no processo. O Acre hoje confirmou que vai se mobilizar e organizar o processo da Conape. Então, agora, só falta Roraima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Então, estamos com todo o País mobilizado.

Estamos tentando ver se projetávamos aqui a página do fórum para as mostrar as fotos colocadas de todas etapas intermunicipais que nós estamos realizando de ponta a ponta. Toda semana, estamos com atividades realizadas em todo o País, e agora, no próximo ano, vamos iniciar em fevereiro as etapas estaduais, a etapa distrital, culminando com a etapa nacional.

Está aí a projeção do nosso material do fórum. São diversas fotos, diversas participações, lançamentos que realizamos nos Estados, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, fazendo lançamento como este que estamos fazendo aqui também no Senado Federal por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essa é a mobilização, esse é o movimento contra o Governo golpista, ilegítimo, corrupto, de Michel Temer, que tentou fazer com que a educação não caminhasse de forma articulada. Mas estamos fazendo. E paralelo a isso, enfrentando outros desmandos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – ... a revogação da portaria do Sistema Nacional da Educação Básica que este Governo tomou logo no início, atacando o que o Inep construiu, está sendo denunciado o tempo todo.

Estamos aqui com a carta aberta dos Servidores do Inep. Os servidores do Inep divulgaram todo o processo de ataque, desde cercear a participação até construção do que está na lei do PNE. Hoje à tarde, os companheiros da Assinep (Associação dos Servidores do Inep) estarão na reunião do fórum. Eles compõem o fórum e estarão hoje discutindo conosco esse tema, que é importante nesse processo.

Estamos com um grupo de pessoas, agora, em frente ao Conselho Nacional de Educação tentando também combater uma BNCC golpista – que está lá colocada. O Governo mandou a quarta versão, Senadora Fátima, e não quer que seja divulgada a versão que eles querem aprovar. Estão escondendo o conteúdo; não foi divulgado; estão escondendo.

Há conselheiros lá insistindo para entregar os documentos para as entidades avaliarem antes da votação e o MEC está dizendo que não, está negando. Então, querem que aprovem um documento, a última versão, sem conhecimento da sociedade civil. É essa aberração que precisamos denunciar e este momento é importante para isso. Por isso, agradeço mais uma vez e estamos à disposição para marchar juntos por um País digno para todos e todas, com educação sendo uma política como sempre foi, prioritária, com essa ação conjunta.

Muito obrigado e sigamos firmes na luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos saudar aqui o Professor Heleno, que falou aqui em nome... na condição de Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação.

Vamos passar a palavra agora para a Adércia Hostin, que é Coordenadora de Assuntos Educacionais da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). Mas eu quero, antes, registrar com muita alegria, aqui, a presença entre nós da Deputada Federal Margarida Salomão, do PT de Minas Gerais, Deputada; e todos nós reconhecemos sua grande atuação na luta em defesa da educação pública, na luta em defesa da universidade pública no nosso País. Inclusive, hoje exerce a função, exerce um trabalho muito meritório que é o de Coordenadora da Frente Parlamentar Mista, a qual nós integramos aqui, como representantes no Senado, em defesa das universidades públicas. E mais do que nunca essa frente se faz necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouco, Deputada Margarida, eu passo a palavra a V. Exª. E mais uma vez agradeço, em meu nome, em nome da Senadora Lídice, a participação da Deputada Margarida, segunda-feira, lá em Minas Gerais – viu, Lídice? –, num debate sobre o Fundeb. Muito boa e, como sempre, muito qualificada a participação da Deputada Federal Margarida Salomão, no ciclo de debates sobre o Fundeb, que realizamos nessa última segunda-feira, na Assembleia Legislativa.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Peço licença, pela ordem, Senadora, apenas para reconhecer o extraordinário trabalho que a Senadora Fátima Bezerra está fazendo como Relatora desta PEC do Fundeb, correndo o Brasil inteiro, as principais capitais, todas voltando...

Eu tenho tido dificuldade de acompanhá-la em função de uma agenda mais intensa na Bahia nesse período, mas reconheço e estou recebendo todo o resultado desse debate. E agradecer também a presença desta Deputada Margarida, que é uma referência grande na área de educação no País e no seu Estado em particular. Tenho amigas que são eleitoras dela lá no Estado, que cobrem-na permanentemente de elogios ao seu trabalho e à sua dedicação na área de educação.

Portanto, quero mais uma vez parabenizar e saudar todas as entidades que estão aqui presentes e dizer da importância que tem, neste momento político, na educação brasileira, a união, a unidade e a definição de uma agenda única do nosso movimento em defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passo a palavra, agora, à Adércia.

A SRª ADÉRCIA HOSTIN – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, que é uma grande anfitriã sempre das pautas educacionais, que luta com toda garra e toda a coragem da mulher brasileira, por esse grande mérito nosso, da educação pública, de ter no País uma educação pública e, principalmente, buscar sempre uma educação pública gratuita, laica, socialmente referenciada.

Cumprimento o companheiro Heleno, que aceitou essa grande jornada de consolidar um Fórum Nacional Popular de Educação num momento tão adverso, num momento em que forças nos tomam de surpresa e mudam a nossa trajetória, a do País, quando a gente discutiu um Plano Nacional de Educação, que era um plano de Estado, no qual a gente já tinha todas as metas e estratégias.

Por mais que a gente tivesse que lutar muito para que ele acontecesse, em nenhum momento foi um plano antidemocrático. Ele foi um plano configurado dentro de toda uma referência, dentro de toda uma discussão que reuniu de 2008 a 2014, quando tivemos a última Conferência Nacional de Educação, a Conae, milhões de brasileiros e brasileiras da sociedade civil, de entidades patronais, entidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhadores, entidades de pesquisa, união de estudantes, União Nacional dos Estudantes, secundaristas, universitários. Fizemos uma ampla frente democrática para se discutir a educação no País, nos últimos anos. E dele se configurou o Plano Nacional de Educação.

Dentro dessa configuração do Plano Nacional de Educação, de que não precisamos inventar a roda, porque o nosso País já conta com o Plano Nacional de Educação, nós fomos desconfigurados no último ano na força e na resistência de que os nossos ideais e de que aquilo que a gente busca para a educação brasileira não estavam corretos.

Observando ontem o seminário que aconteceu para avaliação do Plano Nacional de Educação, a gente pode observar uma estrutura privatista que coordena as mesas, uma estrutura diferenciada daquela que a gente discutia nos fóruns nacionais de educação. Nenhuma dessas entidades hoje aqui presentes, praticamente, foram convidadas ou estiveram presentes num seminário que tinha como cunho avaliar o Plano Nacional de Educação.

Nós estamos praticamente há três anos da Lei do Plano Nacional de Educação e ainda não configuramos a essência dele, que é a Lei do Sistema Nacional de Educação, que, faltando dois anos para a aprovação do plano, deveria ser votado e deveria então tomar como ciência a importância do Sistema Nacional de Educação.

Leva-se em conta também que o Fórum Nacional de Educação, que foi destituído no final de abril deste ano, tinha também como obrigação fazer essa leitura do nosso País na conjuntura educacional. Pautar e discutir as questões educacionais do País.

Ficamos reféns agora de uma Emenda Constitucional 95. Ela sozinha dá cabo do Plano Nacional de Educação, porque congela os investimentos em educação, e não só em educação.

E aproveito para falar que faço aqui, sim, um recorte na pauta educacional. Mas nós sabemos o que significa a Emenda Constitucional 95 para a totalidade da sociedade brasileira. Nós sabemos o quanto a falta de investimentos na área da saúde e da educação irá pesar nos próximos 20 anos.

Heleno coloca que hoje, na mesma data, se configura o lançamento dessa Conferência Nacional Popular de Educação no espaço do Senado, um espaço que deveria ser a casa de muitas vozes, das nossas vozes, do espaço democrático que foi dado dentro dos processos de conferência, das conferências que eles chamam de oficiais. A Conae é a conferência oficial. E nós seríamos o quê? Nós seríamos os transgressores ou nós seríamos a resistência?

Cabe a nós pautarmos para os próximos meses, agora, o que estamos fazendo com garra e com coragem. Não só observar e lutar pelas pautas educacionais....Como hoje nós temos muitos companheiros no Conselho Nacional de Educação com a pauta da Base Nacional Comum Curricular, como nós tivemos aí, de sobressalto, a reforma do ensino médio, sabemos o que ela significa também para os jovens brasileiros. Nós sabemos também o que significa a falta de investimentos, nós sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que esse Fórum Nacional Popular de Educação não só tem o papel de cumprir com a Conferência Nacional Popular de Educação, que está acontecendo em todos os Estados e Municípios, salvaguardando um único Estado como o companheiro coloca. Nós temos, também, de ter como consciência a retomada das pautas educacionais para o próximo período.

Nós sabemos o quanto teremos aí de demandas específicas e reprimidas para os nossos jovens trabalhadores, para os jovens que agora têm como referência de reforma do ensino médio a concepção de nem sequer...Dentro também de uma reforma trabalhista e de uma reforma de ensino médio que dialogam intimamente. Hoje, nós temos os jovens reféns de um processo de nem se quer poder se projetar. Levamos em consideração que a universalização da educação é importante, da educação infantil, dos investimentos na educação infantil ao ingresso do ensino superior. O que será, então, a partir de agora, o ingresso no ensino superior? Quais são as cláusulas de barreira que nos impedem de novamente retomar o crescimento da educação pública em todos os níveis?

Isso serve de reflexão no sentido de como as políticas públicas foram alavancadas para o próximo período. Leva-se em consideração que o processo da Conferência Nacional Popular de Educação, a conferência que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de abril, em Belo Horizonte, vem com a retomada da voz de todos os brasileiros envolvidos nesse processo. Ela retoma a discussão popular, ela retoma a discussão de base com os principais protagonistas. Mas o Fórum Nacional Popular não se finda na Conferência Nacional Popular de Educação. Acho que esse lançamento hoje vai muito além do processo que se configura na Conferência Nacional Popular de Educação, que se dará em abril do ano que vem. Ele não se finda nesse espaço porque volta; ele tem um papel essencial na luta e na busca da consolidação de tudo o que nós queremos e buscamos como papel da educação para o País, para o nosso futuro, para os próximos 20 anos, para os próximos 30 anos, para nós, para os jovens, para os nossos filhos, para os nossos netos, para aquilo que a gente configura como sociedade.

É uma luta que se dá em cada trabalhador, em cada trabalhadora, em cada jovem, em cada pesquisador, em cada ser que nós hoje conseguimos congregar em torno de uma pauta democrática. Nós temos aí, então, esse papel; retomamos, então, principalmente o elo que nos liga a retomar a discussão do Plano Nacional de Educação, do que se configura o Plano Nacional de Educação, e, principalmente, a retomada da pauta educacional do País – lembrando que em 2018 nós temos, junto com o processo de Conferência Nacional de Educação, as eleições; e as eleições se configuram no patamar daquilo que nós queremos buscar para o nosso País.

A educação terá uma pauta a ser cobrada de cada um daqueles que nos colocarem, nesse momento, em dúvida daquilo que nós queremos. A educação sabe o que quer. A educação busca uma educação pública. A educação necessita de uma educação de qualidade. Ela busca uma educação socialmente referenciada.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ADÉRCIA HOSTIN – Seguimos, aguardamos todos e todas, então, no processo da Conferência, que se dará em abril. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecer aqui a participação da professora Adércia, que falou em nome da CONTEE, e vamos passar agora imediatamente para Mario, representando aqui a União Nacional dos Estudantes.

O SR. MARIO MAGNO – Bom dia a todas e a todos. Gostaria de saudar a nossa Senadora Fátima e também os presentes daqui, o movimento educacional e todo mundo que também resiste em defesa da educação e dos direitos da classe trabalhadora. Chamo-me Mario Magno, sou lá do Ceará, sou estudante da Unilab, que foi uma universidade também criada num dos últimos períodos, então, no fim do governo Lula, que tem esse caráter também libertador e emancipador que a educação tem historicamente.

Então, acho que nesse momento de retrocessos e de desafios grandes que o movimento educacional tem, é importante dizer que a juventude não vai deixar de sonhar. Foi assim que a gente conseguiu resistir em defesa dos direitos da classe trabalhadora e, principalmente, na construção do Plano Nacional de Educação e também de algumas metas que, para a gente, da União Nacional dos Estudantes, foram uma pauta muito cara: a gente vivenciou, aí, a resistência pela luta pelos 10% do PIB para a educação; pela garantia da democratização do acesso ao ensino superior através das políticas de ações afirmativas, as cotas; o próprio Prouni e o Fies também conseguiram fazer com que a classe trabalhadora também chegasse à universidade, e a gente vem aqui lutando, porque para a gente não bastava entrar dentro da universidade, a gente teria também que permanecer; por isso, a gente também lutou pela garantia do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que garantiu também uma participação da classe trabalhadora, e a efetivação do mesmo, para estar dentro da universidade resistindo e construindo conhecimento.

Então, eu acho que esse lançamento da Conferência é fundamental para que a gente esteja mostrando que o movimento educacional não vai deixar que essa onda conservadora, neoliberal, consiga retomar os rumos do nosso País, do desenvolvimento econômico, social, político e, principalmente, do acesso à educação. Então, para a gente da UNE é muito caro esse movimento que a gente está vivenciando aqui, de resistência ao golpismo.

Para a gente, o movimento educacional tem um grande papel de também, nessa conferência, fortalecer os rumos e resistir contra todos os retrocessos que a gente está vivenciando aí, do governo golpista.

É importante ressaltar que o País, o Brasil, foi o último país colonizado da América a construir uma universidade, o que, para a gente, tem um elemento fundamental que é a garantia de não acesso à educação do nosso povo. Então, quanto mais a gente achar que a ignorância deve fazer parte do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meio, a gente vivencia um processo de dominação histórica. É isso que os países do Norte realizaram nas nossas mentes, nos nossos corações.

Então, quando a gente vivencia, hoje em dia, um processo de ascensão ao acesso à educação no último período, a gente vivencia também um momento de emancipação do nosso povo. Então, a educação como elemento de emancipação para a gente é muito importante. Mostrar como diversos estudantes de diversos campos do País, sejam do Norte, sejam das periferias, sejam os ribeirinhos, sejam do campo e da cidade, resistem também em luta pela garantia da sua emancipação, pela garantia também de uma disputa melhor do mercado do trabalho, pela construção de um ensino que seja referenciado, de qualidade; que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam inseridos no modelo educacional; e, principalmente, também que a gente entenda que o nosso conhecimento está transformando a nossa sociedade.

É isso que os poderosos, que a elite golpista não quis, que a elite racista, a elite colonial não quis: que nós, estudantes, que nós, do movimento à educação, tenhamos um acesso à educação de qualidade. E foi a isso que a gente conseguiu resistir no último período.

Por isso, nós, da UNE, conseguimos também, a partir desse modelo de participação popular, fortalecer o Plano Nacional de Educação. Era aquele momento em que a gente tinha, por exemplo, a resistência de dizer assim: "Todos os nossos sonhos vão conseguir ser realizados a partir do investimento dos 10% do PIB para a educação." Naquele ano, então em 2013 e também nos anos anteriores de resistência que a gente teve de disputa do que seriam os rumos da educação, a gente conseguiu dizer que a gente queria investimento, que a gente não queria mais uma sala de aula precarizada, que a gente queria bons profissionais dando aula nas nossas universidades, que a gente pudesse também ter acesso às creches, que a gente pudesse também ter um ensino de qualidade, uma merenda organizada, restaurantes universitários, que a gente queria ter residências universitárias, que a gente queria, sim, ter mais iniciação científica, que a gente queria o fortalecimento do CNPq, que a gente queria o fortalecimento da Capes, que a gente queria também o investimento em educação para que a gente pudesse também mudar os rumos do País, porque é isso que nós, juventude, queremos também.

Não é à toa que a gente está aqui fortalecendo contra essa hegemonia neoliberal que a gente está vivenciando deste Governo, mostrando também que há uma saída, que há também um futuro.

Então, nessa perspectiva, eu acho que é fundamental para a gente da UNE entender como esse modelo educacional que a gente está vivenciando, como esse sucateamento da educação, o sucateamento desse projeto nos atinge, atinge a juventude brasileira. A gente já está vivenciando aí uma onda de retrocesso com a PEC 95. A gente já está vivenciando que isso já acaba com os nossos sonhos, já acaba com o nosso direito de liberdade, acaba com o nosso direito de acesso à educação. A gente aí já vê um pacote de medidas que, para mim, também é fundamental a gente relembrar aqui que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é a reforma trabalhista, que é a reforma da previdência, que têm total ligação com o total sucateamento do Estado brasileiro, a partir do direito do bem-estar social do nosso povo.

Então, todas essas medidas atingem diretamente um setor que somos nós, para além de a gente debater também o direito de viver, porque sem vida...E são geralmente estes também periféricos, pobres e negros, que estão sendo exterminados, e não temos nem o direito à educação. E agora até os que estão vivos não vão poder ter acesso às universidades e acesso a um processo também educacional. Então, eu acho que a gente, da UNE, que, historicamente, também resistiu em defesa da democracia, em defesa da educação, desde a base da nossa história, desde a época da luta pela reforma universitária, pela garantia também da democracia contra a ditadura militar, pelo processo de resistência à redemocratização e também aos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, chegou ao último período também resistindo, porque a gente não queria só ter uma participação popular; a gente queria também ter a garantia dos investimentos em educação, e foi isso que a gente conseguiu.

Agora, vemos que os nossos sonhos foram para a lama. A nossa luta de anos e anos e anos e a luta dos nossos ancestrais estão sendo questionadas. Estamos sendo excluídos. Por isso, estamos também fortalecendo essa conferência, entendendo também que é um mote para conseguir fazer a agenda.

Há um programa de disputa para 2018, que eu acho importante. A gente já está disputando, a sociedade brasileira. Por isso, também, a gente vivencia uma grande onda de exclusão ou de ilegitimidade do Governo golpista, mas, mesmo assim, são os mesmos que estão no poder. E esses são oriundos de muitos anos.

Se a gente for ver os nossos tempos, os primeiros que chegaram aqui com seus navios, roubando a nossa cana, roubando o nosso ouro, roubando o nosso café, roubando os nossos bens, são os mesmos que estão aí vendendo a Amazônia, vendendo o nosso pré-sal, o que deveria ser investido na educação e no povo brasileiro. Mas isso está sendo investido na garantia da sustentação do capitalismo internacional, das bases norte-americanas de desenvolvimento do neoliberalismo.

Por isso, nós, da União Nacional dos Estudantes, no último período, conseguimos também colocar prioridade na pauta educacional dentro também do movimento estudantil, porque sabemos que é muito difícil estar também resistindo e apresentando isso.

Na última reunião do Pleno da nova gestão, a gente conseguiu alavancar a campanha "Universidade não se vende, se defende", que está realizando uma caravana nacional que a gente está fortalecendo junto com as etapas estaduais e municipais da Conape. Essa é uma forma de dizer que a gente não querer que a nossa universidade seja vendida. A gente já está vivenciando um sucateamento das universidades estaduais, como o da própria Uerj, da Uern, no Rio Grande do Norte – a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabe como a situação está precária lá. E a gente sabe o quanto essas instituições de ensino são fundamentais para o desenvolvimento econômico, cultural, político e educacional do nosso povo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO MAGNO – Por isso, nós, da UNE, fortalecemos e estamos lançando, junto também com a Conape, a campanha "Universidade não se vende, se defende", porque nós acreditamos também que a universidade, sim, deve ser pública, gratuita, de qualidade, laica e emancipadora. Só assim estaremos construindo o nosso futuro.

Diante disso, da universidade ninguém nos tira. E assim a gente vai continuar resistindo e defendendo a educação pública e fortalecendo a Conape.

É isso, gente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero agradecer ao Mario, que falou em nome da UNE.

Antes de passar a palavra ao representante da Ubes, eu quero registrar, com muita alegria, a presença aqui do representante do Fórum Estadual do Pará, Alberto Damasceno, e da representante do Fórum do Piauí, Senadora Regina, a Lucine. Onde está Lucine? Está lá.

Passo a palavra, agora, à Deputada Margarida, em função de agenda urgente na Câmara.

Em seguida, passo para a Ubes.

A SRª MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Muito obrigada, Senadora Fátima, essa grande lutadora pela educação brasileira que preside essa reunião, na qual se lança a Conferência Nacional Popular de Educação, como uma réplica a mais um gesto de violência que foi a supressão da Conferência Nacional de Educação.

Quero saudar a todos da Mesa, Heleno, Miriam, Adércia, Mário, Guilherme, todos representantes de importantes entidades, como observou a Adércia, e que ontem faltavam, porque não foram convidados, na avaliação da implantação do PNE.

Quero saldar também a Senadora Regina e até agora mesmo tínhamos aqui a também brava Senadora Lídice da Mata, autora da emenda constitucional que propõe a constitucionalização do Fundeb, o que é, de fato, uma coisa que interessa a todos nós.

Neste momento, eu quero registrar, primeiro, a oportunidade do lançamento desta conferência nessa hora em que a cada instante, a cada dia, nós estamos sofrendo violências na área da educação.

Hoje, ainda, Adércia, leio eu no portal UOL uma espécie de elegia ao BNCC, também de autoria do movimento Todos pela Educação. Então, os privatistas estão em uma ofensiva direta para se apropriar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das nossas bandeiras, porque, sem sombra de dúvida, a reforma do ensino médio, a conferência da educação, a mudança curricular, são propostas previstas inclusive no Plano Nacional de Educação, que nós aprovamos por unanimidade. É impressionante isso, por unanimidade aprovamos na Câmara e no Senado para agora desfazê-lo, atacá-lo, desmanchá-lo, como é o que está se fazendo.

Mas eu quero aproveitar esse momento para gravar aqui uma denúncia a um fato gravíssimo, um ataque à universidade brasileira. Hoje de madrugada foram conduzidos coercitivamente o Reitor e a Vice-Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais. Registrando-se, ainda, que a Vice-Reitora conduzida acaba de ser eleita Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais com 65% dos votos lançados. Não apenas isso, também foram levados a depor outras pessoas, a Prof. Heloísa Starling, uma das maiores historiadoras brasileiras e que coordena o Projeto República, o ex-Ministro e ex-Reitor Clélio Campolina, o ex-Reitor Ronaldo Pena. Toda – vamos dizer – a elite dirigente da Universidade Federal. E não se trata apenas de uma repetição do que aconteceu em Santa Catarina. Primeiro, pela envergadura da UFMG. A UFMG é uma das três maiores universidades brasileiras. Invadir a UFMG e prender o Reitor da UFMG é um tapa na cara de todos nós. Eu quero deixar isso claro aqui, isso é uma afronta.

Quando foi que o Reitor e a Vice-Reitora se recusaram a prestar informações sobre uma suspeita administrativa no TCU, da CGU?

Então, essa é uma violência inapropriada. Essa é uma violência deliberada.

E quero dizer mais: porque o projeto que está neste momento sob ataque é nada menos que o Memorial da Anistia.

Então, meus amigos e minhas amigas, é intolerável que não apenas nós tenhamos mais uma vez uma violação da universidade, que é um espaço por excelência da luta pela liberdade, da luta pela democracia historicamente neste País. Todas as lutas pela democracia passaram pela universidade e a tiveram como protagonista.

Além disso, fazer esse ataque ao Memorial da Anistia é também querer reescrever a história do Brasil. Nós tivemos uma ditadura militar, que prendeu, torturou, oprimiu. Nós ainda não fizemos as contas certas com o passado, como fez Argentina, como fez o Chile. O Brasil está em débito consigo mesmo. E o Memorial da Anistia, lá em Belo Horizonte, era uma expectativa de que, academicamente, vejam, numa universidade que abriga alguns dos maiores intelectuais brasileiros, alguns dos principais historiadores brasileiros, era lá onde estava se fazendo uma pesquisa, uma pesquisa, meus amigos. Aqui está o Inep censurado.

Então, trata-se de voltar atrás. Mas aqueles de nós que viveu um passado, Guilherme, Mário, que não conheceram ainda o que foi a ditadura dentro das universidades, nós que estávamos lá, nós não vamos tolerar, nós não vamos admitir que se repita... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

...o que já se praticou.

Então, neste momento, vocês me desculpem, porque isso de fato me deixa muito emocionada. É um absurdo que nós estejamos vivendo neste momento uma repetição do passado, que se agridam as universidades, que se pratique a censura, que se lute contra a liberdade.

Então, eu quero dizer que, neste momento, esta conferência é mais do que tempestiva, porque nós precisamos recuperar a educação brasileira para o seu propósito que é o de democratizar e o de libertar. Sem isso, não há educação verdadeira, real neste País.

Então, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputada Margarida, antes de passar a palavra aos demais integrantes da Mesa, nós queremos tão somente nos associarmos não só à emoção como, ao mesmo tempo, à indignação da sua fala, porque não há como, de maneira nenhuma, nós não reagirmos desta forma, com emoção e com indignação, porque está passando realmente dos limites. Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar que esse estado de exceção avance, prospere, inclusive com essa caçada agora, essa perseguição direcionada para uma das instâncias mais importantes, mais estratégicas que um País tem que são exatamente as instâncias do saber, as instâncias da luta em defesa da educação, que são exatamente as nossas universidades, não é? Nós temos que dar um basta a isso.

Portanto, repito o seu protesto aqui veemente, inclusive com a legitimidade de quem fala como integrante da comunidade acadêmica, a legitimidade de quem fala como uma das grandes e qualificadas referências que o Brasil tem em termos de voz em defesa da educação pública, em defesa da universidade pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e com liberdade. Nós não vamos deixar, de maneira nenhuma, que tirem a liberdade das nossas universidades, de maneira nenhuma. Nos somamos aqui ao seu protesto. (*Palmas.*)

Eu vou passar agora para a ANPEd e depois eu volto aqui para a União Brasileira dos Estudantes. Miriam, representando a ANPEd.

A SRª MIRIAM FÁBIA ALVES – Bom dia a todos. Cumprimento a todos os presentes, aos colegas aqui na Mesa, à Deputada, por essa iniciativa de nos possibilitar esse lançamento.

Eu acho que para além das boas-vindas, quero dizer que o nosso movimento da Conferência Nacional Popular de Educação é um movimento de resistência, de luta e ao mesmo tempo, de reunir forças em favor da esperança. Isso é fundamental neste momento em que parece que tudo desmorona, e a gente não vê perspectiva de quais são os caminhos com os quais podemos contar e podemos atuar.

Nesse sentido, a Conap é um movimento que aglutina forças. Eu tenho perguntado muito a todos nós o que nos une, o que nos reúne neste momento. Além da indignação, quais são as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bandeiras? A defesa da educação pública, da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, como direito social. Essas bandeiras nos são muito caras. Historicamente são bandeiras que nos reúnem em torno das inúmeras disputas nas etapas, nas modalidades educacionais.

E a gente está vendo que é necessário fazer frente ao desmonte sistemático, planejado, que conta com diferentes estratégias. Penso que o que a Deputada nos relata é uma dessas estratégias. O desmonte da UERJ é uma dessas estratégias. O ataque ao serviço público e ao funcionalismo público, como aqueles inimigos do Estado, é uma forma estratégica. Os professores viraram inimigos, são doutrinadores. Ganham salários – como chamam? – privilegiados, é o termo que nos...

Então há uma mobilização e uma construção de que a instituição pública, o serviço público é o causador dos males. Torna-se inimigo. E a gente tem uma imprensa no Brasil que corrobora com esse discurso.

Então quem vai fazer frente a esse movimento? O que nós tentamos, e aí o movimento todo, das entidades, das instituições, das organizações é no sentido de fazer a resistência, organizar a luta, pensar as estratégias. Nesse sentido a Conap tem um papel fundamental de provocar o diálogo, a reunião, o encontro, o debate, pensar junto o que é que nós, enquanto sociedade brasileira, nos diferentes Estados, podemos fazer frente ao que está acontecendo neste País.

Eu acho que a gente tem um papel também fundamental na disseminação, na circulação da informação. E quero terminar dizendo que o Banco Mundial publicou recentemente – a mídia fez um estardalhaço – um documento contra a gratuidade do ensino superior. O que nós vamos fazer? Todos os documentos produzidos desmontando a argumentação do Banco Mundial, tratando do equívoco que foi aquele relatório, têm que ser visibilizados. É nosso papel fazer com que aquilo que a mídia não divulga seja divulgado para os nossos professores, para os profissionais da educação e para a sociedade. Não há possibilidade de desmontar o desmonte a não ser juntos, para que possamos fazer um enfrentamento que passa pela comunicação.

Nesse sentido, Heleno, acho que a conferência tem o papel fundamental de fazer chegar ao outro lado, de fazer chegar a informação. Assim, eu queria dizer que é preciso reiterar a indignação das pessoas, as pessoas têm que se indignar com o que está acontecendo e têm que dizer que isso não é normal, não é natural. É preciso fazer um enfrentamento de que o desmonte não é, de fato, garantia de melhoria deste País. Ao contrário: em favor da educação pública, laica, gratuita para todos, como direito social. Vamos nós para a Conferência Nacional em 2018. Todos nós juntos, pelo menos pensando que é possível manter nossos princípios.

Bom trabalho para nós, boa luta, boa disputa! Que a gente possa dar conta do enfrentamento. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Profª Míriam, que representou aqui a ANPEd.

Rapidamente, vamos passar aqui para o representante da Ubes junto ao Fórum Nacional Popular de Educação.

O SR. GUILHERME BARBOSA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome da Senadora Fátima Bezerra, nossa companheira incansável junto do Fórum Nacional Popular de Educação. Temos muito respeito a essa Senadora.

Quero cumprimentar todo mundo, todos os companheiros e companheiras...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Guilherme, permita-me só um aparte rápido. Eu não poderia, Deputada Margarida, Senadora Regina, demais companheiros e companheiras, deixar de registrar a presença do novo Presidente da Ubes, Pedro Gorki. (*Palmas.*)

Pedro Gorki, que é negro, bonito, nordestino e potiguar, viu, Senadora Regina. O garoto que vi nascer. Por que não dizer da minha emoção de vê-lo hoje aqui junto comigo, para dar continuidade à luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Seja muito bem-vindo, meu querido Pedro. Muitas lutas, muitos desafios pela frente.

Rapidamente, quero aqui registrar a presença de Yann, também ex-Presidente da Ubes, ao mesmo tempo em quero saudar o 42º Congresso da Ubes, que foi realizado agora, recentemente, em Goiânia, e foi enorme, muito bonito, muito representativo. Afinal de contas, estamos falando da maior organização estudantil de estudantes secundaristas do Brasil. Milhares de estudantes do ensino fundamental, médio, técnico, preparatório, escolheram Pedro Gorki, aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Foi eleito pelos próximos dois anos. A chapa de Pedro foi "Secundas em luta, em defesa da educação e do Brasil" e obteve 2.101 votos de um total de 2.513. O garoto é bom de urna, é bom de respaldo popular.

Então, enfim, o congresso reuniu cerca de 10 mil estudantes foi realizado em Goiânia e terminou com uma grande marcha, uma grande passeata dos estudantes na rua, contra a censura nas escolas, contra o projeto Escola sem Partido. Mais uma vez, a Ubes reafirma sua posição contra as reformas do Governo ilegítimo e se soma à luta das centrais sindicais, mais do que nunca afirmando a voz dos estudantes secundaristas Brasil afora em defesa da educação pública gratuita, inclusive de qualidade, sobretudo nesses tempos, né, Pedro, de tantos retrocessos que a gente está vivendo.

Seja muito bem-vindo!

Guilherme, devolvo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME BARBOSA – Eu queria também, eu ia fazer a saudação também a esse companheiro eleito nesse congresso que reuniu mais de 8 mil estudantes secundaristas de todo o Brasil, congresso muito importante também para contribuir com a resistência do movimento educacional brasileiro. Pedro Gorki, um menino de 16 anos, nordestino, do Rio Grande do Norte, estudante do IFRN. Foi muito importante para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas esse processo e essa eleição. Então, quero cumprimentar de novo o companheiro de luta, de trincheira, já que a gente compartilhou a construção desse congresso da Ubes.

Eu queria começar minha fala citando um pouco o que significou construir esse processo de tamanha resistência que foi o Fórum Nacional Popular de Educação e a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação). A gente sabe que vive um momento de ruptura democrática, em que se pretende instaurar no Brasil a reconstrução do projeto neoliberal, com caráter cada vez mais regressivo, cada vez mais destruidor.

Isso tem muita conexão com o que aconteceu no Fórum Nacional de Educação e do porquê de a gente construir esse espaço de tamanha resistência. Então, o que aconteceu no Fórum, como bem colocou o Heleno, foi um processo de artificialização de uma falsa maioria no fórum. O Governo, a partir de medidas autoritárias, unilaterais, desconstrói o que foi construído no Fórum Nacional de Educação mudando entidades, expulsando entidades da sociedade civil, integrando mais órgãos do Governo, para construir essa falsa maioria que conseguisse implementar sua agenda antipopular, sua agenda regressiva desse projeto neoliberal.

Isso é muito grave porque demonstra a tamanha incompatibilidade que esse projeto, esse Governo tem com a participação popular. Isso é muito óbvio, a partir do momento em que eles querem aprovar uma agenda antipopular de destruição de direitos, de acabar com a educação pública brasileira, de aprovar projetos cada vez mais regressivos para a perspectiva educacional, que a gente tanto constrói, eles precisam nos tirar da participação, excluir o povo, excluir os movimentos sociais da construção do Estado brasileiro, porque é impossível, companheiros e companheiras, construir uma agenda antipopular destruidora com o povo brasileiro. É impossível o povo brasileiro aprovar a reforma do ensino médio; é impossível o povo brasileiro aprovar uma emenda constitucional que congela por 20 anos os investimentos em educação pública brasileira; que finda o Plano Nacional de Educação; que declara que, nos próximos 20 anos da República brasileira, vai dominar o mercado financeiro; que o Estado brasileiro vai servir, única e exclusivamente, para o rentismo internacional, para garantir os lucros desses grandes banqueiros e empresários do mercado internacional capitalista.

Isso é muito grave, é grave porque nos coloca a tarefa de, cada vez mais, impulsionar uma resistência, construir convergências dos movimentos sociais, do movimento educacional brasileiro, para enfrentar um momento que nos declara que é impossível a participação popular. Este Governo e este projeto neoliberal não vai permitir que qualquer avanço na política educacional brasileira aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito pelo contrário, a agenda é regressiva, a agenda é de destruição, a agenda é de obscurantismo, e isso é muito grave para nós.

Então, a Conferência Nacional Popular de Educação, desde a sua gênese, desde a construção que gente dialogou no Fórum Nacional Popular de Educação, ela vem neste objetivo, de organizar uma convergência, de organizar as resistências do movimento educacional brasileiro; de organizar a resistência dos movimentos sociais para que a gente enfrente o momento muito óbvio e claro de destruição do Estado brasileiro; de destruição da educação pública; de destruição de qualquer perspectiva de garantia de direito social. E, muito pelo contrário, na verdade, um processo de ofensiva na violação dos direitos. A juventude é uma das mais afetadas com isso. Isso a gente debateu muito nesse passado congresso da Ubes, em que meu companheiro foi eleito, que é um cenário de destruição, um cenário de construção de um futuro sem futuro para a juventude brasileira, porque a reforma do ensino médio, o Escola sem Partido, a Emenda Constitucional 95 significam todo um leque de construção de um futuro sem futuro para a juventude brasileira.

E a Conape se coloca na resistência. Nós precisamos fortalecer esse espaço para enfrentar essa agenda; para derrubar Michel Temer; para acabar, finalmente, com o projeto neoliberal no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou fazer um registro no plenário também.

Bom, nós vamos agora, imediatamente, passar a palavra às demais entidades para ganhar tempo, uma vez que nós temos aí uma audiência pública também muito importante para tratar da questão da reforma trabalhista, inclusive com a presença do Ministro, não é, Senadora Regina?

Então, eu queria pedir a compreensão aqui, para que pudéssemos ouvir o máximo de entidades. Nós vamos começar Lucília Lino. Pode ser? Lucília, Presidente da Anfope, representante do Cedes. Vamos conceder dois minutos, Lucília. Pode ser? Porque, ao final, nós queremos fazer uma foto aqui bem bonita, para registrar este momento, que é histórico para nós, que é o lançamento aqui da Conape no Congresso Nacional.

Mas, com muita alegria, passo a palavra agora à Profª Lucília, Presidente da Anfope e representante do Cedes.

A SRª LUCÍLIA AUGUSTA LINO DE PAULA – Eu agradeço e parabenizo a Senadora pela iniciativa. Escrevo embaixo de tudo o que nossos colegas que estão à mesa falaram e quero reafirmar que a Anfope cerra fileiras com toda a população em defesa da educação pública, combatendo essa redução do Estado, essa destruição do Estado, do futuro das nossas crianças e jovens, que estão sendo ameaçados, porque o ataque à educação pública básica e superior, à carreira e à formação dos professores, a um serviço público, é inadmissível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, deixando esta fala, cumprimento a todos, dizendo que a Uerj resiste, os professores brasileiros resistem e que a educação brasileira resiste.

Fora, Temer! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Profª Lucília.

Vamos passar agora ao Pedro Gorki, o novo presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, potiguar, nordestino.

Com a palavra, Pedro.

O SR. PEDRO GORKI – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, fora, Temer!

Eu queria dizer que esta é a primeira vez que eu entro no Senado sem ser recebido pela polícia. Acho que isso deve ser o estado de exceção que nós vivemos hoje.

Quero saudar a Mesa na pessoa do estudante Guilherme e na da nossa Senadora Profª Fátima Bezerra.

Meu nome é Pedro Gorki, como foi apresentado, tenho 16 anos e sou estudante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, eleito, no último congresso, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Eu quero saudar, primeiro, o espaço democrático que é a Conape. Enquanto um Governo ilegítimo, através de um golpe ilegítimo, acaba com a democracia do nosso País, mas, principalmente, também a democracia dos espaços de discussão sobre a educação brasileira, realizar a Conape é uma ação totalmente revolucionária no sentido da educação pública.

É na Conape que teremos o espaço para debater o que representa a reformulação do ensino médio nas escolas brasileiras. É na Conape que vamos ter a oportunidade de debater a democracia dentro das escolas brasileiras. É na Conape também que teremos a discussão sobre qual a escola que queremos.

Então, o nosso recado é o de que não aceitaremos, de jeito nenhum, que a reforma educacional não seja pensada, não seja feita por quem vive e por quem faz diariamente a educação brasileira, que são os estudantes, que são os pedagogos, que são os professores e professoras de todo o Brasil, que trabalham e que constroem, todos os dias, esse nosso sonho da educação livre, gratuita, universal e de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Conferência Nacional Popular de Educação se tornará, além de um espaço democrático, um ato político, um grande ato contra a lei da mordaça. Porque reunir centenas, milhares de estudantes, de professores para debater política, para debater futuro do Brasil, para debater projeto de delação é um grande ato contra a lei da mordaça e contra a censura que querem colocar nas escolas e universidades, como já foi citado aqui.

E que fique o recado para o ilegítimo Presidente Michel Temer: se pensa que a sua agenda de retrocessos vai passar fácil, saiba que, no Brasil, existe a Conferência Nacional Popular de Educação. Saiba que, no Brasil, existe a Frente Brasil Popular. Saiba que, no Brasil, existem estudantes que ocupam, mas também existem Senadoras que ocupam a Presidência do Senado. Saiba que, no Brasil, existe o povo brasileiro, e esse povo brasileiro vai ser a pedra no sapato do Governo Michel Temer e de qualquer golpista que detenha nossos direitos.

Então, viva a Conape! Viva a luta por uma escola democrática! Mas, principalmente, viva a luta e viva o nosso amor ao Brasil! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Pedro, parabéns!

Vamos agora passar à Profª Maria Luiza Pinho Pereira, que representa aqui os fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil. E registrar, também, com muita alegria, a presença do Fórum Estadual do Ceará, Cosme Costa Lima – o.k., Cosme?

Profª Maria Luiza.

A SRª MARIA LUIZA PINHO PEREIRA – Bom, eu queria saudar a todos aqui presentes e reconhecê-los realmente como os lutadores pela educação brasileira. E, como fóruns estaduais e distrital de educação de jovens e adultos trabalhadores... Aqui se registram, na verdade, a palavra e a denúncia de 81 milhões de trabalhadores brasileiros que não têm educação básica. Não têm educação básica, e, no entanto, são os grandes contribuintes da riqueza nacional.

Então, se vamos dizer alguma coisa por que a educação precisa lutar e garantir é a educação dos trabalhadores com mais de 15 anos, pela lei, e o reconhecimento do movimento social a partir de 18 anos.

Eu queria só lembrar, até pela nossa idade, que nossa fala aqui pode...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUIZA PINHO PEREIRA – ... rememorar – e a história liberta – que, no dia 28 de agosto de 1968, foi assassinado Edson Luís, com 16 anos. E é pelo sangue deste rapaz de 16 anos, que aqui ressurge na pessoa do Pedro e de tantos outros, que a educação brasileira realmente a luta e faz sentido como projeto de vida, e não apenas como projeto de um segmento e como luta de projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vida de um país que merece, sim, que seu povo seja reconhecido e que tenha de fato a soberania nacional.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora agradecer à Maria Luiza e passar a palavra para a Inês Barbosa, Profª Inês, Presidente da Associação Brasileira de Currículo.

A SRª INÊS BARBOSA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Quero saudar a Senadora Fátima por mais essa iniciativa, saudar a Conape, em defesa do nosso Plano Nacional de Educação democraticamente construído, com seus méritos e seus problemas, mas democrático. Portanto, precisamos lutar por ele. Quero saudar também o Fórum Nacional Popular de Educação, que tem sido muito importante para todos nós, entidades a ele associadas, na condução dessa luta em defesa da educação pública no nosso País.

Quero me juntar também à Deputada Margarida Salomão no protesto contra o que está acontecendo na UFMG hoje, lembrando o que passou na Universidade Federal de Santa Catarina e me perguntando neste momento com quantos reitores mortos se faz um ataque à educação pública de qualidade pelo Governo golpista.

(*Soa a campainha.*)

A SRª INÊS BARBOSA DE OLIVEIRA – Quero ainda trazer a boa notícia de que na segunda-feira eu estive presente à reunião do Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro e que a conferência do Rio já está avançando bastante bem. As comissões trabalharam na segunda-feira, e ele vai acontecer na Uerj, ainda como opção política por essa universidade vilipendiada pelo que vem sendo feito pelo PMDB de Sérgio Cabral e Pezão.

Também quero ressaltar que, embora o Forumdir não esteja aqui hoje representado, ele tem sido uma entidade parceira importantíssima nessa luta que a gente vem travando coletivamente em defesa da nossa educação, em defesa da educação democrática social.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Profª Inês.

Passo a palavra agora para a Senadora Regina, Presidente da Comissão e também autora, junto comigo, da presente audiência pública.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois é, tenho que ir a outra sala, o Plenário 2, para receber o Ministro. Mas aqui pode continuar tranquilamente, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são duas Comissões, não há nenhum problema. Mas eu tenho que pelo menos tomar um remédio ali, porque a coisa se agravou e eu tenho que conduzir lá. Acho que o Paim vai estar lá para me ajudar. E convido tudo mundo a ir lá, quando saírem daqui, para ouvir o Ministro, como é que ele explica aquela portaria do trabalho escravo, porque o tema é esse.

Mas quero lembrar sobre o ataque à universidade de Minas Gerais. Eles esperaram reação à morte do Cancellier; não houve. Nós fizemos uma audiência pública aqui. A gente estava em uma articulação com a OAB para botar esse negócio para frente, para apurar. A OAB retrocedeu. No dia da audiência, confirmou, ligou dizendo que estava a caminho, e depois nem a OAB de Santa Catarina nem a OAB Nacional... O Presidente Lamachia confirmou presença, ligou de manhã dizendo que viria, e depois não chegou, teve um problema. E a de Santa Catarina também não veio.

Isso significa que as entidades retrocederam, receberam apelos, alguma coisa, e aí eles estão se sentindo fortalecidos para fazer esses espetáculos, porque a Polícia Federal deste País está vivendo de espetáculo. Isso é muito grave, minha gente! Tanta coisa para apurar, e a Polícia Federal fazendo espetáculo, pegando gente inocente, até que se prove o contrário. É um pessoal inocente, não houve nem inquérito ainda contra essas pessoas, como foi em Santa Catarina. E de repente as pessoas são conduzidas com um espetáculo, que deixa as pessoas fragilizadas. Por isso o Cancellier fez aquilo com a própria vida.

Então, a gente precisa tomar providências mais duras, a gente precisa tentar buscar caminhos para ter ações que possam dizer para eles que a gente não está morta, que a gente está vendo o que está acontecendo e que está errado o que eles estão fazendo. É um absurdo! Eu estava lendo aqui a matéria sobre as motivações. É de estarrecer por que fizeram isso. Depois... É aquela história que a gente dizia desde a Dilma: ache o criminoso e depois vá buscar o crime. Primeiro se elege o criminoso, depois se acha o crime que ele cometeu. A gente não pode deixar isso acontecer neste País.

Para completar, o Brasil está só no retrocesso. Saiu o relatório da anistia internacional: é o País que mais mata defensores de direitos humanos. Em 2016, foram 66 assassinatos, e neste ano, até agosto, foram 68. Isso significa que vai passar do número de 2016. Só cresce. O Brasil assina todos os tratados, todos os compromissos, assinou com a OIT a questão do trabalho escravo, e está aí o resultado: a emissão de uma portaria daquela. Assina todas as propostas em defesa dos direitos humanos, mas está agindo na contramão. Quer dizer, é o retrato de um país que foi à rua para dizer que queria um país padrão FIFA. Então, vamos ver que padrão é esse que o pessoal defendia, porque agora está todo mundo quieto. E a gente não pode ficar quieta. O grande problema é este: a gente tem que agir. Foi um equívoco, eu achei, desmanchar o movimento de ontem. Alguns fizeram, outros não fizeram, aí a imprensa diz que foi um fracasso, foi um fiasco.

A gente precisa fazer movimentos crescentes. A gente sabe que não está com força acumulada para fazer grandes... Mas vai fazendo no crescente, para a gente poder acumular força, porque senão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há horas que aqui eu digo assim: "Meu Deus, o que eu estou fazendo aqui?" Mas depois eu reflito e digo: não, eu tenho que ter voz aqui. A gente tem que insistir, repetir, dizer... Eles odeiam quando a gente fala, mas a gente tem que falar. Aprovaram na CCJ armar os trabalhadores rurais. Não há trabalhador rural neste País pedindo para comprar arma – não há! O pequeno agricultor, o trabalhador familiar não está pedindo, mas eles aprovaram. As defesas são as mais estapafúrdias! A gente sabe que é para legalizar as milícias, para legalizar as armas que há nas fazendas com os jagunços e para obrigar trabalhador rural a comprar arma para eles. É isso que vai acontecer. Passou na Comissão de Constituição e Justiça armar os trabalhadores rurais. Eles estão pedindo isso?! Nunca vi! Minha mãe mora na zona rural, eu tenho relações estreitas com o trabalhador rural, nunca vi ninguém pedindo que precisa de uma arma para ter em casa.

São essas coisas que estão sendo aprovadas aqui. Então, a gente precisa mudar essa pauta.

Obrigada, gente. Desculpe-me. Eu vou ter que sair para ir para a outra... (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Senadora Regina.

Nós queremos registrar aqui também a presença dos diretores do SINPROEP (Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal); a presença de Gil Vicente, representando aqui o Proifes; e de Mozarte Simões, representando aqui a Fasubra.

Vamos passar a palavra para Alexandre Ramos, Presidente da Assinep (Associação dos Servidores do Inep).

Senadora Regina, quando terminar aqui, nós vamos nos dirigir ao outro plenário, onde vai haver a audiência sobre a questão da famigerada portaria do trabalho escravo, com a presença do Ministro do Trabalho.

Por favor.

O SR. ALEXANDRE RAMOS – Senadora Fátima Bezerra, nós saudamos esta iniciativa muito importante e queremos dizer que estamos, desde o dia 6 de junho, desde uma reunião na sede da CNTE, participando do movimento de rompimento com o Fórum Nacional de Educação oficial e participando do movimento de construção do Fórum Nacional Popular de Educação e da Conferência Nacional Popular de Educação 2018.

Por isso, nós estamos aqui. Estamos aqui para lutar contra tantas situações complicadas, complexas que estamos vivendo, como, por exemplo, o ataque aos servidores públicos, a reforma da previdência, o ataque à educação pública gratuita, que engrossou com esse relatório espúrio do Banco Mundial.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE RAMOS – Neste ano, nós estamos comemorando 80 anos do Inep. É uma história importante. E gostaríamos, Senadora Fátima Bezerra, até de propor que algum Senador desta Casa pudesse convocar uma audiência pública para que possamos falar do Inep e da importância que esse órgão tem. Nós precisamos construir um Inep que seja realmente um órgão, uma autarquia de Estado, para que não fique à mercê de desmandos, ao sabor de certas políticas de governo, que não são legítimas. Então, nós precisamos fortalecer o Inep.

Graças aos concursos públicos realizados desde 2008, nós temos hoje um corpo de pesquisadores e de técnicos que está fazendo, sim, a luta em defesa da educação pública gratuita. Nós já distribuímos carta aberta dos servidores do Inep contra a censura de uma publicação importante produzida por pesquisadores. Inclusive, dois deles fazem parte da diretoria da Assinep e estão aqui presentes: o João Horta e o Alexandre André dos Santos. O Rogério não pôde estar aqui conosco, mas a Diretoria da Assinep está aqui, com quatro de seus diretores, para fortalecer essa luta. Gostaríamos que todos apoiassem essa luta contra a censura no Inep. A CNTE, o Fórum Nacional de Educação, a ANPEd, a Anfope, a ANPAE e outras entidades já fizeram esse apoio, repudiando a censura no Inep. Entidades coirmãs, como as dos servidores da Capes, do CNPq e do IBGE, também apoiaram.

E nós estamos aqui para louvar a iniciativa da Conape 2018. É nesse espaço que nós vamos lutar contra esses desmandos contra nós servidores públicos, servidores da educação, pesquisadores da educação e contra todo esse movimento de educadores progressistas no Brasil.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o companheiro que falou em nome da Associação dos Servidores do Inep e parabenizar vocês pela iniciativa corajosa, necessária de denunciar os desmandos que lá estão ocorrendo. Desde já, quero dizer para você que, na retomada dos trabalhos, no primeiro semestre legislativo, nós vamos fazer contato para realizarmos uma audiência pública aqui, no Senado.

Com a palavra o Prof. Heleno.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Eu quero aproveitar a oportunidade, Senadora Fátima, para reforçar o convite para a atividade de hoje do Fórum Nacional Popular de Educação. É o dia inteiro de atividades. Às 15h30, nós vamos nos reunir no auditório da CNTE, no Conic, no Venâncio V, segundo andar, e vamos ter a reunião do pleno do Fórum Nacional de Educação. O primeiro ponto de pauta é o Sinaeb. O pessoal da Assinep vai debater conosco essa portaria, esse veto que está colocado para nós. Vamos também discutir a questão da BNCC, que está tramitando sem o nosso conhecimento no Conselho Nacional de Educação, além, é claro, da Conape e da crise na universidade, que também são pontos de pauta da nossa reunião de hoje à tarde. As entidades estão todas convidadas. Para quem quiser participar, é uma reunião aberta. Estamos aí convidando todos para participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, à noite, às 18h, vamos também fazer a nossa confraternização do Fórum Nacional Popular de Educação no Armazém do Ferreira, na quadra 202 norte. Uma proposta vindo também das ideias do gabinete da Senadora Fátima, sempre dinâmica e movimentada nesse processo. É interessante para nos manter aqui, em Brasília, porque, amanhã, temos luta ainda de audiências públicas no Congresso Nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – E há o Conselho Nacional também amanhã, dia 7.

A SRª MIRIAM FÁBIA ALVES – Muita luta amanhã.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muita.

Mais alguém da Mesa? (*Pausa.*)

Prof. Heleno, Profª Adércia, Mario, Guilherme, Prof. Miriam, em nome de quem quero, mais uma vez, saudar os demais convidados e convidadas da presente audiência pública. Eu quero agradecer a presença de vocês e dizer, Adércia, que, claro, estamos vivendo tempos muito difíceis... É evidente que, com a consumação do golpe de Estado em 2016, nós assistimos a uma escalada autoritária neste País, a um retrocesso atrás do outro. E a área de educação, como sempre, tem sido exatamente uma das mais afetadas.

Dispensa comentários o processo de desmonte em curso de todo aquele projeto que Paulo Freire idealizou, por que nós continuamos lutamos até hoje, da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. Os ataques têm sido muito violentos. A reforma autoritária do ensino médio, a lei da mordaça. Imagine uma lei da mordaça, a chamada escola sem partido. Querer calar a voz dos professores numa sociedade complexa como a nossa, uma sociedade, inclusive, marcada por grandes diferenças sociais ainda, uma sociedade infelizmente em que campeia, e muito, a violência, o preconceito, a discriminação, seja de gênero, de orientação sexual, de raça, de credo. Alguém querer, repito, botar uma mordaça na boca do professor é de uma estupidez sem tamanho. Pelo contrário, a escola, mais do que nunca, tem que lidar com a realidade e tem que trabalhar a educação olhando, como Paulo Freire dizia, a realidade exatamente onde nossos estudantes estão inseridos, ou seja, nós temos que olhar a vida assim como a vida é, com toda, repito, essa complexidade e as desigualdades sociais que marcam exatamente a nossa sociedade.

Também aqui quero dizer, Prof. Heleno, que comungo com vocês, com muita revolta e com muita tristeza, o ataque violento que houve aos instrumentos de participação social. Simplesmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desfiguraram o nosso Fórum Nacional de Educação, tão sonhado e tão lutado por nós, que finalmente vimos nascer quando comemoramos a aprovação do Plano Nacional de Educação. E eu sou testemunha da intervenção autoritária do MEC junto ao Fórum Nacional de Educação, até porque era parte integrante dele junto com vocês – eu representava a Comissão de Educação do Senado – e, assim como vocês, não restou outra alternativa a mim senão também me ausentar do fórum oficial de educação, pelo quanto ele perdeu da sua essência, que era exatamente o seu papel de fazer a interlocução social com a sociedade.

Eu volto a dizer: eu digo isso com muita tristeza, porque quem perde com isso, e muito, é a educação e é exatamente a sociedade. Mas nós não podíamos, de maneira nenhuma, legitimar um fórum tal como ele é hoje: chapa branca, um fórum tutelado, até porque ele perdeu, repito, a sua função primordial, que era fazer o papel de interlocução, Gil, com a sociedade.

Então, eu falo isso, porque aqui, do fundo do meu coração, não é só a Senadora que fala aqui, aliás, quem fala aqui muito mais é a professora, é a militante da luta em defesa da educação. Eu quero dizer aqui do papel importante que vocês têm desempenhado ao longo desse período, pelo quanto as entidades que vocês representam simbolizam de resistência, de esperança e de luta para que possamos exatamente o quê? Vencer essa quadra tão difícil da história do nosso País.

Você veja a que ponto nós chegamos, a que ponto nós chegamos de repente de ter uma sugestão legislativa para desomenagear o Prof. Paulo Freire. A que ponto chegamos, repito, em matéria de intolerância, de radicalização e, por que não dizer, em matéria, inclusive, de ignorância – não é, Heleno? –, porque eu acho que só alguém que desconheça a obra, a grandiosidade da obra de Paulo Freire para propor uma estupidez como essa, uma insensatez como essa.

Eu sou Relatora da sugestão legislativa que está tramitando, inclusive, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nós vamos votar o meu parecer até a próxima semana. É evidente que o meu parecer vai ser pela rejeição. Eu quero dizer para vocês, compartilhar com vocês que recentemente levei ao conhecimento da Comissão de Educação do Parlasul, que eu integro, esse assunto, ao tempo em que apresentei uma moção de defesa do legado de Paulo Freire. Qual não foi o meu orgulho, a minha alegria de ter visto a Comissão de Educação do Parlasul, por unanimidade, rechaçar essa sugestão legislativa e aprovar a moção de defesa do legado de Paulo Freire, assim como várias moções aqui têm chegado, assim como várias petições. Vocês, inclusive, têm acompanhado todo esse movimento em defesa do legado de Paulo Freire, até porque nós não podemos permitir, repito, uma estupidez desse tamanho, porque desomenagear Paulo Freire agora seria cassá-lo, inclusive, pela segunda vez – ele já foi alvo da censura ideológica na década de 60, no golpe, na ditadura civil-militar.

Então, eu quero aqui também partilhar com vocês e dizer que o nosso parecer deve ser votado agora, até o dia 15, e seguramente vamos arquivar. Essa sugestão que quer desomenagear Paulo Freire tem que ir para o lixo da história. Ao mesmo tempo, nós vamos, cada vez mais, afirmar e reafirmar não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

só para o Brasil, mas para o mundo a grandiosidade, o legado que Paulo Freire deixou como inspiração para todos aqueles e aquelas que não desistem da luta em defesa da educação pública.

Por fim, Heleno, quero terminar aqui fazendo minhas as palavras do Pedro Gorki, quando, na sua fala, disse que é por amor ao Brasil que nós lutamos. Eu quero dizer a Pedro que é exatamente por isto, por amor ao Brasil, que estamos nessa jornada de resistência e luta contra a destruição dos direitos dos trabalhadores, contra a venda do patrimônio nacional, contra o congelamento dos gastos públicos, etc.

Rumo à Conape 2018. Eu vou dizer: rumo à Conferência Nacional Popular de Educação 2018 e viva a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade. (*Palmas.*)

Muito obrigada e está encerrada a presente audiência pública.

Lançada a nossa Conape aqui, no Congresso Nacional!

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e treze minutos do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer, Regina Sousa, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Maria do Carmo Alves, Gladson Cameli, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Cidinho Santos, Romário, Valdir Raupp, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; 2. Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC; 3. Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA; 4. Sra. Eva Patricia Gonçalves Pires. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST); 5. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; 6. Sra. Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 32 de 2017** que: "Requer, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como "Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)". Como convidados, indicamos o Excelentíssimo Senhor Ministro José Múcio Monteiro, Relator do processo acima mencionado, e dois ou três Auditores de Controle Externo indicados pelo Ministro José Múcio Monteiro que participaram, diretamente, das auditorias realizadas no âmbito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fisc Nordeste." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - AVISO Nº 57, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pelo pedido de providências. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Tramitação conjunto do PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 642, de 2015 – Não Terminativo** – que "Estabelece regras a serem observadas pelos programas para incentivo à fidelidade de clientes" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 642/2015, com duas emendas, e pela rejeição do PLC 124/2015. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para modificar o critério que configura a integração de agentes dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto." **Autoria:** CPI do Futebol - 2015 (CPIDFDQ). **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para acrescentar o inciso XIV ao art. 39, e vedar desconto para pagamento em dinheiro ou cheque em detrimento do pagamento em cartão de crédito ou débito." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – Tramintação conjunta do PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações." **Autoria:** Deputado Arnon Bezerra **Com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011 – Terminativo –** que " Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante." **Autoria:** Senador Jorge Afonso Argello. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011 (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência. " **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CCJ/CE (substitutivo) com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **2ª Parte - Deliberação das Emendas ao PLOA 2018**. **Finalidade:** Votação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018" – LOA 2018. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Dalírio Beber, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela apresentação à CMO de uma emenda de apropriação oferecida pela Senadora Regina Sousa, na ação 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$ 5.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/11

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Dalirio Beber.

Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 811 do TCU (Tribunal de Contas da União); Aviso nº 796 do TCU; Aviso nº 718 do TCU; Aviso nº 781 do TCU; Aviso nº 775 do TCU; Avisos nºs 30 e 29, de 2017; Aviso nº 649 do TCU; Aviso nº 638 do TCU; Aviso nº 658 também do TCU; correspondências do GoB2B International Corporation contendo queixa contra atos de autoridades e entidades públicas.

Informo que os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso ao seu conteúdo, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Vamos, portanto, à pauta.

O item 4 é um projeto não terminativo.

O item 5 é não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para modificar o critério que configura a integração de agentes dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, a palavra para o Senador fazer a sua leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Cumprimentando nosso Presidente da Comissão, Senador Ataídes, nós damos início à leitura do nosso relatório.

A Lei nº 12.111, de 2009, que pretende ser alterada pelo projeto em comento, dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, que são aqueles que ainda não estão conectados ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. O art. 4º dessa Lei dispõe sobre a integração dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional. O PLS propõe incluir um §3º ao art. 4º dessa Lei, para, no inciso I, impedir que consumidores dos Sistemas Isolados venham a pagar as chamadas "bandeiras tarifárias"; e, no inciso II, vedar a incorporação de quaisquer outros custos exclusivos ao Sistema Interligado Nacional às tarifas dos Sistemas Isolados.

O PLS foi encaminhado para esta Comissão e, após análise, seguirá para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a quem caberá a decisão terminativa.

Vamos direto à análise.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes à defesa do consumidor e à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos, entre outros temas.

Observamos que o PLS em análise reveste-se de mérito. Os consumidores dos Sistemas Isolados não devem pagar pelas chamadas "bandeiras tarifárias", que foram criadas na esteira da crise hídrica por que passou o Brasil em anos recentes.

De fato, a escassez hídrica dos últimos quatro anos tem mostrado o quanto o sistema elétrico brasileiro está vulnerável a essa imponderabilidade.

Usinas hidroelétricas, que têm as tarifas mais competitivas do setor elétrico, tiveram que reduzir drasticamente a geração em face da escassez hídrica, e usinas termoelétricas tiveram que assumir seu lugar na base da geração de energia elétrica, para garantir segurança energética operacional. A diferença de preços entre hidroeletricidade e termoeletricidade chega a ser abissal: enquanto usinas hidroelétricas chegam a gerar energia no patamar de R$100/MWhora, usinas termoelétricas chegam a custar R$1.100/MWhora. E todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional devem pagar por isso.

Só que o sinal de preço não vinha sendo mostrado com clareza ao consumidor. Um dos fatores mais importantes para esse distanciamento entre o que consumidor paga na tarifa e o real preço da energia é o modelo de regulação tarifária. A Lei do Plano Real proíbe o reajuste de tarifas com menos de um ano de intervalo, salvo decisão interministerial (Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia) a respeito.

Em face dessas restrições regulatórias, em janeiro de 2013, as distribuidoras estavam pagando energia na ponta do sistema que chegava a custar mais de onze vezes o preço da energia hidroelétrica, mas esse custo ainda não tinha chegado à tarifa dos seus consumidores, em face da citada proibição de reajustes com periodicidade inferior a um ano. Esse mecanismo de diferimento do custo impedia que as tarifas acompanhassem instantaneamente o custo real da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tal descasamento entre a tarifa para o consumidor e o custo real da energia é só uma face do problema, a face do consumidor. A outra face, também muito grave, é a face da distribuidora: no período em que o consumidor não pagava tarifa que remunerasse a geração ao preço real, cabia à distribuidora assumir o ônus do pagamento. Normalmente, a distribuidora financia o consumidor, com a garantia contratual de que, no ciclo tarifário seguinte, receberá, na tarifa e com juros, o que desembolsou a maior para pagar pela energia. Ora, distribuidoras são meras repassadoras da maior parte dos recursos que arrecada: em média, 30% do que a distribuidora arrecada são tributos; 30% são destinados a pagar pela energia adquirida; 15% são para pagar serviços de transmissão e encargos; sobra para a distribuidora apenas cerca de 25% do que fatura.

A escassez hídrica que assolou o Brasil no período de 2013 a 2015 elevou a patamares exorbitantes a diferença entre a previsão tarifária de gastos com energia e o custo real da energia. As distribuidoras perderam a capacidade de financiar os consumidores e o Governo precisou intervir, mediante a negociação de empréstimos ou repasse de recursos, para que as distribuidoras conseguissem honrar o pagamento da energia comprada no prazo contratual, impedindo assim que as empresas do setor elétrico fossem à falência.

A solução para ambas as faces desse problema são as bandeiras tarifárias. As bandeiras tarifárias corrigiram parte da distorção que afetava o consumidor, que não vinha tendo o correto sinal de preço da energia no momento em que está consumindo. Corrigiram também o problema das distribuidoras quando têm que financiar o consumidor. As bandeiras trazem para base mensal – e não mais anual – a resposta do consumidor ao preço da energia. Trazem também para base mensal a arrecadação das distribuidoras, através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, que cobre eventuais insuficiências de recursos das distribuidoras em bancar energia de caras termoelétricas.

No início da cobrança das bandeiras tarifárias, em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou a arrecadação do encargo de todos os consumidores do País, inclusive dos consumidores dos Sistemas Isolados. Os representantes dos Estados com esses sistemas se insurgiram contra essa cobrança, alegando que ela não era devida, já que os consumidores dos Sistemas Isolados não consumiam a energia termoelétrica do Sistema Interligado Nacional, energia essa que havia precipitado a criação das bandeiras. O PLS em análise é o resultado desse movimento contrário à injusta cobrança das bandeiras.

Mas essa injustiça foi corrigida pela Lei nº 13.182, de 13 de novembro de 2015. Com isso, em relação às bandeiras tarifárias, o PLS em análise perdeu o objeto, e a recomendação natural seria pela sua prejudicialidade.

No entanto, a vedação de cobrança de qualquer outro custo nas tarifas dos Sistemas Isolados, que também é proposta pelo PLS, está em contradição com o disposto na recente Lei nº 13.299, de 21 de junho de 2016, que tratou do assunto para, em vez de vedar, diferir a sua cobrança. De fato, essa lei determina que, de 2017 a 2020, o Ambiente de Contratação Regulada do Sistema Interligado Nacional excluirá os encargos setoriais das tarifas dos Sistemas Isolados e, de 2021 até 2034, haverá um aumento gradual até que, em 2035, os encargos sejam cobrados em sua totalidade. Diante dessa contradição, e de modo a cumprir o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, optamos por rejeitar a matéria.

Voto, então, pela rejeição do PLS nº 617, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Exª, Senador Dalirio.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CTFC, pela rejeição do projeto. A matéria segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O item 13 da pauta, Senador Cristovam, é o Projeto de Lei do Senado Federal nº 33, terminativo.

A relatoria é de V. Exª. Nós não temos quórum para votar esses projetos terminativos, mas eu indago a V. Exª se quer fazer a leitura do relatório, porque nós damos já um passo a mais. E, na próxima, espero ter a presença novamente, como sempre assídua, de V. Exª, mas, se porventura V. Exª não estiver, nós o votaremos e aprovaremos, imagino eu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não se trata, Presidente, de querer ou não querer; se deve ou não deve. E eu acho que deve. Ou seja, eu devo ler. Além disso, eu quero também ler. Então, atendo a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, é o Projeto de Lei nº 33, de 2017, terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Eu quero de antemão dizer, Senador e todos que estão nos assistindo, venham a assistir ou ler nas atas, que a criação desse código é algo extremamente correto, mas que, da maneira como tem sido feito, sem autorização expressa e usado em programas promocionais por instituições financeiras, a Senadora Rose de Freitas tem razão. Dessa maneira, fere certos direitos das pessoas que nós devemos zelar, inclusive como consumidores. Por isso, o meu voto será favorável.

A proposição, eu devo informar, é estruturada em dois artigos.

O art. 1º propõe o acréscimo de um artigo ao Código de Defesa do Consumidor, o art. 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o intuito de tipificar como crime contra as relações de consumo a conduta de cadastrar o consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promocional realizado por instituição financeira. A pena a ser cominada será a de detenção de um a seis meses ou multa. O parágrafo único determina a nulidade dos débitos lançados em programa promocional no qual o consumidor haja sido cadastrado sem a respectiva anuência expressa.

O art. 2º estipula que a lei decorrente de eventual aprovação do projeto em referência passará a viger na data de sua publicação.

Ou seja, entre outros méritos, essa lei tem o da simplicidade. Apenas um artigo, e o outro que diz que entra em vigor nessa data, o que lembra, talvez, a mais importante das leis que já fizemos, que foi a abolição da escravatura, que só tem um artigo e, abaixo, que entra em vigor naquela data, 13 de maio de 1888.

Na justificação, a nobre Senadora Rose de Freitas assinala que, muitas vezes, esses programas promocionais geram débitos ao consumidor e aponta que, por vezes, o consumidor pode não ter tido a oportunidade de manifestar sua vontade nem de refletir acerca das vantagens e desvantagens da sua adesão ao programa.

Na análise, Sr. Presidente, eu quero dizer que compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor, e por isso estamos aqui.

Em relação à constitucionalidade do projeto, assinalo que ele cuida de matéria da competência da União, e seu exame constitui atribuição do Congresso Nacional.

A proposição não contraria dispositivos constitucionais, nem infraconstitucionais, nem regimentais. No que se refere à técnica legislativa, a proposta merece alguns reparos, os quais serão abordados mais adiante.

Por exemplo, no que tange ao mérito, note-se que o PLS nº 33, de 2017, este que estamos analisando, contraria o princípio da subsidiariedade – que orienta a aplicação do direito penal – acolhido implicitamente pela Carta de 1988. Segundo esse princípio, o Direito Penal deve ser aplicado apenas como solução extrema, quando outros ramos do ordenamento jurídico se mostrem insuficientes para resolver a situação. É por isso que, no meu parecer a favor, eu tiro a ideia de criminalização.

Saliente-se, igualmente, que o simples cadastramento de consumidor em programa promocional promovido por instituição financeira, ainda que sem a devida autorização expressa, apesar der reconhecer que é irregular, não caracterizaria ofensa a bem jurídico que justifique a intervenção do direito penal. Portanto, essa conduta não tem relevância penal, razão por que não se deve aplicar ao infrator sanção de caráter criminal, mas tão somente – essa é a minha proposta – sanção administrativa.

Assim, proponho incluir como cláusula abusiva o cadastramento de consumidor em programa promocional sem a sua anuência expressa. Além disso, estendemos essa disposição a todos os fornecedores.

Por sua vez, de acordo com o disposto no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores que desrespeitam as normas de defesa do consumidor ficam sujeitos, conforme o caso, a sanções administrativas, não criminais, sem prejuízo das de natureza civil, penal e daquelas definidas em normas específicas. As sanções administrativas, que podem ser aplicadas cumulativamente, inclusive, são: (I) multa; (II) apreensão do produto; (III) inutilização do produto; (IV) cassação do registro do produto junto ao órgão competente; (V) proibição de fabricação do produto; (VI) suspensão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecimento de produtos ou serviços; (VII) suspensão temporária da atividade; (VIII) revogação de concessão ou permissão de uso; (IX) cassação de licença do estabelecimento ou da atividade; (X) interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; (XI) intervenção administrativa; e (XII) imposição de contrapropaganda, para corrigir o erro que tenha sido cometido ou os problemas que tenham cometido.

Em face dessas ponderações, entendemos que o PLS nº 33, de 2017, merece prosperar, com os ajustes necessários. Para tanto, apresento emenda substitutiva ao PLS nº 33, de 2017.

Devo ler o voto, então.

Ante o exposto, opino pela aprovação, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Aqui vem a ementa:

> Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento de consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional.

Ou seja, ficou retirada da ementa a ideia de criminalização, mas sim como ato abusivo, passível de uma daquelas 12 punições.

E a lei ficaria:

> Art. 1º O art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVII:
> "Art. 51. .....
> .....
> XVII – permitam ao fornecedor o cadastramento de consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional.
> ....."

Ou seja, incluímos mais esse item XVII para dizer da punição que pode haver, sem ser criminalização.

Prossigo:

> § 5º Na hipótese do inciso XVII, são nulos os débitos lançados decorrentes de cadastramento em programa promocional."

Esse talvez seja o de mais interesse do consumidor. Ele é cobrado por algo sobre o qual não foi consultado.

E por fim:

> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o meu voto, Sr. Presidente: aprovação, mas nesses novos termos, em que, em vez de criminalização, definimos como uma prática abusiva, passível de punições, e não de ser considerada crime penal, o uso de cadastro sem a consulta expressa, sem o atendimento expresso do consumidor cujo nome é utilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Vamos aguardar a reunião da semana seguinte para que nós possamos, então, deliberar e aprovar de vez esse tão importante projeto.

Passamos agora à votação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, que – aspas – "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018" – fecho aspas –, LOA de 2018, de relatoria do Senador Dalirio Beber.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Vamos ao nosso relatório.

Antes disso, parabenizo o Senador Cristovam pela relatoria do projeto que acabou de ser lido. Eu acho que é importante termos essa preocupação com o aperfeiçoamento da legislação, especialmente ali colocando pena pecuniária, e não criminalizando, para exatamente dar aos nossos consumidores o direito de serem ressarcidos quando indesejadamente forem incluídos ou cadastrados em programas de interesse de quem quer que seja.

Vamos então ao nosso relatório.

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 20, de 2017 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018-PLOA-2018).

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 20, de 2017, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2018, que se encontra na fase de apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor pode apresentar até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foi apresentada apenas uma proposta de emenda de apropriação à despesa.

Da análise.

No Anexo I a este parecer consta a proposta apresentada, especificando autoria, unidade orçamentária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos neste parecer as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, e o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda (CAE) da CMO.

A proposta é de interesse nacional e está na área de competência regimental desta Comissão.

Como decorrência, votamos pela apresentação à CMO da seguinte emenda de apropriação, conforme especificado a seguir e no Anexo I: Emenda 1, na ação 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, proposta pela Senadora Regina Sousa, no valor de R$5 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas.

Este é o relatório.

Segue, então, com a emenda que foi apresentada, a única, pela Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI;

2. Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC;

3. Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA;

4. Sra. Eva Patricia Gonçalves Pires. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST);

5. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho;

6. Sra. Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como "Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)". Como convidados, indicamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelentíssimo Senhor Ministro José Múcio Monteiro, Relator do processo acima mencionado, e dois ou três Auditores de Controle Externo indicados pelo Ministro José Múcio Monteiro que participaram, diretamente, das auditorias realizadas no âmbito do Fisc Nordeste.

Autoria: Senador Elmano Férrer

ITEM 3
AVISO Nº 57, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pelo pedido de providências

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por progamas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 642, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece regras a serem observadas pelos programas para incentivo à fidelidade de clientes.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do PLS 642/2015, com duas emendas, e pela rejeição do PLC 124/2015

Observações:

- Posteriormente, as matérias seguem ao Plenário.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2016
- Não terminativo -

Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto.

Autoria: CPI do Futebol - 2015

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para acrescentar o inciso XIV ao art. 39, e vedar desconto para pagamento em dinheiro ou cheque em detrimento do pagamento em cartão de crédito ou débito.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2017 e 30/08/2017.

- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- As matérias constaram na pauta da reunião do dia 30/08/2017.

- A votação das matérias será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015;

- Matérias apreciadas pela CCT, com parecer favorável ao PLC 123 de 2011, nos termos da Emenda nº1 - CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS 559 de 2011, que tramita em conjunto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CCJ/CE (substitutivo) com uma subemenda que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2017 e 30/08/2017;

- Matéria apreciada pela CCJ e pela CE, com parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 da CCJ (substitutivo) apresentada.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:
- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2017 e 30/08/2017.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017
- Terminativo -

Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores.

Autoria: Senadora Rose de Freitas
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
- A matéria constou na pauta da reunião do dia 30/08/2017.)

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Cidinho Santos, Armando Monteiro, José Medeiros, Valdir Raupp e Roberto Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Dário Berger. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: AVS 34/2017, Aviso 870, 2017, MSF 58/2017, Aviso nº 1.135/2017, Aviso 957/2017, Aviso nº 952/2017, AVS 39/2017, AVS 40/2017, Aviso 1.015/2017-TCU, MSF 71/2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; 2. Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC; 3. Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA; 4. Sra. Eva Patricia Gonçalves Pires. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST); 5. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; 6. Sra. Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado com aditamento para a inclusão no rol de convidados de um representante do Ministério Público do Trabalho. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 32 de 2017** que: "Requer, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como "Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)". Como convidados, indicamos o Excelentíssimo Senhor Ministro José Múcio Monteiro, Relator do processo acima mencionado, e dois ou três Auditores de Controle Externo indicados pelo Ministro José Múcio Monteiro que participaram, diretamente, das auditorias realizadas no âmbito do Fisc Nordeste." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 33 de 2017** que: "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil a prestação de informações sobre: a) qual foi, na avaliação do Ministério, o impacto causado na variação dos preços das passagens aéreas pela Resolução ANAC nº 400, de 13 de dezembro de 2016, que estabeleceu a cobrança de bagagem despachada como uma tarifa adicional ao preço regular da passagem aérea; b) quais foram os dados sobre preços de passagens aéreas utilizados para fazer a referida avaliação; e c) qual foi a metodologia utilizada na avaliação." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 34 de 2017** que: "Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, de pedido de informações sobre os dados coletados na averiguação preliminar instaurada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) sobre o estudo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) que apontou tendência de queda no preço das passagens aéreas nos últimos meses. Considerando que números da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os preços das passagens aéreas sofreram aumentos no período mencionado, pedimos que se informe qual a metodologia adotada pela Abear para divergir dos dados que apontam para a existência de incremento nos preços das passagens aéreas nos últimos meses." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as razões e repercussões do reajuste de mais de 35% nas contas de energia elétrica do Amapá, com a presença dos seguintes convidados: - Representante da Associação Comercial do Amapá; - Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; - Representante do Procon Estadual do Amapá; - Representante da Companhia de Eletricidade do Amapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado com aditamento para a inclusão no rol de convidados de representantes das Companhias de Eletricidade dos Estados do Pará, Acre, Piauí e Maranhão. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 36 de 2017** que: "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, que sejam prestadas, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações: a) As razões para se constituir despesas de ornamentação temática alusiva ao período natalino na sede da Caixa Econômica Federal em tempos de ajuste fiscal e dificuldades orçamentárias da União; b) Quais as Empresas, CNPJ e seus respectivos endereços que participaram dos certames licitatórios referentes às ornamentações natalinas dos anos de 2016 e 2017; c) Quais as Empresas vencedoras dos respectivos certames, seus CNPJ e endereços; d) Cópias dos Editais de Licitação dos respectivos serviços; e) Datas, valores cobrados pelos serviços de ornamentação natalina e cópias dos Editais de publicação, f) Certidão sobre se as empresas vencedoras atendem integralmente as recomendações contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 7 - AVISO Nº 57, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pelo pedido de providências. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 642/2015, com duas emendas, e pela rejeição do PLC 124/2015. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos." **Autoria:** Deputado Walney Rocha. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para determinar a comunicação prévia ao consumidor a respeito da majoração de preços dos serviços." **Autoria:** Deputado Augusto Coutinho. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Pedro Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto." **Autoria:** CPI do Futebol - 2015 (CPIDFDQ). **Relatoria:** Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto. **ITEM 14 - AVISO Nº 20, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Encaminha o Relatório anual das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2011." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 39-A à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que "dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências", e o art. 62-A à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências" a fim de regular a validade das certidões exigidas para a concessão de financiamento imobiliário." **Autoria:** Senador Jorge Afonso Argello. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para acrescentar o inciso XIV ao art. 39, e vedar desconto para pagamento em dinheiro ou cheque em detrimento do pagamento em cartão de crédito ou débito." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações." **Autoria:** Deputado Arnon Bezerra. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011 (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência. " **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, com oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CCJ/CE (substitutivo) com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (emenda nº 01-CCJ/CE/CTFC) com uma subemenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** - A matéria vai a turno suplementar de discussão e votação, estando aberto prazo para apresentação de emendas, nos termos do artigo 282 do RISF. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer os direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação da emenda nº1-CI (substitutivo) ao PLS 313/2013 nos termos da subemenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (subemenda à emenda nº 1-CI), com nove votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** - A matéria vai a turno suplementar de discussão e votação, estando aberto prazo para apresentação de emendas, nos termos do artigo 282 do RISF. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CTFC, com oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 52 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que as operadoras de cartões de crédito informem, de maneira ostensiva e adequada, o valor da taxa de juros incidente sobre o pagamento do valor mínimo das faturas." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, com nove votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular." **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2-CCJ e três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CTFC e as emendas nºs 3, 4 e 5-CTFC, com nove votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar a oferta telefônica de produto ou serviço a consumidor cujo número não esteja inscrito em cadastro telefônico de oferta." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CTFC, com oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 37 de 2017** que: "Requer, em aditamento ao RTG nª 31 de 2017 que solicitou a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho, a inclusão dos seguintes convidados: 1. Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 2. Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); 3. Dr. Thiago Barison, doutor em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo e advogado trabalhista; 4. Representante da ANPT – Associação Nacional de Procuradores do Trabalho; e 5. Representante da ANAMATRA – Associação Nacional de Magistrados do Trabalho." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/13

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Bom-dia a todos os presentes, aos funcionários da Casas, ao Sr. Senador, muito bom-dia.

Declaro aberta a 17ª reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessaõ Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Leitura de aviso, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: AVS 34/2017, Aviso 870, 2017, MSF 58/2017, Aviso nº 1.135/2017, Aviso 957/2017, Aviso nº 952/2017, AVS 39/2017, AVS 40/2017, Aviso 1.015/2017-TCU, MSF 71/2017.

Informo que os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *link* para acesso ao seu conteúdo. De forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Passamos à pauta.

Item 3 da pauta.

Requerimento nº 33, de 2017 não-terminativo.

Nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil a prestação de informações sobre:

a) Qual foi, na avaliação do Ministério, o impacto causado na variação dos preços da passagens aéreas pela Resolução Anac nº 400, de 13 de dezembro de 2016, que estabeleceu a cobrança de bagagem despachada como uma tarifa adicional ao preço regular da passagem aérea?

b) Quais foram os dados sobre preços de passagem aéreas utilizados para fazer a referida avaliação?

c) Qual foi a metodologia utilizada na avaliação?

Autoria do Senador Ataídes de Oliveira.

De forma que eu gostaria de subscrever esse requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4. Requerimento nº 34, de 2017. Não terminativo.

Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, de pedido de informações sobre os dados coletados na averiguação preliminar instaurada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) sobre o estudo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) que apontou tendência de queda no preço das passagens aéreas nos últimos meses.

Considerando que números da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os preços das passagens aéreas sofreram aumentos no período mencionado, pedimos que se informe qual a metodologia adotada pela Abear para divergir dos dados que apontam para a existência de incremento nos preços das passagens aéreas nos últimos meses.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira, que eu gostaria também de subscrever.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Anunciamos a presença do Senador Armando Monteiro.

Item 20.

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2013. terminativo.

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer os direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Airton Sandoval.

Meu caro Senador Capiberibe, o Projeto de Lei do Senado 313, de iniciativa do Senador Valadares, foi inicialmente apreciado pela Comissão de Infraestrutura, que julgou acertadamente que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

as alterações devem ser incluídas no Código Brasileiro de Aeronáutica e não no Código de Defesa do Consumidor, porque a lei consumerista trata de normas gerais de defesa do consumidor, ao passo que a proposição em tela versa sobre a defesa daquele consumidor que utiliza transportes aéreos.

No que tange ao mérito, entendeu a Comissão de Infraestrutura que alguns dos direitos propostos já se encontram consagrados pelo ordenamento jurídico, como, por exemplo, o direito à informação referente às tarifas aeroportuárias e às restrições impostas ao bilhete, bem como àqueles relativos à indenização na hipótese de cancelamento de voo ou de extravio de bagagem.

Quanto à informação sobre

de voo ou de extravio de bagagem.

Quanto à informação sobre o número de assentos da aeronave por categoria tarifária, a Comissão de Infraestrutura também eliminou esse direito, por entender que essa medida dificultaria o gerenciamento de assentos, dada a complexidade que envolve a fixação de preços variando segundo a antecedência e a demanda por rota, de maneira a otimizar a ocupação do voo.

Concordamos com a avaliação da CI sobre esse ponto, uma vez que o gerenciamento dinâmico da oferta de assentos em nada prejudica o consumidor, mas sua proibição poderia resultar em uma elevação dos preços médios praticados, prejudicando, em última instância, o próprio consumidor.

No que se refere à não abusividade do valor da multa, a CI retirou esse direito, porquanto reconheceu que, em caso de vendas de bilhetes vendidos a preços promocionais, as multas podem tornar-se proporcionalmente elevadas em comparação com o valor do bilhete. Uma vez que as eventuais multas sejam claramente divulgadas no momento da compra, não se podem considerar lesivas ao consumidor.

Igualmente neste tópico, estamos conforme com o parecer da CI, uma vez que a vulnerabilidade dos usuários de serviço de transporte aéreo, característica intrínseca de uma sociedade de consumo em massa, deve ser protegida por meio da ampliação do acesso à informação clara e precisa das multas fixadas previamente no contrato de transporte.

No tocante ao reembolso dos valores pagos por bilhete de passagem não utilizado, a Comissão de Infraestrutura entendeu que, dentro do respectivo prazo de validade, o passageiro terá o direito à restituição da quantia efetivamente paga e monetariamente atualizada. Entretanto, o reembolso de bilhete obedecerá a eventuais restrições integrantes do contrato, que deverão constar, em destaque, de todas as ofertas do serviço aos consumidores em potencial. Ademais, o reembolso será providenciado em, no máximo, trinta dias após a data do voo, sob pena de multa em favor do passageiro de cem por cento sobre o valor devido. No entanto, com o advento da mencionada Resolução Anac nº 400, de 2016, o prazo máximo para reembolso passou a ser de sete dias. Assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propomos essa redução na forma da subemenda substitutiva à Emenda Substitutiva da CI que ora oferecemos.

Em relação a eventuais restrições integrantes do contrato, consideramos justa a alegação de que os consumidores ganham quando as operadoras de transporte aéreo possuem flexibilidade para ofertar bilhetes promocionais em condições específicas tais que exijam um compromisso maior do comprador, sob pena de multas elevadas. Isso não denota qualquer desrespeito aos direitos do consumidor. O fundamental é que o valor de eventual multa conste clara e ostensivamente do contrato no momento da oferta.

No que concerne ao direito de exigir

no momento da oferta.

No que concerne ao direito de exigir que, no caso de súbita paralisação de atividades pela empresa de transporte aéreo contratada, outra companhia aérea que opere o mesmo trecho assuma a prestação do serviço contratado, a Comissão de Infraestrutura concluiu que a solução consiste em garantir ao passageiro o direito de opção pelo reembolso pleno do valor pago ou pelo endosso do bilhete de passagem a outra empresa aérea que opere o mesmo trecho.

Consideramos correto o entendimento da Comissão de Infraestrutura a esse respeito. No entanto, torna-se necessário conferir maior precisão lógica à locução "súbita interrupção das atividades", mediante o emprego da expressão "súbita interrupção na prestação do serviço de transporte aéreo". Inserimos essa alteração no bojo da subemenda apresentada no fim deste parecer.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Emenda Substitutiva nº 1 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 313, nos termos da subemenda que oferecemos, a fim de proceder aos ajustes apontados e de efetuar pequenos ajustes de redação.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Na ausência do quórum exigido pelo Regimento, essa matéria será discutida e aprovada posteriormente, quando tivermos o número suficiente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Passamos, então, ao item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Matéria apreciada pela CAE com parecer favorável ao projeto.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de ler o meu parecer, eu quero dizer que esse projeto tem origem em um dos nomes que eu considero mais promissores na carreira política atualmente, que é o Deputado Pedro Cunha Lima. Além de muito promissor, eu tenho a satisfação de tê-lo como um dos grandes aliados na prioridade absoluta à educação. Pedro é um dos grandes defensores dessa bandeira.

Esse projeto, entretanto, nada tem a ver com isso de educação, mas é um projeto que merece muito a nossa atenção, e o meu parecer vai ser favorável. Eu vou dizer, antes de ler a parte quase burocrática do relatório que nós fazemos, por que eu considero que tem uma razão lógica: todos nós estamos acompanhando a fragilidade como somos vistos na opinião pública, nós políticos, do ponto de vista de credibilidade e respeitabilidade. Obviamente, isso tem a ver muito com

as dificuldades porque nós, políticos, os líderes deste País, estamos deixando a Nação, nesse finalzinho do segundo centenário da nossa Independência. Nós vamos entrar no terceiro centenário, daqui a quatro anos, aparentemente não bem, como outras Nações da nossa idade.

Mas, em grande parte, acho que é o fato da distância que se vê lá fora entre nós e a população no uso do que alguns chamam direitos e alguns chamam de privilégios. Assim, tenho defendido que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das coisas para trazer a coesão do Brasil outra vez, que exige confiança nos líderes, que somos nós, é que é preciso abrirmos mão de alguns privilégios ou direitos.

O projeto do Deputado Pedro Cunha Lima vem nesta direção de acabar com um pequeno item que é o uso de carros oficiais. Mas não apenas entre nós aqui, do Congresso, mas entre todos os órgãos públicos. O que ele busca é fazer o que a maior parte dos países tem: o uso de carro oficial é uma coisa restrita, por exemplo, aos Ministros. Creio que, em Singapura, nem os Ministros têm carro oficial; só o Primeiro Ministro e o Presidente da República, eu creio.

Pois bem, é nessa direção que vai o projeto.

Eu leio dizendo, no meu relatório, que a proposição dá uma nova redação ao art. 2º, da Lei nº 1081, de 1950, para restringir o uso de automóveis oficiais pelas autoridades que especifica a lei. O uso dos automóveis oficiais fica, a partir dessa lei, restrito à Presidência e Vice-Presidência da República, à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados, à Presidência do Supremo Tribunal Federal, aos Ministros de Estado, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e ao Chefe do Estado-Maior – ou seja, seria um, dois, três, quatro, cinco, seis...Não, todos os Ministros, e a gente nunca sabe quantos são, mas, no máximo umas quarenta autoridades –, desde que para representação oficial, mantendo o uso no caso de necessidade imperiosa de afastamento repetido do local-sede de trabalho, desde que em razão do cargo ou função exercida, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

Através de seu art. 3º, o PLC 97/2017, do Deputado Pedro Cunha Lima, estabelece que os demais automóveis oficiais, cujo uso não esteja previsto nesta proposta, sejam destinados às áreas de segurança pública, saúde e educação.

Na hora de fazer o meu relatório, eu tentei levantar quantos carros oficiais existem hoje, para colocar aqui quantos vão ser colocados à disposição, como ele sugere, das áreas de segurança pública, saúde e educação. Não consegui saber. Mas devem ser alguns milhares, talvez.

Conforme se depreende da justificação, o objetivo da proposta é dar maior clareza à legislação de 1950 que rege a matéria, coibindo os abusos hoje observados e em consonância com o espírito do legislador original, lá de trás, de 1950.

Após aprovação na Câmara dos Deputados, a matéria foi remetida ao Senador Federal e distribuída

Após aprovação na Câmara dos Deputados, a matéria foi remetida ao Senado Federal e distribuída, inicialmente, à Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu voto favorável do Relator, Senador Ricardo Ferraço, passando a constituir o parecer daquela Comissão. Então, o projeto chega aqui depois de aprovado na Câmara e na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição ainda será analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Uma rápida análise.

Nos termos do inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar, entre outros, sobre matérias pertinentes ao acompanhamento e à modernização das práticas gerenciais na Administração Pública Federal. Por isso, está aqui o projeto.

De pronto, manifesto minha total concordância quanto ao mérito da proposição, dizendo que essa iniciativa busca aumentar a lisura, a eficiência e a moralidade no uso dos recursos público. E eu coloco algo mais que não está escrito: busca melhorar a credibilidade das lideranças nacionais nos três Poderes diante dos olhos da população.

É sabido que uma das causas do descrédito da opinião pública em nossas instituições é a falta de bons exemplos de suas autoridades quanto ao uso de seus cargos e quanto à aplicação dos recursos públicos. A proposta defendida pelo autor, Deputado Pedro Cunha Lima, procura limitar, ao máximo, esses abusos, evitando os excessos generalizados, sobretudo na regulamentação da matéria por meio de decretos presidenciais.

Diante da crise fiscal por que passa nosso País, que tem levado a uma redução nos recursos públicos para atendimento de serviços essenciais da sociedade brasileira, com redução do bem-estar e prejuízo ao desenvolvimento econômico, é mister que as autoridades públicas sejam as primeiras a darem o exemplo, restringindo o uso de benefícios, no caso o uso generalizado de veículos públicos para representação oficial.

É esse o meu parecer.

Pelo exposto, o voto é, obviamente, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Esta Presidência agradece ao Senador Cristovam Buarque pelo seu relatório sobre o Projeto de Lei nº 97, de 2017.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela aprovação do projeto.

A matéria segue à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2016

- Não terminativo -

Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto.

Autoria: CPI do Futebol - 2015

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 11/10/2017.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Concedo a palavra ao Relator Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior. Ademais, a proposta não contraria qualquer dispositivo do texto constitucional.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, com o qual compete à CTFC opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acerca da técnica legislativa, convém observar que não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No entanto, o projeto merece alguns reparos. Para tanto, apresentamos duas emendas. A primeira delas aperfeiçoa a redação da ementa. A segunda corrige imperfeições no que se refere a ajustes de numeração dos incisos e parágrafos. Assim, sugerimos manter a numeração vigente: (i) dos incisos do art. 14 e acrescentar o novel inciso, identificando-o como IV; e (ii) do § 1º desse artigo, em vez de modificá-lo como "parágrafo único", de modo a preservar a publicidade textual do § 2º, anteriormente revogado pela Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010. A sugestão trazida é consonante com a que estatui o art. 12, III, c, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que concerne ao mérito do projeto, somos pela aprovação.

A redação vigente do Estatuto de Defesa do Torcedor apenas dá espaço à segurança por agentes públicos, tanto dentro quanto fora dos eventos esportivos.

Desde a criação da Eurocopa de 2004, especialistas em comportamento de massa da Universidade de Liverpool, na Inglaterra, e a Academia de Polícia holandesa elaboraram um método de policiamento *low profile*. Em síntese, o método consistiu em distribuir nos eventos esportivos agentes identificados e à paisana. Essa distribuição mista aliada a uma resposta rápida e efetiva por parte desses agentes geraram bons resultados, considerando o método referência no segmento de segurança esportiva desde então.

Com a experiência europeia, a integração entre segurança privada e pública, melhoraram os índices de controle à violência dentro e nas adjacências dos estádios. Na mesma linha, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) prevê, expressamente, em seu Regulamento de Segurança a integração entre o efetivo responsável pela segurança pública do país-sede de jogos organizados pela entidade e o aparato privado de segurança. Apenas para fins ilustrativos, a estimativa do Comitê Organizador da Copa no Brasil era de uso de até cinquenta mil seguranças privados para trabalhar no evento.

Mencione-se que a função do policiamento público é ainda indispensável aos eventos esportivos, principalmente para a condução dos infratores para os juizados do torcedor – órgãos da Justiça Ordinária, com competência cível e criminal.

Há diversas vantagens com a integração das seguranças privadas ao já existente regime de segurança por agentes públicos. Não raro, os policiais militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo dos eventos, quando escalados para atuarem nas praças desportivas estão no segundo ou terceiro turno de serviço no dia, muitas vezes sem descanso. Com a redução dos incidentes de violência, haverá uma percepção clara de aumento da segurança. Desse modo, o aumento de bilheteria e de torcedores associados consumindo no interior dos estádios só tende a aumentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, registre-se que a sensação de impunidade, também, tende a diminuir na medida em que os mandantes de jogos, responsáveis pela contratação da segurança privada, responderão objetivamente caso haja falhas na prestação do serviço.

Ainda que pese a previsão do art. 19 do Estatuto do Torcedor, que responsabiliza solidariamente as entidades pela organização da competição, bem como seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios, é comum que o Judiciário isente os clubes de indenização quando o dano é causado pela atuação da Polícia Militar.

Dessa forma, o acréscimo do parágrafo único no art. 19 vem ao encontro das disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, pois amplia e identifica com clareza a responsabilização daqueles que, por obrigação,

Consumidor, pois amplia e identifica com clareza a responsabilização daqueles que, por obrigação, deverão organizar o evento esportivo, em hipóteses nas quais haja falhas na prestação do serviço de segurança, com consequentes violações à saúde e à integridade dos torcedores.

Por fim, a integração da segurança privada com a pública não é necessariamente uma novidade na legislação nacional. Podemos citar, ao menos, duas situações em que há previsão normativa da defesa da segurança privada. A primeira é a Portaria nº 3.233, de 2012, da Diretoria Geral do Departamento da Polícia Federal, com base na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que estabelece, dentre as atividades de segurança privada, o emprego em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. A segunda é a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 (Lei Geral da Copa), que, no art. 70, veio a confirmar a necessidade de segurança privada em eventos esportivos.

Por todas as razões expostas, entendemos que as alterações estão em total conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, notadamente por fazer valer os direitos básicos dos torcedores-consumidores no que importa à proteção da vida, saúde e segurança.

Por essas razões, somos pela aprovação do projeto de lei, com as emendas a seguir indicadas.

Emenda 1: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local, e das entidades que organizam as competições, nos casos que especifica".

E a segunda emenda altera os artigos 14 e 19 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passam a vigorar com as seguintes redações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 14. (...) I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis, prioritariamente, pela segurança dos torcedores fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;
(...)
IV – disponibilizar agentes de segurança privados, devidamente identificados e em número adequado, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos, para atuar de forma integrada com os agentes públicos de segurança.
Art. 19. (...)
Parágrafo único. O proprietário ou administrador do estádio, seja privado ou ente público, e as entidades que organizam a competição, respondem solidariamente por danos materiais e imateriais, nos âmbitos civil e administrativo, que o torcedor sofrer no interior do estádio, e, no âmbito penal, por lesões físicas sofridas por torcedor vítima de infração penal no interior do estádio, na medida de sua culpabilidade, se constatada, em todos os casos, a não observância do disposto no art. 18 e Capítulo VII desta Lei e a omissão dos agentes de segurança em relação a infrações penais cometidas a partir do acesso do público ao interior do estádio ou local do evento esportivo.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradecendo o Senador Cidinho pelo seu relatório, passamos à discussão do projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela aprovação do projeto, com duas emendas. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCJ.

Item 23. Senador Capiberibe.

Item 23 da pauta.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2-CCJ e três emendas que apresenta

Observações:

- Matéria apreciada pela CCJ com parecer favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CCJ.

acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisição de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.

Autoria, Senador João Capiberibe. Relatoria, Senadora Simone Tebet.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Eu vou fazer um resumo bem objetivo do parecer, mas estou à disposição para qualquer esclarecimento, se houver necessidade. Como V. Exª mencionou, Senador Sandoval, trata-se de um projeto de Senador João Capiberibe, com uma proposição que contém 12 artigos estruturados em três capítulos.

No Capítulo I, trata-se das disposições gerais, onde se define o escopo da lei, estabelecendo que ela disponha acerca dos procedimentos de gestão compartilhada a serem observados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir, quanto à execução orçamentária, financeira e física de obras públicas, à prestação de serviços públicos e à aquisição de materiais e equipamentos, o acesso à informação previsto na Constituição e nas leis infraconstitucionais.

Na página 2, o artigo subordina ao regime jurídico desta Lei os órgãos públicos da administração direta e indireta dos Três Poderes.

O art. 3º define que a gestão consiste no acompanhamento orçamentário, financeiro e físico dos gastos públicos, tais como a execução de obras, prestação de serviços e aquisições de materiais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

equipamentos, por grupos virtuais formados por meio de aplicativos congregantes de indivíduos, disponíveis na internet ou na telefonia celular.

O Capítulo II trata da implementação e regulamentação. O art. 4º assegura que qualquer cidadão tem o direito de acompanhar, através desses grupos, essa gestão compartilhada, apenas precisando entrar no sistema, interagir e trocar mensagens com as autoridades responsáveis sobre todas as fases do processo de execução orçamentária, financeira e física.

Na página 3, o §5º o art. 4º dispõe que, no prazo de trinta dias após o término da obra, da conclusão da prestação de serviços ou da entrega dos materiais e equipamentos adquiridos, o grupo deverá inserir, relatório de suas atividades de acompanhamento, constando suas conclusões quanto à execução ou não das respectivas metas.

O art. 5º da proposta obriga os entes públicos mencionados no art. 4º a criarem ferramenta específica, na página de apresentação de seus portais institucionais, denominada gestão compartilhada.

O § 2º estabelece que cada ente público deverá validar até três grupos, para a gestão compartilhada desta execução.

Na página 4, o art. 7º estabelece que as autoridades responsáveis, públicas ou privadas, adicionadas aos grupos de gestão compartilhada se obrigarão a, no prazo máximo de sete dias úteis, atender toda demanda de informação que seus membros julguem pertinente.

O Capítulo III, por fim, trata das Penalidades. O art. 8° dispõe sobre as penalidades aplicáveis ao grupo ou integrante que deixarem de observar o disposto nesta Lei. Entre elas, prevê-se advertência, notificação para e suspensão, fundamentada, da validação do cadastro.

O art. 9º trata das penalidades aplicáveis ao agente público participante de grupos, que também poderá estar sujeito às sanções de advertência e destituição da função de representante da Administração.

Já o art. 10 trata das penalidades aplicáveis à empresa pública para execução da obra, cujas penas vão da advertência até a suspensão temporária de participarem em licitação.

Finalmente, o art. 11 trata da vigência da lei, estabelecendo que entrará em vigor após 180 dias de sua publicação

...estabelecendo que entrará em vigor aós 180 dias de sua publicação.

A matéria tramitou na CCJ, onde, foi aprovado relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, análise dessa Comissão se restringe apenas ao mérito e vamos a ela, à pág. 6, já no término do nosso relatório, Sr. Presidente, à pág. 6, no 3º parágrafo.

Concordamos plenamente com os argumentos apresentados na justificativa do projeto, no sentido de instituir normas que, na prática, permitirão que os olhos e ouvidos das autoridades responsáveis pelos processos de execução do orçamento sejam amplificados, e mesmo, pela participação atenta da cidadania, apoiada pela tecnologia. Dessa forma, entendemos ser a matéria altamente meritória e oportuna, sendo, portanto, merecedora de aprovação, até porque contribuirá de forma significativa também para o aperfeiçoamento e consolidação de boas práticas de gestão dos recursos públicos.

No que tange ao alcance desta lei, entendemos que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios necessitam de um prazo maior. Por isso, estamos apresentando uma emenda para inclusão do parágrafo único ao art. 1°, determinando que os entes subnacionais deverão regulamentar o disposto na lei, no prazo de 180 dias, a partir de sua entrada em vigor.

Com relação às penalidades previstas às empresas contratadas, Senador Armando Monteiro, que tão bem representa inclusive a iniciativa privada aqui no Senado, no art. 10 do projeto, julgamos excessiva a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, pelo fato de um representante da empresa não cumprir, em nome da transparência, com essas informações, pois entendemos que a supremacia do interesse público demanda a continuidade da execução de obra, prestação de serviço ou aquisição dos materiais e equipamentos.

Dessa forma, julgamos pertinente apresentar outra emenda, suprimindo o referido inciso, ou seja, o representante vai ser advertido, pode haver uma série de penalidades, mas não a suspensão da obra, porque aí teríamos a paralisação da obra do serviço, não é o objetivo inclusive do projeto. Mas, permanecemos aqui a suspensão do futuro de contrato temporária, por até dois anos a empresa não poderá contratar com o ente se não cumprir com o que está dentro do projeto.

Apenas, portanto, repetindo, tirando a responsabilidade de, não havendo a transparência devida ou havendo questionamentos em relação a essa gestão compartilhada, paralisar-se a obra, prejudicando aí obviamente a coletividade e a sociedade.

Ainda com relação ao art. 10, no tocante à técnica legislativa, não obstante o primoroso trabalho da CCJ, percebe-se a necessidade de promover pequenos ajustes redacionais que estamos fazendo nesse relatório.

Portanto, ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, manifestamos voto favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 325, de 2017, bem como às Emendas n° 1 e 2, e as três emendas que apresentei, uma redacional, uma acrescendo o parágrafo único e uma emenda supressiva.

É o relatório, que coloco à disposição desta douta Comissão, parabenizando o Senador Capiberibe, um Senador sempre zeloso, um Senador que inclusive foi o grande artífice no sentido de criar esta Comissão de Transparência e Governança na Casa, é bom lembrar, e que bom que esta Comissão recém criada esteja gerando tão bons frutos. Um desses frutos, da aprovação dessa comissão, é este projeto que prima, entre tantos princípios essenciais ao exercício da cidadania e da democracia, o direito à informação, o direito à participação popular, através do atendimento ao princípio constitucional da publicidade e da transparência.

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Capiberibe e agradeço a honra que tive de poder relatar este projeto, que, no futuro, será um projeto lembrado como um projeto pioneiro no que se refere à aplicação efetiva do princípio constitucional da publicidade e da transparência.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradecendo da publicidade e da transparência.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradecendo o relatório da Senadora Simone Tebet, passamos então à discussão do projeto.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – Presidente, nem é para discutir, é apenas para felicitar a Relatora, Senadora Tebet, e o Senador Capiberibe.

Esse é um tipo de projeto que traz a necessária transparência, fundamental para resgatar a credibilidade da política na opinião pública brasileira.

Eu espero que rapidamente esse projeto caminhe e que a gente possa tê-lo como um balizador das ações no mundo da política em geral, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parabéns aos dois, ao autor e à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Não havendo mais alguém que queira discutir o projeto, passamos então à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar aos presentes – e nós temos felizmente quórum para fazer essa votação – que teremos uma votação em seguida, de um projeto que foi lido aqui no começo da reunião.

Em votação o projeto nos termos do relatório.

Está aberto o painel? (*Pausa.*)

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônica. Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Enquanto votamos, pela ordem.

Seria importante que nós mantivéssemos os Senadores aqui. Há alguns projetos de ordem terminativa que poderíamos aproveitar a oportunidade hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Obrigado pela lembrança, Senador Cidinho. (*Pausa.*)

Todo mundo já votou? (*Pausa.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O item 22 aqui, de que eu sou o Relator, que é... Posso ler rapidinho aqui depois desse?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Vamos encerrar então a votação. Todos já votaram.

Proclamo o resultado. (*Pausa.*)

"Sim," 9; nenhum "não" e zero abstenção.

Está aprovado o projeto com cinco emendas nos termos do relatório, pelo voto favorável de nove Srs. Senadores, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Passamos então ao item... (*Pausa.*)

É difícil de achar aqui. Achei. (*Pausa.*)

Caiu e levantou.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Chegou um quórum agora de alto nível, literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão o item 20 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2013, que é terminativo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Tem mais uma votação bem rapidinha.

Todos já votaram?

Proclamo o resultado.

O projeto foi aprovado, nos termos da subemenda apresentada ao substitutivo da Comissão de Infraestrutura, por 9 votos favoráveis; 0 votos contrários; nenhuma abstenção.

A matéria vai a turno suplementar de discussão e votação, estando aberto o prazo para apresentação de emendas, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 22 da pauta.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 52 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que as operadoras de cartões de crédito informem, de maneira ostensiva e adequada, o valor da taxa de juros incidente sobre o pagamento do valor mínimo das faturas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Matéria apreciada pela CAE com parecer favorável ao projeto.

Em discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Vai relatar ainda? Desculpe, com a palavra o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto encontra-se muito bem embasado. Quanto à técnica legislativa, da mesma forma.

Quando ao mérito, o Projeto merece elogios ao prestigiar o direito à informação clara e adequada do consumidor, vez que o crédito rotativo do cartão de crédito embute taxas de juros não raro elevadas – a maioria das vezes elevadas – e que são capazes de ampliar a dívida de forma rápida, o que conduz o consumidor à inevitável inadimplência.

A aposição numérica da real taxa de juros, além de ser informação essencial, ajuda o consumidor a ter mais consciência na tomada de crédito rotativo e oneroso, a fim de que possa conduzir escolhas mais inteligentes, tais como optar por linhas de crédito diversas e mais baratas.

O meu voto é favorável ao projeto do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do relatório.

Vamos abrir o painel.

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Presidente, eu tenho uma relatoria também que é terminativa. Eu gostaria de pedir a V. Exª, se a gente pudesse aproveitar o quórum.

Como o voto já está no sistema, o nosso relatório, eu gostaria de ir direto ao voto.

Todos os Senadores já votaram?

Encerrada a votação.

Proclamamos o resultado: o projeto foi aprovado por 9 votos favoráveis; 0 votos contrários; 0 abstenção.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Item 19.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Item 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CCJ/CE (substitutivo) com uma subemenda que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2017, 30/08/2017 e 11/10/2017;

- Matéria apreciada pela CCJ e pela CE, com parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 da CCJ (substitutivo) apresentada.

Com a palavra o Relator.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Srª Presidente, O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 544, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, tem por finalidade dispor sobre a prestação de informações ao consumidor sobre os serviços de intercâmbio de estudo ou trabalho no exterior.

A proposição encontra-se redigida em cinco artigos:

O art. 1º diz que o contrato de intercâmbio de estudo ou trabalho deve assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre a remuneração, a carga horária, a natureza da atividade, o cargo, as atribuições, a moradia e os demais dados cabíveis.

O seu parágrafo único prevê que as informações referentes à moradia devem conter, no mínimo, os dados a respeito... referentes à moradia devem conter, no mínimo, os dados a respeito da localização da moradia, as características da unidade de moradia, inclusive descrição pormenorizada e infraestrutura, o custo do aluguel e a quantidade de pessoas por unidade de moradia.

Sr. Presidente, como o voto já está no sistema, eu gostaria de ir direto ao voto, e pedir a aquiescência dos Srs. Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2011, na forma da emenda substitutiva oferecida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que conta com parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com a seguinte subemenda:

> Dê-se ao caput do art. 34-A da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, alterado pelo art. 1º da Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo) ao PLS nº 544, de 2011, a seguinte redação:
> Art. 1º .....
> Art. 34-A. Os prestadores de serviços turísticos, de intercâmbio educacional e cultural no exterior, previamente à contratação, devem informar de forma correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa, sobre os meios de hospedagem.
> ..... .

Sala das Comissões, Relator Davi Alcolumbre.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradecemos o relatório do Senador Davi Alcolumbre.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação o projeto, nos termos do relatório.

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônica. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sou Relator do projeto do Senador Ciro Nogueira, que é o item 18 da pauta e é terminativo. Eu pediria a V. Exª se eu poderia, em seguida, relatar e aproveitar o quórum ainda.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador, existe um pedido anterior do Senador Cidinho Santos para votação do item 24. Votaremos logo em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Está faltando alguém para votar.

Vamos lá: todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proclamo o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – O projeto foi aprovado, nos termos do substitutivo das Comissões de Constituição e Justiça, e da Educação, com uma subemenda de Relator, por 08 votos favoráveis, zero voto contrário; e uma abstenção.

A matéria vai a turno suplementar de discussão e votação, estando aberto o prazo para apresentação de emenda, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado.

Passamos então ao próximo item da pauta, que é o item 24.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 2017

- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar a oferta telefônica de produto ou serviço a consumidor cujo número não esteja inscrito em cadastro telefônico de oferta.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Com a palavra o Relator.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Presidente, vou diretamente à análise, para, de pronto, manifestar a nossa concordância com o mérito da proposta. Ligações insistentes de *telemarketing*, em que atendentes tentam vender um produto ou serviço sem qualquer interesse prévio, estão entre as coisas que mais irritam os consumidores e geram milhares de reclamações diárias para os órgãos de defesa do consumidor.

O problema foi potencializado nos últimos anos, por conta da crescente circulação de dados pessoais na internet, fragilizando ainda mais o consumidor diante desse *marketing* agressivo. De posse desses dados, as empresas buscam a todo custo vender seus produtos e mercadorias, muitas vezes com significativo incômodo ao cidadão que deseja repousar em seu lar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que o projeto permite alguns aperfeiçoamentos, materializados na emenda apresentada. Um é a previsão de que a inclusão do telefone no cadastro ocorra sem custos para o consumidor.

Outro é que o cadastro possua caráter negativo, em que o consumidor que não deseje receber chamadas inclua seu nome no cadastro, para haver a certeza de que a vontade dele está sendo atendida. Isso porque o cadastro positivo pode não corresponder à efetiva vontade do consumidor, que pode até ter interesse em algumas ofertas, às quais não terá acesso por desconhecer a vedação de recebimento de chamadas por quem não as autorizar previamente.

Finalmente, é importante definir que os órgãos públicos de defesa do consumidor implantarão o cadastro em prazo razoável a partir da vigência da futura lei, para tornar efetiva essa medida de proteção ao consumidor.

Ante o exposto, o meu voto é favorável, com a apresentação das duas emendas citadas.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do relatório.

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônica. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Todos já votaram? (*Pausa.*)

Proclamo o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – O projeto foi aprovado, com uma emenda, por 08 votos favoráveis, zero voto contrários; e uma abstenção.

Passamos então ao item 18 da pauta.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 11/10/2017.

- Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente Senador Airton Sandoval, Srs. Senadores, esse projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira é

Este projeto, de autoria do Senador Ciro Nogueira, é de uma importância muito grande. Ele vem para prever como abusiva a prática, por parte do prestador de serviço de saúde, de exigir, previamente ou com anterioridade à prestação de serviço em atendimentos de urgência e emergência, caução, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, garantia ou depósito de qualquer natureza. É o PLS 460, de 2011.

Na justificativa, argumenta o autor que a exigência de cauções e depósitos relativos aos serviços de saúde gera situações de constrangimento e até mesmo de risco de vida para os usuários. Aduz que os beneficiários de plano de saúde já se encontram protegidos de tal prática por conta de resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar, mas que os pacientes encontram-se desprotegidos. Afirma que a proposição aumentará a proteção dos pacientes e de seus familiares.

A proposição foi originalmente distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Devido a promulgação da Resolução nº 3/2017, cabe, agora, à CTFC a decisão terminativa da matéria.

Em 07/03/2012, a CAS aprovou relatório da Senadora Vanessa Grazziotin pela aprovação.

Na CMA, a proposição foi novamente relatada pela Senadora Vanessa Grazziotin, que apresentou, em 28/06/2012, relatório pela prejudicialidade da matéria, por conta do advento da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12.653, de 28 de maio de 2012, que tipifica o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.

Na ocasião, entendeu a Senadora que a matéria já estaria suficientemente disciplinada. Tal relatório não chegou, todavia, a ser apreciado pela CMA.

Em 19/03/2014, o PLS foi desapensado do PLS nº 281, de 2012, e do PLS nº 283, de 2012, depois que o voto apresentado na 11ª Reunião da Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor não tratou da questão disciplinada pela proposição.

A análise diz que a matéria tratada é de competência legislativa concorrente e inexiste óbice quanto à iniciativa legislativa por parte de Parlamentar.

Não se verifica qualquer dispositivo que afronte a Constituição.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 460, de 2011.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pelo relatório.

Passamos, então, à discussão do projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do relatório.

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônica. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores estão votando, o Senador Roberto Rocha é autor de um projeto, do qual sou Relator. Eu gostaria de aproveitar a presença do autor e do Relator do projeto não terminativo, eu queria solicitar a V. Exª que nós pudéssemos colocar em votação o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Nós temos mais um item terminativo.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Logo em seguida votaremos o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Obrigado.

Obrigado.

Mas ainda temos quórum para o terminativo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Há um outro projeto, o item 21, do qual sou Relator, também terminativo. Eu pediria que em seguida nós pudéssemos aproveitar o quórum também.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – É o próximo, Senador. (*Pausa.*)

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – O projeto foi aprovado por 08 votos favoráveis, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção.

Passamos então ao item 21 da pauta.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2017, 30/08/2017 e 11/10/2017.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Airton Sandoval, Srs. Senadores, tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 243, de 2014, de autoria do Senador Waldemir Moka, que tem por objetivo:

a) impedir que o fornecedor de bens e serviços possa inserir, nos órgãos de proteção ao crédito, informações negativas sobre o consumidor;

b) impedir que o fornecedor realize a cobrança de débitos do consumidor, salvo se comprovar cabalmente a existência de contrato entre as partes e a entrega do bem ou a prestação de serviço; e

c) considerar que declarações unilaterais do fornecedor não fazem prova da realização do contrato, mas que a existência de assinatura eletrônica que identifica inequivocamente o signatário faz a prova.

Em sua justificação, argumenta o autor que as formas eletrônicas de contratação aumentaram o risco de fraudes ao consumidor que, a despeito de não adquirir bens ou serviços, tem seus dados pessoais, bancários e creditícios roubados por meio de atores de ciberpirataria, os quais realizam contratos fraudulentos. E, se é certo que os fornecedores são vítimas dessas fraudes, também é certo que os fornecedores não podem, sem maiores cuidados, encaminhar faturas de cobrança ou pedidos de negativação de nomes de consumidores que tiveram seus dados roubados.

A análise do PLS é terminativa na Comissão.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O projeto versa sobre direito econômico e direito do consumidor, matéria compreendida entre as atribuições do Congresso. e Direito do Consumidor, matéria compreendida entre as atribuições do Congresso. A iniciativa parlamentar é legítima. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Quanto à juridicidade, observa os aspectos de inovação, efetividade adequação normativa, coercitividade e generalidade.

A proposição é vazada em boa técnica legislativa e não há inclusão de matéria diversa ao tema.

Propomos uma emenda para explicitar as formas de manifestação de vontade do consumidor no ambiente não presencial, assegurando-se a comprovação da contratação ou aquisição por meio de biometria, assinatura eletrônica, digitação de senha ou de código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível. Além disso, consideramos como meio apto para comprovar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negócio jurídico a tela sistêmica e o *log* eletrônico gerado pelo fornecedor, de forma a não gerar óbice à expansão do comércio eletrônico – e não somente a assinatura eletrônica como proposta no projeto.

Voto.

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2014, com a emenda sugerida.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação nos termos do relatório.

Está aberto o painel do sistema de votação eletrônico. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem! Presidente, pela ordem.

Presidente, em um momento mais conveniente – logo após, obviamente, a votação dos terminativos –, o item 5 da pauta é um requerimento de minha autoria que solicita uma audiência pública para debater os reajustes de energia elétrica e convida o Presidente da companhia de eletricidade do meu Estado e representante da Aneel. Solicito a V. Exª, em um momento mais conveniente, que o submeta a voto.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador Randolfe, nós temos um pedido anterior do Senador Davi Alcolumbre. Logo em seguida, votaremos o de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O Senador Davi sempre tem prioridade em relação a mim. Não tem problema, Senador Airton.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bondade! Bondade do Senador Randolfe.

Eu quero fazer um adendo, em nome do Senador Petecão, ao nosso requerimento, do Senador Randolfe. Ele quer fazer audiência conjunta com o Estado do Acre também, que está sofrendo com o mesmo aumento de tarifas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Vou incluir a companhia de eletricidade do Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Até porque a região é a mesma, a Região Amazônica. Nós poderíamos botar o Acre para que ele pudesse participar do debate também.

É possível, Presidente? Pode ser verbal?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, incluo no meu requerimento, convidando também a companhia de eletricidade do Acre e a Celpa, a companhia de eletricidade do Estado do Pará).

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Também, meu nobre, Senador, eu pediria para incluir o Estado do Piauí. Ou é só a Região Norte? A questão da energia é uma questão nacional.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É só para ver que um grande incêndio começa com uma pequena faísca.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador, vamos encerrar esta votação aqui, para a gente dar uma corridinha e ver se a gente dá conta da pauta toda hoje, se Deus quiser.

Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Proclamo o resultado. O projeto foi aprovado com uma emenda Proclamo o resultado.

O projeto foi aprovado com uma emenda, por oito votos favoráveis, zero votos contrários e uma abstenção.

Passamos, então, ao item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Vou tentar também fazer uma leitura rápida do relatório, já que ele está disponível no sistema de todos os Parlamentares.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha, que propõe ampliar as faixas de consumo nas quais os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) fazem jus a descontos. Propõe também aumentar os percentuais desses descontos, que incidem sobre a tarifa cheia, aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

As faixas de consumo nas quais incidem os descontos, bem como os respectivos descontos, aplicados cumulativamente, estão assim definidos na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010:

• até 30 kilowatts-hora por mês: 65% de desconto;

• entre 31 e 100 kilowatts-hora por mês: 40% de desconto;

• entre 101 e 220 kilowatts-hora por mês: 10% de desconto;

• acima de 220 kilowatts-hora por mês: não há desconto.

O autor, Senador Roberto Rocha, propõe novas faixas de consumo e novos descontos, da seguinte forma:

• até 50 kilowatts-hora por mês: 70% de desconto;

• entre 51 e 150 kilowatts-hora por mês: 50% de desconto;

• entre 151 e 250 kilowatts-hora por mês: 20% de desconto;

• acima de 220 kilowatts-hora por mês: não haverá desconto.

Os moradores da unidade consumidora devem pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar mensal *per capita* inferior ou igual a meio salário mínimo nacional; ou pelo menos um dos moradores da unidade consumidora deve estar recebendo o benefício da prestação continuada da assistência social; ou excepcionalmente, a unidade consumidora habitada por família que esteja inscrita no CadÚnico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Ainda fazem jus a descontos diferenciados as famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico, com renda familiar de até meio salário mínimo nacional *per capita* ou com pelo menos um morador que receba o benefício de prestação continuada da assistência social. O desconto a que fazem jus esses consumidores é de 100% até o limite de consumo de 50kWh/mês, a ser custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O autor da matéria justifica a proposta pelo fato de as tarifas de energia elétrica representarem parcela significativa das despesas das famílias brasileiras, especialmente entre as populações mais carentes. Destaca ainda que os Estados mais carentes possuem, muitas vezes, tarifas de energia elétrica – acabamos de falar disso aqui, Sr. Presidente – mais altas do que os Estados desenvolvidos, principalmente pela baixa densidade de carga presente em seus territórios, decorrentes de grandes extensões territoriais e baixo consumo de energia elétrica. O autor considera que a TSEE, ainda que minimize os impactos das contas de luz nas populações carentes

ainda que minimize os impactos das contas de luz nas populações carentes, é benefício insuficiente, em face da grave crise econômica enfrentada pelo País, razão pela qual tomou a iniciativa de apresentar o PLS ora em análise.

Direto ao voto agora, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2017.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não é para discutir o projeto do Senador Roberto Rocha – quero parabenizá-lo pela autoria e pelo relatório parabenizar também o Senador Davi Alcolumbre –, mas eu acho que há um equívoco aqui quando o Senador Roberto Rocha propõe as novas faixas para descontos. Eu estou lendo aqui: até 50kWh, 70% de desconto; entre 51 e 150kWh, 50% de desconto; entre 151 e 250kWh, 20% de desconto; e a última faixa, acima de 220kWh, não há desconto. Eu acho que deve ser acima de 250kWh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É isso. Foi um erro de digitação no relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, só para corrigir.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – No projeto de lei, estou transportando as mesmas faixas, com a relação de desconto maior apenas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só a correção no relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Mas está aqui no...

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com essas observações feitas em relação a esse erro de digitação.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Sim. A tabela.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela aprovação do projeto.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

É o item 5, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Item 5, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) –

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 35, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as razões e repercussões do reajuste de mais de 35% nas contas de energia elétrica do Amapá, com a presença dos seguintes convidados: - Representante da Associação Comercial do Amapá; - Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; - Representante do Procon Estadual do Amapá; - Representante da Companhia de Eletricidade do Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, só para acrescentar, conforme solicitação dos colegas, nós incluímos nesse requerimento a Companhia de Eletricidade do Pará (Celpa), Companhia de Eletricidade do Acre, Companhia de Eletricidade do Piauí e Companhia de Eletricidade do Maranhão para essa audiência pública. Já está subscrito no requerimento.

Enfim, o requerimento é autoexplicativo, as razões já estão expostas. O reajuste de tarifa de energia elétrica autorizado pela Aneel para esses Estados, em particular para o meu Estado do Amapá – estamos aqui com a presença dos três Senadores do meu Estado, eu, o Senador João Capiberibe e o Senador Davi Alcolumbre –, que foi o maior do Brasil, quase 40% de reajuste da tarifa de energia elétrica. Imagino que, para as economias dos nossos Estados, isso é insuportável; para a economia em particular do meu Estado

Imagino que, para as economias dos nossos Estados, isso é insuportável; para a economia em particular do meu Estado e para a maioria dos consumidores, é insuportável e inaceitável.

Por essas razões é que apresentamos esse requerimento, com o adendo que já apresentei a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para acrescentar algumas informações para valorizar a aprovação desse requerimento.

Veja: nós tivemos aumento, em fevereiro desse ano, de 45%, 46%, 45,44% na tarifa de energia elétrica; agora em dezembro, mais 37%.

O que está acontecendo? O consumidor não tem condições de pagar e 90% dos consumidores estão com uma ou mais contas de luz atrasadas. Se aplicar esses 37%, certamente não vão conseguir pagar e a companhia vai quebrar. Essa é uma questão de lógica. Não é possível você aumentar, em um ano, quase 100% a tarifa de energia elétrica e o cidadão conseguir pagar. Não vai conseguir.

Então, precisamos, de fato, debater esse tema e, mais do que isso, eu tenho apelado ao Governador para que ele suspenda o aumento da tarifa. Aguarde, escalone esses aumentos através do tempo, mas não dá, porque o consumidor não vai pagar. Noventa por cento deles estão inadimplentes. Essa é a realidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para contribuir para que tenhamos uma audiência pública proveitosa, Senador Randolfe, eu teria como sugestão que, ao convidar o Presidente da Aneel, nós pedíssemos a ele que trouxesse para expor durante a audiência a forma de calcular essas tarifas, porque eu acho que é isso que temos que entender como é feito para saber está de forma justa ou não penalizando aqueles Estados, como o caso do Pará. O Pará é exportador e energia e tem uma das tarifas também mais altas do Brasil. Eu queria entender como é composto o cálculo das tarifas.

Então, é pedir ao Presidente que ele já traga isso para fazer essa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Encerrada a discussão, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com as inclusões que foram acordadas.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI;

2. Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC;

3. Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA;

4. Sra. Eva Patricia Gonçalves Pires. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST);

5. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho;

6. Sra. Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI;

2. Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC;

3. Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Sra. Eva Patricia Gonçalves Pires. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST);

5. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho;

6. Sra. Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão.

Não havendo...

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, há um requerimento pedindo o aditamento (*Fora do microfone.*)

desse requerimento para incluir alguns nomes. É da Senadora Regina Sousa.

Eu gostaria de pedir a V. Exª que votasse no conjunto. Ela sugere também mais cinco nomes: um representante da Central Única dos Trabalhadores; um representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; o Dr. Thiago Barison, Doutor em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo e advogado trabalhista; um representante da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho; e um representante da Anamatra.

Solicito a V. Exª esse aditamento do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, eu não tenho nada a opor sobre a inclusão dos nomes que a Senadora Regina está solicitando. O problema é que nós vamos ter uma audiência com 13, 14 convidados. Então, não vamos chegar a lugar nenhum.

Também solicitaram a inclusão – fizeram contato no gabinete – do representante do Ministério Público do Trabalho. Nós queremos esclarecer, de uma vez por todas, essa questão do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós teremos que fazer duas audiências, porque uma só me parece que não cabe aqui. Não tenho nada contra a inclusão. Eu pediria a inclusão também do representante do Ministério Público do Trabalho e a divisão da audiência em duas.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em votação com o aditamento da proposta sobre o Ministério Público do Trabalho.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora nós temos que ter uma decisão extrapauta com relação às duas audiências e à inclusão dos nomes propostos pela Senadora.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, como eu disse anteriormente, a Senadora Regina está pedindo aqui a inclusão da Central Única dos Trabalhadores; da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; do Dr. Thiago Barison, advogado e doutor em Direito do Trabalho; de um representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; e de um representante da Anamatra.

Não tenho nenhuma opinião contrária a que seja aprovada. Eu pediria só que V. Exª, quando fosse marcar as audiências, fizesse em duas audiências separadas para poder ter a produtividade que nós aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em votação o requerimento extrapauta.

Aqueles Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria providenciará para fazer a divisão da audiência pública em dois dias diferentes, em dois períodos diferentes.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) As razões para se constituir despesas de ornamentação temática alusiva ao período natalino na sede da Caixa Econômica Federal em tempos de ajuste fiscal e dificuldades orçamentárias da União;

b) Quais as Empresas, CNPJ e seus respectivos endereços que participaram dos certames licitatórios referentes às ornamentações natalinas dos anos de 2016 e 2017;

c) Quais as Empresas vencedoras dos respectivos certames, seus CNPJ e endereços;

d) Cópias dos Editais de Licitação dos respectivos serviços;

e) Datas, valores cobrados pelos serviços de ornamentação natalina e cópias dos Editais de publicação,

f) Certidão sobre se as empresas vencedoras atendem integralmente as recomendações contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Eu também o subscrevo.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 81ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, José Medeiros, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 139/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A redução da maioridade penal e suas consequências". Participantes: Renato da Costa Figueira, Conselheiro Federal - representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Cezar Roberto Bitencourt, Professor - Doutor em Direito Penal; Zama Neff, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes do Human Rights Watch; Maria Laura Canineu, Diretora do escritório no Brasil do Human Rights Watch e intérprete da Sr.ª Zama Neff; Irapuã Santana da Silva, Conselheiro voluntário da EDUCAFRO e assessor do Ministro Luiz Fux no STF e no TSE; Elisa Cruz, Defensora Pública da Infância do Estado do Rio de Janeiro e Vice Coordenadora da Comissão da Infância da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; e Juliana Coelho de Lavigne, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - ADPERGS. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Bruna Brelaz, Diretora de Relações Institucionais da UNE; Daniele Assis, Representante do Amanhecer contra a Redução; André Pires, Representante do DCE UNB; Mateus Carvalho, Estudante; e Wesley Teixeira, Representante do Amanhecer contra a Redução. Fazem uso da palavra os Senadores João Capiberibe e Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 83ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 97/2017, de autoria do Senador Sérgio Petecão. Finalidade: Instruir a Sugestão nº 25, de 2017, que trata da "Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio". Participantes: Cidinha Carvalho, Presidente da CULTIVE - Associação de Cannabis Medicinal; Cristiano Maronna, Presidente do IBCCRIM e Secretário Executivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas; Emílio Figueiredo, Consultor Jurídico do GROWROOM; Régis Eric Maia Barros, Médico Psiquiatra; Vera Lucia Duque de Matos Cura, Assessora Parlamentar da Vereadora Luciana Novaes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; mãe de um autista severo e representante do Grupo Juntas Somos mais Fortes; Andreia Salles de Souza, Jornalista, membro do Movimento Brasil Sem Drogas; Paulo Fernando Mello da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família; Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Federação dos Delegados de Polícia Civil e Diretor da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL; Ricardo Valente de Souza, Psicólogo Clínico - Coordenador da Delegacia FEBRACT-SUL - Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Max Maciel, Pedagogo - Coordenador da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS; e Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília - UnB. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Darly Machado, Representante da LigaCanábica-MA; Mauro Machado Chaiben; e Daniela Tamanini, Advogada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Sérgio Petecão

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 88/2017, de autoria do Senador Hélio José. Finalidade: Debater sobre: "O Trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal". Participantes: Jânio Marques, Coordenador da Guarda Mirim; Roberto Francisco de Oliveira, Comandante da Guarda Mirim de Ceilândia – DF; Carlone Batista da Silva, Tenente Coronel - Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal; Edmilson Serafim Bezerra, Segundo Sargento do 8º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal; Edilson Serafim Bezerra, Primeiro Sargento - CCS/Polícia Militar do Distrito Federal; Maria Gricelia Pinheiro de Melo, Diretora do Centro de Inovação e Gestão do SESI - representante da Federação das Indústrias do DF - FIBRA; Selma Aparecida da Costa, Conselheira Tutelar – Membro da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal; Eliane Cruz de Pinho Martins, Gerente da Superintendência de Programas e Projetos - SUPAR - representante do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI/CN; e Jucilene Garcez Pires, Tenente Coronel da PMDF. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ana Luzia Brito, Analista de educação profissional do SENAI/DF; Ailton Rodrigues, Servidor do Senado Federal; Ediene Alves de Lima, Mãe de guarda mirim; Jaques Ronod, Pai de guarda mirim; Jeisikely Portela do Nascimento, Guarda Mirim; e João Vitor, Guarda mirim. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: construir um projeto de lei para garantir o fortalecimento e fornecer condições de trabalho adequadas aos Conselhos Tutelares e, consequentemente, para o favorecimento de crianças, adolescentes e jovens; apresentar emenda parlamentar com o objetivo de renovação da frota de veículos que atendem aos Conselhos Tutelares; propor projeto de lei para a modificação e aprimoramento do ECA no que tange ao direito de reeleição ou não do Conselheiro Tutelar e propondo a coincidência de data entre a eleição de Conselheiros Tutelares e as eleições gerais do Brasil; apresentar projeto lei para garantir o reconhecimento das atividades dos conselheiros tutelares como de risco; e fazer gestões para que seja realizado concurso público para preenchimento do quadro dos Conselhos Tutelares. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 85ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Lídice da Mata, Dário Berger e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Fátima Bezerra, José Medeiros, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 140/2017, de autoria do Senador João Capiberibe e da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater sobre "As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas". Participantes: Deputado Federal Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Mario Nicácio, Liderança Indígena do povo Wapichana - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Gustavo Menezes, Representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Keyla Thyxaya, Liderança Indígena do povo Pataxó - Integrante do Moitará, grupo de pesquisa em direitos étnicos e mestranda em direito na Universidade de Brasília; Francisco Assis, Deputado do Parlamento Europeu e Presidente da Delegação Mercosul; e Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Deputado Federal Severino Ninho (PSB/PE); Deputado do Parlamento Europeu António Marinho; Deputado do Parlamento Europeu Fabio Calstado (Intérprete Luísa Gama); Deputada Federal Janete Capiberibe; e Deputada do Parlamento Europeu Elisabetta Gardini (Intérprete Luísa Gama). Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador João Capiberibe. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 86ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Dário Berger, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 89/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A securitização de créditos recebíveis". Participantes: Maria Lucia Fattorelli, Auditora aposentada da Receita Federal e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; Paulo Ramos, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Gilson Reis, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Presidente da CPI da PBH Ativos; Hilton Coelho, Vereador da Câmara Municipal de Salvador; Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal do Tribunal de Contas União - TCU; Ladislau Dowbor, Economista e Professor Titular de Pós-Graduação da PUC-SP; Zoe Konstantopoulou, Advogada - Ex-Presidente do Parlamento Grego e Presidente da Auditoria Cidadã na Grécia; Michael Roberts, Economista Financeiro; Raquel Cardeira Varela, Advogada, Coordenadora do Grupo de Estudo sobre Conflitos Trabalhistas e Sociais na Universidade Nova de Lisboa; Hugo Arias Palácios, Professor e membro do Comitê da Auditoria da Dívida Pública do Equador; e Antônio Gomes de Vasconcelos, Professor da Faculdade de Direito da UFMG e Juiz do Trabalho. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Enviar o link das notas taquigráficas desta reunião para os senadores, ministros e em DVD para o Presidente da República; coletar assinaturas para CPI sobre o tema desta audiência. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço desculpas a todos e a todas, pois aconteceu um acidente entre o trajeto da minha casa e o Parlamento. Eu sou muito pontual; eu abro às 9h, em ponto, sempre. Então, já peço desculpas, pois hoje abri às 9h30min nossa reunião.

Sejam todos bem-vindos.

Vamos à nossa audiência.

Declaro aberta a 86ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 89, de 2017, de nossa autoria, para debater a securitização de créditos recebíveis.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

Como estou atrasado – não é, Fattorelli? –, vamos de imediato aos convidados.

Convido para que venha compor a Mesa: Maria Lucia Fattorelli, Auditora aposentada da Receita Federal e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Este evento todo foi ela que organizou, que elaborou; tanto que eu vou pedir para que você fique todo o período na Mesa, caso tenhamos que montar mais de uma Mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso; mas você fica nesta e fica na segunda também. Você é a nossa estrela da noite aqui.

Convidamos Paulo Ramos, Deputado Estadual, representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Foi Constituinte comigo, guerreiro de todas as horas. É uma alegria revê-lo. (*Palmas.*)

A Constituição Cidadã tem muito da lavra de homens como o Paulo Ramos – homens e mulheres –, com a mesma competência, coragem e peleia.

Gilson Reis, Vereador, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Presidente da CPI da PBH Ativos. (*Palmas.*)

Gilson Reis, com quem já tive oportunidade de me encontrar em muitos momentos, foi um dos responsáveis por um grande debate sobre as reformas, com o próprio Presidente da Casa; por provocação dele aqui, fomos para lá, e resultado foi muito interessante.

Hilton Coelho, Vereador, representante da Câmara Municipal de Salvador. Eu, como ganhei o título de cidadão baiano, sinto-me em casa com a sua presença aqui. (*Palmas.*)

Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal do Tribunal de Contas União (TCU). O TCU tem nos ajudado muito aqui, inclusive na CPI da Previdência. Um abraço. (*Palmas.*)

Ladislau Dowbor, Economista e Professor Titular de Pós-Graduação da PUC-SP. Seja bem-vindo, mestre. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria registrar a presença também do nosso querido Hermes Zaneti, que foi Constituinte. (*Palmas.*)

Venha aqui nos dar um abraço, Zaneti.

Ele está escrevendo um livro, agora, sobre a dívida externa.

O Deputado Edmilson Rodrigues está presente também.

Edmilson, tire uma foto – você e o Zaneti – com a gente aqui. (*Palmas.*)

Depois nós iniciamos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O Edmilson é um dos principais peleadores pelos direitos do povo brasileiro lá na Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Então, para ganhar tempo...

Já acertei com o Zaneti que vamos lançar o livro dele aqui também. Tu lanças em Porto Alegre e lanças aqui. Vamos ver se os nossos convidados de hoje podem estar presentes.

De imediato, eu passo a palavra a esta lutadora, esta guerreira, Maria Lucia Fattorelli. A gente lembra, de imediato, que ela é a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. É com satisfação que passo para ela fazer a abertura deste importante evento de caráter internacional.

Eu cumprimento todos aqueles de outros países que estão aqui conosco para nos ajudar nesse debate, para contribuir para que o Brasil possa avançar e sair dessa situação tão difícil em que se encontra. Até a democracia do Brasil está em perigo, para vocês terem uma ideia da situação por que o Brasil passa hoje.

Maria Lucia Fattorelli, é contigo.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Bom dia, Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, todos os presentes, especialmente os amigos e as amigas que vieram de outros países e vão falar em seguida.

A Zoe veio da Grécia, com o Mantis; a Raquel veio de Portugal; Michael Roberts veio da Inglaterra; Sergio veio da Argentina; Benavente veio da Nicarágua; Ismael veio de Honduras; da Colômbia, vieram Ramiro, Camila e John...

Deixe-me ver aqui quem eu estou... Creio que não me esqueci de... Se me esqueci... É muita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, eu vou atrapalhá-la apenas para pedir uma salva de palmas para todos que você citou. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Para todos eles, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E para você também, pelo evento, e para todos os nossos convidados.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – O Adrian Falco vai chegar ainda hoje, e outros estão chegando, Senador, ainda estão a caminho.

Em primeiro lugar, tenho uma gratidão imensa. Sintam que hoje o coração de vocês é brasileiro, porque essa luta que nós estamos iniciando aqui, travando aqui, no Congresso Nacional, é muito importante, e a presença de vocês aqui nos dá uma força imensa.

Muita gratidão por terem vindo nos apoiar. Sou muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir para quem estar na frente da tela ali para deixar... Eu preparei uma apresentação...

São quantos minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O normal aqui é dez minutos com mais cinco; mas, como você é a estrela aqui, pode falar 20 minutos.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Está bem, mas eu quero deixar tempo para os nossos convidados. Vou ser o mais objetiva possível.

A Auditoria Cidadã vem denunciando há anos o que nós chamamos de sistema da dívida, que é a utilização do endividamento público às avessas. Em vez de a dívida pública representar um aporte de recursos, as investigações que temos feito no âmbito da Auditoria Cidadã têm demonstrado o contrário: a dívida funciona como um desvio contínuo, uma sangria contínua e crescente de recursos públicos, que são drenados para o setor financeiro. A principal característica do sistema da dívida é a ausência de contrapartida; só beneficia o setor financeiro nacional e internacional.

Para operar, nós representamos o sistema da dívida como uma série de engrenagens, porque o modelo econômico é todo desenhado para promover esse privilégio do setor financeiro. Um arcabouço legal é aprovado, como esses projetos que estão em andamento aqui, no Congresso, para dar suporte a esse esquema financeiro que nós estamos denunciando, por uma classe política em grande parte financiada pelo poder econômico, haja vista quantos Parlamentares, quantos Senadores, quantos Deputados estão aqui hoje. A maioria não está, porque a maioria é financiada pelo poder financeiro, que usufrui disso aí. E a grande mídia faz este papel: não apresenta a verdade para a população; apresenta só informações de interesse do mercado financeiro. E quem está na cabeça de tudo isso são os organismos internacionais – FMI, Banco Mundial.

O resultado é uma dominação financeira enorme.

Aqui, no Brasil, nós estamos enfrentando uma das piores crises econômicas da nossa história. E essa crise foi fabricada; essa crise foi fabricada pela política monetária aplicada pelo Banco Central. Nós não tivemos nenhuma peste, nenhuma quebra de safra, nenhuma praga, nenhum problema; essa crise foi fabricada pela política monetária.

Só em 2015 – para resumir –, os juros em média de 14% sobre um estoque de dívida interna de R$4 trilhões. Em um ano, R$560 bilhões de juros. Os prejuízos com *swap* cambial ilegal, segundo representação de auditor brilhante do TCU: R$90 bilhões de prejuízo em um ano. Emissão excessiva de títulos: pisaram no acelerador; emitiram, além da conta, R$480 bilhões para fazer colchão de liquidez para dar segurança aos credores. E aí? Remuneraram sobra de caixa de R$1 trilhão nas operações chamadas compromissadas, feitas pelo Banco Central. Tudo isso fez a dívida explodir em 2015: um aumento de R$732 bilhões em 11 meses. Desses R$732, R$9,6 foram para investimentos.

Então, o que provocou a crise atual? Há ali um *link* para um artigo. Quem quiser pegar essa apresentação, ela está disponível. O nosso trabalho não tem direito autoral; podem usar à vontade.

No mesmo ano, enquanto o País enterrou... Enquanto nós chegamos a 14 milhões de desempregados, 64 milhões de desocupados, fora do mercado de trabalho, na informalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou jogados nas ruas, no campo e na cidade, enquanto isso, o lucro dos bancos, em 2015, bateu recorde, subiu 20%, foi de R$96 bilhões. E teria sido o triplo, porque eles registraram uma provisão de R$187 bilhões.

Então, estamos aqui diante de um escândalo. Se voltarmos um pouquinho a alguns meses de 2014, veremos que foi anunciado pela Globo prejuízo com *swap* cambial em 12 meses, de setembro de 2014 a setembro de 2015, de R$120 bilhões em um ano. Lembrem-se: está ali o número do processo do TCU, TC-012.015/2003 – ilegal! Provocou prejuízos de R$120 bilhões. O que aconteceu com esse prejuízo? Foi transferido para o Tesouro e virou dívida pública, que todos nós estamos pagando. E agora o pacote de... E, depois que gera a dívida, ela tem que ser paga. Aí, vêm as contrarreformas, vêm as privatizações, vem todo o sacrifício social, porque, depois de gerada, a dívida é prioridade, e tem que ser paga.

Agora o Temer acabou de apresentar um pacote para privatizações que inclui a Eletrobras, a maior empresa de energia elétrica do planeta, inclui a Casa da Moeda. Já aprovaram, Senador, a Lei 13.416, que autoriza imprimir o Real no exterior, uma lei inconstitucional. E, agora, querem privatizar a Casa da Moeda e mais 57 empresas. Todo esse pacote: R$44 bilhões. O que que vai adiantar, se só de prejuízo de *swap* já tem 120, já tem lá mais de R$4,8 trilhões de dívida interna? O que é que vai adiantar privatizar e entregar esses 44?

É um sistema insano! Nós temos que parar para pensar nisso, nós temos que reivindicar a completa auditoria, porque a crise, essa crise fabricada, está justificando todo este pacote de medidas: a emenda absurda à Constituição, a Emenda 95, que vai congelar por 20 anos todas as despesas primárias, vai amarrar o País; a Emenda 93, que aumentou a DRU para 30% e, depois, vem a infâmia do Governo falar em déficit; a 159; a reforma da previdência, a contrarreforma.

Aliás, eu peço uma salva de palmas ao Senador Paulo Paim, que presidiu a CPI. (*Palmas.*)

E a CPI desmontou o argumento de déficit, falacioso, mentiroso. Parabéns, Senador Paulo Paim, muito grata em nome de todos os brasileiros e brasileiras, porque essa PEC não vai ser aprovada.

Aprovaram a Lei 3.416, que autoriza impressão da nossa moeda no exterior, um desrespeito enorme à nossa Constituição, que diz que é prerrogativa exclusiva do Banco Central imprimir a nossa moeda. Isso é um ataque à nossa soberania. Reforma administrativa, privatizações e novos esquemas fraudulentos, tudo isso nesse ambiente de crise fabricada.

Então, esses novos projetos que estão aqui, o 204/2016, que está aqui no Senado, o 3.337/2015 e o 181/2015, que estão na Câmara, tratam de um modelo de securitização de créditos. O modelo que está entrando no Brasil gera dívida pública de forma disfarçada, escondida e faz pagamento disfarçado também. Como? Sequestra recursos ainda na rede arrecadadora.

Nós investigamos em apoio à CPI da PBH Ativos S.A. Nós tivemos acesso a mais de 5 mil páginas de documentos de contratos. Enfrentamos tudo aquilo, enfrentamos lançamentos contábeis que nos foram entregues em foto. Não dava para fazer trabalho algum com os números. Não era nem PDF, nem Excel; era foto, para impedir a apuração, mas mesmo assim nós conseguimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como é que está operando isso? Os contribuintes pagam na rede bancária. Daqueles créditos que são cedidos, cujo fluxo de arrecadação é cedido, o dinheiro cai no banco. Depois que ele cai no banco, em vez de ele ir direto para a conta do tesouro municipal... Vou dar o exemplo do caso de Belo Horizonte, mas o caso de São Paulo com CPSEC é idêntico, o da MGI, em Minas Gerais, é idêntico, e há vários outros.

Então, vamos lá: o Município de Belo Horizonte cede o fluxo da arrecadação de um volume de créditos. Esses contribuintes pagam na rede bancária. Em vez de aquele dinheiro que cai no banco ir direto para o caixa do tesouro municipal, esse dinheiro é desviado para algumas contas vinculadas, criadas para operar esse esquema financeiro. E, dessas contas vinculadas, uma parte vai para o Município, só uma parte. A outra parte é desviada para o debenturista, para um banco que compra os papéis emitidos por essa empresa.

Então, esse desvio de arrecadação burla toda a legislação de finanças do País, Senador Paim, Deputados e Senadores presentes. Toda a legislação de finanças do País está estruturada com base no orçamento. Caso contrário, nós teríamos caixa dois – não é mesmo, Alessandro? Toda a estrutura é baseada no princípio da unicidade orçamentária. Todas as receitas têm que chegar ao orçamento. E toda a distribuição sai do orçamento.

Essa burla que desvia recursos ainda durante o seu trajeto pela rede bancária está possibilitando pagamentos por fora do orçamento. São transferências que vão direto, no caso de Belo Horizonte, para o banco BTG Pactual, um banco que está muito mal na fita. O seu ex-Presidente André Esteves já esteve, inclusive, preso na cadeia.

Aqui, nós temos um vídeo. Depois, ao final, depois que ouvirmos todos, se tivermos tempo, eu vou pedir para passar um vídeo de apenas oito minutos, que faz uma animação.

A propaganda enganosa é a solução para acelerar a arrecadação da dívida ativa. Mentira! A dívida ativa problemática não entra nesse negócio. Os créditos cedidos são somente os créditos ótimos, com arrecadação líquida e certa, são aqueles pagamentos que o Estado tem certeza de que o contribuinte vai pagar. E, se não pagar, o Estado vai ter que repor outro crédito ou indenizar a empresa. Então, têm garantia absoluta e comprometimento.

Que mecanismo é esse? Um documento oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, está ali a foto... Olhem só a primeira frase desse ofício: "Por se tratar de operação envolvendo a montagem de engenharia financeira bastante complexa e de natureza peculiar [olha isso] [...]". Não é uma militante que está dizendo que é uma engenharia financeira, mas o próprio órgão oficial reconhecendo que se trata de uma engenharia financeira.

O que que essa engenharia financeira possibilitou? Na nossa investigação, nós entregamos um relatório de auditoria cidadã, sexta-feira passada, oficialmente, à Câmara Municipal. Foi entregue presencialmente ontem, porque na sexta-feira já foi enviado, e ontem oficialmente.

O que o nosso relatório evidenciou e comprovou – comprovou, não é opinião, não; é prova – com base nos contratos e com base na contabilidade? Comprovou, primeiro, que a operação com debêntures realizada pela PBH Ativos S.A. envolve, ao mesmo tempo, realização de uma operação de crédito disfarçada, onerosa, sem autorização legal; segundo, desvio do fluxo de arrecadação de créditos pagos por contribuintes durante seu percurso na rede bancária; e, terceiro, cessão fiduciária dos créditos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a definição de cessão fiduciária, gente? Entrega para valer – entrega. Está entregando o direito de se apoderar daquela arrecadação do crédito. Essa parte da arrecadação nem alcançará o orçamento público, será sequestrada antes.

O que o nosso relatório evidenciou? Em pouco mais de três anos de funcionamento, essa perversa engenharia financeira possibilitou, inicialmente, a realização de uma operação de crédito disfarçada. Então, de cara, o Município recebe R$200 milhões. E aí vem toda a propaganda de que essa empresa está trazendo recursos para o Município, mas é uma operação disfarçada, não autorizada.

O.k., o Município recebe 200 milhões, e qual é a perda? Em apenas três anos, a perda é de R$70 milhões. E, do volume arrecadado – faltou o número ali – de R$531 milhões, quase 50% é desviado para a BTG Pactual.

Os números estão aqui nesse quadro. Vamos lá. O valor recebido, tudo o que entrou na PBH Ativos... A PBH Ativos é apenas um veículo, como era o veículo lá na Grécia. Nós descobrimos, durante a auditoria de Grécia, a EFSF, localizada em Luxemburgo. Creio que os nossos amigos europeus irão mencionar essa questão. A EFSF também era meramente um veículo.

O que esse veículo faz? Recebe os valores arrecadados de contribuintes que, no caso aqui, foram R$531 milhões, e recebe o valor referente à venda das debêntures promovidas pela empresa. No caso aqui, a venda foi de 231. Disso aí, o que que ela faz com esse recurso? O que vai para o Município daqueles 531 pagos pelo contribuinte? Só 262 chegam ao Município – 262, porque os outros 200 que estão ali para dar 462 são a parcela da operação de crédito disfarçada.

Então, todo esse emaranhado, essa engenharia complicada, está promovendo uma sangria de recursos. Olhem quanto foi para o BTG Pactual: ele fez um investimento de 230, recebe o maior juro do mundo, recebe 11% mais IPCA. Já recebeu, em três anos, 259, e a operação é de sete anos. É um escândalo!

Em gráfico, a figura é essa aí. O que a PBH Ativos recebeu de contribuintes foi 531; o que recebeu da venda das debêntures foi 231; desses 763, 462 foram para o Município e 259 foram para o BTG Pactual, para o banco. A própria PBH ficou com 39, ficou com menos de 2%.

Deu para entender, gente? Ela é mero veículo, e quem está se beneficiando disso é o BTG Pactual.

Aqui, um demonstrativo melhor do dinheiro arrecadado de contribuintes. Como acontece o desvio? O dinheiro cai nas contas vinculadas. E, dessas contas vinculadas, de 531, só 262...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ...chegam ao caixa do Município; 259...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, sim, você tem mais cinco.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando toca, para todos saberem, mais cinco.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Quando toca, mais cinco. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Olha só esse desvio, principalmente Vereador Gilson Reis. Além desse desvio, uma perda comprovada de R$70 milhões no período. Isso é gravíssimo!

As irregularidades são flagrantes: criação de empresa estatal que não atende ao art. 173 da Constituição, que diz que toda empresa estatal, para ser criada, tem que atender interesse público ou segurança nacional. Qual é o interesse público dessa engenharia financeira? Não tem nada a ver.

Desrespeito à Lei de Licitações, porque, para escolher o banco BTG Pactual, foi usada a modalidade de pregão presencial, que só pode ser usada para bens comuns, não pode ser usada para debêntures; desvio, sequestro de arrecadação durante o percurso da rede bancária. Isso ofende todas as leis de finanças do País, desde a Constituição, o Código Tributário Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 4.320.

A CVM não observou a Lei 6.385, de 76, a Lei do Mercado de Capitais, que diz que nenhuma emissão pública será feita sem registro na CVM. A lei, Senador, não deixa margem para dúvida. Ela diz "nenhuma". Sabe o que a CVM fez? Editou uma instrução própria e se autoeximiu de registrar um tipo de debênture que é distribuída com esforços restritos. E o que é debênture com esforços restritos? É aquela que nenhum de nós vai ficar sabendo que está sendo vendida, que está sendo ofertada. Nenhum de nós vai poder comprar, só aqueles investidores qualificados, que fazem operações de muitos milhões e que já estão registrados. Quer dizer, só a panelinha do mercado financeiro tem acesso a essas debêntures que a própria CVM se autoeximiu de registrar.

Pareceres jurídicos sem a devida fundamentação legal. Um escândalo: um parecer jurídico que não cita uma norma que respalde aquela opinião! Produzidos, no caso de Belo Horizonte, por uma assessora contratada sem concurso público! Em seguida, ela assumiu o cargo de assessora jurídica da empresa PBH Ativos. E, durante um período, houve acúmulo de funções no Município e na empresa! Aí, quando viram isso, fizeram uma portaria para retificar a data de exoneração dela, para retroagir a data de exoneração dela para não coincidir.

Nós temos aí um comprometimento do Município com garantias de R$880 milhões, mais IPCA, mais juros; uma perda comprovada, eu já falei, de R$70 milhões, mais a perda de controle da arrecadação, porque, na medida em que o Município faz a cessão fiduciária, pronto, entregou a arrecadação, e não vai poder ter acesso a essas contas vinculadas.

Olha, eu não tenho adjetivos para qualificar isso. Como eu estou aqui representando a militância, representando o movimento social, o adjetivo que eu coloco para isso é: uma verdadeira lambança. É uma verdadeira lambança, que desobedece a todas as normas, cria uma capa complicada, tudo ilegal, tudo ilegítimo, provocando um rombo nas contas públicas. Tudo isso é ilegal.

Vou ter que saltar para respeitar o tempo.

O Ministério Público já disse que é ilegal, já disse que se trata de um desenho dessa empresa pública. Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal. Isso foi dito pelo próprio Ministério Público de Contas, mas o Sr. Meirelles, banqueiro que ocupa o Ministério da Fazenda, quer aprovar. Aliás, o nome dele surgiu nessa nova Paradise Papers. São duas empresas, duas *offshores*. O nome dele está lá na Paradise Papers. Ele quer criar essa empresa em âmbito federal, mas o Ministério Público já disse que é ilegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui no Congresso Nacional, projetos de lei cifrados, porque quem leu o projeto de lei não tem ideia do que está por trás deles. Nós, da Auditoria Cidadã, já visitamos 100% dos gabinetes deste Senado. Visitamos todos os gabinetes, entregamos duas versões de folhetos, provocamos várias audiências públicas, inclusive uma em que a ex-Presidente do Parlamento grego, Deputada Zoe Konstantopoulou, nos deu a honra da sua presença no ano passado.

E o projeto chegou a ser derrotado em plenário, dia 13 de dezembro, logo após a vinda da Zoe ao Brasil, mas ressuscitou na CAE, e o Relator é o Senador Romero Jucá. E dizem que projeto que ele relata, Senador, é projeto aprovado. Nós não aceitamos isso! Este Senado não pode aprovar, não pode legalizar esse escândalo, essa lambança dessas operações! (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E a Câmara também. Temos aqui o Deputado Edmilson Rodrigues, que nos honra, que nos representa. Em meio a mais de uma centena de Deputados denunciados em investigações, o senhor, Deputado Edmilson Rodrigues, nos honra e nos representa. O senhor leve o nosso discurso de que nós não aceitamos que o PLP 181 e o PL 3.337, que são também cifrados, mascarados, venham a ser aprovados na Câmara.

Tudo isso que nós estamos tratando aqui não teria a menor importância se não tivesse impacto social. Tudo isso que nós estamos tratando aqui provoca isso aí. O Brasil, nona economia mundial, um dos países mais ricos do planeta em todos os sentidos, tem a pior distribuição de renda do mundo, 79º IDH do mundo, é penúltimo no *ranking* da educação, um país que tem nióbio, petróleo, água potável, 55 minerais, todas as matrizes energéticas em abundância, território, área agricultável, água, clima favorável. Temos simplesmente tudo neste País. Tem que ser muito mal-intencionado, muito incompetente para jogar o País nessa crise, nessa escassez. O país da abundância vive na escassez! Mais da metade da população está na pobreza, na miséria, desempregada, vivendo como escravos. Basta! Já tivemos 500 anos dessa forma. Agora nós queremos outros 500, Senador.

Esse é o nosso gráfico do orçamento, que anualmente destina quase a metade para essa dívida que nunca foi auditada, apesar de isso estar previsto na Constituição.

E faço aqui uma homenagem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ...ao Deputado Zaneti, autor da emenda, ao Deputado Paulo Ramos, que estiveram presentes na aprovação, e Senador Paulo Paim também, presente naquela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O Zaneti foi o...

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Zaneti é o autor. Palmas para o Zaneti, gente, que está vivo! (*Palmas.*)

Está presente aqui, está viva a luta por uma auditoria que até hoje não aconteceu! Nós temos que conhecer essa realidade, senão a gente vai passar batido, não é mesmo?

E deixo, por fim, essa foto. No seminário de amanhã... Nós teremos um seminário – manhã, tarde e noite – no Conselho Federal de Contabilidade. A entrada é gratuita. Nós pedimos 1kg de alimentos. E, depois, nós vamos fazer um ato, um ato público, e levar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alimentos lá, no lixão, no lixão de Brasília. A apenas 15km aqui do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive jovens e idosos, catam lixo de Brasília para viverem. Num País que tem nióbio, que tem petróleo, que tem 55 minerais e tudo aquilo. É isso que nos move. É para isso que lutamos.

Então, esse projeto vai aprofundar isso aí. Vamos ter centenas... Não, vamos ter milhões nos lixões se esse projeto vier a ser aprovado, porque esse projeto é como rato roendo as finanças públicas, sendo implantado em cada ente federado. É muito pior do que EFSF lá na Europa, que foi uma empresa com garantia compartilhada. Aqui, é uma em cada Estado, uma em cada Município, como ratos roendo as finanças públicas do País. Isso não poderá passar, Senador. E temos confiança de que não passará.

Muito grata. Teremos uma grande audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Maria Lucia Fattorelli, Auditora aposentada da Receita Federal que é Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, nesses 30 minutos deu praticamente uma aula para todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pela internet, ouvindo pela Rádio Senado a cobertura desse belíssimo evento.

Maria Lucia, aceite aqui, mais uma vez, uma salva de palmas de todos nós, não só pelo evento de hoje, mas pela sua militância, a sua jornada, que há de avançar. (*Palmas.*)

Eu vou ter que ler. Então, já vou fazer o pedido aqui. Eles estão solicitando, e eu peço à segurança e ao pessoal da assessoria da Comissão que vão até a portaria para liberar a entrada de inúmeros convidados que estão aqui para participar do seminário e até o momento estão barrados na entrada. Fica aqui o meu apelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

Com certeza, terça-feira de manhã nós temos salas vazias. Ontem aconteceu a mesma coisa num outro evento, mas conseguimos liberar outros plenários. Então, fica aqui o pedido já, porque eu sei o motivo por que aqui está trancado. A sala da Comissão, inclusive, é ali. Então, eu peço ao pessoal que se movimente. Se for necessário, eu vou ter que sair daqui e ir lá. O.k.?

Vamos em frente, então, com o nosso painel.

Paulo Ramos, Deputado Estadual, representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS – Primeiro, quero fazer uma referência especial ao Senador Paulo Paim, que tem sido aqui, no Congresso Nacional, um incansável lutador social, mas que, tendo sido Constituinte, pode, como também o Hermes Zaneti, apresentar a Constituição que foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, já completamente adulterada – não no todo, mas em parcelas as mais importantes –, mas que diz...

E eu tenho Maria Lucia Fattorelli, que, pela indignação com que se manifesta, na verdade representa o nosso próprio sentimento de indignação em relação ao que acontece não apenas com o povo brasileiro, mas também com outros povos mundo afora, que são igualmente dominados e dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o art. 1º da Constituição diz o seguinte: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]"

O primeiro fundamento, e só vou citar o primeiro, é a soberania. É a primeira palavra, portanto, que está na Constituição cidadã de 5 de outubro de 1988, documento que foi elaborado para superar a ditadura, para estabelecer o Estado democrático de direito, para mobilizar a participação popular – mas tendo como primeiro fundamento a soberania.

Um País que não tem soberania não tem a possibilidade de autodeterminar-se; não define o seu próprio destino; não pode dispor de um projeto nacional. Sem soberania, nunca vai existir justiça social. Nós defendemos o Brasil como um País soberano para ser socialmente justo, não para que ele venha a fazer com outros povos aquilo de que é vítima, mas também para construir a solidariedade, de modo que outros povos possam também, a partir da soberania, construir os seus respectivos modelos.

Mas a Constituição de 1988 voltou os olhos para a dívida. Está aqui o Deputado Hermes Zaneti, que liderou, com a sua emenda, a inclusão no texto constitucional, Deputado Edmilson Rodrigues, da auditoria da dívida externa – porque a dívida externa, naquela época, absorvia a dívida interna. Hoje é o contrário; hoje houve uma inversão. E a auditoria foi feita, somente o relatório não foi aprovado. Houve uma divergência muito grande na comissão que foi criada. Não vou tratar desse tema aqui porque não é o objetivo. E aí o prazo se esgotou e a comissão que fez a investigação não teve o seu relatório submetido ao Plenário porque nem mesmo dentro da comissão houve um relatório aprovado.

Mas, passado o tempo, quando adulteraram a Constituição, destruíram os dispositivos que garantiam a soberania nacional: o monopólio estatal do petróleo, o monopólio das comunicações, a nacionalização do subsolo. Empresa brasileira de capital nacional, os juros reais de 12%, não é isso? Nosso Fernando Gasparian – vou trazer aqui o nome de algumas figuras. Poderia citar, em relação à nacionalização do subsolo, o nosso Fernando Sant'Anna.

Quero lembrar, assim, Parlamentares que se destacaram aqui, uma luta muito grande, para demonstrar o desmonte da soberania nacional a partir de um Presidente da República, de quem eu tenho que citar o nome: Fernando Henrique Cardoso. Desmontou, pela maioria que constituiu aqui no Congresso Nacional, retirou da Constituição os dispositivos que garantiam a soberania nacional. E aí começou a fazer a privatização de setores estratégicos.

As privatizações já vinham, anteriormente – todo o setor siderúrgico, todo o setor petroquímico e de fertilizantes. Extinguiram o Lloyd Brasileiro, empresa de navegação de carga de longo curso, enfim. E com que moeda? Qual foi a moeda utilizada, Hermes Zaneti – e nós sabemos disso – para o desmonte do patrimônio nacional? Títulos da dívida externa. Moedas podres, moedas podres, comprando empresas estatais pelo valor de face; nem pelo valor do deus de mercado. E aí o patrimônio nacional e a perda da soberania caminhando a passos largos até os dias de hoje. Então, a dívida é o fator da dominação.

Eles pregam que o Brasil cumpre os acordos, que o Brasil não rompe acordos. E tenho certeza absoluta de que se o rumo da história não incorporasse no controle do poder vendilhões da Pátria e traidores do povo... Todos nós nos lembramos aqui, o Deputado Hermes Zaneti e o Paulo Paim vão lembrar, de um Deputado, lá pelo Paraná, que deixou a seguinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frase: "Piores do que os gringos que nos compram são os brasileiros que nos vendem." Nelton Friedrich. Para lembrar dessa frase. (*Palmas.*)

Então, qual a situação hoje e que nos reúne aqui? O enfrentamento do que se pode chamar organização criminosa. Os controladores do sistema financeiro na verdade constituem uma organização criminosa, de modo a sugar a alma dos povos. A concentração das riquezas, a concentração do capital financeiro. E através dessa concentração eles também corrompem. O acesso ao poder com o patrocínio do poder econômico. E qual é o sentido político da corrupção? Somente se alguém der dinheiro e alguém receber dinheiro? O sentido político da corrupção consiste em estabelecer a dependência. Aquele que se corrompe perde a vontade própria; cumpre as determinações do corruptor. E aí vivemos nós uma situação em que essa organização criminosa, o sistema financeiro internacional, reúne bancos – inclusive bancos em paraísos fiscais, uma grande imoralidade. Como é que eles falam em ética e mantêm a existência de paraísos fiscais? Porque o dinheiro da corrupção, o dinheiro do crime organizado tem que ser lavado, e os paraísos fiscais integram esse sistema financeiro.

Agora mesmo, lá no Rio de Janeiro, Estado que eu aqui procuro representar, eles organizaram a privatização da Companhia de Águas e Esgotos, uma empresa importantíssima. A água não pode ser submetida ao lucro; é a maior desumanidade. Então, quem não tem renda, está desempregado, não tem como pagar a água, vai morrer de sede.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RAMOS – Diz-se assim, e vou caminhar para concluir: "Até quem faz greve de fome tem direito a beber água." Mas é o sistema financeiro que inclui as empresas de consultoria, as empresas de auditoria e as empresas que calculam risco – tudo organizado de modo a... E quando eu falo da mídia, Senador Paulo Paim e Senadora – tenho a alegria de ver a Senadora Regina Sousa aqui à mesa –, o papel da mídia, o controle da mídia é tão determinante que aqui no Senado foi feita uma Comissão Parlamentar de Inquérito para demonstrar que a previdência social não é deficitária. A mídia não divulgou da forma como deveria os resultados da CPI, por quê? Porque pretende um Governo ilegítimo privatizar também a previdência social, e a CPI demonstrou que era ao contrário.

Então, eu venho aqui, depois da palestra feita pela nossa Maria Lucia Fattorelli, que assumiu no Brasil inteiro uma liderança nesse processo, para dizer que lá no Estado do Rio de Janeiro também há o início desse esforço para a securitização da dívida. E, em função das experiências anteriores, quero aqui, Vereador Gilson Reis, com quem tenho conversado, falar que as experiências já acumuladas e a resistência, especialmente em Minas Gerais, isso vem nos dando força para demonstrar que tudo se trata de uma grande empulhação, de uma grande sangria dos recursos públicos. E acredito que pelo menos lá no Rio de Janeiro temos perspectiva de vitória. Através de todo esse esforço concentrado, a possibilidade da securitização lá no Rio de Janeiro vem a cada dia diminuindo.

Então, quero dizer que a resistência é necessária, a mobilização é necessária, e esse ato trazendo representantes de várias unidades da Federação e também de outros países nos consolida, ou consolida na nossa consciência, o sentimento de que eles não são invencíveis, de que eles vão ser derrotados e os povos vão ser vitoriosos, através da soberania e da justiça social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Federal Constituinte Paulo Ramos, hoje Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, que deu aqui o seu depoimento, com todos os argumentos. E, lembrando a CPI da Previdência, eu fui Presidente, e é uma questão de justiça falar aqui do nome do Senador Hélio José, que foi Relator. Nós provamos: se tivesse sido respeitado o que manda esta Constituição... Ontem, um menino que falou aqui num painel – menino porque ele é Presidente da entidade que defende os terceirizados, os que fazem limpeza, cafezinho. Ele só pedia isso aqui na fala dele. Um menino. Um menino porque tem o peixe, não é? Ele dizia: "Cumpram a Constituição."

Se tivessem respeitado a Constituição que nós elaboramos, sabe qual o fundo que a seguridade teria hoje? R$7 trilhões; R$7 trilhões. Desviaram o dinheiro de lá para cá, não fizeram o fundo, e ainda querem agora que o povo pague outra vez, aumentando contribuição, aumentando idade para se aposentar, inclusive o percentual correspondente ao pagamento de cada um, e dando anistia para os grandes empresários e banqueiros. É o que eles estão fazendo aqui.

Obrigado pela lembrança da CPI.

O SR. PAULO RAMOS – Só quero dizer que você participou da elaboração do plano de benefícios e custeio da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente.

Gilson Reis, Vereador, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Presidente da CPI da PBH Ativos.

A Maria Lucia Fattorelli lembrava que se cada um ficar em dez minutos vai dar para todos falarem. Eu sou muito tolerante, não é?

O SR. PAULO RAMOS – Eu passei muito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não passou, não. Você ficou nos 12, no máximo.

Eu queria, pessoal, também registrar a presença da Senadora Regina Sousa. Nós vamos dividir os trabalhos, eu e ela. A Fattorelli ficará todo o tempo nas duas Mesas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para justificar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa primeiro eu te elogiar, não é?

Olhem, eu quero fazer um elogio especial para esta Senadora. Sabem qual foi a maior crítica que ela recebeu? Ser negra, ser professora e ser defensora dos direitos humanos. Foi criticada por causa disso. Eu, naturalmente, como parceiro, saí em defesa dela. É uma grande Presidente. Vocês podem ver que eu estou presidindo a reunião; fiz o requerimento, a pedido da Fattorelli. Quer dizer, eu estarei lá, mas pode ir presidir tranquilo. Mostra a humildade que só os grandes líderes têm. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A palavra é sua, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Paim chega a me deixar constrangida assim. Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que eu quero exatamente justificar, porque eu sou a Presidenta da Comissão. Então, as pessoas esperam que eu venha abrir. Às vezes eu venho, mas aqui é a prática o autor do requerimento presidir. Então, a gente combinou – ele é o autor do requerimento, ele preside. Mas eu venho. O problema é que o Senado concentra todas as atividades na terça e na quarta, infelizmente. Dois dias intensivos de trabalho, e na quinta-feira é difícil você achar gente aqui. Hoje eu tive que passar em várias comissões primeiro, para poder chegar aqui, porque as comissões funcionam ao mesmo tempo. Então, há várias funcionando e eu tive que pelo passar, votar em algumas que já estavam em votação, para poder vir aqui. Mas é um assunto que me interessa bastante.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Presidenta.

Gilson, é contigo.

O SR. GILSON REIS – Um bom dia para todos. Eu queria cumprimentar a Regina, Presidente desta Comissão; o amigo Paulo Paim – nós temos feito, ao longo do tempo, discussões em torno da questão do mundo do trabalho.

Eu sou Presidente de uma Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, a Contee, que reúne mais de 1 milhão de professores, e nós temos enfrentado aqui reforma trabalhista, previdenciária, reforma da educação. Então, eu tenho tido um bom relacionamento – não é, Paim? –, uma boa ação de resistência também, a partir desse Senador valoroso do mundo do trabalho.

Quero cumprimentar todos aqui, em especial a minha querida companheira Maria Lucia Fattorelli, que tem contribuído; Eulália parece que está aí também, de Minas Gerais, que também faz parte desse movimento. Quero cumprimentar as delegações internacionais presentes aqui.

E quero dizer, Paim, companheiros e companheiras, que esta reunião acontece num dia emblemático, historicamente emblemático. Hoje faz cem anos da Revolução Russa. Dia 7 de novembro, em todo o mundo se comemora, possivelmente, a maior ação, a maior atitude da história da humanidade no século XX, com certeza, que mudou substancialmente os rumos da humanidade. E nós estamos aqui, cem anos depois dessa revolução, retomando um debate em torno de um tema global, que diz respeito ao chamado capitalismo rentista globalizado, que abandona a produção como elemento central da sua constituição e se transforma num sistema que tem como prioridade a reprodução na esfera financeira, sem produzir nada, sem construir nada, e simplesmente construindo um projeto de poder global, que está em processo crescente e acelerado de construção.

Não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo, eu penso que esse tema deverá nos trazer as principais preocupações para esse próximo período. É preciso enfrentar globalmente um capital rentista global, que opera em escala global, mas também em escala nacional e em escala regional.

E nós estamos tratando aqui hoje, Paulo Paim, dessas empresas de operações financeiras que estão sendo construídas aqui no Brasil, como disse a Maria Lucia Fattorelli, tiveram início nos governos do PSDB em São Paulo e Minas Gerais – governo Aécio Neves e governo Serra, em São Paulo. Portanto, há uma caracterização bastante clara de qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compromisso desse Partido no atual sistema de produção, o sistema político internacional, que é um sistema financeiro. E a partir desses dois exemplos começaram então a consolidar em Municípios, e Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais, foi a constituição da primeira empresa no âmbito municipal. Ela foi constituída em 2012 e, a partir daí, nós temos visto que em vários Municípios, em vários Estados também, tem havido a iniciativa de construir empresas dessa natureza, que tem como objetivo atuar no universo financeiro através de várias possibilidades apresentadas na construção dessa empresa.

É importante, Paim, dizer que esta audiência pública tem uma relevância porque está sendo transmitida para todo o País e nós vamos despertar todos os vereadores, principalmente das capitais e das grandes cidades, e as assembleias legislativas, que estão sendo preparadas empresas dessa natureza em todos os lugares e é preciso que nós fiquemos atentos a essa situação para que possamos enfrentá-la de pronto, mesmo antes do início dessas operações, como é o caso de Salvador, que está presente aqui.

É um tema complexo. Nós temos uma CPI que tem em torno de 50 mil páginas já acumuladas, centenas de documentos. Então, nós teríamos dificuldade de traduzir a amplitude daquilo que nós conseguimos pesquisar em torno de documentações, mas, de forma bastante sintética, eu diria o seguinte: que essa empresa constituída em Belo Horizonte tem dois grandes objetivos.

O primeiro grande objetivo é operar no mercado financeiro através de debêntures, utilizando cargas tributárias adimplentes do Município como moeda de troca para essas operações financeiras. Imagine que o Município de Belo Horizonte fez uma lei reduzindo em 100% os juros e a correção monetária de toda a carga tributária disponível no Município, o estoque de dívida; disponibilizou, então, a aprovação de uma lei reduzindo em 100%, para que todos pudessem pagar, e imediatamente colocou a serviço, essa dívida, do sistema financeiro. Ou seja, uma dívida que, em apenas quatro meses, 86% dela já tinham sido pagos pelo contribuinte. E a operação financeira, que teria vários elementos, toda ela feita de forma ilegal, desde a contratação do banco BTG Pactual, como foi dito aqui, e várias questões que envolvem toda a operação – com o tempo aqui, infelizmente, é impossível tratar. Mas entrega essa empresa, que foi contratada de forma ilegal, um recurso que retira 100% dos juros e correção monetária que advinham da lei municipal, entrega a esse banco. Uma semana antes, os juros que seriam praticados, de 5%... Na quinta-feira há um feriado em Belo Horizonte; na terça-feira da semana seguinte eles colocam à disposição, e aumentam de 5% para 11% os juros, mais correção monetária. Num período em que a inflação estava em torno de 11%, 12%, eles pagaram em torno de 23% dessa operação financeira – de um dinheiro que logo depois nós fomos observar que, em três meses, quase 80% de tudo aquilo que foi colocado como estoque daquela dívida foi pago pelo contribuinte.

Então, um esquema financeiro completamente oneroso para o Município, ilegal, sob todas as formas, e nós vamos ter a oportunidade de discutir isso.

Um segundo elemento dessa empresa, Paim, é operar por parcerias público privadas. E em áreas, Senadora Regina, da educação e da saúde. Coincidentemente, são áreas para os quais nós temos rubricas já garantidas na Constituição Federal e nos Estados e Municípios, que são dinheiros destinados à educação e à saúde. Então, eles operam PPPs na construção de escolas municipais e de hospitais e postos de saúde; as licitações são feitas de maneira que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobram apenas duas ou três empresas de grande porte no País para poder realizar essas obras, dizendo que o Município não tem condições de realizar obra de forma vantajosa e acelerada. Portanto, retira do âmbito do Município, para poder colocar na empresa; desconstrói a 8.666, porque não pode ter nenhum tipo de fiscalização; e transfere para a iniciativa privada essas obras, normalmente com um preço mais ou menos compatível com aquele pelo qual seria construído o Município, mas, ao longo do contrato, nós estamos observando, há dezenas de formas de acréscimos, ou seja, várias formas que utilizam, aumentando o valor.

Para vocês terem ideia, a PPP da educação municipal da Belo Horizonte, que foi feita pela Odebrecht... Só ela podia participar, porque a outra empresa, a Andrade Gutierrez, não participou – ganhou uma outra obra, que é o Hospital do Barreiro. Eles tiveram, no ano de 2015, um lucro líquido de R$52 milhões.

Eles foram constituídos para construir escolas municipais. Os R$52 milhões dariam para construir 14 escolas municipais. Eles construíram 32, do lucro de um ano! E eles vão ficar 20 anos operando todo o sistema, não só de construção, mas de todas as operações que ocorrem no interior da escola, menos a contratação de professores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON REIS – E isso aconteceu também no Hospital do Barreiro. São milhões!

Nós estamos ainda levantando, contabilmente, porque as informações ainda são muito truncadas, mas são milhões transferidos. Então, um pé da PBH Ativos opera no mercado financeiro, um pé opera em obras de grande vulto na cidade, de concentração extrema em duas ou três grandes empresas, que são financiadoras de campanha... Inclusive, o prefeito de Belo Horizonte foi financiado por essas empresas ao longo do período. E há ainda uma outra questão que envolve... Alguns contratos que a prefeitura tinha, Paulo Paim... Foi feito em 2001, 2002, um contrato da Copasa, que é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, com a prefeitura e o Estado, que tinha um valor em torno de R$276 milhões destinado a obras de infraestrutura de córregos, rios – Belo Horizonte é uma cidade muito acidentada –, para resolver problema de estrutura da cidade. Esse dinheiro, que seria para fazer obras, que seria para resolver problemas da cidade, foi todo ele transferido para a PBH Ativos e concentrado nessa empresa.

Ela, inicialmente, foi constituída com um capital inicial de R$100 mil. Hoje, o capital está em R$1,1 bilhão. Sem nenhuma autorização de ninguém, foi aumentando os valores, e essa empresa... Para quê? Para que ela pudesse garantir ao capital financeiro e a essas grandes empresas que nenhum problema ocorreria, ao longo do tempo, nas operações realizadas pelas empresas. Ou seja, é como dizia o velho Marx: é o capitalismo, na sua concepção de concentração e centralização no sistema financeiro global e no sistema de produção de grandes *players* que são colocados no objetivo.

Em Belo Horizonte – nós somos vereadores de segundo mandato –, nós resistimos, porque a visão do prefeito anterior era a de privatizar a cidade como espaço do negócio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON REIS – ... como reprodução do negócio, do grande negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto. Você tem um minuto.

O SR. GILSON REIS – Um minuto.

Então, nós estávamos lá em Belo Horizonte, num processo de privatização das ruas, dos estacionamentos locais, dos cemitérios, das praças, dos parques... Estava tudo em processo de licitação, de privatização, tudo dentro dessa empresa, a PBH Ativos. As operações urbanas consorciadas, no plano diretor, todas elas também vinculadas ao objetivo da empresa. Ou seja, a empresa ia operar, à margem do Município, toda a estrutura financeira e toda a estrutura de obras no Município.

Então, eu queria concluir, aí nos meus 20 segundos, dizendo que nós estamos encerrando a CPI na próxima segunda-feira, depois de seis meses de muito trabalho. Nós vamos elaborar um livro falando sobre esta CPI. Eu acho que é bom a gente, inclusive, divulgar esse livro nacionalmente. E nós temos 45 mil documentos que nós queremos preparar – nós estamos organizando esses documentos – e deixar à disposição também, para consultas, porque eu penso que, com essa experiência de Belo Horizonte, nós poderemos também sinalizar para o Brasil a necessidade de resistir a esse ataque brutal do capital financeiro e das grandes empresas contra a população, contra o povo, e agora no orçamento, porque há uma privatização do orçamento público municipal, das cidades, dos Estados, em benefício do sistema financeiro.

Então, essa é um pouco da contribuição, e quero dizer que a informação ainda está muito aquém, mas nós vamos disponibilizá-la, à medida que nós formos concluindo a CPI.

Muito obrigado e parabéns por esta audiência, porque ela cria condições também para abrir um debate nacional, em torno disso aqui, e espero que o Senado Federal derrote o PLS, porque é uma tentativa deles de viabilizar essas operações, inclusive aquelas realizadas de forma ilegal no período anterior.

Muito obrigado, e estou à disposição de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gilson Reis, Vereador, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte e Presidente da CPI.

Parabéns, Gilson. Bela exposição.

De imediato, Hilton Coelho, Vereador, representante da Câmara Municipal de Salvador.

Eu estou dando dez minutos, com mais um, dois minutos, para concluir.

O SR. HILTON COELHO – Pronto. Agora foi.

Bom, primeiro, bom dia a todos e todas.

Nós queremos começar agradecendo aqui ao Senador Paulo Paim, que teve a coragem, ao lado da Senadora Regina Sousa, de formalmente, institucionalmente, viabilizar este espaço, a partir da solicitação da Auditoria Cidadã da Dívida, à qual eu vou fazer uma referência daqui a pouco também. Então, quero agradecer enormemente.

Segundo, quero agradecer a presença de todas as representações internacionais, em nome da Deputada Zoe.

Terceiro, quero registrar aqui mais uma vez a presença do nosso companheiro Edmilson Rodrigues. Eu quero ressaltar aqui que nós conseguimos aprovar, no Congresso Nacional, através do projeto do companheiro Edmilson, por duas vezes, a auditoria da dívida, e todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

duas vezes foram vetadas – não é, companheiro? Mas nós continuamos na trincheira, o que mostra como um mandato qualificado e comprometido com o povo pode colocar em questão algo que é central para a vida de todo o País.

Parabéns pelo seu trabalho. Como disse Maria Lucia, muito nos representa.

E, por fim, quero agradecer à Auditoria Cidadã da Dívida, na pessoa da nossa maravilhosa Maria Lucia Fattorelli, para quem eu não vou rasgar elogios aqui, porque, no conjunto dos dez minutos, eu vou fazer várias referências a ela. Então, eu acho que a Auditoria, especialmente a liderança da companheira Maria Lucia, significam um verdadeiro patrimônio para a luta do povo, hoje, no mundo. Claro, muito especialmente no nosso País.

Bom... Por que falar de Salvador? Pelo mesmo motivo que se falou de Belo Horizonte. Porque nós estamos às vésperas de ver – e eu vou concluir a minha fala dizendo isso também, ressaltando – o que a Auditoria Cidadã chama de "sistema da dívida": chegar a um nível de entranhamento na vida nacional, a ponto de municipalizar, fazer uma espécie de municipalização do sistema da dívida. Eu não vou discorrer aqui sobre o problema do ponto de vista nacional. Só vou dizer que a projeção, para este ano, é de que metade do Orçamento nacional esteja comprometido com esse esquema fraudulento da dívida pública.

E ao que nós estamos assistindo agora é a possibilidade desse mecanismo, que já vitima os Estados e Municípios, à medida que corta recursos que devem vir da União para os Estados e Municípios, à medida que condiciona, inclusive, todas as políticas dos Estados e Municípios a esses acordos internacionais, com esses organismos chamados de organismos multilaterais – o BIRD, o BID –, essa sopa de letras aí de dominação, de, digamos, aviltamento da nossa soberania nacional. E isso significa que o sistema vai se espraiar por todo o País, até o último ente, o ente que está mais próximo da população, que é o Município.

Por isso, Salvador, que nós chamamos lá de "a capital da resistência", está aqui nesta Mesa, porque é apenas um exemplo do que pode acontecer. A questão não é discutir Salvador. A questão é discutir Salvador e Belo Horizonte como exemplos do que pode se generalizar no nosso País. Então, eu acho que é importante falar isso.

Como o tempo é curto, e eu já vi que quatro minutos já se passaram ali, eu queria destacar só dois elementos. Primeiro, o caráter igualmente cifrado desses projetos que vão para os Estados e Municípios.

Eu me lembro, Maria Lucia – eu disse que iria citar a Auditoria várias vezes aqui –, de que a Câmara Municipal aprovou a chamada reforma tributária e administrativa, em 2013. Nós fomos o único voto contrário na Câmara de Vereadores, totalmente, ao projeto, a todo o projeto, inclusive no artigo em que já faziam a sinalização dessa relação do Poder Público com o mercado financeiro. Mas eu vou dizer: foi por instinto. Como nós não confiamos nesse discursozinho do mercado, o nosso voto foi contrário. Em 2013.

Mas só em 2015, quando Maria Lucia foi a Salvador, e nós fizemos uma audiência, Deputada Zoe, cujo título foi: "De Salvador à Grécia – o Sistema da Dívida Pública", foi só naquele momento em que, olhando a situação de Salvador, a Maria Lucia disse: "Aqui tem o ovo da serpente"... A Câmara Municipal de Salvador aprovou uma chamada reforma tributária que traz a possibilidade da criação da SEDEMEs... Aqui o companheiro Tito, que é da Auditoria também, muito nos ajuda, contribui lá, na cidade de Salvador e na Bahia, para a discussão desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, vejam, eu estou dando esse exemplo, porque o tempo está correndo, mas a gente vai vendo como, de maneira cifrada, as coisas vão sendo colocadas, porque nem nós, que votamos contrariamente, votamos com absoluta consciência do nosso voto naquele momento.

Então, é um conjunto de códigos que essa engenharia financeira da pilhagem das riquezas nacionais vai elaborando, e é difícil, para quem não é da área tributária, para quem não é auditor – e, às vezes, até para os próprios auditores, esses que podem ter muito boa-fé –, conseguir interpretar o que está por trás. Então, eu poderia dar vários exemplos sobre esse caráter cifrado, já em relação ao nosso Município.

Outro elemento importante...

Bom, eu queria dar outro exemplo também sobre o caráter cifrado, que é a questão das chamadas "operações consorciadas". Olhem o que acontece: o Plano Diretor de Salvador definiu não apenas determinadas iniciativas do Poder Público, na cidade, como iniciativas de operações urbanas consorciadas. São operações, basicamente... O caráter delas é das parcerias público privadas. Salvador definiu, no seu PDDU, regiões inteiras... Todas as regiões – e são grandes –, que são regiões que interessam à especulação imobiliária, como regiões... E isso não se fez em lugar nenhum no País. Nem em Minas Gerais se fez isso. Regiões inteiras, toda a Orla de Salvador, todo o Centro Histórico... Todo mundo já ouviu falar aqui do Pelourinho, não é? O Pelourinho é parte do Centro Histórico de Salvador. Ele está dentro das operações consorciadas. Mas isso foi aprovado num outro projeto, relacionado, no entanto, à perspectiva de essa empresa de securitização estar à frente do processo. E não apenas ganhar muito, mas viabilizar todo o processo de fraude, de lavagem de dinheiro que vai advir desse processo.

Então, vejam bem: as coisas vão sendo escondidas no projeto.

E o segundo elemento é o caráter fragmentado da ação desses indivíduos, que está relacionada à perspectiva de cifrar também. Então, vai-se aprovando por fatias.

Então, houve a aprovação, em 2013, da reforma administrativa; depois, vieram duas Leis Orçamentárias Anuais, que não citam a empresa; depois, a Lei Orçamentária, a partir de 2016, começa a citar a empresa; e, por fim, em 2017 – pasmem –, a Prefeitura de Salvador desafetou todo o seu patrimônio imobiliário. Todos os terrenos que são de propriedade do Município passaram a ter a perspectiva de serem integralizados ao patrimônio dessa empresa estatal não dependente. Não apenas a desafetação, como a autorização para desalienar, para se vender todo o patrimônio imobiliário do Município, como forma de dar garantias a essa empresa de securitização.

Então, vejam bem: esse é um trajeto que a máfia, digamos assim, vai percorrendo, dentro de um tema que é difícil de interpretar. Ela vai, fragmentadamente, agindo, agindo, até criar uma situação – e aqui eu vou concluir minha fala – em que tudo pareça irreversível.

Eu quero fazer uma referência aqui à questão da auditoria da dívida pública da União, para fazer uma referência em relação ao momento que nós estamos passando, que é um momento decisivo para Estados e Municípios.

O argumento todo – eu ainda conversava com o companheiro Edmilson ontem –, o argumento daqueles que não querem ver a auditoria, é que mexer nessa história pode dar um prejuízo... É uma coisa, assim, como... É algo intocável. Aliás, eu, inclusive, indicaria para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês – não para vocês que estão aqui, porque boa parte já deve ter assistido – ... mas, para quem assiste à TV Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HILTON COELHO – ... ou a TV Senado, eu indicaria o filme *A Grande Aposta*. É um filme que, inclusive, parece, é de um certo humor esquisito, assim, mas é um filme que mostra o que foi a tragédia econômica e social dos Estados Unidos, onde milhões de pessoas perderam as suas casas, a partir de 2017, e ele vai, didaticamente... Como é um filme comercial, ele vai, didaticamente, destrinchando o esquema. E termina, inclusive, dizendo que o título, que se chamava CDO, mudou de nome e, agora, é chamado de título de securitização. Está relacionado à crise dos Estados Unidos, àquela crise que chamou a atenção do mundo todo.

Mas, enfim, nós não podemos mexer na questão, fazer auditoria, porque isso pode abalar os mercados, é aquela situação, e aí vamos ver o que foi que aconteceu no Equador. O mundo caiu no Equador, não caiu no Equador... Mas, enfim, esse é o argumento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HILTON COELHO – E qual é – eu quero entender – a lógica que nos proíbe de saber. Porque a auditoria, parece-me... Se eu resumisse o sentido de auditar, eu diria – os auditores aqui me corrijam – que poderia significa apenas "saber". Não é, Maria Lucia? O que nós vamos fazer com esse entendimento é outra história. Cada povo vai decidir o que vai fazer. Certo? Mas auditar é saber. O que nos proíbe de saber? Então, esse argumento, para mim, não tem qualquer validade.

E nós estamos numa situação, eu acho, aqui, que chama a nossa coragem, a nossa atitude, em relação à defesa da nossa soberania popular e soberania nacional. Por que isso? Porque, neste momento, Senador Paim, Senadora Regina, o esquema está sendo montado. Ele está sendo montado, digamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HILTON COELHO – ... ao alcance das nossas mãos. O que nós vamos fazer com isso? O que nós vamos fazer com a empresa estatal não dependente que está querendo, mais uma vez, mutilar os recursos da União? O que nós vamos fazer com as empresas estatais não dependentes que vão se espalhar pelos 27 Estados desta Federação? O que nós vamos fazer com as empresas estatais não dependentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

O SR. HILTON COELHO – ... que prometem se espalhar pelos mais de 5 mil Municípios do Brasil? Eu termino aqui com essa pergunta para todos que estão aqui nesta mesa, no plenário, e para os que estão ouvindo, assistindo, aqui nos acompanhando, na TV Senado.

Obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Hilton Coelho, Vereador, representante da Câmara Municipal de Salvador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que deixou no ar a pergunta "Que vamos fazer?" Isso vai se espalhar pelos 27 Estados – 26 mais o DF.

Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal do Tribunal de Contas da União (TCU).

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Obrigado, Senador.

Agradeço, Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa, em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, pelo convite para participar nesta Mesa.

A nossa intenção aqui é justamente trazer alguns elementos que nós conseguimos identificar durante – vou mostrar para os senhores – dois trabalhos que o Tribunal de Contas conduziu, desde 2009, envolvendo operações do tipo aqui tratado nesta audiência.

Então, os trabalhos de fiscalização são exatamente esses. O primeiro, envolvendo um FIDC proposto pelo Município de Belo Horizonte, em 2008. O processo foi aberto em 2009. E um segundo que, no decorrer do processo, envolveu a análise do FIDC de Nova Iguaçu e do FEDAT do DF.

Então, em termos gerais, o objetivo desses trabalhos que o Tribunal fez... Na verdade, os dois ainda não tiveram uma deliberação final, de mérito, mas, como eu vou mostrar para os senhores, mais à frente, há duas medidas cautelares em vigência ainda, mas eles ainda estão para serem deliberados no mérito.

Então, o objetivo geral foi analisar o enquadramento das operações trazidas nesses instrumentos e verificar se isso se enquadrava no conceito de operações de crédito da LRF.

Situação atual: aguardando decisão de mérito.

Bom, então, a LRF dá ao Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, a competência de fiscalizar o cumprimento das leis, das normas da LRF.

O Ministério da Fazenda possui diversas atribuições, dadas tanto pela própria LRF quanto pela Resolução 43 do Senado, com relação à atuação no âmbito dessas operações, operações de crédito de Estados e Municípios inclusive, que têm que passar pela autorização do Ministério da Fazenda.

Aqui, alguns dispositivos da resolução do Senado Federal...

Então, a instrução dos processos se deu com a análise de documentos, análise de dados publicados em balanços públicos, e a manifestação também desses órgãos federais.

Esse é o desenho financeiro que chegou – pelo menos formalmente –, descrito na primeira operação do FIDC/BH, mas que, em essência, é o mesmo desenho dos demais instrumentos que nós analisamos do Rio de Janeiro e do FEDAT/DF. Então, ele está envolvendo a instituição financeira, um FIDC, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, investidores, contribuintes e o próprio ente público, claro.

Então, num primeiro instante, existe a inscrição da dívida ativa dos contribuintes que não pagam os tributos; num segundo instante, o ente público efetua um contrato de cessão de crédito, junto à instituição financeira e ao FDIC; num terceiro momento... Isso aqui eu falando bem resumido, simplificando as coisas. Existiram algumas variações de um instrumento para outro, mas, em essência, isso aqui reflete bem essas operações, no meu ponto de vista.

Então, num terceiro momento, existe a emissão e venda das cotas aos investidores. Nesse mesmo momento, o ente público recebe o recurso; num quarto momento, os contribuintes efetuam o pagamento da dívida ativa, seja diretamente ao FIDC, seja passando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelo cofre público, mas, no momento seguinte, sendo repassado ao FIDC. E, depois, finalmente, o resgate das cotas junto aos investidores.

Bom, analisando a figura de cessão de crédito, que não era comum até então no setor público, nós fomos para o setor privado, para ver, conhecer o que é uma cessão de crédito.

No setor privado, a cessão de crédito é regulada pelo Código Civil, no art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a lei nem a natureza da operação. É muito importante essa observação do art. 286.

Então, existe uma relação obrigacional entre o devedor, que é o cedido, e o credor original, que é o cedente. Então, existe uma relação obrigacional entre o devedor, que é o cedido, e o credor originário, que é o cedente. Esse credor originário, que é o cedente, cede o seu crédito para um credor, para um novo credor, que tem o nome de cessionário. Em geral essas cessões são feitas *pro soluto*, ou seja, o cedente não assume pela solvência dos créditos do devedor. E, segundo o art. 290, ainda, a cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor se o devedor não souber que foi feita essa operação. Isso é importante porque, com a cessão, quem passa a figurar como o credor é o cessionário – ele tem o direito depois de cobrar, obviamente, do devedor, pelo pagamento da dívida, exceto se o devedor não for devidamente notificado.

Então a gente foi analisar para ver se isso seria a mesma coisa no setor público. Falando de cessão de crédito tributário, a gente tem na figura do devedor os pagadores de impostos; na figura do cedente, o ente estatal; e na figura do cessionário, o FIDC (ou a instituição financeira ou a empresa estatal dependente). E aí a auditoria fez a seguinte pergunta: seria possível juridicamente a cessão do crédito tributário para validar aquela forma, aquele desenho financeiro? Então, existem diversos dispositivos na Constituição, no crédito tributário, na própria LRF, que, no nosso entendimento, impedem a cessão do crédito tributário.

Voltando aqui para o nosso desenho, para o nosso esquema, então seria, no nosso entendimento, impossível o ente público transferir esse crédito para um ente privado para figurar como novo credor no crédito tributário. Então isso seria uma operação impossível.

Então, outra questão veio para a gente: isso seria na verdade uma operação de crédito? A LRF traz o conceito de operação de crédito, que é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, e, no final, outras operações semelhantes.

Então, na verdade, o nosso entendimento, resumindo, da equipe técnica que fez a auditoria: nesse momento três, no momento em que o ente público recebe o recurso da operação, da cessão de crédito, digamos assim, nesse momento surge a operação de crédito, surge a dívida, surge o endividamento do ente público. E o momento quatro é o momento da amortização do compromisso financeiro.

Então, verificando dessa forma, a gente chegou à conclusão de que, sim, era uma operação de crédito. Não se tratava de uma operação de cessão de direitos creditórios, pela impossibilidade jurídica do negócio, mas se tratava de uma operação de crédito por essa formatação que a gente verificou.

A outra questão relevante é que a gente verificou a garantia da solvência do devedor. No nosso entendimento, ela é irrelevante para caracterizar a operação de crédito. Então, aqui é o exemplo do FIDC BH, que foi tentado num prazo de 48 meses e que envolvia uma cessão de 100 milhões. Pelo histórico de recebimento de receita de dívida ativa, esses 100 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seriam ressarcidos aos investidores, ao FIDC, com muita facilidade, porque o histórico de recebimento de crédito de dívida ativa permitia isso. Então, essa era uma característica importante a ser observada, porque, na verdade, fica fácil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – ... de o cessionário assumir o risco, pois, na verdade, o risco é baixo, o risco de recebimento é baixo. Então, qualquer tipo de ressarcimento que se possa verificar nos quatro anos seria factível.

Foi mencionado também, para defender a operação, que, na verdade, não seria a cessão dos créditos da dívida ativa, mas seria cessão do fluxo financeiro futuro dessa dívida ativa. Então, vejamos: será que existe um ativo independente? Será que existe o ativo "dívida ativa" e um outro ativo chamado "fluxo futuro de receitas"? A gente avaliou isso. Então, na verdade, o ativo é representado contabilmente pelo próprio fluxo futuro de receitas. O fluxo futuro é... O ativo é a representação desse fluxo futuro de receita.

Se a gente vender esse fluxo futuro, na verdade a gente não tem mais esse ativo. Não existe uma venda de fluxo futuro se a gente não falar em venda do próprio ativo, porque ele é a representação desse fluxo de entrada de recurso no futuro.

Então, as conclusões da auditoria foram que: não representam cessão de crédito de dívida ativa por impossibilidade jurídica; não representavam alienação de fluxo de caixa futuro, porque fluxo de caixa é apenas uma representação do próprio ativo no tempo futuro; representam, na essência, o recebimento antecipado de recursos financeiros. E isso é operação de crédito, isso é endividamento, e teria que passar pelo Ministério da Fazenda para autorização. Essa foi a conclusão da auditoria.

Então, o Ministro Bruno Dantas deu essa decisão cautelar, em 2014, para suspender todos os registros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – ... de FIDC BH, Nova Iguaçu e de outros também. Outra decisão cautelar foi dada em dezembro de 2014, com relação ao FEDAT do Distrito Federal.

Alguns riscos que a gente identificou na auditoria: possível ofensa aos princípios constitucionais da igualdade e da legalidade no tocante à tributação; possível ofensa à regra de não vinculação das receitas previstas na Constituição; indícios de custos efetivos superiores às operações clássicas de endividamento; possível impacto negativo na transparência das operações, para a própria complexidade que se deu às operações; e não individualização dos créditos cedidos, pois uma não individualização dos créditos cedidos pode inviabilizar a análise de custos e a economicidade das operações, porque qualquer crédito que se receba pode vir a ressarcir o fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo...

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Para concluir, muito obrigado. Desculpe-me se eu fui muito rápido. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Quando eu falei: "concluindo"; ele disse: "obrigado". (*Risos.*)

Parabéns! Parabéns!

Esse foi o Dr. Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal do Tribunal de Contas União, que também fez uma bela exposição.

De imediato, Ladislau Dowbor, economista e Professor Titular de Pós-Graduação da PUC, São Paulo.

Se quiser trocar de lugar também...

O SR. LADISLAU DOWBOR – Está se ouvindo bem aqui? (*Pausa.*)

Está perfeito. O.k.

Muito obrigado. Vendo os comentários, em dez minutos a gente não resolve o sistema financeiro, mas consegue trazer alguns dados básicos, não é?

Basicamente, é o relatório de pesquisas. Essa pesquisa está sistematizada nesse livro. Não é um livro de economia, é justamente uma sistematização dos dados básicos que a gente enfrenta, porque não são só, evidentemente, nacionais. E não é só a dívida pública, é a "financeirização", como a gente tem chamado, que está desarticulando a economia simplesmente por todo lado. Não à toa, temos aqui representantes internacionais, não é?

Primeiro, o nosso problema, francamente, não é de falta de recursos. Se pegarmos o PIB do Brasil, em termos de produção de bens e serviços, são cerca de R$11 mil por mês, por família de quatro pessoas. O que produzimos hoje é R$11 mil por mês, por família de quatro pessoas, e nós estamos exatamente na média mundial. Com o que produzimos hoje, dá para todo mundo viver de maneira digna e confortável. Em particular, dá para resolver o problema da miséria, do drama do andar de baixo, de maneira evidente. O nosso problema não é um problema econômico, o nosso problema essencialmente é um problema de gestão, um problema de governança.

Aqui é uma visão que eu trago, uma visão de economista sobre o sistema financeiro, da função econômica desse sistema. O ponto chave dessa análise do fluxo financeiro integrado – que normalmente não se faz assim, pois as pessoas estudam separadamente: aqui a dívida pública, os juros da Selic, aqui os crediários, ali crédito de pessoa física, jurídica, e tal; é um fluxo integrado – é saber se é produtivo ou é improdutivo. Quer dizer, se a gente aplica bem os recursos, eles se multiplicam; se a gente drena eles através de taxa de juros, eles simplesmente esterilizam a economia. É tão simples assim.

E por que isso trava a economia – e não só aqui –, apesar de tantas tecnologias que, na realidade, permitiriam muito acelerar o nosso crescimento? É que, na média, isso é uma cifra básica que se está discutindo internacionalmente: nós temos que distinguir a aplicação financeira de investimento. O investimento é quando eu construo uma escola, construo casa, faço alguma coisa. Aplicação financeira é quando mobilizo papéis. Eu chego num banco, a moça me pergunta: "Em que o senhor quer investir?". Eu digo: "Moça, isto aqui não é investimento". Eu posso fazer muitos movimentos de papéis, ganhar muito dinheiro, e não vai aparecer um par de sapato a mais no País nem uma casa a mais construída. Isso aqui é um eixo absolutamente improdutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso é essencial. Em inglês fica muito claro: a renda, o rendimento que vem de trabalho, de produção, chama-se *income*, e o que vem de processo especulativo chama-se *rent,* significa "renta" – no Brasil não existe a palavra "renta" curiosamente; no francês também é muito claro: *revenu*, que é renda de produção; e *rente*, que é renda improdutiva. No Brasil temos o conceito de rentismo, mas a palavra "renta" não foi assimilada. As pessoas se confundem.

Na realidade, é o seguinte: a aplicação financeira no mundo, nas últimas décadas, rende 7% ao ano, em média, livre de inflação; o PIB mundial evolui a 2%, 2,5% ao ano; quando se tem uma expansão de direitos sobre produtos, que são os papéis, que avançam muito mais rapidamente do que a expansão da produção, está havendo uma apropriação da produção de terceiros. Ou seja, é uma expropriação.

E a grande corrupção, Paim – eu estou convencido – é o seguinte: a grande corrupção mesmo, o que a gente chama de apropriação indébita de recursos, ela gera a sua própria legalidade; ela tem suficiente força política para dar aparência de legalidade a um processo que é simplesmente destruidor para a economia. Como isso impacta a economia no sentido mais amplo? Impacta as famílias, impacta as empresas e impacta o Estado, três motores centrais da economia para fazer com que a economia funcione. Por que o principal motor é o consumo das famílias? Por que não funciona? Você vai no crediário, você está pagando, em média, por artigos do lar, no Brasil, 141%. O máximo que eu encontrei na Europa é 13% ao ano – não existe juros ao mês; isso é treta. Isso significa uma coisa muito clara, que eu constatei numa loja dessas que têm dedicação total a nós: por um fogão que sai da fábrica a R$200, vai-se pagar 40% de imposto; vai haver um ganho, mesmo assim, vendendo à vista por R$420; e estão vendendo a prazo a R$880. Sabe o que é isso? As pessoas que não têm como pagar à vista estão pagando R$880, caso concreto, por um fogão de R$200. Ou seja, é um sistema intermediário que trava a capacidade de o produtor investir, porque ele tem pouco lucro, e trava a capacidade de consumo das famílias.

Eu estou dando esse exemplo, mas vocês podem pegar o cheque especial, que está 320%; vocês podem pegar o rotativo do cartão de crédito, que está 485%. Para economistas internacionais que me visitam, eu tenho que mostrar os documentos do banco, porque eles não acreditam, eles acham que é uma piada.

Nós temos, em agosto de 2017, 61 milhões de adultos – desses que têm acesso a crédito – inadimplentes, enfim, negativados (na expressão da Serasa Experian). Quando se tem 61 milhões de adultos que não conseguem sequer cobrir o consumo anterior porque estão endividados, o que dirá sobre fazer compras novas? Travou-se o principal motor da economia, que é o consumo das famílias. E travou-se drenando através de juros.

Eu, Prof. Ladislau, tenho a minha poupança, pago uma geladeira a R$1,2 mil, mas a massa da população, que não têm esse recurso, ela paga por essa mesma geladeira R$2,7 mil. Curioso é que, no estudo da inflação, a gente não acrescenta isso. Na prática, ele está pagando mais do que o dobro. E dizem: "Não, porque a inflação é medida apenas pelo preço à vista". É um sistema claramente surrealista.

O que acontece quando se trava o consumo das famílias? Trava-se a produção das empresas. As empresas não têm para quem vender. Aí se joga a inflação para baixo, porque estão quebrando, estão vendendo de qualquer maneira. E se diz: "Olha, reduzimos a inflação". Não é assim que se reduz a inflação: reduz-se a inflação dando crédito barato para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas para que possam investir, dando crédito barato para as famílias para que possam consumir, e desse equilíbrio entre oferta e consumo modera-se a inflação. Isso é política econômica no sentido pleno.

E por que as empresas, em particular, pequenas e médias? Porque as grandes empresas e as multinacionais pegam dinheiro lá fora a 3% – aqui, vão pagar 20%, 30%, 40%. A pequena e a média empresa vão pegar ali no banco onde têm a conta, e os juros são absolutamente escorchantes e inviabilizam a atividade empresarial. Quer dizer, elas não têm para quem vender, elas não têm como recorrer a crédito nesse sistema porque é escorchante o crédito, e elas têm a alternativa de colocar na dívida pública, que vai render, na média, por exemplo... Em toda a fase do governo Fernando Henrique Cardoso era entre 25% e 30%, chegou a 46%. E esse sistema, o que é? A Maria Lúcia apresentou a cifra de 2015: tem-se 400 bi transferidos a título de juros, mais cerca de 100 bi dos *swaps* cambiais: então, tem-se 500 bilhões. Ou seja, são 8,5% do PIB que, em vez de serem transformados em políticas públicas no sentido de investimento e políticas sociais, saúde e educação, são transformados num sistema que transfere recursos de nossos impostos diretamente para os bancos.

Isso é um sistema legal que foi criado em 1995, que depois atingiu níveis absolutamente absurdos de dívidas, e que se completou com uma PEC de 1999 que liquidou o art. 192. Vocês entram no art. 192 da Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LADISLAU DOWBOR – ... do sistema financeiro nacional, e está tudo ali simplesmente revogado, em particular o limite de 12% real sobre a dívida.

Isso aqui é um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele apita no último minuto, mas eu vou levando e normalmente dou mais três, quatro ainda.

O SR. LADISLAU DOWBOR – Simpático. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos simpático.

O senhor tem mais três minutos.

O SR. LADISLAU DOWBOR – Travou-se o consumo das famílias; travou-se a capacidade das empresas e travou-se a capacidade de o Governo financiar as políticas públicas; e querem que funcione?

Eu faço a conta com os dados do Banco Central, é aritmética: o estoque da dívida de pessoa física e pessoa jurídica é R$3,1 trilhões, que não é terrível, pois é cerca de 50% do PIB, comparando-se com outros países. Só que é se pagando uma taxa de juros tal que tira, só em juros, sobre esse sistema, cerca de R$1 trilhão, que são 15% do PIB. São retirados 15% do PIB da sua aplicação produtiva para o sistema improdutivo. Acrescentem-se os 8,5% através da dívida pública, e iremos além de 20% drenados pelo sistema financeiro sobre o sistema produtivo. Um sistema assim, simplesmente, não pode funcionar. Ele é absolutamente insustentável, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso explica essa fantástica concentração das riquezas, o que foi mencionado. Os 5% mais ricos aqui têm mais patrimônio do que os 95%. No nível mundial, são oito famílias que têm mais do que a metade mais pobre da população mundial.

Hoje, o sistema financeiro é que se tornou o principal sistema de exploração – que era o salário diretamente, a exploração, a tal da mais valia. Hoje, através do sistema financeiro, a gente recebe o salário e depois se enforca na dívida. Esse sistema não funciona em lugar nenhum onde foi aplicado – temos aqui a representação da Grécia. Nós estamos indo ladeira abaixo.

E é muito curioso olhar o seguinte: ao mesmo tempo em que a economia foi ladeira abaixo, os lucros dos bancos se abrem. Eu tenho esse gráfico nesse livro. É uma boca de jacaré: os lucros dos bancos subindo, e o sistema caindo.

Por que é tão importante esse sistema tão poderoso e por que ele é tão frágil? Ele é frágil porque a empresa que produzia sapatos, explorava seus trabalhadores – a gente brigava, essas coisas, tudo bem –, pelo menos produzia sapatos, pagava salário, pagava imposto. Esse sistema aqui explora de maneira... Aqui se chamou de engenharia financeira, não é? É de uma elegância. Eu adoro palavras... A apropriação de recursos públicos aqui se chama privatização. A evasão de impostos chama-se otimização fiscal. É uma maravilha. Na realidade, acho que estamos frente a um sistema que perdeu sua legitimidade. E eu queria encerrar com a opinião de Martin Wolf, que muitos podem não conhecer, mas é o economista chefe do Financial Times. É mundialmente conhecido, é *top* de linha na área financeira. Ele que é do Financial Times disse: "Esse sistema perdeu sua legitimidade". Isso é textual, porque ele não está servindo ao essencial do sistema financeiro, que é fomentar as atividades efetivamente produtivas em vez de drená-las.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professor Ladislau Dowbor, economista e professor titular de pós-graduação da PUC, de São Paulo.

Deixe-me só fazer um comentário e cumprimentar V. Exª. V. Exª consegue aprofundar o tema com a simplicidade para que todos entendam, porque não é fácil a contabilidade neste País, entender de Economia.

Então, quero cumprimentá-lo porque fiquei...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, o senhor traduz para nós e traduziu muito bem.

Olha, parabéns.

Há dois informes, mas um informe é positivo, muito bom e eu faço questão de dar neste momento. Todas as pessoas que queriam entrar a segurança liberou, e até providenciaram as cadeiras para que a maioria pudesse sentar. (*Pausa.*)

Esse aviso me foi dado um tempo atrás, e eu só dei agora.

Peço para anunciar que, amanhã, teremos o seminário das 9h às 22h no CFC, com mais tempo para todos e lançamento de livros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vai estar lá o professor.

Nós vamos, agora, para a segunda Mesa, e já combinamos que a Senadora Regina Sousa vai coordenar, e eu estarei aqui dando palpite de metido só, mas vou ficar aqui.

Agora, ela já vai convocar. Peço a todos que voltem ao plenário. Solicito à Fattorelli que fique para nos auxiliar.

Uma salva de palmas a esta Mesa, muito simpática, com todos muito competentes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós vamos imediatamente para a segunda Mesa. Infelizmente, não haverá intervenção nessa parte. Com as pessoas que tiverem paciência de ficar até o final, geralmente, eu sou generosa e cedo a palavra a alguns do plenário, mas nós temos ainda uma Mesa, e a prioridade é para os convidados e convidadas que vieram para falar. Agora, vamos ter a Mesa, praticamente toda internacional. Em seguida, se der tempo, porque nós temos o limite regimental de tempo, nós abriremos para algumas intervenções do plenário.

Então, nós vamos compor a segunda Mesa, convidando Zoe Konstantopoulou – não sei se eu disse certo... (*Palmas.*)

Ela é advogada, fundadora do Curso (Caminho) para a Liberdade, movimento político fundado para trazer a democracia de volta à Grécia e ao povo. Foi Presidente do Parlamento Helênico e fundadora da Comissão da Verdade sobre a Dívida Pública, destinada a realizar auditoria. Defensora dos direitos humanos, autora de várias iniciativas para defender o interesse público e os direitos do povo contra a corrupção e o sistema da dívida.

Bem-vinda! (*Palmas.*)

Eu acho que a gente vai precisar também de tradução, não é?

Chamo o Sr. Michael Roberts, economista financeiro, autor de diversos livros sobre economia. Seu blogue é considerado um dos mais lidos da Europa. (*Palmas.*)

Convido Raquel Cardeira Varela, advogada, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Conflitos Trabalhistas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. (*Palmas.*)

Convido Hugo Arias Palácios, professor e membro do Comitê de Auditoria da Dívida Pública do Equador. (*Palmas.*)

E Antônio Gomes de Vasconcelos, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um aviso que eu tinha que dar, que o Deputado Paulo pediu.

O Deputado Estadual Paulo Ramos, Presidente da Comissão de Representação da Dívida Ativa, convida a todos para a palestra da Deputada Zoe Konstantopoulou, ex-Presidente do Parlamento grego, e a audiência pública sobre recuperação de receita do Estado, dívida ativa, sonegação e incentivos *versus* fator fiscal, no dia 13 de novembro, às 10h, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, Palácio Tiradentes, Rua Primeiro de Março, Praça XV, Centro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos começar com a nossa primeira convidada, a Srª Zoe Konstantopoulou.

Já li os dados sobre ela.

Seja bem-vinda.

Tem dez minutos, mas com uma tolerância de mais dois ou três.

Então, fique à vontade.

Quando toca, falta um minuto.

A SRª ZOE KONSTANTOPOULOU (*Tradução simultânea.*) – Bom dia a todos.

Deixe-me começar dizendo que é um prazer estar aqui pela segunda vez em um ano. Eu estive aqui em novembro, na Comissão de Economia, e estou muito feliz de voltar aqui hoje nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos sobre a dívida. Estou muito feliz de que seja uma reunião aberta ao público, porque é muito importante trazer o povo aos debates. E gostaria de cumprimentar o Presidente Paim por se certificar de que o povo consiga entrar para participar de nossa reunião. É muito importante saber que instituições e representantes de instituições como o Senado, o Parlamento existem e funcionam para o povo e para a democracia. Quando funcionam à margem da democracia ou sem o conhecimento do povo, sem a participação do povo, arriscam-se a funcionar para interesses que não os do povo, não os que servem ao povo e à democracia.

Quero agradecer à Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, por ser um instrumento na defesa dos direitos do povo para saber a verdade, qual a verdade sobre a dívida, e também por ser um instrumento, no meu país, Maria Lucia, a decodificar o que aconteceu com a dívida pública e decodificar como uma dívida que nada tem a ver com o povo, uma dívida que nada tem a ver com gastos públicos em favor do povo terminou sendo imposta ao povo, para que o povo pague.

Em 2015, eu era Presidente do Parlamento Helênico e fundei a Comissão da Verdade da Dívida Pública, que operou com participantes internacionais. A Maria Lucia era proeminente, ativa e um membro precioso da comissão.

Continuamos a servir ao povo para que saibam a verdade sobre a dívida e também para que se recuse a se submeter a uma dívida que não é do povo, que eles não criaram.

É um direito do povo participar e auditar a dívida, e estou feliz que haja muitos cidadãos aqui, neste plenário, hoje. (*Palmas.*)

O povo tem o direito de contribuir e adquirir conhecimento sobre como a dívida está sendo forçada ao povo, está sendo empurrada para o povo, e também é direito do povo recusar-se a pagar uma dívida que não é dele.

Senhoras e senhores, queridos amigos e queridos colegas, a questão da dívida, universalmente, é um crime contra o povo, é um crime contra a democracia. Consiste em práticas fraudulentas, e vocês estão decodificando essas práticas fraudulentas adotadas aqui, no seu país, para transferir uma dívida que não é da população para os ombros da população, que consiste em operações que...

Lembro-me de que vocês e outros apresentadores falaram sobre uma organização criminosa em nível internacional, uma máfia para drenar o sangue do povo, o dinheiro do povo, para alimentar-se dele. Falamos de um sistema que funciona para os poucos e corruptos contra os interesses da maioria, os interesses do povo. Estamos aqui porque estamos preocupados com os muitos, a maioria, o povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui pela segunda vez para dizer a vocês que, se nós tivéssemos sabido, na Grécia, o que tinha acontecido no Brasil três décadas atrás, estaríamos muito mais prontos para lutar contra o que aconteceu conosco depois de 2010. Também estou aqui para dizer que é importante que vocês saibam o que aconteceu na Grécia. O que aconteceu na Grécia, desde 2010, agora está sendo importado para o seu País: o sistema de pegar a dívida dos bancos, a dívida dos interesses e fundos particulares, a dívida desses poucos e corruptos e de transferi-la para os ombros do povo por meio de práticas especulativas e fraudulentas seguidas na Grécia. E agora seguidas no Brasil.

Estou feliz que esta seja a Comissão de Direitos Humanos porque o sistema da dívida é um sistema que funciona contra os direitos humanos. É muito apropriado discutir esse assunto aqui: a questão da dívida nesta Comissão. Porque a dívida tem funcionado...E vou falar no caso da Grécia, mas Maria Lucia falou sobre o Brasil. O sistema da dívida está funcionando contra todos os direitos fundamentais e humanos. As pessoas estão sendo exigidas a pagarem uma dívida e abrindo mão de seus direitos humanos fundamentais.

Nós estamos falando do direito à própria vida. As pessoas estão morrendo para repagar essa dívida. As pessoas estão morrendo por causa da precariedade e também por causa de desespero. Há uma explosão de suicídios na Grécia em razão de medidas de repagamento da dívida.

Estamos falando do direito à habitação. Pessoas estão sem esse direito. Temos procedimentos de confisco de casas, na Grécia, neste momento. É uma medida para repagar a dívida.

Estamos falando do direito ao trabalho. E 70% das mulheres jovens do meu País estão desempregadas.

Estamos falando do direito à educação, de crianças que não podem estudar ou que vão à escola sem livros, sem alimentação, sem professores, que desmaiam nas escolas de fome.

Estamos falando ao direito à previdência social e de todos os fundos da previdência do país que estão sendo desmantelados para pagar pensões aos idosos e aposentados.

Estamos falando do direito à justiça. As pessoas não estão tendo acesso ao sistema de justiça, que é uma despesa extra e absolutamente fora do alcance das pessoas. Também por causa de uma justiça corrupta que serve a oligarquias e a um sistema de corrupção que não ajuda o povo.

Estamos falando de liberdade de expressão. As pessoas não estão tendo acesso à informação real e a mídia está sendo controlada por oligarquias que apoiam o sistema da dívida.

Estamos falando sobre a liberdade de reunião e de pessoas que não estão sendo realmente capazes de se reunirem e de protestarem, sujeitas à repressão.

E sabemos ao que essa repressão pode levar, sabemos o que essa repressão pode causar contra pessoas que se revoltaram contra a autodeterminação na Catalunha.

Estamos falando sobre cortes na educação, corte nas pensões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, e crianças que vivem abaixo da linha da pobreza. Quando falaram da companhia de água e esgoto sendo privatizada no Brasil... Na Grécia também, todas as companhias públicas estão sendo liquidadas. A companhia de eletricidade na Grécia, a companhia de gás na Grécia, a companhia de água, mas também todas as companhias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprestadas ao setor público, como aeroportos, qualquer coisa que sirva ao interesse... E o bem do povo está sendo liquidado para pagar a dívida, uma dívida que não foi criada pelo povo, nem pelo bem do povo.

Durante os últimos sete anos e meio, no meu país, não tem havido leniência para as pessoas que morrem, nenhuma leniência para as pessoas que reclamam seus direitos, pessoas que recebem suas pensões, crianças que reclamam seus direitos, mas tem havido leniência para três categorias. Estou falando de leniência legal, leniência do Parlamento, leniência que fornece imunidade, impunidade e facilidades para continuarem como estão. Essas categorias sujeitas a essa leniência são os donos da mídia, esses que se asseguram de que o sistema da dívida continue; companhias de construção que recebem dinheiro público para construir sua própria infraestrutura à custa do povo. Estamos falando sobre estradas que não são acessíveis ao povo, porque precisam pagar para circular nessas estradas. Essas companhias têm vantagens e ainda assim recebem leniência; e a terceira categoria sujeita à leniência são banqueiros.

Finalmente, o sistema da dívida tem sido muito leniente consigo mesmo. Estamos falando de um sistema que imuniza a si e que provê imunidade àqueles que violaram a legislação e que violaram o interesse público, legislação de proteção.

O que deveria ser feito? O que é importante dizer numa reunião como esta? Eu diria que a coisa mais importante é perceber que estamos enfrentando um inimigo, um inimigo do povo; perceber que, contra esse inimigo, há muitos de nós que estamos prontos para lutar e muitos que estão prontos para servir o sistema.

Também perceber por que estamos falando de um sistema que visa remover os direitos do povo, as necessidades do povo. É o povo que deveria se levantar e reclamar seus direitos.

Eu gostaria de sugerir a esta Comissão uma proposição que eu já apresentei ao Parlamento Europeu: vamos conversar sobre o direito do povo de repudiar dívidas ilegais, o direito dos cidadãos de se recusarem a pagar dívidas ilegais; vamos falar sobre o direito de cada um de nós de se recusar a se sujeitar a medidas destinadas a pagar essas dívidas; e vamos falar sobre os direitos do povo de desobedecer essas medidas; vamos conversar sobre o direito do povo de desobedecer disposições que o fazem pagar dívidas ilegais. Quando se trata dos representantes do povo, vamos conversar sobre proteção desse direito do povo; vamos conversar sobre protegê-los contra as repercussões; e vamos conversar sobre certificarmos de que cada um e todos nós, todos aqueles que desobedecem a dívida ilegal encontrem, nos membros deste Parlamento, defensores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputada Zoe Konstantopoulou. Foi brilhante a sua palestra, com situações muito parecidas com a nossa do Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Michael Roberts, economista...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só uma frasezinha. Posso?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo Ramos, estou com ciúme de você. Vou levá-la ao Rio Grande do Sul para ela fazer esta palestra, porque você a levou ao Rio.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há uma disputa aqui para levá-la para fazer palestras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela, todo o tempo, falando do povo, da luta do povo, que é um crime contra o povo, nós temos de defender o povo... Confesso que me fez sentir uma emoção muito forte a forma e a convicção com que ela defendeu o povo, a humanidade, porque é internacional essa peleia.

Parabéns! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Sr. Michael Roberts.

O SR. MICHAEL ROBERTS (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado pelo convite de falar nesta Comissão sobre a questão da dívida.

Eu sou parte de uma delegação internacional que a Maria Lucia Fattorelli organizou para trazer a experiência de o que está acontecendo em nossos países também internacionalmente na questão da dívida.

Reconhecemos que o Brasil não é uma exceção. É um processo que está ocorrendo em todo mundo e que já ocorreu nos últimos 30 anos. Entretanto, apesar de ser uma ocorrência internacional – eu, por exemplo, trabalhei com essas questões por mais de 30 anos e consegui compilar muitas informações sobre a questão da dívida no setor público.

Primeiro, no gráfico, vocês veem informações do FMI sobre a dívida pública, a relação entre a dívida pública com o PIB, a produção de uma economia e onde o Brasil se encontra em relação aos outros países emergentes como Índia, América Latina, México, África do Sul, o G20, China, Indonésia, Turquia e Rússia. Quem tem o maior débito, a maior dívida é o Brasil.

Vou falar um pouco sobre isso. Como resultado de uma grande dívida, vocês pagam muitos juros. Assim como já foi mencionado por várias pessoas, os juros são altíssimos no Brasil e a dívida também é alta, os interesses custam muito. Para pagar mais dívida você tem de pagar mais juros e tem de pegar emprestado mais dinheiro, criando mais dívida.

Vamos ver aqui a relação entre o custo dos juros em relação ao PIB, em relação às economias emergentes: na América Latina, no G20, o maior custo dos juros está no Brasil. Não um pouco só, mas há uma diferença muito grande em relação ao Brasil, em 2017, de acordo com o FMI. Não é um fato da esquerda, mas vem do FMI, 7% a 8% do PIB só em juros da dívida pública, muito mais do que em outros países.

Também o FMI... As taxas de juros não estão diminuindo, mas estão aumentando e, nas próximas eleições do seu País, de acordo com o FMI, eles geralmente são bem moderados: 9% do seu PIB anual irá pagar a dívida pública, isso sem falar na dívida privada. Isso é um problema do Brasil em particular, mas não é o único do Brasil. E por que isso? É parte do efeito de bola de neve. O FMI chama isso de efeito bola de neve. Não é a única razão dos altos juros. Os juros não estão sendo pagos porque não tem havido renda do setor público para pagar esses juros. Não é suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria dos brasileiros pagam muito imposto. Uma pouca, uma baixa minoria poderia pagar mais juros, mas não estão pagando.

Em 2015, 10% da população pagou mais de 30% de juros de sua renda, 32% pagaram apenas 1%. Não apenas a renda mensal proveniente de salários. Isso também inclui gastos com rendas, essa é uma situação regressiva, terrível para a economia. Os pobres pagam mais do que os ricos todas as vezes que gastam dinheiro porque a renda deles é menor. Os ricos pagam menos impostos em vendas. Isso é uma regressão e é um grande problema no processo brasileiro.

Temos taxas regressivas. As pessoas que ganham o salário mínimo pagam impostos que, se fosse similar a uma pessoa que ganha cinco salários mínimos, a pessoa que ganha um salário mínimo pagará relativamente cinco vezes mais do que uma pessoa que ganha cinco vezes mais. Essa é a situação no Brasil e as receitas oriundas de impostos são paga pelos mais pobres, muito pouco é pago pelos mais ricos no Brasil.

Há muita isenção de impostos para partes da população. Há isenção sobre lucros, isenção para empresas que usam uma fachada para não pagar impostos. Esses dados são públicos e a isenção de impostos, pela maior parte dos brasileiros, é de R$60 bilhões ao ano. Poderíamos pagar o dobro ao Programa Bolsa Família se todos pagassem. E isso é legal. Temos evasão maciça de impostos pelos ricos, temos os fundos *offshore*, todos sabem que os paraísos fiscais no Panamá, a elite tem o seu dinheiro principalmente no Panamá e em outros paraísos fiscais.

Esta semana temos informações sobre paraísos fiscais onde centenas de empresas e indivíduos da elite, que levam seu dinheiro para fora do País sem pagar impostos, de forma ilegal, economistas dos Estados Unidos, 7% a 8% do PIB. Este é o total que está sendo enviado, em que está sendo evitado o pagamento, que está sendo defraudado dos contribuintes.

É um escândalo de ilegalidade e nada é feito. A maior parte dos governos é apoiada por essas pessoas que realizam essa evasão.

Acredito que nos documentos nesses paraísos fiscais, a Rainha da Inglaterra estava colocando dinheiro nesses fundos *offshore* sem saber, mas também os mais ricos do mundo fazem isso, eles levam seu dinheiro para esses paraísos fiscais, o que é um exemplo de patriotismo pela Rainha da Inglaterra. É um direito de o setor privado receber impostos oriundos dessas operações.

Se somarmos tudo isso, a perda de impostos para o Estado brasileiro é de R$600 bilhões; R$600 bilhões que cobririam o Bolsa Família, outros benefícios sociais, como, por exemplo, a educação infantil, as aposentadorias. Essa é a perda dos impostos que poderiam ser utilizados para apoiar esses serviços públicos.

Isso é um escândalo não apenas no Brasil, como também em nível internacional. E todo governo que quer ajudar o povo precisa enfrentar essa situação da evasão fiscal. Eu sou da Inglaterra, nos 70 e 80, tivemos a Margaret Thatcher como Primeira-Ministra, e o setor público, de acordo com ela, estava grande demais, era necessário reduzi-lo. Havia dívidas demais, déficits demais. Ela disse: "Não há outra alternativa de acordo com o governo central." Muitos governos e o seu governo brasileiro dizem que não há alternativa à privatização, à austeridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiscal, deve-se colocar essas empresas públicas em mão privadas. De acordo com outras propostas brasileiras, serão 20 anos de austeridade fiscal e não há outra alternativa.

Mas existe uma alternativa, o dinheiro está aí, se fosse arrecadado e utilizado no interesse do povo. Palavras econômicas são usadas para encobrir esses fatos com a engenharia fiscal, com austeridade. Para vocês que já viram austeridade, isso quer dizer reduzir seus serviços fiscais e aumentar os seus impostos para que os ricos não precisem pagar. Isso significa austeridade. Em termos de pensão, reforma fiscal, medidas para melhorar os benefícios públicos, pensaríamos que as reformas melhorariam as coisas, mas o que acontece é o contrário.

Essa é uma contrarreforma que vai piorar a situação da maioria e vai melhorar a situação de poucos. Foi o que aconteceu na Grécia, na Europa, e que também está acontecendo no Brasil, que representam iniciativas de financiamento privado e público, um sistema que utiliza dinheiro público combinado com fundos privados para a educação, para outros serviços públicos, tirando esses serviços do controle público e os coloca em mãos privadas. Isso está ocorrendo no Brasil. É um escândalo terrível, é o futuro do Brasil, e o Brasil precisa fazer alguma coisa.

Aconteceu a mesma coisa em Porto Rico. Empresas americanas foram a Porto Rico sem pagar impostos. Mudaram o sistema de impostos. Porto Rico empregou duas pessoas do Banco Santander para aumentar a dívida. E aumentou a dívida.O que eles fizeram? Pagaram aos seus amigos do Santander para fazer isso, para ajudar o Santander aumentar a dívida pública no valor de R$70 milhões.

O furacão destruiu o país, o Santander aumentou as contribuições. O Santander ganhou US$1 bilhão. E o governo de Porto Rico estava destruído.

Qual é a resposta daqueles que dizem que não há alternativa? A resposta deles, principalmente na questão de Porto Rico, como se fossem gaviões que querem se apoderar do dinheiro público, exigir que sejam pagos a juros escorchantes, mesmo que isso signifique reduzir o padrão de vida dos porto-riquenhos. Os Estados Unidos mandaram dois mil soldados para Porto Rico para que essas medidas fossem implementadas. Então, vê-se que direitos humanos simples estão em perigo.

Na questão brasileira, há uma causa que apoia os direitos humanos, o bem-estar da população, e muitas constituições não têm isso, mas a Constituição brasileira tem. Se uma dívida será imposto ao povo após uma série de escândalos e esquemas, e o Governo tentar utilizar não apenas a lei, mas também controles e segurança contra o povo que se opõe a isso, então os direitos humanos desse povo estão sendo ameaçados. Porto Rico fez isso, e vamos esperar que no Brasil não ocorra a mesma coisa. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Bom, muito bom!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao professor Michael Roberts pelo retrato fiel que fez deste País. Infelizmente é a realidade. O senhor fez uma análise como os brasileiros que estudam esse País também fazem, e agora a pergunta que todos estão deixando aqui: "O que fazer?"

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... à Fatorelli, posso pedir uma coisa para a Fatorelli?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode, Senador, com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tu me permites...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, imagina!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu pegue essa audiência pública e mande na íntegra para o Presidente da República? (*Palmas.*)

Se ele não sabe o que fazer, ele vai saber agora. Isso porque nós estamos na metade da audiência pública ainda.

Está liberado?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI (*Fora do microfone.*) – Claro. Não só para ele, mas para os ministérios, para os órgãos de controle...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faremos isso.

Presidenta, não faremos?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Faremos sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vamos mandar para os 81 Senadores também e Deputados.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – É isso! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza.

Temos feito isso ultimamente com as audiências públicas: mandado para as autoridades, para ver se se tocam, já que não vêm aqui ouvir.

Passo a palavra agora para a professora Raquel Cardeira Varela, professora universitária, historiadora, por 10 minutos.

A SRª RAQUEL CARDEIRA VARELA – Muito bom dia a todos que estão aqui, Srª Presidente, Sr. Vice-presidente, todos os meus colegas de Mesa e todos que nos ouvem através da TV Senado.

Permitam-me um cumprimento especial a minha querida amiga Maria Lucia Fattorelli. É verdade que trabalhamos em equipe, mas também é verdade que sem ela nós não estaríamos aqui, sem a sua determinação e sem a sua coragem. (*Palmas.*)

E outro cumprimento especial a Zoe Konstantopoulou, porque ela foi, numa União Europeia que enche, sistematicamente, a boca com a palavra "democracia", a pessoa que respeitou o referendo grego perante o colapso moral do Syriza e do seu presidente Tsipras. (*Palmas.*)

Hoje, o grande mecanismo de desvio de recursos públicos para o setor privado está nas parcerias público-privadas, nas subcontratações e nas terceirizações da área da saúde, educação, prestação de serviços do Estado, mas sobretudo na dívida pública, que não é, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fato, pública. O Estado entrega o dinheiro aos bancos. Os bancos emprestam ao Estado, que entrega juros aos bancos. Este é um mecanismo de agiotagem, como aqui alguém chamou – e bem –, é uma organização criminosa que está por trás deste mecanismo.

Não aceitamos o argumento do peso excessivo do Estado-providência. Num estudo que publicamos, quem paga o Estado social em Portugal, cuja cópia eu trouxe aqui, que nunca foi desmentido e que usa dados oficiais da União Europeia e do Estado português; calculamos quanto quem trabalha e vive do salário entrega ao Estado em contribuições e impostos diretos e indiretos e quanto é que recebe desses serviços públicos prestados. Chegamos à conclusão de que os déficits do Estado não podem ser imputados aos gastos sociais, e na maioria dos anos há mesmo um excedente como este gráfico demonstra: em azul, tudo o que os trabalhadores entregam ao Estado; e em vermelho, o déficit do Estado.

É evidente que o mecanismo da dívida pública é um mecanismo da associação política e um problema político entre empresas, bancos e governantes, e não pode ser alocado ao Estado de bem-estar social.

Não nos surpreenderam os resultados, estando Portugal, nesse campo, a par de outros países da OCDE, onde já foram realizados estudos semelhantes, como o do economista norte-americano Anwar Shaikh. E notem que nesse estudo nós fazemos apenas uma avaliação quantitativa, e não qualitativa. Se nós calcularmos qual a qualidade da saúde e da educação e dos transportes que são hoje prestados, nós chegaremos a dados muito mais gravosos, mostrando que quem está em dívida para com a população são os Estados, e não vice-versa.

Acrescenta-se nas nossas conclusões que em Portugal o rendimento dos trabalhadores corresponde a sensivelmente 50% do PIB, já a massa de impostos que pagam corresponde a 75%. Significa que os paraísos fiscais de empresários e governantes são o inferno de quem trabalha. Significa que, antes das prestações sociais assistencialistas, Portugal tem oficialmente, segundo um padrão da ONU – que é um padrão muito baixo de pobreza, que nós não devemos aceitar, é um padrão de um ou dois dólares por dia e, para nós, pobre não é isso; pobre no século XXI é uma criança que não aprende música, pobre no século XXI é um cidadão que não fala bem a sua língua. (*Palmas*.)

Mas, segundo essa metodologia rebaixada das Nações Unidas, Portugal tem 47% de pobres e, depois das transferências sociais fiscalizadas, 18%. Vocês compreendem que eu sou a favor de que nós, obviamente, devemos auxiliar quem precisa porque não tem – porque passa fome ou porque não tem. Mas quero dizer aqui, recordar que isso não é uma forma de gerir a sociedade. Não é distribuindo migalhas aos miseráveis. Gere-se uma sociedade com emprego digno e salários dignos para todos, porque é indigno estar sempre a se estender a mão ao Estado e a pedir dinheiro para comer, ou para a renda, ou para a renda social, ou para a eletricidade. O trabalho que existe no mundo deve ser dividido por todos, e o desemprego não pode continuar a atuar como o regulador do salário no capitalismo, que é aquilo que atormenta quem está a trabalhar, aceitando permanentemente rebaixar as suas condições.

O trabalho para quem tem saúde, não é idoso e não é criança é um dever e é também um direito. O pleno emprego é naturalmente um desígnio civilizacional, e uma sociedade eficiente não vive de rendimentos mínimos nem bolsas famílias, mas vive da distribuição do salário para todos, e de um salário digno, para todos serem remunerados pelo seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um governo de um país não tem legitimidade para apresentar uma dívida, uma fatura para pagar, sem explicar por que a contraiu, como a contraiu e em benefício de quem a contraiu. Mas hoje sabemos que é possível auditar as dívidas, é possível ter um escrutínio de quem contraiu e em benefício de quem. Quem tem medo de fazer auditoria à dívida? Quem tem medo de apresentar a conta? Se nós formos ali a um restaurante à hora do almoço consumimos o que achamos que custa R$50, R$60, aparece-nos uma conta de R$1.000, nós vamos pagar? Não. Por isso, nós defendemos a suspensão unilateral do pagamento da dívida pública e a realização imediata de uma auditoria integral, e, a partir daí, tiraremos conclusões para a sociedade. Vai ser fácil? Não. (*Palmas.*)

Vai ser fácil? Não, não há soluções fáceis. A pior que vivemos até aqui foi a solução mais fácil: imprimir dinheiro; imprimir, primeiro, dólares nos Estados Unidos; expulsaram a inflação para a União Europeia. Os países centrais da União Europeia expulsaram para o sul da Europa e todos, no seu conjunto, expulsam para o sul global. Essa não é a solução. Essa é a solução do mundo absolutamente miserável, onde nós vivemos a situação infame de 62 pessoas terem riqueza equivalente de metade das pessoas do mundo.

Não queremos essa estabilidade social, em que 62 pessoas têm o rendimento equivalente à metade da humanidade. Nós não queremos uma estabilidade social em que milhares de pessoas procuram no lixo uma forma de alimentação, como demonstrou a Maria Lúcia na sua intervenção inicial.

Fizemos também outros dois estudos em Portugal: o da sustentabilidade da Seguridade Social, chegando à conclusão de que obviamente não há nenhum problema demográfico e, se não há um problema demográfico, em Portugal, muito menos existirá no Brasil, onde a pirâmide etária é muito mais jovem, porque a produtividade do trabalho tem aumentado extraordinariamente com a introdução de novas tecnologias.

Ou seja, hoje, menos jovens sustentam muito mais idosos no seu direito a envelhecer com dignidade. O aumento da esperança média de vida, que tem sido apresentado por esses governos todos como uma tragédia, é uma extraordinária bonança civilizacional que a produtividade cobre.

Portanto, a sustentabilidade da Seguridade Social não é um problema. Em Portugal, dá-se ainda o caso escandaloso de que uma parte da segurança social foi alocada à própria dívida pública. Vejam bem: uma dívida pública que é considerada lixo a nível internacional é nela que os governantes investem parte que é titularizada da seguridade social dos trabalhadores portugueses.

Outro estudo que fizemos foi sobre o Serviço Nacional de Saúde. Como você disse, com muito orgulho, porque o Brasil, infelizmente, um País que eu amo, com muitas pessoas que eu amo, não se pode orgulhar de ter um Serviço Nacional de Saúde. Em Portugal, nós chegamos a ter o sétimo melhor Serviço Nacional de Saúde, que foi conquistado durante a Revolução dos Cravos, em 1974/1975, com comitês de gestão democrática que nacionalizaram e planificaram uma saúde para todos.

Significa que, em Portugal, há dez anos, o filho do mais miserável e o filho do Primeiro Ministro iam exatamente ao mesmo hospital, um dos melhores hospitais do mundo. Nós temos um orgulho profundo nisso. E isso foi posto em causa com o Plano de Resgate, que, obviamente, é um plano, é uma corda ao pescoço da *troika*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, hoje, não temos o sétimo melhor serviço de saúde no mundo. Nós temos os médicos e os enfermeiros a pagarem com exaustão e baixos salários; nós temos uma diminuição substancial dos cuidados de saúde prestados. E, no estudo nacional que apresentamos sobre os cálculos da saúde, chegamos à conclusão de que a contratação de serviços externos aumentou no período pós-*troika* e o custo final do serviço prestado aumentou também. Portanto, o trabalho não é um custo, mas o lucro, cada vez mais, é um custo.

Passa-se que, hoje, em Portugal, nós pagamos, em juros da dívida pública, praticamente o mesmo €7,7 bilhões anuais, praticamente o mesmo que todo o Serviço Nacional de Saúde de um povo. E eu pergunto: que legitimidade há para que se pague em juros – juros! –, uma coisa que na Idade Média era considerada ilegítima: viver de juros... Que legitimidade há para se pagar em juros o mesmo que se gasta a curar dez milhões de cidadãos?

O dogma neoliberal é um dogma, porque assume a economia como uma ciência a-histórica, técnica. Ou seja, o homem não seria artífice da sua própria história. Ou não há alternativa ao que o Michael Roberts falou aqui.

Mas nós sabemos que a sociedade é feita de escolhas na forma como produz e reproduz.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RAQUEL CARDEIRA VARELA – A palavra economia quer dizer exatamente regras da casa. E nós temos que definir as nossas regras da casa. E temos que compreender que não vamos salvar toda a gente. Quando nós decidimos salvar os trabalhadores, os banqueiros vão perder. E não é possível pensarmos numa solução social que agrade a todos, porque isso não vai acontecer.

Para que haja um mundo minimamente justo, há pessoas que têm o que não é seu. E isso não é solucionável com soluções que servem, como se dizia na antiga Grécia, a dois amos. Não se pode servir a dois amos e pensar que, sem uma posição de força, como é a suspensão unilateral da dívida pública, nós teremos alguma solução. Nós celebramos hoje, precisamente – não sei se foi por coincidência –, os Cem Anos da Revolução Russa, que é o primeiro país a suspender o pagamento da sua dívida externa, nomeadamente a dívida contraída para a Primeira Guerra Mundial; portanto, uma dívida totalmente ilegal e odiosa.

Eu não reivindico, de modo nenhum, o que aconteceu na Rússia na era pós-Stalin porque, para mim, socialismo é igualdade e liberdade de forma indissociável. Portanto, a degeneração da Revolução Russa, a partir dos anos 30, não faz parte daquilo que eu reivindico como futuro para a humanidade. Mas os primeiros anos da Revolução Russa, sim. Na Revolução Russa, substituiu-se a palavra czar pela palavra Conselho Democrático. Ousaram os mais pobres, os de baixo, substituir um sistema brutal que impõe a dominação por um sistema que continha em si sementes profundas de emancipação.

Dizem que também continha as sementes da ditadura. Bom, eu respondo como historiadora que sementes há em todo o lado. Em cada um de nós há sementes de tudo. Passa-se é que nós temos que fazer escolhas sociais. Nós escolhemos estar aqui hoje. (*Palmas.*)

Podíamos ter escolhido estar do outro lado da barricada, sentados a receber dinheiro a partir do suor e sangue da população mundial trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na história, todos os caminhos são possíveis: do heroísmo dos brigadistas na Espanha de 36 ao terror nazi. A coragem e a barbárie convivem lado a lado.

Hoje, uma sociedade igualitária é tão possível como uma regressão social histórica. O exemplo da Islândia é inexplicavelmente esquecido. (*Palmas*.)

A Islândia suspendeu o pagamento parcial da dívida até hoje. Tem trezentos mil habitantes e, por isso, não conta? É claro que conta! Se tivesse dez milhões ou duzentos milhões, não teria muito mais força?

(*Soa a campainha*.)

A SRª RAQUEL CARDEIRA VARELA – Não é essa a pergunta que nós temos que fazer? Se não fosse um pequeno país de trezentos mil a suspender a dívida pública e fosse um país, como o Brasil, de duzentos milhões, o que aconteceria no mundo? O Brasil seria o quê? Não seria um exemplo para a maioria da população mundial? Uma população que tem a coragem... (*Palmas*.) ... de por fim a esse esquema infame?

O isolamento dos países é uma tragédia. Mas a questão é que alguém tem que dar o pontapé de saída. Nós, por exemplo, em Portugal, demos em 1974, pondo fim à mais longa ditadura na história da Europa: 48 anos de ditadura salazarista. Por que não dizemos: "Agora, acabou! Queremos os nossos recursos coletivos". O recurso coletivo não é casa individual de cada um, que, aliás, está a ser perdida por causa desse esquema de dívida para grande parte dos trabalhadores que estão a entregar as suas casas.

Quando falamos de recursos coletivos, falamos de investimento.

(*Soa a campainha*.)

A SRª RAQUEL CARDEIRA VARELA – Os bancos têm que ser públicos e têm que ser a concentração da riqueza na sociedade para investir na sociedade, e não uma sociedade de especuladores.

As empresas estratégicas. Como é que um país inteiro está nas mãos de acionistas privados? Como é possível isso ser aceito por nós?

Eu queria terminar citando uma frase que acho muito bonita e que todos vocês conhecem do filme As Vinhas da Ira, porque As Vinhas da Ira nos remete à crise de 1929.

Tom Joad era um pequeno agricultor – o romance é de John Steinbeck, e o filme é de John Ford – que, pela agiotagem bancária, é expulso – ele e sua família – de Oklahoma para a Califórnia, aonde vão à procura de trabalho. Para que o trabalho de Tom Joad seja valorizado, eles têm que contratar mais trabalhadores do que aqueles que efetivamente podem trabalhar para garantir que, à porta das plantações, há uma remessa de trabalhadores sem nada para viver e que são obrigados a disputar com os outros trabalhadores a força de trabalho.

Quero lhes dizer que o pleno emprego não incluiu que a estagnação é falta de inovação. Isso é uma mentira enorme! O pleno emprego é a garantia de inovação. Pelo contrário, o medo de perder o emprego é o retrocesso civilizacional de uma sociedade, porque as pessoas, com medo de perder o emprego, fazem canalhices no emprego, mentem, não inovam e não têm coragem de propor novas medidas inovadoras e científicas. Pelo contrário, as sociedades de pleno emprego são sociedades – onde há liberdade, obviamente – que geram mais inovação e mais desenvolvimento científico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desemprego... Há duas formas, no modo de produção capitalista, de controlar o preço da força de trabalho: ou com ditaduras, proibições de sindicatos e partidos políticos; ou com muito desemprego. Portanto, o desemprego deixa as pessoas num estado de vulnerabilidade insuportável – as que estão desempregadas –, e as que estão empregadas estão permanentemente ameaçadas. Nós não podemos tolerar um único desempregado, porque isso é imobilização de capacidade produtiva; isso é a destruição dos nossos países.

Tom Joad vai, a princípio, sem saber furar a greve dos outros que estavam a lutar por melhores salários. Ao longo do filme, ele vai compreendendo que é preciso se organizar, lutar, que não se pode furar greves. No fundo, é isto: é preciso ser organizar politicamente, porque essa é chave de toda a resposta.

O filme termina com esta frase, que eu vou ler, quando ele vai embora e se despede da mãe:

> Andarei por aí no escuro. Estarei em toda a parte. Para onde quer que olhem. Onde houver uma luta para que os famintos possam comer, estarei lá. Onde houver um polícia a espancar uma pessoa, estarei lá. Estarei nos gritos das pessoas que enlouquecem. Estarei nos risos das crianças quando têm fome e as chamam para jantar. E, quando as pessoas comerem aquilo que cultivam e viverem nas casas que constroem, também lá estarei.

É aí que nós temos que estar.

Obrigada (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Permita-me, Presidente.

Posso copiar esse encerramento? Vou levá-lo para a tribuna, às 14h. Achei lindo, lindo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza. Já imaginava que você ia fazer isso. (*Risos.*)

Aliás, todos nós e todas nós devemos copiar.

Eu quero agradecer à Profª Raquel Cardeira por compartilhar conosco a realidade de Portugal e por nos instigar a tantas reflexões.

Quero passar a palavra ao Prof. Hugo Arias Palácios, que é membro do Comitê da Auditoria da Dívida Pública do Equador.

Mas eu gostaria só de anunciar – Professor, permita-me – a presença aqui também de pessoas de outros países que não tiveram a oportunidade de falar, mas que a gente precisa registrar para demonstrar o interesse que esse tema está despertando no mundo.

Estão conosco – não sei se eu vou compreender a sua letra: Sergio Alerovic, da Argentina. (*Palmas.*)

Bem-vindo!

Ramiro Chimuris, do Uruguai. (*Palmas.*)

Bem-vindo!

Carlos Benavente, da Nicarágua. (*Palmas.*)

Ismael Zepeda, de Honduras. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falei correto?

Adrián Falco, da Argentina. (*Palmas.*)

Nós temos três da Colômbia – vou ler o nome dos três: Camila Galindo, William Gaviria – é isso? – e John Freddy. (*Palmas.*)

E, ainda, Carlos Arana, do Peru. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos e bem-vindas!

E Diamantis, da Grécia. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Prof. Hugo Arias Palácios, membro do Comitê da Auditoria da Dívida Pública do Equador.

O SR. HUGO ARIAS PALÁCIOS (*Tradução simultânea.*) – Bom-dia a todos, aos membros da Mesa, ao Sr. Presidente da Mesa e a toda a nossa equipe.

Eu gostaria de, primeiro, agradecer à nossa amiga e colega Maria Lúcia Fattorelli para convite para estar aqui nesta audiência. Eu acredito que esta audiência é de suma importância tanto para o Brasil como para a América Latina e é especialmente importante para o país do Equador. Nós, no Equador, estamos passando por uma situação muito complexa.

Eu tenho poucos minutos para falar e eu não preparei um PowerPoint para trazer e compartilhar com vocês.

Eu acho importante lembrarmos que nós vivemos dentro de um sistema capitalista em que a única coisa que importa são os direitos das empresas, dos capitalistas, mas não os direitos do povo. Nós vivemos sob um sistema em que a prioridade final é o lucro, a acumulação de riquezas, um sistema que é dirigido e controlado por grandes corporações. O poder econômico e político dessas corporações é tão grande que tem colocado os Estados e as instituições financeiras internacionais, como o FMI e a OMC, a serviço apenas de seus interesses.

Os mecanismos de acúmulo são os mesmos de sempre. A exploração e a superexploração do trabalho, da mão de obra, dos recursos naturais do Norte ao Sul.

O domínio e a expansão mundial do comércio, o investimento estrangeiro direto e o controle da ciência e tecnologia, a especulação financeira e o endividamento público, o nosso assunto aqui hoje de manhã, e os fluxos ilícitos de capital, sempre com o fim de endividamento no Equador da América Latina, têm sido o sequestro de seus Estados e instituições, o roubo de seus recursos e não permitir que o povo acesse os seus direitos, o desenvolvimento humano e uma plena qualidade de vida.

Durante a auditoria, o Equador aprovou uma Constituição humanista que foi exemplar para o Equador, como país, assim como para o mundo. O mandato dessa Constituição aprovada no Equador é garantir que o povo goze efetivamente de todos os direitos humanos – esse é terceiro artigo da nossa Constituição –, especialmente os direitos prioritários e básicos, como a educação, a saúde, a alimentação, seguro social, previdência social, acesso à água e ao meio ambiente.

A pergunta que nos resta é se o Estado tem, de fato, recursos suficientes para garantir efetivamente que a população goze desses direitos humanos básicos, e, assim, nós esbarramos com a questão do orçamento.

Ontem, hoje, atualmente, o orçamento está sendo constantemente saqueado, porque o nosso orçamento público, primeiro, tem base em um sistema tributário regressivo, em que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pobres pagam mais do que os ricos. No caso equatoriano, há pouca pressão tributária, apenas 14% do PIB, e isso não constitui recursos suficientes para a tarefa que o Estado tem que cumprir. Mas a evasão tributária é um grande problema. No caso equatoriano, nós calculamos mais ou menos 40% de evasão tributária, e os grandes bancos e as grandes empresas transnacionais são responsáveis por essa evasão e pelo dinheiro que é depositado nos paraísos fiscais.

Isso é tão grande quanto o problema de endividamento e maior do que a corrupção. Nós perdemos mais dinheiro para a evasão tributária do que com a corrupção em si.

E, depois, vem a temática do endividamento. O Equador sempre foi encarado do ponto de vista da dívida, sempre foi saqueado, isso faz parte da história do país. Eu digo que o endividamento externo é gêmeo da questão dos paraísos fiscais e da evasão tributária.

E, por último, a ineficiência da gestão financeira.

Esse orçamento que é saqueado tem sido saqueado durante toda a história do país. O Equador tem passado por três séculos de endividamento externo desde o começo, desde a independência do Equador, quando o Equador teve que pagar uma dívida impagável. Essa dívida era impagável porque era uma dívida atrelada à independência.

O nosso líder, Eloy Alfaro, dizia que essa dívida foi praticamente fruto da corrupção de todos os governos desde então, a corrupção ilimitada.

Nós passamos, então, pelo segundo período de dívida dessas três décadas perdidas – anos 70, 80 e 90 –, quando o nosso país teve um crescimento zero e tivemos o problema da pobreza extrema, tanto nas cidades como no campo.

Os níveis de saúde e educação estavam baixíssimos, enquanto todo o dinheiro que era gerado pela venda de petróleo no país era canalizado para o pagamento da dívida. A nossa dívida subiu para 16 bilhões em três décadas, o que quer dizer que, durante esse período, a dívida cresceu em 80 vezes, se multiplicou 80 vezes, e pagamos mais.

Desde os anos 70, o credor dominante da dívida pública no Equador eram os bancos privados, os petroleiros, os petroleiros, o Fundo Monetário, considerando que o Equador era um país de renda média e foram eles que nos roubaram. Os bancos privados foram os responsáveis por esse saqueamento que aconteceu nessas três décadas.

O Equador pagou uma quantidade muito maior do que essa dívida de 81 bilhões. De acordo com os dados sobre o orçamento, o pagamento do serviço da dívida absorveu 75% do rendimento total. Não houve nenhum investimento em infraestrutura, saúde e educação, tudo era direcionado à dívida externa. Isso é o princípio do que a nossa companheira Maria Lúcia nos ensinou aqui.

A desnutrição crônica afetava 70% das crianças no campo durante essas três décadas de dívida. A anemia afetava 50% das crianças menores de um ano e 40% das mães grávidas. A educação média no campo era de apenas quatro anos. Eu estou falando de dados de 10 a 15 anos atrás. O rendimento médio em matemática era de 8% na maioria das escolas. Essa foi a situação até o ano 2000, quando o Papa convocou uma luta contra a dívida; e, no ano 2000, o Equador criou o seu jubileu e nós nos associamos a todos os movimentos que lutavam contra a dívida. Existiam muitos movimentos, um deles era a Auditoria Cidadã da Dívida. Começamos a auditar a dívida e o Estado começou a ter vários benefícios decorrentes desse processo. Essa auditoria foi histórica no Equador, porque nós vimos a redução a apenas 10% do PIB em 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses são os dados. Então, a dívida comercial foi reduzida em 90%, e isso foi feito por um governo revolucionário, um governo que, nos primeiros quatro anos, fez obras de desenvolvimento social incríveis. Surgiu, nasceu a esperança no Equador nesses primeiros quatro anos de governo.

Infelizmente, todos esses trunfos, toda essa esperança acabaram sendo avassalados a partir do ano de 2012, porque o Equador começou a se endividar outra vez e da forma mais agressiva em toda a sua história.

Como Maria Lúcia disse, quando se parou de analisar a dívida de Equador, que era de 7 bilhões, essa dívida aumentou incrivelmente. Quando se estava olhando a situação, a dívida interna, desde então, subiu a 15 bilhões. Nós nunca passamos disso na história, mas agora temos 15 bilhões, e o principal credor é a previdência social, que está sendo remunerada com juros baixíssimos.

E contra isso, a dívida externa também já aumentou em 50% e tem uma média de 19,5% e taxas de juros que, no Peru e no Chile, têm um bônus de 4% de juros. Vinte e cinco por cento da dívida externa está em crédito chinês, também com uma taxa de juros elevada, de 18,5%.

Nesse processo, nós também vimos o endividamento perante a venda de petróleo à China. E esses preços, o preço de US$4 por barril, isso foi na época das vacas gordas, quando o país tinha problemas e demandas para crédito externo. O país recebeu, nesse período de 10 anos, US$95 bilhões. Essa é uma quantidade enorme se olharmos o tamanho do país, o Equador, com 250 bilhões de orçamento. Apesar disso, nesse período de vacas gordas, nós nos endividamos como nunca fizemos antes na história e estamos enfrentando um problema enorme, possivelmente que não tem solução.

Eu vim até aqui para dizer à Maria Lúcia que nós precisamos urgentemente fazer uma nova auditoria da nossa dívida pública.

E eu gostaria de agregar o fator da corrupção. Corrupção não é a má conduta dos recursos financeiros; corrupção é um sistema instaurado, um sistema que está presente em todos os níveis da administração pública. A corrupção rouba os pequenos e rouba os grandes. É lógico que isso acontece em proporções diferentes, mas esse esquema de corrupção está matando o nosso país. Como vocês muito bem sabem, esse esquema de corrupção envolve altas autoridades, vice-presidentes, dirigentes de todos os esquemas de corrupção. E não podemos descontar a classe média e o setor público, que também pode ser corrupto.

Eu analisei apenas 22 casos entre centenas de casos. Eu vi que, nesses 22 casos, foram investidos US$12 bilhões em obras públicas. Desses US$12 bilhões, US$6 bilhões foram comidos pela corrupção. Essa é a triste realidade do Equador.

Eu vim compartilhar a nossa realidade com vocês e eu vim pedir o apoio de vocês. Nós precisamos primeiro ir à rua e precisamos descobrir qual é o problema, pressionar para que possamos fazer outra auditoria. Nós temos outro presidente, que esperamos que tenha espaço para essas novas propostas.

Muito obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado ao Prof. Hugo Arias Palácios, que apresentou um quadro semelhante ao nosso e com esperança em 2018. Pelo menos nós estamos, simbolicamente, esperando, em 2018, eleger – desculpem a expressão que eu vou usar – um Congresso decente e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente decente. Porque, hoje, no Brasil, é uma indecência total, muito semelhante a tudo o que ele falou aqui.

Mas vamos em frente.

Sr. Antônio Gomes de Vasconcelos, Professor Titular da Faculdade de Direito da UFMG. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO GOMES DE VASCONCELOS – Senador Paim, Senadora Regina, boa tarde.

Boa tarde, Maria Lúcia. Em seu nome, eu cumprimento a todos os participantes desta tarde de debates.

Eu queria responder publicamente à pergunta do meu amigo Gilson Reis: "Professor, por que você está aqui? Por que a Maria Lúcia te convidou?" Talvez ele pensou: "Não é da sua área." Porque a minha experiência é de magistrado do trabalho e de professor pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Deputado que abriu aqui a nossa conversa referiu-se ao fundamento da República na Constituição: soberania. E, Senador, quando eu vou, nas minhas aulas de Direito Constitucional, ensinar isso aos meus pós-graduandos, doutorandos e mestrandos, primeiro me perguntam: "Nós estamos no século XVII, professor? Por que a Constituição é mera folha de papel, como quis dizer La Salle?" E, ao mesmo tempo, eu noto um desencanto: "Professor, isto é uma poesia?" A Constituição, esta Constituição, Senador, que o senhor ajudou a construir, a nossa melhor Constituição da nossa história. Eu quase não tinha respostas.

Encontrando também as preocupações da Auditoria Cidadã da Dívida e a Maria Lúcia, achamos que há uma saída. Primeiro, a universidade pública brasileira tem um compromisso com a construção do projeto de sociedade, da sociedade brasileira, que está na Constituição Federal. (*Palmas.*)

Portanto, os projetos de pesquisa, pelo menos de uma universidade pública, não podem deixar de abordar, de se aprofundar nessa questão. E é por isso, Senador, que nós temos lá um grupo de pesquisa, de juristas pesquisadores, que estamos abordando, sob o ponto de vista constitucional, todo esse fenômeno que estamos aqui debatendo.

De fato, o vereador tinha razão: eu não conheço nada da dívida pública, não é a minha área; porém, nós achamos que nós, que somos da área do Direito Social, se nós ficarmos apenas invocando a Constituição e brigando – "Queremos os direitos sociais! É um retrocesso social!" – e não entendermos por que isso está acontecendo, nós vamos perder o discurso e o debate.

De fato, o Vereador tinha razão. Eu não conheço nada da dívida pública, não é a minha área, porém nós achamos que nós, que somos da área do Direito Social, se ficarmos apenas invocando a Constituição e brigando – "Queremos os direitos sociais, é um retrocesso social." – e não entendermos por que isso está acontecendo, nós vamos perder o discurso e o debate. Nós precisamos de uma pesquisa, de um estudo e de um discurso interdisciplinar urgentemente em todos os lugares onde se pesquisam os problemas do País. (*Palmas.*)

Essa é a nossa perspectiva.

Por isso, meu amigo Gilson Reis, a razão pela qual estou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, falou-se aqui da engenharia financeira. A minha modesta reflexão diz respeito à engenharia jurídica que está sendo feita para neutralizar o sistema constitucional e normativo, que regula as finanças, a aplicação e o orçamento das finanças públicas.

Queria registrar que os técnicos do próprio FMI, que deu receituário para isso tudo que está acontecendo no mundo agora, recentemente, na revista *Development & Finance*, acabaram de reaconselhar os países do mundo: "Olha, os senhores exageram na dose. Tudo isso que os senhores estão fazendo está gerando uma profunda desigualdade e miséria no mundo. Não façam isso!"

Quem quiser ver, está lá na revista de julho, salvo engano, de 2016, do próprio FMI, seus técnicos. A sensação que eu tenho é a de que o Brasil e os nossos estão chegando atrasados a tudo aquilo que já foi desautorizado pela experiência internacional.

Queria registrar também que, neste debate, a impressão que eu tenho é que a primeira pergunta que precisamos fazer em quem discursa é: com que enfoque, você está analisando? Se as premissas forem as de mercado, nós vamos colonizar o Direito Público, as finanças públicas em favor dessa causa. Se nós analisarmos sob a ótica da Administração Pública, o que nós constatamos é isso que já foi dito aqui: a regulamentação das finanças públicas destina-se a implementar mecanismos que evidenciem a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, o planejamento e o equilíbrio das contas públicas, a aplicação dos recursos públicos de modo coerente com os objetivos constitucionais do Estado brasileiro, a preservação da integridade dos recursos públicos, além dos princípios instrumentais da universalidade do orçamento, do controle, da publicidade, da eficiência, da transparência das atividades financeiras, inclusive em relação a empresas públicas.

É inegável que, recentemente, a Lei da Responsabilidade Fiscal foi um passo decisivo nesse sentido, porém o que nós estamos vendo é que é a desconstrução dos princípios do sistema de proteção das finanças públicas, pela ingerência de conceitos privados e particulares na ciência da Administração Pública.

Eu não tenho muito tempo, mas eu vou dar um exemplo da engenharia jurídica que está sendo feita, inclusive no Projeto nº 204, que está tramitando no Congresso.

Por exemplo – e aqui invoco o técnico do TCU, que nos antecedeu brilhantemente e fez a exposição –, sobre o conceito de operação de crédito está sendo preciso – e isso está no regulamento – dizer que direito creditício é um ser independente do crédito que o gera.

Isso é ontologicamente impossível! Vou dar um exemplo: é a mesma coisa de pegar uma moeda e dizer: a face é uma moeda; e o anverso é outra coisa. Eu posso tirar o anverso, entregar para outra pessoa; e pegar o verso e entregar para outra pessoa. É esse sofisma linguístico que está no texto. Nós, do Direito, trabalhamos com textos; e textos, os senhores conhecem como são! Então, essa é a primeira engenharia. A sensação que se tem quanto a isso é a de que – perdoem-me a grosseria da comparação – aquele animal de quatro patas não é um quadrúpede. É o que está aqui em determinados institutos jurídicos neste projeto.

Então, é uma estranha alteração do conceito de operação de crédito. É impossível distinguir o direito creditício do crédito. Para quem acredita na eternidade, é a mesma coisa que dizer que, quando o corpo morre, o corpo fica, e a alma vai embora.

É a mesma coisa aqui: separa-se o crédito. Então, estão-se transferindo o crédito e o também o direito creditício. Por isso, é falsa a afirmação de que há cessão definitiva. Tanto não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é assim, que, se o crédito é inadimplido, ele retorna para o ente federado proceder à execução. Então, não há transferência definitiva para justificar esse conceito, e está na fundamentação que sustenta isso tudo.

A expressão "onerosamente" já foi denunciada nos estudos antecedentes. "Onerosa", o que é isso? É a abdicação de juros, multas, arcando com pesados ônus de sustentação de uma entidade, de uma estatal não dependente, que, pelo próprio nome de "não dependente" é contraditório que os custos à sua operacionalidade sejam devolvidos pelo Estado, para o ente federado. Então, esse termo "oneroso", também foi dito aqui, oculta, maquia algo que não pode ser dito publicamente.

De duas, uma: ou o ente federado seria ainda mais agravado, e de modo irreparável em seu prejuízo, por não poder mais executar o título creditício – se a alma se separasse do corpo –, ou a propriedade do crédito não foi devidamente decidida; apenas foi dada em garantia de liquidez do título representativo da securitização contratada.

Portanto, tem razão, a meu ver, a Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Dá-se garantia, e não se aliena o direito de crédito. Tanto é assim, que é muito peculiar, percuciente essa investigação, porque se descobriu que se dá um montante em garantia muitas vezes maior do que o valor do título posto em mercado.

O que significa isso? Não há uma relação específica entre o título cedido e o título produzido e vendido no mercado. Quando ele é inadimplido, outro entra no seu lugar imediatamente. Logo, não se alienou nada definitivamente. Os riscos e os ônus ficam com o ente público; o bônus fica como investidor. Esse talvez seja o artifício mais cruel com as finanças públicas nesses termos.

Tudo isso já foi dito amplamente aqui, está frontalmente vedado na Constituição Federal, na lei, nas regras e normas gerais de finanças públicas de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, nas leis orçamentárias a que todo ente federado está obrigado pela Constituição a elaborar, tanto o Plano Plurianual como a Lei Orçamentária Anual e como o Orçamento anual.

Eu vou indo até onde der o desmascaramento, vamos dizer, dessas questões conceituais aqui. Quando der o sinal, eu paro.

Eu investiguei e, na minha preliminar investigação, achei 15 questões jurídicas problemáticas nessa forma de regulamentar e que está sendo concebida nesse sistema de securitização da dívida pública. Por exemplo: não haveria compromisso real, isto é, assegurar a liquidez dos títulos creditícios. Não há expresso, mas nos fatos já está demonstrado, porque o investidor não corre nenhum risco: se um título for inadimplido, outro vem no lugar.

Eu li, nos levantamentos aqui da Dívida Cidadã, que, em Belo Horizonte, foram dados R$880 milhões em garantia, e o crédito era R$230 milhões; quase R$600 milhões ficaram ali, na berlinda, esperando; o que for inadimplido entra no lugar. Então, isso é assumir compromisso de garantia, não há outro termo e, no entanto, o projeto diz que não é nada disso.

Eu vou pular lá para o projeto. Se o Senador ainda me permite, eu vou fazer um breve comentário sobre o projeto.

Não é acertada a afirmação constante da exposição de motivos do PL 204, de 2017, no sentido de que se adotam normas claras acerca da securitização de dívida pública – não tem clareza alguma, os senhores viram –, de que não há nenhuma obrigação da União em relação aos créditos que serão cedidos – as obrigações estão aqui –, de que a securitização não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constitui dívida para o ente federado – já foi dito amplamente aqui – e de que a regulação, tal como proposta, não configura conceito de operação. Eu não posso sustentar nenhuma dessas assertivas diante do que ouvimos aqui e diante de uma análise mais detida.

O Projeto 204, nos termos propostos, comporta inconstitucionalidades insuperáveis e confronta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se aprovado, pode haver, de antemão, a instauração no sistema financeiro público, o que Pinto Ferreira, citado na obra do constitucionalista Kildare Gonçalves Carvalho, designou por anarquia financeira, quando analisou o caso das autarquias e sociedades de economia mista que, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, tinham os seus déficits cobertos à margem da lei orçamentária. É a isso que nós estamos retornando, Senadores; nós estamos retornando a esse sistema.

Então, tudo isso, a meu ver, remete às premissas adotadas pelo projeto de lei para o campo da inconstitucionalidade.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar muito o professor titular da Faculdade de Direito da UFMG, Prof. Antônio Gomes de Vasconcelos.

O SR. ANTÔNIO GOMES DE VASCONCELOS (*Fora do microfone.*) – Senador, eu não sou titular...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, com esse pronunciamento, já virou titular, o problema é chegar lá e explicar: "Mas culpado foi o Senador, o Senador que disse lá que eu sou o titular."

Eu vou repetir: Antônio Gomes de Vasconcelos – sem erro, agora –, professor titular da Faculdade de Direito por seu pronunciamento. Sem erro, agora. (*Palmas.*)

Parabéns, professor, mas parabéns mesmo pelo que mostrou.

A gente aqui, na Comissão de Direitos Humanos, entra, claro, muito, muito no social. Por isso, emociona-nos muito quando alguns falam do crime contra o povo, que estão fazendo no Brasil e em outros países, mas, com certeza, nós temos que ir além disso e aprofundar mais essa questão, vendo o que está por trás disso tudo.

Eu, hoje à noite, faço a abertura de um fórum intersindical aqui, em Brasília, que reúne centrais e confederações, e vou tentar refletir um pouco de tudo que eu aprendi aqui com vocês. Tenho certeza de que vou ser aplaudido lá. Vou ser aplaudido ou não, quero ver uma manifestação de vocês. Se eu repetir o que eu ouvi aqui lá, eu vou ser aplaudido? Vamos ver o que o plenário vai dizer. (*Palmas.*)

Vou ser aplaudido, viu? Vou ser aplaudido, mas levarei mesmo com muita convicção o que eu ouvi aqui.

Combinamos que vocês têm o horário do almoço previsto para as 13h. Faltam dez minutos. Combinamos da seguinte forma: não daria para o plenário interagir como gostaríamos.

Falei com a Fattorelli, e ela me disse que amanhã vocês têm a continuação do seminário, com temas como: o sistema da dívida na Europa e na América Latina e o aprofundamento do processo das finanças mundial – eu estou lendo tudo aqui; o esquema financeiro fraudulento e a criação de estatais não dependentes para securitizar créditos; estudos de caso: PBH Ativos S.A., alvo de importante CPI, já comentada aqui, da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

abordagem jurídica com foco na análise de novos mecanismos financeiros geradores de dívida pública; impactos socioambientais do sistema da dívida. Depois, tem a reunião interna, no final, evento interno, para a definição de estratégia, restrito à participação das entidades apoiadoras, palestrantes e integrantes de Auditoria da Dívida Cidadã.

Combinamos aqui com a Presidenta que nós vamos pedir para a Fattorelli fazer o fechamento deste magnífico evento, e a Presidenta, depois, encerra.

Eu, de minha parte, só quero dizer isto, Fattorelli: muito, muito obrigado por ter me dado a oportunidade de ter entrado com requerimento para esta audiência pública.

A todos os convidados de outros países, vocês podem ter certeza de que esta viagem de vocês ao Brasil nos ajudou muito. Nós vamos, com essa gravação, viajar, com certeza, ao meu querido Rio Grande, mas também a outros Estados, como fizemos sempre.

A gente só pode dizer para vocês: muito, muito obrigado.

Eu gosto muito de uma frase que diz que a luta dos direitos humanos não tem fronteira, ela é internacional, e vocês aqui mostraram isso.

Por tudo o que disseram, eu só posso dizer: muito, muito obrigado, em nome do povo brasileiro.

Palmas a vocês. (*Palmas.*)

Maria Lucia.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Querido Senador Paulo Paim, eu não teria nada a acrescentar. Suas palavras foram maravilhosas. Agradecimento principalmente a vocês que vieram de longe e deixaram suas atribuições, deixaram seus países. Eu quero registrar que nenhum dos convidados cobrou ou sequer aceitaria qualquer honorário. (*Palmas.*)

Todos vieram de forma voluntária. Diversos vieram arcando inclusive com as suas passagens para estar aqui prestigiando. Quero deixar o agradecimento à Latindadd, uma importante organização latino-americana sobre dívida e direitos humanos que está financiando as passagens dos seus integrantes; e à CADTM, Comissão pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, que está também financiando as passagens dos seus integrantes. Essa colaboração é que permitiu que nós tivéssemos aqui pessoas de tantos países. Vocês sabem que a Auditoria Cidadã é uma associação sem fins lucrativos que sobrevive e trabalha com a colaboração das entidades nacionais.

Eu quero deixar o agradecimento a todas as entidades nacionais que patrocinaram a outra parte que nós assumimos, a hospedagem, o transporte, essa acolhida. Um agradecimento a todas. Amanhã, no seminário, eu vou nominar todas. Agora, em respeito ao tempo, eu não consigo.

Quero agradecer a todas as pessoas que trabalham voluntariamente na Auditoria Cidadã. A Auditoria Cidadã tem apenas três pessoas contratadas e mais três prestadores de serviço fixos somente. Nós temos milhares de voluntários. Vejo vários representantes dos núcleos aqui de Minas, do Rio, de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, do Nordeste, de Alagoas, Sergipe, que está nascendo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Perdoe-me se eu esqueci algum. Agradeço a todos os núcleos que têm feito esse trabalho. Agradeço às pessoas que têm se dedicado aos estudos, muitas vezes à noite, virando madrugadas, porque são todos voluntários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso é um chamado aos órgãos de controle no Brasil, aos Tribunais de Contas, aos Ministérios Públicos de Contas, a todo o Poder Legislativo, que tem a atribuição de fiscalizar o Executivo. Nós, a partir da sociedade civil, temos feito várias denúncias. Muitas delas têm tido eco nesses órgãos que investigam, como foi apresentado aqui o trabalho do Tribunal de Contas da União, assim como um importante trabalho no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre que barrou o funcionamento da Invest Poa. Também houve um importante trabalho lá em Recife, onde o Tribunal de Contas de Recife barrou a emissão que iria ser feita pela RECDA. E agora, recentemente, o Tribunal de Contas de Minas Gerais se levantou e recomendou a suspensão das novas emissões da PBH Ativos S.A..

Então, nós precisamos que todos os órgãos de controle tenham acesso ao conteúdo desta audiência pública, que vejam os impressionantes relatos da Zoe Konstantopoulou. Olhem o que aconteceu na Grécia, olhem o que esse sistema da dívida tem provocado à Grécia. E, quando nós ouvimos a Zoe, nós não escutamos apenas – e olhem que já seria muito importante – o depoimento de uma ex-Presidente do Parlamento grego; nós escutamos o depoimento de uma advogada brilhante, que vem de um país que é o berço da democracia, que é o berço de todo o conhecimento sobre ética e Filosofia do mundo. A Zoe traz esse conhecimento para nós.

Nós temos aqui o conhecimento do Equador, quando o Arias fala. Ele traz experiência do primeiro país do mundo que realizou uma auditoria da dívida, que anulou 70% da dívida, e infelizmente, quatro, cinco anos depois, tudo foi retomado. Não é mesmo?

Então, cada um que trouxe a sua contribuição aqui, o Michael Roberts e a Raquel Varela – esta com seu depoimento brilhante, emocionado, que emocionou a todos nós também, e o Michael com seus dados impressionantes -, todos que participaram da primeira Mesa. Nós ouvimos representantes de vários entes federados. Nós ouvimos representantes de Minas Gerais, da Bahia e do Rio de Janeiro. São Paulo também foi convidado, mas não pôde vir. E São Paulo tem o escândalo da CPSEC, e eu não poderia deixar de mencionar aqui esse escândalo, a pioneira no Brasil desse esquema de securitização de dívida.

Então, todos esses ensinamentos aqui nós aprofundaremos amanhã e depois de amanhã teremos um evento interno, exclusivo para os representantes das nossas entidades apoiadoras, no qual nós vamos decidir: e então, o que vamos fazer diante de tudo isso? Quais as ações no campo jurídico diante dessas 15 irregularidades que o Dr. Antônio nos deixa: comprovação de garantia; comprovação de obrigação; comprovação de operação de crédito; anarquia financeira; infâmia de criação de estatais para operar esquema financeiro, quando estamos privatizando todo o patrimônio público importante do País; pareceres jurídicos de encomenda; desobediência a toda a ordem jurídica – Constituição, LRF, Código Tributário Nacional, Leis 4.320 e 6.385, Resolução do Conselho Monetário Nacional. Tudo isso foi ignorado, todo esse arcabouço jurídico está sendo deixado de lado e pareceres de encomenda é que estão autorizando esses negócios, essa engenharia financeira, essa fraude que está levando recursos públicos e provocando perda financeira efetiva, desvio de arrecadação. E recursos estão faltando aos direitos humanos, que é o objetivo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou tomar a liberdade de fazer só uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todas essas denúncias que ouvi aqui e que você aprofundou um pouco mais agora, a pergunta que eu faço para vocês discutirem amanhã: se vocês acharem importante que nós entremos com um pedido de CPI para investigar tudo isso, nós vamos coletar assinaturas aqui dentro da Casa, como uma proposta da coordenação da Dívida Cidadã. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Pelas palmas, o senhor pode ter a resposta de que a proposta tem acordo do nosso conselho político, dos nossos participantes e o compromisso de contribuição nos estudos, nas investigações, nos relatórios, como temos feito em todas as Comissões. (*Palmas.*)

Esta, então, já é uma proposta, um encaminhamento para a nossa reunião do dia 9. Faremos encaminhamentos no campo legislativo, e essa já é a proposta nº 1; no campo jurídico, que ações podemos entrar contra essa anarquia que foi comprovada aqui, contra essa, desculpa, lambança normativa e financeira que está por trás desse modelo de securitização de créditos que está entrando aqui no Brasil.

Que medidas sociais? Qual é a mobilização que nós vamos organizar? Quais as ações concretas? O que faremos? Tudo isso no campo jurídico, no campo social, no campo legislativo, político, vamos encaminhar no dia 9, com a presença de representantes de todas as entidades apoiadoras.

Com tudo isso, Senador Paulo Paim, que fez o requerimento para que esta reunião acontecesse; Senadora Regina, que é a Presidente desta Comissão, que nos deu todo o apoio: muito grata, em nome de todos os presentes. Creio que todos estão agradecidos. Esta audiência para mim é inesquecível, as palavras que ouvimos de todos aqui foram realmente palavras que saíram dos corações, de experiências concretas, de vivências, de pessoas dedicadas a causas, que colocam em primeiro lugar o ser humano.

É isto que nos interessa, essa possibilidade concreta de, a partir de agora, colocarmos o ser humano, a justiça social, o respeito a todas as pessoas, sem exceção, como Raquel Varela falou. Não podemos admitir um desempregado sequer, uma pessoa desrespeitada sequer. É isso que buscamos, é isso que com esse movimento, que sai das bases do povo, de pessoas voluntárias de todas as áreas, estamos construindo juntos. E é isso que vamos colocar em prática.

Esse seminário é um marco e inaugura uma nova fase da Auditoria Cidadã, uma fase em que nós já realizamos auditorias cidadãs em âmbito federal, em âmbito estadual, da dívida dos Estados, em âmbito municipal e nesses novos esquemas financeiros. Já tivemos a honra de realizar auditoria cidadã em países da América Latina, principalmente o Equador, e na Europa, principalmente na Grécia. Já realizamos uma auditoria cidadã, já temos autoridade para dizer que esse sistema da dívida é uma fraude, e não se sustenta. Aparentemente é forte, porque tem todo o poder financeiro do seu lado. O sistema da dívida é o sangue que alimenta esse sistema financeiro fraudulento no mundo inteiro, mas tem pés de barro, tem pés de fraude, de crimes, e a verdade está do lado da luz. E basta uma fagulhazinha de luz para iluminar uma imensa escuridão. (*Palmas.*)

E é isso que nós vamos conseguir. Nós somos mais fortes e vamos todos juntos, unidos, construindo esse movimento. A verdade é mais forte e prevalecerá. E nós temos que ter coragem, força. Contamos com todos e todas. Cada um aqui tem a obrigação de buscar mais aliados, de envolver suas entidades, sindicatos, associações, movimentos, cada dia mais, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender tudo isso. Como falou o Prof. Antônio e a Raquel, quase todos aqui disseram que nós temos que entender disso, porque nós pagamos essa conta.

É isso. Nós podemos construir outro caminho? Quem diz que uma alternativa não é possível quer nos deixar de joelhos para sempre. Não aceitamos isso. Já acordamos, já compreendemos o caminho que temos que trilhar e vamos dia a dia construir esse caminho, com todos e todas.

Muito grata.

Amanhã tem mais, todos juntos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero agradecer principalmente à Maria Lucia Fattorelli, que trabalhou tanto para que esta audiência fosse o sucesso que está sendo e por ter sugerido o tema para a gente trazer para a Comissão. Eu acho que a audiência é vitoriosa.

Quero agradecer aos convidados e convidadas que trouxeram suas convicções e nos ajudaram a fortalecer as nossas convicções a respeito do tema, principalmente a questão do projeto de lei. A gente sabe que o autor justificou dizendo que era para ajudar os Estados. Os Estados estão todos em dificuldade; então, ele ganhou os governadores dizendo que era para ajudar a resolver os problemas financeiros dos Estados. Os governadores pressionam a gente: "Votem, porque a gente está precisando desse dinheiro". Mas a gente sabe verdadeiramente qual é o objetivo: alguém vai lucrar com isso em cada Estado, já deve haver as empresinhas prontas para serem registradas se esse projeto passar. E a gente precisa explicitar isto: quais são os grupos que vão lucrar, porque o objetivo realmente é o lucro fácil. Na Lei do Teto de Gastos, eles excetuaram essas empresas. Elas ainda nem existem e já foram excetuadas. Não há limite de gasto para ajudar essas empresas, no caso de dificuldades, para sentir que existe um esquema por trás de tudo isso, e a gente precisa explicitar esses esquemas.

Então, quero agradecer a todos e todas. Infelizmente, a gente não pôde ter o retorno de cada palestrante, de cada fala, para que tivessem um tempinho a mais para a conclusão, para as considerações finais, mas temos a limitação de tempo a que a gente tem de obedecer. Então, eu quero agradecer a todos e todas que aqui estiveram, aos que nos assistem pela TV Senado, aos que nos ouvem pela Rádio Senado. Esta audiência vai ser – sempre o é – repetida. Certamente hoje, à noite, ou na semana, ela vai ser repetida na TV. Então é muito importante o povo brasileiro acompanhar para compreender o que se passa.

Eu quero dizer que, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, que muito nos orgulhou hoje.

O Senador Paulo Paim está de parabéns.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Eu me esqueci de colocar os encaminhamentos – só para relembrar o que foi encaminhado. Foi encaminhado: enviar notas taquigráficas para o Presidente da República e outras autoridades, e o Senador Paim coletar assinaturas para uma CPI no tema.

Então, agora, sim, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 87ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos, José Pimentel, Dário Berger, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima nona a octogésima sexta Reuniões da CDH e, também, as atas da oitava e nona reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras." Autoria: Deputada Tia Eron. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 14 - OFICIO "S" Nº 37, de 2013 - Não Terminativo - que: "Encaminha ao Senado Federal relatório sobre os trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul." Autoria: Conselho Nacional de Justiça. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pelo arquivamento, tendo em vista a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2011, aprovada neste Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, em harmonia com a sugestão da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul às Casas do Congresso. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2017 que: "Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado, com a inclusão da convidada Loni Elizete Manica. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Riacho Fundo, em vista da decisão judicial que os obriga a desocupá-la no prazo de 30 dias." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 145 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146 de 2017 que: "Requer, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a “Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo”, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Ronaldo Nogueira - Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado, com a designação de que o Ministro do TST seja o Presidente do Tribunal, Ives Gandra. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a “Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo”, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA); Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho – SINAIT; Representante do Movimento Humanos Direitos." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado, com a designação de que o representante do Movimento Humanos Direitos seja o Padre Ricardo Rezende e com a inclusão do Ministro Lélio Bentes, do TST, como convidado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A Previdência Social que queremos”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Em prol da Polícia Penal”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58 §2º, incisos III e V, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a adoção compulsória." Autoria: Senadora Regina Sousa e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “Direitos das Pessoas Presas e o contato com familiares – acesso à visita íntima”, com a participação de especialistas no tema e familiares de pessoas presas." Autoria: Senadora Regina Sousa e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152 de 2017 que: "Requer, com base no caput do art. 50 e no inc. III do §2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, assim como no §1º do art. 397 do RISF, a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Torquato Lorena Jardim para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito de suas declarações de que Comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro seriam associados ao crime organizado e ao narcotráfico e subordinados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentares federais." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado na forma de convite. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A atuação do Movimento Resistência Popular pelo Direito à Cidade (MRP)". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades. "" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, trabalho voluntário"" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar da questão relativa à instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica." Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156 de 2017 que: "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que "Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente. "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão da convidada, Maria Berenice Dias, representante do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Políticas Públicas de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana com Ênfase na Mobilidade Ativa (ciclista e pedestre)"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 161 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de seminário, a ser realizada na cidade de Teresina-PI, nos dias 06 e 07 de dezembro com a temática: MÍDIA, COMUNICAÇÃO E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DIREITOS HUMANOS." Autoria: Senadora Regina Sousa e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater a Sugestão Legislativa de nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12612." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158 de 2017 que: "Requer, nos termos do caput dos Art. 50 e 58, inciso 3º § 2º da Constituição Federal e do Art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. 2ª PARTE. PLANO DE TRABALHO DO RDH 26/2017. "Plano de trabalho do RDH 26/2017 - Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Escravo, nos termos do art. 96-B do RISF.". Autoria: Sen. Paulo Rocha. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho apresentado. Às doze horas e vinte e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Randolfe Rodrigues. Às doze horas e trinta e oito minutos o Senador Randolfe Rodrigues devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Hélio José, José Medeiros, Cidinho Santos e Romário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 87ª Reunião Extraordinária da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 79ª e 86ª Reuniões desta Comissão e também das Atas da 8ª e 9ª Reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos de imediato para o item 13, de interesse dos dois Senadores presentes.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para a leitura do relatório.

É o Projeto de Lei do Senado nº 262, não é terminativo, a votação é simbólica. O autor é o Senador Romário, V. Exª é Relator.

Trata-se de uma mudança no Código de Processo Civil para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela. (*Pausa.*)

Já leu? Não.

Com a palavra o Relator, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 262, de 2017, de autoria do Senador Romário, que se propõe a alterar o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.

O art. 1º propõe a modificação de quatro artigos do Código de Processo Civil, na seguinte forma:

a) No art. 747, insere o inciso V, de forma a prever que a própria pessoa com deficiência poderá promover sua interdição;

b) No art. 748, altera o caput, prevendo que o Ministério Público só promoverá a curatela em caso de deficiência mental, intelectual ou doença mental grave; ademais, inclui a referência à própria pessoa com deficiência em seu inciso I e, no inciso II, acrescenta menção aos menores;

c) No art. 751, altera o § 2º, dispondo que, na entrevista com o interditando ou em qualquer outra fase processual, quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz será sempre assistido por equipe multidisciplinar;

d) No art. 755, em relação à sentença que decretar a interdição, introduz o inciso III, o qual dispõe que, quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da curatela, e fixará os limites da curatela na forma da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

e) Ainda no art. 755, altera-lhe o § 1º, dispondo que a curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, devendo o juiz levar sempre em conta a vontade e as preferências da pessoa, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa;

f) Por fim, também no art. 755, insere o § 4º, dispondo que, na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

Na sequência, o art. 2º propõe a inserção do art. 758-A, determinando que as pessoas submetidas a curatela receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que os afaste desse convívio.

Por fim, o art. 3º determina que a lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação oficial.

Na justificação da proposta, o autor relata que a proposição se presta a corrigir um atropelo legislativo causado pela entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revogou dispositivos do Código Civil alterados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, irá à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Passo à análise.

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental o exame da proposição.

O PLS é altamente meritório, pois visa a corrigir descompasso cronológico que se instaurou no arcabouço jurídico do País em matéria de proteção à pessoa com deficiência.

E, é bom que se note, o faz alinhando-se à tendência internacional de ampla promoção da autonomia da pessoa com deficiência.

O PLS, pois, mostra-se deveras alvissareiro e merece prosperar.

Contudo, a fim de corrigir pequenas falhas de técnica legislativa, proporemos duas pequenas emendas de redação.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1-CDH (DE REDAÇÃO)

No art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017, dê-se a seguinte redação ao texto proposto para o art. 755 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015:

“Art. 755. .....

.....

III – Quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da curatela, e fixará os limites da curatela na forma da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 1º A curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, devendo o juiz levar sempre em conta a vontade e as preferências da pessoa, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 4º Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.” (NR)

EMENDA Nº 1 - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017:

“Art. 2º A Seção IX do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com acréscimo do seguinte artigo:”

Sala da Comissão,

Presidente.

Relator.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Romário com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim, bom dia, Senador Medeiros.

Na verdade, quero agradecer pelo brilhante trabalho feito em relação à relatoria do Senador Medeiros e dizer que é mais um projeto de nossa autoria, Senador, que vem em benefício das pessoas que realmente mais precisam de projetos positivos em nosso País.

A gente tem acompanhado que as coisas vêm melhorando a cada dia, que o preconceito vem diminuindo, mas ainda falta muita coisa para que eles possam ter uma vida mais digna, no meu modo de ver. Então, esse projeto vem ao encontro disso que acabei de dizer.

Muito obrigado, Senador Medeiros, pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua em discussão a matéria.

Senador Cidinho, para discutir a matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, pela ordem, eu queria pedir a inversão de pauta, depois, do item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos primeiro votar esse...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se houver concordância.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sim.

Mas, em relação ao projeto ainda, Senador Paulo Paim, eu queria aqui fazer uma fala sobre a atuação do Senador Romário nessa área, porque ele serve de farol para vários outros Senadores, inclusive para mim. Eu não tinha um olhar muito direcionado para essa área, mas, a partir da atuação do Senador Romário, passei a prestar mais atenção e ver o dia a dia dessas pessoas; passei, inclusive, a entender esse universo. O Parlamento brasileiro ganha muito com esse olhar diferenciado que esse Parlamentar traz.

Isto não é confete, é uma constatação merecedora: alguns Parlamentares aqui engrandecem a Casa. Cito o seu caso, por exemplo, na luta pelos aposentados; cito o caso do Senador Cristovam Buarque pela educação; e, agora, essa bandeira altamente meritória e importante, que é o caso dos deficientes. E cito isso porque são pessoas que não têm ninguém por elas.

Cito uma passagem bíblica. Jesus chega para uma pessoa – hoje provavelmente seria um cadeirante – e falou: "Mas você não foi?" Dizia-se que havia um tanque lá ao qual a pessoa ia, se banhava e se curava. "Você não foi? Há quanto tempo você está aqui?" Ele falou: "Estou há 33 anos." Sei lá quantos. "Mas você não foi lá, ao tanque?" Ele falou: "Mas, cada vez em que vou, um entra na minha frente e não consigo ir".

Isso mostra a situação que geralmente essas pessoas têm. Elas não têm muita vez e não têm muita voz. E, quando você tem uma pessoa da estatura do Senador Romário, não que ele seja um Senador maior do que os outros, mas ele tem uma voz maior pela personalidade que foi, e que é, como personalidade pública. Quando você tem uma voz como essa, isso engrandece o trabalho, e essas pessoas passam a ter um referencial e a se sentir representadas.

Então, Senador Romário, queria, mais uma vez, parabenizá-lo por essa luta. Quero que V. Exª conte sempre comigo como um ajudante, como um soldado nessa luta também.

Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o autor, o Senador Romário, que foi, inclusive, o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sempre lembro isso, porque foi importantíssima a sua atuação.

Cumprimento também o Senador José Medeiros pelo brilhante relatório, fazendo alguns ajustes e correspondendo à expectativa do próprio autor.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria só cumprimentar o Senador Romário pela iniciativa, também o Senador Medeiros, e dizer que realmente esse é um tema que mexe bastante com a gente.

Falam que Deus sempre escreve certo por linhas tortas, mas é por linhas corretas mesmo. Deus quis que o Senador Romário tivesse a iniciativa, pelo que ele vive na vida dele. Eu tive oportunidade de ver um vídeo dele citando o exemplo e eu me emocionei bastante com aquele vídeo, que mostra realmente a realidade. Então, Deus usou uma pessoa pública como o Romário, que é ídolo nosso e de vários da minha geração não só no Brasil como também no mundo, para despertar para uma situação de que, muitas vezes, as pessoas não tinham noção nem reconhecimento, tendo, muitas vezes, até vergonha de expor. E o Romário fez isso de forma muito magnânima. Isso mexeu com a gente e fez ver como ele, além de ser atleta do meu time do coração, que é o Vasco da Gama, vai vencer como um grande homem, um grande pai e também aqui como um grande Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Cidinho, Senador Romário, Senador Medeiros.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

Vamos atender, de imediato, o pedido do Senador Cidinho Santos. É o item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Autoria: Deputada Tia Eron.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CRA.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para leitura do relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara 47, de 2017, de autoria da Deputada Tia Eron, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Eu vou direto à análise do projeto.

De acordo com os incisos IV e V do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o exame da proposição por esta Comissão.

No nosso entendimento, o projeto de lei da Deputada Tia Eron é altamente meritório. A atividade de extração de mariscos, realizada por milhares de mulheres, ao mesmo tempo em que é vital para o setor de serviços e para o turismo, é altamente insalubre. Entretanto, deve ser observado que o PLC em tela é de caráter programático; em consequência, não traz a devida cogência e apresenta óbices de injuridicidade. Não só ele trata de temas já amparados pela legislação de regência da matéria como também, se aprovado na forma atual, não trará reais efeitos práticos, pois não traz claras obrigações de fazer e, sobretudo, não prevê fontes de custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Note-se que o projeto trata de quatro grandes temas, todos eles tendo como foco exclusivamente a mulher marisqueira: a definição da atividade; o estímulo do Poder Público a cooperativas, ao crédito, à saúde e à capacitação; a previsão de seguro; e a prioridade na construção de creches.

Cabe observar, de saída, que o PLC se mostra inconstitucional ao legislar em favor de uma dada classe laboral, desde que exercida por mulher.

No que toca aos quatro grandes temas citados, observa-se que:

1) A definição da extração de mariscos, embora possa ser pormenorizada, já se encontra prevista, em termos amplos, na definição de pesca prevista no inciso III do art. 2º da Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

2) Estímulos por parte do poder público também já se encontram previstos na legislação, a saber: cooperativas e capacitação estão previstas nos arts. 28 e 29 da Lei nº 11.959, de 2009; o crédito, nos arts. 7º e 27 da mesma lei; já a saúde, nos arts. 6º e 36 da mesma lei.

3) A previsão de seguro-defeso, por sua vez, está prevista na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal – tenha-se em conta que não nos parece razoável que o poder público deva oferecer indenização securitária quando o agente público não contribui, ainda que de maneira omissiva, para o desastre ambiental, como quer o PLC.

4) O comando para a construção de creches cria tensão no pacto federativo, pois a oferta de educação em creches é competência municipal, conforme o art. 11, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Não se pode esquecer, ademais, que o art. 187 da Constituição Federal já trata da política agrícola (que inclui a pesca), a qual deve levar em conta os instrumentos creditícios, o incentivo à tecnologia, a assistência técnica, o seguro agrícola e, também, o cooperativismo.

Em razão do exposto, apresentamos proposta de emenda substitutiva com vistas a sanar os vícios de injuridicidade observados, aprimorar o PLC e atingir o desiderato buscado pela nobre autora da proposição, qual seja, que a atividade marisqueira tenha acesso ao conjunto de políticas públicas disponíveis para a atividade pesqueira no Brasil.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CDH - (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para abrigar a atividade extrativa de mariscos como atividade de pesca.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O inciso III do art. 2º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
.....
III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, inclusive a extração de mariscos em manguezais;
....." (NR)
Art. 2º A Seção I do Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passar a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:
"Art. 8º-A. Para todos os fins legais, aquele que extrai mariscos de maneira artesanal em manguezais fica compreendido como pescador artesanal, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar."
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o substitutivo nosso, Presidente.

Eu acredito que se atenda, com a iniciativa da Deputada Tia Eron, com o projeto de lei, o setor dos marisqueiros do Brasil, colocando essa atividade importante no setor de pesca, com todos os benefícios que hoje a lei já concede.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu queria cumprimentar o Senador Cidinho Santos, porque chegou a mim que S. Exª fez um substitutivo que aprimorou e melhorou, inclusive, o relatório da nobre Deputada Tia Eron, a pedido, inclusive, das mulheres que atuam nessa área.

Então, meus cumprimentos.

Vamos agora à votação se ninguém mais quiser discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº1-CDH Substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue agora para análise da CRA.

Parabéns, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Eu queria, se fosse possível, a gente analisar e aprovar o Requerimento nº 138, de 2017 – acho que está aí na relação de requerimentos de V. Exª. Trata-se de uma diligência pública sobre Área de Relevante Interesse Ecológico aqui no Distrito Federal, que é o Riacho Fundo, Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é extrapauta, pergunto aos Srs. e às Srªs Senadores se concordam com o requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está colocado o seu requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estava aqui na pauta, é só uma inversão. Então, aprovada a inversão, vamos para o item 17.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Posso lê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ecológico (ARIE) Riacho Fundo, em vista da decisão judicial que os obriga a desocupá-la no prazo de 30 dias.

Autoria: Senador Hélio José.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Questão de ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, só para ordenar os trabalhos. Há vários outros requerimentos em pauta, depois desse aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seguir a sequência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, reorganizar ou anunciar quais são os requerimentos, inclusive os extrapautas. Aproveito também para chamar a atenção e pedir à Presidência para colocá-lo como extrapauta, porque eu julgava que estivesse no plano hoje, que é um plano de trabalho que estou devendo para a Comissão já há algum tempo, posto pela Presidenta, que é aquele trabalho de retificação do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, só para informar, são os itens 19 e 20.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Eu também tenho um requerimento extrapauta na Mesa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., vamos colocar em votação.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho o item 5 e o item 3, que já foram lidos, estão aguardando discussão e votação, mas não temos quórum ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para terminativos, não; só para simbólicos.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Já foram lidos os relatórios, mas falta a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dando presença, nós votamos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Rapidamente, então, Sr. Presidente, vou ler o requerimento, que é bem pequenininho.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Riacho Fundo - DF.

Para participar da diligência, indicamos os seguintes convidados: Sr. Tiago Pimentel, Procurador-Geral do Distrito Federal (PGDF); representante da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (Ibram); representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) do Distrito Federal; Administrador Regional da Candangolândia; Sr. Mário Blanco, Prefeito Comunitário da Área de Regularização de Interesse Específico (Arine) Sucupira; Sr. Antônio Edson, Presidente da Associação de Chacareiros do Park Way (Achapark).

Sala da Comissão, Senador Hélio José.

Agradeço a V. Exª.

Esses são os termos do Requerimento nº 138, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos seguir a pauta agora.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas.

Autoria: Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros para encaminhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trata-se de debate sobre as comunidades terapêuticas. Se quiser, leio outra vez aqui.

Requeiro que seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas.

Esse é o seu requerimento.

Se entende que está encaminhado, em coloco em votação.

Alguém quer discutir o requerimento? (*Pausa.*)

Como ninguém quer discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Ronaldo Nogueira - Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Autoria: Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, fale.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esses dois requerimentos, 19 e 20, na verdade, fazem parte do plano de trabalho. Eu preciso apresentar antes, para aprovar o plano de trabalho, esses dois requerimentos 19 e 20, que fazem parte já do plano de trabalho. Então, eu queria apresentar o plano de trabalho e, em seguida, votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Se V. Exªs concordam que a gente primeiro debata – vai ter que ser extrapauta – o plano de trabalho, conforme exposto pelo Senador Paulo Rocha, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, extrapauta, entramos agora com a apresentação e deliberação do Plano de Trabalho desta Comissão 26/2017.

Requer avaliação das políticas públicas para erradicação do trabalho escravo. Autoria: Senadora Regina Sousa; Relatoria: Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para leitura do plano de trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nosso Senador Romário pediu um extrapauta. Se o senhor aquiescer, vamos aprovar primeiro o extrapauta dele, porque ele está com pressa para outra atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. V. Exª é que está orientando os trabalhos, Senador Paulo Rocha. Pediu, eu fiz; quer mudar, eu mudo. Não há problema nenhum. Aqui não há problema nenhum.

Por sugestão do Senador Paulo Rocha, primeiro vamos votar o requerimento do Senador Romário, porque ele tem outro compromisso. Vamos ao requerimento do Senador Romário.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar da questão relativa à instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica.

Autoria: Senador Romário.

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

A audiência pública cumpre a determinação da Lei 12.345, de 2010, que exige previamente a realização da tal audiência.

A neuromielite óptica, também conhecida como doença de Devic, é uma doença inflamatória e desmielinizante do sistema nervoso central, que acomete principalmente os nervos ópticos e a medula espinal, ocasionando diminuição da visão e dificuldade para andar, dormência nos braços e nas pernas e alterações do controle da urina e do intestino.

Essa doença pode ocorrer com sintomas de perda de visão (neurite óptica) em um ou ambos os olhos, inicialmente, ou com sintomas de acometimento da medula (fraqueza ou alterações de sensibilidade nos membros, ou alterações de controle dos esfíncteres – urina ou intestino). Ou, às vezes, os sintomas e sinais visuais e medulares ocorrem simultaneamente.

A sua causa ainda é desconhecida, mas sabe-se que é uma doença autoimune ou de autoagressão, em que o organismo produz proteínas chamadas anticorpos que atacam componentes de seus próprios tecidos.

No Brasil, ainda é insuficiente a divulgação da tal doença, por isso entendo procedente a criação da data, de tal forma que possamos discutir o assunto com mais eficiência e eficácia, não apenas sensibilizando e informando a sociedade sobre a doença, mas especialmente criando mecanismos para que os pacientes busquem os direitos relacionados às doenças raras.

Certo de contar com o apoio dos meus pares, coloco o requerimento para aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento apresentado e defendido pelo Senador Romário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Senador Romário.

Senador Telmário, pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Senador, eu tenho um requerimento para fazer uma audiência pública para debatermos exatamente um projeto do Senador Romário. Como nós estamos chegando ao final do ano, precisamos dar uma celeridade a isso. Acho que o requerimento está no item 16, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele antecede, de fato, o requerimento do Senador Paulo Rocha.

V. Exª pode fazer a defesa do requerimento.

É o item 16.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de 500 horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: representante do Ministério da Educação; representante da ONG Todos pela Educação; Profª Drª Rita de Fátima da Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Drª Rita de Fátima da Silva, de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Prof. Dr. Jefferson Fernandes do Nascimento, Reitor da Universidade de Roraima; representante da Apae de Boa Vista, Roraima.

A Apae, porque, inclusive, no meu Estado, Senador Romário, nós temos uma empresa que faz aquele sorteio e tem uma obrigatoriedade para passar para a Apae, para a Apae exatamente abastecer essas pessoas necessitadas. E, no meu Estado, isso não acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, realmente eu quero que eles venham para eles prestarem contas do porquê de não estar acontecendo isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Pela ordem.) – Senador, pela ordem.

Eu gostaria só de acrescentar o nome de mais uma pessoa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele concluindo, V. Exª cita o nome e nós incluímos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não. Eu já concluo e acato a sugestão do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para fazer a leitura, como temos que fazer, embora o essencial V. Exª tenha lido.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já concedemos a palavra ao autor, o Senador Telmário Mota, que encaminhou.

O Senador Romário faz um adendo.

O Senador Romário tem o nome já para indicar ou indicará posteriormente à Mesa?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Srª Loni.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome completo, por favor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Srª Loni Manica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Eu tenho a satisfação de dizer que a Loni Manica é assessora direta do Senador Romário e foi minha assessora também. É de fato uma estudiosa sobre esse tema.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Sobre o assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi incluído o nome da Loni Manica.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos para... (*Pausa.*)

Vamos agora ao Senador Paulo Rocha.

Apresentação e deliberação do plano de trabalho.

ITEM 35

PLANO DE TRABALHO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano de trabalho do RDH 26/2017 – Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Escravo, nos termos do art. 96-B do RISF.

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Requer avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo.

A autoria é da Senadora Regina Sousa.

A relatoria é do Senador Paulo Rocha, a quem eu concedo a palavra neste momento para leitura do plano de trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu venho aqui para o lado do nosso Senador José Medeiros. Ele vai ser um grande parceiro nesse trabalho, porque ele vem de um Estado muito importante nessa questão, Mato Grosso, além disso é da Polícia Rodoviária Federal, que cumpriu um papel muito importante nesta história que eu vou contar inicialmente ao apresentar este plano de trabalho.

A Comissão, logo no início da atual gestão, decidiu fazer um plano de trabalho para avaliar as políticas e políticas públicas que tinham a ver com direitos humanos etc. E coube-me fazer uma proposta de trabalho sobre a política pública da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Preciso só recuperar a história desse processo, porque os então Deputados Paulo Paim e Paulo Rocha, quando chegamos aqui... Nós somos os mais antigos, não somos os mais velhos aqui. Quando nós chegamos aqui, ao Congresso Nacional – o Paim já tinha chegado antes, na época da Constituinte; eu cheguei no mandato de 1991 –, fomos dirigir, nós dois, a Comissão do Trabalho, lá na Câmara Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Logo depois o Ulysses chegou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, nós chegamos depois do Ulysses. (*Risos.*)

Então, nós criamos lá na Câmara... Dentro das comissões existe a possibilidade de criar subcomissões – eu acho que nós deveríamos inaugurar aqui esse tipo de coisa, principalmente nas comissões em que a gente tem Senadores com atuações importantes em cada área. E lá nós criamos a Subcomissão de Combate à Violência no Campo. Havia muitos conflitos no campo, etc. e tal. E de lá surgiu, então, das várias entidades que participavam dessa situação, surgiu a ideia de combate ao trabalho escravo.

Eu vinha de um Estado que era campeão nessa questão do trabalho escravo. Mas havia também lá nas carvoarias de Mato Grosso, aqui mesmo havia o pessoal que quebrava pedra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao redor de Pirenópolis, lá no Rio Grande do Sul havia trabalho escravo ou degradante na questão de apanhar o mate etc. A partir dali nós tivemos todo um trabalho nesse processo de construir. E foi desse grupo que surgiu a legislação que nós conseguimos aprovar, uma legislação de minha autoria, de combate ao trabalho escravo. Na verdade, era incluir no art. 149 do Código Penal aqueles que usavam trabalho escravo.

E a Polícia Rodoviária Federal, Medeiros, teve um papel muito importante de contribuição nisso, porque o uso do trabalho escravo nas regiões mais distantes... O trabalhador é pego num Estado mais pobre, ou onde há muito desemprego, e é levado para trabalhar nesses ambientes longínquos, como lá no Pará, na questão da derrubada, lá no Mato Grosso, na questão do carvão etc. etc. Então, a Polícia Rodoviária Federal tem um papel importante: ela pilhava, digamos assim, os transportadores, que eram os chamados gatos, que levavam o trabalho escravo. Com isso, a gente conseguiu, aqui no Congresso Nacional, aprovar essa lei, e até avançamos muito mais, com a aprovação da PEC que é o confisco das terras onde havia trabalho escravo.

Fizemos, portanto, uma legislação importante, que trouxe um avanço muito importante. Foi aí que, na época ainda do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo Móvel, que é o grupo que fiscaliza por aí essa questão do trabalho escravo. Depois veio a lista suja, a famosa lista suja que foi provocada agora pela portaria do Ministro do Trabalho. Foi criada, portanto, uma política pública de erradicação do trabalho escravo no Brasil, e sobre isso, então, que eu quero apresentar o plano de trabalho.

Dito tudo isso, eu dou como sugestão, Presidente, debates e audiências públicas aqui, no âmbito da Comissão, para fazer esse tipo de debate e avaliação, para não ficar esta dicotomia que sempre há, com os avanços da visão conservadora, que está surgindo aí de novo, na questão do combate ao trabalho escravo: quem defende os direitos humanos é gente de um lado, os grandes empresários rurais são os grandes escravagistas etc. Não é que se fuja desse debate, mas nós não queremos que fique um debate polarizado, só a partir dessas visões aí. Portanto, eu estou querendo fazer um debate mais profundo, trazendo estudiosos etc, o que é o papel desta Comissão para avaliar a política pública.

Eu sugiro os seguintes temas para serem tratados na audiência pública.

O primeiro tema é trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil e no mundo, fazendo um debate profundo, trazendo o pessoal da OIT etc., que já tem essa experiência no mundo, assim como aqui nós também já temos experiência muito importante a partir dessa legislação, que eu disse que nós aprovamos.

O segundo tema são os aspectos econômicos da escravidão moderna. Eu lembro que, na época, o pessoal da área rural achou que estava muito carimbado o trabalho escravo só na área rural, propondo também dar uma olhada na questão urbana. Surgiram muitas denúncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na época de que havia muitos bolivianos, ao redor de São Paulo e mesmo no comércio de São Paulo, que eram usados se não em trabalho escravo, mas em análogo ao trabalho escravo e tal.

Terceiro: aplicações das normas internacionais e nacionais relativas à prevenção e à repressão do trabalho em condições análogas à escravidão.

Quarto: a experiência recente de enfrentamento ao trabalho escravo, prevenção, repressão e reinserção social das vítimas. Houve esse grupo de trabalho móvel junto com outras entidades, e pegaram trabalho escravo. O grupo não só forçava aquele dono do trabalho a pagar os direitos trabalhistas, mas também o Governo a ver uma política de reinserção desses trabalhadores numa atividade mais decente, mais humana etc.

Quinto: principais desafios no combate ao trabalho escravo.

Sexto: propostas para o aprimoramento das normas e das políticas públicas.

Uma das questões levantadas aí, que, se não me engano, veio através de um projeto do Senador Romero Jucá, é tentar resolver aquilo que principalmente os empresários reclamam: há um sombreamento entre o que é trabalho penoso e trabalho escravo etc. etc. Por isso é que há essa questão aí do questionamento em relação aos fiscais do trabalho, porque falta uma legislação que seja mais clara do que é trabalho escravo ou, pelo menos... Sobre o que é trabalho escravo, nós temos certeza de que há na legislação, que foi o que nós conseguimos aprovar, mas acham que há um sombreamento entre o que é trabalho penoso, degradante, trabalho escravo e infrações trabalhistas.

Então, nesse sentido, eu estou propondo este plano de trabalho para a gente aqui, na Comissão, ao longo do tempo, fazer esse tema. Eu sei que nós estamos aprovando isso já no final do ano. Acho que são tarefas aí para os próximos...

Nesse sentido, Presidente, além do plano de trabalho, eu propus já, diante da situação aí da portaria, eu propus esses dois requerimentos que vieram no item 19, que requer a avaliação das políticas públicas de erradicação do trabalho escravo, chamar, convidar os Ministros do Trabalho, a Srª Raquel, Procuradora-Geral, Ministro do TST e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a OIT. Seria já o início, através desse requerimento, já uma primeira audiência sobre essa avaliação, a aplicação, sobre essa questão do plano de trabalho e a legislação sobre a questão da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

E o outro item, o outro requerimento, seria, de novo, dentro da avaliação de políticas públicas de erradicação do trabalho escravo, a representação da chamada sociedade, dos setores de governo que trabalham mais diretamente no processo, que são a representação do Ministério Público do Trabalho, a representação nacional dos magistrados, Anamatra, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representação dos fiscais do trabalho, através do sindicato Sinait, e a representação dos movimentos dos direitos humanos.

Então, esses dois requerimentos já faziam parte de audiências públicas a partir do plano de trabalho que eu ora apresento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente e Senador Paulo Rocha, eu acho extremamente importante o debate desses temas, principalmente porque o debate tem ficado extremamente polarizado e misturado com coisas que não deveriam estar na mesa.

Veja bem: nós temos uma situação no campo hoje que não agrada a quem está trabalhando. Eu tenho discutido aqui... Uma das coisas que... Eu e o Senador Paulo Rocha temos posições, muitas vezes, diferentes, mas uma coisa que eu admiro no Senador Paulo Rocha é que ele tem honestidade intelectual e compreende as diferenças do Brasil, compreende o que acontece no campo e não faz politicagem, não faz jogo sujo.

Veja bem: nós temos trabalho escravo, sim, no Brasil em algumas situações, e foi citado aqui, por exemplo, esse caso dos bolivianos. Eu trabalhei 22 anos na área de segurança pública e cansei de ver bolivianos sendo levados para trabalhar em São Paulo como escravos, sim. E tem havido várias operações para combater isso. Também vi vários ônibus de nordestinos sendo levados por "gatos" para trabalhar como trabalhadores escravos em vários lugares do País.

Agora, a legislação precisa ser clara e dar segurança a quem trabalha, para que pessoas decentes, pessoas honestas não sejam colocadas, de repente, numa lista suja de trabalho escravo por essa ou aquela infração.

Nós temos hoje no Brasil – e não estou condenando – alguns meninos que passam em qualquer concurso. Eles estão no Leblon, estão na Avenida Paulista. Eles passam e são mandados, de repente, para o Pará, para o Mato Grosso. E, de repente, com a letra fria da lei, chegam, por exemplo, lá no Pantanal, onde há um varal de carne sendo colocada no sol. E, lá no Pantanal, Senador Paulo Paim, as pessoas gostam de comer carne seca no arroz, é o que se chama Maria Isabel. Houve uma situação lá em que um fiscal chegou, viu aquela carne seca e saiu quase vomitando. Ele falou: "Olha, tem uma situação de trabalho escravo aqui". A sorte do fazendeiro é que havia um auditor fiscal mais antigo que perguntou qual era o problema. "Estão servindo carne podre para os funcionários!" Ele foi dar uma olhada. O fiscal chegou lá, cortou com um canivete parte daquela carne que estava salgada e seca e começou a comer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carne seca. O outro falou: "O que é isso?" E ele respondeu: "Rapaz, é o seguinte: se esse fazendeiro trouxer carne fresca, picanha, aqui para eles, eles não querem. Eles gostam é dessa carne aqui". É a carne seca para fazer no arroz e tal.

Então, assim, há algumas nuances. Quer dizer, se dependesse daquele rapaz novo, o fazendeiro já ia ser enquadrado em trabalho escravo. Essas coisas precisam ficar bem claras, para que a pessoa tenha segurança e não fique ao alvedrio da interpretação, senão vamos ter até a economia impactada.

Há outro caso lá, em que vi uma situação, Senador Paulo Paim. Existe uma NBR sobre a questão das botas que o vaqueiro deveria usar. Aí, um fazendeiro comprou as botas de acordo com a NBR. Acontece que os estribos dos cavalos... Para quem está nos acompanhando, o estribo é aquele que sai da sela, onde o vaqueiro enfia o pé para se sustentar. A bota que tinha sido aprovada não entrava no estribo. Entrava, mas entrava forçada e corria o risco de o pé ficar preso. E os vaqueiros não estavam usando. Chegou a fiscalização e colocaram uma multa pesadíssima no fazendeiro. Ele falou: "As botas estão aí, mas eles preferem não usar, porque ficam com medo, porque não está entrando". Não teve acordo: multou, e as multas são pesadas, de R$ 30 a R$40 mil.

Então, eu trabalhei muito tempo em fiscalização e digo o seguinte: quando as coisas têm um equilíbrio, um meio, a população não acha ruim.

Mas quer ver uma coisa que irrita? O Código de Trânsito tem muitas multas, por exemplo, que levam à apreensão do veículo. Quando é uma coisa que faz sentido, o dono do veículo até fala que está certo mesmo e que tudo bem. Mas quer ver uma coisa que irrita? É o sujeito estar viajando com a família, e a luz de placa dele queimou. E o agente simplesmente fala que está preso o carro, porque a luz de placa queimou. Ele não admite uma coisa dessas, porque não faz sentido, mas a lei está dizendo que é assim. Mas não faz sentido.

Então, esse debate é extremamente importante, primeiro, para a gente aclarar as coisas, e mais, a gente limpar qualquer ranço político que venha a ter. A legislação não pode ser extensão dos meus anseios, das minhas ideologias, dos meus ranços. Ela não pode ter ranço; ela tem que ser limpa e clara para que ela possa nortear... Eu sei que é difícil a gente açambarcar numa legislação, ainda mais num País em que a gente tem diferenças e nós temos mania de querer colocar tudo no papel, tudo na lei. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma Constituição pequenininha. A nossa é grandona, duzentos e tantos artigos, porque a gente quer colocar tudo lá. Então, não é fácil você positivar tudo. Por isso, ficam essas dúvidas. Se não estiver lá... E isso é uma maravilha depois nos tribunais, porque é brecha para cá, brecha para lá.

Então, esse debate aqui, Senador Paulo Rocha, vai ser importante até para a gente fazer aquele debate e lavar a alma daquilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho visto discurso aqui dizendo, Senador Paulo Paim, que o DNA do empresário brasileiro é escravagista. Isso é uma maldade. Isso é maldade. Eu nunca fui empresário, então, eu posso falar. Eu trabalhei de empregado a vida inteira, mas, olha, para quem eu trabalhei, em todos eles – agradeço a todos os meus patrões – nunca vi esse DNA escravagista. Então, eu defendo que os bandidos sejam punidos, mas as pessoas de bem não podem levar a pecha de bandido. Seria a mesma coisa de a gente dizer que porque existe traficante na Rocinha o DNA do povo brasileiro é de traficante. Isso é um absurdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer, Senador Medeiros, que eu concordo com a tese.

Eu trabalhei no grupo Abramo Eberle, com quase 5 mil trabalhadores. Nunca tive problema nenhum. Estudei, me formei, a minha casa financiei por lá. E hoje eu sou funcionário do grupo Tramontina. Estou liberado, claro, há 30 anos, mas sou funcionário do grupo Tramontina. E também não tenho problema nenhum com o grupo. Dou-me, inclusive, muito bem com eles. Vieram aqui ao Senado me visitar no período em que eu estou aqui e no tempo em que eu trabalhei lá.

Então, eu concordo com V. Exª que não dá para generalizar. Tem políticos corruptos e não corruptos; tem empresários corruptos e não corruptos também em todas as áreas. Por isso eu entendo a fala de V. Exª, que não dá para generalizar, achar que todo empresário da área rural ou urbana é malandro, é corrupto, e tem essa visão escravocrata. V. Exª está coberto de razão.

Vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado pelo Relator, o Senador Paulo Rocha.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos aos requerimentos, também de autoria do Senador Paulo Rocha, que, segundo o relatório, fazem parte.

ITEM 19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ronaldo Nogueira – Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora-Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Autoria: Senador Paulo Rocha

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só queria, quanto ao Ministro do TST, deixar claro que é o Presidente do TST, Ives Gandra, até porque ele nos provocou, agora, com essa entrevista de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui não consta. Seria importante que V. Exª colocasse de imediato.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, mas eu estou acrescentando: Ives, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, V. Exª vai colocar o nome e vai rubricar, no segundo momento, o próprio requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A partir daquela entrevista que ele deu, acho que seria bom ele vir aqui fazer essas avaliações públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro do TST Ives Gandra.

Da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, creio eu que seja a Secretária, porque não consta também aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Secretária. Isso.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), o representante da OIT. É isso? (*Pausa.*)

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 20 agora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria também acrescentar, já que eu pus lá geral, que o representante do Movimentos Humanos Direitos, na verdade, é o Presidente, o Padre Ricardo Rezende. Está aí: representante do Movimento Humanos Direitos, Pe. Ricardo Rezende. E acrescentando o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Lelio Bentes. O senhor se lembra dele, que foi um dos que colaborou muito com aquela Comissão da qual falamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro, lembro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, seria importante ele fazer a avaliação, já que ele começou desde lá. Ainda não era nem Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Agora, ele é. Acho que seria bom ter a presença dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço a leitura do requerimento com os adendos que a Secretaria da Mesa já tomou nota.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho (Sinait); Representante do Movimento Humanos Direitos.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Concedo a palavra para aqueles que ainda quiserem discutir o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, com os adendos já colocados pelo nobre Senador Paulo Rocha, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com base no caput do art. 50 e no inc. III do §2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, assim como no §1º do art. 397 do RISF, a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Torquato Lorena Jardim para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito de suas declarações de que Comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro seriam associados ao crime organizado e ao narcotráfico e subordinados a Parlamentares federais.

Autoria: Senador José Medeiros

A autoria é do Senador José Medeiros, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Paulo Paim, o Ministro fez essa declaração que repercutiu em nível nacional, uma declaração forte. E interessa ao Senado brasileiro saber se realmente o Rio de Janeiro está nessa situação e também que Parlamentares são esses. Houve uma solicitação do Ministério. Portanto, como é de praxe, a Comissão solicita que a gente transforme em convite, mas também nos interessa saber isso e porque tem uma outra declaração que o Ministro fez e que nos preocupa muito. Ele diz que aquela situação só pode ser vista no próximo governo. E a nosso ver isso nos deixa muito preocupados, porque ainda falta um ano para terminar este Governo. Então, a nosso ver, isso precisa ser tratado pela Casa, porque nós não podemos esperar um ano para que a situação do Rio e do próprio Brasil fique à espera de alguma solução. É isso que esperamos tratar com o Ministro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Senador Randolfe para assumir a Presidência. Temos alguns requerimentos que são de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 145, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os senhores estão acompanhando o trabalho da nossa subcomissão que trata do novo Estatuto do Trabalho, a nova CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa que existe aí virou a consolidação do empregador. Nós queremos fazer uma do mundo do trabalho e já estamos na décima reunião, com especialistas, juízes, advogados, procuradores, enfim, aqueles que conhecem com profundidade o mundo do trabalho.

Esse específico requerimento busca discutir e atender, nessa nova visão do mundo do trabalho, a situação dos setores mais vulneráveis, ou seja, os mais discriminados. Aí, claro, por justiça, eu peço que, se V. Exª puder, inclua a palavra "mulheres", porque a discriminação contra a mulher no trabalho é hedionda. Então, não é só negro, índio, deficiente e idoso, mas também as mulheres. Até porque eu tento aprovar nesta Casa um projeto de lei que não é de minha autoria, que veio da Câmara para cá, para que a mulher tenha os mesmos direitos que o homem no mundo do trabalho, naturalmente, em condições de trabalho e salário, e não deixam aprovar. Cada vez que vai ser aprovado eles jogam para a Comissão de Reforma Agrária, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão de Infraestrutura, sabe?, esse caminho que é feito por aqueles que não querem que um projeto seja aprovado.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A pedido do autor, acrescento a expressão "mulheres".

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com o consentimento do autor, vou fazer a leitura em bloco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Depois concedo a palavra ao autor dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Leio os itens.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A Previdência Social que queremos".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Em prol da Polícia Penal".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58 §2º, incisos III e V, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a adoção compulsória.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros De autoria da Senadora Regina Sousa, subscrito também por S. Exª o Senador Paulo Paim.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "Direitos das Pessoas Presas e o contato com familiares – acesso à visita íntima", com a participação de especialistas no tema e familiares de pessoas presas.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Subscrito também pelo Senador Paulo Paim.

ITEM 26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A atuação do Movimento Resistência Popular pelo Direito à Cidade (MRP)".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades. "

Autoria: Senador Paulo Paim

O pacote de maldades do Governo Michel Temer.

Por fim, o próximo item.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, trabalho voluntário"

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o autor dos requerimentos já citados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a leitura que V. Exª fez, com o brilhantismo de sempre, deixou muito claro qual o objetivo de cada um desses requerimentos. São temas diferentes. O requerimento é claro. Por isso, eu peço a aprovação dos Parlamentares. E ganhamos tempo para que o debate se faça com profundidade no ato da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Em votação os requerimentos em bloco.

Aqueles Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Devolvo a Presidência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que há extrapauta. Se V. Exª puder também... São, inclusive, da Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, subscritos por V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como ela não se encontra, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta que foram solicitados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive, do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O.k.. Então, inclusos para apreciação os itens extrapauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exª vai subscrever o da Regina, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, o Senador Paulo Paim subscreve todos os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, subscrevi o dela.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o meu está extrapauta, o da convocação do Ministro do Trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Em apreciação.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que "Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente. ".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Senador Randolfe é o autor desse importantíssimo projeto. Trata-se do estatuto da adoção, em resumo.

Só desde quando o recebi, já recebi mais de cem correspondências pela internet, pelas redes sociais – cem, duzentas, cumprimentando pela iniciativa, e muitos querendo se debruçar sobre o tema e discutir com V. Exª e também, claro, com o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a intenção é aprovar o requerimento e fazer o possível para acelerar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª. Esse é um tema fundamental para ser apreciado aqui, pelo Senado e, em seguida, pela Câmara dos Deputados.

Se V. Exª me permite, sugiro e acrescento, na audiência pública, a participação do IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família, que, na verdade, foi quem inspirou essa matéria, esse tema, e, em especial, da Drª Maria Berenice, Presidente-Membro da Diretoria do IBDFAM. É a partir deles que apresentamos essa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acatado já, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública sobre o Estatuto da Adoção.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Políticas Públicas de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana com Ênfase na Mobilidade Ativa (ciclista e pedestre)".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse merece um carinho especial, embora de um minuto, porque nós já fizemos aqui duas ou três homenagens a um jovem chamado Raulzito, que era um apaixonado pelo meio ambiente, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bicicleta, desse grupo Rodas da Paz. Infelizmente morreu no sábado. Foi no sábado passado que ele faleceu; foi atropelado por um automóvel.

Nós combinamos, então, de fazer aqui uma audiência pública para apontar caminhos para evitar que fatos como esse aconteçam.

E vejam: quem estava dirigindo era outro jovem, de 19 anos. Até o pai dele, advogado, esteve aqui, em certa oportunidade, falando sobre direitos humanos, o pai do Raulzito, militante nosso de direitos humanos. Ajudou muito na CPI da Previdência, já esteve aqui conosco, juntamente com Raulzito. E o Raulzito ajudava espontaneamente a divulgar os trabalhos da CPI da Previdência.

Então, é uma situação, de fato, que mexeu com a vida de familiares, claro. Os que perderam o menino são os que mais sofrem, não tem como não dizer isso, mas isso mexeu com todos nós.

Por isso, essa audiência pública tem este objetivo: buscar mais paz no trânsito, principalmente quanto à questão da bicicleta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 161, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de seminário, a ser realizada na cidade de Teresina-PI, nos dias 06 e 07 de dezembro com a temática: MÍDIA, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Na ocasião, teremos como colaboradora a jornalista Cynara Moreira Menezes, que será uma das palestrantes do seminário.

A autoria é da Senadora Regina Sousa, requerimento subscrito também pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A leitura diz tudo: uma bela iniciativa da nossa Presidenta desta Comissão, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo, então, a Presidência ao seu titular, para apreciação do último requerimento, de autoria do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Senador Randolfe, pela...

Só um minutinho, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Só um minutinho. Só vou agradecer a ele. Quero só cumprimentar. Esse Senador é um grande Senador. Como é que ele preside aqui e eu não digo nem "muito obrigado"? O Senador Randolfe, de fato, é um Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

O Senador Randolfe, de fato, é um Senador que se destaca em todas as áreas, e eu tenho muita satisfação por ele ter presidido neste momento a nossa Comissão de Direitos Humanos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A honra é minha, Senador Paim. Acrescento ao meu currículo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... é que, a pedido da nossa Fátima Bezerra, Senadora Presidente da CDR, ela tem um requerimento extrapauta que queria que fosse incluído para debater a Sugestão Legislativa nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

47, de 2017, que solicita a revogação da lei que institui Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. Então, ela está pedindo a inclusão extrapauta, e eu estou subscrevendo esse bom requerimento para debater.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem concorda com a proposta do Senador Paulo Rocha, para que o Requerimento nº 160 seja colocado como extrapauta, continue como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Paulo Rocha, se quiser fazer a defesa, vamos direto à votação desse requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso? O.k.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A própria ementa já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 160, que o objetivo é a realização de audiência pública a fim de debater a Sugestão Legislativa nº 47, de 2017, que solicita a revogação da lei que institui Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, a Lei nº 12.612.

(É o seguinte o item aprovado:

Tem outro extrapauta aqui ainda.

Já foi aprovado que o Requerimento nº 160, de 2017, entraria como extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater a Sugestão Legislativa de nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12612.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Em votação.

A Secretaria afirmou que não tinha colocado em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora o de V. Exª, Senador Paulo Rocha.

Requerimento nº 158, de 2017.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na verdade, já foi aprovado incluir extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É a convocação do Sr. Ministro do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira, para prestar pessoalmente informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas a trabalho escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que venha a ser resgatado na fiscalização do Ministério do Trabalho.

Na verdade, é essa portaria que suscitou todo esse debate, inclusive internacional, porque é um verdadeiro retrocesso naquilo que nós já aprovamos aqui como arcabouço jurídico no combate ao trabalho escravo, na erradicação do trabalho escravo.

Enfim, o que ficou, Sr. Presidente? Nós dois mesmo já conseguimos aprovar convite ao Ministro na CAS, nas outras comissões. E acabou havendo uma mobilização até internacional contra o Governo Temer nessa questão, pelo retrocesso naquilo que já envergonhava o nosso País, que era o trabalho escravo. Com a legislação – tivemos um papel muito importante nisso: eu, como autor, e V. Exª, como Presidente da Comissão, e, depois, toda uma militância nessa área sindical –, conseguimos aprovar leis duras: a PEC que confisca as terras, enfim, todo um processo que ajudou, inclusive, a combater o trabalho escravo no Brasil e começou a resgatar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma imagem positiva a nível internacional perante as assembleias da OIT, enfim. E, agora, com essa portaria, parece que nos coloca em um retrocesso.

Nós convidamos o Ministro gentilmente, num processo. O Ministro se nega a vir. Então, a minha proposta aqui é de convocação ao Ministro para que ele seja obrigado a vir, a esclarecer, a debater com a gente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O requerimento de convite foi aprovado. Ele marcou que viria hoje. Não veio. É justo que V. Exª, então, neste momento, faça a convocação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 34

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do caput dos Art. 50 e 58, inciso 3º § 2º da Constituição Federal e do Art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Paulo Rocha)

Não havendo mais nada a tratar, encerramos os trabalhos desta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 87ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 79ª e 86ª Reuniões desta Comissão e também das Atas da 8ª e 9ª Reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos de imediato para o item 13, de interesse dos dois Senadores presentes.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para a leitura do relatório.

É o Projeto de Lei do Senado nº 262, não é terminativo, a votação é simbólica. O autor é o Senador Romário, V. Exª é Relator.

Trata-se de uma mudança no Código de Processo Civil para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela. (*Pausa.*)

Já leu? Não.

Com a palavra o Relator, Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 262, de 2017, de autoria do Senador Romário, que se propõe a alterar o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.

O art. 1º propõe a modificação de quatro artigos do Código de Processo Civil, na seguinte forma:

a) No art. 747, insere o inciso V, de forma a prever que a própria pessoa com deficiência poderá promover sua interdição;

b) No art. 748, altera o caput, prevendo que o Ministério Público só promoverá a curatela em caso de deficiência mental, intelectual ou doença mental grave; ademais, inclui a referência à própria pessoa com deficiência em seu inciso I e, no inciso II, acrescenta menção aos menores;

c) No art. 751, altera o § 2º, dispondo que, na entrevista com o interditando ou em qualquer outra fase processual, quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz será sempre assistido por equipe multidisciplinar;

d) No art. 755, em relação à sentença que decretar a interdição, introduz o inciso III, o qual dispõe que, quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da curatela, e fixará os limites da curatela na forma da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

e) Ainda no art. 755, altera-lhe o § 1º, dispondo que a curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, devendo o juiz levar sempre em conta a vontade e as preferências da pessoa, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa;

f) Por fim, também no art. 755, insere o § 4º, dispondo que, na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

Na sequência, o art. 2º propõe a inserção do art. 758-A, determinando que as pessoas submetidas a curatela receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que os afaste desse convívio.

Por fim, o art. 3º determina que a lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação da proposta, o autor relata que a proposição se presta a corrigir um atropelo legislativo causado pela entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, que revogou dispositivos do Código Civil alterados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, irá à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Passo à análise.

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental o exame da proposição.

O PLS é altamente meritório, pois visa a corrigir descompasso cronológico que se instaurou no arcabouço jurídico do País em matéria de proteção à pessoa com deficiência.

E, é bom que se note, o faz alinhando-se à tendência internacional de ampla promoção da autonomia da pessoa com deficiência.

O PLS, pois, mostra-se deveras alvissareiro e merece prosperar.

Contudo, a fim de corrigir pequenas falhas de técnica legislativa, proporemos duas pequenas emendas de redação.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1-CDH (DE REDAÇÃO)

No art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017, dê-se a seguinte redação ao texto proposto para o art. 755 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015:

“Art. 755. .....

.....

III – Quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da curatela, e fixará os limites da curatela na forma da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 1º A curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, devendo o juiz levar sempre em conta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade e as preferências da pessoa, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.

.....

§ 4º Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa." (NR)

EMENDA Nº 1 - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2017:

"Art. 2º A Seção IX do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com acréscimo do seguinte artigo:"

Sala da Comissão,

Presidente.

Relator.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Romário com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim, bom dia, Senador Medeiros.

Na verdade, quero agradecer pelo brilhante trabalho feito em relação à relatoria do Senador Medeiros e dizer que é mais um projeto de nossa autoria, Senador, que vem em benefício das pessoas que realmente mais precisam de projetos positivos em nosso País.

A gente tem acompanhado que as coisas vêm melhorando a cada dia, que o preconceito vem diminuindo, mas ainda falta muita coisa para que eles possam ter uma vida mais digna, no meu modo de ver. Então, esse projeto vem ao encontro disso que acabei de dizer.

Muito obrigado, Senador Medeiros, pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua em discussão a matéria.

Senador Cidinho, para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, pela ordem, eu queria pedir a inversão de pauta, depois, do item 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos primeiro votar esse...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se houver concordância.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sim.

Mas, em relação ao projeto ainda, Senador Paulo Paim, eu queria aqui fazer uma fala sobre a atuação do Senador Romário nessa área, porque ele serve de farol para vários outros Senadores, inclusive para mim. Eu não tinha um olhar muito direcionado para essa área, mas, a partir da atuação do Senador Romário, passei a prestar mais atenção e ver o dia a dia dessas pessoas; passei, inclusive, a entender esse universo. O Parlamento brasileiro ganha muito com esse olhar diferenciado que esse Parlamentar traz.

Isto não é confete, é uma constatação merecedora: alguns Parlamentares aqui engrandecem a Casa. Cito o seu caso, por exemplo, na luta pelos aposentados; cito o caso do Senador Cristovam Buarque pela educação; e, agora, essa bandeira altamente meritória e importante, que é o caso dos deficientes. E cito isso porque são pessoas que não têm ninguém por elas.

Cito uma passagem bíblica. Jesus chega para uma pessoa – hoje provavelmente seria um cadeirante – e falou: "Mas você não foi?" Dizia-se que havia um tanque lá ao qual a pessoa ia, se banhava e se curava. "Você não foi? Há quanto tempo você está aqui?" Ele falou: "Estou há 33 anos." Sei lá quantos. "Mas você não foi lá, ao tanque?" Ele falou: "Mas, cada vez em que vou, um entra na minha frente e não consigo ir".

Isso mostra a situação que geralmente essas pessoas têm. Elas não têm muita vez e não têm muita voz. E, quando você tem uma pessoa da estatura do Senador Romário, não que ele seja um Senador maior do que os outros, mas ele tem uma voz maior pela personalidade que foi, e que é, como personalidade pública. Quando você tem uma voz como essa, isso engrandece o trabalho, e essas pessoas passam a ter um referencial e a se sentir representadas.

Então, Senador Romário, queria, mais uma vez, parabenizá-lo por essa luta. Quero que V. Exª conte sempre comigo como um ajudante, como um soldado nessa luta também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o autor, o Senador Romário, que foi, inclusive, o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sempre lembro isso, porque foi importantíssima a sua atuação.

Cumprimento também o Senador José Medeiros pelo brilhante relatório, fazendo alguns ajustes e correspondendo à expectativa do próprio autor.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria só cumprimentar o Senador Romário pela iniciativa, também o Senador Medeiros, e dizer que realmente esse é um tema que mexe bastante com a gente.

Falam que Deus sempre escreve certo por linhas tortas, mas é por linhas corretas mesmo. Deus quis que o Senador Romário tivesse a iniciativa, pelo que ele vive na vida dele. Eu tive oportunidade de ver um vídeo dele citando o exemplo e eu me emocionei bastante com aquele vídeo, que mostra realmente a realidade. Então, Deus usou uma pessoa pública como o Romário, que é ídolo nosso e de vários da minha geração não só no Brasil como também no mundo, para despertar para uma situação de que, muitas vezes, as pessoas não tinham noção nem reconhecimento, tendo, muitas vezes, até vergonha de expor. E o Romário fez isso de forma muito magnânima. Isso mexeu com a gente e fez ver como ele, além de ser atleta do meu time do coração, que é o Vasco da Gama, vai vencer como um grande homem, um grande pai e também aqui como um grande Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Cidinho, Senador Romário, Senador Medeiros.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

Vamos atender, de imediato, o pedido do Senador Cidinho Santos. É o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Autoria: Deputada Tia Eron.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CRA.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para leitura do relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara 47, de 2017, de autoria da Deputada Tia Eron, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Eu vou direto à análise do projeto.

De acordo com os incisos IV e V do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o exame da proposição por esta Comissão.

No nosso entendimento, o projeto de lei da Deputada Tia Eron é altamente meritório. A atividade de extração de mariscos, realizada por milhares de mulheres, ao mesmo tempo em que é vital para o setor de serviços e para o turismo, é altamente insalubre. Entretanto, deve ser observado que o PLC em tela é de caráter programático; em consequência, não traz a devida cogência e apresenta óbices de injuridicidade. Não só ele trata de temas já amparados pela legislação de regência da matéria como também, se aprovado na forma atual, não trará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reais efeitos práticos, pois não traz claras obrigações de fazer e, sobretudo, não prevê fontes de custeio.

Note-se que o projeto trata de quatro grandes temas, todos eles tendo como foco exclusivamente a mulher marisqueira: a definição da atividade; o estímulo do Poder Público a cooperativas, ao crédito, à saúde e à capacitação; a previsão de seguro; e a prioridade na construção de creches.

Cabe observar, de saída, que o PLC se mostra inconstitucional ao legislar em favor de uma dada classe laboral, desde que exercida por mulher.

No que toca aos quatro grandes temas citados, observa-se que:

1) A definição da extração de mariscos, embora possa ser pormenorizada, já se encontra prevista, em termos amplos, na definição de pesca prevista no inciso III do art. 2º da Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

2) Estímulos por parte do poder público também já se encontram previstos na legislação, a saber: cooperativas e capacitação estão previstas nos arts. 28 e 29 da Lei nº 11.959, de 2009; o crédito, nos arts. 7º e 27 da mesma lei; já a saúde, nos arts. 6º e 36 da mesma lei.

3) A previsão de seguro-defeso, por sua vez, está prevista na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal – tenha-se em conta que não nos parece razoável que o poder público deva oferecer indenização securitária quando o agente público não contribui, ainda que de maneira omissiva, para o desastre ambiental, como quer o PLC.

4) O comando para a construção de creches cria tensão no pacto federativo, pois a oferta de educação em creches é competência municipal, conforme o art. 11, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Não se pode esquecer, ademais, que o art. 187 da Constituição Federal já trata da política agrícola (que inclui a pesca), a qual deve levar em conta os instrumentos creditícios, o incentivo à tecnologia, a assistência técnica, o seguro agrícola e, também, o cooperativismo.

Em razão do exposto, apresentamos proposta de emenda substitutiva com vistas a sanar os vícios de injuridicidade observados, aprimorar o PLC e atingir o desiderato buscado pela nobre autora da proposição, qual seja, que a atividade marisqueira tenha acesso ao conjunto de políticas públicas disponíveis para a atividade pesqueira no Brasil.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº 1 – CDH - (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2017
Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para abrigar a atividade extrativa de mariscos como atividade de pesca.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O inciso III do art. 2º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
.....
III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, inclusive a extração de mariscos em manguezais;
....." (NR)
Art. 2º A Seção I do Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passar a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:
"Art. 8º-A. Para todos os fins legais, aquele que extrai mariscos de maneira artesanal em manguezais fica compreendido como pescador artesanal, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar."
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o substitutivo nosso, Presidente.

Eu acredito que se atenda, com a iniciativa da Deputada Tia Eron, com o projeto de lei, o setor dos marisqueiros do Brasil, colocando essa atividade importante no setor de pesca, com todos os benefícios que hoje a lei já concede.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu queria cumprimentar o Senador Cidinho Santos, porque chegou a mim que S. Exª fez um substitutivo que aprimorou e melhorou, inclusive, o relatório da nobre Deputada Tia Eron, a pedido, inclusive, das mulheres que atuam nessa área.

Então, meus cumprimentos.

Vamos agora à votação se ninguém mais quiser discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº1-CDH Substitutiva.

O projeto segue agora para análise da CRA.

Parabéns, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Eu queria, se fosse possível, a gente analisar e aprovar o Requerimento nº 138, de 2017 – acho que está aí na relação de requerimentos de V. Exª. Trata-se de uma diligência pública sobre Área de Relevante Interesse Ecológico aqui no Distrito Federal, que é o Riacho Fundo, Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é extrapauta, pergunto aos Srs. e às Srªs Senadores se concordam com o requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está colocado o seu requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estava aqui na pauta, é só uma inversão. Então, aprovada a inversão, vamos para o item 17.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Posso lê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Riacho Fundo, em vista da decisão judicial que os obriga a desocupá-la no prazo de 30 dias.

Autoria: Senador Hélio José.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Questão de ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, só para ordenar os trabalhos. Há vários outros requerimentos em pauta, depois desse aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seguir a sequência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, reorganizar ou anunciar quais são os requerimentos, inclusive os extrapautas. Aproveito também para chamar a atenção e pedir à Presidência para colocá-lo como extrapauta, porque eu julgava que estivesse no plano hoje, que é um plano de trabalho que estou devendo para a Comissão já há algum tempo, posto pela Presidenta, que é aquele trabalho de retificação do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, só para informar, são os itens 19 e 20.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Eu também tenho um requerimento extrapauta na Mesa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., vamos colocar em votação.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho o item 5 e o item 3, que já foram lidos, estão aguardando discussão e votação, mas não temos quórum ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para terminativos, não; só para simbólicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Já foram lidos os relatórios, mas falta a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dando presença, nós votamos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Rapidamente, então, Sr. Presidente, vou ler o requerimento, que é bem pequenininho.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Riacho Fundo - DF.

Para participar da diligência, indicamos os seguintes convidados: Sr. Tiago Pimentel, Procurador-Geral do Distrito Federal (PGDF); representante da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (Ibram); representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) do Distrito Federal; Administrador Regional da Candangolândia; Sr. Mário Blanco, Prefeito Comunitário da Área de Regularização de Interesse Específico (Arine) Sucupira; Sr. Antônio Edson, Presidente da Associação de Chacareiros do Park Way (Achapark).

Sala da Comissão, Senador Hélio José.

Agradeço a V. Exª.

Esses são os termos do Requerimento nº 138, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos seguir a pauta agora.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas.

Autoria: Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros para encaminhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trata-se de debate sobre as comunidades terapêuticas. Se quiser, leio outra vez aqui.

Requeiro que seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas.

Esse é o seu requerimento.

Se entende que está encaminhado, em coloco em votação.

Alguém quer discutir o requerimento? (*Pausa.*)

Como ninguém quer discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Ronaldo Nogueira - Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Pois não, fale.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esses dois requerimentos, 19 e 20, na verdade, fazem parte do plano de trabalho. Eu preciso apresentar antes, para aprovar o plano de trabalho, esses dois requerimentos 19 e 20, que fazem parte já do plano de trabalho. Então, eu queria apresentar o plano de trabalho e, em seguida, votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Se V. Exªs concordam que a gente primeiro debata – vai ter que ser extrapauta – o plano de trabalho, conforme exposto pelo Senador Paulo Rocha, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, extrapauta, entramos agora com a apresentação e deliberação do Plano de Trabalho desta Comissão 26/2017.

Requer avaliação das políticas públicas para erradicação do trabalho escravo. Autoria: Senadora Regina Sousa; Relatoria: Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para leitura do plano de trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nosso Senador Romário pediu um extrapauta. Se o senhor aquiescer, vamos aprovar primeiro o extrapauta dele, porque ele está com pressa para outra atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. V. Exª é que está orientando os trabalhos, Senador Paulo Rocha. Pediu, eu fiz; quer mudar, eu mudo. Não há problema nenhum. Aqui não há problema nenhum.

Por sugestão do Senador Paulo Rocha, primeiro vamos votar o requerimento do Senador Romário, porque ele tem outro compromisso. Vamos ao requerimento do Senador Romário.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar da questão relativa à instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica.

Autoria: Senador Romário.

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

A audiência pública cumpre a determinação da Lei 12.345, de 2010, que exige previamente a realização da tal audiência.

A neuromielite óptica, também conhecida como doença de Devic, é uma doença inflamatória e desmielinizante do sistema nervoso central, que acomete principalmente os nervos ópticos e a medula espinal, ocasionando diminuição da visão e dificuldade para andar, dormência nos braços e nas pernas e alterações do controle da urina e do intestino.

Essa doença pode ocorrer com sintomas de perda de visão (neurite óptica) em um ou ambos os olhos, inicialmente, ou com sintomas de acometimento da medula (fraqueza ou alterações de sensibilidade nos membros, ou alterações de controle dos esfíncteres – urina ou intestino). Ou, às vezes, os sintomas e sinais visuais e medulares ocorrem simultaneamente.

A sua causa ainda é desconhecida, mas sabe-se que é uma doença autoimune ou de autoagressão, em que o organismo produz proteínas chamadas anticorpos que atacam componentes de seus próprios tecidos.

No Brasil, ainda é insuficiente a divulgação da tal doença, por isso entendo procedente a criação da data, de tal forma que possamos discutir o assunto com mais eficiência e eficácia, não apenas sensibilizando e informando a sociedade sobre a doença, mas especialmente criando mecanismos para que os pacientes busquem os direitos relacionados às doenças raras.

Certo de contar com o apoio dos meus pares, coloco o requerimento para aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o requerimento apresentado e defendido pelo Senador Romário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Senador Romário.

Senador Telmário, pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Senador, eu tenho um requerimento para fazer uma audiência pública para debatermos exatamente um projeto do Senador Romário. Como nós estamos chegando ao final do ano, precisamos dar uma celeridade a isso. Acho que o requerimento está no item 16, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele antecede, de fato, o requerimento do Senador Paulo Rocha.

V. Exª pode fazer a defesa do requerimento.

É o item 16.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de 500 horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: representante do Ministério da Educação; representante da ONG Todos pela Educação; Profª Drª Rita de Fátima da Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Drª Rita de Fátima da Silva, de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Prof. Dr. Jefferson Fernandes do Nascimento, Reitor da Universidade de Roraima; representante da Apae de Boa Vista, Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Apae, porque, inclusive, no meu Estado, Senador Romário, nós temos uma empresa que faz aquele sorteio e tem uma obrigatoriedade para passar para a Apae, para a Apae exatamente abastecer essas pessoas necessitadas. E, no meu Estado, isso não acontece.

Por isso, realmente eu quero que eles venham para eles prestarem contas do porquê de não estar acontecendo isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Pela ordem.) – Senador, pela ordem.

Eu gostaria só de acrescentar o nome de mais uma pessoa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele concluindo, V. Exª cita o nome e nós incluímos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não. Eu já concluo e acato a sugestão do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para fazer a leitura, como temos que fazer, embora o essencial V. Exª tenha lido.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Já concedemos a palavra ao autor, o Senador Telmário Mota, que encaminhou.

O Senador Romário faz um adendo.

O Senador Romário tem o nome já para indicar ou indicará posteriormente à Mesa?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Srª Loni.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome completo, por favor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Srª Loni Manica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Eu tenho a satisfação de dizer que a Loni Manica é assessora direta do Senador Romário e foi minha assessora também. É de fato uma estudiosa sobre esse tema.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Sobre o assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi incluído o nome da Loni Manica.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos para... (*Pausa.*)

Vamos agora ao Senador Paulo Rocha.

Apresentação e deliberação do plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 35

PLANO DE TRABALHO

Plano de trabalho do RDH 26/2017 – Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Escravo, nos termos do art. 96-B do RISF.

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Requer avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo.

A autoria é da Senadora Regina Sousa.

A relatoria é do Senador Paulo Rocha, a quem eu concedo a palavra neste momento para leitura do plano de trabalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu venho aqui para o lado do nosso Senador José Medeiros. Ele vai ser um grande parceiro nesse trabalho, porque ele vem de um Estado muito importante nessa questão, Mato Grosso, além disso é da Polícia Rodoviária Federal, que cumpriu um papel muito importante nesta história que eu vou contar inicialmente ao apresentar este plano de trabalho.

A Comissão, logo no início da atual gestão, decidiu fazer um plano de trabalho para avaliar as políticas e políticas públicas que tinham a ver com direitos humanos etc. E coube-me fazer uma proposta de trabalho sobre a política pública da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Preciso só recuperar a história desse processo, porque os então Deputados Paulo Paim e Paulo Rocha, quando chegamos aqui... Nós somos os mais antigos, não somos os mais velhos aqui. Quando nós chegamos aqui, ao Congresso Nacional – o Paim já tinha chegado antes, na época da Constituinte; eu cheguei no mandato de 1991 –, fomos dirigir, nós dois, a Comissão do Trabalho, lá na Câmara Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Logo depois o Ulysses chegou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, nós chegamos depois do Ulysses. (*Risos.*)

Então, nós criamos lá na Câmara... Dentro das comissões existe a possibilidade de criar subcomissões – eu acho que nós deveríamos inaugurar aqui esse tipo de coisa, principalmente nas comissões em que a gente tem Senadores com atuações importantes em cada área. E lá nós criamos a Subcomissão de Combate à Violência no Campo. Havia muitos conflitos no campo, etc. e tal. E de lá surgiu, então, das várias entidades que participavam dessa situação, surgiu a ideia de combate ao trabalho escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vinha de um Estado que era campeão nessa questão do trabalho escravo. Mas havia também lá nas carvoarias de Mato Grosso, aqui mesmo havia o pessoal que quebrava pedra ao redor de Pirenópolis, lá no Rio Grande do Sul havia trabalho escravo ou degradante na questão de apanhar o mate etc. A partir dali nós tivemos todo um trabalho nesse processo de construir. E foi desse grupo que surgiu a legislação que nós conseguimos aprovar, uma legislação de minha autoria, de combate ao trabalho escravo. Na verdade, era incluir no art. 149 do Código Penal aqueles que usavam trabalho escravo.

E a Polícia Rodoviária Federal, Medeiros, teve um papel muito importante de contribuição nisso, porque o uso do trabalho escravo nas regiões mais distantes... O trabalhador é pego num Estado mais pobre, ou onde há muito desemprego, e é levado para trabalhar nesses ambientes longínquos, como lá no Pará, na questão da derrubada, lá no Mato Grosso, na questão do carvão etc. etc. Então, a Polícia Rodoviária Federal tem um papel importante: ela pilhava, digamos assim, os transportadores, que eram os chamados gatos, que levavam o trabalho escravo. Com isso, a gente conseguiu, aqui no Congresso Nacional, aprovar essa lei, e até avançamos muito mais, com a aprovação da PEC que é o confisco das terras onde havia trabalho escravo.

Fizemos, portanto, uma legislação importante, que trouxe um avanço muito importante. Foi aí que, na época ainda do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo Móvel, que é o grupo que fiscaliza por aí essa questão do trabalho escravo. Depois veio a lista suja, a famosa lista suja que foi provocada agora pela portaria do Ministro do Trabalho. Foi criada, portanto, uma política pública de erradicação do trabalho escravo no Brasil, e sobre isso, então, que eu quero apresentar o plano de trabalho.

Dito tudo isso, eu dou como sugestão, Presidente, debates e audiências públicas aqui, no âmbito da Comissão, para fazer esse tipo de debate e avaliação, para não ficar esta dicotomia que sempre há, com os avanços da visão conservadora, que está surgindo aí de novo, na questão do combate ao trabalho escravo: quem defende os direitos humanos é gente de um lado, os grandes empresários rurais são os grandes escravagistas etc. Não é que se fuja desse debate, mas nós não queremos que fique um debate polarizado, só a partir dessas visões aí. Portanto, eu estou querendo fazer um debate mais profundo, trazendo estudiosos etc, o que é o papel desta Comissão para avaliar a política pública.

Eu sugiro os seguintes temas para serem tratados na audiência pública.

O primeiro tema é trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil e no mundo, fazendo um debate profundo, trazendo o pessoal da OIT etc., que já tem essa experiência no mundo, assim como aqui nós também já temos experiência muito importante a partir dessa legislação, que eu disse que nós aprovamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo tema são os aspectos econômicos da escravidão moderna. Eu lembro que, na época, o pessoal da área rural achou que estava muito carimbado o trabalho escravo só na área rural, propondo também dar uma olhada na questão urbana. Surgiram muitas denúncias na época de que havia muitos bolivianos, ao redor de São Paulo e mesmo no comércio de São Paulo, que eram usados se não em trabalho escravo, mas em análogo ao trabalho escravo e tal.

Terceiro: aplicações das normas internacionais e nacionais relativas à prevenção e à repressão do trabalho em condições análogas à escravidão.

Quarto: a experiência recente de enfrentamento ao trabalho escravo, prevenção, repressão e reinserção social das vítimas. Houve esse grupo de trabalho móvel junto com outras entidades, e pegaram trabalho escravo. O grupo não só forçava aquele dono do trabalho a pagar os direitos trabalhistas, mas também o Governo a ver uma política de reinserção desses trabalhadores numa atividade mais decente, mais humana etc.

Quinto: principais desafios no combate ao trabalho escravo.

Sexto: propostas para o aprimoramento das normas e das políticas públicas.

Uma das questões levantadas aí, que, se não me engano, veio através de um projeto do Senador Romero Jucá, é tentar resolver aquilo que principalmente os empresários reclamam: há um sombreamento entre o que é trabalho penoso e trabalho escravo etc. etc. Por isso é que há essa questão aí do questionamento em relação aos fiscais do trabalho, porque falta uma legislação que seja mais clara do que é trabalho escravo ou, pelo menos... Sobre o que é trabalho escravo, nós temos certeza de que há na legislação, que foi o que nós conseguimos aprovar, mas acham que há um sombreamento entre o que é trabalho penoso, degradante, trabalho escravo e infrações trabalhistas.

Então, nesse sentido, eu estou propondo este plano de trabalho para a gente aqui, na Comissão, ao longo do tempo, fazer esse tema. Eu sei que nós estamos aprovando isso já no final do ano. Acho que são tarefas aí para os próximos...

Nesse sentido, Presidente, além do plano de trabalho, eu propus já, diante da situação aí da portaria, eu propus esses dois requerimentos que vieram no item 19, que requer a avaliação das políticas públicas de erradicação do trabalho escravo, chamar, convidar os Ministros do Trabalho, a Srª Raquel, Procuradora-Geral, Ministro do TST e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a OIT. Seria já o início, através desse requerimento, já uma primeira audiência sobre essa avaliação, a aplicação, sobre essa questão do plano de trabalho e a legislação sobre a questão da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro item, o outro requerimento, seria, de novo, dentro da avaliação de políticas públicas de erradicação do trabalho escravo, a representação da chamada sociedade, dos setores de governo que trabalham mais diretamente no processo, que são a representação do Ministério Público do Trabalho, a representação nacional dos magistrados, Anamatra, a representação dos fiscais do trabalho, através do sindicato Sinait, e a representação dos movimentos dos direitos humanos.

Então, esses dois requerimentos já faziam parte de audiências públicas a partir do plano de trabalho que eu ora apresento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente e Senador Paulo Rocha, eu acho extremamente importante o debate desses temas, principalmente porque o debate tem ficado extremamente polarizado e misturado com coisas que não deveriam estar na mesa.

Veja bem: nós temos uma situação no campo hoje que não agrada a quem está trabalhando. Eu tenho discutido aqui... Uma das coisas que... Eu e o Senador Paulo Rocha temos posições, muitas vezes, diferentes, mas uma coisa que eu admiro no Senador Paulo Rocha é que ele tem honestidade intelectual e compreende as diferenças do Brasil, compreende o que acontece no campo e não faz politicagem, não faz jogo sujo.

Veja bem: nós temos trabalho escravo, sim, no Brasil em algumas situações, e foi citado aqui, por exemplo, esse caso dos bolivianos. Eu trabalhei 22 anos na área de segurança pública e cansei de ver bolivianos sendo levados para trabalhar em São Paulo como escravos, sim. E tem havido várias operações para combater isso. Também vi vários ônibus de nordestinos sendo levados por "gatos" para trabalhar como trabalhadores escravos em vários lugares do País.

Agora, a legislação precisa ser clara e dar segurança a quem trabalha, para que pessoas decentes, pessoas honestas não sejam colocadas, de repente, numa lista suja de trabalho escravo por essa ou aquela infração.

Nós temos hoje no Brasil – e não estou condenando – alguns meninos que passam em qualquer concurso. Eles estão no Leblon, estão na Avenida Paulista. Eles passam e são mandados, de repente, para o Pará, para o Mato Grosso. E, de repente, com a letra fria da lei, chegam, por exemplo, lá no Pantanal, onde há um varal de carne sendo colocada no sol. E, lá no Pantanal, Senador Paulo Paim, as pessoas gostam de comer carne seca no arroz, é o que se chama Maria Isabel. Houve uma situação lá em que um fiscal chegou, viu aquela carne seca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e saiu quase vomitando. Ele falou: "Olha, tem uma situação de trabalho escravo aqui". A sorte do fazendeiro é que havia um auditor fiscal mais antigo que perguntou qual era o problema. "Estão servindo carne podre para os funcionários!" Ele foi dar uma olhada. O fiscal chegou lá, cortou com um canivete parte daquela carne que estava salgada e seca e começou a comer a carne seca. O outro falou: "O que é isso?" E ele respondeu: "Rapaz, é o seguinte: se esse fazendeiro trouxer carne fresca, picanha, aqui para eles, eles não querem. Eles gostam é dessa carne aqui". É a carne seca para fazer no arroz e tal.

Então, assim, há algumas nuances. Quer dizer, se dependesse daquele rapaz novo, o fazendeiro já ia ser enquadrado em trabalho escravo. Essas coisas precisam ficar bem claras, para que a pessoa tenha segurança e não fique ao alvedrio da interpretação, senão vamos ter até a economia impactada.

Há outro caso lá, em que vi uma situação, Senador Paulo Paim. Existe uma NBR sobre a questão das botas que o vaqueiro deveria usar. Aí, um fazendeiro comprou as botas de acordo com a NBR. Acontece que os estribos dos cavalos... Para quem está nos acompanhando, o estribo é aquele que sai da sela, onde o vaqueiro enfia o pé para se sustentar. A bota que tinha sido aprovada não entrava no estribo. Entrava, mas entrava forçada e corria o risco de o pé ficar preso. E os vaqueiros não estavam usando. Chegou a fiscalização e colocaram uma multa pesadíssima no fazendeiro. Ele falou: "As botas estão aí, mas eles preferem não usar, porque ficam com medo, porque não está entrando". Não teve acordo: multou, e as multas são pesadas, de R$ 30 a R$40 mil.

Então, eu trabalhei muito tempo em fiscalização e digo o seguinte: quando as coisas têm um equilíbrio, um meio, a população não acha ruim.

Mas quer ver uma coisa que irrita? O Código de Trânsito tem muitas multas, por exemplo, que levam à apreensão do veículo. Quando é uma coisa que faz sentido, o dono do veículo até fala que está certo mesmo e que tudo bem. Mas quer ver uma coisa que irrita? É o sujeito estar viajando com a família, e a luz de placa dele queimou. E o agente simplesmente fala que está preso o carro, porque a luz de placa queimou. Ele não admite uma coisa dessas, porque não faz sentido, mas a lei está dizendo que é assim. Mas não faz sentido.

Então, esse debate é extremamente importante, primeiro, para a gente aclarar as coisas, e mais, a gente limpar qualquer ranço político que venha a ter. A legislação não pode ser extensão dos meus anseios, das minhas ideologias, dos meus ranços. Ela não pode ter ranço; ela tem que ser limpa e clara para que ela possa nortear... Eu sei que é difícil a gente açambarcar numa legislação, ainda mais num País em que a gente tem diferenças e nós temos mania de querer colocar tudo no papel, tudo na lei. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma Constituição pequenininha. A nossa é grandona, duzentos e tantos artigos, porque a gente quer colocar tudo lá. Então, não é fácil você positivar tudo. Por isso, ficam essas dúvidas. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não estiver lá... E isso é uma maravilha depois nos tribunais, porque é brecha para cá, brecha para lá.

Então, esse debate aqui, Senador Paulo Rocha, vai ser importante até para a gente fazer aquele debate e lavar a alma daquilo...

Eu tenho visto discurso aqui dizendo, Senador Paulo Paim, que o DNA do empresário brasileiro é escravagista. Isso é uma maldade. Isso é maldade. Eu nunca fui empresário, então, eu posso falar. Eu trabalhei de empregado a vida inteira, mas, olha, para quem eu trabalhei, em todos eles – agradeço a todos os meus patrões – nunca vi esse DNA escravagista. Então, eu defendo que os bandidos sejam punidos, mas as pessoas de bem não podem levar a pecha de bandido. Seria a mesma coisa de a gente dizer que porque existe traficante na Rocinha o DNA do povo brasileiro é de traficante. Isso é um absurdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer, Senador Medeiros, que eu concordo com a tese.

Eu trabalhei no grupo Abramo Eberle, com quase 5 mil trabalhadores. Nunca tive problema nenhum. Estudei, me formei, a minha casa financiei por lá. E hoje eu sou funcionário do grupo Tramontina. Estou liberado, claro, há 30 anos, mas sou funcionário do grupo Tramontina. E também não tenho problema nenhum com o grupo. Dou-me, inclusive, muito bem com eles. Vieram aqui ao Senado me visitar no período em que eu estou aqui e no tempo em que eu trabalhei lá.

Então, eu concordo com V. Exª que não dá para generalizar. Tem políticos corruptos e não corruptos; tem empresários corruptos e não corruptos também em todas as áreas. Por isso eu entendo a fala de V. Exª, que não dá para generalizar, achar que todo empresário da área rural ou urbana é malandro, é corrupto, e tem essa visão escravocrata. V. Exª está coberto de razão.

Vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado pelo Relator, o Senador Paulo Rocha.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos aos requerimentos, também de autoria do Senador Paulo Rocha, que, segundo o relatório, fazem parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ronaldo Nogueira – Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora-Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Autoria: Senador Paulo Rocha

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só queria, quanto ao Ministro do TST, deixar claro que é o Presidente do TST, Ives Gandra, até porque ele nos provocou, agora, com essa entrevista de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui não consta. Seria importante que V. Exª colocasse de imediato.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, mas eu estou acrescentando: Ives, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, V. Exª vai colocar o nome e vai rubricar, no segundo momento, o próprio requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A partir daquela entrevista que ele deu, acho que seria bom ele vir aqui fazer essas avaliações públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro do TST Ives Gandra.

Da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, creio eu que seja a Secretária, porque não consta também aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Secretária. Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização Internacional do Trabalho (OIT), o representante da OIT. É isso? (*Pausa.*)

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 20 agora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria também acrescentar, já que eu pus lá geral, que o representante do Movimentos Humanos Direitos, na verdade, é o Presidente, o Padre Ricardo Rezende. Está aí: representante do Movimento Humanos Direitos, Pe. Ricardo Rezende. E acrescentando o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Lelio Bentes. O senhor se lembra dele, que foi um dos que colaborou muito com aquela Comissão da qual falamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro, lembro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, seria importante ele fazer a avaliação, já que ele começou desde lá. Ainda não era nem Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Agora, ele é. Acho que seria bom ter a presença dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço a leitura do requerimento com os adendos que a Secretaria da Mesa já tomou nota.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a "Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo", com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho (Sinait); Representante do Movimento Humanos Direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Rocha

Concedo a palavra para aqueles que ainda quiserem discutir o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, com os adendos já colocados pelo nobre Senador Paulo Rocha, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com base no caput do art. 50 e no inc. III do §2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, assim como no §1º do art. 397 do RISF, a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Torquato Lorena Jardim para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito de suas declarações de que Comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro seriam associados ao crime organizado e ao narcotráfico e subordinados a Parlamentares federais.

Autoria: Senador José Medeiros

A autoria é do Senador José Medeiros, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Paulo Paim, o Ministro fez essa declaração que repercutiu em nível nacional, uma declaração forte. E interessa ao Senado brasileiro saber se realmente o Rio de Janeiro está nessa situação e também que Parlamentares são esses. Houve uma solicitação do Ministério. Portanto, como é de praxe, a Comissão solicita que a gente transforme em convite, mas também nos interessa saber isso e porque tem uma outra declaração que o Ministro fez e que nos preocupa muito. Ele diz que aquela situação só pode ser vista no próximo governo. E a nosso ver isso nos deixa muito preocupados, porque ainda falta um ano para terminar este Governo. Então, a nosso ver, isso precisa ser tratado pela Casa, porque nós não podemos esperar um ano para que a situação do Rio e do próprio Brasil fique à espera de alguma solução. É isso que esperamos tratar com o Ministro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Senador Randolfe para assumir a Presidência. Temos alguns requerimentos que são de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 145, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os senhores estão acompanhando o trabalho da nossa subcomissão que trata do novo Estatuto do Trabalho, a nova CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa que existe aí virou a consolidação do empregador. Nós queremos fazer uma do mundo do trabalho e já estamos na décima reunião, com especialistas, juízes, advogados, procuradores, enfim, aqueles que conhecem com profundidade o mundo do trabalho.

Esse específico requerimento busca discutir e atender, nessa nova visão do mundo do trabalho, a situação dos setores mais vulneráveis, ou seja, os mais discriminados. Aí, claro, por justiça, eu peço que, se V. Exª puder, inclua a palavra "mulheres", porque a discriminação contra a mulher no trabalho é hedionda. Então, não é só negro, índio, deficiente e idoso, mas também as mulheres. Até porque eu tento aprovar nesta Casa um projeto de lei que não é de minha autoria, que veio da Câmara para cá, para que a mulher tenha os mesmos direitos que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem no mundo do trabalho, naturalmente, em condições de trabalho e salário, e não deixam aprovar. Cada vez que vai ser aprovado eles jogam para a Comissão de Reforma Agrária, para a Comissão de Infraestrutura, sabe?, esse caminho que é feito por aqueles que não querem que um projeto seja aprovado.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A pedido do autor, acrescento a expressão "mulheres".

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com o consentimento do autor, vou fazer a leitura em bloco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Depois concedo a palavra ao autor dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Leio os itens.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A Previdência Social que queremos".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Em prol da Polícia Penal".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58 §2º, incisos III e V, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a adoção compulsória.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros De autoria da Senadora Regina Sousa, subscrito também por S. Exª o Senador Paulo Paim.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "Direitos das Pessoas Presas e o contato com familiares – acesso à visita íntima", com a participação de especialistas no tema e familiares de pessoas presas.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Subscrito também pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A atuação do Movimento Resistência Popular pelo Direito à Cidade (MRP)".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades. "

Autoria: Senador Paulo Paim

O pacote de maldades do Governo Michel Temer.

Por fim, o próximo item.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, trabalho voluntário"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o autor dos requerimentos já citados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a leitura que V. Exª fez, com o brilhantismo de sempre, deixou muito claro qual o objetivo de cada um desses requerimentos. São temas diferentes. O requerimento é claro. Por isso, eu peço a aprovação dos Parlamentares. E ganhamos tempo para que o debate se faça com profundidade no ato da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Em votação os requerimentos em bloco.

Aqueles Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Devolvo a Presidência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que há extrapauta. Se V. Exª puder também... São, inclusive, da Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, subscritos por V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como ela não se encontra, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta que foram solicitados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive, do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O.k.. Então, inclusos para apreciação os itens extrapauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exª vai subscrever o da Regina, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, o Senador Paulo Paim subscreve todos os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, subscrevi o dela.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o meu está extrapauta, o da convocação do Ministro do Trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Em apreciação.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que "Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente. ".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Senador Randolfe é o autor desse importantíssimo projeto. Trata-se do estatuto da adoção, em resumo.

Só desde quando o recebi, já recebi mais de cem correspondências pela internet, pelas redes sociais – cem, duzentas, cumprimentando pela iniciativa, e muitos querendo se debruçar sobre o tema e discutir com V. Exª e também, claro, com o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a intenção é aprovar o requerimento e fazer o possível para acelerar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª. Esse é um tema fundamental para ser apreciado aqui, pelo Senado e, em seguida, pela Câmara dos Deputados.

Se V. Exª me permite, sugiro e acrescento, na audiência pública, a participação do IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família, que, na verdade, foi quem inspirou essa matéria, esse tema, e, em especial, da Drª Maria Berenice, Presidente-Membro da Diretoria do IBDFAM. É a partir deles que apresentamos essa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acatado já, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública sobre o Estatuto da Adoção.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Políticas Públicas de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana com Ênfase na Mobilidade Ativa (ciclista e pedestre)".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse merece um carinho especial, embora de um minuto, porque nós já fizemos aqui duas ou três homenagens a um jovem chamado Raulzito, que era um apaixonado pelo meio ambiente, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bicicleta, desse grupo Rodas da Paz. Infelizmente morreu no sábado. Foi no sábado passado que ele faleceu; foi atropelado por um automóvel.

Nós combinamos, então, de fazer aqui uma audiência pública para apontar caminhos para evitar que fatos como esse aconteçam.

E vejam: quem estava dirigindo era outro jovem, de 19 anos. Até o pai dele, advogado, esteve aqui, em certa oportunidade, falando sobre direitos humanos, o pai do Raulzito, militante nosso de direitos humanos. Ajudou muito na CPI da Previdência, já esteve aqui conosco, juntamente com Raulzito. E o Raulzito ajudava espontaneamente a divulgar os trabalhos da CPI da Previdência.

Então, é uma situação, de fato, que mexeu com a vida de familiares, claro. Os que perderam o menino são os que mais sofrem, não tem como não dizer isso, mas isso mexeu com todos nós.

Por isso, essa audiência pública tem este objetivo: buscar mais paz no trânsito, principalmente quanto à questão da bicicleta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 161, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de seminário, a ser realizada na cidade de Teresina-PI, nos dias 06 e 07 de dezembro com a temática: MÍDIA, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Na ocasião, teremos como colaboradora a jornalista Cynara Moreira Menezes, que será uma das palestrantes do seminário.

A autoria é da Senadora Regina Sousa, requerimento subscrito também pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A leitura diz tudo: uma bela iniciativa da nossa Presidenta desta Comissão, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo, então, a Presidência ao seu titular, para apreciação do último requerimento, de autoria do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Senador Randolfe, pela...

Só um minutinho, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Só um minutinho. Só vou agradecer a ele. Quero só cumprimentar. Esse Senador é um grande Senador. Como é que ele preside aqui e eu não digo nem "muito obrigado"? O Senador Randolfe, de fato, é um Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

O Senador Randolfe, de fato, é um Senador que se destaca em todas as áreas, e eu tenho muita satisfação por ele ter presidido neste momento a nossa Comissão de Direitos Humanos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A honra é minha, Senador Paim. Acrescento ao meu currículo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... é que, a pedido da nossa Fátima Bezerra, Senadora Presidente da CDR, ela tem um requerimento extrapauta que queria que fosse incluído para debater a Sugestão Legislativa nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

47, de 2017, que solicita a revogação da lei que institui Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. Então, ela está pedindo a inclusão extrapauta, e eu estou subscrevendo esse bom requerimento para debater.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem concorda com a proposta do Senador Paulo Rocha, para que o Requerimento nº 160 seja colocado como extrapauta, continue como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Paulo Rocha, se quiser fazer a defesa, vamos direto à votação desse requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso? O.k.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A própria ementa já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 160, que o objetivo é a realização de audiência pública a fim de debater a Sugestão Legislativa nº 47, de 2017, que solicita a revogação da lei que institui Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, a Lei nº 12.612.

(É o seguinte o item aprovado:

Tem outro extrapauta aqui ainda.

Já foi aprovado que o Requerimento nº 160, de 2017, entraria como extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater a Sugestão Legislativa de nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12612.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Em votação.

A Secretaria afirmou que não tinha colocado em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora o de V. Exª, Senador Paulo Rocha.

Requerimento nº 158, de 2017.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na verdade, já foi aprovado incluir extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É a convocação do Sr. Ministro do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira, para prestar pessoalmente informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas a trabalho escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que venha a ser resgatado na fiscalização do Ministério do Trabalho.

Na verdade, é essa portaria que suscitou todo esse debate, inclusive internacional, porque é um verdadeiro retrocesso naquilo que nós já aprovamos aqui como arcabouço jurídico no combate ao trabalho escravo, na erradicação do trabalho escravo.

Enfim, o que ficou, Sr. Presidente? Nós dois mesmo já conseguimos aprovar convite ao Ministro na CAS, nas outras comissões. E acabou havendo uma mobilização até internacional contra o Governo Temer nessa questão, pelo retrocesso naquilo que já envergonhava o nosso País, que era o trabalho escravo. Com a legislação – tivemos um papel muito importante nisso: eu, como autor, e V. Exª, como Presidente da Comissão, e, depois, toda uma militância nessa área sindical –, conseguimos aprovar leis duras: a PEC que confisca as terras, enfim, todo um processo que ajudou, inclusive, a combater o trabalho escravo no Brasil e começou a resgatar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma imagem positiva a nível internacional perante as assembleias da OIT, enfim. E, agora, com essa portaria, parece que nos coloca em um retrocesso.

Nós convidamos o Ministro gentilmente, num processo. O Ministro se nega a vir. Então, a minha proposta aqui é de convocação ao Ministro para que ele seja obrigado a vir, a esclarecer, a debater com a gente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O requerimento de convite foi aprovado. Ele marcou que viria hoje. Não veio. É justo que V. Exª, então, neste momento, faça a convocação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 34

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do caput dos Art. 50 e 58, inciso 3º § 2º da Constituição Federal e do Art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Paulo Rocha)

Não havendo mais nada a tratar, encerramos os trabalhos desta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 88ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 154/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: "Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades". Participantes: Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Gibran Ramos Jordão, Coordenador-Geral da FASUBRA Sindical; Marco Aurélio Gonsalves, Diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Francelino das Chagas Junior, Representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; Rudiney Marques, Presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle - UNACON e da FONACATE, e representante do ANFFA Sindical; Flávio Alves da Silva, Vice-Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES; Williamis da Silva Vieira, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE; Gerardo Alves Lima Filho, Coordenador de Finanças da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE; Cleiton Camargo Batista, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística; Marcelo Azevedo, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Alexandre Caso, Diretor de Assuntos Legislativos da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora; Sergio Ricardo Moreira de Castro, Diretor de Assuntos Previdenciários do SINDIRECEITA; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Instituto MOSAP; e Laurizete Araújo Gusmão, Representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 89ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e dos Senadores não membro Dalírio Beber e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 141/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater "as circunstâncias que levaram a morte do Doutor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina", com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Participantes: Diana Dias Sampaio, Secretária Geral do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior - ATENS-SN; Luis Eduardo Acosta Acosta, 1º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; e Juliano Scherner Rossi, Procurador Federal junto a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e o Senador Dalírio Beber. A presidente concede a palavra ao Deputado Federal Wadih Damous. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 90ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Cidinho Santos e dos Senadores não membros Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Vicentinho Alves, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 149/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater: "Em prol da Polícia Penal". Participantes: Cabo Sabino, Deputado Federal; Lincoln Portela, Deputado Federal; Jair Bolsonaro, Deputado Federal; Moisés Diniz, Deputado Federal; Flávia Moraes, Deputada Federal; Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da FENASPEN; Euclenes Pereira da silva, Presidente do Sindicato dos Agentes de Execução Penal Federal do Distrito Federal; Luiz Antonio Possas de Carvalho, Advogado - Sócio das Empresas Civitas Consultores Associados Ltda e Consultores Civitas Ltda; Sóstenes Araújo, Diretor da FENASPEN e Presidente do SINDEASPES/ES; Deidison Brian, Associação dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal; Gutembergue Oliveira, Diretor da FENASPEN e Presidente do SINDSISTEMA/RJ; Robson Reyme, Diretor da AMAPERGS Sindicato – RS; Geonias Oliveira Santos, Diretor da FENASPEN e Coordenador do SINSPEB/BA; Renilda José Rita, Representante do SINDASP/MG; Fábio Cesar Ferreira, Diretor da FENASPEN e Presidente do SIFUSPESP/SP; Manoel Joaquim da Silva Filho, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASP/PE; Claudio Fernandes, Diretor da FENASPEN; Jori Oeiras, Deputado Estadual do Amapá e Agente Penitenciário; Wilker Kaizer, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASPES/ES; Marcia Maria Barbosa de Oliveira, Diretora da FENASPEN e Diretora do SINDASP/PE; Reginaldo Sardinha, Associação dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal; Arnaldo Faria de Sá, Deputado Federal; Cléber Virgínio, Vice-Presidente do SINDPEN/DF; Maryland Lima Cardoso, Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal; Paulo Rogério, Agente Penitenciário e ex-vereador da Cidade Ocidental-Goiás; Ana Perugini, Deputada Federal; José Roberto Neves, Diretor do SINDARSPEN/PR; Adeilton de Souza Rocha, Vice-Presidente da FENASPEN e Presidente do SINDASP/MG; Carlos Alberto Nogueira, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASP/MG; Diemerson Sousa, Presidente da AMASP-MG e Agente penitenciário; Diana Moreira, Agente Penitenciária do Goiás; Cícero Sarnei, Agente Penitenciário de São Paulo; Vladimir Dantas, Agente Penitenciário de Minas Gerais; Capitão Augusto, Deputado Federal; Soldado Noélio, Vereador de Fortaleza; e Eugênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferreira, Vereador de Unaí e Agente Penitenciário. O Presidente concede a palavra aos Deputados Cabo Sabino, Lincoln Portela, Jair Bolsonaro, Capitão Augusto, Moisés Diniz e Arnaldo Faria de Sá e para as Deputadas Federais Flávia Moraes e Ana Perugini. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 91ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, José Pimentel, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Wilder Morais e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da octogésima sétima a nonagésima Reuniões da CDH e, também, a ata da décima reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida à Senadora Marta Suplicy. ITEM 13 - OFICIO "S" Nº 37, de 2013 - Não Terminativo - que: "Encaminha ao Senado Federal relatório sobre os trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul." Autoria: Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pelo arquivamento, tendo em vista a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2011, aprovada neste Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, em harmonia com a sugestão da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul às Casas do Congresso. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da matéria, tendo em vista a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2011, aprovada neste Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, em harmonia com a sugestão da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul às Casas do Congresso. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 6, de 2017 - Não Terminativo - que: "Psicólogos com piso salarial de R$4.800,00, por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 25, de 2017 - Não Terminativo - que: "Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 28, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 33, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim do Imposto sobre Veículo Automotores, IPVA" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 40, de 2017 - Não Terminativo - que: "Desconto de 30% na compra de automóveis por professores" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 19 - SUGESTÃO Nº 46, de 2017 - Não Terminativo - que: "Liberação de carros rebaixados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 162 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 44/2017, que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 163 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a formação de professores" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 164 de 2017 que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 135 de 2017, para que o tema a ser debatido na Audiência Pública seja “A Valorização da Pessoa com Deficiência, os Desafios e Avanços da Acessibilidade na Gestão Pública”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 165 de 2017 que: "Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao RDH 155 de 2017, para que o tema da audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, seja “Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário”" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 167 de 2017 que: "Requer, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. FERNANDO SEGÓVIA, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acerca das possíveis interferências relacionadas à sua indicação ao cargo e sobre qual deve ser o comportamento da instituição que está comandando de agora em diante em relação à Operação Lava Jato, além de outras." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 166 de 2017 que: "Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 158, de 2017, para que o termo convocação seja alterado para convite." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, para realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 168 de 2017 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça em Santa Catarina que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa. Essa comunidade tem sofrido constantemente com ataques por defender a demarcação de suas terras." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 169 de 2017 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a defesa da soberania nacional, com a participação de ex-Senadores da República. Os nomes dos convidados serão comunicados posteriormente." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte e três minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e trinta e um minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Às doze horas e quarenta e dois minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e cinquenta e cinco minutos o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy e os Senadores Sérgio Petecão, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Cidinho Santos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental para iniciar a discussão das matérias, esperando número no painel para que haja votações, declaro aberta a 91ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 87ª e 90ª Reuniões desta Comissão e também da Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Temporária dos Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Enquanto aguardo o número necessário no painel para que possamos deliberar sobre temas que não sejam terminativos, eu apresento aqui na Comissão de Direitos Humanos uma matéria resultado da CPI da Funai: a TI Morro dos Cavalos sofre ataque tiros.

A terra indígena guarani Morro dos cavalos fica localizada em Palhoça, Município no litoral de Santa Catarina, próximo à rica capital, Florianópolis. Todos os dias mulheres guaranis levam artesanatos para vender no centro da capital catarinense e ficam ali, quase invisíveis aos olhos de todos os que não são índios.

A TI Morro dos Cavalos foi o pivô da CPI Funai e Incra, que foi criada pelos Deputados ruralistas no Congresso para investigar reportagem feito pelo jornal de Santa Catarina ligado à emissora Globo. A reportagem afirma que os guaranis seriam paraguaios trazidos ao Brasil por antropólogos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Não bastasse a invisibilidade regional e os ataques xenófobos da maioria não índia no Estado, a TI Morro dos Cavalos sofre com a presença constante de milhares de pessoas que cruzam em frente às aldeias Tekoá Yarã Porã e Tekoá Itaty pela BR-101, que corta a área em duas partes, ligadas apenas por uma passarela.

Há previsão, desde 2000, da instalação de dois túneis sob o Morro dos Cavalos, o que liberaria a área para usufruto exclusivo dos guaranis, conforme manda a Constituição Federal de 1988 em seu art. 231, porém a pressão de políticos e da mídia é muito mais para desconsiderar a presença indígena e manter o trajeto da rodovia por cima do morro, o que já foi considerado ambientalmente inviável pelo Ibama.

Desde 2013, conforme liderança da terra indígena, quando começou o processo de indenização dos posseiros não indígenas, vêm ocorrendo ameaças físicas aos guaranis. Documentos lançados pela comunidade nas redes sociais afirmam que um grupo de cerca 40 pessoas invadiu uma residência na aldeia, soltando tiros e fogos de artifício, mas foram retirados pelas Polícias Rodoviária Federal e Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde aquela época relatam lideranças – que não quiseram se identificar por estarem sendo perseguidas – que a Polícia Federal se recusa a agir e a investigar os ataques. "Os ataques ocorrem sempre em feriados e em finais de semana, quando os juruás [não indígenas], saem para beber e passam de madrugada pela BR, dando tiros contra as casas dos indígenas", afirmou uma liderança.

O último ataque ocorreu na madrugada do dia 18 para 19 de novembro, de sábado para domingo. Segundo relatos, carros passaram atirando contra as casas de familiares guaranis Tekoá Yãkã Porã, que fica na Enseada do Brito, na Tekoá Itaty, que fica no Morro dos Cavalos, e também no centro de formação, que fica afastado da aldeia, na estrada de Massiambu. Nenhuma reportagem local foi realizada.

Denúncias já foram realizadas pelas próprias lideranças e afirmam que está tudo filmado pelas câmeras de monitoramento da rodovia, que pertencem à concessionária Autopista Litoral Sul, do Grupo Arteris. Segundo a Funai, as imagens já foram solicitadas; a Autopista libera apenas para a polícia.

O problema do povo guarani da TI Morro dos Cavalos é mais uma vez a invisibilidade. A Polícia Federal, segundo a liderança, é uma polícia jurídica e não atua com proteção territorial. Já a Polícia Militar – indignam-se os guaranis – afirma não ter efeito para atuar, porém as comunidades sabem que os policiais moram na região e que também são contrários à demarcação da TI Morro dos Cavalos.

Não bastasse tudo isso, os índios já foram várias vezes ao Ministério Público pedir o apoio. Os procuradores até já fizeram reunião com os delegados da Polícia, mas estes mostram-se contrários a qualquer investigação dos ataques.

As lideranças acreditam que tudo isso é resultado da CPI da Funai e Incra, que criminalizou o povo guarani, e culpam Deputados e a imprensa catarinense por essa situação de invisibilidade e de insegurança por que passam.

Atualmente há um grupo de apoiadores do povo que, alternativamente, mantém uma vigilância aos finais de semana na aldeia. A situação se agrava quando o poder político se esquiva das suas funções. O povo guarani aguarda uma ação de proteção imediata e teme os feriados do final do ano. Sem investigação e prisão dos culpados, os criminosos armados parecem estar protegidos pela Polícia Federal.

Essa é a denúncia que fazem os indígenas, que dizem, inclusive, que uma índia perdeu a mão; cortaram a mão dela no ataque que fizeram à sua aldeia.

Nós continuamos com problema de quórum. Vamos esperar mais uns dez ou quinze minutos. Se não houver quórum, nós suspenderemos a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, mesmo sem quórum, informalmente, permita-me fazer uma sugestão a V. Exª à Presidência desta CDH.

Veja, desde a composição da CDH nesta sessão legislativa, o Bloco Social Democrata não fez nenhuma indicação de representante para a Comissão, e a Comissão fica, por vezes, com comprometimento de quórum, porque, deliberadamente, um bloco parlamentar em uma obstrução ao funcionamento desta Comissão resolveu não indicar seus representantes para cá. Parece-me uma impropriedade do Regimento Interno isso. A ausência da indicação de membros por parte de um bloco parlamentar deveria representar a reconfiguração do quórum, ou seja, é óbvio que o quórum não pode ser mais o quórum da soma dos membros desta Comissão com um bloco que não fez a indicação de ninguém. Qualquer matemática simples indica que o novo quórum a ser alcançado deve ser com a exclusão daqueles que, deliberadamente, não fizeram a indicação.

Esta é uma sugestão que esta Comissão inclusive deveria fazer de alteração do Regimento Interno, porque me parece – aliás, está patente – que há uma ação deliberada por parte de um bloco parlamentar de obstruir o funcionamento desta Comissão. Não há outra razão que me leve a crer que não seja pela não indicação de representantes para esta Comissão. Então, eu queria deixar aqui essa sugestão para que esta Comissão, o quanto antes, fizesse a sugestão dessa alteração no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse assunto que V. Exª traz agora aqui ao debate já foi fruto de inúmeras discussões. O Bloco Social Democrata – PSDB, PV e DEM – não indica um representante para a Comissão de Direitos Humanos.

Foi sugerido na última reunião que a Presidenta, Senadora Regina Sousa, acompanhada de alguns Senadores, fosse ao Presidente da Casa, solicitando a ele que indicasse, à revelia, o nome dos que estão faltando, para que a gente pudesse aqui deliberar.

Claro que a alteração do Regimento é bem-vinda também. Seria muito mais prático e objetivo se, no próprio Regimento, já houvesse um instrumento que garantisse, depois de um período – sei lá, uma semana, duas –, quando não forem indicados os membros à Comissão, que os outros partidos pudessem ocupar as vagas. Seria isso ideal.

Estamos esperando ainda.

A Senadora Regina chegou, mas continuamos sem quórum.

Enquanto esperamos o quórum, vou fazer uma leitura. Nós estamos no mês de novembro, e já mostrei aqui uma série de atos preconceituosos contra os índios. Já comentamos na tribuna do Senado o que aconteceu com um artista negro que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

violentamente espancado e que, quando pediu ao pessoal que trabalha na segurança do Estado de São Paulo que o socorressem, eles, na verdade, o entregaram para aqueles que o estavam agredindo, inclusive com cachorros.

Agora chega outra denúncia aqui: "Presidente da EBC adere à onda racista e agride a atriz Taís Araújo".

> Depois do episódio William Waack, agora foi a vez de Laerte Rimoli, presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), decidir atacar e fazer piada com a atriz Taís Araújo, que disse ser vítima de racismo; nas redes, Taís afirmou que muitos mudam de calçadas quando veem negros e que isso poderá acontecer também com seus filhos no futuro, uma vez que o racismo está institucionalizado no Brasil; Rimoli foi ao facebook e postou diversos memes, que ironizam a atriz; ontem, ela também foi atacada pelo secretário de Educação do Rio de Janeiro, Cesar Benjamin; racismo [...] [de uma emissora] levou ao afastamento [...] [do apresentador] e resta saber o que o governo brasileiro pretende fazer com Rimoli;
> O Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Laerte Rimoli, acha correto fazer piada de cunho racista.
> Depois do episódio que aconteceu esta semana [como aquele em que se disse que tudo] "é coisa de preto", Rimoli ironizou a atriz Taís Araújo, que diz ser vítima de racismo.
> Nas redes, Taís afirmou que muitos mudam de calçadas quando veem negros [a matéria está reafirmando o que está acima] e que isso poderá acontecer também com seus [próprios] filhos no futuro, uma vez que o racismo está institucionalizado no Brasil.
> Rimoli foi ao facebook e postou diversos memes [como havia dito].

Em vídeo, o cantor e compositor Chico Buarque relata que sua filha teve que se mudar de um condomínio no Rio de Janeiro, em razão de atitudes racistas de vizinhos.

É lamentável que a gente esteja comentando isso aqui. Eu gostaria de não o fazer, mas, como a gente vê que essa onda de preconceito e de racismo aumenta no Brasil, claro que isso preocupa todos nós, que sempre defendemos brancos, negros, índios, ciganos, migrantes ou imigrantes – há preconceito contra migrantes e há preconceito contra os imigrantes. Só podemos lamentar o que está acontecendo hoje, o que eu chamo de política desumana. A visão humanitária parece que está diminuindo, quando deveria ser ampliada.

Senador Medeiros, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Paim, muito obrigado pela palavra e também por ter tocado nesta assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou daqueles que comungam com a ideia de que se deve abominar qualquer ação no sentido de que se discriminem pessoas por qualquer fator. Agora, Senador Paulo Paim, eu pergunto a V. Exª, que é um dos poucos negros que há aqui na Casa, quantas vezes alguém já se desviou de V. Exª aqui no corredor do Túnel do Tempo por ser negro? Pelo contrário, V. Exª é um dos mais queridos aqui, na Casa. Eu duvido que alguém se desvie dos filhos da Taís Araújo. Eu acho que pode até desviar de uma calçada para outra para pedir para bater foto, porque a Taís Araújo é uma atriz admirada, é uma atriz querida no País. Então, já passa por aí. Agora, eu não acredito, sinceramente, que desviem da calçada pelo fato de os filhos dela serem negros. Eu acho que... Acho não, acredito que ela exagerou. E mais: prestou um desserviço ao Brasil.

Nós temos de parar com essa história de querer dividir. Nós temos racismo e temos de combater, agora nós não podemos começar com esses discursos de ódio. Não existe coisa mais odiosa do que a gente querer dividir a população brasileira. Se a atriz disse que as pessoas aqui no Brasil mudam de calçada por causa dos filhos dela, com todo respeito, Taís, você está mentindo. Não mudam, não mudam de calçada.

Eu trabalhei a vida inteira com pessoas negras e vou falar a verdade: a maioria dos meus amigos era negra, jogávamos bola juntos, fiz karatê. A maioria dos meus amigos era negra e convivi muito bem. Assisti a atos de racismo. Por exemplo, cheguei a uma cidade certa vez, Senador Paulo Paim, em que havia no clube a seguinte placa – chegamos para fazer um comício: "Proibida a entrada de pessoas de cor no clube". O nosso candidato chegou e falou: "Não vou fazer comício aqui". Estava lotado, e ele falou: "Não entro aqui. Minha avó era negra, e eu, em honra à memória da minha avó, não vou entrar aqui". Não entrou, e não fizemos o comício. E ele fez o correto. Ele fez o correto.

Agora, sinceramente, eu fiquei incomodado quando ouvi a notícia de que a Taís tinha dito isso. O esposo dela, Lázaro Ramos, tem um livro, *A Cor da Minha Pele*, se não me engano, em que faz um ativismo nessa linha. Eles têm um trabalho nessa linha que acho legal. Mas não agrega à causa do movimento negro esse tipo de alegação. Não tenho visto isso, a menos que esteja acontecendo uma onda no Brasil de uma hora para outra. Não vejo isto: as pessoas mudando de calçada por que depararam com um negro. Isso acontece só se o Brasil endoidou de uma hora para outra, Senador Paim, só se há coisa nova no contexto. Mudar de calçada porque viu uma criança negra? Aí, realmente, nós perdemos todas as estribeiras!

No mais, Senador Paim, tenho a dizer o seguinte: cabe a nós aqui, no Senado, realmente, enfileirarmo-nos com V. Exª no repúdio a qualquer alusão racista ou discriminatória, seja ela de que tendência for, porque não combina com a evolução da humanidade discriminar um ser humano. Como eu disse ontem, quando você precisa de uma bolsa de sangue, você não se preocupa em saber qual é a cor da pele do sujeito, do cidadão com sangue A- ou O+. Ninguém fica procurando por isso. O cara que está desesperado para viver quer aquele sangue ali. Então, não se fica procurando por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Exª por trazer o tema à baila. Nós precisamos realmente combater isso com tudo. Mas eu me filio ao que Morgan Freeman disse: nós precisamos não dividir, não precisamos fazer discurso de divisão, precisamos fazer discurso de combate, sim, à odiosidade, à divisão, porque não precisamos disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero aproveitar para entrar neste debate. Estou vindo de um debate na Justiça Federal, na Associação dos Juízes Federais. Convidaram-me para eu ir lá hoje, para discutir racismo. Então, de cara, já é uma grande iniciativa. Eles pretendem fazer esses debates mais vezes. Convidaram juízes negros de vários Estados. É incrível como eles testemunham o racismo no Brasil!

Acho que o problema é que nos venderam uma democracia racial e que a gente a comprou. A partir de Gilberto Freire, já diziam da democracia racial, mas, no Brasil, há um racismo explícito, que, de repente, se mostrou desavergonhado. Antes, havia certo pudor. O que a gente tem é uma construção social. É histórico! Às vezes, nem é culpa das pessoas. Alguém acha que o Ministro Barroso disse aquela frase por querer. Escapou, porque está internalizado. É claro que, se ele tivesse pensado, ele não teria dito aquela frase que ele disse com o Barbosa, achando que era um elogio. Depois, teve de se desculpar com o Brasil inteiro, com o mundo. O jornalista da Globo também disse aquilo, porque escapou, porque está internalizado. E aí escapa. E ele não teve como se refazer porque estava no ar.

Então, nós, da nossa geração, nos policiamos para não contar piada sobre negro...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Como aconteceu com o Heraldo Pereira...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... para não dizer aquela história de "negro de alma branca", para não dizer aquela história de que "só é negro, mas...". Então, são coisas muito naturais que vão saindo, porque fomos educados assim neste País.

Acho que a Taís está sendo incompreendida. Quando ela diz "a cor do meu filho", ela não está dizendo que foi o filho dela, até porque ele é muito pequenininho ainda, que fez com que a pessoa mudasse de calçada. Mudar de calçada é uma expressão. Mas muda! É a cor, não é a pessoa Taís Araújo, que é uma celebridade. Mas a cor faz a pessoa...

O que aconteceu com aquele ator em São Paulo? Será que se aquele pessoal soubesse que ele era ator, não o teria socorrido? Mas não sabiam quem era ele. Se é preto, deve estar aprontando. Então, não socorreram o rapaz, e ele apanhou daquele jeito, porque está internalizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre conto a história de que o primeiro vídeo de formação sobre a questão racista, quando comecei minha militância, tratava exatamente dessa questão da calçada. A entidade que fez o vídeo colocou um menino branco com uma calça *jeans*, com uma camisetinha, com boné e tênis para andar num lugar, num viaduto daqueles de São Paulo, com muita gente. E todo mundo passou naturalmente. Eles vestiram a mesma roupa num menino negro, a mesmíssima roupa, e ficaram filmando as reações. E muita gente descia da calçada. A mulher agarrava a bolsa com mais cuidado. É uma expressão até natural, porque é natural que o negro já seja suspeito. Se é negro, já é suspeito.

Então, essa coisa está internalizada nas pessoas, que não dizem isso por que querem. É que isso está internalizado. Se a gente admite que neste País há racismo, talvez fique mais fácil a gente combater. Digo sempre que isso é feito pela educação. Nós adultos nos policiamos, assim como nos policiamos na questão do machismo. A gente se policia para não soltar algumas coisas. Agora, as crianças, não; quando elas aprendem, elas internalizam para o resto da vida. Se você educa as crianças... Infelizmente, há esta história de não se querer mais discutir assunto nenhum nas salas de aula. Mas, se se educam as crianças, elas não vão repetir essas coisas, porque elas incorporam, internalizam e até ensinam na família. Então, acho que a saída é pela educação. As políticas públicas que a gente consegue fazer, a legislação, essas coisas todas ajudam, e o debate mais ainda.

Eu parabenizei hoje a Justiça Federal, porque, além de ter chamando para o debate, trouxe juízes negros de várias partes do País para darem testemunho. Eles deram testemunho do racismo existente, inclusive, no Judiciário. Estavam transmitindo diretamente pelo Facebook. Quer dizer, essa é uma atitude importante. Isso não vai resolver tudo, mas é uma atitude que vai fazer refletir. Acho que os próprios juízes federais que estavam assistindo àquele evento vão refletir sobre o que ouviram hoje.

Então, temos de discutir, de debater essas coisas tranquilamente, sem divisão, sem essa história de achar que um está contra o outro. Não. A gente precisa... Até um juiz lá disse assim: "Nós vamos fazer a Semana da Consciência Branca, mas para discutir os privilégios. Por que 70% dos desempregados são negros e só 30% são brancos? Então, se formos discutir isso, vamos fazer a Semana da Consciência Branca." Um juiz disse isso lá.

Então, acho que é um debate pertinente que a gente tem de conduzir tranquilamente, sem escamotear. Tudo acontece porque a gente aprendeu, porque a gente incorporou, porque a gente foi educado assim, a partir da questão da democracia racial, que venderam para nós. E aí acontece isso. Ultimamente, isso tem acontecido demais até. Não sei se por conta do advento da comunicação mais fácil, a gente tem a impressão de que isso cresceu muito, sem pudor. O racismo está se expressando sem pudor algum. Então, acho que a gente precisa enfrentar esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senadora Regina, eu estive com o Lula...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permite, eu só...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Peço a palavra pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu estive com o Lula, quando o Lula disse: "Às vezes, a gente tem a mania de sair para fora do Brasil e acha que é chique falar mal do Brasil." É pertinente o que a senhora falou. Mas, quando vou para fora do Brasil e digo que, no Brasil, as pessoas descem da calçada quando veem uma criança negra, isso reflete a realidade? Em que pese o argumento que a senhora usou, nós precisamos nos policiar, principalmente as pessoas públicas. Não é realidade que as pessoas no Brasil descem da calçada quando veem os filhos da Taís Araújo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu discordo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não vamos personificar. A Taís usou uma simbologia. Não é o filho dela que faz com que as pessoas mudem de calçada, é a cor.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É a cor.

Acho que uma das coisas que mais me chocou foi o que estava na biografia do ex-Presidente Obama, quando ele conta uma ocasião em que ele estava no ponto de ônibus com a avó, que o criou durante o tempo em que a mãe ficou na Indonésia. Ele era um menino, devia ter 10 ou 12 anos. Os dois estavam no ponto de ônibus. E aí veio um rapazinho negro, igualzinho a ele, franzino, miudinho. Ele estava vindo em sua direção, e a avó pegou a bolsa e fez assim com a bolsa, segurando-a muito perto do peito. E ele falou: "Pela primeira vez, eu senti um ato racista da minha avó, porque aquele menino era eu."

Então, são coisas tão introjetadas no nosso cotidiano, tão impregnadas! É como a discriminação da mulher. As pessoas não percebem que o fazem.

Eu estou vindo de um seminário da União Europeia com a PGR sobre feminicídio, sobre a violência contra a mulher. Estavam citando um programa de recuperação de agressor que pratica violência contra a mulher interessantíssimo, mostrando a pena que se está dando aos que são condenados. Eles têm de fazer oito sessões em cada duas semanas e, depois, podem ter uma remissão da condenação, não uma anulação, mas uma remissão: em vez de tantos anos, menos anos. São casos sérios, às vezes até de Maria da Penha, coisas assim. E é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interessante, porque muitos deles dizem assim: "Eu nem sei por que estou aqui. Não cometi crime nenhum." Quer dizer, nem têm consciência do que estavam fazendo. E, no final, vem a percepção do que faziam, que nem era percebido.

Acho, Senador Medeiros, que V. Exª tem uma percepção interessante das coisas e traz aqui, às vezes, muitas coisas do meu agrado. Mas eu diria que, infelizmente, a gente não tem a dimensão de o quanto a gente é racista, nem de que a sociedade é. Por mais que a gente tenha sensibilidade e queira que não seja assim e tal, acho que isso está muito impregnado.

Nessa questão de que a Taís Araújo falou, ela tem toda a razão. Principalmente agora, numa situação de violência, quais são as pessoas que estão indo para a cadeia? Em que idade estão indo? São negros e jovens. Às vezes, nem é uma coisa de classe social, mas é uma coisa até que a pessoa pode pensar: "Opa! Mas não faria isso com um menino branco."

Isso acontece em *shopping centers*. Eu estava lendo também os casos de pessoas – nem sei onde foi que eu li isto – que são seguidas em *shopping centers*.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone*.) – Na *Veja* do mês de agosto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Você viu essa matéria? Acho que foi a *Veja*.

É isso mesmo! Se é negro, a pessoa já fica alertada.

Então, nós estamos ainda com uma lei muito boa, mas isso só vai mudar quando houver a questão de gênero na escola, porque isso implica a discussão do preconceito maior, que é aquele contra a mulher.

Aí você começa a discutir essa questão. Por que a mulher tem de ser submetida? Por que ela não tem o mesmo direito? Por que o pai grita com a mãe? Você começa a discutir essa questão. E, na hora em que você discute isso, você começa a discutir a questão: por que eu posso fazer *bullying* com aquele menino que tem um jeito diferente? Por que não posso ter respeito pelo jeito que ele tem? Por que tenho de tratar um menino negro de forma diferente com que trato o outro? Por que posso chamá-lo disso e daquilo?

Essa consciência muitos lares não têm ainda. A novela ajuda, a novela tem ajudado enormemente a mexer com preconceitos. E os lares? É só a escola que pode ensinar isto, os direitos que a mulher tem.

Quanto a esse programa a que estou me referindo, eu vi a pesquisa. Saiu na BBC a matéria sobre esse programa que tenta ressocializar o homem agressor. A mudança, no final, é muito interessante. A reincidência do agressor chega a 65%, mas, quanto aos 17 homens, nesses casos que estavam sendo relatados, que participaram desse programa, houve uma reincidência de 2%; de 17, só um reincidiu. Então, isso é interessantíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos de pensar em como fazer para melhorar a sociedade. V. Exª também luta por uma sociedade mais igual.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – O programa é de esclarecimento? Como é que é?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ele...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Marta, fale ao microfone, porque, de repente, a sua fala está sendo perdida, porque não está sendo gravada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe! Espere aí! Deixe-me puxar mais para cá.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A sua fala é muito interessante.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Espere aí! Virei para esta cadeira, que é mais fácil.

O programa discute masculinidade, feminilidade, questões muito básicas, tipo "homem não chora", "homem tem de ser durão". E muitas reações dos homens – li a transcrição do que eles falam – são assim... Eles chegam lá dizendo: "Não sei por que estou aqui." Depois de um tempo, eles falam assim: "Olha, eu tenho de dizer uma coisa. Eu nunca aprendi essas coisas. Eu não sabia dessas coisas. Eu não sabia desses direitos." Aí explicam o que é a Lei Maria da Penha, o porquê. Explicam por que a agressão não precisa ser só física, pode ser verbal e psicológica. Você destrói uma pessoa verbalmente e subjuga essa pessoa com um olhar, com tudo.

Então, eu fiquei muito interessada em ver como é que funciona. Depois, eu soube que há mais de cem programas hoje no Brasil já lidando com essa questão dessa forma, que têm um sucesso interessantíssimo. Agora, o que muito me deixou alegre é o fato de o Ministério Público estar preocupado com isso, querer que suas ações se conectem com a sociedade civil. As pessoas que dão os cursos não são dali, um ou dois são do Judiciário, e o restante é psicólogo, gente da sociedade civil que ajuda a fazer o programa.

Se isso começar a ser feito também em relação ao preconceito de raça e a todo o resto, pode ter um efeito muito bom. Eu me lembro, por exemplo, de que, quando fui Prefeita em São Paulo, havia um problema com os motoristas de ônibus. Eles passavam e não paravam para quem fosse idoso. E não havia jeito. Você ameaçava, fazia, mas não havia jeito de eles mudarem a atitude, porque eles não paravam. Se um idoso estivesse sozinho no ponto, poderia esquecer, porque eles não paravam. E era uma tristeza para o idoso que tinha o seu compromisso. Então, nós usamos uma técnica da Psicologia que se chama psicodrama, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a pessoa vivencia a situação do outro. É uma técnica superinteressante. Contratamos uma psicodramatista com muita experiência, e ela fez psicodrama com todos os motoristas de ônibus de São Paulo, todos, para que eles parassem para o idoso. Eles passaram, no treinamento, a se colocar no lugar do idoso e a sentir o que era esse desrespeito de o ônibus fazer "zum", passar na sua frente, e você ficar ali por uma ou duas horas, naquela condição de idoso; com todo tipo de problema que o idoso tem, ainda ser desrespeitado. Eles davam depois o testemunho: "Ah, quando passei por aquela situação, eu não quis mais fazer isso, não! Eu parei de fazer daquele jeito, porque eu senti isso. Coitados, né?" Antes, eles podiam também dizer que eram coitados, mas não estavam lá vivendo a situação dos coitados.

Acho que a situação, por exemplo, da mulher em relação ao homem ou a do negro em relação ao branco são muito difíceis, porque o homem nunca vai estar no papel da mulher, nem o branco estará no papel do negro. Mas ter a sensibilidade de que a gente nunca vai estar na mesma situação e de saber que isso existe já é um passo bastante importante.

Então, quero parabenizar a Senadora Regina, que tem levantado temas importantes aqui.

Eu também queria fazer um requerimento, se já estiver na hora em que posso fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, permita-me...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos projetos para votar não terminativos. Os relatores estão por aqui. Mas, se a senhora tiver pressa, a gente pode inverter e votar o seu requerimento. Posso subscrevê-lo também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem a palavra o Senador Paim e, depois, o Senador Randolfe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, só para concluir esse assunto, já que eu estava presidindo e acabei lendo a matéria tanto da situação do apresentador da Globo, como também da questão indígena e da questão da Taís, dizer que entendo também, como V. Exª colocou na sua frase final... Taís Araújo gravou, inclusive, um vídeo muito bonito.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O da campanha da ONU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O da campanha da ONU, que está circulando por todo o mundo. Ela usou a figura dos filhos de forma simbólica, como se estivesse dizendo: não vamos esquecer que, na África do Sul, era proibido, inclusive, negros e brancos na mesma calçada; nos Estados Unidos, era proibido brancos e negros dentro do mesmo ônibus.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na mesma escola.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era proibido brancos e negros na mesma escola.

A simbologia que ela quis passar é a de que nós temos de ter cuidado por causa desse retrocesso que está havendo, com um racismo explícito, inclusive contra a orientação sexual de cada um, com agressões. Matam-se pessoas que têm uma orientação sexual com a qual alguém não concorde. Isso é o que ela quis, na sua fala, mostrar ao País. Ela quis fazer um alerta. Por isso, ela fez também esse belo vídeo, em que fala dessas questões, dando um alerta a todos os brasileiros. E é claro que, quando ela é agredida por ter se manifestado dessa forma por outro representante de uma grande emissora, no caso – eu li a matéria –, houve uma reação natural nas redes sociais de apoio a Taís Araújo, como aqui também.

Eu até entendo o que o Senador Medeiros levantou, fazendo uma reflexão, o que permitiu que a Senadora Marta Suplicy, brilhante como sempre, colocasse também o seu ponto de vista, como V. Exª e este Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Pergunto ao Plenário se concorda com a inversão de pauta para votar o requerimento da Senadora Marta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpe-me!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Concordando, obviamente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpa, Senador Randolfe! Eu me esqueci de lhe passar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Concordando obviamente com a inversão de pauta, já me manifestando assim, quero dizer que eu também tenho um requerimento extrapauta. Solicito a V. Exª e ao Plenário para subscrevê-lo, para ele entrar na pauta, e obviamente também a inversão para apreciação, secundando os requerimentos da Senadora Marta.

Trata-se de um requerimento de convite do Sr. Fernando Segóvia, Diretor-Geral da Polícia Federal, para esclarecer, aqui nesta Comissão, sobre a atuação do órgão, a partir desse novo período e da sua ascensão ao cargo de Diretor-Geral.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos fazer essa inversão de pauta do requerimento.

Senadora Marta Suplicy com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 44/2017, que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional.

Exatamente esse encontro em que eu estava, que acabei de mencionar, da União Europeia e da PGR, era para falar do selo do feminicídio, porque agora vão focar nisso para haver uma distinção entre qualquer tipo de crime passional. O selo feminicídio vai ser algo para podermos, inclusive, ter um cadastro da violência doméstica. Ele está sendo instituído no Brasil todo e me parece que fará uma diferença muito grande.

Essa questão da extinção do termo feminicídio é bastante grave, porque não vem sozinha; ela vem atrás de uma série de posturas que estamos vendo, na sociedade, de tentativas de retrocesso. Tentam tirar o direito da mulher ao aborto dentro da lei. Foi tão difícil conquistar esse direito de fazer um aborto se é estuprada, se tem risco materno, de saúde materna – estupro, saúde materna e anencéfalo. O projeto foi meu, evidentemente não aprovado no Congresso, mas acabou no Judiciário, que o aprovou.

Então, nós percebemos essa tentativa. No Senado, ela é muito menor. A gente não vê tanto essas manifestações. Mas na Câmara nós percebemos uma tentativa, que não cessa, de tirar os direitos das mulheres, como nessa questão sobre a concepção do feto, e agora de tirar essa conquista do termo feminicídio, uma conquista tão festejada por todas as mulheres.

Esse requerimento propõe uma audiência. Para não ser uma audiência com muita gente, nós pensamos numa pessoa que poderia abarcar o tema com um conhecimento, uma capacidade, experiência e reconhecimento nacional, porque inclusive trabalhou muito na comissão do Código Penal, aqui, e trabalhou também nessas questões todas referentes à mulher, que é a Drª Luiza Eluf, advogada criminal, Procuradora de Justiça de São Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentada. Ela poderia ser a única pessoa a vir, para que nós pudéssemos nos apropriar também da sua experiência, colocar questões e beber um pouco de sua sabedoria, eu diria, a fim de discutirmos profundamente – e este é um lugar muito propício para isso, o Senado, esta Comissão –, e pudéssemos dar um encaminhamento para acabar com o absurdo que é essa tentativa, mais uma, contra a mulher.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Eu vou fazer a leitura, porque errei aqui no roteiro e deveria ter lido primeiro. É o item nº 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 162, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 44/2017, que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Vamos para a votação.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós já temos o nome da convidada. É Luiza Eluf, advogada criminal e Procuradora de Justiça de São Paulo, aposentada.

Nós estamos propondo que seja no dia 29, quarta-feira, às 10h. Dá ou não dá?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Olha, hoje eu tive de faltar à Presidência da CAS para ir a esse evento da União Europeia. Se V. Exª pudesse colocar às duas da tarde, eu agradeceria. Não sei se é possível, mas eu queria muito estar presente.

Às dez é impossível, porque às dez eu não consigo sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Você está na CAS também, não é? Mas eu pensei que tivesse alguém que ficasse em substituição, porque... Mas vamos ver aqui como está.

Então, pode ser na quarta, dia...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, eu agradeço. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... dia 29, sendo que às 14h.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque logo em seguida há muitas medidas provisórias que vamos fechar lá.

Então, aprovado o requerimento.

E o requerimento do Senador Randolfe? É extrapauta?

Temos requerimentos extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão de requerimentos extrapauta.

O primeiro é o Requerimento 167, de 2017.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 167, de 2017

Requer, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. FERNANDO SEGÓVIA, convidado a prestar esclarecimentos, no plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, acerca das possíveis interferências relacionadas à sua indicação ao cargo e sobre qual deve ser o comportamento da instituição que está comandando de agora em diante em relação à Operação Lava Jato, além de outras.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe para encaminhar seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para encaminhar.) – Srª Presidente, o requerimento objetiva convidar o Dr. Fernando Segóvia a esta Comissão. É de notório conhecimento que o Dr. Fernando Segóvia é o novo Diretor, nomeado, da Polícia Federal. Ele sucede o Dr. Leandro Daiello, que esteve no cargo há pelo menos cinco ou seis anos.

É importante nós o ouvirmos, aqui na Comissão, sobre quais serão as diretrizes do novo Diretor da Polícia Federal; qual será a condução, a preocupação dele em relação a operações, como é o caso da Operação Lava Jato e de outras operações que têm na Polícia Federal um braço fundamental para o seu sucesso.

Enfim, é importante a presença dele nesta Comissão – e é por isso que a estamos apresentando na forma de convite – a fim de que ele esclareça, aqui, para os membros desta Comissão, como pretende dar, a partir daqui, condução à Polícia Federal, que nos últimos anos conquistou uma autonomia, na sua atuação, que foi aplaudida por toda sociedade brasileira.

Então, é este o motivo do convite ao Dr. Fernando Segóvia, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 167, do Senador Randolfe.

Depois se vê a data para a realização.

Eu convidaria o Senador Paim para presidir, pois há dois itens de minha autoria.

Há algum do Senador Paim para nós votarmos logo? (*Pausa.*)

Então, vamos logo votá-los.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É; a gente vai votar. É porque nós entramos nos requerimentos extrapauta para colocar...

ITEM 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 166, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 158, de 2017, para que o termo "convocação" seja alterado para "convite".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, nós havíamos, há um certo período, acertado um convite para o Ministro do Trabalho, mas S. Exª marcou a data e não veio. Aí, o Senador Paulo Rocha encaminhou uma convocação. Entretanto, o Senador Monteiro, no plenário, em nome do Ministro, falou comigo e com o Senador Paulo Rocha, bem assim uma delegação do Ministério do Trabalho também veio falar comigo no dia de ontem, de sorte que acabamos ajustando – eu e o Senador Paulo Rocha, autores daquele requerimento – que ficaria então transformada a convocação em um convite.

O Ministro, inclusive, já marcou dia e hora. S. Exª disse que, para ele, o ideal seria o dia 6. Como o dia 6 cai numa quarta-feira, eu estou propondo – e assim foi combinado com o Ministério – que a gente pudesse recebê-lo aqui... Não é uma sessão longa; é especificamente sobre aquela portaria do trabalho escravo.

Então, receberíamos S. Exª em torno de 10 ou 11 horas da manhã, sem prejuízo da nossa sessão deliberativa ao meio dia. Esta é a intenção, sendo já acordados com eles dia e hora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Srª Presidente, sobre esse assunto a CCJ aprovou hoje a convocação do Ministro àquela Comissão de forma conjunta. Então, como S. Exª será ouvido lá, se pudermos ouvi-lo lá também, já que será no mesmo dia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim é indiferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É questão de combinar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que eles ajustaram conosco...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já foi aprovado lá?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Monteiro e, depois, a delegação do próprio Ministro acertaram conosco que seria no dia 6, às 11h. Poderia ser aqui nesta Comissão, e eles fariam conjuntamente conosco vindo para cá.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – É até sobre o mesmo tema, ou seja, a portaria do Ministério do Trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, é só combinar o dia e a hora nas duas Comissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero fazer um apelo, Srª Presidenta, inclusive ao Senador Medeiros, porque já se trata, na verdade, do terceiro convite. Foi um convite, depois uma convocação e, agora, um convite de novo. E a CCJ deve ter aprovado ontem que a reunião seja conjunta aqui na Comissão de Direitos Humanos.

É esse o apelo, porque eu já acertei, inclusive, com a equipe do Ministério, que foi muito elegante, eu diria, no trato dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 166, de autoria do Senador Paulo Paim, de convite ao Sr. Ministro do Trabalho.

Senador Paim, como há dois requerimentos meus, eu pediria a V. Exª que assumisse a Presidência para nós terminarmos os requerimentos e, aí, entrarmos nos projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho três requerimentos, Excelência. Quem sabe não votamos rapidamente os meus e, então, eu assumo para votar os de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos lá.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 163, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a formação de professores.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Essa é uma solicitação que me fizeram as universidades, que estão preocupadas com a falta de investimentos nos alunos que querem ser professores ou mesmo na especialização de professores que já ministram aulas.

Eu assino esse requerimento juntamente com a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Só para dizer da importância desse debate, Senadora Regina, porque, se a gente continuar dessa forma neste País, daqui a um tempo nós não teremos mais professores.

Agora há pouco, ainda cedo, eu escutava, Senador Paulo Paim, a Rádio Senado, e uma professora da Universidade Estadual Paulista, que chegou a fazer um estudo sobre temas da educação, falava sobre a violência contra professores, enfim, abordando temas do magistério. E, cada vez mais, têm saído estatísticas de que os alunos não querem mais saber do magistério. Então, o magistério, no Brasil, tem sido, na verdade, um bico: o sujeito, às vezes, não encontrando um emprego, vai dar aulas.

Na verdade, a gente precisa mudar esse quadro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou ler todos, Senador Paim, e, aí, o senhor os encaminha em bloco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isso! São só mais dois.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São mais dois.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 164, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 135 de 2017, para que o tema a ser debatido na Audiência Pública seja "A Valorização da Pessoa com Deficiência, os Desafios e Avanços da Acessibilidade na Gestão Pública".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Este é um requerimento de aditamento a um requerimento anterior.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 165, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao RDH 155 de 2017, para que o tema da audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, seja "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário"

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paim para encaminhar os dois requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – O primeiro requerimento lido por V. Exª, na verdade, pretende um ajuste na redação do requerimento anterior, por isso que é um aditamento, para que fique: "A valorização da pessoa com deficiência, os desafios e avanços da acessibilidade na gestão pública".

O segundo requerimento é a respeito do ciclo de debates que já estamos fazendo aqui, com uma discussão profunda sobre o Estatuto do Trabalho.

Agora vamos ter aqui uma medida provisória que já bateu o recorde de todas as outras que já surgiram aqui. Já me disseram que já foram apresentadas mais de mil emendas a essa medida provisória. Será um outro debate sobre a reforma trabalhista, e nós estamos também fazendo esse debate na Subcomissão Especial que discute o Estatuto do Mundo do Trabalho.

O título do painel será: "Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário". Tudo isso vai na mesma linha, ou seja, foi feita uma reforma e há, agora, uma meia reforma ou uma contrarreforma, conforme a análise de cada um em relação à medida provisória, que já recebeu, como eu disse, mais de mil emendas. E nós, agora, aqui, estamos debatendo o Estatuto do Trabalho, que seria a nova CLT.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão os dois requerimentos do Senador Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Vou passar para o seu projeto de lei, porque aí...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há um projeto de lei...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já passo agora, porque depois a gente volta aos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Depois eu passo para lá.

Eu acho que já li, inclusive, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para ler o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Aproveito aqui a presença dos Senadores.

Isso é baseado no mesmo princípio que nós adotamos para as pessoas idosas; está lá no Estatuto do Idoso. É a possibilidade – essa é a intenção do Senador Romário – de as pessoas poderem tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência. Isso já existe para os conselhos dos idosos, e inúmeras prefeituras com essas doações estão garantindo uma verdadeira revolução no tratamento do idoso.

Eu estou sintetizando aqui a ideia do Senador Romário.

O voto, em razão do exposto, é pela aprovação Projeto 338.

Não é terminativo, segue para outras Comissões.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, repito: dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física das doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência. Autoria do Senador Romário e relatoria do Senador Paim.

Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu tenho aqui uma dúvida, talvez a gente possa discutir agora. Vou pedir vista. O objetivo do projeto é tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência, por meio da alteração da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física. Entretanto, não existe ainda um fundo nacional vinculado ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é o Conade, de modo que, no caso da União, a proposição que está sendo apresentada somente será eficaz quando o fundo nacional for instituído. Alguns Estados, como Roraima, Curitiba e Municípios também, como os de Curitiba, já têm fundos vinculados aos respectivos conselhos que atuam nessa área.

Então, acho que nós deveríamos avaliar se realmente é o caso de haver essa orientação ou não, porque talvez...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora está pedindo vista?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está pedindo vista?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos em frente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está pedindo vista, não é, Senadora?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vista para a Senadora Marta concedida.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Se houver oportunidade, depois, eu queria que V. Exª avaliasse a possibilidade de fazer inversão de pauta, respeitando os demais colegas, do item 18, que é não terminativo e do qual eu sou o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estou com ele em mãos, priorizando quando os Relatores estão presentes.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 40, de 2017

- Não terminativo -

Desconto de 30% na compra de automóveis por professores

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para encaminhar seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, esse projeto é de autoria de uma professora – não sei se ela é do Rio Grande do Norte ou do Ceará, mas recebi, ao longo dos últimos dias, muitos professores de todo o País. Já que nós não temos oportunidade, em função das dificuldades financeiras, de dar uma remuneração melhor para os professores, talvez essa seja uma forma de contribuirmos com esses profissionais tão importantes para o nosso País.

Vou ler o relatório.

Trata-se de ideia legislativa apresentada por meio do Programa e-Cidadania que, tendo atingido os 20 mil apoiamentos necessários para o início de sua análise por esta Casa, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento análogo às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno. O texto da proposição pretende conceder desconto de 30% na compra de veículos por professores, mas é inespecífico sobre como seria veiculada a medida sugerida, ou ainda sobre as condições em que o benefício seria concedido.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas. Assim, a SUG nº 40, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação por esta Comissão.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por este Colegiado de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No que tange ao mérito, a relevância da matéria é patente. Não há dúvida de que os professores, especialmente os que atuam na educação básica, carecem de valorização profissional no País, mormente em termos remuneratórios. O rendimento médio dos profissionais do magistério com nível superior é de pouco mais da metade dos demais profissionais brasileiros com formação equivalente. Isso significa que o professor precisa trabalhar mais, muitas vezes em escolas diferentes, para garantir seu sustento.

Nesse caso, pode-se considerar o automóvel um verdadeiro instrumento de trabalho. Em relação ao transporte público ou à caminhada, ele quase sempre reduz o tempo necessário para o deslocamento entre um local de trabalho e outro, aumentando a produtividade de seu condutor.

No entanto, preocupa-nos a dificuldade de caracterização da profissão de professor para a concessão do benefício proposto. Ao contrário de profissões regulamentadas em que se exige a manutenção do registro profissional junto a conselho de classe para a habilitação profissional, o requisito para o exercício da profissão docente limita-se à titulação acadêmica.

Por isso, optamos por conceder o benefício aos professores da educação básica que sejam ocupantes de cargos efetivos nas redes de ensino públicas das prefeituras, dos governos estaduais, ou da União, e que se encontrem em efetivo exercício em funções de magistério. Embora os professores da rede privada, em alguns entes federados, sofram desvalorização salarial ainda maior do que os da rede pública, a comprovação do vínculo profissional acarretaria dificuldades adicionais para a implementação da iniciativa pretendida.

Certamente, medida ainda mais vantajosa do que a aqui vislumbrada seria conceder aumentos salariais a todos os professores da educação básica. No entanto, seria enorme a dificuldade de fazer isso para todas as esferas da Federação de modo coordenado. Assim, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício destinado à aquisição de automóvel pode funcionar como importante paliativo dessa situação.

Quanto à forma de concessão do benefício, optamos pela inclusão dos professores como beneficiários da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que já concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para taxistas e pessoas com certos tipos de deficiência.

Embora esse desconto nem sempre vá atingir os 30% sugeridos na ideia em análise, deve-se notar que o Senado Federal não pode legislar sobre impostos de outras esferas de governo, nem pode criar obrigação de desconto diretamente para as montadoras ou concessionárias de automóveis. Optamos, portanto, por incidir o benefício sobre o imposto federal mais diretamente relacionado à produção de automóveis.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 40, de 2017, na forma de Projeto de Lei do Senado, com a seguinte redação:

> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017
> Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que *dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências*, para incluir os professores da educação básica, ocupantes de cargo efetivo na Administração Pública, como beneficiários da isenção.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:
> "Art. 1º .....
> .....
> VI – ocupantes de cargo efetivo de professor da educação básica, na administração pública federal, estadual ou municipal, em efetivo exercício de funções do magistério.
> ....." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era esse o meu voto, Srª Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Cidinho.

Pela ordem, Senadora Marta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu tenho o maior apreço pelo professor, pela carreira de professor. A má remuneração do professor precisa ser mudada, bem como a formação deficitária do professor no nosso País, mas esse projeto, na minha avaliação, não tem pé nem cabeça. O que nós vamos fazer? Cada grupo, agora, que a gente não conseguir remunerar à altura vai ter isenção de alguma coisa? É um pouquinho aqui, um pouquinho ali, e não dá.

Eu acredito que nós temos de lutar por melhores salários para o professor, por maior dignidade para a profissão de professor, porque hoje o desrespeito é uma afronta à dignidade da sociedade, mas não com projetos desse tipo, dando 30% de isenção de IPI, o que vai fazer falta, sim. Sei lá quantos milhões serão, mas faz falta numa Administração, depois, esse recurso, e não é uma solução para o problema. É um gesto bacana, mas que tem repercussão financeira para a Administração, e não vai solucionar, nem dar mais dignidade para o professor, nem fazer alguém ir para a carreira por causa disso.

Então, se isso for votado, meu voto é "não".

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão.

Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria discordar da Senadora Marta. O projeto diz o seguinte... Primeiro, nós não podemos matar essa iniciativa, que está começando agora, até para abrirmos a discussão mais à frente, em outras Comissões, sobre a situação dos professores e buscarmos uma solução.

Segundo, existem realmente muitos professores que não têm transporte, que têm dificuldades para chegar à sua sala de aula. E nós estamos falando do IPI que já existe para taxista, que já existe para deficientes físicos, e de abrir uma oportunidade para que os professores da educação básica possam ter essa isenção de IPI para aquisição de um carro popular, para eles se dirigirem ao seu local de trabalho.

É uma iniciativa popular a desse projeto. Talvez nós matarmos esse projeto no início não seja viável. Vamos seguir com a discussão, mandar à frente, fazer seguir nesta Comissão, ir a outras Comissões, até para esse assunto vir à pauta e discutirmos uma situação melhor para os professores. Acho que a gente matar agora esse projeto aqui não seria bom para o Senado Federal, até para tornar essa discussão efetiva aqui no Senado Federal.

Então, eu queria pedir à Senadora Marta a consideração dela para votar conosco, bem como ao Senador Medeiros e ao Senador Paim, também aqui presentes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mais alguém quer discutir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Olha, não vou criar confusão, mas eu acho péssimo, porque não tem sentido. Temos de lembrar que já há isenção para taxista, que serve a toda comunidade, e que deficiente tem que ter um gesto desse tipo porque realmente é outra questão. Agora, para professor, a questão fundamental não passa por aí.

Quanto a prosseguir na Casa, eu acho que ele vem para a CDH exatamente para a gente não ter tanto projeto desse tipo. Vai ser mais um projeto que vai para a CAS, mais um projeto que vai para a CCJ e para a CAE também, porque mexe na economia. Então, não sei.

Agora, por respeito ao projeto e a V. Exª, que está tão carinhoso nessa parte, o senhor está tão encantado com o projeto, acha que vale, que não vou me opor e criar... Não vou me opor. Mas meu pensamento é que tem que ficar muito claro que, eu acho, não vai levar a nada, só a mais trabalho nesta Casa, onde a gente tem um monte de projeto importante que não consegue pautar por questões outras. Então, esse bem que podia morrer aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto de lei oriundo da Sugestão, relatado pelo Senador Cidinho Santos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a iniciativa. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como autoria da CDH.

Queria dar uma informação nesse sentido sobre os automóveis. O Governo do Piauí faz todo ano um feirão para servidor público. Está acontecendo agora. É um sucesso, porque, primeiro, eles têm seis meses para começar a pagar e taxa de juros negociada com as revendedoras. Então, é um sucesso essa feira para o servidor público. Mas é uma feira! Todo ano ela acontece, chama-se Feirão de Automóveis do Servidor Público Estadual. Está acontecendo agora. Em menos de uma semana, tinham vendido R$4 milhões.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – É espontâneo?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É espontâneo. O servidor vai lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – É disso que eu estou falando.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente... ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Pela ordem.) – Pela ordem.

O item 15 é não terminativo. Nós podemos entrar nele? Peço com todo o respeito; eu não sei quem são os colegas que chegaram mais cedo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu tinha pedido uma inversão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Agora, é o item 16, de que eu sou Relatora.

Dá para esperar?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Então, vamos. O.k.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu passo para o Senador Paim, para eu ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 16.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Primeiro, quero fazer alusão ao e-Cidadania. A população descobriu o e-Cidadania. A gente não costumava ter tantas sugestões como estão aparecendo agora. Algumas são bem estapafúrdias, mas a gente tem a obrigação de apreciá-las, porque elas chegaram, e esse é um canal que a população está tendo para participar. Então, essa é mais uma sugestão.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 28, de 2017, do Programa e-Cidadania, que pretende criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT.

Não vou ler todo o relatório até para a gente ganhar tempo, porque ele está bem grande, mas achei interessante, porque o tema é pertinente dentro da questão da discriminação. Eu acho que é crime e acho que, assim como nós fizemos com o feminicídio, temos que aprofundar as penalidades, temos que incluir como crime diferenciado, que é para inibir as pessoas de o praticarem.

Então, eu vou ler só o projeto em que ele foi transformado, o meu voto. Como sempre, é uma sugestão. Então, nasce aqui, mas vai tramitar.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da SUG nº 28, de 2017, na forma do seguinte projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH.

> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017
> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação [que eu já li aqui no *caput*]:
> .....
> Art. 2º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> “Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.” (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares ou locais semelhantes abertos ao público.
Pena: reclusão de um a três anos.
Parágrafo único: Incide nas mesmas penas aquele que impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público de pessoas com as características previstas no art. 1º desta Lei, sendo estas expressões e manifestações permitida às demais pessoas." (NR)
"Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.
Pena: reclusão de um a três anos e multa." (NR)
Art. 3º O §3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 140. .....
.....
§3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero:
....." (NR)
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, só tratando da questão das penalidades, incluindo as expressões.

Esse é o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Podemos discutir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu acredito que esse projeto... Estou achando bastante importante, porque o tema tinha meio que ficado de lado e é interessante que o e-Cidadania o tenha recuperado, é um tema extremamente importante e que está colocado de uma forma interessante: criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT. Há tempos que o Congresso está para se posicionar sobre isso.

Eu voto favorável e quero pedir à Presidente, caso esse projeto seja aprovado aqui nesta CDH, vai para a Mesa e aqui a tramitação talvez comece pela CDH, eu gostaria de pedir a relatoria desse projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta. Certamente a senhora é uma pessoa bastante identificada com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema, que o debate há muitos anos. Certamente na relatoria terá a preferência a senhora, mas...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Gostaria de pedir vista, Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Medeiros está pedindo vista do projeto. Vista concedida.

Desculpe. O projeto é meu.

Recomece. Tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista acatada. Pedido de vista acatado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vista coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista coletiva pedida pela Senadora Marta.

O próximo. O do Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Volto a Presidência para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor vai voltar para os requerimentos. Se quiser ficar aí logo.

Item 15.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Antes de fazer aqui a leitura do meu relatório, gostaria só de registrar que nos dão o prazer aqui, na nossa reunião de hoje, da presença quatro Prefeitos do meu Estado. Temos aqui o Prefeito Romualdo, do Município de Bujari, que está ali presente; o Prefeito André Maia, de Senador Guiomard; a nossa Prefeita Fernanda, que é do Município de Brasileia, lá na fronteira com a Bolívia; e também o Prefeito Tião Flores, que é do Município de Epitaciolândia, outra fronteira com a Bolívia. Eles nos dão o prazer de participar da nossa reunião hoje nesta Comissão. Obrigado pela presença deles. Está presente também o Deputado Federal Moisés Diniz, que está ali, nos dá o prazer de estar acompanhando os prefeitos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sejam bem-vindos e bem-vinda à Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, na verdade, esse é um projeto polêmico, viu, Senador Paim? Inclusive, nós, aqui nesta Comissão, abrimos uma audiência pública para discutir sobre o cultivo da maconha para uso recreativo. Porque, às vezes, as pessoas confundem. Eu tenho recebido muitas críticas de pessoas que usam a maconha – a maconha, não; usam alguma substância da maconha para uso medicinal. Mas o projeto não trata disso. O projeto trata da autorização do plantio de maconha para uso recreativo. São aquelas pessoas que querem plantar a maconha para fumar e ficar muito doido. (*Risos*.)

E não é?

Eu moro numa região de fronteira com o Peru e a Bolívia, que são dois dos maiores produtores de drogas. Na semana passada, nós tivemos uma reunião com a presença de 20 governadores. O Governador Tião Viana chamou essa reunião lá no Estado. E eu vi ali presente o Governador de São Paulo, o Governador do Rio de Janeiro, o Governador do Distrito Federal, porque aquela droga que entra lá no Acre, hoje, está aterrorizando o nosso País. Aquela droga que entra naqueles tabletezinhos, quando chega lá às favelas do Rio de Janeiro, vira dinheiro, vira armamento e gera essa violência toda por que hoje o nosso País está passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que hoje, pelo momento que nós vivemos, com essa insegurança total que aterroriza nosso País, essa violência desenfreada que aterroriza nosso País, eu acho que não é prudente a liberação de maconha para o uso recreativo. Nada contra quem fuma maconha. Agora, eu penso que este País é um país...

E nós tivemos um debate aqui, com as pessoas que defendem a maconha, algumas instituições, inclusive dessas mães que têm filhos que fazem uso medicinal da maconha, e estiveram aqui também alguns psiquiatras que alegam: "Ah, a maconha não faz mal a ninguém!" Faz muito mal, sim. Muito mal, sim. Às vezes o cara defende a maconha, mas não quer que o filho dele fume maconha. Ele acha bonito o filho dos outros fumar maconha, mas o filho dele ele não quer que fume maconha.

Então, o nosso parecer... Eu vou ler aqui o nosso relatório. Vou procurar resumir bem para que a gente possa avançar.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 25, de 2017, do Programa e-Cidadania. Na verdade, essa proposta é do nosso Programa e-Cidadania, em que se apresenta uma sugestão, que pode virar um projeto ou não – no caso, o nosso parecer foi contrário. Ela sugere a descriminalização do cultivo da planta *cannabis*, que é a maconha, para uso próprio.

O parecer é longo. Eu ouvi vários psiquiatras, várias instituições.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 25, de 2017, do Programa e-Cidadania.

Conversei também com algumas instituições, porque, como eu já disse, algumas famílias precisam de algumas substâncias que derivam da maconha. E aqui esteve presente advogado que disse que hoje a Justiça já autoriza. Se você precisa da liberação da maconha, você entra na Justiça, e a Justiça libera quando é para uso medicinal.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Petecão.

Em discussão.

Senadora Marta, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Acho que esse projeto vai ser bastante polêmico. Acho importante a discussão do tema. A sociedade hoje, como V. Exª colocou, está extremamente violenta, e muito se dá em relação às drogas. Muito se diz também que a maconha é uma porta para drogas mais pesadas, mas eu acredito que, como disse o Senador Cidinho, deveríamos propiciar a discussão. Eu acho que é um tema que interessa à sociedade discutir e que, então, nós deveríamos persistir nessa discussão.

Aqui eu estou vendo o texto da pessoa que propôs pelo e-Cidadania. E o que ele diz? Bem, ele diz que quer uma discriminalização do cultivo para uso próprio e que haveria algumas vantagens em discriminalizar o cultivo da planta para uso próprio: o Governo poderia tributar com impostos, o que traria dinheiro para os cofres públicos, tirando do traficante; cidadão de bem não precisaria se envolver com tráfico para fazer o uso recreativo da planta; e a economia com custos processuais, entre vários outros. Esses são vários detalhes que o proponente está colocando.

Eu tenho muita restrição à maconha, ao uso de droga. Não tenho opinião formada; às vezes acho uma coisa, às vezes acho outra, escuto, pondero. Não acho que a maconha, principalmente quando é muito usada por adolescente, seja alguma coisa positiva; acho extremamente negativa. Para um adolescente, então, que tem problemas, se fecha no quarto, fuma maconha e finge que o mundo é cor-de-rosa, vejo muitos, muitos problemas.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de aprofundar essa discussão é interessante. Plantar para uso próprio... Nós poderíamos, em um projeto desse tipo, acrescentar o uso medicinal, que a Anvisa hoje propõe, mas que não é lei. Então, a gente poderia dar um formato na lei para uso medicinal e tentar discutir essa questão para aprofundar. Na verdade, eu também tenho pouca informação para saber se, nos países que liberaram para uso próprio, para cultivo próprio, isso aumentou a incidência ou, simplesmente, se houve uma consequência da diminuição de procura por drogas mais pesadas. Porque eu imagino que a pessoa, se for comprar maconha, vai comprar com quem? Vai comprar com quem está vendendo drogas. E quem vende uma também vende outra. Então, acho que talvez possa ajudar nesse sentido.

Como eu não tenho ideia de outras experiências, acho que seria interessante, Senador Petecão, se a gente pudesse ampliar essa discussão. Porque a sociedade discute isso, e a gente estaria talvez tirando a possibilidade de aprofundamento de algo interessante.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu penso, Senadora Marta... Num primeiro momento, o meu parecer foi radicalmente contrário, Senador Paim. Sinceramente, eu acho que só sabe o problema que a droga causa quem tem um dependente químico na família. E eu conheço muitos exemplos, conheço muitas clínicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recuperação no meu Estado. Eu visito, ajudo, dentro das minhas possibilidades, e sei do sofrimento dessas famílias. Em um primeiro momento, eu fui radicalmente contra; o meu parecer foi contrário de imediato. Depois, recebi um grupo de pessoas que fizeram exatamente, Senadora Marta, esse tipo de questionamento. "Não, nós precisamos abrir esse debate."

Revi minha posição, fizemos uma audiência pública aqui, convidei alguns especialistas da área. Ainda bem que não houve nem essa discussão religiosa no meio, ligada aos evangélicos, aos católicos. Vieram médicos, especialistas. E eu tinha uma opinião totalmente equivocada. Eu achava que o mal que a maconha fazia era esse mal de as pessoas se trancarem dentro de um quarto... Mas, não; ela causa danos psíquicos horríveis.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Neurológicos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Danos neurológicos, na formação da juventude, horríveis. E foi isso que me fortaleceu no meu parecer.

É lógico, há alguns que defendem o plantio, dizem que vamos tirar os traficantes da rua. Isso é argumento? "Nós vamos tirar os traficantes da rua." "Nós vamos poder plantar maconha em casa." "No Uruguai, hoje, já está liberada." O Uruguai é um país pequeno; o Brasil é um país continental. Nós não podemos nunca comparar um Uruguai com o nosso país, que tem 200 milhões de habitantes.

Então, eu tive essa preocupação, Senadora Marta, em fazer essa audiência pública, mas a audiência foi que me deu a segurança de que o meu voto estava pelo caminho certo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho interessante isso que V. Exª está colocando e esse seu convencimento ainda mais rígido. E é verdade, porque eu...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O Valentim a senhora conhece?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Valentim Gentil?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – É Valentim Gentil?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não sei. Mas isto que V. Exª coloca é absolutamente verdadeiro: existem danos, principalmente em gente muito jovem; danos neurológicos, em neurônios. É muito preocupante. Agora, eu ainda acredito que é importante a discussão, porque, se a fizermos, eu acredito que nós vamos poder até aprofundar e tornar mais claro o "por que não?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se V. Exª concordar, a gente caminha. Senão, eu peço vista, e a gente vê como faz. Porque eu não estou querendo dizer que sou a favor, de jeito nenhum. Eu tenho meus limites nessa questão também.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Então, Senadora Marta...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – V. Exª pede vista, é isso?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se V. Exª concordar em prosseguir, não. Mas, se achar que não pode, aí eu peço vista, e a gente vê na outra reunião, na vista...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O caminho é este: a Senadora pede vista, ele pede vista coletiva...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso. E, na próxima quarta-feira, vemos se há gente aqui a favor ou contra e decidimos.

Agora, eu não acho ruim haver a discussão. Esse é um tema que a sociedade quer discutir. E, quanto mais a gente discutir e falar esses motivos que V. Exª levantou, melhor, porque elucida. V. Exª vai poder dar muita entrevista contra, e milhares de pessoas vão ouvir e vão pensar: "Eu estou meio assim, agora olhe essa argumentação que está sendo dada. Essa argumentação é válida." Isso eu acho que pode ser muito bom para a sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Então...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Apesar de que o senhor já está decidido. Eu não sei se votarei favoravelmente. Também não sei. Mas acho que a possibilidade de a gente levantar todo o dano é maravilhosa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista coletiva concedida.

Agora os itens seguintes são de minha relatoria. Então, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

OFICIO "S" Nº 37, de 2013

- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal relatório sobre os trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul.

Autoria: Conselho Nacional de Justiça

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pelo arquivamento, tendo em vista a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 71 de 2011, aprovada neste Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, em harmonia com a sugestão da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul às Casas do Congresso.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Ofício "S" nº 37, de 2013, encaminhado ao Senado Federal pelo Conselho Nacional de Justiça, que apresenta o Relatório dos Trabalhos da "Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul".

Esses relatórios sempre vêm, principalmente quando são sugeridos até pela Comissão de Direitos Humanos. Eles chegam aqui, e a gente tem que ler e dar um parecer, normalmente, para arquivar, a não ser que venha algum encaminhamento, algo para ser encaminhado.

Vou ler algumas coisas que o relatório apresenta, porque também é muito longo, e a gente tem que aproveitar o quórum aqui para votar os outros itens.

O relatório do CNJ traz: a) uma relação dos processos judiciais envolvendo a demarcação de áreas indígenas no Mato Grosso do Sul que estão em tramitação no Supremo Tribunal Federal; b) uma relação dos processos judiciais em curso que envolvem conflitos indígenas também no Mato Grosso do Sul; c) uma lista dos processos judiciais que, tratando da questão fundiária indígena, foram movidos pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); e d) a relação de terras indígenas cujos processos demarcatórios encontram-se paralisados em razão de decisões judiciais no Mato Grosso do Sul.

A Comissão está informando, ainda, que a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por índios, no Mato Grosso do Sul, gerou cinco possíveis situações. Dessas, três não geram maiores preocupações, pois nelas foi reconhecido o direito dos índios à terra. Em tais casos, ou já se editou o decreto presidencial, ou o processo administrativo ainda não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerrou por falta apenas do respectivo decreto, ou, ainda, sentença judicial, já transitada em julgado, reconheceu que as terras em questão são efetivamente de ocupação tradicional indígena.

Numa quarta situação, sentença com trânsito em julgado acabou por reconhecer que certas terras, reivindicadas por índios e previamente demarcadas administrativamente, não são de ocupação tradicional indígena. Neste caso, embora não haja maiores preocupações, a Comissão sugere, para a hipótese de se verificar necessidade de reforma agrária, que seja feita a compra direta ou a desapropriação por necessidade pública ou por interesse social dessas mesmas terras.

Por fim, numa quinta situação, a de mais difícil resolução, há pendência de decisão judicial com trânsito em julgado no que toca à legitimidade jurídica de processo administrativo que reconhecera como indígenas terras reivindicadas por índios.

A Comissão ressalva, ainda, que, na hipótese de desapropriação de terreno em prejuízo de proprietário não índio, que tivera título de propriedade registrado há muitos anos, concedido e ratificado pelo Estado, tal desapropriação, embora se revele constitucional, afronta o princípio da proteção da confiança legítima. Por tal motivo, defende-se o direito à justa indenização em favor do particular que teve deslegitimada a posse de sua propriedade espoliada, em respeito, aqui, ao princípio da reparabilidade integral.

Finalmente, ao encerrar o relatório, a Comissão apresenta conclusões e sugestões. É feita a ressalva de que, em razão do prazo exíguo, não se pôde analisar a solução concreta para cada um dos casos de posses de terra contestadas. Acrescenta-se ainda que, dada a alta litigiosidade verificada no Mato Grosso do Sul em relação à questão das terras indígenas, o modelo demarcatório não pode ser o único instrumento para transferir terras para as comunidades indígenas. Em razão disso, a Comissão apresenta as seguintes alternativas, a serem adotadas pela União e/ou pelo Estado do Mato Grosso do Sul: 1) conclusão definitiva do processo administrativo demarcatório com indenização das benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé; 2) desapropriação de áreas por interesse social; 3) aquisição direta de terras; 4) assentamento de pequenos proprietários rurais; 5) transação judicial; e 6) indenização do produtor rural por ato ilícito do Estado decorrente da titulação considerada, posteriormente, ilegítima.

Ao final, a Comissão apresenta algumas sugestões a diferentes entes, das quais se destaca aquela endereçada à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Sugere a Comissão a essas Casas que seja criada norma, de estatura infraconstitucional, que possibilite a indenização, por ato ilícito, aos proprietários rurais cujos títulos de propriedade guardem as diretrizes da boa-fé, da insciência da originalidade da posse indígena e da titulação efetivada ou chancelada pelo Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em vista do exposto, com ciência do conteúdo, e tendo em conta a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, aprovada neste Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, em harmonia com a sugestão da Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul às Casas do Congresso, concluímos pelo arquivamento do relatório encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça, acerca dos trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul, registrado como Ofício "S" nº 37, de 2013.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Psicólogos com piso salarial de R$4.800,00, por 30 horas semanais

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH

A relatoria é da Senadora Sousa, a quem concedo a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Também é uma SUG, uma Sugestão do e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 6, de 2017, do Programa e-Cidadania, que trata sobre o tema: Psicólogos com piso salarial de R$4,8 mil, por 30 horas semanais.

Eu vou só falar que é normal chegarem essas sugestões de categorias, e é também normal – tem acontecido nas votações, aqui e em outras comissões – que, quando se trata de piso salarial, a gente acaba não acatando, porque é aquela história: piso salarial... Não dá para se fixar um piso salarial nacional para algumas categorias, porque isso implica, lá no Município de 3 mil habitantes, terem que pagar a mesma coisa, na hora de contratar os psicólogos, no caso, ou qualquer outra categoria.

Eu tentei aproveitar a sugestão e tratar da carga horária semanal. Então, eu acatei só uma parte, porque os pisos é a legislação estadual e municipal que vai fixar, mas a jornada...

Embora o proponente não tenha sugerido explicitamente a apresentação de proposição legislativa sobre o tema acima, fica clara sua intenção de mudança na legislação vigente, a fim de assegurar ao psicólogo um piso salarial de R$ 4,8 mil para uma jornada semanal de 30 horas.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

Então, eu faço considerações sobre pisos salariais, como já falei aqui também, inclusive a questão de a gente estar impondo um piso a entes que talvez não possam pagar esse piso.

Então, eu concluo dizendo que, assim, a fixação do piso salarial em lei torna mais rígidos futuros ajustes necessários. Como bem destaca Melo, a regra, na nossa realidade, é o piso salarial fixado em negociação coletiva; a exceção é o salário profissional estabelecido em lei. A fixação do piso salarial por meio de negociações e acordos coletivos possibilita maior participação das partes interessadas e maior flexibilidade de ajustes ao mercado.

Há controvérsias quanto à instituição de piso salarial para as categorias profissionais, por meio de lei. Sua defesa, entretanto, baseia-se, fundamentalmente, no fato de que elas merecem um salário digno e que sua imposição, por meio de diploma legal, se faz necessária, porque as relações de mercado ainda não permitem, em todo o Brasil, que os salários dos profissionais sejam por elas determinados. Isso é verdade também. A gente sabe que depende da correlação de forças, principalmente sindical.

Assim, a definição de um piso salarial de caráter nacional esbarra em dificuldades pelas grandes disparidades regionais verificadas no País, pelas características da profissão (diversos graus de especializações, tempo de exercício da profissão) e pelas diferenças de porte dos empregadores. A grande dificuldade estaria em estabelecer o valor do piso que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonizasse com tantas realidades, razão pela qual julgarmos inoportuno o estabelecimento do seu valor, em lei.

Já em relação à jornada de 30 horas semanais, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia, certas profissões, como a psicologia, têm peculiaridades que fazem da redução da jornada de trabalho uma verdadeira necessidade para assegurar e proteger a saúde física e mental dos psicólogos, eis que, no seu quotidiano, enfrentam uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação: diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e muitos conteúdos substancialmente difíceis, que demandam enormes cuidados.

Ressalte-se, por fim, que o conselho profissional dos psicólogos apoia a jornada de 30 horas semanais como forma de se assemelhar a outros profissionais de saúde, como os de Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Assistência Social. Para o órgão, se o entendimento é o de que os serviços de saúde devem ser multidisciplinares e integrais, há de se garantirem condições isonômicas para usuários e profissionais, considerando, evidentemente, as especificidades de cada profissão.

Voto.

Diante do exposto, na forma do art. 102-E, parágrafo único, I, do RISF, votamos pela aprovação da SUG nº 6, de 2017, com a apresentação da seguinte proposição legislativa:

> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017
> Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí vêm os artigos, só fixando a jornada. Que fique bem entendido que, quanto ao piso salarial, não estou acatando a sugestão!

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, na forma do projeto apresentado pela Senadora.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há dois requerimentos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 168, extrapauta.

Em votação.

Os que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os que concordam também com o Requerimento nº 169, de 2017, extrapauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ambos os requerimentos estão aprovados extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 168, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça, em Santa Catarina, que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa. Essa comunidade tem sofrido constantemente com ataques por defender a demarcação de suas terras.

Autoria: Senadora Regina Sousa

EXTRAPAUTA

ITEM 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 169, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a defesa da soberania nacional, com a participação de ex-Senadores da República. Os nomes dos convidados serão comunicados posteriormente.

Autoria: Senadora Regina Sousa

De imediato, passo a palavra à Senadora, para que faça a defesa dos dois requerimentos, tanto do Requerimento 169, quanto do Requerimento 168.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – O Requerimento 168, como o senhor já leu, trata de uma questão específica: a agressão à indígena Ivete de Souza, de 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos. Isso foi solicitado por alguém dos movimentos indigenistas. A gente precisa discutir isso, para isso não virar rotina. Como não é a primeira agressão na comunidade, a gente quer discutir a questão de agressão aos indígenas a partir desse caso específico.

O Requerimento 169 foi uma solicitação também de uma ex-Senadora, para que se envolvam os ex-Senadores nas discussões sobre a questão da soberania nacional. Há um grupo, uma Frente em Defesa da Soberania Nacional. Mas ela achou que isso era conveniente. Inclusive, está tentando levar isso para o plenário. Se conseguir fazer com que isso aconteça no plenário, nem é preciso que aconteça aqui. Mas pede que os ex-Senadores, principalmente os que saíram daqui recentemente, possam travar esse debate sobre a soberania nacional, que é bem pertinente neste momento em que estamos vendo nosso País sendo entregue a preço de banana, em que multinacionais estão botando as mãos em nossas riquezas. Isso compromete a soberania, certamente.

Então, estou trazendo esses dois requerimentos extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão os dois requerimentos defendidos pela Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados ambos os requerimentos.

Passo a palavra de novo à Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Nós, com isso, encerramos a nossa pauta, porque, para apreciar os terminativos, não temos quórum. Temos de fazer um esforço concentrado ainda neste ano, para votarmos alguns projetos que estão aí. É só votar mesmo, porque a maioria já foi lida. Então, vamos fazer um esforço na primeira semana ou na segunda semana de dezembro, para fazer essa votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 92ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Regina Sousa e dos Senadores não membros, Garibaldi Alves Filho e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Ângela Portela, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 66/2017, de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Paulo Rocha. Finalidade: Debater sobre o tema: "EBSERH - Uma ofensa à autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde". Participantes: Wladimir Tadeu Baptista Soares, Advogado - Médico e Professor do Departamento de Medicina Clínica da Universidade Federal Fluminense - UFF; Orlando Afonso Valle do Amaral, Reitor da Universidade Federal do Estado de Goiás - UFG; Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União - TCU; Lucieni Pereira da Silva, Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - AUD-TCU e Diretora de Controle Externo da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Jorge Sale Darze, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM; Emmanuel Zagury Tourinho, Reitor e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Maria de Fátima Silansky Andreazzi, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e representante da Frente Nacional contra a Privatização; Kleber de Melo Morais, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; e Mauro Luiz Rabelo, Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - SESU/MEC. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 93ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezessete, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Regina Sousa e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Ângela Portela, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 148/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre o tema: "A Previdência Social que queremos". Participantes: Deputada Federal Jandira Feghali; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da ANFIP; Moacyr Roberto Tesch, Representante da CONTRATHU; Charles Alcântara, Presidente da FENAFISCO; Rosângela Silva Rassy, Diretora do SINAIT; Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da FENAJUD; Maria Inês Rezende Maranhão, Presidente da FUNDAÇÃO ANFIP; Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da CONTAG; Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves, Vice-Presidente da AJUFE da 4ª região; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da ANAMATRA; Antonio Bráulio de Carvalho, Representante da ANAPAR; Luiz Gonçalves Bontempo, Diretor do SINDIFISCO NACIONAL; Fernando Anunciação, Presidente da FENASPEN; Maicon Nachtigall, Representante da FENAPRF; Carlos Alberto Feitoza, Diretor da Fenaspen; Edison Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP; José Pinto, Consultor Legislativo do Senado Federal; Mário Theodoro, Consultor Legislativo do Senado Federal; Alex Canuto, Representante da ANESP; Celso Malhani de Souza, Representante da FENAFISCO; Ogib Carvalho Filho, Representante da Pública-Central do Servidor; Adriana Faria, Representante da FENAJUFE; e Nery Junior, Representante do Movimento Acorda Sociedade - MAS. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e treze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 94ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Paim, José Medeiros, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Wilder Morais, Lídice da Mata e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 168/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça em Santa Catarina que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa. Essa comunidade tem sofrido constantemente com ataques por defender a demarcação de suas terras. Participantes: Rogério Navarro, Subprocurador-Geral da República; Eunice Antunes, Liderança do Território Indígena Morro dos Cavalos; Elizete Antunes, Cacica Yakã Porã do Território Indígena Morro dos Cavalos; e Vanderlei Gonçalves, Liderança do Território Indígena Morro dos Cavalos. A Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Adelar Cupsinski, Representante do CIMI; Schirlei Azevedo, Assessora da bancada do PT na Assembleia Legislativa de SC; Luzia Cabreira, Representante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares; João Pedro, Ex-senador e ex-presidente da FUNAI; e Toponoyê Júnior Xukuru, Líder Indígena Xukuru – DF. A presidente faz os seguintes encaminhamentos: oficiar o governo do Estado de Santa Catarina expondo as ameaças reiteradas que foram trazidas nesta Audiência e solicitando providências; levar ao conhecimento do Min. do STF, Alexandre de Moraes, Relator da Ação 2323, essas informações para que possa levá-las em consideração quando do julgamento do processo acerca da demarcação das terras indígenas Morro dos Cavalos; oficiar o Ministro da Justiça solicitando providências no sentido de garantir a segurança dos povos indígenas por parte da Polícia Federal, em especial aos ocupantes do Morro dos Cavalos, bem como solicitar celeridade na homologação das terras indígenas; solicitar ao governo do Estado de SC que analise a possibilidade de desistir da Ação nº 2323, em trâmite no STF; e solicitar que o governo do Estado se manifeste acerca da indenização das terras indígenas ocupadas por não índios. Faz uso da palavra a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 95ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, José Medeiros, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, José Pimentel, Lídice da Mata, Dário Berger, Simone Tebet, Ataídes Oliveira e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Amorim, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 160/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Paulo Rocha. Finalidade: "Instruir a Sugestão Legislativa nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12.612". Participantes: Deputada Federal Luiza Erundina; Ana Maria Araújo Freire, Representante do Coletivo Paulo Freire; Daniel Cara, Representante do Coletivo Paulo Freire; e Marlúcia Menezes de Paiva, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fazem uso da palavra as Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa e Marta Suplicy e o Senador Cristovam Buarque. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 96ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Jorge Viana e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Amorim, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 172 de 2017 que: "Requer aditamento ao Requerimento RDH nº 65/2017, que aprovou a realização de Audiência Pública para debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016), visando à substituição dos seguintes convidados: - do Representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) como autoridade convidada, pelo Superintendente do INCRA/DF, Senhor Igor Soares Lélis; - do Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF) pelo Secretário de Patrimônio da União, Senhor Sidrack de Oliveira Correia Neto; e visando, ainda, a inclusão dos seguintes convidados: - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Desembargador Mário Machado Vieira Netto; - Presidente da Câmara Legislativa do DF, Deputado Distrital Joe Valle; - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, Senhor André Lima; - Presidente da OAB/DF, Dr. Juliano Costa Couto; - Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado, Sr. Carlos Cardoso; - Presidente da Associação comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico – AJAB, Senhor Claudemir Pita; - Representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras), senhor Luciano da Silva Cavalcanti; - Representante das Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras), Senhor João do Violão.". Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 162/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Instruir a SUG 44 de 2017, "que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional". Participante: Luiza Nagib Eluf, Advogada Criminal - Procuradora de Justiça do Estado de São Paulo aposentada. Às quatorze horas e trinta e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presidência à Senadora Marta Suplicy. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy e o Senador Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 97ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e onze minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 92/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável". Participantes: Hermes Zaneti, Deputado Federal na Constituinte e autor do livro "O Complô"; Antônio Pereira Barbosa, Diretor de Assuntos Parlamentares da FEBRAFITE; Edson Carneiro Índio, Secretário Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Alfredo Portinari Greggio Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo - SINAFRESP; Euclenes Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Agentes Federais de Execução Penal do Distrito Federal; Daro Marcos Piffer, Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Francelino das Chagas Valença Junior, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Ricardo Luiz Wright Minussi Macedo, Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda - SINDFAZENDA; Marcelo Azevedo, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; e Petrus Elesbão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo – SINDILEGIS. O presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Francisco de Assis dos Santos (Chiquinho), Representante da FASUBRA; Magda Helena Tavares Chaves, Representante do SINDILEGIS; Alexandre Caso, Representante da INTERSINDICAL; Juracy Soares, Representante da FEBRAFITE; Rosa Maria Mineli Menino. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Remeter aos Senadores e Senadoras manifesto das entidades participantes desta audiência pública, solicitando rejeição do PLS 116/2017. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 98ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, José Medeiros, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 135/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência". Participantes: Valéria Cristina Gomes Ribeiro, Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União - TCU; Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral de Acessibilidade do Ministério dos Direitos Humanos; Diogo do Ybiti Silveira, Analista Judiciário da Assessoria de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Lúcio Henrique Xavier Lopes, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; Francis Lobo Botelho Vilas Monzo, Assistente Social do Senado Federal; Rodrigo Lima, Chefe de Gabinete da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Vera Lucia Duque de Matos Cura, Representante do Grupo “Juntas somos mais fortes”; e Márcio Tancredi, Diretor Executivo de Gestão do Senado Federal. Faz uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 99ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, Eduardo Amorim, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 117/2017, de autoria do Senador Telmário Mota. Finalidade: Discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2017, de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino. Participantes: Loni Elisete Manica, Doutora na área da educação profissional (EP) para pessoas com deficiência; Iêdes Soares Braga, Coordenadora-Geral da Política de Acessibilidade na Escola - SECADI/MEC; Rita de Fátima da Silva, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Bruno Coimbra, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior – ABMES; e Franclin Costa do Nascimento, Assessor da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC. Faz uso da palavra o Senador Telmário Mota. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Telmário Mota

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/77780

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Wilder Morais, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 158/2017, de autoria do Senador Paulo Rocha, e RDH 166/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Prestar informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017". Participante: Ronaldo Nogueira de Oliveira, Ministro de Estado - Ministério do Trabalho. Às onze horas e vinte e três minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. O Presidente concede a palavra ao Procurador do Trabalho Maurício Ferreira Brito, do Ministério Público do Trabalho. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros e as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 102ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e trinta e cinco minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros Dário Berger, Vicentinho Alves, Wilder Morais, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 159/2017, de autoria do Senador Romário. Finalidade: Debater sobre: "A instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica". Participantes: Soniza Alves-Leon, Professora de Neurologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Doutora em Neurologia – cientista FAPERJ e pesquisadora do CNPQ; Denis Bernardi Bichuetti, Médico Neurologista, especialista no tema; Daniele Americano, Paciente - Neuromielite Óptica - NMO Brasil; Roberta Berrondo, Paciente; e Rossana Guimarães Coutinho Moraes, Paciente e representante da Universidade Estadual de Maringá, do Estado do Paraná. O Presidente concede a palavra ao Senhor Marcos Aurélio Marques Rodrigues, presente no plenário. Faz uso da palavra o Senador Romário. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 103ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e treze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Dalirio Beber, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 163/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Políticas Públicas para formação de professores". Participantes: Elenita Conegero Pastor Manchope, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e representante da Câmara de Ensino da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; Wesley Nogueira Gomes, Representante de Bolsista de Iniciação à Docência - ID; Alessandra Assis, Professora; Raquel Nery Lima Bezerra, Professora da Universidade da Bahia e Representante da PROIFES Federação; André Lemes da Silva, Professor e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS; Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná - UFPR; Bruna Brelaz, Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; e Nilson de Souza Cardoso, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-FORPIBID. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Deputado Federal Chico Lopes; Deputado Federal Pedro Uczai; Deputado Federal Edmilson Rodrigues; Deputado Federal Bohn Gass; Deputada Federal Pollyana Gama; Deputado Federal Orlando Silva; Sandra Lemos, Professora da Universidade Estadual do RS; Marcia Abreu, Assessora da senadora Fátima Bezerra; e Fabio Alexandre Guimarães Botteon, Vice-Reitor do Centro Universitário de Adamantina. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Dalirio Beber e Hélio José. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Enviar ao Ministro da Educação e à Senhora Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária Executiva do Ministério da Educação, o link do vídeo e as notas taquigráficas desta Audiência Pública, solicitando a permanência do PIBID, bem como a Moção da Câmara Municipal de Taubaté/SP, entregue nesta Audiência Pública; convocar o Ministro da Educação para prestar esclarecimentos com relação ao PIBID. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas.

Vamos iniciar a nossa audiência pública de hoje. A partir deste momento, estamos iniciando os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 103ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 163, de 2017, CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater políticas públicas para a formação de professores.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós vamos realizar duas Mesas.

De imediato, chamo os componentes da primeira Mesa.

Convidamos Elenita Conegero Pastor Manchope, Pró-reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste e representante da Câmara de Ensino da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, Reitora.

Chamamos Raquel Nery Lima Bezerra, professora da Universidade da Bahia e representante da ProIfes-Federação. (*Palmas.*)

Convidamos a professora que foi indicada, Alessandra Assis. (*Palmas.*)

E convidamos Wesley Nogueira Gomes, representante de Bolsistas de Iniciação à Docência (ID). (*Palmas.*)

Depois teremos uma segunda Mesa.

Eu pergunto à assessoria se chegou o representante do MEC.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu espero que chegue em tempo.

Eu não vou fazer nenhuma crítica, porque acho que deve ser um problema de trânsito ou um problema da chuva, mas que ele vai chegar. Seria o fim do mundo se o representante do MEC não estivesse aqui. Eles do MEC ligaram para mim, a partir do momento em que a Comissão fez o convite, e eu disse para eles que era fundamental eles estarem presentes na audiência de hoje.

Eu espero que seja só um problema de trânsito, de tráfego, porque será – afirmação da parte deles, não nossa – um desrespeito total com os professores e professoras, que estão aqui apenas para discutir a importância desse belo programa que visa, cada vez mais, qualificar alunos, enfim, para, no futuro, serem professores e os próprios professores.

A ausência do MEC, que foi convidado, mostra a todos nós... Faremos a audiência, sim, com a mesma intensidade, e vamos, no final, fazer alguns encaminhamentos para viabilizar o programa. Eu espero que eles já estejam aqui. Em uma audiência deste porte, discutida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avisada com antecedência, se o MEC não tiver um representante para mandar para cá, é, de fato, porque a nossa educação está em mãos, infelizmente, de pessoas muito incompetentes. Serei obrigado a dizer isso. Não estou afirmando isso. Se o MEC não mandar para cá uma pessoa para representá-lo... Aqueles que estão acompanhando pelo Brasil todo a nossa audiência pública vão entender como um total desrespeito àqueles que vão dar formação para os filhos do povo brasileiro hoje e amanhã.

Eu queria, antes mesmo de iniciar e dar a palavra para a primeira Mesa, dizer que quero cumprimentar muito esse movimento que os senhores e as senhoras estão fazendo. Eu já tinha recebido algumas pessoas aqui, em Brasília, mas recebi uma delegação lá no Rio Grande do Sul, no meu escritório.

Eu acho que a senhora poderia dizer quem estava lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderia dizer no microfone? Só aperta aí. Aí vai acender a luz verde.

A SRª SANDRA MONTEIRO LEMOS – Estivemos lá.

Primeiramente, bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Estivemos lá eu, como representante da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome das pessoas que estiveram, inclusive o seu.

A SRª SANDRA MONTEIRO LEMOS – Meu nome é Sandra Lemos. Esteve lá a professora Cristiane, que é da Univates, que representa o Fórum Nacional do Forpibib. Esteve lá também a Professora Lúcia, que é professora da Unilasalle do Rio Grande do Sul também. Esteve lá também a professora, não vou me recordar agora o nome... Ah! A Professora Jane também, que é da Univates. Estivemos lá, com o Senador Paim, para solicitar uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, uma salva de palmas pela iniciativa. (*Pausa.*)

Eu quero também dizer que eu estava, acho que naquele mesmo fim de semana, no sábado ou no domingo, lançando um livro em Pelotas, na praça, na feira do livro. O livro era *O Dragão Debaixo da Cama*, que, na verdade, é a reforma da previdência, e, quando eu vi, havia um movimento de uns 300, 400 jovens bem do lado. Pensei eu comigo: Estou muito prestigiado! Quatrocentas pessoas aqui nesse volume todo, só para receber meu livro? Mas, na verdade, eles estavam lá fazendo um ato de protesto, e foi de fato uma delegação lá receber o livro, numa forma de solidariedade ao trabalho que eu estava fazendo, distribuindo aquele livro. Aí me convidaram para ir lá conversar com os jovens, independentemente da idade, professoras e professores também, e acabou sendo um pequeno ato público, mas um ato público com muita força, com muita vibração, com muita energia, demonstrando que há uma mobilização em todo o País.

Eu queria agradecer muito àquela moçada que esteve lá. Eu informei – a minha fala foi nesse sentido – que vocês estiveram lá, e nós tínhamos ajustado que faríamos nesse dia esta audiência pública. Podem ter certeza de que eles todos, o Brasil todo está assistindo pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internet, pelos canais alternativos e depois é reproduzido ainda no período da noite, hoje ou amanhã.

Uma salva de palmas a toda a juventude que está se mobilizando e que sabe da importância desse programa em todo País.

De imediato, eu passo a palavra para a Pró-Reitora Elenita Conegero Pastor Manchope.

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Bom dia todas e todos.

Eu quero dizer que é um grande prazer estar aqui podendo participar deste movimento em defesa da política de formação dos professores, em defesa do Pibid, agradecer a disposição do Senador Paulo Paim de estar acolhendo essa demanda e estou aqui também como representante da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais do Brasil.

Eu começo a minha apresentação falando alguns dados, relatando um pouco o que é a associação, quais são os números que nós temos da associação e também falar um pouquinho de quais as ações que fizemos em relação à defesa do Pibid desde quando começaram alterações, que foram questionadas pela base, pelos professores e pelos coordenadores.

A associação compreende 45 IES afiliadas entre municipais, estaduais e comunitárias. Nós temos nessas instituições mais de 40 mil professores, mais de 700 mil alunos, 2.044 cursos de graduação são ofertados por essas IES e 1.756 cursos de pós-graduação.

A oferta das estaduais e municipais também promove a interiorização e a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês estão ouvindo bem aí atrás? Tranquilo?

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – ... expansão – obrigada – do ensino superior, da educação superior pelo País. Como vocês podem ver todos esses pontos, nós estamos levando, pela universidade e suas extensões, o ensino superior pelo Brasil.

Nesse sentido, desde a assinatura da Portaria 46, que foi muito questionada por todos e que mudava completamente, que desfigurava completamente o caráter do projeto, a Abruem se engajou na defesa do programa tal qual ele estava e também entrou nessa luta pela revogação da Portaria 46.

Nós também fizemos – a Câmara de Graduação teve a iniciativa naquele momento também, ainda de luta pela revogação – uma reunião da Câmara em Foz do Iguaçu, convidando a Profª Alessandra Assis, que está conosco aqui, Alessandra Assis, que, à época, estava à frente da presidência do Forpibid; o representante do Presidente do Consed, que é o Conselho das secretarias estaduais; e também um representante da Undime, para ouvir as partes, afinal de contas o Pibid atua e tem uma ampla ligação e uma interação – universidade, educação superior e educação básica. Então, era importante ouvir também como os Municípios e os Estados estavam vendo esse trabalho, ouvir o Forpibid, para pensar que ações poderíamos ter dentro da Abruem que pudessem colaborar para a manutenção do programa.

Após esse trabalho, essa reunião em Foz do Iguaçu, nós tivemos o fórum dos reitores em Ilhéus. Entre as atividades, havia a apresentação de uma mesa da Câmara de Graduação. Nessa mesa, nós também fizemos a apresentação dos dados do Pibid, colocando a necessidade de a Abruem se colocar em defesa da manutenção do programa.

Aqui eu destaquei alguns dados. Talvez a Profª Alessandra também traga algo nesse sentido. Esses dados foram extraídos de uma pesquisa realizada pela Profª Marli André em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2015. Eu destaquei esse dado – há muitos outros –, porque há uma contínua reclamação ou talvez uma incomodação: os alunos que frequentam a licenciatura, que fazem a licenciatura, geralmente, depois da formatura, não vão para as escolas, acabam encontrando outros caminhos.

E uma questão que fica muito forte no Pibid é que, dos alunos que participaram do programa, hoje, por essa pesquisa, 64% estão atuando nas escolas. Esse é um dado bastante importante. E 47% dos que não estão atuando na educação declaram que estão aguardando concurso ou que não tiveram oportunidade.

Aí estão os números. Não vou fazer a leitura deles, mas é importante que a gente registre que ainda há Municípios no Brasil... Apesar de haver, na LDB, na 9.394, a exigência da formação da educação superior para os professores desde a educação infantil até o ensino superior, há ainda Municípios que, para a educação infantil, fazem concurso apenas para agentes de apoio.

Esses professores formados, esses alunos egressos da licenciatura ficam muito sem perspectiva. Qual a atuação? Onde vou desenvolver a minha atividade após essa formação profissional tão importante?

Então, só destacando que eles estão aguardando concurso; alguns que já fizeram ainda não foram chamados, ou não tiveram oportunidade de fazer, porque alguns Municípios não fazem, respeitando a exigência que nós temos em lei ainda.

Aqui é só para mostrar o vínculo: 64% estão vinculados a instituições públicas, e 28%, a instituições privadas. Nós não podemos deixar de ver o quanto que também as instituições privadas atendem à educação, e os nossos alunos, sejam formados na pública ou na privada, estarão atuando nas duas frentes também, mas a maioria deles ficam, permanecem na escola pública.

Só reforçando que a Abruem compreende que as ações do Pibid têm contribuído para o fortalecimento da formação para docência nos cursos de licenciatura através do desenvolvimento de projetos de intervenção concreta na rede de educação pública, intrínseca relação com a educação básica.

Há uma discussão que durante muitos anos nós ouvimos – nós, educadores e pesquisadores da Universidade – de que havia um distanciamento, uma falta de interação maior da educação superior com a educação básica, e a gente percebe que o Pibid é um programa que tem contribuído muito para isso. Ele traz a escola para dentro da universidade, ele leva a universidade para dentro da escola. Isso é um grande diferencial do programa. É uma avaliação que a Abruem faz no geral, de que agora eu passo a fazer a leitura para eu não ficar falando e depois me repetindo nas lâminas – já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem oito minutos ainda.

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Ele promove a integração da universidade com a educação básica, como eu já falei. Ele fortalece a formação docente por intermédio da vivência prática nas escolas por 12 horas semanais, um marco que reconfigurou o estágio da licenciatura. Ele contribuiu para a permanência estudantil por fornecer bolsa.

Esta é uma questão que nós estamos trabalhando também na Câmara de Graduação dentre várias temáticas: estamos trabalhando muito com o combate a evasão ou, mudando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pouco, porque a evasão tem vários intervenientes, há vários elementos que interferem, nós estamos trabalhando com a questão da não ocupação das vagas. Essa não ocupação de vagas públicas nos preocupa muito e a gente tem trabalhado muito com a questão da assistência estudantil, e o Pibid, com relação às bolsas, fortalece muito.

Quero destacar isso, que é uma preocupação grande da Câmara. Fazemos a defesa incondicional da permanência do programa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Obrigada.

Ele promove a produção científica de docentes e discentes sobre a prática pedagógica; prevê ensino, pesquisa e extensão, nos moldes do PET (Projeto de Educação Tutorial). O Pibid tem esta característica: ele vai formar também o professor pesquisador. Ele desperta interesse e segurança no discente para ingressar no magistério. Esse maior tempo de permanência na escola proporciona essa maior segurança e ele tem mais vontade de estar no campo de trabalho que ele escolheu para se formar.

Ele também é um programa positivamente avaliado pela produção científica na academia e pelo sistema de educação pública. Os pesquisadores e professores que atuam na área de formação de professores nas licenciaturas das universidades têm feito produções que têm sido valorizadas pelos meios que exigem a produção nas universidades, pelos meios que fazem avaliação dos programas, enfim, ele tem sido bastante valorizado também.

E, finalizando,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – ... a defesa incondicional da prorrogação do edital do Pibid, o que a gente sabe que é possível, porque ainda temos esse direito previsto pelo edital.

Como professora – e também neste momento representando a Câmara de Graduação da Abruem –, eu faço este apelo: a prorrogação do edital do Pibid. (*Palmas.*)

Ainda tenho um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais cinco ainda.

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Mais cinco? Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O toque da campainha é para avisar que tem mais cinco.

Eu aproveito o intervalo, mas asseguro o seu tempo ...

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, com muita satisfação, registrar a presença do Senador Dalirio Beber, que é um estudioso dessa área e fez questão de estar aqui para prestigiar o evento, ao contrário de o que o MEC fez. O MEC não conseguiu... Senador, eu tenho de lamentar isso. Eles ligaram para mim. Eu disse: "Mandem uma pessoa, uma!" Não exigi ministro, nem secretário executivo. "Mandem uma pessoa para representar o MEC". Eu fico triste de ver que o MEC do meu País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o ministério que eu considero o mais importante de todos, não tenha uma pessoa para enviar ao Senado da República para discutir um programa importantíssimo como é esse do Pibid.

Então, uma salva de palmas a V. Exª. (*Palmas.*)

E a nossa indignação com o MEC, que demonstra que estamos numa situação muito difícil. V. Exª sabe a minha posição. Mas eu tenho o maior respeito por... Ontem eu recebi aqui o Ministro do Trabalho, que disse o que pensava. Foi à Câmara também. Veio à Comissão de Direitos Humanos, fez a defesa dele, do ponto de vista dele, do que ele acha ou não sobre o tema em debate, os Senadores falaram, eu falei também, e pronto! Isso é democracia. Mas o MEC se enfiar debaixo da cama? Ter medo de conversar com os professores, com os alunos? A que ponto nós chegamos neste País?

Eu ainda faço um apelo aqui, de público, ao MEC, já que estamos ligados, pelo sistema de comunicação, a todo o Brasil: digam que que eu me enganei. Eu não quero acreditar. Digam que eu me enganei e que vocês mandarão um representante. É impossível que vocês não tenham um professor, uma professora, alguém... Mas não mandar um representante, nem para ouvir? Vocês seriam tratados aqui como convidados, como sempre são tratados nas audiências que eu faço. Vocês iam receber esse documento que eu vou receber, vou receber. Ainda vou entregar nas mãos do ministro, de uma forma ou de outra, esse documento que está aqui na frente da minha mesa e que tem 300 mil assinaturas.

Uma salva de palmas a vocês e não a mim. (*Palmas.*)

O MEC tem de entender isso. O que custaria ao MEC estar aqui e ouvir? Esse representante poderia dizer: "Eu não posso decidir pelo Ministro, mas vou ouvir e vou levar as reivindicações". Eu faria isso, se estivesse no MEC. Não consigo entender essa forma de fazer política. É a política na truculência, no desrespeito, desrespeito não a mim, mas desrespeito ao Senado da República. O pior de tudo é o desrespeito à educação, é o desrespeito à educação. É isso que nos deixa tristes, indignados.

Eu continuo fazendo o apelo. Vamos ter mais de uma Mesa. Os Senadores e Deputados vão poder usar a palavra, no momento que eles entenderem mais adequado.

Agora eu vou registrar o nome dos Deputados. Com satisfação, o Deputado Federal Pedro Uczai, que está aqui conosco e que é também militante dessa causa. (*Palmas.*)

Deputado Chico Lopes, que também está aqui com a gente. (*Palmas.*)

Convido o Deputado Chico Lopes para vir à primeira fila, fazemos questão disso, por favor.

A todos os Senadores e Deputados que passarem por aqui, meu querido amigo Dalirio Beber, será dada a palavra. Vão se pronunciar, vão dizer o que é possível e o que não é possível. Eu convido todos os Senadores e Deputados que estão na Casa para, se puderem, passarem aqui. Aqui estão os mestres do nosso País e aqueles que serão os grandes mestres no futuro, que são os alunos, que só querem dar a sua contribuição e explicar a importância do programa. Depois, eu sei que eles falarão mais.

Eu quero, de imediato, passar a palavra para o Senador Dário Berger.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Dalirio Beber. O Dário é outro companheiro nosso lá de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É outro colega do mesmo Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muitas vezes, faz-se uma confusão em função da semelhança dos nossos nomes: Dalirio e Dário, Beber e Berger. Seria essa a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mas eu gostaria de dizer que fiz questão de estar aqui. Nós de Santa Catarina recebemos várias demandas no sentido da continuidade desse importante programa na formação dos nossos docentes.

Infelizmente, eu não vou poder acompanhar a audiência em todo o seu período, uma vez que temos outra comissão, na qual eu tenho a relatoria de um projeto. Lamentavelmente, eu vou me ausentar. Mas, à tarde, parece que há uma continuidade lá na Câmara. Então, vou ver se a gente consegue se encaixar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Isso.

Eu queria só parabenizar o nosso Senador Paulo Paim pela iniciativa, por estar presidindo uma importante reunião. Tenho certeza de que será uma manhã de grande proveito para aprofundar o debate e reafirmar a importância de um programa que tem dado resultados positivos aqui, só pela citação que fez a Profª Elenita, Pró-Reitora da Unioeste, dizendo que 64% de todos os egressos estão hoje na atividade, ou seja, na área, educando, e 50% dos outros 36% estão aguardando a oportunidade de serem convocados, através de concurso, para entrar. Portanto, nós temos um nível de vocações efetivamente comprovadas de gente que aproveita o programa para fortalecer esse desejo de ser mestre, de ser alguém que se vocaciona à educação tanto no que diz respeito à transferência do conhecimento, ou seja, a parte cognitiva, mas, sobretudo, também à participação na formação da cidadania, que é justamente uma fase da formação do ser humano.

Infelizmente, eu não vou poder estar aqui o tempo todo, mas acho que vamos ter uma manhã muito proveitosa.

Quero parabenizar o nosso Senador Paulo Paim pela Presidência desta importante audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Dalirio Beber.

A Senadora Fátima já chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas me informaram que ela provavelmente estaria aqui. Há alguém aqui representando a Senadora Fátima?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, diga o nome que eu vou citar aqui.

A SRª MARCIA ABREU DA SILVA – Marcia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Marcia Abreu está aqui representando a nossa querida Senadora Fátima. Uma salva de palmas também. (*Palmas.*)

A Senadora Fátima é educadora e tem um compromisso enorme com essa causa.

Ainda interrompendo a sua fala, eu...

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... recebi agora a seguinte informação: Srª Presidenta... A Presidenta da Comissão é a Senadora Regina Sousa. Explico por que ela não está aqui hoje. Eu a comuniquei. Acertamos juntos esta data para fazer a audiência. Ela só disse que não poderia estar, porque ela está recebendo uma homenagem, se não me engano, no Piauí, por parte do Tribunal de Justiça, pelos trabalhos prestados ao Estado e ao País. Uma salva de palmas à Senadora Regina Sousa, que é também professora. (*Palmas.*)

Vou ler a carta que recebi neste momento, naturalmente dirigida à Senadora Regina Sousa.

> Srª Presidenta, incumbiu-me o Sr. Ministro da Educação Mendonça Filho de agradecer o honroso convite de V. Exª para participar da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a debater sobre o tema "Políticas públicas para formação de professores", a realizar-se em 7 de dezembro de 2017, às 9h, no Plenário II da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo 2, do Senado Federal, e comunicar a sua impossibilidade de comparecer ao referido evento e indicar representante, uma vez que a reunião coincide com a reunião pública do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que tratará da Base Nacional Comum Curricular, tema de extrema relevância para a sociedade brasileira, acontecimento que mobilizará todo dirigente desta pasta. Esta assessoria se coloca à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Primeiro, pessoal, eu já fui dirigente. Eu até me refiro agora a uma empresa da área privada. Calcule um evento desse porte, e eu sou o diretor de uma empresa. Por mais que eu tenha seminário, reunião, debate, eu não vou encontrar, no contexto de todo o Ministério, uma única pessoa para vir aqui, respeitosamente ouvir os senhores e as senhoras...

Eu lamento muito essa decisão tomada pelo MEC e a forma como foi tratado esse importante evento. Eu só espero... Primeiro, já que eles se colocam à disposição – já fica hoje decidido –, nós vamos convocar outra reunião e vamos pedir que esteja aqui, de preferência, o ministro. (*Palmas.*)

Que venha o ministro aqui conversar. Vamos convidar, vamos convocar...

Eu continuo achando que foi um grande desrespeito para com a educação do nosso País, sabendo eles que vinham para cá pessoas do Brasil. Muitos haviam comprado passagens de avião, como eu disse para eles, e a data que estava marcada era hoje.

Fica aqui a minha indignação, lamentando muito a não presença de um único representante do MEC. Pode ter certeza de que eu farei de tudo para que essa audiência pública aconteça. Eles vão ter de enfrentar o debate. Estão enfraquecendo o Pibid ou não estão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma política proposital ou não é?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, nós sabemos que é. Então, venham ouvir o contraditório. Quem sabe aí a gente ache um caminho comum para fortalecer esse belo programa que é o Pibid.

Vida longa ao Pibid! (*Palmas.*)

Vida longa ao Pibid! (*Palmas.*)

A palavra volta a V. Exª.

A SRª ELENITA CONEGERO PASTOR MANCHOPE – É bem rapidinho, só para finalizar mesmo.

Quero dizer novamente que é um grande prazer estar aqui e dizer que nós estamos dispostos a continuar nessa luta, tanto a associação quanto os demais professores das outras entidades de que eu participo. Também fazemos parte, no Estado do Paraná, do Prograde, que é o Fórum de Pró-Reitores de Graduação do Estado do Paraná, fizemos vários documentos em defesa desse programa e continuaremos junto com essa ação.

Finalizando a questão da Abruem, só reforçando que vamos continuar fazendo a defesa da permanência e ampliação do programa, seja com o diálogo sobre essa nova proposta, seja, como o Senador já disse, procurando um caminho alternativo. O que não podemos permitir é que ele se feche, que ele se acabe, pois ele tem dado resultado. Temos de garantir que continue, mesmo que vá agregando, trazendo novas ações, desde que não se desconfigure aquele que era o objetivo inicial do Pibid, ou seja, garantir o fortalecimento da formação do professor e a promoção da tão conclamada relação teórico-prática e relação integração educação básica/educação superior.

Eu acho que a característica principal é o fortalecimento da formação do professor que vai atuar com as nossas escolas. Nós sabemos que existem países em que a profissão mais respeitada, mais valorizada é a do professor, porque é dele que saem todas as outras profissões. Não teremos médicos, engenheiros, arquitetos, advogados, enfim, nenhum desses profissionais se forma sem passar pelas mãos dos professores. Então, temos de continuar garantindo, defendendo as políticas que vão ao encontro do fortalecimento dessa formação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Essa foi a Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Elenita Conegero Pastor Manchope. Meus cumprimentos pela sua fala. As interrupções são normais aqui, como agora, de novo, já vou interromper para registrar a presença do Deputado Federal Edmilson Rodrigues, comprometido com essa causa hoje e sempre, eu poderia dizer. (*Palmas.*)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Senador, parabéns! Só para informar que eu coordenarei uma audiência por mim proposta e aprovada na Comissão de Finanças e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tributação acerca de um projeto do Deputado Molon, da Rede, que torna permanente o Fundeb e busca maior financiamento para a educação infantil e para as creches.

Daqui a pouco, como eu sou o proponente e coordenador da Mesa, vocês vão me ver sair, mas tenham todo o meu respeito como professor há 40 anos dos meus 60. É uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas está um guri ainda...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sessenta anos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – É um verdadeiro crime contra o futuro do País inviabilizar um programa, uma verdadeira política de Estado, particularmente no momento em que se vê a necessidade de se preparar ainda mais o professor não só na dimensão cognitiva, no conhecimento científico em particular, mas cada vez mais as teorias didáticas e o preparo pedagógico se fazem ainda mais necessários, considerando que a sociedade mudou muito.

Hoje foi chocante ver na TV, enquanto eu me preparava para vir para o Congresso, uma diretora de escola e um professor sendo agredidos por uma menina de 16 anos. Isso tem a ver conosco. É uma crise que extrapola as responsabilidades dos educadores, mas, se não temos um programa como esse, com orientação na universidade e na escola que recebe o estudante, como condição de preparo prático para o desenvolvimento das teorias que, sem a prática, não é possível desenvolver, realmente será um crime contra o futuro e a educação brasileira.

Então, desculpem-me ter aparteado aqui, porque terei de sair logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Aqui, Senador e Deputado, nas audiências em que presido, falam na hora que quiserem.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Para mim, é sempre uma grande honra estar na presença do Senador Paim, que, realmente, nos vários mandatos de Senador, só tem honrado o povo brasileiro e o povo gaúcho. E a última grande ação – acho que a mais importante até – foi a coordenação da CPI da Previdência, que provou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que o interrompa, para dizer que concordo que estou aqui há muitos anos, mas este trabalho da CPI foi feito de forma coletiva, em que, como resultado, acabamos com a farsa do déficit da Previdência e a ideia de que o culpado de tudo é o servidor.

Então, quero dar uma salva de palmas a V. Exª neste momento, não por ter me elogiado, mas por ter falado da CPI. (*Palmas.*)

V. Exª pode concluir.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – É só para falar dessa honra, porque a política está tão demonizada – e olhem: eu sou do PSOL; já fui do PT. Poderia ter ficado calado, no mínimo, mas faço questão de expressar esse meu respeito e admiração por um político com mandato, porque todos somos, um político mandatário que honra o voto e a soberania popular em defesa exatamente da dignidade e do futuro soberano do nosso País.

Parabéns, Senador! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado! Muito obrigado, Edmilson Rodrigues, Deputado Federal, militante, com certeza, dessa causa e de todas as causas de interesse do povo brasileiro.

Não é porque ele fez uma referência ao nosso trabalho que eu diria isso. V. Exª sabe o respeito e o carinho que eu tenho não só pelo mandato, mas pela sua história de vida. V. Exª já nasceu guerreiro, lutador, em defesa do povo brasileiro.

Quero repetir aqui as palmas para V. Exª, Deputado Edmilson, se me permitem. (*Palmas.*)

E repito que Senador e Deputado, em todas as audiências em que eu estiver presidindo aqui no Senado, usam a palavra no momento em que entenderem mais adequado, como V. Exª o fez agora.

Vou passar a palavra para Raquel Nery Lima Bezerra, professora da Universidade da Bahia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Universidade Federal da Bahia. Faltou a assessoria aqui, de vez em quando... Agora, quando eu erro, eu não digo no que errei, mas, quando eles erram, digo que eles erraram. (*Risos.*)

Eles ficam só me olhando. Faltou aqui só o "Federal".

Então, a Professora da Universidade Federal da Bahia e representante do Proifes Federação, Raquel Nery Lima Bezerra.

V. Sª está com a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. RAQUEL NERY LIMA BEZERRA – Obrigada.

Quero saudar a Mesa, o Senador Paulo Paim, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, autor do requerimento que viabilizou esta audiência e também Presidente da CPI da Previdência. Preciso dizer isso e acho que todo o povo brasileiro precisa sempre lembrar da importância dessa CPI.

Quero saudar também ao Forpibid, na pessoa do Prof. Nilson, seu Presidente, e também da Profª Alessandra Assis, minha colega da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, aos demais componentes da mesa, a todas e a todos os presentes, aos Parlamentares, demais autoridades e, de modo muito especial, ao pibidianos, de vários lugares do Brasil, que estão aqui, que vieram... (*Palmas.*)

Especialmente os da Bahia. Veio uma caravana da Bahia. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAQUEL NERY LIMA BEZERRA – É? Pois é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAQUEL NERY LIMA BEZERRA – Muito bem. Que bom! Que bom que temos essa cidadania para contar entre nós.

Muito bem. O Pibid é um programa... Eu preciso também dizer que estou aqui como representante do Proifes-Federação, que é a Federação de Sindicatos de Professores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Estou falando do lugar do movimento docente, mas também como alguém que participou, atuou como Pibidiana dentro da minha universidade tanto como coordenadora de projeto e, depois, auxiliando a Alessandra na gestão institucional do projeto.

O Pibid é um programa através do qual as licenciaturas, principalmente no contexto da universidade pública, não só, mas no contexto da universidade pública, que é onde estão as melhores licenciaturas do País, desbravaram um caminho que hoje está bem pavimentado em que se instituiu uma relação horizontalizada e de benefícios recíprocos entre os cursos de formação docente e a educação básica. É essa a razão por que as licenciaturas existem.

Esse arranjo interinstitucional que foi capaz a um só tempo de harmonizar ações de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como uma experiência com que apropriadamente se pode referir à noção de inovação, isto é, à invenção de um método de trabalho sem praticamente nenhuma semelhança com padrões já conhecidos, está mais uma vez sob ameaça.

A despeito disso e dos ótimos indicadores obtidos em processos internos e externos de avaliação, mais de uma vez o Pibid correu o risco de ser descaracterizado em sua metodologia e principalmente em seus objetivos, já falados aqui pela nossa pró-reitora, dentre os quais destacamos a qualificação e a valorização docente em seu nascedouro, que é a formação inicial, ainda muito ancorada em uma tradição acadêmica que é endógena, teoricista e bacharelística.

Ironicamente, as tentativas de descaracterização do programa decorrem exatamente dos seus bons resultados, os quais, em vez de fortalecer os processos, dar respaldo ao aprofundamento dos seus achados, capturam o programa em tentativas de desvio de sua força, do curso de sua força, força que está principalmente nas e nos estudantes de graduação, que passam a ser vistos ou cobiçados como mão de obra precariamente remunerada para, de algum modo, suplementar as carências da educação básica, numa conjuntura marcada pelos impactos da Emenda à Constituição 95, que congelou os gastos públicos no Brasil, e pelos ataques ao conjunto dos trabalhadores, representados pela reforma trabalhista e pela ampliação do alcance da Lei da Terceirização. Na minha opinião, na nossa forma de compreensão, as coisas estão muito relacionadas.

O acúmulo ou os acúmulos do programa em termos conceituais e metodológicos, as evidências da potência de sua formação trazidas em dados pela professora que me antecedeu, Profª – desculpe-me, professora, o seu nome... (*Fora do microfone.*) ...Elenita.

Então, as evidências da potência de sua formação são perceptíveis ainda nos cursos de graduação. Por exemplo, no desempenho dos bolsistas nos estágios curriculares. É muito claro que a performance, o desempenho dos estudantes estagiários – eu sou professora de estágio em Língua Portuguesa – há uma distância, é muito potencializado. Eles chegam nas escolas com uma experiência prévia, que foi construída no Pibid. Então, eles chegam com um conjunto amplo de referências conceituais e metodológicas para o exercício dos estágios, que ainda são muito frágeis nos currículos dos cursos de licenciatura.

Também os indicadores resultantes do acompanhamento de egressos em perspectiva longitudinal a médio e longo prazos e as contribuições desse acúmulo para os currículos das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

licenciaturas. Acho que o Pibid hoje é a grande referência para a articulação entre conhecimento e ação, tão requerida na renovação dos currículos das licenciaturas.

Então, tudo isso não pode ser desconsiderado numa pretensa, presunçosa e unilateral modernização do programa. O Pibid e sua fortuna acumulada são patrimônio do povo brasileiro e deve se consolidar como política de Estado, em vez de servir a investidas autocráticas e oportunistas de gestores que não foram referendados pelo povo.

Por outro lado, é por seu enraizamento na vasta e multirreferenciada realidade das escolas públicas brasileiras que o Pibid tem permanecido. E na capilaridade de seu alcance como política pública reside sua principal forma de resistência. O Pibid conjuga o verbo ser no plural. É "somos", universidade, professores da educação básica, licenciandos e o povo, principalmente o povo, este que tem na escola pública... (*Palmas.*)

É o povo que tem na escola pública, mesmo precária, mesmo lacunar, os meios que favorecem e promovem o seu desenvolvimento como pessoa e a sua formação para a cidadania.

O Pibid é, portanto, na atual conjuntura de retrocessos e ameaças aos avanços conquistados na última década e meia, um dos principais exemplos de ativismo político e mobilização popular. O Pibid está dando lição para os sindicatos.

Portanto, como representantes do movimento docente de universidades federais e instituições federais, expressamos nosso apoio à luta do Pibid, contra sua descaracterização e pela sua permanência e expansão.

Fica Pibid! Somos todos Pibid! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a professora da Universidade Federal da Bahia e representante do Proifes, Profª Raquel Nery Lima Bezerra.

Olha, quem está perdendo mesmo é o MEC de não estar aqui, pela qualidade e pelo brilhantismo que – sei e tenho certeza – têm todos os convidados.

Eu ainda vou deixar uma cadeira vazia aqui. Essa cadeira vazia aqui é o MEC, viu? (*Palmas.*)

Nessa cadeira vazia aqui fica o MEC, que não quer ouvir professores e alunos.

Nunca na minha história do Parlamento eu tive que fazer um gesto como este. Sempre ou o ministro me ligou ou mandou um representante; teve cuidado de falar longamente comigo. O que o MEC fez é lamentável. Eu ainda faço um apelo para que o MEC revise a sua posição e esteja aqui. A cadeira vai ficar vazia aqui esperando o MEC.

A sala está lotada de homens e mulheres que estão fazendo um debate em altíssimo nível. Eu sempre digo que, em audiência que eu presido, ninguém é vaiado. Ninguém é vaiado em audiência nenhuma.

Eu acho que já presidi quase um milhão de audiências públicas no número de anos que estou no Parlamento. Só no Senado, é uma média de 200 por ano que a gente faz. E nunca tive uma situação constrangedora como esta; nunca tive, no Senado da República, que eu respeito tanto... Temos de respeitar as instituições. Posso discordar de alguns Senadores ou Deputados, que nós sabemos que hoje podem se tornar uma maioria da qual eu discordo. Mas não se fazer presente? Não encontrarem... E eu pedi que mandassem um representante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu lamento muito, mas aqui hoje essa cadeira vazia representa o MEC, que é uma ofensa à educação brasileira.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria registrar a presença conosco do Deputado Elvino Bohn Gass.

Agora pediu a palavra o nosso querido amigo, lutador, companheiro de longas jornadas. Faço essa introdução pelo carinho que tenho pela sua história de vida. Esses cabelos brancos que são idênticos aos meus, podemos trocar...

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) – Negro quando pinta três vezes trinta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querido Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) – Obrigado.

A minha participação aqui, Senador... Às 14h, nós também estaremos fazendo uma audiência pública na CLP. Já fizemos algumas, e hoje à tarde inclusive virão pessoas do Ceará. Mas eu queria ser solidário com os reitores das universidades brasileiras, porque agora, pela incompetência do Governo Federal, a Polícia Federal chega, entra, prende sem mandado. Só na ditadura eu vi isso, e participei da ditadura sendo torturado e preso.

A que ponto nós chegamos? Quando começam a desqualificar a educação é porque o resto já foi para o brejo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) – Nós temos um desgoverno que eu acho que só a família respeita. Porque um cidadão que é presidente de um país do tamanho continental ter 3%... Eu pegava a minha viola e ia tocar em outro lugar.

Então, onde eles querem uma mecha? Na educação. Porque na educação você cresce, você tem oportunidade de democracia, até para fazer a opção de ser de direita ou de esquerda, não interessa. Mas na educação é que a gente vai formando cidadão.

Infelizmente, eu já passei por poucas e boas na ditadura militar etc., mas eu nunca vi um governo tão subserviente às classes dominantes neste País, subalterno e incompetente. Porque o Pibid é uma inovação na educação, é uma coisa diferente, mas estamos vendo... Não adianta pedir, porque eles não vêm mesmo. Eles também não têm o que dizer, têm medo do "Fora, Temer", estão com medo do povo. E, para o povo politizado que está aqui, eles não vão ter respostas dessa ditadura miserável, que é pior que a dos militares, porque na dos militares nós sabíamos com quem estávamos lutando.

Agora eu sei que estou lutando com pessoas incompetentes, subservientes: a burguesia deste País.

Obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Deputado Federal Chico Lopes, guerreiro do povo brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, nós estamos dando a palavra aos Deputados. V. Sª terá direito à palavra, pode ter certeza.

Nós estamos ouvindo agora os Deputados, mas estamos concluindo essa Mesa. Depois, vamos ter uma segunda Mesa em que Deputados e Senadores falam junto com os próprios painelistas. Mas depois eu vou abrir também o espaço para o plenário. E V. Sª pode dizer o seu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Fábio já está inscrito como primeiro orador que falará do plenário.

Agora nós passamos a palavra para a Profª Alessandra Assis.

A SRª ALESSANDRA ASSIS – Bom dia, colegas! Bom dia a todos e todas!

Bom dia, Exmo Senador Paulo Paim, membros da Mesa e colegas dessa luta acadêmica pela universidade pública.

Agradeço o convite para participar desta audiência pública e parabenizo desde já esta Casa pela ampla participação de Parlamentares já se posicionando, manifestando a sua posição em relação a esse importante programa.

No dia 18 de novembro, o Ministério da Educação anunciou uma nova Política Nacional de Formação de Professores. De imediato, houve uma reação das entidades da educação, dada a natureza da proposta, mas também a forma como a proposta foi apresentada: uma proposta elaborada no gabinete do Ministro e sem qualquer discussão com as entidades que historicamente contribuem com a educação deste País.

Nós também, nas instituições públicas de ensino superior, nos surpreendemos com essa medida, especialmente porque a medida, em uma das suas principais propostas, logo na primeira estratégia apresentada pelo Ministério da Educação, falava exatamente na modernização do Pibid; uma proposta absolutamente embasada em qualquer tipo de avaliação, de justificativa que tornasse aceitável essa proposição.

Logo depois do dia 18 e desse anúncio público, através de um PowerPoint, pelo Ministro da Educação e pela Secretaria Executiva, a Capes também se pronunciou, em um comunicado direto para os reitores, especialmente das universidades federais, afirmando que, justamente em face da nova política anunciada pelo MEC anteriormente, não pretendia prorrogar o Pibid, negando aí o pedido que foi feito acredito que em massa pelos reitores das instituições de ensino federal a respeito da prorrogação, que, afinal de contas, é um direito previsto no próprio edital do programa, na legislação que sustenta o programa. Então, negando os pedidos oriundos de várias instituições, a Capes se pronunciou formalmente, negando a possibilidade de prorrogação em face dessa nova política, que vem aí sem qualquer lastro de informação, de dados, de justificativa que aponte, que justifique o novo rumo que se pretende dar à formação de professores neste País.

E aí, claro, uma questão fica logo, de imediato, posta para o debate.

Eu gostaria – esqueci – de realmente concordar com o Senador Paulo Paim e de parabenizá-lo pelo alto nível deste debate, já com a presença aqui de pessoas com muita qualificação para falar sobre as políticas de formação de professores, como a Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasileira de Universidades Estaduais e o Proifes, sindicato dos professores das instituições de ensino superior, que eu acho que é quem tem que falar sobre educação. (*Palmas.*) Ou seja, os professores.

Então, a questão que se coloca, diante dessa medida estranha do Ministério da Educação, é se essa nova política representa um avanço ou representa mais um retrocesso, como tantos outros que a gente vê aí, descendo ladeira abaixo, tantas conquistas dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro e também dos educadores.

Especificamente em relação à interrupção do Pibid, nós não temos dúvida da gravidade da interrupção desse programa, da descontinuidade desse programa. A educação vem sendo marcada... Nós professores que estudamos a educação sentimos o quanto o problema da descontinuidade das políticas na educação prejudica o avanço e o progresso nessa área, porque, quando mobilizamos todo um contingente de profissionais, de formadores, de instituições, de atores nessa área, os investimentos são feitos; sempre são poucos os investimentos, mas conseguimos fazer muito, mesmo com pouco investimento. E, aí, de repente, quando a política está funcionando, ela é interrompida. E esse processo de interrupção, de descontinuidade, é extremamente prejudicial para as políticas na área de educação, que requerem tempo. A mudança na educação requer tempo, investimento. A dedicação, podem deixar conosco, professores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRª ALESSANDRA ASSIS – É isso que a gente vem fazendo no nosso cotidiano. (*Palmas.*)

De vocês, a gente precisa é de apoio, de mais financiamento para a educação e de respeito ao nosso trabalho.

Então, nós aqui entendemos que a interrupção do Pibid é uma ação extremamente destrutiva. É difícil recuperar tudo o que já foi construído até agora. Foram dez anos – o programa foi criado na Capes em 2007 –, já são dez anos de trabalho, um trabalho que vem crescendo, que vem se qualificando, que vem engajando cada vez mais pessoas.

E aqui, para mim, é uma honra estar ao lado do Wesley, futuro professor da área de Sociologia. É o futuro da educação do nosso País... (*Palmas.*)

Esse sentimento importante da necessidade da continuidade desse debate e desse compromisso político também é parte da docência.

Então, eu gostaria de destacar alguns pontos da política e de comentar também alguns resultados do Pibid para que os ilustres Senadores e Deputados aqui presentes os entendam e nos ajudem a manter esse programa, a não permitir essa interrupção do programa. Esses pontos mostram o quanto esse programa tem contribuído para qualificar a educação, para valorizar os professores. Ele é parte de um conjunto de políticas de valorização de professores, e ele cumpre, de uma forma muito especial e muito importante, esse grande desafio. E não é só um desafio do Brasil, é um desafio mundial a valorização dos professores.

Eu trouxe aqui alguns eslaides com alguns dados para, de forma bem rápida, colocar para vocês...

Eu tenho aqui um controlador, mas eu não sei para onde o aponto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ALESSANDRA ASSIS – Consegui.

Acho que é uma premissa já consensual entre todos nós que nós temos uma necessidade premente de uma política global de formação de professores que integre a formação, mas também políticas de salário, políticas de carreira, políticas que transformem as condições de ensino dos professores nas escolas e que acoplem, de uma forma articulada e prioritária, a formação inicial a esses outros elementos, a esses outros fatores que, na verdade, são condicionantes de um processo de qualificação da nossa educação.

E aí eu acho que também merece discussão, talvez num outro momento oportuno, essa noção de qualidade, porque também não podemos aqui defender como qualidade apenas o *ranking* do Ideb, que é sempre colocado, que coloca escolas para competirem – a iniciativa privada, o melhor Ideb, o Estado que tem o melhor Ideb. Às vezes, é até um ranqueamento que se destaca pelo que tem o maior número, porque os outros caíram no seu índice, na sua avaliação.

Então, que essa qualidade da educação seja pensada como uma qualidade socialmente referenciada, que está preocupada com a formação integral das pessoas para a cidadania. E aí, é como o Deputado falou, a gente está vivendo hoje situações na escola que são de violência com os professores, situações absolutamente inimagináveis algum tempo atrás – talvez da experiência da história mesmo escolar de muitos de vocês –, quando as pessoas tinham medo do professor. E agora, as pessoas, os jovens... Essa jovem de 16 anos ataca seus professores. Então, temos aí uma inversão muito difícil de contornar, sabemos que outros fatores interferem nisso.

O Pibid tem trabalhado para isso também, para uma formação integral do cidadão e para uma formação humanizadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Mais cinco.

A SRª ALESSANDRA ASSIS – Mais cinco?

Aí um dado importante que a gente observa do diagnóstico dessa realidade escolar na escola pública. É bem dramático! No ensino fundamental, o verde mais escuro e o vermelho lá para cima, a gente pode ver que quase 50% dos professores no nosso País ativos no ensino fundamental não têm a formação, são bacharéis. Nada contra os bacharéis, mas o campo de profissão do bacharel não pode ser na escola, não é? O bacharel se formou para um outro objetivo. Certamente pode fazer um bom trabalho. Mas a gente tem quase metade dos professores, atuando como professores, na verdade, pessoas que são formadas em bacharelado.

No ensino médio, essa proporção é ainda mais séria, chegando, em algumas áreas, a quase 70% dos professores atuando sem terem a formação adequada. Isso é um diagnóstico que vem sendo revelado há muito tempo.

Aí, claro, uma questão importante para o debate da política é que não basta simplesmente esses professores que não têm a formação de licenciatura terem uma formação em licenciatura, fazerem uma segunda licenciatura, fazerem uma complementação. O problema é que faltam professores na escola. Nós temos aqui diretores de escolas, pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estão interagindo com a escola no seu cotidiano: falta professor na escola, é difícil a gente...

Nós temos parceria com quase 60 escolas e eu posso dizer com tranquilidade que nenhuma delas... A gente tem pelo menos um caso em que estudantes chegam ao final do ano e não conseguiram ter uma aula de Física, de Química ou de Matemática. Às vezes, quem está ensinando Matemática é o professor de Letras. Ótimo, dedicação, esforço e compromisso com os alunos que estão sem aula de Matemática, mas não é, de fato, o ensino que a gente espera para essa qualidade socialmente referenciada.

E aí, o Pibid surge com essa finalidade, em 2007, de fomentar a iniciação à docência, estimulando a formação inicial de novos professores, contribuindo para o aperfeiçoamento dessa formação. A gente sabe também que qualidade da formação de professores precisa avançar e, com professores mais bem formados, a expectativa é de que a gente tenha uma educação com mais qualidade.

O Pibid apresenta para a sociedade brasileira uma outra concepção de formação, que vinha sendo extremamente problematizada na história, em toda história de reflexão do pensamento educacional, sobre o que é formar professores. Então, a iniciação à docência insere os estudantes das licenciaturas no campo da profissão desde o início do curso. Isso promove, dá oportunidade para uma formação extremamente diferente, que atende a princípios da formação como: articulação de teoria e prática, a valorização da escola como um campo de formação do profissional, a formação como investigação na ação. Então, não é o professor que vai reproduzir um conjunto de conteúdos, ele é também um investigador da sua prática. As práticas colaborativas, a valorização da formação, a aproximação entre as IES e as escolas, o processo de gestão democrática, princípio constitucional, que também está fazendo parte dessa proposta do Pibid e uma outra organização das instituições de ensino superior, isso também é uma superação de um desafio histórico das instituições de ensino superior de se organizarem para formar professores de uma forma institucional, assumindo com compromisso essa tarefa, não só de ser uma universidade de pesquisa, mas de ser também uma universidade de formação e que forma professores para a educação básica. Então, isso também é uma coisa extremamente revolucionária.

Resultados disso – para finalizar – e dados. O Pibid e Pibid Diversidade hoje alcançam – por enquanto e porque só nos permitem isso – 5 mil escolas das redes municipais e estaduais. O Pibid sofreu cortes, muitas escolas foram retiradas dessa parceria com a universidade. Quase 300 instituições – principalmente instituições públicas, que hoje, infelizmente, ainda são minoria na formação de professores desde País – com uma contribuição ainda pequena para a formação de professores e a qualidade. E o programa proporciona uma efetiva aproximação entre as universidades e as escolas das redes públicas de ensino.

Há muitos resultados hoje já divulgados, publicizados por vários veículos. Esse estudo avaliativo de 2014 é muito significativo, porque ele foi dialogar com mais de 16 mil estudantes da graduação de licenciatura. (*Palmas.*)

Uma pesquisa realizada em 2014, pela Profª Bernardete Gatti. Ao conversar com mais de 16 mil graduandos, chega a conclusões como estas: que o programa, no contexto escolar, promove aulas mais dinâmicas, os alunos das escolas começam a se interessar mais pela escola, com alunos mais participativos, desenvolvimento de projetos na escola; os alunos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escola pública começam a entender o que é a universidade, começam a se aproximar também da universidade e a coloca a universidade pública como um horizonte, entendendo aí o seu direito à universidade pública e não só àquelas universidades que chegam lá com seus panfletos todo ano, oferecendo os seus cursos com suas bolsas de estudo.

Enfim, é um conjunto de resultados extremamente importantes no contexto escolar, no contexto das IES, também nas licenciaturas, um processo de valorização importantíssimo das licenciaturas dentro da universidade, com a revitalização, com efeitos nos vários cursos, inclusive, discutindo o processo de formação – a universidade também é espaço de formação e o Pibid leva essa discussão para dentro da universidade – e na formação das pessoas. Então, os professores dos cursos também passando por um processo de revitalização, de requalificação da sua própria profissão; os professores da educação básica, porque também fazem programa como coformadores e são um eixo central. Isso também é valorizar o professor da escola pública, é colocá-lo no lugar de um coformador, de um sujeito mais experiente que recebe os futuros professores e troca experiências e ideias, revitaliza a sua própria prática e contribui com a formação dos futuros professores.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ALESSANDRA ASSIS – Então, repetindo aqui, realmente, um dado da Profª Elenita – que é de uma outra pesquisa também muito importante em que vi novamente milhares de estudantes de graduação, dezenas de instituições –, eles chegam a conclusões como esta: 64% dos egressos do programa estão atuando na área da educação. Então, não há como dizer, gente, que o programa não tem pacto. Ou, pelo menos, se querem afirmar isso, apresentem provas disso, não é? Onde é que está esse dado? Onde é que está essa informação? Porque, o que a gente tem aí são informações concretas. (*Palmas.*)

Os 36% que não estão atuando declaram que estão aguardando concurso – então, as redes de ensino precisam abrir concurso. A maior parte é vinculada à educação pública, o que é também um resultado fantástico dessa formação, porque não forma só o professor competente do ponto de vista científico e técnico, mas comprometido politicamente com a educação do seu país. Então, isso é um saldo impagável que esse programa possibilita. E esses dados estão todos aí.

Para concluir, a gente tem muitos dados, muitas informações que fazem pesquisadoras do porte da Profª Bernadete Gatti, uma estudiosa da educação já de longas décadas, afirmar que essa política é como uma das melhores iniciativas já vivenciadas, já desenvolvidas por este País. Então, não há como... Claro, o programa pode ser aperfeiçoado, e a gente espera que ele cresça, que ele seja aperfeiçoado. Agora o que significa essa ideia de modernizar o programa? É realmente fazer avançar tudo isso que a gente está mostrando? Ou é fazer retroceder em função de um outro programa, de uma outra política, de uma outra visão do que é educação, certamente distante do que a gente espera como educação democrática, de qualidade para todas as pessoas como um direito inalienável das pessoas?

Por tudo isso, reafirmo aqui e me somo ao coro do Fica, Pibid! (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Profª Alessandra Assis pela sua verdadeira aula também, acompanhando as outras que a antecederam! Brilhante! Eu iria dizer isso no final, mas eu tenho a certeza, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualidade dos depoimentos como esse que eu ouvi agora: "Querem contestar o número?" Eu iria dizer ao final, mas vou dizer agora, e vou passar a palavra para ti, Elvino: se querem contestar os dados e os números, como disse a nossa Profª Alessandra Assis, contestem e venham aqui; nós abriremos a Comissão a qualquer momento e convidaremos para virem aqui contestarem os números. (*Palmas.*)

Mas não façam o que estão fazendo.

Eu vou, neste momento, primeiro, registrar a presença da nobre e querida Deputada Federal também, que se deslocou lá da Câmara e veio para cá para prestigiar o nosso evento...

Ouviu, MEC, vocês não vêm... Sabem por que eu estou olhando para a câmera? Porque eu tenho a certeza de que eles estão lá assistindo, num grupinho lá de uns dez. (*Palmas.*)

Tirem um dos dez da cadeira para que venha para cá se sentar nesta cadeira aqui! (*Palmas.*)

Eu sei que vocês estão assistindo.

E digo mais: podem me processar se eu estiver mentido. Vocês estão assistindo a toda audiência, só não tiveram coragem de vir aqui enfrentar o bom debate.

Por isso, quero cumprimentar, neste momento, a Deputada Federal Pollyana Gama, que veio aqui para conversar, para dialogar e – tenho certeza – para dar apoio ao programa.

O Deputado Elvino Bohn Gass vai ter que sair, inclusive vai representá-lo e a mim também, porque o nosso querido Frei Sergio, lá do pampa do Rio Grande do Sul, junto com mais dois...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – A Leila e a Joice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Leila e a Joice. Estão em uma greve de fome contra a reforma da previdência, e usando, como foi dito, inclusive, como instrumento, o próprio resultado da CPI para contestar essa reforma. Como eles vão dar uma coletiva agora, eles pediram para os Senadores e Deputados que pudessem estar na Casa.

Então, o Elvino Bohn Gass vai usar a palavra neste momento. Ele é Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul.

E depois, eu peço, dê um abraço, até um beijo no Frei Sergio, com muito carinho.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Será feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou presidindo aqui, por isso não fui lá; mas você me representa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Muito bem. Senador Paim e todos que estão aqui, um abraço grande. Eu serei bem breve, também, para colaborar.

Há tantas coisas boas que estão sendo ditas aqui. Eu estava pensando na vida da gente. Quem é que marca a vida da gente? Você vai se lembrar do pai, lembrar da mãe, de algumas famílias onde há esse negócio de padrinho e madrinha, mas se há uma pessoa de quem você nunca vai se esquecer é o seu primeiro ou a sua primeira professora. É ou não é verdade?

Então, o professor e a professora... E não é só o primeiro professor. Eu falo do primeiro porque é o primeiro da vida da gente, quando criança. Mas eu, mesmo do ensino superior, quando encontro os meus professores, eu falo assim, Paim: "Professor, bom dia." O professor ou professora carrega não só a referência à profissão. Falar "professor" é dizer "obrigado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falar "professor" é dizer "gratidão". Falar "professor" é dizer "você ajudou na minha vida, me ajudou a ser cidadão ou cidadã". (*Palmas.*)

O que é o Pibid? O Pibid é uma bolsa para que um conjunto de pessoas que estão na academia possam ter estrutura e amparo para que quem está fazendo licenciatura possa, no processo de formação, já se capacitar para ser professor. Este é o Pibid. E nós não queremos, na relação professor-aluno, nem medo e nem agressão: nós queremos respeito, compartilhamento e aprendizado coletivo – aprendizado conjunto. Então, o Governo está destruindo.

E qual é o sentido da minha fala aqui? Eu quero dizer o seguinte: aqui se fala em reformar ou modernizar; são as duas palavras-chaves dos neoliberais. O modernizar é o tal do modernizante que as empresas querem e ainda impõem uma reforma trabalhista que é uma desgraça, não tem nada de moderna, é retrógrada, é pejorativa e é contra os trabalhadores, uma agressão. Isso é o modernizante deles na reforma trabalhista.

Na reforma da previdência, a palavra "reforma" está deformada – "reforma" está deformada –, porque você reforma um carro, reforma uma casa para ela ficar melhor, para ela ficar mais bonita, para ela ficar mais aconchegante. Só que aqui, Deputado Uczai, as reformas que estão sendo feitas são para destruir a previdência, são para destruir a aposentadoria. E a reforma "modernizante" que querem impor no Pibid, que é para ser a tal da residência pedagógica, é para destruir o Pibid e, por outro lado, para dar um abraço naqueles governadores e prefeitos neoliberais e fiscalistas, como o Sartori no Rio Grande do Sul, que não contrata professor por causa do regime de recuperação fiscal, não faz concurso público, parcela salário, não estimula o professor. Aí, o que ele vai fazer, Senador Paim?

O Pibid, em vez de ser uma formação para o aluno da licenciatura, vai ser um substitutivo aos governos que não querem nomear professor, não querem fazer concurso e, na reforma da questão da residência pedagógica... (*Palmas.*)

Atenção, a residência pedagógica do Temer e do Mendonça é para os governos não contratarem mais professores e pegarem os alunos da licenciatura para substituir professor. (*Palmas.*)

Isso vai ser a residência pedagógica, por causa do modelo fiscalista que eles estão nos impondo. Então, nós estamos aqui para dizer que reforma é para melhorar, não para tirar direito; que modernizante é para dar mais cidadania, e não para ir para o século passado ou para fazer a destruição dos programas.

E aqui eu quero concluir – eu carrego comigo, já fiz esses dias no plenário, vou fazer aqui de novo, Senador Paim –, dizendo que eu estive em Santa Maria, e, ontem eu estava recebendo, inclusive, a Sandra, que coordena o programa no Rio do Sul, na Universidade Federal de Santa Maria, estudantes "pibidianos", aprendi esta palavra bonita, "pibidiano", achei legal isso. Havia cartazes naquela manifestação em Santa Maria; universidade federal, Instituto Federal Tecnológico, toda a nossa galera estava lá num ato. E aí eu pedi licença para eles para que me autorizassem trazer para cá o *hashtag #*ficapibid. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Hashtag... (*Palmas.*)

Hashtag #ficapibid!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – E eu concluo, Senador... Eu concluo, Senador.

Vou lhe entregar, para a nossa luta, porque hoje é o dia 7, o dia do Pibid: Fica, Pibid!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica, Pibid!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu vou levar para o Senador para ficar como lembrança e como luta de todos nós contra esses fiscalistas que querem destruir a educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Deputado Federal Elvino Bohn Gass, do Rio Grande Sul.

Recebo aqui, com muita alegria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Deixar: Fica, Pibid! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou de lembrança para mim, viu? Qualquer coisa, eu dou de presente para o Ministro.

Posso dar de presente para o Ministro?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vou remeter para o Ministro. Vou dar de presente para o Ministro. (*Palmas.*)

De imediato, nesta linha de, pelo menos, falar um painelista e um Parlamentar, eu passo a palavra agora ao último convidado desta Mesa, o nosso querido representante de bolsistas de iniciação à docência, Wesley Nogueira Gomes. (*Palmas.*)

Que falará aqui em nome da moçada toda.

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Bom dia a todos.

Se me permitem, eu queria inverter a ordem protocolar e, em primeiro lugar, saudar os meus colegas, que estão lá no fundo e que são bolsistas de iniciação à docência, assim como eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Já está permitido.

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Eu queria saudar, primeiro, vocês, porque, assim como eu, vocês são homens e mulheres que lutam pela educação, assim como todos os companheiros e companheiras que aqui estão, mas, mais do que isso, vocês representam os nossos estudantes e as nossas estudantes que estão agora nas escolas, aprendendo a ser cidadão junto com os nossos colegas, assim como os meus que ficaram em Porto Alegre, na Escola Caldas Junior e na Escola Oscar Tollens, para ensinar o povo como a gente pode construir um País digno, justo e igualitário, sem precisar utilizar artimanhas escusas... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Sem utilizar artimanhas escusas, para dizer para um povo que nós nem sabemos qual é, ao certo, porque, toda vez em que eu olho para os meus educandos e educandas, eu não consigo enxergar um povo que quer uma residência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedagógica que, de pedagógica, não tem nada. Não é verdade? Acho que todos nós que estamos aqui sabemos disso.

Cumprimento também a Mesa. Sinto-me contempladíssimo pelas falas de todas as companheiras que estão aqui, porque acho que vocês representam também todos os professores e professoras que me ensinaram e que me deram a oportunidade de poder, hoje, estar aqui. Vocês fazem parte de cada pedacinho dos poros que existem no meu corpo e que respiram educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bonito. Bonito.

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Cumprimento também os Deputados Federais, os Senadores e as Senadoras que estão aqui presentes, o Sr. Senador Paulo Paim.

Acho que, em primeiro lugar, eu preciso ressaltar o lugar do qual eu falo. Eu sou Wesley – prazer –, sou estudante de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e faço questão de dizer que sou estudante dessa universidade, porque sou prounista. Digo isso, porque o povo brasileiro que não pode estar nas universidades paga, através dos seus impostos, o direito que eu tenho a ter uma educação de qualidade. Então, é também a eles que eu agradeço a oportunidade de estar aqui. E devolvo a eles, através do Pibid, através da minha formação em licenciatura, tudo aquilo que eles depositaram em mim, para a minha formação de qualidade, para ser um professor. (*Palmas.*)

E, como todo bom sociólogo, eu adoro passar pelos lugares e lembrar dos meus colegas teóricos e teóricas da Sociologia. E, caminhando aqui, pelos corredores, passei em frente à sala do Florestan Fernandes, grande sociólogo brasileiro, e me recordei de uma passagem em que, uma vez... Só não me recordo se foi através de um artigo ou de alguma publicação, um capítulo de livro, que ele escreveu, mas eu me recordo de que, uma vez, ele perguntou ao povo brasileiro quem é que tem medo de sociólogo. E eu acho que é tão forte perguntar quem é que tem medo de sociólogo, porque, hoje, eu gostaria de perguntar ao MEC, que está aqui representado pela cadeira vazia, quem é que tem medo de professor? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Não sei por que ter medo, porque professor e professora lutam em busca da construção de um dilema que existe na educação brasileira, que é a potencialidade que a educação tem de dar condições para a construção da autonomia intelectual de cada menino e cada menina que estão nas escolas públicas, porque são públicas, porque são do povo. São escolas públicas, porque são um direito inalienável, garantido pela Constituição Federal deste País, pela qual homens e mulheres sem nome – mas que jamais esqueceremos – tiveram que morrer, apanhar e sangrar, para que nós pudéssemos, hoje, ter o direito a ter voz.

Então, o papel do professor é honrar essa herança que carregamos nas nossas costas, de poder dar condições – e vou repetir –, condições da potencialidade da construção da autonomia intelectual que Paulo Freire, pelo qual eu tenho um grande carinho, falava tanto para nós, quando escrevia as suas cartas pedagógicas: a *Pedagogia do Oprimido*, a *Pedagogia da Autonomia*, a *Pedagogia da Esperança* e a *Pedagogia da Indignação*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, referenciando Paulo Freire, digo que a minha posição aqui também é de indignação, mas é uma indignação que não se permite silenciar diante da escuridão, é uma posição de indignação que não permite a mim a primitiva ideia de voltar para as sombras da caverna de Platão, porque, depois que eu descobri a luz do conhecimento, a minha mente se expandiu – e aí referencio Einstein, que dizia que isso – e, depois que a nossa mente se expande, nunca mais volta ao tamanho normal.

E talvez o medo que o Ministério da Educação, representado na figura do atual ocupante do Poder Executivo, que é o Sr. Michel Temer, tem de professor e de professora é porque eles podem nos roubar tudo, mas não podem nos roubar a luz do conhecimento. (*Palmas.*)

Não podem nos roubar a luz do conhecimento porque nós, professores e professoras da rede pública e também da rede privada, que são colegas com tanta dignidade quanto nós que estamos nas escolas públicas, sabemos que educar etimologicamente significa criar. Nós criamos, nós criamos condições para que se exerça neste País uma cidadania plena, que não seja apenas a cidadania de um botão que se aperta de quatro em quatro anos, mas que seja uma cidadania vivida ininterruptamente "nas escolas, nas ruas, nos campos e nas construções" de Geraldo Vandré.

A educação – isto não pode ser esquecido – é um direito. O art. 5º da Constituição Federal de 1988 – que parece que é ignorada por alguns, mas que não será esquecida por nós, que lutamos para construí-la, assim como o Sr. Senador Paulo Paim e todos que estão presentes aqui – é um artigo que assegura, como direito inalienável de cada cidadão e cidadã brasileira, o direito à educação, à moradia, ao esporte, ao lazer, à saúde, à segurança. E, se ela é um direito, não pode ser ignorada ou não pode ser destruída por simples lâminas de Power Point. Ela tem que ser assegurada no debate, no debate justo e democrático de posições favoráveis e contrárias, que a democracia nos garante e nos permite fazer. (*Palmas.*)

E, aproveitando que estou falando da Constituição Federal, gostaria de citar também o teórico francês Jacques Rancière, que escreveu o livro *O Ódio à Democracia.* Nesse livro, ele discute uma relação tensa que existe entre o ser cidadão e o ser indivíduo.

Pela Constituição Federal da República, no art. 5º, como cidadão brasileiro, eu tenho direito a educar, a ter a livre expressão do meu pensamento, a poder estar nas salas de aula com qualidade, com pagamento dos salários em dia, coisa que o governador do meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, não faz, e que agora o prefeito da minha cidade já avisou que não irá fazer, e como tantos outros espalhados pelo Brasil se recusam a reconhecer a importância que tem, não pelo salário nos garantir a alimentação, mas por ele nos garantir condições de trabalho dignas, por nos garantir dignidade, por nos garantir o reconhecimento do quanto nós estudamos e do tamanho gigantesco que uma barra de giz pode fazer, como transformação das mentalidades para a construção de uma cidadania crítica – uma cidadania crítica! –, que não aceita a palavra do outro como verdade, que questiona, que aprofunda, que transforma, que modifica, que constrói e reconstrói diuturnamente uma mente que nunca volta ao tamanho normal depois que se expande.

Por outro lado, como indivíduo, eu não tenho esses direitos assegurados, porque uma simples lâmina...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – ...de Power Point é capaz de destruir um direito que, como cidadão, eu tenho. É que se fala, Senador Paulo Paim, de uma modernização que se justifica em cima do argumento de que o Pibid não sofreu, nesses dez anos de programa, nenhum impacto direto nas licenciaturas das instituições de ensino superior, quando os meus colegas que estão aqui presentes sabem que são os coordenadores institucionais dos programas de iniciação à docência que são chamados pela reitorias das suas universidades a participarem de todos os fóruns, congressos, reuniões e construções da formação de licenciandos e licenciandas das nossas instituições públicas e privadas deste País.

Portanto, se isso não é ter impacto nas licenciaturas das universidades, eu preciso voltar à educação infantil e eu preciso reaprender o beabá. (*Palmas.*)

E, como indivíduo, observo que há um abismo cada vez maior neste País entre o eu indivíduo e eu cidadão. Eu não posso deixar de lembrar que a democracia é um corpo, é um corpo que se faz com liberdade de expressão, com direito ao voto, que se faz com educação, saúde, segurança pública. São aqueles pilares que a gente ouve todos os dias nas propagandas espalhadas pelo Brasil afora, mas parece que, desse grande corpo da democracia, restou apenas o dedo, como se o direito ao voto fosse capaz de reconstruir este corpo democrático. Pois eu lhes digo: não! O corpo só será reconstruído, só será modificado se existir educação. É certo que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência não pode ser a única política pública de educação. Não é disso que nós estamos falando aqui, não se trata de discutir a residência pedagógica e o Pibid como coisas que se anulam porque só o Pibid pode prevalecer. Claro que não! Só que nós não podemos dizer que residência pedagógica é uma política pública quando ela é pensada pelo privado. Se ela é para ser uma política pública, então que o povo diga que quer uma residência pedagógica e em que condições quer essa residência pedagógica, porque o que nós vivemos, Professor, é uma violência representada por essa jovem de 16 anos que agride professores. Mas essa violência não vem dela, é uma violência que vem dessa cadeira vazia. (*Palmas.*)

O Pibid hoje oferece, com apenas 0,5% do orçamento do Ministério da Educação, a oportunidade de viver, por 12 horas semanais, a experiência da docência compartilhada, supervisionada, orientada, dialogada – mais uma vez como as companheiras aqui ressaltaram em suas falas – entre a universidade, a escola, os professores da educação básica, os professores do ensino superior, nós que somos estudantes e o povo brasileiro – o povo brasileiro tem marcado na sua pele e na sua alma o preço caríssimo que nós pagamos quando nos roubaram o direito de existir.

E, se se tem medo de professor, então provavelmente deve-se ter medo do povo. Mas eu lembro a vocês algo que o MST nos dizia: "Pisa ligeiro, pisa ligeiro: quem não pode com a formiga não atiça o formigueiro." (*Palmas.*)

Para concluir.

Quando nós dizemos "fica Pibid", nós não estamos falando apenas de resistência, de resistência contra o retrocesso, de resistência contra o autoritarismo, de resistência contra o conservadorismo, de resistência contra esses projetos de escola sem partido – projetos que nos enganam, porque a escola sem partido tem partido, e a tristeza é que é apenas um. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos "fica Pibid", nós falamos de esperança, nós falamos da boniteza de Paulo Freire, nós falamos por aquelas vozes que nós ouvimos nas nossas salas de aula todos os dias, que falam baixinho, mas que têm um poder de se somar em 300 mil assinaturas que hão de garantir que a educação neste País não seja pensada em gabinete, mas seja pensada pelo povo, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nesta Casa, que é a Casa do Povo, nesta Casa, que é legitimada por mim e por todos vocês que estão aqui presentes, por todas as pessoas que agora estão no seu horário de trabalho. A Casa do Povo não é legitimada somente por Senadores e Deputados, mas pelo povo, que legitima esses Deputados e Senadores. (*Palmas.*)

Portanto, lembrem-se – e eu prometo que vou concluir – do poder violento e do poder transformador que essa caneta tem para fazer. Com essa caneta, essa cadeira vazia pode nos matar. Aliás, matar não, sufocar, porque a gente não morre, a gente renasce, a gente se transforma. Mas essa caneta também pode dar condições de que essa renovação e essa re-transformação se deem em condições muito mais favoráveis, porque eu não quero apenas resistir, eu quero re-existir enquanto cidadão, enquanto professor, enquanto ser humano.

Quero apenas finalizar, então, com uma passagem de Maria Montessori que diz o seguinte: "As pessoas educam para competição, e esse é o princípio de qualquer guerra. Quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários uns com os outros, nesse dia estaremos a educar pela paz".

Este é o meu sonho: educar pela paz, educar pelo Pibid, educar pelo povo, educar por mim, educar por todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Arrasou, Wesley, Wesley Nogueira Gomes. (*Palmas.*)

Também quero um abraço.

Wesley Nogueira Gomes, representante dos bolsistas, arrasou! Ele falou com o coração dos bolsistas.

Mas eu, na sua fala, vou ter que cumprimentar aqui a professora Alessandra. Quando você estava no meio da fala, ela disse: "Paim [Paim mesmo, nada de Senador], me consegue uns lenços." Eu fui e consegui uns lenços para ela. Ela já está com um aqui e agora vou pegar um para mim também!

Não leve a mal, mas vou usar o seu lenço também para continuar presidindo. Enfim, quem precisar de lenço... Vamos dar um jeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pega aí porque você... Se alguém precisar de mais um, tenho aqui!

O SR. WESLEY NOGUEIRA GOMES – Sr. Senador, eu só queria complementar dizendo que nossas lágrimas não são lágrimas de tristeza, elas são as lágrimas da esperança. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Wesley!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo na sua fala, Wesley, um pouco da fala que a gente quer mais ver na juventude. Aqui você representa também a juventude brasileira. É muito bom ouvir isso. Como é gostoso para a gente ouvir isso! Anima a gente, a gente que tem alguns anos já de caminhada, de resistência, de luta, do bom combate. Percebo que a gente pode, na tua fala, dar uma salva de palmas à juventude brasileira, a toda a juventude brasileira! (*Palmas*.)

Convido as senhoras e os senhores a retornarem ao plenário para eu chamar agora a Segunda Mesa.

De imediato, passarei a palavra ao Deputado...

Deixem-me ver aqui como está a ordem das falas.

Agora é o Pedro Uczai. Queria manter a ordem aqui.

Pela ordem, é o Deputado Pedro Uczai. O Deputado Edmilson Rodrigues já falou, Bohn Gass falou, o Senador Dalirio Beber já falou, Chico Lopes falou. Em seguida, depois de uma painelista, a Deputada Pollyana Gama vai usar a palavra.

Então, Segunda Mesa: André Lemes da Silva, Professor e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seja bem-vindo, André Lemes da Silva –; Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná – seja bem-vindo –; Bruna Brelaz, representante da União Nacional dos Estudantes, a UNE – seja bem-vinda, Bruna –; Nilson de Souza Cardoso, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Passo a palavra neste momento ao nosso querido Deputado Federal Pedro Uczai, militante dessa causa e de tantas outras pelas quais já tive a satisfação de, ao lado dele, caminhar, não só aqui como também no seu Estado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Senador Paulo Paim, eu o cumprimento.

Não posso deixar de fazer referência à Mesa anterior. Fiz questão de ficar o tempo inteiro aqui para ter um pouco da síntese do que é o Pibid. Acho que a melhor síntese foi o filho do Pibid, Wesley, fazer a manifestação dele. Então, viva o Pibid, pelo filho do Pibid, que é o Wesley, que está aqui representado pela Mesa de agora há pouco.

Tanto a Raquel quanto a Elenita e a Alessandra, dos vários espaços como professoras ou como dirigentes de uma instituição ou da associação de defesa do Pibid, dão a dimensão do que é esse programa e do que foi conquistado nessa década.

Acho, Senador Paulo Paim, que esta audiência dá a melhor síntese do que aconteceu nesses dez anos, e justamente o que nós estamos vivenciando neste momento aqui, não só de esperança, mas de indignação, com uma injustiça histórica que poderá ocorrer contra um programa vitorioso. Então, o que está mais nos impressionando – e eu ouvi lá em Santa Catarina, ouvi aqui semana passada, os dirigentes das universidades e dos institutos federais, estivemos com eles aqui semana passada reunidos, e eu sou Relator de uma matéria sobre os institutos federais e as universidades – é que, nos 18 pontos, estava lá o Pibid, mas, quando foi apresentado ao Ministro sobre o Pibid, foi o silêncio; quando foi apresentado para os demais membros da Secretaria de Educação Superior em relação ao Pibid, foi o silêncio.

Então, eu acho, pela resposta maior aqui e pela presença de vocês aqui, que é justamente pelo sucesso do Pibid que se quer destruí-lo, não é pelo insucesso, não é por causa de um programa que não foi bem feito, que não foi bem construído, que não foi vitorioso. Sempre me incomodava na universidade essa ideia de que você precisa ter a teoria primeiro e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

depois, você vai para o estágio e para a prática. E, aí, na hora em que se ia para a prática, não se entendia nada de teoria nem de prática. Era teoria primeiro, prática depois – e ainda há grades curriculares alimentando isso.

O Pibid, justamente, é uma nova síntese, é uma nova experiência de formação de professores no processo de formação, e é por isso que ele tem tanta força, é por isso que ele transforma tanta gente, é por isso que ele se transforma – o próprio professor e o próprio aluno. Então, a manutenção do Pibid é a manutenção da perspectiva de futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me interrompê-lo, mas é que faço questão de anunciar a presença do Senador Hélio José, que foi o Relator da CPI.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teve uma postura corajosa, de muita integridade, de muita seriedade. Peço essa interrupção para dar uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele, que veio aqui... O seu relatório está circulando em todo o Brasil e até em nível internacional, Senador Hélio José.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – É isso aí! Eu li todo o relatório mais de uma vez e quero cumprimentar esses dois Senadores que estão dando a esperança de que esse relatório da Previdência, que desmascara a farsa do déficit na Previdência, ou da seguridade social, vai impedir, quem sabe na semana que vem, e com a pressão da sociedade brasileira, que se cometa mais um crime de lesa-pátria contra o povo brasileiro e contra os servidores públicos – agora estão demonizando o servidor público.

Eu quero só fazer mais três observações.

Primeira: tem que avançar essa luta pela continuidade do Pibid, temos que buscar de todas as formas a continuidade do PIBID.

Segunda: o Pibid não será vitorioso, mas derrotado, se as outras derrotas continuarem acontecendo neste País. Não me iludo pensando que esse programa será vitorioso se nós não derrotarmos o que está em curso neste País de desmonte de tudo. Há uma nova operação na Universidade Federal de Santa Catarina hoje, que foi muito desmontada e desconstruída pelo abuso de autoridade manifestado pela prisão de um reitor, abuso de autoridade na condução coercitiva – e agora fizeram em Minas Gerais –, abuso de autoridade na humilhação que um reitor de uma universidade pública sofreu numa penitenciária, nu, humilhado, investigado nos seus órgãos genitais, impedido de ter assistência religiosa como garante a Constituição, impedido de retornar, depois de 30 horas na prisão, ao cargo de reitor, e impedido, quatro dias antes – aí não tinha mais o que fazer –, na sua história como aluno, como coordenador de curso, como diretor de curso e reitor de uma universidade, impedido de chegar à própria universidade e de se relacionar com aluno, com professor e com seus colegas.

Portanto, com a morte do Cancellier e, agora, com a volta de mais abuso de autoridade, se vê que o que está em curso neste País é o desmonte da escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta semana foi em Minas, não é?

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Em Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas Gerais, no dia de ontem pela manhã. É o abuso de autoridade, é o estado de exceção, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fascismo tomando conta, o que aumenta a violência na sociedade e na escola e legitima a própria violência na sociedade quando destrói toda a perspectiva de um mínimo de legitimidade no Estado democrático de direito.

O Banco Mundial diz que a escola pública e a universidade pública são ineficientes, são improdutivas, são ineficazes, que se tem que desmontá-las. O Pbid vai ser desmontado porque é o que produz decência neste País; é um programa na área da universidade com a escola. É o melhor programa que vi na minha humilde experiência de 25 anos de professor de uma universidade.

Em terceiro e último lugar: essa cadeira vazia é um desrespeito ao Senado e à educação pública deste País. (*Palmas.*)

É um desrespeito! Se essa é a linguagem que o Ministro entende, vamos fazer convocação no Senado, na sua Comissão, e vamos, hoje à tarde, sugerir – sou membro da Comissão de Educação da Câmara – convocar o Ministro. Vamos convocá-lo aqui e vamos convocá-lo lá. Que os Deputados digam que nós não queremos o Ministro aqui, porque aí, a partir de então, será o Senador que vai dizer que não quer o Ministro se expondo aqui na Casa da democracia e da pluralidade. E os Deputados, lá na Câmara, vão dizer: "Não queremos que o Ministro venha para dizer se quer ou não continuar o Pbid." Se essa é a linguagem que ele entende, se ele não aceita o convite, não vem por convite, nem ninguém do MEC, fazemos de outra forma, fazemos por convocação. E o Parlamentar tem poder de convocar, aí é convocação. (*Palmas.*)

Não precisaríamos chegar a tanto, mas temos de fazer, porque essa é a única forma de salvar o Pibid.

Força para todos vocês! Parabéns pela mobilização de vocês!

Não há outra resposta. Alternativa um é o Pibid ter continuidade na concepção construída. A alternativa dois é o Pibid ter continuidade com a concepção construída e nada de residência e a porcariada toda que é o desmonte do Pibid. Nós não queremos outro Pibid. Nós queremos este Pibid caracterizado pela referência do Wesley aqui, um filho do Pibid.

Viva o Pibid! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao nosso querido Deputado Federal Pedro Uczai, de Santa Catarina, pelo seu belo pronunciamento.

Já, de pronto, nós assumimos essa responsabilidade de fazer a convocação do Ministro conforme proposta de V. Exª.

Por outro lado, eu queria ainda fazer um apelo à Casa.

Nós temos em torno de cento e poucos alunos que vieram para esta audiência e querem participar. Na sala, se não há mais espaço... Como hoje é quinta-feira e a maioria das salas já estão vazias, peço à Secretaria-Geral da Casa que libere mais duas salas para que os alunos que são apaixonados pelo Pibid possam pelo menos assistir, e não ficar lá fora com o tempo ameaçando chuva.

Então, eu peço aqui ao pessoal que trabalha comigo... O apelo vai à Direção da Casa, porque não há obstáculo nenhum. É uma moçada... É como eles disseram aqui e como eu disse, mostrando a cadeira: não tenham medo, não tenham medo! São estudantes, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

professores. Eles só querem assistir ao debate do "Fica, Pibid!" – a chamada é: #ficaPIBID. É só isso.

Então, fica aqui o apelo feito. Peço à minha assessoria que entre em contato com as portarias para que esses alunos possam ficar na sala ao lado – estão vazias as salas; já foram ver, e há duas, três salas totalmente vazias – e assistir a um debate dessa grandeza. É um debate que quer simplesmente fortalecer a educação.

A Mesa anterior foi brilhante, e eu tenho certeza de que esta também o será.

Aqui eu adianto para vocês: o MEC não veio. Por isso, Senador Hélio José, a cadeira continua aqui vazia, lamentavelmente. Deveria estar um representante do MEC nessa cadeira – aqui deveria estar um representante do MEC. Ele não veio. É a primeira vez, em toda a minha história no Parlamento, que eu tenho que fazer um gesto como esse – primeira vez; repito essa fala.

Mas eu me comprometo aqui... Esta audiência pública é muito importante. Estamos ao vivo para todo o Brasil – vocês estão falando para todo o Brasil; não há como o MEC não estar assistindo, eles estão assistindo. Assim mesmo, eu me comprometo a entregar ao Ministro uma cópia da gravação desta audiência para que ele saiba o que pensam os professores e os alunos. (*Palmas.*)

Fica aqui o compromisso já assumido.

O Senador Hélio José pediu a palavra. Vamos dar a palavra a ele neste momento e, em seguida, à Segunda Mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Deputada Federal Ana Perugini não está presente devido a compromisso no Estado, mas pede para registrar o apoio total ao evento e diz que se sente representada pela Profª Isabela, da cidade de Hortolândia, e por sua assessoria aqui presente. É o mesmo caso da Senadora Fátima Bezerra, cuja assessoria está aqui também e, naturalmente, da nossa querida Presidente Regina Sousa, cuja falta eu já justifiquei na abertura.

Hélio José com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela oportunidade desta importante audiência pública.

Eu não me canso de dizer, senhores e senhoras, professoras e professores deste País e também alunos aqui presentes – a nossa representante da UNE está ali –, que o Brasil precisa de homens públicos da envergadura do nobre Senador Paulo Paim dirigindo o País.

Eu acho que é um momento muito oportuno de o Brasil, começando pelos professores, fazer um grupo suprapartidário, suprainstitucional, para unificar a sociedade civil, as pessoas de bem que estão espalhadas por alguns partidos, as instituições, a fim de apresentar um candidato a Presidente do Brasil que, de fato, não tenha processo; que, de fato, seja ficha limpa; que tenha uma ficha corrida e história, porque não adianta ser ficha limpa e nunca ter tido história nenhuma também. Então, precisa ser ficha limpa e ter história, ter experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paulo Paim tem 32 anos de vida pública como Parlamentar nesta Casa, neste Congresso Nacional, quatro mandatos de Deputado Federal, dois mandatos de Senador da República, somando 32 anos de vida pública aqui. Foi Presidente da CDH por duas oportunidades, agora acumulando o cargo de Vice-Presidente da CDH, Relator ou autor dos mais diversos estatutos, como o da defesa do idoso, da defesa das pessoas com deficiência, do PCD – nós acabamos de comemorar a questão do PCD –, do cigano, de que eu sou o Relator e ele é o autor. Projetos beneficiando todas as minorias do Brasil, todas, sem exceção, passaram pelo nosso nobre Senador Paulo Paim. Os aposentados do Brasil têm no Senador... As áreas indígenas, exatamente professora – lembrou-me muito bem a professora aqui.

Então, quer dizer, o Senador Paulo Paim é um homem íntegro, correto. É a pessoa que nós, pelo menos o meu Partido – eu sou Líder do PROS nesta Casa... Nós já nos reunimos com ele, eu e o Presidente Nacional do Partido, já franqueamos ao Senador Paulo Paim a oportunidade de colocar o seu nome para Presidente do Brasil, para a gente não ver candidatos totalmente sem propostas ou cujas propostas são distribuir armas ou pregar a ditadura militar, ou cuja proposta é roubar mais dos trabalhadores para enriquecer banqueiros, ou cuja proposta é sugar mais o nosso País. Gente, não dá para a gente conviver com essa falta de opção e com essa falta de cidadania em um país que tem 8,5 milhões de km^2 de terra e mais de 200 milhões de habitantes. Então, o Senador Paulo Paim é o convidado de uma frente suprapartidária.

Eu estive em um evento da CSB onde esse homem foi ovacionado por servidores do Brasil inteiro e por trabalhadores. Ele está fazendo uma discussão cuidadosa com suas bases. É um Senador que, graças ao seu trabalho decente, ao trabalho bonito que tem aqui, tem garantida sua reeleição na próxima eleição no Rio Grande do Sul.

Claro, com muito trabalho, com muito suor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Espero que os gaúchos estejam ouvindo, porque eu sou candidato ao Senado lá!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso, garantida essa reeleição. Mas, se as bases do Senador Paulo Paim permitirem que ele disponibilize seu nome para o Brasil, eu tenho certeza, professorada, professores aqui presentes, alunos, que rapidamente o Brasil inteiro poderá, primeiro, fazer justiça com os negros neste País, que nunca tiveram um representante na Presidência da República; segundo, fazer justiça com quem defende a ordem social; e, terceiro, fazer justiça com quem é ficha limpa, íntegro, nota dez no Diap da Constituinte e que sempre teve uma atitude íntegra e rente.

O Presidente da CPI da Previdência me ajudou muito a fazer esse relatório. Eu quero agradecer a ele profundamente a deferência especial. Provamos por A mais B que a Previdência não é deficitária, provamos por A mais B que o Governo está equivocado, que quer perseguir e prejudicar os servidores públicos. Nós não podemos admitir isso.

Eu quero cumprimentar a Elenita Conegero Pastor Manchope, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste; a Raquel Nery Lima Bezerra, Professora da Universidade Federal da Bahia e representante da Proifes Federação; Alessandra Assis, Professora; Wesley Nogueira Gomes, representante dos bolsistas de iniciação à docência – ID, que participaram da Primeira Mesa. Cumprimentar o André Lemes da Silva, Professor e Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul, que está agora nessa segunda Mesa; o Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – meus cumprimentos! –; a querida Bruna, essa morena linda, que demonstra que o Brasil tem tanta mulher bonita, manauara, representante da UNE, nossa diretora de relações institucionais da UNE – meus cumprimentos, Bruna.

Eu fiz minha universidade aqui, na UnB, me formei no ano de 1982, portanto, um ano antes da criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, que eu e o Senador Paulo Paim ajudamos a construir com tanta honra por este País, representando o sindicalismo de luta, de garra e realmente fazendo a diferença naquela oportunidade.

Quero também cumprimentar o Nilson de Souza Cardoso, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid). Parabéns! Viva a *hashtag* #ficapibid ou a #pibidsemcortes.

Esse Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Capes/MEC, Senador Paulo Paim, com a ausência do MEC aqui, com essa vergonha dessa cadeira vazia, demonstra o descaso dos governantes com a educação brasileira – não é isso, Senador Paulo Paim? –, o descaso com os professores deste País, o descaso com os diretores de docência de universidade, o descaso com as instituições representantes dos estudantes, minha querida Bruna. E isso é inadmissível.

Eu sou membro titular da CDH. O Senador Paulo Paim vai encaminhar e todos nós respaldaremos essa convocação para que o próximo ministro venha esclarecer por que não quer sentar para discutir um programa tão importante como o Pibid.

Então, gente, sou um cara de classe média baixa. Se consegui ser um engenheiro com pós-graduação e hoje um Senador da República...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... um servidor público federal – estou concluindo, meu nobre Senador Paulo Paim –, foi com muita garra, com muita luta e com muita caneta. Tudo que eu passei na minha vida até hoje foi por concurso público. Fui três anos e meio concursado da Eletronorte; 27 anos, por concurso público, da Companhia Energética de Brasília como engenheiro eletricista; e sou, há dez anos, por concurso público federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E posso dizer para vocês, pessoal: nós, servidores públicos, não vamos nos calar com a perseguição doentia desse pessoal que quer entregar o Brasil para os banqueiros, certo? Juntos.

Viva o servidor público!

Viva Senador Paulo Paim!

Vivam todas as nossas organizações!

Um forte abraço a vocês e contem com o meu gabinete em prol do Pibid.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Esse foi o Senador Hélio José, brilhante como sempre. Ele falou que eu fui muito aplaudido no Congresso Nacional da CSPB, mas ele não fala que ele também foi muito aplaudido lá pela fala que fez em defesa dos servidores públicos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Hélio José!

Eu passo de imediato a palavra à Deputada Federal Pollyana Gama, que também vem aqui demonstrar, pela sua história, todo o compromisso com essa causa.

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – Bom dia a todos.

Em especial, agradeço o convite do Senador Paim para esta audiência e também a todos os que se mobilizaram, de diversas partes do nosso País, para estar aqui conosco.

Nilson, é importante registrar toda a sua mobilização, assim como também o apoio da minha cidade, em especial dos professores e alunos de Taubaté. A Profª Ana está aí, a Profª Maria Teresa, o nosso Vereador Douglas Carbonne, os professores e alunos da faculdade, inclusive nos trazendo aqui uma moção aprovada pela Câmara Municipal de Taubaté, aprovada por todos os Vereadores, a moção de apoio ao Pibid: "Fica Pibid". É importante registrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser ler, fique à vontade.

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – Perfeito! Acho que eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser resumir, fique à vontade.

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – Durante essa semana, foi feito um manifesto na cidade de Taubaté. Nós temos a universidade, temos lá 295 alunos que fazem parte do programa, do Pibid, e, claro, contou com a mobilização de alunos e professores, com um objetivo, e acredito que muito além de um objetivo, que é muito ligado a questões pessoais, assim eu analiso. De fato, uma manifestação com um propósito. No propósito, temos todo esse vínculo com a sociedade, da nossa essência, da nossa existência, em prol de um todo, de uma comunidade. Então, houve essa manifestação, e acredito ser importante registrar.

Mas falo também aqui, Senador, como professora que sou. Eu escolhi ser professora. Inclusive, quero aqui também registrar o quanto eu admiro e valorizo a escolha desses jovens que aqui estão de serem professores no nosso País. (*Palmas.*)

Durante o mestrado, eu pude estudar o tema "valorização docente". Inclusive, uma das telas que foram trazidas pela Profª Adriana é com relação ao trabalho da Profª Bernardete Gatti, que tem profundo trabalho nesse sentido e que identifica – todos aqui devem sentir isso no nosso dia a dia – a dificuldade que é hoje termos pessoas que queiram ser professor no nosso País, devido à desvalorização social pela qual passamos.

Nós analisamos os índices educacionais, avaliações internacionais. Identificamos a todo instante que é preciso melhorar a qualidade da educação do nosso País. Avançamos nos últimos anos, nas últimas décadas, em termos de inclusão dos alunos. Falo da inclusão, do acesso à escola, porque o tema da inclusão sabemos que tem também um grande desafio pela frente, mas hoje, somado a tantos desafios, é claro que a questão da qualidade ocupa uma posição central nas discussões. E, decorrente disso, dessa necessidade de qualidade, nós temos também a questão da formação dos professores.

Ouvir o Wesley, como aluno do programa, falar aqui, expor, para mim é a grande revelação da importância desse programa para o nosso País. (*Palmas.*)

Eu sinto que essa minha experiência... Estou, há praticamente um ano, como Deputada Federal, aqui, no Congresso. E eu sinto que, infelizmente, o que move muitas das discussões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, calorosas, ainda é a tal da vaidade política que, somada à corrupção e a tantas outras mazelas, impede que a gente avance de uma forma madura nas discussões essenciais para o progresso do nosso País e para o seu devido desenvolvimento.

É claro que são inúmeros os programas que nós temos, que identificarmos ao longo de vários governos – não vou me ater apenas ao governo atual. O que sinto também ao observar esses programas é que, no nosso País, a gente carece de um mecanismo que o professor conhece muito bem no seu dia a dia, porque nos é cobrado dia a dia, minuto a minuto, em sala de aula, que é a avaliação.

As políticas públicas do nosso País sofrem com esse descontinuísmo por razões movidas por vaidades políticas e também pela falta de capacidade de compor mecanismos de avaliação para identificar o que está bom, para que possa continuar e ser aperfeiçoado, e o que não está bom, para corrigir rotas. E aí podemos citar um exemplo: Ciência sem Fronteiras, um programa muito interessante, mas que teve alguns equívocos na sua administração, no seu fazer. Agora, também não vejo que a saída seria anular esse programa. Pelo contrário, vamos rever. Não é isso que a gente faz em sala de aula como professor? Se o meu aluno não está aprendendo, vou anular, não vou olhar? Não! Eu olho para esse aluno, eu vejo como posso colaborar com esse aluno para que ele, de fato, aprenda.

É disto que sinto que falta: um pouco dessa maturidade, desse profissionalismo também na execução das políticas públicas do nosso País, de olhar para o Pibid e receber estas informações: "Vai ser reformulado, agora teremos um novo programa de residência". E, aí, claro que a fala vem: "Nós queremos ampliar, aperfeiçoar", mas, até agora, olhem, aqui na Comissão de Educação – o Nilson sabe disso e também tantos outros aqui –, pedimos audiência pública a respeito do Pibid também, não encontramos agenda para este ano, ficou impossível, por isso houve essa articulação com outras comissões temáticas da Casa, tanto do Senado como também da Câmara Federal, para que acontecesse, pela sua importância. Mas a Comissão de Educação está atenta a isso também. E por quê? Por que nós queremos ouvir do governo que aí está qual é a avaliação que eles têm a respeito do Pibid. Por que, então – de repente eles colocam a questão da residência –, fazer a residência? E por que mudar a maneira de como é feito o Pibid? O que se identificou? E isso para que a gente saia da questão do discurso raivoso, que, claro, toma conta da gente. Porque é uma coisa tão boa, que está dando certo! E como vai mudar sem falar, primeiro, com quem participa ativamente desse programa, com quem está lá na ponta executando: professores e alunos? Como vão ficar de fora disso os elementos mais importantes do programa?

Segundo, se o objetivo é aperfeiçoar, acredito que, com a base que temos por conta dos nossos professores, dos nossos pesquisadores e principalmente da qualidade de formação dos nossos alunos do programa, todos esses têm que participar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – Se o objetivo é aperfeiçoar, tenho certeza de que se nós perguntarmos aqui para todo mundo que participa ativamente desse programa... Opa! Porque há crítica. E não é crítica só a governo; a crítica faz parte do nosso dia a dia. A gente quer se aperfeiçoar constantemente como profissional, como político, como cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas em termos de política pública, precisamos fazer com que o Governo abra espaço para esse diálogo.

Temos aqui uma justificativa por parte do Ministério da Educação, em função de que está havendo toda uma discussão esta semana muito centralizada na questão da BNCC junto ao Conselho Nacional de Educação. Justifica-se dessa forma a ausência. Queriam marcar para a semana que vem, para estarem aqui presentes. Mas, independente disso, eu acredito que seria possível haver aqui um representante, para que participasse. Poderia até, de repente, não nos apresentar tudo o que nós queremos em termos de informações do porquê de terem agora anunciado essas mudanças no programa. Poderia estar aqui como ouvinte, mas seria importante, é importante a presença.

É muito ruim esse sentimento que fica de que, de repente, o Ministério da Educação, o qual é responsável pela execução das políticas públicas de educação no nosso País, não está presente. Por mais que nem fosse falar, seria importante a presença, e vou externar isso também na primeira oportunidade.

Mas sinto que a discussão aqui hoje caminha para que a gente possa realmente constituir um momento de ouvir o Governo, em termos de avaliação dos programas, o que há a respeito de propostas de alterações, e, claro, ouvir quem de fato faz o programa acontecer.

Melhorar a qualidade da educação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – ... passa essencialmente pela valorização dos seus profissionais e, paralelo à remuneração condigna, essencialmente, por uma boa formação. E isso o Pibid tem feito. A gente não pode fechar os olhos para isto: que essa tarefa tem sido bem feita no nosso País.

Eu penso que nós teríamos que ampliar o programa, a sua abrangência, e não fazer com que ele acabe. (*Palmas.*)

Já encerrando então, eu vou fazer aqui a leitura da moção.

O Vereador está aqui? Venha aqui, Douglas. O Douglas é professor. Fui vereadora com ele também na Câmara de Taubaté. Está aqui ao meu lado.

> Moção de apoio ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.
> O Vereador que a presente subscreve vem, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após anuência do Plenário,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) –

> ...requerer a Vossa Excelência Moção de Apoio à continuidade do bolsa Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência [...]
> Considerando que atualmente o PIBID atende 295 alunos dos cursos de licenciatura da UNITAU e mais de 50 professores que atuam em aproximadamente 40 escolas da rede municipal de Taubaté realizando um trabalho que contribui tanto na formação das crianças como em suas formações profissionais.
> Posto isso, apresento [...] Moção de apoio ao Pibid [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

Eu já aproveito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª POLLYANA GAMA (PPS - SP) – Essa oportunidade... Quando fiz faculdade lá na Unitau, fiz Pedagogia, não havia Pibid. Essa oportunidade que o Pibid oferece, da formação teórica e prática, de você conciliar isso, é maravilhosa. É a fórmula de que a gente precisa para dar um salto de qualidade na educação do nosso País. Quando a gente verifica os dados e vê que a maior parte dos alunos, quando saem dos cursos, estão na educação pública do nosso País, eu visualizo que nós conseguiremos, com a permanência do Pibid, avançar na qualidade tão perseguida por cada um de nós aqui.

Fica Pibid!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica Pibid!

Muito bem. (*Palmas.*)

Aproveitando a fala da Deputada... Viu, MEC, como não machuca, como não dói? Ela fez uma fala tranquila, equilibrada, apontou caminhos, refletiu, apontou que pode aperfeiçoar. Não dói, MEC, vem para a conversa, não machuca nada. E ela foi aplaudida, com uma reflexão que fez. E, no final, leu uma moção, e eu aproveito o momento, sei que estamos ao vivo para todo o País, para pedir a todas as câmaras de vereadores do País que mandem moção de apoio para a Comissão de Direitos Humanos, que eu entrego para todos os Senadores e Deputados. (*Palmas.*)

Vamos agora à nossa segunda Mesa.

De imediato, com a palavra André Lemes da Silva, Professor e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime/RS), por dez minutos, mais cinco, se necessário.

Só para dizer, nem um representante da Capes acharam para mandar aqui? Foi falta de boa vontade mesmo, falta de bom senso, por isso a cadeira vazia continua aqui, vai continuar até o fim.

O SR. ANDRÉ LEMES DA SILVA – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Senador Paim e, eu seu nome, cumprimentar todos os Parlamentares presentes nesta audiência pública. Quero cumprimentar o Prof. Nilson e, em nome dele, todos os professores que nos acompanham neste momento, aqui presentes e pela TV Senado, todos os professores das universidades brasileiras que, de maneira brilhante, fazem frente a essa importante política de iniciação à docência, que tem transformado a realidade da educação pública do nosso País. Quero cumprimentar, em nome do Wesley, que me antecedeu aqui, e da Bruna, todos os estudantes das nossas universidades. E também, em nome do Pró-Reitor Eduardo, cumprimentar os dirigentes das instituições de ensino superior e os dirigentes municipais e estaduais de educação que estão aqui conosco e também que nos ouvem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito o convite, Senador Paim, para estar aqui, na condição de Secretário Municipal de Educação da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e, temporariamente, também na função de Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do nosso Estado.

Antes de estarmos nos cargos que ocupamos, como muito bem disse a Deputada que antecedeu a minha fala, eu sou professor, e eu nunca vi, no meu pouco tempo de vida, pouco tempo de experiência na docência, a nossa profissão ser tão atacada como tem sido ao longo do último ano e meio, e atacada de todos os modos.

Lá na minha cidade, Rio Grande, os meus colegas professores estão sendo atacados por projeto de lei que quer calar o direito ético e profissional dos meus professores de trabalharem com as crianças os temas que são pertinentes à educação pública brasileira. E isso tem se reproduzido de maneira indiscriminada por todo o Brasil, por todas as Câmaras Legislativas, pelas Assembleias Legislativas dos Estados, projetos de lei inspirados pela – eu não chamo de "Escola sem Partido" – "escola da mordaça" que querem implantar no nosso Brasil. (*Palmas.*)

Então, em nome dos meus colegas, dos meus 2.600 colegas de Rio Grande, eu compartilho desse sentimento e da minha preocupação. Isso instiga em nós, como disse aqui o Wesley, não um sentimento de derrota, mas um sentimento de resistência e esperança profunda nos rumos da educação brasileira.

Eu vi o Pibid nascer. Eu era mais novinho do que eu sou agora, mas já como técnico em assuntos educacionais da Universidade Federal de Rio Grande, eu acompanhei o nascimento do Pibid pela minha instituição e, naquele momento, eu era diretor de uma escola pública municipal. Tive a oportunidade de ser da primeira escola a recepcionar os estudantes do Pibid de Pedagogia.

Ao longo desses dez anos, assumi, há cinco anos, a condição de Secretário Municipal de Educação de Rio Grande e passei a fazer a gestão dessa política no âmbito da rede pública municipal de ensino. E tenho um profundo respeito por todos aqueles professores e professoras que deram um pouco do seu tempo, da sua energia, Senador Paulo Paim, para construir uma política tão importante. Eu digo sem medo de errar: ao longo dos últimos 30 anos no nosso País, foi a política que mais valorizou e qualificou o processo de formação inicial e continuada de professores da educação básica brasileira. (*Palmas.*)

E eu digo isso porque lá na gênese, quando se criou o Pibid, o MEC tinha o foco em suprir carência de professores em algumas áreas: Física, Química, Matemática. Então, concedia bolsa aos estudantes para incentivá-los a concluir o curso de graduação e seguir carreira docente. Mas, em pouco tempo, dois anos, três, no máximo, o Pibid se espalhou de tal modo que contemplou todas as áreas do currículo comum da educação básica e deu um terceiro passo ainda, que foi ampliar para os cursos interdisciplinares, os projetos interdisciplinares.

Eu tive a satisfação de ir à Universidade Federal do Rio Grande, a FURG, e colaborar na criação do primeiro Pibid gestão escolar, porque os docentes também fazem gestão na escola, e o Pibid gestão escolar atuava com estudantes dos cursos de licenciatura, trabalhando e aprendendo junto com os diretores das escolas públicas do meu Município.

Então, com as experiências que nós temos tido ao longo desta década, no âmbito deste programa institucional, nós, naquele momento, reafirmamos a institucionalidade do Pibid como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política de Estado, e não política de governo. De modo que, independentemente dos governos que viriam dali para frente, ele fosse aperfeiçoado e aprimorado no sentido de oportunizar que mais e mais jovens, estudantes universitários, pudessem vivenciar o cotidiano das escolas, o cotidiano da sua profissão, antes mesmo de se formar.

Quem está na escola sabe o quanto isso é importante, porque, quando um estudante universitário chega apenas para fazer um relatório de estágio, uma visita, uma observação de prática, isso não contribui muito com a formação. Aliás, contribui muito pouco ou quase nada com a formação dele, e na maioria das vezes esse estudante sai com uma visão equivocada da escola.

Quando eu era diretor e quando a gente estava implantando o Pibid, os pibidianos tinham que estar em todos os lugares da escola: na sala de aula, no refeitório, no recreio, nos espaços de integração com a comunidade, na sala dos professores, nas reuniões de formação continuada em serviço que nós fazíamos na escola. E isso demonstrou... Depois de dez anos – hoje muitos pibidianos são professores da minha rede –, a gente sente a diferença na qualidade do trabalho profissional que cada um deles apresenta ao ingressar na rede pública. Isso gera segurança, isso gera qualificação da profissão que nós escolhemos e isso nós não podemos perder.

Bom, se o Ministério da Educação e a Capes querem qualificar esse processo, que o façam, faz parte do processo, faz parte da vida política. Muitas vezes é até um jogo político ou uma vaidade política, como disse a Deputada que me antecedeu. Entretanto, isso não se faz sem dialogar com quem está fazendo. Então, os primeiros interlocutores para remodelação que se quer desse programa têm que ser os professores, coordenadores dos Pibids das instituições de ensino superior, os estudantes universitários e os supervisores, os professores que são supervisores nas escolas e que acolhem os pibidianos. Ora, sem ouvir isso... Porque nós sabemos, quando estamos na prática, os limites que os projetos nos impõem. Nós sabemos disso. E não temos problema nenhum em acolher os limites. Agora, nós identificamos os limites para a gente poder superá-los e seguir adiante, não, jamais, retroceder na condução dessa política pública.

Há duas semanas, lá no meu Município, a Universidade Federal do Rio Grande Rio reuniu os pibidianos em um encontro anual que se faz sempre com o grupo dos pibidianos. Enxergar no rosto das pessoas que trabalham com este programa, no rosto das pessoas que são beneficiadas com esse programa, esta incerteza do futuro, do que vai acontecer, do que não vai acontecer, nos deixa muito entristecidos. Mas ao mesmo tempo nos deixa também extremamente instigados a mobilizar, de onde quer que estejamos, dos lugares que representamos, um movimento que possa garantir a permanência desses projetos no âmbito da política pública do nosso País. Eu não represento aqui a Undime nacional – a Undime tem uma organização nacional e tem as organizações estaduais –, mas assumo aqui um compromisso, Senador Paulo Paim, de levar à diretoria executiva nacional da Undime aqui, em Brasília, hoje à tarde ainda, essa reivindicação a partir do debate que está sendo oportunizado nesta audiência pública, para que possamos fazer um grande movimento com todos os secretários municipais de educação do nosso País. (*Palmas.*)

Eu falo aqui em nome dos 497 secretários municipais de educação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LEMES DA SILVA – ... do meu Estado, mas, na condição de Presidente estadual, assumo o compromisso de levar esse tema para o debate em todo o Brasil.

Se o senhor me permite mais um ou dois minutos, no máximo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais cinco.

O SR. ANDRÉ LEMES DA SILVA – Eu gostaria de encerrar a minha participação demarcando a minha preocupação com os rumos não só da condução dessa política pública que é o Pibid, mas também de outro importante programa, que, intrinsecamente, diretamente, tem subsidiado ações importantes nas redes públicas do nosso País, que é programa Mais Educação. O MEC alterou as regras do programa Mais Educação, Senador Paulo Paim, e atrelou a adesão de escolas por grupos de acordo com o seu desempenho no Ideb. Isso significa que, no nosso Estado, Senador Paulo Paim, aproximadamente 70% das escolas que hoje participam do programa não participarão no ano que vem. Só no Município de Rio Grande, hoje, há 24 escolas contempladas com o programa Novo Mais Educação, sendo que, para o ano que vem, a previsão é de apenas 9. Isso significa, Senador, que 2 mil crianças e jovens de um único Município do nosso Estado vão ficar sem atendimento em tempo integral a partir de 2018. Então, no bojo desse conjunto...

Ainda no governo da Presidenta Dilma, quando era o Ministro Aloizio Mercadante e eu fazia parte da diretoria da Unidime nacional, como Presidente da Região Sul do Brasil, já havia um movimento de mudança no Pibid para o Pibid se integrar ao Novo Mais Educação, para se fazer uma série de articulações. E houve toda uma mobilização já naquela época de todos os pibidianos do Brasil e também de quem entendia o que era a política do Mais Educação, considerando que são políticas complementares, mas que não se pode confundi-las, porque os estudantes do Pibid não devem ser obrigatoriamente os que vão substituir professor em sala de aula, na minha concepção, tampouco aqueles que vão substituir professores que, carinhosamente, chamamos de oficineiros do Mais Educação, que trazem um conteúdo cultural na sua bagagem também, pois são pessoas da própria comunidade que trabalham.

Essa é a minha preocupação com essa mudança de regras da condução da política do Novo Mais Educação que vai fazer com que retrocedamos nos indicadores em que já avançamos até aqui de cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação que fala da educação integral. Vamos retroceder drasticamente a partir do ano que vem, com essa mudança de regra. Essa mudança de regras não se dá por outro motivo se não pelos cortes de orçamento que o Governo Federal tem imposto ao Ministério da Educação.

Ela não se dá por outro modo senão esse, inclusive a do Pibid. A restrição orçamentária, o corte orçamentário que se impôs ao Ministério da Educação – e se impôs de modo efetivo – está refletindo no desmanche de todas as ações positivas, pró-ativas, com resultados pragmáticos na vida dos estudantes do nosso País.

E, se hoje as escolas qualificaram seu desempenho no Ideb, foi graças a essas políticas. E, por terem se qualificado e ampliado a sua pontuação no Ideb, hoje são penalizadas com os cortes de incentivo desses programas. Então, a União está descumprindo o seu papel supletivo e complementar de financiamento da educação pública brasileira.

Nós estamos fazendo reserva de saldo, Senador Paulo Paim, para pagar juros da dívida pública, e estamos tirando investimento em educação das crianças, dos jovens e dos adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste País. Quanto a isso, não podemos ficar na inércia, no silêncio e tampouco sem ação diante do contexto que estamos vivendo. Então, nos espaços que cada um de nós ocupa, institucionais ou não, nós temos o dever, na condição de educadores e educadoras neste País, de fazer frente a isso e fazer todo o movimento necessário para garantir a permanência desses programas tão importantes para a educação pública brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, André Lemes da Silva, professor representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação, do Rio Grande do Sul! Parabéns! Denuncia, com muita firmeza, convicção e conhecimento – ele fez parte do Ministério da Educação na época de Aloizio Mercadante –, que há, de fato, um ataque à escola integral, ao Pibid e a todas as áreas da educação. E todo mundo na política tem a mania de dizer que a saída é a educação, mas, quando chega lá, corta os investimentos em educação.

Há uma frase que ouvi muito tempo atrás e que achei muito bonita: a verdadeira revolução só se faz pela educação, a grande mudança. E, na verdade, está aí esse Governo, seu depoimento também é muito claro, cortando os investimentos exatamente na educação.

Passamos a palavra para Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná.

O SR. EDUARDO BARRA – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado a todos vocês.

Particularmente, aqui quero agradecer ao Prof. Nilson, que foi o meu anfitrião, que é o meu anfitrião aqui, que me convidou para este evento.

Digo a todos vocês, já de início, que é muito emocionante estar aqui, próximo a todos vocês, porque a minha história, na universidade, está muito ligada a esse programa. Eu fui Coordenador Institucional do Pibid na UFPR tão logo o programa começou na nossa universidade, Senador. E a minha aproximação com a gestão da universidade se deu pelo Pibid. Se hoje eu estou na Pró-Reitoria de Graduação, eu cheguei à Pró-Reitoria de Graduação pelo trabalho que eu fiz com os meus colegas coordenadores de área, coordenadores de gestão no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Paraná.

Então, estar hoje aqui fazendo parte desse movimento, sentindo a energia de vocês, o entusiasmo de vocês, coordenadores de área, coordenadores institucionais, pibidianos, bolsistas de iniciação à docência, para mim é a própria essência da minha inserção na universidade nos últimos dez anos. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO BARRA – Eu tive a felicidade de ser também professor da Universidade Estadual de Londrina. Então, fico aqui muito feliz de ver a minha colega Profª Elenita, do Estado do Paraná, da Unioeste. Para mim é uma grande satisfação também estar próximo daqueles com os quais temos relações institucionais no nosso Estado.

Quero saudar muito todos vocês que estão aqui, Bruna, Prof. André.

Prof. André, é emocionante a sua participação. Fico muito feliz de ouvir aqui o seu depoimento como diretor de escola que recebeu o Pibid na sua escola. Eu conheço muitas pessoas que estão na mesma condição em que o senhor está, que continuaram a sua inserção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na formação de professores a partir de um primeiro contato com o Pibid. Eu também testemunho, como fez o senhor, como isso foi decisivo na sua trajetória.

Quero contar um pouco da minha trajetória rapidamente para vocês. Isto aqui está sendo dito de maneira improvisada para vocês, porque o Nilson não me disse que eu iria falar aqui. Então, eu não me preparei, como todos tiveram a oportunidade de fazer, mas acho que algumas coisas eu poderia acrescentar àquilo que já foi dito pelos outros.

Aliás, reforço o que o Senador disse. O que nós ouvimos aqui na primeira parte desta Mesa, Senador, poucas vezes eu tive a oportunidade de presenciar. E olha que sou do Pibid há dez anos! A Alessandra sabe disso, a Alessandra era a coordenadora, estava na posição do Nilson quando eu era quando era coordenador institucional. Era a coordenadora do fórum dos coordenadores institucionais.

Acredito que é isso, não é, Alessandra? Poucas vezes vimos a oportunidade de fazer uma síntese desse programa tão rica, tão detalhada e tão profundamente emocionada, profundamente comprometida, porque a emoção, em si mesma, não tem nenhum sentido, a não ser se ela for o retrato de um comprometimento de um projeto futuro, de um engajamento naquilo que realmente importa.

Eu quero, nesta introdução sobre a minha trajetória, recordar duas pessoas que foram fundamentais aqui no nosso programa, apenas a título de homenagem, a título de ilustrar o que o Senador iconicamente construiu com essa cadeira vazia aqui, Senador. Tenho certeza de que o Prof. Hélder e a Profª Carmem Moreira estariam aqui para discutir com a gente se fossem dirigentes do Pibid. (*Palmas.*)

Eles nunca nos negaram isso. Eles discordaram de nós duramente, radicalmente, mas nunca se esquivaram de nenhum debate com os coordenadores institucionais. Ao contrário, eles nos convidavam para discutir com eles. Eles acreditavam na riqueza do debate. Quem faz isto aqui, quem se omite do debate não pode ser professor, não pode gerir um programa chamado Residência Pedagógica. (*Palmas.*)

É por isso que eles não entendem o Pibid. Por isso, eles não compreendem a dimensão, a importância, o significado desse programa.

Eu falo aqui também em nome dos pró-reitores. Eu estive discutindo nos últimos tempos. Desde o início deste ano, eu tive duas oportunidades de discutir com outros pró-reitores de graduação sobre a situação do Pibid. Tivemos a reunião do ForGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação) em São Paulo; falta-me aqui a data precisa, acredito que foi em agosto. O Prof. Miguel, meu colega lá da UEPG, Vice-Presidente do ForGRAD, há de me desculpar esta falha aqui de memória. Mas lembro que, naquela ocasião, nós tivemos a oportunidade de discutir com os dirigentes do MEC sobre o Pibid. E nos foi adiantado, naquela ocasião, que o programa tinha dificuldades, que o programa estava sendo avaliado e que, a partir da avaliação, seria feita uma proposta. Havia uma comissão discutindo as políticas de formação de professores da Capes, a comissão ainda estava trabalhando. Então, naquele momento, não havia um quadro muito bem definido.

Mas eu posso dizer que, naquele debate, durante o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das universidades brasileiras, de instituições de ensino superior do Brasil, não havia uma voz que dissesse que o Pibid precisava ser revisado, que o Pibid precisava ser modernizado, que o Pibid precisava ser suspenso por alguns meses para fazer uma reavaliação. Portanto, se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Capes e o MEC querem fazer isso agora, eles não estão fazendo em nome dos pró-reitores de graduação.

Estive na semana passada... Estou praticamente voltando, vim para cá, antecipei a minha saída dessa reunião para poder estar aqui hoje com vocês. Na semana passada, aconteceu em Ouro Preto a reunião dos pró-reitores de graduação das universidades e institutos federais de ensino superior, o Cograd, a reunião do Cograd. Lá também, fizemos um longo debate, porque lá já sabíamos de tudo isso. Já estava, inclusive, a audiência pública de vocês marcada. E, naquela ocasião, a maneira como vocês se manifestam com palmas hoje aqui foi exatamente como todos os pró-reitores lá presentes se manifestaram quando dissemos: "Precisamos nos manifestar sobre isso publicamente."

Então, espero que, daqui a alguns dias, nós terminemos a nossa manifestação.

O Cograd está subordinado à Andifes. E a Andifes deverá fazer um pronunciamento a esse respeito nos próximos dias, instada pelo Cograd.

Elenita, quero convidá-la para, na semana que vem, no dia 14, a reunião – não será no dia 14, mas no dia 12 – do Fórum Estadual de Apoio à Formação de Professores. Acho que vamos assumir isso publicamente. Podemos fazer isso, Elenita, porque vamos levar essa discussão lá e vamos tentar tirar uma posição do Fórum Estadual paranaense de apoio a esse movimento. (*Palmas.*)

Eu sei que a posição... Não sei se temos lá unanimidade. Temos lá vários pró-reitores de graduação, mas também temos dirigentes, inclusive temos representantes da Undime, Prof. André. Seria muito bom que ele pudesse estar lá já imbuído dessa sua proposta, de uma manifestação de todas a Undimes estaduais.

Agora, no dia 14, haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Curitiba sobre o Pibid. Vamos também levar a proposta que a Professora e Deputada nos trouxe aqui, já um feito, que é essa moção de apoio ao programa.

O Wesley disse aqui, em certo momento de sua fala, que o Pibid é um direito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BARRA – Eu estava esperando que ele fosse elaborar melhor essa ideia, mas ele não seguiu nessa direção. Mas eu queria levar essa reflexão um pouco adiante.

Eu não tenho mais aqui o artigo da nossa lei, a atual versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas sei que há um artigo – é o de nº 40 e pouco, se não me engano – no qual está previsto que é dever do Estado promover um programa de iniciação, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Eu acho que esse artigo passou despercebido na limpeza que essa lei sofreu da última vez, na sua última versão.

Então, está lá, é lei. Desmobilizar o Pibid é ilegal. Portanto, o Pibid, como está lá, consolidado em uma lei, é um direito dos estudantes de licenciatura que estão aqui e dos que ainda vão entrar nos cursos de licenciatura. Não está na deliberação do Ministro decidir se ele pode suspender ou não esse programa. Se ele o suspende, ele comete uma ilegalidade. Essa ilegalidade não é porque isso está lá e tem certa aura intocável, não. Poderia ter sido revogado esse artigo também, mas é preciso lembrar que esse artigo é uma conquista dos pibidianos. Isso não nasceu dentro da lei naturalmente, isso foi inserido naquela lei pela luta dos pibidianos, por essa luta a que o André fez referência, que, em outros momentos, foi contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Capes também, mas que, em outros momentos, foi junto com a Capes. Em muitos momentos, nós lutamos pelo Pibid ao lado da Capes. Pena que esse tempo passou!

Vou repetir aqui o que disse o Deputado Edmilson Rodrigues, se eu não me engano. Senador, o senhor me corrija se eu estiver errado, se esse não era o nome do Deputado. Ele disse estas palavras muito precisas: "O Pibid é a única modernidade que nos interessa. Se alguém quer nos impor outra modernidade, nós não queremos."

Se for para desfazer um programa de mais de 10 anos, de 12 anos, no mínimo... São dez anos. Em 2017, houve o primeiro edital aberto do Pibid; houve outro mais restrito. Se alguém quer nos vender uma modernidade que significa colocar um programa exitoso como esse, bem-sucedido como esse, na lata de lixo e construir outra coisa que ninguém sabe o que é – eles não conseguem dizer mais do que três palavras sobre o que seja –, essa modernidade nós não queremos! (*Palmas.*)

Essa modernidade não nos interessa!

É importante lembrar que quem está falando isso – acho que estou falando em nome de muitos de vocês, de muitos dirigentes, de pró-reitores, como eu – é a instituição que, em nossa sociedade, está imbuída da missão de promover inovações, a universidade. Se alguém quer promover modernidade, inovação, deveria ouvir as universidades. E aqui é o que as universidades estão dizendo. Elas estão dizendo aqui hoje: "Não queremos essa inovação. Isso não nos interessa. Estão nos vendendo gato por lebre. Portanto, não queremos."

Queremos, sim, uma modernização que significa o aprofundamento, a expansão, a qualificação, o retorno das 90 mil bolsas que nós já tivemos. É essa a modernidade que nos interessa. Nós recuamos para 60 mil bolsas, perdemos 30 mil! Que modernidade pode vir a seguir? Zero bolsa, essa é a modernidade que nos espera.

Portanto, quero lançar aqui um desafio aos meus colegas pró-reitores de graduação e a outros dirigentes das universidades brasileiras. É verdade que nós precisamos negociar com o MEC acerca dessa nova proposta. Eu acho que isso é nossa tarefa, justamente para não fazermos isto aqui, para não deixarmos uma cadeira vazia quando nós formos chamados para negociar. Nós temos de sentar e negociar.

Agora, minha gente, nós estamos com um edital. O Nilson aqui me deu os números: Editais 61 e 62, de 2013.

O SR. NILSON DE SOUZA CARDOSO (*Fora do microfone.*) – É o de nº 66.

O SR. EDUARDO BARRA – É o Edital 66, de 2013; é o que está anotado aqui. Termina a sua vigência em fevereiro. Não há tempo hábil para lançar um programa que começa em março, ou seja, nós vamos ter uma paralisação do Pibid, inevitavelmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BARRA – ...seja lá o que for para substituí-lo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDUARDO BARRA – Exato, prorrogação!

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BARRA – Então, eu quero sugerir isto, a nossa condição para participar dessa mesa de negociação. E nós queremos participar! Não estamos fazendo favor nenhum para a Capes e para o MEC se sentarmos lá para negociar. É a nossa tarefa, temos de fazer isso. Agora, temos de fazer com essa condição. A prorrogação tem de ser estabelecida, para a gente ter prazo para negociar, ter tempo para negociar, porque, senão, essas 60 mil bolsas que vão ser, de uma hora para outra, anuladas vão pesar sobre os nossos ombros, e nós vamos tomar as decisões que não são as mais acertadas. Nós precisamos decidir isso o mais rápido possível. Agora, precisamos decidir isso com calma, e, por isso, a prorrogação eu acho inevitável.

Portanto, eu acho que esse é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BARRA – ...um ponto para colocarmos na nossa negociação.

Eu já estou concluindo, Senador.

Este é um ponto para colocar: prorrogação é a condição para o início da nossa conversa.

Eu quero concluir minha fala com as palavras do meu Reitor, o Prof. Ricardo Marcelo Fonseca, ontem, a propósito de tudo isto que nós estamos vendo nas universidades: intolerância, autoritarismo, supressão do Estado de direito. O que se passou ontem na UFMG é vexatório não para a nossa universidade, mas para o nosso País! Há manifestações internacionais de apoio aos dirigentes que foram encarcerados ontem.

Eu acho que o estado a que nós chegamos depois do que aconteceu... E isso aconteceu na minha universidade também. Na Universidade Federal do Paraná, também aconteceu isso. Também nós fomos, em uma manhã, sem nenhum aviso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BARRA – ...sem nenhuma expectativa, invadidos por policiais nas mesmas condições.

O Prof. Ricardo Marcelo, nosso Reitor, ontem, fez um pronunciamento público sobre o que se está passando em universidades como a UFRGS, UFSC, UFMG e também na nossa universidade, a Universidade Federal do Paraná. Com as palavras dele, eu quero concluir aqui a minha participação:

> As universidades, apesar de estarem sofrendo muito com a falta de recursos, não mudaram da água para o vinho em um ano, mas parece que o contexto em torno delas mudou muito. E é por isso que, de maneira muito urgente, merece nossa reflexão. Não se trata de nenhum apelo corporativo, como poderia se imaginar. O momento é, de fato, grave.
>
> Enquanto Deputados ou Senadores [certamente, não é o Senador que está aqui nem os Deputados que estiveram aqui; não nos estamos referindo a esses Senadores e a esses Deputados] são filmados em flagrante delito por graves desvios e são soltos pelos seus pares, reitores têm sua liberdade cassada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A sociedade deve, com muita premência, pensar em que tipo de mundo pretende construir quando instituições como as universidades públicas são demonizadas, expostas, desrespeitadas e quando seus dirigentes são imolados publicamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Pará!

A assessora da nossa querida Senadora Fátima Bezerra veio aqui e me cochichou ao ouvido.

Então, diga aí o que você me cochichou ao ouvido agora, porque acho que é importante.

A SRª MARCIA ABREU DA SILVA – É só para localizar o que o professor pró-reitor acabou de falar.

Na verdade, essa modificação que foi feita na LDB em 2013 instituiu, no art. 62, §5º, que "a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuação na educação básica pública, mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior". Essa lei foi amplamente discutida no Congresso Nacional, e foram feitas várias modificações na LDB, justamente para adequar isso aos avanços que nós tivemos na educação nos períodos dos governos Lula e Dilma.

Então, acho que é muito importante o senhor frisar isso, para nós nos fixarmos nesses artigos que ainda não conseguiram derrubar na LDB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Nós temos um problema de horário. Nós temos de terminar, no máximo, até as 13h. Acho que haverá outro evento na Câmara dos Deputados.

Agora, passo a palavra a Bruna Brelaz. Bruna Brelaz representa aqui a UNE (União Nacional dos Estudantes). É a nossa juventude na área.

A SRª BRUNA BRELAZ – Bom dia a todos e a todas!

Eu sou Bruna. Sou estudante de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas e também faço parte da União Nacional dos Estudantes.

Quero parabenizar aqui o Senador Paulo Paim pela iniciativa e os demais Deputados e Senadores, que, assim como a Senadora Fátima Bezerra, são autores da audiência.

Também quero iniciar minha intervenção parabenizando-os e agradecendo aos estudantes pibidianos, em nome do Wesley, que foi intitulado "filho do Pibid" aqui, depois da sua fala.

Acho que a juventude brasileira cria certa inspiração no povo, cria certa inspiração em relação a essas pautas, porque acreditamos que, a partir de nós, que somos jovens, que estamos aqui à disposição, lutando pelo nosso povo, lutando pela soberania nacional e lutando pela educação, vamos conseguir construir um País mais justo e igualitário.

Eu começo minha intervenção, dizendo que a UNE acompanha diversas pautas em relação à educação, e a gente vem percebendo que existe um verdadeiro desmonte na educação brasileira. Eu gostaria de iniciar pontuando esses desmontes, a partir da tentativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

privatização da universidade pública. Existem pautas que estão sendo debatidas nesta Casa, no Congresso Nacional, e que querem construir uma tentativa de cobrar mensalidade na universidade pública, iludindo o povo brasileiro, dizendo que isso melhoraria o financiamento da universidade. E os estudantes brasileiros e a UNE são totalmente contra isso.

Vou citar aqui a situação que todo mundo já citou em relação à condução coercitiva na UFMG, o que é gravíssimo. É um atentado ao Estado democrático de direito! E há a prova da tragédia que aconteceu em Santa Catarina, de que existiu ali um abuso de autoridade fortíssimo contra o Reitor Cancellier, que faleceu, e contra isso a gente se manifesta de forma muito contundente. A gente acredita que é preciso, sim, construir investigações se existe crime. Se existem provas, é preciso constituir ali uma investigação. Agora, se não houver provas e se não houver crime, por que instrumentalizar politicamente o Judiciário? Por que constituir toda essa problemática que a gente vem vendo não só nas universidades, mas em outros setores no nosso País?

Inicio dizendo dessa questão do Pibid, que garante... Eu acredito, tenho a opinião de que o Pibid é uma das portas de acesso a um novo Brasil, a uma nova educação.

Eu, dentro da minha universidade, acompanhava os colegas. Não tive a oportunidade de fazer o Pibid, mas fui colega e amiga de várias pessoas que constituíram uma relação e que participaram do Pibid como algo fundamental para a sua formação profissional, e eu acredito que é muito grave essa tentativa...

O nosso Deputado Orlando Silva está aí presente. (*Palmas.*)

O Deputado nos ajuda, e ajuda muito. Foi Presidente da União Nacional dos Estudantes e nos ajuda, todos os dias, no Congresso Nacional.

Para continuar aqui, eu acho que o Pibid é uma das portas de acesso ao nosso ensino. Acho que é um erro gravíssimo do Ministério da Educação tentar constituir uma nova forma não discutida com as pessoas que participam do Pibid, porque a gente acredita nisso e quer modernizar o Pibid de forma positiva e de forma que contemple os estudantes que participam desse processo.

E eu, que faço parte dessa área da educação, que estudo Pedagogia, que passei vários períodos estudando Paulo Freire e outros autores importantíssimos, acredito que o Pibid acrescenta na formação profissional desses estudantes, acrescenta na formação como cidadão e forma um novo profissional. Se a gente fala aqui que a gente precisa formar nossos professores e fazer com que esses professores se constituam de uma nova forma dentro da escola, a gente passa pela formação profissional, pela valorização e por uma nova estruturação da escola.

E aí a gente entra nesse debate da Escola sem Partido, da Lei da Mordaça, que os estudantes secundaristas debatem no seu dia a dia. Inclusive, hoje, está havendo uma manifestação em frente do Conselho Nacional de Educação para se debater a questão da BNCC, que estão querendo aprovar pelo Conselho Nacional de Educação sem debater com os professores e com os estudantes, de forma não contemplada. E aí existe uma grande mobilização dos professores e estudantes na frente da BNCC. Daqui a pouco, vou retornar para lá também, para poder garantir a nossa reivindicação.

Mas a gente acredita que, neste momento que a gente está vivendo, que é um momento de refluxo dos debates da educação, a gente constrói alguns questionamentos muito fortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A UNE lutou durante o último período... A UNE, os estudantes e os professores lutaram pela implementação do PNE, que, como todo mundo sabe aqui, foi muito debatido dentro das escolas, dentro do Parlamento. E a gente percebe que não existe um compromisso de implementação do PNE. Existe uma tentativa de desmonte do PNE quando não se aplicam os 10% do PIB para a educação, quando se aprova a PEC do teto de gastos, que, eu tenho essa opinião, é um dos principais fatores do desmonte da educação brasileira.

A gente precisa fazer esse questionamento duro aos Parlamentares que votaram a favor dessa PEC e ao Governo ilegítimo que está tentando construir isso. E a melhor forma de a gente fazer isso é constituindo mobilização. Eu lembro – acompanhei isto durante esse último período – que a maior mobilização em defesa de um programa é a do programa do Pibid. (*Palmas.*)

Como você vê, como o Senador acabou de falar, 150 estudantes, pessoas que participam desse programa, estão lá fora querendo participar, debater e defender esse programa. Se não fosse um programa importante, eles não estariam sendo mobilizados, não haveria essa grande comoção de grande importância, considerada por essas pessoas que participam do Pibid.

Para finalizar – quero dar oportunidade também para que outras pessoas possam dar sua opinião –, quero reafirmar aqui a nossa luta, a luta da UNE, com vocês que estão aqui representando... O Wesley aqui representa os pibidianos. Todos vocês podem contar conosco, principalmente nas ruas, para construir grandes atos e manifestações, junto com professores e estudantes, para defender um programa que pode, se mais bem implementado, com garantia de mais recursos, ser um dos principais programas de garantia de qualidade de formação em docência no nosso País.

Então, viva o Pibid! Que o Pibid fique! E que o Temer saia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Bruna Brelaz, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo brilhante depoimento que deu aqui, fortalecendo a luta Fica Pibid no Brasil. É isso mesmo? Eu vou pegando, para depois...

Não é isso, Orlando? Agora, quero fortalecer aqui... Não se trata de fortalecer, não; ele não precisa disso. Mas eu queria muito dar um depoimento rápido, Orlando: tenho muito orgulho de ser seu parceiro. Muitos projetos ele aprova lá. Ele telefona para cá, e eu telefono para ele, e estamos caminhando juntos.

Uma salva de palmas! É um guerreiro do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Orlando Silva está com a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Agradeço, Senador Paim. Eu quero, em seu nome e, se me permite, em nome da Bruna, que é a mulher da Mesa, por ora, saudar todos que participam desta audiência pública. É bem esquisito eu falar com vontade de olhar para as pessoas, mas eu quero cumprimentar todos que participam.

Paim, quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Há alguns meses, recebi, para minha honra, o título de Cidadão Taubateano, de cidadão da cidade de Taubaté. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Mas eu relembro essa data por quê? Porque, nessa data, eu fui abordado por dezenas de estudantes da Universidade de Taubaté, a Unitau. E, naquele momento, eles nos abordaram, alguns docentes também, apontando os riscos que o Pibid vivia, pelos constrangimentos orçamentários que o programa enfrentava. Desde então, eu me comprometi a me solidarizar, a me somar com a luta de resistência desse que é um programa espetacular.

Eu tive a experiência de viver a universidade intensamente como militante do movimento dos estudantes, tive a honra de ser Presidente da União Nacional dos Estudantes e sei do papel que tem o Pibid para a formação dos docentes. Todos aqueles que vivem a licenciatura plena passam a ter a oportunidade, através do Pibid, de vivenciar a conexão teoria/prática, que é algo espetacular. Eu sei a importância que isso tem para a conexão da universidade com a sociedade, através das escolas, o que é uma experiência também muito importante.

Eu subscrevo as críticas e as observações feitas pela Bruna. O que se vive no Brasil hoje é um desmonte de uma série de conquistas que nós alcançamos ao longo de décadas – por que não dizer? Mas muitas delas tiveram um fôlego maior no último período. Infelizmente a universidade tem sido – a educação, em particular na universidade – vítima, digamos assim, dessa nova lógica que orienta o Governo do Brasil.

Eu considero que esta audiência, este espaço é importante como espaço de articulação, de construção de uma agenda comum. Eu quero, Senador Paim, colocar-me à disposição, no ambiente da Câmara dos Deputados, para que nós possamos somar energia, somar forças e resistir também a essa insinuação, a esse ataque a um programa que é tão importante para a educação brasileira, para a formação dos jovens professores do nosso País e – por que não dizer? – para colaborar com o desafio de qualificar educação pública no Brasil.

Então, eu quero cumprimentar todos os docentes, todos os professores, todos os representantes, todos os estudantes que se mobilizam em torno dessa bandeira e dizer: contem conosco, na Câmara, para reforçar essa luta.

Antecipo, Paim – o senhor como Senador ativo –, que neste momento eu preciso entregar um relatório sobre mudanças na desoneração da folha; tenho que protocolar agora na Câmara. Então, eu vim aqui cumprimentá-lo, mas vou pedir licença para poder seguir a agenda do dia.

Muito obrigado.

Bom dia e boa luta a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Orlando Silva, de São Paulo, que vem aqui prestar todo o seu apoio. E é bom a gente lembrar que o Orlando Silva foi presidente da UNE. O Lindbergh foi presidente da UNE. Quem sabe está aqui uma próxima Deputada ou Senadora, presidente da UNE.

A juventude tem que começar a ocupar os espaços dentro deste Congresso. Daí muda, não muda? Então, uma salva de palmas à juventude, na tua figura, Orlando, e na da Bruna, que deu esse belo depoimento neste momento, também. (*Palmas.*)

Para terminar esta Mesa e poder abrir espaço para alguns do plenário poderem falar, eu passo a palavra ao Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Sr. Nilson de Souza Cardoso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILSON DE SOUZA CARDOSO – Boa tarde a todas e a todos. Apresento aqui meus cumprimentos aos membros da Mesa, em especial ao Senador Paulo Paim, que rapidamente atendeu a esse desejo, a essa necessidade de discutir esse programa aqui, nestas Casas.

Eu queria destacar aqui, sem sombra de dúvida, a nossa mais profunda alegria de ter escutado um filho do Pibid, a representação do que é feito, do que é produzido, do que é constituído na formação de professores neste País. Sem dúvida nenhuma, a legião de professores que chegará às escolas, em um futuro breve, seguramente, se garantidas as mínimas condições, transformará este País através da educação.

Eu queria saudar também a mesa vazia do MEC, aqui participando do debate. Eu queria que ela estivesse bem atenta a tudo que vai ser dito aqui, a tudo que foi dito aqui neste momento.

Como professor universitário, servidor público, eu apresento aqui minha solidariedade, meu desagravo por todos os ataques que nós servidores – sobretudo nós professores, e em especial, ultimamente, professores e gestores das universidades públicas – vimos sofrendo, a exemplo do que houve ontem na UFMG e em tantas outras ocasiões, nestes tempos em que temer é ordinário. Estou representando aqui o fórum, e não é a primeira vez que esse fórum, junto com estudantes, professores, reitores, pesquisadores, professores da educação básica, enfim, está aqui, mais uma vez, buscando defender esse programa que a tantos agrada e que tem apresentado resultados, como foi aqui ilustrado pela professora Alessandra Assis e pelos outros colegas aqui presentes. Então, a gente já esteve aqui para debater o corte, combater o corte; esteve aqui para defender a mudança do escopo e dos objetivos do programa; mas inexplicavelmente nós estamos hoje aqui buscando defender a continuidade desse programa, buscando evitar a sua extinção.

Como já foi apresentada aqui por muitos colegas, a questão da Residência Pedagógica surge, no dia 18 de outubro, como um presente a nós professores pelo Ministério da Educação, que propõe uma nova Política de Formação de Professores. Uma das suas soluções é a Residência Pedagógica. Na verdade, na nossa percepção, ali havia apenas um conjunto de intenções sobre uma nova política, porque, além dos eslaides, nada mais existe, Senadores e Deputados aqui presentes. Não temos nada além de cinco linhas nesses eslaides que apresentam o que será e no que pretendem transformar a formação de professores neste País.

Ademais, nós acompanhamos as reportagens na mídia, enfim, as falas que são feitas e, sobretudo, a experiência, outras experiências implementadas pelas pessoas que hoje propõem em outras esferas, a exemplo da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, quando fez, então, um programa semelhante, que não durou um ano e acabou por si. Ele ficou marcado pelo que já foi denunciado aqui: estudantes assumindo as vacâncias de professores nas redes municipal e estadual. Então, em oposição total a tudo que é feito no Pibid, essa foi a marca do programa de residência da Secretaria Estadual de Educação. Portanto, isso é o que nos mobiliza a lutar contra qualquer medida que venha sob esse discurso de modernização.

Cabe destacar que os eslaides dessa política iniciam responsabilizando os professores pela melhoria da educação básica, pelos índices da educação básica, desconhecendo completamente a multifatorialidade que há na relação da escola, da sociedade, do ensino e da aprendizagem. Então, fica aqui também mais um desagravo nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, a Residência Pedagógica coloca em cheque o que é moderno para o MEC, quando ele afirma que o programa será a formação em serviço após o segundo ano do curso licenciatura. Isto cabe questionar, Senador: essa modernização desconsidera um fato histórico nas licenciaturas, que é a evasão até o segundo ano, e que o Pibid, de algum modo, vem combatendo essa evasão, porque insere estudantes desde o início da sua formação inicial? É mesmo admissível que essa modernização compreenda formação em serviço para quem não tem licenciatura? É compreender o estudante como profissional inserido na escola e ocupando o espaço daquele que deveria estar lá como professor formado minimamente com a graduação, o que preconiza a LDB desde 1996. Esse é um marco, desde a redemocratização deste País, que exige, como condição *sine qua non*, a formação inicial de professores em nível superior. Então, o Residência, de algum modo, vai promover essa desprofissionalização, o que, sem dúvida nenhuma, é um retrocesso no processo de conquistas na formação de professores deste País.

Então, esta Casa, como legisladora, tendo a LDB, lá nas suas determinações, essas condições mínimas, não pode compactuar com o descumprimento dessa lei, ademais o §5º do art. 62, que institui a obrigatoriedade de Estados, Municípios, Distrito Federal e Governo Federal na implementação do Pibid.

O Pibid hoje é um programa de iniciação à docência que atua em escolas de zona urbana e que tem outra modalidade também, o Pibid Diversidade, que atende a educação quilombola, a educação indígena e a educação do campo. É um programa que atinge todo o campo da formação de professores inicial. Ele tem tido impactos aqui, a despeito de tudo que foi apresentado, inquestionavelmente, sobre os seus avanços e suas conquistas, e tem sido colocado, então, em questão. E nós, professores universitários, pesquisadores, entidades educacionais, gestores, sociedade civil organizada, pais, familiares, reconhecemos o Pibid como um elemento de transformação na formação de professores.

É inquestionável a relação com mais de 5 mil escolas, com mais de 60 mil bolsistas hoje, mas nós temos um número quase maior do que 500 mil egressos do programa, que já passaram por ele, que já estão atuando na educação básica. E os resultados mostram que ele tem promovido a indução e a vinculação com a formação. Senador, os dados mostram, as falas das pessoas entrevistadas colocam que o Pibid forneceu-lhes segurança para o início da carreira, forneceu-lhes identidade com a docência. Isso é um fato histórico nos cursos de licenciatura. Recorrentes eram os discursos de egressos do curso que não queriam ser professores. Então, por tudo isso, a gente, de fato, não sabe que modernização é essa, a que se aplica, e o que se pretende trazer sob essa nova política.

Então, a gente se opõe. Nós, como Forpibid, nos opomos a essa modelo proposto. A gente briga é pela manutenção do que é mais essencial nesse programa, o que a gente chama de modelo pedagógico, desenho pedagógico, que é essa vinculação sistemática da universidade ou das instituições formadoras com a escola – sistemática, e não mais pontual, como acontecia anteriormente –, da junção de dois sujeitos, elementos fundantes na formação de professores: o professor universitário, o professor formador e o professor da educação básica. Reconhecer a experiência desse professor na educação básica é o que tem feito a total transformação nesses programas. É isso que tem dado a esses jovens licenciandos e segurança que eles falam ter ao sair do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, a gente percebe que essa política mais vai trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON DE SOUZA CARDOSO – ... a precarização do trabalho.

Também não é moderna a terminologia utilizada por eles; ela é um pouco equivocada: residência, em vários campos de profissões, é tida como uma formação continuada, não como elemento de formação inicial, a exemplo da já tradicional residência médica, residência nos campos multiprofissionais da saúde, enfim, residência no Direito; todas elas para profissionais.

É inegável que a gente tem uma carência grande de professores, e essa parece ser uma solução fácil que alguns gestores de redes municipais e estaduais estão olhando com bons olhos. Mas os colegas gestores deles de outras pastas não admitem médicos em formação atuando nas vagas que também são presentes no Sistema Único de Saúde. Não há lá, no centro de saúde, um estudante de Odontologia assumindo o espaço. Por que a gente vai, então, ter que compactuar com que um estudante de licenciatura tenha que ocupar vagas nas escolas? (*Palmas.*)

É em nome dessa militância que a gente vem fazendo, já há cerca de dois anos, a defesa desse modelo pedagógico. É uma trajetória também marcada com quase dez anos dessa relação com essa experiência formativa, marcada pela ressignificação do que vem a ser formar professor, do que vêm a ser os cursos de licenciatura.

Há inúmeros estudos feitos pela própria Capes. Inclusive, há um estudo a ser publicado, Senador – e eu até solicito que esta Mesa encaminhe pedido de publicação –, de um relatório de avaliação que já foi concluído há alguns meses pela própria fundação Capes; feito por eles, organizado por eles. E nós aguardamos os resultados para podermos analisar o que, de fato, trazem esses estudos. Lá, pelo que nós já fazemos, até temos ideia do que será – talvez seja isso que não queiram mostrar. Mas eu deixo aqui o pedido de que a Mesa possa encaminhar essa divulgação do relatório da Comissão de Avaliação, que foi instituída pela Portaria 40, de 2017, e que já teve o seu trabalho concluído em julho.

Bem, senhoras e senhores, estudantes, professores, colegas, aqui a gente chega a esse final de 2017 com o ápice desse movimento do Fica, Pibid. E a gente tem aqui, em nossos pés – é uma pena que a câmera não possa registrar –, 305 mil assinaturas, afora tantas outras que não tiveram tempo de chegar – a gente seguramente vai passar das 310 mil –, no abaixo-assinado que pede não só a permanência, mas, sobretudo, a prorrogação desse programa.

O Pibid hoje, além de todo o ganho pedagógico, funciona, dado o perfil socioeconômico dos estudantes, como uma política de permanência na universidade. Agravada ainda com a crise econômica, a gente pensa que a interrupção, mesmo que temporária, um mês que seja, gerará impactos negativos sobre a permanência universitária nesses cursos, com impactos futuros no ingresso e na disponibilidade de professores para ocupar as vagas nas redes públicas de ensino.

Além dessas 305 mil, a gente tem também, Senador, um conjunto de cartas de crianças que ainda não aprenderam a escrever, mas aprenderam a se manifestar, e lá elas também pedem: "Fica, Pibid". (*Palmas.*)

Para finalizar – antes de fazer um momento aqui que nós consideramos importante –, a prorrogação, sem dúvida nenhuma, é o mais sensato a ser feito neste momento, por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da permanência e mais pela questão da incerteza de várias políticas, de várias questões ligadas ao campo da formação de professores. A própria política apresentada, que não tem nenhum documento oficial em que se possa conhecer o que se está prevendo ser feito; a Base Nacional Comum Curricular, que hoje está possivelmente sendo analisada pelo Conselho Nacional de Educação, que ainda não foi aprovada; a conclusão da reforma do ensino médio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON DE SOUZA CARDOSO – ... que também depende dessa base e que sequer saiu do MEC; por toda a indefinição desses cenários, a gente considera que a prorrogação, para ter tempo de discutir sobre se continua nesse modelo ou se avança para outras questões, se de fato moderniza, a gente precisa ter claramente esses elementos definidos.

Esse é o nosso pedido. Essa é nossa única condição neste momento. Não há outra que não seja a prorrogação do programa, sem que haja prejuízo para a formação de professores neste País.

A gente gostaria aqui, Senador, de apresentar ao senhor, de modo muito simbólico – a gente sabe que essa adesão seria inequívoca –, que a gente está buscando formar uma frente parlamentar mista. E eu queria deixar aqui com o senhor, para que pudesse ser assinado, esse requerimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON DE SOUZA CARDOSO – ... encabeçado pelo Deputado Chico Lopes, um grande parceiro desse processo, junto com a Senadora Fátima, com a Deputada Pollyana, enfim, com tantos outros Deputados – se eu fosse falar aqui, eu poderia ser leviano e esquecer algum deles, mas a presença aqui nesta manhã foi manifestada por muitos, e alguns não puderam comparecer.

Então, olhando o tempo, eu queria pedir à Mesa que colocasse um vídeo, que tem circulado desde 2016, que é o manifesto do nosso pedido, é a tradução do que nós mais buscamos desde 2015. Chama-se "Pibid, um sonhador".

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Vida longa ao Pibid!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica Pibid, fica Pibid, fica Pibid!

Pessoal, nós estamos com problema de horário. Acho que foi excelente esse vídeo. Parabéns a toda a equipe! Emocionante!

Agora nós temos que ir para os encaminhamentos finais. Inclusive, estão me chamando ao plenário neste momento, porque se iniciou o processo de votação. Mas eu queria ainda pelo menos registrar informes que eu recebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Regina Sousa ligou para cá. Ela só não está aqui porque teve de ir ao Piauí, porque na data de hoje, pela manhã, ela recebeu a comenda do TRT da 22ª Região, no grau de Grã-Cruz, Especial Jubileu de Prata. Logo após, ela participa do Seminário Estadual de Direitos Humanos do Piauí e, à tarde, participa do Seminário Mídia e Direitos Humanos – OAB. Então, uma salva de palmas para a Senadora Regina, que só não está aqui neste momento. (*Palmas.*)

Também a Senadora Vanessa Grazziotin teve que se deslocar para o seu Estado, mas, assim mesmo, pediu que eu registrasse que mais de 30 alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, dos Municípios de Campo Grande, Dourados, Cassilândia, Paranaíba, Coxim e Mundo Novo estão aqui participando do evento, presentes. (*Palmas.*)

Depois de muita caminhada aqui na Casa, a sala 6 foi aberta para outros estudantes que estavam ainda chegando.

Este homem me pediu a palavra desde o primeiro momento em que chegou aqui. Eu abrirei a palavra a ele – porque ele falaria praticamente em nome do Plenário –, e daí nós só vamos para o encaminhamento final, que você solicitou, que vai ser a nossa assinatura, com muito orgulho, na frente parlamentar mista em defesa do Pibid.

O SR. FÁBIO ALEXANDRE GUIMARÃES BOTTEON – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador por este momento, agradecer a todos os Deputados e Senadores que passaram aqui, a todos que lutam por uma educação real no Brasil, e externalizar que essa cadeira vazia do MEC me traz dois olhares. O primeiro olhar é o que eles querem para o plano de sucessão da educação no País. Eles estão colocando o Pibid em estado de coma, mas nós não vamos deixar. Estão induzindo um coma para o Pibid acabar. E a Residência, como o Nilson falou, é pós, é para aperfeiçoamento; não é agora. Eu acho que ela pode existir, mas no pós, não no agora. É muito importante isso. Outra coisa é que o MEC faz o corte da raiz de uma árvore achando que, se aguar com um livrinho ou outro, se trouxer uma norma ou outra, essa árvore continua viva. Cortar o Pibid é cortar a raiz de uma árvore, é cortar a educação em si. E o que a gente precisa é de pessoas que tenham direito à educação, direito ao ensino e direito de transformar o nosso País no que a educação precisa. Por isso a necessidade de vir.

Eu sou Vice-Reitor da UniFAI. Nós temos 400 alunos no programa do Pibid e temos muita honra disso. Nós temos muita honra, porque isso mobiliza toda a Nova Alta Paulista, onde estamos locados.

Então, eu queria só externalizar isso e agradecer a todos.

"Fica, Pibid" é o que a gente precisa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns!

Eu já havia informado antes, mas assessora é assessora. Eu já falei três vezes, esta é a quarta. Mas parabéns à assessora.

A Senadora Fátima está no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, com o Senador Requião, em Natal. Uma salva de palmas! A assessoria funciona. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os encaminhamentos foram propostos. Nós vamos, aqui pela Comissão, executar. Como eu mesmo falei, vamos encaminhar ao Ministro da Educação o *link* do vídeo e as notas taquigráficas desta audiência pública, solicitando a permanência do Pibid nessa linha da prorrogação. É isso? Concordam? Manifestem-se. (*Palmas.*)

Segundo: nós vamos convocar o Ministro para uma audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos. Certo? (*Palmas.*)

E, por fim – essa luta naturalmente continua –, eu neste momento, com muito orgulho, muito orgulho mesmo, assino a minha participação na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Pibid Diversidade. Então, neste momento, eu o assino. (*Palmas.*)

É uma iniciativa – é bom que se registre – da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Chico Lopes, do PCdoB, mas é uma Frente Parlamentar Mista. Então, uma salva de palmas a todos aqueles que assinaram, Senadores e Deputados. (*Palmas.*)

E, assim, eu vou assinar neste momento aqui. Não é só para... Pode filmar aqui. Eles pediram para alguém filmar aqui, bater uma foto para mostrar que eu estou assinando de verdade aqui. Vamos lá? Cadê ele? Aí, meu amigo. Aqui.

Pronto. Assinado! (*Palmas.*)

Assim, terminamos a nossa audiência pública. Essa luta continua, inclusive, com mais um debate agora lá na Câmara dos Deputados.

Um abraço! Vida longa ao Pibid! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 104ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Dário Berger, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 127/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira". Participantes: Patrícia Zapponi, Consultora Legislativa em Direitos Humanos e Africanidade da Secretaria da Frente Parlamentar em Diversidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Representante da Comissão de Liberdade Sexual e Religiosa da OAB/DF; Luana Maira Silva Vieira, Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; Raquel Nascimento Dias, Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais do MEC; João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito Federal e Entorno – FAP/DF; Ronaldo Lira, Procurador do Trabalho – MPT e Vice-Coordenador Nacional da COORDINFÂNCIA; Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho; Kyara Zaruth, Casa Rosa (lugar de acolhimento para LGBTs vítimas de violência física, psicológica ou ambas) e 1ª mulher trans não operada a ser reconhecida formalmente como mulher; Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB e membro do CONADE; e Amauri de Sousa, Vereador de Belém-PA. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Pedro Afonso, Estudante de Sociologia e João Adilberto Xavier, Presidente Voluntário da Federação da Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FABRA. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Realizar Audiência Pública para debater sobre “permanência da vigência de leis que regulamentam o Programa Menor Aprendiz”. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/77898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 105ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE DEZEMBRO DE 2017, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIOS Nº 9 e 3.

Às onze horas e vinte minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Romário, Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Paulo Paim e Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Romero Jucá, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Vicentinho Alves e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da nonagésima primeira a centésima quarta Reuniões da CDH e, também, as atas da décima primeira e décima segunda reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Às onze horas e vinte e dois minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatorze de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas. Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Telmário Mota, Marta Suplicy, Hélio José, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Romário, Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Cidinho Santos e Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Romero Jucá, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Vicentinho Alves e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Paulo Paim (Ad hoc), substituiu Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo) que apresenta. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 564, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a realização de provas de concursos públicos e de acesso ao ensino superior aos candidatos impossibilitados de comparecer ao certame, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Paulo Paim (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo) que apresenta. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 15, de 2017 - Não Terminativo - que: "Reduzir os impostos sobre games dos atuais 72% para 9%." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 25, de 2017 - Não Terminativo - que: "Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Sérgio Petecão, pela rejeição da Sugestão. Aprovado o voto em separado apresentado pela Senadora Marta Suplicy, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 28, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 18 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 33, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim do Imposto sobre Veículo Automotores, IPVA" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Telmário Mota (Ad hoc), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 19 - SUGESTÃO Nº 44, de 2017 - Não Terminativo - que: "Extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 20 - SUGESTÃO Nº 46, de 2017 - Não Terminativo - que: "Liberação de carros rebaixados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Telmário Mota (Ad hoc), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 171 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre: "Transferência de Recursos Públicos da Previdência para Entidade Privada"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 173 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir sugestão popular nº 30 de 2017, que extingue o auxílio moradia de autoridades públicas" Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado, com a inclusão na lista de convidados do Presidente da ANPT. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 174 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para instruir a SUG 53 de 2017, que prevê a “Proibição da privatização da Caixa Econômica Federal”" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 175 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater “a patologia rara denominada Atrofia Muscular Espinhal (AME), uma doença crônica, degenerativa, progressiva e genética”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 176 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O protagonismo negro nas 4 esferas de Poder”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 177 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para debater “o PLC n° 23 de 2016, considera pessoa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência aquela com perda auditiva unilateral "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - SUGESTÃO Nº 47, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 178 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O relatório da CPI da Previdência"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 179 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "A prática da Capoeira no Brasil"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 180 de 2017 que: "Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação da política pública de combate ao trabalho escravo no ano de 2018." Autoria: Senador Paulo Rocha e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - apresentação e deliberação do Relatório de política pública (RDH 26/2017). Finalidade: Apresentação e deliberação do Relatório de avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo (RDH 26/2017). Relator: Senador Paulo Rocha. Relator "ad hoc": Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela apresentação de Requerimento (RDH 180/2017) para que a política pública de combate ao trabalho escravo seja objeto de avaliação da CDH em 2018. Às dez horas e sete minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e dezessete minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Marta Suplicy e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 105ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 91ª à 100ª Reunião da CDH e também das Atas da 11ª Reunião e da 12ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A sessão do Congresso está aberta. O Presidente já mandou mensagem para que todas as comissões encerrem seus trabalhos e para que seus membros se encaminhem para o plenário para dela participar. Sendo assim, não vale nada do que se delibere. Portanto, estou aqui deixando a reunião para amanhã, às 9h, para que ela continue amanhã às 9h, para deliberarmos a pauta que temos. A manhã de amanhã estará livre mesmo, e ainda haverá gente por aqui. Não adianta teimar com o Presidente do Senado, que já mandou mensagem para todo mundo aqui. Então, este quórum vale para amanhã, porque terá continuidade a reunião.

É isso. Muito obrigada a todos e a todas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero apenas registrar aqui a presença do Prof. Heleno, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Coordenador do nosso Fórum Nacional de Educação, bem como a de Daniel Cara e de Catarina, que aqui representam a Coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Renovo a V. Exª também o nosso pedido para que seja incluída na pauta de amanhã a sugestão legislativa, que tem relatoria nossa, relativa ao tema Paulo Freire.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certamente.

Está suspensa esta reunião, que continua amanhã às 9 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos e suspensa às 11 horas e 22 minutos do dia 13/12/2017, a reunião é reaberta às 9 horas e 22 minutos do dia 14/12/2017.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e todas!

Reabertura da 115ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como todo mundo que estava aqui ontem percebeu, ontem tivemos que suspender por conta do Congresso. Estamos retomando a mesma reunião para fazer a apreciação de alguns projetos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, Senador Paim, eu solicito inversão de pauta para o nosso parecer sobre a sugestão legislativa que trata do tema de Paulo Freire.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, na mesma linha...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O meu pedido, inclusive, antes, Senadora, é extrapauta. Primeiro, eu quero fazer a solicitação extrapauta e, em seguida, se houver concordância, que a gente começasse apresentando o meu parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, na mesma linha. Não sei como está o horário de nós todos aqui...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem plenário daqui a pouco, mas a gente vai...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se nós pudéssemos – nós temos muitos requerimentos – votar em bloco até os requerimentos, se for possível, votaríamos em bloco os requerimentos. Eu não tenho pressa nenhuma nos meus projetos. Se der para ler ou votar, não tem problema. E daí votaríamos, em seguida, os de V. Exª. Eu não sei como está o seu tempo. Eu queria aproveitar sua presença aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veja bem, meu tempo hoje está totalmente disponível para a CDH, Senador Paim. Eu apenas faria uma ponderação. É a questão da matéria que trata de Paulo Freire, que nós pudéssemos dar uma prioridade a essa matéria, por tudo o que simboliza. Me refiro à sugestão legislativa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. Então vamos logo, para ganhar tempo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto. Beleza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sigo a sua orientação e o que a senhora decidir, claro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E fico aqui com vocês, Paim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É que, apesar de haver só dois Senadores, certamente esse assunto vai ensejar uma discussão, uma fala mais apurada. Então, acho que a gente votaria os requerimentos em bloco.

Acho que todos os requerimentos são dele, não é, do Senador? (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso se resolve em um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas, antes, eu quero consultar Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão da SUG 47, que fala de Paulo Freire, de tirar o título de Paulo Freire de patrono da educação brasileira. Pergunto se concordam com a entrada desse relatório extrapauta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, está incluído extrapauta. Logo após os requerimentos ele será votado. (Pausa.)

Os requerimentos são todos do Senador Paulo Paim. Então, podemos perfeitamente votar em bloco. O autor concorda.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 171, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre: "Transferência de Recursos Públicos da Previdência para Entidade Privada".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim

Vou passar-lhe a palavra no final. O senhor os tem aí e vai comentar um por um.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 174, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para instruir a SUG 53 de 2017, que prevê a "Proibição da privatização da Caixa Econômica Federal"

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 175, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "a patologia rara denominada Atrofia Muscular Espinhal (AME), uma doença crônica, degenerativa, progressiva e genética".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 176, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O protagonismo negro nas 4 esferas de Poder".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 177, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para debater "o PLC n° 23 de 2016, considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral ".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Temos dois itens extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão dos dois requerimentos também do Senador Paim extrapauta.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 178, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O relatório da CPI da Previdência".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 179, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "A prática da Capoeira no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, V. Exª tem a palavra para encaminhar seus requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 171 – é bem rápido, Srª Presidenta.

Chegou uma série de denúncias ao meu gabinete sobre a transferência de recursos públicos da Previdência para entidades privadas. A gente quer convidar as partes para que se esclareça o que é isso, já que a CPI da Previdência demonstrou que este é o maior problema, o desvio do dinheiro da Previdência para outros fins. É só esse o argumento chave.

Requerimento nº 174 agora, que diz respeito à proibição da privatização da Caixa Econômica Federal. Há sempre movimentos no sentido de que... Vai para cá, vai para lá, tentam encaminhar a privatização da Caixa Econômica Federal. Por decisão recente, já percebi que ficará, que não será privatizada, mas, assim mesmo, por segurança, eu deixo o requerimento com este objetivo: coibir de forma definitiva qualquer iniciativa de privatização da Caixa Econômica Federal e, claro, audiência pública que vai instruir essa SUG, que é a SUG 53.

O outro requerimento se refere à atrofia muscular espinhal, uma doença crônica, degenerativa, progressiva e genética. Traríamos aqui os especialistas, porque é comum neste País, infelizmente, o acontecimento de atrofias como essa, a denominada atrofia muscular espinhal. Os especialistas estarão aqui para ajudar – muitos chamam de dor nas costas –, para fazer esse debate.

Há o requerimento de audiência pública relativa ao protagonismo negro nas quatro esferas de poder, Srª Presidente. Os últimos dados mostram que a população negra é de 51% neste País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguns chegam a falar que são 54%. E temos, talvez, na Câmara, duas dúzias no máximo e aqui, no Senado, um, dois, três, um homem e uma mulher que estão aqui, por exemplo. Por outro lado também, no Executivo, a mesma coisa; nas Forças Armadas, a mesma coisa; e, na mídia, a mesma coisa. Então, a gente quer debater a falta de espaço para os negros, índios, e aqueles setores que são chamados de minoria, mas que na verdade são setores discriminados.

Surdez unilateral: é um projeto de lei, Senadora, do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Ele pede muito que esse projeto seja votado. Até o momento não houve acordo das entidades e das pessoas que militam nessa área ou que são também chamados surdos, total ou só unilateral, para ver se a gente encontra uma saída para esse PL, que é o PL 23, de autoria de Arnaldo Faria de Sá, um grande lutador contra a reforma da previdência.

Nós temos também um relativo à capoeira se não me engano. O da capoeira está aqui e vai na mesma linha. Por que eu quis ler junto? Porque também é do Arnaldo Faria de Sá. Ele, na verdade, regulamenta de forma definitiva a prática da capoeira no Brasil. Como também não houve entendimento, há diversas matrizes de pensamento relativamente à importância da capoeira, que é, para mim, um exercício esportivo. A capoeira é uma dança, é uma arte marcial, enfim, tem diversos conceitos que vão sempre na linha, claro, de valorizar a capoeira no Brasil. E, como não houve acordo ainda, eu também estou propondo uma nova audiência pública, já que eu sou Relator tanto desse projeto como do outro, da surdez unilateral, ambos do Arnaldo Faria de Sá, a quem eu quero de pronto elogiar por sua postura junto à Frente Parlamentar contra a Reforma da Previdência, da qual eu e ele somos coordenadores.

Por fim, Srª Presidenta, há esse que eu considero um dos mais importantes, um dos requerimentos mais importantes, que é nós discutirmos o relatório da CPI da Previdência. Recentemente, o Governo, através de seu Líder, deu uma declaração de que o relatório foge da verdade – vou usar esse termo para não usar o outro. Consequentemente, vamos esclarecer, então. Vamos chamar aqui aqueles que deram depoimentos lá na CPI, vamos chamar representantes do Governo e vamos debater aqui.

Nada melhor do que 5 de fevereiro, apesar desse encontro e desencontro do Governo. O Presidente diz uma coisa, o Líder do Governo diz outra; o Presidente da Câmara diz uma coisa, o Presidente do Senado outra coisa. Mas tudo indica que essa reforma ficará – até porque já foi votada a LDO – para o ano que vem. Como fica para o ano que vem, nós já estamos gestionando junto à senhora para que, no dia 5 de fevereiro, a gente inicie o ano com esse debate que, para mim, é o mais importante de todos. Que fique claro que a questão da Previdência é uma questão de gestão. Não tem nada de achar que há déficit.

Nós lá na CPI... O relatório final mostra claramente que, se a gente fizer uma mudança na gestão, combatendo a roubalheira, a corrupção, o desvio de dinheiro para outros fins, se acabarmos com os Refis, se acabarmos com a DRU e seguirmos o que manda a Constituição, que são aqueles pontos que nós lá colocamos – eu fui Constituinte – como fontes de recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a tributação sobre o lucro e o faturamento, Cofins – na época havia até a CPMF –, jogos lotéricos e contribuição do empregado e do empregador. Se tivessem feito isso de lá para cá, nós teríamos um fundo hoje, segundo Paulo Penteado, que é um professor de São Paulo, que ultrapassaria R$8 trilhões. Nem botei isso no relatório. Tenho trabalhado com R$2 trilhões, R$3 trilhões e digo a fonte de onde saiu, para onde foi desviado e quem foi beneficiado.

Mas, assim mesmo, nós queremos dar oportunidade... O Senador Hélio José – já falei com ele –, se esta Comissão hoje aprovar a data do dia 5 de fevereiro, que é um dia de trabalho, voltará de uma viagem mais cedo para participar conosco aqui para que, de uma vez por todas, a gente esclareça que não é necessária essa reforma. É preciso um choque de gestão somente na organização, na direção, na fiscalização e na cobrança e execução daqueles que estão embolsando o dinheiro da Previdência e que chega...Hoje, Srª Presidente, a dívida pronta para ser executada é de mais de R$600 bi. Falam, às vezes, que são. Atualizem pela taxa Selic para ver se não vai dar mais de R$600 bi!

Era esse o requerimento, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há mais dois? Ou não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quais são os outros dois, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já foi lido esse do negro?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos já foram lidos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E o da prática da capoeira?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi também.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Posso encaminhar a votação então.

Em votação os requerimentos do Senador Paim, em bloco.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Agora nós vamos para a pauta até que a campainha do plenário toque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eunício ontem estava bravo dizendo que nada do que for votado depois que ele chama para o plenário vale. Ele vai chamar daqui a pouco, mas dá para votar aqui os não terminativos pelo menos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Gostaria de pedir uma inversão de pauta para o projeto... Não sei o número dele... É para o Projeto nº 25.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Projeto 25. A Senadora Marta está pedindo inversão de pauta. Nós já temos uma inversão. A Senadora Fátima vai começar com o de Paulo Freire, depois seria o da senhora.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Depois da Sugestão 47 será o 25 – é da Senadora Marta Suplicy o relatório.

Então, vamos começar.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

SUGESTÃO Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612).

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.

Relatório: Pelo arquivamento.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Srª Presidente, eu vou direto ao nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Descrição da Ideia Legislativa nº 90.310, argumenta-se que “Paulo Freire é considerado filósofo de esquerda” e que “o seu método de educação se baseia na luta de classes”. Destaca-se ainda que “o sócio construtivismo é a materialização do marxismo cultural” e que o método freireano se revela um “fracasso retumbante” em avaliações internacionais.

No campo “Mais Detalhes”, argumenta-se ainda que “não é possível manter como patrono da nossa educação o responsável pelo método que levou a educação brasileira para o buraco”.

Em 30 de setembro de 2017, conforme consulta à página eletrônica do Programa e-Cidadania, mantida no sítio eletrônico do Senado Federal na internet, percebeu-se um total de 20.566 apoios à Ideia Legislativa nº 90.310. Em seguida, a Senadora Regina me designou para Relatora.

O nosso parecer, como já é de amplo conhecimento, evidentemente é pela rejeição de uma ideia dessas, pelo grau de estupidez, de insensatez, inclusive de ignorância que essa sugestão apresenta.

Mas vamos aqui ao nosso voto, Srª Presidente.

Nos termos do parágrafo único do art. 6º, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre as ideias legislativas registradas no Programa e-Cidadania que alcançarem um total de 20 mil apoios.

Quanto ao mérito, percebe-se nitidamente que a sugestão é derivada do processo de fascistização de setores da sociedade brasileira, marcado pela intolerância, pela falta de alteridade e por variadas formas de preconceito, discriminação e opressão. A sugestão é derivada, sobretudo, da ausência de conhecimento sobre o incomensurável legado de Paulo Freire para o Brasil e para o restante do planeta, o que justifica a sua consagração como Patrono da Educação Brasileira.

Faz-se necessário, portanto, resgatar e sintetizar o legado de Paulo Freire, destacando aspectos relevantes de sua vida e obra, de modo a evitar que, em pleno século XXI, o seu pensamento seja alvo de censura ideológica, a exemplo do ocorrido durante a ditadura civil-militar.

A contemporaneidade da pedagogia de Paulo Freire é evidenciada pela crescente publicação de suas obras em diferentes idiomas, assim como pelo aumento do número de grupos de pesquisa criados em diferentes países para investigar e discutir seus pressupostos político-filosóficos para a educação.

Paulo Freire nasceu em Recife, em 1921, e apesar de se formar em Direito na década de 40, decidiu dedicar sua vida à nobre causa da educação. Entre 1947 e 1954, trabalhou no Serviço Social da Indústria com alfabetização de adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por defender uma pedagogia comprometida com a superação da situação de miséria vivenciada pela maioria do povo brasileiro, Freire alinhou-se aos segmentos progressistas da sociedade civil que defendiam políticas desenvolvimentistas para o País.

A repercussão do trabalho que realizou em Recife (PE) o fez ser convidado pelo Governo Federal para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização, no início dos anos 60. Esta experiência, dentre outras desenvolvidas no período, articulou movimentos sociais em ações junto aos setores mais desprovidos da população, em escala nacional, possibilitando a sistematização e a ampliação da experiência inicial de Recife.

Também no início dos anos 60, por solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, organizou a marcante experiência realizada no município de Angicos, no sertão potiguar, em consonância com outras experiências de educação popular que brotavam naquele período, em especial no Nordeste, como o Movimento de Cultura Popular, implementado pelo prefeito Miguel Arraes em Recife/PE; a campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, implementada pelo prefeito Djalma Maranhão em Natal/RN – João Maranhão, que, a exemplo também de Paulo Freire, foi punido, cassado pela ditadura militar, tendo inclusive de abandonar Natal, de abandonar o Brasil, exilando-se no Uruguai –; e, por fim, também a Campanha de Educação Popular da Paraíba, que era uma iniciativa da JUC (Juventude Universitária Católica).

Em Angicos/RN, a experiência de alfabetização de adultos coordenada por Paulo Freire – conhecida como “40 horas de Angicos” – ganhou repercussão nacional e internacional. Observadores, especialistas em educação e veículos da imprensa nacional e internacional se fizeram presentes na pequena cidade potiguar para conhecer o sistema de alfabetização concebido por Paulo Freire, que tinha como objetivo fazer com que os trabalhadores aprendessem a ler e escrever em apenas 40 horas – essa experiência até hoje continua sendo estudada pelo mundo afora.

Com o golpe civil-militar de 1964, Paulo Freire foi exilado, deslocando-se inicialmente para a Bolívia e, logo em seguida, para o Chile, país em que viveu até 1969. No Chile, participa de ações junto a trabalhadores rurais e publica algumas de suas obras mais significativas, que sistematizam as diferentes experiências desenvolvidas no âmbito da educação. Vivendo na Europa ao longo dos anos 70, trabalha no Conselho Mundial das Igrejas, subsidia ações educacionais de movimentos sindicais e feministas, ao mesmo tempo em que trabalha como consultor para a implementação de políticas educacionais em países da África recém libertados da sua condição de colônias.

Retorna ao Brasil em 1979 e leciona na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui abro parênteses, Senadora Regina, para registrar a emoção minha, Senadora Marta, quando vi Paulo Freire pela primeira vez. Eu, estudante de Pedagogia, lá na Universidade do Rio Grande do Norte, estava concluindo e, infelizmente, não pude estudar Paulo Freire na faculdade, porque, naquela época, era proibido falar o nome de Paulo Freire nos corredores das universidades brasileiras. Eu o encontro, pela primeira vez, exatamente quando ele retorna ao Brasil, em 1980, na SBPC, que foi realizada, à época, no Rio de Janeiro.

Paulo Freire ainda participa de programas de pós-graduação e constitui grupos de pesquisas. Participa ativamente do processo de redemocratização do País, apoiando as lutas do movimento sindical emergente. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Como um nome já reconhecido internacionalmente, é constantemente convidado para compartilhar suas reflexões e receber homenagens em outros países. Entre 1989 e 1991, assume a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, na gestão da primeira mulher eleita Prefeita da capital, que foi a Deputada Luiza Erundina. Assume a gestão da Secretaria Municipal de Educação enfrentando o desafio de gerir – imaginem – uma rede de ensino do porte da de São Paulo – a Senadora Marta sabe o que é isso porque já foi Prefeita.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Fora do microfone.) – Nessa época eu trabalhei com ele.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E foi nessa época que você trabalhou com ele e foi Prefeita daquela cidade.

Bom, Paulo Freire faleceu na cidade de São Paulo, em 1997, mas permanece vivo através de sua obra, que continua nos induzindo à reflexão crítica, que permanece nos provocando a eliminar a distância entre teoria e prática, que insiste em nos convocar à luta pela humanização.

Em reação à Sugestão nº 47, essa estupidez que quer "desomenagear" Paulo Freire, diversos intelectuais, pesquisadores, educadores, entidades do campo educacional e movimentos sociais divulgaram um manifesto em defesa do legado freireano e da consagração de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. A primeira assinatura do manifesto é justamente de Ana Maria Araújo Freire – Nita Freire –, escritora, educadora e viúva de Paulo Freire. Também assinam o manifesto entidades e movimentos sociais como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Instituto Paulo Freire, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – aqui representada pelo Prof. Heleno, Coordenador do Fórum Nacional de Educação –, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, entre outras.

Destaco aqui, rapidamente, Senadora Regina alguns fragmentos do referido manifesto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...]

Paulo Freire é o pensador brasileiro mais reconhecido no mundo, sendo considerado um dos maiores educadores da História. Como cidadão, sonhou em alfabetizar todos os brasileiros e todas as brasileiras, criando a principal proposta emancipadora de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Educação Popular e da Educação como Direito Humano.

Paulo Freire foi, essencialmente, um homem generoso e coerente. Sua produção teórica e leitura de mundo alimentaram sua prática cidadã e política – e por elas foram alimentadas. Criador de uma pedagogia viva, concebeu a educação como apropriação da cultura, e teorizou uma prática pedagógica alicerçada na conscientização dos cidadãos e das cidadãs por meio do diálogo entre o educador e o educando.

Dedicada à emancipação plena de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a teoria freireana busca a construção de um mundo mais humanizado, afirmando que é preciso que todas e todos aprendam a ler o mundo e as palavras, ampliando os repertórios, desenvolvendo o senso crítico, a autonomia intelectual e a solidariedade.

Diante da grandeza de sua obra, de sua vida, Paulo Freire foi o brasileiro mais homenageado da história. Entre inúmeras honrarias, foi laureado com 41 títulos de doutor honoris causa de universidades distribuídas por todo o mundo, sendo professor emérito de cinco universidades, incluindo a Universidade de São Paulo.

Também foi agraciado com diversos títulos da comunidade internacional, como o Prêmio Unesco de Educação para a Paz, em 1986.

Pedagogia do Oprimido, de 1968, considerada sua obra-prima, é a terceira mais citada em toda a literatura das ciências humanas e das ciências sociais.

Cassar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira, recebido in memorian, representa impor a ele e à sua obra uma espécie de segundo exílio, tão violento quanto o primeiro, de 64 a 80, levado a cabo pela maldita ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Ademais, em carta aberta ao Congresso Nacional, os membros do Conselho Mundial dos Institutos Paulo Freire reivindicam uma posição firme do Parlamento brasileiro em defesa da lei 12.612, de 2012, de autoria da Deputada Luiza Erundina, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, sancionada, à época, pela Presidenta Dilma, que conferiu a Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira, destacando que: 'Por suas intervenções no sistema educacional do Brasil e de vários outros países, especialmente na educação de adultos, Paulo Freire era reconhecido, internacionalmente, como um dos mais importantes educadores do século XX, por suas reflexões e publicações, além dos vários títulos de doutor honoris causa que lhe foram outorgados por universidades de vários países do mundo. Portanto, por sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecida autoridade e atualidade, nos diferentes campos do conhecimento, Paulo Freire vem sendo considerado como um dos mais importantes pensadores do século XX.'

Por suas experiências educacionais e por seus escritos, Paulo Freire tem sido mundialmente reconhecido como autor de um legado intelectual e educacional que vem sendo aplicado em todos os níveis, modalidades e graus de ensino, em diferentes lugares do mundo.

O acervo de Paulo Freire, que fica no Instituto Paulo Freire, em São Paulo, no Brasil, é reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

Faz-se importante ainda aqui, Senadora Regina, destacar que as Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovaram moção de repúdio à proposta que busca retirar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira.

Também a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia do Parlasul, que integro, aprovou, por unanimidade, declaração de nossa autoria, em defesa do legado de Paulo Freire.

Portanto, resta nítido que essa sugestão que propõe a revogação da lei federal, que integra o movimento que, sob o pretexto de combater a doutrinação ideológica dos estudantes, busca abolir o pensamento crítico, a problematização da realidade e a alteridade.

Não se trata de edificar uma escola sem partido, mas, sim, de edificar uma escola com partido único, ultraconservador no plano dos direitos humanos. Não se trata de evitar a doutrinação ideológica, mas de censurar o livre debate que permite o desmascaramento das ideologias oficiais ou hegemônicas, geradoras de opressão de variadas espécies.

Srª Presidente, eu estou fazendo questão aqui de ler esse documento porque esse não é um documento qualquer. Nós estamos tratando aqui de defender o legado de um homem que, por tudo o que já foi mencionado aqui, é uma das principais referências, não só para o Brasil, mas para o mundo em matéria da luta pelo direito à educação. Por isso que...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora, a gente entende, a gente inclusive gostaria até de fazer um grande debate, o problema é que a gente pode nem votar esse por conta do horário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do horário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Por isso é que a gente está querendo apressar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. então, está o.k., Senadora. Nós vamos, portanto, abreviar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se nós pudermos ir para o final.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos, portanto, abreviar, mas só deixando claro, evidentemente, o quanto nós nos dedicamos para proferir esse parecer, um parecer à altura, repito, da história e do legado de Paulo Freire, que todos nós aqui reconhecemos.

De forma, Srª Presidente, que eu quero concluir dizendo que, em um país como o nosso, que ainda conta com 13 milhões de analfabetos, um educador do porte de Paulo Freire, que dedicou toda a sua vida à luta contra o analfabetismo, que dedicou sua vida à defesa de uma educação democrática, inclusiva e imprescindível para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária... Esse homem merece todo o respeito e toda a consideração.

É por isso que nós votamos pela rejeição da sugestão, reafirmando cada vez mais, homenageando mais uma vez Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Em discussão o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria só de comentar e já poder fazer a inversão de pauta.

Eu quero parabenizar a Senadora pelo brilhante discurso. Eu não diria nem defesa, porque é tão ridículo isso, como V. Exª já colocou... Mas eu gostei de ouvir a avaliação do que significa Paulo Freire feita com tanto cuidado. Ele é um ídolo para todos nós, que temos admiração por ele e a compreensão do que foi a sua vida e do que ele significa até hoje para o Brasil.

Mas o Brasil está assim mesmo, não é? Nós vemos ações completamente sem pé nem cabeça fechando museus, depois sugestões de criança e jovem não poder entrar em museu sem ser acompanhado, depois avaliação de exposição de arte como pedofilia e, agora, esse movimento do atraso, que quer tirar o nome mais importante da educação brasileira de Patrono da Educação. Não passarão!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, eu vou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, só um minutinho. Senadora Fátima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Marta terminou.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria fazer inversão de pauta. Vou pedir a consideração para falar depois, porque é capaz de não dar e esse...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só uma frase em relação à Paulo Freire, inclusive para ajudar V. Exª, Senadora Marta. Eu sempre dou preferência para os outros falarem. Queria só falar uma frase homenageando a Senadora Fátima Bezerra. Quero só dizer que Paulo Freire é daqueles homens que nunca morrem, porque suas ideias e suas propostas ficarão sempre junto a nós. Então, não adianta quererem tirar isso dele, porque ele é daqueles homens que nunca morrem.

Encerrei. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada, Senador Paim.

Em votação a matéria.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a matéria. (Palmas.)

Se há um mérito nessa sugestão foi o de reascender o debate sobre Paulo Freire.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas isso pode voltar certamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, com a inversão de pauta já aprovada...

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH

- Em 22/11/2017, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva

A Senadora Marta Suplicy apresentou voto em separado, concluindo pela aprovação da Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para a leitura do seu voto em separado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Como V. Exª já enunciou o que estamos debatendo, vou para a análise diretamente.

As ideias advindas do programa e-Cidadania são manifestações da soberania popular e merecem deferência por parte desta Comissão, pois revelam preocupações sobre temas que afetam a sociedade brasileira, destinatária última de todos os trabalhos do Congresso Nacional

Quanto ao mérito da ideia legislativa trazida a esta Casa, que é a descriminalização para uso recreativo da Cannabis, estamos de acordo com o Relator quanto a não descriminalização do cultivo da Cannabis sativa para uso recreativo. Todavia, a nosso sentir, já passou da hora de se legalizar o cultivo da maconha para uso terapêutico.

Cabe lembrar que, em audiência pública realizada na CDH, médicos, psicólogos, pedagogos e parentes de pessoas que fazem uso medicinal da planta relataram os benefícios terapêuticos do seu uso em casos de epilepsia e de autismo. Diante disso, defenderam a urgente liberação do cultivo da maconha para essa finalidade.

A regulamentação da produção deste vegetal para o consumo de pessoas que necessitam das propriedades dos fitocanabinoides, é fundamental para minimizar os sintomas de uma série de doenças. Cerca de dois milhões de brasileiros sofrem de epilepsia. Um terço destes, aproximadamente 600 mil pessoas apresentam um tipo de epilepsia resistente aos tratamentos convencionais com os antiepilépticos clássicos.

Para estes, extratos de Cannabis têm se apresentado como a única solução.

Existe um extenso trabalho realizado pelas Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos da América que mostra a eficácia dos canabinóides em uma diversidade sintomas de inúmeras enfermidades. Diversos estudos demonstram os benefícios do princípio ativo da Cannabis sativa em tratamentos psiquiátricos, neurológicos e de câncer, além de servir como paliativo para dor. Não bastasse, os próprios pacientes e seus parentes relatam os benefícios do uso medicinal e terapêutico da droga.

Há inúmeras razões pelas quais se fala em autocultivo da Cannabis para uso terapêutico. O óleo artesanal utiliza a planta inteira, sendo assim, encontra melhor resposta terapêutica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os compostos industrializados. E os custos de produção, manuseio e extração do óleo são muito baixos, tornando-a mais acessível às famílias brasileiras.

Tive oportunidade, Senadora Regina, de conversar com uma família que fazia esse cultivo para tratar a epilepsia de sua filha, que já tinha até danos cerebrais, porque tinha ataques epiléticos a cada três horas. Depois de fazer um curso no Chile para aprender a extrair o óleo da Cannabis, eles conseguiram produzir em casa, e a menina hoje está praticamente sem ataques epiléticos.

Então nós sabemos que realmente há um número gigantesco. A audiência pública aqui deixou isso claríssimo também. Então nós podemos ir, junto com o Senador Petecão, na rejeição da maconha para uso recreativo, mas não podemos deixar passar esta oportunidade que foi levantada pelo e-Cidadania, porque abrange também para uso medicinal, e aprovarmos aqui algo que realmente deveria entrar na pauta de discussão, e é isso que nós estamos fazendo aqui no Senado.

Hoje existem alguns medicamentos que custam caríssimo, uma média de... O importado custa R$1,5 mil e não tem todas as propriedades que a planta tem, porque eles escolhem algumas cepas da planta. Então realmente faz uma diferença muito grande, como pude entender através dessa família que compartilhou comigo toda a experiência que foi conseguir ter um remédio que fizesse efeito, como esse remédio agora está fazendo.

Diante disso, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 25, de 2017, e apresentação de proposição legislativa de autoria da Comissão de Direitos Humanos, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalizar o cultivo de Cannabis sativa para uso pessoal terapêutico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 28. .....

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, ressalvado o semeio, cultivo e colheita de Cannabis sativa para uso pessoal terapêutico, em quantidade não mais do que suficiente ao tratamento, de acordo

com a indispensável prescrição médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Então, nós temos que votar primeiro o relatório e, depois, o substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, há o relatório do Senador Sérgio Petecão, pela rejeição, e há o relatório da Senadora Marta, pela aprovação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É uma aprovação diferente. É uma aprovação somente para fins terapêuticos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, fins terapêuticos...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O dele rejeitava para fins recreativos e terapêuticos sem mencionar terapêuticos. Então, como ele não mencionou, nós estamos agora mencionando que, para fins terapêuticos, é muito adequado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o procedimento é o seguinte.

Primeiro colocaremos em votação o relatório do Senador Petecão. Se for aprovado, não há mais votação do...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se ele for rejeitado, nós votamos o meu.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se for rejeitado, vota-se o relatório da Senadora Marta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório do Senador Petecão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Passamos à votação do relatório da Senadora Marta, pela aprovação da sugestão para fins terapêuticos, na forma do projeto de lei que apresenta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a Senadora Marta fica designada Relatora.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para entender que isso é uma sugestão. Portanto, a sugestão vira um projeto de lei. Agora a Senadora Marta fica designada Relatora do projeto de lei.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Aceito.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aceitou, pronto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mais um na fila para brigar. Meu Deus do céu! (Risos.) (Pausa.)

Há outro aqui que, também, a gente pode inverter a pauta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos um relatório que já foi lido.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 22/11/2017, após a leitura do Relatório, foi concedida vista à Senadora Marta Suplicy

Já foi feita a leitura. Vamos direto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Poderia fazer a inversão da pauta para o item 28?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O item 28 já foi lido.

Eu sou Relatora desse item. Portanto, convido o Senador Paim para presidir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente, Senadora Regina, eu sou Relator do item 15 e gostaria também de votar esse relatório hoje, a título de a gente concluir essa matéria, porque a população, com muita ansiedade, está esperando o andamento desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário, a gente vai priorizar os Relatores presentes. Então, o próximo será...

Passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos direto ao voto, já que a Senadora já leu o relatório e abre mão da fala. Nós estamos correndo contra o relógio.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH

- Em 22/11/2017, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos estão cientes do relatório. Coloco em votação o relatório, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei da Senadora Regina, que passa a tramitar com autoria da CDH.

Pronto, Senadora.

Devolvo a presidência para a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Senador Telmário, há mais um meu aqui que é rapidinho.

O Senador Paim permanece na presidência.

É também sugestão. Eu vou só ler o voto e comentar para a gente andar. Aí, depois, atenderemos o Senador Telmário.

Trata-se de sugestão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Sugestão nº 46, de 2017, do Programa e-Cidadania, que tem como escopo a liberação de...

Não é este o meu. Este é do Senador Valdir Raupp. É o do feminicídio. (Pausa.)

Então, é a Sugestão 44, de 2017, proveniente do Programa e-Cidadania, que busca a extinção do termo "feminicídio" e a criação de agravante para qualquer crime passional.

Todo mundo sabe que essa lei do feminicídio nós conquistamos há bem pouco tempo. Nós tivemos essa conquista de agravar o crime de violência contra a mulher, pelo fato de ser mulher. Então, alguém se sentiu incomodado e fez essa sugestão de tirar o termo "feminicídio" do Código Penal.

Então, vou ler só uns trechos. É a justificativa da sugestão.

"O feminicídio, cuja lei foi sancionada como se as mulheres morressem por serem mulheres, é um termo totalmente infundado, que fere o princípio de igualdade constitucional. Qualquer crime contra qualquer pessoa, em função de violência passional, deve ter o agravante de crime hediondo."

Então, é a justificativa da pessoa que fez a sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou para a análise.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno.

Esse o contexto, sob a ótica regimental, tenho por competente esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a análise da sugestão.

No mérito, entretanto, não vemos como possa prosperar a sugestão. A instituição do feminicídio em nossa legislação penal foi importante vitória do movimento feminista e da luta contra a violência doméstica.

É, ainda, decorrência legal da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, onde se estabeleceu o repúdio dos Estados Partes a todas as formas de violência contra a mulher.

Além disso, os Estados Partes firmaram o compromisso de tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou costumeiras que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher (Art. 7º, "e", do Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996).

Outro ponto importante, do qual parece ter descuidado o proponente, é que não é todo homicídio com vítima mulher que caracteriza o feminicídio. Para a ocorrência dessa figura qualificada é indispensável que a morte se dê por razões da condição de sexo feminino, ou seja, em situação de violência doméstica e familiar ou em caso de menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º-A, do Código Penal).

Vou para o voto.

Opinamos, por conseguinte, pela rejeição da Sugestão nº 44, de 2017, com as homenagens de estilo aos seus apoiadores, e ao próprio Programa e-Cidadania, que profícuo debate ensejou perante o Senado Federal.

O mérito do Programa e-Cidadania é exatamente este: provoca o debate dos temas que as pessoas não gostam de debater, dá visibilidade às invisibilidades que são propositais. Esse é o mérito desse programa, mas há sugestões que não mereciam nem virar discussão.

Eu votei pela rejeição.

Nós fizemos um debate com a Drª Luiza Eluf, lá de São Paulo, uma criminalista, e foi um debate esplêndido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho até que vamos imprimir aquela fala dela para distribuir para as pessoas, porque é preciso reconhecer que o feminicídio existe e está cada vez mais presente em nosso cotidiano. Nós tivemos, no Piauí, dois casos de militares – um capitão do Exército e um capitão ou major da Polícia Militar –, com um mês entre um e outro, namorados que saíram com as namoradas para se divertir e mataram as meninas. Dois casos com a diferença de um mês.

Então, é preciso que se puna severamente para poder inibir as pessoas que, ao menos, pensam em cometer esse tipo de crime.

Senadora Marta Suplicy com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpa, desculpa. Estou achando que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Marta Suplicy com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Quero parabenizar pelo relatório. Está muito adequado.

Realmente, a audiência pública com a criminalista Drª Luiza Nagib Eluf foi brilhante. Se havia alguma dúvida, isso foi desfeito. Acho que para a maioria das mulheres que lutam pela causa da mulher não havia dúvida nenhuma, havia somente indignação, e indignação que faz parte desse pacote que nós hoje estamos vivendo. À medida que a mulher avança, ela assume direitos e proteção também. Em relação à Lei do Feminicídio, foi um avanço muito grande.

O que é essa lei? É uma lei que diz que se você matar alguém que for mulher só por ela ser mulher você tem a pena agravada. Quer dizer, se você matar alguém, um homem, é outra a circunstância. É por ela ser mulher que essa pena é agravada. Isso deixa algumas pessoas muito furiosas. Por quê? Porque ser mulher hoje é uma condição para ser assassinada. V. Exª acabou de contar esses dois casos do Piauí. Nós também vemos que nos casos de molestamento em ônibus e transportes são mulheres as vítimas. Aliás, não vi ainda, Senadora Regina, algum homem ser molestado. Deve existir algum homem que seja molestado no ônibus. Nem eu quero incitar isso. Só estou fazendo esse comentário. Os crimes de homicídio – só por ser mulher – existem e muito mais do que mulheres matando homem. Então, essa é uma questão de proteção.

Em relação ao molestamento, que eu estava comentando, hoje de manhã vi na televisão que, nos últimos três meses, foram registrados cem casos de molestamento em transporte. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitas pessoas podem dizer que está aumentando. Não, não está aumentando. Está subnotificado ainda. O que está acontecendo é que as mulheres estão indo denunciar, isso é o que está acontecendo. Vai reverberando. Também ouvi que aquele produtor americano que várias mulheres denunciaram hoje teve mais uma denúncia. Ela fez um filme que ganhou prêmios depois. Ele tentou durante a filmagem inteira que essa mulher saísse com ele, que fosse para a cama com ele etc. Ela resistiu e disse que foi a coisa mais difícil da vida, porque mentalmente não conseguia fazer o seu trabalho, assim mesmo o filme foi indicado para prêmios. Mas ele, no final do filme, disse a ela, Senador Paim: "Esse filme não vai fazer carreira nos cinemas. Ele vai para o DVD direto." Foi o troco. E o filme foi premiadíssimo. Então, já se passaram alguns meses e as mulheres continuam a denunciar esse sujeito. As mulheres estão tendo mais coragem de fazer isso.

Essa mensagem do e-Cidadania com 20 mil assinaturas faz parte da mesma corriola que não quer que a mulher assuma mais direitos, que quer manter a mulher subjugada, por isso não quer a questão de gênero na escola, e por aí nós vamos. Mas, como disse, não passarão. A história continua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Ontem, como essa sessão de hoje não é ordinária – ela é extraordinária –, Senadora Regina...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Fora do microfone.) – É continuação da de ontem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não, eu digo a sessão...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah bom!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... do plenário; é extraordinária. Graças a Deus, ontem o Senador Eunício, a Mesa, disse que as sessões extraordinárias não têm nenhuma validade para as comissões, porque foi votado ontem um projeto quando já tinha começado a sessão extraordinária. O Senador Eunício disse textualmente que nenhuma votação tinha validade; mas ele mesmo, depois, desfez a fala dele. Então, o Presidente e o Plenário perderam moral. Esta Casa pode ficar votando hoje o dia todo, e eu quero votar meus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim será feito.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão nº 44, não terminativa, de extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional.

Volta a Presidência para a Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vamos ao item 15.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Reduzir os impostos sobre games dos atuais 72% para 9%.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta

Observações: Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – O relatório, Srª Presidente.

A Sugestão nº 15, de 2017, decorrente da Ideia Legislativa 73.119, em síntese, propõe a redução da carga tributária sobre jogos eletrônicos.

Segundo o seu proponente, atualmente a carga tributária incidente sobre games é de 72%, uma das maiores do mundo, o que desestimula a compra de jogos originais e a sua produção no País. Aduz o autor, ainda, que, atualmente, nos Estados Unidos, a carga tributária sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

games é de apenas 9%, o que leva a que aquele país seja o maior mercado do mundo no segmento.

Por fim, afirma que, se o projeto no sentido pretendido for aprovado, os games e consoles ficarão quase três vezes mais baratos. Com isso, haveria grande incentivo para o setor, o que reduziria a pirataria e estimularia a produção nacional e a arrecadação de impostos.

Fruto da Ideia Legislativa 73.119, a sugestão alcançou, em apenas um dia, de 8 a 9 de maio de 2017, apoiamento maior ou igual ao necessário (20 mil manifestações individuais) – talvez uma das maiores já nesta Casa.

Vamos para a análise, Srª Presidente.

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de 20 mil cidadãos em tempo menor do que os quatro meses estabelecidos, o parágrafo único do art. 6º da RSF nº 19, de 2015, já mencionada, determina que terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, razão pela qual foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para opinião sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

No aspecto constitucional, não há qualquer impedimento à tramitação de projetos para conceder benefícios tributários a determinados produtos ou segmentos, já que a Constituição Federal (CF) permite a iniciativa parlamentar (arts. 48, I, 60 e 61) para tratar de matéria (art. 24) que envolva os tributos de competência da União.

Tampouco há impedimentos à tramitação de emenda constitucional, visto que não está presente nenhum dos impedimentos do §4º do art. 60 da CF.

Antes de discutir o mérito, vale conhecer os argumentos do autor da ideia legislativa ao finalizar o trabalho que apresenta o projeto, na parte em que discorre sobre a importância do segmento para a cultura nacional.

E aí o autor discorre sobre vários acontecimentos, benefícios, o que é importante, integração etc. Como nós corremos contra o tempo, vou para a parte mais técnica.

Os argumentos, portanto, expostos nesses itens que nós aqui saltamos, dos quais fizemos uma rápida exposição, mostram a importância do segmento, tanto em relação às suas possibilidades econômicas quanto aos seus aspectos culturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito embora, Senador Paim, à primeira vista, na forma em que aparece no portal, a proposta não seja de implementação simples, ela suscita o importante questionamento sobre os fatores que impedem o desenvolvimento econômico nacional. Um dos que mais preocupa é exatamente a elevada carga tributária incidente sobre mercadorias e produtos, o que nos leva a questionar também o sistema tributário vigente e a sua estrutura.

Sobre os efeitos da carga tributária e o sistema tributário nacional, é consenso que a alta tributação sobre o consumo e a produção desestimula e compromete a competitividade da indústria nacional. Tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) têm, hoje, papel destacado em termos de arrecadação.

Para atenuar a natureza regressiva desses tributos, a Constituição Federal determina que eles sejam informados pelo princípio da seletividade, em função de sua essencialidade, de forma a evitar a penalização da população mais pobre na compra de produtos essenciais. Assim, produtos de primeira necessidade, em tese, Senadora Regina, teriam tributação menos gravosa, enquanto os considerados supérfluos seriam mais pesadamente tributados.

Evidentemente, sob esse prisma, uma redução de IPI e ICMS para jogos eletrônicos não teria qualquer respaldo, o que afastaria definitivamente, Senador Paim, qualquer possibilidade de desenvolvimento da promissora indústria de jogos e consoles eletrônicos.

Ainda a propósito, a título de exemplo, se a alíquota dos tributos federais incidentes sobre os referidos produtos fosse reduzida a zero, ou fossem concedidas isenções desse tipo, como fizeram ontem com as petrolíferas, sobre a sua aquisição, mesmo assim a redução da carga incidente sobre os jogos eletrônicos ficaria distante da sugerida na Ideia Legislativa. Como fazer, então, para viabilizar a atividade?

Das fórmulas possíveis, a única efetiva de promover uma mudança real na tributação sobre o segmento é pela via constitucional, por meio de proposta de emenda à Constituição que imunize o segmento de impostos, tal como feito pela Emenda Constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013, em relação aos fonogramas e videofonogramas musicais (CDs e DVDs) produzidos no Brasil contendo obras musicais ou lítero-musicais de autores brasileiros.

Muito embora a proposta de emenda à Constituição possa parecer privilégio ao segmento, não temos dúvida de que a desoneração de impostos, uma vez promovida, aumentará a arrecadação tributária como um todo, em relação aos jogos eletrônicos, com o incremento do emprego, dos lucros e das contribuições sobre a receita bruta, que continuarão a incidir normalmente sobre o setor. Isso tudo sem falar nos efeitos da medida sobre a pirataria, que tenderia a deixar de representar vantagem para o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base em tudo isso, estamos seguros de que a imunidade, embora tenha impacto sobre a arrecadação específica dos impostos dispensados, no contexto geral, vai promover um incremento de arrecadação de tal monta que o saldo será positivo para os entes federativos, o que evitará, Senador Paulo Paim, óbices sob o aspecto da responsabilidade fiscal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Como se trata de PEC, para que ela possa ter a necessária legitimidade para tramitar, além de acolhida por esta Comissão, deverá ter, no mínimo, a assinatura de 27 Senadores. A solução para o aparente entrave encontra-se na aplicação, por analogia, do disposto no parágrafo único do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 15, de 2017, na forma da seguinte Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "f" [que é a única sugestão]:

Art. 150. .....

.....

VI - .....

.....:

f) consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil.

..... (NR) [Dá essa amarração.]

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Aí estão, portanto, a análise, o voto, a nossa sugestão e o pedido de aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – Quero dizer que eu acompanho o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da proposta de emenda à Constituição, para que passe a tramitar como autoria da CDH.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente, muito obrigado por termos feito essa inversão de pauta.

Ainda nesse contexto, neste final, para que façamos um coroamento nesta Casa, nesta Comissão, em que se realizou um debate exaustivo e importante, nós temos o Projeto 211, de 2017, do Senador Romário, que propõe uma carga horária de 500 horas exatamente para aqueles professores que lecionam para as pessoas com excepcionalidade.

Nós fizemos uma audiência pública aqui que teve uma grande repercussão; foi uma audiência extremamente salutar. Eu, pelo menos, recebi, pessoalmente, muitas manifestações a respeito disso. Como o projeto não é terminativo e o relatório já foi lido, eu gostaria de que colocasse em pauta para se fazer só a votação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre se concordam com a inclusão do PLS 211, de 2017, extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos à discussão do projeto.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, se quiser ainda acrescentar alguma coisa.

Matéria já lida. (Pausa.)

Senador Telmário Mota, para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – O relatório já foi lido, doutora. Já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ela está dizendo aqui que...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Não. Eu acho que o que nós poderíamos acrescentar ficou ali naquela audiência pública em que não houve uma contestação, Senadora Regina, até mesmo do Governo. Todos entenderam. É claro que todos tiveram interesse nisso.

O mais importante é que, como aqui não é terminativo, ele ainda vai passar naturalmente por uma triagem no aspecto disciplinar.

As empresas, todos tiveram interesse.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário Mota.

Em votação a matéria.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pela aprovação do projeto.

Quero lembrar que temos a segunda parte para ler o relatório da política pública do combate ao trabalho escravo.

O Senador Paulo Rocha não sei se retorna. Depois vemos quem assume.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se concordam com a inclusão extrapauta da avaliação de política pública de combate ao trabalho escravo.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Então, nós vamos agora à relatoria.

Nós escolhemos a política pública de combate ao trabalho escravo para avaliar durante o ano. O Senador Paulo Rocha foi designado Relator, mas ele tem outra comissão ali funcionando, a CPI. Então, eu convido o Senador Paim para fazer o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é um assunto em que nós somos unanimidade aqui, todo mundo é contra o trabalho escravo, eu aceito naturalmente ad hoc e cumprimento já o Senador Paulo Rocha. Naquela linha, trabalho escravo a gente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 31.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 180, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação da política pública de combate ao trabalho escravo no ano de 2018.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Então, nomeio o Senador Paim Relator ad hoc da avaliação da política pública de erradicação do trabalho escravo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Com satisfação eu passo a fazer um comentário sobre o trabalho do Relator, Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório de avaliação de políticas públicas de erradicação do trabalho escravo ele dividiu em alguns pontos. Primeiro, foi a apresentação, que mostra essa questão tão importante nesta Comissão de Direitos Humanos, que tem sido uma trincheira no combate ao trabalho escravo.

No item dois, ele vai para a importância da erradicação do trabalho escravo. Ele faz toda uma retrospectiva histórica, lembra aqui a escravidão, evoca a imagem de grilhões, senzalas, pelourinhos, chibatas.

E hoje a chamada escravidão moderna eu resumiria na própria reforma trabalhista, que foi aprovada, que, na verdade, permite uma série de situações de trabalho escravo. Por isso esta Comissão, sabiamente, sob a orientação de V. Exª, me indicou Relator para fazer um novo projeto do estatuto do mundo do trabalho. Já fizemos algumas – dez ou doze – reuniões e vamos, no dia 1º de maio, apresentar ao País uma nova CLT.

Ele destaca aqui outra questão importante no item três: o trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil. Todos nós sabemos que infelizmente a Organização Internacional do Trabalho estima que existem ao menos 40 milhões de pessoas submetidas à escravidão contemporânea, das quais 71% são mulheres e meninas. É importante a leitura desse pedaço do relatório, dessa parte do relatório. Desse total, 25 milhões são submetidas a trabalho degradante, sendo que outros 15,4 milhões de pessoas escravizadas no contexto matrimonial, que inclui casamentos forçados e servidão marital, tanto laboral quando sexual. Uma de cada quatro vítimas é criança e os trabalhadores migrantes (internos ou externos) e indígenas são particularmente vulneráveis.

Os números atuais da escravidão no Brasil são alarmantes sobre qualquer expectativa, Srª Presidenta. E aqui ele discorre, de forma muito firme, muito corajosa, dando os números da escravidão no Brasil.

No item 4, a experiência recente de combate ao trabalho escravo no Brasil, mostra que mais de 55 mil pessoas já foram libertadas pela força dos comandos de combate ao trabalho escravo.

Lembrou como exemplo aqui o caso da Fazenda Brasil Verde. E aí, Srª Presidenta, ele avança no seu relatório, dizendo que o Estado deve, dentro de um prazo razoável, a partir da notificação da presente sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de direito internacional da escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455, da presente sentença. Aí ele reafirma uma série de outros artigos e parágrafos, que fortalecem a luta contra o trabalho escravo.

Eu assim, Srª Presidenta, assino, na íntegra, o relatório feito pelo Senador Paulo Rocha, lembrando inclusive que sou relator daquele projeto que regulamenta a PEC do Trabalho Escravo, que é de autoria do Senador Paulo Rocha, que já aprovamos aqui. E o meu relatório vai na linha do mesmo relatório que ele fez aqui, vai na linha de combater todo tipo de trabalho escravo, no campo, na cidade, com todas as penalidades, inclusive, todo aquele que for pego,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for autuado com trabalho escravo na sua propriedade, seja no campo ou na cidade, vai perder a propriedade.

Por fim, Srª Presidenta, desta forma, com alguns comentários, porque são quase 20 folhas, com fundamento no que foi exposto nesse relatório, concluímos pela apresentação do seguinte requerimento, para que a política de combate do trabalho escravo seja objeto de avaliação desse colegiado em 2018.

O Requerimento que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº , 2017

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Requeremos, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação da política pública de combate ao trabalho escravo no ano de 2018.

Sala das Comissões.

Senadora Regina Sousa, Presidenta dessa Comissão.

Senador Paulo Rocha, Relator.

E Senador Paulo Paim, Relator ah doc.

Esse é o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório da política pública que tem como complemento um requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que acabei de ler.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...de certa continuidade, que tem uma audiência pública para discutir... Não, desculpe, estou com o relatório errado aqui.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 180, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação da política pública de combate ao trabalho escravo no ano de 2018.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Requer A avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo, quer dizer, é uma espécie de continuidade, já que é um tema tão palpitante do momento, tivemos toda aquela audiência pública sobre aquela Portaria, fatídica Portaria. Então está-se pedindo uma audiência pública para continuar essa discussão.

A autoria é do Senador Paulo Rocha, e o Senador Paulo Paim subscreveu.

O Senador Paulo Paim pode encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do requerimento, Srª Presidenta, eu já fiz inclusive a leitura no final do procedimento. Como Relator ad hoc, eu substituí o Senador Paulo Rocha, e eu encaminhei o requerimento no sentido de avaliação das políticas públicas de combate ao trabalho escravo, já que entendemos que muito mais pode ser feito, desde investimento nessa área, para dar estrutura para que os fiscais do trabalho possam fazer as devidas investigações, autuações, abrir os processos para todo aquele que for encontrado numa situação análoga ao trabalho escravo, em qualquer propriedade, no campo ou na cidade, seja autuado, até mesmo com a perda da propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir o requerimento, que a política pública de combate ao trabalho escravo continue sendo avaliada em 2018, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidenta, há um requerimento, o item 22, do Senador Randolfe, que eu subscrevi e gostaria de colocá-lo em votação, para que a gente pudesse realmente, já no início dos nossos trabalhos pós-recesso, começar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate tão importante para a sociedade brasileira, que é exatamente a questão do auxílio-moradia das autoridades constituídas, tanto no Legislativo, quanto no Executivo e no Judiciário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 173, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir sugestão popular nº 30 de 2017, que extingue o auxílio moradia de autoridades públicas

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Subscrito pelo Senador Telmário Mota, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Srª Presidente, leio o requerimento.

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir sugestão popular que extingue o auxílio-moradia de autoridades públicas, com a presença dos seguintes convidados:

I. Representante da ONG Contas Abertas;

II. Representante da ONG Transparência Brasil;

III. Representante da AMB;

IV. Representante da CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;

V. Representante da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda

VI. Profª. Ana Claudia Farranha Santana, da Universidade de Brasília

A justificativa, Srs. Senadores e Srª Presidente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista da proposta popular que visa extinguir o chamado “auxílio-moradia” pago aos membros de Poder, impõe-se, para o adequado debate público reflexivo sobre tal proposição, a oitiva de setores da sociedade civil e dos agentes públicos alcançados pela medida em comento.

Tal prerrogativa, no sentir da Cidadania, se deformou em verdadeira forma de concessão de reajuste transverso ao subsídio de parlamentares, ministros de Estado, ministros e membros do Ministério Público, além de mecanismo de burla ao teto remuneratório.

Registro que é especialmente ofensivo à sociedade brasileira o fato de o auxílio-moradia de magistrados e membros do Ministério Público ter sido autofixado, tendo sido concedido ao arrepio de qualquer deliberação do Congresso Nacional, por força de decisões judiciais sem suficiente amparo na legislação nacional. É uma violência ao Estado Democrático de Direito a concessão de benefícios a agentes públicos, que oneram excessivamente o contribuinte, sem que o Parlamento, como mandatário da sociedade civil, tenha autorizado previamente a sua concessão.

Cabe aditar que se trata de demanda que mobiliza a sociedade civil, onde tem ampla aceitação, razão pela qual acredito ser imperioso levar tal debate público adiante, com a maior brevidade possível.

Esse é o nosso requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero dar uma sugestão para que mais um convidado esteja entre aqueles que vão aqui debater esse tema. O Ângelo Fabiano Farias da Costa, que é Presidente da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho). Eu deixo aqui uma sugestão, para descontrair: eu vou pedir que vocês aumentem essa letrinha debaixo do cartão, não dá para ler. Calculem eu, que uso óculos. Não tem como ler. Fica a sugestão. A sugestão é para a equipe de marketing de vocês. Mas deixo a sugestão do Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da ANPT, que vem fazendo um trabalho brilhante, incontestável. Ele tem colaborado em todos os debates, eu quero aqui dar um depoimento de um segundo: tanto no debate do estatuto do mundo do trabalho, que é a nova CLT que nós estamos construindo, para a qual V. Exª me indicou como Relator daquela Comissão Especial – o Telmário inclusive é o Presidente lá –, como também na CPI da previdência. Então, eu queria propor que o nome dele estivesse nesse debate.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Inclusão de mais um convidado.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Depois você marca a data aí com a secretaria, viu, Senador. Esse assunto é importante para ser debatido logo no começo.

Aprovado o requerimento.

Não começou nada no plenário, não é? Ninguém chamou.

Nós temos aqui relatórios prontos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Mas, Srª Presidente, não se preocupe, não. O plenário não tem nenhuma validade, ontem foi aprovado dessa forma. Eu levantei essa questão de ordem lá. E ficou claro que as comissões, quando for deliberativa ou extraordinária, podem votar tudo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nós temos aqui projetos não terminativos com relatórios prontos. Seria interessante porque, quando entrar fevereiro, a gente tenta votar os terminativos em que não houve quórum.

Temos o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012

- Não terminativo -

Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH e CAS.

Nomeio o Senador Paulo Paim relator ad hoc, a quem concedo a palavra para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, como eu estou recebendo agora, e é uma alteração da CLT... Normalmente, eu comento, mas esse eu vou ter que ler, até para eu tomar conhecimento daquilo sobre o que darei parecer ao final.

Relatório.

Em análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2012 – Complementar, do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.

A proposição em exame declara nula a prática de qualquer ato que caracterize represália ou discriminação, inclusive a dispensa sem justa causa, contra o empregado que demandar administrativa ou judicialmente em desfavor do seu empregador.

O autor justifica o projeto na necessidade de se garantir o direito de ação do trabalhador contra o poder econômico de seu tomador dos serviços.

A proposição foi, originalmente, distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, por força da aprovação do Requerimento nº 580, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, vem também à análise da Comissão de Direitos Humanos.

Até o presente momento, não houve a apresentação de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a proteção do empregado contra atos discriminatórios praticados por seu empregador é matéria que se encontra dentro da esfera legislativa do mencionado ente federado.

Além disso, por não se tratar de questão cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da CDH para o exame de tão importante proposição, o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal a ela confere tal prerrogativa.

No mérito, a proposição visa a tornar efetivo o direito de ação constitucionalmente garantido pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Assim o faz ao reputar nulos os atos discriminatórios praticados contra empregado que ajuizar demanda, administrativa ou judicial, em desfavor do seu empregador. Além disso, determina a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação, nos casos das dispensas discriminatórias que normatiza, do disposto no art. 4º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, dispositivo que confere ao empregado arbitrariamente dispensado a opção entre ser readmitido em seu posto de trabalho ou perceber, em dobro, a remuneração correspondente ao período de afastamento.

A proposição, na forma como redigida e em que pese louvável a intenção de seu elaborador, não inova no ordenamento jurídico nacional.

Assim sucede, pois o art. 9º da CLT já reputa nulos os atos tendentes a fraudar a aplicação de seus preceitos. A Lei nº 9.029, de 1995, também é aplicável a todas as dispensas discriminatórias.

Entretanto, não se pode perder a oportunidade de se conferir efetividade ao disposto nos incisos XXX, XXXI e XXXII do art. 7º da Constituição Federal, que vedam, em síntese, a prática de qualquer ato discriminatório em prejuízo do trabalhador.

Sabe-se, pois, que a grande dificuldade do trabalhador é a prova, em juízo, do ato discriminatório. O empregador, protegido pela estrutura de seu empreendimento empresarial, pode adotar diversos meios para falsamente legitimar a prática de conduta discriminatória contra o empregado que exercer o direito previsto no art. 5º, XXXV, da Carta Magna.

Ciente, então, de que não basta vedar a discriminação no ambiente de trabalho, sem que se forneçam ao empregado os meios necessários à sua demonstração, em juízo ou no âmbito administrativo, propõe-se a aprovação do PLS nº 340, de 2012 – Complementar, com a apresentação de uma emenda.

Sugere-se, pois, a modificação do art. 9º-A que se busca inserir na CLT, para que se presumam discriminatórias, desde o início do processo ajuizado contra o empregador até um ano após o seu término, a prática de represália contra o trabalhador e a dispensa sem justa causa de empregado.

Inverte-se, assim, o ônus da prova das práticas que se busca combater, atribuindo-o ao tomador dos serviços. Verificada, então, a prática discriminatória, determina-se: a) se dela não decorrer o término do contrato de trabalho, o pagamento dos danos morais e materiais porventura sofridos pelo obreiro; e b) se dela decorrer a extinção do pacto laboral, a aplicação do disposto no art. 4º da Lei nº 9.029, de 1995, sem prejuízo da condenação ao pagamento dos referidos danos.

Confere-se, assim, efetividade ao disposto no art. 9º da CLT e na Lei nº 9.029, de 1995, no sentido de atribuir à parte mais forte da relação jurídica laboral o ônus de demonstrar a inexistência de ato presumivelmente discriminatório.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, vota-se pela aprovação do PLS nº 340, de 2012 – Complementar, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

Dê-se o art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2012 – Complementar, a seguinte redação:

"Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

'Art. 9º-A Presumem-se discriminatórias:

I – ato praticado contra empregado que demandar administrativa ou judicialmente contra o seu empregador, desde o início do processo administrativo ou judicial até um ano após o seu término; e

II – a dispensa sem justa causa do empregado que demandar administrativa ou judicialmente contra o seu empregador, desde o início do processo administrativo ou judicial até um ano após o seu término.

§1º Incumbe ao empregador demonstrar, administrativa ou judicialmente, a ausência de caráter discriminatório das condutas previstas nos incisos I e II do caput.

§2º Verificado, após regular processo administrativo ou judicial, o caráter discriminatório das condutas descritas nos incisos I ou II do caput:

I – o empregado fará jus ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais a ele causados, sem prejuízo das demais sanções porventura incidentes; e

II – aplicar-se-á o disposto no art. 4º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, no caso de dispensa discriminatória, sem prejuízo do disposto no inciso I da NR.'"

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo).

O projeto segue para a análise na CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

Item 18.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Fim do Imposto sobre Veículo Automotores, IPVA

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão

Observações: Tramitação: CDH

Nomeio Relator ad hoc o Senador Telmário Mota, para a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Srª Presidente, o relatório.

Em análise nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 33, de 2017, do programa e-Cidadania, regulamentado pela Resolução do Senado nº 19, de 2015, que propõe o fim do Imposto sobre Veículo Automotores (IPVA).

A Sugestão nº 33, de 2017, advém da Ideia Legislativa nº 75.955, publicada em 5 de junho de 2017, por Amauricio Ochoa de Borba, de Santa Catarina, que atingiu, em 18 de julho de 2017, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais, conforme salientado no MEMO nº 62/2017, de 18 de julho de 2017, da Secretaria de Comissões da Secretaria-Geral da Mesa deste Senado Federal.

Na descrição da Ideia Legislativa nº 75.955, argumenta-se que "temos hoje, uma das maiores cargas tributárias do mundo. Quase 39% do PIB, em troca de péssimos serviços em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas. Saúde, segurança, educação, transporte, estradas. Já que não adianta cobrar essa pendência dos órgãos, o jeito correto seria acabar com tantos impostos [sic]."

No campo mais detalhes, argumenta-se ainda que o preço dos automóveis embute em média 49% de tributos entre o IPI, ICMS, IPVA, PIS, Licenciamento, etc. O mesmo BMW feito na Alemanha pode custar US$30 mil em Miami e mais que o dobro em São Paulo.

Mas quem compra automóvel paga tributos para usá-lo também. Além de pagar IPVA todo ano, tributam-se o consumo de combustíveis, as despesas com manutenção, as peças, etc. [sic].

Em 6 de novembro de 2017, conforme consulta à página eletrônica do programa e-Cidadania, mantida no sítio eletrônico do Senado Federal na internet, às 10h15, percebeu-se um total de 57.861 apoios à Ideia Legislativa nº 75.955.

Em 19 de setembro de 2017, o Senador Raupp foi designado para relatar a matéria.

Análise.

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre as ideias legislativas registradas no programa e-Cidadania que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de quatro meses após seu registro, requisito este plenamente alcançado, conforme o MEMO 62, de 2017, mencionado no relatório.

Quanto ao mérito, percebe-se uma nítida contradição na descrição da Ideia Legislativa 75.955, pois reclama-se de uma das maiores cargas tributárias do mundo, de quase 39% do PIB, que resulta em péssimos serviços em todas as áreas, mas propõe-se uma redução nas receitas públicas, com o fim do IPVA, cujo resultado certamente será uma deterioração ainda maior na qualidade dos serviços prestados pelo setor público.

Ademais, Srª Presidente, mantido o volume de serviços a serem prestados pelo setor público, uma redução nas receitas públicas, conforme proposta pelo fim do IPVA, provocará danos irreparáveis no equilíbrio das contas públicas, com efeitos negativos sobre toda a economia e uma deterioração ainda maior na qualidade dos serviços públicos, argumento principal da Ideia Legislativa.

Cabe salientar que, no exercício de 2016, a arrecadação bruta do IPVA alcançou cifras da ordem de R$46,7 bilhões, se consideramos a totalidade dos Estados brasileiros, quantia imprescindível nas finanças estaduais e municipais, a quem pertence sua arrecadação.

Por fim, cumpre lembrar que o IPVA, sendo um imposto sobre a propriedade, possui incidência diferenciada sobre a população, pois afetará somente os proprietários de veículos automotores, segmento, supostamente, pertencente às camadas mais altas da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, pelas razões apresentadas, somos levados a sugerir o não acolhimento da Sugestão nº 33, de 2017.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto contrário à Sugestão nº 33, de 2017, devendo a mesma ser arquivada.

É o voto do Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, e eu, Relator ad hoc.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário Mota.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

Nomeio o Senador Telmário novamente Relator ad hoc de outro relatório do Senador Valdir Raupp.

ITEM 20

SUGESTÃO Nº 46, de 2017

- Não terminativo -

Liberação de carros rebaixados

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações: Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, para leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se ideia legislativa apresentada por meio do Programa e-Cidadania que, tendo atingido os 20 mil apoiamentos necessários para o início de sua análise por esta Casa, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, tem tratamento análogo às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno. O texto da proposição pretende liberar a circulação de carros rebaixados.

De acordo com o autor da ideia legislativa, a liberação de carro rebaixado diminuirá os acidentes com alta velocidade, uma vez que os motoristas que conduzem esse tipo de veículo trafegam em velocidade média ou baixa.

Na minha cidade, quebrava tudo.

Análise.

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como a ideia legislativa obteve apoio de mais de 20 mil cidadãos no período de 4 meses, o parágrafo único do art. 6º da referida Resolução determina que terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas. Assim, a SUG nº 46, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação por esta Comissão.

Quanto ao mérito da proposta, existem dois pontos a serem abordados: a existência de previsão legal que possibilite o rebaixamento e a efetiva redução nos acidentes proporcionada pela implementação da medida ora proposta.

Quanto ao primeiro ponto, consideramos que a legislação atual já permite esse tipo de alteração nas características dos veículos.

O Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), em seu art. 98, preconiza que nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica. Ademais, em seu art. 106 é definido que, caso haja modificação no veículo, será exigido, para licenciamento e registro, certificado de segurança expedido por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade de metrologia legal, conforme norma elaborada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a rebaixamento de veículos, a Resolução Contran nº 292, de 29 de agosto de 2008, que dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 do CTB, em seu art. 6º, restringe a troca de suspensão apenas à suspensão fixa, sendo expressamente proibida a utilização de sistemas de suspensão com regulagem de altura.

Além disso, para os veículos que tiverem a suspensão modificada, deve-se fazer constar no campo das observações do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) a nova altura do veículo medida verticalmente do solo ao ponto do farol baixo (original) do veículo.

Quanto à questão da segurança, sabemos que os veículos originais de fábrica passam por diversos testes de durabilidade e de desempenho, o que não ocorre com veículos modificados. Dessa forma, recomenda-se conduzir veículos rebaixados a velocidades mais baixas a fim de evitar que possíveis acidentes tenham consequências mais graves.

Dessa forma, consideramos que a Sugestão Legislativa nº 46, de 2017, não deve prosperar, uma vez que já existe respaldo legal para o rebaixamento veicular e que não há relação comprovada entre o uso de suspensão rebaixada e a redução de acidentes.

Voto.

Diante do exposto, o Senador Raupp, Relator original do projeto, vota pela rejeição da Sugestão Legislativa nº 46, de 2017.

Esse é o meu voto, como Relator ad hoc, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

Nós temos só mais um, que é o item 13.

Nomeio o Senador Paim Relator ad hoc.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 564, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a realização de provas de concursos públicos e de acesso ao ensino superior aos candidatos impossibilitados de comparecer ao certame, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE, CDH e terminativo na CCJ.

- Em 23/05/2017, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, vamos direto, para ganhar tempo, para chegarmos ao plenário e conseguirmos participar da votação naquele espaço.

Eu faço apenas um comentário. O Senador José Medeiros fez um brilhante relatório e apresenta um substitutivo. O substitutivo é direto. Eu vou lê-lo, Srª Presidenta, que corresponde a toda a argumentação que está aqui colocada.

No substitutivo, ele coloca:

Art. 1º Ninguém será privado do acesso ao ensino ou a cargos, empregos e funções públicas por motivo de crença religiosa, salvo se se recusar a cumprir o procedimento previsto nesta lei.

§1º Aos candidatos que, em razão de credo religioso, não puderem fazer as provas nas datas e horários estabelecidos, será oferecida alternativa compatível com sua fé, devendo o órgão ou entidade executora do certame garantir o tratamento isonômico dos participantes.

§2º O candidato gozará dos benefícios do parágrafo primeiro mediante simples afirmação, por escrito, entregue à organização do certame.

Art. 2º O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outro que lhe venha a suceder respeitará o direito de realização das provas em dia e horário distinto.

Art. 3º Os concursos públicos oferecerão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – nas provas escritas, horário distinto, nos seguintes termos:

a) os candidatos beneficiários desta lei deverão ingressar no local do concurso no mesmo horário previsto para os demais candidatos;

b) ato contínuo, deverão ser alojados em recinto separado, onde permanecerão incomunicáveis;

c) iniciarão a prova a partir do momento que cessar a vedação religiosa, devendo o fiscal de prova certificar o correspondente horário;

d) terão o mesmo tempo para a conclusão da prova, de acordo com as regras editalícias;

II – nos testes físicos, provas orais ou entrevistas, dia e horário distinto, anterior ao regularmente estabelecido no edital [como todos os outros].

Art. 4º O art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger acrescido do seguinte §4º:

“Art. 44.....

§4º Na definição de datas e horários dos processos seletivos previstos neste artigo será observado o direito de liberdade de consciência e de guarda religiosa dos candidatos, nos seguintes termos:

I – nas provas escritas, horário distinto, de acordo a este procedimento:

a) deverão ingressar no local do concurso no mesmo horário previsto para os demais candidatos;

b) ato contínuo, deverão ser alojados em recinto separado, onde permanecerão incomunicáveis;

c) iniciarão a prova a partir do momento que cessar a vedação religiosa, devendo o fiscal de prova certificar o correspondente horário;

d) terão o mesmo tempo para a conclusão da prova, de acordo com as regras editalícias;

II – nos testes físicos, provas orais ou entrevistas, dia e horário distinto, anterior ao regularmente estabelecido no edital.” (NR)

Art. 5º O disposto nesta lei não se aplica aos certames cujos editais tenham sido publicados antes do início de sua vigência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas digo que, na verdade, muita coisa que está aqui no art. 3º e também no 4º se repete. Mas está lido o relatório do Senador Medeiros, projeto do Senador Magno Malta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, para podermos produzir relatório do ano.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos e suspensa às 11 horas e 22 minutos do dia 13/12/2017, a reunião é reaberta às 9 horas e 22 minutos e encerrada às 11 horas e 08 minutos do dia 14/12/2017.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 106ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às quinze horas e quatro minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezessete, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 172/2017 e RDH 65/2017, ambos de autoria do Senador Hélio José. Finalidade: "Debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016)". Participantes: Deputado Federal Izalci; Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República; Gilberto Camargos, Presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires e Região - AMOVIPE; Toni Duarte, Representante da Associação de Moradores do Jardim Botânico - AJAB e Senadinho; Thiago Teixeira de Andrade, Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal – SEGETH; Luciano da Silva Cavalcanti, Advogado , representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras); Junior Almeida, Presidente do Instituto Terra Legal - ITL; José Raimundo Sepeda, Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; OG Pereira, Representante da OAB-DF; Selma Godoy, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; João Gomes Pereira, Representante das Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras); Valdir Calisto de Campos, Representante da ALOTERRA – Associação dos legítimos ocupantes de terras rurais de DF; Fabiana Torquato, Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU-DF; Edivaldo Dias da Silva, Representante da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Sâmia Pereira, Advogada; Alfredo Júnior; Lindomar Pereira, Presidente da Associação Santa Luzia; Kaleb Pimentel; Carlos Abílio, Morador de Santa Luzia; Joab Gomes, Morador e vice-Presidente da Associação Santa Luzia; Cícero Soares, Morador de Vicente Pires; Francisco Joélio Rodrigues do Amaral, Presidente da Associação dos Moradores do bairro 26 de setembro; Alexandre Amaral, Vice-Presidente da Associação Comercial da Cidade Estrutural; Luiz Carlos, Morador de Samambaia; José Renato Eleutério, Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho de Segurança Pública da Cidade Estrutural; Rodolfo Hot Hot, Representante dos moradores do bairro café sem troco; Cleuza de Araújo Meireles, Presidente da Associação do Condomínio Vitória de Brazlândia; Pedro Alves de Souza Filho, Representante da OAB seccional Taguatinga; e Jamile Buza, Alberto Ramos, Vice-Presidente do Instituto Terra Legal-ITL. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Declaro aberta a 106ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 65.172, de 2017, da CDH, de minha autoria, para debater sobre as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que no Distrito Federal e Entorno se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovado no PLV 12.217, fruto da Medida Provisória 759, que originou a Lei 13.465. Então, esse é o objetivo desta audiência pública de hoje.

Já imediatamente compondo a Mesa o nosso representante da Câmara Federal, o nosso Deputado que tem tanto me ajudado e auxiliado em toda essa descrição da regularização fundiária; ele, que foi o nosso Presidente da Medida Provisória 759, e eu fui o Vice-Presidente, trabalhamos intensamente para a aprovação da Lei 13.465: é do nosso Deputado Izalci Lucas.

Além disso, o nosso convidado, Dr. Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República. Convido para compor a Mesa aqui do meu lado, por gentileza, Dr. Franklin Costa. Está presente? (Pausa.)

Será que ele deu uma retiradazinha? Por favor – está chegando –, Dr. Franklin Costa, me dê essa honra, meu Subprocurador da República! Foi candidato a Procurador-Geral da República. Subprocurador da República é o segundo posto mais alto do Ministério Público brasileiro. E é uma pessoa que tem nos honrado muito, inclusive nos honrou com a presença na outra audiência pública que aqui fizemos.

Dr. Luciano da Silva Cavalcanti, Advogado, representante das novas cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e diversas outras cidades), me dê a honra de compor a Mesa conosco, Dr. Luciano.

Drª Fabiana Torquato, Superintendente do Patrimônio da União do Distrito Federal (SPU-DF), neste ato representando o Dr. Sidrack, Secretário do Patrimônio da União do Brasil. Por favor, Drª Fabiana, tenha a gentileza de vir compor conosco a Mesa.

Dr. OG Pereira, Conselheiro da OAB. Já chegou? (Pausa.)

Enquanto o Dr. OG Pereira chega, convido o Dr. Pedro Alves de Souza Filho para compor a Mesa até o Dr. OG Pereira poder chegar, representando a OAB.

Dr. Thiago Teixeira de Andrade, Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal (Segeth). Doutor, porque é um arquiteto, uma pessoa que trabalha nessa área de construção e também o Dr. Thiago, que além de ser o Secretário de Habitação, é representante do Instituto... Qual é o nome? (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

15:08

Drª Fabiana, seja muito bem-vinda!

Dr. José Raimundo Sepeda, representante do Incra, queira compor, por gentileza, a Mesa, representando o Incra!

Dr. Junior Almeida, nosso representante do ITL.

Do Incra, é o Sepeda. Sepeda, venha cá, para me cumprimentar, meu irmão. Como está? Está bem?

Também, o Sr. Dr. Gilberto, da Amovipe, representando os nossos movimentos sociais de uma área que tem sido bastante discutida neste momento que é exatamente Vicente Pires.

Doutor do povo brasileiro e doutor da música brasileira, Dr. João do Violão, que é uma pessoa que representa, nessa atividade aqui, as cidades tradicionais. Quais são as cidades tradicionais? Paranoá, que até hoje não tem escritura pública; São Sebastião, que até hoje não tem escritura pública; Itapuã, que até hoje não tem escritura pública; Estrutural; e outras cidades tradicionais que precisam da escritura pública. Dr. João do Violão, morador do Paranoá, Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá, da Associação Comercial do Itapuã e representante daquela comunidade. Os demais convidados, quando chegarem, a gente vai chamar.

Eu queria dizer para vocês que vou passar a palavra, daqui a pouquinho, depois da minha fala inicial, para o Izalci, para ele fazer a fala dele. E vou começar depois a fazer as falas. Quem quiser falar na nossa audiência pública, eu só vou poder dar no máximo dez oportunidades para o nosso plenário. É só se inscrever. Se o número de inscrito passar de dez colegas, a gente vai ter que fazer um critério de sorteio, alguma coisa assim. Então, todos que quiserem se inscrever, a minha Assessora e a Comissão de Direitos Humanos... É só levantar a mão, que ela vai lá para pegar o nome do colega.

O Dr. OG Pereira já chegou? (Pausa.)

Venha ocupar o local aqui da OAB-DF, como Conselheiro da OAB.

E o nosso agradecimento ao Dr. Pedro Alves de Souza Filho, representante da OAB-Taguatinga. Já está preservada uma fala sua – viu, Pedro? –, até em respeito e consideração à OAB-Taguatinga.

Então, há nove colegas, porque Pedro vai ser um dos que vai falar. A gente vai sortear o nome de todos que se inscreverem para falar. É só levantar a mão, que a nossa assessoria vai até vocês. Um já levantou a mão acolá, outro acolá, outro acolá, para se inscrever. É só ficar com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão levantada até alguém da assessoria chegar até vocês. Eu sei que isso vai cansar, mas, fazer o quê?

15:12

Pessoal, vou fazer a minha fala, para começarmos, e passar a fala para o Izalci.

Como abertura da audiência, é com grande satisfação que declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e no Entorno, apliquem-se os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação.

Instituídos por meio do Projeto de Lei nº 12, de 2017, oriundo da Medida Provisória nº 759, de 2016, que estabeleceu a Lei nº 13.465. O motivo da minha satisfação é a presença aqui, na Comissão, de tantas autoridades e de representantes das instituições envolvidas nesse assunto. Essas presenças mostram o interesse e a sensibilidade dessas instituições em relação ao problema da regularização fundiária no Distrito Federal e no Entorno. Afinal, a responsabilidade governamental é notória tanto na criação quanto na solução desses problemas. Também me alegra a presença dos representantes de associações de condomínios e de moradores de condomínios horizontais do Distrito Federal, bem como de outros interessados no tema, o que revela a preocupação, o interesse e o compromisso que têm tido com a questão.

Como todos sabem, o requerimento para a realização dessa audiência é de minha autoria, devido a uma série de questões que têm surgido sobre esse assunto, no Distrito Federal, a partir da aprovação da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e também da publicação da Medida Provisória nº 759.

O meu envolvimento com a questão da regularização fundiária já vem de muitos e muitos anos. O Thiaguinho aqui, que é uma pessoa muito jovem, acho que ele não era nem nascido, o nosso Secretário de Habitação, e eu já estava na luta pela regularização fundiária em áreas fundamentais, como, por exemplo, a QS 11, do Areal. E todas foram assentadas na época em que eu estava lá, coordenando com a nossa nobre Dona Maria, Teresa e Vicente, do Areal e de outras associações, aquelas mil e poucas residências na QS 11 no Areal.

O meu envolvimento nessa questão, como já falei, vem de muito tempo. Compreendi a angústia das pessoas que desejam regularizar o seu imóvel, bem como as dificuldades enfrentadas pelo Governo do Distrito Federal para lidar com assunto tão complexo. Percebi que, como representante do Distrito Federal no Senado, eu tinha um papel a desempenhar para ajudar a solucionar essa problemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo sabe o drama, por exemplo, em Santa Luzia. Precisamos resolver. São cidadãos que merecem ter o seu direito à moradia digna. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Não foi por outro motivo que aceitei, com satisfação, o desafio de me tornar Vice-Presidente da Comissão Mista que examinou a Medida Provisória 759, destinada a disciplinar o complexo tema da regularização fundiária rural e urbana. Durante esse trabalho, apresentei emendas e sugestões para o aperfeiçoamento do projeto do Governo Federal.

A nova legislação tanto inovou como criou condições para a titulação da terra justamente por ampliar as situações nas quais sua aplicação seja possível: direito de laje, terra urbana, terra rural, direito de legitimação. Por isso, a nossa luta pela regularização do Condomínio Vitória, do Vicente Pires e de todas áreas no DF. (Palmas.)

Do Itapoã, Paranoá, Morro da Cruz, Sol Nascente, Pôr do Sol e Porto Rico, as quatro palavras mais ditas na última eleição em Brasília, há três anos. Precisamos resolver essa questão.

A nova legislação, pessoal, tanto inovou como criou condições para a titulação da terra justamente por ampliar as situações nas quais sua aplicação seja possível – como já falei: direito de laje, terra urbana, terra rural, direito de legitimação. Com isso, possibilitou a condução dos processos de forma simplificada, estabelecendo condições mais justas para a titulação, como, por exemplo, a venda direta de propriedade e o cálculo do seu preço.

É importante observar que, como existem muitas indefinições acerca da área titulada das terras no Distrito Federal, a Lei 13.465, de 2017, estabeleceu, no parágrafo único do art. 16, que o Governo – olhem o termo – não pode fazer Reurb em áreas cuja titularidade esteja sendo contestada judicialmente, salvo se houver acordo entre as partes e o juiz homologar o referido acordo.

A observância desse preceito é fundamental para a segurança jurídica de todas as famílias que moram em áreas em processo de regularização. Daí a nossa luta incessante para resolver o problema do Jardim Botânico, para resolver o problema do Grande Colorado, para resolver o problema do Arapoanga, para resolver o problema de Brazlândia, de Santa Maria, etc. e tal, ou seja, de todas as áreas possíveis.

A titulação é um problema mundialmente grave e complexo, assim como no Brasil, e não só em Brasília. No Brasil, afeta aproximadamente 50% da população. No Distrito Federal, especificamente, estima-se que esse percentual é de 70% da nossa população. De forma direta, de forma indireta, de forma transversa, mais de 1,5 milhão de pessoas estão hoje preocupadas com essa questão no DF. São pessoas atingidas diretamente, ou pessoas que têm um parente que mora lá, ou pessoas cujos amigos moram em áreas que precisam de escritura pública. Por isso, esse interesse não é meu, não é do Izalci, não é do Thiago, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Franklin; é um interesse de Brasília como um todo, a questão da regularização fundiária. Por isso, estamos trabalhando.

É um absurdo – estou aqui com o meu amigo Manoel –, a gente andar nas ruas do 26 de Setembro, e todas as ruas no escuro tendo medidor de luz, e eles não têm o direito a ter o braço da luz para acabar com a criminalidade, para poder dar condições às pessoas de se locomoverem, irem inteiros e voltarem inteiros para casa, ao final do dia. Por isso, é que a Lei nº 13.465 precisa ser aplicada em sua plenitude.

Aqui, o quadrilátero de Brasília, artificialmente instituído por Juscelino Kubitschek para a implantação da nova Capital Federal, gerou uma história de acesso à propriedade muito confusa desde os seus primórdios. Nem todas as áreas foram desapropriadas, de modo que, desde a fundação da cidade, muitos imóveis apresentam algum tipo de irregularidade. Com isso, até hoje existem áreas nas quais pairam dúvidas sobre a cadeia dominial, o que torna o procedimento de regularização fundiária uma tarefa árdua. Os sucessivos governos pouco ou nada zelaram pela organização desses processos ou mesmo para conter a proliferação de novos núcleos urbanos informais, por meio da implementação de políticas habitacionais eficazes e adequadas às necessidades da população sempre crescente no Distrito Federal e no Entorno.

Em razão disso, como já disse, tenho trabalhado em favor da regularização das moradias e por um processo que respeite os direitos do cidadão, observando as leis, em especial a nossa Constituição, para que, ao final, todos os procedimentos necessários ocorram de forma pacífica, sem violência, sem colocar em risco a vida e a integridade das pessoas, especialmente das mais vulneráveis, das crianças, de gestantes, de idosos, afinal estamos falando do lar, estamos falando do abrigo, estamos falando da família, estamos falando do recinto onde se prega a palavra cristã, a palavra democrática.

É muito triste ver o que ocorreu aqui na Vila Planalto, nas barbas de Brasília: uma igreja que estava em um lote ocupado, há mais de 30 anos, foi derrubada pela intolerância. Meus cumprimentos a todos os chacareiros da Vila Planalto que há mais de 30 anos habitam aquele local. Jamais se poderia chegar, em uma área, entre aspas, "particular", e se colocar no chão um templo religioso que prega a palavra do bem, igual ao que aconteceu com a Igreja Assembleia de Deus Madureira, que foi jogada ao chão, no lote cujo pastor estava lá há mais de 30 anos, naquele local. Não podemos conviver com isso, nós temos que ter tolerância e construir uma situação pacífica para a solução das questões, porque, afinal, estamos falando do lar, do abrigo, da família, do recinto religioso. Isso, para mim, é sagrado.

Caminhando para as conclusões, entendo que no Distrito Federal o processo deve ser conduzido de forma cautelosa e responsável por meio da adequada regulamentação da lei federal, a fim de que se possa alcançar uma solução definitiva sobre essa questão. Essa cautela é de vital importância para todos os habitantes do Distrito Federal e do Entorno, pois, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada dia, os órgãos de controle vêm descobrindo falha de alguns setores do Governo do Distrito Federal na organização do território. Por isso que é muito importante a gente ouvir aqui o Dr. Thiago, como ele está conduzindo essas questões. Daqui a pouco ele vai nos dizer.

Exemplo disso é que agora, no dia 3/11/2017, o TCU (Tribunal de Contas da União) fez publicar na sua página na internet matéria sobre o Acórdão 2.364, de 2017, relatado pelo Exmo Ministro Augusto Nardes, em que restou comprovado, entre outras falhas, que o PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal) foi elaborado sem que existissem instrumentos básicos que o subsidiassem, tais como as ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) do Distrito Federal, a Luos (Lei de Uso e Ocupação do Solo) e o PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília), além de estudos prévios de impactos ambientais e urbanísticos.

É evidente que, diante de tantos e tão graves falhas – por isso que nós temos aqui um Subprocurador-Geral da República nesta Mesa –, os Governos devem suspender, imediatamente, todas as derrubadas já que não estão claros para ninguém os fundamentos legais que poderiam sustentar tais medidas tão drásticas, porque o próprio TCU assim definiu as questões com o PPCUB, com a Luos, com a ZEE e com relação ao PDOT. Esperamos que o Ministério Público, que tem como tarefa agir para garantir a lei, possa, sim, fazê-lo para que o GDF ou qualquer outro organismo não possam descumprir a lei que existe e que tem que ser cumprida.

É evidente que, diante de tantas e tão graves falhas, o Governo deve suspender, imediatamente, todas as derrubadas, como já falei. Isso quer dizer que vamos permitir invasão? Não! O Governo tem que conter para não deixar ninguém mais invadir. O Governo tem que evitar que, à luz do dia, as pessoas invadam os terrenos e vão lá construir suas casas. E, depois que está construída, quer passar a patrola por cima das pessoas. Aí não dá! Se queria impedir, impedisse de ter feito antes. (Palmas.)

Diante desse quadro de irregularidade, a lei inovou e abriu caminho para a regularização da propriedade. Não devemos perder o passo. É tempo de produzir uma regulamentação simplificada que auxilie na solução do problema, ao contrário do que vem ocorrendo com a publicação de normas locais, mais complexa que a lei federal, situação que os objetos da Lei nº 13.465, que está em pleno vigor, podem acabar sendo prejudicados.

É óbvio, Drª Fabiana, que convidamos aqui o Sidrack. E a senhora está aqui muito bem representando o Sidrack, porque a senhora conhece Brasília melhor do que ele, inclusive, né? Convidamos ele por causa da portaria de regulamentação que a SPU ficou de publicar e que, até hoje, não publicou. Não foi em detrimento da senhora, não. A senhora aqui representa muito bem a SPU. E queremos saber informação sobre essa portaria da regulamentação da Lei 13.465, quando a senhora, daqui a pouco, for falar conosco. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro, Dr. Sepeda, que convidamos aqui o Igor para poder falar sobre o Incra, porque o Incra envolve, via Governo Federal, um sem-número de famílias aqui, que precisam ser encaminhadas à regularização. E a portaria de regulamentação que a SPU e o Incra, a quatro mãos, ficaram de publicar até hoje não foi publicada. E nós precisamos fazer questão para, na plenitude, nas áreas do Incra ou nas áreas da SPU podermos fazer a tarefa do Governo, em tempo de produzir uma regulamentação simplificada, que auxilie na solução do problema, ao contrário do que vem ocorrendo com a publicação das normas que estão muito complexas e perpassando a lei federal.

Na hierarquia das leis, nenhuma lei estadual pode contrariar uma lei federal. E uma lei federal não pode contrariar uma lei constitucional. Consequentemente, pela hierarquia das leis, cabe respeito à Lei 13.465, que é uma lei em pleno vigor desde a publicação da medida provisória, em dezembro de 2016, que previa o que eu sempre defendi, o pacto pela paz, o pacto pela cidadania, o pacto para assentarmos, a quatro mãos, e resolvermos os problemas fundiários em Brasília. Então, é isso que precisamos encaminhar.

Nesse ponto, no âmbito do Distrito Federal e do entorno, a bola está, penso eu, com o Governo de Brasília. Por isso o Dr. Thiago de Andrade, que é da Segeth, está aqui conosco para falar em nome do nosso Governo de Brasília.

Outra questão importante a ser observada, antes mesmo de iniciar a venda dos imóveis a seus ocupantes, é o estabelecimento da cadeia dominial da terra que se pretende regularizar, para determinar seu real titular: se é particular, se é da União ou da Terracap, de forma que o conflito que se originou da criação do quadrilátero não se perpetue no tempo, causando insegurança jurídica tanto para o GDF, como para as famílias, como para todo o mundo e também para o Entorno. E a nova lei, a Lei 13.465, estabeleceu que era necessário, antes de se fazer qualquer coisa, resolver as pendências judiciais.

Por todos os motivos que mencionei, é preciso que parem as derrubadas imediatamente. E aqui faço um apelo ao Governo do Distrito Federal e à Agefis para que se regulamente a lei com celeridade e simplicidade. É o que peço. Nada de violência! O nosso povo merece paz e regularização. Afinal, tanto o Governo Federal quanto o Congresso Nacional cumprem os seus papéis, criando a legislação para a solução do problema, que deve evitar o caminho da truculência.

É importantíssimo que todas as autoridades, de todos os Poderes, compreendam que o prejuízo causado por uma habitação irregular é muito menos dramático que a derrubada de uma casa, que deixa, ao relento, uma família, criando desnecessariamente um problema social onde não existia. Por exemplo, derrubou-se uma creche. Olha que prejuízo social, uma creche, que faz um trabalho social, que dá oportunidade para que a mãe e o pai de família vão trabalhar. Ao invés de dialogar, resolver o conflito, igual a lei fala que é para resolver antes, vai lá e derruba a creche. Isso não pode continuar acontecendo assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero, gente, de todo o coração, que esta audiência seja um espaço para que se chegue a alguns consensos, se pare com as derrubadas e se comecem a buscar soluções pacíficas e ordeiras para a regularização dos imóveis dentro do espírito que prevê a Lei Federal 13.465, de 2017. Se a lei está aí, vamos nos organizar para a cumprir da melhor maneira possível. Quem não conhece essa lei é só entrar na minha página, www.senadorheliojose.com.br, baixar a cartilha da lei, que você vai ter a lei completa para estudar e compreender todos os seus direitos.

Não há democracia fora da lei, não há salvação também fora da lei. Precisamos salvar todos, por isso é que precisamos fazer esse papel. Não quero mais me alongar. Vamos, portanto, iniciar nossos trabalhos de hoje.

Mas, antes, eu quero que todo mundo saia daqui com o compromisso de ter um Natal em família, ter um Natal solidário, ter um Natal que dê a mão para o seu irmão que esteja desgarrado, para o seu pai ou para sua mãe que está distante, ter um Natal que una a família. A família é a coisa mais importante que existe na sociedade. Todos nós precisamos da família.

Quero desejar a todos, a todos mesmo, mesmo aqueles que não gostam de mim, que tenham um bom Natal, tenham fraternidade, tenham realmente um momento de confraternização em família. O Filho de Deus, Jesus, que nasceu no dia do Natal, veio como exemplo para nos mostrar que é necessária a solidariedade e é necessário trabalhar em fraternidade e para a construção familiar.

E, no próximo ano, para aqueles que gostam de beber uma bebam todas no dia primeiro, que vocês abracem a cada um e que vocês venham com um ano de 2018 com muita esperança, com muita vontade de mudar a sociedade brasileira, com muita vontade de falar: "Político corrupto não tem nosso voto!" Quanto àqueles que não respeitam a população brasileira, que desviam o dinheiro público, que roubam o Erário, que querem prejudicar a população brasileira, não os reeleja para a Câmara, não os reeleja para o Congresso Nacional! Faça a diferença, faça valer seu voto! Vamos votar em ficha limpa, vamos votar em pessoa que pode olhar cada um de cabeça erguida e dizer: "Fiz a minha parte. Se não foi possível fazer mais, não foi por minha culpa." Porque o trabalhador, o político sério – há vários políticos sérios, e há vários desonestos... Faça essa diferença!

E, no dia 7 de outubro, em que todos vocês vão se encontrar com as urnas, façam uma boa escolha! Não adianta um cara ser ficha limpa também, e não ter experiência administrativa. Mas você não sabe se você vai eleger um ficha limpa que não tem experiência nenhuma e que vai roubar o dinheiro público, porque nunca teve oportunidade de roubar antes. Então, você precisa também fazer essa separação. Precisamos de ficha limpa, pessoas que tenham experiência administrativa, pessoas que já tiveram uma oportunidade de passar em administrações públicas, pessoas que já tiveram mandato e que não roubaram o Erário público e que não mentem para a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu, como Relator da CPI da Previdência, provei por a mais b que o Governo mente nos seus cálculos, para prejudicar o povo brasileiro. Não me importei de tirar a minha meia dúzia de cargos. Sempre votei nas coisas corretas nesse Governo. Mas o que é errado: a reforma trabalhista e a reforma da previdência, teve o meu voto contra.

E, como Relator da CPI da Previdência, eu tenho certeza de que o meu relatório, junto com o Presidente Paulo Paim, foi fundamental para mostrar para o Brasil que essa proposta antipovo, conhecida como PEC da Morte, porque as pessoas não terão mais condição de aposentar, foi enterrada... (Palmas.)

... de forma definitiva. Esse é meu presente, que eu pude dar, de Natal e de Ano-Novo para cada um. E espero que em 2018 venhamos todos a nos confraternizar, com dignidade.

O meu Partido está me colocando como pré-candidato a Deputado Federal. Provavelmente vou disputar como pré-candidato uma eleição de Deputado Federal. E, como pré-candidato a Deputado Federal, espero continuar, povo ouvinte, vocês todos que estão aqui, fazendo um trabalho para poder andar de cabeça erguida, sem me esconder atrás da pilastra e prestar contas àquele a quem tem que ser prestadas, que é o contribuinte, que é o nosso patrão maior, que é o nosso povo, fazendo as coisas corretas.

Muito obrigado a vocês. (Palmas.)

Como é que eu vou fazer aqui agora? Vou pedir ao Izalci para presidir, para eu rapidamente, rapidamente eu ir ali votar na medida provisória. Na verdade, vem aqui meu assessor falar que eu não posso pôr o Izalci para presidir, porque esta é uma audiência pública do Senado Federal. Mas, enquanto o Izalci faz a fala dele, eu rapidamente me ausentarei aqui do plenário para poder fazer a votação, ali, da medida provisória, que precisa do meu voto, para não cair por falta de quórum. E volto imediatamente aqui.

E aí o Deputado Izalci vai aproveitar e vai fazer a fala. Cada membro da Mesa, são 15 minutos de fala, à vontade. Na hora em que faltarem dois minutos para completar os 15, a assessoria vai avisar, está certo? Cada membro das inscrições, são cinco minutos. E depois nós teremos de cinco a dez minutos para as considerações finais.

Esta audiência pública está sendo transmitida para o Brasil inteiro via TV Senado.

Quero dizer que, em seguida à fala do nosso nobre Deputado Izalci – uma pessoa por quem eu tenho muita estima e que está inclusive se colocando como futuro candidato, futuro pré-candidato a governador do Distrito Federal, a quem eu tenho muita estima, é um Deputado Federal que tem um trabalho prestado muito bom para todos nós –, vai falar o Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República, após os 15 minutos do nosso nobre Deputado Izalci Lucas.

Rapidamente, estarei aqui de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Boa tarde a todos e a todas!

Primeiro, gostaria de saudar o Senador Hélio José, que é um lutador dessa causa da regularização das moradias.

Não sou Senador. Portanto, não posso presidir esta Comissão, mas não poderia deixar de passar aqui também, para dar a minha fala, até porque esse processo ainda está em andamento. Todos acompanharam a nossa luta para a regularização, aprovação da MP 759, que foi aprovada.

E é bom que se saiba que essa medida provisória, que foi aprovada, não é para Brasília, mas para o Brasil. Então, ela atende todos os interesses do País. E todos sabem quanto o País é grande, e o tamanho dos problemas existentes em todas as áreas.

Estamos agora, então, com a lei aprovada, mas com a questão da regulamentação, porque há muitas áreas. Existe a área rural, que pertence ao Incra, que já tem o decreto praticamente – pelo menos, eu já tenho a minuta – resolvido, pois só está faltando a sua publicação. Na área urbana, o Ministério das Cidades também já apresentou o seu decreto. Só está faltando ainda a SPU nacional fazer alguns ajustes para a publicação. Há alguns problemas, que não são de Brasília, com relação ao Ministério da Defesa e outras coisas, que têm atrasado um pouco, mas nós estamos cobrando.

Agora, qual é a importância dessa lei? Não sei se os senhores sabem, mas, na livre iniciativa, na iniciativa privada, os senhores, que não são Governo, podem fazer o que quiserem, mas só não podem fazer o que é proibido. O que é proibido não é permitido fazer, mas o resto pode ser feito como quiserem.

No serviço público, os governantes, os secretários, o Governador, o Prefeito, só podem fazer aquilo que é permitido – por isso, a importância da lei –, mas, quando foi aprovada essa lei, pelo fato de não ser de Brasília, ela não foi feita para Brasília, tivemos a oportunidade de conversar com muitas pessoas. Conversamos com vários advogados que trabalham nessa causa da moradia há muitos anos; conversamos com advogados que trabalham na área rural há muito tempo. Estivemos na Terracap por diversas vezes, conversando com muitas pessoas.

Todas aquelas demandas, todos aqueles problemas que verificamos, que poderiam ser resolvidos, mas que dependeriam de uma lei, apresentamos as emendas a modificação da lei. E aprovamos tudo. Tudo aquilo que foi demandado no DF, para que a lei pudesse ser executada, para que se resolvessem os problemas, foi aprovado.

É evidente que esta lei tem um objetivo: dar a escritura para as pessoas, porque muitas pessoas, que moram em Brasília há 50 anos, não têm escritura até hoje. Planaltina tem 150 anos. E há muitos bairros em Planaltina sem escritura, assim como em muitas áreas rurais. O Incra... Existe gente produzindo há 30, 40 anos, e não tem escritura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso do Incra, nem precisaria dessa medida. Se houvesse boa vontade e interesse de regularizar, já teriam regularizado, mas é questão de visão política. O governo que estava antes não tinha interesse em dar escritura para as pessoas, porque eles entendiam que, se dessem a escritura, as pessoas iriam vender a terra. E não só isso. Quando você cria dificuldade para vender facilidade, de quatro em quatro anos, há eleição, e querem o voto sempre, como se fosse um voto de cabresto. E o objetivo dessa medida provisória é libertar as pessoas, é dar para elas o poder de decidir o que vai fazer com a sua terra. Vai receber a escritura e, se quiser vender, vai vender.

Agora, essa lei não muda as leis anteriores relacionadas a meio ambiente, regularização do condomínio. Ela não tira as exigências, que continuam sendo necessárias. Quem está na beira do córrego não pode continuar na beira do córrego. A lei, por mais que tenha sido aprovada, tem que respeitar algumas leis que não foram revogadas. Agora, aquilo que está consolidado até 22 de dezembro de 2016 pode, é passível de regularização. Mas, nessas áreas, se houver um pedacinho que contraria o meio ambiente, o Governo poderá pegar essa área e realocar, indenizar, botar em outro lugar.

Então, depende da boa vontade, da vontade política de resolver. Quem quer fazer e tem competência para fazer, essa lei dá toda a autonomia para se fazer. Evidentemente, algumas cláusulas são aplicáveis independentemente de regulamentação. Há artigo que é claríssimo, claríssimo: não depende de regularização, de regulamentação. Há outros que dependem, no caso do Incra mesmo, estava aguardando a questão do preço, pois havia duas tabelas e estavam na dúvida de qual aplicar. Então, vai sair no decreto qual é a tabela que vai ser usada pelo Incra na aplicação dos recursos.

Então, essa lei hoje existente trata da área rural, das questões da terra da União, que é da SPU, e da terra do Incra, que serão regularizadas sem corrupção, sem propina, sem advogado. A lei é claríssima: não precisa de nada disso. A lei é clara e o decreto virá mais claro ainda.

Então, essa política tradicional de dar um jeitinho ou vender dificuldade para cobrar alguma coisa, isso acabou. Lá, a orientação do Governo Federal é regularizar, é dar escritura. Mas não é assim, do dia para a noite, que emite o documento, não. Tem que se fazer o levantamento topográfico ou georreferenciado.

Feito isso, saiu a regulamentação, imediatamente o Incra começa a escriturar, a dar a escritura para as pessoas. Aí você, produtor, vai poder investir. Vai ao Banco do Brasil ou ao próprio Incra, que tem outras linhas de financiamento, de programas, e você vai poder, com essa escritura, fazer investimento e fazer crescer o seu negócio, porque também não adianta só dar a terra e não ter nada mais. O Incra tem programas de financiamento para você comprar semente, adubo, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, a terra que é rural continua rural. A lei não permite – o fato de te dar escritura – você lotear tudo. Não é assim. O que é rural continua rural. A lei não mudou isso. O que está consolidado como o Incra 8, que é uma cidadezinha, tem de regularizar, e, nas áreas de interesse social, até o módulo fiscal, o terreno vai ser gratuito e com escritura gratuita – área de interesse social. Como na área urbana também. Naquelas áreas que são de interesse social na Vicente Pires, na Vila São José, que tem muito, é interesse social, tem de ser de graça, com a escritura gratuita. Está na lei.

Nós apresentamos uma emenda: condomínio fechado. Brasília não podia. Vocês viram quantos condomínios derrubaram guarita. A lei é clara: aquilo que está consolidado é passível de regularização, não tem de derrubar nada. Os lotes vazios dentro de um condomínio, que as pessoas não construíram, porque respeitaram, porque não podiam, também vão ter suas áreas regularizadas, independentemente se construiu ou não. Está na lei, é clara. Não é regularizar só o que está construído. Está na lei.

Agora, além da lei, está vindo a regulamentação, o detalhamento da lei que está saindo. Como há outros interesses no Brasil, está havendo alguns conflitos em alguns Estados, mas evidente que não é a urgência que nós queremos. Se eu tivesse o poder da caneta, eu já tinha feito há muito tempo, mas eu estou cobrando sempre. Todo dia eu cobro. Ontem mesmo eu cobrei de novo. Pelo menos do Incra e da área urbana do Ministério das Cidades estão prontos. Houve um probleminha aí que ainda falta em outros detalhes, para sair questão do direito de laje, outras coisas. Ainda estão faltando uns detalhes, mas já sai a regularização.

Então, o que eu queira dizer para vocês é isto: nós estamos acompanhando passo a passo e a lei vai permitir ao Governo, se ele tiver vontade política de fazer e interesse de resolver, resolver, fazendo as adaptações necessárias.

Você tem áreas consolidadas, que, mesmo estando próximas ou numa área chamada de flona ou meio ambiente, se estiverem consolidadas, o Governo tem de ter o bom senso de fazer realocação ou ajudar. O que você não pode é simplesmente derrubar, porque a derrubada é só para quem nunca ralou para saber o quanto é difícil você adquirir uma terra, construir sua residência. Muitas vezes, vende tudo o que se tem para isso, porque o primeiro ato de cidadania é moradia. Quem não mora, não tem onde morar, tem dificuldade de sobreviver, não dá para pensar nem em outra coisa. A primeira coisa é moradia. Depois que você tem onde morar é que você vai pensar onde colocar o seu filho matriculado, não é isso? Mas a primeira coisa é ter o lugar onde morar.

Então, nós precisamos, inclusive, cobrar dos nossos governantes política habitacional. Nós tínhamos a SHIS antigamente. Quando cheguei a Brasília, em 1970, meu pai era vigia e minha mãe era servente de escola. Nós conseguimos uma casa no Guará. Não foi de graça, não: pagamos em 25 anos. Mas foi uma coisa dentro de um programa. Naquela época não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisava invadir. Naquela época já havia opções de moradia. Então, é isso que nós desejamos.

Eu quero dizer, e o Hélio disse muito bem aqui, que nós estamos acompanhando. Nós estamos no dia a dia cobrando isso. Eu tenho acompanhado o que tem sido feito aqui no DF, tanto no Incra quanto na SPU; está faltando ainda algum ajuste na legislação, está saindo também. Mas temos pressa, e sei que o GDF está fazendo já alguma coisa de regularização. A minha preocupação maior é agilidade. As pessoas estão muito... Esperaram muitos anos, mas a lei trouxe uma esperança de que agora vão poder regularizar suas terras.

Então, Hélio, parabéns pela iniciativa desta audiência. Quero aproveitar a oportunidade, já que nós dificilmente teremos outra neste ano, para desejar a cada um de vocês um feliz Natal, um 2018 com muita saúde, com muita paz, e que seja possível realmente em 2018 todo mundo estar em sua casa, com sua escritura, morando despreocupado com a possibilidade de na manhã seguinte haver um trator lá, esperando, e que todos possam realmente ter um 2018 com muita paz.

Agradeço o convite. Você sabe que eu tenho um monte de gente me esperando ali na Câmara, mas, depois do resultado aqui, nós vamos compartilhar as sugestões, os encaminhamentos, para a gente poder continuar cobrando e resolvendo essa grande questão que é a questão da moradia e da escritura dos lotes de todos vocês.

Então, Hélio, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Peço desculpas a todos os companheiros da Mesa, porque eu tenho que sair, mas nós vamos depois pegar as notas taquigráficas, a gravação, e o Hélio vai fazer um resumo depois de tudo o que foi dito aqui nesta Mesa e que nós vamos cobrar para a execução.

Um beijo no coração de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado. Muito obrigado ao Deputado Izalci Lucas, um combativo companheiro e amigo aqui no Congresso Nacional.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o nosso nobre Toni do Radar, um comunicador que tem falado para Brasília inteira sobre a questão da regularização fundiária. Eu o havia convidado para falar em nome do Jardim Botânico e em nome de toda aquela região. Ele ainda não havia chegado, por isso eu não o havia chamado para a Mesa, mas chegou. Então, nosso nobre Toni do Radar, queira sentar-se à mesa conosco.

Passo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro eu queria fazer a seguinte justificativa: eu, que não bebo bebida alcoólica, mal bebo, quando falei que, no Ano-Novo, bebem-se todas, não estou incentivando o alcoolismo, de jeito nenhum. Muito longe disso. Eu quero é que as pessoas saiam das preocupações e pensem que o Ano-Novo que se inicia é um ano de esperança, e que nós precisamos fazer as mudanças necessárias. Foi nessa linha que eu falei de fazer essas questões, o.k.?

Dr. Franklin da Costa, Subprocurador-Geral da República. Serão 15 minutos. Avisamos aos 12.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Muito bem, Senador.

Boa tarde a todos!

Primeiro eu quero agradecer a generosidade do Senador Hélio José em fazer esse convite ao Ministério Público Federal. Ele poderia convidar qualquer pessoa do Ministério Público Federal, mas deferiu esse convite à minha pessoa, o que muito agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Só um minutinho, Dr. Franklin Costa. Já peço desculpas ao Sr. Subprocurador-Geral da República.

É só para dizer que já chegou aqui a convidada Selma Godoy, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). E a Drª Patrícia também chegou. A Drª Selma vai compor a Mesa com a gente, em nome do Ministério Público do Distrito Federal.

Quero agradecer ao Dr. Leonardo Bessa e a todo o Ministério Público.

Convido a compor a Mesa a Drª Selma Godoy, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, e peço que se reinicie o tempo do nosso Subprocurador-Geral da República, Dr. Franklin Costa.

E me desculpem por estar almoçando aqui. Todos se sintam servidos nesse almoço breve de um sanduíche – é em prol do trabalho, em prol do nosso brasiliense, do nosso brasileiro, o.k.?

Muito obrigado.

Dr. Franklin Costa.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Vinte e quatro horas é pouco para o Senador, não é? Não dá tempo nem de almoçar.

Mas eu estava falando da minha satisfação em estar presente aqui com vocês. Uma das coisas que eu tenho trabalhado, no Ministério Público... Tenho 28 anos de Ministério Público, trabalhando muito com essa matéria, com a questão de direitos humanos, não só aqui no Distrito Federal, mas principalmente na Região Norte – Rondônia, Roraima, Acre – e também no Tocantins e no Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico impressionado com o fato de que, passados 500 anos de descobrimento do nosso País, nós estejamos hoje ainda debatendo essa matéria relativa a um direito que é um direito fundamental, uma garantia primordial que está inscrita no art. 5º da Constituição Federal, que é a garantia do direito à moradia. E, aí, eu não falo só no direito à moradia, mas à garantia de que cada um tenha o seu pedaço de terra neste imenso País de latifúndio.

O nosso problema é um problema histórico. Nós começamos erradamente, com essas tais das sesmarias, por meio das quais se dividiu este imenso País por alguns poucos, e isso prevaleceu até hoje, essa questão dos latifúndios, que impedem o acesso daqueles mais desfavorecidos a um pedaço de terra, à sua habitação.

E o que nós temos visto de história neste País em relação a isso é a violência. Não é só a violência no campo, mas a violência urbana, por conta do não atendimento de uma necessidade básica, de uma garantia constitucional, que é a garantia da habitação, a garantia da moradia, que qualquer cidadão deve ter, para a sua segurança, para a sua proteção.

Você imagine chegar à sua casa, você se acomodar e saber que ali você está protegido, vai fazer o seu repouso, para, no dia seguinte, voltar ao trabalho. Imagine aquele que não tem isso, que vive batalhando, como vocês, uma luta intensa, duradoura, uma luta que não sabe quando vai ter fim, na busca de uma moradia. Há gente que trabalha e busca isso durante toda a vida e, às vezes, a vida acaba, e passa para os filhos, passa para os sucessores, e não consegue alcançar isso que é uma necessidade básica e, como eu falei, uma garantia inscrita na Constituição – já era antes, e sempre foi, o que chamamos de direito natural. E a Constituição de 1988, no próximo ano, vai fazer 30 anos, mas os Estados, os governos, os Municípios e as prefeituras não conseguiram ainda implementá-la, seja por inoperância, seja por falta de iniciativa política, seja por não se dar importância a isso na vida de um cidadão.

Contemplo vocês daqui desta mesa e vejo seus rostos sofridos, vejo essa luta de vocês, essas batalhas que vêm sendo desenvolvidas há anos, principalmente aqui, no Distrito Federal. Podemos dizer que o Distrito Federal é um quadrilátero de elite. A elite invade, se apodera, forma os condomínios, mas os desfavorecidos não conseguem fazer isso. E não que a elite deva ficar fora do processo, pois todos temos o direito à habitação, seja o rico, seja o pobre, seja aquele que esteja em qualquer lugar. Nós temos terra, o Brasil tem espaço para isso.

Essa lei é um avanço, e eu quero parabenizar aqui o Senador Hélio José e também o nosso Deputado Izalci – já saiu, não é? – pela batalha que tiveram na luta pela implementação da lei e pelas emendas que foram apresentadas a fim de atender ao interesse daqueles que são necessitados e também a fim de atender os interesses daqueles que estão aqui, no Distrito Federal.

O que nós esperamos é que os governos – não só este que está atualmente, a gente não sabe o que será a partir de 2019, após as eleições de 2018 – implementem essa legislação, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a lei está no papel. No entanto, para ela se realizar, é preciso ações, é preciso iniciativas, é preciso que o Governo coloque as pessoas que têm sintonia com este tema, que têm simpatia com este tema, que gostem de gente, que gostem de pobre, que gostem das pessoas, para fazerem implementar a legislação e garantir a regularização fundiária, a regularização dos lotes.

Aqui há uma coisa que é impressionante. As ações começam de trás para frente. O que se faz? Primeiro, garantia de habitação, garantia de moradia. É fazer o assentamento, colocar as pessoas nos lugares certos. As pessoas estão próximas às nascentes? Vamos colocar as pessoas naqueles lugares onde não haverá dano ambiental. As pessoas estão próximas a um patrimônio histórico e cultural? Vamos colocá-las onde é possível fazer os assentamentos. Aqui começam de trás para frente: primeiro saem derrubando, não interessando quem esteja lá dentro, começa-se do final; derruba-se a moradia, derruba-se a casa, derruba-se o barraco, deixam-se as pessoas ao léu, e não se resolve o problema do assentamento.

Essa lei traz os procedimentos, enumera os procedimentos a serem feitos, e o que nós esperamos é que o Governo faça isso.

Nós temos aqui as nossas queridas promotoras, que já estão aqui e que vão falar daqui a pouco, que são aguerridas na defesa dos direitos humanos, na defesa dessas necessidades.

O Ministério Público vai estar atento ao atendimento, ao respeito aos direitos humanos, para que as iniciativas sejam efetivamente tomadas, sejam efetivamente implementadas.

Estamos aqui hoje nesta Mesa com todos os órgãos que têm responsabilidade sobre esse tema, temos pessoas altamente gabaritadas, pessoas que têm experiência nisso, que estão investidas do poder de, unidas, fazer essa realização.

Outra coisa: os órgãos públicos não podem trabalhar uns de costas para os outros. Toda essa convergência da Secretaria de Habitação do Distrito Federal com o Incra, com outros órgãos, órgãos ambientais, com a Secretaria de Patrimônio da União, trabalhando conjuntamente, trabalhando agregadamente, o que nós chamamos forças-tarefas, e com o apoio legislativo para implementar... É claro que a lei criou um trâmite burocrático, mas ela vai dar segurança para nós fazermos o que é necessário para vocês.

Nós temos muitas dificuldades. Temos áreas que estão sobrepostas no País inteiro. Se você pegar, por exemplo, o Estado do Pará, verá que há três Estados do Pará, pelos registros de áreas sobrepostas às outras, são andares de terras. Temos que regularizar isso.

Então, quero elogiar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado, a iniciativa do Senador Hélio José de realizar esta audiência pública e agradecer a deferência que me foi concedida como representante do Ministério Público Federal, Subprocurador-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República – lido com direitos humanos –, para fazer esta pequena exposição aqui para todos os que estão neste auditório e para o País, que está assistindo.

Muito obrigado e boa tarde, Senador. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradeço ao nosso Dr. Franklin da Costa, Subprocurador-Geral da República. Como o Senador da República, todo Procurador da República é uma autoridade, tem o domínio sobre a sua própria fala e ação. É como um Senador da República, a mesma autoridade. Está escrito este tema aqui: autoridade. Nós temos o nosso poder discricionário de falar o que nós pensamos e o que nós queremos encaminhar, a imunidade parlamentar.

Como é que se vai fazer a organização? Como o Dr. Thiago vai ter que ser substituído por outra pessoa, porque ele está sendo convocado no GDF, já combinei com ele: vou dar duas falas para pessoas tratarem dos problemas que existem no GDF, que vai ser o Gilberto, da Amovipe, e o Toni, do Jardim Botânico; em seguida, ouviremos o Dr. Thiago – ele vai sair e vai pôr outra pessoa para substituí-lo, que está na plateia, vem uma pessoa responsável, uma pessoa virá para cá para representar o GDF.

Então, vamos lá, passando a palavra ao Dr. Gilberto, da Amovipe, da região de Vicente Pires, essa região que está sendo regulamentada com muitas discussões. Então, o Dr. Gilberto, Presidente da Amovipe.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Senador, obrigado.

Boa noite a todos.

Muito se tem falado de regularização aqui no Distrito Federal, mas não é essa a verdade, o que está acontecendo. Aproveitando a presença do Secretário – até deveria estar aqui presente, lamento não estar, o Júlio César da Terracap –, quero dizer que regularização, da forma como está sendo feita em Vicente Pires, na Colônia Agrícola Samambaia, é ir contra tudo o que foi falado aqui dentro da lei. É uma vergonha, Secretário, chegar a uma cidade sem cumprir nenhum requisito da lei e impor goela abaixo uma regularização arbitrária, mentirosa e covarde. (Palmas.)

Por quê? Houve algumas reuniões com os moradores, não fizeram audiências públicas para saberem o que era a região; e impuseram na região a Reurb-E, sendo que a área tem aproximadamente 30% de pessoas que não têm condição de pagar o mínimo, porque ganham salário mínimo, porque são idosos, que estão lá morrendo, infartando, por causa da regularização. Chegaram à região e, goela abaixo, impuseram. Falaram: "Olha, quem não tiver condição de pagar, a gente vende o lote através da licitação e devolve as benfeitorias, que seria a casa – por exemplo, quem comprou vai pagar –, e vocês compram em outro lugar." Não estão obedecendo nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse ponto aí também, é uma vergonha o Ministério Público não estar analisando e vendo o que está acontecendo, dando aval para essa regularização fraudulenta que está acontecendo. Olhem bem, se você tem um imóvel, um veículo ou qualquer outra coisa, e existe uma ação na Justiça envolvendo a dominialidade disso, por exemplo, alguém requerendo a posse, dizendo que não é seu, é dele, não pode haver regularização. A lei é clara quanto a isso.

A Fazenda Vicente Pires tem 1.162 alqueires desapropriados de quem não era proprietário, 400 alqueires. Uma escritura falsa que a Terracap tem dá a ela 970 alqueires lá dentro; mas a área tem 1.162 alqueires em comum, e eles não querem fazer a demarcação, não é, Secretário? Há também uma ação de usucapião sobre a área e, mesmo assim, eles colocaram os lotes a venda; estão impondo...

Por exemplo, o edital, muito claro, deixou claro que qualquer pessoa poderia impugnar. As pessoas foram lá; e foram 58 impugnações ao edital. A Terracap vai à TV e diz o seguinte: "A impugnação não importa, nós vamos continuar com a venda da mesma forma." A 13.465 deixa claro, no art. 16, que, em havendo litígio, não pode haver regularização dentro da área; mas não levaram isso em consideração. Os juízes da primeira instância não estão levando em consideração a lei federal. E, aí, tudo o que a Terracap, tudo que a secretaria fala, eles falam que é verdade.

Gente, afinal de contas, para que uma lei, então, se o todo poderoso Rollemberg pode impor... Não dá desse jeito não! São centenas, milhares de pessoas que não têm condição de pagar pelo lote.

Aí a Terracap diz o seguinte: "Não; Reurb-S é apenas para região toda." Por exemplo, a Vila São José, que foi colocada, não por pessoas. Então, Senador, é interessante analisar esse ponto na lei, porque Reurb não pode ser por área, e, sim, por pessoas, por famílias.

Aí, as pessoas que não têm condições de pagar foram lá e ouviram o seguinte: "Não, Reurb é só para 250 metros. E aí você tem 400." Mas não estão levando em consideração que as pessoas estão dentro da área há 30 anos; compraram quando a área era uma favela e ninguém queria. Não tinham condições de comprar em outro lugar, compraram ali, mas aí a Secretaria vai lá e joga para fora.

E outro ponto que está acontecendo: gente, os imóveis de Vicente Pires e na maioria dos lugares em que está havendo regularização são áreas consolidadas. Em Vicente Pires não tem de se falar mais em derrubada. Está fazendo a regularização... E eu passo todos os dias, ontem, hoje, a Agefis está lá dentro. Os tratores estão lá derrubando os imóveis. Afinal de contas, vão regularizar ou vão derrubar? Aí fica a pergunta: por que não se cumpre a lei?

Aliás, quero informar a todos que a gente está entrando com uma ação para acabar, extinguir a Terracap, porque ela não tem mais finalidade. O que acontece hoje na Terracap é o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se você contrata um corretor, ele ganha 5% do seu imóvel para vender o seu imóvel, aí o restante é seu. A Terracap pega 100% do valor do imóvel para manter os altos salários dos que hoje ocupam os cargos lá dentro. Além dos salários, ainda têm... (Palmas.)

Então, já passou da hora de extinguir esse órgão, que só pega os imóveis do Distrito Federal para manter os salários. Nós temos motorista dentro da Terracap que ganha 16,4 mil; nós temos o presidente, que ganha 54,4 mil – isso sem contar a comissão que ganha em cima dos imóveis. Não dá mais para admitir isso.

O que a gente queria pedir para o Ministério Público é que analisasse a lei antes de dar o aval numa regularização fraudulenta que está sendo feita pela Terracap. E que analisasse também se a Terracap tem finalidade ainda para existir, porque, da forma que está, está lesando o patrimônio e lesando todos nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Gostaria de passar a palavra, agradecendo o Gilberto da Amovipe, ao Toni, do Portal Radar, e, em seguida, ao Thiago, da Segeth.

Toni, do Portal Radar, 15 minutos. Aviso aos 12.

O SR. TONI DUARTE – Boa tarde, Sr. Presidente desta audiência pública, Senador Hélio José; cumprimento também todos que estão à mesa.

Quero registrar a presença de várias lideranças do Jardim Botânico, maior cidade condominial do Distrito Federal, uma cidade que luta 24 horas por dia pela sua regularização e pela regularização do DF, e registrar a presença dos moradores da Cidade Estrutural, uma cidade que é ícone na luta... (Palmas.)

...que sobreviveram a todas as violências no campo da moradia e que, enfim, estão aqui resistindo bravamente, ajudados que são por outro bravo companheiro de luta, que é o Dr. Carlos Alberto, que tem marcado presença nesta luta, seja na Estrutural, seja no Jardim Botânico.

Mas eu gostaria de colocar o seguinte: nós atravessamos este Governo com a esperança de um dia termos efetivamente uma lei que possa regularizar, fazer a regularização fundiária. E, olhem: nós, que lutamos para caramba em 2016, quando o Presidente Temer mandou aquela MP aqui para o Congresso Nacional... A gente, bem ali, dizia: "Bom, agora nós temos uma lei; uma lei federal que vai resolver nossos problemas".

Pois muito bem, a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, diante de um debate grande com a comunidade, e quem mais participou desse debate foi exatamente a população de Brasília, porque nós temos aqui um terço da população morando de forma irregular, e, durante esse Governo, foi insultada como se fôssemos todos grileiros. É muito mais fácil para um governante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não tem compromisso nenhum com a sua população dizer que nós somos bandidos, que nós somos grileiros, do que realmente fazer a regularização fundiária.

Diante de tantos insultos, diante de tudo o que se viu nesses últimos três anos, com mais de 20 mil pessoas – este é o saldo trágico dos últimos três anos deste Governo –, mais de 20 mil pessoas sem moradia arrancadas de duas casas, colocadas no olho da rua, onde o Estado emprega a sua força... Esse mesmo Estado não teve a coragem de reassentar ou dizer para o cidadão onde morar; deixou velhos, deixou crianças, deixou pessoas no meio da rua ou, então, dentro de um albergue podre onde não dá para ninguém viver por muito tempo.

E, quando a gente chega neste momento, neste final de 2017, a gente observa que uma luta que a gente travou há dois anos até agora não está consolidada. Primeiro porque o Governo Federal até agora não regularizou, não regulamentou uma lei; e, segundo, porque, mesmo a lei ainda não regulamentada, está valendo, e o Governo do Distrito Federal a coloca um pouco afastada. E tudo o que foi feito até agora, eu posso dizer claramente, foi graças ao esforço da comunidade, da sociedade brasiliense que vive esse problema.

Eu sei o quanto é mais fácil para o Governo fazer caixa. Como fazer caixa, já que é um Governo que o tempo todo dizia que não tinha dinheiro? É fazendo, promovendo a venda direta, mas promovendo a venda direta de forma muito clara, transparente. Até hoje a Terracap não tem um método transparente para mostrar para a população como está fazendo esse processo. Foi preciso o Jardim Botânico, Senador Hélio, ir para cima, se reunir, para dizer o seguinte: ou coloca as coisas muito claras, dando garantia aos moradores para que comprem, entrem para a venda de terreno adquirindo seus lotes, ou então não haverá negócio. E, aí, a Terracap foi obrigada, realmente, a colocar uma cláusula de que, se comprovado lá na frente que a terra, a área, não é pública, tem obrigação de devolver o dinheiro. E isso é um título público, está lá registrado e assinado.

Mas essa mesma Terracap que faz isso no Jardim Botânico não fez no Vicente Pires. E, aí, o Gilberto tem realmente a legitimidade para não aceitar esse processo, porque lá é o seguinte: lá não tem nada que garanta que, se não for da Terracap a área, depois o Estado possa devolver o dinheiro de quem comprou. Então, essa situação tem que ser muito clara, tem que ser transparente.

Eu penso que nós estamos diante de uma audiência pública que tem o objetivo de exigir do Governo Federal, primeiro, que regulamente a lei; e, segundo, que obrigue o Governo do Distrito Federal a cumprir a lei, a aplicar a lei. (Palmas.)

Esse é o objetivo desta audiência pública e, por conta disso, eu quero aqui parabenizar os dois Parlamentares que mais se envolveram nessa luta. O primeiro é o Izalci Lucas, que foi o presidente dessa comissão inicial dentro do Congresso Nacional, que aprovou a lei federal da regularização; o segundo, o Senador Hélio José, que tem se envolvido bastante... (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

...e conhece como ninguém a situação do DF.

Portanto, eu quero dizer o seguinte ao Senador Hélio: não vamos cruzar os braços, Senador. Use o seu mandato até o final para fazer cumprir uma lei que veio de um debate popular, que veio a esta Casa sob o debate popular, porque do próximo governo que entrar, a continuar dessa forma, nós estaremos 24 horas também cobrando, com mãos de ferro, como a gente tem cobrado até o dia de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradeço ao Toni Duarte.

Quero confirmar que pretendo, se Deus me der saúde e condição, porque eu estou numa gripe danada, estar presente lá no aniversário do Senadinho, nesse sábado, almoçando com vocês e batendo um papo com a turma do Jardim Botânico. O.k., Toni? Um forte abraço a você e obrigado pelo pronunciamento.

Passo a palavra ao Dr. Thiago Teixeira de Andrade, Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal, Segeth. Depois do Dr. Thiago, falará o Dr. Luciano, que é advogado e representante das novas cidades Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Arapoanga e outras novas cidades.

Dr. Thiago Teixeira de Andrade com a palavra. Até 15 minutos, aviso aos 12.

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Obrigado, Senador Hélio. Obrigado pela palavra e obrigado pela organização do evento. É uma grande oportunidade de prestar contas, prestar esclarecimentos e, principalmente, colocar alguns pingos nos is para evitar discursos que, deliberadamente, confundem a cabeça dos cidadãos e misturam assuntos completamente diferentes, instrumentos diferentes e principalmente estratégias diferentes.

A gente tem o maior orgulho de fazer parte da maior regularização fundiária que vem ocorrendo no País. Temos sido convocados... A Codhab já está terminando de rodar os outros 26 Estados da Federação divulgando esse trabalho, no caso de escrituração gratuita, porque a Lei 13.465 e a MP 759 incorporaram e deram mais segurança jurídica para aquilo que a Codhab já vinha empreendendo, porque já tínhamos essa previsão legal de entregar a escrituração gratuita para as pessoas. E nós já entregamos em área de interesse social, no que seria agora, na nova nomenclatura, a Reurb-S, nós já entregamos agora, nesse fim de semana, 41.257 escrituras. São escrituras de diversas naturezas, porque a própria MP 759 e a própria 13.465 falam das diversas naturezas de escrituração pública, com diversos instrumentos.

A lei de legitimação fundiária é um novo instrumento que ainda não sabemos exatamente como aplicar por falta da regulamentação federal. Fora isso, nós temos a legitimação de posse, nós temos a escritura pública de doação para as áreas de baixa renda e diversos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos que garantem ao morador, ao cidadão, aquilo que o nosso Procurador da República disse, o Dr. Franklin, que é a concretização do direito à moradia.

Em alguns casos, essa escrituração... O registro é permitido imediatamente após ele receber esse documento. E algumas é com a condição de espera de cinco anos, algumas com a condição de resolver algum problema de natureza fundiária ou de natureza documental das pessoas. Mas isto – entregar 41.257 títulos em áreas de baixa renda – significa dar autonomia e poder ao cidadão, e não deixá-lo mais vinculado ao Estado, independente do Estado, independente principalmente dos interesses político-eleitorais, como o próprio Deputado Izalci colocou aqui: muitas regularizações fundiárias poderiam ter sido empreendidas e não foram por causa desse vínculo, dessa demanda que ele chamou, ele mesmo colocou aqui, voto de cabresto.

Então, tenho o maior orgulho de fazer parte desse processo, um processo que vem sendo exemplo para o Brasil. Na sexta-feira retrasada estive em Cuiabá numa espécie de seminário, curso, oficina sobre regularização fundiária em torno da 13.465, porque naturalmente a lei nova enseja e levanta muitas dúvidas e coloca muito receio dos aplicadores do Direito, dos aplicadores funcionários públicos de como fazê-lo, ainda mais sem a regulamentação federal. E nós temos empreendido e temos compartilhado essa experiência com outros Municípios, com outros Estados. E esse é o nosso dever, porque aqui, por uma série de questões de tradição, nós temos o Estado mais bem equipado, mais bem aparelhado e uma tradição da regularização fundiária que sempre foi exemplo para o Brasil.

A discussão da 11.977, a lei que cria, regulamenta e solidifica o Minha Casa, Minha Vida, tinha um capítulo de regularização fundiária que foi integralmente substituído pela 13.465 e, desde lá, desde 20, 25 anos atrás, o Distrito Federal tem sido vanguarda nessa discussão em nível nacional, e o foi também na 13.465. E é muito fácil falar que o Distrito Federal foi vanguarda, esteve presente no debate da MP 759, porque nós fomos reconhecidos pela Casa Civil da Presidência da República como o primeiro Estado da Federação a regulamentar e recepcionar alguns dispositivos da MP 759. Em março nós já tínhamos alguns decretos que recepcionavam e criavam justamente aquilo que nós louvamos como maior avanço na regularização fundiária, que é a mediação, a resolução de conflitos extrajudiciais, que já foi aplicada, por exemplo, no Vicente Pires.

As impugnações que o Gilberto coloca foram colocadas no âmbito já da MP 759, no âmbito já da 13.465, numa mediação extrajudicial. Nós publicamos o edital, e a população pôde recorrer. E os problemas foram resolvidos tête-à-tête, cidadão a cidadão, porque muitos problemas apontados pelos moradores eram problemas relativos à dimensão do seu lote, à rua que não estava certa e assim por diante. Isso foi revisto e chegou ao cartório.

Tenho muito orgulho também de pertencer a uma equipe que trabalha exatamente, como disse o nosso Subprocurador-Geral, não de costas um órgão para outro, mas Integrada de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

horizontal, colaborativa, porque o órgão ambiental tem licenciado com celeridade esses projetos. A Terracap e a Segeth têm trabalhado em união para fazer a regularização fundiária da forma como deve ser. E da forma como deve ser significa: licenciamento urbanístico, licenciamento ambiental e todo subsídio para registro em cartório.

E mais: essa colaboração e essa horizontalidade na troca de informações só foram possíveis porque, no ano de 2015, nós batemos à porta do Ministério Público, principalmente nas promotorias de defesa da ordem urbanística, na promotoria de defesa do meio ambiente, na promotoria do patrimônio público e na promotoria que cuida também de registros públicos, e fomos discutir o TAC 02, de 2007. Nós não fomos simplesmente para o embate jurídico de questionar a validade do TAC 02, de 2007. Nós colocamos: o TAC 02, de 2007, apresentou grandes inovações ao processo de regularização fundiária ao Brasil, e nós cremos que ainda seja o TAC 02, de 2007, a base para discutir isso. É claro: algumas coisas foram mudadas por leis superiores, mas nós fizemos esse debate com o Ministério Público em 2015 e foi isso que permitiu que, já em 2015, nós aprovássemos o projeto de regularização do Vicente Pires naquela gleba que é conhecida como a gleba do Jockey, o trecho que agora está sob venda direta da Terracap e também os condomínios Ville de Montagne, Solar de Brasília e outros ali na região de Jardim Botânico, que hoje já estão com suas vendas diretas encaminhadas ou até concluídas.

Aí é preciso dizer que nós tivemos mais de 90% de adesão em todos eles – 90% dos moradores foram lá firmar o seu contrato com a Terracap. E não é verdade que os moradores que se enquadram em Reurb-S estejam de fora. Aqueles moradores que cumprirem os requisitos da Reurb-S, da baixa renda, receberão seus títulos em doação sim, Sr. Gilberto. Receberão, receberão, tanto que a Terracap já recebeu uma comissão de moradores que reivindicam a Reurb-S no interior, mesmo no interior das ARINEs do Vicente Pires. Ou seja, não é verdade, nunca foi e nunca esteve no nosso ordenamento jurídico, que a regularização fundiária se dá por perímetro de classificação de Arine em Aris. Não era assim que já estava antes. Não tem modificação nesse contexto da 13.465. Ao contrário, sempre foi verificado, no interior de cada uma dessas grandes áreas, quem era, de fato, Arine (Área de Regularização de Interesse Específico) – basicamente os condomínios de classe média e média alta – e também Aris (Área de Regularização de Interesse Social), porque há, sim, em alguns poucos casos, uma mistura dessas duas condições. E elas são atendidas, são verificadas pela Codhab, no caso das ARISs, ou pela Terracap, no caso das ARINEs. E isso vem sendo feito isso.

É claro que é um processo que vai demorar um pouco mais do que a simples venda direta que já está empreendida, mas isso já está garantido, e a Terracap... Disso estou de prova, porque um dia eu estava saindo de uma reunião com o Presidente Júlio César, que só não está presente por estar internado com um problema renal, e ele estava na reunião seguinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recebendo a comissão de moradores que reivindica justamente a regularização por meio da Reurb-S, ou Aris, como está na nossa PDOT.

Quero também fazer aqui uma questão. O Deputado Izalci deixou claro. Como a gente vem dizendo, não tem bala de prata, não tem caneta de ouro para resolver regularização fundiária. Não é simplesmente a vontade de um gestor ou outro que vai entregar um pedaço de papel assinado que vai garantir título para ninguém. O Deputado Izalci aqui colocou que ainda há passos administrativos e de licenciamento a fazer. E nós estamos empreendendo todos eles, com segurança, dentro da lei. Não temos sofrido impugnação e, se estão hoje sendo vendidos de forma direta, no caso das Arines, ou como Reurb-E é porque chegaram a cartório e, se chegaram a cartório, não há mais dúvida de propriedade não.

E, aí, o que o Toni colocou, que existe lá um acordo. Se, no final das contas de um processo judicial, não ficar comprovada a propriedade da Terracap e tiver que devolver o dinheiro, é num caso muito específico e particular de um condomínio em que o tribunal federal suscitou uma dúvida para um perito, e a Terracap foi justamente com aqueles impugnadores resolver um acordo para celebrar a regularização fundiária, porque o restante dos moradores que não ajuizaram aquela ação estavam absolutamente descontentes com esse processo de parada da sua regularização fundiária, basicamente na região do Jardim Botânico, especialmente no Condomínio Jardim Botânico VI. Mas há outros também, e ali, com aqueles que entraram na Justiça, foi feito um acordo dessa natureza, mas vejam que não estamos falando aqui de Solar de Brasília, não estamos falando aqui de Ville de Montagne, não estamos falando de Vicente Pires.

É aqui que eu os alerto para não confundirmos alhos com bugalhos. Se está no cartório, é porque cumpriu a 13.465, Senador, porque a 13.465 nos permitiu, de fato, já na MP 759, abrir o conflito de mediação e fazer o registro cartorial com muito mais celeridade.

E nós fomos os primeiros a regulamentar por quê? Porque nós começamos a regularização fundiária em 1º de janeiro de 2015, e a MP tinha um artigo que dizia que àqueles processos iniciados no processo de regularização fundiária é permitido continuar no mesmo rito. Só que uma parte do rito não tinha mais vigência, que era a parte da escrituração, a parte de como resolver o problema da impugnação e como levar ao cartório esses procedimentos. E nós regulamentamos isso com rapidez. Fomos a primeira unidade da Federação a criar a câmara de conflito ainda no âmbito da PGDF, porque a MP 759 criava isso no âmbito da advocacia pública, ou seja, da nossa Procuradoria-Geral. E, já no âmbito da lei, isso muda, e não tem mais essa obrigatoriedade de ser no âmbito da advocacia pública, sanando um problema que muitos Estados e Municípios apontaram, que era o fato de muitos Municípios não terem a advocacia pública instituída.

Então, nós participamos efetivamente desse debate. Passamos mais de seis meses aqui dentro da Comissão Mista, com o gabinete do Senador Romero Jucá, discutindo. Eu acho que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em termos de unidades da Federação, não houve outra unidade mais aguerrida do que São Paulo e Brasília.

E, como tenho dito, rodamos o Brasil inteiro para divulgar esse trabalho. E somos convidados. Não rodamos por estarmos fazendo uma política de divulgação, mas porque somos convidados, e vimos as deficiências e os problemas que o restante do Brasil tem por falta de operatividade, de operação, de quadro funcional e, obviamente, de regulamentação específica

Vou terminar só dizendo que nós temos entregues, neste momento, 41.257 escrituras, mas queremos chegar ao número de 63 mil até o final do ano que vem, que, somado aos 14.500 lotes que a Terracap venderá de forma direta, alcançará quase 80 mil títulos. Se 41 mil hoje significam praticamente 140 mil pessoas afetadas de forma direta, 80 mil significarão mais de 270 mil pessoas de forma direta.

O resultado disso será uma redução da informalidade – é bom que o Ministério Público ouça esse dado. Nós temos hoje dados de monitoramento de indicadores urbanísticos que serão publicizados muito em breve e, tenho certeza, serão de grande valia para o Ministério Público. Isso reduzirá em cerca de 10% o nível de informalidade do Distrito Federal. Isso nunca foi feito.

Agora, por que isso está sendo feito? Porque ninguém acredita numa caneta de ouro ou numa bala de prata para esse problema da regularização fundiária. Nós acreditamos é no trabalho, é no trabalho de convencimento, no trabalho técnico, no trabalho político e no trabalho de mediação com a comunidade. No Vicente Pires foram feitas mais de 17 reuniões, algumas delas com 500 pessoas, para falar disso, e é por isso que hoje nós temos mais de 90% de adesão em contratos com a Terracap.

E, da mesma forma, nós temos feito a regularização fundiária no Sol Nascente. Na Estrutural já foram mais de dois mil títulos; em São Sebastião já foram mais de três mil títulos. Em Samambaia, que não parece uma cidade irregular, porque é uma cidade com muita infraestrutura e uma cidade implantada pelo Estado, assim como São Sebastião foi regularizado e tomado pelo Estado, nós já temos, só em Samambaia, mais de nove mil títulos entregues. Em Ceilândia temos quase seis mil.

Então, isso está sendo feito em todos os quadrantes do Distrito Federal, em todas as cidades do Distrito Federal. E, mais importante, acompanhado via de regra, nas áreas mais carentes, de urbanização, como o é caso do Buritizinho, que nós chegamos primeiro com a urbanização, antes da titulação, porque o projeto ainda não está registrado em cartório. Assim também temos feito no Porto Rico, no próprio Vicente Pires e como temos enfrentado hoje o processo de regulamentação da Lei 13.465 no âmbito do Distrito Federal.

Nós temos um grupo de trabalho instituído, já temos várias estratégias e vários instrumentos que estão sendo debatidos. E vamos sair, no ano de 2018, com a 13.465 absolutamente regulamentada no âmbito do Distrito Federal. E estamos, claro, em diálogo também com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério das Cidades esperando essa regulamentação. E temos também muitas conversas com o Incra, não exatamente por meio da Segeth, mas principalmente por meio da Administração Regional, da Secretaria das Cidades e da Terracap. Temos feito essa horizontalidade nas ações. Por isso é que temos colhido vários frutos nessa política de regulação fundiária. E repito: faço parte de várias redes nacionais de informação, de troca de informação e de luta pela reforma urbana, e posso dizer que não há hoje processo de regularização fundiária acontecendo no País nessa quantidade, nesse vulto, e com essa responsabilidade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradeço ao Dr. Thiago Teixeira de Andrade.

Passo a palavra ao Dr. Luciano da Silva Cavalcanti, advogado representante das novas cidades: Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Arapoanga e outras.

Comunico que o próximo a falar será o Sr. Junior Almeida, Presidente do Instituto Terra Legal – ITL

Com a palavra o Dr. Luciano Cavalcanti.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Boa tarde a todos.

É com muito pesar que digo que as derrubadas no Sol Nascente continuam.

Se tudo estivesse resolvido no Governo do Distrito Federal, como o meu amigo Thiago Andrade falou, vocês não estariam aqui. Se tudo estivesse resolvido, como o nosso amigo, o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg pleiteia, vocês não estariam aqui. (Palmas.)

Não é possível que o Governador do Distrito Federal não atente para algumas coisas. Primeiro, algumas escrituras públicas realmente foram entregues, foram mandadas para o cartório e algumas pessoas tiveram... Está quanto o valor agora, Thiago, da escritura? (Fora do microfone.)

Pois é. Aí, o que que acontece? Lá na Ceilândia, algumas pessoas receberam autorização para ir ao cartório e pagaram pelas suas escrituras, que até então seriam gratuitas – viu, Senador? – , mas não foram. Engraçado!

Eu tenho muita preocupação com o seguinte. A Codhab e a Segeth são empresas públicas – a Secretaria da Habitação e a Codhab como companhia – para cuidar realmente da gestão do território do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto aos senhores que estão aqui hoje: se tudo o que o Thiago está falando é verdade, o que a gente está fazendo aqui? (Palmas.)

Eu não tenho dúvida de que o Secretário Thiago está trabalhando, eu não tenho dúvida. Eu estive com ele lá na Luos... Eu vi, é um jovem que tem andado, que tem batalhado, que tem trabalhado, mas aí eu esbarro num problema, Senador. O Governador do Distrito Federal, este cidadão que está aí, que eu me recuso a dizer o nome dele, porque aqui está todo mundo de saco cheio... O senhor pode ficar tranquilo, porque, às 19 horas do dia 7 de outubro do ano que vem, nós vamos dar o troco para ele. (Palmas.)

O senhor pode ligar a televisão – viu, Senador? – que nós vamos ver o senhor eleito, se Deus quiser, a Deputado Federal, mas a primeira coisa que nós vamos ver é ele fazendo discurso lá no Buriti dizendo a todos: "Me desculpem, porque eu acabei com o DF!"

Mas a gente vai desculpá-lo; realmente, ele não vai ser eleito nem para síndico do prédio dele.

Eu falei de derrubada. Eu fiquei vendo a Agefis derrubando o Sol Nascente...

O senhor falou, Secretário, de Samambaia. Debaixo das linhas de Furnas há uma situação para o senhor dar uma olhada, viu? O senhor dê uma passadinha lá na...

Senador, os representantes do seu gabinete estão de parabéns, porque eles têm visto o povo, eles têm ouvido o povo. Essa regularização fundiária, como foi dito pelo Secretário de Gestão de Habitação do DF, parece assim muito boa na teoria, mas, na prática, com todo respeito ao Secretário, ninguém tem visto.

É engraçado falar do Sol Nascente... Eu posso falar do governo que passou, porque é muito fácil falar do Sol Nascente, do Trecho 1 do Sol Nascente hoje por exemplo. O Trecho 1 do Sol Nascente começou, se não me engano, no Governo Arruda e se estendeu ao Governo Rollemberg. Aliás, se estendeu ao Governo Agnelo, e o Governador Rollemberg pegou tudo pronto. É muito fácil chegar e falar do governo que passou. Por exemplo, o nosso amigo do Radar estava falando que esse Governador absurdo disse que não havia dinheiro para nada. Agora há dinheiro para tudo. Incrível, Senador! Passou a vida toda dizendo que o outro governador era ruim. Agora pasme o senhor: ele é pior que o governador que passou. Como é que pode?

Eu passo a vida – viu, Senador? – dizendo que o senhor é ruim. Aí, quando assumo, sou pior que o senhor. Incrível, entendeu?

Gente, a regularização fundiária do Distrito Federal precisa melhorar muito. O Senador está certo. Thiago, você está certo também, assim como o Izalci: não há bala de prata para resolver o problema da regularização fundiária. Essa lei, que, com muito esforço, o Senador Hélio José e o Izalci... Ela foi abraçada pelo Distrito Federal e, se não fossem esses dois Parlamentares... Eu tenho uma má notícia para vocês: ela não tinha nada a ver com o DF. Se não fosse a luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse cara incansável, vocês estariam aqui hoje porque a regularização fundiária nos moldes da lei atual não aconteceria.

O Governador do Distrito Federal é obrigado a cumprir a lei federal? Ele é obrigado a cumprir a Constituição. Ele é obrigado a cumprir a Constituição, como o Senador Hélio tem falado. É o seguinte: desabrigar as pessoas, como ele tem feito...

É assim: a gente culpa as pessoas erradas. A gente tem a mania de dizer que a Bruna é ruim – viu, Thiago? –, mas a ordem parte do Governador. Pensem o seguinte: eu coloco vocês para tomarem conta da Agefis – eu mando você fazer. Esse Governador – não é, Gilberto? – tem feito a Bruna fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Pois é, mas o pior é que quem botou a Bruna lá foi o Rodrigo. A responsabilidade é dele.

A Bruna tem feito um terrorismo no Distrito Federal, tem lhes causado calafrio. Eu acompanho a Estrutural desde o governo passado. Era para ter sido resolvido há muito tempo. Vicente Pires, Gilberto? Há muito tempo!

Agora, pasmem: se não fossem o Senador Hélio e essa luta da lei agora, vocês estariam longe, mas muito longe de qualquer coisa. É verdade o que o Secretário falou: algumas coisas eles têm discutido. Agora, o fato é que toda legislação só vale a pena se a gente ver... O ser humano tem esta mania: ele precisa ver.

Será que o Gilberto está mentindo? Parece, não é, Gilberto? Será o Dr. Og, que está aqui, que luta feito um maluco, está mentindo? Será que um Senador da República se presta a este papel de dizer que está todo mundo errado, que nós aqui estamos certos e que está todo mundo errado?

Nós não temos visto, na prática, a regularização fundiária do Distrito Federal. Não vou dizer aqui que o Thiago está mentindo, eu só não tenho visto. Como vou dizer para o pessoal da Estrutural que está tudo regulamentado, que está tudo realizado, que está tudo feito? Vou estar mentindo, porque não tenho visto isso. Tenho andado na Estrutural e não tenho visto. Acabei de falar para ele o problema de Samambaia. Por que não resolve? Até quando vamos ficar vendo Parlamentar – entra governo, sai governo – mentir para o povo?

O Ministério Público, que está aqui, acho, sim, que deveria prestar também... Acho que tem desempenhado um grande papel, mas o governante está exagerando na mão um pouquinho. O Governador do Distrito Federal tem avacalhado as leis. Ele não cumpre, ele desdenha. Está aqui no site do Radar: a OAB, na pessoa do Dr. Og, na pessoa do Presidente, teve que fazer um desagravo ao Ministério Público, porque a nossa amiga Bruna falou muito mal dos advogados que defendem vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Bruna esteve aqui, em uma audiência pública, e chamou a gente de grileiro. É sério! Ela não teve nem a vergonha de pedir desculpa, como não pediu desculpa à Ordem dos Advogados do Brasil. Se eu fosse Senador da República aqui – é porque o Hélio, realmente, é uma pessoa pacífica –, eu tinha dado voz de prisão para a Bruna. Ela desrespeitou o Senado Federal, ela desrespeitou um Senador da República! Ela foi convidada e, na audiência pública, ela sequer pediu desculpa pelo que falou.

Então, no dia 7 de outubro do ano que vem, se os senhores tiverem um grupo em casa, familiar, vamos dar o troco para esse Governador e mostrar para ele quem é grileiro. Ele não precisa dos votos da gente, não é isso? Nós não somos ladrões? Nós não somos grileiros? A representante dele veio aqui e falou isso, Senador.

Essa legislação fundiária do Distrito Federal precisa melhorar, e muito. Para melhorar essa celeuma que ficou, a gente precisa estar atento ao que está acontecendo no governo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Pois é! Até agora, a pergunta que não quer calar: a casa da Bruna foi regularizada lá onde ela mora?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Espere aí... Então, Gilberto, a gente tem que derrubar Vicente Pires, não é isso? Mas, vem cá, a casa da mulher não foi regularizada não, não é? Então, por que o trator não passou lá? Por que lá não foi derrubado e tem que derrubar no Sol Nascente?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Essas são as perguntas que o Governador não responde. Essas são as perguntas que, infelizmente, Secretário, o senhor não tem como responder.

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Eu tenho.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Tem? Sabe? Foi regularizado?

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Ela mora em apartamento.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Ah, tá. "Ela mora em apartamento." Vocês acreditam? Eu lembro onde é a cada dela.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Mudou agora, não é? Ah, ótimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Então, a gente tem que escutar vocês, estão vendo? Eu só tenho que agradecer vocês. (Palmas.)

O Senador da República e Senador do povo está aqui para ouvir vocês. Chega de ficar dando ibope para quem não está nem aí para vocês. Vamos deixar que o cara que lutou por vocês fale por vocês.

Desculpa, Senador, usar seu nome, mas eu tinha dado voz de prisão para aquela "elementa". Aquilo é uma "elementa" que não teve coragem de pedir desculpas para a Ordem dos Advogados do Brasil! Não teve coragem de pedir desculpas ao Senado Federal! Ela desrespeitou a população e desrespeitou um Senador da República no exercício do mandato! Mas está tudo certo. O Governador está falando que vocês estão mentindo e que ele está certo.

Regularização já, sim! Porto Rico, Sol Nascente... Gente, vocês não sabem o tanto de problema que há para regularizar. O Ministério Público tem, sim, que ficar de olho na regularização fundiária; tem, sim, que ficar de olho na Terracap – a Terracap precisa de uma CPI. A Câmara Legislativa do Distrito Federal precisa deixar de ser conivente com esse elemento que está aí... (Palmas.)

... nocivo ao Distrito Federal.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradeço, Dr. Luciano.

Passo ao Junior Almeida Presidente do Instituto Terra Legal (ITL).

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Presidente do Alô Terra do Distrito Federal, Dr. Valdir Calisto.

Dr. Thiago, quem vai substituir aqui o GDF?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k. Eu sei que o senhor tem que ir.

Queria convidar o Edivaldo, representante legislativo do GDF, para representar o GDF na Mesa. O Edivaldo ficará na Mesa no seu lugar.

Muito obrigado, Edivaldo.

Obrigado, Thiago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa a palavra ao Dr. Junior Almeida, Presidente do Instituto Terral Legal (ITL).

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Em seguida, João do Violão, representando as cidades tradicionais: Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Estrutural e outras.

Junior Almeida com a palavra. (Palmas.)

O SR. JUNIOR ALMEIDA – Gostaria de cumprimentar toda a Mesa.

Eu acho que o povo que sofre já me conhece – dispensa até a minha apresentação –, porque o povo nos acompanha desde 2015.

Eu queria responder ao meu antecessor na fala e ao Secretário que está saindo.

Primeiramente, eu queria conhecer essa cidade das maravilhas que ele pregou aqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. JUNIOR ALMEIDA – Segundo, eu gostaria de dizer que a Bruna é 100% responsável pelos atos dela, até mesmo porque, quando eu comecei a andar por Brasília para poder ouvir as pessoas, eu era assessor do atual Governador do Distrito Federal. Quando eu vi que não havia intenção nem dele nem da governança, e muito menos de quem estava nos órgãos de regularização, eu pedi exoneração do governo dele em 2015 e fui para as ruas ouvir as pessoas.

Fui chamado, em março de 2015, à Vargem Bonita, na época da regularização daquelas chácaras. Sempre queo se chegava ao órgão que está aqui, a atual SPU... Na época ela estava como diretora de regularização fundiária da Terracap. Quando se chegava à Terracap, o problema era porque havia um parecer do Ibram; quando se chegava ao Ibram, o problema era no meio ambiente; quando se chegava ao meio ambiente, os processos estavam arquivados; quando se chegava à Seagri, voltava, porque precisaria de um parecer da Segeth, já que não havia equipamentos públicos.

Ora, se não são nem chácaras contínuas – essas chácaras estão lá há mais de 60 anos –, o que não havia era vontade política de se fazer. E eu vou falar a verdade aqui, doa a quem doer. Sabem por quê?

Porque quando fizemos uma audiência pública na Casa do povo, na Presidência da Casa Legislativa – vários aqui acompanharam a nossa luta –, falaram que a culpa é do Ministério Público, a culpa já não era mais de nenhum órgão de regularização fundiária do Distrito Federal, a culpa já era do MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós oficiamos ao Ministério Público, fizemos audiência, muito bem feita, com o Dr. Luciano Bertini para entender a gravidade, porque o Governo do Distrito Federal ia para a televisão dizer que não tinha condições de pagar um caminhão, mas ele tinha condições de desapropriar 64 chacareiros. E com que dinheiro? Qual vigilância ele iria colocar lá para tirar esses chacareiros que tinham planos de utilização, tinham planos de manejo, preservavam a área de vida silvestre e estão lá há mais de 60 anos, são os herdeiros legítimos de Brasília? Mas os órgãos de regularização fundiária queriam descer o sarrafo neles, tomar e já tinham vários mandados transitado em julgado pela vara do meio ambiente. Ora, nós não somos meninos, não.

Outro dia eu fui a uma reunião e veio uma pessoa dizer que Brasília está inchada, que Brasília não cabe mais, que Brasília foi planejada para um milhão e poucos mil habitantes. Aí eu te pergunto... O Senador é de Cocalzinho, o Deputado Izalci é de Minas Gerais, o Gilberto é de Minas Gerais, eu não sei de onde são os outros componentes. Então, que eles voltem aos seus Estados, porque se está inchado é porque as pessoas vêm, porque a Constituição brasileira nos dá o direito de ir e vir, e aqui é a Capital da esperança. (Palmas.)

Aqui é a Capital da esperança! Foi aqui que Juscelino sonhou que iria manar leite e mel. E todo brasileiro tem o direito de ir, vir e conquistar o seu espaço, como todos que estão aqui, que conseguiram o seu espaço e o direito à moradia, como prevê a Constituição Federal.

Agora, o povo quer saber de resolutividade, prática, coisa que nós sabemos que este Governo não quer fazer.

Eu queria convidar o secretário que saiu daqui, pois eu tenho mais de oito advogados voluntários atendendo, nós temos mais de 200 liminares, e eu queria que ele estivesse aqui para anotar, ou a sua assessoria, que vai substituí-lo. Capãozinho esteve ameaçado de derrubarem todas as casas – o pessoal do Capãozinho está aqui e não me deixa mentir. A Cleuza vive ali no sufoco, pois 50% é Goiás e 50% é o DF. A 107, a 109, a Cascalheira, estão todos aí. À 107 eu cheguei e o pessoal estava apavorado, porque iriam derrubar as casas deles. E estão lá desde 1970, com escritura registrada no cartório de Brazlândia em 1974. E a Bruna e os seus fiscais colocaram lá que estavam requerendo as áreas de volta a pedido do Incra. Um absurdo, uma mentira! Mas eu peguei o telefone, porque eu não tenho medo de ninguém, liguei para o Marcão e falei: Marcão, você requisitou alguma área na 107, 109, aqui de Brazlândia? E ele: "Não." Então, eu quero uma declaração do Incra amanhã, porque nós vamos entrar na Justiça. E está lá, está lá agora, resolvendo, só falta ajustar o parecer do ICMBio, porque houve o relatório dizendo que, de 2014 para cá, área de preservação ambiental não pode ter menos de cinco hectares, mas antes de 2014 podia. E por que o cartório de Brazlândia... Será que eles não entendem, não prestaram concurso para saber? Não tem o relatório lá falando? O relatório de 2014? Mas só tem dificuldade, porque nós sabemos que a máquina é pesada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2015, a primeira audiência pública que o Senador fez na Fazenda Sucupira foi a convite meu e do Prefeito de Sucupira, Mário Branco, e está aqui o Senador que levou a Comissão dos Direitos Humanos para lá. Depois, no dia 20 de novembro, nós fizemos, no clube Nikkei, a primeira audiência pública do Distrito Federal. Nós levamos 1,2 mil pessoas; várias pessoas que estão sentadas estiveram lá. Será que de 2015 até agora eles não tiveram competência para elaborar um projeto para poder resolver o problema? Mas derrubar a casa do povo?

Outra coisa, Senador: eu quero deixar uma denúncia aqui. Eu fico revoltado porque não se respeitam os direitos da criança, não se respeita o direito da adolescência, do idoso, do deficiente. Nós tivemos criança com 7 anos de idade – e a Joelma tem vídeo ali – que, quando nós chegamos, estava há quatro dias sem comer, sem dormir, com febre, porque derrubaram com trator, mas não tinha nenhum órgão lá para proteger essa criança. Que dia que nós vamos fazer audiência pública para poder resolver se, depois que saímos daqui, não há uma ação concreta? O povo está sofrendo debaixo do chicote. (Palmas.)

Vamos parar de brincadeira. Vamos parar de palhaçada. Quantas audiências públicas nós vimos fazendo? Nós passamos debaixo do chicote em 2015. Passamos no chicote em 2016.

Graças ao Senador Hélio José e ao Deputado Izalci, que foi lá e descobriu que ia ter uma medida provisória para resolver o problema do Amazonas, trouxeram para Brasília. A lei está aqui. Agora vem dizer que tem que discutir. Um secretário vem falar que está aplicando a lei. Ah, para com isso. Não há nenhum bobo aqui não. Se estivessem resolvendo o problema, ele estaria aí com 70%, 80% de aprovação. É o contrário. Ele está com 90% de rejeição nas ruas. Será que há algum bobo que não entende um mínimo de política neste lugar aqui, gente? Mas nós não vamos desistir.

Pega o vídeo da audiência pública de 20 de novembro de 2015, que está nos anais. Eu já dizia que lei se muda, que decreto se altera. E eu não sabia da Medida Provisória 759. E houve. Sabe por que, Senador? O homem pode fazer planos, mas o que vai permanecer são os planos de Deus. (Palmas.)

E eu tenho medo desse povo que tem coragem de botar um jaleco, se esconder atrás de um cargo e achar que é todo-poderoso. O único poderoso que eu conheço é Deus. Esse é o único poderoso que eu conheço. (Palmas.)

E hoje eu volto aqui para dizer: nasceu o instituto da terra legal. Nasceu! (Palmas.)

E nós vamos filiar. Já estamos com mais de 253 associações. Nós vamos buscar mil se for possível, mas nós vamos pedir a dissolução da Terracap pela falta, pela perda da finalidade dela. Nós não podemos mais bancar a hipótese para poder fazer elefante branco enquanto está dando prejuízo de 2 bi, e os hospitais estão na bancarrota, sem uma Novalgina para o povo com dor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, além de toda a farra, ainda vamos ficar pagando salários. E o que ela está fazendo não está dando nem para arrecadar salário. Ah, para com isso! Vamos parar de brincadeira. O País está falido. O povo está sofrendo com desemprego, fome. O povo não quer saber mais de palavrinha bonita. E todos que estão aqui com esse discurso, todos que estiverem do lado desses Governos, vai haver falência múltipla dos órgãos, vão perder todos, porque nós não vamos deixar ninguém. Nós vamos ser um batalhão contra todos. (Palmas.)

Vai ser total falência múltipla de órgãos. E nós vamos fazer com muito orgulho.

Eu quero encerrar minha fala aqui, Senador. Eu quero te pedir encarecidamente. O que me fez unir ao senhor, eu falo em público para todo mundo, é o seu trabalho e a sua força. Mas, Senador, quando chegar um vídeo nosso nas suas redes sociais... As crianças, traumatizadas. Não há pediatra, não há psicólogo. Como nós vamos fazer? Há os núcleos que têm de defender, e não defendem. Porque eu nunca vi. Eu quero que me provem. Eu quero que me provem, porque eu tenho vídeo, eu estava lá, mas não havia ninguém para defender. Eu estava e vários de vocês estavam também. Que o senhor notifique através do Senado, peça explicações. Talvez não vá sair a solução agora, mas, um dia, eles vão responder pelo trauma, porque essa criança, Senador, talvez não possa ser a mesma um dia.

É como o dia em que eu fui defender o sub judice da PM. Eu cheguei lá, e o pessoal: "Mas que pedido é esse?" Eu falei: não, isso aqui não é pedido político. Isso aqui não é pedido político. E nem pedido pessoal. Eu estou defendendo o sub judice aqui sabem por quê? Porque já há um dentro da estrutura, já recebe salário, o Estado já gastou uma fortuna para poder formar, agora vai demitir, vamos aplicar outra prova. Sabem por quê? Porque ontem foi a mulher da Samambaia que teve uma coronhada na cara e perdeu o carro. Amanhã pode ser a sua filha, doutor. Amanhã vai ser a sua filha, que vai sair do colégio, e o bandido vai pegar ela. Ou a sua mulher, que vai sair do shopping. Para! Quando é para o pobre, cacete; quando é para o rico, passa a mão? Para com isso.

Outra coisa, Senador: nós temos aqui a SPU. A SPU tem autonomia. O antecessor da Fabiana Torquato e a Drª Fabiana Torquato têm autonomia para requerer as terras e regularizar pelo Governo Federal. Ora, por que não vamos fazer isso? Uai.

Ou essa lei não vale? A 5.861, de 62, no seu art. 3º, inciso VII, vale ou não vale? Eu preciso saber. Eu quero sair daqui hoje sabendo. Se vale, eu acho que a Fabiana pode agora escrever o nome dela nos anais da história de Brasília: a mulher de peito de aço, que pegou a sua caneta, requereu as terras para o órgão Federal e acabou com essa farra do Distrito Federal e resolveu o problema e deu legalidade para o povo e escritura de prioridade para ele receber as suas terras. É isso que depois ela tem de falar para nós, porque o cargo dela é importantíssimo, de suma importância para acabar de montar o quebra-cabeça da regularização fundiária, porque ela tem a prerrogativa para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, onde eu estiver, doa em quem doer, eu nasci pobre, passei fome. Havia dia em que eu ia dormir, e minha vó falava assim: dorme, meu filho, porque a fome passa. Eu sou neto de uma negra que criou sete netos com um salário mínimo, mas todos viraram homem, porque ela ensinou no joelho e na oração. E por onde eu andar, doa em quem doer, independentemente de qualquer coisa, eu vou sempre falar a verdade, porque eu posso ter todos os erros, mas eu temo a um Deus que tudo pode, é poderoso e está sobre a minha vida!

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

Meus cumprimentos, Júnior Almeida, Presidente do Instituto Terra Legal.

Passo a palavra ao Dr. João Gomes Pereira, mais conhecido como nosso amigo João do Violão, representando as cidades tradicionais, as cidades antigas, Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Estrutural, DVO, tantos anos sem a sua justa escritura pública na mão.

Então, João do Violão, com a palavra, representante de todo esse sofrido contingente da população de Brasília, que não pode investir, que não pode melhorar a sua casa, que não pode fazer uma reforma, que não pode fazer nada, porque não tem a escritura pública.

Com a palavra João do Violão.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – É verdade, Senador.

Eu quero, em nome dessas cidades e também representando não só essas cidades tradicionais, neste momento, parabenizar você, Senador Hélio José, porque há tanto tempo o Distrito Federal, os mais humildes, as pessoas humildes não tinham uma voz.

Antigamente, você não via o cidadão, nós, que moramos lá na cidade do Paranoá, na Estrutural, numa mesa desta aqui representando as suas cidades. Você só tinha aqui os caciques, os grandalhões falando em nome da sociedade. E hoje nós temos aqui, Senador, os representantes legítimos das cidades, dos condomínios, que vêm sofrendo há tanto tempo no Distrito Federal.

E você, além de trabalhar com o povo, trabalha para o povo e ouve o povo.

Infelizmente, nós estamos vivendo no Distrito Federal, talvez no Brasil, uma descrença muito grande com a nossa política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – João, só um minutinho.

Para se preparar para a próxima fala a OAB, Dr. Og Pereira. Vá se preparando para a próxima fala.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No seu mandato, Senador, o que está acontecendo é diferente de muitos mandatos por aí. No seu mandato, no mandato do Izalci. Hoje a nossa sociedade, o cidadão tem voz aqui neste Parlamento, aqui no Senado, nesta Mesa. Eu cansei de vir a audiências públicas aqui na Câmara dos Deputados e no Senado. Ficava sempre lá do outro lado. E hoje nós temos os nossos representantes legítimos das cidades satélites.

Eu moro numa região no Paranoá em que temos a segunda maior área rural, se não é a primeira do Distrito Federal. Sofrida. Sofrida. Sem saúde, sem educação, sem segurança, sem transporte.

E este Governo que está aí agora foi às cidades satélites, prometeu para mim, para muita gente que ia dar as escrituras daquelas terras. Há 30 anos o Paranoá foi assentado. E infelizmente até hoje – não só o Paranoá, mas o Itapoã já tem 15 anos também –, só a promessa. São Sebastião, Vicente Pires, Estrutural. Só na promessa dos candidatos a Governador do Distrito Federal. Vão lá, prometem para a sociedade, prometem para o povo: eu vou ser diferente. Foi assim que o Rodrigo Rollemberg fez comigo e com toda a sociedade daquela região. Vamos entregar as escrituras. Vamos ouvir a sociedade na hora de indicar o administrador. Vamos fazer eleição para Administrador Regional. Ficou só na promessa. Vamos melhorar a saúde. Mas melhorou foi a dele. A do povo, não. Vamos melhorar a segurança. Melhorou a dele. A do povo, não. Vamos duplicar a 250, né, Senador? A 250, a 01. Também não. Já existe dinheiro na fonte, colocado lá, inclusive, pelo Senador. Já tem R$75 milhões para duplicar a 250, a 01 e a 015.

Mas, agora, foi lá no Paranoá, domingo, na calada da madrugada, inaugurou uma feira. Tirou da rua e colocou lá no Setor de Oficina um lugar. Jogou o povo lá. E foi lá inaugurar. Mas não avisou para ninguém, né? Com medo do povo! Um Governo que não trabalha com o povo, trabalha para ele. E o que eu estou vendo no Distrito Federal é que, dentro deste Governo, existem vários governos, onde a Bruna faz o que quer, o outro secretário faz o que quer, o administrador faz o que quer. Não há uma união deste Governo. Infelizmente são vários governos dentro deste Governo, onde entra secretário, sai secretário, nomeia secretária, secretária fica 24 horas e sai a secretária, e o povo sofrendo.

Eu acabei de vir lá do Paranoá, Senador. Nós temos lá um hospital para a região leste, para mais de 500 mil pessoas, e, pasmem, senhoras, desde às 6h da manhã, para ganhar criança lá do CO, foram seis horas sem atendimento, com três médicos, e sem atendimento. E me ligaram e eu tive que ir para lá, sou Presidente Regional do Conselho de Saúde. Sumiram os médicos. Onde estavam esses médicos? Fui atrás dos médicos, sumiram os médicos. Fui à chefia de equipe, também não tinha chefe de equipe. Fui à direção e o diretor do hospital não estava. Na Superintendência, não estava. Ninguém estava. Agora, você vai às clínicas particulares, aos hospitais particulares e eles estão lá. Mas não demorou. Dei dez minutos: "Se não tiver médico para atender esse pessoal aqui, vou levar todo mundo para a delegacia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora." Não demorou quinze minutos e já tinha médico atendendo. Para onde foram esses médicos?

Então, não há ordem, não há uma ordem dentro do Governo. Cada um faz o que quer. Superintendência faz o que quer. Diretor de hospital faz o que quer. Médico faz o que quer, sai a hora que quer. Eu nunca vi médico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Não. De forma alguma.

E aí, Senador, essa questão nossa das escrituras, nós estamos já, trinta anos depois da assinatura, da fixação do Paranoá, e foi tão sonhada aquela fixação do Paranoá, nem na época do maior carrasco... Quem se lembra do Ferretti, que já faleceu há mais ou menos uns 25 anos? O Ferretti foi o maior derrubador de casas e barracos do Distrito Federal. Quem se lembra do Ferreti? Eu. Acompanhei, na época do Ferreti, o Sr. Zé da Terracap, que ia ao Paranoá e derrubava os barracos das pessoas. Hoje está pior do que naquela época da ditadura. A ditadura hoje está implantada no Distrito Federal, onde as pessoas não podem morar.

Gente, como é que sou invasor daquilo que é meu? Esperem aí: você é invasor daquilo que é seu? Os caras vêm lá do estrangeiro, de outros lugares, dos outros países, chegam ao nosso Brasil e nadam de braçada, fazem o que querem, e nós aqui sofrendo, levando peia todo dia da Agefis, do Governo.

Engraçado que quando eles estão no cargo, parece que o cargo é deles: "Esse cargo é meu, ninguém toma." Para falar com um secretário, é uma dificuldade. Nós estamos aí há mais de oito meses querendo falar, o secretário foi embora, na Segeth sobre a questão do Pró-DF, daquela loucura que vão fazer lá no Itapuã de novo, porque vão implantar lá o Condomínio Itapuã Parque. Implantaram no Paranoá, colocaram quarenta mil pessoas. E a forma como fizeram: jogaram o pessoal lá. Jogaram de qualquer jeito. Mas não legalizaram, não entregaram escritura para ninguém. Então é um sofrimento muito grande. Eu quero dizer ao Senador que o Paranoá e aquela região, tenho certeza de que todos nós estamos alegres com a sua postura de chamar o povo para debater, para ouvir, o nosso povo da nossa região tão sofrida.

Em Itapoã passaram seis administradores; no Paranoá passaram seis administradores, parece que já está prestes a sair o último também. É um compromisso que parece que fizeram politicamente lá: trinta dias, um; quarenta dias, outro. As coisas não funcionam.

Gente, o Governo não está preocupado com a nossa sociedade do Distrito Federal. E alguém falou aqui: no ano que vem nós temos as eleições e vamos dar o troco, não é verdade? Vamos dar o troco, porque se o Governo não tem coragem de sentar com a sociedade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero até parabenizar esses dois que vieram do Governo, porque o Governador Rodrigo Rollemberg não tem coragem de sentar a essa mesa. Manda o secretário para levar porrada aqui. E leva. Você chegue lá e fale para ele que foi João do Violão, que ajudou a coordenar a campanha dele lá no Paranoá, que disse que ele mentiu para mim. Mentiu para mim. E não adianta você, secretário, vir aqui falar que isso não é isso, porque você não sabe da promessa que ele fez nas cidades, inclusive na região do Paranoá. Mentiu para a sociedade. E aí ele manda o secretário para levar porrada. E leva. Leva, porque ele não vem. Eu não o acho para dar porrada, tenho que dar no secretário, que pode durar aqui 24 horas, não é? O senhor é secretário hoje, mas pode durar aqui trinta dias, porque houve um que durou 24 horas, não é? Durou 24 horas! Ele não tem coragem de sentar a esta mesa e ouvir o povo. Eu já vi alguns filmes antigamente de governadores que até ouviam o povo. Mas infelizmente hoje nós temos um Governador que se diz democrático, e não ouve a nossa sociedade.

Quero, mais uma vez, parabenizar o nosso Senador. Estamos lá no Paranoá, naquela região, Paranoá e Itapoã. Agradecer a presença do nosso líder também, o Dedé, e parabenizar vocês, gente, que vieram aqui, porque sem vocês aqui, sem a sociedade, não adiantaria nada esta Mesa. Vocês é que são os protagonistas desta audiência pública.

E agradeço, Senador, por estar representando nesta Mesa, desde o seu início, o seu governo criou este fórum, esta audiência pública, por me colocar junto com vocês para representar as cidades tradicionais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, João do Violão, Presidente da Associação Comercial do Itapoã, Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá e morador tradicional desde o início do Paranoá.

Drª Selma Godoy, da 1ª Prourb, e Drª Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida, da 2ª Prourb, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, quinze minutos para as senhoras fazerem como acharem melhor a divisão do tempo.

Muito obrigado.

Drª Selma Godoy com a palavra.

Em seguida falará o Dr. Valdir Calisto de Campos, representante do Aloterra (Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do Distrito Federal), e, depois, José Raimundo Sepeda, pelo Incra.

A SRª SELMA GODOY – Em nome do Procurador de Justiça, Dr. Leonardo Roscoe Bessa, cumprimento V. Exª, Senador Hélio José, e todos os demais presentes na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com breves considerações registraremos o posicionamento do Ministério Público do Distrito Federal a respeito da regularização fundiária. Nosso posicionamento é bem temperado, tendo em vista principalmente uma Adin sobre tal lei tão questionável.

Entendemos, sim, que existem vários dispositivos que devem ser modificados, justamente porque o direito à moradia não deve representar um mero título para os senhores, para mim e para todos os que estão aqui; ele deve representar a verdadeira cidadania. É por isso que o Ministério Público atua em nome dos senhores.

O trabalhador, o povo é o chefe do Ministério Público. E o Ministério Público não vai envidar menos ou pouquíssimos esforços para se ter modificações nessas leis. Pelo contrário, envidaremos todos os esforços possíveis para que a ordem urbanística, o meio ambiente e, principalmente, neste momento de crise hídrica, essa regularização seja feita com base em estudos, com base em pesquisas e, principalmente, no respeito ao cidadão. Esses títulos devem representar, sim, um direito, uma garantia fundamental de exercício da livre cidadania.

Com essas breves considerações, registramos o nosso posicionamento bem temperado em relação à lei, porque estamos aguardando um pronunciamento judicial sobre os vários dispositivos que entendemos ser realmente modificados para que se garanta tal exercício, o exercício da cidadania.

Finalizo as minhas palavras dizendo que o Ministério Público continua e sempre continuará de portas abertas, mas sempre como garantidor da ordem jurídica para todos.

Muito obrigada, senhores.

Uma boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Drª Selma Godoy. (Palmas.)

Drª Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida, da 2ª Prourb.

A SRª NEURIMAR PATRÍCIA RIBEIRO DE ALMEIDA – Reitero as palavras da colega.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigada, Drª Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida.

Passando a palavra ao Sr. Valdir Calisto de Campos, representante da Aloterra (Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do DF), e, em seguida, ao Dr. José Raimundo Sepeda, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hélio José, quero parabenizá-lo pela coragem e pela iniciativa de fazer esta audiência pública em um momento difícil de as pessoas comparecerem, por causa de tempo e da época do ano, mas, mesmo assim, a questão continua em alta.

A regularização fundiária é um tema espinhoso aqui no Distrito Federal. E não é porque é difícil fazer regularização fundiária. O Brasil inteiro faz regularização fundiária. O problema aqui é que nós temos uma Terracap que é uma empresa de falsificação de documentos nos cartórios. Os documentos dela são realmente forjados. E eu não estou julgando os documentos da Terracap. Quem julgou os documentos da Terracap, em abril de 2010, foi o Corregedor de Justiça do Distrito Federal, quando ele baixou o Provimento nº 2 e disse que os títulos de terras do Distrito Federal estavam colocando em risco o sistema financeiro, os bancos, e que esses títulos teriam que ser retificados, ratificados. Em suma, como está lá na regra: especializados. Ela não tem matrícula especializada em nenhum dos lugares do Distrito Federal. Exceções mínimas, mínimas, muito poucas.

A origem dessas matrículas eu já disse aqui na audiência anterior. Existiu aqui em Brasília um grande grileiro de documentos chamado Pastor Duarte, que nos anos noventa e pouco forjou vários documentos de várias fazendas do Distrito Federal. Esses documentos foram parar dentro da CPI da Grilagem de 1995, que tinha como sub-relator para área rural o hoje Deputado Federal Filippelli e sub-relator para condomínios o que hoje se diz Governador: Rollemberg. Esses documentos deste pastor desapareceram – 58 matrículas, se eu não me engano, porque eu me lembro da história –, e apareceram agora dentro da Terracap 58 matrículas. E ela quer fazer prevalecer essas matrículas. É uma questão... É um crime. É um crime! Agora, é um crime feito pelo Estado, anterior a este Governo, que já continua e vai continuar.

Não temos candidato a governador interessado em extinguir Terracap não. Eles querem continuar com essa péssima exceção que existe no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Exatamente. É um péssimo exemplo para o País.

A situação de corrupção dentro da Terracap pode não ser, em volume, tão grande quanto a da Petrobras, mas em quantidade de corrupção e de coisas criminosas realizadas, há anos e anos e anos, é muito maior do que a da Petrobras.

Não merece uma CPI, não. Porque quando os políticos pegam para fazer uma CPI, eles fortalecem a empresa. Eles não acabam com ela, não. Eles querem garantir emprego e garantir onde vai haver recurso para poder sair dinheiro para campanha. Então, eu ouvi o Luciano falando: CPI não, Luciano! Só a extinção resolve. A Terracap tem que ser extinta pelo primeiro governador que entrar no Distrito Federal. Se ele não tiver esse compromisso com quem está nas áreas irregulares, que não se candidate, porque esse é o mal do nosso Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pior do que isso ainda, a criminalidade de documentos que ela apronta, é a questão do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Nós somos o quarto Estado em maior número de desemprego. Nós perdemos para o Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, sei lá, para aqueles "trens" lá do Nordeste, pequenininhos. Nós estamos em quarto lugar no desemprego. E nós temos área em que não se podem exercer atividades porque não está regularizada porque a Terracap não quer. Ela só regulariza se for para ela; se for para mim ou para o outro, ela não regulariza.

Então, há um estrangulamento da atividade econômica dentro do Distrito Federal com famílias rurais pioneiras de Brasília passando necessidade por causa desse estrangulamento econômico. Esse é um crime do Estado; é o Estado cometendo um crime contra as famílias. É uma questão de direitos humanos mesmo, viu, Senador? É uma questão de direitos humanos.

Então, peço a esta Comissão de Direitos Humanos que faça essa denúncia, que mostre essa questão do desenvolvimento econômico, além dos crimes que ela tem aprontado.

E mais uma recomendação, Senador, a última: a Superintendência de Patrimônio da União sempre foi um puxadinho da Terracap – nós não aceitamos isso mais –, sempre foi uma filial da Terracap, inclusive fazendo falcatruas junto com a Terracap.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradecido ao Dr. Valdir Calisto Campos, passo imediatamente ao Sr. José Raimundo Sepeda, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); em seguida, ao Dr. Og Pereira, representante da OAB/DF; e, depois, à Srª Fabiana Torquato, Superintendente do Patrimônio da União do Distrito Federal.

Vamos ouvir o Sr. José Raimundo Sepeda, representante do Incra.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO SEPEDA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador, a quem eu cumprimento em nome da Mesa. Boa tarde também a todos os moradores de áreas rurais e urbanas do Distrito Federal aqui presentes.

Gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Incra.

Meu nome é José Raimundo Sepeda, sou servidor de carreira do Incra e estou representando aqui o Superintendente Regional do Incra, Dr. Igor Lélis, que se encontra hoje, desde segunda-feira, junto com uma força-tarefa do Incra, da Superintendência do Distrito Federal e Entorno, nos Municípios de Buritis e Formoso, em Minas, para regularização fundiária em alguns assentamentos da região. Ele fez questão de participar desse trabalho, que é para levar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica aos assentamentos da região de Buritis e Formoso, e pediu que eu viesse aqui fazer algumas colocações, algumas considerações a respeito da Lei de Regularização Fundiária, que, no caso do Incra, se aplica mais às áreas rurais, porque a atuação do Incra se dá nas áreas rurais.

No Distrito Federal, o Incra tem muito poucas terras rurais, praticamente se limitam a uma parte do antigo projeto de colonização Alexandre Gusmão, o Picag, que abrange parte da área de Brazlândia e um pedaço de Ceilândia. Só que não é... O Picag todo foi concebido, foi criado na década de 60 – 1966, por aí –, com uma área em torno de 22 mil hectares. Desses, em torno de 85% a 90% foram titulados nos anos de 1974 até 1985. Ficaram algumas áreas remanescentes, que, no projeto original, estavam como áreas de reserva. Essas áreas de reserva não são necessariamente áreas de reserva legal, áreas ambientais, mas áreas de reserva que poderiam ser disponibilizadas para diversos fins, para finalidades ambientais, mesmo para o assentamento de novas famílias e também para reflorestamento.

Uma parte dessas áreas remanescentes de reserva foram concedidas, na época, para a Fundação Zoobotânica, que implantou diversos povoamentos florestais, na época, de espécies exóticas, pínus e eucaliptos principalmente. E algumas dessas áreas vieram a ser ocupadas e acabaram perdendo a sua finalidade. Outras continuam como áreas ambientais, como parte da Flona de Brasília, Área 4 da Flona de Brasília, que está dentro do Picag e está em processo de doação para o ICMBio.

A grande maioria dessas reservas foram ocupadas, ao longo do tempo, por famílias de trabalhadores rurais, que hoje é o público da regularização fundiária rural do Incra do Distrito Federal. O Incra já chegou a titular várias dessas famílias, mas ainda há muita coisa para fazer, muitos títulos ainda a serem entregues.

Um dos fatores que a gente avalia que contribuiu para um atraso muito grande nessa política de regularização fundiária, no Distrito Federal, dessas áreas rurais foi as diversas mudanças de governos, em que cada um que chegava mudava o seu modo de encarar essa política, ou não dando a devida importância ou deixando que isso aí fosse concorrendo com as áreas de assentamento. Então, a prioridade maior sempre foi a criação de assentamentos em toda política de reforma agrária.

A partir de 2014, a gente retomou essa política de regularização fundiária lá no Picag. Conseguimos regularizar parte da Reserva G – para quem conhece –, que fica na região de Brazlândia, a Reserva L. e, mais recentemente, a partir de uma transferência de uma área da SPU para o Incra, lá em Brazlândia, o Betinho, próximo da Radiobrás. O Incra também está com uma política de fazer a regularização fundiária para aquelas famílias, já começou o trabalho lá, são cerca de 200 famílias com as quais o Incra está trabalhando agora mais recentemente. E a gente espera que, com essa política voltada realmente para a regularização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquelas famílias possam ter, além da segurança jurídica, uma condição maior de estabelecer um processo produtivo mais firme e seguro para eles.

Acho que, dentro da parte urbana, a única área em que a gente tem alguma coisa para falar é lá no Incra 8, que é uma área dentro de Brazlândia, uma área que foi projetada também, desde a criação do Picag, mas após a emancipação daquele projeto de colonização o Incra perdeu a finalidade, perdeu a competência para fazer regularização e está também num processo de transferência dessa área, do perímetro daquela área urbana, para o Distrito Federal. Já está tudo concluído, o processo no Incra, aguardando apenas a disponibilização do Governo Federal em receber essa área.

Coloco-me à disposição também aqui para qualquer questionamento e agradeço novamente o convite ao Incra para participar desta audiência.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF. Fora do microfone.) – Agradecido ao representante do Incra, deixando claro...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – ...do DF, para colocar as questões e as dificuldades com relação à regularização fundiária das terras públicas da União e também das terras públicas do GDF. Em seguida, Drª Fabiana Torquato, representante dessa atividade aqui, do Sr. Secretário do Patrimônio da União, do Distrito Federal, Sr. Sidrack. A Drª Fabiana é a nossa Superintendente do Patrimônio da União no DF.

Com a palavra, Dr. Og Pereira da OAB.

O SR. OG PEREIRA – Boa noite.

Agradecendo e cumprimentando a todos, cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Hélio José, e os demais participantes.

Queria, nesta minha participação, fazer mais uma reflexão com os presentes. A gente vem acompanhando, desde a primeira audiência pública que foi feita aqui mesmo no auditório Petrônio Portela. E não foi a primeira de regularização fundiária, porque outras audiências já haviam sido realizadas na Câmara Legislativa, depois na Câmara dos Deputados, depois aqui no auditório Petrônio Portela. A gente vem acompanhando o desenvolvimento dessa questão da regularização fundiária.

Eu queria fazer uma espécie de pequena retrospectiva do que vem acontecendo, porque me parece que a visão que o Governo vem construindo a respeito da regularização fundiária é totalmente destoante do que vem acontecendo realmente na vida das pessoas. O Secretário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão do Território falou agora há pouco aqui – infelizmente, ele não está presente –, traçou um cenário exageradamente otimista, um cenário que não reflete a realidade do Distrito Federal. O Senador Hélio José vem acompanhando essa situação, e esta audiência pública de que a gente está participando está acontecendo justamente porque o desenvolvimento da regularização fundiária não está acontecendo conforme a expectativa do Governo Federal, que teve essa iniciativa da Medida Provisória 759, provocada em grande parte pelo próprio Senador Hélio José e também pelas entidades que estão envolvidas na questão da regularização fundiária.

Na realidade, o que a gente tem observado é que o Governo do Distrito Federal baixou inúmeras normas. Desde que a Medida Provisória 759 foi publicada, ele vem baixando normas atropeladamente. Antes da conversão da Medida Provisória 759 na Lei 13.465, o Distrito Federal já tinha baixado diversas normas. E a grande maioria... Eu não vou citar todas as normas e artigos para não ficar uma fala cansativa, extremamente técnica. Os colegas advogados que estão acompanhando a situação toda sabem do que eu estou falando, e os próprios moradores que têm pesquisado o tema também sabem o que está acontecendo. O Governo vem criando normas e mais normas a pretexto de regulamentar, primeiro, a Medida Provisória 759 e, agora, a pretexto, regulamentar a Lei 13.465. Mas essas normas que o Distrito Federal vem fazendo não regulamentam a Lei 13.465. Pelo contrário, são normas que criam obstáculos para os moradores regularizarem suas terras.

O Secretário também mencionou a regularização de vários condomínios, mencionou alguns e tal. A gente tem acompanhado isso também e sabe perfeitamente que os moradores vêm aderindo a essa fórmula de regularização que o Governo do Distrito Federal criou mais por medo das ameaças do que propriamente por ter havido um consenso. Aliás, o consenso é o que a norma estabelece. A Lei 13.465 estabelece exatamente a participação popular na definição da política pública de regularização fundiária, e não a imposição dessa política pública goela abaixo da população, de normas feitas dentro de um gabinete fechado, sabe-se lá com quais objetivos.

A gente pode, inclusive, mencionar o caso de Vicente Pires – a gente tem aqui o Sr. Gilberto, que é Presidente da Amovipe. Nós tivemos várias reuniões em Vicente Pires, e as pessoas estão extremamente apreensivas com as regras que o Distrito Federal estabeleceu, extremamente arbitrárias. Nós tivemos um caso lá muito preocupante, de uma senhora que, há mais de 30 anos, tem uma área de 6 mil metros e paga imposto sobre essa área de 6 mil metros quadrados. E na regularização o Governo, o chamado do Governo de Brasília – que parece que é só governo de Brasília mesmo – criou uma Norma, um edital dizendo que esse lote dessa senhora, na verdade, não é um lote de 6 mil metros, mas seis lotes de mil metros. E o edital proíbe a senhora de comprar os seis lotes. O edital diz que ela só pode comprar um lote de mil metros. Então, na verdade, a gente percebe claramente que é uma política de expropriação do patrimônio dessa senhora, que é uma viúva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A forma como essa regularização vem se desenvolvendo está completamente desassociada dos interesses reais da população de ter o seu título de propriedade, que é, sim, primordial para a cidadania. A questão da urbanização, de saber se está asfaltado, se tem rede de esgoto, se tem água, se tem energia, é fundamental também, mas isso tudo não é tão importante quanto o título de propriedade. Não adianta a pessoa ter rede de água, rede de esgoto, asfalto, e não ter condição de comprar o lote naquele local. Não adianta ele ter toda a infraestrutura daqui a 50 anos. Daqui a 50 anos os filhos dele já cresceram; ele, provavelmente, já morreu, não está mais aí. Então, não adianta.

O Governo – eu queria chamar a atenção para esse fato –, o Estado tem que perceber que ele deve reconhecer a capacidade do cidadão de atuar também. O cidadão também é um ator na regularização fundiária. Então, se o Estado confere a esse cidadão o título de propriedade, ele vai ter interesse em fazer o muro, ele vai ter interesse em fazer a calçada, ele vai contribuir com o Poder Público para essa urbanização que o Poder Público não faz, e também não titulariza o cidadão, a pretexto de não haver urbanização. Então, fica o gato correndo atrás do rabo e não se resolve nada. É preciso fazer a urbanização? Sim, é preciso. Mas titularizem as pessoas. Parem as derrubadas e deem os títulos. A segunda parte, as pessoas vão contribuir para a solução.

Já me avisaram aqui que só tenho mais um minuto. Acho que eu já encerrei minha participação.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Og. Quero que o senhor cumprimente o Dr. Juliano Costa Couto, toda a diretoria da OAB do Distrito Federal, e as seccionais também.

Passo a palavra para a Drª Fabiana Torquato, Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), representando, nesta atividade, o Dr. Sidrack, Secretário do Patrimônio da União.

Por favor, Drª Fabiana.

A SRª FABIANA TORQUATO – Boa tarde a todos, aos guerreiros que ficaram aqui até o final desta audiência longa.

Quero agradecer ao Senador, cumprimentar a Mesa, as autoridades, e fazer uma justificativa para a ausência do Secretário. Na verdade, ele está trabalhando agora, está em viagem, não está em Brasília. Ele pediu desculpas, pois gostaria de estar aqui e não pôde estar presente.

Eu vou responder como Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FABIANA TORQUATO – Eu acho muito importantes esses eventos. Não tenho me furtado a participar de nenhum deles porque acho que é a disseminação do conhecimento que vai dar para cada um de vocês a real noção da situação da regularização fundiária no Distrito Federal.

Eu sou uma estudiosa do tema, eu me dedico muito a isso e procuro buscar as soluções legais e administrativas para que possam ter sustentabilidade as ações promovidas em prol das comunidades que precisam ser tuteladas pelo Estado. Nesse sentido, eu até vou aproveitar a fala do Dr. Og aqui, que foi a última. Ele falou da questão da participação.

Os arts. 182 e 183 da Constituição, já na época da redemocratização do Brasil nós já brigávamos por isso, eram para a participação popular na definição das políticas urbanas, justamente para que as pessoas possam conhecer a realidade, as necessidades locais e participar, junto com o ente federado, disso.

Ainda nesse raciocínio, é importante nós destacarmos que existe um Pacto Federativo. A SPU, como União, conforme já preconiza também o art. 182, da Constituição, que diz que é obrigação dos Municípios promover a regularização fundiária urbana... Eu vou falar mais da urbana, porque eu acredito que a maioria das pessoas que estão aqui estão tratando da pauta urbana. Então, é obrigação dos Municípios, através dos planos diretores... São os Municípios que editam – aqui é o Distrito Federal, não é? – as diretrizes urbanísticas que devem ser obedecidas, que organizam o seu território. E a União, dentro desse Pacto Federativo, atua como um órgão de suporte às políticas locais. É assim que a SPU atua, normalmente, aqui também, no Distrito Federal.

Então, todas as atividades de regularização não devem ser – eu estou falando como uma questão legal, certo, pessoal? – segregadas. Nós precisamos, na verdade, de todos os órgãos falando a mesma língua. Isso é uma necessidade. E, por diversas vezes, nós temos visto comitês, um grupo de trabalho que não consegue resultado, mas nós precisamos ter, sim, a participação da comunidade, a participação de todos os órgãos públicos juntos, para que nós possamos promover as políticas de forma adequada, isso sim.

Eu queria aproveitar para falar para vocês o seguinte: eu imagino a curiosidade de todos aqui, porque muito tem sido dito sobre a questão da regularização de Vicente Pires. Essa regularização... De fato, a União tem duas parcelas lá, e eu até já tive a oportunidade conversar com algumas pessoas da comunidade. Então, duas glebas, lá, são da União. A União tem, sim, um convênio com a Terracap, que foi feito no ano de 2016, sob a égide da Lei 13.240, que foi a lei que impôs, que permitiu, autorizou a União a promover a venda direta. Então, sob a égide dessa lei, a União firmou um convênio com o GDF e a Terracap, para promover a regularização fundiária. Esse convênio é vigente, mas não existe nenhuma conversa dessas de que a União vai transferir suas terras para o Distrito Federal. O que nós temos que buscar é colocar os órgãos juntos e unir a força de trabalho dos dois órgãos. E é isso que a Secretaria, no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da Secretaria e não da Superintendência, tem buscado, com reuniões, com a participação de diversos entes.

O nosso tempo aqui é um pouco curto, então eu vou me ater a tratar das questões que foram colocadas aqui pela Mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Fique tranquila, Fabiana. Fique tranquila.

A SRª FABIANA TORQUATO – Agradeço, Senador.

Então, respondendo à questão do Júnior, lembrando, eu acho, que é a segunda vez que nós tocamos nesse assunto: quando nós ajudamos aquela comunidade do Park Way, na verdade foram 30 chacareiros que ficaram fora – Park Way e Vargem Bonita, porque a regularização trata das duas situações –, nós tínhamos, na época, quatro mandados de reintegração na rua, dos chacareiros do Park Way, e foi uma situação realmente desesperadora para todos nós. E, com a participação do Ministério Público, essas ações tinham transitado em julgado em 1999, e as execuções estavam já com os mandados expedidos na rua. Então, não havia possibilidade jurídica sequer de suspender aquilo, porque já havia um trânsito em julgado, e, passados mais de dois anos, não caberia uma ação rescisória ou nada do gênero. Nós, na Diretoria de Regularização Rural, na época, conseguimos, junto com a comunidade, que foi em peso – o Júnior estava lá também –, junto com o Ministério Público, suspender aquelas reintegrações, que não aconteceram. Então, é importante falar isso.

Outra questão que você colocou é sobre a regularização pela União das áreas da Terracap. A Lei 5.861, de 1973, que criou a Terracap, dissolveu algumas atribuições da Novacap, transferindo-as para a Terracap. Também ali ficou definida a participação da União como cotista da Terracap. Então, nessa lei, está definido que a União tem uma participação acionária de 49% na Terracap e que o GDF detém 51% e a administração por conta disso.

Esse artigo que você citou, que é o art. 3º, é o artigo que dá suporte para a União justamente cumprir com as diretrizes que estão no Estatuto da Cidade no art. 182, que é a União fortalecer as políticas locais. Isso acontece numa mão de via dupla. Acontece de a Terracap transferir terrenos institucionais para a União, porque o Governo Federal tem a necessidade de regularizar seus entes federais, e, então, para fazer a doação, tem de ser à União.

São questões legais que eu estou colocando, mas eu acho que este é o momento de compartilhar conhecimento.

Da mesma forma, quando precisamos dar suporte a alguma política pública que a Terracap venha a promover ou do Distrito Federal, podemos fazer isso. Não interessa se fazemos isso para a Terracap ou para o GDF. A União tem a prerrogativa, de fato, de transferir terra para um ou para outro. Quanto ao caminho inverso, fazemos isso normalmente, pois, como a União já tem a sua participação definida na própria lei, fazemos isso considerando que a Terracap é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma empresa pública. Então, os órgãos institucionais que são solicitados por órgãos públicos federais, a Terracap sempre transfere à União, ou de interesse da União, a Terracap sempre transfere à União.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Drª Fabiana, quem vai determinar o valor dessas terras perante a Terracap? É a União ou a Terracap que vai determinar o valor de cada terra, da fração em Vicente Pires ou na colônia agrícola?

A SRª FABIANA TORQUATO – Eu vou responder a essa pergunta. Eu só tenho mais um minuto e vou ficar por isso.

Todas as avaliações públicas obedecem à NBR 14.653, que é uma norma ABNT que define como deve ser feita a avaliação de imóveis públicos. Essa é a avaliação adotada pela Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Fabiana, deixe-me lhe falar. Para nós, é muito importante a questão da SPU, que até agora não soltou a portaria de regulamentação das terras da União.

Exatamente para responder a esse tipo de dúvida, vou lhe dar mais cinco minutos, para você falar.

Eu já queria convidar a Drª Sônia Pereira, que é advogada, o Alfredo Junior – eu não sei quem é, posso até conhecer, mas eu não estou sabendo aqui – e o Lindomar Pereira, Presidente da Associação Santa Luzia, para ficarem a postos ali, pois vão ser concedidos três minutos para cada um. Fiquem bem ali no púlpito, para a fala depois desses cinco minutos que vou dar para a Drª Fabiana tentar dar uma sintetizada.

Depois, também a senhora terá outra fala, para a gente fechar.

Drª Fabiana, a senhora está com a palavra por mais cinco minutos.

Marque para ela, começando agora.

Obrigado.

A SRª FABIANA TORQUATO – Obrigada. Vou tentar ser mais rápida.

Quanto às avaliações, a SPU tem uma instrução normativa que define que essa norma é a ABNT. Então, as avaliações teoricamente seguem essa regra, não são feitas ao léu.

Quaisquer avaliações, exceto as feitas pela Caixa Econômica, devem ser homologadas pela SPU para fins de regularização da União. Então, a única entidade que não precisaria de homologação do laudo de avaliação seria a Caixa Econômica; as demais precisariam da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homologação da União. Então, mesmo que sejam feitas por qualquer outra instituição, porque a lei prevê inclusive isso, a SPU tem de homologar essas avaliações.

Em relação ao decreto e à portaria, o Senador já tinha me alertado que ele gostaria que nós respondêssemos isso aqui.

Já está feita a participação da SPU na elaboração desse decreto no que diz respeito à alteração principalmente da Lei 9.636. Ela já foi feita e foi entregue à Casa Civil. Todos nós estamos na expectativa, inclusive eu, de que esse decreto saia a qualquer momento. Eu ainda acho que ele sai este ano ou, no mais tardar, na primeira semana de janeiro. Então, hoje nós temos a certeza de que ele já está entregue; não há pendências, só ajustes jurídicos.

A SPU também já está em fase de elaboração das portarias. Nós temos uma lei, um decreto que regulamenta, e a SPU verifica com todos os seus normativos internos se ela consegue atender da forma como está hoje ou não. Então, se ela não consegue atender de acordo com o que já está no decreto, ela faz as alterações das suas portarias internas. Então, tudo isso já está encaminhado, e não há por que demorar mais.

Eu acho que eu consegui responder. Peço desculpas se eu não consegui responder a todos.

Agradeço novamente a participação e coloco-me à disposição de qualquer um que queira ir à SPU, a casa está de portas abertas.

Quero agradecer também à equipe da SPU que está aqui. Graças a eles, temos conseguido avançar, trabalhar, propor medidas de melhoria. Estamos sempre nesse processo de melhoria lá dentro.

Obrigada mais uma vez. Boa noite! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Drª Fabiana.

Em tempo, eu gostaria de anunciar a presença entre nós do Sr. Nilson Farias, Presidente da Femei (Federação de Apoio aos Microempreendedores Individuais) do Distrito Federal.

Eu gostaria que o Sr. Kaleb, que tem um abaixo-assinado dos moradores de Vicente Pires a entregar para nós, também se posicionasse ali no púlpito.

Vamos passar a palavra à Drª Sônia Pereira, advogada, por três minutos no púlpito.

Fique à vontade, Drª Sônia Pereira.

Em seguida, falará Alfredo Junior.

A SRª SÔNIA PEREIRA – Boa noite a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu saúdo a Mesa na pessoa do Sr. Presidente, o Senador Hélio José, que, verdadeiramente, tem engrandecido o Parlamento brasileiro e tem cumprido a sua função política, trazendo aqui o debate sobre essas questões fundiárias, sobre as questões urbanísticas e ambientais, principalmente, no Distrito Federal.

Eu saúdo, inclusive, o nobre Deputado Federal Izalci, aqui presente, que, juntamente com o Senador Hélio, teve a sensatez de tratar a questão da regularização fundiária no âmbito da MP, que veio a se tornar a Lei 13.465, cuja implementação e plena eficácia estamos aqui debatendo.

Senador, analisei atentamente tudo que foi dito aqui e constato, de certo modo estupefata, a palavra do Ministério Público do Distrito Federal, que se colocou contrário praticamente à lei, que eles entendem inconstitucional. Ora, Senador, o art. 127 da Constituição Federal é claro. Cabe ao Ministério Público agir em defesa da sociedade, agir em defesa do cumprimento da lei. Diga-se de passagem que a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria-Geral da República, no que pertine à sua negativa de vigência, ou seja, ao pedido de liminar que foi proposto, foi negada pelo Ministro Luiz Fux, Relator. Então, a Lei 13.465 está em plena vigência e, portanto, deve ser aplicada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Perfeitamente!

A SRª SÔNIA PEREIRA – Tudo bem que cada Região Administrativa do DF tem a sua particularidade, mas o que nós não podemos aceitar, Senador, Deputado Izalci e demais presentes, é que seja afastada a vigência da lei ou o texto da lei no que pertine à situação da regularização com relação aos lotes vazios, com relação à situação de lotes que tiveram as edificações derrubadas, porque você está tratando os iguais desigualmente, e isso não pode ser aceito. Um exemplo claro é exatamente a situação do acordo proposto pela Terracap ao Condomínio Estância Quintas da Alvorada, em que se excluem os lotes não edificados ou aqueles derrubados pela Agefis do pré-cadastro com vista à regularização fundiária. Não, isso não!

Aqui mesmo nesta Casa, neste plenário, nós já tivemos a oportunidade de debater outros assuntos e pedimos, reafirmamos a necessidade de que seja feito um diagnóstico ambiental, um diagnóstico urbanístico e fundiário de todas as áreas ocupadas, para fins de regularização e inclusive revisão e inclusão no PDOT.

Então, Excelência, nós gostaríamos de deixar aqui essas reivindicações e pedir informações à Terracap no tocante à cidade de Itapoã. Por que só menos de 10% dessa cidade estão sendo contemplados com a concessão dos títulos, quando é uma cidade que tem mais de 120 mil habitantes?

Obrigada pela oportunidade. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Drª Sônia Pereira, advogada.

Passo a palavra a Alfredo Junior, do Minichácaras. Eu não sabia que era o Junior, do Minichácaras.

Parabéns, Junior! O senhor tem a palavra.

O SR. ALFREDO JUNIOR – Boa noite a todos! Boa noite, Senador e todos os presentes à Mesa!

Eu queria fazer as minhas colocações considerando a vida, a família e o bem-estar. Nós falamos muito de leis, e lei para regularizar, que é o grande objetivo aqui, nós temos. Nós temos a lei da regularização, que é a Lei 13.465, apesar de o Ministério Público se posicionar... Nós conversamos agora com a Solange, que saiu à francesa e, infelizmente, não está aqui para nos ouvir. Foi uma deselegância ela ter saído, um desrespeito. E foi um desrespeito também da parte do Thiago, da Segeth. É tão fundamental estarem presentes aqui para nos ouvir, uma vez que a população chega a este púlpito para poder falar, não somente à Mesa. Mas eles foram embora para não nos ouvir.

Enfim, em relação à lei, nós falamos muito de lei, mas é preciso que entendamos que, quando o Ministério Público fala que uma lei é inconstitucional e faz recomendações ao GDF, como a Recomendação 004, de 2016, que tem por objetivo erradicar o local em que moro, o Condomínio Minichácaras do Lago Sul, juntamente com o Condomínio Privê - Etapa C e o Estância Quintas do Alvorada, pedindo ao GDF que passe os tratores por cima de todas aquelas famílias, eles não consideram a vida, não consideram o bem-estar.

É preciso que haja o princípio da razoabilidade. Ainda que as pessoas que construíram lá ou em qualquer lugar do DF construíram sem alvará de construção, que é a forma como o Exmo Juiz da Vara de Meio Ambiente se posiciona, é preciso que haja o entendimento do princípio da razoabilidade e do direito à vida, do direito à moradia, que são princípios constitucionais.

Eu pergunto a vocês: será que uma árvore que foi derrubada vale mais do que uma vida? Nós não podemos classificar as pessoas financeiramente, se é rico ou pobre, como foi falado à Mesa, que diz que o Estado promove as derrubadas para o pobre, e não para o rico, porque, no próprio condomínio em que o nosso Exmo Senador mora, houve a derrubada de um muro e da guarita.

Então, o Ministério Público desrespeita o povo. O Governador do Distrito Federal não valoriza a vida, não valoriza a família e não cria políticas públicas para assentar essas famílias. Deixa construir e depois quer passar o trator por cima. É preciso que haja esse entendimento. Que tenhamos um governador que não seja um frouxo, mas que seja alguém disposto a preservar a vida de vocês, a casa de vocês, a família de vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei o que é ter um trator à sua porta para derrubar a sua casa. Eu estou aqui com dois atestados de óbito de chacareiros do Guará. Uma pessoa tinha uma doença degenerativa, e, quando ela ficou sabendo que o trator estava derrubando a sua casa, seu estado de saúde piorou; ele veio a óbito. Estou com outro atestado de óbito, da D. Maria. O seu viúvo está aqui. Ele tem dois filhos com problemas de saúde mental. O Governo não olha para aquela área, não olha as vidas.

Eu acredito que existe especulação imobiliária, a fim de vender aquela área para grandes construtoras. O que importa é o dinheiro, e não a vida? Nós temos de colocar a vida em primeiro lugar.

É preciso que nós tenhamos um governador, uma Câmara Legislativa, uma Câmara Federal e um Senado Federal que valorizem a vida, como o Senador está fazendo, como o Izalci está fazendo. É preciso que nós tenhamos alguém que olhe por nós e pelas nossas famílias e que regularize a posse, porque nós temos a posse, nós somos posseiros. E o que fazer agora? Vai passar o trator por cima de 1,5 milhão de pessoas? Nós temos 1,5 milhão de pessoas que moram em condomínios irregulares ou assentamentos irregulares. E agora o que fazer?

Se o Estado foi omisso, a ocupação foi mansa e pacífica. Então, que agora se regularize e se fiscalize, para que proíbam novas ocupações, novos parcelamentos. Mas que respeitem a vida.

Essas são as minhas colocações. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Com a palavra o Dr. Franklin Costa, para fazer suas considerações. Ele, por problemas de força maior, vai ter de se retirar. O Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República, dispõe de até cinco minutos.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Senador, prezados presentes, prezados componentes da Mesa, eu preciso me retirar porque nós estamos em final de ano, e, antes que se encerre o expediente judiciário, eu ainda tenho uma carrada de processos para despachar para o tribunal.

Mas quero agradecer ao Senador, mais uma vez, pelo convite.

Vemos que temos condições de caminhar, temos condições de fazer com que essa regularização venha. Como eu disse, como falamos aqui e como já foi falado também na Mesa, os órgãos devem trabalhar de forma coordenada, não uns de costas para os outros. Cada um tem a nuança da sua atuação, vê a regularização com as particularidades, com as necessidades de preencher determinados requisitos, mas acredito que a lei está aí e que temos de fazer acontecer.

Muito obrigado, Senador.

Quero parabenizar todos pela palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a vocês pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Franklin. Um grande abraço a todos os procuradores da República do nosso País, à nossa Procuradora Raquel Dodge e a todos os seus colegas subprocuradores-gerais da República! Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Lindomar Pereira, Presidente da Associação de Moradores de Santa Luzia, na nossa aguerrida Vila Estrutural. (Palmas.)

Depois, falará o Dr. Kaleb.

O SR. LINDOMAR PEREIRA – Boa tarde, pessoal da Mesa e todos os presentes aqui!

Eu moro na Chácara Santa Luzia há 18 anos. Então, cinco governos já saíram, e a Chácara Santa Luzia continua do jeito que está. Cada vez mais, aumenta o número de pessoas. As pessoas estão saindo do madeirite, estão entrando com tijolos, botando laje.

E o Governo quer o quê? Quer passar um tal de minhocão, uma parede de Berlim, mudando as pessoas para esse minhocão, para esse prédio de três lajes. Muitas famílias têm quatro, cinco, seis filhos. Filhos crescem, saem. Filho é para sempre. Aí o filho volta para trás com mais cinco ou seis meninos e fala: "Pai, cheguei." Vai botar onde esses seis? Não tem como crescer, não tem como ir para canto nenhum, porque são três lajes.

Então, o que a gente quer? A gente quer a legalidade na Chácara Santa Luzia. O Governo quer os 300m na Chácara Santa Luzia. Eles fizeram uma cerca dividindo 150m da cerca do Exército, a CODHAB. Então, resumindo, eles querem mais 150m. E o setor de automóveis vai ser removido também com os 300m? É isto que a gente quer saber: se vão ser tirados os 300m de fora a fora, se os pobres vão chorar, se os ricos vão chorar também. Então, queremos saber se o Governo vai querer passar os 300m ou se ele vai querer arrancar Santa Luzia toda. O povo está com medo, porque o povo está pensando que o Governo quer arrancar Santa Luzia toda.

Fomos à CODHAB, e a CODHAB falou que tem três mil moradores que passam no programa, mas há muito mais de três mil moradores que passam no programa, que constam com cinco anos na Estrutural e passam no programa.

Então, a gente está querendo saber essa parte do Governo, de querer passar esse apartamento, porque o povo não quer apartamento, o povo quer o chão, a legalidade. O povo não quer apartamento, o povo quer o chão, a sua casa, onde pisa o chão, porque ele cria uma galinha, ele cria um porco, ele cria um cachorro. Num apartamento vai botar onde um cachorro que ele tem, vai botar onde uma galinha que ele tem?

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k.! Lindomar, eu queria que você e o nosso Presidente do Conselho Comunitário da Estrutural sentassem, pusessem esse pedido seu no papel, para eu solicitar esclarecimento da CODHAB, da Secretaria de Habitação e da Terracap sobre essa questão que você coloca. O.k.?

O SR. LINDOMAR PEREIRA – Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O Sr. Kaleb está com um abaixo-assinado, com uma representação dos moradores do Vicente Pires.

Em seguida, falará o Sr. Carlos Abílio, também morador do Santa Luzia.

Em seguida, falará o Sr. Joab Gomes, morador e Vice-Presidente da Associação de Santa Luzia.

Todo mundo está na fila.

Vá lá, Kaleb!

O SR. KALEB PIMENTEL – Muito boa noite a todos, senhoras e senhores!

Cumprimento o Presidente da reunião, Senador Hélio José. É um prazer revê-lo.

É também um prazer estar mais uma vez no Auditório Petrônio Portela, até porque aqui, pelas mãos do próprio Senador, recebi a homenagem do Dia dos Líderes Comunitários, o que foi muito interessante, e, de igual forma, também a graça de ter sido considerado o líder comunitário mais jovem de Brasília. Mas nada disso me envaidece, até porque, na colônia agrícola onde trabalhamos, nós sabemos e temos a consciência do foco do nosso trabalho. E o foco do nosso trabalho não é outro, a não ser juntar forças com a população para fazer um movimento de integração dentro desse processo da regularização, que é necessário. É o momento de todas as lideranças, todas as associações, todos os presidentes, todos os líderes se juntarem em prol desse processo. E é devido a essa união que nós fizemos o abaixo-assinado, com a Drª Nádia, que aqui está, e com a Drª Jamile, que também está por aí.

Fizemos um trabalho interessante, tanto dentro da colônia agrícola como dentro de várias cidades do Distrito Federal, colhendo abaixo-assinados. Não foram muitos, mas foram abaixo-assinados legítimos, que mostram a indignação da população, o desrespeito que a Terracap tem tido com cada um de nós que estamos aqui. É como nós ouvimos pelos demais líderes: se as coisas estivessem da maneira como aqui foi pregado pelo secretário, nós não estaríamos aqui até esta hora. Se nós estamos aqui é porque a situação não está boa. Nós, líderes comunitários e presidentes de associações, precisamos estar unidos e esquecer um pouco a vaidade política do ano que vem, porque é isso que, muitas vezes, atrapalha o progresso um pouco maior dentro do processo. Muitas vezes, a vaidade política de um candidato ou de um pré-candidato a algum cargo público atrapalha a evolução da população. Este é o momento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os líderes comunitários e presidentes de associações colocarem a vaidade dentro de uma caixinha de sapato e a colocarem no fundo da gaveta.

Todos nós temos de dar as mãos para trabalhar em prol da população, porque esse trabalho não pode ficar para depois. A regularização não pode ficar para daqui a pouco, porque todos aqui estão preocupados. Todos aqui sabem da dificuldade que passamos dentro desse processo. Então, se nós estamos precisando com urgência de um trabalho, este precisa ser feito. E é preciso colocar a vaidade de lado. E foi isso que eu e outros líderes comunitários, tanto da colônia agrícola em Vicente Pires como de outras cidades do Distrito Federal, fizemos.

Então, nós viemos aqui para honrar o compromisso que nós fizemos não apenas com nós mesmos, mas com a população da cidade e do bairro de que nós somos líderes, o de que nós viríamos a esta reunião entregar para as mãos de V. Exª, Senador Hélio José, o abaixo-assinado. Mais de duas mil pessoas assinaram, mostrando indignação e constatando o desrespeito que a Terracap e os demais órgãos têm com a população. Já chega de o povo ficar sentado e ficar calado! O povo tem voz, e a voz do povo está representada neste abaixo-assinado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Prof. Kaleb, um amigo. Recebo este abaixo-assinado. Vou solicitar explicações da Terracap e encaminhar em nome da nossa Comissão. (Pausa.)

Eu já tinha chamado Carlos Abílio, morador de Santa Luzia, ao púlpito.

Em seguida, falará o Dr. Joab Gomes e depois a Drª Fabiana Torquato.

O SR. CARLOS ABÍLIO – Boa noite a todos! Já são 18 horas e alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Fale mais pertinho do microfone.

O SR. CARLOS ABÍLIO – Nós estamos aqui, gente, não lutando por dez mil hectares de terra para criar boi, não. Nós estamos lutando por, no mínimo, 50 metros quadrados para botar nossos filhos, que amanhã serão o futuro desses que estão aqui à Mesa. A maioria de nós estamos chegando ao final da nossa picada. Eu mesmo estou com 53 anos. Daqui a dez anos, não presto mais para nada, para nada, só para dar trabalho. Mas a nossa juventude, que está chegando agora, é que é o futuro do nosso País, o futuro dos representantes do nosso País.

Então, o que nós precisamos é da legalização de Santa Luzia. Nós não precisamos de minhocão. Nós não somos minhoca para morar em minhocão. Nós precisamos da terra para fazer nossa casa, para morar sossegados. Nós ganhamos um salário mínimo. Um salário mínimo são R$930. Se você tira R$400 para o aluguel, sobram R$530. Se você tira R$100 para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

água e R$100 para luz, sobram R$330. Agora, vão para o supermercado com R$330, para verem se passam o mês com dois ou três filhos.

Se o Governador estivesse aqui, eu queria fazer essa proposta a ele, para ver se ele fazia isso, porque ele só veio para destruir Brasília. Ele destruiu Brasília tão pouco, que a água acabou! Tão pouco ele a destruiu, que a água de Brasília acabou! (Palmas.)Quando o outro governador saiu, os reservatórios ficaram com 100% de água. Ele acabou com as águas. Isso é o quê? A maldade que ele está fazendo com as crianças. A última derrubada que houve em Santa Luzia, eu estava presente. Eu sou morador de lá. Há sete anos, moro ali dentro. Eu vi os policiais pegarem spray de pimenta e jogarem na cara de uma criança de um mês de nascido! E levaram a mãe algemada. Levaram a mãe algemada! Quem está aqui, que é de lá, se for mentira minha, pode dizer: "Você está mentindo." Ele só veio destruir.

Então, nós não queremos hectares de terra, não. Nós só queremos um pedacinho de terra para fazermos nossa casinha em cima. Nós temos essa necessidade. Nós não queremos fortuna. Nós não queremos... Mas o que ele quer é que nós estejamos lá na porta dele pedindo uma cesta básica, para ele humilhar a gente. Com a crise que o nosso País está, a nossa valência é que o nosso País é um País rico, que produz para ele e para os países vizinhos, mas, se não fosse assim, nós estaríamos pedindo esmola debaixo da ponte, porque nosso País está na falência. Saúde não tem, segurança não tem, transporte não tem! Só há carestia. Carestia, isso há demais!

Agradeço a oportunidade e espero que eu possa voltar aqui outras vezes, mas com uma proposta melhor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Carlos Abílio.

Com a palavra Joab Gomes, morador e Vice-Presidente da Associação de Santa Luzia.

Em seguida, a Drª Fabiana Torquato fará suas considerações por cinco minutos. Ela falará em seguida a você, Joab.

Depois, vou chamar o nosso querido Miguelzinho, da Associação de Moradores do 26 de Setembro, e o Sr. Alexandre Amaral.

Está com a fala agora o Sr. Joab Gomes, morador e Vice-Presidente da Associação de Santa Luzia.

O SR. JOAB GOMES – Boa noite para todos!

É um prazer estar aqui junto com vocês da Mesa e com vocês que fizeram o favor de vir aqui para debater esse tipo de coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que vocês da Mesa prestassem bem atenção: na frente de vocês, há um copo. A minha indignação sobre aquela comunidade não é nem tanto por não ter um papel. Sabem por quê? É por vocês olharem aí e verem água potável na frente de vocês. Está na frente de vocês, e vocês estão bebendo. E a água que aquela comunidade bebe vem de mangueiras. Ali há água e luz. Aqui não há nenhum doido que não saiba que ali há água e luz – ilegalmente, mas há. Poucos não a têm. Então, o que acontece com a água de lá? Quando os carros passam, eles cortam as mangueiras. A mangueira suga. E isso, depois que eles emendam, vai para onde? Para o organismo das crianças, dos adultos e das crianças.

Então, a gente tem de olhar bastante para isso, porque toda comunidade, por mais que não tenha escritura, tem de ter água e luz. Isso é direito do ser humano. Isso é uma coisa que não acontece em Santa Luzia. Este é um pedido ao Senador: que o Senador vá lá! A gente vai dar uma volta com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Vamos lá! Vamos lá! Vou lá conhecer.

O SR. JOAB GOMES – Vamos lá! Vamos andar naquela comunidade e mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Vou!

O SR. JOAB GOMES – Seria bom que vocês dessem uma passada lá depois. Todos vocês estão convidados. O que a gente quer é que se coloque toda a Santa Luzia na poligonal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Vamos lá! Vamos chamar o SBT, a TV Brasília, a Globo. Vamos lá!

O SR. JOAB GOMES – É isso aí! É isso aí! Toda a Santa Luzia tem de ir para a poligonal, para poder legalizar Santa Luzia. Há 300m de cerca. Eles querem comer esses 300m e, junto com os 300m, comer o resto, que não tem nada a ver. E aquela parte dos 300m cabe ali dentro em lote. Eles querem colocar a gente para apartamento. Eles falam que não é apartamento, porque não há condomínio, mas é apartamento. Com quatro lajes, é apartamento. Eu tenho certeza de que todos de Santa Luzia que estão aqui não concordam com isso. Todos não concordam.

A maior coisa que a gente quer aqui é apoio. É apoio. E eu preciso que o senhor vá lá, para a gente andar dentro de Santa Luzia, junto com sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Pode combinar com o meu assessor, Edmilson, Presidente do Conselho, que nós vamos lá.

O SR. JOAB GOMES – Era só isso que eu queria falar.

Quero agradecer a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Drª Fabiana, eu sei que a senhora está superatrasada, mas, excepcionalmente, um dos inscritos aqui, que é o Cícero Soares, morador de Vicente Pires, tem uma pergunta direta para a senhora.

Cícero, seja rápido na sua pergunta, para a Drª Fabiana fazer a fala dela.

O SR. CÍCERO SOARES – Boa noite a todos!

Em nome do Senador Hélio José, cumprimento todos.

Drª Fabiana, eu gostaria de fazer uma pergunta, aproveitando as suas considerações finais. Se puder responder, eu agradeço. É relativa aos imóveis ocupados até 22 de dezembro que mudaram de proprietário após essa data.

Para ser mais claro, o imóvel em que eu moro está ocupado há mais de 20 anos. Na data 22 de dezembro, ele estava ocupado. Logo, ele preenche os requisitos legais para ser regularizado por venda direta, como estabelece o art. 84 da Lei nº 13.465. Porém, o entendimento da Terracap é que, se eu comprei esse imóvel hoje, que estava ocupado, conforme a lei, ele tem de ser licitado, ou seja, não vou poder comprá-lo por venda direta. O meu receio é o de que, com todas essas tratativas com a Terracap, a Lei nº 13.465 seja desrespeitada.

Então, eu gostaria de saber da senhora o que vai valer na regulamentação da Lei 13.465, se é a regularização direta, para quem ocupou esse imóvel e comprou agora, ou se vai ser a licitação, conforme a Terracap, em desacordo com a legislação federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Cícero.

Passo a palavra para a Drª Fabiana Torquato por até cinco minutos, com mais três minutos, com a tolerância desta Mesa, pela importância do papel que ela desempenha neste momento.

A Drª Fabiana está com a palavra.

A SRª FABIANA TORQUATO – Muito boa a sua pergunta, Cícero.

Esse entendimento é anterior, inclusive, à Lei nº 13.465, quando a lei já dispunha sobre a possibilidade de ser reconhecida a sucessão na ocupação. Então, tanto leis do Distrito Federal quanto leis federais, quando definiram o marco regulatório, assim como a Lei nº 13.465 definiu o marco de 22 de dezembro, já consideravam que, por exemplo, a lei da União, a Lei nº 9.636, fala por si ou por sucessão. Então, essa sucessão já é reconhecida basicamente em todo o ordenamento. Não entendo...

(Interrupção do som.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Opa! Restaure o som para a Drª Fabiana, por favor.

A SRª FABIANA TORQUATO – Alô? Voltei.

Então, eu não entendo por que não seria. Na minha opinião, é isso.

Pessoal, eu vou pedir desculpas para vocês e agradecer mais uma vez a oportunidade. Coloco-me à disposição. Qualquer dúvida, a SPU está lá, de portas abertas.

Eu vou ter de me retirar, porque a gente ainda tem alguns compromissos da Superintendência hoje.

Obrigada. Boa noite a todos! Bom trabalho!

Obrigada, Senador. Foi um prazer!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Fabiana. Voltaremos a conversar. Obrigado.

Dando prosseguimento, fala Miguel, Presidente da Associação dos Moradores do 26 de Setembro.

Em seguida, Alexandre Amaral, Vice-Presidente da Associação Comercial da Cidade Estrutural.

O SR. FRANCISCO JOÉLIO RODRIGUES DA SILVA – Boa noite!

Cumprimento todos da Mesa na pessoa do Senador.

Quero agradecer a oportunidade que o Senador nos dá.

Nós, como Presidente da Associação de Moradores, agradecemos a presença do senhor, que esteve lá dentro do Assentamento 26 de Setembro e que nos prestigiou na posse. Então, é motivo de agradecimento da parte do senhor.

Quero falar aqui para o pessoal que está pedindo a ida do Senador à cidade que pode confiar, que este Senador é do povo. Ele vai. Ele esteve com a gente lá dentro. (Palmas.)

Ele está nos ajudando, como ele mesmo citou, na parte da iluminação, de que estamos muito carentes.

Eu vi que muitos de vocês aqui – hoje estou aprendendo – já têm luz, água encanada, isso e aquilo. Nós ainda estamos no imediatismo, precisando de tudo isso dentro do 26 de Setembro.

Foi bonito ouvir vocês falando isso e aquilo, mas eu queria fazer uma pergunta. Sei que o Senador se preocupa muito com isso, porque o 26 de Setembro espera esse presente de Natal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há muito tempo. Nossas crianças estão lá dentro, pegando ônibus nas ruas esburacadas, na lama. Quando não é a parte da chuva, é poeira e várias coisas que o senhor sabe.

Quanto à parte da iluminação, eu até peço ao senhor que dê mais uma olhada nisso, porque de CEB o senhor entende, o senhor sabe da necessidade que nós temos dentro do 26 de Setembro.

Uma parte que eu deixo claro e em que o senhor poderia ajudar muito por ser um representante federal é a parte da Flona. A parte da Flona atrapalha muito o 26 de Setembro. Há esta história de dizer que fazemos parte da Flona. Já há estudos, e o ICMBio já liberou a área. Eu tenho a humildade aqui de dizer que o Gilberto está avançando nesses estudos. Ele pode até falar um pouco, quando for a fala dele, dessa parte da Flona, que já está avançada. Sei que o Senador, se quiser, pode nos ajudar também nessa parte, que é muito importante para o 26 de Setembro.

Eu quero agradecer a todos – eu não estava preparado, estava ali no canto – pela oportunidade e dizer que o 26 de Setembro precisa de vocês, não só o 26, mas todos esses que se encontram na situação em que nós nos encontramos hoje. Quero dizer para vocês que a nossa associação foi eleita dentro do 26 de Setembro.

É isso, pessoal. Agradeço a todos a oportunidade. Fiquem todos com Deus! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Miguel, eu gostaria que vocês da Associação do 26 de Setembro encaminhassem a solicitação. Eu já dialoguei, já conversei com o Presidente do ICMBio. Realmente, ele está pronto para desafetar a área. Eu vou fazer formalmente, por escrito, ao ICMBio o posicionamento sobre essa questão de desafetação da Flona para a regularização do 26 de Setembro. Então, vocês da diretoria da associação, os moradores e trabalhadores de lá encaminhem o pedido formal.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO JOÉLIO RODRIGUES DA SILVA – Eu agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – A próxima fala será a do Sr. Alexandre Amaral, mais conhecido como Alexandre Bedran, Vice-Presidente da Associação Comercial da Cidade Estrutural.

Em seguida, falará o Sr. Luiz Carlos, morador de Samambaia, e o Sr. José Renato Eleutério, Presidente do Conselho de Segurança da Cidade Estrutural.

O SR. ALEXANDRE AMARAL – Boa tarde, senhores! Boa tarde, senhoras! Boa tarde, Senador Hélio José!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos e, principalmente, o meu amigo João do Violão, que esteve aqui representando toda a comunidade do Distrito Federal.

Quero agradecer a Deus e falar para todo o Brasil que houve um homem de coragem que foi ao empenho dessa lei para realmente entregar a escritura para cada cidadão tanto do Distrito Federal quanto do nosso Brasil. Por isso, realmente, tanto o senhor quanto o nosso Deputado Federal Izalci merecem uma honra ao mérito. No Brasil, muitos estão hoje felizes, mas não por completo, por essa lei não ser efetivada tanto no Distrito Federal quanto em outros lugares do Brasil.

Acredito que o trabalho do nosso Presidente da OAB, Sr. Og Pereira, vai ser muito importante em Santa Luzia, na Cidade Estrutural, que é uma cidade... Queria eu estar aqui defendendo o comércio, mas hoje estamos defendendo aqui a população de Santa Luzia, que passa por uma necessidade muito grande, Senador. Não há como entrar dentro de casa porque, hoje, na chuva, as ruas estão cheias de água, os moradores fazem várias cambiarras porque não entra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE AMARAL – Então, eu queria pedir o apoio da OAB. Eu queria pedir a ajuda tanto da OAB, do Og Pereira, quanto do Sr. Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República, para entrar junto com a questão humanitária da Presidência da República e dos direitos humanos, para entrar naquela comunidade de verdade.

Que o Governo venha falar a verdade. Não entregou escritura nenhuma na Cidade Estrutural, não! Lá há 8.038 escrituras para serem entregues. Os cidadãos da Estrutural já pagaram três vezes para fazer a escritura, e até hoje nada aconteceu, Senador. Então, acredito que o secretário tem de vir aqui para falar a verdade, e não para ficar mentindo para a população do Distrito Federal. (Palmas.)

Eu lhe agradeço, mais uma vez. Que o senhor, com todos esses órgãos, tanto com o Og Pereira, da OAB, quanto com o Procurador-Geral da República, com a Casa Civil, vá visitar Santa Luzia, dar uma destinação para esse povo que está lá há mais de 20 anos. Há pessoas lá há 20 anos.

Nós não estamos pedindo aqui para o Governador editar decretos, não. Estamos pedindo para ele cumprir a lei. Se a lei diz que aquelas pessoas têm de ter escritura, conceda a escritura a esse povo! O meu nome está lá na CODHAB. Na estrutural, meu nome está lá. Eu dou o meu CPF: "O senhor está apto a receber a escritura." Por que não me entregam a minha escritura? O que está faltando para este Governo andar? Será que ele gosta de oprimir o povo?

Hoje aqui não está lotado. Sabe por quê? O carro da Agefis estava lá, derrubou vários barracos, 180 barracos. O povo não está aqui porque está com medo de deixar suas casas lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de vir para cá e de, ao voltar lá, ver a casa derrubada. Isso é uma vergonha, Senador. Isso é uma vergonha para a Capital, para o Distrito Federal, que não cumpre uma lei presidencial. Isso é uma vergonha.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Alexandre Bredan.

Em seguida, fala o Sr. Luiz Carlos, morador de Samambaia.

Depois, falará Renato Eleutério, Presidente da Conselho de Segurança da Estrutural e, em seguida, o Sr. Rodolfo Hot Hot, da comunidade do Gama.

Fala agora o Dr. Luiz Carlos, morador de Samambaia.

O SR. LUIZ CARLOS – Oi, gente!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Abaixe um pouquinho, Luiz.

O SR. LUIZ CARLOS – Boa noite!

Está dando para ouvir aí?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Boa noite, Luiz!

O SR. LUIZ CARLOS – Primeiramente, eu quero agradecer à Mesa, ao Senador Hélio José, a todos os componentes por esta maravilhosa audiência.

Em segundo lugar, eu quero agradecer, principalmente, ao povo que aqui está, que é o principal interessado. (Palmas.)

É o principal interessado porque diz respeito a uma coisa de que eles estão necessitando.

Quero dizer mais ainda. Eu sei que o tempo é muito curto, mas quero dizer a todos que, no nosso Distrito Federal, a população do Distrito Federal merece respeito. E quero ainda ressaltar que nosso amigo nobre Senador Hélio José, juntamente com sua equipe e com todos os que o estão ajudando a fazer este movimento, a lutar por essa comunidade e por todas as outras que não puderam estar aqui hoje...

Eu tomei uma chuva para chegar aqui, mas eu falei: eu vou falar porque, se eu tiver um minuto para falar, vai ser suficiente porque é importante nós lutarmos pelo povo do Distrito Federal, gente. Nós temos de estar de mãos dadas.

Eu sei que "muitos que estão por aí", entre aspas, não estão importando com a população do Distrito Federal. E falo não só do povo que está aqui e que é da Estrutural e de outros líderes de outras comunidades e de outras cidades satélites, mas também da Samambaia. Tantos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os problemas que ainda existem em Samambaia, com tantos anos que ela existe! Não é verdade, gente?

Assim, eu quero colocar com relação a todas as pessoas do Distrito Federal, às categorias... Eu estou aqui como líder comunitário de uma ONG. Trabalhamos com as comunidades carentes em vários lugares do Distrito Federal e no Entorno. E nós vamos continuar o nosso trabalho, independentemente de quem estiver no poder, mas nós precisamos do apoio das pessoas que estão no poder.

Eu quero dizer também das categorias de trabalhadores do Distrito Federal. Nós temos de dar a mão àqueles que estão lutando para defender os nossos direitos, os direitos dos trabalhadores. Também quero falar com relação à previdência. Todos estamos nessa luta.

Agradeço muito o que o Senador Hélio José está fazendo, com toda a sua equipe.

Peço palmas mais uma vez.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, meu nobre Luiz Carlos, morador de Samambaia.

Com a palavra Renato Eleutério, Presidente do Conselho de Segurança Pública da Cidade Estrutural.

Em seguida, falará Rodolfo Hot Hot, da comunidade do Gama.

O SR. JOSÉ RENATO ELEUTÉRIO – Boa noite, senhoras e senhores!

Quero, desde já, cumprimentar o nobre Senador e todos da Mesa.

Eu quero agradecer, desde já, esta oportunidade, que é macro para nós da Cidade Estrutural.

A Cidade Estrutural vem passando, nobre Senador, por várias dificuldades, não tanto Santa Luzia quanto a própria cidade. A cidade tem mais de 34 mil habitantes. Não temos uma delegacia permanente. Precisamos nos deslocar daquela região para a cidade próxima para fazer registros. Está aumentando a violência contra as mulheres na cidade, e o índice de criminalidade está só crescendo. Precisamos, Excelência, que o senhor entre realmente naquela cidade e tome posse daquilo ali e daquele povo, que é dos senhores. Nas eleições, vão muitas pessoas lá procurar por nós para agregar nossos votos. Mas ajudem também aquela cidade, porque está carente.

Eu falo um pouco de Santa Luzia. Santa Luzia está do jeito que está, está inchada – há todo tipo de necessidade naquela cidade –, porque não houve fiscalização. O próprio Estado foi omisso em fiscalizar aquela invasão. Hoje, ela cresceu. E querem maltratar aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade? Não, não acho isso justo. Estou aqui para defender Santa Luzia, o povo carente, o povo que precisa.

Desde já, para finalizar, nobre Senador, quero agradecer essa luta do senhor e quero parabenizá-lo pela lei que o senhor criou para nos beneficiar. E peço também a possibilidade de se rever a Luos da Cidade Estrutural. Na Cidade Estrutural, tem de realmente se rever a lei, a Luos.

Eu quero agradecer a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Renato Eleutério. Foi muito importante a sua fala. Muito obrigado. Conte comigo lá.

O seguinte é o Sr. Rodolfo Hot Hot, do Café Sem Troco e Gama.

Depois, fala a Srª Cleuza de Araújo Meireles, Presidente da Associação do Condomínio Vitória, em Brazlândia.

O SR. RODOLFO HOT HOT – Boa noite a todos!

Primeiramente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Cleuza, vá para lá! Na hora em que o Hot Hot acabar de falar, você já estará lá pertinho.

Desculpe-me, Hot Hot! Começa seu tempo: três minutos.

O SR. RODOLFO HOT HOT – Boa noite a todos!

Sou Rodolfo Hot Hot.

Eu queria agradecer, primeiramente, à Mesa. O Senador está de parabéns mais uma vez! Eu queria até uma salva de palmas para o Senador! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. RODOLFO HOT HOT – Nós temos 36 governantes que governam o Distrito Federal, mas aqui só existe um presente, e, a todo lugar que eu vou, sempre ele está presente. Por isso é que eu falo sempre que o Senador Hélio José está de parabéns pelo grande trabalho que vem fazendo no Distrito Federal!

Eu vim representar aqui, Senador – eu queria até falar rapidinho –, o meu varão, o meu amigo, camarada e irmão de fé, que já foi embora, de Vicente Pires.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar, Senador, que acho que o Senador deveria, hoje, fazer uma CPI não só com a Bruna, como também com o administrador de Vicente Pires. Eu acho que era obrigatório se fazer isso aí, porque eu acho que é muito importante.

Muitos empresários estão ficando milionários naquela cidade, sendo que, em Águas Claras, que é uma cidade legalizada, não se pode construir nada desde 2015. E Vicente Pires... A que mais cresce hoje em Brasília chama-se Vicente Pires. Vou fazer vídeos falando sobre isso.

Eu queria falar aqui representando o Café Sem Troco. É uma cidade que eu acho que o senhor tem de olhar por lá, porque é uma área particular. Há mais de 33 anos, o pessoal está morando lá. São mais de 16 mil famílias. Eu venho representá-las, porque o representante não pode vir e pediu para eu vir aqui representar o Café Sem Troco. Lá não há água potável, não há luz, não há posto policial, não há escola pública. Lá está faltando tudo. São 33 anos de cidade, e são 16 mil famílias.

Eu acho que o Senador tinha de dar uma prioridade para legalizar aquilo lá, porque é uma prioridade para o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k.! Conte comigo.

O SR. RODOLFO HOT HOT – É só isso mesmo. Estamos junto em Brasília, estamos junto no Brasil! Vamos embora!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Conte comigo, Hot Hot. (Palmas.)

Quero passar a palavra...

O SR. RODOLFO HOT HOT – E falo rapidinho do Condomínio do Gama, que...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Perfeito!

O SR. RODOLFO HOT HOT – ...pede uma atenção muito grande, pelo tempo que está lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Perfeito.

O SR. RODOLFO HOT HOT – O senhor já sabe o que é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. RODOLFO HOT HOT – Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Quero passar a palavra para a Srª Cleuza, Presidente da Associação do Condomínio Vitória em Brazlândia.

Em seguida, fala o Sr. Pedro, representando a Seccional da OAB Taguatinga. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª CLEUZA DE ARAÚJO MEIRELES – Boa noite a todas as autoridades, ao Senador Hélio José e aos demais da Mesa!

Estou aqui hoje representando o Condomínio Vitória. Nós lá também estamos largados, precisando de regularizações, principalmente de energia, da qual nós estamos correndo atrás e que até hoje ainda não conseguimos. E precisamos da titularização também daquele setor nosso lá.

E hoje nós estamos também junto com o Instituto Terra Legal, com a associação Ascomaver e com a Júnia Almeida. Ouviu, gente? (Palmas.)

Nós estamos aqui para lutar, todo mundo, por uma questão só, que é o quê? É a terra, é a regularização de cada um nós, porque cada um precisa ter a sua titularização.

Então, muito obrigado a todos. Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Srª Cleuza.

Enquanto o representante da OAB Taguatinga se aproxima do púlpito, passo a palavra para o Sr. Calisto, da Aloterra, para as suas considerações finais. Valdir Calisto de Campos é representante da Aloterra (Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do DF).

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Pessoal, nós estamos encerrando esta audiência pública, e só fica aqui o agradecimento pelo comparecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Peço-lhe só um minutinho.

Pessoal, só faltam quatro inscritos. Vamos segurar a onda aí, por favor.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Dr. Valdir.

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Eu gostaria de recomendar a todos o apoio que a gente deveria dar ao Senador Hélio José na candidatura dele a Deputado Federal, porque eu ainda não tinha visto aqui no Distrito Federal um Senador que chegasse ao povo. Nunca houve isso. Eu não conheci nenhum. Esse é o primeiro. Eu não estou puxando o saco, não é isso que eu estou fazendo aqui, eu estou falando de coração, é sinceridade. É um Senador que, realmente, é um Senador do povo. Então, com certeza, ele vai ser um Deputado Federal do povo. Vamos votar no Senador Hélio José! (Palmas.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, meu querido Dr. Valdir Calisto.

Agora fala o representante da OAB, seccional Taguatinga, e, em seguida, a Drª Jamile Buza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO ALVES DE SOUZA FILHO – Boa a noite a todos!

Sou Pedro Alves, representando aqui a OAB, seccional Taguatinga, e a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga.

Eu trago aqui um abraço do Dr. Bueno e do Dr. Justo Magalhães, Presidente da Acit, ao Senador.

Parabenizo-o, Senador, pela sua iniciativa, pois esses desmandos com a sociedade, em relação à Terracap, já atingiram os limites aceitáveis socialmente. Para a Terracap, Senador, não importa aprofundar sobre o tema propriedade. Ela busca tão somente derrubar casas e moradias, mesmo que ela própria tenha permitido a construção, por falta de sua fiscalização, trazendo mais prejuízos à comunidade, geralmente à comunidade carente.

É preciso, Senador, que haja um basta a esses desmandos e a essas injustiças. A quantidade excessiva de demandas judiciais abarrotam a Justiça, que, em face da demora na prestação jurisdicional, acaba por permitir atropelos a processos, dando oportunidade à Terracap para derrubar moradias em condomínios que, posteriormente, acabam sendo regulamentados.

E uns acabam pagando por outros. Cito o exemplo prático do Condomínio Privê II, no Setor de Mansões do Lago Sul. Eu acho que aqui havia um pessoal representando-o; não sei se ainda se encontra aqui. Lá existem demandas de moradores e uma demanda do condomínio, em geral, contra a Terracap. Apesar da concessão de uma liminar em favor do condomínio, há casas prestes a serem derrubadas por conta de questões particulares, questões de ações particulares, mas elas não deveriam ser derrubadas. Isso nos levou a entrar com uma ação, de um dia para o outro, e despachar com juiz, despachar com desembargador, para evitar a derrubada de uma moradia, mas ela está destinada à derrubada daqui a dez dias. Nós vamos tomar a providência necessária.

Então, Senador Hélio José, em nome da OAB, seccional Taguatinga, a qual represento, tanto quanto a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, em nome de Justo Magalhães, rogamos pelo basta nas derrubadas pela Terracap até que cada situação de cada condomínio esteja definida junto à Justiça, à Terracap e à sociedade brasiliense, em cumprimento à Lei nº 13.465, de 2017.

Deixo aqui um abraço pessoal do Dr. Bueno e do Justo Magalhães.

Rogo a todos que estão empenhados nesta questão junto à Terracap que realmente vejam essa situação em relação a essas derrubadas.

Só complementando e fazendo um adendo às palavras do Gilberto Camargos em relação a Vicente Pires, a regularização em Vicente Pires – corrija-me, Presidente, se eu estiver errado – é intenção, sim, dos moradores de Vicente Pires. Mas o que vem atropelando essa regularização é justamente a avaliação feita dos imóveis e a diversificação de preço de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóvel. A União é dona de parte das terras, sim, mas é a Terracap que vem impondo os preços a seu bel-prazer, em vez de cumprir a lei. E essa lei veio para beneficiar o indivíduo e não a Terracap.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Dr. Pedro. Meus agradecimentos à Acit, meus agradecimentos à OAB, seccional Taguatinha.

O SR. PEDRO ALVES DE SOUZA FILHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Drª Jamile Buza e, em seguida, o Sr. Alberto Ramos, Vice-Presidente do Instituto Terra Legal (ITL).

Drª Jamile Buza.

A SRª JAMILE BUZA – Boa noite a todos. Boa noite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Boa noite.

A SRª JAMILE BUZA – Eu gostaria de começar agradecendo o privilégio de ter podido trabalhar na elaboração das emendas da MP 759 e na aprovação delas junto ao senhor e ao Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Jamile.

A SRª JAMILE BUZA – E pensar que essa luta vem desde 2015 é ignorar ou querer esquecer toda uma luta que já vem há mais de 20 anos, porque os problemas de regularização do Distrito Federal transcorrem de 1992, ainda na época do Roriz. Então, a luta é muito mais árdua.

E dizer que a Lei de Regularização Fundiária veio para promover escrituras das terras é um grande equívoco, porque ela veio, na realidade, para dar dignidade à população, pois a moradia é uma das bases da sociedade, é uma das bases da família, e se nós não temos isso, nós não temos o princípio básico da Constituição Federal sendo cumprido, que é o da dignidade da pessoa humana. A Comissão de Direitos Humanos deve observar principalmente esse fato, que é o da dignidade, não é o de dar uma escritura, o de dar uma posse. Não! É muito maior do que isso.

Então, demonstrado que o nosso problema é muito mais amplo, eu quero dizer que fico abismada em ver cidades que eu achei que teriam muito mais dificuldade para aplicar a Lei 13.465, como Rio e São Paulo, aplicando-a. Hoje, se nós conversarmos com o Deputado Estadual Marcos Zerbini ou o Deputado Federal Russomanno, do Rio de Janeiro, vamos ver que lá a lei está sendo cumprida, diferentemente do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer que vocês devem ter escutado o Thiago, da SEGETH, e peço que vocês gravem bem o que ele falou. Ele disse que vai aplicar em todo o Distrito Federal a questão da Reurb por pessoa. Isso foi uma conquista que nós, no Jardim Botânico, conseguimos implementar em sete acordos condominiais. Então, vocês anotem bem essa fala, peguem essa gravação, porque, quando ele for à cidade de vocês e quiser fazer diferente, vocês vão falar o seguinte: "Excelência, o Secretário falou que ia ser por pessoa. Que eu teria que comprovar a minha renda, e o Estado me daria a Reurb-S". Ele infelizmente não está aqui para que a gente possa lembrá-lo, mas o seu sucessor está. Por favor, vamos manter. Eu fiquei muito feliz em ver que essa cláusula que nós conseguimos colocar num contrato de sete condomínios vai ser ampliada a todo o DF.

Gostei também de ver... Eu sei que o meu tempo já está acabando, mas é porque a fala do Thiago foi muito grande. Ele falou sobre a questão de que já vinha aplicando isso, e não é real, porque foi um acordo agora entre as partes. Ele falou que apenas um condomínio fechou acordo, incluindo a cláusula que fala sobre a questão da dominialidade, e isso também não é verdade. Os sete acordos do Jardim Botânico só fecharam o acordo por conta dessa cláusula que diz que, se na Justiça for provado que a dominialidade da terra não é da Terracap, a Terracap devolverá aquilo que foi investido pelo cidadão. Então, eu sugiro que a Terracap também acrescente essa cláusula para todo o Distrito Federal, pois eu acredito que o que está faltando hoje para que a gente assine com a Terracap é acreditar que nós estamos resguardados, que os nossos direitos estão assegurados.

Eu sei que o meu tempo já esgotou, mas... Mais um minutinho?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Fale.

A SRª JAMILE BUZA – Obrigada.

Para finalizar, quero dizer que o Ministério Público me decepciona cada vez mais, pois eles esqueceram para que eles prestaram concurso público, os promotores; esqueceram qual é a real função do Ministério Público. Pois a função do Ministério Público é zelar pela lei e preservar os direitos da sociedade, e eles vêm ignorando e vêm se achando no direito de julgar. Promotor não é juiz; promotor aplica a lei. Promotor não julga. Então, promotor nenhum do Distrito Federal pode falar que a Lei nº 13.465 é inconstitucional. Não; ela está válida. O Ministro Fux a considerou, desconsiderou a liminar e não julgou o mérito. Então, quem é um promotor para dizer que a lei é inconstitucional? Faça-me o favor! Esse pessoal do Ministério Público tem muito o que aprender ainda.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

Alberto Ramos, Vice-Presidente do Instituto Terra Legal (ITL), último inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Tatá vai querer falar um minutinho? A Tatá do Vitória. (Pausa.)

Não? Obrigado, então, Tatá.

Então, o último inscrito é o nosso nobre Alberto Ramos, Vice-Presidente do Instituto Terra Legal (ITL).

O SR. ALBERTO RAMOS – Boa noite a todos.

Quero agradecer ao Senador por mais esta oportunidade de colocar a realidade da situação fundiária do Distrito Federal aqui nas frentes das câmeras da TV Senado e para todos vocês.

O que acontece, Senador, é que, pelo que estamos vendo aqui, a Terracap acabou de revogar mais uma lei unilateralmente. Conforme disse nosso amigo Cícero, agora, a posse não é mais transmissível, porque a Terracap não permite. Quem comprou depois de dezembro não pode mais regularizar. Ela já havia quebrado a lei, revogado a Lei de Registros Públicos no que diz respeito à cadeia dominial. Essa observância tem que ser seguida. Documento da Terracap não tem cadeia dominial; simplesmente tem uma transcrição de qualquer jeito, e dali para a frente a coisa vai.

Com relação ao que o Secretário disse... Eu quero até que o nosso amigo repasse a ele o que eu estou falando, porque nós temos um problema, Senador: nós deveríamos deixar – eu acredito que funcionaria melhor – as pessoas falarem antes dos representantes do Estado, porque eles falam o que querem e vão embora para não ouvir o que têm que ouvir, e nós temos que falar sozinhos depois. (Palmas.)Aí fica no disse me disse, no recado. Seria bom que eles estivessem aqui.

Mas veja bem: o nosso amigo João do Violão quer a escritura da sua terra? Entre com usucapião, porque já está lá. A lei já deixou claro: você vai ter que entrar contra os herdeiros Sebastião Sousa e Silva. O STF já deu ganho de causa para os herdeiros. A terra não é da Terracap. A matrícula da Terracap, mais uma vez, é falsa.

Joaquim Marcelino de Sousa, matrícula falsa.

Questão da Granja do Torto, que a Terracap queria fazer um certame: foi revogado porque a terra não é dela. A matrícula também já havia sido cancelada. Matrícula falsa.

Vamos falar do Riacho Fundo II. A Eixo Construções ganhou na Justiça a ação de 12,5 alqueires, em que a Terracap alegava ter comprado de uma pessoa que assinou como testemunha na escritura. Mais um absurdo.

Então, quando se fala aqui em fazer CPI, Senador, a gente ficou muito desacreditado das CPIs, embora tenhamos Parlamentares como o senhor, o Deputado Izalci e outras pessoas muitos boas aqui dentro que trabalham por nós. Mas ficamos desacreditados, porque, na realidade, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que funciona é Polícia Federal e Ministério Público Federal. A Lava Jato está aí para provar isso.

Então, eu queria pedir que o senhor, que o Deputado Izalci, que o gabinete de vocês incluísse uma solicitação do Ministério Público, da PGR e da Polícia Federal para que estreite as vistas sobre o que está acontecendo aqui nessa regularização fundiária, sobre o que vem sendo feito no DF com relação à terra, com base já nesse tanto de escrituras falsas que estão sendo comprovadas na Justiça e estão sendo agora condenadas na Justiça.

Nós estamos vendo aqui que não está havendo, gente – é bom vocês prestarem atenção nisso –, regularização fundiária; está havendo especulação fundiária por parte da Terracap. Ou seja, ela está pegando terra que não lhe pertence, tentando vender a qualquer custo, apressando o processo, ameaçando os moradores de que, se não se cadastrarem, vão perder os direitos, coisa que não existe em lugar nenhuma do mundo. Por quê? Porque precisam vender, pôr o dinheiro no bolso. Porque, quando vier uma ação na Justiça: "Ah, não, poxa, a gente não vai devolver mais".

Como a Drª Jamile disse, há essa cláusula que foi colocada no condomínio Jardim Botânico de que, se na Justiça as terras forem comprovadamente particulares, a Terracap vai devolver o dinheiro. Minha querida, se as terras estão judicializadas, não pode ser aplicada a lei para a regularização; há que se aguardar o desfecho da lide. Então, não há essa questão de cláusula. Simplesmente, a terra é pública ou particular? Decida-se antes. Faça-se a demarcatória, a discriminatória, incorpore-as ao patrimônio público para depois não dizer que é terra pública. Isso que está acontecendo é um absurdo, só acontece aqui.

E mais, a questão de salários, a questão dessas coisas todas, o que está bancando isso é essa venda. O que está bancando o próximo pleito do Governador é isso. Nós sabemos que no Jardim Botânico, agora, são 1.256 alqueires particulares, Senador. A Terracap tem 70,8 alqueires só ali dentro, de acordo com a escritura dela, que não se comprova. Certo?

O Villages Alvorada I acabou de pegar uma ação de usucapião quando estava sendo pressionado para fazer o seu cadastramento. Então, o Jardim Botânico todo está em terra particular. A Ermida Dom Bosco está em terra particular. O condomínio de que ele falou, retiraram o muro sob a alegação de crise hídrica. Tiraram um muro, estreito assim, porque estava impedindo a infiltração de água, quando nós sabemos que a crise hídrica foi gerada por dois motivos: primeiro, a barragem foi inaugurada em 1974 para abastecer 500 mil pessoas até o ano 2000 e está abastecendo Brasília praticamente inteira; depois, na ânsia, criou-se uma agência reguladora. Quando se cria isso geralmente é para vender as empresas do setor. Fecharam todos os poços artesianos que abasteciam os condomínios, que buscam água profunda, que não afetam o lençol freático e, portando, não interferem com os mananciais. Fecharam todos para vender água da Caesb, sem antes interligarem Corumbá IV, que está construída pelo Governador. Conforme bem diz o Júnior, nós tínhamos o governador do povo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora temos um Senador do povo. Realmente é verdade. Esse governador do povo construiu uma barragem para nos abastecer por mais 100 anos, mas a incompetência dos governos que se seguiram a ele não interligaram o sistema. Então, nós temos esse problema para resolver, Senador.

Gostaríamos, realmente, que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal começassem a frequentar o DF. Estamos precisando disso. Sei que pessoas honestas não têm nada a temer, os moradores de condomínios não têm nada a temer, só têm a ganhar com isso. Nós vamos provar quais são as terras realmente particulares. Todo mundo aqui... Inclusive o Sol Nascente – estavam até cantando aí – tem 65 herdeiros; cabe o usucapião. E a SEGETH e a Terracap vêm dizendo que podem escolher pegar aquela região para colocar no bolso. A Estrutural também é uma desapropriação fraudulenta da Fazenda Bananal.

Muito obrigado. Desculpe-me a delonga. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu gostaria, nobre Alberto, que essas escrituras falsas – devidamente comprovadas como falsas – fossem juntadas num conjunto e que fizessem uma provocação ao meu gabinete, porque eu vou solicitar ao Presidente do STJ e ao Presidente do TRF que se pronunciem sobre essa questão.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALBERTO RAMOS – Eu agradeço, o ITL agradece, os moradores de Brasília das áreas irregulares agradecem. E nós o faremos, Senador: levaremos tudo que o senhor precisar para irmos até o fim dessa questão, principalmente na área rural, onde estão acontecendo absurdos. Trouxeram para cá um grupo do MST e estão prometendo 10 mil hectares para esses camaradas se ganharem a próxima eleição, o.k.? Temos que ficar alerta a esse tipo de coisa que está acontecendo também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu não tenho dúvida que esta Comissão aqui... E eu, na autoridade de Presidente de uma comissão do Senado Federal e de Senador da República, não só ao Presidente do STJ, mas ao Presidente do TRF e também ao Presidente do Ministério Público do Distrito Federal, à Procuradora-Geral da República e a esses órgãos todos, quero consultar e quero que eles se pronunciem sobre essas escrituras que vocês estão falando que são falsas, da Terracap, porque nós não podemos viver sob essa condição.

O SR. ALBERTO RAMOS – E só para finalizar, Senador, inclusive quem abriu a Operação Perímetro, salvo engano, foi a Raquel Dodge. A Drª Raquel Dodge foi que abriu a Operação Perímetro, que tirou aquele pessoal que estava na cúpula da SPU, que pegou alguma galera do Magela, da Terracap e outros que estavam vendendo terra pública para as empreiteiras. É o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso de Cana do Reino e Vicente Pires, e por isso as derrubadas em Vicente Pires: para entregar as terras negociadas com empreiteiras usando os herdeiros como escudo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k.

O SR. ALBERTO RAMOS – Uma boa noite a todos e obrigado. (Palmas.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Dr. Gilberto Camargos, cinco minutos para sua consideração final.

O Gilberto é da Amovipe.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Isso. Primeiro, eu quero parabenizar o Miguelzinho pela presidência da nova associação. Ele falou a respeito da 26 de setembro. Para quem não conhece, a 26 de setembro é o local de maior fartura do Distrito Federal: lá "farta" tudo; falta tudo! É a "fartura"!

Senador, é o seguinte: a questão da Flona, que foi criada após o assentamento... Primeiro se criou um assentamento na 26 de setembro e, dois anos após, criou-se a Flona. Quando se criou o assentamento, era uma floresta de eucalipto e pínus dentro da 26 de setembro, e aí, dois anos depois, por uma briga entre governos, resolveram criar, onde já não existia nem floresta, em que estava o pessoal produzindo, a Flona. Essas pessoas assentadas foram muito perseguidas.

Hoje, Senador, quanto à retirada da Flona, o ICMBio já fez o documento, e nós tivemos acesso a ele. Tivemos três reuniões com o Ministro do Meio Ambiente, e ele determinou que se retirem e se entreguem os documentos da Flona para que se faça a votação aqui nesta Casa – para poder retirar-se uma Flona, há que se fazer uma votação; criar uma lei e fazer uma votação. E o GDF foi lá com a influencer, com o lobby, e acrescentou mais três áreas de Flona lá dentro, que está com maior dificuldade de sair. Mas o da Flona da 26 de setembro está pronto, está nas mãos do ICMBio, descumprindo-se o que o Ministro determinou já por três vezes.

Então, quero pedir ao senhor o seguinte: que faça um ofício – eu o encaminho para o senhor – direto ao Ministro, porque o Ministro já pediu que fosse entregue a Flona lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O Ministro Zequinha Sarney?

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Sim, isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Pode fazer que eu mando imediatamente para ele. Pode trazer.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Então, por que fazer isso aí?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Assinado por você e pelo Miguel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – As duas associações juntas.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Sim, isso. A gente está trabalhando em conjunto lá dentro, unidos para poder regularizar.

Quanto a Vicente Pires na Fazenda Brejo ou Torto, nós estamos com um problema sério lá, que é o seguinte: a lei garante que pode, sim, liberar a área, do tamanho que for, para regularizar. E o que vem acontecendo lá dentro com os chacareiros, aqueles verdadeiramente assentados ali dentro, com o contrato da Zoobotânica, é que eles estão lá produzindo, e o GDF resolveu tomar as chácaras sem nenhum aviso e dizer o seguinte: "Olha, só pode comprar 2,5 mil metros".

Esse Governo vem fazendo coisas que até Deus duvida, absurdos mesmo. Entraram numa chácara nessa semana passada, agora – eu até soltei um vídeo aí –, e destruíram árvores nativas, nascentes, uma chácara em que o pessoal está lá dentro desde 1967. Fui falar com o Secretário, e ele falou assim: "O chacareiro fez a gente ficar parado um tempão para entrar lá dentro. Quando ele liberou a área por que poderíamos passar, em que não havia mata, aí" – porque fizeram os estudos, eu participei dos estudos – "a gente resolveu entrar para provar quem é que manda na área e derrubar." Entupiram as nascentes e derrubaram árvores centenárias.

Agora, estão entrando nas chácaras inteiras, aquelas que não parcelaram lá, dentro, para retirar essas pessoas e impor que elas comprem 2,5 mil metros da chácara. São pessoas que não cometeram nenhuma irregularidade. Os que parcelaram e venderam, esses estão aí tranquilos; venderam, compraram apartamentos em outros lugares, saíram do País etc. Mas aqueles que não parcelaram, que são os chacareiros que estão lá, dentro, esses estão sendo punidos. E, aí, a gente precisa fazer alguma coisa tanto na área Terracap, quanto na área da União, porque a lei garante isso, a área inteira.

Essas pessoas deveriam ter não punição, mas benefícios, e não pagarem pela chácara, porque é o cinturão verde do Distrito Federal que está em jogo. Nós não podemos permitir que o Governo pegue as chácaras para depois vender, para manter essa empresa corrupta, grileira, que é a Terracap, e prejudicar a todos. Nós não podemos permitir isso, Senador, porque é um absurdo o que eles vêm fazendo ali dentro.

Disseram aqui que estão fazendo Reurb-S lá, dentro. É mentira. Eles chegaram e disseram o seguinte: "Reurb-S é só para lote de 250m". A maioria dos lotes são de 400m, não porque as pessoas são ricas e compraram, não. Quando era favela, as pessoas tinham condição de comprar um lote maior; construíram uma casinha melhor, levando 20, 30, 40 anos, colocando a cada ano, e o Governo quer impor para eles: "ou vocês pagam, ou a gente manda tudo a leilão agora".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, eu desafio o Governador a mandar a leilão, sim, porque ninguém vai comprar, conforme se disse lá. A Terracap nunca em sua história conseguiu vender lotes ocupados que não fossem para o próprio ocupante. Então, que ele mande a leilão. Aí, eu quero ver depois, porque, aí, o valor que eles estão colocando vai cair, no segundo pregão, em 50%.

Eu aconselho a todos a ninguém ir lá para fazer a compra. Cada um assume a responsabilidade de ir ou não, mas não devem ir, porque juntos, nós podemos nos unir... Inclusive, na semana que vem, a gente vai fazer uma manifestação, e convido a todos aí do Sol Nascente, de todos os lugares, de Santa Luzia, para a gente fechar em frente ao Buriti, mas não do lado do Buriti, do outro lado, em frente ao Ministério, às sete da manhã. Fechar Brasília e mostrar que nós merecemos respeito. É disso que nós precisamos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Gilberto, Presidente da Amovipe.

Dr. Edivaldo Dias da Silva, em nome do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg e do GDF, cinco minutos para as suas considerações finais.

O Dr. Edivaldo é o nosso representante institucional do Governo do Distrito Federal junto ao Congresso Nacional. É como se fosse o Secretário de Relações Institucionais.

Por favor, com a palavra.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Boa noite a todos. Boa noite, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Eu queria começar dando os parabéns a vocês que estão aqui, porque vocês estão lutando por um direito que é de vocês, que é o direito à moradia.

Muita coisa se falou aqui do Governo, e eu gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, eu queria dizer que o Secretário não disse que tudo está perfeito, que tudo está resolvido aqui no Distrito Federal. Há muita coisa a ser feita. A lei recentemente editada facilitou muito a possibilidade de regularização das terras no Distrito Federal. Vocês, que moram há muito tempo no Distrito Federal, sabem que havia uma cultura implantada nesta cidade segundo a qual se invadia e depois se via como fazer para regularizar. Essa é uma situação que o Governo do Distrito Federal por várias razões tem tentado modificar. A ideia é que a cidade seja uma cidade legal, onde todos possam ter a sua situação regularizada. E não é tão simples, como disse aqui o Secretário, resolver essa situação; não é, como ele disse, com uma bala de prata ou com uma caneta de ouro.

Agora, é importante vocês terem em mente que há muita gente nesta cidade que não quer a regularização. Isso porque muita gente aqui nesta cidade – eu olho nos olhos de vocês e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

queriam que prestassem bem atenção – vive da irregularidade. Esse não é o caso de vocês. Eu não estou chamando ninguém aqui de bandido – antes que alguém fale isso. Isso não é verdade; vocês são pessoas de bem e estão aqui lutando pelos seus direitos. Eu gostaria de deixar isso bem claro. Mas é importante saber que há muita gente nesta cidade que não quer a regularização.

Eu quero também lembrar que a gente às vezes esquece como as coisas começaram. Aqui parece que o Governo só quer o mal da população, não faz nada em prol da população. Eu quero lembrar que, quando começou a gestão deste Governo, em 2015, Brasília estava na mesma situação fiscal em que estavam Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; uma situação de penúria fiscal, com várias dívidas, sem dinheiro para pagar as contas. Hoje, se você comparar Brasília com outros Estados da Federação, verificará que Brasília está numa situação fiscal completamente diferente. E como é que isso foi feito? Com muito trabalho, com muita austeridade e com muita ética. Esse é o trabalho que está sendo feito aqui no Distrito Federal. Na história recente desta cidade, nós não tivemos três anos de Governo sem nenhuma corrupção no Executivo. Não há nenhum escândalo de corrupção! Este é um Governo sério, é um Governo honesto, é um Governo humano. Muitas questões que foram referidas aqui são pontuais, e as pessoas se sentem prejudicadas com elas. Mas o Governo é de todos, não é apenas de um. Às vezes determinadas coisas precisam ser feitas para o bem da população como um todo. Aqui se falou da retirada de árvores centenárias, de nascentes. Mas aquela obra que foi feita em Vicente Pires, se é essa que foi referida, era necessária para se fazer uma contenção, porque, se não se fizer obra de contenção, há alagamentos. Então, há muitas coisas que não são tão simples e que precisam ser melhor explicadas.

Este Governo, apesar da situação fiscal difícil com que foi recebido, fez várias ações. Por exemplo, hoje, todas as crianças de 4 a 5 anos que procuram a escola estão matriculadas; todas as crianças de 4 a 5 anos. Nós temos, hoje, no Distrito Federal, o menor índice de homicídios dos últimos 32 anos. Se vocês pegarem o número de assassinatos no ano 2000, ele é maior do que o número de assassinatos em 2016.

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Vamos deixar, por favor.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Por favor, por favor.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Garanto a palavra aqui. Por favor, mais dois minutos para o Dr. Edivaldo fazer a conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Senador, como eu sou o único representante do DF aqui, se o senhor pudesse, por favor... Só para eu colocar algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Cinco minutos, por favor.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Isso é verdade, os números estão aí. Quem não quer ver os números, aí é uma outra situação. Mas Brasília está com o menor índice de assassinatos dos últimos 32 anos. Basta ver as publicações nos jornais. Estão aí para quem quiser ver. No trânsito, nós estamos com o menor número de mortes no trânsito dos últimos 20 anos, desde quando começou a ser medido.

Por que eu estou falando essas coisas aqui? É porque a ideia que se passou aqui é de que esse é um Governo que não faz nada, e isso não é verdade. Há muita coisa acontecendo que afeta a vida de todas as pessoas aqui. Se você tem menos assassinato, isso é melhor para todo mundo. Mas isso é uma coisa que, às vezes, passa despercebida.

Aqui, em Brasília, o Governo implantou há poucos dias, em meados desse ano, o Bilhete Único, que possibilita que as pessoas possam ir para o seu trabalho ou para qualquer lugar da cidade pagando uma passagem apenas. Isso, para várias famílias que não não dispõem de muitos recursos, é uma coisa muito importante.

Foi aprovado aqui, no Congresso Nacional, com a ajuda do Senador Hélio José, do Senador Reguffe, do Senador Cristovam, um marco histórico para Brasília, que foi a mudança na Lei de Incentivos Fiscais, que possibilita agora que as empresas que estão aqui em Brasília possam ter os mesmos incentivos fiscais que as empresas dos outros Estados. Isso vai impedir que as empresas de Brasília sejam forçadas a sair daqui por conta dos incentivos fiscais e vai possibilitar, no futuro, também, que as empresas que saíram possam voltar para cá. Isso nunca foi feito aqui em Brasília.

Há uma obra grande sendo feita na saída norte da cidade, que é o Trevo de Triagem Norte. São 21 viadutos e túneis que estão sendo construídos ali e que vão facilitar a vida de várias pessoas que moram em Sobradinho, Planaltina, Grande Colorado e todos os condomínios que estão por ali.

O Governo, na semana passada, instituiu o Nota Saúde Legal. A partir de janeiro, todas as pessoas que comprarem medicamentos vão poder receber de volta parte do imposto que foi pago naquele medicamento. Isso nunca foi feito aqui em Brasília. As pessoas que precisam de remédios e normalmente os idosos, que mais precisam de remédios, vão ser os mais beneficiados com isso; vão receber de volta parte do imposto que se pagou no remédio.

Aqui se falou da crise hídrica...

A SRª JAMILE BUZA (Fora do microfone.) – Esta audiência é sobre regularização fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Deixem o Dr. Edivaldo concluir.

Ele ainda tem mais dois minutos. É isso, mesa? Por favor, Dr. Edivaldo.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Gente, nós estamos no Congresso Nacional, uma Casa de debates. Aqui se falou tão mal do Governo em tantas áreas e agora eu não posso falar das outras coisas do Governo?

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Mas aqui se falou de várias coisas...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Pessoal, por favor, deixe o Dr. Edivaldo fazer uso dos seus dois minutos que lhe restam.

Eu vou dar dois minutos a você, que agiu tão educadamente, que me respeitou. Pode ir para lá, para o púlpito. Depois, eu vou dar dois minutos para você, mas deixe o Dr. Edivaldo falar.

Vou reiniciar os dois minutos para ele poder concluir.

Pode falar, Dr. Edivaldo.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – É nesse Governo que nós estamos acabando com a maior vergonha dessa cidade, que era o lixão da Estrutural. O lixão da Estrutural, em janeiro, não vai mais existir; vai existir o aterro sanitário, que vai acabar com aquela situação desumana em que vivia aquela população, que trabalhava ali, no lixão. E há várias outras coisas que o Governo tem feito.

Eu queria, só para concluir.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Dr. Edivaldo, pode falar.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Eu queria, só para concluir, falando de regularização – para a senhora, ali, que estava dizendo que eu não estava falando sobre regularização... Eu estive aqui naquela primeira reunião, naquela primeira audiência pública feita aqui pelo Senador Hélio José, e naquela época o debate era gigantesco sobre essa questão da regularização. E a prova de que esse Governo está fazendo alguma coisa em prol da regularização é o número de pessoas que está aqui hoje. Naquela época, isto aqui ficou completamente lotado, e havia mais de mil pessoas lá fora – mais de mil pessoas lá fora! Hoje há muito poucas pessoas aqui, o que significa que o Governo tem feito a regularização. É por isso que não há tanta demanda mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Como o secretário... Só para finalizar, Senador.

Eu acho que é importante o debate...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Claro.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – ... porque a gente escuta, só que não pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Não, mas aqui é garantida a palavra. Pode falar.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Como o próprio Secretário Thiago falou, apesar de gente dizer que não é verdadeiro, são mais de 41 mil escrituras entregues. No final do Governo, vão ser 80 mil escrituras entregues; mais do que todos os outros governos anteriores entregaram. Isso é fato, e, como diz o ditado, contra fato não há argumentos.

Então, minha gente, eu peço desculpas se fugi um pouco do tema, mas aqui, nesta Mesa, também se fugiu muito do tema. De todo mundo que falou, não se falou só de regularização. E eu queria deixar esse relato para vocês sobre essas outras realizações do Governo para vocês entenderem que o Governo tem feito muita coisa em prol da população.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Edivaldo. Obrigado ao GDF.

Dr. Marcos Monteiro e, em seguida, vai ser o Dr. Luciano, para fazer as suas considerações finais.

Dr. Marcos Monteiro, da Polícia Civil do DF, dois minutos.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Nós estamos aqui para debater a Lei nº 13.465, que está sendo desrespeitada pelo GDF. Resumo simples: compreendo a posição do colega, que representa o GDF e está cumprindo o papel dele de propagar mentiras. Simples assim! Eu sou Diretor da Federação dos Policiais Civis do Centro-Oeste e membro da Confederação Brasileira dos Policiais Civis. O que você acabou de falar é uma inverdade. Eu o contesto e provo que você falou uma inverdade. Brasília está vivendo uma das piores situações de violência jamais vista aqui, no Distrito Federal.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCOS MONTEIRO – E convoco esse cidadão a ir à Estrutural sozinho, depois das 11h da noite, para ele comprovar o que falou.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS MONTEIRO – Você que é cidadão da Estrutural sabe do que eu estou falando; os moradores dos condomínios sabem do que eu estou falando.

Então, meu amigo, respeito-o como pessoa, mas não pelo que você está acabando de conversar ou propagar desse Governo, que você está representando.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Um minuto para o Dr. Edivaldo e, depois, o Dr. Luciano Cavalcanti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – É o Dr. Marcos Monteiro.

O SR. EDIVALDO DIAS DA SILVA – Dr. Marcos Monteiro, eu só queria dizer que os números que eu trago aqui são números oficiais não só de Brasília como do Brasil inteiro. Não são números que eu estou inventando, nem que o Governo está inventando. Eu só queria deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O.k..

Dr. Luciano da Silva Cavalcanti, advogado, representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Arapoanga), para suas considerações finais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Rezende, ouve só. Vamos aqui falar para o meu amigo.

Promover eleições diretas para administração regional?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Ótimo.

Melhorar o salário dos professores?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Expandir o ensino integral?

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Promover uma revisão curricular?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Expandir o metrô?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Implantar o Bilhete Único? Implantou na marra! Está funcionando?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Ah, obrigado.

Pagar em dia as empresas de ônibus?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Comprar novos trens?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Implementar o trem urbano leve?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Implementar trens regionais?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Contratar 485 equipes para o Programa Saúde da Família?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Construir uma farmácia de alto custo?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Agora! Só uma. Eram pelo menos quatro.

Construir o Hospital do Câncer?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Licitação mês que vem. Cumpriu? Não. Está licitando. Então, não cumpriu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O Hospital do Câncer...

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Reforma...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu quero falar.

O Hospital do Câncer, a Bancada do Distrito Federal...

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Mandou dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Estou falando aqui como coordenador da Bancada de 2015. Nós aprovamos uma emenda impositiva, ou seja, dinheiro carimbado, R$126 milhões.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – O GDF elaborou o projeto. Eu estive lá no Buriti. Lançamos para a Caixa Econômica. Esperamos que agora seja licitado, nessa semana, se Deus quiser.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – O Hospital de Ceilândia...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Fevereiro, Edivaldo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – O Senador está aqui do lado, e eu preciso que vocês entendam isso. O Hospital de Ceilândia foi construído para Ceilândia Sul, Ceilândia Norte e Ceilândia Centro. O Hospital de Ceilândia não foi construído para aquele tanto de gente. E detalhe – o senhor é policial e sabe disto –: ele foi construído pelos governos militares. Todos os governos que passaram esqueceram que Ceilândia é uma cidade com 600 mil habitantes.

No ano que vem, Senador... O senhor mandou uma emenda para lá, para reformar, para colocar aqueles fotovoltaicos...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Energia fotovoltaica, para economizar, para comprar remédio, fio de sutura e outras questões.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Sabe o que aconteceu, Senador? Tenho uma má notícia para dar para o senhor. Este Governador que está aí não executou, não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Não fez os projetos e não executou.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Que pena, não é, Senador? O senhor trabalha para o cara não executar. Que triste!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – É uma pena. Perdi R$5 milhões...

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Ah, vou piorar a situação, vou lhe dar outra notícia. O 8º Batalhão de Ceilândia. O Senador mandou uma verba para lá para construção do 8º Batalhão. Má notícia para o senhor, Senador: não tem 8º Batalhão, não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Mas vai ter que ter.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Vai ter que ter depois que o senhor virar Deputado Federal, porque, agora, não vai ter, não! Este cara não tem nem vergonha!

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Vamos lá.

Construir Hospital de Trauma?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Contratar dois mil agentes comunitários?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Não.

Melhorar o salário dos militares?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Sem chance.

Fornecer a senha de acesso ao Sistema de Gestão Governamental, com dados do orçamento para toda a população?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Vou contar um negócio para vocês. Isso tudo fica muito bonito a gente descobrir. Vocês sabem como é que eu comecei a descobrir que o Governador tinha dinheiro? Olhando o sistema. E aí é uma grande mentira dizer que ele chega ao final do Governo sem dinheiro. Ele tem dinheiro.

Chico Vigilante fez um favor a Brasília. Ele pode ter todos os defeitos do mundo, mas ele fez um favor. Ele começou a falar o seguinte. O Governador falava que não tinha dinheiro, e ele toda semana colocava o orçamento e falava: "Olha, tem dinheiro." Viu, Senador? "Tem dinheiro. Tem dinheiro, o Governador está mentindo. O Governador está mentindo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero dizer o seguinte: a questão da regularização fundiária, eu preciso que o senhor peça oficialmente à Secretaria do Patrimônio da União a área que é da União, da 26 de Setembro, o que é privado – se o Gilberto tiver isso também, poderia fornecer ao gabinete do Senador Hélio José –, o que é privado e o que é do GDF. Sabe por quê? Porque o pessoal da 26 de Setembro – o Gilberto esteve lá dentro, e o nosso amigo Miguel, presidente da associação, que a gente estava lá ajudando – precisa saber. Sabe por que, Senador? Porque, se for da União, regularizar urgente as áreas que são da União, com base na legislação vigente e que o senhor ajudou, o.k.? Primeiro, Miguel, para acabar com esse problema da luz lá. É área da União? Não é Dr. Og? Se é área da União, vamos regularizar, mexer agora. É para ontem, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu queria que o Dr. Edivaldo, como nosso representante institucional e uma pessoa muito educada, por sinal, que sempre nos tratou muito bem e que nós sempre tratamos muito bem – oposição à parte, sempre nos tratou muito bem, é uma pessoa do diálogo –, realmente nos ajudasse, porque os medidores da CEB estão lá, os postes estão lá, a violência está solta, o arruamento é totalmente feito ilegal. Eles pagam IPTU. Como a iluminação pública é de alçada do GDF, que solicitasse... São poucos braços. São o quê? Parece que é coisa de... Os arruamentos, as três ruas que já têm medidor da CEB, eu acho que se somar, não vai somar cinquenta braços. Para a gente pedir, para dar esse presente de Natal à comunidade da 26 de Setembro. Poderia verificar isso para nós? (Palmas.)

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Até porque – só encerrando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Pois não.

O SR. LUCIANO DA SILVA CAVALCANTI – Até porque a comunidade da 26 de Setembro é grande. E a comunidade da 26 de Setembro não merece o que está acontecendo, entendeu?

E uma dica para o Governador do Distrito Federal: saiu uma enquete agora, nova, em que três mil, quatrocentas e poucas pessoas votaram. A pergunta era: que nota o senhor daria, de 0 a 10, para o Governador do Distrito Federal? Três mil e tantas pessoas votaram, o.k.? E 2,6 mil pessoas deram nota zero. Ou seja, se 2,6 mil pessoas deram nota zero para o Governo do Distrito Federal, não há que se falar que é um Governo bom. Não existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, Dr. Luciano.

Dr. João do Violão – esse é doutor do movimento social –, Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá, Presidente da Associação Comercial do Itapoã, representante aqui das cidades tradicionais de Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Uma das nossas linhas de frente foi a fixação do Paranoá, uma luta de 47 anos consecutivos – desde os 11 anos de idade. Só de amizade com o Hélio, são mais de 38 anos – não é, Hélio?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Graças a Deus.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Consecutivos, e na luta. Eu acho que sou uma das poucas lideranças que até hoje trabalha no Distrito Federal sem buscar cargo nenhum em governo nenhum – não estou atrás de cargo, não sou candidato a nada. Faço porque tenho amor, como o nosso Senador Hélio José vem fazendo há tanto tempo.

Hoje, Senador, eu vejo, na sua pessoa, o nosso grande representante do Distrito Federal. O senhor, hoje, faz o papel de Senador, o papel de Deputado Distrital, o papel de Deputado Federal, o papel de Governador. O senhor faz tudo! Está fazendo tudo para nos ajudar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Eu queria que o senhor fosse dez e tivesse sido clonado, para estar em Vicente Pires, no Paranoá, porque o senhor vai – o senhor não tem desse negócio... É de manhã... Esses dias, foi dar uma entrevista para mim na Rádio Paranoá FM e chegou às 5h da manhã. Chegou rouco, lá melhorou e rodou Tião Carreiro e Pardinho: "A coisa tá feia, a coisa tá preta...". E ele estava lá. Quer dizer, isso é muito importante.

Então, nós não podemos perder esse foco das pessoas que nos representam. Na próxima eleição, nós temos um grande compromisso de colocar pessoas que tenham intimidade com a sociedade. Nesse meio, eu tenho certeza de que há pessoas maravilhosas também que vão estar lá dando apoio para o nosso Senador; há pessoas maravilhosas que vão ser candidatas a deputado distrital. Infelizmente, a política, hoje, no Brasil, tem que ser comprada, senão não se ganha. Quem tem mais vai; quem não tem nada não vai. Infelizmente, é o que está acontecendo hoje no nosso País.

O povo está desacreditado, mas de você, lá no Paranoá, no Itapoã, naquela região, todo mundo gosta. Aonde o Senador vai é lotado. Ainda há político, Senador, que consegue falar com o nosso povo e conquistar o nosso povo. Todo mundo, no Paranoá, no Itapoã, naquela região, fala: "O Senador Hélio José é diferente dos demais Parlamentares".

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – É diferente! Do País. É diferente!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Não podemos fechar essa porta.

Imaginem vocês, em 2018, 2019, sem esse representante aqui, nesta Casa! Eu falo "nesta Casa" para que nós tenhamos um cidadão lutando em defesa do povo, falando a voz do povo, ouvindo o povo.

Senador, é maravilhoso sentar a esta mesa e poder falar para o Brasil inteiro que eu sou um representante lá da ponta. O Governador tem medo de falar com o povo. Eu fui um dos que fiz campanha para o Governador, porque, até então, ele dizia que ia resolver a situação do Distrito Federal, principalmente na saúde. Hoje nós estamos passando por um caos – acho que um dos maiores caos na saúde no Distrito Federal. Vocês já notaram que, antigamente, na porta dos hospitais, havia farmácias para vender remédio, algumas clínicas? Mas, agora, lá no Paranoá, em frente ao hospital, nós temos três funerárias. No Paranoá, hoje, há o maior índice de óbito do Distrito Federal, para que vocês possam saber. É incrível um negócio desses. Está parecendo que as coisas viraram... Não há uma coordenação... O Secretário de Saúde não está nem aí para a sociedade, para o povo. Todos os dias você assiste na televisão, em Taguatinga, as pessoas sofrendo na porta dos hospitais, dessas tais de UBS agora que implantaram, sem estrutura alguma para a sociedade. Quem tem plano de saúde tem plano de saúde. Quem não tem sofre na porta dos hospitais e morre na porta dos hospitais. É um sofrimento muito grande.

Eu digo sempre aos nossos não me toques – eu chamo muitos secretariados de não me toque, porque eles têm medo de conversar com a sociedade: "Vá lá ao Paranoá. Vá lá à Estrutural, a Santa Maria. Dê uma volta na sociedade, no povo. Ouvir o povo, andar no comércio". Porque infelizmente o Distrito Federal...

E nós temos de ter cuidado agora na próxima eleição. Cuidado.

Quem é o Governador que vai ter coragem de dizimar a Terracap e a Agefis?

Vamos propor a eles, Hélio? Você tem coragem?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Isso aí.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Então, documente isso aqui. Se não tiver, não vamos votar nesse cidadão. (Palmas.)

Não é verdade?

Obrigado, Hélio. Pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Eu peguei uma chuva no Paranoá, meu patrão; peguei um pé d'água que foi legal. Mas foi gostoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à sua disposição.

E convido, mais uma vez, o nosso Senador a tomar um café na Rádio Paranoá FM.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Vai ser uma satisfação, João do Violão.

Um abraço à comunidade do Paranoá, de São Sebastião, das cidades tradicionais, que você representa muito bem.

Dr. Og Pereira, advogado, Conselheiro da OAB do Distrito Federal, representante, nesta feita, da OAB do Distrito Federal.

O SR. OG PEREIRA – Obrigado, Senador Hélio.

Eu vou ser bem sucinto aqui por conta do horário.

Eu li agora aqui na internet uma matéria do jornal Metrópoles dando conta de que um número de empresas que está indo embora do Distrito Federal é muito grande, o que vem agravar o nível de desemprego. Em parte, essa evasão de empresas do Distrito Federal para outros Estados, principalmente para o Estado de Goiás, se deve à má gestão mesmo do Governo do Distrito Federal, que, inclusive recentemente – recentemente, não, já desde o início do Governo –, criou uma antecipação de impostos, Secretário, que obriga os comerciantes a recolherem 5% de imposto antecipadamente. Antes de fazer a compra, ele já tem de pagar o imposto, sem saber até se ele vai vender a mercadoria ou não. Então, as empresas estão realmente indo embora do Distrito Federal. Isso mostra que a questão da gestão implica diretamente o funcionamento da economia.

Mas não é só por isso também, não. A própria falta de regularização fundiária nos termos de que a sociedade necessita agrava essa questão do desemprego, porque as pessoas que têm as suas casas ainda irregulares não têm o menor incentivo para fazer uma reforma, para fazer uma melhoria nas casas.

Eu estou dizendo isso para fazer um contraponto ao que o senhor disse sobre o auditório hoje estar com menos pessoas porque o Governo do Distrito Federal foi extremamente eficiente na regularização fundiária. Isso não é verdade, Secretário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OG PEREIRA – Exatamente. Ao meio-dia, a Agefis já tinha lotado, já tinha uma estratégia, e lotaram o auditório. E hoje as pessoas não vieram, parte por conta da chuva e parte porque algumas regiões foram ameaçadas de derrubada. E isso foi denunciado aqui no púlpito aqui por um dos participantes que veio da Cidade Estrutural. Havia lá um grande contingente de pessoas que viria para participar da audiência pública e não veio porque correu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá uma notícia de que a Agefis ia fazer uma derrubada hoje, na data de hoje, e as pessoas ficaram lá tomando conta das suas casas.

Então, na verdade, como o colega aqui disse muito bem, respeito a sua posição como servidor do Governo, como uma pessoa que ocupa um cargo de confiança do Governador, mas eu não posso ouvir calado um argumento tão frágil.

Eu queria deixar esse registro aqui e encerrar minha a fala por conta do horário.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Eu quero agradecer ao Brasil, que nos acompanhou, agradecer a Brasília e dizer que essa Lei 13.465 é uma lei de interesse nacional. É o Rio, é São Paulo, é a Amazônia legal, são as terras de reforma agrária, é o Distrito Federal, com 70% da sua população, que precisam tê-la aplicada na plenitude para nós resolvermos os problemas.

Todos os encaminhamentos aqui colocados serão considerados. Vamos encaminhar as solicitações e esclarecimentos aos órgãos necessários e vamos estar acompanhando o processo. Vamos fazer uma visita ao Ministro Luiz Fux, levando a relação disso aqui para que ele solicite pauta da avaliação final do parecer dele que desconsiderou a liminar que suspendia a Lei 13.465. Ela está em pleno vigor e tem que ser aplicada na sua plenitude. Qualquer contrariedade à lei deve ser denunciada ao Ministério Público.

Realmente eu também estranho a posição do Ministério Público do DF. Vou procurar visitar o senhor presidente do Ministério Público do DF e pedir esclarecimento sobre a questão das posições do Ministério Público do DF, especificamente na região da Prourb, sobre essa questão de querer fazer prejulgamento, porque não cabe ao Ministério Público julgar, falar que lei é inconstitucional ou não. Isso cabe ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal deixou clara a posição. Ao Ministério Público cabe, como guardião das leis, fazer aplicar a lei, doa a quem doer, e não defender uma parcela de interesse – não sei por que motivo – com relação à questão da legislação.

O Subprocurador-Geral da República, que é uma autoridade, pode acionar quem quiser do Ministério Público. Ele é o segundo nome antes da Drª Raquel Dodge no Ministério Público, é o Subprocurador-Geral da República. E vamos ter que fazer os esclarecimentos sobre as atitudes diferenciadas de alguns do Ministério Público do Distrito Federal com relação à questão dessa aplicação da lei e com relação às avaliações.

Também, lamentavelmente, aqui nós tivemos a ausência do TJDFT, que foi convidado. Vamos visitar o Dr. Mario Machado e conversar sobre o comportamento de juízes que, porventura, estejam exorbitando o cumprimento da lei, porque a lei é para ser cumprida por primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância, segunda instância, todas as varas. A lei é federal. Então, nós precisamos conferir essa questão. Eu gostaria que a OAB, que está aqui, levantasse o que for necessário para a gente conversar com o TJDFT, com o STJ, com o TRF, e solicitar o cumprimento da lei que está em pleno vigor e que precisa ser cumprida.

Agradeço ao GDF e rogo que possamos ter um ano melhor, um ano mais fraterno. Como coordenador da Bancada que sou, até maio do próximo ano, tudo o que eu puder fazer para colaborar, estarei colaborando, em nome do Distrito Federal. Agradeço ao Luciano e aos moradores das Novas Cidades. Agradeço ao João do Violão e aos moradores das Antigas Cidades.

Antes de concluir a reunião de hoje, o Gilberto quer aqui só fazer alguns agradecimentos. Em seguida, eu vou concluir a reunião de hoje.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Senador, quero só agradecer ao senhor, porque colocou uma equipe em Vicente Pires que tem nos ajudado lá bastante, que tem nos auxiliado. É uma equipe competente, igual ao senhor, ao trabalho que o senhor tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Quero agradecer ao Dr. Og, ao Alberto e à Drª Nádia pelo trabalho que vêm fazendo em Vicente Pires.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Muito obrigado, Gilberto.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e dizendo que o Natal seja em família, seja fraterno, seja de amizade, de carinho e de construção, e que o Novo Ano seja um ano de esperança, em que possamos ter novos rumos e possamos vislumbrar uma Brasília e um Brasil melhor para toda a população de Brasília e do Brasil!

Muito obrigado.

Um forte abraço a todos! (Palmas.)

(Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lasier Martins, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, José Agripino, Flexa Ribeiro e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, celebrada em Pretória, em 8 de novembro de 2003", assinado em Pretória, em 31 de julho de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 213, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Jorge Viana, é aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Mútua Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/23

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Quero cumprimentar, desejar um bom-dia e uma boa quinta-feira a todos que nos acompanham pela Rádio Senado, TV Senado, Agência Senado e também por nossos espaços nas redes sociais.

Quero dizer que, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, tenho a satisfação de presidir esta reunião.

Cumprimento também os Senadores Flexa Ribeiro e Lasier, os servidores da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, de modo muito especial, todos os que nos prestigiam aqui com suas presenças.

Queria fazer o registro de que hoje vamos tratar de acordos internacionais, e um deles é do Brasil com os Emirados Árabes Unidos, cujo Relator é o Senador Lasier.

Cumprimento também o Senador Pedro Chaves, que acaba de chegar.

Esse acordo facilita e cria um ambiente realmente de aproximação ainda maior do Brasil com o Emirados Árabes, facilitando, definitivamente, a ida e vinda de brasileiros que vivem nos Emirados Árabes. Esse é o item 7.

Fiz essa referência primeiro, porque temos aqui o privilégio da presença da Embaixadora dos Emirados Árabes no Brasil, Hafsa Abdulla Mohamed Sharif, que está nos dando o privilégio da sua presença. Isso demonstra também a importância desse acordo internacional de que vamos tratar.

Até por uma questão de deferência, depois vou fazer, de ofício, uma inversão de pauta e tratar primeiro desse item, que é o item 7 (Projeto de Decreto Legislativo nº 215), que trata do acordo que o Brasil e os Emirados Árabes firmaram no sentido da isenção de vistos para os portadores de passaporte comum, assinado em Brasília no dia 16 de março de 2017. Mas, por enquanto, ainda não vamos entrar na pauta, ainda porque eu quero fazer aqui alguns comentários, como fazermos sempre nesta Comissão. Hoje, porém, eu os farei de maneira muito especial, de maneira até curta e breve – são apenas três páginas –, mas eu queria, um pouco antes de entrarmos na pauta do dia, fazer uma breve leitura sobre a Cúpula do Clima, a COP 23, que foi aberta em 9 de novembro, em Bonn, na Alemanha, e se encerrou na madrugada de sábado, dia 17.

Foi uma COP mais técnica e que nos deixa também decisões importantes sobre a redução das emissões de carbono para a Cúpula de 2018, ou seja, a COP de 2018, a COP 24 que será realizada na Polônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o privilégio, como Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de presidir uma delegação do Senado e da Câmara Federal. Nós tivemos, pela primeira vez, um evento parlamentar em Bonn, no Espaço Brasil. E, aqui, não posso ser modesto: foi o evento mais concorrido, porque nós abrimos um debate com empresários, com representantes dos setores produtivos, de entidades não governamentais e de governos sobre qual a agenda parlamentar que nós devemos levar a efeito para que o Brasil possa cumprir o Acordo do Clima assinado em Paris e possa cumprir as metas que o Brasil mesmo, voluntariamente, estabeleceu para a redução das emissões. E foi algo extraordinário, porque temos de ter uma ação do Estado brasileiro no cumprimento daquilo que se chama de NDCs, que são os compromissos que o Brasil assumiu de reduzir as emissões nos diferentes setores.

Aliás, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas vai promover uma última audiência ainda este ano, para a qual vamos trazer o ex-Deputado Alfredo Sirkis, que é Coordenador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – todo país tem o seu fórum. Ele apresentou, também em Bonn, uma primeira versão ainda – e eu vou convidá-lo para que ele apresente aqui – de todo um planejamento estabelecido pelo Brasil para o cumprimento das NDCs, ou seja, do que o Brasil estabeleceu diante do mundo que faria em termos de redução de emissões.

A COP reuniu mais de 30 mil pessoas. Eu tive uma audiência com a Srª Patrícia Spinosa, que é a Secretária-Geral da Conferência do Clima e representa as Nações Unidas no acordo. Tivermos também a oportunidade de ouvir, no fórum principal, a fala da Srª Presidente da Alemanha, Angela Merkel, e do Presidente de Fiji, que era o Presidente da COP, embora esta fosse sediada na Alemanha. Ouvimos também uma importante fala do Presidente da França, Emmanuel Macron, que, inclusive, entrou em uma área a respeito da qual todos nós temos uma expectativa, ou seja, de que o mundo comece a trabalhar mais fortemente a precificação do carbono, a abertura do mercado de carbono.

Eu diria que a participação brasileira também teve muitos e importantes avanços. O Brasil levar a informação de que quebrou um ciclo de aumento do desmatamento e teve uma redução de 16% no desmatamento foi muito importante.

O Brasil também teve um papel de protagonista em dois grandes eventos: a Rio-92, quando o Presidente Collor era o Presidente do País – ali foi o início desse processo todo que culminou com o Acordo de Paris; e a Rio+20, que o Brasil também sediou. Já são 25 anos da Rio-92.

Mas o Brasil recebeu também o Fóssil do Dia, um prêmio que os participantes da COP dão ao país que traz a pior notícia, quando tornamos pública a Medida Provisória 795, que está na Câmara ainda e que abre isenção fiscal de R$1 trilhão para as petrolíferas até 2040. Sobre isso, o Ministro do Meio Ambiente brasileiro, Zequinha Sarney, fez uma declaração, numa entrevista coletiva na imprensa mundial, e foi muito duro na crítica a esse gesto que veio do Ministro da Fazenda sem o conhecimento do Ministro do Meio Ambiente e sem uma discussão nem mesmo com os membros do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta disso – e esse é um debate que certamente chegará ao Senado –, o Ministro do Meio Ambiente, Zequinha Sarney, assumiu a posição pública de crítica dura, achando que aquilo vai pôr o Brasil na contramão do mundo, pelo formado que essa medida provisória traz consigo.

A grande questão da COP é a elaboração do que chamam "livro de regras", estabelecendo regras de como vamos acompanhar se os países estão reduzindo emissões ou não; como vamos ter a transparência desses compromissos sendo implementados. Isso é muito complexo, porque alguns países precisam reduzir o desmatamento fortemente; outros têm de mudar a sua matriz energética; outros têm de trabalhar o transporte; outros têm de mexer no modelo de produção e consumo. São situações bem distintas. Criar esse "livro de regras" é um desafio complexo, mas se avançou bastante, especialmente nos últimos dois dias.

Outra preocupação grande é em relação à posição do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sair do Acordo do Clima. Mas o Acordo do Clima foi tão bem feito – foi assinado por 195 nações, já foi quase todo ratificado – que até mesmo para um país sair é complexo. Só se pode sair após três anos de o Acordo ter entrado em vigor. Então, os Estados Unidos anunciaram que querem sair, mas não podem sair ainda.

E o mais importante nessa COP foi a manifestação da sociedade americana dizendo que eles vão seguir trabalhando as empresas, a sociedade, os governos subnacionais do sentido de redução das emissões. Há aí certa esperança de que os Estados Unidos, que dividem com a China a posição dos países que mais poluem, que mais fazem emissões, possam rever essa intenção, já que há uma pressão muito grande das empresas, inclusive das petrolíferas, que já estão num processo de adaptação para novas matrizes energéticas.

Quero também registrar uma notícia muito importante: participei de várias reuniões com o Ministro Zequinha Sarney, Ministro do Meio Ambiente, e, naquela oportunidade, o Brasil se ofereceu para sediar a COP 25, em 2019. A próxima COP será realizada na Polônia, e o Brasil se ofereceu para ser a sede da COP 25. Obviamente, isso ainda não foi decidido, mas seria muito interessante o Brasil seguir sendo o protagonista desse maior acordo que as nações já firmaram no mundo.

Então, a próxima cúpula será realizada em 2018, na cidade de Katowice, na Polônia. É considerado um ponto crítico no caminho para tornar o Acordo de Paris efetivo, porque nós estamos falando agora, depois do acordo, de como efetivá-lo, de como implementá-lo, de como torná-lo realidade. Há o consenso de que a temperatura do Planeta já mudou. O problema, o desafio do Acordo do Clima é o de que não passe de 2ºC. Então, nós não estamos mais falando de evitar o aumento da temperatura; estamos falando de combater a mudança climática, de fato.

E há um processo que vem em seguida, que é o de adaptação das cidades à mudança do clima. Só a cidade de Nova York, Manhattan, está com o investimento de US$70 bilhões para adaptar Manhattan para os efeitos, para as consequências das mudanças climáticas. Então, imagine se nós vamos ter orçamento para adaptar as cidades da Amazônia, Senador Flexa!

Também a comunidade científica fala que países como o Brasil, que tem um clima bem equilibrado, que tem as quatro estações do ano, com a biodiversidade que temos, sentirão mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fortemente os efeitos. Nós estamos vivendo aqui, em Brasília, algo que parecia impossível de vivermos, que é uma seca. Estamos no período de chuvas, mas não chove como deveria chover. Mais um ano – e já tivemos racionamento – sem chuva até dezembro, ou chovendo pouco, como está chovendo, a situação pode se agravar muito mais ainda. Em vez de um dia de racionamento ou dois dias por semana, a situação poderá ser muito mais grave.

Todos nós sabemos que está havendo chuva demais em um lugar... V. Exª sabe disso. Temos visto repetidas vezes a situação do Rio Grande do Sul, por exemplo, com eventos mais extremos do clima. Na Amazônia, não é diferente, temos excesso de chuva em alguns momentos e falta de chuva em outros. É uma situação sobre a qual já conversei com muitos cientistas. Eles falam: "Olha, vocês vão sentir isso mais fortemente na Amazônia." Nós tínhamos ciclos de cheias a cada dez anos, agora são cheias anuais. Nós tínhamos ciclos de cheia e não tínhamos ciclo de seca. Agora, temos cheia e seca na Amazônia, com incêndios florestais.

Então, é uma situação grave, e o mundo tem de passar por um processo agora de adaptação das cidades. Metade da população do Planeta vive nas cidades. Quanto às emissões, mais da metade já vem das cidades num mundo de sete bilhões de habitantes. Esses números vão aumentar e agravar a situação.

Eu queria encerrar, antes de entrarmos na pauta, fazendo aqui só algumas pequenas observações.

Nós tivemos, então, a participação, que eu queria citar aqui, da Senadora Kátia Abreu, que teve um problema de saúde; da Senadora Vanessa Grazziotin; da Senadora Lídice da Mata; do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Eu estava coordenando esse trabalho, representando os colegas Senadores. Fizemos um evento, pela primeira vez, no Espaço Brasil, um evento do Senado Federal. Mas, como eu sou o Presidente da Comissão Mista, nós contamos também com o envolvimento de vários Parlamentares.

Eu cito aqui o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Cajado, que estava também, o Deputado Leo de Brito. Realmente, um número grande de Deputados participaram conosco, seja como membros da Comissão da Amazônia, seja como membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados ou como membros da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Houve todo um apoio que eu queria registrar aqui.

Registro a presença e agradeço à Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria Parlamentar do Itamaraty. Faço este agradecimento pela maneira como o Itamaraty... Agradeço ao nosso colega Aloysio Nunes, mas especialmente à Srª Embaixadora, e faço um registro aqui na Comissão do papel que o Renato Gurgel e o Leonardo Onofre cumpriram, de absoluto profissionalismo, de suporte. Sem o apoio deles, nós não teríamos feito o trabalho que nós conseguimos fazer, não teríamos alcançado sucesso, não teríamos recebido os elogios do Ministro Zequinha Sarney, do Embaixador Marcondes, de todos da sociedade brasileira que estavam presentes.

Então, quero fazer este registro, porque, além de Presidente da Comissão, eu também sou Vice-Presidente desta Comissão e, realmente, acho que o desempenho, o papel...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei de cinco COPs, mas o desempenho brasileiro nessa se destacou bastante, e graças também a toda a área de comunicação do Senado. Faço aqui, em relação à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado, esse reconhecimento e agradeço o empenho de todos esses servidores, que sábados, domingos e feriados, a partir de uma profissional, dedicada profissional que trabalhou muito – acho que foi explorada ao extremo... Paula Groba fez mais de 30 reportagens sobre a COP em uma semana, ou menos de uma semana. Isso se multiplicou, tanto na Agência Senado como na TV Senado, na Rádio Senado e no *Jornal do Senado*. Mais de 25 *sites* usaram os veículos de comunicação do Senado para divulgar e acompanhar os desdobramentos da COP. Então, fica aí o exemplo de que, com bons profissionais, a gente pode também desempenhar melhor nossas funções.

Quero aproveitar também para agradecer o papel do Consultor Gustavo, que trabalhou conosco, que está construindo um relatório. Eram dois servidores da Casa, dois dedicados servidores a quem faço questão também de agradecer e registrar aqui, na Comissão de Relações Exteriores, pelo desempenho, pela colaboração, pela ajuda que deram para que pudéssemos bem desempenhar nossos papeis.

Eu queria, então, de ofício, fazer uma inversão de pauta e aqui, como...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de tomar a liberdade de ler rapidamente o relatório de uma viagem que eu fiz agora, juntamente com o Ministro da Defesa Raul Jungmann. Acho que vale a pena que todos dele tomem conhecimento aqui – se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou aguardar, então, a leitura de V. Exª e, em seguida, sigo com a pauta.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu agradeço muito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Porque nós estamos também ainda aguardando mais alguns colegas para termos um quórum para deliberarmos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de compartilhar a satisfação em ter participado, a convite do Ministro da Defesa Raul Jungmann e da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, da Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz da ONU, realizada em Vancouver, no Canadá, e em Washington, nos Estados Unidos, do dia 12 a 18 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, pousamos em Tabatinga, Estado do Amazonas, tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, para participar do exercício de logística multinacional interagências (Amazonlog).

Na Floresta Amazônica foi montada uma base logística internacional composta por unidades logísticas multinacionais integradas, que serão treinadas no apoio a civis e militares empregados em regiões inóspitas e desassistidas, como ocorre em operações de paz e de ajuda humanitária.

Posteriormente seguimos a Washington para um encontro com representantes do setor aeroespacial privado norte-americano, a fim de ampliar a cooperação entre os dois países. A intenção foi estabelecer uma agenda de interesses em comum, com possíveis parcerias. Com a presença de representantes de empresas e associações foram abordados temas prioritários para as duas nações, com o objetivo de gerar pautas que possam ser consolidadas em negócios para indústrias de defesa.

O setor aeroespacial é estratégico para nosso País. Temos grande potencial nessa área, mas precisamos de maior atenção governamental. Essa agenda é de suma importância para mantermos abertos os canais de comunicação com os Estados Unidos, justamente para obtermos investidores nesse mercado industrial e tecnológico.

Em Vancouver, a conferência envolveu, ao todo, 79 Estados-membros e as Nações Unidas, com a finalidade de debater meios para tornar as operações de manutenção da paz mais ágeis, mais eficazes e mais focadas no campo.

O objetivo primordial desse encontro era aumentar o apoio para as 15 operações de paz, que, em muitos casos, passaram a enfrentar desafios mais complexos e perigosos nos últimos anos. Entre as manifestações de apoio, estão doações de equipamentos, incluindo helicópteros.

O primeiro evento da agenda oficial foi uma reunião com Subsecretário-Geral de Apoio de Campo da ONU, Atul Khare, que elogiou as operações das tropas brasileiras nas missões de paz, em particular no Haiti.

Devemos nos lembrar orgulhosos de que o trabalho do Brasil no Haiti foi impecável, reafirmando a eficiência e o profissionalismo de nossas Forças Armadas.

A missão de paz da ONU no Haiti foi chefiada militarmente pelo Brasil por 13 anos. Nesse período, os soldados que foram convocados a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti trabalharam na manutenção da paz, no fortalecimento das instituições nacionais haitianas e na segurança da área de operações sob sua responsabilidade. Pelo menos 21 contingentes de diferentes nacionalidades chegaram a ser comandados pelo Brasil desde o início das atividades.

Entre os pontos positivos da liderança brasileira no Haiti, estão a recuperação do nível mínimo de estabilidade social, que possibilitou o controle dos níveis de violência até então crescentes no país. Como consequência, tivemos a pacificação de setores periféricos com maior atividade de grupos armados. Desta forma, a pacificação possibilitou que vendedores e pequenos comércios voltassem às ruas e movimentassem a economia local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante ressaltar que o treinamento e aprendizado de técnicas de combate em terreno urbano foi um dos grandes diferenciais e legados da missão de paz para o Brasil. As Forças Armadas aprenderam a trabalhar conjuntamente em uma missão, atuando juntos para o transporte de suprimentos, divisão de tarefas e também nas atividades de logística. Dessa maneira, minimizou o impacto dos desastres ecológicos, frequentes no País, bem como manteve as tropas em pleno funcionamento no Haiti.

No tocante à reunião do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, restou claro que o Brasil e os Estados Unidos tradicionalmente desfrutam de uma próxima relação econômica e política. A relação bilateral de defesa produziu resultados expressivos nos últimos anos: desde o acordo bilateral de defesa lavrado em junho do ano de 2015, ambos os países reforçaram sua intercooperatividade em variadas questões de defesa nacional, englobando tecnologias, produtos, capacitação, bem como pesquisa e desenvolvimento.

De forma escorreita, o Ministro Jungmann apresentou a estratégia de defesa brasileira e discutiu desafios militares nas searas regional e global, assim como dissertou acerca da relação bilateral entre os países signatários.

O Ministro Raul Jungmann também destacou a importância da Base de Alcântara, no Maranhão, que, de acordo com o Ministro, é a melhor base do Hemisfério para lançamento de satélites e foguetes. No entanto, a base encontra-se totalmente inoperante. Ele afirmou que o Brasil está negociando com diversos países o uso da Base de Alcântara para lançamentos. A ideia do Brasil é permitir acordos para que, em Alcântara, possam coexistir diversas plataformas de lançamento de satélites de diferentes nacionalidades.

Dessa feita, agradeço cordialmente ao convite do Ministro da Defesa e ressalto que me senti privilegiado por ter tido a oportunidade de participar desse encontro, que, de forma indubitável, foi importante para o compartilhamento de experiências militares e tecnológicas nesse tipo de operação, bem como considerar o desejo de nações distintas, visando à manutenção da paz.

Gostaria também de completar que eu estive visitando o Congresso Nacional dos Estados Unidos, onde mantive relações com Senadores e Deputados. Estamos estreitando a relação entre os Parlamentos do Brasil e dos Estados Unidos, e, com isso, nós estamos permitindo que haja uma interação entre os dois Parlamentos, fazendo inclusive seminários conjuntos Brasil e Estados Unidos, com uma pauta comum aos dois países.

Então, mais uma vez o meu agradecimento ao Ministro Raul Jungmann e a todos os militares das Forças Armadas pela oportunidade singular de participar dessa missão.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento o Senador Pedro Chaves pelo relato e também pela missão que cumpriu com o Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Pela ordem, Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo em seguida, vamos começar com essa inversão de pauta, tratando primeiro do item 7, que tem a relatoria do Senador Lasier.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Na realidade, estou, de certa forma, antecipando um item que consta da nossa pauta, mas já foi informado pela assessoria da Mesa que, havendo quórum, V. Exª vai inicialmente fazer a leitura do requerimento, que será apreciado na reunião seguinte, como prevê o nosso Regimento.

Refiro-me ao requerimento de convocação do Ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, para falar sobre a matéria divulgada no *The Guardian*. Essa matéria diz respeito a uma informação veiculada pelo Greenpeace sobre a presença do Ministro de Energia da Inglaterra, em recente visita ao Brasil. Segundo a reportagem, teria havido pressões da autoridade britânica para que o Governo brasileiro pudesse ter apresentado a proposta de incentivo para os investimentos na área do pré-sal brasileiro. Então, eu queria fazer aqui alguns comentários.

Em relação a essa discussão sobre o Repetro, sobre a medida provisória que nós votamos aqui, de forma aberta e democrática, no Congresso Nacional, tendo sido precedida por um amplo debate na Agência Nacional do Petróleo, nos mais diversos fóruns, inclusive conversando com o setor industrial brasileiro, na Fiesp, na Firjan e em muitos outros encontros, eu queria afastar, já de início, qualquer ilação que a reportagem traz sobre qualquer conduta equivocada por parte de representantes do Ministério de Minas e Energia quando de encontro com o Ministro britânico. Refiro-me especialmente ao Secretário Executivo da Pasta, que foi quem teve o encontro com a autoridade britânica.

É evidente que toda essa matéria ganha uma certa atenção e ganha repercussão. Eu entendo até a iniciativa do ponto de vista político da oposição em querer explorar essa notícia, uma vez que se veiculou que as perdas com os incentivos fiscais previstos no Repetro chegariam a R$1 trilhão. E muitos jornais, muitos veículos fizeram circular essa informação, bem como muitos Parlamentares, aqui na Câmara e no Senado Federal, veicularam e sustentaram isso. E essa informação decorre de uma nota que foi preparada pela assessoria técnica da Câmara Federal.

Então, eu queria propor a V. Exª, se V. Exª assim concordar, porque me parece que V. Exª é um dos subscritores do requerimento, que nós, primeiramente, dissecássemos e aprofundássemos esse debate sobre os incentivos do Repetro, a fim de termos clareza sobre como é que o Repetro nasceu, como é que ele chegou aqui ao Congresso Nacional, como é que a discussão e o debate foram realizados e se é fato, se é verdade que o Repetro vai significar renúncia de receita que poderá alcançar R$1 trilhão.

Eu tenho aqui uma nota da Receita Federal. Em função da repercussão que isso ganhou, a Receita Federal preparou uma nota circunstanciada que conclui dizendo:

> Se levarmos em conta o aumento da produção brasileira num horizonte de 25 anos, seria necessário que aumentássemos a nossa produção em 40 vezes. A produção brasileira combinada de petróleo e gás natural atual está em torno de 3,1 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> barris/dia e o consumo diário de petróleo no mundo é de cerca de 90 milhões de barris/dia. Logo, para atingirmos o valor de perda de R$1 trilhão em 25 anos, teríamos [o Brasil] de, no ano de 2018, subir a nossa produção de petróleo para 120 milhões de barris/dia e manter essa produção por 25 anos.

Isso é para que a gente possa ver o desencontro total das informações.

Eu, portanto, ao apresentar essa nota da Receita Federal, também trago uma série de informações, feitas pelo próprio Ministério de Minas e Energia, que detalham, inclusive, os erros em que incorreu a assessoria técnica da Câmara Federal para fazer a estimativa da eventual perda ou renúncia de receita por parte do Governo Federal.

Então, a minha proposta é: se, de fato, for apenas uma iniciativa do ponto de vista político, a Liderança do Governo vai se posicionar e encaminhar contrariamente, para que não haja essa convocação; agora, se, de fato, existe o interesse de detalhar, de discutir, de debater para saber qual é a eventual renúncia, o que é que se significa o Repetro, eu acho que, antes de o Ministro ser convocado, nós poderíamos convocar aqui os técnicos da Receita Federal que assinam a nota, convidar a assessoria técnica da Câmara dos Deputados, fazer um encontro entre a visão e os cálculos de um e de outro, para saber o que é que estamos falando. Poderíamos chamar aqui também a equipe técnica do Ministério de Minas e Energia para saber como foi feita a discussão do Repetro, nas diversas reuniões abertas à sociedade civil e a todos os agentes da sociedade brasileira, nos mais diversos foros coordenados e comandados pela Agência Nacional de Petróleo.

Então, parece-me que há, digamos assim, o interesse de querer requentar uma matéria, para criar um fato em cima de uma notícia que é extremamente positiva para os interesses nacionais. Nós estamos acompanhando as notícias que vêm sendo veiculadas nos mais importantes jornais do País, mostrando a retomada dos investimentos na área do pré-sal brasileiro. Só para lhe dar uma ideia, Senador Jorge Viana, até o ano de 2020, nós teremos mais 20 plataformas explorando petróleo do pré-sal brasileiro. Estima-se que, até 2020, será possível gerar mais de 500 mil novos empregos nessa importante cadeia de petróleo e gás no Brasil.

Então, estou convencido de que decidimos bem. O Congresso Nacional, ao aprovar a medida provisória do Repetro, consultou os interesses nacionais. A retomada do desenvolvimento econômico do Brasil será fortemente impactada pela retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás. E a aprovação do Repetro foi absolutamente importante.

Deixo aqui esta posição do Governo Federal, de quem está aberto para fazer a discussão técnica, a discussão elevada, a discussão aprofundada sobre o Repetro e sobre as motivações que levaram à aprovação do Repetro.

É mera, digamos assim... A meu ver – posso, de forma respeitosa, estar interpretando mal – , existe aí uma motivação claramente política para poder lançar a informação à sociedade brasileira de que o que motivou o Governo brasileiro foram pressões de interesses de empresas internacionais ou de países estrangeiros para que a gente pudesse abrir o setor de negócios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

petróleo e gás no nosso País. Isso é uma inverdade. Na realidade, o marco regulatório de petróleo e gás foi refeito, foi revisto a partir de uma iniciativa do Senador José Serra, num amplo debate no Senado Federal. Começou pelo Senado Federal, foi aprovado na Câmara. E, depois, com o novo marco regulatório, a decisão de iniciar de novo as licitações na área do pré-sal brasileiro levou à edição do novo Repetro. Por quê? Porque o Repetro estava vencendo, e era preciso renovar para dar segurança jurídica aos investimentos nessa importante área da economia brasileira.

Portanto, é a sugestão que faço. O Governo não tem nenhuma dificuldade de debater essa matéria; o Governo está pronto para enfrentar essa matéria e rechaçar essas insinuações que partem dessa reportagem que foi feita pelo *The Guardian*. Mas, se V. Exª acatar a minha sugestão, que a gente faça primeiro aqui um esclarecimento sobre o impacto do Repetro, trazendo os técnicos da Receita, os técnicos da Câmara dos Deputados, que prepararam uma nota que levou à divulgação desse número estratosférico, que não corresponde à realidade. E, se também não estiverem convencidos disso, trazer aqui o representante da ANP, os representantes do Ministério de Minas para poder falar dos encontros que ocorreram com autoridade de países estrangeiros.

É evidente que não foi só a Inglaterra que se fez presente aqui, mas muitas outras autoridades. No mundo inteiro, foi despertado o interesse em relação às licitações que ocorreram no Brasil nos meses de setembro e outubro. Portanto, foi feito tudo dentro da rigorosa legalidade e dos devidos cuidados éticos que se exigem na condução de assuntos tão relevantes e tão importantes para os interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, eu agradeço e cumprimento V. Exª, Senador Fernando Bezerra. Obviamente. V. Exª apresentou sugestão.

A minha decisão – e aqui separando as coisas – como Presidente, tendo em vista que o autor não está aqui e que nós temos um quórum baixo, nem mesmo é possível apreciar o requerimento hoje, porque é um tema polêmico, é um tema que eu acho que – e aí já é a minha opinião – é importante debatermos, trazermos à luz do dia as dúvidas; é um tema que envolve o interesse nacional, e esta Comissão de Defesa Nacional também. E eu tomei uma decisão de ofício de não incluir na pauta. O requerimento está registrado na Comissão, mas, tendo em vista o baixo quórum, vários colegas viajando, na primeira oportunidade que tivermos um quórum maior, faríamos a leitura. Provavelmente, vamos ver, eu acho que será importante trazer a ANP, trazer esclarecimentos, porque há um problema.

Acabei de anunciar que o Brasil ganhou o Prêmio Fóssil na COP 23 por conta de algo que está vindo, está na Câmara. E eu estou me referindo já à Medida Provisória 795. E quem falou mal dela, quem falou que é o Brasil fazendo uma desoneração, isenção para grandes petrolíferas e na contramão do mundo não fui eu, não foi o Senador Davi, que é do DEM; quem falou foi o Ministro do Meio Ambiente, Zequinha Sarney. Ele deu uma declaração muito dura para a imprensa nacional e internacional na COP 23, afirmando que, se o Brasil seguir esse caminho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque ele não tinha a informação, não conhecia. Ele falou claramente da Medida 795, que, há 2 meses, a pedido do Ministro Meirelles, está na Câmara e que agora estão lá fazendo o debate sobre ela. Também há essa medida provisória que ainda não chegou ao Senado.

Certamente, nós vamos ter que abrir esse debate, talvez na CAE e talvez aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas acho que isso tem que ser conduzido na presença dos autores, na presença dos Líderes do Governo, como V. Exª aqui está pondo.

Então, hoje eu resolvi nem sequer fazer a leitura desse requerimento, em respeito ao quórum que temos. Acho que temas importantes do interesse nacional têm que ser tratados aqui, mas também da maneira adequada, independentemente de eu ser hoje componente da oposição e subscrever o próprio requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente, eu cumprimento V. Exª pela decisão de não fazer a leitura do requerimento e solicito... Vou encaminhar à Mesa as diversas notas técnicas que me foram passadas tanto pela Receita Federal...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos juntar isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... como pelo Ministério de Minas e Energia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos reunir todas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... e eu solicitaria que fossem encaminhadas aos membros da Comissão para que, quando o requerimento for debatido, haja plena informação sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso eu acho importante a manifestação de V. Exª e vou pedir à Secretaria para que, quando encaminharmos para conhecimento dos colegas Senadores e Senadoras o requerimento de autoria do Senador Lindbergh e de outros colegas – inclusive eu, que também o subscrevo –, já estejamos de posse dessas informações para debatermos esse assunto, que, para mim, é da maior importância e gravidade.

Eu concordo muito com o meu querido colega, Senador Fernando Bezerra, em vários pontos, mas estou muito preocupado com essa questão, a maneira como nós estamos fazendo algumas modificações na exploração do pré-sal. Acho que temos de debater, esclarecer os pontos e tirar dúvidas, e isso nós o faremos também aqui, nesta Comissão, da maneira correta e no momento adequado certamente.

Então, eu peço que as informações trazidas pelo Senador Fernando Bezerra sejam distribuídas aos colegas Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu só queria fazer mais um pequeno comentário. Eu não quero me alongar mais sobre essa discussão, mas a respeito do prêmio que o Brasil ganhou durante a COP 23, em Bonn, eu acho que nós poderíamos ter ganho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outro prêmio pela iniciativa de lançar o Programa RenovaBio. Esse, sim, um programa que vai ter um impacto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi muito elogiado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... muito positivo.

A gente entende claramente que os combustíveis fósseis são combustíveis que sairão de cena, pois o mundo vai caminhar para uma economia de baixo carbono. E o Governo brasileiro tem tomado iniciativas importantes para fazer essa transição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Esse é o caminho certo. Temos um consenso sobre isso. O RenovaBio foi muito elogiado e, agora, já se transformou em uma ação concreta na medida em que está tramitando na Câmara dos Deputados. É uma iniciativa muito correta que vai ajudar o Brasil a cumprir as suas NDCs e cumprir uma ação objetiva e direta de combate às mudanças climáticas.

Passemos ao primeiro item da pauta, que, por sugestão minha de inversão, é o item 7.

Mais uma vez quero cumprimentar a Srª Hafsa Abdullah Mohamed Sharif, Embaixadora dos Emirados Árabes Unidos, que está aqui conosco nos dando o privilégio da sua audiência.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Mútua Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação.

Eu havia feito uma ressalva e um pedido de esclarecimentos, que já recebi, porque eu mesmo relato aqui que o atual Chanceler, Senador Aloysio Nunes, o saudoso Senador Luiz Henrique, o Senador Ricardo Ferraço e eu tivemos um seríssimo problema no aeroporto de Dubai, há quatro, cinco anos, com o passaporte vermelho. (*Risos.*)

Como eu tenho um passaporte português, eu ainda resolveria o meu problema, mas os colegas não. E ficamos os quatro lá até encontrar um mediador do governo dos Emirados que resolveu, mas apenas depois de duas horas. Isso porque havia algumas dificuldades: vistos só de ida; você para uma conexão e já é um problema, você não pode circular etc.

Eu quero dizer que essa medida é da maior importância. São dois países irmãos, amigos, e acho que é um avanço.

Quanto ao passaporte diplomático, o problema já foi resolvido, e, hoje, com esse decreto, para o qual, depois, eu vou pedir urgência para ir ao Plenário, certamente, nós vamos estreitar ainda mais as relações comerciais e de amizade entre os nossos países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo para o Senador Lasier, que é o Relator, para que ele possa apresentar o seu relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Davi pede pela ordem.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Pela ordem.) – Eu só acho que V. Exª não precisa humilhar publicamente os colegas Senadores, dizendo que tem o passaporte português. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, não se trata disso. É uma homenagem ao meu avô.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Estou brincando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu prefiro o meu brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só uso o meu brasileiro, mas me salvou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mas gostaria até de dizer que eu nunca tive dificuldades nos Emirados Árabes, sempre fui muito bem recebido. Tive alguma dificuldade em Omã, ali pertinho. Ali é complicado. Mas, nos Emirados Árabes, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vivi outra experiência com o Senador Aníbal. Nós íamos à COP no Catar, e o Senador Aníbal tinha tirado um visto só de um caminho – *one way* –, e teve problema na volta. A minha homenagenzinha... Mas eu não fiz uso, porque fiquei solidário com meus colegas. (*Risos.*)

Ficamos todos lá, quatro brasileiros.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que o Senador Davi tem um francês, porque o Estado do Amapá é vizinho da França. (*Risos.*)

Eu passo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Jorge Viana. Tudo resolvido, inclusive com os passaportes diplomáticos.

Srs. Senadores, quero saudar os representantes do Itamaraty, que, costumeiramente, têm estado aqui conosco, sob a liderança da Embaixadora Gisela Padovan. E quero fazer uma saudação especial, Sr. Presidente, à Embaixadora dos Emirados Árabes Unidos, Hafsa Abdullah Al Ulama, acompanhada do Secretário da Embaixada, Abdelrahman Abdulla Almaazmi, que me deram a honra de uma visita ontem no gabinete. A Embaixadora Hafsa é muito simpática e disse estar muito satisfeita por estar no Brasil, já tendo visitado, nesses poucos meses, algumas regiões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Petrolina já foi a cidade muito importante.

Estabelecendo aquilo que nos parece extremamente próspero que é esse intercâmbio que vai se estreitar a partir de agora. Lembro que atualmente há uma relação muito intensa de turismo entre Dubai e o Brasil.

Eu não vou ler todo o relatório, que é um pouco extenso, e vou diretamente à análise, dizendo que, nos aspectos formais, a matéria atende por inteiro à constitucionalidade.

Com relação ao mérito, não temos dúvida de que o acordo, se aprovado, poderá se tornar importante veículo de incremento das relações entre Brasil e os Emirados Árabes Unidos. Segundo documento informativo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os Emirados contam com a maior comunidade brasileira na Península Arábica, formada sobretudo por grupos de profissionais qualificados, como empresários, funcionários de companhias aéreas, instrutores de esportes e respectivos familiares. Além disso, mais de sessenta mil brasileiros visitaram os Emirados Árabes Unidos no ano de 2015. Aliás, é cada vez mais recorrente ouvirmos relatos de brasileiros que visitam a região a turismo. E, dado o perfil dos brasileiros ali residentes, também os vistos de negócios e trânsito se revestem de importante ferramenta para o intercâmbio de experiências entre ambas as partes.

Estamos certos de que a facilitação do turismo, do trânsito e dos negócios naquela região, garantida a reciprocidade de tratamento em nosso País, pode, inclusive, vir a ter reflexos positivos no âmbito das relações políticas, econômicas e comerciais bilaterais. A aproximação de culturas, como regra, gera efeitos em todos esses campos.

Vale, por fim, registrar que a isenção de vistos, como no caso presente, a exemplo de medidas similares já celebradas e concretizadas com outras nações, jamais se confunde com perda ou ameaça de nossa soberania, uma vez que, como visto acima, o Acordo não restringe o direito de uma parte recusar a entrada ou cancelar a permanência de nacionais da outra parte considerados indesejáveis. Tampouco impede a suspensão temporária de sua aplicação, desde que haja razões de segurança, ordem ou saúde pública para tanto.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª. De fato, estamos vivendo um momento muito especial na relação do Brasil com os Emirados Árabes Unidos.

Pergunto se há mais algum colega que queira fazer algum comentário na fase de discussão, para que eu possa concluir esta etapa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu diria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Fernando Bezerra Coelho está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – Eu diria que a relação política e comercial com os Emirados Árabes é muito importante, pelo papel que os Emirados representam no Oriente Médio, pelo importante polo logístico, comercial e financeiro que representa para aquela região do mundo. Mas, de forma particular, para nós, nordestinos, os Emirados Árabes estão desenvolvendo tecnologia de ponta, num grande centro de referência mundial, no sentido do aproveitamento de água salina, de água salobra. No Nordeste brasileiro, para se dar uma ideia, de cada dez poços perfurados, seis são de água salobra. Então, é importante que a gente conte com a possibilidade de trocar experiências e de trocar tecnologias com os Emirados Árabes nessa área em particular. Eles têm um importante centro de referência mundial, só equiparado a outro que existe na Califórnia.

Portanto, vejo como muito auspicioso esse passo que estamos dando aqui, com a aprovação desse decreto legislativo, e torço para que a relação política, comercial e científica entre o Brasil e os Emirados Árabes possa ser cada vez mais estreita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho importantes os comentários do Senador Fernando Bezerra.

Neste ano, no começo do ano, tive o privilégio, como a Senadora Ana Amélia e outros colegas, como a Senadora Kátia Abreu, de visitar Israel. Visitamos uma das maiores plantas do mundo de dessalinização de água, que atende a uma cidade de meio milhão de habitantes. Eu nunca tinha visto algo tão extraordinário.

De fato, esses países que V. Exª cita estão desenvolvendo tecnologias muito importantes, inclusive, para serem usadas aqui, no Brasil. Quero aproveitar, ainda na fase de discussão, para fazer um registro. Recebi um *e-mail* do Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja, que foi sabatinado aqui recentemente e é o nosso Embaixador brasileiro nos Emirados. Ele fala da importância desse acordo assinado, dessa fase que o Brasil e Emirados Árabes estão vivendo. Ele ressalta, inclusive, que hoje nós temos dois voos diários entre Brasil e Dubai, o que tem feito aumentar significativamente a ida de brasileiros para os Emirados Árabes. Ressalta também que, mediante a ratificação desse acordo, os trâmites para os cidadãos brasileiros interessados em ir ao Emirados a negócios ou a turismo ficarão ainda mais facilitados. Então, faço aqui este registro porque recebi esse *e-mail* do nosso Embaixador nos Emirados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Nesse sentido, Sr. Presidente, tão logo tenhamos a aprovação desse acordo, eu pediria a preferência para que fosse a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só faço uma ressalva por conta da questão do quórum, que acho que vamos alcançar ainda durante esta sessão.

Então, eu declaro encerrada a discussão.

O parecer é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo para outro item para seguirmos apreciando. Tão logo atinjamos o quórum, faremos a apreciação conjunta dessas matérias.

O item 1 também é de relatoria do Senador Lasier Martins. O voto é pela aprovação.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Lasier Martins,
Relatório: Pela aprovação,
Observações:
Eu passo a palavra ao Relator para que ele possa apresentar seu relatório.
Com a palavra V. Exª, Senador Lasier.
Em seguida, vamos aos itens do Senador Pedro Chaves.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise, considerando que, com relação à constitucionalidade, nenhuma objeção foi feita.

No mérito, este acordo internacional com seis artigos atualiza o Convênio de Seguridade Social celebrado entre ambos os países em maio de 1991, conformando-o a novas regras internas e compromissos internacionais assumidos.

Nessa revisão do acordo base, o compromisso internacional bilateral é aplicado, no caso do Brasil, às prestações de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, pensão por morte e acidente de trabalho e doença profissional; e no caso da Espanha, por incapacidade permanente, aposentadoria, pensão por morte e por sobrevivência, acidente do trabalho e doença profissional. Retira-se do acordo anterior a assistência médica, farmacêutica e hospitalar; a incapacidade de trabalho temporária; natalidade e salário-família; a fim de adequar o acordo bilateral à Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, de 2007.

Igualmente, inclui nova exceção no rol do artigo 7º do Convênio, em relação ao princípio geral de que as pessoas estarão sujeitas exclusivamente à legislação de Seguridade Social da Parte Contratante em cujo território exerçam sua atividade de trabalho. Trata-se da hipótese de uma pessoa que é beneficiada pela previdência de seu país mesmo se deslocada para trabalho temporário no outro país e que somente será beneficiada por novo deslocamento após decorrido o prazo de quatro meses contados do último. Essa modificação, sem desvirtuar o sistema adotado, evita fraudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a revisão dispõe que, para fins de cálculo de prestação devida pelo Brasil, em nenhuma hipótese o montante da prestação teórica poderá resultar em valor inferior ao salário mínimo garantido pela legislação nacional, o que implica a reforma do art. 21, B.2, do Convênio de 1991 e atende à justiça social e aos ditames constitucionais.

Outro dispositivo alterado do convênio é o art. 33, sobre canais de comunicação entre as partes, ao qual se incluem seis parágrafos, que permitem a comunicação em língua portuguesa ou espanhola diretamente entre as partes, sem a possibilidade de recusa de prestar informações em razão de estarem requerimentos redigidos nesses idiomas.

Porém, essas informações respeitarão legislação de sigilo de dados. Além disso, será adotado sistema eletrônico de certificação e transmissão de dados e documentos entre si, que podem servir de meios de provas para os fins legais, o que inclui declarações relativas a tempo de contribuição e benefícios e podem incluir controle de óbitos. Assim, tem-se o equilíbrio e a razoabilidade na cooperação internacional.

Por fim, esse aditivo, além de garantir direitos adquiridos, fixa a regra de vigência para o primeiro dia do segundo mês seguinte à data da última notificação de ratificação.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, deste ano de 2017.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Abro para quem queira discutir. (*Pausa.*)

Como não há inscritos para debater o relatório, declaro encerrada a discussão.

O parecer é pela aprovação.

Nós aguardamos também alcançarmos o quórum para fazermos a apreciação da matéria.

Vou para o item 2 da pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Se me permite, antes de ir para o item 2...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não, Senador Lasier, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, eu gostaria de pedir a retirada de pauta do item 6, o Projeto de Decreto Legislativo nº 214, que trata do comércio ilícito de produtos de tabaco celebrado em Seul, porque os interessados estiveram ontem me visitando e pediram, até em homenagem ao Senador Antonio Anastasia, que é o Relator e não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu peço, então, não havendo objeção, à Secretaria que providencie para tirarmos o item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.)

Passamos, imediatamente, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, de 2017

- Não terminativo -

Aprova os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação.

Ah, não; é esse que acabamos de... Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu me sinto homenageado hoje também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Lasier. Logo em seguida vamos ter o Senador Pedro Chaves. É V. Exª.

Foi um conjunto de decretos que chegou da Câmara dos Deputados na semana passada. Passo a palavra, então, para o Senador Lasier, pedindo a compreensão do Senador Pedro Chaves, que será o Relator do item 3.

Senador Lasier com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Antes eu queria dizer que, por se tratar de uma matéria sobre trabalhadores, eu me sinto homenageado, porque hoje eu estou trabalhando muito, não é, Presidente? (*Pausa.*)

O Presidente não pôde ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu estou me sentindo homenageado por tratar de uma matéria de trabalhadores, e hoje eu estou trabalhando muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É certo.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – O projeto trata da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, da Organização Internacional do Trabalho.

Também vou direto para o relatório, ou melhor, direto para a análise.

Aliás, como a análise é muito pequena, eu vou ler um pouquinho do relatório.

Os considerandos do tratado reconhecem a contribuição dos trabalhadores domésticos para a economia global; destacam que essa forma de trabalho continua a ser subvalorizada e é, em geral, realizada por membros de comunidades desfavorecidas; sublinham que esse perfil de trabalhador é particularmente vulnerável à discriminação em relação às condições de emprego e trabalho, bem como a outros abusos de direitos humanos; indicam que nos países em desenvolvimento os trabalhadores domésticos constituem significativa proporção da força de trabalho e permanecem entre os mais marginalizados; e recordam outras convenções da Organização Internacional do Trabalho aplicáveis à hipótese, bem como outros instrumentos internacionais relevantes. O ato internacional em apreço registra, por igual, que ele foi adotado em 16 de junho de 2011.

Nos termos de seu art. 1º, o termo "trabalho doméstico" designa o trabalho executado em ou para um domicílio ou domicílios; já a expressão "trabalhadores domésticos" caracteriza toda pessoa, do sexo feminino ou masculino, que realiza trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho. O mesmo dispositivo fixa que uma pessoa que executa trabalho doméstico de modo ocasional ou esporádico, sem que esse trabalho seja uma ocupação profissional, não é considerada trabalhador doméstico.

O art. 3º prescreve que todo membro deverá adotar medidas para assegurar a promoção e a proteção efetivas dos direitos humanos de todos os trabalhadores domésticos. Esse preceito determina, também, que todo membro da OIT deverá adotar medidas assecuratórias da promoção e proteção dos direitos humanos dos trabalhadores domésticos com vistas a respeitar, promover e tornar realidade os princípios e direitos fundamentais no trabalho.

O texto convencional dispõe, ainda, que deverá ser estabelecida idade mínima para os trabalhadores domésticos, que não poderá ser inferior à idade mínima estabelecida para os trabalhadores em geral (art. 4º). A convenção estatui a necessidade de proteção contra todas as formas de abuso, assédio e violência (art. 5º), bem assim a necessidade de se assegurar aos trabalhadores condições equitativas de emprego e de trabalho decente (art. 6º).

Já o art. 7º institui que ao trabalhador doméstico deverá ser assegurado acesso a informação sobre suas condições de emprego de forma verificável e de fácil compreensão, dando-se preferência a contratos escritos de acordo com a legislação nacional. O artigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsequente cuida das hipóteses a contemplar trabalhadores domésticos migrantes, que são contratados em um país para prestar serviços em outro.

Há, também, prescrições no sentido de se assegurar compensação de horas extras, períodos de descanso diário e semanal (pelo menos 24 horas consecutivas), como também férias anuais remuneradas (art. 10) e salário mínimo previamente fixado sem discriminação por sexo (art. 11). O texto consigna, ainda, que os salários deverão ser pagos diretamente pelos meios que indica (art. 12).

O ato estabelece, por igual, que todo trabalhador doméstico tem direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável (art.13) e deve receber proteção da seguridade social, inclusive no que diz respeito à maternidade (art. 14). Já o art. 15 trata do emprego obtido, inclusivo por migrantes, por meio de agências privadas. Na sequência, a convenção determina que todos os trabalhadores domésticos tenham acesso aos tribunais ou outros mecanismos de resolução de conflitos (art. 16).

A Convenção nº 189 entrará em vigor doze meses após a data de registro de ratificação de dois membros pelo Diretor-Geral da OIT, conforme estabelece o art. 21. O texto convencional é passível de denúncia ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor (art. 22). Os arts. 23 a 26 cuidam de aspectos administrativos/burocráticos do Diretor-Geral da OIT, do Conselho de Administração da Organização e de sua conferência.

O projeto de decreto legislativo em análise contém, ainda, a Recomendação nº 201. Essa complementa as disposições da Convenção nº 189 e fornece orientação para observância dos Estados que se vincularem ao texto convencional no tocante à sua condução interna, de modo destacado, na hipótese de adoção de legislação que se pretende seja conforme às concepções perfilhadas pela referida convenção.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa.

Análise.

Destacamos, de início, que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, sendo acolhidas a juridicidade, constitucionalidade, regimentalidade etc.

No mérito, a temática da convenção reveste-se de extrema relevância para o campo do Direito do Trabalho, de maneira destacada na esfera do trabalho doméstico. Como acentuado nos *consideranda*, os negociadores almejam assegurar aos trabalhadores domésticos tratamento mais equânime, menos discriminatório, respeitador dos direitos humanos e assegurador dos direitos básicos outorgados aos trabalhadores em geral.

Nesse sentido, o ato internacional, composto de 27 artigos, oferece marco legislativo seguro para todos os países que venham a se vincular ao texto, o que já foi feito, até o presente momento, por 24 Estados.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço.

O parecer é favorável.

Eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Aguardaremos o quórum adequado para a deliberação sobre este relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Se me permite, caberia uma única frase: é a dignificação do trabalho doméstico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida é da maior importância.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, celebrada em Pretória, em 8 de novembro de 2003", assinado em Pretória, em 31 de julho de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Pedro Chaves.

Relatório: Pendente de Relatório.

Passo a palavra ao Sr. Senador Pedro Chaves para apresentar o seu parecer.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para proferir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo ao relatório.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 211, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

A Presidência da República, pela Mensagem nº 130, de 7 de abril de 2016, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Republica da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada em Pretória no dia 31 de julho de 2015.

Vou diretamente à análise da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal. Nesse sentido, a nova redação dada ao Artigo 26 da referida Convenção proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias com vistas a combater o planejamento tributário abusivo.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento e agradeço o Senador Pedro Chaves.

O relatório é pela aprovação.

Eu abro a discussão. (*Pausa.*)

Não há inscritos.

Estamos precisando de mais uma Senadora ou um Senador para que possamos fazer a apreciação dessa matéria.

Passo ao item 4, que também tem como Relator o Senador Pedro Chaves.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Relator para proferir o seu voto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 212, de 2017, da Câmara dos Deputados, decorrente de Mensagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidencial nº 428, de 20 de outubro de 2015, que propõe aprovar o texto do Acordo entre o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013.

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 2017, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria.

De acordo com os termos da exposição de motivos, assinada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, o tratado, semelhante aos assinados com mais de sessenta países nos últimos anos, reflete a tendência de estender aos dependentes dos servidores das missões diplomáticas e repartições consulares a oportunidade de trabalhar no exterior permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

O PDS nº 212, de 2017, aprova o referido tratado, porém condiciona à nova aprovação do Congresso Nacional "quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade. No mérito, este acordo internacional com doze artigos corresponde a espécie amplamente incentivada pelo Brasil, favorecendo familiares de pessoas a serviço do País no exterior ao permitir-lhes que exerçam atividade remunerada no outro Estado com base na reciprocidade.

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos e de outros empregados lotados em missão oficial sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com o artigo 1.

Segundo o instrumento internacional em exame, são considerados dependentes: cônjuges; filhos solteiros menores de 21 anos; filhos solteiros menores de 25 anos que estudem em instituição de ensino superior reconhecida por cada Parte; e filhos solteiros com deficiência física ou mental (artigo 2).

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores ou Negócios Exteriores do Estado acreditado, comprovar a relação familiar pertinente e descrever a atividade remunerada pretendida (artigo 3). Em caso de profissões que requeiram qualificações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especiais, há de se respeitarem as exigências locais, bem como respeitar a reserva de certas atividades a nacionais ou que afetem a segurança nacional (artigos 7 e 8).

A autorização será válida durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado, podendo ultrapassar em três meses o término dessa missão ou da própria condição de dependente (artigo 5).

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares ou outro ato de direito internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada. Ficou celebrado igualmente que o Estado acreditante deverá considerar seriamente renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido crime durante o exercício da referida atividade remunerada, ou, alternativamente, solicitar a retirada do país do dependente em questão, se o caso for considerado grave (artigo 4).

O acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e previdenciária aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade (artigo 9).

Por fim, o tratado dispõe sobre regras gerais, como a que fixa o modo de solucionar controvérsias sobre a interpretação ou execução do Acordo, sua vigência, que será após 30 dias decorridos da data da última Nota diplomática de ratificação a outra Parte, e a possibilidade de denúncia do tratado, que surtirá efeito um ano após a data de sua notificação.

Como se vê, trata-se de um tradicional acordo celebrado entre países para proporcionar espaço profissional a dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário. Portanto, é inegável seu valor.

Voto do Relator.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2017.

Senador Pedro Chaves, Relator.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Senador Pedro Chaves.

Abro a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos.

Passo para o próximo item, aguardando que tenhamos quórum para fazermos a apreciação e a votação da matéria.

Do próximo item, eu sou Relator *ad hoc*. Passo, então, a Presidência ao Senador Lasier para que ele possa instruir a matéria e para que eu possa apresentar o meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Passamos, então, para o item 5 da pauta, que trata de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 213, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Relator, o eminente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Senador Lasier, pela colaboração na condução dos trabalhos.

Passo à leitura do parecer que apresento.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 213, de 2017 (Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 552/2016, na Casa de origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

O Projeto de Decreto Legislativo veicula o texto do Acordo entre o Brasil e a Etiópia, o qual foi remetido para o exame do Congresso por meio da Mensagem Presidencial nº 596, de 29 de dezembro de 2015.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 390, de 10 de agosto de 2015, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia e Inovação, acompanha a citada mensagem. É destacado que o objetivo do Acordo é encorajar e apoiar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, assim como promover a capacitação tecnológica e científica dos dois países. Trata-se de instrumento-marco que contribuirá para estimular as relações Brasil-Etiópia, formando e fortalecendo os laços entre as comunidades científicas dos dois países por meio do estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da cooperação em ciência e tecnologia, em bases mutuamente benéficas e equitativas. Ademais, os dois países reconhecem a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável de suas economias nacionais.

O Acordo prevê diversas formas de cooperação (artigo 2), cujo financiamento dependerá da disponibilidade de fundos de uma ou das duas Partes e que deverão estar sujeitas às leis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentos nacionais. Há, ainda, normas sobre proteção da propriedade intelectual e desenvolvimento de atividades com uso de biodiversidade.

O artigo 7º prevê o Ministério da Ciência e Tecnologia como autoridade competente responsável pela aplicação de seus termos, pelo lado da Etiópia. Do lado brasileiro, estabeleceu-se como autoridade competente o então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi apresentado nesta Casa no dia 13 de novembro de 2017, tendo sido despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube agora ad hoc a relatoria da matéria.

No prazo regimental, não foram recebidas emendas.

Análise.

O exame dessa matéria insere-se no âmbito de competência deste colegiado, com amparo no art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se verificam vícios atinentes à constitucionalidade da proposição.

No que se refere ao mérito, é indiscutível que o estabelecimento de parcerias com as mais diversas nações para a cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação constitui forma privilegiada de obtenção de conhecimento. São as pesquisas científicas que, como regra, impulsionam o aparecimento de novas tecnologias que, por sua vez, são capazes de impulsionar uma série de avanços nos campos econômico, político e social.

Num cenário internacional de crescente e progressiva globalização, o intercâmbio de experiências com outros povos, em setores como esses, certamente se reveste da mais alta importância para a promoção do desenvolvimento. Registre-se, porém, que o acordo em exame limita-se a traçar as linhas gerais de cooperação bilateral, de maneira que a efetiva cooperação dependerá de ajustes e arranjos ulteriores.

O voto, então, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão sobre este tema.

E, no exato momento em que lia o seu relatório o Senador Jorge Viana, nós atingimos o quórum mínimo de dez Senadores, e estou sendo informado que o Senador Armando Monteiro também está chegando. De modo que poderemos passar às votações e, para tanto, quero devolver a Presidência dos trabalhos à S. Exª o Senador Jorge Viana.

Foi um prazer substituí-lo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a colaboração de V. Exª, Senador Lasier.

A Senadora Gleisi também acaba de nos ajudar aqui, e já temos quórum.

Vamos cuidar agora, pelo encaminhamento que fizemos, deu tudo certinho, apresentamos os acordos, fizemos a discussão, com quórum, de fazer o encaminhamento da deliberação de todos esses itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltamos para o primeiro item que apresentamos, com a inversão, o item nº 7.

Ponho agora, então, tendo em vista que encerramos a discussão, em votação o relatório, favorável, apresentado pelo Senador Lasier.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam esse item, que trata da dispensa de visto entre Brasil e os Emirados Árabes Unidos – isso é de grande importância para as relações desses dois países, dos dois polos –, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria... Eu peço, inclusive, que possamos pedir sua urgência.

Ponho em apreciação também a urgência desse e dos demais itens, tendo em vista que estamos já no final do ano legislativo, para que eles possam ser apreciados. (*Pausa.*)

Os Senadores não tendo objeção, nós damos urgência para essa matéria, e peço à Secretaria que, com a brevidade possível, possa disponibilizá-la no plenário do Senado para apreciação da Casa.

Vamos, então, ao item nº 1, voltando à sequência. O Item 1 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, não terminativo. O Relator é o Senador Lasier Martins. Trata do Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 24 de julho de 2012.

O relatório é pela aprovação.

Já foi encerrada a discussão.

Passo, então, à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o voto do Relator.

Todos acompanharam o voto do Relator no item 1.

Item nº 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2017, não terminativo. Aprova os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos.

O relatório do Senador Lasier é pela aprovação.

A discussão já foi encerrada.

Ponho para apreciação dos colegas a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O mesmo peço também para esses itens: que, não havendo manifestação contrária, ganhem urgência para chegarem o quanto antes ao plenário da Casa. (*Pausa.*)

Fica, então, aprovada a urgência nos demais itens.

Item nº 3, Projeto de Decreto Legislativo nº 211, não terminativo. Aprova o texto do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, celebrada em Pretória, em 8 de novembro de 2003".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório do Senador Pedro Chaves é pela aprovação.

A discussão foi encerrada.

Ponho em apreciação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2017, não terminativo. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013.

O relatório, do Senador Pedro Chaves, é pela aprovação.

A discussão já foi encerrada.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E, por fim, o relatório que tive a honra de apresentar *ad hoc*, que aprecia o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, não terminativo. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

O relatório é pela aprovação.

A discussão já foi encerrada.

Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço o mesmo para essas duas matérias: que possam ter urgência, se não houver nenhuma manifestação contrária do Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo, fica aprovada também urgência para a matéria.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates, denominado Brasil e Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras, convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião, dia 27 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 17ª Painel de debates sobre o tema "O programa espacial brasileiro e o aproveitamento comercial da Base de Alcântara".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa; o Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira, e o Professor Doutor Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Antes de encerrar nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Não havendo mais nenhum colega inscrito, queria agradecer a presença de todos, especialmente dos Senadores Pedro Chaves e Lasier, pela colaboração que deram, da Secretaria e dos convidados.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. Finalidade: Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 17° Painel - O Programa Espacial Brasileiro e o Aproveitamento Comercial da Base de Alcântara. Discutindo sobre: Qual a relação entre desenvolvimento tecnológico e Defesa Nacional? Como o Brasil tem atuado para alcançar desenvolvimento tecnológico e uma indústria de Defesa competitiva? Importância do desenvolvimento tecnológico para a soberania brasileira. Participantes: Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa - MD;; Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB;. Professor Doutor Joanisval Brito Gonçalves, Diretor de Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. (representante de: Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.). Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje, cumpriremos mais uma etapa do Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na forma do Requerimento nº 1, de 2007, desta Comissão, em 17 de março de 2017.

O painel de hoje intitula-se "O Programa Espacial Brasileiro e o Aproveitamento Comercial da Base de Alcântara".

Antes de iniciarmos, vamos à leitura de comunicado, este referente ao 16º Painel, realizado no último dia 13 de novembro.

Então, dando continuidade ao ciclo de conferências públicas, realizou-se na segunda-feira, dia 13 de novembro, o 16º Painel, abordando o tema "O Aumento da Segurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil".

Participaram como palestrantes o General-de-Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, o Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira e o Sr. Eduardo Marson Ferreira.

Essa audiência pública foi presidida por S. Exª o Sr. Senador Antonio Anastasia.

Faço o relato.

Segundo o General José Eustáquio Nogueira Guimarães, a partir do momento em que as sociedades se organizaram e passaram a ocupar territórios definidos, surgiu a necessidade de cada uma dessas estruturas estabelecer mecanismos de controle interno que permitissem a existência de um ambiente estável e seguro para aqueles que ali viviam. Para impor as regras de boa convivência social, disse ele, a estrutura de poder dominante deveria contar com a possibilidade de uso da força.

Apesar da existência de organizações internacionais como as Nações Unidas, não há um poder absoluto com sentido que tenha autoridade para impor a vontade coletiva sobre outros Estados. Por essa razão, afirmou o General, a quase unanimidade dos estudiosos das relações internacionais admite que vivemos em um sistema anárquico.

A distribuição do poder no mundo está mudando, afirmou o General Eustáquio. Como resultado do consistente crescimento econômico, a China demonstra interesses globais cada vez mais evidentes, extrapolando a sua tradicional área de influência asiática. A Rússia, sob a gestão de Putin, consegue uma união interna expressiva e busca atualizar sua capacidade militar, depreciada ao fim da Guerra Fria. O período da chamada *Pax Americana* parece ter seus dias contados, concluiu o palestrante, evidenciando uma tendência à multipolaridade.

Os países da Otan firmaram um compromisso de incrementar, até o ano de 2024, seus gastos em defesa até o nível de 2% do PIB. No entanto, o impacto dessa elevação das despesas militares por parte dos integrantes da Aliança Atlântica sobre as possibilidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aumento do mercado consumidor para o produto nacional é muito pequeno, considerou o General.

A busca de parceiros alternativos é uma forma de driblar as restrições de transferência de tecnologia impostas para países em desenvolvimento, especialmente, muito especialmente, pelos Estados Unidos – o muito especialmente é por minha conta. As possibilidades associativas mais evidentes, afirmou o palestrante, tendem para as parcerias com países europeus, especialmente aqueles cuja dependência estratégica dos Estados Unidos não seja tão evidente.

Da análise dos fatores que podem restringir ou facilitar o desenvolvimento tecnológico do desenvolvimento de defesa, merece destaque, afirmou ele, a posição geopolítica de nosso País. Afastado dos principais focos de disputa pelo poder mundial, como o Oriente Médio, os Balcãs e o Mar da China, o Brasil dispõe de uma janela de oportunidades estratégica para prosseguir no seu desenvolvimento soberano, sem despertar preocupações por parte das nações que dominam ou se preparam para dominar o cenário internacional.

O ambiente multipolar mais inseguro e a crescente evolução do poder econômico e político do Brasil, observou o palestrante, exigem um correspondente fortalecimento da nossa capacidade militar, a fim de respaldar a liberdade de ação do Estado brasileiro em tomar as suas decisões de forma soberana.

A evolução da guerra contemporânea mostra que sistemas de combate, especialmente de comando e controle de inteligência, dependem cada vez mais do uso de satélites. O veículo lançador pilar mais atrasado do programa espacial brasileiro é uma tecnologia de domínio de poucos países, que não a cederão. A solução, afirmou ele, é perseguir o desenvolvimento de tecnologia própria para o lançamento de satélites com o Estado brasileiro alocando recursos orçamentários de acordo com a previsão do programa em vigor e solucionando os entraves ao aproveitamento comercial da Base de Alcântara.

A guerra contemporânea é cada vez mais dependente da tecnologia, de modo que o desenvolvimento do poder militar está diretamente relacionado à capacidade de dominar tecnologias críticas, que não são transmitidas por seus detentores. Um programa permanente de aquisições de produtos nacionais de defesa para as Forças Armadas é o modelo vitorioso de países que conseguem manter uma forte indústria de defesa, concluiu o General José Eustáquio Nogueira Guimarães.

Temos hoje, de fato, um cenário de insegurança, afirmou o segundo palestrante, Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira. E esse cenário de insegurança nos leva a um futuro incerto.

No ano passado, disse ele, a União Europeia elaborou um documento chamado "Estratégia Global", sobre a segurança na Europa. A percepção nesse documento é de que a segurança na Europa não se restringe a seu território, pois a insegurança do continente está além das fronteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, temos uma variedade de ameaças, muitas vezes difíceis de detectar, porque muitas delas vêm através do crime cibernético; outras vêm através de fraudes, através de crimes financeiros; existe o próprio tráfico de drogas e o tráfico de armas, elencou o Embaixador. Tais ameaças chegam ao Brasil como chegam a outros países, mas o grande desafio é definir que órgãos vão combater um tipo de ameaça específica.

O que nos deu uma grande experiência foram os grandes eventos, Olimpíadas e Copa do Mundo, afirmou o palestrante. Foi necessário fazer um grande exercício que se chama hoje de interagências ou de interoperabilidade, que consiste em fazer com que a Polícia Federal, com as Forças Armadas, a área de inteligência financeira e a Agência Brasileira de Inteligência trabalhem com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Houve um entrosamento muito grande de todos esses órgãos, que tem se provado muito eficiente e que está sendo implementado também com parceiros estrangeiros, com a inteligência de outros países, informou ele, pois as redes criminosas são internacionais.

Os três maiores produtores de droga do mundo são nossos vizinhos, lembrou o palestrante. E o Brasil além de consumidor é também um corredor para a África e para a Europa. Nessa logística da droga muitas vezes vem também as logísticas do tráfico de armas e do tráfico de pessoas. São operações ilícitas complexas, e que tem de ser combatidas de maneira eficiente do nosso lado e também pelas autoridades que combatem essas redes criminosas nos demais países, concluiu o Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira.

Nós vivemos emprestando do jargão americano, disse o último palestrante, o Sr. Eduardo Marson Ferreira, no mundo VUCA (volatility, uncertainty, complexity, ambiguity) em que os cenários e condições mudam rapidamente; existem pouquíssimas certezas; qualquer empreendimento envolve complexidades; e escolhas são substituídas por dilemas. É nesse mundo, o VUCA, que se insere a nossa indústria de defesa, dentro de uma complexidade monumental, no momento de uma militarização mundial por conta de várias situações geopolíticas no planeta.

Temos no setor militar um incremento enorme de tecnologia e, daqui a pouco, a maior parte das plataformas que estão por aí, tanto aéreas quanto terrestres e marítimas não será tripulada, o que trará reflexos intensos para o sistema de recursos humanos das Forças Armadas, observou Dr. Marson.

A indústria também está vivendo num ambiente de evolução de gastos militares, mas a América Latina, numa tendência completamente diversa do resto do mundo – nesse caso, entre o Brasil e os Estados Unidos, o Brasil numa tendência completamente diferente do que vem fazendo a Argentina; isso é um parêntese também por minha conta – teve um decréscimo notável nesses gastos.

No Brasil, que gastou apenas 1,4% dos gastos militares mundiais, o investimento necessário para uma sustentabilidade da indústria deveria ser um dispêndio de mais ou menos US$18 bilhões anuais. De 2008 a 2013, que foi o *boom* dos nossos gastos militares, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

média foi de US$8 bilhões, e o investimento atual está abaixo de 4 bilhões, muito aquém daquilo que é necessário, destacou o Dr. Marson.

A maior parte dos programas que vemos hoje nas Forças Armadas tem alguma parceria internacional. Algumas com maior, outras com menor grau de envolvimento de nossa engenharia, o que é uma forma de obter tecnologias avançadas e conhecimento.

Outra maneira de se inserir e de aproveitar a onda de aumento de gastos militares no mundo é o modelo adotado por Turquia, México, Polônia e Indonésia que, no nosso jargão, explicou ele, é chamado Tiar 1 ou Tiar 2, participar das cadeias produtivas como fornecedor de partes, peças e componentes.

A terceira possibilidade, disse o Dr. Marson, é a eleição de tecnologias críticas que o País deve dominar.

Nossa indústria de defesa é muito pulverizada, observou ele – 65% das nossas empresas têm até 40 funcionários. Durante a criação da classificação da Empresa Estratégica de Defesa e do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa não houve nenhuma contratação de qualquer programa usando essa capacidade de EED e de Retid, ou seja, de Empresa Estratégica de Defesa e de Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, pois a legislação é complexa, trazendo dificuldades e alguma insegurança jurídica, que precisa ser atacada.

Por volta de 2015, relatou ele, o Ministério da Defesa Britânico questionou a capacidade de inovação da indústria e encomendou a uma entidade americana chamada Rand Corporation um estudo do porquê. "Vocês têm um grande problema que é o conflito de interesses entre o Governo – que quer aumentar a capacidade das Forças Armadas; a indústria – por que visa ao lucro; e a academia – que pela própria natureza dos trabalhos que faz tem o seu viés", diagnosticou a Rand.

Uma das recomendações mais importantes feitas foi que, nessa relação do Governo com a academia e com a entidade privada houvesse um ator neutro, equidistante, que pudesse fazer esse sistema rodar.

É o modelo tradicional da tríplice hélice da inovação (governo, academia e indústria), mas, ressalvou o palestrante, com um novo elemento, que são essas entidades do tipo da Rand e da Mitre, fazendo girar essa roda da inovação. Uma das maneiras de responder ao desafio brasileiro, concluiu o Dr. Eduardo Marson Ferreira, seria a adoção pelo Brasil de um modelo dessa natureza.

Em resposta a questionamentos, o General Eustáquio observou que, embora a sociedade brasileira perceba a questão da segurança de uma forma global, o componente interno é o que aparece com maior evidência.

Se perdermos a capacidade das Forças Armadas ao dedicá-las exclusivamente ou de forma muito incisiva para a segurança pública, teremos muita dificuldade para recuperá-la, pois Forças Armadas não se constroem de um dia para o outro. A tendência mundial é haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma maior multipolaridade. Sistemas multipolares são mais instáveis, o que exigirá das nações cada vez mais capacidade de garantir sua segurança e a tomada de decisões soberanas, concluiu o General José Eustáquio Nogueira Guimarães, dessa feita respondendo a indagações formuladas pelos nossos internautas.

Segundo o Embaixador Tabajara, também respondendo a indagações, o componente que ainda falta e que vai ter que entrar em cena é justamente a tecnologia para o combate ao crime, para fazer o monitoramento de gangues e enfrentar uma série de questões e de ameaças à segurança pública. Há uma série de tecnologias, inclusive as que ainda não foram inventadas, que irão aparecer com relevância e melhorar a segurança, disse o embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira.

Estamos formando gente altamente capacitada e não há razão para os internautas ou os brasileiros em geral temerem os investimentos em defesa. É preciso incentivar esse investimento, pois não se está tirando dinheiro de educação ou de segurança, finalizou o Dr. Eduardo Marson Ferreira, também em resposta a perguntas que foram formuladas a ele.

Determino finalmente à Secretaria da Comissão para dar como lido o relato na sua íntegra.

Iniciando nossa pauta de hoje e agradecendo às senhoras e aos senhores aqui presentes, muito especialmente a S. Exª a Srª Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme já divulgado, estaremos cumprindo hoje mais uma etapa do nosso ciclo de debates, cujo o tema, conforme também já anunciado é o "Programa Espacial Brasileiro e o aproveitamento comercial da base de Alcântara".

Participam como palestrantes o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, o Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira e o Professor Doutor Joanisval Brito Gonçalves, Diretor de Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, os quais gostaria de cumprimentar e convidar para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Esclareço que cada palestrante disporá de 20 minutos para a sua exposição inicial. Os 20 minutos estarão sendo marcados por aquele relógio digital, com letras vermelhas, e os minutos serão em ordem decrescente, de 20 minutos até zero, podendo ser prorrogado naturalmente esse tempo, dependendo do interesse do palestrante e também do assunto de que estaremos tratando. Durante essa fase, a Presidência também transmitirá aos palestrantes as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

É importante fazer sempre o convite, lembrar aos nossos internautas que a participação deles tem sido muito elogiada e tem sido muito importante para que as nossas audiências alcancem o objetivo por todos nós desejado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o tema de hoje, "O Programa Espacial Brasileiro e o Aproveitamento Comercial da Base de Alcântara", apresentamos os seguintes tópicos como sugestão aos senhores palestrantes, para poderem oferecer respostas ou considerações a respeito desses pontos, naturalmente independentemente do que os senhores estarão trazendo aqui para nosso conhecimento.

Os pontos seriam os seguintes: Qual a relação entre o desenvolvimento tecnológico e a defesa nacional?

Como o Brasil tem atuado para alcançar o desenvolvimento tecnológico e uma indústria de defesa competitiva?

A importância do desenvolvimento tecnológico para a soberania brasileira.

E, por último, talvez, a mais inquietante para muitos dos nossos ouvintes, o seguinte: comenta-se que o Brasil estaria vendendo a Base de Alcântara aos Estados Unidos da América e que isso concretizaria uma entrega de nossa soberania na área. E a pergunta, para qual seria muito importante que se tivesse a resposta claríssima a esse respeito: até que ponto é verdadeiro este comentário?

Agradecendo a atenção de todos, passo a palavra a S. Exª o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para iniciar a palestra, a audiência pública no dia de hoje.

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Deputada Bruna Furlan, é um prazer revê-la, Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Prof. José Raimundo, senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Senador, eu preparei aqui uma sequência de talvez uns vinte e poucos eslaides e eu pretendo concluí-los naqueles 20 minutos que o senhor nos concede.

Eu acredito que deva ser do conhecimento de qualquer um aqui, nessa sala que as necessidades de defesa sempre foram, ao longo de toda a história da humanidade, um fator de impulso, seja para o desenvolvimento tecnológico, seja para o desenvolvimento econômico. Acho que talvez seja difícil a gente dizer o que veio primeiro, se foi a lança ou a foice, mas eu tenho certeza de que é imediato perceber que ambos empregam a mesma tecnologia.

Eu gostaria de abordar aqui qual foi o modelo utilizado para o desenvolvimento no setor aeronáutico e que talvez nós não estejamos replicando para o setor espacial. No setor aeronáutico, alcançamos um desenvolvimento significativo, temos hoje uma indústria aeronáutica pujante, a terceira maior empresa aeronáutica do mundo, e não atingimos o mesmo patamar na área espacial.

E, por último, eu diria que é muito difícil pensar em soberania sem autonomia tecnológica no campo da defesa. Claro que também não devemos almejar 100% de autonomia, mas é importante que tenhamos uma autonomia que nos dê um relativo grau de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No campo aeronáutico, nós começamos com... Talvez ainda não com a criação do CTA. Na verdade, nós já tínhamos feito algumas incursões, algumas tentativas com sucesso parcial ou fracassado. Já tínhamos aqui, no Brasil, desenvolvido aeronaves; projetado, desenvolvido no País e até produzido em série, como o Muniz M-7 do então Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz, que, aliás, era o Diretor de Ensino da Aeronáutica à época em que foi criado o DCTA.

Mas o DCTA foi um marco principal para o desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica e, já, naquele momento, havia a perspectiva de um desenvolvimento também no campo espacial. E resultou de uma visita de um então Major-Aviador Casimiro Montenegro, que eventualmente veio a ser Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro, ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts, quando ele compreendeu que, se nós tínhamos a intenção de ter uma indústria aeronáutica, o primeiro passo seria criar uma escola de engenharia de ponta, o que resultou na criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em 1950.

O grupo que trabalhou nessa organização iniciou seus trabalhos ainda em 1946, e a proposta foi trazer do MIT, o Instituto de Tecnologia de Massachussetts, o Prof. Richard Smith, que elaborou o Plano Smith, que levou à construção do complexo científico e tecnológico que é o Centro Técnico Aeroespacial hoje, ou o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial na denominação atual.

Em 1954, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, com atribuição de desenvolver realmente produtos aeronáuticos, e, em 1969, o Instituto de Atividades Espaciais.

A Embraer foi criada em 1969, a partir de um projeto do então IPD, que foi o IPD-6504, que foi a aeronave Bandeirante, uma aeronave que ainda foi projetada numa prancheta, com papel, régua de cálculo, em um dos hangares do DCTA, o X-10. Essa aeronave voou pela primeira vez no dia 22 de agosto de 1968, ainda numa pista não pavimentada em São José dos Campos, e resultou na criação da Embraer no ano seguinte, no dia 21 de agosto de 1969. E tivemos ali, então, a criação do Instituto de Atividades Espaciais, que, eventualmente, com aquilo que restou do IPD após a criação da Embraer, integrou o Instituto de Aeronáutica e Espaço já, no ano de 1990.

Em 1971, também, foi criado o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial com essa atribuição de fomentar a indústria aeronáutica, mas também de certificar produtos para que pudessem ser inseridos no mercado internacional.

O último instituto que criamos no DCTA foi o Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo, a partir de experiências anteriores nos demais institutos.

Aqui, eu chamo a atenção para o modelo de desenvolvimento que nós adotamos. A Embraer, à época em que ela foi criada, foi criada, primeiro, com técnicos do DCTA, um grupo de 150 técnicos, que foram orientados para essa empresa, instalações que pertenciam ao CTA, com maquinário também fornecido pelo CTA, com um protótipo já voando, que era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bandeirante, mas não só isso, com um contrato da Força Aérea para aquisição de 80 aeronaves.

Então, para a empresa, é uma atividade, do ponto de vista financeiro, de risco zero. Ou seja, todo o programa foi bancado com recursos do Governo Federal por intermédio da Aeronáutica. Eventualmente, esse número de aeronaves adquiridas pela Força Aérea chegou a 118. Felizmente, o avião foi um sucesso no mercado americano, a Embraer produziu mais de 600 aeronaves dessa classe.

Logo em seguida, a Força Aérea contratou o desenvolvimento do Xingu para que a Embraer aprendesse a desenvolver uma aeronave pressurizada.

O que eu estou querendo mostrar aqui é que todos os saltos tecnológicos dados pela Embraer foram amparados em programas militares, 100% financiados pelo Governo Federal por intermédio da Aeronáutica.

Um pouco mais à frente, a Força Aérea contratou a produção sob licença da aeronave Xavante. Isso permitiu que a Embraer estruturasse uma linha de produção, coisa para o que até então não tinha plena capacidade. A Força Aérea chegou a adquirir 166 dessas aeronaves. Novamente, risco zero para a empresa.

O Tucano, outro projeto também, um requisito da Força Aérea, um contrato da Força Aérea, todo o desenvolvimento, o desenvolvimento da logística, e mais um contrato de produção para 109 aeronaves. Uma aeronave que chegou a ser exportada para mais de 17 países.

E temos outros a mencionar. O Brasília, EMB 120, foram 17 aeronaves, novamente, um requisito da Força Aérea, uma aquisição de 17 aeronaves para iniciar o programa. Quando a Embraer foi privatizada, toda a pesquisa de mercado e o projeto de toda a série 130, 140, 145 já havia sido realizado, a Embraer já dispunha de um *mock-up* dessa aeronave e, com o tempo, a Força Aérea ainda adquiriu mais 11 dessas aeronaves, que deram origem também, foi a mesma plataforma utilizada para as aeronaves de guerra eletrônica e de reconhecimento dentro do Projeto Sivam; foram oito aeronaves.

E, posteriormente, o Super Tucano. Novamente um contrato, requisito da Força Aérea, desenvolvimento realizado 100% custeado pela Força Aérea, aquisição de 99 aeronaves. Hoje também um sucesso, inclusive já com emprego operacional em mais de um teatro de operações e tem concorrido com grandes possibilidades de vencer uma concorrência para a Força Aérea Americana para fornecimento de 300 aeronaves.

E, agora, neste momento, em que a Embraer chega ali, no limiar de talvez ter que competir com as duas grandes, a Boeing e a Airbus, a Força Aérea contrata o desenvolvimento do KC-390 e já assina um contrato para aquisição de 28 aeronaves. Quer dizer, no total, contratos de mais de R$13 bilhões.

E, por último, o Gripen, em que, para atender também uma necessidade da Força, colocamos como exigência que a aeronave biposto fosse desenvolvida e produzida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inteiramente no Brasil, o que esperamos eleve a capacidade técnica da Embraer, eventualmente até para, no futuro, desenvolver aeronaves supersônicas.

Agora, com relação ao programa espacial, nós não replicamos esse modelo de colocar demandas do Governo, mas já, no início da criação do CTA, já se pensava nessa perspectiva de termos um programa espacial efetivo. Tanto o é que o Inpe foi criado em 1961; os dois centros de lançamento, o CLBI m 1965, e o CLA, em 1983 – e vou mencionar em que contexto foi criado. Já citei a criação do Instituto de Aeronáutica e Espaço, em 1969; o lançamento do primeiro satélite brasileiro, o SCD-1, também dentro do contexto da missão espacial completa brasileira; e o lançamento de quatro satélites ópticos, em parceria com a Sino, o CBERS. Eu imagino que o Prof. José Raimundo também vai abordar esses dois projetos.

Ainda na sequência, tivemos a criação da Agência Espacial, em 1994. Realizamos dois testes do veículo lançador de satélites. Não eram ainda lançamentos operacionais, eram testes de protótipos, um em 1997, e outro em 1999. Tivemos aquele acidente com o terceiro protótipo do VLS, em 2003, que vitimou 21 técnicos e engenheiros. Foi um prejuízo grande para o programa. Mas também tivemos outras realizações, como o lançamento de 25 veículos suborbitais da classe VSB-30, que é o único veículo espacial certificado no Brasil, dos quais pelo menos 22 lançamentos no exterior. E lançamos neste ano, no dia 4 de maio, o 1º Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

Aqui há uma figura com uma sequência de veículos que foram desenvolvidos pelo DCTA, começando pela série Sonda indo até o Sonda-IV. São veículos já desativados, mas ainda o VS-30, o VS-30/Orion, o VS-40 e o VSB-30 são veículos operacionais que estão em plena utilização.

De tudo isso nós podemos dizer que o Brasil alcançou uma certa realização no programa espacial. Detém alguma competência, eu diria, até significativa, mas está ainda aquém das potencialidades do País, aquém das necessidades do País. Algum tempo atrás, a partir do final de 2015, realizamos, em conjunto com o próprio Inpe, com a AEB, com o MCTIC e o Comando da Aeronáutica, uma avaliação do programa e chegamos a algumas conclusões que resultaram em algumas propostas de encaminhamento do programa. Identificamos como fator, talvez, mais impactante com os cenários de baixo desempenho do nosso programa espacial, o baixo posicionamento estratégico do programa dentro da estrutura de Governo. E eu vou mostrar mais à frente por quê. Porque o programa não é levado à atenção da Presidência da República, ou seja, da mais alta esfera do Executivo. Obviamente, isso decorre de deficiências de governança e gestão. E temos uma proposta para tentar resolver essa questão.

Essa foi a avaliação que fizemos, onde identificamos como pontos fortes do nosso programa uma boa rede de relacionamentos a partir de inúmeros acordos que temos assinados com diversas agências mundo afora, como a Agência Espacial Alemã, como já mencionei, com a Agência Espacial Chinesa, que resulta na experiência do CBERS, da série

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CBERS. Temos uma grande experiência acumulada, não apenas com acertos, mas também com os erros. Eu lembro daqueles que não podem ser considerados como testes fracassados, porque identificamos os problemas que ocorreram e sabemos como corrigi-los. Nós temos uma boa estrutura de desenvolvimento, tanto no DCTA quanto no Inpe, ou seja, tanto para desenvolvimento de veículos lançadores como para desenvolvimento de satélites, e temos uma boa infraestrutura de lançamento.

E podemos dizer que temos o centro de lançamento geograficamente mais bem posicionado do mundo, que permite lançamentos sem exigir manobras de segurança, tanto em direção a órbitas equatoriais quanto em direção a órbitas polares.

Mas temos também aqueles pontos fracos que estão ali assinalados de uma maneira simplificada, Como eu já disse, um baixo posicionamento estratégico dentro da estrutura de Governo. O programa ainda não é visto como um programa de Estado e de importância estratégica para o Brasil. Isso possivelmente resulta de deficiência de governança, como já mencionei, e de falta de escala, ou seja, nós, Governo, e mesmo nós, da área de defesa, não colocamos demandas para o programa espacial que deem a escala suficiente, que permitam o engajamento da indústria num ambiente de menor grau de incertezas. Só atualmente nós estamos buscando fazer isso. E por questões de dificuldades de governança, temos também iniciativas que estão desarmonizadas, como a própria proposta da área de defesa e outros projetos que seguiram sem estarem todos harmonizados e integrados de forma coerente dentro de um programa nacional de atividades espaciais.

Em termos de oportunidades, o momento é favorável em função do mercado de microssatélites em expansão, que resulta da miniaturização da eletrônica de um modo geral. E podemos estar perdendo essa janela se não agirmos com rapidez. Por outro lado, é uma oportunidade também de renascimento de interesse político. E a realização deste evento comprova isso. E temos tido uma atenção muito grande tanto do Ministro da Defesa quanto do Ministro da Ciência e Tecnologia, assim como daqueles que os antecederam. Então, consideramos que esse momento é o momento propício para implementarmos as mudanças no programa.

Colocamos demandas nacionais, como o SGDC, o próprio programa estratégico de satélites da defesa, e temos ameaças: política de recursos humanos desfavorável. Há muito tempo não realizamos concurso para reposição do pessoal do setor, principalmente da área de ciência e tecnologia, tanto do Inpe quanto do DCTA. Toda essa situação resultou em limitadas competências da indústria e muitas delas se desengajaram dos programas por não verem perspectivas futuras. Isso também decorre de orçamentos insuficientes e inconstantes, bastante imprevisíveis. Como eu disse, não permitem o engajamento seguro das empresas. E uma legislação administrativa que não favorece o desenvolvimento de atividade tecnológica complexa como é um programa espacial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a gente fala de orçamento, para se ter uma ideia dos números, enquanto os Estados Unidos investem, daquilo que é divulgado, US$40 bilhões anuais – são dados de 2014, dados relativamente recentes –, o Brasil investe US$100 milhões. Mas, se compararmos com alguns vizinhos nossos, a Argentina, por exemplo, tem investido na casa de US$1,2 bilhão, ou seja, pelos menos doze vezes acima do que o Brasil investe. Se compararmos em relação ao PIB, aquilo que nós investimos representa 0,006% do nosso PIB. Acho que isso é uma coisa que nós temos que refletir a respeito.

Essa é a estrutura, o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, que tem a AEB como órgão central, dois principais executores, o DCTA, responsável por veículos lançadores e centros de lançamento, e o Inpe, responsável por satélites e centros de controle. E sempre buscando o desenvolvimento da indústria e da academia.

Mas, como eu disse, em termos de posicionamento da estrutura de Governo, embora hoje o nome daquela subcoordenadoria de unidades de projeto dentro do MCTIC tenha mudado de nome, é onde a AEB e, portanto, o programa espacial se encontra, praticamente dentro de um terceiro escalão do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando na maioria dos países o programa espacial é vinculado diretamente ou ao Presidente ou ao Vice-Presidente da República. Essa é nossa situação, e a nossa proposta é de mudança disso.

E por isso propusemos uma revisão na legislação: um projeto de lei que busca adequar a governança das atividades espaciais, propondo a criação, no âmbito da Presidência da República, do Conselho Nacional do Espaço e de um Comitê Executivo do Espaço. Isso até é inspirado naquilo que fazem os Estados Unidos da América. Isso significa alterar a Lei nº 8.854, de 1994, que criou a Agência Espacial Brasileira, e vincular a Agência à Casa Civil da Presidência da República e, obviamente, reorganizar o seu quadro de pessoal, pois essa seria uma oportunidade.

E por que a Casa Civil? Primeiro, pela capacidade de articulação com os demais ministérios que tem a Casa Civil; em segundo lugar, pela possibilidade de levar o programa à atenção direta da Presidência da República, e por um motivo importante. Por que não ficar, por exemplo, na Defesa? Para não caracterizar uma "militarização", entre aspas, do programa espacial brasileiro que poderia ter consequências negativas em termos de embargos tecnológicos por parte de outros países. E esse não é obviamente o objetivo.

Esse Conselho Nacional do Espaço, na proposta que colocamos, tem por atribuição prover diretrizes estratégicas do programa e deverá ser constituído, segundo a nossa proposta, já negociada com a AEB, com o Ministério da Ciência e Tecnologia e já colocado no Sistema de Documentação do Governo Federal, será constituído o Conselho Nacional do Espaço, pelo Ministro Chefe da Casa Civil, que o presidirá, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, pelo Ministro da Defesa e pelo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e terá como membros consultivos aquelas personalidades que ali estão: o Presidente da AEB, o Diretor do Inpe, o Comandante da Aeronáutica, o Secretário-Geral do MRE, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, um secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e um secretário executivo do Ministério da Indústria e Comércio.

E o Comitê Executivo teria por atribuição prover o direcionamento tático para o programa. Teria como membros efetivos o Presidente da AEB, que o presidiria, o Diretor do Inpe, um representante do Comando da Aeronáutica, um representante do MCTIC, um representante da Defesa, um representante do MRE, mais um do Ministério do Planejamento, um representante da comunidade científica, eventualmente indicado pela SBPC, e um representante do setor industrial, possivelmente indicado pela Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil.

Com isso, Senador, nós entendemos que estaremos resolvendo dois problemas: aquele de governança e aquele do posicionamento do programa dentro da estrutura de Governo. Mas exigiria de nós também uma atualização do Programa Nacional de Atividades Espaciais de maneira a integrar e harmonizar todas as iniciativas que estão em curso. Todas elas são necessárias e importantes para o País, mas que precisam estar integradas dentro de uma programação temporal e orçamentária, com coerência, ou seja, no Programa Nacional de Atividades Espaciais.

Isso significaria também incorporar ao programa nacional o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais da própria Defesa com aquele objetivo de dar escala, aquela escala que falta ao programa, e dar condições de engajamento da área industrial dentro de um ambiente mais previsível, ou seja, com menor risco para as próprias empresas. Com isso, buscamos consolidar o PNAE, incorporando às necessidades da Defesa e criando escala e previsibilidade para a indústria, como eu já mencionei.

Mas é importante que haja um projeto mobilizador como foi o projeto da Missão Espacial Completa Brasileira, que incluiu os três pilares: um veículo lançador, que era o veículo lançador de satélites, o próprio satélite, que era o satélite de coleta de dados, e mais o Centro de Lançamentos. Dentro do contexto da MECB é que foram desenvolvidos o próprio VLS, o Laboratório de Integração e Testes do Inpe, o próprio Centro de Lançamento de Alcântara, assim como também o Centro de Rastreio e Controle do Inpe. Esse foi, talvez, o único projeto mobilizador que tivemos até hoje no nosso programa espacial e que deu realmente um grande impulso para o programa.

Então, hoje nós propomos reeditar essa iniciativa apenas com um veículo diferente, mais atualizado tecnologicamente e também mais econômico, que é o VLM, um Veículo Lançador de Microssatélites que deverá utilizar dois motores S50 em fibra de carbono, ou seja, uma tecnologia muito mais moderna, mais eficiente, com um ciclo de produção muito mais curto e muito mais econômico, apenas para vencer aquela barreira que é o domínico do ciclo completo, incluindo um lançador, um satélite e um centro de lançamento, alguma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que venha a capitalizar em cima do orgulho nacional, ou seja, mostrar que nós somos capazes de fazer isso. Já poderíamos ter feito, se tivéssemos tido todas as condições necessárias.

Um ponto sobre o que não podemos deixar de falar é sobre a situação crítica de pessoal especializado em ciência e tecnologia. Hoje, no DCTA, apenas para ficar no exemplo do DCTA, 57% da lotação autorizada está vaga, por idade ou por falecimento dos pesquisadores. Já houve capacidades tecnológicas que nós havíamos dominado e que perdemos por não ter havido a reposição desses pesquisadores, e uma boa parte deles já tem todas as condições para se aposentar, ou seja, tanto por idade como por tempo de contribuição.

Naquele gráfico ali, todos aqueles pontinhos amarelos são pesquisadores que já recebem aquele abono de permanência, ou seja, que podem deixar a organização a qualquer momento, porque já têm idade e tempo de contribuição. Uma boa parte deles permanece por amor à profissão, por amor à atividade de pesquisa. Então, esse é um risco que enfrentamos e de difícil recuperação.

E um outro ponto de nós observamos é que as atividades espaciais não são percebidas, de um modo geral pela sociedade, em termos de suas vantagens e suas aplicações. Poucas pessoas se lembram de que quando usam um telefone ou quando ligam a TV para assistir a uma TV a cabo ou quando mandam uma mensagem pelo WhatsApp ou quando utilizam o Waze estão acessando um satélite, ou seja, estão acessando um recurso de um programa espacial de algum país que colocou aquela facilidade ali à disposição. Ou seja, satélites, na verdade, são infraestrutura, não são a finalidade em si. O importante são serviços e as vantagens, as facilidades que obtemos. Então, é absolutamente essencial a gente ter um plano de marketing que divulgue, de maneira positiva, a imagem do programa espacial e o que isso representa na vida do cidadão comum. Bom, ainda problemas que nós precisamos resolver com relação ao nosso programa espacial. Um deles é a liquidação da Alcântara Cyclone Space. Como o senhor sabe, em julho de 2015 foi denunciado o acordo com a Ucrânia, e nós ainda temos aquelas infraestruturas ocupando espaço dentro do nosso centro de lançamento, e precisamos dar um destino a elas. E só podemos fazer isso a partir da liquidação da empresa, que ainda está pendente.

Temos ainda a questão patrimonial relacionada aos quilombolas. É uma questão ainda a ser resolvida. Daqueles 62 mil hectares que tinham sido colocados à disposição do programa espacial, quase que a totalidade passou a ser considerada, a partir de um relatório técnico de identificação e demarcação do Incra, como área quilombola. Então, precisamos recuperar pelo menos aquele setor nordeste, que são 12 mil, em torno de 12.500 hectares para a utilização do programa espacial. Então, essa é uma questão que, se não resolvida, limita seriamente as nossas possibilidades de desenvolvimento nesse campo.

E, por último aqui, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. É sempre mencionado o Acordo de salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos da América, mas é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer que nós estamos abertos a celebrar acordos dessa natureza com, eventualmente, outros países interessados em utilização do Centro de Lançamento de Alcântara.

Esse com os Estados Unidos é o primeiro deles, é um acordo que foi objetado em 2001 por algumas Comissões do Congresso Nacional; não chegou a ser rejeitado pelo Congresso. Nós trabalhamos numa nova redação, buscando conciliar aquelas objeções com as preocupações de proteção das tecnologias de ambas as partes, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. Isso teve a participação também da AEB e do Ministério das Relações Exteriores e se encontra sobre avaliação do Departamento de Estado dos Estados Unidos desde junho deste ano.

Já sabemos que eles têm algumas observações com relação às mudanças que nós propusemos e estamos aguardando uma convocação para discutir mais um detalhe. Mas digo que é um acordo, que é uma praxe com todos os países que desenvolvem programas espaciais, e estamos abertos a negociar ou tratar de acordos semelhantes a esse com qualquer outro país que tenha interesse.

Senador, com isso eu encerro aqui a minha apresentação. Acho que eu passei talvez um pouco do tempo.

E estarei à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado V. Exª Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

Passo agora a palavra ao Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Exmo Senador Fernando Collor pelo convite e parabenizá-lo pela organização desse importante evento. Aproveito também essa oportunidade para saudar os debatedores, meus colegas.

Alvani, é impressionante a forma. Nós não conversamos sobre o que falaríamos hoje, e a complementaridade é 100%, e o acordo também é 100%. Então, parabenizo você por isso.

Aproveito também esta oportunidade para saudar os colegas da AEB presentes aqui e os demais participantes.

Tudo começou em 1961, com o decreto que criou o grupo de organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, fazendo do Brasil um dos primeiros países em desenvolvimento a investir nesta área, demonstrando um claro interesse em dispor de um programa espacial próprio.

Em seguida, criou-se o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, vinculado atualmente ao MCTIC e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, DCTA, vinculado ao Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No curso da história, o Brasil dispôs também da Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (PNDAE), antes conduzida pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas, e atualizada em 1994, com a criação, por lei, da Agência Espacial Brasileira (AEB), hoje virgulada ao MCTIC.

Em 1966, as atividades espaciais do País foram organizadas por um instrumento denominado Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (Sindae), que atribuiu à Agência Espacial o papel de órgão central, contando com o Inpe e o DCTA como seus principais órgãos públicos de execução. Aos poucos foi nascendo uma base industrial, que, embora ainda pequena, alcançou elevados patamares técnicos com empresas capacitadas para a produção de itens importantes, restando ainda o domínio de algumas tecnologias críticas.

Na área de formação de recursos humanos, além de outros, o País conta, atualmente, com sete cursos universitários de engenharia aeroespacial, cerca de 250 alunos em formação, com envolvimento crescente em atividades e projetos espaciais.

A missão da AEB é extremamente complexa em razão da necessidade de promover e fomentar o desenvolvimento de aplicações espaciais que apoiem o Estado e a sociedade na busca de soluções para a implementação de políticas públicas em um ambiente de natureza multissetorial e multi-institucional, que demanda permanente articulação de ações junto a inúmeros atores. Fica evidente, pelo marco legal, que quatro instrumentos norteiam as atividades espaciais no Brasil: a lei de criação da AEB para as competências legais, a PNDAE para a política, o Sindae para estruturar o setor e o PNAE como plano de ação decenal.

Deriva desse arranjo o papel central da Agência Espacial, que inclui o de formular e coordenar a execução da política espacial, compreendendo a execução do orçamento anual associada ao PNAE. Esse modelo de governança tem atendido a necessidades importantes do programa, mas, como qualquer estrutura sistêmica ou organizacional, carece continuamente de adequações e aperfeiçoamentos. Experiências adquiridas na gestão do Sindae e o compromisso focado em mecanismos associados a liderança, estratégia e controle, proposto pelo próprio Tribunal de Contas da União, sustentam a proposição de criação de um Conselho Nacional do Espaço (CNE), em nível ministerial, vinculado ao mais alto *status* de governo, com uma instância superior de governança e orientação para a política espacial nacional, que passará a ser, então, pretendida como uma política estratégica de Estado.

A natureza do programa espacial revela que a condução de suas atividades não pode ser atribuída a um único setor. O reconhecimento simultâneo do caráter estratégico já mencionado leva ao entendimento da necessidade de definição de uma autoridade espacial a ser exercida por uma instância central com a participação de diversos órgãos.

No escopo da discussão que enseja a reformulação da governança das atividades espaciais, além do Conselho Nacional do Espaço, também deve ser criado um Comitê Executivo do Espaço, constituído por representantes de órgãos de coordenação, de execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e de usuários dos sistemas espaciais, demandantes e demandados, coordenadores e executores, unidos para decidir sobre a melhor forma de implementar as diretrizes estratégicas do Conselho Nacional do Espaço.

Para dar direcionamento e cumprimento às políticas e diretrizes estabelecidas por esse supremo conselho e pelo Comitê Executivo do Espaço, necessário também se faz adaptar as atribuições da Agência Espacial Brasileira, para que ela possa atuar como secretária executiva, conferindo-lhe condições próprias para exercitar as atribuições de coordenação do sistema, como acontece com outros sistemas nacionais, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Exemplos internacionais reformam o entendimento quanto aos novos rumos da governança de nosso programa espacial. Nos Estados Unidos, a face mais visível do seu programa espacial é a Nasa, uma agência civil. Isso não significa que não se desenvolvam programas essencialmente voltados à segurança nacional do país. Existem, sim, e são todos conduzidos por órgãos específicos em inteira harmonia com os programas outros. O mesmo se dá na Europa, tanto no nível das agências nacionais, todas de natureza civil, quanto naquela que congrega o esforço europeu coletivo, a Agência Espacial Europeia.

Ainda no tema da efetiva colaboração entre entidades de naturezas totalmente distintas em favor dos programas espaciais nacionais, casos recentes merecem menção. O primeiro refere-se à última reforma da governança do programa espacial japonês. Nesta, foi confirmado o caráter dual do programa, que agora se apoia em três pilares: ciência e tecnologia, base industrial e segurança nacional. A propósito, a reforma do programa japonês também ensejou a criação de um comitê de política espacial nacional diretamente ligado ao gabinete de seu Primeiro-Ministro, nos moldes do nosso futuro Conselho Nacional do Espaço. A mesma iniciativa foi recentemente retomada pelo atual presidente americano, que, em ordem executiva de junho deste ano, restabeleceu o seu Conselho Nacional do Espaço.

Resta claro que a tônica principal na governança e gestão das atividades do Sindae devem cingir-se aos aspectos de ação coletiva de uma rede integrada, para que se alcance a convergência de interesses objetivos e resultados, revelando a convicção e o compromisso com um dos princípios utilizados para a discussão em tela, Sr. Senador: estender pontes. Tomemos como exemplo recente de sucesso o arranjo de governança instituído para o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC. Sem que houvesse a necessidade de alterar qualquer marco legal vigente, o então Ministério das Comunicações, o da Defesa e o da Ciência Tecnologia e Inovação traduziram seus esforços por meio do Decreto nº 7.769. O decreto estabeleceu um sistema de governança de dupla instância, comitê diretor do projeto e grupo executivo. É breve, conciso, mas o bastante para garantir que a integração fosse mantida e que, a despeito dos inevitáveis desafios técnicos, gerenciais, financeiros e burocráticos, o projeto pudesse evoluir como originalmente concebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para comentar sobre a primeira questão colocada por este painel: qual a relação entre o desenvolvimento tecnológico e a defesa nacional? A relação é evidente, não recente e muito abrangente, motivo pelo qual nós da área espacial nos permitimos alguma inserção. O desenvolvimento tecnológico, senhores, é um pilar fundamental para o avanço econômico da Nação, para o bem-estar de sua população, para a qualidade dos empregos, e, evidentemente, para sua segurança. Não há alternativa.

Nenhuma nação conseguirá, nos dias de hoje, aprimorar sua infraestrutura dando as costas à tecnologia da informação, às comunicações de alta velocidade, à Internet das Coisas, às tecnologias de navegação, aos modelos de previsão meteorológica de desastres naturais, ao mapeamento preciso do seu território. Todos esses insumos são fundamentais tanto para a sua segurança quanto para a correta gestão territorial, base para o bem-estar das cidades, nas cidades e no campo, para a segurança alimentar, para a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais, a componente mandatória para assegurar o direito à propriedade.

Endereço-me agora à segunda questão: como o Brasil tem atuado para alcançar o desenvolvimento tecnológico e uma indústria de defesa competitiva? Faço-o novamente, sob o viés da indústria espacial, que, em todo o mundo, coexiste com o da defesa, compartilhando com ela a base tecnológica, os processos industriais, a infraestrutura fabril, os sistemas de qualidade e gestão, e, acima de tudo, os recursos humanos, este o componente mais importante.

Também têm em comum a dependência do poder de compra do Estado, uma atividade presente em toda e qualquer nação que tenha programas espaciais e de defesa plenamente desenvolvidos. Neste ponto, sobre os investimentos para os programas espaciais, comparativamente com outros países, o orçamento governamental para o setor espacial em 2014 nos Estados Unidos chegou à cifra de US$42 bilhões em 2014; o da Rússia, em 4,88 bilhões; o da China, 4,2 bilhões; da Índia, 1,2 bilhão; e o Brasil um pouco menos que U$100 milhões, isso incluindo uma parte, em 2014, do orçamento do SGDC, tendo declinado fortemente desde então, pelas dificuldades sobejamente conhecidas. Na vertente da defesa, a realidade não deve ter sido muito diferente.

Tal fato explica a razão de termos uma base industrial de defesa e espaço proporcionalmente reduzida quando a comparamos a de outras nações. Há um evidente círculo vicioso que liga a inevitável dependência do poder de compra do Estado, os baixos orçamentos e uma base industrial não sustentável e muito frágil.

Trato agora do outro tema colocado, da importância do desenvolvimento tecnológico para a soberania brasileira. Ora, por tudo que foi dito, o desenvolvimento tecnológico serve a toda as áreas da sociedade e a questão da soberania torna-se, assim, uma decorrência direta.

Trago aqui um aspecto que pode parecer prosaico a muitos dos presentes, o da regularização do território. Refiro-me a um artigo publicado recentemente pelo Sr. Luiz Ugeda, advogado e geógrafo na revista eletrônica Geodireito, onde ele coloca fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instigantes. Inicialmente, traz uma afirmação de D. Pedro I, que assim se expressa: " [...] para se conhecer, o brasileiro primeiro precisava saber onde poderia exercer o seu direito de ir e vir". E, em decorrência, ordenou a produção e distribuição de litografia de mapas, a tecnologia da época. Hoje, todos temos os mapas do mundo em nosso telefone celular, por meio do onipresente Google Earth.

Mas aí, o autor do artigo coloca a seguinte questão:

Na ausência do Estado, quem suporta as políticas públicas territoriais do Brasil são basicamente as imagens armazenadas no Vale do Silício. É um problema de soberania como se nossos ossos estivessem expostos para o estudo científico no exterior.

Conclui, afirmando que caminhamos para um mundo "em que os países se dividirão entre os programam e os que são programados", uma atualização perfeita dos antigos conceitos de relação de poder. No passado, eram necessários exércitos para subjugar uma nação; no futuro, uma linha de comando de *software* poderá ser suficiente para submeter uma nação ao julgo da outra.

Quanto à questão da exploração comercial de Alcântara, inicio esclarecendo que o programa espacial brasileiro possui três eixos estratégicos fundamentais: satélites e aplicações, lançadores e centros de lançamento, de controle e de recepção de dados, padrão para todos os países que possuem programas espaciais completos.

Ao levantarmos a questão dos benefícios das atividades espaciais, podemos fazê-lo tanto sob o aspecto das políticas públicas, não necessariamente qualificadas por indicadores financeiros, mas também na dimensão desse mercado.

Em termos mundiais, as atividades espaciais atingiram a cifra de cerca de US$330 bilhões em 2014. A receita global da indústria de satélites em 2016 foi da ordem de US$260 bilhões, sendo US$5,5 bilhões para a indústria de lançamento. Embora a indústria de lançadores tenha uma participação menor, a mesma, por outro lado, gera efeitos multiplicadores para os outros setores.

Traçado esse panorama, é importante frisar que a participação do Estado é e continuará sendo extremamente importante, seja nas políticas de compras governamentais, seja nos investimentos em infraestrutura básica. Assim, faz-se necessário formular uma estratégia de aproveitamento comercial do Centro de Lançamento de Alcântara por meio de um lançador nacional. E, para tanto, estamos desenvolvimento o VLM (Veículo Lançador de Microssatélites) e por meio de lançadores de outras nações que venham a ser operados daquele centro.

A operação comercial a partir do CLA de lançadores nacionais ou estrangeiros certamente trará benefícios econômicos, ainda não quantificados, que irão se compor aos investimentos governamentais com vistas a sustentar a operação do CLA.

Importante observar que, por maiores que sejam esses benefícios econômicos advindos da futura comercialização, os investimentos públicos deverão ser mantidos e atribuídos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forma regular, como é praxe em qualquer centro de lançamentos do mundo – e eu conheço todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Ainda na questão da comercialização, faz-se necessário aproveitar as vantagens relacionadas às características específicas da região de Alcântara para desenvolver um modelo de negócios que seja benéfico ao País e à região, tendo em vista os extremos contrastes sociais e econômicos entre o Sudeste, que desenvolverá os artefatos, e a região, que espera receber benefícios socioeconômicos sustentáveis de tais atividades, objetivo que poderá ser alcançado se segmentos regionais puderem participar do processo.

Como conclusão, Sr. Senador, insistimos que todas as iniciativas governamentais de revisão e aprimoramento do Programa Espacial Brasileiro sejam conduzidas sob a égide da marca garantida de sucesso: integração e convergência, contando com a coordenação já instituída por lei para revisão e atualização dos instrumentos legais que dão suporte a sua estrutura de atuação. E não esquecendo que a nossa cruz estará sempre inteira para que possamos, quando necessário for, estendê-la como ponte.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Professor, não somente pelo seu entusiasmo, mas pelo conteúdo da sua palestra. Muito obrigado, portanto, ao Dr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo palestrante, eu gostaria de registrar e agradecer aqui a presença de S. Exª o Sr. Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Cury, que já foi algumas vezes Prefeito de São José dos Campos, aquele extraordinário Município que é sede da Embraer e que tantas alegrias nos vem trazendo. V. Exª nos honra com a sua presença.

Quero agradecer a presença de S. Exª o Embaixador da Nigéria, Sr. Christopher John Nonyelum Okeke; agradecer a presença do Embaixador da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; agradecer a presença do Embaixador da Macedônia Ivica Bocevski; a presença da Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores e Assessora de Assuntos Federativos e Parlamentares; ao Primeiro Secretário da Embaixada da Bolívia Sr. Faleg Valdez Copas; a Srª Primeira Secretária da Seção para Assuntos Políticos e Econômicos e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil, Sra. Maria Luisa Benitez Donoso; ao Sr. Terceiro Secretário da Embaixada da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk; ao Terceiro Secretário da Embaixada da Argentina, Sr. Conrado Assenza.

Em nome desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria que S. Exª transmitisse a S. Exª o Embaixador Carlos Magariños, Embaixador da Argentina no Brasil, e, por seu intermédio, a S. Exª o Sr. Presidente da República Argentina e a todo povo argentino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os nossos votos de profundo pesar pelo ocorrido recentemente, em um acidente que a todos nos deixou muito entristecidos. O voto de pesar e de sentimento desta Comissão ao povo argentino e ao seu governo.

Agradeço ao Terceiro Secretário da Embaixada do Irã, Sr. Mahdi Ahmadbeiki; ao Presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais Major-Brigadeiro Luiz Fernando de Aguiar; ao Chefe de Assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional da Aeronáutica, Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros; ao Sr. Assessor Especial para Assuntos Espaciais, Brigadeiro Rogério Luiz Veríssimo Cruz; ao Sr. Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Sr. Rodrigo Boeckel Collor; ao Coordenador-Geral de Inteligência Estratégica da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Sr. Ricardo Esteves; ao Adido de Defesa e Aeronáutico da Embaixada da França Coronel Charles Orlianges; ao Agregado de Defesa Militar Naval e Aéreo da Embaixada da República Dominicana, Sr. Henry Gustavo Holguin Ferrero. A todos os senhores os agradecimentos e a satisfação de tê-los conosco nesta noite.

Passo a palavra ao Sr. Prof. Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Diretor dos Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Meu caríssimo Presidente Fernando Collor, minha caríssima Presidente, Deputada Bruna Furlan, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senhores membros dessa Mesa, Brigadeiro Alvani, Professor José Raimundo, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade, o convite à Secretaria de Assuntos Estratégicos e particularmente a oportunidade de estar aqui de volta àquela que é minha Casa, tanto o Senado Federal como esta Comissão de Relações Exteriores.

Realmente, é uma grande satisfação estar aqui para tratarmos um pouco de questões que são fundamentais, questões que são estratégicas, questões que são essenciais para este País.

De forma alguma, terei o talento e a excelência dos que me precederam, do Brigadeiro Alvani, que expôs com tanta clareza a situação de Alcântara e do programa espacial brasileiro e do Prof. José Raimundo, que, com muita ênfase, mostrou a importância de nós discutirmos esses temas.

Mas, de toda maneira, vou tentar responder às perguntas que nos foram apresentadas.

A primeira delas, qual a relação entre desenvolvimento tecnológico e defesa nacional, um tema fundamental dessa audiência pública de hoje. Como o Brasil tem atuado para alcançar o desenvolvimento tecnológico e a indústria de defesa competitiva, outro tema que não pode ser descartado. E, em terceiro lugar, a importância do desenvolvimento tecnológico para a soberania brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falaremos um pouco disso e depois passaremos para o caso concreto de Alcântara, que tem despertado a atenção de todos aqueles que se preocupam com o desenvolvimento nacional e também a nossa soberania.

Quando a gente pensa em desenvolvimento tecnológico e defesa nacional, isso é indissociável, e enquanto se falava aqui da importância dessa relação, eu me lembrava – e nisso há a minha paixão por História – que em 1945, quando acaba a Segunda Guerra Mundial, houve uma grande discussão no âmbito do governo dos Estados Unidos sobre o que fazer com a Alemanha.

Uma parte do governo dos Estados Unidos, vitorioso naquele conflito, queria transformar o Estado alemão em um país medieval. A ideia, e isso foi falado por um dos secretários do então Presidente Truman, era fazer com que a Alemanha voltasse a ser uma nação de agricultores, atrasada e sem nenhuma condição de se projetar no concerto das nações. Então, se queria transformar Alemanha em um país primitivo, em um país que não representasse, na percepção daquele secretário, uma ameaça.

Um outro segmento no governo dos Estados Unidos, felizmente o segmento que venceu, disse: "Não, nós não podemos fazer isso." A Alemanha é um país que alcançou um nível de desenvolvimento, um nível de civilização, em que pese tudo que havia acontecido nos anos anteriores da Segunda Guerra Mundial, e uma condição de potência global que seria fatal, não para a Alemanha, mas para o mundo, nós imputarmos essa pena àquele povo.

E aí se decidiu – sobretudo diante da ameaça soviética que crescia na Europa – que aquilo não poderia ser feito com a Alemanha e acabou se estimulando o desenvolvimento alemão. E aí tivemos o Plano Marshall, tivemos o crescimento, tivemos o milagre alemão, e a Alemanha voltou a ser uma potência, e uma potência tecnológica e militar. Às vezes se esquecem disso. A Alemanha, com a criação da OTAN em 1949, é rapidamente incorporada. E houve uma grande preocupação em garantir que aquele país se desenvolvesse tecnologicamente e, consequentemente, tivesse condições de contribuir na defesa da Europa e do Ocidente contra, então, a ameaça soviética.

E eu estou dizendo isso para assinalar o quanto a defesa nacional é fundamental para um país e que defesa nacional não pode ser tratada se nós não tratarmos de tecnologia. É impossível defender uma nação com paus e pedras. E lembro que, em 1936, nós tivemos a guerra da Abissínia, um conflito entre a Itália, desenvolvida tecnologicamente, e os etíopes, que lutavam alguns ainda com lanças, e foram rapidamente dominados. A Etiópia capitula, e uma imagem que pode ser vista até hoje, graças à tecnologia, pela internet, é o Imperador Selassie, da Etiópia, indo discursar na Liga das Nações, pedindo apoio da Liga das Nações contra o invasor italiano – apoio esse que não veio. E o restante todos nós conhecemos: Itália, Alemanha e Japão contra o restante do mundo depois, na Segunda Guerra Mundial. Mas estamos falando de algo que aconteceu há 80 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós trouxermos para a nossa realidade, temos que evocar e relembrar o passado e lembrar a nossa doutrina de segurança nacional, que pode ser transportada para o presente, doutrina que dizia que era impossível segurança sem desenvolvimento. E hoje não se pode falar em desenvolvimento, em defesa sem desenvolvimento. Um sustenta o outro. E desenvolvimento envolve necessariamente avanço na área tecnológica. Desenvolvimento envolve necessariamente uma preocupação com tecnologia. E quando pensamos em defesa, estamos falando de algo muito peculiar.

Vamos falar de desenvolvimento de tecnologia de defesa, por exemplo. Todos nós temos um telefone celular hoje, um *smartphone* ou coisa parecida. Aqui eu tenho tecnologia de defesa. Nosso sistema de radar, não precisa lembrar: defesa. E se hoje a senhora e o senhor têm um micro-ondas em casa é porque se pensou nisso lá atrás, quando se desenvolveu tecnologia de defesa de radar, que nos é muito útil hoje.

Falando do programa espacial, por exemplo, quantos benefícios nós não temos hoje em razão de um programa espacial como o que foi desenvolvido nos Estados Unidos desde a década de 50. E aí coisas que muitas vezes fogem à nossa percepção... Estou pensando, estou lembrando aqui o velcro, o pincel atômico que temos e usamos para dar aula. Isso para falar de coisas mais simples. Não vou nem falar de tecnologia de ponta. Mas tudo isso está relacionado ao início da pesquisa, a uma preocupação que envolvia a defesa.

E quando falamos em indústria de defesa é sempre bom lembrar de base industrial de defesa, que está relacionada à soberania, à autonomia e independência. E quando nós temos desenvolvimento tecnológico na área de defesa, na área espacial, na área nuclear, nós entramos num clube muito seleto de nações. E aí a pergunta que se faz é: qual é a grande potência hoje que não se preocupa com esses temas? Qual é o país do mundo que tem aspirações de se tornar um protagonista no cenário internacional que não tem um setor aeroespacial desenvolvido ou em desenvolvimento? Qual é o país do mundo que pode se dizer uma grande potência se não tem autonomia na área de defesa, se não tem uma indústria própria que consiga fazer frente às realidades?

O Presidente citou aqui e é importante... E desde que isso aconteceu nós estamos muito preocupados com a situação da Argentina, a situação do submarino argentino. E isso reflete um pouco, isso traz à reflexão: e nós, qual é a situação dos Tupi? qual é a situação, por exemplo, da Marinha do Brasil hoje?

O Presidente Collor e a Presidente Bruna Furlan têm trazido à discussão representantes das Forças Armadas. Nós já tivemos aqui o Comandante da Marinha, o Comandante da Aeronáutica, o Comandante do Exército, aqui e na Câmara. E eu me lembro que o Comandante da Marinha aqui citou que, se nada for feito, em dez anos talvez não tenhamos uma Armada. E como está o nosso programa espacial?

O Brigadeiro Alvani citou 2003. Em 2003, nós tivemos um acidente de Alcântara. E nós perdemos muito ali. Alguns diriam, talvez o Brigadeiro Alvani tenha escutado isto: bem-vindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à era espacial. Porque é claro que nesse processo de desenvolvimento haverá perdas, haverá mortes, haverá acidentes, mas isso deve ser um estímulo para que nós continuemos. E o que acontece de 2003 para cá? A gente vê, e o Brigadeiro citou aqui também, a falta de atenção ao programa espacial brasileiro. Esse é um programa espacial nosso. Isso envolve uma reflexão estratégica. Eu pergunto: qual é a grande potência do mundo, de novo, que não investe na área nuclear, na área espacial, hoje na área cibernética, outra fronteira, outro mundo?

A guerra do século XXI vai passar por mais essa dimensão. Até o século XX a guerra se dava em duas dimensões. A partir do século XX, nós temos o ar como mais uma dimensão. Agora, nós temos o ambiente virtual. Nós estamos preparados para isto?

E tudo isso envolve, Presidente Collor, reflexão estratégica e a necessidade de se pensar, acima de tudo, em um projeto de Brasil. Não posso pensar em um projeto de Brasil... Se eu quero pensar em um projeto de Brasil, eu tenho que pensar nisso, eu tenho que pensar que não dá para tocar um programa espacial com contingenciamento. Não dá para tocar um programa espacial com uma dificuldade de governança, como foi assinalado aqui. Não dá para tocar um programa espacial sem vontade política de realmente fazer isto.

Ainda falando em indústria de defesa, ainda falando de desenvolvimento tecnológico: desenvolvimento em defesa certamente estimula outros setores da economia. Desenvolvimento em defesa está relacionado também a pesquisas, e pesquisas que, muitas vezes, só podem ser feitas com o apoio do Estado e com essa preocupação de defesa. E como o Brasil pode alcançar um desenvolvimento tecnológico e uma indústria de defesa competitiva? Nós temos que colocar a indústria de defesa brasileira, o programa espacial brasileiro e vou citar o programa nuclear brasileiro, e não o programa nuclear da Marinha. Nós discutimos isso: a Marinha sempre vai capitanear isso e é fundamental que o faça, mas temos que pensar no programa nuclear brasileiro. Nós só podemos fazer isso se tivermos um projeto de planejamento, um planejamento e um projeto de Brasil.

Presidente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos foi criada, recriada agora, em maio deste ano, e é, salvo engano, a quinta ou a sexta Secretaria de Assuntos Estratégicos, que começou com o senhor. Foi o senhor que primeiro trouxe, na década de 90, a proposta de criação. O senhor criou a Secretaria de Assuntos Estratégicos para pensar o Brasil, porque estávamos em um momento em que se deveria pensar o Brasil. Não que hoje não devêssemos, mas aquele era um momento de virada muito importante. E hoje? Será que temos que pensar o Brasil ou vamos continuar sujeitos às intempéries do sistema internacional?

Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa acabaram de ser aprovadas aqui. Como está a relação disso com uma estratégia nacional de desenvolvimento efetivamente? Como está a relação disso com uma estratégia de desenvolvimento na área espacial, uma estratégia nuclear brasileira? Temos que pensar nisso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um dos grandes méritos dessas audiências públicas ao longo de todo este ano, ao longo da sua gestão anterior aqui na Comissão de Relações Exteriores: discutir, pensar e tratar de Brasil.

Essa é uma preocupação, por exemplo, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Nós temos que pensar como Estado mais do que como Governo. Nós pensamos em médio e longo prazos. E é por isso que agradeço novamente os convites à Secretaria de Assuntos Estratégicos para estar aqui presente discutindo esses temas, porque muitas vezes, na estrutura do Governo, ficamos muito restritos ao dia a dia, às questões cotidianas, ao Orçamento deste ano e do ano que vem, e nos esquecemos de pensar daqui a dez anos, no Brasil de 2030, no Brasil de 2050. Este Congresso Nacional é uma instância para se pensar sobre isto.

Eu penso em uma reforma da previdência, mas, tão importante, eu penso em ter Forças Armadas em condições de cumprir a sua missão constitucional daqui a 10, 15 ou 20 anos. Eu penso em ter um parque tecnológico competitivo. Eu penso em ter investimentos em pesquisa. Veja a quantidade de pesquisadores que mostrou o Brigadeiro, só no programa espacial, que já estão se aposentando. Onde está o investimento nessa área? Onde está o investimento em ciência e tecnologia? Senão, nós estaremos brincando. E que Brasil vamos deixar para os nossos filhos? Essa é uma preocupação.

Já se falou muito em indústria de defesa, já se falou muito na necessidade de se desenvolver tecnologia própria. Vamos falar um pouquinho, então, de Alcântara. E eu pretendo não repetir o que foi dito aqui, mas lembro que, para falar de Alcântara, tenho que falar do setor espacial no mundo. O setor espacial no mundo movimenta por ano algo em torno de US$330 bilhões. O setor espacial no mundo gera empregos de alta qualificação, porque quem eu tenho lá em São José dos Campos, quem eu tenho em Alcântara, quem eu tenho em outros centros de excelência no Brasil – e são centros de excelências – são pessoas, profissionais altamente qualificados, são pesquisadores, cientistas que precisam de investimentos, porque, para um cientista, a pior coisa é não ter investimento no seu trabalho, na sua pesquisa. Nós precisamos disso.

Quando eu penso em um programa espacial, eu penso em inovação, eu penso em tecnologia, eu penso em pesquisa e desenvolvimento, eu penso em progresso. Eu estou erguendo pontes para o progresso. Eu estou estabelecendo não um Brasil que eu quero hoje, mas um Brasil que eu quero para os meus filhos e para os meus netos. E eu tenho que começar hoje.

Eu falo no setor espacial e eu penso em um crescimento de 19% ao ano. É significativo. E nós nos vemos diante de tudo isso e dizemos: olha, nós estamos vendo isso e onde podemos participar? Eu penso em um novo mercado que tem crescido, que é o mercado de micro e nanossatélites. A Índia tem perspectiva de lançar 4 mil micro e nanossatélites nos próximos anos. O Japão está interessadíssimo em lançamento de satélites. Eu penso em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologia de ponta. Eu penso em competitividade. E quando eu penso em tecnologia de ponta e em competitividade, penso nos BRICS, de que já falamos aqui: penso em Rússia, penso em China, penso em Índia, eu penso em África do Sul.

Aí eu pergunto: E o Brasil nisso? Vamos tomar aqui os três BRICS: Rússia, Índia e China. E vamos buscar entender o que eles têm em termos de programa espacial, programa nuclear, programa cibernético. Aí, vamos ver quanto o Brasil precisa evoluir; quanto o Brasil precisa seguir, para alcançar essas potências. Senão, vamos continuar brincando de país e dizer que temos *soft power*, o que não temos.

É sempre importante lembrar, quando pensamos no programa espacial brasileiro, o Centro de Lançamento de Alcântara. O Brigadeiro colocou aqui de forma muita clara: não existe centro, hoje – espero não estar falando uma bobagem, Brigadeiro – mais geoestrategicamente posicionado do que Alcântara. Economia de 30% no lançamento, não é isso? De combustível. Dali, lançamos em diferentes órbitas.

No Centro de Lançamento de Alcântara – estivemos lá há pouco tempo –, o grande problema é que está subutilizado. Temos tudo pronto; temos condições de utilizar racionalmente aquele Centro, explorar economicamente de forma racional e soberana – é sempre bom ter isso em mente –, mas o Centro está lá!

Quando penso em exploração soberana e racional de Alcântara, penso em Alcântara e na Barreira do Inferno. Lembro que já fazemos isso, por exemplo, em parceria com outros países, mas de uma forma muito incipiente, a título de curiosidade. Alguns dos lançamentos de Kourou são monitorados por nós aqui, numa parceria com a República Francesa.

Então, temos que pensar nisso. Temos que pensar – e anotei algumas coisas aqui – que Alcântara, particularmente o Centro de Lançamento, e não vou entrar em aspectos técnicos, mas sim, em aspectos estratégicos, está numa área de baixa densidade demográfica, uma área onde é possível expansão.

Se o senhor me perguntar: e a Barreira do Inferno? A Barreira do Inferno está cercada de núcleos urbanos. Em Alcântara, temos uma grande área. Temos o mar, ali à frente; posição geográfica privilegiada; possibilidade de sobrevoo de veículos lançadores de satélite, portanto, sobre o Oceano Atlântico durante os lançamentos, tanto para inserção em órbitas equatoriais quanto polares. É importante ter isso em mente.

A vantagem competitiva de Alcântara no mercado é muito grande. Esse elevado potencial competitivo tem que ser considerado. Isso faz com que o Brasil, se souber explorar adequadamente Alcântara – e, para isso, hoje, nós precisamos de investimento e uma preocupação com Alcântara, como política de Estado efetivamente. Nós precisamos disso.

Temos material humano de qualidade: temos cientistas; temos pesquisadores; temos militares, que se dedicam ali; temos civis, que se dedicam a Alcântara, à Barreira do Inferno, que trabalham de uma forma muito séria, mas precisamos de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ah! Quando penso em Alcântara, penso numa infraestrutura – e o Brigadeiro mostrou alguma coisa aqui – que tem plenas condições de ser expandida. Quando penso em Alcântara, penso em acordos com vários países que estão interessados – já demonstraram interesse. Não preciso me fechar em Alcântara com acordo com um país só.

Na França, por exemplo, a base de Kourou tem parceria com os russos, com os próprios franceses, outros países interessados, porque é estratégico.

O resumo de Alcântara é este: o Centro, anotei aqui, encontra-se subutilizado. Hoje, enfrenta obstáculos para competir no mercado. E esses problemas podem ser solucionados politicamente, com vontade política.

Qual é a percepção da SAE sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, sobre o programa espacial brasileiro? O Brigadeiro chamou a atenção para a necessidade de uma maior atenção da Presidência da República quanto a isso.

A Presidência da República tem dado mais atenção, já há mais de um ano, a essa questão. O Presidente já nos assinalou e determinou à Secretaria de Assuntos Estratégicos que se desenvolvam estudos para identificar os aspectos viáveis da utilização racional de Alcântara. Como é que eu utilizo Alcântara racionalmente de forma soberana.

Temos conversado com a Força Aérea, o Ministério da Defesa, outros setores do Governo e o setor privado também. Há indústrias brasileiras que têm interesse em Alcântara, que disseram assim: "Bom, se o Centro começar a funcionar, eu posso estabelecer, por exemplo, uma fábrica de determinado produto, de combustível ou coisa parecida e promover o desenvolvimento de Alcântara".

Um centro de lançamento como Alcântara, funcionando efetivamente, vai trazer desenvolvimento para toda uma área ali. Vai trazer benefícios, inclusive, para o nosso Maranhão, Prof. José Raimundo, econômicos e sociais.

A SAE entende fundamental que haja uma exploração racional, soberana e comercial de Alcântara, de novo, sem prejuízo à soberania nacional. Com isso, o Brasil vai-se inserir num seleto grupo de países que dominam o setor. É um grupo muito restrito. Temos todas as condições de fazer parte desse grupo.

Com a exploração adequada de Alcântara, teremos uma participação brasileira no bilionário mercado espacial. E é por isso que nós estamos estudando tudo isso. É por isso que nós estamos estudando também a possibilidade de mecanismos jurídicos institucionais para viabilizar esse projeto de Alcântara e os impactos positivos sobre os quais já falei.

Daí, concluo, chamando a atenção – aí, de novo, vem o problema do historiador –, à medida que falavam aqui, pensei: o programa espacial brasileiro começa em 1961 ou tem como marco 1961. Aí, como historiador, paro e penso no mundo.

Em 1961 – anotei aqui –, em 12 de abril de 1961, enquanto nós começávamos o programa espacial aqui, os russos lançaram Yuri Gagarin no espaço. O primeiro ser humano, no espaço, foi Yuri Gagarin em 1961, 12 de abril de 1961.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – A Laika.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – A Laika foi um pouco antes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Exatamente. E o Sputnik, 1954.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Mil novecentos e cinquenta e sete. Vejam: de 1957 para 1961! Os americanos vão à lua em 1969.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Aí, nós pensamos: "Bom, em 1961, quando o Brasil começava o seu programa espacial, os russos estavam lançando o primeiro homem no espaço." E olhem onde os russos estão hoje, olhem onde os americanos estão hoje e olhem onde estamos hoje! E a quantidade de países que avançaram! Vamos pensar na China! O que era a China em 1961? A Revolução Chinesa foi em 1949! Países como a Índia! O salto de desenvolvimento que a Índia deu! Coreia! Em 1961, o Japão estava saindo da reconstrução do pós-guerra. A Alemanha estava dando passos importantes.

Aí, eu queria concluir, já que o tema era desenvolvimento, indústria de defesa e tecnologia. Quero lembrar que, em 1961, outro evento importante aconteceu. Em 1961, o Gen. de Gaulle, na França, resolveu criar uma instância no Ministério da Defesa, que hoje é conhecido como DGA, a Direção Geral de Armamento. E a ideia do de Gaulle, naquela época, porque, logo depois, ele vai sair da OTAN, era desenvolver capacidades autônomas da França, na área de defesa e de tecnologia. Aí ele criou aquela organização, que, depois, se desenvolveria de forma tal a, hoje, concentrar as grandes questões de defesa, de desenvolvimento tecnológico na França. A DGA é um órgão vinculado ao Ministério da Defesa que tem o seu corpo próprio de engenheiros militares, que tem um corpo próprio de civis – são 10 mil funcionários – e que, hoje, gerencia todo esse aparato de desenvolvimento industrial, de defesa de projetos, para a França de hoje e para a França do século XXI, porque eles estão pensando adiante.

É como nós temos que pensar. E a DGA foi criada efetivamente em 1961. Então, com isso, concluo, lembrando que nós já perdemos muito tempo em relação ao restante do mundo e que nós temos todas as condições de fazer com que o Brasil seja efetivamente uma potência tecnológica, uma potência na área de defesa. E, consequentemente, os efeitos econômicos e sociais virão a cavaleiro.

Com isso, fica a reflexão: para onde nós queremos ir? Onde nós queremos chegar? E o que precisamos fazer para alcançar esses objetivos?

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado ao Prof. Dr. Joanisval Brito Gonçalves pela sua excelente exposição.

Bom, mas fica aqui ainda uma resposta à última das indagações que foram formuladas como sugestão, por mim, no início da nossa reunião.

E recebo agora perguntas de internautas. É interessante que todas elas tratam da mesma questão em relação a Alcântara, ao que se fala de Alcântara.

Alcântara vai ser vendida? Alcântara vai ser vendida aos Estados Unidos e vamos perder a nossa soberania, entregar a nossa soberania na área?

Enfim, a essa pergunta que já foi aqui formulada, a que, aqui no Senado, escutamos de várias fontes da sociedade civil, agrego as indagações agora formuladas pelos nossos internautas.

Quanto à base de Alcântara, é necessário que desmistifique isso de uma vez por todas.

"A base de Alcântara é fundamental para o Brasil se desenvolver no cenário aeroespacial e tecnológico, portanto, jamais poderia se comercializar para estrangeiros ou a quem quer que seja, pois nossa soberania ficaria ameaçada [...]". Aí vem: "[...] privatizações", o que já é diferente de comercializar. Com as privatizações, "tem os seus limites. Tenham sabedoria." Pergunta de Marco Camargo Cordeiro, do Acre.

"Programa espacial no Brasil não existe e as Forças Armadas estão sucateadas [...]". Tudo funciona de modo precário. Temos de resolver isso de alguma forma. Evandro Marcos, de São Paulo.

Vem o CVS Posto Vancado – é o que está aqui escrito, *ipsis verbis*, do Rio de Janeiro: "A ordem internacional é erguer barreiras para a tecnologia brasileira, para o povo e para a soberania nacional. O Presidente acata e [...], cabe ao Senado e ao Legislativo não permitir que isso aconteça. Em última instância, as Forças Armadas; não, à liberação da base."

"A base de Alcântara deve estar nas mãos de brasileiros e não de estrangeiros como [...] [estão] querendo fazer! Privatizar e entregar a base para os de fora! O Brasil tem que se manter soberano especialmente nos setores militar e espacial!"

De modo que, com as devidas vênias aos senhores palestrantes, pediria que, de forma objetiva, cada um desse a sua opinião, para, enfim, explicar exatamente o que significa ter uma base.

Aí, eu adicionaria uma pergunta. A França tem, aqui na Guiana, uma base de lançamento, a base de Kourou. Até onde sei, essa base francesa tem acordos com diversos países, que lançam, por intermédio dessa base francesa, localizada em Kourou, na Guiana, os seus veículos, os seus lançadores de satélites. É por lá.

O Brasil, recentemente, agora em maio, lançou o seu Satélite Geoestacionário.

A minha pergunta é: tendo em vista que a França tem esses acordos comerciais com países que, da sua base, lançam os seus veículos, a França perde a sua soberania, agindo dessa forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E não seria mais ou menos dessa forma que estaria sendo projetada a utilização da base de Alcântara, sabendo que ela, comparativamente com a base de Kourou, tem vantagens comparativas que lhe dão uma preferência muito maior de possíveis clientes?

Eu pediria ao Prof. Joanisval que começasse, por gentileza, a dar as respostas, da forma mais objetiva possível.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigado, Presidente. Tentarei ser o mais objetivo possível. Vamos lá!

Acredito que tanto o Brigadeiro Alvani quanto o Prof. José Raimundo tenham informações mais precisas a respeito dos acordos e da exploração. Mas eu respondo chamando a atenção exatamente para o exemplo que o senhor trouxe para nós aqui.

A República Francesa, exatamente como nós faríamos ou faremos explorando adequadamente Alcântara, em momento algum, abre mão da sua soberania. De fato, conversando com alguns amigos da Aeronáutica que têm tratado desses temas, eles chamam a atenção para o fato de que esses acordos são necessários, sim, porque é assim que se faz em todos os centros pelo mundo. E, de fato, a partir do momento em que tenho esses acordos, dou um recado para o restante. Com o país A, B ou C, eu dou o recado para os demais: "Olha, nós podemos celebrar esse tipo de acordo."

O que estou dizendo é o seguinte: se eu não celebro, por exemplo, um acordo com os Estados Unidos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe-me!

Eu pediria que o Professor dissesse que tipo de acordos são esses e, por exemplo, quais os países com os quais a França tem esse tipo de acordo.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Bom, isso vai variar de país para país, mas, por exemplo, há acordos que restringem determinado acesso a pontos da base onde serão colocados ou montados os equipamentos, porque aquilo é desenvolvido pelo país A, B ou C, e aquela área fica restrita. Mas, de forma alguma, o acesso ao centro de lançamento ou à base como um todo é restrito. É uma salvaguarda que o país tem de que o acesso à tecnologia dele não ocorrerá ali, exatamente como nós fizemos com a França.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – No lançamento do Geoestacionário, do nosso Satélite Geoestacionário, nós também não permitimos que houvesse nenhum acesso por parte de estrangeiros à tecnologia que nós tínhamos antes.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O Brasil agiu dessa forma na base de Kourou, na França.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Exatamente. E é assim que se faz pelo mundo.

Então, a partir do momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E os países... Desculpe-me estar interrompendo tanto, Professor...

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... mas é pela necessidade, por causa da curiosidade dos nossos internautas e da população.

Entre esses países, alguns com os quais a França tem esse acordo para lançamento de veículos, seja com que finalidade eles foram lançados...

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Cito um exemplo: a Rússia. A Soyuz sai de lá, sai de Kourou.

Então, veja: a Rússia tem esse acordo com a República Francesa, e há áreas restritas ao acesso dos próprios parceiros em comum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E a Rússia, em nenhum momento, ameaça a soberania da França com esse acordo?

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Não nesse tipo de operação, não nesse tipo de operação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em nenhuma outra? Mas especificamente...

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Nesse tipo de operação, não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... esse tipo de operação não ameaça a soberania?

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Não, não ameaça de forma alguma a soberania do país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeito.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Agora, de fato, se não tenho esse tipo de acordo, aí eu não dou garantia nenhuma e não tenho também investimento ali. Eu vou dizer: bom, se eu não consigo preservar a minha tecnologia, se eu tenho que abrir a minha tecnologia para o país de onde eu vou fazer o lançamento, eu não faço esse acordo. E eu digo para os demais que não o façam também, porque nós temos é que... Na área espacial, nós temos equipamentos... Num satélite, por exemplo, que vá ser lançado, eu não tenho tecnologia só de um país; eu tenho de vários países, e a partir do momento em que uma potência que precise desses acordos de salvaguarda para implementar aquele projeto não tem, ela vai dizer "Não, não vamos fazer." E, se eu não faço, dali nada sai.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E por que falam tanto em privatização da base área de Alcântara. É um equívoco utilizar esse termo?

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Presidente, eu diria que é equivocada a ideia de privatização, mesmo porque aquilo é área de segurança nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não há nenhuma possibilidade de ser aquilo privatizado?

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Eu acho muito difícil, Presidente. Eu acho muito difícil. Além do que, para Alcântara, eu confio muito que a base continue, como já é desde sempre, controlada pela Força Aérea Brasileira, pela Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Claro.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – E, tanto no que diz respeito à base, o Centro de Lançamento, quanto aos acordos que são tão bem celebrados, eu confio muito nos nossos diplomatas e nos nossos militares para garantirem a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Joanisval Brito Gonçalves, e passo agora a palavra ao Tenente-Brigadeiro do Ar, Alvani Adão da Silva, dentro dessas mesmas perguntas que foram agora formuladas, por favor.

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Obrigado, Senador.

Eu acho que, primeiro, é importante esclarecer que o Acordo de Salvaguardas ainda não é um acordo para arrendamento de uma área dentro do Centro de Lançamento de Alcântara. É um acordo de proteção mútua de tecnologias. Como o senhor mesmo observou, Senador, esse tipo de acordo é uma praxe no setor espacial, tanto que os Estados Unidos têm acordo semelhante tanto com a Rússia quanto com a Índia, por exemplo, e nenhum país desses se sentiu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Os Estados Unidos chegam a lançar artefatos deles? Que acordo há entre a Rússia e esses países que o senhor citou?

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Na verdade, os Estados Unidos até importam, por exemplo, motores de foguetes da própria Rússia. Então, quer dizer, o acordo ainda não significa um projeto em si, mas ele elimina aquele obstáculo, ou seja, aquela preocupação com a proteção das tecnologias de parte a parte.

Nessa revisão que nós fizemos dos termos do acordo, aquele que foi objetado pelo Congresso, com os Estados Unidos, buscamos exatamente estabelecer um equilíbrio de obrigações e direitos entre o Governo brasileiro e o Governo americano no sentido de proteção mútua das tecnologias. Como o senhor disse, lá dentro da base de Kourou há uma plataforma de lançamento do Soyuz. Certamente, a França assinou com a Rússia um acordo semelhante, de proteção mútua das tecnologias. E, obviamente, assinar um acordo como esse ou não é um ato soberano de cada Estado. Ou seja, o Brasil, ao assinar o acordo, está exercendo a sua soberania, definindo os termos em que essa cooperação se dará. Em nenhum momento, nem esse acordo ou qualquer outro que eventualmente pensemos em negociar com outros países... Como eu disse, estamos abertos à assinatura de acordos semelhantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com outros países. Não é uma exclusividade com os Estados Unidos e, em nenhum momento, se pensou em privatizar qualquer área dentro de Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em nenhum momento se pensou nisso?

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nessa questão de privatização?

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Mais algum comentário?

O SR. ALVANI ADÃO DA SILVA – Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

Então, eu pediria comentários do nosso Prof. José Raimundo Braga Coelho.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Obrigado, Senador.

Senador, essa é uma questão que nasceu com a sensibilidade. Essa questão do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos já perambulou pelo Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Professor, desculpe-me, o senhor poderia dizer o que significa o Acordo de Salvaguardas aos nossos ouvintes, por favor?

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Eu vou já chegar aí. Então, esse assunto, Senador, esteve aqui no Congresso, se não me engano, a partir do ano 2000 ou 2001 até recentemente. E as questões que foram levantadas contra esse Acordo de Salvaguardas – volto já a explicar o que significa isso –, eram de uma sensibilidade extraordinária. Alguns itens desse acordo foram considerados ofensivos à soberania nacional por pura descrição técnica. O Acordo de Salvaguardas apenas e exclusivamente se refere à salvaguarda de tecnologias, tanto do lado americano quanto do lado brasileiro.

Eu faria apenas uma observação com relação ao colega da Secretaria de Assuntos Estratégicos: é que a exigência de um edifício próprio para colocar as pessoas estrangeiras, os americanos ou quem quer que seja, existe em todos os lugares do mundo, não necessariamente um prédio, é um prédio que serve a cada momento a uma determinada situação. Então, se os americanos, se nós vamos lançar, a partir de Alcântara, um satélite que tem tecnologias americanas – quase todos têm, o resto do mundo, quase todo o resto do mundo tem –, eles querem salvaguardar aquelas tecnologias. Então, eles não ficarão lá sozinhos, os brasileiros estarão juntos com eles, porque também nós queremos salvaguardar as nossas tecnologias no mesmo satélite, do mesmo lançador, do mesmo lançamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é uma questão de escrever esse Acordo de Salvaguardas que nós estamos querendo fazer com os americanos de uma maneira tal que a parte de sensibilidade seja um pouco diminuída. E foi esse o esforço que nós desenvolvemos até agora, na segunda etapa.

Esse assunto finalmente saiu do Congresso Nacional, não está mais na agenda do Congresso Nacional, o assunto antigo. Ele vai retornar na hora em que os Governos americano e brasileiro assinarem o novo acordo, aí ele volta ao Congresso Nacional.

Eu espero que dessa vez, quando chegar aqui, Senador, as pessoas, os nossos Senadores e Deputados estejam mais *acquainted*, conscientes do que realmente isso significa. Nós, modestamente, distribuímos esse panfleto já há algum tempo – eu andei aqui pelo Congresso Nacional distribuindo isso –, que se chama "Programa Espacial Brasileiro: Fatos e Mitos – O Acordo de Salvaguardas de Alcântara". Então, se o senhor tiver a oportunidade de lê-lo, o senhor vai ver que as principais questões estão discutidas aqui de uma forma clara e nítida.

Agora, eu queria dizer o seguinte sobre Kourou: Kourou tem três sítios de lançamento, um que os russos utilizam; outro que os franceses utilizam, que foi utilizado para o lançamento do nosso satélite SGDC, e outro que é o Vega, que é italiano, dos italianos e franceses. Está certo?

Os russos são os maiores parceiros dos americanos. Sem os russos não haveria mais atividade na estação espacial americana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Russos e americanos juntos.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Russos e americanos, mesmo depois daquela questão de russos com ucranianos, os americanos continuaram com o seu acordo de trabalhar junto com os russos para os programas da estação espacial americana.

E os russos, em sua grande parte, são os que lançam cargas para ir para a estação espacial americana, lá de Kourou.

E como é que eu vejo, por exemplo, o relacionamento entre a nossa base de Alcântara, Senador, que é muito bem localizada, do ponto de vista... É o melhor centro localizado no mundo do ponto de vista de lançamentos em órbitas equatoriais. Por exemplo, o SGDC é uma órbita equatorial, está certo?

Agora, existe também uma desinformação, porque não se trata de dizer que o Centro de Lançamento de Alcântara é o melhor centro do mundo. Para lançamento em órbitas polares por exemplo, o efeito não é tão grande. E também essa história de que 30% de combustível é salvo também é uma história não bem contada. É contada, mas não é técnica, tecnicamente explicitada.

Então é o seguinte. O Centro é realmente, apenas dois graus sul do plano do Equador. Kourou são cinco graus norte do plano do Equador. Portanto nós estamos mais próximos do plano do Equador, onde se lançam a maioria dos satélites que promovem negócios no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mundo, portanto nós temos uma posição privilegiada. Além do mais, a abrangência marítima é espetacular. E para o que serve isso? Para diminuir o risco da operação. E outra coisa, é que as pessoas não estão muito próximas do Centro de Lançamento.

Aquela área, Senador, era uma área milionária no século XVIII. O senhor sabe muito bem disso, esse também é maranhense e sabe muito bem. E de repente, no final do século, depois que acabou a escravidão no Brasil, ela teve um insucesso terrível. Mas ali só tinha magnatas. Era só gente rica, por causa da exportação para a Inglaterra de algodão. Eu não sou historiador mas sou apaixonado por isso. Mas o fato é o seguinte: Alcântara está sendo construída, inclusive já começamos a conversar com Kourou sobre a possibilidade de complementariedade entre Kourou e Alcântara. Aquilo que Kourou faz muito bem é lançar satélites de grande porte, e nós vamos fazer muito bem é lançar satélites de pequeno porte. Então nós podemos fazer uma complementaridade entre Alcântara e Kourou.

Agora, a história de privatização, eu sempre ouço isso, mas eu nem levo muito a sério, porque isso não existe. Então, não vamos levar a sério coisas que não existem, está certo? É uma deturpação de conceitos, inclusive. Aquela é uma estação territorial que está sob a responsabilidade da Força Aérea Brasileira – e continuará. Agora, pode ser que haja também uma falta de sensibilidade ao entender-se que é claro que uma empresa, uma ação empresarial para gerar recursos para o próprio Centro de Lançamento de Alcântara não é nada perversa. Não necessariamente o Governo tem que assumir essa responsabilidade da gestão dos lançamentos, por exemplo. E eu tenho a impressão de que os meus colegas militares da Força Aérea devem pensar também nisso e devem concordar, em princípio, com essas ideias.

O senhor sabe, por exemplo, que lá no CLBI, que fica no Município de Parnamirim, lá no Rio Grande do Norte, nós temos uma atividade excepcional de controle dos satélites que são lançados a partir de Kourou, porque é a primeira estação que existe para fazer as primeiras medidas para ver se os satélites estão indo bem; é lá no CLBI.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A chamada Barreira do Inferno.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – A Barreira do Inferno, exatamente. E ali, Senador, o que acontece? A gestão de tudo aquilo é feita pela Força Aérea, então, é Governo. E o que acontece? Os recursos que são repassados para o Governo vão lá não sei para onde e ficam lá. A Força Aérea não pode utilizar aqueles recursos para o benefício do Centro de Lançamento. E é isso que nós temos que levar em consideração na hora que formos realmente exercer a função comercial lá em Alcântara.

Agora, nós estamos direcionados para terminar o desenvolvimento do nosso primeiro lançador de satélites, que é o VLM, que é um lançador de microssatélites, que estará pronto para o primeiro teste certamente no ano de 2019. Então, nós vamos começar a trabalhar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pequenos satélites, que é um mundo de negócios neste momento. Todo mundo está voltado não para substituir alguns grandes satélites...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O senhor poderia explicar esse mundo de negócios para os nossos ouvintes e telespectadores? Que negócios seriam esses?

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Sim. Nós acabamos de ouvir do nosso colega, se não me engano, da Secretaria de Assuntos Estratégicos... Aliás, queria só mencionar que a Agência Espacial já esteve na Secretaria de Assuntos Estratégicos, na época passada. Ele acabou de mencionar o vultoso número que os indianos estão para fazer de lançamentos de pequenos satélites, mil e poucos pequenos satélites.

O fato é o seguinte, Senador: hoje em dia, pequenos satélites são fáceis de serem desenvolvidos. E outra coisa: ninguém se preocupa em desenvolver os componentes, os equipamentos e os subsistemas. As pessoas compram, os Estados compram os componentes. É muito difícil instalar aqui no Brasil, por exemplo, uma empresa de componentes classificados espacialmente. Então, em vez de fazermos isso, compremos. Muitos países do mundo nos vendem esses componentes, inclusive os chineses. Eu estou envolvido nessa colaboração com os chineses desde o primeiro dia, 1986, portanto, há 32 anos. Então, eu sei exatamente o que os chineses são capazes de fazer, como fazer e por que fazem.

Então é o seguinte: os pequenos satélites são mais baratos de serem desenvolvidos, e quando o senhor coloca uma constelação desses pequenos satélites, ela pode prestar um serviço de um grande satélite. Não todos ainda, mas a miniaturização, principalmente na área de eletrônica, já nos permite conceber um futuro em que os pequenos satélites terão um espaço excepcional nos negócios do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E nisso tudo, Dr. José Raimundo, há alguma possibilidade de essas ações redundarem em uma perda de soberania para o Brasil, agindo assim?

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – De jeito nenhum, Senador. Pelo contrário. Não há nenhuma... Há zero, melhor falando, aritmeticamente falando, zero possibilidade de perdermos o que quer que seja de soberania com essas iniciativas. Jamais!

O que há é um excesso de sensibilidade quando se trata desse assunto. Estão aqui os nossos colegas, e vou deixar aqui uma cópia deste documento para cada uma das pessoas que estão aqui hoje, para que vocês estendam exatamente quais são os equívocos que existem nesse acordo possível de salvaguarda com os americanos.

Os americanos, Senador, estão doidos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Os americanos poderiam ser russos, poderiam ser portugueses ou qualquer outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Russos, franceses ou qualquer outro. Exatamente como Kourou, que tem russos, italianos e franceses, e não há nenhuma perda de coisa alguma naquele centro.

Então, eu diria o seguinte: não há nada disso. Isso não é otimismo. Isso é realidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nem privatização, nem perda de soberania.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Nem privatização, nem perda de soberania, nem coisa alguma desse tipo.

Agora, se o senhor me perguntar o que eu acho que é mais vantajoso para o efeito de transformarmos aquilo num centro que desenvolva atividades comerciais, eu diria o seguinte: o Governo devia ficar por trás e, à frente do Governo, as empresas brasileiras que poderão prestar serviços para o Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Muito obrigado, Prof. Dr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Eu acho que a nossa audiência pública de hoje foi extremamente produtiva para desmistificar alguns conceitos que foram colocados ao longo do tempo em relação a essa questão do nosso projeto de plano espacial brasileiro e, sobretudo, nessas questões relacionadas à comercialização, à privatização, à questão de soberania e da perda de soberania. Eu acho que isso ficou agora muito claro para todos aqueles que nos assistem, que nos ouvem.

Eu peço também à Secretaria desta Comissão que, por favor, coloque na ata e faça publicar este folheto aqui, colocado pelo Presidente da Agência Espacial Brasileira, "Potenciais Conflitos de Governança: Fatos e Mitos", e o outro também, "Fatos e Mitos". Que sejam publicados na ata da reunião de hoje como parte das observações aqui trazidas pelo Professor e que seja também divulgado pelo *Diário do Congresso Nacional*.

Antes de terminar, de encerrar a nossa audiência pública de hoje, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação de todas as senhoras e dos senhores; das autoridades aqui presentes; muito especialmente da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que sempre, como digo, prestigia as nossas reuniões sobre o painel tratando da inserção do Brasil nesse mundo em que nós estamos hoje vivendo.

Agradeço muito especialmente também aos nossos palestrantes: S. Exª o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa; o Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira – saudações nordestinas –; e o Prof. Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Diretor de Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que o 18º Painel ocorrerá no dia 11 de dezembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema: "Um Destino Natural, o Brasil e seu Entorno Estratégico – América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico". Para expor e debater o tema, teremos, como convidados, o Prof. Antonio Jorge Ramalho da Rocha, da Universidade de Brasília; o Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada; e um representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Comunicamos que, na próxima quarta-feira, dia 29 de novembro, haverá reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, às 14h30, no Plenário 7 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Na primeira parte da reunião, discutiremos as soluções para a viabilidade da Hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná, com a presença do Exmo Sr. Embaixador da Argentina, Sr. Carlos Alfredo Magariños; do Exmo Sr. Embaixador do Paraguai, Sr. Manuel Maria Cáceres; e do Exmo Sr. Embaixador do Uruguai, Sr. Carlos Daniel Amorim Tenconi.

Na segunda parte da reunião, debateremos as medidas sanitárias e fitossanitárias no contexto bilateral Brasil-Argentina e do Mercosul, com a presença do Sr. Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe; do Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Sr. Guilherme Costa, Presidente da Codex Alimentarius; e da Drª Bianca Zimon Giacomini Ribeiro, Assessora Chefe Substituta da Assessoria de Assuntos Internacionais da Anvisa.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, que será realizada no próximo dia 30 de novembro, nesta quinta-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos e a audiência dos nossos internautas, desejo uma boa noite e dou por encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia trinta de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Hélio José, Acir Gurgacz, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que "dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha"." **Autoria:** Michel Temer. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer pela aprovação da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42 de 2017** que: "Requeiro urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o Art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara n° 147, de 2017, que "Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997"." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta 50ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expediente recebido de S. Exª o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ofício nº 41, dirigido à Presidência desta Comissão, em que ele diz:

> Faço referência ao Ofício 074/2017 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, de 27 de outubro de 2017, pelo qual V. Exª encaminhou o Ofício nº 00405/2017 – GSAAME, de autoria da Senadora Ana Amélia, com consulta sobre as [aspas] "operações da ONG ambiental Greenpeace na Amazônia" [fecho aspas].
>
> Em resposta ao tempo em que compartilho o interesse dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos temas suscitados pelo ofício da Senadora Ana Amélia, esclareço que nenhuma das perguntas formuladas se refere à esfera da competência deste Ministério.
>
> Por essa razão, sugere-se que sejam enviadas diretamente aos órgãos responsáveis, como o Ministério do Meio Ambiente.
>
> [Assina] Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Comunicados: visita ao Marrocos. Prestando contas a esta Comissão da visita oficial que fiz ao Marrocos, atendendo ao honroso convite da Academia do Reino do Marrocos, na pessoa do seu Secretário Perpétuo, Sr. Abdeljalil Lahjomri, também diretor do Collège Royal.

Realizei missão oficial na semana passada, do dia 21 ao dia 24. Minha missão foi de proferir a conferência inaugural de um ciclo de palestras a cargo de personalidades e pesquisadores de renome, como prelúdio à 45ª Sessão daquela prestigiosa entidade, dedicada ao tema "A América Latina como Horizonte de Pensamento".

Ao dedicar sua reflexão e interesse à América Latina, a Academia dá sequência à sessão anterior, que analisou a fundo o continente africano e mais adiante estudará os países da Europa mediterrânea e outros continentes.

A iniciativa da Academia reflete o interesse do País em aprofundar seus conhecimentos acerca da história e evolução de vários países do mundo e suas relações com o Marrocos. Além dos membros da Academia, participaram da conferência um amplo público de intelectuais e dirigentes daquele país, assim como estudantes universitários e representantes de organizações dedicadas ao tema das relações internacionais.

Em minha conferência, intitulada "A América Latina e o Horizonte da Globalização – travessia de navegantes ou de náufragos?", tracei um histórico do nosso continente desde o tempo colonial. Também apontei as certezas e as incertezas da globalização e o futuro de nossos países, que vêm passando por um processo de abertura econômica e integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde o início dos anos 90, em paralelo com a democratização de suas instituições políticas, em meio a crises e turbulências.

A visita também proporcionou-me oportunidade ímpar de conversa com personalidades de destaque na vida política e econômica do Reino. Em encontros com Conselheiro do Rei Mohamed VI, S. Exª o Sr. André Azoulay, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, S. Exª o Embaixador Nasser Bourita, pude ter um relato privilegiado sobre a situação política no Oriente Médio, além da discussão dos principais temas da conjuntura internacional.

Em outro encontro de interesse singular, fui recebido pelo Presidente do Conselho Econômico, Social e Ambiental do Marrocos, S. Exª o Sr. Nizar Baraka. Esse Conselho, criado por positivo constitucional – e é interessante... Comparando com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nosso aqui no Brasil, que foi por decreto instituído, esse nosso homólogo, o Conselho Econômico, Social e Ambiental do Marrocos, foi constituído por dispositivo constitucional, faz parte da Constituição do Marrocos a criação deste departamento, portanto, a sua existência. Esse Conselho estuda e propõe políticas em diversas áreas e é formado por representantes dos sindicatos patronais e de trabalhadores, além de outros membros indicados pelo Rei. Cabe destacar que o Parlamento deve prestar contas ao Conselho, que é um órgão independente.

Fui também recebido pelo presidente da Câmara dos Representantes, S. Exª o Sr. Habib El Malki, ocasião em que tratamos do enorme potencial de cooperação entre nossos países, para além do intercâmbio parlamentar. E pude constatar, mais uma vez, a posição privilegiada dos marroquinos em relação à situação do Oriente Médio, em especial.

Almoço de trabalho oferecido pelo Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros, S. Exª o Sr. Abdessamad Kayouh, encarregado da diplomacia parlamentar e da comunicação, contando também com a presença do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade da Câmara de Conselheiros do Marrocos e o Senado Federal do Brasil, S. Exª o Sr. Abdellatif Abdouh; do Vice-Presidente do referido grupo, S. Exª o Sr. Rachid Menyari e do Embaixador do Brasil no Marrocos, S. Exª o Sr. José Humberto de Brito Cruz.

Na ocasião, reforçamos a necessidade de um aprofundamento da cooperação econômica e comercial entre nossos países. Esse tema já havia sido abordado quando da minha visita ao Marrocos, em julho último, a convite da Câmara de Conselheiros, tendo em vista o potencial econômico do Marrocos e do Brasil e de sua abertura aos mercados regionais, no quadro da cooperação sul-sul.

Na oportunidade, comentei com meus interlocutores marroquinos a retomada das negociações de um acordo de livre comércio Mercosul-Marrocos e ressaltei a importância de apoio político de alto nível para o seu sucesso.

A propósito disso, gostaria de lembrar aqui aos nossos integrantes da Comissão que o Acordo-Quadro sobre comércio entre o Mercosul e o Marrocos foi assinado em novembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2004, com o objetivo de fortalecer as relações econômicas, promover a expansão do comércio e estabelecer as condições para negociar uma área de livre comércio. A primeira reunião de negociação ocorreu em Rabat, em abril de 2008, ocasião em o que o Mercosul e o Marrocos trocaram informações sobre suas políticas comerciais e discutiram modalidades e mecanismos de negociação.

Em meados deste mês, uma delegação do governo de Rabat realizou uma reunião em Brasília com representantes do bloco sul-americano, ocasião em que iniciaram negociações de caráter técnico visando à criação de uma área de livre comércio.

O Marrocos e o Mercosul decidiram continuar com a troca de informação legislativa e fiscal nas próximas semanas, e já está prevista a realização de uma segunda reunião em Rabat no primeiro semestre de 2018.

A principal via de troca comercial entre o Marrocos e o Mercosul reside na exportação de fosfatos para o Brasil, enquanto os produtos que o país africano importa são majoritariamente agrários.

Por fim, os membros do Grupo Parlamentar de Amizade Marrocos-Brasil na Câmara dos Conselheiros fizeram-me portador do esboço de um plano de ação de cooperação entre o Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e seu congênere no Senado brasileiro, que transmitirei ao Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, S. Exª o Senador Cristovam Buarque, e ao Presidente desta Casa, S. Exª o Senador Eunício Oliveira.

No panorama internacional, há a questão de Mianmar. Numa visita histórica a Mianmar, esta semana, o Papa Francisco pediu "respeito por cada grupo étnico", sem referir-se especificamente aos muçulmanos rohingya, em discurso após encontro com a líder birmanesa Aung San Suu Kyi, que é Prêmio Nobel da Paz.

O Papa disse que a paz está baseada no respeito a cada grupo étnico e suas identidades, para que todos ofereçam sua contribuição para o bem comum. Francisco disse que o maior tesouro de Mianmar são suas pessoas, e que elas continuam a sofrer em conflitos civis. Para ele, a cura desses ferimentos deve ser uma prioridade política e espiritual do país.

Grupos defensores dos direitos humanos haviam pedido ao Papa Francisco que usasse o termo rohingya para demonstrar apoio àquela comunidade em Mianmar. O pontífice já havia usado o termo anteriormente ao denunciar a "perseguição aos nossos irmãos e irmãs rohingya" durante um discurso feito no Vaticano em agosto.

Mas a Igreja Católica em Mianmar havia avisado ao pontífice que o emprego do termo poderia causar dificuldades aos católicos. O Cardeal Charles Maung Bo, de Mianmar, havia declarado, em uma entrevista divulgada na segunda-feira, que rohingya é um "termo muito contestado, e tanto o exército quanto o governo e o público não gostariam que [o Papa Francisco] o usasse".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em seguida, a líder Aung San Suu Kyi discursou, e ela também não fez referências diretas à minoria rohingya, mas admitiu que a situação no Estado de Rakhine havia "definitivamente capturado a atenção do mundo".

O governo de Mianmar oficialmente rejeita o termo rohingya e classifica o grupo como bengalis que, de acordo com o governo, migraram ilegalmente do atual Bangladesh e, portanto, não devem ser listados como uma das minorias étnicas birmanesas. Os rohingya vivem na região desde o século XV, época em que migraram para fundar o já extinto reino islâmico de Arakan.

Mais cedo, durante uma longa reunião com lideranças budistas, islâmicas, hindus, judaicas e cristãs de Mianmar, o Papa também não fez referências diretas aos rohingya, de acordo com autoridades do Vaticano que comentaram o encontro. Em Mianmar, país com 53 milhões de habitantes, os católicos correspondem a cerca de 1% da população, enquanto a maioria budista corresponde a 88%.

Ontem, o Papa celebrou missa pública em Yangon, cidade do sul de Mianmar, à qual compareceram cerca de 150 mil pessoas. Durante a homilia, o Papa afirmou que a vingança não é o caminho para cuidar dos ferimentos "visíveis e invisíveis" que as vítimas da violência em Mianmar carregam.

A próxima parada da viagem do Papa será em Bangladesh, onde ele se encontrará com um grupo de refugiados rohingya, em um gesto simbólico. Essa viagem do Papa estava programada desde antes do início da última onda de violência no país, que até agora provocou a fuga de mais de 600 mil rohingya para Bangladesh.

Na semana passada, Mianmar e Bangladesh assinaram um acordo para permitir o retorno dos refugiados que cruzaram a fronteira, mas agências de ajuda humanitária mostraram-se preocupadas com possíveis deportações involuntárias.

Coreia do Norte.

A Coreia do Norte declarou ter se tornado um Estado nuclear após testar, com sucesso, nesta terça-feira, um míssil balístico intercontinental que, segundo a TV estatal do País, seria capaz de atingir todo o território continental dos Estados Unidos.

O míssil Hwasong-15 foi lançado em um teste durante a madrugada de terça-feira (16h30 em Brasília). Ele caiu em águas japoneses depois de ter registrado a maior altura de voo já atingida por um míssil testado pelo regime: quase 4,5 mil quilômetros de altura, de acordo com um relatório divulgado pela Agência de Notícias Estatal da Coreia do Norte, a KCNA. O mesmo relatório informa que os norte-coreanos se consideram uma força nuclear responsável e um Estado pacífico. E, portanto, merecem respeito da comunidade internacional.

Especialistas da Union of Concerned Scientists, uma ONG sediada em Massachusetts, afirmam que o míssil Hwasong-15 poderia ter viajado até 13 mil quilômetros em uma trajetória que priorizasse o alcance, mas acrescentam que é provável que ele estivesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carregando uma imitação mais leve de uma ogiva nuclear. Caso transportasse uma carga nuclear real muito mais pesada, não seria capaz de atingir toda essa distância. Mas um especialista da ONG alertou que o progresso obtido pelos norte-coreanos neste ano – indo de um alcance estimado de 9,5 mil quilômetros para de 13 mil quilômetros – é, sim, preocupante.

O teste provocou imediata condenação internacional. O Conselho de Segurança da ONU irá convocar uma sessão de emergência para discutir o assunto. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, disse que o lançamento violou sanções. O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Mattis, disse que a Coreia do Norte representa uma ameaça mundial. O Japão e a Coreia do Sul condenaram o teste, e, logo depois do lançamento em Pyongyang, Seul deu início a um teste de mísseis em resposta.

Por sua vez, os Estados Unidos instaram todas as nações a cortar relações diplomáticas e comerciais com a Coreia do Norte.

Eles não entendem que isso tudo passa pela China.

A representante norte-americana junto às Nações Unidas, Nikki Haley, disse que o Presidente Trump pediu a seu homólogo chinês, Xi Jinping, para cortar o fornecimento de petróleo a Pyongyang – a interlocução tem que ser essa. Ela disse também que os Estados Unidos não buscavam um conflito, mas que o regime norte-coreano seria totalmente destruído se a guerra começasse.

É uma retórica extremamente belicosa. Não acho que seja por aí que vá se resolver.

Em relação ao Líbano.

O presidente do Líbano, Michel Aoun, afirmou ontem em entrevista publicada pelo jornal italiano *La Stampa* que o Primeiro-Ministro Saad al-Hariri certamente continuará no cargo. Segundo o Presidente Aoun, a crise causada pela renúncia inesperada do Primeiro-Ministro será definitivamente resolvida nos próximos dias.

Saad al-Hariri havia anunciado sua renúncia no dia 4 de novembro, durante uma visita a Riad, capital da Arábia Saudita. Al-Hariri justificou sua decisão dizendo temer por sua vida e, no seu pronunciamento, culpou o Irã, rival regional da Arábia Saudita, pelo aumento das tensões na região. Especialistas especularam que a Arábia Saudita teria forçado al-Hariri a renunciar, mas ele nega essas sugestões.

No início da semana passada Hariri anunciou, em Beirute, que, após conversar com o Presidente Michel Aoun, havia decidido suspender sua renúncia para poder criar uma base para o diálogo responsável. Essa recente declaração do Presidente do Líbano é o mais novo desdobramento dessa crise. De acordo com o *La Stampa*, o Presidente Michel Aoun também declarou ter concluído um diálogo com forças políticas de dentro e fora do governo e que há um amplo consenso sobre o retorno de Saad al-Hariri ao cargo de Primeiro-Ministro.

Em relação à Bolívia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma decisão tomada ontem pelo Tribunal Constitucional da Bolívia vai permitir que o Presidente Evo Morales dispute as próximas eleições do País e, se for vitorioso, assuma seu quarto mandato como Presidente da Bolívia.

A decisão, que também garante o mesmo direito a todos os ocupantes de cargos eletivos do País, veio em resposta a um recurso apresentado por um grupo de Parlamentares do Movimiento al Socialismo – o Partido de Morales. O Tribunal Constitucional citou, em sua justificativa para a decisão, o art. 23 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mas o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, afirmou que a maneira com que o tribunal boliviano interpretou a Convenção foi equivocada.

De acordo com Almagro, o artigo da Convenção não contempla o direito de se perpetuar no poder. Líderes da oposição boliviana criticaram a decisão. O ex-Presidente Jorge Quiroga acusou Morales de ignorar a vontade popular expressa no referendo de fevereiro de 2016, que disse "não" à reeleição por mais de dois mandatos consecutivos.

Uma decisão tomada em 2013 pelo Tribunal Constitucional já havia permitido que Morales disputasse as eleições para o seu terceiro mandato em 2014, justificando que o seu primeiro mandato iniciado em 2006 não contava, porque precedia a Constituição de 2009, que limitou a dois os mandatos presidenciais consecutivos.

Em relação a Honduras, milhares de hondurenhos foram às ruas ontem acusando as autoridades de fraude na eleição presidencial de domingo. O principal candidato da oposição, Salvador Nasralla, convocou seus apoiadores para os protestos na capital, Tegucigalpa, após denunciar que a Corte eleitoral manipulara os resultados.

Sua clara vantagem na apuração parcial da eleição encolheu dramaticamente durante a contagem dos votos. Na segunda-feira, Nasralla estava com cinco pontos percentuais à frente do atual presidente candidato à reeleição, Juan Orlando Hernández, quando o Tribunal Eleitoral parou de atualizar os resultados.

Na tarde de terça-feira, quando a Corte voltou a divulgar a contagem dos votos, a vantagem desapareceu rapidamente, e Nasralla agora lidera com menos de um ponto percentual.

O Departamento de Estado Norte-Americano instou as autoridades hondurenhas a rever rapidamente os resultados da eleição. Tanto a oposição quanto observadores internacionais tinham manifestado suspeita quanto à demorada contagem dos votos num país com menos de dez milhões de habitantes. Mas as autoridades disseram que o atraso na contagem de votos se devia à demora das urnas de áreas rurais remotas em chegar aos centros de apuração.

Juan Orlando Hernández é o primeiro Presidente hondurenho a se candidatar a um segundo mandato consecutivo após a Suprema Corte ter suprimido a proibição da reeleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hernández tem 49 anos, é advogado e lidera a Aliança Nacional, uma agremiação de direita. Ele prometeu que, caso reeleito, continuará a lutar contra as influentes gangues criminais hondurenhas.

Venezuela.

O Presidente venezuelano Nicolás Maduro nomeou para o cargo de Ministro do Petróleo e também para a presidência da estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA) o General Manuel Quevedo. A decisão foi anunciada no domingo, e, segundo Maduro, o papel de Quevedo, que era Ministro da Habitação, será de aumentar a produtividade e enfrentar a corrupção na empresa.

Semana passada, o Presidente e cinco executivos da Citgo, uma refinaria subsidiária da PDVSA nos Estados Unidos, foram presos por autoridades venezuelanas sob acusações de corrupção. Cerca de 50 funcionários da companhia estão presos desde agosto na Venezuela por acusações semelhantes, o que correspondentes estrangeiros dizem ser uma tentativa da administração Maduro de botar a culpa pela crescente crise econômica do país em dirigentes da indústria petrolífera.

Os títulos da PDVSA representam cerca de 30% da dívida externa venezuelana, estimada em US$150 bilhões, que o Presidente Nicolás Maduro busca refinanciar.

A agência de classificação de risco S&P Global Ratings declarou no dia 14 que o governo da Venezuela estava em mora por atraso de pagamentos de capital e juros da dívida soberana e da empresa.

A PDVSA é responsável por quase 95% da receita em exportações da Venezuela, mas sua produção tem caído vertiginosamente há anos. Analistas acreditam que a indústria petrolífera venezuelana foi afetada por baixos investimentos, corrupção crônica e êxodo de funcionários experientes.

A oposição afirma que a má gestão é a principal causa da crise econômica na Venezuela.

O Vice-Presidente venezuelano, Tereck El Aissami, anunciou ontem que o Presidente Nicolás Maduro será candidato nas eleições de 2018 no País.

O comunicado que passo a ler agora é de extrema importância. Trata-se do 8º Fórum Mundial da Água, que será promovido pelo Governo brasileiro.

Entre os dias 18 e 23, Brasília sediará a 8ª edição do Fórum Mundial da Água, principal evento internacional sobre recursos hídricos. Com previsão de participação de dez mil pessoas, o FMA-8 reunirá Chefes de Estado e de Governo, ministros, empresas privadas, ONGs, academias, governos, instituições internacionais e sociedade civil.

O FMA-8 é coorganizado pelo Brasil e pelo Conselho Mundial da Água, entidade não governamental presidida pelo brasileiro Benedito Braga.

Sete edições do evento já foram realizadas: Em Marrakech, no Marrocos, em 97, no século passado; em Haia, Holanda, ano 2000; Kyoto, Japão, 2003; Cidade do México, México,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2006; Istambul, Turquia, 2009; Marselha, França, 2012; Daegu-Gyeongbuk, Coreia do Sul, 2015.

Brasília foi eleita em 2014 para sediar a 8ª edição do Fórum Mundial das Águas. A edição do Fórum na Capital Federal terá como tema Compartilhando Água...

Eu devo fazer um comentário aqui, porque eu não entendi bem esse tema Compartilhando Água, porque compartilhar água... Água é um bem natural dos países, como o petróleo. Dizem até que a água vai ser o petróleo do futuro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu dou exemplo de Itaipu, Presidente. A água de dois países é compartilhada em uma usina que é binacional.

Então, entendo que... Não sei se posso ou se isso ilustra ou ajuda, mas é um compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ilustra, é um compartilhamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A produção de energia elétrica.

Há outros projetos nessa área também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Mas o compartilhamento que eu diria era em termos de utilização da água para outros fins que não o da produção de energia elétrica. O que significaria exatamente isso: compartilhar água? Enfim, deve haver uma explicação mais detalhada sobre isso.

Mas o ponto que V. Exª aborda é perfeito dentro desse conceito do compartilhamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Compartilhamos a água de Itaipu, embora o Brasil com 98% e o Paraguai com 2%.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Falou o Senador e ex-Ministro de Minas e Energia com a sua experiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E pagamos muito caro por esses 2%.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Bom, é o compartilhamento.

Voltando a reler esse parágrafo: A edição do Fórum na Capital Federal, que terá como tema Compartilhando Água, reverte-se de especial valor já que pela primeira vez o evento se realizará no hemisfério sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O FMA-8 possibilitará o intercâmbio de experiências e boas práticas sobre o uso e a gestão sustentável da água, bem como a promoção de negócios, a transferência de tecnologia e a inovação no setor.

O FMA tem duas vertentes: o Fórum propriamente dito, sessões e reuniões temáticas e políticas; e a feira, exposição.

No que concerne à primeira vertente, foram estabelecidas comissões encarregadas de conduzir núcleos de debates específicos, nomeadamente o processo político, o processo temático, o processo regional, o grupo focal de sustentabilidade e o fórum cidadão.

E nisso, sem dúvida, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, presidida por S. Exª o Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, terá um importantíssimo papel a desempenhar.

Entre 13 e 14 de dezembro próximo, o Itamaraty coordenará em Paris, na sede da Unesco, a primeira reunião preparatória do processo político do Fórum, com o objetivo de discutir com representantes governamentais e da sociedade civil proposta de declaração política a ser assinada por ministros do meio ambiente ou recursos hídricos por ocasião do Fórum.

De acordo com a agenda do Fórum Mundial da Água, ocorrerá segmento de alto nível na manhã de 19 de março de 2018, o qual deverá reunir grande número de Chefes de Estado e de Governo. O segmento ministerial do Fórum por sua vez está previsto para a tarde do dia 19 e para manhã do dia 20 de março.

Convites para Chefes de Estado e de Governo, chanceleres e ministros do meio ambiente ou equivalentes estão sendo enviados via embaixadas brasileiras.

Agora, quando da minha visita oficial ao Marrocos, quando de lá saí, na semana do dia 24, estava sendo destacado na imprensa local este anúncio: "Grande prêmio mundial para água Hassan II". Hassan II foi o pai do atual Rei do Marrocos, Mohammed VI.

Esse prêmio é dedicado à água. O prêmio que ele dá é de US$100 mil para o trabalho vencedor, e é levado a cabo esse prêmio pelo Reino do Marrocos e o Conselho Mundial da Água, prestando homenagem à memória de Sua Majestade o Rei Hassan II e à visão estratégica que ele proporcionou ao seu país em matéria de gestão integrada sustentável dos recursos de água para assegurar a sua segurança hídrica.

Então, datas a fixar sobre esse prêmio: até o dia 30 de novembro de 2017 – portanto hoje, não é isso? – é o encerramento das candidaturas; 18 de março de 2018, cerimônia de entrega dos prêmios no 8º Fórum Mundial da Água e anúncio do laureado.

Acredito que as entidades que estejam envolvidas com essa discussão da questão da utilização da água do nosso Planeta devam ter recebido isso com bastante antecedência, mas é importante anotar a importância que, no caso, o Marrocos vem dando a esse debate sobre a utilização da água, bem tão escasso nesse século XXI.

Tudo isso consta do comunicado distribuído às S. Exªs os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à pauta da nossa reunião de hoje.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que "dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha".

Autoria: Michel Temer

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à S. Exª o Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Cumprimento V. Exª, Presidente, e os colegas Senadores.

É óbvio que, depois de cumprirmos a pauta desta reunião, eu queria muito poder comentar o que V. Exª leu, especialmente sobre esse último tema relacionado à realização aqui no Brasil, pela primeira vez no hemisfério sul, do 8º Fórum Mundial de Água.

Eu participei dos últimos dois, inclusive acompanhado do hoje Chanceler Aloysio Nunes Ferreira. Ele esteve em Marselha com o atual Governador Rodrigo Rollemberg e, depois, na Coreia do Sul, porque é um tema da maior importância. E eu com o Governador, à época, Agnello e com o atual Governador do Distrito Federal trabalhamos todos para que o Brasil se candidatasse a sediar, tendo em vista que temos 12% da água do Planeta, 20% da biodiversidade do Planeta. E ao mesmo tempo é um *case* o Brasil: nós temos água e temos falta de água. Então, somos um pouco o que o mundo vive hoje, essa contradição. Mas isso eu farei oportunamente, obviamente se V. Exª permitir, no final depois de esgotarmos a pauta de hoje.

Passo à leitura e à apreciação dessa matéria, que julgo da maior importância, porque há inclusive uma iniciativa da Senadora Vanessa, que certamente será apreciada em outro momento, da qual tenho a honra de ser relator também, em que há um espaço correlato com esse parecer que apresento.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2017 (Projeto de Lei nº 8.536 na Casa de Origem), da Presidência da República, altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que "dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha". Falo isso porque ele trata da questão da mulher também nessa reestruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem para análise desta Comissão o projeto, nos termos do que dispõe o inciso V do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal. Já descrevi o projeto, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

Na Exposição de Motivos de 28 de agosto de 2017, encaminhada junto com a Mensagem nº 335, de 2017, ao Congresso Nacional, o Ministro da Defesa justifica a proposta, argumentando que o seu objetivo é o de corrigir distorções impostas pela legislação, que impõe a transferência compulsória dos oficiais dos Quadros Auxiliares da Armada e de fuzileiros navais para o Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, para que possam ascender ao círculo de oficiais superiores e, principalmente, permitir a possibilidade do acesso das mulheres aos cargos do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, e suprimir limitações para o seu ingresso no Corpo de Intendentes e no Corpo de Saúde da Marinha.

Então, nós estamos aqui tirando as limitações do acesso que as mulheres precisam ter a todo o quadro da Marinha do Brasil.

Afirma ainda a Exposição de Motivos ser necessária a correção da atual redação que trata da matrícula em Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais, para que os candidatos possam ser civis ou militares, sendo que os militares deverão ser demitidos *ex officio* ou licenciados por ocasião de sua matrícula no curso ou estágio, conforme determinam o Estatuto dos Militares e a legislação que rege o serviço militar.

Por fim, ressalta a necessidade de atualização, no texto da Lei nº 9.519, de 1997, que ainda trata de ex-ministro da Marinha. Então, nós estamos também fazendo um ajuste na redação da lei.

Na Câmara dos Deputados, a matéria, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, foi submetida à apreciação das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinaram pela sua aprovação.

Vindo ao Senado e encaminhada a este colegiado, foi a mim distribuída para relatar.

Na análise, Sr. Presidente, procurando resumir, um de seus mais importantes aspectos diz respeito à admissão de mulheres no cargo do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Prevê ainda o aprimoramento da gestão de pessoal militar no âmbito do Comando da Marinha, com o término da transferência compulsória do Quadro Auxiliar da Armada e do Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais para o Quadro Técnico – havia essa necessidade e está sendo eliminada; a alteração da escala hierárquica dos Quadros Auxiliares mencionados, de forma que se estenda desde o posto de Segundo-Tenente ao posto de Capitão de Mar e Guerra; a retirada da restrição referente à antiguidade do candidato militar em processo seletivo para Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais; bem como a possibilidade de as mulheres integrarem quaisquer Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil.

Então, essa é uma matéria da maior importância. É um ajuste necessário que nós estamos apreciando hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, a modernização da legislação de Pessoal do Comando da Marinha traz como fator importante e fundamental para aquela Força a possibilidade de acesso das mulheres aos cargos do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais.

Como ressaltou o Ministro da Defesa em sua Exposição de Motivos, "a norma em vigor, com a finalidade de conferir proteção à família, também impede que mulheres [esse é o argumento] ingressem no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais e impõe limitações para ingresso no Corpo de Intendentes e no Corpo de Saúde da Marinha. No entanto, o Comando da Marinha julga que tais restrições não são mais justificadas."

Eu acho que nunca foram, muito menos agora, mas essa é uma justificativa que eu faço questão de ressaltar. O próprio Comando da Marinha solicita essas alterações.

As alterações propostas pelo Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2017, não implicam aumento de despesas, além de encontrarem-se amparadas na previsão orçamentária das Forças Armadas para o ano de 2018.

Cabe ressaltar também, conforme assinala o ilustre Ministro da Defesa em sua Exposição de Motivos, outras alterações previstas no projeto, como a conveniência de sua atualização, no texto da Lei nº 9.519, de 1997, as nomenclaturas e também a retirada de termos em desuso.

Por fim, eu queria a atenção dos colegas. É algo que tem um consenso no Ministério da Defesa, no Comando da Marinha, na Câmara dos Deputados, e penso muita oportuna essa iniciativa do Comando da Marinha.

Ante o exposto, manifesto meu voto favorável sem nenhuma alteração na proposição.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório.

Pela ordem de inscritos, com a palavra S. Exª, o Senador Edison Lobão; em seguida, o Senador Pedro Chaves, a Senadora Ana Amélia, e a Senadora Vanessa.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, com essa medida legislativa, proposta em boa hora pelo Ministro da Defesa, moderniza-se e atualiza-se a nossa Marinha Militar.

No passado, as mulheres brasileiras não votavam e muito menos se candidatavam; passaram a votar e, tempos depois, adquiriram o direito de também candidatar-se. Qual foi o resultado? Nós registramos os melhores resultados em consequência dessas alterações nos costumes, nas práticas e na legislação brasileira.

Penso que realmente já não havia razão para que as mulheres no Brasil não ascendessem a essas posições militares. Muitas coisas – não em tudo, embora – o Brasil copia e até copia bem dos Estados Unidos. Nós verificamos que naquele país as mulheres ascendem com certa facilidade, sem nenhuma contestação, sequer observação crítica, ao generalato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas são as mulheres que exibem as estrelas de general nos Estados Unidos nas três Forças?

Acredito que, com o que estamos fazendo aqui hoje – e já foi feito na sua gênese pelo Ministro da Defesa; no passo seguinte, pela Câmara dos Deputados; e agora com o parecer do Senador Jorge Viana, que acolhe integralmente o projeto da Câmara –, nós estaremos dando um passo adiante no sentido da integração de mais uma inteligência, brilhante inteligência, que é, no geral, a inteligência da mulher.

Cumprimento, portanto, o Ministro da Defesa pela iniciativa, a Câmara por ter entendido e acolhido aquela propositura e agora a Comissão de Relações Exteriores do Senado, tão bem presidida por V. Exª, que também o faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Edison Lobão, que nos prestigia hoje com sua presença, ele que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa.

Passo a palavra agora, para discutir, pela relação dos inscritos, a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

Eu queria louvar o Senador Jorge Viana pela relatoria de um projeto tão importante quanto esse. Eu acho que está na hora realmente de o Brasil modernizar a sua legislação em todos os sentidos, principalmente nas Forças Armadas.

Existem alguns tabus ainda no Brasil e que são proibidos para as mulheres, como é o caso da Maçonaria e outras ordens. No caso das Forças Armadas, era tabu realmente e era exclusividade para os homens. Eu acho que a sensibilidade feminina, a postura da mulher e a tomada decisão delas são essenciais para dar o equilíbrio às próprias decisões das Forças Armadas, o que é são extremamente delicado. E, como Força Armada mais antiga do País, já era tempo realmente de a Marinha abrir as portas para dar isonomia às mulheres, a mesma em relação aos homens. Essa isonomia é fundamental.

Eu vejo isso com muito bons olhos e parabenizo a Vanessa também pela contribuição que ela deu à relatoria. Tenho convicção de que isso vai ser um passo adiante. Se nós vamos a qualquer país, aos Estados Unidos, principalmente a Israel, que vive em estado de alerta, vemos adolescentes até de 16 anos, 17 anos já realmente participando das Forças Armadas, uma forma de contribuição efetiva para a defesa e salvaguarda da soberania nacional.

Então, mais uma vez, meus parabéns e parabéns ao Presidente por ter colocado em pauta um assunto tão importante quanto esse.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela sua intervenção.

Passo agora, pela ordem, para discutir, a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Caro Presidente, cumprimento os caros colegas Senadores. Queria cumprimentar o Senador Jorge Viana pelo trabalho e queria cumprimentar também o Capitão de Mar e Guerra Alexandre Bessa, que é o responsável pela assessoria de relações institucionais da Marinha brasileira.

Queria, antes de tudo, fazer um reconhecimento, porque tive a oportunidade de participar com outros Senadores – Senador Anastasia, Senador Wellington Fagundes e Senadora Simone Tebet – de uma missão na Marinha, na semana passada, no Navio Ary Rongel, que é o chamado gigante vermelho, H-44, o prefixo, ancorado na Baía do Almirantado, no Continente Antártico.

Eu conheci ali um grande comandante desse navio e conheci uma médica, jovem, pouco mais de 30 anos, Drª Raquel, que é do quadro da Marinha. Conversei com ela porque era a única mulher naquele momento, mas também havia uma dentista servindo naquele trabalho. É um trabalho inimaginável que significa trabalhar confinado dentro de uma embarcação. Ela me fez algumas referências que me tornaram a Marinha ainda mais respeitada, além do respeito que eu já tinha: as mulheres têm um tratamento – eu não diria privilegiado – de mais direitos. Um homem da Marinha ou das Forças Armadas não pode discutir quando é designado para uma missão, mas uma mulher poderá, argumentando alguma razão, não cumprir aquela determinação. Eu estou resumindo um pouco isso para dizer o quanto a Marinha tem cuidado com as mulheres.

Eu queria, Senadora Vanessa, V. Exª que tem esse olhar também como procuradora das mulheres, dizer que nós vemos nessa iniciativa e nesse projeto também o alcance da disciplina de toda a corporação militar, particularmente da Marinha, e eu queria exaltar a competência dos nossos oficiais de todos os níveis da hierarquia das Forças Armadas, no caso da Marinha, porque nós convivemos, durante uma semana praticamente, com esse pessoal altamente qualificado, dos oficiais ao mais simples taifeiro da Marinha.

Então, eu queria testemunhar isso e aprovar na integralidade o relatório brilhante do Senador Jorge Viana, que, com o senso de responsabilidade institucional, que lhe é característico... Aqui, em outros momentos, já tivemos os embates sobre a questão da criminalização, de como fazer o julgamento dos militares em missão de convocação do Poder Executivo ou dos outros Poderes. O Poder Judiciário pode convocar as Forças Armadas, o Tribunal Superior Eleitoral, com muita frequência, faz essa convocação... Então, naquele momento de exercício, eles terem o julgamento pela Justiça Militar; fora disso, Justiça comum. É uma coisa absolutamente clara, cristalina, e o Senador Jorge Viana foi também um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

batalhador para isso de um projeto do Senador Pedro Chaves, que foi o Relator aqui com muita competência.

Quero renovar o apoio a esse projeto, fazendo esse relato para dizer o quanto a Marinha é aberta e estimula a participação das mulheres, e também do que ela fez nas Olimpíadas. É bom não esquecer disto: o trabalho de oferecer as suas unidades militares para o treinamento dos nossos atletas tanto das Olimpíadas quanto das Paralimpíadas, que tiveram um desempenho brilhante nas Olimpíadas de 2016.

Faço esse registo com muita alegria, agradecendo novamente a oportunidade que tive de compartilhar com uma experiência inédita, extraordinária e inesquecível de visitar o Continente Antártico, no Proantar, que é liderado precisamente pela Marinha brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Somente aditando ao que V. Exª já colocou em relação ao oferecimento das instalações militares para o treinamento de atletas, vários dos atletas medalhistas nas Olimpíadas são militares, têm patente militar, são sargentos, no judô. Eu não sei exatamente qual Força patrocina que tipo de atividade, mas, enfim, vários medalhistas não somente treinaram como são pertencentes e integrantes das nossas Forças Armadas.

Meus cumprimentos, portanto, também extensivos de toda a Comissão aos comentários feitos por S. Exª a Senadora Ana Amélia, a quem agradeço mais uma vez.

Com a palavra, para discutir, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Fernando Collor.

Srªs e Srs. Senadores, Presidente, primeiro, eu quero falar da minha alegria, Senador Jorge, e, mais do que alegria, da minha emoção.

Os senhores talvez não tenham ideia de o que significa – não é, Senadora Ana Amélia? – quando a gente ouve de um colega um pouco da história da inclusão e da participação das mulheres na vida política do nosso País. Emociona muito ouvir o Senador Lobão lembrar o período em que as mulheres não votavam, não tinham o direito de votar e nem de serem votadas; isso não tem um século ainda que acontecia no nosso País.

É muito significativo para a gente lembrar também que a primeira Senadora teve assento nesta Casa no ano de 1979 e veio lá do meu Estado do Amazonas, somente em 1979, Senadora Eunice Michiles. Até então, nenhuma mulher havia ocupado qualquer assento do Senado Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era tão sério que nem toalete feminino havia no plenário do Senado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nem toalete feminino. Nós conseguimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só agora que há. Tem de falar isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. Aliás, o toalete do cafezinho foi dividido ao meio com a chegada de Eunice Michiles, e o do plenário, que fica atrás da Mesa Diretora, apenas no ano passado.

Isso mostra que, infelizmente, o Brasil, assim como todas as sociedades de todos os países do mundo, ainda traz um resquício muito forte de machismo, mas eu acho que está na hora de nós pensarmos um pouco mais sobre a real situação do Brasil, porque, do ponto de vista da participação da mulher na política, nós somos o 154º colocado, e nada se faz para mudar essa realidade.

Senadora Ana Amélia, eu, Senadora Simone, Senadora Gleisi, Senadora Regina, Senadora Fátima, Senadora Lídice, Senadora Lúcia Vânia, enfim, todas as mulheres, todas as Senadoras, nós participamos muito dos encontros de mulheres mundialmente e percebemos que todas as reformas políticas que são feitas nos países levam em consideração a necessidade da inclusão das mulheres, o que, infelizmente, não acontece aqui.

Nós acabamos de aprovar uma reforma política em que as mulheres Deputadas Federais haviam feito um acordo com os líderes partidários de que lá se votaria a PEC das cotas, e, infelizmente, a PEC das cotas não foi votada porque ainda há a percepção de que o homem é que tem que ocupar o espaço na política e que, ampliando os espaços para as mulheres, nós estaríamos tirando os espaços que naturalmente são dos homens.

Eu digo isso tudo, Senador Collor, porque, logo que cheguei à Câmara dos Deputados, há algum tempo, um dos primeiros projetos que eu apresentei foi a possibilidade de a mulher prestar o serviço militar, porque até hoje eu não encontrei nenhuma justificativa por que as mulheres estão fora das Forças Armadas ou estavam. Olha só que maravilha! Por que estão? É porque a mulher não pode contribuir no trabalho de defesa? Será que ela não pode estar em um *front* de combate? Ela não pode estar em uma outra atribuição sem ser aquela da enfermagem, de cuidar dos doentes? Quem disse que a mulher é reservada apenas à função de cuidadora? Mas assim ainda nós somos tratadas.

Então, a Marinha brasileira tem sido, como já destacado aqui, pioneira nesse aspecto da inclusão das mulheres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A mais feminina das Armas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A mais feminina das Armas.

A Marinha brasileira tem a primeira e é a única que possui general mulher, que é a Contra-Almirante Dalva, médica. Veja: general mulher, oficial general mulher, a única, a médica Dalva. Agora, este projeto inclui a possibilidade do ingresso de mulheres em todas as áreas. Isso não é pouca coisa, Srs. Senadores. O Senador Inácio Arruda, que nos visita,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enquanto aqui esteve – e continua ainda – também foi um grande defensor das mulheres. Isso para nós é um passo gigantesco na nossa luta em busca da equidade, em busca da valorização, em busca do reconhecimento.

Eu fico feliz, Senador Jorge Viana, quando V. Exª inicia a leitura do seu relatório. Eu fico gratificada em ver que V. Exª é o Relator de todas essas matérias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Já está pronto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exato. E toca também no projeto de lei que eu apresentei na Câmara dos Deputados, que lá foi rejeitado várias vezes, e nós reapresentamos várias vezes o projeto.

Tivemos um diálogo muito importante com o ministro da Defesa da época, não com o Ministro Jungmann, mas com o ministro anterior, com o Comandante do Exército, o Comandante de todas as Forças, e havíamos chegado a um consenso para, Senador Jorge Viana, também a aprovação do outro projeto que é aquele que abre a possibilidade de a mulher prestar o serviço militar.

O serviço militar hoje para o homem é obrigatório; o da mulher, obviamente, não será obrigatório. E ele acontecerá mediante toda uma organização das Forças Armadas, como esse projeto aqui que diz que o Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos corpos e quadros para os sexos feminino e masculino porque também tem de adaptar a estrutura das Forças Armadas.

Eu queria dizer apenas essas palavras e cumprimentar o Senador Jorge Viana pelo belo relatório que fez, todos os senhores pelo apoio, Senadora Ana Amélia, e dizer que, neste momento, nós pelo menos temos uma razão para comemoração, porque é um passo muito importante. Nós estamos quebrando paradigmas que, infelizmente, insistem em permanecer vivos na sociedade e que não condizem com a realidade. Não há nada... Quando a gente vive uma confusão muito grande nessa questão da luta de gênero e quando a gente coloca na lei a educação sob a perspectiva de gênero, o que nós queremos dizer é que nós precisamos educar a sociedade mostrando que cabe tanto ao homem quanto à mulher qualquer tipo de profissão, que nós não podemos ter uma divisão sexista em relação à divisão de trabalho, por exemplo. Então, o passo que a Marinha brasileira dá é muito importante.

Por isso, eu quero cumprimentar aqui o Ministro da Defesa. Tenho certeza e convicção de que, sem o seu apoio, esse projeto não chegaria aonde chegou. Cumprimento o Comandante da Marinha Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal, e o José Paulo, que está aqui, é um dos assessores parlamentares da Marinha – o Alexandre também – e que tem dado uma grande contribuição. Eu acho que a Marinha...

Nós temos todos os anos aqui, em março, o Prêmio Bertha Lutz, que a gente concede não só a mulheres, mas a homens também que lutam e contribuem na luta em defesa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

direitos das mulheres. Acho que nós poderíamos também conceder esse diploma à Marinha brasileira pela ajuda e pela contribuição que tem nos dado.

Era isso, muito obrigada.

Tenho muita alegria de ver a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só observar que a Senadora Vanessa falou da questão lembrada pelo Senador Edison Lobão do direito ao voto. Não só o Partido Comunista, mas o Partido Libertador, que têm raízes no Rio Grande do Sul e na Bahia, também foram autores dessa... E pensar que no século XXI alguns países não permitem que as mulheres sejam alfabetizadas. Essa é uma questão.

Falei da Drª Raquel do Ary Rongel, o navio, o "Gigante Vermelho" e queria mencionar também o Comandante Antônio Braz de Souza, que nos acolheu lá como se estivéssemos numa família. Todos os Parlamentares, Deputados e Deputadas, a prefeita de uma cidade de Roraima, e todos os Senadores. O Capitão de Mar e Guerra Antônio Braz de Souza foi exemplar na atenção e em todos os momentos.

É uma maratona, Presidente Fernando Collor. É uma experiência, como eu disse, inesquecível, mas é uma maratona! Você tem de, para chegar à embarcação, ir de helicóptero; depois, sai de barco inflável. E não é fácil com uma vestimenta pesada se deslocar num frio de -1° e de menos -30° no inverno.

Então, eu quero cumprimentar a equipe, desde a cozinha, na Base, que são pessoas fantásticas. Até brinquei porque o cozinheiro, o Wilson, que está na Base Comandante Ferraz, é gaúcho de Bagé. Disse a ele: mas como? Um gaúcho na Marinha? Bagé não tem rio, não tem lago. No verão, Senador Jorge Viana, às vezes falta água para as pessoas beberem. E ele é um marinheiro que está lá na Base, é o cozinheiro; fez um lanche maravilhoso que todos elogiaram. É meu conterrâneo lá de Bagé, o Wilson, que está na Marinha. Muito obrigada, especialmente ao Comandante do Ary Rongel, Antônio Braz de Souza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Gostaria apenas de dizer, referindo-me novamente ao que foi tratado por S. Exªs, Senadoras e Senadores, sobre o voto da mulher, que essa foi uma conquista da Revolução de 30. Coube a Lindolfo Collor, meu avô, ser o redator do Manifesto da Aliança Liberal. Nesse Manifesto da Aliança Liberal, constavam todos os compromissos que o movimento de 1930 assumia perante a sociedade a partir do momento em que tomasse o poder. Nesse Manifesto da Aliança Liberal é que está, dentre outras grandes conquistas e avanços, o voto da mulher, além da abolição do voto do chamado bico de pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, fico muito satisfeito de poder também, neste momento, relembrar esse fato que faz parte da história brasileira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sim. E meu avô era gaúcho, exatamente.

Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Aliás, um belo movimento que honrou a história política do Brasil, no qual o seu avô teve uma participação expressiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Edison Lobão.

Gostaria também de registrar a presença entre nós de S. Exª o Senador Inácio Arruda. É sempre uma alegria muito grande para todos nós, Senador, estarmos com o senhor em nossa companhia nos trabalhos do Senado.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório apresentado por S. Exª o Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa matéria será apreciada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Será apreciada no plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu pediria, Presidente, regime de urgência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Igualmente, apoiado. Eu apoio também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É o mesmo que eu solicitaria.

Agradeço às colegas e aos colegas as palavras. Acho que deve ser um esforço de todos nós para que, o quanto antes, o Brasil possa dar um passo à frente, como nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propondo aqui, em relação às nossas Forças Armadas, especialmente ao papel das mulheres nas Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Então, por unanimidade, fica concedido o pedido de urgência para esta matéria, o Projeto de Lei nº 147, apresentado pelo eminente Senador Jorge Viana e aprovado também por unanimidade por esta Comissão.

Segue, então, em regime de urgência para o plenário desta Casa.

Item 2 da nossa pauta.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, de 2017

Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Indico como Relatora *ad hoc* da matéria S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia, para oferecer o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, vou direto à análise, até para simplificar porque é um acordo internacional.

Os negociadores deste protocolo lembram nos considerandos do discurso preambular que estão decididos a priorizar seu direito de proteger a saúde pública.

Registram, por igual, que o comércio ilícito de produtos do tabaco contribui para a epidemia do tabagismo e debilita as políticas de preços e as medidas fiscais concebidas para reforçar a luta antitabagista, além de enfraquecer suas economias e afetar negativamente sua estabilidade e segurança.

Consignam ainda que uma ação eficaz para prevenir e combater esse comércio ilícito requer abordagem internacional, abrangente e estreita cooperação em todos os aspectos desse comércio, incluindo produtos de tabaco e equipamentos de fabricação.

Em atenção a esse contexto, o tratado em apreciação visa eliminar todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco, tais como contrabando, fabricação ilícita, falsificação. Esse desiderato está em consonância com os anseios da sociedade brasileira. Dessa forma, o Congresso Nacional não pode se omitir na aprovação desse protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No ponto, é válido lembrar que ele é fruto da Convenção Quadro da Organização Mundial da Saúde, já endossada pelo Legislativo brasileiro.

O empenho dos Poderes da República, cada qual em sua esfera de atribuições e competências, é, pois, fundamental para dar consequência à luta travada, tanto interna quanto internacionalmente, contra o tabagismo em prol de melhor qualidade de vida e de mais saúde para a população de todos os Estados envolvidos.

Esse é o texto do Senador Anastasia, que era o Relator original, e para o qual V. Exª me designa, com muita honra, para ser Relatora *ad hoc*.

Queria, antes de anunciar o voto, ponderar o seguinte. No acordo há uma, digamos, prioridade à questão de proteção à saúde pública, que é fundamental porque foi esse o objetivo central do acordo firmado em Seul. Pondero, tendo por base o fato de que o tabaco é um dos produtos mais taxados... Penso que 80% do preço final é de impostos sobre o tabaco. É preciso que na regulamentação dos órgãos envolvidos dois organismos tenham diretamente competência para atuar nesse controle: a Receita Federal, pela evasão fiscal e a sonegação; o Ministério da Justiça, porque contrabando é uma atribuição da Polícia Federal. Então, não estando especificamente esses dois órgãos que têm a ver com arrecadação, sonegação e também com a questão do contrabando... Junto com o contrabando estão outros crimes conexos, como tráfico de drogas e outros que advêm da organização criminosa. Então, queria ponderar, antes de fazer a leitura do voto, que foi feito pelo Senador Antonio Anastasia, que no texto desta Comissão seja feita essa ponderação que apresento agora verbalmente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 214, de 2017.

Esse é o voto que o Senador Antonio Anastasia fez. Tenho a honra de repeti-lo aqui, como Relatora *ad hoc*, com essas considerações e essas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Antes de colocar em discussão, pela ordem S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ou para discutir?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – É só para esclarecer e eu queria discutir também, dando minha opinião. Não sei se é o momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, pode fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Queria cumprimentar o Senador Antonio Anastasia pelo relatório e a Senadora Ana Amélia, colega, por estar aqui *ad hoc* fazendo a leitura.

Pelo que entendi não há nenhuma proposta de modificação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Até porque é um acordo internacional e nós não podemos fazer.

Só queria, então, aproveitando o momento da discussão, dizer que nós estamos começando a evoluir no aspecto do tabagismo nesse acordo, mas que temos muito mais a avançar.

Recentemente, os Estados Unidos, que talvez seja o grande beneficiário, junto com a Inglaterra, dessa indústria do tabagismo no mundo, os que mais ganharam com ela, mudaram a face da moeda. Durante anos, pessoas morreram, pessoas se viciaram no tabagismo. Depois as consequências vieram, sempre por meio de propagandas maciças nos veículos de comunicação. Mais recentemente, a indústria tabagista começou a pagar por tudo de dano que causou.

Mas os Estado Unidos, agora, recentemente, adotaram uma outra medida que acho muito importante: as indústrias do tabaco estão pagando propaganda, agora, contra elas. Então, estão se veiculando, também de maneira maciça, nos veículos de comunicação dos Estados Unidos, propagandas demonstrando claramente que o número de pessoas que morrem em função do vício do tabagismo é maior do que a soma de muitas outras doenças, até naturais, como a gente poderia chamar, falando que as indústrias manipularam durante anos, e seguem manipulando, a adição de substância ao tabaco: um aumento de nicotina; uma venda falsificada, dizendo que há cigarro que é *light*.

Mas o que fizeram, ao longo de anos, foi aumentar percentuais de nicotina para que haja uma dependência; incluir substâncias para poder tentar aumentar o consumo. E é exatamente isso que uma normativa dos Estados Unidos – eu espero que chegue ao Brasil, e nós como legisladores, podemos pensar –, depois de descoberto todo esse tipo de manipulação, agora a indústria do tabaco nos Estados Unidos financia as propagandas que vêm pelos órgãos reguladores, que denunciam todo o tipo de manipulação que ocorreu durante anos e que levou, e leva, milhões de pessoas à morte por conta do vício, por conta do tabagismo.

Então, é algo interessante, só para ressaltar. Eu acho que esse acordo é muito importante, mas nós estamos diante de algo que não é uma escolha das pessoas. Isso virou uma indústria, uma indústria poderosa, uma indústria que manipulou, inclusive, percentuais de nicotina no próprio tabaco, dos produtos que fazia; manipulou adicionando produtos, e os danos estão sendo ainda contabilizados. Os Estados Unidos talvez sejam o país que mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

avançou nesse aspecto: tanto para o mal, quanto agora, com uma tentativa de se livrar desse mal. Deve ser uma referência para todos nós.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Jorge Viana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Continua em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria só fazer um esclarecimento ao Senador Jorge Viana: não se discutem os argumentos, embora o setor, hoje, esteja... Eu sou de um Estado produtor de fumo, tabaco: 85%, Senador Jorge Viana, da produção de tabaco no Rio Grande do Sul é para exportação, a folha de tabaco – não é o cigarro, é a folha do tabaco; e isso gera uma economia. Então, os PIBs e as rendas *per capita* dos Municípios onde essa produção existe são os mais altos.

E eu lembro que as tentativas de reconversão nunca tiveram êxito, porque a rentabilidade de uma *commodity* internacional não consegue ser coberta por uma substituição de cultura – o feijão, o arroz, ou qualquer outra – com o valor que o agricultor recebe hoje. São gerações e gerações que estão dedicadas a isso. Então, a minha preocupação é com os pequenos agricultores.

E a média da produção de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado da Senadora Vanessa Grazziotin, é a pequena propriedade, agricultura tipicamente familiar. Então, esse é um aspecto social que eu costumo ponderar, porque é com eles que eu tenho preocupação. E eles têm uma organização dos produtores, com projetos de preservação ambiental, Verde é Vida – projeto que conheço da Afubra, que é a associação dos produtores de fumo do Rio Grande do Sul –, então, são pequenos agricultores, cuja média diária produzida é de 20 hectares. E, em alguns Municípios, como Venâncio Aires, onde o prefeito era um médico, 70% da receita é – adivinha – da produção e da exportação das folhas de tabaco para vários mercados asiáticos e também de outros países.

O que eu queria ponderar agora, sobre o que o Senador falou, de que não há alteração, é que no acordo se diz que os países vão definir a forma de implementar o acordo. E o que eu estou apenas sugerindo é que na...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ponderando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou ponderando que o Governo, através do Ministério das Relações Exteriores, ou de outro que vá implementar, inclua como setores responsáveis também, nas suas respectivas áreas de competência, a Receita Federal, por causa da sonegação; não apenas a saúde, a Anvisa ou o Ministério da Saúde, Senador Jorge Viana, mas esse aspecto da receita, porque o senhor imagine a receita que se perde pela sonegação, quanto se perde quando se deixa de arrecadar, considerando que o cigarro tem 80% de tributos no preço final dele e também a questão da Polícia Federal, Ministério da Justiça, do ponto de vista do contrabando em si, porque é um produto contrabandeado – aí independe se é cigarro ou se é produto eletrônico, há o contrabando e o que isso, no crime organizado, pode representar de prejuízo para o País.

Então, é apenas uma ponderação, para que esses Ministérios, da Fazenda e da Justiça, estejam atentos na implementação desse acordo.

Muito obrigada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que são muito importantes as ponderações da Senadora Ana Amélia. Eu me referi, especificamente, à manipulação que agrava a situação feita por meio da indústria tabagista, que altera níveis de nicotina, que introduz produtos e que manipula um produto que, como diz o acordo, é bom lembrar, é conveniente observar que todos os produtos do tabaco, legalizados ou não, causam graves malefícios à saúde. Isso é um fato. Obviamente, a opção é do cidadão ou não, mas, quando ele é levado ao vício, com aumento do percentual da nicotina, nós estamos falando de crime, porque é isso que a indústria tabagista fez – que não tem nada a ver com o agricultor, o pequeno agricultor do Rio Grande do Sul.

Mas eu queria completar dizendo – e aí colaborando, até, com a Senadora Ana Amélia: no ano de 2015 nós tivemos uma arrecadação de tributos federais no Brasil e estaduais, na ordem de R$12 bilhões desse setor. Mas nós tivemos R$30 bilhões de movimento ilegal nesse segmento. Então, é disso que nós estamos falando. Se não tivéssemos tido – e esse acordo vai ajudar –, se nós não tivéssemos esse mundo de comércio ilegal do tabagismo no Brasil, que movimentou R$30 bilhões no ano de 2015, nós poderíamos ter arrecadado aí R$6 bilhões de tributos a mais para os Estados e para o Governo Federal.

Então, esse acordo tem essa importância, porque ele mira, ele atinge o comércio ilegal, que danifica duplamente: na hora que falseia a atividade comercial e sonega tributos e na hora que segue, aí, sim, com produtos de que a gente não sabe nem a origem, chegando ao consumidor. Então, de fato, nós precisamos agir, mas a premissa é essa: é conveniente observar que tudo... Lá no Acre, nós temos o tradicional tabaco plantado e aqueles molhos feitos de tabaco, vendidos nos mercados a retalho, como a gente chama; é uma opção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pessoa. Mas é diferente quando você monta uma atividade industrial pesada, forte, manipula percentual de nicotina, estimula as pessoas ao consumo, e aí, obviamente, é disso que também estamos falando. Então, são dois assuntos que eu destaco bem,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bem. Obrigada, muito bom.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... ressaltando as observações que a Senadora Ana Amélia faz, da pequena produção vinculada a essa indústria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Jorge Viana disse: "Não se sabe a origem." A gente sabe da origem, não é? O que a gente não sabe é o que é que está dentro desse Maço de cigarros, esse é o problema, grave. Porque a origem a gente sabe, não é, Senador?

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, ainda para discutir, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Eu serei breve, Sr. Presidente. Apenas para cumprimentar a Relatora, Senadora Ana Amélia, pelo relatório, e a importância de adotarmos essa medida em âmbito nacional.

Eu tive a oportunidade, já, de coordenar a frente nacional de combate à pirataria, e muita gente até questionava o fato de eu, uma Parlamentar do PCdoB, coordenar isso. É porque na realidade a gente percebe, Presidente, que a pirataria no Brasil tira aquilo de mais importante da população, que é o emprego; além da propriedade, que para mim é uma questão secundária. Quando a gente pirateia, ou quando um produto vem pirateado de outro lugar do mundo, são vários empregos que deixam de ser gerados no Brasil. Além disso, o desenvolvimento tecnológico é prejudicado significativamente.

E também participei, há algum tempo, de uma CPI da Pirataria na Câmara dos Deputados. E, àquela época, já, nós vimos que o cigarro ocupava um espaço significativo nesse mercado marginal, nesse mercado ilegal. Hoje, segundo os dados, parece que é o principal produto pirateado. Então, isso é lamentável, porque, além de prejudicar a economia, prejudicar e fazer com que decresça o número de empregos, prejudica a saúde humana.

Aqui se fala em quem fumou quase a vida inteira. Então, o perigo – que o fumante já vive em perigo fumando um cigarro que é certificado, de origem conhecida. Então, imagina o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perigo que esse usuário do tabaco, do cigarro, sofre quando acessa um produto não legal, um produto pirateado. E é o que mais a gente vê nas ruas, nas esquinas, inclusive do meu Estado do Amazonas.

Segundo os dados, o cigarro vem do Paraguai, ou seja, do extremo sul do Brasil, e ele chega para ser vendido lá no extremo norte. É comum a gente andar pelas calçadas e ver o comércio de cigarro pirateado, contrabandeado, sem qualquer análise por parte da vigilância sanitária e tudo o mais. Então, acho que é mais do que oportuna a aprovação dessa medida pelo Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

E agora, quando a senhora se referiu a que durante muitos anos teve o hábito de fumar, eu me lembro de uma passagem que me foi contada pelo comandante Fidel Castro, que ele fumava charuto. E, um dia, num congresso em Havana, com todo o setor de saúde do país, dos dirigentes, principais chefes dos departamentos das Províncias, para comemorar o índice de mortalidade infantil mais baixo das Américas; então, todos lá reunidos para festejar e dar a sua experiência, enfim, e o comandante Fidel Castro, presidindo essa reunião, quando.

Lá pelas tantas, uma médica pede a palavra e diz: "Eu gostaria de fazer aqui um pedido. Nós estamos aqui comemorando esses indicadores sociais de mortalidade infantil mais baixos das Américas, e tal, uma grande conquista, mas agora gostaria de fazer uma solicitação diretamente ao comandante Fidel Castro." Aí ele disse: "Pode fazer". Ela disse: "Que o senhor deixasse de fumar charuto, porque o seu exemplo é seguido por muitos cubanos, e o senhor, deixando de fumar charutos, o senhor vai ajudar em muito a melhoria da qualidade de vida dos cubanos adolescentes e adultos, que, às vezes, começam a fumar se mirando na admiração que têm pela sua pessoa." E aí o comandante Fidel Castro chegou e disse: "A partir deste momento, aceitando a sua solicitação, eu nunca mais fumarei charuto." E deixou de fumar charuto.

Então, é interessante que é um exemplo como o da Senadora Vanessa Grazziotin, que aqui comentou que, fumante durante muitos anos, largou a utilização do tabaco, e com isso demonstra uma saúde invejável aqui para todos nós.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certamente o Primeiro-Ministro Winston Churchill, na Inglaterra, não recebeu o pedido de uma médica...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não, não recebeu esse pedido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque não há nenhuma foto em que ele não esteja com o charuto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não recebeu. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não. Senador Jorge Viana, e em seguida S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, pode ser o Senador, já falei bastante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pode ser? Muito obrigado. Porque V. Exª, como Relator, tem a preferência. Mas S. Exª o Senador Pedro Chaves, então.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É coisa muito rápida. Eu, conversando com alguém que trabalhava nessa área, ele estava dizendo o seguinte: que hoje o contrabando de cigarro tem sido um dos maiores que ocorre, principalmente, no Brasil, do Paraguai via Ponta Porã, vai até Mato Grosso do Sul e, a partir daí, é distribuído para todo o País. E a razão é muito simples: o cigarro não é considerado droga ilícita, é considerado droga lícita. Então, a penalidade é bem menor do que se transportar maconha e outros produtos ilícitos. Então, essa é uma das maiores razões pelas quais, realmente, acontece o contrabando intensificado – cada carreta dando em torno de R$2,5 milhões para o responsável.

Então, talvez uma luta nossa teria que ser denominar o cigarro como um produto ilícito, porque, enquanto ele for considerado lícito, a penalidade tem sido muito menor. É considerado apenas contrabando, e não, realmente, uma ação penal mais grave. Era isso, uma contribuição, só.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado pela sua contribuição, Senador Pedro Chaves.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que termos consumido um certo tempo nosso debatendo isso não é em vão. Eu acho que é uma questão fundamental mesmo. Eu mesmo me preocupo muito hoje com as políticas que nós estamos buscando ter para enfrentar as drogas ilícitas. Eu só tenho uma conclusão nesse meu aspecto, Senador Pedro Chaves: é que tudo o que nós estamos fazendo está errado, porque não deu certo, e só agravou a situação. Estou falando cocaína, estou falando *crack*, estou falando disso. Então, eu também acho que, no caso do cigarro, nós temos que tomar muito cuidado para que medidas nós devemos adotar.

Eu vi os depoimentos aqui, eu queria dar o meu: nunca fumei, mas eu e os meus outros três irmãos, que também nunca fumaram – o Tião, o Silvinho, o Wildy –, nós somos filhos de dois fumantes inveterados, que deixaram de fumar há 30 anos atrás, mas já sem jeito. Minha mãe está viva, tem 91 anos, não tem, aparentemente, nenhum problema de pulmão, graças a Deus, mas o meu pai morreu em decorrência de ter fumado, mesmo tendo parado 30 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antes de morrer. Ele teve dois cânceres no pulmão: um nós curamos, graças a Deus, e o outro levou a vida dele, quando nós descobrimos, em menos de uma semana, certamente, os médicos diziam, em decorrência de ele ter destruído o pulmão com as décadas que fumou.

Então, eu acho que toda família tem algum exemplo. Nos Estados Unidos, isso está bem estabelecido nas estatísticas; no nosso País, ainda não. Mas certamente, Senador, o senhor tem toda a razão, quando nós temos aqui um movimento de cigarros por meio de contrabandos que não entram só por Ponta Porã; entram lá por Cobija, no Acre, pela fronteira com o Peru, enfim é uma situação muito, muito grave. E nós devemos adotar medidas, sim, porque nós estamos falando de vidas humanas, não é?

Então, eu acho que esse acordo é muito importante, e eu queria só dar esse depoimento também, que o drama está na família da gente, está na vida da gente. É claro que todos nós temos um dia de fazer essa passagem, mas o que nós pudermos fazer para adiar isso ou para dar uma qualidade de vida... Porque é a pior coisa do mundo: meu avô, pai de meu pai, morreu de enfisema pulmonar porque fumava muito, e eu assisti à morte dele. Foi terrível. Meu pai foi no mesmo caminho, mesmo tendo largado o cigarro quase 30 anos antes da sua partida. Mas esses depoimentos precisam ser feitos, para que a gente entenda que nós legisladores precisamos fazer algo, precisamos encontrar um caminho para que a sociedade possa viver um pouco melhor e de maneira mais saudável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2017, com as ponderações oferecidas por S. Exª, a Relatora *ad hoc*, Ana Amélia.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2017, seguindo a matéria à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Finalizando os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – É que eu tinha solicitado no começo, só um breve comentário sobre a questão do Fórum Mundial da Água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª tem toda a razão.

Passo a palavra, antes de fazer o encerramento desta reunião, a essa importante fala de S. Exª o Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, a propósito do Fórum Mundial da Água, que será realizado no Brasil em março do ano que vem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria dizer que tenho um envolvimento direto com esse tema, outros colegas da Casa também têm. O nosso hoje Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, que presidiu esta Comissão, também, ele já está envolvido diretamente.

Recentemente, eu fiz uma reunião no meu gabinete com a direção da ANA, Agência Nacional de Águas, que também é uma das responsáveis pela realização desse importante evento no Brasil. O Brasil sediar o 8º Fórum Mundial de Águas, como ocorrerá em março do próximo ano, é um privilégio. É a primeira vez que ocorre no Hemisfério Sul.

E eu tive o privilégio de participar, nos últimos seis anos – porque o fórum acontece a cada três anos –, dos últimos dois. E, nesses tempos em que debatemos o combate à mudança climática, a água – nós vivemos no Planeta Água –, de fato, é um recurso da maior importância, que está diretamente vinculado à mudança climática que já estamos experimentando.

V. Exª, que teve o privilégio, como Presidente da República, de organizar e realizar a Rio 92, de que nós celebramos, numa sessão memorável, os 25 anos no plenário desta Casa, sabe muito bem do que estou falando, porque eu sei do esforço que o senhor fez, como Presidente, para que líderes mundiais pudessem vir aqui. Dali partiu a preocupação das conferências do clima, a preocupação com a biodiversidade, a legislação que cada país teve que fazer no sentido de procurar proteger a biodiversidade do Planeta. Tudo nasceu fortemente, aí de maneira mais decisiva, na Rio 92. E a Rio+20 consolidou o papel do Brasil como interlocutor.

E acho que o fato de o Brasil estar sediando o 8º Fórum Mundial da Água é uma oportunidade que temos. Nós estamos fazendo isso, apesar de ter chovido muito hoje cedo, e nesses dias a chuva nos alegra um pouco, apesar de ainda vir em pequena intensidade, mas Brasília, a Capital das Águas também, porque aqui são pontos de nascente de muitos rios, nesta região do Centro-Oeste, está vivendo um racionamento de água.

É um desafio tremendo para a humanidade hoje. Nós temos perto de 1 bilhão de pessoas que não têm acesso a água. A água, de fato, vai passar... Barcelona, alguns anos atrás, por conta de seca também extrema, estava importando água; navios transportando água para abastecer Barcelona, uma das cidades mais importantes do mundo. Então, esse tipo de situação vai se repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós estivemos em Israel este ano. A Senadora Ana Amélia estava junto. Nós visitamos talvez a maior planta de dessalinização do mundo. Vimos uma usina que pega água salgada e transforma em água que possa ser usada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Água potável.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Água potável. Nós fomos visitar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós tomamos a água.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas isso tem um custo altíssimo, requer investimentos altíssimos, apesar de já haver uma tecnologia que ainda pode ser aperfeiçoada, inclusive do ponto de vista do custo. Mas certamente a maioria da população do Planeta não reúne condições de fazer aplicação, pelo menos por enquanto, durante décadas, desse tipo de tecnologia. E o manuseio de água hoje, pela própria agricultura, requer um manejo, porque a agricultura também só vai melhorar a sua produtividade se nós tivermos também obviamente irrigação, se nós tivermos o reuso de água.

E o Brasil nesse aspecto ainda tem muito a avançar. Nós não estamos, talvez por essa ideia de que tudo aqui é em abundância, a gente não valoriza o que tem e termina vivendo seríssimos problemas, que vão desde a situação que o Nordeste vive hoje, que, se não fosse a entrada da geração de energia eólica, o Nordeste estaria vivendo uma situação de penúria, porque agora, um mês atrás, quase 50% da energia gerada no Nordeste vinha da energia eólica, porque os reservatórios, a reservação das grandes represas no Nordeste está vivendo as consequências de uma seca, e com isso uma redução drástica na geração de energia. Mas nós estamos falando aqui de segurança de água. Por isso que talvez o tema – e aqui ele tem sido levantado, o tema do compartilhamento de água –, nós estamos falando de segurança hídrica.

Então, eu fico contente de ver o relato de V. Exª hoje, trazendo para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional esse tema. E nós temos que organizar, Presidente, o grupo parlamentar. Eu estou me colocando à disposição e já trabalhando algumas reuniões. Nós estamos pretendendo fazer uma reunião com o Governador Rodrigo Rollemberg, com o Chanceler, e seria muito importante que V. Exª pudesse se envolver, como Presidente da Comissão, nesse grupo parlamentar, porque há vários eventos. Há um evento que trata só das questões jurídicas vinculadas à segurança hídrica no mundo. O Ministro Herman Benjamin é um dos articuladores que convidam, que trazem juristas do mundo inteiro, membros de Judiciário, de poderes vinculados ao Judiciário, para debater qual o papel que eles podem e devem desempenhar. Há os de governo, há os da sociedade civil, e há também parlamentar. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todo o Fórum Mundial da Água tem um evento específico do Parlamento mundial, para tratar essa agenda da água.

E é isso que eu queria deixar aqui, já concluindo, que nós temos a missão, nós Congressistas brasileiros, de estarmos nos envolvendo diretamente e organizando a agenda durante o fórum, a agenda parlamentar do Parlamento mundial. A União Interparlamentar vai cumprir um papel, mas o Congresso brasileiro precisa urgentemente organizar uma comissão parlamentar, que é isso que o Senador, hoje Ministro Aloysio Nunes também espera de todos nós; o Governador, ex-Senador, Rodrigo Rollemberg.

E eu queria deixar aqui esse desafio, porque eu já estou colocando o meu nome. Queremos outros colegas Senadores e Senadoras, e também Deputados e Deputadas, para que juntos possamos, com as entidades que estão organizando,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... incluir a agenda nossa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Com a benevolência do nosso Presidente, se V. Exª me permite, Senador Jorge, pela pertinência da proposta, eu acho que é tão importante isso.

Eu não estive nos últimos dois encontros mundiais da água, mas tive a oportunidade de participar há alguns anos. E são encontros que mobilizam um quantitativo de pessoas semelhante às conferências do clima. Então, a previsão, salvo engano, seriam 30 mil pessoas aqui em Brasília, debatendo essa questão que é fundamental. E o Brasil, sem dúvida nenhuma, é um grande protagonista, porque nós somos os detentores da maior reserva de água doce de superfície do Planeta. E nós estamos vendo a crise hídrica no Brasil. O Senador Otto todos os dias tem ocupado a tribuna para falar de problemas relativos ao Rio São Francisco. Aqui mesmo em Brasília, com toda essa chuvarada, os reservatórios não passam dos 2,5 a 3%.

Então, eu acho, Senador Jorge Viana, que o ideal seria o Presidente Eunício Oliveira formalizar um grupo de trabalho composto pela Presidência, de no mínimo três comissões. A Comissão de Relações Exteriores,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A de Meio Ambiente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Mudanças Climáticas, que é presidida pelo Senador Jorge Viana. Porque é muito importante, é fundamental que possamos ter, durante o Fórum Mundial da Água, um fórum parlamentar muito importante. A União Interparlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obviamente virá e trará Parlamentares de todo o mundo. Mas o Congresso brasileiro, o Senado Federal teria que ter essa iniciativa.

Então, fica a minha sugestão para os senhores, para que possam conversar com o Presidente Eunício, e que ele formalize, dando poderes e, inclusive, condições para que essa comissão dos três Presidentes possa trabalhar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço o aparte da Senadora Vanessa, Sr. Presidente, e acho muito oportuno que o quanto antes.

E eu iria um pouquinho mais adiante: eu acho que nessa audiência com o Presidente do Congresso, de que estou falando, nós deveríamos tentar fazer algo que tivesse o Presidente da Câmara, o Ministro das Relações Exteriores e o Governador do Distrito Federal, obviamente o Presidente das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado, e eu como Presidente da Comissão Mista também estaria, com alguns colegas, para nós darmos a devida atenção.

O Presidente está sugerindo, o Presidente Fernando Collor... Eu me disponho a tentar estabelecer o quanto antes essa agenda, fazendo um contato direto com o Ministro de Relações Exteriores, o nosso colega Senador Aloysio.

E, por fim, eu queria só dizer a V. Exª: V. Exª fez um questionamento no seu comunicado sobre o tema; o tema, a situação é um pouco mais grave – nós devemos inclusive discutir –, que fala do compartilhamento de água. Eu tenho aqui uma matéria, e eu procurei, durante a nossa reunião aqui, trazê-la, porque ela tem sido elogiada, a temática, mas é uma temática complexa, porque se está falando de compartilhamento no Planeta, entre países, com normativas. Não é uma coisa tão simples. É porque nós todos falamos que podemos ter a guerra da água no futuro, como tivemos já a guerra do petróleo no passado. E é exatamente neste sentido: a água, esse bem comum, como nós vamos compartilhar? Nós já compramos água. Todos nós pagamos para tomar água no Planeta. Como é que isso se dá, se a água não é plenamente distribuída no Planeta, se há regiões que podem ter completa escassez?

Então, eu tenho aqui depoimentos do ganhador do Prêmio da Água de Estocolmo, em 2017, o Prof. Stephen McCaffrey. É um pioneiro do Direito internacional da água. Vejam onde é que é essa discussão. Ela é profunda, V. Exª tem razão. Chamou a atenção para a necessidade de se criarem marcos legais para promover e garantir o compartilhamento de águas transfronteiriças. O professor destacou, no entanto, que isso não significa criar direitos iguais, mas, sim, equidade de direitos. E há vários posicionamentos também de representantes das Nações Unidas nesse sentido. Esse mesmo Prof. Stephen apontou que 60% da água doce do Planeta é compartilhada entre dois ou mais países e que a criação de regras pode reduzir os conflitos relacionados à água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós estamos falando, de fato, de abrir uma discussão antecipada de como é que fica o acesso à água no Planeta quando há escassez. Eu falei ainda há pouco que nós tínhamos perto de 1 bilhão de pessoas que não têm segurança hídrica.

Então, o Brasil vai fazer esse debate. É um debate de alto nível, que vai envolver legislação, propostas de legisladores e obviamente a situação de cada país. "Com eventos climáticos extremos [segue o professor dizendo] e cada vez mais frequentes e intensos, os conflitos pela água no mundo devem aumentar. Por isso a necessidade de compartilhar água também e as soluções para os problemas."

Enfim, é uma discussão um pouco mais complexa do que nós estávamos... E V. Exª acertadamente destacou. Seria bom entendermos isso. Quem sabe antes mesmo do fórum, termos aqui o Presidente da ANA e os responsáveis, para que aprofundássemos aqui na Comissão de Defesa Nacional essa temática da água, que ajudaria muito para a nossa representação no fórum do ano que vem aqui em Brasília.

E acho – só um pequeno reparo – que o evento deverá contar com muito mais de 10 mil pessoas. É possível que passe de 20 ou 30, ou chegue perto de 30 mil pessoas. Essa é a expectativa que temos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Que bom, Senador Jorge Viana.

Eu gostaria, antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, e a propósito do que falou o Senador Jorge Viana e também a Senadora Vanessa, que ao Senador Jorge Viana coubesse a tarefa de poder coordenar, no plano do Parlamento, esse grupo, que poderia fazer parte dos preparativos, e também depois com atuação parlamentar no próprio fórum, fazendo contato com o Ministro das Relações Exteriores, com os Presidentes das duas Casas, porque acredito que tenha que ser uma comissão mista, seria talvez conveniente. E ninguém melhor do que S. Exª o Senador Jorge Viana, como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, para encabeçar esse trabalho e se empenhar nessa tarefa. E eu agradeço a V. Exª, caso aceite essa sugestão.

Em segundo lugar, essa questão do compartilhamento. Eu acho que, se nós começarmos o fórum discutindo o que é exatamente o compartilhamento, nós vamos perder um tempo enorme. Por isso que os títulos dados a simpósios, seminários têm que ser autoexplicativos, por si sós, sem caber nenhuma dúvida quanto ao que significa o enunciado do tema que reúne x número de pessoas em torno de uma mesa para debater a respeito daquele assunto.

E talvez, Senador Jorge Viana, V. Exª citou o nome do Exmo Sr. Ministro Herman Benjamin; talvez também, no contato de V. Exª com S. Exª o Ministro Herman Benjamin, que ele pudesse destrinchar essa questão do compartilhamento e dizer: "Olha, o compartilhamento, o que se quer dizer com isso, para levar a discussão no fórum, o significado é exatamente este." E dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma definição que seja considerada de forma absoluta, passando a ser assim um reforço e o tema da própria conferência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É. Porque o meu receio é de que esse compartilhamento: "Pessoal, bom, nós estamos.... Mas qual o tipo de compartilhamento?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É uma coisa muito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu acho que deveria ter sido mais bem estudado o título dado a esse fórum das águas. Mas de qualquer maneira fica apenas a minha sugestão e a dúvida que levantei.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora Vanessa falou que o Brasil tem a maior reserva de água doce do mundo. A missão à Antártica, ao Continente Antártico serviu para entender que a maior reserva de água doce do mundo está no Continente Antártico. Mais de 60 ou 80% da água doce do mundo está naquele continente, cuja dimensão, Presidente Fernando Collor, é uma vez e meia o território brasileiro. Então, é uma informação que passa à margem, ao largo do que a gente imagina aquele continente, sobre água.

Concordo plenamente com V. Exª. Partir para o debate sobre essa questão do compartilhamento é partir para debater questões muito polêmicas. E talvez seja a questão da preservação dos recursos que nós temos de água, o reuso da água. O Senador lembrou bem, Israel não tem água doce. Dubai não tem água doce. Dubai faz o que Israel faz, com a tecnologia israelense. E, no entanto, Israel tem uma lição também para dar no reuso da água e no aproveitamento. Cada gota de chuva que cai é armazenada.

Hoje choveu muito em Brasília. Eu duvido que um terço dessa água tenha sido armazenada para reaproveitamento, para reuso. Para lavar carro. Nós lavamos carro e lavamos calçadas com água tratada, Presidente. O Brasil é esse. Nós somos perdulários em relação à natureza. E um dia... Já estamos nos arrependendo em Brasília.

Então, é uma questão muito... A gente não se dá conta. Só se dá conta quando falta. É o caso da energia elétrica, que é movida a quê? A um recurso natural, que é a água. Então o que a gente vê...

Agora vem, na Suíça, na cidade de Basileia, passa um rio, canal, um lago no centro da cidade. E em determinados lugares em que há um desnível, o volume de água é represado, e ali há miniusina de geração de energia, sem se ouvir o barulho, Senador Jorge Viana. E aquela água continua correndo das geleiras. Então, nós temos as geleiras aqui também nos Andes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós estamos tão distantes. Não é nada de problema ambiental, ela é absolutamente silenciosa. É uma miniusina de energia dentro, no coração da cidade, uma cidade belíssima, a cidade de Basileia. Então, eu queria... Aliás, não é Basileia, é Lucerna, a cidade é de Lucerna, muito próxima da Itália. Então, é linda a cidade. Basileia também é muito bonita, mas essa foi em Lucerna, eu fiz confusão.

Então, eu queria dar essa contribuição e queria, já que estamos, que o Senador Jorge Viana esteve lá em Bonn, na questão do clima, eu continuo aqui me insurgindo, Presidente, porque esse debate que vai ser feito, Senador Jorge Viana, e V. Exª vai ter um papel de protagonismo nisso, é preciso no Brasil, que é um país continental, um envolvimento das três esferas de Governo. Não adianta o Governo Federal debater uma questão, porque não é possível compreender a complexidade das nossas reservas.

Eu sou de um Estado que tem o Aquífero Guarani, que tem as lagoas, a Lagoa dos Patos, a Lagoa Mirim, na fronteira com o Uruguai. Então, lá, nessa lagoa há também compartilhamento para vários, para irrigação, para várias outras atividades.

Então, eu queria ponderar isso e dizer novamente, agradecer a V. Exª, que leu o ofício do Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que teve a delicadeza, a respeitosa delicadeza de pessoalmente responder a um ofício da Comissão de Relações Exteriores, presidida por V. Exª, provocado por mim, por um requerimento pedindo informações, que teve o apoio da Senadora Vanessa Grazziotin, ao Greenpeace, de qual o trabalho que estava fazendo essa organização não governamental e internacional na Amazônia.

Morreu uma cientista sueca lá num avião, num hidroavião. Ninguém sabe como, por que, como esse acidente aconteceu, quem é que liberou esse avião de andar por lá, o que ela estava fazendo lá. E a resposta do Ministério do Meio Ambiente é simplesmente desrespeitosa à Comissão, desrespeitosa ao Senado, ainda mais partindo de um Ministro que é Deputado Federal. Quer dizer, ele teria obrigação, pelo menos, mesmo que a resposta fosse inaceitável, como foi a do Ministério do Meio Ambiente, recomendando que nós Senadores fôssemos ler o *site* do Greenpeace. É uma maneira desrespeitosa. O Ministro Aloysio Nunes Ferreira pondera e dá as razões.

Talvez agora seja o caso, Presidente Fernando Collor, fazendo uma ironia, que a gente tenha que recorrer à Embaixada da Suécia para perguntar quem é a cidadã sueca que estava aqui no Brasil, em quais condições e qual é a vida dela lá na Suécia, o que ela faz, o que ela pesquisa, se é de uma instituição independente.

Então, eu acho que... Eu tenho grande respeito pelas ONGs, por todas elas, nacionais ou estrangeiras. Agora, que País é o nosso, em que nenhuma autoridade é capaz de dizer o que está fazendo no Território brasileiro, pintando e bordando? Onde é que está a transparência? Acho que esses organismos têm que ter, já que exigem do Congresso Nacional transparência e respeito com tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como é que eles não fornecem uma informação mínima sobre o que estavam fazendo, o que estavam pesquisando, por que estavam pesquisando, se estavam compartilhando com as instituições da Amazônia, com instituições das universidades federais daquela região ou de outras regiões do Brasil, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais ou de Alagoas? Nada, silêncio absoluto. E fazendo o quê? Levando o quê? É por isso que, quando a gente vai para aquela região lá da Cabeça do Cachorro, na Amazônia, a gente fica recebendo informações, as mais incríveis possíveis.

As ONGs, Senador Cristovam Buarque, tomaram conta daquela região. Índios vão para a Holanda, patrocinados por organizações holandesas ou ONGs internacionais, e nós não temos qualquer informação. Quando o Senado pede uma informação singela, o senhor é uma pessoa inteligente, eu apenas indaguei, em um ofício ao Ministério do Meio Ambiente, mas tenho que mandar para o Gabinete Civil ou, talvez, para o Papa Francisco, indagando para que ele possa responder, que tipo de estudos, pesquisas e que áreas estavam pesquisando na Amazônia? Essa é a singela pergunta. Por que não respondem? Tem medo? Medo de quê?

Nós estamos muito complacentes com essa situação. Eu estou muito indignada, primeiro, com a reação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministro, de não ter se dignado a ter respondido, que respondesse tal ou falasse. Porque fui informada, também, que na conferência sobre o clima, lá em Bonn, quem falava pelo Brasil eram as ONGs, não era o Governo brasileiro. Tiveram lá uma atuação destacada o Senador Jorge Viana e outros Parlamentares, mas a política... Olha a política brasileira de clima, qual é a política brasileira sobre isso? Essa é a questão.

E lá ele ainda teve o desplante de dizer, o Ministro do Meio Ambiente, que um dos grandes feitos dele foi ter fechado uma usina térmica de carvão no meu Estado, do Rio Grande do Sul, hoje, ignorando a tecnologia que há para exploração, sem poluição, reduzindo, mitigando a poluição gerada por usinas térmicas e foram elas que salvaram o Brasil de um apagão. Quer dizer, eu acho que o respeito ao Parlamento... Se nós, Parlamentares, não nos insurgirmos com essa desatenção, com esse desrespeito até, a gente não tem, acho que eu não tenho o merecimento de estar aqui nesta Casa.

Então, eu fiquei muito, muito indignada com a forma desrespeitosa com que o Sr. Ministro do Meio Ambiente mandou a resposta para esta Casa, através de uma assessora, não foi o Ministro que mandou e sendo ele um Parlamentar.

Eu lamento. Ele usa o sobrenome de uma pessoa que eu tenho um grande respeito, o ex-Presidente José Sarney, uma pessoa sempre muito cuidadosa com a liturgia do poder. O poder tem liturgia, mas essa foi ignorada nessa resposta.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, e quero lhe dizer que V. Exª conta com mais absoluta e integral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

solidariedade da Presidência desta Comissão e, acredito, de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Sem dúvida, foi um desrespeito, não a pessoa de uma Senadora ou de Senador, mas a um Poder, a uma instituição, ao Poder Legislativo.

As indagações que V. Exª deixa no ar precisam ser captadas pelas antenas do Executivo, para que nos ofereçam uma resposta. Como é que vem uma estrangeira, pesquisadora sueca, e morre, lamentavelmente, em um acidente dentro de um avião, o qual não se sabe a quem pertence, como chegou ao Brasil e que faz uma pirueta sobre o Rio Amazonas? Não há nenhuma notícia mais: quem ela era, qual o nome dela, o que ela fazia aqui, a que ONG ela pertence; como o avião entrou no Brasil, a quem pertencia; quantos integrantes que estavam lá na Região Amazônica fazem parte dessa ONG, com que tipo de visto eles ingressaram no Brasil? Essas perguntas realmente têm por obrigação ser respondidas e cabe ao Poder Executivo respondê-las.

Eu não sei qual seria o instrumento melhor para nós darmos o próximo passo, porque não podemos deixar assim. A resposta realmente do Ministro Aloysio Nunes Ferreira foi uma resposta extremamente correta, cordial, atenciosa, como deve ser – assinada por ele. Mas a sugestão dele nos remete ao Ministério do Meio Ambiente, que me parece não ser mais o lócus das nossas preocupações em obter informações.

Então, para onde deveríamos dirigir isso, se essas indagações que estão no ar não forem captadas por parte do Executivo? Materialmente o que poderíamos fazer? Encaminhar a quem? Ao Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil, ao Ministério da Justiça?

Eu pediria que a Secretaria desta Comissão nos auxiliasse e verificasse para qual destino poderia ser encaminhado este ofício de S. Exª Senadora Ana Amélia, que nós refaríamos, para que nós obtivéssemos respostas que o Legislativo tem o dever de exigir e o direito de obter sobre essa questão ocorrida lá no Rio Amazonas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... cidadã, que eles possam oferecer. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Também, com o apoio da Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores, como poderia ser encaminhada a solicitação apresentada por S. Exª Senadora Ana Amélia à Embaixada da Suécia?

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero me somar à indignação da Senadora Ana Amélia pela maneira como estamos sendo tratados. Mas eu queria sugerir que procurássemos o Ministério da Defesa também. Já se discutiu isso nesse caso específico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria trazer aqui algo sobre os recursos hídricos: a ideia de que a sustentabilidade é uma questão de defesa nacional, não é apenas uma questão econômica. O que hoje acontece com o Rio São Francisco é uma questão de defesa nacional. Nós precisaríamos, em algum momento, talvez até às segundas-feiras, em seus encontros, debater a questão dos recursos naturais ou mesmo, mais amplo ainda, do meio ambiente – recursos naturais são apenas uma parte do problema ambiental – para debater na ótica da defesa nacional. Em quantas décadas o País vai estar desarticulado por conta da destruição dos rios – e eu falo São Francisco, mas não é o único –, por conta da degradação nas águas, nos lagos, nos rios, em todos os lugares?

A gente fala muito em saneamento como uma questão social, às vezes, como uma questão de saúde. Saneamento é uma questão de segurança nacional, porque a falta de saneamento também destrói os rios. A água se esvai. Ela fica ali, mas suja. Não serve para o que a gente quer.

Nesse sentido, esta Comissão tem essa responsabilidade de analisar o problema do meio ambiente. Não podemos deixar o meio ambiente só para a CMA. Esta aqui tem – junto, claro, à CMA – que discutir o meio ambiente. E o fato de o senhor estar na Presidência até facilita, pelo seu papel na Rio 92, na Rio+20, de tal maneira que este assunto seja debatido aqui também. Meio ambiente é uma questão também de defesa nacional, aliás, de defesa da humanidade, não só da Nação. Mas, como o nosso caso aqui é a Nação, não é a humanidade – aqui não estamos nas Nações Unidas –, vamos debater o meio ambiente nesta ótica: até que ponto a maneira irresponsável como tratamos o meio ambiente não está levando a uma questão de ameaça à defesa nacional.

E, só para concluir, tanto tempo aqui – aqui, eu digo no Brasil inteiro –, nós nos manifestamos, todos os brasileiros, indignados com a ameaça que pesava sobre a Amazônia, e esquecemos que, em vez de protegê-la, estamos destruindo-a. Destruir recursos é tão grave quanto deixar que outros levem. Mas, às vezes, esquecemos, como se tivéssemos direito de tocar fogo na própria casa. É uma irresponsabilidade e uma falta de tratamento inteligente dos recursos que a natureza nos deu. Então, é só isso.

Especialmente nessa grande conferência dos recursos hídricos, o Senador Viana tem sido um dos grandes batalhadores. Nós deveríamos nos desenvolver mais, da mesma maneira que nos desenvolvemos na Rio+20. O senhor chegou a criar aqui uma subcomissão para discutir a posição do Senado para a Rio+20. Poderíamos ter aqui uma subcomissão que trabalhasse o problema dos recursos hídricos, para levar, em nome do Senado, a esse grande encontro que vai haver aqui no próximo ano. É uma sugestão que fica.

A da Rio+20 funcionou bem, há um texto pronto por aquela subcomissão. Aliás, estamos terminando uma reedição agora àquele texto de desafios para a humanidade. Poderíamos fazer um na mesma linha de desafios de como tratar bem as águas. Aliás, eu estava revendo ontem esse texto para republicação, e o primeiro capítulo do *Desafios à*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Humanidade é "Água". Está lá: o primeiro é água; depois energia, no capítulo recursos; depois vem cada recurso. Eu vou lhe trazer essa nova edição, que estamos fazendo. Até porque eu cito que foi graças à sua indicação de meu nome para a subcomissão que aquilo foi feito. Água está lá, é o primeiro; coincidência, água – como eu disse –, depois vêm os outros.

Então, essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Cristovam Buarque.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sei que estou abusando da boa vontade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em absoluto, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas é que talvez o Senador Cristovam tenha feito um resumo agora e dado a exata dimensão que eu acho que nós devemos ter sobre essa temática, esse fórum que V. Exª trouxe para o comunicado de hoje e adequadamente pôs na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu, como alguém ligado ao tema, só estou tentando dar a substância da opção que nós estamos fazendo. O senhor veja, Presidente, que essa conclusão do Senador Cristovam é muito certa: água é sinônimo de vida. Nós estamos discutindo como combater a mudança climática que já está em curso; nós estamos discutindo morte de rios.

Eu estou adotando como opção de vida, para minha velhice, trabalhar junto com o Sebastião Salgado, que é muito amigo nosso – estarei com ele na próxima semana, se Deus quiser. Ele já resolveu colaborar –, na tentativa de passar os últimos 10, 15, 20 anos da minha vida tentando recompor as nascentes do Rio Acre. Essa foi a opção que eu já adotei.

São milhares de nascentes. A gente recompor com os proprietários de áreas, com os estudiosos, com estudantes foi uma escolha. Eu estou montando o projeto e vou trabalhar nele a partir já do ano que vem. Ele já está andando muito bem. Por conta do Novo Código Florestal, isso é possível, está tudo digitalizado, todas as nascentes, de todos os rios.

Para assustar um pouco, o Rio Doce tem 350 mil nascentes, pequenas nascentes – 350 mil pequenas nascentes. Sebastião Salgado, com o Instituto Terra, trabalha lá e precisa de apoio para isso. O meu Rio Acre vai ter umas 5 mil, 10 mil nascestes, porque ele passa por oito Municípios. É uma colaboração com o Rio Amazonas.

Eu só queria fechar isso, trazendo aqui uma preocupação de interesse nacional, do Estado brasileiro e do mundo. Nos anos 90, geólogos descobriram o Aquífero Guarani.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com licença, Senador Jorge Viana. Vou interrompê-lo somente para registrar a presença entre nós da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadora Ideli Salvatti, ex-Ministra, Senadora. Muito grato pela sua presença aqui nos nossos trabalhos. Seja sempre muito bem-vinda, Senadora!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ontem eu tive o privilégio de abraçá-la. É uma cidadã brasileira, uma companheira que deixou um trabalho por onde passou, especialmente nesta Casa, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, Senador, pode continuar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Presidente.

Mas veja só: descobriu-se, então, salvo engano em 1996, o Aquífero Guarani. Ele era tido como a maior reserva de água doce subterrânea do Planeta, com 1,2 mil quilômetros quadrados de extensão – Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, com a maior parte no Brasil. Então, já há uma situação de presença internacional.

Mais recentemente, viu-se que não é o maior do mundo; é o segundo maior do mundo. O maior do mundo é totalmente dentro do Território brasileiro, que é o Aquífero Alter do Chão, que pega o Estado do Pará, do Amazonas e do Amapá. Ele tem uma área menor, perto de 500 mil quilômetros quadrados – o outro tem 1,2 milhões. Mas, do ponto de vista dos metros cúbicos de água já identificados pela comunidade científica, o Aquífero Guarani tem em torno de 40 mil quilômetros cúbicos de água; e o Alter do Chão tem 86 mil quilômetros cúbicos de água. Então, veja bem: o Brasil tem simplesmente os dois maiores reservatórios de água doce subterrânea do mundo. Não há possibilidade de haver maior, porque nós concorremos com nós mesmos.

Nós estamos falando disto: segurança hídrica do Planeta é algo que está acima de qualquer coisa. E o Brasil tem que se aprofundar nisso, tem que aproveitar esse fórum, como bem colocou o Senador Cristovam, e nós talvez construirmos algo do ponto de vista de regulação para o mundo inteiro a partir da responsabilidade que temos.

Só o Aquífero Guarani – já há alguns dados disponíveis por alguns estudiosos – daria para abastecer a nossa população por 2.500 anos. Mas não é disso que nós estamos tratando, porque há falta de água no Brasil hoje, há escassez de água no Brasil. Então, a água é um recurso escasso apesar de abundante no Planeta.

E certamente os pontos de conflitos mais complexos que nós vamos ter vão dizer respeito à água, porque com 7 bilhões de habitantes... Em 2050, nós devemos ser 9 bilhões de habitantes, e a água vai seguir sendo certamente uma das questões mais delicadas e talvez a número um mesmo, porque sem água não há nem produção de alimentos, porque ela não pode se expandir sem irrigação. Então, o reuso, o uso adequado da água e a legislação sobre ela são fundamentais.

Eu encerro definitivamente cumprimentando V. Exª por ter nos dado a oportunidade hoje. Eu gosto de fazer parte desta Comissão, porque a gente aprende, a gente sai daqui, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cada reunião, melhor do que chegou por debater temas de interesse nacional, de interesse do cidadão brasileiro e do mundo obviamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Senador Cristovam Buarque, um pouco antes de V. Exª chegar, nós estávamos aqui conversando e tratando, juntamente com os Senadores e as Senadoras, sobre exatamente como fazer com que o Congresso Nacional participe da preparação, inicialmente, para a realização do Fórum Mundial da Água e, posteriormente, para a participação da representação do Congresso Nacional no próprio fórum.

Então, foi solicitado, e S. Exª o Senador Jorge Viana aceitou, como Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, que iniciasse os contatos com os Presidentes das duas Casas Legislativas e mais com o Ministro das Relações Exteriores com essa finalidade.

Vem a proposta de V. Exª agora para a constituição de uma subcomissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. Se V. Exª, que sugeriu, concordar e S. Exª o Senador Jorge Viana também concordar, para demonstrar essa preocupação da Comissão, esse comprometimento da Comissão com esse tema, nós poderíamos instituir a subcomissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores para a preparação visando ao 8º Fórum Mundial da Água, deixando a Presidência dessa subcomissão com V. Exª, sem que isso estreite, em nenhum momento, a delegação de V. Exª bem mais ampla.

Que fique registrado e, para adequar com a solicitação feita por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, muito bem sublinhado também por S. Exª o Senador Cristovam, está participando formalmente desse esforço para que os preparativos para a realização do Fórum Mundial da Água saiam a contento e que nós tenhamos êxito quando de sua realização.

Se V. Exª concordar, vou colocar aqui à deliberação do Plenário, e as Srªs e os Srs. Senadores que concordarem com a instalação dessa subcomissão, dada a presidência a S. Exª, o Senador Jorge Viana, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a criação da subcomissão com vista à preparação do 8º Fórum Mundial da Água.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não poderíamos ter nome melhor. Fico muito feliz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Estou fazendo parte e quero dar uma contribuiçãozinha também nessa sua missão de recuperar as nascentes do rio. Eu achei muito bonita essa ideia. Vou dedicar meus últimos 20 anos de vida – o senhor disse 20. Eu espero que sejam muitos mais – com uma missão muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

clara. Eu achei muito interessante essa ideia. Vou ter essa missão. Como, aliás, o nosso amigo – como o senhor insistiu –, o Sebastião Salgado, teve a missão de recuperar a Mata Atlântica, como ela era na época. E está conseguindo, pelo menos nos 900ha que ele herdou do pai.

E eu quero aproveitar para pedir desculpas pelo atraso, mas, diferentemente da quase totalidade dos outros Senadores, como eu sou daqui, então, de vez em quando eu tenho que colocar o chapéu de Vereador, e hoje eu comecei meu dia como Vereador no Distrito Federal, nesses trabalhos bem locais, tentando costurar os problemas que nós temos aqui. Não fosse por isso, eu estaria aqui na hora, porque, da mesma maneira que o Jorge, eu considero esta Comissão uma daquelas em que a gente mais aprende, sente mais prazer, não só na nossa participação, mas sobretudo na participação dos embaixadores que vêm aqui, para serem sabatinados, e terminam nos ensinando tanta coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, eu quero dizer... Sem falar que o Alvaro também nos ensina muito pela experiência dele.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, parabéns.

Eu fico muito feliz com essa possibilidade do Jorge.

Estou junto com você nisso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Que bom. Fico satisfeito em saber disso, Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado a todos os senhores.

Então, com a permissão das Srªs e dos Srs. Senadores, vamos finalizar os trabalhos de hoje, ao mesmo tempo em que convoco as Srªs e os Srs. Senadores, membros desta Comissão, para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 7, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Eu gostaria de agradecer aqui a presença do Capitão de Mar e Guerra, Comandante Alexandre Bessa. Ele, que é Chefe da Assessoria Parlamentar da Marinha do Brasil. Agradeço pela sua presença, pelo seu trabalho em trazer, hoje, à deliberação desta Comissão, assunto de tamanha importância, como a inclusão das mulheres na Força da Marinha brasileira. E também quero pedir a V. Sª que leve a S. Exª o Comandante da Marinha do Brasil, o Almirante de Esquadra Leal Ferreira, os nossos cumprimentos, os nossos respeitos, os nossos votos de êxito e de sucesso no seu comando.

Então, convocando, portanto, para a nossa próxima reunião deliberativa, no próximo dia 7, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar a nossa reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia a todas as senhoras e os senhores.

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Marta Suplicy, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 227, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotadas por Sessão Ordinária da 8ª Conferência das Partes atuando como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, em Doha, Catar, em 8 de dezembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 228, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 31 de janeiro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 8 de março de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 231, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de abril de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 233, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, celebrado em Lusaca, em 8 de julho de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43 de 2017** que: "Criação de Subcomissão Temporária para proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília, composta por 5 membros efetivos e 5 suplentes." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Lido. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/07

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura da nossa Casa legislativa.

Expediente.

Recebemos de S. Exª o Sr. Embaixador do México no Brasil o seguinte ofício:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com os meus respeitosos cumprimentos, permito-me levar ao seu conhecimento a realização das eleições federais que ocorrerão no México em julho de 2018.

Tenho o agrado de enviar, em anexo, a convocatória para visitantes estrangeiros que tenham interesse em conhecer e acompanhar o desenvolvimento do processo eleitoral mexicano, publicado pelo Instituto Nacional Eleitoral (INE) do México.

Solicito, respeitosamente, o seu amável apoio para divulgação da mencionada convocatória junto aos partidos e organizações políticas brasileiras que estime convenientes.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de estima e distinta consideração.

Assina o Sr. Embaixador, Salvador Arriola.

Portanto, é um comunicado que ele faz com bastante antecedência da convocatória para as eleições mexicanas, que serão realizadas em julho do próximo ano.

Leitura de requerimento que foi apresentado verbalmente na nossa última reunião por S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43 de 2017]

Criação de Subcomissão Temporária para proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília, composta por cinco membros efetivos e cinco suplentes.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

S. Exª o Senador Cristovam Buarque requer, nos termos do art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da subcomissão temporária, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta por cinco membros efetivos e cinco suplentes, para proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

O fórum, a maior reunião internacional sobre o tema, se reúne pela primeira vez no Hemisfério Sul. Para esta edição são aguardados Chefes de Estado, Ministros do Meio Ambiente, Parlamentares, cientistas, *experts* e membros da sociedade civil em geral.

Nas últimas eleições do fórum, a presença de parlamentares de todo o mundo passou a ter destaque especial.

Em Brasília, contaremos com a edição da sessão parlamentar da União Interparlamentar. Além dessa reunião, consideramos de extrema importância, a participação ativa de representantes do Senado Federal e da Câmara neste evento de magnitude mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue a justificação.

Assinado Senador Cristovam Buarque.

Comunicados.

Jerusalém.

O presidente norte-americano anunciou ontem que os Estados Unidos vão reconhecer oficialmente Jerusalém como a capital de Israel. Ele também anunciou o início imediato de preparações para transferência da Embaixada dos Estados Unidos em Israel, localizada em Tel Aviv, para novas instalações em Jerusalém.

O presidente norte-americano declarou que essa decisão está de acordo com "os interesses dos Estados Unidos e com a busca pela paz entre Israel e os palestinos" e garantiu que os Estados Unidos ainda apoiavam a solução dos dois Estados. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, disse que Israel estava profundamente agradecido ao presidente americano, por seu apoio. O presidente palestino, Mahmoud Abbas, disse que os Estados Unidos não podem mais ser um mediador para a paz.

A resposta da comunidade internacional ao anúncio tem sido bastante negativa. O Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, disse que a decisão do presidente norte-americano – aspas – "coloca em risco a perspectiva de paz entre israelenses e palestinos" – fecho aspas –, e que o status de Jerusalém é uma questão – abro aspas novamente – "que deve ser resolvida através de negociações diretas entre Israel e Palestina" – fecho aspas –, segundo o Acordo de Oslo, assinado pelas duas partes em 1993.

O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que a decisão foi – aspas – "lamentável" – fecho aspas –, e pediu para que se evite a violência a qualquer custo. A primeira-ministra britânica Theresa May afirmou, em nota, que o governo do Reino Unido discorda da decisão dos Estados Unidos e que – aspas – "não existem planos" – fecho aspas – para transferir a embaixada britânica de Tel Aviv.

Em comunicado, a Arábia Saudita classificou a decisão do presidente norte-americano de – aspas – "injustificada e irresponsável" – fecho aspas. Oito das 15 nações que atualmente fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitaram um encontro urgente para discutir a decisão norte-americana no final desta semana.

Essa decisão, que cumpre uma promessa de campanha feita pelo líder norte-americano, torna os Estados Unidos o único país do mundo a reconhecer Jerusalém como capital de Israel, além do próprio Estado de Israel. A resolução 181 da ONU, de 1947, propôs uma solução de dois Estados para a região, considerando Jerusalém uma – aspas – "cidade internacional" – fecho aspas –, que ficaria sob a administração das Nações Unidas, mas o plano nunca foi posto em ação devido à guerra árabe-israelense, que se intensificou em 1967, mas que vem desde 1949, e que terminou com a ocupação israelense de áreas que, de acordo com o plano, deveriam pertencer aos árabes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1967, Israel tomou controle de outras zonas da cidade de Jerusalém. Em resposta, a Resolução 242 da ONU foi aprovada para pôr um fim ao conflito, e proibia Israel de construir ocupações nas áreas contestadas. Em julho de 1980, o governo israelense promulgou uma lei declarando Jerusalém – aspas – "completa e unida" – fecho aspas – como a capital de Israel. A lei foi declarada inválida pela ONU por meio da Resolução 478, adotada no mês seguinte, e motivou países que mantinham embaixadas em Jerusalém a se mudarem para Tel Aviv – Costa Rica e El Salvador foram os últimos países a se transferirem, em 2006, e agora Jerusalém só abriga consulados – até agora, antes da decisão do líder norte-americano.

Ao justificar sua decisão, o líder norte-americano afirmou que está fazendo cumprir uma lei, aprovada pelo congresso dos Estados Unidos em 1995, que previa a transferência da embaixada para Jerusalém. Desde a aprovação dessa lei, os presidentes americanos anteriores assinavam, semestralmente, uma dispensa que adiava por mais seis meses a transferência da embaixada. A decisão anunciada ontem rompe com essa tradição.

Iêmen.

O ex-presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, foi morto, na segunda-feira, por combatentes Huth, seus antigos aliados, ao sul da capital Saná. A morte do ex-líder foi divulgada pelos rebeldes Huth e, depois, confirmada pelo partido de Saleh, o Congresso Popular Geral.

Os rebeldes Huth são um grupo de combatentes muçulmanos xiitas que se opõem ao governo do atual Presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi.

Até a semana passada, forças leais a Saleh e os Huth lutavam juntos em uma guerra civil contra Mansur Hadi, internacionalmente reconhecido e apoiado militarmente por uma coligação de países liderada pela vizinha Arábia Saudita.

Ali Abdullah Saleh, que foi presidente do então Iêmen do Norte desde 1978, participou da criação da República Moderna do Iêmen, que uniu o sul ao norte em 1990. Ele continuou como presidente do país reunificado desde então. Saleh passou por, pelo menos, duas guerras civis, no período de 2004 e 2011, contra os Huth, sobreviveu a diversas tentativas de assassinato e foi deposto em 2011, durante a Primavera Árabe, após 33 anos no poder.

A aliança entre as forças leais a Saleh e os Huth começou a ruir na quarta-feira da semana passada, quando teve início uma disputa pelo controle da maior mesquita da capital iemenita, que deixou mais de 125 mortos, e se agravou na sexta-feira, quando Ali Abdullah Saleh anunciou o seu rompimento com os Huth e ofereceu, segundo a sua expressão, "virar a página" com a coligação liderada pela Arábia Saudita.

Em artigo escrito para a rede britânica BBC, o analista do *think tank* britânico Chatham House, Peter Salisbury, considera que, apesar de Saleh ter sido responsável por dar início à guerra civil que hoje varre o Iêmen, sem as suas habilidades de negociador, o conflito e a crise humanitária tendem a piorar. Ironicamente, opina Salisbury, ele foi morto logo quando estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prestes a conseguir o que planejava desde que foi deposto: garantir o seu retorno ou de seu filho, Ahmed Ali, ao poder.

De acordo com o especialista, Saleh apoiou os Huth desde o início do conflito mais recente, em 2015, mas sempre sinalizou a sua disposição de negociar com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Com a morte de Saleh, o futuro do conflito no Iêmen é sombrio. O especialista considera que, agora, a Arábia Saudita deve decidir entre começar negociações em um clima de confiança zero ou continuar a sua campanha armada, que teve poucos sucessos notáveis nos últimos dois anos e meio.

Saleh era uma figura polêmica, conclui Salisbury, mas também era a pessoa mais capaz de intermediar um acordo. Sua morte levará somente a mais polarização no conflito.

De acordo com dados da ONU, desde o início do conflito, mais de 8.500 pessoas já foram mortas, mais de 50.000 foram feridas e mais de 3 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas. A crise alimentícia provocada por bloqueios no país já é uma das mais graves do mundo, e atinge cerca de 18 milhões de pessoas.

Catalunha.

A Justiça espanhola retirou, na terça-feira, as ordens de prisão no âmbito da União Europeia, emitidas no início de novembro contra o Presidente deposto da Catalunha, Carles Puigdemont, e quatro de seus ex-ministros. Apesar da decisão, eles ainda podem ser acusados de sedição e rebelião pela justiça da Espanha.

Ao anunciar sua decisão, o Juiz do Supremo Tribunal da Espanha, Pablo Llarena, citou a disposição dos líderes catalães de voltar ao país para as eleições regionais que ocorrerão dia 21 de dezembro. Ele afirmou que a retirada das ordens de prisão em outros países da Europa permitirá que a Espanha tome controle completo das investigações.

Puigdemont e seus quatro ex-ministros haviam se entregado à Justiça belga no dia 5 de novembro, pouco depois que as ordens foram emitidas, e foram liberados no mesmo dia após serem interrogados em Bruxelas. A Justiça belga iria divulgar sua decisão sobre a extradição dos cinco no próximo dia 14, apesar dos protestos dos cinco líderes, sob a alegação de que não receberiam um julgamento justo caso retornassem à Espanha.

Carles Puigdemont já havia confirmado que retornaria se um julgamento justo lhe fosse garantido. Nesta segunda-feira, seis ex-ministros catalães que estavam detidos em Madri foram soltos após pagamento de fiança. Mas outros dois, entre eles o ex-Vice-Presidente catalão, Oriol Junqueiras, continuam detidos.

Já teve início a campanha para a eleição regional convocada pelo governo espanhol como uma tentativa de resolver a crise na Catalunha. Falando de Bruxelas, em uma transmissão de vídeo para um comício em Barcelona na noite de segunda-feira, Puigdemont rotulou a eleição como uma escolha entre nação e submissão. Durante o evento, o assento do ex-líder foi ocupado por uma fita amarela, que simboliza o apoio aos políticos presos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doze dos treze líderes catalães destituídos pelo governo espanhol após o referendo pela independência vão concorrer nas eleições de 21 de dezembro. Uma pesquisa de opinião conduzida pelo Centro de Investigações Sociológicas, um órgão autônomo espanhol, sugere que os partidos pró-independência não obterão a maioria absoluta nessas eleições. Os partidos do presidente e do vice-presidente depostos vão concorrer separadamente nesta eleição, depois que divergências sobre o futuro da região emergiram após o referendo. Em 2015, quando os partidos separatistas conseguiram a maioria absoluta com 72 das 135 cadeiras do Parlamento, esses dois partidos formavam uma coligação.

Eu queria pedir à Secretaria que trouxesse o texto sobre o Reino Unido, por favor.

Mianmar.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, disse na terça-feira que não pode ser descartada a possibilidade de ocorrência de genocídio contra os muçulmanos rohingyas, cometido por forças do Estado de Mianmar.

Em sua declaração durante sessão do Conselho de Direitos Humanos em Genebra, Zeid Al Hussein disse que nenhum rohingya poderia ser mandado de volta a Mianmar a não ser que um monitoramento contínuo de direitos humanos seja garantido na região. Ele listou abusos supostamente cometidos contra os rohingyas, entre os quais o uso de granadas, tiros à queima-roupa, esfaqueamentos, espancamentos e a queima de casas com famílias ainda dentro delas.

O Alto Comissário afirmou: "Considerando que os rohingyas se identificam como um grupo étnico distinto, com sua própria linguagem e cultura, e que são reconhecidos pelos perpetradores da violência como pertencentes a um diferente grupo étnico, nacional, racial ou religioso, não podemos descartar que elementos de genocídio podem estar presentes." O Alto Comissário completou que a determinação legal de "genocídio" é algo que "apenas uma corte competente pode fazer", mas que "as preocupações são extremamente sérias".

O Embaixador de Mianmar no Conselho de Direitos Humanos, Htin Lynn, negou que as atrocidades citadas pelo Alto Comissário tenham ocorrido, e disse que os governos de Mianmar e o de Bangladesh estavam cooperando para garantir o retorno dos refugiados. Ele completou que os órgãos da ONU também estariam envolvidos no processo, mas não garantiu o acesso imediato e sem entraves à região para investigadores internacionais, uma exigência que as Nações Unidas já haviam feito.

Até agora, autoridades da ONU haviam descrito a violência no estado de Rakhine como "limpeza étnica". O uso do termo "genocídio" – um termo legalmente específico, que descreve a tentativa de eliminar, em sua totalidade ou em parte, um grupo de pessoas, amplamente considerado como o mais grave crime contra a humanidade – pelo Alto Comissário da ONU amplia a pressão internacional sobre Mianmar e reflete preocupações sobre o que a ONU descreve como décadas de discriminação e violência contra os rohingyas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês passado, Bangladesh assinou um acordo com Mianmar para garantir o retorno das centenas de milhares de muçulmanos rohingyas que atravessaram a fronteira depois que a violência no estado de Rakhine se agravou, em agosto. Um comunicado do Ministério de Relações Exteriores de Bangladesh informa que as pessoas deslocadas poderiam começar a retornar dentro de dois meses, mas poucas outras informações foram divulgadas até o momento.

Iniciando a pauta no dia de hoje, comunicado sobre o prazo de emendas.

Informo que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 227; 228; 229; 230; 231; 232 e 233, de 2017, constantes da pauta de hoje, encontram-se em fase de recebimento de emendas, nos termos da alínea "c", item II, do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal.

Considerando que a presente Seção Legislativa está chegando ao fim e em nome da celeridade processual, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que as emendas poderão ser oferecidas até o encerramento da discussão dessas matérias.

E passamos à pauta do dia de hoje.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 227, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotadas por Sessão Ordinária da 8ª Conferência das Partes atuando como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, em Doha, Catar, em 8 de dezembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação.

Indico, como Relator *ad hoc,* S. Exª o Senador Antonio Anastasia para apresentação do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Como V. Exª acaba de anunciar, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 227, de 2017, que aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Quioto.

Autoria do relatório, Senador Jorge Viana, que passo a ler *ad hoc* por designação de V. Exª.

O Protocolo foi adotado na 18ª Conferência das Partes (COP-18), realizada em Doha, Catar, em 2012. Tratam-se, portanto, das Emendas Doha ao Protocolo de Quioto, conforme termo cunhado pelo Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidente da República, Dilma Rousseff, por meio da Mensagem nº 591, de 5 de janeiro de 2016, submeteu à aprovação do Congresso Nacional o texto das Emendas ao Protocolo de Quioto, formalizando o segundo período de compromisso do Protocolo, com início em 1º de janeiro de 2013 e encerramento em 31 de dezembro de 2020. Nos termos da Exposição de Motivos dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Ministra de Estado do Meio Ambiente, as emendas estabelecem novos compromissos quantificados de limitação ou redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, bem como instituem regras adicionais para implementar os compromissos previstos no Protocolo.

O Protocolo instituiu três mecanismos para auxiliar o cumprimento das metas de países desenvolvidos, destacando-se para o caso brasileiro o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Exatamente por isso, a formalização do segundo período de compromisso é tema prioritário para o Brasil no âmbito das negociações climáticas.

A seguir, são relatadas as emendas e eu passo à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre as proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não se vislumbram vícios no que diz respeito a sua juridicidade. No mesmo sentido, não se observam vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. E a matéria em análise vincula-se em absoluto à sadia qualidade de vida preconizada pelo art. 225 da Constituição, que trata da proteção ao meio ambiente.

O Protocolo de Quioto, assinado em 1997, mas com entrada em vigor apenas em 16 de fevereiro de 2005, estabeleceu metas obrigatórias para as Partes do Anexo I (países desenvolvidos), com a previsão de que entre 2008 e 2012 houvesse o primeiro período de seu cumprimento, com a redução de aproximadamente 5% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), com base nos níveis de 1990.

Cumpre ressaltar que, em novembro deste ano, na Declaração Conjunta da 24ª Reunião de Ministros do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) sobre Mudança do Clima, em Bonn, na Alemanha, representantes desses países reforçaram a importância de acelerar a implementação de compromissos e ações no período pré-2020 e, em particular, a ratificação das Emendas Doha.

A Declaração insta os países desenvolvidos a rever e aumentar suas metas de redução de emissões e a intensificar a oferta de meios de implementação, para que os países em desenvolvimento aumentem seus esforços de mitigação e adaptação.

O Brasil tem protagonismo internacional no tópico ambiental. O País é respeitado e conhecido pelo papel desempenhado em eventos cruciais para o debate ambiental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo o fato de ter sediado a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, até a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural, a Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Também tem se destacado na comunidade internacional pela liderança nos debates que resultaram no Acordo de Paris.

O eminente Senador Viana informa que teve a oportunidade de acompanhar, desde seus primórdios, as negociações que culminaram na propositura das emendas ao Protocolo de Quioto que ora analisamos. A então Ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, chefiou a delegação brasileira.

Mais recentemente, em abril deste ano, o Senador Jorge Viana, como Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) do Congresso Nacional, teve o privilégio de ouvir, em audiência pública, a Secretária-Executiva da Convenção-Quadro, Patricia Espinosa. Na ocasião, ela solicitou que o Brasil pudesse ratificar a Emenda de Doha, que ora estamos analisando, pois isso seria muito importante para que outros países, sobretudo os da União Europeia, também tomassem a decisão de fazê-lo.

Em Bonn, na Alemanha, durante a COP-23, da qual o eminente Senador participou como Presidente da CMMC, o pedido de ratificação da proposição foi feito novamente pela Secretária-Executiva, que detém o mais alto cargo da ONU para negociações climáticas.

Em 1º de dezembro deste ano, após sua aprovação, o projeto de decreto legislativo foi encaminhado pela Câmara ao Senado Federal. A importância de sua célere aprovação nesta Casa é crucial para manter a credibilidade do Brasil junto aos países comprometidos em enfrentar este que é um dos maiores dilemas do nosso tempo: o aquecimento global. Os cenários previstos de alteração do clima, com seus graves prejuízos à economia e de forte impacto social junto a todas as nações do Planeta.

De fato, o aquecimento global causado por ações antrópicas, com o consumo de combustíveis fósseis e desmatamento, tornou-se questão central no debate internacional ambiental. É ainda tema relevante na tomada de decisões da agenda legislativa, econômica e de políticas públicas nacionais.

A ratificação das Emendas Doha pelo Brasil terá impacto na comunidade internacional, sinalizando o compromisso do País com o período pré-2020, no período prévio à regulamentação das regras do Acordo de Paris. É exatamente nesse ponto que reside a maior relevância dessa ratificação.

Por fim, no âmbito doméstico, a ratificação do Acordo de Paris surpreendeu a todos pela rápida tramitação nas Casas Legislativas.

Entendemos que essa celeridade deve ser repetida agora pelo Senado Federal, que deve decidir pela aprovação do projeto em análise. Portanto, somos pela aprovação das Emendas Doha ao Protocolo de Quioto, para que o mundo possa ter um documento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

garanta o compromisso de redução das emissões de 2013 até 2020, de modo que sejam cumpridas as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do Acordo de Paris.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2017.

Sr. Presidente, esse é o relatório do eminente Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório.

Eu gostaria de colocar para as Srªs e Srs. Senadores que vamos, na reunião de hoje, fazer a discussão em blocos. Assim, procederemos à leitura de todos os relatórios e, ao final, abriremos a discussão para o primeiro item, que é a questão do Protocolo de Kyoto. Depois, no segundo bloco de discussão, nós faremos os itens que tratam, todos eles, de serviços aéreos, o item 2, o item 3, o item 4. Depois faremos outro bloco de discussão, relacionado aos assuntos de trabalho e questões de tributação e evasão fiscal – podemos fazer isso numa única discussão, no mesmo bloco. Por fim, discutiremos o último item, que é o Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo do Brasil e o da República da Zâmbia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Gostaria, antes de passar a palavra ao nosso próximo orador – é exatamente a ele que quero me referir –, de cumprimentar S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho pelo seu aniversário, desejando a ele, em nome de todos os integrantes da Comissão, muitas felicidades, muita saúde, muita persistência, sempre cumprindo com brilhantismo o seu mandato aqui, no Senado da República, assim como o fez em todos os cargos pelos quais já passou.

V. Exª tem tido uma atuação que faz com que o Senado se engrandeça. Todos nós precisamos muito das suas luzes, do brilho da sua inteligência, da sua cultura e do seu patriotismo nos nossos trabalhos, Senador. Seja muito feliz juntamente com seus familiares.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Agradeço as manifestações que tenho recebido dos companheiros da Comissão e de muitos outros companheiros da Casa. Fico lisonjeado com as palavras proferidas agora por V. Exª.

Eu iria lhe fazer um apelo. Tenho que presidir uma audiência pública agora, às 9h30min, e gostaria de indagar se seria possível antecipar a leitura do item 3, do qual sou Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Submeto à deliberação do Plenário a solicitação de S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho de colocar o item 3 da pauta como o item seguinte.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, regista que o tratado em análise tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre e além dos territórios do Brasil e da Ucrânia e que certamente contribuirão para o adensamento das relações nas esferas do comércio, do turismo, da cultura, da cooperação, entre outras.

O Acordo conta com preâmbulo, 21 artigos e anexo contendo quadro de rotas e condições operacionais.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas, até o momento, emendas.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Os negociadores do acordo lembram, nos considerandos do discurso preambular, que ambos os países são Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, no dia 7 de dezembro de 1944. Registram, ainda, que desejam concluir um acordo com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia e além de seus respectivos territórios.

Nesse sentido, observa-se que o texto produzido não destoa em nada dos tratados sobre o tema que já vincula, no plano bilateral, a República Federativa do Brasil. Cuida-se, assim, de ato internacional perfeitamente alinhado com as diretrizes da aviação civil internacional.

Para além disso, o acordo é muito bem-vindo na medida em que fortalece os laços de amizade entre os dois países por meio da possibilidade de conexão direta por meio do transporte aéreo. Essa perspectiva há de incrementar, de modo superlativo, as trocas comerciais e o trânsito de turistas entre Brasil e Ucrânia.

Voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, pela apresentação de seu relatório.

Antes de passarmos ao próximo item da pauta, eu gostaria de comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Michel Temer, já, desde o mês de agosto, expediu convites a várias autoridades mundiais, além de outras autoridades aqui do nosso País, convidando para a realização, aqui em Brasília, do 8º Fórum Mundial da Água.

Entre os convites expedidos foi um para S. Exª o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Havia uma dúvida sobre se ele havia ou não recebido o convite, que foi feito mediante um ofício que eu agora passo a ler: "A S. Exª Sr. António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas". Esse é um ofício datado do dia 3 de agosto, portanto, sem dúvida, S. Exª o Secretário-Geral das Nações Unidas o recebeu, ou a sua assessoria.

É importante também porque, na última reunião aqui, foi levantada pelo Senador Cristovam Buarque e também pelo Senador Jorge Viana, relativamente ao Fórum Mundial da Água – e houve, inclusive, a minha participação –, certa dúvida sobre o termo "Fórum Mundial da Água – Compartilhar Água" ou algo parecido, mas com o verbo compartilhar. Isso sugeria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma dificuldade de interpretação específica para o tema a ser debatido no Fórum Mundial da Água.

E este o ofício de Sua Excelência o Senhor Presidente da República parece-me que nos dá um caminho que torna mais delimitada a discussão em torno do que seria o compartilhamento da água. Então, volto à leitura do expediente, do ofício, o convite enviado a S. Exª o Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Antônio Guterres:

> Tenho a honra de convidar V. Exª para o 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se no período de 19 a 23 de março de 2018, em Brasília. O fórum, que se reúne a cada três anos, é o principal evento internacional sobre recursos hídricos.
>
> [O Fórum Mundial da Água, a ser realizado em março de 2018, aqui em Brasília], tem como objetivo compartilhar experiências de gestão sustentável da água [– repito: compartilhar experiências de gestão sustentável da água –]; promover negócios e favorecer a inovação.

Continuo o ofício, convite do Presidente da República Michel Temer ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Diz ele:

> Estou seguro de que o fórum de Brasília será ocasião para que governos e sociedades examinem métodos sustentáveis para o uso da água. O nosso propósito maior é promover o desenvolvimento em nome do bem-estar das gerações presentes e futuras. A cooperação internacional é peça chave para alcançarmos os objetivos consagrados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
>
> Na expectativa de poder recebê-lo em Brasília para o segmento de alto nível do fórum, na manhã do dia 19 de março de 2018, peço que aceite, Sr. Secretário-Geral, os votos da minha mais alta estima e consideração.

Assina Sua Excelência o Senhor Presidente da República Michel Temer.

Passo ao item 2, que agora passa a ser o item terceiro da pauta, pela inversão feita a pouco.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 228, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 31 de janeiro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indico S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc* e concedo a palavra a S. Exª para a leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para proferir parecer.) – Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como V. Exª já anunciou, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Senador Lasier Martins. Farei a leitura como Relator *ad hoc* indicado por V. Exª.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 207, de 2016, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da república federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 31 de janeiro de 2012. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI 00367/2015 MRE SAC, assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Luiz Iecker Vieira e pelo então Ministro-Chefe de Aviação Civil do Brasil, Eliseu Lemos Padilha.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O Acordo em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, "incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários". Em sua elaboração atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O Acordo conta com 26 artigos e um Anexo. O Artigo 1 é dedicado à definição dos termos a serem utilizados na aplicação do ato internacional em questão. Por ele, o termo "Autoridade Aeronáutica" significa, no caso da República Federativa do Brasil, a autoridade de aviação civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, no caso da República de Cuba, o Instituto de Aeronáutica Civil de Cuba (IACC), ou, em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas por aquelas autoridades. O termo "capacidade" diz respeito, segundo estipula o Acordo, à quantidade de serviços oferecidos. É ela medida pelo número de voos (frequências), ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado ou em uma rota, durante determinado período, tal como diariamente, semanalmente, por temporada ou anualmente.

"Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago em 1944, incluindo qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambas as Partes. A expressão "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 do presente Acordo. "Preço" diz respeito aos preços e encargos que deverão ser pagos para o transporte aéreo de passageiros e carga e as condições segundo as quais se aplicam estes preços.

Para o Governo da República Federativa do Brasil, "território" tem o significado a ele atribuído pelo Artigo 2 da Convenção de Chicago; e para a Parte cubana significa a ilha de Cuba, a Ilha da Juventude e demais ilhas e ilhotas adjacentes, as águas interiores e o mar territorial na extensão fixada por lei, assim como o espaço aéreo que se estende sobre esses, sobre os quais Cuba exerce sua soberania.

A expressão "tarifa aeronáutica" significa os preços ou encargos impostos às empresas aéreas pelas autoridades competentes pelo uso do aeroporto, de suas instalações e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados para suas aeronaves, tripulações, passageiros e carga. E finalmente as expressões "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa aérea" e "escala para fins não comerciais" tem os significados a eles atribuídos pelo Artigo 96 da Convenção de Chicago.

O Artigo 2 elenca os direitos conferidos pelas Partes às empresas aéreas por elas designadas para operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas em Quadro de Rotas constante do Anexo ao presente Acordo, a saber: sobrevoar o território da outra Parte sem pousar; fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais; fazer escalas nos pontos especificados no Quadro de rotas para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e mala postal e os demais direitos especificados no presente Acordo.

À luz do Artigo 3, cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados ou alterar tal designação, pela via diplomática. A autorização será dada com o mínimo de demora por cada uma das Partes, desde que a empresa seja estabelecida no território da Parte que a designa; o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa; a Parte que a designa cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação) do presente Acordo e desde que a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

O Artigo 4 faculta a cada Parte o direito de negar as autorizações mencionadas, podendo também revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, quando houver dúvidas em relação ao efetivo cumprimento, pelas empresas designadas, das condições estabelecidas pelo dispositivo anterior (Artigo 3).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo determina o Artigo 5, as leis e regulamentos de uma Parte relativos à entrada e saída de seu território de aeronave engajada em serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tais aeronaves serão aplicados às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte, enquanto em seu território. Na aplicação de tais regulamentos, entretanto, nenhuma das Partes dará preferência às suas próprias empresas aéreas em relação às empresas aéreas da outra Parte.

Ademais, os passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto não estarão sujeitos a mais do que uma inspeção simplificada, exceto nos casos relativos a medidas de segurança contra atos de interferência ilícita, transporte de drogas e outros delitos internacionais. As bagagens e cargas em trânsito direto serão isentas de taxas alfandegárias e outras taxas similares.

O Artigo 6, ao tratar do reconhecimento de certificados e licenças, estipula que os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma das Partes e ainda em vigor serão reconhecidos como válidos pela outra Parte, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos à luz da Convenção de Chicago. Não obstante, o Acordo permite a cada Parte reservar-se o direito de reservar-se o direito de recusar-se a reconhecer certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

O Artigo 7 trata da segurança operacional, estabelecendo procedimento de realização de consultas entre as Partes sobre normas de segurança operacional, aplicadas nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Se, depois de realizadas as consultas, uma das Partes estima que a outra Parte não mantém de maneira efetiva os requisitos de segurança, esta deverá tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado. Se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas, o Secretário-Geral da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional) será notificado.

Segundo determina o Artigo 8 do presente Acordo, as Partes reafirmam sua obrigação mútua, já consignada em inúmeros instrumentos do Direito Internacional, de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, como o apoderamento ilícito de aeronaves e agirão segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI.

Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações e serviços de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, de maneira a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Artigos 9 e 10 tratam das tarifas aeronáuticas e direitos alfandegários, estipulando que nenhuma das Partes cobrará das empresas aéreas designadas pela outra Parte tarifas e demais encargos superiores aos cobrados às suas próprias empresas; e que cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada pela outra Parte, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos, taxas de inspeção, provisões de bordo, combustíveis e outras, observada a legislação nacional. Quanto aos impostos a serem pagos pelas empresas aéreas designadas pelas Partes, estes deverão ser pagos de acordo com a respectiva legislação nacional, devendo os países procurar concluir um acordo destinado a evitar a dupla tributação (Artigo 11).

O Artigo 12 permite que cada Parte signatária determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, com base em considerações próprias do mercado. Se uma Parte considerar que suas empresas aéreas estão sendo discriminadas ou objeto de práticas anticompetitivas, ela poderá solicitar a realização de consultas, conforme disciplinadas pelo Artigo 20.

Também as tarifas serão fixadas por cada empresa aérea baseando-se em considerações do mercado. Se qualquer das Partes considerar existirem práticas discriminatórias, como tarifas artificialmente baixas devido a subsídio ou apoio governamental direto ou indireto, ela poderá notificar a outra Parte e solicitar consultas (Artigo 13).

No que diz respeito à concorrência, o Artigo 14 estipula que as Partes deverão informar-se mutuamente sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência ou modificações destas leis, identificando as autoridades responsáveis pela sua aplicação. O Acordo proíbe as práticas que distorçam, impeçam ou restrinjam a concorrência.

Permite a transferência de receitas, uma vez pagos os impostos taxas e contribuições devidos (Artigo 15) e a abertura de escritórios de representação com pessoal administrativo, comercial e técnico (Artigo 16).

Permite também o compartilhamento de códigos, por meio de acordos comerciais de cooperação, com empresas aéreas da mesma Parte; da outra Parte e empresas aéreas de terceiros países, que deverão possuir os direitos de rota correspondentes (Artigo 17).

À luz do que prevê o Artigo 19, a previsão de horários de voos de uma empresa aérea designada deverá ser submetida à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, em um prazo de pelo menos 30 dias antes do início da operação dos serviços acordados.

O Artigo 20 prevê a realização de consultas entre as Partes sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda do Acordo em exame, e em caso de surgimento de controvérsia, as autoridades aeronáuticas buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las, e se não chegarem a um acordo a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

Tratam os dispositivos finais das cláusulas de praxe, como vigência e denúncia. O Artigo 22 prevê a possibilidade de emendas, que estão previstas no Artigo 23 caso um acordo multilateral relativo a transporte aéreo entre em vigor em relação a ambas as Partes. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso, o pactuado no presente Acordo será objeto de emenda para conformar-se às disposições do eventual acordo multilateral.

Segue-se anexo contendo Quadro de rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas por cada uma das Partes.

Análise, Sr. Presidente.

Cuida-se aqui de relevante instrumento internacional, contendo novo marco legal para a operação dos serviços aéreos entre os territórios do Brasil e de Cuba.

Segundo muito bem ressaltou o parecer da Deputada Jô Moraes, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, aspas: "Em comparação ao Acordo anterior, assinado em 1998 e por este substituído, o presente Acordo simplifica e ao mesmo tempo moderniza os serviços prestados, tornando-os mais expeditos", fecho aspas. Com efeito, o instrumento ora em apreciação por esta Comissão libera a fixação de rotas e não limita quantidade nem frequência de voos.

Já no que diz respeito à segurança aérea, o conjunto de Acordos e convenções internacionais firmados com o objetivo de proteger a aviação civil é mencionado, comprometendo-se as Partes a atuar segundo as disposições, em particular, da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, de 1971 e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos utilizados pela Aviação Civil Internacional de 1988, entre outros instrumentos.

Ademais, o presente Acordo, que tem o objetivo de incrementar os laços de amizade e entendimento entre Brasil e Cuba, haverá de também contribuir para o adensamento das relações entre os dois países nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Voto, Sr. Presidente.

Com base no exposto e por ser constitucional e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2017.

Esse é o relatório do Senador Lasier Martins, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação do relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2017.

Eu gostaria também de, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fazer um agradecimento público a S. Exª o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, pelo grande esforço que ele vem realizando naquela Casa Legislativa no sentido de agilizar a aprovação dos atos referentes a acordos internacionais já assinados entre o Brasil e diversos outros países, diversos outros parceiros comerciais, enfim, que estavam há muito tempo parados naquela Casa Legislativa sem deliberação pelo Plenário daquela Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S. Exª o Presidente daquela Casa, depois de uma solicitação pessoal que foi feita por esta Comissão a ele, tem agilizado bastante, colocando na ordem do dia diversos atos que lá estavam. Graças a esse esforço que ele vem realizando, sobretudo nas sessões de quinta. Hoje vai haver uma sessão deliberativa em que vários atos já estão na pauta para serem deliberados, e amanhã da mesma forma. Então, graças a isso, nós temos também conseguido dar aqui no Senado a agilidade necessária para que esses acordos sejam finalmente ratificados pela parte brasileira.

A S. Exª o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Rodrigo Maia, nossos agradecimentos, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Próximo item é o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 229, de 2017. Não terminativo. Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Relatoria, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Indico S. Exª o Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ah! Foi bom informar. O Secretário acaba de informar que esse já foi lido. Exatamente. É porque era o item terceiro. Eu me esqueci de tirar da ordem, mas agora, sim. Minhas escusas às Srªs e aos Srs. Senadores.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 8 de março de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Antonio Anastasia para apresentação do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de apregoar, trata-se do relatório relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, a Senhora Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 206, de 6 de maio de 2016, solicitando a apreciação do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 8 de março de 2011.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em Plenário no dia 30 de novembro de 2017 – V. Exª acaba de cumprimentar o Presidente daquela Casa – na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após confirmação das Comissões de Constituição e Justiça e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual cumpriu os prazos regimentais, sendo em seguida distribuída ao Relator, Senador Pedro Chaves.

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes: estabelecer as bases para a ligação aérea regular entre Brasil e Índia e o tratamento das questões financeiras e trabalhistas incidentes, entre as quais as de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações, de conversão e remessa de receitas e de contratação de pessoal.

Além do preâmbulo, a parte dispositiva do Acordo é composta por 26 artigos. Conforme o item 2 do art. 2º, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos no território da outra Parte: a) direito de sobrevoo; b) direito de fazer escalas com fins não comerciais; c) direito de fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas acordado, com a finalidade de embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagens, carga ou mala postal.

Cada Parte terá o direito de designar uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados. Tais designações devem ser feitas por escrito e transmitidas à outra Parte, por via diplomática, e devem identificar se a empresa está autorizada a conduzir o tipo de serviço aéreo acordado (art. 3.1).

Ao receber o pedido para operar os serviços aéreos, as autoridades aeronáuticas da outra Parte concederão, com mínima demora, a respectiva autorização, desde que: a) a propriedade substancial e o controle efetivo da empresa aérea indicada sejam mantidos pela Parte que a designa ou por seus nacionais; b) a empresa aérea designada atenda às leis e regulamentos aplicáveis ao transporte aéreo internacional; c) a Parte que designa a empresa aérea observe as disposições sobre segurança operacional e segurança da aviação.

O texto acordado comporta, ainda, regras sobre reconhecimento de certificados e licenças (art. 6º); segurança operacional (art. 7º); segurança da aviação (art. 8º); tarifas aeronáuticas (art. 9º); direitos alfandegários (art. 10); capacidade e frequência de serviços (art. 11); acordos cooperativos de comercialização (art. 12); preços dos serviços prestados (art. 13);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência (art. 14); conversão de divisas e remessas de receitas (art. 15); atividades comerciais das empresas aéreas da outra Parte (art. 16); estatísticas (art. 17); aprovação de horários (art. 18); consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emendas ao Acordo (art. 19); solução de controvérsias (art. 20); entrada em vigor de emendas (art. 21); acordos multilaterais (art. 22); serviços intermodais (art. 23); denúncia do instrumento (art. 24); registro na OACI (art. 25); e entrada em vigor (art. 26).

Consoante o art. 17, cada uma das Partes pode, a qualquer momento, solicitar a realização de uma consulta versando sobre a implementação, a interpretação, a aplicação ou emendas ao Acordo ou seu satisfatório cumprimento.

As eventuais controvérsias relativas à interpretação ou aplicação do avençado serão resolvidas por meio de consultas ou por via diplomática. Caso não seja resolvida pelos citados meios, as Partes poderão encaminhar a disputa a ser dirimida para uma pessoa ou organização. Se, ainda assim, as Partes não chegarem a um acordo, a questão deverá ser submetida a um tribunal arbitral, formado por três árbitros (art. 20).

O Instrumento pactuado poderá ser denunciado por uma das Partes, por via diplomática, a qualquer tempo, devendo tal ato ser comunicado à Organização da Aviação Civil Internacional (art. 21).

Tanto o Acordo como suas emendas deverão ser registrados na Organização da Aviação Civil Internacional (art. 25). Por fim, o Acordo entrará em vigor na data de recebimento da segunda nota diplomática, após o cumprimento das respectivas formalidades internas (art. 26).

Análise.

A negociação do Acordo visou a favorecer um maior intercâmbio entre Brasil e Índia, de forma a estreitar os laços bilaterais e promover um maior ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países. O objetivo da Chancelaria brasileira tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do Acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros com a Índia, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre o Brasil e a Ásia.

Nas tratativas mantidas com a Índia foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos.

Especificamente, além do regime de liberdade mencionado, destacam-se os seguintes pontos no Acordo: a) art. 3º, que institui o princípio da multidesignação de empresas pelas Partes; b) art. 8º, que incorpora o tema da segurança da aviação civil; c) art. 10, que é referente a direitos alfandegários; d) art. 15, sobre conversão e remessas de receitas, também em linha com as recomendações do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível para acordos de aviação e encontrou, por meio do presente Acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico.

O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No ato internacional são prescritas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

O Acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas áreas, as Partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

Por fim, é de se salientar que o presente acordo insere-se na conjuntura de criação dos BRICS, o que, mesmo que minimamente, auxiliará a multiplicar as trocas comerciais entre Brasil e aquele país, principalmente nos setores de tecnologia e inovação, além de elevar o trânsito de passageiros.

Voto.

Pelo exposto, e consoante a conveniência aos interesses nacionais deste acordo firmado pelo Governo brasileiro, o voto é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2017.

É o relatório do eminente Senador Pedro Chaves, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2017.

Próximo item da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 231, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação.

Indico S. Exª o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2017.

Tem a palavra V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Fernando Collor, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 231, de 2017, que esta Comissão é chamada a opinar, que resulta da Mensagem nº 425, de 2015, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vista à apreciação do Acordo sobre o Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que elaborou o presente projeto de decreto legislativo; à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que aprovaram o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo do Plenário da Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2017, sendo aprovado e remetido a esta Casa.

Quero parabenizá-lo, Presidente Collor. V. Exª encaminha à apreciação do Plenário da nossa Comissão de Relações Exteriores o projeto que foi aprovado na Câmara, em 30 de novembro de 2017. Estamos no dia 7 de dezembro. Temos visto, Senador Anastasia, que esses acordos passam, às vezes, até dez anos para chegarem até aqui. Não é por falta de trabalho.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Setenta anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Setenta anos? O Senador Anastasia está dizendo que um acordo demorou 70...

Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O Senador Antonio Anastasia refere-se a um acordo, me parece que é esse, de 1928...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Noventa anos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Noventa anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Noventa anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Noventa anos. Exatamente com a República de Cuba, que foi deliberado aqui no plenário desta Comissão. E nos chamou a todos a atenção, porque datava de 1928. Imagine V. Exª!

Tanto que a Comissão toda já cumprimentou o Presidente da Câmara dos Deputados pela agilidade que vem dando agora, colocando na Ordem do Dia, a esses acordos internacionais. É de extrema importância para o nosso País que eles sejam rapidamente ratificados pelo Congresso Nacional para que possam lograr os efeitos que todos nós desejamos. Por isso, foi de muito bom alvitre V. Exª fazer a lembrança de que esse é um decreto que data de novembro de 2017 e que já chega aqui hoje, dia 7 de dezembro, para ser apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Muito obrigado a V. Exª, Senador.

V. Exª continua com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Parabéns, Senador Fernando Collor.

Assim como esse acordo com o governo de Cuba, que levou 90 anos para ser ratificado, esse agora vai ficar também na memória de todos nós, mas pela agilidade. Pela agilidade de, em sete dias corridos, não úteis, ser submetido à apreciação e, com certeza, obter a aprovação por parte dos membros da Comissão de Relações Exteriores.

Estava lendo e dizia que, sendo aprovado em 30 de novembro de 2017, foi remetido a esta Casa.

O Projeto de Decreto Legislativo em questão, além de aprovar o referido tratado, determina que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

A proposição veio ao Senado Federal e, nesta Casa, foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo chegado às minhas mãos para relatar.

O ato internacional em tela é versado em 10 artigos. Visa, segundo o art. 1º, criar um Programa de "Férias-Trabalho", com o fim de autorizar jovens nacionais dos países signatários a permanecerem no território do outro Estado a título individual, para fins primordialmente turísticos, com a possibilidade de buscar e exercer, a título acessório, emprego que permita complementar os recursos financeiros de que disponham. Para tanto, cada Parte expedirá gratuitamente aos nacionais do outro Estado visto temporário de longa duração, denominado "Férias-Trabalho", que permita múltiplas entradas e com validade de um ano. É, em seguida, elencado um rol de condições a serem cumpridas pelos interessados, a saber: a)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demonstrar que o motivo de sua viagem corresponde aos objetivos do programa; b) não ter usufruído anteriormente do programa; c) ter entre 18 e 30 anos de idade completos, na data de apresentação do pedido do visto; d) não estar acompanhado de dependentes; e) ser titular de passaporte válido; f) possuir passagem de regresso válida ou dispor de recursos suficientes para adquirir esta passagem; g) possuir recursos financeiros suficientes para manter-se durante o início de sua estada no território da outra Parte; h) apresentar atestado médico que comprove seu bom estado de saúde e cumprir as exigências médicas do outro Estado; i) não possuir antecedentes criminais; j) apresentar certificado de contratação de seguro de saúde.

As Partes poderão, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais, recusar qualquer solicitação de visto "Férias-Trabalho", sendo vedada a recusa baseada na insuficiência de conhecimentos da língua do outro Estado.

Esclarece o art. 3º que os vistos de "Férias-Trabalho" emitidos pela parte francesa serão válidos para os departamentos europeus e de ultramar da República Francesa, enquanto aqueles emitidos pela parte brasileira aos cidadãos franceses serão válidos para todo o território nacional. Os titulares deste tipo de visto poderão permanecer por não mais do que um ano no território do país emissor, podendo exercer atividade remunerada durante este tempo. O visto não poderá ser prorrogado.

O art. 4º estipula prazo de 30 dias após sua chegada ao Brasil para que os titulares franceses do visto "Férias-Trabalho" se registrem junto à delegacia da Polícia Federal e, desejando exercer atividade remunerada, deverão requerer Carteira de Trabalho e Previdência Social em agência do Ministério do Trabalho e Emprego. Quanto aos nacionais brasileiros, detentores do referido visto, que desejem exercer atividade remunerada em território francês, caberá aos seus empregadores declará-los, desde a sua contratação, junto às autoridades competentes.

O art. 5º determina que os nacionais dos Estados Partes, detentores de um visto de "Férias-Trabalho", deverão observar a legislação vigente no Estado anfitrião durante a sua estada, sobretudo no que se refere às profissões regulamentadas, sendo que os pontos não abordados no acordo serão regidos pelas respectivas legislações nacionais dos dois Estados.

A quantidade máxima de participantes será fixada anualmente por troca de notas entre as partes; que também estabelecerão o valor mínimo dos recursos financeiros a serem exigidos dos interessados em participar do programa (art. 7º).

Os diferendos ou controvérsias resultantes da interpretação, aplicação ou implementação de acordo deverão ser solucionados por ocasião de encontro de avaliação, ou, se necessário, pela via diplomática (art. 8º).

Segundo o que dispõe o art. 9º, o acordo vigorará por prazo indeterminado podendo, entretanto, ser suspenso temporariamente por uma das partes mediante notificação à outra parte, sendo também possibilitada a denúncia. Nesse caso, a parte que o denunciar deverá notificar a outra parte com três meses de antecedência. A denúncia ou a suspensão não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afetarão o direito de permanência de pessoas que já sejam titulares de visto de "Férias-Trabalho".

O art. 10º contém a cláusula de vigência, estipulando que o acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês posterior à data em que for recebida a última notificação, na qual se indique que cada parte cumpriu os procedimentos constitucionais e legais para a sua entrada em vigor.

Análise.

Desde a Independência do Brasil, a França ocupa posição central na formação cultural, institucional e política brasileira. As ideias filosóficas nascidas na França, seus modelos escolares e universitários contribuíram sobremaneira para a nossa formação.

As relações entre os dois países vieram a se estreitar com a assinatura, pelos presidentes Lula e Chirac, em 2006, de Parceria Estratégica com ampla agenda de intercâmbio e cooperação. Trata-se, a França, de importante parceiro do Brasil em questões de paz e segurança, desarmamento e não-proliferação, direitos humanos, comércio, finanças, desenvolvimento sustentável e mudança do clima. Ademais, a França foi o terceiro país que mais acolheu bolsistas do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras, o que atesta o interesse de jovens estudantes brasileiros em viver e estudar naquele país.

"O instrumento em apreço", segundo esclarece a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial – abro aspas –, "atende ao interesse em proporcionar aos jovens brasileiros e franceses a possibilidade de apreciar a cultura e o modo de vida da outra Parte, inclusive através de uma experiência de trabalho, a título complementar." Fecho aspas.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2017.

Esse é o relatório do Senador Acir Gurgacz, de que fiz a leitura por indicação de V. Exª como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação do relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2017.

Próximo item.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de abril de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para a apresentação de seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 232, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 169, de 26 de abril de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do protocolo alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de abril de 2015.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, esclarece, entre outras coisas, que o texto final atualiza as disposições do art. 26 da citada Convenção, celebrada em 7 de março de 1989, no tocante ao acesso a informações tributárias. As informações trocadas entre as respectivas autoridades tributárias poderão ser usadas no combate à fraude e à evasão fiscal, assim como na redução do espaço para a prática da elisão fiscal, respeitadas as regras de sigilo fiscal pelos agentes de ambos os lados.

O Protocolo, composto de três artigos, visa, como referido, dar nova redação ao art. 26 da Convenção bilateral para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada em Brasília.

Dessa forma, o art. 1º, ao dar nova redação ao dispositivo mencionado, facilitou a troca de informações entre as autoridades competentes dos Estados Contratantes. O novo texto sublinha o fato de que quaisquer informações recebidas serão consideradas sigilosas da mesma maneira que as informações obtidas sob a legislação interna.

Para além disso, elas serão comunicadas apenas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais ou órgãos administrativos) encarregados do lançamento ou cobrança dos impostos de que trata a convenção.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal. Nesse sentido, a nova redação dada ao art. 26 da referida Convenção proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias com vistas a combater o planejamento tributário abusivo.

Voto.

Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela leitura do relatório de sua autoria referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2017.

O próximo item da pauta é o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 233, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, celebrado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Autoria, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Indico como Relatora *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2017, a Senador Vanessa Grazziotin, a quem concedo a palavra para apresentação do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, portanto, a ler o relatório tão bem elaborado pelo Senador Cristovam Buarque.

O projeto a que V. Exª se refere e que está sob apreciação é composto por 14 artigos.

O Acordo foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assumindo a forma do presente Projeto de Decreto Legislativo. Foi ainda apreciado e aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Câmara dos Deputados, antes de chegar ao Senado Federal.

O referido Acordo tem como objetivo promover valores culturais e estreitar os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Zâmbia. As partes têm o entendimento de que a cooperação contribuirá tanto para o progresso quanto para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura de ambos os países, com o intuito de fortalecer e incrementar suas relações no campo cultural.

O Acordo prevê a promoção do intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, música, teatro, dança e arquivos, além de encorajar o intercâmbio de experiências e a cooperação nos campos da proteção e conservação do patrimônio cultural, conforme previsto nos arts. 3º e 4º do referido documento.

Análise.

O Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Zâmbia reflete esse preceito constitucional e prevê uma série de ações a serem implementadas por ambos os países, nos diferentes campos da cultura.

Entre os 14 artigos constitutivos do Acordo, destacam-se os que preveem a promoção do intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, música, teatro, como já me referi aqui, de proteção e conservação do patrimônio cultural, além do compromisso de que serão tomadas medidas para prevenir a importação, a exportação e a transferência ilegal de bens que integram seus patrimônios culturais, e de que serão respeitadas suas respectivas legislações nacionais e os acordos internacionais de que são signatários.

Não há dúvida, portanto, que o presente Acordo de Cooperação Cultural em análise fortalecerá as relações culturais entre as duas nações, cumprindo assim relevante papel institucional.

Voto.

Tendo em vista sua constitucionalidade e correção regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 233, de 2017.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, pela apresentação do relatório.

Conforme estabelecido no início da nossa reunião, vamos colocar agora em discussão os projetos de decreto legislativo apresentados pela Srª Senadora e pelos Srs. Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começando pelo item 7, que é exatamente o que acaba de ser lido por S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2017, que tem como Relatora *ad hoc*, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, também conforme estabelecido no início da nossa reunião, vamos colocar em bloco, por se tratarem todos eles de um assunto afim que é o de serviços aéreos, o item 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2017, cujo Relator *ad hoc* foi S. Exª o Senador Flexa Ribeiro; o item 3, Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2017, cujo Relator foi S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho; e o item 4, Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2017, cujo Relator *ad hoc* foi S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Está aberto para discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação os três relatórios citados.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 228, 229 e 230, conforme enunciado já apresentado.

Vamos colocar agora em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2017, que aprova o texto das emendas do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas, cujo Relator *ad hoc* foi S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2017.

E, por fim, passamos aos dois últimos itens: o item 5 (Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2017), cujo Relator *ad hoc* foi S. Exª o Senador Flexa Ribeiro; e o item 6 (Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2017), cujo Relator titular também foi S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Estão em discussão os dois projetos de decreto legislativo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-os em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram, (*Pausa.*)

Aprovados os Projetos de Decreto Legislativo de nºs 231, de 2017, e 232, de 2017.

Gostaria de comunicar a V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, da reunião de logo mais, às 14h30min, no plenário desta Comissão, do Grupo Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil/Marrocos, que tem, como Presidente de honra, S. Exª o Senador Eunício Oliveira, Presidente desta Casa; como Presidente, S. Exª o Senador Cristovam Buarque; como Vice-Presidentes, S. Exª a Senadora Ana Amélia e S. Exª o Senador Jorge Viana; e, como Secretários, S. Exªs os Senadores Antonio Anastasia, Armando Monteiro e José Agripino.

Portanto, convido e peço aos integrantes do Grupo Parlamentar Brasil/Marrocos que estejam presentes hoje, aqui no plenário desta Comissão, às 14h30min, para nós realizarmos a nossa reunião do referido grupo parlamentar, com importantes decisões que devem ser tomadas e/ou devem ser levadas à deliberação do Plenário deste Grupo Parlamentar.

São membros deste Grupo Parlamentar S. Exª o Senador Acir Gurgacz, S. Exª a Senadora Ana Amélia, S. Exªs os Senadores Antonio Anastasia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Fernando Collor, Jorge Viana, José Agripino, Roberto Requião e Wilder Morais.

À Srª Senadora e aos Srs. Senadores eu peço que, por favor, façam o possível para comparecer a essa reunião, na tarde de hoje, volto a frisar, às 14h30min, no plenário desta Comissão.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 11 de dezembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 18º Painel de Debates, sobre o tema: "Um destino natural – o Brasil e o seu entorno estratégico: América do Sul, Atlântico Sul e Continente Antártico".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo; o Sr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e o Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada.

Antes de encerrar a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Mais uma vez agradecendo a presença e a colaboração das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão na reunião de hoje, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e zero minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 18º Painel: Um destino natural - o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico). Discutindo sobre: Qual a importância do entorno estratégico para a soberania brasileira e para o aumento do protagonismo do Brasil nas relações internacionais? Como tem sido a atuação do Brasil no seu entorno estratégico? O que deve ser priorizado para garantir os interesses brasileiros nessas regiões?. **Participantes:** Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo; Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada. Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/11

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprindo mais uma etapa do Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão pelo Requerimento nº 1, de 2017, hoje realizaremos a nossa última audiência pública desta sessão legislativa.

Trata-se do 18º Painel, intitulado: "Um destino natural – o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico)".

Leitura de Requerimento nº 44, de 2017, assinado por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a escassez da água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional, com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério da Defesa; um representante do Ministério das Relações Exteriores; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério da Agricultura; um representante do Conselho Mundial da Água no Brasil; o Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília; o Sr. Henrique Marinho Leite Chaves, do Departamento de Engenharia Florestal da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.

Assina, como já disse, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Feita a leitura do requerimento, vai à deliberação na nossa próxima reunião, quinta-feira desta semana.

Comunicados.

Relato do 17º Painel deste ciclo de debates.

O 17º Painel teve como tema: "O Programa Espacial Brasileiro e o Aproveitamento Comercial da Base de Alcântara".

Participaram, como palestrantes, o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, o Sr. José Raimundo Braga Coelho e o Dr. Joanisval Brito Gonçalves.

Segundo o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, as necessidades de Defesa, ao longo de toda a história da humanidade, sempre foram um fator de impulso para o desenvolvimento tecnológico e econômico. No setor aeronáutico, disse ele, alcançamos um desenvolvimento significativo e temos hoje uma indústria aeronáutica pujante, com a terceira maior empresa aeronáutica do mundo, mas não atingimos o mesmo patamar na área espacial. Talvez não estejamos replicando para o setor espacial o modelo utilizado para o desenvolvimento no setor aeronáutico.

A Embraer, asseverou o Brigadeiro, foi criada com um protótipo, que era o Bandeirante, já voando, e com um contrato da Força Aérea para aquisição de 80 aeronaves, representando para a empresa, do ponto de vista financeiro, uma atividade de risco zero. Todos os saltos tecnológicos dados pela Embraer foram amparados em programas militares, 100% financiados pelo Governo Federal por intermédio da Aeronáutica. Nesse momento, em que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embraer chega no limiar de talvez ter que competir com as duas grandes Boeing e Airbus, a Força Aérea contratou o desenvolvimento do KC-390 e já assinou um contrato para aquisição de 28 aeronaves.

Já na criação do CTA (Centro Técnico de Aeronáutica), se pensava nessa perspectiva de termos um programa espacial, afirmou o palestrante. Tanto é que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) foi criado em 1961; e os dois centros de lançamento, o CLBI (Centro de Lançamento da Barreira do Inferno), em 1965, e o CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), em 1983. Mas, com relação ao programa espacial, não replicamos esse modelo de colocar demandas do Governo, e o acidente com o terceiro protótipo do VLS, em 2003, que vitimou 21 técnicos e engenheiros, considerou ele, foi um prejuízo grande para o programa MECB (Missão Espacial Completa Brasileira).

No final de 2015, informou o Brigadeiro, o Comando da Aeronáutica, em conjunto com o Inpe, AEB (Agência Espacial Brasileira) e MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), realizou uma avaliação do programa, que identificou como fator mais impactante para os cenários de baixo desempenho do nosso programa espacial, o baixo posicionamento estratégico deste dentro da estrutura de governo.

O programa ainda não é visto como um programa de Estado e de importância estratégica para o Brasil. Possivelmente, afirmou o palestrante, resulta disso uma deficiência de governança e falta de escala, pois não colocamos para o programa espacial demandas que deem a escala suficiente que permita o engajamento da indústria num ambiente de menor grau de incertezas.

Em função do mercado de microssatélites em expansão, que resulta da miniaturização da eletrônica de um modo geral; das demandas nacionais como o SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações) e o próprio programa estratégico de satélites da defesa; e, ainda, em função do interesse de potenciais parceiros externos, constata-se que o momento é favorável, mas, se não agirmos com rapidez, podemos estar perdendo essa janela, alertou o Brigadeiro Alvani.

O Programa Espacial Brasileiro se encontra dentro de um terceiro escalão do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando na maioria dos países é vinculado diretamente, ou ao Presidente, ou ao Vice-Presidente da República, disse o Brigadeiro.

Propusemos, informou o palestrante, inspirado naquilo que fazem os Estados Unidos da América, um projeto de lei que busca adequar a governança das atividades espaciais, com a criação, no âmbito da Presidência da República, do Conselho Nacional do Espaço e de um Comitê Executivo do Espaço. Pela capacidade de articulação com os demais Ministérios e de levar o programa à atenção direta da Presidência da República, e para não caracterizar uma "militarização" do Programa Espacial Brasileiro – que poderia ter consequências negativas em termos de embargos tecnológicos por parte de outros países – destacou ele, a proposta vincula a Agência Espacial Brasileira à Casa Civil da Presidência da República. Assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

considerou o Brigadeiro, estaremos resolvendo os problemas de governança e do posicionamento do programa dentro da estrutura de Governo.

A situação de pessoal especializado em ciência e tecnologia é crítica. Hoje, no DCTA, informou o Brigadeiro, 57% dos cargos autorizados estão vagos, por idade ou por falecimento dos pesquisadores.

As atividades espaciais, de um modo geral, destacou o Brigadeiro, não são percebidas pela sociedade em termos de suas vantagens e suas aplicações. Poucas pessoas percebem que, quando usam um telefone, assistem a uma TV a cabo, mandam uma mensagem pelo WhatsApp, ou quando utilizam o Waze, estão acessando um satélite, ou seja, estão acessando um recurso de um programa espacial de algum país. É absolutamente essencial, afirmou ele, ter um plano de *marketing* que divulgue, de maneira positiva, a imagem do programa espacial e o que isso representa na vida do cidadão comum.

O acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos da América, objetado em 2000 por algumas comissões do Congresso Nacional, disse o Brigadeiro, recebeu nova redação, buscando conciliar aquelas objeções com as preocupações de proteção das tecnologias de ambas as partes. Esse tipo de acordo é uma praxe com todos os países que desenvolvem programas espaciais. E é importante dizer que estamos abertos a negociar e celebrar acordos dessa natureza com quaisquer outros países interessados na utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, concluiu então o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva.

Tudo começou em 1961, disse o segundo palestrante, o Sr. José Raimundo Braga Coelho, com o decreto que criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, fazendo do Brasil um dos primeiros países em desenvolvimento a investir nessa área e demonstrando um claro interesse em dispor de um programa espacial próprio.

Em 1966, as atividades espaciais do País foram organizadas por um instrumento denominado Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (Sindae), que atribuiu à Agência Espacial o papel de órgão central, contando com o Inpe e o DCTA como seus principais órgãos públicos de execução.

Na área de formação de recursos humanos, informou o palestrante, o País conta com sete cursos universitários de Engenharia Aeroespacial, cerca de 250 alunos em formação, com envolvimento crescente em atividades e projetos espaciais.

Experiências adquiridas na gestão do Sindae, afirmou o Sr. José Raimundo, sustentam a proposição de criação de um Conselho Nacional do Espaço (CNE), em nível ministerial, vinculado ao mais alto *status* de governo como uma instância superior de governança e orientação para política espacial nacional, que passará a ser uma política estratégica de Estado. Além do CNE, informou ele, também deve ser criado um Comitê Executivo do Espaço, constituído por representantes de órgãos de coordenação, de execução e de usuários dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistemas espaciais demandantes e demandados, coordenadores e executores, unidos para decidir sobre a melhor forma de implementar as diretrizes estratégicas do Conselho Nacional do Espaço.

A relação entre o desenvolvimento tecnológico e a defesa nacional é evidente, asseverou o Sr. José Raimundo. O desenvolvimento tecnológico é um pilar fundamental para o avanço econômico da região, para o bem-estar de sua população, para a qualidade dos empregos e para sua própria segurança. No Brasil, avaliou ele, há um evidente círculo vicioso que liga a inevitável dependência do poder de compra do Estado, os baixos orçamentos, e uma base industrial não sustentável e muito frágil. O desenvolvimento tecnológico serve a toda as áreas da sociedade e a questão da soberania torna-se, assim, uma decorrência direta.

A participação do Estado é e continuará sendo extremamente importante, seja nas políticas de compras governamentais, seja nos investimentos em infraestrutura básica, afirmou o palestrante. Assim, faz-se necessário formular uma estratégia de aproveitamento comercial do Centro de Lançamento de Alcântara por meio de um lançador nacional e por meio de lançadores de outras nações que venham a ser operados daquele centro. Para tanto, informou ele, estamos desenvolvendo o VLM (Veículo Lançador de Microssatélites). A operação comercial do CLA, com uso de lançadores nacionais ou estrangeiros, certamente trará benefícios econômicos, ainda não quantificados, que irão se compor aos investimentos governamentais com vista a sustentar sua operação, concluiu o Sr. José Raimundo Braga Coelho.

Desenvolvimento tecnológico e defesa nacional, afirmou o Sr. Joanisval Brito Gonçalves, são indissociáveis. A defesa nacional é fundamental para um país e não pode ser abordada sem tratar de tecnologia.

Se hoje todos temos um telefone celular, um *smartphone*, um micro-ondas em casa, considerou o palestrante, é porque se pensou nisso lá atrás, quando se desenvolveram tecnologias de defesa, de comunicações, de radar, que se transformaram em utilidades. Quantos benefícios, coisas que muitas vezes fogem à nossa percepção, temos hoje em razão de um programa espacial como o que foi desenvolvido nos Estados Unidos desde a década de 50.

Em 2003, lembrou o Dr. Joanisval, tivemos em Alcântara um acidente em que perdemos muito. Desde então vemos uma falta de atenção ao Programa Espacial Brasileiro. Até o século XX a guerra se dava em duas dimensões. A partir do século XX, temos o ar como uma terceira dimensão e agora temos também o ambiente virtual. Não dá, asseverou ele, para tocar um programa espacial com contingenciamentos, com dificuldade de governança e sem vontade política.

Desenvolvimento em defesa está relacionado também a pesquisas, que, muitas vezes, só podem ser feitas com o apoio do Estado. Temos que colocar em processo de desenvolvimento a indústria de defesa brasileira, o Programa Espacial Brasileiro e o Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nuclear Brasileiro, o que só poderá ser feito, ressalvou o palestrante, se tivermos um planejamento e um projeto de Brasil.

Observando o que os três BRICS (Rússia, Índia e China) têm em termos de programa espacial, programa nuclear, programa cibernético, vamos ver quanto o Brasil precisa evoluir para alcançar essas potências. Caso contrário, asseverou o Dr. Joanisval, vamos continuar brincando de país e dizer que temos *soft power*, o que na realidade não temos.

Data venia, com todo o respeito, nesse aspecto eu discordo.

Temos tudo pronto, afirmou o palestrante, em condições de utilizar e explorar economicamente aquele centro de forma racional e soberana, mas o CLA (Centro de Lançamento de Alcântara) está subutilizado. Precisamos de investimento e de uma preocupação com Alcântara, como política de Estado. Hoje, o CLA enfrenta obstáculos para competir no mercado por problemas de ordem administrativa e política, cuja solução só depende de vontade política. Já perdemos muito tempo em relação ao restante do mundo, quando temos todas as condições de fazer com que o Brasil seja efetivamente uma potência tecnológica e na área de defesa, cujas consequências e efeitos econômicos e sociais virão a cavaleiro, finalizou o Dr. Joanisval Brito Gonçalves.

É equivocada a ideia de privatização do CLA, mesmo porque aquilo é área de segurança nacional, ressaltou, em resposta a questionamentos, o Dr. Joanisval. Os acordos de salvaguarda são necessários e são feitos em todos os centros pelo mundo, sem que em momento algum os países abram mão da sua soberania. A França tem esse tipo de acordo para lançamento de veículos, inclusive com a Rússia. A Soyuz sai de Kourou, e a Rússia em nenhum momento ameaça a soberania da França com esse acordo, concluiu o palestrante. Isso em resposta a perguntas feitas pelos nossos internautas.

Acordo de Salvaguardas ainda não é um acordo para arrendamento de uma área dentro – isso é importante, sobretudo para os nossos internautas – do Centro de Lançamento de Alcântara, explicou o Brigadeiro Alvani. É um acordo de proteção mútua de tecnologias. É uma praxe no setor espacial, tanto que os Estados Unidos têm acordo semelhante tanto com a Rússia quanto com a Índia, por exemplo, pois elimina a preocupação com a proteção das tecnologias de parte a parte.

O Centro de Lançamento de Alcântara é o melhor centro do mundo para lançamento em órbitas polares, explicou o Sr. José Raimundo, também respondendo a indagações de internautas. Já começamos a conversar com Kourou, informou ele, sobre a possibilidade de complementariedade entre Kourou, que faz muito bem o lançamento de satélites de grande porte, e Alcântara, que fará muito bem o lançamento de satélites de pequeno porte.

A história de privatização não existe, afirmou o Brigadeiro. Aquela é uma estação territorial que está e continuará sob a responsabilidade da Força Aérea Brasileira. A gestão da Barreira do Inferno é feita pela Força Aérea, mas os recursos que são repassados para o Governo ficam lá, e a Força Aérea não pode utilizá-los em benefício do Centro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lançamento. Temos que levar isso em consideração na hora que formos realmente exercer a função comercial lá em Alcântara. Creio que o Governo devia ficar por trás, e, à frente da gestão, as empresas brasileiras que poderão prestar serviços para o Governo brasileiro, considerou ele.

Estamos direcionados para terminar o desenvolvimento do nosso primeiro lançador de satélites, que é o VLM, um lançador de microssatélites, que estará pronto para o primeiro teste certamente no ano de 2019, explicou o palestrante. Pequenos satélites são fáceis de serem desenvolvidos, e, quando se coloca uma constelação desses pequenos satélites, ela pode prestar um serviço de um grande satélite, finalizou o Sr. José Raimundo Braga Coelho.

Aqui cito um e cito outro, porque foi na ordem de respostas às perguntas formuladas pelos internautas e dirigidas a cada um dos palestrantes.

Com isso, encerro aqui este relato e peço à Secretaria da Comissão para dar como lido na íntegra a presente apresentação de como foi a nossa 17ª Reunião para tratar do Programa Espacial Brasileiro.

A pauta do dia de hoje, já agradecendo de antemão as senhoras e os senhores aqui presentes, autoridades, vai tratar do tema "Um destino natural – o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico)".

Participam como palestrantes o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo; o Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e o Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada, os quais gostaria de cumprimentar e convidar para fazer parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um. (*Pausa.*)

Esclareço aos nossos ouvintes e às autoridades aqui presentes que cada um dos nossos palestrantes terá 20 minutos para fazer a sua exposição inicial, sendo lhes dado um tempo adicional caso seja requerido. Também, depois das apresentações, serão feitas as indagações por parte das Srªs e Srs. Senadores e por parte também dos nossos internautas que, como sempre, participam assiduamente e com muita vantagem para todos nós que queremos obter informações sobre o tema em debate das nossas reuniões. Obrigado, mais uma vez, pela participação de todos.

Para encaminharmos o debate, colocamos alguns pontos, algumas interrogações para os senhores palestrantes no caso de desejarem segui-las. Primeiro, qual a importância do entorno estratégico para a soberania brasileira e para o aumento do protagonismo do Brasil nas relações internacionais? Como tem sido a atuação do Brasil em seu entorno estratégico? O que deve ser priorizado para garantir os interesses brasileiro nessas regiões?

Passo a palavra, para iniciarmos o nosso painel, a S. Exª o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, senhoras e senhores, é motivo de grande honra para mim estar novamente aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a convite do seu Presidente, Senador Fernando Collor, para algumas reflexões sobre o tema "Um destino natural – o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico)".

Digo novamente, porque aqui estive em outras quatro oportunidades, quando fui designado Embaixador na Haia, em Praga, Atenas e Beirute, meu último posto.

Aposentado da carreira diplomática, fui convidado, em dezembro do ano passado pelo Prefeito de São Paulo, João Doria, para compor sua equipe de governo na Prefeitura, na condição de Secretário-Adjunto de Relações Internacionais, desafio estimulante, porque redimensionador em nível municipal das relações internacionais do Brasil.

Acrescento que não sou um especialista no assunto objeto desta palestra e trago apenas opinião pessoal, baseada na minha experiência profissional. Sempre tive profundo respeito pelo Senado Federal, porque esta não é só uma Casa do povo, já que seus membros são por ele eleitos diretamente em eleição majoritária, mas também e principalmente por ser esta a Casa da Federação, responsável pela sustentação imprescindível do equilíbrio federativo em um país com as dimensões e os problemas do Brasil. Aqui, todos os Estados, quaisquer que sejam suas características econômicas ou geográficas, são igualmente representados sem a sobrevalorização de nenhum sobre os demais. É também uma Casa que se entrelaça cotidianamente com a Casa de Rio Branco, acompanhando muito de perto nossa política externa, os atos internacionais celebrados pelo Brasil e credenciando, após sua aprovação por esta Comissão e pelo Plenário, nossos chefes de missão diplomáticas como embaixadores, isso, sim, da República Federativa do Brasil.

Este painel ocupa-se do nosso entorno estratégico como um destino natural do Brasil. Na verdade, mais do que um destino, ele é a nossa marca de nascimento, a nossa origem e boa parte da nossa raiz, e, por isso mesmo, é condicionador do nosso caminhar como nação através de tempos passados e dos tempos futuros. Nosso entorno é claramente estratégico, porque é nele que nos inserimos geograficamente e no qual estamos cada vez mais permanentemente envolvidos.

Ademais, por representar esta Casa as unidades da Federação, o tema lhe toca muito diretamente, pois há 11 Estados que, nos 16.145km de fronteiras terrestre do Brasil, fazem divisa com países sul-americanos: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo assim, uma primeira conclusão seria de que a política externa do Brasil para a América do Sul necessariamente tangencia e deve levar sempre em consideração na sua formulação os interesses desses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para melhor refletirmos sobre o entorno, torna-se necessário, ainda que brevemente, mencionar algumas características históricas desse nosso relacionamento com os vizinhos. Não podemos ignorar que, desde antes da nossa independência e durante parte do século XIX e início do século XX, essa relação de vizinhança foi conflituosa ou litigiosa. Nunca é demais recordar que os únicos conflitos armados no Brasil até as grandes guerras mundiais do século XX ocorreram no que hoje é território uruguaio, argentino e paraguaio.

Superados os litígios bélicos ocorridos no século XIX, como a Guerra Cisplatina, campanha do Uruguai, a guerra contra do Paraguai, sobre os quais não me deterei, passamos a uma fase não menos aguerrida de litígios jurídicos, na busca da consolidação das nossas fronteiras com nosso entorno, sendo necessário aqui, e faço questão de o fazer, recordar e reverenciar a ação absolutamente fundamental do Barão do Rio Branco, que tem estado esquecido ultimamente, que, lutando muito, não no campo bélico, mas no técnico-jurídico e da paciente negociação diplomática internacional, conformou o nosso entorno territorial na América do Sul.

Ao longo de sua gestão como Ministro e até mesmo antes dela, foram por ele negociadas diversas controvérsias de fronteira. Entre as batalhas legais que travou e venceu, destacam-se, em 1895, a questão de limites com a Argentina; em 1900, com a França, sobre fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa na questão do Amapá; em 1903, com a Bolívia, na questão do Acre; em 1904, com a Inglaterra, na questão do Pirara, sobre a fronteira com a Guiana Inglesa; com o Equador, também em 1904, porque na ocasião o Equador ainda fazia fronteira indefinida com o Brasil; em 1905, com a Venezuela; em 1906, com os Países Baixos em torno da Guiana Holandesa; em 1907, com a Colômbia; em 1909, com o Peru, que discordava do Tratado de Petrópolis e reivindicava mais 400 mil quilômetros quadrados de nosso Território. E ainda em 1909, também com o Uruguai, sobre os limites da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

A obra de Rio Branco nos legou cerca de 900 mil quilômetros quadrados, que foram adicionados ao Território brasileiro, representando mais de 10% do Território nacional. Não conheço nenhum brasileiro desde o descobrimento que tenha acrescentado mais, fisicamente, ao País do que o Barão.

A segunda conclusão a que se chega é de que o entorno objeto de nossa reflexão de hoje não chegou sem esforço, mas através de fortes conflitos armados e de intensa batalha jurídica. Estes, embora resolvendo nossas questões de maneira clara e definitiva, não deixaram, como não poderia deixar de ser, de gerar um sentimento recíproco de desconfiança entre vizinhos, sobretudo por parte dos países e dos Estados do Sul do Brasil, o qual perdurou por boa parte do século XX.

Eu gostaria até de citar um fato pitoresco que me aconteceu quando eu assumi a Embaixada do Brasil na Holanda. No dia seguinte à chegada na Haia, eu estou tomando meu café da manhã, e o empregado – excelente, aliás, boliviano – que trabalhava na Embaixada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

creio que ainda trabalha, ajudou-me no café da manhã e, no momento de servir o café, perguntou: "*Y el Acre, Señor Embajador?*" (*Risos.*)

Então, um século depois do Tratado de Petrópolis, eu tive essa sensação... Eu expliquei, evidentemente, o que nós pagamos, os 2,5 milhões de libras, a Estrada Madeira-Mamoré, tudo isso, mas isso é para lhes dar uma ideia de que essas coisas ainda têm uma certa permanência.

No correr do século XX, houve vontade política para um progressivo desarmamento dos espíritos entre vizinhos e importantes iniciativas positivas, principalmente no campo econômico multilateral e regional, iniciando um processo de extensão e construção dos alicerces das instituições da América do Sul dos dias de hoje.

Menciono o papel da Cepal, fundada em 1948 pelas Nações Unidas, importante pioneiro, agindo quase que como um *think tank* na formulação de conceitos e na elaboração de estudos visando a um melhor conhecimento da realidade econômica e social característica da região sul-americana. A importância da Cepal para o Brasil e seu entorno, em que pesem erros cometidos, foi o que ela representou de uma conscientização vinda de fora, balizada por conceitos de economia política então mais atuais e identificáveis com a problemática regional. Em 1960, com o surgimento da Alalc, iniciou-se tentativa de integração econômica e comercial multilaterais, que se desdobram, anos depois, na Aladi e, subsequentemente, no Mercosul.

No campo político bilateral, o período de governos militares trouxe fortes afinidades políticas, principalmente entre o Brasil e os países do Cone Sul, afinidades essas, porém, matizadas pelo caráter ultranacionalista de seus respectivos presidentes, o que não contribuía para atenuar – em alguns casos acentuava – as desconfianças recíprocas.

Creio ser importante reconhecer, à guisa de terceira conclusão, que, em que pese a notável importância do relacionamento com os países do nosso entorno e o muito que essa interação com todos contribui de maneira crescente para o comércio intrarregional, a relação essencial e prioritária, dadas as dimensões das respectivas economias e a facilidade do trânsito fronteiriço, foi, e segue sendo, a relação com a República Argentina. Esta, como vimos, se caracterizou, até os anos 80 do século XX, por sentimentos de rivalidade e desconfiança mútuos que era fundamental superar. Acredito que o apogeu de nossos desencontros políticos ocorreu quando da decisão de construir Itaipu e em torno dos respectivos programas nucleares.

Superado esse momento através de pacientes negociações diplomáticas, desanuviaram-se as tensões em 1979, com a assinatura do acordo tripartite em torno dos projetos de Itaipu e Corpus. No ano seguinte é assinado o Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, outro ponto de desavença. Nossa postura de solidariedade no episódio das Malvinas também contribuiu para a superação do sentimento de desconfiança. Contudo, a meu ver, esse só foi efetivamente superado em novembro de 1985, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assinatura, pelos Presidente Sarney e Alfonsin, da Declaração de Iguaçu, sendo Chanceler Olavo Setúbal, tendo como pano de fundo o simbolismo fronteiriço das cidades de Porto Meira, no Brasil, e Puerto Iguazu, na Argentina, bem como a inauguração, no mesmo dia, da Ponte Presidente Tancredo Neves, como elo de união real e simbólico entre os dois países.

Menciono o nome do Chanceler Setúbal, com quem tive a honra de trabalhar como assessor direto no Itamaraty, porque ele, na sua visão de grande gestor e fundador de um dos mais importantes conglomerados empresariais e financeiros da América Latina, entendia, e soube afirmá-lo por gestos, que caminhar de mãos dadas com a Argentina era um passo absolutamente imprescindível a ser tomado para a construção de uma ampla integração econômica e política dos países do Cone Sul, cujas bases foram lançadas pela declaração. E esta, documento bastante denso, deve ser considerada um divisor de águas desanuviando o relacionamento bilateral, que passa a ser francamente confiante, dinâmico, criativo e construtivo.

A partir dela, criam-se grupos de trabalho específicos para impulsionar interconexões fronteiriças, pontes, portos, transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, telecomunicações e vias navegáveis, projetos conjuntos de energia nos setores hidrelétrico, de petróleo e gás, comércio bilateral, cooperação científica e tecnológica e a integração econômica, aspas, "em busca do espaço econômico regional latino-americano", fecho aspas. É abordada também, entre outros temas, a cooperação no Atlântico Sul, que entra mais claramente na pauta de nossas prioridades a partir do mencionado conflito das Malvinas, e a necessidade de desenvolver esforços conjuntos para a repressão ao tráfico de drogas.

Poucos meses depois, a Argentina e o Brasil afirmam a intenção de estabelecer entre si relações preferenciais com o objetivo de promoverem o desenvolvimento de suas economias e de seu comércio. Assim, a Declaração do Iguaçu pode e deve ser considerada como o embrião do Mercosul, pois a partir dela se iniciaria, em ambos os países, um processo de amadurecimento político, econômico e comercial que culminaria com a assinatura, em março de 1991, por V. Exª, Sr. Presidente, Fernando Collor, do Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Esse tratado foi subsequentemente complementado pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, que estabelece suas bases institucionais e sua personalidade jurídica internacional, bem como o Protocolo de Ushuaia, em 1998, que reafirma e disciplina a aplicação da Cláusula Democrática aos países-membros do Mercosul, tão em evidência nos dias que correm.

Na análise do nosso entorno, devemos necessariamente mencionar o Mercosul, embora eu não pretenda deter-me sobre ele por me faltar o conhecimento técnico adequado. Nele estamos inseridos como fundadores e temos com os demais membros um relacionamento de notável importância. Trata-se de uma relação que deve buscar sempre o aumento das trocas intercomunitárias e o progresso econômico e social de todos os seus membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não pode ser uma relação que gere prejuízos para nenhum dos países associados. Cabe, portanto, a eles buscarem com tenacidade e criatividade soluções de compromisso para aperfeiçoá-lo e resolverem problemas pontuais, o que não sendo fácil, tampouco é tarefa impossível, afinal, com quantos problemas de natureza econômica e comercial a União Europeia não se terá defrontado deste o Tratado de Roma, de 1957, que este ano completou 60 anos? Não esqueçamos que nosso mercado regional tem apenas cerca de um terço disso. Compete aos profissionais essa tarefa.

Gostaria apenas de fazer uma reflexão a respeito do acordo entre Mercosul e União Europeia. Trata-se de acordo de negociação desde 1995, ou seja, há mais de 20 anos. Salvo engano meu, no decurso desse prazo, o interesse maior sempre foi por parte do Mercosul, com vista a lograr maior abertura do mercado europeu para os seus produtos. Pela parte europeia, notou-se que não constava ele das prioridades e que isso ficou adormecido por vários anos, numa espécie de banho-maria, tendo em vista principalmente as dificuldades em equacionar a política agrícola comum, fortemente subsidiada com os interesses do nosso País, principalmente no setor de carnes, açúcar e etanol, bem como oferecer facilidades de acesso para produtos industrializados.

Em 2010, houve o relançamento das negociações. Ora, diante das medidas de cunho unilateral e protecionista que vêm sendo divulgadas pela administração norte-americana, a União Europeia já demonstra hoje mais interesse, talvez até muito mais interesse na concretização desse acordo, não só como um gesto político de contraponto a essa tendência protecionista do Presidente Trump, tão avessa ao multilateralismo e ao livre comércio, mas também ao Brexit inglês.

Para voltarmos ao tema desta palestra, enquanto Estados Unidos e Reino Unido parecem desejar erguer barreiras, nós precisamos estender pontes para facilitar a ampliação de nosso comércio exterior, hoje mais necessário do que nunca para a superação dos problemas econômicos com que nos defrontamos. Assim, o momento pode ser oportuno para que se negociem condições bem mais favoráveis aos produtos do Mercosul, procurando idealmente ampliar a oferta europeia, nela incluindo, além de produtos industrializados, também uma cooperação de resultados nos setores de inovação, ciência e tecnologia.

Nas reuniões de ontem, aparentemente, em Buenos Aires, não se chegou a uma conclusão, mas este é o momento de ser tenaz, de não aceitar qualquer resposta. Eu acho que temos de continuar lutando e aproveitando este momento.

Ainda com relação ao Mercosul, valeria também aprofundar os estudos de modificações no tratado e seus protocolos, no sentido de flexibilizar a seus membros – este é um tema delicado – a realização de acordos bilaterais com outros países, desde que não produzam prejuízo ou desequilíbrio sensível na relação comercial com os demais parceiros do bloco. Devemos também procurar facilitar o livre comércio, porém de forma equilibrada, de acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com os nossos interesses, a fim de que aberturas excessivas não venham prejudicar nossa economia e nosso desenvolvimento em favor de outros mercados.

Uma quarta conclusão a que podemos chegar é a de que pertencer a esse bloco, o Mercosul, reforça o nosso poder negociador no cenário internacional. O corolário seria que a Chancelaria e os Ministérios da área econômica devem redobrar esforços para a superação de questões pontuais.

Verificamos que a relação com o nosso entorno, mais do que estratégica, é necessária, pois as fronteiras facilitam e dinamizam a aproximação com os nossos vizinhos no continente na interação econômica, financeira, empresarial, comercial, cultural, política e de trânsito de pessoas. Contudo, se são as fronteiras do Oiapoque ao Chuí o que mais nos une, o reverso da moeda é serem também elas um dos principais focos de graves problemas de segurança que afligem o Brasil e os países do entorno, tais como contrabando, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, tráfico de órgãos e a biopirataria. Para combater esses graves problemas, além de reforçar os meios conferidos à Polícia Federal, às Forças Armadas e à Receita, para que atuem concertadas nos milhares de quilômetros de fronteiras, torna-se imprescindível um diálogo franco, permanente e muito firme com os vizinhos, principalmente aqueles cujas fronteiras são mais permeáveis, para a busca conjunta de controles modernos e eficazes.

O controle fronteiriço recíproco e insuficiente acarreta uma tendência a erguer barreiras, o que não é desejável nem na relação com os vizinhos, nem com países situados em outros continentes. Já um controle mais rigoroso e eficaz por ambas as partes gera um clima de segurança, estimulando e facilitando o fluxo positivo de mercadorias, bens, investimentos e pessoas.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o regionalismo nos é extremamente importante, ele não deve ser tão prioritário que desequilibre a nossa política externa, norteada, em primeiro lugar, pela defesa do interesse nacional.

Igualmente, devemos procurar manter o papel de que sempre nossa diplomacia se orgulhou, crescentemente respeitada por suas posturas independentes, desvinculadas de qualquer viés ideológico de esquerda ou de direita e, por isso mesmo, universal. Essa postura deu ao Brasil o papel de *global player*, de trânsito fácil junto às demais nações. Em minha carreira, nas funções que exerci como Delegado na 3ª Comissão da ONU em Nova York, na então denominada Comissão de Direitos Humanos em Genebra e nas embaixadas que chefiei, fui testemunha do quanto a palavra do Brasil era solicitada, ouvida e sempre respeitada.

A escolha de nosso País para desincumbir-se de missões das Nações Unidas no Haiti e no Líbano bem traduzem a confiança da comunidade internacional no nosso comprometimento isento com a paz. Nas nossas relações internacionais, no âmbito multilateral e bilateral e, mais especificamente, no plano do entorno regional, devemos procurar manter essa postura, evitando expressamente a ideologização ou o viés

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bolivarianista que vinha caracterizando nossa participação, por exemplo, na Unasul em tempos recentes. Esse viés apequena, engessa e dificulta a fluidez e o trânsito internacional do Brasil junto a outros países e blocos, agindo como uma âncora e impedindo voos mais altos à nossa política externa.

Concluo esta palestra, que já vai muito longa, afirmando que na minha opinião a relação com os vizinhos deve ser prioritária e cada vez mais densa e proativa em todos os setores. Reconheço, porém, que o destino do nosso País, por toda a sua dimensão populacional, econômica e sua escala continental, é maior do que o seu entorno geográfico, e esse papel de *global player* devemos procurar consolidar, a fim de que a nossa ação diplomática e os rumos da nossa política externa sejam sempre compatíveis com essa vocação de grandeza do Brasil.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Embaixador Affonso Massot pela sua palestra.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, da Universidade de Brasília, não sem antes cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes, a começar por S. Exª o Embaixador de Portugal, Sr. Jorge Cabral; S. Exª o Embaixador do Chile, Sr. Jaime Gazmuri; S. Exª o Embaixador do Estado do Kuaite, Sr. Ayadah Alsaidi; S. Exª o Embaixador da Itália, Sr. Antonio Bernardini; a Srª Embaixadora Gisela Padovan, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; o Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; a Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Srª Cécile Merle; o Primeirio-Secretário da Embaixada do Chile, Sr. Jaime Cortés-Monroy Rojas; o Primeiro-Secretário da Embaixada da Suíça, Sr. Giorgio Dhima; o Chefe de Missão Adjunto da Embaixada do Paquistão, Sr. Azeem Ullah Cheema; o Adido de Defesa e Aeronáutico da Embaixada da França, Sr. Coronel Charles Orlianges; e a Adido Consular da Embaixada da Itália, Srª Raffaele Contegno.

Agora, sim, agradecendo mais uma vez a presença de V. Exªs, que nos honram muito com a sua audiência a este painel, passo a palavra ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, da Universidade de Brasília, para a sua apresentação.

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me, Senador Fernando Collor, saudá-lo e, em seu nome, saudar também o Embaixador Massot, o Almirante Montenegro e, em nome de V. Exªs, saudar as autoridades civis e militares aqui presentes, os embaixadores, os membros do corpo diplomático e demais interessados neste assunto.

É para mim uma grande honra. Eu quero agradecer a V. Exª o convite de poder me juntar a este painel, embora seja também uma grande dificuldade falar depois do Embaixador Massot, que praticamente exauriu a nossa agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu fui bastante disciplinado, Senador, então me ative aqui a tentar cumprir o papel que se espera do acadêmico: ser um pouco provocador, respondendo as três questões que a Comissão encaminhou para servirem de estrutura a este nosso debate.

Muito bem. Qual é a importância do entorno estratégico para a soberania nacional, para a soberania brasileira? Eu dividi isso em duas questões, em duas partes basicamente; a primeira, chamando atenção para a novidade deste conceito.

A primeira vez em que este conceito de entorno estratégico aparece num documento oficial brasileiro é em 2005. A política de defesa nacional é algo bastante recente, na verdade. Embora, de uma maneira mais ampla, utilize-se a ideia de um entorno estratégico há mais tempo, foi a política de defesa nacional que procurou precisar este conceito, preocupada com as críticas que o Brasil sofria, de tentativa de projeção de poder, de expansão de sua influência no ambiente internacional. Ou seja, a ideia da política externa brasileira naquele momento era, sobretudo, a de marcar a sua preocupação com o seu entorno.

Um exemplo claro disso era o nosso projeto de um submarino a propulsão nuclear, que sempre foi visto como uma plataforma de projeção de poder, mas, tanto na nossa política externa, quanto na nossa política de defesa, ele sempre foi concebido como um instrumento de defesa, como uma plataforma de negação do uso do mar. Entretanto...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Quero pedir licença ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, porque, por uma falha minha, eu me esqueci de nominar aqui a presença muito honrosa também para nós de S. Exª o Embaixador do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi.

Muito obrigado a V. Exª pela presença.

Muito obrigado, professor. Por favor, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Muito oportuna a sua intervenção, Presidente, porque o Marrocos, afinal, está do outro lado do Atlântico, deste rio que nos une, como se costuma dizer na nossa linguagem diplomática.

Muito bem. O que eu dizia era basicamente que essa ideia de entorno estratégico surge a partir de uma preocupação, eu diria, tática, para dar substância ao que é um projeto legítimo do Estado brasileiro, que vem sendo conduzido, vem sendo desenvolvido nas últimas décadas, mas que queria se caracterizar não como uma plataforma de projeção para outras áreas, apenas como uma capacidade necessária do nosso Estado de negar o uso do Atlântico Sul, se assim lhe aprouver do ponto de vista de sua soberania nacional. Então, nós estamos falando de uma concepção não só da política externa brasileira, que busca equilibrar, como muito bem colocou o Embaixador Massot, a sua projeção global com uma atuação mais protagonista no ambiente regional, a partir de um processo que, como bem caracterizou também o Embaixador Massot aqui, começa, ali pelos anos 70, a ganhar contornos mais claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Embaixador mencionou, por exemplo, a questão das Malvinas. Mencionou, de passagem, as opacas, que acontecem em 1986. É um outro passo nesta concepção da articulação do arcabouço institucional que permita ao Brasil atuar, de forma concertada, harmônica com seus vizinhos, em prol dos seus interesses, que são também interesses coincidentes com os dos seus vizinhos. Há um antecedente nisso, nos anos 70: o Tratado de Cooperação Amazônica, que, anos depois, vai ser consubstanciado por uma organização internacional, sediada aqui em Brasília – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Portanto, há uma concepção de América do Sul que começa a ganhar consistência pelos anos 70, aprofunda-se e começa a conferir uma identidade política ao que antes era uma identidade apenas geográfica.

Os senhores se lembram bem de que, na nossa Constituição de 1988, um dos propósitos da política externa brasileira é promover a integração latino-americana. Nós ainda falávamos de integração latino-americana, muito embora reconhecendo que as dinâmicas do Caribe e da América Central são muito distintas das dinâmicas da América do Sul.

Então, o primeiro ponto que eu queria colocar, ao responder a esta primeira questão sobre a importância do entorno estratégico, é entender que nós estamos falando de um processo; um processo que começa a se consubstanciar, do ponto de vista institucional, normativo e do ponto de vista da prática da política externa brasileira, nos anos 70, com a aproximação com a Argentina, que é crucial, e ganha corpo ao longo dessas últimas décadas, culminando no estabelecimento da Unasul.

Muito embora haja essa interpretação aqui mencionada de passagem pelo Embaixador Massot, de que a Unasul teria um caráter bolivariano, eu lembro aos senhores que a gênese da Unasul aconteceu aqui em Brasília, no ano 2000 – uma reunião promovida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, depois de praticamente 200 anos de dependência, pela primeira vez, os Presidentes da América do Sul decidem se reunir para saber o que eles querem fazer em conjunto. Não era contra ninguém, não era contra qualquer agenda ideológica; era a favor da América do Sul.

Ali nós já estávamos avançando no processo de integração da América do Sul no campo das telecomunicações que, com as privatizações, ganham um outro ritmo; já estávamos avançando no campo da energia – os senhores se lembram do que foi o Gasoduto Brasil-Bolívia, isso não é uma novidade –, e já estávamos avançando numa integração de infraestrutura.

Não é casual que, deste encontro de Brasília, se conclui o óbvio: é preciso promover a integração, a vertebração do ponto de vista dos transportes da América do Sul, porque nós estivemos, ao longo de 200 anos praticamente, de costas uns para os outros. Isso se deve, de um lado, a uma questão histórica, a maneira como esses países foram inseridos na economia política internacional, e se deve a questões de geografia física. Quer dizer, nós temos a Cordilheira dos Andes e temos a Amazônia. Não são obstáculos simples de serem transpostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da consolidação dos Estados nacionais na América do Sul, fazia mais sentido para as elites que assumiram o poder no início do século XIX manter as estruturas que haviam sido construídas, as infraestruturas inclusive que haviam sido construídas, e manter a sua relação preferencial com as antigas metrópoles europeias, depois com os Estados Unidos e, mais recentemente, com a China. Ou seja, faz mais sentido, havia mais densidade de comércio e não havia obstáculos a suplantar do ponto de vista da intensificação dos seus laços comerciais com essas terras distantes, com as terras de além-mar. A América do Sul não, a América do Sul requeria uma vontade política de promover essa integração.

Em outras palavras, na provocação que os técnicos da Comissão nos mandaram, fala-se de um destino natural, mas natural é o que vem da natureza. Nós estamos aqui construindo ao longo do tempo um significado político. Isso não é natural. Isso não é um dado da realidade, assim como a União Europeia não é natural, não é o resultado, não é por acaso que a Europa observa hoje o maior período de sua história registrada sem grandes conflitos naquela região do mundo. Isso é fruto de um processo institucional, isso é fruto da inteligência humana na construção de instituições políticas que favoreçam a solução de controvérsias não pela força, mas por meios menos violentos.

Agora, ao invés de colocarmos canhoneiras pedindo para abrir mercados, nós construímos "exércitos", entre aspas, de advogados e diplomatas para negociar acordos de liberação comercial. Isso não é simples, isso não é justo. Se nós olharmos para as regras da OMC nós sabemos que são regras enviesadas, favorecem muito mais os países da *common law*, por exemplo, mas isso é menos sangrento do que o que se fazia cem anos antes. Isso é uma maneira mais civilizada de se promover e de se conduzir as relações internacionais.

Então, eu diria isso. O primeiro ponto no que diz respeito à resposta a essa questão da importância do entorno estratégico é nós entendermos que estamos falando de um processo histórico. Esse processo foi pontuado aqui brilhantemente pelo Embaixador Massot; eu acrescentei aqui dois ou três aspectos, como o TCA, como a Unasul. E vou voltar à questão da Unasul, por uma questão inclusive profissional – hoje eu tenho me dedicado a aproximar os países, a construir confiança no âmbito da segurança e defesa entre os países da Unasul, no âmbito da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude) que foi criada. É uma instituição desses mecanismos de construção de confiança criados pelos ministros de defesa da América do Sul.

Essa narrativa de uma construção da América do Sul ganha uma retórica, ela é elevada ao patamar presidencial; aquele processo que vinha acontecendo, sobretudo nas burocracias, e pontuado por movimentos importantes como – e já foi mencionado aqui – a criação do Mercosul, a assinatura do Mercosul por V. Exª. Esse processo é elevado durante a gestão do ex-Presidente Lula a um nível presidencial, e ganha uma retórica e um nível de visibilidade muito maiores do que costumava ter no passado. Mas ele não destoa da grande visão, de uma visão de longo prazo de inserção internacional do Brasil, que passa pela consolidação da América do Sul como um polo de estabilidade. Este é o meu segundo ponto no que diz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

respeito à resposta a essa questão. Esta vai ser, digamos, a resposta mais longa à primeira das questões. Não se preocupe, Senador, não vou exceder o tempo.

Nós estamos falando da única região do mundo, hoje, que é estável, que não vive a possibilidade de conflitos. Hoje até na Austrália e na Nova Zelândia as pessoas estão preocupadas com conflitos; não entre Austrália e Nova Zelândia. Mas, quando eles olham em torno, o Mar do Sul da China, a península coreana, quando eles olham para o sudeste asiático, há uma preocupação enorme com o processo de multipolarização que se observa no ambiente internacional, um ambiente profundamente interdependente, marcado por essa dispersão de poder e pelo enfraquecimento do multilateralismo, pelo enfraquecimento da capacidade de governança global. Quando o mundo mais precisa de governabilidade é quando as instituições globais estão sendo mais atacadas. Muito bem. Esse é o pano de fundo. Estamos observando. Olha o que aconteceu na última semana no Oriente Médio. Já havia quatro guerras importantes. Agora temos mais um elemento de tensão, adicionado pela decisão do Presidente norte-americano de reconhecer Jerusalém como capital do Estado de Israel.

Se os senhores olharem para o entorno da Europa, não está mais simples. Se os senhores olharem para a Ásia, as tensões entre Rússia e China, tensões e cooperações entre Rússia e China, entre Índia e China... Japão, redefinindo toda a sua doutrina de segurança, o seu arcabouço normativo, permitindo inclusive redefinir o emprego de suas forças armadas. Não preciso falar do que é a península coreana. Para onde se olha hoje no mundo, nós temos possibilidades de conflitos, e conflitos que, se ocorrerem alhures, vão nos alcançar, como nos alcançaram no século passado.

O único ponto de estabilidade, do ponto de vista de guerra e paz, do ponto de vista das relações internacionais, é a América do Sul. Aqui os problemas são outros, são de segurança pública. Nós temos níveis alarmantes verdadeiramente inaceitáveis de homicídios. O Brasil é um dos países que se destaca nisso, infelizmente, mas, do ponto de vista da relação com nossos vizinhos, esse é um estímulo à cooperação e à concertação. Os nossos problemas não podem ser resolvidos, mesmo no campo da segurança pública, sem a cooperação dos nossos vizinhos. Os problemas dos nossos vizinhos serão os nossos problemas, cedo ou tarde.

O crime transfronteiriço não está isolado, ou seja, se existe uma integração já arraigada na América do Sul, é só olhar onde foram presas as grandes lideranças criminosas no Brasil e onde elas atuam. Elas não atuam apenas no Território brasileiro. É só olhar o que está acontecendo na Amazônia setentrional. No momento em que se consegue fortalecer o combate ao tráfico de tudo que se mencionou aqui, tudo que o embaixador mencionou, tráfico de armas, de drogas, de biodiversidade, de pessoas, etc. Você começa a melhorar esse combate na fronteira mais ao sul do Brasil, as rotas do norte ganham mais relevo, ganham mais densidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, a criminalidade integrou a América do Sul há algum tempo e a integra à Europa e aos Estados Unidos, onde se lava o dinheiro da droga que é enviada para lá. Ou seja, nós não estamos falando de um problema que surge aqui na América do Sul e causa impactos lá. Estamos falando de um problema global, cuja solução é global. Se nós não atacarmos, por exemplo, a questão da lavagem de dinheiro, nós não vamos conseguir resolver o problema do tráfico de entorpecentes, que nos envolve, de alguma maneira, porque a cocaína vendida no mundo é sobretudo produzida aqui.

Para concluir essa primeira parte, estamos falando de um mundo marcado por uma crescente tensão decorrente, eu diria, do descasamento de uma outra transferência de poder observada nas últimas décadas, esta não entre países, não uma multipolarização, como eu mencionei antes, mas a transferência de poder dos governos, dos governantes para os governados. Estamos falando de indivíduos cada vez mais informados, mais conectados, mais cientes dos seus direitos e dos seus deveres, também, e mais capazes de cobrar de seus representantes resultados, políticas públicas que atendam os seus anseios, que resolvam os seus problemas. Isso é uma novidade, em certo sentido. Os sistemas políticos, pelo mundo inteiro, não estão preparados para responder a isso. As eleições que nós estamos observando mundo afora, sempre muito contestadas e muito acirradas, têm a ver com essa incapacidade dos sistemas políticos de compreender como representar os interesses dos cidadãos.

Essa crise não vai diminuir. A tendência, ao contrário, é que ela se acentue. Nós estamos falando de um mundo hoje de 7,6 bilhões de habitantes, que, em 2050, serão 9,2 bilhões e que, ao final deste século, serão mais de 11 bilhões de habitantes. Nós estamos falando de um crescente aumento na demanda por água, por alimentos e por fontes de energia. Isso não vai diminuir. Isso só vai aumentar as tensões internacionais.

E estamos falando de uma América do Sul, como eu dizia antes, que tem essa identidade e que possui 28% da água potável do mundo, com 6% da população. Cinco dos dez países com maior biodiversidade do mundo aqui estão. Não preciso falar aos senhores o que é o significado do agronegócio aqui, quer dizer, a contribuição desta região, em parte, porque é um polo de estabilidade e de paz para o mundo, do ponto de vista da exportação de alimentos. Não preciso falar da importância também das fontes de produtos estratégicos minerais e das fontes de energia nesta região. Ou seja, esta região vai ganhar relevância à medida que a demanda por água, por alimentos e por energia aumente no mundo. E isso não é uma opção. A menos que haja uma grande catástrofe, a tendência demográfica é que se amplie essa demanda. Portanto, as pessoas vão buscar os produtos onde eles estão, e eles estão aqui.

Como tem sido a atuação brasileira nesse seu entorno estratégico? De uma maneira muito resumida, Presidente, eu diria que tem sido cautelosa e assertiva. Nos últimos 20 ou 30 anos, o Brasil vem aumentando o seu protagonismo, soube ocupar um espaço de liderança com muito cuidado, porque o Brasil hoje responde por 50% de tudo o que importa na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

América do Sul, 50% do território, 50% da população, dos investimentos estrangeiros diretos, do PIB, do gasto de defesa. Em qualquer indicador que os senhores peguem, o Brasil responde por aproximadamente 50% da América do Sul.

Não era assim há 30, 40 anos. Antes nós disputávamos, por assim dizer, esse protagonismo – entre aspas – "latino-americano" com o México e com a Argentina, mas o México tomou sua decisão relativa ao NAFTA. Agora ele vai pagar um preço por essa decisão. Está pagando um preço por essa decisão. E a Argentina cometeu alguns erros, na sua gestão econômica, que fizeram com que o seu PIB em relação ao Brasil fosse diminuído do ponto de vista de sua inserção global. Então, o Brasil emergiu pelos seus acertos e, eu diria, em alguma medida, pelos erros de alguns dos candidatos a grandes potências regionais. O Brasil emergiu como a grande liderança regional, mas emergiu ciente também daquilo que o Embaixador muito bem notou aqui, ou seja, dessas disparidades e das desconfianças ou dos medos que isso pode levantar nos países vizinhos. O Brasil soube responder a isso com cautela, mostrando que não se trata de uma liderança impositiva.

Na verdade, o que aconteceu foi que o Brasil conseguiu ocupar espaços que foram deixados pelos Estados Unidos, sobretudo a partir do 11 de setembro, quando eles começaram a dar importância a outras partes do mundo e a negligenciar a América Latina em geral. Foi esse espaço que se criou, esse processo político, aliado a um maior protagonismo, eu diria, a uma visão de uma grande estratégia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – ... de associação entre Brasil e seus vizinhos para afirmar essa identidade sul-americana, que permitiu que essa liderança se firmasse.

Em três linhas, nos 50 segundos que me faltam, o que deve der priorizado para garantir os interesses brasileiros nessas regiões? Em primeiro lugar, eu diria que esse enquadramento, essa visão de longo prazo faz falta hoje no mundo, um sentido de longo prazo. O Brasil tem as credenciais, tem a capacidade de contribuir para essa governança global e demonstrou ao longo dos últimos anos a sua capacidade de coordenar esforços com os seus vizinhos, de cooperar e de concertar ações políticas, sem impor e, ao mesmo tempo, gradualmente criando arcabouços institucionais. Eu mencionei o TCA, eu mencionei as Zopacas e eu menciono a Unasul, que é constituída de 12 conselhos setoriais, uma estrutural institucional muito leve, muito enxuta que permite alocar em áreas específicas o apoio a uma coordenação e a uma cooperação política.

No campo da defesa isso foi muito importante porque esse sempre foi um tema deixado para se tratar por último quando se fala em processo de integração regional. O que os países da Unasul decidiram fazer foi trazer para a ordem do dia e dizer: "Olha, nós precisamos discutir os temas sensíveis desde o começo desse processo de integração, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que eles sejam enfrentados com desassombro, com confiança". E isso significa o quê? Construir um centro de pesquisas, que funciona em Buenos Aires, e uma escola, que funciona em Quito, com o objetivo de investir na próxima geração. É disso que se está falando na área de defesa especificamente. Os cursos que nós organizamos se destinam, por exemplo, se estamos falando de militares, a coronéis, a tenentes-coronéis; se estamos falando de diplomata, a conselheiros, àquelas pessoas que participam do processo decisório hoje e que têm tempo de dedicar um mês, um mês e meio, para fazer um curso à distância, construir uma rede de relacionamento com os seus vizinhos. E, quando eles forem os ministros de Estado, os comandantes de força, daqui a 10, 15 anos, vão poder tomar uma decisão sobre onde querem aprofundar a integração, sobre em que áreas eles querem cooperar de uma maneira mais concatenada.

Eu diria, portanto, Senador, e com isso eu concluo, que a prioridade é essa visão de longo prazo. Como dizem os espanhóis, *las lejanías nos curan de las cercanías*. Se o momento atual está difícil, está difícil em toda parte. É uma visão de longo prazo que vai fazer com que as nossas energias se harmonizem visando construir um futuro melhor.

O arcabouço institucional está colocado, e a urgência dessa região é óbvia: é a questão de segurança pública. A cooperação nessa área vem crescendo, vem aumentando na área de inteligência; o GSI tem feito esforços muito importantes nessa direção; mas essa é a agenda. Por exemplo, um dos projetos prioritários do Ministério da Defesa, que é o Sisfron, visa justamente produzir inteligência sobre as áreas especiais, as áreas de fronteira, inteligência essa que é compartilhada com os vizinhos, porque a única forma de enfrentar esse problema é mediante a cooperação regional.

Essa é a nossa circunstância. Precisamos construí-la de uma maneira mais assertiva e com uma visão de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Passo a palavra ao nosso outro palestrante, S. Exª o Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada.

O SR. ANDRÉ NOVIS MONTENEGRO – Sr. Presidente Fernando Collor, agradeço o convite e, em seu nome, saúdo os integrantes da Mesa e todos aqui presentes.

Eu queria dizer, Embaixador Massot e Sr. Prof. Dr. Antônio Jorge, que é uma grande honra poder comparecer e participar deste debate importante para o Brasil.

Eu vou me remeter à Escola de Sagres, que propiciou conhecimentos importantes de navegação, náuticos e, assim, o evento de grandes navegações. Portugal, assim, teve contato com os vários povos, um sinal importante de que os mares são pontes que ligam os povos. Depois dessas grandes navegações, essas pontes funcionaram, e o Brasil foi descoberto. Então, o Brasil deve muito aos mares, ao nosso Oceano Atlântico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer a minha apresentação, a princípio, falando sobre entorno estratégico, depois abordando a Amazônia Azul e, em seguida, especificamente, como a Marinha do Brasil tem ajudado a construir essas pontes.

O nosso entorno estratégico.

Vou me focar no Atlântico Sul. O Brasil está debruçado sobre esse oceano de extrema importância. Temos uma fronteira marítima de cerca de 8 mil quilômetros de extensão. O nosso comércio é muito dependente desse comércio marítimo, desse comércio feito nos portos. Há a importância também de comunicações, pesca, reserva de petróleo, turismo, recursos minerais subterrâneos, meio ambiente, que são vitais para o desenvolvimento e crescimento do Brasil, enfatizando a importância do mar, para que os conhecimentos da nossa sociedade não fiquem restritos à linha de praia. Muito se passa além da linha de praia. Nós temos uma zona econômica exclusiva de até 200 milhas, podendo se estender até 350 milhas, num esforço que o Brasil está fazendo. Então, são recursos infindáveis que o Brasil tem direito a explorar.

Como já foi falado, o Brasil é um *global player*. E 97% do nosso comércio exterior são feitos pelos portos, por via marítima. Então, é uma reflexão interessante que se mantenha esse comércio. Qualquer dificuldade nesse comércio dos portos tem reflexo direto no Produto Interno Bruto.

Ele é a principal via de comunicação global. Para quem pensa que os satélites são majoritários em termos de comunicação, nós temos mais de 885 mil quilômetros de cabos submarinos responsáveis pela transmissão de dados internacionais. Então, maior ainda a importância do nosso oceano, dos mares.

Ele é fonte de alimento: 20% de todas as proteínas disponíveis encontram-se no mar. Até 2020, três milhões de toneladas de pescados serão produzidos. Aí vale uma outra reflexão: existem países e lugares em que essa pesca é muito intensa, e é possível que essa pesca seja reduzida, os recursos de pescado sejam reduzidos, e daí eles sejam atraídos para a nossa costa. Então, a importância da vigilância e proteção da nossa costa.

Ele é fonte de energia, como já foi falado: 94% da produção de petróleo e 78% de gás natural encontram-se no mar. Nós já temos hoje plataformas que se encontram a 150 milhas da costa – cerca de 300km. Só a Bacia de Campos tem mais de cem plataformas de petróleo. Então, realmente é um recurso... É importante que o Brasil perceba, tenha consciência marítima.

O turismo gera empregos e gera muitos recursos, com cerca de 550 mil passageiros por ano. Tivemos dois eventos de monta que despertaram a sociedade mundial para a importância do Brasil nesse setor, que foram a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Então, a tendência é que esse setor seja bastante desenvolvido.

É fonte de inúmeros recursos minerais. À medida que o homem consegue prosseguir na tecnologia de exploração do fundo marinho, esses recursos são identificados, de maneira que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também são objeto – entre aspas – de "cobiça". Então, é importante que a gente conheça os nossos recursos. Já existe propaganda dos chineses de que eles possuem um equipamento que pode ir a sete mil metros de profundidade, e cada vez mais se conhece a potencialidade do fundo marinho. Exemplos são os sulfetos polimetálicos, ouro, metais, crostas cobaltíferas. É preciso que a nossa sociedade acorde para essa riqueza.

É também interessante o fator de regulador climático. Nós sabemos que, com um fenômeno como El Niño, La Niña, uma diferença pequena na temperatura dos oceanos causa um estrago enorme em nosso clima, produzindo enchentes e outros fenômenos. E também há o fator de que o oxigênio provindo da fotossíntese das algas é mais de 50% do oxigênio. Respeito a teoria de que as florestas são pulmão do mundo, mas o mar tem um papel primordial nessa questão de ser o pulmão do mundo.

Enfatizo, então, a importância do mar, tanto pelos recursos quanto como elemento de ligação entre os povos. É o meio, é o *habitat* em que a Marinha trabalha.

Agora vamos falar sobre a Amazônia Azul, primeiramente falando da missão da nossa Marinha. A missão principal é a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, acrescida, com a Lei 97, de 1999, das atribuições subsidiárias e apoio à política externa. O apoio à política externa vem ao encontro do tema que nós estamos desenvolvendo aqui. E as atribuições subsidiárias têm uma visibilidade incrível para a sociedade. Posso testemunhar – fui Capitão dos Portos na Bahia –, é incessante a atividade da Marinha na salvaguarda da vida humana no mar, na prevenção da poluição e na segurança da navegação.

Quanto às Águas Jurisdicionais Brasileiras, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – e o Brasil atende a essa convenção – dita que até 200 milhas nós temos direito de exploração econômica; é a Zona Econômica Exclusiva. E o Brasil também num esforço intenso, por meio de batimetria, de sondagem com navios da Marinha, uma vez provado que a plataforma subterrânea tem uma extensão além das 200 milhas, nós podemos, até 350 milhas, estender essa Zona Econômica Exclusiva. Então, a nossa riqueza, essa Zona Econômica Exclusiva, pode evoluir de 3,5 milhões de quilômetros quadrados para 4,5 milhões de quilômetros quadrados. É o esforço que nós estamos fazendo junto à Comissão de Limite da Plataforma Continental da ONU.

E o conceito Amazônia Azul é interessantíssimo porque faz lembrar à nossa sociedade que existe uma Amazônia – a sociedade tem mais ou menos essa ideia –, que é uma região enorme e de imensos recursos, mas que existe uma região dessas também no mar, de igual quantidade de recursos e de importância. Então, é esse o nosso esforço.

A Marinha preside a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que vários ministérios frequentam, onde assuntos relativos ao mar são tratados e discutidos. Às vezes, falando com outras marinhas, elas ficam interessados nela, porque a Autoridade Marítima, que é o Comandante da Marinha, preside essa comissão, onde são tratados assuntos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interesse de toda a sociedade. Um dos programas de que eles tratam ali é o Proantar, de que vou falar daqui a pouco.

Então, o mar precisa ser vigiado, protegido, preservado e defendido. A noção de que a nossa fronteira oeste... Temos, claro, países amigos, estamos todos muito bem, cooperando na Unasul, etc., mas temos que atentar para a nossa fronteira leste, onde os recursos são imensos. A gente não consegue colocar uma cerca no mar. Só se consegue alguma presença no mar com navios navegando naquele mar. Então, é uma fronteira diferente, mas com a mesma importância da nossa fronteira oeste.

Quanto às ameaças, elas são inúmeras: tráfico de armas, tráfico de entorpecentes, a nossa imensa bacia de petróleo... Nós temos o nosso entorno estratégico, onde nossos vizinhos da costa ocidental da África têm tido problemas com pirataria. Nós somos importadores de petróleo da Nigéria, e os outros países da Europa também. Então, é uma região que está assolada por pirataria, e a Marinha do Brasil tem sido chamada para ajudar, apoiar nesse combate, e temos comparecido com navios e temos realizado um esforço para qualificar, adestrar, ajudar os países do dito Golfo da Guiné.

Então, para essa vigilância, a Marinha do Brasil possui um programa chamado Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. É um sistema de sistemas. Ele integra desde o sistema de identidade de navios a longa distância, o que a gente chama de Automatic Identification System, a programas de rastreamento de embarcações pesqueiras; uma inúmera quantidade de sistemas que proveem essa vigilância. Porém, devido à limitação de recursos, a Marinha optou por fazer regionalmente, para, depois, fazer um *link* na costa toda do Brasil. Mas é só assim, com essa identificação, que as ações poderão ser realizadas.

E, agora, como é que a Marinha, tendo seu *habitat* natural, que são os oceanos, que são pontes, atua? Temos uma densidade de tráfego enorme. O Brasil é um grande *global player*, como eu já falei. A nossa Marinha Mercante não é numerosa, mas a nossa carga transportada tem um número razoável. Pelo nosso transporte mundial, em termos de tonelagem, nós somos colocados no décimo lugar. Então, nós temos um transporte pesado.

E, como a Marinha chama, nós temos que manter as nossas linhas de comunicações marítimas. Então, uma Marinha aprestada e equipada vai fazer com que as nossas linhas de comunicação sejam mantidas e o nosso comércio seja mantido.

Um conceito interessante que se divulga hoje, que é o que se deseja, é o da Consciência Situacional Marítima, ou seja, por meio de detecção, identificação e vigilância, associada ao meio marinho, de tudo que pode causar impacto na segurança, na defesa, na economia e no meio ambiente – e eu destaco o meio ambiente; a Marinha fazendo também ações, levando às autoridades responsáveis, para atuar e preservar o nosso meio ambiente – com o propósito justamente de identificar ameaças existentes. E como fazer isso? Por meio da integração de inteligência, vigilância, observação e sistemas de navegação, para compor um quadro, um cenário operacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma das várias iniciativas que a Marinha possui, que nós constituímos, é um sistema de tráfego marítimo chamado Sistram. A Argentina aderiu, assim como a África do Sul, e Chile Peru e Namíbia estão para aderir a este sistema. E temos acordos com outros sistemas do mundo, quais sejam, os dos Estados Unidos, da Itália e de Cingapura. Então, essa é uma iniciativa interessante, porque se trocam informações sobre o tráfego marítimo, e aí, sim, podemos identificar qual o tráfego ilícito, qual o tráfego legal e fazer um acompanhamento do tráfego marítimo mundial.

Outros exemplos. Nós somos o coordenador regional do tráfego marítimo da área marítima do Atlântico Sul, junto com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Ou seja, é uma iniciativa que congrega os países da América do Sul, assim como somos coordenador desse sistema que é o Long-Range Identification and Tracking no hemisfério sul. E outros países estão se voluntariando para participar desse sistema. Então, são iniciativas que, ao mesmo tempo em que unem países, são em prol da segurança do tráfego marítimo e segurança do nosso comércio, do comércio global.

Temos participado também de outras iniciativas: a assessoria técnica na União Africana, para elaborar a estratégia marítima em 2050; participamos de fóruns de organismos internacionais, por exemplo a ONU; até há pouco tempo estávamos no Haiti; estamos realizando a Unifil, que é uma missão no Líbano; frequentamos a OEA, por meio da Junta Interamericana de Defesa, do Colégio Interamericano de Defesa; participamos de institutos de pesquisa da Unasul, como o professor falou, na Argentina; participamos de fóruns da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul; e realizamos exercícios e reuniões com países da língua portuguesa.

Uma iniciativa também que merece destaque é a nossa atuação na criação da Marinha da Namíbia. Vários países se voluntariaram. A Namíbia escolheu o Brasil – ela tem lá os seus motivos, então foi escolhido. E temos trabalhado incessantemente na formação de oficiais. Eles vêm ao Brasil para serem formados na nossa escola de formação de oficiais, nas escolas de formação de praças. E, por último, mantemos um grupo de assessoramento tanto de fuzileiros para tropa, quanto de assessoria naval para o aspecto da superfície, de navios de superfície.

Trabalhamos, como já falei, com esses países da África em exercícios – por exemplo, Nigéria, Benim, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Fazemos operações com vários países: por exemplo, com os Estados Unidos, a Operação UNITAS; a ACRUX é um exemplo de operação com Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia; a Fraterno, com a Argentina; a ATLASUR, com a África do Sul e Uruguai; IBSAMAR, com Índia e África do Sul; Obangame Express, com países do Golfo da Guiné; e Felino, com países de língua portuguesa. São exemplos de operações que fazemos.

E as operações não são só ir para o mar. Há toda aquela preparação de reuniões de planejamento, e aí, sim, são fortalecidos os laços entre as marinhas, são alinhados os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pensamentos. Antes de se ir ao mar, o planejamento é intenso. Então, são exemplos de convivência. Os homens do mar têm muito em comum. Um exemplo aqui, que posso fornecer e que em outras Forças acho que não é comum: nós vamos para o mar com as várias marinhas, e, na ordem de operações, a cada dia, uma marinha é comandante do grupo-tarefa. É interessante. Então, faculta-se esse exercício, para cada um, um dia, comandar esse grupo-tarefa. É um exercício interessante. Daí essa proximidade e afinidade com as marinhas.

Aí, também, a foto do Obangame Express.

E temos os tentáculos ali na Antártica. A Marinha mantém a base e o apoio à logística com os seus navios e incentiva a pesquisa, com vários pesquisadores, etc. A base nós estamos reconstruindo, e a previsão é de que fique pronta em 2018. Ela vai realmente possibilitar um ambiente mais propício, com mais equipamentos, para serem realizadas as pesquisas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ NOVIS MONTENEGRO – Afirmativo. O destaque... Realçando o que o Presidente falou, o Chile tem um destaque primordial – inclusive, eu estive lá na Base Eduardo Frei – no apoio a essa nossa iniciativa na Antártica. E, fora isso – embora eu não tenha projetado ali –, temos também operações com o Chile, temos reuniões com o Estado-Maior. Estive no Chile, inclusive, neste ano. Então, muito se tem a fazer com as duas armadas. Nossa cooperação com o Chile é bem intensa.

E eu queria destacar esse trecho do livro do Ipea, de que não bastam somente esquemas... Sem desmerecer o esforço diplomático, o esforço político, mas não basta só isso para prover a nossa defesa da soberania. Não basta só o diálogo; é importante ter uma Marinha modernizada, com equipamentos capazes, para prover a dissuasão efetiva, e também reforçar a mentalidade marítima do nosso País. Eventos envolvendo universidades, eventos como este debate aqui são importantíssimos e altamente desejáveis para que o Brasil possa, cada vez mais, capacitar-se em termos de defesa e proteger os seus recursos acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada.

Eu deixo ao talante das autoridades aqui presentes caso desejem fazer alguma indagação, alguma pergunta aos nossos palestrantes. Sintam-se inteiramente à vontade.

Enquanto isso, passo a ler algumas das indagações que nos chegam por parte dos nossos internautas. Algumas são somente manifestações de suas opiniões sobre o tema.

Márcio Camargo Cordeiro, do Acre: "Como ser soberano onde nossos governantes vendem nossas riquezas e valores simbólicos para o capital estrangeiro? O BNDES foi criado para desenvolver pequenas empresas no nosso País..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – "... e na prática só serviu para favorecer multinacionais, financiando obras faraônicas fora do Brasil."

Bem, fica aqui a sua constatação democraticamente lida.

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "O Brasil precisa fortalecer sua soberania nacional, estatizar empresas, valorizar os serviços públicos e economicamente se fechar um pouco, valorizar a educação e seus professores, a saúde pública e a cultura. O Brasil anda numa maré muito liberal ou neoliberal infelizmente!" Essa constatação eu deixaria ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, para fazer sua avaliação e sua apreciação sobre ela.

Felipe dei Ricardi Barros, do Rio Grande do Sul, fala em erguer barreiras. Eu também deixaria isso ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha para os seus comentários.

"Com os cortes profundos no orçamento das Forças Armadas" – essa é uma pergunta de Sylvio Moya, de Minas Gerais. "Com os cortes profundos no orçamento das Forças Armadas e da Polícia Federal, essa discussão" – esta que nós estamos fazendo agora – parece não fazer muito sentido", segundo ele. "O pouco que resta do minguado orçamento mal dá para pagar os minguados soldos, e com o restante compram equipamentos sucateados para pessoas desmotivadas usarem." Eu pediria a S. Exª o Contra-Almirante André Novis Montenegro para fazer as suas considerações.

Adriano C. Silva, do Rio de Janeiro: "O Brasil precisa se fechar, pois estamos atrasados em tecnologia (educação), o que nos torna uma colônia. Enquanto não nos organizarmos, não podemos comercializar nada. Precisamos de educação para formarmos um povo, que é requisito fundamental para a formação de uma Nação." Eu pediria a S. Exª o Embaixador Affonso Massot para fazer considerações a esse respeito.

E Katya Nascimento, de São Paulo, fala que: "O direito internacional sempre será matéria essencial para manutenção da ordem, progresso e paz entre as nações. Temos que valorizar o sentido de nacionalidade, o que se tem perdido ultimamente, Forças Armadas, poder de polícia, Exército, Marinha, Aeronáutica. Assim seremos Nação." Quanto a essa colocação da Kátia Nascimento, de São Paulo, eu pediria ao Sr. Contra-Almirante André Novis Montenegro que fizesse as considerações que julgasse convenientes.

Começando, eu passaria a palavra ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Obrigado, Presidente.

Acho que as opiniões ensejariam outras duas horas de debates pelo menos. Eu acho que o tema, não deste painel apenas, mas dessa série de debates que V. Exª organizou, "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", não poderia ser mais oportuno. Quer dizer, a tradição brasileira nunca foi de a de erguer barreiras, sempre foi a de construir pontes; pontes entre ricos e pobres, pontes entre culturas, pontes entre nações. Nós temos níveis de violência muito elevados na nossa sociedade. Isso é inegável. Mas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvendo aquilo que Darcy Ribeiro chamou de civilização brasileira – conseguimos desenvolver a capacidade de evitar ódios profundos associados à cor da pele, à origem religiosa, à origem territorial das pessoas.

O Brasil conseguiu fazer aquilo que os Estados Unidos reclamam para si, a história do *melting pot,* dessa síntese. Nos Estados Unidos há uma compartimentação, ou seja, para eles faz muito sentido se identificarem como ítalo-americanos ou afro-americanos ou nativos americanos. Para nós isso não faz sentido algum. Nós somos brasileiros. Essa síntese o Brasil conseguiu construir, e isso é uma ponte, é uma capacidade de construir pontes culturais. Nós não temos que nos fechar. O que a história recente da economia política internacional nos mostra é que os países que tentaram se fechar tornaram as suas economias mais obsoletas mais rapidamente. Nós temos, sim, que investir em determinados setores econômicos.

Hoje o grande temor mundo afora de quem realmente entende o que está acontecendo na economia internacional é a rapidez com que a inteligência artificial e a robotização estão se estendendo para uma série de setores econômicos. Aquilo que aconteceu, ao longo de três gerações nos Estados Unidos, a robotização... Hoje, os estudos mais contemporâneos apontam que apenas na área industrial, para V. Exª ter uma ideia, cada robô inserido numa planta industrial acabou com 5,6 empregos. Isso aconteceu ao longo de três gerações. E nós estamos olhando agora que, em 2030, pelo menos 30% das horas trabalhadas, em todas as profissões, em todas as horas, vão ser substituídas pela automação. A ameaça não vem de fora. A ameaça vem dessa modernização tecnológica e do que parecer ser, pela primeira vez, um descolamento entre a capacidade de destruição de empregos gerada pela modernização tecnológica de um lado e a capacidade de criação de empregos em outros setores. O que os dados mais recentes mostram é que pelo menos na economia americana, na economia dos Estados Unidos, onde se toma muito cuidado com o registro desses dados, a criação de empregos nos setores adjacentes vem sendo inferior à destruição de empregos, sobretudo no setor de serviços, porque, na indústria, é mais fácil realocar a mão de obras, mas no caso do setor de serviços, não. Nesse setor, áreas inteiras, como a área de seguros, a área de advocacia, consultas médicas primárias etc. podem perder a capacidade de necessitar de seres humanos para uma primeira aproximação. E isso, sim, assusta as pessoas. Esse é o desafio de modernização da sociedade brasileira. Não é fechando o seu mercado que ela vai conseguir resolver isso; é melhorando o nível educacional.

Bem, os senhores sabem melhor do que eu, o Brasil tem um outro desafio, desse ponto de vista, que tem a ver com o seu Pacto Federativo – a distribuição de responsabilidades, a distribuição de recursos –, e isso é um outro problema. Mas, do ponto de vista das relações internacionais, aquilo que o Brasil vem fazendo historicamente, a meu ver, de uma maneira muito equilibrada, na condução da sua política externa – estamos aqui abençoados por Alexandre Gusmão – conseguiu não só mostrar essa capacidade de síntese, mas fazer com que as coroas europeias desistissem de trazer para cá guerras. Foi isso que ele conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar dentro do Tratado de Madrid. Ou seja, as coroas portuguesa e espanhola podiam até entrar em guerra uma com a outra, mas essa guerra não automaticamente se transferiria para as suas colônias na América do Sul. Ou seja, essa sabedoria de construir a paz no nosso Território parecia estar embutida desde a criação, desde a pré-história brasileira. Não estamos falando ainda de um Estado independente.

Então, a encarnação desse *modus operandi* pela política externa brasileira, de promoção das instituições globais e, ao mesmo tempo, como eu procurei ressaltar aqui, nos últimos anos, conferindo essa identidade à América do Sul, a meu ver é perfeitamente adequada. O que nós estamos fazendo? É o contrário. Estamos atuando em organismos como a OMC para tentar fazer com que o desenvolvimento do comércio, que serve à produção maior de riqueza no mundo, também sirva à redistribuição de riqueza, porque não se observou isso nos últimos anos.

No final da Segunda Guerra Mundial, a criação de riqueza excedeu muito a sua redistribuição. Houve uma criação estupenda de riqueza. Se o senhor olhar para os dados históricos, Senador, é impressionante: em 1820, nós tínhamos 94% da população mundial vivendo abaixo da linha de pobreza – 94% de 1,1 bilhão de pessoas –; em 2015, nós temos 9% de 7,5 bilhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Ou seja, em qualquer lugar do mundo, as pessoas hoje vivem muito melhor. E isso tem a ver com a Revolução Industrial e com esse arcabouço que se criou a partir da Segunda Guerra Mundial, que permitiu uma criação de riqueza monumental. Mas, nesse mesmo período, o que se observou foi uma concentração de renda, não só dentro dos países, mas entre os países. O que acontecia há duas gerações é que as pessoas não sabiam disso. Hoje elas sabem, se revoltam contra isso justamente e pedem, então, uma redistribuição de riqueza.

E é esse o desafio dos sistemas políticos. Eles não estão sabendo responder. Mas não é fechando. Ao contrário, é se engajando mais nessas estruturas de governança global, como o Brasil está fazendo, por exemplo, ao eleger a OMC para promover não só a liberalização comercial, mas o comércio justo, e ao eleger a FAO como um instrumento de promoção da sustentabilidade alimentar. Ou seja, estamos falando de segurança alimentar, de permitir que aqueles pequenos agricultores possam ter condições técnicas de produzir alimentos para ficarem nos seus próprios países e desenvolveram seus países. É assim que nós vamos conseguir aumentar a nossa riqueza e aumentar a riqueza global, porque esse jogo não é um jogo de soma zero. Falar em fechar-se é adotar uma atitude maniqueísta que tornaria o que pode ser um jogo de soma positivo em um jogo de soma zero. Essa não tem sido a postura do Brasil. Ao contrário: o Brasil tem se afirmado como um país responsável na construção da ordem global numa ordem melhor. E uma das estratégias, um dos elementos dessa estratégia é o fortalecimento da América do Sul com a sua identidade política; uma identidade que implica funcionar como um polo de estabilidade e de provisão de paz ao mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não é casual que esta seja a única região do mundo livre de conflitos. Isso é fruto de um investimento diplomático e de um investimento militar, de uma cooperação militar que hoje se expande para o campo da defesa, não só setorialmente, mas também para o campo da defesa tradicional que se observa nesta região e que agora começa a se consolidar. Essa é a direção. E o mundo está carente de alguém que lhe diga qual é a direção a seguir, porque o que nós estamos vendo é que os antigos candidatos a líderes mundiais parecem abrir mão do seu papel em favor de disputas geopolíticas e de atitudes maniqueístas como essas de se fechar. Isso não contribui para a estabilidade global.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha pelas suas respostas e pela sua lucidez.

Passo agora a palavra ao Sr. Contra-Almirante André Novis Montenegro, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada.

O SR. ANDRÉ NOVIS MONTENEGRO – Sr. Presidente, é importante ressaltar que a Marinha desenvolve um intenso planejamento estratégico, em que são elaboradas várias ações estratégicas. Elas são priorizadas, quantificadas, e aí, sim, se prevê o planejamento a longo prazo. Isso eu estou falando em termos de recursos. Então, as metas a serem atingidas são priorizadas, quantificadas, e aí, sim, com o planejamento a longo prazo, é possível direcionar os nossos esforços para um objetivo de interesse da Marinha.

Quanto ao setor do pessoal, a Marinha tem um programa chamado Pessoal: Nosso Maior Patrimônio, em que são realizadas várias atividades. Hoje em dia a Marinha está muito preocupada em priorizar a meritocracia, preocupada também em desenvolver nichos de tecnologia, em acompanhar a tecnologia, em estudar e implantar tecnologia de ponta. Isso redunda também em benefícios para o Brasil. Vamos dizer assim, o arrasto tecnológico é importantíssimo, porque, através de construção de meios para a Marinha, nós temos alocado emprego para a nossa sociedade. Difundir essa tecnologia, elevar o padrão tecnológico de estudo dos profissionais que estão conosco.

Ao mesmo tempo, estamos preocupados também com o apoio às famílias, porque isso faz parte da retenção; recrutamento e retenção. Há pouco tempo foi lançado o Empório Naval, que vai estudar várias facilidades que a Marinha pode procurar para favorecer a família naval.

Então, esse cuidado com o pessoal é importantíssimo. Mesmo que nós não tenhamos agora um equipamento de última geração, com certeza, com o nosso pessoal qualificado e motivado, a qualquer hora o equipamento é adquirido. Mas, quanto ao pessoal, é importante mantermos essa mentalidade, mantermos essa força de trabalho com energia e confiando no Brasil.

Então, é assim que nós, ou seja, que a Marinha do Brasil se prepara para esses vários desafios que estão à nossa frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Sr. Contra-Almirante André Novis Montenegro pelas suas respostas às indagações formuladas pelos nossos internautas.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Affonso Massot, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo.

O SR. AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT – Obrigado, Presidente.

Eu diria ao Adriano, o internauta que afirmou que o Brasil precisa se fechar, que ele não deve ter essa tamanha preocupação com o fechamento do Brasil. Eu entendo as preocupações dele. Ele deseja o melhor para a nossa economia, ele deseja mais empregos, mas ele tem que entender que a abertura, digo, o fechamento promove a obsolescência de uma indústria, da nossa indústria, do nosso parque industrial. A abertura é necessária.

Aliás, o primeiro chefe de governo que fez, promoveu essa abertura foi V. Exª. Eu me lembro, na minha geração, as carroças que circulavam no Brasil, e de repente passamos a ter, enfim, uma indústria automobilística inspirada na modernidade da época e que veio se modernizando. Isso gera competição e a competição gera o aperfeiçoamento. Desse modo, não só as economias se tornam obsoletas, mas o fechamento de uma economia também dificulta a entrada de investimentos.

Ora, a China é um país fechadíssimo, e hoje em dia – se não for a maior, talvez seja a segunda maior e a caminho de ser a maior economia, a maior potência econômica do mundo – é um país que se abriu. Abriu-se evidentemente com certas limitações. E eu acho que tem que ser assim também. Não pode ser uma abertura total, porque em uma abertura total há uma competição desenfreada, outros chegam com outras características, e isso pode prejudicar a nossa indústria, mas uma abertura progressiva e dinâmica foi o que a China fez.

A China... É claro que o povo chinês trabalhou muito, o governo chinês centralizou tudo, investiu, mas a China, no fundo, é uma criação do capitalismo europeu, do capitalismo americano, do capitalismo japonês, do capitalismo coreano, que lá instalaram as suas indústrias, para se beneficiarem da mão de obra local, e que, depois, passaram a exportar para os seus próprios países. Eu tenho amigos que tinham indústrias na Itália, indústrias na República Tcheca e fecharam tudo e se transferiram para Guangzhou, para Shanghai. Então, a China se abriu. Ora, se a China se abre, isso é um sinal claro de que a mentalidade que propugna o fechamento deve ser repensada.

Outra coisa: a abertura traz a inovação, que é fundamental. Eu acho que tecnologia e inovação são os elementos fundamentais nos dias que correm. Não podemos ter um desenvolvimento econômico sustentável sem a inovação e a tecnologia, porque o mundo e a velocidade hoje da tecnologia é extraordinária. A cada semana que se passa, surgem novidades em como fazer uma máquina, em como produzir tal equipamento, de modo que é preciso acompanhar isso. E um país sozinho, fechado, não pode acompanhar isso, de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, hoje em dia, a cooperação também internacional é necessária para complementar o desenvolvimento dos países. O Brasil precisa dela.

Assim, eu sou francamente a favor da abertura e não do fechamento, embora hoje haja determinados chefes de Estado importantes que propugnam por um fechamento. Mas isso é uma coisa muito pontual, que tem a ver com mão de obra, tem a ver com emprego local, às vezes com um movimento de fronteiras excessivo de pessoas que procuram emprego, o que gera uma competição interna, de modo que, até por uma questão de política interna eleitoral, para ele, para essa pessoa é importante divulgar medidas nesse sentido, para proteção dos empresários que o ajudaram na eleição, essa coisa toda.

Mas, em linhas gerais, eu acho que a abertura é importantíssima. Deve ser, contudo, progressiva. Não deve ser uma abertura generalizada, porque, essa sim, pode gerar problemas econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador Massot pelas suas considerações.

Eu fico muito satisfeito quando nesses nossos painéis participam os internautas. Primeiro, porque eles ouvem aqui opiniões diversas sobre o tema que está em discussão e podem oferecer também as suas indagações e as suas perguntas.

Ao longo desses 18 painéis que hoje completamos nesta sessão legislativa, foi muito interessante notar que as perguntas que nos chegaram por parte dos internautas – ou comentários – diziam pouco respeito ao tema tratado pelo painel e muito mais opiniões e perguntas sobre temas diversos daquele tratado no painel. Isso demostra uma curiosidade muito grande daqueles que estão hoje nas redes sociais. É uma síntese da sensibilidade da população brasileira, das suas preocupações.

E isso nos permite se não tratarmos hoje, como gostaríamos, por exemplo, do Atlântico Sul... Essa questão do Atlântico Sul seria, no meu entender, tema de um só painel: debatermos a questão do Atlântico Sul, de como fazermos do Atlântico Sul não uma divisão entre dois continentes, mas sim uma forma para que esse Atlântico Sul sirva de união. Nós estamos dando em nossos dois continentes pouca importância, na minha avaliação, a essa questão.

Mas, enfim, o que nós assistimos hoje, pelas perguntas que foram feitas, é que elas remetem bastante ao título do painel ou da série de painéis: "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

Esse título não foi tirado ou pensado alhures. Esse título foi tirado no momento em que estávamos elaborando o que seria o nosso painel, esse ciclo de painéis – 18 ao todo –, o que seria o fator motivante para os nossos debates. E isso coincidiu com a eleição norte-americana, em que foi eleito um senhor que veio com um discurso que chamou a atenção de todos pela sua desconexão com o mundo em que estamos vivendo, com a ordem internacional. Ele falava exatamente em erguer barreiras; erguer barreiras não somente fisicamente, o que é uma coisa, hoje, medieval, como na questão do México, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

erguer barreiras tarifárias, barreiras comerciais, relegando o restante do mundo a um segundo plano e se mostrando de uma autossuficiência que nos assusta.

"Estender Pontes" porque estender pontes é uma tradição do Brasil. O Brasil sempre estendeu pontes. O Brasil sempre procurou buscar caminhos para a construção da paz, buscar construir consensos, buscar dirimir dúvidas, buscar consolidar a sua força baseada no *soft power*, e não na busca de uma afirmação, seja no nosso continente, seja saindo do nosso continente – talvez, uma mera utopia –, ou de uma grande potência no plano internacional baseada nessa constante busca do poder pela posse de mecanismos bélicos que intimidem e que vençam pela intimidação. O Brasil sempre quis vencer pelo convencimento, pelo diálogo, pela busca, como disse, de consensos.

E "Erguer Barreiras" também porque o líder norte-americano, que foi eleito, falava também em erguer barreiras em relação aos imigrantes, fechar as fronteiras. E, afinal, conseguiu fechar as fronteiras para seis ou sete países diferentes. E o Brasil nunca fechou suas fronteiras para os imigrantes, até porque o Brasil é um País fundamentalmente fruto da imigração que teve: de italianos, além dos portugueses, de que fomos colônia, dos italianos, dos japoneses, dos alemães, dos poloneses, do mundo árabe.

E é interessante notar que esses fluxos migratórios, em nenhum momento, trouxeram desvantagem para o Brasil. Ao contrário, há estudos que demonstram que, a cada fluxo migratório que o Brasil recebia, redundava esse fluxo migratório, logo após, dentro de um certo período, uma etapa de crescimento da economia brasileira. Então, eles vieram não somente para nos ajudar, mas para colaborar com a nossa diversidade, para ajudar a nos entender, porque, no momento em que aqui chegam imigrantes, nós estamos querendo conviver em paz.

Então, o que eu noto, e o que também notei muito ao longo dessa série de debates, é que o "erguer barreiras" a que se referem ou se referiram nesse período os nossos internautas estava muito vinculado à questão da imigração; alguns entendendo erguer barreiras na parte comercial, na parte de importação, essa coisa toda; outros entendendo erguer barreiras – até porque tinham como estereótipo a questão do México – para evitar que imigrantes viessem ao Brasil.

O que mais me preocupou foi que havia uma associação entre esses possíveis imigrantes com possíveis terroristas, entendendo alguns, que participaram com as suas notas, que imigração ou imigrantes seria sinônimo de trazer terroristas.

Isso fruto de quê? De um raciocínio puro e simples da cabeça de cada um, que assim pensava? Espero que tenham mudado de opinião. Não; fruto da palavra de uma liderança mundial, de uma potência absolutamente incontrastável sob todos os pontos de vista, na questão dos conceitos do exercício do poder sobre o restante do mundo, e a palavra dessa liderança falando sobre ódio, sobre discriminação, associando ou colocando religião no meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de uma discussão em que a religião não tinha por que ali estar, nem tem; a simples palavra de uma liderança.

Daí nós termos que sopesar bastante aqueles que lideram o nosso País, que lideram o mundo; sopesar bastante as suas palavras, porque as suas palavras chegam hoje a esconsos a que há anos não chegavam pelas mídias sociais. E chegam de uma forma que despertam a frustração, despertam a raiva, despertam o mal querer de vários setores da sociedade, que são exatamente aqueles setores da sociedade que eu chamo de deserdados da globalização. Como aqui foi dito, a capacidade do ser humano de inovar, de avançar com novas tecnologias está sendo muito maior do que a capacidade dos Estados nacionais de investirem em educação para poder chegar ao nível em que a sociedade está hoje colocada, em termos de querer adquirir, de querer ter acesso; o acesso ao conhecimento, o acesso a um lugar onde possa desenvolver a sua capacidade laboral, retirar dali o seu sustento e, dignamente, construir uma família.

Então, toda essa mensagem belicosa, essa mensagem de raiva é uma mensagem negativa, que divide os homens, divide uma sociedade, divide a população. E nós temos que nos preocupar, sim, com esses deserdados da globalização. A globalização é um fato inexorável. Não adianta nós dizermos se gostamos ou não da globalização. É um fato. Ela aí está. Cabe a nós nos adaptar a ela da melhor forma possível.

Então, todos aqueles que... Se nós formos nos levar pelo que dizem alguns autores, ou seja, que, em 2030, 70% das profissões hoje existentes já não mais existirão, os nossos filhos que hoje estão na faixa de 10 anos de idade estarão se formando daqui a 15 anos, no ensino universitário, para exercer profissões que hoje ainda não existem, tal a dinâmica desse avanço tecnológico, desse avanço da inovação.

A inteligência artificial, que aqui foi falada, é algo. É um outro mundo. Isso é um outro mundo! A inteligência artificial está ali na esquina. Daqui a pouco estaremos convivendo com isso, com a inteligência artificial. A robotização já passou o seu período. Nós estamos hoje na nossa quarta revolução industrial, a revolução 4.0. É essa revolução que está batendo à nossa porta.

Desse modo, essa é uma mensagem que eu gostaria de deixar e que serve também – pelo menos essa é minha pretensão, não sei se eu alcancei o meu objetivo – para os senhores e as senhoras que estão nos assistindo via TV Senado, Rádio Senado e aqui nos prestigiando com suas presenças, sobre o que nós pudemos recolher de mais substantivo ao longo desses debates. É importante que continuemos com esses debates, e vamos continuar com eles já no início da próxima sessão legislativa, a partir de março do ano de 2018. Para tanto, espero contar sempre com a participação honrosa daqueles que aqui estão, mas também com a participação mais percuciente dos nossos internautas, daqueles que participam, mas que se informem um pouco mais sobre os temas que estão sendo tratados antes de fazer as suas colocações. É claro que podem fazê-las à vontade, pois democraticamente eu as terei aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha frente e as lerei como fiz hoje e faço sempre. Mas peço que procurem se informar um pouco mais sobre os assuntos, para que nós possamos dar maior rendimento ao tema objeto do painel que estaremos discutindo.

Antes de encerrar a nossa reunião de hoje, eu gostaria de agradecer mais uma vez a participação das Srªs e dos Srs. Senadores e agradecer muito especialmente as autoridades que aqui nos prestigiaram com suas presenças: a S. Exªs o Embaixador do Chile, Sr. Jaime Gazmuri; o Embaixador do Estado do Kuaite, Sr. Ayadah Alsaidi; o Embaixador da Itália, Sr. Antonio Bernardini; o Embaixador do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; a Embaixadora Gisela Padovan; o Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi; a Primeira Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Srª Cécile Merle; o Primeiro Secretário da Embaixada do Chile, Sr. Jaime Cortés Monroy Rojas; o Primeiro Secretário da Embaixada da Suíça, Sr. Giorgio Dhima; o Chefe da Missão Adjunta da Embaixada do Paquistão, Sr. Azeem Ullah Cheema, Adido de Defesa e Aeronáutico da Embaixada da França, Sr. Coronel Charles Orlianges; a Adido Consular da Embaixada da Itália, Srª Raffaele Contegno; bem como os nossos palestrantes – o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, o Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha e o Sr. Contra-Almirante André Novis Montenegro – que nos deram muito prestígio também com as suas presenças, além das suas opiniões e das suas ponderações sobre o tema de nossa palestra.

Obrigado, portanto, a todos que ao longo de todo este ano nos prestigiaram com as suas colaborações. E, mais uma vez, agradeço aos nossos internautas.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 14 de dezembro, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos pela presença e pela audiência, dou por encerrada a presente reunião.

Muito boa noite.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins e Ana Amélia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Cristovam Buarque, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 241, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 244, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, assinado em Brasília, em 9 de julho de 2013." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43 de 2017** que: "Criação de Subcomissão Temporária para proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília, composta por 5 membros efetivos e 5 suplentes." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a Escassez de Água e as Ameaças à Estabilidade da Ordem Internacional, com a presença dos seguintes convidados: • Representante do Ministério da Defesa; • Representante do Ministério das Relações Exteriores; • Representante do Ministério do Meio Ambiente; • Representante do Ministério da Agricultura; • Representante do Conselho Mundial da Água no Brasil; • Oscar de Moraes Cordeiro Netto - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília; • Henrique Marinho Leite Chaves - Departamento de Engenharia Florestal da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília;" **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado, com a inclusão de um representante da Agência Nacional de Águas. Usam da palavra os Senadores: **Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Flexa Ribeiro e Jorge Viana.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Passamos à leitura dos comunicados.

O primeiro deles é sobre Jerusalém.

Os países da União Europeia não reconhecerão a cidade de Jerusalém como a capital do Estado de Israel antes da assinatura de um acordo final quanto ao *status* daquela cidade. A informação foi prestada pela Chefe da Diplomacia Europeia, a italiana Federica Mogherini, ao Primeiro Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, durante encontro em Bruxelas, na última segunda-feira.

O Chefe de Governo israelense quer que a União Europeia siga a decisão norte-americana de reconhecer Jerusalém como capital israelense, mas Mogherini disse que o Bloco continuará a endossar o consenso internacional sobre Jerusalém: "Há uma completa unidade sobre este tema entre os países europeus, de que a única solução realista para o conflito entre Israel e Palestina baseia-se na existência de dois estados, tendo Jerusalém como capital tanto do Estado de Israel [parte ocidental] quanto do Estado da Palestina [parte oriental]".

Finalizando, disse Mogherini que "a União Europeia e seus países-membros continuarão a respeitar o consenso internacional sobre Jerusalém até que o *status* final da cidade santa seja resolvido, por meio de negociações diretas entre as duas partes envolvidas".

Além de reconhecer Jerusalém como capital de Israel, o líder norte-americano também determinou ao Departamento de Estado a mudança da embaixada, de Tel Aviv, para Jerusalém.

Por sua vez, os líderes de 57 países muçulmanos, reunidos ontem em Istambul, na Turquia, pediram ao mundo que reconheça "o Estado da Palestina e Jerusalém Oriental como sua capital ocupada". O comunicado da Organização da Cooperação Islâmica, divulgado ontem, afirma que a decisão do Presidente norte-americano de reconhecer a cidade como capital de Israel é "nula e sem efeito".

O Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, disse que as Nações Unidas deveriam assumir o controle. Em discurso na OCI, o Presidente Abbas disse que seria inaceitável que os Estados Unidos atuassem como mediador no caso do israelo-palestino, pois o país é tendencioso em favor de Israel.

O Presidente da Turquia, Recep Erdogan, que anfitrionou o encontro da OCI, fez um apelo "a todos os países que apoiam as leis internacionais para que reconheçam Jerusalém Oriental como a capital ocupada da Palestina", alegando que não se pode mais atrasar a decisão sobre esse tema.

Falando de Ancara, após conversar com Erdogan, o Presidente russo, Vladimir Putin, disse que "tanto a Rússia quanto a Turquia concordam que a decisão da administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

americana não ajuda na solução da situação no Oriente Médio e, efetivamente, pode minar as perspectivas do processo de paz israelo-palestino".

Israel define Jerusalém como sua "eterna e indivisível capital", enquanto os palestinos consideram Jerusalém Oriental – ocupada por Israel desde 1967 – como a capital de um futuro Estado palestino. A soberania israelense sobre Jerusalém nunca foi reconhecida pela comunidade internacional, e todos os países do mundo mantêm suas embaixadas em Tel Aviv. A única embaixada agora transferida para Jerusalém é a dos Estados Unidos.

Segundo os acordos de paz celebrados entre Israel e Palestina em Oslo, em 1993, o *status* final de Jerusalém deverá ser discutido nos estágios finais das negociações de paz.

Desde 1967, Israel construiu mais de uma dúzia de assentamentos em Jerusalém Oriental, abrigando mais de 200 mil colonos judeus. Tais assentamentos são considerados ilegais pelas leis internacionais, mas Israel contesta esse entendimento. Jerusalém também abriga sítios sagrados para o judaísmo, o islamismo e o cristianismo, especialmente em Jerusalém.

Próximo comunicado.

A Síria.

O Presidente da Rússia, Vladimir Putin, ordenou a retirada parcial do contingente militar russo na Síria, durante visita surpresa a uma base aérea russa perto da cidade síria de Latakia, na segunda-feira. O anúncio foi feito menos de uma semana depois que a Rússia declarou "vitória completa" sobre o autointitulado Estado Islâmico na Síria.

O Presidente russo declarou, durante sua visita, que "uma parte significativa do contingente russo na Síria voltará para suas casas", de acordo com a agência de notícias russa RIA Novosti. No mesmo dia, o Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, confirmou que a Rússia já começou a retirada de suas tropas daquele país. Quando indagado sobre o prazo para a conclusão dessa retirada, o Ministro da Defesa respondeu que isso dependeria da situação na Síria.

O anúncio ocorre uma semana após a declaração de "vitória completa sobre os terroristas" do autointitulado Estado Islâmico na Síria e a mudança de foco para um processo político que, eventualmente, envolveria eleições presidenciais e parlamentares no país. O apoio russo às tropas do governo lideradas pelo Presidente sírio, Bashar al-Assad, que começou em setembro de 2015, foi crucial para virar a maré da guerra civil na Síria em favor do presidente. Assad recebeu Putin na base aérea onde o anúncio foi feito, e o Presidente russo disse a seu homólogo sírio que a Rússia gostaria de buscar o apoio do Irã e da Turquia para trazer a paz à Síria.

De acordo com o correspondente da rede britânica BBC em Moscou, Steve Rosenberg, a Rússia considera a campanha na Síria como um sucesso, e não só no que diz respeito a combater o terrorismo internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O correspondente da rede britânica BBC em Moscou, Steve Rosenberg, considera a campanha na Síria um sucesso, e não só no que diz respeito a combater o terrorismo internacional. Moscou teve sucesso em manter um aliado-chave, o Presidente Assad, no poder. No processo, a Rússia conseguiu garantir sua presença militar na Síria a longo prazo, com duas bases militares estabelecidas no país. O correspondente afirma ainda que os russos também expandiram sua influência em todo o Oriente Médio.

E, no cenário global, a intervenção impediu a Rússia de se isolar internacionalmente após a anexação da Crimeia, em 2014. A operação, conclui Steve Rosenberg, forçou líderes ocidentais que impuseram sanções ao país a negociar com as lideranças russas.

A intervenção russa na Síria divide opiniões. Autoridades do Kremlin afirmam que seus ataques têm como alvo somente "terroristas". Ou seja, quanto à intervenção russa na Síria, as autoridades da Rússia disseram, contra os ataques que vêm recebendo, que os interesses deles, das autoridades russas são os ataques que têm como alvo somente terroristas e não outro tipo de facções.

Iraque.

Do lado iraquiano, o Primeiro-Ministro Haider al-Abadi anunciou que a guerra contra o Estado Islâmico em seu país acabou quando tropas iraquianas tomaram o controle das últimas posições defendidas pelo grupo, na fronteira entre o Iraque e a Síria. O anúncio iraquiano foi feito no sábado, dois dias depois que a Rússia declarou vitória completa sobre os terroristas na Síria.

A declaração foi feita por Haider al-Abadi durante uma conferência na capital, Bagdá. Disse o primeiro-ministro: "Nosso inimigo quis matar a nossa civilização, mas nós ganhamos por meio da nossa unidade e da nossa determinação".

A porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Heather Nauert, informou em nota que os iraquianos que viviam sob o "julgo brutal" dos jihadistas agora estavam livres, mas acrescentou que "a liberação do Iraque não significa o fim da luta contra o terrorismo no território iraquiano". A Primeira-Ministra britânica, Theresa May, parabenizou o Primeiro-Ministro Abadi pelo que ela chamou de "momento histórico", mas também alertou que o Estado Islâmico ainda é uma ameaça.

O editor de assuntos árabes da BBC, Sebastian Usher, explica que mesmo que o confronto militar direto entre o Iraque e o Estado Islâmico tenha terminado, isso não significa que a batalha contra a ideologia do grupo tenha acabado, seja no Iraque, na Síria ou em qualquer lugar do mundo.

Segundo Usher, o número de ataques terroristas diminuiu, mas muitas cidades iraquianas ainda são atacadas por homens-bomba e as condições que alimentaram o crescimento dos jihadistas ainda permanecem, mesmo depois que os territórios foram recapturados.

Próximo comunicado: Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente venezuelano Nicolás Maduro anunciou na segunda-feira que os três principais partidos de oposição do país estão proibidos de participar das eleições presidenciais de 2018. A decisão vem em resposta ao boicote que aqueles partidos promoveram às eleições municipais realizadas no domingo. Os resultados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral deram vitória aos chavistas em 92% dos municípios.

É interessante. Um partido que se nega a participar de um processo eleitoral fica automaticamente fora do próximo pleito?

O Presidente venezuelano fez o anúncio durante uma transmissão da rede de TV estatal venezuelana, dizendo que a decisão obedece a um critério estabelecido pela Assembleia Constituinte. Aí vem a explicação, um pouco fora do esquadro democrático.

No domingo também foi escolhido um novo governador para o Estado de Zulia, já que o opositor Juan Pablo Guanipa, eleito em outubro, recusou-se a prestar juramento perante a Assembleia Constituinte e foi destituído.

Os três partidos que boicotaram as eleições municipais domingo, ou seja, que não participaram das eleições não poderão participar das eleições de 2018. Os partidos foram o Vontade Popular, o Primeiro Justiça, e o Ação Democrática, do ex-Presidente do Parlamento Henry Ramos Allup. Esses partidos opositores anunciaram o boicote em outubro, afirmando que o pleito "só servia à ditadura do Presidente Maduro".

Estados Unidos da América.

O candidato Doug Jones venceu o republicano Roy Moore em eleições especiais para uma cadeira no Senado norte-americano, no Estado do Alabama, na última terça-feira. Sua inesperada vitória significou uma derrota para o Presidente daquele país, os Estados Unidos da América, que apoiou abertamente Moore, e diminuiu a maioria republicana no Senado de 52 para 51 Senadores, de um total de 100 Senadores.

Os resultados finais, divulgados na madrugada de ontem, mostram que Jones ganhou com pouco mais de 20 mil votos de vantagem em relação a seu concorrente republicano.

A eleição foi convocada para preencher a cadeira deixada pelo ex-Senador Jeff Sessions, que assumiu a Procuradoria-Geral dos Estados Unidos em fevereiro. A vitória surpreendeu, pois essa é a primeira vez, em 25 anos, que o Estado do Alabama elege um Senador democrata. Segundo analistas, a maioria reduzida dos republicanos no Senado aumenta as chances dos democratas de tomarem o controle da Casa após as eleições de 2018 – as eleições parlamentares que ocorrerão ano que vem –, assim como as recentes vitórias para o Governo dos Estados da Virgínia e Nova Jersey dão aos democratas a esperança de que isso simbolize o surgimento de uma onda eleitoral anti-Trump – Trump, o Presidente dos Estados Unidos da América que foi eleito há um ano, Donald Trump.

Diferentemente do que disse durante a campanha, quando apoiou Roy Moore, agora, em seu Twitter, o Presidente dos Estados Unidos, distanciou-se do candidato derrotado anteontem, enfatizando que apoiou o rival Luther Strange durante as primárias. Parece-me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não foi a isso a que todos nós assistimos. Assistimos a ele pedindo enfaticamente voto a favor do Moore, mas ele, no Twitter, já diz que não, que não apoiou Moore, que o candidato dele, a quem ele deu o seu apoio, foi o Sr. Luther Strange, durante as primárias.

Dizia a mensagem dele, líder norte-americano, no seu Twitter – aspas– "A razão pela qual originalmente apoiei Luther Strange é que disse que o Roy Moore não seria capaz de ganhar as eleições. Eu estava certo, Roy se esforçou muito, mas as circunstâncias estavam contra ele" – fecho aspas. Esse é o Presidente americano.

Sobre a França.

O partido francês Les Républicains, conservador, escolheu como seu novo líder, no domingo, o jovem e ousado orador de linha dura Laurent Wauquiez, para dar início à luta de oposição ao Presidente Emmanuel Macron. O político, de 42 anos, foi ministro para a Europa durante o governo do ex-presidente Nicolas Sarkozy e é presidente do Conselho da região Auvergne-Rhône-Alpes.

O partido Les Républicains, historicamente uma das maiores forças da política francesa, está dividido pelas derrotas que sofreu durante as eleições parlamentares e presidenciais deste ano. Sua antiga geração de líderes – Sarkozy, François Fillon e Alain Juppé – perdeu credibilidade após a eleição presidencial, quando pela primeira vez desde 1958 os republicanos não foram para o segundo turno.

Wauquiez prometeu transformar o partido em uma força política digna de confiança, resgatando valores da direita que, de acordo com ele, estavam sendo gradualmente abandonados pelos seus predecessores.

Laurent Wauquiez adotou posições que o colocam em desacordo com membros mais centristas do partido. Ele se opõe a uma Europa federal. Já votou contra o casamento *gay*. Declarou que a dependência de programas sociais é um flagelo. E usa palavras fortes para condenar a imigração e o que ele chama de "islamização" da França.

Para seus críticos, tais ideias indicam que ele gostaria de formar um pacto com o partido de extrema-direita Front National, de Marine Le Pen, ou ao menos atrair seus adeptos, mas Wauquiez afirma estar simplesmente respondendo às expectativas dos cidadãos comuns e que nunca iria se aliar com Marine Le Pen.

Eu me permitiria agora, com a aquiescência das Srªs e dos Srs. Senadores, fazer um rápido balanço das atividades da nossa Comissão durante o ano de 2017.

Desde 14 de março, quando da instalação da Comissão, foram realizadas 53 reuniões, dentre deliberativas e audiências públicas.

Dessas 53 reuniões, 26 destinaram-se a audiências públicas, com um total de 69 convidados participantes, entre autoridades e especialistas. Destaco que, dessas 26 audiências públicas, 18 foram referentes aos painéis do Ciclo de Debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", os quais são realizados quinzenalmente por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que, nessas audiências públicas, recebemos vários Ministros de Estado, como o Ministro Raul Jungmann e os Comandantes das três Forças, Exército, Marinha e Aeronáutica. Registramos ainda o comparecimento do Embaixador Rubens Barbosa; do Embaixador Roberto Azevêdo, que é o Diretor-Geral da OMC; do Ministro Celso Lafer; do Ministro Marcílio Marques Moreira; do Ministro Celso Amorim, entre outras autoridades e especialistas.

Nesta atual Sessão Legislativa, em 2017, foram apreciadas 160 proposições, sendo 19 mensagens do Senado Federal relativas à indicação de chefes de missão diplomática e autoridades; 68 projetos de decretos legislativos referentes a acordos, tratados e convenções internacionais; 34 requerimentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; 7 requerimentos do Senado Federal; 6 projetos de lei do Senado Federal; 3 projetos de lei da Câmara; 1 substitutivo da Câmara dos Deputados.

Deliberaram-se ainda as 2 emendas de metas e 16 emendas de texto ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e 4 emendas de apropriação de despesa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (LOA).

No tocante à apreciação da indicação de embaixadores e autoridades, foram aprovados os nomes para as Embaixadas do Brasil nos seguintes países: Zimbábue, Eslovênia, Israel, Zâmbia, Emirados Árabes Unidos, Chile, Irlanda, Bangladesh, Belize, Trinidad e Tobago, Gana, México; para o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco, Armênia, Suriname, Congo, Quênia – cumulativamente com a República de Ruanda, de Uganda, da Somália e do Burundi, Tailândia – cumulativamente com o Reino do Camboja e com a República do Laos, e para o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana e ao Mercado Comum do Sul.

Destaco, entre as matérias apreciadas por esta Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Lei de Migração (SCD nº 7/2016), de autoria de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, atual Ministro das Relações Exteriores, e relatado por S. Exª o Senador Tasso Jereissati; o Acordo Aquífero Guarani, Brasil/Argentina (PDS nº 24/17), tão bem relatado por S. Exª a Senadora Ana Amélia; o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos (PDS nº 29/17), relatado por S. Exª o Senador Armando Monteiro; o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e a República do Chile (PDS nº 36/17), relatado por S. Exª o Senador Pedro Chaves; a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão (PDS 114/17), relatada por S. Exª o Senador Jorge Viana; o Acordo de Cooperação e Defesa entre Brasil e Rússia, assinado em Moscou (PDS 22/17), relatado por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro; a Convenção sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos e a Recomendação sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticas da Organização Internacional do Trabalho (PDS 210/17), relatada por S. Exª o Senador Lasier Martins; o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre mútua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isenção de vistos para portadores de passaporte comum (PDS 215/17), relatado por S. Exª o Senador Lasier Martins; e o texto das emendas ao Protocolo de Kyoto, à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (PDS 227/17), relatada por S. Exª o Senador Jorge Viana.

Dando continuidade à aproximação entre Parlamentos para aprimorar as relações bilaterais entre os países, reativamos o Grupo Parlamentar Brasil/Argentina, com o qual já fizemos quatro reuniões extremamente produtivas; e instalamos o Grupo Parlamentar Brasil/Marrocos, com o qual realizamos duas reuniões igualmente extremamente proveitosas.

Outra realização que reputo importante registrar, provocada por esta Comissão, foi a realização de Sessão Solene no Plenário do Senado Federal comemorativa aos 25 anos da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Rio-92, proposta original de S. Exª o Senador Jorge Viana, em que pudemos contar com a participação de autoridades e especialistas que, direta ou indiretamente, colaboraram na realização daquela importante conferência.

Prestadas contas dos nossos trabalhos aos nossos ouvintes e a toda a Casa Legislativa, informo que os Projetos de Decreto Legislativo de nºs 240, 241, 242, 243, 244, de 2017, constantes da pauta de hoje, encontram-se em fase de recebimento de emendas, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal.

Considerando que a presente Sessão Legislativa está chegando ao fim, em nome da celeridade processual, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que as emendas poderão ser oferecidas até o encerramento da discussão dessas matérias.

Recebo a solicitação de inversão de pauta do item 4 para item 1.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos então, como primeiro item da nossa pauta, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, eminentes pares.

Agradeço a V. Exª pela inversão da pauta e passo a ler o relatório conforme apregoado por V. Exª.

Com fundamento no inciso I do art. 49 e no inciso VIII do art. 84, ambos da Constituição Federal, a então Presidente da República, por meio da Mensagem nº 357, de 5 de novembro de 2014, submeteu ao Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo Brasil no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013, para deliberação.

A matéria foi, inicialmente, apreciada pela Câmara dos Deputados. Em 16 de dezembro de 2015, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional daquela Casa aprovou parecer favorável e apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2015. Ainda na Câmara, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 23 de agosto de 2016, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em 5 de setembro de 2017, e foi aprovado pelo Plenário em 7 de dezembro de 2017.

No Senado Federal, a proposição, registrada como Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2017, foi distribuída a esta Comissão, nos termos do inciso II do art. 376 do Regimento Interno do Senado Federal. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

De acordo com o inciso primeiro do art. 103 do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos internacionais.

Conforme a Exposição de Motivos Interministerial nº 148, de 10 de julho de 2014, do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, do então Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e do então Ministro de Estado da Defesa, Celso Luiz Nunes Amorim, a qual acompanha a Mensagem presidencial temos:

> - o Tratado, conhecido como Arms Trade Treaty (ATT), foi assinado pelo Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, Representante Permanente do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em 3 de junho de 2013, na sede da ONU, em Nova York;
>
> - o texto do ATT foi elaborado ao longo de duas Conferências negociadoras das Nações Unidas e adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 2 de abril de 2014, por meio de resolução que, submetida a votação, recebeu o voto favorável do Brasil;
>
> •- ao entrar em vigor [isso já aconteceu em 24 de dezembro de 2014], o ATT constituirá o primeiro instrumento juridicamente vinculante de caráter universal a ser aplicado às transferências de armas convencionais entre Estados. O Tratado obriga as Partes a adotar medidas jurídicas e administrativas para o controle de transferências internacionais de armamentos, bem como de suas munições, partes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

componentes, incluindo o estabelecimento de listas nacionais de controle para ao menos oito categorias de armas (tanques de guerra; veículos de combate blindados; sistemas de artilharia de grande calibre; aeronaves de combate; helicópteros de ataque; navios de guerra; mísseis e seus lançadores; e armas pequenas e armamento leve);

- o ATT estabelece padrões mínimos que devem ser observados pelas Partes no controle de exportações de itens que estão sob seu escopo. Destaca-se, nesse contexto, a introdução de critérios a serem levados em conta pelo Estado Parte exportador quando da tomada de decisão sobre a conveniência da realização de uma exportação, de modo a prevenir ou minimizar impactos negativos de transferências internacionais de armas;

- três desses critérios implicam necessariamente proibição à transferência de armamentos: violação de obrigações estabelecidas pelo Conselho de Segurança (especialmente embargos de armas); violação de obrigações estabelecidas por outros instrumentos jurídicos em que o Estado Parte exportador seja também parte; e conhecimento, por parte do Estado Parte exportador, de que as armas a serem transferidas poderão ser utilizadas para a prática de genocídio, crimes contra a humanidade, violações graves das Convenções de Genebra de 1949, ataques dirigidos contra alvos civis ou civis protegidos, ou outros crimes de guerra tipificados pelas convenções internacionais em que seja parte; - há, ainda, fatores cujo "risco manifesto" ensejaria a não autorização, pelo Estado Parte exportador, da transferência de armamentos: que estes possam atentar contra a paz e a segurança ou serem utilizados para perpetrar ou facilitar violações graves do direito internacional humanitário, violações graves do direito internacional dos direitos humanos, ou violações de instrumentos internacionais relacionados ao combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional em que também seja Parte;

- finalmente, devem ainda ser considerados, no processo de avaliação pelo Estado Parte exportador da conveniência de autorizar-se a exportação, a possibilidade de que esses armamentos sejam utilizados para cometer ou facilitar atos graves de violência de gênero ou atos graves de violência contra mulheres e crianças ou, ainda, a possibilidade de desvio desses armamentos;

- a adoção do ATT foi a culminação de um processo iniciado em 2005 e que envolveu discussões no âmbito das Nações Unidas em diferentes formatos. O Governo brasileiro, representado por funcionários dos Ministérios da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores, participou ativamente da negociação do Tratado desde seus primeiros momentos. Ao longo das negociações, o Brasil defendeu um instrumento jurídico objetivo, não discriminatório e de aplicação universal, que regulamentasse o comércio lícito de armas convencionais e oferecesse ferramentas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eficazes para combater o seu tráfico, sem, no entanto, impor restrições às transações legítimas, sobretudo de tecnologias e componentes de uso dual. Entende-se que o texto final do Tratado contempla, em larga medida, os interesses brasileiros;

- o ATT, quando em vigor, deverá ter importantes impactos positivos para a paz e a segurança internacionais, e, internamente, para a segurança pública dos Estados e para a redução da violência armada. Cabe ressaltar, ainda, que o Brasil já adota procedimentos próprios de controle de exportações de armamentos. Nesse contexto, sua implementação não deverá apresentar dificuldades, sendo necessários, no entanto, ajustes ao sistema vigente.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 243, de 2017.

Permita-me acrescer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esse dispositivo, uma vez aprovado, com certeza colaborará também com a nossa maior bandeira, qual seja reduzir os problemas de segurança pública internos do Brasil, pelo controle que teremos das armas, que serão importadas.

É o relatório que submeto aos nobres pares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 243.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado para esse decreto legislativo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Passamos, então, ao item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Indico, com muita satisfação, como Relator *ad hoc*, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, para apresentação do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto decorrente da mensagem presidencial; também da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que votou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, está aqui para esta Comissão julgar.

O Acordo de Cooperação Técnica em apreço tem por objeto promover a cooperação técnica em diferentes áreas que domina.

O Artigo II determina que as partes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação.

O Artigo III prevê o mecanismo dos Ajustes Complementares para a implementação de programas, projetos e atividades.

Segundo determina o Artigo V, caberá às partes contratantes assegurar que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência do presente Acordo não sejam transmitidos a terceiros, sem o consentimento prévio.

Cada parte concederá ao pessoal enviado por uma das partes o respectivo apoio logístico necessário à sua instalação.

Os bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma parte à outra para a execução de programas no âmbito do presente Acordo serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação.

Quanto às cláusulas pertinentes à entrada em vigor deste instrumento internacional, o Artigo X estipula que cada parte notificará à outra do cumprimento das exigências legais necessárias à entrada em vigor na data que escolher.

Determina, ainda, que este Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das partes manifeste sua decisão em contrário.

O ato internacional em apreço prevê, também, a utilização de ajustes complementares para a implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica.

Observe-se, nesse sentido, que o parágrafo único do Decreto Legislativo, que foi elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e pelo Plenário daquela Casa e que ora vem a este colegiado, sujeita à aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional, como de praxe, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal...

O presente instrumento internacional – e eu concluo, Sr. Presidente – coaduna-se perfeitamente com o interesse do Brasil em fomentar seu progresso econômico por meio da cooperação com outras nações, de modo a estimular o progresso técnico e o desenvolvimento sustentável de ambos os países.

Nesse sentido, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para os trâmites normais.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 241, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª para apresentação de seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso bom-dia.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 167, de 27 de maio de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011.

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a União das Comores, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e desenvolvimento socioeconômico dos dois países, por meio da cooperação entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos institucionais necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se, por fim, que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com as Nações mais carentes de desenvolvimento técnico, e que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Voto do Relator.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2017.

Senador Pedro Chaves, Relator.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela leitura do relatório feito ao Decreto Legislativo nº 241, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório de S. Exª, o Senador Pedro Chaves.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto do Decreto Legislativo nº 241, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2017, que resulta da Mensagem nº 42, de 24 de fevereiro de 2015, enviada ao Congresso Nacional pela Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vistas à apreciação do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib), celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o acordo é alicerçado no Convênio de Bariloche para a cooperação, celebrado durante a V Cúpula Ibero-Americana, de 1995, e, "simultaneamente às possibilidades de atuação bilateral, o estabelecimento do acordo proporcionará igualmente as bases institucionais à identificação de futuras iniciativas de cooperação trilateral em benefício de outras nações em desenvolvimento".

O projeto de decreto legislativo em questão, além de aprovar o referido tratado, determina que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos, ajustes, acordos executivos ou programas subsidiários que possam resultar em complementação ou revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

O ato internacional em questão objetiva dinamizar a atuação conjunta do Governo brasileiro com a Segib em prol do progresso econômico e social, mediante programas e projetos de cooperação técnica, intercambiando experiências, conhecimentos e práticas.

As autoridades responsáveis pela implementação do acordo serão, pela Segib, o Escritório da Secretaria-Geral no Brasil, e, pelo Governo brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores.

Igualmente, poderão as partes apoiar a cooperação horizontal com terceiros países, tendo por fundamento acordos celebrados entre os envolvidos e resoluções e decisões das conferências ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. Essa cooperação poderá, dentre outras formas, envolver assessoria técnica especializada provida por instituições brasileiras ou serviços especializados complementares; elaboração e execução de projetos, missões conjuntas, planos de trabalho, seminários e programas de treinamento; ou compartilhamento de experiências e reuniões de grupos de trabalho.

O acordo também dispõe sobre regime de seleção e de prestação de serviços prestados por consultores contratados no âmbito dos programas e projetos de cooperação.

Igualmente, o acordo será consolidado em planos de trabalho vinculados a programas ou projetos de âmbito ibero-americano, com especificação de objetivos almejados, resultados esperados, justificativa para sua execução, cronograma de implementação, metas de trabalho, indicadores de sucesso, custos estimados e fontes de financiamento.

Assim, poderão as partes estabelecer novas parcerias com governos, organizações e organismos internacionais para alcançar os valores necessários para o financiamento. Os valores levantados serão necessários para o financiamento. Os valores levantados serão necessários para: a) remuneração de consultores e especialistas; b) contratação de serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializados; c) formulação e produção de materiais técnicos e instrucionais para utilização em atividades de treinamento/formação e em outras iniciativas; d) custo de transporte e alimentação de consultores e especialistas, nacionais ou estrangeiros; e) seguro de consultores e especialistas; f) aquisição e transporte de equipamentos ou materiais de seu ponto de origem até a sua destinação final; g) planejamento, estruturação, execução, sistematização e disseminação de experiências-piloto, reuniões de grupos de trabalho e atividades correlatas; h) atividades de formação ou treinamento de recursos humanos; i) ressarcimento à Segib de custos administrativos incorridos na execução de projetos e em outras ações de cooperação técnica a partir de procedimento previamente acordado entre o Governo e a Segib; j) transferência de recursos financeiros à Segib para custear despesas de cooperação técnica no âmbito de programas, projetos e ações pactuados.

Além disso, há normas de proibição de publicidade de – aspas – "nomes, marcas, símbolos, combinações de cores ou de sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção de cunho individual, político-partidário ou de apropriação privada com fim lucrativo, a menos que se obtenha a autorização prévia das partes" – fecho aspas.

Os direitos de propriedade intelectual também serão protegidos pelas partes.

Posteriormente, o acordo dispõe que as eventuais controvérsias surgidas em torno dele serão resolvidas por negociação direta entre as partes, por via diplomática.

Regula, ainda, as regras sobre privilégios e imunidades típicas dos relacionamentos internacionais geridos por organismo internacional, como os pertinentes à inviolabilidade de documentos e escritos oficiais relacionados com o desempenho das suas funções e à isenção de imposto de renda ou qualquer imposto direto sobre salários e emolumentos pagos pelo organismo.

Por fim, o tratado dispõe sobre regras gerais, como a que fixa a vigência por tempo indeterminado, um mês após as ratificações; a possibilidade de emendar o acordo; e a possibilidade de denúncia, que surtirá efeito de 60 dias após a data de sua notificação.

Trata-se, portanto, de instrumento internacional de grande relevância para otimizar a cooperação com a Secretaria-Geral Ibero-Americana e com potenciais associados a projetos e programas na região.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2017.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para os trâmites legais.
Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 244, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, assinado em Brasília, em 9 de julho de 2013.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação. Concedo a palavra a S. Exª para proferir o relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar as colegas Senadoras e Senadores, todos os que trabalham aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e os que nos acompanham também nesta quinta-feira pela Rádio e TV Senado.

Como bem destacou V. Exª, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2017, que resulta da Mensagem nº 430, de 20 de outubro de 2015, enviada ao Congresso Nacional pela Presidenta da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, que nos põe para apreciação o Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Ele foi assinado em 9 de julho de 2013.

Eu vou direto para a análise, Sr. Presidente, já que atende os preceitos constitucionais essa matéria.

O ato internacional em questão determina que não haverá intervenção consular de legalização como requisito de reconhecimento recíproco da validade de documentos públicos produzidos no Brasil e no Uruguai.

Bastará, para o reconhecimento mútuo, uma etiqueta ou intervenção acoplada de modo gratuito pelo Estado de origem do documento, que certifique a autenticidade da firma. Então, está simplificando que haja reconhecimento de documentos entre o Uruguai e o Brasil, nas transações, nos negócios, para facilitar uma maior participação de brasileiros no Uruguai e de uruguaios aqui no Brasil.

É bem objetivo e, por fim, permite que haja suspensão temporária de aplicação desse acordo por questões de ordem pública. Aqui também se destaca que bastará, para esse reconhecimento, que tenha esse selo de autenticidade por parte do Consulado, e poderão as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partes, excepcionalmente e mediante fundamentação, solicitarem informações adicionais caso haja dúvidas acerca da autenticidade do documento.

Como autoridades centrais responsáveis pela execução desse instrumento internacional foi determinado, pelo Uruguai, a Direção-Geral para Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores e, pelo Brasil, o Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, permite-se que haja a suspensão, como eu falei, temporária, caso necessária.

Este tratado internacional, celebrado por troca de notas diplomáticas entre dois Países muito próximos física, política e culturalmente, membros do Mercosul, faz eco à tendência de desburocratização internacional das atividades consulares, facilitando a vida dos cidadãos que precisam utilizar documentos emitidos no exterior.

Então, é algo que vem em boa hora para facilitar a vida dos uruguaios e brasileiros em qualquer transação que façam.

Por tudo que expus, meu voto é pela aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo 244, de 2017.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela apresentação do relatório que acaba de fazer.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2017.

Como de praxe, a matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, de 2017

- Não terminativo -

Criação de Subcomissão Temporária para proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília, composta por 5 membros efetivos e 5 suplentes.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Observações: *Em 07/12/2017 foi lido o Requerimento.*

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação da matéria.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Requerimento nº 43, de 2017, desta Comissão.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a Escassez de Água e as Ameaças à Estabilidade da Ordem Internacional, com a presença dos seguintes convidados:

• Representante do Ministério da Defesa;
• Representante do Ministério das Relações Exteriores;
• Representante do Ministério do Meio Ambiente;
• Representante do Ministério da Agricultura;
• Representante do Conselho Mundial da Água no Brasil;
• Oscar de Moraes Cordeiro Netto - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília;
• Henrique Marinho Leite Chaves - Departamento de Engenharia Florestal da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília;

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Para discutir, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar por esses dois itens da maior importância que estamos apreciando neste momento. Eu, inclusive, acho que subscrevi também esses requerimentos do Senador Cristovam – pelo menos, era a minha intenção.

Salvo engano, não há aí a representação da Agência Nacional de Águas entre os eventuais convidados. Eu gostaria de sugerir como um adendo, que é tão fundamental porque exatamente a ANA é a Agência Nacional de Águas. Espero que esteja porque é ela que tem a responsabilidade institucional, no Brasil, de tratar exclusivamente da questão da água e de sua fiscalização e normatização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, ontem, nós apreciamos três nomes, na Comissão de Meio Ambiente e depois no plenário, de indicados para a Agência Nacional de Águas, que agora fica completa e terá uma substituição na sua direção, a partir do ano que vem. Em algum momento, eu queria, inclusive, ver se era possível – quando concluirmos o encaminhamento, já que o tempo é curto porque daqui a pouco teremos Ordem do Dia – debatermos um pouco essa questão da criação da subcomissão, se for possível.

E, ao mesmo tempo, quero comunicar um ofício que recebi do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, nosso colega, sobre o Fórum Mundial da Água e sobre a participação parlamentar nesse referido fórum. Ele me apresentou um ofício, e eu não sei em que momento seria oportuno eu tratar com os colegas e com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Logo após a deliberação do relatório, acho que poderemos fazer isso, com a aquiescência de V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Jorge Viana então sugere a inclusão do nome de um representante da Agência Nacional de Águas, aqui do Brasil, como um dos integrantes dessa Comissão, proposta por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, para debater a escassez de água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão desse representante da Agência Nacional de Águas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o Requerimento nº 44, com a inclusão desse representante da ANA.

E passa também a ser subscrito esse requerimento por S. Exª o Senador Jorge Viana.

Aprovado.

Passamos agora a palavra à S. Exª o Senador Jorge Viana para a continuação das suas considerações feitas anteriormente à aprovação do requerimento que acaba de ser aprovado. Tem a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho muito oportuno que tenhamos aprovado essas duas iniciativas, porque o Brasil vai sediar o 8º Fórum Mundial da Água em março do próximo ano, aqui em Brasília. É a primeira vez que teremos esse foro no hemisfério sul.

E, na última reunião em que discutimos esse assunto, Sr. Presidente, V. Exª, até fazendo a leitura do comunicado, questionou – não questionou, mas levantou – uma intenção de entender melhor a ideia do "compartilhando água". Eu falei do Aquífero Guarani, que era tido como o maior reservatório subterrâneo de água doce no mundo, e depois falei que ele foi substituído por um outro, que é o Alter do Chão, que é integralmente dentro do Território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nacional, e este sim é muito maior do que o Aquífero Guarani, que é compartilhado com países vizinhos; ele é totalmente dentro do Território nacional.

De fato, é muito importante que esta Comissão participe, trabalhe esse tema, e que haja uma priorização por parte do Parlamento brasileiro, Câmara e Senado, porque há uma sessão parlamentar no fórum mundial – e a responsabilidade é nossa, Parlamentares brasileiros, de organizarmos essa área.

Eu recebi, datado do dia 7, chegou obviamente depois para mim, o Ofício nº 45 assinado pelo colega Senador Aloysio Nunes Ferreira, Ministro de Estado de Relações Exteriores. Ele, como coordenador do Fórum, fazendo referência à minha relação com tema, está me indicando para que eu pudesse coordenar a formação desse grupo parlamentar brasileiro, que estabeleceria a agenda e a atividade do Parlamento no Fórum porque nós teremos convidados de muitos Parlamentos do mundo.

Eu estive em São Petersburgo a pedido da ANA e a pedido do próprio Chanceler Aloysio, junto com o Presidente da Casa, Eunício Oliveira, em um evento que ocorreu em São Petersburgo do dia 14 ao dia 18, a União Interparlamentar, na sua assembleia, e eu fiz o discurso em nome do Parlamento brasileiro convidando os Parlamentares dos Parlamentos do mundo inteiro para que venham participar do Fórum Mundial da Água, como ocorre toda vez que temos um fórum. Ele ocorre a cada três anos, o de Marselha foi assim, o da Coreia do Sul, que foram os últimos, e eu tive o privilégio de participar, junto, inclusive, com o atual Chanceler Aloysio Nunes Ferreira.

E ele, sabendo disso, faz aqui uma série de justificativas e me pede que assuma a responsabilidade de tentar organizar a participação parlamentar brasileira no referido Fórum Mundial da Água. Então, eu vou encaminhar uma cópia desse ofício para V. Exª, já que entendo que é nesta Comissão que nós estamos tratando esse tema, sem prejuízo de outras, como a de Meio Ambiente. Mas acho que isso se soma àquele debate que fizemos sobre a criação da subcomissão para trabalharmos o tema.

Mas já estamos avançando. Acho que é muito oportuno que, logo começando o ano, tenhamos essa audiência porque o Fórum ocorrerá em março. Então, tão logo comecemos o ano, que já tenhamos um calendário desses debates para tratarmos da questão de água.

Eu queria fazer dois comentários. As Nações Unidas, nos seus fóruns, têm discutido e firmado em documento que há um risco sério de déficit de água de 40% da população do Planeta até 2030. Isso significa conflito, não ter água é algo muito sério. E as Nações Unidas, quando definiram os ODS, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são decorrentes da Rio+20, estabeleceram como sexto objetivo assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos até 2030.

Então, temos duas situações. Uma análise de que devemos ter um déficit de 40% de água para a população do Planeta até 2030 e, ao mesmo tempo, o propósito de termos resolvido o acesso à água até 2030 também. E, quando se fala de déficit, estamos falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós, seres humanos, necessitamos no mínimo de 20 litros de água por dia para as nossas necessidades. E há perto de um bilhão de habitantes do Planeta hoje que não têm 20 litros de água disponíveis por dia. Então, é uma situação realmente grave.

Mas o que eu queria trazer para colaborar e mostrar a importância também dessa questão é o resultado, que eu quero também passar para V. Exª para que possa talvez incluir em um novo comunicado que se faça sobre esse tema: no dia 14 de junho de 2017 houve uma reunião do Conselho de Segurança Nacional da ONU, presidida pelo Sr. António Guterres, Secretário da Nações Unidas, para discutir água. Então, este ano, as Nações Unidas... E tratando do compartilhamento de água, que foi um tema que V. Exª levantou naquela reunião que fizemos. E eu passo a dar algumas informações sobre o que trataram: "Com as mudanças climáticas, até 2050", isto é resultado já da reunião, "pelo menos um em cada quatro habitantes do mundo viverá num país onde a falta de água doce será crônica ou recorrente".

Então, a cada quatro habitantes, segundo dados da ONU, até 2050, um terá falta de água.

> Atualmente, 75% dos Estados-membros da ONU compartilham bacias de lagos ou de rios com vizinhos. Existem mais de 270 bacias de rios "compartilhadas" [nós estamos falando de água superficial, rios e lagos, é bom que isso fique bem claro] internacionalmente, servindo de fonte primária de água doce para cerca de 40% da população [...] [do Planeta].

Então, traduzindo um pouco, compartilhar água é isso, de certa forma. Não estamos falando de água subterrânea, que é algo a que vamos ter quer recorrer brevemente.

A reunião realizada no dia 14 de junho de 2017 traz o seguinte:

> "Água, paz e segurança estão [...] associados", afirmou o [Secretário-Geral das Nações Unidas] Guterres durante sessão do Conselho no início de junho [...]. [Fala ele, como eu já disse:] Atualmente, 75% dos Estados-membros da ONU compartilham bacias de lagos ou de rios com vizinhos. Existem [como eu já disse] mais de 270 bacias de rios "compartilhadas" internacionalmente, servindo de fonte primária de água doce para cerca de 40% da população mundial.
>
> "É por isso que é essencial que as nações cooperem para garantir que a água seja compartilhada igualitariamente e sustentavelmente", acrescentou o secretário-geral. "Eu elogio essa reunião do Conselho de Segurança por destacar como a água é e deve permanecer uma razão para a cooperação e não, para o conflito (entre nações)."
>
> Em março de 2017, foi aberta para os Estados-membros a Convenção sobre Proteção e Uso de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais. O documento da ONU é uma oportunidade para que países criem um marco global para o enfrentamento de conflitos envolvendo recursos hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que não é uma coisa tão simples, é algo novo. O Conselho de Segurança da ONU fez uma reunião neste ano, em junho. E nós vamos sediar o mais importante evento sobre esse tema do mundo.

Eu queria dizer que, naquele propósito de V. Exª de eu, de alguma maneira, colaborar e de criarmos a subcomissão, eu entendo que essa deva ser talvez a grande prioridade para o começo do próximo ano da nossa Comissão. Inclusive, eu queria dizer que aceito trabalhar essa temática ou ser um dos coordenadores junto com outros colegas. Agora, eu queria muito que V. Exª pudesse pôr no calendário de trabalho que, durante a realização do Fórum, no evento parlamentar, V. Exª, como Presidente da Comissão, esteja, porque tem uma vivência da Rio 92, é ex-Presidente da República, trabalha com essa temática e preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. A dimensão que está se dando é exatamente essa. Nós podíamos ter, no evento parlamentar, garantia de importantes dirigentes de Parlamentos do mundo. Podíamos tratar com o Presidente Eunício como o Congresso brasileiro pode, sendo o Brasil o País que tem 12% da água doce do Planeta e que tem os maiores reservatórios de água doce subterrânea do mundo, um papel de protagonismo destacado, no momento em que o mundo começa a debater regras inclusive transnacionais para lidar com a escassez e com esse recurso, em que eles falam: água, paz e segurança associados. Esse foi o tema que o Conselho de Segurança da ONU tratou no dia 14 de junho de 2017 em uma reunião com o próprio Secretário-Geral presente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pelas suas colocações. Com sua licença, eu faria algumas considerações de ordem geral.

Em primeiro lugar, quanto à subcomissão hoje aprovada por este Plenário – subcomissão para tratar dos preparativos da realização do 8º Fórum Mundial da Água –, a Presidência caberá a V. Exª. Portanto, caberá também a V. Exª encaminhar os trabalhos que visam, em primeiro lugar, ao preenchimento das vagas de cinco titulares e cinco suplentes. Suponho que, a partir daí, V. Exª, mediante o ofício recebido por V. Exª de S. Exª o Sr. Ministro Aloysio Nunes Ferreira, poderá fazer um trabalho conjunto, incluindo esse núcleo parlamentar dentro desse convite recebido por S. Exª o Senador e Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Então, ficaria ao seu encargo esse trabalho já como Presidente da subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores, para os preparativos e as tratativas com vistas à realização do fórum.

Em segundo lugar, eu me permitiria ler um trecho, em função daquela questão de dúvida do compartilhamento, do que significaria exatamente isso. E há uma ligeira diferença entre o que diz, o que coloca o ofício de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Michel Temer, endereçado ao Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, convidando-o para se fazer presente ao 8º Fórum, nessa questão do compartilhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ele diz, no ofício enviado no dia 3 de agosto, portanto dois meses depois – o ofício que V. Exª tem em mãos é do dia 7 de junho...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A reunião do Conselho – desculpa... (*Fora do microfone.*) Dia 14 de junho, reunião do Conselho de Segurança da ONU.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Isso. No dia 14 de junho foi a reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre o tema. E a carta de Sua Excelência o Senhor Presidente é do dia 3 de agosto.

Esse ofício já foi lido na reunião anterior, mas volto a fazer a leitura. Ele coloca assim:

> Senhor Secretário-Geral,
>
> Tenho a honra de convidar Vossa Excelência para o 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se no período de 19 a 23 de março de 2018, em Brasília. O Fórum, que se reúne a cada três anos, é o principal evento internacional sobre recursos hídricos. [E aí vem, Senador Jorge Viana, a questão do compartilhar.] Tem como objetivo compartilhar experiências de gestão sustentável da água [Repito: compartilhar experiências de gestão sustentável da água], promover negócios e fomentar a inovação.

Então, se V. Exª pudesse rever a leitura, quando o ofício trata da questão de que a reunião foi realizada para tratar do compartilhamento... Está fácil de retomar a leitura?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro! É claro que eles tratam explicitamente de compartilhar água superficial, da superfície.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida. Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eles afirmam que temos, no mundo, 270 bacias que já são compartilhadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Como haverá uma escassez, devemos ter regras para que os países possam compartilhar rios, lagos, como nós temos em Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Itaipu é um exemplo de água compartilhada. É um rio que envolve Argentina, Paraguai e Brasil, inclusive fazendo uso não só para agricultura, mas fazendo uso para geração de energia. E 40% da água consumida no Planeta vem dessas regiões e lagos e rios que são compartilhados, porque nascem num país... Como o Douro, o Tejo, entre Espanha e Portugal, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nações, como há risco de conflito, precisam aperfeiçoar a legislação do compartilhar água de superfície.

Eu estou fazendo uma referência a que temos de ficar muito atentos, porque, senão, daqui a pouco também teremos outra discussão de como compartilhar a água do subsolo. Eu não estou aqui tomando nenhuma posição prévia, só estou colocando que o Brasil deverá dizer: "Olha, essa água que está no subsolo, como fica?" Porque nós estamos discutindo mudança climática. Então, é um tema instigante e importante que deveríamos acompanhar.

A reunião foi no sentido de trabalhar a ideia de água, paz e segurança associados: água, paz e segurança. E o tema exclusivo de compartilhamento internacional de água de superfície. Então, a reunião do Conselho de Segurança foi para tratar isso, por quê? Porque há eminência de escassez; e havendo escassez de água, há eminência de conflito entre países que têm uma mesma fonte de água.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nesse texto, "compartilhar", citado aí, e o que vem em seguida? V. Exª acabou de ler, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu posso repetir aqui as aspas, porque aí fica melhor do que a interpretação do jornal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) –

"Água, paz e segurança estão [...] associados", afirmou o [Secretário-Geral das Nações Unidas] Guterres durante sessão do Conselho no início de junho (6). Atualmente, 75% dos Estados-membros da ONU compartilham bacias de lagos ou de rios com vizinhos. Existem mais de 270 bacias de rios "compartilhadas" [entre aspas, "compartilhadas"] internacionalmente, servindo de fonte primária de água doce para cerca de 40% da população mundial.

[...]

[Abrem aspas de novo:] "É por isso que é essencial que as nações cooperem para garantir que a água seja compartilhada igualitariamente e sustentavelmente" [...].

É o que afirma o Secretário-Geral das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Aí existe uma pequena discordância no entendimento, por exemplo, do Presidente da República, que fala que tem como objetivo compartilhar experiências de gestão sustentável da água, promover negócios e fomentar a inovação.

É necessário haver um trabalho, no meu entender, Senador Jorge Viana, para que nós estabeleçamos bem o tema específico que vai ser tratado no que diz respeito a esse compartilhamento.

Em relação às águas da superfície, como V. Exª colocou, que 70%, se não me engano, das águas de superfície são compartilhadas, é preciso ver de que maneira essas experiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de compartilhamento têm se mostrado, porque o compartilhamento, aqui no Brasil, como um exemplo, das águas do São Francisco tem se mostrado um erro de estudo, de projeto. Porque o Rio São Francisco, como todos nós sabemos, está sofrendo dramaticamente uma escassez de água fruto do compartilhamento das suas águas, como se fossem países, com Pernambuco, Alagoas, Bahia, e, em Minas Gerais não se compartilha, porque é de lá que nasce; vem lá da Serra, descendo; mas, de qualquer maneira, também há um compartilhamento, dentro do Estado de Minas Gerais, das águas de São Francisco, de alguma forma; não na intensidade com que é no rio a jusante, porque existem as Hidrelétricas de Xingó; a Hidrelétrica de Paulo Afonso I, II, III, IV; a Hidrelétrica de Sobradinho. Isso é um compartilhamento de água.

Mas será que nós podemos dizer que esse compartilhamento vem servindo como gostaríamos que servisse, na medida em que o rio está morrendo, na medida em que a população ribeirinha, que vivia da pesca, que vivia até da própria água, pela sua necessidade de ter água para beber, hoje se vê em dificuldade para isso? Então, é um tema realmente instigante.

Eu acho que esse 8º Fórum, não sei, mas algo me diz que será extremamente interessante, os debates serão muito acalorados. Eu espero que esse debate pelo tema possa trazer alguma nova visão sobre essa questão do compartilhamento, o que isso significaria e, naturalmente, dentro desse preceito que aí, sim, eu concordo plenamente com o Secretário-Geral, da paz, da segurança e um outro termo que ele utiliza para definir um dos objetivos do 8º Fórum Nacional da Água.

De modo que faço essas considerações...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, se eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E também, atendendo à solicitação de V. Exª, Senador Jorge Viana, eu pediria à Secretaria desta Comissão que tomasse as providências devidas e cabíveis para que, na nossa primeira reunião, na reunião inaugural da Comissão de Relações Exteriores, na Sessão Legislativa de 2018, conste essa audiência pública proposta por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, subscrita por vários Senadores, para que nós façamos, logo no primeiro dia, de acordo com a solicitação feita por S. Exª o Senador Jorge Viana, com a inclusão, inclusive, de um representante da Agência Nacional de Águas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço. Eu só queria fazer um último comentário.

De fato, para mim fica evidente que nós vamos ter no Fórum os dois temas que V. Exª traz: um é o compartilhamento de águas, que já existe entre as nações.

É importante essa última parte aqui. "Eu elogio essa reunião do Conselho de Segurança [das Nações Unidas] por destacar como a água é e deve permanecer uma razão para a cooperação e não, para o conflito", diz o Presidente Guterres. E mais ainda:

> Em março de 2017, foi aberta para os Estados-membros a Convenção sobre Proteção e Uso de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais. O documento da ONU é uma oportunidade para que países criem um marco global para o enfrentamento de conflitos envolvendo recursos hídricos.

Então, de fato, há uma necessidade, Senador Anastasia, de haver uma legislação, porque muitos rios nascem no País e abastecem outros. Isso já está ocorrendo. O risco é de conflito, mais à frente, com a escassez de água. Agora, a ideia do Fórum, eu vi nos outros dois, é compartilhar experiência mesmo, como colocou o Presidente da República na sua carta. Há muitos países avançados, há muitos países encontrando soluções. O Fórum é para isso também. O que estou falando é que tenhamos daqui a pouco uma discussão que não está colocada ainda: de água no subsolo. Isso deverá vir futuramente; não vou entrar nesse mérito. Mas, sobre a água compartilhada de superfície, há necessidade de haver melhor regramento para ela, para que se evitem conflitos no caso de um rio que nasce em um lugar, se ele for interrompido.

Eu queria fazer um breve comentário sobre as observações de V. Exª.

Veja como são as coisas: nós só temos 6% da cobertura original da Mata Atlântica. E onde está a Mata Atlântica? Está nas nascentes dos rios. O Rio Doce, por exemplo, está com um gravíssimo problema por conta do desastre que houve em Mariana. Mas eu até faço um pequeno ajuste: acho que não é muito em decorrência do compartilhar água que estamos vivendo a crise no São Francisco; foi a destruição de toda a floresta protetora em volta dos milhares de nascentes que há no Rio São Francisco. Então, a recuperação dessas nascentes é uma necessidade para nós termos água e compartilhá-la.

Talvez o maior erro do projeto... Não é que o projeto esteja errado em compartilhar a água, mas não ter começado dizendo: "Vamos compartilhar as nascentes, para que tenhamos e para que essa água possa chegar nos Estados." Então, acho que isso falta.

O Sebastião Salgado, em um dos estudos do instituto dele, fala que existem 350 mil nascentes só no Rio Doce. São pequenas nascentes. É isso que faz a formação de um rio, e também está morrendo. Agora eu não tenho ideia de quantas mil nascentes tem o São Francisco; eu só tenho certeza de que boa parte delas está morrendo, porque não tem a floresta que a gente chama de protetora, que pega a água da chuva – por conta da presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das árvores, aquela água infiltra. Não! A nossa água vira água de superfície; escorre, assoreia e vai matando rio e também diminuindo o volume de água.

Então, acho que a ideia não é ficar contra compartilhar água, mas, primeiro, temos de ter água. E nós não estamos tendo mais água por conta do que fizemos nesses 500 anos, especialmente nessa região de Mata Atlântica, de que só há 6% da cobertura original. Com isso, quantas nascentes desaparecem e que podem voltar, se nós fizermos um trabalho dirigido para isso?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu não poderia deixar de aqui fazer um comentário, tendo em vista que o Estado que represento, Minas Gerais, é conhecido como o chamado "Estado caixa d'água" do Brasil, onde estão as nascentes dos grandes rios que irrigam o Nordeste, o Sul e o Sudeste, inclusive o São Francisco, mencionado por V. Exª, e o Rio Doce, pelo Senador Jorge Viana.

Na realidade, o Senador Viana disse bem, e a preocupação do senhor é real. O que acontece é que não temos como compartilhar ou transpor se não houver água. Sempre houve alerta por parte de Minas Gerais de que o primeiro passo para haver o compartilhamento, o que significa a transposição no caso concreto do Rio São Francisco, seria o que nós chamamos de revitalização da Bacia, que é exatamente o que o Senador Jorge Viana disse: a recuperação das nascentes; e pior, além das nascentes, dos canais que levam ao rio.

O Senador Otto Alencar tem se dedicado muito ao tema também. Nós discutimos na semana passada, porque está chovendo a cântaros nesses dias em Minas Gerais. A chuva tem sido muito intensa, e não sobe o nível do rio por que motivo? Porque todos os canais dos pequenos rios estão obstruídos. Não há dragagem, não há cobertura vegetal. A água não é aproveitada normalmente. Então, não adianta nada a chuva nesse momento porque o rio não revive. Isso é gravíssimo! A gente vê a chuva e vê a Represa de Três Marias com 11% da sua capacidade. É muito grave!

Resultado: qual é o primeiro esforço imprescindível e necessário agora? A revitalização das bacias com grandes dragagens. Fizemos isso no meu governo no Rio das Velhas, que é o maior afluente, mas é um só rio. O Estado não tem condições financeiras para enfrentar uma obra dessa magnitude, até porque o São Francisco também é um rio nacional que pertence, portanto, ao patrimônio federal. Este apelo sempre foi feito por Minas Gerais: vamos revitalizar a Bacia do Rio São Francisco como um todo, aí, sim, permitindo que ele, caudaloso novamente, com as águas na sua pujança, possa servir, num segundo momento, a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

transposição para levar água àqueles nossos compatriotas que não têm, inclusive, para beber, que é o uso fundamental evidentemente, o mais importante e prioritário.

Compartilhar é o verbo que está sendo usado nos vários sentidos. Tem toda a razão o Senador Jorge Viana na questão tanto da Bacia do Prata quanto da Bacia Amazônica, quando os rios fazem fronteiras entre países, o que não é o caso do São Francisco, que, neste caso, felizmente, é um rio da integração nacional, inteiramente dentro das nossas fronteiras. V. Exª tem toda a razão. Esse tema certamente será discutido nesse simpósio de altíssimo nível que ocorrerá para nós relembrarmos sempre de que, antes de compartilhar, devemos garantir a existência daquilo que será compartilhado, que é hoje o bem mais precioso, a água.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem. É exatamente isso. Concordo perfeitamente com V. Exª também, Senador Antonio Anastasia.

Pela ordem S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimentando o que foi falado pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Anastasia, nós temos problema semelhante em Mato Grosso do Sul. O grande problema é realmente a falta de matas ciliares que possam proteger as cabeceiras dos rios. Não havendo matas ciliares, o que ocorre é que se deposita um volume de areia muito grande que desce com a chuva, formando bolsões de areia dentro do próprio rio.

Houve a destruição praticamente do Rio Taquari, em Mato Grosso do Sul, o que é um grande desafio. O Ministro Sarney Filho esteve lá, sobrevoando a região comigo, e viu que é realmente um desastre. O que era rio virou lagoa. Na verdade, ele espraiou totalmente, destruindo fazendas, porque o Pantanal é uma região de planície, em que não há caída do rio. Então, ele vai desviando de acordo com a possibilidade do curso.

Realmente, o que falou o Senador Anastasia está corretíssimo: temos de defender as fontes alimentadoras dos rios, as matas ciliares fundamentais, as florestas e principalmente aqueles riachos que alimentam o rio. Eu acho que os investimentos serão altos para se recuperar.

O Presidente Temer também esteve lá em Miranda conosco, onde viu a situação realmente gravíssima e ouviu a ponderação de todos os proprietários rurais que têm as fazendas destruídas, porque os rios estão praticamente sem proteção ciliar.

É necessário que haja uma política de manutenção e revitalização da mata ciliar, o que me parece prioritário para que o rio possa ter vida novamente. O rio está, hoje, praticamente morto. É o caso do Taquari, que é um problema grave para Mato Grosso do Sul.

Este é o meu depoimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É isso que V. Exª diz: a situação do Taquari não é muito diferente da do Rio São Francisco, que, comparativamente, tem uma extensão bem maior e uma abrangência bem maior pelo seu percurso.

O que S. Exª o Senador Otto Alencar vem colocando praticamente todos os dias em plenário sobre a situação do Velho Chico é a pura verdade: o rio está morrendo. É preciso que as pessoas cheguem ao local para verificar a situação em que se encontra o rio: inteiramente assoreado.

Como disse o Senador Anastasia, embora esteja chovendo a cântaros em Minas, onde há os grandes olhos d'água que dão razão à existência de riachos que, depois, se transformam em afluentes de rios, Três Marias está com 11% apenas da sua capacidade. Essa é uma notícia evidente de que há obstrução para que essa água corra pelo seu curso natural, em função exatamente desse assoreamento, em função do desmatamento, enfim, disso que todos nós já sabemos, como disse o Senador Jorge Viana, ou seja, as nossas matas ciliares todas destruídas, a Mata Atlântica também do mesmo modo.

A revitalização do Rio São Francisco passa por uma série de medidas, entre elas o reflorestamento das matas ciliares, uma maior fiscalização para que não continue essa destruição e um trabalho, que será hercúleo, de desassoreamento do rio.

A situação do São Francisco é tão séria que, hoje, a 100km da foz pescam-se peixes de água salgada, pois a água do mar reflui com tanta força rio adentro que os peixes sobem, e, assim, onde existiam peixes de água doce hoje existem peixes de água salgada. Isso, por outro lado, indica a presença de uma água salinizada que já não serve para o consumo humano e que, também, já não serve para ajudar no plantio.

Enfim, é uma situação muito delicada que exige, realmente, a atenção de todos nós, brasileiros, sob a coordenação e o comando, naturalmente, das autoridades federais e estaduais.

Ainda pedindo permissão a V. Exªs, voltando a essa questão de compartilhar, é necessário que nós unifiquemos isso, Senador Jorge Viana, porque veja, aqui temos, do Senhor Presidente da República, sobre o 8º Fórum Mundial da Água, aqui, em Brasília: "Tem como objetivo compartilhar experiências de gestão sustentável da água, promover negócios e fomentar a inovação." É a palavra do Presidente da República de um país que vai sediar o 8º Fórum.

S. Exª o Ministro Aloysio, do Ministério das Relações Exteriores, vem nessa linha, dizendo o seguinte, no primeiro parágrafo do ofício encaminhado a V. Exª: "Como é de seu conhecimento" e tal, no dia tal, vai haver a oitava edição do Fórum Mundial da Água, e ele diz que o tema "Compartilhando Água" – aí já é o ofício do Ministro Aloysio – "representará a oportunidade para congregar representantes governamentais, atores do setor privado e da sociedade civil" – perfeito – "para discutir desafios e soluções no que concerne à gestão de recursos hídricos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, "gestão de recursos hídricos" está um texto, vamos dizer, compatível com o do Presidente da República, mas não sei se está conciliável quando diz "discutir desafios e soluções no que concerne à gestão de recursos hídricos". Aqui o Presidente fala "experiências de gestão sustentável da água, promover negócios e fomentar a inovação".

E já aqui, o documento que V. Exª leu, Senador Jorge Viana, de 14 de junho, fala das 270 bacias de rios compartilhados, ou seja, fala de rios compartilhados, portanto, água de superfície, como disse V. Exª. "Água, paz e segurança estão inextricavelmente associados." Sem dúvida. É o que diz o Guterres, Secretário-Geral. E vai por aí: "[...] compartilham bacias de lagos ou de rios com vizinhos. Existem 270 bacias de rios 'compartilhadas' internacionalmente, servindo de fonte primária de água doce para cerca de 40% da população mundial." Então, até aí está perfeito, não há dúvida quanto a isso. Mas aí vem o outro parágrafo: "É por isso", diz ele, "que é essencial que as nações cooperem para garantir que a água seja compartilhada igualitariamente e sustentavelmente [...]. Eu elogio essa reunião do Conselho de Segurança por destacar como a água é e deve permanecer uma razão para a cooperação e não, para o conflito (entre nações)".

A gente nota que não há ainda, no escopo dessa reunião...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu pudesse colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nessa semana que passou, a Procuradora-Geral, Drª Raquel Dodge, fez um evento no Ministério Público, que eu até citei na audiência da sabatina com os indicados para a ANA. E ela faz uma vinculação da água, da necessidade de normatização da água, como um direito humano. Então, esse é um outro processo, porque sem água não há vida.

Mas também ocorreu uma outra reunião em Estocolmo, agora, em setembro, preparatória para o Fórum: "Abertura da Semana Mundial da Água destaca compartilhamento e sustentabilidade." Lá houve uma manifestação do ganhador do Prêmio da Água de Estocolmo 2017, o Prof. Stephen McCaffrey, pioneiro no Direito Internacional da Água, ele ganhou o prêmio neste ano: "[...] chamou a atenção para a necessidade de se criar marcos legais para promover e garantir o compartilhamento de águas transfronteiriças." Claro que está vinculado à superfície, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – À superfície.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – "O professor destacou, no entanto, que isso [aspas] 'não significa criar direitos iguais, mas sim equidade de direitos'."

Está entre aspas, é a posição dele. Então, veja que é bem interessante, nós estamos iniciando um processo porque há risco de conflito mesmo, e uma necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eles falam aqui, ele faz uma avaliação um pouco mais ampla do que a das Nações Unidas:

> [...] "60% da água doce do Planeta [diz o professor] é compartilhada entre dois ou mais países", e que a criação de regras pode reduzir os conflitos relacionados à água. O compartilhamento, segundo ele, também deve ser avaliado sob a ótica das mudanças climáticas. "Com os eventos extremos climáticos de estiagens cada vez mais frequentes e intensas, os conflitos pela água no mundo tendem a aumentar." [Então, se temos as questões climáticas cada vez mais intensas e extremas, há uma tendência de aumento dos conflitos.] Por isso há necessidade de compartilhar água e também as soluções para os problemas", frisou.

Vejam que é bem interessante porque nós estamos falando, sim, de legislação transfronteiriça, de água de superfície, nós estamos falando também de compartilhar experiências. O Brasil vai sediar esse debate, veja que está havendo um encontro preparatório no mundo inteiro, inclusive pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Daí a importância.

Eu só queria, Sr. Presidente – se for possível –, já na primeira reunião – cumprimento V. Exª por estabelecê-la – fizéssemos já a instalação da comissão, se fosse possível. Eu prepararia todas as indicações, consultaria os colegas para que fizéssemos já a primeira audiência para andarmos com o tema, porque vamos ter pouco tempo entre fevereiro e a realização do Fórum aqui em Brasília, que será em meados de março.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Faremos isto, então: na primeira reunião já se instala a comissão, formamos o grupo parlamentar e, no mesmo dia, na mesma reunião, faremos a audiência. Está perfeito.

Na questão do compartilhamento, vem uma outra questão. O ser humano não vive sem o ar e sem a água, definitivamente. O ar, esse é compartilhado. Até quando nós poderemos compartilhar de um ar saudável, nós não sabemos. Mas, por enquanto, o ar é um compartilhamento, esse é um compartilhamento.

Mas, a água pode ser compartilhada como o ar é compartilhado? São questões semânticas e até filosóficas que se discutem e serão discutidas sobre essa questão.

A minha preocupação – desculpem a minha insistência – é a de que devemos circunscrever essa questão do debate no Fórum Nacional das Águas, para não perdermos o nosso objetivo, que, como disse a carta do Presidente da República, é, sobretudo, o de compartilhar experiências de gestão sustentável da água: "gestão sustentável da água, promover negócios e fomentar a inovação". É claro que a inovação é fundamental para que nós possamos avançar nesses campos. Por exemplo, Israel tem um *know-how* fabuloso, como também outros países, na dessalinização. Nós temos experiências no Sertão nordestino, onde há centenas de dessalinizadores que puxam a água do subsolo, uma água chamada salobra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não serve para o consumo humano. Essas pequenas máquinas ficam numa casa de 2m por 2m. O dessalinizador fornece água para pequenas comunidades.

Enfim, eu deixaria, mais uma vez, somente essa minha preocupação, augurando que esse Fórum tenha o maior sucesso possível, porque, realmente, é um tema extremamente importante. O meu questionamento diz respeito apenas à extensão que essa discussão possa ter, perdendo o seu objetivo, perdendo em substância. Vamos nos estender muito na discussão, pode ficar uma coisa estéril, e poderemos sair de lá com aquela sensação frustrada de que nada ficou definido ou resolvido em termos de compartilhamento, ao passo que, se nós restringirmos, no sentido de objetivarmos melhor a discussão, ela seria bem mais produtiva.

Antes de encerrar a nossa reunião, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que, na Comissão, trabalharam, aos nossos colaboradores no Senado da República que fazem o trabalho nesta Casa, pela ajuda que nos deram para que chegássemos ao final com um trabalho realizado. Muito obrigado a cada um pela sua dedicação.

Quero agradecer às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores pela sua atuação muito ativa, pela paciência que tiveram e pelo esforço que, muitas vezes, fizeram para estarem presentes na reunião, mesmo havendo tantas outras reuniões atuando no mesmo horário, no mesmo dia. Muito obrigado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores pela participação.

Agradeço às assessorias do Itamaraty, na pessoa da Embaixadora Gisela.

Agradeço às assessorias das Forças militares também pela sua participação, sempre muito presentes, fornecendo-nos todas as respostas às dúvidas que tivemos.

Agradeço à TV Senado, à Rádio Senado; agradeço aos nossos internautas pela participação que tiveram ao longo do ano em todos os painéis e nas audiências públicas que aqui realizamos; agradeço, enfim, a confiança que nos foi depositada para conduzir este trabalho de coordenar os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores.

E quero desejar a todos, às Srªs e aos Srs. Senadores, os melhores votos de boas festas e de um feliz 2018. Que este ano próximo que vem nos ajude, nos ilumine a todos nós, Senadores, não somente desta Comissão, mas de todo o Senado da República para que possamos atuar de forma efetiva na solução dos problemas que angustiam a Nação brasileira neste momento tão difícil pelo qual estamos passando.

As melhores boas festas e um ano novo de muita alegria para todos.

Antes de encerrar esta reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como encontram.

(*Pausa.*)

Aprovadas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Hélio José, Rose de Freitas, Valdir Raupp, José Pimentel, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Telmário Mota, Paulo Paim, Dário Berger, José Medeiros, Cidinho Santos e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta, dividida em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com dezoito votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57 de 2017** que: "Requer a realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública para debater questões relativas ao risco hidrológico para os próximos exercícios e o impacto no setor elétrico." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58 de 2017** que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco as obras de duplicação do trecho de Rondonópolis a Cuiabá administrado pelo DNIT como também pelo trecho administrado pela Concessionária Rota do Oeste." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59 de 2017** que: "Requer, com base no disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Senhor Raul Jungmann, para discutir a segurança aeroviária brasileira, em particular, na Amazônia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Braga, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, José Agripino, Garibaldi Alves Filho, Fátima Bezerra e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciarmos a arguição pública, gostaria de informar que a população poderá participar da sabatina enviando perguntas e comentários aos nossos indicados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio Portal e-Cidadania, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Também ligando para o telefone 0800-612211.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 24/10/2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em conformidade com o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 24/10/2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em conformidade com o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Convido para que tomem assento à mesa os Srs. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para exercer cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Dirceu Cardoso Amorelli Junior, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Damos boas-vindas aos nossos convidados. Podem tomar assento, por gentileza.

Informo que aos indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 a 25 minutos, sempre com tolerância de acordo com as necessidades dos senhores.

Ao final das exposições, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados, conforme lista de inscrição que já se encontra sobre a mesa.

Antes de iniciarmos, registro a presença dos Srs. José Cesário Cecchi e Felipe Kury, Diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Também, com prazer, registramos a presença em nosso plenário dos pais do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado à Anatel: o Ministro Emmanoel Pereira, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e a Drª Maria Cristina Campelo de Souza Pereira. Sejam bem-vindos à nossa reunião!

Passo a palavra ao indicado Dirceu Cardoso Amorelli Junior, indicado para a ANP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª tem de 20 a 25 minutos, com tolerância, se necessário for.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Exmo Sr. Presidente em exercício, Senador Acir Gurgacz; Senador Eduardo Braga, Relator da minha indicação, na pessoa de quem cumprimento todos outros Parlamentares aqui presentes; Diretores da ANP, Felipe Kury e Cesário Cecchi; colegas da ANP; público presente e que assiste à sabatina através das mídias digitais, bom dia!

Honrado pela indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e do Sr. Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, venho a esta Comissão, respeitosamente, apresentar-me às autoridades para ser sabatinado para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Inicialmente eu gostaria de dizer que muito me orgulho de estar aqui nesta Casa, na presença de V. Exªs, lugar onde nascem as leis que são a base normativa com a qual a ANP regula o mercado de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil.

Chamo-me Dirceu Cardoso Amorelli Junior, tenho 52 anos, sou casado e tenho duas filhas.

A minha formação acadêmica foi basicamente em instituições públicas, iniciando o primário e o ginasial em escolas municipais do Rio de Janeiro. Cursei o ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, onde me formei técnico em Mecânica. Na mesma instituição me formei engenheiro mecânico. Fiz mestrado em Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e doutorado em Planejamento Energético pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE). Destaco ainda na minha formação a especialização em Engenharia de Petróleo pela Universidade Estadual de Campinas.

No mundo acadêmico tenho contribuído com alguns trabalhos, sendo o último deles um manual de introdução à Engenharia, do qual fui coautor. Atuo também como avaliador da ANP no Programa de Formação de Recursos Humanos, conhecido como PRH. Ressalto que a programação de formação de recursos humanos em parceria com a indústria representa uma importante fonte de criação de valor e conhecimento para a sociedade.

Antes de trabalhar como servidor público federal, fui executivo de empresas de grande porte na iniciativa privada, principalmente na área de logística, onde iniciei também a minha carreira, minha experiência como gestor. Ingressei no serviço público em 2005 através do primeiro concurso promovido pela ANP, em que fui aprovado para o cargo de Especialista Geral em Regulação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Durante esses 12 anos de experiência trabalhando no órgão regulador, passei por diversas superintendências e ocupei diferentes cargos, dentre os quais destaco os de Superintendente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abastecimento, Superintendente de Dados Técnicos e Superintendente de Exploração, que é a minha posição atual.

A passagem por diversas superintendências da ANP permitiu uma visão abrangente da agência, onde pude trabalhar em variados setores da cadeia de petróleo, gás natural e dos biocombustíveis, como, por exemplo, no início da atualização das normas relacionadas à distribuição e revenda de combustíveis líquidos; na concepção inicial dos critérios para regulação da aquisição de etanol anidro, com vistas a trazer maior previsibilidade para esse mercado; no desenvolvimento de medidas visando maior eficiência dos leilões de biodiesel e sua expansão; na implantação do diesel de baixo teor de enxofre e, mais recentemente, na atualização dos regulamentos de aquisição sísmica, visando a retomada da pesquisa geológica no Brasil.

O cenário energético mundial aponta para uma dinâmica que combina inovação e diversificação das matrizes energéticas dos países para suportar os severos requisitos de custos e sustentabilidade. O mesmo ocorre no Brasil, em um modelo de mercado que dá sinais de transformação e que pode trazer mais oportunidade e aumento dos investimentos. Nesse sentido, o Brasil dá um passo importante na retomada da indústria de petróleo e gás natural, com o calendário das rodadas de licitação, contemplando tanto as jazidas promissoras do pré-sal quantos os blocos exploratórios sob o regime de concessão, além da revitalização dos antigos campos de petróleo em terra.

O sucesso da 14ª rodada de licitações, onde o Governo Federal arrecadou R$3,8 bilhões, com um ágio acima de 1500%, representando o maior bônus de assinatura da história, assim como a segunda e terceira rodadas do pré-sal, que arrecadaram R$6,15 bilhões, com ágio excedente de óleo lucro, ofertado pela União, de 260% e 202%, respectivamente, marcam a retomada do setor com a inclusão de novos agentes nos esforços de exploração e produção.

Esses leilões, ao longo dos próximos anos, irão integrar Estados e Municípios às atividades econômicas decorrentes do petróleo e gás natural, por meio de diversos serviços locais, levantamentos geológicos e atividades de exploração e produção. Nesse contexto, as exigências de custo e sustentabilidade são cada vez maiores.

O gás natural passa a ter relevância estratégica crescente em nossa matriz energética. A atual oferta de malha de gasodutos é um exemplo de compatibilidade das mudanças em curso com o interesse nacional de incorporar novas empresas ao transporte de gás natural, que operarão na infraestrutura, ampliando-a para manter os novos consumidores, tornando-as mais eficientes e otimizadas.

Vivemos, no entanto, um momento histórico em que as recentes tecnologias permitem o uso de novas fontes combustíveis para a geração de energia e trabalho, impulsionadas pela transição que se inicia para a economia de baixo carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, nessa transição, se depara com um leque sem igual de oportunidades a serem exploradas. Além do gás natural, temos a possibilidade de expansão dos biocombustíveis, que, nesse cenário de opções, encontra abrigo no aumento da eficiência dos equipamentos, permitindo, de forma irreversível, uma maior inserção desses combustíveis na matriz energética nacional.

A ANP acompanha de perto as tendências do mercado regulado; tem uma equipe qualificada e disposição para participar dessas transformações, como instituição, em convênio com outros órgãos.

A ANP colabora também com o Conselho Nacional de Política Energética, com o Ministério de Minas e Energia e com a Empresa de Pesquisa Energética para a retomada do crescimento do setor, como ilustram, por exemplo, os seguintes programas setoriais: programa inclusivo de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira (RenovaBio); ações e medidas para estimular investimentos e diversificar o setor de abastecimento de combustíveis em todo o País (Combustível Brasil); programa de desenvolvimento de fornecedores da cadeia produtiva (Pedefor); programa de revitalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres (Reate); e iniciativa Gás para Crescer.

Considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais, existe um grande desafio a ser superado, mas a ANP conta com uma equipe técnica de excelência comprometida com as suas responsabilidades, norteadas principalmente pela Lei do Petróleo.

Portanto, compor a Diretoria Colegiada da ANP, caso seja aprovado por esta Comissão, é uma oportunidade ímpar de colaborar para a superação desses desafios. Para tal, institucionalmente, estarei atento à capacitação dos servidores da agência, importante instrumento para a manutenção da excelência técnica alcançada, assim como na preparação de futuros líderes, que virão ocupar posições estratégicas na ANP, sobretudo os mais jovens.

Pretendo também fortalecer o diálogo e a transparência com a sociedade e o mercado, conduta que sempre adotei como regulador e que entendo ser a mais adequada para o desenvolvimento do mercado regulado, principalmente neste momento em que rumamos para um novo ciclo de prosperidade.

Agradeço a atenção com que fui agraciado pelos Ex^{mo}s Srs. Senadores e Srªs Senadoras e me coloco à disposição para responder as questões que estiverem ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Dirceu Amorelli Junior.

Eu passo a palavra ao nosso Relator, que é o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Eduardo Braga, para que ele faça as suas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Bom dia a todos. Bom dia ao nosso querido Presidente Acir Gurgacz, bom dia aos nossos sabatinados, tanto ao Dr. Dirceu Amorelli quanto ao nosso amigo – que tenho certeza de que exercerá também essa função com grande desempenho desta feita na Anatel – Emmanoel Campelo de Souza.

Senhoras e senhores aqui presentes; companheiros da ANP; nosso Marco Antônio, que foi meu secretário, quando fui Ministro de Minas e Energia, exatamente na área de óleo e gás; os pais do nosso Emmanoel aqui presentes – o nosso Ministro está aqui na função de pai e, portanto, queremos destacar a sua presença –; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu queria fazer algumas perguntas ao Dr. Dirceu, tendo em vista que a ANP tem a responsabilidade de agência reguladora de um setor que responde por uma parte preponderante do PIB brasileiro.

Depois do último leilão apresentado já com a nova modelagem com relação à participação ou não da Petrobras, de acordo com a decisão da própria empresa de exercer o seu direito de prioridade, subordinado, obviamente, à decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Energético, para mim ficou claro que os blocos, Dr. Marco Antônio, de que a Petrobras não participou foram exatamente os blocos em que nós não obtivemos grandes resultados – em dois deles, inclusive, não tivemos sequer participante. Nós tivemos dois blocos no último leilão em que não recebemos ofertas de nenhuma das empresas. A Petrobras não manifestou interesse. O não interesse da Petrobras foi reconhecido pelo Conselho, e nem propostas tivemos.

Mesmo no bloco de que a Petrobras declinou da preferência, que é o Bloco Carcará, um dos melhores e promissores blocos da região que foi à leilão, a proposta não teve ágio; ao contrário, a proposta teve uma participação muito pequena. Eu queria ouvir a opinião do Dr. Dirceu com relação a essa questão que me parece ser muito importante, até porque o Governo – através do Ministro Fernando Bezerra Coelho, logo após o leilão, diante do resultado que não foi de acordo com aquilo que havia sido esperado pelo Governo – disse que a culpa já não era mais da prioridade da Petrobras e sim do regime de partilha ou de concessão.

Pergunto a V. Sª qual a opinião de V. Sª sobre esse tema, porque me parece que, mais uma vez, está havendo um equívoco por parte do Governo com relação à questão de partilha ou de concessão.

A partilha faz com que nós possamos ter condições de construir um fundo de investimento social e que nós possamos proteger a economia brasileira de um efeito colateral conhecido como doença holandesa, porque há inundação de recursos em moeda estrangeira por um curto período de tempo, o que altera obviamente a questão cambial. E se não há políticas que possam criar um freio de regulação na entrada desses recursos para que esses recursos não sejam comprometidos em custeios permanentes... E a participação nesses recursos é permanente durante o período de produção, mas não é, portanto, inesgotável a sua fonte por ser um recurso natural não renovável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ouvir, com bastante atenção, porque V. Sª vai participar com mandato. É importante dizer que os diretores das agências reguladoras possuem mandato, no caso em espécie mandato que irá além do atual governo. Portanto, a posição que V. Sª adotará em relação a esses dois temas terá impacto obviamente além do horizonte do Governo do Presidente Temer nos próximos anos, sobre uma região que, volto a dizer, é estratégica para o crescimento do PIB brasileiro.

Outra questão que eu gostaria de ouvir de V. Sª é com relação ao gás natural. O Brasil tem na petroquímica, Presidente Acir Gurgacz, uma grande possibilidade de crescimento do nosso PIB e de competitividade da nossa indústria derivada da petroquímica. No entanto, a petroquímica baseada na nafta não deu certo em nenhum lugar do mundo e não fará com que a indústria de petroquímica brasileira seja competitiva a partir da nafta.

Foi na nossa gestão no Ministério de Minas e Energia que nós acabamos com uma situação que criou várias distorções em governos anteriores com relação ao preço da nafta. Há um preço referência internacional; esse preço referência internacional tinha uma política de deságio para comercialização pela Petrobras. Esse deságio possibilitou situações algumas delas ditas aí, em investigações que estão sendo aprofundadas, nem sempre republicanas. Até que criamos uma política em que o preço referência era o piso para a nafta, inclusive produzida com petróleo nacional, e estabelecemos 104% do ARA para aquilo que era importado e, portanto, criava um preço médio de 102% do ARA para o preço da nafta. Só que esse contrato tem um prazo de cinco anos. Vencerá, portanto, proximamente, e isso deverá ser renegociado.

A política do gás natural faz exatamente a grande transformação e a grande mudança no paradigma da indústria de petroquímica. Como o senhor vê a participação do gás natural tanto na matriz energética brasileira... Aí voltamos a outra situação muito importante.

O Brasil está vendo, Senador Roberto Muniz, uma situação muito difícil no momento. Mas essa situação está agravada porque o Brasil deixou de despachar termoelétricas fora da ordem do mérito desde o mês de agosto! E a previsibilidade de chuva, analisada cientificamente pela Cepel, deixou de ser base fundamental de critério para decisão do CMSE para o despacho de termoelétricas fora da ordem do mérito.

Ao despachar tardiamente essas termoelétricas fora da ordem do mérito, portanto, a um custo elevado, o Brasil está comprometendo, primeiro, como chegaremos no pico do verão de 2017 com os reservatórios das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul? Podendo comprometer inclusive a nossa capacidade de fornecimento de energia elétrica no momento da retomada do crescimento econômico do PIB brasileiro.

O telespectador brasileiro que está nos assistindo nesse momento tem que compreender que nós estamos diante de uma possibilidade de termos uma situação atípica, no Brasil, depois de anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recessão, anos de queda de crescimento do PIB, de nós termos a retomada da economia; e a retomada da economia estar travada pela incapacidade brasileira de ter se precavido, pelo planejamento da segurança energética, para ter energia para fomentar o crescimento econômico.

Ora, o gás natural tem esses dois grandes aspectos. Primeiro, viabilizar térmicas com CVU mais barato. Portanto, térmicas com CVU mais barato possibilitam o Brasil a ter térmicas de base, térmicas de energia firme, que sejam dentro da ordem do mérito, para que possamos efetivamente recuperar os níveis hidrológicos dos nossos reservatórios. E eu me refiro aos reservatórios das nossas hidrelétricas.

Portanto, eu queria ouvir a opinião de V. Exª com relação à participação do gás na matriz energética e também do gás como principal fonte de matéria prima para a indústria de petroquímica.

De que forma será equacionado o problema da interface entre a distribuição e a comercialização do gás canalizado, face às competências estabelecidas pela Constituição Federal?

De que modo se pode equacionar, manter, o desenvolvimento do mercado de gás, com a retirada ou a diminuição da participação da Petrobras em tal atividade nesse setor?

E, aí, quero abrir um parêntese e dizer que, neste ano, Senador Acir Gurgacz, nós já tivemos um reajuste, Senador Agripino Maia, de 54,5% no preço do GLP – gás de cozinha. O gás de cozinha, neste ano, já teve um reajuste de 54,5%, autorizado pela ANP e praticado obviamente pela principal produtora de gás, que é a Petrobras.

Eu queria ouvir a opinião de V. Sª com relação a esse tema.

Segundo, estão em andamento a segunda e a terceira rodadas de partilha de produção e algumas rodadas estão sendo planejadas para o biênio 2018-2019. Pergunta-se: na sua opinião, a partilha de produção é o melhor modelo ou o melhor modo de contratação para as áreas escolhidas? Por quê?

Adianto a minha posição: creio que, pelas razões já colocadas, é fundamental que o Brasil não abra mão de um fundo social que nos dará recursos importantes para investimento na área de saúde, na área de educação e na área de segurança pública, que são prioridades do povo brasileiro, e que nos dariam condições de fazer com que estes investimentos não fossem afetados por um efeito colateral da macroeconomia financeira, em função da inundação que existe, num determinado curto período, de recursos externos e moeda externa, o que altera o fluxo de moeda estrangeira e, portanto, o câmbio é impactado fortemente nesses momentos.

No seu entendimento, como serão endereçadas as questões ambientais, tendo-se em vista a localização dos empreendimentos na plataforma continental e a grande quantidade de normas que dificultam o tratamento célere de questões ambientais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua visão a respeito da exploração do gás de xisto? Como tal atividade poderia ser benéfica ou não para o País?

Por fim, queria ouvir de V. Sª... Tenho um projeto de lei, que tramita nesta Casa, sobre bioquerosene. Gostaria de ouvir a opinião de V. Sª sobre bioquerosene, tendo em vista que temos uma modalidade de aviação, que é a aviação agrícola, que trabalha exatamente, Senador Gurgacz, distribuindo, portanto, inseticidas e também adubos etc., e, hoje, até o plantio é feito através de aviação agrícola. E o bioquerosene poderia ser um combustível absolutamente adequado para essa modalidade de aviação que o Brasil tem em grande escala, em função da grande atividade do agronegócio na nossa economia.

Por fim, minha última colocação a V. Sª: é inexorável que há, hoje, uma tendência para os carros híbridos e os carros elétricos. O Brasil – acabou de ser dito por uma das maiores montadoras de veículos de alta tecnologia do mundo – está defasado na sua infraestrutura. Existe, inclusive, nesta Comissão, um projeto de lei para que nós possamos votar a questão dos pontos de recarga de energia elétrica para veículos elétricos e que, vira e mexe, nós não conseguimos votar por interferências diversas do Governo, do setor privado, de diversas áreas, quando, na minha opinião, é uma questão simples de vontade política colocarmos pontos de recarga para carros elétricos. Começam agora, no mercado brasileiro, duas montadoras apresentando carros híbridos, mas não há nenhuma dúvida de que o carro elétrico é a tecnologia que se apresenta, só que nós estamos sem infraestrutura. Isso é competência da ANP, e eu gostaria de ouvir a posição de V. Sª.

No mais, é cumprimentar Sua Excelência o Presidente da República pela indicação de V. Sª para o cargo da diretoria da ANP, pela sua vasta e larga experiência no setor, pela passagem que V. Sª já teve tanto nas superintendências da ANP, como já disse no meu relatório, que foi favorável à indicação de V. Sª.

O relatório, nesses casos, não é de aprovação ou de rejeição; é, sim, para prestar as informações com os aspectos do cumprimento legal, para orientar a votação das Srªs e Srs. Senadores, e reconheço em V. Sª a experiência e o conhecimento técnico necessários para o exercício da função que V. Sª é indicado pelo Presidente da República.

Gostaria de poder ouvi-lo, cumprimentando-o desde já e desejando boa sorte na sua nova missão, visto que entendo que esta Casa, o Senado da República, haverá de aprovar a indicação de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agradeço o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao indicado, consulto as Srªs e os Srs. Senadores acerca da possibilidade de darmos início ao processo de votação antes do final da arguição dos indicados, de acordo com as normas e procedimentos adotados por esta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação para as Mensagens de nºs 67 e 69.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Informo que as Srªs e os Srs. Senadores poderão votar na cabine.

Passo a palavra ao Dr. Dirceu para responder às indagações do nobre Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Excelência, obrigado pelos elogios e pelas perguntas.

Quanto à primeira questão com relação à partilha e concessão, cabe ao regulador, nesse caso, estar preparado para a execução dos dois modelos. Cada modelo tem sua vantagem em relação à sua aplicação e é decidido pelo Governo, pelo congresso. A ANP tem que estar preparada para regular e para executar, independentemente do modelo que esteja em vigor. Então, esse é o papel da ANP no caso da questão entre partilha e concessão.

Sobre a questão do gás natural, hoje ele está em torno de 10%, segundo o último relatório decenal que eu vi. Eu vejo, com bons olhos – acho realmente que é um caminho estratégico –, a expansão do gás natural na malha tanto para abastecer a indústria petroquímica quanto para servir como combustível para as térmicas e, talvez, para os grandes consumidores.

O importante, nesse caso, é que a ANP regula esse mercado e, na função de reguladora, tem que estar atenta principalmente aos custos em que a regulação pode estar atuando para melhorar os custos da indústria, sobretudo na questão da regulação.

Em relação à distribuição do gás canalizado, a Constituição Federal determina que o serviço de gás canalizado será explorado pelos Estados. Existe uma discussão sobre se é possível desvincular o transporte da comercialização no sentido de trazer um maior benefício, mas isso ainda está em discussão – é uma das iniciativas do gás para crescer – no Congresso. O modelo quem define é o Governo com o Congresso. A ANP tem que estar preparada para regular, independentemente do modelo que esteja sendo adotado – e ela está preparada para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à participação da Petrobras nesse setor – saída –, as iniciativas do gás para crescer justamente têm essa função. A ANP, no caso, tem que estar atenta... Quando a Petrobras está saindo, ela está sendo substituída por outro agente. A ANP tem que estar preparada para qualificar e verificar se esse novo agente tem as condições necessárias para estar atuando nesse mercado.

Segunda e terceira partilha de produção. De novo, a gente entra naquela questão da partilha. Eu reputo como um sucesso esse último leilão, dado o custo, dado o retorno em óleo que houve para a União, além dos ágios, como mencionei até aqui no discurso. A escolha do modelo a ser adotado, de novo, cabe ao CNPE e está definido em lei. A ANP tem que estar preparada, como eu disse aqui, para executar e fiscalizar, depois, o modelo que estiver vigente. Com relação às questões ambientais, eu percebo, na minha experiência como Superintendente de Dados Técnicos e como Superintendente de Exploração, que, em áreas em que já existe um conhecimento daquele ecossistema, as licenças são mais rápidas que quando não existe o conhecimento daquele ambiente. Então, isso daí já foi detectado. E a ANP, junto com o MME, coordenado até pelo MME, está trabalhando no sentido de verificar quais são as medidas possíveis para que as licenças possam sair com mais celeridade. Uma das questões importantes que eu vejo é que, nas áreas em que há pouco conhecimento, as empresas têm que apresentar um projeto daquele ecossistema, um projeto de como aquela atividade industrial vai afetar aquele local, as mitigações e as compensações. Então, acredito que, separando essa questão de aportando recursos para o Ibama, para os órgãos ambientais, para que eles consigam aumentar o seu conhecimento dentro das possíveis áreas de exploração, consigamos equacionar bem a solução para esse problema.

Exploração de gás de xisto, gás de folhelho. É uma técnica, mais um recurso que existe para exploração de um recurso energético. Entretanto, eu acredito que ele deva ser amplamente discutido na sociedade para que se tenha conforto no momento de escolher também por essa modalidade.

Bioquerosene de aviação. Eu acho fantástico a questão do biocombustível, falando até como alguém da área de planejamento energético, porque eu entendo, como já existem previsões, que, no futuro, nós não vamos ter um só combustível como base, como o petróleo, mas vamos ter regionalmente. Vai ser uma matriz em que poderemos explorar diversas formas de captar o recurso energético. Dentro desse cenário matricial em que, em determinado lugar, pode ser óleo e, em outro, pode ser o biocombustível, eu vejo que são importantíssimas essas medidas que visam inserir o Brasil nessa matriz e ajudar na questão da autossuficiência energética. Cabe à ANP, neste caso aqui, estabelecer as normas de qualidade desse biocombustível, desse bioquerosene, dos biocombustíveis. Esse seria o papel da ANP dentro dessa questão.

Carros híbridos e carros elétricos.

Também verificando que vai existir uma matriz em que cada país terá suas fortalezas e vai tentar buscar quais as energias que melhor conseguem se adaptar às suas possibilidades, eu acredito que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carro híbrido seja sempre a melhor solução do que o carro elétrico no caso do Brasil, tendo em vista que o carro elétrico pode também sobrecarregar o sistema elétrico. O carro híbrido, cuja tecnologia já temos, é eficiente e é uma solução que nos torna, inclusive, independentes da Europa ou de solução que venha a ser uma solução europeia, dentro desse cenário, como eu já falei, matricial, em que você não tem mais o monopólio do petróleo e, sim, várias fontes de energia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Agradecemos, mais uma vez, agora, a presença do colegiado total aqui da ANP na nossa audiência, com a presença do Diretor-Geral, Dr. Décio Oddone, e dos demais Diretores, José Cesário Cecchi, Felipe Kury e Aurélio Amaral.

Registro e agradeço a presença de todos na nossa manhã neste debate.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Muniz, para fazer as suas colocações.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Acir Gurgacz, bom dia e parabéns ao nobre Senador Eduardo Braga, que fez uma brilhante intervenção – uma intervenção com perguntas, mas uma intervenção sempre esclarecedora na área de energia.

Quero saudar também o Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior, pela sua trajetória e o conhecimento que já tem da própria Agência Nacional do Petróleo.

Eu queria explorar, aproveitando um pouco da sua *expertise* na área de planejamento energético, algumas questões que me trouxeram, nos últimos dias, algum nível de reflexão para questões que estamos vivendo aqui, no Brasil.

É claro que o mundo todo caminha para uma matriz energética de baixo carbono. E esta é a primeira questão que eu quero colocar: o petróleo, no futuro, será um produto em que grau de relevância na matriz energética mundial?

Eu tive a oportunidade, Senador Eduardo Braga, de ir agora aos Emirados Árabes. Os Emirados Árabes estão entre os dez países que mais produzem petróleo no mundo, da mesma forma que a Arábia Saudita. E todos estão lá muito preocupados com o excesso de oferta do petróleo no mundo e uma falta de estabilização no preço do petróleo. E, com isso, os Emirados Árabes colocam sempre, em todas as palestras que eu tive a oportunidade de ouvir lá, juntamente com outros Senadores aqui – com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Armando Monteiro e o Senador Ricardo Ferraço –, que um dos objetivos maiores dos Emirados Árabes é sair desse monopólio energético na matriz produtiva deles do petróleo, ou seja, na questão da balança comercial deles, o petróleo tem um peso muito significativo, e eles estão buscando com muita força.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, aí, eu posso dar um exemplo claro na construção de um loteamento de uma *Smart City*. Em vez de eles começarem construindo as ruas, eles fizeram, primeiro, um centro de tecnologia para discutir energia renovável e formas sustentáveis de convivência social.

Então, você tem um centro discutindo, com o emprego de tecnologias internacionais – eles conseguiram atrair o MIT e outras instituições –, por exemplo: reuso de água, reuso da parte do saneamento, a questão do conforto térmico, o uso do não combustível fóssil dentro das instalações de um loteamento que será para 200 mil pessoas, ou seja, é quase uma cidade nova. Ou seja, eles estão muito preocupados com isso.

Aqui, a gente passa muito tempo discutindo as questões referentes ao pré-sal, parecendo que o pré-sal é a solução para o Brasil do futuro. Será que o pré-sal é a solução do Brasil do futuro? É esse Brasil que nós queremos? É essa discussão que precisa ser feita dentro do Senado Federal, uma vez que as nossas possibilidades de ampliar essa matriz energética e diminuir essa dependência externa em relação ao preço do petróleo da nossa matriz? Será que não é essa a luta que nós devemos ficar travando a cada dia? E, nesse ponto, a Agência Nacional de Petróleo vai ter que se reinventar; ela vai ter que deixar de ser menos petróleo e mais gás, e mais biocombustível.

Quero aqui ler – tive acesso outro dia e fiquei preocupado – o que a Petrobras diz em uma das suas páginas sobre produção de biocombustíveis:

> Encerraremos as atividades de produção de biocombustíveis, com o objetivo de otimizar o nosso portfólio de negócios. As atividades da usina de biodiesel de Quixadá terminaram em novembro de 2016. As usinas de Montes Claros (MG) e Candeias (BA) permanecem funcionando em 2017.
> No futuro, a Petrobras poderá reavaliar o investimento neste segmento e, para tanto, usar outro modelo de negócios. Nesse contexto, continuaremos a investir na pesquisa de energias renováveis e biocombustíveis, com o objetivo de tornar tecnologias disponíveis e manter competências técnicas que propiciem retorno ao negócio em bases competitivas.

Ou seja, se a Petrobras, que é muito importante no setor do biocombustível para fazer toda essa parte de investimento em novas tecnologias, também começa a sair do setor de biocombustível, nós vamos perder uma oportunidade de ampliar ainda mais a nossa capacidade de ter essa matriz diferenciada.

Então, a primeira questão é: como a ANP pode se tornar relevante nos fazendo ficar cada vez menos presos a essa matriz energética do petróleo? Essa é uma questão.

Como é que a ANP pode gerar uma articulação maior com a Aneel nessa ideia de a gente fazer uma substituição, como foi colocado, ou seja, em vez de a gente ficar usando termelétricas, poder ampliar a participação de outras fontes de energia que sejam mais saudáveis tanto ecologicamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como economicamente? Acho que a ANP tem esse papel de testar ou encontrar um momento em ter uma articulação maior com a Aneel para que a gente não fique dependente o tempo todo dessa questão das bandeiras, que tem tanto afetado a vida das empresas e das famílias brasileiras.

Não existe nada mais caro hoje na questão dos custos na vida da família do que a conta de energia. A conta de energia hoje é um peso enorme na conta das famílias. A gente precisa olhar com muito carinho essa questão de como fazer que esse preço para as famílias e para a produção seja diminuído.

A outra questão que quero trazer, além dessas duas, é sobre a privatização da Eletrobras. Claro que isso não está no escopo da MP, mas eu gostaria de saber a sua posição em relação, neste instante, à empresa que tem maior capacidade de produção do nosso País, que tem uma participação do Estado que é significativa. Como será esse ambiente de energia se perdermos a capacidade de termos esse instrumento regulador real, que é instrumento regulador de mercado, ou seja, de participação em leilões, de estabelecer uma competitividade maior para o custo do megawatt energético no Brasil?

Essa questão também é importante, em que pese não ser da área da ANP, mas eu queria aproveitar o seu olhar sobre o planejamento energético, porque isso terá, em algum momento, o rebatimento em todo o ambiente de negócios do petróleo e das energias renováveis principalmente.

São essas as questões que eu queria colocar. E parabenizo-o pela sua exposição, que tive a oportunidade de ouvir pelo rádio. E ficamos muito felizes quando técnicos assumem cargos relevantes. E quero aqui destacar o que foi colocado pelo Senador Eduardo Braga, ou seja, que V. Sª vai para lá ter um mandato. Isso é importante, isso lhe tira um pouco as amarras políticas e lhe estabelece um compromisso muito maior com o Brasil.

As agências reguladoras têm um papel fundamental nesse mercado futuro de uma concorrência mais saudável em nosso País. Muitas vezes, eu percebo que há uma falta de informação sobre o real papel das agências reguladoras. Agência reguladora não é posto de defesa do consumidor. É preciso sempre destacar isso. Também não é braço estendido de Estado nem também lugar para *lobby* de empresa. Ela é um ente que articula e faz cumprir os contratos assinados. Ela precisa ter esse foco no contrato assinado para dar segurança jurídica a todos os atores e sempre prover a sociedade de questões inovadoras que possam minimizar principalmente os custos de energia, que, como falei, têm sido muito grandes para as famílias e para as empresas brasileiras.

Parabéns, Dr. Dirceu e Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sugiro – e já peço a anuência dos nobres colegas – que a gente possa ouvir todos os Senadores e, depois, o sabatinado responderá em bloco. Assim, daremos mais agilidade ao processo, senão nós vamos demorar mais.

Se a Srª Senadora e os Srs. Senadores concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, assim o faremos.

Com a palavra agora a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer as suas colocações.

Na sequência o Senador Pedro Chaves e o Senador Wellington Fagundes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Será que o Senador Pedro Chaves poderia inverter comigo, uma vez que eu ainda estou concluindo uns questionamentos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra, então, o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com muito prazer, Senadora Vanessa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o nosso bom-dia.

Com muito prazer, cumprimento o Sr. Dirceu Cardoso Júnior, que está sendo sabatinado justamente para exercer o cargo importante de toda Agência Nacional de Petróleo, especialmente agora que a Petrobras está passando por uma reformulação muito grande, tendo como grande Presidente o Pedro Parente. Eu acho que a empresa vai deslanchar realmente com todas as medidas que este Senado tem oferecido. Realmente a própria Petrobras está aprovando medidas importantes que estão gerando realmente receita e estão permitindo a própria recuperação da empresa, que é seguramente um orgulho para o País.

As perguntas são as seguintes:

No seu entendimento, a crise política vivida pelo Brasil pode prejudicar os resultados em licitações no setor de petróleo e gás?

O que pode ser feito em curto, médio e longo prazos para melhorar a percepção de investidores na exploração do setor tornando licitações mais atrativas e rentáveis para o Estado brasileiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta: em 2019 vence o contrato de importação de gás da Bolívia, internalizado através do gasoduto Brasil-Bolívia, o Gasbol. A Petrobras já sinalizou à Bolívia que não pretende renovar o contrato nas mesmas condições, devendo reduzir o montante importado para ampliar o espaço para o gás natural nacional. A ANP dispõe de instrumentos regulatórios para garantir que não haverá solução de continuidade no fornecimento de gás natural para todos os fornecedores que hoje consomem o gás boliviano?

Mesmo após a provável redução da importação de gás natural da Bolívia, a Petrobras é obrigada a fornecer gás natural para os Estados que hoje compram dela para atender os seus consumidores.

Terceiro: a enorme riqueza detida pelo Brasil nos campos do pré-sal tem potencial para transformar o Brasil em face dos recursos financeiros potencialmente elevados decorrentes de *royalties* e participações especiais, que serão direcionadas principalmente para a educação. Mas, para isso, é preciso que todo esse potencial possa ser desenvolvido em futuras rodadas de licitações da ANP. Na visão de V. Sª quais são as perspectivas de aproveitamento dos recursos do pré-sal em curto e médio prazos?

Os preços do gás não convencional e do petróleo, atualmente em baixa no mercado mundial, podem reduzir a atratividade do pré-sal ou o custo de exploração e produção desses ativos é competitivo com o atual patamar de preços do mercado internacional?

E a última pergunta: a respeito do setor de distribuição de combustíveis, como V. Sª vê a política de preços adotada? V. Sª acredita que a volatilidade de preços de combustíveis é prejudicial para as atividades de transporte de passageiros e de cargas? Em que medida? O que pode ser feito para melhorar essa política de preços?

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Agora, então, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu imaginei que o Senador Pedro Chaves fosse se alongar um pouco mais, mas vamos lá, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar V. Exª, que preside eventualmente esta Comissão, visto que o Presidente da Comissão é Relator dos indicados.

Quero cumprimentar ambos que aqui estão e dizer que esse expediente, essas sabatinas são importantes, para que a gente possa conhecer um pouco melhor o pensamento de cada um dos indicados e, a partir desse conhecimento, definir individualmente a posição de cada um de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero que fique claro que aqui não levanto absolutamente nenhuma questão pessoal contra quem quer que seja, mas, em decorrência de uma série de fatos que são públicos e notórios, não poderia deixar de fazer alguns questionamentos.

Primeiro, eu me dirijo ao indicado ao ANP, Dr. Dirceu Cardoso.

Eu, inclusive, conversava com colegas seus, já dirigentes da ANP, por conta de uma série de notícias que temos lido na imprensa, nesses últimos dias, no que diz respeito, por exemplo, a uma polêmica ainda não decidida. A Petrobras tem o direito de exploração de vários campos, entre eles, Nordeste Tupi, Sul de Tupi, Entorno de Iracema, Sul de Guará, Búzios. E, no de Búzios, especialmente, houve um excedente. Havia uma previsão de cinco milhões de barris de óleo equivalente, e houve um excedente, que, tudo indica, deveria ser passado, para que a Petrobras fizesse essa exploração.

Entretanto, houve uma série de questionamentos por parte do Tribunal de Contas da União, e o assunto ainda está pendente. Não há ainda uma decisão, pelo conhecimento que tenho, sobre se ficará com a Petrobras ou se o Governo abrirá um novo processo licitatório para isso, visto que esse excedente é da União.

Também tenho conhecimento de que a União teria condições, ou seja, o Governo, o Estado brasileiro, de determinar, por exemplo, se assim fosse seu entendimento, que a Petrobras fizesse essa exploração diretamente.

Eu pergunto a V. Sª se a ANP se pronunciou acerca desses fatos, se V. Sª tem conhecimento, e qual tem sido a opinião da ANP em relação a isso.

Segundo, há uma medida provisória que ainda não foi votada na Câmara, salvo engano, acho que é a 795 – a 795. É uma medida provisória extremamente controversa, porque o que nós questionamos muito é a mudança do Governo no que diz respeito à política de conteúdo local, sobretudo para a área de petróleo e de gás.

Essa política de conteúdo local, num primeiro momento, pode até não ser atraente, principalmente para as empresas que atuam no setor, mas, a médio e longo prazo, para o desenvolvimento de uma nação, é fundamental, porque esse é um caminho indispensável para que uma nação possa ver o seu desenvolvimento tecnológico e desenvolver tecnologia.

A Petrobras, de que hoje todos falam mal, todos falam mal... Todos falam mal, e não sei por que. Tem-se que falar mal de quem usou indevidamente os recursos públicos, os recursos da Petrobras, e não da Petrobras. A Petrobras é a maior empresa do Governo brasileiro. Ela é responsável por cerca de 20% do PIB brasileiro. É uma empresa reconhecida internacionalmente pela sua capacidade tecnológica. Essa capacidade tecnológica não foi adquirida do nada. Foi adquirida numa série de investimentos no regime que tínhamos anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, com a quebra do monopólio do petróleo, tivemos essa abertura ampla e a Petrobras e o Estado brasileiro precisavam continuar tendo essa capacidade de desenvolver. Aí vieram as regras do conteúdo nacional, que estão sendo destruídas hoje.

Eu tenho aqui uma notícia de 2002 dizendo que as plataformas do Brasil iam ser construídas em Singapura. Nós estamos voltando a isso. Não bastasse isso, tem a Medida Provisória nº 795, em que o Governo isenta de tributos – de imposto de importação, de contribuição sobre o lucro líquido de PIS/Cofins – a importação de equipamentos para esse setor. Ou seja, isso é um incentivo à geração de emprego lá fora, lá na Ásia, e não à geração de emprego no Brasil e muito menos ao desenvolvimento tecnológico do nosso País.

Eu queria que o senhor falasse um pouco a respeito disso, isto é, como o senhor, como técnico do setor, vê isso.

Por fim, há algo muito grave também que está em curso, além da tentativa de privatização da Eletrobras. Há uma série de questões que, aliás, a própria Comissão de Valores Imobiliários já está investigando, por conta de haver a possibilidade de que, quem esteja no Ministério de Minas e Energia, conduzindo essa privatização, sejam pessoas ligadas diretamente a empresas privadas interessadas na privatização. Mas essa investigação está lá, em nome da Comissão de Valores Imobiliários.

Enfim, além disso tudo, do que nós estamos ouvindo falar? Mal acabou o último leilão, do dia 27 de outubro, de várias áreas de petróleo, de várias reservas do Pré-Sal, o Presidente da Câmara dos Deputados imediatamente veio a público dizer que era urgente o Brasil mudar, acabar com o regime de partilha e restabelecer o regime de concessão.

Se V. Sª quiser dar opinião pessoal, ótimo. Mas, se quiser se restringir apenas aos dados, que V. Sª falasse aqui para todos nós como e onde esse sistema de regime de partilha é adotado no mundo e se países como a Noruega e os grandes produtores de petróleo adotam o regime de partilha ou não. Que falasse um pouco como esse regime é utilizado mundialmente.

Então, faço esses questionamentos. Estou só perguntando.

Ao Dr. Manoel... Eu já vou concluir; vou ser bem rápida...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É que ele não começou ainda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, ainda não começou?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É só um sabatinado agora. Depois de concluirmos esta sabatina, iniciaremos a próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, é que ele está sentado ali. Então, pensei que...Então, eu paro aí.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Tenho já algumas perguntas que foram preparadas pela consultoria. Vou me ater a elas.

Sabe-se da previsão de crescimento da produção de gás e da demanda por esse combustível. O que está sendo feito, em termos de investimento em infraestrutura, para levar o gás até os consumidores?

No nosso caso, Mato Grosso, nós temos lá o gás que chegou da Bolívia, através do gasoduto, e, no passado, falou-se muito que isso iria promover o desenvolvimento industrial com uma fonte de energia mais barata e até hoje a gente tem lá uma termoelétrica que parou, funcionou, parou, funcionou e o gás, também, começou a distribuição para veículos, mas praticamente está incipiente essa distribuição.

Eu gostaria de um comentário que pudesse ser geral e específico no caso de Mato Grosso. O que se pensa, nesse caso lá, do gasoduto Brasil-Bolívia que chegou ao Mato Grosso?

Em agosto, deste ano, o Governo Federal estendeu até 2040 o Repetro, regime aduaneiro diferenciado para o setor de petróleo e gás.

Além disso criou, com a Medida Provisória nº 795, de 2017, um regime tributário especial adicional para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás. Qual o impacto desses regimes especiais para o setor? Como se justificam tantos investimentos aduaneiros e tributários, sobretudo em um momento em que o Governo Federal convive com o expressivo déficit fiscal?

A ANP afirma que tem como um de seus objetivos, para incentivar mais investimento no curto prazo, a aceleração na concessão de licenças ambientais. O que pode ser feito para acelerar a concessão dessas licenças?

Existe uma clara consciência de que o mundo vive um momento de transição para a economia de baixo carbono. Isso significa que é preciso explorar ao máximo as nossas reservas de petróleo e gás, antes que o petróleo perca a importância no cenário mundial. Claro, estão sendo feitos os leilões. Agora, o que pode ser feito para acelerar o conhecimento do potencial das reservas brasileiras e também a exploração desse potencial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda um comentário mais genérico que eu gostaria de ouvir sobre a questão do biodiesel. Como a ANP entende essa possibilidade do aumento da ampliação do biodiesel, já que Estados produtores hoje, principalmente das oleaginosas, como soja, exportam grande parte dessa soja e poderiam produzir também mais essa fonte de energia renovável, energia limpa? O que V. Sª poderia falar mais especificamente da questão do biodiesel no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra, para fazer as suas colocações, as suas respostas, ao Dr. Dirceu Amorelli.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Senador Roberto Muniz, as respostas.

Com relação à questão da matriz energética. Como eu já havia falado, eu também concordo que no futuro o petróleo não vai ter o monopólio da geração de energia e trabalho. Então, cada País vai encontrar a sua solução, o seu caminho, acredito que o Brasil tem um leque de oportunidades extenso, não só com os biocombustíveis, mas, também, com a exploração do gás natural.

Na questão do nome da ANP ser petróleo, gás natural e biocombustíveis. Ela trata não só da questão da exploração do petróleo, mas de toda uma cadeia. Então, você tem toda uma cadeia de logística, distribuição e qualidade dos produtos. Essa função da ANP, no futuro, mesmo que, no limite, não houvesse mais nenhuma geração por petróleo, ainda teríamos toda essa cadeia de logística de distribuição de combustível que teria de ser regulada e avaliada de forma logística. Eu acredito que o futuro da ANP está assegurado, mesmo que o petróleo perca a sua representatividade, vamos dizer assim, dentro da matriz.

O que a ANP pode fazer e tem feito – e isso é uma tendência mundial dos reguladores – é a redução dos custos regulatórios. O que são esses custos regulatórios? Até depois que entrou a nova direção, tivemos um direcionamento muito claro, nas superintendências, de que nós deveríamos estar ganhando em eficiência nos processos. Uma das coisas que eu posso exemplificar, por exemplo, na superintendência de que eu estava à frente, é que, numa revisão dos processos em que uma licença para pesquisa sísmica levava nove meses, hoje, leva-se vinte dias.

Essa é a contribuição que eu vejo que a ANP está fazendo no aprimoramento dos seus processos para a redução dos custos, porque tempo para o empresário é custo. Quando se reduz o tempo de processo dos empresários nas obtenções de licença e suas autorizações, essa é a contribuição que a ANP pode fazer para o mercado, além da sua fiscalização e o monitoramento da qualidade dos produtos, enfim.

Quanto à privatização da Petrobras, os diretores da Petrobras respondem ao Conselho de Acionistas. A ANP não tem ingerência sobre esse tipo de decisão. Mas o que é importante, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador comentou, é que a ANP continuará firme, independentemente do agente de mercado, assegurando o cumprimento dos contratos, na fiscalização e no controle da qualidade.

Senadora Vanessa Grazziotin, na questão da cessão onerosa, o TCU embargou a questão da cessão até que seja definida aquela revisão que contempla a cessão onerosa dos cinco bilhões. A ANP, neste caso, acompanha, como coadjuvante. Contratou a Gaffney, Cline & Associates, fizemos todos os ajustes técnicos que poderiam ser feitos para as simulações, e isso foi enviado já para o Ministério de Minas e Energia. Acredito que – isso foge do escopo da ANP –, como está previsto no próprio TCU, depois que estiver definida essa questão da cessão onerosa, possa ser retomada a questão do excedente da cessão onerosa.

O modelo ou o tipo de função ou o leilão, o que quer que se vá fazer com esse excedente é uma decisão que também escapa do escopo da ANP. Temos de estar preparados – e estamos – para operacionalizar aquilo que estiver ao nosso alcance, se for um leilão, por exemplo, e, depois, mais tarde, a fiscalização e a observância dos agentes que estão explorando aquela região ou qualquer outra região.

A política de Conteúdo Local, eu concordo que deve haver. Vários países têm essa política. Quanto ao aprimoramento, todo programa que nasce vai também sendo aprimorado ao longo dos anos. Eu acho que deve haver, sim, a política de Conteúdo Local. Nesse caso, é uma política dada pelo Governo.

A ANP participa nas avaliações, na fiscalização e na certificação dos fornecedores. Enfim, ela tem um trabalho mais técnico em relação a essa questão. E o aprimoramento da política vem também... O Pedefor, por exemplo, tem essa função de aprimoramento. Uma das coisas que achei interessante, quando eu participei do Pedefor, foi que as discussões não se ativeram só àquelas questões do percentual, mas, sim, a alguns outros incentivos. Por exemplo, toda a geração de equipamentos que forem produzidos por conta de uma política de Conteúdo Local pode ser usada como bônus para as operadoras. Enfim, eu acho que esses incentivos também são importantes. É importante trabalharmos essa questão do incentivo. Tenho visto que o Pedefor tem trabalhado nesse sentido, pelo menos quando eu trabalhei um pouco dentro desse tema.

A questão da 795. Ela tem a intenção de desonerar a cadeia, para transformar, estender um pouco mais a questão do Repetro para os fabricantes, no sentido de possibilitar a redução dos custos, para que também os produtores e fabricantes de peças possam entrar dentro dessa cadeia. Mas é uma discussão que está no Congresso. Isso nós temos de observar e ver como nós vamos depois nos encaixar como ANP dentro desse contexto.

Privatização da Petrobras. Já respondi.

Partilha *versus* concessão. Os dois modelos têm vantagens, não é? Têm sua aplicação. Normalmente a partilha, em países como Rússia e Noruega, é utilizada quando eles já têm um conhecimento melhor da reserva, e o bônus é definido. Alguns países até nem têm bônus. Mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante, na hora de avaliar a partilha, é quanto foi dado para a União, de retorno do excedente daquele custo em óleo. Essa é a forma de avaliar a partilha.

E a concessão normalmente é onde há um pouco mais de risco. Funciona mais ou menos como uma opção real, em que há um pouco mais de risco. O concessionário, que é aquele que está fazendo a concessão – no caso, a União –, toma um bônus maior *ex ante*, e depois o risco fica por conta mais do concessionário. Em áreas onde há um conhecimento menor, ela é sempre mais utilizada do que a questão da partilha. Normalmente, no mundo, utilizam-se esses dois modelos dessa forma.

Senador Pedro Chaves. Crise política de investimento e atração de investimento. Olha, atração de investimento, Senador, é sempre... No caso do regulador hoje, nós estamos trabalhando lá com o direcionamento que já foi dado, com a redução dos custos regulatórios – já até exemplifiquei algumas medidas, não só na superintendência de que eu participei, mas em todas as superintendências estão sendo feitas revisões, porque o mercado também é dinâmico. Então, a gente tem de adaptar as nossas normas. Isso é importante – e a segurança dos contratos, como já foi mencionado. Outra coisa importante também é a segurança nas questões de operação, a segurança operacional de toda essa cadeia que a ANP está colocando. No que tange à ANP, eu acho importante ela se posicionar dessa forma para fazer o seu papel dentro desse contexto da atração do investimento.

Quanto ao Gasbol, vale lembrar que a Petrobras, o pré-sal também tem bastante gás. Existem as rotas que já estão sendo trabalhadas para fornecer gás para a malha, e o contrato está sendo revisto. Acredito que outras empresas vão entrar também nesse transportador como carregadoras, buscando clientes e o aumento da utilização desse gás.

De novo, a questão do pré-sal, a questão do calendário das rodadas. A previsibilidade é sempre muito importante não só no pré-sal. Eu trabalhei, numa época, também muito com os leilões do biodiesel. Enfim, em todos os leilões, em tudo que é importante para o investimento, uma das coisas mais importantes é a previsibilidade. Toda vez que a gente tiver previsibilidade, isso é sempre um sinal positivo. O empresário consegue, então, fazer o seu fluxo de caixa e investir dentro daquele mercado ou daquela indústria.

Distribuição de combustíveis. Desde 2002, por lei, a ANP não regula o preço, mas ela faz o controle, faz o monitoramento do preço. Esse monitoramento é muito importante, e eu tenho visto algumas discussões. A ANP atua muito fortemente nessa questão do monitoramento. Primeiro, o monitoramento pode ser visto dentro do *site* da ANP. O consumidor também pode ter a oportunidade de optar, e isso estimula as concorrências locais. E o monitoramento também tem a função de observar qualquer tipo de abuso entre os concorrentes. Todo e qualquer tipo de abuso detectado pela ANP na questão do preço é imediatamente comunicado aos órgãos de defesa da concorrência. Essa é a maneira como a ANP atua. Essa seria a vertente da parte de controle, de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há uma outra vertente também na questão do monitoramento do preço. Quando o preço está muito alto, uma das coisas que a área de logística da ANP faz é verificar se existe uma restrição de oferta ou produto substituto que possa atender. Então, a isso a ANP está atenta, e ela atua fortemente, sobretudo naquela região do Norte, que tem algumas características, pela natureza da distribuição e da logística. A ANP atua nesse sentido.

Senador Wellington, as iniciativas que estão existindo em relação ao gás, por exemplo, das quais a ANP também faz parte, têm como estimular a entrada de novos agentes, a diversificação de agentes, as melhores práticas de mercado, informação, maior dinamismo e informação. Enfim, há uma série de itens que está sendo verificada, de forma a aumentar os participantes dessa cadeia que reputo como importantíssima, dado que é um combustível que, acredito, será não só de transição, mas de convivência no futuro, principalmente com biocombustíveis.

A questão de acelerar a licença. Já está sendo feita uma série de esforços com esse objetivo. A ANP, junto com o Ministério de Minas e Energia, participa de alguns grupos de trabalho e promove reuniões formais entre os órgãos ambientais no sentido de verificar o que está acontecendo.

Citei aqui a minha experiência anterior. Uma das coisas importantes é o aumento do conhecimento das áreas. Para isso, é preciso aportar mais recursos aos órgãos ambientais, de forma que se aumente o conhecimento daquela área. Quando se aumentar o conhecimento daquela área, a empresa não precisará ficar estudando o ecossistema daquela área; ela entregará simplesmente o projeto dela, dirá quais são as mitigações, como aquele projeto está afetando aquele ecossistema, e as compensações em relação a isso.

Para acelerar o conhecimento das áreas geológicas, no âmbito da ANP, o que estamos fazendo é a revisão da 71 e da nº 1. Nossa equipe está trabalhando fortemente, sob orientação, inclusive, da nova diretoria, no sentido de ampliar e estimular a revisão de tudo o que pode estar impactando o estímulo à entrada de empresas que aumentem o conhecimento geológico. É muito técnico, mas é a revisão da 71 e da nº 1, que são as resoluções que podem ser revistas no sentido de ampliar. Esse é o papel que a ANP está fazendo e que se junta a tudo o que ela vem fazendo no sentido de reduzir, dado um novo cenário, os custos regulatórios que porventura possam existir.

Do biodiesel. Eu trabalhei um tempo com a questão do biodiesel e uma das coisas importantes quanto a ela é a redução dos prazos de leilão. Esse é um trabalho que já foi feito. É que, quando começa a diminuir, por exemplo, a redução dos prazos, você tem uma diminuição do estoque, uma comercialização maior, você tem um aumento dessa oferta sem a necessidade de ter estoques muito altos. Essa, por exemplo, poderia ser uma das medidas a serem tomadas, mas, de novo, a ANP trabalha em conjunto com o MME para esse tipo de situação poder ser colocada.

Acho que encerrei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Pois é...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E as térmicas de Cuiabá? Estou até com a matéria aqui do *Valor Econômico* que fala, de forma bastante ampla, sobre a possibilidade de o MT Gás participar. Então, eu gostaria de saber se V. Sª tem conhecimento do que será o futuro, porque se fala da construção...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª me permite complementar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... de novas, sendo que nós temos duas grandiosas paradas.

Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se o Senador Wellington me permite, creio que V. Exª está se referindo à Usina Mário Covas, que fica no Estado de V. Exª e que recebe contribuição de gás da Bolívia numa variante do Gasoduto Gasbol, que vem da Bolívia para o centro-sul. Essa é uma questão que a ANP e a Petrobras efetivamente precisam enfrentar. E o Ministério de Minas e Energia, já há algum tempo, vem trabalhando nisso.

O que acontece? Nós temos uma cota de fornecimento de gás com a Bolívia. No entanto, a produção de gás boliviano tem sido decrescente. Durante anos, a Usina Mário Covas esteve locada, inicialmente pela Enron para a Petrobras e, subsequentemente, pela JBS, que comprou essa usina da Enron, sublocada para a Petrobras. Contudo, houve o término da locação dessa usina para a Petrobras. Enquanto locada para a Petrobras, ela tinha gás. A partir do momento em que o contrato de locação entre o ente privado e a Petrobras deixou de existir, por alguma razão, deixou de ser distribuído o gás da Bolívia para a Usina Mário Covas que, portanto, precisa receber gás boliviano em função de um contrato que existe entre a Petrobras e a Bolívia e que precisa destinar 2 milhões de metros cúbicos de gás, se não me falha a memória, para o funcionamento dessa usina.

Portanto, eu creio que esses são elementos fundamentais para a resposta do Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Realmente desse assunto eu não tenho os detalhes, embora – obrigado, Senador Eduardo Braga pelo detalhamento. Eu estou há um tempão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Fique tranquilo. Então, fica como um dever de casa, porque o que nós... (*Risos.*)

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Eu gostaria de pedir sua permissão para estudar o assunto e responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Você pode ficar tranquilo, porque, realmente – como o nosso Senador foi Ministro e por isso ele tem conhecimento –, essa usina está parada lá há tanto tempo, e tem de haver alguma intervenção. Falam em construir novas termelétricas no Brasil, sendo que temos uma lá, inclusive pronta e, segundo dizem, moderna. O Governo do Estado criou o MT Gás, que está tentando fazer uma ponte nessa história. Quem montou alguma indústria, na expectativa do gás, começou a funcionar e parou também esse fornecimento. Até os taxistas, porque havia lá postos de distribuição de gás tanto na capital como no interior, estão todos parados. Isso representa, sem dúvida nenhuma, um prejuízo muito grande para a sociedade.

Então, fica como...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se V. Exª me permite, como dissemos na abertura deste debate, já que nós estamos passando para o próximo indicado, para o próximo sabatinado, o Brasil vive neste momento exatamente o dilema do despacho de usinas térmicas a diesel, ou a gás, ou a óleo combustível fora da ordem do mérito, e a Usina de Mário Covas é uma daquelas que tem uma das melhores performances de CVU do País. Portanto, isso tem impacto no custo médio de CVU do mercado, isso tem impacto na tarifa de energia elétrica que o consumidor vai pagar, e nós estamos com a Usina Mário Covas paralisada, nós estamos com a Usina Termonorte paralisada por falta de combustível, e nós estamos com a Usina Mauá 3 já comissionada, em condições de comercialização, com o Linhão de Tucuruí pronto e sem despacho exatamente no momento em que os reservatórios brasileiros estão colapsados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Fica o compromisso, Dr. Dirceu, de uma resposta ao Senador Wellington com relação a essa questão.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Fica combinado. Vamos fazer uma audiência e levar lá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vamos discutir o assunto.

Encerrada a sabatina do Dr. Dirceu Amorelli, passamos agora ao segundo sabatinado, Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel. V. Sª tem de 20 a 25 minutos.

Passo a palavra a V. Sª, Dr. Emmanoel Campelo, para fazer as suas colocações.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Bom dia, Ex^{mo} Sr. Presidente Acir Gurgacz, Presidente em exercício nesta reunião, Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Braga, a quem saúdo também como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator da minha indicação e agradeço inicialmente as elogiosas referências feitas no relatório que, vindas de um Parlamentar do quilate de V. Exª, muito me envaidecem.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras integrantes desta ilustre Comissão, eu gostaria de fazer uma saudação especial aos Senadores da minha terra, Senador Garibaldi Alves e Senador Agripino, que estão aqui e me honram com suas presenças; servidores desta Casa; senhoras e senhores; cidadãos que acompanham esta sabatina pelos meios de comunicação, eu tenho a honra de oferecer uma singela manifestação das razões pelas quais me submeto ao superior discernimento de V. Exªs, renovando a satisfação de poder assumir esse elevado múnus público, se assim for aprovado.

Advogado militante há quase 15 anos, exerço a docência superior e, por quatro anos, exerci a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça nos biênios de 2012/2014 e 2014/2016, indicado pela Câmara dos Deputados, onde inclusive trabalhei por dois anos, além do que também exerço a função de mediador judicial com prestação de serviço auxiliar aos órgãos integrantes do Poder Judiciário. Possuo mestrado na Universidade Católica de Brasília e sou doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nesse contexto, aspiro a minha inserção na Agência Nacional de Telecomunicações, cuja função de órgão regulador se identifica com minhas últimas atividades públicas, afinal a Agência tem natureza de autarquia especial e goza de independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Desse modo, no período em que estive no Conselho Nacional de Justiça, espécie de órgão também regulador, mas do Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle, à racionalização, à restruturação e à transparência administrativa e processual, adquiri experiência e contribuí com afinco para que houvesse uma maior respeitabilidade na sua função de controle e auxílio no aperfeiçoamento das instituições brasileiras, com vista a garantir um mínimo de dignidade ao cidadão sujeito à persecução do Estado, bem como conferir segurança ao jurisdicionado, já que o dever de imparcialidade é pressuposto da legitimidade de uma decisão judicial.

Da mesma forma, na administração pública em geral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência têm de ser observados por todos os Poderes da República.

Nesse ínterim, como conhecedor das dificuldades presentemente enfrentadas no plano institucional e vivenciadas pelo País, foi-me confiada pela Presidência da República a vaga de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, estando agora sob o crivo da insigne Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e, caso tenha a honra de ser aprovado, pelo Plenário desta Casa.

A Anatel tem a responsabilidade de regular o setor de telecomunicações, responsável por aproximadamente 4,1% do Produto Interno Bruto. Estar no Conselho Diretor da Anatel é uma missão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muita responsabilidade, em especial neste momento de retomada do crescimento econômico e com o desafio de garantir a estabilidade regulatória no período em que a revisão do marco regulatório de telecomunicações é fundamental.

Não tenho dúvida de que as agências reguladoras são caminhos para atrair novos investimentos e fazer o Brasil ingressar de vez num ciclo virtuoso de expansão econômica. E o setor de telecomunicação, por ser transversal e estruturante, precisa ser um dos vetores do desenvolvimento.

É notória a importância das telecomunicações para o desenvolvimento social e econômico do País. Diversos estudos demonstram a relação de causalidade entre a internet banda larga e o crescimento econômico. O aumento da penetração da banda larga e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* para países em desenvolvimento é de 1% na banda larga para 0,138 do PIB.

Além do crescimento econômico, a ampliação do número de acesso gera impactos em inúmeras áreas específicas como educação, saúde, energia e transportes, além de estimular o ambiente de negócios.

Não há dúvida sobre o impacto positivo que o setor de telecomunicações gera aos demais setores da economia, e a Anatel precisa ter voz ativa na defesa do setor de telecomunicações e levantar as bandeiras necessárias para o debate e formulação de políticas públicas que, quando executadas, permitam a expansão dos serviços de telecomunicações a todos os brasileiros.

Ressalto que, quando cito o setor de telecomunicações, eu me refiro a todo o ecossistema de empresas prestadoras de serviço, além de consumidores, fornecedores e o próprio Governo, como usuários dos serviços de telecomunicação.

Retomando a questão da expansão dos serviços de telecomunicações, ou podemos tratar como inclusão digital, pesquisa do Comitê Gestor da Internet mostrou que, em 2006, 54% dos domicílios do País, cerca de 36,7 milhões de lares tinham alguma conexão com a internet, o que representa um avanço ao ano de 2015, em que tínhamos uma taxa de 51%.

A banda larga fixa é o tipo de conexão mais popular com um total de 23 milhões de residências conectadas. Em seguida, vem a banda larga móvel, com 9,3 milhões, e o acesso apenas por meio de celulares, com 4,4 milhões.

Os números da pesquisa demonstram que 46% dos domicílios do País não têm qualquer conexão com a internet.

Considerando que aproximadamente 80% dos domicílios no Brasil são urbanos, resta claro que temos um problema de preço nos serviços de telecomunicações muito provavelmente em virtude da alta carga tributária incidente sobre o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra questão é a infraestrutura. Nos centros urbanos, há a necessidade de mais competidores e, nas regiões mais afastadas, a expansão para além das sedes municipais. Para além da mais que debatida questão dos impostos, é necessário colocarmos a questão da expansão dos acessos à banda larga e, por consequência, da infraestrutura como prioritária.

A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Lei 9.472, de 1997, tem três pilares: universalização, qualidade e competição. Apesar de extremamente moderna e acertada, a LGT precisa ser revisada. Vinte anos no setor de telecomunicações representam muito tempo, dada a velocidade com que a tecnologia do setor tem avançado. A universalização lá tratada é apenas para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), o telefone fixo de 64kbits/s, que trafega apenas voz. Nos dias de hoje, universalizar apenas a voz nos tempos do *smartphone* e da internet 4G móvel não tem o mesmo valor que tinha à época da legislação. Por isso o debate em torno do PLC 79, de 2016, que tramita nesta Casa e pretende alterar a LGT, revisando o marco legal do setor de telecomunicações, é tão importante.

Para garantir o investimento, é preciso estabilidade e previsibilidade. Por isso um debate transparente e antes do fim dos atuais contratos de concessão é fundamental. É preciso construir as soluções legais que permitirão superar as barreiras que foram impostas com o avanço tecnológico, para que seja viável modernizar a infraestrutura de telecomunicações no nosso País. A proposta legislativa é fundamental para atrair investimentos e dinamizar o setor a partir de uma solução que atenda ao interesse público, pois equilibra os objetivos de assegurar a estabilidade regulatória, de promover a expansão da banda larga em áreas de menor atratividade econômica e financeira.

A segurança jurídica é imprescindível para superarmos os debates em razão de interpretações contraditórias sobre, por exemplo, o que são e quais são os bens reversíveis. Em um setor com um avanço tecnológico como o de telecomunicações e com tantas especificidades criadas pela LGT, toda a questão é complexa, e, portanto, precisamos ter entendimentos consolidados para avançarmos.

Com a mudança no marco regulatório, será necessária a revisão de todo o estoque de regulamentação do setor. O entendimento de que o excesso de regulamentação é prejudicial aos diversos setores está se consolidando cada vez mais. Em telecomunicações não pode ser diferente. Aqui destaco o PL 6.621, de 2016, que tramitou nesta Casa, como o PLS 52, de 2013, que estabelecerá a obrigatoriedade das análises de impacto regulatório. Assim, para toda a regulamentação, antes de ser editada, deve-se realizar estudo definindo o problema que se pretende resolver e os impactos positivos e negativos de cada alternativa de solução.

Somando-se tudo, teremos muito trabalho na Anatel e uma oportunidade de avaliar os problemas em perspectivas distintas, considerando que o Brasil abarca várias realidades, com extremas diferenças regionais. Portanto, é necessário modular a atividade regulatória, considerando a heterogeneidade socioeconômica, de infraestrutura e de competição do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando o pilar da competição, a proposta do novo Plano Geral de Metas de Competição é um avanço nesse sentido. Uma vez que a abordagem regulatória passa a considerar as peculiaridades e especificidades regionais, a regulação avança a um novo patamar em relação ao contexto vigente do início do Estado regulado, com o processo de desestatização que o setor viveu. O mesmo se espera do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, chamado RGC, que, pela agenda regulatória da Anatel, deverá ser revisado em 2018.

A edição, em 2014, do regulamento atual representou uma tentativa de aprimorar as relações consumeristas. Foram incorporadas diversas regras do Código de Defesa do Consumidor à regulamentação da Anatel, o que confere mais transparência ao consumidor. Inclusive, quando observado estatisticamente esse marco, percebeu-se que houve, de 2015 em diante, um decréscimo do número de reclamações dos serviços de telecomunicação tanto na Anatel quanto nos PROCONs, o que mostra que houve uma tendência de melhoria e maior respeitabilidade por parte das prestadoras de serviço aos direitos do consumidor – isso a partir de 2015, porque o Regulamento Geral foi editado em 2014.

Logo, a revisão do regulamento é uma oportunidade de incorporar mais transparência, modernidade e flexibilidade às formas de atendimento sem reduzir direitos e garantias dos usuários de telecomunicações. O foco da regulamentação tem de ser a solução dos problemas apresentados à Anatel, com a satisfação dos consumidores e consequente harmonia nas relações de consumo.

Outro pilar, o da qualidade dos serviços de telecomunicação, também precisa ser revisado. É realmente preocupante o problema da qualidade. Apesar do progresso na percepção da sociedade sobre o assunto, é evidente que temos muitos problemas nessa questão. A qualidade percebida pelo consumidor está muito aquém da desejada. A gestão de qualidade realizada pelo órgão regulador precisa ser aprimorada. Há um excesso de indicadores que expressam uma preocupação com a rede, herança do monopólio estatal, mas que não refletem a percepção de qualidade pela ótica dos usuários.

É preciso um novo modelo de gestão de qualidade, dotado de maior simplificação e uniformização de regras entre diversos serviços, que incentive a melhoria da qualidade da prestação dos serviços tendo como objetivo a satisfação dos consumidores. O atual modelo de acompanhamento consiste basicamente em processos administrativos que resultam em sanções em quase sua totalidade intempestivas e que acabam por perder a capacidade de resolver os problemas identificados. O acompanhamento do serviço precisa ser oportuno, respondendo quase que de imediato aos problemas identificados. A forma atual, com apenas aplicação de multa, às vezes com dosimetria além do razoável, gera a judicialização dos processos administrativos, e o resultado é uma baixa arrecadação, falta de incentivo para o cumprimento da regulamentação e a perda da credibilidade do ente regulador.

Uma alternativa é que a possível revisão do regulamento estimule maior competição por qualidade, dotando os consumidores de informações críveis com um *ranking* ou selo de qualidade onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o consumidor acrescente a variável qualidade, além do preço, na escolha de sua prestadora. É inovador, mas não é impossível. Acredito que a regra com mais transparência para mensurar os serviços ofertados, com uma pesquisa de aferição de satisfação e da qualidade percebida pelos usuários dos serviços de telecomunicações de 2017, recentemente iniciada pela Anatel, é melhor para o usuário dos serviços do que um excesso de indicadores que pouco significado têm para o cidadão.

Isso eu digo com muita tranquilidade, porque o próprio Conselho Nacional de Justiça, no período em que estive integrando aquele órgão, fazia selos de qualidade para os tribunais inclusive, com pesquisas de satisfação dos usuários do Poder Judiciário, e a partir daí se estabeleciam os tribunais que estavam mais bem posicionados e todos aqueles indicadores que eram a prioridade da gestão do conselho para o Poder Judiciário. Quando um consumidor hoje, por exemplo, vai adquirir um eletrodoméstico, nós temos aqueles indicadores – A, B, C ou D –, que mostram exatamente a eficiência energética daquele produto e são, sim, um indicador determinante no momento da escolha.

Então, não vejo por que não se adotar algo semelhante na Anatel. Sei que será difícil, não é algo fácil de se construir, até porque enfrentará resistência, sem dúvida nenhuma, das prestadoras de serviço, mas eu acho que é algo que dará mais transparência quanto à qualidade do serviço prestado por cada prestadora de serviço.

Agora, a questão da qualidade em especial na telefonia celular, denominada Serviço Móvel Pessoal, é muito confundida com a questão da cobertura do serviço. Quando não há sinal, o consumidor, via de regra, reclama da qualidade. Para tratar desse tópico, passemos ao último pilar da LGT, que é a universalização.

O primeiro problema é que, como eu disse anteriormente, segundo a LGT, a universalização é apenas para serviços concedidos – no caso, o antigo serviço de telefonia fixa. Ou seja, o conceito de universalização não cabe nem para banda larga, nem para telefonia celular.

A universalização do serviço deveria ter uma parte financiada pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que, como os senhores sabem, praticamente nunca foi utilizado. Entre 2001 e 2015, o Fust arrecadou cerca de R$16 bilhões, sendo que apenas 1,2% foi usado para ampliar os serviços de telecomunicações. E mais: ainda que fôssemos investir o dinheiro arrecadado, só poderíamos ampliar no tradicional serviço fixo de voz, deixando de lado a expansão dos acessos à banda larga. Essa é mais uma forte evidência da necessidade de reformularmos o marco legal do setor.

Somem-se ao Fust os valores do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, o chamado Fistel. Podemos identificar uma das maiores distorções do setor, que arrecada demais e recebe de menos. São mais de R$110 bilhões arrecadados desde 2001.

O momento é de crise. É complicado para qualquer governo abrir mão de receita, mas temos de aproveitar exatamente os momentos difíceis para promover e consolidar mudanças estruturantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A expansão da estrutura de telecomunicações para permitir o acesso à banda larga, seja ela fixa ou móvel, precisa ser feita, e não conseguiremos resolver o problema imputando novas obrigações. É preciso pensar em modelos de negócios e em como o setor, por meio das próprias taxas já recolhidas, pode financiar as parcelas não recuperáveis, ou seja, viabilizar modelos de negócios nas áreas onde não há interesse econômico. Esse é o grande desafio para as políticas públicas do setor e para a Anatel, como responsável pela execução destas.

A banda larga com cobertura ampla e de qualidade é fundamental. Sem isso, o Brasil ficará para trás. A oferta de banda larga, por exemplo, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da tão falada Internet das Coisas.

As diversas aplicações que conectam máquina a máquina têm o potencial de uma verdadeira revolução industrial. Nos serviços públicos oferecidos nas cidades, na produtividade no campo, no acesso aos serviços de saúde ou num incremento da produção industrial, a perspectiva é de que a vida da sociedade seja transformada de forma a simular a mudança introduzida pelo telefone celular. A Anatel precisa estar atenta a essa mudança para que a regulamentação acompanhe os avanços tecnológicos e os novos modelos de negócio. A regulamentação não pode ser empecilho para o desenvolvimento. Com a difusão de aplicação e um grande número de máquinas conectadas à internet, é muito provável que haja uma maior demanda por espectro de radiofrequência. Realizar a gestão do espectro com distinção e fiscalização talvez seja função mais importante da Anatel, uma vez que a radiofrequência é o coração das telecomunicações.

Portanto, o mesmo brilhantismo que a Agência teve na condução da transição do sistema brasileiro de televisão analógico para o sistema brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – ... de televisão digital ela deverá ter na condução das disputas pelo espectro que se apresenta.

Não posso também deixar de tratar do trabalho de fiscalização realizado pela Anatel em todo o Brasil. As ações de fiscalização é que garantem a execução do planejado e coíbem o uso irregular e clandestino de radiofrequências.

Caminhando para o fim, Sr. Presidente, não posso deixar de tratar de outra questão complexa, rapidamente: o processo de recuperação judicial de uma das maiores e mais importantes empresas que operam no País e que preocupa a todos, dada a dimensão nacional da empresa, a quantidade de usuários afetados, além de tratar-se de uma concessão de serviço público. Evidentemente, espera-se êxito das soluções legais que estão em curso para a recuperação da saúde financeira da empresa com a menor intervenção estatal possível. Porém, a Agência deve estar preparada e não pode hesitar, caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária a tomada de decisões que garantam a estabilidade sistêmica do setor de telecomunicações brasileiro.

Por fim, comprometo-me, caso aprovado por esta Comissão bem como pelo Plenário do Senado Federal, a trabalhar essa relação institucional.

Por certo, a Anatel deveria, em todos os anos, não apenas enviar, mas também apresentar aqui, nesta Comissão, o seu relatório anual ao Congresso Nacional, permitindo um acompanhamento mais próximo e proativo do Senado Federal, do setor de telecomunicações e das realizações da Anatel, em especial, bem como as demandas do setor que tenham um caráter legislativo, que precisem de atualização do espectro legislativo.

Encerro, Sr. Presidente, manifestando-me muito honrado com a indicação e propondo-me, sempre, em sendo aprovado, a ser um elo fundamental e direto entre o pensamento e os anseios do Poder Legislativo e a Agência Nacional de Telecomunicações, notadamente no que diz respeito ao aperfeiçoamento e à modernização das telecomunicações no Brasil.

Fico à disposição dos Srs. Senadores para os questionamentos de praxe desta sabatina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Dr. Emmanoel, pela sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Presidente Acir Gurcacz, eminente indicado e sabatinado neste momento, que eu cumprimento e a quem eu quero dizer que conheço a sua trajetória profissional e a sua trajetória no serviço público brasileiro.

V. Sª traz a esta Comissão, hoje, dois temas que reputo que merecem ser debatidos exatamente com a Anatel. Um deles é a questão dos recursos do Fust. Quando o Fust foi idealizado, era um momento em que a tecnologia e a democratização do acesso a telecomunicações se dava exatamente pela telefonia fixa, mais precisamente por telefones públicos espalhados Brasil afora. Hoje, o que nós vivemos na telecomunicação é outro momento completamente distinto.

Duas questões são importantes com relação ao Fust: primeiro, o volume de recursos ainda contingenciados; segundo, a reorientação desses recursos para uma aplicação na questão da tecnologia da banda larga, no barateamento desse serviço de banda larga para o consumidor e para a interiorização desse sistema de telefonia móvel, seja pelo sistema 4G, seja pelo sistema de baixa frequência, também já votado por este Congresso Nacional, mas ainda com pouca regulamentação por parte do Executivo, que faz com que a telefonia móvel rural, que é fundamental para o Nordeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, que é fundamental para o Centro-Oeste brasileiro, que é fundamental para a Região Amazônica, possa acontecer.

Portanto, creio que o aprofundamento desse tema na resposta que V. Exª nos dará é muito importante para que possamos entender em que pé está a regulamentação, por exemplo, e a possível utilização dos recursos do Fust, para que se interiorize a telefonia móvel, a banda larga na telefonia móvel para o interior do Brasil, para o interior do Nordeste, da Amazônia, do Centro-Oeste, tendo em vista que o Sul e o Sudeste estão absolutamente cobertos pela frequência de 4G, que atende razoavelmente bem, hoje, o Sul e o Sudeste brasileiros.

No entanto, nas grandes distâncias onde a frequência 4G não consegue fazer a cobertura, onde seria preciso ter uma frequência mais baixa e mais longa para fazer um maior atendimento resida talvez um dos grandes déficits de investimento no setor de comunicações, no qual a Anatel haverá de atuar. Essa é a minha primeira questão.

A minha segunda questão seria, obviamente sempre com enfoque para o consumidor – e aí é importante que o telespectador que está nos acompanhando, que os Srs. Senadores e que as Srªs Senadoras compreendam que nós, como legisladores, queremos estabelecer uma legislação que sempre ofereça o melhor serviço com o menor custo para o consumidor. E nem sempre é isso que acontece, em função, muitas vezes, da própria fiscalização que a Anatel exerce sobre o setor –: segundo notícias publicadas em *sites* especializados do setor de telecomunicações, teria sido indicado, no caso, V. Sª, pelo consórcio Pricewaterhouse e Wald & Advogados Associados, então administrador da recuperação judicial da Oi, para compor seu painel de mediação junto à Aneel, da qual a Agência acabou não participando. Como se deu essa indicação e qual a atuação de V. Sª nesse processo para que não fique nenhuma dúvida? Volto a repetir da minha admiração e do meu respeito por V. Sª, mas é uma oportunidade que esta Casa lhe dá para que esclareça, e eu tenho certeza de que V. Sª esclarecerá de forma indubitável essa participação.

A segunda questão que faço é: no processo de recuperação judicial da Oi, que se arrasta já desde o mês de junho do ano passado e visa negociar as dívidas da empresa que chegam a R$65 bilhões, mas, ao mesmo tempo, é importante dizer que a Oi tem hoje milhares e milhares e milhares de brasileiros como consumidores. Nós precisamos encontrar uma solução para a Oi que seja boa para os usuários do sistema Oi e que não traga prejuízo para o Erário, nem traga prejuízo para a União, que, em última análise, tem como seu patrimônio exatamente aquilo que é formulado pelos impostos pagos pelo consumidor.

Nos últimos dias, alguns movimentos importantes podem ser destacados, entre eles o adiamento pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro da Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação do plano de recuperação judicial do grupo, prevista para 10 de novembro próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o interesse da China Telecom em participar de um eventual aumento de capital da empresa e a decisão tomada pelo Conselho Diretor da Anatel de não celebrar o segundo termo de ajustamento de conduta com a companhia, em que englobava uma multa de R$4,8 bilhões, eu pergunto a V. Sª: V. Sª tem acompanhado essas discussões sobre o assunto? Como o senhor avalia a possibilidade de uma empresa chinesa... E aqui nenhum preconceito ou nenhuma predisposição contrária a investimento, seja de capital chinês, seja de capital estrangeiro, de que origem seja para o setor. O que nós queremos é entender para que o usuário, para que o consumidor, para que a Nação brasileira, para que o patrimônio público, para que o Erário não tenha nenhuma surpresa com relação a essa questão.

Então, repetindo: V. Sª tem acompanhado as discussões sobre o assunto? Como o senhor avalia a possibilidade de uma empresa chinesa integrar o capital da Oi? Quais as alternativas vislumbradas para solucionar esta questão que me parece ser hoje a principal questão dentro da Anatel, além daquela que estabeleci na primeira pergunta?

Questão número 3. O comportamento do usuário dos serviços de telecomunicações tem se alterado de maneira visível com a popularização de aplicativos como o WhatsApp e o Netflix. Regulamentados pela Anatel, concorrem diretamente com os serviços de voz, de mensagens e de TV por assinatura explorado pelas operadoras, o que obviamente traz um redesenho econômico-financeiro para o setor de telecomunicações, tanto para a TV a cabo quanto para a TV aberta, assim como para o sistema de transmissão de voz ou de dados. Tanto o WhatsApp como o Netflix têm implicações no redesenho da arquitetura desse projeto. Como V. Sª avalia a competição entre esses aplicativos e os serviços convencionais de telecomunicações? O senhor entende que a Anatel deveria regulamentá-los?

Essas seriam as minhas considerações, mais uma vez aqui destacando os serviços prestados por V. Sª ao serviço público. Exerço a função de Relator e acho que dou a V. Sª a oportunidade de poder responder questões técnicas e também abordar questões com relação à sua participação profissional em temas que envolvem direta ou indiretamente a Agência para a qual V. Sª foi indicado e para a qual, com certeza, será aprovado por esta Comissão.

Desejo-lhe sucesso na sua nova missão e, cumprimentando mais uma vez V. Sª, seus familiares e seus pais, quero aqui dizer que tenho certeza de que o Rio Grande do Norte, aqui representado pelo Agripino, pelo nosso querido Garibaldi e por nossa Fátima Bezerra, que representa as mulheres do Rio Grande do Norte, está muito orgulhoso da indicação de V. Sª para a Anatel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Braga por suas colocações.

O Senador Agripino pediu a gentileza de usar da palavra antes de o sabatinado responder ao Relator. Se V. Exª concordar, passo a palavra ao Senador José Agripino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Eduardo Braga, pela gentileza de me dar a palavra. É que estou com uma reunião marcada para tratar de um assunto de interesse do nosso Estado, mas não podia deixar de manifestar opinião e tecer algumas considerações sobre a indicação do conterrâneo Emmanoel Campelo, que, por dois mandatos, exerceu as funções de Conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), onde teve exemplar desempenho. Além de ter sido exemplar no desempenho técnico da função, que é jurídica, mostrou ser uma pessoa capaz de estabelecer relacionamentos sadios no sentido da conclusão e do esclarecimento de assuntos que, muitas vezes, são polêmicos no âmbito do CNJ.

A exposição que V. Sª fez, Dr. Emmanoel, a mim tranquiliza em função do nível de preparo que tem para exercer essa função que aparentemente não tem muito a ver com o cargo de advogado. V. Sª se preparou para exercer a função, como se preparou para exercer as funções que desempenhou ao longo de sua vida profissional. Fez uma exposição objetiva, clara, tocou nos pontos principais e deu a ênfase devida...

Senador Eduardo Braga, quero cumprimentá-lo aqui pela clareza da sua manifestação e das suas perguntas, que foram ao ponto diretamente para que ficassem claros pontos que eventualmente pudessem ser questionados e para que fosse dado voto "sim" ou "não" ao Dr. Emmanoel Campelo.

Hoje a Anatel ainda é vista como a agência reguladora dos serviços de telecomunicações, leia-se rádio, televisão, telefonia fixa e telefonia móvel, e não se dá a devida importância àquilo que aqui ficou claro que é o futuro da telecomunicação.

Eu ontem estava saindo de uma consulta médica e me encontrei no elevador com um jornalista que eu não via há algum tempo. Estava estranhando a ausência dele, e ele me disse o seguinte: "O meu programa de televisão tinha x nível de audiência. Traduzindo em números, eu tinha 30 mil ou 40 mil telespectadores que me brindavam com a sua audiência. Eu evoluí para o YouTube." Eu quase caí de costas. Ele disse: "Para o YouTube, porque é onde a comunicação se faz mais efetiva." E me disse que o alcance dele pelo YouTube, via internet, era quatro vezes maior – quatro vezes maior! Quem não acordar para essa realidade... A agência reguladora tem de se ater, claro, às questões que dizem respeito a rádio, televisão, telefonia fixa e telefonia móvel, mas a nova realidade do mundo é a comunicação pela via da internet. Eu tive ontem a informação precisa de um jornalista que há anos exerce a sua profissão. Perguntei-lhe, ao final, se estava satisfeito com a sua nova alternativa, e ele respondeu: "Satisfeitíssimo, porque entrei na hora certa no veículo – porque eu vivo de comunicação – que me permite fazer a comunicação das minhas ideias, dos meus assuntos e tenho audiência via internet, via YouTube."

É o recado que eu queria deixar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Sª, Dr. Emmanoel, pela exposição, pela ênfase que deu à questão da comunicação via internet, da banda larga, da expansão da banda larga no Brasil inteiro, para que a gente tenha a maior quantidade possível de pessoas informadas através de um veículo de comunicação que não custa nada, custa uma assinatura de internet e um computador.

De modo que eu quero registrar, primeiro de tudo, minha alegria em ver um potiguar nessa bancada, fazendo a exposição bem feita, para não dizer brilhante, que fez. Com essa minha preocupação que lhe coloco desde já, quero dizer-lhe que o Rio Grande do Norte ficará muito honrado com sua presença na Anatel.

E quero cumprimentar o Dr. Dirceu Cardoso também. Assisti a toda a sua exposição, ao debate, às perguntas e às respostas. Tenho certeza também de que V. Sª fará um bom trabalho como Conselheiro da ANP, que é uma agência cheia de problemas e com dificuldades a enfrentar a toda hora e a todo momento, o que exige pessoas capacitadas para enfrentá-los e encontrar boas soluções.

Com isso, Presidente, quero agradecer ao Relator a oportunidade que me deu de falar – porque eu tenho essa reunião agora – e desejar muito êxito, se aprovados, ao Dr. Dirceu e ao meu conterrâneo e querido amigo Emmanoel Campelo, que vai exercer, se Deus quiser, a função de Diretor da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Vamos ouvir, agora, o nosso sabatinado para responder ao Relator, e depois passaremos aos demais Senadores.

Com a palavra o Dr. Emmanoel Campelo.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de também fazer uma saudação à Senadora Fátima Bezerra, aqui presente, Senadora do meu Estado, que muito me honra com a sua presença.

Senador Eduardo Braga, o primeiro questionamento que V. Exª me fez foi sobre a aplicação do Fust e essa necessidade de interiorização da telefonia móvel e da banda larga. Isso é exatamente um fato que ocorre, e há essa perplexidade pelo desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. Quando a Lei Geral das Telecomunicações foi editada, nós estávamos no ano de 1997. Se V. Exªs recordarem exatamente qual aparelho de telefonia celular utilizavam para se comunicar, isso é algo que gera uma perplexidade. Parece que faz muito mais tempo, dada a evolução nesse setor, que é tão rápida. Então, isso faz com que a legislação – que não é uma legislação antiga, diga-se de passagem, para o padrão do nosso País – torne-se rapidamente defasada. Foi o que aconteceu com a LGT. No momento em que ela vincula o Fust à telefonia fixa, ela engessa exatamente a tendência de mercado atual, que é a telefonia móvel e a banda larga móvel. E aí, lamentavelmente, vincula-se um investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um setor em que não há demanda por ele. Por isso só 1,2% do Fust até hoje foi utilizado; está lá aguardando destinação. Então, eu acho fundamental – este é um dos pontos mais importantes da revisão da Lei Geral das Telecomunicações – que realmente se adeque a destinação desse fundo para áreas em que a sociedade hoje tem mais demanda, que é a banda larga, que é a telefonia móvel e, sem dúvida nenhuma, a interiorização.

Quanto a essa questão da interiorização, é importante que ela seja uma política pública permanente. Não adianta nós querermos que o País se desenvolva se o Governo, as instituições e a própria Anatel – vamos colocar todos na mesma situação – não derem condições de desenvolvimento. E a expansão da telecomunicação, necessariamente, é fundamental para que isso ocorra. Então, essa revisão e a destinação adequada do Fust é algo que precisa ser, realmente, revisto com urgência.

Outra questão levantada pelo Senador Eduardo Braga, o Relator, foi a da minha participação como mediador judicial, no caso de recuperação judicial da Oi. A minha nomeação como mediador judicial se deu pelo Poder Judiciário, como auxiliar do Poder Judiciário a atuar para tentar encontrar uma solução, um diálogo, um consenso entre a pretensão da Oi, que era viabilizar alguma forma de pagamento daqueles créditos – afinal de contas, são 20 bilhões em créditos, praticamente um terço do passivo que hoje a Oi possui com os seus credores – e o interesse público, representado, claro, pela própria Anatel. Então, a minha atuação foi uma atuação da própria natureza de mediador judicial, uma atuação imparcial. Se eu não fosse imparcial, não teria condições de exercer aquele múnus público. Então, fico muito tranquilo.

E eu acho que foi essa exatamente a conotação da preocupação do Senador, que meu deu esta oportunidade – que agradeço aqui publicamente – de esclarecer esse fato. Eu optei, inclusive, por deixar para esclarecer na sabatina. Fiz questão de não antecipar qualquer posicionamento aos meios de comunicação, a jornalistas, porque a minha atuação foi de absoluta imparcialidade. No momento em que se percebeu que não se chegaria a um consenso, não haveria diálogo naquele momento, até porque havia uma preocupação da Anatel sobre a capacidade da Oi de honrar qualquer compromisso que fosse firmado em um termo de ajuste de conduta ou em um acordo que fosse, realmente o diálogo não pôde avançar. Então, não tenho nenhuma vinculação com a Oi ou com nenhuma outra empresa de telecom, nunca advoguei – aí, sim, seria questionável a minha imparcialidade – para nenhuma dessas empresas, o que me coloca em uma posição de muito conforto e tranquilidade para assumir mais esse múnus público de Conselheiro no Conselho Diretor da Anatel.

A questão da Oi é extremamente preocupante – agora indo para a situação em que ela se encontra hoje, pois é este o debate que está na pauta –, porque a Oi é uma empresa que hoje é fornecedora exclusiva de serviços de telecomunicações a mais de dois mil Municípios. Ou seja, se hoje, dada essa situação dramática por que a empresa passa, virássemos a chave, nós teríamos um apagão de telecomunicações em dois mil Municípios, de cara. Em sequência, pelo fato de várias outras prestadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

utilizarem a rede física da Oi, nós poderíamos ter um apagão de telecomunicações de proporções incalculáveis. Então, sem dúvida nenhuma... Daí por que a preocupação do Governo Federal e por que o Governo Federal passou a atuar no sentido de tentar encontrar uma solução, com um grupo de trabalho formado, inclusive, pela Advogada-Geral da União, buscando uma solução para a Oi; foi exatamente por esta situação, por ela ser esse *player* tão fundamental no setor de telecomunicações no Brasil. O fato de ela ser concessionária faz com que ela tenha uma capilaridade muito maior do que as outras empresas. Então, é realmente uma situação extraordinária. E, por ser uma situação extraordinária e ela estar em uma posição extraordinária, requer-se, sim, uma solução ou meios extraordinários para se encontrar essa solução.

Eu acho que a Anatel, seja qual for a solução que se encontre... Eu penso que tem de ser uma solução de mercado, realmente. Acho que a empresa vai acabar precisando de aporte financeiro de outras empresas, de outros investimentos. E, aí, nós temos essa situação de que existe uma empresa chinesa se propondo a investir para tentar ser parte dessa solução. O que nós poderíamos pensar talvez aqui, Senador – e isso está em construção –, seria exatamente em uma participação mais próxima, mais efetiva da Anatel ou do Ministério das Comunicações em acompanhar o desenvolvimento dessa solução e, posteriormente, em um acompanhamento permanente, dada essa posição chave que a Oi tem no setor de telecomunicações do País. Acho que a solução passa por isso.

De imediato, eu não teria, pelo menos olhando... E o que sei, exatamente por estar fora da Anatel, é o que V. Exª trouxe, são essas notícias, essas informações que têm chegado. Pelo menos de pronto, eu não rechaçaria o investimento externo, até porque temos outras empresas que têm realmente investimento externo. Mas, se vai haver investimento externo na Oi especificamente, dada essa peculiaridade, acho que isso precisa, sim, ser acompanhado muito de perto.

Com relação ao comportamento do usuário – esse foi o último questionamento que V. Exª me fez – na utilização desses aplicativos, a essa mudança de comportamento por que nós estamos passando, numa transição do serviço de voz para o serviço de dados, muito mais para o serviço de dados, que são os chamados aplicativos *over-the-top*, OTTs, acho que... Bem, eu sou favorável a uma regulamentação mínima. Acho que, no momento em que há essa mudança de comportamento do usuário, haverá também uma mudança no próprio mercado natural.

Eu me recordo de que, até há pouco tempo, nós contratávamos serviços, por exemplo, de telefonia móvel pela quantidade de minutos que nos eram disponibilizados para voz e um pacote de dados. Geralmente, esse pacote de dados era pouco expressivo. Hoje as operadoras fornecem, em alguns planos e, com os mesmos valores, nos planos que tinham esse modelo, minutos de voz ilimitados e passam a mensurar o valor de seus planos pela quantidade de dados oferecidos no pacote. Quer dizer, já há uma mudança de comportamento das empresas, dada essa mudança de comportamento do consumidor. Verificou-se... E acho que não vai haver um prejuízo. Acho que vai haver, sim, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prejuízo, mas não vai haver necessariamente um prejuízo, principalmente com relação ao serviço de TV a cabo.

Reclama-se muito dos aplicativos que fornecem as séries e filmes com valores módicos, de forma ilimitada. Nós sempre precisaremos de acesso à banda larga para ter acesso a esses serviços, e, para as empresas de TV a cabo, isso também tem causado uma mudança de comportamento. Na medida em que esses aplicativos passaram a ter mais relevância, algumas empresas de TV a cabo, por exemplo, têm ofertado, juntamente com seus pacotes adicionais, a possibilidade de o usuário assistir àqueles filmes e a séries a qualquer momento, de forma semelhante ao serviço oferecido pelos aplicativos.

Ou seja, está havendo, na verdade, uma competição. E, nessa competição, no final das contas, o grande beneficiário é o consumidor, é o cidadão. No momento em que há mais competição, há uma melhoria na qualidade dos serviços, uma variedade maior de serviços e, sim, maior transparência.

Eu não vejo o surgimento desses aplicativos, pelo menos neste momento, como um problema, mas como algo que vem para agregar mais opções ao consumidor e fomentar o desenvolvimento do próprio setor de telecomunicações dessas empresas.

Então, acho que essa adaptação do mercado é natural, e aí, sim, nós teremos também uma mudança com relação aos serviços que eram ofertados tradicionalmente pelas empresas de telecomunicação.

Espero ter respondido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Emmanoel.

Voltamos, então, à sabatina através dos Senadores. Pela ordem de inscrição, nós temos Senadora Vanessa Grazziotin, depois Senador Wellington Fagundes, depois Senadora Fátima Bezerra, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu queria pedir desculpas a todos aqueles que se inscreveram antes de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não há problema, V. Exªs que definem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Peço desculpas mesmo, mas o que acontece é que eu tenho que participar agora de uma reunião com dirigentes da Petrobras sobre interesses do meu Estado.

Então, eu queria deixar aqui a minha palavra de confiança no Dr. Emmanoel Campelo. Pelas funções que já exerceu, ele tranquiliza todos nós. Aqui está o seu pai, o Ministro Emmanoel Pereira, que também nos dá certeza de que nós temos em Emmanoel um escolhido para dirigir a Anatel num período dos mais delicados.

Queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que é o Relator, que, através dos seus esclarecimentos, deixou bem claro a respeito desses desafios, desafios estes que serão enfrentados com galhardia pelo nosso conterrâneo Emmanoel.

E quero cumprimentar o Dr. Dirceu, que vai compor os quadros da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, quero aqui me associar já ao Senador José Agripino, ao Senador Garibaldi Alves Filho, que acaba de falar, bem como me associar ao Relator, Senador Eduardo Braga.

E na condição de Senadora representante do povo potiguar, quero cumprimentar o Dr. Emmanoel Campelo por sua indicação.

E quero aqui dizer de forma objetiva, Dr. Emmanoel, que essa sua indicação advém do reconhecimento de uma trajetória do ponto de vista profissional, pautada por seriedade, por espírito público, por honradez, por ética. Na verdade, estar aqui hoje sendo sabatinado pelos Senadores e Senadoras reflete, repito, essa sua trajetória ao longo de sua vida.

Faço questão aqui de dar exatamente esse testemunho. V. Sª, quando teve oportunidade de participar do Conselho Nacional de Justiça, deixou lá a marca do seu trabalho, deixou uma marca principalmente na experiência como mediador judicial. E eu não tenho nenhuma dúvida de que a experiência que o senhor teve no Conselho Nacional de Justiça, quando o senhor contribuiu para inserir na sociedade a mentalidade de que a mediação e a conciliação devem ser as melhores formas de se resolver conflitos, será também de muita valia à frente de uma outra instituição, numa posição também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito importante que é exatamente o Conselho Nacional da Anatel. Acho que essa motivação que levou ao Conselho Nacional de Justiça toda essa experiência que V. Sª adquiriu – repito – será de muita valia.

Na condição de professora, de educadora que sou – e V. Sª sabe disso –, permita-me aqui fazer um pedido muito especial: que o senhor, como Diretor, tenha um olhar muito especial para o Programa Nacional de Banda Larga, que foi criado na época do Governo da Presidenta Dilma e que tem um objetivo muito nobre, importante, estratégico e decisivo para os tempos que nós vivemos hoje, os tempos da informação, em que a informação é um ativo fundamental para que a gente possa avançar.

Então, quero aqui colocar que esse Programa Nacional de Banda Larga, que foi criado no Governo da Presidenta Dilma, tinha por objetivo massificar o acesso à internet de banda larga no País principalmente nas regiões mais carentes em tecnologia, como falou aqui o Senador Eduardo Braga, que chamou muito bem a atenção para algo, Dr. Emmanoel, a que V. Sª deve estar atento que é a gente viver num País de dimensão continental, porém, com muitas desigualdades do ponto de vista social, do ponto de vista regional. E é preciso, portanto, que se leve isso em consideração, para que a gente não amplie cada vez mais as injustiças e as desigualdades sociais.

O Programa da Banda Larga também nas escolas foi lançado naquela época, Dr. Emmanoel, tendo como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet. Imagine o diferencial que nós teremos neste País, Senadora Vanessa, quando as milhares de escolas públicas, sejam das redes estaduais, sejam das redes municipais, espalhadas por este País afora, tiverem direito de estar conectadas à internet através da banda larga. Imagine a diferença que isso fará. E repito: hoje, o mundo é um mundo conectado; é o mundo da era digital.

Então, isso tem que ter uma centralidade. Dinheiro para isso existe. Está aí o Fust. O que se precisa é de determinação e de sensibilidade, do ponto de vista político, para que nós tenhamos clareza naquilo que é prioritário e nós exatamente investirmos.

Esse Programa, repito, Banda Larga nas Escolas precisa ser retomado. Em 2015, a Presidenta Dilma tinha assinado com as operadoras de telefonia termo aditivo à autorização de exploração do serviço de comunicação multimídia, possibilitando a conexão de todas as escolas públicas urbanas à internet, com serviço a ser mantido de forma gratuita até o ano de 2025. Infelizmente, essa decisão não avançou. Dr. Emmanoel. Cuide disso, por favor, com muito carinho – com muito, muito, muito carinho mesmo!

Por fim, quero – é claro – deixo aqui a nossa expectativa e confiança de que V. Sª, como Diretor da Anatel, será um diretor a serviço do povo brasileiro. V.Sª lá vai sempre olhar, em primeiro lugar, os interesses dos consumidores e os interesses do Brasil.

A empresa é que tem que estar a serviço da sociedade – tem que estar a serviço da sociedade! V.Sª sabe que, inclusive, vai, como Diretor, atuar numa área que é uma área que apresenta muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problemas, como V.Sª, inclusive, reconhece aqui. A qualidade dos serviços prestados na área de telefonia por este País afora tem sido motivo recorrente, diário, cotidiano de reclamações de milhares de usuários por este País afora. Isso é um serviço pago, e a gente paga por ele. Então, não tenho nenhuma dúvida de que V.Sª terá isso como o marco central da sua atuação como Diretor da Anatel.

Meu abraço ao Dr. Emmanoel, Ministro o Superior Tribunal do Trabalho; à Drª Cristina; enfim, à família e à legião de amigos e amigas que V.Sª tem no Rio Grande do Norte e também por este País afora.

Boa sorte, Dr. Emmanoel!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Bom, voltamos, então, à nossa lista de inscrição, agradecendo já novamente à Senadora Vanessa Grazziotin.

E passo a palavra a V.Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Imagine, Sr. Presidente. Como percebemos, por aqui passaram os três Senadores do Rio Grande do Norte. Eu acho que isso é uma forte sinalização do carinho que tem, não apenas o indicado à Diretoria da Anatel, Dr. Emmanoel, o seu pai e a família inteira. É importante.

Eu repito para V.Sª, Dr. Emmanoel, o que falei para o Dr. Dirceu, o que nós colocamos aqui não tem absolutamente nada de pessoal. São ossos do ofício, como diz o velho e bom ditado popular. Mas desde já quero destacar que não o conheço, mas, pelo que ouvi dos meus colegas Parlamentares do Rio Grande do Norte, acho que V. Sª tem conduzido o trabalho por onde quer que tenha andado, de forma exemplar.

Mas o Senador Garibaldi, numa das suas afirmações, fala da sua capacidade, do seu preparo para estar no cargo a que foi indicado e disse até que, pode não parecer, porque V.Sª é uma pessoa que vem do Direito, atuou na área do Direito, na área trabalhista sobretudo, talvez por uma forte influência da família, mas diz que há um preparo. Eu estou entre aquelas que sinceramente questiono – eu estou entre aquelas que questiono! Vi que, pela sua exposição, V.Sª estudou bastante, mas sem dúvida nenhuma não é alguém que tenha uma atividade profunda no setor e na área, e numa área tão complexa como a área de comunicações.

Mas prestei também muita atenção na sua exposição. V.Sª disse o quanto é importante a atualização da Lei Geral das Telecomunicações. Senador Eduardo e Senador Gurgacz, eu quero dizer que esse é o meu pensamento também, porque, se a Constituição norte-americana tem 100 anos ou mais de 100 anos, é porque ela trabalha com princípios. Agora, a Lei de Telecomunicações trabalha para um segmento, regulamentando um segmento, que é o mais veloz em termos de avanços; é o mais veloz, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, óbvio, uma legislação de 1997 pode não ser uma legislação antiga para outros setores, mas é para esse setor, sem dúvida nenhuma. E digo isso preliminarmente para deixar desde já claro e registrar que eu também considero necessária a atualização da Lei Geral das Telecomunicações.

Agora, nós não podemos concordar é com o que está acontecendo no Parlamento brasileiro. A Câmara dos Deputados, Senadora Fátima, aprovou uma atualização sem que ela passasse pelo plenário, apenas em comissões, sem um debate profundo pelo Parlamento brasileiro.

Chegou aqui ao Senado Federal esse projeto de lei, que tramitou, assim, "The Flash". Foi criada uma comissão especial única para ele. Ele não passou por nenhuma das comissões temáticas. V. Sª está aqui na Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Eduardo Braga, que, sem dúvida nenhuma, deveria ter debatido o projeto que mudou a Lei Geral das Telecomunicações, mas não teve a oportunidade.

Aprovaram, da noite para o dia, um relatório apresentado. Algumas horas depois foi aprovado. Nós entramos com um recurso, de acordo com o que determina o Regimento. Foi negado no primeiro momento, e vencemos no Supremo Tribunal Federal. Foi necessário buscarmos o apoio na Justiça.

E qual foi a derradeira decisão do STF? Que o projeto deve voltar a ser debatido no Senado Federal. É o mínimo! E aí nós vamos decidir – o conjunto dos Senadores –, com conhecimento de causa, o que nós vamos atualizar ou não, o que nós vamos... Não aprovar da forma como foi aprovado.

Aliás, naquele projeto de lei, o que mais interessava não eram os avanços na lei; o que mais interessava... E todas as matérias jornalísticas... Se fizermos um passeio ao passado e olharmos como os jornais, como os meios de comunicação divulgavam – todos eles, com fotos, inclusive, da Oi – uma lei sob encomenda... Está aqui. Olha aqui a *Veja*, por exemplo: "Planalto dará presente bilionário às teles", com a fotografia da Oi. E o Senado disse que tinha aprovado uma lei que não tinha aprovado. Mas agora nós vamos ter que voltar a discutir.

Uma polêmica: o Presidente da Anatel disse que a doação que o Estado brasileiro estava fazendo às empresas privadas era de 18 bi. O TCU fala em 100 bilhões. Outros falam em 87 bilhões. Mas não importa: 18 bilhões, 87 bilhões, 100 bilhões são recursos públicos, que não podem ser doados gratuitamente a empresas da iniciativa privada. Não podem! E era isso que eles estavam querendo fazer. Era isso!

Isso é a coisa mais... É um dos maiores absurdos que eu já vi no Parlamento brasileiro. Mas, graças ao bom discernimento de alguns Senadores e dos juízes do Supremo... Eu falo alguns, por quê? Porque foram aqueles que tomaram conhecimento do fato. A grande maioria dos Senadores sequer sabia que isso estava acontecendo. Então, de cara, eu digo: é preciso, sim, atualizar a Lei Geral das Telecomunicações, e não fazer o que estavam querendo fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V. Sª fala também que é necessário atrair investimentos. Portanto, o marco regulatório e a segurança jurídica são fundamentais. Concordo, ponto. V. Sª fala o que são bens reversíveis – essa doação. Também temos que definir, ponto. Temos que definir o que são bens reversíveis ou não. Lá na nossa cidade Manaus e lá nas nossas cidades do interior, os melhores terrenos, mais bem localizados, as melhores edificações são do Estado brasileiro. Era tudo isso que estava sendo doado às empresas, a uma empresa Oi, que tem uma dívida. E dizem que a iniciativa privada é fabulosa, é maravilhosa. Incompetente é o Poder Público, que não sabe administrar, porque é corrupto e incompetente. E dizem que a iniciativa privada é ótima. Olhe a situação da Oi: devendo R$65 bilhões e querendo o perdão de todas as dívidas.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª me permite só um aparte, para contribuir?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Acho que V. Exª está abordando um tema fundamental. E aqui quero, mais uma vez, cumprimentar V. Sª, porque V. Sª se preparou para este debate e trouxe, efetivamente, os temas principais. Agora, eu queria fazer este aparte, Senadora, para dizer o seguinte: a questão da Oi deve ter uma solução de mercado, e não uma solução em cima dos bens reversíveis ou não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É claro. Perfeito, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – A questão dos bens reversíveis ou não tem que ser uma política de Estado, e não uma política para salvar de má gestão a situação financeira de uma empresa. Portanto, a solução de mercado para a empresa Oi, como foi aqui destacado, é que é algo a que nós aqui, nesta Comissão de Infraestrutura, precisamos estar atentos. Afinal de contas, é aqui nesta Comissão que esta matéria deve ser debatida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Outra questão, aproveitando o aparte a V. Exª: quanto à sugestão apresentada por V. Sª com relação à mudança no Fust, eu já encomendei aqui, à assessoria da Comissão, a preparação de um projeto de lei para tramitar na Comissão, porque efetivamente não dá para nós excluirmos a telefonia móvel dos investimentos do Fust.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito. Então, concluindo essa primeira parte, que é sobre a necessidade da atualização... E não confundo isso com o que estava sendo feito pelo Congresso Nacional, que era doar graciosamente, gratuitamente, ilegalmente, inclusive, bem público, patrimônio público, um patrimônio bilionário, às empresas privadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que nunca cumpriram as metas estabelecidas, nunca. E não é porque ficou ultrapassada a lei. Quando não era ultrapassada, não cumpriam também.

Aí eu abordo uma segunda questão ainda, envolvendo esse aspecto mais geral. V. Sª diz: "Não podemos imputar novas obrigações." Eu não entendi o que V. Sª quis dizer com isto: "Não podemos imputar novas obrigações." E que o grande desafio do Brasil seria ver como, em um país tão imenso, com tantas diferenças, essas empresas devem e como elas poderão investir em lugares que não são atrativos do ponto de vista comercial, econômico e financeiro. Sabe por que eu digo isso? Por que me preocupa, Dr. Emmanoel? Eu dou oportunidade para que V. Sª explique o que o senhor quis dizer com isso.

No início deste ano, esteve no Brasil um bilionário egípcio chamado Naguib Sawiris. Ele chegou ao Brasil com o objetivo de comprar a Oi. Procurou a Presidência da República. Queria comprar a Oi, dizendo que salvaria a Oi rapidamente, mas que para isso tinha que ser aprovada aquela lei daquela doação. Para isso tinham que ser perdoadas todas as dívidas que a Oi recebeu.

Mas ele não parou por aí, ele não parou por aí. Aliás, a gente está vivendo uma fase assim de muito desrespeito. A crise... O povo pobre, trabalhador, não tem culpa nenhuma da crise, mas é quem está sofrendo, é quem está pagando o pato.

Ontem, Ministro Emmanoel, nós vimos o Presidente do TST, não tem nada a ver, mas eu aproveito a presença dele aqui para dizer, que a parametrização da indenização moral extrajudicial tem que ser o valor do salário que cada um recebe, porque como é que vai se pagar a mesma indenização, mesmo o dano sendo igual, para quem recebe um salário mínimo e para quem recebe 50? Porque seria a mesma coisa que dar uma loteria para quem recebe um salário mínimo. Palavras ditas pelo Presidente do TST.

Mas, vamos lá, este senhor veio ao Brasil e sabe o que ele disse, querendo comprar a Oi? O jornal Folha de São Paulo publicou, aspas: "Não consigo entender como uma empresa que só vale US$650 milhões na bolsa [porque vale muito mais] pode prestar serviço de qualidade com obrigações como conectar lugares na selva onde não tem ninguém." A Amazônia. Senador Acir, veio lá da Amazônia. Senador Eduardo, eu sou da Amazônia, nós somos da Amazônia. Isso foi o que ele disse. É assim que as empresas pensam. É assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. Olha aqui, Wellington é da Amazônia também. É assim que as empresas pensam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telecomunicações é fundamental, mas não é para a empresa ampliar o seu direito não, é sabe para quê? Para isso que a Senadora Fátima falou, para isso que ela falou, banda larga nas escolas, banda larga nas unidades de saúde.

Nossos Municípios... Senador Eduardo Braga foi governador, por duas vezes, e ele sabe a dificuldade, todos sabemos, de levar assistência médica qualificada e especializada para o interior. A internet é uma das grandes soluções, agora sem internet não se leva.

Aí o que o Brasil fez, Senador Eduardo Braga? O Presidente Lula e a Presidente Dilma, depois de privatizarem os cinco satélites que tinham, porque tudo foi junto, tudo foi junto em 1998, da Embratel, foi tudo junto com a privatização, o governo, depois de muita pressão, resolveu construir o seu satélite, e pressão do Ministério da Defesa. Um satélite que tinha um objetivo claro, a defesa 30% e 70% para ações sociais, políticas públicas, saúde, educação, tudo isso.

E, agora, esse Governo do Temer vai fazer o quê? Privatizar os 70%, é o que ele quer fazer, privatizar. Pense, vamos raciocinar, Senador Acir, vai privatizar para as teles que vão vender o serviço para o governo do Amazonas, para o governo do Mato Grosso, para o governo de Rondônia, para as universidades federais, para a cadeia de pesquisa que há no Brasil. A que preço?

Então, eu espero... Eu não vou lhe fazer perguntas, porque vou ser indelicada, Dr. Emmanoel. Eu tenho que sair, porque eu tenho compromisso fora do Senado inclusive, mas eu lhe peço. V. Sª atuou já em momento defendendo a Oi, mas V. Sª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, na arbitragem, pelo que eu ouvi.

Mas V. Sª, chegando à Anatel, tem que mudar um pouco. Eu acho que o rumo que a Anatel está tomando também não é um rumo bom para o Governo do Brasil. Governo, não, para o povo brasileiro e para o Brasil, porque não estão sendo colocados – digo isso lamentando profundamente – os interesses do País, da nossa soberania, dos consumidores não estão sendo colocados em primeiro lugar como têm que ser colocados.

A nossa briga, eu repito tudo que a Senadora Fátima falou, a nossa intenção, o nosso debate aqui tem que atualizar, tem que dar condições de mercado para agir, é isso, mas não com o dinheiro público, como disse o Senador Eduardo Braga. A iniciativa privada que vá atrás do seu dinheiro, que ganhe o seu dinheiro honestamente, e não da forma como estão querendo fazer. No mais, muito obrigada. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, vou tentar ser rápido. Eu estava me lembrando aqui de que, quando saí candidato pela primeira vez, uma pessoa experiente me falou: "Olhe, vai lá primeiro perguntar para sua família se o apoiam e se votam em você." Eu estou vendo aqui o Ministro Emmanoel Pereira com a família dele toda. Eu tenho certeza de que você tem o apoio... Eles não podem votar, mas, com certeza, isto aqui é extremamente importante: a presença do pai, um Ministro do TST, aqui, neste momento, acompanhando a sabatina.

Pelo currículo aqui apresentado, claro que V. Exª demonstra não só ter a competência como a experiência também, como está aqui no relatório. E até na sua manifestação escrita, há uma certa simbiose entre o trabalho que V. Sª desenvolvia e o da Anatel, como órgão regulador.

É claro que, se a gente fosse aqui questionar o papel da Anatel, Dr. Emmanoel Campelo, exigiria muitas audiências públicas, porque a insatisfação é muito grande, a capacidade fiscalizatória das agências, de um modo geral, é muito aquém da necessidade. Às vezes, isto nos deixa até irritados: muitos serviços que são prestados, têm que ser prestados, são fontes de rendimento para o Governo, mas há dificuldade para que esse serviço seja executado.

Por exemplo, estou vendo aqui uma matéria: "Anatel aprova a liberação da frequência de equipamentos do aeroporto de Sinop", no meu Estado. Isso aqui é uma luta de mais de, sei lá, dois, três anos. E não há um técnico para ir lá fazer a vistoria. Agora foi, mas vai depender ainda de o técnico ir lá, a um aeroporto de uma cidade tão importante. O Senador Acir conhece a cidade e sabe da importância dela.

Então, pela sua experiência e pela sua juventude, Dr. Emmanoel, eu espero que possa ser feito um trabalho no sentido de – até com apoio da nossa Comissão – buscar formas de a agência desempenhar melhor o seu papel, inclusive ajudando o Ministério das Comunicações, que é um Ministério que V. Sª sabe que está ainda na época analógica, enquanto o mundo está todo digital. Os processos lá são no papel ainda, tudo no papel. Aquela coisa parecendo um absurdo.

Eu quero lembrar aqui, Senador Eduardo Braga, que o Ministro Pimenta da Veiga e eu fizemos uma visita, há uns 15 anos, à BR-163. Saímos de Cuiabá e fomos até Santarém de carro. Naquela época o Ministro estava lançando a construção da BR-163 com recursos do Fust. Ele era pré-candidato a Presidente da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – A construção da BR...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da BR-163.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele iria construir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com recursos do Fust. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Com recursos do Fust.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Anunciando, em cada parada que fazíamos, que tinha tantos milhões e que faria, então, com recursos do Fust. E esse Fust está "enfustado" até hoje, porque não se liberam os recursos para o meio a que foi proposta sua criação.

Então, o Relator já colocou aí, de forma bastante clara, com a sua experiência de Ministro... Realmente, quando a gente vê comunidades isoladas... E, principalmente, como foi colocado aqui pela Senadora, na Amazônia existem brasileiros que estão garantindo que aquela tese da internacionalização da Amazônia não possa prosperar. Então, essas pessoas merecem, sim, muito mais até, o apoio, porque estão lá mantendo essa região como território brasileiro, com uma riqueza tão grande. Principalmente para as futuras gerações será incomensurável o seu valor. Então, acho que essas pessoas deveriam estar lá recebendo, sim, não só o serviço da comunicação, mas até o subsídio efetivo.

Infelizmente, nós, os amazônidas, temos um problema sério: os brasileiros que para lá foram nem documentação têm. No meu Estado, são mais de 70 mil famílias que foram assentadas pelo Governo, pequenos, pequenos assentados. Naquela época, o governo dizia: vamos integrar para não entregar. E essas pessoas nem documento têm até hoje.

Então, Dr. Emmanoel, falo aqui não com revolta, mas com ansiedade. Por exemplo, aí fica: quem deve fazer licitações? A maioria das agências é que fazem as licitações das concessões. No caso, para as emissoras, são feitas as licitações ainda hoje pelo Ministério das Comunicações. É isso mesmo, não é? Não estou enganado?

E quantas cidades no Brasil ainda não têm uma emissora de rádio. No caso da Amazônia Legal... E querem pagar, querem contribuir, muitas.

Eu sempre tenho dito que às vezes uma emissora de rádio salva vidas. Isso já aconteceu no meu Estado. Um ônibus se chocou com uma carreta de madeira. Se não fosse lá uma rádio e o médico convocando a população para doar sangue... Em menos de uma hora, já estava tudo resolvido. Quer dizer, quantas pessoas foram salvas? E o Governo não tem esta capacidade de dar resposta à indústria, que quer vender o equipamento, ao cidadão, que quer fazer o investimento para promover o desenvolvimento.

Aliás, gostaria também, aqui, de pedir um estudo melhor, por parte de V. Sª, sobre as RTVs da Amazônia Legal, porque, no caso lá, também foi um decreto à época do Presidente Sarney, para permitir que existissem as geradoras locais, exatamente porque a distância era muito grande para promover uma comunicação que pudesse integrar as pessoas. E, até hoje, isso não está resolvido. É em caráter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precário, e o Governo não define. Agora foi feita a questão das AMs, a transferência para as FMs, o que já foi uma evolução. Mas é muita necessidade que temos de modernização.

Então, como V. Sª é jovem, preparado... Já demonstrou muito, já exerceu... Principalmente nessa última função no Conselho. Acho extremamente importantes cabeças competentes e preparadas como V. Sª. Eu não vejo nenhum demérito, pelo contrário: a formação de advogado vai facilitar, realmente, que a agência possa, inclusive, preparar legislações, para que a gente possa modernizar isso tudo.

E aí gostaria realmente que a sua presença não fosse só para a sabatina, mas que V. Sª tivesse neste Parlamento, nesta Comissão um grande parceiro, para desamarrar esses tantos nós existentes, para que possamos promover o nosso desenvolvimento. Então, fica muito mais uma consideração.

E quero, Presidente, com a benevolência de V. Exª... E aí preciso autorização, Presidente... Como tenho agora... Sou Relator na Comissão Especial da Lei Kandir. Nós temos uma audiência no Ministério da Fazenda, e já há três Senadores lá, me aguardando. Eu queria só apresentar o meu relatório. Ele já vai ser publicado em todos os meios de... Ele já está publicado, e vai ser pedido vista, como manda o Regimento Interno. E quero só dizer que estamos apresentando o relatório para indicação do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para exercer o cargo...

Opa, estou equivocado!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero dar como lido, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu só quero dar como lido, mas registrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Deixe-me seguir o Regimento, então, Senador Wellington...

Vamos interromper a sabatina por dois ou três minutos, e V. Exª faz a sua leitura, mesmo dando como lido, mas para que a gente possa seguir o Regimento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... e não cometer nenhuma irregularidade nem com a sabatina, nem com a leitura de V. Exª.

(Matéria não lida:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Reunião destinada à leitura do relatório, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Então, V. Exª tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Muito melhor.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Já estava até fazendo confusão aqui.

Eu quero, então, entregar o meu relatório da indicação do Sr. Mauro de Moura Magalhães para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Eu quero registrar que foram apresentadas as declarações relativas à existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras.

Em vista do exposto, e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea "f", combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Mauro de Moura Magalhães, constante da mensagem presidencial referida.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço aí ao Senador Acir Gurgacz, bem como ao nosso Presidente também, aqui hoje como Relator, Eduardo Braga. Tenho certeza de que essa sabatina foi coroada de êxito, e os dois terão a aprovação.

E espero que a gente possa fazer essa parceria, que realmente é necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Em discussão a matéria que foi lida pelo Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Nós passamos, então, à vista coletiva. Fica concedida vista coletiva nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, Senador Wellington, nós passamos à votação.

E voltamos, então, à sabatina, agora com o Senador Hélio José, para fazer as suas colocações como último inscrito para a sabatina.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz; cumprimentar também o Presidente, hoje como Relator, Eduardo Braga; cumprimentar nosso sabatinado Emmanoel Campelo de Souza Pereira; cumprimentar o sabatinado da ANP, que esteve me visitando.

Estou aguardando aquele livro importante sobre a energia solar.

Já votei favorável a ambos.

Com relação ao Emmanoel, é o seguinte: eu sou servidor público concursado e eu quero – viu, Presidente? – lamentar, deixar claro aqui o meu lamento à não indicação de um servidor público para um posto tão pouco atrativo salarialmente, como o posto de diretor de uma agência reguladora, porque nós temos uma massa de servidores públicos.

Já votei favorável, viu, Emmanoel? Porque seu currículo é bom, você é advogado, tem uma história, tem compromisso, foi do CNJ. Em homenagem ao seu pai, que é um juiz da Anamatra, do Ministério do Trabalho, votei favorável. Votaria contra em outra situação, porque discordo que para agência reguladora, com o salário que é hoje de R$14 mil... Com o currículo que você tem aqui, com certeza no mercado você ganharia muito mais do que para ser diretor de agência reguladora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, eu tenho votado aqui constantemente e tenho até prestigiado o Governo Federal por ter mandado, para vários diretores de agência reguladora, servidores de carreira, como a mim, que sou servidor concursado.

Acho que haveria melhores condições para a situação, mas com o seu sangue novo, a sua questão externa, além de todos os pré-requisitos – e já falei antes que votei favorável –, com certeza eu espero que V. Sª dê um *up*, dê melhores condições de discussão interna nessa importante agência que é a Anatel, porque os problemas são diversos, são vários. Então, pelo currículo de seu pai e pelo seu, eu votei favorável a contragosto, porque eu não votaria, para uma agência reguladora, principalmente se não for caso muito específico, a não ser em um servidor de carreira. Com o atual salário da agência...

Eu quero inclusive... Gostaria até de que o Governo pusesse teto constitucional para os salários da agência reguladora, para que realmente a iniciativa privada, as grandes pessoas, as pessoas comuns da sociedade, que têm serviço a prestar, pudessem ir de forma mais atrativa. Porque eu, como servidor público, tenho a nossa bíblia, que é a 8.112, a Constituição brasileira, para poder versar.

E nós achamos e eu creio plenamente que V. Sª, pelo seu currículo, pela sua história, não está indo para agência reguladora para fazer negócio, como, em outras épocas, acontecia. Então, por isso que geralmente, para agência reguladora, a gente tem preferido servidores de carreira.

Fiz questão de fazer essa consideração para deixar claro que eu votei a favor – com os meus protestos, é claro.

Sr. Emmanoel, as questões sugeridas são as seguintes: a Anatel, como agência reguladora, deve ter a sua atuação voltada para garantir a toda população o acesso às telecomunicações a preços razoáveis e em condições adequadas. Ocorre, porém, que a população brasileira está insatisfeita tanto com a qualidade, quanto com os preços dos serviços oferecidos. Basta mencionar que as prestadoras de serviço de telecomunicações continuam a ser as campeãs de reclamação junto aos órgãos de defesa do consumidor. A Anatel, por sua vez, permanece distante dos consumidores; a percepção generalizada é de que a sua atuação não tem sido capaz de assegurar um ambiente saudável de competição entre as empresas de telecomunicações, especialmente nas localidades mais distantes e nas áreas economicamente pouco atraentes. As multas aplicadas pelas agências tampouco parecem surtir efeito, uma vez que os processos administrativos são morosos e as empresas, muitas vezes, recorrem ao Judiciário, o que leva à ineficácia dos procedimentos de apuração de descumprimento de obrigações instauradas.

Diante desse cenário, meu jovem e querido advogado, doutor na área, indago: qual a posição de V. Sª em relação à adoção do termo de ajustamento de conduta em substituição à cobrança de multas? Sendo favorável, quais garantias mínimas devem ser previstas para que o TAC não se transforme em mero instrumento de anistia das empresas de telecomunicações? Porque realmente é grave, Emmanoel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saia aqui a 15km, que você não tem mais sinal. Moro na Capital do País. Chega-se a áreas, como Lago Sul e outras áreas, e não há sinal, de tanto sombreamento. Então, alguma coisa precisa haver, porque a ineficácia do serviço é muito grande, do sinal de telecomunicação no nosso País, causando transtorno para todo mundo.

Além disso, um tempo desses para trás, havia um Presidente da Anatel que era mais um empregado das empresas de telecomunicação, que quis fazer aquela legislação para acabar com a questão dos planos de banda larga. Teve que o Ministro Figueiredo, cidadão que é, ir lá e desautorizar o Presidente da Anatel. Depois, esse próprio Presidente da Anatel pediu para sair, e já era muito tarde, porque já era para ter saído muito antes, pelo desserviço que fez à população brasileira.

Por isso, eu falei para você que nós precisamos de gente de carreira nas agências reguladoras, mas eu espero que V. Exª faça a diferença, realmente demonstre o currículo que seu pai tem, renomado. Todos nós temos a honra aqui de o apoiar, principalmente em consideração ao trabalho dele como Ministro do TST e coisa e tal, como uma pessoa que tem trabalhado muito pela nossa sociedade.

Outra pergunta: quais medidas V. Sª pretende adotar para que a Anatel não se deixe capturar pelos interesses das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação e passe a defender de fato o direito do povo brasileiro de acessar os serviços de telecomunicações com qualidade? Quero saber quais são as suas medidas nessa linha.

Quais medidas V. Sª pretende adotar para estimular a concorrência entre as empresas de telecomunicação e, com isso, criar um ambiente favorável à oferta do serviço com maior qualidade e preços razoáveis? Além disso, o que lhe atrai – já que, no seu currículo, eu olhei aqui, você, como professor de diversas áreas – no setor de comunicação, porque eu não vi você trabalhar em setor algum da área de telecomunicação, como neste convite, embora eu ache que vá atuar mais nas áreas administrativa, processual etc., o que cabe muito bem no seu currículo. O que o incentiva a estar nisso? Eu queria ouvi-lo sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao nosso sabatinado, Dr. Emmanoel Campelo.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Senador Hélio José, agradeço as ponderações de V. Exª. Permita-me clarificar alguns pontos, neste momento da sabatina, que é exatamente o momento para que esses pontos sejam definitivamente elucidados.

Eu acho que o grande desafio hoje da Anatel e das telecomunicações em geral é exatamente a questão da universalização. E aí me permita trazer um pouco para a minha área, então. Muito se questiona sobre a possibilidade ou não de adoção de políticas públicas na Anatel, como, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

políticas que visem exatamente conceder uma área mais nobre, de maior atratividade comercial e, em conjunto, uma área de menor atratividade como forma de se fazer uma compensação e de se levar o desenvolvimento a essas regiões que, eu diria, economicamente menos visadas pelas empresas. Eu não gostaria de utilizar menos favoráveis, porque parece que eu estou de alguma forma demonstrando algum desdém ou algum preconceito com relação a essas regiões. E jamais eu poderia, até porque eu sou oriundo do Rio Grande do Norte, sou oriundo do Nordeste. Então, esse é um tema que muito me preocupa, porque eu acho que tem que ser a prioridade da Anatel.

Eu acho que o grande problema hoje com relação aos preços, sem dúvida nenhuma, é carga tributária. Quando nós colocamos os preços que são praticados no Brasil, que estão entre os maiores do mundo para os serviços de telecomunicação, e nós tiramos a carga tributária, eles ficam em patamares equivalentes aos dos países desenvolvidos, em que os preços são mais baixos. Então, isso é algo que precisa, sim, ser refletido. Até que ponto interessa eu ter uma carga tributária de aproximadamente 41% no setor de telecomunicações se é exatamente o setor que vai levar desenvolvimento, informação e cultura para a população?

Então, eu acho que precisaria, sim, de um incentivo – e aí deixo muito claro a V. Exª –, não para levar mais dinheiro aos bolsos das empresas, mas, sim, levar desenvolvimento às áreas e mais pessoas terem condições de contratar esse serviço. Eu acho que isso é fundamental, isso tem que ser tratado pelo País como política pública – a redução dessa carga tributária e a universalidade do serviço de telecomunicação.

Daí a importância de se rediscutir a regulamentação do Fust. Não é possível que hoje, quando a demanda que nós temos por banda larga é muito maior, e eu diria até que de telefonia móvel é muito maior – eu acho que está na ordem de 200 milhões de acessos de telefonia móvel para 40 milhões de acessos de telefonia fixa –, eu mantenha um fundo somente para a telefonia fixa, que não tem demanda, tanto que ele não é sequer utilizado. Então, é um desperdício. É uma imposição legislativa que fazia sentido em 1997, na década de 90, quando havia essa demanda pela telefonia fixa, mas que, hoje, perdeu completamente o seu propósito. Eu acho que é preciso dar esse novo propósito ao Fust, que é uma atualização pontual, que não demanda muita discussão e que me pareceu, pelos debates, algo de consenso.

Talvez outros pontos tenham que ser debatidos, sem dúvida nenhuma. Essa questão da morosidade das sanções eu inclusive abordei aqui na minha exposição inicial. A sanção, para ela ser legítima, precisa ser rápida – qualquer sanção. No momento em que se demora para se aplicar uma sanção, com o passar do tempo, ela naturalmente perde a legitimidade. Qualquer legislação prevê isto, essa caducidade. Eu acho que é preciso, sim, como são dados objetivos e técnicos os fatos geradores dessas sanções, ter uma resposta mais rápida por parte da Anatel, sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos termos de ajuste de conduta, eu vejo termo de ajuste de conduta como uma discricionariedade da Administração. A regra geral é a aplicação da multa e o recolhimento dessas multas. Essas multas não podem ser anistiadas. E aí eu penso como V. Exª. Se nós vamos colocar um termo de ajuste de conduta, ele tem que ser com o objetivo... E aí o TAC se mostra como um instrumento para reduzir as desigualdades regionais. Aliás, diga-se que não precisa de lei para isso. O art. 3º da Constituição diz que é objetivo da República Federativa do Brasil, inciso III, reduzir as desigualdades regionais. Ou seja, se o Constituinte de 1988 já admitia as desigualdades regionais e a necessidade do seu enfrentamento, nós, hoje, temos que dar esse enfrentamento, e o TAC pode servir como instrumento para isso.

Tudo bem, você tem R$100 milhões de multa, a empresa. Em vez de você simplesmente recolher para o Tesouro, você vai investir em uma região com pouca atratividade econômica que leve esse desenvolvimento. E aí se faz uma compensação, um investimento e esse desenvolvimento, em detrimento do recolhimento. Isso, claro, com estudos técnicos comprovando que não se trata de uma anistia. Anistia não pode haver nem com relação aos bens reversíveis sobre os quais a Senadora Grazziotin aqui se manifestou, mas o TAC pode ser um instrumento nesse sentido – e só nesse sentido, jamais como fonte de anistia. Penso dessa forma. Com relação à captura das empresas, pelas empresas, perdão, da Anatel, dessa proximidade ou muitas vezes uma tentativa de colocar a Anatel a serviço das empresas, eu acho que isso tem de ser enfrentado com seriedade. Da mesma forma que no Conselho Nacional de Justiça, quando eu estava lá, havia uma tentativa de captura do Conselho – e há até hoje – pelas entidades associativas de magistrados que estavam lá permanentemente tentando viabilizar os interesses corporativos. Eu acho que isso tem de ser enfrentado com seriedade. O Conselheiro, o membro do Conselho Diretor da Anatel tem de se manter equidistante das empresas, e julgar tecnicamente aquilo que lhe é submetido. Eu não faria, Senador, e V. Exª pode ficar absolutamente tranquilo, uma trajetória profissional passando pelo Conselho Nacional de Justiça por dois mandatos – esta é a terceira vez que sou sabatinado pelo Senado – para me submeter a esse tipo de situação. Quanto a isso V. Exª fique absolutamente tranquilo.

E com relação ao incentivo da concorrência, Senador, esse incentivo já vem acontecendo, na medida em que nós temos um número crescente de empresas como autorizadas a prestar serviços de telecomunicação. São autorizações mais flexíveis, elas não têm todas as obrigações das concessionárias, e aí promove-se um ambiente de concorrência. Eu acho que isso está sendo feito. Ao contrário, acho que a gente até precisa pensar na mudança do regime de concessão para o de autorização, que é mais flexível, mas, ao mesmo tempo – e isso precisa ser enfrentado, a Senadora Grazziotin também levantou –, nessa questão dos bens reversíveis.

Se nós temos uma concessionária do tamanho da Oi, por exemplo, e ela vai passar, em tese – passaria, hipoteticamente falando –, para o regime de autorização, como é que ficaria essa questão dos bens reversíveis? Como nós vamos calcular o valor desses bens reversíveis? Porque à época da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concessão esses bens tinham uma configuração; hoje, depois de todos esses anos, eles têm outra. A evolução tecnológica naturalmente fez a substituição desses bens. Então, equipamentos que ocupavam andares inteiros ocupam uma sala pequena. Até a forma de calcular esses bens gera, da parte técnica, uma disparidade muito grande. Eu acho que isso precisa, sem dúvida, ser enfrentado – tanto que dessa discrepância de 100 bilhões para 18 bilhões, você veja a polêmica que isso representa. Mas eu acho que o regime de autorizações bem conduzido tem condições, sim, de fomentar a concorrência e promover a interiorização.

Agora, parece-me que a prioridade da Anatel tem de ser, sim, a interiorização, a universalização do serviço. Eu acho que esse é o grande problema que nós vivemos. As regiões menos favorecidas têm de passar a ser olhadas com mais atenção. E eu me comprometo a isto, Senador: a dar essa prioridade durante a minha gestão, se tiver a honra de ser aprovado por este Senado, e ter esse diálogo constante, como eu tive na época do CNJ, exatamente para que os avanços legislativos possam ser trazidos e possam ocorrer de forma mais célere e atender o mais rápido possível aos anseios da sociedade brasileira.

Eu agradeço os questionamentos de V. Exª. **O SR. HÉLIO JOSÉ** (PROS - DF) – Só um comentário, Presidente, na minha tréplica. Eu fui o proponente da CPI da Anatel, quando da bandalheira feita pelo Presidente atual da Anatel que, graças a uma ação rápida do Ministro Figueiredo, foi consertada. Por isso que a gente pegou, em apenas duas horas aqui, quase 60 assinaturas para a CPI da Anatel. A qualidade do serviço é péssima. Então, eu espero que você lá, sangue novo, externo, ajude nessa questão, Emmanoel. Eu rogo por isso. Acho que você tem competência para isso. Obrigado pelas respostas.

E quero dizer, nobre Presidente, Acir Gurgacz, que nós não levamos para frente a CPI da Anatel pura e simplesmente por causa da ação imediata do Ministro Figueiredo na época, que conteve a situação, retirou aquela questão que iriam fazer com relação aos contratos de banda larga. E eu espero que isso não volte a ocorrer. Tanto é que o Presidente da Anatel passou tanta vergonha que logo, logo renunciou ao mandato, por causa dos vários flagras que ele teve como um assessor, na verdade, das empresas, ao invés de estar trabalhando para o Brasil. O papel da agência é regular e fiscalizar, não é passar a mão na cabeça de quem está fazendo as coisas erradas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado aos nossos sabatinados e aos Senadores.

Antes de encerrarmos e começarmos a apuração dos votos, passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para pedir que V. Exª, na qualidade de Presidente, solicite à Assessoria e à Consultoria do Senado uma análise célere com relação a três decretos que foram editados pela Presidência da República que causam, no mínimo, preocupação, e que nós precisamos esclarecer. Eu me refiro, Senador Hélio José, ao Decreto-Lei nº 9.187, de 1º de novembro de 2017, que trata da regulamentação da prorrogação de concessão de geração de energia elétrica de que trata a Lei nº 12.783 – que é a lei que foi provocada pela MP 579 –, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.

Apenas para dar conhecimento a esta Comissão, no art. 1º, por exemplo, se estabelece por decreto que:

> Art. 1º Os prazos das concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas uma vez, pelo prazo de até vinte anos, mediante requerimento da concessionária e a critério do poder concedente, de forma a assegurar a continuidade e a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema [...].
> *Parágrafo único.* A prorrogação de que trata o *caput* deverá ser requerida pela concessionária com a antecedência, no mínimo, de vinte e quatro meses do término da concessão [...].

Ou seja, eu posso pedir prorrogação, Marta, com cinco anos de antecedência, com nove anos de antecedência, com dez anos de antecedência, e isso por decreto. E mais: o seu art. 2º coloca a Aneel para receber o requerimento da prorrogação do prazo e encaminhar, pela Aneel, ao Ministério de Minas e Energia, e estabelece critérios que, a meu juízo, precisavam ser discutidos pelo Congresso Nacional, e não por decreto da Presidência da República.

O segundo decreto sobre o qual eu peço uma análise da Consultoria é o Decreto nº 9.188, também de 1º de novembro de 2017, Sr. Presidente. "Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais."

No art. 1º: "Fica estabelecido, com base na dispensa de licitação prevista no art. 29, *caput*, inciso XVIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no âmbito da administração pública federal, o regime especial de desinvestimento de ativos das sociedades de economia mista, com a finalidade de disciplinar a alienação de ativos pertencentes àquelas entidades, nos termos deste Decreto." Ou seja, dispensa de licitação, para alienação de bem público. Por decreto.

No §1º do art. 1º: "As disposições previstas neste Decreto aplicam-se às sociedades subsidiárias e controladas de sociedades de economia mista."

Terceiro decreto: Decreto 9.192, de 6 de novembro de 2017. "Regulamenta a Lei 12.783 [de novo, aquela derivada da 579], de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre a licitação de concessões de distribuição e de transmissão associadas à transferência de controle de pessoa jurídica prestadora de serviço público de energia elétrica, e dá outras providências."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, no art. 10 deste decreto, diz-se o seguinte: "A União poderá promover licitação de concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço sob controle direto ou indireto da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município, observado [...]", etc.

Bem, eu peço que se analise, pela Consultoria, esses três decretos, porque envolvem, segundo matéria do *Valor Econômico*, planejamento que cria regra para desinvestimentos da Petrobras e Eletrobras. E aqui está sendo dito que esses três decretos visam a estabelecer regras para o desinvestimento – lembro que sem licitação – de questões como: Nova Transportadora do Nordeste (NTN), subsidiária da Petrobras, que deve ser incorporada pelo grupo ainda neste mês; a BR Distribuidora, que tem IPO, previsto para dezembro; além da Citepe e da Petroquímica de Suape, que estão em processo.

No caso da Eletrobras, além das distribuidoras das Regiões Norte e Nordeste, estão em análise as operações de 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do grupo. Outros 47 ativos de geração e transmissão devem ser alvo de rearranjo financeiro.

Portanto, nós estamos falando de ativos que são do patrimônio da União, que são patrimônios públicos e que são atingidos por três decretos presidenciais que não passam pela análise e pelo crivo do Congresso. Eu peço, portanto, à Comissão de Infraestrutura – porque é matéria afeita a esta Comissão –, que, no prazo mais urgente possível, possa se manifestar, para que esta Comissão possa deliberar, no seu plenário, sobre uma posição em relação a esses temas.

Agora eu entendo, Sr. Presidente, o porquê da reunião no dia de ontem, em que o Governo deixa de tomar a decisão de encaminhar uma medida provisória que trate sobre o tema e transforma isso em projeto de lei. Portanto, é preciso ver, com absoluta transparência, o que estabelecem esses três decretos, porque envolvem, efetivamente, boa parte do patrimônio público nacional em duas áreas estratégicas: petróleo, da Petrobras, e energia, no que diz respeito ao Sistema Eletrobras e suas distribuidoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo Braga.

E eu peço à Consultoria que faça essa análise até amanhã à tarde, porque é um tema da maior importância e amanhã à tarde nós teremos uma reunião desta Comissão, para uma nova votação das emendas. Às 10 da manhã. Então, eu peço à Consultoria que faça essa análise. É um tema da maior importância e é um tema da nossa Comissão de Infraestrutura. Então, não é nem o mais rápido possível. É até amanhã, às 11h da manhã. Às 10h da manhã nós iniciaremos a nossa reunião, para debater, discutir as nossas emendas ao Orçamento da União de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós gostaríamos, se possível, da compreensão dos nossos consultores, que sempre atuaram e atuam de uma maneira muito eficiente, não só na nossa Comissão, mas, enfim, no Senado Federal, em todas as comissões, a fim de que providenciem uma análise, para que nós possamos saber exatamente qual é o tamanho desses decretos, qual é a influência desses decretos para a população brasileira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu só queria reforçar, como engenheiro eletricista e servidor concursado do MPOG e trabalhador do Ministério de Minas e Energia, a necessidade e a urgência dessa questão e cumprimentar o Senador Braga. Já conversei, inclusive, com o Senador Eunício, pois nós estamos coletando e vamos começar a coletar assinatura pela CPI do setor elétrico. Estou aguardando uns estudos para ver.

Eu acho que essa Consultoria é muito importante para nós, inclusive, e está claro que os mesmos que fizeram os malefícios na Medida Provisória 579, que hoje estão na Assessoria do Ministério de Minas e Energia, lamentavelmente... Inclusive, há um servidor, que estava na frente da questão da 579 e que cuidou de fazer todo o malefício que o Ministro corrigiu, em grande parte, com relação ao realismo tarifário, que está por trás dessa entrega do patrimônio público brasileiro, principalmente do setor elétrico, e nós precisamos apurar esse tipo de atitude. É inadmissível esse tipo de atitude com o povo brasileiro.

Obrigado, Excelência.

Cumprimento o Dirceu. O Dirceu esteve lá conosco... Parabéns, Dirceu. Espero que você, cidadão, também, assim como o nosso cidadão Emmanoel, contribua muito lá na MP. Lamento não ter podido vir a tempo de votar em V. Exª, mas foi boa essa demora, porque nós pudemos contar com o voto do nosso nobre Vicentinho, que é um voto qualificado e um voto importante para V. Sª, caro Emmanoel. Parabéns.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Hélio José.

Declaro encerrado o processo de votação.

Procederemos ao anúncio dos resultados. Vamos aguardar o fechamento do painel, para que nós possamos, portanto, apurar o resultado da votação dos dois sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, enquanto isso, agradeço a presença do nosso nobre Ministro Emmanoel Pereira, pai do nosso sabatinado, como também da Drª Maria Cristina Campelo de Souza e da esposa do Dr. Dirceu, a Srª Fernanda Studart, que também comparece a esta sabatina.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós tivemos 19 votos; ambos, votos SIM. E 18...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Dezenove votos para o Dirceu... Não... Dezenove e dezenove... Dezenove SIM...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E 18 votos SIM para o Emmanoel e um voto NÃO.

Portanto, ficam aprovados os dois sabatinados.

Eu consulto e peço para que a gente possa levar em regime de urgência para o plenário – votação em regime de urgência –, para que possam ser aprovados no Senado ainda hoje, com o apoiamento do Senador Eduardo Braga.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento o Dr. Emmanoel. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aprovada a indicação do Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao qual desejo sucesso no seu trabalho – e tenho certeza de que assim será.

Aprovada a indicação do Dr. Dirceu Cardoso Amorelli para exercer o cargo de Diretor da ANP.

Os dois, encaminharemos para a votação ainda hoje, no Senado Federal, se assim o nosso Presidente entender.

Nós não terminamos ainda a nossa reunião: nós temos ainda alguns requerimentos a serem votados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 57. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater questões relativas ao risco hidrológico para os próximos exercícios e o impacto no setor elétrico. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Representante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57, DE 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater questões relativas ao risco hidrológico para os próximos exercícios e o impacto no setor elétrico.

Autoria: Senador Eduardo Braga

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco as obras de duplicação do trecho de Rondonópolis a Cuiabá administrado pelo DNIT como também pelo trecho administrado pela Concessionária Rota do Oeste.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, com base no disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Ex^{mo} Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, para discutir a segurança aeroviária brasileira, em particular, na Amazônia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores. E convoco nossa próxima reunião a realizar-se na sexta-feira, dia 10 de novembro, às 14h, no plenário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não. Acho que temos outra, não é?

Sexta-feira é o nosso painel de debate que será às 14h. E, para amanhã, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se na manhã dessa quarta-feira, dia 8 de novembro, às 10h, no plenário 19, para adequação das emendas da Comissão para a LOA de 2018. E dia 10, o debate com relação à concessão da BR-364, no trecho de Comodoro a Porto Velho; assim como o reasfaltamento da BR-319 e também as duplicações no trecho urbano nas cidades de Ji-Paraná, Vilhena; e a iluminação de Ariquemes na BR-364.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Hélio José, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Telmário Mota, Cidinho Santos, Dário Berger e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Adequação das Emendas da Comissão à LOA 2018**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca da adequação das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PLN nº 20/2017, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: **1. Emendas de apropriação de despesa**: 1.1. Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal – Nacional; UO: 39902; Valor do acréscimo: 400.000.000. 1.2. Ação Atípica - Manutenção de Trecho Rodoviário - Nacional; UO: 99901; Valor do acréscimo: 500.000.000. 1.3. Construção de Trecho Rodoviário - Humaitá - Entr BR-317 (Lábrea) - na BR-230 - No Estado do Amazonas; UO: 39252; Valor do acréscimo: 150.000.000. 1.4. Construção da Ferrovia Transcontinental - EF-354 - Construção de Trecho Ferroviário - Sapezal/MT - Porto Velho/RO – Nacional; UO: 39207; Valor do acréscimo: 400.000.000. **2. Emenda de remanejamento de despesa**: 2.1. Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário – Nacional; UO: 39250; Valor do acréscimo: 20.000.000. Faz uso da palavra o Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/08

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, com as bençãos de Deus, obviamente.

ITEM 1
(Não terminativo)

Deliberação sobre a adequação das emendas apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2017, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018".

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir seu relatório.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o voto já é de conhecimento – está publicado –, eu vou direto ao voto.

Não obstante contar com elementos menos do que suficientes para avaliar as propostas de emendas naquela 31ª Reunião Extraordinária, tendo em vista que a proposta orçamentária padecia de investimentos a contemplar os próprios públicos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura logrou promover profícuo debate, esteado em parâmetros e critérios de caráter específico que tornamos a referendar. Com efeito, a única proposta apresentada para apreciação nesta 35ª Reunião não é colidente com as apresentadas e oportunamente apreciadas, porquanto constitui-se em emenda de remanejamento, diferentemente das consagradas no relatório anterior, todas de apropriação.

Em face da prerrogativa estatuída no art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que faculta às comissões permanentes a apresentação de quatro emendas de remanejamento, houvemos por acolhê-la no mérito. No tocante aos pressupostos de admissibilidade, ressalte-se que a proposta atende ao caráter institucional (afinidade temática), representa interesse nacional (expresso no seu localizador), e propõe acréscimos e cancelamentos no âmbito do mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão orçamentário e mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade de fontes de recursos, conforme, pois, com o regramento ao art. 45 do aludido certificado normativo.

Assim, aditamos a proposta à relação original, resultando na seguinte instrução para apreciação pelos nobres pares:

1. Sugestão da Emenda nº 9, para Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, de autoria do Senador Wellington Fagundes, no valor de R$400 milhões, abarcando também o objeto das sugestões das Emendas de nºs 33, 35 e 72, apresentadas, respectivamente, pelos Senadores Fernando Bezerra, Gladson Cameli e Elmano Férrer;

2. Sugestão da Emenda nº 34, para Manutenção de Trechos Rodoviários - Nacional, de autoria do Senador Fernando Bezerra, no valor de R$500 milhões, que também contempla o objeto das sugestões de Emendas de nºs 27, 38, 50, 61 e 94, respectivamente, dos Senadores Acir Gurgacz, Gladson Cameli, Eduardo Braga, Wilder Morais e Valdir Raupp;

3. Sugestão da Emenda nº 51, para Construção do Trecho Rodoviário - Humaitá – Entroncamento BR-317/Lábrea – na BR-230/AM, de autoria do Senador Eduardo Braga, no valor de R$150 milhões, com o ajuste redacional proposto para mais bem alinhar o título do projeto com a intervenção extraída da justificação da proposição;

4. Sugestão da Emenda nº 96, para Construção da Ferrovia Transcontinental (EF-354) – Construção de Trecho Ferroviário – Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Nacional, do Senador Valdir Raupp, no valor de R$400 milhões, que engloba a sugestão da Emenda de nº 22, do Senador Acir Gurgacz, entretanto, retificando o localizador para "Nacional", tendo em vista que a iniciativa perpassa duas macrorregiões; e

5. Sugestão da Emenda nº 103, para remanejamento de R$20 milhões em favor da Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Consideramos, assim, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura já se debruçou sobre o universo de propostas de emendas de apropriação na 31ª Reunião e repisamos o posicionamento lavrado no parecer de 17 de outubro de 2017, no tocante às propostas de Emendas de nºs 1 a 102. Ademais, amparado no mérito e nos pressupostos regimentais de admissibilidade que recomendam o acolhimento da nova proposta, de emenda de remanejamento, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) Pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, da sugestão de Emenda de Remanejamento nº 53;

II) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 1, 3, 5, 6, 8, 12, 13, 15, 24, 25, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 45, 47, 52, 56, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 89, 90, 92, 93, 97, 98, 99, 100 e 102; III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 9, 34, 51, 96 e 103; e

IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 2017.

Esse é o nosso relatório, nobre Senador Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a escolha da minha relatoria para que a gente pudesse fazer esse relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu é que agradeço a S. Exª o Senador Acir Gurgacz. Cumprimento-o pela eficiência e pela presteza do seu relatório, porque estamos, em menos de 24 horas, readaptando uma questão levantada pelo Comitê de Admissibilidade da Comissão Mista de Orçamento.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Nós havíamos solicitado... Antes disso, eu queria colocar...

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião bem como da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrarmos, Senador Acir e demais Senadores, acabo de receber aqui a primeira nota informativa com relação aos decretos editados relativos à questão do desinvestimento de empresas públicas, entre elas a Petrobras, a Eletrobras, etc.

O primeiro decreto... Aqui passo a citar o Decreto 9.192, de 2017, que dispõe sobre a licitação de concessões de distribuição e de transmissão associadas à transferência de controle de pessoa jurídica prestadora de serviço público de energia elétrica... No que concerne ao Decreto 9.188, de 2017, sobre a venda de ativos das sociedades de economia mista, será o objeto da nota informativa em separado, dado não tratar somente do setor elétrico, como nos casos supracitados, ou seja, os Decretos 9.187, 9.188 e 9.192. Portanto, o Decreto 9.192 dispõe sobre licitação de concessões de distribuição e transmissão associadas de transferência de controle de pessoas jurídicas prestadoras de serviço público de energia elétrica. No entanto, o Decreto 9.188, de 2017, trata sobre venda de ativos de sociedades de economia mista federais e será objeto de uma nota informativa em separado, que está sendo neste momento concluída e reavaliada, pelo nível de complexidade que se apresenta neste Decreto 9.188.

Vale revelar que o exíguo prazo para elaboração não permite aprofundar adequadamente a análise a que se destina, mas permite desde já trazer à luz assuntos de interesse da Comissão de Infraestrutura.

Do Decreto 9.187, de 1º de novembro de 2017.

O referido decreto visa regular o art. 5º da Lei 12.873, de 11 de janeiro de 2013, que é a lei de conversão da Medida Provisória 579.

Em relação ao texto da medida provisória, o projeto de lei de conversão resultante da votação de ambas as Casas Legislativas não trouxe alteração de mérito, mas apenas adequação à técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativa. Trata-se basicamente de autorização para prorrogação de usinas termelétricas pelo prazo de até 25 anos, podendo ser contratadas sob modalidade de energia de reserva, *in verbis*:

> Art. 5º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 20 (vinte) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema.
> § 1º A prorrogação de que trata o *caput* deverá ser requerida pela concessionária com antecedência [...] de 24 (vinte e quatro) meses do termo final do respectivo contrato de concessão ou ato de outorga.
> § 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, a concessionária deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 90 (noventa) dias contado da convocação.
> § 3º O descumprimento do prazo de que trata o §2º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo [a critério do poder concedente].

Majoritariamente, as UTEs são regidas por autorização, que vige por prazo indeterminado, e podem participar de leilões específicos para a venda de energia. Todavia, existem seis contratos de concessão desse tipo que não são representativos em termos de capacidade instalada quando comparados ao parque gerador termelétrico disponível. São eles:

1. Contrato de Concessão de Geração nº 01/2008. Baixada Santista Energia (UTE Piratininga).

2. Contrato de Concessão de Geração nº 67/2000. CGTEE (UTEs Presidente Médici, Nutepa e São Jerônimo).

3. Contrato de Concessão de Geração nº 65/1999. CEB Geração (UTE Brasília).

4. Contrato de Concessão de Geração nº 45/1999. Copel (UTE Figueira).

5. Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998. Celpa (UTEs Anajás, Aveiro, Bagre, Banach, Barreira do Campo, Chaves, Cumaru do Norte, Jacareacanga, Melgaço, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras).

6. Contrato de Concessão de Geração nº 15/1997. CPFL (UTE Carioba).

A regulamentação efetuada pelo decreto em epígrafe se aplica tanto para prorrogação quanto para extinção das concessões de geração termelétrica.

A despeito de constar que são aplicados fatores de continuidade, de eficiência e de custo na análise da prorrogação, a autorização legal de que trata o art. 5º deixa espaço para a discricionariedade de sua aplicação pelo Poder Executivo, não protegendo adequadamente os consumidores caso haja cooptação do ente regulador pelas concessionárias.

Além disso, há prazos de manifestação e de operacionalização que são distintos entre decretos e contratos vigentes, o que pode, a depender do caso, causar a judicialização do processo de prorrogação.

É importante revelar que tais unidades de geração termelétrica, para que possam ser prorrogadas e contratadas diretamente na modalidade de energia de reserva, devem ter custo compatível com os atuais contratos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 4º A critério do poder concedente, as concessões prorrogadas nos termos deste Decreto poderão ser diretamente contratadas como energia de reserva, considerados:
> I – a análise de custo da contratação da usina como energia de reserva, realizada a partir dos parâmetros técnicos da usina, do Custo Variável Unitário – CVU e da metodologia de cálculo do Índice de Custo Benefício – ICB a ser desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
> II – o cálculo da tarifa realizado pela Aneel, considerados os custos de operação e manutenção, a remuneração da concessionária, o pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição, os encargos, os tributos e, quando aplicável, a remuneração dos investimentos não depreciados ou amortizados; e
> III – a necessidade de contratação da central geradora para assegurar a segurança de fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme deliberação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, observados os estudos da EPE.
> Parágrafo único. O poder concedente definirá as tarifas relativas à contratação de que trata o *caput* a partir dos cálculos realizados pela Aneel e estabelecerá as condições econômico-financeiras para contratação.

Dessa forma, caso não se adequem a critérios de custo e de eficiência, tais usinas não poderão utilizar-se do mecanismo de energia de reserva – e aqui está o ponto. Como os nobres Senadores podem perceber, essas usinas são usinas antigas, muitas delas de 1998, como as da Celpa; outras são de 1999, como as da CEB e da Copel; outras, de 2000, como a da CGTE; uma de 2008, da Baixada Santista; e outra de 1997, da CPFL. Essas usinas foram contratadas no final do governo Fernando Henrique, quando nós estávamos naquele regime de apagão no Brasil, e de racionamento de energia. Essas usinas, via de regra, têm um CVU muito alto. Portanto, esse decreto deveria estar tratando exatamente da descontratação dessas usinas e da contratação de novas usinas que pudessem ser modernas, pudessem trazer custo de energia mais compatível com a realidade nacional e mais limpas do ponto de vista ambiental.

Quanto à constitucionalidade da prorrogação dessas outorgas, há controvérsia inclusive sobre o tema, ou seja, tanto sob os aspectos técnico, econômico e ambiental há questionamentos sobre a prorrogação, quanto do ponto de vista da constitucionalidade há controvérsia.

Há diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça em que se aponta a impossibilidade da prorrogação de contratos de permissão ou concessão de serviços públicos sem licitação, em razão da violação da regra prevista no art. 175, *caput*, da Constituição Federal. Como exemplo:

> Ademais, o STJ possui firme entendimento de que as prorrogações dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos sob a vigência das Lei 8.666/1993 e 8.987/1995 devem ser precedidas de licitação.
> A prorrogação do contrato de permissão por longo prazo, fundamentada na necessidade de se organizar o procedimento licitatório, não pode ser acolhida para justificar a prorrogação efetuada, visto que tratam de suposto direito econômico das empresas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> não podem se sobrepor ao preceito constitucional que obriga a licitar e visa garantir e resguardar o interesse público da contratação [...].

A primeira decisão é do Ministro Herman Benjamin e a segunda do Ministro Mauro Campbell.

Entretanto, há bons argumentos para se questionar essa posição.

O próprio inciso I do parágrafo único do art. 175 da Constituição Federal aponta para a possibilidade de a lei disciplinar as condições em que haverá a prorrogação dos contratos de concessão e permissão. Saliente-se que a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em seu art. 23, inciso XII, estabelece como cláusula essencial do contrato de concessão ou permissão a que estabelece as condições para sua prorrogação. No caso do Decreto nº 9.187, de 2017, há previsão expressa no art. 5º da Lei nº 12.783, de 2013, sobre a possibilidade de prorrogação das concessões condicionadas à continuidade, segurança e eficiência do serviço. Além disso, tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público de um lado, e, de outro lado, o direito do contratado ao equilíbrio econômico-financeiro, em alguns casos, a forma mais adequada e eficiente de solucionar problemas de execução contratual é pela efetiva prorrogação. Isso permite a amortização de investimentos e manutenção da modicidade tarifária do respectivo serviço público. Nesse sentido, o STJ também já se manifestou: "Apesar da orientação do STJ, reputa-se que a prorrogação pode ser praticada com fundamento nos princípios da intangibilidade da equação econômico-financeira da outorga e da modicidade tarifária. Se a prorrogação não for admitida, então caberá assegurar ou a indenização ao particular mediante o pagamento em espécie ou a elevação das tarifas."

Aqui cabe um comentário: ora, se o contrato está sendo prorrogado, está sendo contratado porque ele é findo, terminou o contrato. Ora, não há o que indenizar quando um contrato é findo. O que se está estabelecendo aqui neste decreto é a possibilidade do direito de haver um contrato prorrogado por mais 25 anos, com as condições nem sempre de melhor valor para a economia brasileira e para a modicidade tarifária.

Do Decreto 9.192, de 6 de novembro de 2017.

O referido decreto visa regulamentar modificações introduzidas novamente pela Lei 12.873, que é a MP 579, e pela Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, resultante da conversão da MPV 735, de 22 de junho de 2016.

Entre os itens polêmicos, está a previsão de a União poder licitar o controle acionário de pessoa jurídica prestadora de serviço, sob seu controle direto ou indireto, associado à outorga de contrato de concessão ao novo controlador por 30 anos.

Esse mecanismo foi proposto medida provisória pelo Congresso Nacional sob o intuito de permitir à União a venda das concessionárias de distribuição de energia elétrica sob controle da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), mas de forma a permitir ao adquirente a concessão de distribuição na área de atuação da concessionária. Além disso, foi aberta a possibilidade de concessionária sob controle de Estado ser licitada na mesma modalidade.

Em geral, são concessionárias com dificuldades de manter o serviço de distribuição e a venda apenas da pessoa jurídica inviabilizaria a manutenção da concessão. Em geral, são concessionárias com dificuldades de manter o serviço de distribuição, e a venda apenas da pessoa jurídica inviabilizaria a manutenção da concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto sensível é a falta de clareza sobre se as licitações em questão deverão ser realizadas sob a tutela do Programa Nacional de Desestatização (PND), nos termos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997. Embora o decreto não mencione expressamente a Lei do PND, trata-se da alienação de empresas estatais que, no caso do plano federal, em princípio, são regidas por essa lei. Assim como no PND, não há previsão de participação do Congresso Nacional nesse processo administrativo.

Além disso, a lei permitiu à Agência Nacional de Energia Elétrica flexibilizar a prestação de serviço nos cinco primeiros anos, de forma que o novo concessionário tenha tempo para promover as alterações necessárias para a adequada prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Trata-se, em sentido amplo, de tornar competitiva a venda dos ativos de distribuição da Eletrobras.

Aqui fica novamente um ponto, Senador Acir, que precisa ser esclarecido, porque nós estamos tratando das companhias de energia elétrica do Estado de Rondônia, do Estado do Acre, do Estado do Amazonas, do Estado do Piauí, do Estado de Alagoas e da companhia de energia elétrica de Boa Vista, porque Roraima, em que pese seja o menor Estado da Federação, possui duas empresas de energia elétrica: a de Boa Vista, que trata da capital e é termelétrica – e também tem a ligação com Guri, mas Guri hoje praticamente não tem energia para nos fornecer; e a CER (Companhia de Energia do Estado de Roraima). Portanto, existem situações aqui a serem resolvidas, que deveriam estar no PND e que deveriam, antes da sua privatização, ter essas questões equacionadas, bem como no caso do Amazonas, que tem questões do interior do Estado do Amazonas, a questão dos produtores independentes de energia, que gerariam energia e venderiam energia para a distribuidora, nos pontos de barramento no interior do Estado do Amazonas, a fim de que a empresa privada pudesse ter viabilidade.

Ao dar-se esse prazo de cinco anos, qual será a realidade dos mercados? Nós teremos segurança energética nessas áreas? Nós teremos modicidade tarifária? De que forma serão tratadas essas matérias?

Trata-se, em sentido amplo, de tornar competitiva a venda dos ativos de distribuição da Eletrobras.

Do ponto de vista da constitucionalidade, o Decreto nº 9.192, de 2017, estabelece regras sobre o procedimento de licitação a ser seguido no caso de alienação do controle de concessionárias de serviço de transmissão e distribuição de energia elétrica. Trata-se de possibilidade fundada na Lei 12.783, de 2013, que permite a alienação da empresa estatal responsável pelo serviço público juntamente com o direito de explorar a concessão respectiva.

Ao se examinarem os dispositivos do Decreto 9.192, de 2017, verifica-se que apenas determinam procedimentos administrativos para licitação da alienação desses ativos, utilizando critérios de julgamento e exigências já previstas na legislação ordinária. Desse modo, não inovam o regime jurídico legal previsto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, afastando-se, preliminarmente, argumentos por sua inconstitucionalidade.

Considerações finais.

Dentro da discricionariedade que a legislação delegou ao Poder Executivo, em análise concisa, não se vislumbra lacuna técnica para aplicação da finalidade que o legislador propôs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A incorporação de critérios de custo e de eficiência na prorrogação dos contratos de concessão de usinas termelétricas, sob forma de contratos de energia de reserva, incentiva a manutenção apenas da geração térmica com preço competitivo, o que seria de bom significado para a modicidade tarifária, para o consumidor, para os efeitos, inclusive, da nossa economia, fazendo com que o custo médio fosse mais compatível com a realidade de mercado. Contudo, o tema permanece controverso, na medida em que permite a prorrogação sem licitação.

Sendo essas as informações a prestar em caráter de urgência, permanece esta Consultoria à disposição para eventuais esclarecimentos.

Bom, essa é a nota informativa que trata dos dois primeiros decretos.

Agora, esta aqui, que é a Nota Informativa nº 3.495, trata dos Decretos 9.187, 9.188 e 9.192. E eu creio que aqui nós teremos alguns pontos a serem analisados.

Trata-se de demanda formulada nos termos em epígrafe. Por suas especificidades, a presente nota tratará especificamente da avaliação do Decreto 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, enquanto que outra nota tratará dos dois outros decretos – outra nota é esta já lida por esta Presidência e já dado o conhecimento à Comissão e aos senhores brasileiros que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Senado.

O detalhamento da Solicitação de Trabalho às Consultorias esclarece que o trabalho deve incluir análise de constitucionalidade do Decreto, o alcance das propostas em relação ao setor e aos ativos que poderão ser incluídos no regime de desinvestimento e em quais situações o Congresso deve ser consultado.

Alcance do Decreto nº 9.188, de 2017.

O art. 1º do Decreto explicita que seu objetivo é estabelecer e regular o regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, para disciplinar a alienação de ativos pertencentes àquelas entidades. De acordo com o §4º do art. 1º, para os fins do Decreto, entende-se como ativos as unidades operacionais e os estabelecimentos integrantes do seu patrimônio, os direitos e as participações, diretas ou indiretas, em outras sociedades; e, como alienação, qualquer forma de transferência total ou parcial de ativos para terceiros.

O §2º do art. 1º do Ato afasta a possibilidade de aplicação do regime especial de desinvestimento às hipóteses em que a alienação de ativos esteja relacionada aos objetos sociais das sociedades de economia mista, às empresas de participação controladas pelas instituições financeiras públicas e aos bancos de investimentos. A alienação de ativos nessas hipóteses permanece possível, contudo, sem necessidade de licitação, nos termos do permissivo veiculado pelo art. 28, §3º, da Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 30 de junho de 2016).

De acordo com o §1º do art. 3º do Decreto, a adesão da sociedade de economia mista ao regime especial de desinvestimento de ativos será facultativa e dependerá de aprovação do Conselho de Administração ou do órgão diretivo máximo e de comunicação ao Ministério supervisor. A elaboração do programa de desinvestimentos, a teor do *caput* do art. 3º, compete à Diretoria-Executiva de cada entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo II do Decreto define as regras que regulam o procedimento competitivo de alienação, a ser composto das seguintes fases: preparação, consulta de interesse, apresentação de propostas preliminares, apresentação de propostas firmes, negociação e resultado e assinatura dos instrumentos jurídicos negociais. O critério de julgamento para seleção da melhor proposta, de acordo com o art. 16, será o de melhor retorno econômico, que será analisado com base no valor da proposta e em outros fatores, tais como responsabilidades e condições comerciais, contratuais, fiscais, trabalhistas, ambientais, entre outros que possam ser reputados relevantes para análise de melhor proposta, desde que devidamente justificado.

O Capítulo III trata da fiscalização dos procedimentos de alienação, pelos órgãos de controle externo e interno, quanto à economicidade e à eficácia da aplicação do disposto no Decreto, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial. O §1º do art. 39 assegura que os órgãos de controle terão acesso aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, incluídos aqueles classificados como sigilosos pelas sociedades de economia mista.

Aqui, inclusive, houve uma dúvida ontem no plenário com relação à classificação desses documentos sigilosos numa sociedade de economia mista. Acho a natureza da classificação de um documento como sigiloso estranha à transparência necessária a esse movimento de desinvestimento de ativos públicos.

Constitucionalidade.

O art. 173, §1º, III, da Constituição Federal, demanda que, observados os princípios da Administração Pública, sejam definidas em lei as normas de licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. O art. 22, XXVII, da Constituição atribui à União a competência para legislar sobre as normas gerais da matéria.

O diploma legal que materializou o mandamento do art. 173, §1º, da Constituição é a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 30 de junho de 2016), que conta com um capítulo dedicado às licitações.

O art. 28 dessa lei estabelece como regra geral que as alienações sejam precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa fixadas no art. 29, bem como a comercialização de produtos relacionados com seus objetos sociais (art. 28, §3º, I) e as oportunidades de negócio em que se justifique a inviabilidade de procedimento competitivo:

> Art. 28.....
> .....
> §3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:
> I – comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no *caput*, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> II – nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.
> §4º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II do §3º a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

O Decreto busca sua fundamentação legal, consoante o que dispõe o seu art. 1º, na dispensa de licitação estabelecida pelo art. 29, XVIII, da Lei de Responsabilidade das Estatais, que tem o seguinte conteúdo:

> Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:
> .....
> XVIII – na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.
> .....

O já citado art. 1º, §4º, I, do decreto, por sua vez, define como ativos sujeitos a alienação, nos termos do regime especial de desinvestimento, *as unidades operacionais e os estabelecimentos integrantes do seu patrimônio, os direitos e as participações, diretas ou indiretas, em outras sociedades.*

Não se verifica, pois, à primeira vista, identidade perfeita entre a dispensa de licitação firmada na lei e os ativos sujeitos a alienação nos termos do decreto (*unidades operacionais e os estabelecimentos integrantes de seu patrimônio*).

Com respeito aos *direitos e participações em outras sociedades*, não parece existir controvérsia quanto à possibilidade de enquadramento na dispensa, visto que tais ativos são constituídos, usualmente, por ações ou títulos de crédito ou dívida. Para que os ativos correspondentes a unidades operacionais e estabelecimentos sejam enquadrados na dispensa de licitação, contudo, faz-se necessário exercício interpretativo que pode ser alvo de questionamento.

Caso prevaleça o entendimento de que a alienação de unidades operacionais e estabelecimentos não tem abrigo na dispensa estabelecida pelo art. 29, XVIII, da Lei de Responsabilidade das Estatais, o decreto seria maculado, nesse ponto, de injuridicidade e inconstitucionalidade, por exorbitar o poder regulamentar. O decreto estaria a criar, para estes casos, sem amparo legal, um procedimento competitivo de alienação diverso do processo licitatório regular, definido na norma aplicável à matéria por determinação constitucional.

Considerações Finais.

Foi noticiado que o Poder Executivo editou o decreto em exame em atendimento a exigências impostas pelo Acórdão nº 442, de 2017, do Tribunal de Contas da União (TCU), que avaliou o programa de desinvestimentos da Petrobras).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão em referência, com efeito, recomenda em seu item 9.5 que a Casa Civil da Presidência da República avalie a conveniência e oportunidade de propor, com a urgência que considerar adequada, norma específica que disponha sobre alienações e desinvestimento de sociedade de economia mista.

A injunção da Corte de Contas, contudo, faz referência à proposição de norma específica, sem abordar a questão relativa a qual seria o instrumento adequado para a sua veiculação, se lei ordinária ou decreto, até mesmo porque essa definição dependeria do escopo que se pretende conferir ao programa de alienação e desinvestimentos.

Feitas essas considerações, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos ou solicitações adicionais.

Bem, Srs. Senadores, Senador Acir, eu creio que essas duas notas informativas devem ser distribuídas a cada um dos membros desta Comissão, pela Secretaria da Mesa, para dar conhecimento a cada um dos Srs. Senadores sobre essa nota informativa.

Este debate, sem dúvida, seguirá no Congresso Nacional, tendo em vista, inclusive, que decretos legislativos já foram apresentados à Mesa, com o intuito de sustar o decreto que estabelece essa questão que, aqui mesmo no relatório, parece-nos dúbia e controversa. Esse Decreto-Lei 9.188 estende a ativos os desinvestimentos de ativos pertencentes, bem como a unidades operacionais e aos estabelecimentos integrantes de seu patrimônio. Esse entendimento diz respeito exclusivamente à questão acionária, à questão de ações ou de participações em sociedades de fim específico etc..

Mas há outro caráter nesse debate que é exatamente o de assegurar o direito de acesso ao serviço público ao cidadão brasileiro que vive nas regiões mais isoladas do País, seja no setor elétrico, seja no setor de energia em geral, em função da distribuição de combustíveis a preços com modicidade para a Nação brasileira.

Nós que somos da Amazônia sabemos quanto custa um derivado de petróleo em regiões longínquas da nossa região.

Portanto, esse é um debate que segue. A Comissão de Infraestrutura cumpre a sua etapa com relação a formular uma nota informativa sobre os decretos, dá ciência a seus membros, dá ciência à população brasileira, e o debate seguirá, tanto nesta Comissão quanto no plenário do Senado da República.

V. Exª quer fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Então, declaro encerrada esta reunião, convocando uma nova reunião para a próxima sexta-feira, às 14h, no Plenário 13.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – No dia 10 de novembro, sexta-feira, às 14h, no Plenário 13.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2017, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. A reunião é aberta e passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 52/2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz e do Senador Valdir Raupp. **Finalidade:** Ciclo de Palestras e Debates, com técnicos e autoridades da área de infraestrutura do transporte rodoviário para as seguintes pautas: 1ª parte – Concessão da BR-364, trecho Comodoro - Porto Velho; 2ª Parte – Implantação e pavimentação de rodovias federais planejadas no Estado de Rondônia. **Participantes:** Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Luiz Felipe Cardoso Carvalho, Diretor do Departamento de Outorgas de Transportes Terrestre e Aquaviário da Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Adailton Cardoso Dias, Diretor de Planejamento da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); Tatiana Thomé de Oliveira, Diretora de Programa da Secretaria de Coordenação de Projetos, da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Paulo Paim e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves, e justificou ausência o Senador Hélio José (RQS nº951/2017, de desempenho de Missão Oficial no exterior). Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 57/2017, de autoria do Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Debater acerca das questões relativas ao risco hidrológico para os próximos exercícios e impacto no setor elétrico. **Participantes:** Rui Altieri, Presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Diretor-Geral da Operadora Nacional dos Sistema Elétrico - ONS. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Sérgio de Castro, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Wilder Morais, Ivo Cassol, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Telmário Mota, José Medeiros e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com doze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61 de 2017** que: "Requer, nos termos do Artigo 90, Inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, entre os dias 15 e 18 de janeiro de 2018, com a finalidade de verificar as obras de manutenção e a trafegabilidade da BR-319, no trecho de Porto Velho (RO) a Manaus (AM)." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Hélio José, Pedro Chaves e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicado.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.160, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria de conformidade nas obras de construção da Usina Termelétrica Mauá 3, em Manaus.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretária da Comissão.

Reunião interativa.

Antes de iniciarmos a arguição, gostaria de informar que a população poderá participar da sabatina, enviando perguntas e comentários ao nosso indicado, Dr. Mauro de Moura Magalhães.

Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio portal e-Cidadania, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 07/11/2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em conformidade com o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Convido para que tome assento à mesa o Dr. Mauro de Moura Magalhães, indicado para exercer o cargo de Diretor de Administração de Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Bom dia, Dr. Mauro. Seja bem-vindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Antes de iniciarmos a sabatina, Dr. Mauro, apenas um esclarecimento e uma notícia para a população do Mato Grosso e de Rondônia.

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) lançou ontem a licitação para contratação da empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais e dos programas ambientais de mitigação dos impactos para o licenciamento das obras de duplicação e regularização da BR-364 no trecho entre Comodoro e Candeias do Jamari – não até Porto Velho, porque de Candeias a Porto Velho já está duplicado. Então, de Candeias até Comodoro, foi lançado esse edital ontem.

Segundo o edital, publicado ontem no *Diário Oficial da União*, a abertura das propostas está prevista para 18 de dezembro de 2017, em Brasília. A obra prevê a duplicação de mais de dois mil quilômetros de rodovias entre os dois Estados, não somente para a melhoria do trânsito e para a diminuição do número de acidentes fatais, mas também para o escoamento da soja produzida no Mato Grosso até Porto Velho.

Essa é mais uma etapa do processo de concessão e duplicação da BR-364. Esperamos que seja um indicativo de que as coisas estão caminhando mais rápido no sentido de que, enfim, Senador, possamos ter o edital para o leilão de concessão ainda no primeiro trimestre de 2018, como anunciou o Ministro dos Transportes na última audiência pública que tivemos aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, no dia 10 de novembro.

Com relação à BR-319, estou apresentando um requerimento para que possamos realizar uma diligência por esta Comissão entre os dias 14 a 17 de janeiro de 2018, com a finalidade de verificar as obras de manutenção e trafegabilidade da rodovia, com a participação do Ibama, do DNIT, do ICMBio. Nós queremos mostrar como é que fica essa rodovia na época da maior chuva na Amazônia. Nós deveremos sair de Brasília no dia 15 e, no dia 16, de Porto Velho e chegaremos a Manaus, dependendo das chuvas e de como está sendo feita a manutenção neste momento. As obras estão em pleno andamento. É uma obra difícil e muito importante. Agora, o greide precisa ser levantado em alguns pontos, porque, quando a chuva é intensa, como nesta época, o lençol freático sobe e acaba alagando a estrada em pontos localizados. Então, nesses pontos, nós precisamos fazer esse aumento do greide. Por isso, a importância de nós irmos, filmarmos e mostrarmos para o Brasil inteiro como é que fica a ligação entre Porto Velho e Manaus no momento forte da cheia na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com prazer, ouço o nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, no momento em que V. Exª traz uma notícia alvissareira para o seu Estado, o Estado de Rondônia, eu gostaria também, antes de ouvirmos o Dr. Mauro Magalhães, de trazer aqui uma notícia veiculada ontem pelo *Valor Econômico*, destacando o polo de fruticultura de Petrolina, de Juazeiro e de Casa Nova, mostrando que Petrolina foi a quinta cidade do Brasil que mais gerou emprego de carteira assinada; foram mais de cinco mil empregos. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, a cidade que mais gerou emprego foi São Paulo, com aproximadamente 15 mil empregos. E essas três cidades, que formam a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, geraram mais de 12 mil empregos, mostrando, portanto, a pujança da fruticultura em termos de geração de renda, em termos de geração de empregos e de riqueza.

Mas a notícia melhor ainda é que o Governo Federal incluiu no Avançar a conclusão da primeira etapa do projeto de irrigação do Pontal, um sonho antigo do Município de Petrolina. Foi incluída, portanto, a conclusão de sua primeira etapa, com investimentos superiores a R$100 milhões. Nessa quinta-feira, o Ministro da Integração, Helder Barbalho, acompanhado do Presidente da Codevasf, de diretores – eu estarei acompanhando o Ministro –, do Prefeito de Petrolina, do Ministro de Minas e Energia, todos estaremos em Petrolina para poder celebrar a inclusão do Projeto Pontal no Avançar. E, mais do que isso, já estamos com edital de licitação na rua para que se possa empenhar e liberar os recursos dos primeiros R$32 milhões, no sentido de até o final de 2018 nós podermos entregar a primeira etapa do Pontal, o que vai significar aproximadamente 3 mil hectares e, portanto, impulsionar ainda mais esse polo de fruticultura que tanta notícia boa tem trazido para a nossa Região e para o nosso Estado, em particular.

Agradeço a oportunidade de trazer também essa notícia muito positiva do polo de fruticultura no interior de Pernambuco – e no Submédio do São Francisco, porque também envolve Municípios da Bahia –, que de certa forma passa ao largo dessa amarga crise que o Brasil vem enfrentando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Bezerra.

Vamos então à sabatina do Dr. Mauro.

Antes, quero só registrar a presença do Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT – seja bem-vindo! – e de Charles Magno, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT também – seja bem-vindo à nossa sabatina!

É um prazer recebê-lo, Dr. Mauro, na nossa Comissão. Passo a palavra para V. Sª fazer as suas explanações.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Bom dia a todos.

Cumprimento aqui o Exmo Sr. Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Cumprimento o Exmo Sr. Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria motivo da presente audiência, a quem agradeço pelas observações sobre minha pessoa apresentadas a esta Comissão.

Cumprimento o Exmo Sr. Senador Armando Monteiro....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Fernando Bezerra.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Fernando Bezerra – desculpe-me, Senador.

Cumprimento e agradeço a presença do Dr. Erick, Diretor de Infraestrutura Aquaviária, e a do Dr. Charles, Diretor de Infraestrutura Ferroviária.

Agradeço a presença dos amigos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do DNIT.

Senhoras e senhores, tenho 56 anos, dos quais 34 como servidor público federal. Sou casado, dois filhos.

Inicialmente, gostaria de manifestar o nosso agradecimento à honrosa indicação que recebemos para participar desta sabatina com o intuito da condução à Diretoria de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Agradeço, assim, pela presente indicação, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Michel Temer, e também ao Ex^{mo} Sr. Ministro da pasta de transportes, portos e aviação civil, Dr. Maurício Quintela. Consideramos tal indicação honrosa, pela nossa humilde condição de servidor público de carreira do Ministério dos Transportes, admitido em fevereiro de 1983. Entendemos ser esta indicação mais que uma homenagem ou reconhecimento, sendo principalmente um estímulo para a nossa carreira de servidor público federal, dada a relevante importância de tal cargo público para o qual apresento, a seguir, minha eventual capacitação para este desafio.

Sou formado em Ciências Econômicas há 32 anos, com curso de pós-graduação em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília, desde 1999. Admitido por concurso público no Ministério dos Transportes em fevereiro de 1983, exercemos importantes funções como: Coordenador-Geral de Acompanhamento e Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento do Ministério dos Transportes; Subsecretário de Planejamento Substituto do Ministério dos Transportes; Chefe de Gabinete Substituto e Assessor da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes; Ouvidor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e atualmente Coordenador-Geral de Orçamentos e Finanças do DNIT.

Juntando ainda a essa experiência como executivo do serviço público, atuamos como membro em Conselho de Administração das Companhias Docas, do Pará; Docas, do Maranhão, e, atualmente, Docas, do Rio Grande do Norte. Laborando ainda em diversas comissões e grupos de trabalho, dos quais destaco: o gerenciamento e acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a implementação da Lei de Acesso à Informação; a elaboração e consolidação da proposta para o incentivo da navegação de cabotagem, e o fórum permanente para o transporte rodoviário de cargas.

Assim, somos conhecedores da importância de que se reveste o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT, órgão de fundamental utilidade pública para o desenvolvimento do Brasil, este País que tanto necessita da contínua implementação de políticas de infraestrutura de maneira sempre evolutiva, dando o devido suporte à logística tanto de transporte de passageiros como de cargas pelo imenso Território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desenvolvimento do País sempre estará dependente de um melhor desempenho na implantação e construção de estradas, ferrovias e hidrovias, bem como da integração entre as mesmas e as suas devidas ampliações de capacidade e manutenções constantes, sempre objetivando um maior e melhor escoamento das safras e o transporte confortável e seguro dos brasileiros que utilizam os diversos meios de transportes para se deslocarem por essas vias e pelo imenso Território deste País.

Este é o contexto maior, mas, como em toda ação empreendedora, principalmente, a pública, cuja responsabilidade é imperativa, visto que se administra o esforço de toda a população produtiva do País, cujos impostos que nos são cobrados revertem ao interesse geral de investimentos públicos, entendemos que a Diretoria de Administração e Finanças do DNIT é o suporte que o órgão utiliza para poder alicerçar suas ações com confiança, devendo primar pelos princípios de governança, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, obviamente, eficiência.

É na administração que está a organização e a ordem para o bom andamento dos trabalhos, sejam os rotineiros procedimentos internos administrativos junto às diretorias setoriais do DNIT, seja nas relações com as diversas superintendências regionais do DNIT, presentes em todo Território brasileiro. Para essas, a DAF é importante ferramenta para garantir que tudo possa funcionar de maneira adequada, seja na gestão de recursos humanos, nos equipamentos de logística operacional, na tecnologia da informação, na contabilidade, na gestão do patrimônio, dentre outras.

Acreditamos também que a valorização do servidor como peça-chave na execução de diversas tarefas ligadas ao DNIT deva ser atenção fundamental na gestão da Diretoria de Administração e Finanças, buscando, no que for possível e com o apoio da Direção-Geral do DNIT, os melhores recursos para o aprimoramento, desenvolvimento, no âmbito profissional e pessoal, desses colaboradores, promovendo-se o devido suporte ambiental, de recursos técnicos e também de caráter emocional para o melhor desempenho de suas atividades laborais.

E é na área financeira que essa confiança se estabelece com maior importância, visto que todos os compromissos assumidos pelo órgão no que diz respeito às obras e aos serviços contratados no mercado junto às empresas de engenharia de projetos e consultoria, dentre outras, ficam dependentes do sucesso nos procedimentos de gestão orçamentária, na emissão de empenhos, nas liquidações e nos respectivos pagamentos.

Também aqui confiamos plenamente na parceria que deve existir com esta Casa, com as Srªs e os Srs. Senadores, e também com os membros da Câmara Federal, representantes e defensores que são das necessidades de recursos para tornar melhor a solução de investimentos em todo o Brasil.

Nos últimos anos, servindo à União como servidor público, sempre nos preocupamos com o zelo pela coisa pública, valor republicano que temos pela formação técnica e moral, especialmente pelas diversas atribuições exercidas ao longo desse tempo, como já mencionado.

Acreditamos ser importante destacar também o acompanhamento por diversos anos da discussão e aprovação, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, do Plano Plurianual de Investimentos, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Atualmente no DNIT exercemos a coordenação de atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, finanças e contabilidade, bem como a supervisão do planejamento, acompanhamento, orientação e compatibilização das atividades de programação e execução financeira das unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestoras sob a responsabilidade do DNIT. Dessa forma, conhecemos plenamente as atribuições e obrigações regimentais do DNIT e da Diretoria de Administração e Finanças.

Assim, gostaríamos de reafirmar nosso respeito e compromisso com a Administração Pública, preservando os princípios fundamentais de governança pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conhecedores que somos da funcionalidade do DNIT e suas nuances de caráter operacional e social, além de sua subordinação às políticas implementadas pelo Ministério dos Transportes e relacionamentos constantes com outros órgãos e unidades da Administração Pública Federal, pelo que, mais uma vez, agradecemos a honrosa indicação e submetemos nossa experiência e máxima disponibilidade e dedicação para atuar como Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, se assim for o melhor entendimento de V. Exªs.

Finalmente, agradeço a Deus e à minha família, que são suporte de todas as minhas conquistas e eventuais sucessos nesta vida.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Mauro, pela sua explanação. Ficamos satisfeitos quando vem um indicado aqui, aparece um indicado para a gente votar, que é funcionário de carreira. V. Sª já está há 34 anos no Ministério dos Transportes. Já demonstrou capacidade, só pelo tempo que está trabalhando e, claro, com as qualificações pelo que, ao longo desse tempo, também fez, para que pudesse hoje estar aqui como indicado para o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT, principalmente pelo fato de estar já trabalhando há algum tempo com orçamento no Ministério dos Transportes, o orçamento que a gente vota anualmente aqui no Senado Federal.

Então, meus cumprimentos, parabéns.

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que é o Relator da matéria, eu peço para abrir o painel, para que a gente possa iniciar a votação, assim facilitando a vida dos nossos Senadores.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de relatar essa indicação do Dr. Mauro de Moura Magalhães. Ele, como já está no próprio currículo, tem uma experiência muito grande no órgão, exercendo várias funções dentro do DNIT, principalmente nessa Diretoria à qual ele tem a indicação. Ele já está lá exercendo, praticamente, o papel de Diretor, porque como coordenador e na vacância ele tem feito esse trabalho.

É importante registrar aqui também que eu tive a oportunidade de conversar com muitas pessoas da relação de trabalho com o Dr. Mauro, e todos foram bastante elogiosos, principalmente dada a sua simplicidade, mas além de tudo a capacidade de resolver os problemas, principalmente em um momento em que nós estamos com uma certa dificuldade orçamentária, em todos os Estados. O orçamento para o ano que vem também não é ainda um orçamento mais alvissareiro. Eu quero falar aqui também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem. O que nos traz uma preocupação são exatamente os recursos, principalmente de manutenção da nossa malha. Este ano, de um modo geral, melhorou muito, porque o Governo priorizou os recursos para a manutenção das estradas. Então, quando o cobertor é curto... É claro que é importante construir novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estradas, mas não podemos deixar abandonada a malha existente. A nossa malha é muito grande, e o nosso transporte é calcado no rodoviarismo.

O Brasil aumentou muito a sua produção, principalmente a produção agropecuária. E aí o meu Estado, Mato Grosso, tem a situação de ser um dos Estados que está aumentando muito a sua produção, o volume de produção, com um índice de produtividade muito grande, o que poderia melhorar muito o lucro do produtor, mas, embora nós tenhamos aquilo que é bom, terras férteis e vastas, estamos no centro do Brasil e no centro geodésico da América do Sul com a nossa capital, Cuiabá, muito distantes dos portos, o que acaba encarecendo muito a nossa logística, o transporte.

Em Mato Grosso, há uma deficiência também – como todo o Brasil, mas Mato Grosso em especial – na questão do armazenamento. Então, os produtos são armazenados a céu aberto. E chega o momento em que o produtor tem que mandar o produto para o porto, porque ele já está colhendo a safra e não tem um mecanismo ideal para que ele possa vender na hora em que ele tenha condições de ter o melhor preço.

Aí, Diretor – já o considero assim, pois tenho certeza de que, dada a sua experiência, será aprovado –, eu penso que seria importante que o Ministério dos Transportes, juntamente com o Ministério da Agricultura, trabalhasse, de forma mais forte ainda e mais planejada possível, a questão da operação Arranca Safra. No ano passado, houve na BR-163, na região do Pará, aquele congestionamento muito grande. Isso causou uma certa convulsão. E nós de Mato Grosso acabamos levando toda a crítica, porque o produto vem de Mato Grosso e tem que ser escoado. Agora, eu quero deixar claro que, se não fosse a possibilidade, Senador Acir, do porto do Arco Norte, a situação da parte do Sul e do Sudeste do Brasil, em termos de estrada, seria muito pior. Então, quando trabalhamos aqui as alternativas da 364, a concessão, a construção da conclusão da 163 no Pará, nós sempre colocamos aqui a nossa posição de que aqui nós estamos trabalhando em conjunto, porque a solução das estradas de Rondônia e de toda a logística de Rondônia é solução para Mato Grosso, da mesma forma que a solução do Pará é solução para Mato Grosso.

A nossa tendência ainda é aumentar muito a produção para os próximos anos, porque há muitas áreas já abertas em que estão sendo agregadas novas áreas de plantação – Mato Grosso, principalmente, com a produção consorciada da carne com o agricultor. Isso tem feito com que as áreas de pastagem degradadas estejam sendo incorporadas também à produção. Então, mais estradas, mais necessidade das ferrovias, e V. Exª tem lutado tanto pela ferrovia também, que é fundamental para que não causemos tantos acidentes.

Hoje, infelizmente – V. Exª é um *expert* da área –, o transporte no Brasil está muito concentrado no rodoviarismo, nós temos um volume de acidente extremamente grande. Há muito mais mortes nas nossas estradas e no nosso trânsito do que em muitas guerras no mundo, chegando a níveis entre 30 e 50 mil pessoas acidentadas, e grande parte dessas pessoas com acidentes extremamente graves.

Por isso, eu gostaria que, Dr. Mauro, V. Sª tivesse a Comissão como parceira e que sempre viesse nos apresentar os problemas para que nós, inclusive em conjunto, pudéssemos pressionar os outros ministérios, dada a importância que representa essa diretoria que V. Sª estará assumindo.

Há algumas perguntas aqui que foram feitas pela assessoria e vou fazer questão de lê-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Sª analisa o volume de recursos investidos no DNIT nos últimos anos? Aí, poderia até apresentar, dentro desse planejamento, o que V. Sª entende que está sendo mais difícil para administrar, onde poderia haver mais volume de recursos, enfim.

Que medidas V. Sª pretende adotar no âmbito da Diretoria de Administração e Finanças para adequar o órgão à realidade das maiores restrições financeiras, sem que isso prejudique os investimentos necessários? Aqui, inclusive, há um aspecto, Senador Acir: hoje, no DNIT, paga-se na fila, e foi o meio encontrado – parece-me – até mais justo, só que nós temos alguns problemas que estão acontecendo. De repente, um trecho de uma estrada está com um problema qualquer – desastres, outras situações, enfim –, e uma empresa que está lá construindo precisa fazer um investimento mais volumoso. Às vezes, a empresa não tem condições de esperar esse recurso, e nós não temos crédito fácil hoje. Aliás, o DNIT trabalhou, no ano passado, uma linha de crédito com o Banco do Brasil para que as empresas pudessem, dentro dos contratos, acessar crédito para tocar a obra, com o próprio contrato sendo o garantidor. Só que, quando vamos na realidade, a empresa que mais precisa é a que não tem crédito, então acaba ficando bastante enrolada.

Eu quero dizer aqui, especificamente no caso nosso da BR-163, que, no trecho de Rondonópolis até Posto Gil – cuja duplicação está sendo feita pelo DNIT, embora o trecho fosse concessionado da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop –, a responsabilidade da construção é do DNIT. E lá tivemos a Copa do Mundo. Com isso, a própria Justiça suspendeu obras durante o evento da Copa, em função da fibra ótica. A empresa principal, que era a titular de um trecho, acabou praticamente falindo, saindo. Então, a segunda empresa teve que assumir o trecho com muita dificuldade. E, nesse momento de muita dificuldade, não há outra forma que não seja essa da fila. Então, eu não sei como V. Exª pensa a possibilidade de criação de algumas excepcionalidades num caso desse, porque uma obra como aquela parar por falta de incapacidade do fluxo financeiro acaba prejudicando toda a estrada, porque passa a ter gargalos. Nesse caso, o trecho Rondonópolis-Cuiabá é o que mais tem acidentes frontais no Brasil. E acidente frontal, realmente, sempre representa perda de vidas.

Outra pergunta: a hidrovia Paraguai-Paraná corta metade da América do Sul, é importante vetor logístico para escoamento da safra agrícola no Estado do Mato Grosso, e seu início dá-se em Cáceres. O que o DNIT tem feito ou pretende fazer para contribuir com o equilíbrio da matriz de transporte de cargas no País, especialmente na hidrovia Paraguai-Paraná, que é tão importante para o Estado do Mato Grosso?

Ainda sobre o escoamento da safra agrícola na Região Centro-Oeste, especialmente no Estado de Mato Grosso, na visão de V. Sª, qual o papel do DNIT e que investimentos reais estão sendo adotados nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário para contribuir com o desenvolvimento da região?

No tocante ao aquaviário, principalmente, a gente tem visto que o sistema está praticamente sem recursos, e há muito tempo. Às vezes, há obras e com pouco recurso a gente poderia aproveitar seu potencial. Eu gostaria que V. Sª pudesse fazer algum comentário sobre essa distribuição dos recursos. É claro que eu sei que o ferroviário dificilmente será construído pelo próprio órgão, tem que ser concessão mesmo, mas o próprio órgão também ajudar para dar celeridade a essas obras.

Também ainda na visão de V. Sª, que rodovias no Estado do Mato Grosso devem ser concedidas e quais devem ficar sob a tutela do DNIT? Mas aqui V. Sª pode fazer algum comentário sobre outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estados, porque esta Comissão é do Brasil. Então, eu já questionei muito isto à diretoria do DNIT, inclusive na área de manutenção, a possibilidade de fazer um contrato guarda-chuva, ou seja, licitar um trecho que não seria específico. Poderia ser feito pelo Estado, mas não seria específico de uma rodovia. Que fosse possível licitar, digamos, 200km dessa rodovia em locais de emergência, em local em que foram feitas licitações, não se permitiu concluir aquela licitação por vários motivos e, às vezes, fica uma estrada um ano, dois anos sem manutenção. Então, esse contrato guarda-chuva poderia ir lá e resolver emergencialmente aquela situação. É claro que com um preço diferenciado, porque isso representa mobilização e desmobilização muitas vezes. Eu gostaria de ouvir de V. Sª se tem alguma opinião a respeito disso.

E ainda a possibilidade das concessões caipiras nesses trechos, que seriam as concessões de manutenção e melhoria gradativa. No caso do Mato Grosso, nós temos experiência nisso. A MT-130, que liga Rondonópolis a Primavera do Leste, era uma estrada que dava um prejuízo violento todos os anos. Foi feita a concessão. É uma concessão, digamos, sem a duplicação, uma concessão de melhoria – terceira faixa, sinalização, atendimento ao usuário. E a gente percebe que está dando muito certo. Então, por que também o Ministério não pode fazer nessas condições uma concessão que não tenha necessidade de investimentos vultosos, podendo com isso cobrar um valor de pedágio menor, mas termos uma estrada conservada? Porque o maior problema é uma estrada esburacada, que causa danos de todo tipo e, principalmente, acidentes.

Então, são essas as perguntas e considerações que eu gostaria de fazer. Mas ainda, finalmente, quero falar um pouquinho sobre o Orçamento de 2019, porque a gente está percebendo que o volume de recursos para 2018, principalmente para manutenção, é menor do que no ano passado. Daí a nossa preocupação. Ou seja, nós estamos com as nossas estradas rodoviárias federais relativamente bem mantidas, mas, se não houver recurso, nós vamos andar para trás. E aí eu penso que o prejuízo para o Brasil pode ser muito grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Wellington.

Passo a palavra ao Dr. Mauro de Moura para responder às indagações do Senador Wellington Fagundes.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Obrigado, Senador.

Primeiramente, vou falar sobre os recursos investidos pelo DNIT. Se o volume de recursos investidos no DNIT nos últimos anos... Eu aqui vou analisar os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos, o DNIT investiu mais de R$42 bilhões em serviços de rodovias, ferrovias e hidrovias. Isso dá uma média de mais de R$8 bilhões por ano. Somente no ano passado, 2016, o DNIT investiu R$9,7 bilhões. Em 2017, face às restrições orçamentárias que todo o Governo teve, o DNIT ainda conseguiu investir, até o presente momento, 7,1 bilhões, inclusive ultrapassando a meta que o Ministério dos Transportes colocou, e com a possibilidade de ainda investir mais 1,5 bilhão no mês de dezembro. Isso é pagamento de obras, obras realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Fecharia em 9 bilhões, próximo de 9 bilhões.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Próximo de R$9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Este ano.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Apesar de toda a restrição orçamentária deste ano – por causa da meta fiscal, nós tivemos uma drástica redução do nosso orçamento –, nós ainda vamos conseguir investir quase R$9 bilhões.

Vamos falar sobre as medidas adotadas pela DAF. Sempre a gente pode melhorar. Hoje a Diretoria de Administração e Finanças do DNIT tem plenas condições de executar as suas atribuições, Senador. Um exemplo que a gente pode citar aqui é o pagamento. Hoje, todos os pagamentos do DNIT estão em dia. O DNIT não tem dívidas. Tudo que entra no DNIT está sendo pago rigorosamente em dia. Aqui eu posso garantir ao senhor: qualquer melhoria que for para aumentar a eficiência do trabalho na DAF nós vamos fazer; qualquer melhoria. Nós estamos dispostos a assumir a DAF e fazer todo o esforço para melhorar as nossas atribuições.

Sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai, o que o DNIT tem feito para equilibrar a matriz de transportes? Nos últimos três anos, o DNIT investiu R$120 milhões na melhoria das hidrovias brasileiras. A gente ainda precisa de muito mais, de mais investimento para que possamos equilibrar essa matriz. São muito pouco ainda os R$122 milhões, e aqui eu faço um apelo às Srªs. e aos Srs. Senadores para que nos ajudem, colocando mais recursos no orçamento do DNIT para que a gente possa minimizar essa desigualdade entre o transporte hidroviário e o transporte rodoviário.

Nós precisamos, Srs. Senadores – colocando recursos no orçamento –, dessa parceria. Como o Senador Wellington disse, temos que trabalhar em conjunto. E aqui nós estamos à disposição no que for preciso para que a gente possa trabalhar em conjunto. Com o apoio dos Srs. Senadores, nós vamos investir ainda mais no modal hidroviário. Especificamente, Senador, sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai.

Hoje, o DNIT tem celebrado um termo de execução descentralizada com a Marinha para fazer o levantamento hidrográfico, a atualização cartográfica e a implantação da sinalização náutica no trecho de Corumbá até Cáceres. Está em andamento a dragagem nesse trecho Corumbá-Cáceres, está sendo dragado.

E mais uma informação: foi contratado também, Senador, um estudo ambiental com vistas à execução do serviço de dragagem para um período maior, porque hoje os contratos são de um ano e a cada ano se tem que fazer uma licitação para dragagem. O DNIT está fazendo um estudo para fazer um contrato de dragagem de cinco anos. Então, durante cinco anos, será feita a dragagem das hidrovias nos trechos contratados.

Sobre o escoamento da safra agrícola na Região Centro-Oeste, qual é o papel do DNIT nos investimentos reais adotados nos modais? Nos últimos três anos, foram investidos, só na Região Centro-Oeste, Senador, R$3,3 bilhões; desse total, dos R$3,3 bilhões, R$1,8 bilhão foi aplicado no Estado do Mato Grosso. Ainda é pouco recurso, Senador, tendo em vista que o Estado de Mato Grosso é um grande produtor de grãos e um grande exportador. Então, a gente precisa de mais investimentos. E mais investimentos em manutenção e na implantação de importantes rodovias de Mato Grosso, como a BR-158, BR-242, BR-080, BR-174. O Estado de Mato Grosso necessita de mais recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui eu destaco mais uma vez a importante parceria que nós devemos ter com esta Casa. Temos que alocar mais recursos no orçamento para que o DNIT possa evoluir, cuidar mais das rodovias, das ferrovias e das hidrovias. Então, nós necessitamos da parceria desta Casa.

Voltando à segunda pergunta, sobre o DNIT, que eu passei em branco, Senador, sobre a ordem cronológica, hoje a cronologia de pagamento do DNIT é a forma mais justa que nós temos de pagamento. Hoje a gente tem a garantia de que as empresas que executam primeiro vão receber primeiro. É uma garantia para o DNIT pela transparência. Hoje a cronologia de pagamento do DNIT é publicada no seu *site*. Nós temos total transparência no pagamento do DNIT. Isso é fato, está no portal.

Quanto à pergunta do Senador sobre as obras que são mais emergenciais na sua execução, no DNIT também existe uma diferenciação. O DNIT tem uma fila na cronologia especificamente para as obras emergenciais. Os pagamentos são feitos mensalmente às obras emergenciais que são executadas. Os processos que chegam à Diretoria de Administração e Finanças são pagos de uma forma diferente, porque se trata de uma obra emergencial. Hoje, você tem um prazo de seis meses para concluir o contrato de uma obra emergencial. Então, ela tem que ter prioridade. Nós temos prioridade para essas obras emergenciais. Elas não entram na cronologia normal de pagamento.

Quanto à quinta pergunta, Senador: quais as rodovias do Estado deveriam ser concedidas e quais deveriam ficar com o DNIT, na minha visão, as rodovias que são sustentáveis, como a BR-163 e a BR-364, devem ser privatizadas. As outras rodovias, que, como citei anteriormente, estão em implantação e manutenção, acho que, por enquanto, devem permanecer no DNIT.

Hoje o DNIT já tem um estudo sobre a concessão das manutenções. Acho que estão em andamento no DNIT, está sendo proposto. É o modelo que o senhor acabou de citar ali. São as rodovias que vão ser pedagiadas. Isso aí seria de uma utilidade muito grande para o DNIT, porque sobrariam mais recursos para investir nas grandes obras.

Não sei se atendi ao Senador. Gostaria de alguma informação?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro.

Peço ao Senador Pedro Chaves a gentileza de, se possível, atender o Senador Hélio José. Ele vai presidir uma outra Comissão e pede para fazer as perguntas agora. Se V. Exª permite, eu autorizo. Se não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero agradecer ao Senador Pedro Chaves e comunicar que, neste momento, já está, inclusive, aberto o COI, comitê de obras inacabadas, com indícios de irregularidades. Sou o Presidente. Deixei o Vicentinho Alves lá, rapidamente, presidindo para mim exatamente para fazer essa deferência especial ao nosso nobre Dr. Mauro, pessoa conhecida no Distrito Federal, formado pelo CEUB, pós-graduado também pelo CEUB. Quero cumprimentar a ele, ao Deputado Aelton Freitas, aos colegas Wellington e outros do PR que o indicaram para essa importante diretoria do DNIT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nobre Mauro, desejo muito sucesso a você. Conheço bem o Lucivaldo, o Alexandre, que são servidores de lá, e o Erick, que está aqui do lado. São pessoas que têm uma capacidade muito grande. Há também muitos servidores, analistas de infraestrutura, que colaboram no DNIT. Sei o quanto é importante essa função que você vai estar executando. Você esteve me visitando, junto com o Deputado Aelton Freitas, nós conversamos. Senti em você, realmente, um grande desejo e um grande compromisso de colaborar com a gestão do DNIT nessa função para a qual você é tão bem qualificado e tem currículo para desempenhar. Então, quero desejar-lhe muito sucesso.

Já fiz aqui o meu voto.

Vou fazer duas perguntas rápidas. Depois, pego as suas respostas, porque vou ter de retirar-me em seguida para continuar presidindo o COI na Comissão de Orçamento.

Nobre Dr. Mauro, diante do atual cenário da economia e da recente aprovação da PEC do teto dos gastos seria necessário reduzir os gastos com o custeio para permitir mais investimentos? Essa é uma pergunta que gostaria que o senhor pudesse nos responder.

De que maneira o senhor sugeriria, no caso, se houver necessidade dessa redução de gastos, que ela fosse feita sem prejudicar as obras fundamentais que são tocadas pelo DNIT?

Como preservar e/ou aumentar os investimentos necessários, diante do cenário de redução do orçamento dos órgãos federais?

Esse seria o primeiro leque de perguntas.

O segundo.

O Relatório de Gestão 2016, constante no *site* do DNIT, informa que a LOA (Lei Orçamentária Anual), da União, autorizou cerca de R$8.039 bilhões, sendo que apenas metade desse valor foi liquidado. Esse valor está muito aquém do necessário para a manutenção da infraestrutura existente, bem como para a realização dos investimentos de que tanto o País necessita, nessa área tão crítica que é a área do DNIT. Porém o DNIT não conseguiu executar nem mesmo esse orçamento, já considerado insuficiente. Diante disso, pergunto como seria possível melhorar os procedimentos licitatórios de maneira a aumentar a qualidade dos contratos e reduzir os prazos das licitações. Então, são coisas bem atinentes à área em que o senhor vai atuar.

Eu quero desejar ao senhor todo o sucesso do mundo e falar que o meu gabinete está à disposição para auxiliar no que for necessário. Sou membro da Comissão Mista de Orçamento, estou lá presidindo, exatamente... O DNIT está lá, o diretor do DNIT, participando com a gente do COI. Nós estamos discutindo umas obras que o DNIT está fazendo, nem lembro aqui quais são direito, estão escritas lá. Mas eu quero dizer para V. Sª: sucesso, que Deus o ajude na caminhada, com técnicos do tipo do Lucivaldo, do tipo do Alexandre, do tipo do nosso Erick e outros, nossos colegas lá, analistas de infraestrutura. Com certeza o senhor vai conseguir caminhar bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Passo a palavra agora ao Senador Pedro Chaves, para fazer as suas colocações, e, na sequência, ao Senador Telmário Mota.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso bom-dia. É com prazer que eu passo a fazer o questionamento ao Sr. Mauro de Moura Magalhães,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidato indicado a Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), um cargo extremamente importante, talvez dos mais importantes do próprio DNIT.

Uma vez que V. Sª é indicado ao cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT, área que lida diretamente com os recursos disponíveis da autarquia, pergunto: como V. Sª avalia o impacto das reduções nos recursos orçamentários destinados ao DNIT nos últimos anos, que passaram do patamar de R$17 bilhões, em 2010, para menos de R$8 bilhões, previsão orçamentária para 2018?

A segunda pergunta: ante a redução paulatina dos recursos destinados à autarquia, que estratégia de priorização de investimentos V. Sª acredita ser adequada para evitar que a infraestrutura existente se deteriore e para garantir minimamente que novos projetos sejam executados?

E finalmente: ainda no campo da destinação dos escassos recursos aos diversos programas e projetos do DNIT, em consulta ao projeto de lei orçamentária para 2018, verificamos que os recursos previstos para o transporte ferroviário e aquaviário são, respectivamente, da ordem de 1% e 3,5% daqueles destinados ao transporte rodoviário. Como V. Sª avalia a possibilidade de haver maior equilíbrio na matriz de transportes brasileira, tendo em vista essa baixa destinação de recursos aos módulos estruturantes de alta capacidade?

Era isso, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, primeiro, quero parabenizar, Senador Acir, V. Exª, que esteve neste final de semana no meu Estado, na convenção regional do PDT, Partido pelo qual tenho todo carinho, todo amor. Fico feliz por V. Exª ir àquela Casa, a essa convenção que consolida a liderança da Senadora Ângela Portela como Presidente Regional do meu Partido. Fico feliz em ter deixado um Partido estruturado na mão de uma Senadora que honra os votos dos roraimenses e dignifica sua presença neste Senado. Parabenizo V. Exª.

E quero aqui saudar o Dr. Mauro de Moura Magalhães por essa indicação tão nobre. V. Exª tenha a certeza de que vai ocupar um dos cargos mais importantes nesse segmento dentro do DNIT.

O DNIT, para mim, no meu Estado, virou uma caixa – agora vou fazer como o Senador Paulo Paim e as pessoas que têm atribuição de dizer: "virou aquela caixa preta", para significar aquela caixa que você não conhece – misteriosa. O DNIT do meu Estado tem muitas perguntas que eu gostaria de ver resolvidas ou respondidas.

No meu Estado nós temos seis rodovias. Eu ia falar em nível geral, regional, porque isso é importante no Brasil. Mas eu ouvi os outros Senadores que me antecederam, eles já questionaram isso, então, seria um pouco chover no molhado. Vou voltar para esta oportunidade ímpar, para essa indicação. Vou votar em V. Exª e quero esse compromisso com relação ao meu Estado.

No Estado de Roraima, hoje, nós temos seis rodovias federais. Nós temos a 174, que liga Manaus, passa por Roraima e vai até a Venezuela. Ela está totalmente asfaltada. Mas essa é a rodovia onde mais vi sumir dinheiro e nunca fica boa, não para nunca, é recapeamento sobre recapeamento, buraco sobre buraco. Termina um e já começa o outro. Eu gostaria de pedir a V. Exª que assuma isso com mais fiscalização, com mais responsabilidade. Tire a política de dentro disso. Com essas indicações políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós temos que parar um pouco, e deixar a coisa técnica acontecer de forma muito responsável. São as mesmas obras, as mesmas empresas que licitam, os mesmos atores, os mesmos corruptos, e essa BR do meu Estado nunca se concretiza. Ela tem suas várias deficiências. Se for somar o dinheiro colocado lá, dá para dar umas três voltas ao mundo e ainda sobra dinheiro.

Nós temos outra lá, a 401. É um asfalto que liga Roraima ao bom Estado da Guiana Inglesa e passa pelo Município de Bonfim. Nós temos um braço dela que vai ao Município de Normandia. São 70 quilômetros. Essa estrada recentemente passou por uma reforma feita pelo Exército. Aí tem a minha credibilidade. Ficou de boa qualidade. Agora eles a estão ampliando e dizendo que estão fazendo manutenção. Não é manutenção. Estão alargando, gastando uma fábula de dinheiro, quando poderiam estar equacionando esse braço que vai para o Município de Normandia, que é um Município que tem uma perspectiva de crescimento enorme, entretanto, está aí a vida inteira, desde a sua implantação, sem ser pavimentada com asfalto, só piçarra. Inclusive, esse recurso que está sendo gasto na ampliação da 401 poderia naturalmente ter sido para esse braço necessário.

E temos a 433, que vai, por exemplo, de Normandia, na BR–174, próximo a Pedra Pintada e interliga. Essa não tem asfalto. Não tem asfalto de nada. É outra coisa... Eles terminam de passar lá, colocam aquela gambiarra e, no outro dia, é buraqueira para todo lado e o povo sofrendo.

Nós temos a 431, que sai também de Santa Maria do Boiaçu, do sul do Estado. Também não é asfaltada. É outra que só serve para fazer gambiarra. A 432 sai de Boa Vista, Novo Paraíso – são quase 500km. Nessa eu pediria a V. Exª que fizesse uma fiscalização. Eu nunca vi uma estrada com tanto bueiro na minha vida; eu nunca vi isso – eu a percorri agora. Então, é um absurdo, é um absurdo o que estão fazendo nela.

Na 210, que liga o Pará e tal, há trechos em que a estrada é de péssima qualidade e trechos que não estão asfaltados, entre Baliza, São Luiz e Caroebe, naquela região ali.

Na verdade, as nossas BRs são de péssima qualidade, mas o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), para minha surpresa – olha só, olha só –, em outubro de 2010, divulgou um estudo que mostra o Estado de Roraima em terceiro lugar no *ranking* nacional, com 82% de aprovação. Olha, isso aqui é só para bobo ver.

Na verdade, quem está cuidando dessa área na diretoria do DNIT, talvez o secretário de lá, é um cara que foi seis vezes Deputado Federal e que é do Estado. Isso aqui é uma mentira, não tem o menor fundamento. Eu desafio o DNIT, um órgão sério, a pesquisar, mas nem preciso desafiar. Sabem por quê? Porque uma pesquisa feita pela CNT agora, em 2017, mostra que 79,5% das rodovias em Roraima estão ruins, ou seja, o DNIT faz uma divulgação, e, em seguida, a CNT diz que não é verdade.

Então, eu queria exatamente pedir isso a V. Exª.

Só para V. Exª ter uma ideia, o orçamento previsto para essas estradas, para reforma e manutenção, chega a quase 1 bi – setecentos e pouco. Só de emendas impositivas de Bancada, em 2016, foram colocados 108 milhões – 108 milhões.

As estradas estão cheias de *outdoors* de divulgação política, o que eu acho outra imoralidade. Em vez de estarem botando aquilo, deviam estar botando sinalização para o povo não morrer, porque é obrigação do político fazer, e não estar ali fazendo gracinha. Aquilo deve ter sido uma fortuna, porque é daqueles que nem a chuva nem o vento derrubam. Imaginem! Hoje, um *outdoor* normal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comum, que em 15 dias se acaba, custa na ordem de R$600. Imaginem um de uma tonelada, feito para durar dez anos, como o que está lá!

Muito bem. Agora, em 2017, novamente foram colocados mais 100 milhões.

Então, Dr. Mauro, deixe-me falar para V. Sª: o Brasil não aguenta mais tanta corrupção; este País não aguenta mais tanto dinheiro público jogado na lata do lixo. E, pior do que isso... Essas rodovias são da maior importância para integrar este País, para dar qualidade de vida, de transporte, de escoamento de produção, e nós precisamos que esses recursos do suor do trabalhador brasileiro, do povo brasileiro cheguem ao seu objetivo, ao seu destino; eles não podem mais estar sumindo no meio do caminho.

V. Sª vai assumir. Eu vou votar pela aprovação de V. Sª aqui e no plenário, acreditando numa administração transparente, numa gestão comprometida com a coisa pública para apurar toda a responsabilidade, porque o DNIT não pode mais virar um sumidouro do dinheiro público. Então, eu peço a V. Sª que assuma essa cadeira olhando para o Estado de Roraima, olhando para essas rodovias federais que estão lá e que não devem ser diferentes das do resto do País.

Eu tenho um depoimento empírico de tudo aquilo que eu vejo ali, de tudo a que assisto e das denúncias que recebo. Eu estava, agora, para fazer uma filmagem e entrar com uma ação no Ministério Público, mas eu vou dar, primeiro, um voto de confiança para V. Sª apurar internamente. Conte com o meu apoio!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Passo a palavra ao Dr. Mauro de Moura Magalhães para responder às colocações dos Senadores.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Obrigado, Senador.

Senador Pedro Chaves, quanto ao impacto dos recursos no orçamento, como toda administração pública, o Ministério dos Transportes, o DNIT depende de autorização dos recursos liberados pela área econômica do Governo. E eu posso garantir ao senhor que todos os recursos liberados pela área econômica do Governo estão sendo executados pelo DNIT, rigorosamente, 100% de todos recursos liberados no ano são empenhados. Se não são as obras executadas no mesmo exercício, no exercício seguinte estão sendo executadas. Por parte do DNIT, os recursos que são liberados são executados, eles não deixam de ser executados, as obras estão sendo executadas, as obras de manutenção, implantação, rigorosamente os recursos estão sendo utilizados.

Quanto à diferença da matriz de transportes entre o setor ferroviário e o setor aquaviário em relação ao setor rodoviário, o DNIT vem, principalmente no setor aquaviário e ferroviário, aumentando os seus recursos para investimentos. É muito pouco? É muito pouco ainda, a diferença é muito grande entre os setores aquaviário, ferroviário e rodoviário, mas o senhor pode ter certeza que o DNIT está envidando todos os esforços para que sejam somados mais recursos na área de ferrovias, mais recursos na implantação, no melhoramento das hidrovias. Não é fácil diminuir essa desigualdade, não vai ser fácil, mas o senhor pode ter certeza que o DNIT envidará todos os esforços para que, a cada ano, sejam alocados mais recursos.

E como eu disse aqui anteriormente, nós precisamos do apoio dos Srs. Senadores. Os limites que nos são dados pelo Ministério do Planejamento não são suficientes, mas, na discussão da LOA, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadores podem nos ajudar, podem ser nossos parceiros, alocando mais recursos para que o DNIT possa, a cada ano, diminuir essa desigualdade.

Alguma outra pergunta, Senador?

Senador Telmário, quanto à indagação de V. Exª, o que eu posso fazer é me comprometer com o senhor. Vou levar isso ao DNIT, vou levar aos outros diretores e tenho certeza de que lá no DNIT nós vamos também trabalhar para que essas informações que o senhor acabou de passar aqui sejam minimizadas. Não conheço o Estado de V. Exª, mas o senhor pode ter certeza de que tem o meu apoio para levar junto à Diretoria do DNIT todas as indagações. E nós vamos discuti-las e vamos levar adiante. Nisso o senhor pode contar comigo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Dr. Mauro, V. Exª é de qual Estado?

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Eu sou mineiro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pois é. Comece a integrar o Brasil, assuma, faça. Convido V. Exª para uma visita de trabalho ao meu Estado.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Irei com o maior prazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Aproveite essa oportunidade e veja pessoalmente todo o quadro que está ali. A partir dali, V. Sª, sem nenhuma dúvida, vai querer uma rodovia federal muito melhor para Roraima e vai ver a quantidade, o volume de recursos que já foram colocados ali. Tem a minha credibilidade e minha confiança.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Pode contar com o meu apoio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Chegamos ao final da nossa sabatina, Dr. Mauro, mas aqui também fica o nosso pedido com relação às BRs do Norte do País. Todas as BRs brasileiras são importantes, as do Sul, do Sudeste, do Norte, do Nordeste, mas nós estamos com um grande problema na ligação do Mato Grosso para Rondônia, do Mato Grosso para o Acre, que também passa por Rondônia, na ligação do Mato Grosso para o Amazona e Roraima, que passa por Rondônia, na nossa BR-364. Ela precisa ser duplicada. Já há um processo bem avançado para a concessão dessa BR, que eu entendo que é a saída para que possamos conseguir duplicar a BR-364, porque aumentou muito a produção agrícola no Estado de Rondônia, no Estado do Mato Grosso, e a BR-364 é a mesma de 1984, quando foi inaugurada pelo Exmo Presidente da República João Batista Figueiredo, ela não mudou. Houve manutenção, está havendo manutenção. Felizmente o DNIT, neste momento, atuante já há algum tempo, está mantendo a rodovia sem buracos, fazendo a manutenção devida, mas não é suficiente pelo tamanho do transporte de veículos, principalmente caminhões, que transitam na BR-364. Então, a duplicação é uma emergência para a população do Estado de Rondônia. Assim como também o asfaltamento de BR-319, que está em manutenção neste momento, que precisa ser asfaltada novamente. Uma BR que já foi asfaltada no passado, está em manutenção, e agora o Ibama está querendo retardar, principalmente a Funai, que quer estudos ambientais, aquela coisa toda, de uma estrada que já está aberta, já está consolidada, está em manutenção e precisa apenas ser asfaltada. Então, fica aqui o nosso pedido para que V. Sª dê uma atenção especial a essas regiões novas, porque o novo arco de exportação do Brasil é exatamente via 364, Hidrovia do Madeira, em função do aumento da produtividade de grãos e de carne no Estado de Rondônia e também no Estado vizinho do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo a V. Sª muito êxito, muita sorte e sucesso nesta nova missão que tem. Tenho certeza de que a sua indicação se deve à sua capacidade, ao seu conhecimento, ao trabalho que faz no Ministério dos Transportes e no DNIT.

Passo a palavra para V. Sª para fazer as suas considerações e, na sequência, encerro a votação. Vamos ver como é que fica o painel.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador.

Senador, aqui eu me coloco à disposição para levar, junto aos diretores do DNIT, essa preocupação do senhor. O senhor pode contar com o meu apoio, porque nós vamos fazer todos os esforços para melhorar as rodovias e as hidrovias daquela região. Esse aí é o meu compromisso.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro encerrado o processo de votação.

Procederemos ao anúncio do resultado. (*Pausa.*)

Doze votos "sim" e nenhum voto "não."

Portanto, aprovada a indicação do Sr. Mauro de Moura Magalhães, indicado para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para seguimento da tramitação.

Solicito urgência para que a gente possa levar essa votação ainda esta semana, de preferência, hoje, ao Plenário; que a gente possa votar no Plenário da Casa ainda hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço pela presença ao Dr. Mauro, desejando-lhe sucesso e uma exitosa missão nessa nova função que passará a ter após a aprovação no Plenário do Senado hoje à tarde, se assim nós entendermos que será possível. Felicidades.

O SR. MAURO DE MOURA MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Temos ainda um requerimento a ser aprovado.

REQUERIMENTO Nº 61, de 2017:

> Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, entre os dias 15 e 18 de janeiro de 2018, com a finalidade de verificar as obras de manutenção e a trafegabilidade da BR-319, no trecho de Porto Velho (RO) a Manaus (AM), com a participação das seguintes entidades: DNIT [...], Ibama [...], ICMBio [...], Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro.
>
> Justificativa.
>
> A referida diligência tem por objetivo a verificação *in loco* da trafegabilidade da BR-319 nas condições do Inverno Amazônico – período das chuvas –, e também vistoriar as obras de manutenção da rodovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serão vistoriadas as obras de manutenção em andamento nos 405 quilômetros de pavimento primário, no trecho chamado "meião da rodovia", do km 250 ao km 655; o andamento da reforma das pontes de madeira ao longo da rodovia; as condições dos trechos já pavimentados (472 quilômetros); os trabalhos de licenciamento ambiental para a reconstrução da rodovia, bem como as ações previstas e soluções propostas pelos agentes públicos envolvidos em projetos e trabalhos na rodovia. Nos trechos citados, estão previstos investimentos de R$96 milhões, já contratados e em execução pelo DNIT.

Saliento que se faz necessária a execução da diligência neste período do Inverno Amazônico (mais precisamente no mês de janeiro) – período de altas precipitações pluviométricas na região – para que seja possível a identificação dos locais de alagações ou até impedimento de passagem por conta das águas.

Nós queremos, através da TV Senado e da imprensa, que já está convidada, mostrar ao Brasil como é o Inverno Amazônico e como fica a BR–319 nessa época do ano, que é uma época importante para nós, porque nós precisamos de chuva, a chuva se faz necessária, como fica o escoamento da produção e como as pessoas podem transitar nessa época do ano.

Então, em votação o requerimento.

As pessoas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Sérgio de Castro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Raimundo Lira, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel e Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. O Senador Sérgio de Castro assume a Presidência da Reunião para a apreciação do item 3. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. Encerrado o item 3, o Senador Acir Gurgacz reassume a Presidência da Reunião. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. "

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nº 2/S e 3/S, na forma das subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 4/S, todas oferecidas em turno suplementar. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para desacelerar o ritmo de queda dos descontos concedidos às cooperativas de eletrificação rural nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição e nas tarifas de energia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62 de 2017** que: "Requer que, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestar informações acerca das relações da pasta com representantes do governo do Reino Unido e empresas multinacionais do petróleo e: i) exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; ii) política de conteúdo local e impostos cobrados de empresas estrangeiras na exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; iii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a renovação da outorga da ferrovia de Carajás." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Gladson Cameli, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, José Pimentel, Paulo Rocha, Elmano Férrer, Acir Gurgacz e Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/05

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1016, do Tribunal de Contas da União, que trata de consolidação das auditorias de obras públicas realizadas no exercício de 2017, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras (Fiscobras), em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2017).

Cópias deste documento encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A Presidência comunica também o recebimento do Aviso 1223, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional com vistas a avaliar a estrutura de governança da construção da Ferrovia Nova Transnordestina (FNT), no que diz respeito à assimetria de informação entre regulador, concessionária, financiadores e acionistas públicos, bem como as ações destinadas à recuperação do cronograma da obra.

Cópias deste documento encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Faremos alguns registros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A retomada do crescimento da economia brasileira começa a ser vislumbrada pelos empresários brasileiros e anima alguns setores da economia nacional, mas enseja preocupações. A principal delas é com relação aos gargalos da infraestrutura brasileira para o escoamento e exportação da nossa produção. A situação precária de nossas rodovias, ferrovias, hidrovias e portos é apontada por organismos nacionais e internacionais como o principal entrave para o salto no aumento do comércio das principais nações com o Brasil.

Recente relatório de Chatham House, centro de estudos com base no Reino Unido, aponta que o Brasil tem dois dos catorze gargalos que ameaçam o abastecimento global de alimentos; três deles estão na América Latina: o Canal do Panamá, as rodovias do interior brasileiro, e os portos do Sul e Sudeste do Brasil.

Outros desses pontos de gargalo incluem o Estreito de Gibraltar; as ferrovias do interior dos Estados Unidos; o Estreito de Ormuz, no Oriente Médio; e o Estreito de Dover, no norte da Europa, por exemplo.

Sobre o Brasil, que é um dos maiores produtores mundiais de alimentos, o relatório lembra que fortes chuvas tornam intransitáveis as rodovias malconservadas em diversas ocasiões, impedindo o transporte de comida das fazendas no interior do País aos portos litorâneos.

Conhecemos bem essa realidade e até vínhamos melhorando a nossa infraestrutura, que sofreu um forte revés com a crise econômica, que se agravou a partir de 2014.

Com a retomada do crescimento, estima-se que, em 2018, voltaremos a movimentar o mesmo volume de cargas de 2014, antes do agravamento da crise econômica.

No entanto, nesse período, os investimentos anuais em infraestrutura caíram de R$52 bilhões para R$35 bilhões, um terço inferior ao patamar pré-crise; ou seja, o País deve deparar-se com um entrave logístico maior do que em 2013 ou 2014.

Esse é o resultado dessa crise econômica, agravada pela crise política, que deixou o País em recessão e mais de 14 milhões desempregados no Brasil.

Acredito que o País tem condições de superar essa crise, mas, muito mais do que reformas administrativas e gerenciais, o Brasil precisa de uma grande reforma na sua infraestrutura; precisa recuperar e ampliar sua malha rodoviária, modernizar os portos, implantar ferrovias, construir armazéns e consolidar novos polos para a exportação do agronegócio, como, por exemplo, o polo em Porto Velho, via hidrovia do Madeira, com a duplicação da BR-364, a reconstrução da BR-319 e a construção da ferrovia de Sapezal a Porto Velho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na situação atual, sem as melhorias projetadas para o setor de transportes, nesses quatro anos de crise, o que vimos foi um aumento do chamado custo Brasil, alavancado pelos custos de logística, especialmente pelo frete, que teve como vilão o aumento do preço do óleo diesel.

Só nos últimos 12 meses, o óleo diesel encareceu 6,2%, sendo que, em 2016, o aumento foi de 13%. Esse é o resultado da nova política de preços adotada pela Petrobras, de reajuste dos combustíveis conforme a variação cambial e a cotação do petróleo no mercado internacional, o que, na verdade, serve para o Governo arrecadar mais impostos para o pagamento do superávit primário.

O fato é que o aumento dos custos de logística vem do aumento dos custos com o transporte. Com a crise, os investimentos públicos e privados em infraestrutura para o escoamento das cargas deram marcha à ré. Para tentar resolver esse problema, o Governo lançou, recentemente, o Programa Avançar, que prevê investimentos de R$130 bilhões, até 2025, na retomada das obras que estavam paralisadas ou em ritmo lento, ou em novas obras de infraestrutura já projetadas.

No entanto, estimativa da Consultoria Interbrasil prevê que, do valor anunciado pelo Governo, apenas R$36 bilhões serão direcionados em 2018 para rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e hidrovias – 30% menos do que foi desembolsado em 2014.

Ou seja, os investimentos em infraestrutura precisam ser retomados de forma efetiva e não apenas nas peças de *marketing.* Mais do que as reformas e as mudanças na política econômica, são os investimentos em infraestrutura que devem determinar a velocidade da retomada do crescimento da nossa economia, pois, além de reduzir o custo Brasil, os investimentos em infraestrutura também geram empregos e movimentam a economia regional.

Só para registrar, Senadora Vanessa, na mesma linha de estimular os investimentos em infraestrutura, continuamos o nosso trabalho pela reconstrução e o reasfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. A rodovia está recebendo manutenção do DNIT, mas, com o início do período de chuvas, o chamado inverno amazônico, teremos a oportunidade de ver *in loco* como é que vivem as pessoas às margens da BR-319 na época das chuvas amazônicas. Por isso, nós marcamos uma diligência para o dia 15 de janeiro, de Porto Velho a Manaus.

Sairemos de Porto Velho dia 15, pernoitaremos em Humaitá e sairemos de Humaitá, no dia 16 pela manhã, em direção a Manaus, na tentativa de mostrar a todo o Brasil, através da TV Senado, das emissoras que nós já convidamos, Rede Globo, Manchete... (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Manchete e Tupi, estão todas convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... Bandeirantes, Record, SBT, Rede TV e principalmente a TV Senado, para acompanhar essa diligência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mostrarmos ao Brasil as dificuldades que têm essas pessoas que vivem ao longo da BR-319 e também aqueles produtores, no caso de Rondônia, a dificuldade que eles têm para levar o seu produto até a cidade de Manaus. Então, só para registrar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra a V. Exª, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Primeiro quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Nestes últimos tempos, já é a segunda ou terceira vez que V. Exª fará essa diligência. Participei de uma, fizemos juntos, V. Exª, o Senador Raupp e eu.

Infelizmente, nesse período, por questões de saúde, porque a gente tem que aproveitar o recesso parlamentar também para cuidar de outras coisas, eu não poderei estar na diligência. Mas nós já estávamos organizando uma, poderíamos fazer isso juntos, na sequência, para o período do início da seca, até para vermos as condições da estrada logo após esse longo período chuvoso. Então, V. Exª nos representará. Eu ficarei muito grata que V. Exª possa falar sobre o meu desejo de lá estar naquele período, mas, infelizmente, por questões de saúde, não estarei.

Desejo desde já uma boa estada da comitiva, uma boa passagem. E que V. Exª entenda que estamos no período de chuva. Acho que fica mais complicado para V. Exª pegar o ônibus e ir dirigindo. Acho que seria mais prudente um carro menor, com tração nas quatro rodas, já que será um período chuvoso, um período extremamente delicado, porque chuva naquela região não é qualquer chuva.

Então, desde já, eu cumprimento V. Exª.

Estarei me sentindo presente. Vou acompanhar ao vivo – certamente, se a internet permitir, deverá haver transmissão ao vivo.

Assim que terminar o período de seca, deveremos fazer outro, Senador Acir, assim como chamar novamente – fizemos isso também nesses últimos meses, no mínimo, duas vezes – o DNIT aqui para ver como estão os estudos de impacto ambiental, porque é a ele, DNIT, que cabe o acompanhamento disso. Lamentavelmente, aquilo que nos prometiam para o final deste ano de 2017 já ficou para o primeiro semestre de 2018. Então, se nós não acompanharmos, eles vão adiando o encerramento do estudo. E sem o encerramento do estudo não há nem a possibilidade de conseguirmos a viabilidade da recuperação como um todo, o reasfaltamento, visto que isso nós não alcançamos e é, de fato, o grande objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez quero cumprimentá-lo pela dedicação, porque é uma BR que interessa ao Brasil, sobretudo aos Estados de Rondônia e do Amazonas, porque eles dialogam muito economicamente. Nós sempre dissemos que aquela rodovia não vai servir como canal para escoar os produtos da Zona Franca: motocicletas, grandes televisores. Não. Para isso o transporte fluvial é muito mais barato, e seguirá sendo. Agora, nós precisamos dessa BR para outros tipos de produtos, aqueles mais perecíveis, além de para a mobilidade das próprias pessoas.

Então, é apenas para cumprimentá-lo, Senador, e justificar a minha ausência agora no mês de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Com certeza estarei lá representando V. Exª.

Eu fiz questão de marcar nessa data, Senadora, para mostrar para a população brasileira a dificuldade das pessoas que moram ao longo da BR-319 nessa época do ano. As pessoas não têm ideia do que é o inverno amazônico. Como eu vou estar de plantão aqui no Senado, não vou tirar férias em janeiro, ficarei naquela comissão de plantão, nós faremos essa diligência. Entendo perfeitamente, é recesso, temos que aproveitar esse recesso, mas eu farei o recesso no Carnaval. Em janeiro estarei de plantão aqui no Senado. Faremos essa audiência pública para mostrar, nesse momento, como é que vivem as pessoas que moram ao longo da BR nessa época da maior cheia do ano, da maior chuva na Amazônia. É importante fazer isso no período chuvoso, é importante para que as pessoas possam entender por que nós queremos o asfaltamento dessa BR.

Com prazer, ouço o Senador Fernando Bezerra, que foi o primeiro a chegar aqui e a fazer a sua inscrição. Na sequência, o Senador Cameli.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu cedo a minha vez para o Senador Cameli porque eu tenho absoluta certeza de que ele vai tratar do tema. Como eu vou tratar de outro tema, falarei na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra ao Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Meu Líder, meu grande Senador Gurgacz, a Senadora Vanessa falou muito bem e até faço minhas as palavras dela, mas eu gostaria de acrescentar o Acre.

O Acre e o Amazonas, principalmente na minha região do Juruá, têm uma afinidade... Tínhamos uma afinidade muito grande com o Amazonas devido ao fato de antes não estar pavimentada a BR-364,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não havia acesso. Hoje já temos. Então, todos os produtos, insumos asfálticos e materiais betuminosos, sempre iam para aquela região por via fluvial, em balsas.

Eu trabalhei na BR-364 como engenheiro civil – eu sou engenheiro civil de profissão, e a minha área é estrada. Eu queria poder me associar a essa caravana. No mês de janeiro eu vou ficar no meu Estado mesmo, durante o recesso, mas, como eu sei da importância que tem a BR-319 para o crescimento do Estado do Acre, tendo em vista que a ponte sobre o Rio Madeira...

Muitos acham, Senador Fernando Bezerra, que a ponte sobre o Rio Madeira beneficia somente Rondônia, mas eu digo que é a obra mais importante para o Estado do Acre, porque, de uma vez por todas, liga o Pacífico – nós já estamos com a BR do Pacífico pronta – com os demais Estados da Nação brasileira.

Estamos há mais de 20 anos numa guerra. Não quero entrar no mérito, porque cabe à Justiça fazer isso, mas parece que o dono de uma balsa lá tinha mais poder do que o Presidente da República, do que o Ministério Público ou do que qualquer outro órgão. Parece que enterraram uma cabeça de burro lá, a obra não saía! Há recursos, e agora ela está saindo.

E o Estado do Acre sofreu na pele... Eu digo que essa obra é mais importante porque nós ficamos isolados com as cheias do Rio Madeira, principalmente agora, nesse período invernoso na nossa região.

Então, quero parabenizar V. Exª, Acir. Você sabe como é a nossa região, a Região Amazônica. Eu quero poder me associar a essa luta.

E quero, mais uma vez, chamar a atenção dos Poderes, sem querer tirar o poder de cada um. Nós estamos no século XXI. Eu não posso aceitar por que mistério a BR-319 não é refeita, reconstruída.

Eu não posso aceitar que milhares de famílias, milhares de famílias... Nós vamos falar do Estado de Roraima, do Estado do Amazonas, do Estado de Rondônia e do Estado do Acre, que necessitam dela, porque sei a importância da BR-319. Esse impacto ambiental... Até hoje não deram essas licenças! Pelo amor de Deus! Nós temos uma BR aberta, ninguém vai desmatar mais nada. Estou falando de seres humanos que necessitam... Hoje, uma passagem aérea de Rio Branco a Manaus, se olhar no *site* das empresas aéreas, é para mais de R$3 mil. Se tivéssemos uma BR daquela totalmente pavimentada, estariam usando os serviços rodoviários também e dando oportunidade a quem tem seu carro de poder chegar a Manaus e aos demais destinos.

Então, quero parabenizar V. Exª.

Quero também poder me associar a esta luta, até porque a minha linha de mandato é infraestrutura. Eu não tenho dúvida de que o nosso tempo é muito corrido, ano que vem será ano eleitoral e temos de aproveitar cada minuto nesta Casa para irmos para cima dos Poderes, do Ministério Público, do Judiciário e do próprio Executivo cobrar das autoridades competentes e judiciais, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há mais por que esperarmos. Eu não sei como estão hoje os trâmites, se está licitado, se já deram ordem de serviço ou se está aguardando todo o período.

Quero finalizar, Senador Acir, ressaltando o que eu quero dizer com isso. Estamos no período invernoso, então todos os trâmites de licitação, de ordem de serviço têm de ser dados agora para quem ganhar e for realmente fazer a reconstrução já preparar seus insumos e iniciar e aproveitar o inverno amazônico, que é muito curto. V. Exª com certeza sabe disso. O inverno é muito forte, e o nosso verão é muito curto. No Acre, na restauração da BR-364, no sentido Sena Madureira ao Rio Liberdade, as empresas conseguiram fazer um trabalho de forma muito ágil, mas o verão lá foi muito curto.

Então, muito obrigado.

Quero parabenizar e registrar que está aqui o nosso Prefeito de Cruzeiro do Sul, ex-Deputado e atual Prefeito de Cruzeiro do Sul, Ilderlei Cordeiro, participando desta Comissão tão importante para o nosso País e que sabe – e ressalta – da importância da BR-319 para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Cameli.

De fato, as Bancadas do Amazonas, de Rondônia, do Acre e de Roraima trabalham unidas para que a gente possa avançar nessa questão da infraestrutura da nossa região. É a 364, a Ponta do Abunã, a 319. Na Ponta do Abunã, por exemplo, há meses em que a fila de caminhões demora dois dias para que se possa atravessar o Rio Madeira. Então, é uma situação delicada. Isso afeta diretamente o custo de vida no Acre e é um transtorno enorme para quem faz essa ligação. É uma ponte que já está sendo debatida há 50 anos.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Há 50, mas agora sai. Agora, pelo menos, está saindo.

Eu queria fazer só um elogio e vou passar a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

Eu assumo, porque faço parte da Bancada do Norte, Senador Fernando Bezerra, que temos não sei se um defeito ou falta de oportunidades de nós, da Bancada do Norte, nos unirmos de uma vez por todas, marcarmos reuniões firmes e irmos para os órgãos competentes. Eu observo que, quando há um problema no Nordeste, se reúnem todos os governadores, juntamente com toda a Bancada federal. E nós, do Norte, com exceção de alguns Estados, deixamos a desejar. Quando olham para o Norte, só olham para a preservação ambiental, esquecendo-se de que mais de 25 milhões de amazônidas residem lá e de que não há incentivos para geração de emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está faltando para nós – e quero parabenizar mais uma vez a Bancada do Nordeste – é usar esse método de vocês como exemplo. Eu disse isso num encontro de governadores na Sudam, lá no Pará, quando eu participei pela última vez desses debates.

Então, seria bom que nós pudéssemos criar esse hábito porque aí estamos nos ajudando: Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará, porque nós unidos somos muito mais fortes.

Muito obrigado e finalizo de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Cameli.

De fato, esses assuntos todos convergem, e não há nenhuma disputa entre os Estados, pelo contrário, é a integração dos Estados da Amazônia.

Com prazer, ouço o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, primeiro parabenizá-lo mais uma vez por trazer sempre a esta Comissão de Infraestrutura temas relevantes para o desenvolvimento nacional, sobretudo na área de infraestrutura. V. Exª abordou com muita propriedade a necessidade de reconstrução da BR-319, com forte impacto no desenvolvimento da Região Norte, particularmente para os Estados de Rondônia, do Amazonas e agora também, destacado pelo Senador Cameli, para o Estado do Acre.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer um registro muito importante para o meu Estado de Pernambuco, muito importante para minha região, a região do Sertão do São Francisco, e particularmente para a minha cidade, a cidade de Petrolina.

Na última quinta-feira, eu tive a alegria de acompanhar o Ministro da Integração Nacional, Ministro Hélder Barbalho, numa visita a minha cidade. Ele também foi acompanhado do Ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, recepcionado pelo Prefeito de Petrolina, Miguel Coelho. Lá, em Petrolina, ele anunciou e deu a ordem de serviço para o início da primeira etapa do Projeto de Irrigação do Pontal. O Projeto Pontal é um projeto de irrigação que vai levar água para mais de 7,8 mil hectares, vai beneficiar mais de 400 pequenos agricultores com glebas de terra entre 5 e 6 hectares, pequenos e médios empresários, e se estima que para cada hectare irrigado nós deveremos ter a perspectiva de geração de emprego de três empregos diretos e indiretos. Portanto, estamos falando de uma iniciativa que ficará pronta até o final de 2018, porque o Projeto Pontal é um projeto que começou já há muitos anos, está em fase, portanto, de conclusão. Conseguimos colocar – com a sensibilidade do Presidente Michel Temer, do Ministro Eliseu Padilha, do Ministro Dyogo Oliveira e, sobretudo, do Ministro Hélder Barbalho –, conseguimos incluir a primeira etapa do Projeto de Irrigação do Pontal dentro do Programa Avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, até o final do próximo ano, nós estaremos celebrando a conclusão da primeira etapa, que significa aproximadamente 3,8 mil hectares do Pontal Sul, como é denominada a primeira etapa do Projeto Pontal. Isso é muito importante para a recuperação da economia de Pernambuco, para a recuperação da economia do Nordeste.

Em recente reportagem veiculada pelo jornal *Valor Econômico*, destacou-se que a região de Petrolina, Juazeiro e Casa Nova gerou mais de 12 mil empregos de carteira assinada neste ano de 2017, perdeu apenas – essa região – para a cidade de São Paulo, mostrando, portanto, a força da fruticultura. É lá em Petrolina que se produz mais de 90% da manga exportada pelo Brasil. É lá que se produz também mais de 90% da uva de mesa. É de lá que saem aviões cargueiros com destino à Europa e ao Japão. Portanto, é uma região muito dinâmica. E a gente quer registrar essa iniciativa importante do Governo Federal de assegurar os recursos para a conclusão da primeira etapa do Projeto Pontal.

Trago aqui o meu reconhecimento à sensibilidade, ao apoio decisivo do Ministro Hélder Barbalho numa agenda tão importante para o futuro de Pernambuco e de Petrolina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Fernando Bezerra. De fato, temos algumas regiões do Brasil que são diferenciadas. Petrolina é uma delas, com sua produção e com as exportações.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Acir Gurgacz, Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse início das reuniões da Comissão de Infraestrutura é muito importante, porque V. Exª coloca as questões sobre a infraestrutura logística de todo o nosso País. Lamentavelmente, já andamos um pouco, mas não conseguimos avançar. Não estamos nem dando os primeiros passos, estamos engatinhando ainda.

Mas sobre...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aproveitando, como está o Pedral do Lourenço? V. Exª é um defensor. Eu ouço isso há mais de quatro anos. V. Exª, toda vez aqui, está falando sobre o Pedral do Lourenço. É só para nos atualizarmos, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou fazer aqui também um voo sobre o Pará quanto à questão da logística naquele Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou iniciar... Não era nessa ordem, mas V. Exª pergunta sobre o Pedral do Lourenço. Para o Pedral do Lourenço está contratada a empresa que ganhou a licitação – parece que é TDA. Ela está providenciando a licença ambiental.

Todos nós sabíamos... Foi armado um palanque lá, na ocasião, para dar ordem de serviço, como se aquilo fosse já o derrocamento feito. Não. Fizeram um palanque em Itupiranga e outro em Marabá. Não entendi por que dois. A mesma ordem de serviço foi dada duas vezes.

A obra. Como todos nós tínhamos conhecimento, a empresa que ganhou a licitação teve que providenciar a licença ambiental. E essa licença ambiental é demorada. É preciso ter paciência para poder conseguir. E a última informação que tivemos é de que deve iniciar o derrocamento já no primeiro trimestre do próximo ano. Então, até março deve estar iniciando o derrocamento.

Deus queira que realmente isso aconteça, independentemente dos avisos que nós demos quando estava terminando a de Tucuruí, a eclusa de Tucuruí, de que não adiantava terminar a eclusa, que custou R$1,5 bilhão, se não fizesse o derrocamento, que iria ficar uma estrutura só para fazer turismo ali, porque não tinha nenhum outro objetivo. E não deu outra. Está lá a eclusa sem funcionar há mais de dois anos, aguardando – dois anos não, há mais de três anos – o derrocamento para poder funcionar a hidrovia, que não está funcionando. Mas um dia vai. Nós esperamos 20 anos pela eclusa, espero que não esperemos tanto tempo pelo derrocamento.

Mas, Presidente, segunda-feira, ontem, estava programada pela ANTT uma audiência pública em Itaituba, no Estado do Pará, sobre a Ferrogrão, a ferrovia que vai ligar Sinop, no Mato Grosso, até Miritituba, e eu estou na luta para que ela vá até Santarém. Não há sentido ir até Miritituba; tem que ir até Santarém. Mas a audiência não houve, sabe por quê, Presidente? Porque os índios e os sem-terra tomaram conta do local onde iria acontecer a audiência e não deixaram a audiência ser feita. Hoje era para estarmos em Novo Progresso, para fazermos outra audiência, e também foi cancelada. Então, vamos marcar, a ANTT vai marcar novas datas para que sejam feitas essas audiências. Já fizemos a primeira no dia 27 de novembro, em Belém.

Estou requerendo ao atual Presidente da ANTT, Dr. Jorge Bastos, que faça também uma audiência pública em Santarém e outra em Trairão, sobre a ferrovia Ferrogrão.

Sobre a Fepasa, que é uma ferrovia paraense que vai ligar de sul a norte, ou norte a sul, o Estado do Pará, de Santana do Araguaia, lá no limite com Mato Grosso, Tocantins e Barcarena, Vila do Conde, lá em Barcarena. Essa ferrovia é um projeto estadual, que vai, inclusive, no trecho de Marabá a Vila do Conde, que é o primeiro trecho que vai ser executado, onde já temos cargas suficientes para dar sustentabilidade econômica à ferrovia, ele é um trecho que substitui... O Governo Federal já considerou a Fepasa em substituição ao tramo da Norte-Sul, que ligaria Açailândia a Vila do Conde. Então, vai ser a Fepasa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter esta semana audiências com o Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Governo, e com o Presidente da EPL (Empresa de Planejamento e Logística), Dr. José Carlos, para tratar exatamente da ferrovia paraense. E vamos ter também uma audiência com o Ministro Quintella. Nós estivemos já com o Ministro Quintella e com o Adnan Demachki, Secretário de Desenvolvimento, que faz um trabalho bem dirigido para o desenvolvimento do Estado; ele que planejou a Fepasa.

E estamos querendo, agora, uma delegação por parte do Ministério dos Transportes para que possamos fazer uma PMI para a dragagem do Canal do Quiriri, que é o canal que dá acesso ao porto de Vila do Conde. Hoje, ele tem um calado da ordem de 13,5m, o que limita o tipo de navios que podem entrar em Vila do Conde. Hoje, trabalha até 70 mil toneladas. Com a dragagem levando o calado a 20m, o que é possível, nós vamos ter condições de ter navios com mais de 100 mil toneladas fazendo o acesso a Vila do Conde.

E, por último, Presidente, estou encaminhando a V. Exª, à Mesa, um requerimento em que solicito uma audiência pública para que possamos discutir a renovação da outorga da Ferrovia de Carajás. Essa renovação da licença da outorga de Carajás venceria, ao que me parece, em 2025. Estão antecipando, como já fizeram em várias outras, para agora, e o que nós queremos é discutir com o Governo Federal, com a Vale, que é a concessionária da Ferrovia de Carajás, a utilização dos recursos que serão pagos pela Vale na antecipação da outorga. Estima-se que serão em torno de R$15 bilhões.

Assim como foi feito no sul, com o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o Governador do Rio de Janeiro, o Pezão, em que o pagamento da antecipação da outorga também da ferrovia de lá seja utilizado nos dois Estados, isto que estamos pleiteando junto ao Governo Federal: que estes recursos sejam usados no Pará.

Então, neste requerimento, convido o Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, o Diretor da ANTT, Jorge Bastos, e o Presidente da Vale, Fábio Schvartsman, e eu o encaminho a V. Exª.

Eram essas as comunicações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pelo resumo e pela informação do Pedral do Lourenço, que é uma obra importante para o Brasil. É claro que é importante para o Pará, mas é importante nacionalmente. Atende essa malha ferroviária, rodoviária e hidroviária do nosso País. Nós temos que investir para que possamos diminuir o custo Brasil. Só assim vamos conseguir dar vazão ao aumento da produtividade brasileira.

Infelizmente, algumas ONGs atrapalham essas audiências públicas, porque são necessárias e importantes obras, relevantes para o desenvolvimento do Brasil, e temos algumas ONGs que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

querem que essas obras aconteçam. Ninguém sabe por quê. Ninguém explica por que algumas ONGs não querem o desenvolvimento do Brasil, principalmente com relação à Amazônia, pois, quanto mais estradas nós tivermos na Amazônia, mais ela será fiscalizada, mais terá a presença dos órgãos ambientais estaduais e federais, assim como as polícias rodoviárias, Exército e tudo o mais.

É como o caso da 319. Estamos lutando há quantos anos? É uma estrada que já existe. Ela não vai ser aberta. Ela já existe e está lá pronta para receber o reasfaltamento. Não há nenhum desmatamento há fazer, não há deslocamento de material que precise ser feito, pois já foi feita a transformação no passado.

Nós temos 15 itens para deliberar, mas não temos quórum. Estamos com oito Senadores presentes e não temos quórum para deliberar.

Antes, na tentativa de aguardar um pouco mais para ver se a gente consegue quórum, só faço um registro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu poderia, Sr. Presidente, ler o relatório, se for possível.

Acho que é o item... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vamos ver qual o número do item.

Enquanto localizamos aqui, faço um registro das reuniões que fizemos no final de semana em Porto Velho...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... onde conversamos com o Deputado Hermínio, com o Vereador Da Silva, em que eles nos encaminharam a preocupação com relação à regularização fundiária municipal em Porto Velho.

Nós temos a preocupação da regularização fundiária rural, mas a urbana também é importante. Muitas famílias estão com suas casas sem documentação. Já foi feita a transferência das áreas da União para o Estado, e agora o Estado já mandou para a Assembleia a lei que retorna o Iteron, para que seja reconstruído o Iteron, para que o Iteron possa fazer a regularização fundiária, o Estado junto com os Municípios. E ressalto a importância de se ter a regularização fundiária urbana e rural no Município de Porto Velho. É um Município grande, com uma população bastante grande também, que precisa do documento das suas terras, tanto rural, quanto urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha saudação ao Deputado Hermínio e ao Vereador Da Silva, que nos cobraram essa questão da regularização fundiária.

Com prazer, ouço o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, o item 1, que é extremamente importante, é da relatoria do Senador Jorge Viana, que, infelizmente, está ausente. Ele assumiu o compromisso de apresentar hoje um substitutivo. Como ele está ausente e iria apresentar outro substitutivo, eu pediria para retirar de pauta, se possível, o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. V. Sª será atendido. Vamos retirar de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014
- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

Autoria: Deputado Heuler Cruvinel e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 23/03/2016 foi aprovado o RQI 14/2016, de autoria do Senador Jorge Viana, para realização de audiência pública de instrução da matéria.

2. Em 01/06/2016 foi realizada a audiência pública de instrução da matéria demandada pelo RQI 14/2016.

3. Em 03/10/2017, foi lido o relatório do Senador Jorge Viana, pela aprovação nos termos do substitutivo.

4.Em 24/10/2017, foi retirado de Pauta a pedido do relator para reexame.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, vamos ver o item 11, terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015
- Terminativo -

Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Observações: *Votação nominal*

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – A proposição, Sr. Presidente, tem como objetivo aperfeiçoar a prestação do serviço de iluminação pública e é constituída somente de cinco artigos.

O art. 1º determina que, para a prestação do serviço de iluminação pública, o Município poderá utilizar, de forma compartilhada e sem ônus, os postes das prestadoras de serviços públicos em seu território.

O art. 2º permite que os circuitos de iluminação pública que integrem instalações compartilhadas pertencentes às concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica sejam considerados parte integrante de seus sistemas de distribuição.

O Município poderá assumir, a seu critério, os circuitos de iluminação pública que façam parte de instalações compartilhadas pertencentes às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º enumera as diretrizes a serem seguidas pelo serviço de iluminação pública, que incluem desde o desenvolvimento tecnológico e a eficiência energética, a sustentabilidade do serviço, e daí para a frente. O art. 4º altera o art. 4º da Lei 10.295, de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. O Poder Executivo passará a desenvolver mecanismos que promovam a eficiência energética também no serviço de iluminação pública.

O art. 5º contém a cláusula de vigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À proposta, Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Quanto à análise, conforme ressalta a autora do projeto de lei, Senadora Marta Suplicy, o serviço de iluminação pública no Brasil passa por um momento de turbulência, em decorrência da transferência, pelas distribuidoras de energia elétrica, dos ativos de iluminação pública para os Municípios. Esse momento de turbulência permite, contudo, o surgimento de oportunidades para que esse importante serviço seja aperfeiçoado, de forma a reduzir o ônus da população com o seu custeio e a gerar emprego e renda em nosso País.

O objetivo da proposição é o de tornar o serviço mais barato e eficiente. Para reduzir custos, permite-se aos Municípios utilizar, sem ônus e de forma compartilhada, os postes das prestadoras de serviços públicos.

Adicionalmente, a proposição amplia o escopo da atuação do Poder Executivo no que diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos que promovam a eficiência energética: o serviço de iluminação pública também será objeto dessas políticas públicas. Serão fixados índices de eficiência energética das lâmpadas e luminárias a serem utilizadas no serviço de iluminação pública.

Por fim, no intuito de promover o emprego e a geração de renda no País, o projeto determina que os equipamentos a serem utilizados no serviço de iluminação pública tenham índice de nacionalização igual ou superior a 65%. Isso, Sr. Presidente, é plenamente possível, porque há um forte desenvolvimento do setor produtivo no Brasil. Então, é possível que assim se proceda.

As medidas propostas pelo PLS 795, de 2015, certamente contribuirão para tornar o serviço de iluminação pública mais eficiente e menos oneroso para o consumidor, além de estimular a indústria nacional e gerar empregos.

Consideramos, no entanto, que convém suprimir o §1º do art. 2º, pois este atribui competências a órgão do Poder Executivo, no caso, a Aneel, o que é vedado pelo art. 84, VI, da Constituição Federal. Além de incorrer em vício de iniciativa, o dispositivo é inócuo, pois a agência já regula e fiscaliza esses serviços e não há necessidade de reafirmá-lo. Por esta razão, propomos emenda que somente suprime o §1º e transforma o §2º em parágrafo único.

Pelas razões expostas, consideramos que a proposição constitui um importante aperfeiçoamento da legislação.

Portanto, o voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 795, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI
(ao PLS nº 795, de 2015)
Dê-se ao art. 2º do PLS 795, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º .....

Parágrafo único. O município poderá, a seu critério, assumir os circuitos de iluminação pública que façam parte de instalações compartilhadas pertencentes às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Antes de encerrar, quero dizer da importância do projeto, que é um projeto simples, mas que traz um ganho significativo para as administrações municipais e, mais do que nunca, é um projeto extremamente oportuno. Acho que nós deveríamos fazer aqui um esforço coletivo para aprová-lo nesta Comissão e quiçá levá-lo ao Plenário para que pudesse, se fosse o caso, ser analisado. Então, ele seria encaminhado diretamente à Câmara.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pelo relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para discutir, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – Para discutir a matéria.

Nós não temos número para deliberar. É um projeto terminativo. A minha sugestão é a de que a gente pudesse manter em aberto a discussão, que não encerrássemos a discussão.

Eu, particularmente, sou favorável ao relatório da Senadora Vanessa, mas a assessoria técnica da liderança do Governo disse que ainda persistem alguns vícios de iniciativa no projeto. Portanto, gostaria de um pouquinho mais de tempo. Se a gente não encerrasse a discussão, nós iríamos aprofundar esse debate para que a gente pudesse, de fato, atender o apelo da Senadora Vanessa e fazer um esforço...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sugiro vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Ou vista. Está bem. Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Assim, fica dada vista coletiva ao projeto.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1. O projeto será analisado pelas Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

2. Em 19/10/2016 o projeto foi pautado e retirado a pedido do relator, para reexame.

3. Em 24/10/2017, foi retirado de pauta a pedido do autor, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, é o Senador Fernando Bezerra que relata o projeto de minha autoria. O parecer dele é pela rejeição.

O meu projeto procura fazer justiça. Todos nós sabemos que, na geração de energia, o Estado gerador não cobra ICMS sobre a energia porque o ICMS não é cobrado no Estado produtor, e sim no Estado consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, o Pará, que daqui a pouco tempo será o maior produtor de energia do Brasil – hoje já tem Tucuruí e Belo Monte entrando em funcionamento – só tem condições de tributar com o ICMS um terço na energia de Tucuruí, o resto vai para o Brasil todo. A de Belo Monte vai toda para o Brasil, é toda exportada. Fiz um projeto que disponibilizava um percentual dessa energia gerada para que fosse aplicado no Estado, que fosse um instrumento de incentivo que o Estado produtor de energia teria para atrair novos investimentos, podendo oferecer essa energia em valores menores do que os de mercado.

O Senador Fernando Bezerra – e quero agradecer a ele – tem tido toda a boa vontade para que possamos encontrar um caminho para que o projeto possa continuar tramitando. O Governo é contrário ao projeto, mas eu não me dou por vencido. Eu pediria novamente ao Senador Fernando Bezerra que nós pudéssemos retirá-lo de pauta para encontrarmos esse caminho que leve a fazer justiça, não só com o Estado do Pará não, mas com todos os Estados que são exportadores de energia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Atendendo ao apelo do nobre companheiro, o Senador Flexa Ribeiro, eu peço a retirada de pauta do projeto para que a gente possa esgotar as possibilidades de um possível entendimento. Embora estejamos ainda distantes, o Senador Flexa Ribeiro é diligente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Merece a nossa compreensão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... muito esforçado e dedicado, e merece, portanto, a nossa atenção para vermos se é possível encontrarmos alguma forma de atender a justa reivindicação dele no sentido de oferecer uma compensação adicional para os Estados produtores de energia hidroelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, pelo atendimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra. Além da sua competência, já de conhecimento nosso, é xará também, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, essa matéria apresentada no projeto de lei do Senador Flexa Ribeiro é uma matéria sobre a qual nós precisamos nos debruçar mais. Lá em 88, o Constituinte, atendendo aos reclamos do Estado mais rico da Federação, colocou que a cobrança do ICMS sobre petróleo, gás e energia é no destino, ou seja, o Estado produtor não recebe nada e transfere para o Estado consumidor. No entanto, no caso do restante do ICMS – automóveis, eletrodomésticos, todos os outros ICMS –, a cobrança é na origem, e não no destino.

Por exemplo, nós do Ceará, ao comprarmos um carro fabricado em São Paulo: São Paulo fica com o emprego, com o salário, com a infraestrutura, com a tecnologia, com as aposentadorias, com as pensões e, como nós cobramos o seu excedente de produção, nós somos obrigados a mandar para eles 7% do valor do produto. Isso vale para tudo.

Dois anos atrás, nós enfrentamos um debate muito duro aqui no Congresso Nacional sobre o comércio eletrônico, porque 100% ficavam na origem, e todas as grandes empresas que trabalhavam no comércio eletrônico, para variar, estavam sediadas em São Paulo – uma ou outra fora de São Paulo, mas o grosso em São Paulo. Tivemos que aprovar uma emenda constitucional. Tivemos que regulamentar, passamos mais ou menos três anos aqui no Senado Federal construindo esse entendimento, depois ratificado pela Câmara, e mesmo assim os três Senadores do Estado de São Paulo votaram contra o resto do Brasil. E ali era mais grave: eles ficavam com 100% do ICMS. E esse comércio eletrônico é crescente.

Nós precisamos resolver logo em seguida uma questão do ICMS importação em dois Estados: no Estado do Espírito Santo e no Estado de Santa Catarina, que davam um incentivo fiscal muito forte em detrimento do resto dos portos do Brasil e dos outros Estados que tinham importação. E esse sistema dava um prejuízo médio ao Estado de São Paulo de R$400 milhões a R$450 milhões. E nós fomos lá, aprovamos uma resolução sobre isso, beneficiou o Ceará, beneficiou Pernambuco, beneficiou o Pará, que são Estados que também têm portos, mas o grande beneficiário foi o Estado de São Paulo.

Fizemos um debate mais recentemente para que pudéssemos ter uma presença maior da malha aérea nos Estados mais distantes, mais periféricos, principalmente das regiões Norte e Nordeste, em face de o nosso poder aquisitivo ser menor e as passagens aéreas serem padronizadas, para ver se a gente tinha um mecanismo que aumentasse em 190 e poucos voos principalmente nessas regiões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

beneficiando também São Paulo, mas de modo que nós também fôssemos beneficiados. Perdemos, por maioria de votos, e agora vem esta matéria.

Até um tempo atrás, parte dos Estados não eram produtores de energia, particularmente o chamado Nordeste Setentrional, porque a nossa matriz energética de geração de energia era baseada nos recursos hídricos. No Nordeste Setentrional, há muita gente, gente trabalhadora, mas, lamentavelmente, pouca água. Somos o maior Semiárido do mundo, o Semiárido mais populoso do mundo, tem 29% da população, mas nós não temos água. E, aí, depois de um longo debate e entendimento com Pernambuco, com a Bahia, essa construção, construímos um processo de interligação de bacias e, com as novas tecnologias, tecnologia eólica e, principalmente, a tecnologia solar, nós estamos conseguindo gerar energia.

Em 2016, o Estado do Ceará produziu 110% da energia de que ele necessitava. Em outras palavras, um Estado que até os anos 80 era totalmente importador de energia hoje é gerador de energia, e tivemos um ano bom, de muito vento, em 2016. O desdobramento disso é que, quando há muito vento, Fernando Bezerra, nosso Ministro, nosso Senador, chuva não há, mas tivemos muito vento e, com isso, geramos muita energia, e esse Estado hoje é também exportador de energia, porque joga no sistema.

Se você vai para o Rio Grande do Norte, para Pernambuco, para a Bahia, Sergipe, Alagoas, até para o nosso Piauí – eu chamo até o nosso Piauí, porque era o Estado não marítimo e, aí, fizemos aquela permuta para que o Piauí fosse também um Estado marítimo –, vê que se está gerando muita energia, e eu diria que, na área de energia solar, é o que tem o maior parque, está concluindo esse processo. Portanto, esses Estados todos passam a ser também produtores de energia.

Então, aquela matriz que levou o Estado de São Paulo a convencer a maioria dos Constituintes para que, no petróleo e gás e também na geração de energia, o ICMS fosse o do destino porque interessava diretamente a eles, hoje está diferente, e esse projeto do Senador Flexa Ribeiro soma com isso. Portanto, está na hora de nós discutirmos um pouco mais essa questão do Pacto Federativo com o seguinte olhar: ou todo o ICMS é no destino, que é o que eu advogo, ou vamos colocar todos na origem, para que aqueles que produzem tenham também o direito de receber um pouco desses impostos, porque hoje nós só entramos com o desgaste, com a infraestrutura, mas, na hora de receber os impostos para alavancar também a nossa economia, termina indo tudo para o Estado de São Paulo.

Eu sei da dificuldade, já fui Líder de Governo, sei o que isso implica, mas, generosamente, nós vamos derrotar o Líder do Governo, como eu já fui derrotado algumas vezes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado pela sua colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador José Pimentel, que fez uma belíssima intervenção e que, com muita propriedade, colocou as dificuldades dessa matéria, pois não é uma matéria simples.

Ele foi lá na origem. Eu fui Constituinte em 1988, fui Sub-Relator da Comissão de Tributação da Assembleia Nacional Constituinte. Tudo que o Senador Pimentel aqui relatou traduz a verdade sobre esse tema. Mas é importante destacar que a sociedade brasileira, o setor empresarial, todos, clamam por uma reforma do sistema tributário nacional. Todos concluem que precisamos ter um sistema tributário menos regressivo, mais progressivo, em que aqueles que ganham mais tenham que arcar com uma carga tributária maior para que haja justiça fiscal. O sistema tributário nacional tem que sair do atual modelo, que é tributar na origem, e passar a tributar no destino.

É por isso que eu tenho dificuldade de aceitar a proposta do Senador Flexa Ribeiro, porque o que ele propõe verdadeiramente é compensar os Estados produtores de energia hidrelétrica trazendo a taxação do ICMS para o local da produção. Mas a mudança que nós queremos, pela qual nós clamamos, sobretudo nós, Estados do Norte e do Nordeste, a grande mudança que nós não conseguimos efetivar, apesar de estar colocada nas Disposições Transitórias do texto constitucional, é de que o ICMS iria gradualmente perdendo a sua característica de imposto de produção e passaria a ser imposto de consumo. O problema é que nós não conseguimos nunca aprovar isso aqui para que as alíquotas para todos os produtos ...

Ele lembrou aqui o caso do automóvel, que é um dos produtos símbolos, digamos assim, da apropriação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Pernambuco agora é produtor de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Ceará também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mas isso vale, digamos assim, para que a gente possa entrar na discussão. Então, não é um tema em relação ao qual seja fácil encaminhar uma solução isolada. Por isso é que eu acho que... É óbvio que as coisas estão mudando muito, pois os Estados que outrora eram apenas importadores de energia passaram a ter um papel relevante na produção de energia – aqui foi destacada a energia eólica, a energia solar –, mas eu, particularmente, irei defender uma mudança na direção certa e não na direção, digamos assim, errada. Nós não podemos taxar a produção. Nós somos um dos poucos países do mundo que taxamos investimentos. E nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podemos estar taxando o imposto estadual ou o imposto de consumo ou o Imposto de Valor Agregado, o tal do IVA. Isso não pode ser taxado na produção, porque aí nós estaremos cometendo uma injustiça muito grande, distorcendo ainda mais, desequilibrando ainda mais a Federação.

Por isso é que eu acho que está amadurecendo o momento para uma ampla reforma do nosso sistema tributário. É difícil? É, mas essa necessidade está começando a ficar evidente. Acho que a fala do Senador José Pimentel termina corroborando as minhas preocupações e as dificuldades que tenho de acatar e de agasalhar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro, que está motivado legitimamente. O Estado do Pará é um grande produtor de energia hidrelétrica e ele está vendo que aquela riqueza sai, quando poderia deixar muito mais valor, muito mais riqueza para o Estado produtor.

Nós temos, porém, que fazer uma mudança em caráter geral, não vamos começar aqui, de certa forma, a decidir de forma pontual, porque nós somos uma Federação, somos muito desiguais, temos realidades muito distintas e, se nós não tivermos um rumo, um eixo por onde passe essa reforma tributária, nós vamos continuar produzindo essa desigualdade que foi aí traduzida no relatório do Banco Mundial, divulgado por toda a imprensa.

Nós somos um País extremamente desigual e temos políticas públicas que agravam essa desigualdade. Uma delas é o sistema fiscal: os mais ricos pagam muito pouco, os Estados mais ricos se apropriam de forma excessiva da produção nacional. Então, isso não está correto, e é por isso que eu registro aqui a minha posição, mas agradecendo a contribuição, sempre muito bem-vinda, do meu Líder, o Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com relação à produção de energia: Rondônia também, hoje, é exportadora de energia elétrica.

Eu tenho a PEC nº 124, de 2011, que trata desse tema. Já recebeu dois pareceres, um do então Senador Vital do Rêgo, favorável – depois ele saiu, foi para o Tribunal de Contas, não foi votado –, e, após o relatório do Senador Vital do Rêgo, tivemos o relatório do Senador Blairo Maggi, também favorável na CCJ, mas virou S. Exª virou Ministro e o projeto está lá para ser votado.

É nesse sentido, para nós dividirmos o ICMS da geração de energia elétrica, parte tem que ficar para o Estado produtor e parte para o Estado consumidor. Hoje, 100% do ICMS tributado vai para os Estados consumidores, Senador Sérgio, e os Estados produtores não ficam com nenhum centavo do ICMS. Vejam o exemplo do que acontece com as indústrias: as indústrias pagam o seu ICMS para o Estado produtor, não para o Estado consumidor. Eu entendo que é uma matéria pertinente.

Com prazer, ouço o Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nobres pares, Senadores e Senadoras, também queria entrar nesse debate provocado pela iniciativa do Senador que é meu colega de Estado.

Na verdade, é uma preocupação de toda a representação da Amazônia.

Eu sei, V. Exª agora declarou, que V. Exª tem uma PEC. Eu também tenho uma PEC no sentido de fazer essa inversão. O que diferencia a minha das outras é que eu faço um processo gradativo: no primeiro ano, ficam 80% no consumidor e 20% no produtor; no segundo ano, 60/40; no terceiro, 40/60; no quarto, 80/20. Isso é feito até... E cria-se um fundo ali, a partir do setor, para que, digamos assim, faça-se alguma compensação para aqueles Estados que perderiam. Então, é fundamental isso.

Por que esse sentimento da Amazônia? É exatamente o que acaba de dizer o nobre Senador Bezerra: nós haveremos de ter uma reforma tributária e fiscal capaz de corrigir distorções que, ao longo de séculos, existem na Federação brasileira, inclusive no interior da Federação, pois hoje, com certeza, os Municípios são o primo pobre nessa relação, principalmente em relação à União. E, no Brasil, há essa coisa dos Estados mais desenvolvidos e mais ricos em relação aos não menos ricos em termos de riquezas naturais, mas que não têm um processo de desenvolvimento.

A Amazônia sofreu disso ao longo da sua história: o ciclo da borracha, o ciclo da castanha, e agora está sofrendo com o ciclo do minério. Impuseram a chamada Lei Kandir ao longo do tempo para os nossos Estados exportadores por causa dessa visão colonialista que se tem em relação à Amazônia etc.

Então, eu acho que este debate aqui tem que ir fundo, e nós, representantes da Amazônia, junto com o Nordeste e outros Estados que têm essas dificuldades, haveremos de nos unir no sentido de buscar essa correção, digamos assim, ao longo do tempo e fazer uma reforma profunda, capaz de atender essas diferenças regionais hoje existentes e promover, vamos dizer, um desenvolvimento que seja igual para todos e que oportunize, através das nossas riquezas, a nossa Amazônia e o Nordeste saírem dessas diferenças para processar isso lá.

Então, é fundamental que agreguemos todas essas iniciativas em um só debate aqui, envolvendo a sua PEC, a minha, essa iniciativa do Senador Flexa e outras que eu sei que existem, no sentido de promovermos um debate mais profundo sobre essa questão da energia e do ICMS, produtor *versus* consumidor.

Eu deixo a sugestão aqui de que – não sei se nesta Comissão – agreguemos todas essas iniciativas e façamos uma audiência pública chamando os especialistas, todos os setores envolvidos, inclusive o Governo e principalmente os nossos representantes do Centro-Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul etc., para que dialoguemos no sentido de buscar, a partir desse debate profundo, soluções para essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é possível convivermos com uma situação dessa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha e passo ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu queria só fazer algumas considerações sobre a intervenção do Senador Pimentel.

Todos nós, como disse o Senador Paulo Rocha, temos PECs para fazer com que a tributação sobre petróleo e energia seja idêntica a dos outros produtos, uma parte no Estado produtor e outra parte no Estado consumidor. Mas todas as vezes em que entramos nesse debate, o Governo diz "Não, mas nós vamos fazer a reforma tributária". E, como nós não conseguimos fazer a reforma tributária, não avançam as reformas pontuais.

V. Exª, Senador Bezerra, falou há pouco também da questão da reforma pontual, mas não há como não avançarmos nela.

A questão do IVA, que é o imposto cobrado no consumo, nós a discutimos alguns anos atrás aqui exaustivamente – o Senador Walter Pinheiro era o Relator –, mas não chegamos a votá-la porque os fundos que iriam compensar os Estados que perderiam alguma receita pela transformação – incidência no consumo e não na produção – teriam que ser constitucionalizados para não termos uma outra Lei Kandir, novamente. O Governo não aceitou, em hipótese alguma, que fosse constitucionalizado; o Senador Walter Pinheiro não pôs para votar o relatório e parou tudo, não se fala mais nisso há dois anos.

O Senador Pimentel falou sobre a questão das compras eletrônicas, em que São Paulo e Rio de Janeiro praticamente ficavam com 100% – Senador Sérgio, parabéns pela Presidência da Comissão – do ICMS, o que era um absurdo. Aí já não tinha mais nem a repartição dos 7% e dos 10%. Conseguimos, depois de uma luta muito grande, fazer a distribuição, só que em cinco parcelas – eu acho que estamos com 60% agora, terceiro ano, até completar os cinco.

Outro absurdo, Senador Bezerra, era o ISS dos cartões de crédito, que também ficava todinho nas sedes dos cartões de crédito. Tudo ia para São Paulo, e não era nem para a capital, era em um Município que cobrava 1% de ISS e todos iam para lá. No volume, ficava para o Município muito bom. Então, mudamos isso: foi para o Município onde se efetua a operação. Disseram que não poderia ser feito porque não havia tecnologia, mas num instante arrumaram e está sendo assim.

Agora, Senador Fernando Bezerra, eu queria depois conversar com V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já saiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Queria conversar com V. Exª para nós tratarmos esse projeto na mesma linha de raciocínio do programa que a Chesf tem para atender os investimentos no Nordeste brasileiro com tarifas reduzidas, menores do que as de mercado.

Eu vou marcar com V. Exª para sentarmos e tentarmos fazer na Amazônia o mesmo sistema que já existe no Nordeste.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tem a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente, meus nobres companheiros, eu acho pertinente a discussão desse projeto, iniciada pelo nosso estimado Flexa Ribeiro, que teve parecer pela rejeição do nobre Senador Fernando Bezerra. Eu creio que chegou o momento... Aliás, já passou o momento de discutirmos profundas reformas estruturais em nosso País e, dentre elas, se insere a questão da reforma tributária.

Nós estamos sendo questionados sobre isso no Piauí neste exato momento, quando acabamos de inaugurar e colocar em operação um parque solar, de energia fotovoltaica, de 282 megawatts, ou seja, o maior da América do Sul. Nós Parlamentares, Deputados Federais e Senadores, estamos sendo questionados com relação a esse potencial, que já é uma realidade – o nobre Senador tem conhecimento disso – desde 2008, quando o parque eólico... E são quase 40 parques eólicos no Estado, não só no litoral – muito poucos no litoral –, mas a maior parte na confluência, no limite do nosso Estado do Piauí com os Estados de Pernambuco e Bahia. Estamos sendo questionados, sim, há mais de nove anos: o que fica para o Estado, para o Estado gerador de energia, Estado que realmente vem sofrendo de desigualdade não só inter-regional, interestadual, mas sobretudo entre as pessoas. Estamos sendo questionados com relação a isso. Quer dizer, no momento em que nós inauguramos esse grande parque de energia fotovoltaica, a sociedade está nos questionando, a nós, o Legislativo, e o próprio Executivo.

Então, creio que já passou da hora de nós, dentro dessa crise profunda do Estado brasileiro... Nós vivemos uma crise profunda que demanda uma reinvenção do Estado. Nisso se insere a maior delas, que é a crise federativa. E isso que nós estamos vendo...

Nós temos lá uma hidrelétrica que gera 240MW, feita pelo Governo, que gera ICMS e o Imposto sobre Serviços para o Município onde ela está instalada. Mas a tendência agora, depois da perda de capacidade de investimento do Estado brasileiro, é aumentarem cada vez mais os investimentos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciativa privada. E eles, os grandes investidores, têm como primeira exigência a isenção e a desoneração de toda ordem e natureza.

Então, creio que é chegado o momento de sentarmos à mesa, partidos contrários, e colocarmos o País e os interesses maiores da coletividade acima dessas questões político-partidárias e ideológicas até.

Então, eu queria, só aproveitando essa discussão, levantar essa questão que está pairando em todos os meios de comunicação do Estado do Piauí. A tendência é gerarmos cada vez mais. Os investidores estão chegando e, inclusive, participando de todos esses leilões. E a capacidade de investimento do Estado é cada vez menor. Aliás, nem cobre mais as despesas fundamentais do Estado na área da saúde, enfim, em todas as áreas que são de conhecimento de todos nós.

Então, mais uma vez eu ressalto aqui a crise do nosso Estado. O Estado brasileiro, como está, se esgotou. Não há saída. Nós estamos vendo uma situação negra, da qual não vejo saída dentro do quadro que aí está. O Estado membro da Federação, como o Rio... Fala-se do Estado do nobre Senador Lasier, o Estado do Rio Grande do Sul... Enfim, é um efeito cascata. O que está acontecendo no Rio de Janeiro, lamentavelmente e inexoravelmente, é um efeito cascata: acontecerá em todos os demais Estados brasileiros.

E nós compete, então, fazermos uma discussão que tenha um começo, um meio e um fim. Quer dizer, a sociedade não vai suportar para onde nós estamos indo. O quadro é muito desolador – é o que nos aguarda num curto prazo, não é nem em médio prazo, vamos ver isso no próximo ano.

Era essa a observação que nós queríamos fazer com relação a essa discussão da questão tributária.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Obrigado, Senador Elmano.

É o item 3, o Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2015.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015
- Não terminativo -

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatoria: Senador Wilder Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

Em 13/06/2017, a matéria foi pautada e retirada a pedido do relator, para reexame.

Em 24/10/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para considerações adicionais visto que o relatório já foi lido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente Sérgio. O relatório dessa matéria já foi lido e já foi também discutido. O passo seguinte é colocarmos em votação. Então, retorno a palavra para V. Exª para que possamos colocar em votação a matéria, que não é terminativa e, portanto, temos quórum para isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação esse relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, foi feito um apelo pelo Senador Flexa Ribeiro para que eu retirasse...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É o item 3, que já foi lido. É o item 3, que já foi lido na semana passada, foi discutido e debatido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – É o financiamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências – item 3, não terminativo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Item 3, que já foi lido e já foi discutido. Já foi discutido e já foi encerrada a discussão na semana passada. É que, como eu era Relator, eu tive que repassar a Presidência...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – A manifestação da Liderança do Governo é uma posição contrária à aprovação do projeto. Então, se houver oportunidade, a gente pode pedir vista. Se não puder pedir vista, eu tenho que manifestar a posição contrária.

Posso pedir vista? Já foi dada vista?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É o retorno da vista coletiva. Foi lido, foi feita a discussão, foi pedida vista. É o retorno da vista coletiva. Só cabe a votação agora, pode-se aprovar ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Claro, claro.

Não quero atrapalhar o debate nem a votação, mas é para manifestar a posição contrária, inclusive com a informação que me é trazida pela assessoria de que setores que são afetados por essa iniciativa pedem um pouco mais de tempo para poderem negociar, entendendo que ainda não temos a melhor redação. Mas, como o projeto ainda vai caminhar...

É terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Não. É não terminativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pronto. Então, fica a manifestação contrária do Governo. Libero aqui os nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Bom, feitos esses esclarecimentos, retorno colocando em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para o seguimento de sua tramitação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria ver da possibilidade, Senador Sérgio, da inversão do item 9, que é terminativo, mas está por ser lido já há várias sessões. É um projeto do Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Quero agradecer o Líder do meu Partido por esta oportunidade. É a primeira vez que eu estou presidindo uma Comissão. Fico muito feliz por essa oportunidade e devolvo a Presidência para o Líder Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio. Agradeço o Senador Sérgio pela brilhante passagem pela Presidência da Comissão de Infraestrutura. Eu tive que passar a Presidência, pois eu era Relator – faltou a explicação inicial – de um projeto que já foi discutido, lido e em relação ao qual houve pedido de vista na semana passada.

Atendendo o Senador Lasier Martins, vamos ao item 9, que é terminativo, em turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 2/S e 3/S, na forma das subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 4/S, todas oferecidas em turno suplementar.

Observações:

1. Em 28/03/2017, foi lido o relatório do Senador Lasier Martins, sendo aprovado o substitutivo oferecido ao projeto (Emenda nº 1-CI).

2. No turno suplementar, o Senador Valdir Raupp apresentou a Emenda nº 2/S e o Senador Pedro Chaves apresentou as Emendas nº 3/S e 4/S.

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

4. Votação nominal.

Relatório pela aprovação do substitutivo (Emenda nº 1, da CI) e das Emendas nºs 2 e 3, oferecidas em turno suplementar, na forma das subemendas apresentadas e pela rejeição da Emenda nº 4-S, oferecida no turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Acir.

Srs. Senadores e Presidente Acir, eu acho que, por ser uma matéria que trata de trânsito, ele insiste tanto em transitar por aqui... (*Risos.*)

... porque faz tempo que ele tem andado por aqui.

É um projeto muito interessante, porque diz respeito a uma pretendida segregação do trânsito rápido, em rodovias rápidas, a ideia é separá-lo do trânsito nas vias locais. É disso que trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, volta ao exame desta Comissão, em turno suplementar, o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Após a aprovação, por esta Comissão, de substitutivo integral (Emenda nº 1) ao projeto em análise, foram-lhe oferecidas a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Valdir Raupp, e as Emendas nºs 3-S e 4-S, ambas de autoria do Senador Pedro Chaves.

A Emenda nº 1 (Substitutivo) destinou-se a, além do propósito original do projeto, priorizar os contornos, anéis, arcos viários, rodovias perimetrais ou variantes em detrimento das travessias urbanas, como forma de segregar o trânsito local do rodoviário e, além disso, determinar como requisito urbanístico para aprovação de novos loteamentos a não conexão direta das vias locais com rodovias e vias de trânsito rápido.

A Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Valdir Raupp, destina-se a alterar a redação proposta para o novo inciso V do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que trata dos requisitos urbanísticos para aprovação de loteamentos, para que o tráfego entre vias locais, em loteamentos, e as vias de trânsito rápido ou rodovias seja feito necessariamente através de vias coletoras.

Na justificação, o Senador Valdir Raupp destaca o propósito de evitar o risco de insegurança jurídica, por considerar a redação da Emenda nº 1 demasiado vaga para aplicação segura pelas autoridades municipais de planejamento urbano.

A Emenda nº 3-S, de autoria do Senador Pedro Chaves, destina-se a alterar a redação proposta para o novo art. 19-A da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a segregação de que trata o PLS a estudos técnicos e econômicos articulados com o Poder Público municipal e estadual, atrelados a processos de licenciamento ambiental.

A Emenda nº 4-S, também de autoria do Senador Pedro Chaves, destina-se a alterar a redação proposta para o novo inciso V do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para restringir apenas a conexão direta das rodovias federais com o tráfego das vias locais em loteamentos, excluindo do âmbito do projeto as rodovias estaduais, municipais e mesmo as vias de trânsito rápido da abrangência da competência municipal.

Na justificação, argumenta o nobre Senador Pedro Chaves que o Governo já vem adotando soluções, caso a caso, que evitam as travessias urbanas, inclusive em rodovias já existentes, e que a fixação de um cronograma não seria oportuna, bem como considera que o projeto deve restringir-se tão somente às rodovias federais.

A matéria tramitará apenas nesta Comissão, em turno suplementar, onde deverá obter decisão terminativa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos art. 282... E aí posso abreviar um pouco. Não há nenhum óbice regimental, constitucional ou jurídico.

Então, vamos ao mérito.

No mérito, a Emenda nº 2 afasta a dúvida que poderia haver na Administração municipal quanto a que tipo de via poderia conectar o loteamento urbano às vias de trânsito rápido e rodovias, se vias arteriais e também coletoras ou apenas estas. Contudo, entendemos oportuno corrigir a redação, apenas para substituir o termo "vias de tráfego rápido" por "vias de trânsito rápido" em harmonia com a redação do Código de Trânsito Brasileiro e em obediência à lógica expressa no art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da redação das leis.

Em razão de termos acatado a Emenda nº 2 é que rejeitamos a Emenda nº 4. Destacamos, além disso, que não seria possível nem lógico restringir a competência municipal de evitar conexões perigosas entre vias locais e rodovias somente se a rodovia em questão for federal.

No mérito, em razão de aspectos técnicos de similaridade entre vias de trânsito rápido e rodovias, notadamente quanto à velocidade máxima de circulação dos veículos, é que também não existe razão em excluir da competência municipal as vias de trânsito rápido. Aliás, à luz dos conceitos e definições do CTB, as vias de trânsito rápido não devem possuir acesso direto aos lotes lindeiros, enquanto as vias arteriais podem ter acesso direto a esses lotes. Assim, também a fim de afastarmos dúvidas quanto à competência municipal, rejeitamos a Emenda nº 4.

A Emenda nº 3 traz observações pertinentes. Aduz o autor que o Governo está inserindo nos programas de exploração das concessões rodoviárias soluções de segregação para o tráfego local. Numa perspectiva mais realista da situação, entendemos, de fato, que essas medidas devem ser integradas com outras políticas urbanas que regulem e controlem o uso e ocupação do solo, evitando-se espalhamentos e desenvolvimentos urbanos eventualmente incompatíveis com diretrizes e tipologias previstas em outros instrumentos e políticas urbanas ou ambientais.

No entanto, consideramos necessário manter a obrigação de o Executivo fixar um cronograma para atendimento da solução mais adequada, sem a necessidade de pormenorizar e engessar, no texto legal, a forma como se dará a solução caso a caso. Mas entendemos que essa exigência deve ser direcionada para cada caso, especificamente, e não sob a égide de um cronograma geral, que pode restar inócuo, face às peculiaridades e ao dinamismo dessas áreas.

Com a obtenção da clareza na segregação de fluxos e sua efetiva aplicação, esperamos observar o incremento na produtividade nacional, pois as rodovias não mais sofrerão da interferência com a malha urbana (o que acarreta restrição de sua velocidade operacional), porém, melhor que isso, nós esperamos ver diminuídas as perdas humanas em acidentes nas estradas, em decorrência dos mal resolvidos conflitos de trânsito com o ambiente urbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, com a redação dada pela Emenda nº 1 - CI, bem como pela aprovação da emenda nº 2 – S e 3 – S, na forma das subemendas que ora apresentamos, e pela rejeição da Emenda nº 4 – S, todas desta Comissão.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 2 – S (De redação)

(Turno Suplementar)

Substitua-se na redação do inciso V do art. 4º previsto na Emenda nº 2 – S ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, o termo "vias de tráfego rápido" por "vias de trânsito rápido".

SUBEMENDA À EMENDA Nº 3 – S

(Turno Suplementar)

Dê-se ao art. 19-A previsto na Emenda nº 3 – S ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015 a seguinte redação:

> Art. 19-A. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal deverão ser prioritariamente segregadas das vias locais urbanas, e seus impactos negativos no ambiente urbano minorados.
> §1º A segregação de que trata o *caput* além de ter sua solução desenvolvida para cada caso específico, em função de estudos técnicos e econômicos, vinculada a processos de licenciamento ambiental, e articulada com o poder público municipal e estadual, deverá, respeitados critérios de acessibilidade, mobilidade e segurança, priorizar os contornos, anéis, arcos viários, rodovias perimetrais ou variantes em detrimento das travessias urbanas, respeitados os aspectos constantes na legislação específica e regulamentos.
> E §2º O regulamento disporá sobre a elaboração de cronogramas específicos para o atendimento do disposto neste artigo.

É o relatório, Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado. Meus cumprimentos pela relatoria, que foi muito clara e objetiva.

Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, eu queria agradecer o Senador Lasier pelo parecer dele sobre o nosso projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema é tão simples que não haveria necessidade de se ter uma lei para que fosse segregado o trânsito no trecho urbano das rodovias federais, de trânsito intenso.

É claro que você está numa rodovia... Isso nós temos em todo o Brasil, não é só a 163...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aqui no DF temos um exemplo: o Eixão é uma rodovia federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

Então, você não tem como não fazer essa segregação, porque você acaba tendo acidentes e perdas de vidas em função disso. E mesmo as cidades que são atravessadas pela rodovia federal ficam quase que imprensadas, ali, pelo tráfego. Então, não haveria necessidade, mas, lamentavelmente...

Mas eu quero agradecer ao Senador Lasier o parecer favorável e pedir o apoio dos meus pares para que possamos fazer andar o projeto.

E eu gostaria de pedir ao Senador Lasier... Na subemenda à Emenda 3-S, no §1º do art. 19-A... Ou melhor, no art. 19-A, no *caput*, está: "As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal deverão ser prioritariamente segregadas...".

Eu pediria a V. Exª que tirasse o "prioritariamente", porque, se nós não deixarmos apenas "deverão ser segregadas", esse "prioritariamente" nunca vai ser prioridade. Então, nós vamos ficar mesmo sem ter uma lei que faça a segregação.

É só essa a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra o Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Concordo inteiramente, porque a expressão "prioritariamente", aqui, diminui completamente a força, relativiza o que se pode fazer. Então, estou inteiramente de acordo. Vamos tratar disso. Vou retirar a palavra, então, e ficará o item da seguinte maneira: "As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal deverão ser segregadas das vias locais urbanas, e seus impactos negativos no ambiente urbano minorados."

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Relator.

Senador Elmano Férrer, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Nós vamos enfrentar um probleminha, porque há Municípios que terão dificuldade para isso.

No Rio Grande do Sul há duas cidades, Sr. Presidente: uma delas é a cidade de Entre-Ijuís. Há uma rodovia federal bem no meio da cidade, e não existem ainda passarelas, não existem... A cidade é dividida por uma faixa federal. E há também a cidade de Canoas, que é uma cidade grande, uma cidade de 400 mil ou 500 mil habitantes – embora esta tenha túneis. Mas há muito tempo se discute esse problema lá, porque é uma cidade dividida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma responsabilidade do Governo Federal fazê-lo, não do Município, Senador Lasier. Então, a União, através do DNIT, que cuida das rodovias, tem obrigação de fazer essas obras para atender a esse projeto e adequá-lo.

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente, é importante essa lei – inclusive, eu quero me congratular com o nosso Flexa Ribeiro –, mas é bom que nós lembremos do passado não muito distante, talvez, em que os políticos da época eram demandados para que as rodovias federais, e até as estaduais, passassem pelo meio da cidade.

Então, hoje nós nos deparamos com um problema sério – eu me refiro ao meu Estado e a outros Estados –, porque as rodovias federais causam transtornos, não só com relação ao tráfego, no centro das vias mais importantes dessas cidades, que nasceram, muitas delas, em função das rodovias...

Mas hoje nós estamos no sentido contrário. É importante, digamos, no Sistema Nacional de Viação, estabelecer a obrigatoriedade de se ter um anel viário tirando a travessia urbana do centro em muitas cidades no Brasil.

Agora, eu digo isso porque estou com três cidades importantes em que a travessia urbana é uma realidade, fruto de demandas políticas do passado. Claro que, a partir de setenta e pouco, parece-me, elas passaram a ser projetadas e executadas já fazendo um anel viário, um contorno do perímetro urbano, mas a lei vai obrigar. Quer dizer, vai fazer parte do programa nacional de viação.

Essa obrigatoriedade vai demandar recursos. Nós temos esse problema dos recursos, e eu acho que nós teríamos que avançar na questão da lei orçamentária, priorizando esses gargalos que há em cidades de porte médio. Agora que conseguimos tirar na capital do Estado, onde fui Prefeito. Conseguimos, mas com recursos do Estado, com o empréstimo que o Estado fez para realizar uma obra que é da competência federal.

Então, há essas questões de planejamento que estão, mais uma vez, faltando no nosso País. Nós agimos como bombeiros – ocorre o fato, você vai lá apagar o incêndio – e não como planejadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só me congratular com o Flexa e com o relatório do nosso estimado Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Elmano.

Encerrada a discussão, ficamos aguardando, então, quórum para que possamos deliberar a matéria já lida e discutida. Vamos somente aguardar o quórum.

Vamos para o último item do dia.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a renovação da outorga da ferrovia de Carajás.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene; o Exmo Ministro dos Transportes, Sr. Maurício Quintella; o Diretor-Geral da ANTT, Sr. Jorge Bastos; e o Presidente da Vale, Sr. Fábio Schvartsman.

Justificação.

A recente Lei 13.448, de 2017, permitiu que os detentores de concessões federais possam renová-las antecipadamente desde que paguem pela outorga ou realizem investimentos em infraestrutura, cabendo ao Governo Federal utilizar esses recursos ou direcionar os investimentos para contribuir com a melhoria da infraestrutura do País.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, na justificativa já se diz da necessidade de fazermos essa audiência pública. Eu já disse, no início da reunião de hoje, que é muito importante, porque a nossa preocupação – nossa que eu digo é do Estado do Pará – é que esses recursos que virão da outorga da Ferrovia de Carajás, da renovação da concessão da Ferrovia de Carajás, pela sua antecipação, sejam utilizados em outros projetos fora do Estado do Pará.

Então, nós queremos já fazer essa discussão, fazer o alerta, para que os recursos da renovação da outorga da Ferrovia de Carajás sejam usados no Pará, como as outras antecipações das outras outorgas sejam usadas no Estado de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve já uma manifestação do Governo de que os recursos da renovação da outorga da Ferrovia de Carajás seriam usados para completar a Transnordestina. Não temos nada contra a Transnordestina. Pelo contrário, somos a favor, mas primeiro vamos usar no Estado do Pará, que precisa, inclusive, de várias obras de infraestrutura, em especial a Ferrovia Paraense.

Eu agradeço a V. Exª por ter feito a apreciação extrapauta do requerimento.

Eu só pediria a V. Exª – houve um esquecimento – que possamos aditar ao convite o nome do Secretário de Desenvolvimento do Estado do Pará, Adnan Demarchi, para vir também à audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras que participaram desta reunião.

Convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 12 de dezembro, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quinze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Sérgio de Castro, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Roberto Muniz, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel e Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Sérgio de Castro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com duas subemendas. **Observação:** Durante a discussão, o Senador Flexa Ribeiro apresenta duas subemendas à Emenda nº 1-CI (substitutivo), que são acolhidas pelo relator ad hoc, Senador Sérgio de Castro. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e iniciada a discussão da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e iniciada a discussão da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62 de 2017** que: "Requer que, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestar informações acerca das relações da pasta com representantes do governo do Reino Unido e empresas multinacionais do petróleo e: i) exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; ii) política de conteúdo local e impostos cobrados de empresas estrangeiras na exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; iii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro." **Autoria:** Senador Lindbergh

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farias. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93,incisos I e II do RISF, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Telefônica/Vivo, que troca multas por investimentos no setor." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Sérgio de Castro e Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/12

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata de reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de darmos início à pauta do dia de hoje, Senador, eu gostaria de apresentar à Comissão dois pontos importantes: um comunicado que recebemos da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Asantaq), encaminhado a esta Comissão, sobre a recondução ao cargo de Diretor-Geral da Antaq, Sr. Adalberto Tokarski.

> A Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Asantaq, fundada em 12 de maio de 2006, vem, no estrito cumprimento de suas atribuições associativas, informar que a maioria dos servidores, em consulta realizada em 6 de dezembro de 2017, opinaram pelo apoio à recondução do Diretor Adalberto Tokarski ao cargo de diretor da Antaq.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Adalberto Tokarski é engenheiro civil, atua em cargo estratégico dentro da estrutura funcional da Antaq desde 2006, ocupou o cargo de diretor da Agência em 2014 e a Direção Geral da Antaq em 2016.

Diante do exposto, a Associação dos Servidores da Antaq solicita de Vossa Excelência o seu indispensável apoio para o processo de recondução do Sr. Adalberto Tokarski ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Atenciosamente, Joelson Neves Miranda, Diretor Presidente interino da Asantaq (Associação Nacional dos Transportes Aquaviários).

Isso é apenas para dar conhecimento à Comissão.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de prestar informações aos Srs. Senadores e aos senhores telespectadores que nos acompanham pelas mídias do Senado de uma prestação de contas das nossas atividades na Comissão de Infraestrutura do Senado da República.

Reuniões da Comissão: deliberativas foram 24; 11 audiências públicas; 5 indicações de autoridades; 3 diligências; 43 reuniões no total, atividades em reunião nesta Comissão.

Audiências públicas: transporte rodoviário, 3 audiências – manutenção e conservação da BR-319; duplicação da BR-101, no Espírito Santo; e concessão da BR-364, no trecho Comodoro-Porto Velho. Sobre transporte ferroviário, 2 audiências públicas, Senador Flexa Ribeiro – Ferrovia Transcontinental, Bioceânica, e Ferrovia Transnordestina e Bioceânica.

Tivemos também no transporte aéreo e viário uma discussão sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, que limita a alíquota do ICMS do combustível de aviação, para que pudéssemos desconcentrar a aviação nacional e pudéssemos aumentar a competitividade e, por via de consequência, haver a redução do preço das passagens com aumento da competitividade. Lamentavelmente, esse processo foi aprovado aqui, mas, no plenário, ele teve um número substantivo de apoiamento, mas não o suficiente para alcançar o número de votos para ser aprovado.

Saneamento. Também tivemos uma audiência pública sobre investimentos do BNDES em saneamento, com o objetivo de debater ações de investimentos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento e Infraestrutura.

A área de energia creio que tenha sido um dos pontos fortes da nossa Comissão neste ano. Fizemos três audiências públicas nessa área: uma sobre fornecimento de gás da Petrobras para a Região Norte, mais especificamente a Amazonas Energia; uma segunda com relação à privatização da Eletrobras, com a presença do próprio Ministro nesta Casa; uma terceira sobre risco hidrológico para o setor elétrico, com a presença do ONS, Aneel e do próprio Ministério de Minas e Energia.

Transporte de passageiros. Tivemos uma audiência sobre a regulamentação do Uber, que também foi uma matéria bastante polêmica debatida nesta Comissão.

Proposições apreciadas: 9 projetos de lei, 6 sobre autoridades, 58 requerimentos, 3 outras matérias, 2 emendas à LDO, 5 emendas à LOA. Portanto, um total de 83 proposituras foram analisadas.

Autoridades: Marcelo Vinaud Prado, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Francisval Dias Mendes, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; José Cesário Cecchi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Anatel), na vaga do Sr. Igor Vilas Boas de Freitas; Dirceu Cardoso Amorelli Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e Mauro de Moura Magalhães, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Diligências. No dia 28 de abril, em Porto Velho, reunião com autoridades para debater processo de concessão e duplicação da BR-364 no trecho Comodoro-Porto Velho. No dia 18/5, em Vilhena, em Rondônia, reunião com autoridades para debater as obras da BR-435, nos Municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena, em Rondônia, e na BR-364, entre os Municípios de Cacoal e Vilhena. Em 19/5, em Juína, Mato Grosso, visita técnica à BR-364, entre Cacoal e Vilhena; visita técnica à ferrovia que liga Sapezal, Mato Grosso, a Porto Velho; reunião com as autoridades para debater a situação da 364 e da 174, entre os Municípios de Vilhena e Juína.

Emendas à LDO. Construção do trecho da BR-319, entre as capitais dos Estados de Rondônia e Amazonas; construção, reforma e aparelhamento de aeroportos regionais; construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas aeronáutica, civil e aeroportuária de interesse federal.

Apropriação na Lei de Orçamento Anual. Manutenção de trechos rodoviários nacionais; construção do trecho rodoviário entre Humaitá, BR-317 e BR-230, no Estado do Amazonas; construção no trecho ferroviário Sapezal-Porto Velho e fiscalização dos serviços de transporte rodoviário remanejamento.

O e-Cidadania, participação que tivemos nas diversas audiências públicas aqui na nossa Comissão, participação direta do cidadão com questões, interagindo, fazendo sugestões. Como os senhores podem perceber, no dia 26 de setembro, a audiência pública sobre a privatização da Eletrobras alcançou 515 participações no e-Cidadania, um número bastante expressivo diante da participação nos outros debates.

Esses eram os pontos a serem apresentados do ano de 2017, nesta última reunião deliberativa que fazemos no ano, diante dos nossos colegas Senadores e também diante da opinião pública que nos acompanha.

Vamos agora aos itens não terminativos da pauta.

Como ainda não alcançamos o quórum para deliberação, eu sugiro, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, que passemos ao item 3, de relatoria do Senador Flexa, para que ele possa fazer a leitura do Projeto de Lei nº 291, de 2013. Podemos fazer a leitura e a discussão e deixar pendente apenas a votação, até alcançarmos o quórum necessário.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Eduardo Braga, Presidente da CI, Senador Sérgio de Castro, bom dia a todos.

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 291, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda. A matéria pretende regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

O projeto altera o inciso I do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de junho de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a cobrança, de forma separada, dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. A proposição ainda acrescenta um inciso ao §1º do art. 29 para condicionar a cobrança dos serviços públicos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saneamento básico à efetiva prestação do serviço, observando-se, para os serviços de esgotamento sanitário, a proporcionalidade entre a cobrança e os níveis de tratamento e de disposição final dos esgotos coletados.

Finalmente, o projeto acrescenta um parágrafo ao art. 45 da Lei nº 11.445, de 2007, para impor multa administrativa ao incorporador, construtor ou proprietário de edificação permanente urbana que se omita ou se recuse a conectá-la à rede pública de esgotamento sanitário, desde que previamente notificado a fazê-lo.

Na justificação da proposição, o Senador Cyro Miranda argumenta que o sistema vigente de cobrança de tarifas desses serviços, previsto na Lei nº 11.445, de 2007, tem contribuído para o quadro atual de baixo atendimento dos serviços de esgotamento sanitário, em comparação com o abastecimento de água. Nesse regime, a cobrança pelos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pode ser estabelecida – aspas – "para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente" – fecho aspas. Na prática, cobra-se pelo esgotamento o mesmo valor cobrado pela água, o que induz o prestador do serviço a economizar no tratamento e disposição final dos resíduos.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a matéria recebeu parecer favorável, com uma emenda de técnica legislativa. Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deliberar terminativamente sobre o projeto. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre a matéria. Em se tratando de decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, concordamos com a argumentação do autor no sentido de que a cobrança conjunta dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário desestimula a expansão da cobertura da rede de coleta de esgoto e o nível adequado de tratamento dos dejetos, especialmente tendo em vista que a imensa maioria dos Municípios não instituiu a regulação dos serviços demandada pela Lei nº 11.445, de 2007. Nesse contexto, o valor cobrado dos usuários não guarda qualquer relação necessária com os custos do serviço efetivamente prestado.

Conforme a justificação da matéria, ainda predomina a cobrança conjunta, mesmo que os níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgotos sejam precários. Isso resulta na cobrança pelas concessionárias de esgotamento sanitário de um serviço nem sempre prestado. Pretende-se superar esse problema ao condicionar a cobrança à efetiva prestação do serviço, observada sua proporcionalidade com os níveis de tratamento e disposição final dos esgotos coletados, conforme parâmetros definidos em regulamento. Finalmente, para evitar um dos eventuais impactos negativos da cobrança em separado, o projeto impõe uma multa administrativa àqueles que não conectarem a edificação permanente urbana à rede pública de esgotamento sanitário.

Entendemos, no entanto, que mais importante que a cobrança em separado do abastecimento de água e do esgotamento sanitário é a discriminação dos custos relativos a cada serviço. A cobrança do esgotamento isolada do abastecimento de água exigiria a instalação de hidrômetros nas tubulações de esgoto, o que acarretaria custos adicionais e enfrentaria dificuldades técnicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrentes da ausência de pressurização. Além disso, impediria que o inadimplemento desse serviço fosse apenado com o corte do abastecimento de água, o que poderia causar sérios problemas de financiamento do serviço. Nesse sentido apresentamos emenda substitutiva destinada a exigir não a cobrança, mas o cálculo da tarifa em separado, preservado, assim, o objetivo maior do projeto, que é a indução ao tratamento das águas residuárias.

Não se admite que a ocupação urbana possa ocorrer sem adequado esgotamento sanitário, sob pena de se colocar em risco a saúde pública e a proteção do meio ambiente. A multa que o projeto pretende instituir para o proprietário de edificação que se recuse a conectá-la à rede de esgotamento reforça essa vinculação da casa à cidade, que é essencial ao desenvolvimento urbano.

A implantação de redes de infraestrutura tem um custo de investimento que precisa ser amortizado, além de custos fixos de manutenção que independem do consumo dos usuários. Além disso, a disponibilidade das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário valoriza os terrenos por elas servidos. Não é justo, portanto, que alguns proprietários se evadam do pagamento desses custos, seja mantendo seus lotes ociosos, seja recusando-se a conectar as edificações construídas às redes de infraestrutura, onerando assim os proprietários adimplentes com a obrigação de conectar suas unidades à rede pública.

Neste sentido, propomos, no substitutivo apresentado, que os proprietários de lotes sejam obrigados a pagar pela disponibilidade do serviço independentemente da conexão das suas edificações às redes de infraestrutura existentes. Tal medida não apenas contribuirá para assegurar condições adequadas de salubridade e proteção ambiental, mas também desestimulará a retenção especulativa de áreas urbanizadas, promovendo, assim, uma ocupação do solo mais eficiente e sustentável.

Por fim, explicitamos que a conexão à rede de esgoto deve ser feita de forma adequada, e que a multa administrativa pela recusa ou omissão em conectar sua edificação à rede não exime o proprietário de responsabilidade pelos danos ambientais causados.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013, e da Emenda nº 1-CMA, nos termos da seguinte Emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CI (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2013

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para disciplinar a cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 29 e 45 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.....

I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que serão calculados e informados ao usuário separadamente para cada serviço, podendo a cobrança ser feita isolada ou conjuntamente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 1º .....

.....

IX – condicionamento da cobrança à disponibilidade ou efetiva prestação do serviço, observada ainda, no caso do esgotamento sanitário, sua proporcionalidade com os níveis de tratamento e disposição final dos esgotos coletados, conforme parâmetros definidos em regulamento.

....." (NR)

"Art. 45.....

.....

§ 3º A omissão ou recusa do proprietário de edificação permanente urbana em adequadamente conectá-la as redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis, desde que previamente notificado a fazê-lo, ensejará a imposição de multa administrativa, sem prejuízo da responsabilização pelos danos ambientais causados.

§ 4º Os proprietários de lotes servidos por serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderão ser cobrados pela disponibilidade das respectivas redes, independentemente da conexão a que se refere o *caput* deste artigo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em discussão o Projeto de Lei nº 291, de autoria do Senador Cyro Miranda e relatado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Eu pergunto se um dos Srs. Senadores gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o projeto trata de um dos temas mais relevantes para o País e quero elogiar o substitutivo apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que aperfeiçoou o projeto.

Então, a minha palavra é de apoio à aprovação ao projeto e ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria dizer, Senador Flexa, da importância desta matéria e queria trazer um outro enfoque com relação também a essa questão da tarifa de água e de esgoto.

Está tramitando, inclusive, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, na CAE, um projeto de minha autoria que cria a tarifa social de água e de esgoto, porque as concessionárias estão cobrando, na minha opinião, de forma equivocada água e esgoto conjuntamente e com um percentual que, no caso do Amazonas, é igual ao da água, ou seja, 100% de cobertura, quando não temos sequer 30% de cobertura na cidade de Manaus.

Além disso, Senador Flexa, nas áreas onde os investimentos não foram feitos pela concessionária, como nos projetos Minha Casa, Minha Vida, em que todo o investimento é feito de forma financiada e subsidiada pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal – a concessionária recebe o investimento realizado, pronto, apenas para operar –, ela também está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobrando com uma tarifa plena como se ela tivesse feito os investimentos, como se ela tivesse, portanto, direito à taxa de retorno de investimento, coisa que ela não tem, criando situações de absoluta desigualdade entre a cobrança da casa pelo projeto Minha Casa, Minha Vida, na faixa de zero a três salários mínimos, e a conta de água e de esgoto. Enquanto o mutuário paga R$50, R$70 pela moradia, ele paga às vezes R$300, R$400 pela conta de água.

Portanto, além de separar a cobrança da água e do esgoto, criando os critérios – e aqui quero cumprimentar pelo mérito do projeto e o mérito do substitutivo –, é importante criar, tal qual foi criada na energia elétrica a tarifa social da energia elétrica, como criou o Estado de Minas Gerais, como criou o Estado do Espírito Santo – o Estado de V. Exª já tem –, a tarifa social para água e esgoto, para fazer frente aos programas sociais habitacionais que são, via de regra, subsidiados ou pelo Governo Federal ou pelo governo do Estado, para dar acesso ao sonho da casa própria.

Ora, o sonho da casa própria acaba sendo inviabilizado exatamente pela cobrança exorbitante da concessionária, que não fez nenhum investimento naquela área.

Via de regra, essas pessoas que são alocadas nesses programas são pessoas que moravam em áreas de invasão ou em beira de igarapés e que não tinham água encanada ou, se tivessem, eram gatos, eram perdas não comerciais ou perdas comerciais, que eram feitas à concessionária. Iam lá, sangravam a adutora e botavam água na sua casa, sem hidrômetro, sem nada, não pagavam nada. Da mesma forma, a energia elétrica. Essas pessoas não pagavam energia elétrica de forma formalizada. Eram perdas não comerciais ou comerciais. Iam lá, faziam gancho na rede elétrica e traziam, às vezes até com arame farpado, energia para suas casas.

Ora, de repente fazemos um projeto social importante, seja ele com projeto do Governo Federal do Minha Casa, Minha Vida, seja ele com programas estaduais, como nós fizemos o Pró-Moradia, no Amazonas; o Estado do Pará também deve ter tido o seu projeto habitacional; o Estado do Espírito Santo da mesma forma; Rondônia, da mesma forma, e aquele cidadão que vivia em uma invasão e que não pagava água, esgoto e energia elétrica vem para o projeto social da casa própria com intenção de pagar R$50 ou R$70 pela casa própria e se vê cobrado pela companhia concessionária de água e esgoto por taxas que são quatro ou cinco vezes maior do que o que ele paga sobre o valor da casa. Isso acaba criando um problema, porque, depois de algum tempo, a concessionária vai lá e corta a água e o esgoto, e aí nós começamos a gerar uma bola de neve também de injustiças sociais dentro dos programas sociais habitacionais.

Portanto, quero louvar o substitutivo de V. Exª, o projeto de autoria do Senador Cyro Miranda, e quero destacar a necessidade de a CAE aprovar esse projeto de tarifa social, que se somaria a este para dar mais justiça e transparência à cobrança por parte das concessionárias de saneamento em diversos níveis em nossas cidades e em nosso País, porque isso está causando grande desconforto aos usuários que não conseguem pagar exatamente por essa situação.

Por outro lado, não conseguimos avançar nos investimentos principalmente de rede de esgoto, que é o grande déficit que nós temos, porque as concessionárias ou não cumprem as suas submetas, ou não cumprem as suas metas. As agências reguladoras estaduais, por outro lado, não aplicam as multas e as sanções administrativas do poder concedente, que é o Município, em relação a isso, e essa situação vem se arrastando já há algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, venho fazer essa observação, apoiar o projeto de V. Exª, o substitutivo, e destacar mais uma vez a necessidade de termos uma tarifa social que possa viabilizar esses empreendimentos que são feitos e subsidiados pelo Governo Federal, pelo governo estadual e pelo governo municipal, para fazer frente a uma demanda de casa própria, tão necessária em nosso País.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, nós já tivemos oportunidade de, anteriormente, discutir, primeiro, o relatório que eu apresentei sobre projeto do Senador Cyro Miranda, da maior importância. O Senador Cyro, Senador pelo Estado de Goiás, deixou esse projeto, que continua tramitando até ser transformado em lei, porque é necessário.

Na realidade, naquela altura em que foi discutido inicialmente, nós chegamos até fazer um requerimento, também com V. Exª, Senador Eduardo, para fazermos uma audiência pública aqui para discutirmos exatamente a questão dos investimentos privados no sistema de água e tratamento de resíduos sólidos de esgoto para os Estados e Municípios. Naquela altura, chegamos até a falar, eu lembro bem que V. Exª colocou exatamente o mesmo que agora, novamente, a dificuldade que a cidade de Manaus – não o Estado do Amazonas, mas a cidade de Manaus – encontrou com a privatização do sistema de saneamento e água. Também falamos que o importante, quando você faz uma subconcessão, que não é uma privatização, ou uma privatização, é que, na discussão da modelagem, se faça a previsão de todas essas questões, protegendo o usuário.

Então, V. Exª tem toda razão. Tarifa social eu acho que os Estados todos têm, o Pará tem. Então, os que são contemplados com uma unidade do Minha Casa, Minha Vida com certeza vão estar enquadrados na tarifa social, e não em função do tratamento prestado de esgoto.

O que o projeto do Senador Cyro traz de importante é que, como V. Exª falou, e no Pará é da mesma forma, quando há um sistema de esgoto em que o usuário pode fazer a ligação da sua unidade, ele passa a pagar 100% do valor da água. Então, se ele consumir R$50 de água, ele vai pagar R$50 de esgoto, e o projeto do Senador Cyro traz que haja uma proporcionalidade no serviço prestado. Então, não será 100%.

E mais do que isso: na conta, na cobrança, que pode ser feita separada ou isoladamente, separada ou em conjunto – eu acho que em conjunto dá mais segurança para quem vai fazer o investimento, porque não tem como cortar esgoto e, se você não tem como cortar, corta a água –, estando em conjunto, você tem essa possibilidade de fazer o corte. Mas mais importante do que essa questão é você efetivamente fazer demonstração do cálculo do valor cobrado na conta. Então, a empresa não vai só, simplesmente, cobrar um valor x. Não. Ela tem que fazer o cálculo de como chegou a esse valor x e, aí, ela faz a cobrança, porque eu acho que ela vai optar, apesar de o projeto fazer a opção entre a cobrança isolada ou em conjunto, deve optar por fazer em conjunto.

Agora, uma coisa é fato: não há mais como a sociedade brasileira, os brasileiros, eu diria até de qualquer Região – lógico que em Região desenvolvida, como Sul e Sudeste, eles têm hoje uma condição muito superior em tratamento de esgoto, como também no fornecimento de água, do que nas nossas Regiões, tanto o Nordeste, como a Amazônia, o Norte, o Centro-Oeste... Então, o Governo do Presidente Michel Temer lançou há um tempo um programa capitaneado pelo BNDES para financiar a privatização dos sistemas de esgotamento sanitário e água. Está andando. Já aderiram, me parece, 18 Estados ao programa. Inclusive, o Pará contratou, por intermédio do BNDES, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consultoria para fazer um estudo e colocar no mercado, em seguida, a possibilidade de privatização ou concessão.

A diferença entre privatização ou subconcessão é que na subconcessão não se extingue a companhia de água e esgoto do Estado, se for do Estado ou do Município. Ela continua existindo, a operação passa a ser feita pelo investidor privado e a cobrança separa o que vai ser pago ao investidor pelo investimento e pela gestão do sistema e o que fica para a companhia de água. Então, esse processo está em andamento.

Eu acho que o caminho para que nós possamos oferecer isso a todos os cidadãos de qualquer lugar do Brasil é esse projeto que foi agora encaminhado a nível nacional e oferecido a todos os Estados. Eu não vejo outro caminho. O Estado brasileiro não tem capacidade para fazer investimentos nesse sistema em todo o Brasil. Só para o primeiro estudo que o BNDES fez através dessa consultoria para o saneamento e a água no sistema, no Pará, na região metropolitana, abrangendo só três Municípios, dá alguma coisa em torno de R$7 bilhões. Então, não tem como.

Eu acho que o mais caro, mas respeitando a questão da modelagem, pois tem que proteger o usuário, é não ter a água potável e não ter o tratamento sanitário do esgotamento. Por quê? Porque aí vêm as doenças que são transmitidas por falta desse líquido tão precioso que é a água. E custa quanto? Quanto custa para a União, para o Brasil, bancar o tratamento? Não faz preventivamente e vai fazer depois de contraídas as doenças.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu apenas quero cumprimentá-lo, Senador Acir, dizendo o seguinte: a experiência de Manaus, Senador Flexa Ribeiro, nos ensinou que mesmo fazendo toda essa questão de modelagem, estabelecimento de meta, estabelecimento de submeta, de cobertura de qualidade tanto da água quanto do esgoto, se não for o Estado a alavancar os investimentos para atendimento das camadas mais humildes da população, a iniciativa privada não vai investir.

Vou lhe dar um exemplo do Estado do Amazonas: a água, em Manaus, foi privatizada no final dos anos 90, início dos anos 2000. Eu chego ao Governo do Estado em 2003, já com três, quatro anos de privatização da Cosama, que não deixou saudade porque era conhecida como "Colama". Mas o que aconteceu 20 anos depois? Não fosse o Estado ter conseguido fazer um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público para que pudesse fazer uma nova tomada d'água, conhecida em Manaus como Proama, para gerar água e uma nova estação de tratamento para atender a zona norte e a zona leste, até hoje a cobertura de água na cidade de Manaus não teria chegado aos 93%, 96%, como é hoje.

Ou seja, nós temos que dar uma modelagem que flexibilize até a possibilidade de o Estado, em PPP, alavancar investimentos para atender não só as camadas mais humildes da população, mas também atender os Municípios do interior do Estado, em parceria com a iniciativa privada. Porque hoje, no Amazonas, como a Cosama perdeu a cidade de Manaus, não tem mais, há 20 anos, o que aconteceu no interior do Estado? O Estado simplesmente entregou o serviço de água para os Municípios. E os Municípios não têm capacidade financeira para tocar o serviço de água. Então, a água é praticamente abastecida no interior do Estado com coleta bruta, quando não é poço artesiano que abastece a cidade do interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós vivemos uma realidade um pouco diferente da do resto do Brasil na nossa região, em função de que a grande atratividade acontece provavelmente na região metropolitana, no caso do Pará – no caso do Amazonas a certo modo também na região metropolitana, mas o que nós temos de privatização é só a cidade de Manaus. E o que nós estamos assistindo é a uma deterioração das estruturas existentes antes da privatização, e nas áreas privatizadas, mesmo assim, a iniciativa privada não fez os investimentos se não fosse com a alavanca do Estado. Porque foi o Estado que contraiu o empréstimo na Caixa Econômica Federal e no Ministério das Cidades para poder fazer o Proama e tirar um milhão de manauaras da questão da água, que era uma questão absurda que existia na cidade de Manaus.

Portanto, é meritório, repito, o projeto apresentado Senador Cyro, mas acho que temos muito a avançar ainda nessa questão do saneamento, principalmente na Região Norte do País, que é onde nós temos uma nova fronteira de desenvolvimento humano do Brasil chegando.

Senador Acir, ouço V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, de fato nós temos que avançar muito com relação ao saneamento básico no Norte, no Estado de Rondônia principalmente. Na minha cidade, por exemplo, Ji-Paraná, nós temos 2% de saneamento básico, e é a segunda cidade do Estado.

Então, a dificuldade é grande, os investimentos são necessários, portanto a presença do Estado e da União tem que ser importante, tem que ser forte para que a gente possa avançar nessas questões.

Eu quero cumprimentar o Senador Flexa pelo seu relatório e também o Senador Cyro Miranda pela iniciativa. Tenho certeza de que o Senador está nos assistindo agora, o Senador Cyro Miranda, que teve uma passagem importante aqui pelo Senado. Mando um abraço para o Senador e o cumprimento e parabenizo por essa inciativa. Parabenizo também o Senador Flexa pelo relatório importante que faz.

Esses são os nossos comentários, ressaltando a importância que temos nessa questão de saneamento e água no Norte, em especial no nosso Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Vamos agora ao Item 6.

Não tenho quórum ainda. Se pudesse votar, a gente já colocaria em votação.

Vamos agora ao Item 6, que é outro projeto de lei relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, de autoria do Senador Wilder Morais, que trata exatamente do Programa Minha Casa, Minha Vida.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

2. Votação nominal.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, o projeto do Senador Wilder Morais é da maior importância. Ele propõe que, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, seja instalada uma placa de geração de energia fotovoltaica sem ônus para o adquirente.

É interessante que, pelo programa, você coloca um tanque de aquecimento de água nas casas, o qual fica sobre o telhado, em regiões onde não há necessidade, como a nossa. A gente vai verificar a inauguração de um conjunto entregue, e está lá o tamborzinho, lá em cima, e não há necessidade.

A placa, não. A placa é realmente uma iniciativa que é extremamente importante. Acho que V. Exª, que já foi Ministro das Minas e Energia, sabe como o Brasil tem avançado. Mesmo que tardiamente, tem avançado na geração de energia limpa, seja eólica, seja fotovoltaica. A fotovoltaica estava – vamos dizer – com menos velocidade, mas agora avançou, em função... Normalmente é assim: vem uma tecnologia, o custo da implantação é muito alto, até que, ao longo do tempo, vá reduzindo, e ela se torne viável.

No caso, aqui, da placa, que se gere a um custo que seja compatível, que concorra com as outras formas de geração de energia.

Então, o projeto do Senador Wilder, o 224, de 2015... Vou direto ao voto, Presidente, porque é um projeto com cuja aprovação todos concordam. Ele está dentro de todas... Ele está enquadrado nos critérios de aprovação, como no de constitucionalidade.

O voto, Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS 224, de 2015, nos termos da emenda substitutiva.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Bem, eu queria só fazer um comentário na discussão desse projeto.

Efetivamente, houve um descasamento entre a energia eólica e a energia fotovoltaica, pelo que disse o Senador Flexa, por causa da questão do custo e por causa da questão da atualização tecnológica das placas, mas também porque não havia dentro do Governo, até 2015, um valor de referência que estimulasse a microgeração descentralizada para os painéis fotovoltaicos. Em 2015, numa medida provisória e numa ação de regulamentação do Governo Federal, foi criado o valor de referência para a energia fotovoltaica, o que estimula projetos como este. Inclusive, no Estado da Bahia, há um projeto muito interessante em que um conjunto Minha Casa, Minha Vida sofreu um projeto piloto, com uma organização social, em que se instalaram vários painéis fotovoltaicos para produzir energia elétrica na geração descentralizada, na microgeração descentralizada, que gera renda para o conjunto e que hoje emprega mais de cem funcionários nessa atividade, nesse conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

habitacional. Ou seja, gera-se energia, gera-se renda, gera-se atividade econômica, gera-se emprego na manutenção.

Portanto, esse é um projeto vencedor, eu acho que é um projeto... O Senador Wilder tem todo o mérito de ter apresentado um projeto que estimula efetivamente a geração de emprego, que estimula a geração de energia elétrica no centro consumidor, portanto é uma microgeração descentralizada dentro do centro consumidor e que deve merecer o apoiamento desta Casa.

Lamentavelmente não temos quórum ainda para poder deliberar matérias terminativas e não terminativas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Eu gostaria de solicitar ao Senador Flexa Ribeiro que nos detalhasse quem é que vai pagar a conta desse sistema, quem é que vai... Afinal, é a União quem paga a instalação? E com que meios? Nós temos um Orçamento da União extremamente deficitário, há um esforço fiscal enorme no País. Como é que... É só um esclarecimento. Pode ser que, no decorrer do relatório, haja uma explicação para o assunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Sérgio de Castro, o pagamento, no próprio projeto do Senador Wilder, é sem ônus para o adquirente, ou seja, será custeado pela a União, como custeia a maior parte da unidade. Não havia... Por muito tempo a construção de unidade para baixa renda não avançava, V.Exª sabe disso, não havia condições de as pessoas de baixa renda adquirirem a sua residência. Com o advento dos recursos do OGU, do Orçamento da União, para custear parte dessas unidades, quase todas, algumas até que são custeadas em 100%, é para que o usuário possa pagar, como disse o Senador Eduardo Braga, R$50 pela prestação do imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A partir da criação da figura do valor de referência do megawatt-hora produzido por placas fotovoltaicas, quando reconhecido pela EPE e pela Aneel o projeto, ele ganha um PPA. O PPA é nada mais nada menos que um documento que credencia aquela determinada entidade a ser produtora de geração microdistribuída dentro do sistema interligado. Com esse PPA, ele consegue financiamento, seja na própria Caixa Econômica Federal, com taxas diferenciadas, porque faz parte do PPI, seja no BNDES também porque faz parte do programa do PPI. É isso que viabilizou e destravou o surgimento agora de tantos parques fotovoltaicos que começam a acontecer, sejam parques para energia de reserva, em função dos leilões que o Governo executa – e o Governo volta agora, em dezembro, a executar leilões de energia de reserva, e de energia de base, portanto, o Governo começa a fazer os seus leilões novamente –, seja através de chamamento, porque isso é um chamamento, para geração microdistribuída no caso da fotovoltaica.

Então, a fonte de financiamento advém da própria geração de energia elétrica, através do PPA. Ele se habilita junto à Caixa Econômica e junto a outros bancos, com uma tarifa diferenciada no programa prioritário de investimento do Governo Federal e acaba viabilizando renda, geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

energia, receita, etc., como a energia eólica e a energia fotovoltaica estão gerando renda em vários Municípios do Nordeste e do Sul do Brasil para fazer a locação dos seus postes ou dos seus painéis, e que tem sido hoje fonte de renda para inúmeras pessoas do Sertão do Piauí, do Sertão de Pernambuco, do Sertão do Ceará; até mesmo no Maranhão já começamos agora a ter energia eólica fazendo renda não só para quem gera energia, mas para quem aluga um ponto para colocar os painéis fotovoltaicos ou as torres eólicas.

Portanto, a engenharia financeira financia tudo isso a partir do valor de referência que foi estabelecido, que gera um PPA, e, com esse PPA, pode, então, financiar programas como esse no projeto Minha Casa ou em qualquer outro projeto em que haja telhado ou área para se poder criar um parque gerador na microgeração distribuída.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Este projeto, Senador Sérgio, como diz o autor, não onera a unidade para o adquirente. Ele não vai pagar por isso, vai ser desbancado pela União. Agora, como o Senador Eduardo Braga falou, hoje já existem microgeradores de energia que instalam na sua residência, uma ou duas, dependendo da necessidade, e, ao se conectarem à rede geral, passam a ter uma conta corrente. Se gerar mais que consumir, ele vai receber, ao invés de pagar energia. Se gerar menos, ele paga só a diferença. Então, isso é uma prática que está se ampliando e deve ser mesmo ampliada.

Imagine esses prédios todos com aquelas lâminas de vidro em toda a sua fachada, se substituírem essas lâminas de vidro por célula fotovoltaica! Aí todo mundo vai gerar energia suficiente para atender as suas necessidades.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senador Flexa, Presidente, tentei botar um sistema desse na minha residência e não consegui. Ele não era viável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em que ano?

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Agora. Recentemente. Precisava de mais de seis anos para poder devolver o recurso, o investimento que foi feito, e não consegui financiamento, nem na Caixa, nem em nenhuma outra instituição financeira, que garantisse esse prazo de retorno.

Então, é esse o ponto que estou levantando, em função de uma dificuldade pessoal, vivida, de uma vontade que tive de instalar, porque acho que é uma energia limpa, um mecanismo muito inteligente, em que a pessoa deixa de gastar e deduz, ou seja, quando o sistema não funciona, a pessoa pode deduzir o que compra com o excesso que gera durante o dia. Mas eu tenho esse receio.

Precisamos cuidar para que toda essa engenharia financeira de que tive notícia realmente exista e seja aplicável, porque, aí sim, nós temos um fato positivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Quero concordar com V. Exª, Senador Sérgio, porque o que ainda está acontecendo é que a microgeração distribuída depende muito da vontade da distribuidora, no caso lá do Estado do Espírito Santo, de ela dar um documento que viabilize esse financiamento. Caso contrário, efetivamente, um microgerador independente, etc., terá que se financiar com recursos próprios ou com taxas de recursos que sejam, no caso de Sergipe, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando estamos falando de conjuntos habitacionais, estamos falando de um parque gerador. E esse parque gerador, aí sim, pode enquadrar-se junto à Aneel, junto à EPE, e ter um PPA. Aí, com um PPA, ele facilita esse financiamento. Agora, no individual, depende muito da distribuidora, que ainda não absorveu bem. Às vezes, até não tem o *smart grid* necessário para poder fazer a medição da entrada e da saída de geração microdistribuída, mas essa é uma tendência. E a gente acha de que o mercado vai acabar se acomodando, porque a demanda virá. É uma questão que é boa para o mercado, é boa para todos.

Bem, quero informar que nós acabamos de alcançar o quórum. Portanto, nós podemos votar as matérias não terminativas com o quórum que nós temos, que é um quórum não presencial, mas registrado no painel.

Então, gostaria de propor, como esse item que nós estávamos debatendo é terminativo, é preciso ter quórum presencial, podemos voltar ao Item 1...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Muito bem. O Senador Flexa Ribeira acaba de apresentar duas emendas a essa matéria.

Senador Sérgio, V. Exª vai se ausentar? Porque se V. Exª pudesse... Não sei se V. Exª está a par desse projeto que eu reputo importante. Eu não vi as emendas do eminente Senador Flexa Ribeiro, mas o Senador Flexa apresenta duas emendas, e deveria ser nomeado um relator *ad hoc*, para se votar essa matéria.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014

- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

Autoria: Deputado Heuler Cruvinel e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 23/03/2016 foi aprovado o RQI 14/2016, de autoria do Senador Jorge Viana, para realização de audiência pública de instrução da matéria.

2. Em 01/06/2016 foi realizada a audiência pública de instrução da matéria demandada pelo RQI 14/2016.

3. Em 03/10/2017, foi lido o relatório do Senador Jorge Viana, pela aprovação nos termos do substitutivo.

O Senador Flexa Ribeiro apresenta duas emendas – pela movimentação, eu creio que seja a Liderança do Governo que está solicitando isso ao Senador Flexa –, que dizem o seguinte:

> Dê-se ao art. 1º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65 a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 1º Esta lei institui encargo a ser utilizado para custear investimento necessário para a disponibilidade de pontos de carga para veículos elétricos e híbridos. [Institui encargos, Senador Flexa?]
>
> §1º Para efeito dessa lei, são veículos elétricos aqueles acionados por motor elétrico ou cujas baterias possam ser recarregadas a partir de uma tomada.
>
> §2º Para aplicação desta lei, enquadram-se na condição de veículos elétricos os veículos híbridos cujas baterias também podem ser recarregadas a partir de uma tomada.

Bem, os veículos híbridos são carregados autonomamente, mas não vejo impedimento com relação a isso.

A outra emenda é:

> [...]
>
> Art. 2º Os agentes de distribuição de energia elétrica poderão instalar pontos de recarga para veículos elétricos em suas áreas de atuação para grupo de consumidores que manifestar interesse de utilizar o serviço.
>
> .....
>
> § 6º Os padrões técnicos de instalação dos pontos de consumo de eletricidade serão definidos em regulamentação do Poder Executivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A primeira emenda apresentada, de que V. Exª fez a leitura, é só o §2º.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu sei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O art. 1º, §1º fazem parte do projeto. A emenda é aditar o §2º.

E a segunda emenda é para incluir no art. 2º o §6º:

> §6º Os padrões técnicos de instalação dos pontos de consumo de eletricidade serão definidos em regulamentação do Poder Executivo.

É para haver uma regulamentação para poder instalar.

Quanto à primeira, V. Exª já definiu que são os veículos híbridos que podem abastecer também as suas baterias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu pergunto ao Senador Sérgio se o Senador se sente confortável para relatar *ad hoc* esse projeto.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, V. Exª passa a ser nosso Relator *ad hoc*, para que sejam dados pareceres a essas emendas e ao relatório, para vermos se podemos votar essa matéria ainda na reunião de hoje.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Como Relator.) – Eu entendo que as emendas apresentadas aperfeiçoam o relatório feito pelo Senador Flexa Ribeiro, e o meu entendimento, meu voto é de que essas emendas sejam aceitas pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu só pediria depois, Senador Sérgio, que V. Exª mandasse por escrito. Nós podemos votar o relatório feito oralmente, e o gabinete depois nos encaminha, só para formalizarmos o processo.

Em discussão o parecer do Senador Sérgio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o Item 1 da pauta, Projeto de Lei nº 65, de autoria do Deputado Heuler Cruvinel, com Relatoria do Senador Jorge Viana e Relatoria *ad hoc* do Senador Sérgio.

Há itens não terminativos ainda na pauta, requerimentos que estão na pauta para serem votados.

Quanto ao Item 10, o autor do requerimento, Senador Lindbergh, não está presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, dos dois requerimentos, os autores não se encontram aqui. Então vamos deixar para a próxima reunião, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não se encontram presentes. Apenas para cumprir meu dever como Presidente, tenho que indagar se algum dos Senadores aqui presentes os subscreveria. Como me parece que não há quem os subscreva, não estando o Senador Lindbergh presente, e o outro requerimento sendo de autoria do Senador Roberto Rocha, que também não está presente, ficam prejudicados pela ausência dos Srs. Senadores.

Vou declarar encerrada a presente reunião.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, e declaro encerrada esta reunião, convocando nova reunião deliberativa no ano de 2018.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinco minutos do dia hum de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Dário Berger, Paulo Rocha, Ângela Portela, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Wilder Morais e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro." Autoria: Deputado Domingos Neto. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." Autoria: Deputado Hildo Rocha. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 52 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir os planos de investimento e estrutura de gestão da Petrobras no Rio Grande do Norte, em especial quanto à Refinaria Potiguar Clara Camarão." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. É lido pela Presidente moção de apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, 2017, que visa tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aprovada por ocasião da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, realizada no Senado Federal, no auditório Petrônio Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/01

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Passo para a fase de comunicados.

Primeiramente queremos fazer o registro de que realizamos, no último dia 26, quinta-feira passada, mais uma etapa regional, em Porto Alegre do ciclo de debates que diz respeito à importância do Fundeb para o desenvolvimento regional. O debate em Porto Alegre, quinta-feira passada, foi realizado no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com a presença de expositores e debatedores convidados pela Comissão de Desenvolvimento Regional, a quem quero agradecer neste exato momento: Prof. Gilmar Soares, Secretário de Assuntos Educacionais, que representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Marcelo Mallmann, Vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente para o Rio Grande do Sul da Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Profª Angelita Lucas, dirigente sindical e Presidente do Fórum Municipal de Educação de São Leopoldo, que representou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Jonas Reis, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Porto Alegre (Sinpa); Rosane Zan, Diretora do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, representando o CPERS, o sindicato.

Aliás, aqui, mais uma vez, o nosso abraço de solidariedade aos servidores municipais de Porto Alegre, bem como aos meus colegas professores e professoras, trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, em especial de Porto Alegre, que se encontram em greve em busca de respeito às condições de trabalho, que começa por algo sagrado, o calendário de pagamento, o pagamento em dia dos seus salários, bem como a defesa da escola pública, da educação pública. Então, quero agradecer a presença, repito, do CPERS, do Sinpa, da Atempa também, a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre), que lá esteve presente, através da Márcia Lousada. Então, meu abraço a vocês, com votos de que as negociações possam ser estabelecidas e que avancem na perspectiva de atender às justas reivindicações dos servidores municipais de Porto Alegre, bem como dos demais trabalhadores em educação do Estado.

Quero agradecer aqui ainda, também, a Débora Rocha, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que participou do debate; à Profª Sônia Ogiba, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – muito importante também, Sonia, sua presença. E quero agradecer aqui à Deputada Federal Maria do Rosário, que lá esteve. Mais do que esteve, o mandato da Deputada Maria do Rosário foi parceiro para que nós realizássemos mais essa etapa do ciclo de debates acerca da PEC nº 24/2017, que torna o Fundeb permanente – PEC de autoria da Senadora Lídice da Mata, da qual eu tenho a honra de ser a Relatora. Então, quero agradecer aqui à Deputada Maria do Rosário e a todos que fazem o seu mandato pelo empenho na parceria na realização do nosso ciclo de debates no Rio Grande do Sul.

Também aqui quero agradecer ao Deputado Federal Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que lá esteve também prestigiando o nosso debate.

E o meu agradecimento muito especial à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que nos acolheu com todo o carinho. Quero fazê-lo, agradecendo na pessoa de seu Presidente, o Deputado Adão, bem como à Miriam, Deputada Estadual e ao Deputado Tortelli, que nos receberam em Porto Alegre, na última quinta-feira, e participaram do debate.

É muito importante realizar esses debates de caráter regional, porque com isso, Senadora Regina, nós estamos cumprindo o nosso papel, que é dar conhecimento e ouvir a sociedade acerca dessa importante matéria que está tramitando já aqui no Congresso Nacional, que é a PEC nº 24, de 2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Essa PEC, como disse lá em Porto Alegre, quinta-feira, não é uma matéria qualquer, de maneira nenhuma. Ela vem para tornar o Fundeb uma política permanente, uma vez que o Fundeb tem prazo de vigência previsto agora para o ano de 2020. Por isso que nós estamos nos antecipando e já fazendo esse debate, para tornar o Fundeb uma política permanente. Portanto, fazer com que ele agora vá para o corpo da nossa Constituição. Uma política permanente significa que ele não vai ser mais uma política provisória; significa que ele não tem mais prazo de validade. E, associado a isso, a outra mudança que nós queremos promover com a PEC do Fundeb é ampliar a participação financeira da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União junto aos Estados e Municípios, considerando os desafios que nós temos pela frente, que são as metas do Plano Nacional de Educação; considerando que as principais atribuições e as maiores responsabilidades de assegurar a educação básica da creche, do ensino infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e das diversas modalidades e as etapas da educação básica, como educação de jovens e adultos, como educação no campo etc., essas principais atribuições e responsabilidades, de acordo com a própria Constituição Federal, cabem exatamente aos Municípios e aos Estados – aos Municípios, inclusive, que são os elos mais frágeis nessa cadeia de responsabilidades, mas são os Municípios, repito, que têm a responsabilidade de garantir creche para as nossas crianças de zero a três, de garantir ir à escola, de garantir o ensino fundamental.

Desse modo, não dá mais para a gente adiar esse debate do ponto de vista da repartição dos recursos de forma federativa, no sentido de fazer com que o Governo Federal assuma um compromisso maior em matéria de apoio financeiro aos Estados e Municípios. O Governo Federal, hoje, entra só com 10% dos recursos que compõem o Fundeb. Os Municípios e os Estados entram com 90%.

Então, a PEC, para concluir, repito, não quer apenas tornar o Fundeb uma política permanente, o que dispensa comentários, porque precisa, sim, se tornar permanente o Fundeb, porquanto ele é imprescindível para garantir a oferta de educação básica nas redes estaduais e nas redes municipais, nas redes públicas por este País afora.

Sem o Fundeb, nós teríamos uma tragédia, porque, simplesmente, nós iríamos jogar na exclusão social mais de 50 milhões de estudantes pelo País afora, porque é esse o contingente atendido nas redes estaduais e nas redes municipais, com, repito, o suporte fundamental do Fundeb.

Agora, o Plano Nacional de Educação está aí, com novas metas, mais escolas, mais creches, mais educação em tempo integral, e, ao mesmo tempo, as metas de melhoria salarial dos professores. E essas metas não vão ser, de maneira nenhuma, realizadas se não houver, repito, um aporte financeiro substancial por parte do Governo Federal. E a forma mais adequada de a gente tratar esse assunto é exatamente, agora, quando da Proposta de Emenda à Constituição, para tornar o Fundeb permanente. É aproveitarmos e, portanto, estabelecermos que o Governo Federal vai ter de ampliar a participação financeira junto aos Estados e Municípios, sobretudo nesses tempos de Emenda 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais, que tirou o piso mínimo da educação, inclusive da Constituição. Daí a importância maior ainda de a gente tratar do tema do Fundeb. Até porque o Fundeb ficou excluído da política de teto de gastos.

Então, eu quero agradecer a todos e todas que se empenharam e participaram do debate sobre a PEC do Fundeb, lá em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, quero aqui adiantar que nós devemos realizar outra etapa regional sobre a PEC do Fundeb. Essa próxima etapa deverá ser na Região Sudeste, no Estado de Minas Gerais.

Quero aqui também conclamar os nobres pares, membros da Comissão Desenvolvimento Regional, a ficarem atentos e apoiarem as nossas emendas apresentadas pela CDR à Proposta de Lei Orçamentária para 2018 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e à votação de matérias. Vamos passar agora para a fase de requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria à Senadora Regina para presidir os trabalhos para que eu pudesse apresentar aqui... (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 52, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir os planos de investimento e estrutura de gestão da Petrobras no Rio Grande do Norte, em especial quanto à Refinaria Potiguar Clara Camarão.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Passo a palavra a V. Exª para encaminhar seu requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Senadora Regina, a notícia que circula internamente na Petrobras de que a Refinaria Potiguar Clara Camarão perderá a autonomia, voltando a ser gerenciada pela Diretoria de Exploração e Produção da empresa, é motivo de grande preocupação para nós lá no Rio Grande do Norte.

Senadora Regina, se for confirmada, essa decisão representará um dos maiores retrocessos no que diz respeito ao histórico de investimentos da Petrobras no Rio Grande do Norte, impactando não só o Rio Grande do Norte, mas o desenvolvimento regional do País. Acaba sendo um impacto não apenas para o Rio Grande do Norte, mas para todo o Nordeste.

Essa ação, infelizmente, faz parte do desmonte da Petrobras, que se iniciou há um ano e que tem nos causado muita preocupação com, por exemplo, o abandono já dos campos maduros. Isso já está acontecendo no meu Estado, no Ceará etc.

No início deste semestre, por exemplo, a Petrobras anunciou a privatização de 30 áreas produtoras de petróleo nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse foi o maior ataque às áreas de petróleo, de produção de petróleo, em águas rasas desde a era privatizante do governo Fernando Henrique, nos anos 90.

No Rio Grande do Norte, para se ter uma ideia, 34 campos terrestres foram colocados à venda pela empresa. Vou repetir: no Rio Grande do Norte, 34 campos terrestres foram colocados à venda pela empresa. A Petrobras está se desfazendo dos campos maduros, lá no Estado, e agora acha pouco, Senadora... Agora, é a vez da Refinaria Clara Camarão.

Então, diante dessa gravidade, qual é meu papel aqui enquanto Senadora, representante do povo potiguar? É exatamente, em primeiro lugar, promover o debate, trazer aqui a Petrobras, pedir explicações exatamente à Petrobras. Até porque não se justifica, Senadora Regina, tomar uma decisão dessa sem nenhum debate, nem com governador, com gestores lá no plano local, com a classe política, com os setores produtivos, com a classe empresarial, com os trabalhadores, não. Simples assim.

De repente a notícia que circula é que vai se desativar a Refinaria Clara Camarão. Então, diante dessa gravidade, apresentamos requerimento, ora aqui em debate, para realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é presidida por mim, para discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os planos de investimento e estrutura de gestão da Petrobras no Rio Grande do Norte, em especial quanto à Refinaria Potiguar Clara Camarão.

Segundo o presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates, a medida vinha sendo discutida há algum tempo, com alto grau de discordâncias internas, devido às consequências dessa decisão para o Rio Grande do Norte e para todo o Nordeste.

Mas agora, ao que tudo indica, o que não passava de um boato está tomando forma. Vale ressaltar que o método que a Petrobras está utilizando também é totalmente inadequado. Tomar uma decisão dessa, como acabei de mencionar aqui, Senadora Regina, sem nenhum diálogo com gestores, governo do Estado, setor produtivo, representante dos trabalhadores, sindicato dos petroleiros lá do nosso Estado, enfim, sem diálogo nenhum, nenhum...

Isso revela, infelizmente, uma atitude altamente autoritária. Como bem lembrou Jean Paul Prates, não se trata de uma decisão interna sem maiores consequências. Essa medida significa que a Refinaria Potiguar Clara Camarão deixará de ser considerada uma Refinaria. Ou seja, ficará totalmente excluída do plano estratégico e das discussões da Diretoria de Refino e Gás Natural, anteriormente denominada Refino e Abastecimento.

A Refinaria Potiguar Clara Camarão, Senadora Regina, é uma unidade lucrativa, que conta com histórico de gestores e operadores técnicos competentes e bem sucedidos nas suas respectivas missões. Essa refinaria foi fruto de muita luta, foi uma conquista para o Rio Grande do Norte e um sinalizador de novos empreendimentos e investimentos no futuro. A Refinaria foi uma conquista dos nossos governos, Senadora Regina, dos governos do PT. Hoje, ela possui 120 empregados próprios e 280 contratados. Nas bases já instaladas, operam nove distribuidoras, sendo três proprietárias e seis em diferentes regimes como comodato, aluguel, acordo de operação, recompra, entre outras. Isso mostra, portanto, a importância e potencial da unidade como refinaria, e não como unidade de processamento de gás natural, como querem transformá-la.

Recentemente, a refinaria passou por uma ampliação, contando com incentivos fiscais do Governo estadual para o combustível, que duplicou sua capacidade de produção de querosene de aviação. Isso inclusive serviu para atrair novos investimentos para o Estado, incluindo a possibilidade de acolher centros de conexões de voos no Aeroporto Internacional Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante.

A Refinaria Potiguar Clara Camarão também recebeu, recentemente, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorização para passar a processar 45 mil barris por dia de petróleo, com possibilidade de expansão, em curto prazo, para 66 mil barris por dia de capacidade. Veja, a própria ANP, reconhecendo a importância e a sustentabilidade da Refinaria Clara Camarão, autorizou a expansão do processamento de barris para 45 mil e já sinalizando para ampliar mais ainda a expansão para 66 mil barris. Com isso, inclusive, Senadora Regina, a nossa Refinaria Clara Camarão passou à frente da Refinaria de Manaus, a Reman, quanto à capacidade de processamento.

Então, vejam, uma conquista como essa, importante para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, e para o Nordeste, e que deveria ser comemorada como consolidação de uma jornada que pode levar à revitalização do setor de petróleo no Estado, se devidamente trabalhada... Ao invés disso, ao que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos assistindo agora? Na prática, simplesmente o que eles querem é desativar a Refinaria Clara Camarão – repito –, se for confirmada a notícia que circula na própria Petrobras.

A nova capacidade da Refinaria Clara Camarão representa a possibilidade de refinar quase 80% da produção de petróleo atual de toda a bacia potiguar, que inclui campos no Rio Grande do Norte e no Ceará, podendo rapidamente se atingir a autossuficiência em refino no Estado.

A despeito das sucessivas conquistas de aumento de capacidade, aprimoramentos técnicos, investimentos em expansão e gestão técnica e comercial especializada da Clara Camarão, eles decidem nos retirar a refinaria – a Petrobras – sob alegação de redução de custos. Ante essa sentença de morte da Refinaria Clara Camarão, decidimos apresentar o presente requerimento de audiência pública aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Por isso, Senadora Regina, o requerimento para realização dessa audiência pública, diante da gravidade desses fatos. Nós esperamos contar com a presença, primeiro, de toda a Bancada federal lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e dos demais integrantes aqui desta Comissão. Estamos convidando também o Presidente da Petrobras, o Sr. Pedro Parente; a Diretora da Exploração e Produção da Petrobras, Solange da Silva Guedes. Estamos convidando também o Governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria; o Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates. Estamos convidando também o Diretor do SindiPetro/RN, José Antonio de Araújo; o Secretário Estadual de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, Flávio Azevedo. Estamos convidando também o Diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino Ramos; o Gerente-Geral da E&P UO-RN/CE, Tuerte Amaral Rolim; e o Gerente-Geral da Refinaria Potiguar Clara Camarão, Wagner Diniz Boni.

Na verdade, Senadora Regina, repito: diante de um fato desse, que pode impactar seriamente não só o Rio Grande do Norte, mas o próprio Nordeste, nós consideramos, mais do que nunca, que é oportuno que esta Comissão, que trata de desenvolvimento regional – não é, Senadora Regina? –, abra suas portas para fazer esse debate. Nós estamos aqui convidando, até porque esperamos que não seja necessário a gente fazer uma convocação. Portanto, esperamos que, sob a forma de convite, o Presidente da Petrobras, o Sr. Pedro Parente, apareça, bem como os demais diretores que lidam diretamente com essa área da exploração e produção da Petrobras, assim como as demais autoridades do nosso Estado, desde o Governador, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a representação do setor empresarial, como o Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético, assim como o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, o Sr. Amaro Sales, e o Diretor do SindiPetro, que é o representante dos petroleiros, que é o Sr. José Antonio de Araújo.

Essa audiência é, em primeiro lugar, para que nós tenhamos aqui as explicações por parte da Petrobras, se essa notícia procede ou não, ou seja, de desativar a Refinaria Clara Camarão. Esperamos que isso não seja verdadeiro, Senadora. O debate é que vai mostrar a realidade, até porque, se isso for verdade, aí será mais um motivo para que esta Comissão, junto com a Bancada federal do Rio Grande do Norte, lidere essa luta para evitar mais esse brutal retrocesso para o nosso Estado por parte da Petrobras, que seria exatamente o fechamento da Refinaria Clara Camarão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Certamente vai ser um bom debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Fátima, o Requerimento de nº 52.

Será marcada posteriormente a data.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Bom, nós queremos ainda também dar conhecimento aqui aos demais integrantes da nossa Comissão do seminário de que nós participamos nesta segunda-feira, lá em Natal, no Rio Grande do Norte, que foi uma iniciativa do Ministério Público Federal do Estado do Rio Grande do Norte, seminário esse que ele promoveu em parceria com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com o jornal *Tribuna do Norte*, dentro do ciclo de debates chamado "Motores do Desenvolvimento". E, nesta segunda-feira, o tema em debate foi exatamente "Impactos da crise hídrica no Rio Grande do Norte". Repito: o seminário foi mais um evento do ciclo de debates "Motores do Desenvolvimento", que está realizando várias discussões com temas que dizem respeito ao desenvolvimento da nossa região.

No seminário, como era de se esperar, o tema da segurança hídrica em nosso Estado foi bastante destacado, a partir da preocupante realidade em que vive a população potiguar, com o desabastecimento recorrente de água no Rio Grande do Norte. Ou seja, o Rio Grande do Norte está em estado de colapso. Inclusive, os dados foram atualizados nesta segunda-feira, quando da realização do seminário. Os principais reservatórios nossos estão com a capacidade hídrica abaixo de 16%.

Está previsto que a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, abastecida pela bacia do Rio Piranhas-Açu, simplesmente entrará no volume morto a partir exatamente de dezembro. E nós estamos falando da barragem que é o maior reservatório hídrico do Rio Grande do Norte, a que socorre o maior número de Municípios lá no Rio Grande do Norte em matéria de abastecimento de água. Pois bem. Essa barragem simplesmente está pedindo socorro; está previsto para ela entrar em volume morto a partir de dezembro.

Quem esteve lá no seminário, a convite dos organizadores, foi o Ministro da Integração Nacional, Dr. Helder Barbalho. Mais uma vez, falou sobre o projeto de integração do São Francisco, reafirmando o que ele já disse aqui, nesta Comissão, que o calendário de entrega das águas continua previsto da seguinte maneira: no início do primeiro semestre, as águas serem liberadas para chegar até o Ceará; e, em seguida, as águas chegarem à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Na ocasião, ele também afirmou que os recursos para a conclusão das obras das Barragens de Oiticica e de Jucurutu estão assegurados.

E aqui é importante a gente destacar que a Bancada Federal do Rio Grande do Norte destinou uma emenda impositiva para a Barragem de Oiticica, no valor de R$82 milhões para o ano de 2018, mas o fato é que o Ministro lá afirmou... E a previsão de conclusão de Oiticica é exatamente 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro compromisso também do Ministro, que foi objeto de debate aqui, nesta Comissão, cobrado por mim, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, foi com relação a desobstrução ou desassoreamento do Rio Piranhas-Açu. Isso porque, quando as águas do São Francisco forem liberadas para chegar até o Rio Grande do Norte, elas inicialmente sairão lá da Paraíba, entrarão lá no meu Estado do Rio Grande do Norte pela bacia do Rio Piranhas-Açu.

E esse rio simplesmente... Além de, como eu já disse aqui, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves estar com a capacidade hídrica abaixo de 16%, para agravar ainda mais o quadro, o rio está completamente obstruído, completamente assoreado. Daí, urge a necessidade imperativa de que, paralelamente à conclusão do Eixo Norte do São Francisco, em curso, sejam tomadas as devidas providências para que o Rio Piranhas-Açu seja desobstruído, sob pena, repito, de vivenciarmos uma tragédia, que seria as águas, liberadas para chegarem ao Rio Grande do Norte, ou não chegarem ou demorarem muito a chegar, porque o rio está totalmente obstruído.

O Ministro, portanto, lá reafirmou o compromisso do Ministério da Integração Nacional, conclamando tanto o Governo do Estado do Rio Grande do Norte quanto o Governo da Paraíba para juntos cuidarem dessas tratativas da desobstrução do Rio Piranhas-Açu. E, conforme já coloquei também, ele reafirmou o calendário de retomada das obras do Projeto Integração das Bacias do São Francisco, assegurando que serão entregues no primeiro semestre do ano que vem. E no tocante ao chamado Ramal Apodi-Mossoró, que levará água para 52 Municípios do Médio e Alto Oeste Potiguar, o Ministro reafirmou o compromisso que já havia assumido conosco aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, até porque isso foi objeto de intenso debate aqui na Comissão, que culminou inclusive com a aprovação de uma emenda de nossa autoria a ser apresentada ao Orçamento Geral da União. Essa emenda foi aprovada aqui por unanimidade, no valor de 400 milhões, destinados ao Ministério da Integração Nacional, ao Programa de Integração de Bacias do São Francisco, com o foco de viabilizar o início do Ramal Apodi-Mossoró. Por quê? Porque para que as águas do São Francisco, de que o povo do Rio Grande do Norte tanto precisa – assim como o povo da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará –, atendam à população do Rio Grande do Norte como um todo, é preciso não só Oiticica, que já está em fase de conclusão – prevista para o próximo ano –, mas é imperativo que o Ramal Apodi-Mossoró seja construído, para que o conjunto dos Municípios localizados na região Oeste, Médio Oeste e Alto Oeste seja contemplado também com as águas do São Francisco.

Nós estamos falando de uma região de grande densidade populacional: são mais de 50 Municípios. Nós estamos falando de uma região, por exemplo, onde se localiza a segunda cidade do Rio Grande do Norte, que é exatamente Mossoró, em matéria de densidade populacional. Nós estamos falando inclusive de uma região, a região oeste, onde vários Municípios vivem em situação de colapso hídrico. Para se ter uma ideia, nós temos lá a Barragem de Pau dos Ferros, uma grande conquista para aquela região, que foi uma obra do PAC no governo da Presidente Dilma Rousseff. A barragem foi concluída, só que veio a seca de seis anos seguidos – seis anos – e a barragem até hoje não recebeu uma gota d'água. Só para se ter uma ideia, repito, da importância que têm as águas do São Francisco em matéria de segurança hídrica, para que a gente possa, aos poucos, ir desativando essas operações de carros-pipa pelo Nordeste afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero aqui colocar que o Ministro afirmou lá – reafirmou, aliás – que o projeto executivo do Apodi, do Ramal Apodi-Mossoró, está pronto; está em fase, agora, de planejamento, de busca de orçamento. Ele inclusive agradeceu, até porque eu entreguei a ele, na ocasião, uma cópia da emenda da CDR que trata da destinação de 400 milhões para o Ramal Apodi-Mossoró. Ele agradeceu o empenho da Comissão, ao mesmo tempo em que ele convocou toda a Bancada Federal do Rio Grande do Norte, inclusive dizendo da importância de a Bancada Federal do Rio Grande do Norte destinar, das duas emendas impositivas, uma também para o Ramal Apodi-Mossoró, que foi o que nós fizemos. Defendemos no interior da Bancada – eu, a Deputada Zenaide, o Deputado Rafael –, mas, infelizmente, foi aprovada uma emenda, sim, de Bancada também, para o Ramal Apodi, mas não foi uma emenda com caráter impositivo, como é a solicitação do Ministro e como foi a defesa, exatamente, que nós fizemos.

Mas o fato é que eu quero aqui mais uma vez homenagear o fórum do oeste potiguar – como o próprio nome já está dizendo, um fórum que reúne as entidades mais representativas lá da região oeste do meu Estado. E esse fórum teve um papel fundamental para que nós chegássemos até aqui e déssemos passos importantes, porque quando começamos essa luta nem projeto executivo havia. Nada. Nem projeto executivo. Hoje já existe um projeto pronto, repito. A luta agora é para viabilizar recursos, porque qual é o compromisso do Ministro? O compromisso do Ministro é, uma vez aprovado o Orçamento Geral de 2018 e uma vez obtidos os recursos, licitar a obra e dar início ao Ramal do Apodi em 2018. É esse o nosso foco, e nós não vamos abrir mão disso de maneira nenhuma.

Nós vamos continuar aqui. Não só como Senadora representando o povo do Rio Grande do Norte, mas como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, nós vamos continuar totalmente empenhados nessa luta, porque consideramos que é fundamental, é uma questão de necessidade darmos início, o Governo Federal dar início ao Ramal Apodi-Mossoró no próximo ano, bem como haver a conclusão do projeto do São Francisco. Esse projeto foi sonhado há séculos pelo povo sertanejo, e hoje está se tornando realidade graças à determinação e à ousadia do Presidente Lula, porque foi ele quem teve a coragem de lutar, enfrentar o que ele enfrentou, mas tirou o projeto da gaveta, e o projeto começou. E, com a determinação da Presidenta Dilma, deixamos 94% concluídos. Agora, é nosso papel aqui cobrar do Governo Federal exatamente a sua conclusão. Inclusive, quero também adiantar aqui sobre essa emenda no valor de 400 milhões que a gente colocou aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional para o ramal Apodi-Mossoró: é importante aqui a gente destacar que a conclusão dessas obras vai possibilitar a integração com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi, por meio exatamente do ramal Apodi-Mossoró.

Então, quero aqui, mais uma vez, parabenizar, repito, o Ministério Público lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Fiern e o jornal *Tribuna do Norte*, pautou esse tema da segurança hídrica em mais uma edição do seminário Motores do Desenvolvimento.

Aqui também destacar a importância do Ministro Helder, que atendeu ao convite dos organizadores e lá esteve, bem como a participação lá também dos representantes do Governo do Estado, da universidade, do setor produtivo, etc., até porque, mais do que nunca, repito, nós temos que estar com os olhares permanentes para essa situação que vive o nosso Rio Grande do Norte, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como os demais Estados ali do Nordeste, em matéria de segurança hídrica, devido à estiagem prolongada que assola a região.

Por isso, é prioritário para nós ficarmos aqui vigilantes no sentido de pedir celeridade no que diz respeito à conclusão do projeto de integração do São Francisco. E lembrando que para nós lá do Rio Grande do Norte concluir o São Francisco significa também desobstruir o Rio Piranhas-Açu, significa entregar Oiticica e significa dar início ao ramal Apodi-Mossoró, assim como, no caso da Paraíba, a obra do canal do Piancó.

Mas eu quero aqui ainda também dar conhecimento de outra iniciativa. Desta vez é uma moção de apoio aprovada por ocasião da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, moção de apoio esta aprovada por unanimidade, repito, nesse seminário realizado aqui, no Senado Federal. Assim, por se tratar de um seminário muito importante, passo a ler agora o inteiro teor da moção de apoio:

> O Plenário da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com mais de 800 participantes, reunidos aqui no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, aprovou nesta data, por unanimidade, a seguinte moção de apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, 2017, que visa tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por considerá-la de suma importância para a educação e para o futuro do Brasil.
> A PEC 24, de 2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata e que tem a Senadora Fátima Bezerra como Relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado tem o nosso apoio porque:
> 1) torna permanente o Fundeb, dando-lhe estabilidade jurídica e incluindo-o no corpo da Constituição Federal;
> 2) eleva os investimentos em educação por parte da União de 10% para, no mínimo, 50% para melhor cooperar e fortalecer a educação nos Estados e nos Municípios;
> 3) acrescenta aos recursos do Fundeb um percentual dos recursos provenientes da participação no resultado ou na compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural;
> 4) garante a implantação do custo aluno/qualidade para o alcance da educação de qualidade em creches, na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
> 5) garante a elevação do piso salarial para o magistério da educação básica e a implantação das metas do Plano Nacional da Educação para incentivo à carreira do magistério nacional;
> 6) determina que o salário dos professores seja complementado pela União quando os Estados e Municípios não puderem arcar, devendo o piso salarial do magistério ser uma referência para a Administração Pública nacional.
> Com o fim do prazo de validade do Fundeb, entendemos que a sua interrupção provocaria uma grande desorganização no financiamento da educação básica e colocaria a termo a mais importante experiência de políticas públicas tendo como base a solidariedade federativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto que seria produzido com a sua extinção, especialmente nos Municípios, é inimaginável, pois o Fundef e o Fundeb produziram uma minirreforma tributária, e o aluno virou um padrão de referência para o financiamento.

A permanência desse mecanismo de financiamento, Fundeb, é extremamente importante para que possamos continuar melhorando a qualidade do ensino e para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, especialmente ampliar o atendimento da educação infantil. Esse sistema de financiamento garante a educação básica da educação infantil ao ensino médio e a todo cidadão deste País.

Brasília, 25 de outubro de 2017.

Bom, quero aqui em meu nome e em nome da Senadora Lídice, que é nossa Vice-Presidente aqui na Comissão, repito, e é autora da PEC nº 24, de 2017, que torna o Fundeb permanente, e da qual eu tenho a alegria e a honra de ser a Relatora, agradecer a 10ª Semana pela Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, pela aprovação da presente moção de apoio, que, como o próprio nome já diz, se constitui para nós em um incentivo para que nós continuemos nessa cruzada, nessa jornada em defesa da educação, agora com a proposta de emenda à Constituição do Fundeb. (*Pausa.*)

Bom, sobre o requerimento de audiência pública com o objetivo de discutir a situação financeira dos Municípios do Brasil, especialmente dos pequenos e médios, e o impacto dessa realidade no desenvolvimento regional, queremos aqui fazer o registro de que ficou prevista a realização desta audiência para o dia 22 de novembro, pela manhã, no mesmo dia em que a Confederação Nacional dos Municípios do Brasil e outras entidades estarão realizando uma grande mobilização aqui, em Brasília, com vistas a defenderem as suas agendas de caráter municipalista, mas principalmente, neste exato momento, cobrarem do Governo Federal o auxílio financeiro aos Municípios, considerando, repito, a gravidade pela qual passam os Municípios não só meu Estado do Rio Grande do Norte.

A ideia desta audiência pública que nós vamos realizar aqui na CDR no dia 22 de novembro nasceu exatamente de uma reunião de que participei a convite da Femurn, da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, ocasião em que esteve presente toda Bancada Federal e em que pediu o apoio, evidentemente, do Congresso Nacional frente às reivindicações apresentadas ao Governo Federal, às quais, até o presente momento, simplesmente o Governo Federal tem dado as costas. Não recebeu sequer os Prefeitos. Por isso eles estão aqui exatamente convidando todos os gestores municipais para a mobilização nacional em Brasília, no próximo dia 22 de novembro.

O evento, como já coloquei, vai ser organizado pelo Movimento Municipalista Brasileiro e conta com o apoio das Federações dos Municípios de todos os Estados do País. O tema no dia 22 de novembro vai ser "Não deixem os Municípios afundarem". Portanto, o movimento pede que os Prefeitos entrem em contado com seus Parlamentares, convidando-os para a mobilização e que possam pressionar que o Presidente da República bem como os Presidentes da Câmara e do Senado atendam às reivindicações do movimento e recebam os Prefeitos no dia do ato.

As demandas prioritárias, aliás a principal demanda é exatamente o auxílio financeiro emergencial aos Municípios. Essa é a principal reivindicação e por uma razão bem objetiva: a maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das Prefeituras está à beira da insolvência. Para várias Prefeituras o FPM foi zero. A previsão para novembro é de queda; a previsão para dezembro é de queda.

Ano passado, repito, houve ainda um socorro dos recursos oriundos da chamada repatriação. Este ano não há mais isso. Simplesmente houve uma queda intensa de receitas com relação à repatriação. Então, não há outra saída para as Prefeituras senão o Governo Federal fazer... Aliás, o que não é nem uma novidade. Isso já foi feito nos governos Lula e Dilma por três vezes seguidas. O Presidente Lula e a Presidenta Dilma, atendendo às reivindicações dos Municípios, editaram medidas provisórias, concedendo exatamente o auxílio financeiro aos Municípios.

Lembro aqui que uma reivindicação dos Municípios na época foi atendida pela Presidenta Dilma através da aprovação de uma emenda à Constituição, quando elevou o Fundo de Participação dos Municípios em 1%.

Então, o que quero aqui colocar é que é inaceitável o Presidente da República simplesmente não ter sequer recebido uma representação dos Prefeitos.

Eu sei que recentemente ele andava muito ocupado em livrar o pescoço dele daquela denúncia gravíssima contra ele apresentada na Câmara dos Deputados. Aliás a segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República, em que ele foi acusado de obstrução da Justiça e de ser líder de organização criminosa. Segundo a imprensa...

Tempo suficiente ele teve para tentar aliciar Parlamentar, inclusive com liberação de emenda, com uso seletivo do Orçamento, com promessa de empréstimos, com Refis milionários – milionários! – para banqueiro, para empresário, mas, de repente, não teve um minuto para receber os Prefeitos e as Prefeitas do Brasil. Não! Repito, isso é inaceitável, inaceitável.

Espero realmente que, no dia 22, os Prefeitos e as Prefeitas sejam recebidos pelo Presidente da República e, mais do que isso, que atendam à reivindicação dos Prefeitos e das Prefeitas, publicando a medida provisória, garantindo exatamente o auxílio financeiro aos Municípios para que possam pagar o funcionalismo, as suas obrigações com os fornecedores em áreas essenciais, como educação, saúde etc., e fechar as suas contas exatamente até dezembro.

Por isso, a Comissão de Desenvolvimento Regional vai também, neste dia 22 de dezembro, se somar a esse movimento, realizando essa audiência pública em que nós vamos ter a presença do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, do Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos, do Presidente das Federações dos Municípios do Rio Grande do Norte e dos demais Estados, a presença da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério do Planejamento, entre outras autoridades.

Reforçamos aqui o convite à Bancada Federal lá do nosso Estado, bem como aos demais Senadores integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e também, como já fizemos aqui, o convite aos membros da Frente Parlamentar em Defesa do Nordeste.

Atender o pleito dos Municípios agora significa atender exatamente a população que vive nessas cidades, que exige respeito, por quê? Porque a população tem que ter a garantia de que suas necessidades básicas serão asseguradas, e essas vão, repito, desde o pagamento do funcionalismo, bem como ao custeio das principais atribuições dos Municípios no que diz respeito à questão da saúde, da educação etc.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de encerrar a presente reunião, declaro adiados os demais itens da pauta para a próxima reunião.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro.

Autoria: Deputado Domingos Neto
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

- A matéria constou na pauta da 31ª (18/10/2017) e da 32ª (25/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:

- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), da 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017), da 19ª (09/08/2017), da 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017), da 23ª (13/09/2017), da 29ª (11/10/2017), da 31ª (18/10/2017) e da 32ª (25/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017), da 19ª (09/08/2017), da 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017), da 23ª (13/09/2017), da 29ª (11/10/2017), da 31ª (18/10/2017) e da 32ª (25/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017

- Não terminativo -

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Deputado Hildo Rocha

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 29ª (11/10/2017), da 31ª (18/10/2017) e da 32ª (25/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

- A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos;

- A matéria constou na pauta da 12ª Reunião, em 07/06/2017 e da 32ª (25/10/2017)

- Votação nominal.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Dário Berger, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, José Agripino, Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDR 52/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Finalidade: Discutir os planos de investimento e estrutura de gestão da Petrobrás no Rio Grande do Norte, em especial quanto à Refinaria Potiguar Clara Camarão. Participantes: Otomar Lopes, Secretário Adjunto (representante de: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte); Tuerte Amaral Rolim, Gerente-Geral do E&P UO-RNCE; Daniel Sales Correa, Gerente-geral de Eficiência Operacional (representante de: Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural); Jean-Paul Prates, Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte; Francisco Vilmar, Vice-Presidente (representante de: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte); e, José Antonio de Araújo, Diretor do Sindipetro/RN. É registrada a presença dos Deputados Federais: Beto Rosado, Zenaide Maia, Rafael Motta, Felipe Maia, Walter Alves e Antônio Jácome. Fizeram uso da palavra os Senadores José Agripino e Garibaldi Alves Filho. Após anuência do colegiado, também fizeram uso da palavra todos os Deputados Federais presentes. A senadora Fatima Bezerra registra ofício recebido da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte acerca do assunto, que, entre outras coisas, parabeniza a iniciativa. Resultado: Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/08

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 09, de 2017, a degravação da presente reunião para que o aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir os planos de investimento e estrutura de gestão da Petrobras no Rio Grande do Norte, em especial quanto à Refinaria Potiguar Clara Camarão, atendendo ao Requerimento de minha autoria, de nº 52, de 2017, da CDR.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá um tempo aqui destinado para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos e cidadãs em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão e também pelo Alô Senado, 0800-612211.

Convido para compor a Mesa: o Sr. Otomar Lopes, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte; o Sr. Tuerte Amaral Rolim, Gerente-Geral da E&P Rio Grande do Norte e Ceará; o Sr. Daniel Sales Correa, Gerente-Geral de Eficiência Operacional; Sr. Jean-Paul Prates, Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte; o Sr. José Antonio de Araújo, Diretor do Sindipetro/RN; o Sr. Francisco Vilmar, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern).

Quero aqui registrar já a presença do Senador Garibaldi Filho.

Bom, em primeiro lugar, quero aqui agradecer à Petrobras, à Fiern, ao Jean-Paul, ao Sindipetro, por terem atendido o nosso convite. Segundo, fazer aqui algumas considerações iniciais acerca exatamente do tema, começando aqui, enfatizando que, para o Rio Grande do Norte, o anúncio por parte da diretoria da Petrobras de que a Refinaria Potiguar Clara Camarão perderá autonomia e passará a ser um ativo industrial é extremamente preocupante, pois, se confirmada, Senador Garibaldi Filho, essa medida impactaria negativamente no desenvolvimento não só do nosso Estado, mas no desenvolvimento regional, no desenvolvimento do Nordeste.

A Refinaria Clara Camarão, que é situada no Polo Industrial lá de Guamaré, produz diesel, nafta, petroquímica, querosene de aviação, e, desde setembro de 2010, gasolina automotiva, o que fez do nosso Estado do Rio Grande do Norte o único Estado do País autossuficiente na produção de todos os tipos de derivados do petróleo. Esse anúncio nos causa estranheza, inclusive do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresarial e de mercado, especialmente num momento em que se esperava que a política da empresa, ou seja, da Petrobras, fosse no sentido contrário, de ampliar os investimentos e garantir o abastecimento de outros Estados do Nordeste. Essas ações fazem parte, no nosso entender, infelizmente, do desmonte da Petrobras, que se iniciou há um ano e que tem nos causado muita preocupação, por exemplo, o abandono dos campos maduros no nosso Estado, na Região.

No início deste semestre, a Petrobras anunciou a privatização de 30 áreas produtoras de petróleo nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo. Somente no meu Estado, Rio Grande do Norte, 34 campos terrestres foram colocados à venda pela empresa. Este está sendo o maior ataque à Petrobras, à indústria nacional, desde a era privatizante de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90.

Para que possamos dimensionar o que significa esse desinvestimento da Petrobras para a economia do Rio Grande do Norte, em 2009, os investimentos da empresa no nosso Estado chegaram a quase R$1 bilhão, eram precisamente US$906 milhões. Infelizmente vem tendo uma redução de mais de 700 milhões, o que corresponde hoje a 77%, os investimentos da Petrobras no nosso Estado, o Rio Grande do Norte. Esses números evidentemente nos preocupam mais ainda quando nós sabemos que as atividades da Petrobras correspondem a cerca de 40% do valor bruto da produção industrial em nosso Estado. Repito, em 2009, nós tínhamos quase um bilhão, caímos hoje – o Tuerte certamente vai abordar esse assunto – para cerca de 200 milhões, é o plano de investimentos da Petrobras no nosso Estado.

Para se ter uma ideia desse quadro, o Secretário de Tributação, Sr. André Horta, quando do envio, Senador Garibaldi Alves Filho, da LOA, a Lei Orçamentária Anual do Rio Grande do Norte, para 2017, o Estado do Rio Grande do Norte prevê investimento de 683 milhões. No entanto, nesses 683 milhões, Sr. Daniel, estão incluídos 250 milhões estimados de isenção fiscal para o Proadi, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial no Rio Grande do Norte, e 144 milhões, que é o que nós pagamos para a manutenção do estádio de futebol Arena das Dunas. Tirando o Proadi e o pagamento da manutenção do estádio de futebol Arena das Dunas, sabe quanto sobrou de previsão de investimentos públicos do Governo do Estado para o Rio Grande do Norte? De acordo com a LOA de 2017, sobraram simplesmente 289 milhões.

Portanto, só a Petrobras, mesmo com essa redução drástica que houve ainda neste ano de 2017, investe no nosso Estado R$200 milhões. Eu estou colocando isso no sentido de enfatizar a importância da Petrobras para o Estado do Rio Grande do Norte, Dr. Otomar. É essa a comparação que eu quero fazer. É essa comparação exatamente que eu quero fazer, quer dizer, o quanto é importante para nós a presença da Petrobras para a economia do Rio Grande do Norte.

E quero aqui neste debate também dizer da nossa insatisfação, de uma forma muito franca e respeitosa, diante do método que vem sendo utilizado pela Petrobras no sentido de tomar decisões como essas que, repito, se confirmadas, e nós estamos aqui para fazer o debate, terão impactos violentos para a economia do nosso Estado, para o desenvolvimento do nosso Estado, sem o diálogo – sem o diálogo com o Governador, com o Governo do Estado, sem o diálogo com os representantes dos trabalhadores, aqui está a presença do Sindipetro, sem o diálogo com o setor produtivo, aqui está a presença tanto do Sindicato de Energia, do Jean-Paul, como também da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, sem o diálogo também com os agentes políticos, a Bancada federal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assembleia Legislativa do nosso Estado, as Câmaras Municipais, os Prefeitos das nossas cidades. Então é preciso levar isso aqui em consideração porque não pode ser assim.

Aliás, infelizmente a Petrobras tem tomado decisões, repito, que impactam e muito o nosso Estado sem o diálogo com o Rio Grande do Norte. Refiro-me a quando os senhores fecharam a planta do biodiesel lá no Rio Grande do Norte. Não houve diálogo com o Rio Grande do Norte. Falo aqui, por exemplo, de quando desativaram as sondas também no Rio Grande do Norte. Não houve nenhum diálogo com o Rio Grande do Norte. Quando eu falo do Rio Grande do Norte, é o Governo do Estado, são os Prefeitos, a Bancada federal, as assembleias legislativas, a representação dos trabalhadores e a representação do setor empresarial. Os próprios campos maduros a Petrobras resolveu também colocar à venda, e não houve nenhum diálogo.

Então, de uma forma franca, quero aqui fazer este destaque: é preciso que esse método seja revisto, até porque, repito, a Petrobras é muito importante para o povo potiguar. E a Petrobras, ao longo da sua história, tem tido, sim, o carinho e o tratamento de respeito por parte do povo do Rio Grande do Norte.

Eu estou aqui, inclusive, diante de um Senador que foi Governador do nosso Estado por dois mandatos. Ele sabe que o governo do Rio Grande do Norte nunca faltou à Petrobras de maneira nenhuma, seja em matéria de benefícios fiscais, ao longo de todo esse período, seja em matéria também de tratamento especial que tem dado no que diz respeito à questão do licenciamento ambiental.

Então, fica aqui, desde já, a nossa ressalva de que é preciso diálogo com o Rio Grande do Norte, através dos seus representantes.

Por fim, não vou falar aqui da Refinaria Clara Camarão, Senador Garibaldi Filho, porque nós vamos exatamente ter a oportunidade de ouvir Daniel, Tuerte e os demais representantes. O que nós podemos aqui adiantar é que ela é motivo de muito orgulho para nós e foi fruto de muita luta. Ela não caiu do céu, não, foi fruto de muita luta.

Na época, houve até quem ironizasse, meus caros representantes da Petrobras. Houve até quem ironizasse na época, dizendo que isso era um consolo, que isso era uma enganação. Houve quem dissesse isso à época, não é, Jean Paul? E nós – não é, Senador Garibaldi Filho? – sempre lutamos, porque sabíamos que era sim uma conquista importante para o nosso Rio Grande do Norte em matéria de investimento, tanto que está aí. É uma unidade lucrativa, conta com um quadro de gestores, de servidores, de operadores de excelência. Ela é uma unidade tão lucrativa que recebeu da própria ANP a autorização, inclusive, para ampliar sua capacidade de refino. A própria ANP concedeu isso à Refinaria Clara Camarão.

Enfim, ela foi uma conquista histórica muito importante para o nosso Rio Grande do Norte, uma refinaria que hoje tem 120 empregados próprios e 280 contratados, uma refinaria, repito, que já faz parte da história do desenvolvimento econômico e social lá de Guamaré, da região e do nosso Estado, pelo quanto contribui para promover o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Então, quero aqui, portanto, dizer aos diretores da Petrobras – e agradeço, mais uma vez, à Petrobras, aqui num estrito respeito ao Parlamento brasileiro, porque isto aqui é uma audiência pública – que tanto eu quanto o Senador Garibaldi Filho estamos revestidos do mandato popular que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o povo do Rio Grande do Norte nos outorgou exatamente para fazer o debate acerca dos interesses legítimos lá do nosso Estado.

Então, foi com esse intuito, considerando a gravidade da situação, que nós apresentamos o requerimento para realização da presente audiência pública, para falar do Plano de Investimentos da Petrobras no Rio Grande do Norte, mas o foco aqui, em especial, é quanto ao presente e ao futuro da Refinaria Clara Camarão para o nosso Estado, para o Nordeste e para o Brasil.

Quero aqui, antes de passar a palavra, ainda dar conhecimento a esta Casa de ofício que recebi da Assembleia Legislativa lá do nosso Estado do Rio Grande do Norte.

> Exma Srª Senadora, cumprimentando-a, reafirmamos o posicionamento da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em defesa da Refinaria Potiguar Clara Camarão. Entendemos que a perda da autonomia da Refinaria, em razão da sua exclusão do Plano Estratégico da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), bem como das discussões da Diretoria de Refino e Gás Natural da mesma, tem severas consequências para o desenvolvimento econômico potiguar, constituindo o maior retrocesso de investimentos da empresa no Estado.
>
> A decisão da Petrobras foi monocrática, sem discussão ou debate com as classes política e empresarial do Rio Grande do Norte, num momento de grave crise financeira e após sucessivos anos de estiagem, e que não encontra respaldo em dados da própria Petrobras. Isso porque, como informa a empresa, a Refinaria é lucrativa e seu potencial de refino – 66 mil barris por dia – conduz o Estado para a autossuficiência.
>
> Registramos, ainda, que o potencial da Clara Camarão foi respaldado por recente ampliação da Refinaria. Processo que contou com o apoio total e irrestrito da Assembleia Legislativa, que debateu no ano de 2015 e aprovou no ano de 2016 a concessão de incentivo fiscal do Governo do Estado para combustíveis de aviação.
>
> Por fim, a Assembleia Legislativa parabeniza Vossa Excelência e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pela promoção dessa importante Audiência Pública e aproveita para justificar a ausência de representação da Casa, em decorrência da necessidade de deliberação de proposições em Plenário. O debate e a solução da questão são importantes para o legislativo estadual, pois além de negarem o histórico de avanços da Refinaria, ainda comprometem seriamente o futuro econômico do nosso Estado.
>
> Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte,
>
> Palácio José Augusto.
>
> Natal, 07 de novembro de 2017.

Assina o Deputado Ezequiel Ferreira, que é o seu Presidente; Deputado Gustavo Carvalho, Deputado José Adécio, Deputado Galeno Torquato, Deputado Hermano Moraes, Deputado George Soares e Deputado Carlos Augusto.

Essa aqui é a posição, Senador Garibaldi Filho, que a Assembleia Legislativa do nosso Estado...

Pois não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senadora Fátima, eu peço a palavra pela ordem para fazer uma ponderação a V. Exª, tendo em vista que nós estamos aqui reunidos sobretudo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ouvir a palavra daqueles que representam a Petrobras. Eu acho, com todo o respeito à colega, que V. Exª está, no momento, antecipando um pouco a posição da própria Comissão, de V. Exª, e olhem que eu tenho sempre estado presente aqui às atividades da Comissão, apesar de não ser nem membro da Comissão. Mas eu queria ponderar isso, porque, na verdade, nós tivemos uma reunião, revestida de caráter informal, uma conversa ontem no gabinete do Senador José Agripino, à qual compareceram o Dr. Tuerte, o Dr. Daniel, que está presente também, e eles já prestaram alguns esclarecimentos, dando conta de que nós não vamos ter o prejuízo inicialmente colocado diante da opinião pública do Estado.

Então, eu queria dizer a V. Exª que, na verdade, eu acredito que nós vamos ter aqui boas notícias com relação à Refinaria Clara Camarão.

Eu continuo aqui justamente para ouvi-los e para participar com V. Exª, prestigiando as atividades desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu o agradeço, Senador Garibaldi Filho.

Nós vamos já dar início.

O senhor há de entender que eu tenho que fazer a contextualização exatamente do assunto. Foi isso que fiz, não só na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, mas na condição de autora, inclusive, do requerimento. É necessário fazer essa contextualização.

Nós estamos aqui exatamente para fazer o debate, tanto é que eu disse aqui, ao terminar a minha fala, que o que está em discussão neste exato momento é o presente e o futuro da Refinaria Clara Camarão. Daí a presença dos senhores, para que a gente possa aqui proceder ao debate. Essa é a missão da nossa Comissão. E é esse o nosso papel, como agente político, como representantes exatamente do povo potiguar. Até porque, repito, nós não estamos aqui tratando de um tema qualquer, de maneira nenhuma. Não é um tema qualquer. Não é! Isso diz respeito ao desenvolvimento do nosso Estado, sobretudo num momento de grave crise financeira pelo qual passa o País e pelo qual passa exatamente o nosso Estado.

Por isso, quero saudar aqui o debate, que é essencial e que é o caminho para a gente buscar os esclarecimentos e definir quais serão os encaminhamentos futuros.

Senador, vamos passar imediatamente à fase de debates.

Vamos começar com Jean-Paul Prates, que aqui representa o Sindicato das Empresas do Setor Energético lá do Rio Grande do Norte. Ele vai iniciar. Depois, passaremos para a Petrobras.

Quinze minutos está bom? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Está o.k.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Sem problema.

Obrigado, Senadora. Obrigado a todos.

Eu vou, sem mais delongas, passar rapidamente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero só registrar a presença do Deputado Federal Beto Rosado. Seja bem-vindo, Deputado! O Deputado é da nossa Bancada lá do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Bom, como eu dizia, vamos apenas, pessoal, Tuerte e Daniel, que vêm nos brindar aqui com as suas explicações – eu também li ontem e acompanhei a reunião que houve –, apenas pela importância da contextualização, colocar também perguntas mais precisas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vocês possam nos responder. Eu pedi para falar antes, primeiro, porque tenho que sair para pegar o voo para Natal, e, segundo, porque fui eu quem soltou o alerta. Então, sob pena de ficar como uma pessoa alarmista ou que está usando alguma coisa para aparecer, eu quero deixar bem claro por que tenho feito esses alertas reiterados, Daniel e Tuerte, que acompanham mais e sabem exatamente que não tenho absolutamente nenhuma intenção nesse sentido.

Eu fui Secretário de Energia do Rio Grande do Norte quando essa refinaria foi inaugurada. Eu lutei por ela muito. Nós negociamos bastante com a Petrobras, de boa-fé. Essa refinaria não está envolvida em nenhum escândalo, em nenhum tipo de maracutaia, em absolutamente nada que tenha a ver com essa fase da história da Petrobras e do Brasil. Então, quero deixar isso bem claro inicialmente.

E aí eu mesmo tenho acompanhado, vocês sabem disso, pelo interesse de ter participado dessa iniciativa à época, diuturnamente o que acontece com essa refinaria, qual o futuro, para onde ela anda, o que acontece com ela. E, naturalmente, eu tenho sido para-raios de informações. E esses dias recebi, então, essa informação de que havia ocorrido um comunicado interno de que a refinaria mudaria de mãos, passaria do Refino e Abastecimento, agora chamado de Refino e Gás Natural, para a Diretoria de Exploração e Produção, o que muito me preocupa porque em qualquer companhia de petróleo... Eu sou professor da área de petróleo, de universidade e tudo isso. Em todo lugar a que eu vou para ensinar o que é *upstream*, o que é *downstream*, o que é exploração e produção, o que é refino, parece-me que, quando há um processo de transformação de óleo cru em produtos finais, isso se chama refino. Então, não há por que, não entendo por que chamar maracujá de laranja. Então, esse é o primeiro extasiamento que se coloca. Mesmo por razões administrativas de corte de custo etc., como é que se explica a um externo uma refinaria que não é refinaria? Enfim, as perguntas vão nesse sentido no final da exposição.

Passe, por favor!

Mas, rapidamente, até para aproveitar a ocasião, mesmo que não aconteça nada, quero dizer que o Estado e a sociedade – e eu me sinto incluído nisso – precisam estar sempre vigilantes em relação ao que está acontecendo na exploração e produção, no refino, na distribuição, na energia eólica, na energia solar. Tudo que acontece na economia do Rio Grande do Norte nos diz respeito.

Então, é legítimo que nós tenhamos períodos de alerta e discussões como essa, mesmo que venha a se saber aqui que há finalmente uma tranquilização em relação a esse assunto. Então, mesmo que nos tranquilizem, ótimo! Eu gostaria de ver todo ano pessoas da Petrobras vindo não a uma comissão no Senado necessariamente, mas ao Estado para nos dizer pelo menos quanto é que se produz no Estado, o que hoje nós não sabemos. Alguém na sala sabe quanto se produz? Talvez o Tuerte saiba, mas nós, do Rio Grande do Norte, há muito tempo, não temos um dado preciso do mais básico indicador. Quanto se produz de petróleo no Rio Grande do Norte hoje? Quanto se produz de gás? Quantos poços estão produzindo? Qual é o volume de produção da refinaria? Enfim, são essas as perguntas.

Normalmente, nós, inclusive no Cerne, temos o balanço anual pelo Fórum Estadual de Energia, que vai acontecer agora, em 13 de novembro, de novo, e tentamos fazer esse balanço em todos os setores, mas esses dados normalmente têm tido cada vez mais dificuldade, como se houvesse até certa vergonha de se dizer: "Não, a bacia está produzindo menos. Então, vamos dar um número mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou menos estimado ou não vamos falar nesse assunto." Tem de falar, porque o Estado tem de se preparar para isso.

Nós sabemos que poços de petróleo são finitos, é um recurso não renovável. Então, é natural que uma bacia madura, que está sendo explorada há 40 anos, chegue a um ponto de maturidade em que a produção cai. Mas é preciso se preparar para esse momento. Pode até ser possível que a Petrobras não se interesse mais nem em ter refinaria no Rio Grande do Norte, mas é preciso se preparar, é preciso avisar antes. Não é anular todas as sondas terrestres, fechar planta de biodiesel, botar campos para vender, sem nós podermos nos preparar. Essa é a razão.

Então, o que provocou essa questão? Reuniões internas, comunicado oficial, nota à imprensa dizendo só isso. Não há nada de alarmista nesse assunto. Simplesmente nós fomos brindados com a notícia de que a refinaria não estaria mais subordinada à Diretoria de Refino, só isso. Até agora, é só isso.

Que decorrências nos permitem pensar a partir de uma coisa como essa? E aí já sou eu imaginando e me preocupando, como também os Parlamentares, o Governo do Estado, aqui representado pelo Otomar, e a indústria, representada aqui pelo nosso querido Vilmar.

Volte aí rapidinho.

Com a retirada da denominação de refinaria, vai sair a placa de refinaria? Começam as perguntas.

Quanto à retirada das discussões do plano de refino nacional, ou seja, quando nós tivermos uma reunião da Diretoria de Refino sobre quais os aprimoramentos e expansões a serem feitos nas refinarias nacionais, a RPCC, ou como ela se chame, vai estar representada pelo Gerente-Geral de Exploração e Produção? Será que ele vai conseguir levar todas as preocupações e detalhamentos de um processo de refino, que é a operação mais complexa da cadeia produtiva de petróleo, à altura de uma reunião de planejamento de refino? Ocorrerá marginalização nos planos de expansão e aprimoramento? A RPCC será marginalizada, deixada como prioridade menor nesses planos de expansão e aprimoramento? E, finalmente, qual é o futuro dessa refinaria? Qual é o futuro dela?

Aqui se dá a definição de refinaria, mas não vou perder tempo com isso. Mas quero dizer aqui, quero aproveitar também para espantar outra falácia que se cunhou no Rio Grande do Norte à época para depreciar a conquista da Refinaria Clara Camarão: a de que seria uma minirrefinaria. Eu, várias vezes, perdi a cabeça lá. Até jornalista ficou chateado, dizendo: "Se quiser irritar o Jean-Paul, é só chamar a Clara Camarão de minirrefinaria, que ele fica pau da vida, sai no jornal."

Uma refinaria grande tem capacidade acima de 300 mil barris; uma refinaria média, entre 100 mil e 300 mil barris; uma refinaria pequena, entre 10 mil e 100 mil barris – é o caso da RPCC. "Ah, é uma refinaria pequena." O.k., eu aceito. Agora, minirrefinaria tem capacidade entre 2 mil e 10 mil barris, e microrrefinaria, abaixo de 2 mil barris.

Olha o que é uma minirrefinaria. Olha o tamanho disso. Vejam a foto de uma minirrefinaria. Onde elas são usadas? Normalmente, em regiões muito remotas, na Sibéria, no Alasca, em lugares bem longe, onde o cara está produzindo petróleo e resolve fazer um Playmobil lá para fazer óleo para a caminhonete dele, para o trator, para o caminhão, porque custa mais levar o óleo diesel para lá do que refinar o próprio óleo que ele está produzindo ali. Então, ele faz um refino muito simples, muito precário, mínimo – porque aquilo é uma utilização não eficiente do petróleo, que é um bem nobre –, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passa então a usar esse óleo para uso próprio. Normalmente, elas podem ser adquiridas em formatos *skid*, aquele formato desmontável, um Playmobil mesmo, um Lego. Hoje pode ser comprada uma refinaria dessa de fornecedores indianos, canadenses. Chega à sua casa um negócio desse para você montar.

Menor ainda é a microrrefinaria. Essas são para aproveitamento de resíduos. Então, também se compra o *kit* no Alibaba. No alibaba.com, você compra uma refinaria para refinar pneu, plástico, enfim. É outro tipo de refinaria. Essa é a microrrefinaria.

Essas são as definições em relação ao tamanho.

Há fatos relevantes. Como se pode ver – não vou ler isso tudo –, a refinaria data da época da necessidade que surgiu de fazer algum tipo de processamento, em 1973, diante da grande descoberta do Campo de Ubarana, e aí a Petrobras é muito mais proficiente do que eu para dar esse histórico. Mas isso foi evoluindo, como vocês podem ver aí, e conquistando espaços junto ao Governo do Estado, benefícios fiscais, prioridades, como a Senadora se referiu, no licenciamento ambiental. Enfim, o Estado sempre foi um excelente anfitrião. É claro que existiram momentos de tensão e de rusgas aqui e acolá, mas o Estado, na média, eu diria, obteve nota 9. O Estado foi um excelente anfitrião ao longo de 40 anos para a Petrobras. Merece, portanto – este é o meu ponto –, um mínimo de satisfação quando se toma uma decisão radical, mesmo que seja o início dela, trocando de nome a refinaria ou subordinando-a a uma auditoria esquisitamente, o que é totalmente diferente do hábito e dos procedimentos de refino.

E não há aqui animosidade, Tuerte e Daniel. Por exemplo, nós temos relações ótimas profissionalmente e conversamos regularmente. Não se entenda que... É apenas um alerta. E, ao contrário, é uma defesa do ativo da Petrobras que estimamos tanto.

Então, essa é a Refinaria Clara Camarão, as características dela. É uma refinaria nova, portanto, renovada recentemente. É uma refinaria excelentemente operada. Inclusive, o Daniel, que está aqui, foi Gerente-Geral dela. Ela é uma refinaria exemplar do ponto de vista de limpeza, de segurança. Quem tem a oportunidade de visitá-la fica impressionado. É uma refinaria de verdade, não é uma brincadeira, não é uma microrrefinaria, não são várias unidades postas juntas. É uma refinaria que, em 2009, sofreu um processo de integração para justamente se transformar numa refinaria. Recebe todo o petróleo produzido da Bacia Potiguar do Rio Grande do Norte e do Ceará, petróleo cru, e atinge mercados, com seus diversos produtos, muito diversos: no Rio Grande do Norte, 100% do diesel, 100% da gasolina, 100% do GLP e 100% do QAV; no Ceará, no Piauí, em Pernambuco e na Paraíba, portanto na Região Nordeste setentrional, a RPCC atinge, seja com QAV, seja com diesel, ocasionalmente os produtos que o mercado permite.

Ela tem um sistema de monoboias, e aí eu faço outro reparo. Na época, foi dito que o Rio Grande do Norte perdeu a refinaria para outros Estados. Havia em curso um processo de decisão sobre uma refinaria de grande porte – lembrem-se da definição que eu disse ali – acima de 300 mil barris, uma no Maranhão, uma no Ceará e outra em Pernambuco, em tempos anteriores. Então, foram duas discussões: uma "ganhou" Pernambuco, entre aspas; e outra teriam ganhado Ceará e Maranhão, e essas refinarias nunca saíram do papel – como vocês sabem, eram a Premium I e a Premium II.

E por que isso aconteceu? Por que o Rio Grande do Norte, que ficou nos relatórios – e eu acompanhei todos –, ficou de fora desse processo? Não foi por falta de apoio político. Ninguém faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

refinaria por política. Tanto isso é verdade, que as duas refinarias que eram muito mais politizadas não saíram do papel. Então, nesse caso, faltava-nos uma instalação portuária de qualidade. Suape levou, porque tinha o Porto de Suape. Provavelmente, Pecém e Itaqui teriam condições de receber grandes quantidades de óleo muito mais facilmente que Guamaré, com calado raso e sem nenhuma instalação portuária. Essa luta o Rio Grande do Norte deve empreender no futuro, mas isso é um detalhe em que podemos entrar em outra audiência.

O que lá há hoje é um quadro de boias que atende e atenderia perfeitamente até a expansão a 60 mil barris, 70 mil barris de processamento de petróleo. Portanto, mesmo que faltasse petróleo, o que não é o caso hoje, do Rio Grande do Norte para operar essa refinaria, poderiam vir pequenas quantidades. E há hoje movimentações de produtos para aditivar ou agregar ao processo de refino e óleo que sai também.

Um destaque dessa refinaria é que ela tem tido, em geral, excelentes resultados tecnicamente e inclusive financeiramente. É uma refinaria que dá lucro. O recorde mais recente dessa refinaria equivale... Atenção! O recorde mais recente dessa refinaria – Senador Lasier, tudo bem? – equivale a mil abastecimentos de um A320, desses jatos – peguei o mais comum em que viajamos todo dia, da TAM, da GOL, o A320, o A321. Mil abastecimentos por mês de QAV é o que a Refinaria Clara Camarão produz. Ora, se isso é minirrefinaria ou se isso não tem importância para um Estado como o Rio Grande do Norte, que, inclusive, pleiteia melhorias e aprimoramentos para viabilizar um aeroporto que ele criou e que não é viável hoje, então, tem de mudar de nome. Não é refinaria. Eu é que mudo de nome.

Outra coisa: fala-se que é a menor refinaria do Brasil. Senador, está aí o *ranking* das refinarias brasileiras, que envolve hoje 20 instalações de refino, sendo que a RPCC é a 11ª das 20 do Brasil. Não é Petrobras, mas Brasil. Ela, hoje, atinge, com sua capacidade licenciada de 45 mil barris, mais do que produz a refinaria de Manaus, que tem 60 anos, se não me engano, ou mais, e é tradicionalmente uma refinaria. Ninguém diz que não é uma refinaria, e ninguém quer mudar o nome da refinaria. E o Amazonas, certamente, não gostaria que se mudasse o nome da refinaria, porque ter uma refinaria em seu território não é uma questão apenas de mudar custo, de tirar gerente, mas é um emblema para o Estado, para investidores internacionais de outras áreas. Este rótulo de Estado que tem uma refinaria é importante para o Rio Grande do Norte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – É importantíssimo para o Rio Grande do Norte, que já tem pouquíssima atividade industrial, Vilmar. Se ela, Petrobras, contribui com exploração, produção e refino, com um terço ou mais do produto industrial do Estado, imagine a importância de se ter uma refinaria.

Como é que se explica a um investidor estrangeiro ou a um observador qualquer que você tem uma estrutura com essa cara aí... O que é isso? Pergunte a uma criança o que é isso, nessa foto. É uma refinaria ou não é? O que é isto aqui? É o quê? É uma estrutura de exploração e produção? Não, é uma refinaria. É importante que essa placa esteja lá e que o procedimento interno da própria Petrobras de pensar nessa refinaria esteja presente. A refinaria tem de estar na lista de refinarias da Petrobras, não na E&P. Esse é o meu ponto, apenas isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui estão os gerentes gerais que passaram por lá, todos competentes. Veja o grau de limpeza, de salubridade, de beleza...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – ...industrial.

As perguntas ficam aqui, para encerrar: como se dará detalhadamente a redução de custos com a modificação de estrutura? O que se quer alcançar com essa mudança tão significativa do ponto de vista retórico, prático e até operacional, em seguros, em operações de segurança interna? Será que é só a redução de gerências? Qual a consequência para os demais empregados e contratados da RPCC atual?

Ontem, houve essa reunião que foi mencionada aqui. Mas se chegou a esse tipo de detalhe? Ou se diz "não vai acontecer nada, está tudo bem"?

Esse mesmo alerta eu tinha feito em junho de 2016. O Senador José Agripino não estava aqui presente quando eu comecei a falar, mas eu dizia que não quero correr o risco de ser alarmista nem de usar nada politicamente. Nós estamos aqui discutindo, fazendo um alerta de que o Estado, vocês e nós todos, a sociedade, precisa, o tempo todo, antever decisões ruins. Quando a gente é pego de surpresa com o fechamento das sondas terrestres, com o fechamento da planta de biodiesel, com a venda de campos marginais – e a gente não sabe como serão vendidos –, com a própria ausência de dados das estatísticas da Petrobras no Estado e de planos para o futuro, a gente não pode planejar nada. Guamaré não pode planejar nada; Mossoró não pode planejar nada; FIERN não pode planejar nada; o Estado não pode planejar nada; ninguém pode planejar absolutamente nada. E nós estamos falando de um terço do PIB industrial do Estado. Então, isso é um alerta; não é para aparecer, não é alarmismo, não é nada disso. Entende?

Então, vamos em frente! A área comercial da estrutura, que é hoje uma vendedora de produtos finais e que tem de contar com gente que vá ao mercado vender o seu produto, gasolina, diesel, QAV etc., será mantida da mesma forma? Geólogos e engenheiros de produção vão fazer esse trabalho? Ou eles vão ser cedidos? Como é que vai ser isso? Eu quero entender um pouco isso. Como é que a gente vai fazer uma refinaria funcionar embaixo da E&P? "Ah, mas antes era assim!" Mas antes era outra estrutura. Eu vou dar um exemplo depois para terminar, que ilustra bem isso.

Serão mantidos os planos de ampliação previstos para a RPCC? Vai haver expansão da RPCC? Como eu disse lá no começo, é um dos *sites* de refino mais apropriados para a expansão. Só falta um porto, falta um escoamento marítimo mais decente. Mas, fora isso, é uma cidade que não está encostada em cidade nenhuma, é uma refinaria que tem uma capacidade de expansão abertíssima para mais bases de combustível, para sua expansão, como quiser.

Há alguma linha de produtos que será criada ou extinta? E eu adiciono: há algum nicho de mercado em que a RPCC atue? Hoje é o QAV. Isso vai ser mantido? A refinaria de Recife, por exemplo, não sei se vocês sabem, não produz QAV ou não tem intenção de entrar nesse mercado. Então, quem supre essa região é a nossa refinaria. Continuará sendo esse o nicho? A do Ceará tem nicho em asfalto e lubrificante, por exemplo. Cada refinaria, pequena ou média, precisa buscar nichos de mercado. Para a nossa, é esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Finalmente, qual é a situação da RPCC no Plano de Negócios 2017/2021? E depois, em 2025, em 2050, como é que ela fica?

Outra coisa diz respeito, Vilmar, à produção local: a aquisição de petróleo dos produtores independentes vai ser impactada? Não digo agora. É claro que amanhã não vai acontecer nada. Eu estou dizendo daqui a três anos, daqui a cinco anos.

A venda do polo produtor do Riacho da Forquilha, que tem uma logística toda em volta, vai afetar – a interligação de dutos é feita por lá até Guamaré, diretamente – de alguma forma esse processo em relação aos produtores independentes?

E aí faço duas perguntas finais: se nada muda, por que mudar? Se nada vai mudar, por que mudar? "Vou economizar com o gerente geral." Dou um exemplo: no Plano Estratégico da Petrobras, está lá, de 2017 a 2021, uma economia, se não me engano, de R$35 milhões, todo. Não é por mês ou por dia, não. Trinta e cinco milhões de reais vão ser economizados com corte de gerentes, entre 2017 e 2021, em toda a Petrobras, em todo o Brasil. Quanto será que estamos economizando com essa mudança? Quinhentos mil reais? Um milhão de reais? O que é isso para a Petrobras? Será que isso faz realmente diferença? Agora, para o Rio Grande do Norte faz uma diferença gigantesca, como eu disse. Não vou salientar.

E, finalmente, por que não se faz o contrário, transforma-se o polo de Guamaré em refinaria e se faz a administração da E&P a partir de Mossoró, extinguindo a estrutura de Natal, que é absolutamente anacrônica, fora ou longe do eixo? Põe a E&P em Mossoró, põe o *offshore* e a refinaria em Guamaré, e acabou, você vai economizar muito mais. Não estou querendo ensinar o padre a rezar a missa, não. Mas é que, como observador externo, isso faz muito mais sentido para mim.

Por fim, existe uma Comissão Interestadual de discussão dos assuntos de petróleo, inclusive com a participação e iniciativa do Secretário Márcio, do Governo Federal, que é nosso amigo e amigo de todos, que tem várias entidades que estão aí.

Finalmente, vou dar um exemplo do que eu imagino que seja essa situação, que é difícil de explicar. Imagine alguém que tem um hotel de médio porte e que tem de fazer economia. O restaurante do hotel, de repente, há algum tempo, criou um nome próprio, ficou famosinho na cidade. Ele tem lá um restaurante bacana. De repente, o dono do hotel resolve dizer o seguinte: "Olha, você tem um nome bacana de restaurante, mas eu não posso ter mais isso. Por economia, eu vou colocar o pessoal do hotel, o chefe da hotelaria, como chefe de cozinha do restaurante. Ele vai acumular a gestão do hotel e a gestão do restaurante e ainda vai fazer o cardápio do restaurante." É isso que está acontecendo.

Como é que você explica essa situação para alguém de fora? Então, basicamente, pessoal, é isso que a gente quer saber. E que planos a Petrobras tem para o Rio Grande do Norte? Nós todos precisamos nos preparar, porque todos dependemos disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação inicial aqui do Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Jean-Paul Prates, participação qualificada que ele acaba de fazer, contribuindo com o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos passar agora a palavra para Tuerte Amaral Rolim, que é o Gerente-Geral da E&P UO-RNCE.

Antes, com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente. Obrigado.

É que eu estou com 50 empresários no meu gabinete, para fazer um debate, e eu não poderia deixar de estar presente neste encontro.

Tivemos um encontro importante ontem, com parte da Bancada – os que não puderam ir se justificaram –, para ouvir as pessoas que... Quase todas estiveram ontem, deram-nos as informações, e algumas outras pessoas, com contribuições importantes, estão aqui.

Qual é a diferença entre as perguntas que o suplente de Senador Jean-Paul Prates faz entre hoje e quatro anos atrás? É que apareceu uma novidade de que a refinaria de petróleo Clara Camarão iria ter um *downgrade*.

As perguntas que foram colocadas são todas apropriadas. Eu as endosso todas, porque são preocupações de quem se preocupa com o Rio Grande do Norte, com o futuro, com uma coisa que significa um terço do PIB do Estado. Agora, são perguntas que poderiam ter sido feitas quatro anos atrás, cinco anos atrás. Estão sendo feitas agora porque foi anunciado que haveria um *downgrade*.

Na reunião que nós tivemos ontem, ficou claro para mim que não haverá *downgrade* nenhum. Pelo contrário, a Refinaria Clara Camarão volta para a Diretoria que a instalou anos atrás. Quem instalou a refinaria foi a diretoria onde ela está alocada agora, que nos foi colocada – e vou querer a reafirmação desses pontos todos. É a diretoria onde os mais importantes esforços da Petrobras vão ser realizados. É lá.

Então, em vez de *downgrade*, ela obteve foi a manutenção de uma posição... Eu não diria que é uma posição de privilégio, mas pelo menos é uma posição de proteção, para que a planta permaneça como refinaria, com perspectivas de investimentos. Eu quero que o que eu estou falando aqui seja reafirmado ou seja negado. Há perspectivas de investimentos em aberto, porque ela está na diretoria que trata disso, que trata de investimentos novos, que trata de produção nova, que trata de racionalização de custos. E nos foi dito que o anúncio que foi feito foi, pelo menos, mal interpretado.

Então, eu volto a dizer: as perguntas que foram feitas aqui são todas apropriadas, são do interesse do Rio Grande do Norte, e eu as endosso todas elas. Agora, a diferença é só esse fato que foi anunciado e que tem de ser esclarecido. Em sendo esclarecido, as perguntas que foram feitas agora, que poderiam ter sido feitas três, quatro ou cinco anos atrás, merecem atenção e vigilância. Eu, por exemplo, à medida que obtivermos os esclarecimentos, vou ficar satisfeito ou não. Se eu não ficar satisfeito, por alguma razão, eu acho que a nossa obrigação... Garibaldi, Fátima, eu, os oito Deputados Federais do Estado, o Governador do Estado, todos nós temos a obrigação de ir ao Presidente e perguntar a ele o que é que realmente a Petrobras pretende com esse ou aquele ponto que não tenha sido suficientemente esclarecido.

Na reunião de ontem, os pontos levantados foram bem esclarecidos – eu diria que foram bem esclarecidos. Fundamentalmente, houve o quê? Ponto um: a mudança da diretoria significa *downgrade*? Não. Significa o contrário: uma porta mais larga de perspectiva de futuro da refinaria. Isso é o que foi dito pela Petrobras. Segundo ponto: haverá demissões? Não, poderá haver relocação de pessoas – eu quero que isso seja reafirmado. Há perspectiva de investimentos novos? Até pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diretoria em que ela está situada, essa perspectiva de investimentos novos é real, por interesse da companhia, que vê no desempenho da refinaria, que é exemplar, que é referencial, perspectiva, sim, de investimento como forma de haver mais lucro na Petrobras.

Então, dito isso, cumprimentando a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa desta audiência pública, eu queria deixar a minha posição, pedir desculpas pela minha ausência – tenho de me dividir; este é o meu terceiro compromisso de hoje – e desejar muito boa sorte. Vou acompanhar, ponto por ponto, os debates, os esclarecimentos e os fatos que vão ser colocados, os fatos colocados e os fatos respondidos, porque o meu compromisso é com o Estado do Rio Grande do Norte, o meu e o nosso.

Dito isso, eu quero agradecer a presença de todos que vieram de Guamaré, que vieram do Estado do Rio Grande do Norte, que vieram de Mossoró, que vieram de toda parte do Brasil, de Brasília, do Rio de Janeiro, para que este debate, que é de fundamental importância para o nosso Estado, possa ter a devida conclusão.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Agripino, antes de V. Exª sair em função, é claro, de outras agendas, primeiro, quero também, mais uma vez, dizer da importância da iniciativa de V. Exª, inclusive, de ter promovido a reunião com os representantes da Petrobras, até porque isso é nosso papel, é nosso dever. Nós não estamos aqui tratando de um tema qualquer. V. Exª, que já foi Governador do nosso Estado, assim como o Senador Garibaldi Filho, sabe perfeitamente o que significa a Petrobras para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Eu dei um dado agora há pouco aqui, Senador José Agripino, de que, no Orçamento de 2017 do Governo do Estado, por exemplo, para a área de investimentos públicos, só para o senhor ter uma ideia, a previsão é de algo em torno de R$683 milhões. Essa é a previsão do Orçamento do Rio Grande do Norte para a área de investimentos. Contudo, estão incluídos nesses R$683 milhões R$250 milhões, que são destinados para o Proad, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial. Há R$144 milhões referentes ao pagamento da manutenção da Arena das Dunas. Sabe quanto é que sobra para investimento público, ou melhor, quanto sobrou? A quantia de apenas R$289 milhões.

Mesmo com uma redução drástica em matéria de investimentos no nosso Estado – em 2009, nós chegamos à cifra de R$908 milhões, que foi caindo; para o ano de 2017, caiu para R$200 milhões –, mesmo com essa redução drástica, esses números, por si só, mostram a pujança e a importância da Petrobras para a economia do Rio Grande do Norte. Não é à toa que ela representa 40% da produção industrial do nosso Estado. Eu dizia aqui que a Petrobras, graças a Deus, foi sempre muito bem recebida no nosso Estado. Pela importância que tem, ela foi sempre muito bem recebida, muito bem tratada em matéria de benefícios fiscais, em matéria de tratamento especial, no que diz respeito à questão do licenciamento.

Por isso, vejam bem, de repente, quando se noticia um fato desse, que é a transferência da refinaria para a área de exploração e produção, o que nós temos de fazer é exatamente o que estamos fazendo aqui: um debate, como agentes políticos que somos, como representantes do povo potiguar.

Encerro, antes de passar a palavra a Tuerte Amaral, Gerente-Geral do nosso Estado, dizendo ao senhor e aos demais presentes que esse assunto já tinha sido abordado, Senador José Agripino, em janeiro de 2016. Naquela época, comentava-se que essa medida seria tomada, ou seja, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferiria a refinaria para a área de exploração e produção, Deputado Beto Rosado, e a nossa preocupação com as consequências que isso teria. Eu não me omiti. Está aqui um ofício datado da época ao Sr. Aldemir Bendine, que era o Presidente da Petrobras, de janeiro de 2016. Eu cobrava exatamente uma posição da Petrobras, falava das nossas preocupações: se essa medida fosse efetivada, quais as consequências que isso poderia acarretar em matéria de desenvolvimento econômico do nosso Estado? Portanto, nós nos posicionamos. Felizmente, à época, essa mobilização surtiu efeito, tanto é que a iniciativa, à época, foi suspensa. Daí exatamente a importância de a gente fazer o debate neste momento.

Passo a palavra, imediatamente, a Tuerte Amaral Rolim, que é o Gerente-Geral da unidade do Rio Grande do Norte e do Ceará.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Bom dia a todos!

Começo cumprimentando a Senadora Fátima Bezerra, em nome da qual saúdo todos os demais Senadores e Senadoras, Deputados e demais autoridades aqui presentes.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me só um minutinho.

Quero registrar a presença aqui da Deputada Federal Zenaide Maia e convidá-la para vir à bancada, aqui na frente.

O senhor está com a palavra.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Também cumprimento os colegas da Petrobras que nos escutam, que nos apoiam.

Cumprimento o Sindipetro, aqui representado por José Araújo, e as demais pessoas aqui presentes.

Começo agradecendo, Senadora, a oportunidade que a senhora nos dá de poder esclarecer todas as questões que foram suscitadas com esse movimento de reestruturação que a Petrobras está fazendo nas suas unidades operacionais, principalmente no Estado do Rio Grande do Norte.

Então, se a senhora me permitir, eu vou fazer uma pequena apresentação.

Começo já dizendo para o colega Jean-Paul, por quem tenho muita admiração e respeito, que a produção nossa no Estado do Rio Grande do Norte, hoje, é da ordem de 48 mil barris por dia, e a de gás é da ordem de 930 mil metros cúbicos de gás por dia. A nossa Unidade de Operações de Exploração e Produção abrange os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, e, na sua totalidade, a nossa produção está em torno de 52 mil, 53 mil barris por dia e de 70 mil a mais de gás proveniente da produção no Estado do Ceará, o.k.?

Bom, então a ideia aqui é procurar esclarecer todas...

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP - RN. *Fora do microfone.*) – Os 48 mil barris de petróleo não são equivalentes...

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Não, é petróleo, barril de petróleo.

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP - RN. *Fora do microfone.*) – E quantos mil metros cúbicos de gás?

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Novecentos e trinta mil. Isso inclui a produção de gás em terra mais a produção de gás no mar, nos campos de Pescado, Arabaiana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Fique à vontade, sempre que precisar pode fazer.

Então, eu espero que, com essa apresentação, a gente venha esclarecer todas as questões que aqui foram postas. A Petrobras sempre estará presente para fazer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Então, a nossa presença no Estado do Rio Grande do Norte, para falar sobre a nossa presença lá, eu queria mostrar primeiramente...

O próximo, por favor! O controle está comigo, não é? O.k.!

Então, só para mostrar a nossa atuação, as atividades da Petrobras no Estado do Rio Grande do Norte, a gente mostra a atuação inicialmente da área de Exploração e Produção da Petrobras, que a gente chama de E&P. Ela se distribui ao longo das várias áreas geográficas dos dois Estados: Natal, Mossoró, Fortaleza, um pouco mais acima. De Natal para Mossoró, a distância é de aproximadamente 250km, e há uma distância parecida, de 240km, de Mossoró a Fortaleza.

A nossa produção na área marítima está distribuída conforme está sendo mostrado: nós temos um conjunto de 38 plataformas, que são interligadas através de dutos submarinos e de alguns equipamentos submarinos. Na área marítima que fica na costa do Ceará, nós temos nove dessas plataformas. Toda a produção de óleo escoa através de navios; ela vai para um navio-tanque, e de lá vêm os aliviadores, que levam o petróleo para as refinarias. O gás escoa diretamente para Fortaleza, onde é processado na fábrica de lubrificante conhecida como Lubnor, próxima a Fortaleza.

Temos ainda no Rio Grande do Norte mais 29 plataformas, distribuídas em vários campos. Ali estão os principais: Ubarana, Agulha, Pescada e Arabaiana. E toda essa produção do Rio Grande do Norte, de óleo e gás, escoa para aquele ponto que ali está mostrado, que está circundado, que fica no Município de Guamaré e que nós conhecemos como Polo do Guamaré. Então, toda a nossa produção marítima de óleo e gás vem para aquelas instalações que são operadas pela área de exploração e produção, pela nossa unidade, e se localiza em Guamaré.

Na área terrestre, agora vou focar... Nós temos uma pequena produção de petróleo na área de Fazenda Belém, como ali está mostrado, que fica no Estado do Ceará. Mas grande parte da produção terrestre, desses 49 mil barris, localiza-se ao longo do Estado do Rio Grande do Norte. São cinco mil poços. É algo em torno de cinco mil poços produtores, cuja produção é recebida em mais ou menos 120 a 130 estações de coleta de petróleo. Todo esse petróleo e todo esse gás são escoados através de oleodutos e gasodutos que se dirigem para o Polo de Guamaré, que fica na área industrial. São mais ou menos dois mil quilômetros de oleodutos e gasodutos.

Então, nós temos uma operação bastante abrangente já, com uma infraestrutura operacional bastante montada e consolidada há muito tempo, que é responsável pela exploração e produção nessas áreas.

O Jean-Paul Prates mostrou aqui um histórico. Nós começamos nossas atividades lá em 1973, com o advento da descoberta do petróleo em Ubarana, no Campo de Ubarana. Após a descoberta dos campos de Pescada e Arabaiana, a nossa área de exploração e produção encontrou, descobriu aí a oportunidade de poder beneficiar ou processar aquele óleo de Pescada, dos campos de Pescada e Arabaiana, e de transformar aquilo em um derivado, o diesel, podendo agregar valor a todo o petróleo produzido nos campos de Pescada e Arabaiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de forma bastante articulada com a área de abastecimento e refino, a área de exploração e produção praticamente montou, com todo o suporte das outras áreas da Petrobras, a primeira unidade de diesel que foi localizada no Polo de Guamaré, dentro de toda a infraestrutura que a gente já possuía. Essa unidade passou a ser operada pela nossa área de negócios, de exploração e produção. Foi feita uma primeira ampliação, ou seja, ampliou-se, duplicou-se a capacidade de refinar o óleo diesel, e, a partir daí, isso se tornou um embrião da Refinaria Clara Camarão, que veio a ser concretizada dez anos depois, em 2009. E, a partir daí, a área de abastecimento e refino assumiu a gestão dessa refinaria e, com isso, promoveu importantes movimentos que foram basicamente a consolidação de todas as práticas e de todas as atividades juntamente com as demais refinarias.

Essa contextualização é importante, porque, logo em seguida, após 2009, a gente começou a se deparar com um cenário muito agressivo, muito adverso na indústria mundial de petróleo, quando o preço do barril de petróleo despencou dos seus US$120, chegando, em janeiro ou fevereiro de 2016, a US$34. Então, a Petrobras, juntamente com todas as outras operadoras no mundo inteiro, foi obrigada a tomar medidas para que pudesse realmente atravessar a difícil fase que adivinha.

No caso da Petrobras, a situação ficou mais crítica porque a Petrobras teve de fazer pesados investimentos, principalmente para o desenvolvimento do pré-sal. Com isso, o nosso endividamento chegou a níveis bastante graves, eu diria. A nossa relação entre a dívida e a capacidade de geração de caixa ficou na ordem de 5,3, quando o normal, o aceitável, o racional está na faixa de 1,5 a 2,5.

Então, a Petrobras não teve alternativa a não ser tomar uma série de medidas, entre elas a de fazer a gestão dessa dívida, o alongamento dessa dívida, a de trocar juros mais altos por juros mais baratos, a de fazer uma forte contenção de despesas e, com isso, buscar racionalizar todos os seus recursos.

Então, nesse contexto, a Petrobras passou a analisar todos os seus processos internos, principalmente os processos de gestão.

E nos concentrando, então, naquela área circundada, que nós chamamos de Polo de Guamaré, aqui temos uma ideia do que é o Polo Industrial de Guamaré. Então, primeiramente, temos o Centro de Defesa Ambiental, que dá suporte, que foi estruturado para fazer frente às emergências que porventura venham a acontecer. Temos também, ao lado dessa área, as distribuidoras, principalmente as distribuidoras de GLP, de gás de cozinha. Temos a base da BR Distribuidora, que fica naquela área que está sendo mostrada. Temos também a Transpetro, que possui esse terminal inserido dentro do Polo Industrial de Guamaré, e temos também várias unidades que fazem parte da produção de petróleo.

Como eu disse e mostrei no eslaide anterior, toda a nossa produção de petróleo e gás no Rio Grande do Norte se dirige para essas unidades, que nós operamos, que a área de exploração e produção já opera. Nós consideramos isto aqui como o nosso centro nervoso. Tudo está interligado. Em qualquer interação ou em qualquer distúrbio que venha a acontecer, nós temos de atuar nas instalações de produção de petróleo. Precisamos estar... É um processo totalmente integrado.

Aí começa, Jean-Paul, a ficar um pouco... Esse negócio, essa refinaria, que a gente vai ver logo em seguida e que você conhece bem, é uma excelente refinaria. Ela continua sendo a Refinaria Clara Camarão. Agora, é importante entender o contexto em que essa refinaria está inserida. Ela está inserida em um ambiente onde toda a operação de exploração e produção de petróleo ocorre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, ali, mais em cima, nós podemos ver a primeira seta, no canto superior esquerdo, onde se dá a chegada do petróleo, o tratamento desse petróleo. Em seguida, nós tratamos toda a água que vem com esse petróleo. Aqui, mais ao lado, nós temos diversas unidades de compressão, de processamento de gás, de recebimento de gás da área de Pescada e Arabaiana. Quer dizer, são várias unidades que estão distribuídas; elas nasceram dessa forma.

Em seguida, a gente pode ver aqui os processos de refino da Refinaria Clara Camarão e como eles estão distribuídos dentro dessa área. É claro que nasceram dessa forma porque foram pensados lá atrás; começaram dessa forma pela área de exploração e produção.

Então, naturalmente, já é um processo extremamente interligado, extremamente integrado. Nós compartilhamos vários recursos aqui dentro. A área de refino e gás natural e a área de exploração e produção, do ponto de vista operacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – ...e de gestão, já compartilham naturalmente os recursos. Então, é muito natural essa integração que a Petrobras está fazendo.

A partir de 2015, com o agravamento da nossa crise – a Senadora apropriadamente colocou que é uma crise mundial, do País, dos Estados, da Petrobras também e de todas as empresas que estão nesse contexto –, todo mundo está fazendo a sua gestão para fazer frente a essa fase, que, com certeza, nós vamos vencer.

Então, a Petrobras fez um estudo com as duas áreas integradas, a E&P e a de refino e gás natural. As equipes se reuniram, e, com base no que está posto, trabalhou-se para avaliar a possibilidade de ter uma única gestão, de eliminar todas as interfaces e ter uma única gestão, trabalho que foi feito.

Só para a gente ter uma ideia, toda essa área azul é a área operada pela Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos, que é operada pela E&P. E essa área na cor alaranjada é a área operada pela área de refino; é a gestão da área de refino e gás natural. Então, todo o trabalho que foi feito foi o de buscar ter uma única gestão. Os processos continuam.

E, só para ilustrar a viabilidade desse movimento que a Petrobras está fazendo, eu estou apresentando aqui para senhoras e senhores a sala de controle. É uma única sala de controle para as duas áreas, a de exploração e produção e a de refino e gás natural.

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP - RN. *Fora do microfone.*) – Já era assim.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Já nasceu assim. Foi muito apropriadamente colocado, Deputado. Já nasceu assim.

Aqui, mais ao fundo – acho que o *laser* não consegue apontar –, a gente observa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – ...as estações de controle que operam a refinaria. E, de lá para cá, são todas as estações de controle que operam a Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos. Ou seja, ela, por natureza, já é um processo integrado.

Então, todo trabalho que foi feito foi o de fazer a integração da gestão. Nada muda. O que muda é o modelo de gestão. De forma bastante integrada, ela foi assumida pela área de exploração e de produção, porque, na grande infraestrutura, não só em Guamaré mas em todo o Estado do Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Norte, nós temos áreas de segurança, meio ambiente e saúde dispersas, recursos humanos. Isso tudo ficou para ser compartilhado, e a gestão ficou com a área de exploração e produção.

Então, partindo aqui já para as considerações finais...

(*Interrupção do som.*)

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – ...devo dizer que a integração da Refinaria Potiguar Clara Camarão com a Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos otimiza as estruturas existentes (*Fora do microfone.*)

reorganiza os processos, simplifica a gestão, aproveitando para isso toda a infraestrutura já existente, e elimina todas as interfaces. Nós sabemos que, quanto mais interfaces temos, mais complexidade e mais riscos passam a existir. Então, estamos eliminando as interfaces, eliminando esses riscos e dando mais robustez às operações dessa refinaria.

A Refinaria Clara Camarão e a UTPF passam a compor o que estamos chamando de Ativo Industrial de Guamaré. A nomenclatura Ativo Industrial de Guamaré é dada unicamente para denominar a estrutura de gestão que vai cuidar desses processos. A refinaria continua refinaria, a plaquinha de Refinaria Clara Camarão continua existindo como Refinaria Clara Camarão, todos os processos da Refinaria Clara Camarão continuam existindo.

Outro ponto: o Ativo Industrial de Guamaré, de forma integrada, contribui para a melhoria da eficiência e do resultado operacional para ambas unidades, tanto a RPCC quanto a UTPF. Aqui eu faço o comentário de que vamos ter uma economia com essa integração. Eu já coloco para as senhoras e os senhores que para nós cada centavo é importante neste momento. Cada centavo que venhamos a economizar neste momento é fundamental para esta fase que atravessamos. Inclusive, a caneta que estou usando aqui é uma caneta simples. Quando jogamos fora uma caneta dessas, são 60 mil canetas que podem ser jogadas fora, que é mais ou menos o número de pessoas que utilizam canetas na Petrobras. Então, é muito importante essa economia que está sendo promovida, até porque ela é natural. Não é preciso haver estrutura duplicada.

O desenvolvimento do Ativo Industrial de Guamaré está integrado ao Plano Estratégico da Petrobras e ao Plano de Negócios e Gestão da Petrobras para a janela dos anos de 2017 a 2021.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – A refinaria e todos os processos da refinaria estão inseridos no nosso plano de negócios e vão continuar no nosso plano de negócios. Então, já adianto que não há nenhum prejuízo para aquilo que estava previsto. O que estava previsto de investimento vai continuar. E, obviamente, da mesma forma que foi identificado o embrião da refinaria, a E&P, a área de exploração e produção, como sempre, vai estar muito atenta para outras oportunidades, à medida que os cenários vão mudando.

Também é importante – este é outro ponto que percebi que foi colocado aqui – o fato de que a Refinaria Clara Camarão continua conectada com a área de refino e gás natural. Todo o planejamento, a programação de derivados, a comercialização continuam sendo feitos pela área de refino de gás natural. Ou seja, a refinaria não se desgarra da área de refino e gás natural, mas o planejamento e a comercialização ficam sendo gerenciados pela área de refino de gás natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os empregados lotados na Refinaria Clara Camarão serão transferidos para a área de E&P. Ou seja, não há demissão. Da mesma forma que o processo, as instalações e a gestão do processo estão passando para a E&P, aqueles operadores que lá estão vão continuar. Eventualmente, poderá haver alguma mobilização, como está ocorrendo em toda a companhia. Existem algumas situações de pessoas que estão cedidas e, possivelmente, deverão retornar para suas unidades de origem, mas é algo muito pontual. Reafirmo: não haverá demissões. Todas as pessoas serão preservadas e passarão a ser lotadas na área de exploração e produção.

Por último, eu quero ressaltar que a Refinaria Clara Camarão mantém suas operações e continuará produzindo todos os derivados. Todos eles continuarão sendo produzidos, atendendo ao mercado.

Portanto, Senadora, eu gostaria de encerrar a minha fala agradecendo a oportunidade de poder esclarecer. Todos os movimentos que a Petrobras está fazendo no Estado do Rio Grande do Norte visam a buscar o equacionamento da situação financeira da companhia e a fortalecer seus bons negócios, como é o caso da Refinaria Clara Camarão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Sr. Tuerte Amaral Rolim, que aqui falou em nome da Petrobras, na condição de Gerente-Geral da Unidade de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará.

Vamos imediatamente passar a palavra para Otomar Lopes, que é o Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte.

Queremos registrar a presença aqui do Deputado Federal Felipe Maia, que é coordenador da nossa Bancada.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Desde já, peço inscrição para falar, Senadora, porque V. Exª sabe bem como é nossa rotina às terças e às quartas. Eu terei, daqui a pouco, de me ausentar da Comissão, em função de projeto que terei de relatar na Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu queria que V. Exª otimizasse talvez a palavra entre a Mesa e os Deputados Parlamentares, uma vez que acredito que todos terão de se ausentar em breve, em função das nossas atividades congressuais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida, a gente está sensível a isso. Eu quero só pedir um pouco de compreensão dos senhores, pois só falta agora falar o representante do Governo do Estado, o da Federação das Indústrias e o dos trabalhadores. Vamos ver se a gente conclui a Mesa para imediatamente passar a palavra para os senhores.

Mais uma vez, agradeço.

Ressalto a importância da presença da Bancada Federal do nosso Estado na audiência. Estão presentes aqui os Deputados Federais Felipe Maia, Zenaide, Rafael Motta e Beto Rosado e o Senador Garibaldi Filho. O Senador José Agripino aqui já esteve também. Com a palavra o Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte.

O SR. OTOMAR LOPES – Senadora Fátima Bezerra, Presidente da Comissão, demais membros da Mesa e Parlamentares já mencionados, para otimizar o tempo e ser breve nas considerações, o Governo do Estado ficou, evidentemente, tão preocupado quanto todos os Parlamentares com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícia de que houvesse algum desinvestimento ou alguma diminuição nas oportunidades de negócio promovidas pela Petrobras no Rio Grande do Norte, a partir do Polo de Guamaré.

É bom a gente ressaltar, com essa notícia positiva, que, ontem, na primeira reunião já foi reforçada, que o Estado, como foi bem lembrado aqui, sempre tratou muito bem a Petrobras. A Petrobras sempre foi muito bem recebida historicamente pelo Governador José Agripino, pelo Governador Garibaldi, por todos os governos que por lá passaram e agora e sempre teve todos os pleitos atendidos de forma muito correta, de forma muito coerente, desde os incentivos fiscais às oportunidades de negócio. Toda a legislação foi adaptada para que a Petrobras mantivesse sempre seus investimentos. Essa relação tem sido muito real e muito concreta, a tal ponto que, hoje, o programa RN Gás Mais, o incentivo que é dado as empresas com o gás natural, não é um benefício concedido pela Petrobras. O Governo do Estado compra o gás natural da Petrobras via Potigás.

Então, essa relação do Estado com a Petrobras tem sido plena, tem sido efetiva, tem sido muito correta, e nos surpreendeu a notícia de entender que a Petrobras poderia considerar o Rio Grande do Norte como um item de prateleira, uma localização geográfica, um espaço que pudesse sair do seu plano de negócio, sem que houvesse a intenção, sem que houvesse a participação do Governo do Estado.

Evidentemente, o Governo não deve intervir nem vai decidir pela Petrobras sobre o plano de negócios ou sobre os seus investimentos, mas ele também não pode ser considerado apenas como um fato recebedor de uma notícia final de um plano de negócios da Petrobras. Se a relação de parceria existe entre o Governo e a Petrobras, entre o Rio Grande do Norte e a Petrobras, acho que é salutar, daqui para frente, para evitar que haja esses outros tropeços em tantas informações, que essas comunicações sejam prévias, sejam discutidas com a Bancada, com os Parlamentares, com a Federação das Indústrias, com o sindicato, com o sindicato dos empregados e das empresas, com aqueles que estão diretamente participando deste negócio chamado Ativo Clara Camarão ou Ativo Refinaria Clara Camarão, o potencial da Petrobras dentro do Estado.

Não nos parece que seja salutar, nessa relação que é muito efetiva ao longo do tempo, que a gente passe a ser a parte final do relatório como leitor de uma comunicação. Acho que a gente precisa interagir um pouco mais, conhecer mais previamente essas oportunidades e evitar essas informações um pouco discrepantes, talvez, que chocaram todo mundo, pelo potencial e pela oportunidade que ainda existem no Rio Grande do Norte e podem ser ampliados, podem ser explorados.

O Governo do Estado, evidentemente, tem todo o interesse em continuar a expandir, lembrando que não só há a Petrobras, como foi mostrado, mas que existe uma rede de negócios por trás daquele investimento, das distribuidoras que estão lá. É preciso a gente lembrar também que Guamaré é uma cidade que, hoje, depende essencialmente da refinaria. Qualquer desinvestimento naquela localização impacta, de forma assustadora, no Município, que não está programado nem tem condições de se programar de forma tão rápida a qualquer desinvestimento que seja anunciado prontamente.

É preciso que a gente pense no impacto político, no impacto econômico e no impacto social e pense em todos como parceiros. Somos todos no Rio Grande do Norte... A Petrobras, o petróleo... A gente aprendeu que o petróleo é nosso. A Petrobras pertence ao Brasil, pertence ao Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Norte. Acho que temos de estar unidos em todas essas relações, nas boas notícias e nas más notícias, mas sempre participando, sempre ativos. Eu acho que o papel do Governo do Estado é esse.

Estamos felizes com esta informação de que não haverá nenhuma alteração. Vamos esperar uma notícia positiva: que haja novos investimentos. E aí estamos todos dispostos a comemorar, festejar e dar todo apoio que for necessário para o crescimento e desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Então, de uma forma bastante breve, para otimizar o tempo dos Parlamentares, trago esta contribuição inicial. Agradeço o convite da Senadora Fátima para participar desta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Sr. Otomar Lopes, aqui representando o Governo do Estado, na condição de Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico.

Com a palavra agora, imediatamente, José Antonio de Araújo, Diretor do Sindipetro do Rio Grande do Norte.

Conforme vocês viram, a gente está otimizando o tempo agora para passar a palavra para os Parlamentares.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Queremos agradecer a oportunidade de virmos para este debate e dizer que as falas aqui colocadas, principalmente pela Petrobras, são importantes. E a gente reflete... O representante do Estado diz que se mantém tranquilo, mas nós precisamos compreender a nova política da Petrobras, que afeta diretamente o Rio Grande do Norte e o Brasil.

A refinaria, ao passar para E&P... Já está constatado que a E&P reduziu seus investimentos em 77%. Setenta e sete por cento foi a redução dos investimentos. Então, é uma preocupação: se eu retiro a refinaria de lá e jogo para E&P, ela vai estar afetada também nessa questão do desinvestimento.

Outra questão que a gente percebe é que, no segmento do E&P, em um ano apenas, a produção de petróleo no Rio Grande do Norte caiu mais de 15% por falta de investimentos. Todas as sondas de produção do Rio Grande do Norte e do Brasil inteiro, em áreas terrestres, foram suspensas em setembro de 2016, mesmo quando a Petrobras tinha um projeto para perfurar, por exemplo, na região do Alto do Rodrigues, cerca de mil poços de petróleo. Perfurou 600 e encerrou as atividades, porque a programação previa suspender em setembro. Alguns projetos foram retomados, agora em janeiro deste ano – poucos poços: uns seis poços em Mossoró, uns quatro ou cinco no Alto do Rodrigues, mas só isso.

Outra questão é que a capacidade de refino da nossa Refinaria Clara Camarão, de 45 mil, para vocês terem uma ideia, neste semestre produziu uma média de 31 mil barris – 30% aquém de sua capacidade; só teve 70% de sua capacidade. E isso se reflete no Brasil inteiro nas refinarias. Nosso parque de refino é capaz de sustentar todo o Brasil. E, se houver uma grande demanda, como está previsto, com pequenas reformas, ampliações na sua estrutura do refino, nós conseguiremos também atingir isso. Mas qual é a nova política do Governo e da Petrobras nesse segmento? É exatamente se desobrigar de abastecer o Brasil. Este é o principal ponto: desobrigar-se de abastecer o Brasil, abrindo o mercado para importações. Então, nós estamos importando bastante combustível.

Outra questão que também é importante para a gente entender é que todos os investimentos... Eu entrei na Petrobras em 1985 e aprendi, lá naqueles idos, que qualquer negócio, no âmbito do petróleo, em que o custo do barril chegasse a US$35 era viável. Isso permanece até hoje. É verdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que houve um pico no preço do barril – a US$110, a US$114 até a US$115 – e caiu agora, recentemente, neste ano, para quarenta e poucos dólares, mas ele vem se recuperando.

E a Petrobras não está enxergando a coisa, fazendo essas questões de reestruturar o quadro apenas numa visão de curto prazo. Por exemplo, no Alto do Rodrigues, que é outra região com grande produção de petróleo, como Mossoró, o custo do barril de petróleo é de apenas US$20. Então, se você observar, aquela casa dos US$35 já é viável, por demais viável. Hoje, o petróleo está batendo na casa dos US$64, com perspectiva de, até o final do ano ou em janeiro, chegar a US$70. Então, vê-se que a visão de curto prazo da Petrobras é equivocada. Não é se desfazendo ou cortando investimentos que se vai sanar a situação da Petrobras. Não é!

A Petrobras, no Brasil inteiro, no Alto do Rodrigues... Vou só mostrar aqui alguns dados, com esse novo posicionamento da Petrobras, do suprimento complementado através de importações realizadas pela Petrobras e outros atores. Importar! A empresa Petrobras, cujo ramo é petróleo, parece que demonstra que o interesse dela não é mais o ramo do petróleo, porque ela não está se preocupando mais com essa questão.

O pré-sal é importante? É importante, mas o pré-sal é uma riqueza que favorece o Brasil com relação a todo petróleo no mundo. O pré-sal está situado em frente à maior região consumidora do País, a pouco mais de 300km. Isso é fantástico, custo pequeno. É por isso que o barril, no pré-sal, hoje, caiu muito, a preços competitivos com os da Arábia Saudita.

No papel do refino, a intenção da Petrobras, no novo projeto que percebemos, é uma nova política de preços e maximização das suas margens de lucro. Ora, vejam hoje: os senhores todos aqui devem ter visto – a própria *Folha de S.Paulo* publicou hoje – que esse preço que a Petrobras faz, reduzindo a sua capacidade de produção, aceitando a importação e fazendo ajuste de preço diariamente, já impactou no preço dos combustíveis em uma alta, neste ano, de mais de 11%; no preço do gás de cozinha em não sei quantos por cento; e por aí vai.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os aumentos têm sido quase diários de gasolina, de...

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Quase diários, nessa nova política da Petrobras.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O gás de cozinha também.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Essa nova política da Petrobras de não garantir integralmente o abastecimento do mercado é curiosa, porque você não está beneficiando...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou só comentando que, na recente medida provisória editada pelo Presidente e pelo Ministro da área econômica, Henrique Meirelles, o Governo está abrindo mão de cerca de um trilhão dos impostos que deveriam pagar as empresas que atuam no campo da exploração do pré-sal. A imprensa tem noticiado isso.

Desculpe.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Essa questão inicialmente colocada aqui pelo Jean Paul é pertinente. É pertinente por quê? O Estado não vai perder recursos, em se mudando, mas ela traz essa preocupação dentro dos seus investimentos globais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto a essa preocupação, o que nós sempre defendemos? Nós tivemos – viu, Dr. Otomar Lopes Cardoso? – oportunidade por três vezes, nos últimos dois anos, de bater à porta do Governo do Estado para conversar sobre isso, sobre essa questão do petróleo no Rio Grande do Norte, tanto dos investimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – ... no campo do petróleo, quanto dos investimentos da refinaria. Nós queremos, sim... A Petrobras não pode ser uma empresa tratada como uma mera situação de empresa comercial, de uma empresa do mercado de capital. A Petrobras, quando foi percebida, foi percebida para ser inserida num projeto de desenvolvimento nacional, e ela desenvolveu bastante o Estado do Rio Grande do Norte, os Estados nordestinos, ajudando, inclusive, a combater as desigualdades regionais.

Então, ao não fazer investimentos... É uma questão simples de investimento: se nós temos um botijão de água, em qualquer repartição, com 20 litros de água, nós precisamos ter outro, porque, ao ser consumido, temos que substituí-lo. Do mesmo jeito é um poço de petróleo: nós temos que sempre estar investindo, buscando novas alternativas. Em um ano, nos quarenta em poucos anos em que a Petrobras está no Rio Grande do Norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – ... produziu-se um bilhão de barris. Um bilhão de barris! E nós temos petróleo para mais 40, mais 80 anos. Nós temos petróleo lá, basta o investimento. E o investimento para ser refeito no Rio Grande do Norte não precisa de um centavo de fora: basta todos os recursos que ela gera. Mesmo esses 48 mil barris de petróleo – caiu muito – que são produzidos por dia, ao final do ano, dão uma quantia fantástica, que paga todas as contas, e, isso sendo reinvestido, nós poderemos, sim, retomar a produção de petróleo, aumentar a produção de petróleo.

E, para finalizar, eu quero dizer o grande impacto que ela causou nas cidades onde atua, em todos os Municípios e nos pequenos guetos onde trabalha a Petrobras. A questão do desemprego: na Petrobras, no seu pico de investimento, tínhamos quase 15 terceirizados trabalhando para cada petroleiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Hoje temos, mais ou menos, dois para um.

A Petrobras, na região de Mossoró, Beto Rosado – V. Exª conhece muito bem e sabe –, afetou desde aquele camarada que vendia um cachorro-quente até a construção civil, naquele *boom* da construção da civil, quando a Petrobras começou a desinvestir. Foi um desespero! Afetou a rede hoteleira, afetou todo o comércio.

Então, nós precisamos é que a Petrobras retome os investimentos. A preocupação é que realmente passar a Refinaria Clara Camarão para E&P pode significar, sim, desinvestimento também em sua área. Ela não pode ser simplesmente tratada da forma como está sendo. Então, é uma política nacional que afeta o refino no Brasil inteiro e afeta o Rio Grande do Norte, especialmente a Refinaria Clara Camarão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada a José Araújo, o Dedé Araújo, que aqui falou em nome dos petroleiros e petroleiras do Rio Grande do Norte como Presidente do sindicato.

Imediatamente passo a palavra para Vilmar Pereira, que aqui vem na condição de Vice-Presidente, representando a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. Imediatamente após, nós vamos passar para os Parlamentares.

O SR. FRANCISCO VILMAR – Senadora, é um prazer imenso estar aqui com todos vocês.

E vou ser breve; empresário fala, normalmente, rápido.

Eu vou aqui me basear em dados estatísticos, como economista, porque eu não sou engenheiro. Nós chegamos a produzir 120 mil barris de petróleo; hoje nós estamos produzindo 48 mil barris de petróleo. Então, se são os nossos campos, os nossos poços que não estão produzindo, estão secos, por falta de investimento, isso fica com a Petrobras. Agora, eu sempre falo que existem dois Rio Grande do Norte, um antes e outro depois da Petrobras. A importância da Petrobras, não só em Mossoró, e, sim, no Rio Grande do Norte... Ela é muito mais importante do que o projeto de turismo de que tanto se fala no Rio Grande do Norte, e todos os governadores que por lá passaram tentaram interiorizar o turismo, e não conseguiram.

Dados estatísticos: a minha empresa era a maior empresa de montagem industrial do Estado do Rio Grande do Norte; talvez a terceira ou a quarta do Nordeste. Nesse trajeto de 35 anos, passaram por nossa empresa 7.980 funcionários. Há cinco anos, quando houve esse desaquecimento dos investimentos da Petrobras, nós tínhamos 700 funcionários; hoje nós temos 53. Então, são dados estatísticos que espelham a realidade da nossa economia.

Repito, existem duas fases: uma antes e outra depois da Petrobras, em termos econômicos, para o nosso Estado.

O Jean-Paul Prates, com quem nós trocamos muita figurinha, colocou aqui todos os dados importantes sobre a Petrobras. E com o Dr. Tuerte Amaral – a gente já tem se encontrado em outras reuniões – eu sempre reclamo e falo que a Petrobras hoje em dia está muito próxima de nós empresários. A Fiern está de portas abertas para recebê-los. Tentei fazer com que a Codern fosse sócia, filiada a um sindicato, para trazer para nós essas informações, que são cobradas, de produção. Por que as relações públicas da Petrobras não passam diariamente as informações, ou mensalmente, ou quinzenalmente, para o povo do Rio Grande do Norte para nós sabermos o que está acontecendo?

Então, a nossa Refinaria Clara Camarão vem sendo muito criticada desde o seu começo, mas ela é muito importante. Nós trabalhamos lá, antes do processo de construção e de montagem. E essa oportunidade de estarmos aqui debatendo é muito importante, mas ressalvo que, sem recursos financeiros – que o senhor acaba de informar que são poucos –, eu não sei o que resta para o nosso Rio Grande do Norte, não só na refinaria, mas nos outros campos terrestres.

Falaram aqui do gás de cozinha – abrindo uma janela. Eu acho um crime da Petrobras aumentar gás de cozinha uma vez por mês. Que deixem o gás de cozinha com seu preço fixo e majorem a gasolina e o óleo diesel, que nós podemos pagar. Isso é de suma importância, porque aqui se diz... Desculpe-me, Senadora, por furar aqui o assunto, mas isso nos machuca – a nós que vivemos direto com os funcionários. O gás de cozinha não pode... Ele tem que ser congelado por dez anos. E vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empurrar esses custos para o óleo diesel e para a gasolina, que nós podemos pagar. Está vendo, Deputado?

Eu acho que essa é uma bandeira que a nossa Bancada deve levantar, porque é de suma importância. O homem está saindo do fogão e indo para a lenha – estou fugindo um pouquinho ao tema, mas, pelo amor de Deus, isso tem que ser dito!

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VILMAR – Hoje, existe no Rio Grande do Norte a indústria da reclamação trabalhista. Nós não temos passivo trabalhista – cinco ou seis funcionários que se desesperaram, coisa de valores insignificantes para o porte da minha empresa. Mas o Dr. Tuerte sabe que existem quase dez mil reclamações trabalhistas entre Mossoró e Macau. O desempregado fica desesperado e, às vezes sem um argumento, procura um advogado não com muita boa intenção – desculpem-me os advogados –, e criam alguma coisa para ver se conseguem levantar.

Então, eu acho que esse desinvestimento da Petrobras como um todo é muito ruim para a nossa economia. Eu, como um empresário, Vice-Presidente da Fiern – o Presidente Amaro não pôde estar aqui... Esses assuntos de petróleo sempre são conduzidos por mim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VILMAR – E nós estaremos sempre lá atentos e abertos a receber a Petrobras como sócia do nosso sindicato.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui ao Vilmar, que aqui falou em nome da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte.

Nós vamos passar, imediatamente, a palavra aos Parlamentares, começando pelo Deputado Felipe Maia, coordenador da Bancada; em seguida, a Deputada Zenaide Maia; depois, o Deputado Rafael; depois, o Senador Garibaldi Filho.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Obrigado, Senadora. Quero inicialmente cumprimentar V. Exª, parabenizando-a pela belíssima iniciativa de realização desta audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – V. Exª, que preside esta Comissão e que por aqui tem passado os grandes temas do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Peço desculpas por eu não estar presente aqui no início desta audiência pública em função de já estar vindo de outras comissões permanentes, mas quero dizer que, a exemplo do Senador Garibaldi, do Deputado Walter e do Senador José Agripino, eu ontem tive a oportunidade de ter uma conversa prévia, conversa essa estendida a todos os membros da Bancada – infelizmente, alguns não receberam o comunicado por mudança de número de celular –, e que não é duplicidade de reuniões. Na verdade, o assunto tomou a mídia do Rio Grande do Norte e deixou toda a classe política em polvorosa, porque parecia ser um assunto de maior gravidade.

Eu diria, José Araújo, que seria um caos completo o que foi vendido para o Rio Grande do Norte. Nós estávamos falando de desemprego, desinvestimento, redução, fechamento de uma refinaria que tem batido recordes de arrecadação e de produção. E isso mobilizou toda a classe política, desde os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores aos Deputados, às Comissões, ao Governo do Estado, para que nós pudéssemos ter uma resposta clara, transparente, daquele que pode dar a última palavra, que é a Petrobras.

Eu escutei o nosso amigo aqui representando a Fiern, Vilmar, apresentando as suas palavras. E é sempre bom conversar com um empresário, porque ele entende de conta. Nós temos um sentimento público e privado muitas vezes dentro de nós. Um empresário faz conta. Muitas vezes, o público não admite fazer conta; acha que a "viúva" pode tudo. A viúva não pode nada, porque quem paga a conta é o povo brasileiro. E nós estamos diante de uma situação de uma empresa que tem US$100 bilhões de dívida. Repito: US$100 bilhões de dívida. Uma empresa que já foi conhecida como o orgulho nacional, e hoje a mídia diz: é orgulho ou é vergonha nacional? O jaleco que nosso amigo Dedé Araújo apresenta é um dos jalecos mais conhecidos por fotos que foram publicadas. Será que esse jaleco é o mesmo de tantos anos atrás? Será que um dos investimentos... E aqui eu sou Rio Grande do Norte, que fique claro. Apenas sou correto, Senador Garibaldi; eu sou correto. Eu não vou jogar pedra em quem não merece, mas eu tenho o meu jaleco, que é Rio Grande do Norte. E eu vim aqui cobrar respeito ao Rio Grande do Norte, mas entendendo a situação em que nós estamos.

Nós ontem fomos para essa reunião – eu e o Senador Garibaldi – muito preocupados, diante de uma eminente ameaça de uma empresa que está tentando se reerguer com recursos próprios, porque não tem ido ao mercado endividar o País ainda mais, pois a Petrobras é uma sociedade de economia mista em que o maior detentor das ações é o Governo Federal. Então, se nós formos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – ... ao mercado captar recursos, vamos aumentar ainda mais as dívidas públicas. A Petrobras está fazendo da tripa coração para tentar reerguer a sua empresa, diminuir o seu endividamento. Isso me tornou muito apreensivo, com medo de essa dívida cair sobre nós. Será que essa conta vai cair para o Rio Grande do Norte? Logo o Rio Grande do Norte, que tem prestado tantos serviços à Petrobras? Que tem sido tão útil ao caixa da Petrobras, através da exploração e extração do petróleo e solo? Que emprestou a sua terra em Guamaré para ser construída lá a Refinaria Clara Camarão? Que tem batido recordes de produção do QAV, querosene de aviação, da gasolina e do diesel? Isso tornou todos nós muito apreensivos.

Mas eu confesso que cheguei a essa reunião um pouco, ou, eu diria, bastante tranquilo, porque a notícia inicial de que a Refinaria Clara Camarão passaria da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – ... Diretoria de Refino e Gás Natural para a Refinaria de E&P, ou seja, Exploração e Produção, isso a tornaria uma refinaria de segundo plano, ou um ativo industrial, ou algo que provavelmente em dez anos iriam passar o cadeado e fechar. Foi colocado de forma muito transparente que é de longe verdade isso. Muito pelo contrário, é o oposto. É o oposto! E, para comprovar isso, eu tenho aqui um material que mostra que os planos de investimento da Petrobras, através do seu programa de investimento entre 2017 e 2021... A Petrobras tem US$74 bilhões para investir; 82% desses recursos estão em que diretoria? Exploração e Produção – justamente na diretoria em que a Clara Camarão está sendo alocada. E na diretoria em que a Clara Camarão estava, que era a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Refino e Gás Natural, 17%. Eu acho que isso, por si só, demonstra ser um fato positivo para o Rio Grande do Norte.

Ao Tuerte, que aqui representa a Petrobras, quero cumprimentar em nome de todos aqui que são da Petrobras, o senhor, como Gerente Geral; e o nosso Daniel Correa. Quero cumprimentar também, aqui presentes, Luciana e Leandro, que são assessores da Presidência e que, com toda delicadeza e atenção a esta Bancada, se fazem presentes em nome do Presidente da Petrobras.

Quero dizer que o compromisso que ontem foi tomado e que eu renovei pelas suas palavras hoje é que, primeiro, não vai haver desemprego. E segundo que, no máximo, o que poderá haver será uma realocação de quadros dentro dos quadros da empresa; uma otimização de custos, em que duas estruturas estão sendo mantidas, e apenas uma estrutura será mantida. Será que, dentro de uma empresa que deve US$100 bilhões isso não é compreensível? Será que não cabe a nós, que defendemos o Rio Grande do Norte, entender essa situação? Ou vamos aqui defender que sejam duas estruturas físicas mantidas, com dois gerentes, dois diretores, dois coordenadores de ordenação de despesa? Enfim, eu acho que, em algumas coisas, nós temos aqui que entender o outro lado. Nós temos, sim, que defender os empregos. E foi dito aqui muito claro: "Não vai haver desemprego." Há rebaixamento da refinaria? Não, não há rebaixamento da refinaria. Há desinvestimento? Muito pelo contrário: nós estamos alocados, numa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – ... diretoria que vai receber 87% dos investimentos que serão feitos de 2017 a 2021.

Então, eu não quero me alongar, Senadora, porque, como se diz popularmente, "o pau que dá em Chico dá em Francisco". O meu problema é o mesmo dos outros da Bancada; todos nós temos uma agenda a cumprir. Eu só quero dizer aqui que sou sensível a essa diminuição dos investimentos. Ontem, eu tive a oportunidade de aqui trazer dados oficiais de que, de 2009 a 2016, nós caímos algo em torno de R$700 milhões de investimento. Entendo a situação da Petrobras. Peço a sensibilidade, pois o nosso Estado sempre foi um Estado muito útil a essa companhia, continuará sendo, mas me rendo às evidências que aqui foram apresentadas de que aquela nossa preocupação, Senador Garibaldi, Deputado Rafael e Deputada Zenaide... Eu saio um pouco ou bastante mais tranquilo, porque eu tenho que ouvir, tenho que confiar, tenho que dar o voto de confiança à Petrobras, que aqui trouxe a sua palavra e que deixou, de uma forma muito transparente, muito clara, estes três pontos que são fundamentais: não há rebaixamento da refinaria, não há desinvestimento por parte da Petrobras na refinaria e não haverá desemprego. É nós trabalharmos duro, fazendo conta, equilibrando as finanças da companhia, para que nós possamos, sim, no final desse processo, ter ainda mais investimento no Rio Grande do Norte e fazer com que o nosso Estado seja ainda mais importante para a Petrobras.

Eram essas as palavras que eu queria aqui deixar, agradecendo novamente a atenção de todos os senhores que vieram aqui, respondendo ao chamamento da nossa Senadora Fátima Bezerra, que faz um excelente trabalho nesta Comissão, discutindo os temas importantes para o Brasil e para o Rio Grande do Norte. Sem sombra de dúvida, esse tema se mostra de suma importância. Tanto o é, que grande parte da Bancada aqui se faz presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação do Deputado Felipe Maia.

Vou passar a palavra agora, imediatamente, à Deputada Federal Zenaide Maia.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Quero...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só acrescento aqui para, enfim, promover mais ainda o debate: de fato, haver cem bilhões de investimento é compreensível. O que não é compreensível...

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN. *Fora do microfone*.) – Bilhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, bilhões. O que não é compreensível é, à luz da política nacional que hoje a Petrobras adota, abrir mão de um trilhão – um trilhão! – em impostos que as empresas petrolíferas deveriam pagar em decorrência exatamente da exploração nos campos do pré-sal.

Digo mais ainda, só para o debate mesmo: o que não é compreensível, inclusive, é a mudança da política de conteúdo nacional, no que diz respeito à questão da exploração do pré-sal, beneficiando, e muito, as empresas multinacionais. Enquanto isso, nós temos um dado concreto que nos preocupa, e está aí a preocupação aqui da Bancada como um todo: é a Petrobras sendo desidratada no Estado do Rio Grande do Norte. Contra fatos não há argumentos. Era quase um bilhão em 2009; hoje nós chegamos a cerca de 200 milhões.

E, por fim, só para acrescentar, nós não podemos conceber a Petrobras dentro de uma lógica, como foi dito aqui, apenas empresarial, meu caro Tuerte. Não pode ser assim. Essa empresa não foi criada para ter uma lógica apenas do ponto de vista mercadológico. Claro que ela deve ter, pois é uma empresa, mas ela tem que ter a sua visão de responsabilidade social, até porque ela é – e é por isto que nós lutamos – o ativo mais importante, como parceira, para se promover um desenvolvimento em nível nacional, no nível do Nordeste e no nível do Rio Grande do Norte.

Mas eu acho que o mais importante é isto aqui: é a Bancada, para além de diferenças partidárias, vigilante na defesa da presença da Petrobras no Rio Grande do Norte para promover o nosso desenvolvimento.

Com a palavra a Deputada Federal Zenaide Maia.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Eu quero parabenizar a Senadora Fátima Bezerra e, em nome dela, para a gente ser mais prático, quero cumprimentar todos da Mesa.

Na verdade, a gente está aqui para fazer as perguntas aos palestrantes, e eu tenho uma pergunta aqui para o Sr. Tuerte Amaral. O senhor diz que vai economizar e que não vai demitir. Onde é que vai ser a economia? No investimento? A minha pergunta seria essa.

Agora, é o meu primeiro mandato aqui, e eu estou vendo o seguinte: a indiferença; não é só a Petrobras. O que eu estou vendo – e eu estou no meu terceiro ano de mandato – não é a insensibilidade com a dona de casa, com a mulher, com o homem, com o trabalhador deste País, o jovem, mas é a indiferença com que, na grande maioria das vezes, se vê o tratamento com os trabalhadores de uma instituição, homens e mulheres – é o caso, por exemplo, como falou aqui o nosso Francisco Vilmar, do gás de cozinha. A indiferença com que esta Casa, este Congresso tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tratado a maioria da população brasileira é de se assustar – é de se assustar! É um individualismo que não era para haver, porque a gente está aqui para ver o coletivo.

Então, como já foi falado, eu quero que o senhor diga isso aí. A preocupação é justa, porque a gente está vendo o uso de uma tática muito antiga, até o cristianismo já usou isto: desmerecem a instituição para depois liquidá-la. Isso é o que a gente está vendo. O que é a preocupação de todos do Rio Grande do Norte? Se vai economizar por causa da gestão, aí eu pergunto: o senhor já me disse que não vai demitir ninguém...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Em quê o senhor vai economizar? Só dá para entender que o senhor vai economizar em investimento – justamente, do que está sendo dito, o contrário.

Acho que, independentemente do cargo que se assume e de onde a gente esteja, a gente tem que ter um olhar diferenciado. A gente não pode, nesta Casa, neste Congresso, se especializar e deixar à deriva quem é mais carente e vulnerável deste País. Infelizmente eu estou presenciando com uma frequência muito grande isso aqui.

Obrigada a vocês.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Deputada Zenaide.

Passo agora para o Deputado Rafael.

As perguntas vocês anotem, porque depois eu vou devolver a palavra à Mesa para as considerações finais.

Deputado Rafael Motta.

Registro a presença do Deputado Federal Walter Alves.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Bom dia, Senadores e os nossos convidados: o José Antonio, o Daniel Sales, o Tuerte, o Otomar – peço que leve nosso abraço a Flávio Azevedo também –, que tem sido um incansável defensor dos investimentos do Estado do Rio Grande do Norte, o Jean-Paul Prates, que do meu ponto de vista certamente foi um dos primeiros a levantar esse questionamento, não é de hoje, e tem tido essa preocupação em relação aos investimentos na energia no Estado do Rio Grande do Norte, e o Comandante Vilmar – leve o nosso abraço a Vítor e a Vilmar Segundo também.

Primeiro, Senador, eu queria parabenizar V. Exª por esta audiência pública, devido à importância que ela tem em relação a garantir o investimento e o emprego do Estado do Rio Grande do Norte. Toda a Bancada Federal está imbuída nesse mesmo sentimento. Ontem, houve uma reunião onde não pude estar presente, mas justifiquei minha ausência, capitaneada pelo Coordenador de Bancada, Felipe Maia, também com essa mesma temática de preocupação em relação ao futuro da Refinaria Potiguar Clara Camarão e ao seu possível rebaixamento para apenas um ativo industrial, não mais com a sua característica peculiar de refinaria.

Isso demonstra – e eu faço minhas as palavras de Jean-Paul Prates, que preside aqui o SEERN, que é de suma importância em relação à defesa do investimento nas matrizes energéticas, em especial também no que diz respeito ao petróleo potiguar – a exclusão do plano estratégico da Petrobras em relação à Refinaria Clara Camarão, o que – palavras aqui do SEERN – é a morte da refinaria. É o primeiro passo realmente para o desmanche, para a mutilação, e quem sabe, certamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um destino certo quanto à possível desinstalação e fechamento das portas dessa refinaria. Nossa preocupação é essa.

Eu não tive o prazer de ouvir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – ... Jean-Paul Prates, mas tive o prazer de ouvir o Tuerte, que falou aqui de forma muito sensata. De certa forma, até nós entendemos a sua preocupação em relação à defesa da Petrobras, que é um... Eu ainda tenho orgulho da Petrobras. Tenho grandes amigos lá. Sou Engenheiro de Produção, e a maioria dos meus colegas de universidade foram para a Petrobras, mas muitos deles estão com uma sensação de verdadeiro pandemônio em relação ao futuro da empresa, com a preocupação da segurança dos seus empregos, obviamente, e também da segurança da soberania nacional, porque falar de Petrobras é falar em soberania nacional.

Isso me preocupa muito em relação ao Estado do Rio Grande do Norte. Nós temos sucessivas perdas em relação a outros Estados que se encontram muito mais competitivos que o nosso Estado. O Rio Grande do Norte é um Estado pequeno – não é verdade, José Antonio? –, mas que tem dificuldades muito grandes. E não é tão diferente da Paraíba ou do próprio Ceará.

Então, a nossa preocupação, inicialmente, não é fazer um discurso político, mas um discurso técnico, e tirar algumas dúvidas da Bancada Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Essa é a nossa situação.

A gente sabe que hoje a RPCC tem uma capacidade para seis mil metros cúbicos. Inclusive, a ANP já autorizou uma ampliação para até 41 mil barris por dia e imediata produção, talvez, para até 11 mil. Isso é uma realidade que vive hoje a refinaria. E essa é a nossa preocupação em relação ao rebaixamento. Esse potencial de processamento vai continuar sendo mantido?

Nós temos aí 120 colaboradores diretos na empresa, na refinaria, e existem 280 contratados. Então, quase 400 empregos estão sendo literalmente ameaçados, do meu ponto de vista. E cabe a V. Sª, Dr. Tuerte, realmente garantir a esta Bancada Federal e também ao Estado do Rio Grande do Norte a permanência desses empregos do Estado do Rio Grande do Norte. A minha preocupação aqui – como eu disse, o meu jaleco é o mesmo jaleco do Deputado Felipe Maia – é em relação à bandeira do Rio Grande do Norte. E eu tenho as minhas dúvidas sobre se esse rebaixamento realmente vai trazer um benefício para o Estado do Rio Grande do Norte, para essa refinaria.

Nove distribuidoras estão sendo instaladas lá, e elas realmente dependem da refinaria. O Jean-Paul sabe todos os dados – inclusive, são dados do SEERN. Ela já produziu cem mil barris, de acordo com o José Antonio, no Rio Grande do Norte, e hoje nós temos menos de 50 mil barris sendo processados no Estado. Então, estamos vendo que uma área em decadência – não é, Jean? – está sendo absorvida por uma área em expansão. Quer dizer, a decadência dos campos terrestres está sendo absorvida pela refinaria, que hoje tem uma capacidade de investimento e uma capacidade de produção maior, que pode ser ampliada, inclusive prejudicando Estados vizinhos, até o Piauí, no sentido desse abastecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, os nossos questionamentos aqui são em relação... Dr. Tuerte, V. Sª pode responder. Os processos continuam, na refinaria? Todos os processos, integralmente, continuam? Eu ouvi as palavras de V. Sª e gostaria que fosse realmente cotejada a informação em relação a esses processos, se eles realmente vão permanecer na refinaria.

Haverá desemprego? Sim ou não? Eu costumo acreditar, Dr. Tuerte – aprendi isso com meu pai e também com minha família e com aquelas pessoas que me cercam –, na palavra do homem. Então, se V. Sª aqui está dizendo que realmente não haverá desemprego, não haverá queda em relação aos processos, nenhum tipo de ceifa dos processos da Petrobras, principalmente da refinaria, no Estado do Rio Grande do Norte, cabe a nós da Bancada Federal acreditar na palavra do homem.

Quais os planos para o Estado do Rio Grande do Norte? O que está previsto para o Estado do Rio Grande do Norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – ... na pauta do dia da Petrobras, no curto, médio e longo prazo? Será que haverá realmente essa mutilação, essa decadência, esse encolhimento, essa falta de alimento à criança que é o Estado do Rio Grande do Norte – digamos assim –, em relação ao seu investimento no nosso solo potiguar?

Além disso, qual será realmente a diretoria a que a refinaria vai se destinar? O Deputado Felipe Maia falou em relação à Diretoria de Abastecimento, salvo engano – não é isso? Eu não sei qual foi a que ele disse. Qual foi, Felipe?

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN. *Fora do microfone.*) – Hoje ela está...

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Ela está na de refino e gás, não é isso?

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN. *Fora do microfone.*) – Ela hoje está em refino e gás natural e vai ser transferida para exploração e produção.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Exploração e produção. Então, qual é a diretoria exata para a qual ela vai ser deslocada?

Além disso, quais são... Existe alguma tendência também de encolhimento ou de diminuição da produção, ou mesmo da própria capacidade de produção da Lubnor, no Ceará? Será que o Ceará está tendo o mesmo tratamento do Estado do Rio Grande do Norte? Apesar de serem, obviamente, produtos diferentes, a matéria-prima é a mesma. Então, fica aqui o nosso questionamento.

Mais uma vez, agradeço a todos da Mesa. Sintam-se cumprimentados, em especial o Jean-Paul, e também a nossa Senadora Fátima Bezerra, que tem sido uma defensora incansável no Estado do Rio Grande do Norte, em relação aos bancos postais, agora a essa temática da refinaria, e isso tem trazido uma alegria muito grande ao potiguar. Certamente, esta nossa audiência surtirá efeitos. É o que nós esperamos, até porque estamos sendo cobrados pelos nossos colegas, aliados políticos, e não apenas por isso, mas principalmente pela população, que tem uma preocupação em relação à garantia e ao futuro desses empregos e desses investimentos no Estado do Rio Grande do Norte.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos... Antes de passar a palavra para o Senador Garibaldi Filho, como o Deputado Federal Walter chegou, vou conceder a palavra a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Walter, mais uma vez, faço o registro aqui de um comunicado que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte enviou, posicionando-se com relação à temática, e dizendo da preocupação com a gravidade dessa medida de passar a Refinaria Clara Camarão do setor da área de refino e gás para a área de exploração e produção se trouxer impactos negativos do ponto de vista do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte. A Assembleia se coloca muito claramente com relação a essa temática, associando-se com toda luta que a Bancada está fazendo.

Eu digo isso porque, neste momento, além de toda diretoria que assinou o comunicado que a Assembleia Legislativa nos enviou, desde o seu Presidente Ezequiel Ferreira até os demais membros, quero aqui também fazer o registro, por dever de justiça, do Deputado Estadual Fernando Mineiro, que nos ligou ontem e gostaria muito de estar aqui presente, mas não foi possível; assim como o Deputado Hermano Morais, que também gostaria muito de estar aqui presente, mas não foi possível, em função exatamente da agenda de votação de matérias importantes no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Mas a Assembleia se posicionou enviando a nota de que já dei conhecimento e foi lida aqui no início da nossa audiência pública.

Passaremos a palavra, imediatamente, ao Deputado Federal Walter Alves.

O SR. WALTER ALVES (PMDB - RN) – Bom dia a todos.

Eu quero, primeiramente, parabenizar e cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; cumprimentar José Antonio de Araújo; cumprimentar Daniel Sales, que esteve conosco ontem; Tuerte, que esteve conosco ontem; cumprimentar Otomar Lopes; cumprimentar Jean-Paul; cumprimentar o nosso amigo Vilmar, do Rio Grande do Norte, que está aqui também; cumprimentar os Parlamentares.

Enfim, eu cheguei um pouco atrasado, porque estava na Comissão de Finanças, lá na Câmara, mas ontem participamos, Senadora, ao lado do Senador Garibaldi, do Senador Agripino e do Deputado Felipe, de uma conversa com o Dr. Tuerte, o Dr. Daniel e demais membros da Bancada, José Antonio, e eu saí da reunião mais tranquilo, porque estávamos muito aflitos com as notícias, Deputados Zenaide e Rafael, que os jornais, que a mídia trazia do nosso Estado.

Então, houve a garantia, a palavra, o compromisso dos representantes da Petrobras de que haveria uma reestruturação interna, mas principalmente, Deputado Rafael – eu pude ouvi-lo aqui – a garantia da questão do emprego, da empregabilidade, que é fundamental para o Rio Grande do Norte no momento difícil por que passa. Isso aflige, atormenta a gente. Então, houve essa garantia. Inclusive, o Prefeito Hélio, de Guamaré, estava conosco ontem e retornou hoje pela manhã. Mas ontem foi uma reunião – salvo engano – de quase duas horas de conversa, de perguntas que nós tínhamos, Senadora Fátima, e eu não tenho mais perguntas. Pelo que ouvi aqui e pelo que ouvi ontem, eu saio tranquilo de que os investimentos serão garantidos, de que não haverá demissões e de que é apenas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER ALVES (PMDB - RN) – ... uma reestruturação, porque a empresa está querendo otimizar, dinamizar, aprimorar a gestão pública. Mas que isso não cause danos para o nosso Estado do Rio Grande do Norte, porque essa Refinaria Clara Camarão teve o incentivo do então Presidente do Senado à época, Garibaldi Filho, hoje Senador, e é de vital importância para a economia do nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer a todos e parabenizar a Senadora Fátima por trazer esse tema para ser debatido e esclarecido, principalmente para a população do Rio Grande do Norte.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Federal Walter Alves e passo a palavra ao Senador Garibaldi Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar todos, a partir do Dr. Tuerte Amaral Rolim, que é o Gerente Geral da Petrobras no Rio Grande do Norte; o Dr. Daniel; o José Antonio. Cumprimento o Otomar Lopes, cumprimento o Jean-Paul Prates e cumprimento o Francisco Vilmar. Ouvi todos com muita atenção.

Senadora Fátima, quero cumprimentá-la pelo trabalho que V. Exª está desenvolvendo nesta Comissão de Desenvolvimento Regional. Na verdade, eu não tenho mais perguntas a fazer. Eu queria fazer apenas o registro que foi feito aqui, de que a Petrobras precisa estar mais presente na vida do nosso Estado. A Petrobras precisa interagir mais com Rio Grande do Norte, precisa se comunicar melhor com o Rio Grande do Norte. Talvez, se ela tivesse se comunicado melhor, tivesse evitado – pelo menos na minha visão, na minha interpretação – o que terminou ocorrendo e que levou a esta audiência pública.

Queria dizer, através do Dr. Tuerte – nós diremos isso ao nosso Presidente Pedro Parente –, que a Petrobras está cometendo um pecado capital com relação ao Rio Grande do Norte. Ela está se omitindo sempre, principalmente quando ao tomar uma providência dessa natureza, de se comunicar. Eu sei que, inclusive, outros já fizeram essa advertência – vamos chamar de advertência – aqui. Mas eu acho importante sempre.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu fui Governador, tivemos uma luta com relação ao licenciamento ambiental com a Petrobras, e, a partir daí, eu sempre venho observando que a Petrobras precisa, sobretudo, dar a importância que o Rio Grande do Norte tem na sua vida econômica.

Era só isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Garibaldi Filho.

Chegou o Deputado Federal Antônio Jácome. Facultaríamos também rapidamente, se ele quiser fazer uso da palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k.

Nós vamos voltar agora para Mesa, começando pelo Tuerte, a quem foram dirigidas perguntas tanto por parte da Deputada Federal Zenaide Maia como do Deputado o Rafael.

Eu queria acrescentar aqui, Tuerte e Deputada Zenaide, que esta audiência é interativa, e há pessoas enviando perguntas para serem feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Tuerte vem a seguinte pergunta: "Qual a razão de colocar à venda o ativo de Riacho da Forquilha, que fica em Mossoró, que, juntamente com os Campos de Serra e Porto do Carão, produzem diariamente cerca de 17 mil barris de petróleo? Isso, a preço de hoje, equivale a um faturamento anual de mais de R$1 bilhão. Com viés de alta do preço do petróleo, esse valor deverá, em curto prazo, chegar a um valor muito maior. Com a passagem dos campos para a iniciativa privada, ficam comprometidos os *royalties* para os Municípios, impactando principalmente os mais de 20 Municípios do Rio Grande do Norte que recebem *royalties* e têm na Petrobras sua principal fonte de geração de emprego."

Com a palavra Tuerte para responder às questões aqui colocadas.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Inicio respondendo à Deputada Zenaide, cuja pergunta versou sobre como economizar; qual seria o processo de economia que nós estamos fazendo.

Excelência, eu esclareço que o trabalho que busca fazer a contenção de despesa envolve tanto as atividades operacionais quanto a racionalização dos investimentos. A questão da otimização operacional passa primeiro por reorganizar processos. No momento em que a gente reorganiza os processos, a gente consegue obter grandes economias, porque você otimiza custos, você otimiza esforços, você otimiza insumos. Ou seja, reorganizando os processos, você consegue ter uma parte considerável da economia.

E todo esse trabalho... A Petrobras é uma empresa de abrangência nacional e até internacional, então, à medida que os cenários mudam, ela se recompõe. E o que se está fazendo hoje em toda companha é exatamente buscar uma configuração mais apropriada para este momento, reorganizando os processos. Primeiro ponto.

Segundo ponto: renegociando contratos. Muitos dos nossos contratos foram feitos numa época em que a nossa receita se baseava em um preço de petróleo que beirava os US$120 o barril. Quando esse preço caiu para a casa dos 40, dos 50, para que a gente pudesse se reequilibrar... Os contratos que estavam com patamares da época do preço da alta do petróleo estavam completamente fora da realidade. Então passou-se por um processo de negociação desses contratos, de renegociação desses contratos. Obviamente, contratos nós respeitamos, e tudo é feito de forma negociada. Daí também vem uma parcela significativa da nossa economia.

E há várias outras ações, dentro das atividades operacionais, que estão sendo racionalizadas. Daí vem a nossa economia no operacional.

É importante até deixar bem claro aqui o seguinte: neste ano de 2017, nossos dispêndios operacionais no Rio Grande do Norte devem montar R$1,8 bilhão, mais ou menos nessa ordem de grandeza, só com as atividades operacionais para manter essa produção que a gente tem hoje, aí incluindo todos os gastos: gastos com transportes, gastos com pessoal, gastos com embarcações, enfim, todos os nossos dispêndios. E é significativa essa contribuição que a gente termina dando ao Estado do Rio Grande do Norte.

Fora isso, há o investimento. No momento em que o custo do dinheiro é elevado, é muito natural que se faça a racionalização desses investimentos. Então, a Petrobras foi obrigada a fazer isso, por uma questão de sobrevivência. É importante que a gente entenda. E eu não tenho a menor dificuldade em dizer, porque isso é de conhecimento de todos. Nós todos estamos passando por uma fase difícil. Então, os investimentos foram racionalizados, mas, mesmo assim, Senadora – só ajustando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque eu acho que haja talvez a questão de moedas de que a gente está falando –, a Petrobras divulgou antes de ontem que nós estamos investindo no Rio Grande do Norte entre R$750 e R$800 milhões no ano de 2017. Ou seja, caímos, sim, de R$1 bilhão, como a senhora colocou, Senadora, para em torno de R$800 milhões, o que ainda é uma cifra bastante considerável, apesar das dificuldades que a gente está tendo.

Então, há um esforço monumental da Petrobras para continuar exercendo as suas atividades no Estado do Rio Grande do Norte, não tenham dúvidas disso. A Petrobras agradece e reconhece todo o apoio que o Estado do Rio Grande do Norte dá às suas atividades. Para nós, é uma honra trabalhar no Estado do Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E quanto aos campos maduros?

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Havia a pergunta do Deputado na sequência...

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Senadora, eu queria, se possível, que o Sr. Tuerte pudesse responder meus questionamentos, pois tenho relatoria na Comissão de Educação exatamente agora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele vai responder agora.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Agradeço a compreensão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só acrescentando aqui, Deputado, com todo respeito, que a Petrobras precisa se comunicar melhor. Os jornais de circulação local no Rio Grande do Norte, nesse final de semana, divulgaram os dados de que houve uma redução drástica de 77% da presença da Petrobras em matéria de investimentos; que havia caído de 906 milhões para 200 milhões. E o senhor acaba de dizer aqui que são 800 milhões.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Em 2017.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu aproveito, inclusive, para solicitar um informativo com essas informações.

O SR. FRANCISCO VILMAR (*Fora do microfone.*) – Podia dizer o que é investimento e o que é custeio. Isso que interessa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Também...

O SR. FRANCISCO VILMAR (*Fora do microfone.*) – Se for possível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro. A gente vai formalizar, por meio da Comissão de Desenvolvimento Regional, para que venha com todo esse detalhamento: o que é custeio, o que é investimento, etc.

Vou voltar a palavra ao Tuerte para ele responder ao Deputado Rafael e às indagações que foram feitas através do Portal e-Cidadania.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Deputado Rafael, muitas das questões que V. Exª colocou estão relacionadas com a Refinaria Clara Camarão, então vou tentar ser o mais objetivo possível.

A refinaria continua refinaria, com a importância que ela tem para a Petrobras. Então, ela continua refinaria.

Segundo, não haverá nenhum desemprego – foi outra questão que V. Exª colocou. Não haverá desemprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, não há um rebaixamento; o que ocorre é apenas uma mudança no modelo de gestão. A refinaria tem um gerente geral, que sou eu, neste momento sou eu. Quer dizer, a partir de primeiro de janeiro, no momento em que... Hoje ela tem um gerente geral ligado à área de refino e, agora, terá um gerente geral da área de exploração e produção. Então, não há rebaixamento. A refinaria continua com a sua importância. Os investimentos previstos no plano de negócios da companhia continuam. Os que estavam previstos no Plano 2017-2021 continuam; não há retirada de investimentos. E todo o planejamento e comercialização continuam sendo feitos pela área de refino e gás natural, porque faz isso para todas as outras refinarias.

Não sei se ficou alguma outra questão das que eu tinha anotado aqui.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Ficou em relação a se esse novo modelo de gestão vai também ser utilizado na Lubnor. O senhor tem alguma informação sobre isso?

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Eu vou pedir ao colega Daniel, porque a área da Lubnor não faz parte desse contexto de reestruturação que envolve a unidade pela qual eu sou responsável.

Então, peço ao Gerente Geral Daniel.

O SR. DANIEL SALES CORREA – Não. Esse modelo é específico para Guamaré, porque é o único *site* que nós temos na Petrobras em que nós temos em um único local a duplicidade de gestão. Então, o que está ocorrendo na verdade é um ajuste puro e simplesmente gerencial. O ajuste que está sendo colocado ali é... Lá na Lubnor só existe a diretoria de refino e gás natural. Não existe, dentro das instalações da Lubnor, nada do E&P, enquanto que em Guamaré nós tínhamos as duas gerências. Então a gente está fazendo esse ajuste. Como a presença do E&P lá é muito marcante, já tem uma estrutura muito maior, vai ficar o E&P com uma gestão tão única.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Senadora, só para finalizar, eu queria agradecer aos convidados aqui rapidamente. Vou ter que me ausentar, e mais uma vez peço licença ao Deputado Antônio Jácome porque não vou poder ouvi-lo. Mas eu saio daqui de certa forma seguro, ouvindo dos gerentes gerais que não haverá queda de desemprego, não haverá um desempregado sequer na estrutura da agora ex-Refinaria Clara Camarão, então eu me sinto de certa forma confortável.

Espero que realmente se cumpra essa questão e que a produção continue da mesma forma, enfim, que os processos sejam os mesmos, e continue realmente... Se for para tirar uma placa de refinaria e colocar outra e continuar tudo integralmente como se encontra, eu me sinto aqui contemplado. Esperamos e seremos vigilantes, não é, Senadora?

E já peço para V. Exª, através desta Comissão, que realmente faça um requerimento de pedido das informações em relação aos investimentos em custeio e investimentos em relação ao que a Petrobras pretende do Estado do Rio Grande do Norte como um todo. Se puder estratificar isso em relação a cada setor, isso é importante para nós aqui, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Federal Rafael Motta.

Vou passar a palavra ainda para o Tuerte, em seguida, para a última pergunta, que foi feita pelo Portal e-Cidadania.

Pode escutar, Deputado Federal Antônio Jácome? Depois eu passo a pergunta a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – ... que envolveu a área de Macau, que ele mencionou.

Bom, primeiro, é o seguinte, esse movimento de desinvestimentos que nós estamos fazendo e que envolve não só o Estado do Rio Grande do Norte, mas outros Estados também, esse movimento que está sendo feito faz parte de um conjunto de medidas para fazer frente aí a essa questão da redução da alavancagem que a Petrobras tem hoje, ou seja, do nosso endividamento. Basicamente nós estamos desinvestindo nessas regiões, nesse Polo Riacho da Forquilha, exatamente com o objetivo de captar recurso. Ou seja, além de a gente estar trabalhando na contenção de despesas, na renegociação da nossa dívida, nós estamos capturando esses recursos por meio de desinvestimento. Esses recursos vão ser muito bem-vindos, porque vão voltar a compor os futuros investimentos da companhia.

E retrate-se aqui que esses polos que estão sendo desinvestidos representam uma pequena parte do negócio da Petrobras no Rio Grande do Norte, das operações de produção no Rio Grande do Norte. A Petrobras continua com a maior parte das operações de produção lá no Estado do Rio Grande do Norte, porque entende que são bons processos e bons negócios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para acrescentar, o senhor confirma que os senhores estão colocando 34 campos de exploração à venda lá no Rio Grande do Norte.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – São 34 concessões na área terrestre que envolvem o Polo Riacho da Forquilha, que representam uma pequena parcela da nossa produção. Mas o grande volume de produção não vem desses campos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dr. Tuerte, só acrescentando aí: e há quanto tempo a Petrobras não fura poços lá no Rio Grande do Norte?

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – A Petrobras continua perfurando poços todos os anos. Este ano mesmo estaremos perfurando 140 poços lá no Estado do Rio Grande do Norte. É claro que, por força da racionalização do investimento, se a gente compara com os anos em que os investimentos foram maiores, é menor esse investimento, mas ainda julgo como considerável esse investimento que está sendo feito. E obviamente nesse processo de reconfiguração da Petrobras em determinadas áreas isso vai fortalecer, e nós vamos voltar certamente a recompor os investimentos, na medida em que a situação financeira da companhia venha permitir.

Mas eu acho que o importante aí é que essa parcela dessas concessões que estão sendo desinvestidas abre a oportunidade para outros empresários, aos pequenos produtores, por exemplo, que podem participar exatamente dessas concessões, podem ser os novos concessionários e isso vai aumentar o nível de atividade, gerando empregos e, com certeza, aumentando a arrecadação para o Estado. Então, nós teremos outros investidores que estão hoje dispostos a investir e vão trabalhar junto conosco de forma integrada. Até para a refinaria isso é bom, porque volta... Quer dizer, não há nenhuma ameaça para o processamento de petróleo para a Refinaria Clara Camarão. Esse movimento também vem consolidar a operação da refinaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria acrescentar também – já vou passar a palavra para o Deputado Federal Antônio Jácome – o retrato no que diz respeito, Deputado Federal, à questão dos *royalties*. Porque, veja bem, quando foi feita a pergunta aqui em virtude dessa decisão da Petrobras... E eu volto a dizer que isso faz parte da política que a Petrobras vem adotando em nível nacional. É preciso a gente aqui refletir sobre isso.

A gente descobre, Deputado Federal Antônio Jácome, o pré-sal. E, aliás, eu sempre que falo sobre isso, quero render minhas homenagens aos servidores e ao quadro de funcionários da Petrobras. Um dos maiores orgulhos que nós temos e continuamos a ter da Petrobras se traduz inclusive nessa ousadia, nessa qualidade profissional que os engenheiros da Petrobras tiveram de descobrir essa riqueza extraordinária, que é exatamente o pré-sal. Isso é muito, muito importante.

Agora, infelizmente, hoje o que nós estamos vendo, com a mudança de governo, depois de consumado o golpe parlamentar em 2016, é a empresa adotar uma política completamente diferente, completamente diferente; está mudando a política de conteúdo nacional – e nós somos fortemente contrários a isso. Ao mudar essa política de conteúdo nacional, a empresa agora vai favorecer exatamente às grandes multinacionais, às empresas petrolíferas estrangeiras, a ponto de termos verificado agora, por ocasião da realização dos leilões, Deputado Antônio Jácome, o fato de o Governo brasileiro ter aberto mão da arrecadação de impostos no valor – aliás, a projeção era de um trilhão e eu vou atualizar nesse exato momento, depois de realizado o leilão, diminuiu –, mesmo assim, de R$700 bilhões. Ou seja, o Estado brasileiro está deixando de arrecadar das empresas petrolíferas que atuam na exploração dos campos do pré-sal R$700 bilhões.

É isso que fica complicado e não dá para a gente aceitar de repente a Petrobras dizer que não pode mais explorar os campos maduros no Rio Grande do Norte ou no Ceará; não dá para aceitar isso. A Petrobras dizer que não, que agora tem que entregar à iniciativa privada. E aí seja ao Deus dará. Não dá também para a gente aceitar que, de repente, em nome de uma economia, de uma economiazinha aqui ou acolá, a gente reduza os investimentos no Rio Grande do Norte e no Nordeste, repito, considerando para todos nós e principalmente para o Nordeste brasileiro, o ativo importante, estratégico que é a Petrobras do Brasil.

Então, esse debate que a gente apenas... Apenas, não! É nosso dever colocar aqui, porque mostra claramente – é isso que eu quero aqui deixar claro – as escolhas diferentes, as opções diferentes, os caminhos diferentes. Enquanto o governo anterior via a Petrobras não apenas como uma visão mercadológica, empresarial, mas a Petrobras como parceira de promover o desenvolvimento da Nação brasileira, através do desenvolvimento econômico e social. Infelizmente, nós estamos vivendo tempos diferentes; daí, a importância do debate.

Eu só gostaria de acrescentar aqui, Tuerte, porque esse é um dado muito importante para o nosso Estado, que nós tivéssemos o retrato, Deputado Antônio Jácome, da questão dos *royalties*, porque isso diz respeito à vida das pessoas que moram exatamente nessas cidades. Evidentemente, esse desinvestimento por parte da Petrobras se reflete lá no caixa da prefeitura, porque são menos impostos que essa prefeitura está recebendo e mais dificuldades elas terão para responder às necessidades da população.

Eu concedo a palavra, agora, ao Deputado Federal Antônio Jácome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (PODE - RN) – Cumprimento e felicito a Senadora Fátima pela oportuna audiência, trazendo à discussão esse tema que está na ordem do dia da economia do nosso Estado.

Em nome do meu amigo Jean-Paul, quero cumprimentar toda a Mesa.

Já ouvi, Dr. Tuerte, as explicações, que, de certa forma, nos tranquilizam, mas, ao mesmo tempo, fiquei preocupado com relação ao anúncio da venda desses poços, Assim, gostaria de ter mais informações, talvez não tão completas agora, mas, se V. Sª puder, que as encaminhasse ao gabinete, detalhando os valores, os objetivos dessa venda, onde serão aplicados os recursos auferidos pela venda.

Nós tivemos um precedente muito ruim, muito negativo, em Mossoró. Nós tivemos um desaquecimento muito grande da economia local, com a saída de várias empresas, e, claro, há uma apreensão muito grande de que isso possa acontecer também no Polo Petroquímico de Guamaré, enfim, naquela área.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (PODE - RN) – Pois não; é verdade.

Claro, o vale interliga as duas regiões e sofre os reflexos diretos.

Então, eu gostaria de ter essas informações, até porque a gente sabe que, inclusive, com a produção e a possibilidade, o potencial de crescimento da produção, há... Eu recebi um relatório aqui da própria Petrobras dizendo que se pode sair de 45 para 66 mil barris, e assim por diante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (PODE - RN) – Então, por um lado, a gente tem toda uma capacidade técnica, tem certamente a fonte natural que permite a ampliação da produção e, por outro lado, há essa política de desaquecimento, de vendas. Isso realmente nos preocupa.

Eu gostaria de ouvir a palavra oficial da Petrobras.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Deputado Federal Antônio Jácome acaba de fazer as suas indagações.

Nós vamos passar agora para as considerações finais. Assim, vamos conceder a palavra ao Presidente do Sindicato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar para ele. Não, então, quer fazer logo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto! Até porque entendo que o Deputado Antônio Jácome tem agendas a cumprir lá na Câmara, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente eu lhe passo a palavra, Tuerte, e você responde ao Deputado Federal Antônio Jácome, aproveitando, em seguida, para fazer as suas considerações finais.

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – O.k.

Excelência, como entendi que as suas perguntas são sobre coisas mais detalhadas, eu me comprometo aqui a reunir todos os detalhes a respeito do desinvestimento que a Petrobras está fazendo nessas concessões – os objetivos, quais são essas concessões, os volumes produzidos nessas concessões – e, se o senhor concordar, eu lhe enviaria essas informações mais detalhadas. É possível, dada a questão do tempo?

Mas eu gostaria de deixar bem claro que, mesmo com esse movimento que a Petrobras está fazendo, a Petrobras continua com a maior parte das atividades de exploração e produção no Estado do Rio Grande do Norte. Os volumes e as perspectivas se concentram muito mais em outras áreas do que nessas.

A gente entende que há um importante espaço para os pequenos produtores que sempre tiveram o anseio de poder trabalhar nessas áreas. Abre-se, na nossa visão, uma importante oportunidade para todos. No final, a nossa expectativa é de que todo mundo vai sair ganhando com isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – E acrescentar a questão dos *royalties*...

O SR. TUERTE AMARAL ROLIM – Isso. A Senadora está lembrando aqui a questão dos *royalties* para nós mandarmos depois.

Bom, as minhas considerações finais são só no sentido de reafirmar o compromisso da Petrobras em continuar trabalhando nas áreas operacionais onde atua, neste caso no Rio Grande do Norte, e cuidando dos seus bons negócios e agregando valor para a sociedade através da realização dos seus resultados, como sempre fez e continuará fazendo.

Basicamente é isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui ao Tuerte, Gerente-Geral de Exploração e Produção da Petrobras no Rio Grande do Norte e Ceará.

Vamos passar agora a palavra ao Sr. José Araújo, Presidente do Sindipetro.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO – Senadora Fátima e todos aqui presentes, primeiramente, fruto das intervenções dos Senadores e Deputados, quero dizer que nós todos aqui nos orgulhamos da Petrobras. Eu me orgulho da Petrobras antes mesmo de ter ingressado nela. Trabalhei na empresa por 32 anos e me orgulhei disso a vida inteira. Eu me aposentei e continuo me orgulhando, de modo que vou lutar sempre pela soberania nacional e para que a Petrobras esteja inserida num projeto de desenvolvimento nacional e regional.

Quero ainda acrescentar, Senadora Fátima, que o desemprego gera um impacto não só nas famílias das pessoas que perderam o emprego, mas provoca um impacto muito grande nas prefeituras, porque cada trabalhador tem um plano de saúde. Os contratos da Petrobras exigem que as pessoas tenham um plano de saúde. E, ao ser desempregado, esse trabalhador vai onerar as prefeituras da sua região e vão onerar o Estado. É um impacto gigantesco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à questão da refinaria, ou ainda, que ela não vai gerar nenhum impacto no sentido do desemprego, a nossa preocupação não é ver apenas a refinaria, mas os investimentos todos no Estado, porque a política que a Petrobras vem adotando é de, realmente, se afastar não só do Estado do Rio Grande do Norte, mas de todo o Nordeste. Essa é a nossa preocupação. Com relação aos investimentos da Petrobras, dos quais 83% vai para o E&P, quero dizer que a grande maioria desses investimentos vai para o pré-sal; não vai para as áreas de campos de petróleo do Nordeste, em especial do Rio Grande do Norte.

Quero dizer que nós precisamos ampliar esse debate, sim, para a retomada dos investimentos da Petrobras no Rio Grande do Norte. Precisamos fazer um debate sobre uma legislação que contemple os pequenos produtores de petróleo, porque não há saída, com a legislação vigente, para a reivindicação dos pequenos produtores. A Petrobras, ao dispor assim de suas áreas para venda, sabe que quem vai adquiri-las são as grandes empresas, e os pequenos continuarão à margem do processo produtivo. Então, a necessidade é de que haja, efetivamente, uma nova legislação em que se fortaleça a Petrobras, em que se fortaleça a economia dos Estados e que ela esteja inserida nesse projeto.

Esperamos que o refino no Brasil sofra uma nova revisão. A capacidade de produção do refino no Brasil não atingiu o seu ápice. As refinarias precisam disso. Precisamos que a Refinaria Clara Camarão venha a se aproximar ali dos seus 45 mil. Está até autorizada a 47, não é? Ela precisa se aproximar disso, porque isso gera mais economia para o Rio Grande do Norte, mais recursos para o Estado.

Então, agradeço à Senadora Fátima e a todos aqui presentes e reafirmo que nos propomos sempre a enfrentar esse debate.

Quanto à política da Petrobras, tal colocada aqui por Tuerte, nós temos uma discordância muito grande, porque não é vendendo ativos que nós vamos tirar a Petrobras dessa situação, muito menos nos Estados do Nordeste e, principalmente, no Rio Grande do Norte. Acreditamos que o investimento é a melhor saída para o nosso Estado e, principalmente, esperamos que a Petrobras, no novo plano de negócios em que ela já deve estar trabalhando – o Plano de Negócios 2018/2022 –, enxergue já essa nova conjuntura em que o preço do barril está com um viés de alta.

Então, agradeço a todos, Estamos aqui à disposição para enfrentar esse debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a presença aqui do Sr. José Araújo, representando o Sindipetro.

Vamos passar agora a palavra ao Sr. Vilmar Pereira, representando aqui a Federação das Indústrias, para as suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO VILMAR – Senadora, primeiramente, em nome do Presidente Amaro, nós queremos agradecer o convite. Nós nos sentimos honrados. Estamos aqui defendendo os interesses do Estado.

O José Araújo disse uma coisa interessante: a nossa empresa, ou eu, Francisco Vilmar Pereira, tenho interesse em continuar na atividade, mas eu não posso comprar um campo com 40 poços de petróleo. Posso comprar um com quatro, com cinco poços. Então, que esse modelo de venda desses campos não seja de um bloco total, ou seja, vamos fazer uma divisão e que o preço também saia até melhor para a Petrobras. Entendeu, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é o foco que nós temos que ver, como é que se pode mudar a legislação, a lei. Não sei como é. Não tenho muita vivência nessa área, mas fica aqui a colocação da Fiern: como tentar fazer com que esses campos não sejam vendidos como um todo?

Eu soube que em Aracaju, agora, em Sergipe – eu fui a Alagoas –, foi vendido um campo com três poços, e quem comprou foi um rapaz de Mossoró da EBS. Vamos ver se nós conseguimos não ratear, mas fazer com que nós, pequenos e médios empresários, possamos participar desse processo.

A senhora está de parabéns. E nós da Fiern estamos de portas abertas não só para a senhora como também para a Petrobras.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Vilmar, representando aqui a Fiern.

Vamos passar agora para Jean-Paul Prates, representando aqui o Sindicato das Empresas do Setor Energético do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Obrigado a todos.

Eu fico bem satisfeito pelo fato de a Bancada, de a maior parte dos Parlamentares do Rio Grande do Norte e provavelmente do Governo do Estado ficarem mais tranquilos em relação a essas inquisições aqui que a gente tem feito.

E queria resgatar apenas alguns pontos aqui, porque talvez o José e eu sejamos os únicos que não estão tranquilos. Eu confesso a vocês que ainda não consigo ficar tranquilo, porque essas respostas... O setor de petróleo é muito complexo e é muito fácil errar números, citar errado. A imprensa leva um número e, por um detalhe, em vez de se falar de investimentos, fala de custeio; às vezes, fala-se barril/dia por dia, e o cara fala em mês; a produção de derivados, por exemplo, às vezes, é medida em meses, ou seja, em números do que haver recorde mensal. Então, é muito suscetível a erros e a interpretações erradas. Portanto, é necessário haver respostas talvez por escrito, com gráficos, com colocações mais claras.

Por enquanto, eu digo que não estou tranquilo por um aspecto de especialista e me desculpem ser um pouco chato aqui, insistente, mas é preciso que a minha vigilância continue, é uma espécie de..., é um pouco de chatice mesmo, mas eu acho que faz parte. E eu espero que vocês não levem a mal. Nós temos o nosso relacionamento sempre muito bom e eu sempre, à disposição de vocês.

Mas é o seguinte: o que continua me incomodando é... Vou ressaltar algumas coisas que foram ditas aqui, que não é um *downgrade*, ou seja, não é uma diminuição de importância, não haverá demissões, haverá expansões, e, finalmente, que isso está acontecendo, simplesmente porque a refinaria está inserida num ambiente de exploração e produção. No entanto – e aí coloco eu –, esse é um ambiente de exploração e produção decadente. Tuerte, você hoje está administrando uma situação de declínio de produção. Isso é inegável. Você tem uma missão heroica, difícil, que muitos gestores de petróleo têm mundo afora, de gerir uma província petrolífera, uma empresa hegemônica que passa pelo período natural. Não é sobre a sua competência, não tem a ver com incompetência de pessoal, de pessoas, que vocês estejam fazendo errado. Não. É natural uma província petrolífera de 40 anos de exploração chegar a um momento em que o perfil de produção dela agregado seja declinante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E os números estão claros. Nós que já produzimos 120 mil barris, 110, 100, estamos hoje, com o número dado por você, 48 mil, abaixo de 50 mil barris/dia de petróleo, apenas no Rio Grande do Norte. Não é? Há outro pedaço aqui com o Ceará, chegando a 52 na bacia potiguar. Não é muito. Isso é o que um poço... Se não me engano, um poço do pré-sal produz isso, um poço do pré-sal. Não estou falando de um campo, não. Um poço do pré-sal produz isso aí. Então, essa é uma gestão já por demais complicada.

E aí, quando você me diz: "Estou inserindo isso num ambiente de E&P, porque tem mais orçamento", não me convence muito. Quer dizer, transformar uma refinaria num apêndice de uma operação de E&P decadente e dizer que é porque com E&P, como o Deputado Felipe colocou, fica mais tranquilo, porque há mais dinheiro lá, não faz o menor sentido.

As empresas se dividem em pedaços, em grandes divisões, principalmente as de petróleo. E eu nunca vi – nunca vi! – no mundo uma empresa pegar uma estrutura de refino e jogar para um E&P, porque há mais dinheiro. Esse não é um argumento, nem é o argumento que vocês usaram.

Então, que fique bem claro que há argumentos aqui que estão sendo um pouco distorcidos. Enfim, a pessoa, quando quer ajudar a aumentar a tranquilidade, acaba se condicionando a receber uma informação e incrementá-la. Então, não é isso.

Agora, como é que se expande uma refinaria dessa, diante desse cenário, já que você está administrando um ativo em decadência? Como é que você imagina expandir uma refinaria? Porque, a meu ver – desculpem, mais uma vez, tentar ensinar o padre a rezar a missa, mas eu acho que eu já estudei bastante petróleo a esse respeito; não estou na Petrobras, mas acho que conheço um pouco do assunto –, o que faria sentido num plano estratégico seria o contrário; seria transformar o Polo de Guamaré num polo de refino que receberia o óleo decadente da bacia e procuraria outras fontes para dar longa vida à Petrobras em Guamaré, para aumentar o processo estratégico de Guamaré e para aumentar, dar sobrevida à Petrobras em Guamaré, independentemente de ela estar produzindo óleo, poder comprar dos produtores independentes, Vilmar, com negociações francas e com especialidade. Eu acho que esse seria o caminho do futuro.

Quando se coloca essa história do voltar para E&P, para mim nós estamos projetando o passado. "Porque era assim, porque nasceu na exploração e produção, vamos voltar para isso." Ora, se isso está andando para trás, eu estou projetando o passado.

Eu gostaria sinceramente, ficaria tranquilo se estivéssemos projetando o futuro, ou seja, Senadora, pensando na refinaria como resgate da atividade, como âncora de um resgate, âncora no sentido de base, não de afundamento, mas de uma expansão da atividade de petróleo no Rio Grande do Norte, até com independentes, se for o caso, mas ela como *hub* central, destino final de uma produção, com gente especializada tratando do assunto e pensando na sua expansão, no seu aprimoramento, nos nichos de mercado que ela precisa atender diante do fato, inclusive, de estar na sombra de uma refinaria bem maior, como é a RNEST.

Eu não acho, sem absolutamente nenhum detrimento da sua competência, Tuerte, e a do seu pessoal, que essas pessoas sejam de refino a ponto de projetar esse futuro. Então, eu acho, sim – e coloco essa expressão de forma não alarmista absolutamente –, que a refinaria está sendo rebaixada. Uma negativa pode vir retoricamente, da mesma forma que a minha retórica pode existir, mas o fato, e o futuro é que dirá, é que nós estamos diante de uma situação anacrônica. É um ornitorrinco uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refinaria que é operada por E&P, que hoje já é refinaria. Na época que foi operadora por E&P não era, mas passou a ser. E aí ela volta a ser operada por...

Enfim, o encaminhamento que eu sugiro dar – diante da complexidade do tema, inclusive das perguntas que eu coloquei ali, que são mais específicas do que a conversa que nós tivemos aqui, até pela natureza do negócio – seria um só: nós fazermos pela Comissão, Senadora Fátima, algumas perguntas e termos essas respostas por escrito pela Petrobras principalmente, e já adianto, relacionadas com o plano futuro integrado. O que a Petrobras pretende no Estado do Rio Grande do Norte? Para onde nós estamos indo com esse bonde? Se nós estamos furando 100 poços hoje, quantos vamos furar ano que vem? Quantas sondas vão ficar? Serão 3, 2? Hoje são 3. Ano que vem vai ser o quê? Será 1? Quantas sondas nós vamos ter no Rio Grande do Norte prontas para furar, inclusive para serem eventualmente subcontratadas por produtores independentes ou coisa assim, no futuro, em cinco anos; não estou falando em dois; em cinco, em dez? Qual é a ideia que se projeta para a Refinaria Clara Camarão mesmo dentro do E&P?

Quanto a isso é que ainda estou um pouquinho inquieto. E por isso acho que a questão das perguntas e as respostas será muito importante até para dar transparência a esse processo, uma coisa com que vocês têm é uma facilidade enorme, mas anda faltando um pouco. Talvez até, porque outros assuntos estiveram tomando conta da pauta Petrobras, a gente até entende. Mas agora, em que está tudo um pouco mais tranquilo, eu acho que dá para a gente ter essas respostas.

No mais, muito obrigado a todos e espero que entendam esse papel. Não me entendam mal, nem muito menos como alarmista.

O.k.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu quero aqui finalizar, mais uma vez, agradecendo à Petrobras por ter respeitado o convite feito pelo Senado Federal, porque isso aqui é uma audiência pública, portanto, institucional. É evidente que uma comissão que se intitula de desenvolvimento regional tem a obrigação exatamente de defender temas como esse, pela interface que tem o tema da Petrobras, repito, não só com o desenvolvimento do meu Estado, nem só com o do Nordeste, mas com o do Brasil. Então, nós estamos aqui, na verdade, cumprindo com o nosso papel. É minha obrigação como, repito, Senadora, representando o povo potiguar.

Agradeço também aqui a presença do sindicato, assim como a presença da indústria, porque é importante para o debate que ele tenha o seu caráter democrático, tenha a sua pluralidade. E a pluralidade significa a gente estar ouvindo aqui a voz dos trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras pelo seu porta-voz, que é o Presidente do Sindipetro, que aqui veio, José Araújo, assim como a gente escutar aqui a preocupação, os anseios dos empresários do Rio Grande do Norte, do pequeno ao médio e ao grande.

E tivemos aqui essa presença através de Vilmar, que é o Vice-Presidente da Fiern, assim também como do Jean-Paul. Em que pese o Jean-Paul legitimamente exercer a função de suplente de Senador, eu quero dizer que ele está aqui, na verdade, em decorrência de ser Presidente do Sindicato das Empresas do Setor Energético do Rio Grande do Norte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É empresário também. E em decorrência, inclusive, de algo que todos nós reconhecemos, ser um especialista reconhecido não só nacionalmente, mas até mundialmente em matéria de energia, petróleo e gás.

Então, era necessária exatamente esta Mesa, repito, com a presença da Petrobras e das demais instituições para a gente promover aqui o debate.

Segundo, Tuerte, nós vamos encaminhar pela Comissão de Desenvolvimento Regional, por escrito, todas as indagações que foram feitas aqui para que a Petrobras, também por escrito, responda não à Senadora Fátima Bezerra; ela vai responder ao Senado Federal, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nós continuaremos aqui, evidentemente, vigilantes. É importante que aqui você tenha colocado que não haverá nenhum impacto para a economia do Rio Grande do Norte essa mudança de a refinaria sair da área de refino para a do ativo de exploração e produção, que não haverá demissão, que não haverá isso etc. Qual vai ser o nosso papel? O nosso papel é com base exatamente na formalização que os senhores vão fazer por escrito a esta Comissão, ficarmos aqui, antes de mais nada, no papel de vigilantes.

Certamente, esse debate não vai se esgotar aqui; muito pelo contrário. Eu quero dizer desde já que vocês serão convidados a voltar outras vezes à Comissão de Desenvolvimento Regional, porque o presente e o futuro da Petrobras são muito importantes para o Rio Grande do Norte, para o Nordeste e para o Brasil. Não é, Vilmar?

Muito obrigada a todos e todas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, exatamente.

Como o José Araújo mencionou, é importante lembrar que nós temos a Frente Parlamentar – que, como o próprio nome diz, é suprapartidária – em Defesa da Petrobras e dos investimentos no Nordeste. Nós estaremos anunciando em breve um calendário de atividades que nós vamos desenvolver. Eu integro a Frente e faço parte, inclusive, da Coordenação da Frente.

Aliás, em uma audiência na Câmara Municipal de Natal, de iniciativa da Vereadora do PT Natália Bonavides, fizemos uma sugestão para que, dada a importância, repito, que tem a Petrobras para o Nordeste brasileiro, pudéssemos dar essa pontuação no sentido de que, dentro da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, tivéssemos esse destaque com relação à presença da Petrobras no Nordeste sobre a questão dos investimentos.

Essa Frente hoje tem muitos integrantes aqui no Congresso Nacional, especialmente, claro, a Bancada nordestina. Eu integro, faço parte da Coordenação da Frente. E nós temos um calendário de atividade a serem realizadas em parceria com a Frente para continuar esse debate acerca da questão do papel e da presença da Petrobras no Nordeste.

Eu agradeço, mais uma vez, a todos e todas e declaro encerrada a presente reunião, convocando audiência pública para sexta-feira, desta vez na Assembleia Legislativa do Estado do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Norte agora, sexta-feira, 17 de novembro, às 14h, para debater o tema da segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste.

Desde já quero dar conhecimento de uma outra audiência pública em seguida, na segunda-feira, dia 20 de novembro, para debater uma proposta de salvaguarda para garantir a permanência da cultura do forró. Essa vai ser realizada na Sala de Concerto Maestro José Siqueira, Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, na capital do Estado da Paraíba.

Renovo o convite para, no dia 17, segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, um tema também extremamente estratégico e importante para o Rio Grande do Norte, para o Nordeste e o Norte também do nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 09 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wilder Morais, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Humberto Costa, Regina Sousa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Registra-se a presença da Deputada Federal Zenaide Maia e dos senhores Oton Mário de Araújo Costa, Prefeito de Jaçanã/RN; José Amazan Silva, Prefeito de Jardim do Seridó/RN; Tota Guedes, Presidente da Federação da Associação dos Municípios da Paraíba – FAMUP; Carlos Cruz, Presidente da Associação Paulista de Municípios; Marina Dias Marinho, Prefeita de Jantaíra/RN; Gil Carlos, Presidente da Associação Piauiense de Municípios – APPM; Gilson Dantas, Prefeito de Carnaúba/RN; e Leonardo Moreira Lisboa, Prefeito de Passa e Fica/RN; Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e poe em votação as atas das reuniões de números 33 e 34, que são aprovadas. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDR 51/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, do Senador Paulo Rocha e do Senador Elmano Férrer. Finalidade: Discutir a situação financeira dos municípios do Brasil, principalmente dos pequenos e médios, e o impacto dessa realidade no desenvolvimento regional. Participantes: Paulo Zilkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; Benes Leocádio, Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN; Prefeito Julvan Lacerda, Presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM; Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM; Prefeito Anderson Cavalcante, Presidente da Associação Amazonense dos Municípios - AAM. Tota Guedes, Presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba - Famup. Usam da palavra o Senador Elmano Férrer e, após aprovação da Comissão, a Deputada Federal Zenaide Maia. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra, Elmano Férrer e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Elber Batalha, Paulo Paim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDR 15/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Humberto Costa, e RDR 45/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Finalidade: Debater a "segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste". Participantes: Irani Braga Ramos, Assessor Especial do Ministro (representante de: Helder Zahluth Barbalho, Ministro da Integração Nacional); Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF; Larissa Rosa, Coordenadora do Departamento de Revitalização de Bacias e Acesso à Água da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (representante de: Ministério do Meio Ambiente); Horácio Figueiredo Junior, Chefe de Gabinete (representante de: Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional das Águas - ANA). Luis Napoleão Casado, Diretor da Área de Irrigação da CODEVASF (representante de: Antônio Avelino Rocha de Neiva, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF). Usam da palavra os senadores Elmano Férrer, Lídice da Mata e Regina Sousa e, após autorização do plenário da Comissão, o Senhor José Maria Pimenta Lima. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 09, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Vamos à fase destinada aos comunicados.

Primeiro, do Sr. Marx Beltrão, Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, convidando os membros desta Comissão para participarem da reunião ordinária do Conselho Nacional de Turismo que acontecerá em Brasília no próximo dia 5 de dezembro, às 14h.

Quero ainda também dar conhecimento aqui aos nossos Parlamentares integrantes da Comissão, inclusive à Senadora Lídice, que aqui se encontra presente, de mais duas etapas, Senadora Lídice, do ciclo de debates acerca do tema "Importância do Fundeb para o Desenvolvimento Regional", que nós vamos realizar, em atendimento ao requerimento de minha autoria que foi também subscrito pela Senadora Lídice, pela Senadora Ângela Portela e pelo Senador Elmano Férrer.

Amanhã, às 14h, estaremos na Assembleia Legislativa de Sergipe e, na próxima segunda-feira, em Belo Horizonte, dando continuidade ao ciclo de debates que foi aprovado aqui pela nossa Comissão de Desenvolvimento Regional para tratar do tema da importância do Fundeb para o desenvolvimento regional.

Para o Fundeb, há uma proposta de emenda à Constituição tramitando aqui no Senado Federal, de autoria da Senadora Lídice da Mata, da qual eu sou exatamente Relatora. E nós estamos fazendo esse debate nos Estados pelo quanto é importante envolver os gestores, prefeitos, governadores, dirigentes municipais de ensino, dirigentes estaduais e, sobretudo, professores e estudantes.

É bom não esquecermos que, quando estamos falando do Fundeb, estamos falando da mais importante política de financiamento voltada para a educação básica no Brasil. O Fundeb foi criado em 2006, no governo do Presidente Lula, e tem vigência exatamente até 2020, daí por que, em boa hora, a Senadora Lídice tomou a iniciativa de apresentar essa proposta de emenda à Constituição para que não só possamos, como é o objetivo da proposta de emenda à Constituição, tornar o Fundeb permanente, que é isso que nós vamos fazer com a proposição da Senadora Lídice, mas, mais do que isso, precisamos avançar do ponto de vista do Pacto Federativo no que diz respeito à questão do financiamento. Nós não podemos abrir mão, de maneira nenhuma, por ocasião agora, repito, de tornar o Fundeb uma política permanente, perene; portanto, uma política de Estado. E como isso vai ser feito? Vai ser feito de acordo com o que a Senadora Lídice da Mata está sugerindo, ou seja, que o Fundeb agora fique no corpo permanente da Constituição brasileira.

Então, aproveito este momento, repito, para discutir a questão da participação financeira dos entes públicos na cesta do Fundeb, destacando, principalmente, a necessidade imperiosa de o Governo Federal aumentar a participação financeira na cesta dos recursos do Fundeb, até porque hoje os Estados e Municípios respondem por 90% dos recursos do Fundeb, o Governo Federal entra só com 10%.

Nós estamos vendo, inclusive, a crise pela qual passam os Municípios neste exato momento, especialmente os Municípios de pequeno e médio porte. Se não sair uma ajuda financeira aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Municípios, mais da metade deles não vão ter como fechar as suas contas até dezembro. Há gestores por aí afora que estão, inclusive, apreensivos, com receio de responder até por atos de improbidade administrativa em decorrência exatamente da falência em que estão as finanças dos Municípios, o que se agravou, claro, e muito após o golpe parlamentar consumado em 2016. De lá para cá, nós temos visto a crise que se instalou no País do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, político, jurídico, e isso trouxe seus reflexos para a vida dos Municípios. Na semana passada, nós inclusive fizemos uma audiência pública, aqui na nossa Comissão, que fez parte da agenda municipalista que os prefeitos e as prefeitas estavam desenvolvendo aqui em Brasília. O tema foi exatamente este: a crise financeira dos Municípios. Naquele momento, a CDR, portanto, se associava aos prefeitos e às prefeitas do Brasil no sentido de que suas reivindicações fossem atendidas – inclusive as que tramitavam aqui no Congresso Nacional, bem como a reivindicação junto ao Governo Federal, especialmente a cobrança deles, repito, de um FPM extra, que é chamado de ajuda financeira aos Municípios. Os prefeitos cobravam essa ajuda financeira no valor de R$4,2 bilhões. Qual foi o resultado? O Congresso respondeu à reivindicação dos prefeitos quando aprovou, na semana passada, a principal reivindicação deles que era a derrubada do veto, uma proposta de emenda à Constituição que trata da questão do encontro de contas. Felizmente o veto foi derrubado – não é, Senadora Lídice? – na semana passada.

Mas eu quero aqui dizer da nossa insatisfação – e por que não dizer indignação? –, porque o Presidente da República recebeu os prefeitos, porém recebeu os prefeitos para prometer esmola. E eu estou dizendo prometer porque não foi concretizada ainda a promessa que ele fez aos prefeitos e prefeitas diante do pedido de auxílio financeiro aos Municípios, que é o chamado FPM extra. Os Municípios cobravam essa ajuda no valor de R$4,2 bilhões, e o Presidente, simplesmente, Senadora Lídice, acenou com a quantia de R$2 milhões. É uma esmola.

Claro que todo e qualquer recurso que entrar nos cofres da prefeitura neste exato momento é importante, porque vai ajudar os prefeitos e as prefeitas, diante do sufoco por que passam, repito, os pequenos e médios Municípios pelo País afora. Mas é lamentável isso, é deplorável isso, porque ele podia ter feito o que fez, à época, os governos Lula e Dilma quando, diante de dificuldades por que os Municípios passavam, implementaram esse auxílio financeiro aos Municípios – foram três ou quatro vezes. Naquela época, por exemplo, foi também uma luta dos prefeitos que foi atendida: que foi aumentar o percentual do FPM em 1%; e assim foi feito.

Então, veja, eu estou colocando isso porque discutir o Fundeb tem tudo a ver com isso. O Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e o Fundeb, em outras palavras, é responsável por pagar os professores, é responsável por fazer a escola funcionar – da creche ao ensino médio. O Fundeb responde por uma rede pelo País afora que atende mais de 50 milhões de pessoas, entre crianças, jovens, adultos, etc.

Por isso, quero aqui dizer da nossa alegria, e desde já conclamar os professores, os gestores, enfim, conclamar os diversos representantes da sociedade lá de Sergipe para, nessa quinta-feira, às 14h, esse encontro conosco da Comissão de Desenvolvimento Regional, onde a gente vai discutir a importância do Fundeb para o desenvolvimento regional, bem como, na segunda-feira, em Belo Horizonte, também a audiência que vai ser realizada na parte da tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, volto aqui, mais uma vez, a expressar toda a nossa solidariedade e apoio à luta dos prefeitos e prefeitas e lamentar – repito – que o Presidente que aí está, que vem concedendo benesses e mais benesses, benefícios e mais benefícios ao andar de cima, aos banqueiros e aos grandes empresários, através de refinanciamento de suas dívidas, concedendo anistia, perdão de multas, como recentemente uma medida provisória que foi aprovada isentando as empresas petrolíferas que vão atuar na exploração do pré-sal no Brasil. Simplesmente ele mandou uma medida provisória para cá, que está sendo chamada Medida Provisória da Shell, porque vai isentar a Shell e as empresas que vão explorar o pré-sal aqui, no Brasil, de pagar impostos. Isso significa uma renúncia, a cada dez anos, de R$400 bilhões; em 20 anos, o Governo brasileiro vai abrir mão de R$800 bilhões; em 25 anos, o Governo brasileiro vai abrir mão de R$1 trilhão. Aí, de repente, não tem dinheiro para dar R$4,2 bilhões aos Municípios e veio dar exatamente uma esmola de R$2 bilhões, ao mesmo tempo em que quer, mais uma vez, impor uma reforma da previdência, tendo como alvo principalmente os servidores públicos federais, querendo que os servidores federais paguem uma conta da qual eles não são responsáveis de maneira alguma. E diz ele que essa reforma da previdência vai permitir fazer uma economia de R$400 bilhões, em 10 anos, e, por outro lado – repito –, mandou uma medida provisória para cá para abrir mão de R$400 bilhões. Por isso, nós temos que estar atentos porque essa reforma da previdência não pode prosperar, Senadora Lídice, porque ela vai trazer muitos malefícios para o chamado desenvolvimento regional pela importância inclusive que tem a Previdência no ponto de vista de fomentar a economia nos Municípios pelo Brasil afora, especialmente nos pequenos e médios.

Bom, mas, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada exatamente a debater a política pública de segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, atendendo ao plano de trabalho aprovado nos termos do Requerimento nº 45/2017, de nossa autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá direito a um tempo que nós vamos pactuar com os expositores.

Em seguida, depois da apresentação dos expositores, vamos abrir para a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, e, em seguida, nós abriremos também a palavra ao Plenário, se assim se fizer necessário.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais. Atenção, quem quiser participar desta importante audiência pública, que vai tratar da questão da gestão das águas e segurança hídrica nas Regiões Norte e Nordeste. Quem quiser participar vai ser pelo portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado – 0800-612211.

Bom, eu quero, desde já, agradecer a presença dos senhores e senhoras. Convido aqui, para a Mesa, Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Anivaldo, por favor. Irani Braga Ramos, do Ministério da Integração; Horácio Figueiredo Junior, Chefe de gabinete do Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas; Larissa Rosa, Coordenadora de Departamento do Ministério do Meio Ambiente; Luís Napoleão Casado, Diretor da Área de Irrigação da Codevasf.

Bom, destaco a presença de Cícero Meneses. O Cícero é um Assessor da Secretaria de Infraestrutura Hídrica. Aquele é Cícero? Olá, Cícero!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senadora, só para me justificar, eu vou aqui na CAS votar e volto imediatamente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor. Obrigada, Senadora Lídice.

Bom, nós vamos passar a palavra agora, imediatamente, para Anivaldo de Miranda Pinto, que é Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – Bem, bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Eu quero iniciar repassando aqui para a nossa Senadora o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, e o nosso livro comemorativo dos 515 anos da descoberta do Velho Chico.

Em primeiro lugar, coloco algumas questões de fundo sobre o tema que nos foi apresentado. Referem-se à crise hídrica como um todo e, em um segundo momento, às questões ligadas à gestão de recursos hídricos.

Sobre a questão da dramaticidade que se aprofunda no contexto dessa crise hídrica, há um debate, digamos assim, preliminar. A crise é uma decorrência, fundamentalmente, de fatores naturais, leia-se, do fato de que nós estamos ingressando em uma era de extremos climáticos, do fenômeno do aquecimento global. A crise seria uma decorrência disso, ou, mais precisamente, a crise é decorrência da ausência na amplitude que nós precisamos e profundidade de gestão de recursos hídricos? Isso não é uma pergunta retórica, mas é um assunto sobre o qual nós devemos refletir bastante.

É claro que os fenômenos naturais têm influência, mas esses dois fatores, crise climática e crise de gestão, agem de forma interativa, se retroalimentando.

Então, é lícito dizer que, em muitos aspectos, o que nós estamos enfrentando é, de fato, uma crise de gestão. Sobretudo se nós imaginarmos o tamanho do território sobre o qual nós temos que nos debruçar, que é o território brasileiro, um dos maiores Países do mundo, um País praticamente continente.

Então, quando você fala de gestão de recursos hídricos, é lícito também, até de forma provocativa, para aprofundar o debate, questionar se de fato nós temos gestão de recursos hídricos no Brasil. A resposta para essa pergunta e provocação, inevitavelmente, será bem relativa. Claro que temos. Há todo um acúmulo de experiências em gestão de recursos hídricos. Em alguns Estados você tem ilhas de excelência, mas se você levar em conta a dimensão do nosso território, é claro que estamos muito longe de dizer que de fato nós temos a capacidade de gerir nossos recursos hídricos e nossos ativos ambientais em todo o território. Então, o que é mais verdadeiro é a ausência e não a presença dessa gestão.

E quem é o culpado disso? Há uma tendência muito grande agora, já que a Lei nº 9.433 completou duas décadas, de se atribuir à lei defeitos que estariam na origem de boa parte dos problemas que nós estamos vivendo. E eu aqui gostaria de fazer a defesa da lei. Eu acho que a Lei nº 9.433, que completa duas décadas, é um dos diplomas legais mais felizes que o Brasil já conseguiu aprovar. Eu acho que a lei é extremamente objetiva nos seus princípios, nas suas diretrizes, e essa lei de fato cumpriu um grande papel em uma reviravolta muito grande nesse plano da questão dos recursos hídricos em nosso País. É claro que a lei sempre pode ser objeto de ampliações, de aperfeiçoamentos, complementações. Enfim, mas ela de fato tem muito mais virtudes do que qualquer tipo de defeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante reter essa questão porque, no que diz respeito à legislação, o pecado não está na lei ou na legislação em si; o pecado reside na falta de vontade política e até de premissas culturais para que essa lei saia de fato da gaveta. O que nós precisamos é, de fato, cumprir a legislação, depois desses 20 anos de sua existência.

As coisas que eu estou dizendo aqui são importantes como introdução ao que nós vamos debater concretamente, que é crise e gestão hídrica nas regiões Norte e Nordeste, porque, de uma forma geral, naquilo que é substancial, essa discussão vale para o Brasil inteiro: para a Região Sul, para a Sudeste, para a Norte, para a Nordeste, porque aquela ideia de que nós tínhamos uma infinitude de potenciais hídricos no País está desaparecendo. Na era dos extremos climáticos, nós estamos tratando de coisas que são planetárias, de fenômenos que são válidos para o mundo inteiro, principalmente a dramaticidade da crise hídrica no mundo, fruto, evidentemente, de processos sobre os quais nós não temos muito domínio.

É claro que nós não podemos ter domínio sobre o processo do aquecimento global de uma forma imediata. Podemos até contribuir, e há um esforço para isso. Entretanto, no que diz respeito à gestão hídrica, aí, sim, nós podemos modificar as coisas.

Eu gostaria, então, de dizer que hoje nós estamos colhendo os frutos de uma série de práticas de muitas décadas e até séculos, e frutos amargos disso. Portanto, no Brasil se impõe uma discussão muito estratégica sobre a questão da crise ambiental como um todo porque ela hoje é uma questão comum para todas as regiões. Vide aqui o próprio caso de Brasília, o fato de que já foi o tempo em que a escassez de recursos hídricos era característica apenas do Semiárido brasileiro. Hoje ela se estende por todo o Brasil central e é capaz, inclusive, de atingir a nossa caixa d'água, como nós costumamos falar, que é Minas Gerais, e é exatamente no contexto do Cerrado e de Minas Gerais que é onde têm início algumas das nossas principais bacias, dentre as quais o Rio São Francisco, que lá tem suas nascentes, e o Paraíba do Sul, que atende a regiões metropolitanas gigantescas, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro.

Então, estamos falando agora de um fenômeno que não respeita limite de região, de Município, de Estado, de nada, porque a natureza tem fronteiras que são absolutamente e astronomicamente mais ancestrais do que a nossa vã ilusão de colocar fronteiras em território e, a partir delas, querer gerir fenômenos que são muito maiores do que essa configuração.

É evidente que todos estão percebendo que alguma coisa precisa ser feita. Então, a primeira conclusão é a seguinte: nós não podemos mais continuar fazendo as coisas como fazíamos até o final do século passado. As coisas mudaram, e essa é a primeira percepção que todos devem ter. A partir de 2001 tivemos uma crise tão grave que nos levou, inclusive, a racionamento de energia. Mas ainda temos uma cultura de nos movimentarmos muito durante o processo da crise, mas, assim que a crise passa, volta tudo ao que era antes, voltam nossos velhos hábitos, voltam nossas velhas práticas, e isso vale para a população como vale para os gestores públicos, vale para todos.

Então, se precisamos mudar, vamos começar, evidentemente, a cuidar cada um do seu dever de casa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – No contexto da bacia do Rio São Francisco, nós temos, claro, um processo em construção. É preciso entender que o Rio São Francisco responde por 70% da disponibilidade hídrica da Região Nordeste, que ele é fundamental, porque é o rio que atravessa o nosso Semiárido.

O Brasil precisa ter um projeto para o seu Semiárido e não tem. A percepção, inclusive, da maior parte da suposta elite brasileira – e falo aqui da elite política, econômica, intelectual etc – trata o Semiárido com ignorância porque não conhece o potencial que o Semiárido tem. Lá vivem milhões de pessoas. Temos um bioma que pode ser a solução, agora, no contexto desse século do aquecimento global, porque temos plantas absolutamente adaptadas a grandes temperaturas. No entanto, o que nós estamos fazendo, Senadora, é destruir... (*Falha na gravação.*)

...os nossos biomas que têm um valor inestimável como ativo estratégico para este País. Aqui me refiro, sobretudo, aos biomas do Cerrado e da Caatinga.

Quando fizemos a Constituição de 88, os biomas da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica, passaram a ser considerados patrimônio nacional. Entretanto, por injunção de interesses subalternos, o Cerrado e a Caatinga ficaram fora dessa contabilidade. Isso é uma tragédia, é uma tragédia. O Cerrado é um dos biomas mais antigos do nosso Planeta. Ele tem um equilíbrio fantástico, porém é muito vulnerável. Entretanto, estamos destruindo o Cerrado para fazer carvão e alimentar siderúrgicas de quinta categoria sem compreender que ali nós temos um banco genético da maior importância, mas sobretudo uma articulação natural que é responsável, evidentemente, por esse assunto que nós estamos discutindo aqui.

O bioma do Cerrado é essencial e o da Caatinga também. As atenções estão voltadas para o bioma da Amazônia. Isso é importantíssimo porque a Floresta Amazônica, é claro, não tem sequer classificação em termos de importância como grande banco genético. Felizmente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro ela é objeto de muita observação e precisa ser protegida. Mas essa atenção lá concentrada teve efeito colateral. O efeito colateral é que dois biomas importantíssimos como são a Caatinga e o Cerrado estão absolutamente, digamos assim...Não diria esquecidos, porque quem domina o assunto sabe do que estou falando aqui. Entretanto, não há interesse em trazê-los para à tona. Mas agora, inevitavelmente, vamos ter de trazê-los. Aqui, o Senado da República, o Congresso Nacional, têm uma enorme responsabilidade de, imediatamente, fazer prosperar os diversos projetos de emenda constitucional que declaram o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional.

Do ponto de vista da Bacia do São Francisco, nós estamos, é claro, correndo contra o tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – Não sei quantos minutos ainda me restam, mas queria dizer rapidamente, que o Comitê da Bacia do São Francisco, que foi criado em 2001 – começou a funcionar em 2003 –, vem fazendo o seu dever de casa como um colegiado que une poder público, sociedade civil e usuários da água na construção de consensos que permitam, evidentemente, fazer uma gestão sustentável de recursos hídricos nessa bacia.

E principalmente no Rio São Francisco e seus grandes afluentes, porque eles são fundamentais hoje não só para os Estados da Bacia. O Distrito Federal, inclusive, tem uma parte na Bacia do São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco, Goiás, Minas, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia. Agora, com a transposição, que gerou uma grande polêmica que pode existir...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – O que interessa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um minutinho. Cadê o som? Está saindo. O.K. Pode ir.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – O que interessa agora é fazer gestão desses canais. Essa obra teve muitos equívocos.

O Comitê, na época, teve de discutir. Não porque era contrário à transposição para aquelas regiões que, de fato, não têm outras alternativas de abastecimento. Entretanto, a megalomania da obra, os equívocos, a precipitação, conduziram a problemas que agora terão de ser resolvidos com muita energia.

Mas eu sempre digo que aquilo que dividiu o Nordeste agora vai unir. De que forma? É que os Estados que vão receber as águas do São Francisco, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba – Pernambuco não porque Pernambuco é da bacia também –, agora passam a fazer parte da família da Bacia do São Francisco tanto para o bônus quanto para o ônus. E o que quero dizer com isso? Que aquilo que nos dividiu vai nos unir. Porque a luta pela revitalização pela Bacia do São Francisco é uma luta agora que interessa a todo mundo.

Se não houver, evidentemente, uma ação forte nesses próximos dez anos para, de fato, aplicar o plano de recursos hídricos aprovado pelo Comitê – mas que é do domínio de todos os atores da bacia –, nós não vamos ter condições de enfrentar esse desafio.

É uma vã ilusão achar que trazendo outras transposições – seja do Tocantins, seja de onde for – a gente vai resolver esse tipo de problema. Nós temos de fazer o dever de casa em cada bacia porque, se não, daqui a pouco vamos encontrar os argentinos vindo para cá procurar transposições. E nós estaremos indo para lá também procurar transposições. Porque essa solução imediatista, de fato, não resolve. O que resolve o problema é, de fato, recursos para fazer o quê? Recarga de aquíferos, recomposição de matas ciliares, tratamento da água para que ela tenha boa qualidade, combate à erosão. São essas coisas que nós precisamos, de fato, implementar na Bacia do São Francisco. E sobretudo os instrumentos da gestão hídrica.

É aquilo que eu dizia: a lei é maravilhosa, mas os instrumentos da gestão hídrica não estão estabelecidos. Então, Dr. Irani, não vai resultar em nada, mesmo que nós possamos mobilizar bilhões para a revitalização da bacia, se os Estados não cumprirem com o seu dever de universalização dos instrumentos e de gestão hídrica. Não adianta nada você gastar dinheiro se você não tem sistemas de outorgas confiáveis e universalizados, se você não tem planos de bacia, sobretudo nos afluentes do São Francisco, se você não estabelece a cobrança pelo uso da água bruta, se você não enquadra e classifica os rios de acordo com a sua qualidade e se você não empodera os comitês de bacia. Porque os comitês de bacia não são ONGs, como muita gente imagina. Eles são colegiados plurais nos quais o Governo Federal, os governos dos Estados, os Municípios, a sociedade, os usuários se encontram para construir consenso.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – Recentemente, tivemos um conflito extremamente grave aqui em Correntina. É lamentável que a coisa imediatamente se polarize. O Brasil está a cada dia mais vivendo com polarizações estúpidas que não resolvem o problema, e agora temos mais uma. Mas a verdade é que aqueles eventos, ali, no Rio Correntes, eles, de fato, indicam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – ...um grande mal-estar, e aquele conflito só pode ser resolvido, evidentemente, por uma cultura de tolerância, mas de construção de consensos, que só, evidentemente, organismos como os Comitês de Bacias podem fazer. E só se resolve, evidentemente, quando os princípios da água como bem comum, quando os princípios da gestão compartilhada, descentralizada, participativa, de fato, saírem do papel para a prática, porque o futuro da humanidade vai ser o da gestão compartilhada, da autogestão dos seus negócios.

Eu quero dizer aqui que o Poder Público tem que se convencer de que, isoladamente, nem aqui nem em lugar nenhum do Planeta, terá condições de resolver nenhuma das graves crises civilizatórias que nós temos hoje no mundo, muito menos a crise ambiental. Ou dá as mãos aos usuários, ou dá as mãos à sociedade civil, e mobiliza a todos, ou não vai resolver problemas graves como esse.

É por isso que o Comitê está propondo três grandes pactos: o primeiro é o pacto da água – precisamos definir, no que diz respeito aos grandes afluentes do Rio São Francisco, principalmente de Minas e da Bahia, as vazões de entrega à calha principal do Rio São Francisco.

Em segundo lugar, precisamos operar mudanças profundas na matriz agrícola e na bacia energética na Bacia do São Francisco, principalmente – começando pela matriz energética – é um absurdo que o Brasil não use o seu potencial de energia solar para resolver os seus problemas. E quando a gente olha para o Semiárido e todo mundo pensa que ali só tem vegetação seca – que não é seca; aquilo é uma forma de proteção daquela vegetação em função da escassez hídrica –, você percebe que o potencial de energia solar que nós temos ali poderia resolver problemas não só da região, como fora também da região.

O segundo pacto, Senadora, para encerrar, é o pacto da legalidade. Queremos que os governos dos Estados, como política de Estado, se comprometam de fato a universalizar plantação dos instrumentos da gestão hídrica em suas bacias.

E o terceiro pacto, que é o pacto da revitalização – porque a revitalização não pode ser apenas uma grande retórica, uma grande ideia; ela tem que se converter em recursos que sejam, de fato, substanciais. Foi prometido que o que seria investido na transposição seria investido também na revitalização, só que a transposição já vai em algo em torno de R$10 bilhões, e a revitalização ainda está esperando pelos recursos, que são essenciais, são imediatos e são fundamentais para a gente reverter essa crise atual.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação já inicial de Anivaldo, representando aqui esse coletivo muito importante, que é o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Vou passar agora, imediatamente, a palavra à Senadora Lídice da Mata, registrando também com satisfação a presença aqui entre nós da Senadora Regina Sousa, do PT do Piauí, que é integrante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é membro titular desta Comissão, sempre muito presente, e preside também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da nossa Casa.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senadora, eu peço desculpas a V. Exª e a todos os debatedores. Eu pedi para falar imediatamente porque está havendo agora uma mobilização dos prefeitos na CCJ, para aprovação daquilo que permitirá o repasse prometido pelo Governo para os Municípios, e eu sou a única Senadora da Bahia presente nessa Comissão. Portanto, há necessidade de que eu possa me dirigir imediatamente para lá.

Mas eu não posso deixar de ressaltar a importância dessa audiência pública. Vou lá e vou tentar voltar para cá, especialmente nesse momento, o momento da crise, e a fala do Sr. Anivaldo é uma expressão disso, do momento da crise hídrica que o Brasil todo passou a conhecer a partir da crise hídrica de São Paulo, especialmente – porque o Brasil só se enxerga se acontecer alguma coisa em São Paulo: o Nordeste pode virar deserto, que alguns movimentos serão feitos, poucos; mas na hora que atinge São Paulo, aí o Brasil acorda para a existência do problema. Infelizmente, esse é o desenho do desenvolvimento econômico deste País. E nós ficamos como se fôssemos uma parte da população que só reclama, que é o problema, e não a solução para as grandes questões nacionais.

E nesse momento se une, nessa crise hídrica, também uma outra grande questão, que é o projeto de privatizações que o Governo anuncia no sistema elétrico brasileiro. Uma coisa se une à outra, agravando profundamente o estado de coisas em que nós nos encontramos. Eu quero ler rapidamente, aqui, o que se está anunciando como projeto de privatização da Eletrobras. Nessa matéria do *Valor Econômico*, se não me engano, está dito aqui:

> "[...] a recuperação do São Francisco ficará [depois da privatização] com R$350 milhões anuais do 1º ao 5º ano de contrato das hidrelétricas 'descotizadas'; o montante será de R$ 250 milhões do 16º ao 30º ano. [...]
> O dinheiro sairá exclusivamente das usinas operadas atualmente pela Chesf no regime de cotas – preços fixos que remuneram apenas os custos de operação e manutenção dos ativos. O complexo de Paulo Afonso (na Bahia) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe) [...]
> [Aí, mais adiante, ele fala novamente:] Houve ainda uma tentativa de elevar os valores para R$500 milhões por ano. O dinheiro 'carimbado' para revitalização não será pago à vista, mas em parcelas anuais pela Eletrobras. [É claro que a Fazenda se colocou veementemente contra esta posição, mas o Governo garantiu que essa condição será mantida.]
> [Ora, ainda mais adiante, diz o seguinte:] Será dessa diferença entre o valor recebido atualmente pela Eletrobras no regime de cotas e a nova tarifa que a Chesf vai tirar os recursos para pagar a contribuição ao [Rio] São Francisco.
> O montante total é significativo para o programa de revitalização do rio, mas não chega [a própria matéria reconhece] a representar uma grande fatia do lucro que a Eletrobras privatizada poderá obter.

Ou seja, a privatização da Chesf, que em 1995 já foi denunciada pelo Governador Miguel Arraes, que, em carta à *Folha de S.Paulo*, num artigo, dizia: "Vende-se o rio São Francisco"; porque, obviamente – e o atual projeto mantém esse sistema nessa descotização –, ao se fazer a privatização da empresa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se privatizará a gestão de parcela significativa do rio, rediscutindo a Lei das Águas, quando fala das múltiplas funções da água. Obviamente, os investidores privados estarão preocupados em manter prioritariamente o uso da água para a geração de energia.

Hoje já temos na Chesf toda a possibilidade de redefinir essa prioridade, já que, através da energia eólica, no Estado da Bahia – e no Nordeste como um todo, mas especialmente na Bahia –, permite-se que a energia gerada pela Chesf e ofertada ao Nordeste brasileiro possa já se distribuir bastante, se sustentar bastante, na parcela da eólica, redefinindo-se o uso, para prioritariamente servir para o abastecimento para os seres humanos e também para a manutenção da sobrevivência dos animais – em disputa, ainda, com o agronegócio existente na região.

Ora, Dr. Arraes alerta sobre isso em 1995, e anunciava na sua carta. Dizia ele:

"A nós parecia despropositado transferir para a iniciativa privada um sistema hidrelétrico tão complexo, considerando principalmente que sua essência é a água cada vez mais escassa do rio, ameaçado de extinção nos próximos 50 anos [...]".

Dessa data para hoje, nós temos cerca de 22 anos, e a escassez se aprofundou imensamente. A crise de recursos hídricos é nacional, mas a crise do Rio São Francisco, especialmente, avança ameaçadoramente sobre o Nordeste brasileiro.

Eu conversei na COP com o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Sarney, sobre essa situação, que há algum tempo venho tratando com ele. E ele me dizia: "Senadora, nós agora vamos conseguir liberar as multas das empresas, e nós vamos fazer agora um investimento de R$850 milhões, vindo da multa da Petrobras para a revitalização. Reconheço que a revitalização do Rio São Francisco precisa ter outra prioridade. Nós não podemos também ter prioridade na ação apenas da qualidade da água, mas, principalmente hoje, na revitalização das matas ciliares do rio, claramente ameaçadas, que interferem na vazão do rio e interferem na vazão dos seus afluentes principais.

Ora, isso é uma promessa. Ainda não foi cumprida. Como o Sr. Anivaldo ressaltou aqui, mais de R$10 bilhões já foram gastos na transposição do Rio São Francisco sem que a obra ainda tenha se concluído e, na revitalização, era prometido que igualmente isso se aplicaria na revitalização.

A Bahia foi acusada de não querer a transposição, quando a Bahia nunca se colocou contra a transposição, mas dizia claramente que sem revitalização não poderia haver transposição do rio.

O que nós estamos vendo aqui hoje é que, além de tudo, a perversão do capital é tamanha dentro deste Governo, que se coloca como grande salvação do Rio São Francisco se privatizar a Chesf, aquela que é a empresa mais importante em mais de 100 anos, o investimento mais importante em mais de 100 anos feito no Nordeste brasileiro, sustentáculo do seu desenvolvimento, de todas as áreas e que, nesse momento, está ameaçada não numa proposta que resolva o problema do rio.

São R$350 milhões anuais. Isso é uma esmola para a revitalização do Rio São Francisco, isso é uma farsa para a revitalização do Rio São Francisco, já que hoje o cálculo é de que R$10 bilhões, R$7 bilhões anuais seriam necessários para, em 10 anos, se recuperar o rio, não mais os R$10 bilhões previstos em 10 anos.

Então, o que se está preparando contra o Nordeste brasileiro, especialmente, e contra o povo brasileiro, com a entrega da Chesf ao capital internacional, é um absurdo inaceitável. Se está tentando fazer uma outra pequena manobra quando se prevê, com o arrecadado via tarifa da energia usuária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em torno de R$350 milhões/ano para cobrir o custo pelo uso da água dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba.

O que eles estão fazendo agora? Querendo, através da tarifa da água, "compensar" – entre aspas – os Governadores ou os Governos de Estado, porque no projeto anterior do governo da Presidente Dilma a discussão da transposição impunha que os governos dos Estados assumissem a conta pelo uso da água. Ora, se daria um doce aos Governos de Estado agora para arrefecer a postura de reação dos Governadores, que já enviaram uma carta ao Presidente da República, assinada por todos os Governos, propondo que se retire da pauta a discussão sobre a privatização da Chesf.

De um lado se "acomodam" – entre aspas – os interesses financeiros dos Governos dos Estados, dando-lhes uma solução para que eles não paguem a conta do uso da água. Do outro lado se anuncia que a Chesf, a própria Chesf agora, com o pagamento das cotas, será a responsável para, através dessa cotização, pagar a revitalização do Rio São Francisco. É, sem dúvida nenhuma, um projeto de uma inteligência pervertida, absolutamente impressionante.

O que nós queremos é a revitalização do Rio São Francisco para dar vida ao povo nordestino e ao povo brasileiro. Nós não queremos essa farsa de investimento de R$350 milhões, que é uma esmola, volto a dizer, que, é claro, pode encher os olhos de quem não está recebendo tostão algum, mas que serão absolutamente insuficientes para fazer o rio voltar a viver como ele precisa, com os investimentos necessários para que ele não morra em bem breve espaço de tempo, porque já avançou demais e não é uma responsabilidade desse Governo apenas, mas o descaso com o Rio São Francisco avançou muito nesses últimos 20 anos, 20 e poucos anos, fazendo com que o futuro negativo da morte do rio se antecipasse.

Ou se coloca como prioridade absoluta neste País a revitalização do Rio São Francisco e não se troca, porque isso é uma troca absurda, se trocar o patrimônio do povo brasileiro, construindo a Eletrobras como fonte energética, como sistema de organização e gestão do sistema elétrico desse País e, em troca, dar uma esmola ao povo nordestino para ter um pouquinho de água do Rio São Francisco e a ilusão de que o Rio São Francisco será salvo.

Nós não podemos aceitar isso. Nós não podemos admitir isso. Foi muito bem lembrada, e eu pretendia também lembrar aqui, a situação vivida há pouco tempo em Correntina. Aquilo parecia, quando eu vi, eu não estava aqui, estava participando da COP, parecia, a mim me pareceu uma cena de um filme sobre o futuro da humanidade, desses tantos que os americanos gostam de fazer sobre as possibilidades, na utopia, do que pode vir a ser o mundo. O povo em luta, quebrando fazendas e propriedades para disputar o seu acesso à água numa cidade.

Chegaram aqui, no Senado, até a acusar o Governo da Bahia. Chegou aqui uma Senadora a dizer que o Governo da Bahia tinha que pedir desculpas aos empresários. Vejam como se distorce a questão. Não se discute a gestão dos recursos hídricos, não se discute a política dos recursos hídricos. Está em pauta o interesse, em primeiro lugar, do capital no agronegócio e a disputa do povo. Disseram que foi o MST. É uma mentira. Uma semana depois da reação até do Governo, com policiamento, com ações de repressão, do Governo e de outras forças, o que foi que se viu? Viu-se uma manifestação em que a cidade de Correntina toda foi às ruas, em defesa da água.

Esse é o futuro que nós estamos prevendo acontecer no resto do território por onde passa o Rio São Francisco. As pessoas, daqui a uns dias, vão estar invadindo as propriedades, ou vão estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

invadindo os espaços, ou lutando, disputando um copo de água, disputando um pedaço de acesso ao Rio São Francisco, que estará poluído e morrendo a cada dia.

Então, a vazão do rio, largamente falada em Sobradinho, é 2% apenas da vazão. A crise é gravíssima e eu quero dizer aqui que nós não podemos aceitar esta solução de se apresentar para o Nordeste a privatização da Chesf como solução para dar uma esmola para a irrigação e revitalização do Rio São Francisco.

Portanto, eu quero parabenizar o Sr. Anivaldo pela palavra dele aqui, que fez um diagnóstico correto dessa situação que vive o rio. Quero dizer que eu vou tentar voltar para assistir aqui à exposição de todos, mas quero chamar a atenção da ANA, como agência reguladora, para essa situação dos recursos hídricos do Brasil, que sei que eles têm muito claramente, mas quais as ações que a população poderá fazer?

O próprio Ministro do Meio Ambiente já se manifestou contra algumas medidas do Governo – e me disse claramente, agora, em relação à MP nº 795 –, mas ele sai daqui a pouco, vai ser candidato no seu Estado e vai sair daqui a pouco. Como será que se dará prosseguimento ao caminho da defesa dos recursos hídricos do Brasil?

Fiz um projeto também – e gostei da palavra de V. Sª sobre a Caatinga –, que está na Câmara, colocando a prioridade da Caatinga no Fundo do Meio Ambiente, que tem prioridade de recursos para a Amazônia, para o bioma da Amazônia, bem como para o Cerrado, e eu acrescentei a Caatinga, porque a Caatinga é esquecida. É como se a seca no Nordeste não tivesse o seu agravamento com o fim da Caatinga e, portanto, de toda a plantação original, natural nossa da Caatinga.

Então, eu deixo aqui essa, digamos assim, essa denúncia, essa palavra de indignação quanto a essa situação que vivemos.

Infelizmente, vou ter que ir até a CCJ votar, mas espero voltar em breve.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Lamentavelmente, não temos nenhum Senador presente. Isso, particularmente, a mim me preocupa muito, pois, quando a gente promove uma audiência, aqueles que deveriam estar presentes a essa audiência pública não estão, principalmente os nobres Senadores da Região Nordeste e do Semiárido.

Mas, com as nossas desculpas, vamos prosseguir essa audiência, convidando o nosso Assessor Especial do Ministro da Integração, o Irani Braga Ramos.

Com a palavra.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom dia, Senador Elmano, bom dia a todas as pessoas da audiência!

Primeiro, em nome do Ministro da Integração Nacional, eu queria agradecer o convite, agradecer a oportunidade deste debate que com certeza caminha por aprimorar as políticas públicas de recursos hídricos do País. Além de agradecer em nome do Ministro, eu queria agradecer em nome do corpo de colaboradores do Ministério da Integração Nacional do qual eu faço parte e que sempre vê o Legislativo como uma oportunidade de aprimoramento das políticas.

Eu preparei uma apresentação, mas eu não vou nem seguir a apresentação. No momento ela está focada no .... Então, eu vou deixá-la para as perguntas específicas que vierem. Eu vou aproveitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os meus dez minutos para fazer uma conversa mais geral e dialogar sobre os assuntos que estão na pauta aqui.

Primeiro, eu acho importante resgatar o que é a competência do Ministério da Integração Nacional, porque ele é um Ministério cuja competência passa pelas obras de infraestrutura hídrica, por um lado, pelo desenvolvimento regional, por outro lado, pela política nacional de irrigação, por um terceiro ponto, e pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então, é uma política bastante ampla. Num primeiro olhar se pode ter a imagem de que elas são difusas, mas na verdade elas são muito coerentes entre si. É muito importante que a gente tenha investimentos de irrigação ou um vetor de desenvolvimento do setor de irrigação do País que seja coerente com as disponibilidades hídricas, com o vetor e com as políticas de desenvolvimento regional que a gente traz, com os instrumentos de desenvolvimento regional que a gente traz e que os investimentos de infraestrutura hídrica que a gente faz, que o Ministério promove estejam coerentes, tanto com essa visão de futuro do desenvolvimento regional quanto com as disponibilidades hídricas que a gente tem.

Nesse sentido, eu vou até começar falando da Bacia do Rio São Francisco. Isso é de fato uma prioridade para o Ministério. Quando o Ministério, um ano atrás, pediu ao Governo para ter um protagonismo maior no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e acabou assumindo a coordenação da Câmara Técnica, na ocasião, o próprio Ministro comentou a respeito desses vetores todos e explicitou que no momento em que a gente revitaliza a Bacia do Rio São Francisco a gente tem uma pressão menor sobre a Defesa Civil nos momentos de crise de falta de água, a gente tem a perspectiva de estimular um desenvolvimento regional. E aí eu cito um exemplo das mudanças que a gente promoveu nos Fundos de Desenvolvimento Regional no sentido de incentivar as energias limpas.

Nós tivemos, na semana passada, a assinatura de um contrato de R$100 milhões, na Bahia, para a instalação de uma fazenda de produção de energia solar fotovoltaica, alinhada até com algumas demandas colocadas pela própria CNI e pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, no sentido de que o Ministério, por meio de seus Fundos de Desenvolvimento Regional, procure incentivar uma indústria que seja menos demandante dos recursos hídricos, que a gente tenha um esforço no sentido de reduzir as demandas potenciais para o futuro, criando uma matriz de desenvolvimento que minimize a pressão sobre os recursos hídricos.

Nesse sentido, a gente assumiu esse esforço dentro da Bacia do São Francisco e reconhece que ela representa um desafio muito grande nesse momento em que se tem uma restrição fiscal esplendorosa. Essa não é uma política que é controlada pelo Ministério da Integração. Se a gente olhar isso sob os aspectos orçamentários, por exemplo, no histórico dos últimos dez anos, a proporção de investimentos na Bacia do São Francisco relacionados com a revitalização que o Ministério da Integração investiu foi alguma coisa como R$4 bilhões, ao passo que o conjunto do Governo colocou na Bacia em ações de revitalização alguma coisa como R$40 bilhões. Então, R$20 bilhões de um sentido mais explícito relacionados com saneamento por meio do Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, via Funasa. O Ministério da Integração contribuiu com alguma coisa como R$4 bilhões, R$2,9 bilhões, de investimento efetivo. Na verdade, a nossa participação do ponto de vista orçamentário não foi a preponderante, mas do ponto de vista de apresentar um norte em conjunto com o pessoal do Ministério do Meio Ambiente, que foi durante muito tempo e continua sendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parceiro importante e determinante para as questões ambientais, teve uma participação importante ao longo desse tempo.

E é muito importante, principalmente quando a gente vê o conjunto de infraestruturas que estamos fazendo, conectando a Bacia do São Francisco com as bacias receptoras do Nordeste, da parte mais setentrional do Nordeste, com o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba ... Nesse esforço é importante observar que a gente está construindo uma infraestrutura que é grande, poderosa e o melhor que a gente pode fazer dela é que seja plenamente utilizada. Para ela ser plenamente utilizada, até mesmo a incoerência com todos os mecanismos legais que permitiram que a obra fosse instalada, a outorga concedida pela ANA, a licença de instalação, a licença prévia, a própria licença de instalação, é preciso que a gente tenha uma recuperação da capacidade hídrica da Bacia do São Francisco.

Como fazer isso? Bom, acho que é importante reconhecer que, capitaneado pela ANA, mas com a presença de um conjunto muito grande de atores, desde 2012, existe um esforço de gestão dos reservatórios da própria Bacia do São Francisco que prolongou, por exemplo, o volume que a gente tem disponível no Reservatório de Sobradinho até a data de hoje. Então, nós estamos numa situação crítica.

Por conta desse esforço de gestão, na sala de situação, começamos com reuniões semanais, depois passamos, por algum tempo, a fazer reuniões quinzenais, mas voltamos a ter reuniões semanalmente. Então, esse é um esforço bastante grande, mas não só por isso. É importante que a gente faça um esforço forte de investimento em saneamento nas cidades, no sentido de que se possa beber a água que se já bebeu antes. É preciso que se tenha um esforço de tratamento muito forte nesse sentido. Mas é importante também que a gente tenha um esforço de recuperação e requalificação ambiental de toda a área de contribuição da bacia, o que passa, muitas vezes, por uma mudança do uso e ocupação do solo, das técnicas de plantio agrícola de uma forma que permita uma melhor recuperação dos aquíferos.

Nesse sentido, eu posso dizer que também, dentro dos Fundos de Desenvolvimento Regional, a gente tem procurado incentivar a iniciativa privada no sentido de premiar as tecnologias que são mais capazes de promover essa requalificação, e estamos buscando alternativas.

De fato, dentro do ambiente de restrição fiscal, acho que, pela articulação da Casa Civil, com uma participação forte do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, a gente teve o decreto de conversão de multa em que a gente pretende que alguma coisa em torno de R$400 milhões sejam direcionados, num futuro próximo, que multas sejam convertidas em ações promovidas diretamente pelos infratores, conforme diretrizes, o que é muito importante, conforme diretrizes governamentais de prioridades que permitam a resposta no menor prazo e com o melhor resultado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – E, da mesma forma, o esforço de buscar recursos de outras fontes que promovam isso.

Por fim, só para preencher, porque acho que depois vamos ter um debate intenso, mas a própria chamada desta audiência pública fazia uma referência à Região Norte. E eu acho bastante importante que a gente faça só um comentário rápido a respeito disso, porque, na Região Norte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

embora a gente tenha uma abundância de recursos hídricos, eu acho que se tem também demandas que são muito fortes e que exigem uma presença do Estado e uma presença nova do Estado para que se supere alguns argalos.

Então, o setor de saneamento ainda é muito carente, ainda é muito carente nas regiões urbanas, e aí há uma carência até dupla. Eu diria que a gente tem uma abundância de água, mas ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – ... os serviços ainda não estão sustentáveis, de modo que a gente ainda não tem uma condição de pleno atendimento. Por outro lado, muitas vezes, como nós temos poucos reservatórios para abastecimento humano, essa é uma situação talvez um pouco vulnerável no sentido da segurança que a gente pode ter lá. E para as populações não urbanas, para as populações rurais, a gente precisa de um esforço com tecnologias locais que nos permitam chegar a essa população e eliminar os vetores, principalmente os vetores de doenças de veiculação hídrica, mas também promover o pleno acesso para essas populações. A gente pode fazer isso com uma colaboração intensa com todos os Estados, e temos procurado esse esforço. Acho que aí a gente pode explorar depois, no debate que se seguir.

Muito obrigado, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço ao Irani.

Incontinenti, passo a palavra ao meu nobre e estimado amigo Napoleão, Diretor da Codevasf. (*Pausa.*)

O SR. LUIS NAPOLEÃO CASADO – Senador, quero dizer que é uma satisfação, mais uma vez, em nome do Presidente Antônio Avelino, que, em função de outra agenda, não pôde estar presente. Nós ficamos aqui felizes de mais uma vez estar prestando contas à sociedade. Nos colocamos aqui à disposição durante todo o debate. Em seu nome, quero cumprimentar a todos que participam desta audiência.

Fica um pouquinho distante aqui, mas dá para falar. O próximo, por favor, porque o tempo é curto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS NAPOLEÃO CASADO – Então está bom. Isso aqui, rapidamente, é a área de atuação da Codevasf, na Bacia do São Francisco e Parnaíba, lá no Piauí, e Itapecuru-Mirim, no Maranhão. Mais recentemente, a Codevasf ampliou as suas áreas para a região de Sergipe, denominada Bacia do Vaza-Barris; e em Alagoas, nas três bacias, do Mundaú, Paraíba e Jequiá.

Vou aproveitar o momento e parabenizar o Senador Benedito de Lira. Foi um projeto dele, e isso foi sancionado na semana passada pela Presidência da República, mas a ampliação, particularmente no Estado de Alagoas, tem uma importância muito grande pela degradação dessas bacias citadas.

Hoje a atuação da área da Codevasf representa 13% do território nacional, e uma certeza para nós, que fazemos a Codevasf, é que a nossa responsabilidade, cada vez mais, está sendo ampliada, já que representa mais de 27 milhões de habitantes nessa área e 48% da Região do Semiárido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, por favor.

Aqui são dados. Representa 8% do território nacional, 505 Municípios. É a situação atual. Este é um cenário, aqui nesse eslaide embaixo, dessa seca histórica e recorde que muito tem prejudicado toda a região.

Aqui são as ações desenvolvidas pela nossa área. Foi citada já a sala de estruturação, coordenada pela Ana. Eu quero parabenizar a Ana, porque esse trabalho se iniciou em 2012, e graças a esse trabalho, Horácio, coordenado por vocês, nós estamos conseguindo sobreviver durante todo esse período. Nós estamos falando de cinco anos de seca. Sabidamente, a Ana iniciou esse debate em 2012.

São ações que nós tivemos que fazer, de flutuantes. Em função dessa diminuição de vazão, nós tivemos que adaptar os nossos projetos de irrigação com a construção de flutuantes.

Eu quero salientar que, na grande maioria desses projetos de irrigação, nós também temos consumo humano. Então, todos eles, além da produção, são tratados com essa prioridade em função de consumo humano.

E, dentro das nações desenvolvidas ao longo desses anos, em 2014, já se aportou um bom recurso, mais de R$45 milhões. Já em 2015, foram feitas ações de desassoreamento, ensecadeira, aquisição de flutuantes, construção de canal de adução e bombas complementares.

Essas foram as regiões onde nós atuamos, ou seja, basicamente nas regiões dos projetos de irrigação: Jaíba, Gorutuba... Na primeira, são ordens de serviço que foram dadas recentemente. São R$37 bilhões investidos em Minas Gerais, mas vocês vão ver a importância desses projetos de Jaíba, de Gorutuba, representando a região não só na produção de alimentos, mas na geração de emprego e renda na região, totalizando R$86 milhões, e nós defendemos que nós precisamos de mais de R$30 milhões para colocar em equilíbrio toda a região, diante do cenário atual.

Esse aqui foi dos grandes projetos que nós fizemos, ainda em 2015, no segundo semestre 2015. Essa aqui é uma visão do Lago de Sobradinho, onde ali, no canto, à direita, onde há aquela seta... É que, com o *pointer*, eu não vou conseguir mostrar para vocês. Mas ali, é a captação do projeto de Nilo Coelho, um projeto de mais de 20 mil hectares, onde você gera, entre empregos diretos e indiretos, mais de 150 mil empregos no Município, e isso com uma receita bruta anual de R$1,5 bilhão. Isso para mostrar a importância para a região do Semiárido, que tem um IDH de menos de 0,7, onde a média nacional é 0,792, tendo Brasília como o maior IDH do Brasil, de 0,87.

Então, isso mostra Petrolina, que nós consideramos uma referência, e, mesmo assim, você tem o IDH ainda abaixo da média nacional.

Então, nós colocamos flutuantes, aqui à esquerda, no canto, no lago. Fizemos esse canal adutor para que pudesse abastecer e conseguir fazer essa captação. Isso em função do cenário atual.

Então, não há uma receita. Cada situação tem uma ação.

Mas, rapidamente, nessa planilha... Vocês me desculpem, mas, na hora de colocar – e eu só fui perceber isso agora – essa planilha, não entrou a região de Minas. Mas nós temos o IDH de Nilo Coelho, em 2000, de 0,58 e, em 2010, de 0,697. Lógico, são uma série de ações, mas tenho certeza de que os projetos de irrigação, através da produção de alimentos, têm dado uma contribuição muito grande para o Município e região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a esse número de área cultivada, hoje, já são mais de 100 mil hectares, quando você coloca toda a área de Minas e da Bahia, que não está aí; e o valor bruto de produção supera R$3,5 bilhões, gerando mais de 300 mil empregos nessa região.

Quanto à irrigação, por mais que ela consuma bastante água, nós estamos falando da produção de alimentos. Mas nós temos, vamos dizer, defendido, dentro do Plano de Revitalização do São Francisco, o investimento na reabilitação dos nossos sistemas, trazendo equipamentos mais eficientes e consequentemente que consumam menos a água. Como esses projetos têm mais de 20 anos, é natural se readequar e se modernizar.

Então, em função do agravamento dessa crise hídrica, com a diminuição da oferta, Sobradinho tem sido, vamos dizer, um pulmão para aquela região. E nós precisamos fazer trabalhos como batimetria, desassoreamento; aqueles mesmos que já foram feitos anteriormente. Porque, em 2014, ninguém previu que nós poderíamos chegar à situação em que nós estamos hoje.

Então, dentro dos investimentos que nós precisamos hoje, estimamos a necessidade de R$30 milhões, com os investimentos que já foram autorizados e realizados, totalizando R$116 milhões.

Essa é uma situação atual (dia 27 de novembro) em Sobradinho... Perdoe-me, Horácio, eu estar apresentando isso, pois não sei se você também iria apresentar, mas Sobradinho, hoje, tem 2,58%. Ou seja, se nós não tivéssemos tido essa chuva que aconteceu agora em Minas e Bahia, nós estaríamos já em uma situação muito crítica.

Três Marias, com 7,39%; Itaparica, que fica na região de Paulo Afonso, Petrolândia, com 10,88%, sendo que 10,88% é o mínimo que nós podemos estar capitando. Abaixo disso, nós teríamos uma série de problemas com relação à captação.

Dentro das ações desenvolvidas para a revitalização, a Codevasf tem feito os trabalhos de recuperação de margens, o saneamento, a piscicultura e a oferta de água através do Programa Água para Todos.

Então, a recuperação de áreas degradadas através das barragenzinhas – aqui no canto, à esquerda, são mais de 40 mil barragens construídas – tem contribuído com uma gestão da bacia, porque, quando você faz essas barragenzinhas, junto com os terraços que temos feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS NAPOLEÃO CASADO – ... tem segurado a água, coloquemos dessa maneira, em cima e, em consequência, levando menos sedimento para a barreira.

A recuperação de estradas e a preservação de nascentes têm sido um dos grandes programas, pois temos mais de 1,5 mil quilômetros, o que dá uma dimensão da quantidade de recuperação de nascentes que nós temos realizado em um investimento de mais de R$245 milhões, entre 2007 e 2018.

Sistema de esgotamento sanitário...

Eu havia pedido, Senadora, 15 minutos, mas em cinco minutos já estarei concluindo.

O sistema de esgotamento sanitário, em 10 anos, de mais de R$1,7 bilhão.

O sistema de abastecimento de água, com cerca de R$400 milhões – R$396 milhões.

Os sistemas de esgotamento sanitário que nós realizamos. Isso tem uma dimensão no mapa, para vocês entenderem, e de abastecimento no eslaide à direita. Então, em toda área da bacia nós temos atuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os sistemas também de ligações intradomiciliares – são sanitários, banheiros que são feitos nas residências – e os arranjos produtivos locais. Esses arranjos produtivos locais também têm contribuído com a região, hoje, com um investimento de R$156 milhões, que foram aprovados na LOA. E, em 2016, só de emendas parlamentares, mais de R$57 milhões.

Aqui, eu quero fazer um registro, Senadora, das emendas parlamentares que tem sido colocadas da Codevasf, porque tem sido de muita importância para a execução e realização de alguns trabalhos na região.

Aqui, nós queremos deixar o registro dessa importância dos Parlamentares colocando suas emendas na Codevasf.

O Programa Água para Todos, que foi instituído através do Decreto nº 7.535, em 2011, tem atendido aqui através de cisternas. É um dos grandes programas que nós temos. É o fornecimento de água através de uma tecnologia simples, de poços.

Os investimentos que foram realizados através de esgotamento, processo erosivo, ligações intradomiciliares, resíduos sólidos, Água para Todos totalizam cerca de R$2,5 bilhões – R$2,485 bilhões –, e realizamos 78% do que estava orçado.

Ou seja, a Codevasf tem procurado dar a sua contribuição no programa de revitalização não só na Bacia do São Francisco, mas em todos os rios. Eu quero registrar aqui, Senador, que agora, na próxima semana – e isso está sendo coordenado pelo Presidente Antonio Avelino –, nós estamos fazendo uma missão na Bacia do Parnaíba para identificar todos os problemas do Parnaíba, com um grupo técnico. Será uma missão de uma semana, para que nós possamos também investir no Parnaíba tanto quanto nós também temos investido no São Francisco.

Ademais, temos defendido, gente, temos chamado a atenção da região ribeirinha, não só da comunidade rural, mas também da comunidade urbana. Nós temos salientado que é necessário que a população também faça a sua parte; que os nossos irrigantes também façam a sua parte, investindo em mudanças de sistemas de irrigação.

Através de decisão desse ano, proibimos toda ampliação de área de irrigação nos projetos da Codevasf e estamos preparando um material onde nós vamos estabelecer um prazo para que todos os irrigantes mudem seu sistema de irrigação para sistemas mais eficientes e, consequentemente, que consumam menos água.

Então, essa tem sido a contribuição da Codevasf, e me coloco aqui à disposição de todos para quaisquer dúvidas que possam ter acontecido.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer a Luís Napoleão, que aqui falou em nome da Codevasf.

Vamos agora passar a palavra imediatamente para a Larissa. Mas, antes, eu quero registrar a presença de Luitgards, Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos.

Desde já agradeço a sua presença aqui, Luitgards, que é importante pelo quanto você vem participando das audiências públicas e de todo o debate que a Comissão de Desenvolvimento Regional vem realizando no que diz respeito a esse tema.

Aliás, aproveito aqui, Senador Elmano, só para pontuar que a política pública que a Comissão de Desenvolvimento Regional escolheu para a avaliação, neste ano de 2017, foi exatamente tema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gestão das águas e a questão da segurança hídrica no Nordeste e no Norte. Daí a importância da presença valiosa dos senhores e senhoras. Estamos tratando aqui exatamente das estruturas de que dispõe o Estado brasileiro para tratar desse tema, que vai desde a questão da Agência Nacional de Águas, os comitês de bacias – a presença aqui do comitê de Bacias do São Francisco é fundamental –, a Codevasf, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional.

Porque é o seguinte, Sr. Anivaldo: veja bem, nós temos uma obra da grandiosidade do São Francisco que precisa ser entregue, que precisa ser concluída. Essa obra, falta muito pouco para a sua conclusão. Mas, da sua conclusão a essas águas chegarem, por exemplo, lá ao meu Estado do Rio Grande do Norte, chegarem à Paraíba, chegarem ao Ceará, nós ainda temos um longo caminho a percorrer.

Eu vou lhe dar aqui um exemplo: o Rio Grande do Norte, que é o último Estado a receber as águas do São Francisco, as águas vão descer sabe por onde? Pelo leito do Rio Piranhas-Açu, e o leito do Rio Piranhas-Açu está obstruído, está assoreado. Imagine o vexame, a tragédia que seria quando, no primeiro semestre, de acordo com o calendário divulgado, as águas estarem prontas para chegar ao Rio Grande do Norte, e, de repente, demorar e muito a chegar. Por quê? Porque o rio está totalmente o quê? Obstruído, assoreado.

Por isso é que esse tem sido um dos temas tratados no Ministério de Integração Nacional. E nós precisamos saber hoje, aqui, Irani e Luitgards, concretamente quais são as medidas que o Governo Federal tomou em parceria com o Estado do Rio Grande do Norte, e inclusive com a Paraíba, no sentido de quais as providências a serem adotadas, repito, para resolver, para equacionar essa questão.

Outro tema, por exemplo: o Ramal Apodi-Mossoró precisa ser viabilizado. Por quê? Porque, se não for viabilizado, as águas do São Francisco, quando chegarem ao Rio Grande do Norte, vão beneficiar só a metade da população do meu Estado, que é o Seridó, o Trairi, etc. A outra área, que é a região do Alto Oeste, Médio-Oeste e Oeste, concentra mais de 60 Municípios, concentra inclusive o segundo maior Município em matéria de densidade populacional do Rio Grande do Norte que é exatamente Mossoró. Sem o Ramal Apodi-Mossoró, nós não vamos ter a funcionalidade necessária para as águas chegarem exatamente a essa região. É fato, e aqui a gente tem que registrar, que em decorrência de toda essa mobilização, inclusive do papel que a sociedade civil está fazendo quando se organizou através de fóruns, como foi o Fórum Oeste Potiguar, é fato que o Ministério tem dado respostas, pelo menos no que diz respeito a hoje haver um projeto executivo pronto. E nem isso existia.

Agora, existe o desafio que é exatamente o quê? É o dinheiro: é uma obra orçada em mais de R$2 bilhões; é uma obra que vai demandar mais de dois anos. Agora, se essa obra não começa, evidentemente que não há como ela nunca continuar e nunca ter fim. Por isso que também é o outro tema que eu quero dialogar aqui com o Ministério da Integração, através de Irani, através do Diretor Luitgards no sentido das providências concretas. Qual é a notícia que existe, a informação que vocês trazem concretamente no que diz respeito ao que o Ministro tinha anunciado? – que estava solicitando ao Governo Federal um aporte de recursos para que, no ano de 2018, ele possa lançar o edital e essa obra possa ter início. A Comissão está sensível também a isso, tanto é que, entre as emendas de comissão a que nós temos direito, uma delas nós carimbamos exatamente para o Ramal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apodi-Mossoró, dentro da obra do Eixo 1 do Eixo Norte, que é que está em conclusão. A Bancada federal do meu Estado também disponibilizou uma emenda – embora não tenha sido uma emenda impositiva, como nós defendíamos, mas disponibilizou uma emenda.

Isso aqui é sem falar, por exemplo, na Paraíba. A Paraíba tem um outro grande desafio que é o canal do Piancó. As águas já chegaram à Paraíba, beneficiando uma parte dela, inclusive com aquele drama lá de Campina Grande – imagine uma cidade do porte de Campina Grande ser abastecida de carro-pipa: isso é impossível. Mas o Sertão da Paraíba está totalmente, ainda, descoberto das águas do São Francisco, que vão chegar lá quando o Eixo 1 do Eixo Norte for, enfim, concluído. Mas existe ainda uma demanda na Paraíba que é a necessidade também de se viabilizar o canal do Ramal Piancó. E o Ceará está lá com o Cinturão das Águas já, Senador Elmano, viabilizado para receber.

Eu não quero mais me alongar, mas quero dizer o seguinte: que, em meio a isso tudo, existe algo que é fundamental, que é essencial, que é a revitalização. É o que o senhor falou aqui, Sr. Anivaldo, representando o comitê de bacias do São Francisco: a necessidade ou que é preciso discutir esse tema da gestão das águas, a questão da segurança hídrica, passando pelo pacto das águas, pelo pacto da legalidade e pelo pacto da revitalização. Perfeito. E aí é um movimento, que o senhor está chamando de pacto, para o qual tem que vir todo mundo: têm que vir os Governos estaduais, têm que vir as prefeituras, tem que vir a sociedade civil. É um movimento que, inclusive, resulte que nós coloquemos essas ações como políticas de Estado. Nós temos que cuidar do São Francisco, e, se não cuidarmos do São Francisco, ele não vai dar vida a nós.

Porque não é brincadeira, não, Sr. Anivaldo: são seis anos de seca castigando o Nordeste – seis anos! São seis anos, e o que nós temos hoje? Qual a fotografia que nós temos hoje? Uma das piores e mais graves crises do ponto de vista hídrico que o nosso País atravessa. E olhe que só não é maior – o senhor há de concordar –, só não é mais grave ainda em decorrência de determinadas ações que têm sido tomadas nesses últimos anos, como por exemplo o Programa Um Milhão de Cisternas, e outras iniciativas que foram tomadas. Aliás, se nós não tivéssemos também, nesses últimos anos, os programas de inclusão social, imagine, seria a tragédia da tragédia, como era na década de 60, de 70, de 80. E eu conheço bem essa realidade, porque eu sempre costumo dizer: eu não conheço a seca pelo dicionário, não, nem pelos livros de história; eu conheço a seca é pela vivência que eu tive como adolescente: minha família, como a maioria das famílias nordestinas, enfrentando as consequências perversas da seca naquela época, que não eram só a falta d'água, não, eram a comida; não eram só gado morrendo de fome, eram gente morrendo de fome.

Então, eu quero aqui dizer o quanto é importante, repito, a participação dos senhores aqui – muito importante! –, porque esse tema da água, isso é prioridade, prioridade, prioridade! E nós temos realmente aqui que damos as mãos, no sentido de termos um movimento muito unido quanto à revitalização do São Francisco. Isso tem que sair do papel!

Nós não podemos mais ficar assistindo a essa omissão, por exemplo. Quantos Municípios pelos quais passa a Bacia do São Francisco têm tratamento adequado de resíduos sólidos? Quantos Municípios pelos quais passa a Bacia do São Francisco têm saneamento ambiental? Quase nenhum! E como nós vamos cuidar da questão da qualidade das águas, da sobrevivência do rio, se a gente de repente não tratar esses esgotos, se não tratarmos a questão do lixo, dos resíduos sólidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginar que a esmagadora maioria dessas prefeituras vai ter condições, à luz de recursos próprios, de desenvolver ações como essa é impossível! Imagina! Isso deve ter exatamente a mão forte do Governo Federal garantindo os recursos para agir em parceria com os Estados e Municípios.

Agora, não vamos aceitar de maneira nenhuma esse crime de lesa-pátria que é quererem vender a nossa Eletrobras a preço de banana, inclusive incluindo a Chesf, para dizer que esse é o caminho, Senador Elmano, para garantir a revitalização do São Francisco. Não! De maneira nenhuma! De forma alguma! Nós não aceitaremos, repito, esse discurso mentiroso! De forma nenhuma. Nós precisamos defender a Eletrobras, pelo que ela representa, com suas subsidiárias, inclusive a própria Chesf.

O debate que vem sendo feito, com muita seriedade, mostra que é mentira do Governo entreguista que está aí o discurso de que a Eletrobras precisa ser vendida porque é deficitária, é isso e aquilo outro. Isso é mentira! Isso não condiz com a verdade, de maneira nenhuma! Uma empresa, por exemplo, que é avaliada em mais de 340 bilhões, o Governo quer vender por 20 bilhões, inclusive para tapar rombo das contas públicas.

Bom, mas voltemos aqui, agora, ao debate, porque eu quero mais uma vez aqui falar da presença importante de vocês, para que a gente, na nossa CDR, faça um bom relatório no que diz respeito à questão da gestão das águas e da segurança hídrica, a fim de que esse relatório sirva para corrigir o que precisa ser corrigido e aperfeiçoar... Enfim, que ele contribua para que possamos ter, por parte do Poder Público, ações necessárias, suficientes e capazes de responder a essa realidade que é a questão da segurança hídrica no Nordeste, no Norte e etc.

Com a palavra Larissa, que aqui fala pelo Departamento do Ministério do Meio Ambiente.

A SRª LARISSA ROSA – Senhoras e senhores, muito bom dia!

Meu nome é Larissa Rosa, sou Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, trabalho no Departamento de Revitalização de Bacias e represento aqui o nosso Ministro Sarney Filho, que está em outra agenda. Mas é com grande satisfação e com muita alegria que a gente participa desse debate sobre segurança hídrica e gestão de águas no Norte e Nordeste, da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque segurança hídrica é o imperativo para o desenvolvimento regional e o desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, queria cumprimentar meus companheiros daqui da Mesa: da Agência Nacional de Águas, o Horácio Figueiredo; o Irani Braga, do Ministério da Integração e o Luís Napoleão Casado, da Codevasf, nossos parceiros executores do Programa de Revitalização. Um cumprimento especial ao nosso Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda, do qual sou membro titular representando também o Ministério do Meio Ambiente.

Então, primeiro agradeço a oportunidade de trazer a nossa agenda para o cenário político, para a discussão política para aumentar a participação do tema da água. Isso é muito importante, o Ministério do Meio Ambiente sempre se coloca à disposição para contribuir no debate.

Eu trouxe também uma apresentação acerca do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, a qual eu vou passar rapidamente, em virtude do tempo, mas vou disponibilizá-la para os senhores e, sobretudo, para os cidadãos que estão assistindo a nós no modo interativo.

Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu trouxe algumas cenas que impressionam. Para discutir e dialogar com o tema da segurança hídrica, trouxe situações de nítidos estresses hídricos.

Então, a gente tem o primeiro fato que nos choca: em 2014, a nascente do Rio São Francisco secou, na Serra da Canastra. Isso é de uma gravidade tremenda.

Temos a situação dos reservatórios na Bacia do São Francisco. Ali há a foto de Três Marias, com 6% do volume útil. Isso se reproduz para os demais reservatórios.

Há a questão de Correntina, em que há um conflito de uso pela água. Então, aí a gente já tem uma guerra declarada da água, deve haver gerenciamento desse conflito dos usos múltiplos do rio.

E, aí, trazendo, também dialogando com o tema da Comissão, a questão da Região Norte, que sofre também com os eventos extremos climáticos, tanto de seca – como se observa – com também de enchentes, a exemplo do que o Rio Acre também vem sofrendo.

E aí, para resolver essas situações de estresses hídricos, a gente precisa trabalhar com o conceito de segurança hídrica. A fala do Ministério do Meio Ambiente, a mensagem do nosso Ministro é a de sempre a gente tentar trabalhá-la de uma forma mais ampliada. Então, a gente sempre coloca que não se trata de uma crise hídrica e, sim, de uma crise ambiental. Por que uma crise ambiental? Porque a quantidade e a qualidade de água de um determinado ponto de captação, de um determinado corpo d'água é reflexo da gestão do território da bacia. Então, não adianta olharmos apenas para a questão da gestão da demanda e trabalharmos mais – como já foi falado – pela questão da oferta d'água.

Para começarmos a debater, vamos resgatar o que entendemos por segurança hídrica.

Primeiro, para qualificar a gente tem que entender o que é segurança. Quando a gente fala em segurança, a gente fala em proteção, algo seguro é algo que é estável, algo que é livre de ameaças e incertezas. Então, para qualificar uma segurança hídrica, tem que haver a garantia de uma segurança, a garantia de água livre de ameaças e incertezas. E o conceito de segurança hídrica é alinhado ao conceito internacional, a uma agenda internacional.

Então, só resgatando como surgiu esse conceito de segurança hídrica para a gente tentar implementá-lo no Brasil.

Ele surgiu no 2º Fórum Mundial da Água, em Haia. Então, é um conceito novo; é um conceito ainda em construção. Quando surgiu a discussão sobre segurança hídrica, ela estava muito relacionada à questão da água segura, a água para abastecimento doméstico e para fins de higiene. Então, essa é a primeira vez que a gente escuta falar nesse conceito, mas, a partir daí, ele veio evoluindo.

Depois da questão do abastecimento humano, a gente inclui a questão da água para o setor produtivo. A partir de 2004, o conceito já passa a abarcar a questão da gestão dos riscos, em virtude dos desastres que ocorreram; e, aí, em 2013, a gente tem o conceito da ONU, que é um conceito mais geopolítico de estabilidade.

Então, eu vou deixar disponível a apresentação com os conceitos, que foi o que mais chamou a atenção.

Em 2015, a gente tem o estabelecimento do que o Brasil entende por segurança hídrica, que é a garantia da oferta de água para o abastecimento humano e para as atividades produtivas em situações de seca, estiagem ou desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Além disso, o conceito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

abrange as medidas relacionadas ao enfrentamento de cheias e a gestão necessária à redução dos riscos associados a eventos críticos.

Então, o conceito traz a questão de trabalhar em períodos críticos, ou seja, principalmente quando a gente está em um ambiente de criticidade.

Então, isso aí é só para contribuir conceitualmente.

Como já foi falado, há os quatro pilares.

Então, segurança hídrica não reside apenas em estruturas de reservação, estruturas de armazenamento de água, adutoras e transposição de bacias. É óbvio que isso tem grande relevância no cenário que estamos, mas temos que trabalhar com todo o ciclo de retroalimentação.

Então, ao falar em segurança hídrica, nós falamos em água suficiente e com qualidade para os usos múltiplos. Então, estamos falando em desenvolvimento: água para irrigação, água para energia, água para o turismo, água para todos, água produtiva, água para a segurança alimentar, para a indústria.

Riscos relacionados às mudanças climáticas e às águas.

Aí nós estamos falando em gestão de riscos, prevenção e respostas mais rápidas a desastres. E, aí, também é muito interessante lembrar que houve uma comissão de Senadores e Deputados que foi à COP...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – ... a Conferência do Clima, em Bonn, na Alemanha, onde o Brasil assumiu metas ambiciosas a serem perseguidas, sobretudo na mitigação dos efeitos das mudanças do clima, a saber: a redução de 37% da emissão de gases e o reflorestamento de 12 milhões de hectares. Então, como o Brasil vai se organizar para responder a esses acordos políticos, ambientais e, aí, relacioná-los com a nossa agenda?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantos acordos?

A SRª LARISSA ROSA – Com o Acordo de Paris?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRª LARISSA ROSA – A redução de 37% da emissão de gases poluentes, até 2025; e 43% até 2030, bem como a recuperar 12 milhões de hectares.

Então, a proposta é alinhar a agenda internacional à nossa agenda de águas, para pautar... Afora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos quais a água, além do ODS 7, é um elemento transversal.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos ter o Fórum Mundial das Águas no próximo ano, em março – não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim; de 18 a 23, aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LARISSA ROSA – Evento este, a gente espera, onde se marcará o posicionamento do Brasil e o protagonismo nessa agenda.

Aí é só a questão da água potável e bem-estar humano. Então, é a melhoria da qualidade de vida. E esse é o grande objetivo do Conselho de Segurança Hídrica, é o grande objetivo da revitalização e eu acho que é o grande objetivo de todos nós, que é melhoria da qualidade de vida, que passa pela questão do saneamento, sobretudo o acesso à água, ampliar a rede de abastecimento.

E aí o quarto pilar é a questão da segurança ecológica, que são os ecossistemas conservados, gerando serviços ambientais. Então, a segurança hídrica é parte de uma segurança ambiental na qual se visa manter a capacidade de suporte do meio ambiente.

Então, são os quatro pilares trabalhados, são as quatro dimensões trabalhadas na segurança hídrica, só para a gente não perder de vista, no decorrer do plano de ação que será trabalhado aqui pela Comissão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – E aí a gente sempre advoga a favor de que a principal estratégia para se garantir a segurança hídrica passa e começa pela revitalização de bacias hidrográficas. A apresentação do Napoleão já trouxe o conceito de revitalização e no que que ele se ancora, que é a questão do uso sustentável dos recursos naturais, melhoria das condições socioambientais e disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Então, além da gestão da demanda que tem que ser trabalhada, e trabalhada através do que já foi falado também – modernização da irrigação, reuso da água; trabalhar com redução do consumo, que eu acho que esse também é o grande aprendizado da crise; trabalhar com a dessanilização, captação de água pluvial –, além de trabalhar a questão da demanda, a gente tem que trabalhar com o provimento de água, armazenar e reter essa água...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – ... e essa recarga, como a Senadora Lídice da Mata colocou, que é a mensagem do Ministro, que é a linha de conservação e recuperação de áreas de recarga, de mananciais e preservação de nascentes para que a gente consiga prover essa água, além da ampliação dos sistemas de infraestrutura de engenharia, trabalhando com a integridade ecológica da bacia.

Então, é o conceito, os principais parceiros do Governo Federal, a questão dos princípios. Destaco a questão da oportunidade de integrar a gestão das águas, a gestão do solo, a gestão dos resíduos, a gestão da biodiversidade, e falarmos não mais em uma gestão integrada de recursos hídricos, mas em uma gestão integrada de recursos naturais, para que a gente possa avançar nos desafios regionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – ... que nos colocam, que são impostos.

E aí só resgato a questão da Região Norte. O Irani já colocou. Além da expansão da geração hidroelétrica, a gente tem a questão da necessidade de ampliar a cobertura de esgoto, tratar as doenças de veiculação hídrica, a questão dos resíduos sólidos também, como a Senadora colocou. A gente tem água disponível, e não significa água acessível, e uma série de poços artesianos também na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Região Norte. Então, como melhorar essa acessibilidade eu acho que é o grande desafio da Região Norte.

E, quanto ao Nordeste, nem falaria na seca que é histórica, mas justamente sobre essa questão desse déficit hídrico, e trabalharia com a questão dos eventos extremos que a gente está atravessando.

Esses dados estão disponibilizados, são dados de conjuntura da Agência Nacional de Águas que mostram a questão das criticidades.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – E aí é a questão da fronteira agrícola, na qual a gente resgata a questão de Correntina, a questão da expansão do agronegócio.

Quando a gente fala na expansão do agronegócio, a gente fala no avanço do desmatamento, no aumento da irrigação, no uso exacerbado de agrotóxicos e de pesticidas, na exploração do aquífero. Um fato curioso é que o maior PIB agrícola do Brasil atualmente é o do Município de São Desidério, na região do oeste baiano, onde está o aquífero Urucuia, que também merece medidas de preservação. São Desidério está a cem quilômetros de Correntina, na Bahia, e está disputando o primeiro lugar com Sorriso, no Mato Grosso.

Então, esses são os desafios apresentados, e procuramos abrir várias frentes de trabalho para darmos conta dessas peculiaridades regionais.

Então, há toda uma área de zoneamento, de propor diretrizes e de se planejar. A questão da educação ambiental é muito forte – e o Presidente do comitê trouxe a questão da educação e da mudança de práticas, da mudança cultural, que é necessária; a Agenda Verde, o carro-chefe do Ministro do Meio Ambiente, que é trabalhar com a proteção e recuperação ambiental, saneamento em obras hídricas – isso a cargo do Ministério das Cidades, Funasa, da própria Codevasf; e trabalhar também com medidas de dinamização da economia local, que acho ser também uma pauta da Comissão de Desenvolvimento.

Aqui só um trouxe um pouco da geografia da Bacia do São Francisco, que também estava no requerimento a Senadora. Destaco, assim como o Presidente do comitê já destacou, a questão da predominância do Semiárido e megadiversidade que a bacia tem. Eu sempre advogo a favor de que a revitalização do São Francisco merece uma revitalização ambiental que desce do alto São Francisco e uma revitalização social que sobe do baixo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – Isso tudo está delineado no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o qual o Presidente Anivaldo entregou para a Senadora Fátima Bezerra e que tem a questão das relações causais. A ideia é que a gente atue nas causas da degradação, para que a gente tenha realmente ações estruturantes.

Vou deixar disponibilizada a questão do Plano Novo Chico, as ações em andamento;

As perspectivas, como alguns Senadores já colocaram e alguns colegas de Mesa, é a questão da proposta do decreto de conversão de multas. Aí, a gente vai ter um aporte para apoiar projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambientais, sobretudo projetos de recuperação de áreas de preservação permanente, recuperação florestal na Bacia do São Francisco, no intuito de aumentar a recarga do rio.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ROSA – Eu acho que extrapolei um pouco o tempo e peço desculpas.

Agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para o debate.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer à Larissa Rosa pela contribuição que traz ao debate, falando aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente.

Cada vez mais fica evidente, Larissa, o quanto Integração e o Ministério do Meio Ambiente têm de estar trabalhando em conjunto.

Esse tema de gestão das águas exige uma abordagem de natureza transversal. Quando a gente olha para uma outra, digamos assim, vertente, que é a vertente da questão da educação ambiental. O próprio nome já está dizendo – não é, Senador Elmano? – o quanto é necessário também envolver o Ministério da Educação, o próprio Ministério da Cultura, no sentido de fazer avançar um programa ousado de educação ambiental, da necessidade de que isso possa ser introduzido no currículo das nossas escolas, desde o ensino fundamental até a universidade. Há todo um aspecto de natureza cultural mesmo que precisa ser tratado com vistas à população se dar conta de o quanto a gente tem que preservar e do uso racional da água, etc.

Vamos passar a palavra agora para o Horácio, fechando aqui a primeira Mesa; depois, nós vamos abrir também para o Luitgards, mas eu quero passar para o Senador Elmano depois do representante da Agência Nacional de Águas. Pode ser, Senador Elmano?

Eu quero aqui registrar e dar as boas-vindas ao novo Senador, Elber Batalha de Goes, que está assumindo. É o primeiro suplente do Senador Valadares, grande Senador que nós temos aqui no Congresso Nacional, inclusive um Senador atuante aqui na nossa Comissão, até porque estes temas têm sido preocupação constante do mandato do Senador Valadares, a questão do São Francisco, enfim, da segurança hídrica, a questão da gestão das águas, a questão da revitalização do São Francisco.

Então, Elber, seja muito bem-vindo! Quero, inclusive, já aproveitar para convidar V. Exª, porque amanhã estarei no seu Estado, numa iniciativa aqui da Comissão de Desenvolvimento Regional, discutindo a importância do Fundeb, que é a política de financiamento voltada para a educação básica, no contexto do desenvolvimento regional. Isso faz parte de um ciclo de debates que a gente vem realizando ao longo deste ano, e amanhã é a vez exatamente de Sergipe. Estarei lá às 14h, na Assembleia Legislativa.

Passo a palavra agora ao Horácio, que é o Chefe de Gabinete, representando a Agência Nacional de Águas.

Depois, vou facultar a palavra aos Parlamentares, começando pelo Senador Elmano.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui à Senadora Fátima Bezerra e cumprimentá-la pela ação de ter pautado este tema aqui na Comissão. Mais uma vez, a Comissão vem discutir a questão do São Francisco, do Nordeste, a crise que nós estamos vivendo há vários anos no nosso País.

Quero cumprimentar os colegas da Mesa e iniciar dizendo o seguinte: como estou representando aqui a Agência Nacional de Águas, estou há 13 anos na ANA, sob a gestão de dois Presidentes, o Dr. José Machado e o Dr. Vicente Andreu. Nesse período de 13 anos, eu assisti à mudança do patamar do tema da água na gestão pública e participei dela. Esses 13 anos foram fundamentais, porque a cultura da abundância da água que o nosso País tem... Até o Nordeste, que nunca teve muita água, era absorvido por esse processo e, como disse a Senadora Lídice da Mata aqui, nos últimos anos essa realidade mudou e a agenda da água ganhou uma importância que se reflete até neste debate aqui.

Nós precisamos fazer com que isso se concretize efetivamente, porque no ano que vem haverá eleição presidencial. Eu gostaria de ver a agenda da água na campanha política do ano que vem, gostaria de ver os candidatos apresentarem proposta para a questão da água, todos eles. Espero que esse tema seja levado a público e ganhe importância na disputa política, porque, enquanto isso não acontecer, a agenda da água vai ficar em segundo plano, e nós não podemos mais deixar que essa agenda não seja prioridade em nosso País.

Eu tenho uma apresentação lá, mas vou deixar para o pessoal que vai fazer as análises e os relatórios finais, porque eu queria era destacar a questão mais política desse processo.

Eu acho que o Dr. Vicente Andreu, que está se despedindo na semana que vem do seu mandato – termina o mandato dele agora, neste ano; ele está se despedindo nestes dias até no nosso Prêmio ANA, que vai ser na quarta-feira –, vai deixar um legado muito importante, porque ele conseguiu recuperar o orçamento da ANA – ele e a diretoria como um todo –, conseguiu elevar o patamar da agenda da água para o patamar que temos neste momento, porque hoje nós não estamos mais falando da crise hídrica.

A Larissa foi muito feliz quando introduziu o processo da segurança hídrica. O nosso País, durante muito tempo, viveu a segurança da hidrologia para o setor elétrico, a segurança hidrelétrica. Nos últimos cinquenta anos a gente viveu isso no Brasil.

Isso não é mais fato hoje, e a Bacia do São Francisco é um exemplo claro disso. Foram cinco anos nos quais a gente fez ver ao setor elétrico... O Nivaldo participou de quase todo este debate, assim como outras entidades aqui presentes, como a Codevasf e o Ministério da Integração, de que a bacia não seria mais gerida olhando-se só para o processo energético, mas, sim, para o uso múltiplo. Nós saímos de um histórico de 1,3 mil metros cúbicos por segundo, que era a vazão mínima do São Francisco, e, em função dessa crise hídrica, hoje a vazão mínima do São Francisco é de 550 metros cúbicos. Se não fossem essas atitudes que foram tomadas ao longo desses cinco anos, nenhum reservatório do São Francisco teria um pingo d´água mais, Três Marias e Sobradinho estariam abaixo do volume morto.

Essa gestão foi feita com muita democracia. É importante dizer isso, porque esta sala reúne mais de 30 entidades: Ministério Público, Comitê de Bacias, os irrigantes, o setor empresarial, os Estados, o Ibama, todo mundo em volta dessa mesa. Convencer todos esses setores da importância de uma gestão integrada e uma gestão semanal, que acontece, foi uma conquista muito grande. Ela está se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

transformando, essa sala de situação, hoje, para o Tocantins. Nós já temos uma sala de situação Paraguai-Tocantins, que também está vivendo uma crise hídrica grande. Tivemos uma sala de situação forte na questão do Cantareira. Temos na questão do Piranhas-Açu e também no Norte do Brasil.

O Norte tem outra característica, principalmente o Estado do Acre, porque o Rio Acre é um rio muito plano, não tem como reservar água. Quando ele vive uma estiagem mais prolongada, as cidades ao redor do rio ficam praticamente... No ano passado ou neste ano, não tenho certeza, ele viveu dois expoentes: em fevereiro, uma cheia histórica, a maior de todo tempo, inundou a cidade toda quase; depois, seis meses depois, viveu a pior seca. Então, nisso é que você precisa fazer gestão. A água tem de entrar na agenda política. E isso sem contar a questão do Rio Madeira. Quando houve as cheias no Rio Madeira, há dois anos, elas impediram todo o abastecimento do Estado do Acre, porque a estrada foi inundada e os caminhões não conseguiram mais passar.

Então, esta Comissão, ao pensar na Região Norte e na Região Nordeste neste processo, tem de olhar para essa questão. Nós estamos vivendo, há cinco anos seguidos, a pior seca no São Francisco. Quando achamos que chegamos ao fundo do poço, o outro ano é pior, o outro ano é pior, o outro ano é pior. Quando você pega os números da hidrologia nesses cinco anos, e estão aí na nossa apresentação, em todos os anos piorou o processo. E nós já estamos entrando em dezembro. Nessa semana, tivemos uma semana boa de chuvas em Minas Gerais. Esta era a questão: Minas Gerais era, como disse o Anivaldo, a nossa caixa d'água, levava um volume grande de água para todo o São Francisco. E, com as chuvas de agora, começaram a melhorar um pouquinho os índices de chuva.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Horácio, um parêntese: procedem as informações que foram divulgadas da semana passada para cá que estaria entrando um volume de água importante no Rio São Francisco, considerando a realidade que a gente vem passando?

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Senadora, há dez dias, saiam 180 metros cúbicos de Três Marias e chegavam 50 metros cúbicos. Isso em novembro. Esta semana estão saindo 80, porque, como tem chovido... Porque a gente tem feito isto: chove na bacia, diminui-se a vazão das usinas. Então, Três Marias, nessa semana estava beirando 80 metros cúbicos, e está chegando a 180, a 200. É muito pouco ainda! É muito pouco! A maior vazão no São Francisco hoje, em alguns trechos, em algumas medições que a gente tem, está chegando a 1,1 mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Ou seja, 1,1 mil para nós não era nada. Nessa época do ano, eram 2 mil, 2,5 mil metros cúbicos que passavam pelo São Francisco, para voltar a acumular em Sobradinho e em Três Marias, que são dois grandes reservatórios que nós temos.

Então, essa situação nova nós precisamos aprender e encarar como vamos fazer a gestão desse processo. Nós estamos fazendo isso na ANA. Essa sala de situação que nós temos lá hoje é que tem dado o respiro. Nós estamos na UTI – vamos dizer –, aquele paciente que está na UTI e que tem o oxigeniozinho, e temos diminuído o oxigeniozinho dele, para ver se o pulmão aumenta ou aguenta. Essas obras que foram mostradas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – A jusante de Sobradinho – Alagoas, Sergipe, parte de Pernambuco e da Bahia – tem sofrido muito com essa situação, porque o volume do rio caiu. A própria transposição... Apesar de ainda estar retirando 10 metros cúbicos, por aí, para o Eixo Leste... De 550, 10 metros cúbicos não são nenhum absurdo. Mas nós estamos vivendo uma situação que nós precisamos monitorar e agora, nessa época de chuva, é que nós precisamos segurar água. É agora que nós podemos encher o pulmão, porque os pulmões estão vazios. Sobradinho hoje está com o quê, Anivaldo? Três por cento? Três por cento do volume útil, com tudo isso que nós fizemos, abaixando para 550 metros cúbicos por segundo. O quadro era que, se não vier água nova nenhuma, em dezembro nós chegaríamos ao zero.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Iríamos para o volume morto em Sobradinho.

Então, a situação dessa gestão é crítica. Nós temos de analisar o processo hoje – eu volto a dizer – sob o ângulo da segurança hídrica, e não mais... Isso já ficou para trás, e me preocupa essa questão da Chesf, porque a Chesf não tem mais para gerar com 2 mil metros cúbicos. Não tem mais volume para gerar essa água. Vai gerar com 550, se não abaixar. Então, essas questões têm de estar postas no processo do debate, porque a segurança hídrica hoje é mais importante do que a segurança energética. Nós precisamos garantir a economia para o irrigante, para o empresário, para o abastecimento humano, para a dessedentação animal e para a transposição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Agora, como disse o Anivaldo aqui, a Bacia do São Francisco não são mais aqueles sete Estados. Nós temos mais três Estados na Bacia, porque Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará entraram para a Bacia. O Estado do Ceará, que é o Estado que tem a melhor gestão de água no Brasil, que é modelo de gestão de água no Brasil, não tem água nova, e está vivendo uma crise fenomenal. Se não tivesse essa gestão, então, o caos estaria instalado. E lembrou bem a Senadora Fátima Bezerra: nós só não estamos assistindo àquelas cenas horrorosas que assistimos nos anos 60 e 70, de migrantes saindo do Nordeste brasileiro, por causa de alguns programas sociais importantes, que é o Bolsa Família e o Um Milhão de Cisternas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – São programas que levaram segurança hídrica para uma população que está isolada e que não tem... O Água Doce, também, que é outro programa do Ministério do Meio Ambiente, está garantindo um mínimo de água para que as pessoas possam ficar e manter a sua rocinha, manter a sua sobrevivência.

Então, a situação que se coloca é grave. O Vicente sempre fala isto: nós estamos por uma chuva. Nós precisamos de um ano hidrológico favorável, porque eu não acredito que nós retrocederemos na gestão. Como disse o Anivaldo, para muita gente no Nordeste, a primeira coisa que a chuva leva é a memória da seca. Nós não podemos deixar mais esse quadro acontecer. Quando tivermos uma boa chuva, nós vamos ter de acumular a água...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – ... pensando sempre, daqui para frente, na segurança hídrica.

O nosso mandato lá está terminando, mas os dos Senadores aqui, não, e é importante que isso se prolongue, que essas mesas de análises criteriosas que foram instituídas na ANA não terminem com uma boa chuva. E essa é uma missão da próxima diretoria da ANA, e também para os Senadores incorporarem, porque muitos Deputados e Senadores participam, assistem, entram lá, porque é tudo pela internet. Entrou, está participando. O Anivaldo fica lá no Estado dele e participa dessa mesa de negociação.

Esse processo está instalado, esta Comissão tem uma função importante, porque da revitalização todo mundo já falou. Eu não vou me ater mais à questão da revitalização. Ela é fundamental. O Senado já tem vários trabalhos sobre isso. Eu acho que nós precisamos agora ter um olhar, inclusive, crítico com relação aos governos estaduais.

Os governos estaduais também têm de entrar nesse processo. Eles não podem deixar isso como só um problema do Governo Federal. Não é! É um problema de todos! E nem todos os Estados estão preparados com gestão, com equipe, com capacidade técnica para enfrentarem esse problema. É fundamental que isso também, neste ano eleitoral, seja debatido.

Eu sei que nós estamos vivendo uma crise difícil nos Estados, e os Estados estão em situação... Mas a água tem de ser prioridade, tem de ter gente, tem de ter técnico, tem de fazer como o Estado do Ceará fez para a gestão de água. E eles só não estão morrendo de sede hoje, porque há uma gestão mais equilibrada desse processo. Esses modelos têm de aparecer agora, nesse momento difícil que nós estamos vivendo.

Eu queria deixar aqui os agradecimentos a todos os Senadores desta Comissão e aqui desta Casa, pelo tratamento que nos deram nesses oito anos de gestão do Dr. Vicente Andreu. O Senado foi sempre um grande parceiro da ANA, ouviu-nos muito, esteve sempre ao nosso lado nas nossas lutas.

E quero deixar aqui não um convite, mas uma intimação ao Senado Federal: nós vamos realizar, no ano que vem, o Fórum Mundial da Água no Brasil. É neste momento da hidrologia difícil, com o maior evento de água do mundo acontecendo aqui, na Capital Federal, que nós temos de trazer essa agenda da água para o centro político do País, para os candidatos, para o Presidente, para os Senadores. É envolver a Casa de leis para esse debate, porque, dentro do Fórum Mundial da Água, há também a questão parlamentar. São várias divisões e uma delas é a questão parlamentar. E o Senado precisa receber os outros Senadores de outros países, com a Câmara dos Deputados, para fazer um grande debate sobre a questão da água como instrumento de gestão importante não só para o Brasil, mas para a América do Sul e para o mundo todo.

Nós vamos sediar isso. A nossa obrigação é capitanear e pautar o processo de debate aqui no Brasil de 18 a 23 de março do ano que vem.

Eu conto com a presença de todos os senhores. A agência está à disposição para maiores informações.

Agradeço muito e desejo um excelente relatório, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer, Horácio, a contribuição aqui no debate e, mais do que isso, também cumprimentar você, o Dr. Vicente, e todos que fazem a Agência Nacional de Águas pelo quanto de dedicação e de compromisso vocês têm desempenhado ao longo de todo esse período, na defesa desse tema tão essencial, imprescindível para a vida de todos nós, Senadora Regina Sousa, que acaba de retornar, que é exatamente a questão da segurança hídrica e a questão da gestão das águas.

Digo mais: a Agência Nacional de Águas precisa ser uma estrutura de Estado cada vez mais fortalecida pelo papel importante que, do ponto de vista legal, ela tem a exercer nesse contexto, que é o contexto de defesa do bom uso da água, da gestão das águas e a segurança hídrica. Seguramente, nós vamos continuar juntos nessa luta em defesa do uso racional das águas e da segurança hídrica.

Muito obrigada! Leve os nossos cumprimentos ao Dr. Vicente e a toda a sua equipe, a todos que fazem a Agência Nacional de Águas.

Nós vamos agora facultar a palavra aqui ao Plenário, começando pelo Senador Elmano.

Senadora Regina, registro que está aí ao seu lado o mais novo Senador, Senador Elber. Está aqui o nome: Elber Batalha. Já disse a ele que seja muito bem-vindo.

Com a palavra o Senador Elmano.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone.*) – ... e, em segundo lugar, aos palestrantes representando instituições...

Está funcionando isso aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... aos palestrantes representando instituições. Eu não tive a sorte e a felicidade de ouvir a exposição da Anivaldo, mas, para surpresa minha, recebo aqui uma revista do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, quando nós, lá no Piauí, estamos lutando – Piauí, Maranhão e Ceará – para criarmos o Comité da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. São os dois rios importantes do Nordeste, sendo que reputo o Rio Parnaíba o mais importante porque nasce e deságua no oceano do próprio Nordeste. O São Francisco nasce nas Alterosas, mas é importante isso aqui e é um estímulo para nós outros.

Veja, meu querido Irani, eu entrei nesta instituição há mais de 50 anos. Chamava-se Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor); depois, Ministério do Interior e, hoje, da Integração. Cinquenta, cinquenta e um anos. Participei de muitos eventos dessa natureza ao longo desses anos. O tema aqui é Segurança Hídrica e Gestão da Águas nas Regiões Norte e Nordeste.

Eu sempre, em vez de falar em segurança, digo insegurança, insegurança hídrica. E Regiões Norte e Nordeste. A Região Norte detém um quinto da água doce do universo de todos os países, de todos os continentes. Está aqui ao lado no nosso Semiárido do Nordeste.

Então, a primeira questão que eu queria reportar é essa situação da insegurança hídrica que se perpetua. Depois de meus 50 anos no Estado – fui servidor inclusive em instituições voltadas para as questões do Semiárido e da insegurança hídrica –, eu vejo, no momento atual, o que vi há mais de 50 anos, ou seja, o carro-pipa na hora da emergência. Nós estamos vivendo o que eu vivi no princípio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estar nessa instituição. Eu sei que isso é um desafio que nos preocupa a cada ano, quer dizer, a insegurança hídrica perpetuando-se.

Eu estive agora, meu estimado Irani, na região semiárida do Piauí em que pela primeira vez eu vi uma barragem construída há 65 anos, 66, pelo DNOCS, de 24,7 milhões de metros cúbicos totalmente seca, totalmente seca. Eu desci na bacia hidráulica onde a mata – veja bem –, a mata.... Porque não está seco há um ano, está seco há vários anos. Falou-se na seca de seis, de sete anos. Pois bem, e o mais grave é que o maciço da barragem, que sustenta a água, já tem crateras.

O que isso traduz à luz de um relatório da ANA, distribuído agora? Das 39 barragens para o Piauí, grandes barragens fiscalizadas, supervisionadas pelo Estado e pela ANA, 35 foram fiscalizadas, e, destas, 31, na iminência de risco, com problemas para as pessoas, problemas de segurança das cidades a jusante, e da própria economia e do meio ambiente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Elmano, permita-me só um aparte rápido? Esse relatório realmente mostra o quanto é grave a situação. Inclusive no meu Estado, foram identificados dois importantes reservatórios, Senadora Regina, ameaçados do ponto de vista da segurança da própria barragem e, consequentemente, ameaça às populações, são exatamente o Açu de Gargalheiras, seco inclusive há muito tempo, bem como a Barragem da Passagem das Traíras. Isso soma-se a outro quadro grave que são os principais reservatórios nossos com capacidade hídrica abaixo de 16%, inclusive o nosso pulmão, que é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, prevista para entrar em volume morte a partir de dezembro. Daí a necessidade imperiosa da conclusão do Eixo 1, do Eixo Norte das obras do São Francisco.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu diria que, à luz desse relatório, a nobre Senadora pode multiplicar as duas barragens por cem. São mais de 200 barragens, sendo que 400 na Bahia, ou é lá mesmo, o inverso. Ou seja, é preocupante. De grande parte das barragens construídas no Nordeste, grande parte delas, com exceção de algumas ou boa parte sob a jurisdição do Nordeste, ninguém sabe de quem é a responsabilidade. Digo isso porque eu tenho andado nelas e eu as conheço há mais de 50 anos. Inclusive vi serem construídas muitas dessas barragens.

O que eu quero mostrar, minha nobre Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos apresentar requerimento para trazer esse debate, viu, Senadora Regina?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Esse relatório vai chegar a esta Casa. Eu quero mostrar com isso a situação a que o Estado brasileiro chegou.

O DNOCS agoniza. Uma instituição que tinha mais de dez mil servidores, hoje está com 1,3 mil; no final do próximo ano, deve haver 400 a 500, porque não tem havido a renovação. É uma instituição natimorta, apesar do grande trabalho que o DNOCS realizou no Nordeste, sobretudo no Semiárido. A nossa situação não é mais dramática, dada a atuação de 108 anos do DNOCS. Isso é preocupante.

Pois bem, à luz desse relatório, redobra cada vez mais a preocupação nossa. Aqui nós temos a ANA representada, temos aqui bem representado – não mais do que se o nosso querido, estimado e grande Ministro Helder Barbalho aqui estivesse, sem querer desmerecer a representatividade que tem o Irani.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso se choca porque o DNOCS é responsável por uma grande parte dessas barragens. Nós não gostaríamos de ter muitas Marianas em vários Estados do Nordeste. Não queríamos que isso acontecesse.

Eu estive em outra barragem à montante da cidade de Fronteiras, é uma barragem de 52,8 milhões de metros cúbicos, que está com 0,65 de água. Ou seja, não tem... Tem lá uma poça de lama. Mas, se essa barragem, que teve um reparo há 28 anos no seu maciço, vier – e Deus nos livre de que isso aconteça – a se romper, leva uma cidade de 11 mil habitantes, se for na madrugada, porque não há tempo... Ela está a 1,7 mil metros da cidade que fica a jusante dessa barragem.

Então, eu vejo um relatório de um órgão do Estado brasileiro nos ser apresentado aqui no Congresso pela quarta vez, minha nobre Presidente Senadora Fátima. É a quarta vez que encaminham a esta Casa esse relatório. Isso é um aviso! Nós temos que nos debruçar sobre isso.

Mas o mais importante disso que eu vejo, e sempre sou ligado, eu sou um servidor público aposentado e sempre me manifestei dessa forma. Agora, eu tenho de ter uma postura diferente aqui, porque eu vivenciei todo esse drama. E frustra-me chegar ao final de uma passagem por uma instituição, várias instituições, e observar o quadro, apesar dos grandes avanços que houve, quer dizer, persistir esse drama, que continua responsável... Hoje nós temos, de cada 100 nordestinos, 84 na área urbana da região.

E o problema é mais grave, Irani: por uma sorte, eu estive em 2014 com o Governador Wellington Dias, em São Paulo, na região de Santo Amaro, mais ou menos nesta época, não sei se foi em outubro, final de setembro, quando estava São Paulo com uma crise idêntica àquela que levou muitos dos nordestinos a saírem dos seus Estados para São Paulo, em razão da escassez. E eu disse para alguns, numa conversa, que eles saíram de um drama para viver o mesmo drama, e o mais importante, estarem na maior capital da América do Sul, que é São Paulo.

Então, a situação é grave. Eu vejo uma gravidade. Vejo uma deterioração do Estado brasileiro. Quando o Horácio falou na participação dos Estados-membros da Federação em questões relevantes como essa, os Estados hoje agonizam, os Estados-membros da Federação. E esta Corte que é Brasília, esta realeza que é Brasília, que é diferente de todos e está passando problema de água... Vejam a situação. É uma situação preocupante, como eu disse inicialmente.

Quando a Senadora Fátima me pediu que eu ocupasse a Presidência, falando: "Meu velhinho aqui..." Estão aumentando aqui os representantes da terceira idade. Pensei: que bom! Os expositores fizeram o sacrifício em estar aqui, como o Anivaldo. Nome difícil! Tinha de ter sido Valdo.... (*Risos.*)

Viu, Anivaldo! Ele saiu lá de Petrolina para cá...

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (*Fora do microfone.*) – De Maceió.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – De Maceió, aliás, para falar para poucos Senadores.

Permitam-me dizer, pois sei que nós temos, na terça ou na quarta-feira, dez reuniões ao mesmo tempo, no mesmo horário, com uma incompatibilidade de horários que não permite a presença de muitos Senadores que teriam grandes contribuições a dar aos debates dessa natureza.

De outro lado, meu querido Horácio – Horácio é um nome histórico –, ao tempo em que falta água para gerar energia em Sobradinho e em outras grandes barragens, o Piauí tem uma usina que era para gerar 240 megawatts, mas gera 237.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, foi inaugurado – não é, minha querida Regina? – o maior parque de energia solar fotovoltaica da América Latina. Ele já está funcionando, lá nos sertões do Semiárido do Nordeste, gerando 292 megawatts de energia solar. É o primeiro maior parque de energia fotovoltaica da América Latina. E há vários outros parques aguardando agora o leilão para empresas multinacionais e para empresas nacionais também, além dos projetos que estão sendo concluídos.

O que isso mostra? As contradições, pois em regiões onde jamais – digo isso porque já estou lá há 51 anos – se esperava aquilo, nasce um eldorado no Semiárido, aumentando a renda, enfim.

Mas com a questão da água... Falou-se aqui da insegurança. Estamos tratando da insegurança hídrica, como é a questão da segurança pública, que não é; é a insegurança pública. Nós estamos falando em água, que é vida.

No meu entendimento, meu nobre Irani, e também a Larissa, meus queridos Napoleão, Horácio e Anivaldo, as tecnologias estão postas aí. O que está faltando chama-se planejamento.

Nós temos, na próxima sexta-feira – para a qual a ANA está convidada, o Ministério da Integração está convidado, o Meio Ambiente está convidado e a Codevasf também –, uma audiência pública pensando em planejamento, pois nós temos agido somente como bombeiros e não como planejadores.

Falta água no Nordeste, e ainda jogam o carro-pipa. Não é isto que nós queremos: que passemos mais cem anos pensando em carro-pipa. Daí por que, quando eu me referi aqui, na reunião sobre segurança hídrica e gestão de água nas Regiões Norte e Nordeste, que o Norte, segundo dados oficiais, o Norte do Brasil, a Hileia Amazônica tem 20% da água doce do mundo, do mundo! E uma região contígua, emendadinha passa sede.

Nós vamos fazer aqui uma audiência – é uma iniciativa nossa, mas, com o acolhimento da Presidente, a nossa estimada Senadora Fátima – pública, veja bem, Napoleão, para tratar da transposição. Nós falamos de um rio da Amazônia porque é o mais próximo.

Eu tive acesso, através da literatura, ao fato de que, há cem anos – está lá, podem ter acesso –, se falou na transposição das águas do Tocantins para o São Francisco. Como era a região há cem anos e como é hoje?

Nós vamos iniciar esse debate aqui. Já há, Irani, informações, e o Ministro tem outras informações sobre esta questão. Eu estive lá conversando com uma área específica que trata dessa questão também.

Em síntese, nós temos de retomar o planejamento estratégico, o planejamento de longo prazo, o planejamento regional.

A Amazônia é uma realidade do Trópico úmido. Nós somos outra realidade, do Trópico semiárido. Aqui é uma outra realidade, do Cerrado. Mais próximo, há o Pantanal etc. Enfim, e a Região Sudeste... Quer dizer, retomar o planejamento regional. E, aí, se inserem os grandes desafios do Semiárido.

Eu estive no semiárido da África e estive no semiárido da Ásia, precisamente na Índia, no sul da Índia, em Hyderabad, como no Senegal e no Mali, vendo realidades idênticas às nossas.

Agora, não é possível que um país que tem a oitava economia do mundo continue com esses graves problemas caracterizados pela desigualdade social, desigualdade das pessoas, claro, e das regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o Semiárido, no meu entendimento, como eu falei aqui, deixou de ser um problema. A região de Petrolina é um oásis, exportando para a Europa, os Estados Unidos. O Nordeste não é problema. O Nordeste é solução.

Eu só queria fazer essas colocações, porque eu acho muito pertinentes. Temos tecnologia, enfim.

Agora, por último, eu falei aqui que o DNOCS está na UTI. O DNOCS é Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Jamais nós podemos ser contra ela. Esse "C" de "contra" deveria ser substituído. Nós podemos até, Regina, fazer algo no sentido de convivência com a seca. Nós temos de conviver com essa seca que está aí.

Eu queria parabenizar por essa iniciativa. Creio que o Ministério da Integração com o Ministério do Meio Ambiente... Uma observação, Drª Larissa: eu hoje tenho uma audiência às 16h30 com o ministro, porque aquele problema lá no Ibama continua. É um problema, quando devia ser uma solução. Eu sei que nós temos de preservar a nossa natureza, ter muito cuidado com os projetos que agridem a natureza, mas também as iniciativas empresariais, os empreendedores não podem ser martirizados por uma legislação burocrática em excesso.

Por incrível que pareça – Regina sabe disso, nossa querida Senadora –, há um grupo de empresários, os empresários dos cerrados do Piauí querem construir uma ponte sobre um rio federal, o Rio Parnaíba, porque o Estado – quando me refiro ao Estado é a União, os Estados-membros da Federação, os Municípios, etc – não tem condição de criar um ambiente favorável aos empreendedores da região que geram riqueza.

Então, eles disseram, há dois anos: "Olha, nós queremos construir esta ponte, nós temos os recursos, porque ela é importante para o escoamento da nossa produção." Eles não podem fazer, porque o Estado, que deveria fazer, não faz e cria obstáculos. São instituições do Estado nacional. Eu sou servidor público e me orgulho de ser, mas nós não podemos criar empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso. Não temos esse direito, não nos assiste. Somos pagos pela sociedade para cumprir uma missão. Então, estou só dando um exemplo.

Pois bem, minha estimada, gostei demais da sua palestra, foi cativante. É uma menina nova e uma palestra... Imaginem quando ela estiver na idade do velhinho aqui.

É esse tipo de coisa nós não podemos mais suportar. O Estado é um peso também. Nós temos de melhorar. A sociedade está nos abominando. O Estado, os serviços que nós prestamos, políticos, esta Casa, o Congresso, a sociedade está nos vendo com maus olhos e com muita razão.

Eu queria, por último, na pessoa da nossa estimada Senadora Regina, enaltecer a importância de um evento desta natureza, uma audiência, lamentavelmente, com uma participação pequena. Regina, ajude-me para, na próxima reunião, discutirmos dentro da retomada do planejamento de longo prazo, tratar de uma questão polêmica. Larissa, eu estou me referindo à próxima audiência. Veja bem, a sua instituição ainda não disse quem vem representando. A Codevasf também não disse. O Ministério já indicou o Secretário Pádua para vir. E a ANA, embora o Vicente tenha feito uma grande administração, parece-me que ele não vai poder vir. Mas nós esperamos, Horácio, que ela se faça representar, porque é importante aqui na próxima quarta-feira. Eu estou muito feliz com as exposições aqui e creio que nós todos temos uma responsabilidade muito grande com o nosso País. Estou aproveitando esta minha passagem por aqui. Ainda tenho mais seis anos pela frente... Seis, não, só cinco, não é, Regina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É, está acabando. (*Risos.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – É para trabalharmos juntos. A solução dos problemas está em nossas mãos.

Parabéns a todos vocês que participaram desta audiência pública!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador. Eu estava inscrita para falar. Vou falar um pouquinho daqui.

Primeiro, quero pedir desculpas. Eu tive de me ausentar, porque infelizmente, a semana do Senado tem dois dias. Acho que a população brasileira precisa saber disso e olhar para isso. É terça e quarta, e tudo se concentra. Eu fui presidir uma Comissão. Então não assisti, só ouvi a fala do Anivaldo, e depois saí.

Mas vou falar do que sinto e do que vejo. Uma coisa que me incomoda, que me decepciona, que me angustia e que me envergonha é o carro-pipa, porque, desde menina, eu ouço falar do carro-pipa. E olhem que eu já estou naquela turma ali, não é? Terceira idade. Desde menina, eu ouço falar no carro-pipa, que virou um grande negócio, humilha também a quem recebe, porque, dependendo do lugar onde se pega água, a água fica impossível, só serve para os bichos. A fiscalização não consegue dar conta de ver que água estão levando para as pessoas. E a gente sabe que é um dinheiro muito grande que se gasta com o carro-pipa.

A gente não percebe o esforço de resolver a questão da água de beber, pelo menos. A cisterna foi uma grande sacada. A cisterna foi a coisa mais importante que aconteceu, porque pelo menos a pessoa aproveita a água da chuva para beber. E agora já há a chamada cisterna-calçadão, já para cultivar. É uma grande sacada, mas não conseguimos, apesar de um milhão de cisternas, não conseguimos universalizar. E o carro-pipa é que vai suprir.

Um prefeito de uma cidade pequena, Jurema, lá no meu Piauí, disse – não sei se é verdade – que um projeto para resolver a questão da água, para se livrar do carro-pipa no Município dele custa R$2 milhões. É um absurdo não se resolver um problema desse, porque eu acho que deveria haver uma meta do Estado brasileiro de resolver, vamos dizer, a cada ano resolver um tanto de Municípios, que não precisem, no ano seguinte, do carro-pipa, ou dois anos depois, porque eu sei que uma obra não se faz num ano por causa da burocracia.

Esse parque solar do Piauí foi feito em um ano e sete meses, não é? Com 292MW. Um ano e sete meses. Quando é o setor privado, vai embora; agora, quando é o setor público, há embargo, há não sei o quê. Aí não adianta, não faz.

Mas vamos dizer que dois anos que você fizesse uma obra em Jurema, executasse o projeto lá em Jurema, Jurema se livraria do carro-pipa, que gasta R$200 mil por mês do Governo Federal – R$200 mil por mês. Então, a gente precisa ir resolvendo, tirando alguns Municípios da situação de sede, pelo menos.

A outra questão é a do aproveitamento da água da chuva. Eu gosto de dizer sempre que fico angustiada quando eu vejo as cidades morrendo afogadas em água boa. Quando a gente vê as cidades inundadas com água da chuva. Não houve um engenheiro que pensasse a captação da água da chuva? Que não fosse só a cisterna? Uma coisa mais sofisticada de armazenar a água da chuva,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque eu acho que, ainda que chova pouco, chove. Se não se desperdiçasse aquela água, ela ia servir no futuro.

E aí, às vezes, quando eu converso com as pessoas, eu vejo o interior, jardins... "Por que você não faz uma cisterna para cuidar do seu jardim?" Tem água e usa a água boa, a água de beber, a água tratada e vai usando para plantas. A gente tem de se preocupar, porque já ouvi e li alguns artigos sobre a seca subterrânea. E a gente não precisa nem provar, porque cada vez mais os poços estão secando e para termos água de novo temos que aprofundá-los mais, o que significa que há uma seca embaixo da terra. Não sei quando a gente vai acordar para isso. É preciso que um grupo de engenheiros bem ousados... Tem hora que eu fico com saudade do Alberto Silva. Acho que, se ele estivesse vivendo nessa época, ele já teria inventado alguma coisa, porque era uma pessoa fantástica. Foi Senador, foi Governador, e tinha ideias muito à frente. A gente o chamava de louco, mas tudo o que ele dizia depois acontecia. Precisamos de alguns Albertos Silva para pensar como se vai aproveitar essa água.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não basta ser só um engenheiro, tem que ser um engenheiro político.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente. E ousado, para pensar o futuro. Estar um tempo a sua frente também. Acho que é uma coisa que me preocupa. E a outra é – além da questão de se livrar do carro-pipa, de fazer as cisternas – que a gente nunca se acostuma com a paisagem.

Passei num riacho há muito tempo, riacho este que eu achava que era perene, porque nunca faltava água. E agora está seco, secou. Nem na época de chuva ele consegue juntar água. Viajando no meu Estado – eu viajo muito –, passando por aquelas pontes, aquelas passagens molhadas, mas embaixo não tem nada, mesmo quando está no chamado inverno. Isso significa que ali passou um riacho, que ali passou um rio, mas ninguém está preocupado. Um dia desses, viajando, eu disse: se eu tivesse menos idade, fosse mais jovem, eu ia fazer uma expedição chamada "caça à nascente", porque em algum lugar aquele riacho nascia. Quem sabe se essa nascente não está viva? Porque são muitas. Viajando para Arraial... Não sei quantas passagens molhadas há ali. Deve ter um riacho ou uma nascente por ali. Se eu fosse mais jovem, eu faria uma expedição "caça à nascente", para descobrirmos onde elas estão.

Eu pensei nisso quando fui visitar um projeto de um pessoal, de trabalhadores rurais que compraram um terreno de 22 hectares de terra, começaram a produzir mudas e já estão vivendo bem. E o projeto está só com dois anos. Eles descobriram uma nascente no terreno que ninguém sabia. Explorando o terreno, acharam uma nascente que está jorrando água. Quer dizer, tem muita coisa para ser descoberta, mas o que fazemos é cobrir, porque quem desmata, como o Brasil desmata, está sabendo que está cobrindo muita coisa boa. A gente anda quilômetros e quilômetros no Cerrado piauiense e não vê uma árvore, um passarinho pousar. Só soja e milho. Então, passarinho ali... Onde estão os animais daquele lugar? Uma vez eu ia para Santa Filomena e atravessou uma seriema. Parece que estava desesperada, procurando uma sombra. Mas ela não acharia sombra nunca; no máximo, ela iria achar sombra lá na fazenda, porque é o único lugar que tem árvore, mas é eucalipto plantado, não é árvore do ambiente. As fazendas estão cercadas de eucaliptos para dar sombra. Então, talvez, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

achasse uma sombra na fazenda e, certamente, iria ser morta ou iria ser pega para ser criada por alguém em cativeiro.

É uma coisa que as pessoas não percebem. Parece que não olham a paisagem quando vão explorar. Botam o trator e vão derrubando.

E a consequência disso é o que a gente tem. Naquele Cerrado, há nascentes que vão desaparecer. O rio vai baixando, e as pessoas não vão se preocupando. Vai baixando. Há grandes rios no Cerrado, cuja nascente está no Cerrado, ou que atravessam o Cerrado.

Então, são muito importantes esses debates. Lamentavelmente, nem todo mundo vem aqui, alguns até porque não querem; podem estar por aí.

Se mais gente pensasse nessas coisas, quem sabe não apareceria a solução para a captação da água da chuva? Ou pelo menos pode haver um incentivo ao processo educativo, para fazer com que as pessoas, mesmo que disponham de água abundante, saibam que aquela água pode ser dividida com mais alguém se elas tiverem uma cisterna. Há pessoas que podem ter cisterna.

Sempre que converso com pessoas assim, eu falo isto: "Faça uma cisterna na sua casa, para você cultivar seu jardim, seus canteiros." As pessoas têm condição disso, não precisam esperar o Governo construir. Uma cisterna de 16 mil litros de água não é cara. Então, muitas pessoas têm poder aquisitivo e terra suficiente para construir uma cisterna e captar a água da chuva, para poupar a água subterrânea, que está também escassa.

Então, era isso. Eu queria falar mais do que eu sinto, do que eu vejo, até porque não assisti às falas e, com isso, não posso fazer questionamento.

Muito obrigada.

Mais alguém do Plenário quer falar?

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA (*Fora do microfone.*) – Eu! Posso falar?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode...

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA (*Fora do microfone.*) – Eu sou de Quixeramobim...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... até que a Presidenta volte aqui e diga a hora que é para terminar.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA (*Fora do microfone.*) – Eu sou de Quixeramobim, no Ceará. Em minha terra, há duas coisas muito importantes. Primeiro...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Espere só um instante, só um minuto, para cumprirmos as formalidades.

Consulto o Plenário.

Os Senadores que concordam que a Plenária se manifeste permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA – Eu sou de Quixeramobim, no Estado do Ceará, uma cidade que fica no centro geográfico do Estado do Ceará. Lá nós temos duas coisas muito importantes, e a primeira é que o primeiro observatório meteorológico... O que primeiro mediu chuva no Brasil foi o meu Município, há 121 anos. Por conta disso, Quixeramobim tem a maior série histórica de precipitações pluviométricas do Brasil. E, para que a gente tenha um planejamento estratégico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, que tenho 70 anos, não tenho a cabeça branca. Mas tenho 70 anos. Quando Juscelino Kubitschek construiu Orós, disseram: "Nunca mais vai faltar água no Ceará." Faltou. Depois construíram Banabuiú e disseram: "Não vai faltar mais água." Faltou. Construíram o Castanhão e disseram: "Não vai faltar mais água." E, agora, estão iludindo novamente o povo, dizendo que a transposição vai acabar com o problema da falta de água no Estado do Ceará, o que não é verdade.

Nós só vamos realmente mudar quando cada Município, quando cada comunidade tiver o seu Plano Estratégico de Armazenamento de Água, porque, nesses 121 anos... Estou ouvindo essa gritaria, ao dizerem que agora estamos passando pela maior seca. Se pegarem a série histórica, verão que, de 1900 a 1909, foram oito anos de seca, quatro anos na seca...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpe-me por eu interrompê-lo! Aqui é assim mesmo. Eu estou sendo chamada ali para votar urgentemente. É uma votação nominal. A Senadora Fátima já chegou aqui. O Senador Elmano pode ficar aqui, Fátima, se você quiser, porque acho que você também vota lá. Na CCJ, está havendo votação nominal, e a gente precisa ir para lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Deixe-me ir lá.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Elmano, fique aqui.

Aí você continua, mas há um tempo regulamentar, que não é o mesmo da Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA – Eu sei, mas é importante.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E peço que, depois, você se identifique, para ficar registrado. Está bom?

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIIMA – Certo.

Mas é importante, porque essa seca que estamos tendo agora, de seis anos, é muito menor do que a de 1900 a 1909. Na década de 1900 a 1909, só choveu 4 mil milímetros, e, nesta década nossa, já estamos perto de 5 mil milímetros. Então, a maior seca que houve no Nordeste, tomando como base essa estação meteorológica, foi a de 1900 a 1909. Daí o fato de ter nascido o DNOCS em 1909, por conta desses dez anos em que foi escassa a chuva.

Então, para se resolver o problema e acabar com o carro-pipa, é preciso que cada Município tenha o seu plano estratégico. Nesses 121 anos, nós só tivemos quatro anos em que choveu abaixo de 300 milímetros. O que é um milímetro de chuva? São 10 metros cúbicos por hectare.

Então, na minha propriedade – eu tenho uma propriedade de 200ha – não falta água, por quê? Porque eu tenho um açude. A bacia hidrográfica é de 200ha; chovendo 300 milímetros, caem 60 mil metros cúbicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIMA – ... nessa área lá, e eu armazeno todo ano 30 mil metros cúbicos.

O que falta, conforme falou o Deputado, é planejamento estratégico. Cada Município, cada comunidade tem que ter o seu plano estratégico de abastecimento de água, porque é muito melhor você ter um jumento na sua porta do que um carro do Rio de Janeiro. O jumento... Quando o carro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio de Janeiro chegar à sua porta, você já fez muita coisa montado no seu jumento. Então, é isso que tem que ser feito.

Quanto ao carro-pipa, nós temos exemplo lá no Ceará. Ele falou que a melhor gestão das águas do Brasil é a do Estado do Ceará. Há comunidades lá que não precisa mais de carro-pipa, por quê? Porque o açude foi feito baseado na fluviometria, na pluviometria; todo ano enche, e a comunidade fica abastecida. Então, o que é preciso? É planejamento estratégico, é cabeça.

E, para o desenvolvimento do Nordeste, a água não é o fator principal, não. Se fosse, os dois Estados que têm mais água seriam os mais desenvolvidos, que são Maranhão e Alagoas. No entanto, não são os mais desenvolvidos. O que é preciso? É planejamento, é conhecimento para resolver os principais problemas.

O meu nome é José Maria Pimenta Lima, tenho 70 anos e sou de Quixeramobim, do Estado e do lugar mais seco do Estado do Ceará. É preciso somente isto: que vocês façam planejamento. Têm de ter conhecimento da fluviometria, da pluviometria, da infiltração de água, e aí se resolve o problema, por quê? Empirismo. Adivinhação não resolve problema em canto nenhum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a intervenção do nosso conterrâneo.

Eu também nasci em Lavras da Mangabeira, no Ceará. Mas sou piauiense hoje.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA LIMA – O Senador nasceu em um lugar melhor do que o meu, porque a minha cidade, o meu Município é o mais rude, em termos de chuvas, do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Foi importante o depoimento do nobre companheiro.

Para as considerações finais, nós passamos a palavra, começando aqui pelo Horácio.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Eu quero agradecer muito.

Eu botei aquele eslaide ali para mostrar para vocês como está hoje a previsão de chuva – aquela intensidade de azul – na Bacia do São Francisco. Ali, nas cabeceiras do São Francisco, há muita previsão de chuva. Aqui na região de Brasília, contornando a margem esquerda do São Francisco, há bastante previsão de chuva. Isso é um quadro positivo.

Ali em cima – aqui não aparece – há o volume armazenado da chuva nos reservatórios. Então, vocês veem que, em 2012, ainda nós tivemos um volume grande. Aí caiu muito, porque gerou muita energia. Não havia a nossa sala de situação, e o setor elétrico gerou o que quis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Estávamos vivendo uma crise elétrica naquele momento. Sobradinho gerou muito, aí veio lá para baixo. De lá para cá, a gente só piorou naqueles picos.

Então, quero deixar essa imagem. Também vou deixar essa apresentação registrada para vocês.

Quero novamente agradecer e convidar a todos, para que nos preparemos para o Fórum Mundial da Água aqui, em 2018.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – Bem, gostaria de agradecer o convite, em nome da Senadora Fátima Bezerra. É um grande momento. Esses espaços são fundamentais, principalmente para os comitês.

Quero dizer que ganhei o dia – não sei se o Senador Elmano ainda está aqui –, ao saber que pessoas, como o Senador Elmano Férrer, estão muito empenhadas, de fato, em apoiar a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. Junto com o São Francisco, é um curso de água fundamental para a Região Nordeste. Não tenho dúvida de que o comitê é o conduto para isso.

Espero também que um rio importantíssimo para Pernambuco e Alagoas, que é o Comitê dos Rios Paraíba do Meio e Mundaú, possa ser criado também, porque faz quase 20 anos, que os Municípios, a comunidade, a academia, enfim, todos os atores da gestão de água procuram criar o Comitê do Mundaú e do Paraíba, e os governos de Alagoas e de Pernambuco e o Governo Federal ainda não procederam ao atendimento dessa reivindicação.

Enquanto isso, de dez em dez anos, as inundações destroem cidades e cidades, como foi o caso de sete meses atrás. Quase dez cidades entre Alagoas e Pernambuco foram destruídas, porque não há uma política de gestão nem de uso do solo, nem de gestão da água.

Portanto, deixo essa reivindicação de que tanto o Parnaíba, quanto o Comitê do Paraíba do Meio e do Mundaú, possam ser criados.

Estava referindo-me, Senador Elmano, a minha alegria em vê-lo, apoiando a criação do Comitê do Parnaíba.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – É fundamental, não tenha dúvida, para a questão do nosso futuro.

Já que estou terminando e concluindo, queria só chamar a atenção para um fato muito concreto. Quando olhamos para as nascentes do São Francisco – e recentemente elas secaram –, houve uma comoção. As nascentes do São Francisco secaram.

De fato, era para haver uma comoção, mas o coração nervoso da bacia do São Francisco, que agora interessa também ao Ceará, Rio Grande do Norte, está no Aquífero Urucuia. Ele é o coração que, de fato, responde por todo o escoamento de base do São Francisco, nas épocas de estiagem, responde por quase 80% da vazão do rio São Francisco.

Em cima dele, trabalha uma fronteira de expansão agrícola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – Não temos nada contra o crescimento econômico, nem a expansão de fronteira agrícola, mas, ou a agricultura se faz, respeitando os parâmetros da sustentabilidade; ou o uso da água subterrânea naquela fronteira é baseado em conhecimento científico e suportada nos instrumentos da boa gestão hídrica; ou, então, quem estiver esperando água, lá no Ceará e no Rio Grande do Norte, vai ter o dissabor de saber que a grande contribuição que o São Francisco pode dar depende – volto a repetir aqui –, em grande parte, de como vamos fazer gestão de água no Aquífero Urucuia, o que interessa também ao Piauí, porque o Aquífero Urucuia tem parte no território do Piauí, tem parte no território da Bahia, de Minas Gerais, do Tocantins, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E é preciso fazer uma diferença: a gente olha muito para os mananciais de superfície, mas eles nem sempre correspondem ao outro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – ... manancial, que é o manancial subterrâneo.

Esse era o recado que eu queria dar. E queria chamar a atenção também para a questão do planejamento. Para a Bacia do São Francisco nós já temos esse planejamento, que é o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

O Comitê do São Francisco investiu R$8 milhões, para fazer esse plano, reuniu quase 6 mil pessoas de todos os segmentos, para fazer o melhor diagnóstico socioambiental que já foi feito e, portanto, está à disposição de todos os Ministérios, de todos os entes da bacia, porque ali está de fato um plano e um caderno de investimentos que prevê a necessidade de que nós precisamos investir R$30 bilhões até 2026, se é que queremos falar de recuperação ambiental na Bacia do São Francisco.

Então, muito obrigado. Mais uma vez, quero agradecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – ... e dizer que estaremos à disposição de todos, finalizando só com mais um pedido, Senadora: o Comitê do São Francisco já entregou 26 e, no ano que vem, vai entregar mais 40 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs). O São Francisco é o maior... O nosso Comitê, com o dinheiro da cobrança, é o maior investidor em Planos Municipais de Saneamento Básico. Com os planos, os Municípios já podem procurar o recurso, para fazer saneamento básico.

E isso está associado a outro pedido: já que temos aqui um representante do Ministério da Integração, que o Ministério da Integração nos apoie no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que a atualização da nossa cobrança, que foi um processo democrático que durou mais de um ano, em negociação com todos os segmentos da bacia... Que ele de fato seja respaldado. Aprovado na nossa plenária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO – ... por ampla maioria. Mas há necessidade de que o Ministério da Integração nos apoie, porque, se não houver cobrança pelos recursos hídricos, não haverá recurso para o Comitê ajudar no contexto dessa crise. E, sem cobrança, você também não tem um processo pedagógico para atingir tudo isso que a gente quer.

Portanto, a gente faz esse apelo. Já foi aprovado pelo Comitê, e espero que o Conselho Nacional respeite a autonomia dos comitês, a vontade da sua pluralidade e de fato nos apoie nessa atualização, porque faz quase cinco anos que isso não é atualizado, e foi feito com o melhor critério possível.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem, eu quero agradecer, mais uma vez, aqui, repito, o papel inestimável que a ANA, Horácio, têm a desempenhar no contexto dessa temática, que é a questão da gestão das águas, que exige, cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais, uma política pública pautada pelos critérios de muita transparência, de eficiência e de efetividade.

Segundo, Anivaldo, aqui quero agradecer, também, a sua presença. Vamos nos encontrar mais vezes, porque, na medida em que a Comissão de Desenvolvimento priorizou – não é, Senador Elmano? – esse tema de gestão das águas, recursos hídricos e segurança hídrica, então, naturalmente, não há como a gente não ter um diálogo permanente com uma instituição do porte, da envergadura e do perfil do Comitê, por uma coisa bem simples, mas básica: o Comitê representa a sociedade como um todo, é exatamente no Comitê que estão todos os atores que lidam com a temática da segurança hídrica e da gestão das águas.

Além de lhe agradecer, eu queria lhe pedir que você pudesse enviar para nós, o quanto antes, um detalhamento, de forma resumida, é claro, sobre o que você colocou aqui, chamando todos nós para este debate, para a responsabilidade com que este debate deve ser encarado. Você chamou a atenção para os seguintes aspectos. Você defendeu aqui a questão do Pacto das Águas, a questão do Pacto da Legalidade e a questão do Pacto da Revitalização. De que eu gostaria? Eu gostaria que, com relação a cada item, você pudesse fazer um resumo, na visão do Comitê. Por exemplo, quanto ao Pacto das Águas, na visão do Comitê, quais seriam os critérios e os parâmetros fundamentais que deveriam orientar, nortear esse Pacto das Águas? Do ponto de vista da legalidade, é a mesma coisa, bem como do ponto de vista da revitalização.

É importante que tenhamos, por exemplo, informações como essa que você acabou de mencionar, a de que o Comitê está dando a sua contribuição, tanto é que mais de 40 Municípios, conforme o que você disse, estão com seus planos municipais de saneamento. Mas, além disso, quantas cidades ainda não os têm? E, muito além disso ainda, há um grande desafio, que é o dinheiro. É muito importante haver o plano, é necessário haver o plano, para que a gente, uma vez havendo orçamento, possa executá-lo. Agora, plano sem orçamento não adianta.

Eu volto a insistir: eu acho um absurdo, Senador Elmano, eu acho uma coisa injustificável... Como é que, ao longo desse período, não se avançou do ponto de vista do cuidado ambiental no que diz respeito à questão do lixo e à questão do esgoto? Pelo amor de Deus! Todos nós estamos carecas de saber que prefeitura não vai ter dinheiro para fazer isso! Estou falando das prefeituras pequenas e das prefeituras médias por este País afora! Ora, se as prefeituras de capitais não têm condições de arcar com os custos de obras de grande envergadura, como as do saneamento ambiental, imaginem essas cidades pequenas e essas cidades médias!

Então, nós vamos insistir nisso, nós vamos pegar no pé. Esse orçamento tem de aparecer. Ele tem de aparecer, para que a gente possa, repito, avançar nessa direção.

E aí, Anivaldo, o Comitê, enfim, precisa dar, cada vez mais, prioridade a isso aí, até porque isso é papel do Comitê.

Eu gostaria também que o Comitê se posicionasse em frente de outro tema extremamente polêmico, que é a questão da gestão das águas, a questão da energia. Foi assinado um pacto lá atrás, ainda no governo da Presidenta Dilma, como aqui já foi mencionado, Irani, com os governadores, para o uso dessa água, para definir o custo dessas águas. E, agora, somos surpreendidos, repito, nestes tempos em que estamos vivendo de privatização desenfreada, de venda da maneira, inclusive, açodada e irresponsável do patrimônio público. Está aí o que já estão fazendo com o nosso pré-sal, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora a bola da vez é o sistema elétrico, a Eletrobras, e, junto com a Eletrobras, a questão da nossa Chesf.

Eu me associo aqui a tudo que a Senadora Lídice já colocou, Senador Elmano. Acho que é um equívoco sem tamanho, de repente, o Brasil, através dessa iniciativa do Governo Federal, se desfazer do Sistema Eletrobras. Espero inclusive que isso não aconteça, porque está em curso toda uma mobilização, todo um debate, está em curso inclusive a sociedade se organizando, tanto é que temos aqui frentes parlamentares para além de cores partidárias, frentes aqui já atuando fortemente no sentido de se colocar contra a questão da venda da Eletrobras. Mas eu gostaria de ver o Comitê de Bacias se posicionando, assim como, Irani, já me dirigindo a você, eu gostaria também que o Ministério da Integração Nacional pudesse trazer esclarecimentos, uma vez que o Ministro, em discursos, afirmou que já tem contratado estudos do BNDES para definir o desenho da privatização da gestão.

Ao mesmo tempo, repito que está em curso agora essa iniciativa do Governo Federal de privatização da Eletrobras, e, com isso, privatização da Chesf. No nosso entendimento, no entendimento da maioria do povo brasileiro, uma medida que vai causar enormes prejuízos para o Brasil, inclusive a preocupação que a gente tem com relação, Anivaldo, à questão do São Francisco. Depois de uma luta, de uma verdadeira saga que foi o São Francisco sair do papel, um projeto que todos nós sabemos, eu não vou dizer aqui o padre-nosso ao vigário, o Comitê sabe melhor do que eu a polêmica que se estabeleceu acerca desse projeto, o debate, mas aqui, mais uma vez, eu quero dizer da alegria, do orgulho que tenho da posição destemida que o Presidente Lula teve. E não digo isso porque seja do PT, não, digo isso com a convicção de quem concorda com a tese de que o São Francisco se faz necessário, pelo quanto os nossos Estados precisam da questão da segurança...

Veja bem, depois de todo esse esforço, de repente, vendem a Eletrobras, vendem a Chesf, e o São Francisco pode ser totalmente atingido com isso, o projeto de integração das bacias do São Francisco, na medida em que é a Chesf que tem a responsabilidade, perante a Região Nordeste, do ponto de vista do fornecimento da energia. Aliás, a Chesf não é uma empresa qualquer para nós; é uma empresa muito estratégica, muito importante, porque é e tem sido decisiva como fornecedora da energia, como um dos pilares fundamentais, obviamente, para sustentar qualquer projeto de desenvolvimento. E deixo aqui só essa preocupação: a interface que isso tem com a gestão das águas do São Francisco. Isso está nos preocupando e muito. Eu gostaria de ouvir a opinião do Comitê sobre isso.

Com relação ao Governo, que o Governo traga os esclarecimentos com relação a esse estudo do BNDES que está sendo contratado, etc., deixando aqui muito claro que nós vamos lutar contra a privatização do sistema elétrico.

Acrescento ainda rapidamente, para o Governo, para o Ministério da Integração Nacional e também para os demais Ministérios, a questão da conclusão do Eixo 1 do Eixo Norte. Agora mesmo, o Luitgards, que é o Diretor que cuida dos projetos especiais, estava conversando comigo e me pediu, inclusive, compreensão para se retirar, uma vez que ele estava tendo uma reunião com as empresas, que é o consórcio Emsa-Siton, que assumiu a obra quando da retomada agora a partir de junho. Ele estava me falando da preocupação, uma vez que estava começando a haver lentidão na obra. E isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos deixa extremamente apreensivos, porque, veja bem, o contrato para construção dos primeiros 100km das obras foi retomado, em 20 de junho de 2017, pelo consórcio Emsa-Siton, de que eu já falei.

O acordo foi que a execução seja feita na ordem de 40 milhões/mês, em três turnos. Na prática, estão sendo executados somente 10 milhões/mês. Isso procede? É uma pergunta que nós estamos fazendo porque, nesse ritmo, qual é a nossa preocupação? É que, de repente, o calendário anunciado pelo Ministro não seja cumprido.

O Ministro disse, aqui neste mesmo lugar onde eu estou, nesta mesma mesa, que o calendário de conclusão, de entrega das águas lá do Eixo 1 do Eixo Norte é no iniciozinho do ano para Fortaleza; e, 90 dias depois ou 120 dias depois, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Só que a pergunta é... O acordo previa a execução na ordem de 40 milhões/mês em três turnos. As informações que a gente está tendo é de que estão sendo executados 10 milhões por mês. Isso procede? Se isso procede, fica aqui a nossa pergunta: como fica o compromisso do ministro assumido com o povo brasileiro, através do Senado Federal, com relação ao calendário de conclusão da obra? O.k., Irani?

Outra questão que eu também queria aqui colocar para o Governo Federal, para o Ministério da Integração Nacional, é com relação à questão do Canal Apodi-Mossoró. O canal, como já foi dito, é necessário para permitir melhor funcionalidade do programa de integração do São Francisco. Porém, não é condicionalidade, uma vez que a água percorre pelos canais, conforme já relatado pela Agência das Águas. Está na fase de elaboração do projeto do canal, que terá aproximadamente 110km. Considerando o custo em torno de 25 milhões por quilômetro, a obra custará cerca de mais de 2 bilhões.

Com relação ao Ramal do Apodi, nós temos o seguinte, como já foi dito aqui: o projeto executivo está pronto. É fato que o projeto executivo está pronto. Segundo, o Ministro já afirmou o compromisso aqui de que solicitou ao Governo Federal um aporte de recursos para dar início à obra no ano que vem. Ou seja, uma vez aprovado o recurso no orçamento, ele lançaria o edital de licitação para que, em 2018, fosse iniciada a obra.

A pergunta, objetivamente, é: esse compromisso do Ministro está mantido? Mais do que isso: cadê o recurso, a proposta no Orçamento Geral para 2018, Irani, por favor? Como Comissão, nós já temos tomado iniciativa de contribuir nesse debate, tanto é que, mais uma vez, repito – e vocês são sabedores, porque o Ministério tem acompanhado – que colocamos uma emenda de Comissão de R$300 milhões para o Ramal Apodi-Mossoró. A Bancada colocou também uma emenda de R$100 milhões, embora não tenha sido impositiva, o que nós defendíamos que fosse. O fato é que eu solicito que nos seja enviada uma resposta concreta com relação ao Ramal Apodi, ou seja, disponibilidade orçamentária, previsão e calendário com relação ao edital de licitação e com relação ao início das obras.

Eu quero ainda também adiantar a questão da Paraíba com relação ao Vale do Piancó, ligação do Eixo Norte ao Vale do Piancó. Também precisamos de resposta acerca disso. Em 2014, houve uma decisão de essa obra entrar no PAC. Inclusive, à época, foi contratado um estudo e tudo. É uma região que dispensa comentários, muito necessitada por conta das condições climáticas da própria região, com a questão também das desigualdades do ponto de vista social, do ponto de vista regional. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obra também que tem um custo elevado. O fato é que, assim como estou cobrando o Ramal Apodi-Mossoró, também estou cobrando respostas com relação ao canal do Vale do Piancó.

Com relação ao Governo e com relação à ANA, Horácio, eu gostaria também que a ANA pudesse nos responder concretamente sobre essa outra preocupação já mencionada aqui, que é a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Eu preciso dessa resposta no calendário, até porque as informações que tivemos é que o Ministério da Integração Nacional está...

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – A atribuição não é nossa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, mas estão...

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Nós podemos autorizar os trabalhos, mas...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Perfeito. O que eu quero é o seguinte...

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – A obra é lá com os meninos do lado de lá.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Então, eu gostaria que, naquilo que diz respeito à ANA, a ANA pudesse responder, até esclarecendo isso, dizendo que a parte da questão da obra etc. cabe ao Ministério da Integração. O que eu estou cobrando aqui é exatamente que o Ministério da Integração e a ANA se unam, se reúnam, até porque esse foi o compromisso que foi assumido quando das audiências públicas que nós realizamos, para que tenhamos uma resposta concreta.

Isso aqui é um assunto muito sério – muito sério! Pelo amor de Deus! O próprio Ministério anuncia que, no primeiro semestre, as águas chegarão à Paraíba e, ao mesmo tempo, não vai garantir o serviço de desassoreamento e desobstrução do leito Piranhas-Açu? Nós precisamos, portanto, dessa resposta.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Senadora, inclusive, eu gostaria de dizer. Na semana passada, houve eleição para o novo Comitê do Piranhas-Açu. O seu conterrâneo, nosso amigo, Paulo Varella está assumindo a Presidência do Comitê do Piranhas-Açu, com uma nova diretoria.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Então, vamos...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Peço que você já o convoque.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Isso. Juntamente com o Comitê, vamos cuidar dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, isso é muito importante.

O Dr. Paulo Varella é um quadro qualificado. Conhecemos a sua trajetória. Quero aqui saudá-lo, inclusive, pela Presidência do Comitê de Bacias lá do Rio Piranhas-Açu, que ele assume neste exato momento, assim como saudar a gestão que foi coordenada pelo Procópio, outro grande articulador...

Fale, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Inclusive agora, no dia 6 de dezembro, vai ser entrega do Prêmio ANA, e nós vamos fazer uma homenagem ao Procópio, ao Estado do Rio Grande do Norte e ao Estado da Paraíba, pela gestão, que foi um conflito – a senhora conhece bem o conflito dessa bacia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Conheço.

O SR. HORÁCIO FIGUEIREDO JUNIOR – Eles serão homenageados pelo trabalho que realizaram nesses últimos anos nesta bacia.

Quero aproveitar para convidar a Senadora para estar presente na entrega do nosso Prêmio ANA.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Eu me associo às homenagens que estão sendo feitas a Procópio. São merecidas, repito, pela sua dedicação, pelo seu empenho nessa luta pela gestão das águas, na questão da segurança hídrica, à frente do Comitê.

Por fim, Irani, quero, mais uma vez, aqui só colocar para você: os recursos disponibilizados do Orçamento Geral da União para 2018 são de 526 milhões. Pago de 2007 a 2016 foi um montante de 5,2 bilhões. Com relação ao trecho um do Eixo Norte, como eu já falei, o contrato para construção dos primeiros 100km da obra foram retomados em 20 de junho de 2017, pelo consórcio Emsa-Siton.

Quero aqui dizer, Nivaldo, da alegria nossa pela contribuição que a gente deu pela retomada dessa obra. A gente, inclusive, realizou este ano uma caravana das águas, em que o Ministério da Integração esteve presente, o comitê de bacias esteve presente também. Isso foi muito importante. Nós tivemos essa caravana pelos quatro Estados, em um processo de mobilização de gestores, Deputados, Vereadores, Prefeitos e sociedade civil, para fortalecer, naquele momento, a luta pela retomada da obra. A obra terminou sendo, enfim, realizada e está em andamento desde o dia 20 de junho.

Mas volto aqui ainda a colocar, Irani: o acordo de execução que foi previsto era de 40 milhões/mês, em três turnos. Na prática estão executando 10 milhões/mês. Isso significa que não será cumprido o cronograma para março de 2018, apresentado aqui pelo Ministro à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Com relação ao Programa Avançar, que foi lançado pelo Governo Federal agora esta semana. Pelo programa que foi lançado esta semana, a conclusão da obra está prevista para 30 de junho de 2018. Então, gostaria que fossem esclarecidas essas datas aqui.

Bom, nós vamos passar a palavra para Luis Napoleão, pela Codevasf; Larissa, e deixamos a palavra para o Irani, para que ele possa organizar as respostas.

Para as considerações finais.

O SR. LUIS NAPOLEÃO CASADO – Senadora, digo da nossa satisfação de participar deste debate. A Codevasf continua com o seu propósito nas bacias em que atua, buscando a sustentabilidade dessas bacias, assim como ampliando o acesso dessas pessoas à água. O que nós mais defendemos é que tão importante quanto esse acesso à água é que nós possamos assegurar a água potável. Ou seja, a potabilidade é muito importante nessa discussão, para que nós possamos ter sempre uma população saudável, com saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Codevasf, em nome do Presidente Antônio Avelino, se coloca à disposição sempre que necessário para a Comissão e para esta Casa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço, Luis, pela sua participação. Com certeza você vai estar conosco em outros momentos.

Passo a palavra aqui imediatamente à Larissa Rosa.

A SRª LARISSA ROSA – Muito obrigada, Senadora.

Para as considerações finais – é uma pena que o Senador Elmano não esteja mais presente –, só coloco a questão que ele ressaltou do Ibama e a questão das restrições ambientais. A gente se alinha à fala do Presidente do Comitê, que não é atravancar o desenvolvimento. Ninguém é contrário, de forma alguma, mas com sustentabilidade, desenvolvimento sustentável.

Nas últimas colocações a respeito do tema de hoje, em que a gente trabalhou sobre segurança hídrica, ele colocou também sobre segurança hídrica, porque, quando a gente fala em segurança, a gente fala de certeza. Aí, num ambiente de incerteza, num ambiente de mudanças, num ambiente cada vez mais acelerado de mudança do clima, a gente acredita que a gente tem que avançar desse discurso para as ações mais práticas. E isso passa pelo planejamento, conforme ele colocou, pelo fortalecimento do Comitê da Bacia, essa concertação de atores – essa "concertação" de atores com c – e trabalhar de forma mais articulada, passar por uma expansão dos investimentos, também conforme foi colocado, discutir políticas. Então, este é um momento muito valioso para o Ministério do Meio Ambiente.

E aí eu concordo com ele também sobre o paradoxo que se estabelece, porque a gente tem: o que leva uma política pública, o que leva à elaboração de uma política pública é o reconhecimento da sociedade; não é o diagnóstico do problema, é a sociedade reconhecer. Então, o paradoxo que se estabelece é que a gente tem o reconhecimento da sociedade de que a água é o centro do debate e o centro das preocupações, e tem que deixar de ser negligenciada no debate político. Aí, a gente tem o envolvimento dos Senadores, dos Parlamentares, a dedicação dos órgãos federais, dos órgãos estaduais. Em contrapartida, a sociedade não reconhece o trabalho, e não salta aos olhos. Então, acho que passa por um aperfeiçoamento, sem dúvida, da nossa atuação. Eu acho que um dos passos a gente pode começar na implementação dos três pactos propostos pelo Comitê da Bacia do São Francisco: o pacto da legalidade, o da revitalização e o pacto das águas, com o qual o Ministério do Meio Ambiente se alinha integralmente.

E, para finalizar, agradeço a iniciativa muito bem-vinda, o debate com os Senadores. É uma pena que não esteja aqui a Senadora Lídice da Mata, que inclusive tem um Projeto de Lei, o 86, de 2015, que já passou pelo Ministério do Meio Ambiente, que é para fortalecer a revitalização da bacia, que institui normas de revitalização.

O Senador Elmano Férrer e a Senadora Regina... Ele citou que eu sou nova, mas já tenho dez anos de militância em defesa do Rio São Francisco e fiquei muito à vontade, porque meus pais são do Piauí – de Oeiras, a primeira capital, onde o Piauí começou –, então a gente está plenamente alinhada com todas as falas.

Muito obrigada e a gente está sempre à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós que agradecemos, Larissa. Com certeza, o Ministério do Meio Ambiente será convidado mais vezes, até porque não há como o Ministério do Meio Ambiente estar ausente de um debate dessa envergadura.

Quero só acrescentar... Na verdade, a Senadora Lídice da Mata esteve aqui e participou, mas teve que se ausentar, assim como a Senadora Regina e o Senador Elmano agora, porque a CCJ está funcionando, há outras comissões funcionando. Inclusive, assim que terminar aqui eu terei que ir para lá, também.

Muito obrigada.

Com a palavra, imediatamente, Irani Braga, representando aqui o Ministro da Integração, Hélder Barbalho.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom, Senadora, foram várias perguntas.

Eu pedi para colocar esse eslaide aqui, e eu vou responder "pá-pá-pá-pá". Acho que é até melhor ser o mais afirmativo possível em todas as suas questões.

Quanto à conclusão da Meta 1, a senhora comentou a respeito das medições da obra e tudo. De fato, a expectativa do Ministério e a expectativa do Ministro, quando fez a previsão de que a obra estaria com a entrega da água em março de 2018, foi baseada numa previsão de execução de R$40 milhões por mês, o que não se está verificando. A gente está conseguindo... A empresa está numa execução mais baixa, e isso preocupou muito o Ministério.

O Ministério acionou os meios contratuais legais para pressionar a empresa; não teve ainda uma resposta positiva do ponto de vista de execução, mas está no caminho legal para a negociação. A expectativa é de termos uma revisão desse prazo. Não temos ainda uma nova data para a conclusão, mas a expectativa, pelas últimas conversas com a empresa, é de que ela vai... Ela ficou assustada com as punições com que o Ministério acenou para ela, e a expectativa é de que ela volte agora a se mobilizar para conseguir essa execução. A partir do momento em que a gente tiver isso, a gente tem condição de fazer uma nova programação da data de entrega da Meta 1 do Eixo Norte.

Quanto ao Canal do Apodi, aí é importante... Eu pedi para colocar aqui. O Canal do Apodi vai pegar água lá na extremidade do Eixo Norte, no último reservatório, no penúltimo reservatório. Está lá escrito "Ramal do Apodi". E, para a água chegar ao Rio Grande do Norte, não é necessário do Canal do Apodi; é necessário para que a gente entregue água lá em Pau dos Ferros e na extremidade Leste do...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Só um parêntese.

Claro, até porque as águas vão lá pelo leito do Piranhas-Açu, e você vai falar sobre isso, desde que, também, o leito esteja tratado e desobstruído. O fato é que, sem o Ramal Apodi-Mossoró, Irani, na prática, as águas do São Francisco beneficiariam apenas a metade da população do meu Estado. Sem contar com aquilo que eu mencionei: nessa outra região, que diz respeito ao Ramal Apodi-Mossoró, está nada mais nada menos do que Mossoró, a segunda cidade do Rio Grande do Norte.

Nessa região, Irani, sabe o que é que nós temos lá? Nós temos uma cidade de nome Pau dos Ferros, que é a cidade polo também da região do Alto Oeste, uma cidade muito importante; uma cidade, inclusive, que abrigou uma barragem de grande capacidade hídrica. Foi viabilizada na época do governo da Presidenta Dilma, e, hoje, a dor maior que nos causa é que a barragem foi concluída, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até hoje ela não recebeu uma gota d'água – uma gota d'água! Enquanto isso há o sofrimento que têm passado as populações das cidades ali, que formam a região, exatamente, do Alto Oeste. Uma barragem belíssima, mas, infelizmente, a chuva não veio. Seis anos de seca...

Se as águas do São Francisco já tivessem chegado ao Rio Grande do Norte... Aí entra exatamente o conceito da segurança hídrica. A barragem já teria sido suprida e estaria cumprindo o seu papel, repito, de segurança hídrica para a nossa população. Só para reforçar, repito, por que é que nós não podemos abrir mão, de maneira nenhuma, do Ramal Apodi-Mossoró.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Sim, senhora. A senhora tem razão.

E, aí, o que é que acontece? O Ramal do Apodi está em conclusão de projeto. Falta menos de 0,5% dos documentos técnicos para serem concluídos, e a previsão é que se concluam agora, neste mês de dezembro. E a intenção do Ministério é, imediatamente, concluído, preparar o edital de licitação, para que tenhamos a licitação.

Nós temos, só para... A senhora comentou a respeito do valor, de R$2,1 bilhões. Esse valor é a estimativa em cima do projeto básico, feito com data de referência de maio de 2014. Se nós atualizarmos para agora, dão mais 25%. Isso vai para R$2,7 bilhões. Então, é a data de hoje. Mas esse orçamento precisa ser revisto, à luz do projeto do Executivo, na composição do edital de licitação. A expectativa é licitar no primeiro semestre de 2018. Pronto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o orçamento?

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – O orçamento.

No orçamento, dentro do Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo, nós temos R$1 milhão. É um valor pequeno, e, por isso, o Ministério agradece o esforço da Bancada e da Comissão, no sentido de reforçar esse orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, pelo amor de Deus! E veja bem: uma obra que deve custar, pelo que você está colocando aqui, em valores atualizados, quase R$3 bilhões, de repente existe lá orçado apenas R$1 milhão... É completamente inviável. Daí porque a importância, repito, do Ministério se somar aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional, para a defesa da emenda que nós apresentamos, dos R$300 milhões, com mais R$100 milhões que a Bancada federal colocou. Bem como, Irani, reforço mais uma vez, aqui, a nossa reivindicação para que o Ministério da Integração Nacional consiga junto ao Ministério do Planejamento, junto à Presidência da República um aporte de recursos do próprio Orçamento Geral da União, repito, para que essa obra seja iniciada no ano de 2018. É imperativo: essa obra tem que começar! O primeiro passo tem que ser dado, e esse primeiro passo não pode ser mais adiado de maneira nenhuma.

Essa obra tem que começar exatamente em 2018, considerando que o outro reservatório nosso muito importante, que é a Barragem de Oiticica, já está em fase de conclusão. Inclusive nós estamos com recursos assegurados para Oiticica, embora falte ainda, e quero adiantar isto aqui para o Ministério da Integração responder... Que nos traga um quadro geral no que diz respeito ao calendário que o Ministro anunciou: que Oiticica será entregue em 2018. Então nos traga também um quadro acerca desse compromisso que o Ministério da Integração Nacional assumiu.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Quanto a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você já falou do ramal.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Eu já falei do ramal, e, como eu disse, a água pode chegar ao Piranhas-Açu por meio da Barragem de Engenheiro Ávidos, e aí a saída para Engenheiros Ávidos é no reservatório... A gente tem mais de uma saída, mas a melhor saída, no momento, é a saída que vem pelo Reservatório de Morros, logo depois do Túnel Cuncas, onde a gente não precisa de obras adicionais, pois a obra já está concluída. E a gente tem a possibilidade de entregar para o Piranhas-Açu cerca de 5 metros cúbicos por segundo de água por essa saída.

Bom, isso chega ao Ávidos, do Ávidos vai para o Piranhas-Açu, e no Piranhas-Açu a gente tem notícia, de fato, de que é necessário fazer intervenções para que haja um melhor escoamento. Mas já há possibilidade de escoamento. É necessário fazer outras intervenções para que esse escoamento seja melhor, inclusive para que as populações, que hoje conseguem transitar por alguns trechos do rio, possam... Principalmente antes, ainda no trecho paraibano, a gente precisa eventualmente fazer algumas passagens molhadas, talvez até alguma ponte, para permitir o acesso das pessoas e melhorar o escoamento de fato.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me, ainda, aqui pontuar esse tema.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque, veja bem, isto aqui é um assunto muito sério e por isso reforço que os esclarecimentos venham por escrito, com toda a objetividade, com toda a assertividade. Por quê? Porque a informação que nós temos não é essa; a informação que nós temos é de que o leito do rio está muito prejudicado, porque ele está muito assoreado, e, por conseguinte, uma vez liberadas as águas, demorariam bastante essas águas chegar ao Rio Grande do Norte.

Então, isso precisa ser esclarecido, porque você está dizendo aqui que não é bem assim. Você está colocando que há condições de escoamento, mesmo ele hoje estando nessas condições. Outros disseram que não, que está muito obstruído.

Então, é apenas só para – viu, Irani? – que venham as informações com toda a precisão possível, até porque isso tem a ver com o que nós colocamos aqui que é a que a ANA, junto com o Ministério da Integração Nacional, dar uma resposta às providências que precisam ser adotadas para que, de fato, nós tenhamos a condição de ter o escoamento necessário para receber essas águas. Não é um escoamento mais ou menos, menos ou mais. Não. É que tenha condições, o leito do Rio Açu, normais, adequadas, de escoar as águas para o Rio Grande do Norte quando essas águas forem liberadas.

Lembrando aquilo que vocês sabem – e a ANA sabe disso –, o Piranhas-Açu, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, está com menos 16% da sua capacidade hídrica. Segundo o próprio Comitê do Rio Piranhas-Açu, com base em estudos em que a ANA tem estado presente... São estudos e não coisas que se ouviu dizer. Tanto é que recentemente foram tomadas, inclusive, muitas medidas do ponto de vista do uso racional daquelas águas. O fato é que o Comitê alertou o Rio Grande do Norte de que em dezembro entra, exatamente, em volume morto. Daí porque repito, mais uma vez, a necessidade imperiosa de que essa obra, de fato, seja entregue o quanto antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Quanto ao Ramal do Piancó, que a senhora comentou, que também vai abastecer a calha do Piranhas-Açu, ela está no PAC; o projeto dele está sendo contratado pelo Banco Mundial. A previsão é a de que a gente tenha o contrato assinado agora em dezembro. O prazo de elaboração do projeto é de 180 dias, na verdade do Estudo de Viabilidade Técnica. Imediatamente, o Ministério, por meio do Estudo de Viabilidade Técnica, vai elaborar um projeto básico para licitar. Temos um orçamento de R$133 milhões numa emenda da bancada da Bancada da Paraíba para o Ramal do Piancó, em 2018.

Só uma coisinha. A gente comentou a respeito da Meta 1 do Eixo Norte, e a senhora comentou a respeito do Programa Avançar e da data de 30 de julho, que está colocada lá, aí é uma coisa importante de esclarecer: essa data de 30 de junho é a data de finalização do contrato. Então, ela dialoga com a data de março, sobre a qual a gente estava conversando antes. Uma coisa é eu ter a obra funcionando, com a entrega da água, cuja previsão era março; a outra coisa é eu finalizar todos os serviços complementares necessários porque a previsão do Programa Avançar, conforme o contrato, é para junho.

Senadora, a senhora pediu e já anotei aqui. A gente vai remeter essas informações por escrito, formalizá-las.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e retransmito os cumprimentos do Ministro da Integração.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença dos senhores e das senhoras e dizer que nós vamos dar continuidade a esse debate no primeiro semestre de 2018 pelo quanto de desafiador tem, sem dúvida nenhuma, o tema da gestão das águas e a questão da segurança hídrica.

Muito obrigada a todos e todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, mais uma vez, aqui, fazendo registro de que, nesta quinta-feira, a partir das 14h, estarei lá, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, dando continuidade ao ciclo de debates sobre o Fundeb e a sua importância para o desenvolvimento regional. E, na segunda-feira, também estaremos no Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, também realizando um ciclo de debates sobre o Fundeb e a sua importância para o desenvolvimento regional.

Mais uma vez, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 09 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wilder Morais, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Davi Alcolumbre e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões de nºs 35 e 36, que são aprovadas. Passa-se à pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Avaliação de Política Pública. Finalidade: Leitura do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 15/2017, a "segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste", em atendimento ao artigo 96-B do Regimento Interno. Resultado: Adiado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDR 40/2017, de autoria do Senador Elmano Férrer e da Senadora Regina Sousa, e RDR 46/2017, de autoria do Senador Elmano Férrer. Finalidade: Discutir a transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco. Participantes: Deputado Federal Gonzaga Patriota; Dr. Hypérides Macêdo, Engenheiro Civil, Professor e Consultor na área de Recursos Hídricos; Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS; Adriana Lustosa, Coordenadora do Departamento de Recursos Hídricos (representante de: Ministério do Meio-Ambiente - MMA); Renato Brito Chaves, Gerente de Projetos da Área de Desenvolvimento Integrado de Infraestrutura (representante de: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)); Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos (representante de: Agência Nacional de Águas (ANA)); Rafael Ribeiro Silveira, Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos (representante de: Ministério da Integração Nacional). Régis Fontana Pinto, Coordenador de Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas, Hidrovias e Estruturas Fluviais (representante de: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)). Resultado: Realizada. Com a permissão da Comissão, usam da palavra os senhores Victor Uchôa Ferreira da Silva, Engenheiro Agrônomo, Representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Athadeu Ferreira da Silva, Assessor da Presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Roberto Rocha, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Avaliação de Política Pública. Finalidade: Leitura e aprovação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 15/2017, cujo tema é a "segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste", em atendimento ao artigo 96-B do Regimento Interno. Resultado: Aprovado o Relatório. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal." Autoria: Deputado José Carlos Vieira. Relatoria: Senador. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação da emenda nº 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro." Autoria: Deputado Domingos Neto. Relatoria: Senador. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos." Autoria: Deputada Soraya Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador. Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório com a emenda nº 01-CDR. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." Autoria: Deputado Hildo Rocha. Relatoria: Senador. João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências" Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senadora. Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório com as emendas de nºs 01 a 06-CDR;. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no Estado de Rondônia." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 9 - OFICIO "S" Nº 55, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 4º e 5º, o Relatório do Banco do Brasil S.A., sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2016." Autoria: Banco do Brasil. Relatoria: Senador. Hélio José. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo - que: "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses." Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador. Hélio José. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador. José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora. Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/13

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Passarei direto à leitura do relatório. Depois, nós iremos à parte de comunicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira parte da nossa reunião será destinada à leitura, discussão e aprovação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública escolhida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo neste ano de 2017.

Como o relatório é de nossa autoria, vou passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Valdir Raupp, integrante da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pode permanecer aí mesmo, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – É com satisfação que assumo temporariamente a Presidência desta Comissão.

Já passo a palavra para a nobre Presidente, Senadora Fátima Bezerra, para proferir o seu relatório.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Relatório de avaliação de políticas públicas sobre "Segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste", definida pelo Requerimento da CDR (RDR) nº 15, de 2017.

Políticas públicas são programas de ação governamental para coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas no sentido da realização de objetivos que superem deficiências estruturais da realidade socioeconômica. Cabe ao Congresso Nacional, como representante da sociedade, analisar se essas políticas de fato atendem as demandas sociais.

Para tanto, a avaliação dos programas de governo, conforme prevê a Constituição Federal, art. 49, inciso X, é uma das principais competências exclusivas do Congresso Nacional, ou seja, a de "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

Para tornar mais sistemática a ação fiscalizatória do Senado Federal sobre as ações finalísticas do Executivo, editou-se a Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, prevendo que a Casa realize a avaliação de políticas públicas no sentido de buscar, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais. Nos termos do art. 1º da norma, "as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito desta Comissão, o tema selecionado como objeto de avaliação para o ano de 2017 refere-se às políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, nos termos do Requerimento nº 15, de 2017, de nossa autoria.

Nesse sentido, aprovou-se o Plano de Trabalho para essa avaliação na CDR, com propostas de atividades a serem realizadas pela Comissão. As seguintes atividades estruturam os trabalhos da avaliação, quais sejam:

- obtenção de dados de órgãos e entidades dedicados aos temas objeto da avaliação, incluindo Agência Nacional de Águas, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Fundação Nacional de Saúde, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Tribunal de Contas da União, Ministério do Meio Ambiente, etc.;

- análise da legislação correlata;

- realização de audiências públicas.

As atividades mencionadas abordaram os seguintes subtemas:

- Projeto de Integração do Rio São Francisco e abastecimento de água para o Semiárido;

- gestão integrada de recursos hídricos nas Regiões Nordeste e Norte;

- execução financeira e orçamentária de projetos e programas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte.

Quanto às audiências públicas realizadas, descrevemos os principais pontos debatidos, bem como as propostas de encaminhamentos apresentadas pelos expositores.

Em suma, o conteúdo do presente relatório fundamenta-se nesse Plano de Trabalho, conforme sumário a seguir apresentado.

Sumário:

1 - Introdução..... 6

2 - Segurança hídrica no Nordeste, com foco no Projeto de Integração do Rio São Francisco 11

2.a) A atuação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.b) Descrição do PISF 17

2.c) Situação atual do PISF 21

2.d) Desafios do PISF 25

Obras inconclusas e recursos orçamentários 25

Gestão da água 28

3) Revitalização e ações para garantia de água..... 43

Esse é um dos itens do nosso relatório que nós consideramos muito importante e para o qual chamamos muito a atenção. A conclusão do Projeto de Integração do São Francisco está em curso. Vale aqui ressaltar que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo teve um papel muito importante pelo quanto mobilizou a sociedade, quando recolocou o projeto de integração das bacias do São Francisco na agenda do Senado, na agenda do Congresso Nacional.

A Caravana das Águas foi um ponto de partida fundamental para um ponto de chegada, que foi a retomada, repito, do Eixo 1, do Eixo Norte, ora em andamento. E o seu ponto de chegada esperamos que seja de fato a palavra do Governo aqui empenhada através do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, cumprida, qual seja a de entregar as águas ao Estado do Ceará em janeiro, bem como a de, no prazo de 90 a 120 dias, entregar as águas do São Francisco aos Estados da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, queremos aqui mais uma vez destacar a importância do projeto de revitalização do Rio São Francisco, porque nós temos de dar vida ao Rio São Francisco, para que ele cumpra com essa missão tão nobre que é a segurança hídrica para os Estados do Nordeste. Volto aqui a reforçar: que aqueles que têm interesse em ler o nosso relatório prestem bem atenção ao capítulo do relatório que nós dedicamos ao programa de revitalização do Rio São Francisco, até porque, em matéria de revitalização, as ações praticamente não saíram do papel. Hoje, fala-se em uma cifra em torno de R$30 bilhões, que seriam o orçamento necessário para que tenhamos a revitalização do Rio São Francisco levada a efeito. Não se trata só de cuidar de suas matas ciliares, das nascentes dos rios, de toda a questão do desassoreamento, mas a revitalização passa por outras ações ousadas e imperativas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão do saneamento ambiental, que envolve a questão do esgotamento sanitário das cidades por onde passam os rios, bem como a questão do tratamento dos resíduos sólidos. Então, é preciso a população do Nordeste e do Brasil como um todo estar muito atenta. Tanto os Estados doadores como os Estados recebedores devem estar muito atentos, repito, a este capítulo decisivo que é cuidar da vida, da qualidade das águas do nosso São Francisco.

O relatório termina com a segurança hídrica também no Norte, com foco no caso do Acre. Fala aqui das audiências públicas realizadas, de programas e ações orçamentárias, de propostas de encaminhamento etc.

A título de informação, quero aqui acrescentar, como parte do nosso relatório, no capítulo da introdução, o conceito de segurança hídrica, que é definida pela Organização das Nações Unidas como a capacidade de uma população em garantir acesso sustentável à quantidade adequada de água com qualidade aceitável para possibilitar meios de vida, bem-estar humano e desenvolvimento socioeconômico, bem como em assegurar proteção contra poluição hídrica e preservação de ecossistemas que proporcionem infraestrutura natural para o ciclo das águas.

Nessa definição, a segurança hídrica implica uma gestão de águas com alocação justa, eficiente e transparente entre os usuários, bem como custos acessíveis de modo a atender, no mínimo, necessidades humanas básicas, ainda que a água, ao longo do seu ciclo, seja coletada e tratada de modo a prevenir poluição e doenças de veiculação hídrica. E, sobretudo, a segurança hídrica implica a existência de mecanismos acessíveis e efetivos para gerenciar disputas e conflitos sobre o uso da água, questão que ganha relevância em situações de escassez como a historicamente vivida pela população do Nordeste semiárido. Nesse sentido, a segurança hídrica exige colaboração entre vários atores, setores econômicos, comunidades e entes federativos.

Na avaliação da ONU, os principais fatores de impacto sobre recursos hídricos são: 1) aumento da população com crescente urbanização e mudança nos padrões de consumo, com maior demanda por água; 2) alterações no ciclo hidrológico devido a ações antrópicas, como, por exemplo, desmatamentos e efeitos da mudança climática; 3) crescente demanda e competição entre diversos setores, tais como agricultura, energia e indústrias; e 4) contaminação devido à precariedade no saneamento básico, por exemplo, na coleta e tratamento de esgotos.

Segurança hídrica no Nordeste, com foco do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Atuação da CDR.

Durante o ano de 2017, a CDR, conforme já mencionei, teve papel fundamental no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas de segurança hídrica no Nordeste. De fato, a Comissão trouxe de volta à pauta do Senado, de forma muito destacada, a agenda do Projeto de Integração do São Francisco, uma agenda que se encontrava praticamente abandonada. Daí o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

protagonismo da CDR em conduzir essa pauta em momento de grave crise hídrica na Região Nordeste, decorrente de seis anos de estiagem, levando os Estados setentrionais à proximidade de um colapso socioeconômico.

Aqui eu abro um parêntese: foram seis anos seguidos de estiagem. Para se ter uma ideia, por exemplo, o meu Estado, Rio Grande do Norte, encontra-se com seus principais reservatórios com a capacidade hídrica abaixo de 15%. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é o nosso pulmão, que é o principal reservatório em matéria de segurança hídrica que o Rio Grande do Norte tem, está prevista para entrar em volume morto agora no mês de dezembro.

A região oeste, médio oeste e alto oeste do meu Estado, Rio Grande do Norte, concentra mais de 60 Municípios. Essa região, inclusive, teve uma conquista importante na área de infraestrutura hídrica, que foi a Barragem de Pau dos Ferros, concluída no governo da Presidenta Dilma através de recursos do PAC. Pois bem, essa barragem foi concluída, e até hoje não entrou uma gota de água, Senador Valdir Raupp. Por quê? Porque a chuva não veio. E passam por transtorno e sofrimento milhares de moradores e moradoras das cidades que formam todo o entorno na região do alto oeste, médio oeste e oeste.

Estou falando de uma região onde está Mossoró, a segunda cidade do Rio Grande do Norte em matéria de densidade populacional. Mossoró é uma cidade polo muito importante. Aliás, acaba de ser conferido a Mossoró o título de Capital do Semiárido, por um projeto de lei de iniciativa da Senadora Sandra Rosado e relatado por mim, aprovado agora no Senado Federal, que vai à sanção. Estou falando de uma cidade que está recebendo o título de Capital do Semiárido, Mossoró, assim como Pau dos Ferros, outra cidade polo do alto oeste, que enfrentam todos esses problemas em decorrência, repito, da estiagem que se abateu sobre o Nordeste, mais uma vez, de maneira impiedosa. Nós costumamos sempre aqui pontuar, por dever de justiça, que, se não fossem as políticas de inclusão social e produtivas adotadas nos governos do PT, Lula e Dilma, como o programa de cisternas, Um milhão de Cisternas, que, aliás, no orçamento de 2018, está sofrendo um corte brutal... Isso é um crime! É um corte de mais 90%. Se não fossem esses programas de inclusão social e produtiva, como Um Milhão de Cisternas e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), somados a outras iniciativas, como Bolsa Família e Luz para Todos, o cenário do Nordeste seria aquele cenário desolador, que eu conheço muito bem, até porque conheço a seca não é pelo dicionário nem pelos livros de história; eu conheço a seca, porque vivi e sei o que foi na minha adolescência, na pequena cidade de Nova Palmeira, fronteira com o Rio Grande do Norte, o Seridó paraibano com o Seridó norte-rio-grandense. Sei quais são os efeitos danosos que a seca traz, porque, naquela época, como não havia essas políticas de inclusão social e produtiva, não morria só gado, não, morria gente também. E não morriam só de sede, não, morriam também de fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço essa breve preleção aqui apenas para dizer, Senador Valdir Raupp, o quanto considero oportuna a decisão que a Comissão de Desenvolvimento Regional tomou de pautar como prioridade a questão da gestão das águas e a segurança hídrica, com foco no Nordeste e no Norte. No Nordeste, é por essa especificidade, que é a questão da escassez, a questão da estiagem, tanto é que, repito, nós estamos saindo... Tomara, meu Deus! Segundo os estudiosos, esses ciclos de seis anos seguidos de seca no Nordeste estão tendo uma interrupção. Tomara! Então, é o Nordeste, de um lado, com a estiagem, a escassez; e a sua região, o Norte, onde há abundância, mas vocês padecem de um grande problema, que é a distribuição dessas águas. É por isso que nós escolhemos essa temática. Creio que nada mais nada menos fizemos que o nosso papel, até porque não é nenhum favor, é o nosso dever colocar a CDR como uma instância de mobilizar a sociedade, como ela mobilizou, para recolocar a agenda do Projeto de Integração do São Francisco na ordem do dia.

Nesse sentido, a primeira iniciativa da nossa CDR foi a Caravana das Águas, que realizamos exatamente no período de 19 a 20 de junho. Naquela ocasião, nós percorríamos todo Eixo 1 do Eixo Norte, saindo de Terra Nova, Pernambuco, quando a obra, Senado Raupp, estava parada. De lá, nós viemos pelo Ceará, depois por Paraíba, até adentrar o Rio Grande do Norte. Não estávamos sozinhos. O Senador Humberto participou. Estava lá também a Assembleia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Eu quero aqui saudar todos na figura do Deputado Fernando Mineiro, do Deputado Hermano Morais, da Deputada Larissa, do Deputado Gustavo. Vários outros Parlamentares da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Norte, participaram intensamente dessa caravana, assim como também da Assembleia Legislativa da Paraíba, que saúdo em nome de Jeová, de Renato Gadelha e de tantos outros Parlamentares da Assembleia Legislativa da Paraíba que se integraram à nossa caravana.

Faço uma saudação aqui muito especial à Igreja do meu Estado, aos Arcebispos Dom Jaime, Dom Mariano Manzana, Dom Antônio. É, mais uma vez, a Igreja participando intensamente na defesa da cidadania do nosso povo, desta vez na luta pela conclusão do São Francisco, como também a Igreja da Paraíba, as Câmaras Municipais, as prefeituras e a sociedade civil, através do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu.

Enfim, foi essa caravana, repito, que mobilizou a sociedade, e o fato é que a obra foi retomada, e o fato é que a obra está em andamento.

Nós realizamos várias audiências públicas aqui também na nossa Comissão, contando, inclusive, com a presença do Ministro Helder Barbalho, e mais uma vez eu tenho de ressaltar: o Ministro sempre atendeu a todos os convites que aqui nós fizemos, inclusive quando solicitei ao Ministro que os secretários e técnicos do Ministério da Integração Nacional me acompanhassem nessas diligências que dizem respeito ao Projeto de Integração do São Francisco. Tanto na Caravana das Águas como também nas audiências públicas, o Ministério se fez presente. O fato é que o Ministro, quando esteve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui conosco, colocou que o calendário que eles estão trabalhando para a entrega do Projeto do São Francisco é janeiro, as águas chegando ao Ceará, bem como, no prazo de 90 a 120 dias, chegando à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Eu vou passar aqui agora, rapidamente, a ler as informações prestadas pelo Ministro.

Sobre as ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco previstas no PISF, a Comissão, através da sua Presidência, apontou sua característica intersetorial, envolvendo diversos órgãos como o Ministério da Integração, o Ministério das Cidades, a ANA e a Funasa, informando que a grande maioria dos Municípios a serem beneficiados pelas águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco não têm serviços adequados de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos. Isso reforça a necessidade de viabilizar recursos orçamentários para auxiliar esses Municípios com as ações de saneamento básico, cruciais para a efetividade da revitalização do São Francisco.

Mais uma vez, volto a destacar... Por favor, fechem essa porta aqui. Está vindo um barulho enorme do lado de lá.

Mais uma vez, volto a destacar, Senador Valdir Raupp, o quanto é importante essa questão de termos o orçamento assegurado para o programa de revitalização, inclusive no que diz respeito à questão do tratamento do esgotamento sanitário e à questão dos resíduos sólidos. Imagine V. Exª: se a maioria dos Estados não tem como tirar do seu orçamento para levar adiante programa para cuidar do lixo, os chamados resíduos sólidos, e muito menos da questão do saneamento ambiental, da questão do esgotamento, V. Exª imagine os Municípios; aí é que eles não têm mesmo! Daí vem um dos maiores alertas que este relatório faz: o quanto nós, no Congresso Nacional, no Senado, precisamos exercer o nosso papel fiscalizador, inclusive o nosso papel proativo e propositivo nesse sentido, de cobrar do Ministério da Integração Nacional e junto às demais instâncias, como a Funasa e o Ministério do Meio Ambiente, e junto à Presidência da República, repito, para que o Programa de Revitalização do Rio São Francisco não se torne uma letra morta e, consequentemente, faça do nosso rio uma letra morta também.

Estão aí os alertas que já foram feitos sobre a situação do São Francisco. Que esse relatório, repito, contribua...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Srª Relatora, permita-me só um pequeno aparte nesta discussão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Nesse estudo, foi abordada a questão da transposição do Rio Tocantins para o São Francisco? É um tema que já começa a ser discutido, e, no futuro, acho que não teremos outra saída. Já que na Amazônia temos águas em abundância, o Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tocantins, que faz parte também da Amazônia, poderia ser transposto para o Rio São Francisco, para dar mais vitalidade ao Rio São Francisco e para poder justificar também essa transposição. De que adianta a transposição se não vai haver água, se as águas já estão ficando escassas no Rio São Francisco? Então, pergunto se, nesse estudo das águas, foi abordada essa questão do Rio Tocantins.

Aí, quando a senhora encerrar essa resposta, eu queria pedir que a Senadora Regina assumisse a Presidência, uma vez que eu sou Relator na Comissão de Orçamento e que a reunião está começando lá. A sessão do Congresso terminou. Vou ter de me retirar. Tenho até um relatório para fazer aqui, mas vou deixá-lo para outro dia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador!

Antes de V. Exª sair, respondo: nesse relatório, nós não estamos abordando a questão da transposição do Tocantins. Entretanto, quero dizer a V. Exª que isso já é objeto de debate da nossa Comissão, tanto é que respondo em parte a V. Exª dizendo que, na semana passada, a pedido do Senador Elmano e da Senadora Regina, nós realizamos uma importante audiência pública aqui já para tratar da transposição do Tocantins.

V. Exª tem razão, é um tema que precisa ser pensado...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Até porque o Rio Tocantins já está – não finalizou ainda o projeto – fazendo parte da Codevasf. Os rios da Amazônia já entram também na Codevasf, e eu estou colocando agora também um projeto para colocar a calha do Rio Madeira, em Rondônia e Amazonas também, na Codevasf. Acho que aos poucos a gente vai integrando...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – As bacias.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – ...o Nordeste com o Norte, com a Amazônia, para poder distribuir essas águas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza!

Mas é isso, está sendo objeto de debate aqui, na nossa Comissão. Agora, o nosso relatório, realmente, tem como foco aquilo que eu falei: a questão do Nordeste, do Norte, no caso o São Francisco, que dispensa comentários, pois é uma obra que, pela repercussão social e humana que tem, precisa ser concluída para, de fato, oferecer segurança hídrica a um conjunto de mais de 12 milhões de pessoas que habitam no Semiárido nordestino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao mesmo tempo, há a questão da revitalização, por todos esses motivos que nós aqui já elencamos: não basta fazer a integração das bacias do São Francisco, é preciso cuidar da qualidade de suas águas através de um ousado e vigoroso programa de revitalização.

V. Exª pediu à Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – A senhora poderia concluir, e, talvez, eu pudesse até fazer o meu relatório. De quantos minutos a senhora precisa ainda para concluir o seu relatório?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora vou só para as conclusões, bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Rapidinho?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Aguardo e faço o relatório rápido do meu projeto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.! Então, vamos lá!

Vamos agora para as propostas de encaminhamentos.

Após toda a análise que o nosso relatório faz das ações desenvolvidas pela CDR no que diz respeito à gestão das águas e à segurança hídrica, nós sugerimos os seguintes encaminhamentos.

Primeiro, a CDR assumiu no Senado Federal o protagonismo na retomada da pauta da continuidade e conclusão das obras do Programa de Intregração do São Francisco, considerando sua imensa importância socioeconômica para garantir segurança hídrica às populações dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Destacam-se como principais atividades da Comissão diversas audiências públicas, com a participação do Ministro da Integração e de especialistas no tema, bem como a realização da Caravana das Águas, que teve papel fundamental para mobilizar a sociedade e o Poder Público sobre a importância social e econômica da retomada das obras. Durante o período de realização da Caravana, 19 e 20 de junho, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, anunciou a suspensão judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que impedia a continuidade das obras de transposição no Eixo Norte.

Segundo informações trazidas pelo Ministro Helder Barbalho, em audiência pública na CDR no dia 23 de agosto do corrente ano, estima-se que, após concluídas as obras do Eixo Norte, as águas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Francisco percorram o trecho último desse eixo, no Município de São José de Piranhas, no final de maio de 2018.

Para contribuir com a retomadas das obras, a CDR aprovou emenda da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 no valor total de R$400 milhões para a construção do Ramal do Apodi.

Em função do exposto nesta avaliação sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, considerando inclusive sugestões de especialistas ouvidos nas audiências públicas, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal encaminha ao Poder Executivo as recomendações a seguir.

Ao Ministério da Integração Nacional recomenda priorizar a conclusão das obras do Eixo Norte, para garantir a chegada das águas aos Estados beneficiários e a implantação dos ramais complementares, como o Ramal do Apodi. A Comissão de Desenvolvimento Regional questiona se o cronograma estimado pelo Ministro da Integração em audiência pública na CDR, em 23/8/17, de chegada das águas do Eixo Norte no Ceará no início de 2018, será cumprido e se tem sido mantida a mobilização dos trabalhadores em turno pleno de 24 horas, com os repasses orçamentários necessários para o cumprimento do cronograma previsto.

Eu faço só um destaque aqui, Senadora Regina, no sentido de colocar que o Ministro foi peremptório quando disse que a entrega no primeiro semestre do ano que vem. Só que, para tanto, a obra foi retomada com três turnos e com um fluxo orçamentário que todo mês estava sendo disponibilizado. Nós tivemos informações de que estaria havendo problemas, que não estaria mais em atividade essa jornada de três turnos, bem como estaria havendo também problemas de fluxo orçamentário. Daí exatamente essa preocupação que nós colocamos aqui no relatório, esperando que isso seja equacionado, para que, de fato, o povo do Nordeste não tenha mais uma frustração, que seria chegar o primeiro semestre do ano que vem e, de repente, o calendário de conclusão das obras do São Francisco ser adiado.

É fundamental que o modelo de gestão do PISF em estudo pelo BNDES seja concluído e aberto à discussão pública com os atores diretamente interessados, sobretudo os Estados doadores e receptores, bem antes da conclusão das obras do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Regional é contrária à privatização dessa gestão, pois entende que poderá comprometer os impactos socioeconômicos positivos associados ao projeto.

A gestão do PISF deve contemplar solução adequada para os conflitos sobre usos múltiplos, investimentos necessários, modicidade nos custos das águas para os Estados, diminuição do desperdício de água tratada e fortalecimento de soluções de menor escala para as populações difusas (cisternas pluviais, poços, dessalinização, entre outros). Sobretudo, deve garantir que os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebedores das águas do PISF melhorem seus sistemas de gestão de recursos hídricos e invistam na integração entre as estruturas de reservação.

O Ministério deve tornar mais transparentes e acessíveis, no seu sítio eletrônico, os dados sobre a situação atual da obra dos Eixos Norte e Leste e de obras complementares do PISF, inclusive quanto a recursos orçamentários investidos e previstos, de modo a permitir que toda a sociedade acompanhe o andamento do projeto.

Particularmente, seria fundamental que a programação orçamentária associada ao tema fosse claramente identificada. Por exemplo, o PISF poderia constituir um único programa com as ações pertinentes. Alternativamente, as ações poderiam conter alguma forma de identificação, como "Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco (PISF)".

Ainda no que toca à relação entre o PISF e o orçamento público, é importante que haja continuidade no fluxo financeiro destinado às obras, de sorte a atender ao disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar nº 101, de 2000). Nesse caso, em função do significativo volume de recursos demandados e da dificuldade de o Congresso Nacional movimentar expressivas dotações por meio de emendas, recomenda-se – repito, recomenda-se – que o Executivo, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, proveja dotações suficientes para a execução das obras sem risco de interrupções.

É preciso garantir recursos para a construção das obras hídricas estruturantes do PISF, a exemplo da Adutora do Agreste (PE) e do Ramal do Apodi (RN). Para tanto, serão necessários aproximadamente R$6,83 bilhões, conforme apresentações trazidas pelo Ministério da Integração em audiências públicas da CDR em 2017.

É preciso priorizar recursos para a construção do Ramal do Apodi. Segundo dados trazidos à CDR pelo Ministério da Integração sobre a previsão de início das obras do Ramal do Apodi e sua respectiva previsão orçamentária, a SIH informa que encaminhou ao Ministério, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), a solicitação de R$600 milhões. Contudo, o MPDG reduziu a previsão orçamentária da Ação 152F para apenas R$1 milhão, na PLOA 2018. Além da Emenda da CDR para o Ramal do Apodi, de R$400 milhões, que a gente propôs, a Bancada do Rio Grande do Norte também propôs para a obra uma emenda não impositiva de R$100 milhões; ambas emendas foram alocadas na Ação 5900 – Eixo Norte.

Segundo os critérios adotados na seção "Programas e ações orçamentárias", deste relatório, o valor encaminhado no projeto de lei orçamentária para 2018 (PLOA 2018) para o PISF é de cerca de R$1,7 bilhão. Possivelmente, na deliberação final da LOA 2018, haverá redução nesse valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A construção do Ramal do Apodi e do Ramal do Piancó, na Paraíba, são de absoluta prioridade, de modo a prover segurança hídrica para a porção ocidental do Estado do Rio Grande do Norte e para significativa porção de Municípios paraibanos.

Além das obras hídricas estruturantes, há ações pontuais das quais depende o efetivo funcionamento dos sistemas naturais de transporte da água, a exemplo de ações para desobstrução e desassoreamento do Rio Piranhas-Açu.

É preciso incorporar, na gestão das águas do PISF, as diretrizes e orientações do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, elaborado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e garantir os recursos necessários para a execução das ações de revitalização previstas no Plano Novo Chico, com especial ênfase para a aplicação de R$21,9 bilhões em ações de revitalização da bacia, incluindo saneamento básico e recuperação de nascentes e áreas degradadas, bem como tomar as providências necessárias para o início imediato da implementação do plano.

Nas ações de revitalização, deve ser dada prioridade absoluta, sobretudo por meio da garantia de recursos orçamentários, à melhoria dos índices de saneamento ambiental dos Municípios localizados na área de influência do projeto, pois nada mais, nada menos que 57% desses Municípios não apresentam serviços adequados de esgotamento, e 89,3% dos Municípios do Nordeste depositam seus resíduos sólidos em lixões. Ampliar as ações de implementação de projetos de tratamento de esgoto nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com vistas à universalização do saneamento na bacia, repito, deve ser ação prioritária.

A degradação pela qual passa a Bacia do São Francisco, somada a incipientes ações de revitalização, poderá comprometer a água disponível para o Projeto de Integração do São Francisco. Para reverter esse grave quadro, é preciso que o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco avance e apresente resultados concretos.

É preciso ainda possibilitar aos Estados recebedores das águas do PISF direcionar os recursos referentes ao pagamento pela água transposta para a estruturação de seus sistemas de gestão de recursos hídricos.

À Codevasf, recomendamos priorizar a conclusão do Plano de Gestão Anual do PISF e submetê-lo à avaliação da CDR, por meio de audiência pública específica.

Há recomendações nossas à Agência Nacional das Águas, ao Ministério do Meio Ambiente, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério de Minas e Energia.

Quero destacar que esta CDR posiciona-se de forma contrária à privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias, alinhando-se com a Frente Parlamentar em Defesa da Chesf e com a Carta dos 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governadores do Nordeste dirigida à Presidência da República, posicionando-se contra a privatização, considerando os impactos negativos para os cidadãos nordestinos, como o aumento da tarifa de energia. Sobretudo, posiciona-se contra a transferência para investidores privados do controle operacional das usinas geridas pela Chesf, medida que submeterá ao setor privado o controle das águas armazenadas nos reservatórios de regularização para geração de energia hidrelétrica. Essa privatização, não temos nenhuma dúvida, trará, portanto, graves riscos para a segurança hídrica do São Francisco. Por isso, nós somos totalmente contra.

Enfim, o relatório, Senador Valdir Raupp, é esse.

Para encerrar, mais uma vez, quero destacar a participação de todos os atores na retomada dessa agenda que para nós é prioritária. Consideramos que cumprimos o nosso papel na Comissão de Desenvolvimento Regional para a retomada da obra, bem como para a retomada de obras que fazem parte do próprio projeto do Rio São Francisco e de outras a iniciar, como, por exemplo, o Ramal do Apodi, que destaco aqui como absolutamente imprescindível. Se o Ramal do Apodi-Mossoró não for construído, o meu Estado, Rio Grande do Norte, vai ser beneficiado pela metade, porque, sem o Ramal do Apodi, toda a população do alto oeste, médio oeste e oeste ficará excluída dos benefícios das águas do São Francisco. Daí por que é imprescindível o Ramal Apodi-Mossoró. Fizemos o nosso papel e aprovamos emenda via Comissão.

Quero saudar o Fórum do Alto Oeste em prol do Ramal Apodi-Mossoró pelo quanto mobilizou a sociedade na integração dessa agenda em defesa do Projeto de Integração do São Francisco. Parabenizo o Fórum, porque conseguimos o projeto executivo, que já está pronto. Essas iniciativas estão em curso para a obtenção de recursos junto ao Orçamento Geral da União por parte do Ministério, para que a obra seja iniciada no próximo ano. E vamos aqui acompanhar *pari passu*. O Ramal do Apodi, Ministro da Integração, Helder Barbalho, tem de ser iniciado no ano de 2017. Assim também temos de cuidar do desassoreamento do Rio Piranhas-Açu, para que, quando as águas do São Francisco forem liberadas para adentrar o Rio Grande do Norte, possam chegar lá, conforme está previsto, exatamente pelo Rio Piranhas-Açu, assim como o Canal do Piancó e outras obras fundamentais no projeto de integração do São Francisco.

É esse o nosso relatório.

Permita-me ainda rapidamente aqui destacar – falei das Assembleias Legislativas, destacando a Assembleias Legislativas do meu Estado e da Paraíba – o empenho e a participação da Senadora Regina e do Senador Elmano, pelo Piauí, muito atuantes o tempo todo na nossa Comissão, tendo contribuído muito para essa agenda que a Comissão desenvolveu, assim como a Senadora Lídice da Mata e os demais Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco também o papel da Bancada Federal do meu Estado. Independentemente de divergências partidárias, a Bancada federal tem encarado com total prioridade, os Senadores e os Deputados Federais, o projeto do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – A causa é comum ao povo nordestino.

Ao tempo em que cumprimento a Senadora Fátima Bezerra pelo seu relatório, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Senador, quero só fazer um comentário rápido. Esta Comissão tem muita dificuldade para dar quórum, mas, quando o conseguiu, produziu muita coisa. Esse relatório está mostrando isso. Acho que escancarou para o Brasil inteiro as questões regionais, principalmente do nosso Nordeste, que sofre a insegurança hídrica.

Estou vindo do meu Estado agora, visitei uma região onde se conseguiu fazer uma adutora. Quando se terminou a adutora, o reservatório só tinha 2% de água. Quer dizer, foi um investimento que não vai ter resultado. A gente precisa trabalhar a questão da seca com mais seriedade para sair do carro-pipa, que está sendo um flagelo no Nordeste, em alguns Estados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria, com permissão da Presidente, uma vez que estou presidindo neste momento, pedir a inversão da pauta para o item 8, de que sou o Relator, se não houver objeção do Plenário.

Aprovado o relatório, informo a todos que esse relatório aprovado será editado e impresso pela Gráfica do Senado Federal e estará à disposição de todo o Colegiado, bem como de todos os interessados, na Secretaria desta Comissão.

Antes de devolver a palavra à Presidente Fátima Bezerra, pergunto se há objeção do Plenário em fazer a inversão para o item 8. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria que incluísse o item 7, para que deliberássemos o item 8 e o item 7, na sequência. Pode fazer o de V. Exª, porque sei que o senhor está indo... Também estou indo para a CDH, mas dá tempo. Eu não vou fazer comentários.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Encerrada esta primeira parte da reunião, daremos início imediatamente à segunda parte, que é deliberativa, começando pelo item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2017

- Não terminativo -

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação.

Observações: *a matéria segue para a apreciação da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), em decisão terminativa.*

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, vou fazer uma abreviação deste relatório, que é um pouco extenso, como todos já tem conhecimento.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, também do Estado de Rondônia, que cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PLS nº 351, de 2017, cria Áreas de Livre Comércio (ALC) de importação e exportação, sob regime fiscal especial, nos Municípios rondonienses mencionados.

O art. 2º dispõe que as Áreas de Livre Comércio abrangem a totalidade da superfície territorial dos Municípios onde serão instaladas. O parágrafo único desse artigo estabelece que o Poder Executivo fará demarcar os locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem comercializadas internamente, reexportadas ou internadas para o restante do País.

O art. 3º determina que as mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às Áreas de Livre Comércio serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operar nessas áreas.

O art. 4º estabelece que a entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio será feita com a suspensão do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Vou agora direto ao voto, dizendo que já está criada em Rondônia a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, uma área que ainda vem capengando, lamentavelmente, que não alcançou o objetivo esperado. Mas espero que, além de estruturar a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, com a implantação dos *free shops*... Começa-se agora também, já com a lei autorizada, a instalar os *free shops* nas cidades gêmeas de fronteira. Lá nós temos como gêmea a cidade de Guayaramerín; lá já é tudo *free*, é tudo livre. Já é uma Área de Livre Comércio ampla Guayaramerín. E, do lado de cá, está Guajará-Mirim, que tem sofrido o impacto de os turistas e a população comprarem do outro lado, porque lá eles encontram mais benefícios do que se comprassem do lado de Rondônia.

Então, parabenizo o Senador Acir por ter criado esse projeto de Áreas de Livre Comércio em Costa Marques, Pimenteiras e Cabixi.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 351, de 2017.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada agora à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Parabenizo o Senador Acir pela autoria do projeto e o Senador Raupp pela relatoria.

Vamos passar agora para o próximo item.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações: - *a matéria segue para a apreciação da CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária).*

Concedo a palavra à Senadora Regina neste exato momento, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Esse projeto já foi, inclusive, lido aqui e foi tirado de pauta porque havia um acordo de algumas pessoas; inclusive, o acordo culminou em separá-lo em dois. Então, na verdade, eu vou ler só o voto, porque é sobre o Minha Casa, Minha Vida. Os dois, o Senador Lindbergh e a Deputada Soraya, em acordo, separaram-no em dois assuntos, pertinentes ao Minha Casa, Minha Vida.

Então, vou ler o item 7, mas, depois, eu gostaria também de ler o item 4, só para ler o voto, porque já é do conhecimento da Casa. Vou só ler o *caput*.

Trata-se de parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2016, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto meritório. É um problema que nós temos muito sério no Brasil, pois as casas são entregues e depois... Agora mesmo, em Teresina, nós estamos fazendo a regularização fundiária de casas que têm 50 anos, do primeiro conjunto habitacional. Entrega-se a casa, mas não se entrega a posse da terra. É um problema muito sério, que eu acho que esse projeto vai resolver, entre outras questões.

Então, vou ler só a partir da análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre a matéria.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009, por meio da Medida Provisória 459, posteriormente convertida na Lei 11.977, do mesmo ano. Tratava-se de uma medida anticíclica destinada a mitigar o impacto da crise econômica mundial iniciada no ano anterior. A construção civil é um segmento intensivo em mão de obra, e a redução do enorme déficit habitacional brasileiro apresentava-se como um desafio legítimo a ser alcançado mediante vultosos aportes orçamentários.

No mesmo diploma legal, inseriu-se, ainda, um capítulo voltado à disciplina da regularização fundiária de assentamentos urbanos, política municipal que não tem relação direta com o Programa Minha Casa Minha Vida.

A urgência na concepção do Programa Minha Casa, Minha Vida resultou em um texto imperfeito, que exigiu a edição de diversas medidas provisórias e leis posteriores, necessárias para corrigir falhas identificadas ao longo de sua execução. As proposições em análise inserem-se nesse contexto de aperfeiçoamento contínuo de um programa que já beneficiou milhões de brasileiros.

O PLS nº 465, de 2016, apresenta diversos aperfeiçoamentos ao Programa Minha Casa, Minha Vida identificados pelo Poder Executivo durante sua implementação e encaminhados ao Congresso Nacional por meio do PL nº 4.960, de 2016.

O quadro normativo objeto da proposição, no entanto, alterou-se com a edição da Medida Provisória 759, de 2016, convertida na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que revogou o Capítulo III da Lei nº 11.977, de 2009, e o Capítulo XII do Título V da Lei nº 6.015, de 1973, que dispunham, respectivamente, sobre a regularização fundiária urbana e sobre seu registro imobiliário. A Lei nº 13.465, de 2017, promoveu, ainda, diversas alterações de outras leis originalmente constantes pelo PL nº 4.960, de 2016, e reproduzidas no PLS nº 465, de 2016.

Consideramos, portanto, que o PLS nº 465, de 2016, oferece importantes aperfeiçoamentos ao Programa Minha Casa, Minha Vida, mas precisa ser adaptado ao quadro legislativo resultante da Lei nº 13.465, de 2017. Nesse sentido, propomos a supressão das alterações promovidas (i) no Capítulo III da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 11.977, de 2009, que foi revogado; (ii) nos arts. 22 e 30 da Lei nº 11.952, de 2009; e (iii) na Lei nº 6.015, de 1973, que foram alterados pela Lei nº 13.465, de 2013.

Além disso, consideramos necessário corrigir (i) a numeração do §7º do art. 3º da Lei 11.977, de 2009, proposto pelo PLS, devido à aprovação da Lei 13.274, de 2016, que acrescentou outros parágrafos a esse mesmo artigo; e (ii) a remissão contida no §7º do art. 6º-A da mesma Lei, do *caput,* para o §3º desse mesmo artigo.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com as seguintes emendas. Aí seguem as emendas mais de alteração de artigos e de formato.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação com as seis emendas que apresenta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Parabenizo a Senadora Regina pelo relatório. É uma matéria de grande relevância do ponto de vista social, Senadora Regina.

Vamos agora para o item 4, também não terminativo, que diz também respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria segue para a apreciação da CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária).*

Concedo a palavra à Senadora Regina neste exato momento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – O item 4 é um complemento. Eu disse que era um projeto só. Então, só vou ler só o essencial.

Trata-se de parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.552, de 2015, na Casa de origem), da Deputada Soraya Santos, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos. Então, na verdade, aqui só diz respeito à parte financeira que seja assegura pelo Governo Federal.

Vou ler só a conclusão.

A recente Lei nº 13.465, de 2017, ao agilizar procedimentos de regularização fundiária, representou um passo importante nesse sentido. Não basta, no entanto, assegurar títulos de propriedade para os moradores; é preciso promover também a urbanização desses assentamentos, dotando-os de condições satisfatórias de saneamento, energia elétrica, iluminação e pavimentação.

O PLC nº 64, de 2016, aperfeiçoa o Programa Minha Casa, Minha Vida, para incorporar a regularização fundiária entre as ações aptas a serem financiadas no âmbito do programa. Faz-se necessário, apenas, atualizá-lo em face da Lei nº 13.465, de 2017, que revogou o Capítulo III da Lei nº 11.977, de 2009, o que é feito na forma da emenda que ora apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 64, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDR

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 64, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 3º. O *caput* do art. 2º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

'Art. 2º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI - apoiará técnica e financeiramente as ações de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

.....' (NR)"

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação, com a emenda que apresenta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Parabenizo a Senadora Regina por essa relatoria.

Quanto às demais matérias, os Relatores não estão presentes.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – E o Congresso já está sendo chamado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o Congresso está sendo chamado.

Portanto, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e a todas.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Vicentinho Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, relata sobre a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, ocorrido no município de Alta Floresta D'Oeste, no estado de Rondônia, no dia 10 de novembro de 2017, com a finalidade de debater a Indústria e a Lavoura Cafeeira no Brasil, que contou com a presença do Exmo Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida, o Senhor Presidente comunica o encaminhamento do Ofício nº 161/2017-SACRA ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, solicitando providências quanto a possibilidade de prorrogação do prazo do crédito rural concedido aos pecuaristas leiteiros do Brasil; e comunica, ainda, que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) encaminhará expediente solicitando que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária faça gestão para incluir a borracha natural na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) - instrumento previsto no Mercosul para permitir aos países membros do bloco a aplicação de alíquotas de imposto de importação diferentes das previstas pela Tarifa Externa Comum (TEC). Após as comunicações, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, adia a apreciação dos itens da pauta para a próxima reunião deliberativa da Comissão, por ausência de "quórum" para votação: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2015; ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014; ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2014; ITEM 4: AVISO Nº 31, de 2017; ITEM 5: AVISO Nº 32, de 2017; ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017; ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, de 2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação também de matérias.

Antes disso, queremos aqui, primeiramente, agradecer a Deus por tudo o que tem propiciado à nossa vida, mas também agradecer ao nosso Ministro Blairo Maggi, colega nosso, Senador da República, que participou do primeiro seminário de ciclo de palestras, na finalidade de debater a indústria de lavoura cafeeira no Brasil.

Esse seminário de ciclo de palestras e debates, com a participação da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, requerido também pelo Senador Ivo Cassol, pela Senadora Ana Amélia, e também pela Câmara dos Deputados, requerido pelo nosso parceiro e companheiro, Deputado Luiz Cláudio, um Deputado que foi Secretário de Agricultura do meu Estado de Rondônia, Deputado Estadual, e hoje Deputado Federal. É um defensor da agricultura em nosso Estado de Rondônia. Participou também, junto com a gente, desse ciclo de palestras na cidade de Alta Floresta D'Oeste, o nosso Ministro da Agricultura e Senador Blairo Maggi; o Deputado Luiz Cláudio, membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; o Sr. Carlos Borges, que é o Prefeito do Município de Alta Floresta D'Oeste. Também participou o Deputado Federal Lucio Mosquini. Participou também desse evento na cidade de Alta Floresta D'Oeste a Deputada Marinha Raupp. Participou também o Deputado Coordenador da nossa Bancada de Rondônia, Nilton Capixaba. Também o Deputado Evair Vieira de Melo, do Espírito Santo, Conselheiro do Conselho Nacional do Café (CNC) e Secretário da Frente Parlamentar Mista do Café. Também participou o Ex-Deputado Federal e Ex-Secretário meu de Agricultura do Estado de Rondônia, Ex-Prefeito de Ouro Preto, Deputado Carlos Magno, que além de ser um técnico agrícola, foi um dos grandes propulsores do desenvolvimento e da regularização fundiária do Estado de Rondônia, e além de ter sido Prefeito da cidade de Ouro Preto por dois mandatos, foi Secretário de Agricultura, foi Deputado Federal e é nosso parceiro também em todos os investimentos que a gente faz no Estado de Rondônia. Participou também o Deputado Estadual Jean Oliveira. Participou também o Deputado Estadual Luizinho Goebel. Participou também o Deputado Estadual Léo Moraes. Participou também o Sr. Silas Brasileiro, Presidente do Conselho Nacional do Café. Participou também o Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Participou também Alaerto Luiz Marcolan, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Participou também desse evento de palestras o Sr. Francisco Mendes de Sá Coutinho, Diretor-Presidente da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater). Participou também o Presidente do Idaron, o Ex-Deputado Federal Anselmo de Jesus Abreu. Também participou o Sr. Valdinei Wilson Costa de Oliveira, gerente da Unidade Regional de Rolim de Moura do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae); representante de Valdemar Camata, Diretor-Superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae). Também o Presidente da Organização de Cooperativas Brasileiras do Estado de Rondônia (OCB), Salatiel Rodrigues. Também participou o Superintendente de Desenvolvimento do Estado de Rondônia, Basílio de Oliveira. Participou também o Superintendente de Negócios de Governo do Banco do Brasil, Felipe Zanella. Também participou desse evento Wilson Evaristo, Superintendente Regional do Banco da Amazônia. Participou também desse evento, do ciclo de palestras na cidade de Alta Floresta, o Superintendente Regional do Incra e ex-Secretário meu do Meio Ambiente do Estado de Rondônia, Cleto Muniz de Brito. E também participou o Secretário Estadual de Agricultura Padovani do ciclo de palestras.

Participaram e nos acompanham na visita à linha 168, lá do Sul, na propriedade do Sérgio. Se eu não me engano, o nome do filho dele é Felipe, um técnico agrônomo que tem um viveiro de mudas. Além disso, estivemos também na casa dos paulistas. Se eu não engano o nome dos palmeirenses – ele não quer nem saber do jogo de ontem, pois parece que o Palmeiras hoje levou um ataque do Avaí, mas tudo bem –, que são meus amigos, são produtores, são agricultores do Município de Rolim de Moura, conhecido como os paulistas. Se eu não me engano, o nome de um eles é Reinaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

Estivemos, juntamente com o Ministro Blairo Maggi, juntamente com a minha equipe, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, na sua propriedade. E, nesse evento, nessa visita, o Blairo Maggi pôde, como Ministro, ter e buscar mais conhecimento, especialmente sobre essa questão da lavoura do café clonal.

Por gentileza, peço que os assessores falem mais baixo para poder contribuir aqui. (*Pausa.*)

Obrigado.

Ao mesmo tempo, a visita do Ministro Blairo Maggi foi de muita importância ao nosso Estado de Rondônia uma vez que todo mundo conhece o nosso Ministro. Ele é um grande incentivador, produtor. Começou e ajudou a desenvolver, no Estado de Mato Grosso, o plantio de soja e do serato. Ao mesmo tempo, nós temos muitas regiões do Estado do Mato Grosso que são propícias para pequenas famílias rurais assentadas, especialmente na busca da diversificação rural e da monocultura, quando se tem a oportunidade de, com pouca terra, ter uma produção e uma rentabilidade muito maior na produção de cafés.

A exemplo disso, lá na propriedade do paulista, com quatro hectares de café, numa das várias demonstrações a que assistimos – você que esteve lá junto conosco, com o Cláudio –, nós tivemos a equipe aqui do Senado, que fez toda a filmagem, fez todo o acompanhamento e, ao mesmo tempo, pegou depoimento dos produtores, dos palestrantes. Pegou também depoimento do próprio Ministro Blairo Maggi, que ouviu também o filho do paulista quando ele demonstrou que, num hectare, com um ano e onze meses, teve um resultado com irrigação de 196 sacas de café por hectare. Isso é uma rentabilidade extraordinária.

Esse café, com dois anos e meio para três anos, já produzia duzentas e poucas sacas de café clonal. E conseguimos acompanhar, desde o plantio e a irrigação por gotejamento, a produção desses cafezais.

Então, portanto, esse ciclo de palestras serviu para irmos ao encontro dos produtores que foram assentados na Região Norte, onde há um clima especial para produzir e para, ao mesmo tempo, não só ficar na produção... No passado, era a quantidade de café, mas este não tinha qualidade. Os agricultores migraram para o setor do gado leiteiro. Infelizmente, a bacia leiteira não tem estabilidade no preço, porque entra leite em pó da Argentina, entra leite em pó do Uruguai, criando instabilidade. E, quando o agricultor tem seus filhos e seus netos ou mesmo sai da sua propriedade e vai para a cidade para ganhar um salário mínimo, voltando para a sua propriedade, ele consegue ter uma rentabilidade, trabalhando com café clonal, de, no mínimo, R$10 mil por mês, se ele planta o café clonal.

Portanto, esta foi uma iniciativa minha, na época em que eu era Governador do Estado de Rondônia, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio: nós levamos a nossa família da Emater a buscar essa tecnologia no Espírito Santo. Os agricultores também foram, em caravana, para o Espírito Santo, para buscar essa nova tecnologia. E, hoje, isso está estampado nos quatro cantos do Estado de Rondônia, na região de Alta Floresta, de Alto Alegre do Parecis, de Rolim de Moura, de Santa Luzia, de Brasilândia, de São Miguel, de Seringueiras. No Município de Alto Paraíso, há o Toninho do Café, como é conhecido, um cerealista e plantador de café. E, também em outras regiões do Estado de Rondônia, estão ampliando as plantações.

A sugestão que dou, como amigo, como ex-Prefeito, como ex-Governador e como atual Senador do meu Estado de Rondônia e do Brasil, para os nossos agricultores que tenham uma pequena propriedade ou mesmo que tenham 100ha ou 200ha é que convidem seus filhos a voltarem para a sua propriedade, deem para eles, no mínimo, um ou dois alqueires de terra, para que eles possam desenvolver o plantio do café clonal e, com isso, ter uma rentabilidade maior. Ao mesmo tempo, além de haver uma rentabilidade maior, essa é uma alegria para o homem do campo e felicidade para o povo da cidade. Portanto, para quem planta café está aí o resultado. Se os paulistas conseguiram...

Ao mesmo tempo, quando o Ministro Blairo se interessou pelo café clonal e pelo resultado da colheita e do plantio, o pessoal de Mato Grosso, de Cotriguaçu, esteve também na casa dos paulistas buscando essa tecnologia. Esse conhecimento é que nós temos de compartilhar com os demais produtores não só do Estado de Rondônia, mas de todo o Brasil.

Sei que o Estado do Espírito Santo também é um grande plantador de café, mas, da maneira que estamos desenvolvendo o Estado de Rondônia, com certeza, em breve, o Estado de Rondônia não será só o terceiro maior produtor de café do Brasil. Com certeza, se houvesse o incentivo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governo do Estado, nós chegaríamos, no mínimo, ao segundo lugar e, em pouco tempo, ao primeiro lugar no plantio de café no Brasil. Infelizmente, isso não tem acontecido, porque a Emater do Estado de Rondônia, infelizmente, vem capengando, não por culpa dos nossos técnicos da Emater, mas por falta de condições do próprio Governo do Estado para auxiliar essa autarquia tão importante para o apoio e a assistência técnica ao produtor do nosso Estado de Rondônia.

Essa audiência pública foi de uma importância extraordinária. Aqui eu quero agradecer ao Prefeito Carlos, da cidade de Alta Floresta; agradecer ao Secretário de Agricultura, o Gil, como todo mundo conhece; agradecer também aos Vereadores de Alta Floresta, que também estiveram presentes no evento; e agradecer a todos os produtores de Alta Floresta que também estiveram presentes no evento. Portanto, fica o meu abraço, a minha gratidão a todos os participantes que estiveram neste ciclo de palestras, discutindo a produção do café e essa nova tecnologia implantada no Brasil.

Quero dizer que o café clonal não é mudança genética, não é nada, a muda é tirada do próprio pé do café. Então, não tem algo que coloque em risco o consumo desse café nos seres humanos e, portanto, não há mudança genética, nada, só é tirada a mudinha dos galhos onde é feita essa muda e essa muda, depois, é colocada, além do viveiro, ela vai para a lavoura.

Eu quero aqui agradecer ao Ministro Blairo Maggi e a toda a sua equipe que esteve presente em nosso Estado de Rondônia e que nos acompanhou nessa visita nas lavouras de café – é uma alegria cumprimentar o nosso grande Senador Moka – e para nós foi motivo de alegria o Ministro nos ter acompanhado nessa visita aos produtores. Eu sei que havia mais produtores que queriam que a gente fizesse uma visita, porque não são só as lavouras paulistas que são modelos, que são um exemplo para o Estado de Rondônia. Nós temos centenas e centenas de lavouras que servem como modelo, servem como exemplo de trabalho no campo da agricultura familiar, para fomentar e fortalecer a atividade rural, engrandecer a vida econômica dos agricultores e, ao mesmo tempo, trazer alegria para o povo da cidade.

E alguém pode dizer o seguinte: "O que tem a ver a felicidade do povo no campo com a alegria na cidade?" É que a felicidade no campo, em termos de produção, gera alegria na cidade, quando lá na cidade o agricultor consome. Ele lá consome eletrodomésticos, compra roupas, ele tem uma vida melhor. Como assim? Recordo-me de cabeça que houve um agricultor que deixou bem claro lá, passando por mim: "Senador Cassol, as palavras que você colocou aqui são verdadeiras. Eu tenho uma pequena propriedade rural e nessa propriedade rural, eu tenho a plantação de café clona. Além de ter construído a minha casa, além de ter dado uma condição de vida melhor para a minha família, eu também tenho, na minha garagem, um carro zero. Tudo isso é fruto do plantio e do café clonal." Então, hoje, com pequenas propriedades rurais o agricultor pode, sim, fomentar, gerar riqueza e gerar renda e, com isso, com certeza, nós vamos diminuir o déficit de emprego que há no Brasil, em busca de oportunidades melhores.

Portanto, Moka, estou aqui agradecendo a presença do nosso Ministro Blairo Maggi em nosso Estado de Rondônia, para mim é um motivo de alegria e satisfação e, ao mesmo tempo, além do Blairo Maggi dar uma palestra em todas as áreas, especialmente no agronegócio brasileiro e internacional, eu fico feliz com a presença do Ministro Blairo Maggi em nosso Estado.

Mas aqui, também, nós encaminhamos um ofício para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e para o Ministro Blairo Maggi, Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assunto: providência quanto à possibilidade de prorrogação do prazo do crédito rural concedido aos pecuaristas leiteiros do Brasil.

O que acontece? Nós temos hoje, no Brasil, agricultores que compraram animais de qualidade genética superior para aumentar a sua produção de leite. Quando fui governador do Estado de Rondônia, havia o Pró-Leite na Emater, havia o Projeto Inseminar, também na Emater, e havia ainda a vacinação contra a brucelose pela Emater – e isso a custo zero para os agricultores. Infelizmente, o governo que lá está acabou com todos esses programas. Portanto, a dificuldade que os agricultores vêm enfrentando é muito grande. Assim, os agricultores, para melhorar a sua produção de leite, investiram dinheiro em vacas de raça ou mesmo na inseminação para tirar crias de qualidade genética para alta produção de leite no Estado de Rondônia.

Então, vimos, por meio deste ofício, informar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em 7 de novembro de 2017, realizou audiência pública para ampliar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

possibilidade de o Brasil rever as políticas de importação de lácteos para o Território nacional, especialmente leite em pó, uma vez que tem prejudicado a pecuária leiteira brasileira.

Na oportunidade, estiveram presentes o representante do seu Ministério, o Secretário Luís Eduardo Rangel; do Ministério das Relações Exteriores (MRE); e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A referida audiência foi importante para divulgar as grandes dificuldades econômicas por que tem passado a pecuária leiteira brasileira ao longo dos últimos anos. Estima-se que, enquanto o preço médio nacional pago ao produtor, em setembro de 2017, foi de R$1,13, com vários Estados pagando menos de R$0,80, o custo de produção esteve em torno de R$1,30. Tal situação é preocupante, uma vez que tem comprometido a viabilidade financeira de muitos pecuaristas, colocando em risco a própria dinâmica do setor, o qual, atualmente, emprega milhões de pessoas em todo o País.

Nesse contexto, solicito a V. Exª, Ministro Blairo Maggi, que avalie a possibilidade de publicar portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para prorrogar, por mais dois ou três anos, o prazo para o pagamento das parcelas do crédito rural.

Com isso, Senador Moka, o agricultor não precisa vender as vacas de leite, pelas quais pagou caro, para abate nos frigoríficos. Ninguém quer pagar por uma vaca com alto potencial de produção de leite o preço que ela vale. Vai-se vender a preço de açougue e, com isso, vende-se a preço de banana.

Então, com isso, nós solicitamos que o prazo para o pagamento das parcelas do crédito rural concedidas aos pecuaristas leiteiros do Brasil seja prorrogado, o que constitui medida imprescindível para evitar a falência de muitos pequenos produtores em todo o Território nacional.

Aproveitamos o ensejo para agradecer e renovar os nossos votos de estima e de alta consideração a V. Exª.

Assina o Senador Ivo Cassol, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e vai subscrito pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Moka, enfim pelos parceiros que estão aqui juntos com a gente.

Ao mesmo tempo, Senador Moka, a nossa preocupação... Eu recebi, agora há pouco, uma equipe da CNA – o Walter Vieira e a Natália, Coordenadora da Produção Agrícola – solicitando que esta Comissão de Agricultura, e eles vão formular documentos para encaminhar a esta Comissão, faça gestões para incluir, mais uma vez, a borracha natural na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum. O que acontece? Aqui, no Brasil, nós temos lei para tudo; nós não podemos nos exceder em nada. Há países por aí em que, infelizmente, as pessoas trabalham em escala de escravidão, e o custo da mão de obra cai lá para baixa.

Então, a tarifa de 14% votou – faz 30 dias – à tarifa normal de 4% para importação do látex, está na Camex. Isso é necessário para que os nossos produtores de látex, conhecido no Brasil como seringa, tenham, pelo menos, competitividade. Caso contrário... O preço da produção da nossa borracha brasileira, infelizmente, é muito maior, porque há mão de obra para poder cortar, para poder retirar, para poder enfardar, para poder despachar – é muito maior, Senador Moka, do que as importadas dos outros países asiáticos por aí.

A situação do leite não é diferente. Se também nós adotarmos essa medida em casos extremos de exceção, com certeza é só aumentar a tarifa do Uruguai ou da Argentina na questão do leite. Com isso, nós não vamos diminuir o custo dos agricultores com o leite, porque, hoje, infelizmente, com R$0,80 os agricultores não conseguem pagar nem o custo da produção da bacia leiteira do Brasil, assim levando à falência todos os produtores.

Portanto, a CNA vai me encaminhar, na semana que vem, Marcelo, para que possamos dar entrada, aprovar aqui e solicitar à Camex, ao Ministério da Agricultura que mantenha a borracha na lista de exceção da tarifa externa, passando de 4% para 14%, como já estava funcionando.

É isso que nós estamos deliberando.

Senador Moka, alguma coisa para colocar em pauta?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu apenas...

Eu não participei dessa audiência, mas eu tenho um conhecimento relativamente bom dessa questão de derivados lácteos.

Eu fui Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, e essa é uma das coisas que mais se discutia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil, lamentavelmente, faz esses intercâmbios e privilegia... Por exemplo, nós exportamos carro para a Argentina e importamos derivados lácteos, numa concorrência extremamente desleal. Se tentarmos exportar derivados lácteos para qualquer parte do mundo, nós vamos ver que o produto de derivados lácteos é o mais protegido entre esses países. Não se consegue exportar. E nós temos aqui essa exportação. Nós vendemos carro e, em troca, importamos derivados lácteos. Isso é uma coisa que acaba prejudicando, e muito. O nosso produtor não consegue concorrer só com o leite, não; não consegue concorrer com o queijo. Não tem jeito. Esse leite em pó, então...

Então, eu acho que, em algum momento, no plenário do Senado, nós realmente temos que levantar essa questão e exigir do pessoal do comércio de relações exteriores, aliás, do pessoal de indústria e comércio que negocia isso para não usar como moeda de troca exatamente produtos agrícolas, porque, neste País – é engraçado –, eles não reconhecem, parecem não reconhecer que a agricultura, o chamado agronegócio, é a locomotiva econômica deste País. Então, nós servimos de moeda de troca para facilitar a exportação de outros produtos fabricados aqui no Brasil.

Então, fica aqui o registro. Eu acompanhei de perto isso, lutamos muito na época, melhorou o preço... E o nosso País é um país continental. Então, se você melhorar o plantel para a produção de leite, nós inundamos o mercado brasileiro e a sobra nós não conseguimos exportar. O que acontece? Deprime-se o preço. Este é o nosso problema.

Então, é muito difícil realmente essa questão: para se ter produtividade, há que se ter um plantel específico, com vacas girolandas ou mistas. Assim, você começa a ter uma oferta muito grande para o mercado, o que, por sua vez, faz com que o preço se deprima, pois nós não conseguimos exportar o excedente da nossa produção.

Era só para registrar a dificuldade e corroborar com o que V. Exª acaba de colocar aqui, que é a reclamação do setor da pecuária leiteira do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Tanto é verdade isso que, se nós temos sistema de exceção para a borracha, por que nós também não podemos implantá-lo para o leite? É simples! O que nós não podemos é tratar todo o setor de importação ou de exportação como se fosse um todo. Temos, sim, de tratar individualmente cada área do setor.

Se, no caso da borracha, não se aumentar a taxação de 4% para 14%, automaticamente, a produção de borracha no Brasil se torna inviável, e, aí, é menos mão de obra, menos gente tendo renda e mais prejuízo para o setor. E o caso do leite não é diferente.

Há o acordo do Mercosul, com o qual eu concordo, mas com uma condição: esse acordo não pode estar acima de tal modo que quem pague a conta sejam os produtores de leite do Brasil. Essa é uma injustiça e, infelizmente, é um preço muito caro que o setor leiteiro do Brasil está pagando. Não é só o Estado de Rondônia; é o seu Estado de Mato Grosso do Sul; é o Rio Grande do Sul da Senadora Ana Amélia, é o Estado de Minas; enfim, são todos esses Estados que têm uma grande bacia leiteira. Portanto, isso vem para atrapalhar ainda mais a economia num momento de crise.

O que nós precisamos é que o Governo Federal use a sua caneta, que precisa ter tinta, porque, a partir do momento que tem tinta, nós não vamos dizer que o pessoal do Uruguai ou da Argentina, ou de outro país, tenha de aumentar o preço do seu produto; nós é que vamos aumentar a alíquota, para que a gente possa, pelo menos, equiparar os preços.

Eu também considero que esse mesmo sistema... E aí, eu queria que o pessoal que nos representa no Mercosul, especialmente o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, levasse essa proposta para os países aqui vizinhos e que a mesma proposta valesse de lá para cá. Se, de repente, o Brasil vai colocar um produto no Paraguai, no Uruguai ou na Argentina a preços menores que aqueles que são praticados lá, que eles também tenham a liberdade de, pelo menos, sobretaxar, de elevar o imposto para equiparar os preços, para, enfim, não derrubar a economia local. Então, eu acho que essa regra tem que valer para ambos os lados. O que nós não podemos é querer segurar a inflação, é querer consertar o Brasil à custa dos nossos produtores rurais. Os produtores rurais são produtores de mão calejada, que trabalham de sol a sol, levantam 3h, 4h da manhã para tirar o leite e vender o litro a R$0,80, quando, na verdade, uma garrafa de pinga, um litro de álcool custa muito mais, quase o triplo. Também não é diferente uma garrafa de água. Uma garrafinha de água de 350ml custa praticamente R$2, enquanto o leite custa R$0,80. Isso é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro fato importante que nós temos que discutir aqui, Moka, e o Governo Federal tem a caneta na mão, é a questão das embalagens, da caixinha de leite, aquelas caixinhas Tetra Pak, de que tem o monopólio uma empresa. A caixinha é mais cara do que o leite. Isso é um absurdo. Então, os monopólios internacionais não podem se sobrepor à nossa sociedade. Se no passado foi possível mudar esse entendimento dos remédios para o genérico e foi possível aprovar, por que nós aqui não podemos também adotar o mesmo sistema para essa caixinha Tetra Pak? Quer dizer, só eles podem fazer? Só eles podem botar uma caixinha dessas no mercado, e mais cara, praticamente, do que o litro de leite produzido? Isso é um absurdo. Pessoas estão se aproveitando dessa situação.

Ao mesmo tempo, lembro que o nosso País, por mais que nós queiramos respeitar os tratados internacionais, não podemos sacrificar a nossa sociedade, o nosso povo, especialmente as pessoas de classe média baixa, que precisam do leite para poder dar qualidade de vida – e, quando falo de qualidade de vida, falo de saúde – para os filhos não só dos produtores, mas de quem mora nas favelas, de quem mora nessas localidades menos assistidas, com menos condições de trabalho, a quem o litro de leite vem fortalecer e dar mais saúde.

Portanto, fica minha recomendação, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo, não tendo mais nada a tratar hoje, as demais matérias da pauta ficam para a próxima semana, uma vez que falta quórum para poder deliberar.

Portanto, declaro encerrada esta audiência da Comissão de Agricultura neste dia.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol, Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota, Pedro Chaves, José Pimentel, Gladson Cameli e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 23, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, como parte do processo da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2017, conforme o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a debater os estudos e a atuação da academia, o financiamento da pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário, com a participação do Sr. Gonçalo Amarante Guimarães Pereira - Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Elibio Leopoldo Rech Filho - Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Fernando Ribeiro - Assessor da Presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Sr. Marcio de Miranda Santos - Diretor Executivo, no Exercício da Presidência, no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka e Ivo Cassol fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Também quero cumprimentar o nosso grande parceiro, Deputado Federal, Deputado da agricultura, Deputado Luiz Cláudio, que foi nosso Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, Deputado Estadual e Deputado Federal. É uma alegria tê-lo junto com a gente aqui, na Comissão de Agricultura.

Também é uma alegria ter junto com a gente o nosso Cameli, que é o nosso Senador do Brasil pelo Acre.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de debater os estudos e a atuação da academia, o financiamento da pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2017, da CRA, de autoria da nossa grande Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria.

Comunico que esta reunião trata da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16, de 2017, cumprindo o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo a presença dos seguintes convidados, que já convido para compor a Mesa.

Sr. Gonçalo Amarante Guimarães Pereira, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Por gentileza, seja bem-vindo aqui. Ocupe o seu espaço.

Também quero convidar para compor a Mesa o Sr. Elibio Leopoldo Rech Filho, Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Não se encontra? Então, o pessoal meu já deveria ter grifado aqui.

Sr. Fernando Ribeiro, Assessor da Presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Seja bem-vindo. Ocupe o seu espaço aqui à mesa, por gentileza.

Também convido o Sr. Marcio de Miranda Santos, Diretor Executivo no exercício da Presidência no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Seja bem-vindo também.

Por gentileza, retirem a outra plaquinha do convidado que faltou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já chegou? Seja bem-vindo! Bom dia, pode ocupar seu espaço à mesa.

Passo a palavra à nossa grande Senadora Ana Amélia, a nossa Relatora. Portanto, esteja com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Apenas quero agradecer a aquiescência, a aceitação do nosso convite pelos nossos ilustres palestrantes.

Sou a responsável – para que todos saibam – pela elaboração, nesta Comissão especializada na área da produção, do papel e da relevância que têm a ciência, a pesquisa e a inovação na produção agropecuária brasileira.

O Brasil hoje é o segundo maior produtor mundial – superado apenas pelos Estados Unidos – e temos que buscar, cada vez mais, através da ciência, da pesquisa e da inovação, aqueles caminhos para que a produção seja cada vez mais sustentável, vale dizer: segurança para o consumidor, garantia de renda para quem produz, segurança para quem consome e sustentabilidade, ou seja, proteção ao ambiente onde se produz.

Então esse tripé sustenta aquilo que nós criamos aqui, porque hoje já, da produção agropecuária brasileira, 68% respondem por tecnologia, seja agricultura de alta precisão, seja agricultura usando novos manejos mais adequados à preservação do ambiente, do solo. E, aí, com os impactos das mudanças climáticas, mais temos que nos preparar, através da ciência, para termos uma condição de segurança na produção de alimentos, considerando que há 9 bilhões de pessoas no mundo precisando de comida, e o Brasil, como os Estados Unidos e a América Latina, tem as condições mais favoráveis de responder a esse gigantesco desafio.

Esse é o motivo desta audiência aqui.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Damos sequência aos nossos trabalhos.

Como hoje a Casa está cheia de comissões, nós, até poucos instantes atrás, estávamos até sem sala. Nós conseguimos administrar isso sob o comando da nossa diretoria da CRA e também da diretoria do Senado. Ao mesmo tempo, há outras audiências que virão posteriormente. Então, eu gostaria de pedir a compreensão dos nossos convidados para que, no máximo, utilizassem um tempo de oito minutos, para que sejam objetivos nas colocações, para que a gente possa também antecipar os trabalhos dessas outras comissões e dar oportunidade para todos – para poder fechar o ano, estão todas as comissões se atropelando. Peço desculpas aqui, em nome da Casa – não é culpa da gente –, mas eu gostaria dessa compressão.

Passo a palavra ao Sr. Gonçalo Pereira, que representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com a palavra por oito minutos.

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Senador, muito obrigado. Vou ser rápido aqui, mostrando a oportunidade que o Brasil tem com a agricultura na bioeconomia, que pode puxar todo um setor. Inicialmente, rapidamente, falo do inventário.

Isso aí é o que a civilização produz em gigatons de CO_2 por ano a mais do que se consome. Nisso aqui: cada 2,13GtC representam 1ppm de CO_2 a mais na atmosfera.

Quando as medições começaram, em 1950, se viu que estava havendo um aumento e, com a obtenção dos dados de calotas polares, se observa que hoje isso é completamente insustentável. Esses são dados de cerca de 850 mil anos. A gente está vivendo alguma coisa que é insustentável. Ano após ano, mais recordes.

Há uma série de tecnologias de mitigação, como a solar e a eólica, mas elas simplesmente reduzem a velocidade do incremento, elas não reduzem a quantidade de CO_2 na atmosfera. Para conseguirmos fazer essa redução e o Brasil conseguir aproveitar essas oportunidades, temos que nos desenvolver fortemente. Tem que ser uma obsessão do País ser líder da bioeconomia, que é definida como todas as atividades econômicas relacionadas ao uso de plantas para a produção de energia renovável, materiais e químicos.

E a base disso é a biomassa – juro que só vou falar dessa parte científica! Basicamente, tudo depende da fotossíntese, que nada mais é do que o hidrogênio da água que vai pegar o CO_2 e transformar em açúcar, numa glicose. E, na vida, a glicose é uma espécie de pecinha de Lego. Quando há plantas que produzem glicose e frutose e isso se acumula sob a forma de açúcar solúvel, como a cana-de-açúcar, temos um problema: quando há muito açúcar, a fotossíntese para e a planta não consegue ser plena no seu potencial. A cana-de-açúcar hoje é uma espécie de planta diabética – se é que podemos falar dessa forma. Mas se a gente, em vez de açúcar solúvel, acumular açúcar insolúvel, como a celulose, que nada mais é do que um conjunto de cadeias de glicose em outra organização... Mas aquela pecinha de Lego está lá, é glicose pura, assim como esta mesa – isto aqui é glicose pura, é puro açúcar.

Então, quando temos esse açúcar insolúvel, conseguimos pegar a cana, que é a planta com maior capacidade de conversão de fótons de luz em energia química, e, fazendo os cruzamentos adequados, dependendo das espécies que se cruzam, haverá cana-de-açúcar ou haverá uma nova variedade: cana-energia. A do meio é a cana-de-açúcar de maior produtividade do País. As outras cinco são variedades de cana-energia, que são verdadeiros dinossauros vegetais.

Enquanto a cana-de-açúcar produz...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Isso é positivo? É no bom sentido?

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Num excelente sentido, Senadora. (*Risos*.)

Com a cana-de-açúcar produzimos 80 toneladas por hectare, mas com a cana-energia vamos acima de 250. Vou mostrar um experimento que fizemos no sertão da Bahia, na área mais seca do País – dá para se ver o cenário. Após seis meses e meio, tínhamos esse paredão de celulose. Esse paredão foi, talvez na história do planeta, a maior produtividade de biomassa que se obteve. Após seis anos e meio, tínhamos uma variedade com 350 toneladas.

Isso aqui é uma visão com uma irrigação de superfície. Aqui a planta é extremamente resistente e, para ir rápido... Em uma tonelada de cana-de-açúcar, há, na realidade, dois terços de açúcar insolúvel, só um terço é solúvel, e ele representa aproximadamente um barril de petróleo. Quando plantamos cana-energia, no mesmo hectare produzimos três vezes mais. Seriam 240 barris de petróleo equivalentes por ano, ou seja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui é uma tecnologia importantíssima para o Brasil, que é a segunda geração, que nada mais é do que a tecnologia que pega açúcar insolúvel, converte em açúcar solúvel, podendo-se fermentá-lo exatamente como a sacarose. Isso muda tudo, porque a sua produtividade agrícola praticamente triplica.

Outra oportunidade que o Brasil tem: óleos vegetais.

Essa aí é a palma, o dendê, que representa muito mais do que o óleo de soja hoje no mundo – normalmente as pessoas não sabem disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Em valor?

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Não, senhora. É em produção, em volume de óleo. Ali, estão os gráficos em volume de óleo. Não sabemos disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – No mundo.

Incrivelmente, ele é produzido por uma planta – eu sou baiano, gostamos muito do dendê –, mas é um perigo extraordinário para a humanidade, para a civilização, se basear nesse óleo, porque ele é plantado exclusivamente, praticamente, nessa região, nessa pequena região. Três países concentram essa produção, e ela não é sustentável.

Temos, no Brasil, a macaúba, que é uma planta que produz mais do que o dendê e é produzida em pastos. Aqui olhamos, no detalhe, um cupinzeiro – quem conhece agricultura sabe que isso significa terra degradada. Aqui conseguimos essa produção, que pode ser maior do que a do dendê. Os primeiros plantios econômicos comerciais começam agora, mas olhem o não plantio, só o que tem de ocorrência natural, para vermos a riqueza da nossa agricultura.

Para ser rápido: isso aqui é o que a terra precisa de energia, e aqui mostramos que, com duzentos a trezentos milhões de hectares, conseguimos substituir toda a energia fóssil do mundo. Aqui o Brasil tem uma oportunidade extraordinária. Assim como o faturamento de uma área com cana-de-açúcar, com culturas energéticas, ela gera muito mais do que culturas agrícolas, sendo, portanto, um bom negócio, se bem gerenciado. E o Brasil mal começa a sua agricultura. Nós temos no Brasil cerca de 200 milhões de hectares em pasto, boa parte dele degradada, e seguramente nós temos o gado mais solitário do mundo: meia cabeça a uma cabeça por hectare. Isso tem de mudar.

Aqui são as diversas oportunidades.

Se, em vez de produzir etanol de primeira geração, produzirmos etanol de segunda geração com cana-de-açúcar, uma conta simples mostra que, se dedicarmos a metade desse pasto para esse transumo, conseguiremos substituir o consumo global de gasolina do mundo.

O Programa RenovaBio é um programa extraordinário, junto com a plataforma Biofuturo e o Rota 2030, programas no Brasil que estão a todo vapor integrados. O RenovaBio, em particular, basicamente o que é? Quando produzimos um MJ de energia usando petróleo, gasolina, liberamos uma quantidade de CO_2 fóssil; quando se faz isso com etanol, libera-se muito menos.

Basicamente, essa diferença se torna uma moeda: a CBIO, que só sabemos como começa, é de uma virtuose extraordinária, porque, diferentemente do programa americano... Ela indo ao *stock marketing,* indo à Bolsa de Valores, só saberemos quando começar.

Então, todo mundo vai ter interesse em produzir novas tecnologias para mitigar... Eu não vou detalhar isso, mas uma série de novas tecnologias de mitigação de carbono vão ser de interesse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – Para finalizar, rapidamente: com a biomassa conseguimos inverter o papel...

Eu vou passar rápido.

Na agricultura de precisão, temos de investir fortemente e decididamente.

A produtividade da cana-de-açúcar caiu quase 10% com a mecanização, porque ela foi mal feita, não foi adaptada para as nossas condições. Temos de remecanizar o campo.

Os carros elétricos estão virando um *lobby.* Eles oferecem um risco extraordinário para o Brasil, porque são apenas cerca de vinte peças. Isso pode acabar com a nossa indústria. Se um carro elétrico que não produz emissões é baseado em usina de carbono, como na Europa, na realidade, ele produz tanta emissão como um carro normal.

No Brasil, conseguimos produzir energia elétrica a partir da biomassa – temos algumas itaipus no campo jogadas fora. E com novas tecnologias, como é a célula-combustível, você consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar etanol, que é convertido em uma corrente elétrica. Você aproveita o armazenamento do etanol e a eficiência do motor elétrico. Já existem carros assim no mundo. Isso não é futuro, isso é presente e se tornará real mais rapidamente no mercado se o Brasil, decididamente, investir nessa área.

Rapidamente, só para mostrar que o Brasil hoje já é muito melhor em termos de CO_2 do que se toda Europa adotasse o carro elétrico.

Combustível de aviação: outra área de imensa oportunidade para a qual nós temos tecnologia, nós temos já ciência suficiente no Brasil. O Brasil hoje é o 12º, 13º maior produtor de ciência do mundo. Somos uma potência científica, e essa potência científica tem de se comunicar com o setor produtivo.

Algumas rápidas sugestões.

Precisamos de pesquisa de longo prazo, financiamento de curto prazo – é início, é jogar dinheiro fora –; temos que ampliar mecanismos para simplificar a interação empresa-indústria; temos que melhorar os mecanismos para simplificar o relacionamento entre empresas e universidades/ICTs; temos que incentivar a participação de professores e funcionários como proprietários ou acionistas de empresas de tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GONÇALO AMARANTE GUIMARÃES PEREIRA – ...precisamos de políticas para a autossuficiência do Brasil em insumos agrícolas – o Brasil corre enorme risco nessa área –; priorizar fundos advindos de empresas de energia para a pesquisa em biocombustíveis; ampliar a organização das OSs; e reforçar a atuação da Embrapa associada com universidades.

É como eu vejo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. Agradeço pela participação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Ressalto a criatividade e a paixão dele pela matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela sua participação.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Elibio Leopoldo Filho, Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Gostaria de agradecer à Senadora Ana Amélia e ao Senador Ivo Cassol. Em nome da Academia Brasileira de Ciência, é um prazer poder contribuir. Muito obrigado pelo convite a todos os membros da Mesa, a todos os participantes.

Eu gostaria de fazer algumas observações e comentários, como solicitado na focada e assertiva justificativa para esta audiência, em função do que fiquei bastante feliz.

Esse é um retrato da nossa agricultura. Essa foto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Não, deixe eu terminar, deixe eu continuar, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Ah, sim.

Esse é o retrato de uma área grande cultivada, no caso, com soja, que vou usar só como um exemplo metafórico do que foi o investimento em pesquisa em ciência e tecnologia neste País nos últimos 40 anos, que foi iniciado por esta Casa, provavelmente com política pública na década de 70, que lançou e criou a Embrapa e o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. E isso é o produto do uso da ciência e tecnologia ao longo de 40 anos.

Vamos colocar alguns pontos interessantes que servem para exemplificar vários outros.

Na década de 90, nós usávamos aproximadamente três vezes a quantidade de solo para produzir aquela quantidade de sementes. Recentemente nós conseguimos reduzir para a metade o uso do solo e duplicar a produção de sementes. Nós esperamos, em 2030, manter o uso desse solo e triplicar o que nós produzimos hoje de grãos. Isso é apenas um exemplo, mas há mais exemplos.

É bom colocar dados, porque exemplos metafóricos não servem; o que serve na vida são os dados, os dados analíticos. E aqui há alguns dados analíticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que nós fizemos com a introdução de ciência e tecnologia no sistema de produção agrícola neste País? Nós reduzimos o ciclo da cultura de 140 para 120 dias, e queremos reduzir ainda mais para 2030. Quanto ao número de plantas por hectare, que era de aproximadamente 550 na década de 90, hoje temos a metade, a produtividade duplicou e, sabidamente esperado, a população rural também diminuiu.

Agora, o que sustenta essa produção agrícola e o agronegócio brasileiro é a biodiversidade. Nós somos um país que possui uma megabiodiversidade. E essa agricultura existe não somente em função do uso de ciência e tecnologia, mas só existe por causa da biodiversidade. Ela é que fornece e dá equilíbrio para todos os recursos aquíferos, proteção do solo, reciclagem, estabilidade climática, biomas e ecossistemas.

E o que nós esperamos para o futuro é usar essa biodiversidade para fazer o que eu tenho chamado de domesticação sintética – não espero que nós possamos ser capazes de domesticar mais espécies do que já temos, é muito difícil nas próximas décadas, mas nós podemos hoje, com a tecnologia dominada, isolar características específicas da biodiversidade e agregar valor ao agronegócio, expandindo, assim, o escopo de produção de produtos inovadores.

E há mais: como mencionado no requerimento, nós devemos falar dos dados. Que dados evidenciam isso?

Esses são dados de uma outra política pública, que determina a criação e execução do Censo Agropecuário. Só estou dando um exemplo aqui. É uma compilação dos anos de 1995 e 2006, mas a tendência é semelhante em termos de número de estabelecimentos ao longo de décadas.

O que nós temos? Em verde, vamos dividir as classes de produção agrícola em praticamente três segmentos: o A/B e C, que estão em verde, somando praticamente 92% do valor bruto da produção nacional, e temos a classe D/E, com aproximadamente 3 milhões de estabelecimentos, ocupando uma área de mais de 100 milhões de hectares – só o número de estabelecimentos não seria significativo –, com valor bruto da produção de 7% apenas.

Só compilo para nós partirmos daí com as observações.

Nós temos, em verde, classe, segmento A/B e C com 92% do valor bruto da produção, com 1 milhão de estabelecimentos; e 3 milhões de estabelecimentos produzindo apenas 7,6%, com uma área entre 100, para a classe menos produtiva, segmento menos produtivo, e 190, para o segmento mais produtivo.

Nós não podemos esquecer que temos mais de 40 milhões de hectares em áreas degradadas, outra oportunidade fabulosa para o nosso País e para a criação de política pública para mudar este cenário e duas prioridades: investimento em uma classe, no segmento D/E, que seja equalizado com os fatores apropriados que têm sido utilizados até o momento.

Então, as observações que eu gostaria de fazer antes dos comentários é que a introdução de tecnologia... Esses dados indicam claramente que a introdução de tecnologia no segmento de produção agropecuária é um componente chave na transição das classes, entre uma classe mais baixa e uma classe mais alta. Essa transição é demandada pelo componente tecnologia. Entretanto, as políticas públicas direcionadas para a produção das classes A/B e C estão adequadas, têm sido adequadas, por isso nós temos esse agronegócio. Entretanto, são inadequadas para a parcela da classe D/E, que representa uma proporção muito significativa de ocupação diária e baixíssimo valor bruto de produção.

Os programas atuais, eu reconheço – os dados indicam –, têm contribuído.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Entretanto, as classes mais vulneráveis não têm sido atingidas.

A tecnologia, isoladamente, não vai salvar os agricultores, a menos que seja avaliada e estabelecida uma nova métrica que inclua saúde humana, educação de alta qualidade, segurança alimentar, meio ambiente, valor de mercado, aos quais esse segmento não tem acesso.

O comentário sobre o marco legal é o seguinte: recuperar, intensificar e equalizar os investimentos em C&T do Brasil. Nós somos a nona economia mundial. O investimento em ciência e tecnologia é extremamente baixo. Em épocas de crise, a China simplesmente quase duplicou o investimento em ciência e tecnologia, e nós não só o reduzimos, mas não estamos cobrindo os recursos e o orçamento que tem sido previsto nos últimos cinco anos. Então, nós não precisamos... Nós estamos falando em recuperar orçamento? Nós não precisamos recuperar orçamento; nós temos que aumentar e duplicar o orçamento, que não tem sido pago ao longo dos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós precisamos implementar mecanismos de efetiva introdução em classes de renda menos produtiva – eu já estou terminando –; intensificar e expandir o escopo do arcabouço de sustentação regulatória, Senadora. É de fundamental importância que nós possamos ter políticas ainda mais estimuladoras para que o setor privado participe desse grande desafio.

Eu termino dizendo que nós precisamos gerar políticas públicas com a habilidade de intensificar a participação do setor privado na inclusão da classe de renda D/E no mercado, no formato adequado. Se nós não fizermos isso, nós vamos estar perdendo uma enorme oportunidade, porque o setor privado tem investido nas classes A/ B e C de uma forma muito adequada, e nós gostaríamos que eles também vislumbrassem o mercado para milhões de agricultores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – ... de pequeno porte.

Finalmente, termino dizendo que, para intensificar a competitividade da agropecuária, como demandado nesse requerimento, nós precisamos de uma política pública hoje. O futuro só vai existir se nós começarmos a trabalhar hoje. Caso contrário, a previsão de futuro inexiste.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ressalto a objetividade e a racionalidade, que me parecem sempre muito importantes no relacionamento da academia ou de quem pesquisa com o chão de fábrica. E aí entra um aspecto, professor, nosso presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que é exatamente a extensão agrícola – que se acabou, pois as empresas encarregadas disso, no Governo Collor, foram extintas –, que é aquela que leva o conhecimento prático para aquele agricultor da classe D/E, aquele menor que não tem acesso à tecnologia. Então, é essa extensão rural das EMATERs que tem esse papel fundamental para fazer esse *link* entre o conhecimento e a prática dele.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Fernando Ribeiro, Assessor da Presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), também pelo mesmo tempo.

O SR. FERNANDO RIBEIRO – Bom dia a todos.

Obrigado, Senadora, pelo convite.

Como temos pouco tempo, eu vou falar menos sobre a instituição e mais sobre aquilo que nós temos feito para apoiar a pesquisa, o.k.?

Nós somos uma empresa pública, e a nossa missão, basicamente, é fomentar a pesquisa pública, fomentar a inovação em todo o espectro, em todas as instituições e, com isso, colaborar para o desenvolvimento do País de forma geral.

Por que a questão da pesquisa e da inovação é importante? Há vários estudos que demonstram isso, mas sempre é bom a gente olhar.

Há um estudo recente da União Europeia que mostra que cada centavo investido em pesquisa pública gera de 3 a 8 vezes de resultado para a sociedade, resultado econômico para a sociedade. Por outro lado, pode-se dizer "Bom, mas se isso é tão importante, por que o setor privado não faz isso sozinho?", porque também está demonstrado que uma parcela significativa das inovações teve como base a pesquisa que foi financiada pelos governos. Isso deu base para o progresso e para o desenvolvimento. Então isso nos coloca numa posição de reflexão importante.

Olhando o exemplo do agronegócio do Brasil, o que a gente percebe? A pesquisa e a inovação possibilitaram um aumento muito significativo da produção e da produtividade sem aumento da área plantada. Quer dizer, essa história que se fala da expansão da fronteira agrícola já está superada. O que permitiu ao Brasil ser a potência que é hoje em dia foi a pesquisa, foi a inovação, que viabilizaram o tamanho e a importância disso do ponto de vista da produção brasileira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO RIBEIRO – É, aí é uma outra coisa.

Nós temos aí um conjunto grande de instrumentos. Vou falar um pouco sobre o que nós fizemos nesses últimos anos.

Basicamente, nos últimos cinquenta... A Finep completou este ano 50 anos. O segmento agropecuário é um dos segmentos mais importantes da nossa atuação. Nós temos o orgulho de ter apoiado a estruturação do sistema de pós-graduação, de pesquisa e de certificação de qualidade em agropecuária no Brasil. Acho que, com isso, a gente deu a colaboração no sentido de que o Brasil se transformasse numa potência em diversas áreas, tendo se tornado o segundo maior produtor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diversas culturas, carnes, soja, cítricos etc. É isto: o Brasil é o que é porque fizemos essa escolha, uma escolha muito acertada.

A gente atua na cadeia do agronegócio em vários segmentos: agroquímico, genética vegetal, controle biológico, agricultura de precisão, sistemas de produção, saúde animal, enfim, um conjunto muito grande. Nos últimos anos passamos a dar uma importância adicional ao fortalecimento dessa cadeia, olhando para o segmento de biocombustíveis e para a indústria de alimentos. Quer dizer, é uma maneira de se agregar valor a tudo aquilo que vinha sendo feito dentro do setor agropecuário, e acho que também temos conseguido aí algum sucesso.

Nós lançamos recentemente – recentemente significa de 2013 para cá – um grande programa focado mais nas empresas, mas visando forte colaboração com as instituições de pesquisas. Fizemos isso em parceria com outras entidades, como o BNDES e várias instituições de pesquisas e, aí, olhamos a questão do processamento, do insumo, máquinas, equipamentos. Então, a ideia era que a gente pudesse, de alguma maneira, colaborar para o adensamento das cadeias produtivas, melhoria de produtividade e melhor inserção da nossa agricultura no mercado internacional de uma maneira geral, sem descuidar, evidentemente, do abastecimento interno.

Não vou entrar em detalhes do programa, mas nós tivemos cerca de 49 grandes projetos que foram apoiados com recursos oriundos de vários instrumentos financeiros.

Que tipo de inovação a gente buscou? Agricultura de precisão – eu tenho a impressão de que o Márcio vai falar um pouco mais sobre isso, e esse é um tema importantíssimo –; maquinário – também há estudos que demonstram claramente que pequenas alterações no maquinário permitem uma menor pressão sobre expansão de áreas de plantio, no setor de cana por exemplo, melhorias no maquinário permitem que se possa plantar cana em áreas que antigamente não eram propícias para aquele tipo de agricultura –; toda a parte de biotecnologia aplicada ao segmento – extremamente importante –; a parte que entra mais no adensamento da cadeia na parte de alimentos funcionais; e fertilizantes, que têm um peso significativo na nossa balança de pagamentos, na nossa balança comercial, dado o tamanho do agronegócio no País.

Parceiros de longo prazo.

A gente tem inúmeras instituições, que justificam esse sucesso do Brasil, dando suporte à pesquisa: a Embrapa, o Cento de Tecnologia Canavieira, a Esalq, o Instituto Agronômico de Campinas, a Federal de Viçosa, a Federal Rural, apenas para dar alguns exemplos de instituições que nos ajudaram.

Alguns exemplos de projetos que nós...

E aí são casos mais recentes de empresas que receberam: Agroceres, Itambé, Duas Rodas, Ourofino – trabalhando na área de saúde animal –, Stara – que é uma grande produtora de implementos agrícolas, de tratores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO RIBEIRO – Do Rio Grande do Sul, exatamente, Senadora. Desenvolveram um projeto de um trator de grande porte; foi uma inovação para o Brasil, uma inovação importante, porque até então boa parte do maquinário era importado, esse tipo de maquinário; enfim, é um conjunto grande.

E nós estamos trazendo três ideias de atuação.

Primeiro a gente tem que olhar o agronegócio como um grande negócio, porque isso faz parte do Brasil. Não adianta esconder isso. E aí há desafios importantes: primeiro, garantir que esse negócio continue competitivo significa que precisamos ter pesquisa de ponta por trás. É preciso que haja investimento em pesquisa e que haja investimento em inovação. Sem isso, deixaremos de ser competitivos. O setor de agricultura brasileiro é importante porque há pesquisa por trás. Aqui não há muita... Vamos dizer, não há inovações disruptivas. A questão aqui é garantir competitividade, preço e qualidade no mercado. E aí a gente está olhando, fundamentalmente, melhoramento genético – continuando nisso –, agricultura de precisão, medicamentos, vacinas, o tema das mudanças climáticas, como foi muito bem apresentado aqui pelo Prof. Gonçalo. E, olhando no adensamento da cadeia, tecnologias que permitam alimentos funcionais, alimentos de maior valor agregado, e toda a parte de processamento de alimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RIBEIRO – A gente não pode esquecer, evidentemente, que o Brasil não é só o grande negócio: o Brasil também tem uma agricultura familiar importante. São cerca de 12 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de pessoas que estão envolvidas na agricultura familiar e que muitas vezes não têm acesso a tecnologia de ponta, como já foi mencionado aqui pelo colega que me antecedeu, que precisam ser incluídas nesse negócio e que têm um papel importante do ponto de vista do abastecimento do País. E isso tem um papel importante também do ponto de vista da geração de emprego e de renda para a sociedade de uma maneira geral. A tecnologia é crítica para permitir que esse negócio também se desenvolva, e ela é importante também porque permite a inclusão dessa parcela de pessoas.

Como eu queria finalizar aqui? Nós temos alguns grandes desafios para a pesquisa e a inovação. Nós temos que continuar assegurando a modernização da infraestrutura. Nós precisamos apoiar as instituições de pesquisa brasileiras para participarem dos desafios que são colocados para a ciência e tecnologia no plano mundial. Nós temos que ajudar a incentivar as parcerias entre as universidades, as ICTs e as empresas. É preciso incentivar a implementação de atividades contínuas de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e nas ICTs. Essa é uma forma de nós ajudarmos a melhorar a competitividade das nossas empresas e promover sua participação no mercado internacional de uma forma mais competitiva.

E, por último, eu acho que, evidentemente, todas essas ações devem envolver sustentabilidade, uma preocupação com a proteção do nosso meio ambiente, garantir sustentabilidade de uma forma geral.

Agora, Senadora e Senador, nada disso nós conseguimos se não tivermos a garantia... Quer dizer, nós chegamos até aqui porque tivemos pesquisa pública de qualidade. O Estado brasileiro investiu em pesquisa, organizou e orquestrou esse arranjo. É preciso continuidade. Nós precisamos de políticas públicas de longo prazo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RIBEIRO – ... nós precisamos de estabilidade de recursos, com fontes públicas para pesquisa – o que não quer dizer que o setor privado também não deva participar desse esforço, mas significa que é necessário que haja políticas e que haja uma participação significativa de fontes públicas para assegurar a continuidade dessas políticas. Por isso, evidentemente, nós precisamos repensar os instrumentos de apoio à pesquisa e à inovação. Isso é um processo que evolui, nós temos que olhar um pouco os exemplos internacionais – e há muitas práticas que têm sido utilizadas fora, do ponto de vista de aporte de iniciativas de *venture capital*, iniciativas de desafios tecnológicos, enfim, um conjunto de instrumentos que podem ser utilizados para melhorar a assertividade e a efetividade dos investimentos públicos que são feitos.

O momento, evidentemente – só para lembrar, na questão de recursos –, é absolutamente crítico, porque nós estamos discutindo neste momento, no Congresso, o projeto de lei orçamentária para o próximo ano, e a área de ciência e tecnologia, lamentavelmente, sofreu muito nesses últimos anos, sofreu cortes muito significativos. Eu acho que é o momento de nós pensarmos em reverter esse quadro, essa é a única forma de que nós dispomos para poder encarar os desafios que estão apresentados ali.

Eu agradeço muito a atenção de todos. Muito obrigado, Senador e Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

Vamos passar ao nosso próximo convidado, o Sr. Marcio Miranda dos Santos, Diretor Executivo no exercício da Presidência do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). (*Pausa.*)

Por gentileza, antes de passar a palavra...

Moka, eu gostaria que V. Exª presidisse só por dois minutinhos para mim, por gentileza. Só dois minutos, é rapidinho. É só para atender...

Com a palavra. Pode continuar, Marcio.

O SR. MARCIO DE MIRANDA SANTOS – Muito obrigado pelo convite, Senador Ivo Cassol, Senadora Ana Amélia.

É uma enorme satisfação poder contribuir, junto com nossos colegas de Mesa, para esse debate extremamente estratégico que é a cara do nosso País. Nosso País tem essa imensa vocação agrícola e de produtor de alimentos, não só para a nossa população, mas para a população que, nós percebemos, vai estar neste planeta nos próximos 30 anos, e assim por diante.

Eu vou, provavelmente, orientar um pouco nossa apresentação por um aspecto importante que fala de financiamento, mas não somente de financiamento: diz respeito à articulação de atores, Senadora, relevantes dentro da cadeia de valor da produção de alimentos, da produção agropecuária como um todo, porque, na verdade, o que nós observamos, ao longo dos investimentos e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realidades que nós enfrentamos neste momento, é um aumento considerável da complexidade dos temas com que nós temos que lidar no futuro.

Se o tema mudança climática não era tão percebido como tal no passado, hoje, ele é uma realidade e é um tema que, para sua solução, exige iniciativas que não são necessariamente resolvidas por uma ou por duas ou por três instituições, mas, sim, por um sistema muito bem articulado, que, entre outras coisas, fale de pesquisa agropecuária, mas não somente disso. E o nosso sistema está muito desarticulado, Senadora. Ele precisa de soluções, como este estudo que vou passar à Presidência, a esta Mesa, para uso da senhora, no que diz respeito ao apoio do Legislativo, absolutamente fundamental, para iniciativas que articulem esse sistema entre todos os seus principais atores: governo, empresa, academia, sociedade civil organizada e sociedade civil que se auto-organiza. São elementos absurdamente importantes para que mudanças climáticas, produção de insumos, comunicação, recursos humanos, legislação, gestão, cadeia produtiva e assim por diante, nexos importantes da realidade da cadeia de valor de produção de alimentos, como o nexo da nutrição-saúde, cada vez mais importante no seio da nossa sociedade...

O meu foco vai ser falar um pouco sobre um estudo que teve, na sua essência, seis pilares, dentre eles a questão da ciência e tecnologia, da educação e da capacitação, mas também de consumo, de saúde, de bem-estar, de viabilidade econômica – foi muito falado pelo Elibio aqui –, de dar uma característica de negócio de boa qualidade para os nossos produtos, cultura de comércio internacional, promoção de empreendedorismo e infraestrutura e de logística.

Cadeia de valor, Senadora. Todo esse processo de articulação precisa passar pelo entendimento de que a pesquisa agropecuária está em todos os níveis da cadeia de valor, não somente na produção de matérias-primas, mas também na indústria de insumos e de equipamentos, transporte, produção vegetal e animal, armazenamento, indústria de equipamentos e de embalagens. Hoje se fala muito em embalagens inteligentes para alimentos. O que é isso? Fruto de pesquisa e inovação. Está também no transporte interno, na indústria de transformação, que coloca na prateleira do nosso supermercado as coisas que nós compramos.

Um dado de realidade, Senadora: a Índia mudou tanto internamente em termos de produção de alimentos que, hoje, 50% do que se come na Índia vêm de um supermercado, não é mais como era 20 anos atrás. Então, a indústria de transformação é extremamente importante e dependente de pesquisa, assim como é a questão do mercado interno, do atacado, do transporte, do varejo e, finalmente, de uma infinidade de modelos de negócios que se desenvolvem e que atingem diretamente cada um de nós quando vamos fazer uma opção sobre o que comer na nossa próxima refeição.

Nessa cadeia de valor, Senadora, Senador, atuam fortemente, como já foi fartamente dito aqui, agências reguladoras, agências de fomento, instituições de CTI – como aquela que aqui está representada pelo Dr. Orlando, Presidente do IAC, mas também Presidente do Conselho das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária –, indústrias de *softwares*, organismos internacionais e instituições certificadoras.

Senadora, esse conjunto de atores precisa ser mais bem articulado. O que nós fizemos foi um estudo que propõe uma maneira de essa articulação se dar, que conta fortemente com o apoio da própria Embrapa, do Consepa e de outras instituições do sistema. Não é possível que observemos uma falta de articulação em um tema tão central para a nossa economia. Uma agência reguladora indo para um lado, um banco indo para outro, a pesquisa desarticulada em âmbito regional e uma série de questões. Se eu tivesse que dizer neste momento, Senadora, qual seria a nossa grande prioridade: não é somente de financiamento, é que o sistema também não sabe ser inteligente para prover resultados com maior eficiência em prol da nossa sociedade de uma maneira geral.

Aquilo que a senhora falou é muito verdadeiro: temos uma população que se aproxima de 9,5 bilhões de habitantes, mas o Brasil tem uma vantagem comparativa excepcional, que está ali debaixo dizendo que temos ainda uma faixa muito grande da nossa população entre 15 e 64 anos, ou seja, nós podemos orientar essa população para as nossas grandes vocações. E como se faz isso? A partir de um sistema que se articule com empreendedorismo, com envolvimento desse enorme contingente, numa população que vai se estabilizar, queremos nós ou não, perto de 2050, quando esses desafios serão enfrentados.

Pergunta que colocamos é: o nosso sistema de educação está fazendo isso? As nossas universidades de Ciências Agrárias e outras estão bem aparelhadas para esse engajamento da nossa população? A minha resposta...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MARCIO DE MIRANDA SANTOS – ... curta neste momento seria não.

Da urbanização, não precisamos falar, mas, em 2050, 94% da nossa população, estima-se, estará vivendo nos grandes centros urbanos, nos centros urbanos de uma maneira geral.

O aumento da renda *per capita* vai dar origem a uma população mais exigente, com maior poder de compra. Estamos preparados para atender esse mercado que se qualifica?

As mudanças de clima já foram aqui muito mencionadas. Inclusive, culpam a produção pecuária como grande vilão da emissão de gases de efeito estufa, o que não é: hoje responde por 18% das emissões de gases, e existem programas muito interessantes para reduzir esse conjunto de emissões a partir da produção pecuária.

Já foi falado também aqui das oportunidades que existem no Brasil e no mundo de apropriação de um contingente maior de área agricultável, e o Brasil em particular está numa posição muito vantajosa.

A questão da água é central, Senadora. Dentro desse processo de articulação, fazer valer a Lei das Águas, no que diz respeito aos seus usos finais, é absurdamente importante. Atribui-se ao Brasil o maior estoque de água doce do mundo etc. É verdadeiro, mas a sua distribuição é desigual, basta olhar para Brasília nos dias de hoje ou para São Paulo há pouquinho tempo.

Uma novidade, que eu acho que não é mais novidade, é que muitos desses sistemas se articularão a partir de máquinas. Investimento em *software*, em sistemas que articulem esses atores dentro da cadeia de valor, é fundamental, e a Internet das Coisas já é uma realidade, mas vai se intensificar, e é altamente exigente de pesquisa também.

Há coisas que talvez não sejam tão visíveis: hoje nós já temos 5 milhões de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO DE MIRANDA SANTOS – ... habitantes com idade entre 18 e 34 anos vivendo sozinhos nas suas casas, e isso vai evoluir muito ao longo dos anos. Menciono também o poder aquisitivo da população idosa, que vai ter um tipo de exigência mais especial nesse sentido.

A produção pecuária cresce mais nos países em desenvolvimento como o nosso. Precisamos evitar o desperdício, Senadora. Muito da comida que se produz não chega a um indivíduo. Ela se perde ao longo do caminho em todas as etapas, que vão desde a sua produção até o consumo final.

Falou-se aqui sobre a questão de fertilizantes. Não dá para conviver com um grau de dependência de 90% de potássio na nossa agricultura.

Como conclusões e recomendações – vou ser o mais rápido que eu consigo –, nós precisamos diversificar formas de produção de alimentos. O Elibio mencionou uma linha de fronteira, que é a questão de novos polímeros, substâncias e moléculas alimentares sintetizadas em plataformas de Engenharia Biológica. Esse é o futuro da produção de alimentos a partir de novos patamares científicos e tecnológicos. O mundo caminha para esse lado. O Brasil está um pouco parado no que diz respeito a se posicionar em relação a essa questão.

O diferencial competitivo para a indústria de alimentos. Nós precisamos dizer para a sociedade, quando comemos qualquer coisa, qual é a pegada de carbono daquilo que nós comemos. Se isso não está sendo exigido hoje, vai estar sendo exigido em breve, assim como olhamos o que tem de calorias, o que tem de açúcar, se tem sal, e outras coisas que a indústria de alimentos já coloca no rótulo. Daqui a pouco, vamos perguntar qual é a pegada de carbono que aquilo que estamos comendo tem. Então, isso exige pesquisa também, para que não percamos a competitividade, porque, se alguém fizer isso antes de nós, nós perdemos competitividade, e não é da produção, vai ser no consumo final.

E, como já falava, Senadora, para finalizar, nós precisamos fortalecer a integração e a coordenação dos atores do sistema.

Trouxemos para a senhora aqui, a partir deste relatório, uma proposta. Eu queria neste momento, Senadora, reconhecer que foi muito acertado esse seu requerimento nesta Comissão, porque é o momento de se tomarem iniciativas no sentido de articular esse sistema tão importante.

Eu não vou falar dos problemas enfrentados por esse sistema ao longo do ano, mas o problema não é só de financiamento; o problema é também de gestão, e nós trouxemos neste relatório, para seu exame, para a sua análise e de sua equipe – nós estamos à disposição para isso – uma proposta que organize um pouco, que articule um pouco esses atores, e nós tivemos a satisfação de debater ontem, dentro da Embrapa, com as organizações estaduais de pesquisa agropecuária, que, de uma maneira geral, estão alinhadas com esse processo. Em outras palavras, Senadora, a senhora conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com instituições de altíssima relevância para mover esse sistema nessa direção. E fizemos uma proposta também de implementação gradual de um processo que é complexo.

Com essas palavras, Senadora, nos colocamos à disposição e novamente parabenizamos esta Comissão por essa iniciativa que reúne, seguramente, suporte no seio das instituições que participam da pesquisa agropecuária no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço ao Marcio e, agora, passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero pedir desculpas ao Prof. Elibio Rech, da ABC, porque eu me antecipei. Eu acho que eu nasci com sete meses, professor, eu sou muito apressada.

Quando o senhor apresentou aquela cena... Aliás, a Drª Helena... Na discussão do Código Florestal, essa imagem apareceu, e eu, como tenho uma memória visual que fixei... Agora houve uma justificativa muito razoável, muito concreta, o porquê daquilo estar sendo feito. Então, logo achei que era uma espécie de crítica.

Eu sou uma Senadora do Rio Grande do Sul, e nós, no Rio Grande do Sul, temos na agricultura o começo de avanços tecnológicos. A questão da biossegurança começou no Rio Grande do Sul de maneira atravessada, mas começou, assim como a questão ambiental, a proteção, a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção Natural), que é lá.

Há a agricultura de alta precisão hoje, citada aqui por um dos palestrantes na questão da Stara, em Não-Me-Toque, que faz uma feira de agricultura, é a capital brasileira de agricultura de alta precisão.

Estamos caminhando para isso rapidamente. Daqui a pouco, poderão os aviões que fazem a pulverização agrícola ser substituídos por drones, que terão uma eficácia talvez mais adequada, e assim sucessivamente – como defensivos biológicos, avanços que estão sendo feitos.

Mas eu queria cumprimentá-los.

Foram usados dados de censo de 2006. Nós estamos em 2017 e, nesse período, houve uma mudança muito significativa.

Tenho o orgulho de ter nesta Comissão o apoio de todos os seus Senadores e ter conseguido aprovar o Censo Agropecuário. E esse censo está sendo realizado por esforço desta Casa, desta Comissão. Então, acho que é preciso pontuar.

Talvez os dados que o senhor apresentou, que os demais apresentaram, sobre o desempenho, a participação percentual até das classes que ascenderam, que tiveram um aumento de produtividade... Hoje, quando o senhor vai ao Rio Grande do Sul, vai àquela feira de agricultura familiar, vê que no começo eles tinham um nível, um padrão, do salame que vinha embalado. Hoje, o senhor vai lá e vê que ele já está com freezer e já não tem mais a mandioca natural, com casca, ela já vem embalada da agricultura familiar, embalada, limpinha, com meio quilo ou um quilo para ser entregue pronto ao consumidor urbano. Essa é uma evolução tecnológica e de renda para ele, porque agrega valor.

Então, houve uma mudança. A cada ano que o senhor vai lá, o senhor vê. Este ano, houve lá um queijo feito em Minas Gerais que tem sido valorizado no mundo inteiro. Então, essa agricultura familiar ganhou também um impulso usando esse conhecimento.

Então a atualização desse censo.

O orçamento para ciência e tecnologia.

Eu gostei muito do que foi dito aqui sobre a relevância que tem a Finep. E aí vêm os equívocos de políticas públicas. O senhor fala muito de uma coisa que se chama sinergia, juntar todo mundo, que aí o resultado é melhor. Quando você se une, você tem melhor capacidade de gerar resultados melhores.

Mas, digamos, a mentalidade do nosso País, dos governos, é de botar selos, de criar um programa, quando você já tem instituições que estão trabalhando... Em vez de fortalecer aquelas que estão ali e exigir delas mais coisas... Tiraram dinheiro da Finep, que fez tudo isso que foi mostrado aqui, e de outras áreas do Ministério da Ciência e Tecnologia para criar um programa chamado Ciência sem Fronteiras. Eu pergunto aos senhores: o que nós aprendemos com o Ciência sem Fronteiras, com esse programa? O que o Brasil ganhou com isso? Zero, porque não há avaliação. Foi um grupo de jovens... É muito bom que vá para o mundo conhecer, mas você tem que trazer e agregar um valor do recurso que é público, você tem que trazer... Finep é dinheiro público? Tem que mostrar o que está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então nós tivemos equívocos de políticas... Criar o selo de um programa, Ciência sem Fronteiras, é você tirar dinheiro de onde está funcionando: Finep, Ministério da Ciência e Tecnologia. Aí reduz o dinheiro, Prof. Elíbio, da Ciência e Tecnologia, que é uma área que nós temos que apoiar.

Sou autora de um projeto já aprovado nesta Casa dos chamados *endowments,* ou fundos patrimoniais, focado em ciência e tecnologia. Chegou na Câmara com um relatório extraordinário do Senador Armando Monteiro criando e definido claramente sua essência.

A Universidade de Harvard, onde é professor Mangabeira Unger... Ele foi um dos primeiros do Ministério de Assuntos Estratégicos a dizer que não entendia por que o Brasil, um país agrícola, tinha dois Ministérios, um para a agricultura familiar e um para a agricultura. A gente começa, por aí, a ver... É um negócio que não dá! Coube a ele lembrar essas distorções que nós temos. Isso aumenta o gasto, quando você poderia, com o mesmo dinheiro, fazer mais coisas.

E lembro um Ministro do Meio Ambiente, que vai lá em Bonn para falar sobre mudança climática... E quem fala pelo Brasil? O Greenpeace, as ONGs todas internacionais, porque são interesses não necessariamente do Brasil. Então nós temos que tratar de questões nacionais estratégicas.

Olha, eu quero dizer aos senhores que esta, não menosprezando nenhuma das anteriores, foi a melhor audiência pública e foi a última em que tratamos dessa matéria. Aqui foi feito o resumo total, perfeito e bem acabado, de tudo o que nós precisamos fazer. A Consultoria do Senado, que está aqui, concorda comigo, pela objetividade, pela precisão e pela concisão daquilo que nós temos que produzir como sugestão para termos uma política de inovação e para ampliar a participação dela.

A ABC, a Agricultura de Baixo Carbono, temos que perseguir essas metas de sustentabilidade...

Então eu queria apenas cumprimentá-los.

Eu vi muitas coisas também, como a questão de uso de pastagens degradadas, que é uma coisa importante.

Aqui há a questão da domesticação sintética, foi essa expressão que o senhor usou. O que vem a ser isso, meu caro professor? Foi uma coisa que ficou na minha cabeça – acho que são expressões que eu tenho que aprender.

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Isso foi pauta de um artigo que eu escrevi com Werner Arber, que foi um Prêmio Nobel de Medicina que é amigo meu, da Suíça, sobre uma nova definição de uso da biodiversidade, porque nós não acreditamos que no futuro nós vamos continuar explorando a biodiversidade em termos extrativistas. Nós temos a capacidade tecnológica de detectar, dentro das espécies que nós queremos, específicas características. No óleo de dendê, nós podemos pegar um componente, uma cadeia do óleo e fazê-la sintética, fazê-la ser produzida em uma planta economicamente viável. Você mantém a planta na biodiversidade e usa só aquilo que você deseja.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fortalecer a planta ou torná-la mais resistente...

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – É, e você mantem a biodiversidade. É uma ideia de conservação também. É um uso conservando, porque você não precisa mais da espécie, você já domesticou a característica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Aprendi mais uma.

Eu nem faço perguntas, porque tudo o que foi dito aqui foi tão claro, tão objetivo e tão preciso para o que nós temos que fazer que eu só tenho, Senador Cassol, a agradecer a todos os senhores pelo brilho, pela concisão, pela objetividade ao mostrar aquilo de que o Brasil precisa.

Se botarmos 30% do que foi dito aqui em prática, já será um grande avanço.

Parabéns a todos!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Temos aqui a participação do Manoel Neto, do Rio Grande do Norte: "Para que a academia tenha efeito, é preciso validar interatividade a título funcional em integração da autonomia qualificada de desempenho produtivo de utilidade potencial estruturada."

Quem falou da academia aqui? (*Pausa.*)

Conseguiu entender a participação do Neto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Repetindo: "Para que a academia tenha efeito, é preciso validar interatividade a título funcional em integração da autonomia qualificada de desempenho produtivo de utilidade potencial estruturada."

Esse comentário deve ser de professor para professor. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, há professor aqui que falou com muita objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não sei quem é Manoel Neto, mas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com todo o respeito, é um "*enrolation embromation*."

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Eu acho que foi mencionado. Eu entendi.

O Dr. Márcio Miranda coloco isso com muita propriedade. Eu acho que é extravasar a pontualidade das ações para áreas que complementam e componentes outros que suportam o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra ao nosso grande e eterno parceiro, Senador Moka, do Mato Grosso do Sul e do Brasil, que ele representa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente Ivo Cassol e a nossa Relatora.

Eu tenho acompanhado todos os debates que a Senadora Ana Amélia faz, porque – eu não sei se foi explicado – todo ano a Comissão de Agricultura faz um relatório de políticas públicas que é encaminhado. É quase uma crítica ao que está sendo feito em termos de políticas públicas, o que pode melhorar, o que está errado. Essas audiências públicas servem para que a Relatora possa realmente, no seu relatório, com a ajuda dos senhores, fazer um diagnóstico, identificar o que está funcionando, o que não está funcionando e o que podemos fazer para melhorar a produtividade, a produção, enfim, melhorar o setor do agronegócio – eu prefiro agropecuário.

Desde muito novo, eu ouço dizer que país desenvolvido é país industrializado. Particularmente, eu acho que isso é uma meia verdade, porque existem países em que você tem uma vocação natural para a produção, e o que você produz não terá nunca, sempre no caso do Brasil, um excedente. É claro que, se pudermos vender o milho agregado ao frango, estaremos agregando valor. Isso é uma coisa. É a mesma coisa com suínos, é a mesma coisa com a soja – em vez de se vender a soja *in natura*, vendê-la na forma de óleo ou qualquer outra coisa assim.

Isso eu entendo, mas sempre haverá uma sobra da nossa produção, e eu não vejo demérito nenhum no fato de o Brasil vender a sua matéria-prima, a sua soja em excesso. Eu não vejo nada disso. Existem vários países que sobrevivem da sua produção primária. Insisto em dizer: é claro que seria melhor se vendêssemos o produto primário agregado a um valor industrializado. Isso é uma coisa.

De todas as audiências que eu vi aqui, eu acho, Senadora Ana Amélia... Permita-me dizer que ele deixou para o final, por causa do tempo, uma proposta, um quadro, de como isso poderia melhorar essa interação. Eu acho que esse quadro tem que ser levado em consideração porque é uma proposta de como funcionaria essa agregação.

Eu ouvi só a palestra do Dr. Marcio Miranda e do Dr. Fernando Ribeiro, e não ouvi a dos outros, o que lamento muito. É que o voo, que deveria ter chegado aqui às dez e pouco, atrasou. Eu me atrasei, o que não é muito comum, porque sou professor e professor não gosta de chegar atrasado nas coisas. Então, eu penso que a contribuição que os senhores deram hoje a esta Comissão é inestimável, porque vocês vieram com uma proposta de agregar.

Eu percebi, na palestra do Dr. Marcio Miranda, que não é só a questão de recurso, mas é uma questão também de planejamento, de agregar instituições que têm um alto nível. E nós temos aqui uma empresa brasileira, que é a Embrapa, a quem o País deve muito no que diz respeito a competitividade, deve muito a pesquisadores que estão lá fazendo pesquisa. Eu só defendo que haja uma parceria maior entre o setor privado e a própria Embrapa, porque vocês aumentariam muito essa participação e a Embrapa teria mais recursos, junto, inclusive, com pesquisadores da iniciativa privada para que a gente pudesse, cada vez mais, ter uma produtividade, ir melhorando.

Essa questão do CO_2, por exemplo, é muito importante. Vou dar só um exemplo aqui: cana-de-açúcar, que já foi muito criticada. A cana é uma das poucas plantas que absorve mais CO_2 do que libera. Então, é uma questão em que a gente precisa prestar atenção. Todo ano ela é colhida e, quanto mais nova a planta, mais absorção de CO_2 ela vai fazer. É diferente, porque as pessoas falam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assim: "A Amazônia é o grande pulmão." Não. Existem árvores que, pela idade, tem uma capacidade de absorção do CO_2 pequena, que já é pequena. O que absorve o CO2 na fotossíntese mesmo é a árvore se tornando adulta.

Então, eu só quero agradecer e pedir desculpa ao Dr. Elibio Rech por eu não ter chegado antes – acho que o grande prejuízo é meu –, assim como ao Dr. Gonçalo Pereira, por eu não ter podido ouvir os ensinamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Acho que foi muito interessante. Se eu estivesse no lugar da Senadora Ana Amélia, aproveitaria muito do que aqui foi dito na elaboração do relatório, que será debatido e votado nesta Comissão – eu tenho certeza de que será aproveitado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É o que todos nós esperamos.

Ela disse ainda uma coisa importante: o IBGE só está fazendo pesquisa porque esta Comissão tomou a iniciativa de colocar uma emenda de Comissão que permitiu ao IBGE poder fazê-la, senão, daqui a pouco, nós não teríamos mais nem referência. Nós estávamos falando de estatística de dez, quinze anos atrás, e isso não tem mais valor nenhum.

Muitíssimo obrigado a todos os senhores que se dispuseram a atender ao requerimento da Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que, diga-se de passagem, é uma extraordinária Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Presidente Cassol, pela ordem.

Quero só dizer, Senador Moka, que a sua defesa da cana-de-açúcar foi um eco ao que o Dr. Gonçalo Pereira falou aqui. Ele deu uma aula sobre isso, pois é um grande conhecedor. Falou tudo isso, colocando a equivalência da cana – biocana, energia, e cana, açúcar. Mostrou, comparativamente, quanto daria em produção de combustível, biocombustível. Então, foi uma coisa extraordinária.

Tudo o que foi dito aqui, Senador Moka, foi um resumo disso que V. Exª falou. Todos eles tiveram objetividade e, ao final, disseram assim: "As propostas são essas", com todos os itens necessários para fazê-las.

Eu queria até sugerir que a assessoria do Senador Moka apanhasse o material que foi apresentado, especialmente sobre a cana, já que o seu Estado de Mato Grosso está entrando nessa área. São todos muito importantes: a Finep; o Governo, através da secretária estratégica que cuida da integração; e a ABC (Academia Brasileira de Ciências). Então, o que nós fizemos aqui...

Eu queria ainda dizer – eu falei que foi a melhor de todas – que nós tivemos aqui também o Dr. Cleber Soares, que representou Maurício Lopes, Presidente da Embrapa, e que deu uma excelente aula, uma contribuição, que está já anotada, porque ele trouxe elementos diferentes um pouco, mas dentro da mesma linha.

Senador Moka, a sua sugestão é ordem para esta Relatora em relação a aproveitar as propostas de todos, porque foram extraordinárias.

Então, muito obrigada de novo a todos os senhores. Obrigada, Senador Moka e Presidente Ivo Cassol.

Permitam-me sair, porque eu tenho que relatar uma matéria importante lá na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Ana Amélia.

Com certeza, a participação dos nossos convidados, tanto do Sr. Gonçalo como do Sr. Elibio, do Sr. Fernando e do Sr. Márcio, veio dar subsídio para que a nossa Relatora possa fazer, juntamente com o Senador Moka e com os demais Senadores, o melhor relatório possível para que possamos fortalecer cada vez mais esse setor.

Quero agradecer a participação de todos.

Nós damos por encerrada esta audiência pública com os nossos participantes. Obrigado pela participação de todos.

Até a próxima oportunidade se Deus assim permitir.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Às onze horas e quatorze minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e dos Senadores Valdir Raupp e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Cidinho Santos, Pedro Chaves, José Agripino, José Pimentel, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Expediente do Sr. Primeiro Secretário, Senador José Pimentel, respondendo ao Ofício nº 154/2017-SACRA, sobre a implementação de regras que facilitem o acesso de autoridades e convidados participantes de audiência públicas e reuniões políticas às dependências do Senado Federal; Expediente subscrito pela Sra. Clementina Moreira Alves, Presidente do Programa Ação Responsável, convidando os Senadores membros desta Comissão para participar da abertura do V Fórum Nacional de Agronegócios: Desafios e Oportunidades – Ética, Inovação e Eficiência, a se realizar no dia 7 de dezembro de 2017, quinta-feira, às 9 horas, no Senado Federal; Ofício nº 446/2017-CNA, subscrito pelo Sr. Walter Rezende, Presidente da Comissão Nacional de Silvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), solicitando o apoio desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao pleito dos produtores rurais de elevação da alíquota de impostos de importação da borracha natural, que é 4%, para 14% – como já houve decreto da Presidência da República –, para podermos pelo menos empatar com a seringa, o látex que vem desses países asiáticos; Ofício nº ADM 651/2017, subscrito pelo Vereador Adriano de Martini, Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, Santa Catarina, apresentando moção de apoio aos agricultores familiares, especialmente com relação ao mercado leiteiro e à pequena margem de lucro advindo da comercialização desses produtos; e Aviso 1.036-Seses-TCU-Plenário, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº 031411/2017, que trata de monitoramento com o efeito de verificar se a estratégia de implementação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) está consistente com os objetivos pretendidos no Plano Brasil sem Miséria e se atende aos princípios estabelecidos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Após a leitura dos expedientes, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta de deliberação: 1ª PARTE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO - Discussão e Votação do Relatório da Senadora Ana Amélia sobre a Avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16, de 2017, conforme o disposto no artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado o Relatório da Senadora Ana Amélia que conclui pela apresentação de requerimentos de audiências públicas; pela continuidade do acompanhamento da política de pesquisa agropecuária, com base nas respostas aos requerimentos de informações já aprovados pela CRA; pela proposta de criação de grupo de trabalho para elaboração de minuta de proposição com o objetivo de alterar a Lei nº 8.171/91; e pela disponibilização, para consulta pública, da minuta de proposição elaborada e eventual oitiva de representantes das instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). 2ª PARTE: ITEM 1:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2015 – Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS 733/2015, com a Emenda nº 1 do Senador Paulo Rocha e com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o PLS 733/2015, com as Emendas 1-CRA e 2-CRA. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC. Autoria: Deputado Junji Abe. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Ronaldo Caiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLC 145/2017 e pela rejeição da Emenda nº 1 do Senador Valdir Raupp e da Emenda nº 2 do Senador José Medeiros. Resultado: Concedida Vista solicitada pelos Senadores Waldemir Moka, Paulo Rocha, José Medeiros, Valdir Raupp e Senadora Ana Amélia, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2014 - Terminativo - EMENTA: Estabelece regras para rotulagem de produto de origem animal embalado e dá outras providências. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela rejeição do PLS 119/2014. Resultado: Rejeitado o PLS 119/2014. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel. Autoria: Senador José Agripino. Relatoria *Ad hoc*: Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS 384/2016, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Concedida Vista solicitada pelos Senadores Paulo Rocha e José Medeiros, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do PLS 373/2017. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, favorável ao PLS 373/2017. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria *Ad hoc*: Senador Waldemir Moka, em substituição ao Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS 382/2017, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório *Ad hoc* do Senador Waldemir Moka, favorável ao PLS 382/2017 com a Emenda 1-CRA. ITEM 8: AVISO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão n° 1.968/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 06/09/2017, que trata sobre auditoria que tem por objeto a preparação do Governo Federal brasileiro para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). TC - 028.938/2016-0. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 31/2017. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Lasier Martins, pelo conhecimento e arquivamento do AVS 31/2017. ITEM 9: AVISO Nº 32, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão n° 1.976/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 06/09/2017, que trata de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente (SecexAmbiental), em face de indícios de irregularidades observados na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concessão dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). TC - 000.517/2016-0. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 32/2017. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, pelo conhecimento e arquivamento do AVS 32/2017. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema. Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, de 2017 - EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento 24/2017, a inclusão do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG) na audiência pública destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, incluindo o relatório do Programa Colmeia Viva. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2017 - EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no município de Não-Me-Toque/RS, no dia 9 de março de 2018, durante a realização da Expodireto Cotrijal 2018 – Feira Internacional, que acontecerá de 5 a 9 de março de 2018, com o objetivo debater o impacto da Inovação na Sustentabilidade Ambiental, para garantir segurança na renda dos produtores, na sanidade da produção e nos ganhos para a economia. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Informo o recebimento do expediente subscrito pelo Senador José Pimentel, 1º Secretário do Senado Federal, informando que, com referência ao Ofício nº 154, de 2017, de minha autoria, verificou-se a necessidade de dar maior celeridade à realização dos procedimentos de acesso ao Senado Federal, de modo a dar maior eficiência às suas atividades legislativas, sem deixar de garantir a segurança de todos os que trabalham e transitam nesta Casa Legislativa.

Eu queria aqui cumprimentar as Srªs e os Srs. Senadores, também o Senador Lasier, também o Senador Waldemir Moka, também o Deputado de Santa Catarina...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Do Rio Grande do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah! Do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Giovani Cherini.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Como?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Giovani Cherini.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Giovani, é uma alegria tê-lo aqui conosco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Coordenador da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

E a nossa parceira, companheira, amiga do povo do Rio Grande do Sul e do Brasil, a nossa Senadora Ana Amélia.

Eu só queria também aproveitar, nesta oportunidade...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu queria só pedir a compreensão dos nobres Senadores e dos assessores que estão presentes. Com relação a esse expediente que foi subscrito pelo 1º Secretário, eu acho que todos os Senadores estão a par da reclamação que nós fizemos aqui ao vivo, quando nós tínhamos uma audiência pública com o Secretário da Pesca, pela dificuldade que houve de acesso a esta Casa.

O que eu fico abismado e indignado é que, quando o Poder Legislativo nacional, esta Casa... O Senado Federal, eu entendo, tanto pela Constituição como também para a população em geral, ele é a Casa do Povo. Se ele é a Casa do Povo, tem que haver acesso fácil para a população. E eu não consigo entender a dificuldade que criam – e é importante Senador Moka, Senadora Ana Amélia, também Senador Lasier –, a dificuldade que a segurança desta Casa cria para que tenha acesso o Secretário Nacional, que é uma das pessoas de primeiro escalão do Presidente da República e que não consegue entrar dentro desta Casa. Eu não consigo entender quando prefeitos, ou vereadores ou deputados estaduais não têm acesso a esta Casa.

Desculpe-me o Diretor de Polícia, que é responsável pela segurança, mas, ao mesmo tempo, é muita burrice! Eu fui Prefeito, eu fui Governador, e eu sempre fui muito prático: não dá para admitir, a partir do momento em que você dá uma ordem para o pessoal da segurança, e o prefeito se apresenta, o vereador se apresenta, o deputado estadual se apresenta, um secretário de Estado se apresenta, um secretário nacional de piscicultura se apresenta, e a segurança da Casa não deixa o cidadão entrar para participar da audiência pública. Isso é uma falta de competência, uma falta de gestão. Não é falta de salário, não, porque o salário aqui no Senado é bom – é bom até demais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todo mundo comparado com o do povo brasileiro. Agora, eu não posso pactuar, eu não posso concordar com a burocracia, com os entraves que criam para que se possa participar aqui dentro.

Agora, quando há alguns baderneiros, quando há aqueles que são pagos por alguma entidade ou algum sindicato ou algum outro órgão que seja para vir para cá, esses, sim, na apresentação do seu documento, têm que ser banidos. Agora, o que nós não podemos é inviabilizar a entrada aqui nesta Casa de prefeitos, como aconteceu com prefeitos do meu Estado. Eu não posso admitir a inviabilidade que criaram contra deputados estaduais que estiveram presentes há pouco dias, não podendo deixá-los entrar aqui nesta Casa.

Esta é a Casa do Povo, portanto o Presidente e o 1º Secretário têm que tomar posição. A caneta é deles e a tinta é deles, então a regra é deles. Portanto, do Senador José Pimentel, eu mais uma vez cobro que a Casa é do povo. E, se a Casa é do povo, tem que ter facilidade. Se os políticos que estão aqui dentro não têm coragem ou não aguentam pressão, que desistam do cargo, porque homem público tem que ter disposição para atender a população, não é, Senadora Ana Amélia? É uma dificuldade. Aquele dia que nós tivemos aquela audiência pública aqui com o Secretário Nacional da Pesca, e ele não pôde entrar no recinto, sendo que é uma das pessoas do Governo Federal.

Ao mesmo tempo, recebemos expediente subscrito pela Srª Clementina Moreira Alves, Presidente do Programa Ação Responsável, que convida os Senadores membros dessa Comissão para participar da abertura do V Fórum Nacional de Agronegócios: Desafios e Oportunidades – Ética, Inovação e Eficiência, a se realizar no dia 7 de dezembro de 2017, quinta-feira agora, às 9h, no Senado Federal.

Também acusamos o recebimento do Ofício nº 446, de 2017, subscrito pelo Sr. Walter Rezende, Presidente da Comissão Nacional de Silvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), solicitando o apoio desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao pleito dos produtores rurais de elevação da alíquota de impostos de importação da borracha natural, que é 4%, para 14% – como já houve decreto da Presidência da República –, para nós podermos pelo menos empatar com a seringa, o látex que vem desses países asiáticos.

Comunico também o recebimento do Ofício nº 651.

Peço à assessoria, por gentileza, um pouco mais de silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Comunico o recebimento do Ofício nº 651, de 2017, subscrito pelo Vereador Adriano de Martini, Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, Santa Catarina, Senadora Ana Amélia – vizinha da cidade de Concórdia, de Chapecó, perto de Maravilha também –, apresentando moção de apoio aos agricultores familiares, especialmente com relação ao mercado leiteiro e à pequena margem de lucro advindo da comercialização desses produtos. Deixo o nosso abraço, em nome do Vereador Adriano, Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, a todos os produtores de leite do Brasil, que amargam esse triste prejuízo com a importação do leite da Argentina ou do Uruguai.

Eu solicito, na mesma situação do requerimento apresentado agora há pouco sobre a questão da importação do látex, que se amplie a alíquota, para pelo menos sermos mais competitivos nacionalmente.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso 1.036, de 2017, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº 031411/2017, que trata de monitoramento com o efeito de verificar se a estratégia de implementação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) está consistente com os objetivos pretendidos no Plano Brasil sem Miséria e se atende aos princípios estabelecidos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Primeira parte. Discussão e votação do relatório da Senadora Ana Amélia sobre a Avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16, de 2017, conforme o disposto no artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a nossa Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Presidente, Senador Ivo Cassol, caros colegas Senadores, sei que o tema que está merecendo essa atenção e esse debate acalorado tem razão de ser, mas isso será para um segundo momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos que cumprir a nossa obrigação regimental de oferecer, neste ano legislativo de 2017, a política pública para a pesquisa agropecuária, cuja relatoria me coube, um importante tema, porque um país que tem o protagonismo brasileiro no agronegócio, não só no abastecimento do mercado interno mas também no superávit comercial, merece de todos nós, especialmente desta Comissão.

Quero aproveitar também para agradecer aos colegas Senadores, Senadora Fátima Bezerra, o que foi feito ao longo deste ano, que assegurou a realização do censo agropecuário, que será concluído em fevereiro de 2018 com dados muito significativos para a avaliação do diagnóstico da realidade que nós temos no agronegócio brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... seja da agricultura familiar, da pequena propriedade, da propriedade média, do sistema produtivo cooperativado, de todos eles. Então, eu queria ressaltar isso e agradecer ao Dr. Paulo Rabello de Castro, que era o Presidente do IBGE, aos Senadores que trabalharam intensamente neste processo, reconhecer também o apoio do Ministério do Planejamento, do Gabinete Civil da Presidência da República, e agradecer também ao Relator do Orçamento à época, Senador Eduardo Braga.

Por fim, antes de ler o meu relatório, quero agradecer aos nossos técnicos, consultores legislativos desta Casa e desta Comissão, Henrique Salles Pinto, Fernando Lagares e o Marcus Peixoto. Sem o trabalho deles, não seria possível esta Senadora Relatora compatibilizar as audiências, que foram muito ricas, todas que fizemos aqui.

Então, eu vou resumir o relatório, que já está distribuído a esta Comissão, um relatório amplo, com todos os conteúdos das audiências que foram aqui realizadas. O meu relatório tem apenas duas páginas, Sr. Presidente.

A avaliação da política pública para pesquisa agropecuária, realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao longo dos últimos meses, foi importante para viabilizar o levantamento de informações estratégicas sobre o assunto. As informações colhidas nessa avaliação ofereceram estratégias relevantes para aprimorar o planejamento e a gestão da pesquisa agropecuária no País, seja na perspectiva horizontal, na relação entre órgãos do Executivo Federal, seja na vertical, incluindo os entes federados União, Estados e Municípios, considerada a necessária e salutar parceria ou sinergia com o setor privado.

Os investimentos em pesquisa e inovação têm sido um dos principais responsáveis pela dinâmica e pela competitividade da agropecuária brasileira. Tradicionalmente, recursos públicos foram imprescindíveis para o desenvolvimento desse processo no âmbito da academia, da Empresa Brasileira para a Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das demais instituições que compõem o Sistema Nacional e Pesquisa Agropecuária (SNPA). Destaca-se, contudo, que a crise fiscal do País, ao longo dos últimos anos, exigiu a reformulação do sistema, que se caracteriza também por apresentar muita burocracia, marco legal desatualizado, vontades políticas voláteis e interesses difusos.

Nesse contexto, entre os aspectos a serem considerados em uma eventual reestruturação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária que foram colhidos nas audiências públicas realizadas nesta Comissão, destacam-se as seguintes abordagens: inversão da lógica predominantemente hierárquica e vertical do SNPA para uma lógica predominantemente horizontal e colaborativa; criação do fórum para inovação da agropecuária no Brasil, uma instância supragovernamental para fomentar a transformação sistêmica desses processos; criação de mecanismos eficientes de financiamento, parcerias público-privadas e outros instrumentos de engenharia financeira, com o principal objetivo de estabelecer prioridades focadas nos desafios dos principais segmentos da agropecuária do País; criação de um centro para o desenvolvimento da inovação agropecuária, que atuaria como um organismo independente, tendo papel de coordenação; estruturação da agenda como elemento central do SNPA com estabelecimento de propósito, missão, visão, princípios, resultados, objetivos, indicadores, metas, iniciativas, ações, atividades, responsáveis, prazos, marcos; coordenação das instâncias integradoras de animação responsáveis pela criação e manutenção de um ambiente colaborativo com as instâncias deliberativas e com facilitação direta e indireta por meio de uma rede de facilitadores, via fomento institucional, científico, entre outros; monitoramento da execução para controle dos objetivos estratégicos do SNPA.

Com o seu olhar para o futuro da pesquisa agropecuária brasileira, a Embrapa propõe algumas estratégias, tais como: criação da EmbrapaTec, subsidiária integral vinculada à Embrapa, que teria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

objetivo principal de levar para a cadeia produtiva tecnologia desenvolvida pela Embrapa e por seus parceiros; estímulo à criação de fundos patrimoniais e *checkoffs* como fontes alternativas de financiamento da pesquisa; estabelecimento de novos arranjos institucionais.

Nesse contexto, cabe ao Brasil avançar para além do modelo da agricultura clássica, de modo a lograr a diversificação de sua base produtiva. Atingidos esses objetivos, o País manterá a pujança do seu agronegócio, contribuindo decisivamente para garantir a oferta de alimentos à crescente população mundial, um dos grandes desafios do século XXI.

Encaminhamentos propostos.

Diante dos elementos colhidos nessa avaliação, propomos os seguintes encaminhamentos: apresentação de requerimentos de audiências públicas para convite ao Presidente da Embrapa e demais instituições ouvidas pela CRA ao longo da avaliação realizada, para debater em 2018 o teor das propostas do presente relatório; continuidade do acompanhamento da política de pesquisa agropecuária com base nas respostas aos requerimentos de informação aprovados pela CRA no âmbito dessa avaliação; proposta de criação de um grupo de trabalho para elaboração de sugestões de minuta de proposição para alterar a Lei 8.171, de 1991, visando instituir a estratégia de reformulação do SNPA; disponibilização para consulta pública da minuta de proposição supracitada após sua elaboração; e eventual oitiva de representantes das instituições que compõem o SNPA para instrução da matéria.

Essa é a síntese do relatório, anexo, que submetemos à aprovação dos nobres...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... colegas Senadores desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu queria até aproveitar e, em seu nome, mandar um abraço para todos os gaúchos e gaúchas, pois, na última quarta-feira, festejamos Brasil afora o tricampeonato da Libertadores conquistado pelo nosso time, o Grêmio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá em Buenos Aires, na casa deles.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mesmo o pessoal do Inter fazendo figa, nós tivemos sucesso. Também, Deputado Federal Giovani, que está aqui junto, leve o nosso abraço para os colorados, que torceram contra, o que foi nossa sorte, pois, se tivessem torcido a favor, nós não teríamos esse sucesso todo.

Então, Senadora Ana Amélia, leve o abraço para todos os gaúchos. Eu estava torcendo mesmo, pesado, para o Grêmio, porque eu sou torcedor gremista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sabe o que eu mais gostei, como gaúcha, Senador, Presidente Ivo Cassol, que tem uma raiz por aquelas bandas?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que eu mais gostei foi que o Sr. Galvão Bueno se curvou ao tamanho, ao gigantismo do futebol gaúcho. Isso foi um dos fatos importantes, além, evidentemente, do tricampeonato da Libertadores pelo Grêmio. Isso aí já valeu.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Levaram algum tempo para se equiparar ao Santos Futebol Clube, que já é tricampeão há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A verdade é a seguinte: todo mundo tem direito de buscar novas conquistas, e é um ano de cada – um ano é um, um ano é outro, e assim vai. Então, eu fico feliz com isso, Moka, mas, ao mesmo tempo, é o seguinte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o santista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Esperamos que o Grêmio, que parece que é o time das causas impossíveis, na missão que tem para ser campeão mundial, consiga fazer uma bela apresentação, porque...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Olhe, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Da última vez que o time do Inter – eu não sei se foi o time do Inter ou o do Atlético – foi jogar contra um time de Azerbaijão ou não sei o que, um país esquisito lá, levou uma taca. Qual foi mesmo o time? Não sei qual foi. Foi o Atlético, foi o Inter...?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou torcer para o Grêmio ser bicampeão mundial, porque o Santos já é bicampeão mundial.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu digo uma coisa: quando um time, que pode ser paulista, pode ser carioca, pode ser gaúcho, representa o Brasil, eu torço para esse time, independentemente da cor da camisa. Portanto, acima de tudo, eu fico feliz com os nobres colegas aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu torci pelo Grêmio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom! Fico feliz com isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, antes de mudar de assunto, eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, eu esqueci. O senhor também é do Rio Grande do Sul! Não é colorado, não, não é?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Graças a Deus, sou colorado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas tenho certeza de que o senhor estava torcendo pelo Grêmio, porque ele representava o Brasil, ele representava o Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Acompanhei indiferente.

Agora, eu queria pedir a V. Exª que também cumprimentasse o Internacional, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vice-campeão da segunda...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não, não. Não é isso. Ele foi guidado de volta à primeira divisão e agora vai correr atrás do bicampeonato mundial, conquistado em 2006.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, eu vou estar torcendo para o Inter ter essa conquista.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu também gosto muito de futebol. Sem prejudicar o debate aí, eu queria que V. Exª desse seguimento ao processo e priorizasse o item 1, que é interesse de muitos aqui, para ver se o aprovamos, aproveitando o quórum que está aqui.

E eu quero já anunciar para V. Exª que eu vou pedir vista – talvez eu não esteja aqui a tempo – do item 5, em que tenho interesse de fazer alguma arrumação. Eu também concordo, pois eu sei que o Senador Moka vai pedir vista no item 3.

Então, nesse sentido, eu queria propor um acordo aqui de darmos vista coletiva para os vários itens em que se vai pedi-la; e peço para iniciarmos a votação da matéria que já está na Mesa, da Senadora Ana Amélia, e depois para darmos seguimento ao item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senador Paulo Rocha. Só que eu só posso ceder vista após a leitura do relatório. Antes disso, eu não posso ceder.

Vamos terminar a discussão e a votação do relatório da Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia – quero novamente parabenizá-la, Senadora, como Relatora, porque a senhora propôs várias audiências públicas, em que isso foi debatido. Parabéns à senhora e a toda a nossa equipe que contribuiu para isso.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Quero também cumprimentar os Senadores: o Senador nosso, Vice-Presidente desta Comissão, Senador Valdir Raupp de Matos, que sempre tem sido um grande parceiro da Comissão de Agricultura – obrigado Senador Raupp –; também quero agradecer a esse grande parceiro, companheiro também, Senador do Mato Grosso e do Brasil, José Medeiros – é uma alegria e uma satisfação tê-lo com a gente –; também o Senador Paulo Rocha; também o Senador Lasier, um companheiro de todas as horas.

Hoje tanto a Senadora Ana Amélia como o Senador Lasier, acompanhados do Deputado Federal Giovani Cherini, coordenador da Bancada gaúcha... É uma alegria tê-lo com a gente.

Vamos à segunda parte do nosso trabalho.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS 733/2015, com a Emenda nº 1 do Senador Paulo Rocha e com a Emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Na 28ª Reunião da CRA, realizada em 17/10/2017, foi concedida Vista na forma do disposto no art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal, solicitada pelas Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia.

3- Em 29/11/2017, o Senador Paulo Rocha apresenta a Emenda nº 1.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Na 28ª Reunião da CRA, realizada em 17/10/2017, foi proferida a leitura do relatório, pelo Senador Waldemir Moka, Relator da matéria, que concluiu pela aprovação do PLS nº 733, de 2015, com a emenda apresentada.

Informo à Comissão que o Relator da matéria, Senador Waldemir Moka, apresentou novo relatório. Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir a leitura do relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, como eu já li esse relatório, eu só quero acrescentar à leitura a emenda do Senador Paulo Rocha, que só veio clarear a questão. Na verdade, o projeto todo faz com que o Incra se responsabilize por fazer o cadastramento, o chamado CAR, dos assentamentos, dos assentados.

Na emenda do Senador Paulo Rocha, ele diz que aqueles lotes individualizados ficam sob a responsabilidade do Incra. Mas, se algum daqueles lotes individualizados não tiver a condição que precisa ter para ser registrado no CAR, ele não vai prejudicar o resto dos lotes individualizados. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acho que essa é uma emenda pertinente, uma emenda sensata. Da minha parte, como Relator, eu acatei a emenda do Senador Paulo Rocha, porque acho que ela é oportuna, esclarecedora e melhorou o projeto que veio para nós aqui.

Dessa forma, em vez de ler o voto, digo que o voto é pela aceitação da emenda do Senador Paulo Rocha. Claro que o voto é "sim", acatando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu queria apenas reforçar os argumentos do Relator, agradecendo inclusive essa parceria para melhorar cada vez mais esses projetos que envolvem a nossa questão da terra no Brasil. Acho que, com essa compreensão aqui articulada entre mim e o Senador Moka – ele tem essa experiência também lá do Estado dele, e eu, do meu Estado, de uma região também diversificada –, a gente traz exatamente para as leis as experiências e a realidade de cada região.

Eu acho que a emenda aperfeiçoou, e ela está muito articulada com a coordenação dos trabalhadores também, o pessoal da Contag. Portanto, eu acho que ela aperfeiçoa.

Agradeço ao Relator, Senador Moka, pela aceitação. E eu conclamo também – como ele já conclamou – todos a aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir... Aliás, eu suspendo a discussão, porque não há quórum – é matéria terminativa, e não temos quórum para votar. Então, fica suspensa a discussão para uma outra oportunidade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Quantos faltam?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não temos nove presentes para votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Enquanto isso, nós vamos passar ao relatório do item 3, para ganhar tempo, até que aconteça o quórum.

O Senador Ronaldo Caiado pediu a retirada de pauta do item 2.

Então, vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, de 2017

- Não terminativo -

Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do PLC 145/2017 e pela rejeição da Emenda nº 1 do Senador Valdir Raupp e da Emenda nº 2 do Senador José Medeiros.

Observações:

1- Em 29/11/2017, o Senador Valdir Raupp apresenta a Emenda nº 1, que recebeu parecer contrário do Relator.

2- Em 04/12/2017, o Senador José Medeiros apresenta a Emenda nº 2, que recebeu parecer contrário do Relator.

3- A matéria será encaminhada à apreciação da CCJ após a deliberação da CRA.

Com a palavra o nobre Relator, Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Valdir Raupp, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. É uma matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aguardada há 40 anos a criação desse conselho, Sr. Presidente. Onde eu puder abreviar um pouco, vou fazê-lo.

Bem, já foi dito que a autoria é do Poder Executivo.

Esse PLC nº 145, deste ano, é composto de 39 artigos.

O PLC cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas como autarquias com autonomia administrativa e financeira (art. 1º), aplicando a regra prevista no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, que trata da imunidade tributária (art. 2º).

Ademais, o PLC traz regras sobre funções (art. 3º), organização, composição e duração de mandato (arts. 4º a 7º e 9º a 11) e a competência dos conselhos (arts. 8º e 12); a forma de custeio dessas entidades (arts. 14 e 15); a atuação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... compartilhada com outras profissões regulamentadas, por meio de Termo de Responsabilidade Técnica (arts. 16 e 17); as infrações e sanções; e, entre outras, lá adiante, cláusula de revogação, que está no art. 84 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 (art. 39), excluindo os técnicos abrangidos pela futura Lei dos Conselhos Regionais e Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/Confea).

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em 29/11 recente, foi apresentada perante a CRA a Emenda nº 1, pelo Senador Valdir Raupp, propondo que cada uma dessas profissões, técnicos Industriais e agrícolas, tenha o seu próprio conselho de representação.

Em 4/12, isto é, agora há poucos dias – foi ontem –, o Senador José Medeiros apresentou a Emenda nº 2, propondo que os atuais representantes dos técnicos Industriais e agrícolas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia gerenciem o primeiro processo eleitoral para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais de Técnicos Industriais e Agrícolas.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 104-B, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão manifestar-se, entre outros temas correlatos, sobre emprego, etc. – assunto já bem conhecido quanto à competência desta Comissão.

Destacamos que as atividades profissionais das categorias de técnico industrial e agrícola estão reguladas na Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 – esse dado é importante –, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico Industrial de nível médio (e, por força do art. 6º da lei, aplicável aos técnicos agrícolas), e no Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.

Em primeiro lugar, entendemos que a ideia de criação de uma entidade específica para fiscalização profissional dos técnicos industriais e agrícolas será de grande importância para resolver um grave entrave jurídico para esse importante setor técnico brasileiro, já que algumas resoluções editadas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que limitam o exercício das atribuições dos técnicos industriais e agrícolas, vinham sendo questionadas pelo Ministério Público Federal.

Em segundo lugar, a criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas representa uma reivindicação histórica dessas categorias que datam desde meados do século passado. Atualmente, os Técnicos Industriais e Agrícolas são obrigados a registrar-se no Sistema Crea/Confea e a pagar suas respectivas anuidades; contudo, não podem ser votados e nem ser apropriadamente representados em suas instâncias decisórias.

Em terceiro lugar, a medida não provoca impacto fiscal, mas tem significativo impacto na estruturação da organização profissional dos Técnicos Industriais e Agrícolas, que continuarão exercendo seus ofícios, mas terão maior representatividade e potencial de desenvolvimento com efeitos positivos para a economia.

Por fim, entendemos que a medida será, em grande escala, uma medida de justiça social com esse importante segmento de produção de riqueza e renda no País. Assim, no mérito, para fortalecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o desenvolvimento econômico e fazer justiça social, somos da opinião de que o PLC nº 145, de 2017, deva ser aprovado.

A Emenda nº 1, do nobre Senador Valdir Raupp, propõe a constituição de dois conselhos, um para os técnicos industriais, outro para os técnicos agrícolas.

Duas razões foram apresentadas para fundamentar a emenda.

Em primeiro lugar, argumentou-se que haveria grande assimetria profissional entre os técnicos e grande especificidade no exercício de suas atividades. Parece-nos inadequado tal posicionamento. Primeiramente, porque ambos os profissionais são regidos pela mesma lei – esse dado é importante, Sr. Presidente –, a Lei nº 5.524, de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Ademais, porque o próprio art. 6º dessa Lei confere aplicação dos dispositivos pertinentes aos técnicos agrícolas. Não obstante, cumpre ainda esclarecer que ambas as profissões são reguladas pela mesma norma, o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Portanto, do ponto de vista legal e profissional, não há quaisquer incoerências ou mesmo assimetria profissional.

Em segundo lugar, argumentou-se que os técnicos agrícolas querem uma autarquia exclusiva com estrutura moderna, eficiente, enxuta, funcional e sustentável, ao passo que os técnicos industriais teriam interesse em uma instituição com forte caráter arrecadatório e com previsão de punição financeira severa. Se esse fato se confirmar, entendemos que seria uma razão de mérito para não autorizar a separação proposta dos conselhos. De outro modo, muitos técnicos industriais poderiam vir a ser espoliados em face de uma estrutura opressora de representação à qual deveriam ser filiados. Não acreditamos nessa hipótese como forma de justificar o desmembramento proposto, sobretudo porque entendo que o pleito em curso favorece ambos os profissionais: técnicos industriais e técnicos agrícolas. Entendo fortemente que é também função do Parlamento brasileiro evitar que ocorram injustiças e distorções, sobretudo se se confirmarem esses argumentos apresentados.

Ademais, entendo que a Emenda nº 1 deva ser rejeitada por mais dois argumentos, igualmente robustos.

Caso seja acatada essa separação, não demorará para que surja nova demanda para se dividir os técnicos agrícolas, ou mesmo industriais, em dois novos subgrupos. Em sequência, haveria demandas sucessivas até o ponto de tornar-se inviável o cumprimento das funções essenciais desses conselhos, por simples falta de escala para o funcionamento adequado. Portanto, entendo que o nível de escala do conselho com técnicos Industriais e agrícolas favorece, ao mesmo tempo, as duas categorias.

Não menos importante, entende-se que como a separação proposta dos conselhos não foi veiculada na versão original do Poder Executivo, eventual separação parlamentar pode enfrentar inconstitucionalidade formal, por ser a matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, II, "e", uma vez que se trata de criação de conselho de classe, ou seja, criação de entidade pública. Essa matéria poderá ainda ser avaliada pela CCJ oportunamente.

Com relação à Emenda nº 2, deve-se destacar que no projeto original, o Poder Executivo federal, no então art. 35, propôs o teor do texto da emenda ora em análise.

A princípio, não se concorda que haveria ingerência da vertente sindical no processo eleitoral e nem que a contribuição do conjunto de agentes da sociedade civil seria incompatível com o fim colimado, que seria, em última instância, a eleição democrática da primeira diretoria do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas.

Ademais, entende-se que a atual versão do PLC aprimorou substancialmente o texto original, sobretudo porque, ao incluir vários atores da sociedade civil trabalhando em articulação, tem-se maior chance de se promover a transparência no processo eleitoral e fortalecer o princípio democrático da disputa.

Ante essas considerações, entende-se inadequado, então, e acatamos as Emendas...

Acho que houve um erro. Foi colocada uma palavra aqui, e eu estava lendo o contrário. Perdão.

Ante essas considerações, entende-se inadequado o acatamento das Emendas nºs 1 e 2.

Voto.

Destarte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, opinamos pela aprovação do PLC nº 145, de 2017, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nosso Relator Lasier.

Passo a palavra ao Senador Raupp para discutir.

Em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Lasier Martins, Srªs e Srs. Senadores, quero dizer o seguinte: eu não sou contra nenhum conselho; eu sou favorável a todos os conselhos: ao Conselho Federal de Engenharia, Agronomia e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Técnicos Agrícolas... Está tudo junto.

Eu sou a favor de todos os conselhos. Mas nós já tivemos no passado alguns desmembramentos. Nós desmembramos o conselho dos arquitetos, o CAU – até acho, se não me falha a memória, que fui Relator, e a minha filha é arquiteta. Todos têm esse desejo de se emancipar, de ficar independentes. Então, os arquitetos ficaram independentes já há alguns anos; criaram o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Eu sou administrador de empresas, e nós temos o CFA (Conselho Federal de Administração). Eu sou corretor de imóveis também – sou administrador de empresas e corretor de imóveis –, e temos o Cofeci (Conselho Federal de Corretor de Imóveis). Todos estão independentes. Então, por que não poder criar mais um conselho dos técnicos, que são mais de... Quantos? Uns 800 mil? Acho que são mais de 800 mil no Brasil. Só no meu... Não, eu acho que são 200 ou 300 mil. Eles estão – uma ala, pelo menos uma grande quantidade dos técnicos – um pouco desconfortáveis em ficar. E não há muita semelhança: técnicos agrícolas e técnicos industriais. Os técnicos industriais estão, na sua grande maioria, nas cidades; os técnicos agrícolas cuidam mais da área rural. Tudo bem que há as agroindústrias, os frigoríficos; as agroindústrias estão mais voltadas para a área rural. Então, eu não vejo assim...

Eu sei que haveria um tempo, teria de haver um tempo. Já faz mais de dois anos que a gente está discutindo esse desmembramento dos técnicos agrícolas e dos técnicos industriais do Confea, do Conselho de Engenharia. Então, eu defendo, continuo defendendo que seja criado, então, o conselho dos técnicos agrícolas e o conselho dos técnicos industriais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Raupp.

Voltando. Primeiro, vou passar a palavra para o Senador Moka, para depois passar para...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Valdir Raupp, eu entendo que não há prejuízo em haver um conselho específico de técnico agrícola e outro de técnico industrial. Eu confesso que no meu Estado fui procurado pelos técnicos agrícolas – ninguém, nenhum técnico industrial me procurou – e me comprometi a criar esse conselho de técnicos agrícolas.

Eu tenho o maior respeito pelo Senador Lasier Martins. Acho que é um Senador sensato, equilibrado, tenho respeito. Não gostaria de votar contra o relatório, mas eu entendo também que a emenda do Senador Valdir Raupp me parece bastante pertinente. E o que eu acho, no final de tudo, é que é o melhor para essa Comissão, uma vez que eu recebi argumentos hoje aqui dos técnicos industriais e não quero ser injusto. De repente, Senador Valdir Raupp, a gente pode pedir vista, mas que se dê uma vista coletiva. Quer dizer, vista coletiva significa: semana que vem, quarta-feira que vem. E nós teríamos esta semana para tentar um texto que pudesse ser conciliatório. E aí a gente poderia votar alguma coisa que tanto pudesse ser importante...

É claro que, se você pensar numericamente, a unidade de técnico industrial e de técnico agrícola daria uma força muito maior para esse conselho, eu não tenho a menor dúvida. Ocorre que eu me comprometi no meu Estado com esse pessoal do conselho técnico agrícola. E eu sou um homem que veio de uma região em que o homem não é obrigado a tratar, mas é obrigado a cumprir. E, se eu tivesse que votar, eu teria que votar favoravelmente à emenda do Senador Valdir Raupp, contra o relatório do Senador Lasier Martins, o que eu não gostaria de fazer, porque me falta nesse momento um conhecimento maior para que a gente possa analisar, uma vez que eu ouvi só um dos lados. Porque aqui, na hora de votar, não há jeito, você tem que ler, tem que se aprofundar, e eu quero ser muito responsável nesse voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, pedindo vênia ao Senador Relator, eu quero pedir vista do projeto para que a gente possa analisar. Se eu puder contribuir para estabelecer um consenso, eu vou contribuir. Agora, se persistir a dúvida, aí eu tenho um compromisso com os técnicos agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Antes de passar a palavra para o Senador Lasier, eu queria também agradecer e deixar meu abraço aí para a Senadora Regina Sousa e também para o Senador Paulo Paim. É uma alegria... E, olhe, eu falei agora, há pouquinho, do tricampeonato, ouviu, Paulo Paim? Eu sei que você é do time do Caxias, mas é uma alegria aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o Grêmio virou Brasil. Então, eu sou Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É Brasil. O senhor está certinho. E eu fico feliz com isso.

Cumprimento também o Senador Cidinho Santos – é uma alegria tê-lo aqui com a gente, Senador Cidinho – e o Dalirio Beber. É uma alegria cumprimentá-los.

Eu vou passar a palavra para o Senador Paulo Rocha. Depois, Senador Lasier, após a discussão, o senhor fecha como Relator.

Com a palavra, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu queria concordar com a vista coletiva, porque eu também tenho questionamentos no sentido de dialogar, principalmente, com os técnicos agrícolas.

Senador Lasier, eu sou pela autodeterminação dos povos, e para qualquer categoria que pode brigar pela sua autonomia para poder melhor se organizar, melhor ter poder de barganha perante a sociedade, é muito importante a gente dar essa autonomia.

No entanto, para bancar uma estrutura burocrática de um conselho nacional e um em cada Estado, os técnicos agrícolas estão muito aquém ainda de conquistar essa autonomia, uma vez que são apenas 80 mil técnicos agrícolas em todo o Brasil.

Então, eu acho que é preciso mais diálogo com os companheiros técnicos agrícolas para poderem dar esse passo importante que é conquistar um conselho nacional de técnicos. Essas profissões de técnicos são regidas pela mesma legislação. No entanto, avançar em dois conselhos eu acho que ainda não é o momento, principalmente para os técnicos agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

O Senador Medeiros pediu a palavra. Depois, vou passar para o Senador Lasier, Relator.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, também na mesma linha do Senador Moka, eu quero concordar com o pedido de vista e faço das palavras dele as minhas. Eu também fiz o mesmo compromisso com o pessoal dos técnicos agrícolas e teria dificuldade de ir na linha de aprovar hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra para o nosso Relator.

Senador Lasier Martins, por gentileza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, a minha primeira palavra também é de muito respeito e admiração pelos Senadores Waldemir Moka e Raupp. Eu quero dizer que me debrucei... Não me limitei a receber e discutir com a Consultoria do Senado essa matéria. Eu também fiquei estudando, e saí desse estudo, Senador Moka, com uma grande inquietude. Eu concordo com V. Exª: há uma grande diferença entre ser técnico agrícola e técnico industrial, pois exercem funções diferentes. Agora, há um problema, Senador Moka, há um fator intransponível para nós resolvermos isso, como V. Exª está pretendendo. Eu até concordo e acho que brevemente poderemos tratar dessa hipótese cogitada por V. Exª. Já houve um avanço muito grande: depois de 40 anos está-se conseguindo um conselho. Agora, qual é o aspecto intransponível? É a Constituição brasileira. Isso aqui não passa pela CCJ, porque é função específica, exclusiva do Executivo criar conselhos. E o que V. Exª está pretendendo é a criação de um conselho. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Porque, dividido em dois, haverá a criação de um outro conselho. Isso é impedido pela Constituição. Então, esse fator é decisivo na nossa discussão.

Por isso, a minha proposta é que se aprove como está e, em fevereiro do ano que vem, se trate de buscar, junto ao Executivo, a separação desses dois conselhos. Aí vai dar, brevemente. Já teremos avançado um bom pedaço. Agora, vamos por partes. No momento não dá, porque nós estamos impedidos de criar conselhos. Essa é uma iniciativa privativa do Executivo. Eu acho que esse fato tem que ser levado em conta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Lasier.

Vou passar a palavra para a Senadora Ana Amélia para dar prosseguimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Lasier pelo esforço que fez e também o Deputado Giovani Cherini pelo empenho em defesa do projeto. Mas o meu gabinete foi demandado pela Federação dos Técnicos Agrícolas que são contrários ao projeto. Repito: Federação dos Técnicos Agrícolas. Então, dentro da própria categoria dos técnicos agrícolas existe uma divergência em relação a esse conselho e à forma como a matéria está sendo criada.

Então, o Senador Lasier tem muita razão e seu argumento tem muita fundamentação, muita razoabilidade, porque essa é uma iniciativa do Poder Executivo, e só o Executivo pode tomar essa decisão. Eu acho que o mais prudente é discutir com as categorias envolvidas, porque, se eles mesmos não querem ou pelo menos a Federação dos Técnicos Agrícolas se manifestou assim, através do Presidente Mário Limberger, nós poderemos estar encaminhando uma legislação que é contrária aos interesses da categoria ou de uma parte substantiva da categoria. Então, acho que é prudente essa atitude de examinar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu vou conceder vista coletiva para essa matéria voltar à pauta na semana que vem.

Sobre esse projeto, eu só quero dizer para os técnicos, tanto agrícolas quanto industriais, que é melhor comer bolo com os amigos do que comer... Senão, ficam sem nada.

Desculpem-me a expressão.

Vamos para o item nº 1, já que temos quórum qualificado.

Projeto de Lei do Senado nº 733, de 2015, terminativo, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária.

A matéria está em discussão.

Com a palavra... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto.

Comunico que a matéria é de natureza terminativa, exigindo quórum de votação nominal. Portanto, abre-se o painel eletrônico para votação nominal.

Está aberto o painel. Os nobres colegas Senadores já podem votar.

Está aberta a votação, Srªs e Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos aproveitar o quórum para limpar essa pauta que está aí. Vou pedir a compreensão dos nobres Senadores. Se todo mundo concordar, nós a limparemos rapidinho. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação.

Por gentileza, Srªs e Srs. Senadores, em votação. O voto tem que ser nominal, uma vez que essa matéria é terminativa e exige quórum.

Nós teremos mais votações. Se puder, Medeiros, nos dê o privilégio e o prazer de votar, para limparmos a pauta hoje. Gostaria de pedir aos nobres colegas Senadores e Senadoras que permaneçam aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero também fazer uma solicitação aos Relatores das outras matérias terminativas, tanto o Senador Cidinho como Wellington Fagundes – depois vou indicar um Relator *ad hoc* – e Lasier, para, na hora de ler o relatório, simplificá-lo, para a gente limpar a pauta e votar os projetos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Vai para a análise diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, ir para a análise diretamente.

Vou proclamar o resultado.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O meu não vai valer, porque está presente o titular, que é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – SIM, 8; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 9.

Portanto, aprovado.

Consulto a Comissão se podemos aproveitar a votação do projeto para a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Paulo Rocha, com relatório favorável, bem como para a Emenda nº 2, do Relator.

Todo mundo concorda? (*Pausa.*)

Portanto, aprovadas as Emendas nºs 1 e 2 da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso é o negócio do Incra que a gente votou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É, do Incra, da inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Contigo eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Item 4.

Senador Paim, eu gostaria, se pudesse, que nos ajudasse mais um pouco aqui para limparmos a pauta. Eu vou pedir para o Senador ler só o voto para ganharmos tempo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2014

- Terminativo -

Estabelece regras para rotulagem de produto de origem animal embalado e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela rejeição do PLS 119/2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAS, com Parecer contrário ao Projeto.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra Senador Cidinho, como Relator da matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Da análise.

Nos termos do inciso IV e VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA se manifestar sobre proposições que tratem de agricultura familiar e segurança alimentar, bem como de comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vigilância e defesa sanitária animal e vegetal. Por se tratar de decisão terminativa, apresentaremos análise tanto quanto ao mérito, como quanto à regimentalidade, à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

No mérito, contudo, entendemos que a proposição não é oportuna, uma vez que já existe legislação que deve ser observada na rotulagem de alimentos embalados produzidos no País, a exemplo das Leis nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, a nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e também a nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, todas mencionadas no art. 3º do PLS 119, de 2014.

No que diz respeito a normas regulamentares relacionadas ao assunto, cumpre mencionar a Resolução da Diretoria Colegiada nº 259, de 20 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados, ao passo que a rotulagem específica de produtos de origem animal está regulamentada na Instrução Normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005.

O referido regulamento do MAPA deve ser aplicado à rotulagem de todo produto de origem animal que seja destinado ao comércio interestadual e internacional, qualquer que seja sua origem, embalado na ausência do cliente e pronto para oferta ao consumidor. Nesse contexto, apresenta, de modo detalhado, as informações obrigatórias e optativas dos rótulos dos produtos de origem animal, bem como o modo como essas informações devem estar disponíveis ao público consumidor.

Diante do exposto, constata-se que o objetivo geral do PLS n° 119, de 2014, encontra-se amplamente abordado em normas legais e infralegais, pouco inovando o ordenamento jurídico vigente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E o voto?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O voto é contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, quem vota com o Relator vota "não".

Então, está aberta a votação, aberto o painel. Quem vota com o Relator vota "não".

Está aberto o painel, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, abrindo o painel, gente.

Está aberto o painel?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – "Não" é com o Relator, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É. Pode votar, Senadora Ana Amélia. Pode votar no meu lugar.

Com o Relator, vota-se "não".

Vou encerrar a votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só um minuto. Só um minutinho. Voltou? (*Pausa.*)

Está o.k.?

Lasier? (*Pausa.*)

Agora, sim, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O resultado: NÃO, 8 votos.

Portanto, o projeto foi rejeitado, com oito votos "não".

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do PLS 384/2016, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CMA, com Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda 1-CMA (Substitutivo).

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

O Senador Cidinho Santos, por gentileza, será o Relator *ad hoc*.

Leia só o voto, por gentileza, Senador Cidinho Santos, para ganharmos tempo e aproveitarmos o quórum.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Somos favoráveis. O voto é favorável.

O relatório do Senador Wellington Fagundes foi muito bem consignado aqui, cumpre todas as exigências da Comissão, e o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Portanto, o voto do Relator *ad hoc*, Senador Cidinho Santos, é favorável.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo para a votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pois não, Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu tenho uma dúvida aqui e gostaria que fosse esclarecida pelo Medeiros, que foi o Relator na CMA. Acho que seria preciso um ajuste aí. Peço para esclarecer, já que passou por lá, senão eu pediria vista, porque há um problema. É bom o projeto, tranquilo, mas falta a questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Lá na CMA o relatório foi o seguinte: o Senador Wellington disse o seguinte... Inspirou-se na emenda substitutiva da CMA para compor o seu relatório substitutivo.

Autoriza o assentado a utilizar parte do seu lote para produzir energia eólica de forma complementar. Isso evitaria que a exploração da energia eólica e solar se tornassem a atividade principal da área, o que contribuiria para o agricultor migrar para as cidades por ter como meio de sustento a renda obtida pelo arrendamento das terras para produção de eletricidade.

Na CRA, aqui, o Relator Wellington Fagundes foi muito além da emenda da CMA e do texto original do projeto. Isso porque o novo substitutivo autoriza o assentado a celebrar contratos com terceiros, objetivando a exploração do petróleo e gás natural, recursos hídricos e eólicos para fins de exploração de energia elétrica e de outros recursos minerais, desde que autorizados pelo Incra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Paulo Rocha, alguma dúvida?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A questão é a seguinte: o Senador José Agripino, que é o autor, está vindo para cá para poder esclarecer. O questionamento é o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos fazer o seguinte, se V. Exª permitir, Senador Paulo Rocha: vamos para outra matéria e o aguardamos chegar para o senhor tirar as dúvidas. Positivo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Positivo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está sob vista até chegar o autor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só retiro até chegar o autor do projeto, para aproveitarmos o quórum.

Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2017. Não terminativo.

Os terminativos terminaram? Esse é não terminativo. (*Pausa.*)

Então, me dê outro. Eu quero os terminativos. (*Pausa.*)

Era o último terminativo? Então, está certo.

Com a palavra o Relator, Senador Cidinho Santos, para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, como esse projeto, apesar de ser um projeto interessante, envolve impacto financeiro, a Liderança do Governo acabou de me solicitar que fosse retirado de pauta para uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, retirado de pauta.

Próximo item.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone.*) – O Senador José Agripino chegou.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, voltamos ao debate do projeto do nosso ilustre companheiro, parceiro, Senador José Agripino.

Em discussão ainda.

Portanto, eu queria que o Senador Agripino tirasse a dúvida do Senador Paulo Rocha.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. *Fora do microfone.*) – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos, enquanto isso, apreciar os requerimentos que temos, enquanto eles discutem.

> REQUERIMENTO Nº - CRA
>
> Nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, com os seguintes convidados:
>
> - Srª Carmen Silvia Soares Pires – Pesquisadora do Centro Nacional de Recursos Genéticos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CENARGEN/EMBRAPA);
> - Srª Vera Lúcia Imperatriz Fonseca – Professora da Universidade de São Paulo (USP);
> - Srª Lídia Barreto – Coordenadora Técnico-Científica da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA);
> - Srª Karina Cham – Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA;
> - Sr. Breno Freitas – Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC);
> - Srª Blandina Felipe Viana – Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Objetivamente, Sr. Presidente, atendendo a celeridade que V. Exª propõe, multiplicaram-se os estudos sobre a importância dos insetos polinizadores para a produção de alimentos e a preservação da biodiversidade.

Além de conhecer o relatório do IPBES, o objetivo da audiência pública proposta é debater o *status* do conhecimento e a necessidade de aporte de recursos para a pesquisa sobre polinizadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua importância econômica e ambiental para a produção agropecuária, para a biodiversidade no Brasil e para políticas públicas de promoção da preservação da população de polinizadores.

É o motivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Lasier.

Também estou com o Requerimento nº 33 – junto com esse aí vou votar também o 33.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 24 [...], da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, incluindo o relatório do Programa Colmeia Viva do Sindicato Nacional de Produtos para Defesa Vegetal, de forma que seja o seguinte convidado:
> - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – SINDIVEG.

A autoria é da nossa Senadora Ana Amélia.

Quem concorda com a aprovação dos requerimentos permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São as seguintes as matérias aprovadas:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema.

Autoria: Senador Lasier Martins

Observações:

1- O Requerimento constou da Pauta da 28ª e 32ª Reuniões da CRA realizadas em 17/10 e 21/11/2017.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento 24/2017, a inclusão do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG) na audiência pública destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, incluindo o relatório do Programa Colmeia Viva.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

1- O Requerimento constou da Pauta da 32ª Reunião da CRA realizada em 21/11/2017.)

Requerimento nº 34.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017 – CRA
> Requeiro a realização de ciclo de palestras e debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no município de Não-Me-Toque/RS, no dia 09 de março de 2018, durante a realização da Expodireto Cotrijal 2018 – Feira Internacional, que acontecerá de 05 a 09 de março do corrente ano.
> A reunião tem por objetivo debater o impacto da Inovação na Sustentabilidade Ambiental, para garantir segurança na renda dos produtores, na sanidade da produção e nos ganhos para a economia. Para tanto sugiro que sejam convidados:
> - Sr. Reginaldo Minaré - Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA)
> - Sr. Ricardo Silveiro Balardin - Professor e Pesquisador – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
> - Sr. Mário Von Zuben - Representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF)
> - Sr. Nei César Mânica - Presidente da Expodireto - Cotrijal 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Sr. Victor Hugo de Oliveira - Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Sr. Germano Kusdra - Representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER - Paraná)
• Sr. Marcos da Rosa - Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA)

A autoria é da nossa eterna Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Ele é autoexplicativo, Senador Ivo Cassol e nossos colegas Senadores.

A gente está falando muito em agricultura de alta precisão, e é preciso que os agricultores tenham acesso à tecnologia e a inovação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que estão colocadas à sua disposição e tenham conhecimento da importância que têm, não só no manejo adequado, como curvas de nível, plantio direto, mas também de outras inovações de que a agricultura precisa para continuar tendo maior produtividade e, sobretudo, um aspecto fundamental, que é a sustentabilidade: o cuidado com o meio ambiente, a preservação ambiental; que os produtos a serem utilizados tenham segurança para quem os usa; e também a questão da saúde do consumidor que usa esses produtos.

Então, temos de ter cuidado com a segurança alimentar, com a sustentabilidade ambiental e com a lucratividade, a renda, a receita dos agricultores.

Esse é o resumo dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Estaremos lá no Município de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, no dia 9 de março, para participar dessa audiência pública, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Será muito bem recebido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Srª Senadora Ana Amélia.

(É a seguinte a matéria aprovada:

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2017
- Não terminativo -

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no município de Não-Me-Toque/RS, no dia 9 de março de 2018, durante a realização da Expodireto Cotrijal 2018 – Feira Internacional, que acontecerá de 5 a 9 de março de 2018, com o objetivo debater o impacto da Inovação na Sustentabilidade Ambiental, para garantir segurança na renda dos produtores, na sanidade da produção e nos ganhos para a economia.

Autoria: Senadora Ana Amélia)

Volto ao item nº...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu quero ser convidado. Lá é a região dos vinhos?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não-Me-Toque é região dos vinhos, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. Essa é nos planaltos do Alto Vale do Jacuí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é de vinho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É, mas vinho tem; o Rio Grande do Sul o que tem é vinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E bom, e bom!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nós chegamos aqui a um acordo com o autor, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – José Agripino.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... José Agripino.

A gente vai pedir vista coletiva, porque ele admite que precisa melhorar a redação, ajustar ali. Ele concorda, e a gente aprova a matéria na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Concedida vista coletiva.

Retirado de pauta.

Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do PLS 382/2017, com a emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CCJ após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes, para proferir o seu relatório. (*Pausa.*)

Não estando, em *ad hoc*... O Cidinho não pode. Então...

Cadê a minha Assessoria, que não passou para o Senador Moka?

Senador Moka, item 7, p. 265.

O Senador Waldemir Moka é o Relator *ad hoc* desse projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório é do Senador Wellington Fagundes – V. Exª me designou Relator *ad hoc*.

Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2017, do Senador Cidinho Santos, que dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Relatório.

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 382, de 2017, de autoria do insigne Senador Cidinho Santos, que dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O PLS nº 382, de 2017, é composto por dois artigos.

O art. 1º acrescenta o §10 ao art. 5º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para autorizar o registro da desapropriação em nome do Incra no curso do processo, sempre que o expropriado deixar de se opor ao decreto de desapropriação e o interesse público declarado, reservando-lhe, no entanto, o direito de impugnar questões relacionadas ao valor da indenização, custas e honorários advocatícios da sucumbência.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência da futura lei.

O insigne Senador Cidinho Santos argumenta que há necessidade de se criarem procedimentos normativos para dar maior celeridade para a regularização fundiária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assentamentos rurais. Nesse diapasão, o autor argumenta que pretende, com a proposição, atacar o primeiro entrave que compromete a titulação do assentado da reforma agrária, que é a morosidade do processo de desapropriação.

O PLS em tela foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei (PLS) 382, de 2017, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CRA
> No § 10 acrescentado ao art. 5º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, pelo art. 1º do PLS nº 382, de 2017, onde se lê "em conformidade com o art. 354, art. 356, inciso I, e art. 356, § 2º e § 3º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC/2015), que adotou expressamente a teoria dos capítulos de sentença e o trânsito em julgado parcial.", leia-se "... em conformidade com o art. 354, o art. 356, inciso I, e o art. 356, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015."

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2017, com a emenda que eu acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes – *ad hoc*, Senador Waldemir Moka –, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação do PLS 382, de 2017, e da Emenda nº 1 da CRA.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CCJ.

Item 8.

ITEM 8
AVISO Nº 31, de 2017
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1.968/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 06/09/2017, que trata sobre auditoria que tem por objeto a preparação do Governo Federal brasileiro para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). TC - 028.938/2016-0.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 31/2017.

Observações:

1- O Aviso foi lido na 20ª Reunião da CMA realizada em 03/10/2017.

2- A Matéria constou da Pauta da 32ª Reunião da CRA realizada em 21/11/2017.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Lasier, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela simplicidade do caso, que dispensa discussões, eu vou logo às conclusões.

É o relatório de auditoria que tem por objeto a preparação do Governo Federal brasileiro para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Processo TC 028.938/2016-0), com vista a avaliar a preparação do Governo para implementar esses objetivos.

Em razão de sua relevância, oportunizamos à Casa ampla ciência da matéria e recomendamos seu arquivamento, ficando esta Comissão no aguardo de novas informações que venham a manter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamento atualizado quanto à implementação pelo Governo brasileiro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constituir o parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 31, de 2017.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item nº 9.

ITEM 9

AVISO Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1.976/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 06/09/2017, que trata de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente (SecexAmbiental), em face de indícios de irregularidades observados na concessão dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). TC - 000.517/2016-0.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 32/2017.

Observações:

1- A Matéria constou da Pauta da 32ª Reunião da CRA realizada em 21/11/2017.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Cidinho Santos, para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou diretamente à análise.

A análise de avisos encaminhados à apreciação desta Casa enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da Administração Pública.

Adicionalmente, cabe ressaltar que compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a colonização e reforma agrária, nos termos do art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal.

No caso em tela, destaca-se que, em face de indícios de irregularidades na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e de indícios de irregularidades na situação ocupacional dos lotes de reforma agrária, por meio do Acórdão nº 775, prolatado na sessão do dia 6 de abril de 2016, o TCU suspendeu cautelarmente os processos de seleção e assentamento de novos beneficiários, novos pagamentos e remissões dos créditos de reforma agrária, acesso a outros benefícios e políticas públicas atrelados aos benefícios da reforma agrária.

Em outras palavras, o TCU havia determinado a paralisação da reforma agrária no Brasil até deliberação do Plenário, situação contornada com a análise objeto do acórdão em apreciação nesta Comissão.

Como conclusão geral das medidas acautelatórias adotadas, o relatório do TCU acerca do presente acórdão, após apuradas análises e discussões, em face dos achados de auditorias contendo indícios de irregularidades observados na concessão dos lotes do PNRA, confirmou procedência parcial da representação nos termos do acórdão em análise para anular processos de seleção em andamento, emitir determinações a órgãos envolvidos, indicar a necessidade de monitoramento e acompanhamento das medidas apuratórias e corretivas por parte do Incra em futuros procedimentos fiscalizatórios.

Aqui vêm citados todos os casos, o regulamento, e por final, Presidente, eu quero, então, dar conhecimento ao recebimento do relatório por parte... o aviso do TCU, Aviso nº 32, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O voto?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu voto pelo conhecimento do aviso do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não...

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, que passa a constituir o parecer da CRA, pelo conhecimento e pelo arquivamento do Aviso nº 32, de 2017.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A pedido do Senador Cidinho, volto com o item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2017

- Não terminativo -

Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da agroindústria familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação do PLS 373/2017.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Senador Cidinho Santos, para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Presidente, a minha assessoria me informou que, por parte do Governo, não haveria objeção em se discutir mais em detalhe numa outra comissão para a qual este projeto irá, já que não é terminativo.

É um projeto interessante, composto de oito artigos. O interesse é o fortalecimento da agroindústria familiar. Determina que estabelecimentos ou indivíduos que se enquadrem como microempresa, empreendedor individual ou empreendedor familiar rural poderão ser beneficiários dos incentivos previstos na futura lei, que seriam incentivos com descontos de impostos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O projeto da Senadora Kátia Abreu é bastante louvável, e o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Cidinho, pelo relatório.

Ao mesmo tempo, como Presidente desta Comissão e como ex-Prefeito de Rolim de Moura e Governador que fui do Estado de Rondônia, sei que é importante fomentar a agroindústria, especialmente quando nós vamos agregar valores. E nada mais, nada menos, Senador Cidinho – V. Exª, como Relator dessa matéria –, para que a gente possa dar apoio, condições, porque as famílias rurais, quando implantam ou têm seu potencial, têm dificuldades, muitas vezes, de agregar valor ao seu próprio produto e não o vender bruto. Um exemplo: a polpa de cupuaçu, a polpa da graviola, a polpa do açaí e tantos outros produtos. Ao mesmo tempo, isso facilita a partir do momento em que a finalidade é captar e canalizar recursos destinados à aplicação e a maquinários.

Vou dar um exemplo para V. Exª: nós temos no Município de Alta Floresta d'Oeste o Distrito de Geasa, em que produtores rurais que produzem polpa de fruta. Eu coloquei emenda minha para poder atender aquela comunidade, o distrito, o que não foi liberado por causa da burocracia, dizendo que eles não teriam condições de receber aqueles maquinários. Eu vejo isso como uma injustiça, porque os agricultores familiares estão agregando valor. Agregando valor de que maneira? Em vez de colher e vender a fruta bruta, eles estão processando a polpa e vendendo para os consumidores e mercados. Portanto, não é nada mais, nada menos do que agregar valor e valorizar o nosso produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

Esse exemplo que estou dando aqui, neste projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, vem ao encontro de poder atender não só essa associação de produtores de polpa de frutos do Distrito de Geasa, de Alta Floresta, Rondônia, mas especialmente todas as pequenas agroindústrias familiares que nós temos nos quatro cantos do Brasil, no seu Estado, no norte e no sul do seu Estado, como também no meu Estado de Rondônia e nos demais Estados da Federação.

Portanto, não é justo a gente, como Parlamentar, colocar o recurso e perder o recurso. Ao mesmo tempo, os produtores ficam se arrastando para poder comprar os equipamentos, porque precisam de uma câmara fria, de *freezer*, para fazer a despolpa e, ao mesmo tempo, poder fazer esse trabalho. Outros têm condições, mas a maioria dos pequenos não tem.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação da matéria.

Ao mesmo tempo, Senador Cidinho, quando a equipe do Governo colocou que, de repente, haveria custo para o Governo, não procede, porque não se está repassando custo para o Governo. Nós estamos é tendo autonomia, nós Parlamentares, tanto federais como estaduais e municipais, para repassar recurso das nossas emendas para a agroindústria. E a agroindústria vem fazer nada mais, nada menos do que levar de volta para o campo os filhos dos nossos agricultores, que estão na cidade trabalhando de empregados, quando, na verdade, no campo, eles podem produzir muito mais.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. E eu gostaria que V. Exª acompanhasse, para que fosse aprovada definitivamente essa matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É na Comissão de Assuntos Econômicos – corrigiu-me aqui a minha equipe. É terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

Autoria: Deputado Junji Abe

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

2- O Projeto constou da Pauta da 18ª, 24ª, 28ª e 32ª Reuniões da CRA realizadas em 02/08, 19/09, 17/10 e 21/11/2017.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a compreensão e a atenção de todos.

Um abraço. Até a próxima oportunidade, se Deus assim o permitir.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, passa à pauta da presente reunião destinada a Apresentar o Relatório das Atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no ano de 2017. Os Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Pedro Chaves e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Antes do encerramento, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Ana Amélia, Paulo Paim, Vicentinho Alves, José Medeiros, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 24ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros." **Autoria:** Deputado Carlos Zarattini. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 2017, e do Projeto de Lei do Senado n.º 726, de 2015, e aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 530, de 2015, na forma do substitutivo apresentado. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Hélio José e Acir Gurgacz. Após, é concedida vista coletiva dos Projetos, nos termos do art. 132, §1º, do RISF. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 41, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 13, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 27/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR LTDA." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/26

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 24ª Reunião da CCT.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e vai constar no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Queria saudar a presença do Relator, o nobre Senador Pedro Chaves, e do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.

Autoria: Deputado Carlos Zarattini

Passo a palavra, então, ao Relator, o nobre Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso boa-tarde.

Da comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, do Deputado Carlos Zarattini e outros, que altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros; o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que institui a lei que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4º da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade; e o PLS nº 726, de 2015, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para disciplinar o serviço de transporte privado individual de passageiros.

Relatório.

Vêm ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática três projetos em tramitação conjunta:

(1) Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2017, do Deputado Carlos Zarattini e outros, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros;

(2) Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que institui a lei que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao art. 4º da Lei nº 12.587, de 2012, de forma a definir a modalidade;

(3) PLS nº 726, de 2015, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, para disciplinar o serviço de transporte privado individual de passageiros.

A Lei 12.587, de 2012, trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Já a Lei 9.503, de 1997, institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Passamos a uma breve descrição do conteúdo de cada proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC nº 28, de 2017, contém quatro artigos, sendo que o primeiro deles apresenta o objeto da lei.

O art. 2º altera a redação do inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 2012, para incluir o conceito de transporte remunerado privado individual de passageiros, que define como "serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, por meio de veículos de aluguel, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede".

O art. 3º acrescenta os arts. 11-A e 11-B na mesma lei, para atribuir a responsabilidade dos Municípios e do Distrito Federal na fiscalização e regulamentação da atividade, além de determinar as condições em que será realizada a autorização dessa modalidade de transporte. Seriam exigidos: cobrança dos tributos municipais devidos pela prestação do serviço; contratação de seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT); inscrição do motorista como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); habilitação que contenha a informação de que exerce atividade remunerada para conduzir veículo automotor na categoria "B" ou superior; atendimento a requisitos de idade máxima do veículo e outras características exigidas pelo Poder Público; posse e porte de autorização específica emitida pelo Poder Público municipal ou do Distrito Federal; e emissão e manutenção do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) no Município da prestação do serviço, obrigatoriamente em seu nome, como proprietário, fiduciante ou arrendatário, com registro e emplacamento do veículo na categoria aluguel.

O art. 4º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

O PLS nº 530, de 2015, é estruturado em 19 artigos, sendo que o primeiro deles indica o objeto da lei.

O art. 2º traz as definições de veículo, motorista parceiro, rede digital, compartilhamento e Provedor de Rede de Compartilhamento (PRC).

O art. 3º estabelece que os PRC não são empresas prestadoras de transporte e que os motoristas parceiros devam ser "enquadrados nas figuras jurídicas do Microempreendedor Individual (MEI) ou no Simples Nacional" e que não são nem transportadores comuns, nem prestam serviços de transporte público. Estabelece, por fim, a cobrança de Imposto sobre Serviços nas mesmas condições aplicadas ao serviço de táxi.

O art. 4º exige que o PRC seja registrado junto ao órgão municipal de trânsito e transporte, "observando requisitos que deverão ser elencados em lei municipal", e estabelece taxa de licença anual para operação, não inferior à cobrada dos serviços de táxi, que deve ser aplicada em desenvolvimento urbano e transporte público.

O art. 5º condiciona a prestação do serviço à adequação a inspeções e exigências de todos os níveis da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 6º requer que os motoristas-parceiros tenham Carteira Nacional de Habilitação profissional, apresentem comprovante de antecedentes criminais e contratem seguro de acidentes com a mesma cobertura mínima exigida dos táxis. Os PRC deverão encaminhar periodicamente cópias de tais documentos às autoridades locais, como também cópia dos documentos do automóvel a ser utilizado.

O art. 7º remete ao Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) as questões referentes à responsabilidade civil do serviço prestado.

O art. 8º estabelece que os métodos de cálculo das tarifas devam ser divulgados publicamente, e que a tarifa estimada para o serviço seja informada ao usuário antes do início da viagem.

O art. 9º ordena que estejam disponíveis a foto do motorista, o modelo e a placa do veículo quando da requisição dos serviços do PRC.

O art. 10 exige que o recibo a ser gerado contenha as seguintes informações: origem, destino, tempo e distância da viagem, mapa, informações da tarifa e do motorista.

O art. 11 proíbe que o PRC contrate motoristas que tenham sido condenados, nos últimos sete anos, por dirigir sob a influência de drogas ou álcool, fraude, crimes sexuais, uso de um veículo motorizado para cometer crime, atos de violência ou atos de terrorismo, e crime envolvendo danos materiais e/ou roubo.

Os arts. 12 e 13 restringem os pedidos de compartilhamento às redes dos PRC, proibindo que os motoristas embarquem passageiros que não tenham solicitado o veículo.

O art. 14 proíbe o pagamento direto entre motorista e passageiro.

O art. 15 visa a proibir a discriminação de passageiros por parte do PRC, inclusive quanto a deficiência física.

O art. 16 obriga que o PRC retenha informações tanto dos motoristas quanto dos passageiros, pelo prazo mínimo de um ano.

O art. 17 estabelece que o Poder Executivo deve regulamentar a matéria em até 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de publicação da lei.

O art. 18 altera o conceito de “transporte privado individual” da Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para que se refira (somente) às viagens produzidas por PRC, e o art. 19 é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Já o PLS nº 726, de 2015, possui três artigos.

Esse aqui é da lavra do Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º altera a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana para inserir em seu art. 4º a definição de "transporte privado individual e instituir três novos artigos, numerados de 18-A a 18-C.

O art. 18-A determina que o serviço será realizado "em caráter de livre concorrência", cabendo aos Municípios estabelecer critérios mínimos de segurança, higiene, conforto e qualidade. Além disso, as autoridades municipais disponibilizarão cadastro específico das empresas, profissionais e veículos usados no serviço. Os motoristas do serviço ficam obrigados a obedecer aos mesmos deveres impostos aos taxistas pelo art. 5º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta esta profissão.

Além disso, o impedimento injustificado de acesso do prestador ao aplicativo deverá ser cotejado com as proibições do art. 36 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que tipifica diversas práticas de infração à ordem econômica, em especial o impedimento do acesso de novas empresas ao mercado (§3º, III, do *caput*).

O art. 18-B proposto estabelece o direito de o Poder Público municipal requisitar informações dos prestadores de serviço, resguardados o segredo de indústria e de comércio, e o sigilo legal.

Já o art. 18-C proposto determina a responsabilidade solidária de "todos os profissionais e empresas que contribuíram para o fornecimento do serviço", em caso de "danos decorrentes ou associados ao serviço", obrigando, ainda, a contratação de seguro.

O art. 2º do PLS nº 726, de 2015, altera o Código de Trânsito Brasileiro. Cria, em seu art. 96, uma nova categoria de veículo, denominada "de transporte privado individual". Hoje, esses veículos pertencem à categoria "particular", enquanto os táxis são classificados como "de aluguel". Em um novo art. 135-A, reitera a obrigatoriedade de que os veículos dessa categoria sejam registrados junto ao Poder Público municipal.

O art. 3º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Vamos agora à análise da matéria.

Os aplicativos de transporte são um tipo de serviço que existe no Brasil há poucos anos. As consequências da entrada desse modelo de negócio ainda não se desdobraram por completo, mas não há dúvidas de que a introdução dessa nova opção de transporte aumentou o bem-estar social e, por isso, conta com a aprovação popular em geral.

A concorrência no mercado de transporte individual de passageiros provocou a redução dos preços das corridas e possibilitou a milhões de novos usuários o acesso a esse serviço.

Embora alguns passageiros do serviço de táxi tenham migrado para essa nova modalidade de transporte, ela conquistou também novos clientes que anteriormente usavam transporte coletivo ou usavam seus próprios automóveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo estudo realizado em quatro cidades norte-americanas, para cada dólar de receita da empresa provedora do aplicativo, seis dólares foram economizados pelos usuários, pela existência do serviço de transporte mais barato. Isso significa que a maior parte do ganho gerado nesse mercado é apropriada pelos consumidores.

Entretanto, acredito que há um consenso no Parlamento de que essa atividade tenha que ser regulamentada e que devem ser criadas regras tanto para que o mercado possa se desenvolver livremente, como para incrementar a segurança dos usuários. Essas são as linhas mestras que adotamos em nosso substitutivo ao PLS nº 530, de 2015, com diversos aperfeiçoamentos, inclusive para aproveitar dispositivos das duas proposições que tramitam em conjunto.

Comecemos pela definição do serviço, aprimorada a partir do art. 18 do PLS nº 530, de 2015.

O transporte privado individual, do inciso X do art. 4º da Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, originalmente alterado pelo PLC nº 28, de 2017, inclui aquelas viagens produzidas sem finalidade de exploração econômica – é o uso mais típico do automóvel em ambiente urbano. Essa definição é empregada em outros dispositivos da Lei, em especial os artigos 6º, II, e 23, VII, que dão respaldo a restrições como o rodízio veicular em São Paulo.

Diante isso, tal definição não pode deixar de constar na Política Nacional de Mobilidade Urbana. Por isso, propomos a inclusão de uma nova definição e a alteração do nome do serviço para "transporte privado individual remunerado", com a seguinte definição: transporte por veículos particulares, não aberto ao público, previamente contratado por intermédio de aplicações de internet. Optamos por empregar no texto a expressão "aplicação de internet" para nos referirmos aos aplicativos, pois ela se encontra definida no art. 5º, inciso VII, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014).

Para fins de maior clareza, também atualizamos a definição do inciso X do art. 4º da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para registrar que esse dispositivo trata apenas de atividade não remunerada. Com isso, fica ali enquadrada a carona solidária, que, ainda que fornecida por meio de aplicativos, pertence a outra categoria de serviços que não visam à exploração econômica.

Em seguida, do PLS nº 726, de 2015, aproveitamos a orientação de que o serviço prestado seja desenvolvido em caráter de livre concorrência. Isso implica liberdade de preços e também que as barreiras à entrada no mercado devem ser as menores possíveis.

A exigência de autorização concedida pelo Poder Público, por ser ato discricionário e precário, permite a limitação ao número de prestadores de serviço, o que cria enormes barreiras para a entrada no mercado, tanto para novos condutores quanto para novos aplicativos. Caso seja feita essa limitação, a consequência seria o aumento de preços ao consumidor, que, a um tempo, reduzirá a demanda pelo serviço e gerará um excedente econômico imediatamente transferido aos agentes privados que controlem o acesso ao mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exigência do uso de veículo de aluguel (a troca de placas cinzas por placas vermelhas) não nos parece viável. É preciso ter em mente que o veículo empregado na prestação do serviço de transporte vinculada a aplicativos de internet não se enquadra claramente em nenhuma das categorias existentes no CTB (Código de Trânsito Brasileiro), que é anterior ao surgimento da economia compartilhada, baseada no aproveitamento das capacidades ociosas. Diferentemente dos táxis, esses veículos são usados rotineiramente para mais de uma função. Uma interpretação literal do CTB obrigaria a troca da placa do veículo de acordo com sua utilização momentânea, o que é, obviamente, impossível.

Portanto, o veículo utilizado no serviço que buscamos regulamentar não se encaixaria na hipótese do referido art. 135. Contudo, para evitar interpretações divergentes, incluímos, para fins meramente declaratórios, um §1º informando que tais serviços não pertencem à categoria de veículos de aluguel.

Em relação à segurança dos veículos, a exigência de placas vermelhas pode ser substituída, com grandes vantagens, por inspeções periódicas mais frequentes dos veículos usados pelos motoristas dos aplicativos, alteração que propomos mediante a inclusão de um §2º no mesmo art. 135.

Restam prejudicadas, portanto, as exigências estabelecidas pelo PLC nº 28, de 2017, do uso de veículos de aluguel (aqueles com placas vermelhas) e da obtenção de autorizações.

Do mesmo modo, a exigência do PLC de que o motorista mantenha o veículo em seu nome é medida também incompatível com a forma de funcionamento da economia de compartilhamento, que se caracteriza pela oferta de capacidades ociosas ao público, muitas vezes em curtos períodos de tempo.

O uso de veículos alugados, principalmente, seria impedido pela exigência de propriedade do veículo. Isso levaria à diminuição da oferta e das possibilidades de geração de renda para pessoas que não sejam proprietárias de automóveis, sem que essa restrição apresente, no entanto, benefícios evidentes para a população em geral. Em vez disso, propomos a vinculação do motorista que prestará o serviço a veículo que esteja previamente listado em seu cadastro junto aos provedores de aplicações de internet.

Em relação aos condutores, mantivemos diversas exigências propostas tanto pelo PLC nº 28, de 2017, quanto pelo PLS nº 530, de 2015. São elas, obrigatoriamente: apresentação do Certificado de Licenciamento Anual do veículo e de Carteira Nacional de Habilitação com observação de exercício de atividade remunerada; contratação de seguros de acidentes e danos; inscrição como contribuinte no INSS; e comprovação da ausência de antecedentes criminais. Retiramos o seguro DPVAT da lista de exigências, por já ser obrigatório para todos os veículos por legislação específica.

Aproveitamos, do PLS nº 726, de 2015, os deveres dos condutores, que preferimos, em razão da técnica legislativa, deixar explícitos no corpo do texto do Substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buscamos nos PLS nº 530 e nº 726, de 2015, os deveres dos provedores de aplicativos, que optamos por limitar ao essencial: prestar as informações necessárias à supervisão do Poder Público; manter sede, filial ou representação obrigatoriamente no Brasil; enviar ao usuário a identificação do condutor e do veículo antes da prestação do serviço; garantir que o condutor que prestará o serviço seja o mesmo informado ao usuário; armazenar as informações sobre as viagens nos prazos e condições previstas no Marco Civil da Internet, para fins de segurança pública; e impedir a prestação do serviço por pessoas com antecedentes criminais relacionados a violência contra a pessoa ou ao trânsito.

Concordamos, ainda, com a preocupação expressa pelo PLC nº 28, de 2017, quanto ao exercício de atividade de transporte ilegal de passageiros, razão pela qual incluímos dispositivo que proíbe a oferta direta do transporte a passageiros em pontos de parada do transporte coletivo, pontos de táxi ou locais de grande movimentação de pessoas.

Decidimos explicitar, diante da preocupação concorrencial contida no PLS nº 726, de 2015, que os provedores não possam impedir injustificadamente o acesso de condutores às aplicações de internet indispensáveis para prestação do serviço, ou exigir exclusividade por partes dos condutores para acesso ao aplicativo.

Ainda do PLS nº 726, de 2015, merece prosperar a disposição que diz que haverá responsabilidade solidária dos provedores de aplicativos em relação aos danos decorrentes ou associados ao serviço.

Finalmente, dada a complexidade da matéria, sugerimos que o *vacatio legis* seja de cento e vinte dias, para que os provedores, condutores, e o próprio Poder Público possam adequar-se à legislação, e para que sejam criadas as regulamentações necessárias.

Quanto à técnica legislativa, em função da grande quantidade de adequações necessárias ao texto do PLS nº 530, de 2015, resultantes principalmente do aproveitamento de dispositivos das proposições que tramitam em conjunto, optamos pela apresentação de substitutivo.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2015, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº - CCT (SUBSTITUTIVA)
Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para disciplinar o serviço de transporte privado individual remunerado de passageiros.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
“Art. 4º.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
X – transporte motorizado privado: meio motorizado de transporte de passageiros utilizado para a realização de viagens individualizadas por intermédio de veículos particulares, sem remuneração do condutor;
.....
XIV – transporte privado individual remunerado: serviço remunerado de transporte por veículos particulares, não aberto ao público, previamente contratado por intermédio de provedor de aplicações de internet."
.....
"Art. 12-C. O serviço de transporte privado individual remunerado será desenvolvido em caráter de livre concorrência e com liberdade de preços, cabendo ao poder público competente a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos, na forma da regulamentação.
§ 1º Poderão prestar o serviço, ainda que por intermédio de Pessoa Jurídica, todos os condutores que preencham os seguintes requisitos [então necessariamente o motorista tem que possuir]:
I – possuir Carteira Nacional de Habilitação com a observação de exercício de atividade remunerada;
II – estar quite com as obrigações relativas a impostos, seguro obrigatório e multas de trânsito dos veículos utilizados na prestação do serviço;
III – estar segurado quanto a acidentes pessoais a passageiros, na forma da regulamentação;
IV – estar inscrito como contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
V – não possuir antecedentes criminais relativos a:
a) crimes de trânsito [...];
b) crimes contra a dignidade sexual [...];
c) homicídio [...];
d) lesão corporal grave [...];
e) sequestro e cárcere privado [...];
f) tráfico de pessoas [...];
g) roubo, extorsão [...];
h) outros crimes praticados mediante violência [...] ou grave ameaça.
§ 2º Os provedores de aplicações de internet manterão atualizado cadastro dos responsáveis pela prestação do serviço, que deverá conter cópias dos seguintes documentos:
I – Carteira Nacional de Habilitação;
II – Certificado de Licenciamento Anual [...];
III – apólice do seguro de que trata o §1º, III, exceto nos casos em que o provedor de aplicações de internet o contratar, na qualidade de estipulante;
IV – comprovante de inscrição como contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
V – certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos locais em que tenha residido nos últimos cinco anos, das Justiças Federal e Estadual;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos cinco anos.
§ 3º São deveres dos provedores [...]:
I – manter sede, filial, ou representação no Brasil;
II – assegurar que o condutor utilize, na prestação do serviço, somente veículo que esteja listado em seu cadastro;
III – enviar ao usuário, antes do início da viagem, nome e fotografia do condutor que prestará o serviço, além da placa de identificação do veículo;
IV – garantir que o condutor que irá prestar o serviço corresponde àquele informado ao usuário;
V – armazenar as informações sobre as viagens realizadas, nas mesmas condições determinadas pelo art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;
VI – vedar a prestação do serviço de que trata o *caput* por indivíduo que tenha os antecedentes criminais listados no §1º, V;
VII – abster-se de impedir injustificadamente o acesso de condutores às aplicações de internet indispensáveis para prestação do serviço;
VIII – abster-se de exigir exclusividade para sua aplicação na prestação dos serviços de que trata o *caput*;
IX – fornecer os documentos e informações requisitados pelas autoridades competentes, com relação às suas atividades, aos dados dos condutores e aos veículos cadastrados.
§ 4º São deveres dos motoristas do transporte privado individual remunerado:
I – informar imediatamente ao provedor de aplicações de internet qualquer alteração relativa às condições de que trata o §1º;
II – manter atualizada a lista de veículos que podem ser utilizados na prestação do serviço;
III – manter o veículo que estiver conduzindo em boas condições de manutenção e higiene;
IV – atender ao cliente com prontidão e urbanidade;
V – usar vestimentas adequadas para a função;
VI – abster-se de oferecer diretamente o serviço de transporte privado individual [...] de passageiros, inclusive por meio de prepostos.
§ 5º Caracteriza limitação à [...] concorrência, prevista no art. 36 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a infração ao disposto no §3º, VII e VIII.
§ 6º Caracteriza transporte ilegal de passageiros a infração ao disposto no §4º, VI.
§ 7º É atribuição das autoridades competentes acompanhar todas as atividades dos provedores de aplicações de internet e dos prestadores do serviço de que trata o *caput*, podendo, para tanto, requisitar as informações e os documentos necessários ao cumprimento de suas funções, inclusive do cadastro de que trata o §2º, resguardados os segredos de indústria e de comércio, e o sigilo legal.
§ 8º A recusa, omissão, ou retardamento injustificado às solicitações do Poder Público de que trata o §7º constitui infração punível grave com multa, a ser fixada pela autoridade competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 9º Em caso de danos decorrentes ou associados ao serviço de transporte privado individual de passageiros, respondem solidariamente todos os profissionais e empresas que contribuíram para o fornecimento do serviço, na forma da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Art. 2º O art. 135 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes parágrafos:
"Art. 135.
.....
§ 1º Não pertencem à categoria de veículos de aluguel os automóveis utilizados no transporte privado individual renumerado de que trata o art. 4º, XIV, da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.
§ 2º Os veículos de que trata o §1º poderão ser submetidos à inspeção de que trata o art. 104, em periodicidade inferior aos demais veículos particulares, a ser estabelecida pelo CONTRAN." (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e após 120 dias de sua publicação.
Sala da Comissão, 26 de setembro de 2017.
Pedro Chaves, Relator.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria agradecer ao Senador Pedro Chaves.

Queria também informar aos Srs. Senadores e Senadoras que esta matéria vai ainda ser apreciada em quatro comissões, se por acaso não for aprovado um requerimento de urgência para que possa tramitar em regime de urgência no Senado: vai para a CAE, CCT, CAS e Comissão de Infraestrutura. Então, é matéria que, na forma regimental, vai passar ainda por quatro comissões, mas existe a possibilidade de se aprovar um requerimento de urgência.

Então, o relatório do nobre Senador foi lido e eu o coloco em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu acho o seguinte, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É para discutir?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, eu queria pedir vista, que fosse concedida vista coletiva. São muitas mudanças, não dá para se posicionar assim, há questões muito técnicas aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na verdade, é um novo projeto, é um substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi apresentado um substitutivo, é verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acho que até para discutir está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu coloquei na discussão seguindo o rito regimental, sem dúvida nenhuma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro, claro, claro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu tenho uma proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senão, eu ia dizer que não dei oportunidade de discussão, mas é claro que, se V. Exª pede vista, eu concordo inteiramente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu tenho uma proposta que acho que é um pouco intermediária. É evidente que na última reunião conjunta da CCT com a Comissão de Assuntos Econômicos, nós tivemos a audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Audiência pública.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... e a Comissão de Infraestrutura, nessa audiência pública, a maioria... Eu diria que quase a totalidade dos Senadores que subscreveram o requerimento de urgência o fizeram na condição de prestigiar o relatório do Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Então, eu gostaria de primeiro registrar isso, porque foi uma manifestação generalizada, no sentido de que o requerimento só seria apreciado após a apresentação do substitutivo do Senador Pedro Chaves, que ele agora acaba de fazer.

O Senador Lindbergh pede vista, o que é natural, para que a gente possa debater a matéria.

Eu queria aproximar um pouco disso, porque ainda há urgência e é importante que a gente possa tratar essa matéria com certa celeridade. Eu queria, então, que a gente levasse ao Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, a proposta de que o requerimento de urgência não seria apreciado hoje. Nós faríamos um esforço na leitura do substitutivo do Senador Pedro Chaves, ao longo do dia de hoje e de manhã, e, se a gente pudesse chegar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um certo consenso, a um certo denominador, quem sabe o Presidente do Senado poderia designar o Senador Pedro Chaves como Relator de plenário, votaríamos amanhã o requerimento de urgência, e esse texto, estudado, debatido, aprimorado, se for o caso, poderá merecer a preferência, para que a gente possa atender ao que é um anseio tanto daqueles que defendem o Uber quanto daqueles que defendem o serviço de táxi. Precisamos deliberar. Precisamos deliberar.

E acho que o relatório do Senador Pedro Chaves avança muito em muitos aspectos da regulamentação que é cobrada, que é reclamada.

Eu até acho que seria importante a gente aqui registrar a decisão da Prefeitura de Londres, agora, na sexta-feira, quando tomou uma decisão de suspender a operação do serviço de Uber até a regulamentação. Não é que o serviço estará suspenso; eles vão continuar operando, mas ela falou, de forma muito clara, que é necessária uma regulamentação. É por isso que eu sugiro que a gente não descuide do sentido de urgência.

Vamos priorizar e valorizar o esforço do Senador Pedro Chaves e vamos adiar o requerimento de urgência, se possível, para amanhã, para que a gente possa trabalhar, entre hoje e amanhã, na obtenção de um acordo, de um consenso que possa levar o Senado Federal a deliberar essa importante matéria.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu, em parte, concordo com o Senador Fernando Bezerra. Essa matéria, então, seria para a próxima semana ou depois da próxima semana, se tivéssemos um entendimento de todas as Lideranças, aqui, para se chegar a uma letra de lei comum e que tivesse a aceitação da maioria do Senado Federal. Eu entendo que é mais ou menos isso que V. Exª deseja.

E também entendo que nenhum serviço público que seja destinado ao público pode funcionar sem regulamentação. Entendo perfeitamente isso. Não há como funcionar sem regulamentação, sem uma letra de lei que defina as obrigações daquele que presta o serviço.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de requerer vista coletiva, para que nós pudéssemos dar celeridade a esse processo.

Eu acompanho a manifestação do Senador Fernando Bezerra Coelho, na direção de que nós possamos ir ao Presidente do Senado, o Senador Eunício, no momento oportuno, para que nós não votássemos esse requerimento de regime de urgência, a fim de que pudéssemos ganhar algum tempo, na tentativa de construir alguma linha de consenso e de convergência.

Se não for possível hoje, esse requerimento pode ser votado amanhã, pode ser votado na próxima terça-feira, valorizando, prestigiando e, sobretudo, respeitando o espaço de trabalho do Senador Pedro Chaves, que, ao longo desses meses todos, ouviu muito, estudou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito. Tivemos uma audiência pública coletiva envolvendo várias comissões, e a manutenção, Senador Fernando Bezerra Coelho, do Senador Pedro Chaves, caso seja aprovado o regime de urgência, para que ele seja o Relator dessa matéria no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agora, eu quero, desde já, Sr. Presidente... Pude ler aqui não com o detalhe que preciso, mas pude perceber extraordinários avanços... (*Pausa.*)

Eu quero que V. Exª me ouça. V. Exª escolhe: eu ou o Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Peço desculpas a V. Exª. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É que a atenção de V. Exª para mim é algo muito precioso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. Eu quero prestar atenção.

V. Exª é um dos autores do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso.

Mas eu quero dizer o seguinte: sem enveredar no campo do debate, eu percebi aqui que o Senador Pedro Chaves foi fundo na regulamentação. Ele foi fundo na regulamentação e conseguiu uma coisa importante, que foi e é regulamentar, obrigar esses aplicativos de compartilhamento... Porque nós não estamos tratando aqui de Uber; nós estamos tratando aqui de aplicativo de compartilhamento para transporte individual de pessoas. Daqui a pouco vamos ter que fazer o mesmo para aplicativos de música, para aplicativos de apartamentos, porque o Airbnb também é uma companhia que trabalha em torno dessa tendência, que é uma tendência global.

E o Senador Pedro Chaves conseguiu uma coisa importante, porque ele regulamenta, ele determina obrigações, ele determina critérios. É fundamental que esses aplicativos tenham a noção exata de que eles não podem continuar sem aplicação, sem regulamentação. Eles não podem continuar da forma que estão, se achando no direito de não dar satisfação ao Poder Público. Eles devem satisfação ao Poder Público, ao Estado brasileiro.

O Estado brasileiro, no caso o poder local, precisa saber a condição desses veículos, saber se esses veículos estão com seus seguros em dia, precisam saber como são os antecedentes desses trabalhadores que estão transportando pessoas, quantos são esses carros que estão atendendo nessas cidades, e tudo isso regulamentado pelo Plano Nacional de Mobilidade Urbana, porque nós não podemos deixar para cada poder local estabelecer essa realidade, porque, se assim for, em regiões metropolitanas... Vamos imaginar que o Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Paulo estabeleça um tipo de regra e o Município de Campinas estabeleça outro tipo de regra. Aí nós vamos ter uma confusão estabelecida.

Então, as diretrizes precisam estar muito bem organizadas no Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que é o que faz V. Exª, abrindo espaço para o poder local, mas com uma diretriz nacional. Não é possível que cada Município estabeleça sua condição. Os Municípios e o poder local ficarão com o espaço adequado. E V. Exª faz uma coisa muito importante: V. Exª pressupõe a igualdade de oportunidade na competição, porque hoje o trabalhador taxista está subordinado a um conjunto de regras a que não está subordinado o aplicativo, e há de certa forma nos aplicativos uma determinada arrogância de imaginar que não precisam dar satisfação ao Poder Público. Precisam, sim, e V. Exª estabelece a regulamentação. Entretanto, não estatiza o serviço, reconhecendo o interesse dos trabalhadores e reconhecendo também o interesse da boa competição, da boa concorrência que, ao fim e ao cabo, aperfeiçoa esse mercado.

De modo que quero cumprimentar V. Exª, Senador Pedro Chaves, e cumprimentar o Senador Otto Alencar pelo acerto em designar o Senador Pedro Chaves, pela forma equilibrada e firme ao mesmo tempo como conduziu esse relatório, na expectativa de que possamos avaliá-lo.

Os meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço.

O Senador Lasier pediu pela ordem, e, depois, o Senador Hélio José.

Eu queria só complementar o Senador Ricardo Ferraço e dizer que realmente V. Exª apresentou um projeto nesse sentido, que foi agora aproveitado no substitutivo do Senador Pedro Chaves.

E essa reunião que nós marcamos para hoje, terça-feira, às 14h30 – normalmente a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática se reúne na quarta pela manhã –, foi exatamente para que, provocando o assunto para discussão do assunto, esta matéria pudesse passar com mais agilidade aqui e ser apreciada com mais agilidade, até porque urge que se aprove e se defina exatamente uma letra de lei que atenda...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E, na prática, Presidente, a proposta do Senador Pedro Chaves aproveita partes do PLC 28, do PLC 530...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... e do PLC 726, de autoria do eminente Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lasier Martins.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, ele fez, usando uma linguagem popular, um bem bolado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Fez um *mix*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...aperfeiçoando – sim, fez um *mix* – essas redações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato.

Com a palavra o Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Otto.

Senador Pedro, eu começo minhas rápidas observações por onde o Senador Ferraço concluiu, e V. Exª arrematou, dizendo muito bem que foi feito um *mix*, com aproveitamento muito inteligente, meticuloso, um belo trabalho e um trabalho de várias e várias reuniões – participei de algumas junto com o Senador Pedro Chaves.

O que eu quero observar é que esta matéria, Senador Otto, é extremamente abrangente em interesses. Nós não estamos diante apenas de interesses de taxistas e dos trabalhadores daquilo que se convencionou chamar de Uber, dos aplicativos. Não. Isso interessa a toda a sociedade brasileira. Não há quem não tome um táxi ou o chamado Uber.

É uma matéria nova. Por isso, precisamos encará-la com o máximo cuidado e, por consequência, sem pressa, embora também não devamos demorar demais. Eu acho oportuno o pedido de vista coletiva. Nós devemos ainda reexaminar a matéria, embora o substitutivo do Senador Pedro Chaves esteja bastante bom. Ele realmente fez um apanhado, um pouco de cada um.

Eu sou o autor do 726 e, junto com o Senador Ferraço e mais o projeto que veio da Câmara, nós formamos um trio, e desse trio está se fazendo um substitutivo por parte do Senador Pedro.

Então, o que eu queria pedir é que não haja pressa, que se tenha a moderação de um prazo que não seja nem tão longo nem tão curto, pela repercussão que haverá de ter no País inteiro, no momento em que há uma radicalização de comportamentos.

Eu confesso que, na minha vida, nunca recebi tantas mensagens como recebi nos últimos quatro dias, em dois celulares que tenho, um particular e um do Senado. É o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todo, é dia e noite, é madrugada. Hoje, às 6 horas da manhã, eu recebi um telefonema de um taxista de Salvador pedindo: "Olha, o senhor cuide aí, vote no 28." E assim por diante. Então...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso é para mostrar que essa história de que baiano não acorda cedo é mentira. (*Risos.*)

É mentira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Esses são os baianos da madrugada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Toda regra tem exceção, Excelência. Toda regra tem exceção, até essa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Baiano acorda cedo para trabalhar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nesta semana, eu estava voltando para Salvador e ia um grupo do Estado de Goiás para a Bahia para um casamento num hotel lá. Eu levantei, só havia o pessoal de Goiás. Daqui a pouco, um dos passageiros levantou e disse: "Cheguei à Bahia, estou com uma preguiça." (*Risos.*)

Tem que se acabar com essa história.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Lasier, que horas que era isso? Era cedo mesmo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Às 6h, às seis e pouco da manhã.

E tenho recebido dia e noite, até cansei de olhar. E aqui, se você sai do plenário hoje, você é atacado, a dez metros, por um grupo de taxistas; nos dez metros seguintes, é do outro lado. E assim passa o tempo todo.

Por isso, Senadores, concluindo, precisamos de cuidado e reflexão para que façamos uma boa lei pelo resultado que vai dar, nem com muita pressa nem com muita delonga.

Meus cumprimentos. O seu trabalho foi muito bom, um trabalho de qualidade, Senador Pedro Chaves.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Hélio José e depois o Senador Acir Gurgacz.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, Otto Alencar, quero cumprimentá-lo pela direção dos trabalhos e pelo debate e quero cumprimentar nosso Relator, o Senador Pedro Chaves.

Quero dizer, Pedro, que você está caminhando para um meio-termo. Acho bastante salutar. Realmente a pressão é muito grande. A gente não tem como esquecer que os taxistas carregaram nas costas, a vida inteira, o trânsito nas milhares de cidades brasileiras, dando certa mobilidade àqueles que não tinham dinheiro para comprar um carro ou que não tinham oportunidade de se locomover de carro, que é uma profissão fundamental no mundo inteiro, mas que os aplicativos também são importantes, porque são a modernidade.

Então, quando V. Exª apresenta um projeto que procura fazer um *mix* de três importantes projetos da Casa e procura regulamentar uma forma que permita o funcionamento dos aplicativos sem prejudicar a relação dos taxistas, dando condição de trabalho para todos, eu acho que é salutar para todo mundo. O que não dá é para posicionar um contra o outro.

Eu acho que as duas profissões são importantes desde que regulamentadas, desde que se saiba quem está transportando quem e por que, que a pessoa que transporta tenha o registro, que haja minimamente um controle. Há obrigações que oneram e muitas vezes o taxista tem. Tem que ver que obrigações terá o aplicativo porque, senão, fica uma concorrência desigual.

Então, também sou signatário da linha da vista coletiva para que vejamos, com tranquilidade, para que tenhamos mais maturidade nesse debate nesta semana. E, na semana que vem, possamos talvez até deliberar, com V. Exª permanecendo na relatoria. E não vejo problema nenhum se for em regime de urgência.

Então, parabéns, Senador Otto. Era só essa a minha manifestação, deixando claro aos taxistas e aos motoristas de operadores do Uber que estamos aqui trabalhando por ambos os grupos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Hélio José, digno e atuante representante aqui do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, nosso Relator, Pedro Chaves, eu acabei por não ler ainda o relatório.

Eu ia pedir vista, mas já foi concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Coletivas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, era isso.

Entendo que a regulamentação desse serviço é importante. Temos que dosar essa concorrência desleal entre segmentos que atendem à sociedade.

Portanto, entendo que a regulamentação faz parte de um processo natural. Já temos alguns países eliminando alguns serviços de aplicativos, o que não é nosso caso, não queremos a eliminação, queremos a regulamentação. Para quê? Para dar segurança ao usuário. Não é questão de beneficiar A, B ou C. A nossa preocupação é beneficiar o usuário, não são empresas ou segmentos que vão prestar serviços. A nossa preocupação é com o passageiro e ele está, em vários momentos, à margem de inseguranças. Então, precisamos fazer esse trabalho com várias mãos.

Proponho que nos reunamos com os demais para que possamos avaliar e trazer o mais rápido possível. Concordo com o Senador Lasier que não é uma coisa que temos que trazer com emergência, mas não podemos deixar passar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não pode demorar muito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não podemos demorar. As pessoas estão nas ruas cobrando de todos nós uma posição, já que a Câmara fez a sua votação, temos que fazer a nossa votação, de acordo com a nossa ideia, com o nosso pensamento, mas temos que dar essa resposta à sociedade.

Meus cumprimentos pelo trabalho, Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Tivemos aqui uma audiência pública, onde foi muito discutido o assunto, com oportunidades aos defensores do Uber e dos táxis, que se manifestaram. Foi inclusive demorada, a manifestação foi bem civilizada, como foi hoje.

Estou vendo aqui meus queridos amigos dos táxis, lá da Bahia, também os que representam o Uber. Vocês podem se manifestar nas reuniões das comissões. Apenas não aceitamos palavras de ordem, porque não contribuem para absolutamente nada. Quem é não, é não; quem é sim, é sim. As coisas têm que andar dentro do regime de cordialidade e respeito, como exige o regime democrático.

Portanto, foi pedida vista coletiva. Está concedida vista coletiva para que, a partir daí, possa se discutir com mais profundidade o assunto tão delicado.

Quero saudar aqui o nobre Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi lido o relatório e foi concedida vista coletiva.

Passo ao item 2, que já foi votado aqui em caráter terminativo, de que fui o Relator.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1)A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 07/06, 23/08,

06/09, 13/09 e 19/09/2017;

2) Em 19/09/2017, foi aprovado, em primeiro turno, Substitutivo Integral ao PLS nº 5, de 2017. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Ou seja, com recursos do Fust, que é o fundo de telecomunicações, as empresas ficariam, então, obrigadas a colocar telefonia móvel nessas estradas, para segurança, para informações que possam ser prestadas àqueles que precisam de socorro e também em caso de acidentes.

Como foi uma matéria que já teve votação em caráter terminativo, inclusive nominal, se alguém quer discutir, eu concedo a palavra para discussão. (*Pausa*.)

Como nenhum Senador quer discutir, está encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, a matéria está aprovada e vai ser encaminhada à Presidência do Senado Federal, para ser publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, do item 28 eu sou Relator; poderia fazer a leitura desse relatório, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 28 não consta aqui na pauta de hoje.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Item 26, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 23, não?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É o item 26, o PDS 124, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É, 26.

Pois não. V. Exª tem a palavra para ler.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 124, de 2017, que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Análise e voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 124, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª.

Lido o relatório, fica aguardando o quórum qualificado para votação.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para ler o item nº 20.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2017 (nº 701, de 2012, na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ambiental do Povoado Ipê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ambiental do Povoado Ipê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como a matéria é terminativa, ela vai aguardar também o quórum qualificado para votação.

Agradeço ao Senador Pedro Chaves.

Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro que relate *ad hoc* o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

V. Exª pode ir direto ao voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vamos direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, direto ao voto.

V. Exª poderia ler também o OFS do item 3 também, indo direto ao voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Qual o item?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Itens 3 e 6, que são não terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 3 não é PDS; é um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É um OFS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Vamos ao item 6, Presidente. V. Exª já leu o *caput*. Vamos ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 91, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2017:
> – confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – O item 3 da pauta, Sr. Presidente.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 41, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo conhecimento da matéria e pelo subsequente arquivamento do Ofício "S" nº 41, de 2014, que comunica a alteração de controle societário da Televisão Oeste Baiano Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de Barreiras, Estado da Bahia – que tem aqui o Senador Otto Alencar como um gigante em defesa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... daquele Estado tão querido por todos nós.

Eu costumo, Senador Otto, chamar todos os baianos de "meu rei" e as baianas de "minha rainha", pois merecem a reverência de todos nós, porque foi lá que o Brasil começou, dizem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Começou lá em Porto Seguro, Cabrália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por isso que nós temos tanto feriado, muito feriado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lá não há muito feriado, não; tem mais o Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Brasil! O Brasil tem muito feriado. Acho que é porque foram induzidos pelos baianos, não é? Mas são determinados, Senador Otto; são determinados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bem. Eu agradeço a V. Exª.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu passo a Presidência ao nobre Senador Pedro Chaves, para que eu possa relatar o item 4 e o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Neste momento, eu agradeço ao Senador Otto e assumo a Presidência *ad hoc*.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 27/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR LTDA.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra o Senador Otto, para relatar o item 4.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª.

O item 4 trata de uma alteração no controle societário da Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda., uma empresa sediada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que edita os jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, jornais importantes lá do Sul, dos gaúchos, e atua na exploração da indústria gráfica e no comércio varejista de discos, livros e revistas. Executa ainda os serviços de agência de notícias, de comunicação visual, de promoção e de realização de eventos.

Portanto, a alteração contratual vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Análise do projeto.

Preenche todos os pré-requisitos necessários para que seja conhecido e analisado pela CCT.

Diante do exposto, opinamos pelo conhecimento e pelo subsequente arquivamento do Ofício "S" nº 13, de 2017, que comunica a alteração de controle societário da Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda., Sr. Presidente.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está em discussão.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao item 5, com relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Item 5, Sr. Presidente.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08 e 23/08/2017.

Na análise que nós aqui fizemos, as informações dadas estão de acordo com o que é de responsabilidade aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Em vista do exposto, eu voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 142, de 2015, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja novamente solicitado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o envio de cópia integral do parecer da Advocacia-Geral da União referente ao processo nº 53000.015522/2009-19, que outorga autorização à *Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de São Luiz Gonzaga* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós temos aqui ainda na pauta vários itens, todos de caráter terminativo.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Como nós estamos praticamente em cima da hora da Ordem do Dia – vamos ter logo, logo a votação do Plenário –, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Paulo Paim e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz, Otto Alencar, Ricardo Ferraço, José Agripino, Waldemir Moka e João Alberto Souza. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **3ª Audiência Pública Interativa**, integrante do Plano de Trabalho de avaliação da Política Nacional de Banda Larga, destinada a debater a estratégia digital brasileira, notadamente no que tange ao Plano Nacional de Conectividade e ao Plano Nacional de Internet das Coisas (Internet of Things – IoT), atendendo aos requerimentos RCT 2/2017, de autoria do Senador Otto Alencar, RCT 15/2017, de autoria do Senador Jorge Viana, e RCT 21/2017, de autoria do Senador Jorge Viana. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os senhores Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC (representante de: Maximiliano Martinhão); Guilherme de Paula Corrêa, Analista de Infraestrutura na área do Plano Nacional de IoT (representante de: Sr. Maximiliano Martinhão); Enylson Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica VIVO; Alberto Paradisi, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD; Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM Brasil. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/28

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que a realização hoje da 3ª Audiência Pública é parte integrante do Plano de Trabalho de avaliação da Política Nacional de Banda Larga – inclusive, cabe a mim fazer a avaliação. Ela é destinada a debater a estratégia digital brasileira, notadamente no que tange ao Plano Nacional de Conectividade e ao Plano Nacional de Internet das Coisas. Esse é o propósito desta audiência, que atende aos Requerimentos nºs 2, 15 e 21, de 2017.

Queria, rapidamente, agradecendo a presença de todos e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Senado, convidar o Sr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Seja bem-vindo! Tome assento, Dr. Artur!

Queria convidar também o Sr. Guilherme de Paula Corrêa – agradecendo a presença do Senador Raupp –, Analista de Infraestrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Seja bem-vindo!

Sr. Enylson Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica Vivo. Bem-vindo!

Sr. Alberto Paradisi, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Seja bem-vindo!

Srª Flavia Guimarães – seja bem-vinda! –, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

Por fim, Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM Brasil.

Temos aqui algumas ausências, que são justificadas.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Eu peço a todos que possam usar o e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e o Alô Senado, através do telefone 0800-612211.

Nós estamos, então, como falei antes, fazendo aqui o atendimento a requerimentos da Comissão de Ciência e Tecnologia para tratarmos do Plano Nacional de Conectividade e também do Plano Nacional de Internet das Coisas.

Imediatamente, passo a palavra, por uma questão de logística e também de agenda, ao nosso convidado Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM, para que possa fazer suas considerações e dar sua colaboração neste propósito de avaliarmos o Plano Nacional de Banda Larga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Sª.

O SR. LEANDRO GUERRA – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão, que preside hoje a Mesa. Bom dia aos meus colegas que estão aqui na Mesa. Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer, primeiro, Senador, o convite feito à nossa empresa, em nome do Dr. Mario Girasole, nosso Vice-Presidente, e dizer que este é um tema, para a empresa, para o Grupo TIM, de vital importância para o nosso negócio.

Na nossa agenda, Senador, basicamente temos um tópico rápido sobre a TIM Brasil, alguns números nossos; vou falar um pouco da infraestrutura, que é o tema central da conectividade; os desafios regulatórios que temos e como a gente pode avançar do ponto de vista regulatório, que ações a gente está sugerindo – a TIM.

Falando um pouco da TIM, somos uma empresa de 61 milhões de clientes na telefonia móvel, segunda operadora em termos de participação de mercado, cobrindo 3.461 Municípios, primeiro lugar em 4G, o que significa uma cobertura de 83% da população urbana em 4G, o que nos deixa na liderança nesse processo de cobertura 4G. Temos 10 mil funcionários, somos líderes no segmento pré-pago e única operadora listada no novo mercado da Bovespa, que corresponde ao maior grau de governança de processos que a Bovespa classifica.

Em termos de evolução histórica, aqui temos um gráfico que mostra a nossa evolução desde 1997. Com base, digamos assim, nos espectros que nós adquirimos, nós temos tido uma evolução. Em 1997, nós adquirimos as primeiras licenças de 2G na região de Bahia e Minas Gerais. Depois evoluímos, em 1998, com a aquisição de duas licenças de Banda A no Sul e no Nordeste, até chegar a 2001, quando nós completamos a cobertura nacional. E 2002 para nós é um marco, porque fomos a primeira operadora a ter cobertura em todos os Estados brasileiros. Na sequência, lançamos o nosso Código 41, de longa distância, em que operamos até hoje e, na evolução, adquirimos, nos leilões da Anatel, frequências de 3G e 4G, até chegar agora, em 2014, com a aquisição dos 700MHz, que é uma frequência que vou comentar depois como ponto focal do nosso debate.

Em termos de infraestrutura, esse gráfico mostra uma segmentação em topologia de rede, EM que nós temos três segmentos de rede basicamente. Então aqui você pode ter tanto uma rede móvel quanto uma rede fixa classificada em três segmentos. O primeiro, de *backbone*, em que nós temos fibra ótica entre as principais cidades polo do País, eu diria que é um segmento bem desenvolvido em nível de Brasil, em que existe um grande compartilhamento dessa infraestrutura. Do lado direito, a gente tem a rede de acesso, que é a última mira, como a gente chama, no caso das antenas de celular; é a frequência em que a gente consegue alcançar o nosso cliente, o *smartphone* ou o telefone. E, no centro dessa rede, a gente tem o famoso *backhaul*, Senador.

Esse *backhaul*, na nossa visão, deve ser o ponto focal das políticas públicas, porque aqui está o grande gargalo da infraestrutura brasileira quando a gente fala de conectividade. Mais à frente vou explicar um pouco melhor o que são esses gargalos, mas, enfim, esse é o primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar atenção.

Quando a gente está falando de Xapuri, Senador, lá no Acre, que às vezes não tem a banda larga que a gente gostaria que tivesse, é porque a gente não tem ainda esse *backhaul* chegando lá. No caso da TIM, nós chegamos com o *backbone*, por exemplo, até Rio Branco. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em muitos casos, no interior do Brasil, falta realmente essa última conexão do *backhaul* para poder haver a banda larga lá na ponta, na mão do cidadão.

Em termos de infraestrutura 3G, a evolução nossa tem sido constante. Até o final de 2017, nós vamos atingir 92% da população, o que corresponde a 3.186 cidades. Sobre a liderança de 4G que a TIM hoje tem, ela se distancia dos concorrentes. Atualmente – na tabelinha do meio do gráfico – já temos 2.186 cidades com cobertura 4G – são números de agosto de 2017 – e evoluindo, porque pretendemos chegar, até o final do ano de 2017, a 2.627 Municípios brasileiros. Praticamente dobramos. É um esforço muito grande, que está, digamos, concatenado, coordenado com a política de digitalização da tevê, na frequência de 700MHz, que é uma frequência vital para o desenvolvimento do 4G no Brasil.

Falando um pouco sobre essa frequência, é interessante ver estes gráficos que mostram dois aspectos importantíssimos dos 700MHz: no gráfico da direita, a gente vê a evolução da cobertura na cidade de Brasília, a primeira capital em que conseguimos ter ativado os 700MHz; e o gráfico da esquerda mostra como era o 4G antes, com a frequência de 2.600.

Quando a gente vê a cobertura em amarelo e compara com a frequência de 1.800, que é o que a gente chama de *refarming,* é uma distribuição, um remanejamento que nós fizemos da nossa banda de 2G. O 1.800 era uma banda essencialmente para voz, e começamos a usar como forma pioneira também para 4G. O gráfico em vermelho mostra a evolução que nós tivemos, em termos de cobertura, aqui em Brasília, e o azul é frequência de 700MHz, quer dizer, a cobertura, o *footprint* da frequência de 700MHz.

É interessante também observar que, nos 700MHz, conseguimos aqui em Brasília atingir cerca de 99% de cobertura *indoor.* Se a gente comparar lá atrás com a cobertura que nós tínhamos com 2.600, que era de 50%, a evolução é bem significativa. Então, o primeiro efeito dos 700MHz é cobertura, tanto *outdoor* – praticamente ele dobra o raio de cobertura da célula – quanto *indoor.* Consegue, digamos, penetrar, tem o poder de penetração maior nas casas, nas residências do que as frequências anteriores.

Em termos de tráfego, que é o gráfico debaixo, em Brasília também, a gente observa que os 700 absorveram rapidamente o tráfego de dados. Hoje, ele tem praticamente o efeito de que mais de metade do tráfego de 4G cursa hoje na rede da TIM pela rede de 700MHz. E o crescimento de cobertura também nos leva já a 18 capitais brasileiras e a 217 Municípios. E crescendo.

Aqui temos outro efeito da tecnologia 4G, que é muito relevante: a qualidade da voz, a tecnologia que nós chamamos de voz sobre LTE, quer dizer, a gente poder inserir a voz como um serviço da rede 4G. Somos também inovadores, a TIM é inovadora nessa tecnologia. Já estamos desenvolvendo, até o final do ano, em mil cidades essa tecnologia. Em São Paulo já entrou neste mês – nossos clientes do 4G já conseguem já observar essa melhora –, vamos liberar no pós-pago e vamos liberar essa tecnologia também para o pré-pago.

O que essa tecnologia, permite, Senador? Ela permite melhor qualidade na percepção da chamada de voz, na nitidez da chamada; maior velocidade na conexão da chamada, no estabelecimento dela; e menor, digamos, consumo da bateria, que é um dos grandes eixos, um dos grandes problemas do consumo da bateria. Quando nós usamos essa tecnologia, nós reduzimos em 40% o consumo da bateria, o que dá maior conectividade ao nosso cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de infraestrutura de rede fixa agora. O crescimento da TIM na fibra ótica é significativo. Em 2009, nós praticamente não tínhamos rede de fibra ótica; em 2010, nós começamos a construir a rede de transporte com 10 mil quilômetros, e essa evolução veio ao longo do tempo até chegarmos, ao final de 2016, já com 76 mil quilômetros de fibra ótica, em termos de *backbone* e *backhaul* – *e* aqui temos um desenho do nosso *backbone* chegando a Rio Branco, como falei, com a fibra.

Em termos de desafios regulatórios – passando da infraestrutura para os desafios – tentei fazer aqui um mapa, um diagnóstico da questão da conectividade da banda larga no Brasil. Então, o primeiro gráfico da esquerda mostra, por Região, como está a penetração da banda larga fixa em termos de domicílios no Brasil. E a gente percebe, primeiro, que ainda há 46%, em nível de Brasil, dos domicílios que não têm conexão à internet; isso representa 33 milhões de domicílios. Quando a gente olha as Regiões do País – ali já é o contrário; é o nível de conectividade dos domicílios –, a gente vê, por exemplo, a Região Norte, Senador, com 46% de conexão. Então, ainda há muita coisa para ser feita nas Regiões Norte e Nordeste.

Do lado direito, vemos um gráfico da Anatel que mostra que, do ponto vista de *backhaul*, 3.262 Municípios têm conexão à internet em fibra ótica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO GUERRA – Isso representa 59% dos Municípios e 86% da população.

Eu vou correr um pouco com esse eslaide, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria pedir algo a V. Sª. Eu sei que o senhor está usando alguns termos que são de fácil entendimento para quem está aqui ou tem alguma familiaridade com o tema, mas estamos falando, inclusive, de lugares que não têm nenhuma conexão, que não têm nem mesmo internet ativada. Se possível, peço parar um pouco e repetir, com um linguajar um pouco mais acessível para quem não é muito familiarizado com esse tema, sobre essa ausência de conexão de internet no Brasil ou em Municípios, porque ficou um pouco confuso, eu confesso.

O SR. LEANDRO GUERRA – Vamos lá.

Acho que esse gráfico busca mostrar justamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Como Relator que vai avaliar a banda larga, a internet, a implementação de um Plano Nacional de Banda Larga, eu preciso ter também uma conexão com a população, para que a gente possa, inclusive, mudar o calendário de implantação dessa tão importante infraestrutura de telecomunicação no Brasil.

O SR. LEANDRO GUERRA – Perfeito, Senador.

Deixe-me voltar para esse eslaide. Eu corri um pouco com ele, mas acho que ele é importante justamente para poder dar essa conexão com nossa topologia.

Nós temos hoje, em termos de topologia típica de infraestrutura, três segmentos de rede. Quando a gente olha mais à esquerda, nós temos o que eu chamo de *backbone*. É uma autopista, como se fosse a estrada federal; então, ela chega nas capitais, nas cidades maiores do Brasil. Essas estradas existem em termos de fibra ótica. Então, nós estamos bem posicionados, em termos de País, em relação a esse *backbone*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Todas as companhias?

O SR. LEANDRO GUERRA – Todas as companhias, porque nós compartilhamos muito essa infraestrutura. Não só com as empresas privadas, mas com a Telebras também a gente tem uma parceria muito grande nesse processo. Então, eu diria que esse não é o gargalo.

Quando a gente vai para o segundo segmento de rede, que está no centro – está hachurado –, esse é o que a gente chama de *backhaul*, um termo técnico, mas ele seria basicamente uma estrada que liga essa autopista aos Municípios menores do interior.

Então, mencionei Xapuri, por exemplo. No nosso caso, a gente chegou com a fibra ótica em Rio Branco, que é a autopista, o *backbone*. Quando a gente tem que chegar a Xapuri, que é o *backhaul*, é aí que está o gargalo, porque essa fibra ótica ainda não existe. Em muitos casos não existe.

Então, voltando àquele gráfico no qual faço um diagnóstico do País, que é gráfico da direita, há 3.262 Municípios com a fibra ótica chegando, ou seja, aquela estrada que liga à autopista está chegando lá com fibra ótica. Esse é o *backhaul*.

Nos demais...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dos 5.570 Municípios, há 3.262 que têm a chamada autopista, ou seja, têm fibra ótica?

O SR. LEANDRO GUERRA – Exatamente. Esse é o ponto.

Isso significa que 59% dos Municípios possuem e 41% dos Municípios não possuem. E esse deve ser o nosso alvo da política pública. Quando nós chegarmos com a fibra ótica a esses 41%, vamos estar prontos, o País vai estar pronto para atender e massificar a banda larga como um todo. É nisso que nós acreditamos.

Então, esse é o diagnóstico.

Ali há alguns números de banda larga. Hoje já são 233 milhões de banda larga no País...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós temos um plano de universalização, por exemplo, do acesso à energia no País. E nós temos um gargalo: nós chegamos a um ponto em que, para se chegar a um usuário, se passa de 5km a extensão da rede elétrica, ela fica completamente inviável economicamente. Então, nós nos deparamos com isso na Amazônia e o Nordeste.

Se nós formos pelo caminho de levar fibra ótica para todos os Municípios, certamente teremos situações assim em alguns Municípios do Acre, como Jordão, Santa Rosa, Porto Walter, Thaumaturgo, que são Municípios que nós chamamos de isolados, pois são muito distantes e têm uma população muito pequena. E há uma centena de Municípios assim em outros Estados. Que outro mecanismo poderia alcançar – é bom esclarecer – na Política Nacional de Banda Larga sem que seja necessariamente, e com internet de qualidade, com a fibra ótica? Nessa questão, eu perguntaria: com que recurso tecnológico?

Se não houver isso, certamente... São sete dias de viagem de barco de Tarauacá, onde a fibra ótica da OI passa, salvo engano, até o Município de Jordão. De barco, sete dias – conheço bem; já fiz várias vezes. Isso para atender uma população pequena. Como é que... Se puder, fale um pouco de como vocês trabalham.

Parece-me que o outro gráfico da comunicação não é somente fibra ótica, não é? Aquela outra, a de rádio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO GUERRA – Essa comunicação pode ser feita de várias formas. A fibra ótica é a forma, digamos assim, de melhor qualidade, maior capacidade. E é a forma que deveria ser perseguida, deveria ser o objetivo da política pública.

A gente tem outras formas de chegar lá, claro. O satélite é outra forma, o rádio digital. Só que aí você começa a ter algumas questões técnicas também. Você precisa avaliar, digamos assim, se o enlace de rádio digital está muito longe da fibra. Você tem questões que precisam ser avaliadas caso a caso. Mas o cerne da política pública, o foco deve ser a fibra ótica, como é desenvolvido em outros países também.

Lógico, isso é um grande desafio, e o senhor conhece muito bem. O senhor citou vários exemplos no interior do Acre, e no Brasil inteiro nós temos esses desafios. Mas nós temos também recursos para isso. Digamos assim, a minha mensagem é exatamente essa, Senador – e eu vou correr um pouco para chegar lá.

O que acontece? A gente tem, então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEANDRO GUERRA – Eu vou chegar aqui aos desafios regulatórios, que acho que estão bem no centro dessa questão.

A gente tem aqui, do lado esquerdo: quais são as diretrizes da política pública nacional de conectividade? Eu acho que o Artur vai explorar isso, então não vou me estender, mas basicamente o primeiro ponto é justamente chegar com o *backhaul* de alta capacidade nos Municípios. Esse é o ponto principal, que é justamente essa estrada que vai ligar até a autopista. Depois, o segundo objetivo: ter cobertura 4G nas sedes dos Municípios. Terceiro objetivo: ter cobertura 3G nos distritos, porque há muitas vilas e distritos que não são distritos sedes e que não estão atendidos hoje. E o quarto: aumentar essa penetração de fibra até o domicílio do cliente.

Do lado do ponto de vista do Plano Nacional de IoT, temos quatro grandes verticais: uma primeira vertical que são as cidades, depois a área rural, indústria e saúde. Vou abordar um pouco mais à frente os nossos exemplos de aplicação aqui.

Pode virar para mim?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO GUERRA – Em termos de desafios regulatórios, rapidamente, nós temos três eixos aqui de desafios.

Tributos e Fundos. Nós temos uma questão, no setorial, muito séria, porque os tributos estaduais pesam muito, o ICMS, no consumo do serviço. O segundo ponto é a revisão do Fistel, uma carga tributária de Fistel, especialmente no que se refere à IoT – a gente está falando de IoT. O Brasil é um dos únicos países que ainda tributa a conexão, o acesso de máquina de IoT. Isso deve ser revisto. E o uso efetivo dos fundos. O fundo de universalização, por exemplo, que é um recurso importante: são quase R$20 bilhões já arrecadados, e eles não estão sendo utilizados, não foram utilizados para suprir esse *gap* de que nós estamos falando.

O segundo eixo é a infraestrutura. É necessário haver um grande pacto pelo desenvolvimento da infraestrutura em telecomunicações, e aí eu incluo a aplicação da Lei Geral de Antenas, Senador, que até hoje ainda não foi aplicada, harmonizada com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios. Esse é um grande desafio para o setor. Muitos Municípios ainda dificultam a construção da infraestrutura, e isso tem que ser revisto.

E o terceiro item é o compartilhamento. Nós entendemos que essa é a forma também de desenvolver – é aquela pergunta que o senhor fez –, de tentar alcançar o máximo da população que está no interior. Através do compartilhamento é possível, sim. Então, a gente vai chegar lá.

Pode virar, por gentileza?

Este é só um exemplo da questão tributária, no caso da TIM. Esse aqui é um balanço de 2016. Rapidamente, só quero dizer o seguinte: de tudo que a TIM arrecadou, a receita bruta de 2016, ela teve na realidade, em termos de tributo, 7,2 bilhões em relação aos 22 que ela teve de receita, o que é uma carga muito alta. E o lucro líquido final lá, na linha final, foi de 750 milhões. Quer dizer, são 3% da receita bruta. É um negócio difícil de rodar assim. A gente precisa rever esses custos regulatórios, rever a carga tributária.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu pudesse fazer uma pergunta direta e objetiva...

O SR. LEANDRO GUERRA – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Porque, quando falam de carga tributária no Brasil, nós sempre temos essa avaliação do custo dela. Mas, em comparação com outros países da Europa, Estados Unidos por exemplo, lá qual é a margem?

O SR. LEANDRO GUERRA – A margem é muito menor. Se pegarmos os dez maiores países em termos de base de usuários, a gente vai ver que o Brasil é disparado o que tem a maior carga tributária.

Para o senhor ter uma ideia, o que está na sequência tem menos da metade da carga tributária brasileira. Isso precisa ser revisto. Eu acho que esse é um papel importante do Congresso Nacional, e o setor realmente clama por essa revisão.

Como avançar? Acho que isso é o principal.

Este é um ponto da TIM, mas, no último ano, principalmente, na gestão do Stefano De Angelis, nosso Presidente, nós temos avançado muito na questão da inovação. Então, quando a gente olha o potencial que as operadoras têm em termos de *big data*, é uma coisa impressionante. *Big data* são informações que nós temos na nossa base de registro do usuário, de conexão; são informações de deslocamentos de mobilidade. E nós temos milhões, bilhões de informações diárias; temos mais de 39 mil equipamentos na rede, no caso da TIM. Isso a gente vem trabalhando para poder desenvolver novos serviços que tragam benefícios para a população. No fundo, no fundo, é isto: usar a tecnologia em benefício da população.

E isso nos transforma, quer dizer, no caso da TIM, nós saímos de uma posição... Isto aqui é o prêmio Inovação Brasil, do Grupo Valor. Se a gente comparar a posição da TIM em 2016, nós éramos o número 122, Senador. No ano passado... Chegamos agora ao número 49, a nossa posição no nível do Brasil, em termos de inovação. Somos a 49ª empresa brasileira em termos de inovação. Isso nos orgulha muito.

Eu trouxe casos bem rápidos aqui. Mas um caso interessante é que nós acabamos de ganhar um prêmio, nesta semana, na TeleSíntese, como inovação. Foi um caso selecionado também pela GSM Association e que foi exposto lá em San Francisco, neste ano, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso das Américas. Ele traz um *case* de mobilidade de torcedores chilenos durante o jogo da Libertadores, no Rio de Janeiro, um jogo contra o Flamengo. O que aconteceu? Nós temos uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com essas informações que temos massivas. Eles receberam, digamos, informações dos torcedores chilenos, pela rede da TIM, quanto ao deslocamento desses torcedores na cidade do Rio de Janeiro. E, *on-line*, de forma, digamos, instantânea, eles perceberam que o deslocamento que estavam fazendo estava indo justamente na direção da torcida contrária, no caso, a torcida do Flamengo. Isso poderia gerar um conflito sério lá. E a Prefeitura do Rio imediatamente sinalizou aos seguranças que estavam próximos do Maracanã e, digamos, orientou essa torcida para que não houvesse esse conflito. Então, esse é um caso interessante, para vermos, digamos, em termos de mobilidade e gestão urbana, como podemos contribuir.

Outro caso interessante de tecnologia de IoT são os *drones* 4G. Esse é um *case* que estamos desenvolvendo com a Embrapa, para poder desenvolver a tecnologia de agricultura de precisão, em que nós temos *drones* equipados com câmeras de alta definição, que filmam o solo e, *on-line*, de forma instantânea, trazem essa informação para uma inteligência artificial, que toma decisões em termos de ações importantes, em termos de combate a pragas, irrigação e colheita. Esse é um *case* que está sendo desenvolvido e que vai poder ser usado em breve em todo o País.

Este é um caso que realmente me toca muito, porque é um caso voltado à saúde. Chamamos de Giulia. É uma parceria com uma empresa de Manaus, a Map. Nós conseguimos traduzir a linguagem de Libras para voz e vice-versa. Com essa tecnologia, nós conseguimos fazer uma coisa muito importante, que é a inclusão de PCDs ao mercado de trabalho. Isso já está acontecendo, já é uma realidade.

Outro caso que é importantíssimo: temos uma tecnologia que se chama *biosite*, que é a instalação de uma antena, da eletrônica de uma antena, Senador, dentro da estrutura de um poste. Ele se chama *biosite* porque é totalmente sustentável, não agride a natureza; nós não temos enterramento, nada desse tipo; e ele está totalmente compatível e harmonizado com o urbanismo da cidade – esta é uma foto desse *biosite*. E nós desenvolvemos esse *biosite* com foco também em cidades inteligentes. Este é um *case* do Ceará: um bairro chamado Laguna, em São Gonçalo do Amarante, que é um bairro conectado através desse *biosite*.

Temos também uma tecnologia chamada ZUP, que é um *app* gratuito, em que nós equipamos, cedemos, através do Instituto TIM, um *software* livre para as Prefeituras. Hoje, nós temos esse caso rodando no Rio de Janeiro, como citei, em Boa Vista, em Cascavel, no Paraná, e em São Bernardo do Campo, que ganhou recentemente também um prêmio de inovação.

Como a gente pode avançar? Nós temos uma situação, em termos de tributos e fundos, e algumas ações. Por exemplo, a atualização da Lei do Fust. A atualização da Lei do Fust é necessária. Assim que o PLC 79 avançar e for aprovado, Senador, nós vamos ter a possibilidade – acho que é uma prioridade, eu diria – de poder usar o Fust para desenvolver a banda larga no País. Hoje, isso não é possível. A legislação do Fust está focada na concessão, que é o serviço fixo local.

Nós temos também alguns projetos de lei no Congresso Nacional que são importantes para o setor e para desenvolver a banda larga. Por exemplo: o fim da cobrança da taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiscalização de funcionamento dos acessos móveis. Um outro projeto, que é o PL 7.656, digamos, estabelece a isenção de Fistel na conexão da máquina, que é o que comentei agora há pouco sobre IoT. Ou seja, nós temos que desonerar o acesso da máquina da IoT no Brasil. Essa é uma barreira para a gente desenvolver IoT no País.

Nós temos um outro projeto, que é a prorrogação do REPNBL (Regime Especial do PNBL), que incentiva o desenvolvimento de redes, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, e cujo prazo já se esgotou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO GUERRA – Então, acreditamos que deva ser postergado.

Em termos de infraestrutura, o cerne da questão é o PLC 79, que está para aprovação – não vou me alongar sobre ele. É uma coordenação efetiva das esferas do Governo. Aqui eu me refiro às esferas municipal, estadual e federal e às diversas áreas do Governo. É necessário que a gente coordene essas áreas, porque o que acontece com a infraestrutura de telecomunicações é que ela depende de outras infraestruturas. A gente depende de infraestrutura de rodovias, depende de energia, ou seja, a gente precisa ter uma boa coordenação entre os setores.

Financiamento da infraestrutura. Esse é um ponto importante. A gente estava falando daquela solução que o senhor comentou para chegar lá no interior e atender à população que está lá desconectada. A gente precisa usar, digamos assim, os recursos oriundos dessas inovações regulatórias de que a gente está falando, da migração da concessão, dos termos de ajustamento de conduta, das inovações de outorga de radiofrequência, do Fust. A gente tem que focar esses recursos para desenvolver esse *backhaul*, essa rede que vai permitir a conectividade.

Quanto à harmonização, eu falei das leis municipais.

Este aqui é o meu último eslaide, Senador, e eu gostaria de destacar aqui o que eu já falei: foco em compartilhamento. Nós acreditamos que, com a regulamentação do PLC 79, ela deve focar no compartilhamento dessa infraestrutura de *backhaul*, estimular esse compartilhamento, como citei, com outras infraestruturas.

E há um tema muito importante, que é o direito de passagem, que já faz parte do nosso arcabouço legal, mas que não está sendo aplicado. O direito de passagem em áreas públicas não deveria ser oneroso, mas, infelizmente, a gente ainda não tem essa realidade no Brasil, mesmo em nível federal.

Os recursos resultantes dessas inovações, como eu comentei, devem estar focados e devem ter, digamos, um nível de compartilhamento regulado diferente do que nós temos hoje. Nós ficamos muito contentes de ver na Nota Técnica do MCTIC de fevereiro esta menção aqui, que está destacada em vermelho, de que: "A rede resultante desse investimento" – do PLC 79 – "deverá ser compartilhada com os interessados, sem nenhum 'feriado regulatório'." No nosso entendimento, esse deve ser realmente o ponto principal desse processo.

Essa é a minha finalização.

Fico à disposição, Senador.

Muito obrigado pela palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a vinda de V. Sª, Leandro Guerra, da TIM.

Acho que sua participação foi muito importante, porque é uma empresa prestando conta da evolução no processo de universalização que nós temos da banda larga, da internet de qualidade no País. Saber que praticamente essa empresa dobrou o número de cidades alcançadas com uma internet de melhor qualidade é muito importante.

Eu agradeço. Sei que V. Sª também tem problemas de voo, de saída. Eu estava também tendo que estar em outra comissão, já fiz isso, e quero agradecer ao Senador Raupp por ter colaborado, mas vou dar sequência imediatamente.

E nós temos ainda uma situação bastante prática. Nós estamos vivendo uma situação atípica aqui no Senado, em que o Plenário está sendo chamado também por conta de situações delicadas e conflitos institucionais, de Poderes. Eu pediria, então, que, se fosse possível, os próximos expositores se prendessem a dar uma colaboração bastante objetiva, no propósito da audiência, mesmo que tenham apresentado uma exposição mais longa, mais completa. Pelas circunstâncias, eu faço este apelo: se puderem, em torno de dez minutos, fazer a exposição, eu agradeceria muitíssimo, por conta do chamamento que todos nós, Senadores, vamos ter daqui a um pouquinho.

Então, é o que eu faço, pedindo desculpas, porque um tema como esse... Para mim, a infraestrutura mais importante que nós temos e devemos debater em nosso País hoje é essa infraestrutura de telecomunicação. Sinceramente, não há nada mais contemporâneo, mais necessário em todos dos aspectos, para a segurança, para a saúde, para a educação, para os negócios, para o desenvolvimento, para o crescimento, e aqui temos esse propósito.

Eu passo, agora... Não sei, mas vamos tentar ser aqui delicados. Vamos ouvir a Srª Flávia Guimarães. Depois, daremos sequência ouvindo o Sr. Enylson, mas agora vamos ouvir um pouco a voz dos consumidores, dos usuários, porque eu acho importante.

A senhora tem a palavra.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Bom dia a todos e todas.

Obrigada pelo convite, Senador.

Eu sou da Proteste, uma associação de defesa de consumidores que integra dois movimentos importantes e que trata dessa questão da conectividade: primeiro, a campanha Banda Larga é um Direito Seu, que já tem mais de seis anos e já tem propostas para ampliar a conectividade, o acesso – desde 2013 a gente tem propostas no Ministério das Comunicações –; e também fazemos parte da Coalizão Direitos na Rede, que também congrega mais de 20 entidades, além de acadêmicos e ativistas e tem, na sua pauta, além das questões de internet, de proteção de dados pessoais, todos relacionados com essa questão da IoT também agora, mas mais especialmente com a questão da conectividade.

Eu queria só colocar aqui dados recentes da União Internacional de Telecomunicações, mostrando que, infelizmente, nós, apesar de sermos a nona economia do mundo, temos uma posição de implementação de tecnologia de informação, de acordo com a UIT, muito baixa: nós estamos no 63º lugar.

Quanto à qualidade, à velocidade do provimento, a gente também está abaixo da média. A média do Planeta são 7,2 megabits por segundo, e o Brasil tem 6,8 megabits por segundo. A Coreia do Sul, que é o país que está no topo do *ranking* da OIT, tem 85% dos cidadãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conectados, sendo que a gente tem 50% dos cidadãos conectados hoje. Eles têm uma velocidade média de conexão à internet de 21,7 megabits. A gente não tem nem de 7.

E os fatores determinantes para esse resultado são: um elevado nível de urbanização – isso é diferente do Brasil, mas a gente acredita que o aumento da conectividade estimula o aumento do grau de urbanização de Municípios ainda muito precários –; investimento generalizado em *hotspots*, usando a tecnologia 4G, os 700MHz, como já foi colocado aqui na apresentação anterior, fornecendo redes *wi-fi* públicas; e investimento público em ciência e tecnologia. A Coreia investiu 3,7 do PIB. Hoje, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem um orçamento de 3,2 bilhões, que são 50% do que foi em 2010.

Nós temos 52% dos cidadãos com acesso à internet e, desses 52%, só 35% têm acesso à banda larga fixa.

E temos problemas graves regulamentares. Os contratos de concessão de telefonia fixa, que têm associado a eles uma infraestrutura fundamental, como foi visto aqui, o *backbone*, para o desenvolvimento e a universalização da banda larga, estão com tudo está emperrado, porque a revisão quinquenal dos contratos já deveria ter acontecido há três anos. Está tudo parado porque o Governo, junto com as empresas, junto com a sociedade civil, não consegue avançar em um debate democrático a respeito da evolução e da universalização da banda larga.

Tenho aqui os últimos dados da pesquisa do Cetic, que é o departamento do NIC.br, que é o braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, do qual eu faço parte, representando o terceiro setor, mostrando que nós poderíamos estar numa posição muito mais avançada do que temos hoje, considerando a economia brasileira, a infraestrutura de *backbone* e o potencial de investimento. Nós vemos aqui que temos bilhões de reais recolhidos para o Funttel e o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), e, caso o Governo atendesse o que está expressamente previsto na Lei Geral de Telecomunicações e estendesse o regime público para infraestrutura de acesso à internet por banda larga, a gente poderia destravar os recursos do Fust, sem necessidade de se alterar a lei do Fust, e fazer os investimentos utilizando a Telebras. Como já foi dito aqui, hoje, apesar de não terem sido feitos todos os investimentos previstos no Plano Nacional de Banda Larga, ela, mesmo assim, cumpre um papel importante para garantir conectividade em áreas remotas do País.

Esse eslaide contém um dado muito importante, Senador, porque mostra que, nas classes A, B, C, D e E, o acesso à internet é muito desigual. O senhor pode ver que nas classes C, D e E existem milhões de brasileiros que só acessam a internet pela rede móvel. Isso significa que essas pessoas têm planos pré-pagos de telefonia móvel com franquias de dados baixíssimas. As maiores franquias para essas pessoas são 1GB por mês, e elas ficam então sujeitas ou ao bloqueio ou a só ter acesso a Facebook e WhatsApp, o que é uma questão que vem sendo discutida e que já foi apontada por um recente estudo do Intervozes com outras entidades da América Latina, mostrando a quebra da neutralidade da rede por conta dessas práticas e o prejuízo econômico, social e cultural que essa prática traz para o País.

Aqui nós temos... Vou pular, porque a gente tem pouco tempo.

Aqui é por tecnologia. Realmente é muito importante, Senador, porque o senhor pode ver que em 2016 a maior parte dos acessos é feita não pela rede móvel, mas pela rede fixa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque é *wi-fi*. *Wi-fi* é a rede fixa. Então, isso impacta um outro debate que a gente tem, que é o seguinte: a tal da franquia na banda larga fixa. Se aprovarem, quem vai abrir o sinal do seu *wi-fi*, os seus sinais de internet contratados na banda larga fixa, para as pessoas, por exemplo, que usam, como as pesquisas do Cetic mostram, no trabalho, na escola, nos locais públicos? Como a gente vai lidar com isso? Por isso é tão importante a gente manter que o acesso na banda larga fixa, os planos na banda larga fixa não tenham franquia e não tenham limites.

Proporção de usuários de internet no telefone celular por tipo de conexão. Aqui meio que se repete. A gente vê que o acesso à internet é muito pouco democrático. Os pobres... A gente tem uma internet para os pobres e uma internet para os ricos: 88% da classe A têm acesso à internet tanto pela rede fixa, quanto pela rede móvel, que é o verde; agora, os cidadãos mais pobres têm um acesso muito mais restrito.

Eu vou pular isto aqui, porque em dez minutos a gente não vai conseguir.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: o que a gente teve, infelizmente, de políticas voltadas para a universalização do acesso à banda larga, à internet? A gente teve o Decreto 4.733, que foi feito para definir novas orientações políticas para a segunda fase dos contratos de concessão e que previu, de forma muito genérica, o acesso à internet.

Esse decreto foi alterado pelo Decreto 5.581, determinando que o Ministério das Comunicações reformulasse e formulasse políticas de inclusão digital, o que infelizmente a gente entende que não aconteceu.

Tivemos o Decreto 7.175, o famoso PNBL, que também foi minimamente implementado. Ele previa investimentos na Telebras muito superiores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – ... aos que na verdade aconteceram; a criação de uma rede privativa para comunicação da Administração Pública Federal, o que é fundamental, por uma questão de segurança e estratégia; apoio a telecentros e políticas de levar banda larga para as escolas; e medidas para garantir a oferta de infraestrutura e serviços de comunicação de dados em localidades que não despertassem o interesse econômico das empresas. Infelizmente, isso não saiu do papel.

Depois nós tivemos, em 2016, a Portaria 1.455, que também trouxe uma série de orientações para se definir caminhos para a Anatel tratar da questão dos contratos de concessão, para tratar da questão dos bens reversíveis, para tratar da questão da troca de multas, do valor das multas aplicadas às empresas por descumprimento de obrigações por novos investimentos. E nós entendemos, nós desses dois movimentos aos quais eu me referi – Campanha Banda Larga e Coalizão de Direitos na Rede –, que esse não é o melhor caminho, porque esse caminho leva a essa situação.

Esse levantamento foi feito pelo NIC.Brasil – tudo bem que é de 2014, mas, infelizmente, nós não evoluímos muito nisso. Nós tivemos benefícios fiscais concedidos às empresas para investimentos em fibra ótica, aos quais foi concedido feriado regulatório de nove anos, ou seja, as empresas que fizeram esses investimentos, apesar de receberem o benefício fiscal, de o Estado ter aberto mão de receber imposto, não tinham obrigação de compartilhamento dessas redes durante nove anos, por resolução da Anatel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da qualidade também impactou. A gente teve um crescimento dos acessos, mas um decréscimo no cumprimento de obrigações de qualidade por parte das empresas.

Vou pular aqui.

Tivemos, nesse meio tempo, o Marco Civil da Internet, que elevou o serviço de acesso à internet a serviço essencial e serviço universal, o que é determinante para a definição de novas políticas.

E quais são os recursos que a gente tem para novos investimentos? A gente tem o Fust, que não é justo. A sociedade recolhe o Fust há anos – já são mais de R$15 bilhões recolhidos ao longo de todos esses anos, desde 2001, quando foi iniciado o recolhimento do Fust – e, de acordo com o Tribunal de Contas da União, apenas 1% do que recolhido pelo Fust foi utilizado para política de telecomunicações. Nós recolhemos de Fust, por ano, 2,5 bilhões. O orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para este ano, é de 3,2 bilhões. Então, é muito significativo. Temos o Funtel, que poderia estar sendo utilizado para isso. E temos bens reversíveis, cujo valor é disputado fortemente no Poder Judiciário, no Tribunal de Contas da União e que deve ser considerado também no cenário de novos investimentos para a universalização da banda larga.

Vou pular aqui.

Vou pular para atender o senhor e partir para nossas propostas.

Num contexto de revisão do marco regulatório, primeiro, nós rechaçamos o PL 79. Nós entendemos que a proposta de alteração do PL 79 é pontual, circunstancial, não altera questões fundamentais que têm emperrado o investimento. Por exemplo: não altera diferenciação de regimes, o que a gente acha negativo, porque, se não houvesse essa diferenciação de regimes, Senador, a gente poderia usar o Fust para todos os serviços e implementar mais ou menos obrigações, dependendo do grau de essencialidade que um determinado serviço ou infraestrutura represente para a sociedade, dependendo das características da localidade onde esses serviços serão explorados – se há ou não oferta de infraestrutura, competição e interesse econômico dos maiores operadores privados – e da natureza dos recursos utilizados para sua implantação.

Entendemos que deve ser afastado o impedimento de subsídio cruzado. O subsídio cruzado é um benefício para a sociedade. Se a gente tem localidades do País ricas, que podem pagar mais, por que esse valor não pode ser utilizado para subsidiar o acesso nas localidades mais pobres do País? Essa proibição está na Lei Geral de Telecomunicações, e o PLC 79 não propõe essa alteração, não propõe alteração de regimes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Entendemos que devem ser estabelecidas obrigações de compartilhamento das redes implantadas no bojo de novos contratos de concessão ou autorização e que toda atuação regulatória da agência deve estar respaldada por modelo de custos, porque, Senador, até hoje, desde a privatização, a Anatel não trabalha com modelo de custos. Nós temos a mesma estrutura tarifária nos contratos de concessão de telefonia fixa que a gente tinha em 1998, quando ela foi criada, para originar recursos para fazer a universalização do serviço de telefonia fixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos que os novos contratos possam ter como objeto apenas a implantação de infraestrutura e que a gente use a Telebras para promover esses investimentos todos, especialmente onde as grandes empresas não queiram estar.

E defendemos – não está aqui – a aprovação, o mais rápido possível, do PL 5.276, de 2016, que é o de proteção de dados pessoais, porque entendemos que não é possível implantar políticas de Internet das Coisas sem garantir o mínimo de segurança aos usuários. A gente vai ter uma ampliação de coleta de dados com IoT muito grande, e a aprovação do PL 5.276 é fundamental nesse momento.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer à Srª Flávia Guimarães, que falou como Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. É muito importante o seu depoimento, não só porque traz uma análise do ponto de vista dos usuários, do consumidor, mas também apresenta de maneira muito objetiva, colaborando com o propósito desta audiência quanto ao que pode, ao que deve ser feito. Eu agradeço, porque sou Relator dessa matéria.

Quero cumprimentar o Senador Hélio José. Como nós vamos passar adiante, se ele quiser também fazer algum comentário, eu passarei a palavra a S. Exª

Quero dizer que nós, em relação ao próprio Satélite Geoestacionário, eu mesmo fui autor de requerimento propondo... Estou muito preocupado com esse leilão, porque o satélite vem com um propósito de suprir uma demanda nossa. É o único satélite 100% nacional, o único. Nós temos perto de 50 satélites fazendo o monitoramento do nosso Território, esse é o único lançado com investimentos públicos, que passam de dois bilhões, e o Governo Temer está fazendo o aluguel de parte dele.

Eu ouvi também, nas audiências públicas, que, tudo bem, estão garantidos os 30% para alcançar parte daquilo de que as Forças Armadas necessitam. É só uma pequena parte. Agora, quanto aos outros 70%, se todo esse montante fosse usado para atender a serviços essenciais, em lugares distantes, como são os propósitos inclusive dos investimentos em satélites, ainda assim não atenderia ao nosso País.

Eu fiquei muito contente de ouvir uma análise sobre o que nós estamos oferecendo. Nós estamos oferecendo, hoje, para pré-pagos, que é a maioria, um acesso ao Facebook, a usar alguns dos recursos, e não estamos falando de internet de qualidade, não estamos falando de inclusão social. E esse é um debate importante. Nós queremos isso; o Brasil precisa. O exemplo da Coreia e de outros países vão nesse sentido. Nós queremos mudar a lógica e fazer inclusão social.

Então, para mim, é muito importante esse seu depoimento. Por mais que tenha se apressado um pouco, ele vai constar e será considerado muitíssimo na análise, no relatório que eu estou fazendo sobre o Programa de Banda Larga.

Eu passo a palavra para o Senador Hélio José, para que faça alguns comentários, e, em seguida, darei a palavra para o Enylson.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª por esse importante assunto que V. Exª aborda como política pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal e sugerir, se possível, tal qual fiz quando tratei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto energias alternativas, na CI... Eu fiz constar do relatório, por escrito, todas as posições dos colegas e exposições que vinham, porque é altamente enriquecedor.

Também quero, até em nome dos meus outros colegas do Senado, pedir desculpa pela ausência, porque nem sempre a gente consegue estar presente, e o assunto é de tamanha relevância para todos nós, que, eu tenho certeza, todos gostariam de estar presentes. Hoje, por exemplo, nós estamos com plenário, comissões A, B, C e D, tudo funcionando neste momento, e pouca frequência na Casa.

Eu queria cumprimentar os convidados, que eu considero de um nível altíssimo: o Sr. Artur Coimbra – quase o Zico –, o Sr. Enylson Camolesi, o Sr. Alberto Paradisi, a Srª Flavia Guimarães, o Sr. Leandro Guerra e o meu amigo de profissão, meu colega Guilherme de Paula, que está ali. O Guilherme de Paula, inclusive, é um analista de infraestrutura – é da minha carreira pública federal – que trabalha no MCTIC.

Então, eu quero dizer o seguinte: passamos intempéries graves aqui, quando, inclusive, eu fui o autor de um pedido de CPI sobre a questão da mudança da banda larga, da Anatel – era a CPI da Anatel –, porque, naquele momento, estava meio confusa a posição da Anatel, que estava mais como um sindicato em defesa dos interesses de alguns do que uma Anatel realmente independente, uma autarquia independente. Não levamos avante a CPI, porque a Anatel mudou, mudou o estilo... O Ministro Figueiredo, na época, que era o Ministro das Comunicações, teve uma atuação muito boa, forte, de interromper o jogo que estava sendo colocado com relação à banda larga.

Então, o Jorge, nosso Senador Jorge Viana, tem os méritos de trazer esse assunto tão importante, para discussão nesta Casa.

Eu fui Vice-Presidente da CCT em dois anos anteriores e, agora, estou na Comissão Senado do Futuro. E hoje, inclusive, Jorge, há outra reunião que é muito importante, e eu tenho certeza de que vai ser com pouca frequência, assim como esta que nós estamos fazendo aqui, na Comissão Senado do Futuro, para discutir as rádios comunitárias e os efeitos do Ecad nas rádios comunitárias, porque praticamente inviabiliza o funcionamento delas a cobrança da taxa do Ecad.

Com relação ao tema em si, é fundamental para a gente a universalização do serviço de internet, tanto é que cheguei, por exemplo, aqui, na Bancada do DF, da qual sou coordenador, a colocar emenda de Bancada por volta de 15 milhões, para que o Ministério fizesse aqui, em Brasília, uma experiência piloto, numa sociedade como Itapuã, Estrutural, e fizesse todo um trabalho aqui, no Distrito Federal, e para o Brasil, o que é tão necessário. Então, esse tema é de alta relevância.

Cumprimento todos. Quero dizer que deixei pergunta escrita a todos.

As perguntas – rapidamente, Jorge, para não perder mais tempo – são as seguintes.

Para o Artur e para o Guilherme de Paula: o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem anunciado a necessidade de levar a banda larga para o centro das suas políticas públicas. Nesse contexto, pergunto: quais são os programas, estratégias e metas do MCTIC para massificar o acesso à banda larga, garantindo a todos o serviço de qualidade e a preço justo?

O Ministério já concluiu o Plano Nacional de Conectividade e o mapeamento da necessidade da banda larga?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais ações estão sendo adotadas pelo Ministério em face dos novos e urgentes desafios trazidos pelas tecnologias que estão provocando mais uma etapa da revolução digital com as conexões 5G, Internet das Coisas e inteligência artificial?

Qual será o impacto dos Programas Amazônia Conectada e Xingu Conectado? Qual o alcance desses programas? Quantas pessoas e localidades serão beneficiadas? Qual o modelo de atendimento a ser adotado?

Última: qual será o impacto da privatização de parte civil do Satélite Geoestacionário com relação a essa visão da consecução desses programas?

Para os Srs. Enylson Camolesi, Leandro Guerra e Alberto Paradisi e para a Srª Flávia Guimarães, quais os principais obstáculos do desenvolvimento da Internet das Coisas no Brasil?

Qual o panorama dos investimentos realizados pelas empresas no Brasil em produtos e serviços voltados à Internet das Coisas?

As empresas de telecomunicações promovem o empreendedorismo digital?

Todas as perguntas foram deixadas por escrito. Caso não consigam responder no curto período de tempo que terão aqui, podem encaminhar as respostas à Comissão ou ao meu próprio gabinete.

Muito obrigado, Jorge. Forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Após sua intervenção e colaboração, passo a palavra ao Enylson, que fala aqui pela Telefônica Vivo.

Aliás, ontem, estivemos no TCU tomando uma decisão que, de alguma maneira, independentemente do mérito, estabelece um pouco ou diminui o conflito, já que temos cobrado da Anatel uma série de medidas – mas a Anatel também precisa ter as prerrogativas garantidas –, e eu sei que envolveu um TAC da Telefônica Vivo. Eu espero que a solução desse impasse possa significar mais e melhores investimentos também no nosso País e melhoria da telecomunicação nessa área.

Sei que o Presidente da Telefônica Vivo está indo ao meu Estado, na próxima segunda-feira, e também temos o Leandro, que assumiu o compromisso. Estamos trabalhando há muito tempo para que Claro, Vivo, TIM possam melhorar as instalações, essa infraestrutura de telecomunicações no Estado do Acre, que é um Estado da Amazônia, mas também nós queremos cobrar a contrapartida de prefeitos, do próprio Governo, no que diz respeito à parte que lhe cabe. Não é possível que, numa precariedade de infraestrutura, também não haja uma agilidade, seja das câmaras municipais, seja das prefeituras, para... Óbvio, cumprindo a lei, em consonância com o que estabelece a legislação – porque quem trabalha no serviço público só pode fazer aquilo que a lei autoriza –, nós temos como, sim, dar um tratamento diferenciado, agilizar processos para que o benefício chegue mais rapidamente à população. Então, eu acho que é uma via de mão dupla em que o contribuinte, o usuário ganha quando isso funciona bem, quando essa linha de mão dupla funciona bem.

Então, o meu propósito, e eu estou trabalhando nessa questão há anos, pelo menos há três, quatro anos, é que, com esse gesto das empresas que estão indo ao Acre – vamos ter uma solenidade segunda-feira em que serão assinados três termos de compromisso ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

protocolos de intenção de implementar e de melhorar a infraestrutura de telecomunicações no Acre –, além dessas três companhias, dessas três empresas, também possa vir, o que eu vou cobrar também, como legislador, uma mudança, uma atitude diferenciada por parte do Poder Público municipal, do Poder Público estadual, no sentido de estimular que essa intenção ou esses propósitos dessas companhias ocorram o quanto antes. E aí o usuário, o contribuinte vai ganhar com isso.

Então, o ato deve ocorrer bem cedo, no Palácio do Governo no Acre, na segunda-feira, dia 2. Eu vou estar lá, se Deus quiser, presente. E, depois, nós vamos ter também um encontro com todo o setor produtivo do Acre, na Federação das Indústrias, um evento também que eu estou ajudando a organizar. O Coordenador da Bancada, Senador Sérgio Petecão, tem me ajudado. E eu estou trabalhando com essa questão há tempo. É óbvio que outros Parlamentares também tentam dar uma contribuição aqui ou ali, mas nós estamos tentando trabalhar de maneira objetiva, com um propósito bem definido, e deu resultado. Vai estar o Dr. Juarez Quadros, o Conselheiro Anibal Diniz e a Anatel também.

E, muito provavelmente, no Acre, em Rio Branco – dou uma informação aqui, em primeira mão, antes do Enylson, porque talvez ele nem possa fazer isso, porque o Presidente dele é que vai estar lá –, muito provavelmente este final de semana, e essa é uma notícia fantástica, nós deveremos estar operando em teste na frequência de 700MHz. Repito, em Rio Branco. Isso é algo novo. É um teste, e é importantíssimo! Envolveu-se a Anatel, envolveram-se investimentos da Vivo, e vejam que mudança isso pode trazer do ponto de vista da qualidade. E eu sei também dos investimentos que a Vivo está procurando fazer para aumentar em pelo menos 20 vezes a velocidade de transmissão de dados em Rio Branco.

Eu estou falando isso para criar um pouco de espírito de concorrência com a TIM, com a Claro, com outras companhias e, quando chegar perto, vamos cobrar da Vivo também que melhore. Mas eu fiquei contente de ver a TIM falando da condição de melhorar Rio Branco, onde mora metade da população. Mas o nosso desafio, de fato, é alcançar os 22 Municípios do Estado, e a Claro tem também um trabalho importante lá – eu não posso deixar de registrar.

Agora, vamos ouvir a Vivo, mas me parece que o Guerra quer fazer algum comentário.

O SR. LEANDRO GUERRA (*Fora do microfone*.) – É só para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por favor.

O SR. LEANDRO GUERRA – É só para fazer um comentário, Senador. Uma boa notícia é que a TIM ativou os 700 em Rio Branco. Então, hoje nós estamos com essa cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, vamos poder anunciar isto na segunda-feira: que a TIM também, em Rio Branco, já vai estar...

O SR. LEANDRO GUERRA (*Fora do microfone*.) – Na realidade, já estamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já está testando.

Então, isso é muito importante – e eu passo para o Enylson – e mostra que é possível, numa crise desse tamanho, ainda com uma série de impasses, inclusive como foi aqui levantado pela Flávia Guimarães, a gente fazer avançarem alguns aspectos que beneficiam o usuário na qualidade. Porque nós estamos com um problema: temos que universalizar, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dar qualidade e temos que ter um preço justo. Eu sempre trabalho com esses três desafios.

Com a palavra o Enylson, por favor.

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Obrigado, Senador.

De fato, a gente traz aqui um agradecimento inicial do nosso Presidente, Eduardo Navarro.

Saúdo também os convidados da Mesa.

Acho que esta é uma boa oportunidade para a gente abrir um debate, para a gente continuar esse debate nessa agenda tão importante que o senhor vem tratando aqui dentro do Senado Federal.

Sem dúvida, ontem houve um fato relevante para o setor de telecomunicações, que foi a aprovação de um TAC. No caso, foi o TAC da Telefônica, mas ele abre um precedente de discussões, de transformação e de multa. No caso do TAC da Telefônica, foram multas da ordem de R$1,6 ou R$1,7 bilhão e investimentos da ordem de R$4 bilhões, basicamente nessas regiões que hoje não são atendidas por banda larga. Então, isso abre um precedente, sim, de a gente trazer para o mercado e trazer para a circulação recursos importantíssimos para a evolução da banda larga no País, recursos esses que estavam parados e não eram aproveitados e apropriados pela sociedade.

Eu começo aqui...

Você pode ir para o próximo, por favor, me ajudando aí?

Esses são os números iniciais da Vivo – eu vou tentar falar um pouco de IoT, Senador, e depois um pouco de infraestrutura de banda larga. A Vivo tem aplicado, desde 1998, R$253 bilhões, e nós cobrimos 3.953 cidades hoje no Brasil. Acreditamos que esse é um investimento que viabilizou a internalização da banda larga por todo o País. Nós temos em torno de 97,6 milhões de linhas de acesso e 74 milhões de acessos móveis no Brasil. Somos a maior operadora do Brasil em telecomunicações.

O próximo, por favor.

Eu vou entrar rapidamente, por conta do tempo, Senador, na questão de IoT. Faço uma breve exposição, e depois a gente evolui para a questão da infraestrutura.

O próximo, por favor.

Nós estamos no meio de uma verdadeira revolução digital. Nós estamos falando de uma nova sociedade, uma sociedade de dados. Se no passado nós tivemos a sociedade agrícola, a sociedade industrial, a sociedade da internet, hoje nós estamos entrando numa nova era que é a era dos dados. E é dentro dessa era que a questão de IoT e a questão do *big data* se inserem.

Essa era de dados só é possível porque existe hoje uma infraestrutura de telecomunicações constituída. Nós estamos falando de hiperconectividade, do mundo mais conectado internacionalmente, barreiras menos claras e uma nova sociedade de dados, em que hoje os dados, as informações hoje são consideradas um dos principais ativos circulantes na economia moderna. Quando a gente entra para a questão de IoT propriamente dita, que é um dos motivos desta audiência pública, nós estamos falando de um mercado que surge e de um mercado que tem uma potencialidade imensa. As previsões indicam um crescimento em torno de 150%, nos próximos quatro ou cinco anos; 150% do mercado, da receita gerada. E os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

benefícios são imensos: nós estamos falando de conexão, onde tudo pode ser conectado e será conectado; nós estamos falando de rentabilização, de modelos de negócio. E isso é muito importante para o empreendedorismo e para a inovação, permitindo o surgimento de novos aplicativos e de novas formas de fazer negócio: a otimização, a automação, a conexão de carros, de cidades, de casa e de país. No limite, nós estamos falando de países inteligentes, de *smartcountries*. Estamos falando não só de máquinas, mas também de países.

Quando a gente começa a falar de máquinas... Eu vou trazer aqui alguns exemplos, mas isso pode ser ampliado e levado no limite da imaginação de qualquer um que está acompanhando esta audiência pública.

Hoje, por exemplo, a Telefônica tem um acordo com a Nestlé para conexão, através de Internet das Coisas, de meio milhão de máquinas em 120 países, permitindo uma maior otimização do gerenciamento desse negócio, dessas máquinas, um menor custo, uma maior disponibilidade de produtos para seus clientes. Esse é um exemplo singelo do que a Internet das Coisas pode trazer.

Temos outro exemplo junto à indústria automobilística: a Tesla, hoje uma das maiores empresas automobilísticas, talvez a mais valorizada, com certeza, a mais valorizada do mercado mundial, uma empresa nova, uma empresa inovadora que trabalha com carros elétricos, com carros autônomos, e nós estamos falando de navegação, de música, de acesso à internet dentro do veículo, diagnóstico do veículo, saúde do motor, carga da bateria, consumo de combustível, comportamento do motorista e da dirigibilidade desse veículo. Enfim, tudo isso tornou a Tesla a empresa mais valorizada no mercado de ações dentre todas as empresas automobilísticas, apesar de estar há pouco mais dez anos no mercado, concorrendo com indústrias tradicionais no setor automobilístico.

Então, essa é uma característica da Internet das Coisas, e uma possibilidade.

Quando a gente entra na questão dos *cases*, pegamos, por exemplo, um *case* de uma parceria que a gente tem hoje com a Prefeitura de Curitiba para automação do sistema de mobilidade urbana, permitindo maior conforto ao usuário, o acompanhamento pelo usuário dos tempos envolvidos nos trajetos, o tempo que ele vai pegar, a hora que o ônibus vai chegar aos tubos, que são essas estações que são muito características em Curitiba, aumentando a eficiência e a disponibilidade do serviço e, ao mesmo tempo, o conforto do usuário.

Então, são tecnologias que são aplicadas para a melhoria da sociedade, mas poderiam ser aplicadas para a mobilidade urbana, como existem vários projetos que a gente chama de *smartsteps*, onde você pode fazer o planejamento do transporte urbano e das vias urbanas, conhecendo melhor como a população se desloca. Existem vários projetos de que a Telefônica já participa no Brasil, trabalhando com dados anônimos, mas, sim, trabalhando com informações precisas sobre o deslocamento das populações dentro desses ambientes urbanos. Tudo isso traz um grande diferencial para as cidades e para a população que nelas vivem.

Eu acho que essa é uma forma resumida de apresentar o que pode acontecer com a Internet das Coisas, quais são os seus potenciais. Poderíamos ficar falando aqui talvez um dia inteiro sobre a potencialidade de Internet das Coisas, mas eu acho que não é o caso. Quero mostrar, dar uma pincelada na potencialidade, mas entrar nos desafios que eu acho que existem para a implementação de uma indústria de Internet das Coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há dúvida de que o Brasil se insere no começo dessa discussão mundial. E isso tudo é oportunidade para o Brasil construir um regramento que possibilite a alavancagem, o avanço da Internet das Coisas.

Quando a gente fala do avanço da Internet das Coisas, nós estamos falando também do avanço em pesquisa e desenvolvimento da Internet das Coisas. Aqui está o CPqD, instituição em que eu tive orgulho de trabalhar no passado. P&D é um nível extremamente importante para ser desenvolvido para a Internet das Coisas; o desenvolvimento de aplicativos. Então, ao falarmos de política pública, temos que falar do incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento.

Temos que falar também na questão tributária. Não dá para a gente desenvolver uma indústria de Internet das Coisas no Brasil com a taxa de Fistel que hoje existe para esses dispositivos. Isso tem que ficar muito claro, e nós temos condições de ajustar isso. Não dá para a gente pagar uma taxa de instalação de R$5. Isso vai inviabilizar o mercado de Internet das Coisas. São mercados que trabalham com taxas de transmissão, Senador, muito pequenas, com volumes de dados muito pequenos, com investimentos que são recuperados a longuíssimos prazos. E, quanto você tem uma partida para um dispositivo, e quando a gente está falando de bilhões e bilhões de dispositivos, em que tudo pode estar conectado, sem dúvida nenhuma o fator tributário, o fator da taxa é um diferencial; é uma barreira que deve ser vencida, e está na mão deste Parlamento fazer essa discussão.

Então, quando falamos dos impostos de M2M, temos que ser muito cuidadosos para não matarmos essa indústria logo na sua origem. É óbvio que, se tivermos um regime especial de tributação para esse programa,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENYLSON CAMOLESI – ... quem ganha é a sociedade, quem ganha é o Estado, porque se arrecada muito mais com o crescimento de uma nova indústria, com o surgimento de uma nova indústria.

Passando rapidamente para os desafios de banda larga, hoje eu acho que a grande discussão é como a gente vai fazer essa inversão de prioridades: a inversão da prioridade do que é hoje o sistema de voz. Todo o aparato legal brasileiro, e regulatório, está muito voltado para o sistema de voz. O que nós estamos indicando é que a voz é um produto do século XX. Todo o modelo regulatório brasileiro foi pensado no século XX para a voz. Eu acho que está no momento, e o momento é oportuno, porque é extremamente importante, não só para a Internet das Coisas, mas para o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, que a gente comece a pensar cada vez mais no serviço de banda larga, deixando as obrigações que hoje oneram muito o setor de telecomunicações, porque estão todas voltadas para a voz, e começar a falar do investimento, e reverter isso em investimento para a banda larga.

Quando a gente fala em banda larga – e, de fato, o que a Drª Flávia coloca aqui é a pura verdade –, nós temos dois mundos de banda larga no Brasil: nós temos um mundo que se parece com o primeiro mundo, de pessoas conectadas, que são as pessoas que têm mais recursos econômicos; e temos um terceiro mundo, uma quantidade imensa da população que carece muito de conexão. E, quando a gente fala isso, nós estamos falando de política pública. Não há como fazer diferente, conectar essas pessoas, sem haver uma massificação, uma política pública forte para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente acredita que a mudança do modelo vá trazer muitos benefícios para isso. Hoje nós temos médias de conexão de 3 megabits por segundo nas escolas públicas brasileiras. Apesar de termos uma alta taxa de conexão das escolas, a velocidade é baixa. Isso mudou. Isso tinha relevância há dez anos. Hoje nós precisamos ter velocidades que ultrapassem os 70 megabits.

Quando a gente olha para a população brasileira, nós vemos que temos 75 milhões de pessoas que não têm acesso à internet no País. Isso tem a ver com a questão de renda. E isso não é só no Brasil. Os Estados Unidos têm um plano de banda larga que pegou o fundo que antes foi criado para telefonia e colocou em banda larga. Hoje os Estados Unidos dão uma bolsa de conexão da ordem de US$14 bilhões para viabilizar a conexão das pessoas de baixa renda. Isso se chama política pública.

E, quando comparamos os dois universos brasileiros de banda larga, nós temos um universo, que é o das pessoas, das famílias com melhor poder aquisitivo, que está bem colocado dentro do cenário mundial de conexão e de conectividade. Agora, quando vamos para a população mais carente, para as classes D e E, que é a grande massa da população brasileira, nós vamos para outro mundo, para outra realidade de conexão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Na média, estamos mal.

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Na média estamos mal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se pegarmos um segmento da sociedade, aquilo que a própria Drª Flávia estava comentando...

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Eu só estou reforçando isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ou seja, não é bom usarmos a média, porque ela não expressa a realidade.

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Ela não explica a realidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A média seria a dos 6,4% então?

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Isso. A média é 6,4%. Mas, quando a gente pega a camada das outras populações, da população de melhor...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se pegarmos Sul e Sudeste, muda tudo.

O SR. ENYLSON CAMOLESI – No Sul e Sudeste, nós temos uma média muito melhor.

E como a gente altera isso, Senador? Não há outro jeito – a história do mundo conta, os casos mundiais contam –: é política pública. É política pública. É mais ou menos aquilo que a gente está colocando: em famílias com mais de dez salários mínimos de renda *per capita*, você tem um nível de conexão da ordem de 92%. É uma discrepância muito grande entre um e outro.

Então, essa é uma realidade do Brasil que leva, sem dúvida nenhuma, quando falamos na média, a essa realidade, que é distorcida.

Próximo, por favor.

E, aí, a gente entra no PLC 79. O PLC 79 é uma oportunidade, sim. É uma oportunidade de a gente sair daquela visão do século XX...

(*Soa a campainha*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENYLSON CAMOLESI – ... e começar a olhar o século XXI e começar a olhar banda larga. Eu acho que os Senadores têm uma responsabilidade, os políticos, o Parlamento todo do Brasil tem uma responsabilidade muito grande em fazer evoluir essa discussão.

Nós queremos a migração da concessão de voz para autorização; a manutenção de obrigação de voz em áreas não competitivas – ninguém vai perder as obrigações de voz –; as desonerações revertidas em compromissos em investimento em banda larga, tudo aquilo que pesava sobre a voz no Brasil, o STFC, revertido em investimento em banda larga.

Queremos a banda larga como foco de política pública; a ampliação do acesso de banda larga nas regiões menos competitivas, como é o caso do Acre. O Acre, com certeza, precisa de política pública de banda larga para a gente chegar àquelas cidades menos providas, como o senhor disse aqui, para onde se demora às vezes cinco dias de barco ou cinco horas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dias.

O SR. ENYLSON CAMOLESI – Cinco dias de barco para se chegar. Para isso você tem que ter política pública forte. Foi assim em outros países do mundo e deve ser assim também no Brasil.

Sugerimos o aumento da conectividade nas escolas para a ordem de 100 megabits por segundo. Sem dúvida nenhuma, o estudante brasileiro merece isso. Essa geração já é nativa digital, mas não tem uma infraestrutura na escola que dê conta disso. E o PLC 79 é uma grande oportunidade para que resolvamos esse *gap* dentro da sociedade brasileira.

O próximo, por favor.

De uma forma geral, eu queria concluir, então, Senador, agradecendo o espaço. Acho que o trabalho que o senhor vem desenvolvimento aqui, de promover essa discussão, é extremamente importante.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço ao Enylson, que fala aqui um posicionamento da Telefônica Vivo, e passo imediatamente para o Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

De fato, estou com um problema gravíssimo, que é a situação nossa de Plenário, e peço, mais uma vez, se possível... Por mais importância que tenha este tema, nós não podíamos prever a situação que estamos vivendo hoje aqui no Senado.

Eu passo, então, a palavra ao Sr. Artur Coimbra para que ele faça a sua explanação, se possível colaborando com objetividade por conta da escassez de tempo.

O SR. ARTUR COIMBRA – Obrigado, Senador Jorge Viana. Parabenizo V. Exª pela iniciativa de realização desta audiência pública e cumprimento os demais Senadores desta Casa, meus colegas da Mesa e a todos que comparecem aqui nesta audiência presencial remotamente.

Vou me esforçar para ficar dentro dos dez minutos, sabendo que a pressa é inimiga da perfeição.

O novo Plano de Banda Larga que está sendo desenvolvido e que vem sendo chamado comumente de Plano Nacional de Conectividade, na verdade, está dentro de um contexto de uma revisão maior das políticas públicas setoriais de telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem três decretos que regem essas políticas públicas: um decreto de 2003, um de 2010 e um de 2016. Eles são dispersos, às vezes se contradizem pontualmente, e o objetivo é transformar, orientar de maneira consolidada todas as políticas de telecomunicações do Poder Executivo para a banda larga.

Hoje nós temos o decreto de 2003, que foca em telefonia fixa, que é um serviço que praticamente está em declínio – muita coisa não é mais relevante –, e vamos consolidar as demais iniciativas acrescentando novos elementos, de forma que a nova minuta de decreto, que vai à consulta pública provavelmente na primeira quinzena de outubro, traz objetivos gerais, objetivos focados em serviços de telecomunicações, objetivos para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações e uma série de diretrizes para políticas públicas: para as políticas de inclusão digital, para as atividades da Anatel, para cidades inteligentes e aquilo que eu considero o coração desse decreto, que são as diretrizes para aplicação de recursos públicos na implantação de infraestrutura de banda larga.

Então, o que esse decreto faz, nesse aspecto de diretrizes de investimento, é reunir todas as iniciativas regulatórias dispersas que existem: termos de ajustamento de conduta; outorgas onerosas de autorização de uso de radiofrequência; em sendo o PLC 79 aprovado e sancionado, todos os investimentos que dali decorrerão. Todas essas iniciativas passam a ser orientadas por um conjunto de critérios, por um conjunto de objetivos que destina esses recursos às seguintes prioridades: em primeiro lugar, redes de transporte de alta capacidade, como já foi ressaltado pelos participantes que já falaram desta Mesa; redes de acesso em banda larga móvel; e redes acesso em banda larga fixa.

Em relação à rede de transportes de alta capacidade, que significa *backbone* e *backhaul* de alta capacidade chegando a cidades em que ainda não estão, essa ação é muito importante porque tem um efeito de transbordamento considerável no acesso à internet de banda larga. Quando a gente compara, por Região do Brasil, aqueles Municípios que têm um *backhaul* de fibra ótica e aqueles Municípios que não têm um *backhaul* de fibra ótica, a gente vê que aqueles Municípios que têm um *backhaul* de fibra ótica têm uma densidade média de acesso à internet de banda larga seis ou sete vezes maior do que os outros que não têm fibra ótica.

Então, existe esse efeito indutor da rede de transporte, e a gente quer fazer uso desse efeito. Por isso, a gente prioriza essa rede, que é uma rede estruturante para qualquer outra rede de acesso que se faça. E esse *backhaul* de fibra ótica também tem impacto positivo nos acessos à banda larga móvel 3G e 4G. A gente verifica, pela análise das áreas de registro fixadas pela Anatel, que aquelas com maior proporção de população cobertas por *backhaul* de fibra ótica também são aquelas com maior densidade de acesso de banda larga móvel. Por isso, essa ação é tão importante.

Em segundo lugar vem a expansão da própria banda larga móvel do 3G, do 4G e, futuramente, do 5G para vilas, aglomerados rurais e rodovias federais com, no mínimo, tecnologia 3G, mas, se possível, tecnologias superiores, e para todas as cidades brasileiras, inclusive aquelas que tenham menos de 30 mil habitantes, que atualmente não são abrangidas pelas obrigações de cobertura da Anatel, também o atendimento dessas cidades com 4G.

Há uma demanda muito grande, e o Congresso Nacional representa muito essa demanda, por meio de contato com uma série de distritos não sede, que não têm cobertura 3G ou 4G. Existem 2.209 Municípios não sede no Brasil, quase a metade, que não possuem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobertura de banda larga móvel, e também as rodovias federais, em que, embora três quartos dos trechos das rodovias federais estejam cobertos com telefonia móvel, não necessariamente é a mesma operadora que cobre todos esses trechos, e frequentemente essa cobertura é só de 2G. Se a gente consegue colocar uma rede de 3G ou 4G para cobrir as rodovias, a gente consegue dar uma contribuição muito grande para o aumento da eficiência da logística brasileira por meio de coisas que já foram faladas, como a Internet das Coisas e outras iniciativas que podem, então, fazer uso dessa rede de aplicações voltadas para o transporte de mercadorias e de pessoas.

E há também uma orientação forte para expansão de redes de banda larga fixa, banda larga cabeada por fibra ótica, redes baseadas em fibra ótica, focada aí em setores censitários sem oferta de acesso à internet por meio desse tipo de infraestrutura. A gente fez o levantamento em 2014 e conseguiu extrair desse levantamento que, falando apenas de cobertura, não falando de acesso efetivo domiciliar, mas de cobertura, de quais domicílios estão cobertos ou não por tecnologias de banda larga fixa, a gente constatou que cerca de 45% dos domicílios brasileiros não eram cobertos em 2014 por redes capazes de entregar 10 megabits por segundo, o que é uma capacidade mínima; seria o mínimo recomendável para assistir a vídeos em alta definição e uma série de aplicações baseadas em tráfegos mais robustos.

Quando a gente avalia quais domicílios têm ou não têm acesso a redes mais velozes, de 30 mega, a gente vê que 60% dos domicílios brasileiros não são cobertos por redes capazes de entregar 30Mbps. Então, isso é algo que tem que ser superado. A gente tem que orientar mais investimentos nessa área, sobretudo focados naquelas áreas mais periféricas de grandes cidades, regiões metropolitanas, que é onde existe mais gente, e mais gente desconectada a princípio.

E todas essas diretrizes e investimentos acontecem da seguinte forma: o decreto fixa as diretrizes, e o objetivo é que o Ministério da Ciência e Tecnologia fixe metas numéricas específicas para cada uma dessas iniciativas; a partir daí, de todas essas diretrizes e metas, a Anatel, por meio dos seus atos regulatórios, vai orientando esses investimentos e priorizando sempre os lugares com maior população potencialmente beneficiada dentre aqueles lugares ainda não atendidos. É importante deixar isso muito claro, porque geralmente as pessoas leem isso e acham que a gente está beneficiando só as grandes cidades onde já há abundância de infraestrutura. Não é isso; o objetivo é levar a infraestrutura para cidades que não têm, para áreas que não têm infraestrutura. Dentre essas cidades que não têm, a gente prioriza aquelas que têm mais gente – dentre essas que não têm. E por que a gente prioriza por mais gente? Além disso, há outros critérios que a Anatel pode usar: localidades que são relevantes para outras políticas públicas federais, localidades em que haja presença relevante de provedores regionais de acesso à internet banda larga; há uma série de outros critérios que a Anatel pode usar.

Esse critério de focar na maior população potencialmente beneficiada advém de um estudo desenvolvido pelo Ipea, que mostra que esse é o critério que consegue *vis-à-vis* outros critérios. Por exemplo, o Ipea rodou modelos baseados nos critérios do IDH, IDHM. Então, vamos priorizar as cidades com pior IDH; é um critério. Você pode priorizar as cidades com maior população; é outro critério. Você pode priorizar as cidades...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR COIMBRA – ... com a maior população potencialmente beneficiada por essas iniciativas, ou seja, aquela que provavelmente vai ser coberta, vai utilizar o serviço.

O Ipea rodou esses critérios e constatou que, utilizando o critério de maior população potencialmente beneficiada, esse é o critério que permite não só atingir a maior população, a maior quantidade de gente, com o mesmo investimento, mas é o critério que permite atingir a maior quantidade de população pobre, a maior quantidade de população extremamente pobre também, e a maior quantidade de jovens, população até 20 anos, além de outros efeitos positivos. Então, é um critério que... Além, ainda, de contribuir para a redução das desigualdades regionais – e esse é o meu último eslaide, que mostra o impacto da aplicação desses critérios na rede de transportes.

Então, em termos de priorizações, o mapa da esquerda, com base no Município; o mapa da direita com base em microrregiões – mas os mapas são parecidos. Quanto mais escuro, mais prioritário; quanto mais claro, menos prioritário. Então, a gente vê que cidades no Norte e Nordeste são muito beneficiadas pela aplicação desses critérios, em oposição às cidades da Região Sudeste, da Região Sul e parte da Região Centro-Oeste.

Eu fico por aqui, falando de tudo o que a gente vem fazendo e justificando também as iniciativas que a gente vai colocar em consulta pública no começo do mês que vem.

Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço ao Dr. Artur Coimbra.

Temos, agora, um problema mais grave ainda, porque está vindo uma determinação do Plenário, do Presidente, para que eu encerre esta audiência pública. Eu passaria para um brevíssimo, então, comentário, porque eu não posso também desobedecer. Neste País todo o mundo desobedece a tudo e até nem leva em conta a própria lei, o Estado democrático de direito, muito menos a Constituição, mas eu não quero incorrer também nessa falha. Pedindo mil desculpas, eu pediria um brevíssimo comentário, se possível, dos dois convidados, porque eu não vou ser deselegante de não permitir que haja esses comentários.

Então, por gentileza, Dr. Guilherme de Paula Corrêa.

O SR. GUILHERME DE PAULA CORRÊA – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dr. Guilherme de Paula, Analista de Infraestrutura do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. GUILHERME DE PAULA CORRÊA – Obrigado.

Bom dia a todos.

Eu estou aqui e vou falar bem rapidamente atendendo o pedido do Senador Jorge Viana. Eu estou representando o Secretário Maximiliano Martinhão, da Secretaria de Política de Informática.

Vou passar, vou colocar só uns dois ou três eslaides relevantes.

Eu estou aqui para falar do Plano de Internet das Coisas.

O Plano de Internet das Coisas, a gente tem trabalhado com ele desde janeiro desse ano. É uma parceria que o MCTIC fez com o BNDES, e, por meio da Câmara IoT, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara que se reúne bimestralmente, trimestralmente, e que foi criada por meio de um decreto, a gente tem se reunido com todos os membros da Câmara para desenvolver essa política pública que a gente está chamando de Plano Nacional de Internet das Coisas.

Essa Câmara tem hoje mais de 50 instituições – vou passar muito rapidamente –, e o plano, a ideia é que, diante desse acordo de cooperação feito com o BNDES, a gente lance, na semana que vem, na Futurecom, um evento que vai haver em São Paulo... Ele vai ser lançado pelo Secretário Maximiliano Martinhão, e a gente vai ter, lá, um plano de ação, uma série de iniciativas, uma série de ações dentro de quatro áreas que foram priorizadas, que são essas quatro – e eu vou encerrar com esse eslaide aqui, pela urgência. De inicialmente dez ambientes, a gente passou a ter quatro ambientes após toda uma metodologia do pessoal da McKinsey, que são os ambientes que já foram citados aqui: cidade, saúde, rural, fábricas/indústrias.

Então, assim, eu fico à disposição. Realmente, a gente não tem tempo aqui para explorar melhor o assunto, que é bem importante, mas eu fico à disposição de todos aqui para esclarecer eventuais dúvidas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço muitíssimo, mais uma vez, pedindo desculpas, mas a exposição de V. Sª vai ficar como parte dos *Anais* aqui, também, pode ser consultada. Eu mesmo vou consultá-la na elaboração do meu relatório. Quero dizer a todos que nos acompanham que isso acontecerá também.

E eu passo imediatamente ao Dr. Alberto Paradisi, para que, de novo, faça algum comentário, para cumprirmos essa formalidade, tendo em vista a situação que nós temos, do pedido do Presidente para que as Comissões parem de funcionar e que o debate, a discussão do Senado fique exclusivamente no Plenário da Casa.

O SR. ALBERTO PARADISI – Bom dia. Agradeço pela oportunidade. Fiquei muito feliz pelo convite e muito triste por não poder expor as minhas opiniões. Então, não vou passar nenhum eslaide aqui, mas espero ter outra oportunidade, talvez, não numa audiência pública.

Mas eu queria colocar algumas assertivas que estão anotadas aqui e que eu posso colocar à disposição. Primeiro, eu não consigo apartar o tema Conectividade do tema Digitalização e do tema Inovação. Ou seja, as coisas têm de ser vistas num conjunto.

Hoje a estratégia digital para o País, Brasil, não pode prescindir de uma estratégia de banda larga fixa. Eu tenho ouvido muito dizerem o seguinte: "Vamos resolver o problema da banda larga móvel somente!" Eu tenho visto isso acontecer na África. Mas eu acho que o Brasil tem mais ambição e tem que resolver o seu problema de banda larga fixa e móvel.

A estratégia atual de banda larga fixa aponta deficiências bastante claras. Eu não vou ter tempo aqui de me aprofundar nos números. Mas com a taxa atual de crescimento da banda larga fixa, nos parâmetros que se tem colocado internacionalmente do que é banda larga fixa e o que não é, o Brasil vai levar de 30 a 40 anos para incluir a sua população – eu não digo toda, mas de 80% a 90%. Então, nós temos tempo para aguardar 40 anos para isso?

Como avançar? Como a gente pode avançar? Primeiro, reconhecendo o problema. A gente mistura muito acesso à internet, acesso à banda larga. Não! Nós temos que reconhecer o problema, mobilizar todo mundo e pensar fora da caixa. Eu sou uma pessoa de inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente continuar pensando dentro da caixa, vai levar de 30 a 40 anos para resolver o problema.

Compartilhamento é uma ação coordenada público-privada e tem que estar na pauta da prioridade.

Quero fazer uma afirmação aqui. Eu sou um cara de tecnologia. A única tecnologia de futuro é a fibra ótica. Em 1993, se fazia demonstração aqui em Brasília de tecnologia de acesso – 20 anos atrás –, e para os próximos 20 anos isso vai permanecer. Então, se o Brasil quiser resolver o seu problema com um investimento de longo prazo tem que investir em tecnologia de fibra ótica. O metro de fibra ótica hoje custa menos do que aquele parzinho vagabundo de cobre da telefonia. Então, eu acho que isso é mais do que uma recomendação; é uma esperança.

Deixar que o setor privado resolva o problema? Se resolver, vamos levar 30, 40 anos para termos um Brasil realmente conectado.

Eu, como cidadão e como representante da organização CPqD, tenho várias ideias e gostaria de um dia ter a oportunidade de ser ouvido.

É só isso.

Obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço ao Dr. Alberto Paradise, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD).

Gostaria de cumprimentar todos os nossos convidados, cumprimentar todos que nos acompanharam nesta audiência.

Tendo em vista as circunstâncias atípicas na Casa, eu declaro, mesmo havendo muito a tratar... Normalmente eu encerro assim: "não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião". Mesmo havendo muito a tratar nesta audiência pública, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Gladson Cameli, Lídice da Mata e Pedro Chaves. Comparecem os Senadores Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores membros Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018 (PL n.º 20/2017-CN), que "Dispõe sobre a Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências". Neste momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária nesta Comissão. Prosseguindo, são analisadas e aprovadas 4 (quatro) emendas de apropriação ao PL nº 20/2017 - CN: **Emenda n.º 01:** Proposta n° 30, da Senadora Gleisi Hoffmann, que contempla o objeto das propostas nos 5, 7, 10, 13, 27, 34, 39, 55, 60, 80, 91 e 113, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lídice da Mata, Otto Alencar, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Waldemir Moka, relativa ao programa 2058 e à ação 14T7: "Tecnologia Nuclear da Marinha", para o Ministério da Defesa – Comando da Marinha, no valor de R$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) **Emenda n.º 02**: Proposta n° 83, do Senador Hélio José, que contempla o objeto das propostas nos 3, 6, 21, 22, 23, 31, 35, 38, 43, 64, 84, 92 e 96, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Lídice da Mata, Otto Alencar, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Waldemir Moka, relativa ao programa 2021 e à ação 20V8: "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) **Emenda n.º 03:** Proposta nº 12, do Senador Jorge Viana, que contempla o objeto das propostas nos 1, 9, 15, 28, 29, 32, 33, 41, 63, 81, 87, 93, 115, 117, 118 e 119, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Lídice da Mata, Otto Alencar, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Regina Souza, Valdir Raupp e Waldemir Moka, relativa ao programa 2056 e à ação 20VC: "Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Agência Espacial Brasileira, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de reais); e **Emenda n.º 04:** Proposta nº 86, do Senador Waldemir Moka, que contempla o objeto das propostas nos 2, 24, 25, 26 e 37, dos Senadores Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp, relativa ao programa 2021 e à ação 6702: "Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$ 20.526.187,00 (vinte milhões quinhentos e vinte e seis mil cento e oitenta e sete reais). Findas a discussão e a deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 20/2017 - CN, o Senhor Presidente submete ao Colegiado a dispensa da leitura da presente ata, que é dada como aprovada, e determina que as notas taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos.

Senador João Alberto Souza

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Quero parabenizar o Senador Moka pelo seu aniversário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Hoje é um dia de alegria para o Senado Federal pelo aniversário desse grande Senador, desse grande amigo, desse homem lutador e competente que é o Senador Moka. Esta Casa se sente muito feliz com a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 119 emendas, tendo sido designado como Relator das proposições o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra para leitura do relatório. (*Pausa.*)

O Senador não está presente, mas está a caminho. Temos quórum de dois Senadores. Vamos esperar mais um pouco a chegada do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Eu suspendo a reunião por 10 minutos até a chegada do Senador Flexa Ribeiro.

(*Suspensa às 14 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 45 minutos.*)

(*Continua suspensa a reunião.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está reaberta a sessão.

A presente reunião destina-se à discussão e aprovação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 20/2017, que dispõe sobre a Lei orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 119 emendas, tendo sido designado Relator das proposições o Senador Flexa Ribeiro, ao qual concedo a palavra para a leitura do relatório.

Há entendimentos, e nós vamos aos finalmentes.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador João Alberto, Srs. Senadores, é uma tarefa mais do que difícil filtrar três emendas numa centena delas, e todas elas importantes para a ciência e a tecnologia.

Mas vamos ao relatório.

Nos termos do art. 66, da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, encaminhado pela Mensagem nº 324, de 31 e agosto de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Conforme estatui aludida resolução, especialmente aos arts. 43 a 45, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática reúne-se para deliberar a respeito das propostas das quais resultarão emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLOA 2018), na condição de autora de emendas coletivas.

À CCT compete apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento, de interesse nacional, desde que a programação resultante esteja direta e materialmente relacionada com as competências da Comissão. Nos termos da Resolução n° 1/2006-CN, emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

recursos. Emendas de apropriação, por seu turno, têm como fonte a reserva de recursos prevista no art. 56 da referendada Resolução.

Não há limitação para emendas de texto.

Nesses termos, encontram-se sob a análise deste colegiado 119 propostas de emendas, todas de apropriação, conforme anexo.

É o relatório, Sr. Presidente.

Análise

As propostas apresentadas, de indubitável mérito, contemplam programação orçamentária variada e abrigadas pelas competências regimentais da Comissão, especialmente dispostas no art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Dentre aquelas admitidas conforme requisitos técnicos e regimentais sob apuração, e diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar um conjunto de ações que abrigasse o mais amplo apoio parlamentar para as políticas de ciência, tecnologia e inovação, convergindo interesses legítimos no fortalecimento de iniciativas do Executivo materialmente vinculadas com as atribuições da Comissão. Ademais, prestigiamos três distintas unidades orçamentárias, de dois órgãos diferentes.

O voto.

Considerados, pois, os critérios de admissibilidade dispostos aos arts. 43 a 45 da Resolução n° 1/2006-CN e em demais normas de Direito Financeiro, tendo em vista as competências regimentais da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, manifestamo-nos por que esta Comissão apresente quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei n° 20, de 2017-CN, na seguinte forma:

1. Proposta n° 30, da Senadora Gleisi Hoffmann, que contempla o objeto das Propostas nºs 5, 7, 10, 13, 27, 34, 39, 55, 60, 80, 91 e 113, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lídice da Mata, Otto Alencar, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Waldemir Moka, relativa ao Programa 2058 e à Ação 14T7: – aspas – "Tecnologia Nuclear da Marinha" – fecho aspas –. Para o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa, no valor de R$17 milhões.

2. Proposta nº 83, do Senador Hélio José, que contempla o objeto das Propostas nºs 3, 6, 21, 22, 23, 31, 35, 38, 43, 64, 84, 92 e 96, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Lídice da Mata, Otto Alencar, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Waldemir Moka, relativa ao Programa 2021 e à Ação 20V8, aspas: "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$200 milhões.

3. Proposta nº 12, do Senador Jorge Viana, que contempla o objeto das Propostas nºs 1, 9, 15, 28, 29, 32, 33, 41, 63, 81, 87, 93, 115, 117, 118 e 119, dos Senadores Acir Gurgacz, Airton Sandoval, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Gladson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cameli, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Jorge Viana, Lídice da Mata, Otto Alencar, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Regina Souza e Valdir Raupp, relativa ao Programa 2021 e à Ação 20VC: – aspas – "Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites com a Infraestrutura Associada" – fecho aspas –, para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Agência Espacial Brasileira, no valor de R$200 milhões.

4. Proposta nº 86, do Senador Waldemir Moka, que contempla o objeto das Propostas nºs 2, 24, 25, 26 e 37, dos Senadores Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp, relativa ao Programa 2021 e à Ação 6702: – aspas – "Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação"– fecho aspas – para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$20.526.187.

Relembramos à Comissão que as emendas devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Fica autorizada a Secretaria da CCT a promover os devidos ajustes necessários ao envio das emendas à CMO.

Plenário da Comissão, em 10 de outubro de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Nós buscamos, Srs. Senadores, atender exatamente esses programas que são importantes para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e também aqueles programas que foram, através de emendas, mais solicitados pelos Senadores. Então, aqueles programas que tiveram um maior número de emendas, nós atendemos no relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu não quero fazer discussão, apenas e tão somente elogiar o trabalho do Relator, Senador Flexa Ribeiro, pelo critério adotado. O Senador realmente, além de programas em que tem interesse o Ministério de Ciência e Tecnologia, fez questão de elencar as emendas que o maior número de Senadores indicaram, quer dizer, o maior número de convergências. E esse, na minha avaliação, é, sem dúvida nenhuma, o critério mais democrático. Você pega três emendas, mas essas três, quatro emendas praticamente têm a participação de todos os Senadores desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu queria cumprimentar o Presidente, o Senador João Alberto Souza, mas queria parabenizar esse trabalho muito criterioso do Senador Flexa Ribeiro, o Relator aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Com licença, Senadores, por apenas dois minutos, que eu vou reabrir; haverá uma deliberativa.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, suspensa às 14 horas e 36 minutos, reaberta às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lídice da Mata e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 16, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 30/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 14, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Rádio Guarujá Ltda., no Município de Belém, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 44, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 3 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2017, a transferência direta da concessão outorgada originariamente à TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do OFS nº 44, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - AVISO Nº 24, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão n° 1469/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relatado pelo Ministro BENJAMIM ZIMLER, referente ao Relatório de Auditoria de Natureza Operacional - Avaliação do uso de tecnologias digitais como parte da estratégia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modernização governamental (TC 010.638/2016-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e por seu encaminhamento para conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado, considerando a consulta pública aberta sobre a reformulação do portal do Senado Federal na internet. **Resultado:** Aprovado o relatório, pelo conhecimento da matéria e por seu encaminhamento para conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado, considerando a consulta pública aberta sobre a reformulação do portal do Senado Federal na internet. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32 de 2017** que: "REQUEIRO, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema “Tendências, desafios e obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial”." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Feita a leitura do requerimento, fica adiada a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Alberto Souza

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está aberta a reunião.

Srs. Senadores, nós não temos número para votar os itens terminativos. Nós vamos fazer o seguinte: os itens não terminativos, cujos Relatores estiverem presentes, nós vamos ler.

Então, vamos ver.

Item 1, o Relator não está presente; item 2, Relator não está presente; item 3, o Relator está presente.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para relatar o item 3.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Questão de ordem, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Queria apresentar o Requerimento nº 32, de 2017.

> Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema “Tendências, desafios e obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial”.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> - Senhor Alberto Paradisi, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD);
> - Senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL);
> - Senhora Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE);
> - Senhor Demi Getschko, Membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br);
> - Senhor Basílio Perez, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT);
> Justificação
> A Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B ao RISF, estabelece procedimentos para avaliação sistemática, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissões permanentes desta Casa, das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) selecionou, para exercício de 2017, a avaliação dos programas e ações relacionados com os serviços de internet em banda larga.

O presente requerimento tem por objetivo dar continuidade à execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito da CCT, em 19 de abril deste ano.

Nesse sentido, propomos a realização de uma audiência pública para debater o importante tema dos desafios e obstáculos relacionados com a implantação das tecnologias que irão conformar o futuro da nossa sociedade: Internet 5G, Internet das Coisas e Inteligência Artificial.

Para tanto, peço aos Nobres Senadores membros desta Comissão a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões.

Senador Pedro Chaves, *ad hoc*.

Senador Jorge Viana - PT/AC

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, por gentileza, eu gostaria de que o requerimento chegasse à mesa.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Para a assessoria receber.

Eu vou dar presença aqui mesmo, enquanto o Senador Flexa Ribeiro lê o relatório do item 3.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas o requerimento não está aprovado. Ele veio à mesa ainda...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – ... para ser discutido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ao final.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ao final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Exª com a palavra. Enquanto isso, eu dou a presença aqui mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Por um minuto, e o Flexa Ribeiro lê o relatório e assume a Presidência.

(Matéria não lida:

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 16, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 30/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 14, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Rádio Guarujá Ltda., no Município de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05 e 04/10/2017.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Trata-se do item 3 da pauta de hoje, comunicação de alteração de controle societário de empresa jornalística e de radiodifusão – CAC nº 30, de 2017, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 16, de 201, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Rádio Guajará Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belém.

Vamos à análise.

A Nota Informativa nº 2.563/2017/SEI, do Ministério de Ciência e Tecnologia, elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do MCTIC, informa que o ato de outorga da Rádio Guajará Ltda. foi publicado em 19 de janeiro de 1965 e que a última alteração do controle societário foi autorizada pelo Decreto de 26 de dezembro de 2016. Da mesma forma, encaminha cópia da documentação pertinente que apresenta os números de registro nos cadastros oficiais de pessoa física dos sócios e que comprova a nacionalidade brasileira dos mesmos.

Assim, a demanda formulada por esta Casa restou plenamente atendida.

O voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo conhecimento e pelo subsequente arquivamento do Ofício "S" nº 16, de 2017, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Rádio Guajará Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belém, Estado do Pará.

Presidente, esse é o voto.

A Rádio Guajará é uma rádio há mais de 50 anos instalada em Belém, de grande serviço de comunicação para a sociedade como um todo.

Então, o voto é pelo conhecimento e arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Item 4, o Relator não está presente.

Item 05.

(Matéria não lida:

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AVISO Nº 24, de 2017
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1469/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relatado pelo Ministro BENJAMIM ZIMLER, referente ao Relatório de Auditoria de Natureza Operacional - Avaliação do uso de tecnologias digitais como parte da estratégia de modernização governamental (TC 010.638/2016-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e por seu encaminhamento para conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado, considerando a consulta pública aberta sobre a reformulação do portal do Senado Federal na internet.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 04/10/2017.)

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Relatório.

Encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Aviso nº 24, de 2017 (Aviso nº 518-Seses-TCU-Plenário, de 13 de julho de 2017, na origem), que encaminha o Acórdão nº 1.469/2017-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, referente ao Relatório de Auditoria de Natureza Operacional –- Avaliação do uso de tecnologias digitais como parte da estratégia de modernização governamental.

O relatório concluiu que existem problemas relacionados ao planejamento e à adoção de ações coordenadas com o intento de fomentar serviços públicos digitais.

Diante das constatações, o documento conclui que devem ser adotadas medidas estruturantes destinadas a viabilizar, a fomentar e a coordenar a prestação de serviços digitais aos cidadãos.

No Acórdão nº 1.469/2017-TCU-Plenário, a Corte de Contas elabora uma série de recomendações, inclusive a seguinte, especificamente dirigida ao Poder Legislativo:

> 9.4. recomendar à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avaliem a oportunidade e a conveniência de se elaborar, atualizar e publicar, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, princípios da eficiência e da publicidade, catálogo dos seus serviços públicos oferecidos diretamente à sociedade;

Análise.

Como se pode verificar, o portal do Senado Federal na internet já disponibiliza uma série de serviços diretamente à população, com destaque para aqueles relacionados com a iniciativa e-Cidadania. Apesar disso, em princípio, nada impede que se verifique se as informações publicadas estão atualizadas.

Ademais, constata-se que está em andamento iniciativa para renovar o conteúdo e a aparência do referido portal na internet.

Dessa maneira, a recomendação do TCU chega ao Senado em momento oportuno, em que já se realiza reformulação a reformulação geral do sítio da instituição na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A recomendação da Corte de Contas, portanto, pode ser tomada como contribuição para o aperfeiçoamento desse portal de acesso, nos termos da consulta pública aberta.

Voto do Relator.

Em face do exposto, opinamos pelo conhecimento da matéria e por seu encaminhamento para conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado, considerando a consulta pública aberta sobre reformulação do portal do Senado Federal na internet.

Sala da Comissões, 13 de setembro de 2017.

Relator Pedro Chaves.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT pelo conhecimento da matéria e por seu encaminhamento para conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado.

Temos outros itens agora. Conversando com o Senador Flexa Ribeiro, ele acha que, mesmo não sendo não terminativo sem os relatores presentes, poderíamos nomear relatores *ad hoc*.

E também temos esse requerimento do Senador Jorge Viana, lido pelo Senador Pedro. Eu não sei... Esse requerimento é muito profundo. Não sei se nós leríamos esse requerimento hoje ou se deixaríamos ter melhor quórum para discutir esse requerimento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Deixo a critério da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O que os Senadores acham?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está lido e seria discutido na próxima...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Porque outros Senadores querem discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª tem toda razão, Presidente, quando diz que esta audiência é importantíssima, porque é uma nova geração do celular, 5G. E eu queria fazer uma observação. Eu não sei se entre os convidados – eu não vi – está o Presidente da Anatel.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Poderia incluir mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu gostaria de incluir o Presidente da Anatel na audiência pública, o Dr. Juarez Quadros, porque nós vamos discutir, Senador Pedro Chaves, Senador Moka... O Senador Airton Sandoval é de São Paulo e não tem esses problemas lá, porque a distância de um Município para outro é mínima, mas, no Maranhão, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, no Pará, a gente fica festejando. No 3G, a terceira geração, definiu-se que tinha que colocar sinal de celular na sede dos Municípios. Tudo bem. E o 4G tem que ser na sede do Município até 30 quilômetros em linha reta da sede do Município. Só que 30 quilômetros no Pará é fundo de quintal. Então, não atinge ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós temos, Senador João Alberto, deixar de legislar como se o Brasil fosse um único. A gente fica legislando aqui 30 quilômetros para São Paulo, e o Senador Airton pode dizer que passa um, dois Municípios. Em Sergipe, acho que passa por três, quatro Municípios também. Agora, no Pará, só para dar um detalhe, usado em todas as audiências, no Município de Altamira, que é o maior Município do mundo, a sede do Município até distrito de Castelo dos Sonhos dista 1.100 quilômetros. Então, aí não tem como chegar com sinal de celular desse jeito.

Mas a gente tem que ter alguma diferença. E eu gostaria de discutir isso no 5G, para a gente também colocar a nossa Região, a Amazônia, e o Centro-Oeste dentro do benefício que todos nós buscamos.

Hoje, quando se vai aos Município do interior, e acho que acontece com todos os Senadores, eles buscam saúde, educação e telefonia móvel.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Telefonia móvel passando na frente da saúde, porque ele diz que, com a telefonia podem chegar a um atendimento na saúde.

Então, é impressionante isso.

Nós temos que agilizar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O requerimento fica adiado para ser discutido na próxima sessão.

(É a seguinte a matéria adiada:

EXTRAPAUTA
ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32, de 2017
- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema "Tendências, desafios e obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial".

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O 6 é meu, não?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há itens não terminativos cujos Relatores não estão presentes. Inclusive alguns disseram que estavam vindo, mas não vieram. Gostariam de ler? Não sei se encerraríamos a reunião e deixaríamos para a próxima reunião.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O próximo é o meu. Se eu puder ler.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Exª já leu.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O 6 é o meu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Já foi lido.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E já foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Não, há mais um.
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não terminativo.
O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Há mais um.
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Nós encerraríamos a sessão...
O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É terminativo.
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, José Pimentel, Lídice da Mata, Paulo Paim, Vicentinho Alves, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 44, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 3 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2017, a transferência direta da concessão outorgada originariamente à TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do OFS nº 44, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do OFS n.º 44, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32 de 2017** que: "REQUEIRO, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema “Tendências, desafios e obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Artificial”." **Autoria:** Senador Jorge Viana, Senador Pedro Chaves e Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelos Senadores Pedro Chaves e Otto Alencar. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número legal, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Temos à mesa um requerimento que subscrevo que já foi lido, do Senador Jorge Viana.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema "Tendências, desafios e obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial".

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/10/2017.

Releio:

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
- Senhor Alberto Paradisi, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD);
- Senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL);
- Senhora Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE);
- Senhor Demi Getschko, Membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br);
– Senhor Basílio Perez, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Peço ao nobre Senador Waldemir Moka que possa – nós temos aqui ainda dois projetos não terminativos, portanto, podemos votar – ler o relatório *ad hoc* do item 2, PLS 257, de 2017.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 04/10 e 10/10/2017;

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Relator é o Senador Valdir Raupp, que se encontra em outra audiência pública.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 257, de 2017, de autoria do Senador Magno Malta. A proposição visa a alterar a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), para determinar a divulgação de informações para a prevenção do uso indevido de drogas.

Em seu art. 2º, o projeto estabelece a inclusão do art. 19-A na Lei nº 11.343, de 2006, estabelecendo que o Poder Executivo Federal divulgará informações para a prevenção do uso indevido de drogas por meio de publicidade de utilidade pública, com inserções veiculadas nos intervalos da programação das emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, diariamente, por no mínimo cinco minutos, no período compreendido entre as oito e as vinte horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seu art. 3º, o projeto determina o prazo de noventa dias para sua entrada em vigência, caso convertido em lei.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Após tramitar nesta Comissão, a matéria seguirá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para deliberação terminativa.

Sr. Presidente, segundo a análise, o projeto não tem nenhum vício de constitucionalidade. É uma iniciativa do Poder Legislativo. Enfim, não há óbice que impeça a sua tramitação.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2017.

O relatório é do Senador Valdir Raupp e eu apenas faço a leitura do Relator Valdir Raupp, que se encontra presidindo uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nenhum Senador ou Senadora, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço ao nobre Senador Waldemir Moka que assuma a Presidência, para que eu possa relatar o item 3, o Ofício "S" nº 44, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Item 3.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 44, de 2017

- Não terminativo -

Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 3 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2017, a transferência direta da concessão outorgada originariamente à TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do OFS nº 44, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 04/10 e 10/10/2017.

Assumindo a Presidência, passo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

É sobre o controle societário da Empresa Jornalística e de Radiodifusão, CAC nº 39, de 2017, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 44, de 2017 (OFC nº 112, de 2017, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência direta da concessão outorgada originalmente à TV Nova Conexão para a TV FB – Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão, entre outras atribuições, examinar questões dessa natureza.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens...

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas à Pasta responsável – no caso o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicações –, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao requerimento correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 44, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência direta da concessão de que trata o Oficio "S" nº 44, de 2017:
> I – data de publicação do ato da outorga do serviço de radiodifusão transferida;
> II – data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;
> III – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;
> IV – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;
> V – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É importante que a gente possa exatamente fazer o comentário, porque às vezes as pessoas que estão nos ouvindo e nos assistindo não entendem, principalmente quando se trata de projeto de outorga de rádios, enfim, radiodifusão, que é preciso que venha uma série de informações. E no projeto presente o Senador Otto Alencar percebeu que existem várias informações que não vieram. Daí o requerimento ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no sentido de que venham para esta Comissão todas as informações. Até lá o projeto se encontra sobrestado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o presente relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Waldemir Moka, sempre presente e atuante aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Temos hoje um dia incomum aqui no Senado, diante da votação que será, provavelmente, feita agora à tarde no plenário do Senado de uma questão que envolve um dos Senadores da República. Como tal, as dificuldades de quórum são muito grandes para aprovar aqui as matérias que são de caráter terminativo.

Portanto, diante disso, dessa situação de exceção, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Hélio José, Dário Berger, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Gladson Cameli, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Paulo Paim, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, José Pimentel e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros." **Autoria:** Deputado Carlos Zarattini. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 2017 e do Projeto de Lei do Senado n.º 726, de 2015, e favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 530, de 2015, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria vai ao Plenário para votação de requerimento de urgência, nos termos do acordo firmado com a Presidência do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós vamos suspender esta reunião e convocar outra para 15 horas e 30 minutos, para que haja um entendimento entre os Senadores que estão aqui em debate a respeito da matéria.

Está suspensa a reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Já são 15h30.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não, 16h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – São 14h30 agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – São 14h30 agora. No Mato Grosso do Sul são duas horas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Mas lá é uma e meia, viu.

(*Suspensa às 14 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 50 minutos*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro reaberta a reunião.

Depois de muitas discussões, não houve acordo e, como tal, vai prevalecer a decisão do Presidente da Casa, que a tomou na quarta-feira, de que, em não havendo acordo, seria votado em plenário o requerimento de urgência hoje à tarde.

Portanto, a questão será decidida pelo Presidente da Casa em plenário, como ele falou na quarta-feira. Espero que a palavra seja cumprida e seja colocado em votação o requerimento de urgência para votação da matéria.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Jorge Viana, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Gladson Cameli, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Paulo Paim, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCT 28/2017, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp, destinada a debater a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de "circulação de cérebros". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Tadao Takahashi, Diretor-Geral do Projeto I-2030; Mario Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; a Sra. Denise Neddermeyer, Assessora da Presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMPRAPII; e Roberto Nicolsky, Diretor-Presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica - PROTEC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores Omar Aziz e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/25

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Fico satisfeito em ver que os palestrantes já estão se aproximando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Iniciados os trabalhos desta reunião, informo que realizaremos audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2017, assinado por mim e pelo Senador Valdir Raupp, com o objetivo de debater a fuga de capital humano do Brasil e a oportunidade de circulação de cérebros ao mesmo tempo.

Não dá mais para haver cérebros prisioneiros de uma nação, mas também não dá mais para os países perderem seus cérebros.

Apresento o Sr. Tadao Takahashi, a quem eu devo agradecer por esta audiência, que partiu de uma conversa com ele, que me provocou para pedi-la.

O Mario Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde está o centro da reflexão sobre esse problema. É lá onde se sente essa falta.

A Srª Denise Neddermeyer, Assessora da Presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que é um exemplo do que se pôde fazer no passado nesse sentido.

O Sr. Roberto Nicolsky, Diretor-Presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, eu também farei, se preciso e se conveniente, intervenções e questionários.

Antes de passar à exposição dos palestrantes, eu quero dizer o seguinte: ninguém imaginaria na história do Brasil que nós fecharíamos os olhos à fuga de ouro. E, em parte, foi isso que levou à independência, quando alguns brasileiros, ainda na colônia, decidiram enfrentar a fuga de ouro que Portugal forçava.

Se hoje se soubesse que estão levando metais, pedras preciosas e até petróleo para o exterior, haveria uma revolução no Brasil. Imagine se descobrissem uma *pipeline* daqui até Angola de uma empresa petrolífera. Imagine a revolta que isso geraria no País! Ou qualquer minério que estivesse saindo. Como se sabe, se vê e se lê, há uma reação quando se descobre que pedras preciosas estão sendo levadas. A Alfândega não deixa que saiam pedras preciosas; aliás, não deixa que saiam animais selvagens, mas deixa sair cérebros de cientistas, e é óbvio que a gente não vai impedir com força. Não é uma *pipeline* cuja torneira você fecha, nem são pedras que você tira da bagagem ou animais que você leva para um zoológico. São seres humanos, cientistas que vão em busca de desenvolver seu conhecimento fora do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, a gente tem de pensar no que está acontecendo para eles irem embora e fazer com que eles queiram ficar aqui. Esta é a primeira pergunta: o que fazer para que os nossos cientistas fiquem aqui?

Antigamente, a Embrapa, de certa maneira, no seu início, resolveu isso. Os cientistas saíam contratados como funcionários, se eu não me engano, e voltavam com os seus laboratórios montados; ou seja, o período fora era apenas um interregno na formação, e eles não pensavam em ir embora.

Esta é uma coisa que a gente tem de fazer dentro da ciência e tecnologia: fazer com que quem saia já esteja comprometido não porque assinou em um papel que vai ficar aqui um ano ou dois – que também deve assinar –, mas porque já é parte.

Quando os alunos – supondo – do Rio Branco fossem estudar em uma academia de fora, eles já voltavam como diplomatas contratados, como aqui estão no nosso Instituto Rio Branco diplomatas de outros países já contratados. Eles voltam e, imediatamente, já são enquadrados nos seus empregos. É um ponto, a meu ver, a organização do sistema de bolsas de estudos que permita que o cientista exerça a sua função, que é o que eles desejam, e com um salário digno.

Eu acho que essa é a parte mais fácil de resolver, apesar da crise fiscal. O que eu acho que hoje está ficando difícil são as condições do Brasil. Eu já vi alguns dizendo que vão embora porque não se sentem seguros aqui com suas famílias, vão embora em busca de uma cidade onde haja tranquilidade. E aí é enfrentar essa guerra civil que nós enfrentamos, aí vai demorar.

Outra coisa é a política fiscal do Brasil não fazer contingenciamentos: o cientista saber que a sua pesquisa vai em frente e não parará por falta de dinheiro; e que haja dinheiro suficiente.

O terceiro, em que tenho insistido, é uma espécie de pacto da comunidade científica e das universidades com a sociedade brasileira, em que a comunidade científica diz do que precisa, mas diz o que oferece. Hoje não se está dizendo o que oferece. E, quando digo o que oferece não é em termos de descobertas que ninguém pode prever, mas em termos, por exemplo, de número de greves. Poder-se-ia haver um pacto em que, se se cumprir isso aqui do lado do Governo, os professores universitários cumprem isso aqui, não fazendo greves. Cumpre isso aqui no número de formandos, na qualidade. Quantos anos a gente precisa para subir no *ranking* de classificação das universidades? Um compromisso neste sentido: nós vamos melhorar nossa posição no *ranking* mundial.

Então, nós temos de trabalhar e encontrar caminhos para superarmos essa tragédia do fluxo do conhecimento. Antes, era o fluxo do ouro; de vez em quando, a gente vê o fluxo de pedras preciosas; e há o fluxo de conhecimento que vai dentro da cabeça. E o mais grave, no fluxo do conhecimento, é que eles levam é um pedacinho do que eles vão produzir lá, porque lá fora vão produzir muito mais ainda ao invés de estarem aqui.

Diante disso aceitei a sugestão do Prof. Tadao, a quem darei primeiro a palavra, de fazer esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro apenas que o Prof. Simon Schwartzman, que é um grande estudioso, em 2013, fez um artigo dizendo que a nossa situação era muito melhor do que, por exemplo, da Índia, China, México e Argentina, porque nesses países os cérebros iam e não voltavam e no Brasil não havia essa migração, porque havia um sentimento de desejo de ficar aqui. Aparentemente isso mudou nos últimos anos. Houve um desencanto dos nossos cientistas.

Esta é a primeira pergunta: os quatro estão de acordo com que a situação hoje é mais grave do que há quatro anos, em termos de saída de cérebros, em relação ao estudo do Simon?

O que é necessário fazer para que possamos segurar aqui os nossos cérebros e até atrair a diáspora brasileira de cientistas que hoje é grande lá fora? Como segurar os que estão aqui e como atrair outros?

Que avaliação fazem do potencial impacto que deu o Programa Ciência sem Fronteiras? Até que ponto devemos continuar nos mesmos moldes, ajustar ou procurar outro?

Eu tenho outras perguntas, mas vou deixar para o processo. Por enquanto, eu gostaria de colocar essas, lembrando que não precisam responder às minhas perguntas. Fiquem à vontade e façam a fala que pensaram fazer. Essas perguntas surgirão ou eu terminarei pegando o que vocês falam e incorporando como respostas da Mesa, e não de cada um, porque a ideia é publicar isso o mais rápido possível como um pequeno texto para distribuir no Brasil inteiro.

Então, Prof. Tadao com a palavra. Eu não quero limitar o tempo. Não vou tocar campainha, a não ser que se estenda demais, mas ali temos um relógio que marca o que a gente determina e toca sozinho. Quinze minutos seria bom?

O SR. TADAO TAKAHASHI – Quinze minutos está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Quinze minutos. Mas não se preocupe porque, se passar, nós não vamos forçar sua emigração. (*Risos.*)

Professor.

O SR. TADAO TAKAHASHI – Bom dia! Na pessoa do Senador Cristovam, eu queria saudar os colegas de Mesa e mais a audiência. Vejo aqui pessoas com quem eu tenho trabalhado nos últimos 20 a 30 anos, como o Prof. Formiga, o Dr. Eratóstenes, os quais eu conheci na época do CNPq e do MCT, quando a gente estava envolvido em montar a internet no Brasil e o tema da diáspora, na verdade, era um tema lateral, embora sempre muito importante, porque, afinal de contas, o primeiro objetivo da internet era a comunicação, e só depois da comunicação é que você conseguia a informação e, a partir da informação, conseguia ancorar atividades que gerassem conhecimento. De tal forma que, desde a década de 90, o tema de circulação de recursos humanos, mais do que evasão, é um tema em que nós temos trabalhado.

E aí eu queria começar rapidamente explicando o que é aquele título estranho e o que é aquele português esquisito. As pessoas podem alegar: "Não, ele é japonês, o português dele não é tão bom quanto o domínio de computadores" ou algo assim, mas, na verdade, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso. É que aquilo ali é uma espécie de paráfrase de uma frase em inglês que os americanos usam, que é: *my country is wherever my heart is*. É o que os americanos vivem dizendo. E aí eu pensei: o grande problema do ser e estar aqui no Brasil é que ele é dividido, e você precisa se dividir entre você estar e ser em algum lugar. Aí eu decidi que o título, então, é: meu país é alguma coisa e é onde meu coração está, que, na verdade, é até para resumir o teor do que eu estou querendo falar.

Na verdade, o grande problema não é o cérebro, o grande problema é o coração. Se ele gosta daquilo ou do lugar onde ele está, independentemente de onde ele está, ele vai continuar ligado ao lugar onde o coração dele está. E o grande problema que eu acho que está ocorrendo nos últimos anos é que o coração está se divorciando do cérebro. A pessoa já não gosta de estar vivendo no Brasil, ela vive um monte de problemas que a família, na verdade, vive, e obviamente, por mais que o cientista, o engenheiro ou o especialista seja desligado do dia a dia mundano, o fato é que aquele dia a dia mundano retorna a ele à noite, e aí ele vê os problemas que ele tem se continuar no Brasil e as vantagens que eventualmente ele vai ter se migrar para trabalhar em outro lugar. Então, é isso que é aquele título. Provavelmente, vou ter de explicar isso no início do PowerPoint para salvar a honra da colônia japonesa quanto ao domínio de português.

A introdução é esse desenhinho que mostra o cérebro migrando de cidade, e vocês notam que a cidade é meio horrorosa ali atrás. Então, essa é uma síntese de por que a gente tem notado que o brasileiro começa a não gostar muito de viver no Brasil e começa a pensar seriamente em ir para o exterior, não só depois de se aposentar, mas antes, para decolar na carreira. Esse desenho mostra a origem do chamado *brain drain*, no qual vemos um branco à direita com um pacotinho de ajuda e aquele senhor à esquerda, um negro com a cara da África. Vocês notam que ele está entregando o cérebro ali. Na verdade, era a base do desafio da evasão de cérebros há 50 anos. Basicamente era assim que a coisa se configurava. Na realidade, na época, não era só o grupo de cientistas que era objeto disso, eram mais engenheiros e, na África, especialmente gente da área médica que era afetada pela ideia de se mandar do país e trabalhar na Europa ou nos Estados Unidos.

Essa charge é americana, ela é interessante. Há aquele pessoal no carro que está indo para o aeroporto. Aí, lá em cima, está escrito "Terminal Doméstico" e, aqui, à direita, está escrito "Bando de ratos traidores que não merece um grande governo" – é o que está escrito naquele cartaz à direita. Essa é uma charge que evidencia que finalmente o governo dos Estados Unidos, nos diversos níveis, também começa a reconhecer a ameaça da evasão de cérebros. No caso deles, é mais interno do que para outros países. De qualquer forma, essa charge é ilustrativa do problema de que o grande desafio para evitar a evasão de cérebros é, basicamente, o que o governo faz, não é o que o a sociedade faz ou até o que o setor privado faz.

Essa é deste ano. Aquela senhora de Wisconsin está dizendo que os melhores e mais brilhantes estão se mandando de Wisconsin. Aí, o outro cara, ali à direita, fala que ele sabe e que, graças a isso, o Estado agora é solidamente republicano. Na verdade, isso é por causa da eleição presidencial na qual foi eleito o Trump. Wisconsin era um *swing state* que passou para o lado republicano, para espanto de todo mundo. Isso evidencia mais um pouco a ideia de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o problema de evasão de cérebros é um problema lançado em vários níveis, entre países e dentro de cada país.

Bem, olhando melhor o fenômeno, a primeira coisa que eu queria colocar é a seguinte: há contrapartida do *brain drain,* que é o *brain gain.* Isso significa o seguinte: alguém ganha quando há evasão de cérebros, e esse quem ganha é extremamente complicado. Esse desenho, é de um condado chamado Bucks, Bucks County, na Pensilvânia, onde eles têm toda uma ação para tentar impedir o *brain drain* deles, dentro dos Estados Unidos, porque o pessoal começa a se mandar da Pensilvânia para Nova York, para a costa oeste e assim por diante.

Para quem não se lembra, esse condado, dentro da Pensilvânia, fica perto daquelas comunidades *amish*. Então, na verdade, eles têm a ideia de uma comunidade tranquila que, de repente, é assolada pelos fenômenos positivos e negativos do mundo moderno e, em função disso, eles têm a evasão de cérebros também.

Esse desenho mostra, olhando o ganho e olhando a perda, quem é que ganha e quem é que está perdendo no mundo. Aquele verde brilhante mostra quem está ganhando significativamente com a evasão de cérebros: basicamente, Estados Unidos, Canadá e Austrália, lá na outra ponta. O segundo bloco de quem está ganhando é aquele bloco em azul. Aí, a gente vê que, fundamentalmente, a Europa Ocidental, o Japão – lá na ponta direta – e a Nova Zelândia – aqui embaixo – são os países que moderadamente ganham com esse fluxo de cérebros no mundo. O Brasil está pintado de vermelho, como parte do bloco que moderadamente perde com a evasão de cérebros. E toda aquela parte em negro, que aqui no continente americano só tem o México, mas na África tem a África do Sul e – ali à direita, no chifre da África – a Etiópia, e todo o Leste Europeu, exceto os países islâmicos que estão envolvidos em guerra ou em algum conflito, esse é o pessoal que mais está perdendo com a evasão de cérebros, segundo esse desenho.

E eu vou voltar ao desenho, porque ele dá a entender – e eu acredito nisso também – que o Brasil não é um país que está perdendo enormemente com a evasão de cérebros. Está perdendo, agora é moderadamente, e há uma série de coisas que o Brasil ou está ganhando ou pode vir a ganhar, dependendo do que se faça, dependendo do tipo de ação que o Governo venha a efetivamente se comprometer a fazer, porque é um problema de médio e longo prazo; nada se resolve imediatamente.

Essa figura mostra a causa da evasão de cérebros. Aqueles dois primeiros itens têm a ver, primeiro, com perspectivas de carreira, e o segundo já é mais interessante, que é a injustiça social, segundo respondentes. Na verdade, essa é a segunda causa mais frequente para a evasão de cérebros dos respondentes. Então, ela mostra que, efetivamente, como o Senador ponderou, na verdade o problema do cientista, do engenheiro ou do médico que quer sair não é um problema só de carreira; é um problema do entorno social no qual ele vive, que vai ficando intolerável e vai fazendo com que ele comece a pensar que existe algum lugar melhor, onde ele pode conciliar a vida pessoal com a vida profissional.

Esse desenho aí mostra vários países: a China, lá na ponta, a Índia em segundo, o Canadá em terceiro, e o Brasil em penúltimo, aqui embaixo, só perdendo para a Tailândia. Esse desenho mostra quem se graduou em doutorado nos Estados Unidos em 2003 e quem continuava nos Estados Unidos em 2007. E aí os senhores notam que, no caso da China, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quantidade de gente que ficou é absurda. Depois vem a Índia, depois o Canadá, a Alemanha, Taiwan – que é um pedaço da China, mas são independentes –, a Turquia e – aqui embaixo – o Brasil, de que, na verdade, só 31% do pessoal que tirou doutorado em 2003 continuava nos Estados Unidos em 2007. E quando eu digo "só" é em comparação com os outros que estão lá em cima, porque na verdade é muito comparado com o que a gente tinha no Brasil há cerca de 15, 20 anos. Isso o Presidente do CNPq deve mencionar, porque os dados eram espantosos; era algo como: 5% a 10%, no máximo, dos bolsistas brasileiros pretendiam ficar no exterior. Então, isso aumentou enormemente.

Agora, a Tailândia continua com um número baixíssimo de gente que ficou – está ali –: 7%. E o fato é que, na Tailândia, existe uma política de retorno e uma política de valorização de quem vai para fora para voltar e ocupar posições de influência na sociedade e na construção do ambiente de ciência e tecnologia. Por causa disso, na Tailândia, o índice de gente que volta é muito alto segundo esse desenho aí.

E há outros aspectos. Por exemplo, em Singapura, quem ia para o exterior com o dinheiro do Estado, com bolsa, assinava um termo de compromisso, mas quem assinava não era o bolsista, era a mãe ou o pai dele, ou a irmã, de tal forma que a probabilidade do bolsista de Singapura, com dinheiro federal, voltar era mais do que um – violava até a probabilidade. O fato é: não era ele o penalizado se não voltasse; era alguém da família, pela lei, não só ter que devolver o dinheiro, mas ser penalizado e assim por diante.

Então, parte do milagre de Singapura tem a ver com, para além de ser uma ditadura doce, por assim dizer, ser uma ditadura que exerceu e exerce uma série de pressões sobre a população, o que faz com que o esquema deles de retorno de bolsista seja tremendamente efetivo.

Esse desenho mostra, então, como, na realidade, no Brasil, a discussão desse assunto é complicada, não é tão simples assim.

Esse desenho que ninguém está enxergando, mas vou explicar, na realidade, é um índice de evasão de cérebros. Lá em cima, na verdade, estão colocados os países em ordem alfabética, e aí há aquela coluninha cor-de-rosa ou rosa-choque, que é a coluna que mostra, até 100%, quantas pessoas acabaram ficando nos Estados Unidos depois de terminarem o doutorado

E aí há aquelas colunas grandes que se aproximam de 100%, que são a China, a Índia, a Bulgária – que é outro país em que isso ocorreu. E, lá em cima, em cor-de-rosa, são os dez mais, são os dez países que mais tiveram gente que permaneceu nos Estados Unidos depois de concluir o doutorado.

E o Brasil, na realidade, é aquela coluninha menor; quando a gente olha, é a terceira da esquerda para a direita. E a gente nota que, na verdade, de acordo com esse desenho, algo como 40% dos brasileiros permaneceram depois do doutorado. E, quando a gente olha, o índice é relativamente baixo no conceito das nações que estão representadas aí. Obviamente, é um custo que o Brasil tem que tentar minorar, tem que fazer com que o pessoal volte mais ou que, outro ponto, a permanência dessas pessoas no exterior tenha que, de alguma forma, ser positiva para o País também. Está certo? Quer dizer, há a ideia do *brain drain*, mas o *brain*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gain, de repente, pode se basear em algum tipo de ação que mantenha o pessoal no exterior, mas ligado a projetos aqui no Brasil.

Nesse quadro que vou passar rapidamente, à direita, é o ganho; à esquerda, é a perda. E a gente nota que, em muitos países, na realidade, existe um ganho comparável à perda. Então, a Alemanha, que está ali quase no meio, tem um ganho considerável e tem uma perda considerável também.

Essa última aqui embaixo é muito interessante porque é a Grã-Bretanha. Ela ganha um bocado, que é aquela parte ali à direita, mas ela perde um bocado também. E há vários países que perdem, consideravelmente, como, por exemplo, Portugal, Polônia. Há gente que diz que a Polônia basicamente hoje vive na Inglaterra e mostra, então, o efeito da evasão de cérebros deles. Por outro lado, em todo verão, o polonês volta à Polônia, levando uma pá de dinheiro e levando uma série de coisas, o que está fazendo com que a Polônia seja o País que esteja crescendo com os maiores índices na União Europeia. Então, esse desenho mostra como a coisa é realmente relativa e demanda uma análise cuidadosa.

E há um monte de países, regiões e, inclusive, condados e cidades nos Estados Unidos que têm campanhas para, efetivamente, tentar minorar ou sustar a evasão de cérebros e manter os talentos locais. Esse é um.

A Europa está combatendo de volta a *brain drain*, o que parece um espanto, porque a Europa é um local para onde os brasileiros mais querem ir e, no entanto, olham para o Estados Unidos e consideram que a situação merece exame e merece algum tipo de medida.

Esse é da Malásia. A Malásia, na realidade valoriza imensamente os tigres que eles têm, e esse desenho fala do tigre global alguma coisa e, ali naquele desenho em que não dá para ler, ele chama a população para ter ideia sobre como manter o tigre na floresta, que é como manter o jovem guerreiro ou a jovem guerreira intelectual na Malásia através de uma série de medidas.

Para terminar rapidamente e, depois, deixar para comentar, primeiro, esse é o tipo do problema que, na realidade, não demanda intervenção; o que demanda é prevenção de forma que se minora a quantidade de gente que vai para fora, mas começa a haver medidas para aproveitar o pessoal que vai para fora e valorizar a permanência dele no exterior. Então, o primeiro ponto são medidas preventivas para não tentar fazer uma intervenção que, de qualquer forma, vai ser ineficaz.

Eu me lembro de que o Senador Cristovam, acho que há dez anos, propunha uma espécie de bolsa para tentar manter o pesquisador no Brasil à falta de uma política mais consistente, estruturada do Governo Federal. Eu não acho que seja o caso, porque isso pintaria mais a ter cara de intervenção. O problema é saber como prevenir esse tipo de situação, criar um sistema no qual o cientista ou estando no Brasil ou indo para o exterior faz parte do sistema de ciência e tecnologia, sem esse tipo de *gap* que pegar uma passagem de avião, na verdade, teoricamente provocaria. A internet está aí exatamente porque, com informação e comunicação horizontais entre países e entre pessoas, esse tipo de coisa não é ou não pode ser pintado como dramático. Eu tenho a impressão de que todo mundo aqui nesta sala tem um parente que está no exterior. Essa é a realidade do Brasil hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o segundo ponto é, estando no Brasil ou no exterior... Esse é outro comentário de uma outra propaganda para evitar evasão de cérebro, onde o cara fala: "*Be a fountain, not a drain*", no sentido de que, no Brasil ou no exterior, se você tem *status* de senioridade, você tem de ser alguma coisa que atrai e mantém, e não alguma coisa que vai ser parte da evasão.

Há um monte de detalhes e ideias que podem ser discutidas. Eu vou parar aqui. Depois, à medida em que o debate começar a se acelerar, eu vou poder comentar mais alguma coisa em cima, certamente, de propostas que os meus colegas de Mesa vão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Professor. Eu creio que o senhor deu um quadro muito interessante.

Eu vou deixar em aberto – não quero que responda agora –, mas me surpreende: como é possível que os dois países com maior percentagem de cérebros que ficam nos Estados Unidos – 92% da China e 81% da Índia – conseguem ser países tão dinâmicos cientificamente. Fica aberta a pergunta para depois.

Agora, quero passar a palavra ao nosso grande professor e amigo Mario Neto Borges, quem, acho, tem muito a dar, sobretudo pela posição que ele ocupa, além de ser um pensador sobre o assunto. A posição que ele ocupa no CNPq lhe permite ter uma visão extremamente lúcida do problema que nós enfrentamos, tanto na tragédia que pode vir a ser quanto nas alternativas que podemos ter.

Por favor.

O SR. MARIO NETO BORGES – Muito obrigado, Senador Cristovam. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os colegas da Mesa, todos aqui presentes. Queria, de maneira particular, cumprimentar o Senado Federal e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por ter tido essa iniciativa. Queria saudar o Senador Pedro Chaves, que é meu vizinho, e a gente tem tido a oportunidade de conversar algumas vezes sobre a importância da ciência, tecnologia e inovação.

Este momento por que o País está passando, de crise e de discussão do Orçamento de 2018, é um momento muito oportuno para fazer essa reflexão. E temos a oportunidade de mostrar que o Brasil só será uma nação desenvolvida, com desenvolvimento sustentável que gere riqueza e que resolva os problemas nacionais, que é uma questão que o Senador Cristovam muito apropriadamente colocou na sua fala inicial, com investimentos sólidos em educação, mas principalmente em ciência, tecnologia e inovação, porque é através da ciência, tecnologia e inovação que nós temos instrumentos para resolver os problemas nacionais que nos afligem.

Então, eu queria também, antes de começar a apresentar meus eslaides, dizer que vou fazer um esforço brutal para ficar dentro do tempo. O Prof. Cristovam sabe que nós somos professores, e o professor fala muito, e nós somos ex-reitores, e aí somos intoleráveis no tempo de fala. Mas eu tenho dois minutos e trinta segundos de crédito do Eduardo, que não gastou os 15 minutos dele completos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria, antes de começar, dizer que é muito importante que se caracterize a diferença entre mobilidade de pesquisador e fuga de cérebros. Nós defendemos fortemente a mobilidade do pesquisador e a internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileiras, mas nós temos que ter cuidado realmente com a fuga de cérebros. E um pouco disso é que nós vamos tentar mostrar.

Foi muito boa a apresentação do Eduardo. Meus parabéns! Ela vai ajudar muito em alguns dados que eu vou mostrar e complementar de alguma forma os dados que nós estamos querendo trazer. Como engenheiro que sou, além de trazer a questão do problema a ser discutido, também estamos trazendo aqui uma solução para sairmos dessa situação. Então, se vocês observarem, o nosso cérebro lá, naquela figura, está voando.

Muito bem, eu queria, inicialmente, mostrar a importância do CNPq.

E aí tinha um som. Não sei se... Está sem o som aqui. Nós tínhamos testado ontem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Essa é a nossa tecnologia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARIO NETO BORGES – Podemos recomeçar o filme, Senador? O filme tem a função de demonstrar que a concepção...

(Procede-se a exibição de vídeo.)

O SR. MARIO NETO BORGES – Muito bem, aí fica demonstrado que, há 66 anos, numa visão de futuro estratégica do Almirante Álvaro Alberto, que é o patrono, já se pensava na importância de o Brasil ter uma agência que pudesse pensar a questão da ciência, tecnologia e inovação como elemento estratégico para a própria soberania nacional, por meio do conhecimento adquirido e desenvolvido.

Portanto, esse é o papel que o CNPq vem desempenhando e, junto com a Capes, há 66 anos, são as duas agências responsáveis pelo Brasil ter hoje uma posição confortável na produção científica (13º lugar). No entanto, na questão da inovação, nós lamentamos a 69ª posição e precisamos resolver isso, porque a inovação é um dos pilares da ciência, tecnologia e inovação e é responsável por transformar o conhecimento em riqueza, em desenvolvimento.

Então, nesse sentido, a missão do CNPq tem duas funções: fomentar ciência, tecnologia e inovação e trabalhar na formulação das políticas dessa área. Agora, o objetivo é que nós não só avancemos a fronteira do conhecimento, mas que possamos garantir o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Essa é uma missão importantíssima, e o CNPq vem fazendo isso há 66 anos com muita competência, mas precisa revisitar essa missão no sentido de fortalecer mais a área da tecnologia e da inovação para promover a geração de riqueza e trazer uma solução para os problemas nacionais.

Dentro desse conceito – um pouco também do que foi dito pelo nosso palestrante anterior –, nesse gráfico, que também tem algumas dificuldades, nós podemos ver o Brasil nesse cantinho. Ali, no eixo horizontal, está a quantidade de estudantes – aí não são pesquisadores – que saem do País. No eixo vertical, estão aqueles que vêm estudar no Brasil. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos vendo que o Brasil tem uma situação muito... Saem em torno de 2% dos estudantes brasileiros ao exterior, o que ainda é muito pouco no sentido da mobilidade de estudantes e pesquisadores, mas, em compensação, nós não recebemos ninguém de fora para estudar no Brasil, quer dizer, muito pouco. Isso nós vamos mostrar. Uma das razões é a questão da língua, da dificuldade da língua. Como também foi mostrado, o maior destaque lá, nós podemos ver, é a Nova Zelândia, onde mais de 25% dos estudantes são estrangeiros, que vão lá estudar. Reino Unido logo abaixo, também foi mostrado pelo nosso antecessor, com 23% de estudantes que vão, do mundo inteiro, estudar na Inglaterra, ao passo que poucos saem da Inglaterra para estudar fora. Mas isso são estudantes.

Então, esse é um dado importante, porque nós queremos diferenciar, como eu disse no início, a questão da mobilidade de estudantes e pesquisadores da fuga de cérebros.

Aqui está a Coreia, que é um país, frequentemente, comparado com o Brasil, onde há também uma saída significativa de estudantes, mas eles também recebem muita gente e a questão da língua também fica como sendo... Se a língua é um problema no Brasil, na Coreia também não é simples de se falar. Mas lá todo mundo fala inglês.

Onde estão os nossos brasileiros? Esse é um dado de 2016, quando a maioria dos grandes cérebros... Porque uma questão que também é importante, Senador Cristovam, Senadores, não é só a quantidade que nós estamos perdendo, mas a qualidade dos cérebros que estão saindo, que são aqueles que levam o ouro de hoje na cabeça. Essa é a importância que temos de considerar. Então, lá do Silicon Valley, um local que hoje é cosmopolita, há pessoas do mundo inteiro, ali estão os percentuais que mostram que, na verdade, o número de mexicanos e chineses... E aí eu queria completar a fala do Eduardo dizendo o seguinte: o dado dele, de 92% dos chineses que saem para os Estados Unidos, é até 2007. De 2006 para cá, estão fazendo um programa de repatriação dos cérebros, oferecendo um salário de US$3 mil, que, para a China, é uma coisa significativa, com todos os laboratórios montados e toda infraestrutura no *campus* para os pesquisadores retornarem à China. Por isso a produção científica, hoje, da China ultrapassa, sobe de forma exponencial. Então, existem políticas possíveis para trazer de volta os grandes cérebros que fazem a diferença no desenvolvimento do País.

Aqui eu queria falar, então, de alguns brasileiros que se encontram lá no Vale do Silício e hoje são importantes profissionais que estão exatamente na fronteira da tecnologia, da inovação e da ciência, desenvolvendo projetos e levando riqueza para os Estados Unidos e que poderiam estar aqui conosco se tivessem as condições necessárias para isso. Aqui um caso muito especial, que não está lá no Vale do Silício, mas está na Nasa, que é a Duília de Mello, uma das responsáveis por trabalhar desde 1998 no telescópio Hubble – que agora está desativado – e que foi uma das responsáveis pela descoberta das bolhas azuis e aglomerado de estrelas fora das galáxias. E ela descobriu uma supernova em 1997.

O que eu quero mostrar nesse dado, Senador? O que nós estamos perdendo são aqueles cérebros que realmente têm condição de fazer a diferença na ciência, na tecnologia e na inovação com geração de grandes oportunidades.

E um exemplo bastante emblemático eu ainda vou mostrar aqui. Ela esteve aqui, no Brasil, agora em 2017, e falou esta frase que marcou demais a gente: "O sucesso no exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ocorreu 'graças' a um corte de gastos no investimento em pesquisa, ainda em 1995". E nós estamos vivendo de novo o corte dos gastos na área de ciência, tecnologia e inovação. Então, aquele "graças" dela é um pouco irônico.

E ela falou isto lá também: que ela deixou o Brasil porque recebeu uma carta do CNPq – certamente não assinada por mim – de que naquele momento os investimentos para recém-doutores diminuiriam pela metade. Então, ela completou: "Eu investi a minha vida fazendo doutorado e não via uma sociedade que valorizava isso. Isso é uma pena porque o Brasil é um país que precisa de cientistas". Ela disse isso exatamente no Campus Party, onde milhares de meninos estão e vão receber essa mensagem, que não é uma mensagem positiva. Portanto, precisamos inverter essa questão. Isso foi agora, em fevereiro deste ano, lá em São Paulo.

Esse aqui é um exemplo também fundamental, porque foi o ganhador do primeiro Jovem Cientista, um programa, uma premiação que o CNPq faz há 29 edições. Ontem lançamos, no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a 29ª edição desse prêmio, cujo primeiro graduado é o famoso Henrique Malvar ou Rico Malvar, que é hoje um CEO da Microsoft e é o exemplo de que o investimento em ciência, tecnologia e inovação forma, descobre o talento... O prêmio descobre o talento desses jovens. E ele teve toda a sua carreira aqui pela Universidade de Brasília, sendo um exemplo também emblemático de Brasília – o nosso Senador Cristovam foi Reitor da Universidade de Brasília. Eu me encontrei com ele em São Paulo em junho, e ele me disse o seguinte: "Professor, eu devo toda a minha vida, toda a minha carreira ao CNPq", desde o Prêmio Jovem Cientista, que ele ganhou em 1981, até o mestrado e o doutorado, que o tornou capaz de ser hoje uma das pessoas mais importantes dentro do sistema Microsoft.

Aí estão os dados que ele produz: 119 patentes nos Estados Unidos; 160 artigos científicos; é membro da Academia Norte-Americana de Engenharia; responsável por 12 laboratórios. Ele fala: "Aplicar o conhecimento para melhorar a vida das pessoas é o que mais me motiva no trabalho". E ele está disposto a ajudar e, inclusive, a motivar a juventude brasileira a continuar estudando e investindo em ciência, tecnologia e inovação.

Esse foi o nosso encontro, lá em São Paulo, que foi bastante emocionante.

Aqui, é só uma questão de mostrar que o que nós estamos discutindo não é a quantidade, mas a qualidade dos cientistas que nós estamos perdendo. Então, aí vem a ideia de fazer um pouco da análise, que o Eduardo fez também, de quem perde e quem ganha com essa brincadeira.

Então, ali é um pouco parecido. O Brasil está lá naquela posição. É onde entram poucos estudantes aqui. Ali não está dando para ver direitinho, mas o verdinho é o que entra, e o laranja é o que sai para estudar fora. Entram poucos demais – e é só da América Latina: Peru, Colômbia, Bolívia e tal – e saem poucos ainda para estudar fora. Se nós pegarmos a Índia, que está lá no meio, a maior saída é da Índia, que, come ele colocou, não estavam voltando. Os da Índia eu não sei, mas os da China, que não aparecem nesse gráfico, estão voltando. O primeiro é a Austrália, que está colocada de uma maneira...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO NETO BORGES – Esse é o sino? Mas a gente já está caminhando para o encerramento.

Então, mostra isso. E o Reino Unido, que foi mencionado aqui também, lá embaixo, que é o penúltimo, também recebe; muita gente vai estudar fora, mas muita gente vai estudar lá. Isso é questão da mobilidade.

Essa mobilidade deve ser parte da política. O Senador perguntou sobre o Ciência sem Fronteiras. Depois, na hora das perguntas, a gente quer explorar um pouquinho mais a questão do Ciência sem Fronteiras. Mas a questão da mobilidade dos pesquisadores é fundamental. O que nós temos que fazer é que a mobilidade do pesquisador seja associada a um plano para que, depois que ele fizer a sua experiência internacional, ele esteja motivado a voltar para o Brasil, aqui ficar e ter o que fazer aqui. Uma experiência que nós vamos mostrar é feita com a Embrapii, com a Profª Denise, que está aqui do nosso lado.

Então, aqui eu quero agora apresentar um pouco da solução para os Srs. Senadores e para a sociedade. O que nós precisamos fazer para não perder cérebros? Então, nós precisamos investir no CNPq. Eu não viria aqui sem fazer uma pequena propaganda para o nosso CNPq. Então, o importante é criar um ambiente para atração de talentos, mesmo que sejam aqueles nossos pesquisadores que vão se titular no exterior ou que vão fazer internacionalização, mas também de outros países, que poderiam vir trabalhar conosco. E, quando a gente fala que internacionalizar é importante, é porque também se criam redes de pesquisa internacionais, redes em que há pesquisadores de vários países do mundo, e eles, com certeza, ao fazerem isso, melhoram a qualidade da ciência produzida no próprio Brasil. Então, é avançar as fronteiras do conhecimento.

Aqui há também uma importância de fortalecer o conceito da inovação. Isso não sou eu que estou dizendo. É um autor que vai aparecer lá embaixo, mas eu separei a fala dele em quatro pontos. A evolução das redes de pesquisa entre países ou instituições é mais do que um interesse acadêmico. Então, não é só a questão da academia, de produção de artigo nem nada. Então, é importante também que, ao se fazer a ligação em rede, ela produza o melhor impacto da pesquisa produzida. E os grupos de pesquisa que hoje não fazem parte de redes correm o risco de serem deixados para trás, marginalizados e vão perder a corrida da ciência no mundo. E ele reforça, dizendo que é essencial para economias com pesquisas emergentes, que é o caso do Brasil, acessar as redes à medida que elas crescem. O John Adams que colocou em 2015 esse pensamento muito importante, e eu quero aqui reforçar que nós precisamos defender a mobilidade dos pesquisadores, e com programas que os fixem de volta ao Brasil assim que eles estiverem qualificados e tiverem criado as suas redes de pesquisa internacionais.

Aqui é um mapa do mundo um pouco diferente. O tamanho aí é exatamente em função do *ranking* das universidades, o que o Senador Cristovam também colocou. Nós vemos que o nosso Brasil, que é um dos maiores países, geograficamente, no mundo, fica pequenininho perto de outros países que, em função da qualidade das suas universidades e, portanto, das pesquisas, têm destaque – isso fica à disposição, eu não quero expandir muito, porque eu já quebrei meu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria chamar a atenção aqui para esse gráfico, que está ligado com um pouco da questão do investimento em ciência, tecnologia e inovação para resolver o problema econômico de desenvolvimento de geração de riqueza. Então, nós temos ali o Brasil numa posição – a metade do eixo é zero; então, para lá, significa países altamente competitivos do ponto de vista de valor agregado aos seus produtos e competitividade com base em ciência, tecnologia e inovação. Para chamar ao destaque aqui, a Coreia do Sul está do lado de cá. E do meio para cima, é a qualidade dos empregos colocados. O Brasil, ali, tem um pouquinho mais de 20% da força de trabalho com atividades de complexidade elevada, ao passo que a Coreia, que é o nosso outro exemplo, ou Singapura – acima, lá, que foi citada aqui pelo Eduardo – também estão lá como países que têm um terço a mais da força de trabalho envolvida com atividades de alta complexidade que geram riqueza, que geram desenvolvimento sustentável de longo prazo. Então, nós precisamos avançar nisso.

Aqui, se nós olharmos o quadro das importações – isso é um *big data* tirado aí sobre as exportações brasileiras –, nós vemos que estão concentrados ali em alimentos, minérios, como sendo a maior parte dos produtos de exportação. E vale lembrar que, mesmo os alimentos, onde nós somos o grande produtor – porque na década de 70 éramos importadores de alimentos; a exportação de alimentos é resultado do investimento feito na Embrapa, na década de 70, que tornou o Brasil um celeiro mundial – há ciência, tecnologia e inovação por trás também da produção de alimentos. E quando nós olhamos a pauta da importação, nós certamente importamos muito mais produtos com alto valor agregado, como máquinas, produtos químicos, etc.

E quando a gente pergunta como que é o Brasil conhecido no exterior, dentro da mesma coisa, nós verificamos aí que o maior conhecimento sobre o Brasil é com base nos seus jogadores de futebol. E os cientistas, na verdade, não são muito conhecidos.

Então, eu queria destacar aqui que em 2016 a Profª Celina Turchi foi considerada uma das dez pesquisadoras mais importantes do Planeta porque desenvolveu a solução para equacionar o problema do vírus da zika. Por quê? Porque, naquele momento, o vírus da zika era um problema nacional gravíssimo e se investiram R$65 milhões no projeto de pesquisa. E só houve a solução, porque, na verdade, a base científica já estava sendo formada há muitos anos e, portanto, o Brasil foi capaz de equacionar o problema do vírus da zika com apenas dois anos de pesquisa e investimento em cima disso.

E a Professora Celina Turchi, que é uma das coordenadoras desse projeto, da Fiocruz de Pernambuco, foi, então, destacada como uma das dez mais importantes pesquisadoras do mundo pela revista *Nature*, em 2016, e este ano, na revista *Times*, que fala das 100 pessoas mais influentes do mundo, nós temos dois brasileiros, o Neymar, obviamente, e a Profª Celina Turchi. Então, Srs. Senadores e pessoal, nós somos bons, no Brasil, em futebol e em ciência. Só que o futebol não precisa de dinheiro. Agora, a ciência precisa.

Então, isso aqui é o cardápio do CNPq de atividades que nós temos para fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

Eu vou chamar a atenção só para aqueles dois aspectos lá, que estão focados na inovação, e mostrar mais um filme – rapidinho, Senador, estou concluindo –, para os senhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

verem como que, quando nós fazemos o investimento e a política correta, a solução vem em seguida.

Esse é o Doutorado Acadêmico Industrial, uma experiência com a Universidade Federal do ABC e o resultado é este aí, olha.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARIO NETO BORGES – Esse doutorado foi concluído há um mês e é um sucesso da possibilidade que nós temos de fazer investimentos em programas de doutorados que não sejam apenas aqueles doutorados acadêmicos. São importantes também, mas que tenhamos doutorados que possam buscar os problemas brasileiros e levá-los para a academia e buscar uma solução científica de alto nível.

Então, aqui, para encerrar, senhores, eu trago aí o orçamento do CNPq, o histórico do orçamento de 2002 até 2016. E os senhores podem observar que, realmente, nós precisamos de apoio aí para manter um crescimento que vinha ocorrendo ao longo do tempo e que foi, agora, interrompido.

Nós queremos deixar registrado que entendemos a necessidade de fazer a restrição dos gastos públicos. Isso é fundamental para organizar a economia do País, mas nós entendemos também que, assim como saúde e educação, ciência é estratégico e deveria ficar fora desse teto de limite orçamentário e que deve, para o ano de 2018, ter um orçamento condizente pelo menos com o orçamento aprovado para 2017, com a respectiva inflação. E que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico não seja contingenciado, porque esses são os dois maiores componentes do orçamento do CNPq.

Então, agradeço a atenção de todos e peço desculpas por ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não tem que pedir desculpa nenhuma porque foi o tempo foi muito bem aproveitado.

Antes de passar a palavra ao Senador Aziz, eu queria deixar no ar duas perguntas, mas não precisam ser respondidas agora. A primeira tem a ver com o futebol. Por que é que a gente é tão bom em futebol lá fora, em todos os cantos? Nossas pernas são melhores do que as dos coreanos? E os cérebros dos coreanos são melhores do que os nossos? Não!

Senador Pedro, eu insisto que a gente tem tão bons futebolistas porque aqui nós não inibimos talentos futebolísticos. Isso porque a bola é redonda para todos. Todo mundo joga futebol com bola igual, em campo igual, apesar um ser de grama e outro de areia, com as mesmas regras. Então, os talentos chegam lá em cima. Garanto que o meu amigo Pedro, o Aziz jogaram futebol, mas nós não tivemos o talento deles. Não temos o que reclamar.

Isso aí me traz uma outra pergunta. Estamos discutindo muito, e obviamente estamos assustados, com a questão da fuga de cérebros, mas estamos falando pouco no afogamento de cérebros. Alguns milhares de doutores, poucos, vão para o exterior. Mas quantos milhões de cérebros nós não evaporamos por falta de um ensino médio de qualidade para todos? Qual é a perda cientifica que nós temos por não garantir uma escola boa, de qualidade para todos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso é que a gente não tem muitos como o Neymar na ciência. Temos no futebol, porque a bola é redonda, mas a escola é redonda para uns e quadrada para outros.

Eu digo isso não para barrar a nossa preocupação com a chamada fuga de cérebros. Nunca! De jeito nenhum, porque isso é imediato. É para nós não esquecermos o afogamento dos cérebros também. Então, essa é uma pergunta, Professor.

Mas a outra, olhando lá no futuro, Senador Aziz, será que vai existir fuga de cérebros ou os cérebros do mundo farão uma grande nação dos cientistas, não importa o país onde eles vivam, como, aliás, era na Idade Média com os teólogos? Não importava a nacionalidade de um teólogo. Importava o fato de que falando a mesma língua, que era o latim, ele formulasse suas especulações teológicas ou até filosóficas. Será que não vai chegar o momento em que os cérebros todos se organizarão, graças até à internet, em uma grande nação à parte? Cada um torcerá pelo seu time na Copa do Mundo. Afora isso, eles serão nacionais da intelectualidade, do pensamento, da ciência. E essa ciência, aí sim, a gente tem que saber como se apropriar dela, como buscá-la aonde ela estiver, independentemente da nacionalidade.

Essas são as duas provocações para ao longo da manhã nós conversarmos a respeito.

Mas agora, Prof. Aziz, com muito prazer, aliás dizendo aqui...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem dera eu fosse professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É professor. Dizendo aqui, muitos talvez não saibam, que o Senador é muito preocupado com a ciência, especialmente no caso da ciência na Amazônia. Ele tem uma obsessão pelo desenvolvimento da ciência na Amazônia e, com isso, em todo o Brasil. Por isso, eu fico muito satisfeito de passar-lhe a palavra, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu pedi a palavra, Senador Cristovam, pedindo até desculpas aos próximos oradores e ao nosso querido Reitor Pedro Chaves, porque eu tenho agora uma reunião na Comissão de Assuntos Econômicos. Infelizmente, a gente tem reuniões aqui em comissões ao mesmo. E, em algumas, você tem projeto até para defender e tem que estar presente.

O Senador Cristovam sabe muito bem o que é isso. Às vezes, estava aqui presidindo e tinha que sair correndo para uma outra comissão e voltar depois aqui. Peço até desculpa.

Mas, para dar a minha contribuição, eu ouvi atentamente. E eu, quando fui Governador, cada real que o Estado... Eu, como governador, investi muito no fundo de amparo à pesquisa. O Prof. Denildo foi secretário de Ciência e Tecnologia, e eu fiz o meu papel naquele momento e o cumpri bem.

Eu sou formado em Engenharia Civil e vou lhe fazer uma pergunta, Prof. Mario, e V. Exª é formado em Engenharia Elétrica. Quantos doutores tinham na sua universidade quando você se formou?

O SR. MARIO NETO BORGES (*Fora do microfone*.) – Dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Dois. Na minha, tinha um.

Então, veja bem, a formação nossa começa aí. Hoje, se você for para dentro de uma universidade, você vai ter muitos doutores hoje. Mestrados, doutorados, pós-doutorados e mentes brilhantes, que estão ali tentando sair daquela mesmice, até porque virou muito cultural a mesmice, e o discurso de dizer que tudo é falta de dinheiro.

Se você vir o gráfico de 2013, nós tivemos um *upgrade* bastante grande. O que surgiu em 2013, o que foi isso? Foi simplesmente um projeto que foi relatado por mim e com a deferência do Presidente, à época, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Prof. Cristovam Buarque, que é o Ciência sem Fronteiras, cujo custo que houve com o projeto o benefício foi zero para mim, absolutamente zero.

Eu não eu estou questionando por que nós temos que otimizar os recursos. Se nós temos poucos recursos, nós temos os que otimizar. Nós temos que parar com o discurso de que falta dinheiro, falta recurso, falta isso, falta aquilo, mas, no momento em que nós temos, a gente aplica mal. Correto?

Então, nós temos. No Estado do Amazonas 1% da sua arrecadação é para a ciência e tecnologia, 1%. É lei. E ainda mais, eu fazia com o CNPq, procurava recurso aqui dentro, corria atrás. E tive o prazer de ver muitas pessoas adquirir o mestrado, doutorado, fazer pesquisa. E eu dizia: "Olha, a pesquisa positiva é aquela que vai para a prateleira. Não adianta você fazer a pesquisa hoje para o seu íntimo".

Se você olhar bem os Estados Unidos, ele tem um grande crescimento tecnológico a partir da Primeira Guerra Mundial, quando ele traz mentes brilhantes que não eram formadas nos Estados Unidos. Einstein era alemão e foi para os Estados Unidos fazer a bomba atômica. A Rússia fez a mesma coisa, pegou ali naquela área todas as mentes e levou para lá. Os Estados Unidos também; eles conseguiram e não um país que tem 3 mil anos, não; é um país diferente da China, que tem tecnologia, invenções de há 4 mil anos. Quer dizer, já existia, a China tem uma cultura. Então, não é difícil uma população de 1 bilhão e poucos milhões ter poucos mais cientistas do que um país de 200 milhões. Nós não podemos é perder para o Peru e para a Bolívia, com a população que temos proporcional.

E até discordo aí, Prof. Cristovam: nós já formamos mais craques no Brasil. Hoje nós temos jogadores de futebol; nós tínhamos, antigamente, craques, diferenciados, gênios; hoje nós temos jogadores de futebol que cumprem um papel em campo. É uma diferença muito grande entre um gênio... O Neymar é um gênio, mas é um entre... Antigamente, em um time de futebol, você tinha o Pelé, o Didi, o Zito e outros gênios mais. Você tinha ali gênio para jogar e vender. Na Copa de 70, havia seis, sete gênios. Hoje você não tem. Você pega a seleção brasileira, tem um gênio? Tem, Neymar, mas até agora ele tem que ganhar uma Copa do Mundo, ele tem que ser campeão mundial pelo Brasil para se tornar um Romário, que fez mais gols do que ele jogando futebol, ele sabe disso. O Romário disse que fez mil gols; não acredito nisso, eu fiz mais do que ele jogando, até porque em pelada em fiz muito mais do que ele, ele sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão me interessa muito. Infelizmente eu não posso ficar, Prof. Mario, Profª Denise, Prof. Roberto, Tadao. Eu vi aqui as personalidades que estão aqui são pessoas importantíssimas para a ciência no Brasil.

Eu tenho uma proposta objetiva. As indústrias, e no meu Estado isso acontece, pagam 4% de P&D, 4%, de recursos contingenciados, professor. No Amazonas é 5%, por causa da Zona Franca; nós pagamos 1% a mais. Nós estamos discutindo uma medida provisória em relação a isso. A minha proposta é muito objetiva. Eu estou conversando com os reitores das universidades brasileiras e eu quero a colaboração e a contribuição de V. Exª, Prof. Cristovam, para fazermos uma reunião com todos os leitores. Um por cento desses recursos do P&D, que são arrecadas no Brasil, seriam direcionados à pesquisa dentro das universidades brasileiras. Direcionados, é glicose na veia, direto, sem essa intermediação.

O que aconteceu na década de 90 é que esse P&D era direcionado a universidades particulares, que cresceram com esses recursos sem prestaram contas e sem terem dado nenhuma contribuição à ciência e tecnologia, nem à inovação nem a pesquisa, no Brasil.

Falar em pesquisas, na minha região é brincadeira. Eu não preciso ir longe para falarmos em pesquisa sustentável e aquilo que não conhecemos na Amazônia. A Embrapa, que V. Exª colocou agora, e colocou bem, ela fez uma pesquisa, e hoje já podemos produzir açaí, que é sazonal – você sabe que o açaí só dá na chuva, ele é sazonal; só dá três meses por ano.

Na Amazônia, infelizmente, todos os produtos da Amazônia são sazonais, não é o ano todo. O peixe é sazonal, a castanha é sazonal, a borracha é sazonal, o açaí é sazonal e qualquer outro tipo de fruta é sazonal. Então, é muito difícil você ter uma indústria para produzir, você gerar valor agregado a essa benesse que a natureza nos dá, porque nós os nossos produtos são sazonais.

E agora, com uma pesquisa feita pela Embrapa em especial, você tem mudas de açaí que, com gotejamento, podem produzir o ano todo. Açaí é um produto que todos nós conhecemos, não preciso explicar sua importância para o paladar brasileiro e mundial hoje.

Mas eu quero aqui dar minha contribuição dizendo o seguinte: nós temos condições de melhorar, sim, mas nós tínhamos que focar. A gente diversifica muito. Quando a gente cresceu na produção, da década de 70 para cá, é porque nós tínhamos condições objetivas e subjetivas. Objetivamente, nós temos terras férteis, as melhores terras do mundo para produzir. Aí, você cresceu nisso num outro momento. Hoje, neste momento, nós não teríamos essa produção, por causa das leis ambientais. Dificilmente Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e outros Estados na Região Centro-Oeste que produzem soja, milho, teriam condições hoje de fazê-lo, até porque haveria um milhão de dificuldades para abrir estradas novas. Hoje você não consegue abrir estrada. Eu não consigo, no Amazonas, a gente não consegue asfaltar uma estrada que foi asfaltada na década de 70, a gente não consegue reasfaltar a estrada, porque não deixam. Mas essa é outra discussão.

Em relação à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, infelizmente nós pecamos por falta de uma política brasileira realmente voltada, sem deixar de ter solução de continuidade. O problema é que muda governo, muda política; muda o dirigente, muda a política. Tem de haver algumas áreas que nós Senadores, e o Congresso Nacional teria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovar uma lei proibindo... Seja quem for o governante, seja quem for o Presidente, nós não podemos mudar uma meta estabelecida para 20, 30 anos. O governador chega, eu tinha um programa bom, o governador diz: "Esse programa não é meu, joga fora, eu quero um programa novo". Aí muda a pessoa, muda a cabeça, isso acontece. Acontece aqui, não é o governo do PT, do PSDB, do PMDB. Em todos os partidos a prática é a mesma, infelizmente. E você vê os projetos, o investimento que você faz em três, quatro anos... Três, quatro anos não é absolutamente nada para ciência e tecnologia, para pesquisa e desenvolvimento. O caso dessa senhora: nós não teríamos aqui um telescópio para descobrir nenhuma estrelinha no Brasil. Então, ela foi trabalhar num lugar em que ela teve oportunidade de se tornar conhecida, porque tinha equipamento para fazê-lo, senão não seria ninguém; seria mais um nesse meio em que há muitas pessoas competentes.

Em relação a isso, eu acho que nós temos que fazer, Senador Cristovam e Senador Pedro Chaves: não dá para mudar de política conforme a cabeça do governante de plantão. A política de ciência e tecnologia não é uma prioridade do governante de plantão. Ele acha que, porque foi eleito com mais de 50% dos votos, tem o direito de chegar e dizer: "Não, agora não quero". Só para o senhor ter uma ideia, no governo da Dilma, houve quatro ou cinco ministros de ciência e tecnologia, Senador Cristovam. Começou com o Mercadante, foi para não sei quem, acabou que ficou com ninguém no final. Agora está lá o Kassab, que é do meu Partido, num esforço muito grande, tem uma sensibilidade de gestão. É importante ter sensibilidade de gestão, não adianta você ser... Nem sempre o cientista é um bom gestor. Você tem que ter a sensibilidade, e o Kassab tem essa sensibilidade. E eu vejo o esforço dele.

Agora mesmo nós estamos programando um evento na Amazônia, principalmente do Estado do Amazonas. Após se lançar o satélite, nós vamos ter internet no Estado todo. Veja bem, para nós, há três ou quatro anos, era um sonho isso. Nós vamos ter, na realidade, internet, que é o mínimo hoje. O que a gente pode dizer é: se você não tem acesso à informação, como é que você vai dizer...

Há uma frase que eu uso muito na minha região que não é minha, e não precisa ser minha para que você adote também. Quando você adota uma criança, ela não nasceu de você, mas passa a ser seu filho. Eu sempre digo em reuniões com jovens, em reunião com professores e em uma reunião aqui, com pessoas que estão dirigindo essa área tão importante, que é da pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia que sem conhecimento não há desenvolvimento.

Enquanto a gente não tiver o conhecimento da Amazônia, nós não vamos desenvolver a Amazônia. Com o conhecimento, nós iremos proteger a Amazônia; sem o conhecimento, ela não será protegida. A partir do momento em que a população da Amazônia tiver direito de viver dela, sustentavelmente, ela vai protegê-la, tenha certeza disso. Senão, os oportunistas chegarão ali para dizer: "Não, derruba essa árvore aqui, porque isso aqui te dá um trocado". E ele vai, por aquele trocado, derrubar aquela árvore. Ele vai entrar numa picada para trazer, arrastando em carro de boi ou trator, uma tora que tem 100 anos, 80 anos, pelo trocado que estão dando para ele.

Se ele tiver o conhecimento da sua região, que ele possa dizer: "Disso eu tenho como manter a minha família, disso eu tenho como manter os meus filhos"... Se ele tiver como sobreviver bem, ele não fará absolutamente... Só há uma forma de proteger a Amazônia: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecê-la. E não é conhecê-la visitando, é conhecê-la internamente, através de pesquisa, através de conhecimento científico, para você poder produzir dela a riqueza para aquele povo que vive ali.

Era isso que eu queria colocar. Infelizmente, eu não posso ficar para um debate, mas eu espero, Senador Cristovam, que a gente possa debater não aqui, mas em um seminário em Brasília para a gente trazer pessoas do Brasil todo para dar sua contribuição. Há muita gente boa querendo dar contribuição.

Contem comigo aqui no Senado. Naquilo que for necessário contribuir para que a gente possa alocar para pesquisa e desenvolvimento, eu estarei à disposição dos senhores e das senhoras também.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, eu que agradeço. O senhor trouxe aqui, sem querer talvez, uma boa ideia: fazer uma daquelas sessões plenárias que nós fazemos – fizemos sobre violência – sobre ciência e tecnologia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sabe por que, Senador Cristovam? Se a gente trouxer todos aqueles professores que estão nas universidades... Veja bem, as pessoas muitas vezes não têm oportunidade de dar sua opinião.

Eu aprendi uma coisa: é ouvindo que a gente aprende. Aquilo que é interessante, a gente absorve; aquilo que não é, a gente pelo menos deu atenção à pessoa, dizendo: "Olha, sua ideia é boa, mas hoje não dá para fazer".

Mas eu queria, Senador Cristovam, a sua colaboração para que a gente pudesse... O P&D hoje, que é arrecadado das indústrias – veja bem, isso é das indústrias –, é altíssimo e é contingenciado pelo Governo, e algumas indústrias hoje não têm nem como fazer investimento.

Eu, por exemplo, pedi para a Samsung, que é coreana: "Não, vocês têm que montar um laboratório aqui em Manaus e trazer cientistas coreanos para cá." Porque a Samsung arrecada quase 400 milhões de P&D por ano, e ela é obrigada a fazer esse investimento, por lei. Agora mesmo existe uma lei... Muitas indústrias brasileiras irão fechar as suas portas, porque não estão pagando P&D. Não estão conseguindo – muitas delas não conseguem – um projeto para você aplicar esses recursos. Então, criaram-se muitas fundações, a torto e a direito, para adquirir esse recurso, mas nós não vemos nada de positivo. O que é que nós produzimos de tecnologia nossa? Não produzimos absolutamente nada.

Para nós produzirmos esse computador, no Brasil, que é produzido ou no Paraná ou no Amazonas – na Zona Franca –, não existe absolutamente... O máximo que há aqui é o plástico que é utilizado, é uma área termoplástica que você usa aqui. O resto tudo é trazido de fora. Chega aqui, o pessoal solda, com aquelas soldazinhas pequenas e tal, chipizinho dali e tal... Então, nada! O valor agregado, no Brasil, é praticamente nada. O número de empregos que nós geramos no Brasil é quase nada. Pelo contrário: hoje você pega uma televisão plana, da Samsung, de 70, 80, 100 polegadas. Há televisão da Samsung que custa cento e poucos mil reais, para vocês terem uma ideia. E toda a tecnologia trazida da Coreia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Japão, que há muitos anos foi um grande produtor de tecnologia, matéria-prima final, hoje só produz tecnologia, mas não produz... A Hitachi fechou, a Sharp fechou. As grandes indústrias japonesas fecharam, como as grandes indústrias americanas, na área de televisão, fecharam. Sobrou aí quem? Samsung, coreana; LG, coreana; Philips, holandesa; a Sony, japonesa; e acabou. Hoje, quem controla essa área são os coreanos. Só para você ter uma ideia, Samsung e Hyundai são quase 50% do PIB coreano. Só para nós termos uma ideia. Duas indústrias são 50% do PIB coreano. A Hyundai produz de parafuso a foguete. Tecnologia coreana.

Hoje, se nós quisermos montar uma indústria de semicondutores, Prof. Roberto, que é físico, para ter uma indústria de semicondutores aqui, que são utilizados em qualquer área de tecnologia, nós precisaríamos ter, no mínimo, mil engenheiros eletrônicos, e nós não temos isso no mercado. Sabe onde há isso hoje? Na Índia. Em quantidade suficiente para você ter... Nós não temos o número.

Então, muitas vezes nós temos recursos para montar uma indústria, mas não temos essa mente que está fugindo, esse capital humano que está fugindo do Brasil. E vai continuar fugindo, se nós não tomarmos essas providências de, primeiro, Senador Cristovam – e, aí, eu sou muito franco –: não dá para mudar governo, não dá para o presidente, o governador, o prefeito falarem: "Ah, muda tudo. Agora eu não quero mais isso. Isso não me interessa. Isso é do outro." Não! Isso é do Brasil!

Então, se nós não tivermos uma política dessas...

Por que é que as agências nacionais reguladoras são mandatos, independentemente do presidente? É para você ter, no mínimo, uma política de regulação, senão muda presidente e tal... Nós não temos isso na área de ciência, nós não temos isso na área de tecnologia. Todos que chegam ao Ministério da Ciência têm uma ideia nova e querem chegar para o Presidente de plantão e dizer: "Olha, isso aqui é bom. Vamos fazer isso? Isso é legal." É isso.

Essa é a contribuição. Não sei se eu dei uma contribuição ou não, mas espero poder debater novamente com os senhores essa questão porque é muito interessante para a minha região. O Amazonas precisa muito do desenvolvimento de tecnologia, precisa muito de ciência porque nós somos dependentes da Zona Franca de Manaus e temos uma riqueza imensurável na Amazônia de que poderíamos estar usufruindo se tivéssemos feito isso lá atrás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado ao senhor, Senador.

Vamos tentar fazer essa grande audiência no plenário. Eu vou levar a ideia ao Presidente.

Passo a palavra agora à Srª Denise Neddermeyer.

A SRª DENISE NEDDERMEYER – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria agradecer o convite para participar desta reunião, cumprimentar meus colegas de Mesa e todos aqui presentes e dizer que é uma grande honra participar do debate sobre esse assunto, Senador.

Eu gostaria de começar a passar a mensagem da Embrapii, primeiro, trazendo aqui os cumprimentos do nosso Diretor-Presidente, Dr. Jorge Guimarães, que infelizmente não pôde estar aqui, mas que é um grande entusiasta desse assunto também.

Eu aproveito e já começo a tentar responder às três primeiras perguntas que o senhor fez, Senador, que achei que são muito pertinentes ao que a gente vai discutir, principalmente ao que eu gostaria de falar aqui para vocês hoje.

A primeira, então, seria se agora a situação é mais grave do que no passado em relação à tendência do brasileiro de permanecer no exterior ou de voltar para o Brasil. O que se percebe é que os estudos, os *surveys* que são feitos sempre indicam que o brasileiro, de um modo geral, esse talento qualificado que vai para o exterior, tem uma vontade enorme de voltar e geralmente ele volta. Porém, Senador, a dinâmica do recrutamento internacional mudou muito. É muito rápido o que está acontecendo no exterior hoje em dia, no cenário internacional.

Não só a questão da tecnologia da informação, mas também as redes sociais e a velocidade com que os processos de inovação acontecem servem de atrativo muito forte para essa mobilidade internacional, e isso faz com que os talentos brasileiros sejam expostos. Nós temos muitos talentos, como nós sabemos, e isso é, de fato, um atrativo grande para que o Brasil possa perder toda essa carga de talentos e de cientistas que estão preparados, principalmente em consequência do grande investimento que o Governo tem feito, em várias décadas, não só na Capes e no CNPq, mas também recentemente com o Ciência sem Fronteiras.

Então, eu acho que há uma preocupação, sim, há uma grande mudança em termos do tipo de disciplina e de foco que está atraindo esses talentos, como, por exemplo, a indústria 4.0, que é uma indústria de fronteira, de novos conhecimentos, que vai revolucionar muita coisa na nossa vida do dia a dia, como a Internet das Coisas, como *smart cities*, toda essa revolução que está acontecendo e que tem um potencial muito grande de atrair as melhores pessoas no mundo todo. Então, não é uma questão só do Brasil, mas o Brasil está inserido nesse contexto, e é preciso, sim, conversarmos e debatermos isso nesse ponto, como o senhor está fazendo, Senador.

A outra questão que o senhor perguntou é o que é necessário fazer para segurar ou atrair esses talentos no Brasil. A questão é muito complexa, obviamente há a questão social pela qual o Brasil passa, a questão da segurança, a questão econômica, a questão das nossas universidades, mas algumas iniciativas demonstram que há algumas saídas, algumas esperanças, como, por exemplo, todo o esforço feito pelo CNPq, o esforço que a própria Embrapii está fazendo junto com o CNPq de lançar um programa de bolsa de estudos qualificado, num nível um pouco melhor do que mestrado e doutorado, são bolsas mais bem-remuneradas, para fixar pessoas, cientistas que voltaram do Ciência sem Fronteiras, ou que já se formaram mesmo no Brasil, nas unidades Embrapii, com bolsas do CNPq e da Capes, e o acompanhamento do IEL. Então, são três áreas muito experientes que estão se juntando para tentar criar uma cultura de aproveitamento e de inserção desses talentos no ambiente produtivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil. Isso é uma coisa importante. Não é necessário apenas inserir os nossos talentos nas nossas universidades; é necessário fazer com que se criem produtos, processos, inovação, para criar, de fato, um ambiente de competitividade no Brasil.

A participação de um órgão como o CNPq, governamental; a participação de um órgão como a Embrapii, que é uma organização social sem fins lucrativos, privada; e a participação de um IEL, que é um instituto da CNI, traz três áreas que se complementam na tentativa de formar esse caldo necessário para manter o profissional qualificado trabalhando e contribuindo para que inovações e produtos sejam feitos e comercializados, que é o que todo mundo quer. Nós temos uma capacidade acadêmica instalada excelente, com grande produtividade acadêmica, com publicação acadêmica de alto nível, mas, na hora em que esse talento acadêmico precisa de fato se transformar em produto, há um hiato, um abismo enorme. E é justamente nesse abismo que a Embrapii veio para trabalhar.

O que pode ser dito sobre isso? A Embrapii é uma iniciativa muito nova, foi criada em 2013. Comparada com a nossa necessidade, ela é pequena, mas é uma iniciativa muito singular, porque se tem um orçamento de 1,5 bilhão para seis anos, e esse orçamento é distribuído da seguinte forma: a Embrapii credencia suas unidades de acordo com editais públicos, com muita competitividade, com muita análise. De fato, as unidades de pesquisa são capazes, estão prontas para se inserir no processo de P&D mesmo, prático, de ciências aplicadas, para que gerem produtos para a sociedade brasileira e para o setor produtivo brasileiro. Isto é uma coisa importante que não podemos esquecer: o envolvimento das nossas empresas para a solução de problemas locais no Brasil, para que os produtos, as inovações, as descobertas retornem para a sociedade brasileira, e não simplesmente inserir um cientista dentro de uma universidade, um emprego. É preciso que ele use a sua capacidade de talento e produza.

Então, Senador, eu acho que, neste ponto, embora pareça uma gota no oceano, Presidente, é uma iniciativa de mudança de cultura, de aproveitar o que nós temos no Brasil de muito bom e inserir isso no mercado de trabalho, apesar das dificuldades momentâneas que nós estamos atravessando. A segunda questão seria... Aliás, sobre atrair os talentos. Hoje em dia, no Brasil, nós temos várias redes de diásporas formadas, de pessoas de altíssimo nível, como a astrônoma Duilia e outros mais, que estão totalmente engajadas em ajudar, favorecer, trazer para o Brasil, complementar o que se faz aqui, usar o seu prestígio no exterior para que nós possamos também criar núcleos de pesquisa e núcleos de liderança aqui no Brasil.

Isso é um potencial fantástico. Isso pode ser muito bem aproveitado; tem sido em alguns casos. Elas têm ajudado, têm feito muitas conexões, e são pessoas que estão comprometidas com o interesse do Brasil, embora esteja no exterior, mas, por conta do seu prestígio, por conta dos seus conhecimentos, de suas redes de conexões, elas têm ajudado muito e tentam ajudar muito o Brasil, nesse sentido de trazer para cá pessoas e no sentido de manter também os seus estudantes aqui.

Agora, a terceira questão, que é o Ciência sem Fronteiras, eu sou um pouco suspeita para falar sobre isso, Senador, porque eu tive o privilégio de dirigir a diretoria da Capes, na época em que o programa estava sendo implementado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bom, eu vou tentar abstrair um pouquinho de toda a experiência que eu tive, da complexidade que foi implementar o programa; um programa muito complexo e que envolveu a Capes e o CNPq, duas instituições diferentes, de culturas diferentes, embora tivessem experiências complementares, além da questão do tamanho do programa. Mas o que eu gostaria de passar aqui para vocês, de uma pessoa que vivenciou o dia a dia do programa Ciência sem Fronteiras – é claro que eu poderia falar de muitas coisas que poderiam ser melhoradas e podem, evidentemente – é que o programa despertou o Brasil para algumas questões muito importantes.

A primeira delas é que, até então, só uma elite muito privilegiada tinha oportunidade de ir ao exterior. Jamais, em tempo algum, um estudante de graduação do interior do Nordeste, ou do Amazonas, ou de Goiás, ou do Mato Grosso tinha a chance de botar o pé no exterior. Nunca.

A segunda coisa é que o programa tinha um foco muito determinado. Ele tinha um período x, quatro anos, o número de 100 mil e ele tinha o foco nas áreas tecnológicas específicas. Houve alguns desvirtuamentos por conta de questões políticas, mas o foco permaneceu: ciência, tecnologia e inovação. E esse foco é muito interessante porque permitiu se criar uma força de trabalho voltada para a necessidade do País naquelas áreas específicas: engenharia, sistema de computação, ambiente sustentável, energias, biologias, etc., etc., e se criou um despertar em vários sentidos. Primeiro, a questão da nossa necessidade de investir em melhor educação em ciências para os nossos jovens, para a formação deles; segundo, a questão da internacionalização das nossas universidades, que não estavam preparadas para ter o alcance do que se estava propondo naquele momento. Então, muitas universidades já tinham alguma experiência, saíram na frente; outras se retraíram, dizendo que não tinham condições; outras perceberam que não tinham como nem começar a favorecer os seus próprios estudantes e que tinham um grupo de estudantes muito propício para poder ir ao exterior. Então, ficou muito evidente o despreparo das nossas universidades em relação a esse contato com o exterior, tanto de mandar quanto de receber, e a falta de infraestrutura das nossas universidades nesse sentido. E, nesse ponto, o programa pecou, porque deixou as universidades um pouco de lado do que de toda a implementação, o que, no meu entendimento, poderia ter sido melhor aproveitado. Isso foi muito sugerido, mas infelizmente não foi aceito.

E a outra grande questão, que eu acho que foi muito salutar, foi a questão da falta da capacidade do idioma estrangeiro dos nossos estudantes não só de graduação, mas de pós-graduação também. Nós somos ainda um país muito voltado para nós mesmos. Nós somos muito grandes, temos tudo aqui no nosso País e muito poucos tinham a ideia de que hoje falar uma língua estrangeira, principalmente inglês, é essencial no mundo em que a gente vive. Não há como nós sermos competitivos, não há como nós abrirmos o nosso espaço, recebemos outras pessoas, se nós não conseguirmos nos comunicar dessa forma.

Nós não temos um bilhão de pessoas como a China ou como a Índia, então nós precisamos, sim, trabalhar com o que nós podemos no sentido de aproveitar os 40, 50 milhões de jovens que nós temos e prepará-los para esse desafio do País que está à nossa frente.

Então, Senador, eu acho que o Ciência sem Fronteiras retrata bem o que o Senador Aziz falou aqui na questão da continuidade: foi um investimento maciço, foi um investimento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trouxe oportunidades inexplicáveis para o Brasil, em termos de expor o que nós temos de bom para o exterior. Nós recebemos inúmeras comissões de visitas de universidades estrangeiras, do mais alto nível, interessadas em receber nossos alunos.

Nossos alunos não fizeram feio no exterior, sejam eles de graduação ou de pós-graduação. Muito pelo contrário, eles fizeram muito bem. Apesar da dificuldade do idioma inglês, eles iam estudar inglês, depois iam para os seus cursos, mas se deram bem, fizeram muito bem. Então, não deixaram a desejar.

Nós temos muito o que aprender com essa experiência. Acho que é o caso de pensar em como melhorar, porque o investimento em educação é uma coisa de longo prazo. Nós não temos como medir de imediato, mas daqui a algumas décadas nós vamos sentir o efeito desse investimento, com certeza.

No dia a dia nós já conhecemos algumas histórias muito interessantes. Por exemplo, na própria Embrapii, onde eu trabalho, nós temos um estagiário que está se formando na UnB, que foi bolsista do Ciência sem Fronteiras e é da Ceilândia. Ele foi para Hungria. Ele falou para mim assim: "Minha mãe falava: 'Para que você vai estudar? Você tem que trabalhar para me ajudar em casa'."

E ele insistiu, passou na UnB, foi para o Ciência sem Fronteiras, foi para a Hungria, fala inglês perfeitamente, está trabalhando como estagiário lá na Embrapii e, muito provavelmente, vai ser aproveitado quando ele se formar.

Esses casos muito peculiares são uma fonte de esperança, porque a educação é muito redentora, Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE NEDDERMEYER – Acabou o meu tempo.

A educação é muito redentora e há um setor do Brasil que é muito consciente disso e trabalha muito em prol disso.

Eu espero que possamos, muito em breve, com a estabilização econômica e política no nosso ambiente, retomar e de fato investir nisso, porque o brasileiro é muito voltado para o Brasil e ele quer ficar aqui. É uma pena que nós não consigamos mantê-lo com as condições necessárias. Nós precisamos ter as condições necessárias para que ele fique.

Bom, era só isso, gente, por enquanto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Agradeço muito à professora. Eu quero dizer que chegou aqui, por telefone... Por isso eu atendi quando eu vi o nome, estava me chamando, um dos grandes cientistas que nós temos na UnB, que é o Prof. Isaac Roitman. Mas além disso, ele tem algo mais: ele é um dos raros – eu diria – cientistas que dá ênfase à ideia de educação de base, ou seja, não só contra a fuga de cérebros, mas contra o afogamento dos cérebros. Ele mandou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer uma pergunta nessa linha, mas ao Prof. Borges, que é: por que o CNPq suspendeu o Ciência sem Fronteiras? É a pergunta dele, mas não quero que responda agora.

Eu quero, entretanto, provocado pela senhora, dizer que eu fui um entusiasta, no início, do Ciência sem Fronteiras, mas aos poucos eu fui perdendo o entusiasmo, quando eu vi que a quantidade de alunos que estavam indo não ia trazer o impacto científico ao Brasil, inclusive nas diversas áreas, e que não ia trazer uma coisa pela qual eu luto muito, que é a visão da universidade não como escada, mas como alavanca. Passou-se a ter, no Brasil, a ideia de que a universidade é uma escada social para quem entra nela – e tem que ser –, mas abandonou-se a ideia de que ela tem que ser uma alavanca para o progresso do País. Eu creio que – minha opinião – o Ciência sem Fronteiras ficou muito no lado da escada social, e pouco no lado da alavanca, e além disso com custos que talvez tenham sido mais altos. Eu lembro que, uma vez, eu estava defendendo o Ciência sem Fronteiras em uma conversa e eu disse: "Olhe, o simples fato de um jovem brasileiro ir ao exterior e ver que o sistema público de transporte funciona, como o metrô de Paris, já o traz com uma cabeça melhor." E esse interlocutor meu perguntou: "Então por que não deixa o programa ser administrado pelo Ministério do Turismo? Porque aí a gente não tem que medir o resultado científico." Ou seja, é um programa cuja criação, ao meu ver, foi uma coisa boa, e eu fui um entusiasta; mas de fato eu gostaria de uma avaliação mais completa e complexa do impacto como alavanca do progresso, e não apenas com escada de ascensão.

E aí uma coisa que eu sei que não é fácil, mas que talvez tivesse tido um grande impacto, era, em vez de fazer o Ciência sem Fronteiras ir para lá com brasileiros, trazer cientistas estrangeiros para o Brasil. A USP não foi criada mandando paulistas para o exterior. Foi trazendo franceses aqui para dentro, e italianos também. Então, é com essa visão que talvez se precise fazer uma avaliação.

E, finalmente, eu, gostando de jogar com as palavras: a ideia não seria, em vez de uma ciência sem fronteiras, uma educação sem fracasso? Um programa de educação sem fracasso – e quando eu digo educação, estou falando de base –, que seria a plataforma para todo o mais.

Dito isso, a pergunta fica no ar, do Prof. Isaac.

Eu passo a palavra ao Prof. Roberto Nicolsky.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Não para dar essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Para dizer o que o senhor quiser.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Pois bem. Antes de mais nada, quero agradecer imensamente esse convite do Professor e Senador Cristovam Buarque e, na pessoa dele, cumprimentar toda a Mesa e toda a plateia.

Eu pretendo colocar para vocês uma outra visão, porque se criou, no Brasil, aquilo que se poderia chamar de um chavão: quando se fala em ciência, fala-se em ciência, tecnologia e inovação, mas ninguém parou para pensar quem faz ciência, quem faz tecnologia, quem faz inovação. Paradoxalmente, isso não é um conceito indivisível; não, ele é completamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dividido. Ciência quem faz é a universidade; e aquilo que ela chama de tecnologia, na verdade, não é uma tecnologia, é uma ciência da engenharia, é isso que ela faz. São novos conceitos, novas ideias, novos materiais na área de engenharia, na área de química, na área do que for. O que a universidade faz na farmácia são novos conceitos de farmácia, não é um medicamento. Eventualmente, ela pode colaborar em um medicamento, mas vamos ver em que condições.

Aqui, eu quero colocar a questão da diáspora. Por que a diáspora brasileira? Porque nós vemos o Brasil em 2016: está lá com 3% negativos, repetindo o ano de 2015, que também teve 3% negativos. Como vimos no inquérito que fizeram com aqueles que participaram da diáspora, a primeira questão é a questão profissional para eles. Qual a perspectiva profissional real num país que regride 3% a cada ano? Isso é uma queda de renda para uma imensa proporção da população que perdeu o emprego – são 13 milhões de famílias que estão nessa situação – e uma perda de salário para aqueles que mantiveram o emprego, mas que tiveram que trocar para um salário menor. Até eu próprio fui vítima, pois eu era pró-reitor da universidade e fui rebaixado a um assessor por exigência da secretaria, porque eu era extraquadro, reduzindo-se o salário a uma quarta parte. Ainda assim, eu colaborei com a Uezo até o ano passado, quando, então, todos os extraquadros foram excluídos.

Essa é a situação real do Brasil. E nós temos ciência disso. Temos, inclusive, essa experiência da diáspora de outros países, quando, nas décadas de 60 e 70, nós recebemos hindus em grande quantidade. Praticamente, não havia uma universidade federal do Brasil que não tivesse um ou mais doutores da Índia. Por que isso? Porque a Índia estava mal nas décadas de 60 e 70 e até 80. Quando ela começou a se levantar, a diáspora parou. Continuou ainda, para os Estados Unidos.

Na década de 90, após a promulgação da Lei 40/1991, que criou o incentivo fiscal principalmente para trazer capital indiano para a Índia, dos indianos para Índia, a diáspora se reverteu. A Índia passou por uma diáspora reversa, em que os indianos que enriqueceram fora voltavam para Índia para montar empresas de *software*. E a Índia passou a multiplicar o seu *software* 20% a cada ano – quer dizer, 1,2; 1,44; 1,7 – e, em poucos anos, ela passou de 1 bilhão de exportação para mais de 100 bilhões de exportação de *software*.

Minha gente, o que é *software*? É pura inteligência, nada mais. É apertar um botão, e ela está no cliente. É pura inteligência indiana. Não faz buraco na serra, não devasta florestas, nem devasta a Caatinga, nem o Cerrado; não. Não devasta nada! É pura inteligência.

Como fizeram isso? Promulgaram uma lei em 1991, dando dez anos de isenção e de impunidade para quem trouxesse capital. Quer dizer, ninguém perguntaria qual era a origem do capital. Então, vieram bilhões para a Índia. Para aplicar em quê? Naquilo que os indianos aprenderam lá fora, em TI. E a Índia se tornou o maior exportador de *software* do mundo.

E veja que ela não tem *software* de marca. O *software* que ela exporta é o que está dentro do Pentium, da Intel americana, é o *software* que está lá na Microsoft, é o *software* que comanda os aviões da Embraer; esse é o *software* indiano.

Então, a questão da diáspora é fruto de uma situação econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Da mesma maneira que, na década de 90, houve a diáspora russa. Por que a diáspora russa? Porque ela mudou tudo lá dentro, gerou uma incerteza em relação à economia; o país paralisou-se. O que fizeram os cientistas bons? Foram embora. Há universidades americanas que até criaram institutos para abrigar todos os russos que quisessem ir para lá. Hoje, há diáspora russa? Não há mais diáspora russa. Ao contrário, hoje a Rússia tem milhares de estudantes do exterior, que vão estudar lá. E a Rússia, apesar de ter passado por essa crise do petróleo, da queda do petróleo, já este ano está positiva.

Bom, vamos adiante, só para não ficar parado nesse ponto.

Eu quero colocar aqui algumas coisas que mostram o que aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial. A Segunda Guerra Mundial foi um grande marco no desenvolvimento dos países em desenvolvimento, ou seja, os países não desenvolvidos. Por quê? Com a Segunda Guerra Mundial, foi demolido o sistema colonial.

A Índia, em 1947, proclamou-se independente; a China, em 1949, proclamou-se independente, e, no final da década de 40, quase todos os países – Indonésia, Paquistão, todos eles – tornaram-se independentes. Bem, mas o que isso quer dizer? Quer dizer que eles passaram a ter a liberdade de comandar o desenvolvimento da sua economia. Então, o Japão, que não se tornou independente mas ganhou essa possibilidade, porque ele tinha só a Coreia como colônia, e portanto não tinha para quem vender – porque para vender para a China era preciso pedir aos ingleses; para vender para a Índia, a mesma coisa; e assim por diante. Então, o Japão entrou no mercado mundial com bugigangas imitando aquilo que o Ocidente fazia de menos tecnológico. Para quê? Para aprender tecnologia. Tecnologia se faz na indústria, porque tecnologia é o processo de fabricação – isto é que é tecnologia. Não é aquela tese de um engenheiro que está lá na prateleira da universidade. Não. Aquilo é ciência da engenharia. Tecnologia se faz no chão de fábrica; é lá que se gera tecnologia. E o Brasil não tem tecnologia suficiente para o seu crescimento porque ele importou essa tecnologia. Ele não é dono dela. Ele não domina o processo de desenvolvimento dessa tecnologia. E nós podemos dar uma olhada muito rápida aqui nas... Não sei se... Mas está aí uma comparação de patentes, só em patentes. A patente é o resultado da tecnologia; é a forma como ela se protege. Então, um país que gera muita tecnologia tem muitas patentes – como os Estados Unidos, líder em patentes. Mas o Japão, que era praticamente inexistente, vejam lá, tinha 400 patentes quando começou a estatística do USPTO, não é nada. Hoje tem 51 mil, o que quer dizer que ele, em 1915, produziu – só em 15 – 51 mil patentes. Isso é taxa anual.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Dois mil e quinze.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Dois mil e quinze. O que foi que eu disse?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Mil e quinze.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Não, acrescenta mil aí.

Em 2015, 51 mil patentes. Foi o segundo patenteador; o primeiro, os Estados Unidos, com cento e vinte e tantas mil. Era um país que não produzia nada de patentes, porque ele não tinha tecnologia, a não ser em alguns setores muito específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pois bem, Taiwan entrou também nesse processo. Quantas patentes ela tinha em 1963? Zero. Ou seja, ela começou depois que houve a separação da China. Quantas ela hoje tem? Quase 12 mil. É o quinto patenteador, Taiwan – 20 mil habitantes numa ilha.

Está lá a Coreia do Sul, que tinha zero; hoje tem 18 mil. É o terceiro patenteador. Terceiro quer dizer que ele patenteia mais por ano do que um país absolutamente tradicional, chamado Alemanha, que tem o dobro da sua população e séculos de tradição – não como Alemanha, porque a Alemanha mesmo só tem 170 anos, mas seus principados formadores da Alemanha.

Pois bem, temos ainda China, que hoje é o quarto patenteador. Perdão, quinto patenteador. Não, nem quinto: sexto patenteador. Quinto é Taiwan. Está crescendo velozmente. Vejam quanto ela tinha em 63: tinha dez.

Índia. Está lá, a última que começou. Vejam a data lá: 1995. Em 1995, a Índia... Em 1991, ela descobriu que, trazendo capital, crescia o *software*. Mas não bastava o *software*: precisava da tecnologia industrial. Então, em 1995, ela promulgou uma nova lei. É a Lei 44, de 1995, que criou um incentivo direto.

O preâmbulo da lei diz o seguinte: cria-se o Conselho de Desenvolvimento Tecnológico para prover recursos de risco para as indústrias. Prover recursos de risco para as indústrias desenvolverem, comercializarem as tecnologias desenvolvidas e copiarem as tecnologias importadas.

Pois bem, vejam lá o Brasil: nós tínhamos 17. Éramos o segundo lugar em 1963. Vejam que absurdo: somos, hoje, o 27º ou 28º – por aí.

Está aí.

O segundo quadro nos mostra o seguinte: o PIB, o crescimento do PIB consequente disso.

Em 1995, foi quando a Índia promulgou... Eu só vou analisar o último país, a Índia, porque falar de Coreia já ficou pré-histórico. Já não faz mais sentido. Ela, hoje, é um país que tem US$30 mil *per capita* e está em outra faixa, bem como Taiwan. Estão todos eles em outra faixa.

E, sobre a China, há muito pouca informação. Ela não divulga informação.

Como a Índia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – ... é uma democracia, isso está em aberto.

Bom... Eu, na verdade, tenho ainda alguma coisa a dizer que eu acho que é relevante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Então, vejam lá em PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PIB monetário, expresso em dólares – dólares constantes –, era de 0,5 trilhão, da Índia, e 1,2 trilhão do Brasil. Em PPP – em paridade de poder de compras – nós estávamos iguais, com 1,9 trilhão.

Pois bem, em 2016, a Índia está monetariamente com 2,3 trilhões – é o sexto país –, e nós estamos com 1,8 trilhão, entre nono e décimo, dependendo da Itália.

Então, em PPP, a Índia hoje já é a terceira economia do mundo. Vejam: é a terceira. Em 20 anos de investimento em inovação realmente, não a inovação da prateleira, mas a inovação do chão de fábrica, patente, medida pela patente.

A Índia é a terceira economia e tem 8,7 trilhões. Para que tenham uma ideia, o segundo, que são os Estados Unidos, tem 16 trilhões aproximadamente, 16 ou 17 trilhões. Quer dizer, ela está no encalço de ultrapassar a economia americana. A primeira já é a China, com 22 trilhões.

Olhem a taxa de crescimento que isso representa: 7,33% para a Índia. Isso é média geométrica, gente, não é aritmética. É média geométrica durante 22 anos, de 95 a 22. Nós, nesse mesmo período: 2,49. Ali o computador arredondou para 2,50, mas eu me lembro de memória. Está aí.

O que isso representou em multiplicação do PIB? O nosso cresceu dois terços, quer dizer, passou de 1,2 trilhão para 1,8 trilhão, por aí. E a Índia cresceu 4,4 vezes o seu PIB. É isso o que quero dizer.

Estão aqui os crescimentos de patente lá do líder, que é a Coreia. Vejam que são exponenciais claramente. Vejam que a segunda... A Coreia, Taiwan, China e Índia... Vejam que a Índia engrenou uma exponencial depois de 1995. E vejam o Brasil e a Rússia, que são os dois do BRICS, observem que os dois, até 2010, flutuavam em torno de uma média: o Brasil em torno de 100, a Rússia em torno de 200, ridículos os valores. Hoje eles engrenaram, houve uma inflexão, em 2010, no Brasil, e outro tanto na Rússia. É interessante a do Brasil para nós. Ela triplicou, em seis anos, a nossa produção de patentes lá no USPTO. Mas o que a fez triplicar? Quem tem essa resposta? Um incentivo fiscal da Lei 11.196, de 2005, chamada Lei do Bem. Está lá no terceiro capítulo, art. 19. Isso foi feito porque ele passou a financiar, a subsidiar com a média da devolução, que não é grande, é só 17%, mas o país que, por exemplo, aplicasse em patentes no exterior poderia chegar até mais de 30%. Isso é que fará o Brasil crescer a acabar com a diáspora, porque, no momento em que se abrir o mercado, nós vamos ver diáspora reversa, como tem a Índia hoje e como tem talvez a Rússia, não tenho maior informação, mas a situação dela se reverteu completamente.

Vamos comparar Brasil e Índia rapidamente. Aqui alguns dados eu já dei. Agora, quero mostrar o seguinte, o desempenho da Índia hoje, de 1995 para cá, não é diferente do desempenho do Japão, da Coreia, de Taiwan, da China, nos seus 20 primeiros anos. Então, isso é uma lógica, é a lógica do desenvolvimento tecnológico. Dá até para...

Olhem o resultado do crescimento da exportação de *software* da Índia! É um exponencial. Poucos fenômenos físicos têm um *fit* da exponencial tão bom quando esse daqui, e esse é um produto de economia, ou seja, é o crescimento exponencial da exportação de *software.* Hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está em mais de 100 bilhões. Isso é o que o Brasil exporta de matérias-primas e produtos. Está em cerca de 140 bilhões.

Pois bem, esse é o panorama da Índia de hoje. A Índia cresceu 7,33%, mais que quadruplicou o seu PIB e hoje a exportação de *software* ultrapassa 100 bilhões, mas é interessante porque ela tem outras exportações inacreditáveis. Por exemplo, algum dos senhores sabia que a Índia é o maior destino de operações programáveis? Cirurgias programáveis?

Os planos de saúde americanos constroem um hospital, colocam do lado um hotel e mandam... Operação de vesícula? Vai lá na Índia. Operação de... Enfim, qualquer operação programável. Bariátrica? Vai lá na Índia. E assim por diante.

No ano de 2015, ela exportou 13 bilhões de cirurgias programáveis. Ora, nós fazemos isso também, reconhecidamente em plástica; mas é muito pouco, eles fazem em qualquer área! E são vários... Cada plano de saúde americano tem o seu hospital, o seu hotel, tudo organizado, porque nos Estados Unidos custaria três vezes mais caro. Então, não só paga a passagem como até leva a família, que fica no hotel para dar assistência: um acompanhante da família.

Veja, esse programa da Índia tem só 21 anos, mas não foi mudado por nenhum governo. Foi criado pelo governo da oposição que ganhou as eleições, depois o partido do Congresso recuperou o poder. Em ano recente, 2014, houve uma nova eleição e novamente ganhou o partido da oposição. E sabem por que ele ganhou? Porque o governo do partido do Congresso não conseguia fazer a Índia crescer 7%. Isso é considerado como *minimum minimorum*.

Então se elegeu Narendra Modi, que prometeu o seguinte. Ele era governador do Estado de Gujarat, que há 12 anos crescia 9% ao ano. Então, ele prometeu o seguinte: "Vou fazer a Índia crescer 9% ao ano porque eu vou desamarrar os entraves para que as pessoas empreendam, para que o capital estrangeiro venha e também empreenda aqui." E foi o que ele fez. No ano em que ele assumiu, em 2014, a Índia já cresceu 7,3%, só com a perspectiva nova que se abriu.

Pois bem, continua crescendo, ela é o país que mais cresce no mundo hoje, cresce mais que a China, que "caiu" – entre aspas "caiu" – para seis vírgula alguma coisa.

Pois bem, por que não fizemos isso em 1995? Eu escrevi um artigo publicado no dia 5 de janeiro de 1995, na *Folha de S.Paulo*. O artigo diz o seguinte, é o título, aliás: "O que faz falta à [política de] ciência e tecnologia" no Brasil. O que fazia falta? O óbvio que eu coletei naquele Anuário da Unesco de 1993 – provavelmente, a mesma fonte que usou a Índia para criar uma lei em 1995 –, que o essencial, o necessário – e vou mostrar que também é suficiente, posso até elaborar o teorema –, a condição necessária e suficiente para que uma política pública de fomento à inovação tenha resultados positivos e promova um crescimento rápido da economia é se, e somente se, houver compartilhamento do risco tecnológico entre o Estado que representa a sociedade – que é a maior interessada no crescimento, é ela que quer crescer – e as empresas. Isso nós conseguimos introduzir, a Protec conseguiu introduzir na legislação. A Lei 10.973 tem no seu art. 19 a subvenção econômica, não o subsídio, porque o subsídio não faz parte da nomenclatura brasileira. Então, existe a subvenção, foi a subvenção. Por que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se aplica isso corretamente? Há verba para isso. Qual é a verba para isso? É o FNDCT, que retira esse recurso das empresas. Era um absurdo ele tirar das empresas e não devolver às empresas na forma de um compartilhamento de risco para o País crescer. Porque, vejam, se o País cresce, a arrecadação do FNDCT também cresce; se o País decresce, ela decresce. Então, não se está tirando dinheiro da universidade ao devolver à empresa isso na forma de um incentivo direto, de um compartilhamento do risco tecnológico, está-se fazendo uma transferência indireta. Quer dizer, cresce a economia, cresce a arrecadação, cresce a verba do Ministério da Ciência e Tecnologia, que não deveria ter tecnologia nem inovação. Deveria ser Ministério da Ciência e Educação, como é, aliás, na Alemanha, por exemplo: Bundesministerium für Bildung und Wissenschaft. Não há nada de tecnologia. A tecnologia está no Bundesministerium für Forschung und Technologie. O que é isso? *Forschung* é pesquisa no sentido não acadêmico, no sentido industrial, o P&I ou R&D. Ou seja, é a indústria para o seu crescimento. Ela tem que investir em pesquisa para crescer.

Esse erro, diga-se de passagem, não é só brasileiro, é de todos os países que têm cultura latina. É da Argentina, é do México, é da Espanha, é de Portugal e é da Itália. Vocês têm dúvida?

A produção de patente francesa que tem a mesma população da Itália é de 6 mil por ano. Qual é a da Itália? Seria 5 mil, no mínimo, embora a população seja a mesma. Não, é de 2 mil. Por quê? Florença para baixo é o *mezzogiorno*, não tem nada a ver com o norte. Só o norte produz, só o norte patenteia. Então, o que ocorre é que ali há dois países. Um patenteia, aquela pequena população lá em cima, dois mil e pouco. O outro não patenteia nada, porque ele faz queijo e vinho – aliás muito bom, de boa qualidade – e azeite.

Na Espanha é a mesma coisa. Sabem quantas patentes tem a Espanha ali ao lado da França, no ano passado, em 2015, o último dado? Setecentas. Isso é nada, é zero. Porque é tudo da Catalunha, não tem mais nada de outro lugar, porque o resto planta laranja, melão, faz vinho, queijos, etc. Essa é uma coisa muito clara e objetiva, não sei por que não se entende.

O país cresce na proporção direta e cada uma das suas empresas compete no mercado mundial. E para competir ela tem que inovar, ela tem que estar continuamente inovando seus produtos. Mas não é a inovação que vai ser discutida em teses longas lá na universidade, não.

Eu trabalhei por 20 anos nessa área e não passei pela porta de nenhuma universidade. Na verdade, eu estou mentindo, eu passei pela USP para poder ir ao IPT, porque o IPT é dentro da USP. Mas nunca fui conversar com ninguém. O que eu fazia? Fazia o P&D de uma indústria de máquinas. Então, para mim, a opinião que interessava não era de um especialista em máquinas, mas era do usuário. Porque se ele não gostasse da minha máquina ele comprava a do concorrente. Então eu ia lá no usuário: comparem a minha máquina com a sua – aqueles que compravam a dos outros –, vamos ver se ela... E de fato muitas vezes eu encontrei situações em que a máquina concorrente, que era uma francesa, da Promeca, produzia mais, melhor e em menos tempo – cronometrava-se. Bom, então temos algum erro aqui, vamos ver o que é. O nosso castelo tem quatro ferramentas, o deles tem seis. Então só a troca de duas ferramentas já cobre a diferença. Vamos ter que trocar, porque se eu preciso de seis operações eu preciso de seis ferramentas. E eu só posso botar quatro na máquina, então me faltam condições de botar mais duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, assim nós fomos mudando, mudando, melhorando, melhorando, melhorando. A outra empresa fracassou, desistiu do mercado. E dali eu fui para uma indústria de ferramentas, em que eu fazia isso também. O que era a minha inovação? Lá eu fiz mais de 5 mil inovações, não porque eu seja um gênio, mas simplesmente porque eles tinham 5 mil produtos: ferramentas de aperto, chave de boca, chave estrela, chave Allen, todo tipo de chave, alicates, etc. O que acontecia? Fui auscultar o mercado. "A sua chave de boca não está cumprindo o mínimo de pressão que podemos exercer. Ela abre." Essa era a minha fonte de pesquisa. "Por que ela abre? Ela não está suficientemente resistente." Ela não machuca a boca, então, ela tem dureza suficiente. Ela foi devidamente tratada termicamente e está com dureza suficiente, mas, se ela abre, é porque internamente ela não está dúctil. Ela ficou toda dura, toda ela. Então, tem de reformular o processo de tratamento térmico. Ora, uma linha de chaves de boca tem dez chaves ou mais, desde a pequenininha até a de duas polegadas. Para cada uma delas, você tinha de fazer um tratamento térmico adequado. Tive de refazer todos os tratamentos térmicos e foi aí que o IPT me ajudou muito, porque ele tinha as bacias pequenas e dava para fazer algumas ferramentas, enquanto as nossas eram de produção. Ao se tentar fazer um teste numa bacia dessas, perdia-se uma quantidade imensa de óleo de energia. Então, graças à parceria com o IPT, durante os quatro anos que eu passei lá, nós fizemos mais de 5 mil mudanças de tratamento térmico. A empresa, que estava num buraco lá de Guarulhos e a ponto de fechar, mudou hoje para a Via Dutra. Se vocês passaram pela Via Dutra, está lá a Belzer, em grande estilo, porque isso a fez competir e a fez crescer. É disso que se precisa. Este é o problema: levar a empresa...

Na segunda-feira, eu almocei com um empresário em São Paulo da área farmacêutica, e ele me colocou: "Eu criei um laboratório de pesquisa no Canadá." Eu disse: "No Canadá?" "Sim, em Mississauga, porque eles me deram todas as condições..."

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Uma empresa brasileira?

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Sim, uma empresa brasileira.

"Lá eu não tenho a complicação da Anvisa. Tudo lá é fácil para inovar." Então, eles abriram um novo laboratório. Ele tem cem pesquisadores.

Agora, quem são os pesquisadores? Esse é outro equívoco. Pesquisador de indústria não é doutor, não. Pesquisando numa indústria metalúrgica, eu era físico. Não fiz, por essa razão, nenhum doutorado, nem mestrado, nem coisa nenhuma. É uma questão de bom senso, de ter senso crítico e criatividade. Disso, sim, é que as nossas universidades precisavam.

É nisso que a diáspora vai nos afetar porque, em princípio, o pesquisador de qualidade, o pesquisador com visão é aquele que é capaz de formar os profissionais com senso crítico e com criatividade para quando entrarem na indústria dizerem: "Não, esse processo aqui pode ser melhorado." Como melhorar? "Bem, vamos mudar aqui o *layout*, vamos pensar nisso, naquilo, facilitar o fluxo e assim..." Ou seja, aí está o grande segredo que o Brasil não sei por que razão ignora.

Eu poderia ir adiante. Aqui passei por todas elas. Eu voltei ao início, estranho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ah, sim, aqui está lei indiana, muito simples. Art. 6º, único artigo que trata da lei e o preâmbulo, que repete, aliás, esse artigo: "*provide equity capital*". Tão simples assim. E observem, não se interessa por processos de auxílio: "*any other financial assistance*" e acabou. E, outra coisa, olha lá o último parágrafo: "*commercial application of indigenous technology or, adapting imported technology*". O que quer dizer isso? O que é *adapting imported technology*? É um eufemismo para cópia. Ou seja, copiar aquela inovação que o concorrente tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Que o Japão fez.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Que o Japão fez, a Coreia fez, a China fez. Todos fizeram, mas nós temos essa dignidade, nós não fazemos. Já houve até um ministro que disse: cópia é coisa do passado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós compramos para não copiar.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – É. Está aí. Acho que acabou. Talvez haja mais alguma coisa. Isso aqui é uma comparação. Eu estou voltando, desculpem-me.

Ah, sim. Então, eu poderia elaborar um teorema: Teorema fundamental da Política Pública bem-sucedida de Desenvolvimento Tecnológico. A condição necessária e suficiente... Necessária porque todos os países utilizaram o compartilhamento do risco. Mas por que suficiente? Porque a lei indiana mostra que basta falar do capital de risco, não precisa se preocupar com o resto. Até empresa com recurso compra se precisar. Vai lá na Embrapii e contrata.

E nós temos uma experiência brasileira de sucesso com o compartilhamento de risco. Qual é ela? Em 40 anos, ela transformou esse setor do Brasil – hoje, o Brasil é até um grande exportador, graças a isso –, chama-se Embrapa. Por que o Brasil lidera a área agropecuária no mundo hoje? Porque ele é competitivo. E por que ele é competitivo? Porque a Embrapa, durante 40 anos, faz mudanças, melhorias e aperfeiçoamentos na indústria agrícola e pecuária – se é que se pode chamar de indústria –, na agropecuária.

Então, se temos um exemplo bem-sucedido, por que não aplicá-lo na indústria? A lei existe, é a lei da inovação. Está lá, art. 19; a fonte existe, é o FNDCT, não se aplica. Aplicou-se durante seis, sete, oito, nove, quatro anos de uma maneira equivocada, completamente errada, distorcida, acadêmica, e não se aplicou mais, porque o edital de 2010 foi pago aos trancos e barrancos, porque o Ministro que o sucedeu trancou o edital. Até 2013 ou 2014, ainda havia restos a pagar. Pois bem, e acabou. Não se faz mais subvenção. A subvenção é usada, equivocadamente, para reduzir a taxa de juros dos empréstimos, mas o empréstimo deixa o risco na mão do tomador exclusivamente; se ele é bem-sucedido, ótimo; se não é, quebra, mas tem de pagar o imposto de renda.

E por que esse recurso público é necessário? Acho que eu tenho até aqui essa indagação. Está aí. Por uma razão muito simples: quando a empresa aumenta o seu faturamento, ela tem de remunerar os ativos; tem de pagar os fornecedores; pagar os salários; a previdência social; as tributações estadual e federal. E quanto sobra para o lucro presumido? Oito por cento? Mas quanto é a parcela dos tributos? A média da carga fiscal do Brasil é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

38%. Qual é o empresário de bom senso que vai apostar todo o seu capital de giro para desenvolver uma inovação em que ele não é o maior beneficiário, em que o maior beneficiário é o Estado? Não existe isso na empresa pequena e média. Só a grande é que tem recurso para isso. Por isso, só mil empresas participam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO NICOLSKY – ... da Lei do Bem, só mil empresas. É ridículo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que eu tenho muito interesse em pelo menos fazer um comentário, mas estou com um problema prático, como nós temos aqui. Não é falta de educação. Eu estou em duas comissões e vou entrar na terceira. Uma delas é a Comissão de Constituição e Justiça, com sabatina, em que eu tenho também responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E, para nós aqui, Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só que eu não consigo sair daqui por causa desse tema, que é fundamental para o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E é fundamental a sua presença.

Eu quero dizer a todos da Mesa que, pela sua fala, aliás, excelente, chego à conclusão de que o maior problema do desenvolvimento tecnológico não é a ignorância, mas a burocracia. E dentre os que aqui lutam para quebrar a burocracia está o Senador Jorge Viana, com o projeto de lei que ele coordenou, que ele relatou. Por isso, para mim, é muito importante a sua fala, Senador Jorge Viana. Eu peço que V. Exª deixe lá atrasar por cinco ou dez minutos, ou pelo tempo que o senhor quiser. Eu gostaria de incluir nessa audiência a sua posição antes de passar a palavra para os membros da Mesa, que o farei depois, quando o senhor estiver...

Por favor, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu peço, mais uma vez, desculpas, mas assinei embaixo desse requerimento do Senador Cristovam. Ele fez aqui uma fala, durante uma audiência de cujo requerimento para que ela acontecesse eu fui proponente, para discutirmos o corte de 44% no orçamento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Veio aqui o Presidente da Academia Brasileira de Ciência, nós tivemos a Presidente da SBPC e cientistas que vieram aqui fazer um apelo final, mostrando, com dados, que tirar dinheiro da tecnologia e inovação neste momento não é parar o País, não é atrasar o País; é fazer o País ir para trás, andar para trás. E esta audiência acho que ela é complementar; ela trata das causas, mas trata também das consequências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Cristovam identificou o problema gravíssimo de cérebros saindo do Brasil. Pessoas que acumularam conhecimento, voltaram a ter fé e confiança no País estão falando: "Bem, como as condições agora que o Brasil reúne já não permitem que eu possa dar minha contribuição..." Somos finitos, nós temos um tempo de passagem por esta vida. Ou colaboramos quando temos condição ou, depois, não vamos ter tempo para colaborar. Muita gente está indo embora do Brasil, está saindo. E são pessoas que fazem falta.

Então, estamos aqui na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal fazendo uma discussão na hora em que também estamos discutindo o Orçamento. Não há a menor hipótese de nós passarmos para os nossos convidados, para quem nos assiste e para aqueles que vão ler o relatório o mínimo de esperança sem que haja uma presença orçamentária do Estado no estágio em que o Brasil está. É evidente pelas falas que ouvimos.

Senador Cristovam, eu fiz debates esses dias no Acre, participei e fico pensando nos países que V. Sªs usam como referência quando falamos de inovação, de tecnologia, de inteligência. Vejam os convidados que nós temos. Estava aqui falando um convidado que tem uma vivência sobre pesquisa e desenvolvimento e a aplicação disso. Está aqui dando uma aula para todos nós, mas temos uma especialista em programa de cooperação que trabalhou no Ciência sem Fronteiras, uma especialista na área de como a gente faz para encurtar caminho no sentido de buscar conhecimento. O trabalho que a senhora fez foi nesse sentido. O Brasil tinha isso e, ao invés de corrigir as coisas, nós as destruímos, desmontamos. Eu acho isso terrível.

Temos aqui um especialista em inteligência artificial. Há algo mais necessário para discutirmos na hora em que o mundo está vivendo essa revolução, que não é mais tecnológica? Estamos vivendo a era dos dados; não é mais nem da internet, área em que temos aqui um dos maiores especialistas também. Já estamos saindo da internet e indo para dados. É o novo. Eu só sei que mais da metade das crianças que estão estudando hoje vai trabalhar em algo que nós não conhecemos, não sabemos o que será, em atividades que não existem hoje, profissões que não sabemos, e nós vamos discutir isso.

O Senador Cristovam está fazendo esta discussão aqui; como reitor, como professor, o senhor está fazendo esta discussão. Lamentavelmente a audiência não é muito grande, mas isso aqui é reproduzido pela Rádio Senado, pela TV Senado, fica nos *Anais*, serve de referência para pesquisa, para estudo quando a gente vai fazer um trabalho. O que os senhores estão falando vai fazer parte dos *Anais do Senado* agora e, certamente, será útil, porque esse é um tema que não vai diminuir de importância; vai aumentar.

Eu estava pegando outro aspecto, fazendo conexão com o Orçamento. Qual é o país que é referência para nós, hoje, do ponto de vista de crescimento econômico? São os Estados Unidos ou é a China? Que eu saiba é a China. E não estou menosprezando a potência que é e o que ainda serão os Estados Unidos, que é um país também muito importante, mas o que estou dizendo é que, quando se fala em crescimento da China em 6,5%, é em cima de que PIB? É maior do que 11% que crescia sobre um PIB pequeno, muito maior. E a tendência... Acabou de ser reeleito o Xi Jinping para mais cinco anos.

Senador Cristovam, esse país chamado Taiwan, que eu fui visitar, a China, o próprio Japão, a Índia... É muito complexa a Índia, é até parecida conosco. Mas é um país que, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na sua complexidade, na sua desigualdade, nos seus problemas... Tem mais problemas do que o Brasil, se bem que nós estamos trabalhando para aumentar os nossos, para agravar os nossos. Até o que nós não tínhamos, estamos agora construindo, trabalhando para ter. Parece um momento de todos contra todos. Estamos vivendo...

O SR. ROBERTO NICOLSKY (*Fora do microfone.*) – V. Exª me permite um pequeno aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por favor.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Nós não temos condições de reproduzir no Brasil as condições da economia chinesa, que é semiestatal. Mas nós temos condições perfeitas de reproduzir as da Índia, e a Índia hoje cresce mais do que a China.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é. Mas o que eu estava querendo dizer é que nós nos espelhamos, e parece que pegamos um discurso de dizer o seguinte: aqui o que vale, e olha que o Senador Cristovam sabe, falou até, fez referência à burocracia... Eu fui governador oito anos, fui prefeito, nunca fui defensor de estatizar tudo, de botar o Estado para fazer tudo. Aquilo que alguém pode fazer melhor que o Estado que faça! Mas do ponto de vista de ação estratégica, vivo na Amazônia, o nosso País tem um potencial. Se não tiver uma presença do Estado, estratégica, em determinados setores, esqueçam, não vamos para lugar nenhum.

Nós estamos vivendo o momento do desmonte do Estado brasileiro, total, e dizendo que isso aí é que vai fazer com que o Brasil vá para a frente. Isso aí vai levar o Brasil para o buraco, sem solução. Sabem de quanto era o PIB brasileiro? Já que estamos falando de outros países, quero botar os números do nosso. O PIB brasileiro, quando o Presidente Fernando Henrique saiu, era de 1 trilhão. E ele consolidou. Eu sou do PT e estou falando do governo do PSDB, nunca deixo de pôr a verdade, os fatos. Ele deu uma estabilidade econômica para o País, criou condições. Então, o PIB, durante o governo dele, foi de 1 trilhão durante três anos, estável, mais ou menos, sem crescimento, mas estabilizou e criou. O governo do Presidente Lula pegou o PIB de 1,2 trilhão e passou para 6 trilhões. E nós ficamos com a imprensa, com a oposição esculhambando com o Pais, dizendo que o País estava fazendo tudo errado, o que não existe.

Sabem de quanto era a produção da ciência e tecnologia no Brasil antes de termos esse crescimento, ainda no governo do Presidente Lula? Era 1% do mundo, saía do Brasil. Passou a 2,5%. Isso é pouco? Sabem por quê? Porque nós tivemos um investimento na formação de mestrado, de doutores, de pós-doutores, de criação de universidade. Começamos a ter orçamento para trabalhar com ciência, tecnologia e inovação. E a economia cresceu também.

Aí, nós chegamos e, em vez de consertar o que estava errado, combater a gatunagem, combater os que tentaram se apropriar e se aproveitar desse crescimento que o Brasil teve... Petrobras valia US$15 bilhões quando o Lula assumiu. Passou a US$300. Não vai aparecer ladrão, não, para roubar e para tomar conta disso? Aí falaram: "Não, mas foi o Lula que destruiu a Petrobras." Como destruiu se ela valia US$15 bilhões, tinha zero de produção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pré-sal e produz agora 1,2 milhão de barris diários de pré-sal que não existiam, isso só com investimento, com ciência, tecnologia, inovação e política?

Agora, vão vender a Petrobras, porque dizem que o Brasil é muito ruim para ser patrão na Petrobras. E vão anunciar esta semana a venda da Eletrobras, sabem para quem? Para o Estado chinês vir comprar.

Os indianos estão comprando... Compraram até a Land Rover as empresas indianas. Comparam a Land Rover. Compraram empresas dos ingleses, veja, Senador Cristovam. Os colonizados comprando as empresas criadas pelos colonizadores. Não é bonito isso? De alguma maneira, gente, é assim que íamos...

Então, acho gravíssimo porque, se nós vivemos a era rural, agrícola, depois entramos na era industrial, depois entramos na era da internet e agora estamos entrando na era de dados, onde vamos ficar nisso?

Sabe o que vai acontecer nos próximos anos? Desemprego em massa no mundo. Esse problema de migração vai aumentar muito. Por quê? Por causa de inovação e tecnologia. Sinto muito, eu penso assim, posso estar equivocado.

Outro dia fui conversar com o Nelson Piquet – qualquer dia quero ter uma reunião com o senhor e com ele –, tricampeão mundial, com três carros diferentes, com três motores diferentes, e ele falou: "Jorge, você já viu o carro da Tesla?" Eu falei: "Não, não vi." Ele disse: "Comprei um lá em casa." No dia do lançamento da Tesla, do carro elétrico, foram pedidos 400 mil carros, num dia, pela internet, sem nenhuma concessionária. Sabe o que significa não ter concessionária? Não ter gerado emprego.

Agora, o mais grave vou terminar de contar. Eu falei: "Não vi, queria ver." Ele me levou para ver o carro. É um sedã, grande, coisa de americano. Essa empresa Tesla, que não existia há dez anos, vale mais que a Ford e vai passar a GM agora.

Agora, ela não tem concessionária. Então, não tem um monte de gente que trabalha na venda e na manutenção do carro. Aí fui ver o carro. Vi o posto de gasolina, um fio, uma tomada para abastecer o carro, na casa, sem licença, sem nada. E sou relator de um projeto que trabalha essa questão de carro elétrico aqui. Aí pedi para abrir o capô do carro, Senador Cristovam, fui ver a inovação, a tecnologia. Zero de peça no capô, só espaço vazio. Abri, tinha uns tapetes, levantei, mexi, não achei um fio, nada, zero. Aí abri a traseira, pensei "deve ser motor de traseira, vou ver a inovação no motor elétrico". Não achei nada, só tinha um espaço e um porão mais embaixo. Eu perguntei: "O que tem aí?" Ele disse: "Tem mais um espaço aqui." A bateria está no solo do carro. Eu falei: "Nelson, cadê o motor? Cadê as peças?" Ele falou: "Não tem. Isso aqui é inovação. Mas se você quiser achar o motor está nas rodas." Aí fotografei as rodas do carro. "Quatro motores nas rodas. Motor elétrico, Senador." Tem 400km de autonomia, faz 100km em segundos, o que nenhum carro convencional faz. Agora, sabe qual é o agravante? Por isso estou falando que vai haver desemprego e se nós não nos atentarmos... Não é desemprego, vai haver mudanças, vamos usar esse termo. Mudança de tudo, de mente, de comportamento.

Ele perguntou: "Você tem noção de quantas peças há num carro convencional?" Eu disse: "Claro que não, não sou mecânico." O cara é bom de mecânica. Ele falou: "Perto de 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil, entre pequenos e médios componentes." Para 6 mil deve haver uma cadeia produtiva danada. O senhor trabalhou no ABC muito tempo. Aí eu começo a entender porque Detroit está às moscas. O centro da era industrial está às moscas, faliu, na principal economia do mundo.

Ele falou: "Jorge, tem mais de 6 mil peças. E sabe quantas nesse?" Eu falei: "Não tenho ideia." Porque tem um painel, tem *software* – certamente os indianos estão ganhando dinheiro –, um painel bem grande, maior que esse computador aqui, em que se resolve tudo, mexe-se em suspensão, conserta-se o carro, faz tudo ali. Ele falou: "Esse carro tem trezentas e poucas peças." Sabe o que significa sair de 6 mil para trezentas e poucas peças? Quem é que vai... Vai se desmontar um conjunto de cadeias produtivas vinculadas a esse negócio, e não estamos preparados para isso, não estamos discutindo estrategicamente isso.

E, Senador, daqui a pouco o Estado vai ter que ser forte, e não fraco, para fazer a mediação, porque talvez nós teremos que discutir renda mínima mesmo. E aí nós estamos desmontando orçamento social, nós estamos na contramão, desmontando tudo e dizendo que o Dr. Meirelles ou um outro banqueiro que esteja lá no Banco Central vai resolver a vida nossa. Só quem está lucrando com esse negócio são os bancos, e nós deixamos de discutir a estratégia de país. Então eu queria discutir isso.

Agora, acho que começa com ciência, tecnologia e inovação. Não tem jeito, porque no mundo é isso. Todo ano estou indo ao Mobile Congress, em Barcelona. Eu estou impressionado com a chegada da Internet das Coisas. E graças a Deus eu estou indo, porque já estou ficando velho, tenho 58 anos, eu ia envelhecer mais. Mas sabe o que é que eu vejo crescer mais lá? Quando eu cheguei ao primeiro que eu fui, a Huawei chinesa tinha um *stand* lá. Huawei, uma empresa de telefonia, de telecomunicação, de equipamentos da China. Agora, a última vez que nós fomos visitar, é um mundo, por conta de Internet das Coisas, por conta de pôr tudo nas nuvens. E aí algumas profissões vão ter que desaparecer porque vão ficar meio sem sentido com o avanço que nós temos.

Então, acho que é muito oportuno V. Exª ter trazido, Senador Cristovam, o debate sobre a saída de cérebros. Para mim, o Brasil tem que ser o endereço dos cérebros. Sobre o tema que o senhor colocou, Dr. Roberto, da Índia abrir-se para isso, eu fui a Taiwan duas vezes, Taiwan tem um saldo de balança comercial com a China de 50 bilhões, e são inimigos mortais. Quem conhece a história sabe: Chiang Kai-shek foi para lá porque foi deposto e dizendo: "Olha, eu vou voltar e eu que sou o governo" e tal. Então, são inimigos. Os inimigos trabalham...

Mas, Senador Cristovam, o senhor, que tem um compromisso de vida com a educação, eu queria falar isto: eu visitei o Ministro da Educação de Taiwan também. "Como vocês fizeram tudo isso?" Claro que foi com essa determinação para o trabalho, com conhecimento, com educação, mas com determinação para o trabalho. Os componentes que a gente compra feitos na China... Os Estados Unidos fabricam na China e vendem, mas quem põe as coisinhas aqui dentro também são os taiwaneses, o pessoal de Taiwan, que trabalha e ganha, é assim que eles têm o saldo. São inimigos, mas negócios à parte. Taiwan tem 800 voos, avançou muito. Eu fui lá ao Ministério da Educação, o Senador Aloysio estava junto, Ferraço também estava junto. Nós estivemos com ele, e ele estava com um sério problema: estava sobrando dinheiro no orçamento dele. Estou falando sério. Por quê? Redução do número de crianças, redução do número de alunos. Taiwan é uma sociedade de 25 milhões de habitantes. São 25 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Olhe onde está: no topo de produção de patentes. Oito mil, o número ali, é o terceiro... Doze mil, oito mil é a China, acho. Doze mil patentes. Nós temos 370, e boa parte vinculada à Petrobras e a Campinas, à Unicamp, eu acho.

Mas ele falou: "Estou com um problema, está havendo uma sobra orçamentária para o Ministério da Educação." Eu perguntei: "E agora, o que o senhor vai fazer?" Ele disse: "Aqui é escola integral, todo mundo estuda até... Reclamam que até demais." Pá, pá, pá, tudo está feito. Aí ele falou: "Mas não vou devolver o dinheiro do orçamento." Nós indagamos: "Mas por quê?" Estavam três Senadores lá, Aloysio Nunes, que é Chanceler, nosso colega, eu e Ferraço. "Mas como é que o senhor não vai devolver?" Ele disse: "Nós somos muito ruins em comunicação, nosso povo. Somos difíceis de nos comunicarmos com o outro. Orientais. Vamos pegar todo o dinheiro que está sobrando agora e trabalhar com as crianças, desde pequenos, para termos um melhor jeito de convivência com os outros, com os diferentes."

Eu achei aquilo a evolução da evolução. Primeiro, ter um ministério com dinheiro suficiente e, em certas circunstâncias, sobrando e, depois, pegar e investir para melhorar a relação, para conviver melhor com o diferente. Eles falaram: "Nós, orientais, por timidez, por um motivo ou outro... Então vamos ver se a gente trabalha isso, porque o mundo está globalizado."

Eu, sinceramente, espero que essa fase que a gente está vivendo, Senador Cristovam – eu não quero ser pessimista –, seja uma fase de mal começo de século, mal começo de milênio. Se não fosse, não teríamos Trump como presidente dos Estados Unidos. Nós temos o nosso Temer, e os Estados Unidos têm o seu Trump, é tudo no 't", está tudo ruim. Mas na Europa também: a Alemanha acabou de dar quase 15% de seu Parlamento a um partido com fundamentação nazista.

Então, o mundo parece que teima em não começar o século XXI, o novo milênio. E, pior: caminha para... Porque essas brigas aí de gênero, de intolerância, para mim, são coisa do século VII. Daqui a pouco vamos chamar o Genghis Khan para resolver esse problema de tudo contra todos, porque Genghis Khan tem conexão com essa coisa do Estado Islâmico: pega os mortos, pessoas contaminadas com praga, e joga dentro da cidade para não ter que matar ninguém, já mata todo mundo de vez.

Eu não queria ficar num mundo assim, eu não quero conviver com um mundo desse jeito, eu não quero isso para a minha neta. Ninguém quer, mas nós estamos vivendo essa fase. Acho que a maneira de mudar é sermos mais tolerantes, ouvirmos uns aos outros, fazermos uma boa leitura do que está acontecendo, não só no Brasil, mas no mundo, nos Estados Unidos, na Ásia, na China.

Eu vou à China agora. O Brasil vai entrar no bambu, pela primeira vez vai ser parte do Inba, e eu ajudei bastante. Vou lá. Temos 18 milhões de hectares de floresta de bambu, mas zero de mercado, e é um mercado de US$60 bilhões. O Acre tem 4 milhões de hectares de bambu, e nós temos zero desse mercado. A China movimenta um mercado de 30 bilhões na China e de 60 bilhões no mundo. É bambu para a produção de roupas, de celulose, tudo. O que é isso? Tecnologia, inovação, conhecimento, ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zero! Aquele centro nosso de biotecnologia, que nós implantamos em Manaus, tentamos implantar: faz 25 anos que está lá, no meio de 20% da biodiversidade do planeta. Nenhum governo, e não importa se foi o Governo Lula, o Governo Dilma, Fernando Henrique, se é o atual ou outro: nada! A gente não quer estudar nossa biodiversidade, que é fundamental para a indústria de fármacos e de cosméticos. Se a Índia está desse jeito... Se estudarmos a nossa biodiversidade, podemos simplesmente ser as pecinhas, as engrenagens que os taiwaneses e os indianos são nessa máquina, mas na área de remédios e cosméticos, que são as indústrias que mais crescem no mundo. Nós temos biodiversidade, mas teimamos em não estudá-la, em não fazer isso. Mas, na hora em que houver uma virada, em que houver de novo um governo pensando estrategicamente e com lucidez, o País vai acontecer.

Concluo pedindo desculpas por ter me alongado.

Eu queria agradecer ao Senador Cristovam por ter promovido esta audiência e agradecer aos senhores por terem vindo. Os senhores não perderam tempo vindo aqui. Somos 81, mas basta que um ou dois comecem a pegar um termo e a repeti-lo para irmos adiante.

Essa questão do corte, que vai se refletir nas bolsas que nós não vamos ter... Na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da qual sou Presidente, estamos botando dinheiro para os índios isolados, nós estamos tirando as doze frentes de índios isolados. Sabe o que eu vou fazer com o seu amigo e meu amigo Sebastião Salgado, Senador Cristovam, segunda-feira? Nós vamos lá no BNDES, na direção do Fundo Amazônia, fazer sabe o quê? Tentar garantir dinheiro para o Brasil cuidar melhor dos índios isolados.

Dá para ter uma noção do que é ter população originária não contactada que a gente nem conhece quantos são ao todo? A gente tem só ideia. Não sabemos nem que tipo de povos são, mas compõem umas 200 etnias brasileiras que nunca fizeram contato, não sabem dessas brigas que nós estamos fazendo aqui fora. Boa parte deles mora no Acre. Eu procurei cuidar deles quando era governador. Moram no Vale do Javari e em tantos outros lugares.

Nós vamos lá atrás porque estão desmontando o orçamento da Funai e queremos pelo menos que o de proteção dos índios isolados e o de fiscalização sejam mantidos. Nós estamos indo lá. O Sebastião Salgado é um dos maiores fotógrafos do mundo, amicíssimo do Senador Cristovam, amigo meu também. E vou com o Beto Marubo, com quem estarei reunido hoje. E nós vamos lá pedir por aqueles que não têm voz, que não têm nem representação, que não chegaram nem na cidade.

Fazendo uma contradição maluca, há um ano e meio atrás um grupo de 29 índios desses isolados fizeram contato no Acre. Eu fiquei apavorado, porque 70% morrem nos primeiros três anos depois do contato, porque eles não têm as imunidades que nós adquirimos. E isso é um patrimônio. Aí nós fomos cuidar. Um médico da USP que é especialista no assunto salvou das primeiras gripes os quatro rapazes que fizeram contato. Levamos o Governador Tião Viana lá, de helicóptero. Ele conseguiu salvar... Em uma semana estavam morrendo de gripe, uma primeira gripe.

Eu não gostei muito dessa coisa. Até um amigo meu, indigenista, filmou e mostrou para mim, no escritório. Eu queria ter ido lá porque quero me encontrar com eles, ainda. A gente os protegeu de longe. Esses rapazes e uma moça foram pela primeira vez numa cidade, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de um ano desde que foram contactados – temos intérprete. Eles nunca tinham visto um mercado, nunca tinham visto banana daquele jeito e gente indo e vindo. E começaram a querer pegar as coisas. E pela primeira vez foram apresentados a uma coisa chamada dinheiro. Disseram a eles: "Não, para pegar esse negócio aí tem que ter este negócio aqui para pagar ali."

Então, nós estamos vivendo, lá no Acre, situações como essa, de apresentar dinheiro para algumas pessoas, alguns seres humanos como nós, que viveram até recentemente sem nada disso pelo que a gente briga e disputa, e, ao mesmo tempo, têm um conhecimento acumulado que é extraordinário e virou uma questão exponencial.

Para mim, é muito honroso termos aqui o Presidente do CNPq, termos pesquisadores. Eu fiz questão de ressaltar um pouquinho do que cada um está trazendo de colaboração. Fico honrado. Sabem por quê? Porque eu tenho mais um ano e dois meses de mandato. Ninguém sabe o que acontece depois de reeleição – provavelmente eu vou disputar a minha reeleição. Mas vou ficar melhor depois de ouvi-los, depois de os senhores terem vindo aqui, para defender esse um ano e dois meses de mandato, com essa audiência que estamos tendo.

Então, do fundo do coração, agradeço o privilégio, as palavras e a oportunidade que eu tive de também passar meu sentimento para cientistas e pesquisadores que estão sofrendo pela fase que o Brasil está vivendo, mas que sabem certamente que o Brasil não vai a lugar nenhum, ou irá para trás, sem a colaboração dos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Um pequeno detalhe, antes de passar a palavra. Quero dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero agradecer muito, Senador. O senhor deu uma espécie de fecho aqui, um fecho muito positivo para o texto que vamos publicar com as falas de todos.

Só quero provocar um debate para o futuro, não vai ser agora.

É que sobra dinheiro na educação até por três razões.

Uma é que eles se anteciparam, fizeram o dever de casa, aí a coisa vai e, depois, faz assim.

Dois: por causa da eficiência que eles construíram na economia. Nós não fizemos isso ao longo de décadas, e não foi um governo nem outro não. Nós fizemos uma economia do "jeitinho" aqui e ali. Se uma indústria não vai bem, a gente a protege para que ela não quebre. Não estou nem dizendo que não se deve fazer isso, mas nós não temos a palavra "eficiência" como propósito da economia, e muitos continuamos com a visão do século XIX, corretíssima, de fazer justiça por dentro da economia, e não fazer justiça com o que a eficiência permite, o que o Deng Xiaoping percebeu na China. A economia era subordinada ao social. Ele disse: "a economia vai ser eficiente, e com eficiência a gente faz o social". Duas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a terceira é também a diminuição da população que necessita de educação, o que está permitindo que sobre dinheiro *per capita*, porque... Aliás, *per capita* continua, mas diminuiu o número de pessoas. A gente tem que fazer uma reflexão sobre o papel da economia eficiente na construção da justiça, e não a subordinação da busca da justiça, mesmo com uma economia ineficiente, o que prevaleceu na visão de nós – incluo-me –, socialistas, ao longo de muitas décadas. A justiça por dentro da economia, e não a justiça graças à eficiência da economia.

A sua fala trouxe um grande enriquecimento. Agradeço muito.

Passo a palavra ao Prof. Borges, já na conclusão de suas falas, respondendo às suas perguntas. Só que, para não dizerem que não levamos a sério a participação da cidadania, eu vou ler as cinco únicas perguntas que chegaram aqui bem rapidamente.

De Eric Bressan: "Basicamente, o Brasil tem de ser um país bom e rico, e não é o Estado [...] que cria riqueza, riqueza são bens e serviços [...]".

Dois, do Lucas Bressan – também Bressan, não sei o parentesco –: "Poucas oportunidades devido ao baixo empreendedorismo, consequência de uma alta burocracia e regularização do mercado [...]".

Lara Morais: "Com poucos investimentos para a área de desenvolvimento científico e tecnológico, não existe sentido em um profissional bom e interessado em avançar em seu ramo querer ficar no Brasil".

Murilo Gomes Teixeira: "Principalmente nas áreas de tecnologia e ciência da computação, muitos jovens ganham oportunidades profissionais valiosas no exterior, e infelizmente não [há] aqui em [...] [nosso] país [condições para que possam exercer seu talento]".

E Willy Cabral: "O País pode criar suas próprias políticas de atração de cérebros. Uma forma é através da imigração [receber cientistas]. Outra são programas de atração de pesquisadores e é claro gerar oportunidades (não apenas emprego) dentro do País".

Passo a palavra para o senhor comentar a fala do Senador Jorge e...

O SR. MARIO NETO BORGES – Já fazer o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... fazer o encerramento e responder a pergunta do Isaac Roitman.

O SR. MARIO NETO BORGES – Responder a pergunta do Isaac Roitman vai ser um prazer, porque ele foi também diretor do CNPq e é um cientista realmente importante.

Mas eu queria aproveitar a presença do Senador Jorge Viana e deixar um pedido aqui importante aos dois Senadores, porque tão importante quanto o investimento em ciência, tecnologia e inovação, que precisa crescer, é a burocracia dessa área, que precisa ser reduzida. Nós fizemos um bom trabalho, ao longo de muitos anos, com o novo marco legal que chegou: a Emenda Constitucional 85, de 2015, e a Lei 13.243, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei, por um descuido ou uma inadvertência, veio com oito vetos, que tentaram derrubar aqui no Congresso. Foi derrubado na Câmara; não foi derrubado aqui no Senado.

Eu sei que os senhores estão trabalhando no sentido de derrubar esses vetos. Isso é fundamental, porque, se aqueles vetos não forem derrubados, a parceria e a interação entre a universidade, as empresas e o trabalho de inovação ficam altamente prejudicadas. Portanto, aumentar os recursos e diminuir a burocracia é essencial para salvarmos o Brasil em termos do seu futuro com base em ciência, tecnologia e inovação.

Eu queria, respondendo à pergunta do caríssimo Prof. Isaac Roitman, dizer que, na verdade, não foi o CNPq que suspendeu o Ciência sem Fronteiras. O Ciência sem Fronteiras merece um rápido comentário aqui: ele foi um programa – como disse a Profª Denise, que nele trabalhou com muita competência e dedicação – com um tempo marcado. Ele teve méritos, mas teve realmente alguns equívocos fundamentais que precisam ser corrigidos – e dentro daquela visão do Senador Omar Aziz de que as políticas não devem mudar a cada governo. É preciso fazer política de longo prazo para o Brasil. Política para educação, para ciência, tecnologia e inovação são políticas de longo prazo. Os países citados aqui – Coreia, Japão, China – fizeram programas de 20 anos, 30 anos, e isso é que vai trazer resultado.

Então, no caso do Ciência sem Fronteiras, um dos equívocos foi o fato de estabelecer uma meta numérica de cem mil alunos. Ciência e tecnologia vai pelo mérito, não pelo número. Então, deveríamos ter mandado aqueles que tivessem condições de usufruir adequadamente desse investimento.

Mas o Ciência sem Fronteiras teve qualidades também, assim como dois programas que nós estamos restabelecendo no CNPq, que é a Bolsa Jovens Talentos, para a atração de talentos de volta, repatriação e atração de outros países. O BJT agora está nesse programa que a Profª Denise citou, junto com a Embrapii. É para que os meninos que foram para os países altamente tecnológicos, como Alemanha, Japão, Estados Unidos, Coreia, tenham algum lugar para aplicar esses conhecimentos e dedicar o seu aprendizado em benefício do País e de geração de riquezas. E há também o Programa Pesquisador Visitante Especial, que era um programa que trazia grandes nomes da ciência mundial, padrão Prêmio Nobel, para passar três anos no Brasil, orientar doutores aqui no Brasil, orientar doutores no exterior e criar redes de pesquisa nessas áreas do conhecimento. Esse programa foi restabelecido agora nessa gestão do CNPq, em 2017, graças aos recursos que o Ministro Gilberto Kassab conseguiu dentro do descontingenciamento daquilo que foi contingenciado.

Então, o Pesquisador Visitante Especial e o BJT são duas atividades que condizem com a finalidade do CNPq, com a missão do CNPq, porque não é missão nem da Capes nem do CNPq trabalhar com alunos de graduação sanduíche. Isso foge da nossa missão. A missão da Capes é a pós-graduação, a missão do CNPq é o pesquisador e a pesquisa, e a missão da Finep é a inovação. Como disse o Dr. Roberto, é cada macaco no seu galho, fazendo sua função, mas isso tem uma articulação entre si que é necessária ser construída.

Portanto, não foi o CNPq que suspendeu o Ciência sem Fronteiras. Ele já tinha tempo para acabar, mas o que havia de bom nele nós estamos restabelecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas, para concluir finalmente, Senador, perguntar o seguinte. Por que nós somos bons de futebol e não somos tão bons na ciência? Essa pergunta também mexeu muito comigo. Nós somos bons de futebol porque, como o senhor disse, a bola é redonda para todos e há um campinho de futebol em qualquer lugar que nós vamos no Brasil, mas não há um laboratório de ciência nem professor de qualidade no ensino fundamental para despertar os nossos jovens para a importância da ciência, da matemática.

Nós estamos, nesta semana, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que tem 14 edições consecutivas. Esta semana tem como *slogan* "A Matemática está em tudo". E quem foi o homenageado? Foi o Prof. Jacob Palis Jr., que é um dos maiores cientistas que o Brasil tem, é um dos maiores matemáticos do planeta. Ele foi contemplado com os maiores prêmios internacionais da matemática, que não tem Prêmio Nobel, mas nós já temos a Medalha Fields com o Prof. Jacob Palis e com Artur Ávila, que a recebeu recentemente. Ou seja, mais uma vez, é a questão da oportunidade. E o senhor bate bem quando diz que nós temos que melhorar a educação básica e o ensino médio.

Nesse sentido, fica aqui a nossa articulação com o MEC no sentido de fazermos um projeto de pesquisa, um edital, uma chamada pelo CNPq, em parceria com o MEC, para que os nossos pesquisadores da área de educação possam fazer projetos de educação para intervenção na qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, porque há muito bons pesquisadores.

A maior quantidade de bolsas de produtividade que o CNPq tem é na área de educação. No entanto, se eles são tão bons, por que a nossa educação básica vai tão mal? Nós somos bons engenheiros, temos bons pesquisadores na área de engenharia, e eles resolveram o problema de pesquisa de petróleo em água profunda, os aviões da Embraer... Nós somos muito bons pesquisadores nas áreas agrárias, e a Embrapa, a Universidade Federal de Viçosa, a ESALQ e a Federal de Lavras fizeram desenvolvimentos que hoje tornaram o Brasil a maior referência e o maior celeiro de produção de alimentos do mundo.

Se nós somos tão bons pesquisadores em educação, vamos, então, fazer um programa de projetos de pesquisa em educação, mas para intervenção na qualidade da educação básica. Isso está para sair.

Eu queria deixar esta resposta: para que sejamos tão bons na ciência, é preciso haver oportunidade para os meninos desde a educação básica; como eles têm a bola e o campinho, que eles tenham o laboratório de ciência e bons professores na área de educação para que eles possam avançar.

Agradeço a oportunidade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARIO NETO BORGES – Senador Jorge Viana, fica aí também o nosso pleito: vamos resolver a questão dos vetos do marco legal, por favor, porque isso é fundamental para avançarmos nessa área. Aguardamos a convocação dos senhores para esse grande seminário em que a ciência seria a discussão mais ampla.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A ideia, Senador Jorge, que surgiu aqui é a gente fazer uma daquelas sessões de plenário sobre o problema da fuga de cérebros, ou, talvez, mais: como salvar a ciência, a tecnologia e a inovação?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A ciência, a tecnologia, a inovação e a fuga, que está incluída aí. Eu acho que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Professor, eu gostaria de ver também se o CNPq pode agir – sem precisar de uma lei que eu tento aprovar aqui há anos, mas o bloqueio é muito grande, inclusive das associações de alunos, da UNE – no sentido de que todo jovem que voltar de um mestrado ou de um doutorado vá fazer uma palestra em alguma escola pública. Porque nossos jovens veem artistas, jogadores, mas não veem um cientista, não pegam num cientista. Essa ideia eu devo ao Gleiser, nosso grande cientista Gleiser; numa palestra eu vi ele sugerir isso. Eu peguei, escrevi um projeto de lei, mas está há anos aqui, e a pressão é muito grande, de *lobby* de alunos de pós-graduação, contra. Fazem *lobby* aqui dentro e conseguem impedir com audiências e mais audiências. De repente, o CNPq pode fazer isso sem precisar de lei.

Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É só para fazer um esclarecimento ao nosso professor que está aqui, Mario Borges.

Eu fui Relator do projeto que deu origem à Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas eu atuei também na emenda no ano anterior. Então, era um trabalho casado. E lamentavelmente nós tivemos os vetos – houve contradições, foi ainda no governo da Presidente Dilma. E o que nós fizemos? Qual foi o entendimento nosso? Não só derrubar os vetos, mas recompor o projeto de lei com iniciativa nossa, legislativa. Sem isso nós não vamos realmente – o senhor tem razão – andar.

Eu estive na Califórnia anos atrás, cinco anos, e fiz uma pergunta: "Como vocês transformaram um deserto num ativo, num PIB desse tamanho na Califórnia?" E aí eles falaram: "Foi tudo em volta de um centro de pesquisa, de conhecimento, das universidades". Fui à universidade de San Diego e, quando cheguei lá, vi que o reitor era indiano – o reitor era indiano!

Imaginem aqui no Brasil... Também nós temos muito problemas com corporações, o que é terrível, atrasa, isso é um modelo mental ultrapassado. Aí eu cheguei lá e havia um reitor indiano na universidade de San Diego. Por que isso? É como tudo que o Sr. Roberto estava falando: porque são bons em matemática. Aí eu falei: "Mas como é que vocês transformaram um deserto nesse PIB?" Claro que foi uma política de Estado, dos Estados Unidos, mas eles criaram universidades, centros de conhecimento e tiveram uma lei que facilitou isso. A lei, não sei se é a Bay Day, mas é dos anos 70. É uma lei que permite que um pesquisador que desenvolva algo possa fazer parte... E aí, de novo, sem burocracia. Imagine um pesquisador nosso da Embrapa... Lá no Acre existe um muito bom chamado Judson Valentim. Lá a lei permite que você dê aula numa universidade, seja chefe de pesquisa, seja um cientista, e, caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você descubra algo e esse algo vire um ativo econômico ou vire o resultado de uma empresa que vai ser criada, o pesquisador, o cientista pode ser parte desse negócio que aconteceu lá fora. Então, os professores todos são milionários. Só que eles seguem dando aulas, eles seguem sendo cientistas, porque eles gostam de ser cientistas. Aqui no Brasil se coloca o cientista dentro de uma caixa, a burocracia estabelece o que ele pode e o que ele não pode fazer, o que ele deve fazer. Isso é terrível! É uma situação de insegurança para ele e para a sua família.

Então, a coordenadora de programa de cooperação internacional lá, uma senhora, professora, falou assim: "Quando meu marido falou, na minha casa, que nós íamos mudar para San Diego, eu chorei, porque aquilo era o lugar da violência, era o lugar do caos, e ele estava querendo levar a minha família para aquele lugar terrível." Estou falando em uma situação de trinta e poucos anos atrás, quarenta anos atrás. Só que agora San Diego tem uma das melhores qualidades de vida do mundo, tem tudo que se sonha que o mundo compartilhe com outros lugares, porque eles criaram uma universidade, empoderaram essa universidade, desburocratizaram, fizeram com que a universidade estivesse presente no mundo econômico, o mundo econômico dentro da universidade.

Imaginem se nós tivéssemos feito isso. Hoje o Brasil teria as maiores empresas ligadas ao agronegócio, ao desenvolvimento da tecnologia de sementes. Nós temos isso? Não temos nem vamos ter. Nós resolvemos ser subordinados nesse aspecto aos americanos e às grandes multinacionais e engessamos os pesquisadores da Embrapa, do Cenargen e de outros lugares fundamentais. Isso é terrível!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E outra coisa: não investimos com recursos privados.

Eu tenho insistido muito com o agronegócio. Eu lembro muito, como professor de História Econômica do Brasil, a frustração que a gente tem quando sabe que na Amazônia, no Acre, no Amazonas, algumas cidades eram as mais ricas do mundo no tempo da borracha. A borracha foi para a Malásia e nós nos acabamos. O *boom* da soja...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – O maior comércio de diamantes, no início do século passado, era em Manaus..

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Em Manaus.

A soja vai ser levada para a África, na metade do caminho para a China. Se a temperatura subir um pouquinho mais no Planeta, vai ser produzida na Sibéria, vai chegar lá de trem e não nesses barcos que viram o mundo. Então, a saída é eles pegarem o dinheiro que têm hoje e começarem a investir para transformar aquilo em uma San Diego, num Silicon Valley. Mas é difícil convencê-los. Eles têm condições, mas ficam esperando o Estado, e o Estado não vai ter dinheiro nesse momento.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – É melhor a gente transformar o Brasil numa Bangalore.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Numa Bangalore, por exemplo, que o senhor conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Num Silicon Valley indiano, que exporta mais de US$100 bilhões...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Prof. Roberto, eu vou pedir licença porque eu tenho que votar na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado por sua contribuição.

Prof. Roberto.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Eles fazem isso sem energia, sem nada do que nós temos aqui de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Aliás, falar em não ter nada aqui, eu não vi nos quadros de vocês – talvez tenha passado desapercebido – aquele que para mim talvez represente o melhor sucesso, que é Israel. Eu não vi Israel aparecer com suas *startups*, com suas patentes.

Dito isso..

O SR. MARIO NETO BORGES – É porque o foco era a fuga e o movimento de cérebros, mas lá isso não é tão expressivo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ah, entendi.

O SR. MARIO NETO BORGES – Se fosse inovação ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Se fosse inovação eles estariam aqui. Quem está falando em fuga de cérebros ...

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Mas Israel tem uma situação... É o mesmo que comparar com os Estados Unidos ou com a Alemanha. Não é essa a nossa comparação. Nós não podemos dar um salto na indústria, de onde estamos, para a indústria alemã, de 4.0, nem para a americana nem para a israelense.

Então, temos de olhar aqueles que têm as contradições que nós temos, que têm as deficiências que nós temos, mas estão alcançando sucesso, estão crescendo, e esse país se chama Índia. Não podemos olhar para a China, porque nós não vamos implantar aqui um governo estilo China, com partido único. Então, é inútil nós olharmos para a China, porque nós não a poderemos copiar. Mas, a Índia, podemos, porque é uma democracia, e eles conseguem tudo no Parlamento. E esse governo que assumiu destronou o Partido do Congresso, que tinha 300 e tantos Deputados em 500 – e observem que a Índia é seis vezes mais populosa, mas tem 500 Deputados.

Pois bem, esse partido...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E gastam menos com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO NICOLSKY – ... que é o partido de oposição ao Partido do Congresso, da família Gandhi, elegeu 300 e tantos Deputados e reduziu o Partido do Congresso a 30. Então, hoje é ele quem manda. O que ele prometeu? Continuar crescendo, ou seja, uma lei que não é dele.

Isso é o que nos falta. A Índia tem esse sucesso, multiplicou por quatro seu PIB e vai multiplicar nos próximos 20 anos por outros quatro, porque ela tem continuidade na política pública de compartilhamento do risco entre Estado e empresa. A universidade já é pública lá. A universidade vive do recurso público. E aqui também é assim. Então, não é essa a novidade.

A diferença fundamental é fazer a parceria entre Estado e empresa, para que a empresa tenha condições de contratar profissionais para trabalhar nos seus P&Ds. A empresa não vai contratar enquanto ela tiver que arriscar tudo para pagar 38% ao Estado e, eventualmente, ficar no prejuízo. Ela não vai contratar, somente se o Estado...

Basta ver o que aconteceu nos poucos editais de inovação que ocorreram entre 2006 e 2010: o número de candidatos e empresas, mesmo com aquela coisa absolutamente acadêmica, cartesiana, de impor uma condição, como aconteceu com o edital de 2006 na área da saúde. Queriam uma molécula nova para combater a Aids, como se molécula nova fosse uma coisa que se encontrasse ali por qualquer dois mil réis. Queriam uma molécula nova para combater a Hepatite C e um processo de síntese novo para o AZT. É óbvio que não conseguiram nada e só jogaram dinheiro fora.

O resultado seria outro se tivessem perguntado para essas empresas: "Como vocês podem crescer?" "Eu sou especialista em doenças cardíacas, em medicamentos para isso, então eu vou melhorar os meus medicamentos." Isso custaria muito menos dinheiro do que tentar criar uma molécula nova, e ele resolveria isso em um, dois, três anos talvez e estaria faturando mais, recolhendo mais tributo, convergindo mais recurso para o FNDCT, ou seja, fechando o ciclo virtuoso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E dando um exemplo.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – E dando um exemplo.

A Lei do Bem teve esse papel. Todas as empresas cresceram. O Ipea agora está fazendo essa pesquisa, mas é evidente: multiplicaram seus...

O Senador falou que as patentes que cresceram foram da Petrobras e da Unicamp. Não foram. Foram as das empresas que investiram na Lei do Bem, que permitia que elas gastassem dezenas de milhares de dólares – é o que custa uma patente no USPTO – e se abatesse isso. Foram essas que fizeram. Por isso é que o Brasil, de repente, deu um salto. Por que deu um salto? Porque a Lei do Bem... A patente leva três, quatro anos para ser aprovada. Então, as primeiras, de 2006, não poderiam ser aprovadas antes de 2010, mesmo lá no USPTO. Pois bem, foi em 2010 que começou a alta, não foi antes.

Eu quero repetir o meu teorema: a condição necessária e suficiente para uma política pública de desenvolvimento tecnológico que promova o rápido crescimento do PIB é – poderíamos dizer como na matemática se diz –, se e somente se, houver compartilhamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

risco entre o Estado e as empresas médias e pequenas, porque com a grande já existe. A Lei do Bem é um compartilhamento de risco, mas só é alcançável por empresas que têm o regime fiscal de lucro real, que são as grandes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor.

Eu passo a palavra à Profª Denise.

A SRª DENISE NEDDERMEYER – Obrigada, Senador.

Bom, eu gostaria de, primeiro, parabenizar o Senador pela iniciativa, dizer o quão rica e inspiradora foi a manhã e fazer um convite para que vocês venham conhecer a Embrapii mais de perto, principalmente por conta do compartilhamento de riscos, Dr. Roberto. Nós temos muito a dizer sobre isso. Eu gostaria que essa conversa continuasse.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Discuti muito com o Guimarães sobre isso quando ele estava na Capes.

A SRª DENISE NEDDERMEYER – Que bom!

Eu espero, Presidente, que essa conversa continue muito em breve, porque nós precisamos aprofundar o que se faz neste País em prol da nossa ciência e tecnologia. Eu fiquei animada com a determinação dos Srs. Senadores de discutir o assunto tão profundamente.

Portanto, Senador, eu gostaria de reforçar o convite para o senhor ir à Embrapii e nos conhecer mais de perto. Espero que essa conversa continue bem rapidamente e de forma mais consistente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pode contar com isso. Eu creio que uma das tarefas desta Casa hoje, além de todos os seus problemas imediatos, é salvar a ciência e a tecnologia brasileira. Acho que essa deve ser uma tarefa fundamental. Como falamos aqui, não podemos deixar o ouro ir embora, algo a que a gente se opunha, precisamos evitar que os cérebros vão embora ou que se afoguem aqui.

O SR. ROBERTO NICOLSKY – Senador, eu tenho que me retirar. Então, eu agradeço muito o convite. Adorei estar participando desta Mesa tão diversificada e tão expressiva.

Quero dizer que estou à disposição desta audiência grande.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Grande, plenária, que a gente faz. E o senhor vai receber, mas demora um pouco, um texto que vamos publicar com a transcrição.

Muito obrigado, Professor.

Prof. Tadao, eu passo a palavra ao senhor, por último, com a sensação de que foi o senhor que começou tudo isso. Foi uma conversa no meu gabinete que provocou isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADAO TAKAHASHI – Isso. E eu tenho a missão ingrata de estar entre os palestrantes e o almoço, que é a pior situação possível. Então, eu vou ser muito rápido para lhe dizer o seguinte.

Eu adorei o painel, mas a sensação que tenho é que a gente se desviou um pouco do título específico, embora, obviamente, tenha sido muito útil para a gente discutir as causas últimas ou primárias do problema que hoje a gente está discutindo, que é a evasão de capital humano. Então, eu queria voltar para o tema de capital humano, já pedindo ao Senador para permitir que a gente encaminhe alguma sugestão ou algum comentário adicional, que certamente não vai caber aqui.

Para o que cabe aqui, eu queria comentar o seguinte. Quando eu fico olhando a faixa etária de quem está aqui, vejo que não há ninguém do pessoal que está sendo primariamente afetado por esse tipo de desânimo geral que o Brasil vive, que é o jovem, que é o garoto ou a garota de graduação, mestrado ou algo assim.

Eu tenho convivido ultimamente com quatro ou cinco pessoas que estão em graduação e em mestrado e fico vendo o que elas falam e pensam. Uma delas está indo agora à Suécia para dar uma palestra e ver se fica por lá. A outra foi ao Chile para dar uma palestra numa conferência e voltou animada com a ideia de ir para lá. Outra está agora, na verdade, em São Paulo, mas é do Norte e está pensando em ir para lá. De tal forma que o desassossego desse pessoal com o que está acontecendo, com o que ele não vê como perspectiva é qualquer coisa muito tangível e que, na verdade, afeta o dia a dia dele, a conversa dele. E não necessariamente são pessoas que vão produzir resultado científico e tecnológico que possam passar por algum critério de meritocracia, mas a grande verdade é: eles são os lírios do vale, por assim dizer. Eles são boa parte da população brasileira jovem, que está na universidade e fica olhando esse negócio todo, essa pasmaceira, e não sabem em que direção ir.

Então, eu tenho a sensação de que existe uma certa urgência em sinalizar alguma coisa para que esse pessoal saiba que há gente pensando neles. Na verdade, não é só olhar no noticiário, ver o que está acontecendo – morte de não sei quem, Lava Jato e tototó – e não saber o que vai acontecer nos próximos anos.

Então, ao mesmo tempo em que estou plenamente consciente e apoio o que o Presidente do CNPq falou – o Nicolsky falou acerca de qual é a causa primária em que ciência, tecnologia e inovação podem atuar –, eu tenho a sensação de que é necessário fazer alguma coisa, mesmo que seja simbólica, para esse pessoal olhar e dizer: "Bom, nós estamos vendo que há gente discutindo e gente ajudando." É o primeiro ponto.

O segundo ponto é: seria preciso usar muito mais redes para colocar o jovem para discutir também. No mínimo, quando ele percebe que há alguém perguntando ou ouvindo, esse tipo de desabafo que a gente sente em restaurante de universidade começa a aparecer publicamente e começam aparecer ideias interessantes ou, no mínimo, o sentimento de que o Brasil tem futuro sim, que alguém anda pensando nisso e algumas coisas estão sendo feitas.

Que coisa concreta? Se todo mundo acha que o Ciência sem Fronteiras foi uma boa ideia, ainda que tenha tido problemas, eu continuaria com o programa chamado Ciência sem Fronteiras. Ele teria um número de bolsas muito pequeno, critérios meritocráticos e o diabo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas seria para sinalizar, exatamente, a ideia de que você está pensando em alguma coisa estável a médio e longo prazo e assim por diante, senão a gente está caindo outra vez na história de que muda o programa de nome ou vem um outro que vai substituir e, na verdade, não está substituindo exatamente. O grande mérito do Ciência sem Fronteiras era mandar o garoto ou garota, meio que sem compromisso, para uma universidade no exterior, meio que apostando que alguma coisa interessante ia rolar disso. E, obviamente, quando a gente está falando de um programa que solicita que alguém se aplique para retornar como jovem cientista, já está falando de dois degraus acima e não daquele garoto ou garota que passou num critério qualquer e foi fazer um sanduíche qualquer numa universidade inglesa, ou algo assim, e que, eventualmente, volta deslumbrado pela ideia do que é o mundo, mas volta também atento para aquilo que é o próprio país, o que ela está fazendo na universidade e o que ela pode fazer.

Eu encontrei uma mocinha em Barra do Corda, interior do Maranhão, que havia acabado de voltar do Ciência sem Fronteiras. Como ela era toda bonitinha, eu peguei e falei: "Bom, agora você termina aqui e volta lá para o seu namorado na Inglaterra." Ela ficou toda vermelha, mas falou: "O senhor tem parte de razão, porque, na realidade, eu descobri que o meu lugar é aqui no Maranhão." Ela estava consciente de que ela podia produzir e ser muito mais útil no Maranhão do que em Manchester ou onde ela estava na universidade.

O que eu estou dizendo é: essa moça está em algum lugar lá no interior do Maranhão e não está vendo sinal nenhum de que alguém está pensando em ajudá-la a fazer alguma coisa lá em Barra do Corda.

O meu ponto é: na posição que o senhor ocupa e com a ajuda do CNPq, ajuda de outras entidades, há um conjunto de sinais muito claros, que dá para fazer com um custo baixíssimo, mas que, na verdade, faz a transição entre o falar e o pensar. Aí eu volto na minha história. Na verdade, o país da pessoa é onde o coração dela está, não o cérebro. Na verdade, a gente pode morar no Silicon Valley e trabalhar para o Brasil, desde que a pessoa olhe para o Brasil como o lugar de onde ela saiu, para onde ela vai voltar e, última análise, o lugar para o qual ela quer contribuir.

Senador, muito obrigado,

Eu vou mandar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado ao senhor, muito obrigado a todos. Eu creio que tivemos uma excelente audiência, aliás, confesso, uma das melhores realmente.

Alguém está pedindo a palavra. Só se for muito rapidinho...

O SR. MILTON POMBO DA PAZ (*Fora do microfone.*) – É só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas sempre é bom.

O SR. MILTON POMBO DA PAZ (*Fora do microfone.*) – É um canal que eu tenho para contribuir com a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Boa. Deixe seu cartão conosco, e nós vamos fazer chegar, mas, uma das coisas é ficar atento à convocação dessa audiência no plenário do Senado –tem de haver o aval do Presidente obviamente –, e, quando tivermos a transcrição do áudio, receber e poder nos dar uma ajuda na revisão disso, para ver o que nós podemos colocar a mais. Não temos que ficar prisioneiros disso. Isso aqui é a provocação. Daqui a gente pode fazer muito mais. Mas é bom saber que há pessoas interessadas.

Ali está o Denis, que trabalha comigo. Passe para ele sua pista.

Eu quero agradecer a todos e lembrar o que eu falei no começo: se estivessem levando ouro do Brasil, todos reclamariam. Aliás, já vi reclamação de que estão levando nossos jogadores de futebol. Já ouvi mais de uma reclamação de que, quando chega a Copa do Mundo, os jogadores não estão morando aqui, então não estão treinando juntos. Mas as pessoas não estão reclamando de que estamos perdendo conhecimento, que é a grande riqueza do futuro, é o ouro do futuro.

E, finalmente, fiz questão de lembrar que, além de perdemos cérebros que vão embora depois de formados, nós perdemos cérebros por não terem tido a chance de terem a formação. O cérebro foi embora da mesma maneira. Um vai contribuir lá fora – é verdade, e o Brasil até se aproveita –, mas o outro nenhuma contribuição vai dar à ciência, vai dar a outras coisas. É preciso sempre pensar juntos: a educação de base com os setores superiores do conhecimento.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada da sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Hélio José, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, José Pimentel, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves, Paulo Paim e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012 - Terminativo -** que: "Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater questões relativas à inovação e ao empreendedorismo digital." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2009 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE IBIRITÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DE RIO AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA COLINA – ACENCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARLUSE VEIGA ARAÚJO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Norte, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FAZENDA NOVA - ARCOFAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA ANTÔNIO CARNEIRO DA FONSECA E RUAS CIRCUNVIZINHAS DE ARARUNA - ABMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araruna, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE INDIANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 36 - PROJETO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nossa Senhora dos Remédios, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCATIVA DE TURVOLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvolândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIACHENSE AMIGOS DA CULTURA - ACRAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 40 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DA CIDADE DE NHANDEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GARIBALDENSE DE CULTURA – AGC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio do Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 43 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 44 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2016 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ARJONA E CHAVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jataí, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 45 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 46 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUASSUSSÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orós, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 47 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Meruoca, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 48 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CABUGI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 49 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à GOIÁS COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 50 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 51 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 52 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 53 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSORA RIO MACAPÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 54 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE AFONSO CUNHA - ACAAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cunha, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 55 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 56 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 57 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CAMPINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 58 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INTEGRANTE DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 59 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 60 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itati, Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 61 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ITATIAIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 62 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMÉRICA ARTÍSTICA E CULTURAL DE UBERABA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 63 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 64 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RACE FM – RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 65 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E BENEFICENTE GETSÊMANI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 66 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 67 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 68 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SISTEMA LIVRE DE COMUNICAÇÃO - SILICOM (RÁDIO LIVRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 69 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 70 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pacajá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 71 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacundá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 72 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 73 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ÁLVARO CORDEIRO - FUNDACOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 74 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 75 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VANGUARDA DO VALE DO AÇO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 76 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 77 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TERESENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 78 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RIBEIRÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 79 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti dos Lopes, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 80 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 81 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IRAIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 82 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ANTON DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a reunião. Já há número regimental para a abertura da reunião, mas não há número para votação das matérias que estão na pauta; são 82 matérias.

Eu queria agradecer a presença da nobre Senadora Regina Sousa.

Nós estamos hoje na quarta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia sem quórum. Eu sinto muito que isso venha acontecendo, porque há matérias importantes aqui, como a do Fust, o fundo das telecomunicações. É um projeto inclusive de minha autoria, para que os recursos do Fust não sejam desviados para fazer caixa do Governo e superávit, como o Fistel, o Funclima, do Ministério do Meio Ambiente, e tantos outros fundos constitucionais que foram criados, mas não têm a finalidade de voltar com o benefício para o usuário.

Não havendo número para votar essas matérias todas – estamos presentes só a Senadora Regina e eu, como Presidente –, vejo que há certa falta de interesse dos Senadores que compõem a Comissão para participar destas votações todas. Isso tem acontecido ao longo dos anos.

Eu peço à assessoria que grave essa minha fala, que é a fala de levar ao Presidente Eunício Oliveira até a possibilidade de que ele venha a extinguir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, já que a produção tem sido muito aquém daquilo que se desejaria ter.

Eu tenho cumprido com as minhas obrigações, tenho vindo aqui permanentemente, mas eu já tinha inclusive falado com o Presidente pessoalmente, falo de público hoje, que, em vez de haver uma comissão que não consegue fazer reunião, ele possa agregar esta Comissão à Comissão de Educação ou à Comissão de Assuntos Sociais, ou a outra Comissão, para que se possam votar essas matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que os Senadores têm outras obrigações, são várias Comissões em que os Senadores têm que estar ao mesmo tempo, porque várias Comissões se reúnem no mesmo momento, mas, na minha ótica, creio que há uma dificuldade muito grande em reunir quórum para votação. Isso vem acontecendo desde o início do ano. Estamos aqui com 82 matérias para votar, fora outras tantas que já foram encaminhadas para a relatoria, e nós não conseguimos esse objetivo. Então, peço à assessoria que esta gravação seja encaminhada ao Presidente da Casa, para que, a partir daí, ele possa tomar uma decisão, até a de extinguir a Comissão e agregá-la a uma Comissão que possa analisar esses projetos.

Da minha parte, eu me sinto até constrangido em ter de dizer isso, mas já são várias reuniões em que os fatos se repetem, e é da minha natureza achar que as coisas precisam ser levadas, de alguma forma, com trabalho, com a votação, com a apreciação dessas matérias todas.

Eu agradeço de novo à Senadora Regina, que sempre está presente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor me permite uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso não é privilégio da CCT. Algumas Comissões, como a Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, da qual eu sou Presidente, tem 16 vagas, porque os Blocos não as preenchem. Então, não consigo votar terminativas. Este ano, eu devo ter votado em duas reuniões terminativas. Temos muitos projetos terminativos prontos para votar, mas a gente não consegue juntar os Senadores.

Então, eu acho que precisa haver uma discussão sobre funcionamento das Comissões aqui. Primeiro, concentra-se muito na terça e na quarta, e aí as pessoas priorizam algumas. Eu mesmo aqui sou a última suplente, mas tenho relatórios para serem aprovados. É uma Comissão que outorga as licenças importantíssimas para a radiodifusão, e o pessoal cobra nos Estados: "Eu tenho um projeto lá, por que não sei a rádio tal, por que está travado?". Acho que a gente podia tentar fazer um esforço, porque o horário não é tão ruim, é o horário em que o pessoal está começando a chegar para votar, mas a votação só começa mesmo lá para as 5h da tarde. Então, talvez a gente possa fazer um esforço concentrado de chamar um por um só para vir votar. Ninguém vai ser contra. Aqui todo mundo que apresenta relatório, pelo menos esses projetos de concessão de outorga de funcionamento das rádios e das TVs... Não é possível...

Eu já falei sobre isso publicamente na tribuna, da questão de direitos humanos. E há outras também, como a das mulheres, que, infelizmente, não está conseguindo se reunir. A gente precisa ter uma discussão sobre comissões, sobre o papel dessas comissões, porque realmente é muito constrangedor a gente não conseguir fazer andar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Comissão de Direitos Humanos, a gente preenche muito tempo com audiências públicas; tem muita temática, muito pedido de audiência pública, e a gente vai fazendo. Mas acho que a gente deve fazer uma tentativa, um esforço de para, antes de ir ao plenário, vir aqui votar, um por um, todo mundo junto votando em bloco, porque tudo é concessão. Talvez dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu concordo com V. Exª e sinto muito também que a Comissão que V. Exª preside esteja passando pela mesma situação.

Infelizmente, o ano de 2016, como agora em 2017, as coisas têm-se concentrado nas denúncias, nas dificuldades impostas pela má condução dos homens que governam o Brasil. O Palácio do Planalto está com graves dificuldades: até bem pouco tempo eram duas denúncias contra o atual Presidente da República, feita pelo Procurador-Geral Rodrigo Janot; a última se encerrou recentemente. Mas eu vejo grandes dificuldades para votação de matérias de importância, como V. Exª falou.

Aqui mesmo há duas rádios do Estado de V. Exª, do nosso querido Piauí. Há várias da Bahia. Há questões de televisões. Há o fundo que nós precisamos votar aqui – o Relator é o Senador Omar Aziz – para que possamos, através desse recurso, ampliar a banda larga, a telefonia móvel em várias regiões do País que têm área de sombra, infelizmente, sobretudo as escolas públicas e universidades que ainda não têm ainda essa ferramenta que é fundamental para o aprendizado, para o avanço do conhecimento dos alunos.

Mas essa é a realidade. Infelizmente, essa é uma realidade que nós estamos vivendo agora nas Comissões e até no Brasil, um país sem perspectiva de futuro, onde, a cada dia que passa, se enxergam mais dificuldades.

E eu peço aqui à assessoria que encaminhe esse vídeo ao Presidente, Senador Eunício Oliveira, em quem confio, até porque eu votei a favor para que ele assumisse a Presidência do Senado da República.

Nós temos várias Comissões com dificuldades, como é o caso da Comissão de Direitos Humanos, que é uma comissão superimportante, e esta também, a CCT. As dificuldades são grandes. Que ele possa até fazer uma reforma dentro da estrutura organizacional do Senado: ao contrário de se criar comissão, como se criou agora no início do ano para atender a interesses de acomodação política, ele poderia até agregar algumas comissões que não estão funcionando a outras para que possa funcionar e votar essas matérias que estão aqui em votação.

Eu quero registrar, segundo informação da nossa assessoria, que esta é a quarta reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em que nós estamos presentes para fazê-la funcionar, e ela não funciona por completa falta de quórum. Eu sinto muito essa situação, mas espero que o Presidente tome uma decisão nesse sentido. O que não pode – e na minha cabeça não cabe – é se colocarem posições contemplativas. Eu sempre, naquilo que administrei no meu Estado, tomo decisões seguras, firmes e na defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos interesses daquilo que nós representamos. E, como tal, uma decisão deve ser tomada para resolver essa situação.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, José Pimentel e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012 - Terminativo -** que: "Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater questões relativas à inovação e ao empreendedorismo digital." **Autoria:** Senador Jorge Viana e Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2009 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE IBIRITÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DE RIO AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA COLINA – ACENCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARLUSE VEIGA ARAÚJO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Norte, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FAZENDA NOVA - ARCOFAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA ANTÔNIO CARNEIRO DA FONSECA E RUAS CIRCUNVIZINHAS DE ARARUNA - ABMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araruna, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE INDIANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nossa Senhora dos Remédios, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCATIVA DE TURVOLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvolândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIACHENSE AMIGOS DA CULTURA - ACRAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 40 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DA CIDADE DE NHANDEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GARIBALDENSE DE CULTURA – AGC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio do Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 43 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 44 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ARJONA E CHAVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jataí, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 45 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 46 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUASSUSSÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orós, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 47 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Meruoca, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 48 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CABUGI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 49 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à GOIÁS COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 50 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 51 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 52 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 53 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSORA RIO MACAPÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 54 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE AFONSO CUNHA - ACAAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cunha, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 55 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 56 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 57 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2015 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CAMPINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 58 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INTEGRANTE DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 59 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 60 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itati, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 61 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ITATIAIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 62 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMÉRICA ARTÍSTICA E CULTURAL DE UBERABA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 63 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 64 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RACE FM – RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 65 - PROJETO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E BENEFICENTE GETSÊMANI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 66 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 67 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 68 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SISTEMA LIVRE DE COMUNICAÇÃO - SILICOM (RÁDIO LIVRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 69 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 70 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pacajá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 71 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacundá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 72 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 73 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2017 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ÁLVARO CORDEIRO - FUNDACOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 74 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 75 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VANGUARDA DO VALE DO AÇO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 76 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 77 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TERESENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 78 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RIBEIRÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 79 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti dos Lopes, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 80 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 81 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2017**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IRAIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 82 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ANTON DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/21

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número legal, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Iniciando aqui os processos que estão na pauta, vamos começar pelos de votação simbólica não terminativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui dois do Senador Waldemir Moka, que são o PDS nº 68/2017 e o 74/2017. Eu pediria ao Senador que pudesse relatá-los – item 5 e item 6.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo...

É caráter terminativo, Sr. Presidente. Então, não é o...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É votação simbólica.

É o item 5 e o item 6 da pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O quinto é o Projeto 68.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o nº 68, de 2017, e o 74, de 2017.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, aqui está dizendo que... É uma autorização, é uma outorga da Associação Comunitária e Cultural de Guabiruba. E essas autorizações são terminativas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está aqui como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas o quórum é presencial. No caso aqui, é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É porque um requerimento de informação é simbólico.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Guabiruba para exercer serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, essas autorizações seguem o mesmo padrão. Quer dizer, desde que esteja prevista aqui toda a documentação necessária, o Senado dá por aprovado. Dessa forma, eu vou ler aqui o requerimento:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2017:
> a) atas de reunião da entidade outorgada comprovando o histórico da composição da sua diretoria no período 2008–2017;
> b) documentos comprovando datas de início e de término do exercício de JAIME LUIZ NUSS em cargos de Secretário do Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina;
> c) documentos comprovando eventual parentesco entre JAIME LUIZ NUSS e ILHANA MARIA KOHLER NUSS, membros da diretoria da entidade outorgada. Na verdade, o que nós fizemos aqui foi sugerir um requerimento, até porque a nossa legislação exige que esses documentos estejam todos presentes. Então, esse é o requerimento que nós estamos pedindo ao Ministério de Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir. Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O segundo item, Sr. Presidente, da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Versa sobre o mesmo assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em caráter... No caso aqui, seria em caráter terminativo se o projeto estivesse completo. Como ele não está completo, nós fizemos um requerimento solicitando mais informações ao Ministério de Comunicações.

Então, eu passo direto ao requerimento, que é o que nós vamos votar, na verdade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) –

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2017:
> a) histórico do quadro de diretores da entidade a partir de 2011 até a presente data;
> b) datas de início e de fim do exercício de cargos de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio pelo Diretor JOSÉ CARLOS LIMA PINTO, inclusive do cargo de Pároco da Quase Paróquia Bom Jesus Varzelândia, no Estado de Minas Gerais;
> c) datas de início e de fim do exercício de cargos ou funções de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal, pelo ex-Diretor VANDERLINO MOREIRA NIZ, inclusive do cargo de Presidente do Diretório Municipal do PT em Varzelândia, no Estado de Minas Gerais.

Então, esse é o requerimento que eu formulo, para que o Ministério de Comunicações informe a esta Comissão, para que a gente possa fazer um parecer o mais completo possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento será encaminhado para que se forneçam as informações solicitadas no âmbito do requerimento lido pelo Senador Waldemir Moka.

Eu pediria ao Senador Waldemir Moka que assumisse aqui a Presidência, pois vou relatar o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, eu passo a palavra ao Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, para que ele possa fazer o relatório. É o nº 32?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Projeto nº 56.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Só um minutinho, Presidente, que eu vou fazer... Está aqui.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

O projeto referente à Associação Beneficente, Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Orleans, Santa Catarina, passou pela apreciação da Câmara dos Deputados, onde a matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi aprovada, e chega aqui ao Senado para apreciação e análise nossa. Conforme o Regimento, no seu art. 104-C, inciso VII, cumpre a esta Comissão avaliar matéria dessa natureza.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços dessa natureza, sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orientado pela Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

De acordo com a documentação que instrui a matéria, o representante legal e diretor da entidade, Dr. Gelson Luiz Padilha, conforme informações do Tribunal Superior Eleitoral, foi eleito suplente de Deputado Estadual de Santa Catarina, em 2014, e concorreu ao cargo de Vice-Prefeito do Município de Orleans, em 2016.

Segundo informações publicadas pela imprensa, Gelson Luiz Padilha teria também exercido cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, de 2007 a 2013.

Ainda, de acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Gelson Luiz Padilha teria sido eleito ao cargo de Prefeito do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, no ano 2000, e sido cassado em janeiro de 2004, por "abuso de poder político e econômico" envolvendo, inclusive, prática de ilícitos eleitorais por meio de emissora de radiodifusão.

Por fim, Gelson Luiz Padilha teria tido suas contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 56, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS-SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2017:

a) histórico da composição da diretoria da entidade outorgada, até a presente data;

b) datas de início e de término do exercício de GELSON LUIZ PADILHA em cargos de Secretário Estadual, inclusive no cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina;

c) datas de início e de término do exercício de GELSON LUIZ PADILHA em cargos eletivos, inclusive nos cargos de Vereador e de Prefeito do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina;

d) datas de início e de término do exercício de GELSON LUIZ PADILHA em outros cargos públicos;

e) íntegra das decisões do TCE/SC que consideraram irregulares as contas de GELSON LUIZ PADILHA;

f) histórico da participação de GELSON LUIZ PADILHA, de sua esposa, SUZELEI BRIGHENTE PADILHA, e dos demais membros da diretoria da entidade em outras outorgas de radiodifusão, inclusive na Rádio Guarujá de Orleans;

g) íntegra dos processos que culminaram com a aplicação de multas e de outras sanções à Rádio Guarujá de Orleans, inclusive das multas por ilícitos eleitorais citadas no julgamento do Agravo de Instrumento nº 8369620-026-000-000, do TSE.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Está em discussão o relatório, que, na verdade, é um requerimento endereçado ao Ministro das Comunicações. Ao mesmo tempo em que pede as informações, o Senador Otto Alencar pede também o sobrestamento da tramitação do projeto em função de tudo aquilo que consta aqui, inclusive, salvo melhor juízo, irregularidades que precisam devidamente esclarecidas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É verdade.

Senador Otto, é a primeira vez que eu vejo um relatório tão precioso quanto esse. V. Exª descreve cassação, abuso do poder econômico. Isso é uma prática no Brasil. Se a gente for analisar bem, essas rádios comunitárias, principalmente, são utilizadas para fins políticos. A grande maioria delas Brasil afora serviria para a comunidade, mas sempre há um político ou alguém por trás bancando a rádio comunitária para denegrir imagem, o que acontece muito hoje com outros meios de informática também. Hoje a coisa mais fácil é montar um blogue para falar mal da pessoa, mas a gente está nesse meio e tem de conviver com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só queria fazer esse comentário, Senador Moka, porque realmente esse é um parecer que faz um histórico do responsável por essa rádio.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho a impressão de que esta Comissão tornou essas outorgas com quórum terminativo, e nós temos uma lista contendo estes documentos: a ata, a diretoria, quem compôs, como é que foi transmitido... Quer dizer, aqui eu percebo o seguinte: quando há alguma transmissão legal, tranquila, com documentação e tudo, não há nenhuma dificuldade. Agora sempre nos deparamos com isso. E eu acho, inclusive, isso muito importante porque se cria uma barreira para evitar – se é que a gente consegue evitar todos.

Sem dúvida nenhuma, está de parabéns o Senador Otto Alencar, que fez um relatório muito contundente, principalmente quando pede o sobrestamento, além das informações.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra ao Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu tenho aqui o voto de três PDS, que são autorizações para aprovação de outorga e autorização a rádios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor pode ler. Ficará para votação quando houver quórum qualificado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode sim. V. Exª pode inclusive ir direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – O exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural de Dois Riachos, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, ficará para votação quando houver quórum qualificado.

O Senador Omar pode seguir nos projetos em que é Relator.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INTEGRANTE DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Este aqui é da Associação Comunitária de Radiodifusão Integrante de Dom Pedro de Alcântara, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 56, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de radiodifusão integrante de Dom Pedro de Alcântara, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O próximo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É o 59?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, fica aguardando quórum qualificado para votação.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. – não é no Amazonas isso, é em São Paulo, mas o nome é Amazônia – para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo.

Também segue os mesmos trâmites.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99/2016, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, aguarda também quórum qualificado para votação.

Nós tínhamos hoje, inclusive, aqui o PLS 333, de 2012, que é um projeto do Senador Walter Pinheiro, que é um técnico, um especialista na área. Nesse projeto, o Relator é o Senador Flexa Ribeiro, e parece até que o relatório do nobre Senador é pela rejeição do projeto.

Eu gostaria até de discutir essa questão, porque nós somos obrigados a usar a telefonia e usar o código imposto pela operadora. O consumidor não tem o direito de escolha. Por exemplo, a Vivo, a TIM e a Claro são operadoras mundiais, e em lugar nenhum do mundo isso acontece, só no Brasil.

Então, eu acho que esse projeto, embora o Senador Flexa Ribeiro tenha dado um voto pela rejeição, eu gostaria de discutir com ele, para beneficiar o consumidor. O consumidor não pode, de forma nenhuma, estar obrigado a utilizar o código e, mais ainda, ser obrigado a utilizar o código imposto pela operadora. E nós sabemos que, se você, no uso de telefonia móvel, coloca mais dois números para discagem, você paga por mais dois números que você discou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto aqui... Eu gostaria até que o Senador Flexa Ribeiro estivesse presente, porque eu dei uma lida e me preparei para a discussão, para contestar, inclusive, o voto do Senador Flexa Ribeiro pela rejeição. Eu acho que, acima de tudo, em qualquer caso – e eu não faço juízo de valor do porquê do relatório pela rejeição –, acima de tudo está o interesse dos Senadores, das Senadoras, dos Parlamentares de uma maneira geral em buscar aquilo que signifique economia, signifique menos custo no seu dia a dia para a utilização de serviços dessa natureza.

Mas o Senador Flexa Ribeiro não está aqui. Quando ele for relatar, eu vou discutir essa matéria, achando que nenhum país do mundo utiliza isso. A Vivo está no mundo inteiro, a TIM e a Claro estão no mundo inteiro, e só aqui o Brasil usa. Nós vimos, lendo e vendo essa matéria, que, por cada número que você coloca numa discagem, você paga a mais; se coloca dois números a mais, paga por mais dois números a mais. Essa é uma cobrança que, na minha opinião, está completamente ultrapassada, e é, de alguma forma, indevida aqui no Brasil, já que em outros países onde operam a TIM, a Claro e a Vivo isso não acontece.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Até porque, se acrescentam um número ou dois, é porque eles estão vendendo muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E cobrando muito mais também. Vendendo e cobrando muito mais. Exatamente. O Senador Waldemir Moka fez o resumo da ópera do projeto de lei do Senador Walter Pinheiro.

O Senador Jorge Viana não está presente, e nós temos aqui... E também o Senador João Alberto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A assessoria do Senador Jorge Viana me pediu que eu lesse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E eu vou subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu passo a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) –

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - CCT
> Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater questões relativas à inovação e ao empreendedorismo digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, sugiro que sejam convidados:
- o Sr. Marcos Cintra, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- a Srª Rosilda Prates, Diretora Executiva da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D Brasil);
- a Srª Heloísa Regina Guimarães de Menezes, Diretora-Técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e
- Basílio Perez, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.

A justificativa do Senador Jorge Viana é que:

No último dia 19 de abril, este Colegiado aprovou o plano de trabalho relativo ao acompanhamento das políticas públicas relativas à ampliação do acesso às conexões em banda larga, em curso pelo Poder Executivo.
Como resultado do trabalho, será apresentado relatório, até o final de 2017, com vistas à elaboração de proposições para o aprimoramento da legislação pertinente.
Para estimular o debate, propomos a realização de uma audiência pública com especialistas em questões relativas à inovação e ao empreendedorismo digital, de forma a avaliar o papel da internet e das redes de alta capacidade para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.
Para tanto, peço aos nobres Pares, Senadores membros desta Comissão, a aprovação do presente requerimento.

O requerimento é do Senador Jorge Viana, e eu vou subscrevê-lo em função da sua ausência.

Eu penso, Sr. Presidente, que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É claro. Pode subscrever, sem dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele está evidentemente propondo essa audiência pública. Ele deve ser, não sei, o Relator – está chegando aqui. Então, eu acho que é mais do que pertinente o requerimento do Senador, que chegou neste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao colega.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o requerimento, em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater questões relativas à inovação e ao empreendedorismo digital.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 07/11/2017.)*

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz, para que, *ad hoc*, possa relatar os itens 5 e 6 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não; 5 e 6, não. Itens 3 e 4.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim, 3 e 4. Relatoria do Senador João Alberto.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2017 (nº 463, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 88, de 2017, nos termos do art. 335.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2017:
> - confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

É o voto do Relator, pelo sobrestamento, requerendo ao Ministro de Ciência e Tecnologia que sejam repassadas informações a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Isso será encaminhado ao Ministro Gilberto Kassab.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2017 (de nº 465, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Iati para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2017:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

É pelo sobrestamento, também, Sr. Presidente, encaminhando requerimento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

É o voto do Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Essas são as matérias que poderiam ser votadas sem o quórum qualificado. Todas as outras matérias, do item 8 até o item 82, portanto 76 projetos, precisam de quórum para votação.

Sabemos das dificuldades que o Senado atravessa agora – com várias comissões de inquérito e outras comissões extraordinárias que estão funcionando – para haver quórum qualificado. Vamos convocar para a próxima terça-feira, às 14h30, no mesmo horário, como possibilidade de fazermos um esforço concentrado, já que estamos chegando ao final do período e precisamos dar solução a quase 90 projetos que precisam ser apreciados.

Eu queria contar com os colegas. Agradeço sempre a presença do nobre Senador Jorge Viana, do Senador Waldemir Moka, do Senador Omar Aziz e de todos os outros que comparecem sempre, mas, diante das dificuldades que temos em várias comissões, às vezes fica difícil haver quórum de votação para a apreciação dessas matérias.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, cumprimentar V. Exª. Acho que essa mudança que V. Exª fez no horário é uma tentativa de compatibilizar os vários compromissos que temos, mas precisamos falar com os demais colegas para haver esse esforço concentrado. Acho muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a Secretaria ligar e nós todos pedirmos aos colegas da Comissão que venham a esse esforço concentrado. É muito importante nós deliberarmos. Há projetos da maior importância.

Ontem falava com o nosso colega Senador Walter Pinheiro que há projetos que nós precisamos deliberar que são bons para o cidadão, como esse projeto de autoria dele para se pôr fim ao uso dos prefixos das operadoras. O Brasil é um dos poucos países do mundo que adota isso, que não tem razão de ser. Foi criado na época da Embratel. É um custo a mais e agrava mais. Isso não há em nenhum lugar do mundo. Então, a nossa Comissão, sob a Presidência de V. Exª, estaria marcando alguns pontos favoráveis aos consumidores.

Eu quero muito agradecer ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Moka, a leitura do relatório. Por exemplo, queremos a aprovação desse relatório, porque eu tenho de completar as audiências para o trabalho que estou fazendo de avaliação da Política de Banda Larga. O relatório nosso já está quase pronto – estou fazendo com a minha equipe e os consultores. A ideia era apresentá-lo agora em novembro, mas, como houve esses atrasos todos, a ideia é apresentá-lo no começo de dezembro. Mas, se Deus quiser, vai estar pronto, e vamos concluir o trabalho.

Amanhã mesmo eu vou presidir uma audiência aqui, como já foi aprovado e deliberado, neste horário, para discutirmos o 5G, que compõe a avaliação de Política de Banda Larga no Brasil. Então, eu peço à Secretaria que telefone para todos os colegas – o meu gabinete também fará isso –, para que a gente possa ter audiência. É claro que não se exige quórum, mas a vinda de V. Exª ou do Senador Moka, que é o nosso Vice-Presidente, por algum instante... Eu vou estar aqui, porque sou proponente e preciso ouvir esses especialistas para compor o relatório em que estamos trabalhando de avaliar a Política de Banda Larga no Brasil, ou seja, a internet de qualidade – tradução. Como ouvi em algumas audiências aqui, talvez essa seja uma das importantes infraestruturas que o Brasil precisa ter, porque, sem isso, nada funciona. A prefeitura não funciona, não pode trabalhar a sua parte tributária; as empresas não funcionam, perdem competitividade; nós todos cidadãos estamos reféns dessa revolução tecnológica.

E o nosso País precisa, sim, ter uma atualização da sua legislação. Por isso, eu fico ainda na expectativa, Senador Otto, que o Presidente Eunício entre em um entendimento e que se possa fazer a apreciação do marco regulatório das telecomunicações no Brasil, que está com a validade vencida. Houve um impasse, mas isso não tira a importância de termos essa deliberação. Nós não podemos seguir num País em que ainda a base da nossa política seja o orelhão. Então, as empresas todas têm que manter o orelhão funcionando. Eu apresentei uma proposta para que possa ser desativado o orelhão, pois se passam 30 dias sem haver uma ligação. E hoje, se ele não estiver funcionando e a Anatel fizer uma vistoria e encontrar um orelhão que não funciona, é aplicada uma multa à empresa. Só que ninguém o está usando. Aí, a empresa fica inadimplente e leva uma multa. O que o cidadão está querendo: um orelhão ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma telefonia com qualidade, com preço justo e que possa ter uma opção de escolha, uma boa concorrência?

V. Exª foi relator, inclusive, do marco, deu uma contribuição extraordinária. E aí o Congresso para; o ano está acabando. E quem vai sofrer as consequências disso é o cidadão, é o usuário desse recurso, sem o qual não se vive mais no mundo atual. Não há como viver sem ele.

Por isso, acho que essa sua ideia de fazermos um esforço concentrado seja muito adequada para fazermos, já na próxima terça-feira, nesse mesmo horário.

E, amanhã, eu volto a pedir a todos e à Secretaria para que possamos realizar mais uma audiência desse trabalho, que é uma missão que V. Exª me deu, de fazer avaliação da Política de Banda Larga no Brasil, ou seja, da qualidade da internet no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, eu concordo com V. Exª. V. Exª sabe que nós nos esforçamos muito aqui quando o ex-Presidente Renan Calheiros criou aqui a Agenda Brasil. E nós aprovamos várias matérias importantes da Agenda Brasil, que hoje já foram sancionadas, já são leis em vigor, que foram apreciadas no plenário do Senado Federal. A única matéria aprovada por unanimidade na Agenda Brasil, que eu presidia e tinha como Relator o Senador e hoje Ministro Blairo Maggi, foi a Lei Geral das Telecomunicações, o Projeto 79, que veio da Câmara Federal. Esse projeto foi aprovado; depois, foi feito o requerimento para o Plenário – eu concordaria tranquilamente em debater e discutir esse projeto no Plenário –; depois, foi ao Supremo Tribunal Federal, encaminhado pelo Presidente Eunício Oliveira, através do requerimento dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras; o Supremo já devolveu aqui para o Senado; e, ontem, eu li que o Presidente Eunício Oliveira não vai pautar este ano essa matéria para que seja discutida. Ele poderia vir aqui para a CCT ou para outra comissão atinente à matéria para ser discutido e aprovado.

Nós temos no Brasil hoje 982 mil orelhões que não funcionam absolutamente mais. Ninguém usa isso mais, nem no fundão do Brasil se usa mais. O sujeito pega o celular, vai para uma serra e liga pelo celular, mas não usa mais os orelhões. E, como o Senador Jorge Viana falou, isso resulta em multas às operadores e em custo altíssimo para a manutenção. Alguns já foram até depredados, ninguém usa mais. E esse material praticamente inservível – totalmente inservível – fica sem solução.

A aprovação desse projeto, Senador Waldemir Moka, daria solução a isso e daria as condições para que a Anatel tivesse um crédito de R$2 bilhões junto às operadoras para aplicar na expansão da telefonia móvel. Era isso que estava no projeto. Não sei se o valor era esse, mas seria R$1,8 bilhão para essa finalidade, ou seja, eles assumiriam toda essa herança da telefonia fixa, com toda essa estrutura que está se depreciando a cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O levantamento que nós fizemos... Inclusive, eu tive a preocupação de ler todo o relatório do Tribunal de Contas da União, que fez a avaliação nesse sentido; eu o tenho sobre a minha mesa. E a projeção é que, em 2025, todo esse acervo, todo esse valor que foi estimado à época seja completamente inservível pela falta de manutenção e pela depreciação. Só no Brasil pode acontecer uma coisa dessa natureza. E isso aconteceu exatamente pela falta de atenção, pela leitura que deveria ter sido feita da matéria, pela leitura da auditoria do Tribunal de Contas da União. Vê-se uma matéria como essa, que foi lida e aprovada por unanimidade, sem conhecimento absolutamente nenhum de causa. Foi colocado até que nós fizemos uma coisa fora do padrão ético, o que é doloroso para quem é direito, correto e anda trilhando, como sempre trilhei, os caminhos da seriedade com a coisa pública. Isso foi muito ruim.

Eu aceitei naturalmente, porque a decisão é do Presidente, e eu não posso recorrer, mas o Supremo Tribunal mandou de volta para cá. E, pelo que li, o Presidente Eunício não considera essa matéria uma coisa urgente. Na minha visão, é uma coisa necessária e urgente para o consumidor e também para que não haja a depreciação de mais equipamentos que o Poder Público tem espalhado Brasil afora, para que não venham virar depois cinzas, como é o caso de todo esse acervo que hoje praticamente não é mais utilizado no Brasil.

Eu queria saudar a presença do Senador Flexa Ribeiro. Sobre a matéria que V. Exª ia relatar pela rejeição, já que V. Exª não estava presente, fiz uma missa de corpo ausente, mas vou fazer agora uma missa de corpo presente, discordando de V. Exª pela rejeição, até porque o Senador Walter Pinheiro me procurou ontem na Bahia. Se estivesse aqui hoje, eu tenho a impressão de que ele não pouparia V. Exª, ele partiria para cima. Acho que iria lhe dar uma meia-lua dobrada, uma rabo de arraia, um godeme, uma bênção, um martelo de broca de ouvido. Ia fazer alguma coisa. Ia jogar capoeira com o senhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas há que se considerar a idade do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O quê?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Há que se considerar a idade do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas o Senador Walter Pinheiro, quando está zangado, é complicado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Ele está sempre zangado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele está muito zangado. A vantagem dele é que, sendo evangélico, antes de brigar ele chama por Deus, senão, seria um problema muito grave para V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu quero, primeiro, justificar-me por não ter estado aqui desde às 14h30, atendendo à convocação de V. Exª. Eu estava em uma reunião no PSDB, querendo que se concluísse a reunião para poder chegar até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Decidiu-se alguma coisa lá no PSDB?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Decidiu-se não decidir. Vamos continuar nos reunindo para que se mantenha aí... E o Senador Jorge Viana nervoso, porque, quando a gente fala que está em reunião do PSDB, ele sabe que é o que vai...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Fico preocupado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... salvar este País da desgraça que foi feita ao longo desses últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai continuar, então... O PSDB vai continuar no muro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, o PSDB está pronto para comandar o País a partir de 1º janeiro de 2019, não tenho dúvida disso. Nós vamos estar vivos para participar desse processo, todos nós. Porque, ao fim e ao cabo, depois de passarem as eleições – todos nós somos brasileiros –, temos que trabalhar no sentido de colocar este País no rumo correto, para que ele volte, como a gente diz lá, no norte: tem que empinar a cangula, tem que pô-la a favor do vento para ela poder levantar. Então, é isso que a gente tem que fazer com o nosso País.

Quanto à questão do projeto do Senador Walter Pinheiro, em que o meu parecer está pela rejeição, eu ia pedir para tirá-lo de pauta para poder conversar com o Senador Walter e evitar essa contenda que V. Exª já colocou aqui, transmitida pela TV Senado.

Eu respeito muito os baianos, que, além de serem exímios na capoeira, estão protegidos. Eles são protegidos, têm o corpo fechado. Então, é covardia enfrentar baiano. Eu não quero confusão com os baianos, não. São todos meus amigos, e eu sempre os trato por "meu rei". Então, eu continuo tratando V. Exª dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É verdade mesmo. V. Exª me chama de "meu rei". Mas V. Exª me chamava de Velho Chico; depois, mudou para "meu rei". Mas lá, no Pará, há o boto-cor-de-rosa também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não há o boto-cor-de-rosa lá?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – O boto-cor-de-rosa é famoso. É bom você não tirar praça com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, eu queria cumprimentar, mas fiquei preocupado com o Presidente tentando apaziguar, mas de um jeito que eu não estava entendendo; parecia que estava marcando até o dia do duelo entre Flexa e o Senador Walter.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pois é. Mas o Walter é meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas V. Exª pediu para retirá-lo de pauta. Está retirado de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Um instante só. Eu sugeriria a V. Exª que conversasse, que ligasse para o Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele me procurou ontem, nós conversamos, e eu concordei com as colocações dele. Ele foi minucioso; nós dois estudamos isso e vimos. Então, acho que seria bom o Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É por isso que eu queria cumprimentar o Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sem dúvida, vale ouvi-lo. Tenho certeza de que o Senador Flexa Ribeiro concorda comigo, uma vez que o Walter – eu fui Deputado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele por 12 anos – é um cavalheiro, é um homem que gosta do diálogo. E eu tenho certeza absoluta de que, até pela educação, pela delicadeza do Senador Flexa Ribeiro, eles haverão de chegar a um texto que contemple o projeto do Walter Pinheiro e também a opinião do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar nesse aspecto o Senador Flexa Ribeiro, meu colega, porque acho que é uma atitude elogiável, sensata. Eu também conversei muito com o Walter. Tenho procurado cada vez mais aprofundar meu conhecimento nessa área, mas o Walter realmente é um dos colegas que mais tem acúmulo nessa área, porque estuda, trabalha, é do setor.

E, de fato, Senador Flexa, talvez essa retirada, que eu acho uma sensata e boa medida de V. Exª... Porque para nós, brasileiros, fica meio esquisita essa história de termos sempre que fazer a opção se vamos usar o número de uma operadora ou de outra, porque, no mundo inteiro, não há isso. Aqui, no Brasil, se criou isso por conta da Embratel. Naquele sistema antigo, qualquer ligação era feita via Embratel. A gente ainda lembra isso. Mas, depois da privatização, uma empresa resolveu adotar um número para manter e até hoje nós temos esse prefixo das operadoras, que não cabe mais. Quando a gente viaja, chega lá, há três ou quatro operadoras, e você escolhe uma delas para operar. Você não tem que estar atrás do número 15, 21, 31... Não existe nada disso.

E uma oportunidade que esse projeto nos dá – e talvez essa revisão que V. Exª vai fazer – é a de a gente livrar o usuário, o cidadão dessa situação que encarece, porque são dois números a mais. Isso tudo funciona com programação de computador e termina ficando mais caro mesmo. Mas, tendo como referência o que faz o resto do mundo, muito provavelmente a gente vai ver que só o Brasil e mais outro país fazem uso desse prefixo de operadora. Ninguém adota mais isso em canto nenhum.

No mais, eu fico contente por V. Exª ter sobrevivido à reunião do PSDB, porque eu estou sempre muito preocupado. Eu tenho bons amigos dentro do PSDB, e essa crise de identidade que o PSDB vive – que V. Exª não vive, porque V. Exª lado, e eu o respeito por isso – é grande. Tomara que seja só um problema psicológico, não seja psiquiátrico. Mas o PSDB vive um drama danado. Sai do Governo, entra no Governo; os Ministros vão sair, vão permanecer... E eu fico torcendo que o PSDB se reencontre ou pelo menos fique no muro, porque agora ele não sabe mais – fica de um lado, fica do outro; já nem no muro mais fica. É sério esse assunto. Estou torcendo pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa, quer fazer a tréplica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não merece tréplica, não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O nosso Presidente hoje está...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª vai adotar uma das frases do Adoniran Barbosa nos seus sambas. Ele diz assim: "Bom de briga é quem cai fora. Por isso eu nunca apanhei." Samba do Adoniran, paulista, um dos maiores sambistas do Brasil.

O TRF-2 mandou prender outra vez o Picciani, o Paulo Melo e o Edson Albertassi. E o Relator, o Juiz Abel Gomes, determinou que, se a Alerj não aceitasse, não cumprisse, se fizesse intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, o que, na minha opinião, custa pouco para acontecer, já que a situação lá está totalmente comprometida, não é? O Tribunal de Contas do Estado, a Assembleia, o Governo, enfim, a situação do Rio de Janeiro é muito grave.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Ministro Abel Gomes pediu que, se não se cumprisse, se fizesse a intervenção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aliás, no ano passado, quando fui Relator Setorial da Defesa, o Comandante do Exército, Gen. Eduardo Villas Bôas, me disse – no ano passado, antes que qualquer coisa acontecesse no Rio – que, no Rio de Janeiro, iria acontecer exatamente isso que aconteceu. Ele andou por lá e viu que não havia solução.

Senadora Regina, prazer em revê-la, mas nós estamos agora encerrando a reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Mas, Presidente, talvez V. Exª pudesse, para os dois colegas, que estão sempre muito presentes, falar do esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós vamos, Senadora Regina, convocar uma outra reunião para terça-feira, às 14h30, para ver se podemos votar essas matérias terminativas. Já são 82 matérias terminativas. Nós podemos – já tem parecer a maioria; os Senadores e Senadoras podem ir direto ao voto – esvaziar a pauta para não terminarmos o ano sem a produção que deveríamos ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estão todos lidos já, os votos de todas essas matérias?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não. Não estão lidos, não. Da maioria não foram lidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Seria bom, Presidente, que a gente pudesse fazer a leitura. Quando tivéssemos o quórum, só iríamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É, mas... Só foram dois lidos. Eu gostaria que fosse com a presença... Porque ler e depois não aparecer...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato. Vou solicitar ao pessoal nosso que converse com os assessores dos Senadores para ver se os relatórios estão prontos para, na próxima terça-feira, nós fazermos isso.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012

- Terminativo -

Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição.

Observações: *1) Em 22/03/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão, tendo sido concedida vista coletiva, nos termos regimentais;*

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.

)

(São as seguintes as matérias adiadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *1) Em 26/09/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão; 2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *1) Em 26/09/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão; 2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2009

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE IBIRITÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DE RIO AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA COLINA – ACENCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARLUSE VEIGA ARAÚJO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Norte, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 33

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FAZENDA NOVA - ARCOFAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA ANTÔNIO CARNEIRO DA FONSECA E RUAS CIRCUNVIZINHAS DE ARARUNA - ABMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araruna, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE INDIANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nossa Senhora dos Remédios, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCATIVA DE TURVOLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvolândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIACHENSE AMIGOS DA CULTURA - ACRAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachinho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DA CIDADE DE NHANDEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GARIBALDENSE DE CULTURA – AGC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio do Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ARJONA E CHAVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jataí, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indiara, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUASSUSSÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orós, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Meruoca, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CABUGI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à GOIÁS COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSORA RIO MACAPÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE AFONSO CUNHA - ACAAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cunha, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CAMPINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05, 31/05, 21/06,31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itati, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ITATIAIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMÉRICA ARTÍSTICA E CULTURAL DE UBERABA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RACE FM – RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E BENEFICENTE GETSÊMANI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SISTEMA LIVRE DE COMUNICAÇÃO - SILICOM (RÁDIO LIVRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 69

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pacajá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacundá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ÁLVARO CORDEIRO - FUNDACOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VANGUARDA DO VALE DO AÇO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TERESENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RIBEIRÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti dos Lopes, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IRAIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ANTON DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11 e 07/11/2017.*)

Então, encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Rocha, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, José Medeiros, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **4ª Audiência Pública Interativa** integrante do Plano de Trabalho de avaliação da Política Nacional de Banda Larga, destinada a debater o tema "Tendências, Desafios e Obstáculos à Internet 5G, a Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial", atendendo aos requerimentos RCT 2/2017, de autoria do Senador Otto Alencar, e RCT 32/2017, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Pedro Chaves e Otto Alencar. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Alberto Paradisi, Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD; Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE; Demi Getschko, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil -CGI.br; Basílio Perez, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações – ABRINT; e Carlos Duprat, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/22

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou dar início a esta reunião, que é uma audiência pública em que nós vamos discutir um tema dando sequência aos trabalhos da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. É a quarta audiência, proposta que eu apresentei para me ajudar na elaboração do relatório que faz uma avaliação da Política Nacional de Banda Larga, ou seja, da internet de qualidade no Brasil.

A vinda dos senhores e das senhoras convidadas é fundamental para que se possa fazer uma avaliação mais perto do real possível do que ocorre no Brasil e, assim, eu possa, já em dezembro, apresentar meu relatório para esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, trazendo uma avaliação e as recomendações daquilo que nós devemos adotar para termos uma Internet de qualidade no nosso País, para que não fiquemos para trás nessa revolução tecnológica que o mundo vive.

Eu, antes de passar a palavra para os nossos convidados, quero dizer que acabei de ter uma audiência com o Presidente da Anatel, Juarez Quadros, com o Conselheiro Aníbal Diniz e como Relator também, porque aqui nós temos multifunções, temos que estar em vários lugares ao mesmo tempo. E hoje temos um diferencial, que é a Ordem do Dia, que começa às três horas. Então, realmente temos uma situação atípica, que não estava prevista. Mas ontem foi anunciada pelo Presidente a Ordem do Dia no plenário da Casa às três horas da tarde.

Eu conversei com o Presidente da Anatel, Juarez Quadros, sobre uma situação gravíssima que o Acre, meu Estado, vive: as interrupções da telefonia, da internet, especialmente na região de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, mesmo Sena, em decorrência da falta da manutenção ou dos problemas que temos da fibra ótica da Oi, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul. Cobrei uma fiscalização mais intensa. Eu sei que a Oi tem sérios problemas. Mas nós, que ficamos reféns, dependentes hoje da internet, não podemos ter uma interrupção que não é uma questão de pouco tempo, mas de horas, dias até. E tudo para numa cidade que perde a sua conexão.

Recentemente nós tivemos um drama, um problema gravíssimo com a capital. O Governador Tião Viana fez um evento. Levamos Governadores de vários Estados brasileiros, aliás, de todos os Estados brasileiros. Foram poucos os que não estiveram presentes.

O Governador de São Paulo estava presente, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, dos Estados do Sul, do Nordeste inteiro, da Amazônia inteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vejam os senhores: nós tivemos uma interrupção geral na internet no Estado, porque nós temos dois cabos de fibra ótica que fazem a conexão do Acre com o Brasil – um é da Oi, o outro é da Claro, Embratel, Claro –, e os dois se romperam simultaneamente. Falta de manutenção? Pode ter sido, mas é muita coincidência a ruptura dos dois cabos. Um é aéreo, passa junto com a fiação da Eletronorte, o outro é enterrado. Então, veja como no Brasil ainda nós temos uma certa precariedade na infraestrutura.

E eu, como Senador, nós tínhamos feito um evento anunciando investimentos nessa infraestrutura de telecomunicação no Acre, que está acontecendo, é bom que se diga, pela Tim, pela Claro, pela Vivo – e a Vivo tem uma participação enorme no mercado de telefonia móvel –, e o Sr. Eduardo Navarro assumiu o compromisso, só a empresa dele, de fazer um investimento de 12 milhões. Mas quando estamos trabalhando esses investimentos, você tem um problema grave na alimentação da internet para o Acre, que são os dois cabos de fibra ótica.

E, vejam, eu ajudei, inclusive, porque tem um TAC assinado no Tribunal de Contas da União, pela Vivo e pela Oi. E esse TAC, o propósito dele veio da Anatel. É uma punição da Anatel para transformar algumas multas em investimentos que essas empresas precisam fazer na infraestrutura.

E aqui quero inclusive anunciar para a população do Estado essa ação, tanto junto à Anatel, pedindo providências – O Dr. Juarez Quadros fez uma reunião com as operadoras –, mas também com um resultado prático, por conta do apagão que tivemos em Rio Branco, com a ruptura das duas fibras óticas, que não foi resolvido em questão de horas, como estabelece a lei. Em duas horas deve ser feito o reparo.

Nós ficamos com todos os convidados. Era para o Presidente da República estar lá, Ministros, e ficamos sem internet. Imaginem um Estado inteiro sem internet, sem a telefonia móvel. É muito grave, nos tempos atuais.

E a proposta do encaminhamento – e aqui dou até uma satisfação para a população do Acre – é avaliar a infraestrutura que temos. Os dois cabos não são suficientes, e o Presidente da Vivo no Brasil, o Sr. Eduardo Navarro, que esteve no Acre, assumiu o compromisso de revisar os investimentos em infraestrutura decorrentes do TAC e fazer o investimento de pôr mais um cabo de fibra ótica, por investimento da própria Vivo, para que não tenhamos esse risco, porque, aí sim, nós teríamos três alternativas; dificilmente as três alternativas estariam desligadas ao mesmo tempo.

Mas veja que não é algo, uma teoria do que pode acontecer; aconteceu no meu Estado, porque dependia exclusivamente de dois cabos, e os dois romperam-se simultaneamente.

E o que está tendo agora? Estranhamente, o movimento das outras companhias, dizendo que não pode ter o terceiro cabo, porque isso é fazer sobrar investimentos em infraestrutura, mas nós acabamos de ter um apagão no Estado por conta de termos só dois cabos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se tiver que ir ao Tribunal de Contas da União, eu vou, vou falar daqui a pouco no plenário do Senado sobre isso, porque nós não podemos cobrar da Anatel, cobrar de uma empresa que não tem o cabo, que usa das outras duas e que teve um apagão porque dependia do cabo.

É boa a otimização de recursos, mas eu acho que não tem nenhum sentido tanto a Claro como a Oi fazerem movimentos no sentido de não permitir que o Acre tenha uma terceira e necessária alternativa de conexão da internet.

Nós estamos falando de saúde, estamos falando de segurança, estamos falando de educação, estamos falando de economia, estamos falando de serviços público essenciais e estamos falando de direito do cidadão. E é nesse propósito que eu faço aqui... Presidindo esta audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado Federal, torno público esse episódio, faço esse esclarecimento e até aqui, de certa forma, uma denúncia, para que a Oi e a Claro não tentem impedir o Acre de ter uma adequada infraestrutura de telecomunicação, com três cabeamentos de fibra ótica, para que a gente possa ter uma internet de melhor qualidade, uma comunicação de melhor qualidade, uma telefonia móvel de qualidade, como estabelece a lei e, ao mesmo tempo, a gente tenha uma segurança de infraestrutura, que é tão necessária.

Então, eu estou dando um exemplo concreto do que aconteceu no meu Estado, do que significa hoje essa infraestrutura que eu chamo assim... Talvez seja uma das mais importantes infraestruturas do País, porque um apagão desativa todos os outros serviços – o avião não vai funcionar, os voos, a compra e venda de passagens não vão funcionar; a comunicação na área de segurança não vai funcionar, o mesmo na saúde. Então, é uma situação muito grave. Eu não tenho nenhum problema em dizer que talvez seja hoje a mais necessária infraestrutura para o pleno funcionamento da vida em sociedade, da economia, dos serviços públicos.

Fica aqui essa satisfação que eu estou dando para o povo do Acre, mas fica esse exemplo também e essa denúncia de que nós não vamos admitir, em hipótese alguma, que esse serviço não aconteça. A empresa Vivo, o Presidente dela, a diretoria dela decidiu fazer esse investimento. A Anatel, Dr. Juarez Quadros, é favorável, os conselheiros são favoráveis. E nós não podemos ter agora uma empresa, depois de ter vivido esse apagão no Acre, a empresa Oi e a Claro virem dizer que está tendo uma certa concorrência e que se está desperdiçando dinheiro fazendo uma infraestrutura levando mais um cabo de fibra ótica de Porto Velho para Rio Branco, para o Acre. Então, é o contrário do que foi dito, é uma necessidade, é uma extrema necessidade termos esse terceiro ponto de ligação que a Vivo pretende fazer o quanto antes. Então, eu quero agradecer à empresa Vivo, quero agradecer à Anatel.

E, para iniciar esta audiência, nós vamos tratar de 5G. Nós vamos tratar não mais de internet mais rápida, não é mais só de internet de qualidade, é algo novo que vem, que vai mudar bastante a vida na nossa sociedade. É uma revolução dentro da revolução. Talvez estejamos entrando na era dos dados, num outro mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero muito agradecer a todos os nossos convidados que estão aqui – o Paradisi está aqui do meu lado; o Sr. Basílio, que está ali mais na ponta; o Duprat, que está aqui também; o Sr. Demi está aqui conosco; e a Srª Flávia Guimarães – por terem atendido a esse convite. E quero dizer para os senhores e para a senhora: os senhores estão dando um depoimento que vai compor o relatório da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre avaliação das políticas de banda larga no Brasil.

Então, a audiência, independentemente de qualquer coisa, está sendo gravada, vai ser veiculada pelo Senado, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, mas também comporá o relatório.

Daqui a pouco, obviamente, Senadoras e Senadores também virão aqui. Tivemos reunião ontem da Comissão e hoje já está se repetindo.

Não sei se podemos começar com a Sr. Flávia para, de alguma maneira, fazer uma referência à única mulher que está aqui na mesa. É, no mínimo, um gesto que nós precisamos fazer sempre, todos os dias, em respeito a essa boa relação humana que devemos preservar na sociedade.

Com a palavra a Sr. Flávia Guimarães, que representa...Ela é mestre em Direito pela PUC - SP, Conselheira da Associação dos Consumidores, foi representante das entidades de defesa do consumidor no Conselho Consultivo da Anatel, de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, e recentemente foi eleita para representar o terceiro setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil, de 20014 a 2019. Talvez seja o jeito mais adequado. Tudo o que nós estamos querendo discutir aqui é para o País, para os entes da federação, mas especialmente para o consumidor, para a vida do cidadão e da cidadã, para que tenham uma condição melhor.

Passo a palavra para ela que poderá falar de uma perspectiva dos usuários.

Muito obrigado.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Em nome da Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor agradeço a oportunidade.

A Proteste é uma entidade que já tem 16 anos e 280 mil associados distribuídos por todo o País. A Proteste também integra a Coalização Direitos na Rede, que é um coletivo de entidades de ativistas e acadêmicos que têm atuado no sentido de preservar direitos fundamentais relacionados, como o senhor disse, ao direito do cidadão, do consumidor, ao direito às comunicações e à preservação de uma internet democrática e aberta.

Como o objetivo é a avaliação de políticas públicas, acho que alguns números são importantes. Esse é um número, um índice de implementação de tecnologias da informação da UIT, de 2016, que engloba a telefonia fixa, a telefonia celular e banda larga. Infelizmente, nós estamos mal colocados nesse *ranking*. A gente está em 63º lugar, atrás da Argentina, do Chile e da Costa Rica. Também no índice do primeiro quadrimestre, feito pela Akamai, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abaixo da média mundial de velocidade da banda larga, também atrás do Chile, do Uruguai e do México, infelizmente.

O País mais bem colocado no *ranking* da UIT é a Coreia do Sul. Porém a Coreia do Sul faz investimentos significativos em banda larga, pois 3,7% do PIB são investidos em ciência e tecnologia. Existe um elevado investimento para *hotspots*, na tecnologia 4G, para fornecer acesso *wi-fi* em redes públicas e é certo que a Coreia tem um outro nível de urbanização que facilita todas essas políticas. Nós também temos de perseguir esses padrões dos quais, infelizmente, estamos muito distantes.

O orçamento de 2016 e de 2017 para o MCTIC é 50% menor do que o orçamento de 2010. Com essa Emenda Constitucional nº 95, que foi aprovada agora, e que restringe que os investimentos no exercício seguinte só podem ser corrigidos pela correção monetária, infelizmente, o cenário para investimento em ciência e tecnologia é desastroso e está absolutamente em descompasso com as necessidades que o Plano Nacional de Internet das Coisas e outras tecnologias vão demandar: problemas de orçamento, problemas legais...

Nós temos os contratos de concessão que incluem redes fundamentais. Hoje, segundo os dados do CTIC, mais de 50% do provimento da banda larga fixa são feitos nas redes associadas aos contratos de concessão da telefonia fixa, e, nesse caso, os contratos estão travados, já deveriam ter sido renovados há dois anos, e nada sai do lugar. E, consequentemente, investimentos em infraestrutura ficam comprometidos.

O resultado disso – e eu trago aqui os dados do CTIC – é – desculpe-me, porque desconfigurou – uma situação de extrema desigualdade no acesso à banda larga. A gente tem 36,7 milhões de domicílios com acesso à internet, considerando que esses acessos são fixos e móveis. Desse total, só 38% são acessos fixos; o resto são acessos móveis.

Por classe social, a gente vê que na classe A existe quase que uma universalização do acesso à banda larga e um cenário muito ruim nas classes C, D e E.

Aquele gráfico à direita, embaixo, é área urbana e rural – azul é urbana, embaixo é rural – , que mostra também um fosso lamentável do acesso à internet. Esse gráfico também é muito ilustrativo porque a gente vê que as classes C, D e E acessam a internet exclusivamente... Uma parcela significativa, 76% das classes D e E, que é a última coluna do lado direito, e 46%, que é a classe C, acessam a internet exclusivamente por dispositivos móveis, o que termina sendo extremamente prejudicial, porque, se essas pessoas acessam por dispositivos móveis, elas têm planos de franquia nesses dispositivos móveis com um volume de dados muito baixo... Os planos mais generosos têm um gigabyte de dados por mês, o que não é suficiente, por exemplo, para acompanhar esta audiência pública aqui e continuar acessando seus *e-mails*, etc. Quando a gente vai para a classe A, a gente vê que o ideal é que se acesse a internet por ambos os caminhos, tanto pelo computador, pela rede fixa, quanto pela rede móvel.

Aqui é um dado importante porque mostra qual é a tecnologia mais utilizada mesmo nos dispositivos móveis. E essa coluna azul mostra que, a despeito de as pessoas, de a grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

massa de consumidores acessar a internet por dispositivos móveis, a tecnologia mais utilizada ainda é a rede fixa e que é fundamental, portanto, garantir uma distribuição e um acesso democrático à internet.

E aí a gente pergunta: toda essa situação é falta de políticas públicas? Eu diria que não é falta de políticas públicas, porque a gente tem, desde 2003 – esse é um decreto que foi editado para preparar o cenário para a segunda etapa dos contratos de concessão de telefonia fixa na época –, e já havia garantia de acesso de todos os cidadãos à rede mundial de computadores. Depois, em 2005, houve uma emenda a esse decreto, com atribuição ao Ministério das Comunicações para adotar políticas públicas para ampliar o acesso à internet e promover inclusão digital.

Tivemos o Decreto 7.175, de 2010, que é o Plano Nacional de Banda Larga. Todos esses planos, infelizmente, não foram devidamente implementados. Depois tivemos a Portaria 1.465, de 2016, e o Decreto 8.776, de maio de 2016, que instituiu o Programa Brasil Inteligente. Esse decreto merece uma observação, porque foi a primeira vez, nas políticas públicas estabelecidas por atuação do Poder Público, que se previa buscar a universalização e não a massificação, o que, no nosso entendimento, é a previsão correta e de acordo com o art. 21 da Constituição Federal, que atribui à União Federal a competência para as telecomunicações, competência exclusiva, e, no art. 175, determina que é do Poder Público o dever de garantir acesso a serviços públicos essenciais, como é o caso do acesso à internet.

Ainda que o acesso à internet não seja um serviço público, de acordo com a Constituição Federal, nós tivemos a edição, em 2014, do Marco Civil da Internet, que trouxe o caráter de universalidade para o serviço de conexão à internet, no art. 4º, quando diz que a disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção do direito de acesso a todos, e que o acesso à internet é um serviço essencial.

Aí eu pergunto: também é falta de recursos? Porque vimos que políticas públicas e ferramentas institucionais a gente tem, para promover o acesso à internet, mas, infelizmente, as políticas não saem do papel. É falta de recurso público? Também, na nossa avaliação, porque nós pagamos esse tributo, não é, porque a gente tem 2,5 bilhões, em média, recolhidos de Fust por ano; a gente tem o FUNTTEL recolhido todo ano; temos os bens reversíveis, que, segundo avaliações – existe um conflito entre a avaliação da Anatel, aliás, isso está judicializado: a Anatel avalia os bens reversíveis em 17 bilhões e há contas no Tribunal de Contas da União que avaliam em 108 bilhões os bens reversíveis –, mas há os bens reversíveis também como recursos públicos a serem utilizados para a universalização do acesso à internet.

Eu vou pular aqui e vou passar aqui.

Só vou destacar o seguinte, Senador: a gente defende, junto com a campanha Banda Larga é um direito seu! que o Governo aplique ferramentas já existentes. O Governo poderia retirar o regime público da telefonia fixa. Isso está expresso nesses dois dispositivos da Lei Geral de Telecomunicações e estender o regime público para infraestrutura de suporte a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acesso à internet, o que automaticamente liberaria a utilização do Fust para esses investimentos.

Nós rechaçamos o PLC 79, de 2016, justamente porque ele é absolutamente contrário ao caráter universal do serviço de telecomunicações; ele traz prejuízos ao patrimônio público, porque entrega recursos públicos na mão da iniciativa privada, e nós sabemos que a iniciativa privada não tem obrigação de promover a universalização.

A obrigação do Estado nós não podemos deixar na mão do mercado exclusivamente. O senhor mesmo deu um exemplo muito ilustrativo dessa situação: a ampliação do acesso à internet.

Queremos dizer que está em curso, aí... Acabou, dia 17, a consulta pública para um novo decreto, que vai revogar todos aqueles decretos anteriores, mas que traz aspectos positivos – nós relacionamos ali na frente. Mas nós incluímos, na nossa consulta pública, que se coloque nesse decreto a previsão do caráter público das redes de telecomunicações – porque elas são um recurso estratégico para o País e para todos os cidadãos –, a previsão expressa de universalização da infraestrutura, a definição de metas de universalização, para implantação de infraestrutura – o seu exemplo é uma prova de que isso é necessário –, e algo que nós não temos até hoje, Senador, que é preços e tarifas de telecomunicações, tanto no atacado quanto no varejo, definidos com base em modelo de custo. Isso também não está nessa proposta de decreto cuja consulta pública acabou agora, dia 17.

Há aspectos positivos nessa proposta de decreto, que é a retomada do papel da Telebras como indutora de novos investimentos e de universalização, instituição de obrigação de compartilhamento imediato da capacidade das redes... Porque, até agora, novos investimentos em rede, com renúncia fiscal do Estado... Têm sido concedido às empresas feriado regulatório de nove anos. Ou seja: elas fazem investimentos com benefícios fiscais e podem ficar nove anos sem compartilhar a capacidade dessas redes, em total descompromisso com políticas públicas de inclusão digital.

Outro aspecto positivo: atendimento a órgãos públicos com prioridade para serviços de educação e saúde e promoção da implantação da política de cidades digitais e inteligentes, através de marcos legais e regulatórios adequados, para garantir uma governança participativa e sustentabilidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer a colaboração da Srª Flávia Guimarães, que trouxe uma visão do segmento que ela representa, que tem o propósito de trazer um pouco a voz, a preocupação da sociedade civil.

Passo a palavra imediatamente para o seu Basílio, fazendo aqui uma ressalva: de fato, houve ontem uma decisão de mudar a Ordem do Dia, e aqui no Senado há regras: quando começa a Ordem do Dia, é uma obrigatoriedade dos Senadores estarem presentes. É óbvio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve haver um atraso no início da Ordem do Dia – estava marcada para as 3. O que é que eu pediria? Se pudéssemos ter um resumo das apresentações, pedindo desculpa por conta desse tempo... Porque eu queria ouvir todos. Então, se pudessem, pelo menos em cinco minutos, fazer uma exposição que pudesse trazer aquilo que é mais essencial, eu agradeceria muito, porque eu não tenho outra maneira de funcionar a Comissão em plena Ordem do Dia.

Muito obrigado.

Passo a palavra para o Sr. Basílio, que é da Abrint, e também é fundador de provedor. Então, é um segmento importante para dar a sua opinião aqui.

O SR. BASÍLIO PEREZ – A apresentação que a gente fez...

A Abrint é representante de provedores de acesso à internet. Hoje em dia, em termos de volume de assinantes, nós somos a quarta operadora do Brasil em termos de internet.

Eu vou tentar fazer um apanhado rápido sobre as três pautas que estão sendo colocadas, que são 5G, Internet das Coisas e inteligência artificial.

O 5G é uma rede que tem características que vão chegar de velocidade por *pop* de 10 gigas a 20 gigas, velocidade de usuário acima de 100 mega, que são as propostas, e latência muito baixa, de um milissegundo, o que vai permitir aplicações para operações em tempo real bastante elevadas. Mas existem alguns problemas. Para essas velocidades, a gente precisa de bandas de espectro de frequência de 100 megas até um giga, a gente precisa de uma faixa de frequência muito elevada. Essas bandas só estão disponíveis atualmente acima de 26 GHz; abaixo de 26 GHz, quase todas as frequências estão tomadas com algum tipo de serviço; e, acima de 26 GHz, nós temos um problema, que é o baixo alcance. Isso vai gerar uma necessidade muito grande de antenas para poder distribuir o sinal.

Fazendo um comparativo aqui, ilustrando uma pequena cidade com algumas antenas de 4G. Com 5G, seria uma coisa mais ou menos assim. Só que todas essas antenas, todos esses *pops* teriam que estar interligados por fibra óptica para poder escoar toda essa rede, ou seja, fazer políticas para 5G sem pensar em políticas de fibra óptica e de rede fixa não vai resolver nada.

Aqui há algumas premissas para sucesso da implantação do 5G: um *refarming*, ou seja, uma redistribuição das frequências utilizadas atualmente; facilidade regulatória para instalação de antenas porque nós temos grandes dificuldades para instalação de antenas nas cidades; desoneração de tarifas e de taxas regulatórias porque vai-se precisar de muitas antenas; desoneração tributária, que é uma coisa que a gente sempre tem que pedir; e um forte incentivo à construção de redes de fibra óptica fixas. Isso passa pela questão do compartilhamento de postes e de dutos, que é um problema que nós ainda enfrentamos constantemente.

Sobre a IoT, algumas características: vão ser bilhões em dispositivos; a grande maioria desses dispositivos tem baixa capacidade de processamento, o que faz com que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependam muito da rede porque eles fazem o processamento na nuvem, ou seja, grande parte das operações das IoTs precisa da internet, da nuvem para poder funcionar; as IoTs têm sérios problemas de segurança, nós já fizemos algumas apresentações nesse sentido; existem algumas aplicações de IoT que têm baixo volume de tráfego individuais, ou seja, a IoT necessariamente não precisa de alta velocidade de internet.

Nas questões de segurança, a gente detectou que existe uma rapidez muito grande no desenvolvimento dos dispositivos de IoT hoje em dia e isso faz com que deixem as questões de segurança de dados dos dispositivos em segundo plano, o que tem causado graves problemas.

Também o baixo processamento dos dispositivos faz com que eles dependam muito de conexões centrais com o fabricante da rede.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BASÍLIO PEREZ – E isso permite que ocorra a captura desses dispositivos. Câmeras de segurança, que são muito utilizadas, já têm graves problemas de segurança e são alvo de *hackers*.

Aqui alguns dispositivos de IoT, sensores de agricultura, medicina e tal. Os que eu listei em azul são dispositivos que precisam de baixa velocidade. Apesar de serem Internet das Coisas, eles não precisam de alta velocidade, não precisam do 5G em si.

Então, na Internet das Coisas, apenas os dispositivos de alta velocidade é que realmente vão precisar do 5G. Os demais dispositivos vão trabalhar com *wi-fi* ou frequências na faixa de VHF mesmo. E, para a abrangência da área rural, é necessário que se faça leilão novamente da frequência de 450 megas, que está subutilizada.

Outra premissa importante da Internet das Coisas é que ela tenha uma definição como serviços de valor adicionado. Se a IoT for colocada como telecomunicações, ela vai sofrer toda a carga de regulação e de tributos que existe em cima das telecomunicações, e isso vai atrasar as conexões desse tipo de dispositivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BASÍLIO PEREZ – Sobre a inteligência artificial, vou passar rapidamente. É só uma questão de que isso é uma coisa que está em crescimento muito rápido e nós temos algumas questões que têm a ver com o foco na capacitação de pessoas. Hoje em dia, o que está faltando é capacitação de pessoas para trabalhar em inteligência artificial.

Aqui, resumindo, precisa-se criar um ecossistema que englobe o 5G, Internet das Coisas e inteligência artificial. Isso depende de liberação da frequência de 450 megas, liberação de outras faixas, classificação da IoT como SVA, desoneração de impostos e incentivos às capacitações profissionais.

É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu corri o máximo que eu pude.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E foi bem eficiente, porque passou mensagem com que eu estou aqui preocupado. Mas passou muitas mensagens importantes para compor o relatório.

Eu passo imediatamente para o nosso convidado Demi Getschko. Ele é engenheiro e vem dar a sua contribuição também aqui, com a experiência que tem nessa área.

Com a palavra V. Sª.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu montei uma apresentação, mas eu vou cortar rápido e falar sobre poucas coisas a respeito.

O que eu queria dizer é o seguinte: primeiro, concordo com boa parte do que foi dito pelos apresentadores anteriores. Eu queria chamar a atenção para algumas características novas. Eu acho que esses três temas não são muito interligados, são temas disjuntos.

O 5G é evidentemente uma evolução importante para a telefonia celular. Primeiro comentário meu é que é importante que exista uma complementaridade entre estrutura física óptica e o que é mobilidade. Essas coisas, de fato, como bem falou a Flávia, são ambas necessárias. Se ficamos só na mobilidade, ficamos numa coisa mais superficial do que se há também a fibra. E, como bem falou o Basílio, sem a fibra você não tem base para a mobilidade. Então, isso é importante.

Sabemos que a evolução da computação continua num ritmo muito alto, e isso leva a várias consequências. Certamente uma delas é que existe computador em todo lugar atualmente, até aqui. Montei um quadro que mostra como diminuiu o tamanho do computador: em 1950, cabia numa sala; em 1960, você podia arrastá-lo, se fizesse força; em 1970, uma pessoa só conseguia arrastar; em 1980, cabia em cima da mesa; em 1990, cabia no colo; em 2000, cabia no bolso; em 2010, você perdeu – é tão pequeno que você não sabe se esqueceu em algum lugar. Quer dizer, saiu de um negócio que cabia na sala para algo que você perde.

Então, isso gera consequências importantes. Em primeiro lugar, todos os nossos equipamentos vão ter e já têm computação embutida envolvida nisso. Isso gera a chamada Internet das Coisas. Na Internet das Coisas, a internet exclusiva vai ser totalmente disseminada, IPv6 vai ser usado para isso.

Eu tenho duas abordagens, uma otimista e uma pessimista. A otimista diz que será um mundo ótimo, todo mundo estará conectado, tudo falará entre si, tudo será cômodo, as portas abrirão quando a gente chega, o ar condicionado liga antes de a gente chegar, a geladeira já descongelou o prato que vai ser cozido, o micro-ondas já aceita e cozinha. Tudo isso é ótimo. A parte ruim é que não só nós sabemos disso, mas o resto da internet também sabe. Então, o cara que quer entrar na sua casa sabe que àquela hora o ar-condicionado ligou, portanto, você deve estar chegando, o portão abre de tal forma, se não tem ninguém gastando energia elétrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é porque a casa está vazia. Quer dizer, existem condições importantes sobre privacidade que têm a ver com a Internet das Coisas.

Do ponto de vista técnico, a Internet das Coisas é uma conjunção de características que precisam ser dominadas e controladas. Primeiro, como eu falei, privacidade é uma coisa séria, porque as coisas falam e expõem seus dados para o resto da internet; segundo, as coisas têm comportamentos erráticos – foi bem comentado que as câmeras de vídeo, por exemplo, foram invadidas por *hackers*, para serem usadas como dispositivo de ataque e negação de serviço à rede; sistemas antigos não adaptados estarão expostos ao ataque por mais uma porção de novos dispositivos. Existem restrições de mercado e de custo e existe uma pressão de o cara ser o primeiro a lançar aquilo, com isso, saem equipamentos em geral mal-ajambrados, sem a proteção adequada, é o caso típico dessas câmeras. Não daria para mudar nem a senha de acesso. Quer dizer, você comprou um dispositivo e a única solução é jogá-lo fora, porque não há como torná-lo controlável. E existe atualmente uma pletora, um excesso de padrões que tornam o mundo dos que vão aplicar a Internet das Coisas, o padrão certo, difícil.

Só para retomar o fato do 5G, não há uma conexão direta entre essas duas coisas, porque as coisas em geral falam pouco – o que a sua balança tem a falar com a sua geladeira é pouca coisa. Dentro de uma casa, o que as coisas conversarão são poucos bytes, pouca informação, então não há necessidade de uma grande rede para isso, mas há necessidade de conectividade. É diferente, claro, a aplicação da Internet das Coisas na indústria agrícola, em que você tem tratores falando com os responsáveis, em que você tem equipamentos de colheitadeira falando com silos, etc. e tal. Aí talvez a conversa seja mais complicada, e se você falar em automóveis autodirigidos a coisa é mais complicada ainda. Então, existe uma coleção de padrões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEMI GETSCHKO – ... desde alta velocidade até baixa velocidade que têm que interoperar, e precisamos estar preparados para dar uma receita adequada e o Brasil não perder a onda.

Terminando, inteligência artificial, muito rapidamente. A inteligência artificial, na minha opinião, é um problema que você tem de tratar de forma ética. Inteligência artificial tem a ver com ética, enquanto a Internet das Coisas tem a ver com privacidade. Quando você tem um programa que decide se você está doente ou não, quando você tem um programa que decide se você vai ter crédito ou não, se vira o carro para cá ou para lá, atropelando esse ou aquele, nós temos problemas de ética não resolvidos. Então, inteligência artificial é uma tecnologia que avança rapidamente – vem vindo há 30 anos –, porém a abordagem importante aí, na minha opinião, é verificar como se trata disso de forma ética, para preservar as responsabilidades e garantir a sobrevivência dos humanos no caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que eu vou adotar essa sistemática, porque eu estou conseguindo aqui ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extração de contribuições extraordinária, com essa coisa da redução do tempo, de deixar mais escasso o tempo. Acho que todo mundo põe o cérebro a fazer uma seleção e uma escolha do que realmente é importante. Quando a gente faz uma fala muito longa, a gente fala muita coisa importante, mas, quando se dá um pouquinho de tempo só, o cérebro tem que fazer uma filtragem.

Muito obrigado, Professor.

Eu passo, então, imediatamente, para o Paradisi, para que ele possa também fazer a sua apresentação. Ele é Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do CPqD.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALBERTO PARADISI – Muito obrigado, Senador. Agradeço a oportunidade oferecida por esta Comissão de estar presente aqui e colocar a nossa contribuição. De novo, esses cinco minutos virarão um *pitch* de *startup*. Então, eu tentarei passar a mensagem de forma sintética, mas eu espero que seja impactante e que possa ser gravada e tratada.

Eu memorizei uma frase que eu li num livro de um dos maiores investidores do Vale do Silício, que pergunta ao seu interlocutor qual a verdade importante da qual a maior parte das pessoas discordaria de você. Essa verdade é o fato de que a maioria das pessoas acredita que o futuro vai ser pautado pela globalização, pela cópia e colagem do que se faz num país e no outro. Na verdade, o futuro vai ser muito mais pautado pela tecnologia do que pela globalização. Essa é a minha mensagem.

Por quê? Porque estamos num momento de transformação, uma grande onda tecnológica está vindo. Alguns chamam de quarta revolução industrial, alguns de indústria 4.0, transformação digital. Aproveitando a Internet das Coisas, aproveitando a metáfora da onda, quando essa onda chegar, os atendentes de supermercados vão ser substituídos por robôs cibernéticos; os motoristas, por veículos autônomos; os operários, por robôs; e assim por diante.

Então, voltando na metáfora da onda, ou surfa ou é atropelado. Então, qual é a receita de bolo para o País, o Brasil se organizar e aproveitar essa onda? É uma onda, a terceira onda é da internet, que conecta os objetos do cotidiano, com capacidade sensorial e inteligência. Enfim, é uma internet de todas as coisas, que integra pessoas, processos, dados e assim por diante.

A gente participava de um trabalho, acho que essa é a minha referência e contribuição, junto com a Mackenzie e o escritório Pereira Neto Macedo, liderado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo BNDES, para enxergar quais são as oportunidades para o Brasil com a onda de Internet das coisas e inteligência artificial e como isso pode se transformar em impacto econômico.

Então, quantificamos isso aí em US$200 bilhões por ano para o Brasil em 2025, mas o Brasil tem que tomar algumas ações. Internet das Coisas é a internet dos objetos, dispositivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conectados a uma rede 5G, fixa, móvel – há a importância, como Senador bem citou, de uma internet de qualidade, mas também de quantidade, de velocidade. Isso vai ser fundamental e condição necessária –, conectados ao mundo da nuvem, da inteligência artificial, com capacidade de processar dados em grande volume e transformar em processos de produção mais eficientes e novos serviços ao cidadão e coisas do tipo.

A inteligência artificial está progredindo a uma velocidade exponencial, impulsionada pela capacidade de processamento. Desde os anos 70 se pesquisa essa ciência, mas, muito recentemente, em virtude da capacidade de processamento digital, em virtude da disponibilidade de dados que a internet proporcionou, a evolução dos algorítmos tem dado saltos gigantes, tanto o é que, recentemente, este ano, em maio, um algoritmo desenvolvido pela Google ganhou, do nº 1 mundial, no AlphaGo. O AlphaGo é um jogo de tabuleiro chinês que exige criatividade em si, exige uma estratégia até mais sofisticada e complexa do que no jogo de xadrez.

Então, em maio, a inteligência artificial ganhou como nº 1 do mundo. Em outubro, a mesma tecnologia avançou, de um fator mil, em termos de capacidade. Ela não só foi treinada por humanos para ganhar o jogo, mas ela aprendeu sozinha, em três dias. Então, em três dias, aprendeu, praticamente, de um sistema do qual não tinha conhecimento nenhum, para um sistema que ganhou dos melhores jogadores do mundo.

Eu acho que essa é a realidade da velocidade exponencial com que as coisas estão indo. E, como eu disse, vai haver várias maneiras de as máquinas inteligentes aparecerem na nossa vida. De novo o reforço: operário do futuro, atendente do futuro e muitas outras profissões podem ser colocadas em risco, mas há um processo de transformação do qual, obviamente, cada país e o Brasil podem tirar proveito e se beneficiar. Creio que 5G vai ser uma peça central, mas só lembrando que 5G tem aspectos importantes, de natureza regulatória, a gestão do espectro...

Tenho mais 30 segundos, mas são questões importantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO PARADISI – São questões regulatórias, na gestão do espectro, questões legislativas, antenas – eu acho que nós já vimos na contribuição dos painelistas anteriores – e questões econômicas.

O 4G foi padronizado em 2010. Nós estamos em 2018, e o 4G ainda representa menos de 40% de base existente no Brasil, ou seja, há fatores econômicos importantes. Não é só a tecnologia pela tecnologia.

O 5G vai acontecer à medida que houver capital para investir, houver modelos de negócios rentáveis para justificar o investimento. Caso contrário, em 2030 ainda nós estaremos esperando a tecnologia acontecer no Brasil. Terá acontecido certamente lá fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as três tecnologias se compõem. A Internet das Coisas é uma grande infraestrutura de dados, a inteligência artificial é uma grande tecnologia de dados e os dois são conectados pela internet fixa e pela internet móvel, das quais o 5G é uma componente fundamental.

Eu acho que o meu ponto está aqui de novo. O MCTIC e o BNDES, junto com vários ministérios, com associações privadas e agências públicas, tem desenvolvido um trabalho muito legal para colocar foco nas oportunidades. Saúde, cidades, fábricas e mundo rural são grandes oportunidades, as maiores para o Brasil em termos de políticas públicas, com melhoria de serviços ao cidadão, uma indústria mais eficiente, em questões de governo como um todo, de governo digital como um todo.

E onde estão os obstáculos e as oportunidades? Eu citei quatro aqui que também fazer parte do estudo. Capital humano é fundamental – educação, formação de pessoas; aspectos regulatórios de política de segurança e privacidade vão ser absolutamente necessários, mas o Governo vai ter que investir certamente na infraestrutura fixa e móvel, que hoje está muito carente – basta olhar os dados que foram apresentados pela Flávia –, e principalmente em recursos para inovação e inserção da indústria nacional no cenário internacional.

Então, essa é a única forma que eu vejo de o Brasil se inserir e se aproveitar da oportunidade que a Internet das Coisas e a inteligência artificial vão trazer para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu que agradeço. Foi uma extraordinária contribuição, e esta Comissão fica com dados, com informações que vão ser muito úteis.

Eu queria passar a palavra, imediatamente, para o Carlos Duprat, um amigo, uma referência que nós temos. Ele é o Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

Com a palavra V. Sª.

O SR. CARLOS DUPRAT – Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite.

Vou ser bastante objetivo aqui, em respeito à solicitação do nosso chefe aqui.

Bom, o primeiro recado é o seguinte: Internet das coisas é bonito, mas não vai acontecer no Brasil, a menos que nós entendamos que isso tem um tíquete médio de R$1 por mês. Então, não dá para cobrar Fistel, não dá para cobrar essa quantidade. Só três países no mundo tributam esses serviços: Bangladesh, Egito e Chade. Eu não acredito que eles sejam referência para o nosso País.

Aqui está uma explicação: no cenário atual, Internet das Coisas está comprometida. Fistel, Condecine, CFRP devem ser zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou vem rápido aqui. Sobre as antenas já foi falado, todas as verticais. Nós estamos falando em algo que pode gerar US$13 bilhões de investimentos até 2020. São informações que a gente está trazendo aqui.

Sobre o 5G, rapidamente, temos, desde o início de 2017, um fórum criado: o Projeto 5G Brasil, do qual participam várias empresas, desde fornecedores a academias. O CPqD participa; temos a Inatel; temos várias outras academias, como a Cetuc e a própria FITec. Desde o início do ano, nós já temos firmado alguns convênios aí fora, com organismos internacionais, para colaborar e propor algo diferente. Estamos em quase 118 participantes, organizados em cinco comissões temáticas. Aquelas são as empresas que participam.

Então, o Projeto 5G Brasil vai nos permitir estar *pari passu* com o que existe mundialmente dessa tecnologia e influenciar naquilo que nos convém. Então, nós temos algumas solicitações que não acontecem em um país com vasta área territorial, como o nosso. Nós precisamos trabalhar também em frequências baixas e em áreas rurais. Isso não está hoje focado no que diz respeito à tese do que está sendo desenvolvido. Então, esse é um pleito do Brasil. Nós temos feito isso lá fora.

Um pouquinho da abrangência do 5G eu vou deixar para depois.

Nós temos uma situação muito interessante no Brasil porque, com 5G e a latência do 5G, os aparelhos vão ficar mais baratos. Por quê? Porque tudo vai ser feito na nuvem. Com latência baixa, eu uso a nuvem de uma forma melhor. Hoje ter memória no celular é uma barreira importante. Então, aqui só destaco o seguinte: o 5G para o Brasil é uma oportunidade de massificar ainda mais. Apesar da limitação de faixa, etc. e tal, o celular é muito importante nessa diversificação.

Inteligência artificial, muito rapidamente, vai mudar toda a indústria do mundo – não é do Brasil, é do mundo. Você está pensando em fazer o quê? Pensando em fazer petróleo, automotivo? Meu camarada, isso vai ficar para trás já já. Nós temos que qualificar essa mão de obra.

E há uma boa notícia: nós criamos a Contic (Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação). Ela foi constituída em julho, com o registro divulgado no *Diário Oficial* em 27 de outubro, formada por Febratel, Fenainfo (Federação Nacional das Empresas de Informática), Feninfra. Nós temos mais de 75 mil empresas nessa confederação, 2 milhões de trabalhadores, 8% do PIB.

E nós estamos imaginando o quê? Imaginando criar um Sistema S que vai capacitar o cidadão e também as empresas a debaterem, focarem nessa nova tecnologia.

E um pouquinho da essência maior: como já disse aqui a nossa amiga Flávia, 93% dos internautas usam *smartphone* para usar a internet. A maioria usa isso porque é prático, acompanha.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS DUPRAT – Talvez não dê a essência, mas é fundamental. E o nosso aparelho, essencialmente, é muito tributado. Então, nós estamos propondo o seguinte: já há uma natural migração para o 4G, porém isso no preço do *smartphone e* no valor do serviço de baixa renda cria duas barreiras. Então, nós temos que trabalhar isso.

Nós temos duas propostas aqui. Já foi dito que 46% dos Municípios brasileiros não têm internet. O 5G pode ser uma alternativa para a rede sem fio? Sem dúvida. Temos que chegar com fibra nas ERBs, mas o 5G pode chegar na casa do usuário final. Então, duas propostas nós temos aqui: desonerar os aparelhos *smartphones* de baixo custo, ou seja, para a população que precisa desse aparelho mais barato. E já temos um estudo que mostra que, se os tributos forem zero, o aparelho custará a metade do preço.

A outra parte é o valor dos serviços para a população de baixa renda. Estamos propondo o seguinte: aos usuários do Cadastro Único, isenção de ICMS é a forma de viabilizar o uso. Então, em alguns Estados, temos ICMS de 54% de gastos com serviços.

Então, vemos as duas coisas para tentar, de alguma forma, contornar estas duas barreiras: uma tralhando na conta; a outra na barreira principal, que é o custo do aparelho.

Um pouco da conclusão. O que estamos falando aqui? Quanto ao Projeto 5G Brasil, estamos alinhados: IoT: mais antenas, tributo zero; massificação da banda larga móvel: desoneração de aparelhos de baixo custo, isenção tributária do serviço para os que não têm renda para pagar – e aqui eu identifico que hoje nós temos o Cadastro Único, que identifica muito quem são essas pessoas; inteligência artificial: preparação para o mundo novo, nós precisamos capacitar empregados e educar o cidadão – nós precisamos do apoio do Congresso no PL do Sistema S das TICs. Então, para isso, é fundamental que entendamos que a indústria do Brasil é a indústria do futuro. E, para isso, as TICs serão fundamentais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – As apresentações dariam margem para termos aqui um extraordinário debate, porque estamos falando de uma mistura do futuro com o presente e de uma mudança muito forte em algo que já trouxe muitas mudanças, porque, com inteligência artificial e 5G, entraremos em outra era. E a partir de agora, porque isso já é uma realidade.

Eu tenho participado do Mobile World Congress, que acontece sempre em Barcelona. É inacreditável como os prazos estão sendo vencidos antecipadamente, e tudo se antecipa. Acho que é muito importante que o nosso País, que o Congresso esteja recepcionando as opiniões que nós tivemos aqui hoje.

Quero muito agradecer aos nossos convidados e pedir também ao pessoal da Consultoria e da assessoria, que estão trabalhando, que levem muito em conta o que ouvimos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos falando de inteligência artificial e também falando de 5G, e recebemos aqui vários telegramas bem diretos – porque telegrama tinha esse exercício de falar tudo em poucas palavras e em poucas linhas. Nós recebemos isso aqui hoje, o que é muito útil e importante.

Eu acho que não tenho como agradecer, mas tenho que pedir desculpas por conta desse imprevisto, senão teríamos mais 45 minutos até o início da Ordem do Dia. Fico muito grato pelo deslocamento dos senhores até aqui e da Srª Flávia também.

E quero dizer que, como isso diz respeito à vida, daqui para frente, a colaboração da senhora e dos senhores é de grande importância para o trabalho da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado Federal, que é presidida pelo Senador Otto. Esta audiência foi presidida por mim por ser o Relator da proposta que avalia a banda larga e avalia as políticas de internet no nosso País.

Muito obrigado a todos e, lamentavelmente, por conta da Ordem do Dia, tenho que encurtar o período desta audiência pública.

Declaro encerrada esta reunião.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Só uma frase, porque não deu tempo; eu corri. É que, nesse cenário de Internet das Coisas e inteligência artificial, precisamos muito de uma lei de proteção de dados pessoais, que está aqui, nesta Casa, e desenvolver e fazer pesquisas sobre governança de algorítimos, porque precisa ser mais transparente, pelas razões que o Demi colocou.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito oportuna a sua última observação. É só mais um grande, enorme desafio. Talvez o maior deles: como fazer isso em um mundo com 7 bilhões de pessoas, que deve alcançar 9 bilhões, com empresas disputando, porque as empresas, as operadoras vão virar proprietárias – elas e outras, porque não são só operadoras – dos grandes... Quem tiver o maior banco de dados do mundo vai ter o maior valor, que é o que nós já temos hoje, de certa forma. As empresas americanas do Vale do Silício concentram as informações de todos nós.

Agora, e a ética? E o controle? E a segurança? E a liberdade? E meus direitos? Onde que fica isso? São pergunta que nós vamos ter que estar sempre fazendo para que encontremos uma maneira de ter uma regulação que preserve, no que for possível, em um mundo tão complexo como este, o direito de cada um de nós, cidadãos.

Só para encerrar, no ano passado – ou neste ano? Foi em fevereiro ou março o encontro em Barcelona? Foi em março? Fevereiro. Foi interessante, porque eu sempre gostei – e aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu não estou fazendo propaganda. Eu fazia muita propaganda da Nokia, porque era uma empresa finlandesa, mas agora já é outra coisa – da Nokia. Mas o estande da Nokia lá tinha um telefone – ela voltou no passado e agora produziu um telefone que não tinha acesso à internet – que era só para voz; e virou um sucesso danado, porque ele era um ótimo telefone, eu me lembro bem dele. Então, há gente que também está querendo ficar livre dessa confusão.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Desconectado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Desconectado dessa confusão toda.

É o desafio que nós temos nos tempos atuais.

Boa tarde a todos! Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Wilder Morais, Ataídes Oliveira, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Paulo Paim, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Determina que as empresas de telefonia e as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de telecomunicações, de radiocomunicações e de internet nos estabelecimentos penais e socioeducativos; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Baleia Rossi. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, nos termos da Emenda n.º 01 – CCT (Substitutivo). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, trinta dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com a Emenda n.º 01-CCT. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com a Emenda n.º 01-CCT. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com a Emenda n.º 01-CCT. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 15, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 29/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da EDITORA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 21, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 35/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 53, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício S nº 21, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 21, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 8 - OFICIO "S" Nº 23, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 37/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 60, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Stúdios de Ribeirão Preto Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 9 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater as "Denúncias de corrupção na obtenção de exclusividade na transmissão de eventos esportivos"." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CAMPINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INTEGRANTE DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA BEIJA FLOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Milhã, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2009 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, de 2017 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO QUINTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE IBIRITÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DE RIO AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA COLINA – ACENCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 40 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARLUSE VEIGA ARAÚJO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Norte, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FAZENDA NOVA - ARCOFAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 43 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA ANTÔNIO CARNEIRO DA FONSECA E RUAS CIRCUNVIZINHAS DE ARARUNA - ABMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araruna, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 44 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 51, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANGÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sangão, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 45 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 152, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJARDINENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 46 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE INDIANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 47 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Nossa Senhora dos Remédios, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 48 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 49 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCATIVA DE TURVOLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvolândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 50 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIACHENSE AMIGOS DA CULTURA - ACRAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 51 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DA CIDADE DE NHANDEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 52 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GARIBALDENSE DE CULTURA – AGC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 53 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio do Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 54 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 55 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ARJONA E CHAVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jataí, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 56 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 57 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUASSUSSÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orós, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 58 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Meruoca, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 59 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CABUGI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 60 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à GOIÁS COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 61 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 62 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 63 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 64 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSORA RIO MACAPÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 65 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE AFONSO CUNHA - ACAAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cunha, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 66 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 67 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 68 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itati, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 69 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ITATIAIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 70 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMÉRICA ARTÍSTICA E CULTURAL DE UBERABA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 71 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 72 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RACE FM – RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 73 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E BENEFICENTE GETSÊMANI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 74 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Parnaíba, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 75 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 76 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à SISTEMA LIVRE DE COMUNICAÇÃO - SILICOM (RÁDIO LIVRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 77 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUELENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 78 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 79 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 80 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 81 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonora em frequência modulada no Município de Pacajá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 82 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacundá, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 83 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 84 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ÁLVARO CORDEIRO - FUNDACOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 85 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 86 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VANGUARDA DO VALE DO AÇO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 87 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO INTEGRAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapejara d'Oeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado. **ITEM 88 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 187, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 89 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 90 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TERESENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 91 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RIBEIRÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 92 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti dos Lopes, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 93 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 94 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IRAIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 95 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ANTON DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 96 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO TROPICAL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vera, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 97 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FERNANDES PINHEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 98 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BRÁS PIRES (ACOBRAPI) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brás Pires, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 99 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NORTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Novo Gama, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 100 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 219, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 101 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PENAPOLENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 102 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santana da Ponte Pensa, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 103 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV OESTE PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Marília, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Airton Sandoval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do relatório apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a reunião.

Submeto à apreciação a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nós temos aqui a presença do Senador Lindbergh Farias. Ele tem um requerimento, que é o item 9 da pauta, mas o requerimento de S. Exª não cita as pessoas que seriam convidadas para a audiência pública.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater as "Denúncias de corrupção na obtenção de exclusividade na transmissão de eventos esportivos".

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Gostaria que V. Exª complementasse o seu requerimento, que encaminhasse à Mesa os nomes para que eu pudesse colocar em votação a matéria, já que, sendo um requerimento de realização de audiência pública, não há necessidade de quórum qualificado. Já começaríamos com uma inversão de pauta para aprovar o requerimento de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Lindbergh Farias, a quem faço uma saudação especial por estar aqui hoje presente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cheguei antes de V. Exª hoje!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...depois de um longo e tenebroso inverno. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Otto, obrigado.

Na verdade, o meu requerimento tem o seguinte teor.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater as “denúncias de corrupção na obtenção de exclusividade na transmissão de eventos esportivos". Dessa forma, requeiro o convite para participação dos seguintes convidados:

- Representante do Grupo Globo, indicado pelos representantes legais da organização;

- Marcelo Campos Pinto (ex-executivo do Grupo Globo responsável por negociar direitos esportivos).

Este, no caso concreto... O senhor sabe que há uma investigação que acontece nos Estados Unidos. Participam dessa investigação também autoridades da Suíça e também há o envolvimento do Ministério Público da Espanha. Na verdade, houve um acordo de delação premiada de Alejandre Burzaco, e ele envolve várias companhias de televisão, empresas de comunicação.

Há um caso aqui em que ele fala concretamente sobre a Rede Globo, que pagou propina de US$15 milhões, cerca de RS$49 milhões, por direitos de transmissão das Copas de 2026 e 2030. Há um pequeno trecho aqui – eu não quero tomar muito tempo – em que o Promotor faz perguntas.

> Promotor: O senhor participou de outras reuniões em Zurique?
> Alejandro Burzaco: Sim. A Torneos y Competencias tinha uma aliança com a TV Globo e com a Televisa. Elas tentavam adquirir da Fifa direitos de transmissão de TV,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rádio e internet paras as Copas de 2026 e 2030. Com exclusividade para o Brasil, no caso da Globo, e para o resto da América Latina, no caso da Televisa.
Promotor: Adquiriram esses direitos?
Alejandro Burzaco: Sim.
Promotor: Qual foi o acordo para adquirir esses direitos?
Alejandro Burzaco: Entre os três parceiros, concordaram em dividir o pagamento de US$ 15 milhões para Julio Grondona.
Promotor: Quais eram os parceiros da Torneos?
Alejandro Burzaco: TV Globo e Televisa.
Promotor: O valor acordado foi pago?
Alejandro Burzaco: Sim, US$ 15 milhões. O dinheiro acabou numa conta num banco na Suíça em nome de Julio [Grondona].

Eu chamo atenção aqui para o fato de que há uma investigação envolvendo autoridades norte-americanas, autoridades suíças, e há também uma investigação na Espanha. Quinze dias atrás, o PT entrou com uma representação no Ministério Público porque, estranhamente, não há investigação aqui no Brasil. Em suas palavras, o delator cita inclusive as contas, onde é que está a conta. Então, há um caminho fácil para percorrer aí.

Eu não quero aqui, Senador Otto, antecipar juízo de valor. O que temos é um convite dando oportunidade para Marcelo Campos Pinto, que foi citado – era o diretor-executivo da Rede Globo –, e eu coloco aqui um representante do Grupo Globo. Eu pergunto a V. Exª se é preciso especificá-lo, porque, na verdade, a gente queria que a TV Globo designasse um representante que achasse mais conveniente para ela.

Eu queria também associar a esses dois nomes que apresentei aqui um nome do Ministério Público Federal, que fosse designado pela Procuradora-Geral Raquel Dodge, para estar nessa audiência pública. Então, eu não especifiquei o nome do representante da Globo, eu só especifiquei o nome do Dr. Marcelo Campos Pinto porque ele é o executivo que foi citado em toda a investigação. Mas eu acho que cabe à organização, à TV Globo, escolher o seu representante para essa audiência pública, assim como, no caso do membro do Ministério Público, cabe à Procuradora-Geral Raquel Dodge essa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Coloco o requerimento de V. Exª em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública para que se ouçam aqui os nomes indicados pelo Senador Lindbergh Farias no seu requerimento.

Eu peço à Mesa que tome as providências necessárias para marcarmos essa audiência pública dentro dos prazos necessários.

Chegou a esta Comissão o Ofício nº 485/2017/SGM, oriundo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, encaminhando *link* para acesso ao relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Também foi recebido neste Colegiado, por meio do ofício SEI nº 37/2017/GM-MINC, moção de apoio aos projetos de lei que visam ao combate à pirataria, aprovada pelo Conselho Superior do Cinema, órgão integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura.

Foi, ainda, encaminhado a esta Comissão, por meio do MEMO nº 1224/2017-PRESID-CG, documento que comunica a criação do Fórum das Emissoras Estaduais Públicas de Rádio e Televisão.

Os expedientes encontram-se à disposição dos Senadores e das Senadoras para consulta na Secretaria da CCT.

Iniciaremos a reunião para a apreciação do item 11 ao item 103 da pauta. São projetos de decreto legislativo de caráter terminativo. Nós estamos com uma pauta muito carregada, há muito tempo que não temos aqui quórum qualificado. Queria, inclusive, fazer um apelo aos outros Senadores para que pudessem vir aqui, à Comissão. Marcamos isso com muita antecedência. Solicito à Mesa até que ligue para alguns Senadores, para que para cá venham, porque nós vamos precisar de quórum qualificado para a votação desses decretos legislativos – o PDS exige votação nominal.

Tenho que consultar os Senadores para saber se o Plenário aceita que designemos um Senador *ad hoc* para relatar... Porque esses PDSs todos têm parecer pela aprovação, todos pela aprovação. Os relatórios estão aqui conosco. Então, trata-se de designar um Senador que pudesse, *ad hoc...*

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A título de sugestão, quero aqui colocar, como suplente desta Comissão... Fui convidado por V. Exª várias vezes a participar para utilizar a vaga, mas, como também sou Presidente da Comissão de Agricultura e a minha Comissão começa às 11 horas e há dias em que ela vai até 14h ou 15h, peço desculpas a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, sem problema.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ...mas eu entendo, falando com sua Secretária Mariana...

Além desses cento e poucos PDSs que estão aí para serem aprovados, nós também temos, no aguardo, ainda centenas de processos que são de radiodifusão, de vários Municípios da Federação brasileira. Nós temos do Pará, de Rondônia, do Rio de Janeiro, do Piauí, do Espírito Santo, de São Paulo, de Minas. Como eu sei que a sua dificuldade não é diferente das nossas, dessas Comissões, ao mesmo tempo, eu sugeriria a V. Exª que, do meu ponto de vista, se o Regimento Interno permitir, desse como lidos esses cento e poucos PDSs que já estão aqui, já em distribuição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato. Do Item 11 ao Item 103.

Eu vou propor, o Plenário concordando, que possamos dar como lidos para votação, já que todos têm relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ao mesmo tempo, teria uma outra sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Como a expectativa dessas rádios comunitárias é muito grande Brasil afora, mas há demora, depois, do Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Palácio do Planalto, para homologar essa rádio de comunicação e televisão, sugeriria que, o quanto antes, a sua equipe pudesse redistribuir esses outros projetos que estão aí, uma vez que se muda o endereço, muda-se o nome, mas a finalidade é a mesma. Que a gente fizesse um trabalho de esforço de todos os Senadores, se permitirem, de relatar e mandar para cá. Com isso, na última semana de trabalho, a gente marcaria, para que não deixássemos nenhuma dessas pendências para o ano que vem. Eu sei que V. Exª vem aqui toda semana, tem vontade de aprovar, mas, muitas vezes, a nós, Presidentes de Comissão, não basta a vontade. Tem de ter a presença dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, Senadores e Senadoras, porque é tudo projeto terminativo. Então, é a sugestão que eu daria. Facilita para todo mundo. Eu dou essa sugestão, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O.k. Eu acato a sugestão de V. Exª.

Eu quero, inclusive, aqui, a pedido... Ontem o Senador Paulo Rocha fez um contato. Sou Relator do PLC 141, de 2017, que veio da Câmara, que estabelece bloqueadores de sinais de telefone celular nos estabelecimentos penais para que se possa discutir mais a questão. O Senador Lasier Martins, da mesma forma, me questionou. Eu vou fazer, depois, uma reunião, na quinta-feira pela manhã, nessa próxima quinta-feira, com os presidentes, com os representantes das empresas, e convidar também os dois Senadores que me questionaram, o Senador Paulo Rocha e Lasier Martins, ao nosso gabinete, para que nós possamos discutir, aprofundar mais a discussão e talvez chegar a uma letra que de alguma forma atenda aquilo que é importante para o Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu retiro de pauta o item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, de 2017

- Não terminativo -

Determina que as empresas de telefonia e as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de telecomunicações, de radiocomunicações e de internet nos estabelecimentos penais e socioeducativos; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Baleia Rossi

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vou designar o Senador Lindbergh Farias para que, *ad hoc*, possa, em bloco, dar parecer do Item 11 ao Item 103.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou me sentindo o Romero Jucá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª, de alguma forma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou me sentindo o Romero Jucá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sempre tenho convidado V. Exª, mas V. Exª vem... Às vezes, era muito cedo também que marcávamos aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que história é essa?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora não tem mais desculpa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, então, agora nós vamos passar para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª é Senador pelo Rio de Janeiro, mas é paraibano. Paraibano acorda cedo, que nem baiano, então, V. Exª pode dar o parecer em bloco.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, então, já que o nosso Senador Lindbergh falou, vamos passar para o Senador Lindbergh Jucá para que ele possa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou fazer como o Romero Jucá.

O relatório é favorável a todos os projetos, Sr. Presidente.

Podemos colocar em votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador que queira discutir o relatório proferido em bloco pelo Senador Lindbergh Farias, agradeço outra vez a presença.

Encerrada a discussão, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Vou abrir o painel para votação.

Os Senadores podem votar.

Eu peço à Secretaria da Mesa para abrir o painel.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ivo, você tem de registrar a presença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço que liguem para o Pedro Chaves, para o Flexa Ribeiro.

Está ligando para o Pedro Chaves?

Já ligou para todos?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu pergunto se vai haver outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai sim, vai haver votação aqui. Nós temos aqui do Item 11 ao Item 15, que já foram lidos, faltando apenas a discussão e a votação dessas matérias. Mas é votação simbólica esse caso, então, posso colocar...

Não é simbólica, do Item 11 a 15?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Do Item 2 ao Item 8 e o Item 10 são PLSs que já estão aqui com relatório pronto pela aprovação.

Eu consulto o Plenário se podemos votar também em bloco. Se os Srs. Senadores concordarem com a votação...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Sr. Presidente. Nós temos de limpar a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço ao Senador Lindbergh Farias que, então, possa proferir à leitura do relatório dos itens 2 a 8, e ao item 10.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mais uma vez, Lindbergh, repetindo a votação anterior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, novamente a nossa posição: o relatório é favorável.

Entendo o esforço que V. Exª está fazendo aqui para tentar utilizar o dia de hoje para limpar a pauta. São temas consensuais.

Então, nosso relatório sobre todos os itens é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Não é necessária a votação no painel.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, trinta dias.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2017

- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 29/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da EDITORA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 35/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 53, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício S nº 21, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 37/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 60, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Stúdios de Ribeirão Preto Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater as "Denúncias de corrupção na obtenção de exclusividade na transmissão de eventos esportivos".

Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agora vamos aguardar os Srs. Senadores que possam comparecer para concluir a votação dos PDSs.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, além dessas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode. Pode votar, Senador.

Presidente, além dessas votações que nós fizemos aqui, mais algum outro vai ter votação nominal ou está... Por que a gente, então, não aproveita e coloca todos os de votação nominal, para que os Senadores que vão chegando – porque há outras Comissões – já vão votando? Porque chegam aqui e votam em bloco os casos que nós já aprovamos. (*Pausa.*)

Não há mais votação nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já que o Senador Lindbergh substituiu o Senador Romero Jucá hoje, acho que nós temos mais matérias na Ordem do Dia do plenário que gostaria que o... (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós estamos precisando aqui apenas de três Senadores para concluir a votação no painel.

Faço um apelo aos Senadores que estão me ouvindo que possam comparecer para que a votação seja concluída. (*Pausa*.) (*Pausa*.)

Prezado amigo Senador Flexa Ribeiro, peço a V. Exª que vote para completar o quórum de votação de matérias terminativas aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. (*Pausa*.)

Declaro encerrada a votação dos PDSs aqui relatados.

Peço que abra o painel, por favor.

Aprovados com 9 votos favoráveis.

Ficam então aprovados os itens de 11 a 103, os PDS que foram aqui relatados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DO POVOADO IPÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 26/09/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 26/09/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA CAMPINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 21/11/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05, 31/05, 21/06,31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INTEGRANTE DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 21/11/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaci, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 21/11/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA BEIJA FLOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Milhã, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2009

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SIMACO - SISTEMA MARANHENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO QUINTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CAICOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LÍDER DE ABREU E LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARATAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHECER BENEFICENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA DE MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMBUÍ Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES AMIGAS DO ARVOREDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOMACULTURAL – SOCIEDADE MARLIERENSE DE CULTURA, LAZER, DESPORTOS E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marliéria, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE IBIRITÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DE RIO AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA COLINA – ACENCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARLUSE VEIGA ARAÚJO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí do Norte, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 42

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FAZENDA NOVA - ARCOFAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA ANTÔNIO CARNEIRO DA FONSECA E RUAS CIRCUNVIZINHAS DE ARARUNA - ABMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araruna, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 51, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANGÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sangão, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 152, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJARDINENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE INDIANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nossa Senhora dos Remédios, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Lapa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 49

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCATIVA DE TURVOLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvolândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIACHENSE AMIGOS DA CULTURA - ACRAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachinho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DA CIDADE DE NHANDEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GARIBALDENSE DE CULTURA – AGC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio do Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ARJONA E CHAVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jataí, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indiara, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GUASSUSSÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orós, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 58

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Meruoca, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO CABUGI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Natal, Estado do Rio Grande Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à GOIÁS COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO E APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSORA RIO MACAPÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE AFONSO CUNHA - ACAAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cunha, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE DOIS RIACHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itati, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 69

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ITATIAIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMÉRICA ARTÍSTICA E CULTURAL DE UBERABA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RACE FM – RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCADORA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E BENEFICENTE GETSÊMANI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SISTEMA LIVRE DE COMUNICAÇÃO - SILICOM (RÁDIO LIVRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUELENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLÓRICA DE MARCELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pacajá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacundá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 83

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 84

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ÁLVARO CORDEIRO - FUNDACOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VANGUARDA DO VALE DO AÇO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 87

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO INTEGRAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapejara d'Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 88

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 187, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 89

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/09, 04/10, 10/10, 17/10, 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 90

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL TERESENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 91

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RIBEIRÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 92

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti dos Lopes, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 93

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 94

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO IRAIENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 95

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ANTON DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/10, 01/11, 07/11 e 21/11/2017.

ITEM 96

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO TROPICAL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vera, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 97

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE FERNANDES PINHEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 98

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BRÁS PIRES (ACOBRAPI) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brás Pires, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 99

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NORTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Novo Gama, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 219, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 101

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PENAPOLENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 102

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santana da Ponte Pensa, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 103

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TV OESTE PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Os outros itens da pauta foram votados, inclusive o requerimento de autoria do Senador Lindbergh Farias para uma audiência pública que nós vamos realizar, desde que as autoridades que foram convocadas sejam identificadas e encaminhadas.

Peço à Mesa, inclusive, que faça os ofícios para convite a essas autoridades.

Não havendo outra matéria para votação, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Hélio José, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Wilder Morais, Ataídes Oliveira, José Pimentel, Paulo Paim, Vicentinho Alves, José Medeiros, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao RCT 20/2017, de autoria do Senador Airton Sandoval Santana, para instruir o PLS n.º 169, de 2017, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que "acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Bia Barbosa, Coordenadora Executiva do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Demi Getschko, Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br; Ildeu Randolfo Borges Júnior, Diretor Regulatório do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTelebrasil; Neide Cavalcanti Cardoso, Procuradora Regional da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal - MPF; Vladimir Aras, Procurador Regional da República - MPF; Rodolfo Tsunetaka Tamanaha, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura - MinC; Carlos Affonso Souza, Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro - ITS Rio; Sydney Sanches, Consultor Jurídico da União Brasileira de Compositores - UBC; Thiago Tavares, Diretor-Presidente da SaferNet Brasil. Ygor Valério, Vice-Presidente Jurídico e de Proteção a Conteúdos para a América Latina da Motion Picture Association - MPAA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senador Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Presidente Eventual da Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da presente reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2017, CCT, de minha autoria, Senador Airton Sandoval, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2017, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime".

Estão presentes o seguintes convidados: a Srª Bia Barbosa, Coordenadora Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; o Sr. Demi Getschko, Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); o Sr. Ildeu Borges, Diretor Regulatório do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); a Exma Srª Neide Cardoso de Oliveira, Procuradora Regional da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal; e também o Sr. Vladimir Aras, Procurador Regional da República; o Sr. Rodolfo Tsunetaka Tamanaha, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura (MinC); o Sr. Carlos Affonso Souza, Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS) Rio; o Sr. Sydney Sanches, Consultor Jurídico da União Brasileira de Compositores (UBC); o Sr. Thiago Tavares, Diretor-Presidente da SaferNet Brasil; o Sr. Ygor Valério, Vice-Presidente Jurídico e de Proteção a Conteúdos para a América Latina da Motion Picture Association of America (MPAA).

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso desta audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passaremos, então, às exposições dos convidados e, terminadas as apresentações, as Srªs e os Srs. Senadores poderão interpelar os oradores, obedecendo a ordem de inscrição, pelo prazo de três minutos.

Cada expositor terá um tempo de dez minutos – e a Presidência será um pouquinho tolerante – para a sua apresentação.

Passo, então, a palavra à Srª Bia Barbosa, Coordenadora Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

A SRª BIA BARBOSA – Bom dia a todos e todas. Agradeço muito o convite. Queria parabenizar o Senado Federal e a Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa por realizar uma audiência pública sobre esse projeto, que, na verdade, pode trazer impactos significativos para o funcionamento da internet no Brasil.

Eu queria, rapidamente, antes de trazer as contribuições do Intervozes, falar o que é o Intervozes. É uma organização da sociedade civil que há 14 anos atua em defesa da liberdade de expressão e do direito à comunicação no Brasil e é a partir dessa perspectiva que a gente vai trazer contribuições sobre o PLS 169.

É um projeto que pode impactar a internet do ponto de vista do funcionamento da rede, mas, na nossa avaliação, pode ter um impacto significativo do ponto de vista do exercício da liberdade de expressão. Então, como somos uma organização que trabalha com essa agenda, eu queria trazer especificamente nossa contribuição focada em torno dessa discussão dos bloqueios, do impacto dos bloqueios, de medidas severas, como os bloqueios para o cerceamento da liberdade de expressão.

Bom, não é novidade a gente afirmar aqui, mas é importante sempre destacar o quanto a liberdade de expressão é um direito fundamental garantido na nossa Constituição Federal e previsto em inúmeros tratados internacionais ratificados pelo Brasil. A liberdade de expressão não é só um direito fundamental individual, mas é um direito coletivo. E ela é também um direito, assim como a teoria da universalidade, da interdependência, dos direitos humanos afirma, a liberdade de expressão é um direito fundamental para o exercício de outros direitos.

E numa sociedade como a nossa hoje, com um papel central da internet, a garantia do exercício dessa liberdade de expressão para a própria garantia da cidadania, no campo da internet, é algo que a gente não pode deixar de destacar.

Nesse sentido, mesmo sabendo que nenhum direito fundamental é absoluto e que há, sim, possibilidade de a liberdade de expressão ser limitada, o direito internacional, de uma maneira já consagrada, afirma que qualquer cerceamento ou qualquer limitação ou qualquer restrição à liberdade de expressão deve ser de maneira justificada, deve passar, inclusive, por um teste de proporcionalidade que o Direito Internacional considera. Então, deve ficar extremamente clara a sua necessidade e a sua proporcionalidade em relação a isso.

Na nossa avaliação – e depois a gente vai entrar em detalhes nisso –, a proposta de entender o bloqueio com uma medida de sanção para *sites* e aplicativos da internet não passaria nesse teste por não ser uma medida proporcional e adequada, inclusive para enfrentar esses crimes que o projeto pretende combater.

Os quatro relatores internacionais para a liberdade de expressão do mundo, da OEA, da ONU, da União Africana, fizeram uma declaração trazendo inclusive quais são os grandes desafios para a liberdade de expressão, nessa década que a gente vive hoje, relacionados à agenda da internet. Eles apontam que restrições governamentais à internet, por meio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imposição de *firewalls*, de filtros ou do bloqueio de *sites* e domínios de rede, são uma grande ameaça à liberdade de expressão.

A gente queria trazer também aqui uma contribuição, uma avaliação: já em 1969, o próprio Pacto de São José da Costa Rica – Convenção Americana sobre Direitos Humanos –, quando falava dos mecanismos de garantia da liberdade de expressão, afirmava, no seu art. 13, que:

> Art. 13.....
> 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meio indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

Então, na nossa avaliação, medidas como o bloqueio de *sites* e aplicações, mesmo que o texto do PL trate de bloqueio absoluto para *sites* hospedados fora do Brasil, violaria o Pacto São José da Costa Rica e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Trazendo um pouco para nossa a agenda e para a legislação brasileira, a liberdade de expressão é um dos fundamentos que disciplina o uso da internet no Brasil. Isso está explícito no Marco Civil da Internet, que, em vários artigos diferentes, afirma a liberdade de expressão como o fundamento da disciplina do uso da internet e como princípio dessa mesma disciplina, entendendo a liberdade de expressão, portanto, como fundamental para a garantia de um ambiente plural e descentralizado e que garanta a diversidade do exercício dessa liberdade de expressão na nossa sociedade.

Entrando já na segunda metade da minha fala e falando especificamente sobre o PLS 169, eu não sei se todos os que estão aqui tiveram – e quem está acompanhando a gente – a oportunidade de ler o texto, mas o artigo central, a proposta central do PLS é a inclusão de uma previsão de bloqueio no texto do Marco Civil da Internet, dizendo que, se a aplicação de internet – esse é o texto do PL – se destinar precipuamente à prática de crime, poderá ser determinada a interrupção do seu funcionamento, caso esteja hospedado no Brasil, ou o bloqueio definitivo de seu acesso, se estiver hospedado no exterior. E aí, Senador, a gente tem uma preocupação muito grande, porque a não definição e a ausência de um critério específico de interpretação bastante claro sobre o que significa "precipuamente" abre uma via expressa para o cerceamento da liberdade de expressão em relação a isso. Essa lacuna que existe no texto sobre a não definição do que significa usar precipuamente uma aplicação ou um *site* para a prática de crime certamente abre espaço para abusos e equívocos das mais diferentes naturezas.

Vale lembrar que a única previsão de bloqueio no Marco Civil da Internet como uma sanção é extremamente delimitada e prevista para um caso específico de aplicações que não respeitem a privacidade dos usuários e que, portanto, possam ter, como uma medida final, o bloqueio. Então, países, inclusive, que adotam o bloqueio como uma possibilidade de sanção adotam isso em casos extremamente identificados e precisos, de maneiras nada genéricas e como medidas extremas. E isso é uma característica... Quem adota o bloqueio como algo recorrente na internet são países bastante autoritários, cujos exemplos eu acho que o Brasil não gostaria de seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria entrar aqui, nos meus últimos três minutos, em algumas consequências que a gente entende que esse texto do PLS 169 pode ter para o exercício da liberdade de expressão. A justificativa apresentada pelo Senado para o próprio PLS trata da questão da Baleia Azul, que certamente pode ter sido um dos motivos da redação desse projeto de lei.

A gente acompanhou iniciativas semelhantes na Câmara dos Deputados também, porque houve projetos semelhantes em relação a essa questão. E, na Câmara dos Deputados, a partir de uma série de discussões, inclusive de audiências públicas que também foram realizadas, chegou-se à conclusão – os Deputados felizmente entenderam isso – de que havia um risco muito grande para o exercício da liberdade de expressão em se pensar em mecanismos como os que estavam propostos lá.

Um mecanismo que preveja bloqueio a partir de uma análise de conteúdo, cuja justificativa do projeto seria para combater supostos conteúdos que incentivassem um suicídio em relação ao fenômeno da Baleia Azul, na nossa avaliação, colocaria para as plataformas – além de uma tarefa de violar a neutralidade de rede, de quebrar a neutralidade de rede, que está prevista no Marco Civil da Internet, para poder avaliar esses conteúdos – em um papel de editores e de controladores de conteúdo que, na nossa avaliação e também na inúmeros países que têm debatido essa questão, são cerceadores da liberdade da liberdade de expressão.

A não responsabilização dos intermediários das plataformas pelo conteúdo que é postado por terceiros é uma tendência regulatória internacional...

(*Soa a campainha.*)

A SRª BIA BARBOSA – ... a que a gente precisa estar atento para não alterar. Isso foi um dos grandes pontos de debate do Marco Civil da Internet no momento de tramitação nas duas Casas aqui do Congresso. Entendeu-se que você responsabilizar as plataformas por conteúdos postados por terceiros seria algo danoso para o exercício da liberdade de expressão.

Eu termino trazendo outras duas preocupações que a gente tem que esse texto, que, na nossa avaliação, é extremamente vago, possa trazer. Quando se fala em práticas criminosas sem sequer se determinar que práticas seriam essas, você abre espaço, por exemplo, para uma interpretação de que, de acordo com nosso Código Penal – e eu sou jornalista, falo desse lugar de fala –, injúria, calúnia e difamação são crimes previstos no nosso Código Penal – apesar de o Brasil estar bastante atrasado em relação a isso, porque vários países já descriminalizaram os crimes contra a honra.

A gente entender que um *site* pode ser taxado e selado – um *site* de opiniões, de divulgação de informações – como um *site* calunioso e difamatório, o atual texto, da forma como ele está previsto, pode ensejar o bloqueio definitivo de um *site* que seja um *site* noticioso, que seja um *site* analítico, que seja um *site* de expressão de opinião. Então, para a gente, a forma como esse texto está desenhado seria algo bastante preocupante, inclusive do ponto de vista da liberdade de imprensa, não só da liberdade de expressão.

Eu queria lembrar inclusive o impacto que houve recentemente no País diante de uma proposta que passou aqui no Congresso e que depois terminou vetada pela Presidência da República de medidas de cerceamento e remoção de conteúdos supostamente falsos, durante a discussão da reforma eleitoral, que aconteceu recentemente aqui no Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, entrando em um tema que eu acho que é o motivador desse projeto, que é a discussão dos direitos autorais – e acho que várias pessoas vão tratar sobre essa questão aqui –, mesmo entendendo a prática de violação de direitos autorais como um problema que existe na internet e existe hoje no País, não nos parece uma medida adequada trabalhar com a lógica de bloqueios, e, sim, com a remoção de conteúdos que violem esses direitos autorais, especificamente.

Vou dar um exemplo do que aconteceu com o Intervozes. O Intervozes é uma organização que faz monitoramento de mídia. Nós avaliamos a mídia e fazemos análises em vídeos, coletamos material e publicamos na nossa página, no nosso *site*, uma série de análises em relação a isso.

Vários conteúdos de vídeo que o Intervozes publicou, analisando a programação das emissoras de rádio e televisão no Brasil, foram removidos porque supostamente violavam direitos autorais. Só que a Lei de Direitos Autorais prevê a possibilidade de uso de pequenos trechos não só para a educação como para critica. Então, a gente não tinha nenhum material que violava direitos autorais, e todos esses materiais foram removidos pelo YouTube, mediante solicitação das grandes empresas de rádio e televisão, alegando violação à liberdade de expressão.

Esses vídeos todos estão publicados no *site* do Intervozes. O *site* do Intervozes poderia ser bloqueado, entendendo-se que é um *site* para a prática de crime, porque a gente tem um conjunto de vídeos ali que, na interpretação do YouTube, violam direitos autorais.

Então, acho que a gente precisa entender que o texto, da forma como ele está redigido, cria, sim, uma via expressa para o cerceamento da liberdade de expressão e, na nossa avaliação, nos parece muito mais saudável trabalhar com a remoção de conteúdos que diretamente sejam comprovados como ilícitos ou oriundos de prática criminosa do que a gente pensar em medidas extremas de bloqueio. É isso.

Obrigada, Senador. Desculpe-me por estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradeço, Drª Bia, sua participação.

Então, dando continuidade, eu convido... Então, passo a palavra agora ao Sr. Demi Getschko, Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Desculpe a pronúncia. O senhor corrija, por favor.

O SR. DEMI GETSCHKO – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite.

Eu não sou da área jurídica, eu sou da área mais ligada à internet, à área técnica. Então, meus comentários vão ser mais voltados a isso.

Eu queria chamar a atenção, pois estamos no meio de uma sucessão, de uma coleção de rupturas que nós nem sempre enxergamos. Obviamente, pela tendência natural das coisas, nós tentamos manter os modelos que nos eram confortáveis e continuar na antiga forma de funcionar. Às vezes, isso é incompatível com o novo ambiente. Independentemente do mérito – eu não estou dizendo se é melhor ou pior –, o fato é que certas coisas são incompatíveis. Certamente, por exemplo, a internet trouxe uma forma de comunicação que não é mais o velho correio escrito e que, poucas vezes, é o telefone tradicional. Essas coisas mudam, e isso tem que ser levado em conta nesse fenômeno.

O primeiro ponto que eu gostaria de levantar aqui é o seguinte. Primeiro, eu acho que todos temos a mesma intenção aqui, não há divergência nenhuma nas intenções que é tornar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente mais seguro, mais saudável, mais livre de problemas e de ilícitos. Então, todos temos as mesmas intenções, mas, às vezes, as intenções acabam gerando fins opostos aos que se pretendiam. Eu lembrei de um pedaço de um poema de um sujeito chamado Robert Burns que diz que as melhores intenções de homens e ratos, muitas vezes, terminam no pior, ou seja, a melhor intenção leva a coisas não desejáveis, à tristeza e à dor, como disse na poesia.

O que eu quero dizer com isso é que, na internet, existem vários efeitos que se contrapõem. Toda vez que alguma coisa é movida num sentido que é detectado como sendo cerceador de alguma liberdade e abertura, a internet se move no sentido oposto, e a vida fica mais difícil aos que querem, de alguma forma, exercer o seu poder de investigar, de cercear etc. e tal. Por exemplo, começou-se a ver muita monitoração de navegação na internet. Havia até *softwares* implementados em alguns lugares que monitoravam para onde as pessoas iam. O que acontece? Há uma tendência importante de se usar, por exemplo, um navegador tipo TOR, que é um navegador que não guarda o histórico e que foi desenvolvido na Marinha americana. Houve muito xeretamento de texto de correio eletrônico. O pessoal insiste no uso da criptografia. Para um sujeito decente, obviamente, é ótima a criptografia também para não ser xeretado, mas isso também leva a aplicações menos saudáveis. Então, toda vez que atingimos algo dessa forma, o que acontece é que a internet se move no sentido oposto, e o resultado é pior do que era antes. Se você tem um sítio que, por algum motivo, é considerado inadequado por nós ou por alguém no mundo, o mais provável é que ele se dilua em muitos sítios espalhados pela internet, e você vai ter uma peneira de infinitos furos e você não vai tampar todos eles. Se for um furo só, você tampa; se houver infinitos furos, é muito difícil de tampar.

Outra coisa que me preocupa é quando isso deixa de ser examinado caso a caso e tenta ser mais genérico. Eu citaria um caso. Logo no começo da internet, estávamos ainda na Bitnet, não era nem internet; estávamos alimentando a USP com um negócio chamado Usenet Newsgroups. Os Usenet Newsgroups tinham uma parcela grande de coisas, digamos, moralmente questionáveis ou coisas assim. E o pessoal falava: "Vamos filtrar isso aí, vamos eliminar tudo que lembrar alguma coisa de baixo calão, pedaço de genitália..." O filtro gerou um problema enorme para o pessoal de medicina e de psicologia, que perdeu informações graves, porque, no meio dessas informações, há coisas, obviamente, que caem no filtro. Eles evidentemente desistiram disso. Então, é muito mais razoável ir para o usuário e fazer o usuário saber o que é correto e o que é errado do que, simplesmente, tentar implementar uma filtragem que acaba gerando efeitos colaterais muito piores do que se imaginava inicialmente.

Nesse ponto, eu também queria fazer outra consideração que acho que é importante. O modelo tradicional com que estamos acostumados funciona bem com átomos, mas não funciona bem com bits. Por exemplo, no Brasil, é proibido comercializar drogas; no Uruguai, é permitido. Se alguém comprar pela internet uma droga que é vendida no Uruguai, o ilícito não é o vendedor da droga, mas o comprador, porque, no Uruguai, é permitido vender, e o comprador é que não poderia ter comprado, mas há um controle, porque isso vai ter que entrar por uma alfândega, e alguém pode xeretar aquilo, descobrir que era uma droga e, eventualmente, pegar o meliante, o sujeito que está fora da lei. Agora, dizer que vai se impedir que o Uruguai venda, quando lá é permitido, é estranho, da mesma forma que, na Arábia Saudita, não se pode beber álcool, mas não se pode vedar todos os lugares da internet onde se vendem vermutes, pingas, cachaças, pois isso seria inviável, está distribuído na internet toda. Então, o que eu queria era deixar claro que nós temos que ter uma noção clara de que o mundo dos átomos ainda tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

controle de fronteira, mas o mundo dos bits não tem esse controle. É extremamente mais complicado isso. Nessa área, implementar controles, provavelmente, não vai gerar um fruto adequado.

Um comentário que não é da minha área, pois eu não sou da área jurídica. Sempre vimos o Marco Civil como algo de princípios, o que chamamos de principiológico. Então, não se deve atulhá-lo com nada que seja evanescente, que seja obsolescente, que possa obsolescer em algum tempo. Colocar coisas lá... E, cá entre nós, vários juízes já ordenaram bloqueios ou não bloqueios. Não é a falta disso no Marco Civil que impediu ou que estimulou a existência ou não de bloqueios. Um juiz sempre vai definir o que acha mais razoável para prevenir algum tipo de delito. Colocar isso em pedra e tentar introduzir em um negócio que é principiológico características que hoje se chamam bloqueios e amanhã podem se chamar destruição de pacotes ou outra coisa não me parece a coisa mais permanente.

Entrando um pouco mais na área técnica, o que eu gostaria de comentar é que a internet, como todo mundo sabe, é uma coleção de redes de sistemas autônomos que funcionam interligados. É uma espécie de tapete formado por uma multidão de retalhos. Esses retalhos são os sistemas autônomos que falam com os seus vizinhos. Esses sistemas autônomos obedecem a protocolos de beirada, de bordas chamados *borders gateway protocols*, que é a forma com que eles recebem e repassam informações dos vizinhos para si e para os outros vizinhos.

Então, do que se recebe num desses retalhos, parte disso é para uso interno, e parte é para passar para os vizinhos. Esses retalhos não se mapeiam perfeitamente ao mapa do Brasil. Há retalhos que são pedacinhos de uma cidade ou de um Estado; outros, eventualmente, extravasam fronteiras. São retalhos grandes. Se você disser que alguns desses retalhos, que são aqueles que, por exemplo, falam com o exterior, não receberão alguma informação, é capaz de, inadvertidamente, você afetar os retalhos que dependem deles para aquela informação. Então, se aquela informação atravessava o Brasil para chegar a um pedaço de um sistema autônomo do Paraguai, esse sistema autônomo vai parar de receber uma informação que não passa mais pelo Brasil. Com isso, ele teria que encontrar outro caminho, e isso poderia ser problemático e causar pontos na rede, que, graças a Deus, o Brasil nunca teve dessa forma. Vários países foram considerados não adequados a práticas corretas da internet por introduzirem bloqueios de outros países, bloqueios de conteúdos, bloqueios de críticas ao rei, bloqueio de coisas variadas. E o Brasil sempre esteve acima dessa camada menos nobre da internet, até porque, primeiro, o Comitê Gestor sempre foi considerado uma grande configuração multissetorial, nós fizemos o Decálogo, que foi muito bem visto internacionalmente, e o Marco Civil, de alguma forma, se baseia nisso. Então, o Brasil tem uma imagem ilibada nessa área de ter assumido os conceitos e as posturas da internet aberta, evidentemente carregando as dores juntamente – nada vem sem a contrapartida.

Eu reconheço profundamente que existem coisas terríveis na internet. Repetindo uma frase que o Vint Cerf, um dos pais do TCP/IP, falou, você vê na internet o espelho da sociedade como ela é, com as mazelas, as benesses, as coisas nobres e dignas e as coisas abjetas que você vê normalmente em todos os segmentos da sociedade. Se você olha para aquilo e fica horrorizado, certamente, quebrar o espelho não resolve o fato em si, ou seja, destruir o espelho não quer dizer que as coisas deixarão de existir.

Aproveito para fazer outro gancho – provavelmente o Thiago, da SaferNet, vai comentar isto melhor. Quando você quer, de fato, combater alguma coisa que está em algum lugar – até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em investigação, é bastante usual isto –, se você primeiro der o alarme de que aquilo é considerado ruim, o sujeito vai escafeder-se.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEMI GETSCHKO – É muito mais razoável você manter aquilo acessível e chegar ao sujeito responsável por aquilo, aí, sim, eliminando aquele conteúdo que é nocivo. Isso foi bastante usado em casos de pornografia infantil e tudo o mais, em que, em vez de se dar o alarme de que se está atrás de alguma coisa, prefere-se ficar numa atitude mais discreta, até conseguir, de fato, lançar mão do cara que está causando dano.

O meu resumo é isto. Temos que tomar bastante cuidado; em primeiro lugar, porque o que é ilegal aqui pode não ser ilegal em outros países; segundo, porque quem está cometendo ilegalidade é quem acessa, pois, como aquilo pode não ser ilegal em outros países, não há por que atribuir a legislação brasileira a um sítio que está na Tailândia. Agora, certamente, se alguém está acessando do Brasil aquilo, sendo que no Brasil aquilo é ilegal, ele é o sujeito que está fazendo uma ilegalidade. Nos velhos tempos, podia-se pegar um telefone e fazer um jogo com um *bookmaker* na Inglaterra, mesmo sendo ilegal o jogo no País; certamente, o *bookmaker* não é ilegal, você é que está jogando de um País em que não é permitido jogar. Isso, na época, era difícil, porque era caro, e certamente uma ligação internacional não estaria ao alcance de todos. Com a internet, isso ficou muito mais fácil, mas eu acho que o conceito não mudou, ou seja, a ilegalidade está em quem está fazendo algo que, dentro da lei do País, não é correto. Expandir isso internacionalmente... Por exemplo, a França quer impor o direito ao esquecimento para todo mundo fora da França, inclusive. São coisas que, certamente, não batem com a internet. O Brasil, por enquanto, não fez nada que fosse visto como não aderente às ideias da internet. E eu ressalto que a internet trouxe um modelo novo, algumas coisas morrerão, outras coisas florescerão exuberantemente nesse modelo novo. Não sei se isso é bom, não sei se isso é mau, mas eu sei que isso é incompatível com várias liturgias tradicionais que, provavelmente, perdem o sentido na rede.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Demi.

Continuando, eu passo a palavra ao S. Ildeu Borges, Diretor Regulatório do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil). Obrigado pela presença.

O SR. ILDEU RANDOLFO BORGES JÚNIOR – Eu que agradeço o convite e gostaria de cumprimentar o Senador Airton pela condução dos trabalhos.

Eu trouxe uma breve apresentação minha.

Eu sou engenheiro eletricista e trabalho com telecomunicações, mais especialmente com internet, há mais de 20 anos. Tenho experiência tanto em empresas de telecomunicações, quanto em provedores de internet e provedores de aplicação.

Vou apresentar as contribuições do nosso setor ao PLS 169, do Senador Ciro Nogueira.

Algumas considerações iniciais.

Em primeiro lugar, eu gostaria de reafirmar que o setor de telecomunicações apoia todas as iniciativas que visam à melhoria das condições de segurança pública, em especial aquelas relacionadas a crianças e adolescentes, e que também apoiamos a construção de uma internet segura, legal e educativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao projeto em si, algumas considerações. A primeira é que consideramos que as medidas direcionadas a coibir práticas criminosas na internet devem ser sempre direcionadas, em primeiro lugar, ao responsável por essas práticas – seja o fornecedor da aplicação, enfim, aquele que estiver, por algum motivo, cometendo o ato ilícito – e que, em situações em que isso não seja possível, deve ser identificado o agente mais adequado para que a ação seja tomada.

Nós admitimos e consideramos também que existe um problema quando é necessário coibir um crime praticado na internet cujo responsável não tenha uma representação legal no Brasil ou cujo conteúdo não esteja hospedado aqui. Nesses casos, a única alternativa imediata para que aquele crime, aquele ato ilícito seja cessado, seria a suspensão, bloqueio daquele conteúdo. E aqui vamos entrar em mais detalhes em relação a isso.

Em relação à suspensão ao funcionamento de aplicações, nós acreditamos – e já como contribuição ao projeto – que, para garantir efetividade do fim ao que o projeto se destina, é necessário que sejam consideradas duas situações distintas relacionadas à questão do crime ou do ato ilícito cometido na internet.

A primeira situação diz respeito ao caso de aplicações que sejam hospedadas no Brasil ou cujo responsável esteja aqui. Nesse caso, a ordem judicial relativa à suspensão desse conteúdo ou dessa aplicação pode ser tranquilamente direcionada ao responsável pelo ato, pois ele está no Brasil, tem representação legal no Brasil, não há por que ser feito outro tipo de ação.

Agora, nós temos a situação em que tanto o responsável, quanto o conteúdo estão fora do Brasil. Nesses casos, não há outra saída ao Poder Judiciário que não seja uma ordem aos provedores de acesso e conexão para que suspendam aquele conteúdo. Os provedores de acesso seriam os provedores de conteúdo; e os provedores de conexão, as empresas de telecomunicações.

Nesses casos, nós defendemos que essa ordem judicial já contenha todas as informações necessárias para que a ação possa ser executada, especialmente os endereços IP daquela aplicação.

Só fazer um parêntese, eu sei que nem todos aqui são técnicos: o que é um endereço IP? O endereço IP é um código semelhante a um número telefônico que identifica uma aplicação, um equipamento ou um usuário na internet. No caso de uma aplicação, normalmente esse endereço é fixo, ou seja, aquela aplicação sempre tem aquele endereço. No caso de um usuário, é comum que esse endereço varie à medida que ele vá navegando na internet, enfim, então você não consegue identificá-lo. No caso da aplicação, é possível a identificação desses endereços e nós entendemos que esse trabalho investigativo do que deve ficar suspenso já deve ser encaminhado para as empresas que vão realizar essa suspensão.

Outra questão que é importante é que a internet é muito flexível e sempre existem oportunidades para que essas suspensões ou bloqueios sejam burlados. Então, é importante que o projeto preveja que não haja uma responsabilidade desses provedores caso esse bloqueio seja burlado pelo provedor da aplicação, porque essa é uma hipótese bastante comum, quer dizer, isso pode acontecer comumente.

Em relação aos aplicativos de mensagem instantânea, o projeto prevê uma exceção à suspensão de aplicativo de mensagem instantânea e prevê apenas o bloqueio de terminais específicos. Nós defendemos que essa aplicação não seja empregada, e aí temos alguns motivos para isso. O primeiro é que não faria sentido uma exceção a apenas um tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aplicação. E por que isso? Existe a hipótese de que sejam criados – e talvez até já exista ou já existam – aplicativos de mensagem instantânea que se destinem simplesmente...

Desculpem-me. Acabei de passar o eslaide.

Existe a hipótese de aplicativos de mensagem instantânea que sejam destinados exclusivamente ao crime, ou seja, não estamos falando de WhatsApp ou de qualquer outro aplicativo que possa eventualmente ser utilizado para a prática do crime: existe a possibilidade de que alguém crie um aplicativo só para isso. Então, caso tenhamos essa exceção no projeto de lei, esse aplicativo estaria livre de qualquer tipo de sanção.

Outra questão importante em relação a isso é que uma exceção desse tipo na lei pode fazer com que provedores de aplicativo incluam nos seus aplicativos algum tipo de funcionalidade de mensageria apenas para escapar da sanção. Nada impede que um aplicativo, por exemplo, de compartilhamento de filmes crie um *chat* dentro desse aplicativo e, dessa forma, se caracterizar como um aplicativo de mensagem instantânea simplesmente para cair dentro da exceção que o projeto prevê.

E, por último, o bloqueio dos terminais específicos, como é proposto na lei, provavelmente não será eficaz – e aqui vamos dizer por quê.

Para que seja feito o bloqueio ou a suspensão de um terminal específico dentro da internet, em primeiro lugar, nós temos que identificar esse terminal. E isso normalmente pode ser feito de três formas diferentes. A primeira forma é pela identificação do usuário. Por exemplo, eu tenho um acesso à internet, eu sou o ildeu@algumacoisa, meu *login*, então eu seria identificado a partir das minhas credenciais para acessar a internet – seria a primeira forma. A segunda forma seria pela identificação do endereço IP do usuário. Como eu disse, o endereço IP é um código que identifica aquele usuário e vamos ver aqui que esse endereço pode variar. E a terceira seria pela identificação do usuário – ou seja, o *notebook*, o celular, o equipamento que eu esteja utilizando.

Ocorre que essas três formas são facilmente burláveis. Em relação à identificação do usuário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILDEU RANDOLFO BORGES JÚNIOR – ... eu posso simplesmente contratar um outro provedor ou usar a internet com a credencial de outro usuário. Em relação à identificação do endereço IP, quanto a esse endereço, além de variar inclusive durante a navegação daquele usuário, eu posso simplesmente ter um outro provedor de internet ou acessar a internet de um restaurante, do trabalho, enfim, de qualquer lugar, e esse endereço vai mudar. Em relação ao equipamento, eu posso simplesmente trocar o meu equipamento: eu estou acessando com o celular, posso acessar com outro, posso acessar com *notebook*. Então, nós entendemos que essa previsão de bloqueio específico de um equipamento ou de um acesso seria ineficaz.

Algumas considerações finais.

Em primeiro lugar, para aprimoramento do projeto, seria necessário que houvesse essa diferenciação das situações relacionadas à suspensão, especialmente pela situação do conteúdo e de o responsável estar no Brasil ou não.

Nós acreditamos que a inserção na lei de uma previsão clara para esses casos de suspensão é benéfica, pois o Marco Civil da Internet atualmente pode ser utilizado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas interpretações sobre essa questão da suspensão de acesso. Provavelmente vamos ver aqui as várias interpretações que ele permite.

Nós não acreditamos que essa previsão de suspensão prejudique o desenvolvimento da internet aberta, segura, inovadora e colaborativa ou mesmo o cerceamento da liberdade de expressão, pois partimos da premissa de que qualquer ação vai ser feita dentro de toda a estrutura legal no Brasil.

E acreditamos que essa exceção prevista para os aplicativos de mensagem prejudica os objetos do projeto, pois a aplicação do projeto tanto pode levar a exceções perigosas quanto pode ser facilmente burlada pelo próprio usuário, no caso do bloqueio dos terminais específicos.

Era isso que eu tinha a apresentar e eu estou à disposição de todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu que agradeço, Dr. Ildeu Borges, pela sua participação.

Continuando, passo agora a palavra à Exma Srª Neide Cardoso de Oliveira, Procuradora Regional da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal, e a Srª Procuradora vem acompanhada do Dr. Vladimir Aras, que também é Procurador Regional da República.

Dr. Vladimir também pode acompanhá-la daqui da mesa, por favor.

A SRª NEIDE CAVALCANTI CARDOSO – Bom-dia a todos.

Em razão do tempo, eu vou pular uns eslaides iniciais que explicavam como o Ministério Público Federal se organiza internamente para o combate aos crimes cibernéticos que são a existência de grupos especializados no Rio e São Paulo e o grupo nacional, que é esse que eu coordeno, com o fim de criar políticas institucionais para o Ministério Público Federal para a capacitação dos membros em relação à repressão aos crimes cibernéticos, mas vou entrar direto no assunto.

Todos nós sabemos que o Marco Civil da Internet veio definir termos técnicos, direitos e garantias do usuário e diretrizes do Poder Público e estabeleceu uma cláusula de reserva de jurisdição muito importante estabelecendo que as informações dos provedores somente poderão ser obtidas mediante ordem judicial. Isso impede que os provedores entreguem dados de seus usuários, seus aplicativos e serviços para qualquer pessoa senão mediante essa ordem judicial que constitucionalmente deve ser fundamentada.

Os registros de acesso a aplicações de internet – os dados simples denominados metadados, que são de identificação da máquina de onde partiu aquela aplicação–, aqueles serviços devem ser preservados por seis meses pelos provedores. São dados que apenas identificam de que máquina partiu aquele conteúdo, para que máquina foi, em que data e horário, assim como os registros de conexão, que são os dados cadastrais do usuário daquela máquina, devem ser preservados por um ano. E previu que os provedores com representação no Brasil e essa representação – pode ser uma filial, uma representação apenas comercial ou mesmo prestando serviços no Brasil mesmo que não tenham essa representação – devem cumprir a legislação nacional. Uma regra importante de jurisdição e prevista no Marco Civil da Internet.

O Projeto 169 pretende alterar o Capítulo III da lei do Marco Civil acrescentando-lhe ali a Seção V, contendo o art. 23-A, que condiciona a suspensão do funcionamento ou bloqueio de acesso a aplicação de internet é um incentivo ou promoção da prática de crime e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simultaneamente veda a suspensão do funcionamento de aplicação de internet destinado ao envio de mensagens instantâneas. Esse parágrafo tem destinação precípua ao aplicativo hoje mais utilizado no Brasil, que é o WhatsApp, com cem milhões de usuários. No entanto, essas medidas de bloqueio ou suspensão já estão abrangidas pelo poder geral de cautela do juiz que ocorre quando há uma demonstração do *fumus boni iuris,* da probabilidade do direito alegado e do *periculum in mora,* do perigo daquela ineficácia, daquela prestação jurisdicional e a inadequação de outras medidas cautelares típicas. Então, esse pode geral de cautela é utilizado pelo juiz em casos subsidiários. E ele já vinha previsto tanto no antigo Código de Processo Civil, art. 798 quanto continua previsto no atual Código Processo Civil de 2015, no art. 297 que fala claramente que o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

Esse poder geral de cautela é corolário da garantia constitucional da tutela jurisdicional adequada, segundo a qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Então, as limitações jurisdicionais pretendidas com o Projeto de Lei 169 padecem de um vício de inconstitucionalidade material. É impossível o legislador prever, ao tempo da elaboração da norma, todas as hipóteses em que os bens juridicamente tutelados podem estar envolvidos quando objetos de demanda judicial, as quais podem exigir, como únicas medidas adequadas e proporcionais, justamente a suspensão do funcionamento ou bloqueio de acesso de aplicação.

Nós sabemos que muitas das ideias, tanto desse projeto quanto de outros com características similares, vêm em razão da existência de decisões que determinaram o bloqueio do WhatsApp em razão da não entrega do conteúdo criptografado. Essas decisões ocorreram ano passado, foram cerca de seis, sete decisões, mas não havia naquele momento o entendimento do que significava a criptografia de ponta a ponta, tanto que tais decisões foram revertidas em grau de recurso. E por que não havia esse entendimento?

Nós temos um problema sério aqui que, é a falta de reconhecimento do Facebook de se ver como representante do WhatsApp. Justamente porque no modelo de negócios deles nos Estados Unidos eles mantiveram as empresas separadas, eles entendem que não representam o WhatsApp e, por isso, não respondiam a essas decisões judiciais que culminaram nesse bloqueio, uma delas inclusive no Rio de Janeiro até se respondeu em inglês, em total desrespeito à jurisdição nacional.

O Facebook representa, sim, para as leis brasileiras o WhatsApp porque ele adquiriu o WhatsApp por cerca de US$3 bilhões – bem noticiado na imprensa – e fora disso eles mantêm, por exemplo, nos próprios termos de serviço, no ano passado, dizendo que os dados duas plataformas seriam acessados e trocados. Enfim, visualizados pelas empresas. Se elas não fossem empresas do mesmo grupo econômico isso jamais poderia acontecer porque aí eles precisariam de ordem judicial para ter acesso aos dados dos usuários de uma empresa para outra. Em nosso entendimento...O WhatsApp não tem receita própria. Então, o Facebook deve respondem, sim, hoje, pelas decisões voltados ao WhatsApp e isso não ocorreu na época.

Fora disso, essas explicações sobre a questão da criptografia só vieram à tona depois das decisões judiciais porque sequer se explicava... Eu tinha esse cuidado e, por isso, o WhatsApp já fez esse mea-culpa atualmente de explicar para o juiz, tecnicamente, aquela inviabilidade de se dar aqueles dados. E, em muitos casos, inclusive antes de o WhatsApp instalar a criptografia de ponta a ponta nos seus serviços, eles já não vinham cumprindo decisões judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que os metadados e os dados simples e, por isso eu me referi a eles mais a frente, eram entregues tornando impossível o início de uma investigação de crimes gravíssimos como, por exemplo, planejamento de homicídios de agentes públicos ou outras ações de organizações criminosas, justamente pela não entrega desses metadados.

O meu colega vai continuar aqui.

O SR. VLADIMIR ARAS – Obrigado, Neide.

Bom dia, Senador. É um prazer estar aqui com V. Exª.

Gostaria de cumprimentar os demais participantes desta audiência pública especialmente o meu prezado amigo Thiago, da SaferNet e, continuando aqui na linha exposta pela colega Neide Cardoso de Oliveira, que é a linha do GT de cibercriminalidade da 2ª Câmara, estou aqui também na condição de Procurador Regional da República, membro do Ministério Público Federal e Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Eu gostaria de ressaltar que o Ministério Público Federal, na linha adotada pelo grupo de cibercriminalidade, é contra esse projeto por dois aspectos: um aspecto de direito material e um aspecto de direito instrumental. Pela linha do direito material, evidentemente pelo que vimos aqui na primeira exposição da Drª Bia Barbosa, ficou claro que há um risco à liberdade de expressão, mas, apesar disso, é preciso que nós reconheçamos que, nesse âmbito, há uma séria tensão com vários temas, especialmente com o racismo, com a propaganda de terrorista. E também, no âmbito do art. 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é lícito reconhecer que o próprio texto do art. 13 permite que haja algum tipo de responsabilização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR ARAS – ... por exemplo, o §2º, no que diz respeito à proteção da segurança nacional, da ordem pública, do direito à saúde e também, no próprio §2º desse art. 13, o respeito aos direitos de outras pessoas. E no §5º desse mesmo artigo, está claro que, no âmbito, mesmo se reconhecendo, no texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a liberdade de expressão, está consagrado ali que a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, apologia ao ódio nacional, racional ou religioso e que constitua incitação, discriminação, hostilidade, etc. Então, essa tensão é evidente e o projeto me parece que não ajuda muito nessa discussão, à medida em que não aclara esse debate.

No segundo aspecto, o aspecto instrumental, nós precisamos verificar que o texto como está, na verdade, piora o *enforcement*, a eficácia das decisões judiciais brasileiras nesse contexto que já foi exposto pela colega, especialmente na perspectiva de uma questão penal do Marco Civil. Evidentemente, os direitos ali reconhecidos são direitos extremamente importantes, mas ninguém ignora – e os especialistas aqui não ignoram – que há prática de crimes graves pela internet. E, obviamente há um momento em que o Poder Judiciário, o Ministério Público e a polícia são convidados a investigar crimes que são praticados pela internet e que atingem pessoas em várias partes do nosso País e no mundo inteiro. São crimes gravíssimos e que precisam ser investigados e a investigação, muitas vezes, fica impactada, impedida e obstada em função de dificuldades técnicas reais e de dificuldades jurídica e ilusórias, falsas dificuldades jurídicas, como uma, por exemplo, várias vezes repetida, de que nós precisamos, quando discutimos os atos do art. 11, os serviços praticados por prestadores de serviços da internet, aplicação de internet, de que nós precisaríamos, teoricamente, sempre de usar a cooperação jurídica internacional. E, aí, vou usar um pouco meu chapéu anterior, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

era o de Secretário de Cooperação Jurídica Internacional da PGR, por quatro anos. É um tema que eu estudo há mais de uma década, fui professor de Direito Internacional público e hoje sou professor de Processo Penal e lido nesses dois ambientes.

Na ocasião em que ocupei essa atividade de Chefe da Cooperação Jurídica do Ministério Público Federal, eu percebi muitas vezes essa alegação, que, na verdade, é falsa porque todo momento na minha atividade de interlocutor dos meus colegas no plano internacional para investigação de cibercriminalidade quando estávamos diante de condutas relacionadas a entidades que se adequam àquelas condições do art. 11 do Marco Civil da Internet, nesses casos, a orientação é de que não usemos a cooperação jurídica internacional.

Então, quando nós olhamos para o texto do projeto, o que é que nós vemos? Nós vemos uma lei feita - desculpe-me dizer, Senador –, para, talvez, proteger o WhatsApp, o serviço mais conhecido desses todos de mensageiras instantâneas, numa lógica de dificultar o *enforcement,* dificultar a eficácia das decisões judiciais brasileiras que devem, sim, observar uma gradação adequada e devem observar essa gradação na medida em que haja uma resistência ao cumprimento de ordens judiciais de juízes brasileiros.

Obviamente que não se trata de impedir a liberdade de expressão. Ela deve ser livre dentro daquelas linhas estabelecidas pela Convenção Americana, mas não só por ela como também pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos que é uma convenção das Nações Unidas dentro do que prevê o Marco Civil da Internet, mas também tendo a percepção de que a nossa Constituição e esses tratados têm uma linha de duplicidade garantista, de garantir os direitos de quem usa a internet, de quem é vítima desse mau uso. E quando esse mau uso se apresenta seja contra um indivíduo específico ou seja contra a sociedade como um todo em relação a crimes que não têm vítimas especificamente determinadas ou que podem tê-las – como no caso do terrorismo, de atentado terrorista ou uma propaganda terrorista –, nós precisamos é de ferramentas que nos permitam enfrentar esses problemas. E, quando nós precisamos do instrumento da investigação criminal, de acessar esses dados sejam os metadados, sejam dados cadastrais ou, quando não criptografados, os dados da conversação, do diálogo feito pela internet, o que nós vemos é a incapacidade da Justiça brasileira de alcançá-los, seja por esse argumento de que precisamos sempre utilizar a cooperação internacional – o que, na minha perspectiva, não é verdade –, seja porque as decisões são descumpridas. E, quando elas são descumpridas, é preciso que haja a possibilidade de o juiz impor a sua decisão. E como é que o juiz impõe a sua decisão? O juiz impõe a partir de gradações, de níveis de sanção – chamemos assim: uma advertência, uma multa, a multiplicação dessa multa até chegar a quê? Até chegar às medidas de maior força que não são novidade no sistema processual brasileiro.

Eu gosto de lembrar duas: uma que estava no Código de Processo Penal de 1939, que permitia que a autoridade judiciária, por provocação do Ministério Público, desconstituísse pessoas jurídicas precipuamente dedicadas a atividades criminosas – o que parece muito evidente quando, evidentemente, a pessoa jurídica estivesse voltada a atividades criminosas exclusivamente ou precipuamente – e, numa segunda perspectiva mais recente, nós temos o art. 20 da lei do racismo que vou ler – peço licença para ler –, §3º da Lei 7.716 de 89, que permite ao juiz determinar, ouvido o Ministério Público, sob pena de desobediência, a cessação de transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio de publicações que sejam racistas ou que promovam ódio racial ou de índole semelhante. E no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inciso III também pode o juiz interditar mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores que tenham esse mesmo enfoque.

Essas duas regras estão na legislação brasileira, uma a partir de 2012 e a outra a partir de 2010, Leis nºs 12.735 e 12.288.

Então, nesse aspecto, não haveria nenhuma novidade numa regra que permitisse que uma aplicação dessa fosse interrompida quando precipuamente voltada à prática de crime.

Mas quero chamar a atenção para o mais importante, que é o aspecto instrumental, Senador. Quando nós imaginamos a necessidade de obter esses dados, e esses dados não são entregues às autoridades judiciárias, seja porque se trata de um homicida que se escondeu na internet, seja porque se trata de um terrorista, seja porque se trata de um outro criminoso qualquer que tem a sua identidade protegida ou seus dados protegidos ou sua informação protegida nesse âmbito, então, o que o Judiciário faz? Qual a providência que o juiz adotará para proteger a sociedade em relação a esse criminoso que não foi identificado, que não foi localizado e que continuará cometendo crimes?

Então, nessa perspectiva, eu acho que o projeto peca por não dar ao juiz nenhuma ferramenta para impor a execução de sua decisão. Ao contrário, retira dele essa possibilidade, torna ainda mais difícil obrigar quem detém informação prestá-la, quando possível prestar, quando tecnicamente possível prestar.

Era isso que gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradeço à Drª Neide, ao Dr. Vladimir o atendimento da nossa solicitação.

Em sequência, passo a palavra ao Sr. Rodolfo Tsunetaka Tamanaha, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura (MinC).

O SR. RODOLFO TSUNETAKA TAMANAHA – Bom dia a todos.

Eu até comentei com o Senador que, assim como o Prof. Demi, eu também padeço desse problema de quando vão pronunciar o meu nome em público, em voz alta, e é sempre difícil, mas o Senador conseguiu uma proeza.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador Airton Sandoval o convite, em nome de quem cumprimento todos os participantes. É um desafio falar sobre esse tema em dez minutos. Então, vou tentar até me valer um pouco das apresentações dos colegas que me antecederam para apresentar um pouco a visão do Ministério da Cultura com relação ao tema.

Inicialmente, acho que vale um esclarecimento: a nossa participação é restrita ao tema da proteção dos direitos autorais, porque o projeto de lei fala em cometimentos ilícitos em geral, então a própria apresentação do Ministério Público deixou clara que o enfoque deles estaria mais relacionados a crimes como terrorismo e outros ilícitos, e a nossa participação é, de alguma maneira, contribuir para este debate a respeito ou sob a perspectiva dos direitos autorais que, todos nós sabemos aqui, ocupa boa parte da internet.

Então, a primeira informação que acho relevante compartilhar é que realmente o Ministério da Cultura, nessa gestão do Ministro Sérgio Sá Leitão, tem realmente demonstrado uma preocupação muito grande com o tema da violação dos direitos autorais, principalmente na internet, porque é um tema que clama uma atuação do Poder Público, mas a gente não tem exatamente uma solução já concreta e definida.

Acho que a gente está exatamente no momento – e essa audiência é um exemplo disso – de refletir, de debater, porque não existe uma bala de prata para a solução para o tema que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocado. Então, por isso é importante realmente todo este debate envolvendo diversos *stakeholders*.

Eu até recentemente li um artigo que saiu no *Financial Times*, do economista Martin Wolf. Acho que ele espelha bem a preocupação que a gente tem. O artigo dele fala sobre a economia do intangível, que a nossa economia exatamente trabalha com artigos que não são corporificados.

Então, quando a gente pensa realmente nesse contexto que se está vivendo hoje, a gente fala que a internet – e até a apresentação do Prof. Demi deixou isso muito claro – é hoje um espaço diferente do que existia anteriormente, mas o próprio fato de a economia estar caminhando para a internet, o próprio fato de a economia estar se digitalizando faz com que você de alguma maneira busque medidas que possam estabelecer e conceder segurança jurídica para as relações econômicas e as relações privadas que são travadas no âmbito da internet.

Então, de alguma maneira também a gente reconhece que a internet impõe uma série de desafios porque é um ambiente totalmente novo, mas é natural que cada vez mais a gente vá trazendo um pouco... Se a gente não tem como traduzir práticas antigas para um ambiente novo, de alguma maneira, uma coisa que a gente não vai conseguir afastar é essa conduta humana de viver sob regras.

Agora, o desafio está exatamente em você estabelecer e conseguir prever regras e princípios que deem conta dessa nova realidade. O que vejo muitas vezes é um debate que opõe um pensamento jurídico com pensamento técnico, tecnológico. E, às vezes, a gente precisa ver como se faz para que esses dois campos possam conversar.

Quando eu penso, por exemplo, na questão da violação dos direitos autorais, está-se pensando principalmente numa perspectiva econômica, ou seja, a gente não estava aqui pensando numa violação de direito autoral de um jovem que está ali tentando acessar um conteúdo para fins educacionais, por exemplo. A gente está pensando exatamente naquele que usa a internet violando a proteção, porque a legislação do direito autoral concede para obter um benefício econômico. Acho que essa que tem que ser a perspectiva, é a forma como a gente realmente enfoca o tema.

Separar as coisas é fácil? Não é. Realmente o desafio é muito grande, mas acho que a gente não pode perder essa perspectiva, porque me parece que nesse debate público sobre a internet, a gente tem como se fosse uma guerra de narrativas, ou seja, de um lado você tem aqueles que representariam interesses econômicos que querem de alguma maneira controlar ou cercear a internet para proteger seus benefícios, seus interesses econômicos, e, do outro lado, a gente tem aqueles que defendem a liberdade de expressão e os direitos e garantidas fundamentais, como se as coisas não pudessem se conversar.

E eu acho que na verdade, a gente tem que buscar realmente medidas que possam fazer esse casamento entre esses dois interesses, que são igualmente legítimos.

Sobre o PL especificamente, a gente já teve oportunidade de se manifestar sobre outras proposições legislativas, inclusive na Câmara, que tratava também da questão do bloqueio ou suspensão de aplicações ou de *sites* voltados para a prática de crimes.

E a nossa posição foi, não digo em cima do muro, mas foi uma posição que diz o seguinte: Olha, a gente tem muito claro que a proteção de direito autoral é algo que o Estado brasileiro deve buscar, que o próprio direito autoral é um direito fundamental, está no art. 5º da Constituição. Então, ele também tem uma estatura constitucional que merece ser protegida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente imagina na verdade que a discussão sobre se a medida mais adequada é o bloqueio, se é a suspensão, algum tipo de intervenção nessa camada de infraestrutura de internet.

Por isso que, ao lado dessas discussões a respeito desses tipos de instrumentos, a gente tem também incentivado muito o debate a respeito de outras medidas, principalmente as de caráter mais consensual. Ou seja, se a gente está falando que a internet é usada nessas situações para benefício econômico, se a gente conseguir envolver todos os *players* que atuam na internet e que viabilizam que aquele infrator que está se beneficiando economicamente deixe de se beneficiar, seja pelos meios eletrônicos de pagamento, aquelas empresas que representam esse setor junto com os provedores, junto com os próprios titulares e Poder Público talvez no papel de articulador desse trabalho, a gente vê algo também como uma medida que pode ser muito efetiva. A gente vê inclusive que em outros países, em outras regiões, essas medidas acabam acontecendo. E eu acho que talvez o Estado brasileiro tenha um papel neste momento muito mais de estimular esse tipo de cooperação. Chamou-me muito a atenção, por exemplo – felizmente eu fui convocado logo depois da apresentação do Prof. Demi e do representante do SindiTelebrasil –, dois técnicos, dois engenheiros que apresentaram posições opostas. Ou seja, um apresentou um posicionamento de que o bloqueio interfere na internet, vamos dizer, prejudica o funcionamento da internet; e de outro lado, a gente teve uma colocação que mostra que essa interferência não quebra a internet.

Então, não somos nós que vamos poder opinar sobre esse tema. Do ponto de vista institucional do Ministério da Cultura, a preocupação é de que o tema da proteção do direito autoral tem que ser discutido, tem que aperfeiçoado.

Outra leitura que tive e que pode ajudar na reflexão é como às vezes a própria tecnologia contribui para este debate. Houve um artigo recente publicado na *Harvard Business Review*, falando sobre uma tecnologia blockchain, tecnologia recente que embasa o Bitcoin e outras moedas digitais, e de que forma pode contribuir, por exemplo, para que aquele músico que tem dúvida se daquela música dele que está sendo acessada numa plataforma digital ele está recebendo direitos autorais devidos. Às vezes, o músico está aqui no Brasil, a sua música está sendo ouvida num aplicativo na Finlândia, ele não sabe dizer se exatamente está recebendo.

Esse artigo, de maneira bem interessante, aponta que o blockchain poderia ser um mecanismo para garantir que exista essa confiabilidade na relação jurídica. Então, é algo também que deve servir para a reflexão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO TSUNETAKA TAMANAHA – Mas, acima de tudo, um ponto que tem que ser esclarecido é que a gente tem que desmistificar um pouco esse debate. Ou seja, parece-me que sempre que o debate sobre a proteção do direito autoral na internet vem e é colocado em discussão aqui no Congresso Nacional, por exemplo, a gente está tratando de duas posições que são bandidos e mocinhos. Acho que a coisa não é muito assim. Realmente, nesse contexto em que cada vez mais o poder econômico, as relações econômicas estão caminhando para a internet, de alguma maneira, ela vai ter que cada vez conceder segurança jurídica para todos os participantes. Eu acho que esse é o ponto que eu gostaria de ressaltar.

A gente inclusive pretende encaminhar para o Senado, para o Senador também uma análise especificamente com relação ao PL, a parte inclusive das contribuições que a gente já deu para outros PLs que tratam também do bloqueio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me recordo, inclusive, que outro PL analisado na Câmara teve um cuidado um pouco maior de estabelecer realmente parâmetros de razoabilidade, proporcionalidade para que o magistrado pudesse conceder uma decisão de suspensão, bloqueio do *site*. Acho que isso poderia aperfeiçoar o projeto de lei.

Acima de tudo, a gente entende que esse debate tem que ocorrer de uma forma que eu considero que deveria ser mais serena, mais madura, tendo um ponto de vista tanto jurídico, como também confrontando as perspectivas técnicas, porque a gente está falando de um cenário em que o aporte técnico acaba sendo fundamental, porque se estamos acostumados a regular objetos tangíveis, fazer uma regulação de algo que não tem um corpo, não é corporificado, é desafiante. Acho que esse debate tem que levar em consideração essas duas perspectivas.

Agradeço novamente ao Senador Airton, ao amigo Fabrício também, que ajudou muito a articular esta audiência pública.

E fico à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Agradeço a participação do Sr. Rodolfo, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura.

Quero saudar aqui a presença do Senador Pedro Chaves, que veio participar dos nossos trabalhos.

Na sequência, passo a palavra ao Sr. Carlos Affonso de Souza, Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio).

O SR. CARLOS AFFONSO SOUZA – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer ao Senado Federal esse convite para poder participar desta reunião aqui na CCT sobre esse tema tão importante, que é o tema de bloqueio de aplicações, e aí discutindo especificamente os termos do PL 169, de 2017. E agradeço na pessoa do nosso Presidente da Mesa, Senador Airton Sandoval.

O PL que nós estamos debatendo trata de bloqueio de aplicações e possuiu com isso o objetivo de alterar o Marco Civil da Internet, a Lei 12.965, de 2014, especificamente inserindo um art. 23-A, como os senhores e as senhoras podem ver na tela.

Da consulta da justificativa desse projeto de lei aparece algo que chama bastante a atenção. O primeiro parágrafo da justificativa do projeto de lei faz menção aos casos do desafio Baleia Azul, que foi espalhado pelas redes sociais pelo mundo afora, e nos seus dois primeiros parágrafos, logo em seguida, o projeto está ancorado na necessidade de combater esses desafios, esses jogos, essas práticas que podem levar a danos a crianças, adolescentes, especialmente, como vocês podem notar, nesses dois parágrafos da justificativa do projeto.

Aqui me parece ser importante já chamar a atenção para um ponto especialmente relevante sobre o futuro desse projeto de lei. É o seguinte: se a solução que ele oferece no 23-A, como vemos aqui em cima, é "O juiz poderá determinar a suspensão do funcionamento de aplicação de internet [...] que incentive ou promova a prática de crime" e se estamos falando de casos como o da Baleia Azul ou outras situações, chegamos a uma situação que é importante que seja reconhecida, que esses jogos, esses desafios, são disponibilizados, comentados, discutidos nas redes sociais e nos *sites* de vídeo mais populares do País. Então, se a razão para o bloqueio é justamente o combate a essas práticas, parece-me – e essa é uma primeira contribuição –, que nós estamos confundindo o uso ilícito que se faz, que pode ser feito nessas plataformas com a ilicitude das plataformas em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante ter clareza do que nós estamos discutindo para evitar aqui que nós tenhamos efeitos indesejados com uma eventual aprovação de texto legislativo que mira um determinado alvo e acaba acertando outro.

É importante que se venha, justamente, criar e desenvolver medidas que possam combater as atividades ilícitas que são desempenhadas por usuários nas plataformas, separando isso da situação envolvendo os ilícitos ou a ilicitude da plataforma em si.

Nesse ponto – acho que vale destacar – a letra do Marco Civil da Internet, a Lei 12.965, que no seu artigo 19, *caput*, traz um regime de responsabilização dos provedores de aplicação na internet. O seu §2º comenta sobre a sua aplicação para questões ligadas a direitos autorais e, no art. 21, traz uma exceção à regra do *caput* no que diz respeito a materiais que envolvam cenas de sexo, nudez não autorizada, cenas íntimas. Para esses materiais, o art. 21 do Marco Civil determina um regime em que a vítima notifica o provedor e o provedor, uma vez notificado, é obrigado a remover esse conteúdo.

Então, se o que inquieta, o que motiva, esse projeto de lei é a necessidade de remoção de conteúdo que seja ilícito, que promova crime e que gere responsabilização, a gente move essa discussão para dentro dos quadrantes do art. 19 do Marco Civil.

Esse é o art. 21. Ali o Brasil tem avançado no debate sobre esse tema.

Gostaria de chamar a atenção que especialmente nos nossos tribunais esses artigos têm sido largamente aplicados. Especialmente no STJ, o art. 19 do Marco Civil tem recebido ampla aceitação e consolidação. Aqui vai uma decisão da Ministra Nancy Andrighi que justamente afirma a regra do art. 19 dizendo, no último período desse parágrafo que, após a entrada em vigor da Lei 12.965, o termo inicial de responsabilidade solidária do provedor de aplicação, for força do art. 19 do Marco Civil da Internet, é o momento da notificação judicial que ordena a remoção, a retirada, de determinado conteúdo da internet. Então, esse ponto é um ponto já bastante trabalhado na nossa jurisprudência.

Sabemos que o art. 12 do Marco Civil da Internet, que trabalha com a discussão de suspensão de atividade, encontra-se hoje em debate no Supremo Tribunal Federal. E aí duas ações se dedicam, se debruçam, sobre esse tema.

Então, é importante reconhecer que no Senado, ao se iniciar o valoroso debate sobre bloqueios de aplicações e o seu enfrentamento lado a lado com a proteção de outros direitos fundamentais, como liberdade de expressão, proteção aos direitos autorais, enfim, que aqui se faz... É importante que se entenda que esse debate profundo, complexo, que possui um valor em si mesmo, está em andamento também no Supremo Tribunal Federal. Existe uma decisão pendente sobre esse ponto.

Vale lembrar também que no próprio Senado Federal existem outros projetos de lei que trabalham com esse mesmo tema: o tema ligado à possibilidade ou não de bloqueio de aplicações.

E aqui faço menção ao PLS nº 200, de 2016, do Senador José Medeiros, que vai em sentido contrário ao que é proposto no PLS nº 169. É importante entender que, mesmo dentro da Casa, existem orientações diferentes sobre como tratar dessa questão. E aqui vai, apenas, nesse eslaide, a redação do PLS nº 200, de 2016, que é de autoria do Senador José Medeiros e que recebeu um parecer pela sua aprovação do Senador Aloysio Nunes, recentemente, inclusive aqui na CCT. É importante entender como esse diálogo será feito no Senado Federal, entendendo que nós temos essas orientações divergentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transcendendo o debate nacional e dando uma olhada no debate internacional – que eu tenho como algo que anima muito a nossa discussão –, acho que existem dois pontos que são muito relevantes para trazer a esta Casa e que são pontos que precisam ser analisados.

O primeiro a entender, quando se discute o bloqueio é qual o bloqueio, de que forma de bloqueio se está aqui falando. Porque o bloqueio pode ser o bloqueio no DNS, no nome de domínio, como já vimos tentativas disso nos Estados Unidos com os projetos Sopa e Pipa, que foram derrubados lá atrás, em 2011. Ou é um bloqueio a partir do IP? É importante entender de que bloqueio se está falando para que se possa, justamente, ter um aporte técnico sobre as eventuais fragilidades do bloqueio que se vá intentar. Aqui, como ficou bastante claro nas falas que me antecederam, nas falas mais técnicas, esse é um tema que está longe de ser um tema simples.

Na Europa – é importante a gente colocar – existe, no que diz respeito especificamente ao direito autoral, à proteção da propriedade intelectual, mas especialmente ao direito autoral, uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que vem gerando um debate bastante longo, bastante interessante, sobre condições, critérios, formas de implementação desse bloqueio e, inclusive, algumas resistências à própria decisão. Sobre esse tema, queria comentar, apenas muito rapidamente, no meu primeiro ponto técnico.

Quando nos Estados Unidos se discutiu o bloqueio a partir do DNS... Esse memorando aqui – assinado inclusive pelo Steve Crocker, que até pouco tempo era o Presidente do Conselho de Administração da ICANN – dizia como os filtros baseados no DNS podem ser facilmente contornáveis. Então, mostrando como, na parte técnica, é preciso avançar um pouquinho nesse debate.

A decisão – e aqui vou rapidamente encerrar – do Tribunal de Justiça da União Europeia tem sido objeto de largos estudos. Aqui chamo a atenção para um estudo encomendado pelo conselho da Europa que analisa os impactos de bloqueio, filtragem, na internet como um todo.

Destaquei uma parte desse estudo, que foi conduzido pelo Instituto Suíço de Direito Comparado em que ele diz que, após a decisão do Tribunal de Justiça Europeu, em 2014, permitiu-se o bloqueio de *site* como forma de lutar contra a violação de direitos autorais.

Aí diz o estudo:

> Houve grandes objeções a esse desenvolvimento introduzido pelo Tribunal Europeu. Especialmente os tribunais alemães inferiores se recusaram a seguir a liderança do Tribunal de Justiça Europeu devido à limitada eficácia das medidas de bloqueio, que podem representar um problema tanto para direitos humanos como em termos de proporcionalidade e transferência de poder judicial para os provedores.

É importante entender que o cenário europeu é um cenário que, hoje em dia, enfrenta essas dificuldades e essas contradições.

Aqui chamo a atenção para uma palestra proferida pelo Ministro da alta corte britânica, o Ministro Richard Arnold – fazendo um *disclaimer* importante de que esse é um Ministro que entende pela procedência dos bloqueios. Ele diz, primeiro ponto, que o bloqueio não pode ser algo simplesmente colocado na legislação. É importante que se pense nas suas condições, nos seus requisitos.

Aqui faço um destaque muito rápido para dizer que algumas legislações europeias, inclusive, demandam que primeiro se tente processar o responsável direto pelo ato criminoso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sendo o bloqueio um plano b. Ele termina dizendo que é preciso harmonizar essa experiência sobre o bloqueio que existe na União Europeia. A apresentação fica para todos.

Aqui vou passar rapidinho só para dizer que o próprio regulador de telecom britânico, num relatório específico sobre bloqueios, mostra como esse tema é delicado e pode enfrentar fragilidades, especialmente pelo bloqueio feito a partir da URL. Termina dizendo que ele é altamente usado, mas que seu alcance é limitado com facilidade de evasão. Enfim, sugere que é melhor buscar uma outra solução.

Meu último comentário é dizer que quando se bloqueou o WhatsApp no Brasil...É sempre bom lembrar que o WhatsApp também saiu do ar na Argentina e no Chile. Não sou um engenheiro, minha fala aqui não é técnica, minha fala é técnico-jurídica, mas é bom lembrar que quando começamos a trabalhar com questões de bloqueio, ingressamos num debate técnico que pode gerar consequências não previstas como essa situação na Argentina e no Chile.

Esse é meu último eslaide. Apenas para resumir os pontos que aqui foram colocados. É importante distinguir entre o ilícito cometido na plataforma e a ilicitude da plataforma em si. Para casos de ilícitos cometidos pelos usuários, o Marco Civil da Internet, ali na combinação dos arts. 19 e 21, tem tratado do tema com respaldo na jurisprudência. O debate dos bloqueios encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Está em aberto e é preciso também entender que existem orientações diferentes no Senado. Juízes podem determinar o bloqueio de *sites* como medida extrema, valendo-se do poder geral de cautela, como já foi, inclusive, apresentado aqui em exposições anteriores. Mas vale dizer que o poder geral de cautela não é um cheque em branco, precisa ser proporcional. Por fim, o debate internacional revela visões distintas.

Meu último comentário é para dizer que olhando a justificativa do PLS percebe-se como...Fala-se em proteção de crianças, mas, no final das contas, o debate internacional mira muito a proteção dos direitos autorais.

Aí, como professor que também trabalha na área de direitos autorais – enfim, advogo na área, estudo a área por muito tempo –, parece-me que esse é um debate de momento em que nós observamos, nos últimos 15 anos, uma tentativa sobre como é melhor proteger os direitos autorais na internet. Várias respostas foram dadas ao longo do tempo. Se a gente recorrer aos anos 80, na produção do videocassete procurou-se impedir que videocassetes fossem produzidos. Procurava-se combater a tecnologia. O final dos anos 90 nos mostrou a tentativa de ir aos provedores que disponibilizam meios para cometerem pirataria.

Na metade dos anos 00 apareceu na França, com a Lei Hadopi, a ideia de cortar a conexão de quem viola direito autoral. Inclusive, no Brasil, alguns projetos de lei repetiram o texto francês, mas não foram adiante.

Hoje vivemos a discussão de bloqueio. Acho que é importante entender, nessa rápida historicidade, como o debate da proteção aos direitos autorais, essa tentativa de buscar a melhor aclimatação, como esse direito pode ser protegido na internet da melhor forma.

Mas apenas nos parece – e essa é a opinião do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro – que o bloqueio de aplicações não é o melhor remédio para essa importante demanda que precisa ser atendida de outra maneira. Talvez, apontar para o Marco Civil da Internet seja uma melhor solução. Enfim, construir a partir da redação do art. 19, §2º, uma jurisprudência adequada para a proteção dos direitos autorais na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, peço desculpas por ter passado um pouquinho do meu tempo e agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade de poder dialogar aqui com especialistas, com amigos, sobre esse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Esta Presidência é que agradece. O tempo que utilizou foi muito útil.

Logo em seguida, passo a palavra ao Sr. Sydney Sanches, Consultor Jurídico da União Brasileira de Compositores (UBC).

O SR. SYDNEY SANCHES – Bom dia, Senador Airton! Obrigado pelo convite.

Mais ou menos, como o Carlos Affonso, estou na qualidade de advogado e muito menos do que técnico e representando uma instituição voltada para a gestão de direitos de autor.

A União Brasileira de Compositores, só para a gente contextualizar – inclusive para entender o motivo da presença –, é uma entidade com 75 anos, o que é um caso raro no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SYDNEY SANCHES – Não parece.

Fundada por importantes compositores e artistas nacionais como Ary Barroso, Dorival Caymmi, Mário Lago, Braguinha que, dentro dessa jornada, tentaram implementar mecanismos de defesa das suas criações artísticas. Ela completou 75 anos este ano. Enfim, hoje tem, na Presidência, um importante compositor, que é o Paulo Sérgio Valle – provavelmente o senhor conhece – que é mais velho do que o senhor, mas ainda muito ativo. Um compositor muito importante. A UBC integra os grandes nomes do cancioneiro nacional, desde os mais populares até os mais sofisticados. Então, os grandes nomes como Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Djavan, estão todos eles abrigados e eu numa tarefa hercúlea de tentar aqui falar um pouco dessa apreensão que o quilate desses profissionais da arte tem com relação a uma demanda dessa ordem.

Vale aqui começar com uma indagação, que foi muito bem observada pelo Carlos Affonso.

Diante da exceção prevista com relação à matéria do direito de autor no Marco Civil, no seu art. 19, é o que, de certa forma, asseguraria uma certa proteção a uma matéria específica como essa, regulada em lei especial, que é a lei de direitos autorais, enfim por que o debate aqui hoje e por que a presença? Enfim, não vou me afastar da responsabilidade de falar em nome de quem, efetivamente, eu fui convidado para representar. Eu poderia discorrer sobre a questão jurídica, mas é importante fazer esse elo permanente entre a minha representação e o motivo pelo qual estou aqui presente.

Hoje – os dados são muito simples e muito objetivos –, com a mudança do modelo do negócio das indústrias criativas, o ambiente da internet tornou-se fundamental, estratégico para a sobrevivência não só das indústrias como também dos criadores. Para se ter uma ideia, no caso da indústria fonográfica, hoje mais da metade da receita decorre da comercialização legítima de gravações sonoras, o que beneficia artistas e gravadoras; no âmbito das entidades autorais, e aí eu estou falando em âmbito mundial, os resultados decorrentes das atividades e da exploração econômica de obras artísticas em geral... E não estou falando só de música; eu estou falando também como a União Brasileira de Compositores compõe uma importante confederação internacional de sociedade de autores, onde todas as categorias de titulares estão representadas, e aí eu estou falando desde os autores de obras musicais, passando por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autores de obras plásticas, para os autores de obras literárias, para os autores de obras audiovisuais. Então, hoje, o ambiente da internet e a segurança jurídica para que essa atividade ofereça mecanismos para a devida exploração econômica dessas obras é determinante, e por isso a presença.

Eu creio que seria muito importante delimitar o debate, quer dizer, é curioso: não é a primeira vez que eu participo das audiências públicas, e é muito importante ser feito dessa forma, onde os contrapontos, as várias posições divergentes têm que estar presentes, porque sem isso o debate no Parlamento não avança. E há uma tendência natural do contra e do a favor. E, por conta dessa polaridade natural que decorre dos trabalhos das audiências públicas, o contra e o a favor é muito evidente, ou seja, é muito marcado; propositadamente, há uma grande preocupação com relação a isso, e, por vezes, a gente se esquece de limitar do que a gente está falando: nós estamos falando de uma iniciativa legislativa, com a finalidade de estabelecer mecanismos em que a sociedade brasileira e também, no caso, os titulares de direitos autorais, possam obter medidas judiciais. Nós não estamos falando aí... A competência não é da autoridade policial, a competência não é das relações privadas; a competência é do poder moderador, a competência é do Poder Judiciário, para, diante da avaliação de um caso concreto, estabelecer uma ordem de bloqueio de um aplicativo.

Nós não estamos falando de bloqueio de um aplicativo voltado estruturalmente para a atividade ilícita. É muito importante ficar claro isso, porque, se a compreensão de que estruturalmente esse aplicativo, esse *site* é construído, voltado, feito para uma atividade ilícita – e aí eu não estou falando... a penalidade não é chegar ao usuário, a penalidade não é... a falta de possibilidade de diálogo com as representações que nós tivemos aqui, quer dizer: a atividade ilícita não dialoga com liberdade de expressão, porque liberdade de expressão é outra coisa. A atividade ilícita, enfim, não prestigia o regular funcionamento da sociedade civil. A atividade ilícita não permite... a atividade ilícita concorre de forma desleal com as atividades legais.

Então, se não há um ambiente de segurança jurídica, e hoje não temos, que permita iniciativas do ofendido no seu direito – e eu estou falando de toda ordem: desde uma ofensa de natureza coletiva até uma ofensa de natureza privada –, há dificuldade para que o exercício dos direitos em geral seja efetivamente adotado, implementado. Quer dizer, essa delimitação é muito importante, não há... é óbvio que ninguém... Eu sou membro do Conselho de Comunicação Social do Senado, a discussão da liberdade de expressão é o centro do funcionamento do Conselho de Comunicação, esse tema foi debatido na última gestão – iniciou-se uma nova gestão agora –, e não se concluiu um trabalho sobre um entendimento, porque não houve tempo; mas está no centro do debate do Conselho, onde há um entendimento muito claro de que, da mesma forma... E o Conselho de Comunicação não trata só da circulação da comunicação no âmbito da internet, mas também – não sobretudo, mas também, com a mesma importância – da comunicação que até agora nós tivemos: de rádio, televisão, que estão sujeitos a uma série de regras, compromissos, enfim, no caso de violação de direitos.

Então, é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SYDNEY SANCHES – Passa rápido, né? Passa muito rápido, a gente não consegue avançar. E advogado fala muito, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é fundamental, é importante deixar claro que, nessa discussão, na proposta legislativa apresentada, não existe nenhuma intenção de tornar sem efeito todos os avanços e conquistas do Marco Civil da Internet. Ou seja, duvido que alguém aqui se oponha ao avanço legislativo que foi a criação do Marco Civil. Entretanto, os parâmetros que se postulam – esse não é o único projeto que está tramitando na Casa –, o que se postula efetivamente é criar, abalizar condições que permitam uma concorrência justa para a indústria criativa.

Enfim, a possibilidade, sobretudo, de mecanismos no âmbito judicial que permitam, inclusive, que provedores de acesso interrompam a disponibilização de aplicativos e *sites* que estejam hospedados fora do Brasil, onde a jurisdição nacional tenha dificuldade de atingir, e ofertam em larga escala, num âmbito de concorrência extremamente desleal para a indústria nacional, conteúdos, por exemplo, protegidos.

Então, se o ambiente da internet não permite mecanismos dessa ordem, as políticas de fortalecimento da proteção dos criadores – e aí, quando eu falo "proteção dos criadores", estou falando da proteção da cultura nacional – é fundamental. Ou seja, repetindo, estamos falando de ofertas de aplicativos e de bloqueios voltados genuinamente, estruturalmente para o ilícito. E aí, dentro desse universo, vai desde a violação dos direitos até... nós estamos falando de concorrência desleal, nós estamos falando de comercialização de drogas, de tráfico, de infração aos direitos dos menores, enfim de uma enormidade de coisas a que iniciativas dessa ordem darão mais agilidade e maior regularidade no funcionamento da entidade.

E termino também dizendo o seguinte: a iniciativa não é uma novidade nacional, não estamos inventando a roda; ao contrário, o Brasil tem essa característica, ele está integrado, enfim, em vários compromissos internacionais, e a lei de direitos de autor é decorrente justamente desses compromissos internacionais assumidos pelo Brasil há décadas. Experiências dessa ordem existem efetivamente, não são só em países autoritários onde não existe liberdade; ao contrário, a instrução normativa, a diretiva europeia recomenda. As variações que existem dentro do território europeu podemos até discuti-las, mas o fato é o seguinte: é uma recomendação expressa para assegurar justamente o que estamos discutindo aí: separar o que é violação efetiva do que é circulação justa e legítima do conhecimento e da liberdade como forma de preservar todos esses criadores que foram citados aqui no início.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Muito obrigado.

O SR. SYDNEY SANCHES – E eu queria aproveitar e deixar aqui com o senhor um trabalhinho que foi feito sobre a constituição do bloqueio; pode ser que ajude aí na discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu que agradeço, Sr. Sydney Sanches, pela sua participação e por ter atendido o nosso convite.

Nós temos ainda mais dois convidados que participarão aqui conosco, mas temos também aqui o nosso Senador Pedro Chaves, que tem um compromisso inadiável logo em seguida, então eu vou conceder a palavra ao Senador Pedro Chaves, que também quer participar do nosso debate, e poderá trazer uma grande contribuição também, e logo em seguida continuamos com nossas apresentações.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Senador Airton, muito obrigado pela deferência. É que eu sou Vice-Presidente da Comissão do Código Aeronáutico Brasileiro, onde nós vamos fechar o relatório hoje, por isso eu vou ter que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deslocar. Mas não poderia deixar de fazer algumas perguntas, são em número de cinco, mas perguntas curtas, e obviamente eu acho que são preocupação de todo o povo brasileiro.

Primeiro, o seguinte: o direito à liberdade de expressão, sob o viés da comunicação e da informação, pode sobrepor-se à soberania e à dignidade da Justiça de modo a prestigiar o amplo e irrestrito funcionamento dos aplicativos, ainda que esses estejam servindo como instrumento para o cometimento de crimes e obstruindo o acesso do Judiciário às informações essenciais para uma investigação?

A segunda pergunta: o bloqueio ou a suspensão de aplicativos da internet já foi incorporado pelo sistema legal de outros países? Quais, e de que maneira?

Uma terceira pergunta: sob o ponto de vista técnico e tecnológico, é possível bloquear o acesso de uma aplicação de internet e assim afetar o funcionamento da infraestrutura de telecomunicações? O bloqueio, ou a suspensão de aplicativos, no Brasil, pode afetar outros países? No caso das empresas digitais que prestam serviço em todo o mundo, isso pode ocorrer?

E a última pergunta: é possível tecnicamente bloquear um único terminal de aplicativo de internet inserido em uma rede sem afetar o conjunto?

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Senador Pedro Chaves, como os nossos debatedores estão de frente, se V. Exª quiser ocupar aqui a mesa...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – ... o senhor vai ouvir de frente, olhando nos olhos, as respostas dos nossos convidados.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Como a resposta não foi dirigida especificamente a uma pessoa, qualquer um que tenha o conhecimento da matéria poderá responder e contribuir dessa forma para o nosso debate.

A SRª BIA BARBOSA – Só rapidamente, então, para comentar a questão sobre a liberdade de expressão, Senador.

Eu queria, antes, só dialogar aqui com o colega do Ministério Público, Dr. Aras, porque acho que a gente está em consonância nesse sentido. A Intervozes, inclusive, é uma organização que defende os direitos humanos, e a gente trabalha com o monitoramento de violações dos direitos humanos pelos meios de comunicação, então a gente entende que é fundamental a atuação não só do Poder Judiciário, mas da sociedade civil como um todo, na proteção de direitos fundamentais.

O que não nos parece proporcional é uma medida extremada, como essa, de bloqueio, para enfrentar essas questões. Inclusive, a gente entende que esse debate – e aí eu já entro num comentário breve sobre a primeira pergunta do Senador Chaves – de que os direitos precisam ser equilibrados, a gente precisa fazer um sopesamento de direitos. A liberdade de expressão não é um direito absoluto, assim como nós também não defendemos que haja nenhum tipo de restrição a práticas de crime na internet, muito pelo contrário; mas como encontrar esse equilíbrio, na nossa avaliação, este PLS não traz essa resposta.

Dialogando agora com o Sidney, que me antecedeu, pela forma como esse texto está redigido, há, sim, uma ameaça para a liberdade de expressão, porque, quando se coloca a previsão de bloqueio definitivo de *sites* que sejam usados principalmente para a prática de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crimes e não se restringe que crimes são esses e não se explicita em que situações, eu dei o exemplo na minha fala inicial: injúria, calúnia e difamação são considerados crimes pelo Código Penal brasileiro; como é que a gente lida com essa situação, entendendo que há um risco, sim, para o bloqueio de *sites* que sejam considerados...Você falou de atividade criminosa, mas o texto não fala disso. O texto fala de crimes. Então, acho que essas definições, a gente precisa conseguir trabalhar e precisa conseguir restringir.

Se o objetivo do projeto de lei é fazer uma discussão sobre os direitos autorais, eu acho inclusive que a justificativa, como a que coloquei rapidamente na minha fala e o Carlos Affonso trouxe, está enviesada, porque a justificativa do projeto não trata desse tema.

Entendo inclusive que esse projeto de lei é originário da CPI de Crimes Cibernéticos. Não é o texto que saiu da CPI completamente, mas, naquele momento, essa questão entrou na agenda da CPI de Crimes Cibernéticos por uma demanda do setor de direitos autorais.

Então, acho que, se a gente vai discutir direitos autorais, vamos fazer o debate em cima dos direitos autorais. Vamos discutir. Estamos atrasadíssimos no debate sobre a reforma dos direitos autorais, que já era para estar sendo debatida, de uma maneira contundente e centrada em torno dessa questão, há bastante tempo.

Aí a gente não faz um debate sobre a atualização da Lei de Direitos Autorais e ficamos tentando resolver o problema da violação dos direitos autorais de uma maneira torta que, sim, na nossa avaliação, nesse caso, na forma como esse projeto está redigido, entendendo o bloqueio como uma medida não extrema, mas como medida quase que corriqueira, vai, sim, cercear a liberdade de expressão.

Então, é só para comentar esse primeiro ponto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Aqui nós temos um certo direcionamento para facilitar, Sr. Presidente, se o senhor permitir.

Para o Prof. Thiago a pergunta é: o bloqueio ou a suspensão de aplicações da internet já foi incorporado pelo sistema legal de outros países? Quais e de que maneira?

O SR. THIAGO TAVARES – Muito obrigado, Senador, pela pergunta.

O debate sobre os bloqueios começou na Europa, sobretudo, mais especificamente em 2001, como experiência do Internet Watch Foundation, que é uma organização similar à SaferNet Brasil, que trabalha no recebimento e processamento de denúncias de imagens de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Naquela ocasião, foi criado um sistema pela British Telecom, chamado Cleanfeed. Esse sistema usa uma técnica de *proxy,* passou a bloquear os RLS geradas contidas nessa lista elaborada pelo EWF.

O argumento inicial sempre foi o argumento de dificultar as imagens de abuso e de exploração sexual de crianças, que é um crime gravíssimo e precisa ser investigado.

Acontece que, ao longo dos últimos dezesseis anos, esse debate migrou da questão do abuso e da exploração sexual e passou a ser incorporado como uma estratégia de combate à pirataria. De fato, é sobre isso que nós estamos tratando.

Quando se propõe a alteração legislativa para proporcionar ou estimular o bloqueio de *websites*, essa é uma medida que, na Europa, já se provou insuficiente. Inclusive no que diz respeito a crianças e adolescentes, há um consenso hoje amplo, nos países europeus que adotaram essa medida, há dezesseis anos, de que essa não é a melhor estratégia para combater a disseminação de imagens de abusos e de exploração sexual de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estratégia hoje que é adotada – e vou explicar um pouco isso na minha apresentação – é a remoção do conteúdo na sua origem.

E a União Europeia e outros países têm dado passos significativos nessa direção em aumentar a velocidade de remoção das imagens de abuso e de exploração sexual, e, sobretudo, de propiciar a investigação de quem produz esse tipo de conteúdo e dissemina pela rede.

De modo que hoje, na Europa, em que pese existirem iniciativas não legais, mas, sim, por via de acordos informais entre algumas autoridades e alguns provedores, essa não é, digamos, a tendência que tem se estimulado nos países europeus, seja para a questão do enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças, seja também, como já foi explicado aqui, sobretudo pelo Prof. Carlos Affonso, no que diz respeito também a direitos autorais.

De modo que, para concluir, agradecendo mais uma vez a pergunta de V. Exª, eu diria que nós estamos promovendo um debate que, na própria Europa, já é considerado um debate ultrapassado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Pergunta para o Prof. Demi: sob o ponto de vista técnico e tecnológico, é possível bloquear o acesso de uma aplicação de internet sem vetar o funcionamento da infraestrutura de telecomunicações?

O SR. DEMI GETSCHKO – Obrigado pela pergunta.

Então, existem várias formas de tentar se fazer isso e que foram bem explicadas no começo; uma delas foi explicada via nome, o DNS. Estamos falando de uma aplicação. Ela tem que gerar um nome: www.algumacoisa.algumacoisa.

Pode-se tentar fazer com que esse nome não resolva para número IP. Porém, é fácil que esse nome reapareça em outros domínios de nível mais alto, como acontece hoje em várias situações, e aquele bloqueio deixe de ser efetivo, baseado no nome.

Então, baseado no nome, você só diminui a facilidade de acesso, porque evidentemente o nome é traduzido em número. Baseado em número, também temos problemas. Por quê? Baseado em número, a gente consegue bloquear algo se o endereço daquele sítio ou daquele aplicativo é único. E hoje a tendência é distribuir isso por milhares de pontos na internet.

Então, na hora em que isso acontece, você ataca um serviço centralizado e ele se transforma em um serviço distribuído, a chance de conseguirem filtrar todas as instâncias daquele serviço distribuído são muito remotas.

Então, eu diria que existem dificuldades técnicas em ambos os casos, sem contar aquela que comentei também de que às vezes isso extravasa. Não há um mapeamento entre os sistemas autônomos e o mapa do Brasil.

Existem sistemas autônomos que são parte do Brasil e parte fora. Existem sistemas que estão totalmente dentro. Ou seja, quando se impõe algum bloqueio, a partir de um sistema autônomo genérico ou a partir de um operador genérico, você atinge a parte interna dele, mas você também atinge o que ele faz como trânsito para outros operadores. Aí nós teríamos uma propagação desse problema para áreas que não pediram que isso acontecesse.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Para a Profª Bia Barbosa: o bloqueio ou a suspensão de aplicativos, no Brasil, pode afetar outros países. No caso das empresas digitais que prestam serviços em todo o mundo, isso pode ocorrer efetivamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª BIA BARBOSA – Então, acho que dialoga exatamente com o que o Prof. Demi acabou de colocar, Senador. Acho que o Carlos Affonso também trouxe na fala dele também...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ele tocou nesse assunto.

A SRª BIA BARBOSA – Já não lembro mais quem falou sobre a questão do impacto do bloqueio do WhatsApp aqui, impactou a Argentina e o Chile.

Então, sem dúvida...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Um bloqueio, com prejuízos reais...

A SRª BIA BARBOSA – ... há prejuízos para além do nosso Território.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Uma última pergunta ao Prof. Ildeu: é possível tecnicamente bloquear um único terminal de aplicativo de internet inserido em uma rede sem afetar o conjunto?

Isso é muito importante.

O SR. ILDEU RANDOLFO BORGES JÚNIOR – Obrigado pela questão.

Bom dia.

Eu queria só fazer um adendo à resposta sobre a questão dos outros países.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. ILDEU RANDOLFO BORGES JÚNIOR – É provável que esse problema do WhatsApp, quando ele afetou outros países, tenha sido causado simplesmente por um erro de configuração do bloqueio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, entendi.

O SR. ILDEU RANDOLFO BORGES JÚNIOR – Não é certo que um bloqueio vá afetar outros países. Se houver um erro na configuração desse bloqueio, isso pode ocorrer. Mas pode não ocorrer também, como das últimas vezes. Independente do mérito do bloqueio, nós não tivemos notícia de que outros países tenham sido afetados.

Em relação à suspensão do bloqueio de um terminal específico, é possível que isso seja feito tecnicamente. Porém, é muito fácil ser burlado pelo próprio usuário, porque todas as fórmulas que existem de identificar aquele usuário que se quer bloquear, naquele momento, podem ser burladas por ele, tanto do ponto de vista do terminal que ele estiver utilizando, quanto do ponto de vista do endereço que ele esteja utilizando naquele momento, endereço dentro da internet, quanto do ponto de vista da identificação dele como usuário.

Então, a resposta é sim, é possível fazer o bloqueio. Porém, é muito simples que o usuário faça a burla desse bloqueio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço muito. Muito obrigado.

Agradeço também a tolerância do nosso querido Presidente.

Parece-me que alguém gostaria de usar da palavra.

O SR. YGOR VALÉRIO – Para complementar as respostas – perdão, sou o Ygor Valério, da MPA –, pontualmente quanto às perguntas do Ex^{mo} Senador, eu gostaria de ler um pequeno trecho da Diretiva 2011/93 da União Europeia, que diz o seguinte:

> Os Estados-Membros podem tomar medidas para bloquear o acesso a páginas eletrônicas que contenham ou difundam pornografia infantil aos utilizadores da Internet no seu território. Essas medidas devem ser adotadas por meio de processos transparentes e devem incluir garantias adequadas, nomeadamente para assegurar que a restrição se limite ao que é necessário e proporcionado, e que os utilizadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> sejam informados do motivo das restrições. Essas garantias devem incluir também a possibilidade de recurso judicial.

Então, o Senador havia perguntado concretamente qual legislação estrangeira prevê esse tipo de medida.

Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu gostaria de mencionar é quanto ao impacto técnico. Infelizmente, não sou engenheiro, e eu gostaria muito de sê-lo. Mas me refiro, então, a um suporte técnico de um estudo publicado pela Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação (itaf.org), que, num particular momento, menciona o seguinte quanto ao impacto do bloqueio na infraestrutura de rede:

> No entanto, o uso crescente de bloqueio de *sites* tem demonstrado que essas alegações [as alegações de que o bloqueio prejudica a infraestrutura da rede] não foram baseadas na realidade e que o bloqueio de *sites* não quebrou a internet nem levou a uma infinidade de outros resultados negativos previstos, tais como amplas circunvenções das ordens de bloqueio, fragmentação do *namespace,* de DNS global para a internet, nem o sistema de DNS alternativo para a internet, nem contribuiu para uma quebra na confiança do usuário ou em êxodo de usuários na internet.
>
> A realidade é que as pessoas, nesses países com ordens de bloqueio, ainda têm uma internet ativa e usam a internet da mesma forma que o resto de nós.

Um terceiro ponto, e último, é mencionar que os casos de bloqueio de aplicação estruturalmente ilícita não se relacionam com o tema de bloqueio de WhatsApp – são temas absolutamente diferentes. Eu menciono o caso do impacto do bloqueio do WhatsApp no Brasil e em outro país como um exemplo dessa diferença entre os dois casos. Ora, se se bloqueou o WhatsApp na Argentina como um erro de configuração do bloqueio do Brasil – e isso foi um impacto indesejado –, o eventual bloqueio de um *site* estruturalmente ilícito não causaria prejuízo à população da Argentina. Talvez seja exatamente o que se quer conseguir com uma ordem de bloqueio.

Então, apenas para ilustrar a diferença diametral entre o tema do bloqueio do WhatsApp e o tema do bloqueio de *sites* ilícitos, eu diria que o impacto desses bloqueios sobre outros países – decorrentes, obviamente, como mencionado, de erros na configuração – não é o mesmo para os casos mencionados.

Obrigado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço a vocês.

Vou deixar, agora, nas hábeis mãos do nosso Presidente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Muito bem.

Aqui cabe uma explicação. Nós temos, aqui, no Senado, a mesma quantidade de comissões que existem na Câmara dos Deputados, só que há um detalhe: lá são 513 Deputados, e aqui são 81 Senadores – na verdade, são 80, porque o Presidente não participa das comissões. Então, o Senador tem que fazer uma via-sacra imensa durante as reuniões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comissões, porque, muitas vezes, há três, quatro comissões no mesmo horário. Por isso, é muito justificável a saída do Senador Pedro Chaves.

Existe um pedido de complementação de resposta do Sr. Demi, e também a Drª Neide pede para complementar.

Concedo a palavra.

O SR. DEMI GETSCHKO – Serei bastante curto. Obrigado.

Foram citados os países em que há bloqueio. Eu visitei alguns deles – a China e alguns outros – e citaria um outro efeito colateral que não é pensado nesses casos.

Existem formas de se contornar o bloqueio usando uma coisa chamada VPN, que são os circuitos virtuais que estabelecem conexões entre dois pontos da rede específicos. Essa técnica permite, de fato, contornar o bloqueio, porém joga o usuário nas mãos de uma porção de provedores de VPN nem sempre muito lícitos. Quer dizer, nós vamos acabar criando um mercado ilícito ou um mercado não tão claro de fornecedores de canais virtuais de contorno de bloqueio. Como eu falei, mira-se em alguma coisa e acaba-se, eventualmente, piorando a situação ao se fazer isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Drª Neide.

A SRª NEIDE CAVALCANTI CARDOSO – É só uma complementação, porque, durante a minha fala, eu acabei me esquecendo de mencionar uma nota técnica que o Ministério Público Federal lançou no ano passado, num esforço de unir todos os Ministérios Públicos. Essa nota técnica, distribuída a todos os Promotores e aos Procuradores da República no País, fala justamente sobre aquelas decisões de bloqueio. Embora legais, era uma medida desproporcional fazer esses pedidos. Desde então – é fato que essa nota foi em agosto do ano passado –, nunca mais houve decisões nesse sentido no Brasil. Isso diz respeito ao aspecto criminal, até porque a justificativa do projeto não fala da questão dos direitos autorais; fala da questão criminal realmente.

Então, não ocorreram essas decisões, justamente porque não ocorreram pedidos dos Ministérios Públicos.

Em consequência, no que se diz respeito a esse temor que há de eventuais decisões desproporcionais e tudo, acho que, a princípio, nós passamos um pouco dessa etapa.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Muito bem.

Primeiro, eu peço desculpas ao Thiago Tavares e ao Ygor Valério pela interrupção que nós fizemos em razão de atender ao pleito justo do Senador Pedro Chaves, que queria também participar dos nossos debates. Mas nós vamos dar continuidade, então.

Passo agora a palavra ao Sr. Thiago Tavares, Diretor-Presidente da SaferNet Brasil.

Muito obrigado pela presença, Thiago.

O SR. THIAGO TAVARES – Sou eu que agradeço. É uma honra. (*Fora do microfone*.)

Enquanto eles tentam encontrar os eslaides, eu quero dizer, Senador Airton Sandoval, da minha alegria, da minha satisfação em poder participar deste debate tão qualificado sobre um tema tão importante. Agradeço a V. Exª, autor do convite, por coordenar esta reunião.

Quero dizer que a SaferNet Brasil tem argumentos técnicos, argumentos jurídicos e argumentos de direitos fundamentais contra o bloqueio. Eu não vou me alongar nesses dez minutos que tenho, detalhando cada um deles, mas eu pretendo focar um pouco a minha apresentação trazendo algo da experiência internacional que tem sido implementada em outros países e os resultados dessas iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas, antes disso, eu gostaria de estabelecer duas premissas fundamentais.

A primeira delas vem da Sociologia. Émile Durkheim dizia: "Onde há sociedade, há crime." E, se há crime na internet, é porque a sociedade está presente nela. Não custa lembrar que, no Brasil, o Código Penal, a legislação extravagante tipifica mais de 600 condutas como crime. Aqui nós já percebemos, claramente, a primeira dificuldade com a redação atual do projeto ao não especificar quais dessas condutas, consideradas crimes no Brasil, seriam objeto de uma ordem de bloqueio. A Bia mencionou calúnia, injúria e difamação, mas existem várias outras condutas e vários outros crimes no Brasil, inclusive crimes eleitorais, que poderiam eventualmente ser enquadrados nessas ordens de bloqueio.

A segunda premissa o Prof. Demi Getschko já mencionou. Aliás, permita-me dizer, Senador, que ele omitiu uma informação importante. Ele é considerado o pai da internet no Brasil, é o cientista que conectou o Brasil à internet na década de 80. E o Prof. Demi Getschko mencionou aquele que é considerado o pai da internet mundial, Vint Cerf, que dizia que a internet é o espelho da sociedade.

Se não gostamos da imagem refletida no espelho, não adianta quebrar o espelho; nós precisamos transformar a sociedade.

E... Travou aqui? (*Pausa.*)

A tecnologia sempre nos causa surpresas. Bloquearam o acesso. Pronto, voltou.

Um outro dado para o qual eu gostaria de chamar a atenção é o fato de que o Brasil é um país profundamente marcado pela violência. Então, essa imagem refletida no espelho também trará os traços profundos da violência que marcam tão fortemente a sociedade brasileira.

Esse gráfico mostra o número de homicídios que acontece por ano no País: 59 mil pessoas são assassinadas por ano. Isso equivale ao número de homicídios praticados em todos aqueles países somados, e, é claro, muitos desses homicídios são ordenados e são comandados a partir de presídios. Aí eu fico me perguntando: se essas taxas de homicídio alarmantes e inaceitáveis persistem no Brasil por décadas – isso não surgiu agora nem surgiu com a internet; essas taxas alarmantes existem há muitas décadas – e se esses homicídios hoje, muitos deles, são ordenados a partir de presídios, por que, até hoje, nós não conseguimos impedir que os celulares entrem nos presídios? Parece-me que essa é a direção correta que esta Casa está trilhando. Esse é um projeto do Senador Lasier Martins, que foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e virá para a Comissão de Ciência e Tecnologia para ser apreciado. Ou seja, como bloquear o acesso a celulares nos presídios ou, pelo menos, impedir que os celulares entrem nos presídios?

Por fim, uma terceira premissa: a importância da educação. "É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los. O meio mais [...] [difícil], mas, ao mesmo tempo, mais [...] [eficiente] de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal é aperfeiçoar a educação". Isso vem do século XVIII.

E foi com esse objetivo que eu decidi, com outros colegas, há 12 anos, fundar uma organização não governamental, que é a SaferNet Brasil, que trabalha, há 11 anos, na defesa e promoção dos direitos humanos na internet no País. A gente acredita muito neste binômio de que liberdade e conhecimento proporcionam capacidade de boas escolhas. A gente entende que é importante educar a população para uma navegação livre, segura, ética e responsável, conscientizando o usuário também em relação à necessidade de denunciar os crimes que são praticados na rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são alguns números do canal de denúncias que nós criamos, há 12 anos. Temos muito orgulho de operá-lo em parceria com o Ministério Público Federal. Aproveito para cumprimentar a Drª Neide e o Dr. Vladimir Aras, que estão aqui e que são testemunhas desse trabalho conjunto, que é realizado há 12 anos no País. Nesse período, nós recebemos mais de 3,6 milhões de denúncias. Os números detalhados estão nesse *link* – eu deixarei a apresentação para que V. Exª e a assessoria possam se debruçar sobre eles.

Mesmo diante desses números, nós temos uma posição institucional, já de longa data, contra o bloqueio. Por quê? O que nós podemos aprender com a experiência internacional em relação a bloqueio de *websites*?

Eu trouxe essa referência, que é uma referência da Internet Society, que sistematiza as técnicas utilizadas para bloqueio de *websites*.

Foram mencionadas aqui duas, três técnicas, mas existem quase uma dezena e todas elas geram externalidades negativas e geram consequências, consequências indesejáveis, sejam consequências no aspecto de custos operacionais, existem técnicas que aumentam consideravelmente o custo operacional dos provedores de acesso de conexão, existem outras técnicas que violam e prejudicam a liberdade de expressão, existem outras técnicas que degradam a própria velocidade da conexão da internet, é o caso da técnica de *proxy*, quando você precisa implementar um mecanismo que precisa fazer verificação de *proxy* em listas de URLs, em listas de *sites* que devem ser bloqueados, isso degrada a velocidade da banda larga, que já é bastante sofrível em muitas regiões, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste do País e gera consequências, externalidades, inicialmente não previstas e não desejadas pelo legislador e também pelo próprio Poder Judiciário.

Uma dessas técnicas, que foi a técnica que eu mencionei em resposta à pergunta do Senador Pedro Chaves, é essa técnica de bloqueio de URLs, que foi implementada no Reino Unido em 2001, em parceria com a British Telecom, uma operadora de telecomunicações de lá. Esse estudo, que é da Universidade de Cambridge, de 2009, fez uma análise aprofundada sobre as formas de circunscrever esse bloqueio, as formas de contornar tecnicamente os mecanismos de bloqueio que foram implementados.

Estou falando aqui de um investimento feito pela British Telecom de mais de £10 milhões para poder desenvolver uma ferramenta para permitir o bloqueio de URLs, isso em 2001.

Esse estudo, desse professor da Universidade de Cambridge, está detalhado aqui nesse *paper*, explica e prova por A mais B, com todas as evidências, de que maneira isso se tornou ineficiente do ponto de vista daquilo que se pretendia, que era, em 2001, bloquear o acesso a imagens de abuso e exploração sexual de crianças.

Uma consequência indesejada do bloqueio no Reino Unido foi essa aqui, noticiada pelo *The Guardian*, que é um dos principais jornais ingleses, que resultou no bloqueio da enciclopédia Wikipédia. Por quê? Porque entendeu-se que uma foto de uma banda alemã, chamada Scorpions, da década de 70, a capa desse álbum é uma capa até hoje controversa, que essa foto violava a lei inglesa de proteção à infância. E essa URL, essa página, foi incluída na lista de bloqueio preparada pelo EWF, a pedido da Metropolitan Police, que é a famosa Scotland Yard.

Isso gerou uma consequência indesejada, que foi o bloqueio da enciclopédia inteira. Por quê? Porque a depender da técnica utilizada você não consegue bloquear só aquele arquivo, você acaba bloqueando a página inteira e, em uma página, por exemplo, em uma rede social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existem conteúdos lícitos, existem conteúdos ilícitos, existem conteúdos que precisam ser removidos, existem conteúdos que precisam ser mantidos.

A Bia mencionou o *site* Intervozes como um exemplo concreto de conteúdos que, às vezes, são removidos e deveriam estar lá.

Então, em resumo, essa tabela vai explicar e sistematizar os problemas encontrados em cada uma dessas técnicas e o tipo de externalidade negativa que isso causa. Não dá tempo de detalhar aqui, mas o estudo fica disponível para a assessoria desta Comissão.

Boas práticas internacionais.

Então, se o bloqueio, que começou a ser implementado no Reino Unido, em 2001, foi expandido para outros países europeus ao longo da primeira década desse século e, hoje, o Ygor mencionou a Diretiva europeia de 2001, e lá ela menciona, ela não determina o bloqueio, ela faculta, é uma faculdade de os estados-membros implementarem medidas adicionais, que incluem o bloqueio.

Essa Diretiva de 2001, eu trouxe o relatório mais recente da Comissão Europeia, publicado em dezembro do ano passado, vou disponibilizar a V. Exª, está sendo revista. O debate hoje na Europa está muito mais concentrado em boas práticas de remoção de conteúdo na origem e a Europa tem feito um esforço grande para aumentar a velocidade de remoção desses conteúdos ilícitos na sua origem, porque, aí, sim, há a possibilidade de efetivamente combater os ilícitos.

Então, em relação às boas práticas...

Travou de novo aqui.

Em relação às boas práticas, foi estabelecido, em 1999, um modelo de *hotlines*, de canais de denúncias relativos a crimes e violações aos direitos humanos, sobretudo crimes contra crianças e adolescentes.

Esse modelo, que surgiu na Europa em 1999, espalhou-se pelo mundo e hoje ele está replicado em 48 países. O Brasil participa desse esforço internacional através da SaferNet e do Ministério Público Federal e compartilha informações com esses países em relação a imagens de abuso e exploração sexual.

Eu trouxe essa foto apenas para homenagear a atuação do Ministério Público Federal, através do grupo que a Drª Neide coordena, na 2ª Câmara aqui da Procuradoria-Geral da República, que aponta uma direção clara de como questões complexas como essas podem ser endereçadas através do modelo e da cooperação multissetorial, que está, inclusive, amparada e prevista no art. 227 da Constituição Federal.

Esse é o mapa mais recente, publicado este ano, referente aos dados de 2016, no que se refere aos países que hospedam conteúdos que foram denunciados no ano passado e que continham provas efetivas, indícios concretos de imagens de abuso e exploração sexual de crianças.

Vejam que o Brasil responde por menos de 1% do conteúdo global que é denunciado no mundo inteiro. Os provedores, os *hosts* brasileiros respondem por menos de 1% dessas estatísticas. Há uma concentração maior nos Estados Unidos e na Holanda, onde há uma grande infraestrutura de *datacenters* que respondem por isso aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TAVARES – E aqui o esforço que tem sido feito para remover esses conteúdos na origem. E, aí, permita-me V. Exª apenas dois minutos para tentar concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Setenta e quatro por cento de todas as imagens de abuso e exploração sexual de crianças são removidas nas primeiras 72 horas.

Essa é estatística oficial do Inhope, que é essa iniciativa financiada e suportada, desde 1999, pela Comissão Europeia.

Essas imagens, uma vez denunciadas, são removidas nas primeiras 72 horas. Esse conteúdo, as provas desse crime, é importante lembrar, Senador, que nós estamos falando aqui de provas materiais de crimes, uma imagem de abuso e exploração sexual de crianças que está disponível na rede é a prova material de um crime. Qual crime? De estupro. O estupro que foi cometido contra uma criança. Essa prova material desse crime não pode ser ocultada, ela tem que ser apurada, investigada, para que se chegue ao produtor daquele conteúdo, ou seja, quem fotografou, quem filmou aquela criança sendo abusada e quem compartilhou esse conteúdo na rede.

Então, essa prova material desse crime não pode ser objeto de uma ocultação, não dá para dizer que em um crime grave como esse nós devemos pegar a prova do crime, a prova material do crime, e escondê-la, jogar para debaixo do tapete, essa não é a ideia. A ideia é a de que esse crime seja apurado, seja investigado e, nesse ponto, a internet pode ser, sobretudo, uma grande aliada, porque esse tipo de crime normalmente acontece entre quatro paredes e, antes da rede, esses criminosos não ficavam tão expostos, e quando eles passam a utilizar internet eles ficam expostos, acabam sendo denunciados e a partir daí inicia-se toda uma investigação, que é feita pelo Ministério Público e pela polícia.

Então, aqui há alguns dados que mostram o perfil dessas vítimas. Há uma questão de gênero muito forte, 83% das vítimas, dessas imagens, são meninas, e uma diferença fundamental entre o *host*, ou seja, a hospedagem do conteúdo *versus* produção, consumo e distribuição. O bloqueio só procura endereçar a questão do acesso, o acesso àquelas imagens, mas ele cria uma externalidade que dificulta a investigação de quem produz e a identificação das vítimas, não resolve a questão também do consumo porque essas imagens podem continuar sendo compartilhadas por outros meios como, por exemplo, através de VPNs, como mencionou o Prof. Demi.

Aqui uma prova concreta. Ao comparar esses dois mapas fica evidente que este mapa refere-se aos países que estão hospedando o conteúdo que foi denunciado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TAVARES – E esse mapa corresponde aos países de onde surgiram as conexões, ou seja, onde foi feito o *upload* do conteúdo, onde está o criminoso.

E quando nós comparamos os dois mapas, a gente percebe, claramente, que há uma diferença muito grande e o esforço feito de investigação em relação a esses autores desses crimes pode ficar prejudicado caso as provas materiais desses crimes sejam ocultadas.

Então, é essa mensagem final que eu trago, sobretudo a partir da experiência europeia, de que os crimes devem ser punidos, não escondidos, não ocultados, e que não adianta achar que esconder um problema vai, de alguma forma, ajudar a resolvê-lo.

Existem vários estudos europeus, existem muitas experiências internacionais nessa área, eu não vou mencionar o caso da Baleia Azul porque não há mais tempo, mas deixo aqui uns eslaides como contribuição para os debates desta Comissão.

Lembrando apenas que a Baleia Azul chegou ao Brasil através de uma notícia alarmista no dia 1º de abril, também conhecido como o Dia da Mentira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve, inicialmente, todo um debate se era uma notícia falsa ou verdadeira. Isso gerou uma repercussão muito grande na imprensa, ativou aquilo que os especialistas chamam de Efeito Werther, que é o efeito contágio, que leva à emulação de casos de suicídio por pessoas que já tentaram suicídio anteriormente. Foi feita uma série de recomendações, a própria SaferNet esteve ao longo do ano passado, deste ano, em quatro audiências públicas discutindo especificamente o tema da Baleia Azul.

E aqui eu concluo lembrando que esse debate ainda deixa externalidades, porque a Baleia Azul acabou resultando aí em vários projetos de lei que foram apresentados. O projeto hoje em discussão se justifica, traz na sua justificativa também o caso da Baleia Azul, mas esse não é o único. Existem mais de uma dezena de projetos tramitando tanto no Senado quanto na Câmara. Há, inclusive, uma CPI em curso aqui no Senado que teve origem a partir da repercussão do caso da Baleia Azul e esses casos precisam ser melhor discutidos para que a gente não venha a aprovar propostas legislativas que venham a violar direitos e que acabem gerando consequências que nós todos gostaríamos de evitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu que agradeço, Sr. Thiago Tavares, pela sua participação.

Vamos terminar então as nossas apresentações com a palavra do Sr. Ygor Valério, Vice-Presidente Jurídico e de Proteção a Conteúdos para a América Latina da Motion Picture Association (MPA).

Com a palavra o Sr. Ygor.

O SR. YGOR VALÉRIO – Bom dia a todos. Gostaria de iniciar fazendo o meu agradecimento ao Senador Airton Sandoval, pela iniciativa e agradecer pela honra do convite; também ao Senador Pedro Chaves e também ao Dr. Fabricio da Mota.

A ideia da minha apresentação, até porque o tempo é bastante exíguo, também não é ingressar nos meandros técnicos ou muito técnicos do tema, mas iniciar dizendo muito claramente que a indústria que eu represento apoia integralmente a inclusão de um mecanismo de bloqueio de aplicações na legislação brasileira.

O texto específico da inserção desse mecanismo de bloqueio acho que é salutar que seja objeto de debate. Acho que há aprimoramentos que podem ser feitos a qualquer proposta legislativa, mas gostaria de dizer e reforçar que a indústria do audiovisual apoia integralmente a inserção de um mecanismo de bloqueio na legislação.

Essa posição é defendida não só pela minha associação, pela MPA, mas eu trouxe uma lista aqui de associações que apoiam a inclusão de um mecanismo de bloqueio na legislação brasileira. Nomeadamente ABDA (Associação Brasileira de Direito Autoral); Abes (Associação Brasileira das Empresas de Software); Pró-Música; UBC, representada brilhantemente pelo Dr. Sydney Sanches; ABPITV; Ápice; Apro; BPG; ETCO; FNCP; Instituto Brasil Legal; MPA; Sicav; Ubem e União Brasileira de Vídeo e Games.

O interesse precípuo dessas associações e da minha, Senador, é a defesa dos direitos de autor, é a proteção à propriedade intelectual na internet.

Muito embora a justificativa do PL se dirija para outros tipos de crime e para outros tipos de ilícito, a *mens legis* fica na aprovação do projeto e depois o projeto se presta ou a lei se presta a proteger diversas situações concretas diferentes. No nosso caso específico, é a propriedade intelectual na rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que essas associações todas entendem que o mecanismo de bloqueio é indispensável na legislação brasileira? Amplamente utilizado no continente europeu, especialmente no Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal, entre outros, com base na Convenção Europeia de Direito Autorial de 2001/29-CE, especificamente o art. 83. Há casos latino-americanos aqui na Argentina, The Pirate Bay bloqueado na Argentina; dois casos no México, o caso Baca e caso My Music.

Há um interesse muito especial no bloqueio, Senador, porque o bloqueio é uma medida implementável exclusivamente dentro dos limites de uma única jurisdição. Em um contexto de internet extremamente internacionalizada, em que eu consigo, em uma questão de minutos, alugar um servidor fisicamente localizado em qualquer país da Europa com o meu cartão de crédito, que eu consigo monetizar o meu *site* por meio de uma rede de propagandas incorporada em Israel, em que o operador desse *site* pode residir em qualquer país do mundo, uma medida que possa ser implementada dentro dos limites do Território brasileiro exclusivamente é extremamente interessante do ponto de vista da preservação de direitos.

De novo, falo exclusivamente do ponto de vista da proteção da propriedade intelectual, mas acredito que esse benefício seria estendido a todo tipo de cometimento de ilícito na rede. Do ponto de vista de eficácia, um ponto inclusive bastante debatido e mencionado durante a audiência pública, há um estudo... Na verdade, há dois estudos da Universidade Carnegie Mellon, que é uma das mais importantes fontes acadêmicas do mundo, que analisou – e é especificamente na área de propriedade intelectual – o efeito do bloqueio de 53 *sites* realizados no Reino Unido.

Então, quais foram os resultados observados nessa pesquisa? Primeiro: redução de 90% no número de visitas aos *websites* bloqueados sem aumento nas visitas aos *sites* piratas não bloqueados. Eu menciono esse dado muito importante de 90%, Senador, porque eu concordo com os especialistas que mencionaram que a medida de bloqueio é contornável. Ela é contornável. Dificilmente haverá uma medida implementada na internet que não seja contornável. A questão é se ela é eficaz. Ou seja, a questão é se, apesar de haver um contorno à medida, se as pessoas efetivamente adotam essa medida de contorno para continuarem consumindo conteúdo ilegal.

E a resposta dessa pesquisa é que não. Apesar de haver esses mecanismos de contorno dos bloqueios, as pessoas não os utilizam porque não lhes é cômodo fazê-lo, não é? Além desse dado importante, a redução de 22% no volume de pirataria consumida pelos usuários dos *sites* bloqueados, 16% de redução no volume consumido em todo o país Reino Unido e aumento de 16% no consumo por meio de fontes lícitas de conteúdo.

Não há outro motivo para apoio à introdução de um mecanismo de bloqueio por essas entidades, que se dedicam principalmente à defesa de direitos intelectuais na rede.

E esses são os pontos mais cruciais que eu gostaria de mencionar. Dizer que essa medida, enquanto se discute uma potencial medida judicial que talvez exceda aos limites da ponderação adequada, enquanto se discute que talvez essa medida possa eventualmente trazer algum impacto negativo do ponto de vista de infraestrutura, argumento com o qual muitos especialistas não concordam. Quer dizer, enquanto se debatem essas possibilidades de futuro, o fato é a indústria de conteúdo sofre enormemente com a pirataria no País.

Uma indústria que, por exemplo, só no campo do audiovisual, gera meio milhão de empregos no País. Uma indústria que foi responsável em 2015 por 0,38% do PIB, maior do que a indústria de turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo que o aperfeiçoamento da legislação, do texto específico que vai introduzir essa medida de bloqueio é salutar, ele é absolutamente necessário. Mas entendemos, falando como indústria de conteúdo, que necessitamos da introdução desse mecanismo na legislação brasileira para trazer segurança jurídica ao combate à pirataria, em um contexto de internet em que é extremamente dificultoso implementar medidas de contenção no estrangeiro. Retirar um conteúdo hospedado em um país do leste europeu demora, é ineficaz, nem sequer funcione. Talvez funcione, na maioria das vezes simplesmente não funciona. Confiar em um trâmite judicial internacional que pode demorar anos a fio, enfim, as medidas de que dispomos hoje são absolutamente inadequadas para lidar com o contexto de internet que observamos hoje em dia.

Anotei alguns pontos para mencionar e que se relacionam especificamente à apresentação dos meus ilustres colegas que aqui me antecederam. Inicialmente, já mencionei, que não se confundam as discussões que cercam o tema jurídico do bloqueio do WhatsApp com o tema jurídico do bloqueio de aplicações que são estruturalmente ilícitas, aplicações dedicadas ao cometimento de crime. O WhatsApp, apesar de ser incidentalmente utilizado com fins ilícitos, como o é por exemplo o YouTube, como o é por exemplo o Facebook, apesar de incidentalmente serem utilizados para fins ilícitos, não são *sites* ilegais, não são aplicações dedicadas ao cometimento de crime.

Mas *websites* como esse, por exemplo, são absolutamente dedicados ao cometimento de crime. Por exemplo, filmes *on-line* grátis, The Pirate Filmes HD, por exemplo. Não me resta dúvida de que esse *site* é estruturalmente dedicado à violação de propriedade intelectual. Então, nesses casos, nós defendemos que o bloqueio é uma medida que, depois de ponderada, deve ser adotada por toda a eficácia que ela apresenta nos casos que a minha própria associação tem levado a cabo na União Europeia em diversos países: Reino Unido, França, Itália, Espanha, Portugal. Essa medida tem se mostrado uma medida bastante eficaz do ponto de vista da redução do consumo de conteúdo ilegal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. YGOR VALÉRIO – O.k., me encaminhando já para os demais pontos.

Do ponto de vista da preocupação com o respeito à liberdade de expressão, quero dizer que a preocupação com a liberdade de expressão é natural da indústria de produção de conteúdo. A indústria de produção de conteúdo não buscaria uma medida que, em si, contrariasse a liberdade de expressão.

Dizer que uma UBC, por exemplo, com seus setenta anos de história no País, defenderia uma medida que prejudica a liberdade de expressão dos compositores que ela representa, não faz sentido, não é essa a intenção.

E, do ponto de vista jurídico, observa-se que essa questão da liberdade de expressão foi realmente analisada fora do País, especialmente na União Europeia. Essa decisão, que muito bem mencionou o Carlos Affonso, aqui diz o seguinte: "À luz das considerações precedentes, há que se responder à terceira questão, que os direitos fundamentais consagrados pelo direito da União devem ser interpretados no sentido de que não se opõem aqui, através de uma injunção decretada por um juiz, que um fornecedor de acesso à internet seja proibido de facultar aos seus clientes o acesso a um sítio de internet."

Essa questão é importante, mas veja o que bloqueio não é uma medida arbitrária, partida do Poder Executivo, nem implementada isoladamente pelo provedor de internet. A medida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bloqueio é uma medida judicializada. A ponderação entre os direitos fundamentais, entre os conflitos de interesse presentes em uma causa que busca a obtenção de um bloqueio será levada a cabo pelo juiz da causa. Só o caso concreto, que traz elementos específicos, pode fornecer elementos para o juiz decidir se, naquele caso concreto, prevalece o direito à liberdade de acesso àquela informação, ou à liberdade de expressão de quem é detentor daquele *site,* ou se prevalece o direito à proteção da propriedade intelectual. São casos concretos, não há direitos absolutos na nossa Constituição. E é mais ou menos nesse sentido que essa decisão da corte europeia vai.

Se essa decisão tem sido discutida, certamente, o tema de bloqueio é discutido na Europa desde 2001, desde a edição da Diretiva 2001/29/CE, que garante as medidas de bloqueio por meio desse artigo.

Há discussão em torno do tema? Há. E, de novo, a discussão é absolutamente salutar. Evoluir para que essa medida seja a mais precisa possível para evitar abusos, para que essa medida seja a mais eficaz possível, sem desrespeitar nenhum outro tipo de direito fundamental garantido, é a intenção de quem se preocupa com o tema da propriedade intelectual.

Então, as discussões realmente existem, e é bom que o mecanismo seja submetido a todo tipo de escrutínio, para verificar sua eficácia, para verificar a sua legalidade, mas fato é: hoje é uma medida extremamente eficaz, do ponto de vista dos titulares de direito autoral na Europa, e é uma medida que, analisada à luz de sua ponderação em relação aos outros direitos fundamentais, entendeu-se na Europa que deve, sim, ser adotada e seguir sendo adotada por diversos países.

O outro ponto que eu gostaria de mencionar, para esclarecer. Quando a indústria de conteúdo, quando os criadores falam de bloqueio, os criadores não falam de bloqueio de URL. E aí eu concordo com o Thiago, que bloquear URL é caçar borboletas na internet. A URL é absolutamente impossível; agora, um *website*, com esse que eu mostrei, que concentra milhares... Não lembro de cabeça, mas aquele *website* específico, por exemplo, disponibiliza mais de 7 mil títulos ilegalmente. Ali, é uma obra brasileira. Esses dados são de outubro, mas, alguns dias depois de disponibilizados, já contavam com mais de 50 mil *downloads* por meio dessa página. Mais de 10 milhões de visitas recebidas só em julho de 2017.

Quando se fala de um *website* que concentra uma quantidade enorme de conteúdo, esse bloqueio é, sim, eficaz, ele é possível. O bloqueio de URL equivaleria a buscar-se um bloqueio individual de cada um desses títulos, pois não é isso que se busca; busca-se identificar os *websites* que são estruturalmente legais, que são precipuamente dedicados ao cometimento de ilícitos, para que esses, sim, sejam bloqueados.

O outro ponto que eu gostaria de mencionar é um ponto técnico-jurídico. Nós discordamos do entendimento esposado pelo ITS e, parece-me, mencionado pelo Intervozes, hoje de manhã, de que os mecanismos de bloqueio desrespeitam o Pacto de São José da Costa Rica. Faço menção, Carlos Affonso, ao ITS na sua manifestação nos autos da ADI e da ADPF no Supremo Tribunal Federal.

Discordamos desse entendimento pelo seguinte: eu menciono textualmente o Pacto de São José da Costa Rica. O artigo sobre o que se baseia para argumentar que o bloqueio viola o pacto, a liberdade de expressão garantida no pacto é o seguinte:

> Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

Reparem que, inicialmente, o artigo não menciona o uso de controles oficiais. O artigo menciona o abuso de controles oficiais. Ora, sabemos que o uso da radiofrequência no Brasil é regulado, por exemplo. Então, trata-se aí de um uso de controles oficiais. Abuso seria se, por exemplo, a determinação de outorga fosse baseada em um critério ideológico do legislador ou do regulador.

E a própria norma, o próprio Pacto de São José da Costa Rica traz uma norma de interpretação que diz o seguinte:

> Nenhuma disposição desta convenção pode ser interpretada no sentido de [...]: b) limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-Parte ou de acordo com outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados.

Então, salvo maior juízo e com todo o respeito à opinião dos meus extremamente preparados colegas, nós entendemos que não há nenhum tipo de conflito com a normativa internacional adotada pelo Brasil.

Termino a minha exposição, já além do tempo – peço desculpas –, dizendo que a menção trazida pelo Demi, que todos nós trabalhamos com a área de direito e internet – é um profissional extremamente respeitado –, de que a internet é um espelho da sociedade, e nós não devemos quebrar o espelho; nós devemos melhorar para, eventualmente, vermos ali, no espelho, uma imagem melhor. Eu concordo integralmente com essa metáfora, mas eu quero dizer o seguinte: quando nós nos olhamos no espelho hoje, aqui, do Brasil, nós vemos um país que pirateia sem limites, nós vemos um país que não dispõe de mecanismos eficazes para garantir o respeito à propriedade intelectual dos seus criadores.

Então, o mecanismo de bloqueio não é quebrar o espelho; o mecanismo de bloqueio é melhorar, melhorar-nos como sociedade, melhorar-nos como detentores de determinadas ferramentas jurídicas, que permitem a garantia de um dos direitos fundamentais da nossa Constituição, que é a propriedade intelectual.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Esta Presidência é que agradece a participação do nobre Sr. Ygor Valério.

Eu teria algumas questões que eu gostaria de formular para melhor eu me preparar para fazer um relatório, que eu tenho consciência de que não vai ser fácil, mas nós temos que, atendendo a posições que aqui foram apresentadas, buscar um caminho que possa solucionar a questão. Essa é a função primordial de quem vai legislar.

E eu gostaria de ter a liberdade, se eu precisar de alguma informação, tiver alguma dúvida, nesse período em que vou analisar tudo o que foi discutido aqui, de encaminhar alguma questão, alguma formulação, e gostaria que vocês me respondessem. E estou aberto a receber qualquer sugestão que considerem importante em razão do debate que nós tivemos aqui. Eu acho que é assim que vamos poder preparar um relatório que possa chegar na Comissão, ser aprovado e ser útil na nossa legislação, ser útil para o nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a presença de todos. Considero que essa discussão foi muito importante para esclarecer uma série de questões. Fiquei muito satisfeito por terem aceito o nosso convite para participar da nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, então, declaro encerrada esta reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos.

Muito obrigado!

(*Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Ivo Cassol, Cristovam Buarque, José Pimentel, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Paulo Paim, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Avaliação de Política Pública** destinada à apresentação do relatório, de autoria do Senador Jorge Viana, com conclusões acerca da Política Nacional de Banda Larga. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/77903

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Antes da análise do relatório de Avaliação de Políticas Públicas, farei um breve relato das atividades desempenhadas pela CCT na corrente Sessão Legislativa. No telão, será exposta uma apresentação com essas informações.

Quero agradecer a presença do meu prezado amigo e nobre Senador Omar Aziz, do Estado do Amazonas.

Ao longo deste ano, a CCT realizou, considerada a presente convocação, 39 reuniões, entre elas 23 deliberativas e 12 audiências públicas.

Foram objeto de deliberação deste Plenário 268 matérias, divididas da seguinte forma: 172 projetos de decreto legislativo, 4 projetos de lei da Câmara, 15 projetos de lei do Senado, 15 ofícios S, 32 requerimentos, 2 avisos e 28 apreciações preliminares de PDS e OFS pela apresentação de requerimentos de informação.

Encontram-se ainda em tramitação na CCT outras 124 proposições, entre elas 28 projetos de lei da Câmara e do Senado e 96 projetos de decreto legislativo que tratam de serviços de radiodifusão sonora e de som e imagens.

Senador Dário Berger, espero que o Orçamento possa ser viabilizado em tempo hábil com o Deputado Federal Cacá Leão.

Os principais projetos apreciados pela CCT foram: PLC 70, de 2014; o PLS 45, de 2014; o PLS 438, de 2013; o PLC 56, de 2015; o PLC 86, de 2015; o PLS 110, de 2017; o PLC 28, de 2011; o PLS 5, de 2017; o PLS 68, de 2010; o PLS 445, de 2016; o PLS 75, de 2014; o PLS 70, de 2017; o PLS 125, de 2017; o PLS 230, de 2017; o PLS 257, de 2017; o PLS 226, de 2016; o PLS 231, de 2017; o PLS 239, de 2017; o PLS 315, de 2017, complementar.

Acerca das audiências públicas realizadas pela CCT, cabe destacar os temas que foram aqui debatidos:

- Audiência pública com o Exmo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, a fim de apresentar as ações do Governo Federal na sua área de atuação;

- Audiência pública integrante da avaliação da Política Nacional de Banda Larga, destinada a debater assuntos da área de desenvolvimento tecnológico e inovação;

- Audiência pública destinada a debater a situação atual das rádios comunitárias no Brasil;

- Audiência pública integrante da avaliação da Política Nacional de Banda Larga destinada a debater notadamente à massificação do acesso, à qualidade e ao preço dos serviços de conexão;

- Audiência pública destinada a debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44%;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Audiência pública destinada a debater assuntos da Aeronáutica e discussão do Programa Espacial Brasileiro;

- Audiência pública conjunta com a CAS, CAE e CI destinada a instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Projeto em que se debateu aqui a questão do Uber e dos táxis e que já foi encaminhado para a Câmara Federal com algumas modificações que, em nossa opinião, melhoraram muito o projeto que veio da Câmara dos Deputados;

- Audiência pública conjunta com a CRE para debater a privatização do recém-lançado satélite geoestacionário brasileiro;

- 3ª Audiência pública integrante da avaliação de Política Nacional de Banda Larga destinada a debater a estratégia digital brasileira, notadamente no que tange ao Plano Nacional de Conectividade e o Plano Nacional de Internet das Coisas;

- Audiência pública para debater a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de circulação de cérebros;

- Audiência pública integrante de avaliação da Política Nacional de Banda Larga destinada a debater o tema: Tendências, desafios e obstáculos à internet 5G, a Internet das coisas e Inteligência Artificial;

- Audiência pública para instruir o PLS 169, de 2017, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime.

Após esse breve relato dos trabalhos da CCT ao longo do presente ano, adentrou no objeto central da reunião, que é a apresentação do relatório da avaliação de políticas públicas referente à Política Nacional de Banda Larga.

Passo, então, a palavra ao Senador Jorge Viana, que trabalhou intensamente para proferir hoje o seu relatório. E tenho absoluta certeza de que é do interesse do Senador Jorge Viana e de todos nós que a expansão da banda larga possa acontecer em nosso País.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para proferir parecer.) – Caro Presidente, colegas Senadores, Senador Omar Aziz, Senador Dário Berger, queria cumprimentar a todos que trabalham aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia e a todos que nos acompanham nesta sessão.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Otto por ter marcado para hoje, tendo em vista o compromisso que eu tinha no Estado, e a deferência de V. Exª em trazer a reunião para hoje, permitindo-me fazer a leitura desse relatório, que é resultado de um trabalho, não digo silencioso, porque foram, como bem colocou V. Exª, muitas audiências públicas, dezenas e dezenas de convidados que se manifestaram ao longo deste ano, e eu sei que V. Exª priorizou, Senador Otto, que trabalhássemos esta avaliação da Política de Banda Larga no Brasil. Ou seja, nós estamos falando de fazer uma avaliação da qualidade da internet no Brasil, nós estamos falando de ver se o Brasil está avançando, se está ficando para trás, se está sendo protagonista ou não nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo ouvi, durante audiências, que nós estamos tratando aqui da, talvez, mais importante infraestrutura que uma sociedade, que um País precisa ter nos tempos modernos. É disso que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática está tratando.

Então, para mim, foi um privilégio, eu aprendi bastante e acho que o documento que fiz é bem denso, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer à Consultoria do Senado, à minha assessoria, na pessoa da Elisângela, e, também, aos Consultores do Senado que nos ajudaram, da Comissão que nos ajudaram, a realizar as audiências e a produzir esse relatório.

Nós não estamos falando de qualquer coisa; nós estamos em uma nova era. Todos nós acompanhamos, ao longo de dezenas de décadas, a humanidade vivendo a fase agrícola; depois, também ao longo de dezenas de décadas, vivendo a parte da revolução industrial; e, mais recentemente, vivemos a revolução da tecnologia. Contudo, agora, nós estamos entrando em uma era nova, no desconhecido. Nós não estamos mais falando da internet convencionalmente conhecida, nós estamos falando da internet das coisas, da era 5G, que já chegou.

E, dentro deste princípio, para o exercício de 2017, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática selecionou os programas do Poder Executivo relacionados à conexão da internet em banda larga.

Tais programas foram escolhidos sob a perspectiva dos desafios impostos pela transição tecnológica em curso, como eu me referi ainda há pouco, notadamente com a padronização da banda larga móvel para as conexões de quinta geração (5G) e da chamada internet das coisas.

É disso que nós estamos tratando e talvez vai ficar, Senador Otto, marcada a passagem de V. Exª na Comissão por termos escolhido exatamente esse tema para fazermos a avaliação.

Todos nós estamos reféns dessa nova tecnologia, ela vem para modificar, vai fazer desaparecer dezenas de profissões, vai trazer outras dezenas de profissões que não conhecemos hoje, mais da metade das crianças que estão estudando hoje, mais da metade das nossas crianças, filhos, netos, parentes, conhecidos, desconhecidos, mais da metade delas vão trabalhar em profissões que não conhecemos hoje, que não existem hoje, por conta dessa era nova das conexões de quinta geração que estão vindo. Não é uma previsão, é uma constatação, é uma realidade, daí a importância desse trabalho.

Apesar das perspectivas o País corre o risco, o nosso País, de perder o bonde da história por conta da precariedade de suas políticas públicas, atingidas por severos cortes em investimentos públicos, tendo em vista a opção do atual Governo em promover restrições sistemáticas no orçamento que comprometem o futuro e ameaçam jogar o Brasil de volta no passado.

Eu falo isso porque sou testemunha do esforço de V. Exª, do Ministro de Ciência e Tecnologia, eu quero fazer esse reconhecimento, do Presidente da Comissão, Senador Dário Berger, de que estamos fazendo juntos para tentar suprir um gravíssimo problema que afeta a comunidade científica do nosso País, o corte no orçamento da ciência, tecnologia e inovação. O corte é brutal, não há nenhum futuro para o Brasil se esse corte for efetivado. Fizemos reuniões no Ministério, fizemos reuniões, graças à, também, compreensão do Senador Dário Berger, que é o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, da qual faço parte, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

buscando, e espero que encontremos, porque a Academia Brasileira de Ciências, o Presidente, em uma das reuniões, das audiências que fizemos, deixou claro. É como se fosse uma bomba atômica na área da ciência, tecnologia e inovação no Brasil esse corte de orçamento que foi feito.

Espero que tenhamos sucesso nessa empreitada. Então, eu nada mais faço do que um registro porque um corte, uma régua que passa cortando todos os setores públicos não é justo porque nenhum país, nenhum segmento público pode ter um corte dessa maneira. Porque são, tem áreas diferentes, que precisam de decisões políticas diferentes e prioridades diferentes.

Sou favorável a otimizar os gastos públicos. Sou favorável a diminuir despesas públicas em vários setores, mas, ao mesmo tempo em que faço isso, temos que apostar e também ser favorável ao aumento de gastos públicos em setores estratégicos como o da ciência e tecnologia.

Nesse caso, o Brasil nem mesmo busca manter aquilo que nós tínhamos de orçamento, que já era precário. Vejam só, a Argentina tem investimento na área de satélites R$1,100 bilhão por ano; a Índia tem mais de R$1 bilhão de investimentos por ano. No Brasil, são R$100 milhões e esses R$100 milhões estão comprometidos. Os dois satélites que deveríamos lançar estão comprometidos, podem não ser lançados. Angra dos Reis pode parar de funcionar por falta da produção de combustível, das pastilhas de combustíveis.

E aí, nós estamos falando de um verdadeiro desastre nessa área. Por isso que o meu relatório traz essa posição e queria aqui dizer, nesse resumo da apresentação, os esforços empreendidos para modernizar a infraestrutura de redes do País, como o Plano Nacional de Banda Larga e os incentivos à massificação do acesso às redes móveis de terceira e quarta geração (3G e 4G) tiveram resultados abaixo da expectativa, abaixo da expectativa. Apenas 1.814 Municípios, Sr. Presidente, 33% dos mais de 5.500 Municípios brasileiros são atendidos com redes 4G. E nós já estamos entrando na era 5G na internet das coisas.

Outros 575 Municípios sequer são atendidos com a tecnologia 3G. Então, nós estamos falando de 10% dos Municípios do Brasil não chegaram nem na tecnologia de terceira geração e nós estamos diante da tecnologia de quinta geração. Esses são os resultados da avaliação que nós fizemos acertadamente na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Otto Alencar, para alertar a sociedade brasileira, alertar o Governo e o Congresso Nacional que nós temos que mudar essa realidade porque, senão, vamos estar empurrando o Brasil para trás e levando junto a sociedade brasileira.

Daí por que o Brasil precisa implementar ações e medidas legislativas conectadas com o futuro que se aproxima, para não perder sua posição no mundo. V. Exª, como eu, defende esse setor porque sabe que esse setor é um setor que arrecada, tem fundos, tem recursos, que hoje estão sendo usados apenas para fazer superávit primário.

V. Exª tem iniciativas concretas, Senador Otto. Nós assinamos embaixo, eu também tenho no sentido de pegar uma parte só desses recursos, que já chegaram a alcançar R$10 bilhões por ano de arrecadação. Agora, são perto alguns deles de R$4 bilhões. Pegando uma parte, nós podemos universalizar o acesso à internet pelo menos de quarta geração para os Municípios brasileiros, nós podemos fazer com que o Brasil possa ter uma melhor infraestrutura de interatividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A internet das coisas (IoT) promete conectar objetos eletrônicos à rede mundial de computadores. A aproximação dos objetos físicos ao sistema de informação potencializa o aparecimento de aplicações inovadoras e de novos modelos de negócios, que mudarão de forma ainda mais radical a vida das pessoas, os processos de trabalho e a base industrial e de serviços. É disso que nós estamos falando. Todos os serviços, toda a base industrial e até a vida das pessoas serão mudados com essa nova tecnologia.

Para desenvolver a internet das coisas, serão necessários inúmeros dispositivos inteligentes com capacidade de se conectar e de interagir com outros objetos e com o ambiente. Especialistas estimam que, até 2020, não estou falando daqui a muitos anos, daqui a dois anos, 2020, 50 bilhões de dispositivos estarão conectados. Por conta disso, a internet móvel 4G não suportará tal demanda, o que vem resultando numa corrida frenética em todo o mundo pela internet 5G. Então, não há nenhuma possibilidade de a geração 4G absorver essa demanda nos próximos dois anos. Daí a necessidade de se implementar, de se implantar a internet 5G.

Conforme definido pela União Internacional de Telecomunicações, a velocidade média das redes 5G – presta atenção quem está nos acompanhando pela Rádio e TV Senado – deve ser de 100 megabits por segundo e elas deverão ter capacidade para conectar cerca de um milhão de aparelhos que seguem o conceito de internet das coisas em uma área de um quilômetro quadrado. Um milhão de objetos conectados em uma área de um quilômetro quadrado.

Para dimensionar o problema, deve-se ter em mente que a velocidade média das conexões móveis no Brasil hoje é de 8,2 megabits. Então, é uma situação de sair de oito para cem e isso diante de uma precariedade de investimento, de corte de investimentos.

A inteligência artificial, que é um outro aspecto que gostaria de ressaltar, por sua vez, quando aplicada à internet das coisas, possibilita que as empresas inovem seus sistemas de gestão e otimizem o desenvolvimento de seus produtos. Dispositivos baseados nessas tecnologias assumirão cada vez mais as ações humanas.

Então, estamos falando da substituição do homem pela máquina, estamos falando de operações serem feitas a distância e por máquina. Isso para falar de algo muito sensível, V. Exª é um médico, imagine operações acontecendo, feitas a partir dos Estados Unidos em cidades brasileiras ou feitas a partir de cidades brasileiras nos Estados Unidos. É disso que estamos falando. Vamos ter que ter um novo padrão ético, vamos estabelecer um novo padrão de regras para poder lidar com essas novas tecnologias.

Segundo estudo conduzido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que embasará o Plano Nacional de Internet das Coisas, a ser lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações, há quatro áreas em que o Brasil poderá se beneficiar: a área rural, com ganho de produtividade de até 49%, incrementando as receitas de US$5 bilhões a US$21 bilhões com essas novas tecnologias; a indústria, até 40% mais produtiva, com ganhos entre US$11 bilhões e US$45 bilhões; o setor de saúde, com queda de 40% nos custos de administração de equipamentos, gerando benefícios de até US$40 bilhões; no segmento urbano, gerando valores entre US$13 bilhões e US$27 bilhões, com redução de 15% dos acidentes no trânsito, por exemplo. É disso que nós estamos falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu não queria, Sr. Presidente, entrar em detalhes do relatório, e passaria, então, depois dessa brevíssima introdução, para fazer a leitura da conclusão do relatório. É um relatório muito denso, traz a memória das audiências públicas que fizemos, mas acho que aqui posso fazer uma apresentação bastante resumida e objetiva, para que tenhamos, em pouco espaço de tempo, a conclusão desse trabalho.

A internet deu início a uma nova era, mudando, de forma radical a forma como vivemos. E, Sr. Presidente, eu realmente vou fazer um resumo do trabalho na conclusão, porque eu fiz essa apresentação que vai agilizar os trabalhos da Comissão hoje.

A internet deu início a uma nova era, repito, mudando, de forma radical, a forma como vivemos, trabalhamos e produzimos. O mundo vive plenamente a era da informação digital. Redes de alta velocidade, arquiteturas abertas e máquinas inteligentes criaram níveis de mudança tecnológica não vistos desde a primeira revolução industrial. Especialistas apontam que essa revolução pode gerar um efeito muito grande na competitividade e no crescimento econômico dos países.

Falei ainda há pouco nas quatro mudanças que o BNDES prevê: na área da saúde, na área da agricultura, na área da indústria e dos serviços, com muitos ganhos, mas também pondo fim a uma série de milhares de atividades que conhecemos hoje. Estou falando isso para os próximos três, quatro, cinco anos.

Como mencionado, o estudo que subsidia a formulação do Plano Nacional de Internet das Coisas estima que até 2025, ou seja, daqui a sete anos, as novas tecnologias impactarão a economia global em até 11% do Produto Interno Bruto do mundo, do planeta. Em sete anos podemos ter isso. É algo que é difícil de imaginar que aconteça, mas a previsão dos especialistas é de que acontecerá.

O Brasil não pode deixar escapar a oportunidade de assumir o protagonismo no desenvolvimento desse mundo cada vez mais digitalizado. Portanto, é fundamental que a incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação passe a ocupar o foco da estratégia do Estado brasileiro.

É preciso encarar os gargalos que hoje atrasam a entrada do Brasil nessa nova era, notadamente na implantação da infraestrutura de alta capacidade em todas as regiões brasileiras e a massificação do acesso aos serviços de conexão em banda larga, com qualidade adequada e preço acessível a todos os cidadãos. São, pelo menos, três coisas: ter qualidade, estar universalizado e ter um preço justo. Esta seria a base do que deveria ser a política de internet de qualidade do Brasil: chegar a todos os brasileiros com qualidade e com preço justo, bem diferente do que vivemos hoje. Não está universalizada, o preço é injusto e a qualidade é sofrível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E a carga tributária altíssima.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E o Governo entendeu que esse setor é uma espécie de doador de recursos para outros segmentos da sociedade, quando o mundo usa esse setor para garantir seus próprios investimentos e, com isso, ganhar competitividade.

Então, é uma política... Trata-se o segmento como se trata bebida e cigarro no Brasil. Eu faço esse paralelo: cigarro e bebida têm altíssima carga tributária por conta dos males que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causam, por conta de serem supérfluos. O Brasil trata exatamente igual a cigarro e bebida a área de telecomunicação, e isso é um desastre e isso está...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Uma área estratégica como se fosse uma coisa desnecessária.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Uma opção de consumo. Não, não se trata de uma opção de consumo; é uma questão estratégica para a sociedade, para o povo. Nisso V. Exª tem toda a razão.

É preciso, portanto, a avaliação das políticas públicas em curso. O objeto do trabalho desenvolvido no ano de 2017 por esta nossa Comissão do Senado Federal configura-se como instrumento valioso para a identificação dos problemas e a busca de soluções viáveis.

O meu relatório é bem objetivo nesse sentido, é no sentido de colaborar, não importa quem esteja no Governo. É pensar o Estado brasileiro. Este relatório apresentou diagnóstico sobre o atual estágio das políticas públicas em implementação pelo Executivo, com o objetivo de massificar o acesso à conexão em banda larga no País, ou seja, a internet de qualidade no Brasil. Entre outros pontos, detalhou o quadro normativo que rege o serviço de telecomunicação que prevê esse acesso. Descreveu iniciativas parlamentares em tramitação no Congresso que tratam da matéria, bem como as discussões travadas nesta Comissão, além de traçar as perspectivas que o novo cenário tecnológico poderá proporcionar ao desenvolvimento nacional.

A primeira conclusão – e apresento aqui – é de que os projetos em andamento, como a Amazônia Conectada, Xingu Conectado, programa Cidades Inteligentes têm apresentado resultados modestos, muito aquém dos originalmente previstos. Essa é uma conclusão importante, ou seja, o que temos de projetos importantes estão bem atrasados, e os resultados retardados.

Da mesma forma, os dois eixos de nova política pública para massificação de acesso à internet em banda larga, que deveriam substituir o Plano Nacional de Banda Larga, ainda estão em fase de definição. Tanto o Plano Nacional de Conectividade quanto o Plano Nacional de Internet das Coisas, em que pesem os anúncios feitos pelo Governo no início deste ano, ainda não foram realizados, atrasando sobremaneira sua necessária implementação.

Apesar dos esforços 36 milhões de domicílios, 36,7 milhões de domicílios brasileiros ainda não têm acesso à internet. Estamos falando de 36,7 milhões de casas, de residências de brasileiros, não têm acesso à internet. Apenas 369 dos nossos Municípios se conectam à internet com velocidade média igual ou superior a 10 megabytes – apenas 369 dos 5.575 Municípios brasileiros têm uma internet com velocidade de 10 megabytes. A internet 4G está presente apenas em 40% das linhas móveis do País – 4G.

É importante notar que essas dificuldades estão relacionadas aos severos cortes orçamentários que o atual Governo tem sistematicamente promovido nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação. Tais cortes vão comprometer indiscutivelmente o desenvolvimento tecnológico nas áreas de telecomunicação, com risco de retrocesso através de políticas públicas dos Estados.

O orçamento – e aqui faço uma referência – do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação, originalmente de R$5 bilhões, acaba o ano com R$3,2 bilhões, descontadas as despesas obrigatórias. Não é possível que o Governo insista em tratar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empenho de recursos nessa área como despesa ou, pior, como supérfluo, como V. Exª pôs ainda há pouco, Senador Otto Alencar. Gastos com ciência, tecnologia e comunicação são investimentos, investimentos em progresso, em futuro.

Como Relator do orçamento vinculado à ciência e tecnologia, tenho trabalhado para encontrar saídas em ampliem os recursos públicos destinados ao setor, mas devo ressaltar que nós somos limitados pelo Regimento Comum, da Câmara e do Senado, a fazer qualquer alteração. Eu não posso alterar o valor do orçamento para ciência, tecnologia e inovação. Não é uma desculpa, não é uma justificativa, é uma constatação. Eu espero que haja compreensão, inclusive do esforço que estamos fazendo, como relatei ainda há pouco, que inclui V. Exª, que é Presidente desta Comissão.

Assim, no âmbito do Poder Legislativo, temos nos debruçado sobre essa questão e buscado incessantemente avançar na tramitação das principais iniciativas que visam a modernização do arcabouço legal que rege o setor. Nesse contexto, consideramos inadmissível ainda não termos discutido com a devida atenção. E aí conversamos semana passada com V. Exª, ou há alguns dias, e foi deliberado o PLC 79, de 2016, de que V. Exª foi Relator aqui.

Não tem justificativa nós não termos o Novo Marco das Telecomunicações no Brasil. Nós estamos na era analógica; não chegamos nem à era digital, está vindo Internet das Coisas, inteligência artificial, e o Congresso está terminando um ano, o Senado, e não aprecia o PLC 79, e isso é uma ação que beira ao crime, porque o prejuízo, os danos ao País, isso é indiscutível, e eu sei do esforço de V. Exª. Eu também procurei ajudar, que fizemos... Mas, lamentavelmente, nós estamos vivendo esses tempos difíceis.

O novo Marco Legal das Telecomunicações, que visa fundamentalmente priorizar os investimentos nos serviços de conexão de internet de qualidade em substituição ao obsoleto serviço de telefonia fixa. É tão somente isso. Podíamos até tirar algumas questões que são polêmicas, mas nós estamos na era do orelhão, quando o cidadão quer a internet. É disso que nós estamos tratando. O PLC 79 tira o País da era do orelhão, que tem que ser mantido às custas dos brasileiros, altíssimos gastos, milhares de orelhões que não funcionam...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador, são 982 mil orelhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim; 982 mil orelhões que já não têm uso. Eu estou inclusive com um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem funcionar a grande parte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E, quando eles não estão funcionando, a Anatel é obrigada a ir lá, multar as empresas por não estarem dando manutenção em algo que o povo não usa, e aí nós temos um gasto, um verdadeiro assalto em uma área que precisa tanto de recurso para investimentos.

Eu apresentei um projeto, junto com outros que estão tramitando, para que se possa desativar orelhões que durante um mês não tenham sido usados uma única vez. Nós vamos desativar milhares de orelhões se adotarmos essa regra, mas o certo seria apreciarmos o PLC 79. Talvez esse seja o aspecto mais importante do meu relatório. Sem o Novo Marco Legal das Telecomunicações, nós não vamos caminhar para a frente; com certeza vamos caminhar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trás. A inserção de temas diversos durante a tramitação na Câmara dos Deputados, quer dizer, que dispersou, de certa forma, o foco, de certa forma, colaborou para alguns impasses que temos sobre essa matéria, bem como a discordância sobre o passo de sua deliberação no Senado prejudicou o debate, impedindo a aprovação da matéria no ano de 2017.

Mas é chegado o momento da concertação. Precisamos superar as divergências, discutir em profundidade as alterações que a matéria se propõe a promover e deliberar sobre o PLC 79, de 2016, nesta Casa, aprovando o que merece ser aprovado e suprimindo o que, eventualmente, não for adequado ao desenvolvimento do setor e ao interesse do país. Simples assim!

Portanto, esse debate deve ser promovido com transparência, com diversidade de pontos de vista e, sobretudo, com foco em três aspectos centrais: a massificação efetiva do acesso à Internet, a qualidade dos serviços e o preço justo para o consumidor. É isso que ofereço nesse relatório.

Devemos levar em conta ainda que a aprovação do PLC 79, de 2016, deve ter como objetivo a solução dos problemas pontuais e imediatos.

Aqui, referimo-nos especificamente ao processo de recuperação judicial da OI, a maior concessionária de telefonia fixa do Brasil, que presta esse serviço em 26 Unidades da Federação e conta com mais de 70 milhões de usuários.

A solução para a dívida de R$65 bilhões contraída pela empresa deve ser encontrada e a participação do Governo, por tratar-se de uma concessionária de serviço público, prestado em regime público, é obrigatória. Entretanto, mesmo com consequências diretas, a equação do problema não pode depender de qualquer alteração legislativa. Sobre essa questão entendemos que uma alternativa possível deveria ser encontrada no próprio mercado brasileiro pelas empresas que aqui já estão estabelecidas, conhecedoras da realidade nacional e das regras em vigor.

Devemos ainda aprovar o PLS 427, de 2014, que tem o condão de resolver a destinação dos recursos do Fust. Isso é fundamental, como falava ainda a pouco. Por isso, a contribuição arrecadada poderá ser revertida em serviços prestados em regime privado, como as conexões de Banda Larga fixa e móvel, mitigando os problemas de investimentos públicos em infraestrutura de alta capacidade.

Como já destacado no presente relatório, segundo o TCU, menos de zero – veja o número, Senador e Presidente Otto Alencar – segundo dados do TCU, menos de 0,002% dos R$20 bilhões arrecadados pelo Fust, desde 2001, foram efetivamente aplicados para a universalização dos serviços de telecomunicação.

Então, vou repetir, porque isso fica nos Anais. O Tribunal de Contas da União afirma que menos de 0,002% dos R$20,5 bilhões arrecadados pelo Fust, desde 2001 – então isso passa por governos inclusive nossos e pelo Governo agora que faço partidariamente oposição –, foram efetivamente aplicados para a universalização dos serviços de telecomunicação, quer dizer, o Fust foi criado para isso, mas sequer 0,5%, 1%, nada disso.

É algo criminoso! Não há outro termo para adotarmos, e o Brasil precisa mudar isso.

Outra matéria importante, o PLS 330, de 2013, que, assim que aprovado, estabelecerá o marco legal da proteção dos dados pessoais. Isso é fundamental na era 5G, na Internet das Coisas, na inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessas iniciativas legislativas, seria de fundamental importância a inclusão, no bojo das discussões da reforma tributária, a desoneração dos serviços de telecomunicações.

Estou fazendo um relatório que leva em conta todos esses debates que fizemos. V. Exª levantou essa questão e eu estava confirmando. Então, estou propondo que façamos aqui uma desoneração. Obviamente que isso sendo transferido, ao invés de ir fazer caixa na União para superávit, ir obrigatoriamente para investimentos e ampliação do acesso da população brasileira a essa infraestrutura tão necessária.

Os tributos representam de 30% a 40% na conta paga pelo brasileiro pelos serviços de telecomunicação. Por isso que comparo a serviços supérfluos como bebida e cigarros, que têm uma tributação maior até do que isso, mas nesse rumo, bem acima da média mundial, que não ultrapassa 20%. Então, temos o dobro de tributação no Brasil. Certamente isso se reflete em tudo que estou fazendo referência.

Não é possível que a telefonia e o acesso à Internet, absolutamente inseridos na vida do cidadão para suas atividades mais rotineiras, continuem a ser tributados nos níveis do cigarro e da bebida alcoólica.

Aprovado esse conjunto de medidas, o Parlamento brasileiro dará uma decisiva contribuição para a implementação das políticas públicas setoriais, garantindo a todos os agentes envolvidos a devida segurança jurídica.

Outros três pontos merecem nossa atenção.

O primeiro diz respeito ao modelo de comercialização da alegada capacidade excedente do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação.

V. Exª e eu fizemos aqui uma audiência pública – V. Exª também se preocupou –, conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas não sei se V. Exª sabe que a licitação do governo deu deserta, não apareceu ninguém interessado em adquirir 70% do único satélite geoestacionário que o Brasil tem, que é vinculado, está diretamente conectado para ampliar o acesso dos brasileiros à Internet, à telecomunicação, especialmente no Norte e Nordeste.

O lamentável foi ouvir de um dirigente da Telebras: "não, o Brasil tem excedente nessa área de infraestrutura de telecomunicações". Nós só temos esse satélite! A Índia lança dez, quinze, satélites todo ano. Estamos com a previsão de lançar dois pequenos satélites no ano que vem e eles já estão adiados por conta dos cortes do orçamento da ciência e tecnologia.

Então, essa é uma situação gravíssima. E, claramente, nas audiências que eu fiz, nas propostas que fiz, ficou evidente que o que o Governo tem é falta de dinheiro para implantar as estações de recepção em terra, na Amazônia, no Nordeste. Não tendo dinheiro, está passando para a iniciativa privada, para que a iniciativa privada faça os investimentos nas estações de recepção, mas aí também já não vamos poder fazer uso exclusivo para educação, para saúde, para serviços públicos desse satélite geoestacionário.

É essa a realidade. E as empresas, que já têm seus satélites, resolveram não contratar mais um e a licitação terminou que deu deserta no mês passado.

Conforme destacado nas audiências, promovidas por essa comissão, já me referi aqui ao satélite, ele, de fato, é um instrumento que precisa ser utilizado para que recuperemos esse terreno perdido, nas políticas de Internet de qualidade no Brasil e telecomunicação. Assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer sessão de capacidade à iniciativa privada deve estar condicionada ao expresso atendimento das políticas públicas de massificação das conexões de Banda Larga.

É isso que aponto no relatório. Tudo bem se for esse o caminho; mas que fique vinculado diretamente a cumprir as políticas públicas que estabelecemos em lei.

O segundo ponto trata da celebração dos chamados termos de ajustamento de conduta entre as concessionárias e a Anatel, de forma a transformar os valores das multas devidas pelas empresas em investimentos em rede de alta capacidade imprescindíveis para a massificação com qualidade das conexões de banda larga. Essa é mais uma fonte fundamental de financiamento, que com o aval do Tribunal de Contas da União, pode alavancar os recursos necessários a um incremento do serviço de acesso à internet.

Destacamos ainda, no último aspecto, o necessário fortalecimento da Anatel, com a modernização e a regulação vigente, a aplicação das fiscalizações e o adequado atendimento às demandas dos consumidores dos serviços.

No meio de tanta notícia ruim, temos uma boa: a Anatel estava absolutamente sem orçamento, sem recursos. A partir de uma decisão do próprio Tribunal de Contas da União, que exige o recurso necessário para a Anatel fiscalizar, acompanhar, defender o consumidor, V. Exª estava na reunião, nós conseguimos, é bom que se diga, com o Dr. Juarez Quadros, que é o Diretor-Presidente da Anatel, nós conseguimos garantir recursos em 2018 – e é a única exceção que há até aqui, por exemplo, para 2018 – maiores do que para 2017, e assim a Anatel certamente vai poder cumprir o seu papel de agência, de defender os interesses dos consumidores, fazer uma maior fiscalização e com isso ajudar para que esses programas possam acontecer.

A agência tem sofrido anualmente com os contingenciamentos dos recursos do orçamento a ela destinados. Em 2017 foram 159 milhões previstos para o seu funcionamento. Estima-se a realização de apenas 98 milhões. Mas já descrevi – e aí vou até passar um pouco adiante – que nós conseguimos contornar esse problema em relação à Anatel.

O mais grave dessa situação de penúria é que há recursos de sobra para financiar as atividades da Anatel, já que deveriam ser custeadas com a contribuição paga pelas empresas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Aí eu me refiro ao Fistel, que é o outro fundo. Segundo recente auditoria realizada pelo TCU – de novo recorro ao TCU –, dos cerca de – veja, Sr. Presidente, aqui são mais alarmantes os números, mais alarmantes. Segundo recente auditoria realizada pelo TCU, dos cerca de 85 bilhões arrecadados pelo Fistel de 1997 a 2016 – vejam só, vou repetir –, 85 bilhões arrecadados entre 1997 e 2016, apenas 3,7 bilhões, ou aproximadamente 4% do total dos recursos foram aplicados em sua destinação de origem.

Este País não vai a lugar nenhum tratando as telecomunicações, a área de ciência e tecnologia dessa maneira. Aqui estão os recursos que podem financiar a ciência e a tecnologia, podem financiar a Anatel, podem financiar a universalização da internet de qualidade para todos os brasileiros. Estão aqui. Basta uma decisão política, de um governo que tenha, não é nem sensibilidade, tenha inteligência política, tenha uma boa capacidade de gestão, para fazer com que esses problemas deixem de existir.

Ainda de acordo com a referida auditoria, o Tesouro Nacional utilizou em torno de 23 bilhões de recursos do fundo em outras atividades não relacionadas à fiscalização dos serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de telecomunicações. Entre elas, o pagamento de benefícios previdenciários, a promoção de assistência social. E mais grave: não foi possível mapear a destinação de mais de 41 bilhões dos recursos aplicados e que representam 52% do montante arrecadado. É óbvio que um fundo como esse daria para ajudar o País a enfrentar os problemas sociais, a investir em áreas prioritárias, desde que se garantissem os recursos necessários para o setor, que a lei estabelece.

Eu vou concluir, Sr. Presidente. É apenas uma última meia página.

Essa situação precisa ser enfrentada de maneira urgente. E faremos o possível para, dentro do Parlamento, equacioná-la.

Por fim ressaltamos a extrema relevância das ações de avaliação de políticas públicas que vêm sendo realizadas pelo Senado Federal, especialmente nesta Comissão. Os efeitos dessas atividades vão muito além daqueles que tipicamente se obtêm em ações de avaliação, os quais em si já indispensáveis. Em nossa avaliação, ainda mais importantes são os efeitos da verdadeira aproximação entre o Parlamento e a população, que se fez representar, em seus mais diversos segmentos, nas audiências públicas realizadas. Isso permite a construção participativa das soluções do Legislativo e com base em experiências de especialistas em dados objetivos, tornando o processo mais transparente, mais confiável e fazendo com que traga ao fim resultados melhores para todos os brasileiros.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que esse relatório que eu apresento aqui na Comissão será parte de discursos que vou desdobrar no plenário da Casa para constar nos *Anais* do plenário da Casa, para funcionar como denúncia. Mais do que denúncia, funcionar como informação. Mais do que denúncia e informação, funcionar como um caminho que nós da Comissão de Ciência e Tecnologia estamos apontando para o Brasil sair do atraso e garantir aos brasileiros internet de banda larga, internet de qualidade, que é tão especial e tão fundamental na era moderna que estamos vivendo.

É esse o relatório que apresento, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a colaboração de V. Exª para que esse trabalho fosse realizado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do nobre Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria destacar, Senador Jorge Viana, que V. Exª fez um trabalho muito bom. Eu quero parabenizá-lo por isso e concordar plenamente com as colocações que V. Exª fez. Sei que o seu relatório é bem consistente. V. Exª apresentou apenas um resumo e os pontos cruciais que vive o Brasil hoje, com a falta de interesse do Governo de investir nessa área, que é uma área fundamental.

O povo brasileiro, para o desenvolvimento econômico, para a tecnologia, para a parte da ciência, estamos atravessando um momento muito difícil. V. Exª me acompanhou, com o Ministro Kassab, ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento Dário Berger. Conversamos com o Relator, o Deputado Cacá Leão, mostrando a gravidade do problema para o próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ano, no que tange ao orçamento. O Presidente Dário Berger me disse agora que não encontrou ainda uma solução para resolver essas questões todas, que ficarão pendentes se não houver um orçamento compatível. Há um déficit já praticamente estimado em torno de R$2,6 bilhões que deverão faltar para o próximo ano. E é um caso até estratégico, que V. Exª citou, que é a questão das usinas nucleares lá do Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro pode ficar com um apagão no próximo ano, se não houver provisionamento para atender a necessidade das usinas que fornecem energia para o Estado do Rio de Janeiro. Além de outros serviços tão importantes, como o funcionamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, importante para a previsão do clima em todo o País, e outros serviços que V. Exª destacou.

Eu lamento muito que o Governo não tenha atentado para essa situação, não tenha olhado para esse clamor aqui do Senado. E V. Exª é um grande defensor, porque conhece bem esse setor, essa área. E o que eu posso dizer é que nós poderemos até regredir futuramente, em vez de avançar nesse setor, regredir por falta de investimento.

Essa questão mesmo do Fistel e do Fuste é uma coisa que já vem de algum tempo. Eu apresentei aqui um projeto, foi aprovado aqui, que veda a possibilidade de aplicação desses recursos em outra área que não seja nos investimentos no setor de telefonia móvel e de banda larga. Está na Comissão de Assuntos Econômicos, não foi ainda designado um Relator, para não permitir que esses recursos sejam direcionados para o caixa único do Governo e fazer superávit. São R$22 bilhões e a aplicação só de 0,02%...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Apenas 0,002%!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É uma coisa insignificante. E esses recursos vêm exatamente, eles vêm...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Se V. Exª permitir, eu peço lá na CAE para ser relator desse projeto, porque eu acho que é...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, eu vou falar inclusive com o Senador Tasso Jereissati. Vou falar com ele hoje, vou falar com ele hoje.

Então esses recursos são recursos que estão embutidos na tarifa cobrada do consumidor. Ou seja, se está cobrando do consumidor, o consumidor está pagando isso na expectativa de que esses recursos voltassem para beneficiá-lo num serviço tão importante. E ao contrário disso, vêm com a política atual, que é uma política estritamente monetarista, monetária, porque em todos os sentidos...

Ainda ontem eu falava isso no meu Estado, o Estado da Bahia, que os investimentos em todos os setores da economia estão praticamente paralisados. A conta é o que vai arrecadar com o aumento dos impostos e o que vai pagar. E pagar inclusive para aprovar e para salvar, como já salvou o Presidente da República de duas denúncias gravíssimas do Procurador-Geral Rodrigo Janot. Salvou. Foram emendas que foram dadas, foram ambulâncias que foram distribuídas pelo Brasil afora, tratores. Gastaram-se muitos recursos para manter o Presidente da República no Governo, na Presidência, de forma incorreta, na minha opinião, porque as denúncias eram gravíssimas, e setores importantes como esses são deixados ao largo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado, por exemplo, nós temos várias obras de infraestrutura paralisadas, e a depreciação delas vai dar um prejuízo muito grande. Essa questão mesma do projeto da lei geral das telecomunicações, o 79, que nós aprovamos aqui e foi para o Supremo, voltou para aqui, o atual Presidente aqui do Senado, Eunício Oliveira, a quem eu provoquei algumas vezes, não teve interesse de mandar aqui para a CCT. Já teríamos aprovado. Iria para o Plenário para a discussão, para ver quem é que vai se colocar contra, ou vai se colocar a favor. Quais são os argumentos que têm os que querem que ele fique paralisado para a manutenção de uma massa de orelhões pelo Brasil afora, sem nenhuma finalidade, e como V. Exª falou, a Anatel, de acordo com a lei, multando as empresas que não estão fazendo funcionar e dando uma condição quase de inviabilidade dessas próprias empresas.

Portanto, eu parabenizo V. Exª, que é um brasileiro, um Senador comprometido com as coisas do Brasil, pela sua história, pelo seu compromisso. Sempre que esteve à frente do serviço público, honrou, em muitos cargos que ocupou, como honra agora no Senado e representa muito bem o seu Estado.

E eu espero que nós possamos trabalhar e não perder a esperança e a expectativa de chamar a atenção do Governo para que ele possa virar os olhos para essa questão e dar uma solução e dar os recursos necessários para o funcionamento de uma área tão importante.

Portanto, aprovado esse relatório – já foi aqui colocado em votação e aprovado –, ele passa a constituir o parecer da CCT, em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu agradeço o compromisso de V. Exª e dos outros Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e treze minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Ana Amélia e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 10/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o futuro do funcionalismo público frente as medidas que tem sido tomadas pelo Governo Federal com respeito à previdência destes, o cancelamento de concursos e a política salarial. **Participantes:** Sr. José Devanir de Oliveira, Diretor de assuntos parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO NACIONAL.; Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Sérviço Público Federal - Condsef; Sr. Alex Canuto, Presidente da Anesp Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e Diretor da Pública– Central do Servidor.. Sr. Petrus Elesbão, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, José Pimentel e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 23/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o Futuro do Mercado Imobiliário no país e a necessidade de desenvolvimento social. **Participantes:** Sr. Júlio Cesar Peres, Diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon-DF; Sr. Paulo Roberto de Morais Muniz, Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF e representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA; Sr. Hermes Rodrigues de Alcântara Filho, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal - CRECI-DF; Sr. João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI. Sr. Paulo Octávio, Empresário do setor imobiliário e Ex-Governador do DF. O Senhor Presidente concedeu a palavra ainda ao Sr. Rodrigo Barreto, Presidente da Associação dos corretores de imóveis do Distrito Federal e ao Sr. Geraldo Nascimento Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do DF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e nove minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 4/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater a crise hídrica no Distrito Federal. **Participantes:** Sr. Carlos Henrique Ribeiro Lima, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos-UnB; Sr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF - ADASA; Sr. Henrique Mendonça de Faria, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Distribuição e Purificação de Água e em Serviços de Esgotos no Distrito Federal – Sindágua. Sr. Og Pereira de Souza, Conselheiro da OAB-DF. O Senhor Presidente ainda concedeu a palavra para o Senhor Alberto RamosDiretor da Associação dos moradores de Vicente Pires – AMOVIPE e para a Senhora Iara Bastos da OAB - DF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 16/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o futuro dos condomínios residenciais no Brasil, sua organização e organização do espaço urbano. **Participantes:** Sr. Alexandre Corrêa, Vice-presidente Jurídico e de Assuntos Legislativos do Secovi-RJ; Sr. Claudio Ribeiro Celino, Presidente da ABRASINDICOS; Sr. Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais - ABRASSP; Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal - SINDICONDOMÍNIO-DF; Sr. Rodrigo Karpat, Advogado e consultor. Sra. Landejaine Maccori, Professora - Mestre em psicologia. O Senhor Presidente concedeu ainda a palavra ao senhor Nésio Nani da Síndico House, síndico profissional que assistia à audiência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, José Medeiros, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Pedro Chaves; presentes ainda os senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente faz os seguintes comunicados: 1) Ofício SG 424, de 2017, de 27 de setembro de 2017, da Câmara do Município de Lages, Santa Catarina, que encaminha a Moção Legislativa nº 250, de 2017, de repúdio às medidas do Governo brasileiro que ameaçam a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados e outras riquezas naturais da Amazônia. 2) Ofício nº 234, de 2017, de 16 de outubro de 2017, da Câmara Municipal de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio a Projeto de Mineração Retiro, da empresa RGM S/A, em São José do Norte, e aos projetos de minas do Alto Camaquã, das empresas Votorantim Metais e Iamgold Brasil, do Rio Camaquã. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião, realizada em 31/10/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência gostaria de comunicar alguns expedientes que foram recebidos pela Comissão.

Ofício-SG 424, de 2017, de 27 de setembro de 2017, da Câmara do Município de Lages, Santa Catarina, que encaminha a Moção Legislativa nº 250, de 2017, de repúdio às medidas do Governo brasileiro que ameaçam a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados e outras riquezas naturais da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 234, de 2017, de 16 de outubro de 2017, da Câmara Municipal de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio a Projeto de mineração Retiro, da empresa RGM S/A, em São José do Norte, e aos projetos de minas do Alto Camaquã, das empresas Votorantim Metais e Iamgold Brasil, do Rio Camaquã.

Consulto os Senadores presentes se gostariam de se manifestar sobre esses documentos.

Os expedientes foram encaminhados aos membros da Comissão por *e-mail*.

Não havendo manifestação no prazo de sete dias, serão arquivados.

Consulto os Senadores se podemos inverter a pauta da Ordem do Dia para apreciar imediatamente o item 11, PLS nº 375, de 2017.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a inversão da pauta.

Gostaria de passar a Presidência ao Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente efetivo.

É uma relatoria de V. Exª?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sim, sou Relator de um projeto do Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aguarde só um segundo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 4/10/2017 foi recebido na CMA e avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, senador Davi Alcolumbre. 2. Em 23/10/2017 foi apresentado o Relatório.

Relatoria do Senador Presidente desta Comissão, Davi Alcolumbre.

Com a palavra, Senador.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Obrigado, Senador Ataídes, Presidente em exercício.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2017 – Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas".

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O art. 1º da proposição reserva 2% (dois por cento) dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

O art. 2º altera o *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para limitar a 98% (noventa e oito por cento) os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) que serão distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal.

O art. 3º do projeto acrescenta o art. 2-A à Lei Complementar nº 62, de 1989, para repartir os 2% (dois por cento) restantes dos recursos do FPE entre os Estados da Amazônia Legal, proporcionalmente a um coeficiente individual de participação atribuído conforme a razão entre a área ocupada por unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas e a área total de cada Estado.

O art. 4º determina que a lei complementar que resultar da aprovação da proposição entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na CMA, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma leitura rápida e de encaminhar logo ao voto.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos.

E aduz, ainda, "a contribuição ambiental dos Estados amazônicos ao País e a todo o mundo, caracterizada pelo rígido regime de proteção legal ao qual está submetida grande parte do bioma, acaba limitando o desenvolvimento de importantes atividades econômica que são bastante disseminadas no centro-sul do Brasil. Essa situação compromete o desenvolvimento da região e dificulta o acesso de boa parte da população a melhores condições de vida e de renda.

É indiscutível que as unidades de conservação trazem benefícios que atingem muito além dos seus limites territoriais e dos limites territoriais dos Estados em que se localizam. A conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e a estabilidade climática, por exemplo, são serviços ambientais proporcionados pelas UCs que contemplam todo o País e até mesmo o mundo.

Adite-se, por oportuno, que esse quadro de incertezas e de pauperização das condições de conservação, poderá comprometer compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Acordo de Paris, visto que as unidades de conservação são estratégicas para a redução de emissões de gases de efeito estufa, na medida em que evitam o desmatamento e a degradação de florestas.

É inafastável, independentemente da presente manifestação, o majoritário entendimento de que os Estados da Amazônia Legal são os mais onerados por abrigarem justamente as mais extensas áreas protegidas prevista pela legislação ambiental em nosso País. Isso decorre da importância global da Amazônia para a conservação da biodiversidade, a proteção dos modos de vida das populações tradicionais e a estabilidade climática, que são demandadas pela grande maioria da sociedade brasileira e que conduzem nosso País a priorizar a região com relação à implementação de políticas públicas ambientais.

As Unidades de Conservação, apontam os especialistas, poderão ser catalizadoras de desenvolvimento sustentável em suas três vertentes: social, econômica e ambiental. Para tanto, se impõe considerar o efeito repasse de contrapartidas econômicas, técnicas e científicas da União para os Estados que mais preservam seus territórios, permitindo-lhes, assim, um desenvolvimento socioeconômico, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, consideramos que os Estados da Amazônia Legal devem ser compensados pelos custos da conservação da floresta amazônica por parte da União.

Enfatizamos que tal política deverá produzir efeitos benéficos indiretos ao meio ambiente da região, pois, na medida que a população local tiver acesso a melhores condições sociais e de ensino, esta se empenhará em reduzir os danos ambientais. Mais ainda, será a mola propulsora de novas práticas disseminadoras de uma cultura de preservação do meio ambiente e de promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Observamos, também, que a melhoria do saneamento básico nas cidades da Amazônia Legal certamente beneficiará a qualidade dos recursos hídricos dos rios da Amazônia, o que será um dos primeiros efeitos das medidas adotadas por este PLS nº 375, de 2017.

Desse modo, somos favoráveis à aprovação deste projeto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2017.

Sala das Comissões, deste Senador que vos fala como Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado a V. Exª.

Em discussão o aludido projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A nossa pauta, Senador Presidente Dário Berger, nosso querido Presidente... Nós estamos prestigiados na Comissão hoje, pois o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Senador Ataídes – da receita, é isso, Senador...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Da receita.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – ... e também o Presidente da Comissão de Orçamento estão aqui. É um prestígio para a Comissão de Meio Ambiente e para este Presidente receber V. Exªs aqui na nossa reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Eu gostaria de comunicar a V. Exªs que todas as outras pautas da nossa Comissão são de matérias terminativas. Portanto, nós precisaríamos do quórum adequado para votar as outras matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a única matéria que estava à disposição para votação era essa matéria de que eu era o Relator, que foi aprovada agora, por unanimidade, pelo Plenário, ocasião em que tive a aquiescência do Senador Ataídes para presidir esta reunião.

Portanto, muito obrigado ao Senador Ataídes. Quero também agradecer ao Senador Dário.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Airton Sandoval, Dário Berger, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Telmário Mota, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Paulo Paim, Wilder Morais e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente faz os seguintes comunicados: 1) Ofício EX nº 01291/2017, de 11 de setembro de 2017, da Câmara Municipal de Araraquara - SP, que encaminha, para conhecimento, MOÇÃO DE REPÚDIO à edição do Decreto Federal nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, bem como às iniciativas que, sob qualquer forma manifestadas, tiverem por objetivo conceder a área correspondente a "Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados – Renca" à iniciativa privada, para fins de exploração minerária; 2) Ofício nº 479/2017/SGM, de 24 de outubro de 2017, da Câmara dos Deputados, que encaminha Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – FUNAI e INCRA 2, para conhecimento e providências porventura cabíveis; 3) Aviso nº 964 – GP/TCU, de 28 de setembro de 2017, que encaminha, em mídia digital (CD), cópia do Acórdão nº 1968/2017 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto) proferido pelo Plenário do TCU, ao apreciar os autos do processo nº TC 028.938/2016-0, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, que tratam de Relatório de Auditoria realizada com o objetivo de avaliar a preparação do governo federal brasileiro para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); 4) Of. SGP nº. 1860/2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de 3 de outubro de 2017, que encaminha Moção nº 59, de 2017, de autoria do Deputado Estadual Ricardo Madalena, que apela para os Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, para o Senhor Ministro do Meio Ambiente, Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, e para o Ministério Público Federal, a fim de que promovam as medidas necessárias à suspenção do "fracking" no Brasil, em respeito à proteção à vida humana e a o meio ambiente. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RMA 34/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Finalidade: Debater as políticas públicas desenvolvidas no bioma Pantanal, em especial a efetividade da conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nessa região. Participantes: Sr. Jorge Antonio Ferreira de Lara, Chefe Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Renato Roscoe, Diretor Técnico da Famasul, representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul - Sistema FAMASUL; Sra. Cátia Nunes da Cunha, representante do Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP; Sr. Cristiano Araújo Borges, Coordenador-Geral de Produtos Turísticos do Ministério do Turismo, representante do Ministério do Turismo; Sr. Rafael Morais Chiaravalloti, Diretor de Políticas Públicas do Instituto ECOA; Sr. Ricardo Eboli, Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL; Sr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Sérgio Guimarães; representante do Instituto Centro de Vida – ICV; Sra. Lucélia Avi, Gestora do Núcleo Técnico, da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO. O senhor Presidente registra a presença do senhor Dorival Betini. Fazem uso da palavra a senhora Moara Menta Giasson, representante do Ministério do Meio Ambiente; os senhores Marcelo Bertoni, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Bonito – Mato grosso do Sul; Coronel Angelo Rabelo, representante do Instituto do Homem Pantaneiro. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa – mas vamos esperar o quórum – da leitura da ata.

Temos aqui vários comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício nº 01291/2017, de 11 de setembro 2017, da Câmara Municipal de Araraquara (SP), que encaminha, para conhecimento, moção de repúdio à edição do Decreto Federal nº 9.147, de 28 de agosto 2017, bem como às iniciativas que, sob quaisquer formas manifestadas, tiveram por objetivo conceder a área correspondente a Reserva Nacional do Cobre e Associados à iniciativa privada, para fins de exploração mineral.

Ofício nº 479/2017, de 24 de outubro de 2017, da Câmara dos Deputados, que encaminha Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Funai e Incra 2, para conhecimento e providências porventura cabíveis.

Aviso nº 964 - TCU, de 28 de setembro 2017, que encaminha, em mídia digital, cópia do Acórdão nº 1.968/2017 (acompanhado dos respectivos relatórios e voto) proferido pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do Processo TC 028.938/2016-0, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, que tratam de relatório de auditoria realizada com o objetivo de avaliar a preparação do Governo Federal brasileiro para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ofício SGP nº 1.860/2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de 3 de outubro de 2017, que encaminha a Moção nº 59, de autoria do Deputado estadual Ricardo Madalena, que apela para os Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Deputados, para o Sr. Ministro do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e para o Ministério Público Federal, a fim de que promovam as medidas necessárias à suspensão do *fracking* no Brasil, em respeito à proteção à vida humana e ao meio ambiente.

Os expedientes foram encaminhados aos membros da Comissão por *e-mail* e não havendo manifestação no prazo de sete dias serão arquivados.

Comunico o envio dos seguintes expedientes aos gabinetes de todos os membros desta Comissão.

Memorando nº 61/2017 – Circular, para convocar os membros da Comissão para o esforço concentrado de deliberação de matérias na CMA na próxima reunião deliberativa, do dia 5 de dezembro.

Memorando 62/2017 – Circular, para convidar os membros da Comissão para reunião com o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sr. José Sarney; a Presidente do Ibama, Srª Suely Araújo; e o Presidente da Funai, Sr. Franklimberg Ribeiro de Freitas, que acontecerá amanhã, às 17h, na Liderança do Governo no Congresso Nacional. O encontro objetiva promover maior interação entre as atividades da Comissão e aquelas executadas pelo Ministério e também por seus órgãos vinculados.

Agora, a nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2017, de minha autoria, Wellington Fagundes, com o objetivo de debater as políticas públicas desenvolvidas no bioma Pantanal, em especial a efetividade na conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nessa região.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, em https://www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Se quiserem a transcrição por notas taquigráficas, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata. (*Pausa.*)

Já estamos com quase todos os convidados presentes.

Eu vou convidar aqui o Sr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Cristiano Araújo Borges, Coordenador-Geral de Produtos Turísticos do Ministério do Turismo; o Sr. Jorge Antonio Ferreira de Lara, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; a Srª Cátia Nunes da Cunha, representante do Centro de Pesquisas do Pantanal. Vou registrar a presença também conosco – depois a gente vai fazer a permuta aqui na Mesa – do Rafael Morais Chiaravalloti, Diretor de Políticas Públicas do Instituto Ecoa; do Sr. Renato Roscoe, Diretor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); do Sr. Ricardo Eboli, Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul); e também do Sr. Sérgio Guimarães, do Instituto Centro de Vida, além de outras pessoas que aqui estão. Está aqui também conosco o Sr. Cel. Ângelo Rabelo, do Instituto Homem Pantaneiro, que também, depois, poderá fazer as perguntas, fazer as suas colocações.

Então, por ordem de chegada à Mesa, vamos convidar, então, já para fazer a sua explanação, o Sr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

V. Sª tem quinze minutos com tolerância.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA – Bom dia, Senador; bom dia, membros da Mesa.

Como podem ver, eu estou praticamente afônico. Então, eu pedi à Diretora de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, que trabalha comigo, a competente Srª Moara Giasson, que fizesse essa apresentação. E eu estou pronto aqui para ouvir e responder como possa, mas ela está representando o Ministério também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria já aqui de colocar a todos os palestrantes que nós tivemos, no passado, uma discussão muito grande em função do Programa BID Pantanal. No meu Estado, o governo do Estado, à época, chegou a contratar, vários projetos foram feitos, e, depois, mudou o governo e o Estado de Mato Grosso não deu prioridade mais a esse programa.

Eu gostaria de que, na fala de vocês, também fosse considerada a questão desse Programa BID Pantanal, se é ainda uma alternativa a ser buscada, o que vocês entendem, e que, já na fala, fossem colocando também o que vocês entendem que seria a maior necessidade para que a gente pudesse ter um Pantanal preservado, um Pantanal explorado, e explorado do ponto de vista de seus potenciais socioeconômico e ambiental, claro, sempre preocupados com a preservação de uma área, que, para nós, é tida como extremamente nova, mas também a gente já percebe muita agressão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principalmente com a questão do lixo, enfim. Então, eu gostaria de que a palestra também já fosse dando encaminhamento nesses aspectos e até de solução, também, para o nosso Pantanal. Que a explanação, como eu disse, fosse mais nessa linha do que é perfeitamente possível hoje, como eu sempre tenho dito, porque, com a tecnologia existente no mundo, não são mais os rios que têm que se adaptar às embarcações, mas, sim, as embarcações que podem se adaptar a qualquer situação de navegação. Então gostaria também de ouvir um comentário sobre esses aspectos.

A SRª MOARA MENTA GIASSON – O.k. Obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Bom dia aos representantes da Mesa, das instituições convidadas.

Eu sou Moara Giasson, Diretora de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

Senador, acho que um pouco do recado que a gente veio trazer aqui, as questões que a gente vem apresentar para vocês são iniciativas do Ministério do Meio Ambiente voltadas para a sociobiodiversidade, para o desenvolvimento sustentável da região. Então eu tenho feito um... Vou fazer aqui um passeio sobre as iniciativas dos últimos anos. Não vou chegar ao projeto que o Senador comentou. Talvez a gente não tenha tido um envolvimento muito grande à época, mas estamos abertos a conhecer essa iniciativa e a nos tornar parceiros, porque em toda iniciativa de uso sustentável do Pantanal é de nosso interesse promover essa parceria.

Bom, o Pantanal é, então, nosso patrimônio nacional, pela Constituição, como todos sabem. O que muitas pessoas talvez não saibam é que é um patrimônio natural da humanidade e uma reserva da biosfera. Então vou mostrar para vocês onde estão localizados esses dois reconhecimentos da Unesco, que trazem uma série de oportunidades para a região, para trabalhar o desenvolvimento sustentável na região.

A reserva da biosfera é um modelo que é adotado internacionalmente, um modelo de gestão, especialmente uma ferramenta para trabalhar a gestão integrada, participativa e sustentável. Ela tem três pilares que estão divididos em: preservação da biodiversidade, desenvolvimento de atividades de pesquisa e monitoramento ambiental, educação – educação ambiental especialmente – e desenvolvimento sustentável. Esses são os pilares das reservas da biosfera no mundo, e eles são utilizadas justamente para promover o desenvolvimento sustentável.

Há pequenos núcleos de áreas preservadas que, no Brasil, são as nossas unidades de conservação e, em volta dessas unidades, especialmente percorrendo os rios pantaneiros, o que se deve promover é o uso sustentável dessas áreas. Então este aqui é um mapa das nossas reservas no Brasil. São sete reservas da biosfera brasileira. Temos uma grande reserva na Mata Atlântica. O Brasil adotou reservas da biosfera por biomas.

O bioma Pantanal tem uma área de 251 mil quilômetros quadrados. Foi reconhecida no ano 2000, e desde então ela vem aos trancos e barrancos, sendo implementada às vezes com mais força, às vezes com menos força. Desde o ano passado, a gente tem reforçado a criação dos conselhos estaduais e do conselho nacional, porque de fato é uma ferramenta muito importante, que é uma oportunidade muito boa para trabalhar o desenvolvimento sustentável.

Aqui está um mapinha da Reserva da Biosfera do Pantanal, onde a gente tem essas áreas mais escuras, que são o Parque Nacional do Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que não aparece aqui, mas ali, a oeste, está o Parque Nacional do Pantanal, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, a Serra da Bodoquena, que são as áreas núcleos, onde a gente tem uma preservação quase integral de muitas delas. Depois tenho uma zona de amortecimento. E essa grande zona de transição em verde mais claro vocês podem ver que acompanham os rios pantaneiros, que são áreas onde a gente trabalha, aí, sim, o uso sustentável.

Dentro das atividades da Reserva da Biosfera do Pantanal, no ano passado, também foi feita, por iniciativa local e dos congressistas locais, a Carta de Caiman, na qual os dois governadores assumiram uma série de compromissos junto ao Ministro do Meio Ambiente, que esteve lá e também assinou essa série de compromissos. Dentre eles, mobilizar esforços por meio de parcerias para consolidar o modelo de conservação já definido pela Reserva da Biosfera do Pantanal. Desde então temos reforçado essa parceria internamente na equipe do Ministério.

Em 2017/2018, o próprio comitê dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também tem trabalhado e tem uma série de programações para o ano seguinte, desde a comemoração do Dia das Áreas Úmidas, com uma caravana nos Municípios do Mato Grosso do Sul, que vai ser promovida pelo Conselho Estadual da Reserva da Biosfera no Mato Grosso do Sul, para falar sobre CAR, sobre a Reserva da Biosfera, sobre ICMS ecológico. Então, a Reserva da Biosfera é uma oportunidade de encontro da iniciativa privada, das ações de pesquisa, das instituições públicas, das ONGs e do Governo. É um momento de agregação em torno de uma ação comum, que é o incentivo do desenvolvimento sustentável.

Outra ferramenta que o Ministério do Meio Ambiente desenvolve é o mapeamento, a modelagem de quais são as áreas e as ações prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. É um mapeamento que é feito desde 2017 e que basicamente visa responder estas quatro perguntas: o que a gente precisa conservar no País? Quanto conservar de cada área? Onde? E como?

Com relação ao Pantanal, nós fizemos uma revisão agora, saiu em 2016; foi um processo longo, mas foi publicado em 2016. É uma área um pouco menor do que a área de 2017, quase 10% menor, porque a gente conseguiu refinar quais são de fato as áreas mais importantes. Então, vocês veem aqui neste mapa: em vermelho mais escuro são as áreas extremamente altas; em vermelho mais claro, as áreas de muito alta importância para conservação; e em rosa, as áreas de alta prioridade para conservação.

As ações indicadas para cada uma dessas áreas dizem respeito não só à conservação e à criação de áreas protegidas, mas falamos também onde é necessário fazer recuperação de áreas degradadas, estudos do meio físico, recuperação de espécies ameaçadas, educação ambiental e até fiscalização. Portanto, são avaliadas quais as ameaças e quais são as ações necessárias para, de fato, trabalhar a conservação.

Aqui, claro, estamos com um mapa de Cerrado e Pantanal, que foi um estudo feito em conjunto, também resgatando uma ação no Ministério do Meio Ambiente nos idos de 2009/2010, que são os planos estaduais de recursos hídricos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde houve uma harmonização de procedimentos e critérios para gestão dos recursos hídricos. E é uma ação que agora está sendo ampliada com os estudos que a Agência Nacional de Águas vem fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra iniciativa do Ministério do Meio Ambiente diz respeito aos sítios Ramsar, que são instrumentos da Convenção de Ramsar, que determina que os países foquem as ações de conservação e uso sustentável em regiões que são importantes não somente para o país, mas internacionalmente. Os senhores veem que o Pantanal tem áreas importantes internacionalmente, como Sítio do Patrimônio Mundial, Reserva da Biosfera e também sítios Ramsar. Temos três sítios importantes ali no Pantanal: o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro e também a Reserva do Sesc Pantanal. São as três áreas já reconhecidas como áreas importantes para a nidificação de espécies de aves migratórias, de fauna aquática. Os senhores veem que são 23 no País e, destes, três estão localizados no Pantanal.

Outra iniciativa é o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, que tem sido conduzido pela Agência Nacional de Águas. Não sei se a Agência Nacional de Águas está aqui hoje, mas, enfim, é um esforço hercúleo de fazer um planejamento para uma região tão grande, e hoje também tem um foco na região da Bacia do Taquari, que está quase finalizando. É um trabalho conjunto também com os órgãos estaduais e com a sociedade local, mas é uma iniciativa da Agência Nacional de Águas.

Por fim, especialmente em relação à chamada Lei do Pantanal, que também estamos incentivando e estamos ansiosos para que, de fato, seja aprovada, temos duas sugestões principais do Ministério do Meio Ambiente que temos defendido já em pareceres técnicos encaminhados aqui para a Comissão, para o Senado, que é a questão de reconhecer a bacia hidrográfica como unidade de gestão, o incentivo à conservação e criação de espécies nativas e autóctones da região, então, para a criação de iscas, por exemplo, para pesca, de forma que a gente sempre priorize as espécies nativas a fim de evitar a introdução de espécies exóticas que podem ser, sim, muito prejudiciais para o ecossistema como um todo.

Temos aí, mundialmente, inclusive no Brasil, espécies exóticas que são introduzidas e acabam destruindo parte dos nossos ecossistemas. Temos um problema muito sério com javali – os senhores todos conhecem –, temos um problema seriíssimo com mexilhão dourado, temos outro problema sério com o coral-sol. Então, não queremos que o Pantanal seja alvo de introdução de espécies exóticas. Por isso, é importante destacarmos o papel das espécies nativas. Como dizem os Senadores, temos tecnologia que nos permite adaptar os barcos da navegação, o que o rio hoje permite, e também temos tecnologias para conseguir utilização das espécies nativas. É uma questão de desenvolver essas tecnologias.

Outra sugestão diz respeito à questão do Fundo do Pantanal, para ser um instrumento voltado a ações de fomento, conservação e uso sustentável do bioma, uma proposta que está também na Lei do Pantanal.

Em relação à compensação da reserva legal, que sabemos ser um ponto polêmico, também defendemos, até por questão de manutenção dos biomas, de quantidade de área protegida dentro de cada bioma, que essa recuperação seja feita, isto é, que a compensação da reserva legal seja feita no mesmo bioma em que o imóvel que necessita repor a sua reserva legal esteja inserido, para evitar um desbalance de áreas de conservação dentro de cada um dos biomas.

Então, hoje, assim como o Ministério procura atender aos compromissos da CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica) de proteger 17% em cada um dos nossos biomas em áreas protegidas – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a gente ainda está bastante longe disso, fora a Amazônia –, a gente também entende que a reposição da reserva legal, a composição da reserva legal também se mantenha no mesmo bioma.

Muito rapidamente, para não exceder o prazo concedido, era essa a contribuição da Secretaria de Biodiversidade. E, secretários, se quiserem complementar com alguma questão...

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA – Eu agradeço, em nome do Ministério.

Realmente, estamos à disposição, no momento em que o Senador encontrar a forma mais oportuna, para responder perguntas ou aprofundar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, então, o Cristiano Araújo Borges, Coordenador-Geral de Produtos Turísticos do Ministério do Turismo.

Da mesma forma, V. Sª tem a palavra por quinze minutos, com tolerância.

O SR. CRISTIANO ARAÚJO BORGES – Bom dia. Obrigado.

Eu trabalho na Secretaria Nacional de Promoção e Qualificação do Turismo, do Ministério do Turismo. O Ministério, hoje, tem essa formação que está aí no painel. A gente tem, de um lado, o Conselho Nacional de Turismo apoiando as ações do Ministério; de outro, nós não temos órgãos executores, delegacias, por exemplo, nos Estados, então a gente se vale muito do apoio das secretarias estaduais de turismo, ou diretorias que existem no País todo.

O Ministério hoje tem duas secretarias, uma Secretaria Nacional de Promoção e Qualificação do Turismo, da qual eu faço parte, e uma Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, além da Embratur, que é o órgão responsável pela promoção do Brasil no exterior.

Nós não atuamos, não trabalhamos por biomas, ao contrário do Ministério do Meio Ambiente, mas, na maior parte dos casos – a gente não atua por biomas –, a gente depende da preservação desses biomas para ter um produto turístico de qualidade e para ter algo que seja relevante para o turismo.

Nossa atuação hoje se dá em cima do Mapa do Turismo Brasileiro. Ele foi recém-mapeado. Nós temos 3.285 Municípios no País que estão dentro do Mapa do Turismo Brasileiro. Isso não os faz serem turísticos, mas terem alguma importância para o turismo. Às vezes o Município não tem relevância suficiente para receber o turista em seu território, mas ele contribui de alguma forma, fornecendo algum insumo ou algum trabalhador, enfim, o turismo tem para ele alguma importância.

A gente trabalha também por regiões turísticas. Está disponível em mapa.turismo.gov.br e também nessa publicação que eu gostaria de passar aos representantes da Mesa. Ficarão algumas aqui, ainda. Ela diz exatamente quais são as regiões turísticas e quais são os Municípios que estão nessas regiões.

É importante dizer que a gente também fez um trabalho interno no Ministério para categorizar cada um desses Municípios, por isso o mapa aparece aí todo colorido. Nós temos 51 Municípios na Categoria A, que diz que eles são, considerando seu desempenho na economia do turismo mais fortes. E temos 653 hoje na categoria E, considerando que têm um desempenho na economia do turismo mais fraco.

Em relação ao Pantanal especificamente, nós temos duas regiões turísticas que se identificam como Pantanal: uma no Mato Grosso, que é aquela região ali liderada, ou melhor, é a região de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cáceres, mas há outros quatro Municípios ali junto de Cáceres; e temos também, no Mato Grosso do Sul, a Região Turística Pantanal, que é na região ali de Corumbá.

Dentro do Ministério, nossa atuação nessa área ambiental se dá muito voltada para segmentação. A gente trabalha a segmentação para reduzir o esforço de *marketing* que é necessário para estimular a demanda por turistas. Nesse sentido, a gente trabalha com dez segmentos de oferta entre turismo e saúde – turismo de pesca, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico e por aí vai. O que a gente vê de mais relevante nessa região do Pantanal é, sem dúvida alguma, o ecoturismo e o turismo de pesca, aventura também e rural em menor grau.

Eu trouxe basicamente duas ações. Como nós não atuamos diretamente com o Pantanal, eu trouxe duas ações, para dar destaque para vocês, que envolvem essa região do Pantanal como envolvem outras do País. Uma é o Calendário de Eventos que nós temos disponível em www.turismo.gov.br/agenda-eventos. Esse é um calendário, um *site* em que qualquer indivíduo pode colocar o seu evento, ele passa por uma alteração no Ministério e esse evento é promovido a partir daí. E há uma segunda ação que eu trouxe exatamente por envolver o Município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. São estratégias que nós estamos adotando agora para posicionar os festejos juninos como um produto turístico brasileiro. A ideia é fazer com que esses festejos tenham uma importância, uma relevância como produto turístico mesmo no País, não só nacionalmente como internacionalmente. Aí, nesse caso, Corumbá, no Mato Grosso do Sul, foi uma das contempladas num edital de chamada pública que foi feito este ano e recebeu algumas de nossas ações, dentre elas uma *press trip* que foi realizada. Uma *press trip* é uma viagem de jornalistas para conhecer o destino e, a partir daí, esses jornalistas fazem algumas matérias, algumas reportagens a respeito do lugar. Então, foi gerado um banco de imagens para o destino e foram feitas publicações por esses veículos que aí estão, que foram os convidados para participarem dessa *press trip*.

Era basicamente isso que eu tinha para introduzir. Não tenho também conhecimento a respeito do projeto BID, mas estamos abertos, assim como o pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, então, ouviremos o Sr. Jorge Antonio Ferreira de Lara, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, cuja sede é em Corumbá, não é?

O SR. JORGE ANTONIO FERREIRA DE LARA – Bom dia a todos.

Senador Wellington, primeiramente eu gostaria de parabenizar o senhor por essa iniciativa espetacular de colocar muitas lideranças e trazer a discussão para Brasília sobre o nosso Pantanal.

Eu optei por uma apresentação apenas oral para que a gente pudesse trazer um pouco das tecnologias e soluções que a Embrapa vê para o Pantanal e também um pouco da minha experiência nesse trato de equacionar esse problema Pantanal que, na verdade, é uma grande solução Pantanal. Então, a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que o Pantanal tem solução com apenas uma palavra. Essa palavra chama-se "consenso" e é uma das mais difíceis de se tornarem práticas.

Nós que vivemos lá, no caso aqui a Cátia, pantaneira de nascimento, e eu, pantaneiro por opção, enxergamos que existem muitos atores no Pantanal, e esses atores nem sempre têm um objetivo comum, apesar de estarem convivendo em um ambiente comum. E a gente tem exatamente a missão de trazer essa discussão para esses pontos comuns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pantanal, historicamente, desde a ocupação humana, é dedicado à pecuária de corte, particularmente à cria de bezerros. Esse é o mosaico do Pantanal. Onde se anda por ele se encontra a pecuária. Essa pecuária extensiva, feita muitas vezes em pastagem nativa, quase a totalidade, historicamente se manteve muito bem, e isso porque as comunidades eram muito grandes. Só que, naturalmente, a sucessão foi acontecendo, as fazendas foram se dividindo e hoje nós temos um impasse.

Qual é esse impasse? Como produzir de maneira lucrativa o que nós podemos chamar da pecuária mais sustentável do mundo. E como, ao mesmo tempo, a gente pode garantir que os proprietários tenham acesso a recursos, como, como sociedade, nós podemos apoiá-los. Por que eu digo isso? Porque, vamos pensar bem, como a gente pode pedir ao pantaneiro para conservar bem o Pantanal se ele tem a preocupação: "Será que eu vou pagar a escola do meu filho? Será que minha família vai poder ter um plano de saúde? Ou não? O que será o futuro? Como será a sucessão?" Então, eles são elementos fundamentais. Eles têm uma história, e essa história se traduz por um termo geral de homem pantaneiro em que se pode incluir a mulher pantaneira, se podem incluir muitos atores nesse contexto.

Essas pessoas devem ser ouvidas, certamente devem ser ouvidas, porém o Pantanal não se restringe só a pecuaristas. O Pantanal tem outros atores envolvidos. Outros atores importantes no Pantanal são os pescadores, cada vez em menor número, porque, no caso deles, na questão mestra de se vai ter plano de saúde ou não, na questão se dá para comer ou não com a pesca – comer dá, vai comer peixe o dia todo –, a questão é se a outras coisas eles têm acesso. E não se restringe só a isso aí. Hoje nós temos propriedades rurais do Pantanal que são dedicadas ao turismo. É uma cadeia potencial que nós mal começamos a explorar.

Não sei se os senhores sabem, mas o mel do Pantanal é um dos melhores do mundo. Curiosamente, nós temos o Estado vizinho, o Estado de São Paulo, no qual é feito o processamento e a exportação do nosso mel para o País todo. Só que o mel transita lá do Piauí em outros Estados até chegar ao Estado de São Paulo, e o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, dentro do Pantanal principalmente, ainda não têm uma cadeia de apicultura coordenada.

Outra questão: a piscicultura, por exemplo. Devemos, ou não, fazer piscicultura no Pantanal? Esta é uma pergunta comum que nós recebemos lá na Embrapa.

Ora, por que a piscicultura seria um problema? A questão é quanto e como fazê-la.

Curiosamente, nós tivemos um experimento lá na Embrapa com o peixe pacu. Um fenômeno chamado decoada, que é quando todas as plantas do Pantanal jogam as folhas no rio e o rio vira um local com pouco oxigênio e os peixes morrem, é o fator limitante da piscicultura na região. Então, nós pegamos os pacus dos tanques-rede com um tamanho menor que os dos pacus que vocês estão acostumados a ver no mercado, e com viabilidade, nesse tamanho pequeno.

Mas sabem o que é curioso? A China, por exemplo, desenvolveu um pacu desse tamanho que a gente retira do Pantanal e está sendo um sucesso lá. Então, a questão é mudar, olhar o Pantanal de outra forma, sem os velhos paradigmas. Esse pacu menor pronto para consumo que você corta ao meio e ele tem uma banda e outra pequenininha é mais interessante no maior mercado de pescado do mundo que o nosso pacu tradicional ao estilo filé de brontossauro do Fred Flintstone, que é o que nós temos hoje no nosso mercado. Então, essa também é uma questão a se pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, todos esses elementos, e outros, estão envolvidos na questão do Pantanal.

Uma coisa é certa: conservar sem os atuais proprietários da região terem retorno econômico vai ser muito difícil. E também uma coisa é certa: avançar no Pantanal como você olha o Cerrado, hoje já todo transformado, e olhar o Pantanal também não vai ser a mesma coisa. Então, nós temos que ter um elemento aí de consenso, que é a palavra-chave. Mas como chegar nele? Em primeiro lugar, é preciso ouvir. O que eu mais vejo sobre o Pantanal é gente falando sobre o Pantanal. Mas eu procuro gente ouvindo sobre o Pantanal. E aí é mais escasso. Então, nós nos ouvirmos uns aos outros é o primeiro passo. E começar a trabalhar no que há de consenso.

O que eu observo na minha experiência aqui de um ano e meio participando de diversos fóruns sobre o Pantanal é que 85 e... Parece que a mesma proporção que o Pantanal está conservado é a proporção de consenso. Aí você tem de 10% a 15% de divergências, e nós gastamos horas e horas e horas discutindo os 15% de divergência e não nos aprofundamos nos 85% de convergência, prontos para uso.

Então, usar um fórum constante de discussão é um passo importante. Envolver todos os atores juntos também.

Em relação à pecuária, especificamente, nós sabemos aí que, pelo mundo afora, as instituições públicas, o governo, etc. e tal, trazem uma política de incentivo fiscal ou incentivo financeiro direto para diversas ações agropecuárias. No caso do Brasil, isso é muito incipiente. No Brasil, nós temos, aproximadamente, 3% da renda bruta dos produtores rurais vindos de incentivos, o que, comparado com a média mundial, está bem abaixo.

Para se falar em conservação do Pantanal, tem que se pensar em alguma forma de incentivo. Tem tecnologia? Tem tecnologia. Vou citar só um exemplo. Nós temos, na Embrapa Pantanal, desenvolvido um sistema chamado Fazenda Pantaneira Sustentável. É um conjunto de critérios que dá um índice lá no final de quanto seria uma fazenda sustentável ou não de maneira quantitativa. Ora, hoje nós estamos em conversa com o Governo de Mato Grosso do Sul, com a Famasul e com a Famato no sentido de tentar transformar isso em uma realidade. Não seria... Tecnicamente, está bem embasado, já foi testado em diversos fóruns, bem publicado, etc. e tal, mas, sem esse apoio do produtor, sem o apoio do governo, isso nunca viraria uma política pública, não é? Nós estamos nesse estágio agora.

Então, solução tecnológica existe. O que pode acontecer é parte dos produtores poderem ser atendidos e outra parte, não. Aí a outra parte que não for vai fazer o quê? Bom, nós temos tecnologias. Temos desmame precoce, temos a integração lavoura/pecuária, sim, para a região peripantaneira, nós temos técnicas de reprodução, e até a questão da substituição de pastagem nativa por pastagem cultivada. Todas essas cartas estão na mesa.

Nesse caso da pecuária, o que está faltando, no nosso ponto de vista, é inteligência territorial. Inteligência territorial não é fazer um mapa só; é cruzar dados, é discutir as questões com os moradores, discutir esses trâmites com o Governo e nós termos um mapa realmente estratégico para o Pantanal, mas um mapa que envolva esse do turismo que a gente viu, esse do meio ambiente que a gente viu, os do IBGE, os da Embrapa, junto com as ONGs e o próprio Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos de ver exatamente o que nós queremos para o Pantanal daqui a 5, 10 anos. Essa discussão não se restringe aos pantaneiros, essa discussão é para toda a sociedade, porque toda a sociedade vai ter de pagar por isso.

Sou natural de uma região bem urbanizada e bem industrializada. Sou lá de Itu, do interior, de Itur, como a gente fala. Naquela região todo mundo fala em sustentabilidade, mas poucos fazem sustentabilidade.

Quanto a sociedade está efetivamente disposta a pagar pelo Pantanal? Por isso que acredito que o primeiro passo seria este: discutir essas questões de inteligência territorial.

O segundo passo seria a comunicação. Nós comunicamos pouco sobre o Pantanal. A Amazônia é conhecida porque o mundo inteiro se encarrega disso, a gente quase não tem trabalho para divulgar a Amazônia. Mas o Pantanal quase não é lembrado, porque ele é menor, tanto em quantidade de pessoas quanto em área. Só que mesmo assim ele é gigantesco, são quatro países europeus. Se você pegar quatro Suíças, é a área do Pantanal, aproximadamente. Então, nós não temos um plano coordenado de comunicação em nível mundial nem regional e, na verdade, nem nacional também. Então, temos essa comunicação.

Fazer o Pantanal ser o xodó do Brasil, na minha opinião, é a grande saída. Aí as pessoas poderão estar dispostas a pagar por isso ou não. Só colocar para os contribuintes dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não será o suficiente para fazer o Pantanal manter-se conservado. Novamente a pessoa tem de decidir entre a escola do filho ou sacrificar a economia familiar em prol do Pantanal. Se nós não dermos essa opção, como vão fazer?

Então, um plano de comunicação é o segundo passo que nós consideramos importante lembrar. Nós temos lá uma política de comunicação, mas tem de ser coordenada. Isso tem de atingir o mundo todo.

Um terceiro ponto importante é a questão do turismo. Nós arranhamos o turismo. Nós temos empresários que investem no turismo do Pantanal, e investem pesado, mas são iniciativas empresariais. Quem mora na região, quem conhece a região sabe o tamanho do potencial daquilo lá. É como se tivéssemos uma Serra Pelada à disposição do turismo e estivéssemos usando aquilo ainda com uma mineração igual à do século XVII, chacoalhando a peneira para ver ser aparece algum grãozinho de ouro. É mais ou menos assim.

O Pantanal poderia se tornar, tirando os destinos litorâneos, claro, o maior destino turístico do nosso País. Por isso é que digo: transformar o Pantanal no xodó do Brasil é o grande caminho. Por quê teria de ser? Porque ele está 85% preservado. Então, a lógica, com ele, é uma lógica diferente da de quem trabalha no Cerrado, na Mata Atlântica ou mesmo na Amazônia. Na Amazônia, por que é diferente? Porque na Amazônia muitas terras são públicas; no Pantanal, elas são propriedades particulares. Então, nós estamos envolvendo a vida de pessoas e de famílias nisso.

A questão do turismo tem grande chance de se desenvolver. Só que nós temos alguns limites; às vezes, é o próprio setor. Vou citar um exemplo aqui. Eu tenho um conhecido que foi visitar o Pantanal e queria fazer um passeio turístico num barco pelo Pantanal, lá em Corumbá, onde há uma grande área mais desenvolvida em relação ao turismo. Ele entrou no barco e qual a expectativa que ele tinha? Que alguém explicasse como a onça anda, como o tuiuiú voa, como a cobra rasteja e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o peixe nada. O que ele viu lá? Samba, comidas típicas do Brasil inteiro e um passeio de barco com essas coisas.

Então, nós mesmos, parece que não conhecemos o Pantanal a fundo. Quando trabalharmos a questão do turismo, também devemos trabalhar essa questão do agroecoturismo. Será que as pessoas não têm interesse? Lá em minha cidade de Itu há fazendas de turismo que são quase urbanas. No Pantanal, você tem oportunidade de ver o rústico mesmo: se você bobear, você leva uma mordida de alguma coisa. Quantas pessoas estão dispostas a pagar por isso? Muitas.

Agora, sobre o turismo científico, nós temos várias universidades que atuam no Pantanal diretamente e outras que são visitantes esporádicas. Nós temos a Embrapa e outros institutos de pesquisa. Por que não o turismo científico? Nós temos campos experimentais. Por que não transferir o turismo científico para as instituições privadas também, empresas? E aí nós vamos também para o turismo ecológico. Então, temos várias opções, além de todo o turismo cultural da história do homem pantaneiro também, que deve ser explorado. Esse é um terceiro ponto importante.

O quarto ponto é a pesca. A pesca é uma questão que é quase de subsistência no Pantanal. Você tem o turismo pesqueiro, já tratado, e você tem a questão dos pescadores. Hoje eles pescam os principais peixes do Pantanal que, para a cultura regional, são os mais importantes – vou citar aqui o pintado, o pacu, os mais conhecidos –, e você tem lá, de 263 espécies de peixes, pelo menos umas vinte – vinte a trinta – com potencial de exploração comercial. E curiosamente, às vezes, até há conflitos de interesses: o setor turístico tem interesse, por exemplo, no dourado, e o pescador também se sente no direito de pescar o dourado. Ótimo! Agora, que alternativas são dadas, a sociedade dá a esse pescador? Falando: "Pescador, não pesque o dourado, porque você está atrapalhando o setor turístico." Mas que alternativas a sociedade dá para esse pescador?

Ora, nós temos vinte e tantas espécies sendo exploradas. Nesse sentido, o Corumbá está avançando, por iniciativa do setor privado junto com a prefeitura, em desenvolver um local onde os pescadores possam entregar as espécies – um entreposto –, as espécies menos valorizadas. E ali a gente tem condições, tudo com tecnologia da Embrapa, de seus parceiros, para que a gente consiga transformar esses produtos em produtos de vida em prateleira maior, inclusive no período em que a pesca é proibida. Essa também é uma coisa que tem que ser considerada no Pantanal.

Outro elemento da piscicultura que eu comentei: a questão não é ter piscicultura ou não; a questão é quanto e o que nós queremos com essa piscicultura. Se for para a piscicultura competir com a Bacia do Rio Paraná, por exemplo, eu vou dizer que é quase patético falar nisso, por quê? Porque, se eu não tenho uma estrutura logística em volta – a minha área de atuação específica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE ANTONIO FERREIRA DE LARA – ... é a área de carnes. Meu tempo acabou, né? Então, para finalizar, essa questão da área de carnes a gente tem assim: longe do setor produtivo.

Para finalizar, eu só queria deixar um recado: as instituições e as pessoas devem discutir mais o Pantanal. Nós temos a obrigação de envolver a sociedade nessa discussão. E federalizar essa discussão é o passo mais importante para que a sociedade brasileira como um todo entenda o que é o Pantanal e possa contribuir com o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecendo o Sr. Jorge Antonio, passamos então agora... A senhora se manifestou. Então, vamos à Srª Cátia Nunes da Cunha, representante do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).

A SRª CÁTIA NUNES DA CUNHA – Bom, primeiro, bom dia a todos.

Eu quero parabenizar o Sr. Senador Wellington Fagundes por essa iniciativa de trazer aqui para Brasília essa discussão. Porque é a comunidade científica produzindo conhecimento junto com os órgãos técnicos, buscando alternativas. Nós precisamos estar junto com os tomadores de decisão no trato de políticas públicas para que possamos realmente trazer uma gestão adequada para nossos ecossistemas, e Pantanal é um exemplo. Então, eu o parabenizo por essa sua iniciativa.

Bom dia a todos que estão aqui, participando nesta oportunidade.

Bom, eu vou trazer aqui, em nome do Centro de Pesquisa do Pantanal, uma discussão que temos feito já, há vários anos, sobre o Projeto de Lei do Senado 750/2011.

O Centro de Pesquisa do Pantanal firmou um termo de parceria, em 2012, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, visando à produção de conhecimento para subsidiar tomadas de decisões que garantam a conservação e o uso sustentável do Pantanal. Dentro desse conjunto de pesquisas, destacava-se uma que era para nós promovermos contribuições para essa lei do Pantanal que estava sendo, já, discutida desde essa época.

O CPP, em parceria com o INCT - Áreas Úmidas, que é o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas, realizou durante todos esses anos diversos estudos, debates, reuniões, *workshops*, mesas-redondas, sempre buscando apresentar e discutir essas propostas junto com a comunidade científica e também com a comunidade tradicional da região. Então, dessa forma, o CPP e o Inau apresentam, vou apresentar para vocês, as principais contribuições, e isso a gente espera que seja ouvido pelo meio político.

Bom, dentro dessa proposta, que eu não vou apresentar, que seria um aprimoramento desse PLS 750/2011, a gente vê o quanto há de importância. Então, com essa iniciativa dessa proposta, a gente vê a necessidade do marco regulatório para assegurar essa proteção do Pantanal Mato-grossense. Esse PL pode suprir essa lacuna, contendo alguns avanços que poderiam efetivamente contribuir com essa conservação, que é considerada um patrimônio nacional.

Uma coisa nós colocamos aqui: quando se trata de sugerir esses avanços em termos legais para o Pantanal, há certas dificuldades de entendimento, porque o Pantanal, esse bioma, como ecossistema, é diferente dos demais brasileiros, para que, costumeiramente, a gente tenha políticas definidas de uso e proteção, porque ele tem particularidades, porque ele difere de outros ecossistemas.

Bom, a gente vê, então, que esse PLS pode ser aprimorado com alguns ajustes dos dispositivos que vamos citar e inserção de alguns tópicos que a gente acha relevantes para considerar essa natureza de ecossistema que é o Pantanal e que está sendo proposta nesse Projeto de Lei. Primeira coisa: nós temos que ter clara a natureza de ecossistema que é o Pantanal. Então, nós precisaríamos ampliar esse escopo da lei. A primeira coisa é reconhecer o Pantanal como uma área úmida, porque a isso o Código Florestal já faz menção, mas aqui, no escopo da lei, nós temos que reconhecê-la como essa área úmida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos uma situação importante, ou seja, esse bioma de áreas úmidas tem uma sinergia com o bioma do Cerrado próximo, que é a parte dos planaltos e depressões. Então, nós temos que estender essa proposta, essa área de proteção aos rios que drenam esse Pantanal. Poderíamos ter uma proposta de Pantanal reconhecido constitucionalmente como patrimônio nacional. Essa é uma área úmida, que pertence à categoria de planície alagável – estamos definindo o que é – localizada na Bacia do Alto Paraguai, constituída principalmente por savanas alagáveis anualmente. E a proteção prevista nessa lei abrange a planície pantaneira e também os rios que para ela drenam. Isso seria a diferenciação.

Outra questão que logo em seguida vem nesse PLS trata da navegação comercial dos rios, o uso de construção de biomas. A gente vê que as regras previstas nesses artigos 11 e 13 são insuficientes para assegurar uma proteção aos ambientes aquáticos do Pantanal. Nós temos que entender que o Pantanal tem diferenciação. Ele tem uma parte que é uma área úmida, que tem um sistema de pulso, então, essa moeda tem duas faces, uma terrestre e outra aquática, e nós temos ainda, dentro desse ecossistema, ambientes aquáticos.

Bom, nós vamos ver que esses ambientes aquáticos se mostram extremamente frágeis. Por isso nós precisamos normatizar não aspectos de navegação, de construção de estradas, hidrelétricos. E por que tudo isso? A justificativa é de que nós estamos conservando o que nós chamamos cientificamente de pulso de inundação, que é essa entrada e saída de água, porque sem isso o Pantanal não será mais o Bioma Pantanal.

Dentro dessas questões dos ambientes aquáticos, técnica e cientificamente para áreas úmidas o que nós usamos é *macrohabitats*, então, a navegação comercial dos rios formadores do Pantanal deve ser compatibilizada com a conservação e a preservação do meio ambiente, buscando a manutenção da biodiversidade, dos recursos hídricos, adaptando, por exemplo, embarcações aos rios. E uma das coisas vedadas seria produto potencialmente perigoso. Produto potencialmente perigoso na legislação brasileira já estão elencados quais são eles.

Quando se fala em conservação, preservação, buscando a manutenção da biodiversidade e recursos hídricos, estamos relacionando também todas aquelas convenções de que o Brasil é signatário, que o Brasil tem compromisso de atender. No parágrafo único há uma sugestão, ou seja, estariam vedadas intervenções que são irreversíveis aos cursos d'água, principalmente porque são aquelas que vão alterar a condição da água, a sua velocidade, o seu escoamento, o volume d'água e a capacidade de transporte de sedimentos dentro desse bioma. Então, isso é fundamental.

Aqui há alguns outros em que nós propomos esses acréscimos dentro dessa situação. Por exemplo, é de extrema relevância a definição de uma instância que congregue os órgãos federais e estaduais, tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul, na definição e execução de um plano de gestão do Pantanal, bem como que seja definida por instituições oficiais de pesquisa que contribuirão com essa gestão. Então, a proposição é de um conselho gestor. Quando nós analisamos todas as outras propostas que vêm para o Pantanal, por exemplo, da reserva da biosfera, sempre há essa construção desse conselho gestor. Então, na verdade, existem várias iniciativas. Nós precisamos congregar essas iniciativas. Esse conselho gestor teria atribuições de promover essa gestão integrada, participativa, do Pantanal com representantes de outros órgãos – aqui eu não listei por causa do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O outro é a mesma coisa das instituições de pesquisa. Quem são essas instituições de pesquisa? Porque o Código Florestal fala para recorrer a ela. Então, para fins desse apoio técnico e científico, a conservação, o uso sustentável do Pantanal seriam traçados por essas instituições oficiais de pesquisa. Então, isso regulamentado dentro de um parâmetro federal.

Outra questão também: o trato que foi analisado pelo CPP junto com a pessoa responsável pela parte legal por ter uma experiência muito vasta em legislação, em cumprimento, em execução, em proposição, que é o Dr. Teodoro Irigaray, que é de um grupo de pesquisa dentro lá da universidade, analisando todas essas propostas para o Pantanal, pelas características inerentes, não temos um espaço político para uma proposição tão nova. Então, vamos observar as existentes e ali nós adequarmos essas possibilidades.

Então, vem a questão da reserva legal. A definição de reserva legal no Pantanal não é uniforme: são Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e cada um tem essas regras. Então, nós precisamos aplicar regras diferenciadas para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que precisam ser uniformizadas. Nesse caso, o Código Florestal diz uma outra coisa. Então, nós precisamos adequar essa situação para elevar hoje a um patamar sem prejuízo das situações já consolidadas.

Dentro lá da proposição, diz: "Localizado no Pantanal Mato-grossense: 50% no imóvel situado em área de cerrado ou outras formas de vegetação". Agora, normatizar aqui seriam os proprietários, os possuidores desses imóveis rurais que realizaram a supressão da vegetação nativa, respeitando os percentuais da reserva legal. Então, com isso, você tem dispensados de promover a recomposição, seguindo alguns aspectos legais.

Outra questão também é a do uso restrito. Não é suficiente chegar e dizer que o Pantanal é um uso restrito, sem indicar efetivamente quais as restrições que incidem. Não é todo o Pantanal, mas os ambientes que compõem o Pantanal. Aí, sim, existem uns que são mais restritos; outros, não; senão, inviabiliza toda essa potencialidade de uso dentro do Pantanal. Então, isso é uma das coisas para as quais a gente chama mais a atenção.

Essa ideia dos *macrohabitats* existe dentro da planície exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais, ficando, no caso para o qual é mais chamada a atenção, a supressão de vegetação para um uso alternativo condicionada à autorização dos órgãos ambientais. Então, área de usos restritos seriam esses ambientes, essas unidades. E eu coloco aqui a experiência, as unidades que existem. À minha esquerda, o nome científico, técnico; do lado direito, o nome que a unidade pantaneira conhece.

À minha esquerda, está o nome científico, técnico, de onde viemos, mas, do lado direito, está o que a comunidade pantaneira conhece. Então, eu tenho aqui 6.24 tipos. É a mesma quantidade. Então, isso, para a gestão, o povo reconhece, o homem que está lá dentro sabe do que se está tratando, quais daqueles são mais restritivos e quais as atividades econômicas podem se desenvolver dentro dos limites estabelecidos por esses órgãos.

Outra questão que é fundamental na lei federal é que esteja definida a questão dos instrumentos econômicos. Se você falar em conservações, em alternativas, em uma série de situações, nós temos de trabalhar com esses instrumentos econômicos.

Então, o Poder Público precisa regulamentar esses mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais. Se 95% do Pantanal são privados e se a conservação está em torno de 80%, alguém está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

protegendo, e não é o Governo Federal, é a iniciativa privada. Então, os serviços ambientais estão ocorrendo. Isso merece ser respeitado, para, de alguma forma, também levarmos até a iniciativa privada essa possibilidade de proteção, a responsabilidade da conservação.

Então, aqui quero mostrar para vocês que tudo isso, essas informações, que aqui estão bem resumidamente, não foram uma coisa que surgiu, mas é um produto de longo tempo de estudos. A Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente da UFMT vem fazendo um trabalho, porque eles entendem da parte legal, da legislação, de como é a elaboração de lei. O Inau e o INCT, junto com o CPP, estão trabalhando com os marcos regulatórios que envolvem produção do conhecimento, que envolvem o conhecimento científico e o entendimento dessas convenções que o Brasil assinou.

Então, já existe uma série de materiais publicados, que são relevantes para que possamos utilizar dentro de todo esse conceito do que seria essa legislação.

E, por fim, então, eu quero agradecer esta oportunidade, mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de que nós pudéssemos ter acesso até esta Comissão, que vem trabalhando...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CÁTIA NUNES DA CUNHA – ...para discutir melhor, para apresentar, para que ela possa realmente obter o aproveitamento desses estudos todos que nós já realizamos.

Muito obrigada pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Só para dar conhecimento, esse projeto de lei está sendo apreciado agora, neste momento, lá na CAE. Já foi relatado pelo Senador Pedro Chaves. Foi dada vista coletiva. E agora ele deve estar sendo apreciado lá e votado e, na sequência, vem para esta Comissão. Então, acho que temos aí condições de trabalhar em conjunto no aperfeiçoamento, o máximo possível, do projeto.

Então, nós gostaríamos de agradecer, inicialmente, a presença de vocês e de convidá-los para que estejam aqui, na plateia, que as perguntas virão depois.

Vamos convidar o Sr. Rafael Morais Chiaravalloti, Diretor de Políticas Públicas do Instituto Ecoa; o Sr. Renato Roscoe, Diretor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); o Sr. Sérgio Guimarães, do Instituto Centro de Vida.

Também já está presente conosco o Sr. Ricardo Eboli, que, quando estiver pronto, pode vir à frente.

Dando sequência, vamos já passar a palavra ao Rafael Morais Chiaravalloti, Diretor de Políticas Públicas do Instituto Ecoa. Está certo, não é?

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI (*Fora do microfone.*) – Lá eu sou Diretor Científico.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O senhor está com a palavra.

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI – Obrigado. Meu nome é difícil mesmo. Até minha mulher confunde de vez em quando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mas pode repetir.

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI – É Chiaravalloti.

Obrigado pelo convite, Senador. Obrigado pela oportunidade de falar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos só falar um pouco da Ecoa. É uma honra estar aqui representando a instituição. É uma honra também representar a sociedade civil – às vezes, é difícil, por uma questão de logística, ela estar presente nestes eventos. Então, muito obrigado.

A Ecoa tem 28 anos de ações e pesquisa na Bacia do Prata. Estou na instituição há pouco tempo, represento outras instituições também da sociedade civil como ONGs e universidades.

A Ecoa tem três focos: impactos de infraestrutura e energia, eventos climáticos extremos na região e conservação e desenvolvimento no Pantanal.

Como o Senador falou um pouco sobre o BID-Pantanal, a ideia é tentar focar um pouco as comunidades que moram no Pantanal e tentar entender como a gente pode integrar a questão do BID-Pantantal com o desenvolvimento de comunidade, só para falar em conservação de base comunitária no Pantanal.

A Ecoa trabalha junto com diversas instituições para que isso aconteça. Trabalha com outras ONGs, trabalha com universidades do Brasil e fora do Brasil, como a UFMS, em Campo Grande, e a Universidade Colégio de Londres, na Inglaterra.

A gente tem divulgado o nosso trabalho em diversos lugares do Brasil e do mundo. Então, eu estava nos Estados Unidos na semana passada, falando um pouco sobre o trabalho no Pantanal. Estive na Colômbia no mês passado. Eu estava em Paris no mês retrasado para falar um pouco sobre o trabalho que a gente vem fazendo. Na verdade, é um trabalho de base científica. Então, diversas coisas vêm sendo publicadas, como diversas capas de revistas científicas.

Quero falar um pouco que o Pantanal é visto... Como muitos falaram aqui, grande parte do Pantanal é composta por fazendas de gado; 95% são fazendas de gado. A população do pantanal é composta por peões de fazendas de gado, e a economia local é basicamente baseada na criação de gado. Essa é uma visão do que é parte do Pantanal. A gente tem de entender o que é a outra parte do Pantanal, a parte de que ninguém fala. Parte da instituição existe para que a gente consiga enxergar outros públicos que não só a fazenda de gado, que são importantes, mas existem outros públicos também, como o Jorge, da Embrapa, falou.

Só pensando em fazenda de gado, houve uma pesquisa no Pantanal... Às vezes, a gente pensa em base, em comunidades. Fizemos uma viagem longa no Pantanal e descobrimos, pela nossa viagem, que existem mais de 50 comunidades ribeirinhas no Pantanal. Às vezes, essa informação é meio escassa, ninguém sabe muito bem quem existe no Pantanal. Sobre a Amazônia há muito mais informações. Lá há muito mais gente do que no Pantanal, mas, realmente, existe muita gente no Pantanal. Existe gente que mora nas comunidades, existe gente invisível às políticas públicas. Então, pensando em saneamento básico, pensando na questão do BID-Pantanal, são milhares de pessoas que não têm acesso ao saneamento básico; pensando em energia também, em investimentos no Pantanal, milhares de pessoas não têm acesso à energia elétrica, milhares de pessoas não têm acesso a seus direitos básicos. Então, é importante pensar nisso.

Eu gosto dessa história, que é um pouco do meu trabalho acadêmico. Pensam que o Pantanal é um bioma colonizado faz pouco tempo, que as pessoas estão ali faz pouco tempo. Os estudos arqueológicos mostram que a primeira cidade no Pantanal foi fundada em 1543, ou seja, é mais antiga que a terceira cidade mais antiga do Brasil, teoricamente; é mais antiga que Salvador. Puerto de Los Reyes – há uma discussão sobre onde era Puerto de Los Reyes, se era em Corumbá, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

provavelmente era na Baía Gaíva – foi fundada em 1543 pelos espanhóis e foi o primeiro assentamento humano não indígena. As pessoas estão ali no Pantanal, essa mistura entre indígenas e não indígenas existe no Pantanal há um bocado de tempo, há bastante tempo, não estão ali faz pouco tempo. Esse dado do número de pessoas que moravam ali não é acurado cientificamente. Os primeiros colonizadores estimaram em oito mil pessoas. Enfim, não dá para falar que são oito mil pessoas, mas dá para falar que, desde 1540, existia muita gente no Pantanal, existiam, Srs. Senadores, pessoas que não tinham acesso aos direitos básicos, desde essa época.

Há a questão dos peixes no Pantanal. A gente tem discutido bastante a pesca no Pantanal, para tentar entender se os pescadores estão ali no Pantanal, se o peixe está acabando no Pantanal, se as coisas estão indo por um caminho que não é o mais sustentável para a região. Então, a gente tem feito estudos científicos na região, tem trabalhado bastante e tentado entender se a pesca tradicional no Pantanal é realmente uma política que deve ser celebrada ou é uma política que deve ser parada, se a gente deve buscar alternativas para a pesca. O que a gente tem mostrado, de novo, com parcerias com universidades, em publicações – esses artigos e achados têm sido divulgados no mundo inteiro, na verdade –, é que a pesca, por causa das características de inundação do Pantanal, segue um sistema rotativo: as pessoas se movem na região, pescam em lugares diferentes a cada momento e se adaptam às condições do ambiente. A gente faz um paralelo com uma padaria: imagina se a gente vai comprar pão de manhã e se o padeiro é meio doido e resolve abrir a padaria cada hora num lugar, num ambiente, a gente tem de achar onde está o padeiro. No Pantanal, a gente tem de achar onde está o peixe. O tempo todo, eles estão se movendo. O tempo todo, eles procurando onde está o peixe, o que cria um sistema rotativo, que é um indicativo de que esse tipo de pesca de que a gente está falando seja sustentável.

A gente encontrou que as comunidades têm territórios. Essas 50 comunidades que a gente estudou têm suas áreas, que também não são reconhecidas pelo Estado. Um cara de uma área não pode invadir a área do outro. Eu me lembro de que a gente estava numa comunidade, e alguém falou: a comunidade do vizinho é igual aos Estados Unidos, parece que eles falam diferente, parece que eles têm outra maneira de falar, embora estejam a 20m ou 50m de distância. Então, existem mecanismos tradicionais de preservação e territórios tradicionais. É outra maneira de enxergar a propriedade no Pantanal, outro nível, não são fazendas, mas são territórios que cada um enxerga. Mais uma vez, pensando em investimento no Pantanal, pensando em políticas públicas no Pantanal, essas questões não são reconhecidas pelo Estado nem acessadas ou celebradas.

Outro ponto, e isso a gente está estudando ainda, é que existem os entupidos do Pantanal. De novo, outra dinâmica do Pantanal que a gente tem estudado com bastante afinco, em relação a isso, são as baías fechadas pela vegetação, que não são acessíveis de jeito nenhum. Teoricamente, seriam áreas de pesca para as pessoas, mas muitas delas são impossíveis de serem acessadas, em razão da vegetação, que vai criando uma macega – não sei se este é o nome científico – que impede o acesso àquelas baías.

Esta aqui é uma figurinha de uma baía que foi se fechando ao longo do tempo. Isso existe em algumas regiões do Pantanal. A gente estimou, com imagens de satélites de alta resolução, que isso chega a 50% do Pantanal. É importante enfatizar aqui: por causa do ciclo de inundação do Pantanal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por causa das características ecológicas, muitas áreas do Pantanal são inacessíveis, e essas áreas inacessíveis criam refúgios de pesca, que ajudam a preservar a pesca no Pantanal.

Só para falar um pouco da pesca, a gente tem mostrado que diversos mecanismos indicam que a pesca no Pantanal – de novo, estou enfatizando esse tipo de pesca no Pantanal – é sustentável. Há refúgios de fauna, nessas áreas de macegas, como o Sr. Senador falou, que impedem que os comunitários e mesmo os pescadores de turismo acessem. A gente tem comparado com o pessoal que trabalha no gelo. A gente chama de pesca de gelo. É uma pesca até semelhante com a do gelo, embora o lugar seja um pouquinho mais quente e tenha mais pernilongo.

Então, há territórios tradicionais das comunidades. Há esse sistema rotativo, por causa da dinâmica do curso de inundação, o que transforma aquela pesca, pelos nossos estudos ecológicos, sociais e econômicos, tornando-a sustentável. Mas, de novo, vamos enfatizar que esses mecanismos não são reconhecidos pelo Estado, não são acessados pelos comunitários. É importante entendê-los, é importante celebrá-los, para que a gente consiga ter um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que preserve o meio ambiente e que, ao mesmo tempo, promova a economia local. Então, estamos pensando nessas três coisas. De novo, é uma área da instituição da Ecoa, é uma área em que eu também trabalho, mas resolvi trazer isso sobre as comunidades porque eu acreditava que, como existem poucas instituições que trabalham com comunidades – existem várias instituições, mas há poucas nessa área –, esse talvez fosse um tema importante para a gente discutir aqui.

Então, a primeira coisa – eu não sei qual o meu tempo, que está acabando – que é importante é reconhecer que existem pessoas no Pantanal. Com certeza, existem fazendeiros no Pantanal, que são superimportantes para a conservação do bioma, mas também existem milhares de pessoas que vivem nessa região e que não são reconhecidas como tais.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É a diversidade social.

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI – Há uma diversidade social, como o meu amigo Sérgio falou. Então, é fundamental isso.

E elas são invisíveis. Na Amazônia – não tenho inveja da Amazônia –, há maior acesso aos direitos; no Pantanal, isso ainda não ocorre. Por que isso não ocorre no Pantanal também? Se você fizer uma pesquisa simples no Pantanal sobre estudos no Pantanal, você verá que existe uma quantidade infinitamente menor de estudos no Pantanal do que em outros biomas. Se você fizer uma procura no Google, por exemplo, você encontra 50 vezes menos estudos no Pantanal do que na Mata Atlântica, do que na Amazônia. Tudo bem, é um bioma menor, mas existem pessoas ali dentro, existe um ambiente que precisa ser conservado, existe uma economia que precisa ser lembrada, e, para isso, tem de haver instituições como a Embrapa, como o CPP, como outras instituições com recursos para que isso aconteça. Se a gente não sabe o que tem, como é que a gente vai preservar? Eu acho que esse é o grande ponto.

E temos de entender melhor esse mecanismo de uso de recursos tradicionais. Então, se a gente não entende como as comunidades usam os recursos, como as comunidades pescam, como é que a gente vai levar esgoto para eles? Como é que a gente vai levar luz para as comunidades se a gente não entende essas questões tradicionais? Quer dizer, existem pessoas ali dentro. E eu acho que, depois de alguns anos trabalhando com conservação de meio ambiente, é meio óbvio que a gente tem de trabalhar com as pessoas; não existe jeito de falar que a gente não vai trabalhar isso. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprendizado não só no Brasil, mas no mundo inteiro: tem de se trabalhar com pessoas. Somente as pessoas conservam o meio ambiente; sem as pessoas, a gente não chega a lugar nenhum. Então, a gente tem de melhor entender esses mecanismos tradicionais, melhor entender quem são as pessoas que estão ali dentro, como elas usam os recursos.

E é preciso garantir a integridade do bioma. Eu acho que, como os colegas já falaram e vão falar também, é importante entender o impacto das PCHs no bioma para a questão do investimento. Não é que a gente seja contra, mas a gente tem de entender, de novo, pensando em estudos. É importante entender o impacto da hidrovia na região do Pantanal, é importante entender o impacto do desmatamento, porque, se você não tem essas dinâmicas do bioma, como a colega Cátia falou, se você não tem a dinâmica de inundação do Pantanal, você deixa de ser do Pantanal. As pessoas que estão ali dentro vão parar de fazer aquelas pescas no Pantanal. Aquele refúgio de fauna, de que eu falei, as macegas que tampam o Pantanal vão deixar de existir. E toda essa dinâmica que preserva o Pantanal, que tem preservado o Pantanal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI – Desculpe-me! O tempo acabou.

Então, é importante preservar.

Só para acabar aqui, quero falar sobre a questão das áreas protegidas no Pantanal. O Pantanal tem bem menos áreas protegidas, e essa é uma questão que tem de ser discutida fundamentalmente. Hoje, por exemplo, de cunho sustentável, há 0% de públicas, não de RPPNs.

Bom, era isso. Obrigado. Isso é só uma imagem do programa que a Ecoa fez com o Luz para Todos, que trouxe luz solar para as comunidades isoladas no Pantanal.

Obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos registrar a presença do Dorival Betini, Superintendente do Ibama em Mato Grosso do Sul.

Vamos passar a palavra, então, a Renato Roscoe, Diretor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

O SR. RENATO ROSCOE – Bom dia, Senador!

Inicialmente, eu gostaria de parabenizá-lo pela discussão fundamental. Que a gente traga essa discussão para dentro do Congresso Nacional, para que a gente avance nessas discussões, escutando todos os lados. O que foi colocado aqui de forma bastante clara pelo Jorge Lara, nosso colega da Embrapa Pantanal, é a necessidade de a gente escutar todos os lados.

E aí eu vou pegar uma carona – vou chamá-lo só de Rafael; não vou tentar falar o sobrenome – com o nosso colega Rafael, falando que, realmente, existem pessoas no Pantanal. E isso é uma coisa que nós temos de levar em consideração em todo momento que discutirmos, em todo momento que fizermos qualquer tipo de discussão sobre o Pantanal. Existem pessoas há muito tempo no Pantanal, pessoas essas que estão em atividades diferentes. Nós temos os ribeirinhos, nós temos alguns que se dedicam à pesca, nós temos os que se dedicam à pecuária, que são pessoas assim como os ribeirinhos, assim como todos os outros. São pessoas que ali estão e que desenvolvem suas atividades econômicas há mais de 200 anos – os registros são de 270 anos de pecuária no Pantanal.

Nesse sentido, de novo, ressaltando o que já foi falado aqui, Senador, nós temos no Pantanal 95% das áreas privadas. Então, são áreas privadas, e mesmo assim com 85% de preservação, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambientes ainda intactos. Esses são números muito relevantes, porque isso mostra que, hoje, o setor privado tem um papel fundamental na preservação dessas áreas e do ambiente. O último número que o Rafael nos colocou ali deixa claro isso: há pouco mais de 3% de áreas protegidas e 0% de áreas públicas protegidas no Pantanal. Isso é bastante relevante do ponto de vista da preservação do Pantanal. Nós temos de pensar na preservação do Pantanal primeiramente pensando no homem pantaneiro. Se o homem pantaneiro não estiver inserido nessa discussão, nós não vamos a lugar nenhum.

Nesse sentido, eu gostaria de ressaltar outra questão que é fundamental. Agora, lembro isto ao Sr. Cristiano, do Ministério do Turismo: o turismo no Pantanal hoje, até mesmo com as festas que o senhor acabou mostrando, exemplificando etc., tem a parte do ecoturismo, mas ela é muito fortemente suportada pela chamada cultura pantaneira. E não é só no Pantanal, não; todo o Estado de Mato Grosso do Sul e boa parte, seguramente, dos nossos colegas do Estado de Mato Grosso também têm uma influência muito forte da cultura pantaneira no seu dia a dia. A cultura pantaneira emana do Pantanal para o Planalto e muda os nossos costumes. O tereré, o carreteiro, enfim, vários dos nossos hábitos em Mato Grosso do Sul são altamente influenciados por essa cultura pantaneira, que é, caro Cristiano, um grande insumo para o turismo no Pantanal, inclusive para que viabilizemos o ecoturismo no Pantanal, que precisa de um suporte a mais.

Hoje, todas as pousadas, todas as unidades de turismo que utilizam o Pantanal, mesmo aquelas dedicadas ao ecoturismo, têm atividades de turismo rural, têm atividades de cavalgada, têm atividades mostrando a cultura pantaneira. Geralmente, todas essas pousadas têm alguma referência às comitivas pantaneiras. Enfim, isso está muito arraigado no nosso Pantanal. Sem dúvida nenhuma, isso é uma coisa fundamental.

Retomando aqui a questão de preservação do Pantanal, nós estamos falando de uma área de 150 mil quilômetros quadrados. O Jorge falou aqui em quatro Suíças. Não é uma área pequena, não, é uma área significativa e uma área, como eu disse, privada, basicamente privada. Ou seja, ela tem de ter viabilidade econômica para se sustentar. Ou todo esse pessoal é retirado de lá e o Estado assume essa área, que é do tamanho de quatro Suíças, algo que é bastante complicado de acontecer, ou então a gente acha uma forma de o homem pantaneiro – quando eu falo homem aqui, eu estou me referindo à mulher também, Jorge, como você lembrou muito bem –, de o homem e a mulher pantaneiros estarem presentes nesse processo de desenvolvimento conjunto do Pantanal.

Portanto, a atividade econômica no Pantanal é fundamental para que se tenha lá o que se tem hoje: estradas de acesso e a possibilidade de ter as próprias pousadas. Muitas das pousadas hoje que exploram o ecoturismo têm uma atividade pecuária também de suporte. São várias. Um exemplo clássico é a própria Caiman. Nós estivemos discutindo lá a Carta Caiman. Essa propriedade tem 54 mil hectares, dos quais cinco mil hectares dedicados ao ecoturismo. O restante tem 35 mil cabeças de gado, viabilizando todo o processo interno. Ou seja, nesse caso, a pecuária dá suporte para que o ecoturismo avance, o que é muito interessante para o nosso Pantanal.

Nesse sentido, nós temos de dividir bem as questões que nós temos entre a planície pantaneira e o planalto. São discussões muito distintas, embora eles estejam interligados, como a Drª Cátia mostrou. São ecossistemas interligados, mas são completamente diferentes. Nós temos de entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qual é a ligação entre esses ecossistemas e de que forma um interfere no outro, para que não geremos políticas públicas que venham a interferir na viabilidade de ambos os ambientes.

Portanto, nessa divisão, vamos voltar de novo para planície pantaneira. Na planície pantaneira, no bioma Pantanal, conforme identificado pelo IBGE, nós temos hoje 5,5 milhões de cabeças de gado nessa região. É significativo esse montante de animais. Basicamente um quarto de todo o rebanho de Mato Grosso do Sul está dentro do Pantanal hoje, gerando receita, gerando renda não só para as pessoas que estão ali no Pantanal, como também para o Estado de Mato Grosso do Sul, para o País como um todo. Então, abrir mão dessa atividade é praticamente impossível, diante da realidade que nós temos hoje.

Portanto, o que nós temos de buscar? Formas baseadas na técnica que a própria Embrapa e a Drª Cátia colocam para a gente de forma muito clara, formas baseadas em técnicas científicas, com um embasamento claro de como utilizar esse Pantanal para a pecuária, da forma que viemos utilizando até o momento, e de como podemos ir para o futuro, garantido a sustentabilidade dessa pecuária nesse ambiente. Então, esse é um dos pontos relevantes para nós.

Do ponto de vista... De novo, só complemento o que a Drª Cátia colocou: são vários pantanais. O Pantanal não é uma coisa só, são vários pantanais, são ambientes muito distintos que há na própria da planície pantaneira e que nós precisamos entender de forma adequada. Às vezes, uma regra só não vale para todo mundo. Nós precisamos entender de que forma as regras podem avançar.

Nesse sentido, por exemplo, nós sabemos que hoje essa pecuária, com 5,5 milhões de cabeças presentes no Pantanal, tem índices de produtividade ainda relativamente baixos. Ela precisa melhorar esses índices de produtividade. Um dos fatores que a Embrapa coloca claramente é que a substituição de parte – vejam bem! – das gramíneas nativas por gramíneas adaptadas, como a *Brachiaria humidicola* e outras gramíneas adaptadas, melhora a produtividade do rebanho sem interferir no ambiente. Então, de certa forma, esses são pontos que a gente tem de levar em consideração em toda essa discussão.

Nesse sentido, Senador, o PLS 750... Como o Jorge disse, há várias coisas em que estamos em consenso, e uma delas é o PLS 750. Nós entendermos ser fundamental que a gente tenha a aprovação de um regramento o mais rápido possível.

Só nesse sentido, quero aproveitar aqui a presença do Imasul, que é do Governo do Estado, para dizer que nós temos o Decreto 14.273, de 2015, que regulamenta a área de uso restrito em Mato Grosso do Sul, obedecendo ao que foi estabelecido no art. 10 do Código Florestal. A regulamentação está lá posta, e estamos seguindo à risca todo esse regramento jurídico, que já se encontra estabelecido.

Agora, partindo um pouquinho para o planalto, como eu disse, precisamos fazer uma distinção bem clara sobre o que é planície pantaneira e o que é planalto. No planalto, nós temos algumas coisas críticas. O Rio Taquari, por exemplo, é um ambiente crítico. Todos nós sabemos que precisamos de ações ali colocadas de forma clara e até emergencialmente. O Rio Taquari vem sendo estudado, os problemas do Rio Taquari vêm sendo estudados há anos, com várias soluções tecnológicas já desenvolvidas, mas que não conseguem ter viabilidade de ser implementadas. As soluções são geradas, mas não conseguem ser implementadas, porque elas têm um custo de implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente observa, por exemplo, que o Taquari é extremamente crítico, porque é um rio que está drenando um planalto de solos que são arenosos, extremamente arenosos. Então, é um ambiente muito sensível. Só que, na mesma bacia, nós temos solos que são extremamente estáveis, que são plenamente utilizáveis pela agricultura, pela pecuária, até mesmo pela cana-de-açúcar, que não pode ser plantada nessa região – ela até poderia ser plantada, porque há possibilidades técnicas de ela ser plantada –, tudo isso de forma bastante segura para o meio ambiente, porque são ambientes diferentes. Então, assim como não podemos tratar a planície de forma igualitária, nós não podemos tratar o planalto também como a mesma coisa. Então, a extensão da discussão da proteção do Pantanal para o planalto é necessária. Mas é necessário, da mesma forma, que ela seja colocada em contexto, no contexto de que nós temos ambientes diferentes, nós temos áreas de produção diferentes, e, quando vamos para essas regiões, nós temos regiões agrícolas consolidadas, nós temos várias outras questões a serem colocadas. Enfim, temos solos arenosos, solos argilosos, solos que são sensíveis, outros que são bastante estáveis. Isso deve entrar na equação.

Para finalizar, a gente gostaria de deixar aqui três pontos específicos. O primeiro ponto é o seguinte: toda essa discussão deve ser pautada nos conhecimentos técnicos, científicos, que estão disponíveis e que as instituições de pesquisa continuam sempre gerando, a todo momento, para nós. Isso nos dá segurança de avançar de forma que a gente tenha um Pantanal economicamente viável, mas preservado, na medida do possível, onde nós possamos ter o pantaneiro trabalhando de forma adequada, os ribeirinhos vivendo de forma adequada, assim como nós possamos explorar – e podemos explorar muito ainda – o turismo ecológico naquela região de forma mais robusta.

Nesse sentido, só para citar, nós, do sistema Famasul, viemos trabalhando muito e tentando levar tanto para o planalto quanto para a região pantaneira esse conhecimento, os conhecimentos técnicos. Só para citar alguns números, nos últimos dois anos, nós fizemos capacitação para produtores e trabalhadores rurais. Nós fizemos 4.267 cursos, entre cursos técnicos, cursos de educação ambiental, cursos de recuperação de áreas degradadas, de recuperação de pastagens, de recuperação de APPs, enfim, vários cursos, inclusive cursos de promoção social, cursos que envolvem o aproveitamento adequado do artesanato da região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO ROSCOE – Além disso, nós estamos hoje, só na Bacia do Alto Paraguai, com 883 produtores recebendo assistência técnica, inclusive dentro do Programa ABC Cerrado, que visa exatamente à adequação ambiental desses produtores, de tal forma que as suas atividades tenham o menor impacto possível no ambiente.

Só para finalizar, nós temos de manter as condições econômicas – é importante sempre lembrar isso – das atividades que são desenvolvidas no Pantanal. Os levantamentos – tanto os Zoneamentos Agroecológicos como os Zoneamentos Econômico-Ecológicos – são fundamentais. Como o Jorge falou – eu gostaria de parabenizá-lo, Jorge, pelas suas palavras –, nós temos de trabalhar com a inteligência territorial, para que a gente possa ter legislações que sejam equilibradas, para que possa, sim, haver um desenvolvimento sustentável na nossa região.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou pedir ao Senador Cidinho que me substitua. Eu tenho de estar presente em outra comissão, mas eu gostaria de abordar a última posição do Renato. Na Comissão, Renato, nós queremos instigá-los, para que essa parceria seja permanente, inclusive no sentido de que quem vive lá, que conhece o dia a dia e que está na pesquisa, como vocês, possa nos subsidiar com sugestões de projetos, de ações, para que possamos promover esse desenvolvimento do Pantanal. O pantaneiro hoje está conseguindo sobreviver com que tipo de economia? Só o grande... Aqui já se falou da divisão das áreas.

Então, há algumas perguntas. Por exemplo, já se discutiu muito lá em Mato Grosso o controle do jacaré. Como é isso? Precisa se fazer? O volume de jacarés está excedendo ao ponto de desequilibrar o nosso sistema, toda a nossa fauna? E também há a criação, por exemplo, do jacaré fora do hábitat. Nós temos em Cáceres uma grande cooperativa. O que se pode fazer para que haja o desenvolvimento mais econômico? Com que apoio? Por exemplo, nós estivemos visitando lá, da última vez. Eles colocaram várias dificuldades, inclusive para exportar o produto.

Então, eu penso que seria importante também, nesta ou em outras audiências, que vocês pudessem sugerir, porque entendo que o desenvolvimento econômico, a condição econômica é que faz com que o cidadão possa se fixar sem agressão ambiental.

A questão da Hidrovia Paraguai-Paraná, como é a visão? Agora, por exemplo, nós estamos lá na recuperação da BR-174, de Cáceres até Porto Morrinho, exatamente com o objetivo de voltar a navegabilidade, e as informações que nós temos são as de que é preciso muito pouco recurso para fazer com que a dragagem do trecho de Cáceres até Porto Morrinho possa trazer viabilidade. Agora, nós queremos fazer algo que não seja embate, que sejam muito mais ações em que se possa fazer esse desenvolvimento.

Eu vou aqui ler um material preparado pela Consultoria.

O Pantanal é um bioma diferenciado que possui a maior concentração de fauna das Américas e características de outros biomas, como o Cerrado, o Chaco, o Bosque Chiquitano, a Amazônia e a Mata Atlântica. Além disso, liga duas bacias hidrográficas de importância transfronteiriça, a amazônica e a do Prata, o que lhe atribui a função de corredor biogeográfico, por contribuir para a ampliação da distribuição de várias espécies de fauna e de flora. Isso é afirmativo. Como é uma área úmida, seu principal fenômeno ecológico é o regime anual de cheia e seca, pulsos de inundação, que direciona a existência, a produtividade e a interação entre as espécies aquáticas e terrestres presentes no bioma pantaneiro, bem como mantém atividades como pecuária, pesca e turismo, importantes para a movimentação da economia regional e local.

As questões sugeridas são as seguintes.

Com vários tipos de gramíneas, pastos naturais, e a fertilidade das regiões alagadas todos os anos, que recebem uma camada de material orgânico misturada com sedimentos vindos dos planaltos ao seu redor, o Pantanal atraiu a pecuária, que tem sido praticada de forma extensiva na região desde o século XVIII.

O Programa Cerrado-Pantanal do WWF-Brasil trabalha em parceria com produtores rurais para apoiá-los, para desenvolver e comercializar uma cadeia de produção de pecuária sustentável, preservando, assim, os 86% do bioma ainda conservados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quais são as alternativas econômicas que podem tornar a pecuária extensiva sustentável no Pantanal, respeitando todas as normas ambientais?

Aqui também há uma discussão sobre grandes propriedades de que foi retirado o gado, como o caso do Sesc Pantanal. E há também algumas afirmações de que, com a retirada do gado de forma muito abrupta, vem a macega, que cresce muito. E, quando vem o fogo natural, isso também causa um impacto muito grande. Eu gostaria de ouvir esses comentários do que pode ser feito e o que está sendo feito nesse sentido.

O bioma Pantanal... Quando o Sesc fez isso, outros proprietários também que tinham a pecuária acabaram, segundo eles, deixando de ter isso, porque as onças, enfim, comiam os bezerros, e o prejuízo era grande. Então, foi preferível tirar também o gado. Eu gostaria de ouvir esse comentário.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Todo ano, saímos no Jornal Nacional por causa das queimadas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esse é um aspecto. E as queimadas são naturais porque o Cerrado é propício a isso, tanto é que o tipo de vegetação tem essa resistência, desde que não haja um fogo de volume incontrolável.

O bioma Pantanal tem imenso potencial para a exploração do ecoturismo. Essa poderia ser outra fonte de renda para a população pantaneira? Quais impactos isso traria para a região?

A Embrapa Pantanal recomenda que os ambientes inundáveis e os aquáticos não devam ter substituição da vegetação nativa, pois a qualidade desses hábitats, em termos de pastagem, é superior, na grande maioria dos casos, à qualidade das pastagens cultivadas. Que medidas estão sendo tomadas para promover a manutenção da pastagem natural do Pantanal?

Como foi colocado aqui, parece que 95% são privados e que 86% são protegidos, são naturais. O que vocês sugerem? O que poderia ser feito no nível do Governo Federal? O que temos de criar?

Está aqui o projeto de lei do Senador Blairo, que o Senador Pedro Chaves, inclusive, está relatando agora na CAE e que depois virá a esta Comissão. Eu já até pedi ao Presidente a possibilidade de relatá-lo. Esse projeto já é suficiente? Há algo mais que a gente poderia fazer? O Pantanal deveria ser uma área de controle federal? Parece que alguém comentou esse assunto. Que controle federal? Não estamos propondo aqui criar outro Estado, não, mas que haja algum controle maior, porque tudo demanda realmente investimentos e recursos.

A nossa preocupação maior é o impacto que o Pantanal recebe exatamente das cabeceiras. Então, a questão... Eu estive lá há poucos dias, e vi o volume de lixo próximo de Cuiabá, chegando à Lagoa Siá Mariana. Parece-me que ali seria bem possível haver um controle de recolhimento daquele lixo com telas.

Então, são essas sugestões que eu gostaria que vocês aqui colocassem – nós, inclusive, aprovamos uma emenda da Comissão para o Pantanal –, como os tipos de atividades, para que pudéssemos aqui, de forma científica, promover a preservação do Pantanal naquilo que possa promover também a economia – não adianta só preservar, a meu ver, e deixar lá intacto –, até porque lá existem pessoas.

O SR. RICARDO EBOLI (*Fora do microfone.*) – Temos de conservar a natureza sem degradar a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – É preciso conservar a natureza sem degradar a economia.

Então, eu quero pedir ao Senador Cidinho que assuma a Presidência.

Esta audiência está sendo gravada e transmitida ao vivo.

Há algumas perguntas que já foram feitas. Eu gostaria da sugestão de vocês sobre a forma com que nós poderíamos encaminhar posteriormente essa discussão. Creio que poderíamos até fazer da questão do Pantanal uma discussão perene nesta Comissão, talvez criando uma subcomissão dentro da Comissão para que esse assunto pudesse ser debatido durante todo o ano.

Eu agradeço a todos. Muito obrigado.

Agradeço também ao Senador Cidinho por estar aqui para me substituir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos!

Eu agradeço a oportunidade de dar sequência aos trabalhos até então conduzidos pelo Senador Wellington Fagundes.

Imediatamente, passo a palavra a Sérgio Guimarães, que é nosso amigo de Mato Grosso, do Instituto Centro de Vida, para que faça uso da palavra.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES – Amigos, Senador Cidinho e Senador Wellington, que ainda está aqui, primeiro, parabéns pela iniciativa da audiência pública!

Eu acho que não preciso falar mais da importância do Pantanal nem da necessidade de uma lei de gestão do Pantanal, que é o que se está discutindo aqui.

O que eu tenho visto e ouvido aqui são falas muito convergentes. Eu acho que está todo mundo convergindo no sentido da preservação do Pantanal, ou melhor, da conservação do Pantanal em conjunto com as atividades econômicas que ali são desenvolvidas.

O Jorge colocou um aspecto muito importante, já falado aqui, e eu quero ressaltar também a importância do consenso no sentido de que todas as atividades, todos os atores sociais e econômicos da região sejam ouvidos para que se possa definir o tipo de atividades que são feitas. Jorge, eu acrescento uma palavra ao que você colocou. Além do consenso, eu acho que é fundamental o bom senso porque, além do entendimento dos diversos atores sociais, o bom senso significa nós trabalharmos de acordo com a natureza, de acordo com as características ambientais da região. Então, acho que essas duas palavras: o consenso e o bom senso são fundamentais. Nesse sentido, o bom senso é ouvir a ciência, ouvir o que dizem os cientistas, ouvir o que dizem os institutos de pesquisa, ouvir o que diz a sabedoria das populações tradicionais, ouvir o que dizem os atores sociais que já estão lá há muito tempo.

Então, acho que essas duas palavras são fundamentais, aqui trazidas. Ecoam a importância... Como foi ressaltado, a pecuária tem um papel importante, fundamental, mas há uma grande diversidade social e cultural no Pantanal, de atores sociais, que precisa ser atendida.

Então, nesse sentido de ouvir a ciência e buscar esse bom senso... Senador Cidinho, o consenso dos atores sociais e o bom senso, ouvindo a base ambiental, são nada mais, nada menos do que o que nós chamamos de desenvolvimento sustentável. São essas duas bases. Nesse sentido, eu acho que o centro de pesquisas do Pantanal, com o Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, trouxe... Eu quero reforçar aqui alguns pontos. A Profª Cátia Nunes já fez uma apresentação aqui, mas eu quero reforçar alguns assuntos, alguns pontos dessa contribuição desse substitutivo à Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Gestão do Pantanal. Eu acho que isso é fundamental, é importante. São coisas altamente convergentes com o que está sendo colocado aqui por esse substitutivo, e eu quero ressaltar alguns desses pontos.

O primeiro é a questão da conceituação do Pantanal como área úmida. Isso é fundamental no sentido de que a legislação já tem uma adaptação em função de áreas úmida. Ela já inclui as convenções de Ramsar e de reserva da biosfera. Isso fundamental porque já há toda essa legislação que precisa ser aproveitada.

Outro ponto que já foi colocado aqui, que eu acho que é de fundamental importância, é o do planalto circundante. O planalto circundante ao Pantanal, claro, tem que ser tratado de uma forma diferente da planície pantaneira, mas ele não pode ser tratado desconsiderando a planície pantaneira. A utilização do solo nessa região, uma zona tampão, tem que ter características muito próprias, para poder respeitar e garantir a continuidade do Pantanal.

O exemplo que trouxe o nosso amigo da Famasul é do próprio Rio Taquari. Uma ocupação desordenada feita durante um tempo provocou um assoreamento muito danoso no Rio Taquari, para o qual até hoje se buscam soluções e, devido à magnitude do problema, não se conseguiu ainda. Então, essa questão do planalto circundante é fundamental ter uma participação específica na legislação. Outro aspecto que eu quero ressaltar, que está na questão do planalto circundante, é que a normatização não é feita apenas com relação à navegação e às estradas, mas com relação às hidrelétricas que estão propostas nessa região, porque o que define o Pantanal, o que mantém o Pantanal vivo, o que defende o Pantanal e que garante que 85% a 86% de suas áreas sejam preservadas é a água, porque a água, durante um período do ano, ocupa a grande extensão da planície inundável do Pantanal. Então, essa normatização de obras, de estradas, de hidrovias e de hidrelétricas no entorno, no planalto circundante do Pantanal, nos rios que compõem a Bacia do Pantanal, é fundamental, porque a água tem um pulso. Chama-se pulso pantaneiro, que é a forma como a água chega, o tempo em que ela chega. Isso é que dá a vida ao Pantanal; então, é preciso que esse pulso natural seja mantido. Então, o processo de licenciamento, o processo inclusive de proibição, em função dessas limitações de hidrelétricas no entorno do Pantanal, é fundamental e precisa ser estudado e definido à luz da ciência. Essa questão é fundamental.

Outro ponto é a hidrovia. A hidrovia é fundamental. É preciso que uma hidrovia no Pantanal – já se fala nisso há muito tempo – garanta esse pulso, é preciso que ela garanta a velocidade das águas. Então, problemas de desobstrução dos rios têm que ser estudados com muito cuidado, porque podem mudar a velocidade das águas no Pantanal, e a velocidade das águas no Pantanal tem tudo a ver com o processo de inundação do Pantanal. Então, essa proposta de hidrovia que ficou e da qual se está voltando a falar agora tem que passar por todos os estudos e com todos os cuidados possíveis, e limitação dos calados, limitação do nível de transporte e dos volumes de transporte.

Há outros dois aspectos que quero ressaltar aqui ainda. Há a questão do conselho gestor, que também está previsto na lei, que é um conselho gestor envolvendo Governo Federal, os dois governos estaduais e também – fundamental – os institutos de pesquisa da região e as organizações da sociedade, não é, Rafael?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES – Eu acho que isso é fundamental.

Um aspecto final, não menos importante, e que foi colocado aqui, é a questão dos instrumentos econômicos. É fundamental que um local onde existem limitações e características específicas para que se possam desenvolver atividades econômicas também tenha incentivos econômicos aos que estão desenvolvendo atividades econômicas na região sobre essas características específicas. Isso a lei prevê, mas é fundamental que isso aconteça.

E esses pontos, Senador Cidinho, o pessoal do CPP, nós queremos trazer, que esses pontos que estão sugeridos que venham integrar esse substitutivo que está sendo desenvolvido aqui. Então, é fundamental que a sociedade, as organizações da sociedade, as populações locais em todos os setores econômicos estejam envolvidas nesse processo para que possamos chegar a um consenso e tomar decisões com bom senso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Sérgio Guimarães pela participação.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Dorival Betini, Superintendente do Ibama no Mato Grosso do Sul. Seja bem-vindo!

E também aqui comunico que todas as apresentações estão disponíveis na página da Comissão e no Portal e-Cidadania.

"Registro aqui os comentários do Laércio Sousa pelo e-Cidadania: "Os motivos que levam proprietários rurais a transformar parte de suas terras em reserva particular e patrimônio natural são desafiadores e inspiradores. Muitos acreditam no valor social e econômico das áreas naturais, na proteção de alguma espécie de planta ou animal."

"Em 26 anos de existência, desde que surgiram as RPPNs no Brasil, muitos proprietários tornaram-se reconhecidos pela determinação, entusiasmo, persistência, dedicação. O movimento de conservação em terra particular ganhou incentivos, apoio e simpatizantes."

Ele diz ainda, que é do Mato Grosso do Sul, Laércio Sousa: "Como grande parte do Pantanal encontra-se em mãos privadas, as ações dos proprietários possuem um enorme potencial de conservação. Toda propriedade privada ou pública, urbana ou rural tem uma função direta para seus proprietários servirem a suas necessidades."

"Atualmente em Mato Grosso do Sul existem 117 UCs, federais, estaduais e municipais, sendo elas 40 APAs (Áreas de Proteção Ambiental), 20 parques e 51 RPPNs." Dados do Imasul, de 2016.

"No Brasil, as RPPNs somam atualmente 1.460 reservas criadas, cobrindo uma área total superior a 708.705 hectares. Atualmente existem 17 associações que, em parcerias com órgãos públicos e organizações simpatizantes da causa RPPN, orientam proprietários de terras particulares."

E, por fim, ele diz ainda que: "O Estado de Mato Grosso do Sul tem destaque no cenário nacional pela diversidade das atividades econômicas do setor do agronegócio. Porém, nos últimos anos, devido às belezas naturais e ao potencial turístico da região, a conservação da natureza também tem gerado bons exemplos."

E, falando em Mato Grosso do Sul, passo a palavra ao Ricardo Eboli, que é Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul), para que possa usar a palavra.

O SR. RICARDO EBOLI – Bom dia a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite feito por esta Comissão de Meio Ambiente.

Parabenizo, durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Cidinho, que sempre nos recebeu muito bem através da sua assessoria e já deu sinais de clara contribuição a esse projeto de lei.

Cumprimento aqui a Mesa, na figura do Renato, nosso amigo lá de Mato Grosso do Sul.

Parabenizo o Jorge, como sempre, por colocações muito serenas e sábias a respeito lá da região do Pantanal.

E eu vou comentar, rapidamente, a questão do que nós de Mato Grosso do Sul, do órgão ambiental, temos feito em relação ao disciplinamento de uso dessa região.

Eu também gostaria de fazer um pedido a todos os senhores, principalmente aos Senadores. Qualquer proposição legal que venha a ser aprovada recairá sobre os ombros operacionais dos órgãos estaduais. E, muitas das vezes, nós temos muita dificuldade, apesar de todo o mérito propositivo, de fazer com que uma lei que ela seja, na sua plenitude, executada pelos órgãos estaduais.

Falo isso, porque participei da tramitação do Código Florestal, em 2012, junto com o Deputado Aldo Rebelo, em que nós tivemos um avanço significativo, do Código para cá, em relação às Áreas de Preservação Permanente do antigo Código Florestal que implicavam métricas, lá no nosso Pantanal, impossíveis de serem cumpridas para fim de desmatamento, para fim de cadastramento, porque, como bem falou o Rafael, cujo sobrenome vou omitir, praticamente, há regiões que tem 50% de seu território formados por baías, lagoas, cursos d'água, e, naquele antigo Código Florestal, essas áreas todas tinham Áreas de Preservação Permanente. Então, vocês imaginem o que era, para um órgão ambiental se deparar com um arquivo *shape*, se deparar com um mapa e identificar essas áreas. Era um trabalho, com a tecnologia existente, humanamente impossível. Então, peço para cada um dos senhores para, ao colocar, por maior mérito que ele tenha, um dispositivo, se pergunte: "E o órgão ambiental dará conta de fazer isso? Dará conta de executar isso?"

Diante disso, com a determinação que tivemos no art. 10 do Código Florestal, o Estado de Mato Grosso do Sul partiu para o cumprimento do que lá estava estabelecido, que era disciplinar a área de uso restrito da planície pantaneira. Mas, para que isso fosse feito, era necessário nós seguirmos ou, pelo menos, coletarmos as recomendações dos órgãos de pesquisa. Em algumas situações, essas recomendações não puderam ser imposições como alguns queriam à época; são recomendações. E nós fizemos, pegamos, pelo lado econômico, um estudo do Cepea e, pelo lado ambiental, pegamos um estudo da Embrapa Pantanal.

E aí, então, fizemos essa regulamentação, que é um pouquinho extensa. Mas vou colocar os pontos principais que a gente identificou aqui pelo pouco tempo que nós temos aqui.

Bom, então, esse é um decreto que nasceu do art. 10 do Código Florestal e que a gente tinha de disciplinar com base nas recomendações do órgão de pesquisa. Muitos falam ainda que o Pantanal está com desmatamento, com excesso de desmatamento. Discordo disso, porque não há outro bioma, salvo algumas exceções lá na Amazônia, com 270 anos de ocupação econômica que consiga ter 85% da vegetação nativa. Nós não podemos dizer que ele está em constante ameaça.

Onde o homem passa 30 anos, ele desmata tudo. Os nossos maiores problemas estão nas políticas públicas peripantaneiras. O problema é exógeno, o que faz mal para o Pantanal é o que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fora do Pantanal. De santuário ecológico ele se torna um sanitário ecológico. E nós, muitas vezes, pelo apelo midiático do bioma, deixamos de cuidar dessa parte peripantaneira.

Muito bem, então, a primeira situação que nós fizemos foi limitar o desmatamento dentro de critérios técnicos e não empíricos, buscados na Embrapa e buscados no CPEA. Definimos, no art. 14 que, para a supressão de vegetação nativa, a relevância ecológica deverá ser considerada com o intuito de resguardar amostras representativas na diversidade dos tipos de vegetação existentes na propriedade rural na área dos inserida na Área de Uso Restrito. Consideram-se resguardadas as amostras representativas da diversidade dos tipos de vegetação, quando: a cobertura vegetal nativa das fitofisionomias, unidades de paisagens, representada pelas áreas de formações de Cerrado com elevada densidade de árvores, e pelas formações florestais, estiver em percentual igual ou superior a 50% do total destas áreas existentes na propriedade;

Então, diferentemente, vejam só... O Código era de 1965. Nós chegamos a 2017 com 85% da vegetação nativa. Mas, como se não bastasse isso, lá no Código, até 2012, poderiam desmatar no Pantanal 80% da sua propriedade se a avocação do local permitisse.

E nós resguardamos essas áreas de Cerrado, num consenso que levou dois anos, para 50% de preservação dessa vegetação arbórea. E, nas áreas de formações campestres, de 40% de áreas preservadas. Vocês não têm ideia da dificuldade do órgão ao fazer, ao identificar, no arquivo *shape* todos esses recortes.

E o que é uma área de transição entre Cerrado e campestre? Como vamos pender para classificar se ela é verdadeiramente Cerrado ou verdadeiramente campestre? Porque há essas áreas mistas. Então, nós adotamos que, se tivesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO EBOLI – ... 80% de um tipo de vegetação, prevaleceria sobre o outro.

Muito bem. Mas, como se não bastasse essa redução do desmatamento, nós colocamos o previsto no Código Florestal, que a planície nossa, lá, nossa Área de Uso Restrito, é prioritária para compensação ambiental de reserva legal. E já estabelecemos que na área há os dois tipos de bioma, tanto Mata Atlântica, como o bioma Cerrado. Com isso, áreas hoje produtivas do Estado que não tenham condições mais de voltar aos 20% de reserva legal se viabilizam com esse instrumento econômico dito por todos que é necessário no Pantanal.

Vejam, nós hoje temos, dentro do Cadastro Ambiental Rural, várias transações já feitas, Senador Cidinho, de fazendas de outras regiões do Estado e procuras de outras regiões do País, para dentro do Pantanal. E por que estou dizendo isso? Porque, conforme o art. 6º desse projeto de lei, o bioma Pantanal, pela sua diversidade de tipologias de cobertura vegetal e sua semelhança às tipologias integrantes dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, poderá ser utilizado para a compensação da Reserva Legal desses biomas, porém, quando os passivos se localizarem na Bacia do Alto Paraguai.

Então, nós não entendemos como isso é razoável, porque isso prejudicará todas as outras compensações em trâmite dentro do órgão ambiental e as futuras, já que, comparada a Bacia do Alto Paraguai com as outras bacias hidrográficas tanto de Mato Grosso como de Mato Grosso do Sul, as áreas que mais necessitam de compensação de reserva legal estão aí inseridas, e não na Bacia do Alto Paraguai. Com isso, perde-se o incentivo econômico que tanto nós queremos aqui, ao permanecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse texto do passivo localizado na Bacia do Alto Paraguai. Esse é o único pedido nosso ao texto atual do projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado ao Ricardo, obrigado pela participação.

Eu tenho mais um comentário aqui: eu queria que arrumasse a cadeira do meu lado. O Rafael dá licença para a Lucélia...

O SR. RAFAEL MORAIS CHIARAVALLOTI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – ... vir aqui fazer a apresentação, sentar-se ao seu lado; há uma cadeira do lado, ela coloca aqui.

Enquanto organiza, eu vou ler mais um comentário aqui, do Sergio Luis Peixoto, de São Paulo. Ele diz, no comentário dele: "Não é possível a dita 'conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável'. Preservação é o ato de manter o recurso intocável, não admite interação. Já a conservação, admite a interação sem a degradação do recurso. É a conservação que é amiga da sustentabilidade".

Obrigado pelo comentário.

Obrigado à Lucélia, que é conterrânea nossa, lá, do Mato Grosso, e é Gestora do Núcleo Técnico da Federação de Agricultura do Estado do Mato Grosso (Famato).

Seja bem-vinda!

E está com a palavra.

A SRª LUCÉLIA AVI – Bom dia a todos!

É novamente um prazer estar aqui, nesta Comissão, representando a Federação da Agricultura. Eu quero agradecer esse convite.

E eu vou falar rapidamente. Eu não consegui assistir às outras falas, porque o meu voo atrasou. Era para ter saído às 6h05, foi sair só às 8h20. Então, não consegui assistir às outras falas, mas eu vou falar um pouquinho da atividade agropecuária no Pantanal do Estado de Mato Grosso e, depois, um pouquinho do que a gente realmente precisa, não necessariamente do Governo Federal ou de uma legislação federal, mas do que a gente precisa lá, no Pantanal Mato-Grossense, para a gente conseguir realmente manter a nossa atividade, manter os nossos pecuaristas realmente lá no bioma Pantanal.

Acredito que muitos já falaram sobre a questão do Pantanal, o que representa, que nós temos, no Mato Grosso do Sul, 65%, no Mato Grosso, 35%, que ele está preservado em 85%, conservado, vamos falar nesse sentido. Então, é um bioma que, eu acredito, o bioma brasileiro que é mais conservado aqui, no Brasil.

Também trouxe a questão nossa do Pantanal Mato-Grossense, o que representa o bioma Pantanal no Estado de Mato Grosso, 6,8% do Estado, e os Municípios que nós temos com áreas incidentes dentro do bioma Pantanal hoje, com a legislação que nós temos hoje. Há 15 Municípios, pensando que, de Mirassol para cima, eles representam mais de 20%, têm mais de 20% da área dentro do bioma Pantanal. Para baixo, chega a até 1%, que é a questão de Várzea Grande.

Então, talvez, a gente precise trabalhar um pouquinho melhor na questão dessa delimitação, entender um pouquinho melhor como que está essa questão para a gente não afetar um Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inteiro por causa de 1% só, com uma legislação que é mais restritiva. Então, a gente precisa pensar um pouquinho sobre essa questão também.

O projeto do Senador Cidinho vem trazendo uma organização dessa gestão do Pantanal, ele traz isso muito claramente. Então, acredito que ajuda muito a gente nessa questão lá, no Estado de Mato Grosso.

Quanto ao nosso bioma Pantanal no Mato Grosso, nós temos algumas ocupações com atividade agropecuária. Nós fizemos uma estimativa, dados do Imea, que é o nosso Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária. Então, a gente tem uma área produtiva agropecuária de 1,9 milhão de hectares. Isso inclui a questão da pastagem nativa e as plantadas que estão lá, no Pantanal.

Então, nós temos um rebanho bovino de 3,6 milhões de cabeças e nós temos uma produção agrícola de 2,1 milhões de toneladas. Então, isso é o que nós temos de atividade agropecuária hoje dentro do bioma Pantanal no Estado de Mato Grosso.

Nós temos também a questão das áreas de uso restrito. Eu acredito que a Profª Cátia tenha falado anteriormente sobre as áreas úmidas, sobre essa questão. O nosso colega Ricardo, do Mato Grosso do Sul, falou agora, recentemente, como o Mato Grosso do Sul trabalhou essa questão das Áreas de Uso Restrito e no Estado de Mato Grosso ainda não foi trabalhado isso.

Já há uma previsão de como que seria, o que que nós precisamos ouvir, quem que a gente precisa consultar pela Lei 592, de 2017, que é a Lei do CAR, do Cadastro Ambiental Rural de Estado, mas a gente não tem ainda definido o uso dessas áreas, como que a gente pode utilizar essas áreas, como que vai ficar a situação dessas áreas lá, no Mato Grosso. Então, nós precisamos definir isso. Eu acredito que é uma definição estadual, e não num projeto de lei federal, mas a gente precisa fazer essa definição.

Então, nós temos hoje, utilizando os dados do zoneamento socioeconômico e da citação que nós temos dos dados da Lei 592, 4,9 milhões de hectares são de Áreas de Uso Restrito no Pantanal. E nas demais regiões também nós temos Áreas de Uso Restrito no Mato Grosso. E nessas Áreas de Uso Restrito nós temos uma ocupação de 1,4 milhão de hectares de pastagens. E essa pastagem, toda ela é nativa. Então, ela não é uma pastagem exótica, pois toda ela é nativa. E nós temos só uma representação de 2016, de 92 hectares de soja plantados. Não sabemos ainda onde é essa área, mas ela apareceu lá no mapeamento, e a gente não entrou em detalhes de propriedade. Mas existe essa questão do plantio de soja, que é uma questão que a gente não defende também dentro dessas Áreas de Uso Restrito.

Nas Áreas de Uso Restrito, nós temos uma produção que representa 30% dessas Áreas de Uso Restrito lá no Mato Grosso. Então, é uma representação muito grande da atividade agropecuária dentro dessas Áreas de Uso Restrito. Por isso é que nós precisamos ter muita cautela em trabalhar esse assunto. Nós temos que pensar que temos uma atividade – e eu vou mostrar à frente o que ela gera de empregos –, em que há uma sociedade que depende dessa produção. Então, a gente tem que saber muito bem como é que vai ser trabalhada essa questão para não haver um impacto tanto social como ambiental. A gente não pode pensar só no ambiental. A gente tem que pensar no social, pensando no Pantanal Mato-Grossense, principalmente no social, porque nós temos hoje vários pecuaristas querendo abandonar as suas áreas, nós temos, hoje, comunidades ribeirinhas, comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pantaneiras que não sabem o que vão fazer para se manterem no Pantanal. Então, a gente tem que pensar muito mais essa questão social.

Nos dez Municípios considerados com áreas superiores a 20% incidentes no bioma Pantanal, nós temos lá uma população que representa 215 mil habitantes. Isso é 6,4% da população de Mato Grosso. Nós temos atividades econômicas de bovinocultura de corte e leite, soja, milho, algodão, cana de açúcar, aves e suínos. Isso está englobado dentro dessa área considerada o bioma Pantanal no Estado de Mato Grosso, área desses dez Municípios. E nós temos um valor bruto dessas culturas que representa 3,2 milhões, que é o que gera de valor bruto dessa produção lá no Bioma Pantanal. Isso representa 5,7% do valor bruto da atividade agropecuária no Estado de Mato Grosso. E nós temos uma geração de empregos da atividade agropecuária nesses Municípios, nesses dez Municípios: empregos diretos, 5,29 mil; emprego direto diz respeito àquele que está realmente trabalhando ali na atividade, dentro da propriedade. Nós temos 1,4 mil empregos indiretos, que é aquele que a atividade gera indiretamente. E nós temos 12,92 mil de empregos induzidos; nesses induzidos entram até os fornecedores de insumos para aquela região. Se a gente for analisar, nós temos realmente um impacto social aí, pensando na questão de geração de emprego, muito grande. São mais de 23 mil empregos que a atividade agropecuária gera para esses dez Municípios hoje que estão no bioma Pantanal.

Quando a gente trata de legislação ambiental, a gente tem que pensar muito bem na parte social também. A gente tem que pensar que o Pantanal está consolidado há muitos anos. Nós temos pessoas cujas gerações estão lá há anos. Temos que pensar como não tirar essas pessoas lá da região. Nós não queremos jogar essas pessoas para outra região. Então, a gente tem que tentar manter essa sociedade, manter os produtores, manter as comunidades lá no bioma Pantanal e dar condições para eles trabalharem e conseguirem conservar o meio ambiente junto com a produção. É isso que a gente precisa quando a gente pensa em projetos de lei ou em regulamentação de algum projeto de lei.

Eu acredito que o decreto do Mato Grosso do Sul é um decreto muito bom. Acredito que que atendeu muito à demanda no Mato Grosso do Sul, talvez possa atender às nossas demandas. A gente sabe que cada Estado tem a sua particularidade e precisa ser tratada. Então, nessa parte de regulamentação de Áreas de Uso Restrito, nós podemos pensar e trabalhar muito com Mato Grosso do Sul, chegar a um consenso e conseguir realmente definir essa questão.

Agora, referente ao projeto de lei federal, nós temos que pensar muito bem de não colocar muitas coisas que o Estado não vai conseguir cumprir. As Secretarias de Meio Ambiente hoje não têm condições de cumprir nada. Elas não têm condições financeiras, não têm condições técnicas, não têm condições. Nós estamos vendo aí o trabalho que está tendo com a questão do Cadastro Ambiental Rural. Mato Grosso está com mais de 90% de cadastro na base, e, se eu não me engano, não chega a 10% ou 15% de CARs validados, que o produtor sabe o que ele precisa fazer.

O SR. RICARDO EBOLI – Lucélia, permita-me um pequeno aparte.

No Estado do Mato Grosso do Sul, são 80 mil propriedades rurais. Em nenhum momento, o Código Florestal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO EBOLI – ... deu condições para que o órgão ambiental atendesse a essa nova demanda. Por isso, é uma preocupação muito grande a colocação que você fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LUCÉLIA AVI – Então, acredito que a gente tem que pensar muito bem antes de criar restrições ou delegar algo para o Estado fazer em um projeto de lei federal e até mesmo nos estaduais, quando a gente for trabalhar, porque o Estado precisa conseguir atender a essa demanda.

Nós temos hoje no Estado de Mato Grosso legislações que tratam do Pantanal, que é a lei da BAP, que tem dispositivos para serem regulamentados desde 2008 e não foram regulamentados até hoje. Nós temos dispositivos que a Sema precisa fazer uma vistoria para liberar um licenciamento, e não consegue fazer, porque não tem condições de fazer isso no Pantanal.

Então, a gente tem que pensar muito bem o que nós vamos colocar de imposições dentro de um projeto de lei, porque a gente pode travar toda uma atividade e causar realmente um problema social. Ao invés de estar causando um problema ambiental, eu vejo que o Pantanal não tem problema ambiental, nós precisamos regulamentar algumas coisas, alguns usos e realmente determinar como trabalhar com isso. Nós vamos criar um problema social e daí o social vai gerar um ambiental.

O problema ambiental que as cidades do Pantanal mato-grossense hoje têm é a parte de saneamento básico. Não há saneamento básico em nenhuma das cidades. Se eu não me engano, duas cidades – Cárceres e mais uma cidade, não sei se Mirassol – iniciaram, mas não terminaram ainda. Então, o problema ambiental que nós temos nesses Municípios é saneamento básico. Toda a parte do saneamento está caindo no rio. Então, isso precisa ser trabalhado, isso é um problema ambiental e é social também. Então, acho que esse é um problema que tem que ser resolvido e talvez o Governo Federal, talvez a gente aqui consiga chegar a um consenso e resolver isso. Este é um pedido que a gente precisa real e urgentemente resolver: a parte de saneamento básico desses Municípios.

Eu trouxe alguns pontos que a gente tem, que o pecuarista nosso, do Estado de Mato Grosso, tem de dificuldade. Isso é um pedido deles e é uma dificuldade que nós temos. Então, nós temos uma preocupação porque estamos com a fronteira com a Bolívia. Então, além de o produtor se preocupar com as questões ambientais, no cumprimento de legislações ambientais, nós temos uma questão da fronteira seca e alagada. Nós temos a questão da segurança do patrimônio que é pessoal e animal. Então, a gente tem esse problema lá também e temos riscos também de questão de pragas e de doenças que possam afetar essa região. Então, a gente precisa realmente, é uma preocupação que o pantaneiro tem.

Então, além de ele está lidando com toda essa questão de discussão ambiental, ele tem que se preocupar com isso também, que é uma parte de segurança, e nós também temos falhas no Governo, porque ele também não consegue atender tudo isso. Então, é uma preocupação do pantaneiro também.

E nós temos algumas dificuldades também no Estado de Mato Grosso, que falta regulamentação, falta ser trabalhado em legislações específicas, que são limpeza de área – hoje não há, nós não temos uma regulamentação para isso no Estado de Mato Grosso –, nós não temos uma legislação hoje para substituição de pastagem nativa no bioma, falta também regulamentação, ou falta uma legislação específica para isso.

Implantação da agricultura no planalto, hoje, é uma coisa que não está regulamentada. Então, o produtor que está ali produzindo não sabe se ele está certo ou está errado, ele não tem um licenciamento ou ele não tem uma regra clara para ele, de como ele tem que produzir ali, naquelas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCÉLIA AVI – Então, é um problema que nós temos.

Para ter uma ideia, temos um problema hoje de construção e manutenção de aceiros. Se um fiscal encontrar um produtor fazendo uma manutenção de aceiros ou uma construção dentro do bioma Pantanal, ele é autuado, porque não existe uma regra para isso. Então, é um problema que nós temos lá, no Estado de Mato Grosso, que precisa ser tratado.

Retirada de plantas invasoras, utilização do fogo como técnica de manejo. Acho que tem que se pensar isso, não é? Vemos o Pantanal, todo ano, pegando fogo. Realmente é um fogo que não é colocado; é um fogo que acontece, natural. E precisamos pensar em trabalhar isso. Sabemos que a Embrapa tem alguns trabalhos já relacionados a isso. Então, assim, a Embrapa, o Pantanal tem substituição de pastagem, pesquisa, tem utilização do fogo. Então, o que precisa é buscarmos esses trabalhos e começarmos a adotar e trabalhar isso em políticas públicas.

Nós temos também um problema que é a definição das Áreas de Uso Restrito no Estado de Mato Grosso. Precisa ser definido como vai ser o uso dessas áreas.

Nós temos uma solicitação dos nossos produtores, que seria um trabalho na redução do valor do ITR nas áreas inundadas, porque hoje ele utiliza período do ano essas áreas, período do ano, não, mas ele paga da mesma forma que os outros proprietários. Então, tem essa demanda também. E, depois que se municipalizou o ITR, realmente se tornou muito caro para o produtor, os valores estão muito altos lá no Estado.

E, fora isso, nós também temos uma solicitação, que é o Pagamento por Serviços Ambientais, que está previsto no Projeto de Lei nº 750, no substitutivo do Senador Cidinho. E nós precisamos realmente de que isso aconteça, porque é uma forma de valorizarmos esses ativos, valorizarmos essas áreas conservadas do bioma Pantanal e, mesmo assim, manter a atividade pecuarista em si, ter tudo aquilo que nós temos, que já vem acontecendo.

Então, precisa ser trabalhado isso, e eu acho que vai ser um grande ganho para o pantaneiro se isso realmente passar, for aprovado e for regulamentado. Eu acho que ele vai conseguir realmente ter muito mais recurso para manter, conservar aquelas áreas e trabalhar realmente com uma folga, porque hoje o produtor pantaneiro não tem uma folga, ele não tem, a renda dele é muito escassa. Então, ele está sentindo isso, ele precisa desse apoio, ele precisa dessa ajuda.

Então, acho que essa parte do Pagamento por Serviços Ambientais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCÉLIA AVI – ... ou Compensação da Área de Reserva Legal dos outros biomas é muito importante nesse projeto de lei do Senador Cidinho.

Era isso que eu tinha para colocar para vocês. Não consegui participar das falas de vocês, das anteriores, mas deixo aqui o agradecimento da Famato por estar participando desta audiência pública novamente. Falo que o Jorge está aqui, o Jorge Lara. A Famato tem trabalhado com a Embrapa. Começamos, iniciamos um trabalho neste ano com a Embrapa. Então, estamos com várias agendas com a Embrapa lá, no Estado de Mato Grosso, trabalhando no bioma Pantanal. E a intenção é levar essas tecnologias da Embrapa, levar esses estudos e esses trabalhos para o bioma Pantanal mato-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grossense e, realmente, não somente a parte ambiental, mas, sim, a parte de tecnologia, para o produtor realmente conseguir ter uma renda melhor nessa região do Pantanal.

Então, estamos trabalhando em parceria com a Embrapa, e eu acho que é muito bom isso, principalmente para o pecuarista pantaneiro. É excelente para ele esse trabalho e a gente realmente conseguir implantar essas novas tecnologias no bioma Pantanal.

Referente ao Projeto 750, que é o substitutivo do Senador Cidinho, a Famato apoia esse projeto. Há alguns pontos que acho que precisam ser melhorados, que precisam ser trabalhados, mas são poucos pontos. Não é nada que realmente o setor não possa apoiar.

Então, temos esse apoio a esse projeto de lei e esperamos que ele passe em todas as comissões e realmente consigamos ter uma legislação de gestão do bioma Pantanal.

Era isso, gente. Obrigada, mais uma vez, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós é que agradecemos, Lucélia. Agradecemos também o apoio ao nosso projeto substitutivo.

Aqui, há dois oradores que pediram a palavra. Passo a palavra logo ao primeiro, uma pessoa que tem grande conhecimento sobre o bioma Pantanal, o Coronel Ângelo Rabelo, que está com a palavra.

O SR. ÂNGELO RABELO – Quero primeiro cumprimentar o Senador Cidinho, sou testemunho do esforço dele em aperfeiçoar o projeto de lei do então Senador Blairo Maggi; e o Senador Wellington pela iniciativa.

Prometo ser bem breve, Senador Cidinho. Tendo convivo com o senhor na reconstrução e no aperfeiçoamento, mas a partir de muitas falas a minha contribuição é bem política, no sentido de... Primeiro, acho que é importante essa percepção de que nós estamos falando de Brasil. Nós temos uma responsabilidade internacional. Alguns países como Paraguai, Argentina e outros... A própria Bolívia que tem uma dependência absoluta, já que não tem saída para o pacífico, do Canal Tamengo na frente Corumbá. Então, a tratativa dessa lei deve respeitar. E há tratados internacionais também que inclusive impedem uma abordagem de embarcações internacionais. Então, é um assunto bastante delicado.

A outra questão, que eu acho que foi colocada com muita propriedade, é essa relação do alto e do baixo. Alguns oradores até colocaram que isso é determinante para estabelecer qualquer regra. E nós, a partir dessa lógica de altitude, temos o caminho das águas. Então, o que se faz lá em cima desce.

Nessa evolução, nós poderíamos ficar olhando o Pantanal – e isso tem acontecido muito, Senador – a partir do olhar dos grandes. Essa é uma foto de Sebastião Salgado para concluir o Projeto Gênesis. Depois de ter viajado durante quatro anos, dando oito voltas ao Planeta, o lugar que ele achou biodiversidade foi no Pantanal, o que é motivo de orgulho e, logicamente, de responsabilidade.

Foto também do Sebastião Salgado; foto de Araquém Alcântara, que também está lançando livro em São Paulo. Nós somos a maior população de grandes gatos no Planeta em ambiente natural, o restante está confinado em parque.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO RABELO – E essa foto é da região do Amolar, onde o Instituto do Homem Pantaneiro faz um trabalho de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa foto, faço uma menção especial. Nesta semana, perdemos um naturalista apaixonado pelo Pantanal. É uma foto de Haroldo Palo Jr., que nos deixou nesta semana.

E essa ocupação do Pantanal, como já foi colocado, o homem pantaneiro enfrentou inúmeros desafios. E não só o peão, mas toda a população que está na planície está ameaçada de extinção, muito mais do que muitas espécies, porque existe uma inviabilidade da atividade econômica. Então, isso é um motivo que deve chamar a atenção.

Esse bioma já viveu diferentes histórias e batalhas. De uma delas eu participei. Nós fornecemos pele para o mundo inteiro durante quase cem anos. Depois, na década de 80, de maneira ilegal, a caça ao jacaré. E a gente vem gradativamente percebendo que existe um silêncio.

E aí chama a atenção, o Senador Wellington fez uma referência ao Programa Pantanal, nós, Senador Cidinho, a partir da discussão do substitutivo que o senhor aprovou na CCJ e uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, o Pantanal entrou na pauta depois de 20 anos de silêncio. Ou seja, para o Governo só existia Amazônia. Então, nós estamos vivendo uma oportunidade ímpar, que precisa ser, de fato, tratada com consideração. Esses 20 anos trouxeram um passivo. Essa realidade pode parecer normal, com todo o respeito que tenho à produção, mas é a nascente do Rio Paraguai.

Então, nós não estamos falando de um embate. Eu acho que o que a representante da Famato colocou e o Eboli: o Estado perdeu sua capacidade de mais demandas. Então, ou nós estabelecemos um pacto entre o alto e o baixo, porque, se a terra lá em cima vale vinte e aqui embaixo agora está valendo cem, porque foi soterrada, não está certo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO RABELO – Então, é nesse sentido que a gente quer trazer uma discussão. Os números que você também trouxe são importantes.

Quando a gente fala de Taquari, Senador, nós estamos falando de um milhão a menos de cabeças, menos 15 mil empregos. É um efeito cascata que não é só perda ambiental; há um efeito econômico. Esse desastre, com certeza, comparando-se a Mariana, é um dos maiores desastres e até foi motivo de visita do próprio Ministro do Meio Ambiente.

Em alguns lugares, o Ricardo trouxe isso, nós perdemos quase 70% da cobertura vegetal no planalto. Isso é motivo de preocupação. Então, em alguns lugares, nós já estamos entrando em processos irreversíveis. Semana passada, havia seis prefeitos da região oeste de Mato Grosso do Sul. As voçorocas começaram a engolir a área urbana por uma ocupação, uma história que todos nós conhecemos. E, de fato, entre o desafio de ficar discutindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO RABELO – ... e procurando culpados, eu acho que a gente tem uma oportunidade histórica.

E aí eu deixo uma sugestão ao Estado de Mato Grosso do Sul, ao Ricardo e ao próprio Mato Grosso: se nós não damos conta de fazer tudo, podemos definir prioridades no CAR. As propriedades que têm nascentes, nós temos todas elas identificadas. Poderíamos começar por aí. As Áreas de Preservação Permanente, nas matas ciliares, na parte do planalto, que a gente deixaria de fazer contribuição de maneira desordenada de sedimentos para a planície. Então, acho que algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medidas são importantes, já que nós estamos falando de um grande bioma que merece o nosso respeito.

Vontade política, o Senador está vivendo aqui na Casa, depois de 20 anos, depois da divisão do Estado, em 1977, pela primeira vez, dois governadores sentaram para olhar para o Pantanal de maneira íntegra. Agora recentemente, o Presidente da República, numa iniciativa da SOS Pantanal, na Caiman, pela primeira vez, a gente começa a dialogar percebendo que tem um bioma que tem de ser tratado de maneira integrada.

Esse acordo é indispensável. Não dá para falar de Pantanal, resolver os problemas do sul e o norte, e não tratar. Aí trago a iniciativa, faço uma lembrança aqui ao Senador Jayme Campos, o primeiro projeto de lei do Pantanal foi esse, e ele acabou se perdendo. Depois, o Senador Blairo. Aí, com o Senador Cidinho, a evolução na CCJ. Agora, nós estamos aí, a CAE trouxe, a partir do Senador Pedro Chaves, uma contribuição importante, que é a criação de um fundo. Nós conhecemos o Fundo Amazônico, mas agora temos que achar de onde vem o recurso, e esse é o maior desafio, mas o fundo é uma expectativa, ou pode nos trazer um caminho para ajudar a pesquisa, as alternativas econômicas. E, na Comissão de Meio Ambiente, em que estamos, ele pode receber contribuições importantes, como a Cátia colocou, e outras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO RABELO – ... que vão fazer com que esse projeto, passado de 1988 até agora, nós estamos falando de 30 anos. A Mata Atlântica demorou 14 anos. E perderam-se 95% da sua cobertura. E agora a gente tem aqui uma oportunidade fantástica, histórica, de trazer um projeto de lei para um bioma que ainda tem na sua planície 85 e que precisa, logicamente, criar mecanismos, a exemplo do PSA para o planalto para a gente conseguir equilibrar esses interesses.

E finalizo, para dar uma quebrada no clima muito ortodoxo em que a gente vinha aqui, Manoel de Barros fala de coisas a partir da percepção de que somos todos devedores dessas águas. Então, acho que isso é importante, a gente não perder essa noção, que ela é determinante para que a gente possa estabelecer uma relação de respeito. E muito mais do que ação de comando e controle, um diálogo. Aqui a gente está representando a Famasul, Famato, Estado, ONGs, e o Sérgio colocou bem, a gente tem uma convergência. E o Senador, Senador Cidinho, pode trazer essa contribuição importante desse pacto, que não vai ser resolvido com polícia, mas sim com diálogo e regras que possam respeitar esse importante bioma para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós que agradecemos, Coronel Rabelo, pela sua participação, muito boa mesmo. Muito obrigado.

Temos aqui agora o outro inscrito para usar a palavra, que é o Sr. Marcelo Bertoni, Vice-Presidente do Sindicato Rural da nossa querida cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul.

O SR. MARCELO BERTONI – Eu queria agradecer pelo convite para estar presente aqui.

Na verdade, ouvi muito sobre proteção, e o nosso Município é o mais demandado em todas essas questões ambientais. Eu gostaria só de lembrá-los que no Brasil nós temos 1.871 Unidades de Conservação. E, bem dito, se falou que o Pantanal é o que tem menos unidades de conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a criação da Unidade de Conservação em si não é garantia de proteção, principalmente quando você não tem a parceria do produtor rural, que é o que está inserido no meio, inclusive, quando essas Unidades de Conservação são de uso restrito, causando extremo transtorno ao produtor que está no entorno.

Então, a preocupação da Srª Lucélia é mesma minha. Não adianta criar para o Estado essa demanda, ou para o Município, criar mais Unidades de Conservação se elas não forem feitas no sentido integral da palavra: olha, eu vou decretar, eu vou pagar quem não queira ficar, porque existe produtor que não quer ficar no entorno da Unidade de Conservação nem com partes da propriedade dentro da Unidade de Conservação. E isso é um problema no nosso Estado.

Nós temos vários problemas nesse sentido, inclusive com parques que não têm a regularização fundiária até hoje, sofrendo todos os tipos de sanções de planos de manejo, que todos os tipos de sanções de planos de manejo. Na verdade o parque é constituído no entendimento público, mas, de fato, efetivamente, não está constituído legalmente.

Então, eu gostaria, Senador, que houvesse esse zelo para que de repente isso não se torne mais uma criação de restrição à nossa produção. Querendo ou não, o homem pantaneiro inserido lá dentro precisa trabalhar, precisa se sustentar e em um mundo hoje globalizado, onde ele não tem a competitividade com quem está fora. Isso causa um problema grande ao nosso setor e ao nosso Estado.

Entendendo que a nossa área pantaneira, diferentemente do Mato Grosso, é altamente produtiva. Então, tem que se tomar muito cuidado para não criar também um problema para nós produtores, que estamos lá embaixo e que, às vezes, não somos lembrados. Ainda bem que o senhor lembrou e me deixou também ter esse pronunciamento.

Muito obrigado a vocês todos.

Gostaria que vocês se lembrassem bem disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Marcelo, pela contribuição.

Com certeza, a assessoria da Comissão, que está aqui acompanhando esta audiência pública, levará em consideração todas as sugestões, observações, tanto no relatório do Senador Pedro Chaves, que está na CAE e depois, consequente, virá para esta Comissão. Tudo o que for para melhorar e para contribuir com projeto será bem-vindo.

Antes de encerrar, há mais um comentário: "Sobre a RPPN Sesc Pantanal: hoje é o maior exemplo de turismo sustentável e controle de incêndios florestais, apoiando e ajudando inclusive os proprietários e produtores de gado ao redor da área da RPPN. As RPPNs, hoje, são os melhores modelos de conservação e turismo ecológico no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e MS. Há propriedades produtivas com gado, soja, cana e outras produções que possuem RPPNs inteiramente integradas ao processo produtivo e à conservação do bioma. Então, é possível, sim, haver essa sintonia: conservação e produção integradas." São comentários do Laércio Sousa.

Ao finalizar, agradeço, em nome do Senador Wellington, a presença de todos que vieram contribuir com essa audiência pública: Rafael; Sérgio Guimarães; Lucélia; Renato; Ricardo Eboli; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. José Pedro, seja bem-vindo; a Cátia, da Embrapa Pantanal; o Jorge Antonio. A todos os presentes, muito obrigado.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião, realizada em 7/11/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Está encerrada esta audiência pública.

Agradeço a presença de todos.

Todo o material está disponível no Portal e-Cidadania e na TV Senado também.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Humberto Costa, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Sérgio Petecão, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores Wilder Morais, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Paulo Paim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta deliberativa. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão. Votação adiada. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão. Votação adiada. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CCJ e mais uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório pelo senador Dalirio Beber. Apresentado e lido voto em separado pelo senador Cidinho Santos. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta. Resultado: Lido o relatório. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório. A Presidência concedeu vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo I do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação da Senhora CHRISTIANNE DIAS FERREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Vicente Andreu Guillo." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório pelo senador Flexa Ribeiro, como relator ad hoc. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 17 - MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório pelo senador Flexa Ribeiro, como relator ad hoc. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada em 28/11/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel Elias Ferreira Dodge, convida V. Exªs para o 4º Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos à Luz dos Riscos Socioambientais, a realizar-se nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017 no auditório do CNMP. A abertura solene acontecerá no dia 11 de dezembro de 2017, às 9 horas, no mesmo local.

Encerramento...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, eu gostaria de inverter a ordem da nossa pauta uma vez que eu sou o Relator do item 12. Como tenho um compromisso logo na sequência, se for possível, peço para anteciparmos e iniciarmos a nossa reunião com a relatoria do PLC 315, item 12 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Feita a proposta, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, V. Exª poderá encaminhar.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH.

Autoria: Deputado Chico da Princesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CCJ e mais uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 30/3/2010 a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto;

2. Em 22/11/2017 a matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto com a Emenda Nº 1-CCJ.

3. Em 5/12/2017 a matéria foi encaminhada ao Plenário para apreciação do RQS 1025/2017, que solicita urgência.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Então, vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 315, de 2009 (nº 54/2003, na Casa de origem), do Deputado Chico da Princesa, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH.

A regra atual define a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos da seguinte forma: 45% para os Estados, 45% para os Municípios e 10% para União. O PLC nº 315, de 2009 altera os percentuais devidos aos Estados e Municípios, diminuindo de 45% para 25% para os Estados e acrescendo de 45% para 65% os recursos destinados aos Municípios.

Conforme sua cláusula de vigência, a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor sustenta que, para os Municípios afetados por reservatórios de usinas hidrelétricas, suas áreas alagadas constituem as maiores fontes produtivas e geradoras de empregos e receitas, devido à fertilidade de suas terras. Ademais, com o processo de municipalização dos serviços oficiais, cabe aos Municípios a parte mais onerosa. Considerando, que a receita das compensações financeiras regulamentadas pelas leis vigentes pouco ou quase nada representam para os Estados, principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos e minerais, torna-se necessária, na opinião do autor, a alteração proposta.

A matéria foi inicialmente distribuída para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na CAE o PLC fora aprovado. Antes, porém, da apreciação terminativa da CI, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), por força da aprovação do Requerimento nº 195, do Senador Arthur Virgílio. Nesse colegiado, o PLC nº 315, de 2009, também foi aprovado, com uma emenda de redação. Também por força de outros requerimentos, a matéria será apreciada por outras comissões. A análise desta CMA se dá por conta dos Requerimentos nos 196, de 2010, da Senadora Marisa Serrano, e 207, de 2010, do Senador Romero Jucá. Em seguida, ocorrerá a oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.135, do Senador Cyro Miranda.

Não foram apresentadas outras emendas.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre conservação e gerenciamento dos recursos hídricos (art. 107-F, inciso IV).

As diversas manifestações das Câmaras de Vereadores e Prefeituras, invariavelmente favoráveis à proposição, em muito sedimentaram nossa convicção. De fato, razão assiste ao autor do Projeto ao pontuar que são os Municípios os entes federados que mais padecem os impactos sociais, ambientais e econômicos da inundação de áreas para o estabelecimento de reservatórios de geração de energia elétrica. Já os Estados dispõem de mecanismos alternativos de geração de renda e arrecadação, que fazem com que esses entes não sejam tão impactados pela formação desses reservatórios.

Por isso, não é razoável que impactos diferentemente percebidos por distintos entes da federação redundem numa compensação financeira igualitária, como atualmente prevê a Lei nº 8.001, de 1990. No entanto, apesar de concordarmos em linhas gerais com o PLC em apreço, entendemos que a distribuição da CFURH nele proposta acarreta uma distribuição ainda desproporcional e que, certamente, impactará severamente os Estados, pela significativa frustração de receita prevista. Com efeito, pela Proposição, a receita dos Estados advinda da CFURH cairá de 45% para 25%, portanto uma diminuição de quase 50% do valor original; uma queda drástica que impactará esses entes, pela importância que essa Contribuição tem para o desenvolvimento de políticas diversas e equilíbrio de suas contas.

Propomos, por isso, outra distribuição entre esses percentuais: em vez de 25% para os Estados e 65% para os Munícipios, será de 35% para os primeiros e de 55% para os últimos. Dessa forma, mantemos uma maior destinação aos entes municipais, conforme pretende a proposição, porém não penalizamos desproporcionalmente os Estados, assegurando, assim, uma ponderação mais justa e equilibrada entre esses entes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, entendemos que uma receita originada do barramento de recursos hídricos necessita ser investida na reparação de danos causados a esses mesmos recursos. Trata-se da aplicação do princípio da reparação, estabelecido no Direito Ambiental, que, por sua vez, tem inequívoco assento constitucional.

Nesse aspecto, eu produzo um adendo ao relatório que apresentei.

A nossa Constituição Federal, no capítulo que trata do meio ambiente, no §2º do art. 225, determina que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. Como podemos notar, há previsão constitucional para a reparação do dano ambiental.

Outro diploma legal que prioriza a reparação ambiental é o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que impõe ao poluidor ou ao predador obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados e ao usuário da contribuição pela utilização dos recursos ambientais com fins econômicos, ou seja, o legislador colocou no mesmo dispositivo que trata do predador e da obrigação de recuperar o empreendimento que utiliza os recursos minerais.

Na lei que trata da distribuição dos recursos da compensação dos recursos hídricos, a União determina que seja aplicada parte dessas receitas em implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, pelo Ministério do Meio Ambiente.

Entendemos que a vinculação de recursos que são gerados para compensar agravos ao meio ambiente, como é o caso da construção de hidrelétrica, possui assento na legislação vigente.

A utilização das receitas da CFURH para finalidades diversas da promoção de políticas de recursos hídricos constitui deturpação grave, originada pela não vinculação dessa Contribuição pela legislação. Nossa proposta visa a reparar essa distorção, minimizando os impactos ambientais gerados pelo aproveitamento de recursos hídricos por meio da destinação de parte das receitas da CFURH a políticas que primem pela devida gestão das águas, em especial em vista da preservação de sua quantidade e qualidade.

Por fim, apontamos como adequada a emenda de redação aprovada na CCJ. Na ementa do PLC nº 315, de 2009, onde se lê “Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFRH”, leia-se “Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH”, nomenclatura assentada na legislação, na jurisprudência e na doutrina.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, com a Emenda nº 1-CCJ (de redação), acrescido da seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CMA

Dê-se ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, a seguinte redação:

> Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 1º .....
> I – trinta e cinco por cento aos Estados;
> II – cinquenta e cinco por cento aos Municípios;
> .....
> § 7º O percentual referido no inciso I será integralmente destinado a políticas estaduais de recursos hídricos e preservação ambiental para manutenção dos recursos hídricos.
> § 8º Dez por cento do montante referido no inciso II serão aplicados em políticas de preservação ambiental para manutenção dos recursos hídricos.'

Com isso, Sr. Presidente, nós estamos propondo aqui, no nosso relatório, que o percentual de 45, que hoje recebem os Estados, passe a ser de 35. Esses 10% serão acrescidos aos Municípios, porém vinculados a programas de preservação do meio ambiente, que é atingido e impactado em função das barragens de represamento, e que os 35%, que permanecem com os Estados, sejam totalmente vinculados aos programas de preservação, exatamente para permitir que aquele represamento que gera energia elétrica possa ser sustentado através de investimentos realizados fora do território e do Município que é beneficiário desse acréscimo de 10%, por força deste relatório, se for acatado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Apresentado o relatório do Senador Dalirio...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – ...vamos colocar em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Tenho que apresentar um voto em separado, com todo respeito pelo Senador Dalirio e parabenizando-o pelo seu relatório.

Então, gostaria de apresentar um voto em separado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor visa alterar percentuais de distribuição...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Cidinho, como já houve pedido de vista... Posso dar a leitura...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Na verdade, é o seguinte. O que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – É preciso que haja um acordo, porque houve um pedido de vista primeiro.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O que acontece? O combinado com o meu líder maior aqui era eu fazer a leitura do meu voto em separado. Como ele tem pressa para ir a outra Comissão, eu abri para que ele pedisse vista e fosse à CCJ, mas o combinado era que eu poderia apresentar o meu voto em separado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, estou sendo chamado para relatar um projeto na CCJ. O Senador Cidinho quer apresentar um voto em separado.

Estava dizendo a ele que, eu pedindo vista, ele poderia apresentar o voto na próxima semana, porque esse projeto, terminativo aqui, vai para...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Não é terminativo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Aí, depende, inclusive, da vista... É uma cessão, não é? Uma cessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Se o Senador Cidinho quiser fazer a leitura do voto em separado dele, da minha parte, não há qualquer... Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O pedido de vista está concedido. É um direito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim. Aí, ele pode fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como V. Exª pretende...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Queria apresentar o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – V. Exª também vai pedir vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pode ser. Apresento meu voto em separado e peço vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos fazer vista coletiva, e V. Exª, Senador Cidinho, faz a leitura, da forma mais sintética possível, já que foi concedido pedido de vista. Então será possível também que todos analisem o voto de V. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Na verdade, o que estou pretendendo é manter a originalidade do relatório do Projeto de Lei nº 315, os percentuais destinados a Estados e Municípios. Acho que o Município é o que mais perde com essa questão do alagamento, do aproveitamento de áreas que seriam produtivas no Município e que acabam sendo utilizadas pelos reservatórios.

Então, o meu relatório é no sentido de se manter o índice oficial, como estava colocado e votado antes na outra Comissão. Com todo o respeito ao Senador Dalirio, o parecer dele também contribui.

Então, o meu voto em separado é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, com a Emenda nº 1, da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Está feita, então, a leitura. Concedo a vista coletiva.

Passamos ao item 13 da pauta, cuja relatoria é do Senador Cidinho Santos – é o PLS 341, de 2013 – e cuja autoria é do Senador Benedito de Lira.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 9/12/2014, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE;

2. Em 8/11/2017, o Senador Cidinho Santos apresentou novo relatório à matéria;

2. A matéria ainda vai à CRA, em decisão terminativa.

Passo a palavra a V. Exª para que possa também ler o relatório. Se V. Exª também quiser fazê-lo da forma mais sintética possível...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

Compete à Comissão de Meio Ambiente (CMA) opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e à defesa dos recursos naturais, da pesca e dos recursos hídricos, nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com relação ao mérito, o autor afirma, na justificação, que a aquicultura integrada à agricultura é um sistema de produção de peixes integrado ao de vegetais de forma que haja benefícios para ambas as atividades. Essa biossistema incentiva a dinâmica dos fluxos de materiais e energia por meio do tratamento dos resíduos e subprodutos de uma atividade para uso como insumo em outra. Dessa forma, alimentos para o consumo humano, fertilizantes, alimentos para animais e combustível podem ser produzidos com o mínimo de entrada de nutrientes, água e outros recursos.

Observamos que agricultura, em sentido amplo, é a atividade que mais consome água no mundo e que a integração agricultura-aquicultura tem como benefício não só a produção e a comercialização de produtos aquícolas, mas também o uso racional de recursos hídricos e o aproveitamento dos efluentes aquícolas (ricos em nutrientes) pelas plantas.

Portanto, a proposição proporciona ganhos na produção agrícola e no uso racional dos recursos hídricos.

Todavia, com relação à prioridade na concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos proposta no art. 2º do PLS (inciso II do art. 23-B), o dispositivo conflita com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), que impõe como usos prioritários somente dois: abastecimento humano e dessedentação animal (art. 1º, inciso III). Ademais, a mesma lei estatui que toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos (art. 13, *caput*).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando-se que a lei resultante do projeto em exame será aplicada para todo o País, conclui-se não ser conveniente fixar como atividade prioritária para outorgas a integração aquicultura-agricultura, em todas as unidades da Federação. Parece-nos mais adequado reservar essa competência aos Comitês de Bacia Hidrográfica, quando da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos da bacia, previstos no art. 6º da Lei nº 9.433, de 1997.

Também observamos que o inciso IV do art. 23-B, cria incentivos fiscais para os produtores rurais que desenvolvam aquicultura conjugada à agricultura sem estimar seu impacto orçamentário-financeiro, contrariando diretamente o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Portanto, pelas razões acima, recomendamos a supressão dos incisos II e IV do art. 23-B da Lei nº 11.959, de 2009, introduzidos conforme o art. 2º da proposição.

A respeito da Emenda nº 1 apresentada na CAE, constatamos que o art. 7º da Resolução nº 413, de 26 de julho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura – já dispensa do licenciamento ambiental, a critério do órgão ambiental licenciador, os empreendimentos de pequeno porte e que não sejam potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente. Desse modo, a alteração tem o mérito de incorporar à Lei uma decisão daquele órgão colegiado e deve ser confirmada.

Quanto à Emenda nº 2 – CAE, também propomos seu acolhimento, uma vez que apresenta pertinente correção de redação ao projeto.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2013, com as Emendas nº 1 – CAE e nº 2 – CAE, e com a seguinte emenda que apresentamos:

EMENDA Nº – CMA

Suprimam-se os incisos II e IV do art. 23-B da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, introduzidos pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2013, renumerando-se os incisos subsequentes.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vista é concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais alguém gostaria de pedir vista, para ser coletiva? Ou não?

Então, concedida vista coletiva.

Vamos ao item 14. Dele também é Relator o Senador Cidinho Santos. É o PLS 541, de 2015, que é pela rejeição.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Pela rejeição.

Observações: *1. A matéria ainda vai à CAS e à CRA, em decisão terminativa nesta última.*

Da mesma forma, V. Exª pode tentar resumi-lo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O projeto de lei é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CMA opinar sobre o mérito de projetos que versem sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.

Com relação ao mérito, o autor do PLS nº 541, de 2015, informa que o uso indiscriminado de agrotóxicos estaria relacionado a doenças como câncer e autismo, e que a pulverização aérea ocasiona dispersão de agrotóxicos que contaminam o meio ambiente.

No entanto, embora seja legítima a preocupação com a contaminação dos alimentos produzidos no Brasil e com o meio ambiente, observamos que a Lei dos Agrotóxicos já enumera, no § 6º do seu art. 3º, as situações que devem implicar a proibição do registro de agrotóxicos no País, dentre elas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existência de: características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica.

Compete, dessa forma, ao Poder Executivo, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), realizar a avaliação toxicológica dos agroquímicos para fins de registro, de forma a decidir se o produto é ou não passível de registro, com base na melhor técnica disponível, no âmbito de sua competência estabelecida pelo art. 2º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editou a Instrução Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2008, que regulamenta os diversos aspectos da pulverização aérea.

Sendo assim, devido à complexidade dos seus aspectos técnicos e científicos, entendemos que a atividade regulamentadora é ação administrativa, típica do Poder Executivo. Portanto, consideramos prudente rejeitar a proposição.

É o meu voto. Pela rejeição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, atendendo a uma demanda do Senador Capiberibe, sem querer ser aqui o chato da história, eu peço vista por favor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais alguém gostaria de pedir vista?

Concedida vista ao Senador Humberto.

Eu gostaria de convidar o Senador Cidinho para assumir a Presidência, já passando aqui ao item 15, que é o PLS 743, de 2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

O Senador Flexa Ribeiro vai fazer a leitura, como Relator *ad hoc*.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações: *1. A matéria ainda vai à CAE, em decisão terminativa.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Qual é o item, Presidente? Quatorze?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quinze.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Vou fazer a leitura do parecer do Senador Ataídes Oliveira.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 743, de 2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

O art. 1º do PLS nº 743, de 2015, acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para proibir o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para disposição final sem submetê-los previamente a tratamento específico.

O art. 2º do projeto inclui o art. 57, renumerando os demais, à Lei nº 12.305, de 2010, para autorizar os Municípios e o Distrito Federal a instituírem contribuição ou instrumento de cobrança para o custeio dos serviços de limpeza urbana.

O art. 3º determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CMA não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição. Apesar de não ser a Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, consideramos necessária a apreciação do aspecto da constitucionalidade do projeto, o que será feito após a análise do mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, observamos que, apesar da promulgação da lei que instituiu o PNRS, ainda persistem problemas na implementação do manejo ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil, como, por exemplo, a destinação final dos resíduos de serviços de saúde com contaminação biológica. Nesse caso, em particular, devem ser utilizadas todas as tecnologias disponíveis que eliminem qualquer potencial contaminante previamente à disposição no solo. Em conclusão, a proposição é salutar por atentar a tal problema e buscar solucioná-lo.

No entanto, em relação à constitucionalidade, devemos enfatizar que a autorização para a criação de contribuição para os Municípios e o Distrito Federal, que decorre do art. 2º do projeto, deve ser feita por alteração da Constituição Federal e não por lei orgânica, pois aqueles são entes federados autônomos. Portanto, o art. 2º do PLS nº 743, de 2015, deve ser suprimido.

Além disso, existem reparos a serem feitos nas redações da ementa do projeto e no parágrafo único adicionado ao art. 37 da Lei nº 12.305, de 2010, pelo art. 1º da proposição. Observamos, também, que é preferível à inserção de um parágrafo único ao art. 37 a introdução de um novo artigo na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tais alterações aumentam a clareza do texto e seguem as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a boa técnica legislativa.

Tendo em vista os argumentos acima, propomos um substitutivo ao projeto que contribua para maior clareza da redação e suprima as medidas que exigem alteração constitucional.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 743, de 2015, na forma do seguinte substitutivo.

Presidente Cidinho, o substitutivo já é do conhecimento dos Srs. Senadores. Então, o voto é pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que está distribuído no parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Meu querido Senador Flexa, eu acho que está havendo uma pequena confusão, porque o Relator original era pela prejudicialidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu acho que está havendo essa confusão mesmo, porque parece-me que existe aqui um voto em separado.

Então, eu vou pedir a V. Exª que retire o projeto de pauta para que a gente possa colocá-lo na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

Concedido o pedido de retirada de pauta da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dois itens extrapauta aqui, duas mensagens de indicação.

Eu solicito a V. Exª, Senador Flexa, que leia o relatório. Trata-se de indicação de autoridades.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo I do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação da Senhora CHRISTIANNE DIAS FERREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Vicente Andreu Guillo.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu gostaria que V. Exª fosse o Relator, se possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Agradeço, Senador Cidinho, que preside a reunião.

Eu vou fazer a leitura do relatório do Senador Davi Alcolumbre como Relator *ad hoc*.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), para exame, a Mensagem nº 72, de 2017 (Mensagem nº 498, de 30 de novembro de 2017, na origem), em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros desta Casa do Congresso Nacional o nome da Senhora Christianne Dias Ferreira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga decorrente do final do mandato do Senhor Vicente Andreu Guillo.

O teor da Mensagem nº 72, de 2017, observa o que determina o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Carta Política de 1988, que atribui ao Senado Federal a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. No mesmo diapasão, cumpre com o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Encontram-se apensados à Mensagem nº 72, de 2017, os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O *curriculum vitae* da indicada registra que a mesma é Bacharel em Direito, egressa da Universidade Católica de Brasília, em 2002. É advogada militante desde 2003. Em 2006, especializou-se em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Santa Catarina. É mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (2014) e doutorada em Direito, na mesma instituição, desde 2015.

Foi assessora jurídica da Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, de 2007 até 2016.

O *curriculum vitae* da indicada registra que é professora de Direito Civil, no Centro Universitário de Brasília, desde 2010, Conselheira Fiscal do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É Subchefe Adjunta para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, desde 2016, atuando na área de infraestrutura.

Na argumentação escrita anexada à Mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada declara que "este contexto profissional, penso, permitiu a construção de uma carreira sólida, rica e sobretudo interdisciplinar, apta a credenciar-me aos novos desafios na Agência Nacional de Águas, agência reguladora vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) dedicada a fazer cumprir os objetivos e diretrizes da Lei das Águas do Brasil, notadamente no que diz com a regulação, o monitoramento, a aplicação da lei e o planejamento relacionado aos recursos hídricos em nosso país".

E complementa: "Dessa forma, consideradas as características de minha atuação profissional – que congrega o dinamismo da iniciativa privada, temperada com a atuação em diversas instituições públicas; que une a prática à academia – apresento-me como uma interlocutora sempre aberta ao diálogo entre o Poder Legislativo e a Agência Nacional de Águas, sobretudo no que se refere às formas de atuação desta relevante agência no trato e na condução da regulação de item tão caro a vida de todos, os recursos hídricos."

Registre-se ainda que, nos demais documentos anexados, a Srª Christianne Dias Ferreira, declara inexistirem parentes que estejam exercendo ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresenta, ainda: Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; e, finalmente, Declaração pessoal de inexistência de ações judiciais nas quais seja autora ou réu.

Sendo assim, considerando o rico histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações suficientes para deliberar sobre a nomeação da Srª Christianne Dias Ferreira para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas (ANA).

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Flexa pela relatoria *ad hoc*.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria. A arguição da indicada será realizada no dia 12 de dezembro aqui, nesta Comissão.

Temos mais uma indicação de autoridade.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

MENSAGEM (SF) Nº 74

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei 9.984, de 17 de janeiro de 2000, a indicação do Senhor MARCELO CRUZ para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora GISELA DAMM FORATTINI.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Gostaria que o Senador Flexa Ribeiro, mais uma vez, assumisse a relatoria *ad hoc* da presente indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou também fazer a leitura do relatório do Senador Davi Alcolumbre como Relador *ad hoc*.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), para exame, a Mensagem nº 74, de 2017, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros desta Casa do Congresso Nacional o nome do Senhor Marcelo Cruz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Gisela Damm Forattini.

O teor da Mensagem nº 74, de 2017, observa o que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Carta Política de 1988, que atribui ao Senado Federal a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. No mesmo sentido, cumpre com o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Encontram-se apensados à Mensagem nº 74, de 2017, os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O *curriculum vitae* do indicado registra que o mesmo é egresso do curso de Economia, diplomado pelas Faculdades Integradas da Católica de Brasília; em 2003, cursou a MBA em E-GOV (Solução em Governo Eletrônico com utilização da WEB), pelo Centro Universitário de Ciências Gerenciais e nestBOSTON.

Foi funcionário de carreira do Banco do Brasil, de 1987 até 2016, cedido pela instituição ao Governo Federal de maio de 1991 até dezembro de 2016.

O *curriculum vitae* do indicado registra, ainda, que foi Ministro de Estado do Meio Ambiente (Substituto), em diversas oportunidades, entre 2016 e 2017, exercendo o cargo de Secretário-Executivo no mesmo ministério, desde 2016.

Some-se à extensa carreira do indicado, o exercício de:

- Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério de Minas e Energia (dezembro/2005 - maio/2016);

- Gerente de Projeto da Subsecretaria de Serviços Postais da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações (agosto - dezembro/2005);

- Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Abastecimento – Substituto – em 2004;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Assessor do Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (fevereiro/2003 - novembro/2005);

- Diretor Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos da Casa Civil da Presidência da República (novembro/2002 - fevereiro/2003);

- Diretor de Administração da Imprensa Nacional (maio/2001 - novembro/2002);

- Assessor do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda (julho/1998 - junho/1999), atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais;

- Secretário Adjunto da Secretaria do Patrimônio da União (fevereiro/1998 - julho/1998);

- Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, da Secretaria do Patrimônio da União (fevereiro/1998);

- Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto, da Secretaria do Patrimônio da União (1995).

Adite-se, ainda, concernente ao *curriculum vitae* do indicado, que o mesmo teve participação em diversos colegiados externos, entre eles: Conselho Mundial da Água, Conselho da Bacia do São Francisco, Conselheiro Titular do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil (em atuação), Conselho Nacional de Política Energética, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Conselho do Governo, Câmara de Políticas de Recursos Naturais do Conselho de Governo, Câmara de Políticas de Infraestrutura do Conselho de Governo, Câmara de Gestão do Setor Elétrico, Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Comissão Nacional de Florestas, Comitê Orientador do Fundo Amazônia, Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Grupo de Trabalho para propor Medidas para Aperfeiçoar o Controle Florestal no Pará, Presidente do Conselho Fiscal do Banespa, Membro do Comitê Gestor de Governo Eletrônico do Governo Federal, Membro do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento do Amazonas, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética do Maranhão, Chefe da Delegação Brasileira na XXIII Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima – COP 23 Bonn, Alemanha (novembro/2017).

De igual forma, o indicado teve participação em colegiados internos, como: Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho de Coordenação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, Comitê de Gestão Estratégica para a Amazônia Legal, Comitê do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Comitê Gestor do Fundo Clima, Comitê Diretivo International Steering Committee – ISC do 8º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fórum Mundial da Água, Comitê Orientador para Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Recursos Naturais do Conselho de Governo, Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento do Setor Água, Comitê de Identificação e de Supervisão dos Programas e Projetos Financiados com Recursos Externos de Empréstimos e Doações, e Comitê de Planejamento Estratégico. E, em razão de serviços prestados, foi condecorado com a comenda de "Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa", em 2007.

Na argumentação escrita anexada à Mensagem nº 74/2017, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do RISF, o indicado declara que exerceu todos os cargos e atuou em todos os conselhos, internos e externos, já supramencionados, constantes do seu *curriculum vitae*.

Registre-se ainda que, nos demais documentos anexados, o Sr. Marcelo Cruz declara inexistirem parentes que estejam exercendo ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; que nunca teve participação na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresa, tampouco em entidade não governamental.

Apresenta, ainda: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; que atuou como presidente do Conselho Fiscal da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), de 2006 a 2016, e, finalmente, declaração pessoal de inexistência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Assim, considerando o rico histórico pessoal e profissional apresentado, comprovado pela documentação acostada, entendemos dispor esta Comissão de informações suficientes para deliberar sobre a nomeação do Sr. Marcelo Cruz para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Sr. Presidente, Senador Cidinho, é o parecer, de que fiz a leitura como Relator *ad hoc*, do Senador Davi Alcolumbre. Com muita alegria, faço a leitura da indicação do Sr. Marcelo Cruz, que hoje exerce a Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, para a direção da Agência Nacional de Águas.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Flexa.

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Já agendamos a arguição do indicado para o dia 12 de dezembro de 2017, nesta Comissão.

Não havendo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Encaminhei à Mesa um requerimento para uma audiência pública relativa ao projeto de que sou Relator.

Pediria a V. Exª que, se pudesse, fizesse a leitura. O projeto é o PLS nº 154, de 2016, que trata da expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e define prazo para exclusão de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo em leilões de energia nova.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Eu gostaria de ler os relatórios dos itens 5 e 6, se possível, para deixar prontos para a votação, Sr. Presidente. Depois, V. Exª, extrapauta, coloca...

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

Vou ler e colocar em votação o requerimento do Senador Flexa. Depois V. Exª fará a leitura, então, dos itens 5 e 6 da pauta.

> Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o PLS 154/2016, sob minha relatoria, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e define prazo para exclusão de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo, em leilões de energia nova.
> Solicito que para a audiência sejam convidados:
> 1. Representante do Ministério de Minas e Energia;
> 2. Representante do Ministério do Meio Ambiente;
> 3. Representante da ANEEL.
> Sala da Comissão, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 8/5/2013, a matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

2. Constou da pauta em 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10 e 7/11/2017.

3. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92)

Com a palavra o Senador Acir para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 537, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim. A proposição "estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico".

Como o relatório é de conhecimento, Sr. Presidente, eu peço licença para ir direto à análise.

A análise é pela aprovação do relatório. Vou tentar ser o mais objetivo possível.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011, na forma do seguinte substitutivo.

> Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para tornar obrigatória a estruturação e implementação de sistemas de logística reversa para baterias automotivas e industriais compostas por chumbo e ácido sulfúrico.
> Art. 1º O art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 33. .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VII – baterias automotivas e industriais compostas por chumbo e ácido sulfúrico.

.....

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V, VI e VII ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do *caput* e o § 1o tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

.....

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VII do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

Esse é nosso voto, com esse voto em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, nós estamos discutindo os itens 5 e 6?

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O Item 5.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem problema. E é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – É terminativo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Encerrada a discussão, não havendo quórum para deliberação, aguardamos a sessão da próxima semana para a votação, sendo já considerada a matéria lida e discutida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É, eu vou ler. Depois eu...

Consulto sobre o Item 6 para deixar pronto. Depois discute-se e, se precisar conceder vista, concede-se a vista. Mas vamos fazer a leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É só leitura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não encerra a discussão?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não encerra a discussão.

E na semana que vem discuti-se. É só para limpar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para a leitura de seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 214, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias.

O art. 1º da proposição dá nova redação à descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e retira o termo "silvicultura" das atividades categorizadas como "Uso de Recursos Naturais" para efeitos de cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, prevista no art. 17-B desta lei.

Então, é um projeto importante para nós incentivarmos nossos agricultores, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A art. 2º estabelece como vigência a data da publicação da lei resultante do projeto.

O PLS obteve parecer favorável na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e não recebeu nenhuma emenda na CMA.

Portanto, compete à CMA, nos termos do art. 101-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre florestas e política nacional de meio ambiente.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS 214, de 2015, está de acordo com o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Ademais, não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A iniciativa atende também aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Essa é a análise, Sr. Presidente,

O voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS 214, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA
Dê-se ao Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a que se reporta o art. 1º Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2015, a seguinte redação:
"Anexo VIII
Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais
Código: 20
Categoria: Uso de Recursos Naturais
Descrição:
Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais nativos; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente."

Este é o voto, pela aprovação, com essa emenda, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugiro que se encerre a discussão para a gente tocar logo esse troço para a frente, porque é importante para os agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir e como não temos quórum para votação – é decisão terminativa –, deixamos, então, para a próxima sessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Discussão em aberto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a discussão em aberto.

O Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, a gente, na semana que vem, encerra a discussão e vota em seguida.

Eu queria pedir a V. Exª... Primeiro eu estou tentando aqui, com alguma dificuldade, entender aquela questão do item 15, para o qual V. Exª pediu que eu fosse Relator *ad hoc* e que, ao final, o relatório que eu estava lendo era pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E o que está apensado aqui... Ao contrário, o que está apensado é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela aprovação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas foi um equívoco, porque eu fui Relator desse projeto quando a Comissão era de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Quando houve a divisão e a Comissão de Fiscalização e Controle foi separada da Comissão de Meio Ambiente, quem assumiu o relatório do projeto foi o Senador Ataídes. Parece-me que é o Senador Ataídes. Então, o Relator é ele.

Como nós suspendemos a leitura, que fica para a próxima reunião, está esclarecida qual é... Nós temos dois pareceres, um que era da CMA com fiscalização e controle, que é de minha autoria, pela aprovação do substitutivo, e outro do Senador Ataídes, já só da CMA, pela rejeição. Na outra reunião, a gente pode, então, votar um dos dois.

Eu queria também, Presidente, pedir a V. Exª – na próxima quarta-feira será a nossa última reunião antes do recesso – que possamos fazer, com o nosso Presidente Davi Alcolumbre, um esforço para que tenhamos quórum para votar esses terminativos todos que estão pendentes. Eu tenho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Conte com a minha presença aqui, Senador Flexa, para a gente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Hein?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Conte com a minha presença para dar quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

Eu tenho um projeto muito antigo que gostaria de ver votado na próxima semana. Nós vamos ter sabatina dos dois indicados...

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Dos indicados à ANA, no dia 12.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, a única forma... Os projetos, eu acho, de que o Senador Acir Gurgacz foi Relator são terminativos também. Então, há vários terminativos aguardando esse quórum. Eu sugeriria que pudéssemos fazer primeiro a deliberativa, para votarmos os terminativos, e depois fazer as sabatinas dos dois indicados à Agência Nacional de Águas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – É só para agradecer, Sr. Presidente, a questão desse relatório que eu proferi agora, em que se deixou em aberto a discussão para que a gente possa continuar a discutir essa matéria porque há divergência. Então, se há divergência e os divergentes não estão presentes, é importante deixar em aberto a discussão para que a gente possa fazer essa discussão na próxima reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Está registrado, como também está registrada a ponderação do Senador Flexa quanto à questão de, primeiramente, fazermos a deliberativa para depois fazermos a sabatina, no dia 12.

Vou retransmitir ao Senador Davi Alcolumbre essa questão da preocupação com o quórum para a votação terminativa e também aos assessores dos demais Senadores que aqui estão para que levem aos Senadores essa reivindicação e essa necessidade de estarmos aqui, na próxima terça-feira, dia 12, para a votação desses projetos que são importantes para o Senado Federal e para o País.

Não havendo mais nenhum item na pauta, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, José Medeiros, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo I do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor João Gilberto Lotufo Conejo." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Roberto Muniz. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório pelo senador Roberto Muniz. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Há na Comissão a Mensagem nº 75, de 2017.

Consulto os membros se poderemos incluir extrapauta e fazer de imediato a leitura do relatório.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Item extrapauta.

Indicação de autoridade.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo I do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor João Gilberto Lotufo Conejo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Muniz

Relatório: Pronto para deliberação

O relatório da Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Passo a palavra para o Senador Roberto Muniz para fazer a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Meio Ambiente, para exame, a Mensagem nº 75, de 2017 (Mensagem nº 495,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 29 de novembro de 2017, na Casa de origem), em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros desta Casa do Congresso Nacional o nome do Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo.

A Mensagem nº 75 atende ao que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Carta Política de 1988, que determina ao Senado Federal a competência privativa de aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que assim a lei determina. Também cumpre com o disposto no art. 5º, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras, o qual determina que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado, devendo ser escolhido pelo Presidente da República e por ele nomeado, após aprovação por esta Casa, o Senado Federal.

Encontram-se apensados à Mensagem nº 75 os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso I, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Possui ele a graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília, em 1978. Tem mestrado/DEA em Técnicas e Gestão do Meio Ambiente pela École Nationale des Ponts et Chaussées, da França, e doutorado em Ciências e Técnicas Ambientais, também pela mesma Universidade. É professor da Universidade de Brasília, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Foi Diretor da Agência Nacional de Águas no período 2004-2008 e Presidente da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos) no biênio 2002-2003. Foi membro do TEC/GWP. Tem experiência nas áreas de Engenharia de Recursos Hídricos e Engenharia Sanitária, com ênfase em Planejamento Integrado dos Recursos Hídricos, atuando, principalmente, nos seguintes temas: saneamento ambiental, gestão de recursos hídricos, planejamento no uso de recursos hídricos, processos de auxílio à decisão e avaliação de políticas públicas.

O *curriculum vitae* do indicado registra: participação, na Universidade de Brasília, entre 1996 a 2017, como Professor (servidor federal), nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, direção e também administração da universidade. Já esteve, e é importante, entre 2004 e 2008, na própria ANA (Agência Nacional de Águas), foi Diretor. De 1995 a 1996, no Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Entre 1995 e 1996, também, no Instituto Sociedade, População e Natureza, aqui, em Brasília, em que foi um pesquisador associado. Foi também, na École et Recherche en Gestion des Ressources en Eau et Environnement, na França, Pesquisador colaborador. Foi também Engenheiro e Coordenador da Engevix, em Brasília. Também participou do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) como Engenheiro e coordenador; e também na Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb), onde foi Engenheiro e também participou da direção e da administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi consultor em projetos para o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, a Unesco, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Atualmente, pela UnB, participa da organização do eixo temático do 8º Fórum Mundial da Água, que terá lugar em Brasília em março de 2018, e coordena, desde 2013, o Estudo Diagnóstico do Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) do Brasil, especificamente no Distrito Federal e Entorno, Polo Grande Teresina e no Polo Petrolina e Juazeiro, da Bahia, no âmbito de Termo de Execução Descentralizada firmado com o Ministério das Cidades.

Teve diversas participações em conselhos e associações, na GWP (Global Water Partnership), Estocolmo, Suécia, Membro da Technical Commission; da Global Water Partnership, também como Membro do Steering Committee. De 2009 até atualmente, ele participa da Rede de cooperação em Ciência e Tecnologia para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado; Membro do Comitê Científico, de 2009 a 2014, da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos de Brasília. Entre 2002 e 2004, foi Presidente por três mandatos; entre 2003 e 2005, participou da Comissão Brasileira para Programas Hidrológicos. Participou também da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, entre 2002 e 2003, em Porto Alegre, como Presidente. Participou do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em Brasília, representando o segmento das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa.

Foi, também, Assessor Hidrológico do Representante Permanente do Brasil junto à Organização Meteorológica Mundial, de 2005 a 2008, e foi Secretário-Executivo da Relob, que é a Rede Latino-Americana de Organismos de Bacias. Representou a ANA junto à Conferência Ibero-Americana dos Diretores Gerais de Água de 2007 a 2008, foi Secretário-Executivo da Conferência dos Diretores Gerais de Água dos Países de Expressão Portuguesa, de 2007 a 2008, e representante da ANA no Fundo Setorial de Recursos Hídricos, também entre 2004 e 2008.

Foi publicado o livro: *Gestão da Água no Brasil.* Além de 10 capítulos de livros publicados, 16 artigos completos publicados em periódicos, 70 trabalhos publicados em anais de eventos e mais de 150 itens de produção técnica, envolvendo, entre outras, elaboração de projetos e, desenvolvimentos de estudos.

Orientador de 6 teses de doutorado, 34 dissertações de mestrado e mais de 50 trabalhos de conclusão de especialização e graduação, com participação em mais de 200 bancas de especialização, mestrado, doutorado e de concurso de outros professores.

Na argumentação, é anexada a Mensagem nº 75, de 2017. O indicado declara que exerceu todos os cargos e atuou em todos os conselhos, internos e externos, já supramencionados, constantes do seu currículo.

Nos documentos anexados, o Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto declara inexistirem parentes que estejam exercendo ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade profissional; que nunca teve participação na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresa, tampouco em entidade não governamental.

Apresenta ainda: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; atuou como Diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) entre 2004 a 2008 e, finalmente, declaração pessoal de inexistência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu e atualmente exerce a função de professor universitário na Fundação Universidade de Brasília.

Por isso tudo, Sr. Presidente, consideramos – agora já lendo o voto final – irrefutável o histórico pessoal e profissional do indicado, comprovado pela documentação apresentada, entendemos dispor esta Comissão de informações suficientes para deliberar sobre a nomeação do Sr. Marcelo Cruz para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Agradecemos ao Senador Roberto Muniz, Relator desta indicação, e, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria, nos termos da alínea "c" do mesmo dispositivo.

O Portal e-Cidadania já dispõe de espaço dedicado ao recebimento de informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas que serão submetidas ao exame do Relator com vistas ao seu aproveitamento na arguição do indicado. Os cidadãos interessados em contribuir podem fazê-lo no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, na área de eventos interativos, ou por telefone, ligando para o Alô Senado 0800-612211.

Comunico ao plenário desta Comissão que a arguição do indicado será realizada no dia 12 de dezembro.

Gostaria de informar que concordamos com o pedido do Senador Flexa Ribeiro, feito a esta Presidência na reunião ocorrida hoje pela manhã, solicitando a todos os Senadores desta Comissão... Eu queria solicitar à assessoria também, diante do esforço concentrado, eu sei que os assessores têm se dedicado a convidar os Parlamentares para que eles possam estar presentes em todas as reuniões, mas a reunião da semana que vem será uma reunião muito importante, haja vista que teremos a sabatina dos três indicados para a Agência Nacional de Águas no mesmo dia e pretendemos, esta Comissão – se assim forem aprovados na sabatina nesta Comissão –, encaminhar imediatamente para o plenário do Senado, na própria terça, para que o Plenário referende a decisão ou não deste colegiado. Portanto, gostaria de solicitar novamente, o Senador Flexa Ribeiro fez esse pedido hoje – a assessoria tem se dedicado – que a gente pudesse encaminhar um *e-mail* para os gabinetes dos Parlamentares titulares e suplentes desta Comissão para que a gente possa fazer esse esforço a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na semana que vem, a gente possa não só ter a possibilidade de fazer a sabatina dos indicados para a Agência Nacional de Águas (ANA) como também votar algumas matérias que estão pautadas na Ordem do Dia, em virtude do quórum qualificado, para que possamos dar encaminhamento a essas proposições. A gente não tem tido êxito ao longo das últimas sessões. Então, eu queria que encaminhassem um *e-mail* para os Parlamentares pedindo esse esforço, já que na quarta-feira a perspectiva é a de termos sessão do Congresso Nacional.

Na presença do Senador Dalírio Beber e do Senador Roberto Muniz, quero agradecer a frequência de V. Exªs nesta Comissão, neste plenário, participando ativamente das decisões deste colegiado. Em nome de V. Exªs, quero fazer novamente essa referência para que se encaminhe o documento, desta vez dizendo que esta reunião será muito importante pelo que já mencionei ainda há pouco.

É esse esforço que eu gostaria de pedir.

E chega agora o Senador Flexa Ribeiro, que fez as observações do convite pela manhã. Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Flexa, comunicando a V. Exª que eu fiz agora, na presença do Senador Roberto e do Senador Dalirio, o pleito que V. Exª solicitou na manhã de hoje na Comissão: que nós pudéssemos estar semana que vem, para avançarmos nas matérias e darmos celeridade a nossa pauta. E também comunico a V. Exª, que chega agora, que acabamos de fazer a leitura do relatório do Senador Roberto Muniz, do indicado, Sr. Marcelo Cruz, Mensagem nº 74, para a Agência Nacional de Águas. Já foi feito o relatório e já foi concedida vista coletiva.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, ilustres Senadores, eu li, como Relator *ad hoc*, hoje pela manhã, a indicação do Sr. Marcelo Cruz para a ANA. Foi lido de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não, foi lido... Ah não, é que eu errei, eu me equivoquei, Senador. É o do Oscar. Nós fizemos a leitura do projeto do Oscar. O do Marcelo Cruz e da Drª Cristiane – inclusive, eu queria registrar a presença da Drª Cristiane, que está aqui, veio fazer uma visita aos gabinetes dos Senadores e está aqui participando da nossa reunião na tarde de hoje... Eu me equivoquei. Eu fiz uma troca de nomes. Agora, a leitura feita foi do indicado Dr. Oscar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu queria pedir a V. Exª pode colocar como extrapauta um projeto de minha autoria que libera o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia em áreas já antropizadas, já alteradas. Esse projeto já passou, pela primeira vez, por quase todas as comissões do Senado, foi ao plenário e de lá teve que retornar às comissões em função de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma emenda do Senador Cristovam Buarque. Voltou, tramitou em todas as comissões, e está aqui na CMA, para que possa ser votado e voltar para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu consultei a assessoria da Comissão, Senador Flexa: como ela é matéria terminativa nesta Comissão, nós precisaríamos de um quórum de onze para votação nominal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não é nominal. A informação que eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – De nove.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nove para deliberar, está certo, V. Exª tem razão. Nós não temos quórum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É terminativo. Então, se colocarmos agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não só terminativo, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – ... vai para o plenário, sai daqui para o plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, isso. Não, faremos na outra quarta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de pedir para a secretaria: o Senador Flexa tem cobrado, com a clareza de Parlamentar que participa dessa reunião, e de certa maneira ele está certo no sentido de fazer a cobrança desse projeto, e eu queria que, em vez de nós colocarmos extrapauta, já que nós não temos quórum, ele fosse o primeiro item da próxima reunião deliberativa na semana que vem, no dia 12. Será o primeiro item. Eu queria fazer um pedido a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu até fiz uma observação, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não. Será terça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, será terça?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Na terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu até fiz uma solicitação na reunião de hoje pela manhã, porque vamos ter a sabatina dos dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Três agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – São três, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Drª Christianne, Dr. Marcelo e o Dr. Oscar. Que nós pudéssemos fazer a pauta deliberativa antecipando, antecedendo, melhor dizendo, a sabatina dos três indicados. Senão vamos ter que... No meu caso, eu não preciso de quórum para o meu projeto, porque não é nominal. Apenas precisamos ter quórum para deliberar e definir. Agora, tem projetos, como o de que o Senador Acir Gurgacz fez a leitura hoje pela manhã, que são terminativos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador, a gente poderia fazer a sabatina, pela manhã, dos três indicados da ANA e, logo em seguida à sabatina, porque nós temos que encaminhar para o Plenário na terça-feira que vem, começaríamos a reunião deliberativa com o projeto de V. Exª. Já vai haver quórum, porque estará todo mundo na sabatina. Se começar com o projeto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A dificuldade, Senador Davi, como deve ser a última reunião antes do recesso, é não termos quórum para votar nominalmente os projetos terminativos aqui. E isso inviabilizaria. Não é o caso do meu projeto que tem...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador, o senhor poderia me conceder um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... como Relator o Senador Valdir Raupp. Só essa observação que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para contribuir, a gente poderia fazer também, entre as sabatinas, uma pauta mínima de um ou dois projetos, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não dá para fazer a sabatina. Ou começa com sabatina ou começa com a pauta ordinária.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não pode fazer entre uma sabatina e outra, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Flexa, a gente tem a preocupação de que também será a última reunião para votar, aprovar ou não os sabatinados da Agência Nacional de Águas. A gente tem a preocupação com a pauta que está atrasada realmente, mas tem a preocupação com os três que serão sabatinados para a Agência Nacional de Águas. Então, a consultoria sugeriu que começássemos com o projeto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Foi o que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Só que o projeto de V. Exª ainda não está pronto para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou ligar para o Senador Valdir Raupp e pedir a ele para retornar o projeto aqui a fim de podermos pautar para a outra terça-feira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Tudo bem.

Fica combinado o seguinte entre os membros da Comissão: para pautar como primeiro item ou como último item, o Senador Raupp tem que ter devolvido a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ótimo. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então a gente fica aguardando o Senador Valdir Raupp devolver a matéria. E já está a Secretaria autorizada a trazer como primeiro item da pauta.

Agora, nós temos essa dúvida. Eu recebi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há necessidade de ser o primeiro item. Pode entrar na ordem normal e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Mas nós temos 18 itens para pautar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Quatorze.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode pôr e depois eu peço inversão de pauta aqui para V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, vamos colocar na pauta a partir do momento em que o Senador entregar o relatório. É isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Na pauta da semana que vem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Mas aí fica como agora. Na decisão que vamos tomar, a gente vai colocar a reunião ordinária ou a sabatina primeiro, às 11h30?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É melhor a sabatina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Não. Para ter quórum...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu queria começar com a sabatina. O Plenário... Eu queria começar com a sabatina, porque depois já teremos quórum, Senador. A gente votaria todos os não terminativos, porque já teremos atingido o quórum. Todos os Senadores vão participar da sabatina, com certeza, de três indicados. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não tem como, porque nós já temos sistema eletrônico de votação. É votação individual na urna eletrônica. Vota para cada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, quando der pane no sistema eletrônico, como é que nós vamos avançar nas votações?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Quando tivermos um problema dessa natureza, vamos atuar no sentido de fazer a votação na cédula.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas o problema é que V. Exª, consultado o Plenário, pode fazer como fazíamos antigamente: uma votação nominal. Não vai haver necessidade. É só para que a gente deixe isso bem esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu acho que a gente poderia seguir a regra que tem sido estabelecida nas outras reuniões desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos em um impasse: começarmos com a sabatina ou começarmos com a pauta deliberativa. Eu gostaria de sugerir que nós começássemos com a sabatina, porque nós temos a indicação de três pessoas para Agência Nacional de Águas e eu acho que a sabatina daria o quórum necessário para a votação dos outros projetos, tanto os não terminativos como os terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como V. Exª achar melhor. Pode deliberar.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, V. Exª é o Presidente. Sei do seu sentimento democrático, agradeço a oportunidade, mas acho que o que o senhor está colocando é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então fica a Secretaria aguardando o gabinete do Senador Valdir Raupp devolver o projeto que relata, o de V. Exª. Já fica a Secretaria autorizada a incluir o projeto na pauta ou como primeiro item ou como décimo quarto item, porque V. Exª vai fazer o pedido de inversão, na hora, no plenário.

A reunião da próxima semana vai começar com a sabatina dos três indicados. Em seguida... Às 11h30.

Fiz o informe do Senador Flexa.

Senador Cristovam, V. Exª deseja... (*Pausa.*)

Não?

Já fiz o comunicado da próxima reunião.

Sem quórum para apreciar as demais matérias, encerramos a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Roberto Muniz, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota; presentes ainda os senadores Romero Jucá, José Pimentel, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão e João Capiberibe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 29ª e da 30ª reunião, realizadas em 6/12/2017, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em quatro partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação da Senhora CHRISTIANNE DIAS FERREIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Vicente Andreu Guillo." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável à indicação do nome da Senhora CHRISTIANNE DIAS FERREIRA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA, com 10 (dez) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários e 1 (uma) abstenção. ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável à indicação do nome do Senhor MARCELO CRUZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, com 15 (quinze) votos favoráveis. ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor João Gilberto Lotufo Conejo." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Roberto Muniz. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável à indicação do nome do Senhor OSCAR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.194153/2017-37

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DE MORAES CORDEIRO NETTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, com 14 (catorze) votos favoráveis e 1 (um) contrário. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CCJ e mais uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 que: "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Roberto Muniz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA (Substitutiva), e pela aprovação da Emenda nº 2-CAE/CDR/CRA. Resultado: A Comissão aprova o relatório que passa constituir o parecer da CMA, favorável à emenda nº 1-PLEN de 2013, na forma da subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA/CMA, e à emenda nº 2-CAE/CDR/CRA/CMA. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, de 2015 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Altera a Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010 e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 36 de 2017 que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater a participação dos parlamentares no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá no período de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília." Autoria: Senador Davi Alcolumbre, Senador Roberto Muniz, Senador Jorge Viana e Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 37 de 2017 que: "Requeiro, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referida no RMA nº 16, de 2017, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 1º, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que Tribunal de Contas da União realize inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes aos contratos nºs 0.038.00/2013 e 0.145.00/2013 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, que foram afetados por problemas causadores da paralização das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à unidade de conservação e a comunidade de seu entorno." Autoria: Senador Cidinho Santos. Resultado: Adiado. 3ª Parte - Avaliação de Política Pública - RMA 13/2017. Finalidade: Apreciação do relatório do senador Wellington Fagundes sobre a política pública referida no RMA 13/2017: AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO CÓDIGO FLORESTAL. Resultado: Adiado. 4ª Parte - Avaliação de Política Pública - RMA 16/2017. Finalidade: Apreciação do relatório do senador Cidinho Santos sobre a política pública referida no RMA 16/2017: REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/12

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento os assessores, servidores do Senado, a imprensa, enfim.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 29ª Reunião e da 30ª Reunião, realizadas no dia 6/12/2017.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Primeira parte desta reunião.

Realizaremos, nesta primeira parte da reunião, arguição pública e a votação secreta sobre as indicações da Srª Christianne Dias Ferreira, do Sr. Marcelo Cruz e do Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, para exercerem cargos de Diretoria na Agência Nacional de Águas, de acordo com as Mensagens do Senado Federal nºs 72, 74 e 75, de 2017, da Presidência da República.

Nas duas últimas reuniões, na semana passada, foram lidos os relatórios de autoria deste Senador e do Senador Roberto Muniz e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Conforme comunicado anteriormente – e consta da pauta desta reunião –, os cidadãos interessados na arguição pública podem encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, pelo fone 0800-612211.

Convido os três indicados a tomarem assento à mesa para fazerem suas exposições iniciais. Na sequência, os Senadores interessados terão a palavra para as suas perguntas.

Gostaria de convidar a Srª Christianne Dias Ferreira, o Sr. Marcelo Cruz e o Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto para comporem a mesa.

Vou fazer uma observação: eu sou judeu e, na minha religião, quando quebra um copo em uma solenidade, é sinal de festa e de prosperidade. Então, teremos uma bela reunião. (*Pausa.*)

De acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: após os relatores, os Senadores terão a palavra na ordem de inscrição, dispondo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dez minutos para interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, facultadas as réplicas e tréplica por até cinco minutos para cada.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Marcelo Cruz; em seguida, à Srª Christianne; e, por último, ao Dr. Oscar, para que eles possam fazer as suas explanações.

O SR. MARCELO CRUZ – Obrigado, Senador.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, demais presentes, muito bom dia!

É uma honra estar diante desta Comissão na condição de indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República a ocupar a Diretoria da Agência Nacional de Águas.

Antes de mais nada, quero expressar meu agradecimento ao Ministro Sarney Filho, com quem tenho tido a honra e a satisfação de colaborar como Secretário Executivo da Pasta do Meio Ambiente, pela sugestão do meu nome, e ao Senhor Presidente da República pelo acolhimento da sugestão.

Agradeço, ainda, ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão e Relator da Mensagem que me indica ao cargo de Diretor. Meus cumprimentos a todos os membros da Comissão.

Sou funcionário do Banco do Brasil de carreira e tenho mais de 25 anos no serviço público federal, para o qual direcionei meus estudos e ao qual dediquei toda a minha vida profissional. Exerci cargos de direção em diversos órgãos, como Secretaria do Patrimônio da União, Imprensa Nacional, Casa Civil e Ministérios do Planejamento, Fazenda, Agricultura e Comunicações. Tenho, portanto, conhecimento acerca de aspectos muito variados da Administração Pública, com aprofundamento na área de infraestrutura, tendo permanecido por mais de uma década no Ministério de Minas e Energia. Participei dos Conselhos do Banespa, Chesf, Ceasa, Eletrobras, Cemar, além do Comitê Gestor do Governo Eletrônico do Governo Federal. Sou titular do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil e dirijo inúmeros colegiados internos do Ministério do Meio Ambiente, como Conama e o Comitê da Gestão Estratégica para a Amazônia Legal.

Como Secretário Executivo, tenho representado o MMA em vários órgãos de relevo, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Política Energética, a Comissão Nacional de Florestas e o Conselho de Governo, inclusive como titular dos Comitês Executivos das Câmaras de Políticas e Recursos Naturais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e da Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Gostaria de ressaltar, ainda, a participação no Comitê Diretivo Internacional do 8º Fórum Mundial da Água e no Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas, conhecido como Interáguas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa longa trajetória no Executivo Federal foi reconhecida diversas vezes, inclusive com a comenda Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa em 2007. A maior recompensa, porém, tem sido a certeza do dever cumprido na defesa do interesse público.

Srªs e Srs. Senadores, ao longo desse período no Ministério do Meio Ambiente, tive a gratificante experiência de atuar lado a lado com a Agência Nacional de Águas. Conheci de perto sua complexidade e agenda, constatei a excepcional capacitação de seus técnicos e dirigentes e o papel fundamental que exerce.

Tive a oportunidade de trabalhar de maneira muito próxima com o Diretor Presidente Vicente Andreu, que, em seus dois anos de mandato, comandou, de forma firme e eficaz, esse percurso.

Nesse momento em que o aumento da população e da consequente demanda de recursos hídricos, juntamente com a mudança do clima, impõem uma situação de crise global, a ANA, com o apoio incondicional do Ministério do Meio Ambiente, tem conduzido a gestão e regulação das águas no País de forma muito competente.

É preciso responder esses desafios de forma ampla, tanto em caráter emergencial quanto intensificando o monitoramento, a prevenção e as medidas de mitigação e adaptação. Acima de tudo, é preciso garantir os usos essenciais da água, notadamente o abastecimento humano e a dessedentação animal, sem descuidar da sua participação indispensável no desenvolvimento do País.

Tendo passado dez anos no Ministério de Minas e Energia, sei bem como nossa matriz elétrica e nosso setor produtivo dependem desse recurso. Na atuação integrada do MMA com a ANA, trabalhamos com uma visão sistêmica e abrangente sobre os recursos hídricos, indispensável para sua gestão dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais.

Merece destaque nesse cenário o caso do Rio São Francisco. As vazões e afluentes do reservatório de Sobradinho, desde 2013, e do reservatório de Três Marias, mais recentemente, vêm sendo reduzidas com o objetivo de preservar os volumes mínimos necessários para a manutenção dos diferentes usos da água por mais tempo. É uma intervenção sem precedentes, tendo tido resultados exemplares, devendo ser mantida e aprimorada.

Ressalte-se aqui a recente edição pela ANA da Resolução 2081, de 4/12/2017 agora, dispondo sobre as condições para operação do sistema hídrico do Rio São Francisco, que compreende os reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó. Junto a essas ações, são absolutamente necessárias medidas para proteção e recuperação da vegetação nativa, sobretudo em nascentes e matas ciliares. O desmatamento e a degradação da vegetação impactam duplamente a disponibilidade hídrica. Por um lado, a capacidade de absorção da água da chuva pelo solo se vê reduzida; por outro, a evaporação por parte das florestas que formam os rios voadores é prejudicada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprometendo o regime pluviométrico. Forma-se, assim, um círculo vicioso ao qual se agrega ainda a ação da mudança do clima. O resultado disso são crises hídricas cada vez mais dramáticas, o que faz com que a reversão desse quadro seja urgente.

Quero destacar dois projetos criativos e inovadores do Ministério do Meio Ambiente com esse escopo, em que me envolvi diretamente e para os quais contamos com apoio determinante por parte da ANA.

O programa de conversão de multas ambientais instituído por decreto presidencial em outubro tem o potencial de mobilizar 4,6 bilhões em curto e médio prazo. Os valores serão aplicados em temas e territórios definidos por uma comissão composta pelo Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio e a própria ANA, sendo que os recursos resultantes da conversão indireta serão destinados à execução de grandes projetos estruturantes. Definimos como prioridade inicial as áreas de grande criticidade hídrica, com serviços ambientais a serem prestados por meio da recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga de aquífero, sendo que o primeiro edital será voltado justamente para a Bacia do Rio São Francisco. Presidente, a ideia é que a gente consiga lançar esse edital até no máximo março, que já esteja na praça publicado.

Os Plantadores de Rios, outro programa que tem recebido especial atenção dentro do nexo água, floresta e clima baseia-se na premissa defendida pelo Ministro Sarney Filho de que os rios precisam de árvores. Em sintonia com o que há de mais atual em redes sociais e, ao mesmo tempo, simples e acessível, disponibiliza uma plataforma que promove o encontro via internet entre os possuidores de nascentes e aqueles, pessoas físicas ou jurídicas, interessados em ajudar e preservá-las.

Trata-se de um grande voluntariado virtual que foi escolhido pela ONU como parte de um seleto grupo de iniciativas inovadoras apresentadas durante a COP 23, a Conferência do Clima deste ano na Alemanha.

Não vou me estender mais, mas gostaria de falar brevemente de mais alguns temas essenciais.

Primeiramente, quero enfatizar a importância do pagamento por serviços ambientais, questão em que a ANA tem uma bela *expertise* com o Programa Produtor de Água. A meu ver, assim como Plantadores de Rios e a conversão de multas, já fruto da nossa gestão à frente do MMA, ações dessa natureza, que dão tangibilidade à política socioambiental do País, devem ser multiplicadas e tratadas como prioritárias.

Outra questão a ser abordada é a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que trata do setor hídrico. O trabalho dos gestores, muitas das vezes, se vê prejudicado por um vácuo jurídico que causa insegurança para a tomada de decisão, embora isso não tenha impedido os grandes avanços realizados pela ANA. A própria Lei da Água, que este ano completou duas décadas, e deve ser louvada por seu caráter avançado e inclusivo, deve ser aprimorada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo lembrando que, em março de 2018, Brasília sediará o 8º Fórum Mundial da Água, maior evento do Planeta sobre o tema, que ocorre pela primeira vez no Hemisfério Sul. Nós do Ministério do Meio Ambiente estamos trabalhando em parceria com a ANA, juntamente com o Governo do Distrito Federal e a Adasa, além de instituições privadas e da sociedade civil, para o sucesso do evento.

É, sem dúvida, uma enorme responsabilidade a direção de uma agência tão estratégica para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e tão fundamental para o equilíbrio ambiental que devemos legar às futuras gerações.

A responsabilidade alcança dimensão global, dado o papel significativo das nossas águas ante o Acordo de Paris e os objetivos do ODS. Acredito estar preparado para tal responsabilidade. Minha história profissional e minhas características como gestor me deixam sereno e bastante entusiasmado ante a perspectiva de enfrentar mais esse desafio.

Coloco-me à disposição das Srªs e Srs. Senadores para responder sobre o que lhes parecer mais relevante para a arguição.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pela ordem.) – Presidente, para a efetivação do bom trabalho, se fosse possível, eu sugeriria que a gente abrisse a votação para que, enquanto os sabatinados proferissem as suas falas, os Senadores pudessem começar a votar, não prejudicando, é óbvio, o debate aqui dentro da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em atenção ao pedido do Senador Roberto Muniz, eu gostaria de consultar os Senadores presentes se nós podemos iniciar o processo de votação, sem estar prejudicada, logicamente, a sabatina dos indicados para a agência.

Senador Hélio?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Dalirio.

Eu gostaria de informar que está aberto o processo de votação, que será por escrutínio secreto, eletrônico, sendo vedado declarar ou justificar o seu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores já podem votar.

Eu gostaria de passar a palavra para a Srª Christianne Dias Ferreira, para fazer sua exposição inicial.

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Bom dia!

Eminente Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Davi Alcolumbre, eminentes Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, eu gostaria primeiramente de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e agradecer pela confiança em mim depositada ao me indicar para compor a Diretoria da Agência Nacional de Águas, assim como também agradecer ao Ex^{mo} Sr. Senador Presidente Eunício Oliveira.

Participar e contribuir para o desenvolvimento de um setor de tamanha importância é missão das mais desafiadoras e instigantes. Traz consigo a responsabilidade e o compromisso de ouvir, ponderar e trabalhar para a construção de mecanismos que auxiliem, de fato, um maior acesso à água de qualidade sem, contudo, perder o foco na preservação do meio ambiente.

A minha experiência na advocacia privada e em instituições de relevo nacional, em especial na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, como adjunta de Infraestrutura, me permitiu ter uma visão interdisciplinar do setor, com o qual pretendo, se for aprovada por esta Casa, contribuir.

São muitos os problemas que assolam o nosso País.

A crise hídrica em um País que detém 12% da água doce mundial merece a atenção de todos. As mudanças climáticas globais, a distribuição desigual da disponibilidade de água nas bacias hidrográficas brasileiras, a necessidade de atender diferentes demandas pelo uso da água e a poluição são alguns dos fatores que contribuem para o agravamento da crise hídrica no Brasil.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, que completou, em julho passado, vinte anos de existência, estabelece que as águas são de domínio público. Constituem um bem limitado, dotado de valor econômico.

A gestão de recursos deve proporcionar uso múltiplo e, em caso de escassez, deve-se priorizar o consumo humano e a dessedentação animal. Determina que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e que a gestão deve ser descentralizada, em reforço da valorização das demandas das localidades, sem prejuízo da coordenação nacional.

Comporta, entretanto, alguns aprimoramentos com o intuito de contornar as condições climáticas, redução de chuvas, aumento de temperaturas, a redução da água nos reservatórios, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento da demanda pela utilização de corpos hídricos e a utilização de corpos hídricos como destino final de cargas poluidoras.

Medidas preventivas e adaptativas na gestão de recursos hídricos devem ser prioridade. Afinal, garantir a oferta de água de qualidade para o abastecimento humano e atividades produtivas constitui vértice do conceito de segurança hídrica.

Logo, considerando que a água possui fins industrial, agrícola, humano, animal, transporte, geração de energia, a compatibilização de seus múltiplos usos deve levar em consideração as diferentes necessidades.

Entretanto, episódios de escassez e de excesso verificáveis simultaneamente em áreas do País, neste momento e mesmo em uma mesma área em diferentes épocas do ano, demonstram o quanto a segurança hídrica é, na pauta do meio ambiente, aspecto fundamental que a todos toca.

Em um Estado democrático de direito, a principal missão institucional de uma agência reguladora é a de implementar políticas públicas do Governo, compatibilizando seus instrumentos de normatização, outorga, fiscalização e planejamento às realidades sociais e econômicas de cada região, sempre em busca de cumprir e fazer cumprir as leis e a Constituição Federal.

É nesse propósito e esse compromisso constitucional que me move o espírito e me impulsiona o intelecto nessa oportunidade ímpar de poder contribuir para as gerações presentes e futuras em matéria tão fundamental à vida em sua mais ampla acepção quanto à água.

A Constituição Federal estabelece a competência da União de instituir um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e de definir critérios de outorgas de direitos de seu uso em atenção ao interesse geral, que repousa na preservação e no uso racional dos recursos hídricos, eis que o ciclo hidrológico não obedece na natureza fronteiras artificiais impostas pelo ser humano.

O critério de transcendência de interesse local também é base fundamental para a atribuição à União da dominialidade dos corpos de água que estejam na fronteira entre Estados ou que corram pelo território de mais de uma unidade estadual. Essa mesma Constituição, que confere papel normativo e executório determinante à União, fortalece o papel dos Estados da Federação, que detêm o domínio dos corpos de águas superficiais e subterrâneos que houver em seu território.

Em todos os casos, todas as competências atribuídas pelo constituinte à União e aos Estados não são privilégios, mas antes deveres de atuação responsável. Não são espaços de conflitos por poderes, mas sim mandados de otimização, que têm na coordenação de agentes e esforços federais e estaduais a institucionalização do federalismo cooperativo, valor que o tempo e a ordem democrática requerem e que a segurança hídrica exige. Por isso mesmo, a implementação da política nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos hídricos, missão fundamental da Agência Nacional de Águas, é uma tarefa que exige o fortalecimento institucional dos atores e instrumentos de governança e de gestão.

Implementar a política nacional de recursos hídricos requer a ampliação do monitoramento hidrológico, realizado para fornecer informações ao longo do tempo sobre a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Com relação ao monitoramento hidrológico, cabe à ANA, além da gestão direta de estações pluviométricas e fluviométricas a seu encargo, fomentar a integração de estações não vinculadas à rede hidrometeorológica nacional e manter o compasso com aquelas estações mantidas e operadas em todo o Território nacional por agentes públicos e, muitas vezes, privados.

Tal tipo de sinergia positiva entre órgãos e entidades das diferentes pastas de infraestrutura deve ser reforçada pela ANA, que, conforme relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2017", recém-publicado pela Agência, tem na companhia de pesquisa de recursos minerais importante aliado no planejamento e operação da rede hidrometeorológica.

Nesse mesmo sentido, a aproximação com institutos internacionais de pesquisa, com parceiros públicos e privados cada vez mais integrados e mediante o incremento de tecnologias mais modernas, será possível dispor de fontes mais fidedignas e de acesso mais imediato. Desse modo, é possível ao Poder Público adotar precauções e implementar medidas de emergência em situações hidrológicas extremas.

Com relação à reservação da água, outro aspecto atrelado ao monitoramento hidrológico e fundamental para a disponibilidade hídrica é a criação de sistemas de reservação artificial capazes de atender às peculiaridades de cada bacia hidrográfica.

As transferências de vasão entre diferentes bacias hidrográficas são mecanismos fundamentais como os do Sistema Cantareira, que abastece a região metropolitana de São Paulo, e o sistema Paraíba do Sul, que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além da importância regional, a gestão de recursos hídricos é matéria de integração regional e nacional, tal qual se verifica no projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional voltado a garantir a oferta de água nesses açudes e que tem exigido pesados esforços e investimentos em infraestrutura para captação, bombeamento, reservação e transporte.

O projeto que integra o Rio São Francisco às bacias hidrográficas do nordeste setentrional possibilitou dois Estados a já estarem recebendo água: Pernambuco e Paraíba.

Quanto aos indicadores de qualidade. A qualidade da água, além da coleta e da organização sistemática de dados, cabe à Agência fortalecer o seu papel no estabelecimento de parâmetros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

técnicos, físicos, químicos e biológicos, capazes de enquadrar adequadamente os corpos de água e os níveis de qualidade exigidos para cada uso, conforme o emprego final desses recursos.

É preciso estreitar os laços interfederativos para coordenar os instrumentos de monitoramento porque há, ainda, grandes vazios de informação ou, quanto menos, descompasso de capacidade operacional, divulgação e disponibilização de seus resultados.

Quanto ao uso múltiplo das águas. Além de reconhecer o domínio público das águas, a lei lhe atribui valor econômico. Nisso não há qualquer contradição, mas há verificação cada vez mais real e palpável de que os recursos hídricos são escassos e de que a provisão de recursos hídricos e seu fornecimento com qualidade demanda investimentos e impõe custos.

A interpretação sistemática da lei e a vivência concreta de sua aplicação devem compatibilizar o domínio público e a atribuição de valor sem, com isso, exaurir as políticas regulatórias em um ou outro polo.

É justamente a construção de mecanismos dialógicos de integração entre as agendas dos diferentes setores e atividades econômicas...

(*Soa a campainha.*)

... de um lado, e a conjugação desses interesses à participação social efetiva das comunidades direta e indiretamente afetadas, de outro, a missão principal da agência reguladora.

O abastecimento urbano de água está diretamente relacionado ao esgotamento sanitário, a diluição dos esgotos pelos corpos d'água depende da concentração de carga lançada e da vazão hídrica, baixos índices de coleta e tratamento de esgotos comprometem a qualidade das águas, impactando na saúde da população e até mesmo inviabilizando o aproveitamento desses recursos hídricos.

Inclusive o Governo está discutindo a proposta de reforma do Marco Legal do Saneamento. Essa proposta de reforma do saneamento prevê que a ANA seja a agência responsável por regulamentar essa atividade com várias propostas novas como, por exemplo, a comissão de um comitê interfederativo para os Municípios que integrarem a região metropolitana. Pressupõe um fundo que prevê o destino do dinheiro arrecadado com as outorgas, a devolução diretamente para o saneamento, garantindo assim, de certa forma, o requisito colocado na lei do saneamento de universalização. Prevê que a ANA incentive todas as agências locais e que se as agências locais cumprirem determinadas metas de qualidade possam se habilitar a receber recursos federais. Enfim, um projeto bastante audacioso que procurou fechar muitas arestas para poder realmente começar a fazer a diferença, começar a colocar o País em condições de ter saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, enfim, com relação à gestão de recursos hídricos em situações de escassez de água, pode ser necessário o estabelecimento de marcos regulatórios que correspondem a um conjunto de regras gerais sobre o uso da água de determinado corpo hídrico, definidas pelas autoridades outorgantes com a participação dos usuários de recursos hídricos que prevalecem em termos legais e que determinam as outorgas previamente emitidas.

Com relação à gestão, é importante sempre essa descentralização que está prevista na própria lei de recursos hídricos e a participação mais acentuada dos comitês de bacia que precisam ter um pouco mais de representatividade e a colaboração de todos os setores da sociedade civil, do setor privado e da Administração Pública em prol desse bem maior que é a água.

Então, essas são as minhas principais considerações a respeito do tema.

Eu agradeço o tempo que me foi destinado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Para fazer as suas considerações, convido o Dr. Oscar para fazer uso da palavra.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Davi Alcolumbre, Exmos Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores e senhoras, é com satisfação, respeito e humildade que me dirijo a este Plenário para apresentar, em rápidas palavras, avaliações e proposições referentes à questão da água no Brasil e ao papel que posso vir a exercer como um dos diretores da Agência Nacional de Águas, assim como submeter-me aos diferentes questionamentos que V. Exªs queiram, porventura, formular.

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar aqui o meu agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer e ao Exmo Sr. Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, pela confiança depositada em meu nome. Espero ser merecedor dessa confiança, caso o Senado aprove a minha indicação.

Gostaria também de agradecer ao Senador Roberto Muniz pelas generosas palavras que me dedicou em seu relatório.

Sou servidor público, docente de uma universidade federal, a UnB (Universidade de Brasília).

Voltar a exercer a função de diretor da ANA é, para mim, uma honra e um grande desafio, mas considero ser uma oportunidade de poder continuar a servir o meu País.

Meus mais de 40 anos de exercício profissional foram consagrados a uma carreira técnica na engenharia, assim como à pesquisa e ao magistério. É com essa experiência pessoal que buscarei concentrar todos os meus esforços para corresponder a essa indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocupar uma diretoria da ANA seria também atender a uma convocação feita pelo Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), no sentido de que as diretorias da ANA sejam ocupadas por dirigentes com perfil técnico, suscetíveis de contribuir na gestão dos recursos hídricos, com compromisso na articulação para o avanço na implementação da política nacional e com interlocução entre os entes que compõem o sistema.

Peço licença aos aqui presentes para apresentar um resumo do meu currículo.

Graduei-me em Engenharia Civil na UnB em 1978; concluí Mestrado em Técnicas de Gestão do Meio Ambiente em 1989, na École Nationale des Ponts et Chaussées, na França. Nessa mesma instituição francesa concluí o meu e Doutorado em Ciências e Técnicas Ambientais, em 1995.

Comecei minha vida profissional como engenheiro da Caesb, aqui no Distrito Federal, em 1978, onde já atuava como estagiário. Trabalhei para o Governo Federal, no extinto DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica). Trabalhei depois em empresas privadas de consultoria.

Durante minha estada no exterior para a pós-graduação, fui pesquisador colaborador em centro de pesquisa. Na volta ao Brasil, trabalhei em organização não governamental na área de meio ambiente e em organismo internacional na área de cooperação para a agricultura.

Fui também consultor em projetos para o Ministério da Saúde, para o Ministério do Meio Ambiente, para a Unesco, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e diversas empresas e instituições nacionais.

Desde 1996, atuo como professor na Universidade de Brasília, onde ingressei por concurso público. Desenvolvo atividades no Departamento de Engenharia Civil e Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos, programa do qual fui coordenador em duas distintas ocasiões.

No período de 17 de novembro de 2004 a 16 de novembro de 2008, tive a honrosa missão de ocupar uma diretoria da então jovem Agência Nacional de Águas, onde supervisionei as áreas de regulação e de planejamento, gestão e capacitação. Tenho forte convicção de que executei um bom trabalho e de que contribuí para o crescimento dessa instituição, o que me credencia a aspirar essa volta à Agência.

Na condição de diretor da ANA, fui assessor hidrológico do representante permanente do Brasil junto à Organização Metrológica Mundial, fui secretário executivo da Rede Latino-Americana de Organismos de Bacias, fui representante da ANA junto à Conferência Ibero-Americana dos Diretores Gerais de Água, fui secretário executivo da Conferência dos Diretores Gerais de Água dos Países de Expressão Portuguesa. E fui representante da ANA junto ao CTHidro, Fundo Setorial de Recursos Hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha atuação como professor universitário, fui, com muito orgulho, presidente da renomada Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) no biênio 2002-2003, entidade que muito contribuiu para o desenvolvimento na área de recursos hídricos no Brasil. Fui também conselheiro no Conselho Nacional de Recursos Hídricos como representante da sociedade civil, membro da Comissão Brasileira para os Programas Hidrológicos Internacionais, e membro da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Conselho, tendo sido seu presidente por três mandatos diferentes.

Fui também membro do Steering Committee do GWP (Global Water Partnership), de 2009 a 2011, e membro do Technical Commission desse mesmo GWP, de 2012 a 2015. Atualmente, sou membro do Fórum das Instituições de Ensino e Pesquisa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Tenho um livro publicado sobre recursos hídricos, além de dez capítulos de livros, 18 artigos completos em periódicos, 75 trabalhos publicados em anais de eventos e mais de 160 itens de produção técnica, envolvendo entre outras elaboração de projetos, estudos e organização de cursos e eventos no Brasil e no exterior.

Fui orientador de seis teses de doutorado, 38 dissertações de mestrado e mais de 50 trabalhos de conclusão e especialização e graduação, com participação em mais de 200 bancas.

Participei com muito orgulho da formação como docente de mais de dois mil engenheiros civis e ambientais e de mais de 250 mestres e doutores.

Atualmente, na UnB, participo da organização do eixo temático do 8º Fórum Mundial da Água, que terá lugar em Brasília, em março de 2018. E coordeno, desde 2013, o Estudo Diagnóstico do Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento, as chamadas RIDEs, RIDE DF e Entorno, RIDE Polo Grande Teresina, e a RIDE Polo Petrolina-Juazeiro, num âmbito de um termo de execução descentralizada firmado com o Ministério das Cidades.

Eu quero discorrer um pouco sobre a questão da água, mas também não queria me alongar. Tenho aqui algumas reflexões sobre a questão da água, mas elas ficam até tímidas e pálidas perante aqui o trabalho excelente feito pela ANA no seu Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil 2017.

Então, eu até não me deteria nessa reflexão sobre recursos hídricos, já que esse excelente trabalho traz um excelente panorama da questão no Brasil.

De qualquer modo, falando sobre a ANA, a ANA é hoje uma respeitável e admirada instituição. Muitos participaram da construção dessa instituição. Não foi uma tarefa fácil. E quero aqui ressaltar o espírito público, a competência e a dedicação de alguns desses brasileiros.

Gostaria de relembrar antigos diretores com os quais tive a oportunidade de trabalhar no quadriênio 2004/2008. Os Diretores Presidentes Dr. Jerson Kelman e Dr. José Machado. E os Diretores Benito Braga, Marcos Freitas, Ivo Brasil, Bruno Pagnoccheschi e Dalvino Franca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui registrar os meus reconhecimentos e apreço à atual Diretoria Colegiada, que tão bem vem conduzindo a Agência, Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente, e os Diretores Dr. João Lotufo, Gisela Forattini, Ney Maranhão e Ricardo Andrade.

Um registro especial à amiga Diretora Gisela Forattini, que concluirá o seu mandato em janeiro, e ao amigo Diretor João Lotufo para cuja vaga tive a honra e a satisfação de ter sido indicado a ocupar.

Foram esses grupos diretores responsáveis pela constituição do que hoje é o mais valioso patrimônio da ANA, a sua equipe de servidores.

Após a realização de concorridos concursos públicos e a convocação de profissionais para a posse de dirigentes, logrou a ANA formar um quadro de competentes técnicos servidores oriundos de todas as regiões do Brasil.

Falo com conhecimento de causa, pois dentre esses técnicos há muitos antigos colegas, alunos e orientados de graduação e pós-graduação. Contar com um concurso dessa equipe certamente me ajudará a mais bem desempenhar a minha missão.

Falarei agora das minhas convicções e meus projetos.

Pautarei a minha atuação alimentado por convicções: primeiro, a primazia do conhecimento técnico científico. Temos de fundamentar as nossas decisões no conhecimento.

Todos os esforços devem ser envidados para se poder a cada dia mais bem conhecer o estado das nossas bacias hidrográficas, assim como as condições e os efeitos dos usos da água.

Segundo, a importância do controle social.

Tenho de tornar cada vez mais transparentes e acessíveis as informações sobre os nossos recursos hídricos e os usos que dele são feitos.

Temos plena consciência da complexidade das decisões que teremos de tomar e precisamos ter a sociedade consciente e informada para ser partícipe nessas decisões.

Trata-se de uma área de atuação no Poder Público em que a simetria de poder e de acesso a informações pode levar a que setores mais poderosos e estruturados se beneficiem na utilização dos bens públicos.

Sempre que necessário devemos favorecer a participação da sociedade civil no processo, empoderando-a se necessário for.

Terceiro, a busca na eficiência no aproveitamento da água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não devemos permitir que esse recurso estratégico seja utilizado de forma ineficiente e irresponsável. Temos de zelar pelo interesse da sociedade presente e pelo interesse das próximas gerações de brasileiros.

Quarto, o respeito ao Pacto Federativo e ao Princípio da Descentralização.

Temos de atuar para garantir a harmoniosa convivência entre os entes federados, valorizando o princípio da descentralização na gestão da água, delegando sempre que possível aos Estados e Municípios responsabilidades pelas ações, mas zelando pelo interesse da União e arbitrando conflitos, quando necessário for.

Quinto, a autonomia das agências reguladoras.

Devemos estar atentos para que o avanço institucional ocorrido com a criação das agências reguladoras seja consolidado e aperfeiçoado. É importante para tal que se preservem os princípios da autonomia administrativa e financeira da decisão colegiada, da observância a contratos de gestão e de prestação de conta à sociedade e aos poderes constituídos.

Finalmente, como convicção, o papel estratégico das reservas de água do Brasil.

Impõe-se como princípio zelar pelo imenso patrimônio que temos e pelo papel estratégico que exercemos por dispormos da maior reserva de água doce aproveitável do Planeta. Especial ênfase deve ser dada à consolidação das relações amistosas que mantemos com os países com os quais compartilhamos águas.

Motivado por essas convicções, defenderei junto à Diretoria Colegiada prioridade de atuação, algumas das quais já adotadas pela ANA.

Primeira, promover a segurança hídrica e uma melhor gestão das crises.

Os impactos e eventos hidrológicos críticos – secas e inundações – vêm se ampliando no Brasil nos últimos anos. Regiões metropolitanas brasileiras se encontram cada vez mais vulneráveis a esses eventos críticos, assim como os reservatórios que regulam as vasões em muitos dos rios brasileiros.

Até a minha Brasília padeceu, neste ano de 2017, dos efeitos de uma grave crise de abastecimento de água. A ANA tem atuado de forma firme e competente na gestão dessas crises. Mas, tendo em vista os desafios crescentes impostos pelas mudanças globais, será meu compromisso atuar no contexto da segurança hídrica, no aprimoramento dos processos de gestão.

Segundo, discutir o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Julgo importante que se organize uma discussão nacional sobre aperfeiçoamentos necessários à nossa legislação e ao nosso sistema. Podemos aproveitar para tal das reflexões e contribuições oferecidas pelo projeto legado, desenvolvido pela ANA, bem como uma das oportunidades de debate e discussão que se apresentarão com a realização do 8º Fórum Mundial, em março de 2018, em Brasília.

Terceiro, estimular a aplicação de recursos para Ciência, Tecnologia e Inovação e para a Capacitação.

É importante que recursos públicos sejam destinados às ações de CTI, para o desenvolvimento do conhecimento e dissoluções para os problemas de uso da água, poluição e segurança de barragens, permitindo também a consolidação do setor produtivo nacional competitivo. Proponho-me a trabalhar para que se garantam recursos crescentes para ciência, tecnologia e inovação e para ampliar ainda mais os processos de capacitação dos participantes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

Quarto, zelar pela integridade e ampliar a abrangência da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Não há gestão nem decisão embasada se não houver informação qualificada. É essencial que a Rede Hidrometeorológica Nacional possa se modernizar, incorporar inovações tecnológicas e ampliar a natureza e a abrangência dos dados coletados.

Quinto, ser atento aos reclamos dos servidores.

O coletivo de servidores da ANA se caracteriza pela excelência profissional e pelo comprometimento com a missão da instituição. É dever do dirigente da agência ficar atento às demandas desse coletivo, atendendo àquilo que for possível para que as atividades da ANA se desenvolvam de forma harmoniosa e eficiente.

Sexto, preparar-se para os novos desafios.

Novas agendas se apresentam para a ANA, como aquelas associadas às mudanças globais, aos mecanismos de pagamento dos serviços ambientais e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É meu compromisso motivar a agência a se preparar para tratar de novos temas e demandas impostos por compromissos assumidos pelo Brasil junto à comunidade internacional.

Sétimo, consolidar e fortalecer a agenda internacional da ANA.

Ao longo dos últimos anos, diversificou-se e se intensificou a agenda internacional da ANA com ações que vão desde a Cooperação Técnica Sul-Sul à capacitação de servidores da agência em tecnologias de ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atuarei no sentido de manter essa agenda e aperfeiçoá-la.

Contribuir para a construção de novos marcos regulatórios de uso da água.

Há urgente necessidade de se aperfeiçoar o ambiente regulatório de diferentes usos da água, com destaque para o saneamento básico.

Proponho-me a dar continuidade a ações que levem à construção desses marcos regulatórios, ampliando essa discussão no ambiente da Agência.

Além dessas convicções e proposições, atuarei motivado por um sonho: o de participar da construção de um futuro em que o respeito à conservação de nossos rios e lagos e o respeito ao direito de nossos compatriotas em ter sempre acesso a uma água abundante e limpa se constituam em um profundo valor humano.

Será o tempo em que voltaremos a construir nossas casas e cidades de frente para os rios, não reservando apenas a eles nossas águas servidas e nossa indiferença. Será um tempo em que, espero, a ANA terá bem menos tarefas e que futuras gerações de brasileiros não precisarão dedicar seu esforço e sua experiência para mediar e solucionar conflitos.

Era o que eu queria apresentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição deste Plenário para os questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de pedir ao Senador Jorge Viana que pudesse ocupar a Presidência para que eu possa votar.

Na lista de inscrição, está o Senador Hélio José, como primeiro inscrito, e o Senador Roberto Muniz, como segundo inscrito.

Está aberta a lista de inscrição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por esta importante audiência pública, Senador Davi Alcolumbre. Também cumprimento o nosso nobre Senador Jorge Viana, que assume agora a Presidência. E cumprimento os nossos sabatinados: Dr. Marcelo Cruz, Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto e Drª Christianne Ferreira.

Quero dizer que me sinto muito feliz de saber que nós temos aqui três técnicos. Dr. Marcelo Cruz é formado em Economia pela Católica do Distrito Federal, uma universidade altamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conceituada, onde meus filhos fizeram do primário à 8ª série. Sei da importância da Católica. A Drª Christianne é também formada em Direito pela Católica do Distrito Federal. O Dr. Oscar é formado em Engenharia Civil pela UnB, do Distrito Federal.

Então, temos aqui três técnicos da geração Brasília trabalhando em prol do desenvolvimento do Brasil e em prol de questões fundamentais que são as questões relativas à vida, relativas à água, ao meio ambiente, ao saneamento básico, relativas a uma vida um pouco melhor para todos nós.

Eu, aqui no Senado, tenho pautado meu mandato na defesa da família, na defesa da vida e na defesa do meio ambiente. Consequentemente, sei que os três indicados preenchem todos os requisitos para fazerem frente aos desafios enormes que temos com relação à água, ao saneamento e com relação à vida.

Nosso nobre Dr. Oscar, professor da UnB, deixou claro, ontem na Comissão Senado do Futuro – fiz um grande debate sobre a crise hídrica no Senado Federal –, que nós, em Brasília, estamos vivendo, talvez, uma das piores situações dos últimos anos. Toda semana, milhares de brasilienses ficam sem água e passam por muitas dificuldades.

Irei direto às perguntas. Vou começar pela mulher, que foi a última que citei.

Drª Christianne Dias Ferreira, o crescimento populacional, a industrialização, a expansão da agricultura e as mudanças climáticas vêm constante e inevitavelmente contribuindo para o processo de degradação e escassez dos recursos hídricos. Quais são seus planos e projetos para lidar com essa situação tão cara e importante para nós todos? Quais obras de infraestrutura mais urgentes são necessárias para remediar a crise hídrica pela qual o nosso País passa?

Água é vida, portanto é fundamental o saneamento básico, o melhor aproveitamento do lixo, via políticas públicas que propiciem o melhor aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, que podem ser transformados em energia, adubo e materiais de construção. Como pode ser a sua colaboração nessas questões tão importantes para toda a sociedade brasileira? Essa terceira pergunta estendo também ao Dr. Oscar e ao Dr. Marcelo Cruz.

Obrigado à Christianne. Só para poder fazer a pergunta dos outros. Vou assistir às respostas de vocês, todas, pela internet, porque estou atrasado, há dez horas, para a CMO, para um debate sobre a Previdência. Como Relator da Previdência, tenho de estar lá. Está certo? Mas eu fiz questão de prestigiar essa bancada tão bacana que está indo para a ANA.

Dr. Marcelo Cruz, a crise hídrica que desde 2013 atinge a região do Rio São Francisco e perpassa os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, atingiu o seu ponto mais severo neste ano de 2017. Além das mudanças climáticas, com a redução das chuvas e secas mais intensas, outros fatores têm contribuído para a intensificação da crise hídrica na região, como a exploração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desordenada da água subterrânea e o desmatamento. Quais são as ações necessárias para resolver essa crise na bacia do Rio São Francisco? O que você acha do meu projeto que está nesta Casa, que é o projeto de barragem de contenção a montante de algumas barragens, exatamente para colaborar com o curso da água dos rios?

Qual o papel dos comitês de bacias hidrográficas para a situação de crise hídrica enfrentada pela Região Nordeste e pelo Brasil inteiro, como Brasília, por exemplo. Como V. Sª vê as questões do compartilhamento de água entre bacias diferentes, caso, por exemplo, o Rio do Sono e o Rio São Francisco? O Rio do Sono, para quem não sabe, é um rio muito caudaloso do Tocantins, e o Rio São Francisco é o rio da integração nacional.

4. As energias renováveis são fundamentais. Como a ANA pode colaborar – você que foi o nosso colaborador e amigo meu no Ministério de Minas e Energia – para o bom uso da energia solar, eólica e da biomassa? Como melhor utilizar os nossos pequenos cursos d'água, incentivando PCHs e CGHs, pequenas hidroelétricas e centrais hidrelétricas, que serão fundamentais para a geração de energia, armazenamento da água e desenvolvimento social, via benefícios turísticos e desenvolvimento sustentável?

Como V. Sª, como nosso futuro diretor-geral da ANA, poderá contribuir com a matriz elétrica limpa e sustentável do nosso País?

Dr. Oscar, eu me orgulho de ser um aluno da UnB, formado em 1982. Nesse período, parece que o senhor já tinha concluído também o seu curso na Universidade de Brasília, e sei da importância da sua participação na ANA, por toda a contribuição acadêmica que o senhor traz.

As questões são as seguintes. Considerando sua excelente formação acadêmica e grande experiência profissional em gestão de recursos hídricos, inclusive como um dos coordenadores do 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em 2018 em Brasília, pergunta-se: o tema desse fórum mundial é Compartilhando a Água. Qual a sua análise sobre a sustentabilidade hidroclimática do projeto de integração do Rio São Francisco PISF, cujo principal objetivo é exatamente compartilhar águas de regiões doadoras, como Minas Gerais e Bahia, com regiões de histórica escassez hídrica?

O Distrito Federal passa por uma das maiores crises hídricas já registradas. O planejamento do abastecimento de água no DF, como dos serviços de saneamento básico, costuma envolver ações com outros Estados, sobretudo Goiás, tanto para garantir a segurança hídrica quanto para atender em saneamento básico a população do Entorno. Pergunta-se: além das questões hidrológicas, que principais fatores explicam a crise hídrica do DF e como tornar mais robusta a segurança hídrica da região, considerada inclusive a região do Entorno?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos da adutora de Corumbá III, por meio da qual o nosso nobre ex-Governador Roriz tinha definido uma possibilidade de 100 anos de alimentação de água para o Distrito Federal. Por que essa obra, na sua visão, está até hoje sem ter sido concluída?

Terceira, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuiu à ANA, dentre outras competências, a de regular e fiscalizar os usos dos recursos hídricos. Nesse contexto, destaca-se a edição de regras de restrição de uso para captações de água com a finalidade de irrigação e aquicultura. Por outro lado, a legislação do setor elétrico, consolidada na Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, concede desconto na tarifa aplicada ao consumo de energia elétrica para os consumidores que desenvolvem atividades de agricultura, classificadas como rurais e, em especial, para atividades de irrigação e aquicultura. Com a crise hídrica que se abate sobre algumas regiões brasileiras e ante a perspectiva de se agravar a instabilidade climática, cresce o potencial conflito de interesses entre a produção e a reserva de água para consumo humano, e no seu uso econômico por agricultores e industriais. Pergunta-se: como V. Sª pretende agir na condição de Diretor da Agência Nacional de Águas nessa questão tão preponderante e fundamental?

Finalizando, Brasília vive uma das maiores crises hídricas da sua história. Ontem mesmo, na Comissão Senado do Futuro, da qual sou Presidente, promovemos um grande debate sobre esse tema. Como V. Sª, como professor e pensador de soluções para questões hídricas, pode, como Diretor da ANA, colaborar para ações corretas a fim da superação dessa grande crise hídrica que, somente em Brasília, deixa milhares de pessoas sem água a cada semana?

Quero desejar, nobre Senador Davi, o maior sucesso do mundo para esses três extraordinários técnicos em uma agência tão importante. Com certeza, suas respostas a esses questionamentos, que não são meus, são de uma série da população do Distrito Federal, serão bastante esclarecedoras para que nós possamos colaborar para que a ANA faça o seu trabalho cada vez melhor.

Obrigado. Eu vou ter que me retirar para a CMO, mas quero deixar aqui, mais uma vez, meus cumprimentos, meu nobre Presidente da CMA.

Muito obrigado, senhores! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu passo a palavra para os indicados sabatinados de hoje para fazerem os esclarecimentos às questões feitas pelo Senador Hélio José.

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – O Senador Hélio José já se ausentou da Comissão, mas agradeço pela pergunta e vou tentar aqui colocar a maneira como eu penso. O Senador bem falou sobre as condições climáticas adversas do nosso Planeta, a que estamos submetidos atualmente. Muitas dessas condições, somadas a outras, como crescimento populacional e o mau uso que o ser humano faz dos recursos naturais, são fatores que contribuem para essa situação de escassez que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vivemos. Com relação às condições climáticas – aumento das temperaturas, diminuição de chuvas –, talvez o grande percentual dessas condições tenha contado com a contribuição humana, mas é fato que não podemos contornar da maneira como gostaríamos, e sim fazer mais um trabalho preventivo. O que eu quero dizer com isso é que as condições estão postas. O quadro é muito claro. A previsão é de que as chuvas diminuam, que as temperaturas fiquem elevadas e, basicamente, o fluxo dos nossos rios seja reposto com o regime de chuvas. Então, eu entendo que a maneira para enfrentar essa crise, primeiramente, é traçando um mapeamento, fazendo um diagnóstico mais claro. A própria ANA reconhece que pode melhorar nessa parte – já avançou bastante, mas pode ainda fazer um trabalho de gestão melhor –, buscar novas tecnologias para poder fazer este mapeamento, este diagnóstico das condições das nossas reservas, da qualidade e da quantidade de águas superficiais e também de águas subterrâneas.

Feito esse monitoramento, pode-se partir para uma segunda fase que é realmente a fase de se investir mais em infraestrutura para a construção de reservatórios. Porque o fato é que a população cresceu muito mais... Por exemplo, aqui no caso do Distrito Federal, a população cresceu muito mais do que a infraestrutura para dar conta de fornecer água de qualidade para todos os cidadãos.

Além dessa questão de investimento em infraestrutura, seria também pertinente trabalhar com os adequados usos da água, identificar, enquadrar as águas nas suas respectivas categorias, para destinar as águas para os seus usos específicos.

Pensar também, talvez, em desenvolver mais a questão do reuso da água. Às vezes, uma água que volta para a natureza de determinada maneira pode não ser usada para o consumo humano, mas poderia ser usada para produção industrial. Enfim, nós sabemos que experiências de outros países já mostram como o reuso está mais desenvolvido. Poderíamos também investir nessa questão do reuso.

E, por fim, é importante... É repetitivo, mas a gente só sente falta daquilo que a gente perde, quando a gente, então, passa a valorizar muito. Então, eu acho que o momento é de a gente sentir essa falta da água, porque a gente está vivendo uma situação realmente de escassez. Então, esse trabalho de conscientização do cidadão, do consumidor é muito importante, na linha de que a gente tem que preservar mais. E isso não pode ficar tão somente no campo da ideologia, porque a gente já está vendo as consequências disso.

E o Senador Hélio José também falou um pouquinho sobre a questão do lixo, que está sendo um pouquinho relegada. O lixo é um problema muito grave no Brasil: nós temos grandes lixões ainda a céu aberto, temos também vários... A maior forma de tratar o lixo no Brasil é de aterros sanitários, mas poderíamos também desenvolver bastante essa tecnologia, porque a degradação do solo é o grande fator que contamina os nossos rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo que a forma de atuar é fazendo diagnóstico, é contribuindo e aumentando com a infraestrutura, e fazendo campanhas de conscientização para a preservação do nossos recursos hídricos.

O SR. MARCELO CRUZ – O Senador Hélio José fez uma pergunta específica sobre a questão do Rio São Francisco. Como eu disse aqui na minha fala inicial, teríamos que tomar uma atitude, Senador, mais tangível com relação ao projeto Novo Chico, que foi lançado pelo Presidente da República no ano passado. E o projeto Novo Chico, na sua estrutura, do ponto de vista técnico e de organização, é muito bem feito.

A gente esbarrou numa situação, obviamente, da restrição orçamentária, e, a meu ver, uma situação da contabilização das ações orçamentárias vinculadas a vários ministérios, com intercessão para a realização dos objetivos de cada item do projeto.

Bom, pensando nisso lá no ministério, a gente fez a proposição, como eu falei, do decreto de conversão de multas do Ibama, Senador Flexa, que o senhor conhece bem lá conosco. O que acontece? Hoje as multas do Ibama e do ICMBio acabam sendo autuadas e pagas em apenas 5% do valor total autuado. Então, o que se propôs foi um acordo entre os maiores devedores, dentre eles a Petrobras, para que a gente fizesse uma antecipação desses valores para execução indireta, extraorçamentária, de projetos de cunho ambiental. Obviamente, no caso do projeto Novo Chico, existe infraestrutura agregada também.

Esses recursos, no curto e médio prazo, montam a qualquer coisa em torno de R$4,6 bilhões, sendo que a gente já assinou com a Petrobras R$1 bilhão. R$1 bilhão é mais do que a primeira etapa prevista no projeto Novo Chico, com a vantagem de uma execução direta extraorçamentária, sem o reflexo da PEC dos gastos, com relação a teto, e a estruturação de projeto vai ser avaliada por um comitê de que a ANA faz parte também.

Então, esse edital, Senador Roberto, deve estar sendo lançado, já está sendo estruturado, com esses órgãos todos que citei, para o primeiro semestre do ano que vem, e a gente vai, obviamente, pegar como base a estrutura técnica do projeto Novo Chico e começar a fazer rodar esse projeto. R$4,6 bilhões dá mais ou menos oito vezes mais o orçamento discricionário do Ministério do Meio Ambiente com as suas autarquias e com a Agência. Então, acho que vai dar uma flexibilidade importante, a gente vai conseguir trazer esse recurso que não era arrecadado para fins exclusivos da política ambiental brasileira. Então, eu entendo que a questão do Rio São Francisco, nesse aspecto de financiamento, pode começar a rodar.

Obviamente, como o Senador falou, o projeto de contenção é um subprojeto do projeto maior. Então, terá que ser avaliado e a gente tem que buscar essas alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juntando a isso, foi encaminhado aqui para o Congresso uma medida provisória que destrava a compensação ambiental, Senador. A compensação ambiental estava travada há dois anos, por uma decisão, um acórdão do Tribunal de Contas da União. Existe um recurso represado para manutenção das unidades de conservação. Por que estou dizendo isso? Porque, no último levantamento que nós fizemos sobre o desmatamento, o desmatamento nas unidades de conservação caiu mais de 28%, e o desmatamento total na Amazônia caiu 16%. Obviamente, isso tem reflexo, como eu falei também no meu discurso inicial, na oferta de água.

Matriz energética limpa, solar, biomassa, eólica, é o que se busca até em função do acordo que foi estabelecido, Acordo de Paris, do qual o Brasil é integrante. Nós falamos muito sobre isso na COP 23, na Alemanha, agora no mês passado. Essa possibilidade de financiamento via compensação, via conversão, é óbvio que pode agregar e pode ajudar a matriz energética brasileira a se tornar mais limpa.

E a gente quer contribuir com isso, seja na Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e, caso sejamos aprovados, na Diretoria da ANA a partir do ano que vem.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – O Senador Hélio José me propôs quatro questões.

A primeira se refere a qual seria a minha análise sobre a sustentabilidade do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Eu tive a oportunidade de trabalhar na outorga nos anos de 2004 a 2008 e nos primeiros anos da concepção do projeto atual da integração do São Francisco. E a minha convicção muito clara é de que a sustentabilidade depende essencialmente de como ele vai ser operado e na governança que vai ser desenvolvida para esse projeto. Explico: nós não temos muita quantidade de água no São Francisco, e ela tem que ser usada com bastante eficiência e parcimônia. O custo da água transposta é muito caro em função do custo da energia elétrica embutido.

Então, nós temos que criar um sistema de governança em que haja gestores capacitados, em que haja regras claras para alocação e utilização dessa água. Então, eu creio que um dos grandes desafios da Agência nos próximos anos é justamente estabelecer essas regras de operação do Projeto de Integração do São Francisco, para que, de fato, ele seja um projeto sustentável. Ele tem todas as condições para isso, trabalhando nessa sinergia entre a bacia doadora e as bacias receptoras, mas isso depende da governança do projeto.

A segunda pergunta do Senador foi sobre a questão da crise hídrica aqui no Distrito Federal e no seu Entorno. Ele me perguntou se, além dos fatores hidrológicos, haveria outros fatores que contribuíram para a crise. Eu diria que sim. O primeiro deles é que houve atrasos nos investimentos. Brasília hoje é o terceiro Município em população do Brasil, ultrapassou Salvador, do Senador Roberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muniz, e já se constitui na quarta região metropolitana, se nós consideramos cidades mais próximas do Entorno.

Esse conceito de região metropolitana não vale aqui para o caso do DF porque estamos trabalhando com duas unidades da Federação diferentes. Então, aqui funciona o conceito da Ride (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico). A Ride DF e Entorno já é o quarto aglomerado urbano do Brasil. O crescimento foi muito rápido. Há aqui Municípios do Entorno que cresceram, foram campeões de taxa de crescimento, como Águas Lindas, entre censos.

O ritmo de investimentos para abastecimento de água não acompanhou esse processo. Então, além de uma estiagem severa, houve, eu diria, atrasos de investimentos e também – eu acho que aí é uma questão técnica interessante – acho que houve um atraso na percepção da severidade da seca que chegava à região. Então, os gestores dos sistemas não perceberam a gravidade do processo de estiagem e talvez tenha havido um retardo na tomada de decisões.

Eu acho que uma grande aprendizagem desse processo todo é que houve uma tomada de consciência maior da população do DF e do seu Entorno, com relação à importância da questão da água e a importância de se ter um uso sustentável e mais eficiente.

Perguntou também o Senador Hélio José sobre o projeto de Corumbá, que é um projeto... Na verdade, Corumbá, para quem não é da região, é um grande reservatório, Corumbá IV, que fica ao sul do DF, próximo da cidade... Inundou vários Municípios, áreas de vários Municípios de Goiás, e esse projeto tem aí a característica bem interessante de ser um projeto interfederativo, de poder atender tanto a demandas da região sudoeste do Distrito Federal – para quem é aqui da região quer dizer as cidades de Gama e Santa Maria – e também Municípios do sul, Valparaíso, Novo Gama, a própria Luziânia, Cidade Ocidental.

Ele é um projeto que está em implementação. Na verdade, um outro aspecto interessante, é um projeto conjunto entre Estado de Goiás e Distrito Federal. E parece-me que agora ele vai ser concluído, porque havia um problema mais ligado à regularização, à regularidade das obras, mas ele está sendo concluído.

Queria só fazer uma reflexão a mais sobre esse projeto, para que não nos enganemos. O grande... Quando falamos em custo da água, trabalhamos... Tem que se considerar sempre a questão do transporte da água. Muitas vezes, o maior custo não é em si, no caso do próprio São Francisco, a transposição; o grande problema é o custo que está embutido no bombeamento, nas distâncias, na manutenção das estruturas de recalque e de transporte.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Então, de fato, esse projeto é um projeto que atende, eu diria, mais essa região mais próxima, mas ele não é, de fato, eu diria, a solução para áreas que estão mais distantes aqui, no próprio Distrito Federal.

Queria só fazer uma reflexão sobre isso também, uma última, que é a necessidade de nós avançarmos aqui, em uma visão mais integrada entre soluções de saneamento básico, envolvendo aqui o DF e seu entorno.

O Senador, eu teria como responder? É porque tocou.

Bom, o terceiro questionamento aqui – tentarei ser breve –, do Senador Hélio José, foi quando, na verdade, há ocorrência de eventos críticos. Os conflitos de uso que se estabelecem entre a produção de energia, por exemplo, a irrigação e o abastecimento público.

Na essência, a gestão da água se torna presente, se torna eficiente e mais visível justamente na época das crises. Tanto com falta de água quanto excesso de água ou água muito poluída. E é aí que o sistema de gerenciamento mostra realmente sua capacidade. Gerenciar água e poluição nas situações médias não é um grande desafio. É justamente nos seus extremos que nós temos que trabalhar e mostrar a nossa capacidade de resposta.

A nossa lei traz um preceito que, em situações de crise, há uma prioridade clara para abastecimento público de água e para abastecimento animal. Isso não deve ser, muitas vezes, assim, a razão para justificar, muitas vezes, muita ineficiência que nós vemos nos sistemas de abastecimento de água.

Então, acho que tem aí um espaço grande para a atuação da Agência Nacional, mas também dos órgãos estaduais nessa regulação de conflitos.

Bom, e finalmente a pergunta do Senador foi como é que a ANA poderia ajudar particularmente o DF nessa questão da crise. Eu diria que a ANA pode ajudar, mas já ajudou bastante também, dentro desse espírito federativo de colaboração. Nós temos aqui vários cursos d'água no Distrito Federal que são cursos d'água de domínio da União, em que a outorga, o gerenciamento é da Agência Nacional de Águas, e tem tido uma boa articulação aqui entre os técnicos da Agência Nacional com os técnicos locais, da agência reguladora local, a Adasa. Mas também com técnicos da companhia, da prestadora de serviços de saneamento, que é a Caesb. A ANA tem colaborado e pode colaborar nessa melhoria da governança do gerenciamento dos recursos hídricos aqui do DF.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Roberto Muniz, pela ordem de inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, inicialmente quero saudar todos os sabatinados – Drª Christianne, Dr. Marcelo e Dr. Oscar –, dizer que é um momento muito importante para a ANA e também aproveitar este instante para fazer uma homenagem aos que ainda estão lá, mas que estão iniciando esse processo de substituição ao Dr. Vicente, ao Dr. Lotufo, à Drª Gisela, que tanto trabalho realizaram, e tudo isso foi culminado com o Prêmio de Sustentabilidade na semana passada, que foi um sucesso, um prêmio muito bem feito, bem realizado, com representatividade de exemplos de boa gestão, de governança em todo o Brasil.

Eu quero iniciar dizendo que vocês estão tendo agora uma oportunidade, o Brasil está tendo uma oportunidade, com a assunção de vocês, de fazer algo que pode ser também na mesma linha da inovação que já vem sendo feita durante essa estratégia de governança da própria ANA. Vocês estão chegando, os três, de forma simultânea, ao mesmo tempo. Então, há uma possibilidade de, junto com o Dr. Ricardo e o Dr. Ney Maranhão, fazerem uma nova estratégia de pensamento. Eu acho que essa é a minha reflexão. Muito mais do que perguntas, eu quero aqui poder fazer da reflexão um pensamento que vocês incorporem para o debate interno que vocês terão lá junto com o quadro técnico tão competente da agência.

A primeira questão é que, se nós formos olhar a questão estratégica do País, eu acho que a ANA, das agências, tem uma missão muito importante, porque ela reúne as condições de tratar de um insumo do qual nós somos detentores como o berço da água no mundo. Nós temos 12% da água do mundo. Isso nos dá um diferencial e uma responsabilidade, como um farol que ilumina o olhar de todos no mundo em relação ao uso desse patrimônio hídrico, que são os nossos rios e os nossos aquíferos. Então, eu quero primeiro dizer dessa missão estratégica que vocês têm. É diferente da pessoa que está lá cuidando do aeroporto. É claro que o aeroporto é importante, é claro que as rodovias são importantes, os portos são importantes, mas vocês são responsáveis por essa visão estratégica de um dos recursos dos quais nós somos proprietários. Nós somos, na verdade, não só os proprietários. Nós estamos recebendo essa dádiva da natureza e somos responsáveis em relação a essa questão perante o mundo.

E quero trazer só um exemplo para vocês entenderem qual é um pouco da minha angústia. A primeira questão: eu fui agora aos Emirados Árabes, que são um dos dez países que mais produzem petróleo. Quando os Emirados Árabes foram criados, na década de 70, uma das primeiras questões que foram colocadas lá foi a de continuar produzindo energia, mas investindo em energias renováveis.

A visão da disruptura nasce do excesso. Eles são um dos que mais produzem e começam a investir muito em inovação para criar a disruptura do uso do petróleo e do combustível fóssil.

Essa questão, quando a gente traz para a existência da ANA, acho que vocês – e aí o perfil de vocês somado ao quadro técnico, um é engenheiro civil, o outro é economista e a outra é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

advogada – trazem uma visão sistêmica importante para pegar todo esse legado da ANA e começar a preparar o Brasil para essa visão do amanhã.

Quando a gente vê no mundo países avançando rapidamente em tecnologias como dessalinização, e a gente não consegue aqui ter uma resposta clara do Estado brasileiro referente à dessalinização; quando você vê o mundo caminhando altamente para o reuso da água, e a gente aqui não tem uma lei, não tem uma base legal que articule os entes federados em torno desse debate, a gente se vê muito longe do processo de inovação que está acontecendo no mundo.

A primeira questão que faço não é uma pergunta, é uma provocação. Precisamos manter o intuito, a luta, o trabalho de preservar. Mas não podemos deixar de ter o sentimento do promover. Precisamos promover ações para que a encontremos esse caminho de fazer da água um diferencial do nosso País para a atração de investimentos, para dar tranquilidade, que não precisemos viver nos explicando. Estive junto com o Dr. Ricardo no Fórum Mundial da Coreia, e as pessoas não entendiam como tínhamos 12% da água do mundo e estávamos vivendo numa crise hídrica, que perdura.

Eu conto uma história de que, quando estava em São Paulo, vi muitas vezes as pessoas pensando que essa crise seria restrita e ficaria simplesmente ao Nordeste brasileiro, e isso está avançando. E o que é pior: estamos com um modelo completamente arcaico. Cada vez mais, buscamos água no Semiárido, nos rios do Semiárido – pelo menos no Nordeste tem sido assim, Senador Davi –, para colocar água nas cidades na beira do mar, nos oceanos.

A gente está cumprindo essa questão, que foi colocada pelo nosso Dr. Oscar, de fazer com que a água fique cada vez mais cara, porque a gente não consegue ter uma gestão eficiente dentro dos grandes centros urbanos.

Como a gente trazer e se propor a ser o país das águas no mundo? Como atrairmos as melhores tecnologias? Que incentivos a gente pode dar para que essas empresas possam atrair tecnologias e pessoas que possam colaborar para que possamos ter, nos recursos hídricos, um diferencial para o futuro?

Acredito nisso e tenho defendido que, diferentemente do que muitas pessoas pensam, a água será a voz dissonante ou a possibilidade de guerra entre os povos, a água será o último fio de esperança na paz mundial, porque não poderá haver vencidos e vencedores em relação à luta da água. Ou nós nos unimos ou vamos todos estar, sobremaneira, impactados pela sua ausência.

Então, é muito importante que a gente saia desse paradoxo de, por temos muito, não podemos nos reinventar. Esse é o maior paradoxo que consigo perceber que vocês vão ter de enfrentar no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o papel da agência, da ANA... Eu até estava brincando dizendo, no Prêmio Sustentabilidade, que nada melhor do que a ANA ter o nome de mulher, porque poderia ser qualquer nome, ser da Drª Christianne, de Maria, de Joana, porque a água é a mãe da vida, a água é a mãe da vida. E aí, quando fui falar isso, Dr. Davi, minha esposa disse: "Não esqueça de Teresa também", que é o nome dela. E agora já estou colocando, porque senão vão me chamar novamente a atenção lá em casa. E, duas vezes, é cartão amarelo; na terceira, é vermelho. (*Risos.*)

Essa questão é importante. E aí eu quero também jogar um outro desafio, que é como podemos, dentro dessa ótica... Claro que temos programas importantíssimos como o da conversão de multas ambientais, que é bom, mas é ruim. Você ser financiado por multa não é um objetivo, é uma consequência. A questão do Programa Plantadores de Rios, fantástico; o pagamento de serviços ambientais. Mas como nós vamos discutir uma nova forma de financiamento? Porque os recursos, dentro do orçamento da União, estão diminuindo. Então, vamos ter de criar não sei se certificados de recebíveis ambiental, estou discutindo até certificado de recebíveis de saneamento, mas vamos precisar entender uma forma de podermos patrocinar as boas atividades realizadas pelo cidadão que quer preservar uma nascente, que quer preservar o seu rio, para que ele possa ter acesso a esse recurso. Não sei se retomar a discussão... Estávamos aqui conversando um pouco sobre a questão do crédito de carbono. Como a agência pode mobilizar novos recursos e mobilizar, finalmente, a sociedade para uma agenda mais propositiva em relação à água?

Sei das dificuldades que vocês irão enfrentar. Acho que esta Casa, o Senado, tem um papel fundamental de parceria com a ANA. Acredito no modelo de governança das agências autônomas. Eu acredito que ela tem um papel estratégico fundamental. Acho que, se também a ANA for chamada à responsabilidade de ter de enfrentar a questão do saneamento, vocês terão de ter um debate muito grande de que papel terá que ser feito, que estar lá, porque no pior dos mundos nós já estamos em termos de saneamento. Não há nada pior, não há serviço público mais desqualificado no Brasil do que a questão da água e principalmente do esgotamento sanitário e consequentes resíduos sólidos.

Finalmente, a ideia que eu queria provocar em vocês é, já que vocês estão entrando todos de forma simultânea, repensar... Não, não é repensar; é qualificar a ANA para esse espaço que o Brasil pode ocupar no futuro. E aí, eu quero parabenizar todos que participaram da indicação de vocês, porque o perfil, a qualificação do currículo de vocês permitirá que esse debate flua em mais alto nível dentro da Agência Nacional de Águas. E tenho a convicção de que a Comissão de Meio Ambiente poderá ser parceira importante para o enfrentamento desses novos modelos que possam ser gestados dentro da ANA para mobilizar a sociedade.

Por fim, não poderia deixar, Senador, de aproveitar e rapidamente ler um requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública no plenário desta Comissão, com o objetivo de debater a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação dos Parlamentares no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá no período de 18 a 23 de março de 2018. Assinado pelo Senador Davi Alcolumbre, Senador Jorge Viana, eu e o Senador Flexa também, se quiser participar, porque vocês sabem: vocês estão entrando e recebendo um presente. Em 2018, o Brasil será capital da água no mundo. E nós vamos ter a oportunidade de receber o mundo todo para ver as nossas experiências e também ver as nossas dores e os nossos sofrimentos.

É importante que a gente tenha no Fórum esse *hub*, talvez, de iniciar essa interlocução com tudo o que há de mais inovador no mundo. É claro que também para que eles possam conhecer as nossas práticas, que são também práticas de sucesso aqui.

Basicamente é isso, Presidente. Parabenizo todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Aproveitar a oportunidade também e fazer referência ao Diretor da Agência, que está acompanhando desde o início esta reunião, Dr. Ricardo Andrade, Diretor de Gestão da ANA. Dr. Ricardo, queria cumprimentar V. Exª, em nome de todos os Senadores desta Comissão. A sua presença aqui, nesta Comissão, mostra o respeito dessa instituição acompanhando a sabatina dos indicados para compor esse colegiado.

Muito obrigado pela sua presença, que engrandece ainda mais o trabalho deste Parlamento.

Gostaria de também fazer uma referência, antes de passar para os expositores, que eu ainda tenho duas perguntas para fazer para a Drª Christianne, que foram perguntas encaminhadas por internautas, através do portal, e que as fizeram a esta Comissão. Logo em seguida, farei as perguntas para a Drª Christianne, duas perguntas dirigidas à Drª Christianne.

Mas eu queria falar para o Senador Roberto Muniz que V. Exª nos deu uma aula também de gestão desses recursos e cumprimentar V. Exª. Eu gostaria de dizer aqui publicamente do conhecimento, do respeito que tenho por V. Exª. Nesse assunto específico, relacionado à questão da gestão das águas e do saneamento, V. Exª é um profundo conhecedor desta matéria. Os questionamentos, perguntas, a explanação que V. Exª fez aqui, na Comissão de Meio Ambiente, engrandecem este debate porque mostra a qualificação dos Senadores desta Comissão em temas específicos relacionados à questão especificamente desta sabatina. Eu queria cumprimentá-lo e agradecer o carinho e o respeito que V. Exª tem, inclusive participando das reuniões desta Comissão, sendo relator de matérias importantes e, como profundo conhecedor, eu fiquei aqui admirando essa aula de 30 minutos que V. Exª deu para todos nós nesta sabatina de hoje.

Como o Senador Roberto Muniz não fez perguntas diretamente, deixou algumas ponderações, eu queria saber se os nossos indicados desejariam fazer... Eu acho que, em sinal de respeito, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merecem o direito de fazer algumas ponderações em relação à reflexão do contexto que V. Exª fez na sua introdução, que foi uma aula para todos nós.

Drª Christianne.

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Bom dia, mais uma vez, Senador Roberto Muniz.

Gostaria de dizer que eu compartilho da sua preocupação – suas angústias são as de todos nós – com relação ao uso que temos feito da água, um bem natural tão importante e um bem natural que faz com que todos nós estejamos vivos.

Vou ser breve.

Para além das questões que o senhor bem colocou de preservação e de uma gestão eficiente, o senhor fez um desafio maior: uma proposição. E a proposição é: como nós podemos dar um passo mais largo? Como podemos avançar?

Fico feliz com a colocação do senhor de que a diversidade é bem vista; eu também acredito que sim. Somos os três aqui de profissões diferentes, temos uma visão diferenciada, e cada um pode enxergar por um ângulo próprio e trazer as suas respectivas bagagens.

Eu costumo muito dizer no trabalho... Quando a gente vai analisar um ato normativo, eu falo: "Olha, alguns analisam e um fica de fora." Não quero que ouçam nada, para depois vir dar palpite, porque é aquela pessoa que já não está contaminada com aquelas informações que consegue ter um olhar um pouco mais superficial e talvez enxergar coisas que aqueles que já estão muito envolvidos não conseguem.

Eu acredito que a nossa formação acadêmica e profissional vai propiciar, juntamente com o diálogo, com a interação em todos os setores de infraestrutura principalmente, que nós consigamos alcançar o caminhar para frente.

Com relação a essa proposição, fica muito claro que há necessidade de fazer sérios investimentos de infraestrutura para o melhor uso da água. Só que também sabemos, somos conhecedores de que, em época de crise, nós temos uma redução do financiamento. Para fazer, precisamos de dinheiro, e dinheiro está difícil. Talvez fosse o caso – e eu falo isso sem nenhuma intenção ideológica – de a agência olhar para o mercado de uma maneira um pouquinho diferente. À medida que tiver escala, quem sabe, o mercado não possa contribuir de certa forma com esse financiamento, com essa infraestrutura grande, com esse investimento grande que é preciso fazer no nosso País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui não estou falando de privatizar, não privatizar. Eu estou falando de uma realidade que já está posta na agência, porque concessão nada mais é do que uma forma de privatização que já é feita. Concessão é privatização. Então, implementar, regular as tarifas para que mais outorgas sejam concedidas sem tarifas exorbitantes e permitir principalmente que cada Estado, cada região, diga como pretende fazer, qual é a melhor solução para aquela localidade, não impor um sistema generalizado para todo o País. Cada região vai sinalizar aquilo que pretende fazer. E, dentro dessa gestão compartilhada, descentralizada, de uso múltiplo da água que está posta na própria Lei das Águas, eu acho que poderíamos talvez caminhar rumo a um meio termo.

Eu tenho também, para além de suas reflexões, Senador, essas outras, que não são ainda conceitos fechados, mas realmente objeto de reflexão, que eu pretendo, se for aprovada por este Senado, ouvir de todos os atores. Já comecei inclusive a conversar com vários formadores de opinião do setor. E o importante é estar aberto ao diálogo, o importante é ouvirmos as diferentes fontes, os diferentes posicionamentos para não sermos precipitados num assunto de tamanha complexidade.

O SR. MARCELO CRUZ – Senador Davi, eu tive a oportunidade, o senhor teve aula hoje, e eu tive quatro. Nós estivemos na ABDIB juntos participando de um painel, depois aqui no Fórum no Centro de Convenções e, por último, no pleno da ANA, sem contar com uma visita que o senhor me fez lá no Ministério.

Eu não tenho a menor dúvida, Senador Roberto, de que o grande desafio é buscar uma alternativa de inovação com relação à questão de investimento.

Quando o senhor falou das multas, é óbvio que o financiamento, a partir de multas, não é o adequado, porque multa é uma infração que se deixou de pagar, que se deixou se realizar.

Mas, quando nós chegamos lá – e aí eu acho que o decreto também pode ser uma inovação –, o que nós pensamos? Falamos: "Ministro Sarney, há um bolsão de recursos aqui que não vamos receber mais; não há possibilidade de execução. Vai haver decurso de prazo, e nós vamos deixar de receber." Qual é a forma que nós teríamos de buscar uma alternativa, pelo menos para fazer a locomotiva andar no curto prazo? Foi isto que nós buscamos: uma alternativa justamente por um *input* da Petrobras. Pedro Parente nos procurou doido para pagar, só que não havia recurso suficiente para pagar. Como é que fazemos para organizar esse processo?

Obviamente, esses 4,6 bilhões que estão entrando aí... Tomara que as multas... A gente está estruturando também o Ibama, está estruturando a área de fiscalização. Aí vai a questão de inovação, Senador Flexa, que a gente discutiu lá no Ministério – às vezes, o DOF, a emissão do papel. Se a gente não buscar uma alternativa de segurança eletrônica para esse tipo de processo, a gente não vai conseguir receber essas multas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem uma coisa que foi bem legal, Ricardo. Agora, no dia 6 de novembro, foi lançado, na ANA, o início de um processo eletrônico de outorga, o que facilita, dá transparência, dá visibilidade.

Então, esse conjunto de ações... Aí, sim, como a Christianne falou, como buscar recursos para isso? É até interessante. Se a gente pensar que há oferta – a oferta de 12% da água do mundo – e que não consegue fazer com isso se financie, alguma coisa está errada.

Quando o Ministro Sarney... Nós falamos agora, na COP, nas negociações bilaterais que os países desenvolvidos já queimaram o que tinham que queimar, já desmataram o que tinham que desmatar. Agora, estão impondo uma responsabilidade ao Brasil pela questão da água, pela questão da floresta, sem a remuneração devida para essa manutenção. Eu acho que a gente tem de buscar uma forma, Senador Roberto, de financiar a partir do endurecimento desse jogo e de regras claras, inclusive com relação ao crédito de carbono. A gente está buscando essa alternativa no Ministério também.

Muito obrigado pelas suas palavras. Estou lá à disposição.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Senador Roberto Muniz, eu queria muito agradecer a sua reflexão. Na verdade, é uma provocação do bem.

Eu acho que vai ser muito útil para nós, muito interessante essa visão de três percursos diferentes, três olhares diferentes, três formações diferentes da Geração Brasília, como falou o Senador Hélio José. Isso é fruto dessa cidade pulsante, dessa cidade nova, que é Brasília.

Eu sei que eu e o Marcelo não somos naturais daqui – não sei se a Christianne é natural...

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Também não.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Então, os três não são naturais de Brasília, mas nós fazemos parte da Geração Brasília, o que é algo bastante simbólico.

Eu vejo também uma oportunidade nessa mudança de diretoria, nessa mudança de olhares. Vejo o Fórum Mundial como uma excelente oportunidade também para a gente quebrar um pouco desses paradigmas de oferta de água – vamos buscar água onde houver – e, muitas vezes, de infraestrutura também.

Outro fator que eu diria que impulsiona, talvez, essa quebra de paradigmas é a ocorrência dessas crises hídricas. A gente tem de sempre buscar um efeito didático e positivo dessas situações. O consumo de água em São Paulo mudou com a crise de São Paulo. Então, existe um consumo mais consciente de água, o que acontece em Brasília também. Essa crise teve esse efeito de impulsionar uma melhora da atitude do cidadão em relação à água. Eu acho que podemos ser parceiros. Quando eu falo podemos, eu vejo a Agência Nacional de Águas, vejo o Congresso Nacional e vejo outros tantos atores importantes aqui que podem participar desse processo de mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até me arrisco a dizer que essa mudança está ocorrendo aqui e ali. O que falta um pouco é sistematizar, pensar de forma mais organizada, e vou falar até do caso de Brasília. Há 20 anos, era impraticável se pensar em abastecimento de água a partir do Lago Paranoá, que todos nós conhecemos, porque era um lago que tinha sido concebido para produzir energia, para o lazer e recreação, e recebia esgotos tratados. Então, era inconcebível. Era quase um paradigma se pensar no Lago Paranoá como alternativa para o abastecimento de Brasília.

No entanto, essa reflexão – acho que meus colegas da ANA devem se lembrar disso – saiu da própria Agência Nacional de Águas. Foi a própria Agência Nacional de Águas que provocou o Governo do Distrito Federal: "Por que vocês não aproveitam esse lago que está aí, esse reservatório que está no centro de gravidade do consumo?" Vamos pensar de uma forma mais prática. Há uma cota elevada, e vocês tiveram um grande investimento em infraestrutura de tratamento.

O que Seria agora, na verdade, um novo desafio? Manter esse lago em condições para que possa ser aproveitado para consumo. Então, mudou-se até a própria lógica. Brasília, nesse ponto, está sendo inovadora. Enquanto cidades como São Paulo e Belo Horizonte vão buscar longe as suas águas, nós estamos conseguindo aqui. Talvez isso não tivesse sido pensado, mas estamos aproveitando essas oportunidades de ter soluções mais sustentáveis e mais baratas para a nossa cidade.

Eu queria ressaltar dois pontos que eu falei aqui na minha locução. Um deles é algo que me preocupa bastante: a queda dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação aplicadas à questão da água. A gente tem ciência de que o fundo setorial... Eu até participei junto com o Prof. Tucci, no início dos anos 2000, da constituição do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, que teve um papel enorme na formação de pesquisadores, na formação de técnicos, que teve papel importantíssimo na pesquisa aplicada na área de recursos hídricos e que tem seus recursos minguando ano a ano. A ANA faz parte do comitê gestor desse fundo, e acho que teria um papel importante em reativar, e esse fundo tem sido constantemente contingenciado. Quer dizer, acho que há um enorme papel nosso aqui, de trabalhar com ciência, tecnologia e inovação.

O segundo desafio é a questão da governança. Eu acho que o nosso grande problema muitas vezes não é a questão, de novo, de lógica de demanda e oferta, mas é uma questão de governança. Recentemente, nós últimos três ou quatro anos, tenho trabalhado numa realidade bem peculiar e particular, que são as Rides, as Regiões Integradas de Desenvolvimento, três bem diferentes uma da outra: Juazeiro/Petrolina, Timon/Maranhão e Grande Teresina, e a nossa Ride aqui que é, como falei, a quarta região metropolitana.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – E o que a gente vê, na verdade, muitas vezes, é a questão de governança. Não é nem a questão de sistemas e de infraestrutura. A gente tem de melhorar essa governança das águas e dos serviços ao uso da água associados. Então, era isso.

Eu queria agradecer pela sua provocação do bem. Eu acho que isso já é uma primeira pauta nossa, caso meu nome e os nomes dos colegas sejam aprovados por esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria de fazer a leitura das duas perguntas para a Drª Christianne, feitas no Portal e-Cidadania.

Do Sr. Gaetan Serge Jean Dubois, do Distrito Federal: "Você tem conhecimento e como atuará em relação a solicitação de autorização de concurso público da ANA ao MPOG, referente a 39 vagas de especialistas, feito em 2015, e para 88 vagas – 41 especialistas, 37 analistas e 9 técnicos administrativos –, feito este ano?" Essa é a pergunta do Sr. Gaetan.

E a pergunta do Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva, também do Distrito Federal: "Srª Christianne, por que o enquadramento dos corpos hídricos é o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos com maior dificuldade de implementação? E em que medida a articulação das políticas de saneamento e recursos hídricos poderá viabilizar a sua implementação?"

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Com relação à primeira pergunta, a respeito dos concursos públicos, eu tenho certo conhecimento, mas o que realmente tenho conhecimento e que chegou ao meu ouvido com bastante clareza é de que o corpo técnico da agência realmente é bastante capacitado, chegando a ser realmente um diferencial. Então, como não apoiar uma iniciativa dessa? O conhecimento que eu tenho sobre a intenção de concurso público eu soube por meio da discussão do próprio saneamento, que provavelmente vai ser regulado pela agência, sendo aprovado o PL ou a medida provisória, e também da demanda da agência por novos servidores, até para abarcar também esse novo assunto. Na medida da necessidade... Mais uma vez chegamos aqui ao ponto complicado que é o orçamento. É claro que eu sou defensora, sim, de contratação no serviço público, ainda mais com esse exemplo da agência de servidores tão qualificados, tão capacitados.

Com relação à segunda pergunta, a respeito dessa política de enquadramento das águas, realmente é bastante conturbado esse enquadramento. Pode melhorar bastante. Qual a relação desse enquadramento com a política de saneamento? Na área urbana, o ciclo da água começa com o abastecimento e termina com o esgotamento. Estão diretamente relacionados, na medida em que nós devemos olhar para cuidar da água ao longo de todo esse ciclo, para que ela possa voltar para a natureza e ser reutilizada. É importante que nós estejamos atentos para desenvolver de forma mais acentuada essa tecnologia de reuso, em que ainda estamos bastante atrasados, mas também já caminhamos um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem falou o Senador Roberto Muniz sobre a questão da dessalinização, todas essas tecnologias permitem, de certa forma, o reaproveitamento da água. À medida que existe um enquadramento, pode haver direcionamento para os usos específicos, e a água é aproveitada de maneira mais racional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O Dr. Marcelo gostaria também de fazer algum esclarecimento em relação à questão do concurso.

O SR. MARCELO CRUZ – Então, Christianne, como a gente é o órgão central na Secretaria Executiva, a gente está tratando o concurso público diretamente com o Ministério do Planejamento. O concurso já foi aprovado por lei, mais ou menos 90 ou 91 vagas. Estamos discutindo com a Casa Civil, com vocês, a questão do saneamento. Como a gente vai ampliar essa estrutura para fazer face à nova lei de saneamento, caso a ANA venha a incorporar. A gente está pensando, num estudo preliminar, em qualquer coisa em torno de 80 vagas de técnicos especialistas. Há um ponto que é uma discussão importante. A ANA, dentre as 11 agências do Executivo Federal, é a única que não tem cargo técnico de ponta. Ou seja, você não tem o hidrólogo que vai lá fazer a avaliação, diferentemente da Aneel e da Anac. Nós estamos buscando, já oficiamos isso ao Planejamento, até para manter uma isonomia entre as agências nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Como último orador inscrito, convido o Senador Jorge Viana para fazer as suas indagações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Caro colega, Senador Davi Alcolumbre, eu queria pedir desculpas por conta da minha ausência nesta audiência, mas eu tinha de apresentar meu relatório de avaliação da política pública de internet de qualidade, e a audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia era exclusiva para isso. Então, peço desculpas aos colegas, porque eu queria ter ficado o tempo inteiro aqui, pela importância que esse tema tem.

Acho que hoje temos oportunidade de perguntar, de ouvir opinião de técnicos, numa área em que eu até faço aqui uma referência, porque ontem, dia 11, a Procuradora Drª Raquel Dodge fez uma fala. Ela não é de dar entrevistas, eu a conheço bem, trabalhou por um período no Acre, e ela teve um posicionamento publicado pela imprensa, pela Agência Brasil, em que ela diz que o acesso à água deve se tornar direito humano fundamental – estou falando da Procuradora-Geral da República –, porque toda avaliação que se faz é que os grandes conflitos vão se dar a partir da disputa por água, que é um recurso escasso. Ela deixa bem claro... Disse a Procuradora-Geral da República, Drª Raquel Dodge, ontem: "Dentre os principais desafios do que chamou de a 'pior crise hídrica' já vivida pelo Brasil está a indefinição legal sobre o acesso à água como direito humano fundamental". Vejam que é uma posição da Procuradora-Geral num país que tem mais de 12% da água doce do Planeta. Imaginem se nós nos referíssemos a algumas regiões deste mesmo Planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diz ela de novo – aspas: "Existe um fator jurídico na crise hídrica: a crise por falta de definição no acesso à água. Primeiro, porque não se estabeleceu o direito humano à água." É um conceito que parece simples, mas a água é vendida. Não nos está garantida a água, o acesso à água. É um direito da pessoa esse acesso. É isso o que, essencialmente, a Drª Raquel coloca.

> As declarações de Dodge foram dadas na abertura do seminário internacional Água, Vida e Direitos Humanos, organizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidido por ela. O evento é preparatório para 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em Brasília em março do ano que vem.

A ANA tem um papel importante. Eu participei dos últimos que ocorreram em Marselha, inclusive na Coreia do Sul, com o hoje Chanceler Aloysio Nunes Ferreira e também, numa época, com o atual Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Eu acho que até a escolha do tema é algo muito polêmico. O tema – nós discutimos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – é "Compartilhando Água", salvo engano. Vamos entender mais a fundo o que é compartilhar água. Ela está dizendo que é um direito do ser humano, e eu queria um comentário sobre isso de V. Sªs.

O Brasil tinha, junto com Uruguai, Paraguai e acho que um pedaço da Argentina, o maior aquífero conhecido do mundo, o Aquífero Guarani. E mais recentemente descobrimos um menor em extensão, mas muito maior em volume de água, e água é volume, que é o Aquífero Alter do Chão, totalmente dentro do Brasil, na nossa Amazônia. Vejam, o nosso País, então, tem a maior reserva de água doce, dos maiores aquíferos que nós temos: o Alter do Chão, que é o maior do mundo, e o Guarani.

E o debate ano que vem entra numa questão muito delicada do ponto de vista dos desafios que nós temos. Nós somos sete bilhões de habitantes no Planeta, vamos chegar a nove bilhões, e a insegurança hídrica que vivemos é uma situação gravíssima. É só lembrar que alguns anos atrás Barcelona estava transportando água para abastecer a cidade de grandes navios de reservação, por conta de uma crise que viveu. Brasília está vivendo racionamento de água; a região das águas.

Então, estamos falando da agência que trata disso, do tema que é talvez um dos mais estratégicos que temos no mundo, e um dos mais importantes para o Brasil, que é o país das águas, e é também o país da falta de água, porque somos um continente, e ela ora vem demais, ora vem de menos, especialmente pelas atividades que nós estamos fazendo e pela mudança do clima que evidentemente está acontecendo já. Agora não se trata mais de evitar a mudança climática, mas de combater a mudança climática, porque ela já está em curso.

Dentro dessa observação, eu queria dizer que tenho muito respeito pelo atual Diretor da ANA, o Dr. Vicente Andreu. Ele esteve dezenas de vezes, dezenas de vezes aqui no Senado, na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meio Ambiente, de que eu sempre fiz parte, e em diferentes outras comissões, com a equipe técnica. A agência tem esse papel.

Confesso que também aqui, todos nós, trabalho com absoluta tranquilidade as diferenças partidárias que temos, porque não sou – os colegas sabem disso – de fazer aqui um palco de enfrentamento, como se fosse período eleitoral.

O que tento fazer aqui são debates, cumprindo o meu papel de fiscalizar, ora perguntando, ora tirando dúvidas, porque essa é uma das atribuições que nós todos temos aqui, como os colegas também fazem.

Eu só queria, além de pedir desculpa por ter chegado só no final – e não vou me alongar mais –, ouvir a opinião dos senhores sobre esse aspecto inicial que apresentei e que tem relação com a própria Drª Raquel Dodge sobre a água como um direito humano de todos que habitam este Planeta. Eu queria também um comentário sobre essas questões de compartilhamento de água, que é uma questão grave que vai se dar nos debates do ano que vem aqui. O Brasil vai estar bem no centro desse debate e é importante para o Congresso.

Nós estamos formando um grupo de Parlamentares para que possamos organizar a parte parlamentar desse debate. O Ministro Herman Benjamin está fazendo a parte jurídica, junto com outros colegas. São vários os espaços. Eu espero dar a minha contribuição. Já combinei isso com vários que atuam nesse setor, porque é uma área tão importante para a qual estou dedicando uma parcela do meu mandato.

Mas eu queria... Não é questão de impertinência nenhuma, nenhuma, nem para o Dr. Oscar, nem para o Dr. Marcelo, e eu os chamaria assim, pelo primeiro nome, nem para a Drª Christianne. Mas é porque saiu uma matéria no Jornal *O Estadão,* que achei estranha, mas é uma matéria do Jornal o *Estadão*, dizendo que Temer faz indicação política para a Diretoria da ANA e surpreende a cúpula da ANA, mas, mais do que isso, surpreende – A ANA é uma agência. Para mim, ela deve trabalhar mais a questão técnica, como todas as agências – o Ministério do Meio Ambiente, que é absolutamente nomeado pelo Governo.

Do mesmo jeito, eu estava na COP, e o Ministro Zequinha Sarney fez o discurso mais contundente contra a Medida Provisória 795, que abre isenção tributária para as cinco maiores petrolíferas do mundo explorarem o pré-sal, que vai, segundo análise dos mais pessimistas, gerar R$300 bilhões e, dos outros, mais otimistas, a favor, dizem chegar a R$1 trilhão. O Ministro Zequinha Sarney, do Governo, fez uma declaração pública, na imprensa – eu estava do lado e o Senador Davi também–, dizendo que aquela era a medida mais atrasada que um Governo podia ter tomado, pois está colocando o Brasil na contramão do mundo, que busca combater as mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hora em que se pensa em cortar orçamento de ciência e de tecnologia, de meio ambiente, de saúde, de educação e de segurança, o Governo está dando uma isenção que pode chegar a um trilhão para as grandes petrolíferas. Sinceramente, nós vamos começar a debater isso aqui no Senado. Tomara que tomemos juízo e evitemos isso.

Mas eu gostaria, se fosse possível, de um comentário. Não estou fazendo nenhuma acusação. Aqui está dizendo que a senhora que está sendo indicada, que é uma indicação... Quem diz é o jornal: "O nome de Christianne Dias Ferreira foi enviado ao Presidente pelo subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil, antigo advogado de Cunha."

Eu só estou lendo o que está escrito no jornal. Talvez seja importante fazer um comentário porque é a oportunidade que a gente tem. Nós já votamos, certamente os nomes de V. Sªs serão aprovados. Eu não tenho dúvida disso, porque é uma indicação, e nós temos aqui trabalhado assim. Só quando há situações graves... Mas eu acho que, até para ficar bom para a senhora, talvez valeria a pena um esclarecimento. Se a senhora sempre trabalhou ligada a essa questão da água, à questão técnica, que exige de fato um bom embasamento técnico, ou se a senhora vai buscar esse embasamento caso seja aprovado o nome de V. Sª a partir dessa oportunidade que o Governo está lhe oferecendo.

São esses os questionamentos e os comentários que eu faço, pedindo desculpa por ter me alongado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Drª Christianne.

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Bom dia, Senador Jorge Viana. Em relação à primeira das perguntas sobre a consideração do pronunciamento da Procuradora-Geral, Raquel Dogde, também, por coincidência, tive a oportunidade de ler a notícia hoje de manhã, a defesa da água como um direito fundamental. E, na linha do meu raciocínio, assim como também está posto na própria Lei de Águas, ao mesmo tempo em que a água é de domínio público, ela também tem valor econômico.

Então, eu entendo, de maneira muito tranquila, que não são princípios antagônicos, e sim que podem estar presentes de maneira pacífica nessa atuação da agência nas águas. Volto à questão já defendida aqui do federalismo cooperativo. Não vejo como antagônicos realmente esses princípios.

Existem mecanismos, e a agência justamente tem esse papel de contribuir para alcançar esse equilíbrio entre o uso, que é de todos, que faz parte da vida humana, mas que também tem, de certa forma, um valor econômico. Por quê? Porque é um bem limitado, diferentemente do que pensávamos no passado. Eu acho que o equilíbrio é a solução que deve ser buscada.

Com relação à outra matéria do *Estadão*, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza? Não, é só uma outra também do compartilhamento de água também, que é uma outra, que eu perguntei para os três. O tema do congresso, do 8º Fórum Mundial de Água, que nós vamos sediar pela primeira vez no Hemisfério Sul, trata de compartilhar a água. É um tema complexo do ponto de vista da regulação. Isso é uma questão seríssima e gravíssima. Eu queria também um comentário dos três, por gentileza, antes da pergunta outra. Por favor.

A SRª CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Com relação ao compartilhamento da água, entendo que o uso múltiplo da água também está posto na lei. São várias as demandas pela água, e nós temos que compatibilizar esse uso da melhor maneira possível. Então, o 8º Fórum vai ser uma grande oportunidade de, quem sabe, nós trocarmos experiências com outros países, principalmente na área de regulação, para podermos implementar aqui no nosso País. É a oportunidade de trocar conhecimento, talvez de aprender um pouco e de refletir sobre quais caminhos não deveríamos mais seguir e quais caminhos poderíamos passar a seguir.

Explorando mais um pouquinho essa questão do compartilhamento, muito dessa questão do compartilhamento está no enquadramento das próprias águas. Na medida em que elas são devidamente enquadradas, elas são destinadas para usos específicos, como eu já falei aqui também respondendo a outra pergunta. Se eu tenho água com determinada qualidade, ela vai ser destinada para o consumo humano; se eu tenho uma água com menos qualidade, ela pode ser destinada para uma outra atividade. Então, à medida que nós vamos desenvolvendo mais esse enquadramento para que esse enquadramento fique mais preciso, há um uso melhor, mais racional da água.

Com relação à última das considerações, a matéria também de meu conhecimento publicada no *Estadão* de que eu teria sido uma indicação política, acredito que todas as indicações são políticas, todas são feitas pelo Presidente da República. Tive a honra de trabalhar com o Presidente da República, porque estou lá na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na área de infraestrutura, atividade essa que me deu e me dá – porque até hoje estou lá, não é? – muito prazer, me ajuda muito a desenvolver o intelecto e a ter, como eu falei também no começo, essa visão interdisciplinar dos setores, que é importantíssima, porque a água tangencia todos os outros setores: o setor de transporte, então nós temos de falar também em portos; setor de hidrelétrica, então nós temos também de conversar com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Ministério de Minas e Energia. Como a água tangencia diversos outros setores, eu tive a oportunidade de ter esse olhar mais interdisciplinar – talvez, de fato, Senador, menos específico do que o dos meus colegas aqui, que tiveram experiências diferentes da minha, um deles até na própria agência. Enfim, cada um tem um caminho profissional: o meu é esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também sou professora já há bastante tempo, tenho mestrado em Direito em Políticas Públicas, sou doutoranda de Direito, e vou procurar, se for aprovada, contribuir com essa minha bagagem profissional, com essa experiência que eu tracei até aqui.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Dr. Oscar.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Senador, eu acho bastante instigante essa discussão sobre água como direito humano fundamental. Na minha locução inicial aqui na sabatina, eu falei que eu esperava ver no futuro que a água fosse, ou melhor, que o acesso à água em quantidade e qualidade fosse um valor humano, que nós não precisássemos nem ter regras para isso, que fosse algo natural. Mas nós estamos longe na verdade – reconheço.

Eu acho que isso merece uma discussão sobre os usos que se fazem da água. É evidente que a água, para as necessidades básicas do ser humano, deveria ser garantida em qualquer circunstância. E o Brasil já pratica isso: se nós pensarmos em toda essa distribuição de água que existe em período de seca, de estiagem, no Semiárido, essa água que há pelos caminhões-pipa, essa água é uma água gratuita. Essa água que serve para as primeiras necessidades é uma água gratuita e deve ser. Acho que isso tem de ser um direito garantido.

A questão se coloca quando mais quantidade de água é usada e ela extrapola, na verdade, as necessidades básicas e passa a ter, vamos dizer, usos econômicos. É esta fronteira que a gente tem de estudar entre aquilo que atende à necessidade básica do ser humano. E aí eu concordo inteiramente com a Procuradora-Geral e também com a sua provocação no sentido de que isso deve ser garantido em qualquer circunstância, seja por caminhão-pipa, seja por uma tarifa subsidiada, mas essa parte que está associada às necessidades básicas da população.

Devemos ficar atentos justamente a que existe um uso econômico da água, e é importante que, nesse uso econômico que se faz, além das necessidades básicas, a gente faça valer o princípio da eficiência na utilização, porque senão a gente vai gerar desperdícios, a gente vai conviver com essas situações. Creio que esse vai ser um tema, essa é uma discussão mundial sobre água como direito humano fundamental, e creio que no Fórum Mundial a gente vai ter oportunidade de discutir. De certa maneira, eu acho que a nossa legislação, quando estabelece que a prioridade de uso da água em situações de escassez é o abastecimento humano, ela já, implicitamente, leva a esse tipo de reflexão.

A segunda questão que o senhor nos traz é sobre o compartilhamento, que é o tema que vai ser explorado no 8º Fórum. Eu tenderia aqui até a usar uma ideia que foi apresentada previamente pelo Senador Roberto Muniz, de que, na verdade, a água, mais do que separar, leva muitas vezes à concertação, à articulação e ao compartilhamento. Então, é uma oportunidade, muitas vezes, que nós temos, ao discutirmos a questão da água, de trabalhar esse compartilhamento, essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vejo aí alguns exemplos claros nisso. Por exemplo, Portugal e Espanha tiveram de se acertar, porque eles tinham que compartilhar o Rio Tejo e outros. Portugal é um pouco o país de jusante, um país de águas abaixo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O senhor me permite? Por exemplo, nós já compartilhamos a água lá em Itaipu...

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... Trinacional. Mas eu estou falando dos aquíferos nossos aqui.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se houver uma regra mundial dizendo que nós somos obrigados a compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Dr. Oscar, me permita...

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – ... e os Senadores aqui no plenário: nós estamos em processo de votação no plenário do Senado. Regimentalmente, nós estamos amparados em relação a esta sabatina e à votação dos indicados. Por quê? Porque o art. 107 do Regimento Interno, no parágrafo único, diz o seguinte: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado."

Portanto, eu faço essa observação e solicito aos nossos expositores, porque os Parlamentares querem participar da votação nominal em virtude da presença, da falta, da ausência ou não de votação nominal no plenário; então, eu queria pedir que a gente pudesse dar celeridade e fazer a conclusão e o encerramento da votação.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Menos de um minuto, Senador.

De fato, eu estava trabalhando na questão do compartilhamento antes, para tratar as águas subterrâneas depois. Eu acredito que, sobre esse compartilhamento, nós avançamos nisso até com o nosso sistema de Comitês de Bacias. Concordo com o Senador. A questão das águas subterrâneas é diferente. Eu acho que ela incita a modificações, inclusive na parte de regulação. As águas subterrâneas no direito brasileiro são águas de domínio estadual, e certamente temos situações em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos interesses transnacionais envolvidos. Então, a gente deveria pensar nessa questão da regulação, mas isso levaria, na verdade, até a mudanças constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Dr. Marcelo, rapidamente, se for possível, para que a gente possa encerrar, e ainda temos uma matéria para votar.

Eu queria pedir a paciência do Senador Roberto Muniz, para que ele possa relatar *ad hoc*, na segunda fase desta reunião, uma matéria muito importante, onde o Senador Flexa Ribeiro tem trabalhado ao longo desse ano. Pela relatoria está o Senador Valdir Raupp, mas eu vou designar V. Exª *ad hoc* para fazer a leitura.

O SR. MARCELO CRUZ – Então, muito rapidamente. Como o Senador Jorge falou, ele tem uma proximidade muito grande com a Agência Nacional de Águas e ele deve conhecer bem o Projeto Legado, que vem sendo trabalhado com a ANA, junto com o Ministério, e agora está na sua versão final, que trata um pouquinho disso, do direito desde alteração legal, alteração na criação da lei da ANA, uma proposição de PEC que estabeleça regras para que o direito e o compartilhamento sejam feitos e até uma alteração na lei que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Além disso, dentro do Projeto Legado, Senador Viana, estamos falando também de inovação, gestão e proposições específicas para cada situação dessas, que vão, obviamente – não é, Ricardo? –, talvez seja também um tema, o Projeto Legado, discutido no 8º Fórum que vai ocorrer agora no início do ano que vem.

Então, eram essas as minhas palavras, Senador. Podemos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Feita a sabatina e todas as perguntas dos Senadores inscritos, eu declaro encerrado o...

Faço a última pergunta se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Declaro encerrado o processo de votação.

Solicito à secretaria que faça a apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A Srª Christianne Dias obteve 10 votos favoráveis e 4 votos contrários; um voto branco – abstenção ou branco? Está branco; um voto branco. Total: 15 votos.

O Sr. Marcelo obteve 15 votos favoráveis, zero voto contrário, o nome também está confirmado, assim como o nome da Drª Christianne, 15 votos no total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Oscar Netto obteve 14 votos favoráveis, um voto contrário, nenhum voto branco, também no total de 15 votos.

Portanto, estão confirmados os nomes dos três sabatinados nesta reunião.

Gostaria de solicitar à Comissão que o requerimento deste Presidente seja tratado com urgência e que essas matérias, todas três, sejam encaminhadas diretamente ao plenário, para que a gente possa deliberar na sessão ainda hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Só um minuto. De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, "os pareceres sobre escolha de autoridades [...] serão incluídos, em série, no final da Ordem do Dia".

Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ao longo do tempo todo, eu me abstive de fazer questionamento aos indicados pela necessidade de entrarmos na parte deliberativa da reunião em relação ao projeto que peço que V. Exª paute, para que a gente possa aprová-lo, discuti-lo.

Mas eu queria só fazer uma observação sobre o que o Senador Jorge falou há pouco sobre a indicação política da Srª Christianne. Eu não entendo, eu não conheço indicação que não seja política. O problema não é a indicação, o problema é quem é indicado, que tem que ter caráter, honrabilidade, competência para assumir a missão que lhe é delegada. Esse é o problema. Parece até que, nos 13 anos de governo do PT, não havia indicação política.

Na própria ANA, lamentavelmente, houve um momento de uma indicação que foi rejeitada duas vezes aqui no Senado, o Presidente Lula insistiu, encaminhou a terceira vez no ano seguinte para ser aprovada, o que aconteceu nessa terceira vez, e depois tiveram problemas com a pessoa indicada com a Polícia Federal. Então, o importante, Senador Jorge Viana, não é ser a indicação política ou não. A indicação é política. Agora, quem indica é que tem de ter a responsabilidade de fazer a indicação com a competência e o caráter ilibado da pessoa.

Eu quero aqui, então, parabenizar os três novos diretores da ANA e desejar sucesso na missão tão importante, como já foi colocado aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... por todos os que questionaram e por último aqui, o Senador Jorge Viana, que é um *expert* nessa questão que tão bem colocou.

Eu, lamentavelmente, estou correndo aqui, agora mais ainda. Tinha um compromisso no BID ao meio-dia, já me atrasei, mas há a votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Jorge, rapidamente, por gentileza.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Rapidamente, muito rapidamente. Eu só queria aproveitar e confirmar mais uma situação que nós vamos ter de debater, porque a ANA nunca teve posição sobre isso. As Nações Unidas estão discutindo um projeto de compartilhamento de água. Isso é muito importante e vai ser discutido no Fórum ano que vem. Dois dos maiores reservatórios de água subterrânea do Planeta estão no nosso País – um, 100% no Território brasileiro. Por isso que eu estou trazendo o tema para cá. Estamos sabatinando três indicados para a ANA.

Isso é muito importante: um é o Alter do Chão, que é o maior do mundo, quase duas vezes maior...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o Aquífero Guarani.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, o Aquífero Guarani era o maior do mundo até vir o Alter do Chão. O Alter do Chão, que é todo no Pará, no Amazonas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... dentro do território, é muito maior do que o Aquífero Guarani.

Mas eu queria, aproveitando aqui, porque nós estamos no Parlamento também e eu fui citado e concluo: eu não fiz nenhum questionamento à Srª Christianne Dias Ferreira. Eu li um questionamento, uma matéria feita pelo jornal *Estadão*, só isso. Todas as indicações são políticas. Eu dei oportunidade a ela de ela poder esclarecer, porque foi o *Estadão* que disse que era uma indicação de um ex-advogado de Eduardo Cunha.

Agora, para concluir e ir para o plenário, porque nós temos votação, hoje eu li de manhã algo assim: "O PSDB saiu do Governo, mas o Governo não saiu dele." – não tenho nenhuma dúvida. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Flexa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Vamos iniciar a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Senador Jorge Viana fica sempre ao final para chegar aqui e dizer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Abrilhantar a nossa reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... que não questionou a indicação política. Ele só leu a notícia que estava...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Uma matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... no *Estadão.* É interessante.

Quanto ao PSDB, pelo menos nós vamos tomar uma posição diferente da do PT. Nunca estivemos juntos com o PT, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu queria agradecer à Drª Christianne, ao Dr. Marcelo, ao Dr. Oscar, parabenizar pela votação nesta Comissão, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, cumprimentar pela qualificação técnica de todos os indicados, agora aprovados, que serão encaminhados para o plenário ainda hoje, e desejar muito êxito, se o Plenário deliberar positivamente à indicação de V. Exªs, que eu considero que sim, porque esta Comissão, por ser a comissão mais temática do assunto, já deliberou que sim, portanto o Plenário deverá acompanhar o entendimento desta Comissão, desfazendo a Mesa para que a gente possa entrar na segunda parte e agradecer a participação de todos. (*Pausa.*)

Os sabatinados receberão os cumprimentos agora, aqui na saída da Comissão. Eu queria solicitar ao Plenário que pudesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – ... que a gente pudesse iniciar a segunda parte desta reunião.

Passamos à segunda parte da nossa reunião. Gostaria de comunicar que, do item 1 da nossa reunião até o item 11, são todas matérias de decisão terminativa, portanto nós precisaríamos de votação nominal nesta Comissão. Eu gostaria de questionar o Senador Flexa Ribeiro se ele gostaria de fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É uma inversão de pauta. A solicitação é de uma inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... O item nº 13. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de pedir aos indicados, aos amigos, aliados, que pudessem cumprimentar ali no corredor das comissões.

O Senador Roberto Muniz pediu inversão de pauta do item 13 da pauta, eu gostaria de colocar em votação a inversão de pauta. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inversão de pauta.

Passamos agora para o item 13, que agora se tornou 1 na inversão.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA (Substitutiva), e pela aprovação da Emenda nº 2-CAE/CDR/CRA.

Observações:

1. Em 7/12/2017, o relator, Senador Valdir Raupp, devolveu a matéria sem alterações no relatório já apresentado.

2. A matéria vai ao Plenário.

Designo o Senador Roberto Muniz Relator *ad hoc*, para fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Presidente, Srs. Senadores, essa matéria aqui trata da Emenda nº 1-PLEN, de autoria do Senador Cristovam Buarque, ao Projeto de Lei do Senado do PLS nº 626. Essa matéria já tramitou em diversas Casas, o PLS foi inicialmente distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, da Agricultura e Reforma Agrária, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, cabendo, então, à última a decisão terminativa. Essas comissões aprovaram a matéria, e, como a decisão da CMA era terminativa, aprovou-se o projeto sem alterações.

Contudo, com a apresentação do Recurso nº 8, de 2013, o projeto perdeu o caráter terminativo e foi submetido à apreciação do Plenário, onde recebeu uma Emenda nº 1-PLEN, de 2013, que ora se analisa.

Em função da aprovação de requerimentos do Senador Cristovam Buarque, o projeto e a emenda de plenário foram encaminhados ao exame das Comissões de Ciência e Tecnologia e Assuntos Econômicos, antes de novo exame, dessa vez da Emenda nº 1, pelas comissões originais do despacho: a do Desenvolvimento Regional, Reforma Agrária e CMA, Meio Ambiente.

A CAE acatou o relatório por mim elaborado naquela Comissão, pela aprovação do PLS. A CCT também acatou o relatório do Senador Ivo Cassol, e na CRA novamente tivemos a oportunidade de elaborar o relatório, decidindo pela aprovação da emenda.

Então, vamos ao voto, Sr. Senador.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Emenda nº 1 do PLN de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA e pela aprovação da Emenda nº 2-CAE/CDR/CRA.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à Emenda nº1-Plenário de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA/CMA e a Emenda nº 2-CAE/CDR/CRA/CMA, apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Apenas para fazer a última votação de um requerimento de autoria minha, do Senador Jorge Viana e do Senador Roberto Muniz, eu gostaria de pedir que o Senador Roberto Muniz possa fazer a defesa do requerimento. Trata-se do item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater a participação dos parlamentares no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá no período de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros

Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, rapidamente é para que nós possamos, já no início de 2018, iniciar os trabalhos desta Comissão com a aprovação e a marcação da data desta primeira audiência pública, a fim de que possamos mobilizar todo o Brasil em torno desse debate tão importante, que será realizado no Fórum Mundial da Água aqui em Brasília.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Roberto Muniz e Cidinho Santos, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Sérgio Petecão, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes; presentes ainda os senadores Wilder Morais, Romero Jucá, José Pimentel, Roberto Rocha, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: 1ª Parte - Avaliação de Política Pública - RMA 13/2017. Finalidade: Apreciação do relatório do senador Wellington Fagundes sobre a política pública referida no RMA 13/2017: AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO CÓDIGO FLORESTAL. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes. 2ª Parte - Avaliação de Política Pública - RMA 16/2017. Finalidade: Apreciação do relatório do senador Cidinho Santos sobre a política pública referida no RMA 16/2017: REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. Resultado: Aprovado o relatório do senador Cidinho Santos. 3ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 37 de 2017 que: "Requeiro, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referida no RMA nº 16, de 2017, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 1º, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que Tribunal de Contas da União realize inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes aos contratos nºs 0.038.00/2013 e 0.145.00/2013 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, que foram afetados por problemas causadores da paralização das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à unidade de conservação e a comunidade de seu entorno." Autoria: Senador Cidinho Santos. Resultado: Aprovado. Antes de encerrar, o Presidente sugere a dispensa de leitura e aprovação da presente Ata, com a concordância dos presentes. A Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Roberto Muniz

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Senador Cidinho Santos

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/13

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião, realizada em 12/12/2017.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente selecionou para este exercício a avaliação do programa de governo Revitalização de Bacias Hidrográficas sob responsabilidade da União, conforme autoria do Senador Roberto Muniz, relatado pelo Senador Cidinho Santos.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Roberto Muniz.

Vou expor aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o Relatório nº 16, de 2017, desta Comissão, sobre uma das avaliações de políticas públicas que estabelecemos como objetivo deste ano: os programas de Revitalização das Bacias Hidrográficas sob Responsabilidade da União.

O documento apresenta uma contextualização acerca do tema das bacias hidrográficas, bem como da atividade de avaliação de políticas públicas, mas, para ser breve, vou logo aos resultados.

No Plano Plurianual vigente 2016-2019, o Governo Federal estipulou trabalhos de revitalização nas seguintes bacias: Bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru, do Mearim, do Munim, do Pindaré, do Tocantins, do Preguiça, do Maracaçumé, do Itaúnas, do Paraíba do Sul, do Itapecerica, do Tucunduba, do Rio Doce, do Bacanga, do Anil e da Laguna de Araruama.

Na prática, porém, a única bacia em que temos um programa federal é a do São Francisco, a cargo, principalmente, do Ministério do Meio Ambiente e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Mesmo assim, é um programa que sofre com problemas institucionais e orçamentários.

Entre os problemas institucionais figura, em primeiro lugar, o de gestão. As medidas do programa são dispersas e insuficientes, não há informações ou indicadores claros para aferir o cumprimento dos objetivos, ainda não se instalou sequer o comitê gestor do programa que um decreto do Governo criou, em agosto do ano passado, para colocar ordem na situação. É uma situação de inércia muito grave.

Entre as questões orçamentárias temos, primeiro, um problema de planejamento: as metas estão muito aquém do necessário. O Plano Novo Chico 2016 prometia R$10 bilhões em dez anos – R$1 bilhão por ano em média –, mas o Plano de Recursos Hídricos estima que são necessários, pelo menos, R$21 bilhões, ou seja, mais que o dobro. Mas, pior ainda, é que nem mesmo essas metas foram cumpridas.

Apenas para se ter uma ideia, na Lei Orçamentária Anual de 2017, foram previstos, para todas as 17 bacias, R$46,8 milhões. A execução orçamentária é pífia: o valor pago mal chega aos R$10 milhões, incluídos os restos a pagar dos anos passados. Para todas as bacias foi repassada uma fração do prometido apenas para o São Francisco.

Então, no panorama geral, das 17 bacias que figuram no PPA, o Governo Federal tem trabalhado em apenas uma, e, mesmo nessa, o trabalho é inconsistente, a gestão é atabalhoada, o dinheiro previsto é pouco, e o pago, menos ainda. As consequências disso são bastante óbvias: não se consegue chegar nem perto de estancar a degradação dessas bacias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório destaca ainda dois casos em situação crítica: a Bacia do Rio Taquari, nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, encontra-se altamente degradada por anos de exploração e assoreamento. A revitalização dessa bacia não está no PPA, mas a importância dela para o Pantanal é tamanha, que o Ministério do Meio Ambiente concordou em abordar o problema, felizmente. Fiquemos atentos para que não se repita o caso do Rio São Francisco.

A outra crise diz respeito à região da Serra da Canastra, onde fica a nascente histórica do Velho Chico. Em 2012, a Codevasf licitou para que se reparassem estradas de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra. As estradas estavam sem sistema de drenagem, o que provocava o assoreamento de rios e nascentes próximas. Só que a obra apresentou tantas irregularidades, que a Codevasf teve de rescindir o contrato com a empreiteira, e o problema só fez aumentar a erosão, que está cada vez mais intensa. O turismo está comprometido, e o parque está vulnerável a incêndios florestais, porque os bombeiros lá não conseguem entrar.

A respeito desse tema, eu elaborei um requerimento para que o Tribunal de Contas da União faça uma inspeção. Este requerimento estou apresentando em complemento ao relatório.

O relatório apresenta algumas recomendações que agora vou resumir.

À Casa Civil recomenda que instale finalmente o Comitê Gestor da Bacia do Velho Chico. Uma vez instalado, esse comitê deverá elaborar indicadores de efetividade do programa de revitalização, sobretudo da contenção dos processos erosivos, e organizar campanhas junto à comunidade.

Ao Ministério do Planejamento recomenda que aumente a verba destinada à importante questão das bacias brasileiras e que autorize a recuperação do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Ao Ministério do Meio Ambiente recomenda que priorize a recuperação da mata nativa da área de preservação permanente, que desenvolva um programa para o Taquari, com a conversão de multas ambientais em projetos, e que estimule o emprego das técnicas de renaturalização que tiveram sucesso no Rio Mandaguari, no Espírito Santo.

Ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Integração, que comanda a Codevasf, recomenda que expandam os centros de referência em recuperação de áreas degradadas, unidades de eficácia comprovada.

Ao Ministério da Integração, ainda, o relatório recomenda que invista em novos reservatórios, sobretudo no alto e no médio São Francisco, onde se dá a maior parte da recarga da bacia, e que providencie, o quanto antes, a recuperação da Serra da Canastra.

Ao Instituto Chico Mendes recomenda que faça um levantamento sobre as bacias degradadas para subsidiar a criação de Unidades de Conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, à Agência Nacional de Águas recomenda que expanda o seu bem-sucedido Programa Produtor de Água, atualmente empregado na proteção de microbacias, e que o aplique também nas bacias, sobretudo nas do São Francisco, do Parnaíba e do Taquari.

Para concluir, Sr. Presidente, a situação é bastante grave.

Como V. Exª tem conhecimento, precisamos melhorar a gestão e majorar os recursos destinados à revitalização das nossas bacias. Os casos de sucesso são poucos, mas são notórios e devem inspirar essa política de futuro.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A matéria se encontra em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

O parecer será encaminhado ao Plenário para conhecimento e providências.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, para fazer leitura do requerimento da Comissão de Meio Ambiente de autoria do Senador Cidinho Santos, concedo a palavra ao autor.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 37, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referida no RMA nº 16, de 2017, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 1º, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que Tribunal de Contas da União realize inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes aos contratos nºs 0.038.00/2013 e 0.145.00/2013 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, que foram afetados por problemas causadores da paralização das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à unidade de conservação e a comunidade de seu entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cidinho Santos

Observações: *complementa o relatório de avaliação de políticas públicas sobre programas de revitalização de bacias hidrográficas sob responsabilidade da União (RMA 16/2017).*

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 37, de 2017.

Requeiro, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referida no RMA nº 16, de 2017, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 1º, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes aos contratos nºs 0.038.00/2013 e 0.145.00/2013 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que foram afetados por problemas causadores da paralisação das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à Unidade de Conservação e a comunidade de seu entorno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica suspensa a reunião por até 15 minutos, podendo ser reaberto o tempo. Depois, retomamos o trabalho, com todos os Senadores.

(*Suspensa às 12 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 33 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente selecionou, para este exercício, a avaliação do programa de governo Revitalização de Bacias Hidrográficas sob Responsabilidade da União, conforme RMA nº 16/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz, relatado pelo Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

Vamos reabrir a reunião novamente.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente selecionou, para este exercício, a avaliação de "Instrumentos Econômicos e Financeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros", conforme o RMA nº 13, de 2017, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, relatado pelo Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para fazer a releitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Avaliação dos instrumentos econômicos e financeiros do Código Florestal.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as comissões permanentes selecionem, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. O relatório contendo as conclusões alcançadas deverá ser apresentado à comissão pertinente até o final da Sessão Legislativa.

Em obediência a esse mandamento regimental, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou, em 25 de abril de 2017, o Requerimento nº 13, de 2017 - RMA, do Senador Davi Alcolumbre, para que este Colegiado avalie os "Instrumentos Econômicos e Financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros".

Vou sintetizar o meu relatório, Sr. Presidente. É claro que, como já está publicado todo o relatório, eu o dou todo como lido.

O CAR já vem surtindo efeitos positivos. Exemplo é o Estado de Mato Grosso. Segundo informações colhidas na audiência pública, nesse Estado a redução do desmatamento de floresta amazônica foi de 87%. Isso se explica a partir da fiscalização inteligente realizada em Mato Grosso, a partir das informações georreferenciadas e das imagens de satélite disponibilizadas no CAR, desde o ano 2000.

Dado ainda mais interessante é o fato de essa redução no desmatamento não ter redundado na redução da produção e, consequentemente, da produtividade agropecuária. Em Mato Grosso, no biênio 2016/2017, a produção agrícola chegou a 53 milhões de toneladas, ao passo que o desmatamento vem reduzindo ano após ano. O rebanho bovino em meu Estado chegou a 20 milhões de cabeças de gado, em 2016, e nem por isso o desmatamento aumentou. Isso revela a possibilidade de crescimento agropecuário e proteção ambiental, do que o CAR é instrumento privilegiado.

Penso que deve ser feita uma correção. Não são 31 milhões? Eu precisaria dar uma olhada nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos aspectos mais debatidos e delicados em relação ao CAR são os custos associados a esse instrumento. O entrave se torna particularmente maior quando se trata dos pequenos e médios produtores.

Para os assentamentos rurais de reforma agrária, o registro da Reserva Legal no CAR é gratuito, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico (art. 53, parágrafo único, da Lei nº 12.651, de 2012). Todavia, tal registro tem sido feito para a área total do assentamento, não sendo autorizada a inscrição individual, por lote. Em que pese o grande esforço do Incra para viabilizar a inscrição dos assentamentos no CAR, informações de diversas partes do Brasil dão conta de que, em muitos assentamentos, têm ocorrido atrasos no cadastramento, por falta de recursos desse instituto. Com isso, os assentados que se encontram em condições de se inscreverem regularmente no CAR ficam impedidos de fazê-lo e de, assim, auferirem dos benefícios dessa inscrição. Nesse sentido, é valoroso e meritório o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 733, de 2015, de minha autoria, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da reforma agrária. Especificamente, essa proposição legislativa dispõe que será de responsabilidade do órgão fundiário competente a inscrição no CAR dos assentamentos de reforma agrária. Porém, essa inscrição dar-se-á por meio do registro do seu perímetro, como atualmente ocorre, ou, alternativamente, diretamente pelos interessados por meio da individualização dos lotes.

Quero dizer, inclusive, que já tivemos um relato favorável do Senador Moka, que foi o Relator desse projeto.

Recomendações.

Os instrumentos econômicos e de mercado previstos na Lei nº 12.651, de 2012, são extremamente urgentes, principalmente em um contexto histórico em que produtores com ativos ambientais e que cumprem ou excedem as determinações legais tendem a ser economicamente punidos, enquanto aqueles que desrespeitam as regras acabam recebendo prêmios econômicos e legais com anistias e mudanças nas regras. É esta a avaliação trazida pelo Observatório do Código Florestal, em sua análise dessa lei no período de 2012 a 2016, com a qual assentimos.

Conforme aponta essa instituição, para assegurar a implementação do Código Florestal, é necessário o forte engajamento do setor rural, assim como dos demais atores relacionados às cadeias de produção rural, desde governos locais, consumidores e prestadores de serviços até as grandes empresas comercializadoras de *commodities*, os bancos financiadores e as fornecedoras de insumos e equipamentos. Apenas com esse amplo engajamento será possível cobrar dos Governos Estaduais e Federal o conjunto de investimentos necessários – não apenas no âmbito financeiro, mas sobretudo no âmbito político – para assegurar a prioridade dessa agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, considerando a transversalidade das questões levantadas neste relatório, após analisarmos detidamente os principais instrumentos econômicos previstos no Código Florestal, apresentamos as seguintes recomendações.

Ao Poder Executivo:

a) sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR):

- realizar um novo censo agropecuário, de modo a oferecer um panorama mais atual dos imóveis rurais brasileiros;

- integrar a base de dados do Sicar e do CAR com outras bases de dados públicas, como do Incra, do IBGE, da Receita Federal, da Funai, do Serviço Florestal Brasileiro, da Superintendência do Patrimônio da União, entre outros; e

- elaborar base de dados cartográficos de todo o Território nacional com precisão de escala de 1 para 10 mil, idealmente de 1 para 5 mil.

b) sobre as Cotas de Reserva Ambiental (CRA):

- imprimir celeridade na regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental e dos demais instrumentos econômicos previstos no art. 41 da Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

c) sobre os Programas de Regularização Ambiental (PRAs):

- baixar uma regulamentação geral mais clara acerca desses programas, de modo a orientar mais assertivamente os Estados quando da elaboração de suas legislações próprias, notadamente nos aspectos da recomposição ambiental e da exploração econômica.

d) sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):

- reduzir a interferência estatal em programas de PSA;

- evitar a oferta de subsídios ou de impostos ambientais destinados a incentivar o uso de recursos de maneira sustentável, pois esses são contrários aos objetivos dos programas de PSA;

- priorizar áreas onde há maior risco socioambiental para a aplicação de programas de PSA por meio de mapeamento dos ecossistemas brasileiros mais ameaçados. A geração desse conhecimento necessita do envolvimento da sociedade civil, comunidades residentes, instituições de ensino e agentes públicos para a formação de banco de dados com informações ecológicas e econômicas para que medidas eficazes e custo-efetivas sejam tomadas; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- nos programas de PSA em que o Estado é o comprador, sugere-se que os programas sejam ações de curto prazo com pagamento estatal e que ao longo do tempo incentivos sejam feitos para atrair compradores privados (empresas privadas ou organizações não governamentais), pois, nesses casos, a literatura tem demonstrado que os custos de manutenção dos programas são mais altos que os pagamentos em si.

e) Recomendações adicionais:

Como bem apontou o Observatório do Código Florestal, considerando que, especialmente para a agricultura familiar, será fundamental o apoio no cadastramento e na promoção da restauração florestal, é desejável que os Governos estaduais implementem ações no campo da assistência técnica rural, do fomento de modelos de restauração florestal com interesse econômico, da promoção de oportunidades de mercado para produtos florestais, que possam ser integrados aos projetos de restauração, entre outras iniciativas a serem desenvolvidas de forma integrada com o PRA. Cabe aos Estados, ainda, de forma complementar, o desenvolvimento de instrumentos econômicos e incentivos à implementação do Código Florestal.

Ao Poder Legislativo:

a) sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR):

- apresentar, debater e aprovar proposição legislativa que preveja regime simplificado para inscrição no CAR dos assentados de reforma agrária, pequenos produtores e agricultores familiares; e

- debater, aprimorar (eventualmente) e aprovar o PLS nº 733, de 2015, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da reforma agrária.

b) sobre as Cotas de Reserva Ambiental (CRA):

- promover alteração legislativa no sentido de desobrigar a averbação da CRA na matrícula do imóvel.

c) sobre os Programas de Regularização Ambiental (PRAs):

- incentivar as assembleias legislativas a criarem legislações específicas acerca dos PRAs de seus respectivos Estados. Para tanto, encaminhar cópias deste relatório para as assembleias legislativas.

d) sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ações propostas ao Poder Legislativo concentram-se nos debates relativos aos projetos de lei em tramitação acerca de PSA e da Política Nacional de PSA (PNPSA). Nesse sentido, recomendamos que a proposição legislativa resultante:

- conceitue adequadamente serviços ambientais ou ecossistêmicos e pagamentos por serviços ambientais, à luz do que orienta a literatura especializada;

- estabeleça claramente que os pagamentos proporcionem benefícios maiores àqueles gerados pelo uso da terra que não para conservação, restauração ou manutenção da oferta dos serviços ambientais. Ou seja, vincule o pagamento a um cálculo apropriado para que ele seja no mínimo igual ou maior aos custos de oportunidade do uso da terra presentes e futuros;

- estabeleça que os custos de manutenção e de transação, seja o acordo realizado via Poder Público ou via privado, sejam inseridos no pagamento, como uma forma de compensar o proprietário por arcar com esses custos;

- estabeleça uma relação concreta entre os objetivos propostos e os instrumentos que serão utilizados para o seu alcance. Sugere-se a revisão dos objetivos da PNPSA (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais), atentando às legislações já existentes e ao estudo de outros instrumentos que possam ser usados em conjunto com o PSA;

- não inclua áreas de UC (Unidades de Conservação), APP (Área de Preservação Permanente) e RL (Reserva Legal) nos critérios de elegibilidade para a aplicação dos PSA. Motivos para a não regulamentação desses artigos são: 1) a falta de não adicionalidade aos pagamentos, 2) a gestão dos recursos financeiros para esse fim, e 3) a não disposição a pagar dos potenciais beneficiários;

- exclua o dispositivo que prevê que os recursos provenientes do PSA pela conservação da vegetação nativa em UCs sejam aplicados em atividades diversas, como regularização fundiária, elaboração, atualização e implantação do plano de manejo, fiscalização e monitoramento e outras atividades vinculadas à própria unidade pelo órgão ambiental competente;

- estabeleça métricas diferenciadas de valoração dos serviços ambientais para fins de PSA, isso porque utilizar uma métrica única, mesmo que para serviços iguais, como oferta de água e estoque de carbono, e aplicá-la para diversas regiões, com diferentes características ambientais, tem alta probabilidade de ineficácia e de investimento de altos custos de manutenção e de correção;

- não proponha a criação ou o emprego de fundos públicos para programas de PSA. Além de não ser suficiente para cobrir os custos da conservação, trata-se de medida ineficaz, corruptível e que pode ser usada com desvio de finalidade;

- reveja as obrigações propostas na PNPSA para o provedor e o pagador dos serviços ambientais, de modo a não onerar indevidamente aqueles que prestam esses serviços; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- reduza a interferência estatal em programas de PSA. O papel do Estado deve se restringir a regulador ou criador de mercados de bens e serviços ambientais, em vez de comprador de serviços ambientais.

Por fim, solicitamos dar conhecimento do presente relatório à Mesa Diretora, para posterior remessa aos seguintes órgãos:

i) Presidência da República;

ii) Casa Civil da Presidência da República;

iii) Ministério do Meio Ambiente;

iv) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;

v) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

vi) Ministério da Fazenda; e

vii) Tribunal de Contas da União (TCU).

O relatório pode ser enviado a outros órgãos, conforme entendimento dos consultores e da própria Comissão.

Esse é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Sala da Comissão, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabenizo o Senador Wellington pelo relatório excelente, muito bom.

Sendo esta a nossa última reunião do ano, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de encerrar, Sr. Presidente, vamos desejar um bom Natal a todos...

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Mas eu ia desejar!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ...que porventura possam nos assistir.

Eu quero aqui agradecer à Consultoria, por ter feito esse trabalho bastante consistente, e a todos os companheiros e companheiras da Comissão, não só desejando um bom Natal às nossas assessorias, como também esperando que a gente possa ter um Ano-Novo com muito sucesso, enfim, com muitas realizações e com muitas festas também.

Acho que, daqui até o fim do ano, ainda teremos uma semana de muito trabalho aqui – na próxima semana, vamos votar ainda o Orçamento, temos alguns outros projetos em pauta –, mas o importante é que estamos terminando o ano com uma agenda extremamente consistente, profícua, de muitas realizações.

Quero parabenizar o Senador Cidinho também, como companheiro do meu Estado, de Mato Grosso. Felizmente, nós temos aumentado a arrecadação no Estado, graças ao trabalho principalmente do produtor, porque a nossa economia é calcada principalmente na agropecuária, mas, infelizmente, não temos conseguido ver uma gestão eficaz por parte da Aministração estadual, e hoje o nosso Estado passa por muitas dificuldades, principalmente no salário dos trabalhadores, na saúde.

Graças a esse trabalho conjunto aqui do Senador Cidinho, do Senador José Medeiros e meu, estamos encerrando o ano também com a aprovação do FEX, que ainda vamos votar hoje, que é extremamente importante para Mato Grosso, porque, do Fundo de Compensação das Exportações, Mato Grosso é o que mais recebe: são quase 26%, são quase R$500 milhões, R$498 milhões. Isso é extremamente importante para o Estado de Mato Grosso, como Administração estadual.

Quero registrar que nós, os três Senadores aqui, não temos feito a política do quanto pior, melhor. Muito pelo contrário, estamos tentando ajudar aqui o Governo do Estado para que possa melhorar essa eficiência de governo, atendendo mais a população, principalmente eu e o Senador Cidinho, que somos Senadores municipalistas, temos a vertente municipalista. O Senador Cidinho foi Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios e conhece, como prefeito também, a importância desse trabalho de apoio ao municipalismo, principalmente com os projetos que estamos aqui votando, sendo que de vários deles, inclusive, V. Exª foi o Relator.

Então, termino aqui agradecendo imensamente e desejando um bom ano para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado. Faço das suas palavras as minhas também, porque V. Exª é o nosso Líder, desejando um feliz Natal a todos e um bom almoço para as meninas que já estão ali com fome faz horas. (*Risos.*)

E vamos lá para o Congresso, que está em votação nominal agora!

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 418DA5D600203786.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.